|  |  |
| --- | --- |
|  | ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO |
| Caderno 3 | PGF  PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  – Credibilidade e eficiência a serviço do Brasil –  LEGISLAÇÃO  &  NORMAS  – Consolidadas –  Maria Jovita Wolney Valente  atualizado até 19 de abril de 2021 |
| 2021 | **Resultado de imagem para logomarca governo fundo azul** |

ADVOCACIA-GERAL DAUNIÃO

PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

LEGISLAÇÃO

&

NORMAS

– Consolidadas –

PGF

Caderno 3

ATUALIZADO ATÉ 19 DE ABRIL DE 2021

Maria Jovita Wolney Valente

2021

V154 Valente, Maria Jovita Wolney.

PGF: legislação e normas: Caderno 3; compilação de Maria Jovita Wolney Valente. − Brasília: AGU, 2021.

1.045 p.

I. Título. II. Procuradoria-Geral Federal – organização administrativa. Procuradoria-Geral Federal − legislação.

CDD – 341.31

CDU - 35

PREFÁCIO

{edição comemorativa dos 10 anos da pgf}

Embora se possa divagar sobre a *vida* das instituições, há que se admitir que comemorar seus aniversários pode trazer desassossego aos mais céticos. Contudo, quanto mais fortes elas se apresentam – tida essa força como a presença social que auferem -, menos assombros surgem em momentos de celebração daquela natureza. Não se mostra tão exagerado afirmar que há instituições que, de tão presentes, quase se corporificam.

Ainda que assim não fosse, pode-se ao menos consentir que ocasiões de celebração de entidades servem a que possamos nos dedicar por alguns instantes a contemplar a criatura – no caso, a própria instituição e sua relevância. A partir dessa contemplação, analisa-se tudo o que nela ou a partir dela se construiu. E, mais importante, projeta-se o que se espera para o seu futuro, interna e externamente.

Que bom, quanto à nossa Procuradoria-Geral Federal, que a temos forte e relevante. Sua força decorre do empenho de todos que a constroem diuturnamente; sua relevância, do papel institucional para o qual foi criada. Assim, seja para reconhecer a vida que a ela conferimos, ou para esmiuçarmos seus avanços e definirmos para onde ela agora rumará, há sim que comemorarmos, neste julho de 2012, os 10 anos da PGF!

Para o que neste prefácio importa, fiquemos com este destaque: um dos objetivos dessa comemoração é “re-conhecer” a instituição – conhecer de novo, no sentido de aprofundar o conhecimento, sobretudo no tempo, sobre algo que todavia nos é próprio. Há muitas maneiras de fazê-lo, e uma delas, de extrema relevância por se tratar exatamente de uma instituição, é nos debruçarmos sobre o seu *codex*.

Disso decorre todo o sentido de se aproveitar o trabalho de compilação da legislação e das normas da Procuradoria-Geral Federal desempenhado há anos pela procurador federal Maria Jovita Wolney Valente, para imprimir-lhe – literalmente – uma edição comemorativa aos 10 anos da PGF. Quem tem o DNA da Procuradoria em suas mãos, e com isso lhe outorgou vida no momento de sua concepção, agora lhe entrega este presente de aniversário.

Espero que, para além de todos esses simbolismos que esta edição comemorativa encerra, ela possa ser efetivamente útil para todos que necessitam conhecer as leis e as normas que regem esta instituição viva e ora decenária.

Brasília, julho de 2012

Marcelo de Siqueira Freitas

Procurador-Geral Federal

Apresentação

{primeira edição}

Desde a criação da Carreira de Procurador Federal pela Medida Provisória n. 2.048-26, em 29 de junho de 2000 e a edição da Lei n. 10.480, de 2 de julho de 2002, que criou a Procuradoria-Geral Federal, o contencioso e o consultivo das Autarquias e Fundações Públicas Federais vêm experimentando um aprimoramento e evolução constantes, fruto da iniciativa conjunta dos órgãos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, o que implica na produção diária de atos normativos.

Nesse diapasão, a sistematização e consolidação normativa dos diversos instrumentos jurídicos que servem de base à atuação da Procuradoria-Geral Federal é medida que não só se impõe como também possibilita a otimização da prestação eficiente do serviço público institucionalmente delegado à Procuradoria-Geral Federal.

O Caderno 3 – Legislação e Normas da PGF é mais uma conquista da Carreira de Procurador Federal e evidencia a dedicação da Dra. Maria Jovita Wolney Valente, ilustre integrante deste quadro, cuja participação na criação e consolidação da Procuradoria-Geral Federal merece registro histórico. Além disso, os Cadernos AGU Legislação, AGU Normas e Legislação e Normas da PGF servem de inspiração aos recém-ingressos e de orgulho aos já experientes membros da Advocacia-Geral da União.

O Caderno 3 – Legislação e Normas da PGF segue a estrutura de seus antecessores e reclamará atualização constante. Certamente será instrumento de apoio a todos os integrantes que se debruçam sobre o corpo normativo que guarnece as atividades diárias dos membros da Advocacia-Geral da União.

JOSÉ ANTÔNIO DIAS TOFFOLI

Advogado-Geral da União

Março de 2008.

NOTA DA AUTORA

{PRIMEIRA EDIÇÃO}

A implantação da Procuradoria-Geral Federal exige a expedição, quase diária, de atos normativos que lhe dêem concretude.

O volume desses atos (expedidos pelo Advogado-Geral da União e pelo Procurador-Geral Federal); a presença nacional da Procuradoria-Geral Federal (desde o seu Órgão central em Brasília até os pequeninos escritórios de representação no extremo Norte); o ingresso, freqüente, de elevado número de novos Procuradores Federais nos quadros da PGF (possibilitado pelos concursos públicos); e o vínculo funcional e afetivo da signatária com a Procuradoria-Geral Federal fizeram florescer a idéia e a vontade de reunir a legislação e as normas que dizem respeito à Procuradoria-Geral Federal e aquelas por ela editadas, para facilitar o trabalho de seus integrantes.

Tal como ocorre com o “Caderno 1 − Legislação da AGU” e o “Caderno 2 − Normas da AGU”, o “Caderno 3 − Legislação e Normas da PGF”, será diariamente atualizado e posto à disposição dos interessados no sítio da AGU na Internet e na intranet, podendo ser impresso em papel.

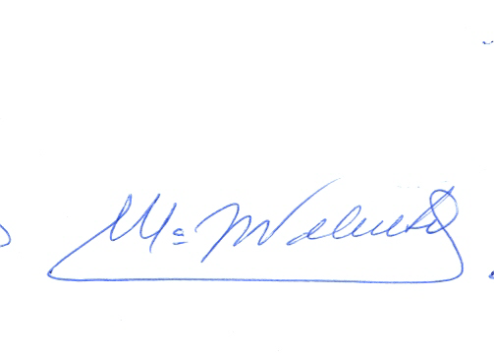
A reunião dos atos em um só volume, como anotado na apresentação do “Caderno 2 − Normas da AGU”, ao tempo em que permite aos integrantes da PGF conhecer as diversas normas editadas, possibilita sua reflexão sobre a vigência, a oportunidade ou necessidade de revisão de algumas delas, visando, inclusive, à consolidação daquelas correlatas.

Com este trabalho, espero estar contribuindo para o aperfeiçoamento do Órgão concebido aos três de abril de 2002 e nascido aos dois de julho do mesmo ano, fruto do ideal e da esperança de muitos e da firme crença da signatária em melhores organização e racionalidade no desempenho da missão constitucional de representar, judicial e extrajudicialmente, as autarquias e fundações da União e prestar-lhes consultoria e assessoramento jurídico seguros, eficazes e oportunos.

Esta primeira versão poderá reclamar ajustes para delimitar o universo da legislação a abranger e das normas editadas pelo Advogado-Geral da União, de interesse direto da Procuradoria-Geral e dos Procuradores Federais.

Sugestões serão bem-vindas, contribuirão para o aprimoramento da coletânea e podem ser enviadas para jovita.valente@agu.gov.br.

Brasília, 17 de março de 2008.



Maria Jovita Wolney Valente

Procuradora Federal

ÍNDICE CRONOLÓGICO

− POR TIPO DE NORMA −

ÍNDICE CRONOLÓGICO

[POR TIPO DE NORMA]

**I − Histórico e Evolução da Procuradoria-Geral Federal 73**

**II − Normas antecedentes à Procuradoria-Geral Federal – legislação 101**

### Constituição de 1988 [dispositivos] 103

### Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 105

*− Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências.*

Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995 115

*− Dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.*

**Lei** nº **9.469, de 10 de julho de 1997 124**

*− Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4o da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei no 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei no 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências.*

**Lei nº 9.704, de 17 de novembro de 1998 128**

*− Institui normas relativas ao exercício, pelo Advogado-Geral da União, de orientação normativa e de supervisão técnica sobre os órgãos jurídicos das autarquias federais e das fundações instituídas e mantidas pela União.*

**Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001 129**

*− Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.*

**III − Legislação referente à PGF e correlata 141**

Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002 143

*− Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União, a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU - GDAA, cria a Procuradoria-Geral Federal, e dá outras providências.*

Lei nº 10.909, de 15 de julho de 2004 156

*− Dispõe sobre a reestruturação das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, de Advogado da União, de Procurador Federal, de Procurador do Banco Central do Brasil e de Defensor Público da União, e dá outras providências.*

Lei nº 11.098, de 13 de janeiro de 2005 158

*− Atribui ao Ministério da Previdência Social competências relativas à arrecadação, fiscalização, lançamento e normatização de receitas previdenciárias, autoriza a criação da Secretaria da Receita Previdenciária no âmbito do referido Ministério; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003; e dá outras providências.*

**Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006 160**

*− Dispõe sobre a remuneração dos cargos das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, Advogado da União, Procurador Federal e Defensor Público da União de que tratam a Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001 e a Lei no 10.549, de 13 de novembro de 2002, da Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil, de que trata a Lei no 9.650 de 27 de maio de 1998, da Carreira Policial Federal, de que trata a Lei no 9.266, de 15 de março de 1996, e a reestruturação dos cargos da Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei no 9.654, de 2 de junho de 1998, e dá outras providências.*

**Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007 166**

*− Dispõe sobre a Administração Tributária Federal; altera as Leis nos 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.683, de 28 de maiode 2003, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.910, de 15 de julho de 2004, o Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de1943, e o Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, e 9.317, de 5 de dezembro de 1996; e dá outras providências.*

Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 176

*− Dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004, das Carreiras da Área Jurídica, de que trata a Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras de Gestão Governamental, de que trata a Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; das Carreiras do Banco Central do Brasil - BACEN, de que trata a Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998; e da Carreira de Diplomata, de que trata a Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006; cria o Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP, o Plano de Carreiras e Cargos da CVM e o Plano de Carreiras e Cargos do IPEA; dispõe sobre a remuneração dos titulares dos cargos de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, de que trata a Lei no 9.625, de 7 de abril de 1998, e dos integrantes da Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima de que trata a Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, sobre a criação de cargos de Defensor Público da União e a criação de cargos de Analista de Planejamento e Orçamento, e sobre o Sistema de Desenvolvimento na Carreira - SIDEC; altera as Leis nos 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.358, de 19 de outubro de 2006, e 9.650, de 27 de maio de 1998, 11.457, de 16 de março de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, das Leis nos 9.650, de 27 de maio de 1998, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.344, de 8 de setembro de 2006, e 11.356, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências.*

**Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 222**

*− Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.*

Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016 228

*− Altera a remuneração de servidores públicos; estabelece opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões; altera os requisitos de acesso a cargos públicos; reestrutura cargos e carreiras; dispõe sobre honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, suas autarquias e fundações; e dá outras providências.*

Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020 236

*− Dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica; e altera as Leis nos 13.464, de 10 de julho de 2017, e 10.522, de 19 de julho de 2002.*

Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997 241

*− Consolida normas de procedimentos a serem observadas pela Administração Pública Federal em razão de decisões judiciais, regulamenta os dispositivos legais que menciona, e dá outras providências.*

**Decreto nº 4.250, de 27 de maio de 2002 245**

*− Regulamenta a representação judicial da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais perante os Juizados Especiais Federais, instituídos pela Lei n~~o~~ 10.259, de 12 de julho de 2001.*

Decreto nº 4.285, de 26 de junho de 2002 246

*− Dispõe sobre o remanejamento de cargos vagos da Carreira de Procurador Federal.*

**Decreto nº** 4.341, de 22 de agosto de 2002 248

***− Institui a carteira de identidade funcional dos membros das carreiras de Advogado da União e Procurador Federal e dá outras providências.***

**Decreto nº 5.255, de 27 de outubro de 2004 249**

*− Dispõe sobre o remanejamento de cargos em comissão e das funções gratificadas que menciona, e dá outras providências.*

Decreto nº 6.119, de 25 de maio de 2007 250

*− Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 5.255, de 27 de outubro de 2004, que dispõe sobre o remanejamento de cargos em comissão e das funções gratificadas que menciona, e dá outras providências.*

Decreto nº 7.737, de 25 de maio de 2012 251

*− Dispõe sobre a apuração de antiguidade nas carreiras de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional, de Procurador Federal e de Procurador do Banco Central.*

Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019 252

*− Dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta.*

Decreto nº 10.201, de 15 de janeiro de 2020 257

*− Regulamenta o § 4º do art. 1º e o art. 2º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, para fixar os valores de alçada para a autorização de acordos ou transações celebradas por pessoa jurídica de direito público federal e por empresas públicas federais, para prevenir ou terminar litígios, inclusive os judiciais.*

Decreto nº 10.608, de 25 de janeiro de 2021 258

*− Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Advocacia-Geral da União, aprova o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Procuradoria-Geral Federal, remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.*

**IV − Atos Normativos do Advogado-Geral da União referentes à PGF 279**

**Súmulas da Advocacia-Geral da União 281**

Consolidação de Janeiro de 2021 281

**Orientações Normativas 298**

**Atos Regimentais do Advogado-Geral da União 318**

Ato Regimental/AGU nº 8, de 27 de dezembro de 2002

−*Dispõe sobre o exercício das atribuições dos cargos de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional e de Procurador Federal.*

Ato Regimental/AGU nº 1, de 2008

*– Dispõe sobre a edição e a aplicação de Súmulas da Advocacia-Geral da União.*

Ato Regimental/AGU nº 1, de 2012

*– Dispõe sobre a aplicação do art. 75 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, para a apuração de falta funcional cometida por Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional,Procuradores Federais e Procuradores do Banco Central do Brasil.*

###### Instruções Normativas do Advogado-Geral da União 321

Instrução Normativa/AGU nº 1, de 19 de julho de 1996

− Denunciação à lide de servidores grevistas.

Instrução Normativa/AGU nº 3, de 25 de junho de 1997

− Não propositura de ação ou de interposição de recurso quando o crédito for de valor até R$ 1.000,00.

Instrução Normativa/AGU nº 4, de 10 de dezembro de 1998

*− Apuração de irregularidade em autarquia ou fundação por determinação do Advogado-Geral da União.*

Instrução Normativa/AGU nº 5, de 10 de dezembro de 1998

− Indicação de nome para cargo de Chefia de órgão jurídico de autarquia ou fundação.

Instrução Normativa/AGU nº 8, de 30 de março de 2000

− Anuênio. Tempo de serviço de celetista. Não interposição e desistência de recursos judiciais.

Instrução Normativa/AGU nº 9, de 30 de março de 2000

− Contribuição Seguridade Social de julho a outubro de 1994.

Instrução Normativa/AGU nº 10, de 23 de outubro de 2000

− Tempo de serviço de celetista. Licença prêmio.

Instrução Normativa/AGU nº 14, de 19 de dezembro de 2001

*− Revogação do art. 2° da Lei n° 9.783/99. Extinção de feitos*.

Instrução Normativa/AGU nº 1, de 19 de julho de 2004

− Tempo de serviço de celetista prestado em condições perigosas ou insalubres − averbação.

Instrução Normativa/AGU nº 3, de 19 de julho de 2004

− Reajuste de 28,86%. Não interposição e desistência de recursos judiciais.

Instrução Normativa/AGU nº 4, de 19 de julho de 2004

− Pressupostos processuais − inobservância. Não interposição e desistência de recursos.

###### Instrução Normativa/AGU nº 5, de 19 de julho de 2004

− Índice de 3,17%. Não interposição e desistência de recursos judiciais.

Instrução Normativa/AGU nº 6, de 19 de julho de 2004

− Extintos aldeamentos indígenas − não reivindicação do domínio pela União.

Instrução Normativa/AGU nº 7, de 19 de julho de 2004

− Remessa necessária nos embargos à execução opostos pela Fazenda Pública.

Instrução Normativa/AGU nº 8, de 19 de julho de 2004

− Remessa necessária em decisão monocrática − art.557 do CPC.

Instrução Normativa/AGU nº 9, de 19 de julho de 2004

− Competência de vara federal de capital de estado-membro para julgar benefício previdenciário.

Instrução Normativa/AGU nº 10, de 19 de julho de 2004

− Estágio probatório − desistência por servidor estável e retorno ao cargo anterior.

Instrução Normativa/AGU nº 11, de 19 de julho de 2004

− Percentual de 11,98% − servidores do Judiciário e do Ministério público.

Instrução Normativa/AGU nº 12, de 23 de julho de 2004

− Policiais Civis dos extintos Territórios − gratificações da Lei nº 9.266, de 1996 [art. 4º].

Instrução Normativa/AGU nº 2, de 27 de setembro de 2005

− Pensão militar de companheira(o). Não interposição e desistência de recursos judiciais.

Instrução Normativa/AGU nº 3, de 27 de setembro de 2005

− Pensão de ex-combatente. Falecimento da mãe. Reversão à filha. Não interposição e desistência de recursos judiciais.

Instrução Normativa/AGU nº 2, de 5 de maio de 2006

*− Prova de escolaridade ou habilitação legal para inscrição em concurso público.*

Instrução Normativa/AGU nº 4, de 1º de agosto de 2006

*− Pensão especial de ex-combatente cumulada com benefícios previdenciários.*

Instrução Normativa/AGU nº 5, de 1º de agosto de 2006

*− Servidor inativo. Contribuição social.*

Instrução Normativa/AGU nº 7, de 6 de outubro de 2006

− Aforamento de ação contra a União também na capital de Estado-membro.

Instrução Normativa/AGU nº 2, de 6 de fevereiro de 2007

*− Contribuições previdenciárias. Aplicação da Taxa SELIC.*

Instrução Normativa/AGU nº 3, de 6 de fevereiro de 2007

###### *− Certidão positiva de débito com efeito de negativa.*

###### Instrução Normativa/AGU nº 4, de 16 de fevereiro de 2007

## *− Incidência de multa fiscal sobre massa falida.*

## Instrução Normativa/AGU nº 5, de 21 de junho de 2007

*−Não interposição de recurso das decisões que acolherem embargos de terceiro opostos na execução fiscal por promitente-comprador titular de compromisso de compra e venda, registrado ou não.*

Instrução Normativa/AGU nº 1, de 14 de fevereiro de 2008

*− Autoriza os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal a não propor ações e a desistir daquelas em curso, ou dos respectivos recursos, quando o crédito atualizado for de valor igual ou inferior a R$ 1.000,00 e autoriza o parcelamento de débitos oriundos de honorários de sucumbência.*

Instrução Normativa/AGU nº 1, de 30 de setembro de 2009

*−Disciplina os concursos públicos de provas e títulos e avaliação em programa de formação destinados ao provimento de cargos da Carreira de Procurador Federal.*

Instrução Normativa/AGU nº 1, de 2011

*– Autoriza a não interposição de recurso das decisões judiciais que concederem a Gratificação de Desempenho da Seguridade Social e do Trabalho – GDASST.*

Instrução Normativa/AGU nº 2, de 2011

*– Autoriza a não interposição de recurso das decisões judiciais que reconheçam a constitucionalidade da alteração da base de cálculo da Gratificação de Produção Suplementar – GPS.*

Instrução Normativa/AGU nº 3, de 2011

*– Autoriza a não interposição de recurso das decisões que concederem a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa do Meio Ambiente – GDAMB.*

Instrução Normativa/AGU nº 4, de 2011

*– Autoriza a não interposição de recurso das decisões que concederem a Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST.*

Instrução Normativa/AGU nº 1, de 2012

*– Ocupação das faixas de domínio de rodovias, ferrovias e de terrenos de domínio público federal pelas concessionárias de energia elétrica.*

Instrução Normativa/AGU nº 2, de 2012

*– Pensão especial de ex-combatente, prevista no art. 53, inciso II, do ADCT.*

Instrução Normativa/AGU nº 3, de 2012

*– Artigo 8º da Medida Provisória nº 2.225-45/2001, e pagamento retroativo do reajuste de 3,17%, a partir de janeiro de 1995. , Renúncia tácita à prescrição por parte da Administração Pública Federal quanto ao citado índice*

Instrução Normativa/AGU nº 4, de 2012

*– Extensão aos aposentados e pensionistas de gratificação de desempenho quanto a período em que não tiver sido regulamentada até o início dos efeitos financeiros do primeiro ciclo de avaliação individualizada dos servidores em atividade.*

Instrução Normativa/AGU nº 2, de 2014

*– Autoriza a desistência e a não interposição de recursos das decisões judiciais que, conferindo interpretação extensiva ao parágrafo único do art. 34 da Lei nº 10.741/2003, determinem a concessão do benefício previsto no art. 20 da Lei nº 8.742/93, nos casos que especifica.*

Instrução Normativa/AGU nº 4, de 2014

*– Autoriza desistência e não interposição de recursos de decisões judiciais que determinem a concessão do benefício previsto no art. 20 da Lei nº 8.742/1993, utilizando comofundamento único a comprovação da miserabilidade.*

**Portarias do Advogado-Geral da União 340**

## **Portarias/AGU de 2002 340**

## Portaria/AGU nº 524, de 2002

− Indica, como Especializada, a Procuradoria Federal do INSS.

# Portaria/AGU nº 536, de 2002

*− Indica, como Especializada, a Procuradoria Federal do ITI.*

Portaria/AGU n° 638, de 2002

− Indica, como Especializada, a Procuradoria Federal do INCRA.

Portaria/AGU n° 642, de 2002

− Indica, como Especializada, a Procuradoria Federal do IBAMA.

Portaria/AGU n° 643, de 2002

− Indica, como Especializada, a Procuradoria Federal da FUNAI.

Portaria/AGU n° 670, de 2002

− Estabelece características para a carteira de identidade funcional de Advogado da União e de Procurador Federal.

Portaria/AGU n° 728, de 2002

− Delega competência ao Procurador-Geral Federal.

# Portaria/AGU nº 785, de 2002

− Instala a Procuradoria Regional Federal da 5ª Região.

Portaria/AGU n° 789, de 2002

− Instala a Procuradoria Regional Federal da 4ª Região.

Portaria/AGU n° 791, de 2002

− Indica, como Especializadas, as Procuradorias Federais da ANATEL, da CVM e do DNIT.

Portaria/AGU n° 805, de 2002

− Instala a Procuradoria Federal no Estado da Bahia.

Portaria/AGU n° 806, de 2002

− Instala a Procuradoria Federal no Estado do Ceará.

Portaria/AGU n° 828, de 2002

− Declara transposições de cargos e seus titulares para Carreiras da AGU e incumbe a Secretaria-Geral da AGU da divulgação dos nomes dos transpostos (arts. 19 e 19-A da Lei n° 9.028/1995), do exame da regularidade dos enquadramentos na carreira de Procurador Federal (art. 40, § 2°, da MP n° 2.229-43/2001) e da verificação dos enquadramentos efetivados pelo art. 11 da Lei n° 10.549/2002.

## **Portarias/AGU de 2003 346**

Portaria/AGU n° 87, de 2003

− Estabelece critérios de relevância para acompanhamento especial de ações judiciais.

Portaria/AGU n° 342, de 2003

− Dispõe sobre estágio confirmatório e probatório de Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional e Procurador Federal.

## **Portarias/AGU de 2004 349**

Portaria/AGU n° 219, de 2004

− Instala a Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais.

Portaria/AGU n° 220, de 2004

− Instala a Procuradoria Regional Federal-2ª Região, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Portaria/AGU n° 221, de 2004

− Instala a Procuradoria Federal no Estado do Rio Grande do Norte.

Portaria/AGU n° 222, de 2004

− Instala a Procuradoria Regional Federal-3ª Região, com sede na cidade de São Paulo/SP.

Portaria/AGU n° 436, de 2004

− Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais perante o STF e Tribunais Superiores.

Portaria/AGU n° 450, de 2004

− Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais nos Estados do Ceará e de Minas Gerais e nas 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões.

Portaria/AGU n° 483, de 2004

− Instala a Procuradoria Regional Federal - 1ª Região .

## **Portarias/AGU de 2005 353**

Portaria/AGU n° 34, de 2005

− Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais no Estado da Bahia.

Portaria/AGU n° 63, de 2005

− Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais no Estado do Rio Grande do Norte.

Portaria/AGU n° 77, de 2005

− Instala a Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo.

Portaria/AGU n° 147, de 2005

− Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais na 1ª Região.

Portaria/AGU n° 267, de 2005

− Instala a Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso do Sul.

Portaria/AGU n° 358, de 2005

− Instala a Procuradoria Federal no Estado do Paraná.

Portaria/AGU n° 608, de 2005

− Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais no Estado do Espírito Santo.

Portaria/AGU n° 683, de 2005

− Instala a Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina.

Portaria/AGU nº 891, de 2005

– Instala a Procuradoria Federal no Estado do Pará.

Portaria/AGU n° 956, de 2005

− Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais no Estado do Mato Grosso do Sul.

Portaria/AGU n° 1.165, de 2005

− Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais no Estado do Paraná.

Portaria/AGU n° 1.166, de 2005

− Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais no Estado de Santa Catarina.

## **Portarias/AGU de 2006 361**

Portaria/AGU n° 496, de 2006

− Instala a Procuradoria Federal no Estado de Goiás.

Portaria/AGU n° 826, de 2006

− Instala a Procuradoria Federal no Estado do Piauí.

Portaria/AGU n° 905, de 2006

− Instala a Procuradoria Federal no Estado de Alagoas.

Portaria/AGU n° 1.103, de 2006

− Instala a Procuradoria Federal no Estado de Rondônia.

Portaria/AGU n° 1.163, de 2006

− Instala a Procuradoria Federal no Estado de Roraima.

Portaria/AGU n° 1.164, de 2006

− Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais no Estado do Pará.

Portaria/AGU n° 1.165, de 2006

− Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais no Estado de Alagoas.

Portaria/AGU n° 1.255, de 2006

− Instala a Procuradoria Federal no Estado da Paraíba.

Portaria/AGU n° 1.271, de 2006

− Instala a Procuradoria Federal no Estado do Maranhão.

## **Portarias/AGU de 2007 365**

Portaria/AGU n° 238, de 2007

− Instala a Procuradoria Federal no Estado do Acre.

Portaria/AGU nº 411, de 2007

− Instala a Procuradoria Federal no Estado do Tocantins.

Portaria/AGU nº 603, de 2007

*− Institui Grupo Executivo de Acompanhamento do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC no âmbito da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal - GEPAC/AGU.*

Portaria/AGU nº 887, de 2007

*− Instala a Procuradoria Federal no Estado de Sergipe.*

Portaria/AGU nº 896, de 2007

*− Constitui Grupo de Trabalho Permanente - GTP/PA para examinar dominialidade de imóveis no Estado do Pará e propor ações anulatórias de títulos e de registros imobiliários.*

Portaria/AGU nº 1.436, de 2007

*− Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais nos Estados do Acre, de Goiás e de Sergipe.*

Portaria/AGU nº 1.652, de 2007

*− Instala a Procuradoria-Seccional Federal de Petrolina/PE.*

## **Portarias/AGU de 2008 369**

Portaria/AGU nº 75, de 2008

*− Dispõe sobre a atuação das Procuradorias da União e das Procuradorias Federais nas execuções de contribuições sociais decorrentes da condenação da União, suas autarquias e fundações na Justiça do Trabalho.*

Portaria/AGU nº 157, de 2008

*− Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais no Estado do Piauí.*

Portaria/AGU nº 158, de 2008

*− Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais no Estado do Tocantins.*

Portaria/AGU nº 163, de 2008

*− Atribui à Procuradoria-Geral Federal a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - no Estado do Amazonas.*

Portaria/AGU nº 319, de 2008.

*– Dispõe sobre a manutenção dos Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal pela Secretaria-Geral da Advocacia-Geral da União.*

Portaria/AGU nº 418, de 2008

*– Assunção pela Procuradoria Federal no Estado do Maranhão, em caráter exclusivo, da representação judicial de autarquias e fundações.*

Portaria/AGU nº 419, de 2008

*– Instala a Procuradoria- Seccional Federal de Londrina/PR.*

Portaria/AGU nº 423, de 2008

*– Dispõe sobre as solicitações de aquisições de bens e contratações de serviços afetos à área de tecnologia da informação e dá outras providências.*

Portaria/AGU nº 425, de 2008

*– Instala a Procuradoria-Seccional Federal de Imperatriz/MA*

Portaria/AGU nº 759, de 2008

*– Autoriza o pagamento de despesas com suprimento de fundos, por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, na modalidade de saque, nas condições que especifica.*

Portaria/AGU nº 764, de 2008

*– Instala a Procuradoria Seccional Federal de Joinville/SC.*

Portaria/AGU nº 897, de 2008

*– Instala a Procuradoria Federal no Estado do Amazonas.*

Portaria/AGU nº 910, de 2008

*– Estabelece procedimentos para a concessão de audiências a particulares no âmbito da Advocacia-Geral da União e dos órgãos a ela vinculados.*

Portaria/AGU nº 1.001, de 2008

*– Assunção de representação judicial pelo Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Campina Grande/PB, em conjunto com a Procuradoria Seccional da União em Campina Grande/PB.*

Portaria/AGU nº 1.002, de 2008

*– Assunção pelas Procuradorias Federais nos Estados da Paraíba e de Rondônia,, em caráter exclusivo, da representação judicial de autarquias e fundações*

Portaria/AGU nº 1.021, de 2008

*– Assunção de representação judicial pelo Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Uberaba/MG, em conjunto com a Procuradoria Seccional da União em Uberaba/MG.*

Portaria/AGU nº 1.047, de 2008

*– Constitui Comissão de Sistematização Jurídica - CSJ, para assistir o Advogado-Geral da União sobre a atuação jurídica dos órgãos da AGU e da PFG.*

Portaria/AGU nº 1.099, de 2008

*– Dispõe sobre a conciliação, em sede administrativa e no âmbito da Advocacia-Geral da União, das controvérsias de natureza jurídica entre a Administração Pública Federal e a Administração Pública dos Estados ou do Distrito Federal.*

Portaria/AGU nº 1.121, de 2008

*–Instala a Procuradoria Seccional Federal de Pelotas/RS.*

Portaria/AGU nº 1.247, de 2008

*– Instala a Procuradoria Seccional Federal de Niterói/RJ.*

Portaria/AGU nº 1.350, de 2008

*– Dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CAD da Advocacia-Geral da União.*

Portaria/AGU nº 1.547, de 2008

*– Dispõe sobre a requisição de elementos de fato e de direito necessários à atuação dos membros da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal na defesa dos direitos e interesses da União, suas autarquias e fundações e dá outras providências.*

Portaria/AGU nº 1.862, de 2008

*– Dispõe sobre a solicitação e participação em audiências com membros de qualquer juízo ou tribunal por integrantes da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral Federal e Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil.*

## **Portarias/AGU de 2009 385**

Portaria/AGU nº 363, de 2009

*– Instala a Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso.*

Portaria/AGU nº 377, de 2009

*– Instala a Procuradoria Seccional Federal de Varginha/ MG.*

Portaria/AGU nº 407, de 2009

*– Constitui o Grupo Permanente de Representação da Advocacia-Geral da União na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA.*

Portaria/AGU nº 482, DE 2009

*− Instala a Procuradoria Seccional Federal em Cascavel/PR.*

Portaria/AGU nº 527, de 2009

*− Disciplina a realização de audiências e consultas públicas em processos administrativos que estejam sob apreciação dos órgãos da Advocacia-Geral da União - AGU e da Procuradoria-Geral Federal - PGF, cujo objeto verse sobre matéria de alta complexidade, com repercussão geral e de interesse público relevante.*

Portaria nº 597, de 2009

*− Instala a Procuradoria Seccional Federal em São José dos Campos/SP*

Portaria/AGU nº 633, de 2009

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Campinas/ SP.*

Portaria/AGU nº 690, de 2009

*− Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal na elaboração e celebração de Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta.*

Portaria/AGU nº 758, de 2009

*− Dispõe sobre o exercício da advocacia pro bono por ocupantes de cargos efetivos de Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional, Procurador Federal, Procurador do Banco Central ou integrante dos quadros suplementares de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.*

Portaria/AGU nº 760, de 2009

*− Instala a Procuradoria Seccional Federal em Juiz de Fora/MG.*

Portaria/AGU nº 912, de 2009

*− Instala a Procuradoria Seccional Federal em Criciúma/SC.*

Portaria/AGU nº 1.153, de 2009

*− Instala a Procuradoria Seccional Federal em Ilhéus/BA.*

Portaria/AGU nº 1.222, de 2009

*− Instala a Procuradoria Seccional Federal em Rio Grande/RS.*

Portaria/AGU nº 1.294, de 2009

*− Determina a verificação do enquadramento de ações judiciais constantes dos registros da Advocacia-Geral da União às situações descritas nos pareceres normativos e nas súmulas do Advogado-Geral da União e dá outras providências.*

Portaria/AGU nº 1.306, de 2009

*− Instala a Procuradoria Seccional Federal em Chapecó/SC.*

Portaria/AGU nº 1.399, de 2009

*− Dispõe sobre as manifestações jurídicas dos órgãos de direção superior e de execução da Advocacia-Geral da União e de seus órgãos vinculados*

Portaria/AGU nº 1.422, de 2009

*− Instala a Procuradoria Seccional Federal em Caruaru/PE.*

Portaria/AGU nº 1.512, de 2009

*− Instala a Procuradoria Seccional Federal em Uruguaiana/RS.*

Portaria/AGU nº 1.593, de 2009

*− Instala a Procuradoria Seccional Federal em Ji-Paraná/RO*

Portaria/AGU nº 1.605, de 2009

*− Instala a Procuradoria Seccional Federal em Taubaté/SP.*

Portaria/AGU nº 1.606, de 2009

*− Instala a Procuradoria Seccional Federal em Sorocaba/SP.*

Portaria/AGU nº 1.622, de 2009

*− Instala a Procuradoria Seccional Federal em Campina Grande/PB.*

Portaria/AGU nº 1.623, de 2009

*− Instala a Procuradoria Seccional Federal em Poços de Caldas/MG.*

Portaria/AGU nº 1.624, de 2009

*− Instala a Procuradoria Seccional Federal em Osasco/SP.*

Portaria/AGU nº 1.625, de 2009

*− Instala a Procuradoria Seccional Federal em Mossoró/RN.*

Portaria/AGU nº 1.626, de 2009

*− Instala a Procuradoria Seccional Federal em Santos/SP.*

Portaria/AGU nº 1.643, de 2009

*− Atribui ao Conselho Superior da Advocacia-Geral da União a função de órgão consultivo do Advogado-Geral da União e dá outras providências.*

Portaria/AGU nº 1.658, de 2009

*− Instala a Procuradoria Seccional Federal em Canoas/RS.*

Portaria/AGU nº 1.675, de 2009

*− Instala a Procuradoria Seccional Federal em Uberlândia/MG.*

Portaria/AGU nº 1.791, de 2009

*− Instala a Procuradoria Federal no Estado do Amapá.*

Portaria/AGU nº 1.827, de 2009

*− Instala a Procuradoria Seccional Federal em Piracicaba/SP.*

## **Portarias/AGU de 2010 398**

Portaria/AGU nº 732, de 2010

*– Instala a Procuradoria Seccional Federal em Caxias do Sul/RS.*

Portaria/AGU nº 804, de 2010

*– Instala a Procuradoria Seccional Federal em Sobral/CE.*

Portaria/AGU nº 828, de 2010

*– Define a competência dos órgãos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal em razão da criação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e disciplina no seu âmbito o disposto no art. 56 da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009.*

Portaria/AGU nº 839, de 2010

*– Disciplina e estabelece critérios para a atuação dos órgãos da Procuradoria-Geral Federal na defesa de direitos indígenas.*

Portaria/AGU nº 1.321, de 2010

*– Indica, como Procuradoria Federal Especializada, o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal junto à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.*

Portaria/AGU nº 1.459, de 2010

*– Instala a Procuradoria Seccional Federal em São Bernardo do Campo/SP.*

Portaria/AGU nº 1.774, de 2010

*– Instala a Procuradoria Seccional Federal em Arapiraca/AL.*

Portaria/AGU nº 1.775, de 2010

*– Instala a Procuradoria Seccional Federal em Divinópolis/MG.*

## **Portarias/AGU de 2011 403**

Portaria/AGU nº 13, de 2011

*– Instala a Procuradoria Seccional Federal em Ponta Grossa/PR.*

Portaria/AGU nº 55, de 2011

*– Atribui ao Conselho Superior da Advocacia-Geral da União a competência de assessoramento ao Advogado-Geral da União relativamente ao disposto no art. 12, § 1º, inciso I, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002.*

Portaria/AGU nº 86, de 2011

*– Instala a Procuradoria Seccional Federal em Maringá/PR.*

Portaria/AGU nº 134, de 2011

*– Indica, como Procuradoria Federal Especializada, o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.*

Portaria/AGU nº 170, de 2011

*– Indica, como Procuradoria Federal Especializada, o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.*

Portaria/AGU nº 248, de 2011

*– Dispõe sobre os requisitos para instalação de novas Procuradorias-Seccionais da União e Procuradorias-Seccionais Federais, e dá outras providências.*

Portaria/AGU nº 302, de 2011

*– Instala a Procuradoria Seccional Federal em Passo Fundo/RS.*

Portaria/AGU nº 377, de 2011

*– Regulamenta o art. 1º-A da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997 (incluído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009), e determina outras providências.*

Portaria/AGU nº 439, de 2011

*– Instala a Procuradoria Seccional Federal em Presidente Prudente/SP.*

Portaria/AGU nº 440, de 2011

*– Instala a Procuradoria Seccional Federal em Ribeirão Preto/SP.*

Portaria/AGU nº 448, de 2011

*– Instala a Procuradoria Seccional Federal em São José do Rio Preto/SP.*

Portaria/AGU nº 449, de 2011

*– Autoriza a realização de acordos, em juízo, para terminar litígios, nas causas de valor até R$ 100.000,00 (cem mil reais), no âmbito do projeto de conciliações prévias e em execução fiscal, da Procuradoria-Geral Federal aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça e Conselho da Justiça Federal.*

Portaria/AGU nº 514, de 2011

*– Regulamenta o procedimento de adjudicação de bens imóveis em ações judiciais propostas pela União e pelas Autarquias e Fundações Públicas Federais.*

Portaria/AGU nº 559, de 2011

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Santa Maria/RS.*

Portaria/AGU nº 571, de 2011

*– Instala a Procuradoria Seccional Federal em Guarulhos/SP.*

Portaria/AGU nº 573, de 2011

*– Dispõe sobre providências para controle do exercício de cargos em comissão e outras situações geradoras de exercício divergente da lotação por Advogados da União e Procuradores Federais.*

Portaria/AGU n° 596, de 2011

*– Dispõe sobre a identificação dos subscritores de documentos no âmbito da Advocacia-Geral da União.*

## **Portarias/AGU de 2012 414**

Portaria/AGU nº 22, de 2012

*– Estabelece regras a serem observadas pelos integrantes de carreiras jurídicas da Advocacia-Geral da União, inclusive da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Banco Central, na atuação em comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar e dá outras providências.*

Portaria/AGU nº 203, de 2012

*– Instala a Procuradoria Seccional Federal em Araçatuba/SP.*

Portaria/AGU nº 204, de 2012

*– Dispõe sobre os procedimentos e rotinas a serem utilizados no monitoramento dos Grandes Devedores das Autarquias e Fundações Públicas Federais.*

Portaria/AGU nº 303, de 2012

*– Dispõe sobre as salvaguardas institucionais às terras indígenas conforme entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal na Petição 3.388 RR.*

Portaria/AGU nº 318, de 2012

*– Instala a Procuradoria Seccional Federal em Duque de Caxias/RJ*

Portaria/AGU nº 411, de 2012

*– Dispõe sobre a intervenção da União, das autarquias e fundações públicas federais, na qualidade de amicus curiae, nas ações judiciais de controle concentrado e em recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida em trâmite no Supremo Tribunal Federal.*

## **Portarias/AGU de 2013 421**

# Portaria/AGU nº 46, de 2013

*– Dispõe sobre a desistência e a não interposição de recursos em trâmite na Justiça do Trabalho em que a Procuradoria-Geral Federal atua em razão da competência prevista no art. 16, § 3º, II, da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.*

Portaria/AGU nº 98, de 2013

*– Delega a competência prevista no caput do art. 3º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, ao Procurador-Geral da União e ao Procurador-Geral Federal, na forma que especifica e dá outras providências.*

Portaria/AGU nº 399, de 2013

*– Dispõe sobre a promoção dos membros da Carreira de Procurador Federal nas respectivas Categorias, e dá outras providências.*

## **Portarias/AGU de 2014 423**

Portaria/AGU nº 33, de 2014

*– Instala a Procuradoria Seccional Federal em Feira de Santana/BA*

Portaria/AGU nº 247, de 2014

*– Regulamenta o parcelamento extraordinário de que trata o art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, em virtude da edição da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, e da Medida Provisória n.º 651, de 9 de julho de 2014, e dá outras providências.*

Portaria/AGU nº 357, de 2014

*– Instala a Procuradoria Seccional Federal em Novo Hamburgo/RS.*

Portaria/AGU nº 460, de 2014

*– Dispõe sobre o cálculo das vagas a serem ofertadas nas promoções dos Membros das Carreiras de Advogado da União e de Procurador Federal nas respectivas categorias, e dá outras providências.*

## **Portarias/AGU de 2015 431**

## Portaria/AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015

*− Estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela Advocacia-Geral da União na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias ou fundações públicas, que possam representar riscos fiscais.*

## Portaria/AGU nº 185, de 11 de junho de 2015

*− Instala a Procuradoria Seccional Federalem Montes Claros/MG.*

Portaria/AGU nº 207, de 30 de junho de 2015

*− Dispõe sobre a utilização da linguagem inclusiva em todas as redações de atos normativos,editais e documentos oficiais, noâmbito da Advocacia-Geral da União, e dáoutras providências*

Portaria/AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015

*− Dispõe sobre a consolidação dos órgãos deexecução da Procuradoria-Geral Federalresponsáveis pela atividade de representaçãojudicial e extrajudicial das autarquias efundações públicas federais e dá outras providências.*

## **Portarias/AGU de 2016 436**

Portaria/AGU nº 452, de 13 de julho de 2016

*− Dispõe sobre transformação da Procuradoria Seccional Federal em Petrolina/PE em Procuradoria Seccional Federal do Vale do São Francisco.*

Portaria/AGU nº 488, de 27 de julho de 2016

## *− Estabelece procedimentos a serem adotados em caso de dispensa da propositura e desistência de ações, reconhecimento da procedência do pedido, abstenção de contestação, de impugnação ao cumprimento de sentença, de apresentação de embargos à execução e de recurso, desistência de recurso já interposto e dá outras providências no âmbito da Procuradoria-Geral Federal. (NR)* **(Redação dada pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)**

Portaria/AGU nº 529, de 23 de agosto de 2016

*− Regulamenta, no âmbito da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, o procedimento de acesso à informação e estabelece diretrizes relativas ao sigilo profissional decorrente do exercício da advocacia pública e à gestão da informação de natureza restrita e classificada, para atender o disposto na Lei n° 12.527 de 18 de novembro de 2011, no Decreto n° 7.724, de 16 de maio de 2012, e no Decreto n° 7.845, de 14 de novembro de 2012.*

## **Portarias/AGU de 2017 448**

Portaria/AGU nº 54, de 9 de fevereiro de 2017

## *− Aprova o Manual de Normas Técnicas paraPublicação no Boletim de Serviço Eletrônicoda Advocacia-Geral da União*

Portaria/AGU nº 117, de 24 de março de 2017

## *− Regula, no âmbito da Procuradoria-Geralda União e da Procuradoria-Geral Federal,os procedimentos relativos à gestão de contasinativas de Precatórios e Requisições dePequeno Valor – RPV.*

Portaria/AGU nº 401, de 1º de dezembro de 2017

## *− Dispõe sobre a carteira de identidade funcionaldos ocupantes dos cargos de Advogadoda União, Procurador da FazendaNacional, Procurador Federal, Procuradordo Banco Central do Brasil e dos quadrossuplementares em extinção previstos no art.46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6de setembro de 2001.*

Portaria/AGU nº 414, de 19 de dezembro de 2017

## *− Institui o Sistema de Governança Corporativa, a Política de Governança de Processos de Trabalho, a Política de Gestão de Riscos e a Política de Governança de Programas e Projetos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal.*

## **Portarias/AGU de 2018 468**

Portaria/AGU nº 293, de 27 de setembro de 2018

*− Dispõe sobre o assessoramento jurídico prestado pelos órgãos da Advocacia-Geral da União nos processos e atos administrativos de que trata a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016.*

Portaria/AGU nº 312, de 16 de outubro de 2018

*− Disciplina o teletrabalho para o desempenho das atribuições institucionais dos membros das carreiras jurídicas de Advogado da União e de Procurador Federal, e dá outras providências.*

Portaria/AGU nº 324, de 29 de outubro de 2018

*− Estabelece procedimentos a serem adotados pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal para análise de precatórios a serem incluídos na Lei Orçamentária Anual – LOA.*

## **Portarias/AGU de 2019 472**

Portaria/AGU nº 129, de 12 de fevereiro de 2019

*− Dispõe sobre a indicação de Procuradores Federais, estáveis no serviço público, em exercício na Procuradoria-Geral Federal, que participarão de atividades de natureza correicional da Corregedoria-Geral da Advocacia da União.*

Portaria/AGU AGU nº 180, de 7 de março de 2019

*− Dispõe sobre a criação de Força-Tarefa no âmbito da Advocacia-Geral da União para a atuação nas demandas judiciais sobre a PEC nº 06/2019, que modifica o sistema de previdência social.*

Portaria/AGU nº 198, de 21 de março de 2019

*− Encerra as atividades, no âmbito da Advocacia-Geral da União, do Grupo de Auxílio Jurídico das Olimpíadas (GAJ-OLIMPÍADAS) e do Grupo Executivo de acompanhamento das ações relativas à Preparação e à Realização da Copa do Mundo FIFA 2014 (GECOPA/AGU).*

Portaria/AGU nº 213, de 29 de março de 2019

*− Estabelece procedimentos a serem adotados nos casos de citações, intimações e notificações efetivadas em desacordo com o disposto nos arts. 35, 36 e 38 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 16, § 3º, inciso II, da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.*

Portaria/AGU nº 218, de 4 de abril de 2019

*− Dispõe sobre a realização de acordos ou transações nas ações regressivas previdenciárias no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.*

Portaria/AGU nº 319, de 13 de junho de 2019

*− Dispõe sobre a instituição de Força-Tarefa no âmbito da Advocacia-Geral da União (AGU) para acompanhamento e atuação nas demandas judiciais que tenham por objeto políticas públicas de infraestrutura levadas a efeito pela administração pública federal em todo o território nacional.*

Portaria/AGU nº 348, de 27 de junho de 2019

*− Dispõe sobre o Colégio de Consultoria da Advocacia-Geral da União.*

Portaria/AGU nº 428, de 28 de agosto de 2019

*− Disciplina os procedimentos relativos à representação judicial dos agentes públicos de que trata o art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, pela Advocacia-Geral da União e pela Procuradoria-Geral Federal.*

Portaria/AGU nº 469, de 24 de setembro de 2019

*− Institui Força-Tarefa no âmbito da Advocacia-Geral da União (AGU) para atuação especializada nas demandas judiciais que tenham por objeto a defesa de políticas públicas ambientais prioritárias da União, IBAMA e ICMBio nos estados que compõem a Amazônia Legal.*

Portaria/AGU nº 589, de 24 de dezembro de 2019

*− Dispõe, no âmbito da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, sobre horários de funcionamento e de atendimento das unidades, jornada de trabalho, controle de frequência, compensação de horário, banco de horas e acumulação de cargos, funções e empregos relativos aos servidores administrativos, e dá outras providências.*

## **Portarias/AGU de 2020 491**

Portaria/AGU nº 3, de 3 de janeiro de 2020

*− Estabele nomenclatura oficial de órgãos e cargos da Advocacia-Geral da União, nos idiomas inglês, espanhol e francês.*

Portaria/AGU nº 12, de 16 de janeiro de 2020

*− Delega a competência prevista no prevista no art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, ao Consultor-Geral da União e ao Procurador-Geral Federal, na forma que especifica e dá outras providências.*

Portaria/AGU nº 32, de 14 de fevereiro de 2020

*− Dispõe sobre as hipóteses de cessões de Advogados da União e de Procuradores Federais.*

Portaria/AGU nº 53, de 27 de fevereiro de 2020

*− Estabelece a competência do Corregedor-Geral da Advocacia da União, em relação aos Advogados da União, aos Procuradores da Fazenda Nacional e aos Procuradores Federais, enquanto estiverem à disposição da Corregedoria-Geral da Advocacia da União, para definir suas unidades organizacionais e bases territoriais de atuação, e dá outras providências.*

Portaria/AGU nº 112, de 3 de abril de 2020

*− Designa substitutu para responder pelo expediente da Procuradoria-Geral Federal nos afastamentos concomitantes do Titular e de seu substituto legal.*

Portaria/AGU nº 156, de 29 de abril de 2020

*− Disciplina a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta, nos casos de infração disciplinar de menor potencial ofensivo.*

Portaria/AGU nº 173, de 15 de maio de 2020

*− Delega a competência para autorizar a realização de acordos ou transações para prevenir ou terminar litígios judiciais ou extrajudiciais às autoridades que menciona, e dá outras providências.*

Portaria/AGU nº 249, de 8 de julho de 2020

*− Regulamenta a transação por proposta individual dos créditos administrados pela Procuradoria-Geral Federal e dos créditos cuja cobrança compete à Procuradoria-Geral da União.*

Portaria/AGU nº 346, de 24 de setembro de 2020

*− Dispõe sobre o procedimento prévio ao ajuizamento de ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.*

Portaria/AGU nº 347, de 23 de setembro de 2020

*− Delega competências às autoridades que menciona, e dá outras providências.*

**Portarias/AGU de 2021 510**

Portaria Normativa nº 2, de 5 de janeiro de 2021[[1]](#footnote-2)

*− Dispõe sobre a manifestação jurídica a ser proferida no âmbito dos órgãos consultivos da Advocacia- Geral da União e dos seus órgãos vinculados, acerca de parcerias entre a administração pública federal e organizações da sociedade civil de que cuida a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, disciplinando o disposto no art. 31 do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016.*

Portaria Normativa AGU nº 03, de 28 de janeiro de 2021

*− Regulamenta o teletrabalho para membros de carreiras jurídicas no âmbito da Advocacia-Geral da União - AGU e da Procuradoria-Geral Federal – PGF e dá outras providências.*

**Ordem de Serviço da AGU 514**

Ordem de Serviço/AGU nº 1, de 2008

*– Remaneja 60 (sessenta) Gratificações Temporárias (GT) para a Procuradoria-Geral Federal.*

**Atos Ministeriais/Interministeriais/AGU 515**

Portaria Conjunta/AGU/PGF n º 93, de 16 de outubro de 2003

*− Constitui Comissão de Contencioso Judicial CCJ.*

Portaria Conjunta AGU/PGF nº 11, de 26 de janeiro de 2004.

*− Constitui Subcomissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA.*

Portaria Conjunta nº 56, de 2005

− Dispõe sobre atuação da AGU e do INCRA nas ações expropriatórias ajuizadas com fundamento no art. 243 da Constituição Federal e na Lei nº 8.257, de 26 de novembro de 1991 [Glebas nas quais localizadas plantas psicotrópicas].

Portaria Interministerial MPS/AGU nº 28, de 2006

− Autoriza a não interposição de recursos e a desistência dos já interpostos de decisão judicial que determinar a aplicação da correção monetária dos 24 (vinte e quatro) primeiros salários-de-contribuição anteriores aos 12 últimos pelos índices da ORTN/OTN (Lei nº 6.423, de 17 de junho de 1977), no recálculo da renda mensal inicial do benefício previdenciário de aposentadoria por idade, por tempo de serviço e do abono de permanência em serviço posteriormente transformado em aposentadoria, todos do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, concedidos entre 21 de junho de 1977 e 4 de outubro de 1988, desde que respeitadas as regras próprias da prescrição.

Portaria Interministerial AGU/MPS nº 16, de 2006

− Autorização para realizar transação judicial para extinguir processos judiciais que tenham por objeto a aplicação da correção monetária dos 24 (vinte e quatro) primeiros salários-de-contribuição, anteriores aos 12 últimos, pelos índices da ORTN/OTN, no recálculo da renda mensal inicial do benefício previdenciário de aposentadoria por idade, por tempo de serviço e do abono de permanência em serviço, posteriormente transformado em aposentadoria, todos do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, concedidos entre 21 de junho de 1977 e 4 de outubro de 1988.

Portaria do Ministério da Previdência Social nº 296, de 2007

*− Autoriza o não ajuizamento das execuções fiscais de dívida ativa do INSS de valor até R$ 10.000,00.*

Portaria Interministerial nº 45, de 2008

*− Dispõe sobre a fixação de exercício na Procuradoria-Geral Federal dos servidores descritos no caput do art. 21 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.*

Portaria Interministerial AGU/MPS nº 8, de 2008

*– Institui o Programa de Redução de Demandas Judiciais do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.*

Portaria Interministerial AGU/MPS nº 9, de 2008

*– Dispõe sobre o uso de imóveis do Instituto Nacional do Seguro Social pela Advocacia-Geral da União.*

Portaria Interministerial AGU/MPS nº 10, de 2008

*– Dispõe sobre a reestruturação das unidades da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - PFE/INSS.*

Portaria Interministerial AGU/MF/BC nº 19, de 2009

*− Dispõe sobre o registro das atividades funcionais dos Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional, Procuradores Federais, Procuradores do Banco Central do Brasil e dos integrantes do Quadro Suplementar da Advocacia-Geral da União, de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.*

Portaria Conjunta AGU/PGF nº 4, de 2010

*− Constitui a Subcomissão de Coordenação do sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - Siga.*

Portaria Interministerial nº 23, de 16 de junho de 2010

*– Constitui o Grupo de Integração da atuação judicial na defesa do meio ambiente e da regularização fundiária na Amazônia Legal - G-Amazônia Legal.*

Portaria Interministerial nº 574-A, de 20 de dezembro de 2010

*–Dispõe sobre o protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa da União, das autarquias e das fundações públicas federais.*

Portaria Conjunta/AGU/PGF nº 28, de 3 de dezembro de 2013

*– Disciplina, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, os grupos virtuais de discussão referentes às suas áreas de atuação.*

Portaria Interministerial nº 4, de 25 de fevereiro de 2014

*− Regulamenta a aplicação do Parecer GQ-22, de 1994 e do Parecer nº GQ-181, de 1998, às situações jurídicas aperfeiçoadas antes da publicação do Parecer AGU/LA -01/2010.*

Portaria Conjunta/AGU/MDA nº 12, de 21 de maio de 2014

*– Regulamenta o procedimento de adjudicação de imóveis rurais em favor do Programa Nacional de Reforma Agrária em execuções propostas pela União ou por Autarquias e Fundações Públicas Federais.*

Portaria Conjunta nº 5, de 7 de março de 2015

*− Institui Grupo Permanente de Defesa de Prerrogativas Funcionais dos Advogados da União, Procuradores Federais, Procuradores da Fazenda Nacional e Procuradores do Banco Central e dá outras providências.*

Portaria Interministerial nº 1, de 26 de maio de 2020

*− Dispõe sobre o acompanhamento das atividades de ensino superior realizadas sem caracterização de conflito de interesse por Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional, Procuradores Federais, Procuradores do Banco Central do Brasil e por integrantes do Quadro Suplementar da Advocacia-Geral da União, de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.*

##### V −Atos Normativos do Procurador-Geral Federal 535

**Portarias do Procurador-Geral Federal 537**

## **Portarias/PGF de 2002/2003 537**

Portaria nº 2, de 10 de julho de 2002

*−Delega aos Procuradores-Gerais, aos Chefes de Procuradorias, de Departamentos, de Consultorias e de Assessorias Jurídicas de Autarquias e Fundações Federais, a representação das respectivas entidades junto ao Supremo Tribunal Federal e aos Tribunais Superiores.*

Portaria/PGF nº 71, de 13 de março de 2003

*− Remaneja para a Procuradoria-Geral Federal os cargos vagos de Procurador Federal, código 408001, e os que vierem a vagar, localizados nos órgãos da Administração Federal direta, indireta, autárquica e fundacional, integrantes da Carreira de igual denominação.*

Portaria/PGF nº 74, de 19 de março de 2003

*− Representação judicial da Fundação Cultural Palmares pela Procuradoria-Geral Federal, através do seu Órgão Central, em Brasília/DF.*

Portaria/PGF nº 86, de 31 de março de 2003

*− Determina às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais, Procuradorias Federais Especializadas, Procuradorias, Departamentos Jurídicos, Consultorias Jurídicas ou Assessorias Jurídicas das fundações e autarquias federais, inclusive as especiais, que se abstenham de fixar, em âmbito interno, e sem autorização do Advogado-Geral da União, qualquer orientação relativa ao não ajuizamento de ações ou à não interposição de recursos judiciais com base em jurisprudência de Tribunais.*

Portaria/PGF nº 92, de 1º de abril de 2003

*− Representação judicial de autarquias e fundações públicas federais junto aos Tribunais Superiores e ao Supremo Tribunal Federal, pela Procuradoria-Geral Federal, através de seu órgão central, em Brasília/DF.*

Portaria/PGF nº 146, de 15 de maio de 2003

*− Dispõe sobre a lotação de portador de deficiência no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.*

## **Portarias/PGF de 2004 541**

Portaria/PGF nº 45, de 17 de fevereiro de 2004

*− Dispõe sobre a representação judicial da Fundação Jorge Duprat Figueiredo Segurança e Medicina do Trabalho-FUNDACENTRO, nas ações trabalhistas em trâmite perante a primeira instância da Justiça do Trabalho de Porto Alegre e no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.*

Portaria/PGF nº 70, de 19 de março de 2004

*− Apresentação semestral de Relatório analítico pelos órgãos de execução da PGF, especializados ou não.*

Portaria/PGF nº 185, de 30 de julho de 2004

*− Dispõe sobre a representação judicial da Fundação Jorge Duprat Figueiredo Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO, nas ações em que seja parte ou de qualquer forma interessada, perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, Tribunal Regional Federal da 1ª Região, 10ª Região da Justiça do Trabalho e Justiça Comum do Distrito Federal.*

Portaria/PGF nº 199, de 16 de agosto de 2004

*− Dispõe sobre a representação judicial da Universidade Federal de Pernambuco, perante os Tribunais Superiores e o Supremo Tribunal Federal.*

Portaria/PGF nº 200, de 16 de agosto de 2004

*− Dispõe sobre a representação judicial da Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha - CCCPMM, perante os Tribunais Superiores e o Supremo Tribunal Federal.*

Portaria/PGF nº 201, de 16 de agosto de 2004

*− Dispõe sobre a representação judicial da Universidade Federal de Goiás, perante os Tribunais Superiores e o Supremo Tribunal Federal.*

Portaria/PGF nº 217, de 27 de agosto de 2004

*− Dispõe sobre a representação judicial da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, nas ações em que esta seja parte ou de qualquer forma interessada, perante a Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, e a Justiça Estadual de Pernambuco.*

Portaria/PGF nº 219, de 31 de agosto de 2004

*− Dispõe sobre a representação judicial da Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO, nas ações que esta seja parte ou de qualquer forma interessada, perante a Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Justiça do Trabalho da 1ª instância no Estado do Rio Grande do Sul, Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e Justiça Estadual do Rio Grande do Sul.*

## **Portarias/PGF de 2005 544**

Portaria/PGF nº 30, de 25 de janeiro de 2005

*− Dispõe sobre as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos de interesse da Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre.*

Portaria/PGF nº 40, de 2 de fevereiro de 2005

*− Dispõe sobre a representação judicial do CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PETROLINA – CEFET, em primeira instância, nas ações em que seja parte ou de qualquer forma interessado, perante a Justiça Federal, Justiça do Trabalho e Justiça Estadual.*

Portaria/PGF nº 50, de 11 de fevereiro de 2005

*− Dispõe sobre a representação judicial da Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO, nas ações em que esta seja parte ou de qualquer forma interessada, perante a Justiça Federal, Varas da Justiça do Trabalho e Tribunal Regional do Trabalho da 17 ª Região.*

Portaria/PGF nº 78, de 01 de março de 2005

*− Dispõe sobre a representação judicial do Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS, nas ações em que seja parte ou de qualquer forma interessado, perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região e Justiça Estadual de Pernambuco.*

Portaria/PGF nº 88, de 04 de março de 2005

*− Determina a observância, no que couber, da Instrução Normativa nº 01, de 11 de fevereiro de 2000, da Corregedoria-Geral da Advocacia da União, no procedimento administrativo de avaliação dos integrantes da Carreira de Procurador Federal submetidos a estágio probatório, sem prejuízo da observância do disposto nos art. 37 e 38 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001.*

Portaria/PGF nº 116, de 14 de março de 2005

*− Dispõe sobre a representação judicial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN, nas ações em que seja parte ou de qualquer forma interessado, perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região e Justiça Estadual de Pernambuco.*

Portaria/PGF nº 121, de 23 de março de 2005

*− Dispõe sobre as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos de interesse da Escola Agrotécnica Federal de Sertão/EAF.*

Portaria/PGF nº 123, de 23 de março de 2005

*− Dispõe sobre as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos de interesse do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul/CEFET.*

Portaria/PGF nº 124, de 23 de março de 2005

*− Dispõe sobre as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos de interesse do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves/CEFET.*

Portaria/PGF nº 126, de 23 de março de 2005

*− Dispõe sobre a representação judicial das entidades constantes dos Anexos , relativamente às ações em que seja parte ou de qualquer forma interessada, perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, Tribunal Regional Federal da 3ª Região, 2ª e 15ª Regiões da Justiça do Trabalho e Justiça Estadual de São Paulo.*

Portaria/PGF nº 188, de 11 de maio de 2005

*− Dispõe sobre a representação judicial da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, nas ações em que esta seja parte ou de qualquer forma interessada, perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, Varas da Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 17 ª Região e Justiça Estadual.*

Portaria/PGF nº 189, de 11 de maio de 2005

*− Dispõe sobre a representação judicial do Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, nas ações em que este seja parte ou de qualquer forma interessado, perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, Varas da Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 17 ª Região e Justiça Estadual.*

Portaria/PGF nº 211, de 25 de maio de 2005

*− Dispõe sobre a representação judicial das entidades constantes do Anexo, relativamente às ações em que sejam partes ou de qualquer forma interessadas, perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, Varas da Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 17 ª Região e Justiça Estadual do Espírito Santo.*

Portaria/PGF nº 393, de 7 de outubro de 2005

*− Remaneja para a Procuradoria-Geral Federal, vinculada à Advocacia-Geral da União, os cargos vagos de Procurador Federal, código 408002, e os que vierem a vagar, localizados nos órgãos da Administração Federal direta, indireta, autárquica e fundacional, integrantes da Carreira de igual denominação.*

## **Portarias/PGF de 2006 549**

Portaria n º 66, de 13 de março de 2006

***−****A representação judicial da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO, nas ações em que esta seja parte ou de qualquer forma interessada, perante a Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso do Sul, a Justiça do Trabalho de primeira instância no Estado do Mato Grosso do Sul, o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, e a Justiça Estadual do Mato Grosso do Sul passa a ser exercida pela Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso do Sul.*

Portaria/PGF nº 90, de 30 de março de 2006

*− Designa os Procuradores Federais em exercício na Escola Agrotécnica Federal de Crato e órgão de arrecadação da Procuradoria-Geral Federal, respectivamente, para, até que seja instalada a Procuradoria Seccional Federal de Juazeiro do Norte, receberem citações e intimações oriundas da 16ª e da 17ª Varas Federais no Estado, referentes às entidades representadas pela Procuradoria Federal no Estado do Ceará, encaminhando em seguida a esta última os autos e mandados recebidos.*

Portaria/PGF nº 119, de 28 de abril de 2006

*− Dispõe sobre a representação judicial das entidades constantes do Anexo, relativamente às ações em que seja parte ou de qualquer forma interessada, perante a Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Justiça do Trabalho da 1ª instância no Estado do Rio Grande do Sul, Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e Justiça Estadual do Rio Grande do Sul.*

Portaria/PGF nº 176, de 2 de junho de 2006

*− Dispõe sobre as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos de interesse da Escola Agrotécnica Federal de Concórdia, Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul e Escola Agrotécnica de Sombrio.*

Portaria/PGF nº 225, de 28 de junho de 2006

*− Dispõe sobre a representação judicial da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP relativamente às ações em que seja parte ou de qualquer forma interessada, perante as varas da Justiça Federal, da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho, e os Tribunais Regionais do Trabalho, nos respectivos Estados.*

Portaria/PGF nº 226, de 28 de junho de 2006

*− Atribui ao Contencioso do Órgão Central desta Procuradoria-Geral Federal a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nos processos que tramitam perante os Tribunais Superiores e Supremo Tribunal Federal e que tenham por objeto contribuição social de natureza previdenciária ou considerada de terceiros nos termos da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.*

Portaria/PGF nº 283, de 11 de agosto de 2006

*− Dispõe sobre a representação judicial da Fundação Universidade Federal de Brasília - FUB, nas ações que esta seja parte ou de qualquer forma interessada perante a Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul, Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e Justiça Estadual de Mato Grosso do Sul.*

Portaria/PGF nº 284, de 11 de agosto de 2006

*− Dispõe sobre as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos e a representação judicial do Fundo Nacional de Desenvolvimento-FND, relativamente às ações em que seja parte ou de qualquer forma interessado, perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e Justiça Estadual do Rio de Janeiro.*

Portaria nº 285, de 11 de agosto de 2006

*− As atividades de consultoria e assessoramento jurídicos e a representação judicial da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, nas ações que esta seja parte ou de qualquer forma interessada perante a Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul, Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e Justiça Estadual de Mato Grosso do Sul, passam a ser exercidas pela Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, até a designação de Procuradores Federais para atuar no órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal junto à UFGD.*

Portaria/PGF nº 385, de 23 de outubro de 2006

*− Determina que as Procuradorias Regionais Federais e as Procuradorias Federais assumirão gradativamente a cobrança judicial e o contencioso fiscal relativos aos créditos das autarquias e fundações públicas federais perante os Órgãos do Poder Judiciário nas respectivas áreas de atuação.*

Portaria/PGF nº 386, de 23 de outubro de 2006

*− Determina que os Titulares das Procuradorias Regionais Federais, das Procuradorias Federais nos Estados, das Procuradorias Federais Especializadas e das Procuradorias Federais junto a autarquias e fundações devem adotar todas as medidas para que se viabilize, em parceria técnica com a Gerência Executiva do SICAU - GESICAU, a implantação plena do SICAU no âmbito de sua respectiva Procuradoria.*

Portaria/PGF nº 405, de 1º de novembro de 2006

*− Decide que o Órgão de Arrecadação da Procuradoria-Geral Federal em Canoas/RS passa a integrar a estrutura da Procuradoria Regional Federal da 4ª Região.*

Portaria/PGF nº 481, de 11 de dezembro de 2006

*− Dispõe sobre a representação judicial da Caixa de Construção de Casa para o Pessoal da Marinha, relativamente às ações que esta seja parte ou de qualquer forma interessada, perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, Tribunal Regional Federal da 2ª Região,Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e Justiça Estadual do Rio de Janeiro.*

Portaria/PGF nº 490, de 18 de dezembro de 2006

*− Dispõe sobre a representação do Órgão de Arrecadação da Procuradoria-Geral Federal em Bento Gonçalves/RS.*

Portaria/PGF nº 491, de 18 de dezembro de 2006

*− Determina que as unidades locais do Órgão de Arrecadação da Procuradoria-Geral Federal em Florianópolis e em Lages passam a integrar a estrutura da Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina.*

Portaria/PGF nº 493, de 20 de dezembro de 2006

*− Dispõe sobre as promoções relativas à carreira de Procurador Federal.*

Portaria/PGF nº 497, de 21 de dezembro de 2006

*− Institui, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, o Conselho de Assessoramento Institucional, órgão de caráter opinativo, ao qual incumbe, mediante provocação do Procurador-Geral Federal, assisti-lo acerca das matérias de interesse geral da Instituição ou quando exigido pelo interesse público.*

Portaria/PGF nº 499, de 22 de dezembro de 2006

*− Determina que o Órgão de Arrecadação da Procuradoria-Geral Federal em Porto Alegre/RS e o Serviço de Matéria Tributária – SMAT e a Divisão de Cobrança dos Grandes Devedores – DCGD do Estado do Rio Grande do Sul passam a integrar a estrutura da Procuradoria Regional Federal da 4ª Região.*

Portaria/PGF nº 500, de 22 de dezembro de 2006

*− Determina que a Procuradoria Regional Federal da 4ª Região assumirá a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, relativamente às ações movidas por servidores e terceirizados em que seja parte ou de qualquer forma interessado, perante as varas da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, o Tribunal Regional Federal da 4º Região e o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.*

## **Portarias/PGF de 2007 558**

Portaria/PGF nº 50, de 25 de janeiro de 2007

*− Determina que a Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo assumirá a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA no Estado do Espírito Santo, relativamente às ações cujos objetos não sejam de matéria especializada em meio ambiente, perante as varas da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho e o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região.*

Portaria/PGF nº 76, de 9 de fevereiro de 2007

*− Determina que a representação judicial da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, nas ações que este seja parte ou de qualquer forma interessada, perante a Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Justiça do Trabalho de 1ª Instância no Distrito Federal, e Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, passa a ser exercida pela Procuradoria Regional Federal da 1ª Região.*

Portaria/PGF nº 121, de 13 de março de 2007

*− Dispõe sobre a representação judicial da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM, nas ações que este seja parte ou de qualquer forma interessado, perante a Justiça Federal –Seção Judiciária do Estado de Goiás, Justiça do Trabalho da 1ª Instância no Estado de Goiás, Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e Justiça Estadual do Estado de Goiás.*

Portaria/PGF nº 144, de 19 de março de 2007

*− Cria Câmaras Temáticas no âmbito do Conselho de Assessoramento Institucional da Procuradoria-Geral Federal.*

Portaria/PGF nº 167, de 22 de março de 2007

*− Dispõe sobre a representação judicial da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica/CFIAe, nas ações em que seja parte ou de qualquer forma interessada, perante a Justiça Federal e Tribunal Regional Federal da 3ª Região, 2ª e 15ª Regiões da Justiça do Trabalho e Justiça Estadual de São Paulo.*

Portaria/PGF nº 204, de 3 de abril de 2007

*− Delega competência ao Adjunto de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal para exercer a representação das autarquias e fundações federais junto ao Supremo Tribunal Federal e aos Tribunais Superiores, com reserva do exercício de iguais atribuições.*

Portaria/PGF nº 224, de 13 de abril de 2007

*− Determina que as Procuradorias Federais nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Ceará e Acre assumirão a representação judicial da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM, relativamente às ações em que seja parte ou de qualquer forma interessada, perante as Varas da Justiça Federal, da Justiça Estadual, da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho nos respectivos estados.*

Portaria/PGF nº 225, de 16 de abril de 2007

*− Dispõe sobre a representação judicial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.*

Portaria/PGF nº 241, de 17 de abril de 2007

*− Dispõe sobre a representação judicial da Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT.*

Portaria/PGF nº 248, de 23 de abril de 2007

*− Determina que os Procuradores Federais lotados na Procuradoria Federal junto à Agência do Desenvolvimento do Nordeste – ADENE passam a ter lotação na Procuradoria Federal junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.*

Portaria/PGF nº 254, de 26 de abril de 2007

*− Atribui a representação judicial da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB e da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri - UFVJM à Procuradoria Regional Federal na 1ª Região.*

Portaria/PGF nº 280, de 9 de maio de 2007

*− Atribui as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Sousa à unidade jurídica da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social em Sousa/PB.*

Portaria/PGF nº 298, de 10 de maio de 2007

*− Atribui a representação judicial da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM, à Procuradoria Regional Federal - 5ª Região.*

Portaria/PGF nº 299, de 10 de maio de 2007

*− Atribui a representação judicial do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo - CEFET/SP, à Procuradoria Regional Federal - 2ª Região.*

Portaria/PGF nº 311, de 17 de maio de 2007

*− Atribui à Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos e a representação judicial e extrajudicial do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes relativamente aos processos em que seja parte ou de qualquer forma interessada, até que seja estruturada a Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Chico Mendes.*

Portaria/PGF nº 322, de 17 de maio de 2007

*− Atribui a representação judicial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP às Procuradorias Federais nos Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina.*

Portaria/PGF nº 329, de 22 de maio de 2007

*−Delega ao Subprocurador-Geral Federal, com reserva do exercício de iguais atribuições, a coordenação das atividades da Procuradoria-Geral Federal e a orientação de sua atuação.*

Portaria/PGF nº 330, de 22 de maio de 2007

*− Delega ao Adjunto de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal, com reserva do exercício de iguais atribuições, as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos da Procuradoria-Geral Federal.*

Portaria/PGF nº 332, de 22 de maio de 2007

*− Atribui a Coordenador-Geral da Procuradoria-Geral Federal as atividades de planejamento e gestão do órgão central da Procuradoria-Geral Federal, das Procuradorias-Regionais Federais, das Procuradorias Federais nos Estados e das Procuradorias-Seccionais Federais.*

Portaria/PGF nº 333, de 22 de maio de 2007

*− Atribui a Coordenador-Geral da Procuradoria-Geral Federal as atividades de coordenação e controle relacionadas à administração dos Membros da Carreira de Procurador Federal, servidores, estagiários e pessoal em geral da Procuradoria-Geral Federal.*

Portaria/PGF nº 334, de 22 de maio de 2007

*− Atribui a Coordenador-Geral da Procuradoria-Geral Federal as atividades de coordenação, análise, elaboração e acompanhamento de projetos e assuntos considerados estratégicos pelo Procurador-Geral Federal.*

Portaria/PGF nº 349, de 23 de maio de 2007

*− Determina que os Procuradores Federais lotados na Procuradoria Federal junto à Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA passam a ter lotação na Procuradoria Federal junto à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.*

Portaria/PGF nº 400, de 11 de junho de 2007

−*Suspende procedimentos administrativos relativos a remoção por permuta de membros da Carreira de Procurador Federal.*

Portaria/PGF nº 409, de 12 de junho de 2007

−*Atribui a representação judicial da Fundação Universidade de Brasília - FUB à Procuradoria Federal no Estado de Roraima.*

Portaria/PGF nº 491, de 2 de julho de 2007

−*Atribui a representação judicial das entidades que específica à Procuradoria Regional Federal - 5ª Região.*

Portaria/PGF nº 530, de 13 de julho de 2007

−*Regulamenta a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal.*

Portaria/PGF nº 532, de 13 de julho de 2007

−*Atribui aos Escritórios de Representação das Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias-Seccionais Federais a possibilidade de representar judicialmente as autarquias e fundações públicas federais representadas pela Procuradoria à qual se vinculam.*

Portaria/PGF nº 592, de 7 de agosto de 2007

−*Atribui a representação judicial da Fundação Universidade Federal do Rio Grande à Procuradoria-Regional Federal da 4ª Região e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 593, de 7 de agosto de 2007

−*Atribui a representação judicial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação.*

Portaria/PGF nº 594, de 8 de agosto de 2007

*− Atribui a representação judicial da Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha e da Universidade Federal do Pará à Procuradoria-Regional Federal da 1ª Região e à Procuradoria Federal no Estado do Pará.*

Portaria/PGF nº 609, de 10 de agosto de 2007

*− Atribui a representação judicial da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, da Fundação Cultural Palmares - FCP e da Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha - CCCPM às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação.*

Portaria/PGF nº 612, de 14 de agosto de 2007

*− Atribui a representação judicial da Fundação Casa de Ruy Barbosa - FCRB e da Fundação Universidade Federal de Pelotas - FUFPel às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios deRepresentação*.

Portaria/PGF nº 629, de 21 de agosto de 2007

*− Atribui a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Catu/BA, da Escola Agrotécnica Federal de Antônio José Teixeira - Guanambi/BA, da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês/BA e da Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim/BA à Procuradoria Federal no Estado da Bahia.*

Portaria/PGF nº 641, de 24 de agosto de 2007

*− Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.*

Portaria/PGF nº 667, de 29 de agosto de 2007

*− Atribui às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.*

Portaria/PGF nº 676, de 3 de setembro de 2007

*− Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.*

Portaria/PGF nº 686, de 4 de setembro de 2007

*− Regulamenta a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal quando do recebimento de citação, intimação ou notificação por meio de carta precatória.*

Portaria/PGF nº 720, de 14 de setembro de 2007

*− Fixa a lotação e o exercício dos Procuradores Federais e dos integrantes do quadro suplementar relativo aos servidores da Administração Federal indireta de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, nos órgãos de direção e de execução da Procuradoria-Geral Federal, regulamenta a remoção para o deslocamento de lotação ou exercício no âmbito da Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 732, de 14 de setembro de 2007

*− Atribui às Procuradorias Federais nos Estados que especifica a representação judicial da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.*

Portaria/PGF nº 740, de 19 de setembro de 2007

*− Cria cadastro de membros da Carreira de Procurador Federal que poderão ser designados para integrar Comissões de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.*

Portaria/PGF nº 769, de 26 de setembro de 2007

− Regulamenta a representação judicial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal nas ações em que se discuta a aplicação de recursos oriundos do FNDE.

Portaria/PGF nº 771, de 27 de setembro de 2007

− Atribui às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - FUFMS e do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND.

Portaria/PGF nº 785, de 2 de outubro de 2007

− Atribui às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

Portaria/PGF nº 805, de 8 de outubro de 2007

*− Atribui à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a representação judicial da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.*

Portaria/PGF nº 860, de 26 de outubro de 2007

*− Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.*

Portaria/PGF nº 1.016, de 7 de dezembro de 2007

*− Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Caruaru/PE.*

Portaria/PGF nº 1.026, de 11 de dezembro de 2007

*−Constitui Grupo de Trabalho incumbido de especificar as necessidades técnicas e funcionais do Sistema Único de Dívida Ativa da PGF para atender as rotinas de cobrança e recuperação de créditos das autarquias e fundações públicas federais.*

Portaria/PGF nº 1.039, de 17 de dezembro de 2007

*− Atribui à Procuradoria-Regional Federal da 3ª Região a representação judicial da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.*

Portaria/PGF nº 1.055, de 20 de dezembro de 2007

*− Atribui às Procuradorias Federais e aos Escritórios de Representação nos Estados que especifica a representação judicial da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.*

## **Portarias/PGF de 2008 583**

Portaria/PGF nº 1, de 2 de janeiro de 2008

*− Atribui à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Torres/RS a representação judicial em causas de natureza fiscal e de cobrança nos municípios que especifica.*

Portaria/PGF nº 28, de 11 de janeiro de 2008

*− Atribui à Unidade local da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Paranaguá, a representação judicial em causas de natureza fiscal e de cobrança nos municípios que especifica.*

Portaria/PGF nº 29, de 11 de janeiro de 2008

*− Atribui à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Santos/SP a representação judicial nos processos de Execução Fiscal Trabalhista nos municípios que especifica.*

Portaria/PGF nº 50, de 16 de janeiro de 2008

*− Constitui Grupo de Trabalho para elaboração das Teses de Defesa Mínima em Matéria de Pessoal da Procuradoria-Geral Federal.*

Portaria/PGF nº 52, de 16 de janeiro de 2008

*− Atribuir ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Juazeiro do Norte/CE a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Crato/CE.*

Portaria/PGF nº 56, de 16 de janeiro de 2008

*− Atribui à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em União da Vitória/PR as competências atribuídas aos Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal nos municípios que especifica.*

Portaria/PGF nº 69, de 18 de janeiro de 2008

*− Dispõe sobre as localidades de* ***difícilprovimento*** *da Procuradoria-Geral Federal, e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 71, de 18 de janeiro de 2008

*− Atribui às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais que menciona.*

Portaria nº 73, de 21 de janeiro de 2008.

*− Atribui à Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul a representação judicial da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.*

Portaria/PGF nº 84, de 23 de janeiro de 2008

*− Atribui à Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal de Uberlândia - UFU a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia/MG.*

Portaria/PGF nº 87, de 24 de janeiro de 2008

*− Atribui à Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal de Tocantins - UFT a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins/TO e da Escola Técnica Federal de Palmas/TO.*

Portaria/PGF nº 89, de 24 de janeiro de 2008

*− Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Pará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Castanhal/PA.*

Portaria/PGF nº 93, de 24 de janeiro de 2008

*− Atribui à Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Campina Grande – UFCG a competência atribuída pela Portaria nº 71/2008 ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Campina Grande/PB, pelo prazo que especifica.*

Portaria/PGF nº 106, de 29 de janeiro de 2008

*− Atribui às Procuradorias-Regionais Federais e Procuradorias Federais nos Estados que especifica a representação judicial da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.*

Portaria/PGF nº 107, de 29 de janeiro de 2008

*− Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Santa Maria/RS ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Santa Maria/RS.*

Portaria/PGF nº 117, de 31 de janeiro de 2008

*− Atribui ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Osasco/SP competência territorial sobre os municípios de Embu, Embu-Guaçu, Itapecirica da Serra e Taboão da Serra.*

Portaria/PGF nº 135, de 6 de fevereiro de 2008

*− Atribui à Procuradoria-Regional Federal da 5ª Região e à Procuradoria Federal no Estado de Tocantins a representação judicial da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.*

Portaria/PGF nº 155, de 11 de fevereiro de 2008

*− Atribui às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial da Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG.*

Portaria/PGF nº 166, de 12 de fevereiro de 2008

*− Colaboração da Procuradoria Federal junto ao CEFET de Pelotas/RS ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Pelotas/RS.*

Portaria/PGF nº 182, de 15 de fevereiro de 2008

*− Atribui à Procuradoria Federal Especializada junto ao IBAMA a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA no Estado do Amazonas.*

Portaria/PGF nº 200,de 25 de fevereiro de 2008

*− Delega ao Subprocurador-Geral Federal a coordenação das atividades da Procuradoria-Geral Federal e a orientação de sua atuação com reserva do exercício de iguais atribuições.*

Portaria/PGF nº 211, de 3 de março de 2008

*− Atribui às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes/MG e à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Pouso Alegre/MG a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes/MG.*

Portaria/PGF nº 240, de 13 de março de 2008

− *Atribui à Procuradoria Federal no Estado de Tocantins a representação judicial da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.*

Portaria/PGF nº265, de 27 de março de 2008

*– Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Maranhão a representação judicial da Universidade Federal de Lavras - UFLA.*

Portaria/PGF nº300, de 1º de abril de 2008

*– Fixa a competência territorial da Procuradoria-Seccional Federal de Londrina/PR e atribui competências aos órgãos de execução que especifica.*

Portaria/PGF nº320, de 7 de abril de 2008

*– Atribui às Procuradorias Federais nos Estados que especifica a representação judicial da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.*

Portaria/PGF nº326, de 9 de abril de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Bagé/RS.*

Portaria/PGF nº354, de 29 de abril de 2008

*– Atribui ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal no Estado do Mato Grosso a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, Mato Grosso - EAF-CÁCERES/ MT*

Portaria/PGF nº356, de 29 de abril de 2008

*– Atribui ao Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais - PF/MG, na cidade de Uberaba/MG, a competência territorial sobre as ações relativas às Execuções Fiscais em tramitação na Vara do Trabalho da cidade de Unaí/MG e designa Procurador Federal para prestar colaboração específica de responsável pelas referidas ações judiciais.*

Portaria/PGF nº357, de 29 de abril de 2008

*– Atribui ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Mossoró/RN a consultoria e o assessoramento jurídicos da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA.*

Portaria/PGF nº393, de 15 de maio de 2008

*– Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.*

Portaria/PGF nº420, de 23 de maio de 2008

*– Cria áreas temáticas na Adjuntoria de Contencioso, Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação e dá outras providências.*

Portaria nº 430, de 28 de maio de 2008

*– Delegar ao Adjunto de Contencioso da ProcuradoriaGeral Federal, e à Procuradora Federal Isabella Silva Oliveira, SIAPE nº 1480003, a atribuição de exercer a representação judicial das autarquias e fundações federais junto ao Supremo Tribunal Federal, Tribunais Superiores e Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.*

Portaria/PGF nº441, de 2 de junho de 2008

*– Atribui à Procuradoria Regional Federal da 4ª Região a representação judicial da Fundação Nacional do Índio - FUNAI nas ações que especifica.*

Portaria/PGF nº442, de 2 de junho de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Garanhuns/PE.*

Portaria/PGF nº446, de 3 de junho de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal, a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS e a Procuradoria Federal Especializada junto à FUNAI em Passo Fundo/RS.*

Portaria/PGF nº457, de 4 de junho de 2008

*– Atribui à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais nas ações que especifica.*

Portaria/PGF nº477, de 13 de junho de 2008

*– Fixa a competência territorial da Procuradoria Seccional Federal de Joinville/SC e atribui competências aos órgãos de execução que especifica.*

Portaria/PGF nº478, de 13 de junho de 2008

*– Atribui à Procuradoria Regional Federal da 3ª Região a representação judicial do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.*

Portaria/PGF nº479, de 13 de junho de 2008

*– Atribui à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a representação judicial da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.*

Portaria/PGF nº507, de 18 de junho de 2008

*– Atribui à Procuradoria Regional Federal da 3ª Região a representação judicial do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.*

Portaria/PGF nº511, de 19 de junho de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Campina Grande/PB.*

Portaria/PGF nº513, de 19 de junho de 2008

*– Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES nas ações que especifica.*

Portaria nº 518, de 23 de junho de 2008.

*– Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso do Sul a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nas ações que especifica.*

Portaria/PGF nº520, de 25 de junho de 2008

*– Dispõe sobre a responsabilidade dos Procuradores Federais nos casos que especifica.*

Portaria/PGF nº535, de 27 de junho de 2008

*– Fixa os prazos para o encaminhamento de citações, intimações e notificações.*

Portaria/PGF nº536, de 27 de junho de 2008

*– Atribui à Procuradoria Regional Federal da 4ª Região, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO.*

Portaria/PGF nº552, de 2 de julho de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre os Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal e as unidades da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Cascavel/PR, Foz do Iguaçu/PR, Francisco Beltrão/PR, Pato Branco/PR e Toledo/ PR.*

Portaria/PGF nº555, de 2 de julho de 2008

*– Cria o Fórum de Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto às Instituições Federais de Ensino Superior e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº597, de 11 de julho de 2008

*– Atribui às Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.*

Portaria/PGF nº602, de 11 de julho de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Regional Federal da 4ª Região e dos Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Pelotas/RS e Rio Grande/RS à Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT/RS.*

Portaria/PGF nº635, de 17 de julho de 2008

*– Atribui à Procuradoria Federal no Estado de Sergipe a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - EAFSC/SE e do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - CEFET/SE.*

Portaria/PGF nº639, de 18 de julho de 2008

*– Atribui à Procuradoria Federal junto a Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes/MG.*

Portaria/PGF nº640, de 18 de julho de 2008

*– Atribui à Procuradoria Federal junto a Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Machado/MG.*

Portaria/PGF nº641, de 18 de julho de 2008

*– Atribui às Procuradorias Federais, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação nos Estados que especifica a representação judicial da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.*

Portaria/PGF nº662, de 28 de julho de 2008

*– Atribui ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Uberaba/MG a consultoria e o assessoramento jurídicos da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, nos casos que especifica.*

Portaria/PGF nº663, de 28 de julho de 2008

*– Atribui à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região e à Procuradoria Federal no Estado do Ceará a representação judicial da Universidade Federal Fluminense - UFF.*

Portaria/PGF nº674, de 30 de julho de 2008

*– Atribui à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais que menciona.*

Portaria/PGF nº704, de 6 de agosto de 2008

*– Atribui às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.*

Portaria/PGF nº706, de 6 de agosto de 2008

*– Atribui às Procuradorias Federais nos Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais que menciona.*

Portaria/PGF nº708, de 7 de agosto de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Regional Federal da 3ª Região à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em São Paulo/SP.*

Portaria/PGF nº743, de 12 de agosto de 2008

*– Atribui competências aos órgãos de execução que especifica.*

Portaria/PGF nº745, de 12 de agosto de 2008

*– Atribui à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Barreiros/PE, da Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim/PE e da Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão/PE.*

Portaria/PGF nº755, de 13 de agosto de 2008

*– Cria o Fórum de Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto aos Órgãos Reguladores e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº765, de 14 de agosto de 2008

*– Fixa a competência territorial das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação.*

Portaria/PGF nº779, de 19 de agosto de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Sorocaba/SP.*

Portaria/PGF nº788, de 20 de agosto de 2008

*– Atribui às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial da Escola Agrotécnica Federal de Marabá/PA e à Procuradoria Federal no Estado do Pará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Marabá/PA.*

Portaria/PGF nº793, de 21 de agosto de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Regional Federal da 5ª Região à Procuradoria Federal Especializada junto ao IBAMA em Recife/PE.*

Portaria/PGF nº813, de 26 de agosto de 2008

*– Atribui ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Ilhéus/BA a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.*

Portaria/PGF nº817, de 26 de agosto de 2008

*– Atribui à Procuradoria Federal no Estado de Goiás a representação judicial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN no caso que especifica.*

Portaria/PGF nº855, de 29 de agosto de 2008

*– Atribui à Procuradoria Regional Federal da 2ª Região a representação judicial da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.*

Portaria/PGF nº859, de 29 de agosto de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Regional Federal da 3ª Região e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em São Paulo/SP.*

Portaria/PGF nº869, de 2 de setembro de 2008

*– Atribui às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial da Universidade Federal Fluminense- UFF.*

Portaria nº 889, de 3 de setembro de 2008.

*– Atribui competências aos órgãos de execução que especifica em Niterói/RJ*.

Portaria/PGF nº894, de 4 de setembro de 2008

*– Atribui à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região e às Procuradorias Federais nos Estados que especifica a representação judicial da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíves -ANP.*

Portaria/PGF nº898, de 5 de setembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Regional Federal da 5ª Região e a Procuradoria Federal junto à Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ.*

Portaria nº 929, de 17 de setembro de 2008.

*– Atribui à Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais que especifica.*

Portaria/PGF nº933, de 17 de setembro de 2008

*– Atribui à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais que especifica.*

Portaria/PGF nº934, de 17 de setembro de 2008

*– Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais que especifica.*

Portaria/PGF nº964, de 22 de setembro de 2008

*– Atribui à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS nos casos que especifica.*

Portaria/PGF nº968, de 23 de setembro de 2008

*– Atribui à Procuradoria Regional Federal da 3ª Região a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais que especifica.*

Portaria/PGF nº 1.004, de 2 de outubro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Bento Gonçalves/RS.*

Portaria/PGF nº 1.006, de 3 de outubro de 2008

*– Atribui às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial da Escola Técnica Federal de Brasília.*

Portaria/PGF nº 1.007, de 3 de outubro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre os Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal e as unidades da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em São João da Boa Vista, Mogi-Guaçu e Pirassununga/SP.*

Portaria/PGF nº 1.033, de 9 de outubro de 2008

*− Atribui à Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS perante o Tribunal Superior do Trabalho - TST.*

Portaria/PGF nº 1.065, de 17 de outubro de 2008

*– Atribui à Procuradoria Seccional Federal em Londrina/PR a consultoria da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.*

Portaria/PGF nº 1.067, de 17 de outubro de 2008

*– Atribui ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Guarapuava/PR a consultoria da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.*

Portaria/PGF nº 1.080, de 22 de outubro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Sousa/PB.*

Portaria/PGF Nº 1.081, de 24 de outubro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração das Procuradorias Federais no Estado de Rondônia e no Estado do Acre à Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT/RO/AC.*

Portaria/PGF nº 1.083, de 24 de outubro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Marília/SP.*

Portaria/PGF nº 1.110, de 5 de novembro de 2008

*– Dispõe sobre a execução fiscal da dívida ativa do IBAMA e do ICMBio, no âmbito da Procuradoria Federal em Santa Catarina.*

Portaria/PGF nº 1.125, de 7 de novembro de 2008

*– Dispõe sobre o cadastramento de leiloeiros oficiais pelas Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal - PGF.*

Portaria/PGF nº 1.197, de 27 de novembro de 2008

*– Atribui à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.*

Portaria/PGF nº 1.198, de 27 de novembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS.*

Portaria/PGF nº 1.199, de 27 de novembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Regional Federal da 5ª Região e a Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.*

Portaria/PGF nº 1.203, de 27 de novembro de 2008

*– Atribui à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a consultoria e o assessoramento jurídicos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco - CEFET/PE.*

Portaria/PGF nº 1.242, de 28 de novembro de 2008

*– Atribui à Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal de Sergipe - PF/UFS a consultoria e o assessoramento jurídicos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - CEFET/SE e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão/SE - EAFSC.*

Portaria/PGF nº 1.274, de 5 de dezembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Osasco/SP.*

Portaria/PGF nº 1.300, de 10 de dezembro de 2008

*– Atribui à Procuradoria-Regional Federal da 2ª Região, às Procuradorias Federais nos Estados de Amapá, Bahia, Mato Grosso, Tocantins e Santa Catarina, e respectivos Escritórios de Representação, a representação judicial da Fundação Universidade Federal do Acre - UFAC.*

Portaria/PGF nº 1.301, de 11 de dezembro de 2008

*– Atribui às Procuradorias Regionais Federais da 1ª e 2ª Regiões, às Procuradorias Federais nos Estados do Acre, Amapá, Bahia, Mato Grosso, Tocantins e Rio Grande do Norte, e respectivos Escritórios de Representação, a representação judicial do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI.*

Portaria/PGF nº 1.302, de 10 de dezembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Santo Ângelo/RS.*

Portaria/PGF nº 1.309, de 11 de dezembro de 2008

*– Disciplina a cobrança da dívida ativa do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS na Procuradoria-Geral Federal - PGF, o uso do sistema DÍVIDA e regulamenta a assunção e o acompanhamento das ações regressivas acidentárias pelos órgãos de execução da PGF que especifica.*

Portaria/PGF nº 1.322, de 15 de dezembro de 2008

*– Atribui às Procuradorias-Regionais Federais da 1ª e 2ª Regiões, às Procuradorias Federais nos Estados do Acre, Amapá, Bahia, Mato Grosso, Tocantins e Santa Catarina, e respectivos Escritórios de Representação, a representação judicial da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.*

Portaria/PGF nº 1.323, de 15 de dezembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Regional Federal da 5ª Região e a Procuradoria Federal junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.*

Portaria/PGF nº 1.328, de 16 de dezembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Rio Grande/RS.*

Portaria/PGF nº 1.329, de 16 de dezembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS no município de Tabatinga/AM à Procuradoria Federal no Estado do Amazonas.*

Portaria/PGF nº 1.355, de 19 de dezembro de 2008

*– Atribui à Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e à Procuradoria Federal junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes a representação judicial e extrajudicial, a consultoria e o assessoramento jurídicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes em Brasília.*

Portaria/PGF nº 1.371, de 19 de dezembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Santos/SP.*

Portaria/PGF nº 1.375, de 19 de dezembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Bauru/SP.*

Portaria/PGF nº 1.376, de 19 de dezembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em São Bernardo do Campo/SP.*

Portaria/PGF nº 1.377, de 19 de dezembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Presidente Prudente/ SP.*

Portaria/PGF nº 1.385, de 19 de dezembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Caxias do Sul/RS.*

Portaria/PGF nº 1.388, de 19 de dezembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Mogi das Cruzes/ SP.*

Portaria/PGF nº 1.390, de 19 de dezembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Taubaté/SP.*

Portaria/PGF nº 1.391, de 19 de dezembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em São José do Rio Preto/SP.*

Portaria/PGF nº 1.393, de 19 de dezembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Piracicaba/SP.*

Portaria/PGF nº 1.394, de 19 de dezembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Guarulhos/SP.*

Portaria/PGF nº 1.395, de 19 de dezembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Canoas/RS.*

Portaria/PGF nº 1.396, de 19 de dezembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Araraquara/SP.*

Portaria/PGF nº 1.397, de 19 de dezembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em São José dos Campos/SP.*

Portaria/PGF nº 1.398, de 19 de dezembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em São João da Boa Vista/SP.*

Portaria/PGF nº 1.400, de 19 de dezembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Jundiaí/SP.*

Portaria/PGF nº 1.401, de 19 de dezembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Novo Hamburgo/ RS.*

Portaria/PGF nº 1.402, de 19 de dezembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Ribeirão Preto/SP.*

Portaria/PGF nº 1.404, de 22 de dezembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Lajeado/RS.*

Portaria/PGF nº 1.405, de 22 de dezembro de 2008

*– Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio no Espírito Santo, nas ações que especifica.*

Portaria/PGF nº 1.409, de 22 de dezembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Santo André/SP.*

Portaria/PGF nº 1.415, de 22 de dezembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Ji-Paraná/RO.*

Portaria/PGF nº 1.430, de 30 de dezembro de 2008

*– Atribui à Procuradoria Regional Federal da 3ª Região a representação judicial da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.*

Portaria/PGF nº 1.431, de 30 de dezembro de 2008

*– Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal no Estado do Amazonas à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS no município de Manaus/AM.*

## **Portarias/PGF de 2009 622**

Portaria/PGF nº 81, de 27 de janeiro de 2009

*– Atribui às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO e do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.*

Portaria/PGF nº 96, de 2 de fevereiro de 2009

*– Disciplina a solicitação de audiência com Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal.*

Portaria/PGF nº 108, de 4 de fevereiro de 2009

*– Atribui às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais.*

Portaria/PGF nº 139, de 16 de fevereiro de 2009

*– Atribui aos Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, exceto nos casos que especifica.*

Portaria/PGF nº 140, de 16 de fevereiro de 2009

*– Atribui às unidades da Procuradoria-Geral Federal que indica a consultoria e o assessoramento jurídicos do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em matéria de benefícios.*

Portaria/PGF nº 164, de 20 de fevereiro de 2009

*– Atribui à Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais que especifica.*

Portaria/PGF nº 199, de 2 de março de 2009

*– Atribui à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a representação judicial da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.*

Portaria/PGF nº 239, de 10 de março de 2009

*– Atribui à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.*

Portaria/PGF nº 261, de 12 de março de 2009

*– Atribui à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais que especifica.*

Portaria/PGF nº 262, de 12 de março de 2009

*– Altera a coordenação da colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Sorocaba/SP.*

Portaria/PGF nº 267, de 16 de março de 2009

*– Disciplina a centralização da cobrança da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais na PGF e estabelece critérios para a assunção.*

Portaria/PGF nº 275, de 18 de março de 2009

– Fixa a competência territorial da Procuradoria Seccional Federal em Varginha/MG e atribui competências aos órgãos de execução que especifica.

Portaria/PGF nº 304, de 26 de março de 2009

*– Atribui à Procuradoria Regional Federal da 3ª Região a representação judicial da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.*

Portaria/PGF nº 332, de 30 de março de 2009

*– Dispõe sobre a colaboração do Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em São José do Rio Preto/SP à Procuradoria Federal Especializada junto ao IBAMA em Araçatuba/SP.*

Portaria/PGF nº 359, de 8 de abril de 2009

*− Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais que especifica*

Portaria/PGF nº 364, de 8 de abril de 2009

*− Atribui à Procuradoria Regional Federal da 3ª Região as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos em matéria administrativa da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA*

Portaria/PGF nº 376, de 13 de abril de 2009

*− Atribui competências aos órgãos de execução que especifica*

Portaria/PGF nº 379, de 15 de abril de 2009

*− Atribui à Procuradoria Regional Federal da 3ª Região a representação judicial do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.*

Portaria/PGF nº 409, de 27 de abril de 2009

*− Atribui competências aos órgãos de execução que especifica.*

Portaria/PGF nº 427, de 28 de abril de 2009

*− Atribui à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos em licitações e contratos administrativos da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.*

Portaria nº 436, de 29 de abril de 2009.

*− Atribui à Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nas ações de acidente de trabalho.*

Portaria/PGF nº 457, de 8 de maio de 2009

*− Atribui competências aos órgãos de execução que especifica.*

Portaria/PGF nº 465, de 11 de maio de 2009

*− Atribui competências aos órgãos de execução que especifica.*

Portaria/PGF nº 499, de 20 de maio de 2009

*− Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal no Estado de Tocantins às Procuradorias Federais junto à Fundação Universidade Federal de Tocantins - UFT e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins - IFET/TO, nas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos.*

Portaria/PGF nº- 522, de 29 de maio de 2009

*− Atribui às Procuradorias Federais nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte a representação judicial do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.*

Portaria/PGF nº 537, de 2 de junho de 2009

*− Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e as Procuradorias Federais Especializadas junto ao IBAMA e INSS em Araçatuba/SP.*

Portaria/PGF nº 538, de 2 de junho de 2009

*− Atribui às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.*

Portaria/PGF nº 564, de 10 de junho de 2009

*− Altera a coordenação da colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Montes Claros/MG.*

Portaria/PGF nº 573, de 12 de junho de 2009

*− Atribui competências aos órgãos de execução que especifica.*

Portaria/PGF nº 626, de 26 de junho de 2009

− Altera a coordenação da colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Marília/ SP.

Portaria/PGF nº 646, de 30 de junho de 2009

*− Atribui à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a representação judicial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.*

Portaria/PGF nº 656, de 8 de julho de 2009

−*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.*

Portaria/PGF nº 665, de 14 de julho de 2009

*− Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio - FUNAI aos órgãos de execução que indica e nos termos em que especifica.*

Portaria/PGF nº 671, de 16 de julho de 2009

*− Atribui competências aos órgãos de execução que especifica.*

Portaria/PGF nº 709, de 27 de julho de 2009:

*− Estabelece condições para o cumprimento do cronograma previsto no Anexo da Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009.*

Portaria/PGF nº 724, de 29 de julho de 2009:

*− Atribui à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a representação judicial do Departamento Nacional de Produção Mineral -DNPM.*

Portaria/PGF nº 725, de 29 de julho de 2009:

*− Dispõe sobre a colaboração mútua entre os órgãos de execução que indica*

Portaria/PGF nº 726, de 29 de julho de 2009:

*− Atribui à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a consultoria e o assessoramento jurídicos do Instituto Federal de Brasília, pelo prazo que especifica*

Portaria/PGF nº 751, de 31 de julho de 2009.

*− Dispõe sobre a colaboração temporária da Procuradoria Federal no Estado de Goiás à Procuradoria Federal Especializada junto à FUNAI em Goiás, nos termos em que especifica.*

Portaria/PGF nº 768, de 5 de agosto de 2009.

*− Atribui à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região as competências que especifica e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 775, de 7 de agosto de 2009.

*− Atribui à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos em matéria de benefícios e dá outras providências*

Portaria/PGF nº 832, de 20 de agosto de 2009.

*− Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 863, de 28 de agosto de 2009.

*− Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 865, de 28 de agosto de 2009.

*− Atribui competências aos órgãos de execução que especifica.*

Portaria/PGF nº 868, de 28 de agosto de 2009.

*− Atribui às Procuradorias Federais nos Estados de Mato Grosso do Sul e Tocantins a representação judicial do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.*

Portaria/PGF nº 893, de 4 de setembro de 2009.

*− Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal do Tocantins à Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Palmas/TO.*

Portaria/PGF nº 914, de 16 de setembro de 2009.

*− Dispõe sobre a centralização das atividades de análise e inscrição em dívida ativa dos créditos da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e altera o cronograma previsto no Anexo da Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009.*

Portaria/PGF nº 927, de 17 de setembro de 2009.

*− Atribui competências aos órgãos de execução que especifica.*

Portaria/PGF nº 937, de 22 de setembro de 2009.

*− Dispõe sobre a competência da Procuradoria Federal junto à Universidade Federal da Paraíba - UFPB para responder pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos do Instituto Federal da Paraíba, quando dos afastamentos legais ou nos casos de conflito de interesse do único Procurador Federal em exercício na Procuradoria Federal junto ao referido instituto.*

Portaria/PGF nº 953, de 23 de setembro de 2009.

*− Regulamenta a orientação técnica em tese a ser exercida pelas Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais nos termos do art. 2º da Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007.*

Portaria/PGF nº 957, de 24 de setembro de 2009.

*− Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Regional Federal da 5ª Região e a Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.*

Portaria/PGF nº 959, de 24 de setembro de 2009.

*− Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal junto à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA em Campo Grande/MS à Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul.*

Portaria/PGF nº 1.013, de 8 de outubro de 2009.

*− Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN em Campo Grande/MS à Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Campo Grande/MS.*

Portaria/PGF nº 1.031, de 14 de outubro de 2009.

*− Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 1.032, de 14 de outubro de 2009.

*− Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 1.071, de 21 de outubro de 2009.

*− Dispõe sobre a colaboração da Coordenação de Gerenciamento dos Juizados Especiais Federais da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS à Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 1.072, de 21 de outubro de 2009.

*− Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 1.108, de 6 de novembro de 2009.

*− Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Paraná a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos em matéria de benefícios e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 1.116, de 5 de novembro de 2009.

*− Atribui competências aos órgãos de execução que especifica.*

Portaria/PGF nº 1.118, de 6 de novembro de 2009.

*− Atribui competências aos órgãos de execução que especifica.*

Portaria/PGF nº 1.121, de 10 de novembro de 2009.

*− Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 1.169, de 23 de novembro de 2009.

*− Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 1.171, de 23 de novembro de 2009.

*− Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 1.172, de 23 de novembro de 2009.

*− Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 1.174, de 23 de novembro de 2009.

*− Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 1.186, de 25 de novembro de 2009.

*− Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 1.221, de 30 de novembro de 2009.

*− Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal no Estado do Tocantins à Procuradoria Federal junto à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA em Palmas/TO.*

Portaria/PGF nº 1.235, de 2 de dezembro de 2009.

*− Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 1.261, de 7 de dezembro de 2009.

*− Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 1.269, de 11 de dezembro de 2009.

*− Art. 2º Para fins de remoção a pedido em virtude de processo seletivo e daquela prevista no art. 7º da Portaria PGF nº 720, de 2007, em relação ao benefício previsto nos dispositivos revogados por esta Portaria, os seus efeitos permanecerão vigentes em relação aos Procuradores Federais que, na data de publicação desta Portaria, estejam lotados e em efetivo exercício em localidades definidas como de difícil provimento, desde que cumpridos os respectivos requisitos*

Portaria/PGF nº 1.294, de 16 de dezembro de 2009.

*− Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 1.326, de 29 de dezembro de 2009.

*− Cria o Fórum de Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais que têm interesse em questões fundiárias, ambientais e indígenas e dá outras providências.*

## **Portarias/PGF de 2010 653**

Portaria/PGF nº 14, de 12 de janeiro de 2010.

*− Dispõe sobre o acompanhamento prioritário de ações relativas à cobrança e recuperação de créditos pelas Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação.*

Portaria/PGF nº 19, de 14 de janeiro de 2010.

*− Dispõe sobre o Gabinete do Procurado-Geral Federal.*

Portaria/PGF nº 24, de 21 de janeiro de 2010.

*− Atribui à Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal e às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial das autarquias que especifica.*

Portaria/PGF nº 34, de 26 de janeiro de 2010.

*− Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em Erechim/RS.*

Portaria/PGF nº 42, de 29 de janeiro de 2010

*− Art. 1º Delegar aos procuradores federais em exercício na Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal, com reserva do exercício de igual atribuição, a análise jurídica de precatórios prevista nos §§ 3º e 4º do art. 2º da Portaria PGF nº 203, de 25 de fevereiro de 2008, publicada nas páginas 10 e 11 da Seção 1 do Diário Oficial da União de 26 de fevereiro de 2008.*

Portaria/PGF nº 80, de 12 de fevereiro de 2010

*− Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nas ações que especifica*

Portaria/PGF nº 159, de 11 de março de 2010.

*− Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Amazonas a representação judicial e as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, bem como a defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades, no Estado do Amazonas.*

Portaria/PGF nº 203, de 23 de março de 2010

*− Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Maranhão a representação extrajudicial e as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, bem como a defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades, e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 241, de 31 de março de 2010

*− Atribui à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais que especifica.*

Portaria/PGF nº 297, de 27 de abril de 2010

*− Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal junto à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA em Rio Branco/AC à Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio - FUNAI em Rio Branco/AC, nos termos em que especifica.*

Portaria/PGF nº 317, de 30 de abril de 2010

*− Dispõe sobre a indicação de responsável pela defesa das prerrogativas de membros da carreira de Procurador Federal nas Procuradorias Regionais Federais e Procuradorias Federais nos Estados.*

Portaria/PGF nº 356, de 13 de maio de 2010

*− Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Seccional Federal em Uruguaiana/RS ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Santa Maria/RS, nos termos em que especifica.*

Portaria/PGF nº 463, de 11 de junho de 2010

*– Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 473, de 17 de junho de 2010

*– Atribui à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a representação judicial da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.*

Portaria/PGF nº 488, de 21 de junho de 2010

*– Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências*

Portaria/PGF nº 501, de 28 de junho de 2010

*– Atribui ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Diamantina/MG a representação judicial da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 513, de 2 de julho de 2010

*– Atribui à Procuradoria Seccional Federal em Niterói/RJ a representação judicial do INSS nos Municípios que especifica e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 529, de 6 de julho de 2010

*– Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Acre as atividades de defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades, no Estado do Acre, e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 566, de 21 de julho de 2010

*– Atribui à Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal e às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 573, de 22 de julho de 2010

*– Atribui às Procuradorias Federais nos Estados do Acre, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Tocantins a representação judicial do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI.*

Portaria/PGF nº 584, de 27 de julho de 2010

*– Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Regional Federal da 5ª Região ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Garanhuns/PE.*

Portaria/PGF nº 603, de 2 de agosto de 2010

*– Dispõe sobre a comunicação de decisões judiciais e a competência para a elaboração de parecer de força executória.*

Portaria/PGF nº 664, de 18 de agosto de 2010

*– Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Regional Federal da 5ª Região à Procuradoria Seccional Federal em Caruaru/PE.*

Portaria/PGF nº 685, de 25 de agosto de 2010

*– Atribui à Procuradoria Federal no Estado de Goiás a representação judicial e as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO.*

Portaria/PGF nº 702, de 1º de setembro de 2010

*– Dispõe sobre os créditos de imputação de pagamento de créditos das autarquias e fundações públicas federais inscritos em dívida ativa.*

Portaria/PGF nº 703, de 1º de setembro de 2010

*– Atribui aos Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal no Estado de São Paulo a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.*

Portaria/PGF nº 704, de 1º de setembro de 2010

*– Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul e da Procuradoria Federal Especializada junto à FUNAI em Campo Grande/MS à Procuradoria Federal Especializada junto à FUNAI em Dourados/MS.*

Portaria/PGF nº 708, de 2 de setembro de 2010

*– Disciplina o requerimento de opção de parcelamento e pagamento previsto na Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010 e regulamentado pela Portaria AGU nº 1.197, de 13 de agosto de 2010.*

Portaria/PGF nº 772, de 28 de setembro de 2010

*– Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Regional Federal da 1ª Região aos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal atuantes em 1º grau de jurisdição localizados sob sua área de abrangência, nos termos em que especifica.*

Portaria/PGF nº 779, de 29 de setembro de 2010

*– Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 796, de 5 de outubro de 2010

*– Disciplina o art. 1º-C da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.*

Portaria/PGF nº 815, de 14 de outubro de 2010

*– Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

Portaria nº 861, de 27 de outubro de 2010.

*– Disciplina os procedimentos a serem adotados pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal quando da expedição de precatórios ou requisições de pequeno valor.*

Portaria/PGF nº 990, de 15 de dezembro de 2010

*– Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Divinópolis/MG.*

Portaria/PGF nº 991, de 15 de dezembro de 2010

*– Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Arapiraca/AL.*

Portaria/PGF nº 998, de 17 de dezembro de 2010

*– Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Regional Federal da 4ª Região aos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal atuantes em 1º grau de jurisdição localizados sob sua área de abrangência, nos termos em que especifica.*

## **Portarias/PGF de 2011 669**

Portaria/PGF nº 3, de 4 de janeiro de 2011

*– Atribui à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região e aos Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Anápolis/GO, Patos de Minas/MG e Unaí/MG a representação judicial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 34, de 12 de janeiro de 2011

*– Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Ponta Grossa/PR.*

Portaria/PGF nº 58, de 25 de janeiro de 2011

*– Subdelega as competências de que trata a Portaria AGU nº 06, de 06 de janeiro de 2011, e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 118, de 21 de fevereiro de 2011

*– Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Maringá/PR.*

Portaria/PGF nº 155, de 3 de março de 2011

*– Atribui à Procuradoria Federal no Estado da Paraíba a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, exceto nos casos que especifica.*

Portaria/PGF nº 171, de 9 de março de 2011

*– Atribui à Procuradoria Regional Federal da 2ª Região a representação judicial da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.*

Portaria nº 182, de 14 de março de 2011

*– Atribui à Procuradoria Federal da Paraíba a representação judicial e extrajudicial da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, bem como a defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades.*

Portaria/PGF nº 194, de 17 de março de 2011

*– Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Imperatriz/MA.*

Portaria/PGF nº 277, de 13 de abril de 2011

*– Atribui à Procuradoria Federal no Estado de Goiás a representação judicial do Colégio Pedro II.*

Portaria/PGF nº 300, de 19 de abril de 2011

*– Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal no Estado de Roraima e a Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Roraima.*

Portaria/PGF nº 385, de 19 de maio de 2011

*– Atribui aos Escritórios de Representação no Estado de São Paulo a representação judicial da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.*

Portaria/PGF nº 400, de 24 de maio de 2011

*– Dispõe sobre a instrução preliminar para apuração de infrações disciplinares no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.*

Portaria/PGF nº 436, de 31 de maio de 2011

– *Disciplina os procedimentos na análise dos pagamentos decorrentes de decisões judiciais condenatórias por responsabilidade civil de autarquias e fundações públicas federais para fins de propositura da ação de regresso em face de servidor público.*

Portaria/PGF nº 482, de 10 de junho de 2011

*– Atribui à Procuradoria Seccional Federal em Arapiraca/AL e ao Escritório de Representação de União dos Palmares/AL a representação judicial da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.*

Portaria nº 534, de 30 de junho de 2011.

*– Atribui à Procuradoria Seccional Federal em Arapiraca/AL e ao Escritório de Representação de União dos Palmares/AL a representação judicial da Fundação Nacional do Índio – FUNAI.*

Portaria/PGF nº 563, de 1º de julho de 2011

*– Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Passo Fundo/RS.*

Portaria/PGF nº 594, de 20 de julho de 2011

*– Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Paraná a representação judicial da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.*

Portaria nº 627, de 29 de julho de 2011.

*– Constitui Grupo de Trabalho para melhoria continuada da gestão das unidades da Procuradoria-Geral Federal.*

Portaria/PGF nº 628, de 29 de julho de 2011

*– Constitui Equipe de moderadores dos grupos virtuais de discussão temática da Procuradoria-Geral Federal.*

Portaria/PGF nº 629, de 29 de julho de 2011

*– Constitui Grupo de Trabalho para definição de estratégia de proteção do nome e imagem das autarquias e fundações públicas federais.*

Portaria/PGF nº 666, de 10 de agosto de 2011

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade em Porto Seguro/BA, a Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis em Eunápolis/BA, a Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social em Eunápolis/BA e a Procuradoria Seccional Federal em Ilhéus/BA.*

Portaria/PGF nº 685, de 16 de agosto de 2011

*– Atribui à Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso a representação judicial do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO naquele estado.*

Portaria/PGF nº 690, de 16 de agosto de 2011

*– Disciplina o procedimento de compensação de precatórios previsto na Lei nº 12.431, de 27 de junho de 2011.*

Portaria/PGF nº 756, de 6 de setembro de 2011

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Federal junto à Universidade Federal Rural do Semi-Árido e a Procuradoria Seccional Federal em Mossoró/RN.*

Portaria/PGF nº 815, de 28 de setembro de 2011

*– Disciplina a aplicação da Portaria do Ministério da Fazenda nº 435, de 08 de setembro de 2011, às execuções fiscais trabalhistas e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 858, de 13 de outubro de 2011

*– Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Presidente Prudente/SP.*

Portaria/PGF nº 868, de 14 de outubro de 2011

*– Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Ribeirão Preto/SP.*

Portaria/PGF nº 881, de 20 de outubro de 2011

*– Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em São José do Rio Preto/SP.*

Portaria/PGF nº 896, de 24 de outubro de 2011

*– Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 916, de 31 de outubro de 2011

*– Disciplina a Portaria AGU nº 377, de 25 de agosto de 2011, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.*

Portaria/PGF nº 920, de 31 de outubro de 2011

*– Dispõe sobre a colaboração entre a Procuradoria Federal no Estado do Amazonas e a Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.*

Portaria/PGF nº 931, de 10 de novembro de 2011

*– Dispõe sobre a elaboração, atualização, divulgação e utilização de teses de defesa mínima a serem utilizadas na defesa das autarquias e fundações públicas federais e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 1.033, de 25 de novembro de 2011

*– Atribui aos órgãos de execução que especifica a representação judicial da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.*

Portaria/PGF nº 1.071, de 2 de dezembro de 2011

*– Dispõe sobre os procedimentos de acompanhamento pela Procuradoria-Geral Federal de projetos estratégicos realizados pelas autarquias e fundações públicas federais.*

Portaria/PGF nº 1.074, de 5 de dezembro de 2011

*– Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Santa Maria/RS.*

Portaria/PGF nº 1.098, de 13 de dezembro de 2011

*– Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Guarulhos/SP.*

Portaria/PGF nº 1.128, de 22 de dezembro de 2011

*– Dispõe sobre a colaboração entre a Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio - FUNAI em Eunápolis/BA e a Procuradoria Seccional Federal em Ilhéus/BA.*

Portaria/PGF nº 1.130, de 22 de dezembro de 2011

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Federal no Estado do Rio Grande do Norte e a Procuradoria Seccional Federal em Mossoró.*

## **Portarias/PGF de 2012 688**

Portaria/PGF nº 98, de 31 de janeiro de 2012

*– Atribui aos órgãos de execução que especifica a representação judicial do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.*

Portaria/PGF nº 161, de 27 de fevereiro de 2012

*– Atribui ao órgão de execução que especifica a representação judicial do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.*

Portaria/PGF nº 162, de 27 de fevereiro de 2012

*– Atribui aos órgãos de execução que especifica a representação judicial do Instituto Federal Catarinense.*

Portaria/PGF nº 229, de 14 de março de 2012

*– Atribui ao órgão de execução que especifica a representação judicial do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO.*

Portaria/PGF nº 267, de 2 de abril de 2012

*– Atribui ao órgão de execução que especifica a representação judicial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN*

Portaria/PGF nº 268, de 3 de abril de 2012

*– Atribui aos órgãos de execução que especifica a representação judicial do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT*

Portaria/PGF nº 314, de 20 de abril de 2012

*– Atribui ao órgão de execução que especifica a representação judicial do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e estabelece colaboração entre órgãos.*

Portaria/PGF nº 353, de 27 de abril de 2012

*– Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio*

Portaria/PGF nº 363, de 30 de abril de 2012

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Seccional Federal em Criciúma, seus Escritórios de Representação em Tubarão e Laguna e a Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Laguna*

Portaria/PGF nº 418, de 21 de maio de 2012

*– Atribui ao Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul em Dourados a representação judicial do DNIT, da FUNASA, da UFGD e da FUNAI.*

Portaria/PGF nº 423, de 22 de maio de 2012

*– Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Araçatuba/SP*

Portaria/PGF nº 469, de 8 de junho de 2012

*– Dispõe sobre o Grupo de Cobrança dos Grandes Devedores (GCGD) das Autarquias e Fundações Públicas Federais.*

Portaria/PGF nº 470, DE 11 de junho de 2012

*– Institui o Sistema de Acompanhamento de Ações Relevantes no âmbito da Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 471, de 11 de junho de 2012

*– Autoriza a inscrição em dívida ativa centralizada nas capitais.*

Portaria/PGF nº 489, de 15 de junho de 2012

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul em Dourados e a Procuradoria Federal Especializada junto à FUNAI em Dourados e Ponta Porã.*

Portaria/PGF nº 534, de 9 de julho de 2012

*– Atribui à Procuradoria Federal no Estado da Paraíba a representação judicial do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.*

Portaria/PGF nº 581, de 19 de julho de 2012

*– Atribuir à Procuradoria Regional Federal na 1ª Região a representação judicial da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.*

Portaria nº 608, de 2 de agosto de 2012.

*– Atribui ao órgão de execução que especifica a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.*

Portaria/PGF nº 610, de 2 de agosto de 2012

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre as Procuradorias Seccionais Federais em Canoas/RS, Pelotas/RS, Santa Maria/RS e Passo Fundo/RS.*

Portaria/PGF nº 615, de 3 de agosto de 2012

*– Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Duque de Caxias/RJ*

Portaria/PGF nº 631, de 7 de agosto de 2012

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Seccional Federal em Duque de Caxias/RJ e a Procuradoria Federal junto à Universidade Federal do Rio de Janeiro.*

Portaria/PGF nº 737, de 14 de setembro de 2012

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Federal junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em São Paulo e a Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional de Saúde em São Paulo*

Portaria/PGF nº 739, de 17 de setembro de 2012

*– Atribui aos órgãos de execução que especifica a representação judicial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.*

Portaria/PGF nº 865, de 1º de novembro de 2012

*– Dispõe sobre a delegação de competências ao Diretor do Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal - DEPCONT/PGF e aos procuradores federais em exercício neste órgão.*

Portaria/PGF nº 873, de 8 de novembro de 2012

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Regional Federal da 1ª Região e a Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio – FUNAI em Governador Valadares/MG.*

Portaria/PGF nº 896, de 14 de novembro de 2012

*– Cria o Fórum de Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais com interesse jurídico na área temática da cultura e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 917, de 20 de novembro de 2012

*– Atribui ao Escritório de Representação em Rio Verde a representação judicial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.*

Portaria/PGF nº 998, de 21 de dezembro de 2012

*– Disciplina os procedimentos a serem adotados em relação à utilização de informações protegidas por sigilo em processos judiciais*

## **Portarias/PGF de 2013 700**

Portaria/PGF nº 17, de 11 de janeiro de 2013

*– Disciplina a utilização do protesto extrajudicial por falta de pagamento de Certidões de Dívida Ativa das autarquias e fundações públicas federais.*

Portaria nº 156, de 19 de março de 2013.

*– Atribui à Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul a representação judicial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.*

Portaria/PGF nº 157, de 20 de março de 2013

*– Regulamenta no âmbito da Procuradoria-Geral Federal o procedimento para solicitação de intervenção das autarquias e fundações públicas federais, na qualidade de amicus curiae, nas ações judiciais de controle concentrado e em recursos extraordinários com repercussão geral reconhecida em trâmite no Supremo Tribunal Federal.*

Portaria/PGF nº 201, de 28 de março de 2013

*– Dispõe sobre o pedido de autorização necessário para a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta em que as autarquias e fundações públicas federais figurem como compromissárias.*

Portaria/PGF nº 305, de 15 de maio de 2013

*– Subdelega a competência prevista no art. 1º da Portaria AGU nº 98, de 9 de abril de 2013, e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 419, de 10 de julho de 2013

*– Art. 1º A presente portaria regulamenta o parcelamento extrajudicial de que trata o art. 37-B da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e a possibilidade de realização de acordo, em juízo, para terminar litígios que envolvam o recebimento de créditos das autarquias e fundações públicas federais, nos termos dos artigos 1º e 2º da Lei 9.469, de 10 de julho de 1997.*

Portaria/PGF nº 423, de 16 de julho de 2013

*– Disciplina as atividades do Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal.*

Portaria/PGF nº 424, de 16 de julho de 2013

*– Disciplina o encaminhamento de consulta ao Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal e revoga a Portaria PGF nº 158, de 09 de março de 2010.*

Portaria/PGF nº 425, de 16 de julho de 2013

*– Disciplina o acompanhamento, pelo Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal, das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestadas às autarquias e fundações públicas federais, no tocante a projetos estratégicos.*

Portaria/PGF nº 453, de 24 de julho de 2013

*– Atribui à Procuradoria Federal no Estado de Sergipe - PF/SE as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN em Sergipe.*

Portaria/PGF nº 526, de 26 de agosto de 2013

*– Estabelece diretrizes gerais para o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestadas às autarquias e fundações públicas federais.*

Portaria/PGF nº 585, de 17 de setembro de 2013

*– Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Seccional Federal em Pelotas/RS, da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Santo Ângelo/RS e do Escritório de Representação em Santo Ângelo/RS à Procuradoria Seccional Federal em Rio Grande/RS.*

Portaria n° 591, de 19de setembro de 2013.

*– Estabelece os procedimentos a serem observados nos Pedidos de Concessão de Diárias e Passagens de membros e servidores em exercício na Procuradoria-Geral Federal, Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação a elas vinculados.*

Portaria/PGF nº 595, de 23 de setembro de 2013

*– Disciplina o procedimento de conciliação prévia à propositura das execuções fiscais de créditos das autarquias e fundações públicas federais.*

Portaria/PGF nº 655, de 11 de outubro de 2013

*– Dispõe sobre a representação judicial e extrajudicial, consultoria e assessoramento jurídicos da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 671, de 21 de outubro de 2013

*– Dispõe sobre as atribuições dos representantes estaduais da Divisão de Defesa das Prerrogativas da Carreira de Procurador Federal e de Divulgação Institucional da Procuradoria-Geral Federal e estabelece os procedimentos a serem adotados em caso de violação aos direitos e prerrogativas dos Procuradores Federais.*

Portaria/PGF nº 676, de 24 de outubro de 2013

*– Disciplina o requerimento de opção de parcelamento e pagamento previsto na Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010 e regulamentado pela Portaria AGU nº 395, de 22 de outubro de 2013, em virtude da edição da Lei n.º 12.865, de 09 de outubro de 2013.*

Portaria/PGF nº 713, de 5 de novembro de 2013

*– Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado do Acre - PF/AC e dá outras providências*

Portaria/PGF nº 737, de 21 de novembro de 2013

*– Dispõe sobre o conteúdo mínimo das páginas da internet e intranet dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal.*

Portaria/PGF nº 786, de 29 de novembro de 2013

*– Atribui competências ao órgão de execução que especifica e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 812, de 2 de dezembro de 2013

*– Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Barreiras/BA e da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Feira de Santana/BA.*

Portaria/PGF nº 832, de 9 de dezembro de 2013

*– Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado de Rondônia - PF/RO e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 835, de 10 de dezembro de 2013

*– Constitui Grupos Permanentes no âmbito do Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal.*

Portaria/PGF nº 836, de 11 de dezembro de 2013

*– Atribui às Procuradorias Federais nos Estados que especifica a representação judicial da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.*

Portaria/PGF nº 838, de 13 de dezembro de 2013

*– Dispõe sobre a colaboração entre a Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Eunápolis/BA, a Procuradoria Federal Especializada junto à FUNAI em Eunápolis/BA, a Procuradoria Federal Especializada junto ao IBAMA em Eunápolis/BA e a Procuradoria Federal Especializada junto ao ICMBio em Porto Seguro/BA..*

Portaria/PGF nº 839, de 13 de dezembro de 2013

*– Disciplina a aplicação da Portaria do Ministério da Fazenda nº 582, de 11 de dezembro de 2013, às execuções fiscais trabalhistas e dá outras providências*.

Portaria/PGF nº 840, de 19 de dezembro de 2013

*– Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado do Piauí - PF/PI e dá outras providências*.

Portaria/PGF nº 844, de 19 de dezembro de 2013

*– Atribui ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em São Carlos a representação judicial da Fundação Universidade Federal de São Carlos.*

Portaria/PGF nº 845, de 19 de dezembro de 2013

*– Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado do Maranhão - PF/MA e dá outras providências*.

Portaria/PGF nº 846, de 19 de dezembro de 2013

*– Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso - PF/MT e dá outras providências*.

Portaria/PGF nº 847, de 19 de dezembro de 2013

*– Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado de Roraima - PF/RR e dá outras providências*.

## **Portarias/PGF de 2014 733**

Portaria/PGF nº 133, de 14 de fevereiro de 2014

*– Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Feira de Santana/BA.*

Portaria/PGF nº 134, de 17 de fevereiro de 2014**[[2]](#footnote-3)**

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio - FUNAI em Chapecó/SC e em Florianópolis/SC e a Procuradoria Seccional Federal em Chapecó/SC.*

Portaria/PGF nº 151, de 19 de fevereiro de 2014

*– Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Seccional Federal em Feira de Santana/BA e os órgãos de execução que especifica.*

Portaria nº 314, de 17 de abril de 2014.

*– Atribui à Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul -PF/MS a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nas ações que especifica*

Portaria/PGF nº 422, de 23 de maio de 2014

*– Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado da Paraíba - PF/PB e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 423, de 23 de maio de 2014

*– Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado do Paraná - PF/PR e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 439, de 29 de maio de 2014

*– Atribui à Procuradoria Federal no Estado de Goiás- PF/GO a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais que especifica, e dá outras providências.*

Portaria nº 494, de 24 de junho de 2014.

*– Cria o Fórum de Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais com interesse jurídico na área temática de pesquisa, ciência, tecnologia e inovação e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 495, de 27 de junho de 2014

*– Altera o disposto na Portaria PGF nº 1.432, de 30 de dezembro de 2008, que disciplina o processo de promoção na carreira de Procurador Federal e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 507, de 1º de julho de 2014

*– Altera a competência territorial da Procuradoria Federal no Estado do Ceará.*

Portaria/PGF nº 508, de 1º de julho de 2014

*– Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Ceará - PF/CE a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais que especifica e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 618, de 25 de julho de 2014

*– Atribui aos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal as responsabilidades que especifica.*

Portaria/PGF nº 627, de 25 de julho de 2014.

*– Altera a competência territorial da Procuradoria Federal no Estado de Sergipe.*

Portaria/PGF nº 634, de 30 de julho de 2014

*- Altera a competência territorial de órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal em Ipatinga/MG.*

Portaria/PGF nº 645, de 4 de agosto de 2014

*– Altera a competência territorial de órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal em Serra Talhada/PE.*

Portaria/PGF nº 801, de 19 de setembro de 2014

*– Dispõe sobre a colaboração entre a Procuradoria Regional Federal da 1ª Região e a Procuradoria Regional da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social em Brasília/DF.*

Portaria/PGF nº 818, de 26 de setembro de 2014

*– Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Novo Hamburgo/RS.*

Portaria/PGF nº 844, de 10 de outubro de 2014.

*– Altera a competência territorial da Procuradoria Seccional Federal em Canoas/RS.*

Portaria/PGF nº 980, de 25 de novembro de 2014.

*– Altera a competência territorial da Procuradoria Federal no Estado do Paraná.*

Portaria/PGF nº 981, de 25 de novembro de 2014.

*– Altera a competência territorial da Procuradoria Seccional Federal em Passo Fundo/RS.*

Portaria/PGF nº 997, de 28 de novembro de 2014.

*– Regulamenta, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal (PGF), os procedimentos relativos à análise para inscrição em dívida e cobrança de créditos das autarquias e fundações públicas federais decorrentes de acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU), e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 998, de 28 de novembro de 2014.

*– Dispõe sobre procedimentos para defesa da probidade e ressarcimento ao erário no âmbito das Autarquias e Fundações Públicas Federais.*

## **Portarias/PGF de 2015 748**

Portaria/PGF nº 98, de 11 de fevereiro de 2015

*− Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais – PF/MG e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 197, de 19 de março de 2015

*− Altera a competência territorial da Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais.*

Portaria/PGF nº 201, de 23 de março de 2015

*− Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado do Amapá – PF/AP e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 269, de 10 de abril de 2015

*− Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina– PF/SC e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 378, de 29 de maio de 2015

*− Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo – PF/ES e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 380, de 29 de maio de 2015

*− Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado de Alagoas – PF/AL e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 453, de 02 de julho de 2015

*− Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Federal Especializada junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT e a Procuradoria Federal junto ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, nos termos em que especifica.*

Portaria/PGF nº 472, de 06 de julho de 2015

*− Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso do Sul – PF/MS e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 480, de 14 de julho de 2015

*− Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado do Rio Grande do Norte – PF/RN e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 481, de 14 de julho de 2015

*− Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Montes Claros/MG.*

Portaria/PGF nº 527, de 24 de julho de 2015

*− Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado da Bahia – PF/BA e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 528, de 24 de julho de 2015

*− Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado de Sergipe– PF/SE e dá outras providências.*

Portaria nº 687, de 26 de agosto de 2015

*− Autoriza o Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal e as Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a manifestar em juízo o desinteresse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE em integrar o feito, quando citado ou intimado nas ações em que se discuta a contribuição devida à autarquia, a que se refere o art. 3º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.*

Portaria/PGF nº 838, de 23 de outubro de 2015

*− Consolida os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal responsáveis pela representação judicial e extrajudicial, bem como pela consultoria e assessoramento jurídicos das autarquias e fundações públicas federais e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 850, de 28 de outubro de 2015

*− Dispõe sobre a competência territorial das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais, e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 933, de 10 de dezembro de 2015

*− Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Volta Redonda/RJ.*

Portaria/PGF nº 934, de 10 de dezembro de 2015

*− Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Vitória da Conquista/BA.*

Portaria/PGF nº 935, de 10 de dezembro de 2015

*− Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Campos dos Goytacazes/RJ.*

Portaria/PGF nº 936, de 10 de dezembro de 2015

*− Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Barreiras/BA.*

Portaria/PGF nº 937, de 10 de dezembro de 2015

*− Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Juazeiro do Norte/CE.*

Portaria/PGF nº 938, de 10 de dezembro de 2015

*− Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Uberaba/MG.*

Portaria/PGF nº 939, de 10 de dezembro de 2015

*− Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Petrópolis/RJ.*

Portaria/PGF nº 944, de 15 de dezembro de 2015

*− Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Governador Valadares/MG.*

Portaria/PGF nº 948, de 17 de dezembro de 2015

*− Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Santo Ângelo/RS.*

Portaria/PGF nº 949, de 17 de dezembro de 2015

*− Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Sousa/PB.*

Portaria/PGF nº 950, de 17 de dezembro de 2015

*− Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Serra Talhada/PE.*

Portaria/PGF nº 951, de 17 de dezembro de 2015

*− Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Dourados/MS.*

Portaria/PGF nº 952, de 17 de dezembro de 2015

*− Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em São João da Boa Vista/SP.*

Portaria/PGF nº 953, de 17 de dezembro de 2015

*− Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Marília/SP.*

Portaria/PGF nº 954, de 17 de dezembro de 2015

*− Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Jundiaí/SP.*

Portaria/PGF nº 955, de 17 de dezembro de 2015

*− Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Bauru/SP.*

Portaria/PGF nº 956, de 17 de dezembro de 2015

*− Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Araraquara/SP.*

Portaria/PGF nº 978, de 24 de dezembro de 2015

*− Fixa as diretrizes para a criação de Equipes de Trabalho Remoto no âmbito da Procuradoria­Geral Federal e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 979, de 24 de dezembro de 2015

*− Institui, como projeto piloto, as Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade nos Estados do Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.*

## **Portarias/PGF de 2016 796**

Portaria/PGF nº 156, de 08 de março de 2016

*− Cria a Equipe de Tr aba lho Rem oto de Ações de Improbidade Adm inistrat iva no âmbito da Pro cur adoria-Gera l Federal (PGF).*

Portaria/PGF nº 157, de 08 de março de 2016

*− Cria a Equipe de Trabalho Remoto de Ações Regressivas Previdenciárias no âmbit o da Procuradoria-Geral Federal (PGF).*

Portaria/PGF nº 172, de 21 de março de 2016

*− Dispõe sobre a estrutura, a organização e as atribuições das Procuradorias Regionais Federais, das Procuradorias Federais nos Estados, das Procuradorias Seccionais Federais, das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 173, de 21 de março de 2016

*− Disciplina a promoção na carreira de Procurador Federal.*

Portaria nº 175, de 22 de março de 2016

*− Dispõe sobre a equipe de Pontos Focais e regulamenta o seu propósito, composição e atribuições.*

Portaria/PGF nº 255, de 12 de abril de 2016

*− Aprova o Regimento Interno do Comitê de Gestão da Procuradoria­Geral Federal.*

Portaria/PGF nº 317, de 04 de maio de 2016

*− Inclui os Estados do Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio Grande do Sul e Santa Catarina no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, de que trata a Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015.*

Portaria/PGF nº 338, de 12 de maio de 2016

*− Dispõe sobre a estrutura, a organização e as atribuições dos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 361, de 19 de maio de 2016

*− Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado do Pará – PF/PA e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 440, de 21 de junho de 2016

*− Disciplina as condições de aceitação da fiança bancária e de seguro garantia pela Procuradoria­Geral Federal.*

Portaria/PGF nº 492, de 13 de julho de 2016

*− Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal do Vale do São Francisco.*

Portaria/PGF nº 526, de 27 de julho de 2016

*− Delega competência ao Subprocurador-Geral Federal para instaurar sindicâncias e processos administrativos disciplinares contra membros da Carreira de Procurador Federal, julgar os respectivos processos e aplicar as correspondentes penalidades.*

Portaria/PGF nº 558, de 11 de agosto de 2016

*− Disciplina os procedimentos a serem adotados pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal quando da expedição de precatórios ou requisições de pequeno valor.*

Portaria/PGF nº 614, de 31 de agosto de 2016

*− Institui, como projeto piloto, a Equipe Nacional de Cobrança no âmbito da Procuradoria­Geral Federal (PGF).*

Portaria/PGF nº 651, de 15 de setembro de 2016

*− Altera a competência territorial da Procuradoria Seccional Federal em Jundiaí/SP – Em Estruturação e da Procuradoria Seccional Federal em Piracicaba/SP.*

Portaria/PGF nº 679, de 22 de setembro de 2016

*− Dispõe sobre a atuação dos órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal nos processos judiciais que tratem da concessão ou restabelecimento de benefícios previdenciários por incapacidade de que trata a Lei nº. 8.213/91 e estabelece diretrizes para a celebração de acordos judiciais e atuação recursal, nas hipóteses que especifica.*

Portaria/PGF nº 680, de 21 de setembro de 2016

*− Disciplina o período máximo de permanência nos cargos de Procurador Regional Federal e de Procurador­Chefe de Procuradoria Federal nos Estados, bem como de Responsável pelas Procuradorias Seccionais Federais.*

Portaria/PGF nº 688, de 28 de setembro de 2016

*− Institui e fixa as diretrizes para a implantação, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, do Gerenciamento de Contencioso e dá outras providências.***(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

Portaria/PGF nº 701, de 29 de setembro de 2016

*− Estabelece diretrizes para as Comissões Processantes nos procedimentos de natureza disciplinar concernentes à instrução probatória mínima a ser produzida nos processos em que são investigados perda de prazo ou atuação processual deficiente.*

Portaria/PGF nº 880, de 19 de dezembro de 2016

*− Inclui o Distrito Federal e os Estados do Amapá, Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015, e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 907, de 29 de dezembro de 2016

*− Estabelece prazo para substituição do Sistema Integrado de Controle das Ações da União – SICAU pelo Sistema AGU de Inteligência Jurídica – SAPIENS nos processos judiciais relacionados à matéria previdenciária em que for parte o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.*

Portaria/PGF nº 911, de 30 de dezembro de 2016

*− Aprova o Manual de Gerenciamento de Contencioso Massa de que trata a Portaria nº 688, de 28 de setembro de 2016, a ser implementado nas Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais.*

## **Portarias/PGF de 2017 858**

Portaria/PGF n° 134, de 08 de março de 2017

## *− Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Marabá/PA.*

Portaria/PGF n° 135, de 08 de março de 2017

*− Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Santarém/PA.*

Portaria/PGF nº 145, de 13 de março de 2017

*− Regulamenta o estabelecimento de colaborações entre órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 155, de 15 de março de 2017

*− Estabelece as diretrizes para a instituição de Núcleos Estaduais Temáticos no Estado de Santa Catarina, a colaboração mútua entre a Procuradoria Federal em Santa Catarina, a Procuradoria Secional Federal em Blumenau ­ Em Estruturação e a Procuradoria Seccional Federal em Chapecó nas Matérias Administrativa e Finalística e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 184, de 27 de março de 2017

*− Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Franca/SP.*

Portaria/PGF nº 196, de 31 de março de 2017

*− Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Botucatu/SP.*

Portaria/PGF nº 209, de 06 de abril de 2017

*− Dispõe sobre a concessão de acesso ao sistema de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (INFOSEG).*

Portaria/PGF nº 238, de 20 de abril de 2017

*− Reinclui o Estado da Paraíba no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, de que trata a Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015.*

Portaria nº 255/2017/PGF/AGU de 2 de maio de 2017

*−Dispõe sobre a elaboração e a divulgação de atos de manifestação e orientação jurídicas e de comunicação do Departamento de Contencioso da PGF.*

Portaria/PGF nº 261, de 05 maio de 2017

*− Disciplina o fluxo da atividade de consultoria e assessoramento jurídicos nos órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal.*

Portaria/PGF nº 262, de 05 de maio de 2017

*− Dispõe sobre a elaboração e a divulgação de manifestação jurídica referencial pelos órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal no desempenho das atividades de consultoria jurídica.*

Portaria/PGF nº 325, de 07 de junho de 2017

*− Altera a Portaria n.º 850, de 28 de outubro de 2015, que dispõe sobre a competência territorial das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais.*

Portaria/PGF nº 338, de 14 de junho de 2017

*− Inclui o Estado de Goiás no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, de que trata a Portaria nº 979,de 24 de dezembro de 2015.*

Portaria/PGF nº 400, de 13 de julho de 2017

*− Dispõe sobre o Programa de Regularização de Débitos - PRD de que trata a Medida Provisória n° 780, de 19 de maio de 2017, quanto aos créditos não tributários das autarquias e fundações públicas federais administrados pela Procuradoria-Geral Federal.*

Portaria/PGF nº 424, de 24 de julho de 2017

*− Aprova, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, o Procedimento Operacional do Programa de Regularização de Débitos não Tributários - PRD instituído pela Medida Provisória nº 780, de 19 de maio de 2017, e regulamentado pela Portaria PGF nº 400, de 13 de julho de 2017.*

Portaria/PGF nº 519, de 8 de setembro de 2017

*− Estabelece o Modelo de Gestão Setorial e as Metas Setoriais para as Procuradorias Federais junto às Autarquias e Fundações Públicas Federais e aos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal.*

Portaria nº 539, de 08 de setembro de 2017

*− Dispõe sobre o Planejamento de Capacitações da Procuradoria-Geral Federal.*

Portaria/PGF nº 571, de 20 de setembro de 2017

*− Aprova o Manual de Gerenciamento de Contencioso de Massa em Matéria de Cobrança de que trata a Portaria nº 688, de 28 de setembro de 2016, a ser implementado nas Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais e Procuradorias Seccionais Federais.*

Portaria/PGF nº 701, de 16 de novembro de 2017

*− Dispõe sobre a revisão do Anexo da Portaria nº 530, de 13 de julho de 2007, para incluir as entidades que especifica.*

Portaria/PGF nº 703, de 17 de novembro de 2017

*− Disciplina o procedimento de remoção ou exercício provisório para Procuradores Federais, por motivo de saúde própria, do cônjuge, companheiro ou dependente.*

Portaria/PGF nº 713, de 21 de novembro de 2017

*− Dispõe sobre a décima terceira revisão do Anexo da Portaria PGF nº 720, de 14 de setembro de 2007.*

Portaria/PGF nº 783, de 19 de dezembro de 2017

*− Institui a Rede de Tecnologia e Inovação da Procuradoria-Geral Federal - PGF-TEC.*

Portaria nº 784, de 12 de dezembro de 2017

*− Disciplina a mensuração dos acordos judiciais por meio da utilização do SAPIENS e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 801, de 26 de dezembro de 201

*− Prorroga o projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos das Portarias nº 979, de 24 de dezembro de 2015, nº 317, de 04 de maio de 2016, nº 880, de 19 de dezembro de 20116, e dá outras providências.*

## **Portarias/PGF de 2018 903**

Portaria/PGF nº 24, de 18 de janeiro de 2018

*− Dispõe sobre a celebração de acordos, o reconhecimento de pedidos e a abstenção ou desistência de recursos pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal em ações judiciais que tratem da concessão ou restabelecimento de benefícios previdenciários por incapacidade de que trata a Lei nº. 8.213/91.*

Portaria/PGF nº 35, de 18 de janeiro de 2018

*− Estabelece, em conformidade com a política de governança pública federal, critérios e procedimentos que fortaleçam os mecanismos de liderança, estratégia e controle na gestão dos órgãos da Direção Central da Procuradoria-Geral Federal, das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 229, de 04 de abril de 2018

*− Aprova o edital padrão de seleção de membros para Equipes de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade e seus anexos.*

Portaria/PGF nº 323, de 7 de maio de 2018

*− Regulamenta a remessa eletrônica de créditos constituídos pelas autarquias e fundações públicas federais à Procuradoria-Geral Federal, dispõe sobre a forma pela qual será feito o cadastro e envio deste crédito para entes que não dispõem de sistemas informatizados de gestão do crédito e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 467, de 04 de julho de 2018

*− Altera a Portaria PGF nº 720, de 14 de setembro de 2007, Portaria PGF nº 35, de 18 de janeiro de 2018, e Portaria nº 338, de 12 de maio de 2016.*

Portaria/PGF nº 473, de 04 de julho de 2018

*− Dispõe sobre a distribuição da força de trabalho dos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal, tendo em vista a publicação da Portaria nº 467 de 04 de julho de 2018, que alterou a Portaria PGF nº 720, de 14 de setembro de 2007, a Portaria PGF nº 338, de 12 de maio de 2016 e a Portaria PGF nº 35, de 18 de janeiro de 2018.*

Portaria/PGF nº 707, de 02 de outubro de 2018

*− Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal no Estado da Bahia com a Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio em Paulo Afonso/BA.*

Portaria/PGF nº 716, de 5 de outubro de 2018

*− Estabelece critérios de ingresso, permanência e encerramento do exercício de membros nos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal, nos termos do artigo 3º, §1º, da Portaria n. 720, de 14 de setembro de 2007.*

Portaria/PGF nº 783, de 26 de outubro de 2018

*− Excepciona os créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL da obrigação do artigo 8º, caput, do Decreto n° 9.194/2017.*

Portaria/PGF nº 829, de 08 de novembro de 2018

*− Regulamenta a Equipe Nacional de Cobrança no âmbito da Procuradoria-Geral Federal (PGF).*

Portaria/PGF nº 911, de 10 de dezembro de 2018

*− Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para a representação extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais e de seus dirigentes e servidores.*

Portaria/PGF nº 931, de 14 de dezembro de 2018

*− Institui, em caráter definitivo, a Equipe de Trabalho Remoto de Licitações e Contratos no âmbito da Procuradoria-Geral Federal (PGF).*

Portaria/PGF nº 944, de 19 de dezembro de 2018

*− Regulamenta a criação das Equipes de Cobrança Judicial no âmbito das Procuradorias Regionais Federais e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 947, de 19 de dezembro 2018

*− Dispõe sobre as Comissões Permanentes Processantes e estabelece procedimentos a serem observados em Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias em curso no âmbito da Divisão de Assuntos Disciplinares, e outras disposições.*

## **Portarias/PGF de 2019 949**

Portaria/PGF nº 115, de 08 de fevereiro de 2019

*− Dispõe sobre a extinção do Escritório Avançado em Altamira/PA*

Portaria/PGF nº 120, de 08 de fevereiro de 2019

*− Dispõe sobre a extinção do Escritório Avançado em Pouso Alegre/MG*

Portaria/PGF nº 121, de 08 de fevereiro de 2019

*− Dispõe sobre a extinção do Escritório de Representação em Juazeiro/BA*

Portaria/PGF nº 168, de 19 de fevereiro de 2019

*− Dispõe sobre a extinção do Escritório Avançado em Unaí/MG*

Portaria/PGF nº 169, de 19 de fevereiro de 2019

*− Dispõe sobre a extinção do Escritório Avançado em Picos/PI*

Portaria/PGF nº 176, de 20 de fevereiro de 2019

*− Dispõe sobre a extinção do Escritório de Representação em Bebedouro/SP*

Portaria/PGF nº 187, de 20 de fevereiro de 2019

*− Dispõe sobre a extinção do Escritório de Representação em Mogi Guaçu/SP*

Portaria/PGF nº 240, de 12 de março de 2019

*− Dispõe sobre a extinção do Escritório de Representação em Toledo/PR*

Portaria/PGF nº 249, de 12 de março de 2019

*− Dispõe sobre a extinção do Escritório Avançado em Tubarão/SC*

Portaria/PGF nº 254, de 21 de março de 2019

*− Dispõe sobre a extinção do Escritório de Representação em Pirassununga/SP*

Portaria/PGF nº 471, de 20 de maio de 2019

## *− Inclui o Estado de Minas Gerais no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015, e dá outras providências.*

Portaria/PGF n° 489, de 3 de junho de 2019

*− Inclui o Estado do Acre no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015, e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 494, de 29 de maio de 2019

*− Institui o projeto de criação do Indicador de Valor do Trabalho da Cobrança no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.*

Portaria/PGF n° 518, de 05 de junho de 2019

*− Declara a revogação de atos normativos para fins do disposto no art. 9º do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019.*

Portaria/PGF nº 522, de 6 de junho de 2019

*− Institui o Comitê de Gestão da Procuradoria-Geral Federal e disciplina o seu funcionamento.*

Portaria/PGF n° 523, de 06 de junho de 2019

*− Institui os Colégios de Consultoria das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais nos Estados.*

Portaria/PGF nº 531, de 07 de junho de 2019

*− Disciplina o funcionamento dos Fóruns de Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais, e dá outras providências.*

Portaria/PGF nº 541, de 11 de junho de 2019

*− Constitui Comissão de Promoção, conforme disposto nos incisos I a IV do § 1º do art. 13 da Portaria PGF nº 173, de 21 de março de 2016, responsável pelo processamento de concurso de promoção na carreira de Procurador Federal, em que se aplicam os critérios de antiguidade e merecimento.*

Portaria/PGF nº 542, de 11 de junho de 2019

*− Institui a Comissão Permanente de Avaliação Especial de Desempenho na carreira de Procurador Federal.*

Portaria/PGF nº 556, de 14 de junho de 2019

*− Institui as Câmaras Permanentes do Departamento de Consultoria.*

Portaria/PGF nº 566, de 18 de junho de 2019

*− Regulamenta, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal (PGF), os procedimentos relativos à atuação dos Procuradores Federais em procedimentos policiais e processos judiciais de natureza criminal, envolvendo infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse das Autarquias e Fundações Públicas Federais representadas.*

Portaria nº 667, de 19 de setembro de 2019

*− Prorroga o projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade e nele inclui os Estados da Bahia, do Paraná e de Santa Catarina, relativamente aos processos eletrônicos ou digitalizados que tramitam nas Comarcas Estaduais e que tratam da concessão ou restabelecimento de benefícios por incapacidade previstos na Lei nº 8.213, de 1991.*

Portaria/PGF nº 790, de 05 de setembro de 2019

*− Institui o Projeto de Prevenção e Combate ao Assédio Sexual nas Instituições Federais de Ensino Superior.*

Portaria/PGF nº 856, de 01 de outubro de 2019

*− Delega competência para aprovação, em caráter definitivo, das manifestações jurídica consultiva da Procuradoria Federal junto à Fundação Cultural Palmares - PF/FCP.*

## **Portarias/PGF de 2020 965**

Portaria/PGF nº 30, de 17 de janeiro de 2020

*− Subdelega a competência para autorizar a celebração de termos de compromissos, na forma que especifica.*

Portaria/PGF nº 32, de 22 de janeiro de 2020

*− Aprova o Plano de Ação da Procuradoria-Geral Federal para o ano de 2020.*

Portaria/PGF nº 119, de 03 de março de 2020

*− Inclui os Estados do Sergipe e de Alagoas no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015.*

Portaria/PGF nº 122, de 04 de março de 2020

*− Dispõe sobre a Consulta Periódica no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.*

Portaria/PGF nº 142, de 13 de março de 2020

*− Institui o Laboratório de Desenvolvimento de Tecnologia e Inovação da Procuradoria-Geral Federal (PGF-TEC/Labs)*

Portaria/PGF nº 158, de 27 de março de 2020

*− Estabelece, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), com a adoção de medidas relacionadas à cobrança da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais, considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS).*

Portaria/PGF nº 159/2020/PGF/AGU, de 22 de março de 2020

*− Classifica como de alta prioridade os processos de consultoria jurídica que envolvam, ainda que indiretamente, questões relacionadas ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) e fixa prazos para manifestação jurídica*

Portaria/PGF nº 230, de 6 de maio de 2020

*− Delega competência ao Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS para revogar a Instrução Normativa Conjunta PGF-INSS n. 1, de 19 de março de 2010.*

Portaria/PGF nº 262, de 25 de maio de 2020

*− Inclui o Estado do Espírito Santo no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015*

Portaria/PGF nº 263, de 25 de maio de 2020

*− Inclui o Estado do Rio Grande do Norte no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015*

Portaria/PGF nº 265, de 27 de maio de 2020

*− Institui o PGF Conecta como plataforma de gestão do conhecimento da Procuradoria-Geral Federal e estabelece a sua política de governança.*

Portaria/PGF nº 311, de 12 de junho de 2020

*− Estabelece a Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos (CGPAE/PGF) como órgão responsável pela condução da avaliação de desempenho prevista no art. 7º, III da Portaria PGF N.º 716/2018*

Portaria/PGF nº 323, de 02 de julho de 2020

*− Institui, como projeto piloto, a Equipe Nacional de Cálculos Agrários para a atuação especializada na elaboração e na análise de cálculos judiciais que tenham por objeto desapropriações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.*

Portaria/PGF nº 328, de 30 de junho de 2020

*− Institui, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, o projeto piloto "Linguagem Jurídica Inovadora".*

Portaria/PGF nº 333, de 9 de julho de 2020

*− Regulamenta a transação por proposta individual dos créditos administrados pela Procuradoria-Geral Federal, conforme previsto na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e Portaria AGU nº 249, de 8 de julho de 2020.*

Portaria/PGF nº 360, de 9 de julho de 2020

*− Dispõe sobre a extinção do Escritório de Representação em Americana/SP.*

Portaria/PGF nº 462, de 1º de setembro de 2020

*− Prorroga o projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade.*

Portaria/PGF nº 498/2020/pgf/agu, de 15 de setembro de 2020.

*− Subdelega as competências de que trata o Decreto n. 10.201, de 15 de janeiro de 2020, e dispõe sobre a celebração de acordos e transações judiciais no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.*

Portaria/PGF nº 661, de 7 de dezembro de 2020

*− Regulamenta o artigo 9º da Portaria AGU n. 488, de 27 de julho de 2016, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.*

## **Portarias/PGF de 2021 995**

Portaria Normativa nº 1/PGF/AGU, de 13 de janeiro de 2021

*− Estabelece o Modelo de Governança Setorial da Procuradoria-Geral Federal e institui o Prêmio de Excelência em Governança da Procuradoria-Geral Federal.*

Portaria Normativa nº 2/PGF/AGU, de 18 de janeiro de 2021

*− Institui os Comitês Regionais de Gestão da Procuradoria-Geral Federal e disciplina o seu funcionamento.*

**Outros Atos da Procuradoria-Geral Federal 1004**

Ordem de Serviço/PGF nº 7, de 16 de outubro de 2007

*− Atribui competência à Secretaria de Acompanhamento Processual – SAP, vinculada ao Gabinete do Procurador-Geral Federal.*

Ordem de Serviço/PGF nº 1, de 30 de abril de 2010

*– Autoriza manifestar em juízo o desinteresse do FNDE nas ações em que se discuta a contribuição devida à autarquia, a que se refere o art. 3º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, quando a PGFN exercer a representação judicial de que trata o art. 23 da mesma Lei.*

Instrução Normativa/PGF nº 1, de 23 de abril de 2012

*– Dispõe sobre o acesso ao Sistema de Investigação de Movimentação Bancária no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.*

**VI – Atos Normativos Conjuntos da PGF e outros atos 1007**

Portaria da Secretaria Executiva do Ministério da Previdência Social nº 113, de **2005**

− Dispõe sobre acesso a dados, informações e sistemas informatizados da Previdência Social por servidores e procuradores em exercício no Órgão de Arrecadação da PGF.

Portaria PGFN/PGF nº 433, de 25 de abril de 2007

*- Delegação à Procuradoria-Geral Federal - PGF da representação judicial e extrajudicial da União nos processos perante a Justiça do Trabalho relacionados com a cobrança de contribuições previdenciárias e de imposto de renda retido na fonte.*

Portaria Conjunta/SRFB/PGFN/PGF nº 4.069, de 2 de maio de 2007

− Dispõe sobre a prestação de informações em mandados de segurança e em ações judiciais no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil e dá outras providências.

Portaria Conjunta/PGU/PGF nº 1, de 11 de dezembro de 2007

− Dispõe sobre a atuação das Procuradorias da União e das Procuradorias Federais na representação judicial da União, do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN nas ações que envolvam bens da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA.

Resolução TRF/1ª REGIÃO/PRESI 600-04, de 2008

*− Autoriza a implantação de Projeto de Conciliação nos processos referentes às ações previdenciárias que tramitam em grau de recurso no Tribunal Regional Federal da Primeira Região.*

Portaria Conjunta nº 128, de 17 de novembro de 2008

*– Constitui grupo de trabalho denominado "GT – Prevenção de Demandas", com a finalidade de promover estudos e propor medidas visando à prevenção de demandas judiciais e redução do nível de litigiosidade em face do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.*

Portaria Conjunta nº 146, de 15 de dezembro de 2008

*– Dispõe sobre o uso de imóveis do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS pela Advocacia-Geral da União*

Instrução Normativa Conjunta/CGAU/PGF nº 1, de 29 de julho de 2009

*− Exercício da advocacia pro bono.*

Instrução Normativa Conjunta/CGAU/PGF nº 2, de 29 de julho de 2009

*− Folha de registro de atividades.*

Instrução Normativa Conjunta/CGAU/PGF nº 3, de 11 de agosto de 2009

*− Planejamento Individual de Atividades de Magistério.*

Instrução Normativa Conjunta/CGAU/PGF nº 4, de 4 de setembro de 2009

*− Planejamento Individual de Atividades de Magistério.*

Portaria Conjunta/PGF/INSS nº 205, de 3 de dezembro de 2009

*− Atribui competência para declarar procedentes as despesas de quitação referentes a pagamentos nos processos judiciais que envolvam o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS aos Chefes dos Órgãos 11de Execução que especifica.*

Portaria Conjunta/PGF/PGFN/PGU nº 40, de 26 de fevereiro de 2010

*− Disciplina a atuação dos órgãos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal na representação judicial e extrajudicial da União nos processos perante a Justiça do Trabalho relacionados com a cobrança de contribuições previdenciárias e do imposto de renda retido na fonte.*

Instrução Normativa Conjunta/PGF/INSS nº 1, de 19 de março de 2010

*− Disciplina o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal.*

Portaria Conjunta PGFN/PGF nº 6, de 30 de abril de 2010

*− Dispõe sobre a atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e da Procuradoria-Geral Federal - PGF em procedimentos judiciais relacionados à contribuição do Plano de Seguridade do Servidor Público - PSS e dá outras providências.*

Portaria Conjunta PFG/PFE-INSS nº 102, de 23 de junho de 2010

*– Atribui à Procuradoria Regional Federal da 2ª Região a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS nas ações judiciais propostas em decorrência das atividades do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria INSS/PG nº 50, de 18 de março de 1992, bem como a coordenação dos trabalhos do referido Grupo.*

Portaria Conjunta PGF/INSS nº 107, de 25 de junho de 2010

*– Dispõe sobre os procedimentos para a recuperação de créditos nos casos de revogação de decisão liminar ou antecipatória dos efeitos da tutela e de rescisão de julgado.*

Portaria Conjunta nº 1, de 30 de maio de 2011

*– Dispõe sobre os elementos mínimos a serem observados na fundamentação das manifestações dos órgãos consultivos da Advocacia-Geral da União, em atividade de apoio a julgamento de procedimentos disciplinares.*

Instrução Normativa Conjunta/PGF/IBRAM nº 1, de 23 de março de 2012

*− Disciplina o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal.*

Portaria Conjunta nº 83, de 4 de junho de 2012

*– Define atribuições e estabelece procedimentos administrativos para atendimento de decisões judiciais em matéria de benefícios e para fornecimento dos subsídios necessários à defesa judicial do Instituto Nacional do Seguro Social.*

Portaria Conjunta/PGF/PFE-INSS nº 6, de 18 de janeiro de 2013

*– Dispõe sobre as ações regressivas previdenciárias*.

Portaria Conjunta/PGF/INCRA nº 21, de 26 de fevereiro de 2013

*– Disciplina os procedimentos a serem adotados pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal quando da análise jurídica da decisão judicial que determina a emissão ou o cancelamento dos Títulos da Dívida Agrária complementares.*

Portaria Conjunta/PGF/APO nº 74, de 17 de junho de 2013.

*– Representação judicial e extrajudicial e consultoria e assessoramento jurídico da Autoridade Pública Olímpica.*

Portaria Conjunta/PGF/DNPM nº 119, de 3 de outubro de 2013

*– Dispõe sobre os procedimentos relativos à tramitação de processos administrativos entre o Departamento Nacional de Produção Mineral e as Procuradorias Regionais Federais - PRFs e Procuradorias Federais nos Estados - PFs, e questões afetas à inscrição de créditos em dívida ativa da referida autarquia federal.*

Portaria Conjunta/PGU/PGF nº 1, de 12 de fevereiro de 2014

*– Dispõe sobre a atuação das Procuradorias da União e das Procuradorias Federais na representação judicial da União e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE nas ações referentes à malversação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF.*

Portaria Conjunta/PGU/PGF nº 2, de 4 de setembro de 2014.

*– Dispõe sobre a atuação dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal na representação judicial da União e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em decorrência da edição da Lei nº 11.457/2007, no tocante à extinta carreira de Auditor Fiscal da Previdência Social.*

Portaria Conjunta/PGF/PFE-INSS nº 98, de 29 de outubro de 2014*.*

*– Criar o grupo de trabalho permanente com denominação “GRUPO DE TRABALHO – PREVIDENCIÁRIO.*

Portaria Conjunta nº 15, de 28 de agosto de 2020.

*− Dispõe sobre a realização de atividades à distância pela Corregedoria-Geral da Advocacia da União (CGAU/AGU), pela Procuradoria-Geral Federal (PGF) e pela Secretaria-Geral de Administração da Advocacia-Geral da União (SGA/AGU), e dá outras providências.*

HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DA PGF

PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

− HISTÓRICO E EVOLUÇÃO −

“À

Procuradoria-Geral Federal compete a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.” [Leinº 10.480, de 2002, art. 10]

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Parece óbvio deduzir que a representação judicial e extrajudicial e a consultoria e o assessoramento jurídico das autarquias e fundações da União nascem com o surgimento dessas entidades − dotadas de autonomia, personalidade jurídica e patrimônio próprios − na organização institucional do País, para executar os serviços públicos inicialmente a cargo da Administração direta.

**2.** Ainda não foi possível desenvolver pesquisa mais aprofundada sobre o momento em que foi criada a primeira autarquia ou a primeira fundação federal e sobre os primeiros Procuradores ou Advogados que prestaram assessoramento jurídico e consultoria a essas entidades e exerceram a sua representação judicial.

**3.** As fundações, inicialmente ditas de direito privado[[3]](#footnote-4), suscitaram, durante muito tempo, alentadas discussões, estudos e demandas judiciais em torno de sua natureza jurídica, que veio a ser pacificada com a promulgação da vigente Constituição da República que lhes reconheceu (ou atribuiu) natureza jurídica de direito público, ficando isso evidenciado na redação original do art. 39 da Constituição,[[4]](#footnote-5) recentemente restabelecida pelo Supremo Tribunal Federal,[[5]](#footnote-6) e na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.[[6]](#footnote-7)

**4. Representação judicial das Autarquias Federais pelo Ministério Público.** As autarquias federais sempre foram entidades de direito público e, no tocante à representação judicial, o Decreto-lei nº 986, de 27 de dezembro de 1938 − “*Dispõe sobre a organização do Ministério Público Federal*” −, inicialmente atribuiu aos Procuradores Regionais da Republica “*oficiar mediante vista dos autos em mandados de segurança requeridos contra autoridade federal ou* ***autarquias*** *criadas pela União*” (art. 9º, V) [[7]](#footnote-8) e, no ano seguinte, o Decreto-lei nº 1.215, de 24 de abril de 1939 confiou aos Procuradores Regionais da República a representação judicial total das mencionadas entidades.[[8]](#footnote-9)

**5.** Alguns anos depois, o Decreto-lei nº 6.016, de 22 de novembro de 1943, dispôs sobre “*a imunidade dos bens, rendas e serviços das autarquias*”, trazendo no seu art. 2º a conceituação daquelas entidades: “*Considera-se autarquia, para efeito deste decreto-lei, o serviço estatal descentralizado, com personalidade de direito público, explícita ou implicitamente reconhecida por lei”*.[[9]](#footnote-10)

**6. Procuradores das Autarquias: atribuições e impedimentos e prerrogativas dos membros do Ministério Público da União.** Em 1953, com fundamento no art. 70, § 4º, da Constituição Federal,[[10]](#footnote-11) foi promulgada, pelo Presidente do Senado Federal, a Lei nº 2.123, de 1º de dezembro de 1953, dispondo “*sobre a situação jurídica dos procuradores das autarquias federais*”. Essa lei conferiu aos Procuradores das autarquias federais, “*no que couber,* ***as mesmas atribuições e impedimentos e prerrogativas dos membros do Ministério Público da União***”.[[11]](#footnote-12)

**7.** Mais tarde, o Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967,que “*Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências*”, trouxe a conceituação de autarquia − até hoje vigente: “***Autarquia*** *-* ***o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada***“ (art. 5º, I).[[12]](#footnote-13)

**8. Serviço Jurídico da União.** Em seguida foi editada a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, que estabeleceu *“diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das* ***autarquias federais***”, que possibilitou a expedição do Decreto nº 72.823, de 21 de setembro de 1973, que criou o “***Grupo-Serviços Jurídicos****, designado pelo código SJ - 1100*”, constituído pelas Categorias Funcionais de Procurador da Fazenda Nacional, Assistente Jurídico, **Procurador Autárquico**, Procurador (Tribunal Marítimo) e Advogado de Ofício (Tribunal Marítimo), no qual fixadas as atribuições dos cargos por categoria.[[13]](#footnote-14)

**9.** Em 28 de setembro do mesmo ano o Diretor-Geral do DASP baixou a Portaria nº 158 aprovando “*as especificações de classes do Grupo de Categorias Funcionais – Serviços Jurídicos*”, publicada no Diário Oficial de 31 do mês seguinte.

**10. Advocacia Consultiva da União no Poder Executivo.** Do Serviço Jurídico da União, evoluiu-se para a **Advocacia Consultiva da União**, conforme se vê no Decreto nº 93.237, de 8 de setembro de 1986, integrada pelos seguintes órgãos jurídicos: Consultoria Geral da República; Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no Ministério da Fazenda; Consultorias Jurídicas dos demais Ministérios, do Estado Maior das Forças Armadas, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República; órgãos jurídicos dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República, da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e do Serviço Nacional de Informações; **Procuradorias-Gerais ou departamentos jurídicos das autarquias**; órgãos jurídicos das empresas públicas, sociedades de economia mista, **fundações sob supervisão ministerial** e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pela União.[[14]](#footnote-15) Os órgãos jurídicos das fundações já passam a ser mencionados.

**11.** No ano seguinte, as **fundações**, ainda com natureza jurídica de direito privado, são incluídas no Decreto-lei nº 200, de 1967, entre as entidades integrantes da Administração indireta da União, assim conceituadas: “***Fundação Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes***” (art. 5º, IV - incluído pela Lei nº 7.596, de 1987).

**12. Órgãos Vinculados à AGU – Procuradorias e Departamentos Jurídicos das Autarquias e Fundações públicas.** Com a promulgação da Constituição da República em 5 de outubro de 1988, o conglomerado das **carreiras jurídicas doServiço Jurídico da União** e de **órgãos da Advocacia Consultiva da União** (exceto os órgãos jurídicos das empresas públicas, sociedades de economia mista, e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pela União), foi abrigado pela Advocacia-Geral da União, à qual foi confiada a representação, judicial e extrajudicial, da União podendo exercê-las diretamente ou através de **órgãovinculado**, e as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, conforme se vê no Título IV (Organização dos Poderes), Capítulo IV (Funções Essenciais à Justiça), Seção II (Advocacia Pública[[15]](#footnote-16)), na qual se inclui a **Advocacia-Geral da União** (art. 131) e os órgãos que lhe sejam **vinculados**.

**13.** No tocante à Advocacia pública, o art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 não deixou dúvidas sobre os órgãos que deveriam integrá-la, quais sejam: a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, as Consultorias Jurídicas dos Ministérios, as Procuradorias e Departamentos Jurídicos de autarquias federais com representação própria e os membros das Procuradorias das Universidades fundacionais públicas.[[16]](#footnote-17)

**14.** E, se dúvida ainda houvesse de que a representação judicial e extrajudicial, assim como a consultoria e o assessoramento jurídico das autarquias e fundações da União − entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público − estavam ao abrigo da Seção II, Capítulo IV, Título IV da Constituição desde o início de sua vigência, esta (a dúvida) ficou definitivamente sepultada com a alteração do título da referida Seção II, quando a Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, alterou a denominação daquela Seção de “*Da Advocacia-Geral da União*” para “*Da Advocacia Pública*”, pois dúvida não há de que essas atividades (representação judicial e extrajudicial, assim como a consultoria e o assessoramento jurídico), no âmbito daqueles entes estatais são Advocacia Pública e que o único a tratar da Advocacia pública federal foi o art. 131, quando criou a instituição Advocacia-Geral da União para dela se encarregar.

**15.** Tanto não havia dúvida de que as Procuradorias e os Departamentos Jurídicos das autarquias e fundações da União compõem AGU, que o legislador complementar, na Lei Orgânica da novel Instituição (Lei Complementar nº 73, de 1993), disse que “*as Procuradorias e Departamentos Jurídicos das autarquias e fundações públicas* [federais] *são órgãos vinculados à Advocacia-Geral da União*” (art. 2º, § 3º); que ao Advogado-Geral da União caberia “*exercer orientação normativa e supervisão técnica quanto aos órgãos jurídicos das entidades a que alude o Capítulo IX do Título II desta Lei Complementar* [autarquias e fundações da União]” (art. 4º,XIII); além de dedicar a esses Órgãos Vinculados o Capítulo IX do Título II (arts. 17 e 18).

**16. Alteração fundamental na representação das autarquias e fundações**. Antes da Lei Complementar nº 73, de 1993, aos **dirigentes** das autarquias e fundações da União cabia representá-las, judicial e extrajudicialmente, tanto que os Procuradores dessas entidades as representavam em juízo mediante mandato outorgado pelos respectivos dirigentes, que poderiam até limitar os poderes outorgados. A partir da vigência da Lei Orgânica da AGU essa competência passou para os órgãos jurídicos daquelas entidades, mas quase ninguém se deu conta da radical mudança ocorrida e os dirigentes continuaram a outorgar poderes via procurações para o exercício de competência que não mais lhes pertencia. Nem o Judiciário percebeu a mudança e continuou a exigir a exibição de mandato para que os Procuradores das autarquias e fundações as representassem em juízo. O legislador ordinário, em 1997, chegou ao ponto de inserir na Lei nº 9.469 disposição dispensando a apresentação de mandato por parte dos Procuradores e Advogados de autarquias e fundações titulares de cargos efetivos.[[17]](#footnote-18) Ninguém se deu conta que os dirigentes das autarquias e fundações não tinham mais poderes para outorgar aos Procuradores. Em meio a esses desencontros, surge o cuidadoso estudo da competente Mirtô Fraga, então Consultora da União, lançando luz sobre a mudança da representação judicial das autarquias e fundações trazida pela Lei Complementar nº 73, de 1993, e apontando a distinção entre o mandato institucional e o convencional.[[18]](#footnote-19)

**17. A Coordenadoria dos Órgãos Vinculados − COV.** Foi visto que a Lei Complementar nº 73, de 1993, atribuiu ao Advogado-Geral da União a orientação normativa e a supervisão técnica dos órgãos jurídicos das autarquias e fundações federais (art. 4º, XIII) e, para cumprir a determinação legal, o Advogado-Geral da União à época − Gilmar Ferreira Mendes − houve por bem atribuir a órgão específico, com sede legal, a incumbência de auxiliá-lo nessa tarefa, visto que o número de autarquias e fundações passava de 170 − desde o gigante Instituto Nacional do Seguro Social − INSS à longínqua Escola Agrotécnica incrustada na zona rural de pequenina cidade. Nasceu, então a Coordenadoria dos Órgãos Vinculados no Gabinete do Advogado-Geral da União,[[19]](#footnote-20) que depois passou a ser órgão da Consultoria-Geral da União.[[20]](#footnote-21) A esse respeito, melhor dizem os Ministros da Justiça e Advogado-Geral da União, subscritores da Exposição de Motivos Conjunta nº 001/AGU/MJ, de 9 de março de 2000:

“*A proposta de acréscimo dos artigos 8°-A e 11-A à Lei n° 9.028, de 12 de abril de 1995, tem o condão de prover a Advocacia-Geral da União de meios mais eficazes de acompanhamento de seus órgãos vinculados, com inegáveis benefícios para o interesse público.*

*As procuradorias e departamentos jurídicos das autarquias e fundações públicas são órgãos vinculados à Advocacia-Geral da União e sobre tais órgãos jurídicos o Advogado-Geral da União deve exercer orientação normativa e supervisão técnica, conforme o art. 2o, § 3°, o art. 4o, XIII, e os arts. 17 e 18 da Lei Complementar n o 73, de 1993.*

*A Coordenadoria dos Órgãos Vinculados cuja criação é proposta fará parte do Gabinete do Advogado-Geral da União, nos termos dos arts. 2o e 45 da Lei Complementar n o 73, de 1993. Assim sendo, em ato próprio, o Advogado-Geral da União disporá sobre a organização da Coordenadoria, cujo titular será Consultor da União para tal designado, já detentor de cargo comissionado, não gerando dessa forma qualquer aumento de despesa*.”

**18.** Para chefiar a **COV** o Advogado-Geral da União convidou a Subprocuradora-Geral da República Anadyr de Mendonça Rodrigues, que foi nomeada Consultora da União e, enquanto se aguardavam os trâmites burocráticos da cessão solicitada à Procuradoria-Geral da República, o Advogado-Geral editou o Ato regimental nº 1, de 11 de abril de 2000[[21]](#footnote-22), e designou a signatária − então ocupante do cargo de Secretária-Geral de Consultoria − para responder pela **COV** . Ciente da urgência que a efetiva coordenação dos órgãos vinculados exigia, mesmo na interinidade, a signatária, em 3 de maio de 2000, enviou a todos os órgãos vinculados à Advocacia-Geral da União Ofício Circular, com a finalidade de obter elementos que pudessem propiciar o melhor e mais completo conhecimento da situação de cada Órgão Vinculado à AGU para que a titular da Coordenadoria, quando a assumisse, pudesse dispor de dados e informações necessários ao planejamento de sua gestão. [[22]](#footnote-23)

**19.** Convém registrar que cada autarquia e fundação funcionava com o seu órgão jurídico e o seu próprio quadro de Procuradores e incumbido de exercer a representação judicial e de prestar consultoria e assessoramento jurídico às respectivas entidades, sabido que a grande maioria dessas entidades eram carentes de Procuradores e, paradoxalmente, uma minoria de entidades, possuía Procuradores com tempo ocioso mas que não podiam se auxiliar reciprocamente, visto tratar-se de entidades com personalidades jurídicas distintas, com quadro exclusivo de Procuradores que somente poderiam exercer as suas funções na entidade a cujo quadro pertenciam, a não ser que ocupassem cargos em comissão.

**20. Representação judicial de autarquias e fundações temporariamente exercida por procuradorias da AGU − os arts. 11-A e 11-B, da Lei nº 9.028, de 1995.** Concomitantemente à instalação da Coordenadoria dos Órgãos Vinculados, os resultados das correições realizadas pela Corregedoria-Geral da AGU em Órgãos jurídicos de autarquias e fundações federais preocupavam a Secretária-Geral de Consultoria e vinham indicando a necessidade de mudança na representação judicial de grande parte dessas entidades, principalmente aquelas de âmbito local e de pequeno porte, como era o caso de escolas técnicas e agrotécnicas, e dos centros federais de educação tecnológica, além de outras. Essas entidades, sendo de âmbito local, muitas situadas em pequenos municípios, não dispunham de meios para acompanhar até as últimas instâncias, as ações judiciais de seu interesse, ficando praticamente indefesas. As correições identificaram também deficiência na representação judicial de algumas autarquias e fundações de grande porte, pela falta de recursos humanos em quantidade e qualidade desejadas.

**21.** Ante esse quadro, com base no art. 131 da Constituição, do qual consta que a “*Advocacia-Geral da União é a Instituição que,* ***diretamente ou através de órgão vinculado****, representa a união, judicial e extrajudicialmente*”, considerando que a representação judicial daquelas entidades, descentralizadas da União, poderia ser feita diretamente pela Instituição, e havendo a AGU recebido expressivo número de Advogados da União no início do ano 2000, foi possível à Instituição, ainda no primeiro semestre daquele ano, mediante ato legislativo,[[23]](#footnote-24)assumir a representação judicial de quase uma centena de autarquias e fundações, “*até que lei dispusesse sobre a nova forma de representação judicial, direta e indireta, da União, consideradas as suas entidades autárquicas e fundacionais, bem como sobre a prestação de consultoria e assessoramento jurídicos a essas entidades*.”

**22.** Ao justificar a proposta de inclusão do **art. 11-A** na Lei nº 9.028, de 1995, disseram o Advogado-Geral da União e o Ministro da Justiça − subscritores da Exposição de Motivos Conjunta nº 001/AGU/MJ, de 9 de março de 2000:

“*No que tange à representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, não pode o Advogado-Geral da União e, de resto, a sociedade, assistir, passivamente, ao insucesso de Órgãos vinculados à AGU pela ausência de competente e oportuna defesa do interesse público federal, quando inexistirem procuradores ou advogados nesses órgãos com representação judicial da entidade ou quando ocorrer o seu impedimento. De outra parte, nem sempre há tempo hábil, e conveniência, para a contratação de profissionais liberais para patrocinar causas públicas.*”

**23.** Um mês depois da inclusão do art. 11-A, foi proposta a inclusão do **art. 11-B** na mesma Lei nº 9.028, de 1995, pelas razões expostas na Exposição de Motivos nº 002/AGU, de 9 de abril de 2000, do seguinte teor:

*“A experiência acumulada ao longo dos últimos sete anos de implantação da Advocacia-Geral da União está a indicar a necessidade de reformulação da representação judicial e extrajudicial da União, direta e indireta, bem como da prestação de consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo. Até que ocorra essa reformulação – dependente de lei complementar –, algumas medidas, preliminares, revestem-se de indiscutíveis urgência e relevância, para a melhoria da defesa judicial dos interesses da União, a justificarem sua veiculação por Medida Provisória, razões que conduzem este Advogado-Geral a sugerir, a Vossa Excelência, alterações à Lei n° 9.028, de 12 de abril de 1995.*

À medida que se consolida o seu quadro de Advogados, tem a Instituição o dever de assumir posturas que até bem pouco tempo não lhe seriam possíveis. A defesa da União, seja ela exercida direta ou indiretamente, deve ser oportuna, eficaz, competente, uniforme, harmônica e orientada pelo interesse público.

*Presentes essas premissas e a próxima reedição da Medida Provisória n° 1.984, venho submeter a Vossa Excelência proposta de inserção, naquele diploma legal, dos dispositivos que justifico a seguir.*

*O § 3° que ora se propõe seja acrescentado ao art. 11-A da Lei n° 9.028, de 1995, objetiva suprir necessidades* ***temporárias*** *de Órgãos Vinculados à Advocacia-Geral da União (Procuradorias e Departamentos Jurídicos de autarquias e fundações) seja pelo aumento inesperado de suas atividades jurídicas ou por momentânea diminuição de seus integrantes, situações que não configuram as hipóteses de impedimento ou ausência dos Procuradores Autárquicos, Advogados ou Assistentes Jurídicos de que trata o caput. Superada a deficiência ocasional, retornarão os membros efetivos da Instituição –e os integrantes de seus Órgãos Vinculados designados para terem exercício provisório no Órgão Jurídico deficitário–, aos seus órgãos de origem. É mais uma medida destinada a evitar falhas na representação judicial confiada àqueles entes públicos, como no assessoramento jurídico quanto a matérias de relevante interesse a seu cargo.*

*Conforme o art. 131 da Constituição, a Advocacia-Geral da União – AGU é a Instituição que representa a União, diretamente ou através de órgãos vinculados; segundo a Lei Complementar n° 73, de 1993, são* ***órgãos vinculados*** *à AGU “****as Procuradorias e Departamentos Jurídicos das autarquias e fundações públicas”.*** *Tendo-se presente a descentralização funcional, a resultar em autarquias, e conhecendo-se a polêmica sobre a natureza jurídica das denominadas fundações públicas, facilmente se reconhece que assuntos de relevante interesse da União foram confiados a tais entidades, e, até agora, a representação da União quanto a esses assuntos está sendo efetuada –indiretamente– pelos órgãos jurídicos das respectivas autarquias e fundações. Dessa forma, quando convier ao interesse público a representação judicial direta da União, a Instituição tem o dever de retomar a competência confiada a Órgãos Vinculados seus e exercê-la diretamente. O art. 11-B que se propõe seja acrescentado à Lei n° 9.028, de 1995, concretiza essa reversão à Advocacia-Geral da União da representação que, indiretamente, estava conferida a Órgãos Vinculados, pelos motivos que se expõe.*

*Ademais disso, a quase totalidade das autarquias e fundações relacionadas no Anexo está localizada no interior do País, onde nem sempre existe Vara da Justiça Federal, circunstância que dificulta, sobremodo, a defesa dos interesses da União em juízo. Quando as ações nas quais são partes aquelas entidades vão à segunda instância, os feitos geralmente tramitam sem o acompanhamento de Advogados públicos e, se chegam às instâncias superiores −Tribunais Superiores e Supremo Tribunal Federal−, com sede na Capital Federal, é praticamente impossível a Escolas Técnicas, Agrotécnicas, Centros de Educação Tecnológica e outras entidades que tais manterem nesta Capital, permanentemente, representantes judiciais para defenderem o ente público a tempo e a hora. Disso resulta a quase revelia dessas entidades, sucumbindo, quase sempre, por falta de defesa oportuna e adequada. A passagem da representação judicial desenvolvida por essas entidades (indiretamente) à Advocacia-Geral da União, significará a certeza de defesa oportuna e organizada −a Advocacia-Geral da União conta com Procuradorias em todos os Estados, cobrindo todas as instâncias judiciais−, a economia de gastos desnecessários com o acompanhamento de feitos fora das sedes daquelas entidades, além da uniformidade de tratamento às ações de idêntica natureza, podendo os integrantes dos Órgãos Jurídicos se dedicar às atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, igualmente relevantes e indispensáveis aos entes públicos, até que lei defina o modelo adequado de representação judicial e extrajudicial das entidades autárquicas e fundacionais da União, bem como regule a prestação de consultoria e assessoramento jurídicos a tais entes.*

Embora algumas daquelas entidades sejam de âmbito nacional, é notória a insuficiência de seus quadros de Advogados, o que reclamaria a realização de concursos públicos para aparelhá-los devidamente. Essa medida, entretanto, representaria aumento de gastos para o Tesouro, alternativa que o momento econômico não aconselha. Além disso, como já afirmado, avia-se proposta de reformulação da representação judicial e extrajudicial da União, direta e indireta, bem como da prestação de consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo. Essas razões justificam incluir tais entidades, desde já, no rol de autarquias e fundações sem representação judicial indireta da União.

*A representação judicial quanto às atividades de competência das entidades listadas no Anexo também não exige especialização a respeito de tais matérias, visto que o volume mais expressivo das demandas não difere de outras de que já se incumbem os órgãos da Advocacia-Geral da União, razão que também propicia a assunção, por esta Instituição, da representação judicial direta da União até então confiada às aludidas entidades. Por outro lado, os integrantes dos Órgãos Vinculados à AGU –os quais permanecerão responsáveis pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos às respectivas entidades– poderão auxiliar os membros da Advocacia-Geral quanto aos assuntos específicos de cada entidade, sempre que necessário.*

*De futuro, outras entidades, em situações assemelhadas, poderão vir a perder a representação indireta da União que hoje detêm, dela se incumbindo diretamente a Advocacia-Geral da União, à medida que o interesse público o exigir.”*

**24.** A transição da representação judicial prevista nos parágrafos do art. 11-B exigiu a expedição de ato que a disciplinasse − Portaria n° 296, de 19 de abril de 2000.[[24]](#footnote-25)

**25.** Vigente o art. 11-A − cujo § 3º, para suprir deficiências ocasionais de órgãos jurídicos de autarquias e fundações da União, permitia ao Advogado-Geral da União “*designar para prestar-lhes colaboração temporária membros efetivos da Advocacia-Geral da União, Procuradores Autárquicos, Assistentes Jurídicos e Advogados de outras entidades, seja em atividades de representação judicial ou de consultoria e assessoramento jurídicos, estando, enquanto durar a colaboração temporária, investidos dos mesmos poderes conferidos aos integrantes do respectivo Órgão Vinculado*− a Coordenadoria dos Órgãos Vinculados, removido o entrave da impossibilidade da colaboração de Procuradores de uma entidade com outra, iniciou a redistribuição **de fato** de Procuradores que se encontravam ociosos em uma entidade para outra que tivesse carência de Procuradores, medida que racionalizou a localização desses profissionais por entidades.

**26.** De outro lado, os resultados positivos da assunção pela AGU da representação judicial das pequenas entidades e, mais expressivamente, de algumas autarquias e fundações federais de grande porte foram notórios − somente por força do art. 11-B a AGU assumiu a representação judicial de 96 entidades −, mormente no que diz respeito à **redução** dos vultosos valores das condenações judiciais impostas aos cofres públicos. A representação judicial dessas entidades concentrada na AGU permitiu ainda conferir tratamento uniforme a matérias comuns à Administração direta e indireta (autarquias e fundações).

**27. Criação da Carreira de Procurador Federal**. Pela mesma época, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão empreendia a organização de carreiras no âmbito da Administração direta, das autarquias e fundações da União, de modo a aglutinar aquelas que fossem idênticas ou semelhantes e diferissem apenas pela denominação ou em razão do órgão ou entidade a cujo quadro pertenciam. Esboçou então o Ministério do Planejamento a proposta de criação da carreira de **Procurador Federal**, inicialmente para abrigar todas as carreiras jurídicas da Administração Federal direta, das autarquias e das fundações, ficando posteriormente restrita aos integrantes das autarquias e fundações, visto que as outras três carreiras jurídicas estavam incluídas nos quadros da AGU pela Lei Complementar nº 73, de 1993.

**28.** Veio à luz a Medida Provisória nº 2.048-26, em 29 de junho de 2000, que criou a **Carreira de Procurador Federal**, transformou os cargos de Procurador Autárquico, Procurador, Advogado e Assistente Jurídico de autarquias e fundações públicas federais em cargos de **Procurador Federal** e promoveu o enquadramento na novel Carreira de Procurador Federal daqueles que preenchessem os requisitos que exigiu,[[25]](#footnote-26) a exceção dos Procuradores do Banco Central do Brasil que não integraram a nova Carreira – conforme ressalva contida no art. 39, parágrafo único.

**29.** As atribuições do cargo de Procurador Federal passaram a ter sede legal, entre elas a representação judicial das autarquias e fundações da União (que no passado dependeu de mandato dos dirigentes dessas entidades). A seguir são transcritas disposições sobre a Carreira de Procurador Federal que atualmente constam da vigente Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001:

*“Art. 35. Fica criada a Carreira de Procurador Federal no âmbito da Administração Pública Federal, nas respectivas autarquias e fundações, composta de cargos de igual denominação, regidos pela Lei nº 8.112, de 1990, com a estrutura de cargo constante do Anexo III.*

*Art. 36. O ingresso nos cargos de que trata o art. 35 far-se-á mediante concurso público, exigindo-se diploma de Bacharel em Direito, observados os requisitos fixados na legislação pertinente.*

*Parágrafo único. Os concursos serão disciplinados pelo Advogado-Geral da União, presente, nas bancas examinadoras respectivas, a Ordem dos Advogados do Brasil.*

*Art. 37. São atribuições dos titulares do cargo de Procurador Federal:*

*I - a representação judicial e extrajudicial da União, quanto às suas atividades descentralizadas a cargo de autarquias e fundações públicas, bem como a representação judicial e extrajudicial dessas entidades;*

*II - as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos à União, em suas referidas atividades descentralizadas, assim como às autarquias e às fundações federais;*

*III - a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial; e*

*IV - a atividade de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados.*

*§ 1o Os membros da Carreira de Procurador Federal são lotados e distribuídos pelo Advogado-Geral da União.*

*§ 2o A lotação de Procurador Federal nas autarquias e fundações públicas é proposta pelos titulares destas.*

*§ 3o Para o desempenho de suas atribuições, aplica-se o disposto no art. 4º da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, aos membros das carreiras de Procurador Federal e de Procurador do Banco Central do Brasil.***(Incluído pela Lei nº 11.094, de 2005)**

*Art. 38. Os integrantes da Carreira de Procurador Federal têm os direitos e deveres que lhes prevê a Lei no 8.112, de 1990, e sujeitam-se às proibições e aos impedimentos estabelecidos nesta Medida Provisória.*

*§ 1o Ao Procurador Federal é proibido:*

*I - exercer a advocacia fora das atribuições do respectivo cargo;*

*II - contrariar súmula, parecer normativo ou orientação técnica, adotados pelo Advogado-Geral da União;*

*III - manifestar-se, por qualquer meio de divulgação, sobre assunto conexo às suas atribuições, salvo ordem, ou autorização expressa, do Advogado-Geral da União;*

*IV - exercer suas atribuições em processo, judicial ou administrativo, em que seja parte ou interessado, ou haja atuado como advogado de qualquer das partes, ou no qual seja interessado parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro, bem assim nas hipóteses da legislação, inclusive processual; e*

*V - participar de comissão ou banca de concurso e intervir no seu julgamento, quando concorrer parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro.*

*§ 2o Devem, os Procuradores Federais, dar-se por impedidos nas hipóteses em que tenham proferido manifestação favorável à pretensão deduzida em juízo pela parte adversa e naquelas da legislação processual, cumprindo-lhes comunicar, de pronto, o seu impedimento ao respectivo superior hierárquico, visando à designação de substituto.*

*Art. 39. São transformados em cargos de Procurador Federal, os seguintes cargos efetivos, de autarquias e fundações federais:*

*I - Procurador Autárquico;*

*II - Procurador;*

*III - Advogado;*

*IV - Assistente Jurídico; e*

*V - Procurador e Advogado da Superintendência de Seguros Privados e da Comissão de Valores Mobiliários.*

*Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao Procurador do Banco Central do Brasil.*

*Art. 40. São enquadrados na Carreira de Procurador Federal os titulares dos cargos de que trata o art. 39, cuja investidura nos respectivos cargos haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.*

*§ 1o O enquadramento deve observar a correlação estabelecida no Anexo VI.*

*§ 2o À Advocacia-Geral da União incumbe verificar, caso a caso, a regularidade da aplicação deste artigo, quanto aos enquadramentos efetivados.*”

**30.** Observa-se que a Carreira de Procurador Federal foi inicialmente criada **no âmbito da Administração Pública Federal** (art. 35, *caput*, da Medida Provisória nº 2.048-26, de 2000) sem que fosse integrada a quadro de pessoal de qualquer órgão ou entidade, lacuna corrigida em edições posteriores da Medida Provisória que situou os cargos de Procurador Federal nas respectivas autarquias e fundações. Mesmo assim, cabendo ao Advogado-Geral da União a lotação dos integrantes da carreira, o disciplinamento dos concursos de ingresso na Carreira, e a verificação da regularidade do enquadramento na Carreira coube à Advocacia-Geral da União.[[26]](#footnote-27) A Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001, definiu que os integrantes da Carreira de Procurador Federal respondem, na apuração de falta funcional praticada no exercício de suas atribuições específicas, institucionais e legais, exclusivamente perante a Advocacia-Geral da União. [[27]](#footnote-28)[[28]](#footnote-29)

**31.** Presente o fato de a Medida Provisória nº 2.048-26, de 2000, ter conferido ao Advogado-Geral da União a atribuição de organizar os concursos públicos de ingresso na Carreira de Procurador Federal, este expediu a Instrução Normativa nº 13, de 4 de dezembro de 2001, que disciplinou, “*fixando-lhe os critérios, concurso público, de provas e títulos, destinado ao provimento de cargos de Procurador Federal de 2ª Categoria, da Carreira de igual denominação*”, para prover inicialmente 595 vagas, posteriormente aumentado para 663 vagas, para atender 96 entidades a cujos quadros os cargos de Procurador Federal pertenciam. O Edital do concurso foi expedido pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE) da Universidade de Brasília (UnB), aos 31 de janeiro de 2002.

**32. Os 663 novos Procuradores federais não seriam suficientes para atender a quase duas centenas de entidades, principalmente o INSS que apresentava grave carência de Procuradores. À vista disso, a signatária propôs ao Advogado-Geral da União um ajustamento na distribuição de cargos vagos da categoria especial para a 2ª categoria da Carreira de Procurador Federal. Acolhida a proposta, o Presidente da República expediu o Decreto nº 4.285, de 26 de junho de 2002, remanejando 565 cargos vagos de Procurador Federal de 63 entidades da Categoria Especial para a 2ª Categoria, para possibilitar a realização de novo concurso público.**

**CRIAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL FEDERAL − PGF.**

**33. No dia 3 de abril de 2002, em despacho com a signatária (então titular do cargo de Secretária-Geral de Consultoria), o Advogado-Geral da União − Gilmar Ferreira Mendes − externou preocupação com os destinos da Coordenadoria dos Órgãos Vinculados (então já inserida na Consultoria-Geral da União) e da Carreira de Procurador Federal (recém criada nos quadros das autarquias e fundações da União, exceto o Banco Central) e, concomitantemente, também externou o desejo de incluir na Advocacia-Geral da União o quadro de Procuradores Federais. Antevendo os duros embates que a medida provocaria, foi ponderado a Sua Excelência ser mais conveniente a criação de um órgão autônomo para abrigar a Carreira de Procurador Federal e dirigir as atividades de consultoria e assessoramento jurídico e a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações, pela absorção dos órgãos jurídicos dessas entidades, mantendo-os vinculados à AGU pela vinculação mesma do novo órgão que teria autonomia administrativa e financeira mas sem deter personalidade jurídica própria, nos moldes preconizados pelo art. 172 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.**[[29]](#footnote-30) **Escolheu-se a denominação de Procuradoria-Geral Federal (que já frequentava as discussões em torno de um novo órgão a ser inserido na AGU com a alteração da sua Lei Orgânica) e, com o valioso e sábio aval da saudosa Thereza Helena Souza de Miranda Lima – quem também já avalizara a inserção do art. 11-B na Lei nº 9.028, de 1995 −, autorizada pelo Advogado-Geral, a signatária entabulou as tratativas necessárias com o Ministério do Planejamento −**Antônio de Pádua Casella**− e a Casa Civil da Presidência da República − Wilson Calvo de Araújo − um como o outro, assim que souberam dos benefícios que a medida poderia trazer, resumidas em meia dúzia de linhas de um e-mail, renderam-se às evidencias e passaram a apoiar a proposta incluída no mesmo projeto de lei que cuidava do quadro de apoio da AGU, conforme se lê no item 22 da Exposição de Motivos nº 105/MP/AGU, de 5 de abril de 2002:**

**“***22. Quanto à criação da Procuradoria-Geral Federal – PGF na estrutura organizacional da AGU, é bom que se ressalte que representa um avanço considerável na forma de atuação dessa unidade, sem acarretar aumento de despesas, uma vez que estão sendo criados apenas três novos cargos comissionados, aproveitando-se quanto aos demais, a estrutura já existente, e a instalação de uma Procuradoria Federal não especializada trará como consequência a desativação das Procuradorias das pequenas entidades de âmbito local, o que pode redundar em economia e melhoria de qualidade do trabalho realizado.*”

**34. Tal como concebida foi acolhida e aprovada a proposta − até os erros de numeração dos parágrafos do art. 11 constavam da minuta originária. Assim, no dia 2 de julho de 2002, era sancionada a Lei nº 10.480, cujos arts. 9º a 14 criam e disciplinam o funcionamento da Procuradoria-Geral Federal.**

**35. Quando a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, foi sancionada, José Bonifácio Borges de Andrada era o titular do cargo de Advogado-Geral da União e, dois meses após a vigência desta, propôs alterações substanciais ao texto da Lei que criou a Procuradoria-Geral, transferindo atribuições do titular da PGF para o Advogado-Geral da União, como a direção superior desta, e incluindo a PFG na estrutura da AGU, entre outras alterações.**[[30]](#footnote-31)

**36. Ocorre que a Medida Provisória nº 71, de 2002, por razões estranhas à Procuradoria-Geral Federal, veio a ser rejeitada**[[31]](#footnote-32) **em dezembro daquele ano, restabelecendo-se a situação legal anterior. Antes que a Procuradoria-Geral Federal se firmasse no cenário político-institucional como órgão autônomo de fato, situação que de direito lhe cabe por força de lei, novo período de Governo, com nova Administração, iniciou-se em janeiro de 2003.**

**37.** A criação da **Procuradoria-Geral Federal** representa mais uma ação governamental em busca da racionalidade, economia e otimização das atividades constitucionais da Advocacia-Geral da União, retirando da **subordinação** aos dirigentes de autarquias e fundações decisões importantíssimas de representação judicial da União, bem como de consultoria e assessoramento jurídicos, atividades que devem ser orientadas pelo Advogado-Geral da União. A Constituição não distinguiu a Administração direta da indireta quanto à defesa do patrimônio público federal, apenas **admitiu** que a AGU pudesse fazer a representação judicial e extrajudicial através de órgãos a ela vinculados.[[32]](#footnote-33)

**38.** A única entidade autárquica federal cuja Procuradoria-Geral não foi absorvida pela Procuradoria-Geral Federal é o Banco Central do Brasil e, da mesma forma, os Procuradores do Banco Central também não integram a Carreira de Procurador Federal, embora constantemente reivindiquem essa integração.

**39. Além do órgão central, ainda em 2002** deu-se a **instalação** das **Procuradorias Regionais Federais** da **5ª Região**, com sede em **Recife**−PE,[[33]](#footnote-34) da **4ª Região**, em **Porto Alegre**−RS,[[34]](#footnote-35) e das **Procuradorias Federais** no Estado da **Bahia**, com sede em Salvador,[[35]](#footnote-36) e no Estado do **Ceará**, com sede em Fortaleza[[36]](#footnote-37).

**40.** Prosseguindo na **implantação** e **consolidação** da **Procuradoria-Geral Federal**, foram adotadas diversas medidas, tais como:

− a transferência para a AGU da folha de pagamento dos Procuradores Federais, a partir de 2004;

− a **instalação** das **Procuradorias Regionais Federais da 2ª Região,**[[37]](#footnote-38) com sede na Cidade do **Rio de Janeiro**−RJ, da **3ª Região,**[[38]](#footnote-39) com sede na Cidade de **São Paulo**-SP, e da **1ª Região,**[[39]](#footnote-40) com sede em **Brasília**−DF;

− a **instalação** das **Procuradorias Federais** no Estado de **Minas Gerais,**[[40]](#footnote-41) com sede em Belo Horizonte, no Estado do **Rio Grande do Norte,**[[41]](#footnote-42) com sede em Natal-RN, no Estado do **Espírito Santo,**[[42]](#footnote-43) com sede em Vitória, no Estado do **Mato Grosso do Sul,**[[43]](#footnote-44) com sede em Campo Grande, no Estado do **Paraná,**[[44]](#footnote-45) com sede em Curitiba, no Estado de **Santa Catarina,**[[45]](#footnote-46) com sede em Florianópolis, no Estado do **Pará**,[[46]](#footnote-47) com sede em Belém, no Estado de **Goiás,**[[47]](#footnote-48) com sede em Goiânia, no Estado do **Piauí,**[[48]](#footnote-49) com sede em Teresina, no Estado de **Alagoas,**[[49]](#footnote-50) com sede em Maceió, no Estado de **Rondônia,**[[50]](#footnote-51) com sede em Porto Velho, no Estado de **Roraima,**[[51]](#footnote-52) com sede em Boa Vista, no Estado da **Paraíba,**[[52]](#footnote-53) com sede em João Pessoa, no Estado do **Maranhão,**[[53]](#footnote-54) com sede em São Luís, no Estado do **Acre,**[[54]](#footnote-55) com sede em Rio Branco; no Estado do **Tocantins**,[[55]](#footnote-56) com sede em Palmas, no Estado de **Sergipe**,[[56]](#footnote-57)com sede em Aracaju, no Estado do **Amazonas**,[[57]](#footnote-58) com sede em Manaus, no Estado de **Mato Grosso**,[[58]](#footnote-59) com sede em Cuiabá,e no Estado do **Amapá**,[[59]](#footnote-60) com sede em Macapá, para assumirem a representação judicial de autarquias e fundações até então exercida pelas Procuradorias da União;

− a instalação da primeira **Procuradoria-Seccional Federal em Petrolina/PE**,[[60]](#footnote-61) meta do projeto de **reestruturação** da Procuradoria-Geral Federal, que pretende, até o ano de 2010, instalar 173 procuradorias e escritórios de representação pelo interior do País. Posteriormente, foram instaladas as **Procuradorias-Seccionais Federais** em **Londrina/PR**,[[61]](#footnote-62) de **Imperatriz/MA**,[[62]](#footnote-63)**Joinville/SC**,[[63]](#footnote-64)**Pelotas/RS**,[[64]](#footnote-65)**Niterói/RJ,**[[65]](#footnote-66)**Varginha/MG,**[[66]](#footnote-67) **Cascavel/PR,** [[67]](#footnote-68)**São José dos Campos/SP,**[[68]](#footnote-69)**Campinas/SP**,[[69]](#footnote-70)**Juiz de Fora/MG**;[[70]](#footnote-71) **Criciúma/SC**,[[71]](#footnote-72)**Ilhéus/BA**,[[72]](#footnote-73)**Rio Grande/RS**,[[73]](#footnote-74)**Chapecó/SC**,[[74]](#footnote-75)**Caruaru/PE**[[75]](#footnote-76)**Uruguaiana/RS,**[[76]](#footnote-77)**Ji-Paraná/RO**,[[77]](#footnote-78)**Taubaté/SP**,[[78]](#footnote-79)**Sorocaba/SP**,[[79]](#footnote-80)**Campina Grande/PB**,[[80]](#footnote-81)**Poços de Caldas/MG**,[[81]](#footnote-82)**Osasco/SP**,[[82]](#footnote-83)**Mossoró/RN**,[[83]](#footnote-84)**Santos/SP**,[[84]](#footnote-85)**Canoas/RS**,[[85]](#footnote-86)**Uberlândia/MG**,[[86]](#footnote-87)**Piracicaba/SP**,[[87]](#footnote-88)**Caxias do Sul/RS**,[[88]](#footnote-89)**Sobral/CE**,[[89]](#footnote-90)**São Bernardo do Campo/SP**,[[90]](#footnote-91)**Arapiraca/AL**,[[91]](#footnote-92)**Divinópolis/MG**,[[92]](#footnote-93)**Ponta Grossa/PR**,[[93]](#footnote-94)**Maringá/PR,**[[94]](#footnote-95)**Passo Fundo/RS,**[[95]](#footnote-96)**Presidente Prudente/SP**,[[96]](#footnote-97)**Ribeirão Preto/SP,** [[97]](#footnote-98)**São José do Rio Preto/SP**,[[98]](#footnote-99)**Santa Maria/RS**,[[99]](#footnote-100)**Guarulhos**,[[100]](#footnote-101)e **Duque de Caxias/RJ**[[101]](#footnote-102);

**41. Reestruturação da Procuradoria-Geral Federal**. Ainda no primeiro semestre de 2007, foi iniciado processo de reestruturação da PGF com o fito de transferir ao Órgão Central, às Procuradorias Regionais Federais e às Procuradorias Federais nos Estados a representação judicial das autarquias e fundações, ficando com as Procuradorias junto a essas entidades as atividades de consultoria e assessoramento jurídico.

**42.** **Assunção da representação judicial de autarquias e fundações até então a cargo da AGU.** Em cumprimento ao disposto na Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a Procuradoria-Geral Federal vem assumindo a representação judicial das autarquias e fundações que se encontravam com Procuradorias da AGU por força dos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.028, de 1995,[[102]](#footnote-103) conforme a seguir noticiado:

− assunção, em **caráter exclusivo**, pela Procuradoria-Geral Federal, da representação judicial de autarquias e fundações da União perante os Tribunais Superiores e o Supremo Tribunal Federal;[[103]](#footnote-104)

− assunção, em **caráter exclusivo**, pelas Procuradorias Federais nos Estados do Ceará e de Minas Gerais, e as Procuradorias Regionais Federais da 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões, já instaladas, da representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, nos respectivos Estados e Regiões;[[104]](#footnote-105)

**−**assunção, em **caráter exclusivo**, da representação judicial de autarquias e fundações públicas federais nos Estados da Bahia[[105]](#footnote-106), do Rio Grande do Norte[[106]](#footnote-107), do Espírito Santo[[107]](#footnote-108), do Pará[[108]](#footnote-109) e de Alagoas[[109]](#footnote-110), pelas respectivas Procuradorias Federais. A Procuradoria Regional Federal da 1ª Região, igualmente assumiu, em **caráter exclusivo**, a representação judicial de 118 autarquias e fundações públicas federais perante a primeira e a segunda instâncias dos órgãos do Poder Judiciário no Distrito Federal;[[110]](#footnote-111)

− assunção, em **caráter exclusivo**, da representação judicial das autarquias e fundações públicas federais nos Estados do **Acre**,[[111]](#footnote-112) de **Goiás**,[[112]](#footnote-113)de **Sergipe**,[[113]](#footnote-114)do **Maranhão**,[[114]](#footnote-115) da **Paraíba**[[115]](#footnote-116) e de **Rondônia**[[116]](#footnote-117) pelas respectivas **Procuradorias Federais**.

**43.** A **Procuradoria-Geral Federal** exerceu **diretamente** as **atribuições** de **representação judicial e extrajudicial relativas à execução da dívida ativa do INSS** atinente à competência tributária referente às contribuições sociais a que se refere o art. 1° da Lei nº 11.098, de 13 de janeiro de 2005[[117]](#footnote-118), bem como seu contencioso fiscal, nas Justiças Federal, do Trabalho e dos Estados[[118]](#footnote-119). Essas atividades conferidas diretamente à PGF foram exercidas pelo extinto[[119]](#footnote-120) “Órgão de Arrecadação da Procuradoria-Geral Federal”, que chegou a ter sua competência, estrutura (com cargos em comissão remanejados para a PGF[[120]](#footnote-121)) e funcionamento disciplinados em ato regimental[[121]](#footnote-122) do Advogado-Geral da União. Com a criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil − Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007 −, essa competência da PGF cessará, em face da revogação do art. 2º da Lei nº 11.098, de 2005, pela Lei nº 11.501, de 11.7.2007[[122]](#footnote-123), transferindo-se para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Entretanto, a Procuradoria-Geral Federal continuará a exercer parte dessas atribuições, por delegação,[[123]](#footnote-124) por força da Lei nº 11.457, de 2007.[[124]](#footnote-125) Consultar a respeito também o Ato Regimental nº 2, de 12 de junho de 2007.

**44.** As medidas noticiadas no item anterior **retiraram** da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) as **atribuições** de representação judicial e extrajudicial relativas à execução da dívida ativa do INSS atinente à competência tributária referente às contribuições sociais a que se refere o art. 1° da Lei nº 11.098, de 13 de janeiro de 2005, bem como seu contencioso fiscal, nas Justiças Federal, do Trabalho e dos Estados, além da consultoria e assessoramento jurídico a elas correspondentes, conforme explicitado no art. 4º, II, do Ato Regimental nº 1, de 2004[[125]](#footnote-126), do Advogado-Geral da União.

**45.** As atribuições supra, conferidas **diretamente** à Procuradoria-Geral Federal, foram temporariamente exercidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por força da Medida Provisória nº 258, de 21 de julho de 2005, que teve seu prazo de vigência encerrado em 18 de novembro de 2005,[[126]](#footnote-127) retornando à situação anterior. Posteriormente, com a sanção da Lei nº 11.457, de 2007 e a expedição da Medida Provisória nº 359, de 2007[[127]](#footnote-128), a competência de arrecadação da contribuição previdenciária, pela via judicial, passou à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.[[128]](#footnote-129) Em consequência, foi expedido o Ato Regimental/AGU nº 2, de 12 de junho de 2007, “*dispondo sobre a alteração da competência, estrutura e funcionamento da Procuradoria-Geral Federal no que se refere às atribuições definidas pela Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007*”.

**46. Distribuição dos cargos de Procurador Federal pelas categorias da carreira.** Foi visto que com a criação da Procuradoria-Geral Federal, em julho de 2002, foram reunidos em quadro único da PGF os cargos integrantes da carreira de Procurador Federal,[[129]](#footnote-130) então pertencentes aos quadros das autarquias e fundações da União. Desde essa época era aguardada a distribuição desses cargos pelas três categorias da carreira, providência adotada pelo Advogado-Geral da União com a expedição da Portaria nº 478, de 16.5.2007.[[130]](#footnote-131)

**47.** O Quadro de **Procuradores Federais** conta com **4.359**[[131]](#footnote-132)cargos. O maior número de cargos da Carreira concentra-se na Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS.

**48.** **Subsídio das carreiras jurídicas**. Desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, os Advogados Públicos, entre estes os **Procuradores Federais**, reivindicavam o cumprimento do disposto no art. 135 c/c o art. 39, § 4º, da Constituição − a remuneração por subsídio. Essa reivindicação foi atendida com a sanção da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006.[[132]](#footnote-133)

**49.** Contudo, questões conjunturais não permitiram, ainda, o atendimento integral da aspiração das Carreiras Jurídicas do Poder Executivo, qual seja a de perceberem subsídios próximos daqueles estabelecidos às carreiras do Ministério Público da União pois, como aquelas, estas exercem função essencial à Justiça. Mesmo assim, a tabela de subsídios progressivos até o ano de 2009, pode ser vista como sinalizadora de futura isonomia.

**50.** A fixação dos subsídios, entretanto, representa o primeiro passo em direção à conquista almejada. Até que tal ocorra, a Advocacia-Geral da União pode cuidar do estabelecimento de critérios para a estruturação de suas carreiras jurídicas e das carreiras de Procurador Federal e de Procurador do Banco Central do Brasil.

**51. Conciliação entre órgãos e entidades da União.** A Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, (art. 4°, X, XI, XII, XIII, e § 2°), e a Lei n° 9.028, de 12 de abril de 1995 (art. 8°-C), trouxeram disposições destinadas a evitar que a solução de controvérsias entre órgãos e entidades da Administração Federal se transferisse para a esfera judicial. E, com esse propósito, foi incluído o art. 11 na Medida Provisória n° 2.180-35, de 24 de agosto de 2001 (em sua versão anterior de nº 1.984-18, de 1º.6.2000), que incumbiu o Advogado-Geral da União de adotar todas as providências necessárias a que se deslindem tais controvérsias em sede administrativa. Em 3 de outubro de 2002, foi editada a Medida Provisória nº 71, da qual constava a criação de câmara de conciliação da Administração Federal na Advocacia-Geral da União. Essa medida provisória, no entanto, veio a ser rejeitada pelo Congresso Nacional[[133]](#footnote-134) em dezembro daquele ano, em razão de outras matérias ali tratadas. Antes da rejeição daquele diploma algumas conciliações foram realizadas e, mesmo depois, considerados os dispositivos legais já citados, principalmente o art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001, outras conciliações ocorreram e outras estão em andamento no âmbito da Advocacia-Geral da União. Para viabilizar outras conciliações e orientar as entidades e órgãos interessados, o Advogado-Geral da União expediu a Portaria nº 118, de 1º de fevereiro de 2007[[134]](#footnote-135), dispondo sobre a conciliação entre órgãos e entidades da Administração Federal, por câmaras de conciliação *ad hoc*, instaladas pelo Advogado-Geral da União, até que seja instituída câmara permanente e regulamentada a conciliação entre órgãos e entidades da União.

**52. Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF.Conciliação entre a União e os Estados.** Com a criação da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal foi retomada a ideia inicial de atribuir a órgão permanente a conciliação entre órgãos e entidades da União,[[135]](#footnote-136) seja realizando as conciliações diretamente ou supervisionando outros órgãos delas encarregados. A CCAF integra a nova estrutura da Consultoria-Geral da União.[[136]](#footnote-137) Optando-se por órgão permanente, era indispensável alterar o ato normativo que dispunha sobre a conciliação entre órgãos e entidades da União, o que ocorreu com a expedição da Portaria nº 1.281, de 27 de setembro de 2007. Na esteira das conciliações empreendidas entre órgãos e entes da Administração Federal, a Advocacia-Geral da União foi adiante e previu a possibilidade de solução administrativa, pela via da conciliação, de controvérsias de natureza jurídica entre a **Administração Pública Federal** e a **Administração Pública dos Estados** ou do **Distrito Federal**, no âmbito da Advocacia-Geral da União, conforme a Portaria nº 1.099, de 28 de julho de 2008.

**53. Grupo Executivo de acompanhamento do PAC na AGU e PGF - GEPAC/AGU.** Compete à Advocacia-Geral da União e à **Procuradoria-Geral Federal** a representação judicial e extrajudicial da União e de suas autarquias e fundações, inclusive quanto à execução dos empreendimentos que integram o PAC, de forma a viabilizar a consecução dos seus objetivos. À vista disso, foi constituído o**Grupo Executivo de Acompanhamento do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC no âmbito da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal - GEPAC/AGU**,para coordenar e orientar a atuação da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal em relação ao PAC nas esferas administrativa e judicial.

**54. Parcelamento de débito**. A Instrução Normativa/AGU nº 1, de 2008, autorizou o parcelamento de débitos oriundos, exclusivamente, de honorários de sucumbência em até trinta parcelas mensais e sucessivas, nos termos da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, sendo competentes para autorizar o parcelamento: o Procurador Chefe do órgão local de execução da Procuradoria-Geral Federal (até R$ 30.000,00); o Procurador-Geral Federal (até R$ 50.000,00); e o Advogado-Geral da União (acima de R$ 50.000,00).

**55. Sistema de Gestão Estratégica da AGU - Núcleo de Gestão Estratégica – NUGE.**[[137]](#footnote-138)Foi constituído o **Núcleo de Gestão Estratégica - NUGE**, subordinado ao Gabinete do Advogado-Geral da União Substituto, para supervisionar, coordenar, orientar e promover as ações de gestão estratégica da AGU e da PGF, orientadas pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, participação, transparência, economicidade, simplificação, coordenação e continuidade.[[138]](#footnote-139)

**56. Programa de Redução de demandas do INSS.** Com a finalidade de reduzir o número de demandas ajuizadas contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, foi instituído, por portaria conjunta do Advogado-Geral da União e do Ministro da Previdência Social, o **Programa de Redução de demandas do INSS**, que consiste na “*identificação de conflitos jurídicos em matéria previdenciária, havidos em sede administrativa ou judicial, os quais serão previamente resolvidos pelo Ministério da Previdência Social, assessorado por sua Consultoria Jurídica, ou pela Advocacia-Geral da União, por meio da fixação da interpretação da legislação previdenciária a ser uniformemente seguida pelas Agências da Previdência Social e pelos Procuradores Federais que representam o INSS em juízo ou que prestam consultoria e assessoramento jurídicos à Autarquia e suas autoridades*” (art. 1º, parágrafo único – Portaria Interministerial AGU/MPS nº 8, de 2008).

**57. Reestruturação das unidades da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS.** “*A* ***representação judicial*** *do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS será gradativamente assumida pela Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal, pelas Procuradorias Regionais Federais, pelas Procuradorias Federais nos Estados, pelas Procuradorias Seccionais Federais e pelos respectivos Escritórios de Representação*” (art. 1º - Portaria Interministerial AGU/MPS nº 10, de 2008), devendo a PGF “*garantir a manutenção, na Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, de Procuradores Federais em número suficiente para desenvolver as* ***atividades de consultoria e assessoramento jurídico*** *da autarquia*” (art. 7º - Portaria Interministerial AGU/MPS nº 10, de 2008).[[139]](#footnote-140)

**58. Funcionamento da PGF – áreas temáticas.**[[140]](#footnote-141) O Procurador-Geral Federal determinou que os órgãos de representação judicial da PGF [não instalados em autarquia ou fundação da União] distribuam as atividades de contencioso em áreas temáticas, quais sejam: **Cobrança e Recuperação de Créditos**; **Desenvolvimento Agrário e Desapropriações**; **Desenvolvimento Econômico;Educação**, **Cultura**, **Ciência e Tecnologia;Indígena**; **Infraestrutura**; **Licitações**, **Contratos e Patrimônio**[[141]](#footnote-142); **Meio Ambiente**; **Previdência e Assistência Social**; **Saúde**; e **Servidor Público e Pessoal**. Algumas das áreas temáticas poderão ser fundidas ou reunidas em núcleo de ações diversas, conforme a demanda local.

**59. Integração da PGF –Fóruns de Procuradores.**O Procurador-Geral Federal, coerente com os propósitos que nortearam a criação da Procuradoria-Geral Federal, instituiu o**Fórum de Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto às Instituições Federais de Ensino Superior**,[[142]](#footnote-143) o **Fórum de Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto aos Órgãos Reguladores,**[[143]](#footnote-144) e o **Fórum de Procuradores-Chefes das Procuradorias Federaisjunto às autarquias e fundações públicas federais com interesse jurídico na área temática da cultura**, [[144]](#footnote-145) objetivando: discutir problemas jurídicos comuns; avaliar a forma de atuação e sugerir a adoção de procedimentos uniformes; sugerir ao Procurador-Geral Federal a definição e revisão dos critérios para fixação do exercício ideal de Procuradores Federais nas respectivas Procuradorias; fomentar a execução eficiente das atividades de consultoria e assessoramento jurídico destinados; e promover a integração da Procuradoria-Geral Federal com as respectivas entidades.

**60.** **Competência territorial dos órgãos da PGF.** O Procurador-Geral Federal expediu portaria fixando a competência territorial das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação.[[145]](#footnote-146) A área de atuação de cada procuradoria está delimitada pela indicação dos nomes dos municípios por elas abrangidos.

**61. Centralização da inscrição e execução da dívida ativa das autarquias e fundações federais.** A Procuradoria-Geral Federal editou portaria que disciplina a **centralização** da inscrição dos créditos das autarquias e fundações federais em dívida ativa, bem como a sua execução (cobrança judicial) e estabeleceu cronograma para tanto.[[146]](#footnote-147) A centralização noticiada decorre de disposições das Leis nº 10.480, de 2002 e nº 11.457, de 16 de março de 2007.[[147]](#footnote-148)

**62.** **Estrutura básica da PGF estabelecida em decreto.** O Decreto nº 7.392,[[148]](#footnote-149) de 13 de dezembro de 2010, baseado no art. 84, VI, ‘a’, da Constituição, segundo o qual “compete privativamente ao Presidente da República” “dispor, mediante decreto, sobre” “organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos” aprovoua estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão da Advocacia-Geral da União e da **Procuradoria-Geral Federal**.

OS PROCURADORES-GERAIS FEDERAIS

**63.** Finalmente, anotam-se os nomes dos dirigentes da Procuradoria-Geral Federal desde a sua criação:[[149]](#footnote-150)

− **José Weber Holanda Alves** foio primeiro Procurador-Geral Federal e ficou no cargo de 8 de julho de 2002 a 3 de setembro de 2003;

− **Célia Maria Cavalcanti Ribeiro,** de 4 de setembro de 2003 a 27 de março de 2007;

− **João Ernesto Aragonês Vianna,** de 28 de março de 2007 a 31 de agosto de 2008;[[150]](#footnote-151)

– **Marcelo de Siqueira Freitas**, de 1º de setembro de 2008 a 15 de janeiro de de 2015;

− **Renato Rodrigues Vieira**, de 25 de fevereiro de 2015 a 23 de maio de 2016;

− **Ronaldo Guimarães Gallo**, de 24 de maio de 2016 a 29 de setembro de 2016;

− **Cleso Jose da Fonseca Filho**, de 30 de setembro de 2016 a 23 de abril de 2018;

− **Leonardo Silva Lima Fernandes**, de 4 de maio de 2018 a 27 de janeiro de 2021; e

− **Avio Kalatzis de Britto**, que está na titularidade do cargo de Procurador-Geral Federal desde 28 de janeiro de 2021.

**64.** Desde a sua instalação, a Procuradoria-Geral Federal contou também com os seguintes **Subprocuradores-Gerais Federais**, que substituem o titular do Órgão:Célia Maria Cavalcanti Ribeiro, Lúcio Flávio Camargo Bastos,[[151]](#footnote-152) Marcelo de Siqueira Freitas, Marcelo da Silva Freitas, Antonio Roberto Basso, Renato Rodrigues Vieira, Marcelo da Silva Freitas (por dois períodos), Adler Anaximandro de Cruz e Alves, Miguel Angelo Sedrez Junior, Gabriel de Mello Galvão, Daniel de Andrade Oliveira Barral, Avio Kalatzis de Britto e Vitor Fernando Gonçalves Córdula.

Além dos Subprocuradores-Gerais Federais, outros substitutos eventuais ocuparam o cargo de Procurador-Geral Federal: Antonio Roberto Basso, Renato Rodrigues Vieira e Jogliane Krabbe Catelli. Atualmente, Rafael Camparra Pinheiro está designado substituto para eventuais ausências concomitantes do Procurador-Geral Federal e do Subprocurador-Geral Federal.



Maria Jovita Wolney Valente

Procuradora Federal

ANTECEDENTES

− LEGISLAÇÃO –

CONSTITUIÇÃO DE 1988

TÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I

DO PODER LEGISLATIVO

CAPÍTULO II

DO PODER EXECUTIVO

**CAPÍTULO III**

**DO PODER JUDICIÁRIO**

**CAPÍTULO IV**

**DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA**

**SEÇÃO I**

**DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**Seção II**

**DA ADVOCACIA PÚBLICA**

**(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

Art. 131. A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

§ 1º A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 2º O ingresso nas classes iniciais das carreiras da instituição de que trata este artigo far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.

§ 3º Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.

Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

Parágrafo único. Aos procuradores referidos neste artigo é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

**Seção III**

**DA ADVOCACIA E DA DEFENSORIA PÚBLICA**

Art. 135. Os servidores integrantes das carreiras disciplinadas nas Seções II e III deste Capítulo serão remunerados na forma do art. 39, § 4º**(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

(\*) Eis a redação anterior do art. 39 e seu § 4º da CF:

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas. **(Redação anterior à Emenda Constitucional nº 19, de 4.6. 1998)**[[152]](#footnote-153)

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998. – Em Seção Plenária de 2.8.2007, o Supremo Tribunal Federal decidiu “suspender a eficácia do artigo 39, *caput,* da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998”)**

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1993.**

Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, F**aço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei complementar:

**TÍTULO I**

**DAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS**

**E DA COMPOSIÇÃO**

**CAPÍTULO I**

**DAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS**

Art. 1o A Advocacia-Geral da União é a instituição que representa a União judicial e extrajudicialmente.[[153]](#footnote-154)

Parágrafo único. À Advocacia-Geral da União cabem as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo, nos termos desta Lei Complementar.

**CAPÍTULO II**

**DA COMPOSIÇÃO**

Art. 2o A Advocacia-Geral da União compreende:

I - órgãos de direção superior:

a) o Advogado-Geral da União;

b) a Procuradoria-Geral da União e a da Fazenda Nacional;

c) Consultoria-Geral da União;

d) o Conselho Superior da Advocacia-Geral da União; e

e) a Corregedoria-Geral da Advocacia da União;

II - órgãos de execução:

a) as Procuradorias Regionais da União e as da Fazenda Nacional e as Procuradorias da União e as da Fazenda Nacional nos Estados e no Distrito Federal e as Procuradorias Seccionais destas;

b) a Consultoria da União, as Consultorias Jurídicas dos Ministérios, da Secretaria-Geral e das demais Secretarias da Presidência da República e do Estado-Maior das Forças Armadas;

III - órgão de assistência direta e imediata Advogado-Geral da União: o Gabinete do Advogado-Geral da União;

IV - **(VETADO)**

§ 1o - Subordinam-se diretamente ao Advogado-Geral da União, além do seu gabinete, a Procuradoria-Geral da União, a Consultoria-Geral da União, a Corregedoria-Geral da Advocacia-Geral da União,[[154]](#footnote-155) a Secretaria de Controle Interno e, técnica e juridicamente, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

§ 2o As Procuradorias Seccionais, subordinadas às Procuradorias da União e da Fazenda Nacional nos Estados e no Distrito Federal, serão criadas, no interesse do serviço, por proposta do Advogado-Geral da União.

§ 3o As Procuradorias e Departamentos Jurídicos das autarquias e fundações públicas são órgãos vinculados à Advocacia-Geral da União.

§ 4o O Advogado-Geral da União é auxiliado por dois Secretários-Gerais: o de Contencioso e o de Consultoria.

§ 5o São membros da Advocacia-Geral da União: o Advogado-Geral da União, o Procurador-Geral da União, o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, o Consultor-Geral da União, o Corregedor-Geral da Advocacia da União, os Secretários-Gerais de Contencioso e de Consultoria, os Procuradores Regionais, os Consultores da União, os Corregedores-Auxiliares, os Procuradores-Chefes, os Consultores Jurídicos, os Procuradores Seccionais, os Advogados da União, os Procuradores da Fazenda Nacional e os Assistentes Jurídicos.

**TÍTULO II**

**DOS ÓRGÃOS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**

**CAPÍTULO I**

**DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**

Art. 3o A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 1o O Advogado-Geral da União é o mais elevado órgão de assessoramento jurídico do Poder Executivo, submetido à direta, pessoal e imediata supervisão do Presidente da República.

§ 2o O Advogado-Geral da União terá substituto eventual nomeado pelo Presidente da República, atendidas as condições deste artigo.

Art. 4o São atribuições do Advogado-Geral da União:

I - dirigir a Advocacia-Geral da União, superintender e coordenar suas atividades e orientar-lhe a atuação;

II - despachar com o Presidente da República;

III - representar a União junto ao Supremo Tribunal Federal;

IV - defender, nas ações diretas de inconstitucionalidade, a norma legal ou ato normativo, objeto de impugnação;

V - apresentar as informações a serem prestadas pelo Presidente da República, relativas a medidas impugnadoras de ato ou omissão presidencial;

VI - desistir, transigir, acordar e firmar compromisso nas ações de interesse da União, nos termos da legislação vigente; [[155]](#footnote-156)

VII - assessorar o Presidente da República em assuntos de natureza jurídica, elaborando pareceres e estudos ou propondo normas, medidas e diretrizes;

VIII - assistir o Presidente da República no controle interno da legalidade dos atos da Administração;

IX - sugerir ao Presidente da República medidas de caráter jurídico reclamadas pelo interesse público;

X - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e demais atos normativos, a ser uniformemente seguida pelos órgãos e entidades da Administração Federal;

XI - unificar a jurisprudência administrativa, garantir a correta aplicação das leis, prevenir e dirimir as controvérsias entre os órgãos jurídicos da Administração Federal;

XII - editar enunciados de súmula administrativa, resultantes de jurisprudência iterativa dos Tribunais;

XIII - exercer orientação normativa e supervisão técnica quanto aos órgãos jurídicos das entidades a que alude o Capítulo IX do Título II desta Lei Complementar;

XIV - baixar o Regimento Interno da Advocacia-Geral da União;

XV - proferir decisão nas sindicâncias e nos processos administrativos disciplinares promovidos pela Corregedoria-Geral e aplicar penalidades, salvo a de demissão;

XVI - homologar os concursos públicos de ingresso nas Carreiras da Advocacia-Geral da União;

XVII - promover a lotação e a distribuição dos Membros e servidores, no âmbito da Advocacia-Geral da União;

XVIII - editar e praticar os atos normativos ou não, inerentes a suas atribuições;

XIX - propor, ao Presidente da República, as alterações a esta Lei Complementar;

§ 1o O Advogado-Geral da União pode representá-la junto a qualquer juízo ou Tribunal.

§ 2o O Advogado-Geral da União pode avocar quaisquer matérias jurídicas de interesse desta, inclusive no que concerne a sua representação extrajudicial.

§ 3o É permitida a delegação das atribuições previstas no inciso VI ao Procurador-Geral da União, bem como a daquelas objeto do inciso XVII deste artigo, relativamente a servidores.

**CAPÍTULO II**

**DA CORREGEDORIA-GERALDA ADVOCACIA DA UNIÃO**[[156]](#footnote-157)

Art. 5o A Corregedoria-Geral da Advocacia da União tem como atribuições:

I - fiscalizar as atividades funcionais dos Membros da Advocacia-Geral da União;

II - promover correição nos órgãos jurídicos da Advocacia-Geral da União, visando à verificação da regularidade e eficácia dos serviços, e à proposição de medidas, bem como à sugestão de providências necessárias ao seu aprimoramento;

III - apreciar as representações relativas à atuação dos Membros da Advocacia-Geral da União;

IV - coordenar o estágio confirmatório dos integrantes das Carreiras da Advocacia-Geral da União;

V - emitir parecer sobre o desempenho dos integrantes das Carreiras da Advocacia-Geral da União submetidos ao estágio confirmatório, opinando, fundamentadamente, por sua confirmação no cargo ou exoneração;

VI - instaurar, de ofício ou por determinação superior, sindicâncias e processos administrativos contra os Membros da Advocacia-Geral da União.

Art. 6o Compete, ainda, à Corregedoria-Geral supervisionar e promover correições nos órgãos vinculados à Advocacia-Geral da União.

**CAPÍTULO III**

**DO CONSELHO SUPERIOR DA**

**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**

Art. 7o O Conselho Superior da Advocacia-Geral da União tem as seguintes atribuições:

I - propor, organizar e dirigir os concursos de ingresso nas Carreiras da Advocacia-Geral da União;

II - organizar as listas de promoção e de remoção, julgar reclamações e recursos contra a inclusão, exclusão e classificação em tais listas, e encaminhá-las ao Advogado-Geral da União;

III - decidir, com base no parecer previsto no art. 5o, inciso V desta Lei Complementar, sobre a confirmação no cargo ou exoneração dos Membros das Carreiras da Advocacia-Geral da União submetidos à estágio confirmatório;

IV - editar o respectivo Regimento Interno.

Parágrafo único. Os critérios disciplinadores dos concursos a que se refere o inciso I deste artigo são integralmente fixados pelo Conselho Superior da Advocacia-Geral da União.

Art. 8o Integram o Conselho Superior da Advocacia-Geral da União:

I - o Advogado-Geral da União, que o preside;

II - o Procurador-Geral da União, o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, o Consultor-Geral da União, e o Corregedor-Geral da Advocacia da União;

III - um representante, eleito, de cada carreira da Advocacia-Geral da União, e respectivo suplente.

§ 1o Todos os membros do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União têm direito a voto, cabendo ao presidente o de desempate.

§ 2o O mandato dos membros eleitos do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União é de dois anos, vedada a recondução.

§ 3o Os membros do Conselho são substituídos, em suas faltas e impedimentos, na forma estabelecida no respectivo Regimento Interno.

**CAPÍTULO IV**

**DA PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO**

Art. 9o À Procuradoria-Geral da União, subordinada direta e imediatamente ao Advogado-Geral da União, incumbe representá-la, judicialmente, nos termos e limites desta Lei Complementar.

§ 1o Ao Procurador-Geral da União compete representá-la junto aos tribunais superiores.

§ 2o Às Procuradorias Regionais da União cabe sua representação perante os demais tribunais.

§ 3o Às Procuradorias da União organizadas em cada Estado e no Distrito Federal, incumbe representá-la junto à primeira instância da Justiça Federal, comum e especializada.

§ 4o O Procurador-Geral da União pode atuar perante os órgãos judiciários referidos nos §§ 2o e 3o, e os Procuradores Regionais da União junto aos mencionados no § 3o deste artigo.

**CAPÍTULO V**

**DA CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**

Art. 10. À Consultoria-Geral da União, direta e imediatamente subordinada ao Advogado-Geral da União, incumbe, principalmente, colaborar com este em seu assessoramento jurídico ao Presidente da República produzindo pareceres, informações e demais trabalhos jurídicos que lhes sejam atribuídos pelo chefe da instituição.

Parágrafo único. Compõem a Consultoria-Geral da União o Consultor-Geral da União e a Consultoria da União.

**CAPÍTULO VI**

**DAS CONSULTORIAS JURÍDICAS**

Art. 11. Às Consultorias Jurídicas, órgãos administrativamente subordinados aos Ministros de Estado, ao Secretário-Geral e aos demais titulares de Secretarias da Presidência da República e ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, compete, especialmente:

I - assessorar as autoridades indicadas no caput deste artigo;

II - exercer a coordenação dos órgãos jurídicos dos respectivos órgãos autônomos e entidades vinculadas;

III - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação e coordenação quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

IV - elaborar estudos e preparar informações, por solicitação de autoridade indicada no caput deste artigo;

V - assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados, e daqueles oriundos de órgão ou entidade sob sua coordenação jurídica;

VI - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério, Secretaria e Estado-Maior das Forças Armadas:

a) os textos de edital de licitação, como os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados;

b) os atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade, ou decidir a dispensa, de licitação.

**CAPÍTULO VII**

**DA PROCURADORIA-GERAL DAFAZENDA NACIONAL**

Art. 12. À Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, órgão administrativamente subordinado ao titular do Ministério da Fazenda,[[157]](#footnote-158) compete especialmente:[[158]](#footnote-159)

I - apurar a liquidez e certeza da dívida ativa da União de natureza tributária, inscrevendo-a para fins de cobrança, amigável ou judicial;[[159]](#footnote-160)

II - representar privativamente a União, na execução de sua dívida ativa de caráter tributário;

III - **(VETADO)**

IV - examinar previamente a legalidade dos contratos, acordos, ajustes e convênios que interessem ao Ministério da Fazenda, inclusive os referentes à dívida pública externa, e promover a respectiva rescisão por via administrativa ou judicial;

V - representar a União nas causas de natureza fiscal.

Parágrafo único. São consideradas causas de natureza fiscal as relativas a:

I - tributos de competência da União, inclusive infrações à legislação tributária;

II - empréstimos compulsórios;

III - apreensão de mercadorias, nacionais ou estrangeiras;

IV - decisões de órgãos do contencioso administrativo fiscal;

V - benefícios e isenções fiscais;

VI - créditos e estímulos fiscais à exportação;

VII - responsabilidade tributária de transportadores e agentes marítimos;

VIII - incidentes processuais suscitados em ações de natureza fiscal.

Art. 13. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional desempenha as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito do Ministério da Fazenda e seus órgãos autônomos e entes tutelados.

Parágrafo único. No desempenho das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional rege-se pela presente Lei Complementar.

Art. 14. **(VETADO)**

**CAPÍTULO VIII**

**DO GABINETE DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO E DA SECRETARIA DECONTROLE INTERNO**

Art. 15. O Gabinete do Advogado-Geral da União tem sua competência e estrutura fixadas no Regimento Interno da Advocacia-Geral da União.

Art. 16. A Secretaria de Controle Interno rege-se, quanto às suas competências e estrutura básica, pela legislação específica.

**CAPÍTULO IX**

**DOS ÓRGÃOS VINCULADOS**

Art. 17. Aos órgãos jurídicos das autarquias e das fundações públicas compete:

I - a sua representação judicial e extrajudicial;

II - as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos;

III - a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.[[160]](#footnote-161)

Art. 18. No desempenho das atividades de consultoria e assessoramento aos órgãos jurídicos das autarquias e das fundações públicas aplica-se, no que couber, o disposto no art. 11 desta lei complementar.

Art. 19. **(VETADO).**

**TÍTULO III**

**DOS MEMBROS EFETIVOS DAADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**

**CAPÍTULO I**

**DAS CARREIRAS**

Art. 20. As carreiras de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional e de Assistente Jurídico compõem-se dos seguintes cargos efetivos:

I - carreira de Advogado da União:

a) Advogado da União da 2ª Categoria (inicial);

b) Advogado da União de 1ª Categoria (intermediária);

c) Advogado da União de Categoria Especial (final);

II - carreira de Procurador da Fazenda Nacional:

a) Procurador da Fazenda Nacional de 2ª Categoria (inicial);

b) Procurador da Fazenda Nacional de 1ª Categoria (intermediária);

c) Procurador da Fazenda Nacional de Categoria Especial (final);

III - carreira de Assistente Jurídico: **(Extinta a Carreira e transformados em cargos de Advogado da União os cargos de Assistente Jurídico pelo art. 11 da Medida Provisória no 43, de 2002, convertida na Lei n° 10.549, de 2002.)**

a) Assistente Jurídico de 2ª Categoria (inicial);

b) Assistente Jurídico de 1ª Categoria (intermediária);

c) Assistente Jurídico de Categoria Especial (final).

Art. 21. O ingresso nas carreiras da Advocacia-Geral da União ocorre nas categorias iniciais, mediante nomeação, em caráter efetivo, de candidatos habilitados em concursos públicos, de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação.

§ 1o Os concursos públicos devem ser realizados na hipótese em que o número de vagas da carreira exceda a dez por cento dos respectivos cargos, ou, com menor número, observado o interesse da Administração e a critério do Advogado-Geral da União.

§ 2o O candidato, no momento da inscrição, há de comprovar um mínimo de dois anos de prática forense.[[161]](#footnote-162)

§ 3o Considera-se título, para o fim previsto neste artigo, além de outros regularmente admitidos em direito, o exercício profissional de consultoria, assessoria e diretoria, bem como o desempenho de cargo, emprego ou função de nível superior, com atividades eminentemente jurídicas.[[162]](#footnote-163)

§ 4o A Ordem dos Advogados do Brasil é representada na banca examinadora dos concursos de ingresso nas carreiras da Advocacia-Geral da União.

§ 5o Nos dez dias seguintes à nomeação, o Conselho Superior da Advocacia-Geral da União deve convocar os nomeados para escolha de vagas, fixando-lhes prazo improrrogável.

§ 6o Perde o direito à escolha de vaga o nomeado que não atender à convocação a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 22. Os dois primeiros anos de exercício em cargo inicial das carreiras da Advocacia-Geral da União correspondem a estágio confirmatório.

Parágrafo único. São requisitos da confirmação no cargo a observância dos respectivos deveres, proibições e impedimentos, a eficiência, a disciplina e a assiduidade.

**CAPÍTULO II**

**DA LOTAÇÃO E DA DISTRIBUIÇÃO**

Art. 23. Os membros efetivos da Advocacia-Geral da União são lotados e distribuídos pelo Advogado-Geral da União.

Parágrafo único. A lotação de Assistente Jurídico nos Ministérios, na Secretaria-Geral e nas demais Secretarias da Presidência da República e no Estado-Maior das Forças Armadas é proposta por seus titulares, e a lotação e distribuição de Procuradores da Fazenda Nacional, pelo respectivo titular.

**CAPÍTULO III**

**DA PROMOÇÃO**

Art. 24. A promoção de membro efetivo da Advocacia-Geral da União consiste em seu acesso à categoria imediatamente superior àquela em que se encontra.

Parágrafo único. As promoções serão processadas semestralmente pelo Conselho Superior da Advocacia-Geral da União, para vagas ocorridas até 30 de junho e até 31 de dezembro de cada ano, obedecidos, alternadamente, os critérios de antigüidade e merecimento.

Art. 25. A promoção por merecimento deve obedecer a critérios objetivos, fixados pelo Conselho Superior da Advocacia-Geral da União, dentre os quais a presteza e a segurança no desempenho da função, bem como a freqüência e o aproveitamento em cursos de aperfeiçoamento reconhecidos por órgãos oficiais.

Parágrafo único. **(VETADO)**

**CAPÍTULO IV**

**DOS DIREITOS, DOS DEVERES, DAS PROIBIÇÕES, DOS IMPEDIMENTOS E DAS CORREIÇÕES**

**SEÇÃO I**

**DOS DIREITOS**

Art. 26. Os membros efetivos da Advocacia-Geral da União têm os direitos assegurados pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nesta lei complementar.

Parágrafo único. Os cargos das carreiras da Advocacia-Geral da União têm o vencimento e remuneração estabelecidos em lei própria.[[163]](#footnote-164)

**SEÇÃO II**

**DOS DEVERES, DAS PROIBIÇÕES E DOS**

**IMPEDIMENTOS**

Art. 27. Os membros efetivos da Advocacia-Geral da União têm os deveres previstos na Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, sujeitando-se ainda às proibições e impedimentos estabelecidos nesta lei complementar.

Art. 28. Além das proibições decorrentes do exercício de cargo público, aos membros efetivos da Advocacia-Geral da União é vedado:

I - exercer advocacia fora das atribuições institucionais;

II - contrariar súmula, parecer normativo ou orientação técnica adotada pelo Advogado-Geral da União;

III - manifestar-se, por qualquer meio de divulgação, sobre assunto pertinente às suas funções, salvo ordem, ou autorização expressa do Advogado-Geral da União.

Art. 29. É defeso aos membros efetivos da Advocacia-Geral da União exercer suas funções em processo judicial ou administrativo:

I - em que sejam parte;

II - em que hajam atuado como advogado de qualquer das partes;

III - em que seja interessado parente consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro;

IV - nas hipóteses da legislação processual.

Art. 30. Os membros efetivos da Advocacia-Geral da União devem dar-se por impedidos:

I - quando hajam proferido parecer favorável à pretensão deduzida em juízo pela parte adversa;

II - nas hipóteses da legislação processual.

Parágrafo único. Nas situações previstas neste artigo, cumpre seja dada ciência, ao superior hierárquico imediato, em expediente reservado, dos motivos do impedimento, objetivando a designação de substituto.

Art. 31. Os membros efetivos da Advocacia-Geral da União não podem participar de comissão ou banca de concurso, intervir no seu julgamento e votar sobre organização de lista para promoção ou remoção, quando concorrer parente consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro.

**SEÇÃO III**

**DAS CORREIÇÕES**

Art. 32. A atividade funcional dos membros efetivos da Advocacia-Geral da União está sujeita a:

I - correição ordinária, realizada anualmente pelo Corregedor-Geral e respectivos auxiliares;

II - correição extraordinária, também realizada pelo Corregedor-Geral e por seus auxiliares, de ofício ou por determinação do Advogado-Geral da União.

Art. 33. Concluída a correição, o Corregedor-Geral deve apresentar ao Advogado-Geral da União relatório, propondo-lhe as medidas e providências a seu juízo cabíveis.

Art. 34. Qualquer pessoa pode representar ao Corregedor-Geral da Advocacia da União contra abuso, erro grosseiro, omissão ou qualquer outra irregularidade funcional dos membros da Advocacia-Geral da União.

**TÍTULO IV**

**DAS CITAÇÕES, DAS INTIMAÇÕES E**

**DAS NOTIFICAÇÕES**

Art. 35. A União é citada nas causas em que seja interessada, na condição de autora, ré, assistente, oponente, recorrente ou recorrida, na pessoa:

I - do Advogado-Geral da União, privativamente, nas hipóteses de competência do Supremo Tribunal Federal;

II - do Procurador-Geral da União, nas hipóteses de competência dos tribunais superiores;

III - do Procurador Regional da União, nas hipóteses de competência dos demais tribunais;

IV - do Procurador-Chefe ou do Procurador-Seccional da União, nas hipóteses de competência dos juízos de primeiro grau.

Art. 36. Nas causas de que trata o art. 12, a União será citada na pessoa:[[164]](#footnote-165)

I - **(VETADO);**

II - do Procurador Regional da Fazenda Nacional, nas hipóteses de competência dos demais tribunais;

III - do Procurador-Chefe ou do Procurador-Seccional da Fazenda Nacional nas hipóteses de competência dos juízos de primeiro grau.

Art. 37. Em caso de ausência das autoridades referidas nos arts. 35 e 36, a citação se dará na pessoa do substituto eventual.

Art. 38. As intimações e notificações são feitas nas pessoas do Advogado da União ou do Procurador da Fazenda Nacional que oficie nos respectivos autos.

**TÍTULO V**

**DOS PARECERES E DA SÚMULA DAADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**

Art. 39. É privativo do Presidente da República submeter assuntos ao exame do Advogado-Geral da União, inclusive para seu parecer.

Art. 40. Os pareceres do Advogado-Geral da União são por este submetidos à aprovação do Presidente da República.

§ 1o O parecer aprovado e publicado juntamente com o despacho presidencial vincula a Administração Federal, cujos órgãos e entidades ficam obrigados a lhe dar fiel cumprimento.

§ 2o O parecer aprovado, mas não publicado, obriga apenas as repartições interessadas, a partir do momento em que dele tenham ciência.

Art. 41. Consideram-se, igualmente, pareceres do Advogado-Geral da União, para os efeitos do artigo anterior, aqueles que, emitidos pela Consultoria-Geral da União, sejam por ele aprovados e submetidos ao Presidente da República.

Art. 42. Os pareceres das Consultorias Jurídicas, aprovados pelo Ministro de Estado, pelo Secretário-Geral e pelos titulares das demais Secretarias da Presidência da República ou pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, obrigam, também, os respectivos órgãos autônomos e entidades vinculadas.

Art. 43. A Súmula da Advocacia-Geral da União tem caráter obrigatório quanto a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2o e 17 desta lei complementar.

§ 1o O enunciado da Súmula editado pelo Advogado-Geral da União há de ser publicado no Diário Oficial da União, por três dias consecutivos.

§ 2o No início de cada ano, os enunciados existentes devem ser consolidados e publicados no Diário Oficial da União.

Art. 44. Os pareceres aprovados do Advogado-Geral da União inserem-se em coletânea denominada "Pareceres da Advocacia-Geral da União", a ser editada pela Imprensa Nacional.

**TÍTULO VI**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

Art. 45. O Regimento Interno da Advocacia-Geral da União é editado pelo Advogado-Geral da União, observada a presente lei complementar.

§ 1o O Regimento Interno deve dispor sobre a competência, a estrutura e o funcionamento da Corregedoria-Geral da Advocacia da União, da Procuradoria-Geral da União, da Consultoria-Geral da União, das Consultorias Jurídicas, do Gabinete do Advogado-Geral da União e dos Gabinetes dos Secretários-Gerais, do Centro de Estudos, da Diretoria-Geral de Administração e da Secretaria de Controle Interno, bem como sobre as atribuições de seus titulares e demais integrantes.

§ 2o O Advogado-Geral da União pode conferir, no Regimento Interno, ao Procurador-Geral da União e ao Consultor-Geral da União, atribuições conexas às que lhe prevê o art. 4o desta lei complementar.

§ 3o No Regimento Interno são disciplinados os procedimentos administrativos concernentes aos trabalhos jurídicos da Advocacia-Geral da União.

Art. 46. É facultado ao Advogado-Geral da União convocar quaisquer dos integrantes dos órgãos jurídicos que compõem a Advocacia-Geral da União, para instruções e esclarecimentos.

Art. 47. O Advogado-Geral da União pode requisitar servidores dos órgãos ou entidades da Administração Federal, para o desempenho de cargo em comissão ou atividade outra na Advocacia-Geral da União, assegurados ao servidor todos os direitos e vantagens a que faz jus no órgão ou entidade de origem, inclusive promoção.

Art. 48. Os cargos da Advocacia-Geral da União integram quadro próprio.

Art. 49. São nomeados pelo Presidente da República:

I - mediante indicação do Advogado-Geral da União, os titulares dos cargos de natureza especial de Corregedor-Geral da Advocacia da União, de Procurador-Geral da União, de Consultor-Geral da União, de Secretário-Geral de Contencioso e de Secretário-Geral de Consultoria, como os titulares dos cargos em comissão de Corregedor-Auxiliar, de Procurador Regional, de Consultor da União, de Procurador-Chefe e de Diretor-Geral de Administração;

II - mediante indicação do Ministro de Estado, do Secretário-Geral ou titular de Secretaria da Presidência da República, ou do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, os titulares dos cargos em comissão de Consultor Jurídico;

III - mediante indicação do Ministro de Estado da Fazenda, o titular do cargo de natureza especial de Procurador-Geral da Fazenda Nacional.

§ 1o São escolhidos dentre os membros efetivos da Advocacia-Geral da União o Corregedor-Geral, os Corregedores-Auxiliares, os Procuradores Regionais e os Procuradores-Chefes.

§ 2o O Presidente da República pode delegar ao Advogado-Geral da União competência para prover, nos termos da lei, os demais cargos, efetivos e em comissão, da instituição.[[165]](#footnote-166)

Art. 50. Aplica-se ao Advogado-Geral da União, ao Procurador-Geral da União, ao Consultor-Geral da União, aos Consultores da União e aos Consultores Jurídicos, no que couber, o Capítulo IV do Título III desta lei complementar.

Art. 51. Aos titulares de cargos de confiança, sejam de natureza especial ou em comissão, da Advocacia-Geral da União, assim como aos membros efetivos desta é vedado manter, sob sua chefia imediata, parente consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem assim como cônjuge ou companheiro.

Art. 52. Os membros e servidores da Advocacia-Geral da União detêm identificação funcional específica, conforme modelos previstos em seu Regimento Interno.

**TÍTULO VII**

**DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 53. É extinto o cargo de Consultor-Geral da República, de natureza especial.

Art. 54. É criado, com natureza especial, o cargo de Advogado-Geral da União. **(Transformado em cargo de Ministro de Estado pelo art. 24-B da Lei no 9.649, de 1998 - Medida Provisória no 2.216-37, de 2001.)**

Art. 55. São criados, com natureza especial, os cargos de Procurador-Geral da União, Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Consultor-Geral da União e de Corregedor-Geral da Advocacia da União, privativos de Bacharel em Direito, de elevado saber jurídico e reconhecida idoneidade, com dez anos de prática forense e maior de trinta e cinco anos**. (Dispensados a idade mínima e os dez anos de prática forense pelo art. 16 da Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 56. São extintos os cargos em comissão de Procurador-Geral da Fazenda Nacional e de Secretário-Geral da Consultoria-Geral da República.

Art. 57. São criados os cargos de Secretário-Geral de Contencioso e de Secretário-Geral de Consultoria, de natureza especial, privativos de Bacharel em Direito que reúna as condições estabelecidas no art. 55 desta lei complementar.

Art. 58. Os cargos de Consultor Jurídico são privativos de Bacharel em Direito de provada capacidade e experiência, e reconhecida idoneidade, que tenham cinco anos de prática forense. **(Dispensados os cinco anos de prática forense pelo art. 16 da Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 59. **(VETADO).**

Art. 60. **(VETADO).**

Art. 61. A opção, facultada pelo § 2o do art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, aos Procuradores da República, deve ser manifestada, ao Advogado-Geral da União, no prazo improrrogável de quinze dias, contado da publicação da lei prevista no parágrafo único do art. 26 desta lei complementar. **(Ver art. 49 da Medida Provisória n° 2.229-43, de 2001)**

Art. 62. São criados, no Quadro da Advocacia-Geral da União, seiscentos cargos de Advogado da União, providos mediante aprovação em concurso público, de provas e títulos, distribuídos entre as categorias, na forma estabelecida no Regimento Interno da Advocacia-Geral da União.

§ 1o Cabe ao Advogado-Geral da União disciplinar, em ato próprio, o primeiro concurso público de provas e títulos, destinado ao provimento de cargos de Advogado da União de 2ª Categoria.

§ 2o O concurso público a que se refere o parágrafo anterior deve ter o respectivo edital publicado nos sessenta dias seguintes à posse do Advogado-Geral da União.

Art. 63. Passam a integrar o Quadro da Advocacia-Geral da União os cargos efetivos das atividades-meio da Consultoria-Geral da República e seus titulares.

Art. 64. Até que seja promulgada a lei prevista no art. 26 desta lei complementar, ficam assegurados aos titulares dos cargos efetivos e em comissão, privativos de Bacharel em Direito, dos atuais órgãos da Advocacia Consultiva da União, os vencimentos e vantagens a que fazem jus.

Art. 65. **(VETADO).**

Art. 66. Nos primeiros dezoito meses de vigência desta lei complementar, os cargos de confiança referidos no § 1o do art. 49 podem ser exercidos por Bacharel em Direito não integrante das carreiras de Advogado da União e de Procurador da Fazenda Nacional, observados os requisitos impostos pelos arts. 55 e 58, bem como o disposto no Capítulo IV do Título III desta lei complementar. **(Prazo prorrogado até 11.2.2003. Ver art. 20 da Lei no 9.028, de 1995, art. 6o da Lei no 9.366, de 1996, art. 26 da Lei no 9.651, de 1998, e art. 5o da Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 67. São interrompidos, por trinta dias, os prazos em favor da União, a partir da vigência desta lei complementar. **(A Medida Provisória n° 314, de 12.2.1993 - art. 6°, interrompeu esses prazos por mais 120 dias a partir de sua vigência. A Medida Provisória n° 316, de 14.4.1993, - art. 6°, interrompeu esses prazos por mais 120 dias a partir de sua vigência. A Medida Provisória n° 321, de 14.5.1993 - art. 6°, interrompeu esses prazos por mais 90 dias a partir de sua vigência. A Medida Provisória n° 325, de 14.6.1993 - art. 6°, interrompeu esses prazos por mais 60 dias a partir de sua vigência - v. retificação no D.O. de 16.6.1993, e a Lei n° 8.682, de 14.7.1993, resultante das Medidas Provisórias aqui referidas, interrompeu esses prazos, exceto os dos precatórios, por mais trinta dias a partir de sua vigência.)**

Parágrafo único. A interrupção prevista no caput deste artigo não se aplica às causas em que as autarquias e as fundações públicas sejam autoras, rés, assistentes, oponentes, recorrentes e recorridas, e àquelas de competência da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Art. 68. **(VETADO).**

Art. 69. O Advogado-Geral da União poderá, tendo em vista a necessidade do serviço, designar, excepcional e provisoriamente, como representantes judiciais da União, titulares de cargos de Procurador da Fazenda Nacional e de Assistente Jurídico.

Parágrafo único. No prazo de dois anos, contado da publicação desta lei complementar, cessará a faculdade prevista neste artigo. **(Prazo prorrogado até 11.2.2003. Ver art. 20 da Lei no 9.028, de 1995, art. 6o da Lei no 9.366, de 1996, art. 26 da Lei no 9.651, de 1998, e art. 5o da Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 70. **(VETADO).**

Art. 71. **(VETADO).**

Art. 72. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 73. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de fevereiro de 1993, 172o da Independência e 105o da República.

**ITAMAR FRANCO**

*Maurício Corrêa*

**LEI Nº 9.028, DE 12 DE ABRIL DE 1995.**

*Dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.*

## **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1o O exercício das atribuições institucionais previstas na Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993, dar-se-á, em caráter emergencial e provisório, até a criação e implantação da estrutura administrativa da Advocacia-Geral da União (AGU), nos termos e condições previstos nesta lei.[[166]](#footnote-167)

Art. 2o O Poder Público, por seus órgãos, entes e instituições, poderá, mediante termo, convênio ou ajuste outro, fornecer à AGU, gratuitamente, bens e serviços necessários à sua implantação e funcionamento.

Art. 3o Os Procuradores Regionais da União exercerão a coordenação das atividades das Procuradorias da União localizadas em sua área de atuação. **(Redação dada pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001)**

§ 1o O Advogado-Geral da União, com o objetivo de racionalizar os serviços, poderá desativar Procuradoria da União situada em Capital de Unidade da Federação onde esteja instalada Procuradoria Regional, hipótese em que esta absorverá as atribuições daquela.**(Redação dada pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001. Ver § 2o do art. 17 da Lei n° 10.480, de 2002.)**

§ 2o Ocorrendo a hipótese de que trata o § 1o, incumbirá ao Advogado-Geral da União dispor sobre a reestruturação da Procuradoria Regional, podendo remanejar cargos e servidores da Procuradoria desativada.**(Redação dada pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001. Ver § 2o do art. 17 da Lei n° 10.480, de 2002.)**

§ 3o A reestruturação e o remanejamento de que trata o § 2o serão possíveis inclusive na hipótese de coexistência das duas Procuradorias, se conveniente a utilização de estrutura de apoio única para atender a ambas.

§ 4o Com a mesma finalidade de racionalização de serviços, fica o Advogado-Geral da União igualmente autorizado a desativar ou deixar de instalar Procuradoria Seccional da União, aplicando-se à hipótese, no que couber, o disposto na parte final do § 1o e no § 2o deste artigo. (NR) **(Redação dada pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001. Ver § 1o do art. 17 da Lei n° 10.480, de 2002.)**

Art. 4o Na defesa dos direitos ou interesses da União, os órgãos ou entidades da Administração Federal fornecerão os elementos de fato, de direito e outros necessários à atuação dos membros da AGU, inclusive nas hipóteses de mandado de segurança, habeas data e habeas corpus impetrados contra ato ou omissão de autoridade federal.

§ 1o As requisições objeto deste artigo terão tratamento preferencial e serão atendidas no prazo nelas assinalado.

§ 2o A responsabilidade pela inobservância do disposto neste artigo será apurada na forma da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 3o O disposto neste artigo aplica-se às requisições feitas pelos representantes judiciais da União designados na forma do art. 69 da Lei Complementar no 73, de 1993.

§ 4o Mediante requisição do Advogado-Geral da União ou de dirigente de Procuradoria da Advocacia-Geral da União, e para os fins previstos no **caput**, os órgãos e as entidades da Administração Federal designarão servidores para que atuem como peritos ou assistentes técnicos em feitos específicos, aplicáveis a esta requisição as disposições dos §§ 1o e 2o do presente artigo. (NR) **(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 5o Nas audiências de reclamações trabalhistas em que a União seja parte, será obrigatório o comparecimento de preposto que tenha completo conhecimento do fato objeto da reclamação, o qual, na ausência do representante judicial da União, entregará a contestação subscrita pelo mesmo.

Art. 6o A intimação de membro da Advocacia-Geral da União, em qualquer caso, será feita pessoalmente.[[167]](#footnote-168)

§ 1o O disposto neste artigo se aplica aos representantes judiciais da União designados na forma do art. 69 da Lei Complementar no 73, de 1993.

§ 2o As intimações a serem concretizadas fora da sede do juízo serão feitas, necessariamente, na forma prevista no art. 237, inciso II, do Código de Processo Civil. (NR) **(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 7o O vencimento básico dos cargos efetivos de Advogado da União, criados pelo art. 62 da Lei Complementar no 73, de 1993, é o fixado no Anexo I desta lei.[[168]](#footnote-169)

Parágrafo único. Os Advogados da União farão jus, além do vencimento básico, à Gratificação de Atividade, instituída pela Lei Delegada no 13, de 27 de agosto de 1992[[169]](#footnote-170), no percentual de cento e sessenta por cento, bem como à gratificação a que se refere o art. 7o da Lei no 8.460, de 17 de setembro de 1992, conforme valores constantes do Anexo I desta lei.

Art. 8o São criadas quarenta e uma Procuradorias Seccionais da União, a serem implantadas, conforme a necessidade do serviço, nas cidades onde estejam instaladas varas da Justiça Federal.

Art. 8o-A.**(Incluído pela Medida Provisória no 2.180, de 2001 e revogado pela Lei no 10.480, de 2002.)**

Art. 8o-B. São instituídas na Advocacia-Geral da União, com funções de integração e coordenação, a Câmara de Atividades de Contencioso e a Câmara de Atividades de Consultoria.

Parágrafo único. As Câmaras objeto do **caput** terão disciplinamento em ato do Advogado-Geral da União. (NR)**(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 8o-C. O Advogado-Geral da União, na defesa dos interesses desta e em hipóteses as quais possam trazer reflexos de natureza econômica, ainda que indiretos, ao erário federal, poderá avocar, ou integrar e coordenar, os trabalhos a cargo de órgão jurídico de empresa pública ou sociedade de economia mista, a se desenvolverem em sede judicial ou extrajudicial.

Parágrafo único. Poderão ser cometidas, à Câmara competente da Advocacia-Geral da União, as funções de executar a integração e a coordenação previstas neste artigo. (NR) **(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 8o-D. É criado o Departamento de Cálculos e Perícias da Advocacia-Geral da União, integrante da estrutura organizacional da Procuradoria-Geral da União e ao titular desta imediatamente subordinado.

§ 1o Ao Departamento de Cálculos e Perícias compete, especialmente:

I - supervisionar, coordenar, realizar, rever e acompanhar os trabalhos técnicos, de cálculo e periciais, referentes aos feitos de interesse da União, de suas autarquias e fundações públicas, às liquidações de sentença e aos processos de execução; e

II - examinar os cálculos constantes dos precatórios judiciários de responsabilidade da União, das autarquias e fundações públicas federais, antes do pagamento dos respectivos débitos.

§ 2o O Departamento de Cálculos e Perícias participará, nos aspectos de sua competência, do acompanhamento, controle e centralização de precatórios, de interesse da Administração Federal direta e indireta, atribuídos à Advocacia-Geral da União pela Lei no 9.995, de 25 de julho de 2000. [[170]](#footnote-171)

§ 3o As unidades, das autarquias e fundações públicas, que tenham a seu cargo as matérias de competência do Departamento de Cálculos e Perícias, da Advocacia-Geral da União, atuarão sob a supervisão técnica deste.

§ 4o Os órgãos e entidades da Administração Federal prestarão, ao Departamento de Cálculos e Perícias, o apoio que se faça necessário ao desempenho de suas atividades, inclusive colocando à sua disposição pessoal especializado.

§ 5o O Advogado-Geral da União disporá, nos termos do art. 45 da Lei Complementar no 73, de 1993, sobre o Departamento de Cálculos e Perícias e editará os demais atos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo. (NR) **(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 8o-E. É criada, na Procuradoria-Geral da União, a Coordenadoria de Ações de Recomposição do Patrimônio da União, com a finalidade de recuperar perdas patrimoniais sofridas pela União, à qual incumbe também a execução de títulos judiciais e extrajudiciais, inclusive os expedidos pelo Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. As demais Procuradorias da União poderão ter unidades com semelhantes atribuições, conforme dispuser ato do Advogado-Geral da União. (NR)**(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 8o-F. O Advogado-Geral da União poderá instalar Núcleos de Assessoramento Jurídico nas Capitais dos Estados e, quando o interesse do serviço recomendar, em outras cidades.[[171]](#footnote-172)

§ 1o Incumbirão aos Núcleos atividades de assessoramento jurídico aos órgãos e autoridades da Administração Federal Direta localizados fora do Distrito Federal, quanto às matérias de competência legal ou regulamentar dos órgãos e autoridades assessorados, sem prejuízo das competências das Consultorias Jurídicas dos respectivos Ministérios.

§ 2o As matérias específicas do Ministério ao qual pertença o órgão ou a autoridade assessorados, que requeiram a manifestação da Consultoria Jurídica, serão a esta encaminhadas pelo Coordenador do Núcleo de Assessoramento Jurídico.

§ 3o O Advogado-Geral da União providenciará a lotação, nos Núcleos de Assessoramento Jurídico, dos Assistentes Jurídicos integrantes da Advocacia-Geral da União, inclusive do quadro suplementar, que estejam em exercício em cidade sede dos referidos Núcleos, respeitados os casos de cessão a outros órgãos ou entidades, bem como os de designação como representante judicial da União, de que trata o art. 69 da Lei Complementar no 73, de 1993.

§ 4o Excepcionalmente, o Advogado-Geral da União poderá designar, para ter exercício nos Núcleos de Assessoramento Jurídico, outros membros efetivos da Advocacia-Geral da União, bem como Procuradores Federais.

§ 5o Os Núcleos de Assessoramento Jurídico integram a Consultoria-Geral da União.

§ 6o Os recursos eventualmente necessários à instalação e manutenção dos Núcleos de Assessoramento Jurídico, correrão à conta de dotações orçamentárias da Advocacia-Geral da União.

§ 7o O Advogado-Geral da União editará ato, nos termos do art. 45 da Lei Complementar no 73, de 1993, dispondo sobre os Núcleos de Assessoramento Jurídico de que trata este artigo. (NR) **(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 8o-G. São criadas, na Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa, as Consultorias Jurídicas-Adjuntas dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ficando extintas as Consultorias Jurídicas dos antigos Ministérios Militares.

§ 1o As Consultorias Jurídicas-Adjuntas objeto deste artigo terão competência especializada, cabendo-lhes, no respectivo âmbito de atuação e no que couber, os poderes funcionais previstos no art. 11 da Lei Complementar no 73, de 1993, sem prejuízo da competência geral da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa.

§ 2o Os cargos em comissão de Consultor Jurídico-Adjunto decorrentes do que dispõe este artigo serão DAS 101.4.

§ 3o Na aplicação do disposto no § 2o, são remanejados, dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, três cargos DAS 101.5 das extintas Consultorias Jurídicas, e, da Secretaria de Gestão para o Ministério da Defesa, três cargos DAS 101.4.

§ 4o O Advogado-Geral da União disporá, em ato próprio, editado nos termos do art. 45 da Lei Complementar no 73, de 1993, sobre a competência, a estrutura e o funcionamento da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa e respectivas Consultorias Jurídicas-Adjuntas. (NR) **(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 9o São criados um cargo de Diretor-Geral de Administração[[172]](#footnote-173), DAS 101.5, quatro cargos de Coordenador-Geral, DAS 101.4, um cargo de Assessor Jurídico, DAS 102.3, dois cargos de Coordenador, DAS 101.3, nove cargos de Chefe de Divisão, DAS 101.2, dois cargos de Chefe de Serviço, DAS 101.1, dois cargos de Oficial-de-Gabinete, DAS 101.1, destinados à composição da Diretoria-Geral de Administração; vinte e sete cargos de Procurador-Chefe, DAS 101.5,[[173]](#footnote-174) titulares das Procuradorias da União nos Estados e no Distrito Federal, de que trata o art. 2o, inciso II, alínea a, da Lei Complementar no 73, de 1993; quarenta cargos de Procurador Seccional da União, DAS 101.4,[[174]](#footnote-175) três cargos de Adjunto do Advogado-Geral da União, DAS 102.5, três cargos de Adjunto do Procurador-Geral da União, DAS 102.4, e dois cargos de Assessor Jurídico, DAS 102.3. **(Ver art. 13 da Medida Provisória no 2.180-35, de 2001, e art. 17, § 1o, da Lei no 10.480, de 2002.)**

Art. 10. As Procuradorias da União têm sede nas capitais dos Estados e as Procuradorias Seccionais da União, nas cidades onde estejam instaladas varas da Justiça Federal.

Art. 11. A União poderá, perante Tribunal situado fora da sede de Procuradoria Regional, ser representada por seu Procurador-Chefe.

Art. 11-A. Fica autorizada a Advocacia-Geral da União a assumir, por suas Procuradorias, temporária e excepcionalmente, a representação judicial de autarquias ou fundações públicas nas seguintes hipóteses: **(Ver art. 14, parágrafo único, da Lei no 10.480, de 2002.)**

I - ausência de procurador ou advogado;

II - impedimento dos integrantes do órgão jurídico.

§ 1o A representação judicial extraordinária prevista neste artigo poderá ocorrer por solicitação do dirigente da entidade ou por iniciativa do Advogado-Geral da União.

§ 2o A inexistência de órgão jurídico integrante da respectiva Procuradoria ou Departamento Jurídico, em cidade sede de Órgão judiciário perante o qual corra feito de interesse de autarquia ou fundação da União, configura a hipótese de ausência prevista no inciso I deste artigo.

§ 3o O Advogado-Geral da União, com a finalidade de suprir deficiências ocasionais de Órgãos Vinculados à Advocacia-Geral da União, poderá designar para prestar-lhes colaboração temporária membros efetivos da Advocacia-Geral da União, Procuradores Autárquicos, Assistentes Jurídicos e Advogados de outras entidades, seja em atividades de representação judicial ou de consultoria e assessoramento jurídicos, estando, enquanto durar a colaboração temporária, investidos dos mesmos poderes conferidos aos integrantes do respectivo Órgão Vinculado. (NR) **(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 11-B. A representação judicial da União, quanto aos assuntos confiados às autarquias e fundações federais relacionadas no Anexo V a esta Lei, passa a ser feita diretamente pelos órgãos próprios da Advocacia-Geral da União, permanecendo os Órgãos Jurídicos daquelas entidades responsáveis pelas respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos.**(Ver art. 14, parágrafo único, da Lei no 10.480, de 2002.)**

§ 1o Os Procuradores Autárquicos, Assistentes Jurídicos e Advogados integrantes dos quadros das entidades de que trata o **caput** neles permanecerão, até que lei disponha sobre a nova forma de representação judicial, direta e indireta, da União, consideradas as suas entidades autárquicas e fundacionais, bem como sobre a prestação de consultoria e assessoramento jurídicos a essas entidades.

§ 2o Os órgãos jurídicos das entidades relacionadas no Anexo V desta Lei continuarão, até 7 de julho de 2000, como co-responsáveis pela representação judicial quanto aos assuntos de competência da respectiva autarquia ou fundação.

§ 3o As citações, intimações e notificações das autarquias e fundações relacionadas no Anexo V desta Lei, bem como nas hipóteses de que trata o art. 11-A, serão feitas às respectivas Procuradorias da Advocacia-Geral da União, asseguradas aos seus membros, no exercício da representação judicial de que trata o art. 11-A e este artigo, as prerrogativas processuais previstas em lei.

§ 4o Os Órgãos Jurídicos das entidades de que trata o **caput**, juntamente com os respectivos Órgãos da Advocacia-Geral da União, no prazo de sessenta dias, farão o levantamento dos processos judiciais em andamento, indicando a fase em que se encontram.

§ 5o Até o advento da Lei referida no § 1o deste artigo, o Advogado-Geral da União, de ofício ou mediante proposta de dirigente de Procuradoria da União, poderá designar Procuradores Autárquicos, Advogados e Assistentes Jurídicos das entidades relacionadas no Anexo V desta Lei para terem exercício nas Procuradorias da Advocacia-Geral da União.

§ 6o A Procuradoria-Geral da Fundação Nacional do Índio permanece responsável pelas atividades judiciais que, de interesse individual ou coletivo dos índios, não se confundam com a representação judicial da União.

§ 7o Na hipótese de coexistirem, em determinada ação, interesses da União e de índios, a Procuradoria-Geral da Fundação Nacional do Índio ingressará no feito juntamente com a Procuradoria da Advocacia-Geral da União. (NR) **(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 12. O disposto no art. 14 da Lei no 8.460, de 17 de dezembro de 1992, não se aplica à escolha dos ocupantes dos cargos em comissão da AGU, até que tenha sido organizado seu quadro de cargos efetivos e regularmente investidos os titulares de sessenta por cento destes.

Art. 13. O Anexo II à Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, passa a vigorar na forma do Anexo II desta lei.

Art. 14. O preenchimento dos cargos previstos nesta lei dar-se-á segundo a necessidade do serviço e na medida das disponibilidades orçamentárias.

Art. 15. Fica o Ministério da Fazenda com a responsabilidade de prestar o apoio necessário à instalação e ao funcionamento da Procuradoria-Geral da União, em todo o território nacional.

Parágrafo único. O apoio de que trata este artigo compreende o fornecimento de recursos materiais e financeiros, e será especificado pelo Advogado-Geral da União.

Art. 16. A Secretaria de Controle Interno da Presidência da República fica responsável pelas atividades de controle interno da AGU, até a criação do órgão próprio da Instituição.

Art. 17. Até que sejam implantados os quadros de cargos efetivos da Advocacia-Geral da União, o Advogado-Geral da União poderá atribuir a servidor em exercício[[175]](#footnote-176) e a representante judicial da União, designado na forma do art. 69 da Lei Complementar no 73, de 1993, Gratificação Temporária pelo exercício na Advocacia-Geral da União, observado o disposto neste artigo.[[176]](#footnote-177)

§ 1o **(Revogado pelaMedida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 2o Os critérios para a atribuição da Gratificação Temporária serão estabelecidos em decreto.[[177]](#footnote-178)

§ 3o A Gratificação Temporária, compatível com as demais vantagens atribuídas ao cargo efetivo ou ao emprego permanente do servidor, não se incorpora ao vencimento nem aos proventos de aposentadoria ou de pensão, e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios, vantagens, ou contribuições previdenciárias ou de seguridade.

§ 4o A Gratificação Temporária não poderá ser atribuída a ocupantes de cargo ou função de confiança ou a titular de gratificação de representação de gabinete.

§ 5o O pagamento da Gratificação Temporária cessará para os representantes judiciais da União designados na forma do art. 69 da Lei Complementar no 73, de 1993, na data de vigência da lei a que se refere o parágrafo único do art. 26 da Lei Complementar no 73, de 1993.[[178]](#footnote-179)

§ 6o A Gratificação Temporária não será computada para os efeitos do art. 12 da Lei no 8.460, de 1992.

§ 7o **(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001, e revogado pela Lei no 10.480, de 2002.)**

Art. 18. Os cargos em comissão de Assessor Técnico transpostos para o Gabinete do Advogado-Geral da União, conforme o disposto no art. 3o da Lei no 8.682, de 14 de julho de 1993, serão providos por profissionais idôneos de nível superior.

Art. 19. São transpostos para as carreiras da Advocacia-Geral da União os atuais cargos efetivos de Subprocurador-Geral da Fazenda Nacional e Procurador da Fazenda Nacional, como os de Assistente Jurídico da Administração Federal direta, os quais:

I - tenham titulares cuja investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias, anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público ou da incidência do § 3o do art. 41 da Constituição;

II - estejam vagos.

§ 1o Nas hipóteses previstas no inciso I, a transposição objeto deste artigo abrange os cargos e seus titulares.

§ 2o A transposição deve observar a correlação estabelecida no Anexo IV.

§ 3o À Advocacia-Geral da União incumbe examinar, caso a caso, a licitude da investidura nos cargos a que se refere este artigo.

§ 4o Verificada a ocorrência de investidura ilegítima, ao Advogado-Geral da União compete adotar, ou propor, as providências cabíveis.

§ 5o As transposições efetivadas por este artigo alcançaram tão-somente servidores estáveis no serviço público, mencionados no item I do **caput**. (NR) **(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 19-A. São transpostos, para a Carreira de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União, os atuais cargos efetivos da Administração Federal direta, privativos de bacharel em Direito, cujas atribuições, fixadas em ato normativo hábil, tenham conteúdo eminentemente jurídico e correspondam àquelas de assistência fixadas aos cargos da referida Carreira, ou as abranjam,e os quais:

I - estejam vagos; ou

II - tenham como titulares servidores, estáveis no serviço público, que:

a) anteriormente a 5 de outubro de 1988 já detinham cargo efetivo, ou emprego permanente, privativo de bacharel em Direito, de conteúdo eminentemente jurídico, nos termos do **caput**, na Administração Federal direta, autárquica ou fundacional, conforme as normas constitucionais e legais então aplicáveis;

b) investidos após 5 de outubro de 1988, o tenham sido em decorrência de aprovação em concurso público ou da aplicação do § 3o do art. 41 da Constituição.

§ 1o Nas situações previstas no inciso II, a transposição objeto deste artigo abrange os cargos e seus titulares.

§ 2o A transposição de servidor egresso de autarquia ou fundação pública federal, prevista no inciso II, alíneas "a" e "b", alcança tão-somente aquele que passou a integrar a Administração direta em decorrência da extinção ou da alteração da natureza jurídica da entidade à qual pertencia, e desde que as atribuições da respectiva entidade e o seu quadro de pessoal tenham sido, por lei, absorvidos por órgãos da Administração direta.

§ 3o Às transposições disciplinadas neste artigo aplicam-se, também, a correlação e os procedimentos constantes do art. 19 desta Lei (§§ 2o, 3o e 4o).

§ 4o As transposições de que trata este artigo serão formalizadas em ato declaratório do Advogado-Geral da União.

§ 5o Os eventuais efeitos financeiros, das transposições em referência, somente serão devidos, aos seus beneficiários, a partir da data em que publicado o ato declaratório, objeto do § 4o.

§ 6o Os titulares máximos dos órgãos da Administração Federal direta, nos quais existam cargos na situação descrita no **caput** e inciso I, deverão indicá-los à Advocacia-Geral da União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, explicitando, relativamente a cada cargo vago, sua origem, evolução, atribuições e regência normativa.

§ 7o Cada caso deverá ser instruído pelo órgão de recursos humanos do respectivo Ministério ou Secretaria de Estado, com a documentação necessária a comprovar que o servidor atende ao disposto neste artigo, após o que deverá ser encaminhado ao Advogado-Geral da União, na forma por ele regulamentada, acompanhado de manifestação conclusiva do respectivo órgão de assessoramento jurídico. (NR)**(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 20. Passam a ser de trinta e seis meses os prazos fixados nos arts. 66 e 69, parágrafo único, da Lei Complementar no 73, de 1993. **(Prazo prorrogado até 11.2.2003 pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 21. Aos titulares dos cargos de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional e de Assistente Jurídico das respectivas carreiras da Advocacia-Geral da União incumbe representá-la judicial e extrajudicialmente, bem como executar as atividades de assessoramento jurídico do Poder Executivo, conforme dispuser ato normativo do Advogado-Geral da União. **(Redação dada pela Medida Provisória no 1.984-15, de 9.3.2000, atual Medida Provisória no 2.180-35, de 2001)**

Art. 22.  A Advocacia-Geral da União e os seus órgãos vinculados, nas respectivas áreas de atuação, ficam autorizados a representar judicialmente os titulares e os membros dos Poderes da República, das Instituições Federais referidas no Título IV, Capítulo IV, da Constituição, bem como os titulares dos Ministérios e demais órgãos da Presidência da República, de autarquias e fundações públicas federais, e de cargos de natureza especial, de direção e assessoramento superiores e daqueles efetivos, inclusive promovendo ação penal privada ou representando perante o Ministério Público, quando vítimas de crime, quanto a atos praticados no exercício de suas atribuições constitucionais, legais ou regulamentares, no interesse público, especialmente da União, suas respectivas autarquias e fundações, ou das Instituições mencionadas, podendo, ainda, quanto aos mesmos atos, impetrar **habeas corpus** e mandado de segurança em defesa dos agentes públicos de que trata este artigo. **(Redação dada pela Lei nº 9.649, de 1998)**[[179]](#footnote-180)

§ 1o  O disposto neste artigo aplica-se aos ex-titulares dos cargos ou funções referidos no **caput**, e ainda: **(Incluído pela Lei nº 9.649, de 1998)**

I - aos designados para a execução dos regimes especiais previstos na Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e nos Decretos-Leis nºs 73, de 21 de novembro de 1966, e 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, e para a intervenção na concessão de serviço público de energia elétrica;  e **(Redação dada pela Lei nº 12.767, de 27.12.2012)**

   II - aos militares das Forças Armadas e aos integrantes do órgão de segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, quando, em decorrência do cumprimento de dever constitucional, legal ou regulamentar, responderem a inquérito policial ou a processo judicial. **(Incluído pela Lei nº 9.649, de 1998) (Vide Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)**.[[180]](#footnote-181)

§ 2o O Advogado-Geral da União, em ato próprio, poderá disciplinar a representação autorizada por este artigo. **(Redação dada pela Lei no 9.649, de 1998 - Medida Provisória no 2.216-37, de 2001.)** [[181]](#footnote-182)

Art. 23. O Advogado-Geral da União editará os atos necessários ao cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 24. As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 24-A. A União, suas autarquias e fundações, são isentas de custas e emolumentos e demais taxas judiciárias, bem como de depósito prévio e multa em ação rescisória, em quaisquer foros e instâncias.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo a todos os processos administrativos e judiciais em que for parte o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, seja no polo ativo ou passivo, extensiva a isenção à pessoa jurídica que o representar em Juízo ou fora dele.**(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 25. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 26. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de abril de 1995; 174o daIndependência e 107o da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

*Clóvis de Barros Carvalho*

*Geraldo Magela da Cruz Quintão*

**ANEXO I** [[182]](#footnote-183)

Advocacia-Geral da União (AGU)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Denominação | Vencimento (R$) | Artigo 7º (R$) |
| Advogado da União de Categoria Especial  Advogado da União de 1ª Categoria  Advogado da União de 2ª Categoria | 524,30  490,57  458,43 | 208,64  199,43  190,63 |

**ANEXO II**

Advocacia-Geral da União (AGU)

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Carreira de Procurador da Fazenda Nacional[[183]](#footnote-184) | | |
| Denominação | Classe | Quantidade |
| Procurador da Fazenda Nacional | Subprocurador-Geral  1ª Categoria  2ª Categoria | 40  155  405 |

**ANEXO III**

**(Revogado pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

**ANEXO IV**

Advocacia-Geral da União (AGU)

|  |  |
| --- | --- |
| - Subprocurador-Geral da Fazenda Nacional  - Procurador da Fazenda Nacional de 1ª Categoria  - Procurador da Fazenda Nacional de 2ª Categoria  - Assistente Jurídico, Classe A  - Assistente Jurídico, Classe B  - Assistente Jurídico, Classe C e D | - Procurador da Fazenda Nacional de Categoria Especial  - Procurador da Fazenda Nacional de 1ª Categoria  - Procurador da Fazenda Nacional de 2ª Categoria  - Assistente Jurídico de Categoria Especial  - Assistente Jurídico de 1ª Categoria  - Assistente Jurídico de 2ª Categoria |

**ANEXO V**

(Acrescentado pelo art. 11-B da Lei no 9.028, de 1995)

**Entidades vinculadas ao Ministério da Educação:**

1. Centro Federal de Educação Tecnológica "Celso Suckow da Fonseca"
2. Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
3. Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba
4. Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas
5. Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos
6. Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás
7. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
8. Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas
9. Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
10. Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina
11. Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis
12. Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo
13. Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará
14. Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo
15. Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão
16. Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará
17. Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
18. Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí
19. Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte
20. Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas
21. Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira
22. Escola Agrotécnica Federal de Alegre
23. Escola Agrotécnica Federal de Alegrete
24. Escola Agrotécnica Federal de Araguatins
25. Escola Agrotécnica Federal de Bambuí
26. Escola Agrotécnica Federal de Barbacena
27. Escola Agrotécnica Federal de Barreiros
28. Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim
29. Escola Agrotécnica Federal de Cáceres
30. Escola Agrotécnica Federal de Castanhal
31. Escola Agrotécnica Federal de Catu
32. Escola Agrotécnica Federal de Ceres
33. Escola Agrotécnica Federal de Codó
34. Escola Agrotécnica Federal de Colatina
35. Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste
36. Escola Agrotécnica Federal de Concórdia
37. Escola Agrotécnica Federal de Crato
38. Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá
39. Escola Agrotécnica Federal de Iguatu
40. Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes
41. Escola Agrotécnica Federal de Januária
42. Escola Agrotécnica Federal de Machado
43. Escola Agrotécnica Federal de Manaus
44. Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho
45. Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul
46. Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba
47. Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde
48. Escola Agrotécnica Federal de Salinas
49. Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês
50. Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa
51. Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão
52. Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira
53. Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista
54. Escola Agrotécnica Federal de São Luís
55. Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul
56. Escola Agrotécnica Federal de Satuba
57. Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim
58. Escola Agrotécnica Federal de Sertão
59. Escola Agrotécnica Federal de Sombrio
60. Escola Agrotécnica Federal de Sousa
61. Escola Agrotécnica Federal de Uberaba
62. Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia
63. Escola Agrotécnica Federal de Urutai
64. Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão
65. Escola Agrotécnica Federal Presidente Juscelino Kubitschek
66. Escola Técnica Federal de Mato Grosso
67. Escola Técnica Federal de Ouro Preto
68. Escola Técnica Federal de Palmas
69. Escola Técnica Federal de Porto Velho
70. Escola Técnica Federal de Rolim de Moura
71. Escola Técnica Federal de Roraima
72. Escola Técnica Federal de Santa Catarina
73. Escola Técnica Federal de Santarém
74. Escola Técnica Federal de Sergipe
75. Colégio Pedro II
76. Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas
77. Escola Federal de Engenharia de Itajubá
78. Escola Superior de Agricultura de Mossoró
79. Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
80. Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro
81. Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina
82. Fundação de Ensino Superior de São João del Rei
83. Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre
84. Fundação Joaquim Nabuco
85. Universidade Federal de Pelotas
86. Universidade Federal do Piauí
87. Fundação Universidade Federal de Rondônia

**Entidade vinculada ao Ministério do Esporte e Turismo:**

88. EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

**Entidades vinculadas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:**

89. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

90. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

**Entidade vinculada ao Ministério dos Transportes:**

91. Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER

**Entidade vinculada ao Ministério da Justiça:**

92. Fundação Nacional do Índio - FUNAI

**Entidade vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior:**

93. Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

**Entidades vinculadas ao Ministério da Saúde:**

94. Fundação Nacional de Saúde

95. Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

**Entidade vinculada ao Ministério da Integração Nacional:**

96. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM

**LEI** Nº **9.469, DE 10 DE JULHO DE 1997.**

*Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4o da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei no 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei no 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências.*

Faço saber que o **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**adotou a Medida Provisória no 1.561-6, de 1997, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1o O Advogado-Geral da União, diretamente ou mediante delegação, e os dirigentes máximos das empresas públicas federais, em conjunto com o dirigente estatutário da área afeta ao assunto, poderão autorizar a realização de acordos ou transações para prevenir ou terminar litígios, inclusive os judiciais. **(Redação dada pela Lei nº 13.140, de 26.6.2015)**[[184]](#footnote-185)

§ 1o Poderão ser criadas câmaras especializadas, compostas por servidores públicos ou empregados públicos efetivos, com o objetivo de analisar e formular propostas de acordos ou transações.**(Redação dada pela Lei nº 13.140, de 26.6.2015)**

§ 2o**(Revogado pela Medida Provisória nº 496, de 19.7.2010, convertida na Lei nº 12.348, de 15.12. 2010)**

§ 3o Regulamento disporá sobre a forma de composição das câmaras de que trata o § 1o, que deverão ter como integrante pelo menos um membro efetivo da Advocacia-Geral da União ou, no caso das empresas públicas, um assistente jurídico ou ocupante de função equivalente. **(Incluído pela Lei nº 13.140, de 26.6.2015)**

§ 4o  Quando o litígio envolver valores superiores aos fixados em regulamento, o acordo ou a transação, sob pena de nulidade, dependerá de prévia e expressa autorização do Advogado-Geral da União e do Ministro de Estado a cuja área de competência estiver afeto o assunto, ou ainda do Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, de Tribunal ou Conselho, ou do Procurador-Geral da República, no caso de interesse dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário ou do Ministério Público da União, excluídas as empresas públicas federais não dependentes, que necessitarão apenas de prévia e expressa autorização dos dirigentes de que trata o caput.[[185]](#footnote-186)**(Incluído pela Lei nº 13.140, de 26.6.2015)**

§ 5o Na transação ou acordo celebrado diretamente pela parte ou por intermédio de procurador para extinguir ou encerrar processo judicial, inclusive os casos de extensão administrativa de pagamentos postulados em juízo, as partes poderão definir a responsabilidade de cada uma pelo pagamento dos honorários dos respectivos advogados. **(Incluído pela Lei nº 13.140, de 26.6.2015)**

Art. 1o-A.  O Advogado-Geral da União poderá dispensar a inscrição de crédito, autorizar o não ajuizamento de ações e a não-interposição de recursos, assim como o requerimento de extinção das ações em curso ou de desistência dos respectivos recursos judiciais, para cobrança de créditos da União e das autarquias e fundações públicas federais, observados os critérios de custos de administração e cobrança. **(Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

Parágrafo único.  O disposto neste artigo não se aplica à Dívida Ativa da União e aos processos em que a União seja autora, ré, assistente ou opoente cuja representação judicial seja atribuída à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. **(Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

Art. 1o-B.  Os dirigentes máximos das empresas públicas federais poderão autorizar a não-propositura de ações e a não-interposicão de recursos, assim como o requerimento de extinção das ações em curso ou de desistência dos respectivos recursos judiciais, para cobrança de créditos, atualizados, de valor igual ou inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais), em que interessadas essas entidades na qualidade de autoras, rés, assistentes ou opoentes, nas condições aqui estabelecidas. **(Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

Parágrafo único.  Quando a causa envolver valores superiores ao limite fixado neste artigo, o disposto no caput, sob pena de nulidade, dependerá de prévia e expressa autorização do Ministro de Estado ou do titular da Secretaria da Presidência da República a cuja área de competência estiver afeto o assunto, excluído o caso das empresas públicas não dependentes que necessitarão apenas de prévia e expressa autorização de seu dirigente máximo. **(Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

Art. 1o-C.  Verificada a prescrição do crédito, o representante judicial da União, das autarquias e fundações públicas federais não efetivará a inscrição em dívida ativa dos créditos, não procederá ao ajuizamento, não recorrerá e desistirá dos recursos já interpostos. **(Incluído pela Lei nº 11.941, de 27.5.2009, conversão da Medida Provisória nº 449, de 2008)**

Art. 2o O Procurador-Geral da União, o Procurador-Geral Federal, o Procurador-Geral do Banco Central do Brasil e os dirigentes das empresas públicas federais mencionadas no caput do art. 1o poderão autorizar, diretamente ou mediante delegação, a realização de acordos para prevenir ou terminar, judicial ou extrajudicialmente, litígio que envolver valores inferiores aos fixados em regulamento.[[186]](#footnote-187) **(Redação dada pela Lei nº 13.140, de 26.6.2015)**

§ 1o No caso das empresas públicas federais, a delegação é restrita a órgão colegiado formalmente constituído, composto por pelo menos um dirigente estatutário. **(Incluído pela Lei nº 13.140, de 26.6.2015)**

§ 2o O acordo de que trata o caput poderá consistir no pagamento do débito em parcelas mensais e sucessivas, até o limite máximo de sessenta. **(Incluído pela Lei nº 13.140, de 26.6.2015)**

§ 3o O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento e de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. **(Antigo § 1º, renumerado e redação dada pela Lei nº 13.140, de 26.6.2015)**

§ 4o Inadimplida qualquer parcela, após trinta dias, instaurar-se-á o processo de execução ou nele prosseguir-se-á, pelo saldo. **(Antigo § 2º,** r**enumerado pela Lei nº 13.140, de 26.6.2015)**

Art. 3o As autoridades indicadas no caput do art. 1o poderão concorda com pedido de desistência da ação, nas causas de quaisquer valores desde que o autor renuncie expressamente ao direito sobre que se funda a ação (art. 269, inciso V, do Código de Processo Civil).

Parágrafo único.  Quando a desistência de que trata este artigo decorrer de prévio requerimento do autor dirigido à administração pública federal para apreciação de pedido administrativo com o mesmo objeto da ação, esta não poderá negar o seu deferimento exclusivamente em razão da renúncia prevista no caput deste artigo. (NR) **(Incluído pela Lei nº 11.941, de 27.5.2009, conversão da Medida Provisória nº 449, de 2008)**

Art. 4o Não havendo Súmula da Advocacia-Geral da União (arts. 4o, inciso XII, e 43, da Lei Complementar no 73, de 1993), o Advogado-Geral da União poderá dispensar a propositura de ações ou a interposição de recursos judiciais quando a controvérsia jurídica estiver sendo iterativamente decidida pelo Supremo Tribunal Federal ou pelos Tribunais Superiores.[[187]](#footnote-188)

Art. 4o-A.  O termo de ajustamento de conduta, para prevenir ou terminar litígios, nas hipóteses que envolvam interesse público da União, suas autarquias e fundações, firmado pela Advocacia-Geral da União, deverá conter: **(Incluído pela Lei nº 12.249, de 11.6.2010)**

I - a descrição das obrigações assumidas; **(Incluído pela Lei nº 12.249, de 11.6.2010)**

II - o prazo e o modo para o cumprimento das obrigações; **(Incluído pela Lei nº 12.249, de 11.6.2010)**

III - a forma de fiscalização da sua observância; **(Incluído pela Lei nº 12.249, de 11.6.2010)**

IV - os fundamentos de fato e de direito; e **(Incluído pela Lei nº 12.249, de 11.6.2010)**

V - a previsão de multa ou de sanção administrativa, no caso de seu descumprimento.**(Incluído pela Lei nº 12.249, de 11.6.2010)**

Parágrafo único.  A Advocacia-Geral da União poderá solicitar aos órgãos e entidades públicas federais manifestação sobre a viabilidade técnica, operacional e financeira das obrigações a serem assumidas em termo de ajustamento de conduta, cabendo ao Advogado-Geral da União a decisão final quanto à sua celebração. **(Incluído pela Lei nº 12.249, de 11.6.2010)**

Art. 5o A União poderá intervir nas causas em que figurarem, como autoras ou rés, autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas federais.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas de direito público poderão, nas causas cuja decisão possa ter reflexos, ainda que indiretos, de natureza econômica, intervir, independentemente da demonstração de interesse jurídico, para esclarecer questões de fato e de direito, podendo juntar documentos e memoriais reputados úteis ao exame da matéria e, se for o caso, recorrer, hipótese em que, para fins de deslocamento de competência, serão consideradas partes.

Art. 6o Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública federal, estadual ou municipal e pelas autarquias e fundações públicas, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão, exclusivamente, na ordem cronológica da apresentação dos precatórios judiciários e à conta do respectivo crédito.

§ 1o É assegurado o direito de preferência aos credores de obrigação de natureza alimentícia, obedecida, entre eles, a ordem cronológica de apresentação dos respectivos precatórios judiciários.**(Renumerado do parágrafo único pela Medida Provisória nº 2.226, de 4.9.2001)**

§ 2o **(Incluído pela Medida Provisória n° 2.226, de 2001, e revogado pela Lei nº 13.140, de 26.6.2015) (V ADI Nº 2.527-9)**[[188]](#footnote-189)

Art. 7o**(Revogado pela Lei nº 11.941, de 27.5.2009, conversão da Medida Provisória nº 449, de 2008)**

Art. 7o-A.  As competências previstas nesta Lei aplicam-se concorrentemente àquelas específicas existentes na legislação em vigor em relação às autarquias, às fundações[[189]](#footnote-190) e às empresas públicas federais não dependentes. **(Incluído pela Lei nº 11.941, de 27.5.2009, conversão da Medida Provisória nº 449, de 2008)**

Art. 8o Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às ações propostas e aos recursos interpostos pelas entidades legalmente sucedidas pela União.

Art. 9o A representação judicial das autarquias e fundações públicas por seus procuradores ou advogados, ocupantes de cargos efetivos dos respectivos quadros, independe da apresentação do instrumento de mandato.

Art. 10. Aplica-se às autarquias e fundações públicas o disposto nos arts. 188 e 475, caput, e no seu inciso II, do Código de Processo Civil.

Art. 10-A.  Ficam convalidados os acordos ou transações, em juízo, para terminar o litígio, realizados pela União ou pelas autarquias, fundações ou empresas públicas federais não dependentes durante o período de vigência da Medida Provisória no 449, de 3 de dezembro de 2008, que estejam de acordo com o disposto nesta Lei. **(Incluído pela Lei nº 11.941, de 27.5.2009, conversão da Medida Provisória nº 449, de 2008)**

Art. 11. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória no 1.561-5, de 15 de maio de 1997.

Art. 12. Revogam-se a Lei no 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei no 9.081, de 19 de julho de 1995.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 10 de julho de 1997; 176o da Independência e 109o da República.

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Presidente do Congresso Nacional

**LEI Nº 9.704, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1998.**

*Institui normas relativas ao exercício, pelo Advogado-Geral da União, de orientação normativa e de supervisão técnica sobre os órgãos jurídicos das autarquias federais e das fundações instituídas e mantidas pela União.*

Faço saber que o **Presidente da República**, adotou a Medida Provisória no 1.722, de 1998, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1o Os órgãos jurídicos das autarquias federais e das fundações instituídas e mantidas pela União estão sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do Advogado-Geral da União.[[190]](#footnote-191)

§ 1° A supervisão técnica a que se refere este artigo compreende a prévia anuência do Advogado-Geral da União ao nome indicado para a chefia dos órgãos jurídicos das autarquias federais e das fundações instituídas e mantidas pela União.[[191]](#footnote-192)**(Renumerado pelo art. 8° da Medida Provisória n° 2.180-35, de 2001.)**

§ 2o Para a chefia de órgão jurídico de autarquia e de fundação federal será preferencialmente indicado Procurador Federal, de reconhecidas idoneidade, capacidade e experiência para o cargo. **(Incluído pelo art. 8° da Medida Provisória n° 2.180-35, de 2001.)**

§ 3o Na hipótese de a indicação recair sobre Bacharel em Direito que não seja Procurador Federal, deverá ser suficientemente justificada assim como atendidos todos os demais requisitos do § 2o. (NR)**(Incluído pelo art. 8° da Medida Provisória n° 2.180-35, de 2001.)**

Art. 2o O Advogado-Geral da União, caso considere necessário, poderá recomendar, aos órgãos jurídicos dessas entidades, a alteração da tese jurídica sustentada nas manifestações produzidas, para adequá-la à jurisprudência prevalecente nos Tribunais Superiores e no Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. Terão natureza vinculante, e serão de observância obrigatória, as recomendações de alteração da tese jurídica sustentada, feitas pelo Advogado-Geral da União.

Art. 3o De ofício ou mediante solicitação, justificada, dos representantes legais das autarquias federais e das fundações instituídas e mantidas pela União, o Advogado-Geral da União poderá promover ou determinar que se promova a apuração de irregularidade no serviço público, ocorrida no âmbito interno daquelas entidades, podendo cometer a órgão da Advocacia-Geral da União, expressamente, o exercício de tal encargo.[[192]](#footnote-193)

Art. 4o Ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 1o, o Advogado-Geral da União poderá delegar a prática dos atos de orientação normativa e de supervisão técnica previstos nesta Lei.

Art. 5o O Advogado-Geral da União expedirá as normas necessárias à aplicação do disposto nesta Lei.

Art. 6o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 17 de novembro de 1998; 177o da Independência e 110o da República.

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Presidente

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001.**

*Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1o Esta Medida Provisória dispõe sobre a criação das Carreiras de Procurador Federal e de Fiscal Federal Agropecuário, reestrutura e organiza as seguintes carreiras e cargos:

I - Analista de Finanças e Controle e Técnico de Finanças e Controle;

II - Analista de Planejamento e Orçamento e Técnico de Planejamento e Orçamento;

III - Analista de Comércio Exterior;

IV - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental;

V - Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior e de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

VI - Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500;

VII - Analista, Procurador e Técnico do Banco Central do Brasil;

VIII - Inspetor e Analista da Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

IX - Analista Técnico da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP;

X - Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia;

XI - Carreira de Desenvolvimento Tecnológico;

XII - Carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia; e

XIII - **(Revogado a partir de 1.1.2002, pelo art. 8º da Lei nº 10.302, de 31.10.2001)**

Art. 2o As carreiras e os cargos a que se referem o art. 1o são agrupados em classes ou categorias e padrões, na forma dos Anexos I, II e III.

Art. 3o O ingresso nos cargos de que trata esta Medida Provisória far-se-á no padrão inicial da classe ou categoria inicial do respectivo cargo, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigindo-se curso superior ou médio, ou equivalente, concluído, conforme o nível do cargo, observados os requisitos fixados na legislação pertinente.

Parágrafo único. O concurso referido no **caput** poderá ser realizado por áreas de especialização, organizado em uma ou mais fases, incluindo, se for o caso, curso de formação, conforme dispuser o edital de abertura do certame, observada a legislação pertinente.

Art. 4o O desenvolvimento do servidor nas carreiras e nos cargos de que tratam os arts. 1~~o~~ e 55 desta Medida Provisória ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1o Para fins desta Medida Provisória, progressão é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe ou categoria, e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe ou categoria para o primeiro padrão da classe ou categoria imediatamente superior.

§ 2o A progressão funcional e a promoção observarão os requisitos fixados em regulamento.

§ 3º O servidor em estágio probatório será objeto de avaliação específica, sem prejuízo da progressão funcional durante esse período, observados o interstício mínimo de 1 (um) ano em cada padrão e o resultado de avaliação de desempenho efetuada para essa finalidade, na forma do regulamento. (NR) **(Redação dada pela Lei nº 11.094, de 2005)**

Art. 5o É de quarenta horas semanais a jornada de trabalho dos integrantes dos cargos e carreiras a que se refere esta Medida Provisória, ressalvados os casos amparados por legislação específica.

**CARREIRAS E CARGOS DO GRUPO GESTÃO**

Art. 6o Os cargos efetivos de que tratam os incisos I a VI do art. 1o da Lei no 9.625, de 7 de abril de 1998, e o inciso II do art. 1o da Lei no 9.620, de 2 de abril de 1998, reestruturados na forma do Anexo I, têm a sua correlação de cargos estabelecida nos Anexos XVII, XVII-A e XVII-B. (NR) **(Alterado pela Lei n° 10.769, de 19.11.2003)**

Parágrafo único. Os cargos vagos de Técnico de Planejamento e Orçamento existentes em 30 de junho de 2000, e os que vagarem a partir dessa data, ficam automaticamente extintos.

Art. 7o Incumbe aos ocupantes dos cargos de que trata o art. 6o o exercício das atribuições previstas em leis e regulamentos específicos, em especial o disposto nos arts. 21 a 24 da Lei n° 9.625, de 1998, e no inciso II do art. 1° da Lei n° 9.620, de 1998.

Art. 8o**(Revogado pela Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008,convertida na lei nº 11.890, de 24.12.2008)**

Art. 8o-A. **(Revogado pela Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008,convertida na lei nº 11.890, de 24.12.2008)**

Art. 9o**(Revogado pela Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008,convertida na lei nº 11.890, de 24.12.2008)**

Art. 10. **(Revogado pela Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008,convertida na lei nº 11.890, de 24.12.2008)**

**CARREIRAS E CARGOS DA CVM E DA SUSEP**

Art. 11. Os cargos efetivos de Inspetor e Analista daComissão de Valores Mobiliários - CVM e de Analista Técnico da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, de que tratam o Voto do Conselho Monetário Nacional - CMN no 401, de 28 de janeiro de 1987, e a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP no 7, de 3 de outubro de 1988, reestruturados na forma do Anexo I, têm sua correlação de cargos estabelecida no Anexo XVII e XVII-A. (NR) **(Alterado pela Lei n° 10.769, de 19.11.2003)**

Parágrafo único. Ficam criados trinta cargos de Analista Técnico no Quadro Geral de Pessoal da SUSEP.

Art. 12. Incumbe aos ocupantes dos cargos de que trata o art. 11 o exercício das atribuições previstas em leis e regulamentos específicos, em especial o disposto no art. 1° da Lei n° 9.015, de 30 de março de 1995.

Art. 13. **(Revogado pela Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008,convertida na lei nº 11.890, de 24.12.2008)**

Art. 13-A. **(Revogado pela Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008,convertida na lei nº 11.890, de 24.12.2008)**

Art. 14. Os ocupantes dos cargos de Inspetor e Analista da CVM e de Analista Técnico da SUSEP não fazem jus à percepção da Retribuição Variável da Comissão de Valores Mobiliários e da Retribuição Variável da Superintendência de Seguros Privados, respectivamente, de que trata a Lei n° 9.015, de 1995.

Art. 15. **(Revogado pela Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008,convertida na lei nº 11.890, de 24.12.2008)**

Art. 16. **(Revogado pela Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008,convertida na lei nº 11.890, de 24.12.2008)**

**CARREIRAS DA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Art. 17. Os cargos efetivos da Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico e da Carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei n° 8.691, de 28 de julho de 1993, reestruturados na forma do Anexo II, têm sua correlação estabelecida no Anexo V.

Parágrafo único. **(Revogado pela Lei nº 11.344, de 2006)**

Art. 18. Ficam extintas a Gratificação de Atividades em Ciência e Tecnologia - GCT, de que trata o art. 22 da Lei n° 8.691, de 1993, e a Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDCT, de que tratam a Lei n° 9.638, de 20 de maio de 1998, e a Lei n° 9.647, de 26 de maio de 1998.

Art. 19. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT, devida aos ocupantes dos cargos efetivos integrantes das carreiras de que trata o art. 17 desta Medida Provisória. **(Ver o art. 16 da Lei nº 11.094, de 2005 e a Lei nº 11.344, de 2006)**

Parágrafo único. Fazem jus à gratificação de que trata o **caput** os empregados de nível superior mencionados no art. 27 da Lei n° 8.691, de 28 de julho de 1993.

Art. 20. **(Revogado pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 2o**(Revogado pela Lei nº 11.344, de 2006)**

§ 3o**(Revogado pela Lei nº 11.344, de 2006)**

Art. 20-A. **(Revogado pela Lei nº 11.344, de 2006)**

Art. 21. **(Revogado pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

Art. 22. **(Revogado pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

Art. 23. **(Revogado pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

Art. 24. **Revogado pelo Lei nº 11.094, de 2005**

**CARREIRA DE FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO**

Art. 25. Fica criada a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 26. **(Revogado pela Lei nº 10.883, de 2004)**

Art. 27. **(Revogado pela Lei nº 10.883, de 2004)**

Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos da Carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário - NS 910, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na forma do Anexo IV.

§ 1o Serão enquadrados na Carreira de Fiscal Federal Agropecuário os atuais ocupantes dos cargos mencionados no **caput** deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2o Os atuais ocupantes do cargo de Médico Veterinário - NS 910 que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irretratável, até 31 de julho de 2000, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

§ 3o Ficam criados quinhentos cargos de Fiscal Federal Agropecuário na Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 29. Aos ocupantes do cargo de Fiscal Federal Agropecuário, não se aplica a jornada de trabalho a que se refere o § 2° e o caput do art. 1° da Lei n° 9.436, de 5 de fevereiro de 1997, não mais se admitindo a percepção de dois vencimentos básicos.

Art. 30. **(Revogado, a partir de 14 de maio de 2008, pela Medida provisória nº 431, de 14.5.2008, convertida na Lei nº 11.784, de 22.9.2008. V. nota de rodapé.)**[[193]](#footnote-194)

Art. 31. **(Revogado pela Lei nº 10.883, de 2004)**

Art. 32. O titular de cargo efetivo da carreira de que trata o art. 25 desta Medida Provisória, quando investido em cargo de Natureza Especial ou DAS 6 e DAS 5, ou equivalentes, em órgãos ou entidades do Governo Federal, fará jus à respectiva gratificação calculada com base no limite máximo.

Art. 33. O integrante da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, que não se encontre na situação prevista no art. 30 desta Medida Provisória, somente fará jus à GDAFA:

I - quando cedido para a Presidência ou Vice-Presidência da República, perceberá a respectiva gratificação calculada como se estivesse em exercício nos órgãos ou nas entidades cedentes; ou

II - quando cedido para outros órgãos ou entidades do Governo Federal, se investido em cargo em comissão DAS 4, ou equivalente, perceberá a respectiva gratificação em valor correspondente a trinta por cento do vencimento básico.

Art. 34. Não são devidas aos ocupantes da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário a Gratificação a que se refere o art. 7° da Lei n° 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária, a que se referem as Leis nos 9.620, de 2 de abril de 1998, e 9.641, de 25 de maio de 1998, e a Gratificação de Desempenho da Atividade de Fiscalização, a que se refere a Lei n° 9.775, de 21 de dezembro de 1998.

**CARREIRAS E CARGOS DA ÁREA JURÍDICA**

Art. 35. Fica criada a Carreira de Procurador Federal no âmbito da Administração Pública Federal, nas respectivas autarquias e fundações, composta de cargos de igual denominação, regidos pela Lei n° 8.112, de 1990, com a estrutura de cargo constante do Anexo III.[[194]](#footnote-195)

Art. 36. **(Revogado pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010, conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009.**[[195]](#footnote-196)

Art. 37. São atribuições dos titulares do cargo de Procurador Federal:

I - a representação judicial e extrajudicial da União, quanto às suas atividades descentralizadas a cargo de autarquias e fundações públicas, bem como a representação judicial e extrajudicial dessas entidades;

II - as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos à União, em suas referidas atividades descentralizadas, assim como às autarquias e às fundações federais;

III - a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial;[[196]](#footnote-197) e

IV - a atividade de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados.

§ 1o Os membros da Carreira de Procurador Federal são lotados e distribuídos pelo Advogado-Geral da União.[[197]](#footnote-198)

§ 2o A lotação de Procurador Federal nas autarquias e fundações públicas é proposta pelos titulares destas.

§ 3o Para o desempenho de suas atribuições, aplica-se o disposto no art. 4o da Lei no 9.028, de 12 de abril de 1995, aos membros das carreiras de Procurador Federal e de Procurador do Banco Central do Brasil. (NR) **(Incluído pela Lei nº 11.094, de 2005)**

Art. 38. Os integrantes da Carreira de Procurador Federal têm os direitos e deveres que lhes prevê a Lei no 8.112, de 1990, e sujeitam-se às proibições e aos impedimentos estabelecidos nesta Medida Provisória.[[198]](#footnote-199)

§ 1o Ao Procurador Federal é proibido:

I - exercer a advocacia fora das atribuições do respectivo cargo;

II - contrariar súmula, parecer normativo ou orientação técnica, adotados pelo Advogado-Geral da União;

III - manifestar-se, por qualquer meio de divulgação, sobre assunto conexo às suas atribuições, salvo ordem, ou autorização expressa, do Advogado-Geral da União;

IV - exercer suas atribuições em processo, judicial ou administrativo, em que seja parte ou interessado, ou haja atuado como advogado de qualquer das partes, ou no qual seja interessado parente consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro, bem assim nas hipóteses da legislação, inclusive processual; e

V - participar de comissão ou banca de concurso e intervir no seu julgamento, quando concorrer parente consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro.

§ 2o Devem, os Procuradores Federais, dar-se por impedidos nas hipóteses em que tenham proferido manifestação favorável à pretensão deduzida em juízo pela parte adversa e naquelas da legislação processual, cumprindo-lhes comunicar, de pronto, o seu impedimento ao respectivo superior hierárquico, visando à designação de substituto.

Art. 39. São transformados em cargos de Procurador Federal, os seguintes cargos efetivos, de autarquias e fundações federais:

I - Procurador Autárquico;

II - Procurador;

III - Advogado;

IV - Assistente Jurídico; e

V - Procurador e Advogado da Superintendência de Seguros Privados e da Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao Procurador do Banco Central do Brasil.

Art. 40. São enquadrados na Carreira de Procurador Federal os titulares dos cargos de que trata o art. 39, cuja investidura nos respectivos cargos haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 1o O enquadramento deve observar a correlação estabelecida no Anexo VI.

§ 2o À Advocacia-Geral da União incumbe verificar, caso a caso, a regularidade da aplicação deste artigo, quanto aos enquadramentos efetivados.

Art. 41. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ, devida aos integrantes das Carreiras de Advogado da União e de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União, de Defensor Público da União e de Procurador Federal, no percentual de até trinta por cento, incidente sobre o vencimento básico do servidor, quando em exercício nas unidades jurídicas dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. **(Ver as Leis nos 10.909 e 10.910, de 2004 e o Decreto nº 5.207, de 2004).**

§ 1o**(Revogado pela Lei nº 11.034, de 2004)**

§ 2o A Gratificação Temporária de que trata o [art. 17 da Lei no 9.028, de 12 de abril de 1995](file:///C:\jovita\Configurações%20locais\Temporary%20Internet%20Files\LEIS\L9028.htm#art17), atribuída exclusivamente a outros servidores, mantidos os fatores estabelecidos no Anexo III da referida Lei, será paga nos seguintes valores:

I - GT-I, R$ 471,87 (quatrocentos e setenta e um reais e oitenta e sete centavos);

II - GT-II, R$ 340,79 (trezentos e quarenta reais e setenta e nove centavos);

III - GT-III, R$ 209,72 (duzentos e nove reais e setenta e dois centavos); e

IV - GT-IV, R$ 157,29 (cento e cinqüenta e sete reais e vinte e nove centavos).

Art. 42. O titular de cargo efetivo das carreiras de que trata o art. 41, quando investido em cargo de Natureza Especial ou em comissão dos níveis DAS 6 e DAS 5, ou equivalentes, em órgãos ou entidades do Governo Federal, fará jus à GDAJ calculada com base no limite máximo.

Parágrafo único. O beneficiário da GDAJ, quando em exercício nas unidades jurídicas dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, se investido em cargo em comissão do nível DAS 4, perceberá a referida Gratificação em valor não inferior a vinte por cento do respectivo vencimento básico.

Art. 43. O titular de cargo efetivo das carreiras referidas no art. 41, que não se encontre nas situações previstas nos arts. 41 e 42, somente fará jus à GDAJ, nos termos deste artigo:

I - quando cedido para a Presidência ou Vice-Presidência da República, perceberá a respectiva gratificação calculada com base nas mesmas regras válidas como se estivesse em exercício nos órgãos ou nas entidades cedentes; e

II - quando cedido para outros órgãos ou entidades do Governo Federal, se investido em cargo em Comissão DAS 4, ou equivalente, perceberá a respectiva gratificação em valor correspondente a vinte por cento do vencimento básico.

Art. 44. Os valores do vencimento dos cargos de Procurador Federal e dos cargos das Carreiras de Advogado da União e de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União e de Defensor Público da União são os constantes do Anexo XI. **(Ver os arts. 2º, 3º e 4º e os Anexos I, II e III da Lei nº 10.909, de 2004).**

Parágrafo único. Aplica-se aos cargos das Carreiras de Advogado da União e de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União e de Defensor Público da União a correlação estabelecida no Anexo XIV. **(Ver os arts. 2º, 3º e 4º e os Anexos I, II e III da Lei nº 10.909, de 2004).**

Art. 45. Não serão devidas as seguintes vantagens aos ocupantes dos cargos de que trata o art. 44, inclusive àqueles colocados em quadros suplementares:

I - Representação Mensal de que tratam o Decreto-lei n° 2.333, de 11 de junho de 1987, e Decreto-lei n° 2.371, de 18 de novembro de 1987;

II - Gratificação de que trata o art. 7° da Lei n° 8.460, de 1992;

III - Gratificação de Fiscalização e Arrecadação - GEFA de que trata a Lei n° 8.538, de 21 de dezembro de 1992;

IV - Retribuição Variável da Comissão de Valores Mobiliários - RVCVM de que trata a Lei n° 9.015, de 1995;

V - Retribuição Variável da Superintendência de Seguros Privados - RVSUSEP de que trata a Lei n° 9.015, de 1995;

VI - Gratificação Temporária - GT de que tratam as Leis nos 9.028, de 1995, e 9.651, de 1998;

VII - Gratificação Provisória - GP de que trata a Lei n° 9.651, de 1998;

VIII - Gratificação de Desempenho de Função Essencial à Justiça - GFJ de que trata a Lei n° 9.651, de 1998;

IX - Representação Mensal de que trata a Lei n° 9.366, de 16 de dezembro de 1996;.e

X - Gratificação de Atividade - GAE de que trata a Lei Delegada no 13, de 27 de agosto de 1992.

Art. 46. Os cargos efetivos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, privativos de Bacharel em Direito, que não foram transpostos pela Lei n° 9.028, de 1995, nem por esta Medida Provisória, para as Carreiras de Assistente Jurídico e de Procurador Federal, comporão quadros suplementares em extinção. **(Ver o art. 4º da Lei nº 10.907, de 2004).**

§ 1o O quadro suplementar relativo aos servidores da Administração Federal direta de que trata o **caput** inclui-se na Advocacia-Geral da União.

§ 2o O disposto neste artigo não se aplica aos integrantes da Carreira Policial Federal, aos cargos de Procurador do Banco Central do Brasil, Procurador da Procuradoria Especial da Marinha, Juiz-Presidente e Juiz do Tribunal Marítimo.

Art. 47. Os cargos de Advogado da União e de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União serão distribuídos pelas três categorias das respectivas carreiras, mediante ato do Advogado-Geral da União.

Art. 48. Aplicam-se aos Procuradores da Procuradoria Especial da Marinha, de que trata a Lei no 7.642, de 18 de dezembro de 1987, e aos ocupantes de cargos integrantes dos quadros suplementares de que trata o art. 46 a tabela de vencimento constante do Anexo XI, observada a correlação do Anexo VI e a gratificação de que trata o art. 41, observado o disciplinamento estabelecido por esta Medida Provisória.

Parágrafo único. Os ocupantes dos cargos de Juiz-Presidente e Juiz do Tribunal Marítimo farão jus, a título de vencimentos, ao valor correspondente ao padrão III da categoria especial da tabela constante do Anexo XI e à gratificação de que trata o art. 41, conforme disposto nesta Medida Provisória. [[199]](#footnote-200)

Art. 49. O exercício, por Procurador da República, do direito de opção irretratável por Carreira da Advocacia-Geral da União, facultado pelo § 2o do art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, poderá ser manifestado ao Advogado-Geral da União, no prazo de quinze dias estabelecido no art. 61 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993, contado da publicação da lei de conversão desta Medida Provisória, e comunicado ao Procurador-Geral da República.

§ 1o Ficam assegurados ao optante o ingresso em cargo compatível da Carreira da Advocacia-Geral da União e a percepção dos vencimentos e vantagens do cargo antes ocupado, salvo opção pela retribuição do novo cargo, respeitados o tempo de efetivo serviço e o direito a promoções, assim como as garantias e prerrogativas próprias a membros do Ministério Público Federal, no que não conflitar com a natureza da Advocacia-Geral da União.

§ 2o A opção de que trata este artigo implica a automática criação de cargo na carreira escolhida pelo optante, o qual integrará Quadro Especial, e será extinto quando vagar.

Art. 50. O Advogado-Geral da União editará os atos necessários ao cumprimento do disposto nesta Medida Provisória, relativamente aos cargos de Advogado da União e de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União e àqueles dos integrantes de seus órgãos vinculados.

**CARREIRAS E CARGOS DO BANCO CENTRAL DO BRASIL**[[200]](#footnote-201)

Art. 51.  A Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º **(Revogado pela Lei nº 11.344, de 2006)**

"Art. 4o  São atribuições dos titulares do cargo de Procurador do Banco Central do Brasil:

I - a representação judicial e extrajudicial do Banco Central do Brasil;

II - as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Banco Central do Brasil;

III - a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial; e

IV - assistir aos administradores do Banco Central do Brasil no controle interno da legalidade dos atos a serem por eles praticados ou já efetivados." (NR)

"Art. 7o.

§ 1o  Progressão funcional é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, observado o interstício de setecentos e trinta dias, redutível, mediante processo de avaliação de desempenho em até cento e oitenta e dois dias.

." (NR)

"Art. 11.  É criada a Gratificação de Atividade do Banco Central do Brasil - GABC, observados os seguintes critérios e percentuais:

I - cargos de Analista do Banco Central do Brasil e de Procurador do Banco Central do Brasil, incluídos nas classes D, C e B: setenta e cinco por cento, incidentes sobre o vencimento básico do padrão onde estiver posicionado o servidor;

II - cargos de Analista do Banco Central do Brasil e de Procurador do Banco Central do Brasil,[[201]](#footnote-202) incluídos nos padrões I, II e III da classe A: sessenta e cinco por cento, incidentes sobre o vencimento básico do padrão onde estiver posicionado o servidor;

III - cargos de Analista do Banco Central do Brasil e de Procurador do Banco Central do Brasil, incluídos no padrão IV da classe A: cinqüenta e cinco por cento, incidentes sobre o vencimento básico do padrão onde estiver posicionado o servidor; e

IV -  cargo de Técnico do Banco Central do Brasil: noventa por cento, incidentes sobre o vencimento básico do padrão onde estiver posicionado o servidor.

Parágrafo único.  A partir de 1o de março de 2008 e até 30 de junho de 2008, a gratificação de que trata o caput será paga aos servidores que a ela fazem jus em valor correspondente a setenta e cinco por cento incidentes sobre o maior vencimento básico do respectivo cargo. (NR) **(Redação dada pela Medida provisória nº 440, de 29.8.2008)**

"Art. 15.

§ 1º **(Revogado pela Lei nº 11.344, de 2006)**

"Art. 17-A.  Além das proibições previstas no art. 17, ao Procurador do Banco Central do Brasil também é proibido:

I - exercer a advocacia fora das atribuições do respectivo cargo;

II - contrariar súmula, parecer normativo ou orientação técnica, adotadas pelo Procurador-Geral do Banco Central do Brasil ou pelo Advogado-Geral da União;

III - manifestar-se, por qualquer meio de divulgação, sobre assuntos conexos às suas atribuições, salvo ordem, ou autorização expressa da Diretoria do Banco Central do Brasil;

IV - exercer suas atribuições em processo, judicial ou administrativo, em que seja parte ou interessado, ou haja atuado como advogado de qualquer das partes, ou no qual seja interessado parente consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro, bem assim nas hipóteses da legislação, inclusive processual; e

V - participar de comissão ou banca de concurso e intervir no seu julgamento, quando concorrer parente consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro.

Parágrafo único.  Devem os Procuradores do Banco Central do Brasil dar-se por impedidos nas hipóteses em que tenham proferido manifestação favorável à pretensão deduzida em juízo pela parte adversa e naquelas da legislação processual, cumprindo-lhes comunicar, de pronto, o seu impedimento ao respectivo superior hierárquico, visando à designação de substituto." (NR)

Art. 52. **(Revogado pela Lei nº 11.344, de 2006)**

Art. 53.  Os ocupantes dos cargos de Analista do Banco Central do Brasil da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil e de Procurador do Banco Central do Brasil da Carreira Jurídica do Banco Central do Brasil são enquadrados, a partir de 1o de agosto de 2000, na forma do Anexo XV a esta Medida Provisória.

Art. 54.  O ingresso nos cargos de Analista do Banco Central do Brasil da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil, e de Procurador do Banco Central do Brasil[[202]](#footnote-203) da Carreira Jurídica do Banco Central do Brasil dos aprovados em concurso, cujo edital tenha sido publicado até 29 de junho de 2000, dar-se-á, excepcionalmente, na classe D padrão III.

**PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DAS**

**INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO**

Art. 55. **(Revogado a partir de 1.1.2002, pela Lei nº 10.302, de 31.10.2001)**

Art. 56. **(Revogado a partir de 1.1.2002, pela Lei nº 10.302, de 31.10.2001)**

Art. 57. **(Revogado a partir de 1.1.2002, pela Lei nº 10.302, de 31.10.2001)**

**FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS**

Art. 58. Ficam criadas no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para uso no âmbito do Poder Executivo Federal, oito mil setecentas e três Funções Comissionadas Técnicas - FCT, cujos níveis e valores são os constantes do Anexo XIII.

§ 1o As Funções Comissionadas Técnicas destinam-se exclusivamente a ocupantes de cargos efetivos, constantes do Anexo V da Lei n° 9.367, de 16 de dezembro de 1996, que não tenham sido estruturados em carreiras ou abrangidos pelo art. 1o desta Medida Provisória.[[203]](#footnote-204)

§ 2o**(Revogado pela Lei nº 11.526, de 4.10.2007)**

§ 3o**(Revogado pela Lei nº 11.526, de 4.10.2007)**

§ 4o As Funções Comissionadas Técnicas não são cumulativas com os cargos em comissão de Natureza Especial e do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, de que trata a Lei n° 9.030, de 13 de abril de 1995, com as Funções Gratificadas, criadas pelo art. 26 da Lei n° 8.216, de 13 de agosto de 1991, com as Gratificações de Representação da Presidência da República e dos órgãos que a integram com os cargos de Direção e Funções Gratificadas de que trata o art. 1° da Lei n° 9.640, de 25 de maio de 1998, e com os Cargos Comissionados de Direção, de Gerência Executiva, de Assessoria, de Assistência e Técnicos a que se refere a Lei n° 9.986, de 18 de julho de 2000.

§ 5o A Função Comissionada Técnica a que se refere este artigo, caracterizada pela complexidade e responsabilidade, somente poderá ser ocupada por servidor com qualificação, capacidade e experiência, na forma definida em ato do Poder Executivo.

§ 6o O preenchimento das Funções Comissionadas Técnicas referidas no **caput** deste artigo deverá ser feito de forma gradual, observando-se a disponibilidade orçamentária em cada exercício, e somente poderá ocorrer após a avaliação de cada posto de trabalho existente no órgão ou na entidade, de acordo com critérios a serem estabelecidos em regulamento.

§ 7o As Funções Comissionadas Técnicas não se incorporam aos proventos da aposentadoria e às pensões.

**DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 59. Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, as Gratificações de que tratam os arts. 8~~o~~, 13, 19, 30, 41 e 56 desta Medida Provisória: [[204]](#footnote-205)

I - somente serão devidas, se percebidas há pelo menos cinco anos; e

II - serão calculadas pela média aritmética dos últimos sessenta meses anteriores à aposentadoria ou instituição da pensão.

§ 1o A aplicação do disposto nesta Medida Provisória a aposentados e pensionistas não poderá implicar redução de proventos e pensões.

§ 2o Constatada a redução de proventos ou pensão decorrente da aplicação do disposto nesta Medida Provisória, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada.

§ 3o**(Revogado a partir de 1.1.2002, pela Lei nº 10.302, de 31.10.2001)**

§ 4o As vantagens pessoais de que tratam os §§ 2o e 3o deste artigo serão calculadas quando da aplicação do disposto nesta Medida Provisória e estarão sujeitas exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 60. Aplicam-se as disposições desta Medida Provisória às aposentadorias e pensões, exceto as gratificações a que se refere os arts. 8o, 13, 19, 30 e 41, relativamente às aposentadorias e pensões concedidas até 30 de junho de 2000.

Parágrafo único. **(Revogado a partir de 1.1.2002, pela Lei nº 10.302, de 31.10.2001)**

Art. 60-A. A partir de 1o de dezembro de 2003, as gratificações a que se referem os arts. 8o, 13 e 19 desta Medida Provisória aplicam-se às aposentadorias e às pensões concedidas ou instituídas até 29 de junho de 2000, no valor correspondente a trinta por cento do percentual máximo aplicado ao padrão da classe em que o servidor que lhes deu origem estivesse posicionado. **(Incluído pela Lei n° 10.769, de 19.11.2003. Ver o art. 25 da Lei nº 11.094, de 2005)**

§ 1o A hipótese prevista no **caput** aplica-se igualmente às aposentadorias e pensões concedidas ou instituídas antes que o servidor que lhes deu origem completasse sessenta meses de percepção das gratificações.

§ 2o As gratificações referidas no **caput** aplicam-se às aposentadorias e pensões concedidas ou instituídas após 29 de junho de 2000 e serão calculadas conforme o disposto no inciso II do art. 59 desta Medida Provisória, desde que transcorridos pelo menos sessenta meses de percepção das gratificações. **(Incluído pela Lei n° 10.769, de 19.11.2003)**

Art. 60-B.  A partir de 1° de julho de 2006, as gratificações a que se referem os arts. 8°, 13 e 19 desta Medida Provisória aplicam-se às aposentadorias e às pensões concedidas ou instituídas até 29 de junho de 2000, no valor correspondente a 50% (cinqüenta por cento) do percentual máximo aplicado ao padrão da classe em que o servidor que lhes deu origem estivesse posicionado.  **(Incluído pela Lei nº 11.356, de 18.10.2006)**

§ 1°  A hipótese prevista no caput deste artigo aplica-se igualmente às aposentadorias e pensões concedidas ou instituídas antes que o servidor que lhes deu origem tenha completado 60 (sessenta) meses de percepção das gratificações. **(Incluído pela Lei nº 11.356, de 18.10.2006)**

§ 2°  As gratificações referidas no caput deste artigo aplicam-se às aposentadorias e pensões concedidas ou instituídas após 29 de junho de 2000 e serão calculadas conforme o disposto no inciso II do caput do art. 59 desta Medida Provisória, desde que transcorridos pelo menos 60 (sessenta) meses de percepção das gratificações. (NR) **(Incluído pela Lei nº 11.356, de 18.10.2006)**

Art. 61. Enquanto não forem regulamentadas e até que sejam processados os resultados da avaliação de desempenho, as Gratificações referidas no art. 59 desta Medida Provisória corresponderão aos seguintes percentuais incidentes sobre o vencimento básico de cada servidor:

I - Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão, vinte e cinco por cento;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Valores Mobiliários, vinte e cinco por cento;

III - Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Seguros Privados, vinte e cinco por cento;

IV - Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, doze vírgula vinte e cinco por cento, cinco vírgula cinco por cento e dois vírgula cinco por cento, para os cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar, respectivamente;

V - Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária, vinte e cinco por cento;

VI - Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica, doze por cento; e

VII - **(Revogado a partir de 1.1.2002, pela Lei nº 10.302, de 31.10.2001)**

§ 1o O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir do início do período de avaliação, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou menor.

§ 2o O disposto neste artigo aplica-se aos ocupantes de cargos ou funções comissionadas que fazem jus às gratificações de que tratam os incisos I a VII.

Art. 62. Os valores dos vencimentos básicos constantes dos Anexos VII, VIII, IX, X, XI, XII e XVIII não poderão servir de base de cálculo para quaisquer outras gratificações ou vantagens de quaisquer outros servidores.

Art. 63. Na hipótese de redução de remuneração decorrente da aplicação do disposto nesta Medida Provisória, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, a ser absorvida por ocasião da reorganização ou reestruturação dos cargos, carreiras ou tabelas remuneratórias, concessão de reajustes, adicionais, gratificações ou vantagem de qualquer natureza ou do desenvolvimento no cargo ou na carreira." (NR) **(Redação dada pela Medida Provisória no 43, de 2002, convertida na Lei n° 10.549, de 2002. Ver o art. 8º da Lei nº 10.909, de 2004).**

Parágrafo único. Em se tratando de nomeados para os cargos integrantes das Carreiras da Advocacia-Geral da União, em decorrência de concursos públicos iniciados até 30 de junho de 2000, a diferença será calculada tendo em vista a remuneração inicial de maior valor indicado em edital, assim também se calculando para os demais integrantes das respectivas categorias iniciais das mencionadas Carreiras.

Art. 64. Os servidores alcançados por esta Medida Provisória não fazem jus à percepção da Gratificação de Atividade - GAE de que trata a Lei Delegada no 13, de 1992.

Art. 65. Até que seja aprovado o regulamento de que trata o § 2o do art. 4o desta Medida Provisória, aplicam-se, para fins de progressão funcional e promoção, as normas vigentes na data de sua publicação.

§ 1o Na contagem do interstício necessário à promoção e à progressão será aproveitado o tempo computado até a data em que tiver sido feito o enquadramento decorrente da aplicação do disposto nesta Media Provisória.

§ 2o Para fins do disposto neste artigo, não será considerado como progressão funcional ou promoção o enquadramento decorrente da aplicação desta Medida Provisória.

Art. 66. Nos casos de transposição ou novo enquadramento, as diferenças remuneratórias, decorrentes de alterações no vencimento básico, serão consideradas para todos os efeitos como parte integrante do novo vencimento básico.

Art. 67. Será de cento e vinte dias, contados a partir de 30 de junho de 2000, o prazo para encaminhamento pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão à Casa Civil da Presidência da República das propostas de regulamentação das Gratificações de que trata o art. 59.

Art. 68.**Revogado pelo art. 7o da Lei no 10.470, de 2002.**

Art. 69. Caso venha a ser extinta autarquia ou fundação em cujo Quadro de Lotação de Pessoal se incluam Procuradores Federais, estes serão redistribuídos para outras entidades.

§ 1o O disposto no **caput** deste artigo aplica-se, também, às extinções ocorridas no período compreendido entre a criação da Carreira de Procurador Federal e o início de vigência desta Medida Provisória.

§ 2o Na hipótese de extinção de autarquia ou fundação ocorrida anteriormente à criação da Carreira de Procurador Federal, será facultado, aos que ocupavam na entidade extinta qualquer um dos cargos elencados no art. 39 desta Medida Provisória, o enquadramento na Carreira de Procurador Federal, mediante opção do interessado, manifestada até 31 de janeiro de 2001, desde que atendidas todas as exigências necessárias ao enquadramento.

Art. 70. Aplica-se o disposto nos §§ 1o e 2o do art. 69 aos casos semelhantes de redistribuição, independentemente de haver sido ou não extinta a entidade de origem.

Art. 71. Os arts. 1° e 2° do Decreto-lei n° 2.194, de 26 de dezembro de 1984, alcançam em seus efeitos os servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, ativos e inativos, e os pensionistas que já estejam percebendo a vantagem deles decorrente.[[205]](#footnote-206)

§ 1o O disposto no **caput** não se aplica aos integrantes da Carreira de Procurador Federal.

§ 2o O disposto no art. 64 desta Medida Provisória não se aplica aos servidores do DNER.

Art. 72. O art. 22 da Lei no 9.986, de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22. Ficam as Agências autorizadas a custear as despesas com remoção e estada para os profissionais que, em virtude de nomeação para Cargos Comissionados de Direção, de Gerência Executiva e de Assessoria dos níveis CD I e II, CGE I, II, III e IV, CA I e II, e para os Cargos Comissionados Técnicos, nos níveis CCT V e IV, vierem a ter exercício em cidade diferente da de seu domicílio, conforme disposto em regulamento de cada Agência, observados os limites de valores estabelecidos para a Administração Pública Federal direta." (NR)

Art. 73. O Quadro IV da Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001, fica acrescido das autorizações constantes no Anexo XIX desta Medida Provisória.

Art. 74. O art. 4~~o~~ da Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4°

§ 7° Os contratos dos professores substitutos prorrogados com base no inciso III deste artigo poderão ser novamente prorrogados, pelo prazo de até doze meses, desde que o prazo final do contrato não ultrapasse 31 de dezembro de 2002, e tenha sido aberto processo seletivo simplificado, com ampla divulgação, sem a inscrição ou aprovação de candidatos." (NR)

Art. 75. Os membros da Advocacia-Geral da União, como os integrantes da Carreira de Procurador Federal e de órgãos jurídicos vinculados à Instituição em geral, respondem, na apuração de falta funcional praticada no exercício de suas atribuições específicas, institucionais e legais, exclusivamente perante a Advocacia-Geral da União, e sob as normas, inclusive disciplinares, da Lei Orgânica da Instituição e dos atos legislativos que, no particular, a complementem.

§ 1o A apuração das faltas funcionais objeto do **caput**, no que concerne aos membros da Instituição, incumbe à Corregedoria-Geral da Advocacia da União[[206]](#footnote-207), observada, a cada caso, a atribuição privativamente deferida ao Advogado-Geral da União pelo inciso XV do art. 4º da Lei Complementar no 73, de 1993.

§ 2o A apuração de falta funcional imputada a Procurador Federal, ou a integrante de órgão jurídico vinculado à Instituição em geral, incumbe ao Procurador-Geral, ou Chefe do Departamento Jurídico respectivo, o qual, logo que ultimados os trabalhos, deve submetê-los ao conhecimento do Advogado-Geral da União.**(Ver art. 11 da Lei no 10.480, de 2002.)**

§ 3o O Advogado-Geral da União disporá, em ato próprio e nos termos do § 3° do art. 45 da Lei Complementar n° 73, de 1993, sobre a aplicação deste artigo. **(Ver art. 11 da Lei no 10.480, de 2002.)**Art. 76. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória no 2.150-42, de 24 de agosto de 2001, naquilo em que não seja conflitante ou divergente com o disposto nesta Medida Provisória.

Art. 77. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 78. Ficam revogados os arts. 4°, 9°, 10 e 11 do Decreto-lei n° 2.266, de 12 de março de 1985; a Lei n° 7.702, de 21 de dezembro de 1988; o art. 7° da Lei n° 8.538, de 21 de dezembro de 1992; o art. 22 da Lei n° 8.691, de 28 de julho de 1993; a Lei n° 9.638, de 20 de maio de 1998; a Lei n° 9.647, de 26 de maio de 1998; o art. 11 da Lei n° 9.620, de 2 de abril de 1998; os arts. 1° e 10 da Lei n° 9.641, de 25 de maio de 1998; o § 1° do art. 11, o § 2° do art. 12 e o Anexo III da Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998; os arts. 1° e 13 da Lei n° 9.651, de 27 de maio de 1998; o Decreto n° 2.665, de 10 de julho de 1998, e a Medida Provisória n° 2.150-42, de 24 de agostode 2001.

Brasília, 6 de setembro de 2001; 180o da Independência e 113o da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

*Amaury Guilherme Bier*

*Eliseu Padilha*

*Marcus Vinicius Pratini de Moraes*

*Paulo Renato de Souza*

*José Serra*

*Sérgio Silva do Amaral*

*Martus Tavares*

*Roberto Brant*

*Ronaldo Mota Sardenberg*

*Gilmar Ferreira Mendes*

**ANEXO VI**

**(Ver art. 8o e Anexo I da Medida Provisória no 43, de 2002, convertida na Lei n° 10.549, de 2002)**

TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
| Cargos | Categoria | Padrão | Padrão | Categoria | Cargo |
| Procurador Autárquico  Procurador  Advogado  Assistente Jurídico de Autarquias e Fundações Públicas Federais  Procurador e Advogado da Superintendência de Seguros Privados e da Comissão de Valores Mobiliários | A | III | III | ESPECIAL | Procurador Federal |
| II | II |
| I | I |
| B | VI | V | PRIMEIRA |
| V | IV |
| IV | III |
| III | II |
| II | I |
| I | VII | SEGUNDA |
| C | VI |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I | VI |
| D | V |
|  | IV |  |
| III |
| II |
| I | V |
|  |  | IV |
|  |  | III |
|  |  | II |
|  |  | I |

**ANEXO VII**

**(Revogado pela Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008 Revogado pela 8,convertida na lei nº 11.890, de 24.12.2008)**

ANEXO VII-A

**(Revogado pela Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008 Revogado pela 8,convertida na lei nº 11.890, de 24.12.2008)**

**ANEXO VIII**

**(Revogado pela Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008 Revogado pela 8,convertida na lei nº 11.890, de 24.12.2008)**

ANEXO VIII-A

**(Revogado pela Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008 Revogado pela 8,convertida na lei nº 11.890, de 24.12.2008)**

**ANEXO IX**

**(Revogado pela Lei nº 11.344, de 2006)**

**ANEXO X**

**(Revogado pela Lei nº 11.034, de 2004)**

**ANEXO XI**

(Ver art. 8o e Anexo II da Medida Provisória no 43, de 2002, convertida na Lei n° 10.549, de 2002.)

**TABELA DE VENCIMENTO**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **CARGO** | **CATEGORIA** | **PADRÃO** | **VALOR (EM REAIS)** |
| Procurador Federal  Advogado da União  Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União  Defensor Público da União  Procurador da Procuradoria Especial da Marinha  **OBS.: Os integrantes das Carreiras de Procurador Federal, Advogado da União e Defensor Público passaram a ser remunerados por subsídio, conforme a Lei nº Lei nº 11.358, de 2006.** | ESPECIAL | III | 5.446,34 |
| II | 5.309,16 |
| I | 5.176,14 |
| PRIMEIRA | V | 4.883,15 |
| IV | 4.749,68 |
| III | 4.619,86 |
| II | 4.493,59 |
| I | 4.370,77 |
| SEGUNDA | VII | 4.123,37 |
| VI | 3.927,02 |
| V | 3.740,02 |
| IV | 3.561,92 |
| III | 3.392,31 |
| II | 3.230,77 |
| I | 3.076,92 |

**ANEXO XIV**

(Ver art. 8o e Anexo I da Medida Provisória no 43, de 2002, convertida na Lei n° 10.549, de 2002.)

**TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **SITUAÇÃO ATUAL** | | **SITUAÇÃO NOVA** | | |
| Cargos | Classe | Padrão | Categoria | Cargos |
| Advogado da União  Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União  Defensor Público da União | ESPECIAL | III | ESPECIAL | Advogado da União  Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União  Defensor Público da União |
|  | II |
| I |
| PRIMEIRA | V | PRIMEIRA |
|  | IV |
| III |
| II |
| I |
| SEGUNDA | VII | SEGUNDA |
|  | VI |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |

**ANEXO XV**

**TABELA DE CORRELAÇÃO**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
| Cargo | Classe | Padrão | Padrão | Classe | Cargo |
| Analista do Banco Central do Brasil  Procurador do Banco Central do Brasil | A | IV | IV | A | Analista do Banco Central do Brasil  Procurador do Banco Central do Brasil |
| III |
| II | III |
| I | II |
| B | IV | I |
| III | IV | B |
| II | III |
| I | II |
| C | IV |
| III | I |
| II | IV | C |
| I | III |
| D | III | II |
| II | I |
| I | III | D |
|  | II |
| I |

**ANEXO XIX**

**DEMONSTRATIVO DE QUE TRATA O ART. 62 DA LEI No 9.995, DE 2000, PARA ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 169, § 1~~o~~, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO**

"4 - PODER EXECUTIVO:

III - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

b) criação de 500 cargos de Fiscal Federal Agropecuário.

IV **-** Ministério da Ciência e Tecnologia**:**

c) provimento, mediante concurso, no Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia:

i) de até 7 cargos de Pesquisador da Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia;

ii) de até 5 cargos de Tecnologista da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico;

iii) de até 3 cargos de Técnico da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico;

d) provimento, mediante concurso, no Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial:

i) de até 11 cargos de Pesquisador da Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia;

ii) de até 12 cargos de Tecnologista da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico;

iii) de até 3 cargos de Técnico da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico;

e) provimento, mediante concurso, no Quadro de Pessoal da Comissão Nacional de Energia Nuclear:

i) de até 20 cargos de Pesquisador da Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia;

ii) de até 18 cargos de Tecnologista da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico;

iii) de até 5 cargos de Técnico da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico;

V - Ministério da Fazenda:

h) criação de 30 cargos de Analista Técnico no Quadro de Pessoal da Superintendência de Seguros Privados e provimento, mediante concurso público, de até 31 cargos de Analista Técnico;

l) provimento, mediante concurso público, de 115 cargos de Analista do Banco Central do Brasil; e

m) provimento, mediante concurso público, de 30 cargos de Procurador do Banco Central do Brasil;

VI - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior:

b) provimento, mediante concurso público, de até 7 cargos de Pesquisador da Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO;

c) provimento, mediante concurso público, de até 26 cargos de Tecnologista da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO;

VII - Ministério da Justiça:

d) concessão da Gratificação de Operações Especiais - GOE para os Policiais Rodoviários Federais.

IX - Ministério da Previdência e Assistência Social:

b) criação de 5.000 empregos públicos no Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social;

XVI - Ministério da Defesa:

b) implantação da Lei de Remuneração dos Militares;

c) provimento, mediante concurso público, de até 8 cargos de Pesquisador Adjunto da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica;

d) provimento, mediante concurso público, de até 18 cargos de Assistente de Pesquisa da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica;

e) provimento, mediante concurso público, de até 3 cargos de Tecnologista Sênior da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica;

f) provimento, mediante concurso público, de até 5 cargos de Tecnologista Pleno 2 da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica;

g) provimento, mediante concurso público, de até 10 cargos de Tecnologista Pleno 1 da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica;

h) provimento, mediante concurso público, de até 136 cargos de Tecnologista Júnior da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica;

i) provimento, mediante concurso público, de até 48 cargos de Analista em Ciência e Tecnologia da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica;

j) provimento, mediante concurso público, de até 5 cargos de Técnico 3 da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica;

k) provimento, mediante concurso público, de até 15 cargos de Técnico 2 da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica;

l) provimento, mediante concurso público, de até 108 cargos de Técnico 1 da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica;

m) provimento, mediante concurso público, de até 6 cargos de Professor de Ensino de 3~~o~~ Grau para o Instituto Militar de Engenharia do Comando do Exército;

n) provimento, mediante concurso público, de até 39 cargos de Professor de Ensino de 1~~o~~ e 2~~o~~ Graus no Comando da Marinha; e

o) provimento, mediante concurso público, de até 1.013 empregos diversos para o Hospital das Forças Armadas.

XVII - Ministério da Educação:

a) reestruturação de cargos e carreiras integrantes do PUCRCE, Lei n~~o~~ 7.596, de 1987; e

b) provimento, mediante concurso público, de até 2000 cargos efetivos de Professor de Ensino de 3~~o~~ Grau."

LEGISLAÇÃO REFERENTE À PGF

[E CORRELATA]

**LEI N° 10.480, DE 2 DE JULHO DE 2002.**

Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União, a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU - GDAA, cria a Procuradoria-Geral Federal, e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Passam a integrar o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União - AGU, os cargos de provimento efetivo, de nível superior, intermediário ou auxiliar, ocupados por servidores do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei n° 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, que estejam em exercício na AGU na data de publicação desta Lei.[[207]](#footnote-208) /[[208]](#footnote-209)

§ 1° Os servidores de que trata o **caput** poderão optar por permanecer no quadro permanente de pessoal do órgão ou entidade de origem, devendo fazê-lo perante a AGU, de forma irretratável, em até 30 (trinta) dias contados da publicação desta Lei.

§ 2°(VETADO)[[209]](#footnote-210)

Art. 1º-A.  A contar de 1o de julho de 2008, os servidores titulares de cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, de que trata o art. 1o desta Lei, integrantes do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União - AGU, serão automaticamente enquadrados no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela, conforme Anexo II desta Lei. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**[[210]](#footnote-211)

§ 1o  Os cargos de nível superior, intermediário e auxiliar a que se refere o art. 1o desta Lei que estejam vagos em 1o de julho de 2008, e os que vierem a vagar serão transpostos para o PGPE, de acordo com o respectivo nível e requisitos exigidos para ingresso. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 2o  O enquadramento de que trata o caput deste artigo dar-se-á automaticamente, salvo manifestação irretratável do servidor, a ser formalizada no máximo até 26 de setembro de 2008, na forma do Termo de Opção constante do Anexo III desta Lei, com efeitos financeiros a contar de 1o de julho de 2008. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 3o  Os servidores que formalizarem a opção referida no § 2o deste artigo permanecerão na situação em que se encontravam em 30 de junho de 2008, não fazendo jus aos vencimentos e às vantagens devidas aos integrantes do PGPE. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 4o  O prazo para exercer a opção referida no § 2o deste artigo estender-se-á até 30 (trinta) dias contados a partir do término do afastamento nos casos previstos nos arts. 81 e 102 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 5o  Ao servidor cedido para órgão ou entidade no âmbito do Poder Executivo Federal aplica-se, quanto ao prazo de opção, o disposto no § 2o deste artigo, podendo o servidor permanecer na condição de cedido. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 6o  O disposto neste artigo aplica-se aos aposentados e pensionistas. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 7o  Para os servidores afastados que fizerem a opção após o prazo geral, os efeitos financeiros dar-se-ão a contar da data da opção ou do retorno, conforme o caso. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

Art. 1o-B.  A contar de 1o de julho de 2008, os servidores titulares de cargos de provimento efetivo da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei no 10.483, de 3 de julho de 2002, integrantes do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União - AGU, serão automaticamente enquadrados na Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela, conforme Anexo IV desta Lei. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 1o  Os cargos de nível superior, intermediário e auxiliar da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, a que se refere o caput deste artigo, que estiverem vagos em 1o de julho de 2008 e os que vierem a vagar serão transpostos para a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de acordo com o respectivo nível e requisitos exigidos para ingresso. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 2o  O enquadramento de que trata o caput deste artigo dar-se-á automaticamente, salvo manifestação irretratável do servidor, a ser formalizada no máximo até 26 de setembro de 2008, na forma do Termo de Opção constante do Anexo V desta Lei, com efeitos financeiros a contar de 1o de julho de 2008. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 3o  Os servidores que formalizarem a opção referida no § 2o deste artigo permanecerão na situação em que se encontravam em 30 de junho de 2008, não fazendo jus aos vencimentos e às vantagens devidas aos integrantes da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 4o  O prazo para exercer a opção referida no § 2o deste artigo estender-se-á até 30 (trinta) dias contados a partir do término do afastamento nos casos previstos nos arts. 81 e 102 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 5o  Ao servidor cedido para órgão ou entidade no âmbito do Poder Executivo Federal aplica-se, quanto ao prazo de opção, o disposto no § 2o deste artigo, podendo o servidor permanecer na condição de cedido. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 6o  O disposto neste artigo aplica-se aos aposentados e pensionistas. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 7o  Para os servidores afastados que fizerem a opção após o prazo geral, os efeitos financeiros dar-se-ão a contar da data de opção ou do retorno, conforme o caso. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 7o-A.  A avaliação institucional considerada para o servidor alcançado pelos incisos I e II do § 7o será: **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

I - a do órgão ou entidade onde o servidor permaneceu em exercício por mais tempo; **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

II - a do órgão ou entidade onde o servidor se encontrar em exercício ao término do ciclo, caso ele tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes órgãos ou entidades; ou **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

III - a do órgão de origem, quando requisitado ou cedido para órgão diverso da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional. **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 7o-B.  A avaliação individual do servidor alcançado pelo inciso I do § 7o será realizada somente pela chefia imediata quando a sistemática para avaliação de desempenho regulamentada para a Advocacia-Geral da União não for igual à aplicável ao órgão ou entidade de exercício do servidor. **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 2o  Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU - GDAA, devida, exclusivamente, aos servidores de níveis superior, intermediário e auxiliar pertencentes ao Quadro de Pessoal da AGU, não integrantes das Carreiras jurídicas da Instituição, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na AGU. **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 1o  A GDAA será atribuída em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos em ato do Advogado-Geral da União. **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 2o  A GDAA será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo I desta Lei, produzindo efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas. **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 3o  A pontuação máxima da GDAA a que se refere o § 2o deste artigo será assim distribuída: **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº . 11.907, de 2.2.2009)**

I - até 20 (vinte) pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

II - até 80 (oitenta) pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 4o A avaliação de desempenho individual visa aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo ou função, com foco na contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais.

§ 5o A avaliação de desempenho institucional visa aferir o desempenho coletivo no alcance dos objetivos organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas da AGU.

§ 6o  Enquanto não for editado o ato a que se refere o § 1o deste artigo e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, considerando a distribuição de pontos de que trata o § 3o deste artigo os servidores que fazem jus à GDAA, inclusive os ocupantes de cargos ou funções comissionadas, perceberão a referida gratificação em valor correspondente à última pontuação que lhe foi atribuída a título de avaliação de desempenho, observados o nível, a classe e o padrão do servidor, considerando o valor do ponto constante do Anexo I desta Lei. **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 7o O servidor que não se encontre na AGU no efetivo exercício das atividades inerentes ao respectivo cargo, somente fará jus à GDAA, observado o disposto no § 6o:[[211]](#footnote-212)

I - quando requisitado pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberá a GDAA calculada com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício na AGU; e (NR) **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

II - quando cedido para órgão ou entidade da União distinto dos indicados no inciso I deste parágrafo e investido em cargo de natureza especial ou em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) nível 6, 5 ou 4, ou equivalente, situação na qual perceberá a GDAA calculada com base no resultado da avaliação institucional do período.**(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 7º-A. A avaliação institucional considerada para o servidor alcançado pelos incisos I e II do § 7º será: **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

I - a do órgão ou entidade onde o servidor permaneceu em exercício por mais tempo; **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

II - a do órgão ou entidade onde o servidor se encontrar em exercício ao término do ciclo, caso ele tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes órgãos ou entidades; ou **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

III - a do órgão de origem, quando requisitado ou cedido para órgão diverso da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional.

§ 7º-B. A avaliação individual do servidor alcançado pelo inciso I do § 7º será realizada somente pela chefia imediata quando a sistemática para avaliação de desempenho regulamentada para a Advocacia-Geral da União não for igual à aplicável ao órgão ou entidade de exercício do servidor. **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 8o  O titular de cargo efetivo de que trata o caput deste artigo em efetivo exercício na AGU quando investido em cargo em comissão ou função de confiança fará jus a GDAA da seguinte forma: **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

I - os investidos em função de confiança ou cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 3, 2, 1 ou equivalentes, perceberão a GDAA calculada conforme disposto no § 9o deste artigo; e **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

II - os investidos em cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4 ou equivalentes, perceberão a GDAA calculada com base no valor máximo da parcela individual, somado ao resultado da avaliação institucional da AGU no período. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 9o  Os valores a serem pagos a título de GDAA serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho institucional e individual pelo valor do ponto constante do Anexo I desta Lei de acordo com o respectivo nível, classe e padrão. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 10.  Ocorrendo exoneração do cargo em comissão com manutenção do cargo efetivo, os servidores que fazem jus à GDAA continuarão percebendo a respectiva gratificação de desempenho correspondente à última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 11.  Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a GDAA correspondente à última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 12.  O disposto no § 11 deste artigo não se aplica aos casos de cessão. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 13.  Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDAA no decurso do ciclo de avaliação receberão a respectiva gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 14.  O servidor beneficiário da GDAA que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinqüenta por cento) da pontuação máxima estabelecida para essa parcela será submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade da AGU. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 15.  A análise de adequação funcional visa a identificar as causas do resultado obtido na avaliação do desempenho e a servir de subsídio para a adoção de medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 16.  A GDAA não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens. (NR) **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

Art. 2o-A.  Fica instituída a Gratificação Temporária da Advocacia-Geral da União - GTAGU, devida, exclusivamente, aos servidores de nível superior, intermediário e auxiliar, não integrantes das Carreiras jurídicas, pertencentes ao Quadro de Pessoal da AGU, conforme valores estabelecidos no Anexo VI desta Lei.[[212]](#footnote-213)**(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 1o  A GTAGU gerará efeitos financeiros: **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

I - de 1o de julho de 2008 a 30 de junho de 2010, para os cargos de nível superior; **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

II - de 1o de julho de 2008 a 30 de junho de 2011, para os cargos de nível intermediário; e  **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

III - de 1o de julho de 2008 a 31 de dezembro de 2008, para os cargos de nível auxiliar. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 2o  A GTAGU integrará os proventos das aposentadorias e as pensões. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 3o  A GTAGU ficará extinta a partir de: **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

I - 1o de julho de 2010, para os cargos de nível superior; **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

II - 1o de julho de 2011, para os cargos de nível intermediário; e  **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

III - 1o de janeiro de 2009, para os cargos de nível auxiliar. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 4o  A GTAGU não servirá de base de cálculo para quaisquer benefícios ou vantagens e não poderá ser paga em conjunto com as seguintes gratificações: **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

I - Gratificação Específica de Atividades Auxiliares do PGPE - GEAAPGPE, de que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006; **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

II - Gratificação Temporária de Nível Superior da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006; e  **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

III - Gratificação Específica de Atividades Auxiliares da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

Art. 3o  A GDAA será paga em conjunto, de forma não cumulativa, com a Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada no 13, de 27 de agosto de 1992, aos servidores que em função dos Planos de Carreiras e de Cargos a que pertençam façam jus a essa gratificação, enquanto permanecerem nesta condição. **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009. Observa-se que o art. 214 da Medida Provisória nº 441, de 2008, dava nova redação a este artigo e o art. 324, inciso VI, da mesma Medida Provisória o revogava. A revogação não foi mantida na Lei (de conversão) nº 11.907, de 2009)**

Art. 3o-A.  A GDAA não poderá ser paga cumulativamente com quaisquer outras gratificações de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

Parágrafo único.  É assegurado ao servidor que perceba gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade em decorrência do exercício do respectivo cargo efetivo, qualquer que seja a sua denominação ou base de cálculo, optar pela continuidade do seu recebimento, hipótese em que não fará jus à GDAA. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

Art. 4o Os servidores de que trata o art. 2o não fazem jus à percepção de qualquer outra espécie de vantagem que tenha como fundamento o desempenho profissional, individual, coletivo ou institucional ou a produção, e em especial à:

I - Gratificação Temporária instituída pela Lei n° 9.028, de 12 de abril de 1995;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa instituída pela Lei no 10.404, de 9 de janeiro de 2002; e

III - Gratificação de Representação de Gabinete.

Art. 5o A GDAA integrará os proventos da aposentadoria e as pensões, de acordo com:

I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a GDAA será: **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

a) a partir de 1o de julho de 2008, correspondente a 40 (quarenta) pontos, considerados o nível, classe e padrão do servidor; e **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

b) a partir de 1o de julho de 2009, correspondente a 50 (cinqüenta) pontos, considerados o nível, classe e padrão do servidor; (NR) **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004: **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

a) quando percebida por período igual ou superior a 60 (sessenta) meses e ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3o e 6o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3o da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a média dos valores recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses; **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

b) quando percebida por período inferior a 60 (sessenta) meses, ao servidor de que trata a alínea *a* deste inciso aplicar-se-ão os pontos constantes das alíneas *a* e *b* do inciso I do caput deste artigo; e **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

III - aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004. **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

Parágrafo único.  Às aposentadorias e às pensões existentes por ocasião da publicação desta Lei aplica-se o disposto nas alíneas *a* e *b* do inciso I do caput deste artigo.(NR) **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

Art. 6° A aplicação do disposto nesta Lei a aposentados e pensionistas não poderá implicar redução de proventos e pensões.

Parágrafo único. Constatada a redução de proventos ou pensão decorrente da aplicação do disposto nesta Lei, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 7º Poderão perceber a Gratificação de Representação de Gabinete ou a Gratificação Temporária, até 2 de dezembro de 2022, os servidores ou os empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.**(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.013, de 4.12.2020)**[[213]](#footnote-214)

§ 1o  Para os efeitos do disposto neste artigo, são mantidas 670 (seiscentas e setenta) Gratificações Temporárias, sendo 470 (quatrocentas e setenta) do nível GT-I e 200 (duzentas) do nível GT-II, bem como 62 (sessenta e duas) Gratificações de Representação de Gabinete, sendo 5 (cinco) de nível GR-IV, 14 (quatorze) de nível GR-III, 29 (vinte e nove) de nível GR-II e 14 (quatorze) de nível GR-I. **(Redação dada pela Lei nº 11.490, de 20.6.2007)**

§ 2o  Até o encerramento do prazo referido no caputdeste artigo, o quantitativo referido no § 1o deste artigo será reduzido  proporcionalmente por ato do Advogado-Geral da União, à medida que forem empossados os aprovados em concurso público para provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da AGU não integrantes das Carreiras jurídicas da instituição. (NR) **(Incluído pela Lei nº 11.490, de 20.6.2007)**

Art. 8º Em decorrência do disposto nesta Lei, ficam extintas as Gratificações Temporárias e as Gratificações de Representação de Gabinete, não atribuídas a servidor ou empregado até a data de publicação desta Lei, bem como aquelas atribuídas aos servidores referidos no § 1º do art. 1º desta Lei, ressalvado o disposto no art. 7º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 10.907, de 2004).

Parágrafo único. As gratificações a que se refere o § 1º do art. 7º ficam automaticamente extintas quando cessar o exercício do servidor ou empregado na Advocacia-Geral da União. (NR) **(Redação dada pela Medida Provisória nº 872, de 2019, convertida na Lei nº 13.841, de 5.6.2019) (O anterior parágrafo único deste art. 8º foi vetado à época da sanção da Lei nº 10.480, de 2002)**[[214]](#footnote-215)

Art. 9o É criada a Procuradoria-Geral Federal, à qual fica assegurada autonomia administrativa e financeira, vinculada à Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único. Incumbe à Advocacia-Geral da União a supervisão da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 10. À Procuradoria-Geral Federal compete a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial. **(Ver o art. 2º da Lei nº 11.098, de 2005).** [[215]](#footnote-216)

§ 1o No desempenho das atividades de consultoria e assessoramento, à Procuradoria-Geral Federal aplica-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

§ 2o Integram a Procuradoria-Geral Federal as Procuradorias, Departamentos Jurídicos, Consultorias Jurídicas ou Assessorias Jurídicas das autarquias e fundações federais, como órgãos de execução desta, mantidas as suas atuais competências.[[216]](#footnote-217)

§ 3o Serão mantidos, como Procuradorias Federais especializadas, os órgãos jurídicos de autarquias e fundações de âmbito nacional. [[217]](#footnote-218)

§ 4o Serão instaladas Procuradorias Federais não especializadas em Brasília e nas Capitais dos Estados, às quais incumbirão a representação judicial e as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos das entidades de âmbito local.

§ 5o Poderão ser instaladas Procuradorias Seccionais Federais fora das Capitais, quando o interesse público recomendar, às quais competirão a representação judicial de autarquias e fundações sediadas em sua área de atuação, e o assessoramento jurídico quanto às matérias de competência legal ou regulamentar das entidades e autoridades assessoradas.

§ 6o As Procuradorias Federais não especializadas e as Procuradorias Seccionais Federais prestarão assessoramento jurídico a órgãos e autoridades de autarquias e fundações de âmbito nacional localizados em sua área de atuação, que não disponham de órgão descentralizado da respectiva procuradoria especializada, e farão, quando necessário, a representação judicial dessas entidades.

§ 7° Quando o assessoramento jurídico de que trata o § 6o envolver matéria específica de atividade fim da entidade, que exija manifestação de procuradoria especializada, ou decisão de autoridade superior da entidade, o Chefe da Procuradoria Federal não especializada e o Procurador Seccional Federal encaminharão a matéria à correspondente Procuradoria Especializada.

§ 8o Enquanto não instaladas as Procuradorias Federais não especializadas e as Procuradorias Seccionais Federais as suas competências poderão ser exercidas pelos atuais órgãos jurídicos das autarquias e fundações de âmbito local, ou por Procuradoria especializada da Procuradoria-Geral Federal existente na localidade, ou por Procuradoria da União, quanto à representação judicial e, quanto ao assessoramento jurídico, por Núcleo de Assessoramento Jurídico da Consultoria-Geral da União.

§ 9o Em cada Procuradoria de autarquia ou fundação federal de âmbito nacional e nas Procuradorias Federais não especializadas haverá setor específico de cálculos e perícias, a ser instalado conforme a necessidade do serviço e a disponibilidade financeira.

§ 10. O Advogado-Geral da União indicará, para os fins desta Lei, as autarquias e fundações de âmbito nacional.

§ 11. As Procuradorias Federais não especializadas e as Procuradorias Regionais Federais, as Procuradorias Federais nos Estados e as Procuradorias Seccionais Federais poderão assumir definitivamente as atividades de representação judicial e extrajudicial das autarquias e das fundações públicas federais de âmbito nacional.**(Incluído pela Lei nº 11.098, de 2005)**

§ 12. As Procuradorias Federais não especializadas e as Procuradorias Regionais Federais, as Procuradorias Federais nos Estados e as Procuradorias Seccionais Federais poderão ainda centralizar as atividades de apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades das autarquias e fundações públicas federais, incluindo as de âmbito nacional, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, bem como as atividades de consultoria e assessoramento jurídico delas derivadas.**(Incluído pela Lei nº 11.098, de 2005)**

§ 13. Nos casos previstos nos §§ 11 e 12 deste artigo, as respectivas autarquias e fundações públicas federais darão o apoio técnico, financeiro e administrativo à Procuradoria-Geral Federal até a sua total implantação." **(Incluído pela Lei nº 11.098, de 2005)**

Art. 11. É criado, na Procuradoria-Geral Federal, o cargo de Procurador-Geral Federal, de Natureza Especial, privativo de Bacharel em Direito de elevado saber jurídico e reconhecida idoneidade.

§ 1o  O Procurador-Geral Federal é nomeado pelo Presidente da República, mediante indicação do Advogado-Geral da União. **(Reproduzido na Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

§ 2o  Compete ao Procurador-Geral Federal:  **(Reproduzido na Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

I – dirigir a Procuradoria-Geral Federal, coordenar suas atividades e orientar-lhe a atuação; **(Reproduzido na Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

II – exercer a representação das autarquias e fundações federais perante o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores; **(Reproduzido na Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

III – sugerir ao Advogado-Geral da União medidas de caráter jurídico de interesse das autarquias e fundações federais, reclamadas pelo interesse público; **(Reproduzido na Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009**

IV – distribuir os cargos e lotar os membros da Carreira nas Procuradorias-Gerais ou Departamentos Jurídicos de autarquias e fundações federais;[[218]](#footnote-219)(**Reproduzido na Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

V – disciplinar e efetivar as promoções e remoções dos membros da Carreira de Procurador Federal; [[219]](#footnote-220) **(Reproduzido na Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

VI – instaurar sindicâncias e processos administrativos disciplinares contra membros da Carreira de Procurador Federal, julgar os respectivos processos e aplicar as correspondentes penalidades; **(Reproduzido na Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

VII – ceder, ou apresentar quando requisitados, na forma da lei, Procuradores Federais; e **(Reproduzido na pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

VIII – editar e praticar os atos normativos ou não, inerentes a suas atribuições. **(Reproduzido na Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

§ 3o  No desempenho de suas atribuições, o Procurador-Geral Federal pode atuar junto a qualquer juízo ou Tribunal. **(Corrigida a numeração pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

§ 4o  É permitida a delegação da atribuição prevista no inciso II do § 2o deste artigo aos Procuradores-Gerais ou Chefes de Procuradorias, Departamentos, Consultorias ou Assessorias Jurídicas de autarquias e fundações federais e aos procuradores federais na Adjuntoria de Contencioso, bem como as dos incisos IV a VII do § 2o deste artigo ao Subprocurador-Geral Federal. (NR) **(Corrigida a numeração e alterada a redação pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

Art. 12. Os cargos, e seus ocupantes, da Carreira de Procurador Federal criada pela Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, integram quadro próprio da Procuradoria-Geral Federal.[[220]](#footnote-221)

§ 1° Compete ao Advogado-Geral da União, relativamente à Carreira de Procurador Federal e seus Membros:[[221]](#footnote-222)

I - disciplinar, promover e homologar os concursos públicos, de provas e títulos, de ingresso na Carreira de Procurador Federal;

II - distribuir os cargos pelas três categorias da Carreira; e

III - determinar o exercício provisório de Procurador Federal em órgãos da Advocacia-Geral da União.

§ 2° Até que a Procuradoria-Geral Federal disponha de orçamento próprio, a remuneração dos Membros da Carreira de Procurador Federal incumbe à autarquia ou fundação federal em que o servidor estiver lotado ou em exercício temporário, e à Advocacia-Geral da União quando em exercício temporário em órgãos desta.

§ 3° Os dirigentes dos órgãos jurídicos da Procuradoria-Geral Federal serão nomeados por indicação do Advogado-Geral da União.

§ 4° O Presidente da República poderá delegar ao Advogado-Geral da União competência para prover, nos termos da lei, os cargos, efetivos e em comissão, da Procuradoria-Geral Federal.

§ 5° São criados na Procuradoria-Geral Federal 1 (um) cargo de Subprocurador-Geral Federal, DAS 101.6, 1 (um) de Adjunto de Consultoria, e 1 (um) de Contencioso, DAS 102.5, 1 (um) de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral Federal, DAS 101.4.

Art. 13. A Advocacia-Geral da União dará o apoio técnico, financeiro e administrativo à Procuradoria-Geral Federal na sua fase de implantação.

Art. 14. O Advogado-Geral da União editará os atos necessários dispondo sobre a competência, a estrutura e o funcionamento da Procuradoria-Geral Federal, bem como sobre as atribuições de seus titulares e demais integrantes.

Parágrafo único. A representação judicial exercida pela Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Lei n° 9.028, de 12 de abril de 1993, acrescentados pela Medida Provisória n° 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, poderá ser gradualmente assumida pela Procuradoria-Geral Federal, conforme ato do Advogado-Geral da União, observado o disposto no § 8o do art. 10.

Art. 15. O disposto nos arts. 10 e 11 não se aplica à Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil.

Art. 16. (VETADO)[[222]](#footnote-223)

Art. 17. É criado o cargo de Diretor do Centro de Estudos da Advocacia-Geral da União, DAS 101.5.

§ 1° São transformados em cargos de Coordenador-Geral os cargos de Procurador Seccional da União das Procuradorias Seccionais desativadas.

§ 2° São transformados em cargos de Subprocurador Regional da União os cargos de Procurador-Chefe das Procuradorias da União que vierem a ser desativadas em decorrência da aplicação do art. 3° da Lei n° 9.028, de 12 de abril de 1995.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se o art. 8o-A e o § 7° do art. 17 da Lei n° 9.028, de 12 de abril de 1995, acrescentados pela Medida Provisória n° 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.

Brasília, 2 de julho de 2002; 181o da Independência e 114o da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*Guilherme Gomes Dias*

*José Bonifácio Borges de Andrada*

**ANEXO**

**(Revogado pelo art. 6º da Lei nº 10.907, de 2004. Ver o art. 2º e o Anexo II da Lei nº 10.907, de 2004)**

**ANEXO I**

**(Redação dada pela Lei nº 13.326, de 2016)   (Produção de efeito)[[223]](#footnote-224)**

TABELAS DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO NA AGU - GDAA

a) Valor do ponto da GDAA para os cargos de nível superior:

Em R$

|  |  | VALOR DO PONTO DA GDAA | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
|  |  | 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 |
|  | III | 46,17 | 48,93 | 51,51 |
| ESPECIAL | II | 45,48 | 48,20 | 50,74 |
|  | I | 44,81 | 47,49 | 49,99 |
|  | VI | 43,90 | 46,52 | 48,97 |
|  | V | 43,26 | 45,84 | 48,25 |
| C | IV | 42,64 | 45,19 | 47,57 |
|  | III | 42,03 | 44,54 | 46,88 |
|  | II | 41,44 | 43,91 | 46,22 |
|  | I | 40,86 | 43,30 | 45,58 |
|  | VI | 40,08 | 42,47 | 44,71 |
|  | V | 39,54 | 41,90 | 44,11 |
| B | IV | 39,01 | 41,34 | 43,52 |
|  | III | 38,49 | 40,79 | 42,94 |
|  | II | 37,99 | 40,26 | 42,38 |
|  | I | 37,50 | 39,74 | 41,83 |
|  | V | 36,83 | 39,03 | 41,08 |
|  | IV | 36,37 | 38,54 | 40,57 |
| A | III | 35,92 | 38,07 | 40,07 |
|  | II | 35,48 | 37,60 | 39,58 |
|  | I | 35,05 | 37,14 | 39,10 |

b) Valor do ponto da GDAA para os cargos de nível intermediário:

Em R$

|  |  | VALOR DO PONTO DA GDAA | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
|  |  | 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 |
|  | III | 26,10 | 27,66 | 29,12 |
| ESPECIAL | II | 25,88 | 27,43 | 28,87 |
|  | I | 25,67 | 27,20 | 28,63 |
|  | VI | 25,30 | 26,81 | 28,22 |
|  | V | 25,10 | 26,60 | 28,00 |
| C | IV | 24,90 | 26,39 | 27,78 |
|  | III | 24,70 | 26,18 | 27,56 |
|  | II | 24,50 | 25,96 | 27,33 |
|  | I | 24,31 | 25,76 | 27,12 |
|  | VI | 23,98 | 25,41 | 26,75 |
|  | V | 23,79 | 25,21 | 26,54 |
| B | IV | 23,61 | 25,02 | 26,34 |
|  | III | 23,43 | 24,83 | 26,14 |
|  | II | 23,25 | 24,64 | 25,94 |
|  | I | 23,08 | 24,46 | 25,75 |
|  | V | 22,78 | 24,14 | 25,41 |
|  | IV | 22,61 | 23,96 | 25,22 |
| A | III | 22,44 | 23,78 | 25,03 |
|  | II | 22,28 | 23,61 | 24,85 |
|  | I | 22,12 | 23,44 | 24,67 |

c) Valor do ponto da GDAA para os cargos de nível auxiliar:

Em R$

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | VALOR DO PONTO DA GDAA | | |
|  |  | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| CLASSE | PADRÃO | 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 |
|  | III | 12,83 | 13,60 | 14,32 |
| ESPECIAL | II | 12,78 | 13,54 | 14,25 |
|  | I | 12,74 | 13,50 | 14,21 |

**ANEXO II**

[Incluído pelo art. 217 da Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009 -ANEXO CXXVIII da MP e da Lei (de conversão) nº 11.907, de 2009]

TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS - PCC, DE QUE TRATA O ART. 1o DESTA LEI, INTEGRANTES DO QUADRO DE PESSOAL DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU, ENQUADRADOS NO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO – PGPE

a) Cargos de Nível Superior e Intermediário:

| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | PADRÃO | CLASSE | CARGOS |
| Cargos de nível superior e intermediário do PCC, de que trata o art. 1o desta Lei, Integrantes do Quadro de Pessoal da AGU | A | III | III | ESPECIAL | Cargos de nível superior e intermediário  do Quadro de Pessoal da AGU enquadrados no PGPE |
| II | II |
| I | I |
| B | VI | VI | C |
| V | V |
| IV | IV |
| III | III |
| II | II |
| I | I |
| C | VI | VI | B |
| V | V |
| IV | IV |
| III | III |
| II | II |
| I | I |
| D | V | V | A |
| IV | IV |
| III | III |
| II | II |
| I | I |

b) Cargos de nível auxiliar

| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | PADRÃO | CLASSE | CARGOS |
| Cargos de nível auxiliar  do PCC, de que trata o art. 1o desta Lei, integrantes do Quadro de Pessoal da AGU | A | III | III | ESPECIAL | Cargos de nível auxiliar do Quadro de Pessoal da AGU enquadrados no PGPE |
| II | II |
| I | I |
| B | VI |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |
| C | VI |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |
| D | V |
| IV |
| III |
| II |
| I |

ANEXO III

(ANEXO CXXIX , incluído pelo art. 217 da Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009, com as retificações publicadas no D. O. de 4.2.2009)

TERMO DE OPÇÃO

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 1.1.1     PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO | | | |
| Nome: |  | Cargo: | |
|  |  |  |  |
| Matrícula SIAPE: | Unidade de Lotação: | Unidade Pagadora: | |
|  |  |  |  |
|  | Cidade: | Estado: |  |
|  |  |  |  |
| Servidor ativo (   )  Aposentado (   ) Pensionista (   ) | | | |
| Venho, nos termos da Lei no  11.907, de  2   de fevereiro de 2009, e observado o disposto no § 2o do art. 1o-A, optar pelo não enquadramento no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE e pelo não recebimento dos vencimentos e vantagens estabelecidos pela Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, e pela manutenção da situação funcional do cargo efetivo que ocupo ou em que passei à inatividade ou do qual sou beneficiário de pensão. | | | |
|  |  |  |  |
| Local e data \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_. | | | |
|  |  |  |  |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | | |
| Assinatura | | | |
|  |  |  |  |
| Recebido em:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_. | | | |
|  |  |  |  |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | | |
| Assinatura/Matrícula ou Carimbo do Servidor do órgão do Sistema de Pessoal Civil da Administração | | | |
| Federal - SIPEC | | | |

ANEXO IV

(ANEXO CXXXX , incluído pelo art. 217 da Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)

TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DA CARREIRA DA SEGURIDADE SOCIAL E DO TRABALHO, DE QUE TRATA A LEI No 10.483, INTEGRANTES DO QUADRO DE PESSOAL DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU, ENQUADRADOS NA CARREIRA DA PREVIDÊNCIA, DA SAÚDE E DO TRABALHO

a) Cargos de Nível Superior e Intermediário:

| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | PADRÃO | CLASSE | CARGOS |
|  |  | III | III |  |  |
|  | ESPECIAL | II | II | ESPECIAL |  |
|  |  | I | I |  | Cargos de  nível  superior e  intermediário  do Quadro de  Pessoal  da AGU  enquadrados  na Carreira da  Previdência,  da Saúde  e do Trabalho |
| Cargos de nível superior e intermediário da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei no 10.483, integrantes do Quadro de Pessoal da AGU |  | VI | VI |  |
|  | V | V |  |
| C | IV | IV | C |
|  | III | III |  |
|  | II | II |  |
|  | I | I |  |
|  | VI | VI |  |
|  | V | V |  |
| B | IV | IV | B |
|  | III | III |  |
|  | II | II |  |
|  | I | I |  |
|  | V | V |  |
|  | IV | IV |  |
| A | III | III | A |
|  | II | II |  |
|  | I | I |  |

b) Cargos de nível auxiliar

| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | PADRÃO | CLASSE | CARGOS |
| Cargos de nível  auxiliar da Carreira da  Seguridade Social e do  Trabalho, de que trata a  Lei no 10.483,  integrantes do Quadro  de Pessoal da AGU | ESPECIAL | III | III | ESPECIAL | Cargos de  nível auxiliar  do Quadro de  Pessoal da  AGU  enquadrados  na Carreira da  Previdência, da  Saúde e do  Trabalho |
| II | II |
| I | I |
| C | VI |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |
| B | VI |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |
|  | V |
|  | IV |
| A | III |
|  | II |
|  | I |  |

ANEXO V

(ANEXO CXXXI , incluído pelo art. 217 da Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009, com as retificações publicadas no D. O. de 4.2.2009)

TERMO DE OPÇÃO

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 1.1.2     CARREIRA DA PREVIDÊNCIA, DA SAÚDE E DO TRABALHO | | | |
| Nome: |  | Cargo: | |
| Matrícula SIAPE: | Unidade de Lotação: | Unidade Pagadora: |  |
|  |  |  |  |
|  | Cidade: | Estado: |  |
|  |  |  |  |
| Servidor ativo (   )  Aposentado (   ) Pensionista (   ) | | | |
| Venho, nos termos da Lei no  11.907, de  2   de fevereiro de 2009, e observado o disposto no § 2o do art. 1o-B optar pelo não enquadramento na Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho e pelo não recebimento dos vencimentos e vantagens estabelecidos pela Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006, e pela manutenção da situação funcional do cargo efetivo que ocupo ou em que passei à inatividade ou do qual sou beneficiário de pensão. | | | |
| Local e data \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_. | | | |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | | |
| Assinatura | | | |
| Recebido em:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_. | | | |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | | |
| Assinatura/Matrícula ou Carimbo do Servidor do órgão do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC | | | |

ANEXO VI

(ANEXO CXXXI I, incluído pelo art. 217 da Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009

TABELAS DE VALOR DA GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO – GTAGU

a) Valor da GTAGU para os cargos de Nível Superior:

Em R$

|  |  | VALOR DA GTAGU | |
| --- | --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | |
|  |  | 1o JUL 2008 | 1o JUL 2009 ATÉ 30 JUN 2010 |
|  | III | 364,76 | 197,63 |
| ESPECIAL | II | 353,11 | 191,32 |
| I | 341,83 | 185,21 |
| C | VI | 310,75 | 168,37 |
| V | 300,82 | 162,99 |
| IV | 291,21 | 157,78 |
| III | 281,91 | 152,74 |
| II | 272,90 | 147,86 |
| I | 264,18 | 143,14 |
| B | VI | 255,74 | 138,57 |
| V | 232,49 | 125,97 |
| IV | 225,06 | 121,95 |
| III | 217,87 | 118,05 |
| II | 210,91 | 114,28 |
|  | I | 204,17 | 110,63 |
| A | V | 185,61 | 100,57 |
| IV | 179,68 | 97,36 |
| III | 173,94 | 94,25 |
| II | 168,38 | 91,24 |
| I | 163,00 | 88,33 |

b) Valor da GTAGU para os cargos de Nível Intermediário:

Em R$

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | VALOR DA GTAGU | | |
| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
|  |  | 1o JUL 2008 | 1o JUL 2009 | 1o JUL 2010 ATÉ 30 JUN 2011 |
|  | III | 280,91 | 294,55 | 111,89 |
| ESPECIAL | II | 278,13 | 294,26 | 111,78 |
|  | I | 275,38 | 293,97 | 111,67 |
| C | VI | 272,65 | 293,68 | 111,56 |
| V | 269,95 | 293,39 | 111,45 |
| IV | 267,28 | 293,10 | 111,34 |
| III | 264,63 | 292,81 | 111,23 |
| II | 262,01 | 292,52 | 111,12 |
| I | 259,42 | 292,23 | 111,01 |
| B | VI | 256,85 | 291,94 | 110,90 |
| V | 254,31 | 291,65 | 110,79 |
| IV | 251,79 | 291,36 | 110,68 |
| III | 249,30 | 291,07 | 110,57 |
| II | 246,83 | 290,78 | 110,46 |
| I | 244,39 | 290,49 | 110,35 |
| A | V | 241,97 | 290,20 | 110,24 |
| IV | 239,57 | 289,91 | 110,13 |
| III | 237,20 | 289,62 | 110,02 |
| II | 234,85 | 289,33 | 109,91 |
| I | 232,52 | 289,04 | 109,80 |

c) Valor da GTAGU para os cargos de Nível Auxiliar:

Em R$

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | PADRÃO | VALOR DA GTAGU |
| CLASSE | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1o |
|  | JUL 2008 ATÉ 31 DEZ 2008 |
|  | III | 279,67 |
| ESPECIAL | II | 276,90 |
|  | I | 274,16 |

**LEI Nº 10.909, DE 15 DE JULHO DE 2004.**

*Dispõe sobre a reestruturação das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, de Advogado da União, de Procurador Federal, de Procurador do Banco Central do Brasil e de Defensor Público da União, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,**Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º (VETADO)[[224]](#footnote-225)

Art. 2º As Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, de Advogado da União, de Procurador Federal, de Procurador do Banco Central do Brasil e de Defensor Público da União e os quadros suplementares de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, compõem-se de cargos efetivos, divididos em categorias, na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 3º O posicionamento dos atuais ocupantes dos cargos a que se refere o art. 2o desta Lei dar-se-á conforme a correlação estabelecida no Anexo II desta Lei.

Art. 4º A Tabela de Vencimento Básico dos cargos das carreiras e dos quadros suplementares a que se refere o art. 2º é a constante do Anexo III desta Lei, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2004 e 1º de abril de 2005.[[225]](#footnote-226)

§ 1º Sobre os valores da tabela constante do Anexo III desta Lei incidirá, a partir de janeiro de 2004, o índice que vier a ser concedido a título de revisão geral de remuneração dos servidores públicos federais.

§ 2º É mantida para os servidores ocupantes dos cargos de que trata o art. 2º desta Lei a vantagem pecuniária individual instituída pela Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003.[[226]](#footnote-227)

§ 3º A remuneração, o provento da aposentadoria e a pensão não poderão ser reduzidos em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei, devendo eventual diferença ser paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 5º Não será devido aos ocupantes da Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil o Adicional de Formação Específica - AFE, a que se refere o § 3º do art. 11-A da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998.

Parágrafo único. Dos acréscimos decorrentes da reestruturação da Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil prevista nesta Lei serão deduzidas as parcelas relativas ao pagamento do AFE, referentes ao período compreendido entre 1º de abril de 2004 e o início da vigência desta Lei.

Art. 6º A Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ, prevista nos arts. 41 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e 11-A da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, e o pró-labore, previsto no art. 4º da Lei nº 10.549, de 13 de novembro de 2002, percebidos pelos servidores integrantes das carreiras e dos quadros suplementares de que trata o art. 2º desta Lei, integrarão os proventos da aposentadoria e as pensões, na seguinte conformidade:[[227]](#footnote-228)

I - pela média dos valores percebidos pelo servidor nos últimos 60 (sessenta) meses em que esteve no exercício do cargo; ou

II - 30% (trinta por cento) do valor máximo a que o servidor faria jus na atividade, quando percebida por período inferior a 60 (sessenta) meses.

Parágrafo único. Fica estendido o pagamento da GDAJ ou do pró-labore às aposentadorias e pensões concedidas até o início da vigência desta Lei, calculados nos termos do disposto no inciso II do caput deste artigo e com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2004.**(Ver a Lei nº 11.358, de 2006, que fixa o subsídio das carreiras da AGU)**

Art. 7º As disposições desta Lei aplicam-se às aposentadorias e pensões decorrentes do exercício dos cargos a que se refere o art. 2º desta Lei.

Art. 8º As vantagens pessoais nominalmente identificadas de que tratam o art. 63 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, o art. 7º da Lei nº 10.769, de 19 de novembro de 2003, e o art. 6º da Lei nº 10.549, de 13 de novembro de 2002, não serão absorvidas em decorrência da aplicação desta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2004, ressalvado o disposto no § 1º do art. 4º desta Lei.

Art. 10. Fica revogado o § 3º do art. 11-A da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998.

Brasília, 15 de julho de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

*Antonio Palocci Filho*

*Guido Mantega*

*José Dirceu de Oliveira e Silva*

*Alvaro Augusto Ribeiro Costa.*

**ANEXO I**

ESTRUTURA DE CARGOS

|  |  |
| --- | --- |
| CARREIRAS/CARGOS | CATEGORIA |
| Procurador da Fazenda Nacional  Advogado da União  Procurador Federal  Procurador do Banco Central do Brasil  Defensor Público da União  Quadros suplementares (art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001) | ESPECIAL |
|
| PRIMEIRA |
| SEGUNDA |

**ANEXO II**

TABELA DE CORRELAÇÃO

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO NOVA | |
| CARREIRAS/CARGOS | CATEGORIA | PADRÃO | CATEGORIA | CARREIRAS/CARGOS |
| Procurador da Fazenda Nacional  Advogado da União  Procurador Federal  Procurador do Banco Central do Brasil  Defensor Público da União  Quadros suplementares (art. 46 da Medida Provisória no 2.229-43, de 2001) | ESPECIAL | III | ESPECIAL | Procurador da Fazenda Nacional  Advogado da União  Procurador Federal  Procurador do Banco Central do Brasil  Defensor Público da União  Quadros suplementares (art. 46 da Medida Provisória no 2.229-43, de 2001) |
|
| II |
| I |
| PRIMEIRA | V | PRIMEIRA |
| IV |
| III |
| II |
| I |
| SEGUNDA | VII | SEGUNDA |
| VI |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |

**ANEXO III**[[228]](#footnote-229)

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| CARREIRAS/CARGOS | CATEGORIA | VALORES EM R$  VIGENTES A PARTIR DE | | |
| ABRIL 2004 | ABRIL 2005 | |
| Procurador da Fazenda Nacional  Advogado da União  Procurador Federal  Procurador do Banco Central do Brasil  Defensor Público da União  Quadros suplementares (art. 46 da Medida Provisória no 2.229-43, de 2001) | ESPECIAL | 6.077,95 | | 6.924,10 |
| PRIMEIRA | 5.489,22 | | 6.335,37 |
| SEGUNDA | 4.694,98 | | 5.541,14 |

**LEI Nº 11.098, DE 13 DE JANEIRO DE 2005.**

*Atribui ao Ministério da Previdência Social competências relativas à arrecadação, fiscalização, lançamento e normatização de receitas previdenciárias, autoriza a criação da Secretaria da Receita Previdenciária no âmbito do referido Ministério; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003; e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o**(Revogado, a partir de 2.5.2007, pela Medida Provisória nº 359, de 16.3.2007, convertida na Lei nº 11.501, de 11.7.2007)**

Art. 2o**(Revogado, a partir de 2.5.2007, pela Medida Provisória nº 359, de 16.3.2007, convertida na Lei nº 11.501, de 11.7.2007)**

Art. 3o**(Revogado, a partir de 2.5.2007, pela Medida Provisória nº 359, de 16.3.2007, convertida na Lei nº 11.501, de 11.7.2007)**

Art. 4o**(Revogado, a partir de 2.5.2007, pela Medida Provisória nº 359, de 16.3.2007, convertida na Lei nº 11.501, de 11.7.2007)**

Art. 5o O art. 10 da Lei no 10.480, de 2 de julho de 2002, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art. 10.

§ 11. As Procuradorias Federais não especializadas e as Procuradorias Regionais Federais, as Procuradorias Federais nos Estados e as Procuradorias Seccionais Federais poderão assumir definitivamente as atividades de representação judicial e extrajudicial das autarquias e das fundações públicas federais de âmbito nacional.

§ 12. As Procuradorias Federais não especializadas e as Procuradorias Regionais Federais, as Procuradorias Federais nos Estados e as Procuradorias Seccionais Federais poderão ainda centralizar as atividades de apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades das autarquias e fundações públicas federais, incluindo as de âmbito nacional, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, bem como as atividades de consultoria e assessoramento jurídico delas derivadas.

§ 13. Nos casos previstos nos §§ 11 e 12 deste artigo, as respectivas autarquias e fundações públicas federais darão o apoio técnico, financeiro e administrativo à Procuradoria-Geral Federal até a sua total implantação." (NR)

Art. 6o**(Revogado, a partir de 2.5.2007, pela Medida Provisória nº 359, de 16..3.2007, convertida na Lei nº 11.501, de 11.7.2007)**

Art. 7o**(Revogado, a partir de 2.5.2007, pela Medida Provisória nº 359, de 16.3.2007, convertida na Lei nº 11.501, de 11.7.2007)**

Art. 8o Para assegurar o cumprimento do disposto nesta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a:**(Este artigo estaria revogado a partir de 15.8.2005, por força da Medida provisória nº 258, de 21.7.2005. Entretanto, essa Medida Provisória perdeu a eficácia em 18.11.2005, conforme o Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 40, de 21.11.2005)**

I - **(Revogado, a partir de 2.5.2007, pela Medida Provisória nº 359, de 16.3.2007, convertida na Lei nº 11.501, de 11.7.2007)**

II - **(Revogado, a partir de 2.5.2007, pela Medida Provisória nº 359, de 16.3.2007, convertida na Lei nº 11.501, de 11.7.2007)**

III - **(Revogado, a partir de 2.5.2007, pela Medida Provisória nº 359, de 16.3.2007, convertida na Lei nº 11.501, de 11.7.2007)**

IV - **(Revogado, a partir de 2.5.2007, pela Medida Provisória nº 359, de 16.3.2007, convertida na Lei nº 11.501, de 11.7.2007)**

V - fixar o exercício, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, dos servidores que, na data de 5 de outubro de 2004, se encontrem em efetivo exercício nas unidades vinculadas à área de cobrança da dívida ativa e contencioso fiscal da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, sem prejuízo da percepção da remuneração e das demais vantagens relacionadas ao cargo que ocupem e sem alteração de suas atribuições e de suas respectivas unidades de lotação;

VI - **(Revogado, a partir de 2.5.2007, pela Medida Provisória nº 359, de 16.3.2007, convertida na Lei nº 11.501, de 11.7.2007)**

VII - **(Revogado, a partir de 2.5.2007, pela Medida Provisória nº 359, de 16.3.2007, convertida na Lei nº 11.501, de 11.7.2007)**

Art. 9o**(Revogado, a partir de 2.5.2007, pela Medida Provisória nº 359, de 16.3.2007, convertida na Lei nº 11.501, de 11.7.2007)**

Art. 10. Ficam criados no âmbito do Poder Executivo Federal, para reestruturação do Ministério da Previdência Social, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS:

I - 1 (um) DAS-6;

II - 2 (dois) DAS-5;

III - 2 (dois) DAS-4; e

IV - 2 (dois) DAS-3.

Art. 11. Ficam transformados, no âmbito do Poder Executivo Federal, sem aumento de despesas, 41 (quarenta e um) cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, nível 1, e 170 (cento e setenta) Funções Gratificadas - FG, sendo 132 (cento e trinta e duas) FG-1, 6 (seis) FG-2 e 32 (trinta e duas) FG-3, em 7 (sete) DAS-4, 15 (quinze) DAS-3 e 22 (vinte e dois) DAS-2.

Art. 12.**(VETADO)**

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o patrimônio da União, no todo ou em parte, os imóveis pertencentes à Universidade Federal de Minas Gerais, relacionados no Anexo II desta Lei.

Parágrafo único. Os atos de transferência autorizados na forma do caput deste artigo disciplinarão as condições e prazos de entrega dos imóveis por parte da Universidade Federal de Minas Gerais.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor:

I - a partir da data de publicação do ato referido no inciso I do art. 8o, para os arts. 1o, 2o, 3o e 4o; e **(Ver o Decreto nº 5.469, de 15.6.2005, que aprova a estrutura regimental do Ministério da Previdência Social, na qual figura esta Secretaria. Anota-se que o Anexo II do referido Decreto foi revigorado pelo art. 5º do Decreto nº 5.585, de 2005).**

II - a partir de 5 de outubro de 2004, para os demais artigos.

Brasília, 13 de janeiro de 2005; 184o da Independência e 117o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Nelson Machado*

*Amir Lando*

*José Dirceu de Oliveira e Silva*

*Alvaro Augusto Ribeiro Costa*

**ANEXO I**

**(VETADO)**

**ANEXO II**

1. 19o (décimo nono) andar do Edifício Acaiaca à Avenida Afonso Pena, no 867, Centro, conforme Escritura Pública transcrita em 13 de agosto de 1980, sob Matrícula no 19.221, no Livro 2, do Cartório do 4o Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte.

2. 20o (vigésimo) andar do Edifício Acaiaca à Avenida Afonso Pena, no 867, Centro, conforme Escritura Pública transcrita em 13 de agosto de 1980, sob Matrícula no 19.222, no Livro 2, do Cartório do 4o Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte.

3. Edificações e respectivos terrenos do Complexo da Escola de Engenharia (excetuando o Edifício Alcindo Vieira - Centro Cultural - à Avenida Santos Dumont, no 174): prédio do Pavilhão José Renault Coelho, situado à Rua Guaicurus, no 243, Galpões das antigas Oficinas Christiano Ottoni, situados à Rua Guaicurus, nos 187 e 203, prédio do Pavilhão Mário Werneck (Biblioteca), situado à Rua da Bahia, no 112, prédio denominado Edifício Cássio Pinto, situado à Rua Espírito Santo, no 96, prédio denominado Edifício João Fulgêncio de Paula, situado à Rua Guaicurus, no 214, prédio denominado Edifício Lourenço Baeta Neves, situado à Rua Guaicurus, no 200, prédio denominado Tecnologia Industrial, situado à rua da Bahia, no 52, prédio denominado Edifício Arthur Guimarães, situado à Rua Espírito Santo, no 35, prédio denominado Edifício Álvaro da Silveira, situado à Avenida do Contorno, no 842, conforme Escritura Pública transcrita em 11 de julho de 1980, sob Matrícula no 16.003, Livro 2, do Cartório do 5o Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte.

4. Prédio de 12 (doze) pavimentos e respectivo terreno da Faculdade de Ciências Econômicas, situado à Rua Curitiba, no 832, conforme Escritura Pública de 17 de fevereiro de 1976, transcrita sob a Matrícula no 5.830, Livro 2, do Cartório do 3o Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte.

5. Prédio de 7 (sete) pavimentos e respectivo terreno da Faculdade de Farmácia, situado à Av. Olegário Maciel, no 2.360, conforme Escritura Pública, transcrita em 28 de setembro de 1979 sob a Matrícula no 13.130, Livro 2, no Cartório do 5o Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte.

6. Prédio de 4 (quatro) pavimentos e respectivo terreno da Faculdade de Odontologia, situado no bairro Cidade Jardim, entre as ruas Bernardo Mascarenhas, Renato César e Josafá Belo, de forma triangular, conforme Escritura Pública transcrita em 19 de agosto de 1977 sob a Matrícula no 6.864, Livro 2, do Cartório do 1o Oficio de Registro de Imóveis de Belo Horizonte.

7. Terreno de 3.778,00 m2 e respectivas edificações do Coleginho da FAFICH, situado à rua Carangola, n o 288, conforme Escritura Pública de 15 de abril de 2002, transcrita às fls. 3, sob o no 6.863, Livro 2, do Cartório do 1o Ofício de Registro de Belo Horizonte.

8. Lote 9 da Quadra 5 da Cidade Jardim situado à Rua Josafá Belo, conforme Escritura Pública lavrada a 21 de março de 1956 e transcrita em 11 de junho de 1956 às fls. 215, sob o no 1981 do Livro 3-A, do Cartório do 4o Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte.

9. Lote 10 da Quadra 5 da Cidade Jardim situado à Rua Josafá Belo, conforme Escritura Pública lavrada a 21 de março de 1956 e transcrita em 11 de junho de 1956 às fls. 215, sob o no 1981 do Livro 3-A, do Cartório do 4o Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte.

**LEI Nº 11.358, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006.**

*Dispõe sobre a remuneração dos cargos das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, Advogado da União, Procurador Federal e Defensor Público da União de que tratam a Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001 e a Lei no 10.549, de 13 de novembro de 2002, da Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil, de que trata a Lei no 9.650 de 27 de maio de 1998, da Carreira Policial Federal, de que trata a Lei no 9.266, de 15 de março de 1996, e a reestruturação dos cargos da Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei no 9.654, de 2 de junho de 1998, e dá outras providências.*

Faço saber que o **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** adotou a **Medida Provisória nº 305, de 2006**, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1o  A partir de 1o de julho de 2006 e 1o de agosto de 2006, conforme especificado nos Anexos I, II, III e VI desta Lei, respectivamente, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares dos cargos das seguintes Carreiras:[[229]](#footnote-230)**(Redação dada pela Lei nº 11.490, de 20.6.2007)**

I - Procurador da Fazenda Nacional;[[230]](#footnote-231)

II - Advogado da União;[[231]](#footnote-232)

III - Procurador Federal;[[232]](#footnote-233)

IV -  Defensor Público da União; [[233]](#footnote-234)

V -  Procurador do Banco Central do Brasil;[[234]](#footnote-235)

VI - Carreira Policial Federal; e

VII - Carreira de Policial Rodoviário Federal;

VIII - Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima. **(Incluído pela Lei nº 11.490, de 20.6.2007)**

§ 1o  Aplica-se o disposto no caput aos integrantes dos quadros suplementares da Advocacia-Geral da União de que trata o art. 46 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.[[235]](#footnote-236)

§ 2o  Os valores do subsídio dos integrantes das Carreiras de que trata o caput deste artigo são os fixados nos Anexos I, II, III e VI desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas neles especificadas. **(Redação dada pela Lei nº 11.490, de 20.6.2007)**

Art. 2o  Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos integrantes das Carreiras e quadros suplementares de que tratam os incisos I a V e o § 1o do art. 1o desta Lei as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ;

III - Pro labore de que tratam a Lei no 7.711, de 22 de dezembro de 1988, e o art. 4o da Lei no 10.549, de 13 de novembro de 2002; e

IV - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei no 10.698, de 2 de julho de 2003.

Art. 3o  Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos integrantes da Carreira Policial Federal e da Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima as seguintes parcelas remuneratórias: **(Redação dada pela Lei nº 11.490, de 20.6.2007)**

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada no 13, de 27 de agosto de 1992;

III - Valores da Gratificação por Operações Especiais - GOE, a que aludiam os Decretos-Leis nos 1.714, de 21 de novembro de 1979, e 2.372, de 18 de novembro de 1987;

IV - Gratificação de Atividade Policial Federal;

V - Gratificação de Compensação Orgânica;

VI - Gratificação de Atividade de Risco;

VII - Indenização de Habilitação Policial Federal; e

VIII - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei no 10.698, de 2003.

Art. 4o  Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos integrantes da Carreira de Policial Rodoviário Federal as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada no 13, de 1992;

III - Valores da Gratificação por Operações Especiais - GOE, a que aludiam os Decretos-Leis nos 1.714, de 1979, e 2.372, de 1987;

IV - Gratificação de Atividade Policial Rodoviário Federal;

V - Gratificação de Desgaste Físico e Mental;

VI - Gratificação de Atividade de Risco;

VII - Valores de que trata o Anexo XII da Lei no 8.270, de 17 de dezembro de 1991; e

VIII - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei no 10.698, de 2003.

Art. 5o  Além das parcelas de que tratam os arts. 2o, 3o e 4o, não são devidas aos integrantes das Carreiras a que se refere o art. 1o as seguintes espécies remuneratórias:

I - vantagens pessoais e vantagens pessoais nominalmente identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei no 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos arts. 192 e 193 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; **(Redação dada pela Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.890, de 24.12.2008)**

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e

XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 7o desta Lei.

Art. 6o  Os servidores integrantes das Carreiras de que trata o art. 1o desta Lei não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 7o  O subsidio dos integrantes das carreiras de que trata o art. 1o não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, das seguintes espécies remuneratórias:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias; e

III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição, o § 5o do art. 2o e o § 1o do art. 3o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003.

Parágrafo único.  O disposto no caput aplica-se à retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento e às parcelas indenizatórias previstas em lei.

Art. 8o  Aplica-se  às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes das carreiras de que trata o art. 1o, e às pensões, o disposto nesta Lei, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts.  1o  e  2o da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004.

Art. 9o  Os arts. 2o e 3o da  Lei no 9.654, de 2 de junho de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2o  A carreira de que trata esta Lei é composta do cargo de Policial Rodoviário Federal, estruturada nas classes de Inspetor, Agente Especial e Agente, na forma do Anexo I.

§ 1o  As atribuições das classes do cargo de Policial Rodoviário Federal são as seguintes:

I - classe de Inspetor: atividades de natureza policial, envolvendo direção, planejamento, coordenação, supervisão, controle e avaliação administrativa e operacional, bem como a articulação e o intercâmbio com outras organizações e corporações policiais, em nível nacional e internacional, além das atribuições das classes de Agente Especial e de Agente;

II - classe de Agente Especial: atividades de natureza policial, envolvendo planejamento, coordenação e controle administrativo e operacional, bem como a articulação e o intercâmbio com outras organizações policiais, em nível nacional, além das atribuições da classe de Agente;

III - classe de Agente: atividades de natureza policial envolvendo fiscalização, patrulhamento e policiamento ostensivo, atendimento e socorro às vítimas de acidentes rodoviários e demais atribuições relacionadas com a área operacional do DPRF.

§ 2o  As atribuições específicas de cada uma das classes referidas no § 1o serão estabelecidas em ato dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Justiça.

§ 3o  Os cargos efetivos de Policial Rodoviário Federal, estruturados na forma do caput, têm a sua correlação estabelecida no Anexo II.” (NR)

“Art. 3o

§ 2º  A investidura no cargo de Policial Rodoviário Federal dar-se-á no padrão inicial da classe inicial.” (NR)

Art. 10.  A Lei no 9.654, de 1998, passa a vigorar acrescida dos Anexos I e II, nos termos, respectivamente, dos Anexos IV e V desta Lei.

Art. 10-A.  A Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima fica reorganizada de acordo com o Anexo VII desta Lei.” **(Incluído pela Lei nº 11.490, de 20.6.2007)**

Art. 11.  A aplicação do disposto nesta Lei aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões.

§ 1o  Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, em decorrência da  aplicação do disposto nesta Lei, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na carreira por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos, das carreiras ou da tabela remuneratória referidas no art. 1o desta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes dos Anexos I, II e III.

§ 2o  A parcela complementar de subsídio referida no § 1o estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 12.  Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13.  Ficam revogados:

I – os arts. 4o e 5o da Lei no 9.266, de 15 de março de 1996;

II – os arts. 4o e 5o da Lei no 9.654, de 2 de junho de 1998; e

III – o art. 1o da Medida Provisória no 2.184-23, de 24 de agosto de 2001.

Congresso Nacional, em 19 de outubro de 2006; 185o da Independência e 118o da República.

Senador RENAN CALHEIROS

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**ANEXO I**

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DA ÁREA JURÍDICA[[236]](#footnote-237)

(Incisos I a V do art. 1o da Lei nº 11.358, de 19.10.2006)

**(Redação dada pelo ANEXO XIIda Lei nº 12.775, de 2012, ao ANEXO I da Lei nº 11.358, de 19.10.2006)**

Em R$

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| CATEGORIA | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | |
| 1o JUL 2010 | 1o JAN 2013 | 1o JAN 2014 | 1o JAN 2015 |
| ESPECIAL | 19.451,00 | 20.423,55 | 21.424,30 | 22.516,94 |
| PRIMEIRA | 17.201,90 | 18.062,00 | 18.947,03 | 19.913,33 |
| SEGUNDA | 14.970,60 | 15.719,13 | 16.489,37 | 17.330,33 |

**ANEXO I****I**

**(Redação dada pela Lei nº 13.371, de 2016)**

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA CARGOS DA CARREIRA POLICIAL FEDERAL

a) Quadro I: Valor do Subsídio dos Cargos de Delegado de Polícia Federal e de Perito Criminal Federal

Em R$

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CATEGORIA | VALOR DO SUBSÍDIO | | | |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | |
| 1o janeiro 2015 | 1o janeiro 2017 | 1o janeiro 2018 | 1o janeiro 2019 |
| Delegado de Polícia | Especial | 22.805,00 | 28.262,24 | 29.604,70 | 30.936,91 |
| Federal | Primeira | 20.256,59 | 25.439,24 | 26.647,60 | 27.846,74 |
| Perito Criminal | Segunda | 17.330,34 | 22.197,68 | 23.252,07 | 24.298,42 |
| Federal | Terceira | 16.830,85 | 21.644,37 | 22.672,48 | 23.692,74 |

b) Quadro II: Valor do Subsídio dos Cargos de Agente de Polícia Federal, de Escrivão de Polícia Federal e de Papiloscopista Policial Federal

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | VALOR DO SUBSÍDIO (R$) | | | |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | |
| 1o janeiro 2015 | 1o janeiro  2017 | 1o janeiro  2018 | 1o janeiro  2019 |
| Agente de Polícia | Especial | 13.756,93 | 17.039,24 | 17.848,60 | 18.651,79 |
| Federal  Escrivão de Polícia | 1ª Classe | 10.965,77 | 13.947,33 | 14.609,83 | 15.267,27 |
| Federal  Papiloscopista Policial | 2ª Classe | 9.132,61 | 11.916,65 | 12.482,69 | 13.044,41 |
| Federal | 3ª Classe | 8.702,20 | 11.439,86 | 11.983,26 | 12.522,50 |

**ANEXO II****I**

**(Redação dada pela Lei nº 13.371, de 2016)**

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA DE POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

Em R$

|  |  | VALOR DO SUBSÍDIO | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | |
|  |  | 1o janeiro 2015 | 1o janeiro  2017 | 1o janeiro  2018 | 1o janeiro  2019 |
|  | III | 12.206,09 | 15.121,30 | 15.839,56 | 16.552,34 |
| Especial | II | 11.850,57 | 14.727,47 | 15.427,02 | 16.121,24 |
|  | I | 11.505,41 | 14.345,12 | 15.026,51 | 15.702,70 |
|  | VI | 10.854,16 | 13.623,70 | 14.270,82 | 14.913,01 |
|  | V | 10.538,02 | 13.273,49 | 13.903,98 | 14.529,66 |
| Primeira | IV | 10.231,08 | 12.933,48 | 13.547,82 | 14.157,47 |
|  | III | 9.933,09 | 12.603,38 | 13.202,04 | 13.796,13 |
|  | II | 9.643,78 | 12.282,90 | 12.866,33 | 13.445,32 |
|  | I | 9.362,89 | 11.971,74 | 12.540,40 | 13.104,72 |
|  | VI | 8.616,49 | 11.144,92 | 11.674,30 | 12.199,64 |
|  | V | 8.531,17 | 11.050,40 | 11.575,30 | 12.096,19 |
| Segunda | IV | 8.446,71 | 10.956,84 | 11.477,29 | 11.993,77 |
|  | III | 8.363,08 | 10.864,20 | 11.380,25 | 11.892,36 |
|  | II | 8.280,27 | 10.772,47 | 11.284,16 | 11.791,95 |
|  | I | 8.198,29 | 10.681,66 | 11.189,03 | 11.692,54 |
|  | III | 6.854,98 | 9.193,60 | 9.630,30 | 10.063,66 |
| Terceira | II | 6.787,11 | 9.118,42 | 9.551,55 | 9.981,37 |
|  | I | 6.719,91 | 9.043,98 | 9.473,57 | 9.899,88 |

## **ANEXO IV**

 (Anexo I da Lei no 9.654, de 2 de junho de 1998)

ESTRUTURA DO CARGO DA CARREIRA DE POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

| CARGO | CLASSE | PADRÃO |
| --- | --- | --- |
| Policial Rodoviário Federal | Inspetor | III |
| II |
| I |
| Agente Especial | VI |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |
| Agente | VI |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |

## **ANEXO V**

**(Anexo II da Lei no 9.654, de 2 de junho de 1998)**

TABELA DE CORRELAÇÃO PARA A CARREIRA DE POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

| SITUAÇÃO ANTERIOR | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | PADRÃO | CLASSE | CARGO |
| Policial Rodoviário Federal | A | III | III | Inspetor | Policial Rodoviário Federal |
| II | II |
| I | I |
| B | VI | VI | Agente Especial |
| V |
| IV | V |
| III |
| II | IV |
| I |
| C | VI | III |
| V |
| IV | II |
| III |
| II | I |
| I | VI | Agente |
| D | V | V |
| IV | IV |
| III | III |
| II | II |
| I | I |

**ANEXO V****I**

**(Redação dada pela Lei nº 13.464, de 2017)**

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA POLICIAL CIVIL DOS EXTINTOS TERRITÓRIOS FEDERAIS DO ACRE, DO AMAPÁ, DE RONDÔNIA E DE RORAIMA

a) Valor do subsídio dos cargos de Delegado de Polícia Civil, Perito Criminal Civil, Médico-Legista Civil, Técnico em Medicina Legal Civil e Técnico em Polícia Criminal Civil:

Em R$

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CATEGORIA | VALOR DO SUBSÍDIO | | | |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | |
| 1o JAN 2015 | 1o JAN 2017 | 1o JAN 2018 | 1o JAN 2019 |
| Delegado de Polícia Civil   Perito Criminal Civil  Médico-Legista Civil  Técnico em Medicina Legal Civil  Técnico em Polícia Criminal Civil | ESPECIAL | 22.804,98 | 28.262,24 | 29.604,70 | 30.936,91 |
| PRIMEIRA | 20.256,57 | 25.439,24 | 26.647,60 | 27.846,74 |
| SEGUNDA | 17.330,33 | 22.197,68 | 23.252,07 | 24.298,42 |
| TERCEIRA | 15.475,90 | 21.644,37 | 22.672,48 | 23.692,74 |

b) Valor do subsídio dos cargos de Escrivão de Polícia Civil, Agente de Polícia Civil, Datiloscopista Policial Civil, Auxiliar Operacional de Perito Criminal Civil, Guarda de Presídio Civil, Escrevente Policial Civil, Investigador de Polícia Civil e Agente Carcerário Civil:

Em R$

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CATEGORIA | VALOR DO SUBSÍDIO | | | |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | |
| 1o JAN 2015 | 1o JAN 2017 | 1o JAN 2018 | 1o JAN 2019 |
| Escrivão de Polícia Civil   Agente de Polícia Civil  Datiloscopista Policial Civil  Auxiliar Operacional de Perito Criminal Civil  Guarda de Presídio Civil  Escrevente Policial Civil  Investigador de Polícia Civil  Agente Carcerário Civil | ESPECIAL | 13.751,51 | 17.039,24 | 17.848,60 | 18.651,79 |
| PRIMEIRA | 10.961,45 | 13.947,33 | 14.609,83 | 15.267,27 |
| SEGUNDA | 9.129,01 | 11.916,65 | 12.482,69 | 13.044,41 |
| TERCEIRA | 8.698,77 | 11.439,86 | 11.983,26 | 12.522,50 |

**ANEXO VII**

**(Incluído pela Lei nº 11.490, de 20.6.2007)**

ESTRUTURA DE CARGOS DA CARREIRA POLICIAL CIVIL DOS EX-TERRITÓRIOS DO ACRE, AMAPÁ, RONDÔNIA E RORAIMA

| SITUAÇÃO ANTERIOR | | | SITUAÇÃO NOVA | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | CLASSE | CARGO |
| - Delegado de Polícia Civil  - Perito Criminal Civil  - Médico-Legista Civil  - Técnico em Medicina Legal Civil  - Técnico em Polícia Criminal Civil  - Escrivão de Polícia Civil  - Agente de Polícia Civil  - Datiloscopista Policial Civil  - Auxiliar Operacional de Perito Criminal Civil  - Guarda de Presídio Civil  - Escrevente Policial Civil  - Investigador de Polícia Civil  - Agente Carcerário Civil | A | III | ESPECIAL | - Delegado de Polícia Civil  - Perito Criminal Civil  - Médico-Legista Civil  - Técnico em Medicina Legal Civil  - Técnico em Polícia Criminal Civil  - Escrivão de Polícia Civil  - Agente de Polícia Civil  - Datiloscopista Policial Civil  - Auxiliar  Operacional de Perito Criminal Civil  - Guarda de Presídio Civil  - Escrevente Policial Civil  - Investigador de Polícia Civil  - Agente Carcerário Civil |
| II |
| I |
| B | VI | PRIMEIRA |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |
| C | VI |
| V |
| IV | SEGUNDA |
| III |
| II |
| I |
| D | V |
| IV |
| III |
| II |
| I |
|  |  | TERCEIRA |

**LEI Nº 11.457, DE 16 DE MARÇO DE 2007.**

*Dispõe**sobre**a**Administração**Tributária**Federal;**altera**as**Leis**nos**10.593,**de**6**de**dezembro**de**2002,**10.683,**de**28**de**maio**de**2003,**8.212,**de**24**de**julho**de**1991,**10.910,**de**15**de**julho**de**2004,**o**Decreto-Lei**no**5.452,**de**1o**de**maio**de**1943,**e**o**Decreto**no**70.235,**de**6**de**março**de**1972;**revoga**dispositivos**das**Leis**nos**8.212,**de**24**de**julho**de**1991,**10.593,**de**6**de**dezembro**de**2002,**10.910,**de**15**de**julho**de**2004,**11.098,**de**13**de**janeiro**de**2005,**e**9.317,**de**5**de**dezembro**de**1996;**e**dá**outras**providências.*

O**PRESIDENTE DA REPÚBLICA** FaçosaberqueoCongressoNacionaldecretaeeusancionoaseguinteLei:[[237]](#footnote-238)

**CAPÍTULO I**

**DA SECRETARIA DA Receita Federal do Br****asil**

Art. 1o  A Secretaria da Receita Federal passa a denominar-se Secretaria da Receita Federal do Brasil, órgão essencial ao funcionamento do Estado, de caráter permanente, estruturado de forma hierárquica e diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda e que tem por finalidade a administração tributária e aduaneira da União. **(Redação dada pela lei nº 13.464, de 2****017)**

Parágrafo único.  São essenciais e indelegáveis as atividades da administração tributária e aduaneira da União exercidas pelas servidores dos quadros funcionais da Secretaria da Receita Federal do Brasil. **(Incluído pela Lei nº 13.464, de 2017)**

Art.2oAlémdascompetênciasatribuídaspelalegislaçãovigenteàSecretariadaReceitaFederal,cabeàSecretariadaReceitaFederaldoBrasilplanejar,executar,acompanhareavaliarasatividadesrelativasatributação,fiscalização,arrecadação,cobrançaerecolhimentodascontribuiçõessociaisprevistasnasalíneas*a*,*b*e*c*doparágrafoúnicodoart.11daLeino8.212,de24dejulhode1991,edascontribuiçõesinstituídasatítulodesubstituição.

§1oOprodutodaarrecadaçãodascontribuiçõesespecificadasno **caput** desteartigoeacréscimoslegaisincidentesserãodestinados,emcaráterexclusivo,aopagamentodebenefíciosdoRegimeGeraldePrevidênciaSocialecreditadosdiretamenteaoFundodoRegimeGeraldePrevidênciaSocial,dequetrataoart.68daLeiComplementarno101,de4demaiode2000.

§2oNostermosdoart.58daLeiComplementarno101,de4demaiode2000,aSecretariadaReceitaFederaldoBrasilprestarácontasanualmenteaoConselhoNacionaldePrevidênciaSocialdosresultadosdaarrecadaçãodascontribuiçõessociaisdestinadasaofinanciamentodoRegimeGeraldePrevidênciaSocialedascompensaçõesaelasreferentes.

§3oAsobrigaçõesprevistasnaLeino8.212,de24dejulhode1991,relativasàscontribuiçõessociaisdequetratao **caput** desteartigoserãocumpridasperanteaSecretariadaReceitaFederaldoBrasil.

§4oFicaextintaaSecretariadaReceitaPrevidenciáriadoMinistériodaPrevidênciaSocial.

Art.3oAsatribuiçõesdequetrataoart.2odestaLeiseestendemàscontribuiçõesdevidasaterceiros,assimentendidasoutrasentidadesefundos,naformadalegislaçãoemvigor,aplicando-seemrelaçãoaessascontribuições,noquecouber,asdisposiçõesdestaLei.

§1oAretribuiçãopelosserviçosreferidosno **caput** desteartigoseráde3,5%(trêsinteirosecincodécimosporcento)domontantearrecadado,salvopercentualdiversoestabelecidoemleiespecífica.

§2oOdispostono **caput** desteartigoabrangeráexclusivamentecontribuiçõescujabasedecálculosejaamesmadasqueincidemsobrearemuneraçãopaga,devidaoucreditadaaseguradosdoRegimeGeraldePrevidênciaSocialouinstituídassobreoutrasbasesatítulodesubstituição.

§3oAscontribuiçõesdequetratao **caput** desteartigosujeitam-seaosmesmosprazos,condições,sançõeseprivilégiosdaquelasreferidasnoart.2odestaLei,inclusivenoquedizrespeitoàcobrançajudicial.

§4oAremuneraçãodequetratao§1odesteartigoserácreditadaaoFundoEspecialdeDesenvolvimentoeAperfeiçoamentodasAtividadesdeFiscalização-FUNDAF,instituídopeloDecreto-Leino1.437,de17dedezembrode1975.

§5oDuranteavigênciadaisençãopeloatendimentocumulativoaosrequisitosconstantesdosincisosIaVdo **caput**doart.55daLeino8.212,de24dejulhode1991,deferidapeloInstitutoNacionaldoSeguroSocial-INSS,pelaSecretariadaReceitaPrevidenciáriaoupelaSecretariadaReceitaFederaldoBrasil,nãosãodevidaspelaentidadebeneficentedeassistênciasocialascontribuiçõessociaisprevistasemleiaoutrasentidadesoufundos.

§6oEquiparam-seacontribuiçõesdeterceiros,parafinsdestaLei,asdestinadasaoFundoAeroviário-FA,àDiretoriadePortoseCostasdoComandodaMarinha-DPCeaoInstitutoNacionaldeColonizaçãoeReformaAgrária-INCRAeadosalário-educação.

Art.4oSãotransferidosparaaSecretariadaReceitaFederaldoBrasilosprocessosadministrativo-fiscais,inclusiveosrelativosaoscréditosjáconstituídosouemfasedeconstituição,easguiasedeclaraçõesapresentadasaoMinistériodaPrevidênciaSocialouaoInstitutoNacionaldoSeguroSocial-INSS,referentesàscontribuiçõesdequetratamosarts.2oe3odestaLei.

Art.5oAlémdasdemaiscompetênciasestabelecidasnalegislaçãoquelheéaplicável,cabeaoINSS:

I-emitircertidãorelativaatempodecontribuição;

II-geriroFundodoRegimeGeraldePrevidênciaSocial;

III-calcularomontantedascontribuiçõesreferidasnoart.2odestaLeieemitirocorrespondentedocumentodearrecadação,comvistasnoatendimentoconclusivoparaconcessãoourevisãodebenefíciorequerido.

Art.6oAtoconjuntodaSecretariadaReceitaFederaldoBrasiledoINSSdefiniráaformadetransferênciarecíprocadeinformaçõesrelacionadascomascontribuiçõessociaisaquesereferemosarts.2oe3odestaLei.

Parágrafoúnico.Comrelaçãoàsinformaçõesdequetratao **caput**desteartigo,aSecretariadaReceitaFederaldoBrasileoINSSsãoresponsáveispelapreservaçãodosigilofiscalprevistonoart.198daLeino5.172,de25deoutubrode1966.

Art.7oFicacriadoocargodeNaturezaEspecialdeSecretáriodaReceitaFederaldoBrasil,comaremuneraçãoprevistanoparágrafoúnicodoart.39daLeino10.683,de28demaiode2003.

Parágrafoúnico.OSecretáriodaReceitaFederaldoBrasilseráescolhidoentrebrasileirosdereputaçãoilibadaeamplaexperiêncianaáreatributária,sendonomeadopeloPresidentedaRepública.

Art. 7o-A. As atribuições e competências anteriormente conferidas ao Secretário da Receita Federal ou ao Secretário da Receita Previdenciária, relativas ao exercício dos respectivos cargos, transferem-se para o Secretário da Receita Federal do Brasil. (NR) **(Incluído pela Lei nº 11.490, de 20.6.2007)**

Art.8oFicamredistribuídos,naformado§1odoart.37daLeino8.112,de11dedezembrode1990,dosQuadrosdePessoaldoMinistériodaPrevidênciaSocialedoINSSparaaSecretariadaReceitaFederaldoBrasiloscargosocupadosevagosdaCarreiraAuditoria-FiscaldaPrevidênciaSocial,dequetrataoart.7odaLeino10.593,de6dedezembrode2002.

Art.9oALeino10.593,de6dedezembrode2002,passaavigorarcomaseguinteredação:

“Art.3oOingressonoscargosdasCarreirasdisciplinadasnestaLeifar-se-ánoprimeiropadrãodaclasseinicialdarespectivatabeladevencimentos,medianteconcursopúblicodeprovasoudeprovasetítulos,exigindo-secursosuperioremníveldegraduaçãoconcluídoouhabilitaçãolegalequivalente.

§ 3ºSemprejuízodosrequisitosestabelecidosnesteartigo,oingressonoscargosdequetratao **caput** desteartigodependedainexistênciade:

I-registrodeantecedentescriminaisdecorrentesdedecisãocondenatóriatransitadaemjulgadodecrimecujadescriçãoenvolvaapráticadeatodeimprobidadeadministrativaouincompatívelcomaidoneidadeexigidaparaoexercíciodocargo;

II-puniçãoemprocessodisciplinarporatodeimprobidadeadministrativamediantedecisãodequenãocaibarecursohierárquico.” (NR)

“Art.4o

§ 3ºOservidoremestágioprobatórioseráobjetodeavaliaçãoespecífica,semprejuízodaprogressãofuncionalduranteoperíodo,observadosointerstíciomínimode12(doze)emáximode18(dezoito)mesesemcadapadrãoeoresultadodeavaliaçãodedesempenhoefetuadaparaestafinalidade,naformadoregulamento.” (NR)

**“Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil**

Art. 5ºFicacriadaaCarreiradeAuditoriadaReceitaFederaldoBrasil,compostapeloscargosdenívelsuperiordeAuditor-FiscaldaReceitaFederaldoBrasiledeAnalista-TributáriodaReceitaFederaldoBrasil.

Parágrafoúnico.(Revogado).” (NR)

“Art. 6ºSãoatribuiçõesdosocupantesdocargodeAuditor-FiscaldaReceitaFederaldoBrasil:

I-noexercíciodacompetênciadaSecretariadaReceitaFederaldoBrasileemcaráterprivativo:

a)constituir,mediantelançamento,ocréditotributárioedecontribuições;

b)elaborareproferirdecisõesoudelasparticiparemprocessoadministrativo-fiscal,bemcomoemprocessosdeconsulta,restituiçãooucompensaçãodetributosecontribuiçõesedereconhecimentodebenefíciosfiscais;

c)executarprocedimentosdefiscalização,praticandoosatosdefinidosnalegislaçãoespecífica,inclusiveosrelacionadoscomocontroleaduaneiro,apreensãodemercadorias,livros,documentos,materiais,equipamentoseassemelhados;

d)examinaracontabilidadedesociedadesempresariais,empresários,órgãos,entidades,fundosedemaiscontribuintes,nãoselhesaplicandoasrestriçõesprevistasnosarts.1.190a1.192doCódigoCivileobservadoodispostonoart.1.193domesmodiplomalegal;

e)procederàorientaçãodosujeitopassivonotocanteàinterpretaçãodalegislaçãotributária;

f)supervisionarasdemaisatividadesdeorientaçãoaocontribuinte;

II-emcarátergeral,exercerasdemaisatividadesinerentesàcompetênciadaSecretariadaReceitaFederaldoBrasil.

§1oOPoderExecutivopoderácometeroexercíciodeatividadesabrangidaspeloincisoIIdo **caput** desteartigoemcaráterprivativoaoAuditor-FiscaldaReceitaFederaldoBrasil.

§2oIncumbeaoAnalista-TributáriodaReceitaFederaldoBrasil,resguardadasasatribuiçõesprivativasreferidasnoincisoIdo **caput** eno§1odesteartigo:

I-exerceratividadesdenaturezatécnica,acessóriasoupreparatóriasaoexercíciodasatribuiçõesprivativasdosAuditores-FiscaisdaReceitaFederaldoBrasil;

II-atuarnoexamedematériaseprocessosadministrativos,ressalvadoodispostonaalínea*b*doincisoIdo **caput** desteartigo;

III-exercer,emcarátergeraleconcorrente,asdemaisatividadesinerentesàscompetênciasdaSecretariadaReceitaFederaldoBrasil.

§3oObservadoodispostonesteartigo,oPoderExecutivoregulamentaráasatribuiçõesdoscargosdeAuditor-FiscaldaReceitaFederaldoBrasileAnalista-TributáriodaReceitaFederaldoBrasil.

§4o **(VETADO)**

“Art. 20-A.OPoderExecutivoregulamentaráaformadetransferênciadeinformaçõesentreaSecretariadaReceitaFederaldoBrasileaSecretariadeInspeçãodoTrabalhoparaodesenvolvimentocoordenadodasatribuiçõesaquesereferemosarts.6oe11destaLei.”

Art.10.Ficamtransformados:

I-emcargosdeAuditor-FiscaldaReceitaFederaldoBrasil,dequetrataoart.5odaLeino10.593,de6dedezembrode2002,comaredaçãoconferidapeloart.9odestaLei,oscargosefetivos,ocupadosevagosdeAuditor-FiscaldaReceitaFederaldaCarreiraAuditoriadaReceitaFederalprevistanaredaçãooriginaldoart. 5º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002,edeAuditor-FiscaldaPrevidênciaSocialdaCarreiraAuditoria-FiscaldaPrevidênciaSocial,dequetrataoart.7odaLeino10.593,de6dedezembrode2002;

II-emcargosdeAnalista-TributáriodaReceitaFederaldoBrasil,dequetrataoart.5odaLeino10.593,de6dedezembrode2002,comaredaçãoconferidapeloart.9odestaLei,oscargosefetivos,ocupadosevagos,deTécnicodaReceitaFederaldaCarreiraAuditoriadaReceitaFederalprevistanaredaçãooriginaldoart.5odaLeino10.593,de6dedezembrode2002.

§1oAosservidorestitularesdoscargostransformadosnostermosdesteartigoficaasseguradooposicionamentonaclasseepadrãodevencimentoemqueestiveremenquadrados,semprejuízodaremuneraçãoedasdemaisvantagensaquefaçamjusnadatadeiníciodavigênciadestaLei,observando-se,paratodososfins,otemponocargoanterior,inclusiveoprestadoapartirdapublicaçãodestaLei.

§2oOdispostonesteartigoaplica-seaosservidoresaposentados,bemcomoaospensionistas.

§3oAnomeaçãodosaprovadosemconcursospúblicosparaoscargostransformadosnaformado **caput**desteartigocujoeditaltenhasidopublicadoantesdoiníciodavigênciadestaLeifar-se-ánoscargosvagosalcançadospelarespectivatransformação.

§4oFicamtransportadosparaafolhadepessoalinativodoMinistériodaFazendaosproventoseaspensõesdecorrentesdoexercíciodoscargosdeAuditor-FiscaldaPrevidênciaSocialtransformadosnostermosdesteartigo.

§5oOsatuaisocupantesdoscargosaqueserefereo§4odesteartigoeosservidoresinativosqueseaposentaramemseuexercício,bemcomoosrespectivospensionistas,poderãooptarporpermanecerfiliadosaoplanodesaúdeaquesevinculavamnaorigem,hipóteseemqueacontribuiçãoserácusteadapeloservidorepeloMinistériodaFazenda.

§6oFicamextintasaCarreiraAuditoriadaReceitaFederal,mencionadanaredaçãooriginaldoart.5odaLeino10.593,de6dedezembrode2002,eaCarreiraAuditoria-FiscaldaPrevidênciaSocial,dequetrataoart.7odaquelaLei.

Art.11.OsAuditores-FiscaisdaReceitaFederaldoBrasilcedidosaoutrosórgãosquenãosatisfaçamascondiçõesprevistasnosincisosIeIIdo§8odoart.4odaLeino10.910,de15dejulhode2004,deverãoentraremexercícionaSecretariadaReceitaFederaldoBrasilnoprazode180(centoeoitenta)diasdavigênciadestaLei.[[238]](#footnote-239)

§1oExcluem-sedodispostono **caput** desteartigocessõesparaoexercíciodoscargosdeSecretáriodeEstado,doDistritoFederal,deprefeituradecapitaloudedirigentemáximodeautarquianomesmoâmbito.

2o  O Poder Executivo poderá fixar o exercício de até 385 (trezentos e oitenta e cinco) Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil no Ministério da Previdência Social ou na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, garantidos os direitos e vantagens inerentes ao cargo, lotação de origem, remuneração e gratificações, ainda que na condição de ocupante de cargo em comissão ou função de confiança. **(Redação dada pela Lei nº 12.154, de 2009).**

§ 3o  Os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil a que se refere o § 2o executarão, em caráter privativo, os procedimentos de fiscalização das atividades e operações das entidades fechadas de previdência complementar, de competência da Previc, assim como das entidades e fundos dos regimes próprios de previdência social. **(Redação dada pela Lei nº 12.154, de 2009).**

§4oNoexercíciodacompetênciaprevistano§3odesteartigo,osAuditores-FiscaisdaReceitaFederaldoBrasilpoderão,relativamenteaoobjetodafiscalização:

I-praticarosatosdefinidosnalegislaçãoespecífica,inclusiveosrelacionadoscomaapreensãoeguardadelivros,documentos,materiais,equipamentoseassemelhados;

II-examinarregistroscontábeis,nãoselhesaplicandoasrestriçõesprevistasnosarts.1.190a1.192doCódigoCivileobservadoodispostonoart. 1.193 do mesmo diploma legal.

III - lavrar ou propor a lavratura de auto de infração; **(Incluído pela Lei nº 12.154, de 2009).**

IV - aplicar ou propor a aplicação de penalidade administrativa ao responsável por infração objeto de processo administrativo decorrente de ação fiscal, representação, denúncia ou outras situações previstas em lei. **(Incluído pela Lei nº 12.154, de 2009).**

§ 5o  Na execução dos procedimentos de fiscalização referidos no § 3o, ao Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil é assegurado o livre acesso às dependências e às informações dos entes objeto da ação fiscal, de acordo com as respectivas áreas de competência, caracterizando-se embaraço à fiscalização, punível nos termos da lei, qualquer dificuldade oposta à consecução desse objetivo. **(Incluído pela Lei nº 12.154, de 2009).**

§ 6o  É facultado ao Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil a que se refere o § 2o exercer, em caráter geral e concorrente, outras atividades inerentes às competências do Ministério da Previdência Social e da Previc. **(Incluído pela Lei nº 12.154, de 2009).**

§ 7o  Caberá aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em exercício na Previc constituir em nome desta, mediante lançamento, os créditos pela não recolhimento da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar - TAFIC e promover a sua cobrança administrativa. **(Incluído pela Lei nº 12.154, de 2009).**

Art.12. Semprejuízododispostonoart.49destaLei,sãoredistribuídos,naformadodispostonoart.37daLeino8.112,de11dedezembrode1990,paraaSecretariadaReceitaFederaldoBrasil,oscargosdosservidoresque,nadatadapublicaçãodestaLei,seencontravamemefetivoexercícionaSecretariadeReceitaPrevidenciáriaounasunidadestécnicaseadministrativasaelavinculadasesejamtitularesdecargosintegrantes:

I-doPlanodeClassificaçãodeCargos,instituídopelaLeino5.645,de10dedezembrode1970,oudoPlanoGeraldeCargosdoPoderExecutivodequetrataaLeino11.357,de19deoutubrode2006;

II-dasCarreiras:

a)Previdenciária,instituídapelaLeino10.355,de26dedezembrode2001;

b)daSeguridadeSocialedoTrabalho,instituídapelaLeino10.483,de3dejulhode2002;

c)doSeguroSocial,instituídapelaLeino10.855,de1odeabrilde2004;

d)daPrevidência,daSaúdeedoTrabalho,instituídapelaLeino11.355,de19deoutubrode2006.

§1o**(VETADO)**

§2o**(VETADO)**

§3o**(VETADO)**

§ 4o  Os servidores referidos neste artigo poderão, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contado da data referida no inciso II do caput do art. 51 desta Lei, optar por sua permanência no órgão de origem.[[239]](#footnote-240) **(Incluído pela Medida Provisória nº 359, de 16.3.2007, convertida na Lei nº 11.501, de 11.7.2007)**

§ 5o  Os servidores a que se refere este artigo perceberão seus respectivos vencimentos e vantagens como se em exercício estivessem no órgão de origem, até a vigência da Lei que disporá sobre suas carreiras, cargos, remuneração, lotação e exercício. **(Incluído pela Medida Provisória nº 359, de 16.3.2007, convertida na Lei nº 11.501, de 11.7.2007)**

§ 6o  (VETADO) **(V. Lei nº 11.501, de 11.7.2007)**

§ 7o  (VETADO) **(V. Lei nº 11.501, de 11.7.2007)**

§ 8o  (VETADO) (NR) **(V. Lei nº 11.501, de 11.7.2007)**

Art.13.FicamtransferidososcargosemcomissãoefunçõesgratificadasdaestruturadaextintaSecretariadaReceitaPrevidenciáriadoMinistériodaPrevidênciaSocialparaaSecretariadaReceitaFederaldoBrasil.

Art. 14. Fica o Poder Executivo federal autorizado a proceder à transformação, sem aumento de despesa, dos cargos em comissão e das funções de confiança existentes na Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia. **(Redação dada pela Lei nº 13.844, de 2****019)**

Parágrafo único. Sem prejuízo das situações em curso, os cargos em comissão e as funções de confiança a que se refere o **caput** deste artigo, com exceção daqueles destinados ao assessoramento direto e ao gabinete do Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, são privativos de servidores: **(Redação dada pela Lei nº 13.844, de 2****019)**

I - ocupantes de cargos efetivos da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia ou de servidores que tenham obtido aposentadoria nessa condição, hipótese esta restrita à ocupação de cargo em comissão; e **(Redação dada pela Lei nº 13844, de 2****019)**

II-alcançadospeladispostonoart.12destaLei.

Art.15.OsincisosXIIeXVIIIdo **caput** doart.29daLeino10.683,de28demaiode2003,passamavigorarcomaseguinteredação:

“Art.29.

XII-doMinistériodaFazendaoConselhoMonetárioNacional,oConselhoNacionaldePolíticaFazendária,oConselhodeRecursosdoSistemaFinanceiroNacional,oConselhoNacionaldeSegurosPrivados,oConselhodeRecursosdoSistemaNacionaldeSegurosPrivados,dePrevidênciaPrivadaAbertaedeCapitalização,oConselhodeControledeAtividadesFinanceiras,aCâmaraSuperiordeRecursosFiscais,os1o,2oe3oConselhosdeContribuintes,oConselhoDiretordoFundodeGarantiaàExportação-CFGE,oComitêBrasileirodeNomenclatura,oComitêdeAvaliaçãodeCréditosaoExterior,aSecretariadaReceitaFederaldoBrasil,aProcuradoria-GeraldaFazendaNacional,aEscoladeAdministraçãoFazendáriaeaté5(cinco)Secretarias;

XVIII-doMinistériodaPrevidênciaSocialoConselhoNacionaldePrevidênciaSocial,oConselhodeRecursosdaPrevidênciaSocial,oConselhodeGestãodaPrevidênciaComplementareaté2(duas)Secretarias;

  ” (NR)

**CAPÍTULO II**

**DA PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL**

Art.16.Apartirdo1o(primeiro)diado2o(segundo)mêssubseqüenteaodapublicaçãodestaLei,odébitooriginaleseusacréscimoslegais,alémdeoutrasmultasprevistasemlei,relativosàscontribuiçõesdequetratamosarts.2oe3odestaLei,constituemdívidaativadaUnião.

§1oApartirdo1o(primeiro)diado13o(décimoterceiro)mêssubseqüenteaodapublicaçãodestaLei,odispostono **caput** desteartigoseestendeàdívidaativadoInstitutoNacionaldoSeguroSocial-INSSedoFundoNacionaldeDesenvolvimentodaEducação-FNDEdecorrentedascontribuiçõesaquesereferemosarts.2oe3odestaLei.

§2oAplica-seàarrecadaçãodadívidaativadecorrentedascontribuiçõesdequetrataoart.2odestaLeiodispostono§1odaqueleartigo.

§3oCompeteàProcuradoria-GeralFederalrepresentarjudicialeextrajudicialmente:

I-oINSSeoFNDE,emprocessosquetenhamporobjetoacobrançadecontribuiçõesprevidenciárias,inclusivenosquepretendamacontestaçãodocréditotributário,atéadataprevistano§1odesteartigo;

II-aUnião,nosprocessosdaJustiçadoTrabalhorelacionadoscomacobrançadecontribuiçõesprevidenciárias,deimpostoderendaretidonafonteedemultasimpostasaosempregadorespelosórgãosdefiscalizaçãodasrelaçõesdotrabalho,mediantedelegaçãodaProcuradoria-GeraldaFazendaNacional.

§4oAdelegaçãoreferidanoincisoIIdo§3odesteartigoserácomunicadaaosórgãosjudiciáriosenãoalcançaráacompetênciaprevistanoincisoIIdoart.12daLeiComplementarno73,de10defevereirode1993.

§5oRecebidaacomunicaçãoaludidano§4odesteartigo,serãodestinadasàProcuradoria-GeralFederalascitações,intimaçõesenotificaçõesefetuadasemprocessosabrangidospeloobjetodadelegação.

§6oAntesdeefetivaratransferênciadeatribuiçõesdecorrentedodispostono§1odesteartigo,aProcuradoria-GeralFederalconcluiráosatosqueseencontrarempendentes.

§7oAinscriçãonadívidaativadaUniãodascontribuiçõesdequetrataoart.3odestaLei,naformado **caput** edo§1odesteartigo,nãoalteraadestinaçãofinaldoprodutodarespectivaarrecadação.

Art.17. Oart.39daLeino8.212,de24dejulhode1991,passaavigorarcomaseguinteredação:

“Art.39.Odébitooriginaleseusacréscimoslegais,bemcomooutrasmultasprevistasemlei,constituemdívidaativadaUnião,promovendo-seainscriçãoemlivroprópriodaquelaresultantedascontribuiçõesdequetratamasalíneas*a*,*b*e*c*doparágrafoúnicodoart.11destaLei.

§2oÉfacultadoaosórgãoscompetentes,antesdeajuizaracobrançadadívidaativadequetratao **caput** desteartigo,promoveroprotestodetítulodadoemgarantia,queserárecebido **pro solvendo**.

§3oSerãoinscritascomodívidaativadaUniãoascontribuiçõesquenãotenhamsidorecolhidasouparceladasresultantesdasinformaçõesprestadasnodocumentoaqueserefereoincisoIVdoart.32destaLei.” (NR)

Art.18.FicamcriadosnaCarreiradeProcuradordaFazendaNacional1.200(mileduzentos)cargosefetivosdeProcuradordaFazendaNacional.

Parágrafoúnico.Oscargosreferidosno **caput** desteartigoserãoprovidosnamedidadasnecessidadesdoserviçoedasdisponibilidadesderecursosorçamentários,nostermosdo§1o doart.169daConstituiçãoFederal.

Art. 18-A.  Compete ao Advogado-Geral da União e ao Ministro de Estado da Fazenda, mediante ato conjunto, distribuir os cargos de Procurador da Fazenda Nacional pelas 3 (três) categorias da Carreira. **(Incluído pela Medida Provisória nº 369, de 7.5.2007, convertida na Lei nº 11.518, de 5.9.2007)**

Art.19.Ficamcriadas,naProcuradoria-GeraldaFazendaNacional,120(centoevinte)ProcuradoriasSeccionaisdaFazendaNacional,asereminstaladasporatodoMinistrodeEstadodaFazendaemcidades-sededeVarasdaJustiçaFederaloudoTrabalho.

Parágrafoúnico.ParaestruturaçãodasProcuradoriasSeccionaisaqueserefereo **caput**desteartigo,ficamcriados60(sessenta)cargosemcomissãodoGrupo-DireçãoeAssessoramentoSuperioresDAS-2e60(sessenta)DAS-1,aseremprovidosnamedidadasnecessidadesdoserviçoedasdisponibilidadesderecursosorçamentários,nostermosdo§ 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art.20.**(VETADO)**

Art.21.Semprejuízododispostonoart.49destaLeiedapercepçãodaremuneraçãodorespectivocargo,seráfixadooexercícionaProcuradoria-GeraldaFazendaNacional,apartirdadatafixadano§1odoart.16destaLei,dosservidoresqueseencontrarememefetivoexercícionasunidadesvinculadasaocontenciosofiscaleàcobrançadadívidaativanaCoordenaçãoGeraldeMatériaTributáriadaProcuradoria-GeralFederal,naProcuradoriaFederalEspecializadajuntoaoINSS,nosrespectivosórgãosdescentralizadosounasunidadeslocais,eforemtitularesdecargosintegrantes:

I - do Plano de Classificação de Cargos  instituído pela Lei no 5.645, de 10 dezembro de 1970, ou do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo de que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006; **(Redação dada pela Lei nº 11.501, de 11.7.2007)**

II-dasCarreiras:

a)Previdenciária,instituídapelaLeino10.355,de26dedezembrode2001;

b)daSeguridadeSocialedoTrabalho,instituídapelaLeino10.483,de3dejulhode2002;

c)doSeguroSocial,instituídapelaLeino10.855,de1odeabrilde2004;

d)daPrevidência,daSaúdeedoTrabalho,instituídapelaLeino11.355,de19deoutubrode2006.

Parágrafoúnico.FicaoPoderExecutivoautorizado,deacordocomasnecessidadesdoserviço,afixaroexercíciodosservidoresaqueserefereo **caput** desteartigonoórgãoouentidadeaoqualestiveremvinculados.

Art.22.Asautarquiasefundaçõespúblicasfederaisdarãoapoiotécnico,logísticoefinanceiro,peloprazode24(vinteequatro)mesesapartirdapublicaçãodestaLei,paraqueaProcuradoria-GeralFederalassuma,deformacentralizada,nostermosdos§§11e12doart.10daLeino10.480,de2dejulhode2002,aexecuçãodesuadívidaativa. [[240]](#footnote-241)

Art.23.CompeteàProcuradoria-GeraldaFazendaNacionalarepresentaçãojudicialnacobrançadecréditosdequalquernaturezainscritosemDívidaAtivadaUnião.[[241]](#footnote-242)

Art.24.Éobrigatórioquesejaproferidadecisãoadministrativanoprazomáximode360(trezentosesessenta)diasacontardoprotocolodepetições,defesasourecursosadministrativosdocontribuinte.

§1o**(VETADO)**

§2o**(VETADO)**

**CAPÍTULO III**

**DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Art.25.PassamaserregidospeloDecretono70.235,de6demarçode1972:

I-apartirdadatafixadano§1odoart.16destaLei,osprocedimentosfiscaiseosprocessosadministrativo-fiscaisdedeterminaçãoeexigênciadecréditostributáriosreferentesàscontribuiçõesdequetratamosarts.2oe3odestaLei;

II-apartirdadatafixadano **caput** doart.16destaLei,osprocessosadministrativosdeconsultarelativosàscontribuiçõessociaismencionadasnoart.2odestaLei.

§1oOPoderExecutivopoderáanteciparoupostergaradataaqueserefereoincisoIdo **caput** desteartigo,relativamentea:

I-procedimentosfiscais,instrumentosdeformalizaçãodocréditotributárioeprazosprocessuais;

II-competênciaparajulgamentoem1a (primeira)instânciapelosórgãosdedeliberaçãointernaenaturezacolegiada.

§2o**(Revogado pela Lei nº 13.670, de 2018).**

§3oAplicam-se,ainda,aosprocessosaqueserefereoincisoIIdo **caput** desteartigoosarts.48e49daLeino9.430,de27dedezembrode1996.

Art. 26.  O valor correspondente à compensação de débitos relativos às contribuições de que trata o art. 2º desta Lei será repassado ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contado da data em que ela for promovida de ofício ou em que for apresentada a declaração de compensação. **(Redação dada pela Lei nº 13.670, de 2018)**

Parágrafo único. **(Revogado).  (Redação dada pela Lei nº 13.670, de 2****018)**

Art. 26-A.  O disposto no art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996: **(Incluído pela Lei nº 13.670, de 2018)**

I - aplica-se à compensação das contribuições a que se referem os arts. 2º e 3º desta Lei efetuada pela sujeito passivo que utilizar o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), para apuração das referidas contribuições, observado o disposto no § 1º deste artigo; **(Incluído pela Lei nº 13.670, de 2018)**

II - não se aplica à compensação das contribuições a que se referem os arts. 2º e 3º desta Lei efetuada pelas demais sujeitos passivos; e   **(Incluído pela Lei nº 13.670, de 2018)**

III - não se aplica ao regime unificado de pagamento de tributos, de contribuições e dos demais encargos do empregador doméstico (Simples Doméstico). **(Incluído pela Lei nº 13.670, de 2018)**

§ 1º  Não poderão ser objeto da compensação de que trata o inciso I do **caput**  deste artigo: **(Incluído pela Lei nº 13.670, de 2018)**

I - o débito das contribuições a que se referem os arts. 2º e 3º desta Lei: **(Incluído pela Lei nº 13.670, de 2018)**

a) relativo a período de apuração anterior à utilização do eSocial para a apuração das referidas contribuições; e **(Incluído pela Lei nº 13.670, de 2018)**

b) relativo a período de apuração posterior à utilização do eSocial com crédito dos demais tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil concernente a período de apuração anterior à utilização do eSocial para apuração das referidas contribuições; e **(Incluído pela Lei nº 13.670, de 2018)**

II - o débito dos demais tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil: **(Incluído pela Lei nº 13.670, de 2018)**

a) relativo a período de apuração anterior à utilização do eSocial para apuração de tributos com crédito concernente às contribuições a que se referem os arts. 2º e 3º desta Lei; e **(Incluído pela Lei nº 13.670, de 2018)**

b) com crédito das contribuições a que se referem os arts. 2º e 3º desta Lei relativo a período de apuração anterior à utilização do eSocial para apuração das referidas contribuições. **(Incluído pela Lei nº 13.670, de 2018)**

§ 2º  A Secretaria da Receita Federal do Brasil disciplinará o disposto neste artigo. **(Incluído pela Lei nº 13.670, de 2018)**

Art.27.Observadoodispostonoart.25destaLei,osprocedimentosfiscaiseosprocessosadministrativo-fiscaisreferentesàscontribuiçõessociaisdequetratamosarts.2oe3odestaLeipermanecemregidospelalegislaçãoprecedente.

Art.28.Ficamcriadas,naSecretariadaReceitaFederaldoBrasil,5(cinco)DelegaciasdeJulgamentoe60(sessenta)TurmasdeJulgamentocomcompetênciaparajulgar,em1a(primeira)instância,osprocessosdeexigênciadetributosecontribuiçõesarrecadadospelaSecretariadaReceitaFederaldoBrasil,asereminstaladasmedianteatodoMinistrodeEstadodaFazenda.

Parágrafoúnico.Paraestruturaçãodosórgãosdequetratao **caput**desteartigo,ficamcriados5(cinco)cargosemcomissãodoGrupo-DireçãoeAssessoramentoSuperioresDAS-3e55(cinqüentaecinco)DAS-2,aseremprovidosnamedidadasnecessidadesdoserviçoedasdisponibilidadesderecursosorçamentários,nostermosdo§1odoart.169daConstituiçãoFederal.

Art.29.FicatransferidadoConselhodeRecursosdaPrevidênciaSocialparao2oConselhodeContribuintesdoMinistériodaFazendaacompetênciaparajulgamentoderecursosreferentesàscontribuiçõesdequetratamosarts.2oe3odestaLei.

§1oParaoexercíciodacompetênciaaqueserefereo **caput**desteartigo,serãoinstaladasno2oConselhodeContribuintes,naformadaregulamentaçãopertinente,Câmarasespecializadas,observadaacomposiçãoprevistanapartefinaldoincisoVIIdo **caput**doart.194daConstituiçãoFederal.

§2oFicaautorizadoofuncionamentodasCâmarasdosConselhosdeContribuintesnassedesdasRegiõesFiscaisdaSecretariadaReceitaFederaldoBrasil.

Art.30.Noprazode30(trinta)diasdapublicaçãodoatodeinstalaçãodasCâmarasprevistasno§1odoart.29destaLei,osprocessosadministrativo-fiscaisreferentesàscontribuiçõesdequetratamosarts.2oe3odestaLeiqueseencontraremnoConselhodeRecursosdaPrevidênciaSocialserãoencaminhadosparao2oConselhodeContribuintes.

Parágrafoúnico.FicaprorrogadaacompetênciadoConselhodeRecursosdaPrevidênciaSocialduranteoprazoaqueserefereo **caput** desteartigo.

Art.31. Sãotransferidos,nadatadapublicaçãodoatoaqueserefereo **caput**doart.30destaLei,2(dois)cargosemcomissãodoGrupo-DireçãoeAssessoramentoSuperioresDAS-101.2e2(dois)DAS-101.1doConselhodeRecursosdaPrevidênciaSocialparao2oConselhodeContribuintes.

**CAPÍTULO IV**

**DO PARCELAMENTO DOS DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL**

Art.32. OsdébitosderesponsabilidadedosEstadosedoDistritoFederal,desuasautarquiasefundações,relativosàscontribuiçõessociaisdequetratamasalíneas*a*e*c*doparágrafoúnicodoart.11daLeino8.212,de24dejulhode1991,comvencimentoatéomêsanterioraodaentradaemvigordestaLei,poderãoserparceladosematé240(duzentasequarenta)prestaçõesmensaiseconsecutivas.

§1oOsdébitosreferidosno **caput** desteartigosãoaquelesorigináriosdecontribuiçõessociaiseobrigaçõesacessórias,constituídosounão,inscritosounãoemdívidaativa,incluídososqueestiverememfasedeexecuçãofiscalajuizada,eosquetenhamsidoobjetodeparcelamentoanteriornãointegralmentequitadooucanceladoporfaltadepagamento.

§2oOsdébitosaindanãoconstituídosdeverãoserconfessadosdeformairretratáveleirrevogável.

§3oPoderãoserparceladosematé60(sessenta)prestaçõesmensaiseconsecutivasosdébitosdequetratamo **caput** eos§§1oe2odesteartigocomvencimentoatéomêsanterioraodaentradaemvigordestaLei,relativosacontribuiçõesnãorecolhidas:

I-descontadasdosseguradosempregado,trabalhadoravulsoecontribuinteindividual;

II-retidasnaformadoart.31daLeino8.212,de24dejulhode1991;

III-decorrentesdesub-rogação.

§4oCasoaprestaçãomensalnãosejapaganadatadovencimento,serãoretidoserepassadosàSecretariadaReceitaFederaldoBrasilrecursosdoFundodeParticipaçãodosEstadosedoDistritoFederalsuficientesparasuaquitação,acrescidosdejurosequivalentesàtaxareferencialdoSistemaEspecialdeLiquidaçãoedeCustódia-Selicparatítulosfederais,acumuladamensalmenteapartirdoprimeirodiadomêssubseqüenteaodaconsolidaçãododébitoatéomêsanterioraodopagamento,acrescidode1%(umporcento)nomêsdopagamentodaprestação.

Art.33.Até90(noventa)diasapósaentradaemvigordestaLei,aopçãopeloparcelamentoseráformalizadanaSecretariadaReceitaFederaldoBrasil,queseresponsabilizarápelacobrançadasprestaçõesecontroledoscréditosorigináriosdosparcelamentosconcedidos.

Art.34.AconcessãodoparcelamentoobjetodesteCapítuloestácondicionada:

I-àapresentaçãopeloEstadoouDistritoFederal,nadatadaformalizaçãodopedido,dodemonstrativoreferenteàapuraçãodaReceitaCorrenteLíquidaEstadual,naformadodispostonaLeiComplementarno101,de4demaiode2000,referenteaoano-calendárioimediatamenteanterioraodaentradaemvigordestaLei;

II-aoadimplementodasobrigaçõesvencidasapartirdoprimeirodiadomêsdaentradaemvigordestaLei.

Art.35.OsdébitosserãoconsolidadosporEstadoeDistritoFederalnadatadopedidodoparcelamento,reduzindo-seosvaloresreferentesajurosdemoraem50%(cinqüentaporcento).

Art.36.OsdébitosdequetrataesteCapítuloserãoparceladosemprestaçõesmensaisequivalentesa,nomínimo,1,5%(uminteiroecincodécimosporcento)damédiadaReceitaCorrenteLíquidadoEstadoedoDistritoFederalprevistanaLei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§1oAmédiadequetratao **caput** desteartigocorresponderáa1/12(umdozeavos)daReceitaCorrenteLíquidadoanoanterioraodovencimentodaprestação.

§2oParafinsdesteartigo,osEstadoseoDistritoFederalseobrigamaencaminharàSecretariadaReceitaFederaldoBrasilodemonstrativodeapuraçãodaReceitaCorrenteLíquidadequetrataoinciso I do art. 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,atéoúltimodiaútildomêsdefevereirodecadaano.

§3oAfaltadeapresentaçãodasinformaçõesaqueserefereo§2odesteartigoimplicará,parafinsdeapuraçãoecobrançadaprestaçãomensal,aaplicaçãodavariaçãodoÍndiceGeraldePreços,DisponibilidadeInterna-IGP-DI,acrescidadejurosde0,5%(cincodécimosporcento)aomês,sobreaúltimaReceitaCorrenteLíquidapublicadanostermosdalegislação.

§4oÀsprestaçõesvencíveisemjaneiro,fevereiroemarçoaplicar-se-áovalormínimodoanoanterior.

Art.37.Asprestaçõesserãoexigíveisnoúltimodiaútildecadamês,acontardomêssubseqüenteaodaformalizaçãodopedidodeparcelamento.

§1oNoperíodocompreendidoentreaformalizaçãodopedidoeomêsdaconsolidação,oentebeneficiáriodoparcelamentodeverárecolhermensalmenteprestaçõescorrespondentesa1,5%(uminteiroecincodécimosporcento)damédiadaReceitaCorrenteLíquidadoEstadoedoDistritoFederalprevistanaLeiComplementarno101,de4demaiode2000,sobpenadeindeferimentodopleito,quesóseconfirmacomopagamentodaprestaçãoinicial.

§2oApartirdomêsseguinteàconsolidação,ovalordaprestaçãoseráobtidomedianteadivisãodomontantedodébitoparcelado,deduzidososvaloresdasprestaçõesrecolhidasnostermosdo§1odesteartigo,pelonúmerodeprestaçõesrestantes,observadoovalormínimode1,5%(uminteiroecincodécimosporcento)damédiadaReceitaCorrenteLíquidadoEstadoedoDistritoFederalprevistanaLei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

Art.38.Oparcelamentoserárescindidonahipótesedoinadimplemento:

I-de3(três)mesesconsecutivosou6(seis)mesesalternados,prevalecendooqueprimeiroocorrer;

II-dasobrigaçõescorrentesreferentesàscontribuiçõessociaisdequetrataesteCapítulo;

III-daparceladaprestaçãoqueexcederàretençãodosrecursosdoFundodeParticipaçãodosEstadosedoDistritoFederalpromovidanaformadesteCapítulo.

Art.39.OPoderExecutivodisciplinará,emregulamento,osatosnecessáriosàexecuçãododispostonesteCapítulo.

Parágrafoúnico.Osdébitosreferidosno **caput** desteartigoserãoconsolidadosnoâmbitodaSecretariadaReceitaFederaldoBrasil.

**CAPÍTULO V**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art.40.SemprejuízododispostonasLeisnos4.516,de1odedezembrode1964,e5.615,de13deoutubrode1970,aEmpresadeTecnologiaeInformaçõesdaPrevidênciaSocial-DATAPREVficaautorizadaaprestarserviçosdetecnologiadainformaçãoaoMinistériodaFazenda,necessáriosaodesempenhodasatribuiçõesabrangidasporestaLei,observadoodispostonoincisoVIIIdoart.24daLeino8.666,de21dejunhode1993,nascondiçõesestabelecidasematodoPoderExecutivo.

Art.41.FicaautorizadaatransferênciaparaopatrimôniodaUniãodosimóveisquecompõemoFundodoRegimeGeraldePrevidênciaSocialidentificadospeloPoderExecutivocomonecessáriosaofuncionamentodaSecretariadaReceitaFederaldoBrasiledaProcuradoria-GeraldaFazendaNacional.

Parágrafoúnico.Noprazode3(três)anos,deacordocomoresultadodeavaliaçãorealizadanostermosdalegislaçãoaplicável,aUniãocompensaráfinanceiramenteoFundodoRegimeGeraldePrevidênciaSocialpelosimóveistransferidosnaformado **caput** desteartigo.

Art.42.AConsolidaçãodasLeisdoTrabalho-CLT,aprovadapeloDecreto-Leino5.452,de1odemaiode1943,passaavigorarcomaseguinteredação:

“Art.832.

§4oAUniãoseráintimadadasdecisõeshomologatóriasdeacordosquecontenhamparcelaindenizatória,naformadoart.20daLeino11.033,de21dedezembrode2004,facultadaainterposiçãoderecursorelativoaostributosquelheforemdevidos.

§5oIntimadadasentença,aUniãopoderáinterporrecursorelativoàdiscriminaçãodequetratao§3odesteartigo.

§6oOacordocelebradoapósotrânsitoemjulgadodasentençaouapósaelaboraçãodoscálculosdeliquidaçãodesentençanãoprejudicaráoscréditosdaUnião.

§7oOMinistrodeEstadodaFazendapoderá,medianteatofundamentado,dispensaramanifestaçãodaUniãonasdecisõeshomologatóriasdeacordosemqueomontantedaparcelaindenizatóriaenvolvidaocasionarperdadeescaladecorrentedaatuaçãodoórgãojurídico.” (NR)

“Art.876.

Parágrafoúnico.Serãoexecutadas **ex-officio**ascontribuiçõessociaisdevidasemdecorrênciadedecisãoproferidapelosJuízeseTribunaisdoTrabalho,resultantesdecondenaçãoouhomologaçãodeacordo,inclusivesobreossaláriospagosduranteoperíodocontratualreconhecido.” (NR)

“Art.879.

§3oElaboradaacontapelaparteoupelosórgãosauxiliaresdaJustiçadoTrabalho,ojuizprocederáàintimaçãodaUniãoparamanifestação,noprazode10(dez)dias,sobpenadepreclusão.

§5oOMinistrodeEstadodaFazendapoderá,medianteatofundamentado,dispensaramanifestaçãodaUniãoquandoovalortotaldasverbasqueintegramosalário-de-contribuição,naformadoart.28daLeino8.212,de24dejulhode1991,ocasionarperdadeescaladecorrentedaatuaçãodoórgãojurídico.” (NR)

“Art.880.Requeridaaexecução,ojuizoupresidentedotribunalmandaráexpedirmandadodecitaçãodoexecutado,afimdequecumpraadecisãoouoacordonoprazo,pelomodoesobascominaçõesestabelecidasou,quandosetratardepagamentoemdinheiro,inclusivedecontribuiçõessociaisdevidasàUnião,paraqueofaçaem48(quarentaeoito)horasougarantaaexecução,sobpenadepenhora.

  ” (NR)

“Art.889-A.

§1oConcedidoparcelamentopelaSecretariadaReceitaFederaldoBrasil,odevedorjuntaráaosautosacomprovaçãodoajuste,ficandoaexecuçãodacontribuiçãosocialcorrespondentesuspensaatéaquitaçãodetodasasparcelas.

§2oAsVarasdoTrabalhoencaminharãomensalmenteàSecretariadaReceitaFederaldoBrasilinformaçõessobreosrecolhimentosefetivadosnosautos,salvoseoutroprazoforestabelecidoemregulamento.” (NR)

Art.43.ALeino10.910,de15dejulhode2004,passaavigorarcomaredaçãoseguinte,dando-seaosseusAnexosaformadosAnexosIeIIdestaLei:

“Art.1oAsCarreirasdeAuditoriadaReceitaFederaldoBrasileAuditoria-FiscaldoTrabalhocompõem-sedecargosefetivosagrupadosnasclassesA,BeEspecial,compreendendoa1a(primeira)5(cinco)padrões,eas2(duas)últimas,4(quatro)padrões,naformadoAnexoIdestaLei.” (NR)

“Art.3oAGratificaçãodeDesempenhodeAtividadeTributária-GDATdequetrataoart.15daLeino10.593,de6dedezembrode2002,devidaaosintegrantesdasCarreirasdeAuditoriadaReceitaFederaldoBrasileAuditoria-FiscaldoTrabalho,étransformadaemGratificaçãodeAtividadeTributária-GAT,emvalorequivalentea75%(setentaecincoporcento)dovencimentobásicodoservidor.

I- **(Revogado pela Lei no 11.356, de 2006);**

II **- (Revogado pela Lei no 11.356, de 2006).**

(NR)

“Art.4oFicacriadaaGratificaçãodeIncrementodaFiscalizaçãoedaArrecadação-GIFA,devidaaosocupantesdoscargosefetivosdasCarreirasdeAuditoriadaReceitaFederaldoBrasileAuditoria-FiscaldoTrabalho,dequetrataaLeino10.593,de6dedezembrode2002,nopercentualdeaté95%(noventaecincoporcento),incidentesobreomaiorvencimentobásicodecadacargodasCarreiras.

§1oAGIFAserápagaaosAuditores-FiscaisdaReceitaFederaldoBrasileaosAnalistas-TributáriosdaReceitaFederaldoBrasildeacordocomosseguintesparâmetros:

II-2/3(doisterços),nomínimo,emdecorrênciadaavaliaçãodoresultadoinstitucionaldoconjuntodeunidadesdaSecretariadaReceitaFederaldoBrasilnocumprimentodemetasdearrecadação,computadasemâmbitonacionaledeformaindividualizadaparacadaórgão.

§8o

II-ocupantesdoscargosefetivosdaCarreiradeAuditoriadaReceitaFederaldoBrasil,emexercícionosseguintesórgãosdoMinistériodaFazenda:

III-ocupantesdoscargosdeAuditor-FiscaldaReceitaFederaldoBrasildaCarreiradeAuditoriadaReceitaFederaldoBrasil,emexercícionoMinistériodaPrevidênciaSocialeórgãosvinculados;

IV-ocupantesdoscargosefetivosdaCarreiraAuditoria-FiscaldoTrabalho,emexercícionoMinistériodoTrabalhoeEmprego,exclusivamentenasunidadesnãointegrantesdoSistemaFederaldeInspeçãodoTrabalhodefinidasemregulamento.” (NR)

“Art.6o(VETADO)”

Art.44.Oart.23doDecretono70.235,de6demarçode1972,passaavigoraracrescidodos§§7o,8oe9o,comaseguinteredação:

“Art.23. ...................................

§7oOsProcuradoresdaFazendaNacionalserãointimadospessoalmentedasdecisõesdoConselhodeContribuintesedaCâmaraSuperiordeRecursosFiscais,doMinistériodaFazendanasessãodasrespectivascâmarassubseqüenteàformalizaçãodoacórdão.

§8oSeosProcuradoresdaFazendaNacionalnãotiveremsidointimadospessoalmenteematé40(quarenta)diascontadosdaformalizaçãodoacórdãodoConselhodeContribuintesoudaCâmaraSuperiordeRecursosFiscais,doMinistériodaFazenda,osrespectivosautosserãoremetidoseentregues,medianteprotocolo,àProcuradoriadaFazendaNacional,parafinsdeintimação.

§9oOsProcuradoresdaFazendaNacionalserãoconsideradosintimadospessoalmentedasdecisõesdoConselhodeContribuintesedaCâmaraSuperiordeRecursosFiscais,doMinistériodaFazenda,comotérminodoprazode30(trinta)diascontadosdadataemqueosrespectivosautosforementreguesàProcuradorianaformado§8odesteartigo.” (NR)

Art.45.AsrepartiçõesdaSecretariadaReceitaFederaldoBrasildeverão,duranteseuhorárioregulardefuncionamento,darvistadosautosdeprocessoadministrativo,permitindoaobtençãodecópiasreprográficas,assimcomoreceberrequerimentosepetições.

Parágrafoúnico.ASecretariadaReceitaFederaldoBrasiladotarámedidasparadisponibilizaroatendimentoaqueserefereo **caput** desteartigoporintermédiodaredemundialdecomputadoreseorecebimentodepetiçõeserequerimentosdigitalizados.

**CAPÍTULO VI**

**DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS**

Art.46.AFazendaNacionalpoderácelebrarconvênioscomentidadespúblicaseprivadasparaadivulgaçãodeinformaçõesprevistasnosincisosIIeIIIdo§3odoart.198daLeino5.172,de25deoutubrode1966-CódigoTributárioNacional-CTN.

Art.47.FicaoPoderExecutivoautorizadoa:

I-transferir,depoisderealizadoinventário,doINSS,doMinistériodaPrevidênciaSocialedaProcuradoria-GeralFederalparaaSecretariadaReceitaFederaldoBrasileparaaProcuradoria-GeraldaFazendaNacionalacervostécnicosepatrimoniais,inclusivebensimóveis,obrigações,direitos,contratos,convênios,processosadministrativosedemaisinstrumentosrelacionadoscomasatividadestransferidasemdecorrênciadestaLei;

II-remanejaretransferirparaaSecretariadaReceitaFederaldoBrasildotaçõesemfavordoMinistériodaPrevidênciaSocialedoINSSaprovadasnaLeiOrçamentáriaemvigor,mantidaaclassificaçãofuncional-programática,subprojetos,subatividadesegruposdedespesas.

§1oAtéquesejamimplementadososajustesnecessários,oMinistériodaPrevidênciaSocialeoINSScontinuarãoaexecutarasdespesasdepessoaledemanutençãorelativasàsatividadestransferidas,inclusiveasdecorrentesdodispostono§5odoart.10destaLei.

§2oEnquantonãoocorreremastransferênciasprevistasno **caput** desteartigo,oMinisté riodaPrevidênciaSocial,oINSSeaProcuradoria-GeralFederalprestarãoàSecretariadaReceitaFederaldoBrasileàProcuradoria-GeraldaFazendaNacionalonecessárioapoiotécnico,financeiroeadministrativo.

§3oInclui-senoapoiodequetratao§2odesteartigoamanutençãodosespaçosfísicosatualmenteocupados.

Art.48.Ficamantida,enquantonãomodificadospelaSecretariadaReceitaFederaldoBrasil,avigênciadosconvênioscelebradosedosatosnormativoseadministrativoseditados:

I-pelaSecretariadaReceitaPrevidenciária;

II-peloMinistériodaPrevidênciaSocialepeloINSSrelativosàadministraçãodascontribuiçõesaquesereferemosarts.2oe3odestaLei;

III-peloMinistériodaFazendarelativosàadministraçãodostributosecontribuiçõesdecompetênciadaSecretariadaReceitaFederaldoBrasil;

IV-pelaSecretariadaReceitaFederal.

Art.49. **(VETADO)**

Art.50.Noprazode1(um)anodadatadepublicaçãodestaLei,oPoderExecutivoencaminharáaoCongressoNacionalprojetodeleiorgânicadasAuditoriasFederais,dispondosobredireitos,deveres,garantiaseprerrogativasdosservidoresintegrantesdasCarreirasdequetrataaLeino10.593,de6dedezembrode2002.

Art.51.EstaLeientraemvigor:

I-nadatadesuapublicação,paraodispostonosarts.40,41,47,48,49e50destaLei;

II-noprimeirodiaútildosegundomêssubseqüenteàdatadesuapublicação,emrelaçãoaosdemaisdispositivosdestaLei.

Art.52.Ficamrevogados:

I- **(VETADO)**

II-apartirdadatadapublicaçãodestaLei,oparágrafoúnicodoart.5odaLeino10.593,de6dezembrode2002.

Brasília,16demarçode2007;186odaIndependênciae119odaRepública.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

*Tarso Genro*

*Luiz Marinho*

*Paulo Bernardo Silva*

*Dilma Rousseff*

*José Antonio Dias Toffoli*

**ANEXO I**

(AnexoIdaLeino10.910,de15dejulhode2004)

**“ANEXO I**

**ESTRUTURA DE CARGOS**

| CARGOS | CLASSE | PADRÃO |
| --- | --- | --- |
| Auditor-FiscaldaReceitaFederaldoBrasil  Analista-TributáriodaReceitaFederaldoBrasil  Auditor-FiscaldoTrabalho | ESPECIAL | IV |
| III |
| II |
| I |
| B | IV |
| III |
| II |
| I |
| A | V |
| IV |
| III |
| II |
| I |

**ANEXO II**

(AnexoIIdaLeino10.910,de15dejulhode2004)

**“ANEXO II**

**TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO**

a)cargosdeAuditor-FiscaldaReceitaFederaldoBrasileAuditor-FiscaldoTrabalho:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| CATEGORIA | PADRÃO | VENCIMENTOBÁSICO |
| ESPECIAL | IV | 4.934,22 |
| III | 4.790,50 |
| II | 4.650,97 |
| I | 4.515,52 |
| B | IV | 4.142,67 |
| III | 4.022,00 |
| II | 3.904,86 |
| I | 3.791,13 |
| A | V | 3.478,10 |
| IV | 3.376,79 |
| III | 3.278,45 |
| II | 3.182,95 |
| I | 3.090,25 |

b) cargo de Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| CATEGORIA | PADRÃO | VENCIMENTOBÁSICO |
|  | IV | 2.561,11 |
| ESPECIAL | III | 2.486,51 |
|  | II | 2.414,09 |
|  | I | 2.343,78 |
|  | IV | 2.150,25 |
| B | III | 2.087,61 |
|  | II | 2.026,83 |
|  | I | 1.967,78 |
|  | V | 1.805,31 |
|  | IV | 1.752,74 |
| A | III | 1.701,68 |
|  | II | 1.652,11 |
|  | I | 1.603,99 |

**LEI Nº 11.890, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008.**

**(Conversão da Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008)**

*Dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004, das Carreiras da Área Jurídica, de que trata a Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras de Gestão Governamental, de que trata a Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; das Carreiras do Banco Central do Brasil - BACEN, de que trata a Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998; e da Carreira de Diplomata, de que trata a Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006; cria o Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP, o Plano de Carreiras e Cargos da CVM e o Plano de Carreiras e Cargos do IPEA; dispõe sobre a remuneração dos titulares dos cargos de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, de que trata a Lei no 9.625, de 7 de abril de 1998, e dos integrantes da Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima de que trata a Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, sobre a criação de cargos de Defensor Público da União e a criação de cargos de Analista de Planejamento e Orçamento, e sobre o Sistema de Desenvolvimento na Carreira - SIDEC; altera as Leis nos 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.358, de 19 de outubro de 2006, e 9.650, de 27 de maio de 1998, 11.457, de 16 de março de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, das Leis nos 9.650, de 27 de maio de 1998, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.344, de 8 de setembro de 2006, e 11.356, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**DAS CARREIRAS E DOS CARGOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**

**Seção I**

**Das Carreiras de Auditoria Federal**

Art. 1o  A Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004, passa a vigorar acrescida dos Anexos III e IV, na forma dos Anexos I e II desta Lei, respectivamente.

Art. 2o  A Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004, passa a vigorar com o art. 1o acrescido do seguinte parágrafo único e acrescida dos seguintes dispositivos:

“Art. 1º

Parágrafo único.  Os titulares de cargos de provimento efetivo das Carreiras de que trata o caput deste artigo serão reenquadrados, a contar de 1o de julho de 2009, conforme disposto no Anexo III desta Lei.” (NR)

“Art. 2o-A.  A partir de 1o de julho de 2008, os titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes das Carreiras a que se refere o art. 1o desta Lei passam a ser remunerados, exclusivamente, por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Parágrafo único.  Os valores do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o caput deste artigo são os fixados no Anexo IV desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.”

“Art. 2o-B.  Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 1o desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, as seguintes espécies remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Atividade Tributária - GAT, de que trata o art. 3o desta Lei;

III - Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação - GIFA, de que trata o art. 4o desta Lei; e

IV - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei no 10.698, de 2 de julho de 2003.

Parágrafo único.  Considerando o disposto no art. 2o-A desta Lei, os titulares dos cargos nele referidos não fazem jus à percepção das seguintes vantagens remuneratórias:

I - Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária - GDAT, de que trata o art. 15 da Lei no 10.593, de 6 de dezembro de 2002;

II - retribuição adicional variável, de que trata o art. 5o da Lei no 7.711, de 22 de dezembro de 1988;

III - Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação - GEFA, criada pelo Decreto-Lei no 2.371, de 18 de novembro de 1987; e

IV - Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada no 13, de 27 de agosto de 1992.”

“Art. 2o-C.  Além das parcelas e vantagens de que trata o art. 2o-B desta Lei, não são devidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 1o desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, as seguintes espécies remuneratórias:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo de provimento em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei no 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos arts. 192 e 193 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e

XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 2o-E.”

“Art. 2o-D.  Os servidores integrantes das Carreiras de que trata o art. 1o desta Lei não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.”

“Art. 2o-E.  O subsídio dos integrantes das Carreiras de que trata o art. 1o desta Lei não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, de:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5o do art. 2o e o § 1o do art. 3o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003;

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; e

V - parcelas indenizatórias previstas em lei.”

“Art. 2o-F.  A aplicação das disposições desta Lei aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões.

§ 1o  Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na Carreira por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos e das Carreiras ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes do Anexo IV desta Lei.

§ 2o  A parcela complementar de subsídio referida no § 1o deste artigo estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.”

“Art. 2o-G.  Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho de que trata o art. 1o desta Lei e às pensões, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1o e 2o da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004, no que couber, o disposto nesta Lei em relação aos servidores que se encontram em atividade.”

Art. 2º-A.  Serão concedidas, com efeitos financeiros a partir da vigência do art. 9o da Lei no 11.457, de 16 de março de 2007, aos servidores ativos das Carreiras de que trata a Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004, que a elas façam jus, as progressões funcionais que não tenham sido concedidas entre 30 de junho de 1999 e 16 de março de 2007, em virtude da vedação contida no § 3o do art. 4o da Lei no 10.593, de 6 de dezembro de 2002, na sua redação original. **(Incluído pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 1o  Para os fins do disposto no caput, caso não tenham sido aplicadas as respectivas avaliações de desempenho individual, serão consideradas as avaliações efetuadas para fins do pagamento das respectivas Gratificações de Desempenho, em cada período. **(Incluído pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 2o  Para os fins do disposto no Anexo III da Lei no 10.910, de 2004, com a redação dada pelo Anexo I desta Lei, será considerada a posição do servidor na respectiva tabela resultante da aplicação do disposto neste artigo. **(Incluído pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 3o  O disposto neste artigo aplica-se aos servidores inativos que no período de que trata o caput encontravam-se na atividade.” (NR) **(Incluído pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

Art. 3o  Os ocupantes dos cargos integrantes das carreiras de que trata o art. 1º da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, são impedidos de exercer outra atividade, pública ou privada, potencialmente causadora de conflito de interesses, nos termos da Lei no 12.813, de 16 de maio de 2013. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 1o  Na hipótese em que o exercício de outra atividade não configure conflito de interesses, o servidor deverá observar o cumprimento da jornada do cargo, o horário de funcionamento do órgão ou da entidade e o dever de disponibilidade ao serviço público. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 2o  O plantão e a escala ou o regime de turnos alternados por revezamento serão regulados em ato conjunto dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e do Trabalho e Emprego, observada a legislação vigente.

§ 3o  Nos casos aos quais se aplique o regime de trabalho por plantões, escala ou regime de turnos alternados por revezamento, é de, no máximo, 192 (cento e noventa e duas) horas mensais a jornada de trabalho dos integrantes dos cargos referidos no caput deste artigo.

Art. 4o  Os integrantes das Carreiras a que se refere o art. 1º da Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004, somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do respectivo órgão de lotação nas seguintes situações:[[242]](#footnote-243)

I - requisições previstas em lei para órgãos e entidades da União;

II - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

III - exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes; **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

IV - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal;

V - ocupantes dos cargos efetivos da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil, nos seguintes órgãos do Ministério da Fazenda:

a) Gabinete do Ministro de Estado;

b) Secretaria-Executiva;

c) Escola de Administração Fazendária;

d) Conselho de Contribuintes; e

e) Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

VI - ocupantes dos cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil, no Ministério da Previdência Social e no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

VII - ocupantes dos cargos efetivos da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho, no Ministério do Trabalho e Emprego, exclusivamente nas unidades não integrantes do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho definidas em regulamento; e

VIII – (VETADO)

**Seção II**

**Das Carreiras da Área Jurídica**

Art. 5o  O  Anexo I da Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar na forma do Anexo III  desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

Art. 6o  Os ocupantes dos cargos de que tratam os incisos I a III e V do **caput** e o § 1º do art. 1º da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, são impedidos de exercer outra atividade, pública ou privada, potencialmente causadora de conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Parágrafo único.  Na hipótese em que o exercício de outra atividade não configure conflito de interesses, o servidor deverá observar o cumprimento da jornada do cargo, o horário de funcionamento do órgão ou da entidade e o dever de disponibilidade ao serviço público. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 7o  Os integrantes das Carreiras e os titulares de cargos a que se referem os incisos I, II, III e V do caput e o § 1o do art. 1o da Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do respectivo órgão de lotação nas seguintes hipóteses:[[243]](#footnote-244)

I - requisição pela Presidência ou Vice-Presidência da República;

II - cessões para o exercício de cargo em comissão de nível CJ-3 ou superior em gabinete de Ministro do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior;

III - cessões para o exercício de cargo em comissão de nível CC-6 ou superior no Gabinete do Procurador-Geral da República;

IV - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou  superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em órgãos do Poder Executivo ou do Poder Legislativo da União, ou de suas autarquias e fundações públicas;

V - exercício de cargo em comissão nos órgãos da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral Federal, da Procuradoria do Banco Central do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

VI - exercício de cargo, função ou encargo de titular de órgão jurídico da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional;

VII - exercício provisório ou prestação de colaboração temporária, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, em órgãos da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria Geral Federal, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou da Procuradoria do Banco Central do Brasil;

VIII - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal;

IX - exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes;**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

X - no caso de ocupantes dos cargos efetivos de Procurador Federal, para atuar no Conselho de Recursos da Previdência Social; e

XI - no caso de Procurador da Fazenda Nacional, nos seguintes órgãos do Ministério da Fazenda:

a) Gabinete do Ministro de Estado;

b) Secretaria-Executiva;

c) Escola de Administração Fazendária; e

d) Conselho de Contribuintes.

§ 1o  Ressalvado o disposto no inciso I do caput deste artigo, não se aplicam as hipóteses de requisição previstas em lei nos casos em que a cessão não esteja autorizada por este artigo. **(Renumerado do parágrafo únicopela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 2o  Durante o estágio probatório os integrantes das carreiras de que trata este artigo somente poderão ser cedidos para ocupar cargo em comissão de nível DAS-6 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e superiores, ou equivalentes. **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

Art. 8o  Os Defensores Públicos da União somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do respectivo órgão de lotação nas seguintes hipóteses:

I - requisição pela Presidência ou Vice-Presidência da República;

II - cessões para o exercício de cargo em comissão de nível CJ-3 ou superior em gabinete de Ministro do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior;

III - cessões para o exercício de cargo em comissão de nível CC-6 ou superior no Gabinete do Procurador-Geral da República;

IV - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

V - exercício de cargo em comissão ou encargo nos órgãos da Defensoria Pública da União;

VI - exercício provisório ou prestação de colaboração temporária, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, em órgãos da Defensoria Pública da União;

VII - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal;

VIII - exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes;**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

IX - exercício no Gabinete do Ministro de Estado ou na Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça.

Parágrafo único. Ressalvado o disposto no inciso I do caput deste artigo, não se aplicam as hipóteses de requisição previstas em lei nos casos em que a cessão não esteja autorizada por este artigo.

Art. 9o  O inciso VI do caput do art. 5o da Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei no 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos arts. 192 e 193 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

” (NR)

**Seção III**

**Das Carreiras de Gestão Governamental**

Art. 10.  A partir de 1o de julho de 2008, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares dos seguintes cargos de provimento efetivo:

I - Analista de Finanças e Controle e Técnico de Finanças e Controle, da Carreira de Finanças e Controle;

II - Analista de Planejamento e Orçamento e Técnico de Planejamento e Orçamento, da Carreira de Planejamento e Orçamento;

III - Analista de Comércio Exterior da Carreira de Analista de Comércio Exterior; e

IV - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Parágrafo único.  Os valores do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o caput deste artigo são os fixados no Anexo IV desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

Art. 11.  Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 10 desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, as seguintes espécies remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão - GCG, de que trata o art. 8o da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e

III - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei no 10.698, de 2 de julho de 2003.

Parágrafo único.  Considerando o disposto no art. 10 desta Lei, os titulares dos cargos nele referidos, conforme a Carreira a que pertençam, não fazem jus à percepção das seguintes vantagens remuneratórias:

I - Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP, de que trata o art. 1o da Lei no 9.625, de 7 de abril de 1998;

II - Gratificação de Planejamento, Orçamento e de Finanças e Controle, de que trata o art. 7o da Lei no 8.538, de 21 de dezembro de 1992;

III - Gratificação de Desempenho e Eficiência - GDE, de que trata o art. 10 da Lei no 9.620, de 2 de abril de 1998; e

IV - Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada no 13, de 27 de agosto de 1992.

Art. 12.  Além das parcelas e vantagens de que trata o art. 11 desta Lei, não são devidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 10 desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, as seguintes parcelas:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo de provimento em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei no 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos [arts. 192](file:///G:\Consultoria\2008\LEIS\L8112cons.htm#art192) e 193 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e

XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 14 desta Lei.

Art. 13.  Os servidores integrantes das Carreiras de que trata o art. 10 desta Lei não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 14.  O subsídio dos integrantes das Carreiras de que trata o art. 10 desta Lei não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, de:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5o do art. 2o e o § 1o do art. 3o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003;

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; e

V - parcelas indenizatórias previstas em lei.

Art. 15.  A aplicação das disposições contidas nos arts. 10 a 14 desta Lei aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões.

§ 1o  Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na Carreira por progressão ou promoção, ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos e das Carreiras ou das remunerações, de que trata o art. 10 desta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes do Anexo IV desta Lei.

§ 2o  A parcela complementar de subsídio referida no § 1o deste artigo estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 16.  Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes das Carreiras de que trata o art. 10 desta Lei e às pensões, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1o e 2o da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004, no que couber, o disposto nos arts. 10 a 15 desta Lei em relação aos servidores que se encontram em atividade.

Art. 17.  Os ocupantes dos cargos de que trata o art. 10 desta Lei são impedidos de exercer outra atividade, pública ou privada, potencialmente causadora de conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Parágrafo único.  Na hipótese em que o exercício de outra atividade não configure conflito de interesses, o servidor deverá observar o cumprimento da jornada do cargo, o horário de funcionamento do órgão ou da entidade e o dever de disponibilidade ao serviço público.

Art. 18.  Os integrantes das Carreiras a que se refere o art. 10 desta Lei somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do respectivo órgão de lotação  nas situações definidas no art. 1o da Lei no 9.625, de 7 de abril de 1998, e, ainda, nas seguintes:

I - requisições previstas em lei para órgãos e entidades da União;

II - ocupantes dos cargos efetivos da Carreira de Analista de Comércio Exterior:

a) cedidos para o exercício de cargos em comissão nos seguintes órgãos:

1. Ministério do Turismo;

2. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

3. Ministério da Fazenda; E

4. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

5. Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior; **(Incluído pela Lei nº 13.341, de 2016)**

b) exercício provisório ou prestação de colaboração temporária, para a realização de outras atividades consideradas estratégicas de Governo relacionadas ao comércio exterior, expressamente definidas, mediante ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior;

III - ocupantes dos cargos efetivos da Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, independentemente de cessão ou requisição, mediante autorização do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

IV - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou  superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

V - exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes;**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

VI - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal;

VII - exercício de cargo de auditor-chefe ou equivalente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal, exclusivamente para servidor da Carreira de Finanças e Controle. (NR) **(Incluído pela Medida Provisória nº 568, de 11.5.2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

**Seção IV**

**Das Carreiras do Banco Central do Brasil**

Art. 19.  O Anexo II da Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar nos termos do Anexo V desta Lei, produzindo efeitos financeiros a partir da data nele especificada.

Art. 20.  A Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“Art. 9o-A.  A partir de 1o de julho de 2008, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares dos seguintes cargos de provimento efetivo da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil:

I - Analista do Banco Central do Brasil; e

II - Técnico do Banco Central do Brasil.

Parágrafo único.  Os valores do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o caput  deste artigo são os fixados no Anexo II-A, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.”

“Art. 9o-B.  Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 9o-A desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, as seguintes espécies remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Qualificação - GQ, de que trata o art. 10 desta Lei;

III - Gratificação de Atividade do Banco Central - GABC, de que trata o art. 11 desta Lei; e

IV - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei no 10.698, de 2 de julho de 2003.

Parágrafo único.  Considerando o disposto no art. 9o-A desta Lei, os titulares dos cargos nele referidos não fazem jus à percepção das vantagens de que trata a Lei Delegada no 13, de 27 de agosto de 1992.”

“Art. 9o-C.  Além das parcelas e vantagens de que trata o art. 9o-B, não são devidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 9o-A desta Lei, a partir de 1o  de julho de 2008, as seguintes parcelas:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo de provimento em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei no 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos arts. 192 e 193 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e

XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 9o-E desta Lei.”

“Art. 9o-D.  Os servidores integrantes da Carreira de que trata o art. 9o-A desta Lei não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.”

“Art. 9o-E.  O subsídio dos integrantes da Carreira de que trata o art. 9o-A desta Lei não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, de:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5o do art. 2o e o § 1o do art. 3o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003;

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; e

V - parcelas indenizatórias previstas em lei.”

“Art. 9o-F.  A aplicação das disposições contidas nos arts. 9o-A a 9o-E desta Lei aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões.

§ 1o  Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na Carreira por progressão ou promoção, ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos e da Carreira ou das remunerações, de que trata o art. 9o-A desta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes do Anexo II-A desta Lei.

§ 2o  A parcela complementar de subsídio referida no § 1o deste artigo estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.”

“Art. 9o-G.  Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes da Carreira de que trata o art. 9o-A desta Lei e às pensões, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1o e 2o da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004, no que couber, o disposto nos arts. 9o-A a 9o-F em relação aos servidores que se encontram em atividade.”

Art. 21.  O parágrafo único do art. 11 da Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11.

Parágrafo único.  A partir de 1o de março de 2008 e até 30 de junho de 2008, a gratificação de que trata o caput deste artigo será paga aos servidores que a ela fazem jus em valor correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) incidentes sobre o maior vencimento básico do respectivo cargo.” (NR)

Art. 22.  Os ocupantes dos cargos integrantes da carreira de Especialista do Banco Central do Brasil são impedidos de exercer outra atividade, pública ou privada, potencialmente causadora de conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Parágrafo único. Na hipótese em que o exercício de outra atividade não configure conflito de interesses, o servidor deverá observar o cumprimento da jornada do cargo, o horário de funcionamento do órgão ou da entidade e o dever de disponibilidade ao serviço público. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 23.  Os integrantes da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do Banco Central do Brasil e de suas unidades nas seguintes situações:

I - requisições previstas em lei para órgãos e entidades da União;

II - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou  superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

III - cessão para o exercício de cargos em comissão nos seguintes órgãos do Ministério da Fazenda:

a) Gabinete do Ministro de Estado;

b) Secretaria-Executiva;

c) Secretaria de Política Econômica;

d) Secretaria de Acompanhamento Econômico;

e) Secretaria de Assuntos Internacionais;

f) Secretaria do Tesouro Nacional;

g) Secretaria Extraordinária de Reformas Econômicas e Fiscais;

h) Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; e

i) Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF;

IV - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal; e

V - exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes. (NR) **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

Art. 24.  A Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar acrescida do Anexo II-A, na forma do Anexo VI desta Lei.

**Seção V**

**Da Carreira de Diplomata**

Art. 25.  Os titulares dos cargos de provimento efetivo da Carreira de Diplomata, que integra o Serviço Exterior Brasileiro nos termos do art. 2o da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Parágrafo único.  Os valores do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o caput deste artigo são os fixados no Anexo VII desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

Art. 26.  Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 25 desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, as seguintes espécies remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade Diplomática - GDAD, de que trata o art. 3o da Lei no 10.479, de 28 de junho de 2002; e

III - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei no 10.698, de 2 de julho de 2003.

Parágrafo único.  Considerando o disposto no art. 25 desta Lei, os titulares dos cargos nele referidos não fazem jus à percepção das seguintes vantagens remuneratórias:

I - Gratificação de Habilitação Profissional e Acesso, de que tratam o inciso V do caput do art. 3o do Decreto-Lei no 2.405, de 29 de dezembro de 1987, e o inciso IV do § 5o do art. 2o da Lei no 7.923, de 12 de dezembro de 1989; e

II - Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada no 13, de 27 de agosto de 1992.

Art. 27.  Além das parcelas e vantagens de que trata o art. 26 desta Lei, não são devidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 25 desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, as seguintes parcelas:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo de provimento em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei no 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos arts. 192 e 193 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e

XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 29 desta Lei.

Art. 28.  Os servidores integrantes da Carreira de que trata o art. 25 desta Lei não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 29.  O subsídio dos integrantes da Carreira de que trata o art. 25 desta Lei não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, de:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5o do art. 2o e o § 1o do art. 3o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003;

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; e

V - parcelas indenizatórias previstas em lei.

Art. 30.  Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes da Carreira a que se refere o art. 25 desta Lei e às pensões, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1o e 2o da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004, no que couber, o disposto nesta Lei em relação aos servidores que se encontram em atividade.

Art. 31.  Os ocupantes dos cargos integrantes da carreira de Diplomata são impedidos de exercer outra atividade, pública ou privada, potencialmente causadora de conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Parágrafo único.  Na hipótese em que o exercício de outra atividade não configure conflito de interesses, o servidor deverá observar o cumprimento da jornada do cargo, o horário de funcionamento do órgão ou da entidade e o dever de disponibilidade ao serviço público.**(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 32.  Os integrantes da Carreira de Diplomata somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do respectivo órgão de lotação nas seguintes situações:

I - requisição prevista em lei para órgãos e entidades da União;

II - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

III - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal;

IV - exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes;**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

V - cessão para o exercício de cargos em comissão em Secretarias de Assuntos Internacionais e órgãos equivalentes da administração direta do Poder Executivo.

Art. 33.  A aplicação das disposições contidas nos arts. 25 a 28 desta Lei aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões.

§ 1o  Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na Carreira por progressão ou promoção, ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos e das Carreiras ou das remunerações, de que trata esta Seção, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes do Anexo VII desta Lei.

§ 2o  A parcela complementar de subsídio referida no § 1o deste artigo estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

**Seção VI**

**Do Plano de Carreiras e Cargos da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP**

Art. 34.  Fica estruturado o Plano de Carreiras e Cargos da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, abrangendo os titulares de cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da SUSEP, de que tratam o art. 38 do Decreto-Lei no 73, de 21 de novembro de 1966, e a Lei no 9.015, de 30 de março de 1995, composto pelas seguintes Carreiras e cargos:

I - de nível superior, Carreira de Analista Técnico da SUSEP, composta pelos cargos de Analista Técnico da SUSEP; e

II - de nível intermediário, cargos de provimento efetivo de nível intermediário do  Quadro de  Pessoal da SUSEP.

Parágrafo único.  A partir de 1o de janeiro de 2017, o cargo de nível intermediário de Agente Executivo fica reorganizado na carreira de Agente Executivo da Susep.  **(Redação dada pela Le nº 13.327, de 2016)**

Art. 35.  Os cargos de nível superior e  intermediário do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP são agrupados em classes e padrões, conforme estabelecido no Anexo VIII desta Lei.

§ 1o  Os atuais cargos ocupados cujos titulares tenham observado o disposto no § 3o do art. 52 desta Lei, bem como os cargos vagos e os demais, à medida que vagarem, de Analista Técnico da SUSEP do quadro de Pessoal da SUSEP passam a integrar a Carreira de que trata o inciso I do caput do art. 34 desta Lei.

§ 2o  O disposto no § 1o deste artigo não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação ao cargo e às atribuições desenvolvidas pelos seus titulares.

§ 4o  A partir de 1o de janeiro de 2017, os cargos ocupados de Agente Executivo do quadro de pessoal da Susep cuja investidura tenha observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público, bem como os cargos vagos e os demais cargos, à medida que vagarem, passam a integrar a carreira de que trata o parágrafo único do art. 34 desta Lei. **(Incluído pela Le nº 13.327, de 2016)**

§ 5o  O enquadramento a que se refere o § 4o não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação à carreira, ao cargo e às atribuições atuais desenvolvidas por seus titulares. **(Incluído pela Le nº 13.327, de 2016)**

§ 6o  Os efeitos decorrentes do enquadramento a que se refere o § 4o aplicar-se-ão ao posicionamento dos aposentados e dos pensionistas nas tabelas remuneratórias da carreira de Agente Executivo, nos casos em que a aposentadoria ou a instituição da pensão tenha ocorrido com fundamento nos arts. 3o, 6o ou 6o-A da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005. **(Incluído pela Le nº 13.327, de 2016)**

§ 7o  O posicionamento dos aposentados e dos pensionistas a que se refere o § 6o na Tabela de Subsídios da carreira de Agente Executivo será referenciado à situação em que o servidor se encontrava na data de aposentadoria ou na data em que se originou a pensão, respeitadas as alterações relativas a posicionamentos decorrentes de legislação específica. **(Incluído pela Le nº 13.327, de 2016)**

§ 3o  Os cargos de nível intermediário do Quadro de Pessoal da SUSEP, de que trata o inciso II do caput do art. 34 desta Lei, vagos em 29 de agosto de 2008 e os que vierem a vagar, são transformados em cargos de Agente Executivo da SUSEP.

Art. 36.  A Carreira e os cargos do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP destinam-se ao exercício das respectivas atribuições em diferentes níveis de complexidade e responsabilidade, bem como ao exercício de atividades de natureza técnica, administrativa e de gestão relativas à regulação, supervisão, fiscalização e incentivo das atividades de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros.

Art. 37.  É de 40 (quarenta) horas semanais a carga horária de trabalho dos titulares dos cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP, ressalvadas as hipóteses amparadas em legislação específica.

Art. 38.  Incumbe aos titulares dos cargos de Analista Técnico da SUSEP o desenvolvimento de atividades ligadas a controle econômico, financeiro e contábil das entidades supervisionadas; fiscalização, controle e orientação às entidades supervisionadas; execução das atividades relacionadas a regimes especiais; realização de  estudos atuariais e de normas técnicas no âmbito das operações realizadas pelas entidades supervisionadas; análise da autorização de produtos; implantação, administração e gerenciamento de sistemas informatizados; prestação de suporte técnico e operacional aos usuários; execução de outras atividades compatíveis com o nível de complexidade das atribuições do cargo e o exercício das atribuições previstas em leis e regulamentos específicos, em especial o disposto no art. 1o da Lei no 9.015, de 30 de março de 1995.

Art. 39.  Sem prejuízo das atuais atribuições, é atribuição geral dos cargos de nível intermediário do Quadro de Pessoal da SUSEP oferecer suporte especializado às atividades decorrentes das atribuições definidas no art. 38 desta Lei.

Art. 40.  São requisitos para ingresso na classe inicial dos cargos de que tratam os incisos I e II do caput do art. 34 desta Lei:

I - aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos;

II - diploma de conclusão de ensino superior em nível de graduação, em cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação e, se for o caso, habilitação legal específica, conforme definido no edital do concurso, para os cargos de nível superior; e

III - certificado de conclusão de ensino médio ou equivalente e habilitação legal específica, se for o caso, fornecido por instituição de ensino oficialmente autorizada, conforme definido no edital do concurso, para os cargos de nível intermediário.

§ 1o  O concurso público referido no inciso I do caput deste artigo poderá ser organizado em uma ou mais etapas, incluindo curso de formação quando julgado pertinente, conforme dispuser o edital de abertura do certame e observada a legislação pertinente.

§ 2o  O concurso público a que se refere o § 1o deste artigo poderá ser realizado por áreas de especialização referentes à área de formação do candidato, conforme dispuser o edital de abertura do certame.

Art. 41.  O desenvolvimento do servidor nas Carreiras e cargos que integram o Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1o  Para os fins do disposto no caput deste artigo, progressão é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior.

§ 2o  Ato do Poder Executivo regulamentará os critérios de concessão de progressão funcional e promoção de que trata o caput deste artigo.

Art. 42.  O desenvolvimento do servidor nas Carreiras e cargos que integram o Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP obedecerá às seguintes regras:

I - interstício mínimo de 12 (doze) meses entre cada progressão;

II - habilitação em avaliação de desempenho individual correspondente a, no mínimo, 70% (setenta por cento) do limite máximo da pontuação das avaliações realizadas no interstício considerado para a progressão; e

III - competência e qualificação profissional.

§ 1o  O interstício para fins de progressão  funcional será:

I - computado em dias, descontados os afastamentos que não forem legalmente considerados de efetivo exercício; e

II - suspenso nos casos em que o servidor se afastar sem remuneração, sendo retomado o cômputo a partir do retorno à atividade.

§ 2o  Enquanto não forem regulamentadas as progressões e promoções dos titulares de cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP, elas serão concedidas observando-se as normas vigentes em 28 de agosto de 2008.

§ 3o  Na contagem do interstício necessário à promoção e à progressão, será aproveitado o tempo computado até 28 de agosto de 2008.

Art. 43.  São pré-requisitos mínimos para promoção às classes dos cargos de nível superior do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP:

I - para a Classe B, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 160 (cento e sessenta) horas, e qualificação  profissional  com experiência mínima de 5 (cinco) anos, ambas no campo específico de atuação do cargo;

II - para a Classe C, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 240 (duzentas e quarenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 8 (oito) anos, ambas no campo específico de atuação do cargo; e

III - para a Classe Especial, ser detentor de certificado de conclusão de curso de especialização ou de formação específica equivalente a, no mínimo, 360 (trezentas e sessenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 11 (onze) anos, ambos no campo específico de atuação do cargo.

Art. 44.  São pré-requisitos mínimos para promoção às classes dos cargos de nível intermediário do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP:

I - para a Classe B, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 120 (cento e vinte) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 5 (cinco) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo;

II - para a Classe C, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 200 (duzentas) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de (oito) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo; e

III - para a Classe Especial, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 280 (duzentas e oitenta) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 11 (onze) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo.

Art. 45.  Cabe à SUSEP implementar programa permanente de capacitação, treinamento e desenvolvimento, destinado a assegurar a profissionalização dos titulares dos cargos integrantes do seu Plano de Carreiras e Cargos.

Parágrafo único.  Para fins de promoção, cada evento de capacitação poderá ser computado uma única vez.

Art. 46.  Os titulares dos cargos integrantes da Carreira a que se refere o inciso I do caput do art. 34 desta Lei passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Parágrafo único.  Os valores do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o caput deste artigo são os fixados no Anexo IX desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

Art. 47.  Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos a que se refere o inciso I do caput do art. 34 desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, as seguintes espécies remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Seguros Privados - GDSUSEP, de que trata o art. 13 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e

III - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei no 10.698, de 2 de julho de 2003.

Parágrafo único.  Considerando o disposto no art. 46 desta Lei, os titulares dos cargos nele referidos não fazem jus à percepção das seguintes vantagens  remuneratórias:

I - Retribuição Variável da Superintendência de Seguros Privados, de que trata a Lei no 9.015, de 30 de março de 1995; e

II - Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada no 13, de 27 de agosto de 1992.

Art. 48.  Além das parcelas e vantagens de que trata o art. 47 desta Lei, não são devidas aos titulares dos cargos a que se refere o inciso I do caput do art. 34 desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, as seguintes parcelas:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo de provimento em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei no 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos arts. 192 e 193 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e

XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 50 desta Lei.

Art. 49.  Os servidores integrantes da Carreira de que trata o inciso I do caput do art. 34 desta Lei não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 50.  O subsídio dos integrantes das Carreiras de que trata o inciso I do caput do art. 34 desta Lei não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, de:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5o do art. 2o e o § 1o do art. 3o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003;

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; e

V - parcelas indenizatórias previstas em lei.

Art. 51.  A estrutura remuneratória dos titulares dos cargos de nível intermediário a que se refere o inciso II do caput do art. 34 desta Lei e dos cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5o do art. 52 desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, terá a seguinte composição:

I - Vencimento Básico; e

II - Gratificação de Desempenho de Atividades de Suporte na SUSEP - GDASUSEP.

§ 1o  Os padrões de vencimento básico dos cargos referidos no caput deste artigo são os constantes do Anexo X desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

§ 2o  Os titulares dos cargos a que se refere o caput deste artigo não farão jus, a partir de 1o de julho de 2008, à percepção das seguintes gratificações e vantagens:

I - Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Seguros Privados - GDSUSEP, de que trata o art. 13 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e

II - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei no 10.698, de 2 de julho de 2003.

Art. 51-A.  A partir de 1o de janeiro de 2017, os titulares dos cargos integrantes da carreira de Agente Executivo passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória. **(Incluído pela Le nº 13.327, de 2016)**

§ 1o  Os valores do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o **caput** são os fixados no Anexo X-A desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas. **(Incluído pela Le nº 13.327, de 2016)**

§ 2o  A partir de 1o de janeiro de 2017, estarão compreendidas no subsídio e não serão mais devidas aos titulares dos cargos da carreira de Agente Executivo as seguintes espécies remuneratórias:  **(Incluído pela Le nº 13.327, de 2016)**

I - Vencimento Básico; **(Incluído pela Le nº 13.327, de 2016)**

II - Gratificação de Desempenho de Atividade Específica da Susep (GDASUSEP), de que trata o art. 55 desta Lei. **(Incluído pela Le nº 13.327, de 2016)**

Art. 51-B.  Aplica-se o disposto nos arts. 48 a 50 em relação à percepção do subsídio pelos integrantes da carreira de Agente Executivo da Susep. **(Incluído pela Le nº 13.327, de 2016)**

Art. 51-C.  A aplicação do disposto nos arts. 51-A e 51-B aos servidores ativos, bem como aos inativos e aos pensionistas referidos no § 6o do art. 35, não poderá implicar redução de remuneração, de provento e de pensão. **(Incluído pela Le nº 13.327, de 2016)**

Parágrafo único.  Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, eventual diferença será paga aos servidores integrantes da carreira de Agente Executivo, a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção, da reorganização ou da reestruturação do cargo e da carreira, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza ou da implantação dos valores constantes do Anexo X-A desta Lei. **(Incluído pela Le nº 13.327, de 2016)**

Art. 52.  Os servidores titulares dos cargos de níveis superior e intermediário do Quadro de  Pessoal da SUSEP serão enquadrados nos cargos do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela remuneratória, nos termos do Anexo XI desta Lei.

§ 1o  É vedada a mudança do nível do cargo ocupado pelo servidor em decorrência do disposto no caput deste artigo.

§ 2o  O posicionamento dos aposentados e dos pensionistas nas Tabelas remuneratórias constantes dos Anexos IX e X desta Lei será referenciado à situação em que o servidor se encontrava na data da aposentadoria ou em que se originou a pensão, respeitadas as alterações relativas a posicionamentos decorrentes de legislação específica.

§ 3o  Serão enquadrados, na Carreira de que trata o inciso I do caput do art. 34 desta Lei, os cargos que tenham titulares cuja investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 4o  À SUSEP incumbe verificar, caso a caso, a regularidade da aplicação do disposto no § 3o deste artigo, quanto aos enquadramentos efetivados.

§ 5o  Os cargos efetivos ocupados de nível  superior do Quadro de Pessoal da SUSEP que, em decorrência do disposto no § 3o deste artigo, não puderam ser transpostos para a Carreira de que trata o inciso I do caput do art. 34 desta Lei comporão quadro suplementar em extinção.

§ 6o  O quadro suplementar a que se refere o § 5o deste artigo inclui-se no Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP.

Art. 53.  A aplicação das disposições desta Lei aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões.

§ 1o  Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, em decorrência da aplicação do disposto nos arts. 46 e 51 desta Lei, eventual diferença será paga:

I - aos servidores integrantes da Carreira de que trata o inciso I do caput do art. 34 desta Lei, a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na Carreira por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos e das Carreiras ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes do Anexo IX desta Lei; e

II - aos servidores de que trata o inciso II do caput do art. 34 desta Lei e aos integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5o do art. 52 desta Lei, a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes do Anexo X desta Lei.

§ 2o  A parcela complementar de subsídio e a vantagem pessoal nominalmente identificada referidas nos incisos I e II do § 1o deste artigo estarão sujeitas exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 54.  Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP de que trata o art. 34 desta Lei e às pensões, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1o e 2o da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004, no que couber, o disposto nesta Lei em relação aos servidores que se encontram em atividade.

Art. 55.  Fica instituída, a partir de 1o de julho de 2008, a Gratificação de Desempenho de Atividade Específica da SUSEP - GDASUSEP, devida exclusivamente aos servidores de nível intermediário do Quadro de Pessoal da SUSEP, de que trata o inciso II do caput do art. 34 desta Lei e aos titulares de cargos integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5o do art. 52 desta Lei, quando em exercício de atividades na SUSEP.

Art. 56.  A GDASUSEP será atribuída em função do alcance de metas de desempenho individual do servidor e de desempenho institucional da SUSEP.

§ 1o  A avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo ou função, com foco na  contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais.

§ 2o  A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o desempenho coletivo no alcance dos objetivos organizacionais.

§ 3o  A GDASUSEP será paga com observância dos seguintes limites:

I - máximo, 100 (cem) pontos por servidor; e

II - mínimo, 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XII desta Lei.

§ 4o Considerando o disposto nos §§ 1o e 2o deste artigo, a pontuação referente à GDASUSEP terá a seguinte distribuição:

I - até 20 (vinte) pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

§ 5o Os valores a serem pagos a título de GDASUSEP serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo XII desta Lei, observada a classe e o padrão em que se encontra posicionado o servidor.

§ 6o Ato do Poder Executivo disporá sobre os critérios gerais a serem observados para a realização das avaliações de  desempenho  individual e  institucional  da GDASUSEP.

§ 7o Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da GDASUSEP serão estabelecidos em ato do Presidente da SUSEP, observada a legislação vigente.

§ 8o  As metas referentes à avaliação de desempenho institucional serão fixadas em ato do Ministro de Estado da Fazenda, observada a legislação vigente. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 57.  Até que seja instituído o ato a que se refere o § 6o do art. 56 desta Lei e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDASUSEP deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Seguros Privados - GDSUSEP, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo XII desta Lei, conforme disposto no § 5o do art. 56 desta Lei.

§ 1o  O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir da data de publicação do ato a que se refere o § 6o do art. 56 desta Lei, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor.

§ 2o  O disposto no caput deste artigo e  no  seu § 1o aplica-se aos ocupantes de cargos comissionados que fazem jus à GDASUSEP.

Art. 58.  A GDASUSEP não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

Art. 59.  O titular de cargo efetivo de que trata o inciso II do caput do art. 34 desta Lei e o titular de cargo de nível superior integrante do quadro suplementar a que se refere o § 5o do art. 52 desta Lei, em exercício na SUSEP, quando investido em cargo em comissão ou função de confiança fará jus à GDASUSEP da seguinte forma:

I - os investidos em função de confiança ou cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 3, 2, 1, ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada conforme disposto no § 5o do art. 56 desta Lei; e

II - os investidos em cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4, ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da parcela individual, somado ao resultado da avaliação institucional do período.

Art. 60.  O titular de cargo efetivo de que trata o inciso II do caput do art. 34 desta Lei e o titular de cargo de nível superior integrante do quadro suplementar a que se refere o § 5o do art. 52 desta Lei, quando não se encontrar em exercício na SUSEP, somente fará jus à GDASUSEP nas seguintes situações:

I - requisições previstas em lei para órgãos e entidades da União;

II - cessões para o Ministério da Fazenda ou para entidades a ele vinculadas, situação na qual perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício na SUSEP;

III - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

IV - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal; e

[V -](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11890.htm#art60v) exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes;**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 1o  Nas situações referidas nos incisos I e II do caput deste artigo, o servidor perceberá a GDASUSEP calculada com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício na SUSEP.

2o  Na situação referida no inciso III do **caput**, o servidor perceberá a GDASUSEP calculada com base no resultado da avaliação institucional do período. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 3o  Nas situações referidas nos incisos IV e V do **caput**, o servidor perceberá a GDASUSEP calculada com base no resultado da avaliação institucional da Susep no período. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 4o  A avaliação institucional considerada para o servidor alcançado pelos incisos I, II e III do **caput** será: **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

I - a do órgão ou entidade onde o servidor permaneceu em exercício por mais tempo; **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

II - a do órgão ou entidade onde o servidor se encontrar em exercício ao término do ciclo, caso ele tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes órgãos ou entidades; ou **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

III - a do órgão de origem, quando requisitado ou cedido para órgão diverso da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional.  **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 5o  A avaliação individual do servidor alcançado pelos incisos I e II do **caput** será realizada somente pela chefia imediata quando a regulamentação da sistemática para avaliação de desempenho a que se refere o § 6o do art. 56 não for igual à aplicável ao órgão ou entidade de exercício do servidor.  **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 61.  O servidor ativo beneficiário da GDASUSEP que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinqüenta por cento) do valor máximo dessa parcela será imediatamente submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade da SUSEP.

Parágrafo único.  A análise de adequação funcional visa a identificar as causas dos resultados obtidos na avaliação do desempenho e a servir de subsídio para a adoção de medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

Art. 62.  Ocorrendo exoneração do cargo em comissão com manutenção do cargo efetivo, o servidor que faça jus a GDASUSEP continuará a percebê-la em valor correspondente ao da última pontuação que lhe foi atribuída, na condição de ocupante de cargo em comissão, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

 Art. 63.  Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a GDASUSEP em valor correspondente ao da última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

§ 1o  O disposto no caput deste artigo não se aplica aos casos de cessão.

§ 2~~º~~  Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDASUSEP, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos. (NR) **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

Art. 64.  Para fins de incorporação da GDASUSEP aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios:

I - para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação será correspondente a 50% (cinqüenta por cento) do valor máximo do respectivo nível, classe e padrão; e

II - para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004:

a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3o e 6o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3o da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o percentual constante do inciso I do caput deste artigo; e

b) aos demais casos aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004.

Art. 64-A.  A partir de 1o de julho de 2012, para fins de incorporação da GDASUSEP aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios: **(Incluído pela Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a GDASUSEP será correspondente a 50 (cinquenta) pontos, considerados o nível, classe e padrão do servidor; **(Incluído pela Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004: **(Incluído pela Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

a) quando percebidas por período igual ou superior a 60 (sessenta) meses e aos servidores que deram origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3o e 6o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3o da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a média dos pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses; e **(Incluído pela Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

b) quando percebidas por período inferior a 60 (sessenta) meses, aos servidores de que trata a alínea *a* deste inciso aplicar-se-ão os pontos constantes do inciso I do caput; e **(Incluído pela Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

III - para as aposentadorias e pensões que não se enquadrem nas hipóteses previstas nos incisos I e II do caput, aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004. (NR) **(Incluído pela Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

Art. 65.  Os ocupantes dos cargos integrantes da carreira de Analista Técnico da Susep são impedidos de exercer outra atividade, pública ou privada, potencialmente causadora de conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Parágrafo único.  Na hipótese em que o exercício de outra atividade não configure conflito de interesses, o servidor deverá observar o cumprimento da jornada do cargo, o horário de funcionamento do órgão ou da entidade e o dever de disponibilidade ao serviço público. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 66.  Os integrantes da Carreira de Analista Técnico da SUSEP somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do respectivo órgão de lotação nas  seguintes situações:

I - requisições previstas em lei para órgãos e entidades da União;

II - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

III - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal;

[[244]](#footnote-245)[V -](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11890.htm#art66v.) exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes. (NR) **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

V - cessão para o exercício de cargos em comissão nos seguintes órgãos do Ministério da Fazenda:

a) Gabinete do Ministro de Estado; e

b) Secretaria-Executiva.

**Seção VII**

**Do Plano de Carreiras e Cargos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM**

Art. 67.  Fica estruturado o Plano de Carreiras e Cargos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo os titulares de cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da CVM, de que trata o art. 3o da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e a Lei no 9.015, de 30 de março de 1995, composto pelas seguintes Carreiras e cargos:

I - de nível superior:

a) Carreira de Analista da CVM, composta pelos cargos de Analista da CVM; e

b) Carreira de Inspetor da CVM, composta pelos cargos de Inspetor da CVM;

II - de nível intermediário, cargos de Agente Executivo da CVM e de Auxiliar de Serviços Gerais do Quadro de Pessoal da CVM.

Parágrafo único.  A partir de 1o de janeiro de 2017, o cargo de nível intermediário de Agente Executivo fica reorganizado na carreira de Agente Executivo da CVM. **(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

Art. 68.  Os cargos de nível superior e intermediário do Plano de Carreiras e Cargos da CVM são agrupados em classes e padrões, conforme estabelecido no Anexo XIII desta Lei.

§ 1º  Os atuais cargos ocupados cujos titulares tenham observado o disposto no § 3o do art. 87 desta Lei, bem como os cargos vagos e os demais à medida que vagarem, de Analista da CVM e de Inspetor da CVM passam a integrar as Carreiras de que tratam, respectivamente, as alíneas *a* e *b* do inciso I do caput do art. 67 desta Lei.

§ 2º  O disposto no § 1o deste artigo não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação ao cargo e às atribuições desenvolvidas pelos seus titulares.

§ 3º  Os cargos de Auxiliar de Serviços Gerais vagos em 29 de agosto de 2008 e os que vierem a vagar são transformados em cargos de Agente Executivo.

§ 4o  A partir de 1o de janeiro de 2017, os cargos ocupados de Agente Executivo do quadro de pessoal da CVM cuja investidura tenha observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público, bem como os cargos vagos e os demais cargos, à medida que vagarem, passam a integrar a carreira de que trata o parágrafo único do art. 67. **(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

§ 5o  O enquadramento a que se refere o § 4o não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação à carreira, ao cargo e às atribuições atuais desenvolvidas por seus titulares. **(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

§ 6o  Os efeitos decorrentes do enquadramento a que se refere o § 4o aplicar-se-ão ao posicionamento dos aposentados e dos pensionistas nas tabelas remuneratórias da carreira de Agente Executivo, nos casos em que a aposentadoria ou a instituição da pensão tenha ocorrido com fundamento nos arts. 3º, 6º ou 6o-A da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005. **(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

§ 7o  O posicionamento dos aposentados e dos pensionistas a que se refere o § 6o na Tabela de Subsídios da carreira de Agente Executivo será referenciado à situação em que o servidor se encontrava na data de aposentadoria ou na data em que se originou a pensão, respeitadas as alterações relativas a posicionamentos decorrentes de legislação específica. **(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

Art. 69.  As Carreiras e os cargos do Plano de Carreiras e Cargos da CVM destinam-se ao exercício das respectivas atribuições em diferentes níveis de complexidade e responsabilidade, bem como ao exercício de atividades de natureza técnica, administrativa e de gestão relativas à regulação, supervisão e fiscalização dos mercados de valores mobiliários.

Art. 70.  É de 40 (quarenta) horas semanais a carga horária de trabalho dos titulares dos cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da CVM, ressalvadas as hipóteses amparadas em legislação específica.

Art. 71.  Incumbe aos titulares dos cargos integrantes das Carreiras de Analista e de Inspetor da CVM:

I - Cargo de Analista da CVM: desenvolvimento de atividades ligadas ao controle, normatização, registro de eventos e aperfeiçoamento do mercado de  valores  mobiliários, elaboração de normas de contabilidade e de auditoria; elaboração de normas contábeis e de auditoria e acompanhamento de auditores independentes; desenvolvimento e auditoria de sistemas de processamento eletrônico de dados e de racionalização de métodos, procedimentos e tratamento de informações; planejamento e controle nas áreas de administração, recursos humanos, orçamento, finanças e auditoria; e o exercício das atribuições previstas em leis e regulamentos específicos, em especial o disposto no art. 1o da Lei no 9.015, de 30 de março de 1995; e

II - Cargo de Inspetor da CVM: fiscalização das entidades atuantes no mercado de valores mobiliários, apurando e identificando irregularidades; orientar instituições na adoção de controles e procedimentos adequados; coletar elementos para a avaliação da situação econômico-financeira das entidades fiscalizadas; instruir inquéritos instaurados pela CVM no exercício de suas competências; e o exercício das atribuições previstas em leis e regulamentos específicos, em especial o disposto no art. 1o da Lei no 9.015, de 30 de março de 1995.

Art. 72.  Sem prejuízo das atuais atribuições, é atribuição geral do cargo de Agente Executivo da CVM oferecer suporte especializado às atividades decorrentes das atribuições definidas no art. 71 desta Lei.

Art. 73.  São requisitos para ingresso na classe inicial dos cargos de que tratam as alíneas *a* e *b* do inciso I e o inciso II do art. 67 desta Lei:

I - aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos;

II - diploma de conclusão de ensino superior em nível de graduação, em cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação e, se for o caso, habilitação legal específica, conforme definido no edital do concurso, para os cargos de nível superior; e

III - certificado de conclusão de ensino médio ou equivalente e habilitação legal específica, se for o caso, fornecido por instituição de ensino oficialmente autorizada, conforme definido no edital do concurso, para os cargos de nível intermediário.

Art. 74.  O concurso público referido no inciso I do caput do art. 73 desta Lei poderá ser organizado em uma ou mais etapas, incluindo curso de formação, quando julgado pertinente, conforme dispuser o edital de abertura do certame e observada a legislação pertinente.

Parágrafo único.  O concurso público a que se refere o caput deste artigo poderá ser realizado por áreas de especialização referentes à área de formação do candidato, conforme dispuser o edital de abertura do certame.

Art. 75.  O desenvolvimento do servidor nas Carreiras e cargos que integram o Plano de Carreiras e Cargos da CVM ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1º  Para os fins do disposto no caput deste artigo, progressão é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior.

§ 2º  Ato do Poder Executivo regulamentará os critérios de concessão de progressão funcional e promoção de que trata o caput deste artigo.

Art. 76.  O desenvolvimento do servidor nas Carreiras e cargos que integram o Plano de Carreiras e Cargos da CVM obedecerá às seguintes regras:

I - interstício mínimo de 12 (doze) meses entre cada progressão;

II - habilitação em avaliação de desempenho individual correspondente a, no mínimo, 70% (setenta por cento) do limite máximo da pontuação das avaliações realizadas no interstício considerado para a progressão; e

III - competência e qualificação profissional.

§ 1o  O interstício para fins de  progressão funcional será:

I - computado em dias, descontados os afastamentos que não forem legalmente considerados de efetivo exercício; e

II - suspenso nos casos em que o servidor se afastar sem remuneração, sendo retomado o cômputo a partir do retorno à atividade.

§ 2o  Enquanto não forem regulamentadas, as progressões e promoções dos titulares de cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da CVM, as progressões funcionais e promoções de que trata o art. 75 desta Lei serão concedidas observando-se as normas vigentes em 28 de agosto de 2008.

§ 3º  Na contagem do interstício necessário à promoção e à progressão, será aproveitado o tempo computado até 28 de agosto de 2008.

Art. 77. São pré-requisitos mínimos para promoção às classes dos cargos de nível superior do Plano de Carreiras e Cargos da CVM:

I - para a Classe B, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 160 (cento e sessenta) horas, e qualificação  profissional  com experiência mínima de 5 (cinco) anos, ambas no campo específico de atuação do cargo;

II - para a Classe C, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 240 (duzentas e quarenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 8 (oito) anos, ambas no campo específico de atuação do cargo; e

III - para a Classe Especial, ser detentor de certificado de conclusão de curso de especialização ou de formação específica equivalente a, no mínimo, 360 (trezentas e sessenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 11 (onze) anos, ambos no campo específico de atuação do cargo.

Art. 78.  São pré-requisitos mínimos para promoção às classes do cargo de nível intermediário de Agente Executivo da CVM de que trata o inciso II do caput do art. 67 desta Lei:

I - para a Classe B, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 120 (cento e vinte) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 5 (cinco) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo;

II - para a Classe C, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 200 (duzentas) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 8 (oito) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo; e

III - para a Classe Especial, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 280 (duzentas e oitenta) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 11 (onze) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo.

Art. 79. São pré-requisitos mínimos para promoção às classes dos cargos de nível intermediário de Auxiliar de Serviços Gerais da CVM, de que trata o inciso II do caput do art. 67 desta Lei:

I - para a Classe B, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 40 (quarenta) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 7 (sete) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo;

II - para a Classe C, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 80 (oitenta) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 13 (treze) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo; e

III - para a Classe Especial, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 120 (cento e vinte) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 19 (dezenove) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo.

Art. 80. Cabe à CVM implementar programa permanente de capacitação, treinamento e desenvolvimento, destinado a assegurar a profissionalização dos titulares dos cargos integrantes do seu Plano de Carreiras e Cargos.

Parágrafo único.  Para fins de promoção, cada evento de capacitação poderá ser computado uma única vez.

Art. 81. Os titulares dos cargos integrantes das Carreiras a que se referem as alíneas *a* e *b* do inciso I do caput do art. 67 desta Lei passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Parágrafo único.  Os valores do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o caput deste artigo são os fixados no Anexo XIV desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

Art. 82. Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos a que se referem as alíneas *a* e *b* do inciso I do caput do art. 67 desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, as seguintes espécies remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Valores Mobiliários, de que trata o art. 13 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e

III - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei no 10.698, de 2 de julho de 2003.

Parágrafo único. Considerando o disposto no art. 81 desta Lei, os titulares dos cargos nele referidos não fazem jus à percepção das seguintes vantagens  remuneratórias:

I - Retribuição Variável da Comissão de Valores Mobiliários, de que trata a Lei no 9.015, de 30 de março de 1995; e

II - Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada no 13, de 27 de agosto de 1992.

Art. 83. Além das parcelas e vantagens de que trata o art. 82 desta Lei, não são devidas aos titulares dos cargos a que se referem as alíneas *a* e *b* do inciso I do caput do art. 67 desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, as seguintes parcelas:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo de provimento em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei no 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos arts. 192 e 193 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e

XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 85 desta Lei.

Art. 84. Os servidores integrantes das Carreiras de que tratam as alíneas *a* e *b* do inciso I do caput do art. 67 desta Lei não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou  individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 85. O subsídio dos integrantes das Carreiras de que tratam as alíneas *a* e *b* do inciso I do caput do art. 67 desta Lei não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, de:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5o do art. 2o e o § 1o do art. 3o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003;

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; e

V - parcelas indenizatórias previstas em lei.

Art. 86.  A estrutura remuneratória dos titulares dos cargos de nível intermediário a que se refere o inciso II do caput do art. 67 desta Lei e dos cargos de nível superior que integram o quadro suplementar de que trata o § 5o do art. 87 desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, terá a seguinte composição:

I - Vencimento Básico; e

II - Gratificação de Desempenho de Atividades Específicas da CVM - GDECVM ou Gratificação de Desempenho de Atividades de Suporte da CVM - GDASCVM, conforme o caso.

§ 1º Os padrões de vencimento básico dos cargos referidos no caput deste artigo são os constantes do Anexo XV desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

§ 2º  Os titulares dos cargos a que se refere o caput deste artigo, conforme o cargo ocupado, deixarão de fazer jus, a partir de 1o de julho de 2008, à percepção das seguintes gratificações e vantagens:

I - Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Valores Mobiliários - GDCVM, de que trata o art. 13 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo da Comissão de Valores  Mobiliários - GDACVM, de que trata o art. 8o da Lei no 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e

III - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei no 10.698, de 2 de julho de 2003.

Art. 86-A.  A partir de 1o de janeiro de 2017, os titulares dos cargos integrantes da carreira de Agente Executivo passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória. **(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

§ 1o  Os valores do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o **caput** deste artigo são os fixados no Anexo XV-A desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas. **(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

§ 2o  A partir de 1o de janeiro de 2017, estarão compreendidas no subsídio e não serão mais devidas aos titulares dos cargos da carreira de Agente Executivo as seguintes espécies remuneratórias: **(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

I - Vencimento Básico; **(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

II - Gratificação de Desempenho de Atividades Específicas da CVM (GDECVM), de que trata o inciso I do art. 90 desta Lei.  **(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

Art. 86-B.  Aplica-se o disposto nos arts. 83 a 85 em relação à percepção do subsídio pelos integrantes da carreira de Agente Executivo da CVM. **(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

Art. 86-C.  A aplicação do disposto nos arts. 86-A e 86-B aos servidores ativos, bem como aos inativos e aos pensionistas referidos no § 6o do art. 68, não poderá implicar redução de remuneração, de provento e de pensão. **(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

Parágrafo único.  Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, eventual diferença será paga aos servidores integrantes da carreira de Agente Executivo a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção, da reorganização ou da reestruturação do cargo e da carreira, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza ou da implantação dos valores constantes do Anexo XV-A desta Lei. **(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

Art. 87.  Os servidores titulares dos cargos de níveis superior e intermediário do Quadro de Pessoal da CVM serão enquadrados nos cargos do Plano de Carreiras e Cargos da CVM, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela, nos termos do Anexo XVI desta Lei.

§ 1o  É vedada a mudança do nível do cargo ocupado pelo servidor em decorrência do disposto no caput deste artigo.

§ 2o  O posicionamento dos aposentados e dos pensionistas nas Tabelas remuneratórias, constantes dos Anexos XIV e XV desta Lei, será referenciado à situação em que o servidor se encontrava na data da aposentadoria ou em que se originou a pensão, respeitadas as alterações relativas a posicionamentos decorrentes de legislação específica.

§ 3o  Serão enquadrados nas Carreiras de que tratam as alíneas *a* e *b* do inciso I do caput do art. 67 desta Lei, os cargos que tenham titulares cuja investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 4o  À CVM incumbe verificar, caso a caso, a regularidade da aplicação do disposto no § 3o deste artigo, quanto aos enquadramentos efetivados.

§ 5o  Os cargos efetivos de nível superior do Quadro de Pessoal da CVM que não foram transpostos para as Carreiras de que tratam as alíneas *a* e *b* do inciso I do caput do art. 67 desta Lei comporão quadro suplementar em extinção.

§ 6º  O quadro suplementar a que se refere o § 5o inclui-se no Plano de Carreiras e Cargos da CVM.

 Art. 88.  A aplicação das disposições desta Lei aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões.

§ 1º  Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei, eventual diferença será paga:

I - aos servidores integrantes das Carreiras de que tratam as alíneas *a* e *b* do inciso I  do caput do art. 67 desta Lei, a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na Carreira por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos e das Carreiras ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes do Anexo XIV desta Lei; e

II - aos servidores de que tratam o inciso II do caput do art. 67 e o § 5o do art. 87 desta Lei, a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes do Anexo XV desta Lei.

§ 2o  A parcela complementar de subsídio e a vantagem pessoal nominalmente identificada referidas nos incisos I e II do § 1o deste artigo estarão sujeitas exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 89.  Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da CVM, de que tratam o art. 67 desta Lei e o § 5o do art. 87 desta Lei e às pensões, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1o e 2o da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004, no que couber, o disposto nesta Lei em relação aos servidores que se encontram em atividade.

Art. 90.  Ficam instituídas as seguintes gratificações, a serem percebidas pelos servidores que a elas fazem jus quando em exercício de atividades na CVM:

I - Gratificação de Desempenho de Atividades Específicas da CVM - GDECVM, devida exclusivamente aos servidores de nível intermediário titulares dos cargos de Agente Executivo de que trata o inciso II do caput do art. 67 e aos servidores de nível superior de que trata o § 5o do art. 87 desta Lei, do Quadro de Pessoal da CVM, quando em exercício de atividades nas unidades da CVM; e

II - Gratificação de Desempenho de Atividades de Suporte da CVM - GDASCVM, devida exclusivamente aos servidores de nível intermediário titulares dos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais de que trata o inciso II do caput do art. 67 desta Lei.

Art. 91. A GDECVM e a GDASCVM serão atribuídas em função do alcance de metas de desempenho individual do servidor e de desempenho institucional da CVM.

§ 1o A avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo ou função, com foco na contribuição  individual para o alcance dos objetivos organizacionais.

§ 2o A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o desempenho coletivo no alcance dos objetivos organizacionais.

 § 3o A GDECVM e a GDASCVM serão pagas com observância dos seguintes limites:

 I - máximo, 100 (cem) pontos por servidor; e

II - mínimo, 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XVII desta Lei.

§ 4o Considerando o disposto nos §§ 1o e 2o deste artigo, a pontuação referente à GDECVM e à GDASCVM terá a seguinte distribuição:

I - até 20 (vinte) pontos de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na  avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na  avaliação de desempenho institucional.

§ 5o Os valores a serem pagos a título de GDECVM ou GDASCVM serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho  individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo XVII desta Lei, observada a classe e o padrão em que se encontra posicionado o servidor.

§ 6o Os critérios e procedimentos gerais de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da GDECVM e da GDASCVM serão estabelecidos em ato do Poder Executivo, observada a legislação vigente.

§ 7o Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da GDECVM e da GDASCVM serão estabelecidos em ato do Presidente da CVM, observada a legislação vigente.

§ 8o  As metas referentes à avaliação de desempenho institucional serão fixadas em ato do Ministro de Estado da Fazenda, observada a legislação vigente**. (Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 92.  Até que seja instituído o ato a que se refere o § 6o do art. 91 desta Lei e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDECVM ou GDASCVM deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Valores Mobiliários - GDCVM ou Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo da Comissão de Valores Mobiliários - GDACVM, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo XVII desta Lei, conforme disposto no § 5o do art. 91 desta Lei.

§ 1o O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir da data de publicação do ato a que se refere o § 6o do art. 91 desta Lei, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor.

§ 2o O disposto no caput deste artigo e no seu § 1o aplica-se aos ocupantes de cargos comissionados que fazem jus à GDECVM ou GDASCVM.

Art. 93. A GDECVM e a GDASCVM não servirão de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

Art. 94. O titular de cargo efetivo de que trata o inciso II do art. 67 e o § 5o do art. 87 desta Lei, em exercício nas unidades da CVM, quando investido em cargo em comissão ou função de confiança fará jus à GDECVM ou GDASCVM da seguinte forma:

Art. 95. O titular de cargo efetivo de que tratam o inciso II do art. 67 e o § 5o do art. 87 desta Lei quando não se encontrar em exercício nas unidades da CVM somente fará jus à GDECVM ou GDASCVM nas seguintes situações:

I - requisições previstas em lei para órgãos e entidades da União;

II - cessões para o Ministério da Fazenda ou para entidades a ele vinculadas, situação na qual perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício na CVM;

III - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

IV - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal; e

V - exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes;**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 1o Nas situações referidas nos incisos I e II do caput deste artigo, o servidor perceberá a GDECVM ou GDASCVM calculada com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício na CVM.

§ 2o  Na situação referida no inciso III do **caput**, o servidor perceberá a GDECVM ou a GDASCVM calculada com base no resultado da avaliação institucional do período. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 3o  Nas situações referidas nos incisos IV e V do **caput**, o servidor perceberá a GDECVM ou a GDASCVM calculada com base no resultado da avaliação institucional da CVM no período. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 4o  A avaliação institucional considerada para o servidor alcançado pelos incisos I, II e III do **caput** será: **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

I - a do órgão ou entidade onde o servidor permaneceu em exercício por mais tempo. **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

II - a do órgão ou entidade onde o servidor se encontrar em exercício ao término do ciclo, caso ele tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes órgãos ou entidades; ou **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

III - a do órgão de origem, quando requisitado ou cedido para órgão diverso da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional. **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 5o  A avaliação individual do servidor alcançado pelos incisos I e II do **caput** será realizada somente pela chefia imediata quando a regulamentação da sistemática para avaliação de desempenho a que se refere o § 6o do art. 91 não for igual à aplicável ao órgão ou entidade de exercício do servidor. **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 96.  O servidor ativo beneficiário da GDECVM ou GDASCVM que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinqüenta por cento) do valor máximo desta parcela será imediatamente submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade da CVM.

 Parágrafo único.  A análise de adequação funcional visa a identificar as causas dos resultados obtidos na avaliação do desempenho e servir de subsídio para a adoção de medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

Art. 97. Ocorrendo exoneração do cargo em comissão com manutenção do cargo efetivo o servidor que faça jus à GDECVM ou GDASCVM continuará a percebê-la em valor correspondente ao da última pontuação que lhe foi atribuída, na condição de ocupante de cargo comissionado, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

Art. 98. Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a GDECVM ou GDASCVM em valor correspondente ao da última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

§ 1o O disposto no caput deste artigo não se aplica aos casos de cessão.

§ 2o  Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDECVM ou GDASCVM, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.” (NR) **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

Art. 99. Para fins de incorporação da GDECVM ou GDASCVM aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios:

I - para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação será correspondente a 50% (cinqüenta por cento) do valor máximo do respectivo nível, classe e padrão; e

II - para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004:

a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3o e 6o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3o da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o percentual constante no inciso I do caput deste artigo; e

b) aos demais casos aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004.

Art. 99-A.  A partir de 1o de julho de 2012, para fins de incorporação da GDECVM ou GDASCVM aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios: **(Incluído pela Medida Provisória nº 568, de 11 de maio de 2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, as gratificações serão correspondentes a 50 (cinquenta) pontos, considerados o nível, classe e padrão do servidor;**(Incluído pela Medida Provisória nº 568, de 11 de maio de 2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004:**(Incluído pela Medida Provisória nº 568, de 11 de maio de 2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

a) quando percebidas por período igual ou superior a 60 (sessenta) meses e aos servidores que deram origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3o e 6o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3o da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a média dos pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses; e**(Incluído pela Medida Provisória nº 568, de 11 de maio de 2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

b) quando percebidas por período inferior a 60 (sessenta) meses, aos servidores de que trata a alínea *a* deste inciso aplicar-se-ão os pontos constantes do inciso I do caput; e **(Incluído pela Medida Provisória nº 568, de 11 de maio de 2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

III - para as aposentadorias e pensões que não se enquadrem nas hipóteses previstas nos incisos I e II do caput, aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004. (NR) **(Incluído pela Medida Provisória nº 568, de 11 de maio de 2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

Art. 100.  Os ocupantes dos cargos integrantes das carreiras de Analista da CVM e de Inspetor da CVM são impedidos de exercer outra atividade, pública ou privada, potencialmente causadora de conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Parágrafo único.  Na hipótese em que o exercício de outra atividade não configure conflito de interesses, o servidor deverá observar o cumprimento da jornada do cargo, o horário de funcionamento do órgão ou da entidade e o dever de disponibilidade ao serviço público. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 101. Os integrantes das Carreiras de Analista da CVM e de Inspetor da CVM somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do respectivo órgão de lotação nas seguintes situações:

I - requisições previstas em lei para órgãos e entidades da União;

II - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou  superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

III - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou de sociedade de economia mista federal;

IV - cessões para o exercício dos cargos de Secretário de Estado, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios, e de dirigente máximo de entidade da administração pública desses entes federados; e

[V -](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11890.htm#art101v.) exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes. (NR) **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

**Seção VIII**

**Do Plano de Carreiras e Cargos da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA**

Art. 102.  Fica estruturado o Plano de Carreiras e Cargos da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, composto pelas seguintes Carreiras e cargos:

I - Carreira de Planejamento e Pesquisa do IPEA, composta pelo cargo de Técnico de Planejamento e Pesquisa, de nível superior, com atribuições voltadas às atividades de gestão governamental, nos aspectos relativos ao planejamento, à realização de pesquisas econômicas e sociais e à avaliação de ações governamentais para subsidiar a formulação de políticas públicas;

II - (VETADO)

III - (VETADO)

IV - (VETADO)

V - demais cargos de nível superior e os cargos de nível intermediário integrantes do Quadro de Pessoal do IPEA.

§ 1o Os cargos a que se refere o caput deste artigo são de provimento efetivo e regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 2o (VETADO)

§ 3o (VETADO)

§ 4o (VETADO)

Art. 103.  Os cargos de níveis superior e intermediário do Plano de Carreiras e Cargos do IPEA são agrupados em classes e padrões, conforme estabelecido no Anexo XX-A desta Lei. **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 1o  Os atuais cargos ocupados cujos titulares tenham observado o disposto no § 3o do art. 120 desta Lei, bem como os cargos vagos e os demais, à medida que vagarem, de Técnico de Planejamento e Pesquisa passam a integrar a carreira de que trata o inciso I do caput do art. 102 desta Lei.**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 2o O disposto no § 1o deste artigo não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação ao cargo e às atribuições desenvolvidas pelos seus titulares.

Art. 104.  É de 40 (quarenta) horas semanais a carga horária de trabalho dos titulares dos cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos do IPEA, ressalvadas as hipóteses amparadas em legislação específica.

Art. 105.  São requisitos para ingresso na classe inicial dos cargos do Plano de Carreiras e Cargos do IPEA:

I - aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos;

II - diploma de conclusão de ensino superior em nível de graduação, em cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação e, se for o caso, habilitação legal específica, conforme definido no edital do concurso, para os cargos de nível superior; e

III - certificado de conclusão de ensino médio ou equivalente e habilitação legal específica, quando for o caso, fornecido por instituição de ensino oficialmente autorizada, conforme definido no edital do concurso, para os cargos de nível intermediário.

Art. 106. O concurso público referido no inciso I do caput do art. 105 desta Lei poderá ser organizado em uma ou mais etapas, incluindo curso de formação quando julgado pertinente, conforme dispuser o edital de abertura do certame e observada a legislação pertinente.

Parágrafo único. O concurso público a que se refere o caput deste artigo poderá ser realizado por áreas de especialização referentes à área de formação do candidato, conforme dispuser o edital de abertura do certame.

Art. 107. O desenvolvimento do servidor nas Carreiras e cargos que integram o Plano de Carreiras e Cargos do IPEA ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1o Para os fins do disposto no caput deste artigo, progressão é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior.

§ 2o Ato do Poder Executivo regulamentará os critérios de concessão de progressão funcional e promoção de que trata o caput deste artigo.

Art. 108. O desenvolvimento do servidor nas Carreiras e nos cargos que integram o Plano de Carreiras e Cargos do IPEA obedecerá às seguintes regras:

I - interstício mínimo de 12 (doze) meses entre cada progressão;

II - habilitação em avaliação de desempenho individual correspondente a, no mínimo, 70% (setenta por cento) do limite máximo da pontuação das avaliações realizadas no interstício considerado para a progressão; e

III - competência e qualificação profissional.

§ 1o O interstício para fins de  progressão funcional será:

I - computado em dias, descontados os afastamentos que não forem legalmente considerados de efetivo exercício; e

II - suspenso nos casos em que o servidor se afastar sem remuneração, sendo retomado o cômputo a partir do retorno à atividade.

§ 2o Enquanto não forem regulamentadas, as progressões e promoções dos titulares de cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos do IPEA, as progressões funcionais e promoções de que trata o art. 107 desta Lei serão concedidas observando-se as normas vigentes em 28 de agosto de 2008.

§ 3o Na contagem do interstício necessário à promoção e à progressão, será aproveitado o tempo computado até 28 de agosto de 2008.

Art. 109.  São pré-requisitos mínimos para promoção às classes do cargo de nível superior de Técnico de Planejamento e Pesquisa referido no inciso I do caput do art. 102 desta Lei:**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

I - para a Classe B, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 360 (trezentas e sessenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 5 (cinco) anos, ambas no campo específico de atuação do cargo;

II - para a Classe C, ter o grau de Mestre e qualificação profissional com experiência mínima de 8 (oito) anos, ambos no campo específico de atuação do cargo ou possuir a qualificação profissional com experiência mínima de 11 (onze) anos no campo específico de atuação do cargo; e

III - para a Classe Especial, ter o título de Doutor e qualificação profissional com experiência mínima de 11 (onze) anos, ambos no campo específico de atuação do cargo ou qualificação profissional com experiência mínima de 14 (quatorze) anos no campo específico de atuação do cargo.

Art. 110-A.  São pré-requisitos mínimos para a promoção às classes dos cargos de nível intermediário de Auxiliar Técnico do Quadro de Pessoal do IPEA: **(Incluído pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

I - para a Classe B, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, cento e vinte horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de cinco anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo; **(Incluído pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

II - para a Classe C, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, duzentas horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de oito anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo; e **(Incluído pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

III - para a Classe Especial, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, duzentos e oitenta horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de onze anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo. (NR) **(Incluído pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

Art. 111. (VETADO)

Art. 112. São pré-requisitos mínimos para promoção às classes dos demais cargos de nível intermediário do Quadro de Pessoal do IPEA:

I - para a Classe B, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 40 (quarenta) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 5 (cinco) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo;

II - para a Classe C, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 80 (oitenta) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 8 (oito) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo; e

III - para a Classe Especial, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 120 (cento e vinte) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 11 (onze) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo.

Art. 113. Cabe ao IPEA implementar programa permanente de capacitação, treinamento e desenvolvimento, destinado a assegurar a profissionalização dos titulares dos cargos integrantes do seu Plano de Carreiras e Cargos.

Parágrafo único. Para fins de promoção, cada evento de capacitação poderá ser computado uma única vez.

Art. 114.  Os titulares dos cargos integrantes da carreira de que trata o inciso I do caput do art. 102 desta Lei passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

Parágrafo único. Os valores do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o caput deste artigo são os fixados no Anexo XX desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

Art. 115.  Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos a que se refere o inciso I do caput do art. 102 desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, as seguintes espécies remuneratórias:**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão - GCG, de que trata o art. 8o da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e

III - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei no 10.698, de 2 de julho de 2003.

Parágrafo único.  Considerando o disposto no art. 114 desta Lei, os titulares dos cargos nele referidos não fazem jus à percepção das seguintes  vantagens remuneratórias:

I - Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP, de que trata o art. 1o da Lei no 9.625, de 7 de abril de 1998; e

II - Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada no 13, de 27 de agosto de 1992.

Art. 116.  Além das parcelas e vantagens de que trata o art. 115 desta Lei, não são devidas aos titulares dos cargos a que se refere o inciso I do caput do art. 102 desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, as seguintes parcelas:**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo de provimento em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei no 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos arts. 192 e 193 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e

XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 118 desta Lei.

Art. 117.  Os servidores integrantes da carreira de que trata o inciso I do caput do art. 102 desta Lei não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado. (NR) **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

Art. 118.  O subsídio dos integrantes da carreira de que trata o inciso I do caput do art. 102 desta Lei não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, de:**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5o do art. 2o e o § 1o do art. 3o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003;

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; e

V - parcelas indenizatórias previstas em lei.

Art. 119.  A estrutura remuneratória dos titulares dos cargos de níveis superior e intermediário a que se refere o inciso V do caput do art. 102 desta Lei e dos cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5o do art. 120 desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, terá a seguinte composição:

I - Vencimento Básico; e

II - Gratificação de Desempenho de Atividades Específicas do IPEA - GDAIPEA.

§ 1o Os padrões de vencimento básico dos cargos referidos no caput deste artigo são os constantes do Anexo XXI, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

§ 2o Os titulares dos cargos a que se refere o caput deste artigo não farão jus, a partir de 1o de julho de 2008, à percepção das seguintes gratificações e vantagens:

I - Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão - GCG, de que trata o art. 8o da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e

II - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei no 10.698, de 2 de julho de 2003.

Art. 120.  Os servidores titulares dos cargos de níveis superior e intermediário do Quadro de Pessoal do IPEA serão enquadrados nos cargos do Plano de Carreiras e Cargos do IPEA, de acordo com as respectivas atribuições, com os requisitos de formação profissional e com a posição relativa na Tabela, nos termos do Anexo XX-B desta Lei.**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 1o É vedada a mudança do nível do cargo ocupado pelo servidor em decorrência do disposto no caput deste artigo.

§ 2o O posicionamento dos aposentados e dos pensionistas nas tabelas remuneratórias constantes dos Anexos XX e XXI desta Lei será referenciado à situação em que o servidor se encontrava na data da aposentadoria ou em que se originou a pensão, respeitadas as alterações relativas a posicionamentos decorrentes de legislação específica.

§ 3º  Serão enquadrados na carreira de que trata o inciso I do caput do art. 102 desta Lei os cargos de Técnico de Planejamento e Pesquisa que tenham titulares cuja investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 4o  Ao IPEA incumbe verificar, caso a caso, a regularidade da aplicação do disposto no § 3o deste artigo quanto aos enquadramentos efetivados.

§ 5º  Os cargos efetivos de nível superior do Quadro de Pessoal do IPEA que não foram transpostos para a carreira de que trata o inciso I do caput do art. 102 desta Lei comporão quadro suplementar em extinção.**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 6o O quadro suplementar a que se refere o § 5o deste artigo inclui-se no Plano de Carreiras e Cargos do IPEA.

Art. 121. A aplicação das disposições desta Lei aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões.

§ 1o  Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei, eventual diferença será paga:

I - aos servidores integrantes da carreira de que trata o inciso I do caput do art. 102 desta Lei, a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na Carreira por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos e das Carreiras ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes do Anexo XX desta Lei; e**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

II - aos servidores de que trata o inciso V do caput do art. 102 desta Lei, a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes do Anexo XXI desta Lei.

§ 2o A parcela complementar de subsídio e a vantagem pessoal nominalmente identificada referidas nos incisos I e II do § 1o deste artigo estarão sujeitas exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 122. Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos do IPEA, de que trata o art. 102 e às pensões, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1o e 2o da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004, no que couber, o disposto nesta Lei em relação aos servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos do IPEA que se encontram em atividade.

Art. 123.  Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividades Específicas do IPEA - GDAIPEA, devida exclusivamente aos titulares de cargos de níveis superior e intermediário do Plano de Carreiras e Cargos do IPEA, de que trata o inciso V do caput do art. 102 desta Lei e o § 5o do art. 120 desta Lei, quando em exercício de atividades no IPEA.

Art. 124.  A GDAIPEA será atribuída em função do alcance de metas de desempenho individual do servidor e de desempenho institucional do IPEA.

§ 1o A avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo ou função, com foco na contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais.

§ 2o A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o desempenho coletivo no alcance dos objetivos organizacionais.

§ 3o A GDAIPEA será paga com observância dos seguintes limites:

I - máximo, 100 (cem) pontos por servidor; e

II - mínimo, 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXII desta Lei.

§ 4o Considerando o disposto nos §§ 1o e 2o deste artigo, a pontuação referente à GDAIPEA terá a seguinte distribuição:

I - até 20 (vinte) pontos de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na  avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na  avaliação de desempenho institucional.

§ 5o Os valores a serem pagos a título de GDAIPEA serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo XXII desta Lei, observada a classe e o padrão em que se encontra posicionado o servidor.

§ 6o Os critérios e procedimentos gerais de avaliação de desempenho individual e institucional da GDAIPEA serão estabelecidos em ato do Poder Executivo, observada a legislação vigente.

§ 7o Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional da GDAIPEA serão estabelecidos em ato do Presidente do IPEA, observada a legislação vigente.

§ 8o  As metas referentes à avaliação de desempenho institucional serão fixadas em ato do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, observada a legislação vigente. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 125. Até que seja instituído o ato a que se refere o § 6o do art. 124 desta Lei e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDAIPEA deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão - GCG, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo XXII desta Lei, conforme disposto no § 5o do art. 124 desta Lei.

§ 1o O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir da data de publicação do ato a que se refere o § 6o do art. 124 desta Lei, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor.

§ 2o O disposto no caput e no § 1o deste artigo aplica-se aos ocupantes de cargos comissionados que fazem jus à GDAIPEA.

Art. 126. A GDAIPEA não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

Art. 127. O titular de cargo efetivo de que tratam o inciso V do art. 102 e o § 5o do art. 120 desta Lei, em exercício no IPEA, quando investido em cargo em comissão ou função de confiança fará jus à GDAIPEA da seguinte forma:

I - os investidos em função de confiança ou cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 3, 2, 1 ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada conforme disposto no § 5o do art. 124 desta Lei; e

II - os investidos em cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4, ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da parcela individual, somado ao resultado da avaliação institucional do período.

Art. 128. O titular de cargo efetivo de que tratam o inciso V do caput do art. 102 e o § 5o do art. 120 desta Lei, quando não se encontrar em exercício no IPEA, somente fará jus à GDAIPEA nas situações definidas no art. 1o da Lei no 9.625, de 7 de abril de 1998, e, ainda, nas seguintes:

I - requisições previstas em lei para órgãos e entidades da União;

II - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

III - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal; e

IV - exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes;**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 1o Na situação referida no inciso I do caput deste artigo, o servidor perceberá a GDAIPEA calculada com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício no IPEA.

§ 2o  Na situação referida no inciso II do **caput**, o servidor perceberá a GDAIPEA calculada com base no resultado da avaliação institucional do período. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 3o  Nas situações referidas nos incisos III e IV do **caput**, o servidor perceberá a GDAIPEA calculada com base no resultado da avaliação institucional do Ipea no período. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 4o  A avaliação institucional considerada para o servidor alcançado pelos incisos I e II do **caput** será: **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

I - a do órgão ou entidade onde o servidor permaneceu em exercício por mais tempo; **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

II - a do órgão ou entidade onde o servidor se encontrar em exercício ao término do ciclo, caso ele tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes órgãos ou entidades; ou  **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

III - a do órgão de origem, quando requisitado ou cedido para órgão diverso da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional. **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 5o  A avaliação individual do servidor alcançado pelo inciso I do **caput** será realizada somente pela chefia imediata quando a regulamentação da sistemática para avaliação de desempenho a que se refere o § 6o do art. 124 não for igual à aplicável ao órgão ou entidade de exercício do servidor. **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 129. O servidor  ativo  beneficiário da GDAIPEA que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinqüenta por cento) do valor máximo desta parcela será imediatamente submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade do IPEA.

Parágrafo único. A análise de adequação funcional visa a identificar as causas dos resultados obtidos na avaliação do desempenho e servir de subsídio para a adoção de medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

Art. 130. Ocorrendo exoneração do cargo em comissão com manutenção do cargo efetivo, o servidor que faça jus à GDAIPEA continuará a percebê-la em valor correspondente ao da última pontuação atribuída, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

Art. 131. Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a GDAIPEA em valor correspondente ao da última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

§ 1o O disposto no caput deste artigo não se aplica aos casos de cessão.

§ 2o Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAIPEA no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

Art. 132. Para fins de incorporação da GDAIPEA aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios:

I - para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação será correspondente a 50% (cinqüenta por cento) do valor máximo do respectivo nível, classe e padrão; e

II - para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004:

a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3o e 6o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3o da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o percentual constante no inciso I do caput deste artigo; e

b) aos demais casos aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004.

Art. 132-A.  A partir de 1o de julho de 2012, para fins de incorporação da GDAIPEA aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios: **(Incluído pela Medida Provisória nº 568, de 11 de maio de 2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a GDAIPEA será correspondente a 50 (cinquenta) pontos, considerados o nível, classe e padrão do servidor;**(Incluído pela Medida Provisória nº 568, de 11 de maio de 2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004:  **(Incluído pela Medida Provisória nº 568, de 11 de maio de 2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

a) quando percebidas por período igual ou superior a 60 (sessenta) meses e aos servidores que deram origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3o e 6o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3o da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a média dos pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses; e  **(Incluído pela Medida Provisória nº 568, de 11 de maio de 2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

b) quando percebidas por período inferior a 60 (sessenta) meses, aos servidores de que trata a alínea *a* deste inciso aplicar-se-ão os pontos constantes do inciso I do caput; e  **(Incluído pela Medida Provisória nº 568, de 11 de maio de 2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

III - para as aposentadorias e pensões que não se enquadrem nas hipóteses previstas nos incisos I e II do caput, aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004 **(Incluído pela Medida Provisória nº 568, de 11 de maio de 2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

Art. 133.  Os ocupantes dos cargos integrantes da carreira de Planejamento e Pesquisa do IPEA são impedidos de exercer outra atividade, pública ou privada, potencialmente causadora de conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.**(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Parágrafo único.  Na hipótese em que o exercício de outra atividade não configure conflito de interesses, o servidor deverá observar o cumprimento da jornada do cargo, o horário de funcionamento do órgão ou da entidade e o dever de disponibilidade ao serviço público. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 134.  Os integrantes da Carreira de Planejamento e Pesquisa do IPEA somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do respectivo órgão de lotação nas situações definidas no art. 1o da Lei no 9.625, de 7 de abril de 1998, e, ainda, nas seguintes:**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

I - requisições previstas em lei para órgãos e entidades da União;

II - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

III - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal; e

IV - exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes.” (NR) **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

**Seção IX**

**Do Cargo de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500**

Art. 135.  A estrutura remuneratória dos titulares do cargo de provimento efetivo de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, de que trata a Lei no 9.625, de 7 de abril de 1998, será composta de:

I - Vencimento Básico; e

II - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Planejamento - GDATP.

Art. 136. A partir de 29 de agosto de 2008, os titulares dos cargos de que trata o art. 135 deixam de fazer jus à percepção das seguintes vantagens:

I - Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão - GCG, de que trata o art. 8o da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e

II - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a [Lei n](file:///G:\Consultoria\2008\LEIS\2003\L10.698.htm)o 10.698, de 2 de julho de 2003.

Art. 137. O valor do Vencimento Básico dos titulares do cargo a que se refere o art. 135 desta Lei é o estabelecido no Anexo XXIII desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

Art. 138. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Planejamento - GDATP, devida aos servidores titulares dos cargos de provimento efetivo de que trata o art. 135, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação. (NR)**(Redação dada pela Medida Provisória nº 568, de 11.5.2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

Art. 139. A GDATP será atribuída em função do alcance das metas de desempenho individual e do alcance das metas de desempenho institucional do órgão de lotação do servidor.

§ 1o A avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo ou função, para o alcance das metas de desempenho institucional.

§ 2o A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o alcance das metas organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas.

Art. 140. A GDATP será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXIV desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

Art. 141. A pontuação referente à GDATP será assim distribuída:

I - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Art. 142. Os critérios e procedimentos gerais de avaliação individual e institucional e de concessão da GDATP serão estabelecidos em ato do Poder Executivo.

§ 1o Os critérios e procedimentos específicos de avaliação individual e institucional serão estabelecidos em ato do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 2o  As metas referentes à avaliação de desempenho institucional serão fixadas em ato do titular do órgão de lotação ou do órgão ao qual se vincula a entidade de lotação do servidor ocupante do cargo a que se refere o art. 135. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 143. Os valores a serem pagos a título de GDATP serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo XXIV desta Lei, observada a classe e o padrão em que se encontra posicionado o servidor.

Art. 144. Até que sejam publicados os atos a que se refere o art. 142 desta Lei e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDATP deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GCG, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo XXIV desta Lei, conforme disposto no art. 143 desta Lei.

§ 1o O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir da data de publicação do ato a que se refere o art. 142 desta Lei, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor.

§ 2o O disposto no caput deste artigo aplica-se aos ocupantes de cargos comissionados e funções de confiança que fazem jus à GDATP.

Art. 145.  Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a GDATP correspondente ao último percentual obtido, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

§ 1o O disposto no caput deste artigo não se aplica aos casos de cessão.

§ 2º  Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDATP, no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos. (NR) **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

Art. 146. O titular de cargo efetivo de que trata o art. 135 desta Lei, em exercício no órgão ou entidade de lotação, quando investido em cargo em comissão ou função de confiança fará jus à GDATP da seguinte forma:

I - os investidos em função de confiança ou cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 3, 2, 1 ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada conforme disposto no art. 143 desta Lei; e

II - os investidos em cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4 ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da parcela individual, somado ao resultado da avaliação institucional do período.

Art. 147. O titular de cargo efetivo de que trata o art. 135 desta Lei quando não se encontrar em exercício no órgão ou entidade de lotação, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ou nos órgãos e nas unidades dos Sistemas de Planejamento e Orçamento, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal somente fará jus à GDATP nas seguintes situações:

I - requisições previstas em lei para órgãos e entidades da União;

 II - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

III - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal; e

IV - exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes;**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 1o Na situação referida no inciso I do caput deste artigo, o servidor perceberá a GDATP calculada com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício no órgão de lotação.

§ 2o  Na situação referida no inciso II do **caput**, o servidor perceberá a GDATP calculada com base no resultado da avaliação institucional do período. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 3o  Nas situações referidas nos incisos III e IV do **caput**, o servidor perceberá a GDATP calculada com base no resultado da avaliação institucional do órgão ou entidade de lotação no período. **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 4o  A avaliação institucional considerada para o servidor alcançado pelos incisos I e II do **caput** será: **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

I - a do órgão ou entidade onde o servidor permaneceu em exercício por mais tempo; **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

II - a do órgão ou entidade onde o servidor se encontrar em exercício ao término do ciclo, caso ele tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes órgãos ou entidades; ou **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

III - a do órgão de origem, quando requisitado ou cedido para órgão diverso da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional. **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 5o  A avaliação individual do servidor alcançado pelo inciso I do **caput** será realizada somente pela chefia imediata quando a regulamentação da sistemática para avaliação de desempenho a que se refere o **caput** do art. 142 não for igual à aplicável ao órgão ou entidade de exercício do servidor. **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 148. Ocorrendo exoneração do cargo em comissão com manutenção do cargo efetivo, o servidor que faça jus à GDATP continuará a percebê-la em valor correspondente ao da última pontuação que lhe foi atribuída, na condição de ocupante de cargo em comissão, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

Art. 149. O servidor ativo beneficiário da GDATP que obtiver pontuação inferior a 50% (cinqüenta por cento) da pontuação destinada à avaliação de desempenho individual será imediatamente submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade do órgão ou entidade de lotação.

Parágrafo único. A análise de adequação funcional visa a identificar as causas dos resultados obtidos na avaliação do desempenho e servir de subsídio para a adoção de medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

Art. 150. A GDATP não poderá ser paga cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo.

Art. 151. A aplicação das disposições relativas à estrutura remuneratória dos titulares dos cargos de que trata o art. 135 desta Lei aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões.

 § 1o  Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, em decorrência da aplicação do disposto nesta Seção, eventual diferença será paga aos servidores de que trata o art. 135 desta Lei, a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes dos Anexos XXIII e XXIV desta Lei.

§ 2o A VPNI de que trata o § 1o deste artigo estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 152. Para fins de incorporação da GDATP aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios:

I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a GDATP será, a partir de 1o de julho de 2008, correspondente a 50% (cinqüenta por cento) do valor máximo do respectivo nível; e

II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004:

a) quando aos servidores que lhes deram origem se aplicar o disposto nos arts. 3o e 6o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, e o art. 3o da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o percentual constante do inciso I do caput deste artigo; e

b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004.

**Seção X**

**Da Carreira Policial Civil dos Extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima**

Art. 153. O Anexo VI da Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar na forma do Anexo XXV desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

**CAPÍTULO II**

**DO SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA - SIDEC**

Art. 154. O desenvolvimento na Carreira dos titulares dos cargos que integram as Carreiras a seguir se dará por progressão e promoção, em virtude do mérito de seus integrantes e do desempenho no exercício das respectivas atribuições:

I - **(Revogado pela Lei nº 13.464, de 2017)**;

II - **(Revogado pela Lei nº 13.464, de 2017);**

III - Analista do Banco Central do Brasil e Técnico do Banco Central do Brasil, da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil;

IV - Auditor Federal de Finanças e Controle e Técnico Federal de Finanças e Controle, da carreira de Finanças e Controle; **(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

V - Analista de Planejamento e Orçamento e Técnico de Planejamento e Orçamento, da Carreira de Planejamento e Orçamento;

VI - Analista de Comércio Exterior da Carreira de Analista de Comércio Exterior;

VII - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental;

VIII - Analista Técnico e Agente Executivo da Susep, das carreiras de Analista Técnico da Susep e de Agente Executivo da Susep, respectivamente;**(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

IX - Analista da CVM e Agente Executivo, das carreiras de Analista da CVM e de Agente Executivo da CVM, respectivamente; **(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

X - Inspetor da CVM da Carreira de Inspetor da CVM;

XI - Técnico de Planejamento e Pesquisa, da Carreira de Planejamento e Pesquisa;

XII - (VETADO)

XIII - (VETADO)

XIV - (VETADO)

XV - Fiscal Federal Agropecuário da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário. **(Incluído pela Lei nº 12.775, de 28.12.2012)**

XVI - Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações, integrante da carreira de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos de Telecomunicações; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XVII - Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual, integrante da carreira de Regulação e Fiscalização da Atividade Cinematográfica e Audiovisual; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XVIII - Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Energia, integrante da carreira de Regulação e Fiscalização de Recursos Energéticos; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XIX - Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural, integrante da carreira de Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XX - Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural, integrante da carreira de Regulação e Fiscalização de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXI - Especialista em Regulação de Saúde Suplementar, integrante da carreira de Regulação e Fiscalização de Saúde Suplementar; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXII - Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários, integrante da carreira de Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes Aquaviários; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXIII - Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres, integrante da carreira de Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes Terrestres; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXIV - Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária, integrante da carreira de Regulação e Fiscalização de Locais, Produtos e Serviços sob Vigilância Sanitária; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXV - Especialista em Regulação de Aviação Civil, integrante da carreira de Regulação e Fiscalização de Aviação Civil; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXVI - Especialista em Recursos Hídricos, integrante da carreira de Especialista em Recursos Hídricos; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXVII - Especialista em Geoprocessamento, integrante da carreira de Especialista em Geoprocessamento; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXVIII - Analista Administrativo, integrante das carreiras de Analista Administrativo das autarquias referidas no Anexo I da Lei no 10.871, 20 de maio de 2004; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXIX - Analista Administrativo, integrante da carreira de Analista Administrativo de que trata a Lei no 10.768, 19 de novembro de 2003;**(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXX - Técnico em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações, integrante da carreira de Suporte à Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos de Telecomunicações; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXXI - Técnico em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual, integrante da carreira de Suporte à Regulação e Fiscalização da Atividade Cinematográfica e Audiovisual; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXXII - Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural, integrante da carreira de Suporte à Regulação e Fiscalização de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXXIII - Técnico em Regulação de Saúde Suplementar, integrante da carreira de Suporte à Regulação e Fiscalização de Saúde Suplementar; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXXIV - Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários, integrante da carreira de Suporte à Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes Aquaviários; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXXV - Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres, integrante da carreira de Suporte à Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes Terrestres; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXXVI - Técnico em Regulação e Vigilância Sanitária, integrante da carreira de Suporte à Regulação e Fiscalização de Locais, Produtos e Serviços sob Vigilância Sanitária; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXXVII - Técnico em Regulação de Aviação Civil, integrante da carreira de Suporte à Regulação e Fiscalização de Aviação Civil; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXXVIII - Técnico Administrativo, integrante das carreiras de Técnico Administrativo das autarquias referidas no Anexo I da Lei no 10.871, de 20 de maio de 2004; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXXIX - (VETADO); **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XL - (VETADO). **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

§ 1o Para os fins do disposto neste Capítulo, progressão é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior.[[245]](#footnote-246)

§ 2o  A participação, com aproveitamento, em programas e cursos de aperfeiçoamento ministrados por escola de governo constituirá requisito obrigatório para a promoção nas carreiras de que tratam os incisos I a XL do **caput. (Redação dada pela Lei nº 13.326, de 2016)**

Art. 155. Para fins de progressão, serão considerados os resultados da avaliação de desempenho individual do servidor.

§ 1o Ato do Poder Executivo determinará o percentual obtido na avaliação de desempenho individual:

I - a partir do qual o servidor poderá progredir com 12 (doze) meses de efetivo exercício no padrão em que se encontrar; e

II - abaixo do qual o interstício mínimo para progressão será de pelo menos 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício no padrão em que se encontrar.

§ 2o A obtenção de percentual situado entre os limites referidos nos incisos I e II do § 1o deste artigo fará com que o servidor possa progredir, desde que cumprido o interstício mínimo de 18 (dezoito) meses de efetivo exercício no padrão em que se encontrar.

Art. 156. Para fins de promoção, será estruturado o Sistema de Desenvolvimento na Carreira - SIDEC, baseado no acúmulo de pontos a serem atribuídos ao servidor em virtude dos seguintes fatores:

I - resultados obtidos em avaliação de desempenho individual;

II - freqüência e aproveitamento em atividades de capacitação;

III - titulação;

IV - ocupação de funções de confiança, cargos em comissão ou designação para coordenação de equipe ou unidade;

V - tempo de efetivo exercício no cargo;

VI - produção técnica ou acadêmica na área específica de exercício do servidor;

VII - exercício em unidades de lotação prioritárias; e

VIII - participação regular como instrutor em cursos técnicos ofertados no plano anual de capacitação do órgão.

§ 1o Além dos fatores enumerados nos incisos I a VIII do caput deste artigo, outros fatores poderão ser estabelecidos, na forma do regulamento, considerando projetos e atividades prioritárias, condições especiais de trabalho e características específicas das Carreiras ou cargos.

§ 2o Ato do Poder Executivo definirá o peso de cada um dos fatores, os critérios de sua aplicação e a forma de cálculo do resultado final.[[246]](#footnote-247)

Art. 157. O quantitativo de cargos por classe das Carreiras de que trata o art. 154 desta Lei, observado o total de cada cargo da Carreira, obedecerá aos seguintes limites:**(Redação dada pela Lei nº 12.775, de 28.12.2012)**

 I - para as carreiras de que tratam os incisos I, II e XVI a XL do **caput** do art. 154: **(Redação dada pela Lei nº 13.326, de 2016)**

a) 45% (quarenta e cinco por cento) do total de cada cargo da Carreira na classe A; **(Redação dada pela Lei nº 12.775, de 28.12.2012)**

b) até 35% (trinta e cinco por cento) do total de cada cargo da Carreira na classe B; **(Redação dada pela Lei nº 12.775, de 28.12.2012)**

c) até 20% (vinte por cento) do total de cada cargo da Carreira na classe Especial; e **(Redação dada pela Lei nº 12.775, de 28.12.2012)**

II - para as Carreiras de que tratam os incisos III a XV do caputdo art. 154: (**(Redação dada pela Lei nº 12.775, de 28.12.2012)**

a) 30% (trinta por cento) do total de cada cargo da Carreira na classe A;

b) até 27% (vinte e sete por cento) do total de cada cargo da Carreira na classe B;

c) até 23% (vinte e três por cento) do total de cada cargo da Carreira na classe C; e

d) até 20% (vinte por cento) do total de cada cargo da Carreira na classe Especial.

§ 1o Para fins do cálculo do total de vagas disponíveis por classe para promoção, o quantitativo de cargos cujos titulares estejam posicionados na classe há mais de 10 (dez) anos será somado às vagas existentes, observado o limite de cada classe conforme estabelecido nas alíneas *a*, *b* e *c* do inciso I e *a*, *b*, *c* e *d* do inciso II do caput deste artigo.

§ 2o O titular de cargo integrante das Carreiras de que trata o art. 154 desta Lei que permanecer por mais de 15 (quinze) anos posicionado em uma mesma classe, desde que tenha obtido, durante pelo menos 2/3 (dois terços) do período de permanência na classe, percentual na avaliação de desempenho individual suficiente para progressão com 12 (doze) meses de efetivo exercício, será automaticamente promovido à classe subseqüente.

§ 3o O disposto no § 2o deste artigo não se aplica à promoção para a classe Especial.

§ 4o  Os limites estabelecidos nas alíneas *a* e *c* do inciso I do capute *a* e *d* do  inciso  II do caputpoderão ser aumentados para 60% (sessenta por cento) e 25% (vinte e cinco por cento), respectivamente:  **(Redação dada pela Lei nº 12.775, de 28.12.2012)**

I - até 31 de agosto de 2013, no caso dos cargos referidos nos incisos I a XIV do caputdo art. 154, visando a permitir maior alocação de vagas nas classes iniciais e o ajuste gradual do quadro de distribuição de cargos por classe existente em 28 de agosto de 2008; e  **(Incluído pela Lei nº 12.775, de 28.12.2012)**

II - até 31 de agosto de 2016, no caso dos cargos referidos no inciso XV do caputdo art. 154, visando a permitir maior alocação de vagas nas classes iniciais e o ajuste gradual do quadro de distribuição de cargos por classe existente em 30 de agosto de 2012. e  **(Incluído pela Lei nº 12.775, de 28.12.2012)**

III - até 31 de agosto de 2020, no caso dos cargos referidos nos incisos XVI a XXXVIII do art. 154 desta Lei, visando a permitir maior alocação de vagas nas classes iniciais e ajuste gradual do quadro de distribuição de cargos por classe existente em 31 de dezembro de 2015. **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

§ 5o  Os limites estabelecidos nas alíneas “a” e “d” do inciso II do **caput** poderão ser aumentados, até 31 de agosto de 2020, para 60% (sessenta por cento) e para 25% (vinte e cinco por cento), respectivamente, no caso dos cargos de Agente Executivo da CVM e de Agente Executivo da Susep, visando a permitir maior alocação de vagas nas classes iniciais e o ajuste gradual do quadro de distribuição de cargos por classe existente em 31 de dezembro de 2015. **(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

Art. 158.  Enquanto não forem publicados os atos a que se referem o § 1o do art. 155 e o § 2o do art. 156 desta Lei, as progressões e as promoções dos ocupantes dos cargos que integram as carreiras referidas no art. 154 desta Lei serão concedidas observando-se as normas vigentes: **(Redação dada pela Lei nº 13.326, de 2016)**

I - em 28 de agosto de 2008, para os cargos referidos nos incisos I a XI do caputdo art. 154; e  **(Incluído pela Lei nº 12.775, de 28.12.2012)**

II - em 30 de agosto de 2012, para o cargo referido no inciso XV do caputdo art. 154. **(Incluído pela Lei nº 12.775, de 28.12.2012)**

III - em 31 de dezembro de 2015, para os cargos referidos nos incisos XVI a XL do **caput**do art. 154. **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

Art. 159. O índice de pontuação do servidor no SIDEC poderá ser usado como critério de preferência em:

I - concurso de remoção;

II - custeio e liberação para curso de longa duração;

III - seleção pública para função de confiança; e

IV - premiação por desempenho destacado.

Parágrafo único. Ato do Poder Executivo definirá em que casos será utilizado o índice de pontos do SIDEC e a forma de sua aplicação.

**CAPÍTULO III**

**DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS**

Art. 160. Não são cumulativos  os  valores eventualmente percebidos pelos servidores ativos ou aposentados ou pelos pensionistas abrangidos por esta Lei com base na legislação vigente em 28 de agosto de 2008 com os valores decorrentes da aplicação desta Lei aos vencimentos ou subsídio ou proventos de aposentadoria ou pensão.

§ 1o Observado o disposto no caput deste artigo, os valores eventualmente percebidos pelo servidor ou pensionista a título de vencimentos, subsídio ou proventos da aposentadoria ou pensões, de 1o de julho de 2008 até 28 de agosto de 2008 deverão ser deduzidos dos valores devidos a partir de 1o de julho de 2008, conforme a Carreira ou plano de Carreiras e cargos a que pertença o servidor ou o instituidor da pensão.

§ 2o Para fins do disposto neste artigo, os vencimentos compreendem a soma do vencimento básico com as vantagens permanentes relativas ao cargo, conforme disposto na Lei no 8.852, de 4 de fevereiro de 1994 e, ainda, as seguintes parcelas:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo de provimento em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei no 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos arts. 192 e 193 da Lei no 8.112, de 11 dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

XII - outras gratificações adicionais, ou parcelas remuneratórias complementares de qualquer origem ou natureza; e

XIII - valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 161. As limitações a cessões veiculadas nesta Lei não implicam revogação de normas específicas no que elas forem mais restritivas.

Art. 162. Os servidores que em 28 de agosto de 2008 se encontravam cedidos, em conformidade com a legislação então vigente, poderão permanecer nessa condição até o final do prazo estipulado no ato de cessão e, ainda, terem a cessão renovada 1 (uma) vez pelo prazo de até 1 (um) ano.

Parágrafo único. No caso de o ato de cessão não prever prazo, será considerado como data final 31 de agosto de 2009.

Art. 163. As limitações ao exercício de outras atividades pelos servidores, constantes desta Lei, não implicam afastamento de restrições constantes de outras normas.

Art. 164. São criados, para provimento gradual, no Quadro de Pessoal:

I - do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 200 (duzentos) cargos de Analista de Planejamento e Orçamento da Carreira de Planejamento e Orçamento, de que trata a Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e

II - da Defensoria Pública da União:

a) 7 (sete) cargos de Defensor Público de Categoria Especial;

b) 20 (vinte) cargos de Defensor Público de Primeira Categoria; e

c) 173 (cento e setenta e três) cargos de Defensor Público de Segunda Categoria.

Art. 165. O total de cargos de Defensor Público da Carreira de Defensor Público, a partir da data de publicação da Medida Provisória no 440, de 29 de agosto de 2008, passa a ser de 481 (quatrocentos e oitenta e um) cargos, assim distribuídos:

I - 41 (quarenta e um) cargos de Defensor Público de Categoria Especial;

II - 76 (setenta e seis) cargos de Defensor Público de Primeira Categoria; e

III - 364 (trezentos e sessenta e quatro) cargos de Defensor Público de Segunda Categoria.

Art. 166. Ficam criados na Carreira Policial Federal de que tratam o art. 1o do Decreto-Lei no 2.251, de 26 de fevereiro de 1985, e a Lei no 9.266, de 15 de março de 1996:

I - 500 (quinhentos) cargos de Delegado de Polícia Federal;

II - 300 (trezentos) cargos de Perito Criminal Federal;

III - 750 (setecentos e cinqüenta) cargos de Agente de Polícia Federal;

IV - 400 (quatrocentos) cargos de Escrivão de Polícia Federal; e

V - 50 (cinqüenta) cargos de Papiloscopista de Polícia Federal.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 167. (VETADO)

Art. 168. (VETADO)

Art. 169. Ficam revogados:

I - os arts. 9o, 10 e 11-A da Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998;

II - os arts. 8o, 8o-A, 9o, 10, 13, 13-A, 15 e 16 e os Anexos VII, VII-A, VIII e VIII-A da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001;

III - os arts. 7o, 8o, 15 e 21 e os Anexos IV-A, [V](file:///G:\Consultoria\2008\LEIS\2002\L10593.htm#anexov) e VI da Lei no 10.593, de 6 de dezembro de 2002;

IV - os arts. 2o, 3o, 4o, 5o, 6o, 7o, 8o, 9o, 10, 11, 12, 13, 14, 14-A, 15 e 16 e o Anexo II da Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004;

V - os arts. 7o a 15 e o Anexo IV da Lei no 11.094, de 13 de janeiro de 2005;

VI - o art. 2o da Lei no 11.344, de 8 de setembro de 2006; e

VII - o art. 20 da Lei no 11.356, de 19 de outubro de 2006.

Art. 170. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de dezembro de 2008; 187o da Independência e 120o da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

*Paulo Bernardo Silva*

**ANEXO I**

**(Anexo III da Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004)**

**CARREIRA DE AUDITORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E CARREIRA DE AUDITORIA-FISCAL DO TRABALHO**

TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS

| SITUAÇÃO EM 30 DE JUNHO DE 2009 | | | SITUAÇÃO A PARTIR DE 1o JUL 2009 | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | PADRÃO | CLASSE | CARGOS |
| Auditor-Fiscal da  Receita Federal do Brasil  Analista-Tributário da Receita  Federal do Brasil  Auditor-Fiscal do Trabalho | ESPECIAL | IV | IV | ESPECIAL | Auditor-Fiscal da  Receita Federal do  Brasil  Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil  Auditor-Fiscal do Trabalho |
| III | III |
| II | II |
| I | I |
|  | IV |  |  |
| B | III | IV |  |
|  | II |  |  |
|  | I |  | B |
|  | V | III |  |
| A | IV | II |  |
|  | III | I |  |
|  | II | V |  |
|  | I | IV |  |
|  |  | III | A |
|  |  | II |  |
|  |  | I |  |  |

ANEXO II

**(Anexo IV da Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004)**

**CARREIRA DE AUDITORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E CARREIRA DE AUDITORIA-FISCAL DO TRABALHO**

VALOR DO SUBSÍDIO

a) Tabela I: Cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e Auditor-Fiscal do Trabalho

| Em R$ | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| CLASSE |  | VALOR DO SUBSÍDIO | | |
| PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
|  | 1o JUL 2008 | 1o JUL 2009 | 1o JUL 2010 |
| ESPECIAL | IV | 16.680,00 | 18.260,00 | 19.451,00 |
| III | 16.378,46 | 17.934,39 | 18.910,61 |
| II | 16.083,60 | 17.615,25 | 18.576,24 |
| I | 15.795,19 | 17.302,23 | 18.247,78 |
| B | IV | 15.114,97 | 16.608,73 | 17.545,94 |
| III | 14.829,14 | 16.287,14 | 17.201,90 |
| II | 14.549,81 | 15.972,19 | 16.864,61 |
| I | 14.276,81 | 15.663,75 | 16.533,93 |
| A | V | 13.679,49 | 15.042,71 | 15.898,01 |
| IV | 13.426,66 | 14.753,69 | 15.586,28 |
| III | 13.179,54 | 14.470,63 | 15.280,67 |
| II | 12.937,97 | 14.193,38 | 14.981,05 |
| I | 12.535,36 | 13.067,00 | 13.600,00 |

b) Tabela II: Cargos de Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil

| Em R$ | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | VALOR DO SUBSÍDIO | | |
| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
|  |  | 1o JUL 2008 | 1o JUL 2009 | 1o JUL 2010 |
|  | IV | 9.456,00 | 10.608,00 | 11.595,00 |
| ESPECIAL | III | 9.270,59 | 10.349,27 | 11.181,37 |
|  | II | 9.088,81 | 10.096,85 | 10.962,13 |
|  | I | 8.910,60 | 9.850,58 | 10.747,19 |
|  | IV | 8.567,88 | 9.471,71 | 10.333,83 |
| B | III | 8.399,89 | 9.240,70 | 9.936,38 |
|  | II | 8.235,18 | 9.015,31 | 9.554,21 |
|  | I | 8.073,71 | 8.795,43 | 9.186,74 |
|  | V | 7.838,55 | 8.457,14 | 8.833,40 |
|  | IV | 7.684,86 | 8.250,87 | 8.660,20 |
| A | III | 7.534,17 | 8.049,63 | 8.490,39 |
|  | II | 7.386,44 | 7.853,30 | 8.323,91 |
|  | I | 7.095,53 | 7.624,56 | 7.996,07 |

ANEXO III

**(Anexo I da Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006)**

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DA ÁREA JURÍDICA

(Incisos I a V do art. 1o)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Em R$ | | | |
| CATEGORIA | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| 1o JUL 2008 | 1o JUL 2009 | 1o JUL 2010 |
| ESPECIAL | 16.680,00 | 18.260,00 | 19.451,00 |
| PRIMEIRA | 16.014,13 | 16.584,15 | 17.201,90 |
| SEGUNDA | 14.049,53 | 14.549,53 | 14.970,60 |

ANEXO IV

**(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

a)  Valor do subsídio dos Cargos de Nível Superior das Carreiras de Gestão Governamental

Em R$

| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | VALOR DO SUBSÍDIO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Auditor Federal de Finanças e Controle   Analista de Planejamento e Orçamento   Analista de Comércio Exterior   Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental | ESPECIAL | IV | 21.391,10 | 22.567,61 | 24.142,66 | 25.745,61 | 27.369,67 |
| III | 20.796,81 | 21.940,63 | 23.471,92 | 25.030,34 | 26.609,28 |
| II | 20.429,09 | 21.552,69 | 23.056,90 | 24.587,76 | 26.138,79 |
| I | 20.067,86 | 21.171,59 | 22.649,21 | 24.153,00 | 25.676,60 |
| C | III | 19.296,02 | 20.357,30 | 21.778,09 | 23.224,04 | 24.689,04 |
| II | 18.917,67 | 19.958,14 | 21.351,07 | 22.768,67 | 24.204,95 |
| I | 18.546,73 | 19.566,80 | 20.932,41 | 22.322,22 | 23.730,33 |
| B | III | 18.183,07 | 19.183,14 | 20.521,98 | 21.884,53 | 23.265,03 |
| II | 17.483,72 | 18.445,32 | 19.732,67 | 21.042,82 | 22.370,22 |
| I | 17.140,90 | 18.083,65 | 19.345,75 | 20.630,21 | 21.931,59 |
| A | III | 16.804,81 | 17.729,07 | 18.966,43 | 20.225,70 | 21.501,56 |
| II | 16.475,30 | 17.381,44 | 18.594,53 | 19.829,12 | 21.079,96 |
| I | 15.003,70 | 15.828,90 | 16.933,64 | 18.057,95 | 19.197,06 |

b)  Valor do subsídio do Cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle da Carreira  Finanças e Controle

Em R$

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | VALOR DO SUBSÍDIO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Técnico Federal de Finanças e Controle | ESPECIAL | IV | 9.780,92 | 10.318,87 | 11.039,05 | 11.771,99 | 12.514,58 |
| III | 9.331,00 | 9.844,21 | 10.531,26 | 11.230,48 | 11.938,91 |
| II | 9.050,43 | 9.548,20 | 10.214,60 | 10.892,79 | 11.579,92 |
| I | 8.778,31 | 9.261,12 | 9.907,47 | 10.565,28 | 11.231,75 |
| C | III | 8.242,54 | 8.695,88 | 9.302,79 | 9.920,44 | 10.546,24 |
| II | 7.994,70 | 8.434,41 | 9.023,07 | 9.622,15 | 10.229,13 |
| I | 7.754,32 | 8.180,81 | 8.751,77 | 9.332,84 | 9.921,56 |
| B | III | 7.062,13 | 7.450,55 | 7.970,54 | 8.499,74 | 9.035,92 |
| II | 6.849,79 | 7.226,53 | 7.730,89 | 8.244,18 | 8.764,23 |
| I | 6.643,82 | 7.009,23 | 7.498,42 | 7.996,28 | 8.500,69 |
| A | III | 6.050,76 | 6.383,55 | 6.829,08 | 7.282,49 | 7.741,88 |
| II | 5.868,83 | 6.191,62 | 6.623,74 | 7.063,53 | 7.509,10 |
| I | 5.692,36 | 6.005,44 | 6.424,57 | 6.851,13 | 7.283,31 |

b) Tabela II: Cargos de Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil

| Em R$ | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO | VALOR DO SUBSÍDIO | | |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| 1o JUL 2008 | 1o JUL 2009 | 1o JUL 2010 |
| ESPECIAL | IV | 9.456,00 | 10.608,00 | 11.595,00 |
| III | 9.270,59 | 10.349,27 | 11.181,37 |
| II | 9.088,81 | 10.096,85 | 10.962,13 |
| I | 8.910,60 | 9.850,58 | 10.747,19 |
| B | IV | 8.567,88 | 9.471,71 | 10.333,83 |
| III | 8.399,89 | 9.240,70 | 9.936,38 |
| II | 8.235,18 | 9.015,31 | 9.554,21 |
| I | 8.073,71 | 8.795,43 | 9.186,74 |
| A | V | 7.838,55 | 8.457,14 | 8.833,40 |
| IV | 7.684,86 | 8.250,87 | 8.660,20 |
| III | 7.534,17 | 8.049,63 | 8.490,39 |
| II | 7.386,44 | 7.853,30 | 8.323,91 |
| I | 7.095,53 | 7.624,56 | 7.996,07 |

ANEXO III

**(Anexo I da Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006)**

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DA ÁREA JURÍDICA

(Incisos I a V do art. 1o)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Em R$ | | | |
| CATEGORIA | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| 1o JUL 2008 | 1o JUL 2009 | 1o JUL 2010 |
| ESPECIAL | 16.680,00 | 18.260,00 | 19.451,00 |
| PRIMEIRA | 16.014,13 | 16.584,15 | 17.201,90 |
| SEGUNDA | 14.049,53 | 14.549,53 | 14.970,60 |

ANEXO IV

**(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

a)  Valor do subsídio dos Cargos de Nível Superior das Carreiras de Gestão Governamental

Em R$

| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | VALOR DO SUBSÍDIO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Auditor Federal de Finanças e Controle   Analista de Planejamento e Orçamento   Analista de Comércio Exterior   Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental | ESPECIAL | IV | 21.391,10 | 22.567,61 | 24.142,66 | 25.745,61 | 27.369,67 |
| III | 20.796,81 | 21.940,63 | 23.471,92 | 25.030,34 | 26.609,28 |
| II | 20.429,09 | 21.552,69 | 23.056,90 | 24.587,76 | 26.138,79 |
| I | 20.067,86 | 21.171,59 | 22.649,21 | 24.153,00 | 25.676,60 |
| C | III | 19.296,02 | 20.357,30 | 21.778,09 | 23.224,04 | 24.689,04 |
| II | 18.917,67 | 19.958,14 | 21.351,07 | 22.768,67 | 24.204,95 |
| I | 18.546,73 | 19.566,80 | 20.932,41 | 22.322,22 | 23.730,33 |
| B | III | 18.183,07 | 19.183,14 | 20.521,98 | 21.884,53 | 23.265,03 |
| II | 17.483,72 | 18.445,32 | 19.732,67 | 21.042,82 | 22.370,22 |
| I | 17.140,90 | 18.083,65 | 19.345,75 | 20.630,21 | 21.931,59 |
| A | III | 16.804,81 | 17.729,07 | 18.966,43 | 20.225,70 | 21.501,56 |
| II | 16.475,30 | 17.381,44 | 18.594,53 | 19.829,12 | 21.079,96 |
| I | 15.003,70 | 15.828,90 | 16.933,64 | 18.057,95 | 19.197,06 |

b)  Valor do subsídio do Cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle da Carreira  Finanças e Controle

Em R$

| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | VALOR DO SUBSÍDIO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Técnico Federal de Finanças e Controle | ESPECIAL | IV | 9.780,92 | 10.318,87 | 11.039,05 | 11.771,99 | 12.514,58 |
| III | 9.331,00 | 9.844,21 | 10.531,26 | 11.230,48 | 11.938,91 |
| II | 9.050,43 | 9.548,20 | 10.214,60 | 10.892,79 | 11.579,92 |
| I | 8.778,31 | 9.261,12 | 9.907,47 | 10.565,28 | 11.231,75 |
| C | III | 8.242,54 | 8.695,88 | 9.302,79 | 9.920,44 | 10.546,24 |
| II | 7.994,70 | 8.434,41 | 9.023,07 | 9.622,15 | 10.229,13 |
| I | 7.754,32 | 8.180,81 | 8.751,77 | 9.332,84 | 9.921,56 |
| B | III | 7.062,13 | 7.450,55 | 7.970,54 | 8.499,74 | 9.035,92 |
| II | 6.849,79 | 7.226,53 | 7.730,89 | 8.244,18 | 8.764,23 |
| I | 6.643,82 | 7.009,23 | 7.498,42 | 7.996,28 | 8.500,69 |
| A | III | 6.050,76 | 6.383,55 | 6.829,08 | 7.282,49 | 7.741,88 |
| II | 5.868,83 | 6.191,62 | 6.623,74 | 7.063,53 | 7.509,10 |
| I | 5.692,36 | 6.005,44 | 6.424,57 | 6.851,13 | 7.283,31 |

c)  Valor do subsídio do Cargo de Nível Intermediário da Carreira de Planejamento e Orçamento

 Em R$

| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | VALOR DO SUBSÍDIO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Técnico de Planejamento e Orçamento | ESPECIAL | IV | 9.780,92 | 10.318,87 | 11.039,05 | 11.771,99 | 12.514,58 |
| III | 9.331,00 | 9.844,21 | 10.531,26 | 11.230,48 | 11.938,91 |
| II | 9.050,43 | 9.548,20 | 10.214,60 | 10.892,79 | 11.579,92 |
| I | 8.778,31 | 9.261,12 | 9.907,47 | 10.565,28 | 11.231,75 |
| C | III | 8.242,54 | 8.695,88 | 9.302,79 | 9.920,44 | 10.546,24 |
| II | 7.994,70 | 8.434,41 | 9.023,07 | 9.622,15 | 10.229,13 |
| I | 7.754,32 | 8.180,81 | 8.751,77 | 9.332,84 | 9.921,56 |
| B | III | 7.062,13 | 7.450,55 | 7.970,54 | 8.499,74 | 9.035,92 |
| II | 6.849,79 | 7.226,53 | 7.730,89 | 8.244,18 | 8.764,23 |
| I | 6.643,82 | 7.009,23 | 7.498,42 | 7.996,28 | 8.500,69 |
| A | III | 6.050,76 | 6.383,55 | 6.829,08 | 7.282,49 | 7.741,88 |
| II | 5.868,83 | 6.191,62 | 6.623,74 | 7.063,53 | 7.509,10 |
| I | 5.692,36 | 6.005,44 | 6.424,57 | 6.851,13 | 7.283,31 |

ANEXO V

**(Anexo II da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998)**

**CARREIRA DE ESPECIALISTA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO**

a) Tabela I: Vencimento básico do Cargo de Analista do Banco Central do Brasil

| Em R$ | | |
| --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS |
|  |  | DE 1o MAR 2008 A 30 JUN 2008 |
|  | IV | 6.769,14 |
| ESPECIAL | III | 6.408,53 |
|  | II | 6.067,12 |
|  | I | 5.743,90 |
|  | III | 5.437,90 |
| C | II | 5.148,20 |
|  | I | 4.873,93 |
|  | III | 4.614,27 |
| B | II | 4.368,45 |
|  | I | 4.135,72 |
|  | III | 3.915,39 |
| A | II | 3.706,80 |
|  | I | 3.509,32 |

b) Tabela II: Vencimento básico do Cargo de Técnico do Banco Central do Brasil

| Em R$ | | |
| --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS |
| DE 1o MAR 2008 A 30 JUN 2008 |
|  | IV | 3.384,57 |
| ESPECIAL | III | 3.204,27 |
|  | II | 3.033,56 |
|  | I | 2.871,95 |
|  | III | 2.718,95 |
| C | II | 2.574,10 |
|  | I | 2.436,97 |
|  | III | 2.307,14 |
| B | II | 2.184,23 |
|  | I | 2.067,86 |
|  | III | 1.957,70 |
| A | II | 1.853,40 |
|  | I | 1.754,66 |

ANEXO VI

**(Anexo II-A da Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998)**

TABELA DE SUBSÍDIOS

CARREIRA DE ESPECIALISTA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

a) Tabela I: Valor do subsídio do Cargo de Analista do Banco Central do Brasil

| Em R$ | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| 1o JUL 2008 | 1o JUL 2009 | 1o JUL 2010 |
|  |  | IV | 14.511,60 | 17.347,00 | 18.478,45 |
|  | ESPECIAL | III | 14.332,98 | 17.037,67 | 17.965,08 |
|  |  | II | 13.995,68 | 16.734,49 | 17.647,43 |
| Analista do |  | I | 13.666,32 | 16.437,12 | 17.335,39 |
| Banco |  | III | 13.242,56 | 15.778,30 | 16.668,64 |
| Central do | C | II | 12.930,92 | 15.472,78 | 16.341,81 |
| Brasil |  | I | 12.626,62 | 15.173,58 | 16.021,38 |
|  |  | III | 12.278,06 | 14.880,56 | 15.707,23 |
|  | B | II | 11.720,04 | 14.290,57 | 15.103,11 |
|  |  | I | 11.681,19 | 14.016,00 | 14.806,97 |
|  |  | III | 11.466,20 | 13.747,10 | 14.516,64 |
|  | A | II | 11.256,03 | 13.483,71 | 14.232,00 |
|  |  | I | 10.905,76 | 12.413,65 | 12.960,77 |

b) Tabela II: Valor do subsídio do Cargo de Técnico do Banco Central do Brasil

| Em R$ | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| 1o JUL 2008 | 1o JUL 2009 | 1o JUL 2010 |
|  |  | IV | 7.123,00 | 7.538,00 | 8.449,13 |
|  | ESPECIAL | III | 6.915,53 | 7.304,26 | 8.060,48 |
|  |  | II | 6.714,11 | 7.077,77 | 7.818,11 |
|  |  | I | 6.518,55 | 6.858,31 | 7.583,04 |
| Técnico do Banco |  | III | 6.208,15 | 6.470,10 | 7.120,22 |
| Central do Brasil | C | II | 6.027,33 | 6.269,48 | 6.906,13 |
|  |  | I | 5.851,77 | 6.075,08 | 6.698,48 |
|  |  | III | 5.626,71 | 5.731,20 | 6.100,54 |
|  | B | II | 5.516,38 | 5.564,28 | 5.917,11 |
|  |  | I | 5.381,83 | 5.402,21 | 5.739,19 |
|  |  | III | 5.174,84 | 5.194,43 | 5.226,88 |
|  | A | II | 5.024,12 | 5.043,14 | 5.069,72 |
|  |  | I | 4.887,27 | 4.896,25 | 4.917,28 |

ANEXO VII  
**(Redação dada pela Lei nº 13.464, de 2017)**

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA DE DIPLOMATA

Em R$

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| CLASSE | VALOR DO SUBSÍDIO | | | |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | |
| 1o JAN 2015 | 1o JAN 2017 | 1o JAN 2018 | 1o JAN 2019 |
| Ministro de Primeira Classe | 21.391,10 | 24.142,66 | 25.745,61 | 27.369,67 |
| Ministro de Segunda Classe | 20.570,16 | 23.216,12 | 24.757,55 | 26.319,29 |
| Conselheiro | 19.148,62 | 21.611,73 | 23.046,63 | 24.500,44 |
| Primeiro Secretário | 17.821,67 | 20.114,09 | 21.449,56 | 22.802,63 |
| Segundo Secretário | 16.590,06 | 18.724,06 | 19.967,24 | 21.226,79 |
| Terceiro Secretário | 15.005,26 | 16.935,40 | 18.059,83 | 19.199,06 |

ANEXO VIII

ESTRUTURA DOS CARGOS INTEGRANTES DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA SUSEP

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO |
|  |  | IV |
|  | ESPECIAL | III |
|  |  | II |
|  |  | I |
| Analista Técnico da Susep |  | III |
| Agente Executivo da Susep | C | II |
| Demais cargos de nível intermediário do |  | I |
| Quadro de Pessoal da Susep |  | III |
|  | B | II |
|  |  | I |
|  |  | III |
|  | A | II |
|  |  | I |

ANEXO IX  
**(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

TABELA DE SUBSÍDIOS DO CARGO DE ANALISTA TÉCNICO DA SUSEP

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VALOR DO SUBSÍDIO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Analista Técnico da SUSEP | ESPECIAL | IV | 21.391,10 | 22.567,61 | 24.142,65 | 25.745,60 | 27.369,67 |
| III | 20.796,81 | 21.940,63 | 23.471,92 | 25.030,34 | 26.609,28 |
| II | 20.429,09 | 21.552,69 | 23.056,90 | 24.587,76 | 26.138,79 |
| I | 20.067,86 | 21.171,60 | 22.649,21 | 24.153,00 | 25.676,60 |
| C | III | 19.296,02 | 20.357,30 | 21.778,08 | 23.224,04 | 24.689,04 |
| II | 18.917,67 | 19.958,14 | 21.351,07 | 22.768,67 | 24.204,95 |
| I | 18.546,73 | 19.566,80 | 20.932,42 | 22.322,22 | 23.730,34 |
| B | III | 18.183,07 | 19.183,13 | 20.521,97 | 21.884,52 | 23.265,03 |
| II | 17.483,72 | 18.445,33 | 19.732,67 | 21.042,82 | 22.370,22 |
| I | 17.140,90 | 18.083,65 | 19.345,75 | 20.630,21 | 21.931,59 |
| A | III | 16.804,81 | 17.729,07 | 18.966,43 | 20.225,70 | 21.501,57 |
| II | 16.475,30 | 17.381,45 | 18.594,54 | 19.829,12 | 21.079,97 |
| I | 15.003,70 | 15.828,90 | 16.933,64 | 18.057,94 | 19.197,06 |

ANEXO X  
**(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

**TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS INTEGRANTES DO PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DA SUSEP**

a) Vencimento básico dos Cargos de nível intermediário

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Cargos de Agente Executivo   e demais cargos de nível intermediário  do Plano de Cargos e Carreiras da SUSEP | ESPECIAL | IV | 5.024,09 | 5.300,41 | 5.670,34 | 6.046,83 | 6.428,27 |
| III | 4.901,56 | 5.171,15 | 5.532,05 | 5.899,35 | 6.271,49 |
| II | 4.782,01 | 5.045,02 | 5.397,12 | 5.755,47 | 6.118,53 |
| I | 4.665,38 | 4.921,98 | 5.265,49 | 5.615,09 | 5.969,30 |
| C | III | 4.422,16 | 4.665,38 | 4.990,99 | 5.322,36 | 5.658,10 |
| II | 4.314,31 | 4.551,60 | 4.869,26 | 5.192,56 | 5.520,11 |
| I | 4.209,08 | 4.440,58 | 4.750,50 | 5.065,91 | 5.385,47 |
| B | III | 3.989,65 | 4.209,08 | 4.502,84 | 4.801,81 | 5.104,71 |
| II | 3.892,34 | 4.106,42 | 4.393,02 | 4.684,69 | 4.980,21 |
| I | 3.797,40 | 4.006,26 | 4.285,86 | 4.570,42 | 4.858,73 |
| A | III | 3.599,44 | 3.797,41 | 4.062,44 | 4.332,16 | 4.605,44 |
| II | 3.501,40 | 3.693,98 | 3.951,79 | 4.214,17 | 4.480,00 |
| I | 3.406,03 | 3.593,36 | 3.844,15 | 4.099,38 | 4.357,98 |

 b) Vencimento básico dos Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5o do art. 52 da Lei no 11.890, de 24 de dezembro de 2008.

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5o do art. 52 da Lei no 11.890, de 24 de dezembro de 2008 | ESPECIAL | IV | 10.986,70 | 11.590,97 | 12.399,93 | 13.223,22 | 14.057,36 |
| III | 10.742,40 | 11.333,23 | 12.124,21 | 12.929,19 | 13.744,78 |
| II | 10.500,84 | 11.078,39 | 11.851,57 | 12.638,46 | 13.435,71 |
| I | 10.265,01 | 10.829,59 | 11.585,41 | 12.354,62 | 13.133,96 |
| C | III | 9.907,51 | 10.452,42 | 11.181,92 | 11.924,35 | 12.676,55 |
| II | 9.666,20 | 10.197,84 | 10.909,57 | 11.633,91 | 12.367,79 |
| I | 9.430,58 | 9.949,26 | 10.643,64 | 11.350,33 | 12.066,32 |
| B | III | 9.091,14 | 9.591,15 | 10.260,54 | 10.941,79 | 11.632,01 |
| II | 8.869,55 | 9.357,38 | 10.010,45 | 10.675,09 | 11.348,49 |
| I | 8.652,64 | 9.128,54 | 9.765,64 | 10.414,03 | 11.070,96 |
| A | III | 8.328,17 | 8.786,22 | 9.399,43 | 10.023,50 | 10.655,80 |
| II | 8.124,94 | 8.571,81 | 9.170,06 | 9.778,90 | 10.395,77 |
| I | 7.843,39 | 8.274,78 | 8.852,29 | 9.440,04 | 10.035,53 |

c) Vencimento básico dos Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5º do art. 52 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008.

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o §5º do art. 52 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 | ESPECIAL | IV | 10.986,70 | 11.590,97 | 12.399,93 | 13.223,22 | 14.057,36 |
| III | 10.742,40 | 11.333,23 | 12.124,21 | 12.929,19 | 13.744,78 |
| II | 10.500,84 | 11.078,39 | 11.851,57 | 12.638,46 | 13.435,71 |
| I | 10.265,01 | 10.829,59 | 11.585,41 | 12.354,62 | 13.133,96 |
| C | III | 9.907,51 | 10.452,42 | 11.181,92 | 11.924,35 | 12.676,55 |
| II | 9.666,20 | 10.197,84 | 10.909,57 | 11.633,91 | 12.367,79 |
| I | 9.430,58 | 9.949,26 | 10.643,64 | 11.350,33 | 12.066,32 |
| B | III | 9.091,14 | 9.591,15 | 10.260,54 | 10.941,79 | 11.632,01 |
| II | 8.869,55 | 9.357,38 | 10.010,45 | 10.675,09 | 11.348,49 |
| I | 8.652,64 | 9.128,54 | 9.765,64 | 10.414,03 | 11.070,96 |
| A | III | 8.328,17 | 8.786,22 | 9.399,43 | 10.023,50 | 10.655,80 |
| II | 8.124,94 | 8.571,81 | 9.170,06 | 9.778,90 | 10.395,77 |
| I | 7.843,39 | 8.274,78 | 8.852,29 | 9.440,04 | 10.035,53 |

ANEXO X-A

**(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

TABELA DE SUBSÍDIOS DOS CARGOS DE AGENTE EXECUTIVO DA SUSEP

Em R$

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Cargos de Agente Executivo da SUSEP | ESPECIAL | IV | 9.357,34 | 9.978,83 | 10.608,27 |
| III | 9.128,05 | 9.734,35 | 10.348,49 |
| II | 8.906,12 | 9.497,47 | 10.096,53 |
| I | 8.687,49 | 9.264,09 | 9.848,30 |
| C | III | 8.234,99 | 8.781,36 | 9.335,10 |
| II | 8.033,26 | 8.566,56 | 9.107,11 |
| I | 7.836,50 | 8.356,91 | 8.884,47 |
| B | III | 7.428,84 | 7.921,81 | 8.421,71 |
| II | 7.249,02 | 7.730,69 | 8.218,21 |
| I | 7.072,86 | 7.542,42 | 8.017,73 |
| A | III | 6.702,44 | 7.147,16 | 7.598,44 |
| II | 6.519,79 | 6.953,17 | 7.392,00 |
| I | 6.342,15 | 6.763,38 | 7.189,98 |

ANEXO XI

**TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS INTEGRANTES DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA SUSEP**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | PADRÃO | CLASSE | CARGO |
| Analista Técnico |  | IV | IV |  | Analista Técnico da Susep da |
| do Quadro | ESPECIAL | III | III | ESPECIAL | Carreira de Analista Técnico |
| de Pessoal da |  | II | II |  | da Susep |
| Susep |  | I | I |  | Analista Técnico |
| Agente Executivo |  | III | III |  | do Quadro Suplementar |
| do Quadro de | C | II | II | C | do Plano de Carreiras e |
| Pessoal da Susep |  | I | I |  | Cargos da Susep |
| Demais cargos |  | III | III |  | Agente Executivo |
| de nível | B | II | II | B | da Susep do Plano de |
| intermediário do |  | I | I |  | Carreiras e Cargos da Susep |
| Quadro de Pessoal |  | III | III |  | Demais cargos de nível |
| da Susep | A | II | II | A | intermediário do Plano de |
|  |  | I | I |  | Carreiras e Cargos da Susep |

ANEXO XII

**(Redação dada pela Le nº 13.327, de 2016)**

**VALOR DOS PONTOS DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES ESPECÍFICAS DA SUSEP – GDASUSEP**

 a) Valor do ponto da GDASUSEP para cargos de nível intermediário

 Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Cargos de Agente Executivo e demais cargos de nível intermediário do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP | ESPECIAL | IV | 32,66 | 34,46 | 36,87 | 39,32 | 41,80 |
| III | 31,86 | 33,61 | 35,96 | 38,35 | 40,77 |
| II | 31,09 | 32,80 | 35,09 | 37,42 | 39,78 |
| I | 30,32 | 31,99 | 34,22 | 36,49 | 38,79 |
| C | III | 28,74 | 30,32 | 32,44 | 34,59 | 36,77 |
| II | 28,04 | 29,58 | 31,64 | 33,74 | 35,87 |
| I | 27,35 | 28,85 | 30,86 | 32,91 | 34,99 |
| B | III | 25,92 | 27,35 | 29,26 | 31,20 | 33,17 |
| II | 25,31 | 26,70 | 28,56 | 30,46 | 32,38 |
| I | 24,69 | 26,05 | 27,87 | 29,72 | 31,59 |
| A | III | 23,39 | 24,68 | 26,40 | 28,15 | 29,93 |
| II | 22,75 | 24,00 | 25,68 | 27,39 | 29,12 |
| I | 22,13 | 23,35 | 24,98 | 26,64 | 28,32 |

  e) Valor do ponto da GDASUSEP para cargos Agente Executivo da SUSEP:

                                                                                       Em R$

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 |
| Cargos de Agente Executivo da SUSEP | ESPECIAL | IV | 32,66 | 34,46 |
| III | 31,86 | 33,61 |
| II | 31,09 | 32,80 |
| I | 30,32 | 31,99 |
| C | III | 28,74 | 30,32 |
| II | 28,04 | 29,58 |
| I | 27,35 | 28,85 |
| B | III | 25,92 | 27,35 |
| II | 25,31 | 26,70 |
| I | 24,69 | 26,05 |
| A | III | 23,39 | 24,68 |
| II | 22,75 | 24,00 |
| I | 22,13 | 23,35 |

c) Valor do ponto da GDASUSEP para cargos de nível superior

 Em R$

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5º do art. 52 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 | ESPECIAL | IV | 71,42 | 75,35 | 80,61 | 85,96 | 91,38 |
| III | 69,84 | 73,68 | 78,82 | 84,05 | 89,35 |
| II | 68,26 | 72,01 | 77,04 | 82,16 | 87,34 |
| I | 66,73 | 70,40 | 75,31 | 80,31 | 85,38 |
| C | III | 64,40 | 67,94 | 72,68 | 77,51 | 82,40 |
| II | 62,83 | 66,29 | 70,92 | 75,63 | 80,40 |
| I | 61,29 | 64,66 | 69,17 | 73,76 | 78,41 |
| B | III | 59,09 | 62,34 | 66,69 | 71,12 | 75,61 |
| II | 57,65 | 60,82 | 65,06 | 69,38 | 73,76 |
| I | 56,24 | 59,33 | 63,47 | 67,68 | 71,95 |
| A | III | 54,13 | 57,11 | 61,10 | 65,16 | 69,27 |
| II | 52,80 | 55,70 | 59,59 | 63,55 | 67,56 |
| I | 50,98 | 53,78 | 57,53 | 61,35 | 65,22 |

ANEXO XIII

ESTRUTURA DOS CARGOS INTEGRANTES DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA CVM

a) Carreiras do Plano de Carreiras e Cargos da CVM

| CARGO | CLASSE | PADRÃO |
| --- | --- | --- |
| Analista da CVM  Inspetor da CVM | ESPECIAL | IV |
| III |
| II |
| I |
| C | III |
| II |
| I |
| B | III |
| II |
| I |
| A | III |
| II |
| I |

b) Cargo de Agente Executivo da CVM

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO |
| Cargo de nível intermediário de Agente  Executivo da CVM |  | IV |
| ESPECIAL | III |
|  | II |
|  | I |
|  | III |
| C | II |
|  | I |
|  | III |
| B | II |
|  | I |
|  | III |
| A | II |
|  | I |

c) Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais

| CARGO | CLASSE | PADRÃO |
| --- | --- | --- |
| Cargo de nível intermediário de Auxiliar de  Serviços Gerais |  | III |
| ESPECIAL | II |
|  | I |
|  | VI |
|  | V |
| C | IV |
|  | III |
|  | II |
|  | I |
|  | VI |
|  | V |
| B | IV |
|  | III |
|  | II |
|  | I |
|  | V |
|  | IV |
| A | III |
|  | II |
|  | I |

ANEXO XIV

**(Redação dada pela Le nº 13.327, de 2016)**

**TABELA DE SUBSÍDIOS DOS CARGOS DE ANALISTA E DE INSPETOR DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA CVM**

Em R$

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Analista da CVM   Inspetor da CVM | ESPECIAL | IV | 21.391,10 | 22.567,61 | 24.142,66 | 25.745,61 | 27.369,67 |
| III | 20.796,81 | 21.940,63 | 23.471,92 | 25.030,34 | 26.609,28 |
| II | 20.429,09 | 21.552,69 | 23.056,90 | 24.587,76 | 26.138,79 |
| I | 20.067,86 | 21.171,59 | 22.649,21 | 24.153,00 | 25.676,60 |
| C | III | 19.296,02 | 20.357,30 | 21.778,09 | 23.224,04 | 24.689,04 |
| II | 18.917,67 | 19.958,14 | 21.351,07 | 22.768,67 | 24.204,95 |
| I | 18.546,73 | 19.566,80 | 20.932,41 | 22.322,22 | 23.730,33 |
| B | III | 18.183,07 | 19.183,14 | 20.521,98 | 21.884,53 | 23.265,03 |
| II | 17.483,72 | 18.445,32 | 19.732,67 | 21.042,82 | 22.370,22 |
| I | 17.140,90 | 18.083,65 | 19.345,75 | 20.630,21 | 21.931,59 |
| A | III | 16.804,81 | 17.729,07 | 18.966,43 | 20.225,70 | 21.501,56 |
| II | 16.475,30 | 17.381,44 | 18.594,53 | 19.829,12 | 21.079,96 |
| I | 15.003,70 | 15.828,90 | 16.933,64 | 18.057,95 | 19.197,06 |

ANEXO XV

**(Redação dada pela Le nº 13.327, de 2016)**

**TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS INTEGRANTES DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA CVM**

 a)   Vencimento básico dos Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5o do art. 87 da Lei no 11.890, de 2008.

 Em R$

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5º do art. 87 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 | ESPECIAL | IV | 10.986,70 | 11.590,97 | 12.399,93 | 13.223,22 | 14.057,36 |
| III | 10.742,40 | 11.333,23 | 12.124,21 | 12.929,19 | 13.744,78 |
| II | 10.500,84 | 11.078,39 | 11.851,57 | 12.638,46 | 13.435,71 |
| I | 10.265,01 | 10.829,59 | 11.585,41 | 12.354,62 | 13.133,96 |
| C | III | 9.907,51 | 10.452,42 | 11.181,92 | 11.924,35 | 12.676,55 |
| II | 9.666,20 | 10.197,84 | 10.909,57 | 11.633,91 | 12.367,79 |
| I | 9.430,58 | 9.949,26 | 10.643,64 | 11.350,33 | 12.066,32 |
| B | III | 9.091,14 | 9.591,15 | 10.260,54 | 10.941,79 | 11.632,01 |
| II | 8.869,55 | 9.357,38 | 10.010,45 | 10.675,09 | 11.348,49 |
| I | 8.652,64 | 9.128,54 | 9.765,64 | 10.414,03 | 11.070,96 |
| A | III | 8.328,17 | 8.786,22 | 9.399,43 | 10.023,50 | 10.655,80 |
| II | 8.124,94 | 8.571,81 | 9.170,06 | 9.778,90 | 10.395,77 |
| I | 7.843,39 | 8.274,78 | 8.852,29 | 9.440,04 | 10.035,53 |

b) Vencimento básico dos Cargos de nível intermediário

 Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Cargos de Agente Executivo do Plano de Carreiras e Cargos da CVM | ESPECIAL | IV | 5.024,09 | 5.300,41 | 5.670,34 | 6.046,83 | 6.428,27 |
| III | 4.901,56 | 5.171,15 | 5.532,05 | 5.899,35 | 6.271,49 |
| II | 4.782,01 | 5.045,02 | 5.397,12 | 5.755,47 | 6.118,53 |
| I | 4.665,38 | 4.921,98 | 5.265,49 | 5.615,09 | 5.969,30 |
| C | III | 4.422,16 | 4.665,38 | 4.990,99 | 5.322,36 | 5.658,10 |
| II | 4.314,31 | 4.551,60 | 4.869,26 | 5.192,56 | 5.520,11 |
| I | 4.209,08 | 4.440,58 | 4.750,50 | 5.065,91 | 5.385,47 |
| B | III | 3.989,65 | 4.209,08 | 4.502,84 | 4.801,81 | 5.104,71 |
| II | 3.892,34 | 4.106,42 | 4.393,02 | 4.684,69 | 4.980,21 |
| I | 3.797,40 | 4.006,26 | 4.285,86 | 4.570,42 | 4.858,73 |
| A | III | 3.599,44 | 3.797,41 | 4.062,44 | 4.332,16 | 4.605,44 |
| II | 3.501,40 | 3.693,98 | 3.951,79 | 4.214,17 | 4.480,00 |
| I | 3.406,03 | 3.593,36 | 3.844,15 | 4.099,38 | 4.357,98 |

 c) Vencimento básico dos Cargos de Auxiliar de Serviços Gerais

 Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Cargos de Auxiliar de Serviços Gerais | ESPECIAL | III | 1.813,89 | 1.913,65 | 2.047,21 | 2.183,14 | 2.320,85 |
| II | 1.752,56 | 1.848,95 | 1.977,99 | 2.109,32 | 2.242,38 |
| I | 1.693,29 | 1.786,42 | 1.911,10 | 2.037,99 | 2.166,55 |
| C | VI | 1.612,65 | 1.701,35 | 1.820,09 | 1.940,93 | 2.063,37 |
| V | 1.558,12 | 1.643,82 | 1.758,54 | 1.875,30 | 1.993,60 |
| IV | 1.505,43 | 1.588,23 | 1.699,07 | 1.811,88 | 1.926,18 |
| III | 1.454,52 | 1.534,52 | 1.641,62 | 1.750,61 | 1.861,04 |
| II | 1.405,33 | 1.482,62 | 1.586,10 | 1.691,41 | 1.798,10 |
| I | 1.357,81 | 1.432,49 | 1.532,47 | 1.634,21 | 1.737,30 |
| B | VI | 1.293,16 | 1.364,28 | 1.459,50 | 1.556,40 | 1.654,58 |
| V | 1.249,42 | 1.318,14 | 1.410,13 | 1.503,76 | 1.598,62 |
| IV | 1.207,17 | 1.273,56 | 1.362,45 | 1.452,91 | 1.544,56 |
| III | 1.166,35 | 1.230,50 | 1.316,38 | 1.403,78 | 1.492,33 |
| II | 1.126,91 | 1.188,89 | 1.271,87 | 1.356,31 | 1.441,87 |
| I | 1.088,80 | 1.148,68 | 1.228,85 | 1.310,44 | 1.393,11 |
| A | V | 1.036,96 | 1.093,99 | 1.170,35 | 1.248,05 | 1.326,78 |
| IV | 1.001,89 | 1.056,99 | 1.130,76 | 1.205,84 | 1.281,91 |
| III | 968,01 | 1.021,25 | 1.092,53 | 1.165,06 | 1.238,56 |
| II | 935,27 | 986,71 | 1.055,57 | 1.125,66 | 1.196,67 |
| I | 903,64 | 953,34 | 1.019,88 | 1.087,59 | 1.156,20 |

ANEXO XV-A

**(Redação dada pela Le nº 13.327, de 2016)**

TABELA DE SUBSÍDIOS DOS CARGOS DE AGENTE EXECUTIVO DA CVM

                                                                                        Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Cargos de Agente Executivo da CVM | ESPECIAL | IV | 9.357,34 | 9.978,83 | 10.608,27 |
| III | 9.128,05 | 9.734,35 | 10.348,49 |
| II | 8.906,12 | 9.497,47 | 10.096,53 |
| I | 8.687,49 | 9.264,09 | 9.848,30 |
| C | III | 8.234,99 | 8.781,36 | 9.335,10 |
| II | 8.033,26 | 8.566,56 | 9.107,11 |
| I | 7.836,50 | 8.356,91 | 8.884,47 |
| B | III | 7.428,84 | 7.921,81 | 8.421,71 |
| II | 7.249,02 | 7.730,69 | 8.218,21 |
| I | 7.072,86 | 7.542,42 | 8.017,73 |
| A | III | 6.702,44 | 7.147,16 | 7.598,44 |
| II | 6.519,79 | 6.953,17 | 7.392,00 |
| I | 6.342,15 | 6.763,38 | 7.189,98 |

ANEXO XVI

**TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS INTEGRANTES DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA CVM**

a) Cargos de Analista, Inspetor e Agente Executivo da CVM

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | PADRÃO | CLASSE | CARGO |
|  |  | IV | IV |  | Analista da CVM |
| Analista do Quadro | ESPECIAL | III | III | ESPECIAL | da Carreira de |
| de Pessoal da |  | II | II |  | Analista da CVM |
| CVM |  | I | I |  | Inspetor da |
| Inspetor do |  | III | III |  | CVM da Carreira de |
| Quadro de | C | II | II | C | Inspetor da |
| Pessoal da CVM |  | I | I |  | CVM |
| Agente |  | III | III |  | Agente Executivo |
| Executivo do | B | II | II | B | da CVM |
| Quadro de Pessoal |  | I | I |  | do Plano de |
| da CVM |  | III | III |  | Carreiras e Cargos |
|  | A | II | II | A | da CVM |
|  |  | I | I |  |  |

b) Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais

| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | PADRÃO | CLASSE | CARGOS |
|  |  | III | III |  |  |
|  | A | II | II | ESPECIAL |  |
|  |  | I | I |  |  |
|  |  | VI | VI |  |  |
|  |  | V | V |  | Cargos de nível |
| Cargos de nível | B | IV | IV | C | intermediário de |
| intermediário de |  | III | III |  | Auxiliar de |
| Auxiliar de |  | II | II |  | Serviços Gerais |
| Serviços Gerais |  | I | I |  | do Plano de |
| do Quadro de |  | VI | VI |  | Carreiras e |
| Pessoal da |  | V | V |  | Cargos da CVM |
| CVM | C | IV | IV | B |  |
|  |  | III | III |  |  |
|  |  | II | II |  |  |
|  |  | I | I |  |  |
|  |  | V | V |  |  |
|  |  | IV | IV |  |  |
|  | D | III | III | A |  |
|  |  | II | II |  |  |
|  |  | I | I |  |  |

ANEXO XVII

**(Redação dada pela Le nº 13.327, de 2016)**

**VALOR DOS PONTOS DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES ESPECÍFICAS DA CVM - GDECVM E DA Gratificação de Desempenho de Atividades de Suporte da CVM – GDASCVM**

 a) GDECVM: Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5º do art. 87 da Lei no 11.890, de 2008.

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VALOR DO PONTO DA GDECVM | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5º do art. 87 da Lei nº 11.890, de 2008. | ESPECIAL | IV | 71,42 | 75,35 | 80,61 | 85,96 | 91,38 |
| III | 69,84 | 73,68 | 78,82 | 84,05 | 89,35 |
| II | 68,26 | 72,01 | 77,04 | 82,16 | 87,34 |
| I | 66,73 | 70,40 | 75,31 | 80,31 | 85,38 |
| C | III | 64,40 | 67,94 | 72,68 | 77,51 | 82,40 |
| II | 62,83 | 66,29 | 70,92 | 75,63 | 80,40 |
| I | 61,29 | 64,66 | 69,17 | 73,76 | 78,41 |
| B | III | 59,09 | 62,34 | 66,69 | 71,12 | 75,61 |
| II | 57,65 | 60,82 | 65,06 | 69,38 | 73,76 |
| I | 56,24 | 59,33 | 63,47 | 67,68 | 71,95 |
| A | III | 54,13 | 57,11 | 61,10 | 65,16 | 69,27 |
| II | 52,80 | 55,70 | 59,59 | 63,55 | 67,56 |
| I | 50,98 | 53,78 | 57,53 | 61,35 | 65,22 |

b) GDECVM: Cargos de Agente Executivo da CVM

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Cargos de Agente Executivo do Plano de Carreiras e Cargos da CVM | ESPECIAL | IV | 32,66 | 34,46 | 36,87 | 39,32 | 41,80 |
| III | 31,86 | 33,61 | 35,96 | 38,35 | 40,77 |
| II | 31,09 | 32,80 | 35,09 | 37,42 | 39,78 |
| I | 30,32 | 31,99 | 34,22 | 36,49 | 38,79 |
| C | III | 28,74 | 30,32 | 32,44 | 34,59 | 36,77 |
| II | 28,04 | 29,58 | 31,64 | 33,74 | 35,87 |
| I | 27,35 | 28,85 | 30,86 | 32,91 | 34,99 |
| B | III | 25,92 | 27,35 | 29,26 | 31,20 | 33,17 |
| II | 25,31 | 26,70 | 28,56 | 30,46 | 32,38 |
| I | 24,69 | 26,05 | 27,87 | 29,72 | 31,59 |
| A | III | 23,39 | 24,68 | 26,40 | 28,15 | 29,93 |
| II | 22,75 | 24,00 | 25,68 | 27,39 | 29,12 |
| I | 22,13 | 23,35 | 24,98 | 26,64 | 28,32 |

 c) GDASCVM: Cargos de Auxiliar de Serviços Gerais

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VALOR DO PONTO DA GDASCVM | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Cargos de Auxiliar de Serviços Gerais do Plano de Carreiras e Cargos da CVM | ESPECIAL | III | 30,54 | 32,22 | 34,47 | 36,76 | 39,08 |
| II | 30,41 | 32,08 | 34,32 | 36,60 | 38,91 |
| I | 30,30 | 31,97 | 34,20 | 36,47 | 38,77 |
| C | VI | 30,15 | 31,81 | 34,03 | 36,29 | 38,58 |
| V | 30,03 | 31,68 | 33,89 | 36,14 | 38,42 |
| IV | 29,92 | 31,57 | 33,77 | 36,01 | 38,28 |
| III | 29,80 | 31,44 | 33,63 | 35,86 | 38,12 |
| II | 29,69 | 31,32 | 33,51 | 35,73 | 37,98 |
| I | 29,56 | 31,19 | 33,37 | 35,59 | 37,84 |
| B | VI | 29,41 | 31,03 | 33,20 | 35,40 | 37,63 |
| V | 29,30 | 30,91 | 33,07 | 35,27 | 37,49 |
| IV | 29,18 | 30,78 | 32,93 | 35,12 | 37,34 |
| III | 29,07 | 30,67 | 32,81 | 34,99 | 37,20 |
| II | 28,95 | 30,54 | 32,67 | 34,84 | 37,04 |
| I | 28,84 | 30,43 | 32,55 | 34,71 | 36,90 |
| A | V | 28,70 | 30,28 | 32,39 | 34,54 | 36,72 |
| IV | 28,58 | 30,15 | 32,25 | 34,39 | 36,56 |
| III | 28,47 | 30,04 | 32,14 | 34,27 | 36,43 |
| II | 28,35 | 29,91 | 32,00 | 34,12 | 36,27 |
| I | 28,24 | 29,79 | 31,87 | 33,99 | 36,13 |

ANEXO XVIII

(VETADO)

ANEXO XIX

(VETADO)

ANEXO XX

**(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

TABELA DE SUBSÍDIOSDA CARREIRA DE PLANEJAMENTO E PESQUISA DO IPEA

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Técnico de Planejamento e Pesquisa | ESPECIAL | IV | 21.391,10 | 22.567,61 | 24.142,66 | 25.745,61 | 27.369,67 |
| III | 20.796,81 | 21.940,63 | 23.471,92 | 25.030,34 | 26.609,28 |
| II | 20.429,09 | 21.552,69 | 23.056,90 | 24.587,76 | 26.138,79 |
| I | 20.067,86 | 21.171,59 | 22.649,21 | 24.153,00 | 25.676,60 |
| C | III | 19.296,02 | 20.357,30 | 21.778,09 | 23.224,04 | 24.689,04 |
| II | 18.917,67 | 19.958,14 | 21.351,07 | 22.768,67 | 24.204,95 |
| I | 18.546,73 | 19.566,80 | 20.932,41 | 22.322,22 | 23.730,33 |
| B | III | 18.183,07 | 19.183,14 | 20.521,98 | 21.884,53 | 23.265,03 |
| II | 17.483,72 | 18.445,32 | 19.732,67 | 21.042,82 | 22.370,22 |
| I | 17.140,90 | 18.083,65 | 19.345,75 | 20.630,21 | 21.931,59 |
| A | III | 16.804,81 | 17.729,07 | 18.966,43 | 20.225,70 | 21.501,56 |
| II | 16.475,30 | 17.381,44 | 18.594,53 | 19.829,12 | 21.079,96 |
| I | 15.003,70 | 15.828,90 | 16.933,64 | 18.057,95 | 19.197,06 |

ANEXO XX-A

**(Incluído pela Lei nº 12.269, de 2010)**

ESTRUTURA DOS CARGOS INTEGRANTES DO PLANO DE CARREIRA E CARGOS DO IPEA

| CARGO | CLASSE | PADRÃO |
| --- | --- | --- |
|  |  | IV |
|  | ESPECIAL | III |
| Técnico de |  | II |
| Planejamento e |  | I |
| Pesquisa |  | III |
|  | C | II |
|  |  | I |
| Demais cargos de |  | III |
| nível superior e os de | B | II |
| nível intermediário do |  | I |
| IPEA |  | III |
|  | A | II |
|  |  | I |

ANEXO XX-B

**(Incluído pela Lei nº 12.269, de 2010)**

**TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS INTEGRANTES DO PLANO DE CARREIRA E CARGOS DO IPEA**

| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO IPEA | CLASSE | PADRÃO | PADRÃO | CLASSE | CARGOS |
| Técnico de Planejamento e Pesquisa do Quadro de Pessoal do IPEA | ESPECIAL | IV | IV | ESPECIAL | Técnico de Planejamento e Pesquisa da Carreira de Planejamento e Pesquisa   Técnico de Planejamento e Pesquisa integrante do quadro suplementar do Plano de Carreira e Cargos do IPEA, a que se refere o § 5o do art. 120 |
| Demais cargos de níveis superior e intermediário do Quadro de Pessoal do IPEA: | III | III | Cargos de níveis superior e intermediário do Plano de Carreira e Cargos do IPEA: |
| - Técnico em Desenvolvimento e Administração | II | II | - Técnico em Desenvolvimento e Administração |
| - Técnico Especializado |  | I | I |  | - Técnico Especializado |
| - Assessor Especializado  - Analista de Sistemas  - Médico  - Auxiliar Técnico  - Auxiliar Administrativo  - Secretária  - Auxiliar de Serviços Gerais  - Auxiliar de Manutenção e Serviços Operacionais  - Motorista |  | III | III |  | - Assessor Especializado  - Analista de Sistemas  - Médico  - Auxiliar Técnico  - Auxiliar Administrativo  - Secretária  - Auxiliar de Serviços Gerais  - Auxiliar de Manutenção e Serviços Operacionais  - Motorista |
| C | II | II | C |
|  | I | I |  |
|  | III | III |  |
| B | II | II | B |
|  | I | I |  |
|  | III | III | A |
| A | II | II |
|  | I | I |

ANEXO XXI

**(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

**TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO**

**CARGOS DE NÍVEIS SUPERIOR E INTERMEDIÁRIO DO PLANO DECARREIRA E CARGOS DO IPEA**

a) Vencimento básico dos Cargos de Nível Superior do Plano de Carreira e Cargos do IPEA não integrantes de Carreiras

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Técnico em Desenvolvimento e Administração   Assessor Especializado   Técnico Especializado   Analista de Sistemas   Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar do Plano de Carreira e Cargos do IPEA | ESPECIAL | IV | 10.986,70 | 11.590,97 | 12.399,93 | 13.223,22 | 14.057,36 |
| III | 10.742,40 | 11.333,23 | 12.124,21 | 12.929,19 | 13.744,78 |
| II | 10.500,84 | 11.078,39 | 11.851,57 | 12.638,46 | 13.435,71 |
| I | 10.265,01 | 10.829,59 | 11.585,41 | 12.354,62 | 13.133,96 |
| C | III | 9.907,51 | 10.452,42 | 11.181,92 | 11.924,35 | 12.676,55 |
| II | 9.666,20 | 10.197,84 | 10.909,57 | 11.633,91 | 12.367,79 |
| I | 9.430,58 | 9.949,26 | 10.643,64 | 11.350,33 | 12.066,32 |
| B | III | 9.091,14 | 9.591,15 | 10.260,54 | 10.941,79 | 11.632,01 |
| II | 8.869,55 | 9.357,38 | 10.010,45 | 10.675,09 | 11.348,49 |
| I | 8.652,64 | 9.128,54 | 9.765,64 | 10.414,03 | 11.070,96 |
| A | III | 8.328,17 | 8.786,22 | 9.399,43 | 10.023,50 | 10.655,80 |
| II | 8.124,94 | 8.571,81 | 9.170,06 | 9.778,90 | 10.395,77 |
| I | 7.843,39 | 8.274,78 | 8.852,29 | 9.440,04 | 10.035,53 |

b) Vencimento básico dos Cargos de Nível Intermediário do Plano de Carreira e Cargos do IPEA

 Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Auxiliar Técnico    Auxiliar Administrativo   Secretária  Auxiliar de Serviços Gerais  Auxiliar de Manutenção e Serviços Operacionais   Motorista | ESPECIAL | IV | 5.024,09 | 5.300,41 | 5.670,34 | 6.046,83 | 6.428,27 |
| III | 4.901,56 | 5.171,15 | 5.532,05 | 5.899,35 | 6.271,49 |
| II | 4.782,01 | 5.045,02 | 5.397,12 | 5.755,47 | 6.118,53 |
| I | 4.665,38 | 4.921,98 | 5.265,49 | 5.615,09 | 5.969,30 |
| C | III | 4.422,16 | 4.665,38 | 4.990,99 | 5.322,36 | 5.658,10 |
| II | 4.314,31 | 4.551,60 | 4.869,26 | 5.192,56 | 5.520,11 |
| I | 4.209,08 | 4.440,58 | 4.750,50 | 5.065,91 | 5.385,47 |
| B | III | 3.989,65 | 4.209,08 | 4.502,84 | 4.801,81 | 5.104,71 |
| II | 3.892,34 | 4.106,42 | 4.393,02 | 4.684,69 | 4.980,21 |
| I | 3.797,40 | 4.006,26 | 4.285,86 | 4.570,42 | 4.858,73 |
| A | III | 3.599,44 | 3.797,41 | 4.062,44 | 4.332,16 | 4.605,44 |
| II | 3.501,40 | 3.693,98 | 3.951,79 | 4.214,17 | 4.480,00 |
| I | 3.406,03 | 3.593,36 | 3.844,15 | 4.099,38 | 4.357,98 |

ANEXO XXII

**(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

**VALOR DOS PONTOS DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES ESPECÍFICAS DO IPEA – GDAIPEA**

 a)  Valor do ponto da GDAIPEA para Cargos de Nível Superior do Plano de Carreira e Cargos do IPEA não integrantes de Carreiras

 Em R$

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Técnico em Desenvolvimento e Administração   Assessor Especializado   Técnico Especializado   Analista de Sistemas   Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar do Plano de Carreira e Cargos do IPEA | ESPECIAL | IV | 71,42 | 75,35 | 80,61 | 85,96 | 91,38 |
| III | 69,84 | 73,68 | 78,82 | 84,05 | 89,35 |
| II | 68,26 | 72,01 | 77,04 | 82,16 | 87,34 |
| I | 66,73 | 70,40 | 75,31 | 80,31 | 85,38 |
| C | III | 64,40 | 67,94 | 72,68 | 77,51 | 82,40 |
| II | 62,83 | 66,29 | 70,92 | 75,63 | 80,40 |
| I | 61,29 | 64,66 | 69,17 | 73,76 | 78,41 |
| B | III | 59,09 | 62,34 | 66,69 | 71,12 | 75,61 |
| II | 57,65 | 60,82 | 65,06 | 69,38 | 73,76 |
| I | 56,24 | 59,33 | 63,47 | 67,68 | 71,95 |
| A | III | 54,13 | 57,11 | 61,10 | 65,16 | 69,27 |
| II | 52,80 | 55,70 | 59,59 | 63,55 | 67,56 |
| I | 50,98 | 53,78 | 57,53 | 61,35 | 65,22 |

 b) Valor do ponto da GDAIPEA para Cargos de Nível Intermediário do Plano de Carreira e Cargos do IPEA

 Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Auxiliar Técnico  Auxiliar Administrativo   Secretária   Auxiliar de Serviços Gerais   Auxiliar de Manutenção e Serviços Operacionais   Motorista | ESPECIAL | IV | 32,66 | 34,46 | 36,87 | 39,32 | 41,80 |
| III | 31,86 | 33,61 | 35,96 | 38,35 | 40,77 |
| II | 31,09 | 32,80 | 35,09 | 37,42 | 39,78 |
| I | 30,32 | 31,99 | 34,22 | 36,49 | 38,79 |
| C | III | 28,74 | 30,32 | 32,44 | 34,59 | 36,77 |
| II | 28,04 | 29,58 | 31,64 | 33,74 | 35,87 |
| I | 27,35 | 28,85 | 30,86 | 32,91 | 34,99 |
| B | III | 25,92 | 27,35 | 29,26 | 31,20 | 33,17 |
| II | 25,31 | 26,70 | 28,56 | 30,46 | 32,38 |
| I | 24,69 | 26,05 | 27,87 | 29,72 | 31,59 |
| A | III | 23,39 | 24,68 | 26,40 | 28,15 | 29,93 |
| II | 22,75 | 24,00 | 25,68 | 27,39 | 29,12 |
| I | 22,13 | 23,35 | 24,98 | 26,64 | 28,32 |

ANEXO XXIII

**(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

 TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO

Cargo de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500

 Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500 | ESPECIAL | IV | 10.986,70 | 11.590,97 | 12.399,93 | 13.223,22 | 14.057,36 |
| III | 10.742,40 | 11.333,23 | 12.124,21 | 12.929,19 | 13.744,78 |
| II | 10.500,84 | 11.078,39 | 11.851,57 | 12.638,46 | 13.435,71 |
| I | 10.265,01 | 10.829,59 | 11.585,41 | 12.354,62 | 13.133,96 |
| C | III | 9.907,51 | 10.452,42 | 11.181,92 | 11.924,35 | 12.676,55 |
| II | 9.666,20 | 10.197,84 | 10.909,57 | 11.633,91 | 12.367,79 |
| I | 9.430,58 | 9.949,26 | 10.643,64 | 11.350,33 | 12.066,32 |
| B | III | 9.091,14 | 9.591,15 | 10.260,54 | 10.941,79 | 11.632,01 |
| II | 8.869,55 | 9.357,38 | 10.010,45 | 10.675,09 | 11.348,49 |
| I | 8.652,64 | 9.128,54 | 9.765,64 | 10.414,03 | 11.070,96 |
| A | III | 8.328,17 | 8.786,22 | 9.399,43 | 10.023,50 | 10.655,80 |
| II | 8.124,94 | 8.571,81 | 9.170,06 | 9.778,90 | 10.395,77 |
| I | 7.843,39 | 8.274,78 | 8.852,29 | 9.440,04 | 10.035,53 |

ANEXO XXIV

**(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

**VALOR DOS PONTOS DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICA DE PLANEJAMENTO – GDATP**

 Cargo de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Técnico de Planejamento  P-1501 do Grupo P-1500 | ESPECIAL | IV | 71,42 | 75,35 | 80,61 | 85,96 | 91,38 |
| III | 69,84 | 73,68 | 78,82 | 84,05 | 89,35 |
| II | 68,26 | 72,01 | 77,04 | 82,16 | 87,34 |
| I | 66,73 | 70,40 | 75,31 | 80,31 | 85,38 |
| C | III | 64,40 | 67,94 | 72,68 | 77,51 | 82,40 |
| II | 62,83 | 66,29 | 70,92 | 75,63 | 80,40 |
| I | 61,29 | 64,66 | 69,17 | 73,76 | 78,41 |
| B | III | 59,09 | 62,34 | 66,69 | 71,12 | 75,61 |
| II | 57,65 | 60,82 | 65,06 | 69,38 | 73,76 |
| I | 56,24 | 59,33 | 63,47 | 67,68 | 71,95 |
| A | III | 54,13 | 57,11 | 61,10 | 65,16 | 69,27 |
| II | 52,80 | 55,70 | 59,59 | 63,55 | 67,56 |
| I | 50,98 | 53,78 | 57,53 | 61,35 | 65,22 |

ANEXO XXV

**(Anexo VI da Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006)**

**TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA POLICIAL CIVIL DOS EXTINTOS TERRITÓRIOS FEDERAIS DO ACRE, AMAPÁ, RONDÔNIA E RORAIMA**

a) Quadro I

| Em R$ | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | VALOR DO SUBSÍDIO | | |
| CARGO | CATEGORIA | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
|  |  | 1o JAN 2008 | 1o FEV 2008 | 1o FEV 2009 |
| Delegado de Polícia Civil |  |  |  |  |
| Perito Criminal Civil | ESPECIAL | 16.683,98 | 19.053,57 | 19.699,82 |
| Médico-Legista |  |  |  |  |
| Civil Técnico em Medicina | PRIMEIRA | 15.201,90 | 17.006,29 | 17.498,40 |
| Legal Civil Técnico em | SEGUNDA | 13.005,60 | 14.549,53 | 14.970,60 |
| Polícia Criminal Civil | TERCEIRA | 11.614,10 | 12.992,70 | 13.368,68 |

b) Quadro II

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Em R$ | | | | |
|  |  | VALOR DO SUBSÍDIO | | |
| CARGO | CATEGORIA | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
|  |  | 1o JAN 2008 | 1o FEV 2008 | 1o FEV 2009 |
| Escrivão de Polícia Civil | ESPECIAL | 10.241,21 | 11.528,11 | 11.879,08 |
| Agente de Polícia Civil |
| Datiloscopista Policial Civil |
| Auxiliar Operacional de |
| Perito Criminal Civil | PRIMEIRA | 8.226,20 | 9.202,62 | 9.468,92 |
| Guarda de Presídio Civil |
| Escrevente Policial Civil | SEGUNDA | 6.915,80 | 7.678,09 | 7.885,99 |
| Investigador de Polícia Civil |
| Agente Carcerário Civil | TERCEIRA | 6.594,30 | 7.317,18 | 7.514,33 |

**LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA**

Art. 1o  Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;

II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;

III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG;

IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e **(Redação dada pela Lei nº 12.677, de 2012)**

V - Colégio Pedro II.  **(Incluído pela Lei nº 12.677, de 2012)**

Parágrafo único.  As instituições mencionadas nos incisos I, II, III e V do caput possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. **(Redação dada pela Lei nº 12.677, de 2012).**

Art. 2o  Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

§ 1o  Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais.

§ 2o  No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais.

§ 3o  Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

Art. 3o  A UTFPR configura-se como universidade especializada, nos termos do parágrafo único do art. 52 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, regendo-se pelos princípios, finalidades e objetivos constantes da Lei no 11.184, de 7 de outubro de 2005.

Art. 4o  As Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais são estabelecimentos de ensino pertencentes à estrutura organizacional das universidades federais, dedicando-se, precipuamente, à oferta de formação profissional técnica de nível médio, em suas respectivas áreas de atuação.

Art. 4o-A.  O Colégio Pedro II é instituição federal de ensino, pluricurricular e multicampi, vinculada ao Ministério da Educação e especializada na oferta de educação básica e de licenciaturas.  **(Incluído pela Lei nº 12.677, de 2012)**

Parágrafo único.  O Colégio Pedro II é equiparado aos institutos federais para efeito de incidência das disposições que regem a autonomia e a utilização dos instrumentos de gestão do quadro de pessoal e de ações de regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação profissional e superior.**(Incluído pela Lei nº 12.677, de 2012)**

**CAPÍTULO II**

**DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**Seção I**

**Da Criação dos Institutos Federais**

Art. 5o  Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:

I - Instituto Federal do Acre, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Acre;

II - Instituto Federal de Alagoas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas e da Escola Agrotécnica Federal de Satuba;

III - Instituto Federal do Amapá, mediante transformação da Escola Técnica Federal do Amapá;

IV - Instituto Federal do Amazonas, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e das Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira;

V - Instituto Federal da Bahia, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia;

VI - Instituto Federal Baiano, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, de Guanambi (Antonio José Teixeira), de Santa Inês e de Senhor do Bonfim;

VII - Instituto Federal de Brasília, mediante transformação da Escola Técnica Federal de Brasília;

VIII - Instituto Federal do Ceará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu;

IX - Instituto Federal do Espírito Santo, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo e das Escolas Agrotécnicas Federais de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa;

X - Instituto Federal de Goiás, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás;

XI - Instituto Federal Goiano, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Rio Verde e de Urutaí, e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres;

XII - Instituto Federal do Maranhão, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão e das Escolas Agrotécnicas Federais de Codó, de São Luís e de São Raimundo das Mangabeiras;

XIII - Instituto Federal de Minas Gerais, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Ouro Preto e de Bambuí, e da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista;

XIV - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas;

XV - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba e da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena;

XVI - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Inconfidentes, de Machado e de Muzambinho;

XVII - Instituto Federal do Triângulo Mineiro, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba e da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia;

XVIII - Instituto Federal de Mato Grosso, mediante integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Mato Grosso e de Cuiabá, e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres;

XIX - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, mediante integração da Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina;

XX - Instituto Federal do Pará, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá;

XXI - Instituto Federal da Paraíba, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e da Escola Agrotécnica Federal de Sousa;

XXII - Instituto Federal de Pernambuco, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco e das Escolas Agrotécnicas Federais de Barreiros, de Belo Jardim e de Vitória de Santo Antão;

XXIII - Instituto Federal do Sertão Pernambucano, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina;

XXIV - Instituto Federal do Piauí, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí;

XXV - Instituto Federal do Paraná, mediante transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná;

XXVI - Instituto Federal do Rio de Janeiro, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis;

XXVII - Instituto Federal Fluminense, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos;

XXVIII - Instituto Federal do Rio Grande do Norte, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte;

XXIX - Instituto Federal do Rio Grande do Sul, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, da Escola Técnica Federal de Canoas e da Escola Agrotécnica Federal de Sertão;

XXX - Instituto Federal Farroupilha, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete;

XXXI - Instituto Federal Sul-rio-grandense, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas;

XXXII - Instituto Federal de Rondônia, mediante integração da Escola Técnica Federal de Rondônia e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;

XXXIII - Instituto Federal de Roraima, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima;

XXXIV - Instituto Federal de Santa Catarina, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina;

XXXV - Instituto Federal Catarinense, mediante integração das Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, de Rio do Sul e de Sombrio;

XXXVI - Instituto Federal de São Paulo, mediante transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo;

XXXVII - Instituto Federal de Sergipe, mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão; e

XXXVIII - Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins.

§ 1o  As localidades onde serão constituídas as reitorias dos Institutos Federais constam do Anexo I desta Lei.

§ 2o  A unidade de ensino que compõe a estrutura organizacional de instituição transformada ou integrada em Instituto Federal passa de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de campus da nova instituição.

§ 3o  A relação de Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades Federais que passam a integrar os Institutos Federais consta do Anexo II desta Lei.

§ 4o  As Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais não mencionadas na composição dos Institutos Federais, conforme relação constante do Anexo III desta Lei, poderão, mediante aprovação do Conselho Superior de sua respectiva universidade federal, propor ao Ministério da Educação a adesão ao Instituto Federal que esteja constituído na mesma base territorial.

§ 5o  A relação dos campi que integrarão cada um dos Institutos Federais criados nos termos desta Lei será estabelecida em ato do Ministro de Estado da Educação.

§ 6o  Os Institutos Federais poderão conceder bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio a alunos, docentes e pesquisadores externos ou de empresas, a serem regulamentadas por órgão técnico competente do Ministério da Educação. **(Incluído pela Lei nº 12.863, de 24.9.2013)**

**Seção II**

**Das Finalidades e Características dos Institutos Federais**

Art. 6o  Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

**Seção III**

**Dos Objetivos dos Institutos Federais**

Art. 7o  Observadas as finalidades e características definidas no art. 6o desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Art. 8o  No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinqüenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7o desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea *b* do inciso VI do caput do citado art. 7o.

§ 1o  O cumprimento dos percentuais referidos no caput deverá observar o conceito de aluno-equivalente, conforme regulamentação a ser expedida pelo Ministério da Educação.

§ 2o  Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7o desta Lei.

**Seção IV**

**Da Estrutura Organizacional dos Institutos Federais**

Art. 9o  Cada Instituto Federal é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

Art. 10.  A administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior.

§ 1o  As presidências do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior serão exercidas pelo Reitor do Instituto Federal.

§ 2o  O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, será composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o Instituto Federal.

§ 3o  O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

§ 4o  O estatuto do Instituto Federal disporá sobre a estruturação, as competências e as normas de funcionamento do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior.

Art. 11.  Os Institutos Federais terão como órgão executivo a reitoria, composta por 1 (um) Reitor e 5 (cinco) Pró-Reitores.

§ 1o Poderão ser nomeados Pró-Reitores os servidores ocupantes de cargo efetivo da Carreira docente ou de cargo efetivo com nível superior da Carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica. **(Redação dada pela Lei nº 12.772, de 2012)**

§ 2o  A reitoria, como órgão de administração central, poderá ser instalada em espaço físico distinto de qualquer dos campi que integram o Instituto Federal, desde que previsto em seu estatuto e aprovado pelo Ministério da Educação.

Art. 12. Art. 12.  Os Reitores serão nomeados pelo Presidente da República, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do respectivo Instituto Federal, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente.

§ 1o  Poderão candidatar-se ao cargo de Reitor os docentes pertencentes ao Quadro de Pessoal Ativo Permanente de qualquer dos campi que integram o Instituto Federal, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que atendam a, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

I - possuir o título de doutor; ou

II - estar posicionado nas Classes DIV ou DV da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, ou na Classe de Professor Associado da Carreira do Magistério Superior.

§ 2o  O mandato de Reitor extingue-se pelo decurso do prazo ou, antes desse prazo, pela aposentadoria, voluntária ou compulsória, pela renúncia e pela destituição ou vacância do cargo.

§ 3o  Os Pró-Reitores são nomeados pelo Reitor do Instituto Federal, nos termos da legislação aplicável à nomeação de cargos de direção.

Art. 13.  (Art. 13.  Os campi serão dirigidos por Diretores-Gerais, nomeados pelo Reitor para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade do respectivo campus, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente.

§ 1o  Poderão candidatar-se ao cargo de Diretor-Geral do campus os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que se enquadrem em pelo menos uma das seguintes situações:

I - preencher os requisitos exigidos para a candidatura ao cargo de Reitor do Instituto Federal;

II - possuir o mínimo de 2 (dois) anos de exercício em cargo ou função de gestão na instituição; ou

III - ter concluído, com aproveitamento, curso de formação para o exercício de cargo ou função de gestão em instituições da administração pública.

§ 2o  O Ministério da Educação expedirá normas complementares dispondo sobre o reconhecimento, a validação e a oferta regular dos cursos de que trata o inciso III do § 1o deste artigo.

**CAPÍTULO** **II-A**

**(Incluído pela Lei nº 12.677, de 2012)**

**DO COLÉGIO PEDRO II**

Art. 13-A.  O Colégio Pedro II terá a mesma estrutura e organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **(Incluído pela Lei nº 12.677, de 2012)**

Art. 13-B.  As unidades escolares que atualmente compõem a estrutura organizacional do Colégio Pedro II passam de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de campi da instituição. **(Incluído pela Lei nº 12.677, de 2012)**

Parágrafo único.  A criação de novos campi fica condicionada à expedição de autorização específica do Ministério da Educação. **(Incluído pela Lei nº 12.677, de 2012)**

**CAPÍTULO III**

**DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 14.  O Diretor-Geral de instituição transformada ou integrada em Instituto Federal nomeado para o cargo de Reitor da nova instituição exercerá esse cargo até o final de seu mandato em curso e em caráter **pro tempore**, com a incumbência de promover, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a elaboração e encaminhamento ao Ministério da Educação da proposta de estatuto e de plano de desenvolvimento institucional do Instituto Federal, assegurada a participação da comunidade acadêmica na construção dos referidos instrumentos.

§ 1o  Os Diretores-Gerais das instituições transformadas em campus de Instituto Federal exercerão, até o final de seu mandato e em caráter **pro tempore**, o cargo de Diretor-Geral do respectivo campus*.*

§ 2o  Nos campi em processo de implantação, os cargos de Diretor-Geral serão providos em caráter pro tempore, por nomeação do Reitor do Instituto Federal, até que seja possível identificar candidatos que atendam aos requisitos previstos no § 1o do art. 13 desta Lei.

§ 3o  O Diretor-Geral nomeado para o cargo de Reitor **Pro-Tempore** do Instituto Federal, ou de Diretor-Geral **Pro-Tempore** do Campus, não poderá candidatar-se a um novo mandato, desde que já se encontre no exercício do segundo mandato, em observância ao limite máximo de investidura permitida, que são de 2 (dois) mandatos consecutivos.

Art. 15.  A criação de novas instituições federais de educação profissional e tecnológica, bem como a expansão das instituições já existentes, levará em conta o modelo de Instituto Federal, observando ainda os parâmetros e as normas definidas pelo Ministério da Educação.

Art. 16.  Ficam redistribuídos para os Institutos Federais criados nos termos desta Lei todos os cargos e funções, ocupados e vagos, pertencentes aos quadros de pessoal das respectivas instituições que os integram.

§ 1o  Todos os servidores e funcionários serão mantidos em sua lotação atual, exceto aqueles que forem designados pela administração superior de cada Instituto Federal para integrar o quadro de pessoal da Reitoria.

§ 2o  A mudança de lotação de servidores entre diferentes campi de um mesmo Instituto Federal deverá observar o instituto da remoção, nos termos do art. 36 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 17.  O patrimônio de cada um dos novos Institutos Federais será constituído:

I - pelos bens e direitos que compõem o patrimônio de cada uma das instituições que o integram, os quais ficam automaticamente transferidos, sem reservas ou condições, ao novo ente;

II - pelos bens e direitos que vier a adquirir;

III - pelas doações ou legados que receber; e

IV - por incorporações que resultem de serviços por ele realizado.

Parágrafo único.  Os bens e direitos do Instituto Federal serão utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados a não ser nos casos e condições permitidos em lei.

Art. 18.  Os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG, não inseridos no reordenamento de que trata o art. 5o desta Lei, permanecem como entidades autárquicas vinculadas ao Ministério da Educação, configurando-se como instituições de ensino superior pluricurriculares, especializadas na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica, na forma da legislação.

Art. 19.  Os arts. 1o, 2o, 4o e 5o da Lei no 11.740, de 16 de julho de 2008, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1o  Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para redistribuição a instituições federais de educação profissional e tecnológica:

” (NR)

“Art. 2o  Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para alocação a instituições federais de educação profissional e tecnológica, os seguintes cargos em comissão e as seguintes funções gratificadas:

I - 38 (trinta e oito) cargos de direção - CD-1;

IV - 508 (quinhentos e oito) cargos de direção - CD-4;

VI - 2.139 (duas mil, cento e trinta e nove) Funções Gratificadas - FG-2.

” (NR)

“Art. 4o  Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para redistribuição a instituições federais de ensino superior, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação, os seguintes cargos:

” (NR)

“Art. 5o  Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para alocação a instituições federais de ensino superior, nos termos de ato do Ministro de Estado da Educação, os seguintes Cargos de Direção - CD e Funções Gratificadas - FG:

” (NR)

Art. 20.  Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,  29  de  dezembro  de  2008; 187o da Independência e 120o da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

*Fernando Haddad*

*Paulo Bernardo Silva*

**ANEXO I**

**Localidades onde serão constituídas as Reitorias dos novos Institutos Federais**

| **Instituição** | **Sede da Reitoria** |
| --- | --- |
| Instituto Federal do Acre | Rio Branco |
| Instituto Federal de Alagoas | Maceió |
| Instituto Federal do Amapá | Macapá |
| Instituto Federal do Amazonas | Manaus |
| Instituto Federal da Bahia | Salvador |
| Instituto Federal Baiano | Salvador |
| Instituto Federal de Brasília | Brasília |
| Instituto Federal do Ceará | Fortaleza |
| Instituto Federal do Espírito Santo | Vitória |
| Instituto Federal de Goiás | Goiânia |
| Instituto Federal Goiano | Goiânia |
| Instituto Federal do Maranhão | São Luís |
| Instituto Federal de Minas Gerais | Belo Horizonte |
| Instituto Federal do Norte de Minas Gerais | Montes Claros |
| Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais | Juiz de Fora |
| Instituto Federal do Sul de Minas Gerais | Pouso Alegre |
| Instituto Federal do Triângulo Mineiro | Uberaba |
| Instituto Federal de Mato Grosso | Cuiabá |
| Instituto Federal de Mato Grosso do Sul | Campo Grande |
| Instituto Federal do Pará | Belém |
| Instituto Federal da Paraíba | João Pessoa |
| Instituto Federal de Pernambuco | Recife |
| Instituto Federal do Sertão Pernambucano | Petrolina |
| Instituto Federal do Piauí | Teresina |
| Instituto Federal do Paraná | Curitiba |
| Instituto Federal do Rio de Janeiro | Rio de Janeiro |
| Instituto Federal Fluminense | Campos dos Goytacazes |
| Instituto Federal do Rio Grande do Norte | Natal |
| Instituto Federal do Rio Grande do Sul | Bento Gonçalves |
| Instituto Federal Farroupilha | Santa Maria |
| Instituto Federal Sul-rio-grandense | Pelotas |
| Instituto Federal de Rondônia | Porto Velho |
| Instituto Federal de Roraima | Boa Vista |
| Instituto Federal de Santa Catarina | Florianópolis |
| Instituto Federal Catarinense | Blumenau |
| Instituto Federal de São Paulo | São Paulo |
| Instituto Federal de Sergipe | Aracaju |
| Instituto Federal do Tocantins | Palmas |

**ANEXO II**

**Escolas Técnicas Vinculadas que passam a integrar os Institutos Federais**

| **Escola Técnica Vinculada** | **Instituto Federal** |
| --- | --- |
| Colégio Técnico Universitário – UFJF | Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais |
| Colégio Agrícola Nilo Peçanha – UFF | Instituto Federal do Rio de Janeiro |
| Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges - UFF | Instituto Federal Fluminense |
| Escola Técnica – UFPR | Instituto Federal do Paraná |
| Escola Técnica – UFRGS | Instituto Federal do Rio Grande do Sul |
| Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati – FURG | Instituto Federal do Rio Grande do Sul |
| Colégio Agrícola de Camboriú – UFSC | Instituto Federal Catarinense |
| Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes – UFSC | Instituto Federal Catarinense |

**ANEXO III**

**Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais**

| **Escola Técnica Vinculada** | **Universidade Federal** |
| --- | --- |
| Escola Agrotécnica da Universidade Federal de Roraima - UFRR | Universidade Federal de Roraima |
| Colégio Universitário da UFMA | Universidade Federal do Maranhão |
| Escola Técnica de Artes da UFAL | Universidade Federal de Alagoas |
| Colégio Técnico da UFMG | Universidade Federal de Minas Gerais |
| Centro de Formação Especial em Saúde da UFTM | Universidade Federal do Triângulo Mineiro |
| Escola Técnica de Saúde da UFU | Universidade Federal de Uberlândia |
| Centro de Ensino e Desenvolvimento Agrário da UFV | Universidade Federal de Viçosa |
| Escola de Música da UFP | Universidade Federal do Pará |
| Escola de Teatro e Dança da UFP | Universidade Federal do Pará |
| Colégio Agrícola Vidal de Negreiros da UFPB | Universidade Federal da Paraíba |
| Escola Técnica de Saúde da UFPB | Universidade Federal da Paraíba |
| Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras da UFCG | Universidade Federal de Campina Grande |
| Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas da UFRP | Universidade Federal Rural de Pernambuco |
| Colégio Agrícola de Floriano da UFPI | Universidade Federal do Piauí |
| Colégio Agrícola de Teresina da UFPI | Universidade Federal do Piauí |
| Colégio Agrícola de Bom Jesus da UFPI | Universidade Federal do Piauí |
| Colégio Técnico da UFRRJ | Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro |
| Escola Agrícola de Jundiaí da UFRN | Universidade Federal do Rio Grande do Norte |
| Escola de Enfermagem de Natal da UFRN | Universidade Federal do Rio Grande do Norte |
| Escola de Música da UFRN | Universidade Federal do Rio Grande do Norte |
| Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça da UFPEL | Universidade Federal de Pelotas |
| Colégio Agrícola de Frederico Westphalen da UFSM | Universidade Federal de Santa Maria |
| Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria | Universidade Federal de Santa Maria |
| Colégio Técnico Industrial da Universidade Federal de Santa Maria | Universidade Federal de Santa Maria |

**LEI Nº 13.327, DE 29 DE JULHO DE 2016.**

*Altera a remuneração de servidores públicos; estabelece opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões; altera os requisitos de acesso a cargos públicos; reestrutura cargos e carreiras; dispõe sobre honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, suas autarquias e fundações; e dá outras providências.*

**O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS CARREIRAS DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

Art. 1º O Anexo IV da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 , passa a vigorar na forma do Anexo I desta Lei .

CAPÍTULO II

DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)

Art. 2º Os Anexos XX , XXI e XXII da Lei no 11.890, de 24 de dezembro de 2008 , passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos II , III e IV desta Lei .

CAPÍTULO III

DO CARGO DE TÉCNICO DE PLANEJAMENTO P-1501 DO GRUPO P-1500

Art. 3º Os Anexos XXIII e XXIV da Lei no 11.890, de 24 de dezembro de 2008 , passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos V e VI desta Lei .

CAPÍTULO IV

DO ADICIONAL POR PLANTÃO HOSPITALAR E DA GRATIFICAÇÃO ESPECÍFICA DE PRODUÇÃO DE RADIOISÓTOPOS E RADIOFÁRMACOS

Art. 4º Os Anexos CLVIII e CLXVI da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009 , passam a vigorar, respectivamente, na forma dos [Anexos VII](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13327.htm#anexovii) e [VIII desta Lei](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13327.htm#anexoviii) .

CAPÍTULO V

DOS CARGOS DE MÉDICO

Art. 5º O Anexo XLV da Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012 , passa a vigorar na forma do Anexo IX desta Lei .

CAPÍTULO VI

DA CARREIRA DE FINANÇAS E CONTROLE

Art. 6º Os cargos de Analista de Finanças e Controle e de Técnico de Finanças e Controle, integrantes da carreira de Finanças e Controle, de que tratam o Decreto-Lei nº 2.346, de 23 de julho de 1987 , a Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998 , e a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 , passam a denominar-se, respectivamente, Auditor Federal de Finanças e Controle e Técnico Federal de Finanças e Controle.

Art. 7º A Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

II - da carreira de Finanças e Controle, o Ministério da Fazenda e o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle;

” (NR)

“ Art. 11. A investidura nos cargos de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, de Analista de Orçamento e de Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, em 2 (duas) etapas, sendo a primeira eliminatória e classificatória e a segunda constituída de curso de formação.

” (NR)

“Art. 11-A. A investidura nos cargos de Auditor Federal de Finanças e Controle e de Técnico Federal de Finanças e Controle, integrantes da carreira de Finanças e Controle, depende da aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, e dar-se-á na Classe A, Padrão I.

§ 1º (VETADO).

§ 2º O concurso público a que se refere este artigo realizar-se-á:

I - em etapa única, para o cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle;

II - em 2 (duas) etapas, para o cargo de Auditor Federal de Finanças e Controle, ambas de caráter eliminatório e classificatório, compreendendo a primeira o exame de conhecimentos específicos e a segunda o curso de formação.”

“Art. 22. São atribuições do ocupante do cargo de Auditor Federal de Finanças e Controle o planejamento, a supervisão, a coordenação, a orientação e a execução:

I - no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, das atividades de avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos da União, da análise da qualidade do gasto público e da avaliação da gestão dos administradores públicos federais, utilizando como instrumentos a auditoria e a fiscalização;

II - no âmbito do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, das atividades de registro, tratamento, controle e acompanhamento das operações patrimoniais e contábeis relativas à administração orçamentária, financeira e patrimonial da União, com vistas à elaboração de demonstrações contábeis do setor público nacional;

III - no âmbito do órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal, das atividades de programação financeira da União, da administração de direitos e haveres, de garantias e de obrigações de responsabilidade do Tesouro Nacional, da orientação técnico-normativa referente à execução orçamentária e financeira e do monitoramento das finanças dos entes federativos;

IV - no âmbito do órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, das atividades relacionadas à prevenção e à apuração de irregularidades na esfera do Poder Executivo federal;

V - das atividades de gestão das dívidas públicas mobiliária e contratual, interna e externa, de responsabilidade direta ou indireta do Tesouro Nacional;

VI - das atividades relacionadas à análise e à disseminação de estatísticas fiscais, da gestão do patrimônio de fundos e programas sociais e das diretrizes de política fiscal do governo federal;

VII - das atividades de monitoramento das finanças dos entes federativos, do controle das transferências financeiras constitucionais e da consolidação das contas dos entes da Federação;

VIII - das atividades de transparência pública e de ouvidoria no Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle;

IX - de outras atividades necessárias ao cumprimento da missão institucional e ao funcionamento do Ministério da Fazenda e do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.” (NR)

“Art. 22-A. São atribuições do ocupante do cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle, no âmbito das atividades previstas no art. 22:

I - prestar apoio técnico e administrativo, visando ao funcionamento do órgão;

II - registrar, consultar, extrair, organizar e consolidar dados e informações nos sistemas corporativos sob responsabilidade do órgão;

III - auxiliar a execução de atividades de auditoria, de fiscalização, de correição, de ouvidoria, de transparência pública, de administração financeira, orçamentária, patrimonial e contábil e de elaboração da programação financeira;

IV - subsidiar a formulação de diretrizes da administração financeira, orçamentária, patrimonial, contábil, de correição e de auditoria;

V - participar das etapas de coleta e de tratamento primário dos elementos necessários à execução, ao acompanhamento e ao processamento de dados referentes aos trabalhos contábeis, de auditoria, de programação orçamentário-financeira e de correição do setor público;

VI - executar outras atividades necessárias ao cumprimento da missão institucional e ao funcionamento do Ministério da Fazenda e do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.”

CAPÍTULO VII

DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

Art. 8º Os Anexos XV , XV-A , XV-B e XV-C da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos X , XI , XII e XIII desta Lei.

CAPÍTULO VIII

DAS CARREIRAS DE AGENTE FEDERAL DE EXECUÇÃO PENAL, DE ESPECIALISTA FEDERAL EM ASSISTÊNCIA À EXECUÇÃO PENAL E DE TÉCNICO FEDERAL DE APOIO À EXECUÇÃO PENAL

Art. 9º Os Anexos LXXXV , LXXXVI , LXXXVII, LXXXVIII, LXXXIX e XC da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009 , passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos XIV, XV, XVI, XVII, XVIII e XIX desta Lei .

Art. 10. O cargo de Agente Penitenciário Federal, integrante da carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a Lei nº 10.693, de 25 de junho de 2003 , passa a denominar-se Agente Federal de Execução Penal, integrante da carreira de Agente Federal de Execução Penal.

Art. 11. O cargo de Especialista em Assistência Penitenciária, integrante da carreira de Especialista em Assistência Penitenciária, e o cargo de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária, integrante da carreira de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária, de que tratam os incisos I e II do **caput** do art. 117 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009 , passam a denominar-se, respectivamente, Especialista Federal em Assistência à Execução Penal, integrante da carreira de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal, e Técnico Federal de Apoio à Execução Penal, integrante da carreira de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal.

Art. 12. O art. 2º da Lei nº 10.693, de 25 de junho de 2003 , passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Compete aos ocupantes do cargo de Agente Federal de Execução Penal o exercício das atividades de atendimento, vigilância, custódia, guarda, assistência e orientação de pessoas recolhidas aos estabelecimentos penais federais e das atividades de natureza técnica, administrativa e de apoio a elas relacionadas.” (NR)

Art. 13. A Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009 , passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 123. Compete aos ocupantes do cargo de Agente Federal de Execução Penal o exercício das atividades de atendimento, vigilância, custódia, guarda, escolta, assistência e orientação de pessoas recolhidas aos estabelecimentos penais e de internamento federais, integrantes da estrutura do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Cidadania, e das atividades de natureza técnica, administrativa e de apoio a elas relacionadas.” (NR)

“Art. 124-A. A partir de 1º de janeiro de 2017, o cargo de Agente Federal de Execução Penal, integrante da carreira de Agente Federal de Execução Penal, fica estruturado em classes e padrões, na forma do Anexo LXXXVI.”

“Art. 125.

§ 2º Os servidores integrantes da carreira de Agente Federal de Execução Penal serão enquadrados, a partir de 1º de janeiro de 2017, na Tabela de Vencimento Básico constante do anexo a que se refere o **caput** deste artigo, de acordo com a posição relativa na Tabela de Correlação, constante do Anexo LXXXVIII desta Lei.

§ 3º O enquadramento e a mudança de denominação do cargo a que se refere este artigo não representam, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação à carreira, ao cargo e às atribuições atuais desenvolvidas por seus titulares.

§ 4º Os efeitos decorrentes do enquadramento de que trata o **caput** aplicar-se-ão ao posicionamento dos aposentados e dos pensionistas nas tabelas remuneratórias da carreira de Agente Federal de Execução Penal, a partir de 1º de janeiro de 2017, nos casos em que a aposentadoria ou a instituição da pensão tenha ocorrido com fundamento nos arts. 3º, 6º ou 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 .

§ 5º O posicionamento dos aposentados e dos pensionistas de que trata o § 4º na Tabela de Vencimento Básico constante do anexo a que se refere o **caput** será referenciado à situação em que o servidor se encontrava na data de aposentadoria ou na data em que se originou a pensão, respeitadas as alterações relativas a posicionamentos decorrentes de legislação específica.” (NR)

“Art. 127. A partir de 1º de janeiro de 2017, a promoção às classes do cargo de Agente Federal de Execução Penal, de que trata o art. 122 desta Lei, observará os seguintes requisitos:

I - para a Segunda Classe: possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando no mínimo 60 (sessenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 3 (três) anos, ambas no campo específico de atuação do cargo;

II - para a Primeira Classe: possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando no mínimo 80 (oitenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 7 (sete) anos, ambas no campo específico de atuação do cargo;

III - para a Classe Especial: possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando no mínimo 120 (cento e vinte) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 11 (onze) anos, ambas no campo específico de atuação do cargo;

IV - para a Classe Especial Sênior: possuir certificado de conclusão de curso de especialização ou de curso de formação específica equivalente, de no mínimo 180 (cento e oitenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 15 (quinze) anos, ambos no campo específico de atuação do cargo.” (NR)

CAPÍTULO IX

DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP)

Art. 14. Os Anexos IX , X , X-A e XII da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 , passam a vigorar na forma dos Anexos XX , XXI , XXII e XXIII desta Lei .

Art. 15. A Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 , passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 34.

Parágrafo único. A partir de 1º de janeiro de 2017, o cargo de nível intermediário de Agente Executivo fica reorganizado na carreira de Agente Executivo da Susep.” (NR)

“Art. 35.

§ 4º A partir de 1º de janeiro de 2017, os cargos ocupados de Agente Executivo do quadro de pessoal da Susep cuja investidura tenha observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público, bem como os cargos vagos e os demais cargos, à medida que vagarem, passam a integrar a carreira de que trata o parágrafo único do art. 34 desta Lei.

§ 5º O enquadramento a que se refere o § 4º não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação à carreira, ao cargo e às atribuições atuais desenvolvidas por seus titulares.

§ 6º Os efeitos decorrentes do enquadramento a que se refere o § 4º aplicar-se-ão ao posicionamento dos aposentados e dos pensionistas nas tabelas remuneratórias da carreira de Agente Executivo, nos casos em que a aposentadoria ou a instituição da pensão tenha ocorrido com fundamento nos arts. 3º, 6º ou 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 .

§ 7º O posicionamento dos aposentados e dos pensionistas a que se refere o § 6º na Tabela de Subsídios da carreira de Agente Executivo será referenciado à situação em que o servidor se encontrava na data de aposentadoria ou na data em que se originou a pensão, respeitadas as alterações relativas a posicionamentos decorrentes de legislação específica.” (NR)

“Art. 51-A. A partir de 1º de janeiro de 2017, os titulares dos cargos integrantes da carreira de Agente Executivo passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

§ 1º Os valores do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o **caput** são os fixados no Anexo X-A desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

§ 2º A partir de 1º de janeiro de 2017, estarão compreendidas no subsídio e não serão mais devidas aos titulares dos cargos da carreira de Agente Executivo as seguintes espécies remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade Específica da Susep (GDASUSEP), de que trata o art. 55 desta Lei.”

“Art. 51-B. Aplica-se o disposto nos arts. 48 a 50 em relação à percepção do subsídio pelos integrantes da carreira de Agente Executivo da Susep.”

“Art. 51-C. A aplicação do disposto nos arts. 51-A e 51-B aos servidores ativos, bem como aos inativos e aos pensionistas referidos no § 6º do art. 35, não poderá implicar redução de remuneração, de provento e de pensão.

Parágrafo único. Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, eventual diferença será paga aos servidores integrantes da carreira de Agente Executivo, a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção, da reorganização ou da reestruturação do cargo e da carreira, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza ou da implantação dos valores constantes do Anexo X-A desta Lei.”

CAPÍTULO X

DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)

Art. 16. Os Anexos XIV, XV, XV-A e XVII da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos XXIV, XXV, XXVI e XXVII.

Art. 17. A Lei no 11.890, de 24 de dezembro de 2008 , passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 67.

Parágrafo único. A partir de 1º de janeiro de 2017, o cargo de nível intermediário de Agente Executivo fica reorganizado na carreira de Agente Executivo da CVM.” (NR)

“Art. 68.

§ 4º A partir de 1º de janeiro de 2017, os cargos ocupados de Agente Executivo do quadro de pessoal da CVM cuja investidura tenha observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público, bem como os cargos vagos e os demais cargos, à medida que vagarem, passam a integrar a carreira de que trata o parágrafo único do art. 67.

§ 5º O enquadramento a que se refere o § 4º não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação à carreira, ao cargo e às atribuições atuais desenvolvidas por seus titulares.

§ 6º Os efeitos decorrentes do enquadramento a que se refere o § 4º aplicar-se-ão ao posicionamento dos aposentados e dos pensionistas nas tabelas remuneratórias da carreira de Agente Executivo, nos casos em que a aposentadoria ou a instituição da pensão tenha ocorrido com fundamento nos arts. 3º, 6º ou 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005 .

§ 7º O posicionamento dos aposentados e dos pensionistas a que se refere o § 6º na Tabela de Subsídios da carreira de Agente Executivo será referenciado à situação em que o servidor se encontrava na data de aposentadoria ou na data em que se originou a pensão, respeitadas as alterações relativas a posicionamentos decorrentes de legislação específica.” (NR)

“Art. 86-A. A partir de 1º de janeiro de 2017, os titulares dos cargos integrantes da carreira de Agente Executivo passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

§ 1º Os valores do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o **caput** deste artigo são os fixados no Anexo XV-A desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

§ 2º A partir de 1º de janeiro de 2017, estarão compreendidas no subsídio e não serão mais devidas aos titulares dos cargos da carreira de Agente Executivo as seguintes espécies remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividades Específicas da CVM (GDECVM), de que trata o inciso I do art. 90 desta Lei.”

“Art. 86-B. Aplica-se o disposto nos arts. 83 a 85 em relação à percepção do subsídio pelos integrantes da carreira de Agente Executivo da CVM.”

“Art. 86-C. A aplicação do disposto nos arts. 86-A e 86-B aos servidores ativos, bem como aos inativos e aos pensionistas referidos no § 6º do art. 68, não poderá implicar redução de remuneração, de provento e de pensão.

Parágrafo único. Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, eventual diferença será paga aos servidores integrantes da carreira de Agente Executivo a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção, da reorganização ou da reestruturação do cargo e da carreira, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza ou da implantação dos valores constantes do Anexo XV-A desta Lei.”

CAPÍTULO XI

DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Art. 18. Os Anexos II, IV e V da Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003 , passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos XXVIII, XXIX e XXX desta Lei.

CAPÍTULO XII

DA CARREIRA DE ESPECIALISTA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Art. 19. O Anexo II-A da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998 , passa a vigorar na forma do Anexo XXXI desta Lei .

Art. 20. A Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º (VETADO).

“Art. 6º

§ 1º O concurso público a que se refere o **caput** deste artigo realizar-se-á:

I - em etapa única, para o cargo de Técnico do Banco Central do Brasil;

II - em 2 (duas) etapas, ambas de caráter eliminatório, compreendendo a primeira o exame de conhecimentos específicos e, a segunda, o curso de formação, para o cargo de Analista do Banco Central do Brasil;

III - na forma estabelecida em ato do Advogado-Geral da União, observada a legislação específica, para o cargo de Procurador do Banco Central do Brasil.

§ 2º Para os cargos de Analista do Banco Central do Brasil e de Procurador do Banco Central do Brasil, além do exame de conhecimentos específicos, será obrigatória a realização de prova de títulos, de caráter exclusivamente classificatório.

§ 3º (VETADO).

§ 4º Para o ingresso no cargo de Técnico do Banco Central do Brasil, na área de especialização voltada à execução e à supervisão das atividades de segurança institucional do Banco Central do Brasil, especialmente no que se refere aos serviços do meio circulante e à proteção de autoridades internas do Banco Central do Brasil, haverá prova de aptidão física e avaliação psicológica.

§ 5º O Banco Central do Brasil manterá políticas próprias de recrutamento, seleção e treinamento de pessoal, observadas as diretrizes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.” (NR)

CAPÍTULO XIII

DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC)

Art. 21. Os Anexos II e III da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009 , passam a vigorar na forma dos Anexos XXXII e XXXIII desta Lei .

CAPÍTULO XIV

DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 22. É facultado aos servidores, aos aposentados e aos pensionistas que estejam sujeitos ao disposto nos arts. 3º , 6º ou 6º -A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 , ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 , optar pela incorporação de gratificação de desempenho aos proventos de aposentadoria ou de pensão, nos termos dos arts. 23 e 24 desta Lei, relativamente aos seguintes cargos, planos e carreiras:

I - Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, de que trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 ;

II - plano de carreiras e cargos da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), de que trata a Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009 ;

III - Agente Federal de Execução Penal, Especialista Federal em Assistência à Execução Penal e Técnico Federal de Apoio à Execução Penal, de que trata esta Lei;

IV - plano especial de cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003 .

Parágrafo único. A opção de que trata o **caput** somente poderá ser exercida se o servidor tiver percebido gratificação de desempenho por, no mínimo, 60 (sessenta) meses antes da data de aposentadoria ou de instituição da pensão.

Art. 23. Os servidores de que trata o art. 22 podem optar, em caráter irretratável, pela incorporação de gratificação de desempenho aos proventos de aposentadoria ou de pensão nos seguintes termos:

I - a partir de 1º de janeiro de 2017: 67% (sessenta e sete por cento) do valor referente à média dos pontos da gratificação de desempenho recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses de atividade;

II - a partir de 1º de janeiro de 2018: 84% (oitenta e quatro por cento) do valor referente à média dos pontos da gratificação de desempenho recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses de atividade;

III - a partir de 1º de janeiro de 2019: o valor integral da média dos pontos da gratificação de desempenho recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses de atividade.

§ 1º Para fins de cálculo do valor devido, o percentual da média dos pontos de que tratam os incisos I a III do **caput** será aplicado sobre o valor do ponto correspondente ao posicionamento do servidor na tabela remuneratória na data de aposentadoria ou de instituição da pensão, respeitadas as alterações relativas a posicionamentos decorrentes de legislação específica.

§ 2º A opção de que trata o **caput** deverá ser formalizada no momento do requerimento de aposentadoria ou, em caso de falecimento do servidor em atividade, no momento do requerimento de pensão.

§ 3º O termo de opção assinado pelo servidor no momento do requerimento de aposentadoria condiciona a pensão que vier a ser instituída.

§ 4º Em caso de falecimento do servidor em atividade, o termo de acordo firmado por um pensionista condiciona os demais, ressalvada a possibilidade de os demais pensionistas manifestarem rejeição, a qualquer momento, ao termo firmado.

§ 5º Eventual diferença entre o valor que o servidor ou o pensionista receberia antes da opção e o valor decorrente da aplicação das regras dos incisos I e II do **caput** será paga a título de parcela complementar, de natureza provisória, até a implantação das parcelas subsequentes.

Art. 24. Para as aposentadorias e pensões já instituídas na data de entrada em vigor desta Lei, o prazo para a opção, em caráter irretratável, pela incorporação de gratificação de desempenho aos proventos, nos termos dos incisos I a III do **caput** do art. 23, é da data de entrada em vigor desta Lei até 31 de outubro de 2018.

§ 1º O termo de opção assinado pelo aposentado condiciona a pensão que vier a ser instituída.

§ 2º Na hipótese de haver mais de um pensionista de um mesmo instituidor, aplica-se o disposto no § 4º do art. 23.

§ 3º Eventual diferença entre o valor que o aposentado ou o pensionista recebia antes da opção e o valor decorrente da aplicação das regras dos incisos I e II do **caput** do art. 23 será paga a título de parcela complementar, de natureza provisória, até a implantação das parcelas subsequentes.

Art. 25. Para fins do disposto no § 5º do art. 23 e no § 3º do art. 24, será considerado o valor do ponto vigente a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 26. A opção de que tratam os arts. 23 e 24 somente será válida com a assinatura de termo de opção na forma do Anexo XXXIV desta Lei , que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista com:

I - a forma, os prazos e os percentuais definidos nos arts. 23 e 24;

II - a renúncia à forma de cálculo de incorporação da gratificação de desempenho reconhecida por decisão administrativa ou judicial, inclusive transitada em julgado;

III - a renúncia ao direito de pleitear, por via administrativa ou judicial, quaisquer valores ou vantagens decorrentes da forma de cálculo da gratificação de desempenho incorporada aos proventos de aposentadoria e pensão, salvo em caso de comprovado erro material.

Parágrafo único. Na hipótese de pagamento em duplicidade de valores referentes a gratificação de desempenho prevista nesta Lei, fica o ente público autorizado a reaver, administrativamente, por meio de desconto direto nos proventos, a importância paga a maior.

CAPÍTULO XV

DAS CARREIRAS JURÍDICAS

Art. 27. Este Capítulo dispõe sobre o valor do subsídio, o recebimento de honorários advocatícios de sucumbência e outras questões que envolvem os ocupantes dos cargos:

I - de Advogado da União;

II - de Procurador da Fazenda Nacional;

III - de Procurador Federal;

IV - de Procurador do Banco Central do Brasil;

V - dos quadros suplementares em extinção previstos no art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001 .

Art. 28. O subsídio dos ocupantes dos cargos de que trata este Capítulo é o constante do Anexo XXXV desta Lei .

Art. 29. Os honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, as autarquias e as fundações públicas federais pertencem originariamente aos ocupantes dos cargos de que trata este Capítulo.

Parágrafo único. Os honorários não integram o subsídio e não servirão como base de cálculo para adicional, gratificação ou qualquer outra vantagem pecuniária.

Art. 30. Os honorários advocatícios de sucumbência incluem:

I - o total do produto dos honorários de sucumbência recebidos nas ações judiciais em que forem parte a União, as autarquias e as fundações públicas federais;

II - até 75% (setenta e cinco por cento) do produto do encargo legal acrescido aos débitos inscritos na dívida ativa da União, previsto no art. 1º do Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969 ;

III - o total do produto do encargo legal acrescido aos créditos das autarquias e das fundações públicas federais inscritos na dívida ativa da União, nos termos do § 1º do art. 37-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002 .

Parágrafo único. O recolhimento dos valores mencionados nos incisos do **caput** será realizado por meio de documentos de arrecadação oficiais.

Art. 31. Os valores dos honorários devidos serão calculados segundo o tempo de efetivo exercício no cargo, para os ativos, e pelo tempo de aposentadoria, para os inativos, com efeitos financeiros a contar da publicação desta Lei, obtidos pelo rateio nas seguintes proporções:

I - para os ativos, 50% (cinquenta por cento) de uma cota-parte após o primeiro ano de efetivo exercício, crescente na proporção de 25 (vinte e cinco) pontos percentuais após completar cada um dos 2 (dois) anos seguintes;

II - para os inativos, 100% (cem por cento) de uma cota-parte durante o primeiro ano de aposentadoria, decrescente à proporção de 7 (sete) pontos percentuais a cada um dos 9 (nove) anos seguintes, mantendo-se o percentual fixo e permanente até a data de cessação da aposentadoria.

§ 1º O rateio será feito sem distinção de cargo, carreira e órgão ou entidade de lotação.

§ 2º Para os fins deste artigo, o tempo de exercício efetivo será contado como o tempo decorrido em qualquer um dos cargos de que trata este Capítulo, desde que não haja quebra de continuidade com a mudança de cargo.

§ 3º Não entrarão no rateio dos honorários:

I - pensionistas;

II - aqueles em licença para tratar de interesses particulares;

III - aqueles em licença para acompanhar cônjuge ou companheiro;

IV - aqueles em licença para atividade política;

V - aqueles em afastamento para exercer mandato eletivo;

VI - aqueles cedidos ou requisitados para entidade ou órgão estranho à administração pública federal direta, autárquica ou fundacional.

Art. 32. Os honorários não integrarão a base de cálculo, compulsória ou facultativa, da contribuição previdenciária.

Art. 33. É criado o Conselho Curador dos Honorários Advocatícios (CCHA), vinculado à Advocacia-Geral da União, composto por 1 (um) representante de cada uma das carreiras mencionadas nos incisos I a IV do art. 27.

§ 1º Cada conselheiro terá 1 (um) suplente.

§ 2º Os conselheiros e seus suplentes serão eleitos pelos ocupantes dos cargos das respectivas carreiras, para mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução.

§ 3º A eleição de que trata o § 2º será promovida pelo Advogado-Geral da União no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da entrada em vigor desta Lei.

§ 4º A participação no CCHA será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 34. Compete ao CCHA:

I - editar normas para operacionalizar o crédito e a distribuição dos valores de que trata o art. 30;

II - fiscalizar a correta destinação dos honorários advocatícios, conforme o disposto neste Capítulo;

III - adotar as providências necessárias para que os honorários advocatícios discriminados no art. 30 sejam creditados pontualmente;

IV - requisitar dos órgãos e das entidades públicas federais responsáveis as informações cadastrais, contábeis e financeiras necessárias à apuração, ao crédito dos valores referidos no art. 29 e à identificação das pessoas beneficiárias dos honorários;

V - contratar instituição financeira oficial para gerir, processar e distribuir os recursos a que se refere este Capítulo;

VI - editar seu regimento interno.

§ 1º O CCHA terá o prazo de 30 (trinta) dias para editar seu regimento interno e as normas referidas no inciso I do **caput** , a contar da instalação do Conselho.

§ 2º O CCHA reunir-se-á, ordinária e extraordinariamente, na forma de seu regimento interno e deliberará por maioria de seus membros, tendo seu presidente o voto de qualidade.

§ 3º O presidente do CCHA será eleito por seus membros na primeira reunião.

§ 4º O CCHA deliberará por meio de resolução quando se tratar de ato de natureza normativa.

§ 5º A Advocacia-Geral da União, o Ministério da Fazenda, as autarquias e as fundações públicas prestarão ao CCHA o auxílio técnico necessário para a apuração, o recolhimento e o crédito dos valores discriminados no art. 30.

§ 6º Incumbe à Advocacia-Geral da União prestar apoio administrativo ao CCHA.

§ 7º Os valores correspondentes ao imposto sobre a renda devido em razão do recebimento dos honorários serão retidos pela instituição financeira a que se refere o inciso V do **caput** .

Art. 35. Os órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional adotarão as providências necessárias para viabilizar o crédito dos valores discriminados no art. 30 diretamente na instituição financeira mencionada no inciso V do **caput** do art. 34, sem necessidade de transitar pela conta única do Tesouro Nacional.

§ 1º Enquanto o disposto no **caput** não for operacionalmente viável, os honorários serão creditados na instituição financeira mencionada no inciso V do **caput** do art. 34.

§ 2º Para cumprimento do disposto no § 1º, o total do produto dos honorários advocatícios será objeto de apuração e consolidação mensal e será creditado, pela administração pública federal, até o décimo quinto dia do mês subsequente, nos termos de acordo de cooperação técnica a ser firmado entre a Advocacia-Geral da União e o Ministério da Fazenda.

Art. 36. O CCHA apresentará ao Advogado-Geral da União, em até 30 (trinta) dias a contar da edição de seu regimento interno, proposta de norma para a fixação do percentual a que se refere o inciso II do art. 30, respeitadas as seguintes diretrizes:

I - a parcela do encargo legal acrescido aos créditos da União que comporá os honorários advocatícios será definida em percentual de até 75% (setenta e cinco por cento) do total apurado do encargo legal, a partir de critérios que contemplem a eficiência na atuação e a fase de recolhimento do crédito;

II - serão criados e aperfeiçoados os mecanismos para a aferição da eficiência da atuação consultiva, judicial e extrajudicial da Advocacia-Geral da União e de seus órgãos vinculados.

Parágrafo único. A normatização de que trata o **caput** será editada por portaria conjunta do Advogado-Geral da União, do Ministro de Estado da Fazenda, do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Art. 37. Respeitadas as atribuições próprias de cada um dos cargos de que trata este Capítulo, compete a seus ocupantes:

I - apresentar nos processos petições e manifestações em geral;

II - exarar pareceres, notas, informações, cotas e despachos;

III - interpretar as decisões judiciais, especificando a força executória do julgado e fixando para o respectivo órgão ou entidade pública os parâmetros para cumprimento da decisão;

IV - participar de audiências e sessões de julgamentos, proferindo sustentação oral sempre que necessário;

V - despachar com autoridades judiciais e administrativas assuntos de interesse da União, suas autarquias e fundações públicas;

VI - analisar a possibilidade de deferimento de parcelamentos e encaminhar a protesto os créditos cuja titularidade seja da União e de suas autarquias e fundações públicas;

VII - promover a análise de precatórios e de requisição de pequeno valor antes de seus pagamentos;

VIII - propor, celebrar e analisar o cabimento de acordos e de transações judiciais e extrajudiciais, nas hipóteses previstas em lei;

IX - manifestar-se quanto à legalidade e à constitucionalidade de minutas de atos normativos;

X - realizar estudos para o aprofundamento de questões jurídicas ou para fins de uniformização de entendimentos;

XI - participar de reuniões de trabalho, sempre que convocados;

XII - requisitar elementos de fato e de direito e informações necessárias à defesa judicial ou extrajudicial dos direitos ou dos interesses da União, de suas autarquias e de suas fundações;

XIII - comunicar-se com outros órgãos e entidades pelos meios necessários ao atendimento de demandas jurídicas;

XIV - atender cidadãos e advogados em audiência para tratar de processos sob sua responsabilidade;

XV - atuar em procedimento de mediação, nos termos da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 ;

XVI - instaurar procedimentos prévios para verificação de responsabilidade de terceiros em relação a danos ao erário, para fins de futura cobrança judicial ou extrajudicial;

XVII - atuar na defesa de dirigentes e de servidores da União, de suas autarquias e de suas fundações públicas quando os atos tenham sido praticados dentro das atribuições institucionais e nos limites da legalidade, havendo solicitação do interessado;

XVIII - definir os parâmetros para elaboração de cálculos com todas as orientações necessárias para fins de análise técnica da unidade de cálculos e perícias competente;

XIX - utilizar os sistemas eletrônicos existentes e atualizar as informações sobre sua produção jurídica e demais atividades;

XX - analisar previamente a pauta de julgamento dos órgãos do Poder Judiciário, com o intuito de verificar a conveniência de distribuição de memoriais de julgamento e a realização de sustentação oral;

XXI - conferir acompanhamento prioritário ou especial aos processos classificados como relevantes ou estratégicos;

XXII - desenvolver outras atividades relacionadas ao exercício de suas atribuições institucionais.

§ 1º No exercício de suas atribuições, os ocupantes dos cargos de que trata este Capítulo buscarão garantir a segurança jurídica das ações governamentais e das políticas públicas do Estado, zelando pelo interesse público e respeitando a uniformidade institucional da atuação.

§ 2º O Advogado-Geral da União poderá editar ato para disciplinar o disposto no **caput**.

Art. 38. São prerrogativas dos ocupantes dos cargos de que trata este Capítulo, sem prejuízo daquelas previstas em outras normas:

I - receber intimação pessoalmente, mediante carga ou remessa dos autos, em qualquer processo e grau de jurisdição, nos feitos em que tiver que oficiar, admitido o encaminhamento eletrônico na forma de lei;

II - requisitar às autoridades de segurança auxílio para sua própria proteção e para a proteção de testemunhas, de patrimônio e de instalações federais, no exercício de suas funções, sempre que caracterizada ameaça, na forma estabelecida em portaria do Advogado-Geral da União;

III - não ser preso ou responsabilizado pelo descumprimento de determinação judicial no exercício de suas funções;

IV - somente ser preso ou detido por ordem escrita do juízo criminal competente, ou em flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade policial lavrará o auto respectivo e fará imediata comunicação ao juízo competente e ao Advogado-Geral da União, sob pena de nulidade;

V - ser recolhido a prisão especial ou a sala especial de Estado Maior, com direito a privacidade, e ser recolhido em dependência separada em estabelecimento de cumprimento de pena após sentença condenatória transitada em julgado;

VI - ser ouvido, como testemunha, em dia, hora e local previamente ajustados com o magistrado ou a autoridade competente;

VII - ter o mesmo tratamento protocolar reservado aos magistrados e aos demais titulares dos cargos das funções essenciais à justiça;

VIII - ter ingresso e trânsito livres, em razão de serviço, em qualquer recinto ou órgão público, sendo-lhe exigida somente a apresentação da carteira de identidade funcional;

IX - usar as insígnias privativas do cargo.

§ 1º No curso de investigação policial, quando houver indício de prática de infração penal pelos ocupantes dos cargos de que trata este Capítulo, a autoridade policial, civil ou militar, comunicará imediatamente o fato ao Advogado-Geral da União.

§ 2º No exercício de suas funções, os ocupantes dos cargos de que trata este Capítulo não serão responsabilizados, exceto pelos respectivos órgãos correicionais ou disciplinares, ressalvadas as hipóteses de dolo ou de fraude.

§ 3º A apuração de falta disciplinar dos ocupantes dos cargos de que trata este Capítulo compete exclusivamente aos respectivos órgãos correicionais ou disciplinares.

§ 4º Respeitadas as atribuições de cada um dos cargos mencionados neste Capítulo, a advocacia institucional pode ser exercida em processo judicial ou administrativo, em qualquer localidade ou unidade da Federação, observada a designação pela autoridade competente.

§ 5º A carteira de identidade funcional dos ocupantes dos cargos de que trata este Capítulo é válida como documento de identidade para todos os fins legais e tem fé pública em todo o território nacional.

Art. 39. Para as competências de agosto a dezembro de 2016, os honorários advocatícios serão creditados em folha de pagamento pela União diretamente aos servidores ativos e aos aposentados nos cargos de que trata este Capítulo, no valor referente a uma cota-parte do montante arrecadado no primeiro semestre do ano de 2015, sendo que, para a verba referente aos encargos legais da União, será considerado percentual único de 50% (cinquenta por cento) e, para as demais verbas descritas no art. 30 desta Lei, será considerado o percentual de 100% (cem por cento).

Art. 40. O art. 38 da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 , passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 38.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não afasta a competência do Advogado-Geral da União prevista nos [incisos VI](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp73.htm#art4vi) , [X](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp73.htm#art4x) e XI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e na Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.” (NR)

CAPÍTULO XVI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. A Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 , passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 154.

IV - Auditor Federal de Finanças e Controle e Técnico Federal de Finanças e Controle, da carreira de Finanças e Controle;

VIII - Analista Técnico e Agente Executivo da Susep, das carreiras de Analista Técnico da Susep e de Agente Executivo da Susep, respectivamente;

IX - Analista da CVM e Agente Executivo, das carreiras de Analista da CVM e de Agente Executivo da CVM, respectivamente;

.” (NR)

“Art. 157.

§ 5º Os limites estabelecidos nas alíneas “a” e “d” do inciso II do **caput** poderão ser aumentados, até 31 de agosto de 2020, para 60% (sessenta por cento) e para 25% (vinte e cinco por cento), respectivamente, no caso dos cargos de Agente Executivo da CVM e de Agente Executivo da Susep, visando a permitir maior alocação de vagas nas classes iniciais e o ajuste gradual do quadro de distribuição de cargos por classe existente em 31 de dezembro de 2015.” (NR)

Art. 42. (VETADO).

Art. 43. Revogam-se os seguintes dispositivos do Decreto-Lei nº 2.346, de 23 de julho de 1987:

I - art. 4º ;

II - art. 5º ;

III - (VETADO);

IV - art. 7º .

Art. 44. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de agosto de 2016, ou a partir da data de sua publicação, se posterior, nas hipóteses em que não estiver especificada outra data no corpo desta Lei ou em seus anexos.

Brasília, 29 de julho de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER

*Henrique Meirelles*

*Esteves Pedro Colnago Junior*

*Fábio Medina Osório*

ANEXO XXXV

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DA ÁREA JURÍDICA

Em R$

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | EFEITOS FINANCEIROS PARTIR DE | | | | |
| CATEGORIA | 1º JAN 2015 | 1º AGO 2016 | 1º JAN 2017 | 1º JAN 2018 | 1º JAN 2019 |
| ESPECIAL | 22.516,94 | 23.755,37 | 24.943,14 | 26.127,94 | 27.303,70 |
| PRIMEIRA | 19.913,33 | 21.008,56 | 22.058,99 | 23.106,79 | 24.146,60 |
| SEGUNDA | 17.330,33 | 18.283,50 | 19.197,67 | 20.109,56 | 21.014,49 |

**LEI Nº 13.988, DE 14 DE ABRIL DE 2020.**

*Dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica; e altera as Leis nos 13.464, de 10 de julho de 2017, e 10.522, de 19 de julho de 2002.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece os requisitos e as condições para que a União, as suas autarquias e fundações, e os devedores ou as partes adversas realizem transação resolutiva de litígio relativo à cobrança de créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária.

§ 1º A União, em juízo de oportunidade e conveniência, poderá celebrar transação em quaisquer das modalidades de que trata esta Lei, sempre que, motivadamente, entender que a medida atende ao interesse público.

§ 2º Para fins de aplicação e regulamentação desta Lei, serão observados, entre outros, os princípios da isonomia, da capacidade contributiva, da transparência, da moralidade, da razoável duração dos processos e da eficiência e, resguardadas as informações protegidas por sigilo, o princípio da publicidade.

§ 3º A observância do princípio da transparência será efetivada, entre outras ações, pela divulgação em meio eletrônico de todos os termos de transação celebrados, com informações que viabilizem o atendimento do princípio da isonomia, resguardadas as legalmente protegidas por sigilo.

§ 4º Aplica-se o disposto nesta Lei:

I - aos créditos tributários não judicializados sob a administração da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia;

II - à dívida ativa e aos tributos da União, cujas inscrição, cobrança e representação incumbam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos do art. 12 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; e

III - no que couber, à dívida ativa das autarquias e das fundações públicas federais, cujas inscrição, cobrança e representação incumbam à Procuradoria-Geral Federal, e aos créditos cuja cobrança seja competência da Procuradoria-Geral da União, nos termos de ato do Advogado-Geral da União e sem prejuízo do disposto na Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.

§ 5º A transação de créditos de natureza tributária será realizada nos termos do art. 171 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

Art. 2º Para fins desta Lei, são modalidades de transação as realizadas:

I - por proposta individual ou por adesão, na cobrança de créditos inscritos na dívida ativa da União, de suas autarquias e fundações públicas, ou na cobrança de créditos que seja competência da Procuradoria-Geral da União;

II - por adesão, nos demais casos de contencioso judicial ou administrativo tributário; e

III - por adesão, no contencioso tributário de pequeno valor.

Parágrafo único. A transação por adesão implica aceitação pelo devedor de todas as condições fixadas no edital que a propõe.

Art. 3º A proposta de transação deverá expor os meios para a extinção dos créditos nela contemplados e estará condicionada, no mínimo, à assunção pelo devedor dos compromissos de:

I - não utilizar a transação de forma abusiva, com a finalidade de limitar, de falsear ou de prejudicar, de qualquer forma, a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;

II - não utilizar pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, os seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública federal;

III - não alienar nem onerar bens ou direitos sem a devida comunicação ao órgão da Fazenda Pública competente, quando exigido em lei;

IV - desistir das impugnações ou dos recursos administrativos que tenham por objeto os créditos incluídos na transação e renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações ou recursos; e

V - renunciar a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundem ações judiciais, inclusive as coletivas, ou recursos que tenham por objeto os créditos incluídos na transação, por meio de requerimento de extinção do respectivo processo com resolução de mérito, nos termos da alínea *c* do inciso III do **caput** do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

§ 1º A proposta de transação deferida importa em aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei e em sua regulamentação, de modo a constituir confissão irrevogável e irretratável dos créditos abrangidos pela transação, nos termos dos arts. 389 a 395 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

§ 2º Quando a transação envolver moratória ou parcelamento, aplica-se, para todos os fins, o disposto nos [incisos I](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm#art151i) e VI do caput do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

§ 3º Os créditos abrangidos pela transação somente serão extintos quando integralmente cumpridas as condições previstas no respectivo termo.

Art. 4º Implica a rescisão da transação:

I - o descumprimento das condições, das cláusulas ou dos compromissos assumidos;

II - a constatação, pelo credor, de ato tendente ao esvaziamento patrimonial do devedor como forma de fraudar o cumprimento da transação, ainda que realizado anteriormente à sua celebração;

III - a decretação de falência ou de extinção, pela liquidação, da pessoa jurídica transigente;

IV - a comprovação de prevaricação, de concussão ou de corrupção passiva na sua formação;

V - a ocorrência de dolo, de fraude, de simulação ou de erro essencial quanto à pessoa ou quanto ao objeto do conflito;

VI - a ocorrência de alguma das hipóteses rescisórias adicionalmente previstas no respectivo termo de transação; ou

VII - a inobservância de quaisquer disposições desta Lei ou do edital.

§ 1º O devedor será notificado sobre a incidência de alguma das hipóteses de rescisão da transação e poderá impugnar o ato, na forma da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º Quando sanável, é admitida a regularização do vício que ensejaria a rescisão durante o prazo concedido para a impugnação, preservada a transação em todos os seus termos.

§ 3º A rescisão da transação implicará o afastamento dos benefícios concedidos e a cobrança integral das dívidas, deduzidos os valores já pagos, sem prejuízo de outras consequências previstas no edital.

§ 4º Aos contribuintes com transação rescindida é vedada, pelo prazo de 2 (dois) anos, contado da data de rescisão, a formalização de nova transação, ainda que relativa a débitos distintos.

Art. 5º É vedada a transação que:

I - reduza multas de natureza penal;

II - conceda descontos a créditos relativos ao:

a) Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), enquanto não editada lei complementar autorizativa;

b) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), enquanto não autorizado pelo seu Conselho Curador;

III - envolva devedor contumaz, conforme definido em lei específica.

§ 1º É vedada a acumulação das reduções oferecidas pelo edital com quaisquer outras asseguradas na legislação em relação aos créditos abrangidos pela proposta de transação.

§ 2º Nas propostas de transação que envolvam redução do valor do crédito, os encargos legais acrescidos aos débitos inscritos em dívida ativa da União de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, serão obrigatoriamente reduzidos em percentual não inferior ao aplicado às multas e aos juros de mora relativos aos créditos a serem transacionados.

§ 3º A rejeição da autorização referida na alínea *b* do inciso II do **caput** deste artigo exigirá manifestação expressa e fundamentada do Conselho Curador do FGTS, sem a qual será reputada a anuência tácita após decorrido prazo superior a 20 (vinte) dias úteis da comunicação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da abertura do edital para adesão ou da proposta de transação individual.

Art. 6º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se microempresa ou empresa de pequeno porte a pessoa jurídica cuja receita bruta esteja nos limites fixados nos incisos I e II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não aplicados os demais critérios para opção pelo regime especial por ela estabelecido.

Art. 7º A proposta de transação e a sua eventual adesão por parte do sujeito passivo ou devedor não autorizam a restituição ou a compensação de importâncias pagas, compensadas ou incluídas em parcelamentos pelos quais tenham optado antes da celebração do respectivo termo.

Art. 8º Na hipótese de a proposta de transação envolver valores superiores aos fixados em ato do Ministro de Estado da Economia ou do Advogado-Geral da União, a transação, sob pena de nulidade, dependerá de prévia e expressa autorização ministerial, admitida a delegação.

Art. 9º Os atos que dispuserem sobre a transação poderão, quando for o caso, condicionar sua concessão à observância das normas orçamentárias e financeiras.

CAPÍTULO II

DA TRANSAÇÃO NA COBRANÇA DE CRÉDITOS DA UNIÃO E DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS

Art. 10. A transação na cobrança da dívida ativa da União, das autarquias e das fundações públicas federais poderá ser proposta, respectivamente, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pela Procuradoria-Geral Federal, de forma individual ou por adesão, ou por iniciativa do devedor, ou pela Procuradoria-Geral da União, em relação aos créditos sob sua responsabilidade.

Art. 11. A transação poderá contemplar os seguintes benefícios:

I - a concessão de descontos nas multas, nos juros de mora e nos encargos legais relativos a créditos a serem transacionados que sejam classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação, conforme critérios estabelecidos pela autoridade fazendária, nos termos do inciso V do **caput** do art. 14 desta Lei;

II - o oferecimento de prazos e formas de pagamento especiais, incluídos o diferimento e a moratória; e

III - o oferecimento, a substituição ou a alienação de garantias e de constrições.

§ 1º É permitida a utilização de mais de uma das alternativas previstas nos incisos I, II e III do **caput** deste artigo para o equacionamento dos créditos inscritos em dívida ativa da União.

§ 2º É vedada a transação que:

I - reduza o montante principal do crédito, assim compreendido seu valor originário, excluídos os acréscimos de que trata o inciso I do **caput** deste artigo;

II - implique redução superior a 50% (cinquenta por cento) do valor total dos créditos a serem transacionados;

III - conceda prazo de quitação dos créditos superior a 84 (oitenta e quatro) meses;

IV - envolva créditos não inscritos em dívida ativa da União, exceto aqueles sob responsabilidade da Procuradoria-Geral da União.

§ 3º Na hipótese de transação que envolva pessoa natural, microempresa ou empresa de pequeno porte, a redução máxima de que trata o inciso II do § 2º deste artigo será de até 70% (setenta por cento), ampliando-se o prazo máximo de quitação para até 145 (cento e quarenta e cinco) meses, respeitado o disposto no § 11 do art. 195 da Constituição Federal.

§ 4º O disposto no § 3º deste artigo aplica-se também às:

I - Santas Casas de Misericórdia, sociedades cooperativas e demais organizações da sociedade civil de que trata a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; e

II - instituições de ensino.

§ 5º Incluem-se como créditos irrecuperáveis ou de difícil recuperação, para os fins do disposto no inciso I do **caput** deste artigo, aqueles devidos por empresas em processo de recuperação judicial, liquidação judicial, liquidação extrajudicial ou falência.

§ 6º Na transação, poderão ser aceitas quaisquer modalidades de garantia previstas em lei, inclusive garantias reais ou fidejussórias, cessão fiduciária de direitos creditórios, alienação fiduciária de bens móveis, imóveis ou de direitos, bem como créditos líquidos e certos do contribuinte em desfavor da União, reconhecidos em decisão transitada em julgado.

Art. 12. A proposta de transação não suspende a exigibilidade dos créditos por ela abrangidos nem o andamento das respectivas execuções fiscais.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo não afasta a possibilidade de suspensão do processo por convenção das partes, conforme o disposto no inciso II do caput do art. 313 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

§ 2º O termo de transação preverá, quando cabível, a anuência das partes para fins da suspensão convencional do processo de que trata o inciso II do caput do art. 313 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), até a extinção dos créditos nos termos do § 3º do art. 3º desta Lei ou eventual rescisão.

§ 3º A proposta de transação aceita não implica novação dos créditos por ela abrangidos.

Art. 13. Compete ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional, diretamente ou por autoridade por ele delegada, assinar o termo de transação realizado de forma individual.

§ 1º A delegação de que trata o **caput** deste artigo poderá ser subdelegada, prever valores de alçada e exigir a aprovação de múltiplas autoridades.

§ 2º A transação por adesão será realizada exclusivamente por meio eletrônico.

Art. 14. Ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional disciplinará:

I - os procedimentos necessários à aplicação do disposto neste Capítulo, inclusive quanto à rescisão da transação, em conformidade com a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

II - a possibilidade de condicionar a transação ao pagamento de entrada, à apresentação de garantia e à manutenção das garantias já existentes;

III - as situações em que a transação somente poderá ser celebrada por adesão, autorizado o não conhecimento de eventuais propostas de transação individual;

IV - o formato e os requisitos da proposta de transação e os documentos que deverão ser apresentados;

V - os critérios para aferição do grau de recuperabilidade das dívidas, os parâmetros para aceitação da transação individual e a concessão de descontos, entre eles o insucesso dos meios ordinários e convencionais de cobrança e a vinculação dos benefícios a critérios preferencialmente objetivos que incluam ainda a idade da dívida inscrita, a capacidade contributiva do devedor e os custos da cobrança judicial.

Art. 15. Ato do Advogado-Geral da União disciplinará a transação no caso dos créditos previstos no inciso III do § 4º do art. 1º desta Lei.

CAPÍTULO III

DA TRANSAÇÃO POR ADESÃO NO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO DE RELEVANTE E DISSEMINADA CONTROVÉRSIA JURÍDICA

Art. 16. O Ministro de Estado da Economia poderá propor aos sujeitos passivos transação resolutiva de litígios aduaneiros ou tributários decorrentes de relevante e disseminada controvérsia jurídica, com base em manifestação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia.

§ 1º A proposta de transação e a eventual adesão por parte do sujeito passivo não poderão ser invocadas como fundamento jurídico ou prognose de sucesso da tese sustentada por qualquer das partes e serão compreendidas exclusivamente como medida vantajosa diante das concessões recíprocas.

§ 2º A proposta de transação deverá, preferencialmente, versar sobre controvérsia restrita a segmento econômico ou produtivo, a grupo ou universo de contribuintes ou a responsáveis delimitados, vedada, em qualquer hipótese, a alteração de regime jurídico tributário.

§ 3º Considera-se controvérsia jurídica relevante e disseminada a que trate de questões tributárias que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.

Art. 17. A proposta de transação por adesão será divulgada na imprensa oficial e nos sítios dos respectivos órgãos na internet, mediante edital que especifique, de maneira objetiva, as hipóteses fáticas e jurídicas nas quais a Fazenda Nacional propõe a transação no contencioso tributário, aberta à adesão de todos os sujeitos passivos que se enquadrem nessas hipóteses e que satisfaçam às condições previstas nesta Lei e no edital.

§ 1º O edital a que se refere o **caput** deste artigo:

I - definirá:

a) as exigências a serem cumpridas, as reduções ou concessões oferecidas, os prazos e as formas de pagamento admitidas;

b) o prazo para adesão à transação;

II - poderá limitar os créditos contemplados pela transação, considerados:

a) a etapa em que se encontre o respectivo processo tributário, administrativo ou judicial; ou

b) os períodos de competência a que se refiram;

III - estabelecerá a necessidade de conformação do contribuinte ou do responsável ao entendimento da administração tributária acerca de fatos geradores futuros ou não consumados.

§ 2º As reduções e concessões de que trata a alínea *a* do inciso I do § 1º deste artigo são limitadas ao desconto de 50% (cinquenta por cento) do crédito, com prazo máximo de quitação de 84 (oitenta e quatro) meses.

§ 3º A celebração da transação, nos termos definidos no edital de que trata o **caput** deste artigo, compete:

I - à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, no âmbito do contencioso administrativo; e

II - à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas demais hipóteses legais.

Art. 18. A transação somente será celebrada se constatada a existência, na data de publicação do edital, de inscrição em dívida ativa, de ação judicial, de embargos à execução fiscal ou de reclamação ou recurso administrativo pendente de julgamento definitivo, relativamente à tese objeto da transação.

Parágrafo único. A transação será rescindida quando contrariar decisão judicial definitiva prolatada antes da celebração da transação.

Art. 19. Atendidas as condições estabelecidas no edital, o sujeito passivo da obrigação tributária poderá solicitar sua adesão à transação, observado o procedimento estabelecido em ato do Ministro de Estado da Economia.

§ 1º O sujeito passivo que aderir à transação deverá:

I - requerer a homologação judicial do acordo, para fins do disposto nos incisos II e III do caput do art. 515 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil);

II - sujeitar-se, em relação aos fatos geradores futuros ou não consumados, ao entendimento dado pela administração tributária à questão em litígio, ressalvada a cessação de eficácia prospectiva da transação decorrente do advento de precedente persuasivo nos termos dos incisos I, II, III e IV do caput do art. 927 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), ou nas demais hipóteses previstas no art. 19 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

§ 2º Será indeferida a adesão que não importar extinção do litígio administrativo ou judicial, ressalvadas as hipóteses em que ficar demonstrada a inequívoca cindibilidade do objeto, nos termos do ato a que se refere o **caput** deste artigo.

§ 3º A solicitação de adesão deverá abranger todos os litígios relacionados à tese objeto da transação existentes na data do pedido, ainda que não definitivamente julgados.

§ 4º A apresentação da solicitação de adesão suspende a tramitação dos processos administrativos referentes aos créditos tributários envolvidos enquanto perdurar sua apreciação.

§ 5º A apresentação da solicitação de adesão não suspende a exigibilidade dos créditos tributários definitivamente constituídos aos quais se refira.

Art. 20. São vedadas:

I - a celebração de nova transação relativa ao mesmo crédito tributário;

II - a oferta de transação por adesão nas hipóteses:

a) previstas no art. 19 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, quando o ato ou a jurisprudência for em sentido integralmente desfavorável à Fazenda Nacional; e

b) de precedentes persuasivos, nos moldes dos incisos I, II, III e IV do caput do art. 927 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), quando integralmente favorável à Fazenda Nacional;

III - a proposta de transação com efeito prospectivo que resulte, direta ou indiretamente, em regime especial, diferenciado ou individual de tributação.

Parágrafo único. O disposto no inciso II do **caput** deste artigo não obsta a oferta de transação relativa a controvérsia no âmbito da liquidação da sentença ou não abrangida na jurisprudência ou ato referidos no art. 19 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

Art. 21. Ato do Ministro de Estado da Economia regulamentará o disposto neste Capítulo.

Art. 22. Compete ao Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, no que couber, disciplinar o disposto nesta Lei no que se refere à transação de créditos tributários não judicializados no contencioso administrativo tributário.

§ 1º Compete ao Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, diretamente ou por autoridade por ele delegada, assinar o termo de transação.

§ 2º A delegação de que trata o § 1º deste artigo poderá ser subdelegada, prever valores de alçada e exigir a aprovação de múltiplas autoridades.

§ 3º A transação por adesão será realizada exclusivamente por meio eletrônico.

CAPÍTULO IV

DA TRANSAÇÃO POR ADESÃO NO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO DE PEQUENO VALOR

Art. 23. Observados os princípios da racionalidade, da economicidade e da eficiência, ato do Ministro de Estado da Economia regulamentará:

I - o contencioso administrativo fiscal de pequeno valor, assim considerado aquele cujo lançamento fiscal ou controvérsia não supere 60 (sessenta) salários mínimos;

II - a adoção de métodos alternativos de solução de litígio, inclusive transação, envolvendo processos de pequeno valor.

Parágrafo único. No contencioso administrativo de pequeno valor, observados o contraditório, a ampla defesa e a vinculação aos entendimentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o julgamento será realizado em última instância por órgão colegiado da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aplicado o disposto no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, apenas subsidiariamente.

Art. 24. A transação relativa a crédito tributário de pequeno valor será realizada na pendência de impugnação, de recurso ou de reclamação administrativa ou no processo de cobrança da dívida ativa da União.

Parágrafo único. Considera-se contencioso tributário de pequeno valor aquele cujo crédito tributário em discussão não supere o limite previsto no inciso I do **caput** do art. 23 desta Lei e que tenha como sujeito passivo pessoa natural, microempresa ou empresa de pequeno porte.

Art. 25. A transação de que trata este Capítulo poderá contemplar os seguintes benefícios:

I - concessão de descontos, observado o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do valor total do crédito;

II - oferecimento de prazos e formas de pagamento especiais, incluídos o diferimento e a moratória, obedecido o prazo máximo de quitação de 60 (sessenta) meses; e

III - oferecimento, substituição ou alienação de garantias e de constrições.

§ 1º É permitida a cumulação dos benefícios previstos nos incisos I, II e III do **caput** deste artigo.

§ 2º A celebração da transação competirá:

I - à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, no âmbito do contencioso administrativo de pequeno valor; e

II - à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas demais hipóteses previstas neste Capítulo.

Art. 26. A proposta de transação poderá ser condicionada ao compromisso do contribuinte ou do responsável de requerer a homologação judicial do acordo, para fins do disposto nos incisos II e III do caput do art. 515 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Art. 27. Caberá ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional e ao Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, em seu âmbito de atuação, disciplinar a aplicação do disposto neste Capítulo.

CAPÍTULO V

DAS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

Art. 28. A Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 19-E:

“Art. 19-E. Em caso de empate no julgamento do processo administrativo de determinação e exigência do crédito tributário, não se aplica o voto de qualidade a que se refere o § 9º do art. 25 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, resolvendo-se favoravelmente ao contribuinte.”

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. Os agentes públicos que participarem do processo de composição do conflito, judicial ou extrajudicialmente, com o objetivo de celebração de transação nos termos desta Lei somente poderão ser responsabilizados, inclusive perante os órgãos públicos de controle interno e externo, quando agirem com dolo ou fraude para obter vantagem indevida para si ou para outrem.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor:

I - em 120 (cento e vinte) dias contados da data da sua publicação, em relação ao inciso I do **caput** e ao parágrafo único do art. 23; e

II - na data de sua publicação, em relação aos demais dispositivos.

Brasília, 14 de abril de 2020; 199o da Independência e 132o da República.

**JAIR MESSIAS BOLSONARO**

*Paulo Guedes*

*André Luiz de Almeida Mendonça*

**DECRETO Nº 2.346, DE 10 DE OUTUBRO DE 1997.**

*Consolida normas de procedimentos a serem observadas pela Administração Pública Federal em razão de decisões judiciais, regulamenta os dispositivos legais que menciona, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 131 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, alterada pela Medida Provisória no 1.523-12, de 25 de setembro de 1997, 77 da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 1o a 4o da Lei no 9.469,[[247]](#footnote-248) de 10 de julho de 1997,[[248]](#footnote-249)

**DECRETA:**

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1o As decisões do Supremo Tribunal Federal que fixem, de forma inequívoca e definitiva, interpretação do texto constitucional deverão ser uniformemente observadas pela Administração Pública Federal direta e indireta, obedecidos aos procedimentos estabelecidos neste Decreto.

§ 1o Transitada em julgado decisão do Supremo Tribunal Federal que declare a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, em ação direta, a decisão, dotada de eficácia **ex tunc**, produzirá efeitos desde a entrada em vigor da norma declarada inconstitucional, salvo se o ato praticado com base na lei ou ato normativo inconstitucional não mais for suscetível de revisão administrativa ou judicial.

§ 2o O disposto no parágrafo anterior aplica-se, igualmente, à lei ou ao ato normativo que tenha sua inconstitucionalidade proferida, incidentalmente, pelo Supremo Tribunal Federal, após a suspensão de sua execução pelo Senado Federal.

§ 3o O Presidente da República, mediante proposta de Ministro de Estado, dirigente de órgão integrante da Presidência da República ou do Advogado-Geral da União, poderá autorizar a extensão dos efeitos jurídicos de decisão proferida em caso concreto.[[249]](#footnote-250)

Art. 1o-A. Concedida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo federal, ficará também suspensa a aplicação dos atos normativos regulamentadores da disposição questionada. **(Incluído pelo Decreto nº 3.001, de 26.3.1999.)**

Parágrafo único. Na hipótese do caput, relativamente a matéria tributária, aplica-se o disposto no art. 151, inciso IV, da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, às normas regulamentares e complementares. **(Incluídopelo D****ecreto nº 3.001, de 26.3.1999)**

Art. 1º-B. Compete exclusivamente ao Advogado-Geral da União e ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão se manifestarem, prévia e expressamente, sobre a extensão administrativa dos efeitos de decisões judiciais proferidas em casos concretos, inclusive ações coletivas, contra a União, suas autarquias e fundações públicas em matéria de pessoal civil da administração direta, autárquica e fundacional. **(Incluído pelo Decreto nº 8.157, de 18.12.2013)**

§ 1~~º~~ Os pedidos de extensão administrativa, instruídos com manifestação jurídica, documentos pertinentes e, quando possível, jurisprudência dos Tribunais Superiores, serão submetidos à análise do Advogado-Geral da União e do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. **(Incluído pelo Decreto nº 8.157, de 18.12.2013)**

§ 2~~º~~ A extensão administrativa dos efeitos de decisões judiciais será realizada por meio de Portaria Interministerial do Advogado-Geral da União e do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. **(Incluído pelo Decreto nº 8.157, de 18.12.2013)**[[250]](#footnote-251)

§ 3~~º~~ As autarquias e fundações públicas encaminharão o pedido de extensão administrativa por meio do titular do órgão ao qual estejam vinculadas. **(Incluído pelo Decreto nº 8.157, de 18.12.2013)**

§ 4~~º~~ Os procedimentos para o trâmite dos pedidos de extensão serão disciplinados em ato conjunto do Advogado-Geral da União e do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. **(Incluído pelo Decreto nº 8.157, de 18.12.2013)**

Art. 2o Firmada jurisprudência pelos Tribunais Superiores, a Advocacia-Geral da União expedirá súmula a respeito da matéria, cujo enunciado deve ser publicado no Diário Oficial da União, em conformidade com o disposto no art. 43 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Art. 3o À vista das súmulas de que trata o artigo anterior, o Advogado-Geral da União poderá dispensar a propositura de ações ou a interposição de recursos judiciais.

Art. 4o Ficam o Secretário da Receita Federal e o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, relativamente aos créditos tributários, autorizados a determinar, no âmbito de suas competências e com base em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal que declare a inconstitucionalidade de lei, tratado ou ato normativo, que:

I - não sejam constituídos ou que sejam retificados ou cancelados;

II - não sejam efetivadas inscrições de débitos em dívida ativa da União;

III - sejam revistos os valores já inscritos, para retificação ou cancelamento da respectiva inscrição;

IV - sejam formuladas desistências de ações de execução fiscal.

Parágrafo único. Na hipótese de crédito tributário, quando houver impugnação ou recurso ainda não definitivamente julgado contra a sua constituição, devem os órgãos julgadores, singulares ou coletivos, da Administração Fazendária, afastar a aplicação da lei, tratado ou ato normativo federal, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Art. 5o Nas causas em que a representação da União competir à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, havendo manifestação jurisprudencial reiterada e uniforme e decisões definitivas do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, em suas respectivas áreas de competência, fica o Procurador-Geral da Fazenda Nacional autorizado a declarar, mediante parecer fundamentado, aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda, as matérias em relação às quais é de ser dispensada a apresentação de recursos.[[251]](#footnote-252)

Art. 6o O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS poderá ser autorizado pelo Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, ouvida a Consultoria Jurídica, a desistir ou abster-se de propor ações e recursos em demandas judiciais sempre que a ação versar matéria sobre a qual haja declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF, súmula ou jurisprudência consolidada do STF ou dos tribunais superiores.

§ 1o Na hipótese prevista no caput, o Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social poderá determinar que os órgãos administrativos procedam à adequação de seus procedimentos à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ou dos tribunais superiores.

§ 2o O Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, relativamente aos créditos previdenciários, com base em lei ou ato normativo federal declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, em ação processada e julgada originariamente ou mediante recurso extraordinário, conforme o caso, e ouvida a Consultoria Jurídica, poderá autorizar o INSS a:

a) não constituí-los ou, se constituídos, revê-los, para a sua retificação ou cancelamento;

b) não inscrevê-los em dívida ativa ou, se inscritos, revê-los, para a sua retificação ou cancelamento;

c) abster-se de interpor recurso judicial ou a desistir de ação de execução fiscal.

**CAPÍTULO II**

**(Revogado pelo Decreto nº 10.201, de 15.1.2020)**

**CAPÍTULO III**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 10. Ao fim de cada trimestre, os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta encaminharão ao Ministro de Estado da Justiça, com cópias para o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República e para o Advogado-Geral da União, relatório circunstanciado sobre a fiel execução deste Decreto.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 Ficam revogados os Decretos nos 73.529, de 21 de janeiro de 1974, 1.601, de 23 de agosto de 1995, e 2.194, de 7 de abril de 1997.

Brasília, 10 de outubro de 1997; 176o da Independência e 109o da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

*Íris Rezende*

*Pedro Malan*

*Reinhold Stephanes*

*Clovis de Barros Carvalho*

**DECRETO Nº 4.250, DE 27 DE MAIO DE 2002.**

*Regulamenta a representação judicial da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais perante os Juizados Especiais Federais, instituídos pela Lei n~~o~~ 10.259, de 12 de julho de 2001.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,**no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n~~o~~ 10.259, de 12 de julho de 2001,

**DECRETA:**

Art. 1~~o~~ Nas causas de competência dos Juizados Especiais Federais, a União será representada pelas Procuradorias da União e, nas causas previstas no inciso V e parágrafo único do art. 12 da Lei Complementar n~~o~~ 73, de 10 de fevereiro de 1993, pelas Procuradorias da Fazenda Nacional, e as autarquias, fundações e empresas públicas federais, pelas respectivas procuradorias e departamentos jurídicos, ressalvada a representação extraordinária prevista nos arts. 11-A e 11-B da Lei n~~o~~ 9.028, de 12 de abril de 1995.

§ 1~~o~~ O Procurador-Geral da União, o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, os Procuradores-Gerais, os Chefes de procuradorias ou de departamentos jurídicos de autarquias e fundações federais e os dirigentes das empresas públicas poderão designar servidores não integrantes de carreiras jurídicas, que tenham completo conhecimento do caso, como auxiliares da representação das respectivas entidades, na forma do art. 10 da Lei n~~o~~ 10.259, de 12 de julho de 2001.

§ 2~~o~~ O ato de designação deverá conter, quando pertinentes, poderes expressos para conciliar, transigir e desistir, inclusive de recurso, se interposto.

Art. 2~~o~~ Compete ao Advogado-Geral da União expedir instruções referentes à atuação da Advocacia-Geral da União e dos órgãos jurídicos das autarquias e fundações nas causas de competência dos Juizados Especiais Federais, bem como fixar as diretrizes básicas para conciliação, transação, desistência do pedido e do recurso, se interposto.

§ 1~~o~~ Respeitadas as instruções e diretrizes fixadas pelo Advogado-Geral da União, os Procuradores-Gerais da União, da Fazenda Nacional e do Instituto Nacional do Seguro Social poderão expedir instruções específicas para as respectivas procuradorias.

§ 2~~o~~ As empresas públicas da União observarão as instruções e diretrizes fixadas pelo Advogado-Geral da União para atuação nos Juizados Especiais Federais, podendo propor a este normas específicas e adaptadas a seus estatutos e à sua natureza jurídica.

Art. 3~~o~~ Os Ministérios, autarquias e fundações federais deverão prestar todo o suporte técnico e administrativo necessário à atuação da Advocacia-Geral da União, e de seus órgãos vinculados, na defesa judicial das ações de competência dos Juizados Especiais Federais.

Art. 4~~o~~ O Advogado-Geral da União poderá requisitar servidores da Administração Pública Federal para examinar e emitir pareceres técnicos e participar das respectivas audiências nos processos em trâmite nos Juizados Especiais Federais.

Parágrafo único. O Procurador-Geral da União, o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, no âmbito do Ministério da Fazenda, os Procuradores-Gerais, os Chefes de procuradorias ou de departamentos jurídicos, no âmbito das respectivas autarquias e fundações, e os dirigentes das empresas públicas poderão designar servidores para exercer as atividades previstas no **caput**, conforme dispuser ato editado pelo titular do Ministério ou entidade envolvida.

Art. 5~~o~~ Aplica-se o disposto no art. 4~~o~~ da Lei n~~o~~ 9.028, de 1995, às solicitações das procuradorias e departamentos jurídicos das autarquias e fundações, inclusive às destinadas a fornecer informações técnicas nos processos em trâmite nos Juizados Especiais Federais.

Parágrafo único. O órgão da Administração Pública Federal que receber pedido de subsídios para a defesa da União, de suas autarquias ou fundações, nos termos do art. 4~~o~~ da Lei n~~o~~ 9.028, de 1995, além de atendê-lo no prazo assinalado:

I - verificando a plausibilidade da pretensão deduzida em juízo e a possibilidade de solução administrativa, converterá o pedidoem processo administrativo, nos termos do art. 5~~o~~ da Lei n~~o~~ 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para exame no prazo improrrogável de trinta dias;

II - comunicará ao órgão solicitante a providência adotada no inciso I; e

III - providenciará a verificação da existência de requerimentos administrativos semelhantes, com a finalidade de dar tratamento isonômico.

Art. 6~~o~~ O Procurador-Geral da União, o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, os Procuradores-Gerais, os Chefes de procuradorias ou de departamentos jurídicos de autarquias e fundações e os dirigentes das empresas públicas poderão delegar as competências previstas no § 1~~o~~ do art. 1~~o~~ e do parágrafo único do art. 4o, vedada a subdelegação.

Art. 7~~o~~ O Ministério da Fazenda, o Ministério da Previdência e Assistência Social, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Advocacia-Geral da União poderão manter núcleos de atendimento junto aos Juizados Especiais Federais para prestar informações aos órgãos do Poder Judiciário, quando solicitados por estes.

Art. 8~~o~~ A Procuradoria-Geral da União, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e as procuradorias ou departamentos jurídicos de autarquias e fundações federais poderão organizar jornada de trabalho compensatória para atender aos processos em trâmite nos Juizados Especiais Federais.

Art. 9~~o~~ A Advocacia-Geral da União promoverá cursos especiais destinados à capacitação e ao treinamento de servidores designados para atuar nos Juizados Especiais Federais.

Parágrafo único. Os órgãos da Administração Pública Federal fornecerão pessoal para ministrar os cursos previstos no **caput**, prestando o apoio necessário à sua realização.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de maio de 2002; 181o da Independência e 114o da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*Pedro Malan*

*Guilherme Gomes Dias*

José Cechin

*Gilmar Ferreira Mendes*

**DECRETO Nº 4.285, DE 26 DE** **JUNHO DE 2002.**

*Dispõe sobre o remanejamento de cargos vagos da Carreira de Procurador Federal.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1~~o~~ São remanejados da Categoria Especial para a 2~~ª~~ Categoria da Carreira de Procurador Federal quinhentos e sessenta e cinco cargos de Procurador Federal que se encontram vagos nos quadros dos órgãos e entidades relacionados no anexo a este Decreto.

Art. 2o O Advogado-Geral da União fará a distribuição dos cargos vagos para os quadros de autarquias e fundações, observada a necessidade do serviço.

Art. 3~~o~~ Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de junho de 2002; 181~~o~~ da Independência e 114~~o~~ da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*Guilherme Gomes Dias*

*José Bonifácio Borges de Andrada*

**ANEXO**

(Decreto no4.285, de 26 de junho de 2002)

| ÓRGÃO/ENTIDADE | No DE CARGOS |
| --- | --- |
| Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ | 3 |
| Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos - CEFET/Campos | 1 |
| Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - CEFET/GO | 1 |
| Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco - CEFET/PE | 1 |
| Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis – CEFETQ/RJ | 1 |
| Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo – CEFET/ES | 1 |
| Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET/PR | 1 |
| Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte - CEFET/RN | 1 |
| Colégio Pedro II | 9 |
| Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN | 4 |
| Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ | 1 |
| Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS | 39 |
| Escola Agrotécnica Federal de Barbacena | 1 |
| Escola Agrotécnica Federal de Catu | 1 |
| Escola Técnica Federal do Amazonas | 2 |
| Faculdade de Ciências Agrárias do Pará | 1 |
| Faculdade Federal de Medicina do Triângulo Mineiro | 5 |
| Fundação Biblioteca Nacional | 3 |
| Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES | 1 |
| Fundação Cultural Palmares | 1 |
| Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP | 1 |
| Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE | 2 |
| Fundação Joaquim Nabuco | 5 |
| Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho | 1 |
| Fundação Nacional de Saúde – FUNASA | 11 |
| Fundação Nacional do Índio – FUNAI | 8 |
| Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ | 5 |
| Fundação Universidade de Brasília | 6 |
| Fundação Universidade Federal de Mato Grosso | 6 |
| Fundação Universidade Federal de Ouro Preto – FUFOP | 3 |
| Fundação Universidade Federal de Sergipe - FUFS | 1 |
| Fundação Universidade Federal de Uberlândia | 5 |
| Fundação Universidade Federal do Acre | 2 |
| Fundação Universidade Federal do Amazonas – FUAM | 5 |
| Fundação Universidade Federal do Maranhão – FUMA | 9 |
| Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul | 2 |
| Instituto Benjamin Constant | 2 |
| Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA | 32 |
| Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN | 9 |
| Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA | 164 |
| Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO | 5 |
| Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI | 1 |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 10 |
| Ministério da Ciência e Tecnologia | 4 |
| Ministério da Fazenda | 14 |
| Ministério da Justiça | 1 |
| Ministério da Saúde | 8 |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (extinta SUDAM) | 6 |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (extinta SUDENE) | 52 |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (extinto MARE) | 8 |
| Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA | 1 |
| Universidade Federal da Bahia | 3 |
| Universidade Federal da Paraíba | 11 |
| Universidade Federal de Goiás | 17 |
| Universidade Federal de Santa Catarina | 8 |
| Universidade Federal do Ceará | 3 |
| Universidade Federal do Espírito Santo | 2 |
| Universidade Federal do Pará | 13 |
| Universidade Federal do Paraná | 1 |
| Universidade Federal do Piauí | 5 |
| Universidade Federal do Rio de Janeiro | 13 |
| Universidade Federal do Rio Grande do Sul | 12 |
| Universidade Federal Fluminense | 10 |
| **TOTAL** | **565** |

**DECRETO Nº 4.341, DE 22 DE AGOSTO DE 2002.**

**Institui a carteira de identidade funcional dos membros das carreiras de Advogado da União e Procurador Federal e dá outras providências.**

**OPRESIDENTE DA REPÚBLICA,no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993, e na Lei no 10.480, de 2 de julho de 2002,**

**DECRETA:**

**Art. 1o Fica instituída a carteira de identidade funcional dos membros das carreiras de Advogado da União e de Procurador Federal, com validade em todo o território nacional, a ser expedida pela Advocacia-Geral da União.**

**Art. 2o Ao titular da carteira a que se refere o art. 1o são asseguradas, quando em serviço, as prerrogativas previstas em lei para o desempenho de sua missão institucional.**

**Parágrafo único. Na carteira do Advogado da União e do Procurador Federal aposentado, não se fará referência às garantias previstas no caput.**

**Art. 3o O Advogado-Geral da União aprovará as características e critérios para a emissão e uso da carteira de identidade funcional de que trata este Decreto.**

**Art. 4o A perda do cargo obriga o titular da carteira à sua restituição imediata à Advocacia-Geral da União.**

**Art. 5o Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.**

**Brasília, 22 de agosto de 2002; 181~~º~~ da Independência e 114~~º~~ da República.**

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

***José Bonifácio Borges de Andrada***

**DECRETO Nº 5.255, DE 27 DE OUTUBRO DE 2004.**

*Dispõe sobre o remanejamento de cargos em comissão e das funções gratificadas que menciona, e dá outras providências.*

**OPRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Medida Provisória no 222, de 4 de outubro de 2004, **(A Medida Provisória nº 222, de 2004 foi convertida na Lei nº 11.098, de 13 de janeiro de 2005. )**

**DECRETA:**

Art. 1o Ficam remanejados, na forma do Anexo I deste Decreto, da Secretaria de Gestão, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a Procuradoria-Geral Federal, órgão vinculado da Advocacia-Geral da União, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas - FG: um DAS 101.4; doze DAS 101.2; dezenove DAS 101.1; cento e dezesseis FG-1; e cento e setenta e seis FG-2.

Art. 2o  Os cargos e funções de que trata o art. 1o ficam, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, assim nominados:

I - um cargo de Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos, código DAS 101.4; **(Redação dada pelo Decreto nº 6.119, de 25.5.2007)**

II - um cargo de Chefe da Divisão de Gerenciamento da Dívida Ativa das Autarquias e Fundações Públicas Federais, código DAS 101.2; **(Redação dada pelo Decreto nº 6.119, de 25.5.2007)**

III - um cargo de Chefe da Divisão de Gerenciamento de Ações Prioritárias, código DAS 101.2; **(Redação dada pelo Decreto nº 6.119, de 25.5.2007)**

IV - um cargo de Chefe da Divisão de Gerenciamento de Execução na Justiça do Trabalho, código DAS 101.2; **(Redação dada pelo Decreto nº 6.119, de 25.5.2007)**

V - um cargo de Chefe da Divisão de Consultoria em Cobrança e Recuperação de Créditos, código DAS 101.2; **(Redação dada pelo Decreto nº 6.119, de 25.5.2007)**

VI - oito cargos de Chefe de Divisão da Procuradoria-Geral Federal, código DAS 101.2; **(Redação dada pelo Decreto nº 6.119, de 25.5.2007)**

VII - cinco cargos de Chefe de Serviço de Cobrança e Recuperação de Créditos junto a Tribunais, código DAS 101.1; **(Redação dada pelo Decreto nº 6.119, de 25.5.2007)**

VIII - quatorze cargos de Chefe de Serviço, código DAS 101.1;

IX - cento e dezesseis funções de Chefe de Seção, código FG-1; e

 X - cento e setenta e seis funções de Chefe de Setor, código FG-2.

Art. 3o  O Advogado-Geral da União, no prazo de sessenta dias, contado da data de publicação deste Decreto, editará os atos dispondo sobre a competência, a estrutura e o funcionamento do órgão de arrecadação da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 4~~º~~  O Quadro Resumo de Custos dos Cargos em Comissão da Advocacia-Geral da União passa a ser o constante do Anexo II deste Decreto.

Art. 5~~º~~  Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6~~º~~  Fica revogado o Anexo I ao Decreto no 4.697, de 16 de maio de 2003.

Brasília, 27 de outubro de 2004; 183o da Independência e 116o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Guido Mantega*

*Amir Lando*

*Alvaro Augusto Ribeiro Costa*

**ANEXO I**

REMANEJAMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| CÓDIGO | DAS-UNITÁRIO | DA SEGES/MP PARA A PGF/AGU | |
| QTDE. | VALOR TOTAL |
| DAS 101.4 | 3,98 | 1 | 3,98 |
| DAS 101.2 | 1,14 | 12 | 13,68 |
| DAS 101.1 | 1,00 | 19 | 19,00 |
| SUBTOTAL 1 | | 32 | 36,66 |
| FG-1 | 0,20 | 116 | 23,20 |
| FG-2 | 0,15 | 176 | 26,40 |
| SUBTOTAL 2 | | 292 | 49,60 |
| TOTAL | | 324 | 86,26 |

**ANEXO II**

**(Revogado pelo Decreto nº 7.392, de 13.12.2010)**

**DECRETO Nº 6.119, DE 25 DE MAIO DE 2007.**

*Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 5.255, de 27 de outubro de 2004, que dispõe sobre o remanejamento de cargos em comissão e das funções gratificadas que menciona, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 22 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007,

**D E C R E T A :**

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 5.255, de 27 de outubro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

I - um cargo de Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos, código DAS 101.4; (Redação dada pelo Decreto nº 6.119, de 25.5.2007

II - um cargo de Chefe da Divisão de Gerenciamento da Dívida Ativa das Autarquias e Fundações Públicas Federais, código DAS 101.2;

III - um cargo de Chefe da Divisão de Gerenciamento de Ações Prioritárias, código DAS 101.2;

IV - um cargo de Chefe da Divisão de Gerenciamento de Execução na Justiça do Trabalho, código DAS 101.2;

V - um cargo de Chefe da Divisão de Consultoria em Cobrança e Recuperação de Créditos, código DAS 101.2;

VI - oito cargos de Chefe de Divisão da Procuradoria-Geral Federal, código DAS 101.2;

VII - cinco cargos de Chefe de Serviço de Cobrança e Recuperação de Créditos junto a Tribunais, código DAS 101.1;

" (NR)

Art. 2º O Advogado-Geral da União, no prazo de sessenta dias, contado da data de publicação deste Decreto, editará os atos dispondo sobre a competência, a estrutura e o funcionamento da Procuradoria-Geral Federal, no que se refere ao disposto no art. 22 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de maio de 2007; 186º da Independência e 119o da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

*Paulo Bernardo Silva*

*José Antonio Dias Toffoli*

**DECRETO Nº 7.737, DE 25 DE MAIO DE 2012.**

*Dispõe sobre a apuração de antiguidade nas carreiras de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional, de Procurador Federal e de Procurador do Banco Central.*

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 24, parágrafo único, da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993, no art. 7o-A, § 2o, da Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998 e no art. 11, § 2o, inciso V, da Lei no 10.480, de 2 de julho de 2002,

**DECRETA:**

Art. 1o  A antiguidade dos membros das carreiras de Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional, Procurador Federal e Procurador do Banco Central será apurada, exclusivamente, pelo tempo de serviço na respectiva carreira, contado em dias de efetivo exercício, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias.

Parágrafo único.  A antiguidade será apurada nos meses de janeiro e agosto de cada ano, considerado o tempo decorrido até 30 de junho e 31 de dezembro, respectivamente.

Art.  2o  Consideram-se mais antigos os membros das carreiras de que trata o art. 1o mais bem posicionados de acordo com a ordem decrescente do tempo de serviço na respectiva carreira.

Parágrafo único.  Em caso de empate, será considerado mais antigo, sucessivamente:

I - o mais bem classificado no concurso público de ingresso para a respectiva carreira, se provenientes do mesmo concurso de ingresso;

II - o oriundo do concurso mais antigo, se provenientes de concursos públicos de ingresso diferentes; e

III - o de idade mais avançada.

Art. 3o  Na apuração da antiguidade será considerado, exclusivamente, o tempo de efetivo exercício do servidor, assim definido em lei.

Art. 4o  O órgão de recursos humanos respectivo elaborará as listas provisórias de antiguidade e processará os pedidos de revisão.

Art. 5o  O Advogado-Geral da União baixará os atos complementares para o cumprimento do disposto neste Decreto e resolverá os casos omissos.

Art. 6o  Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação às promoções por antiguidade das carreiras de que dispõe o art. 1o, para as vagas ocorridas a partir de 1o de janeiro de 2012.

Art. 7o  Fica revogado o Decreto no 4.434, de 21 de outubro de 2002.

Brasília, 25 de maio  de 2012; 191o da Independência e 124o da República.

**DILMA ROUSSEFF**

*Guido Mantega*

*Miriam Belchior*

*Alexandre Antonio Tombini*

*Luis Inácio Lucena Adams*

**DECRETO Nº 9.660, DE 1º DE JANEIRO DE 2019.**

*Dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta.*

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput** , inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

**DECRETA** :

Art. 1º  A vinculação das entidades da administração pública federal indireta fica estabelecida na forma do Anexo.

Art. 2º  Fica revogado o Decreto nº 8.872, de 10 de outubro de 2016 .

Art. 3º  Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de janeiro de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

**JAIR MESSIAS BOLSONARO**

*Onyx Lorenzoni*

**ANEXO**

Artigo único.  A vinculação das entidades da administração pública federal indireta é a seguinte:

**I - à Casa Civil da Presidência da República:**

Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI;

**II - (Revogado pelo Decreto nº 10.395, de 10.6.2020)**

Empresa Brasil de Comunicação - EBC, por meio da Secretaria Especial de Comunicação Social;

**III - ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:**

a) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

b) Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - Ceasa/MG;

c) Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais S.A. - Casemg;

d) **(Revogada pelo Decreto nº 10.041, de 3.10.2019)**

e) Companhia Nacional de Abastecimento - Conab; e

f) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa;

**IV - (Revogado pelo Decreto nº 10.108, de 7.11.2019)**

**V - ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações: (Redação dada pelo Decreto nº 10.395, de 10.6.2020)**

a) Agência Espacial Brasileira - AEB;

b) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq;

c) Financiadora de Estudos e Projetos - Finep;

d) Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - Ceitec;

e) **(Revogada pelo Decreto nº 10.041, de 3.10.2019)**

f) **(Revogada pelo Decreto nº 10.041, de 3.10.2019)**

g) **(Revogada pelo Decreto nº 10.041, de 3.10.2019)**

h) Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN;

**V-A - ao Ministério das Comunicações: (Incluído pelo Decreto nº 10.395, de 10.6.2020)**

a) Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel; **(Incluída pelo Decreto nº 10.395, de 10.6.2020)**

b) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT; **(Incluída pelo Decreto nº 10.395, de 10.6.2020)**

c) Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás; e **(Incluída pelo Decreto nº 10.395, de 10.6.2020)**

d) Empresa Brasil de Comunicação - EBC; **(Incluída pelo Decreto nº 10.395, de 10.6.2020)**

**VI - ao Ministério da Defesa:**

**a) por meio do Comando da Marinha:**

1. Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM;

2. Empresa Gerencial de Projetos Navais - Emgepron; e

3. Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S. A. - Amazul;

**b) por meio do Comando do Exército:**

1. Fundação Habitacional do Exército - FHE;

2. Fundação Osório; e

3. Indústria de Material Bélico do Brasil - Imbel; e

**c) por meio do Comando da Aeronáutica:**

1. Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIAe; e

2. NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. - NAV Brasil;

**VII - ao Ministério da Economia:**

a) Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF;

b) Banco Central do Brasil;

c) Banco da Amazônia S.A. - Basa;

d) Banco do Brasil S.A.;

e) Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB;

f) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

g) Caixa Econômica Federal - CEF;

h) Casa da Moeda do Brasil - CMB;

i) Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

j) Empresa Gestora de Ativos - Emgea;

k) Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev;

l) Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap;

m) Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea;

n) Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

o) Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro;

p) Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - Funpresp-Exe;

q) Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

r) Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro;

s) Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI;

t) Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro;

u) Superintendência de Seguros Privados - Susep;

v) Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc;

w) Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa; e

x) Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - Ceagesp; **(Incluída pelo Decreto nº 10.041, de 3.10.2019)**

**VIII - ao Ministério da Educação:**

a) Centros Federais de Educação Tecnológica:

1. Celso Suckow da Fonseca - Cefet-RJ; e

2. de Minas Gerais;

b) Colégio Pedro II;

c) Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes;

d) Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre;

e) Fundação Joaquim Nabuco;

f) Fundações Universidades:

1. do Amazonas; e

2. de Brasília;

**g) Fundações Universidades Federais:**

1. do ABC;

2. do Acre;

3. do Amapá;

4. da Grande Dourados;

5. do Maranhão;

6. de Mato Grosso;

7. de Mato Grosso do Sul;

8. de Ouro Preto;

9. de Pelotas;

10. do Piauí;

11. do Rio Grande;

12. de Rondônia;

13. de Roraima;

14. de São Carlos;

15. de São João del-Rei;

16. de Sergipe;

17. do Tocantins;

18. do Vale do São Francisco;

19. de Viçosa;

20. do Pampa;

21. do Estado do Rio de Janeiro; e

22. de Uberlândia;

h) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

i) Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA;

j) Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH;

k) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP;

**l) Institutos Federais:**

1. do Acre;

2. de Alagoas;

3. do Amapá;

4. do Amazonas;

5. da Bahia;

6. Baiano;

7. de Brasília;

8. do Ceará;

9. do Espírito Santo;

10. de Goiás;

11. Goiano;

12. do Maranhão;

13. de Minas Gerais;

14. do Norte de Minas Gerais;

15. do Sudeste de Minas Gerais;

16. do Sul de Minas Gerais;

17. do Triângulo Mineiro;

18. de Mato Grosso;

19. de Mato Grosso do Sul;

20. do Pará;

21. da Paraíba;

22. de Pernambuco;

23. do Sertão Pernambucano;

24. do Piauí;

25. do Paraná;

26. do Rio de Janeiro;

27. Fluminense;

28. do Rio Grande do Norte;

29. do Rio Grande do Sul;

30. Farroupilha;

31. Sul-rio-grandense;

32. de Rondônia;

33. de Roraima;

34. de Santa Catarina;

35. Catarinense;

36. de São Paulo;

37. de Sergipe; e

38. de Tocantins;

**m) Universidades Federais:**

1. de Alagoas;

2. de Alfenas;

3. da Bahia;

4. de Campina Grande;

5. do Ceará;

6. do Espírito Santo;

7. Fluminense;

8. de Goiás;

9. de Itajubá;

10. de Juiz de Fora;

11. de Lavras;

12. de Minas Gerais;

13. de Pernambuco;

14. de Santa Catarina;

15. de Santa Maria;

16. de São Paulo;

17. do Pará;

18. da Paraíba;

19. do Paraná;

20. do Recôncavo da Bahia;

21. do Rio Grande do Norte;

22. do Rio Grande do Sul;

23. do Rio de Janeiro;

24. Rural da Amazônia;

25. Rural de Pernambuco;

26. Rural do Rio de Janeiro;

27. Rural do Semiárido;

28. do Triângulo Mineiro;

29. dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri;

30. da Fronteira Sul;

31. da Integração Latino-Americana;

32. do Oeste do Pará;

33. do Cariri;

34. do Sul e Sudeste do Pará;

35. do Oeste da Bahia;

36. do Sul da Bahia;

37. do Agreste de Pernambuco;

38. do Delta do Parnaíba;

39. de Catalão;

40. de Jataí;

41. de Rondonópolis; e

42. do Norte do Tocantins; **(Incluído pelo Decreto nº 10.041, de 3.10.2019)**

n) Universidade Tecnológica Federal do Paraná; e

o) Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira;

**IX - ao Ministério da Infraestrutura:**

a) Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ;

b) Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT;

c) Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC;

d) Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT;

e) VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.;

f) Companhia Docas do Maranhão - Codomar;

g) Companhia Docas do Ceará - CDC;

h) Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa;

i) Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba;

j) Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp;

k) Companhia Docas do Pará - CDP;

l) Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern;

m) Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ;

n) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero; e

o) Empresa de Planejamento e Logística - EPL;

**X - ao Ministério do Desenvolvimento Regional:**

a) Agência Nacional de Águas - ANA;

b) Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf;

c) Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU;

d) Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs;

e ) Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - Trensurb;

f) Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM;

g) Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; e

h) Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO;

**XI - ao Ministério da Justiça e Segurança Pública:**

a) Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade; e

b) Fundação Nacional do Índio - Funai; **(Incluída pelo Decreto nº 10.041, de 3.10.2019)**

**XII - ao Ministério do Meio Ambiente:**

a ) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

b) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; e

c) Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ;

**XIII - ao Ministério de Minas e Energia:**

a) Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

b) Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP;

c) Agência Nacional de Mineração - ANM;

d) Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás;

e) Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM;

f) Empresa de Pesquisa Energética - EPE;

g) Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras;

h) Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA;

i) Indústrias Nucleares do Brasil - INB; e

j) Nuclebrás Equipamentos Pesados - Nuclep;

**XIV - (Revogado pelo Decreto nº 10.041, de 3.10.2019)**

**XV - ao Ministério do Turismo, por meio da Secretaria Especial de Cultura:(Redação dada pelo Decreto nº 10.449, de 9.8.2020)**

a) **(Revogada pelo Decreto nº 10.041, de 3.10.2019)**

b) Agência Nacional do Cinema - ANCINE; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.108, de 7.11.2019)**

c) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.108, de 7.11.2019)**

d) Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.108, de 7.11.2019)**

e) Fundação Biblioteca Nacional - FBN; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.108, de 7.11.2019)**

f) Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.108, de 7.11.2019)**

g) Fundação Cultural Palmares - FCP; e **(Redação dada pelo Decreto nº 10.108, de 7.11.2019)**

h) Fundação Nacional de Artes - FUNARTE;**(Redação dada pelo Decreto nº 10.108, de 7.11.2019)**

**XVI - ao Ministério das Relações Exteriores:**

Fundação Alexandre de Gusmão; e

**XVII - ao Ministério da Saúde:**

a) Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS;

b) Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

c) Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS;

d) Fundação Nacional de Saúde - FUNASA;

e) Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ; e

f) Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

**DECRETO Nº 10.201, DE 15 DE JANEIRO DE 2020.**

*Regulamenta o § 4º do art. 1º e o art. 2º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, para fixar os valores de alçada para a autorização de acordos ou transações celebradas por pessoa jurídica de direito público federal e por empresas públicas federais, para prevenir ou terminar litígios, inclusive os judiciais.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos art. 1º, § 4º, e art. 2º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997,

**D E C R E T A:**

Art. 1º Este Decreto regulamenta o § 4º do art. 1º e o art. 2º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, para fixar os valores de alçada para a autorização de acordos ou transações celebrados por pessoa jurídica de direito público federal e por empresas públicas federais, para prevenir ou terminar litígios, inclusive os judiciais.

Parágrafo único. O disposto neste Decreto não se aplica às empresas públicas federais não dependentes de recursos do Tesouro Nacional para o custeio de despesas de pessoal ou para o custeio em geral.

Art. 2º O Advogado-Geral da União, diretamente ou mediante delegação, e os dirigentes máximos das empresas públicas federais, em conjunto com o dirigente estatutário da área à qual estiver afeto o assunto, poderão autorizar a realização de acordos ou transações para prevenir ou terminar litígios, inclusive os judiciais, que envolvam, respectivamente, a União e empresa pública federal.

§ 1º A realização de acordos ou transações que envolvam créditos ou débitos com valor igual ou superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) dependerá de prévia e expressa autorização do Advogado-Geral da União e do Ministro de Estado a cuja área de competência estiver afeto o assunto.

§ 2º Na hipótese de interesse dos órgãos do Poder Legislativo ou Judiciário, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público da União ou da Defensoria Pública da União, a autorização prévia e expressa de acordos e transações, inclusive os judiciais, que envolvam créditos ou débitos com valores iguais ou superiores aos referidos no § 1º será concedida, em conjunto com o Advogado-Geral da União, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, de Tribunal ou de Conselho, pelo Procurador-Geral da República ou pelo Defensor Público-Geral Federal, no âmbito de suas competências.

§ 3º As empresas públicas federais deverão observar as suas respectivas regras sobre autorização de acordos judiciais e extrajudiciais estabelecidas em normativos internos aprovados pelo conselho de administração, se houver, ou pela assembleia geral, observado o disposto no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

§ 4º No caso de empresa pública federal, os acordos ou as transações que envolvam créditos ou débitos com valores iguais ou superiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) deverão se submeter à autorização prévia e expressa, na seguinte ordem:

I - do dirigente máximo da empresa pública federal em conjunto com o dirigente estatutário da área à qual estiver afeto o assunto;

II - do Ministro de Estado titular da Pasta à qual estiver vinculada a empresa; e

III - do Advogado-Geral da União.

Art. 3º O Procurador-Geral da União, o Procurador-Geral Federal e o Procurador-Geral do Banco Central poderão autorizar, diretamente ou mediante delegação, a realização de acordos para prevenir ou terminar, judicial ou extrajudicialmente, litígio que envolver valores de até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Art. 4º No caso das empresas públicas federais, os seus dirigentes máximos, em conjunto com o dirigente estatutário da área à qual estiver afeto o assunto, poderão autorizar, diretamente ou mediante delegação a realização dos acordos para prevenir ou terminar, judicial ou extrajudicialmente, litígio que envolver valores de até R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Parágrafo único. Na hipótese prevista no **caput**, a delegação é restrita a órgão colegiado formalmente constituído, composto por pelo menos um dirigente estatutário.

Art. 5º Os acordos de que tratam o art. 3º e o art. 4º poderão consistir no pagamento do débito em parcelas mensais e sucessivas até o limite máximo de sessenta parcelas.

§ 1º O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulado mensalmente, calculado a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento for efetuado.

§ 2º Inadimplida qualquer parcela, após trinta dias, será instaurado processo de execução ou nele se prosseguirá pelo saldo.

Art. 6º A realização de acordos referentes aos créditos e débitos das autarquias e fundações públicas federais observará o disposto neste Decreto, exceto quando legislação específica dispuser em contrário.

Art. 7º No caso das empresas públicas federais classificadas como empresa estatal de menor porte, definida conforme o disposto no art. 51 do Decreto nº 8.945, de 2016, o limite estabelecido:

I - no § 4º do art. 2º será de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); e

II - no art. 4º será de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 8º Fica revogado o Capítulo II do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de janeiro de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

**JAIR MESSIAS BOLSONARO**

*Marcelo Pacheco dos Guaranys*[[252]](#footnote-253)

*Renato de Lima França*

[**DECRETO Nº 10.608, DE 25 DE JANEIRO DE 2021**](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%2010.608-2021?OpenDocument).

*Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Advocacia-Geral da União, aprova o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Procuradoria-Geral Federal, remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.*

**O** **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84,**caput**, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

**DECRETA**:

Art. 1º  Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Advocacia-Geral da União, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º  Fica aprovado o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Procuradoria-Geral Federal, na forma do Anexo VI.

Art. 3º  Ficam remanejados, na forma do Anexo III, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE:

I - da Advocacia-Geral da União para a Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia:

a) onze DAS 101.1;

b) cinco DAS 102.5;

c) um DAS 102.1;

d) oito FCPE 101.2;

e) dezoito FCPE 101.1;

f) duas FCPE 102.4;

g) duas FCPE 102.3; e

h) duas FCPE 102.1; e

II - da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia para a Advocacia-Geral da União:

a) cinco DAS 101.5;

b) dois DAS 101.4;

c) três DAS 101.3;

d) duas FCPE 101.5;

e) quatro FCPE 101.4; e

f) doze FCPE 101.3.

Art. 4º  Ficam transformados, na forma do Anexo IV, nos termos do disposto no art. 8º da Lei nº 13.346, de 10 de outubro de 2016, os seguintes cargos em comissão do Grupo-DAS e FCPE:

I - quinze DAS-1 em dois DAS-4, dois DAS-3 e dois DAS-2; e

II - sete FCPE-2 e vinte FCPE-1 em duas FCPE-4 e dez FCPE-3.

Art. 5º Ficam substituídos, na forma do Anexo V, nos termos do disposto na Lei nº 13.346, de 2016, dois DAS-5 por duas FCPE 101.5.

Parágrafo único.  Ficam extintos dois cargos em comissão do Grupo-DAS, conforme demonstrado no Anexo V.

Art. 6º Os ocupantes dos cargos em comissão e das funções de confiança que deixam de existir na Estrutura Regimental da Advocacia-Geral da União por força deste Decreto ficam automaticamente exonerados ou dispensados.

Art. 7º Aplica-se o disposto no art. 13 ao art. 19 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, quanto ao regimento interno, ao registro de dados no Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg, à permuta entre DAS e FCPE e à realocação de cargos em comissão e funções de confiança na Estrutura Regimental da Advocacia-Geral da União.

Art. 8º  O Advogado-Geral da União publicará, no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, as relações nominais dos titulares dos cargos em comissão e das funções de confiança a que se referem os Anexos II e VI[,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10608.htm#anexo6) que indicará, inclusive, o número de cargos, funções e gratificações vagos, suas denominações e seus níveis.

Art. 9º Ficam mantidas as atribuições da Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República relativas às atividades de controle interno previstas no § 4º do art. 8ºdo Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, que estejam em andamento perante as unidades da Advocacia-Geral da União, na data da entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único.  A Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República continuará a exercer as atividades de controle interno da Advocacia-Geral da União previstas no § 4º do art. 8º do Decreto nº 3.591, de 2000, até 31 de dezembro de 2021.

Art. 10.  Ficam revogados:

I - o Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010;

II - o Decreto nº 7.526, de 15 de julho de 2011;

III - o Decreto nº 8.995, de 2 de março de 2017; e

IV - o Decreto nº 9.016, de 29 de março de 2017.

Art. 11.  Este Decreto entra em vigor em 15 de fevereiro de 2021.

Brasília, 25 de janeiro de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

**JAIR MESSIAS BOLSONARO***Paulo Guedes  
José Levi Mello do Amaral Júnior*

**ANEXO I**

ESTRUTURA REGIMENTAL DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º  A Advocacia-Geral da União, cujo titular é o Advogado-Geral da União, é a instituição que representa judicial e extrajudicialmente a União e, por meio da Procuradoria-Geral Federal, suas autarquias e fundações.

§ 1º  À Advocacia-Geral da União competem as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo federal.

§ 2º  As Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios são órgãos de execução da Advocacia-Geral da União, integrantes da estrutura organizacional dos respectivos Ministérios, e subordinadas, técnica e juridicamente, ao Advogado-Geral da União.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º  A Advocacia-Geral da União tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Advogado-Geral da União:

a) Gabinete;

b) Departamento de Gestão Estratégica; e

c) Secretaria de Controle Interno;

II - órgãos de direção superior:

a) Secretaria-Geral de Consultoria;

b) Secretaria-Geral de Contencioso:

1. Departamento de Controle Difuso;

2. Departamento de Controle Concentrado; e

3. Departamento de Acompanhamento Estratégico;

c) Consultoria-Geral da União:

1. Subconsultoria-Geral da União;

2. Consultoria da União;

3. Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos;

4. Departamento de Análise de Atos Normativos;

5. Departamento de Assuntos Extrajudiciais;

6. Departamento de Informações Jurídico-Estratégicas;

7. Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal; e

8. Departamento de Assuntos Jurídicos Internos;

d) Corregedoria-Geral da Advocacia da União: Corregedorias Auxiliares; e

e) Procuradoria-Geral da União:

1. Subprocuradoria-Geral da União;

2. Departamento de Negociação, de Estudos Jurídicos e de Direito Eleitoral;

3. Departamento de Patrimônio Público e Probidade;

4. Departamento de Serviço Público;

5. Departamento de Servidores e Militares;

6. Departamento Trabalhista;

7. Departamento de Assuntos Internacionais; e

8. Departamento de Cálculos e Perícias;

III - órgãos de execução: Procuradorias Regionais da União;

IV - órgãos específicos singulares:

a) Secretaria-Geral de Administração:

1. Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas;

2. Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade;

3. Diretoria de Tecnologia da Informação; e

4. Diretoria de Logística e Gestão Documental; e

b) Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal;

V - órgão colegiado: Conselho Superior da Advocacia-Geral da União; e

VI - órgão vinculado: Procuradoria-Geral Federal.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

**Seção I**

**Dos órgãos de assistência direta e imediata ao**

**Advogado-Geral da União**

Art. 3º  Ao Gabinete do Advogado-Geral da União compete:

I - assistir o Advogado-Geral da União em sua representação política e social, em suas relações públicas e no preparo e despacho de seu expediente pessoal;

II - acompanhar o andamento dos projetos de interesse da Advocacia-Geral da União em tramitação no Congresso Nacional;

III - providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional;

IV - controlar, examinar e providenciar o encaminhamento da documentação recebida e expedida pelo Advogado-Geral da União;

V - providenciar a publicação oficial dos atos do Advogado-Geral da União; e

VI - executar as atividades de redação e revisão de documentos, de expedientes e de atos normativos, observados aos padrões oficiais.

Art. 4º  Ao Departamento de Gestão Estratégica compete:

I - apoiar as ações voltadas para a inovação e a melhoria contínua da governança corporativa, da gestão de riscos e da gestão estratégica no âmbito da Advocacia-Geral da União, relacionadas com pessoas, programas, projetos, processos, estrutura organizacional, informação e ferramentas de trabalho;

II - coordenar o desenvolvimento das atividades voltadas para o planejamento estratégico, gerencial e de avaliação do desempenho institucional da Advocacia-Geral da União;

III - planejar, coordenar e supervisionar, em articulação com as demais áreas da Advocacia-Geral da União, a sistematização, a padronização e a implantação de técnicas e de instrumentos de gestão e de melhoria contínua de processos;

IV - incentivar o uso e acompanhar o desenvolvimento de sistemas de gestão com vistas à execução de atividades de apoio à decisão gerencial, à administração de dados e à disseminação de informações;

V - assistir o Comitê de Governança da Advocacia-Geral da União no exercício de suas competências; e

VI - coordenar a gestão do sistema eletrônico de suporte à execução das atividades meio e finalística da Advocacia-Geral da União; e

VII - exercer a função de órgão setorial do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal.

Art. 5º  À Secretaria de Controle Interno, órgão setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal, compete:

I - realizar as atividades de auditoria e de fiscalização nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, de pessoal e outros sistemas administrativos e operacionais;

II - auditar a gestão dos recursos públicos federais sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados e a aplicação de subvenções, renúncia de receitas e acordos e contratos firmados com organismos internacionais;

III - fiscalizar e avaliar a execução dos programas de governo, inclusive das ações descentralizadas custeadas com recursos oriundos dos orçamentos da União, quanto ao nível de execução das metas e dos objetivos estabelecidos e à qualidade do gerenciamento;

IV - avaliar a execução dos orçamentos da União e o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

V - verificar a exatidão e a suficiência dos dados relativos à admissão de pessoal, a qualquer título, e à concessão de aposentadorias e pensões;

VI - determinar a instauração de tomadas de contas especiais e promover o seu registro para fins de acompanhamento;

VII - assistir o Advogado-Geral da União no pronunciamento previsto no art. 52 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

VIII - assessorar os titulares dos órgãos da Advocacia-Geral da União nos assuntos de sua competência;

IX - prestar orientação técnica e acompanhar os trabalhos das unidades da Advocacia-Geral da União com vistas a subsidiar a elaboração da prestação de contas anual do Presidente da República e do relatório de gestão;

X - acompanhar processos de interesse da Advocacia-Geral da União junto aos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado;

XI - acompanhar o atendimento às recomendações da Controladoria-Geral da União e às deliberações do Tribunal de Contas da União relacionadas com a Advocacia-Geral da União e atender outras demandas provenientes dos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado;

XII - prestar orientação técnica aos órgãos da estrutura organizacional da Advocacia-Geral da União, no que concerne às áreas de controle, de risco, de transparência e de integridade da gestão;

XIII - supervisionar e apoiar, em articulação com o Departamento de Gestão Estratégica, as atividades de gestão de riscos no âmbito da Advocacia-Geral da União; e

XIV - apoiar as ações de capacitação dos gestores públicos quanto aos assuntos da área de sua competência.

**Seção II**

**Dos órgãos de direção superior**

Art. 6º  À Secretaria-Geral de Consultoria compete assistir o Advogado-Geral da União quanto aos assuntos internos da Advocacia-Geral da União.

Art. 7º  À Secretaria-Geral de Contencioso compete:

I - assistir o Advogado-Geral da União na representação judicial da União, junto ao Supremo Tribunal Federal, no que se refere aos processos de controle concentrado e de controle difuso de constitucionalidade e de competência originária, exceto nos processos de competência da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

II - assistir o Advogado-Geral da União na representação judicial, junto ao Supremo Tribunal Federal, dos Ministros de Estado e do Presidente da República, ressalvadas as informações do Presidente da República em mandados de segurança e de injunção;

III - requisitar aos órgãos da administração pública federal subsídios necessários à atuação da União junto ao Supremo Tribunal Federal;

IV - uniformizar as teses apresentadas pela União, pelo Presidente da República e pelo Advogado-Geral da União junto ao Supremo Tribunal Federal;

V - orientar as unidades de contencioso da Advocacia-Geral da União em matéria constitucional e quanto ao cabimento de ações de competência originária do Supremo Tribunal Federal;

VI - coordenar, orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelos escritórios avançados da Advocacia-Geral da União junto aos órgãos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário; e

VII - examinar propostas de enunciados de súmulas da Advocacia-Geral da União.

Art. 8º  Ao Departamento de Controle Difuso compete:

I - assistir o Secretário-Geral de Contencioso nas ações de competência originária e recursal junto ao Supremo Tribunal Federal;

II - elaborar as medidas judiciais necessárias, inclusive as preparatórias, à atuação da União junto ao Supremo Tribunal Federal; e

III - acompanhar os processos de controle difuso de constitucionalidade e de competência originária do Supremo Tribunal Federal de interesse da União.

Art. 9º  Ao Departamento de Controle Concentrado compete:

I - assistir o Secretário-Geral de Contencioso nas ações de controle concentrado de constitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal;

II - elaborar as petições iniciais de ações de controle concentrado de constitucionalidade; e

III - acompanhar os processos de controle concentrado de constitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal.

Art. 10.  Ao Departamento de Acompanhamento Estratégico compete:

I - assistir o Secretário-Geral de Contencioso no acompanhamento e na avaliação das ações que envolvam a União em curso no Supremo Tribunal Federal;

II - elaborar os memoriais e os roteiros de sustentação oral nos processos relevantes de controle concentrado e de controle difuso de constitucionalidade;

III - realizar o acompanhamento das ações judiciais relevantes, inclusive daquelas ajuizadas contra o Presidente da República ou os Ministros de Estado;

IV - realizar o acompanhamento especial e elaborar as medidas judiciais cabíveis nas propostas de súmulas vinculantes;

V - propor ao Secretário-Geral de Contencioso, no âmbito de sua competência, orientações aos órgãos da Advocacia-Geral da União quanto à interpretação e aplicabilidade das teses firmadas pelo Supremo Tribunal Federal;

VI - acompanhar e elaborar as medidas judiciais necessárias no âmbito das audiências públicas realizadas no Supremo Tribunal Federal; e

VII - analisar e instruir as propostas de edição de enunciados de súmulas da Advocacia-Geral da União.

Art. 11.  À Consultoria-Geral da União compete:

I - colaborar com o Advogado-Geral da União em seu assessoramento jurídico ao Presidente da República;

II - subsidiar as informações a serem prestadas pelo Presidente da República ao Supremo Tribunal Federal;

III - atuar na representação extrajudicial da União, nos termos do regimento interno;

IV - assistir o Advogado-Geral da União no controle interno da legalidade dos atos da administração pública federal;

V - emitir manifestações jurídicas e, se necessário, submeter ao Advogado-Geral da União proposta de solução de controvérsias entre os órgãos consultivos que lhe são subordinados e os órgãos jurídicos integrantes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da Procuradoria-Geral Federal, da Procuradoria-Geral do Banco Central, da Procuradoria-Geral da União, da Secretaria-Geral de Consultoria, da Secretaria-Geral de Contencioso e da Corregedoria-Geral da Advocacia da União;

VI - promover, por meio de conciliação, de mediação e de outras técnicas de autocomposição, a solução dos conflitos, judicializados ou não, de interesse da administração pública federal;

VII - atuar, no âmbito da sua competência, nas arbitragens, nos ajustes e em acordos que envolvam interesses extrajudiciais da União;

VIII - assistir o Advogado-Geral da União no exame de anteprojetos de lei e de projetos de medidas provisórias, de decretos e dos demais atos normativos e na análise dos atos encaminhados à sanção do Presidente da República submetidos à Advocacia-Geral da União;

IX - prestar assessoramento jurídico ao Advogado-Geral da União quanto aos assuntos internos da Advocacia-Geral da União; e

X - examinar a constitucionalidade, a legalidade, a regularidade jurídica formal e a técnica legislativa dos atos a serem editados ou celebrados pelo Advogado-Geral da União.

Art. 12.  À Subconsultoria-Geral da União compete assistir diretamente o Consultor-Geral da União, no desempenho de suas atribuições e, especialmente:

I - auxiliar na definição de diretrizes e na implementação de ações na área de competência da Consultoria-Geral da União;

II - prestar apoio na direção, na organização, na supervisão, na coordenação, na distribuição e no acompanhamento das atividades relacionadas com as unidades da Consultoria-Geral da União;

III - aprovar pareceres, notas, informações e outros trabalhos jurídicos elaborados no âmbito da Consultoria-Geral da União e submete-los ao Advogado-Geral da União, se necessário;

IV - orientar e acompanhar a padronização de minutas, de pareceres e de procedimentos da Consultoria-Geral da União; e

V - estudar e propor medidas com vistas à prevenção e ao encerramento de litígios, cuja matéria seja afeta à Consultoria-Geral da União.

Art. 13.  À Consultoria da União, integrada pelos Consultores da União, compete assistir o Consultor-Geral da União nas informações a serem prestadas pelo Presidente da República ao Supremo Tribunal Federal e elaborar pareceres e outros trabalhos jurídicos que lhe sejam por ele atribuídos.

Parágrafo único.  A Consultoria da União também exerce a função de órgão de execução da Advocacia-Geral da União, nos termos do disposto na alínea “b” do inciso II do **caput** do art. 2º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Art. 14.  Ao Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos compete:

I - analisar e propor soluções de controvérsias jurídicas para uniformização da jurisprudência administrativa;

II - solicitar, se necessário, manifestações jurídicas de órgãos da Advocacia-Geral da União ou a ela vinculados para análise de processos;

III - identificar e propor preventivamente a uniformização de orientação jurídica de questões relevantes e transversais existentes nos órgãos jurídicos da Advocacia-Geral da União, mediante a atuação de câmaras nacionais temáticas;

IV - propor a edição de orientações normativas destinadas a uniformizar a atuação dos órgãos consultivos; e

V - articular-se com os órgãos de representação judicial da União para a uniformização e a consolidação das teses adotadas nas atividades consultiva e contenciosa.

Art. 15.  Ao Departamento de Análise de Atos Normativos compete:

I - analisar anteprojetos de lei e projetos de medidas provisórias, de decretos e dos demais atos normativos e propostas legislativas em tramitação no Congresso Nacional;

II - analisar os atos encaminhados à sanção do Presidente da República; e

III - participar da elaboração de anteprojetos de leis e de projetos de medidas provisórias, de decretos e dos demais atos normativos de interesse da Advocacia-Geral da União.

Art. 16.  Ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais compete:

I - assistir o Consultor-Geral da União nas atividades de representação extrajudicial da União;

II - planejar, supervisionar, coordenar, orientar e atuar na representação extrajudicial da União junto ao Tribunal de Contas da União, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Nacional do Ministério Público, ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e, por determinação do Consultor-Geral da União, a outros órgãos ou entidades federais;

III - articular-se com os órgãos jurídicos e com os órgãos de fiscalização e de controle interno e externo, com a finalidade de identificar a necessidade de aprimoramentos de procedimentos administrativos, e propor eventuais medidas de aperfeiçoamento; e

IV - requisitar, se necessário, informações junto aos órgãos e as entidades da administração pública federal para subsidiar a atuação do Departamento.

Parágrafo único.  A competência a que se refere o inciso II do **caput** se aplica à representação extrajudicial dos agentes públicos, nos casos previstos na legislação.

Art. 17.  Ao Departamento de Informações Jurídico-Estratégicas compete:

I - assistir o Consultor-Geral da União no planejamento e na gestão da atuação finalística da Consultoria-Geral da União e de suas unidades de execução;

II - registrar, classificar, processar e divulgar as manifestações jurídicas produzidas na Consultoria-Geral da União;

III - supervisionar, coordenar, orientar e prestar apoio às atividades de planejamento estratégico relativas à Consultoria-Geral da União;

IV - organizar e manter o acervo eletrônico das manifestações jurídicas elaboradas na Consultoria-Geral da União;

V - estabelecer padrões para os procedimentos administrativos, com vistas à gestão da informação no âmbito da Consultoria-Geral da União;

VI - coordenar, disciplinar e articular a implantação de ações integradas de governança digital no âmbito da Consultoria-Geral da União; e

VII - coordenar projetos de estímulo ao desenvolvimento de soluções tecnológicas a partir da utilização de novas ferramentas de automação ou de inteligência artificial nas atividades desenvolvidas pela Consultoria-Geral da União.

Art. 18.  À Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Federal compete:

I - avaliar a admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de conciliação, no âmbito da Advocacia-Geral da União;

II - requisitar aos órgãos e às entidades da administração pública federal envolvidos ou não no conflito submetido à Câmara diligências, cooperação técnica e manifestação sobre a oportunidade e conveniência de sua atuação administrativa na solução do conflito;

III - dirimir, por meio de mediação, as controvérsias:

a) entre órgãos públicos federais, entre entidades públicas federais ou entre órgão e entidade pública federal;

b) que envolvam órgão ou entidade pública federal e Estados, o Distrito Federal ou Municípios ou suas autarquias ou fundações públicas;

c) que envolvam órgão ou entidade pública federal e empresa pública ou sociedade de economia mista federal; ou

d) que envolvam particular e órgão ou entidade pública federal, nos casos previstos no regulamento de que trata o § 2º do art. 32 da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015;

IV - buscar a solução de conflitos judicializados, nos casos remetidos pelos Ministros dos Tribunais Superiores ou por outros membros do Poder Judiciário, ou por proposta dos titulares dos órgãos de direção superior, de execução e vinculados da Advocacia-Geral da União;

V - promover, quando couber, a celebração de termo de ajustamento de conduta nos casos submetidos a procedimento de mediação;

VI - encaminhar, quando couber, ao Consultor-Geral da União as controvérsias jurídicas não solucionadas por procedimento de mediação para os fins do disposto no § 1º do art. 36 da Lei nº 13.140, de 2015; e

VII - coordenar, orientar e supervisionar as atividades conciliatórias no âmbito das Consultorias Jurídicas da União nos Estados.

Art. 19.  Ao Departamento de Assuntos Jurídicos Internos compete:

I - assistir o Consultor-Geral da União:

a) no assessoramento jurídico ao Advogado-Geral da União, quanto aos assuntos internos da Advocacia-Geral da União, ressalvadas as competências dos demais Departamentos da Consultoria-Geral da União; e

b) no exame da constitucionalidade, da legalidade, da regularidade jurídica formal e, se necessário, da técnica legislativa dos atos a serem editados ou celebrados pelo:

1. Advogado-Geral da União, relacionados com assuntos internos da Advocacia-Geral da União; e

2. Consultor-Geral da União, relacionados com assuntos internos da Consultoria-Geral da União, ressalvadas as competências dos demais Departamentos da Consultoria-Geral da União; e

c) no fornecimento de subsídios para prestação de informações nos mandados de segurança impetrados em face do Advogado-Geral da União;

II - prestar o assessoramento jurídico:

a) à Secretaria-Geral de Consultoria;

b) à Secretaria-Geral de Administração;

c) à Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal; e

d) ao Conselho Superior da Advocacia-Geral da União;

III - assistir o Secretário-Geral de Consultoria no exame da legalidade dos seus atos;

IV - examinar a constitucionalidade, a legalidade, a regularidade jurídica formal e, se necessário, a técnica legislativa dos atos relacionados com assuntos internos a serem editados ou celebrados pelos órgãos previstos no inciso II;

V - examinar a legalidade e a juridicidade de processos administrativos disciplinares e de sindicância relativos aos servidores técnico-administrativos da Advocacia-Geral da União;

VI - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida nas áreas de atuação da Secretaria-Geral de Administração, quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

VII - examinar, prévia e conclusivamente, quanto às atribuições da Secretaria-Geral de Administração:

a) as minutas de edital de licitação e dos respectivos contratos e termos aditivos; e

b) os atos de reconhecimento de inexigibilidade ou de dispensa de licitação;

VIII - fornecer elementos jurídicos solicitados pelos membros da Advocacia-Geral da União para subsidiar a defesa judicial e extrajudicial da União em matérias de sua competência; e

IX - fornecer subsídios nos mandados de segurança impetrados em face do Secretário-Geral de Consultoria, de autoridades da Secretaria-Geral de Administração, do Diretor da Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal e do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União.

Art. 20.  À Corregedoria-Geral da Advocacia da União compete:

I - fiscalizar as atividades funcionais dos membros da Advocacia-Geral da União;

II - formular as políticas, as diretrizes e o planejamento das atividades de correição;

III - definir, padronizar, sistematizar e disciplinar, mediante a edição de atos normativos, os procedimentos atinentes à atividade correicional;

IV - promover a correição nos órgãos ou unidades jurídicas da Advocacia-Geral da União e de seus órgãos vinculados, com vistas à verificação da regularidade e da eficácia dos serviços e à apresentação de sugestões de providências e recomendações necessárias ao seu aprimoramento;

V - apreciar as representações relativas à atuação dos membros da Advocacia-Geral da União e dos integrantes do quadro suplementar de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, ressalvada a competência do Procurador-Geral Federal prevista no inciso VI do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002;

VI - coordenar os procedimentos relacionados com a avaliação especial de desempenho dos membros da Advocacia-Geral da União, para fins de confirmação no cargo e aquisição de estabilidade;

VII – emitir parecer sobre o desempenho dos integrantes das carreiras da Advocacia-Geral da União submetidos ao estágio confirmatório e opinar, fundamentadamente, por sua confirmação no cargo ou exoneração;

VIII - constituir a Comissão prevista no § 4º do art. 41 da Constituição;

IX - realizar, diretamente ou por intermédio das respectivas chefias, a avaliação de desempenho dos membros efetivos da Advocacia-Geral da União submetidos ao estágio confirmatório;

X - instaurar, de ofício ou por determinação superior, sindicâncias e processos administrativos contra os membros da Advocacia-Geral da União, nos termos do disposto no inciso VI do **caput** do art. 5º da Lei Complementar nº 73, de 1993;

XI - analisar e emitir parecer sobre as sindicâncias e processos administrativos disciplinares, antes de serem submetidas à decisão do Advogado-Geral da União, para os fins do disposto no inciso XV do **caput** do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 1993;

XII - requisitar informações e documentos a membros e órgãos da Advocacia-Geral da União necessários à instrução de procedimentos em curso na Corregedoria-Geral da Advocacia da União;

XIII - propor ao Advogado-Geral da União medidas que visem a inibir, a reprimir e a diminuir a prática de faltas ou de irregularidades no âmbito da Advocacia-Geral da União;

XIV - acompanhar a adoção de providências sugeridas ou recomendadas em relatórios de correição e demais procedimentos correicionais da Corregedoria-Geral da Advocacia da União, para o aprimoramento dos serviços dos órgãos jurídicos;

XV - conhecer e apurar, diretamente, denúncias de irregularidades de qualquer natureza, relativas à atuação dos membros da Advocacia-Geral da União, realizadas na forma do disposto no [art. 34 da Lei Complementar nº 73, de 1993;](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp73.htm#art34) e

XVI - afastar do exercício do cargo, como medida cautelar, nos termos do art. 147 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, membro da Advocacia-Geral da União investigado ou acusado em processo disciplinar.

§ 1º  Inclui-se nas competências da Corregedoria-Geral da Advocacia da União a apuração de irregularidades imputadas a membros da Advocacia-Geral da União cedidos, requisitados ou em exercício em órgão não integrante da Advocacia-Geral da União, ainda que não guardem relação com o desempenho de suas atribuições institucionais, nos termos do disposto no § 3º do art. 38 da Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016.

§ 2º  A competência de que trata o inciso IV do **caput**poderá ser exercida de ofício, por determinação do Advogado-Geral da União ou por solicitação dos Procuradores-Gerais da União, da Fazenda, Federal e do Banco Central, do Consultor-Geral da União e de outros órgãos internos.

Art. 21.  Às Corregedorias Auxiliares compete:

I - realizar, por determinação do Corregedor-Geral da Advocacia da União, correições ordinárias e extraordinárias;

II - apreciar representações relativas à atuação dos membros da Advocacia-Geral da União e dos integrantes do quadro suplementar de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001, ressalvada a competência da Procuradoria-Geral Federal, com vistas a apurar, preliminarmente, a existência de infração funcional e a necessidade de instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar;

III - conduzir verificações preliminares, inspeções e procedimentos correicionais designados pelo Corregedor-Geral da Advocacia da União;

IV - elaborar pareceres, relatórios, notas, informações, pesquisas, estudos e outros trabalhos jurídicos relativos à atividade correicional; e

V - acompanhar a adoção das providências sugeridas ou recomendadas nos relatórios de correição e demais procedimentos correicionais da Corregedoria-Geral da Advocacia da União.

Art. 22.  À Procuradoria-Geral da União compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas à representação e à defesa judicial da União;

II - exercer a representação e a defesa judicial da União, nos termos e limites previstos na Lei Complementar nº 73, de 1993, nas causas de competência da Advocacia-Geral da União, junto ao Superior Tribunal de Justiça, ao Tribunal Superior do Trabalho, ao Tribunal Superior Eleitoral, ao Superior Tribunal Militar e à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais;

III - supervisionar, coordenar, orientar e acompanhar a atuação das Procuradorias Regionais da União, das Procuradorias da União e das Procuradorias Seccionais da União;

IV - fixar diretrizes, adotar medidas e editar atos normativos para a racionalização das tarefas jurídicas e administrativas pertinentes à representação e à defesa judicial da União;

V - supervisionar a utilização e administrar os sistemas de tecnologia de informação e de pesquisas necessários para a atuação da Procuradoria-Geral da União e de seus órgãos de execução;

VI - assistir o Advogado-Geral da União nas causas de interesse da União, em qualquer juízo ou tribunal, e fornecer os subsídios necessários à sua intervenção em feitos judiciais;

VII - requisitar aos órgãos e às entidades da administração pública federal os subsídios necessários à sua atuação, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995; e

VIII - examinar propostas de acordos para prevenir ou terminar, judicial ou extrajudicialmente, litígios em sua área de atuação e de seus órgãos de execução.

Art. 23.  À Subprocuradoria-Geral da União compete:

I - assessorar de forma direta e imediata o Procurador-Geral da União em matéria de representação e de defesa judicial da União, nas causas de competência da Procuradoria-Geral da União;

II - planejar a gestão administrativa e supervisionar a atuação jurídica estratégica da Procuradoria-Geral da União;

III - resolver as controvérsias entre os Departamentos da Procuradoria-Geral da União ou entre seus órgãos de execução; e

IV - exercer outas atribuições que lhe forem cometidas pelo Procurador-Geral da União[.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9028.htm#art4)

Art. 24.  Ao Departamento de Negociação, de Estudos Jurídicos e de Direito Eleitoral compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar:

a) a atuação dos órgãos da Procuradoria-Geral da União em procedimentos arbitrais, de mediação e de conciliação e nas negociações para pagamentos de débitos da União;

b) a aplicação das diretrizes fixadas pela Subprocuradoria-Geral da União para a atuação jurídica estratégica da Procuradoria-Geral da União;

c) as atividades relativas à representação e à defesa judicial de agentes públicos de competência da Procuradoria-Geral da União; e

d) as atividades relativas à representação e à defesa judicial da União em matéria eleitoral;

II - exercer a representação e a defesa judicial da União nas causas de competência da Advocacia-Geral da União junto ao Superior Tribunal de Justiça, ao Tribunal Superior do Trabalho, ao Tribunal Superior Eleitoral, ao Superior Tribunal Militar e à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, em matéria eleitoral;

III - analisar, no âmbito da Procuradoria-Geral da União:

a) as propostas de acordos para pagamento de débitos da União;

b) os pedidos de representação judicial de agentes públicos; e

c) as medidas relacionadas com a defesa de prerrogativas de membros;

IV - elaborar orientações em matéria exclusivamente processual; e

V - propor à Subprocuradoria-Geral da União soluções de controvérsias entre os Departamentos da Procuradoria-Geral da União ou entre seus órgãos de execução.

Art. 25.  Ao Departamento de Patrimônio Público e Probidade compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas à representação e à defesa judicial da União em matéria de patrimônio, de meio ambiente, de probidade e de recuperação de ativos;

II - exercer a representação e a defesa judicial da União nas causas de atribuição da Advocacia-Geral da União junto ao Superior Tribunal de Justiça, ao Tribunal Superior Eleitoral, ao Superior Tribunal Militar e à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais:

a) nas demandas que tenham por objeto questões relacionadas com posse, patrimônio imobiliário, patrimônio mobiliário, patrimônio histórico, patrimônio artístico, patrimônio cultural, patrimônio paisagístico, terras indígenas, remanescentes de quilombos e patrimônio a ser incorporado, meio ambiente, patrimônio genético, conhecimento tradicional associado e biossegurança;

b) nas demandas que tenham por objeto questões relacionadas com defesa da probidade administrativa, combate da corrupção e recuperação de ativos e recomposição do patrimônio público federal; e

c) nas cobranças de créditos da União, inclusive os apurados pelo Tribunal de Contas da União, e na análise das respectivas propostas de acordos de parcelamento, ressalvados os processos da competência da Justiça do Trabalho; e

III - atuar em procedimentos e negociações para solução consensual das matérias tratadas neste artigo, ressalvada a competência de que trata a alínea “a” do inciso I do **caput** do art. 24.

Art. 26.  Ao Departamento de Serviço Público compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas à representação e à defesa judicial da União em matérias de direitos sociais, de direito econômico e de infraestrutura;

II - exercer a representação e a defesa judicial da União nas matérias de direitos sociais, de direito econômico e de infraestrutura e nas matérias não arroladas dentre as competências dos demais Departamentos da Procuradoria-Geral da União junto ao Superior Tribunal de Justiça, ao Tribunal Superior do Trabalho, ao Tribunal Superior Eleitoral, ao Superior Tribunal Militar e à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais; e

III - acompanhar, em articulação com os órgãos interessados, os riscos relacionados com a judicialização de políticas públicas afetas a direitos sociais, a direito econômico e a infraestrutura com o objetivo de assegurar sua execução.

Art. 27.  Ao Departamento de Servidores e Militares compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas à representação e à defesa judicial da União em matérias relativas a servidores e militares; e

II - exercer a representação e a defesa judicial da União, nas causas de competência da Advocacia-Geral da União, junto ao Superior Tribunal de Justiça, ao Tribunal Superior do Trabalho, ao Tribunal Superior Eleitoral, ao Superior Tribunal Militar e à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais nas matérias pertinentes a assuntos relacionados com o tema de servidores e militares.

Art. 28.  Ao Departamento Trabalhista compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas à representação e à defesa judicial da União em matérias de direitos trabalhistas e créditos da União oriundos da fiscalização das relações de trabalho; e

II - exercer a representação e a defesa judicial da União nas causas de competência da Advocacia-Geral da União junto ao Superior Tribunal de Justiça e ao Tribunal Superior do Trabalho, nas matérias pertinentes a assuntos trabalhistas.

Art. 29.  Ao Departamento de Assuntos Internacionais compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas à representação e à defesa judicial da União em matérias de direito internacional;

II - assistir judicialmente a União em demandas relacionadas com Direito Internacional e nas execuções de pedidos de cooperação judiciária internacional;

III - a representação judicial e extrajudicial da União, observada a competência específica de outros órgãos, em processos judiciais junto aos órgãos judiciários do País decorrentes de tratados, de acordos ou de ajustes internacionais ou em execução de pedidos de cooperação judiciária internacional;

IV - atuar, no que diz respeito à forma e ao conteúdo jurídicos, no processo de elaboração das manifestações do Estado brasileiro em petições e casos em tramitação nos órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, nos órgãos referidos em tratados internacionais de direitos humanos e em eventual manifestação jurídica quanto ao cumprimento de suas resoluções, recomendações ou decisões, observadas as competências específicas de outros órgãos; e

V - promover medidas judiciais para o cumprimento das resoluções, recomendações e decisões dos órgãos de solução de controvérsia e tribunais previstos em tratados multilaterais.

Art. 30.  Ao Departamento de Cálculos e Perícias compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de representação e defesa judicial da União nas matérias pertinentes a execuções e cumprimento de sentenças;

II - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de representação e de defesa judicial da União nos precatórios e requisições de pequeno valor;

III - planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas aos trabalhos técnicos de cálculos e de perícias, inclusive de parametrização de liquidação de julgados;

IV - supervisionar e orientar a utilização dos sistemas de informações da Advocacia-Geral da União e dos demais órgãos públicos federais relativos a planejamento, orçamento federal, administração financeira federal, contabilidade federal e pessoal civil e militar para a obtenção de subsídios técnicos necessários às suas atividades; e

V - coordenar, em articulação com a Subprocuradoria-Geral da União e os demais Departamentos da Procuradoria-Geral da União, o monitoramento e a sistematização das informações relativas aos processos judiciais constitutivos de riscos fiscais.

**Seção III**

**Dos órgãos de execução**

Art. 31.  Às Procuradorias Regionais da União compete:

I - exercer a representação judicial da União junto aos Tribunais Regionais Federais, aos Tribunais Regionais do Trabalho, aos Tribunais Regionais Eleitorais e aos Tribunais de Justiça ou em qualquer outro juízo de grau inferior, na forma da lei;

II - coordenar, uniformizar e acompanhar a atuação processual dos Advogados da União e as atividades dos servidores administrativos em exercício nas Procuradorias da União, nas Procuradorias Seccionais da União e nos escritórios de representação em seu âmbito territorial;

III - assistir o Procurador-Geral da União nas causas de interesse da União e fornecer os subsídios necessários à sua intervenção em feitos judiciais;

IV - requisitar aos órgãos e às entidades da administração pública federal subsídios que se façam necessários à sua atuação, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 9.028, de 1995; e

V - promover a uniformização, a redução de litigiosidade e a concentração de atividades jurídicas e administrativas em equipes virtuais especializadas.

**Seção IV**

**Dos órgãos específicos singulares**

Art. 32.  À Secretaria-Geral de Administração compete:

I - assistir e orientar o Advogado-Geral da União nas atividades de administração patrimonial e nas atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais;

II - planejar, coordenar e supervisionar, no âmbito da Advocacia-Geral da União, a execução das atividades de gestão de documentos e de arquivos e as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de serviços gerais, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de organização e inovação institucional;

III - promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais de que trata o inciso I e informar e orientar as unidades da Advocacia-Geral da União quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

IV - promover a elaboração e consolidar o Plano Plurianual, a proposta orçamentária anual e a programação orçamentária financeira, o Plano de Ação Anual da Secretaria-Geral de Administração e os demais planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior;

V - desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, no âmbito da Advocacia-Geral da União;

VI - instaurar processos administrativos disciplinares em face de servidores técnico-administrativos da Advocacia-Geral da União, inclusive aqueles requisitados e cedidos para a Advocacia-Geral da União, julgar os processos administrativos disciplinares e aplicar penalidade de advertência e suspensão de até trinta dias aos servidores técnico-administrativos da Advocacia-Geral da União;

VII - celebrar contratos, convênios, acordos ou instrumentos congêneres com entidades públicas e privadas;

VIII - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário;

IX - supervisionar, coordenar e orientar os órgãos e as unidades descentralizadas da Advocacia-Geral da União e órgãos vinculados, nas matérias de sua competência; e

X - estabelecer a política de desenvolvimento dos servidores técnicos-administrativos da Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único.  A Secretaria-Geral de Administração exerce a função de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal, de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação, de Serviços Gerais, de Gestão de Documentos de Arquivo e Nacional de Arquivos.

Art. 33.  À Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas compete:

I - assistir o Secretário-Geral de Administração na sua área de atuação;

II - planejar, desenvolver, acompanhar e avaliar a implementação de políticas de gestão de pessoas em parceria com as diversas unidades da Advocacia-Geral da União, de forma sistêmica, estratégica e integrada, observadas as diretrizes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal;

III - planejar, coordenar, orientar e supervisionar, no âmbito da Advocacia-Geral da União, a execução das atividades setoriais relacionadas com o Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, especialmente aquelas decorrentes da administração e do pagamento de pessoal, dos procedimentos de recrutamento, seleção e avaliação e da administração de benefícios, assistência e promoção à saúde e à qualidade de vida; e

IV - planejar, elaborar, coordenar, implementar e monitorar o Plano de Desenvolvimento de Pessoas dos servidores técnico-administrativos da Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único.  Para fins do disposto no inciso IV do **caput**, a execução poderá contar com o apoio da Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal.

Art. 34.  À Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade compete:

I - assistir o Secretário-Geral de Administração na sua área de atuação; e

II - planejar, coordenar, orientar e supervisionar, no âmbito da Advocacia-Geral da União, a execução das atividades setoriais relacionadas com os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal.

Art. 35.  À Diretoria de Tecnologia da Informação compete:

I - planejar, coordenar, controlar e acompanhar a execução das atividades relacionadas com o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação;

II - promover, em consonância com as diretrizes aprovadas pelo Advogado-Geral da União, estudo prévio de viabilidade e de exequibilidade de desenvolvimento, de contratação e de manutenção das soluções de tecnologia e dos sistemas de informação;

III - propor diretrizes, normas e procedimentos que orientem e disciplinem a utilização dos recursos relacionados com tecnologia da informação no âmbito da Advocacia-Geral da União e verificar seus cumprimentos;

IV - estabelecer as políticas de segurança da informação e comunicação e de segurança cibernética e coordenar a execução;

V - implementar a gestão de riscos de tecnologia da informação e comunicação, no âmbito da Advocacia-Geral da União;

VI - planejar, coordenar, gerir e supervisionar projetos e processos de desenvolvimento e de manutenção de sistemas;

VII - acompanhar e avaliar os contratos e os convênios de prestação de serviços relacionados com tecnologia da informação e comunicação, no âmbito de sua competência;

VIII - disponibilizar, pesquisar e incentivar o uso de novas soluções tecnológicas e de sistemas de informação, no âmbito da Advocacia-Geral da União; e

IX - promover a articulação com órgãos do Poder Executivo federal, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, nos temas relacionados com tecnologia da informação.

Art. 36.  À Diretoria de Logística e Gestão Documental compete:

I - planejar, coordenar, orientar e supervisionar as atividades setoriais relacionadas com os Sistemas de Serviços Gerais, de Gestão de Documentos de Arquivo e Nacional de Arquivos e articular-se com as unidades descentralizadas da Secretaria-Geral de Administração e os órgãos centrais dos sistemas;

II - planejar, coordenar, acompanhar e orientar as atividades relacionadas com aquisição de bens e contratação de serviços, administração de imóveis, obras e serviços de engenharia, patrimônio, almoxarifado, transporte, serviços terceirizados e gestão de documentos e da informação, incluídos protocolo, serviço de recebimento e expedição de documentos e arquivo;

III - coordenar e consolidar as demandas de contratação da Advocacia-Geral da União que comporão o plano anual de contratações, no âmbito de sua competência;

IV - planejar, coordenar e executar as ações destinadas à realização das contratações para atender às necessidades da Advocacia-Geral da União, em âmbito nacional e internacional;

V - celebrar contratos, acordos e instrumentos congêneres, no âmbito de sua competência;

VI - disponibilizar, pesquisar e incentivar o uso de novas soluções tecnológicas e de sistemas de informação referentes à logística e à gestão documental, no âmbito da Advocacia-Geral da União, em conjunto com outras Diretorias; e

VII - promover a articulação com órgãos do Poder Executivo federal, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário nos temas relacionados com logística e gestão documental.

Art. 37.  À Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal compete:

I - planejar, executar e acompanhar:

a) ações de desenvolvimento destinadas a Advogados da União e a Procuradores Federais, em suas áreas de atuação;

b) cursos de formação de Advogados da União e de Procuradores Federais; e

c) projetos, cursos, seminários, atividades culturais, pesquisas e outras modalidades acadêmicas relacionadas com as áreas de atuação da Advocacia-Geral da União;

II - celebrar convênios e acordos de cooperação técnica relativos à sua área de atuação com órgãos da administração pública federal, organismos nacionais e internacionais, entidades públicas e privadas;

III - promover cursos de pós-graduação, **lato** e **stricto sensu**, relacionados com as atividades de interesse da Advocacia-Geral da União;

IV - manter a biblioteca central da Advocacia-Geral da União; e

V - manter portal educacional na internet para a difusão de ações de desenvolvimento relacionadas com as áreas de atuação da Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único.  A Escola da Advocacia-Geral da União poderá prestar apoio na execução das ações de desenvolvimento dos servidores técnico-administrativos da Advocacia-Geral da União.

**Seção V**

**Do órgão colegiado**

Art. 38.  Ao Conselho Superior da Advocacia-Geral da União compete:

I - propor, organizar e dirigir os concursos de ingresso nas carreiras de Advogado da União e de Procurador da Fazenda Nacional;

II - organizar as listas de promoção e de remoção das carreiras de Advogado da União e de Procurador da Fazenda Nacional, julgar as reclamações e os recursos contra a inclusão, a exclusão e a classificação em listas e encaminhá-las ao Advogado-Geral da União;

III - decidir, com fundamento no parecer previsto no inciso V do **caput** do art. 5º da Lei Complementar nº 73, de 1993, sobre a confirmação no cargo ou a exoneração dos membros das carreiras de Advogado da União e de Procurador da Fazenda Nacional submetidos a estágio confirmatório;

IV - elaborar e editar o seu regimento interno; e

V - fixar os critérios disciplinadores dos concursos de ingresso nas carreiras de Advogado da União e de Procurador da Fazenda Nacional.

**Seção VI**

**Da Procuradoria-Geral Federal**

Art. 39.  A Procuradoria-Geral Federal é órgão vinculado à Advocacia Geral da União, nos termos do disposto na Lei nº 10.480, de 2002, ao qual compete promover:

I - a representação judicial e extrajudicial das autarquias e das fundações públicas federais e as respectivas atividades de consultoria e de assessoramento jurídicos;

II - a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades; e

III - a inscrição dos créditos de que trata o inciso II em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Parágrafo único.  A Estrutura Regimental da Procuradoria-Geral Federal é editada em ato próprio.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

**Seção I**

**Do Advogado-Geral da União**

Art. 40.  São atribuições do Advogado-Geral da União, órgão mais elevado de assessoramento jurídico do Poder Executivo federal:

I - dirigir a Advocacia-Geral da União, superintender e coordenar suas atividades e orientar a sua atuação;

II - despachar com o Presidente da República;

III - representar a União junto ao Supremo Tribunal Federal;

IV - defender, nas ações de controle de constitucionalidade, a lei ou o ato normativo impugnado, de forma a preservar a supremacia da Constituição;

V - apresentar as informações a serem prestadas pelo Presidente da República relativas a medidas impugnadoras de ato ou omissão presidencial;

VI - desistir, transigir, acordar e firmar compromisso nas ações de interesse da União, suas autarquias e fundações públicas, nos termos da legislação;

VII - assessorar o Presidente da República em assuntos de natureza jurídica e elaborar pareceres e estudos e propor normas, medidas e diretrizes;

VIII - assistir o Presidente da República no controle interno da legalidade dos atos da administração pública federal;

IX - sugerir ao Presidente da República medidas de caráter jurídico reclamadas pelo interesse público;

X - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida pelos órgãos e entidades da administração pública federal;

XI - unificar a jurisprudência administrativa, garantir a correta aplicação das leis e prevenir e dirimir as controvérsias entre os órgãos jurídicos da administração pública federal;

XII - homologar termo de conciliação realizado no âmbito da Advocacia-Geral da União;

XIII - editar enunciados de súmula da Advocacia-Geral da União resultantes de jurisprudência iterativa do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais;

XIV - autorizar a assinatura de termo de ajustamento de conduta pela administração pública federal;

XV - exercer orientação normativa e supervisão técnica quanto aos órgãos jurídicos das entidades de que trata o Capítulo IX do Título II da Lei Complementar nº 73, de 1993;

XVI - editar os regimentos internos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal e o Código de Ética da Advocacia-Geral da União;

XVII - proferir decisão nas sindicâncias e nos processos administrativos disciplinares promovidos pela Corregedoria-Geral e aplicar penalidades;

XVIII - homologar os concursos públicos de ingresso nas carreiras da Advocacia-Geral da União;

XIX - promover a lotação e a distribuição dos membros e dos servidores, no âmbito da Advocacia-Geral da União;

XX - editar e praticar atos normativos ou não, inerentes a suas atribuições;

XXI - convocar audiências ou consultas públicas nos processos administrativos que envolvam matéria de alta complexidade, com repercussão geral de interesse público relevante, sob a apreciação da Advocacia-Geral da União;

XXII - propor ao Presidente da República as alterações na Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União;

XXIII - representar a União junto a qualquer juízo ou Tribunal;

XXIV - determinar a intervenção nas causas em que figurem, como autoras ou rés, as sociedades de economia mista e as empresas públicas federais, na defesa dos interesses da União em hipóteses que possam trazer reflexos de natureza econômica, ainda que indiretos, ao erário federal; e

XXV - avocar quaisquer matérias jurídicas de interesse da União, inclusive no que concerne a sua representação extrajudicial.

**Seção II**

**Do Secretário-Geral de Consultoria**

Art. 41.  Ao Secretário-Geral de Consultoria incumbe:

I - assistir o Advogado-Geral da União na supervisão e na coordenação das atividades dos órgãos integrantes da estrutura organizacional da Advocacia-Geral da União e de seu órgão vinculado;

II - supervisionar e coordenar a articulação entre os órgãos de direção superior, de execução e vinculados à Advocacia-Geral da União e destes com os demais órgãos e entidades do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário;

III - assistir o Advogado-Geral da União em questões relacionadas com acordos de cooperação técnica com vistas a estreitar as relações institucionais com órgãos do Poder Executivo federal, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário;

IV - auxiliar o Advogado-Geral da União na definição das diretrizes e na implementação das ações da área de competência da Advocacia-Geral da União; e

V - planejar, dirigir, orientar, supervisionar, coordenar e fiscalizar a execução das atividades da Secretaria-Geral de Consultoria.

Parágrafo único.  O Secretário-Geral de Consultoria exercerá a função de substituto do Advogado-Geral da União em suas ausências e seus impedimentos.

**Seção III**

**Do Secretário-Geral de Contencioso**

Art. 42.  Ao Secretário-Geral de Contencioso incumbe:

I - planejar, dirigir, orientar, supervisionar, coordenar e fiscalizar a execução das atividades de competência da Secretaria-Geral de Contencioso;

II - propor ao Advogado-Geral da União o ajuizamento de ações junto a qualquer instância ou Tribunal;

III - submeter ao Advogado-Geral da União as manifestações judiciais a serem encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal; e

IV - atuar, mediante sustentação oral, em processos de competência do plenário e das turmas do Supremo Tribunal Federal.

**Seção IV**

**Do Consultor-Geral da União**

Art. 43.  Ao Consultor-Geral da União incumbe:

I - planejar, dirigir, orientar, supervisionar, coordenar e fiscalizar as atividades da Consultoria-Geral da União e das unidades diretamente subordinadas, expedir atos normativos e administrativos de caráter genérico;

II - assistir o Advogado-Geral da União no assessoramento jurídico ao Presidente da República, nos termos do disposto no art. 10 da Lei Complementar nº 73, de 1993;

III - atuar na representação extrajudicial da União, inclusive junto ao Tribunal de Contas da União;

IV - aprovar os pareceres, as notas, as informações e outros trabalhos jurídicos elaborados no âmbito da Consultoria-Geral da União e submetê-los ao Advogado-Geral da União, se necessário;

V - editar e consolidar as orientações da Consultoria-Geral da União, com fundamento em pareceres, notas ou informações aprovados pelo Advogado-Geral da União; e

VI - propor ao Advogado-Geral da União a edição de orientação normativa e a emissão de parecer para fins do disposto no art. 40 da Lei Complementar nº 73, de 1993.

**Seção V**

**Do Corregedor-Geral da Advocacia da União**

Art. 44.  Ao Corregedor-Geral da Advocacia da União incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades da Corregedoria-Geral da Advocacia da União;

II - editar normas regulamentares e praticar os demais atos pertinentes à organização e ao funcionamento dos serviços da Corregedoria-Geral da Advocacia da União;

III - expedir instruções e orientações normativas relacionadas com a melhoria e a observância dos padrões de conduta dos membros da Advocacia-Geral da União;

IV - assistir o Advogado-Geral da União nos assuntos relacionados com as atividades correicional, disciplinar e do estágio confirmatório;

V - propor ao Advogado-Geral da União a edição de instruções normativas relacionadas com as matérias correicional, disciplinar e de estágio confirmatório;

VI - designar e realizar correições e procedimentos correicionais;

VII - submeter relatórios de correição ao Advogado-Geral da União e propor-lhe as medidas e providências que entender cabíveis;

VIII - determinar ou realizar inspeções físicas nos órgãos integrantes e vinculados à Advocacia-Geral da União;

IX - designar comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar;

X - proferir decisões nas sindicâncias investigativas instauradas pela Corregedoria-Geral da Advocacia da União;

XI - convocar membros das carreiras de Advogado da União e de Procurador da Fazenda Nacional ou integrantes do quadro suplementar de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001, para a prestação de esclarecimentos e a instrução relacionadas com processos em curso no âmbito da Corregedoria-Geral da Advocacia da União;

XII - aprovar pareceres, notas, relatórios, informações e outros trabalhos jurídicos elaborados no âmbito da Corregedoria-Geral da Advocacia da União e submetê-los ao Advogado-Geral da União, se necessário;

XIII - aprovar parecer sobre o desempenho dos membros das carreiras de Advogado da União e de Procurador da Fazenda Nacional e submetê-lo ao Conselho Superior da Advocacia da União;

XIV - expedir instruções, recomendações e orientações normativas relacionadas com a matéria disciplinar;

XV - instaurar sindicâncias, inclusive patrimoniais, e processos administrativos disciplinares contra membros da Advocacia-Geral da União; e

XVI - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Advogado-Geral da União.

**Seção VI**

**Do Procurador-Geral da União**

Art. 45.  Ao Procurador-Geral da Uniãoincumbe:

I - representar a União, nos termos e limites previstos na Lei Complementar nº 73, de 1993, junto aos Tribunais Superiores, ressalvada a competência da Secretaria-Geral de Contencioso;

II - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades da Procuradoria-Geral da União e de suas unidades de execução; e

III - editar normas complementares e praticar os demais atos pertinentes à organização, ao funcionamento dos órgãos subordinados e ao exercício da representação judicial da União em âmbito nacional.

Parágrafo único.  No desempenho de suas atribuições, o Procurador-Geral da União poderá atuar junto a qualquer juízo ou Tribunal nos processos judiciais da competência de quaisquer órgãos da Procuradoria-Geral da União.

**Seção VII**

**Dos demais dirigentes**

Art. 46.  Ao Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União, aos Diretores, ao Secretário, aos Corregedores Auxiliares, ao Subconsultor-Geral da União, aos Consultores da União, ao Secretário-Geral de Administração, ao Secretário Adjunto de Contencioso, ao Subprocurador-Geral da União, aos Procuradores Regionais da União e aos demais dirigentes incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar a execução, acompanhar e avaliar as atividades das unidades que integrem suas respectivas áreas e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas em regimento interno.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47.  Os regimentos internos definirão o detalhamento dos órgãos integrantes da Advocacia-Geral da União, as competências das respectivas unidades, as atribuições de seus dirigentes, a descentralização dos serviços e as áreas de jurisdição dos órgãos descentralizados.

Art. 48.  São órgãos de execução da Advocacia-Geral da União, cujos regimentos internos definirão seu detalhamento:

I - as Procuradorias da União;

II - as Procuradorias Seccionais da União;

III - as Consultorias e Assessorias Jurídicas; e

IV - as Consultorias Jurídicas da União nos Estados e em São José dos Campos.

Parágrafo único.  As Consultorias Jurídicas da União nos Estados correspondem aos Núcleos de Assessoramento Jurídico nas Capitais dos Estados previstos no art. 8º-F da Lei nº 9.028, de 1995.

**ANEXO II**

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO:

| UNIDADE | CARGO/  FUNÇÃO/Nº | DENOMINAÇÃO  CARGO/FUNÇÃO | NE/DAS/FCPE |
| --- | --- | --- | --- |
|  | 3 | Adjunto | DAS 102.6 |
|  | 3 | Assessor Especial | DAS 102.5 |
|  | 1 | Assessor Técnico | FCPE 102.3 |
|  | 1 | Assistente | DAS 102.2 |
|  |  |  |  |
| GABINETE | 1 | Chefe de Gabinete | DAS 101.5 |
|  | 2 | Assessor Técnico | DAS 102.3 |
|  | 1 | Assessor Técnico | FCPE 102.3 |
|  | 1 | Assistente | DAS 102.2 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
| Divisão | 1 | Chefe | DAS 101.2 |
| Serviço | 2 | Chefe | DAS 101.1 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Cerimonial | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| Divisão | 1 | Chefe | DAS 101.2 |
|  |  |  |  |
| Assessoria de Comunicação Social | 1 | Chefe de Assessoria | DAS 101.4 |
|  | 1 | Assessor Técnico | DAS 102.3 |
|  | 1 | Assistente | DAS 102.2 |
|  | 2 | Assistente Técnico | DAS 102.1 |
|  |  |  |  |
| Assessoria para Assuntos Parlamentares | 1 | Chefe de Assessoria | DAS 101.4 |
|  | 2 | Assistente Técnico | DAS 102.1 |
|  |  |  |  |
| Ouvidoria | 1 | Ouvidor | FCPE 101.4 |
|  | 1 | Assistente Técnico | FCPE 102.1 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Planejamento e Governança | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Soluções Jurídico-Tecnológicas | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
| Divisão | 1 | Chefe | FCPE 101.2 |
|  |  |  |  |
| Escritório de Representação do Departamento de Gestão Estratégica | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
|  |  |  |  |
| SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO | 1 | Secretário | FCPE 101.5 |
|  |  |  |  |
| SECRETARIA-GERAL DE CONSULTORIA | 1 | Secretário-Geral | NE |
| Gabinete | 1 | Chefe de Gabinete | FCPE 101.4 |
|  | 1 | Assessor Técnico | DAS 102.3 |
| Serviço | 1 | Chefe | FCPE 101.1 |
|  | 1 | Assistente Técnico | DAS 102.1 |
|  |  |  |  |
| Secretaria do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
| Serviço | 1 | Chefe | FCPE 101.1 |
|  |  |  |  |
| SECRETARIA-GERAL DE CONTENCIOSO | 1 | Secretário-Geral | NE |
|  | 1 | Secretário Adjunto | DAS 101.5 |
| Gabinete | 1 | Chefe de Gabinete | DAS 101.4 |
| Serviço | 1 | Chefe | DAS 101.1 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Gestão Judicial | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Divisão | 1 | Chefe | DAS 101.2 |
| Divisão | 1 | Chefe | FCPE 101.2 |
| Serviço | 1 | Chefe | FCPE 101.1 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE CONTROLE DIFUSO | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Divisão | 1 | Chefe | FCPE 101.2 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral Jurídica | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Assuntos Federativos | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE CONTROLE CONCENTRADO | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Coordenação-Geral de Ações Relevantes | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO ESTRATÉGICO | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Coordenação-Geral de Atuação Estratégica | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Divisão | 1 | Chefe | FCPE 101.2 |
|  |  |  |  |
| CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO | 1 | Consultor-Geral | NE |
| Gabinete | 1 | Chefe de Gabinete | FCPE 101.4 |
|  | 1 | Assessor Técnico | DAS 102.3 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
| Divisão | 1 | Chefe | DAS 101.2 |
| Serviço | 5 | Chefe | DAS 101.1 |
|  |  |  |  |
| SUBCONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO | 1 | Subconsultor-Geral da União | DAS 101.5 |
|  | 1 | Assistente Técnico | FCPE 102.1 |
|  |  |  |  |
| CONSULTORIA DA UNIÃO | 4 | Consultor da União | DAS 101.5 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE ÓRGÃOS JURÍDICOS | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Coordenação | 2 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE ANÁLISE DE ATOS NORMATIVOS | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS EXTRAJUDICIAIS | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÕES JURÍDICO-ESTRATÉGICAS | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| CÂMARA DE MEDIAÇÃO E DE CONCILIAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Coordenação-Geral de Procedimentos e Estratégias de Mediação | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS INTERNOS | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Coordenação-Geral de Assuntos Administrativos e Pessoal | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 2 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  | 1 | Assistente Técnico | FCPE 102.1 |
|  |  |  |  |
| Consultoria Jurídica da União nos Estados | 26 | Consultor da União no Estado | FCPE 101.4 |
|  |  |  |  |
| Consultoria Jurídica da União em São José dos Campos | 1 | Consultor da União no Município | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| CORREGEDORIA-GERAL DA ADVOCACIA DA UNIÃO | 1 | Corregedor-Geral da Advocacia da União | NE |
| Gabinete | 1 | Chefe de Gabinete | FCPE 101.4 |
| Serviço | 1 | Chefe | DAS 101.1 |
| Serviço | 1 | Chefe | FCPE 101.1 |
|  |  |  |  |
| Subcorregedoria de Apoio a Julgamento Disciplinar | 1 | Subcorregedor | FCPE 101.3 |
| Serviço | 1 | Chefe | DAS 101.1 |
|  |  |  |  |
| Subcorregedoria de Planejamento Correcional | 1 | Subcorregedor | FCPE 101.3 |
|  | 2 | Assistente Técnico | FCPE 102.1 |
| Serviço | 1 | Chefe | DAS 101.1 |
|  |  |  |  |
| Subcorregedoria de Procedimentos Preliminares | 1 | Subcorregedor | FCPE 101.3 |
| Serviço | 1 | Chefe | DAS 101.1 |
|  |  |  |  |
| Subcorregedoria de Medidas Disciplinares | 1 | Subcorregedor | FCPE 101.3 |
|  | 1 | Assistente Técnico | FCPE 102.1 |
| Serviço | 1 | Chefe | FCPE 101.1 |
|  |  |  |  |
| CORREGEDORIAS AUXILIARES | 5 | Corregedor Auxiliar | DAS 101.5 |
| Subcorregedoria | 5 | Subcorregedor Auxiliar | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO | 1 | Procurador-Geral da União | NE |
| Gabinete | 1 | Chefe de Gabinete | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
| Divisão | 1 | Chefe | DAS 101.2 |
| Serviço | 1 | Chefe | DAS 101.1 |
|  |  |  |  |
| SUBPROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO | 1 | Subprocurador-Geral da União | DAS 101.5 |
| Coordenação-Geral de Assuntos Administrativos | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
| Serviço | 1 | Chefe | DAS 101.1 |
| Serviço | 1 | Chefe | FCPE 101.1 |
|  | 1 | Assistente Técnico | FCPE 102.1 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Gestão Estratégica | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
| Serviço | 1 | Chefe | FCPE 101.1 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Gestão Judicial | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Divisão | 1 | Chefe | DAS 101.2 |
|  | 1 | Assistente Técnico | FCPE 102.1 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE NEGOCIAÇÃO, DE ESTUDOS JURÍDICOS E DE DIREITO ELEITORAL | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Serviço | 1 | Chefe | FCPE 101.1 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral Eleitoral e de Estudos Jurídicos | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Negociação | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO E PROBIDADE | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Divisão | 1 | Chefe | FCPE 101.2 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Patrimônio e Meio Ambiente | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Defesa da Probidade | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Recuperação de Ativos | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Serviço | 1 | Chefe | DAS 101.1 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE SERVIÇO PÚBLICO | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Divisão | 1 | Chefe | DAS 101.2 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Direito Econômico, Social e de Infraestrutura | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
| Divisão | 1 | Chefe | FCPE 101.2 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE SERVIDORES E MILITARES | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Divisão | 1 | Chefe | DAS 101.2 |
| Serviço | 1 | Chefe | DAS 101.1 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Servidores e Militares | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Atuação Estratégica | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO TRABALHISTA | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Divisão | 1 | Chefe | DAS 101.2 |
| Serviço | 1 | Chefe | DAS 101.1 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Demandas Judiciais Trabalhistas | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE CÁLCULOS E PERÍCIAS | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Coordenação-Geral de Cálculos e Sistematização Normativa | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
| Divisão | 2 | Chefe | DAS 101.2 |
| Divisão | 1 | Chefe | FCPE 101.2 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Gestão, Planejamento e Desenvolvimento | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| Divisão | 2 | Chefe | FCPE 101.2 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Análises Jurídicas | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
|  |  |  |  |
| PROCURADORIA REGIONAL DA UNIÃO | 5 | Procurador Regional da União | DAS 101.5 |
|  | 5 | Subprocurador Regional da União | FCPE 101.4 |
| Coordenação-Geral Jurídica | 5 | Coordenador-Geral Jurídico | FCPE 101.4 |
| Coordenação-Geral de Ações Estratégicas | 1 | Coordenador-Geral de Ações Estratégicas | FCPE 101.4 |
| Procuradoria da União | 22 | Procurador Chefe da União | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 93 | Coordenador Regional, Procurador Seccional da União, Coordenador | FCPE 101.3 |
| Coordenação | 17 | Coordenador Regional, Coordenador | DAS 101.3 |
| Divisão | 44 | Chefe | FCPE 101.2 |
| Divisão | 59 | Chefe | DAS 101.2 |
| Serviço | 12 | Chefe | FCPE 101.1 |
| Serviço | 21 | Chefe | DAS 101.1 |
|  |  |  |  |
| SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO | 1 | Secretário-Geral | DAS 101.6 |
| Gabinete | 1 | Chefe de Gabinete | DAS 101.4 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Estratégia, Governança e Inovação | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
|  |  |  |  |
| DIRETORIA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 2 | Coordenador | FCPE 101.3[[253]](#footnote-254) |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 2 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 2 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Planejamento Setorial | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Serviços de Tecnologia da Informação | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Estratégia e Soluções | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
|  |  |  |  |
| DIRETORIA DE LOGÍSTICA E GESTÃO DOCUMENTAL | 1 | Diretor | FCPE 101.5 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Logística | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| Coordenação | 2 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Gestão Documental | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| Superintendência de Administração | 4 | Superintendente Regional | FCPE 101.4 |
| Superintendência de Administração | 1 | Superintendente Regional | DAS 101.4 |
|  |  |  |  |
| Coordenação | 4 | Coordenador | DAS 101.3[[254]](#footnote-255) |
| Coordenação | 7 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| ESCOLA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO MINISTRO VICTOR NUNES LEAL | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Ensino | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 2 | Coordenador | FCPE 101.3 |
| Serviço | 1 | Chefe | DAS 101.1 |

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO:

| CÓDIGO | DAS-UNITÁRIO | SITUAÇÃO ATUAL | | SITUAÇÃO NOVA | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| QTD. | VALOR TOTAL | QTD. | VALOR TOTAL |
| NE | 6,41 | 5 | 32,05 | 5 | 32,05 |
| DAS 101.6 | 6,27 | 1 | 6,27 | 1 | 6,27 |
| DAS 101.5 | 5,04 | 34 | 171,36 | 39 | 196,56 |
| DAS 101.4 | 3,84 | 13 | 49,92 | 15 | 57,60 |
| DAS 101.3 | 2,10 | 29 | 60,90 | 32 | 67,20 |
| DAS 101.2 | 1,27 | 70 | 88,90 | 70 | 88,90 |
| DAS 101.1 | 1,00 | 50 | 50,00 | 39 | 39,00 |
|  |  |  |  |  |  |
| DAS 102.6 | 6,27 | 3 | 18,81 | 3 | 18,81 |
| DAS 102.5 | 5,04 | 8 | 40,32 | 3 | 15,12 |
| DAS 102.3 | 2,10 | 5 | 10,50 | 5 | 10,50 |
| DAS 102.2 | 1,27 | 3 | 3,81 | 3 | 3,81 |
| DAS 102.1 | 1,00 | 6 | 6,00 | 5 | 5,00 |
| SUBTOTAL 1 | | 227 | 538,84 | 220 | 540,82 |
| FCPE 101.5 | 3,03 | - | - | 2 | 6,06 |
| FCPE 101.4 | 2,30 | 90 | 207,00 | 94 | 216,20 |
| FCPE 101.3 | 1,26 | 127 | 160,02 | 139 | 175,14 |
| FCPE 101.2 | 0,76 | 61 | 46,36 | 53 | 40,28 |
| FCPE 101.1 | 0,60 | 38 | 22,80 | 20 | 12,00 |
|  |  |  |  |  |  |
| FCPE 102.4 | 2,30 | 2 | 4,60 | - | - |
| FCPE 102.3 | 1,26 | 4 | 5,04 | 2 | 2,52 |
| FCPE 102.1 | 0,60 | 10 | 6,00 | 8 | 4,80 |
| SUBTOTAL 2 | | 332 | 451,82 | 318 | 457,00 |
| TOTAL | | 559 | 990,66 | 538 | 997,82 |

**ANEXO III**

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS E FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE

a) CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DAS:

| CÓDIGO | DAS-UNITÁRIO | DA AGU PARA A SEGES/ME (a) | | DA SEGES/ME PARA A AGU (b) | |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |
| QTD. | VALOR TOTAL | QTD. | VALOR TOTAL |  |
| DAS 101.5 | 5,04 | - | - | 5 | 25,20 |  |
| DAS 101.4 | 3,84 | - | - | 2 | 7,68 |  |
| DAS 101.3 | 2,10 | - | - | 3 | 6,30 |  |
| DAS 101.1 | 1,00 | 11 | 11,00 | - | - |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
| DAS 102.5 | 5,04 | 5 | 25,20 | - | - |  |
| DAS 102.1 | 1,00 | 1 | 1,00 | - | - |  |
| TOTAL | | 17 | 37,20 | 10 | 39,18 |  |
| SALDO DO REMANEJAMENTO (c = b - a) | | | | -7 | 1,98 |  |

b) FCPE:

| CÓDIGO | DAS-UNITÁRIO | DA AGU PARA A SEGES/ME (a) | | DA SEGES/ME PARA A AGU (b) | |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |
| QTD. | VALOR TOTAL | QTD. | VALOR TOTAL |  |
| FCPE 101.5 | 3,03 | - | - | 2 | 6,06 |  |
| FCPE 101.4 | 2,30 | - | - | 4 | 9,20 |  |
| FCPE 101.3 | 1,26 | - | - | 12 | 15,12 |  |
| FCPE 101.2 | 0,76 | 8 | 6,08 | - | - |  |
| FCPE 101.1 | 0,60 | 18 | 10,80 | - | - |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
| FCPE 102.4 | 2,30 | 2 | 4,60 | - | - |  |
| FCPE 102.3 | 1,26 | 2 | 2,52 | - | - |  |
| FCPE 102.1 | 0,60 | 2 | 1,20 | - | - |  |
| TOTAL | | 32 | 25,20 | 18 | 30,38 |  |
| SALDO DO REMANEJAMENTO (c = b - a) | | | | -14 | 5,18 |  |

**ANEXO IV**

CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS E FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE TRANSFORMADOS NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 8º DA LEI Nº 13.346, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

a) CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DAS:

| CÓDIGO | DAS-UNITÁRIO | SITUAÇÃO ATUAL (a) | | SITUAÇÃO NOVA (b) | | DIFERENÇA  (c = b - a) | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| QTD. | VALOR TOTAL | QTD. | VALOR TOTAL | QTD. | VALOR TOTAL |
| DAS-4 | 3,84 | - | - | 2 | 7,68 | 2 | 7,68 |
| DAS-3 | 2,10 | - | - | 2 | 4,20 | 2 | 4,20 |
| DAS-2 | 1,27 | - | - | 2 | 2,54 | 2 | 2,54 |
| DAS-1 | 1,00 | 15 | 15,00 | - | - | -15 | -15,00 |
| TOTAL | | 15 | 15,00 | 6 | 14,42 | -9 | -0,58 |

b) FCPE:

| CÓDIGO | DAS-UNITÁRIO | SITUAÇÃO ATUAL (a) | | SITUAÇÃO NOVA (b) | | DIFERENÇA  (c = b - a) | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| QTD. | VALOR TOTAL | QTD. | VALOR TOTAL | QTD. | VALOR TOTAL |
| FCPE-4 | 2,30 | - | - | 2 | 4,60 | 2 | 4,60 |
| FCPE-3 | 1,26 | - | - | 10 | 12,60 | 10 | 12,60 |
| FCPE-2 | 0,76 | 7 | 5,32 | - | - | -7 | -5,32 |
| FCPE-1 | 0,60 | 20 | 12,00 | - | - | -20 | -12,00 |
| TOTAL | | 27 | 17,32 | 12 | 17,20 | -15 | -0,12 |

**ANEXO V**

SUBSTITUIÇÃO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE E DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS EXTINTOS NO PODER EXECUTIVO FEDERAL NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI Nº 13.346, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

a) FCPE SUBSTITUÍDAS:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| CÓDIGO | DAS-UNITÁRIO | QTD | VALOR TOTAL |
| FCPE 101.5 | 3,03 | 2 | 6,06 |

            b) CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DAS EXTINTOS:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| CÓDIGO | DAS-UNITÁRIO | QTD | VALOR TOTAL |
| DAS-5 | 5,04 | 2 | 10,08 |

**ANEXO VI**

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA PROCURADORIA-GERAL FEDERAL:

| UNIDADE | CARGO/  FUNÇÃO/Nº | DENOMINAÇÃO  CARGO/FUNÇÃO | NE/DAS/FCPE/FG |
| --- | --- | --- | --- |
| PROCURADORIA-GERAL FEDERAL | 1 | Procurador-Geral Federal | NE |
|  |  |  |  |
| SUBPROCURADORIA-GERAL FEDERAL | 1 | Subprocurador-Geral Federal | DAS 101.5 |
| Gabinete da Procuradoria-Geral Federal | 1 | Chefe de Gabinete | FCPE 101.4 |
| Divisão | 3 | Chefe | DAS 101.2 |
| Divisão | 1 | Chefe | FCPE 101.2 |
|  | 1 | Assistente | DAS 102.2 |
|  | 2 | Assistente Técnico | DAS 102.1 |
|  | 9 |  | FG-1 |
|  | 6 |  | FG-2 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Divisão | 4 | Chefe | FCPE 101.2 |
| Serviço | 2 | Chefe | DAS 101.1 |
|  | 1 |  | FG-1 |
|  | 3 |  | FG-2 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| Serviço | 1 | Chefe | FCPE 101.1 |
|  | 1 |  | FG-1 |
|  | 1 |  | FG-2 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Pessoal | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| Divisão | 1 | Chefe | FCPE 101.2 |
| Serviço | 1 | Chefe | FCPE 101.1 |
|  | 2 |  | FG-1 |
|  | 2 |  | FG-2 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Divisão | 1 | Chefe | DAS 101.2 |
|  | 1 |  | FG-1 |
|  | 2 |  | FG-2 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE CONTENCIOSO | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Divisão | 1 | Chefe | FCPE 101.2 |
|  | 1 | Assistente | DAS 102.2 |
|  | 4 |  | FG-1 |
|  | 13 |  | FG-2 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE CONSULTORIA | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
|  | 2 |  | FG-1 |
|  | 1 |  | FG-2 |
|  |  |  |  |
| PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL | 5 | Procurador Regional Federal | DAS 101.5 |
| Procuradoria Federal nos Estados | 22 | Procurador Chefe no Estado | FCPE 101.4 |
| Serviço | 11 | Chefe | DAS 101.1 |
| Serviço | 5 | Chefe | FCPE 101.1 |
|  | 90 | Procurador Seccional Federal, Coordenador, Chefe | FG-1 |
|  | 124 | Chefe | FG-2 |

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA PROCURADORIA-GERAL FEDERAL:

| CÓDIGO | DAS-UNITÁRIO | SITUAÇÃO ATUAL | | SITUAÇÃO NOVA | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| QTD. | VALOR TOTAL | QTD. | VALOR TOTAL |
| NE | 6,41 | 1 | 6,41 | 1 | 6,41 |
| DAS 101.5 | 5,04 | 8 | 40,32 | 8 | 40,32 |
| DAS 101.4 | 3,84 | 2 | 7,68 | 2 | 7,68 |
| DAS 101.2 | 1,27 | 4 | 5,08 | 4 | 5,08 |
| DAS 101.1 | 1,00 | 13 | 13,00 | 13 | 13,00 |
|  |  |  |  |  |  |
| DAS 102.2 | 1,27 | 2 | 2,54 | 2 | 2,54 |
| DAS 102.1 | 1,00 | 2 | 2,00 | 2 | 2,00 |
| SUBTOTAL 1 | | 32 | 77,03 | 32 | 77,03 |
| FCPE 101.4 | 2,30 | 25 | 57,50 | 25 | 57,50 |
| FCPE 101.2 | 0,76 | 7 | 5,32 | 7 | 5,32 |
| FCPE 101.1 | 0,60 | 7 | 4,20 | 7 | 4,20 |
| SUBTOTAL 2 | | 39 | 67,02 | 39 | 67,02 |
| FG-1 | 0,20 | 110 | 22,00 | 110 | 22,00 |
| FG-2 | 0,15 | 152 | 22,80 | 152 | 22,80 |
| SUBTOTAL 3 | | 262 | 44,80 | 262 | 44,80 |
| TOTAL | | 333 | 188,85 | 333 | 188,85 |

ATOS DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

[REFERENTES À PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

E AOS PROCURADORES FEDERAIS]

**SÚMULAS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**

[SOBRE A SÚMULA DA AGU, VER O ATO REGIMENTAL Nº 1, DE 2.7.2008 - D. O. DE 3.7.2008,

QUE DISPÕE SOBRE A EDIÇÃO E A APLICAÇÃO DE SÚMULAS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO]

**CONSOLIDAÇÃO DE 22 DE JANEIRO DE 2021**

A **ADVOGADA-GERAL DA UNIÃO SUBSTITUTA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 43, § 2º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e de acordo com o que consta no Processo Administrativo nº 00692.000204/2017-56, resolve:

Consolidar as Súmulas da Advocacia-Geral da União, em vigor nesta data, de observância obrigatória para os órgãos de Consultoria e de Contencioso da AGU, da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil.

**SÚMULA Nº 1, DE 27 DE JUNHO DE 1997**

Publicada no DOU, Seção 1, de 30/06, 1º/07 e 02/07/1997.

"A decisão judicial que conceder reajustes referentes à URP de abril e maio de 1988 na proporção de 7/30 (sete trinta avos) de 16,19%, incidentes sobre a remuneração do mês de abril e, no mesmo percentual, sobre a do mês de maio, não cumulativos, não será impugnada por recurso."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Decreto-lei nº 2.335, de 12/06/87, Decreto-lei nº 2.425, de 07/04/88.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal RE nº 145183-1/DF, Rel. Min. Marco Aurélio; RE nº 146749-5/DF, Min. Paulo Brossard, (Tribunal Pleno).

**SÚMULA Nº 2, DE 27 DE AGOSTO DE 1997(\*)**

(\*) Revogada pelo Ato de 19 de julho de 2004, publicado no DOU, Seção 1, de 26, 27 e 28/07/2004.

**SÚMULA Nº 3, DE 5 DE ABRIL DE 2000(\*)**

(\*) Revogada pelo Ato de 19 de julho de 2004, publicado no DOU, Seção 1, de 26, 27 e 28/07/2004.

Sobre a matéria, em vigor a Instrução Normativa nº 3, de 19/07/2004.

**SÚMULA Nº 4, DE 5 DE ABRIL DE 2000(\*)**

Republicada no DOU, Seção 1, de 26/07, 27/07 e 28/07/2004.

(\*) Redação alterada pelo Ato de 19 de julho de 2004.

"Salvo para defender o seu domínio sobre imóveis que estejam afetados ao uso público federal, a União não reivindicará o domínio de terras situadas dentro dos perímetros dos antigos aldeamentos indígenas de São Miguel e de Guarulhos, localizados no Estado de São Paulo, e desistirá de reivindicações que tenham como objeto referido domínio".

REFERÊNCIAS:

Legislação: Constituições de 1891 (art. 64), de 1934 (arts. 20, 21 e 129), de 1937 (arts. 36 e 37), de 1946 (arts. 34 e 35), de 1967 (arts. 4° e 5°), Emenda Constitucional n° 1, de 1969 (arts. 4° e 5°) e Constituição de 1988 (art. 20); Decreto-lei n° 9.760, de 18/9/1946 (art. 1°) e Medida Provisória n° 2.180-35, de 24/8/2001 (art. 17).

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: Súmula n° 650; RE nº 219983-3/SP, Rel. Min. Marco Aurélio (Plenário). Acórdãos: RE's nos 212251/SP, 226683/SP, 220491/SP, 226601/SP, 219542/SP, 231646/SP, Rel. Min. Ilmar Galvão; RE nº 285098/SP, Rel. Min. Moreira Alves (Primeira Turma); RE's nos 219983/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, 197628/SP, 194929/SP, 170645/SP, 215760/SP, 222152/SP, 209197/SP, Rel. Ministro Maurício Corrêa (Segunda Turma). Superior Tribunal de Justiça: REsp nº 126784/SP, Rel. Ministro Eduardo Ribeiro (Terceira Turma).

**SÚMULA Nº 5, DE 8 DE MARÇO DE 2001(\*)**

(\*) Revogada pelo Ato de 19 de julho de 2004, publicado no DOU, Seção 1, de 26, 27 e 28/07/2004.

Sobre a matéria, em vigor a Instrução Normativa nº 4, de 19/07/2004

**SÚMULA Nº 6, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001(\*)**

Republicada no DOU, Seção 1, de 28/09, 29/09 e 30/09/2005.

(\*) Redação alterada pelo ato de 27 de setembro de 2005.

"A companheira ou companheiro de militar falecido após o advento da Constituição de 1988 faz jus à pensão militar, quando o beneficiário da pensão esteja designado na declaração preenchida em vida pelo contribuinte ou quando o beneficiário comprove a união estável, não afastadas situações anteriores legalmente amparadas."

REFERÊNCIAS:

Legislação: Constituição de 1988 (art. 226); Leis nºs 3.765, de 4.5.1960, e 6.880, de 09/12/1980.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: Acórdãos nos REsp's: 246244-PB, Rel. 228379-RS, 182975-RN Min. Felix Fischer (Quinta Turma); 161979-PE, Rel. Min. Vicente Leal, 181801-CE, Rel. Min. Luiz Vicente Cernicchiaro, 240458-RN, Rel. Min. Fernando Gonçalves, 31185-MG, Rel. Min. Pedro Acioli, 477590-PE, Rel. Min. Vicente Leal, 354424-PE, Rel. Ministro Hélio Quaglia Barbosa (Sexta Turma).

**SÚMULA Nº 7, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001(\*)**

Republicada no DOU, Seção 1, de 02/08, 03/08 e 04/08/2006

(\*) Redação alterada pelo Ato de 1º de agosto de 2006.

"A aposentadoria de servidor público tem natureza de benefício previdenciário e pode ser recebida cumulativamente com a pensão especial prevista no art. 53, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, devida a ex-combatente (no caso de militar, desde que haja sido licenciado do serviço ativo e com isso retornado à vida civil definitivamente - art.1º da Lei nº 5.315, de 12/09/1967)".

REFERÊNCIAS:

Legislação: Constituição de 1988 (art. 53 do ADCT), Lei nº 5.315, de 12.9.1967, e Lei n° 8.059, de 04/07/1990.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: Acórdãos nos RE's 263.911/PE, Rel. Min. Ilmar Galvão, 293.214/RN, 358.231/RJ, Rel. Min. Moreira Alves, e 345.442/PE, Rel. Ministro Sepúlveda Pertence (Primeira Turma); 236.902/RJ, Rel. Min. Néri da Silveira (Segunda Turma).

**SÚMULA Nº 8, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001(\*)**

Republicada no DOU, Seção 1, de 28/09, 29/09 e 30/09/2005

(\*) Redação alterada pelo Ato de 27 de setembro de 2005.

"O direito à pensão de ex-combatente é regido pelas normas legais em vigor à data do evento morte. Tratando-se de reversão do benefício à filha mulher, em razão do falecimento da própria mãe que a vinha recebendo, consideram-se não os preceitos em vigor quando do óbito desta última, mas do primeiro, ou seja, do ex-combatente."

REFERÊNCIAS:

Legislação: Constituição de 1988 (art. 53 do ADCT); Leis nos 3.765, de 4.5.1960, 4.242, de 17.7.1963, e 8.059, de 4.7.1990.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: Mandado de Segurança nº 21707/DF, Rel. Min. Carlos Velloso (Tribunal Pleno). Superior Tribunal de Justiça: REsp nº 492445/RJ, Rel. Min. Felix Fischer (Quinta Turma).

**SÚMULA Nº 9, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001(\*)**

(\*) Revogada pelo Ato de 19 de julho de 2004, publicado no DOU, Seção 1, de 26/07, 27/07 e 28/07/2004.

Sobre a matéria, em vigor a Instrução Normativa nº 5, de 19/07/2004.

**SÚMULA Nº 10, DE 19 DE ABRIL DE 2002(\*)**

Republicada no DOU, Seção 1, de 26/07, 27/07 e 28/07/2004

(\*) Redação alterada pelo Ato AGU de 19 de julho de 2004.

"Não está sujeita a recurso a decisão judicial que entender incabível a remessa necessária nos embargos à execução de título judicial opostos pela Fazenda Pública, ressalvadas aquelas que julgarem a liquidação por arbitramento ou artigo, nas execuções de sentenças ilíquidas."

REFERÊNCIAS:

Legislação: Código de Processo Civil (arts. 475, inciso I, 520, inciso V, e 585, inciso VI); Lei n° 2.770, de 4.5.56 (art. 3°, com a redação dada pela Lei n° 6.071, de 3.7.1974), e Lei n° 9.469, de 10/07/1997 (art. 10).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: EREsp's: 241.875/SC, Rel. Min. Garcia Vieira, nº 258.097/RS, Rel. Min. José Delgado, 233.630/RS, Rel. Min. Felix Fischer, e 226.156-SP, Rel. Min. Hélio Mosimann (Corte Especial); EREsp nº 226.551/PR, Rel. Min. Milton Luiz Pereira (Terceira Seção); REsp nº 223.083/PR, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins (Segunda Turma).

**SÚMULA Nº 11, DE 19 DE ABRIL DE 2002(\*)**

Republicada no DOU, Seção 1, de 26/07, 27/07 e 28/07/2004

(\*) Redação alterada pelo Ato de 19 de julho de 2004.

"A faculdade, prevista no art. 557 do CPC, de se negar seguimento, monocraticamente, a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou dos Tribunais Superiores, alcança também a remessa necessária." (NR)

REFERÊNCIAS:

Legislação: Código de Processo Civil (arts. 475, 496 e 557).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: EREsp 258.881/RS, Rel. Min. Edson Vidigal (Corte Especial); REsp 190.096/DF, Rel. Min. Fernando Gonçalves (Sexta Turma); REsp's nºs 205.342/SP, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros (Primeira Turma); REsp 156.311/BA, Rel. Min. Adhemar Maciel (Segunda Turma).

**SÚMULA Nº 12, DE 19 DE ABRIL DE 2002(\*)**

Republicada no DOU, Seção 1, de 26/07, 27/07 e 28/07/2004

(\*) Redação alterada pelo Ato de 19 de julho de 2004.

"É facultado ao segurado ajuizar ação contra a instituição previdenciária perante o Juízo Federal do seu domicílio ou nas Varas Federais da capital do Estado-membro."

REFERÊNCIAS:

Legislação: Constituição de 1988 (art. 109).

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: RE nº 285.936/RS, Rel. Min. Ellen Gracie (Primeira Turma); RE nº 288.271/RS e AGRGRE nº 288.271/RS, Rel. Min. Nelson Jobim, AGRGRE nº 292.066/RS, Rel. Min. Maurício Corrêa, (Segunda Turma); RE nº 293.246/RS, Rel. Min. Ilmar Galvão (Tribunal Pleno) e Súmula nº 689.

**SÚMULA Nº 13, DE 19 DE ABRIL DE 2002(\*)**

Republicada no DOU, Seção 1, de 08/02, 09/02 e 12/02/2007.

(\*) Redação alterada pelo Ato de 06 de fevereiro de 2007.

"A multa fiscal moratória, por constituir pena administrativa, não se inclui no crédito habilitado em falência regida pela legislação anterior à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005."

REFERÊNCIAS:

Legislação: Lei nº 11.101, de 09/02/2005 (art. 83, VII, e 192), e Decreto nº 6.042, de 12/02/2007 (altera o art. 239, § 9º, do Decreto nº 3.048, de 06/05/1999).

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: Súmula N° 565. Superior Tribunal de Justiça: EREsp 208.107/PR, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins (Primeira Seção); REsp 255.678/SP, 312.534/RS, Rel. Min. Milton Luiz Pereira e AGREsp 422.760/PR, Rel. Min. Francisco Falcão (Primeira Turma); REsp 235.396/SC, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins e 315.912/RS, Rel. Min. Castro Meira, AG 347.496/RS, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins (Segunda Turma).

**SÚMULA Nº 14, DE 19 DE ABRIL DE 2002(\*)**

Republicada no DOU, Seção 1, de 08/02, 09/02 e 12/02/2007.

(\*) Redação alterada pelo Ato de 06 de fevereiro de 2007.

"Aplica-se apenas a taxa SELIC, em substituição à correção monetária e juros, a partir de 1º de janeiro de 1996, nas compensações ou restituições de contribuições previdenciárias."

REFERÊNCIAS:

Legislação: Lei nº 8.212, de 24/07/1991 (art. 89), e Lei nº 9.250, de 26/12/1995 (art. 39).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: EREsp 199.643/SP, Rel. Min. Francisco Falcão (Primeira Seção); REsp 308.176/PR, Rel. Min. Garcia Vieira e 267.847/SC, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros (Primeira Turma); REsp 205.092/SP, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, 414.960/SC, 460.644/SP e 246.962/RS, Rel. Min. Castro Meira, (Segunda Turma).

**SÚMULA Nº 15, DE 16 DE OUTUBRO DE 2002(\*)**

Republicada no DOU, Seção 1, de 20/10, 21/10 e 22/10/2008.

(\*) Redação alterada pelo Ato de 16 de outubro de 2008.

"A suspeita de fraude na concessão de benefício previdenciário não enseja, de plano, a sua suspensão ou cancelamento, mas dependerá de apuração em procedimento administrativo, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: art. 179 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com a redação dada pelos Decretos nºs 4.729, de 09 de junho de 2003 e 5.699, de 13 de fevereiro de 2006.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp's nºs 172.869-SP, Rel. Min. Jorge Scartezzini, 149.205-SP, Rel. Min. Edson Vidigal (Quinta Turma); REsp's nºs: 174.435-SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves; 140.766-PE, Rel. Min. Fernando Gonçalves (Sexta Turma).

**SÚMULA Nº 16, DE 19 DE JUNHO DE 2002(\*)**

Republicada no DOU, Seção 1, de 26/07, 27/07 e 28/07/2004.

(\*) Redação alterada pelo Ato de 19 de julho de 2004.

"O servidor estável investido em cargo público federal, em virtude de habilitação em concurso público, poderá desistir do estágio probatório a que é submetido com apoio no art. 20 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e ser reconduzido ao cargo inacumulável de que foi exonerado, a pedido."

REFERÊNCIAS:

Legislação: Lei n° 8.112, de 20.12.1990 (arts. 20 e 29). Outros: Informações n° AGU/WM11/2002, adotadas pelo Advogado-Geral da União e encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal com a Mensagem n° 471, de 13.6.2002, do Presidente da República.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal - Mandados de Segurança: 22933/DF, Rel. Min. Octavio Gallotti, 23577/DF e 24271/DF Rel. Min. Carlos Velloso (Tribunal Pleno). Superior Tribunal de Justiça: Mandado de Segurança nº 8339/DF, Rel. Min. Hamilton Carvalhido (Terceira Seção).

**SÚMULA Nº 17, DE 19 DE JUNHO DE 2002(\*)**

Republicada no DOU, Seção 1, de 08/02, 09/02 e 12/02/2007.

(\*) Redação alterada pelo Ato de 6 de fevereiro de 2007.

"Suspensa a exigibilidade do crédito pelo parcelamento concedido, sem a exigência de garantia, esta não pode ser imposta como condição para o fornecimento da certidão positiva de débito com efeito de negativa, estando regular o parcelamento da dívida, com o cumprimento, no prazo, das obrigações assumidas pelo contribuinte."

REFERÊNCIA:

Legislação: Código Tributário Nacional (Arts. 205 E 206), e Lei N° 8.212, DE 24.7.1991 (Art. 47).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp 95.889/SP, Rel. Min. Garcia Vieira, AG-REsp, 247.402/PR, Rel. Min. José Delgado e 328.804/SC, Rel. Min. Francisco Falcão (Primeira Turma); REsp 227.306/SC, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, AG 211.251/PR, Rel. Min. Ari Pargendler, 310.429/MG, Rel. Min. Paulo Gallotti, 333.133/SP, Rel. Min. Laurita Vez (Segunda Turma).

**SÚMULA Nº 18, DE 19 DE JUNHO DE 2002**

Publicada no DOU, Seção 1, de 28/06, 1º/07 E 02/07/2002.

"Da decisão judicial que determinar a concessão de Certidão Negativa de Débito (CND), em face da inexistência de crédito tributário constituído, não se interporá recurso."

REFERÊNCIA:

Legislação: Código Tributário Nacional, artigos 205 e 206.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: EREsp's nºs 180.771/PR, Rel. Min. Franciulli Netto e 202.830/RS, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros (Primeira Seção); AGResp nº 303.357/RS, Rel. Min. Francisco Falcão (Primeira Turma); AGREsp nº 255.749/RS, Rel. Min. Eliana Calmon (Segunda Turma).

**SÚMULA Nº 19, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2002(\*)**

(\*) Revogada pelo Ato de 1º de agosto de 2006, publicado no DOU de 02, 03 e 04 de agosto de 2006.

Sobre a matéria, em vigor a Instrução Normativa nº 5, de 1º/08/2006.

**SÚMULA Nº 20, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002(\*)**

(\*) Alterada pela Súmula nº 42, de 31 de outubro de 2008.

**SÚMULA Nº 21, DE 19 DE JULHO DE 2004**

Publicada no DOU, Seção 1, de 20/07; 21/07 e 22/07/2004.

"Os integrantes da Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais têm direito às gratificações previstas no art. 4º da Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, concedidas igualmente aos Policiais Federais."

REFERÊNCIA:

Legislação pertinente: Lei nº 9.266, de 15/03/1996.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: RE 236.089/DF, Rel. Min. Maurício Corrêa e AI nº 222.118/DF, Rel. Min. Marco Aurélio. Superior Tribunal de Justiça - Mandados de Segurança nºs 6.722/DF, Rel. Min. Hamilton Carvalhido; 7.494/DF, Rel. Min. Fontes de Alencar; 6.415/DF, Rel. Min. Fontes de Alencar; e 6.046/DF, Rel. Min. Fernando Gonçalves (Terceira Seção).

**SÚMULA Nº 22, DE 5 DE MAIO DE 2006**

Publicada no DOU, Seção 1, de 10/05; 11/05 e 12/05/2006.

"Não se exigirá prova de escolaridade ou habilitação legal para inscrição em concurso público destinado ao provimento de cargo público, salvo se a exigência decorrer de disposição legal ou, quando for o caso, na segunda etapa de concurso que se realize em duas etapas".

REFERÊNCIAS:

Legislação pertinente: Constituição Federal: arts. 5º, XIII, e 37, I e II; - Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990: arts. 5º, IV, 7º e 11.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: ADI nº 1.188/DF, Rel. Min. Carlos Velloso; ADI nº 1.040, Rel. Min. Néri da Silveira (Tribunal Pleno); RE nº 184.425/RS, Rel. Min. Carlos Velloso (Segunda Turma); RMS nº 22.790/RJ, Rel. Min. Ilmar Galvão; RE's: 423.752/MG e 392.976/MG Rel. Min. Sepúlveda Pertence (Primeira Turma). Superior Tribunal de Justiça: Enunciado 266 da Súmula do STJ; REsp's: 131.340/MG e ED no AgRg no AI nº 397.762/DF Rel. Min. Gilson Dipp; 173.699/RJ e AgRg no Ag nº 110.559-DF, RMS nº 10.764/MG Rel. Min. Edson Vidigal; RMS nº 12.763/TO, REsp's 532.497/SP e 527.560, Rel. Min. Felix Fischer, (Quinta Turma); RMS's: 9.647/MG, Rel. Min. Vicente Leal, 15.221/RR, Rel. Min. Paulo Medina (Sexta Turma); MS's: 6.200/DF, Rel. Min. Vicente Leal; 6.559/DF e 6.855/DF, 6.742/DF, Rel. Min. Hamilton Carvalhido; 6.867/DF, Rel. Min. Edson Vidigal, e 6.479/DF, Rel. Min. Fontes de Alencar (Terceira Seção).

**SÚMULA Nº 23, DE 6 DE OUTUBRO DE 2006**

Publicada no DOU, Seção 1, de 09/10; 10/10 e 11/10/2006.

"É facultado a autor domiciliado em cidade do interior o aforamento de ação contra a União também na sede da respectiva Seção Judiciária (capital do Estado-membro)."

REFERÊNCIAS:

Legislação pertinente: Constituição Federal: arts. 109, § 2º, e 110.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: RE 233.990/RS, AgRg nº RE 364.465/RS (DJ de 15.8.2003), Rel. Min. Maurício Corrêa, RE 451.907/PR, Rel. Min. Marco Aurélio (Segunda Turma); e Decisão monocrática no RE 453.967/RS, Rel. Min. Joaquim Barbosa.

**SÚMULA Nº 24, DE 9 DE JUNHO DE 2008(\*)**

Publicada no DOU, Seção 1, de 10/06; 11/06 e 12/06/2008.

(\*) Mantida, apenas, a jurisprudência dos Tribunais Superiores (art. 2º do Decreto nº 2.346/97).

"É permitida a contagem, como tempo de contribuição, do tempo exercido na condição de aluno-aprendiz referente ao período de aprendizado profissional realizado em escolas técnicas, desde que comprovada a remuneração, mesmo que indireta, à conta do orçamento público e o vínculo empregatício."

REFERÊNCIAS:

Legislação: Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, e Instrução Normativa nº 11, de 20 de setembro de 2006 (Art. 113).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: AgREsp 831.258/RS, Rel. Min. Gilson Dipp, (Quinta Turma; e REsp 336.797/SE, Rel. Min. Hamilton Carvalhido (Sexta Turma); Turma Nacional de Uniformização: PU n. 200335007132220, Súmula 18 (DJ de 07/10/2004)\*.

**SÚMULA Nº 25, DE 9 DE JUNHO DE 2008**

Publicada no DOU, Seção 1, de 10/06; 11/06 e 12/06/2008.

"Será concedido auxílio-doença ao segurado considerado temporariamente incapaz para o trabalho ou sua atividade habitual, de forma total ou parcial, atendidos os demais requisitos legais, entendendo-se por incapacidade parcial aquela que permita sua reabilitação para outras atividades laborais."

REFERÊNCIAS:

Legislação: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Art. 59, caput).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp 699.920/SP, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca (Quinta Turma); REsp 272.270/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, REsp 501.267/SP, Rel. Min. Hamilton Carvalhido (Sexta Turma).

**SÚMULA Nº 26, DE 9 DE JUNHO DE 2008**

Publicada no DOU, Seção 1, de 10/06; 11/06 e 12/06/2008.

"Para a concessão de benefício por incapacidade, não será considerada a perda da qualidade de segurado decorrente da própria moléstia incapacitante."

REFERÊNCIAS:

Legislação: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Arts. 102, §1º, e 15, I).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: AgREsp 721.570/SE, Rel. Min. Gilson Dipp; REsp 956.673/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho (Quinta Turma); AgREsp 529.047/SC, Rel. Min. Hamilton Carvalhido; e REsp 864.906/SP, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura (Sexta Turma).

**SÚMULA Nº 27, DE 9 DE JUNHO DE 2008**

Publicada no DOU, Seção 1, de 10/06; 11/06 e 12/06/2008.

"Para concessão de aposentadoria no RGPS, é permitido o cômputo do tempo de serviço rural exercido anteriormente à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, independente do recolhimento das contribuições sociais respectivas, exceto para efeito de carência."

REFERÊNCIAS:

Legislação: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Art. 55, § 2º).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: EREsp 643.927/SC, Rel. Min. Hamilton Carvalhido; EREsp 576.741/RS, Rel. Min. Hélio Guaglia Barbosa (Terceira Seção). Turma Nacional de Uniformização: PU nº 200372020503266/SC, Súmula 24 (DJ de 10/03/2005).

**SÚMULA Nº 28, DE 9 DE JUNHO DE 2008(\*)**

(\*) Alterada pela Súmula nº 38, de 16 de setembro de 2008.

**SÚMULA Nº 29, DE 9 DE JUNHO DE 2008**

Publicada no DOU, Seção 1, de 10/06; 11/06 e 12/06/2008.

"Atendidas as demais condições legais, considera-se especial, no âmbito do RGPS, a atividade exercida com exposição a ruído superior a 80 decibéis até 05/03/97, superior a 90 decibéis desta data até 18/11/2003, e superior a 85 decibéis a partir de então."

REFERÊNCIAS:

Legislação: Instrução Normativa nº 11, de 20 de setembro de 2006 (Art. 180).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: EREsp 412.351/RS, Min. Rel. Paulo Gallotti e EREsp 441.721/RS, Rel. Min. Laurita Vaz (Terceira Seção). Turma Nacional de Uniformização: PU 200351510120245, Súmula 32 (DJ 04/0/2006).

**SÚMULA Nº 30, DE 9 DE JUNHO DE 2008(\*)**

(\*) Revogada pelo Ato de 31 de janeiro de 2011, publicado no DOU, Seção 1, de 26, 27 e 28/07/2004.

**SÚMULA Nº 31, DE 9 DE JUNHO DE 2008**

Publicada no DOU, Seção 1, de 10/06, 11/06 e 12/06/2008.

"É cabível a expedição de precatório referente a parcela incontroversa, em sede de execução ajuizada em face da Fazenda Pública".

REFERÊNCIAS:

Legislação: Constituição Federal (Art. 100, §§ 1º e 2º). Código de Processo Civil (Art. 739, § 2º).

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: RE 458.110/MG, Rel. Min. Marco Aurélio; REAgR 504.128/PR, Rel. Min. Cármen Lúcia; RE-AgR 511.126/PR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski; RE-AgR 484.770/RS, Rel. Min. Sepúlveda Pertence (Primeira Turma); REAgR 502.009/PR, RE-AgR 607.204/PR, RE-AgR 498.872/RS, Rel. Min. Eros Grau (Segunda Turma); Superior Tribunal de Justiça: EREsp 721.791/RS, Rel. Min. Ari Pargendler (Corte Especial).

**SÚMULA Nº 32, DE 9 DE JUNHO DE 2008**

Publicada no DOU, Seção 1, de 10/06; 11/06 e 12/06/2008.

"Para fins de concessão dos benefícios dispostos nos artigos 39, inciso I e seu parágrafo único, e 143 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, serão considerados como início razoável de prova material documentos públicos e particulares dotados de fé pública, desde que não contenham rasuras ou retificações recentes, nos quais conste expressamente a qualificação do segurado, de seu cônjuge, enquanto casado, ou companheiro, enquanto durar a união estável, ou de seu ascendente, enquanto dependente deste, como rurícola, lavrador ou agricultor, salvo a existência de prova em contrário."

REFERÊNCIAS:

Legislação: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Art. 55, § 3º; Art. 106; e Art. 143, II). Instrução Normativa do INSS n° 11, de 20.09.2006, (Art. 133, §§ 1º, 2º e 3º).

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp 637.437/PB, Rel. Ministra Laurita Vaz (DJ de 13/09/2004), REsp 603.202/RS, Rel. Ministro Jorge Scartezzini (Quinta Turma); REsp 439.647/RS Rel. Ministro Hamilton Carvalhido (Sexta Turma); EAR/SP 719, Rel. Ministro Hélio Quaglia Barbosa (DJ 24/11/2004) e AR 1.166/SP, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, (Terceira Seção).

**SÚMULA Nº 33, DE 16 DE SETEMBRO DE 2008**

Publicada no DOU, Seção 1, de 17/09; 18/09 e 19/09/2008.

"É devida aos servidores públicos federais civis ativos, por ocasião do gozo de férias e licenças, no período compreendido entre outubro/1996 e dezembro/2001, a concessão de auxílio-alimentação, com fulcro no art. 102 da Lei nº 8.112/90, observada a prescrição qüinqüenal".

Legislação Pertinente: art. 102 da Lei nº 8.112/90.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp 745.377/PE e REsp 614.433/RJ, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima; AgRg no REsp 643.236/PE, Rel. Min. Felix Fischer; REsp 577.647/SE, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca (Quinta Turma); REsp 674.565/PE e AgRg no REsp 610.628/PE, Rel. Min. Hamilton Carvalhido; AgRg no REsp 643.938/CE, Rel. Min. Paulo Medina (Sexta Turma).

**SÚMULA Nº 34, DE 16 DE SETEMBRO DE 2008**

Publicada no DOU, Seção 1, de 17/09; 18/09 e 19/09/2008.

"Não estão sujeitos à repetição os valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, em decorrência de errônea ou inadequada interpretação da lei por parte da Administração Pública".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: Resp. nº 643.709/PR e AgRg no REsp nº 711.995, Rel. Min. Felix Fischer; REsp. nº 488.905/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca; AgRg no REsp nº 679.479/RJ, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima (Quinta Turma); RMS nº 18.121/RS, Rel. Min. Paulo Medina; REsp nº 725.118/RJ e AgRg no REsp. nº 597.827/PR Rel. Min. Paulo Gallotti; REsp nº 651.081/RJ, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa (Sexta Turma); MS nº 10.740/DF, Rel. Min. Hamilton Carvalhido (Terceira Seção).

**SÚMULA Nº 35, DE 16 DE SETEMBRO DE 2008**

Publicada no DOU, Seção 1, de 17/09; 18/09 e 19/09/2008.

"O exame psicotécnico a ser aplicado em concurso público deverá observar critérios objetivos, previstos no edital, e estará sujeito a recurso administrativo".

REFERÊNCIAS

Legislação Pertinente: art. 5º, XXXV, e 37, caput e incisos I e II, da Constituição Federal.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: AgRgRE 466.061/RR, Relator Ministro Sepúlveda Pertence; RE 243.926-6/CE, Relator Min. Moreira Alves, DJ 10/08/2000 (Primeira Turma); RE 188.234/DF, Rel. Min. Neri da Silveira; AgAI 318.367/BA, Rel. Min. Celso de Melo; AgAI 660.815/RR, Rel. Min. Eros Grau; AgRgRE 433.921/CE, Relator Min. Carlos Velloso (Segunda Turma). Superior Tribunal de Justiça: AgRg EDcl. No RESP 525.611/DF, Rel. Min. Jane Silva (Desemb. Convocada do TJ/MG); ROMS 17103/SC, Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima (Quinta Turma); AgRg no REsp 335.731/RS, Relator Min. Hélio Quaglia Barbosa; REsp 462.676/RS e ROMS 20480/DF, Relator Min. Paulo Medina (Sexta Turma); MS 9183/DF Rel. Min. Jane Silva (Desemb. Convocada do TJ/MG) (Terceira Seção).

**SÚMULA Nº 36, DE 16 DE SETEMBRO DE 2008**

Publicada no DOU, Seção 1, de 17/09; 18/09 e 19/09/2008.

"O ex-combatente que tenha efetivamente participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, nos termos da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, tem direito à assistência médica e hospitalar gratuita, extensiva aos dependentes, prestada pelas Organizações Militares de Saúde, nos termos do artigo 53, IV, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: art. 53, IV, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: RE 417.871-AgR/RJ e 421.197-AgR/RJ, Rel. Min. Cezar Peluso (Primeira Turma); RE 414.256-AgR/PE, Rel. Min. Carlos Velloso (Segunda Turma).

**SÚMULA Nº 37, DE 16 DE SETEMBRO DE 2008**

Publicada no DOU, Seção 1, de 17/09; 18/09 e 19/09/2008.

"Incidem juros de mora sobre débitos trabalhistas dos órgãos e entidades sucedidos pela União, que não estejam sujeitos ao regime de intervenção e liquidação extrajudicial previsto pela Lei nº 6.024/74, ou cuja liquidação não tenha sido decretada por iniciativa do Banco Central do Brasil".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: artigo 18, alínea "d", da Lei nº 6.024/74.

Jurisprudência: Tribunal Superior do Trabalho: TST-AIRR-721.280/2001.9, Rel. Min. Guilherme Augusto Caputo Bastos (Primeira Turma); TST-AIRR-6689100-24.2002.5.04.0900, Rel. Min. Carlos Alberto Reis de Paula (Terceira Turma); TST-AIRR176840-51.1990.5.01.0036. Rel. Juiz Convocado: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho; AIRR e RR - 5023600-39.2002.5.09.0900, Rel. Min. Maria de Assis Calsing (Quarta Turma); E-RR-345325-48/1997.3, Rel. Min. Rider de Brito (Quinta Turma); ERR495383/1998, Rel. Min. Carlos Alberto Reis de Paula; E-RR-17472/2002-900-09-00.6, Rel. Min. José Luciano de Castilho Pereira (Subseção I Especializada em Dissídios Individuais), Orientação Jurisprudencial Transitória nº 10 (SBDI-1); TST-RXOFAR-98017/2003-900-1100.3, Rel. Min. Barros Levenhagen (SBDI-2).

**SÚMULA Nº 38, DE 16 DE SETEMBRO DE 2008**

Publicada no DOU, Seção 1, de 17/09; 18/09 e 19/09/2008.

"Incide a correção monetária sobre as parcelas em atraso não prescritas, relativas aos débitos de natureza alimentar, assim como aos benefícios previdenciários, desde o momento em que passaram a ser devidos, mesmo que em período anterior ao ajuizamento de ação judicial."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Lei nº 6.899, de 08 de abril de 1981

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp 529708 / RS e REsp 734261 / RJ, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima (Quinta Turma); REsp 226907 / ES, Rel. Min. Fernando Gonçalves (Sexta Turma); EREsp 102622 / SP, Rel. Min. Felix Fischer; AR 708 / PR, Rel. Min. Paulo Gallotti; AR 693/PR, Rel. Min. Gilson Dipp ( Terceira Seção); EREsp 92867 / PE, Rel. Min. Edson Vidigal e EREsp 96177/PE, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins (Corte Especial).

**SÚMULA Nº 39, DE 16 DE SETEMBRO DE 2008**

Publicada no DOU, Seção 1, de 17/09; 18/09 e 19/09/2008.

"São devidos honorários advocatícios nas execuções, não embargadas, contra a Fazenda Pública, de obrigações definidas em lei como de pequeno valor (art. 100, § 3º, da Constituição Federal)."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: art. 100, § 3º, da Constituição da República; art. 1º-D da Lei nº 9.494/1997.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: RE-AgR 402079/RS e RE-AgR 412134, Rel. Min. Eros Grau; RE-AgR 480958/RS, Rel. Min. Carlos Britto (Primeira Turma); RE-AgR 412891/SC, Rel. Min. Ellen Gracie; RE-AgR 483257/RS, Rel. Min. Joaquim Barbosa; 23/06/2006); RE-AgR 490560/RS e REAgR 501480/RS, Rel. Min. Eros Grau (Segunda Turma); RE 420816/PR, Rel. para o Acórdão Min. Sepúlveda Pertence; RE-ED 420816/PR, Rel. Min. Sepúlveda Pertence (Tribunal Pleno). Superior Tribunal de Justiça: EREsp 653270/RS, Rel. Min. José Delgado; EREsp 659629/RS, Rel. Min. Fernando Gonçalves; EREsp 720452/SC, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins (Corte Especial).

**SÚMULA Nº 40, DE 16 DE SETEMBRO DE 2008**

Publicada no DOU, Seção 1, de 17/09; 18/09 e 19/09/2008.

"Os servidores públicos federais, quando se tratar de aposentadoria concedida na vigência do Regime Jurídico Único, têm direito à percepção simultânea do benefício denominado 'quintos', previsto no art. 62, § 2º, da Lei nº 8.112/1990, com o regime estabelecido no art. 192 do mesmo diploma."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: arts. 62, § 2º e 192 da Lei nº 8.112, de 11 de setembro de 1990.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp 577.259/PE, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima; REsp 586.826/RS, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca; REsp 516.489/RN, Rel. Min. Felix Fischer (Quinta Turma); REsp 380.121/RS, Rel. Min. Fernando Gonçalves; REsp 194.217/PE, Rel. Min. Vicente Leal (Sexta Turma). MS 8.788/DF, Rel. Min. Paulo Gallotti; MS 9.067/DF, Rel. Min. Paulo Medina (Terceira Seção).

**SÚMULA Nº 41, DE 8 DE OUTUBRO DE 2008(\*)**

(\*) Redação alterada pela Súmula 85, de 24 de julho de 2020, publicada no DOU, Seção 1, de 27/07, 28/07 e 29/07/2020.

**SÚMULA Nº 42, DE 31 DE OUTUBRO DE 2008**

Publicada no DOU, Seção 1, de 31/10; 03/11 e 04/11/2008.

I - A Súmula 20, da Advocacia-Geral da União, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Os servidores administrativos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União têm direito ao percentual de 11,98%, relativo à conversão de seus vencimentos em URV, por se tratar de simples recomposição estipendiária, que deixou de ser aplicada na interpretação das Medidas Provisórias nºs 434/94, 457/94 e 482/94."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Art. 168 da Constituição Federal, art. 22 da Medida Provisória nº 482/94, convertida na Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: RE-AgR 529.559-1/MA, Rel. Min. Ricardo Lewandowski (Primeira Turma); AgR-RE's 394.770-2/SC, Rel. Min. Ellen Gracie; 416.9401/RN, Rel. Min. Joaquim Barbosa; 440.171-2/SC, Rel. Min. Ayres Britto; RE-AgRAI 482.126-1/SP, Rel. Min. Gilmar Mendes (Segunda Turma). ADIMC 2321/DF e 2323/DF, Rel. Min. Celso de Mello (Tribunal Pleno);

(\*) O Ministro-relator das ADI's 2321 e 2323, Celso de Mello, explicitou que as tabelas de vencimentos dos servidores administrativos do Poder Judiciário, constante do Anexo III da Lei 9.421/1996, continham valores relativos à AGOSTO/95, aos quais não havia sido aplicado o percentual de 11,98%, por erro de cálculo na conversão da URV. Igual falha ocorreu em relação às tabelas dos servidores do Ministério Público Federal, que reproduziam valores de AGOSTO/95, conforme Anexo IV, da Lei nº 9.953/2000. Os 11,98% desaparecem, portanto, com a reestruturação das carreiras dos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público, a partir das Leis nºs 10.475, de 27 de junho de 2002, e 10.476, de 27 de junho de 2002.

**SÚMULA Nº 43, DE 30 DE JULHO DE 2009**

Publicada no DOU, Seção 1, de 31/07; 03/08 e 04/08/2009.

"Os servidores públicos inativos e pensionistas, com benefícios anteriores à edição da Lei nº 10.404/2002, têm direito ao pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA nos valores correspondentes a:

(i) 37,5 (trinta e sete vírgula cinco) pontos no período de fevereiro a maio de 2002 (art. 6º da Lei nº 10.404/2002 e Decreto n° 4.247/2002);

(ii) 10 (dez) pontos, no período de junho de 2002 até a conclusão dos efeitos do último ciclo de avaliação a que se refere o art. 1º da Medida Provisória nº 198/2004 (art. 5º, parágrafo único, da Lei nº 10.404/2002, art. 1º da Lei nº 10.971/2004 e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003); e

(iii) 60 (sessenta) pontos, a partir do último ciclo de avaliação de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 198/2004 até a edição da Lei nº 11.357, de 16 de outubro de 2006."

REFERÊNCIAS: Legislação Pertinente: art. 40, § 8º, da Constituição da República; art. 5º e 6º, parágrafo único da Lei nº 10.404/2002; art. 1º da Lei nº 10.971/2004; Lei nº 11.357/2006; art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: RE 476.279/DF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence (DJ de 15/06/2007); RE 476.390/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes (Tribunal Pleno).

**SÚMULA Nº 44, DE 14 DE SETEMBRO DE 2009(\*)**

Publicada no DOU, Seção 1, de 15/09; 16/09 e 17/09/2009.

(\*) Alterada pela Súmula nº 65, de 05 de Julho de 2012.

**SÚMULA Nº 45, DE 14 DE SETEMBRO DE 2009**

Publicada no DOU, Seção 1, de 15/09; 16/09 e 17/09/2009.

"Os benefícios inerentes à Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência devem ser estendidos ao portador de visão monocular, que possui direito de concorrer, em concurso público, à vaga reservada aos deficientes."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal de 1988; Art. 5º, § 2º, da Lei nº 8.112/90; Lei nº 7.853/89; Art. 4º inciso III, do Decreto nº 3.298/99, com a redação dada pelo 5.296/2004.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: ROMS nº 26.071-1/DF, relator Ministro Ayres Britto (Primeira Turma); Superior Tribunal de Justiça: RMS nº 19.257-DF, relator Ministro Arnaldo Esteves de Lima (Quinta Turma); AgRg no Mandado de Segurança nº 20.190-DF, relator Ministro Hamilton Carvalhido (Sexta Turma); Súmula nº 377, de 22/04/2009, DJe, de 05/05/2009 (Terceira Seção).

**SÚMULA Nº 46, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**

Publicada no DOU, Seção 1, de 24/09; 25/09 e 28/09/2009.

"Será liberada da restrição decorrente da inscrição do município no SIAFI ou CADIN a prefeitura administrada pelo prefeito que sucedeu o administrador faltoso, quando tomadas todas as providências objetivando o ressarcimento ao erário."

Legislação Pertinente: Art. 5º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa nº 01/1997.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: AgReg no RESP nº 756.480-DF, relator Ministro Luiz Fux, AgRg no AI nº 1.123.467-DF, relatora Ministra Denise Arruda; RESP nº 1.054.824-MT, Relator Ministro Teori Albino Zavascki (Primeira Turma); REsp 's nº 870.733-DF e nº 1079.745-DF, Relatora Ministra Eliana Calmon; AgRg no AI nº 1.065.778-AM, Relator Ministro Herman Benjamin (Segunda Turma); MS nº 11.496-DF, relator Ministro Luiz Fux (Primeira Seção).

**SÚMULA Nº 47, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**

Publicada no DOU, Seção 1, de 24/09; 25/09 e 28/09/2009.

"Os militares beneficiados com reajustes menores que o percentual de 28,86%, concedido pelas Leis n° 8.622/93 e 8.627/93, têm direito ao recebimento da respectiva diferença, observada a limitação temporal decorrente da MP n° 2.131/2000, bem assim as matérias processuais referidas no § 3º do art. 6º do Ato Regimental nº 1/2008."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Lei nº 8.622, de 19.01.1993; Lei 8.627, de 19.02.1993; MP nº 2.131, de 28 de dezembro de 2000.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: AgRgRE 398.778-0/BA, Rel. Ministro Sydney Sanches (Primeira Turma), AgRgRE 444.505-1/RJ, Rel. Ministro Carlos Velloso, AgRgRE 291.701-0/SP, Rel. Min. Maurício Corrêa (Segunda Turma); Superior Tribunal de Justiça: REsp 's nºs 839.278/PR, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, 940.141/RS, Rel. Min. Jorge Mussi, 967.421/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho (Quinta Turma); REsp' 835.761/RS e REsp 990.284, Rel. Maria Thereza de Assis Moura, AgRgREsp 905.135/RS, Rel. Carlos Fernando Mathias (Juiz Federal Convocado TRF 1ª Região), AgRgAI 706.118/SC, Rel. Min. Paulo Medina (Sexta Turma).

**SÚMULA Nº 48, DE 9 DE OUTUBRO DE 2009(\*)**

**(\*)** Alterada pela Súmula nº 56, publicada no DOU, Seção 1, de 08/07; 11/07 e 12/07/2011.

**SÚMULA Nº 49, DE 20 DE ABRIL DE 2010.**

Publicada no DOU, Seção 1, de 20/04/2010.

"A regra de transição que estabelece o percentual de 80% do valor máximo da GDPGTAS, a ser pago aos servidores ativos, deve ser estendida aos servidores inativos e pensionistas, até a regulamentação da mencionada gratificação."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: EC nº 41/2003, art. 7º; Lei nº 11.357/2006, art. 7º, § 7º.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: MS 12.215 / DF, Relator Ministro Felix Fischer (Terceira Seção). Supremo Tribunal Federal: Ag Reg no AI 715.549, Relatora Ministra Cármen Lúcia (Primeira Turma); Ag Reg no RE 585.230 / PE, Relator Ministro Celso de Mello, Ag Reg no RE 591.303/ SE, Relator Ministro Eros Grau (Segunda Turma).

**SÚMULA Nº 50, 13 DE AGOSTO DE 2010**

Publicada no DOU, Seção 1, de 16/08, 17/08 e 18/08/2010.

"Não se atribui ao agente marítimo a responsabilidade por infrações sanitárias ou administrativas praticadas no interior das embarcações."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Art. 6º e art. 8º, § 8º, ambos da Lei nº 9.782/99; Resolução RDC nº 17, de 21 de novembro de 2001; arts.3º e 10, inciso XXIII, da Lei n° 6.437/77.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: AgRg no REsp n° 719.446/RS, Relatora Ministra Denise Arruda; AgRg no REsp n° 1.042.703/ES, Relator Ministro Benedito Gonçalves; REsp n° 826.637/RS, Relator Ministro Francisco Falcão; AgRg no AI n° 1.039.595, Relatora Ministra Denise Arruda (Primeira Turma); REsp n° 665.950/PE, Relator Ministro Franciulli Netto; REsp n° 731.226/PE, Relatora Ministra Eliana Calmon; AgRg no REsp n° 1.058.368/RS, Relator Ministro Castro Meira; AgRg no REsp n° 981.545/SP, Relator Ministro Herman Benjamin; AgRg no REsp n° 1.165.103/PR, Relator Ministro Castro Meira (Segunda Turma).

**SÚMULA Nº 51, 26 DE AGOSTO DE 2010**

Publicada no DOU, Seção 1, de 27/08, 30/08 e 31/08/2010.

"A falta de prévia designação da (o) companheira (o) como beneficiária (o) da pensão vitalícia de que trata o art. 217, inciso I, alínea "c", da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, não impede a concessão desse benefício, se a união estável restar devidamente comprovada por meios idôneos de prova."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Constituição Federal art. 226, § 3º; Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 217, inciso I, alínea "c".

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp 176.405/RS e 397.134/RN, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca; REsp's nºs 240.209/PE e 236.980/RN, Relator Ministro Edson Vidigal; REsp's 396.853/RS, 413.956/SC e 443.055/PE, Relator Ministro Felix Fischer (Quinta Turma); REsp's 254.673/RN e 311.826/PE, Relator Ministro Vicente Leal; AgRg no REsp 1.041.302/RS, Relator Ministro Og Fernandes (Sexta Turma); MS 8.153/DF, Relator Ministro Felix Fischer (Terceira Seção).

**SÚMULA Nº 52, DE 3 DE SETEMBRO DE 2010**

Publicada no DOU, Seção 1, de 09/09, 10/09 e 13/09/2010.

"É cabível a utilização de embargos de terceiros fundados na posse decorrente do compromisso de compra e venda, mesmo que desprovido de registros."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Artigo 167, item 25, artigo 169 e artigo 172 da Lei o· 6.015/73 (Lei de Registros Públicos), artigo 1.245, § 1· do Código Civil em vigor, artigo 530, I do Código Civil de 1.916 e artigo 267, Vl, artigo 593, 11 e artigo 1.046 do Código de Processo Civil de 1.973.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: REsp 848.070/GO e REsp 638.664/PR, Rel. Ministro Luiz Fux; REsp 35.815/SP, Rel. Ministro Garcia Vieira (Primeira Turma); REsp 775.425/PB, Rel. Ministro Castro Meira (Segunda Turma). Supremo Tribunal Federal: RE 119937/SP, Rel. Min. Sydney Sanches, (Primeira Turma).

**SÚMULA Nº 53, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010**

Publicada no DOU, Seção 1, de 11/11/2010.

"O acordo ou a transação realizada entre o servidor e o Poder Público sobre o percentual de 28,86%, sem a participação do advogado do autor, não afasta o direito aos honorários advocatícios na ação judicial."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, arts. 23 e 24, § 4º e Lei 8.622/93.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça: AgRgEDcl no REsp 850313/PA, Relator Ministro Arnaldo Esteves de Lima, AgRg no Ag 814736/MG, Relatora Ministra Laurita Vaz, AgRg no REsp 797108/DF, Relator Ministro Felix Fischer (Quinta Turma); AgRg no REsp 1121368/RS, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura; AgRg no REsp 826078/RS Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, AgRg no Ag 908407/DF, Relator Ministro Og Fernandes; AgRg no REsp 477002/PR, Relator Ministro Paulo Gallotti, AgRg no REsp 837072/MG, Relator Ministro Carlos Fernando Mathias (juiz convocado do TRF 1ª Região), AgRg no Ag 584458/MG, Relator o Ministro Nilson Naves (Sexta Turma); EREsp 542166/SC, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura (Terceira Seção);

**SÚMULA Nº 54, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010**

Publicada no DOU, Seção 1, de 11/11/2010.

"A indenização de campo, criada pelo artigo 16 da Lei nº 8.216/91, deve ser reajustada na mesma data e no mesmo percentual de revisão dos valores das diárias, de modo que corresponda sempre ao percentual de 46,87% das diárias"

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Lei nº 8.270/91, art. 15; Lei nº 8.216/191, art. 16.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - REsp 690309/PB e Decl. no REsp 603.010/PB, Rel. Ministro Gilson Dipp Resp. 844780/PB, Rel. Min. Felix Fischer; Ag. 1241346/GO, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima; Ag. 1237360/BA, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho; Ag. 1214830/BA, Rel. Min. Laurita Vaz; Ag. 1241323/BA, Rel. Min. Jorge Mussi; (Quinta Turma); REsp. 726962/RN, Rel. Min. Nilson Naves; Ag. 1242401/PA, Rel. Min. Og Fernandes; AI 887307/BA, Rel. Min. Paulo Gallotti; Ag.1241555/AP, Rel. Min. Haroldo Rodrigues (Desembargador Convocado) (Sexta Turma); AgRg na Pet 7.148/GO, Rel. Ministro Arnaldo Esteves de Lima (Terceira Seção); Supremo Tribunal Federal - AI 715139 AgR/ES, Rel. Min. Cármen Lúcia; AI 722306 AgR/ES, Rel. Min. Ricardo Lewandowski (Primeira Turma); AI 743681 RG/BA, Rel. Min. Cezar Peluso (Plenário virtual).

**SÚMULA Nº 55, DE 29 DE JUNHO DE 2011.**

Publicada no DOU, Seção 1, de 1/07/, 04/07 e 05/07/2011.

"A não observância do prazo estabelecido na Instrução Normativa n. 06/2002 para o recadastramento do criador amadorista de passeriforme não inviabilizará a efetivação do ato pelo IBAMA, desde que preenchidos os demais requisitos legais."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Art. 225, § 1º, inciso VII, da CF/1988; Artigo 6º, inciso IV, da Lei 6.938/81; Arts. 7º, 8º, "b", 9º, 10, "j", da Lei 5.197/67; Portaria nº 57/96 do IBAMA; Arts. 1º, § 1º, 2º, §§ 1º e 2º, 3º, 5º e 16 da IN-IBAMA nº 06/2002.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal: AgReg no RE 573.384-0/MG, Relator Ministro Ricardo Lewandowski (Primeira Turma); RE 529.849 / MG, Rel. Min. Cármen Lúcia; RE 559.956 / MG, Rel. Min. Ayres Britto. Superior Tribunal de Justiça: REsp's 890.033-MG e 965.644-MG, Rel. Min. Denise Arruda (Primeira Turma); REsp. 972.979-MG, Rel. Ministro Humberto Martins; REsp. 860.615-DF, Rel. Min. Eliana Calmon; AgRg no AI nº 1.020.022-MG, Relator Ministro Herman Benjamin. (Segunda Turma)

**SÚMULA Nº 56, DE 7 DE JULHO DE 2011**

Publicada no DOU, Seção 1, de 08/07, 11/07 e 12/07/2011.

Alterar a Súmula nº 48, da Advocacia-Geral da União, publicada nos dias 09, 14 e 15 de outubro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Para fins de concessão do reajuste de 28,86%, a incidência da correção monetária é devida a partir da data em que deveria ter sido efetuado o pagamento administrativo de cada parcela, previsto na MP 2.169/2001, ou judicial, nos termos do art. 1º da Lei 6.899/81, observado o disposto no artigo 6º e §§ do Ato Regimental nº 1/2008- AGU c/c os artigos 1º e 6º do Decreto nº 20.910/32."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Lei nº 6.899/81; Lei nº 8.622/93; Lei nº 8.627/93; MP 2.131/2000; MP 2.16943/2001; Decreto nº 20.910/32.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - REsp 967.421/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, REsp. 508.093/RS, Rel. Min. Laurita Vaz (Quinta Turma); AgRg no AI nº 395.462/RJ, Rel. Ministro Fernando Gonçalves; AgR-Ag 756.888/RS, Rel. Min. Carlos Fernando Mathias, REsp 835.761/RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura (Sexta Turma); REsp 990.284/RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura (Terceira Seção).

**SÚMULA Nº 57, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011**

Publicada no DOU, Seção 1, de 09/12, 12/12 e 13/12/2011.

"São devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Lei nº 9.494/97, art. 1º-D; Medida Provisória nº 2.180-35/2001; CPC, art. 20, § 4º, art. 730; CF, art. 97 e art.100.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - AgRg no REsp 1232068/PR, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho (Primeira Turma); REsp 1242580/RS, Rel. Ministro Castro Meira (Segunda Turma); AgRg no REsp 1117028/RS, Rel. Ministro Gilson Dipp (Quinta Turma); AgRg no REsp 693525/SC, Rel. Ministro Paulo Galotti; REsp. 654312/RS, Rel. Min. Hamilton Carvalhido; AgRg no REsp 720033/RS, Rel. Ministro Paulo Medina (Sexta Turma); EREsp. 653270/RS, Rel. Min. José Delgado; EREsp. 691563/RS, Rel. Min. Ari Pargendler; EREsp. 721810/RS, Rel. Min. José Delgado (Corte Especial). Supremo Tribunal Federal - RE 599.903/RS, Rel. Min. Cármen Lúcia (Tribunal Pleno).

**SÚMULA Nº 58, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011**

Publicada no DOU, Seção 1, de 09/12, 12/12 e 13/12/2011.

"O percentual de 28,86% deve incidir sobre o vencimento básico dos servidores públicos civis ou do soldo, no caso dos militares, bem como sobre as parcelas que não possuam como base de cálculo o próprio vencimento, observada a limitação temporal decorrente da MP nº 2.131/2000 e as disposições da MP 2.169-43/2001, bem assim as matérias processuais referidas no § 3º do art. 6º do Ato Regimental nº 1/2008".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Medida Provisória nº 2.131, de 28 de dezembro de 2000, Medida Provisória nº 2.169-43, de 24 de agosto de 2001.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - AgRg no RESP nº 1.187.568-DF, Rel. Min. Humberto Martins (Segunda Turma); AgRg no RESP nº 1.023.832-RS, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima e EmDcl no Recurso Especial nº 957.413-PR, Rel. Min. Laurita Vaz (Quinta Turma); AgRg no RESP nº 959.248-RS, Rel. Min. Nilson Naves (Sexta Turma); RESP nº 990.284-RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura (Terceira Seção).

**SÚMULA Nº 59, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011**

Publicada no DOU, Seção 1, de 09/12, 12/12 e 13/12/2011.

"O prazo prescricional para propositura da ação executiva contra a Fazenda Pública é o mesmo da ação de conhecimento".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: CTN, art. 168 e art. 169; Decreto nº 20.910/32, art. 1º, art. 4º e art. 9º.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - Primeira Turma: AgRg no Ag 1361333/PI, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido; Segunda Turma: AgRg no Ag 1330239/RS, Rel. Ministro Hermann Benjamin; e Terceira Seção: AgRg nos EmbExeMS 4565/DF, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho. Supremo Tribunal Federal - Primeira Turma: RE 632535 AgR/PE, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJ de3 16.05.2011; Segunda Turma: RE 131140/SP, Rel. Min. Carlos Velloso; e Plenário: ACO 408 Embargos à Execução-AgR/SP, Rel. Min. Marco Aurélio.

**SÚMULA Nº 60, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011**

Publicada no DOU, Seção 1, de 09/12/, 12/12 e 13/12/2011.

"Não há incidência de contribuição previdenciária sobre o vale transporte pago em pecúnia, considerando o caráter indenizatório da verba".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: CF, artigos 5º, II, 7º, IV, XXVI, 150, I, 195, I, "a", 201, § 11; Lei nº 7.418/85, artigo 2º; Lei nº 8.212/91, artigo 28, I e 9º, "f"; Decreto nº 95.247/87, artigos 5º e 6º; Decreto nº 3.048/99, artigo 214, § 10.

Jurisprudência: Tribunal Superior do Trabalho - TST-AIRR-234140-44.2004.5.01.0241, Rel. Min. Vieira de Mello Filho (Primeira Turma); TST-RR-95840-79.2007.5.03.0035, Rel. Min. Renato de Lacerda Paiva (Segunda Turma); TST-AIRR-76040-07.2006.5.15.0087, Rel. Min. Alberto Luiz Bersciani de Fontan Pereira (Terceira Turma); TST-RR-89300-12.2006.5.15.0004, Rel. Min. Maria de Assis Calsing (Quarta Turma); AIRR- 35340-21.2008.5.03.0097, Rel. Min. João Batista Brito Pereira (Quinta Turma); TST-RR-1610063.2006.5.15.0006, Rel. Min. Augusto César Leite de Carvalho (Sexta Turma); TST-RR131200-26.2004.5.15.0042, Rel. Min. Pedro Paulo Manus (Sétima Turma); TST-RR-430057.2008.5.04.0561, Rel. Min. Carlos Alberto Reis de Paula; e SESBDI-1: TST-ERR1302/2003-383-02-00.7, Rel. Min. Vieira de Mello Filho (Oitava Turma). Superior Tribunal de Justiça - REsp 1180562/RJ, Rel. Ministro Castro Meira (Segunda Turma); EREsp 816.829/RJ, Rel. Ministro Castro Meira, (Primeira Seção). Supremo Tribunal Federal - RE 478410/SP, Rel. Min. Eros Grau (Tribunal Pleno).

**SÚMULA Nº 61, DE 30 DE MARÇO DE 2012**

Publicada no DOU, Seção 1, de 04/04, 05/04 e 09/04/2012.

"É cabível a inclusão de expurgos inflacionários, antes da homologação da conta, nos cálculos, para fins de execução da sentença, quando não fixados os índices de correção monetária no processo de conhecimento".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: art. 1.062 do Código Civil de 1916; art. 167, parágrafo único, do Código Tributário Nacional; art. 3º do Decreto-lei nº 2.322/87, 1º-F da Lei nº 9494/97, e a Lei 9.250/95.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - REsp 962973 / PR, Relator Ministro Teori Albino Zzavascki, DJ 04/10/2007 (Primeira Turma); AgRg no Ag 415430 / DF, Relator Ministro Edson Vidigal, DJ 22/04/2002, (Quinta Turma); REsp 475173 / RJ, Relator Ministro Hamilton Carvalhido, DJ 10/05/2004, (Sexta Turma); AgRg no EREsp 440.727-MG, Relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 08/02/2010; AgRg nos EREsp 438.303-MG, Relator Ministro Arnaldo Esteves de Lima, DJ de 22/10/2007; AgRg nos EREsp 566.665-AL, Relator Ministro Francisco Peçanha Martins, DJ de 04/04/2005; AgRg nos EREsp 365.468-DF, Relator Ministro Hamilton Carvalhido, DJ de 13/12/2004; EAg 538602, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, DJ de 27/09/2004; AgRg nos EAg 517.111/DF, Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ de 09/09/2004 (Corte Especial.)

**SÚMULA Nº 62, DE 26 DE ABRIL DE 2012**

Publicada no DOU, Seção 1, de 27/04, 30/04 e 02/05/2012.

"Não havendo no processo relativo à multa de trânsito a notificação do infrator da norma, para lhe facultar, no prazo de trinta dias, o exercício do contraditório e da ampla defesa, opera-se a decadência do direito de punir para os órgãos da União, impossibilitado o reinício do procedimento administrativo".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997), artigos 280 a 282; e Resolução nº 149, de 19 de setembro de 2003, do Conselho Nacional de Trânsito.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - Primeira Seção: Emb. Div. no Recurso Especial 660.447-RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJ de 29/09/2010; Emb. Div. no Recurso Especial 711.965-RS, relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 16/04/2007; Emb. Div. no Recurso Especial 803.487-RS, relator Ministro José Delgado, DJ de 06/11/2006; Emb. Div. no Recurso Especial 856.086-RS, relator Ministro José Delgado, DJe de 03/03/2008; Recurso Especial 1.092.154-RS, relator Ministro Castro Meira, DJe de 31/08/2009; Primeira Turma: Recurso Especial 911.359-RS, relator Ministro Francisco Falcão, DJ de 26/04/2007; Recurso Especial 964.105-RS, relator Ministro José Delgado, DJ de 20/09/2007; AgRg no Recurso Especial 1.009.322-RS, relator Ministro Francisco Falcão, DJe de 28/05/2008; AgRg no Agravo de Instrumento 1.239.193-SP, relator Ministro Luiz Fux, DJe de 17/10/2010; Segunda Turma: Recurso Especial 910.798-RS, relatora Ministra Eliana Calmon, DJe de 19/08/2008; Recurso Especial 938.694-RS, relator Ministro Herman Benjamin, DJ de 19/10/2007; Recurso Especial 947.223-RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJe de 08/02/2011; AgRg no Recurso Especial 952.122-RS, relator Ministro Humberto Martins, DJ de 30/10/2007; Recurso Especial 1.054.470-RS, relator Ministro Carlos Fernando Mathias (Juiz convocado do TRF 1ª Região), DJe de 05/08/2008; Recurso Especial 1.057.303-RS, relatora Ministra Eliana Calmon, DJe de 18/08/2008; Recurso Especial 1.283.366-RS, relator Ministro Castro Meira, DJe de 10/11/2011.

**SÚMULA Nº 63, DE 14 DE MAIO DE 2012**

Publicada no DOU, Seção 1, de 16/05, 17/05 e 18/05/2012.

"A Administração deve observar o devido processo legal em que sejam assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório para proceder ao desconto em folha de pagamento de servidor público, para fins de ressarcimento ao erário".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988; e Artigo 46, da Lei 8.112/1990 e suas alterações.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal - Tribunal Pleno: MS 24182 / DF, Relator Min. MAURÍCIO CORRÊA, DJ 03-09-2004 PP-00009; Primeira Turma: MS 27851 / DF, Relator Min. DIAS TOFFOLI, Relator p/ Acórdão Min. LUIZ FUX, DJe-222 DIVULG 22-11-2011 PUBLIC 23-11-2011; RE 613367 AgR / RJ, Relatora Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe-174 DIVULG 09-09-2011 PUBLIC 12-09-2011; AI 794.759 AgR / SC, Relator Min. LUIZ FUX, DJe-088 DIVULG 11-05-2011 PUBLIC 12-05-2011. Superior Tribunal de Justiça - Primeira Turma: AgRg nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.224.995 - CE, RELATOR MINISTRO HAMILTON CARVALHIDO, DJe de 18/04/2011; Segunda Turma: AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.423.791 - DF, RELATOR MINISTRO CESAR ASFOR ROCHA, DJe de 29/02/2012; RECURSO ESPECIAL Nº 1.239.362 - SC, RELATOR MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 15/04/2011; AgRg no AgRg no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1.300.827 - RR, RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 29/11/2010 Quinta Turma: AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.116.448 - RJ, RELATOR MINIS TRO ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ), DJe de 12/09/2011; AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.116.855 - RJ, RELATOR MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe de 02/08/2010; AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 979.050, RELATOR MINISTRO JORGE MUSSI, DJe de 06/10/2008; Sexta Turma: AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 802.252 - RS, RELATOR MINISTRO CELSO LIMONGI, DJe de 23/08/2010.

**SÚMULA Nº 64, DE 14 DE MAIO DE 2012**

Publicada no DOU, Seção 1, de 16/05, 17/05 e 18/05/2012.

"As contribuições sociais destinadas às entidades de serviço social e formação profissional não são executadas pela Justiça do Trabalho".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Constituição Federal arts. 114, inciso VIII, 195 incisos I, alínea "a" e II, e 240. Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

Jurisprudência: Tribunal Superior do Trabalho - E-RR - 134300-50.1998.5.15.0025, Relator Ministro: Lélio Bentes Corrêa, DEJT 21/10/2011, (Subseção I Especializada em Dissídios Individuais); RR - 14800-50.2009.5.09.0096, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, DEJT 09/03/2012 (1ª Turma); (RR - 1000-90.2007.5.08.0115, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 16/03/2012, RR - 146800-66.2006.5.09.0242, Relator Ministro: Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 23/03/2012 (2ª Turma); RR - 6470050.2007.5.13.0002, Relatora Ministra Rosa Maria Weber, DEJT: 04.11.2011 (3ª Turma); RR - 1061-54.2010.5.06.0000, Relatora Ministra: Delaíde Miranda Arantes, DEJT 09/03/2012, (7ª Turma); RR - 7300-69.2008.5.13.0026, Relator Ministro: Márcio Eurico Vitral Amaro, DEJT 23/03/2012, (8ª Turma).

**SÚMULA Nº 65, DE 5 DE JULHO DE 2012**

Publicada no DOU, Seção 1, de 06/07, 09/07 e 10/07/2012.

Alterar a Súmula nº 44, da Advocacia-Geral da União, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Para a acumulação do auxílio-acidente com proventos de aposentadoria, a lesão incapacitante e a concessão da aposentadoria devem ser anteriores as alterações inseridas no art. 86 § 2º, da Lei 8.213/91, pela Medida Provisória nº 1.596-14, convertida na Lei nº 9.528/97".

REFERÊNCIAS:

Legislação: CF/88, Art. 5º, XXXVI; Lei nº 8.213/91, Art. 86, § 2º; alterado pela MP nº 1.59614/97, convertida na Lei nº 9.528/97, e Decreto nº 3.048/99, art. 167.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal - AI 490365-AgR/RS, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, AI 439136-AgR/SP, Rel. Min. Cezar Peluso (Primeira Turma); RE 440818-AgR/SP, Rel. Min. Eros Grau, AI 471265-AgR/SP, Rel. Min. Ellen Gracie (Segunda Turma); Superior Tribunal de Justiça - EREsp. 431249/SP, Rel. Min. Jane Silva (Desemb. Convocada do TJ/MG), EREsp. 481921/SP, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, EREsp. 406969/SP, Rel. Min. Gilson Dipp, EREsp. 578378, Rel. Min. Laurita Vaz (Terceira Seção); REsp 1244257, Rel. Min. Humberto Martins (Segunda Turma); AgRREsp. 753119/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, AgR-REsp. 599396/SP, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, AgRg no REsp nº 979.667/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho (Quinta Turma); e EDclREsp. 590428/SP, Rel. Min. Paulo Gallotti, (Sexta Turma).

(\*) RETIFICAÇÃO

Na SÚMULA Nº 44, de 5 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial, de 6 de julho de 2012, Seção 1, pág. 1, onde se lê: "...SÚMULA Nº 44 ...", leia-se: "... SÚMULA 65, de 5 de julho de 2012.

**SÚMULA Nº 66, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012(\*)**

Publicada no DOU, Seção 1, de 04/12, 05/12 e 06/12/2012.

(\*) Alterada pela Súmula nº 73, de 18 de dezembro de 2013.

**SÚMULA Nº 67, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

Publicada no DOU, Seção 1, de 04/12, 05/12 e 06/12/2012.

"Na Reclamação Trabalhista, até o trânsito em julgado, as partes são livres para discriminar a natureza das verbas objeto do acordo judicial para efeito do cálculo da contribuição previdenciária, mesmo que tais valores não correspondam aos pedidos ou à proporção das verbas salariais constantes da petição inicial".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Art. 43, § 1º da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, com a redação da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e art. 475N, do Código de Processo Civil.

Jurisprudência: Tribunal Superior do Trabalho - E-RR - 3021/2003-005-12-00, Relator Ministro Carlos Alberto Reis de Paulo, DEJT de 07/11/2008; E-RR- 24610072.2004.5.02.0013, Relator Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, DEJT de 21/05/2010 (Subseção I Especializada em Dissídios Individuais); RR - 946/2003-003-22-00, Relator Ministro Lélio Bentes Corrêa, DEJT de 29/05/2009 (1ª Turma); RR - 880/1997-24401-00, Relator Ministro Vantuil Abdalla, DEJT de 07/08/2009 (2ª Turma); RR - 1043/2006451-01-00, Relator Ministro Douglas Alencar Rodrigues, DEJT de 14/08/2009 (3ª Turma); RR - 3355/2002-241-01-00, Relator Ministro Barros Levenhagen, DEJT de 14/08/2009 (4ª Turma); AIRR - 687/2005-01-04-40, Relatora Ministra Kátia Magalhães Arruda, DEJT de 13/02/2009 (5ª Turma); RR - 766/2004-451-01-00, Relator Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, DEJT de 22/05/2009 e RR 1460/1994-023-02-40, Relator Ministro Maurício Godinho Delgado, DEJT de 16/10/2009 (6ª Turma); RR - 819/2008-002-18-00, Relatora Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, DEJT de 13/11/2009 e RR - 1496/2005-332-02-00, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT de 13/11/2009 (8ª Turma).

**SÚMULA Nº 68, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2013**

Publicada no DOU, Seção 1, de 06/02,07/02 e 08/02/2013.

"Nos contratos de prestação de serviços médico-hospitalares no âmbito do SUS, o fator para conversão de cruzeiros reais em reais, a partir de 1º de julho de 1994, deve ser de Cr$ 2.750,00, como determinado pelo art. 1º, § 3º, da MP 542/95, convertida na Lei nº 9.069/95, combinado com o Comunicado nº 4.000, de 29.06.94, do BACEN, obedecida a prescrição das parcelas relativas ao quinquênio anterior ao ajuizamento da demanda, bem como a limitação da condenação até outubro de 1999".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Art. 1º, § 3º da MP nº 542/95 convertida na Lei nº 9.069/95, Art. 23; Lei nº 8.880/94, art. 15; Comunicado nº 4.000/94 do BACEN.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - Primeira Turma: Resp. 730433/SP, Rel. Min. Teori Zavascki, DJ de 04.02.09; AgRg no Resp. 1057025/CE, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 02.10.08; AgRg no Resp. 527013/RS, Rel. Min. Denise Arruda, DJ de 13.03.06; Segunda Turma: AgRg no Ag 843030/SC, Rel. Min. Humberto Martins, DJ de 21.10.08; Resp. 530661/SC, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ de 26.02.07; Primeira Seção: MS 8.501/DF, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ de 27.09.04; dentre muitos outros. Supremo Tribunal Federal - 1ª Turma: AI 656062 AgR/RS, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJ de 13.03.09; no mesmo sentido, em decisões monocráticas: AI 778739/PR, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ de 22.06.10; AI 714025/RS, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ de 29.06.10; RE 479431/PR, Rel. Min. Dias Toffoli, DJ de 21.06.10; AI 608652/RS, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJ de 26.05.10; dentre muitos outros; Plenário - RE 602324 RG/SC, Rel. Min. Ellen Gracie, DJ de 18.12.09.

**SÚMULA Nº 69, DE 5 DE JUNHO DE 2013**

Publicada no DOU, Seção 1, de 17/06,18/06 e 19/06/2013.

"A partir da edição da Lei n. 9.783/99, não é devida pelo servidor público federal a contribuição previdenciária sobre parcela recebida a título de cargo em comissão ou função de confiança".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Constituição Federal: art. 150 incisos I e IV, art. 145 § 1º; Lei 9.783/1999, artigos 1º e 2º.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - EDcl no REsp nº 961.274/RS, Relator Ministro Luiz Fux (Primeira Turma); AgRg no Ag 1.394.751/RS, Relator Ministro Herman Benjamin, DJ de 10/06/2011; AgRg no AI nº 1.087.634/RJ, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJe de 30/09/2010 (Segunda Turma); EREsp nº 549.985/PR, Relator Ministro Luiz Fux, DJ de 16/05/2005; EREsp 524.711/DF, Relator Ministro Herman Benjamin, DJ de 01/10/2007 (Primeira Seção). Supremo Tribunal Federal - ADI-MC 2010, Relator Ministro Celso de Mello, DJ 11/10/1999 (Tribunal Pleno).

**SÚMULA Nº 70, DE 14 DE JUNHO DE 2013**

Publicada no DOU, Seção 1, de 17/06,18/06 e 19/06/2013.

"Os embargos do devedor constituem-se em verdadeira ação de conhecimento, autônomos à ação de execução, motivo pelo qual é cabível a fixação de honorários advocatícios nas duas ações, desde que a soma das condenações não ultrapasse o limite máximo de 20% estabelecido pelo art. 20, § 3º, do CPC".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Código de Processo Civil art. 20, § 3º.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - AgRg no EREsp 1.275.496-RS, Relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 28/05/2010 (Corte Especial); AgRg nos EREsp 1.268.627-RS, Relator Ministro Benedito Gonçalves, DJe de 09/02/2012; AgRg nos REsp 1.220.571-SC, Relator Ministro Benedito Gonçalves, DJE de 11/10/2011 (Primeira Turma); AgRg no Ag 1.424.446-DF, Relator Ministro Humberto Martins, DJ de 27/10/2011; AgRg no REsp 960.281/RS, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJe de 15/05/2009 (Segunda Turma); AgRg no REsp 1.123.359-RS, Relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 04/10/2011, AgRg no REsp 1.117.028-RS, Relator Ministro Gilson Dipp, DJe de 01/02/2011 (Quinta Turma); AgRg no AI 1.226.312-PR, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 22/06/2011, AgRg no REsp 1.100.674/RS, Relator Ministro Og Fernandes, DJe de 19/04/2011 (Sexta Turma).

**SÚMULA Nº 71, DE 9 DE SETEMBRO DE 2013(\*)**

Publicada no DOU, Seção 1, de 10/09,11/09 e 12/09/2013.

(\*) Cancelada pela Súmula de nº 72, de 26 de setembro de 2013.

**SÚMULA Nº 72, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013**

Publicada no DOU, Seção 1, de 27/09,30/09 e 01/10/2013.

CANCELAR a Súmula nº 71, da Advocacia-Geral da União, publicada no DOU, Seção 1, de 10/09; 11/09 e 12/09/2013, restabelecendo os efeitos da Súmula nº 34 com a seguinte redação:

"Não estão sujeitos à repetição os valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, em decorrência de errônea ou inadequada interpretação da lei por parte da Administração Pública".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Lei nº 6.899/81; Lei nº 8.622/93; Lei nº 8.627/93; MP 2.131/2000; MP 2.169-43/2001; Decreto nº 20.910/32.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - Resp. nº 643.709/PR e AgRg no REsp nº 711.995, Rel. Min. Felix Fischer; REsp. nº 488.905/RS, Rel. Min. José Arnaldo; AgRg no REsp nº 679.479/RJ, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima (Quinta Turma); RMS nº 18.121/RS, Rel. Min. Paulo Medina; REsp nº 725.118/RJ e AgRg no REsp. nº 597.827/PR Rel. Min. Paulo Gallotti; REsp nº 651.081/RJ, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa (Sexta Turma); MS nº 10.740/DF, Rel. Min. Hamilton Carvalhido (Terceira Seção).

**SÚMULA Nº 73, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013**

Publicada no DOU, Seção 1, de 19/12, 20/12 e 23/12/2013.

Alterar a Súmula nº 66, da AGU, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Nas ações judiciais movidas por servidor público federal contra a União, as autarquias e as fundações públicas federais, o cálculo dos honorários de sucumbência deve levar em consideração o valor total da condenação, conforme fixado no título executado, sem exclusão dos valores pagos na via administrativa."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Art. 24, § 4º da Lei nº 8.906/94.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - AgRg no REsp 1.250.945-RS, Relator Min. Benedito Gonçalves, DJe de 01/07/2011 (Primeira Turma); AgRgAg no REsp 31.791-RS, Relator Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 26/09/2011; AgRg nos AI 1.093.583-RS, Relator Min. Mauro Campbell Marques, DJ de 24/09/2009; AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 1.241.913-RS, Relator Min. Humberto Martins, DJe de 04/11/2011 (Segunda Turma); AgRgAg no REsp 1.097.033-RS, Relatora Min. Laurita Vaz, DJe de 01/08/2011, AgRg no REsp 1.179.907-RS, Relator Min. Napoleão Nunes Maia Filho; AgRg no REsp 1.173.974-RS, Relator Min. Gilson Dipp, DJe de 09/03-2011 e AgRg no REsp 1.169.978-RS, Relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 14/06/2010 (Quinta Turma); AgRg no REsp 998.673-RS, Relator Min. Celso Limongi, Dje de 03/08/2009 (Sexta Turma). Supremo Tribunal Federal - ADI 2527 MC/DF, Relatora Min. Ellen Gracie, DJ de 23/11/2007, (Tribunal Pleno).

**SÚMULA Nº 74, DE 31 DE MARÇO DE 2014**

Publicada no DOU, Seção 1, de 03/04, 04/04 e 07/04/2014.

"Na Reclamação Trabalhista, quando o acordo for celebrado e homologado após o trânsito em julgado, a contribuição previdenciária incidirá sobre o valor do ajuste, respeitada a proporcionalidade das parcelas de natureza salarial e indenizatória deferidas na decisão condenatória".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Consolidação das Leis do Trabalho art. 832, § 6º.

Jurisprudência: Tribunal Superior do Trabalho - OJ nº 376 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais; TST-AIRR-27100-56.2002.5.02.0202 - 2ª Turma; TST-RR-25500026.2007.5.02.0082 - 3ª Turma; TST-AIRR-34900-44.2002.5.02.0006 - 4ª Turma; TSTAIRR117800-53.1998.5.02.0482 - 5ª Turma; TST-RR-10400-75.2008.5.17.008 - 7ª Turma; TSTRR-251100-49.2004.5.02.0079 - 8ª Turma.

**SÚMULA Nº 75, DE 2 DE ABRIL DE 2014**

Publicada no DOU, Seção 1, de 03/04, 04/04 e 07/04/2014.

"Para a acumulação do auxílio-acidente com proventos de aposentadoria, a consolidação das lesões decorrentes de acidentes de qualquer natureza, que resulte sequelas definitivas, nos termos do art. 86 da Lei nº 8.213/91, e a concessão da aposentadoria devem ser anteriores às alterações inseridas no art. 86, § 2º da Lei nº 8.213/91, pela Medida Provisória nº 1.596-14, convertida na Lei nº 9.528/97".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: CF/88, Art. 5º, XXXVI; Lei nº 8.213/91, Art. 86, § 2º; alterado pela MP nº 1.596-14/97, convertida na Lei nº 9.528/97, e Decreto nº 3.048/99, art. 167.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal - AI 490365-AgR/RS, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, AI 439136-AgR/SP, Rel. Min. Cezar Peluso (Primeira Turma); RE 440818-AgR/SP, Rel. Min. Eros Grau, AI 471265-AgR/SP, Rel. Min. Ellen Gracie (Segunda Turma). Superior Tribunal de Justiça - EREsp. 431249/SP, Rel. Min. Jane Silva (Desemb. Convocada do TJ/MG), EREsp. 481921/SP, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, EREsp. 406969/SP, Rel. Min. Gilson Dipp, EREsp. 578378, Rel. Min. Laurita Vaz (Terceira Seção); REsp 1244257, Rel. Min. Humberto Martins (Segunda Turma); AgRREsp. 753119/SP, Rel. Min. Laurita Vaz, AgR-REsp. 599396/SP, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, AgRg no REsp nº 979.667/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho (Quinta Turma); e EDclREsp. 590428/SP, Rel. Min. Paulo Gallotti, (Sexta Turma).

**SÚMULA Nº 76, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2014**

Publicada no DOU, Seção 1, de 08/12, 09/12 e 10/12/2014.

"O reajuste de 28,86%, extensivo aos militares, incide sobre a parcela denominada complementação do salário mínimo, instituída pelo artigo 73 da Lei nº 8.237⁄1991".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: artigos 73 da Lei nº 8.237/1991 e 32 do Decreto nº 722/1993.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - AgRg no AREsp 220.786/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 23/04/2013, DJe de 07/05/2013; AgRg no AgRg no REsp 1.081.590/RS, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, julgado em 18/12/2012, DJe de 1º/02/2013; AgRg no REsp 1.145.285/RS, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Sexta Turma, julgado em 09/04/2013, DJe de 26/04/2013; AgRg no REsp 1.212.720/RS, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 23/08/2011, DJe de 26/08/2011; REsp 1.222.904/PR, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 24/04/2014, DJe de 20/05/2014; AgRg no REsp 1.223.118/PR, Primeira Turma, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, julgado em 1º/03/2011, DJe de 18/03/2011; AgRg no REsp 1.236.117/SC, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, julgado em 07/06/2011, DJe de 13/06/2011; AgRg no REsp 1.236.134/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 24/04/2012, DJe de 02/05/2012; AgRg no REsp 1.237.688/PR, Segunda Turma, Rel. Ministro Humberto Martins, julgado em 05/04/2011, DJe de 13/04/2011; AgRg no REsp 1.248.734/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 16/06/2011, DJe de 24/06/2011; AgRg no Ag 1.255.289/RS, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 21/06/2011, DJe de 30/06/2011; AgRg no REsp 1.338.181/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 04/10/2012, DJe de 19/12/2012; REsp 1.404.897/RS, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 24/09/2013, DJe de 1º/10/2013. Supremo Tribunal Federal - AgRg no AI 707.142, Rel. Ministro Ricardo Lewandowski, DJe de 19/02/2009; AI 719.795, Rel. Ministro Dias Toffoli, DJe de 11/03/2011; AI 743.899, Rel. Ministro Joaquim Barbosa, DJe de 02/04/2012.

**SÚMULA Nº 77, DE 21 DE JANEIRO DE 2015**

Publicada no DOU, Seção 1, de 22/01, 23/01 e 26/01/2015.

"No período compreendido entre 1º/3/2002 e 25/06/2002, a remuneração dos integrantes da carreira de Procurador da Fazenda Nacional era composta de: I - vencimento básico, fixado nos termos do art. 3º da Medida Provisória nº 43, de 24 de julho de 2002, convertida na Lei nº 10.549, de 13 de novembro de 2002; II - pró-labore, devido em valor fixo; III - representação mensal, incidente sobre o novo vencimento básico, nos percentuais previstos no Decreto-Lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987; e IV - gratificação temporária, conforme a Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Decreto-Lei nº 2.371, de 18 de novembro de 1987; Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995; Medida Provisória nº 43, de 24 de julho de 2002 e Lei nº 10.549, de 13 de novembro de 2002.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - Terceira Seção: AR 4.032, Rel. Min. Sabastião Reis Júnior, DJe de 24/04/2014; EREsp 1.035.675, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 18/03/2014; Primeira Turma: AgRg no REsp 1.216.093, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJe de 15/03/2011; AgRg no REsp 1.188.744, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 19/03/2014; Segunda Turma: Medida Cautelar nº 18.368, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 17/11/2011; AgRg no REsp 1.250.919, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 08/11/2011; Quinta Turma: AgRg no REsp 1.137.145, Rel. Min. Gilson Dipp, DJe de 22/11/2010; AgRg no REsp 1.105.054, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 09111/2009; REsp 963.680, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de Ol11212008; Sexta Turma: AgRg nos EDcl no REsp 812.409, Rel. Min. Celso Limongi, Dle de 02/08/2010; AgRg no REsp 1.137.059, Rel. Min. Og Fernandes, DJe de 21/11/2011; AgRg no Ag em REsp 70.971, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 05/03/2012; AgRg no REsp 1.074.315, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, DJe de 25/04/2014. Supremo Tribunal Federal - Primeira Turma: AgR no RE 606.877, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe de 12/09/2010; ED no AgR no AI 838.819, Rel. Min. Marco Aurélio, DJe de 09/11/2012; Segunda Turma: AgR no AI 811.716, Rel. Min. Ellen Gracie, DJe de 07/02/2011.

**SÚMULA Nº 78, DE 15 DE MAIO DE 2015**

Publicada no DOU, Seção 1, de 18/05, 19/05 e 20/05/2015.

"É reconhecido o direito dos docentes da carreira do magistério básico, técnico e tecnológico federal à progressão por titulação, sem a observância do interstício, até o advento do Decreto 7.806, publicado no D.O.U de 18/09/2012; observadas as regras estabelecidas nos artigos 13 e 14 da Lei 11.344/2006, a correlação disposta no Anexo LXIX à Lei nº 11.784/2008 e o limite máximo de progressão à Classe D-III, nível I."

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Artigo 120 da Lei 11.784/2008, artigo 11 do Decreto 7.806/2012 e Lei 11.344/2006 arts 13 e 14.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - RESP1.343.128-/SE, Primeira Seção, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 21/06/2013. Supremo Tribunal Federal - ARE 764.226/R5, Primeira Turma Rel. Min. Luís Roberto Barroso, acórdão de 11/02/2014; ARE 786239/AL, Rel. Min. CARMEN LÚCIA, DJe 06/02/2014; ARE 743536/RS, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe de 20/08/2013.

**SÚMULA Nº 79, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015**

Publicada no DOU, Seção 1, de 16/11, 17/11 e 18/11/2015.

"O termo inicial do prazo decadencial para impetração de Mandado de Segurança, no qual se discuta regra editalícia que tenha fundamentado eliminação de candidato em concurso público, é a data em que este toma ciência do ato administrativo que determina sua exclusão do certame".

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Artigo 23 da Lei 12.016/2009.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - ERESP nº 1.124.254/PI, Corte Especial, Rel. Min. Sidnei Beneti, DJe de 12/08/2014. MS nº 17.433/DF, Re. Min. Arnaldo Esteves, DJe de 05/12/2012. Supremo Tribunal Federal - AgrMS nº 30.620/DF, Segunda Turma Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe de 27/09/2011; ARE 855147/CE, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe 17/12/2014; RE 711.000/RN, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe de 20/11/2012.

**SÚMULA Nº 80, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015**

Publicada no DOU, Seção 1, de 18/11, 19/11 e 20/11/2015.

"Para concessão de aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social - RGPS, a conversão de tempo de serviço/contribuição especial em comum deve observar o fator de conversão vigente à época em que requerido o benefício, devendo ser desconsiderado, para esta finalidade, o fator de conversão vigente à época da prestação da atividade laboral"

REFERÊNCIAS:

Legislação Pertinente: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991; Decreto nº 357, de 7 de dezembro de 1991; Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

Jurisprudência: Superior Tribunal de Justiça - Primeira Seção: REsp 1.310.034, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 19/12/2012; Terceira Seção: REsp 1.151.363, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 05/04/2011; Primeira Turma: AgRg no REsp 1.399.678, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 25/06/2015; AgRg no REsp 1.401.326, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 29/05/2015; Segunda Turma: AgRg no AREsp 704.721, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 17/08/2015; AgRg no AREsp 666.891, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 06/05/2015; Quinta Turma: AgRg nos EDcl no REsp 1.248.476, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 14/05/2015.

**SÚMULA Nº 81, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2016**

Publicada no DOU, Seção 1, de 10/02, 11/02 e 12/02/2016.

"Não serão opostos embargos à execução para discutir a compensação do índice 28,86% com reajustes já concedidos aos servidores públicos federais pelas Leis nos 8.622/93 e 8.627/93, por violar a coisa julgada, se o título executivo não prever a possibilidade de compensação, ainda que genérica."

REFERÊNCIAS

Legislação Pertinente: Lei nº 8.622, de 19 de janeiro de 1993; Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro 1993.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal - Primeira Turma: RE 423.082-AgR, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 17/12/2004; RE 694.510- AgR, Rel. Min. Rosa Weber, DJe de 15/05/2014; Segunda Turma: AI 448.845-AgR, Rel. Min. Carlos Velloso, DJ de 25/11/2005. Superior Tribunal de Justiça - Primeira Seção: REsp 1.235.513, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 20/08/2012; Terceira Seção: EREsp 553.379, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ de 20/11/2006; AgRg nos EREsp 366.455, Rel. Min. Celso Limongi, DJe de 25/04/2011; Quinta Turma: REsp 949.124, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe de 09/03/2009; AgRg no AgRg nos EDcl no REsp 963.043, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 29/11/2010; Sexta Turma: EDcl no AgRg no REsp 978.716, Rel. Min. Paulo Gallotti, DJe de 10/08/2009; AgRg no Ag 455.323, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 02/06/2008.

**SÚMULA Nº 82 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018**

Publicada no DOU, Seção 1, 09/02, 14/02 e 15/02/2018.

"O pensionista de servidor falecido posteriormente à EC nº 41/2003, caso se enquadre na regra de transição prevista no art. 3º da EC nº 47/2005, tem direito à paridade, ou seja, a que sua pensão seja revista na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, mas não tem direito à integralidade, isto é, a que sua pensão corresponda ao valor total dos proventos do servidor falecido".

REFERÊNCIAS

Legislação Pertinente: Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003. Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal - Plenário: RE nº 603.580, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJE 3.6.2016 (submetido à sistemática da repercussão geral e dos recursos repetitivos -Tema nº 396).

**SÚMULA Nº 83, DE 30 DE OUTUBRO DE 2018**

Publicada no DOU, Seção 1, de 31/10, 01/11 e 05/11/2018.

"Servidores inativos e pensionistas do extinto DNER possuem direito aos efeitos financeiros decorrentes do enquadramento de servidores ativos no Plano Especial de Cargos do DNIT".

REFERÊNCIAS:

Legislação: Constituição Federal - art. 40, § 8°; Lei n° 10.233, de 5 de junho de 2001; e Lei n° 11.171, de 2 de setembro de 2005.

Jurisprudência: Supremo Tribunal Federal - RE n° 677.730/RS, Pleno, DJe de 24.10.2014.

**SÚMULA Nº 84, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**

Publicada no DOU, Seção 1, de 27/01, 28/01 e 29/01/2020.

"A anulação, pela Administração Pública, de ato administrativo do qual já decorreram efeitos concretos deve ser precedida de regular processo administrativo".

REFERÊNCIAS:

Legislação: artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Jurisprudência: Julgamento do Recurso Extraordinário nº 594.296, Rel. Min. Dias Toffolli, apelo submetido à sistemática da repercussão geral e dos recursos repetitivos (arts. 1.035 e 1.036 do Código de Processo Civil), com trânsito em julgado certificado em 23 de fevereiro de 2012.

**SÚMULA Nº 85, DE 23 DE JANEIRO DE 2020**

Publicada no DOU, Seção 1, de 27/07, 28/07 e 29/07/2020.

Resolve alterar a Súmula nº 41 da Advocacia-Geral da União, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"A exigibilidade da multa por retenção de imóvel funcional, prevista no artigo 15, inciso I, alínea "e", da Lei nº 8.025/90, será suspensa durante a vigência de provimento judicial proferido no curso de discussão sobre o direito à sua aquisição."

REFERÊNCIAS:

Legislação: artigos 1º, 6º e 15, I, da Lei nº 8.025/1990 e Decreto nº 99.266/1990.

Jurisprudência: STJ - MS 4954/DF 1997/0001835-0, Relator Ministro ANSELMO SANTIAGO, DJ 01/02/1999; STJ - EAR 513/DF 2007/0013083-9, Relator Ministro HUMBERTO MARTINS, DJE 07/05/2015; STJ - REsp 1787989/DF 2018/0317655-0, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, DJE 03/06/2019.

**SÚMULA Nº 86, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2020**

Publicada no DOU, Seção 1, de 25/11, 26/11 e 27/11/2020

"A exigência de escolaridade de nível médio, para fins de concurso público, pode ser considerada atendida pela comprovação, pelo candidato, de que possui formação em curso de nível superior com abrangência suficiente para abarcar todos os conhecimentos exigíveis para o cargo de nível técnico previsto no edital e dentro da mesma área de conhecimento pertinente."

Jurisprudência: 1) STJ, AgRg no AREsp nº 428.463/PR, Min. HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 10/12/2013; 2) STJ, AgRg no REsp 1.470.306/SC, Min. BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, DJe 11/05/2015.

**IZABEL VINCHON NOGUEIRA DE ANDRADE**

DOU de 25, 26 e 27/1/2021.

ORIENTAÇÕES NORMATIVAS DA AGU

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 1º DE ABRIL DE 2009.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*“A VIGÊNCIA DO CONTRATO DE SERVIÇO CONTÍNUO NÃO ESTÁ ADSTRITA AO EXERCÍCIO FINANCEIRO.”*

INDEXAÇÃO: VIGÊNCIA. CONTRATO. SERVIÇO CONTÍNUO. EXERCÍCIO FINANCEIRO.

REFERÊNCIA: Art. 57, inc. II, Lei nº 8.666, de 1993; art. 60, Lei nº 4.320, de 1964; art. 30, Decreto nº 93.872, de 1986; NOTA/DECOR/CGU/AGU nº 298/2006-ACMG; Informativo NAJ/RJ, ANO 1, Nº 1, jun/07, Orientação 02. Decisões TCU 586/2002-Segunda Câmara e 25/2000-Plenário.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 7.4.2009.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 1º DE ABRIL DE 2009.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*“OS INSTRUMENTOS DOS CONTRATOS, CONVÊNIOS E DEMAIS AJUSTES, BEM COMO OS RESPECTIVOS ADITIVOS, DEVEM INTEGRAR UM ÚNICO PROCESSO ADMINISTRATIVO, DEVIDAMENTE AUTUADO EM SEQÜÊNCIA CRONOLÓGICA, NUMERADO, RUBRICADO, CONTENDO CADA VOLUME OS RESPECTIVOS TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO.”*

INDEXAÇÃO: PROCESSO ADMINISTRATIVO. INSTRUÇÃO. AUTUAÇÃO. SEQÜÊNCIA CRONOLÓGICA. NUMERAÇÃO. RUBRICA. TERMO DE ABERTURA. TERMO DE ENCERRAMENTO.

REFERÊNCIA: art. 38, *caput*, e 60 da Lei nº 8.666, de 1993; art. 22 da Lei 9.784, de 1999; Portarias Normativas SLTI/MP nº 05, de 2002 e 03, de 2003; Orientações Básicas sobre Processo Administrativo do NAJ/PR; Decisão TCU 955/2002-Plenário e Acórdãos TCU 1300/2003-Primeira Câmara, 216/2007-Plenário, 338/2008-Plenário.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 7.4.2009.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 1º DE ABRIL DE 2009.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*“NA ANÁLISE DOS PROCESSOS RELATIVOS À PRORROGAÇÃO DE PRAZO, CUMPRE AOS ÓRGÃOS JURÍDICOS VERIFICAR SE NÃO HÁ EXTRAPOLAÇÃO DO ATUAL PRAZO DE VIGÊNCIA, BEM COMO EVENTUAL OCORRÊNCIA DE SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE NOS ADITIVOS PRECEDENTES, HIPÓTESES QUE CONFIGURAM A EXTINÇÃO DO AJUSTE, IMPEDINDO A SUA PRORROGAÇÃO.”*

INDEXAÇÃO: CONTRATO. PRORROGAÇÃO. AJUSTE. VIGÊNCIA. SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE. EXTINÇÃO.

REFERÊNCIA: art. 57, inc. II, Lei nº 8.666, de 1993; Nota DECOR nº 57/2004-MMV; Acórdãos TCU 211/2008-Plenário e 100/2008-Plenário.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 7.4.2009.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 1º DE ABRIL DE 2009.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*“A DESPESA SEM COBERTURA CONTRATUAL DEVERÁ SER OBJETO DE RECONHECIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR NOS TERMOS DO ART. 59, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, SEM PREJUÍZO DA APURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE DE QUEM LHE DER CAUSA.”*

INDEXAÇÃO: INDENIZAÇÃO. DESPESA SEM COBERTURA CONTRATUAL. CONTRATO NULO. CONTRATO VERBAL. RECONHECIMENTO. RESPONSABILIDADE.

REFERÊNCIA:arts. 59, parágrafo único, 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993; Art. 63, Lei nº 4.320, de 1964; Acórdão TCU 375/1999-Segunda Câmara.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 7.4.2009.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 1º DE ABRIL DE 2009.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*“NA CONTRATAÇÃO DE OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA, O INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DEVE ESTABELECER CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS UNITÁRIOS E GLOBAL.”*

INDEXAÇÃO: OBRA. SERVIÇO DE ENGENHARIA. JOGO DE PLANILHA. JOGO DE PREÇOS. PREÇOS UNITÁRIOS. PREÇO GLOBAL. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE. PREÇOS MÁXIMOS.

REFERÊNCIA: art. 6º, inc. IX, item "f", art. 40, inc. X, ambos da Lei nº 8.666, de 1993; Parecer AGU/CGU/NAJRN 296/2008-APT; Decisões TCU 253/2002-Plenário e 1.054/2002-Plenário. Acórdãos TCU 1.684/2003 - Plenário, 1.387/2006-Plenário, 2.006/2006-Plenário, 818/1007 - Plenário, 597/2008-Plenário e 1.380/2008-Plenário.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 7.4.2009.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 1º DE ABRIL DE 2009.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*“A VIGÊNCIA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS, NO QUAL A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA É LOCATÁRIA, REGE-SE PELO ART. 51 DA LEI Nº 8.245, DE 1991, NÃO ESTANDO SUJEITA AO LIMITE MÁXIMO DE SESSENTA MESES, ESTIPULADO PELO INC. II DO ART. 57, DA LEI Nº 8.666, DE 1993.”*

INDEXAÇÃO: VIGÊNCIA. LIMITAÇÃO. CONTRATO DE LOCAÇÃO. IMÓVEL. ADMINISTRAÇÃO. LOCATÁRIA.

REFERÊNCIA:art. 62, § 3º e art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993; arts. 51 a 57 da Lei nº 8.245, de 1991; Decisão TCU 828/2000 - Plenário.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 7.4.2009.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 7, DE 1º DE ABRIL DE 2009.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*“O TRATAMENTO FAVORECIDO DE QUE TRATAM OS ARTS. 43 A 45 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006, DEVERÁ SER CONCEDIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE INDEPENDENTEMENTE DE PREVISÃO EDITALÍCIA.”*

INDEXAÇÃO: MICROEMPRESA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. TRATAMENTO FAVORECIDO. LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006. PREVISÃO. EDITAL.

REFERÊNCIA: arts. 43 a 49, da Lei Complementar nº 123, de 2006; Decreto nº 6.204, de 2007; Acórdão TCU 2.144/2007-Plenário.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 7.4.2009.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 1º DE ABRIL DE 2009.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*“O FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES ENQUADRA-SE NO CONCEITO DE SERVIÇO PREVISTO NO INC. II DO ART. 6º DA LEI Nº 8.666, DE 1993.”*

INDEXAÇÃO: FORNECIMENTO. PASSAGEM AÉREA. PASSAGEM TERRESTRE. CONTRATAÇÃO. SERVIÇO.

REFERÊNCIA: Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 2008; Nota AGU/GV nº 10/2005.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 7.4.2009.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 1º DE ABRIL DE 2009.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*"A COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA NA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO OU NO PAGAMENTO DE SERVIÇOS JÁ PRESTADOS, NO CASO DE EMPRESAS QUE DETENHAM O MONOPÓLIO DE SERVIÇO PÚBLICO, PODE SER DISPENSADA EM CARÁTER EXCEPCIONAL, DESDE QUE PREVIAMENTE AUTORIZADA PELA AUTORIDADE MAIOR DO ÓRGÃO CONTRATANTE E CONCOMITANTEMENTE, A SITUAÇÃO DE IRREGULARIDADE SEJA COMUNICADA AO AGENTE ARRECADADOR E À AGÊNCIA REGULADORA." (NR)***(Redação dada pela Portaria AGU nº 124 de 25.4.2014 – D. O. de 2.5.2014) (\*)**

INDNEXAÇÃO: REGULARIDADE FISCAL. EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS. MONOPÓLIO. CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO. AUTORIZAÇÃO. COMUNICAÇÃO. **(\*)**

REFERÊNCIA: Decisão TCU 431/1997-Plenário, Acórdão TCU 1105/ 2006- Plenário. **(\*)**

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

**(\*)** A indexação e as referências publicadas no D. O. de 7.4.2009, com a redação originária da Orientação Normativa nº 9, de 2009, não foram alteradas pela Portaria nº 124, de 25.4.2014

D. O. de 7.4.2009. Alteração publicada no D. O. de 2.5.2014.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 1º DE ABRIL DE 2009.**

**(Redação integral dada pela Portaria AGU nº 155 de 19.4.2017 – D. O. de 20.4.2017)**

A **ADVOGADA-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00688.000777/2016-68, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993: **(Redação dada pela Portaria AGU nº 155 de 19.4.2017 – D. O. de 20.4.2017)**

*PARA FINS DE ESCOLHA DAS MODALIDADES LICITATÓRIAS CONVENCIONAIS (CONCORRÊNCIA, TOMADA DE PREÇOS E CONVITE), BEM COMO DE ENQUADRAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PREVISTAS NO ART. 24, I e II, DA LEI Nº 8.666/1993, A DEFINIÇÃO DO VALOR DA CONTRATAÇÃO LEVARÁ EM CONTA O PERÍODO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E AS POSSÍVEIS PRORROGAÇÕES. NAS LICITAÇÕES EXCLUSIVAS PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS, O VALOR DE R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS) REFERE-SE AO PERÍODO DE UM ANO, OBSERVADA A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE EM CASOS DE PERÍODOS DISTINTOS.* **(Redação dada pela Portaria AGU nº 155 de 19.4.2017 – D. O. de 20.4.2017)**

INDEXAÇÃO: SERVIÇO. VALOR. CONTRATAÇÃO. PRORROGAÇÕES. LICITAÇÃO EXCLUSIVA PEQUENAS EMPRESAS. EMPRESAS DE PEQUENO PORTE. LICITAÇÃO CONVENCIONAL. DISPENSA EM RAZÃO DO VALOR.**(Redação dada pela Portaria AGU nº 155 de 19.4.2017 – D. O. de 20.4.2017)**

REFERÊNCIA: Arts. 170, inc. IX e 179, da Constituição Federal; Arts. 7º, § 2º, inc. II, 8°, 15, inc. V, 23, caput e incs., §§ 1º e 5º, 24, inc. I e II, e 57, inc. II, da Lei nº 8.666, de 1993. Arts. 44 e 48, da LC nº 123, de 2006; Arts. 5º, 6º e 7º do Decreto n° 6.204, de 2007; Enunciado PF/IBGE/RJ 01. NOTA n. 00085/2016/DECOR/CGU/AGU; Despacho n. 00013/2017/DECOR/CGU/AGU; Parecer PGFN/CJU/COJLC nº 1545/2016; Parecer AGU/CGU/NAJMG 39/2007-MRAK; Acórdãos TCU 177/1994-Primeira Câmara, 260/2002-Plenário, 696/2003-Primeira Câmara, 1.560/2003-Plenário, 1.862/2003-Plenário, 740/2004-Plenário, 1.386/2005-Plenário, 186/2008-Plenário, 3.619/2008-Segunda Câmara, 943/2010-Plenário, 1.932/2016 – Plenário **(Redação dada pela Portaria AGU nº 155 de 19.4.2017 – D. O. de 20.4.2017)**

D. O. de 7.4.2009.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 11, DE 1º DE ABRIL DE 2009.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*“A CONTRATAÇÃO DIRETA COM FUNDAMENTO NO INC. IV DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666, DE 1993, EXIGE QUE, CONCOMITANTEMENTE, SEJA APURADO SE A SITUAÇÃO EMERGENCIAL FOI GERADA POR FALTA DE PLANEJAMENTO, DESÍDIA OU MÁ GESTÃO, HIPÓTESE QUE, QUEM LHE DEU CAUSA SERÁ RESPONSABILIZADO NA FORMA DA LEI.”*

INDEXAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO. EMERGÊNCIA. CONTRATAÇÃO DIRETA. FALTA DE PLANEJAMENTO. DESÍDIA. MÁ GESTÃO. RESPONSABILIDADE. APURAÇÃO.

REFERÊNCIA: art. 24, inc. IV, da Lei nº 8.666, de 1993; Acórdão TCU 1.876/2007-Plenário.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 7.4.2009.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 1º DE ABRIL DE 2009.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*“NÃO SE DISPENSA LICITAÇÃO, COM FUNDAMENTO NOS INCS. V E VII DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666, de 1993, CASO A LICITAÇÃO FRACASSADA OU DESERTA TENHA SIDO REALIZADA NA MODALIDADE CONVITE.”*

INDEXAÇÃO: CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA. LICITAÇÃO FRACASSADA. LICITAÇÃO DESERTA. CONVITE.

REFERÊNCIA: arts. 22 e 24, inc. V e VII, da Lei nº 8.666, de 1993; Súmula TCU nº 248; Decisões TCU 274/94-Plenário, 56/2000-Segunda Câmara; Acórdãos TCU 1089/2003-Plenário e 819/2005-Plenário.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 7.4.2009.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 13, DE 1º DE ABRIL DE 2009.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*“EMPRESA PÚBLICA OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA QUE EXERÇA ATIVIDADE ECONÔMICA NÃO SE ENQUADRA COMO ÓRGÃO OU ENTIDADE QUE INTEGRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PARA OS FINS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM FUNDAMENTO NO INC. VIII DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666, DE 1993.”*

INDEXAÇÃO: EMPRESA PÚBLICA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. ATIVIDADE ECONÔMICA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DIRETA.

REFERÊNCIA: art. 173, § 1º, inc. II, Constituição Federal; art. 2º e parágrafo único, art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666, de 1993; Acórdãos TCU 2203/2005-Primeira Câmara, 2063/2005-Plenário, 2399/2006- Plenário.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 7.4.2009.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 14, DE 1º DE ABRIL DE 2009.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*“OS CONTRATOS FIRMADOS COM AS FUNDAÇÕES DE APOIO COM BASE NA DISPENSA DE LICITAÇÃO PREVISTA NO INC. XIII DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666, DE 1993, DEVEM ESTAR DIRETAMENTE VINCULADOS A PROJETOS COM DEFINIÇÃO CLARA DO OBJETO E COM PRAZO DETERMINADO, SENDO VEDADAS A SUBCONTRATAÇÃO; A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS OU DE MANUTENÇÃO; E A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES PERMANENTES DA INSTITUIÇÃO.”*

INDEXAÇÃO: FUNDAÇÃO DE APOIO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. VEDAÇÃO. SUBCONTRATAÇÃO. SERVIÇOS CONTÍNUOS. MANUTENÇÃO. ATIVIDADES PERMANENTES.

REFERÊNCIA:Lei nº 8.666, de 1993; Lei nº 8.958, de 1994; Decreto nº 5.205, de 2004; Acórdãos TCU 1516/2005-Plenário, 248/2006-Plenário, 918/2008-Plenário.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 7.4.2009.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 1º DE ABRIL DE 2009.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*“A CONTRATAÇÃO DIRETA COM FUNDAMENTO NA INEXIGIBILIDADE PREVISTA NO ART. 25, INC. I, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, É RESTRITA AOS CASOS DE COMPRAS, NÃO PODENDO ABRANGER SERVIÇOS.”*

INDEXAÇÃO: INEXIGIBILIDADE. SERVIÇOS. AQUISIÇÃO. COMPRAS.

REFERÊNCIA: Art. 25, inc. I, da Lei nº 8.666, de 1993. Despacho do Consultor-Geral da União nº 343/2007. Acórdão TCU 1.796/2007- Plenário.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 7.4.2009.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 1º DE ABRIL DE 2009.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*“COMPETE À ADMINISTRAÇÃO AVERIGUAR A VERACIDADE DO ATESTADO DE EXCLUSIVIDADE APRESENTADO NOS TERMOS DO ART. 25, INC. I, DA LEI Nº 8.666, DE 1993.”*

INDEXAÇÃO: INEXIGIBILIDADE. FORNECEDOR EXCLUSIVO. ATESTADO DE EXCLUSIVIDADE. VERACIDADE. AVERIGUAÇÃO.

REFERÊNCIA: Art. 25, inc. I, da Lei nº 8.666, de 1993. Despacho do Consultor-Geral da União 343/2007. Parecer AGU/CGU/NAJSE 54/2008-JANS. Acórdãos TCU 1.796/2007 - Plenário, 223/2005 - Plenário.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 7.4.2009.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 17, DE 1º DE ABRIL DE 2009.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*"A RAZOABILIDADE DO VALOR DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PODERÁ SER AFERIDA POR MEIO DA COMPARAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA COM OS PREÇOS PRATICADOS PELA FUTURA CONTRATADA JUNTO A OUTROS ENTES PÚBLICOS E/OU PRIVADOS, OU OUTROS MEIOS IGUALMENTE IDÔNEOS."***(Redação dada pela Portaria nº 572, de 13.12.2011 - D. O. de 14.12.2011)**

INDEXAÇÃO: INEXIGIBILIDADE. CONTRATAÇÃO DIRETA. JUSTIFICATIVA DE PREÇO. PROPOSTA. CONTRATADA.**(Redação dada pela Portaria nº 572, de 13.12.2011 - D. O. de 14.12.2011)**

REFERÊNCIA: Art. 26, parágrafo único, inc. III; art. 113, da Lei nº 8.666, de 1993; Despacho do Consultor-Geral da União nº 343/2007; Informativo NAJ/RJ, ANO 1, Nº 1, jun/07, Orientação 05; Decisão TCU 439/2003-Plenário, Acórdãos TCU 540/2003-Plenário, 819/2005- Plenário, 1.357/2005-Plenário, 1.796/2007-Plenário, Despachos proferidos no PARECER nº 0467/2010/RCDM/NAJSP/AGU; PARECER/AGU/NAJSP/ Nº 0969/2009 - SS; PARECER/AGU/NAJSP/ Nº 0957/2008 - CEM e PARECER/AGU/NAJSP/ Nº 0645-2009-CAOP. PROCESSO Nº 00400.010939/2010-50 **(Redação dada pela Portaria nº 572, de 13.12.2011 - D. O. de 14.12.2011)**

D. O. de 7.4.2009.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 1º DE ABRIL DE 2009.**

A **ADVOGADA-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta dos Processos nº 00400.015975/2008-95 e 00593.000129/2017-41, resolve:

Art. 1º A Orientação Normativa nº 18, de 1º de abril de 2009, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"CONTRATA-SE POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 25,*CAPUT*OU INCISO II, DA LEI N° 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS PARA MINISTRAR CURSOS FECHADOS PARA TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL OU A INSCRIÇÃO EM CURSOS ABERTOS.*

*O ART. 25,*CAPUT*, COMO FUNDAMENTO, IMPÕE A CONSTATAÇÃO DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO POR AUSÊNCIA DE CRITÉRIO OBJETIVO DE SELEÇÃO OU POR EXCLUSIVIDADE DO OBJETO PERSEGUIDO PELA ADMINISTRAÇÃO, MEDIANTE ROBUSTA INSTRUÇÃO DOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, SEM PREJUÍZO DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE AINDA MAIORES POR PARTE DOS ÓRGÃOS COMPETENTES.*

*A MOTIVAÇÃO LEGAL COM BASE NO ART. 25, INCISO II, DA LEI N° 8.666, DE 1993, EXIGE A IDENTIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO E DA SINGULARIDADE DO CURSO.***(Redação dada pela Portaria nº 382, de 21.12.2018, publicada no D. O. U. de 24.12.2018)**

INDEXAÇÃO: TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO. PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS. CURSOS FECHADOS OU INSCRIÇÃO EM CURSOS ABERTOS.**(Redação dada pela Portaria nº 382, de 21.12.2018, publicada no D. O. U. de 24.12.2018)**

REFERÊNCIA: Parecer nº 97/2017/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 98/2017/DECOR/CGU/AGU; e, Despacho nº 976/2018/GAB/CGU/AGU; art. 25,capute inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993."(NR)**(Redação dada pela Portaria nº 382, de 21.12.2018, publicada no D. O. U. de 24.12.2018)**

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 7.4.2009.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 1º DE ABRIL DE 2009.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*"O PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS É DE NO MÁXIMO UM ANO, NOS TERMOS DO ART. 15, §3º, INC.III, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, RAZÃO PELA QUAL EVENTUAL PRORROGAÇÃO DA SUA VIGÊNCIA, COM FUNDAMENTO NO ART. 12, CAPUT, DO DECRETO Nº 7.892, DE 2013, SOMENTE SERÁ ADMITIDA ATÉ O REFERIDO LIMITE E DESDE QUE DEVIDAMENTE JUSTIFICADA, MEDIANTE AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR E QUE A PROPOSTA CONTINUE SE MOSTRANDO MAIS VANTAJOSA." (NR)*(**Redação dada pela Portaria AGU nº 124 de 25.4.2014 – D. O. de 2.5.2014). (\*)**

INDEXAÇÃO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PRORROGAÇÃO. VIGÊNCIA. PRAZO. VALIDADE. (\*)

REFERÊNCIA: art. 15, § 3º, inc. III, da Lei nº 8.666, de 1993; art. 4º, *caput*, § 2º, do Decreto nº 3.931, de 2001. **(\*)**

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

**(\*)** A indexação e as referências publicadas no D. O. de 7.4.2009, com a redação originária da Orientação Normativa nº 19, de 2009, não foram alteradas pela Portaria nº 124, de 25.4.2014.

D. O. de 7.4.2009. Alteração publicada no D. O. de 2.5.2014.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 1º DE ABRIL DE 2009.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*“NA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS, A INDICAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA É EXIGÍVEL APENAS ANTES DA ASSINATURA DO CONTRATO”.*

INDEXAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. CONTRATO.

REFERÊNCIA: arts. 15 e 38, *caput*, da Lei nº 8.666, de 1993; art. 3º do Decreto nº 3.931, de 2001; Acórdãos TCU 3.146/2004-Primeira Câmara e 1.279/2008-Plenário.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 7.4.2009.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 21, DE 1º DE ABRIL DE 2009.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*"É VEDADA AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS A ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUANDO A LICITAÇÃO TIVER SIDO REALIZADA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, MUNICIPAL OU DO DISTRITO FEDERAL, BEM COMO POR ENTIDADES PARAESTATAIS."***(Redação dada pela Portaria nº 572, de 13.12.2011 - D. O. de 14.12.2011)**

INDEXAÇÃO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. ADESÃO. VEDAÇÃO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL. ESTADO. MUNICÍPIO. DISTRITO FEDERAL. PARAESTATAIS.**(Redação dada pela Portaria nº 572, de 13.12.2011 - D. O. de 14.12.2011)**

REFERÊNCIA: Art. 37, caput, Constituição Federal, de 1988; arts. 1º e 15, §3º, Lei nº 8.666, de 1993, art. 1º, Decreto nº 3.931, de 2001, PARECER PGFN/CJU/COJLC/N° 991; Decisão TCU 907/1997- Plenário e 461/1998- Plenário; Acórdão TCU 1.487/2007-Plenário. PROCESSO Nº 00400.010939/2010-50. **(Redação dada pela Portaria nº 572, de 13.12.2011 - D. O. de 14.12.2011)**

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 7.4.2009.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 22, DE 1º DE ABRIL DE 2009.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*“O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO PODE SER CONCEDIDO A QUALQUER TEMPO, INDEPENDENTEMENTE DE PREVISÃO CONTRATUAL, DESDE QUE VERIFICADAS AS CIRCUNSTÂNCIAS ELENCADAS NA LETRA "D" DO INC. II DO ART. 65, DA LEI Nº 8.666, DE 1993.”*

INDEXAÇÃO: REEQUIÍLIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO. REQUERIMENTO. CONCESSÃO. PREVISÃO. CONTRATO.

REFERÊNCIA: art. 65, inc. II, letra "d", da Lei nº 8.666, de 1993; Nota AGU/DECOR nº 23/2006-AMD; Acórdão TCU 1.563/2004- Plenário.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 7.4.2009.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 23, DE 1º DE ABRIL DE 2009.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*"O EDITAL OU O CONTRATO DE SERVIÇO CONTINUADO DEVERÁ INDICAR O CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, SOB A FORMA DE REAJUSTE EM SENTIDO ESTRITO, ADMITIDA A ADOÇÃO DE ÍNDICES GERAIS, ESPECÍFICOS OU SETORIAIS, OU POR REPACTUAÇÃO, PARA OS CONTRATOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, PELA DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA DA VARIAÇÃO DOS COMPONENTES DOS CUSTOS."***(Redação dada pela Portaria nº 572, de 13.12.2011 - D. O. de 14.12.2011)**

INDEXAÇÃO: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS. REAJUSTE. ÍNDICE. REPACTUAÇÃO. COMPOSIÇÃO DE CUSTOS. DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA. PREVISÃO. CONTRATO.**(Redação dada pela Portaria nº 572, de 13.12.2011 - D. O. de 14.12.2011)**

REFERÊNCIA: Arts. 1°, 2° e 3° da Lei n° 10.192, de 2001; art. 40, inc. XI, art.55, inc. III, da Lei nº 8.666, de 1993; art. 5º do Decreto n° 2.271, de 1997; Parecer JT-02/AGU; Acórdãos TCU 1.563/2004- Plenário, 1.941/2006-Plenário e 1.828/2008-Plenário. PROCESSO Nº 00400.010939/2010-50 **(Redação dada pela Portaria nº 572, de 13.12.2011 - D. O. de 14.12.2011)**

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 7.4.2009.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 24, DE 1º DE ABRIL DE 2009.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*"O CONTRATO DE SERVIÇO CONTINUADO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA DEVE INDICAR QUE O REAJUSTE DAR-SE-Á APÓS DECORRIDO O INTERREGNO DE UM ANO CONTADO DA DATA LIMITE PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA."***(Redação dada pela Portaria nº 572, de 13.12.2011 - D. O. de 14.12.2011)**

INDEXAÇÃO: SERVIÇO. SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA MÃO DE OBRA. REAJUSTE. INTERREGNO. APRESENTAÇÃO. PROPOSTA.**(Redação dada pela Portaria nº 572, de 13.12.2011 - D. O. de 14.12.2011)**

REFERÊNCIA: Arts. 40, inc. XI, 55, inc. III, e 57, incs. II e IV da Lei n° 8.666, de 1993; arts. 1°, 2° e 3° da Lei n° 10.192, de 2001; art. 5º, Decreto 2.271, de 1997; Parecer JT-02/AGU. PROCESSO Nº 00400.010939/2010-50. **(Redação dada pela Portaria nº 572, de 13.12.2011 - D. O. de 14.12.2011)**

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 7.4.2009.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 25, DE 1º DE ABRIL DE 2009.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*"NO CONTRATO DE SERVIÇO CONTINUADO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, O INTERREGNO DE UM ANO PARA QUE SE AUTORIZE A REPACTUAÇÃO DEVERÁ SER CONTADO DA DATA DO ORÇAMENTO A QUE A PROPOSTA SE REFERIR, ASSIM ENTENDIDO O ACORDO, CONVENÇÃO OU DISSÍDIO COLETIVO DE TRABALHO, PARA OS CUSTOS DECORRENTES DE MÃO DE OBRA, E DA DATA LIMITE PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA EM RELAÇÃO AOS DEMAIS INSUMOS."***(Redação dada pela Portaria nº 572, de 13.12.2011 - D. O. de 14.12.2011)**

INDEXAÇÃO: SERVIÇOS. COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA. MÃO DE OBRA. REPACTUAÇÃO. INTERREGNO. ORÇAMENTO. ACORDO. CONVENÇÃO. DISSÍDIO COLETIVO. PROPOSTA. INSUMOS.**(Redação dada pela Portaria nº 572, de 13.12.2011 - D. O. de 14.12.2011)**

REFERÊNCIA: Arts. 40, inc. XI, 55, inc. III, e 57, incs. II e IV da Lei n° 8.666, de 1993; arts. 1°, 2° e 3° da Lei n° 10.192, de 2001; art. 5º, Decreto n° 2.271, de 1997; Parecer JT-02/AGU; Acórdãos TCU 1.563/2004-Plenário, 2255/2005-Plenário. PROCESSO Nº 00400.010939/2010-50.**(Redação dada pela Portaria nº 572, de 13.12.2011 - D. O. de 14.12.2011)**

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 7.4.2009.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 26, DE 1º DE ABRIL DE 2009.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*"NO CASO DAS REPACTUAÇÕES SUBSEQUENTES À PRIMEIRA, O INTERREGNO DE UM ANO DEVE SER CONTADO DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO CORRESPONDENTE À MESMA PARCELA OBJETO DA NOVA SOLICITAÇÃO. ENTENDE-SE COMO ÚLTIMA REPACTUAÇÃO A DATA EM QUE INICIADOS SEUS EFEITOS FINANCEIROS, INDEPENDENTEMENTE DAQUELA EM QUE CELEBRADA OU APOSTILADA."***(Redação dada pela Portaria nº 572, de 13.12.2011 - D. O. de 14.12.2011)**

INDEXAÇÃO: REPACTUAÇÃO SUBSEQUENTE. INTERREGNO. EFEITOS FINANCEIROS.**(Redação dada pela Portaria nº 572, de 13.12.2011 - D. O. de 14.12.2011)**

REFERÊNCIA: Arts. 40, inc. XI, 55, inc. III, e 57, incs. II e IV, 65, §8º, da Lei n° 8.666, de 1993; arts. 1°, 2° e 3° da Lei n° 10.192, de 2001; art. 614, CLT; art. 5º, Decreto n° 2.271, de 1997; Parecer JT02/AGU, Acórdão TCU 1827/2008 - Plenário. PROCESSO Nº 00400.010939/2010-50.**(Redação dada pela Portaria nº 572, de 13.12.2011 - D. O. de 14.12.2011)**

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 7.4.2009.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 9 DE ABRIL DE 2009. (\*)**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO INTERINO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00406.002462/2008-64, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*“É VEDADO AOS MEMBROS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO E DE SEUS ÓRGÃOS VINCULADOS O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA PRIVADA E FIGURAR COMO SÓCIO EM SOCIEDADE DE ADVOGADOS, MESMO DURANTE O PERÍODO DE GOZO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, OU DE LICENÇA INCENTIVADA SEM REMUNERAÇÃO, OU DURANTE AFASTAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO, SALVO O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA EM CAUSA PRÓPRIA E A ADVOCACIA pro bono.”*

INDEXAÇÃO: ADVOCACIA PRIVADA. LICENÇA. MANDATO ELETIVO. CAUSA PRÓPRIA. PRO BONO.

REFERÊNCIA: art. 28, inc. I, Lei Complementar no 73, de 1993; arts. 28, 29 e 30 da Lei nº 8.906, de 1994; Parecer nº 06/2009/MP/CGU/AGU; Despacho do Consultor-Geral da União nº 524/2009.

**EVANDRO COSTA GAMA**

D. O. de 14.4.2009.

**(\*)** A propósito da Orientação Normativa nº 27, de 9 de abril de 2009, leia-se o Despacho do Advogado-Geral da União, de 15 de abril de 2010, publicado no Diário Oficial de 19 de abril de 2010, do seguinte teor:

**“DESPACHO DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**

Em 15 de abril de 2010

REFERÊNCIA: Processo nº 00400.023223/2009-89

1. O Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz) apresentou Requerimento Administrativo pela revogação parcial da Orientação Normativa nº 27, de 9 de abril de 2009, a fim de que dela seja suprimido o trecho que "*veda aos membros da Advocacia-Geral da União e de seus órgãos vinculados o exercício da advocacia privada e figurar como sócio em sociedade de advogados, mesmo durante o período de gozo de licença para tratar de interesses particulares, ou de licença incentivada sem renumeração, ou durante afastamento para exercício de mandato eletivo*".

2. Sustenta, para tanto, em resumo, que tal restrição viola a lei e a Constituição e ofende direito líquido e certo dos integrantes da Advocacia-Geral da União (AGU), em especial dos Procuradores da Fazenda Nacional, pelo referido Sindicato ora representado.

3. A Orientação Normativa n° 27/2009, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, pagina 5, de 14 de abril de 2009, foi exarada nos seguintes termos:

*"ORIENTAÇÃO NORMATIVA N° 27, DE 9 DE ABRIL DE 2009*

*O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do processo nº 00406.002462/2008-64, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgão jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:*

*É VEDADO AOS MEMBROS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO E SEUS ORGÃOS VINCULADOS O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA PRIVADA E FIGURAR COMO SÓCIO EM SOCIEDADE DE ADVOGADOS, MESMO DURANTE O PERÍODO DE GOZO DE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, OU DE LICENÇA INCENTIVADA SEM RENUMERAÇÃO, OU DURANTE AFASTAMENTO PARA O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA EM CAUSA PRÓPRIA E A ADVOCACIA PRO BONO.*

*INDEXAÇÃO: ADVOCACIA PRIVADA, LICENÇA, MANDATO ELETIVO, CAUSA PRÓPRIA, PRO BONO.*

*REFERÊCIA: art. 28, inc. I, Lei Complementar nº 73, de 1993; arts. 28, 29 e 30 da lei nº 8.906, de 1994; parecer nº 06/2009/MP/CGU/AGU; Despacho do Consultor-Geral nº 524/2009"*

4. O então Advogado-Geral da União interino, ao aprovar em parte o Parecer nº 06/2009/MP/CGU/AGU, fundamentou a ampliação da proibição veiculada no art. 28 da Lei Complementar nº 73/93 com o argumento, defendido no aludido parecer, de que a advocacia privada, mesmo nas situações em que o servidor não se encontra no exercício do cargo, possibilitaria a obtenção de ganhos financeiros e a captação de clientela, o que colocaria "*em questão a independência e a impessoalidade, assim como a ética, do Advogado Público, mesmo que se declarasse impedido de atuar nos referidos processos*".

5. Ouvida a Consultoria-Geral da União sobre o requerimento do Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional, esta se manifestou pelo Parecer Nº 26/2010/DECOR/CGU/AGU, concluindo pela manutenção do entendimento exposto no Parecer 06/2009/MP/CGU/AGU, que resultou na Orientação Normativa Nº 27, de 09 de abril de 2009.

6. Invocando os argumentos expendidos no Parecer acima citado e no Despacho n. 524/2009, que o aprovou, da lavra do Consultor-Geral da União, foi reafirmado o alcance proibitivo decorrente do dispositivo contido na Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, quando expressa a vedação do exercício da advocacia pelos seus membros efetivos fora das atribuições institucionais.

7. Chama a atenção a passagem do parecerista originário, quando este afirma, ao tratar do alcance da proibição do exercício da advocacia quando o membro efetivo da AGU estiver sob licença para tratar de assuntos particulares, tendo asseverado: *"A incompatibilidade permanece mesmo que o ocupante do cargo ou função deixe de exercê-lo temporariamente. O silêncio total da lei, aparentemente voluntário, no que diz respeito aos impedimentos, legitima o entendimento de que é possível a advocacia privada nos casos de licença. Sim para os que se regem unicamente pelo Estatuto - Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994 - parece razoável a interpretação. Contudo... aos advogados que se submetem tanto ao Estatuto quanto a Lei Complementar n. 73, de 10 de fevereiro de 1993, sujeitam-se também a outras limitações."(sublinhados nossos)*

8. Com efeito, se por um lado não se pode admitir que ato administrativo interpretativo amplie restrições não previstas expressamente em lei, por outro o art. 28, I, da Lei Complementar nº 73/93, ao vedar aos integrantes da Advocacia-Geral da União o exercício da advocacia fora de suas atribuições institucionais, como reconhecido no despacho motivador da orientação normativa em apreço, teria por finalidade: garantir a advocacia pública como atividade profissional exclusiva do Advogado Público, sem a concorrência do exercício da advocacia privada, e garantir a independência, a impessoalidade e a moralidade no exercício da advocacia pública da União. Razões pelas quais a matéria se mostra controversa ao ponto de exigir maior reflexão antes de uma posição definitiva.

9. Chama a atenção nos argumentos abordados pelo Sindicato Requerente, que se o integrante da Advocacia-Geral da União não se encontra no exercício efetivo do cargo, com vínculo estatutário suspenso em razão das licenças ou do afastamento de que presente se trata, como deflui dos artigos 15 e 102 da Lei nº 8.112/90, não há dúvida de que, por não desempenhar suas atribuições institucionais, não pode, nos termos dos artigos 121 e 124 da mesma lei, ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por atos praticados fora do exercício de suas atribuições funcionais. É bom ressaltar que o próprio *caput* do art. 28 da LC 73/1993 destaca a expressão "*...proibições decorrentes do exercício de cargo público..."*, logo, se a licença constitui interrupção da prestação de serviço, é no mínimo duvidoso que as vedações permaneçam efetivas quando o vínculo se encontra interrompido.

10. Tais elementos não autorizam, por óbvio, o advogado público federal que não se encontre no exercício efetivo do cargo, por força de licença prevista em lei, mas que mantenha vínculo funcional, a exercer a advocacia contra a União e contra entidade a ela vinculada, matéria que, em verdade, já se encontra disciplinada na Lei nº 8.906/94, eis que, em seu art. 30, I, cuida do impedimento dos servidores da administração direta, indireta e fundacional de exercer a advocacia "*contra a Fazenda Pública que os remunere ou à qual seja vinculada a entidade empregadora."*

11. A Lei nº 8.906/94, que rege o exercício da atividade da advocacia no território brasileiro, inclusive o praticado por integrantes da Advocacia-Geral da União (art. 3º, § 1º), distingue o impedimento (proibição parcial) da incompatibilidade (proibição total) para o exercício da advocacia ( art. 27). Enquanto esta incide sobre os ocupantes de cargos ou funções cuja natureza não se coaduna, em qualquer circunstância, com o exercício da advocacia (art. 28), o primeiro aplica-se àqueles que apenas não podem advogar contra determinados entes (art. 30).

12. Eis a regra geral, aplicável a todos os que exercem a advocacia no Brasil, inclusive os advogados públicos. A exceção, no que tange aos advogados públicos federais, é o comando contido no art. 28, I, da Lei Complementar nº 73/93, o qual proíbe, quando no exercício pleno do cargo, aos integrantes da Advocacia-Geral da União, a atuação profissional da advocacia fora das atribuições institucionais. Trata-se de proibição cuja clareza não está a merecer interpretações, pois somente aqueles que se encontrem no exercício efetivo de seus cargos e no desempenho de suas atribuições institucionais é que não podem, fora delas, exercer a advocacia como atividade profissional. Aos demais, ou seja, àqueles que não se encontrem no exercício efetivo de seus cargos, impõem-se a aplicação da regra geral como medida de justiça.

13. Não se pode, portanto, admitir com total segurança que, em decorrência de ato administrativo interpretativo, se imponha proibição não prevista pelo legislador, em desatenção ao princípio constitucional da legalidade, até porque a regra de impedimento prevista no art. 30, I, da Lei nº 8.906/94, pelo seu alcance, protege adequadamente o interesse público e atende plenamente às finalidades da proibição contida no art. 28, I, da Lei Complementar nº 73/93.

14. Ressalte-se, ainda, que a Orientação Normativa nº 27/2009 tem o inegável mérito de autorizar o exercício, pelos integrantes da Advocacia-Geral da União, da advocacia em causa própria e de disciplinar advocacia *pro bono*. Esta última particularmente regulamentada pela Portaria AGU Nº 758, de 09 de junho de 2009, tem-se revelado importante instrumento para a consecução do interesse público.

15. Ante o exposto e estando evidente a divergência de entendimentos no tocante ao mérito da matéria, entendo necessário um maior aprofundamento do tema, sem que a regra proibitiva produza efeitos, razão pela qual deixo, no momento, de acolher o posicionamento externado no Parecer nº 26/2010/DECOR/CGU/AGU e no Despacho do Consultor-Geral da União nº 474/2010, e determino a suspensão temporária da Orientação Normativa nº 27, de 9 de abril de 2009, no que tange à vedação aos membros da Advocacia-Geral da União e de seu órgão vinculado para o exercício da advocacia privada e de figurar como sócio em sociedade de advogados, durante o período de gozo de Licença para Tratar de Interesses Particulares, ou de Licença Incentivada sem Remuneração, permanecendo as demais vedações normativas sobre o tema, até ulterior deliberação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**”

D. O. de 19.4.2010.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 28, DE 9 DE ABRIL DE 2009.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO INTERINO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.012110/2008-77, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*“A COMPETÊNCIA PARA REPRESENTAR JUDICIAL E EXTRAJUDICIALMENTE A UNIÃO, SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS, BEM COMO PARA EXERCER AS ATIVIDADES DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURÍDICO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL, É EXCLUSIVA DOS MEMBROS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO E DE SEUS ÓRGÃOS VINCULADOS.”*

INDEXAÇÃO: COMPETÊNCIA. REPRESENTAR. JUDICIAL. EXTRAJUDICIALMENTE. CONSULTORIA. ASSESSORAMENTO. PODER EXECUTIVO. EXCLUSIVA. MEMBROS. ADVOCACIA-GERAL. ÓRGÃOS. VINCULADOS.

REFERÊNCIA: art. 131, Constituição Federal; arts. 2º, § 5º, 20, 49, incisos I, II, III e § 1º, Lei Complementar no 73, de 1993; Parecer AGU/SFT nº 001/2009; Despacho do Consultor-Geral da União nº 430/2009; Pareceres GQ-77, de 1995, GQ-163, de 1998, e GQ-191, 1999.

**EVANDRO COSTA GAMA**

D. O. de 14.4.2009.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 29, DE 15 DE ABRIL DE 2010.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.007181/2009-77, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*"A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODE FIRMAR TERMO DE PARCERIA OU CONVÊNIO COM AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIPs), OBSERVADA, RESPECTIVAMENTE, A REGRA DO CONCURSO DE PROJETOS OU DO CHAMAMENTO PÚBLICO. A OPÇÃO PELO TERMO DE PARCERIA OU CONVÊNIO DEVE SER MOTIVADA. APÓS A CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO, NÃO É POSSÍVEL ALTERAR O RESPECTIVO REGIME JURÍDICO, VINCULANDO OS PARTÍCIPES." (NR)***(Redação dada pela Portaria AGU nº 57, de 26.2.2014 – D. O. de 27.2.2014) (\*)**

INDEXAÇÃO:CONVÊNIO. TERMO DE PARCERIA. OSCIPs. MOTIVAÇÃO DA ESCOLHA. REGIME JURÍDICO.

REFERÊNCIA: Texto aprovado pelo Despacho DEAEX nº 80/2009, pelo Despacho CGU nº 2.039/2009 e pelo Despacho do Advogado-Geral da União, exarado em 19 de março de 2010, em decorrência das conclusões da 5ª Reunião do Colégio de Consultoria, realizada no dia 27 de agosto de 2009, onde foi analisada a Nota nº 33/2009/DEAEX/CGU/AGU - MICRF. **(\*)**

**(\*)** A indexação e as referências publicadas no D. O. de 16.4.2010, com a redação originária da Orientação Normativa nº 29, de 2010, não foram alteradas pela Portaria nº 57, de 26.2.2014.

D. O. de 16.4.2010. Alteração publicada no D. O. de 27.2.2014.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 30, DE 15 DE ABRIL DE 2010.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.007181/2009-77, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*“OS DADOS CONSTANTES NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE (SICONV) POSSUEM FÉ PÚBLICA. LOGO, OS ÓRGÃOS JURÍDICOS NÃO NECESSITAM SOLICITAR AO GESTOR PÚBLICO A APRESENTAÇÃO FÍSICA, A COMPLEMENTAÇÃO E A ATUALIZAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO JÁ INSERIDA NO ATO DE CADASTRAMENTO NO SICONV, SALVO SE HOUVER DÚVIDA FUNDADA.”*

INDEXAÇÃO: SICONV. DADOS. FÉ PÚBLICA. APRESENTAÇÃO FÍSICA. DESNECESSIDADE. DÚVIDA FUNDADA.

REFERÊNCIA: Texto aprovado pelo Despacho DEAEX nº 80/2009, pelo Despacho CGU nº 2.039/2009 e pelo Despacho do Advogado-Geral da União, exarado em 19 de março de 2010, em decorrência das conclusões da 5ª Reunião do Colégio de Consultoria, realizada no dia 27 de agosto de 2009, onde foi analisada a Nota nº 33/2009/DEAEX/CGU/AGU - MICRF.

D. O. de 16.4.2010.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 31, DE 15 DE ABRIL DE 2010.**

**(Cancelada pela Portaria/AGU nº 57, de 26.2.2014. Ver a Orientação Normativa nº 45, de 2014)**

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 32, DE 15 DE ABRIL DE 2010.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.007181/2009-77, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*“AS LEIS Nos 11.945 E 11.960, DE 2009, APLICAM-SE SOMENTE AOS CONVÊNIOS CELEBRADOS APÓS O INÍCIO DAS RESPECTIVAS VIGÊNCIAS. ADMITE-SE A POSSIBILIDADE DE ADITAMENTO DOS CONVÊNIOS ANTIGOS PARA ADEQUÁ-LOS ÀS REGRAS DAS REFERIDAS LEIS.”*

INDEXAÇÃO:CONVÊNIOS. PRORROGAÇÃO. ADITAMENTO. LIBERAÇÃO DE PARCELAS. CAUC. REGULARIDADE FISCAL.

REFERÊNCIA:Texto aprovado pelo Despacho DEAEX nº 80/2009, pelo Despacho CGU nº 2.039/2009 e pelo Despacho do Advogado-Geral da União, exarado em 19 de março de 2010, em decorrência das conclusões da 5ª Reunião do Colégio de Consultoria, realizada no dia 27 de agosto de 2009, onde foi analisada a Nota nº 33/2009/DEAEX/CGU/AGU - MICRF.

D. O. de 16.4.2010

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA N~~º~~ 33, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011**.

**Editada pela Portaria nº 572, de 13.12.2011 - D. O. de 14.12.2011**

("DE CARÁTER OBRIGATÓRIO A TODOS OS ÓRGÃOS JURÍDICOS ENUMERADOS NOS ARTS. 2 º E 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993" – ART. 1º DA PORTARIA Nº 572, DE 2011)

*"O ATO ADMINISTRATIVO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA (ART. 17, §§ 2º E 4º, ART. 24, INC. III E SEGUINTES, E ART. 25 DA LEI Nº 8.666, DE 1993) DEVE SER PUBLICADO NA IMPRENSA OFICIAL, SENDO DESNECESSÁRIA A PUBLICAÇÃO DO EXTRATO CONTRATUAL."*

INDEXAÇÃO: ATO ADMINISTRATIVO, AUTORIZAÇÃO, CONTRATAÇÃO DIRETA, DISPOSIÇÃO, LEGISLAÇÃO FEDERAL, PUBLICAÇÃO, IMPRENSA OFICIAL, DESNECESSIDADE, DIVULGAÇÃO, DEMONSTRATIVO, CONTRATO.

REFERÊNCIA: Art. 26 e parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993. PROCESSO Nº 00400.010939/ 2010-50.

D. O. de 14.12.2011.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA N~~º~~ 34 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.**

**Editada pela Portaria nº 572, de 13.12.2011 - D. O. de 14.12.2011**

("DE CARÁTER OBRIGATÓRIO A TODOS OS ÓRGÃOS JURÍDICOS ENUMERADOS NOS ARTS. 2 º E 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993" – ART. 1º DA PORTARIA Nº 572, DE 2011)

*"AS HIPÓTESES DE INEXIGIBILIDADE (ART. 25) E DISPENSA DE LICITAÇÃO (INCISOS III E SEGUINTES DO ART. 24) DA LEI Nº 8.666, DE 1993, CUJOS VALORES NÃO ULTRAPASSEM AQUELES FIXADOS NOS INCISOS I E II DO ART. 24 DA MESMA LEI, DISPENSAM A PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA OFICIAL DO ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA, EM VIRTUDE DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMICIDADE E EFICIÊNCIA, SEM PREJUÍZO DA UTILIZAÇÃO DE MEIOS ELETRÔNICOS DE PUBLICIDADE DOS ATOS E DA OBSERVÂNCIA DOS DEMAIS REQUISITOS DO ART. 26 E DE SEU PARÁGRAFO ÚNICO, RESPEITANDO-SE O FUNDAMENTO JURÍDICO QUE AMPAROU A DISPENSA E A INEXIGIBILIDADE."*

INDEXAÇÃO: HIPÓTESE, INEXIGIBILIDADE, DISPENSA, LICITAÇAO, FIXAÇÃO, VALOR, LIMITAÇÃO, DISPOSIÇÃO, LEGISLAÇÃO FEDERAL, DESNECESSIDADE, PUBLICAÇÃO, ATO ADMINISTRATIVO, AUTORIZAÇÃO, CONTRATAÇAO, IMPRENSA OFICIAL, CUMPRIMENTO, PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL, ECONOMIA, EFICIÊNCIA, AUSÊNCIA, PREJUÍZO, OBSERVÂNCIA, REQUISITOS, LEI, MANUTENÇÃO, FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA, AMPARO TÉCNICO, REQUISITOS, MODALIDADE.

REFERÊNCIA: Art. 37, inc. XXI, da CF; arts. 24, 25 e 26 da Lei nº 8.666, de 1993; Acórdão TCU 1336/2006 - Plenário. PROCESSO Nº 00400.010939/2010-50.

D. O. de 14.12.2011.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA N~~º~~ 35, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.**

**Editada pela Portaria nº 572, de 13.12.2011 - D. O. de 14.12.2011**

("DE CARÁTER OBRIGATÓRIO A TODOS OS ÓRGÃOS JURÍDICOS ENUMERADOS NOS ARTS. 2 º E 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993" – ART. 1º DA PORTARIA Nº 572, DE 2011)

*"NOS CONTRATOS CUJA DURAÇÃO ULTRAPASSE O EXERCÍCIO FINANCEIRO, A INDICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E DO RESPECTIVO EMPENHO PARA ATENDER A DESPESA RELATIVA AO EXERCÍCIO FUTURO PODERÁ SER FORMALIZADA POR APOSTILAMENTO."*

INDEXAÇÃO: CONTRATO, DURAÇÃO, POSTERIORIDADE, EXERCÍCIO FINANCEIRO, INDICAÇÃO, CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO, EMPENHO, ATENDIMENTO, DESPESA, EXERCÍCIO FUTURO, FORMALIZAÇÃO, APOSTILAMENTO.

REFERÊNCIA: art. 37, caput, CF; Lei nº 4.320, de 1964; art. 65, da Lei nº 8.666, de 1993; art. 14, Decreto-lei n° 200, de 1967; Acórdão TCU 976/2005 - Plenário. PROCESSO Nº 00400.010939/2010-50.

D. O. de 14.12.2011.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA N~~º~~ 36, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.**

**Editada pela Portaria nº 572, de 13.12.2011 - D. O. de 14.12.2011**

("DE CARÁTER OBRIGATÓRIO A TODOS OS ÓRGÃOS JURÍDICOS ENUMERADOS NOS ARTS. 2 º E 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993" – ART. 1º DA PORTARIA Nº 572, DE 2011)

*"A ADMINISTRAÇÃO PODE ESTABELECER A VIGÊNCIA POR PRAZO INDETERMINADO NOS CONTRATOS EM QUE SEJA USUÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS DE ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E ESGOTO, SERVIÇOS POSTAIS MONOPOLIZADOS PELA ECT (EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS) E AJUSTES FIRMADOS COM A IMPRENSA NACIONAL, DESDE QUE NO PROCESSO DA CONTRATAÇÃO ESTEJAM EXPLICITADOS OS MOTIVOS QUE JUSTIFICAM A ADOÇÃO DO PRAZO INDETERMINADO E COMPROVADAS, A CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO, A ESTIMATIVA DE CONSUMO E A EXISTÊNCIA DE PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS." (NR***(Redação dada pela Portaria AGU nº 124 de 25.4.2014 – D. O. de 2.5.2014). (\*)**

INDEXAÇÃO: POSSIBILIDADE, ADMINISTRAÇÃO, ESTABELECIMENTO, VIGÊNCIA, CONTRATO, USUÁRIO, SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL, ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA, ESGOTO, PROCESSO, CONTRATAÇÃO, EXPLICITAÇÃO, MOTIVAÇÃO, JUSTIFICAÇÃO, ADOÇÃO, INDETERMINAÇÃO, PRAZO, COMPROVAÇÃO, EXERCÍCIO FINANCEIRO, ESTIMATIVA, CONSUMO, EXISTÊNCIA, PREVISÃO, RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS. **(\*)**

REFERÊNCIA: Art. 62, § 3º, inc. II, da Lei nº n° 8.666, de 1993. Lei n° 8.987, de 1995; Lei 9.074, de 1995; Lei n° 11.445, de 2007.PROCESSO Nº 00400.010939/2010-50.**(\*)**

**(\*)**A indexação e as referências publicadas no D. O. de 14.12.2011, com a redação originária da Orientação Normativa nº 36, de 2011, não foram alteradas pela Portaria nº 124, de 25.4.2014.

D. O. de 14.12.2011. Alteração publicada no D. O. de 2.5.2014.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA N~~º~~ 37, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.**

**Editada pela Portaria nº 572, de 13.12.2011 - D. O. de 14.12.2011**

("DE CARÁTER OBRIGATÓRIO A TODOS OS ÓRGÃOS JURÍDICOS ENUMERADOS NOS ARTS. 2 º E 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993" – ART. 1º DA PORTARIA Nº 572, DE 2011)

*"A ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO SOMENTE DEVE SER ADMITIDA EM SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS, DEVIDAMENTE JUSTIFICADA PELA ADMINISTRAÇÃO, DEMONSTRANDO-SE A EXISTÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO, OBSERVADOS OS SEGUINTES CRITÉRIOS: 1) REPRESENTE CONDIÇÃO SEM A QUAL NÃO SEJA POSSÍVEL OBTER O BEM OU ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, OU PROPICIE SENSÍVEL ECONOMIA DE RECURSOS; 2) EXISTÊNCIA DE PREVISÃO NO EDITAL DE LICITAÇÃO OU NOS INSTRUMENTOS FORMAIS DE CONTRATAÇÃO DIRETA; E 3) ADOÇÃO DE INDISPENSÁVEIS GARANTIAS, COMO AS DO ART. 56 DA LEI Nº 8.666/93, OU CAUTELAS, COMO POR EXEMPLO A PREVISÃO DE DEVOLUÇÃO DO VALOR ANTECIPADO CASO NÃO EXECUTADO O OBJETO, A COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO DE PARTE OU ETAPA DO OBJETO E A EMISSÃO DE TÍTULO DE CRÉDITO PELO CONTRATADO, ENTRE OUTRAS."*

INDEXAÇÃO: ANTECIPAÇÃO, PAGAMENTO, POSSIBILIDADE, ADMISSÃO, SITUAÇÃO, NECESSIDADE, JUSTIFICAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEMONSTRAÇÃO, EXISTÊNCIA, INTERESSE PÚBLICO, OBSERVÂNCIA, CRITÉRIOS.

REFERÊNCIA: Arts. 40, inc. XIV, letra "d" e 56 da Lei nº 8.666/93; art. 38 do Decreto nº 93.872, de 1986; Parecer PGFN/CJU/COJLC Nº 444/200; Acórdão TCU 1.552/2002 - Plenário, 918/2005 - 2ª Câmara, 948/2007 - Plenário, 2.565/2007 - 1ª Câmara. PROCESSO Nº 00400.010939/2010-50.

D. O. de 14.12.2011.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA N~~º~~ 38, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.**

(**Editada pela Portaria nº 572, de 13.12.2011 - D. O. de 14.12.2011**

("DE CARÁTER OBRIGATÓRIO A TODOS OS ÓRGÃOS JURÍDICOS ENUMERADOS NOS ARTS. 2 º E 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993" – ART. 1º DA PORTARIA Nº 572, DE 2011)

*"NOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA DEVE-SE OBSERVAR QUE: A) O PRAZO DE VIGÊNCIA ORIGINÁRIO, DE REGRA, É DE ATÉ 12 MESES; B) EXCEPCIONALMENTE, ESTE PRAZO PODERÁ SER FIXADO POR PERÍODO SUPERIOR A 12 MESES NOS CASOS EM QUE, DIANTE DA PECULIARIDADE E/OU COMPLEXIDADE DO OBJETO, FIQUE TECNICAMENTE DEMONSTRADO O BENEFÍCIO ADVINDO PARA A ADMINISTRAÇÃO; E C) É JURIDICAMENTE POSSÍVEL A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO POR PRAZO DIVERSO DO CONTRATADO ORIGINARIAMENTE."*

INDEXAÇÃO: CONTRATO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, NATUREZA CONTINUADA, OBRIGATORIEDADE, OBSERVÂNCIA, PRAZO, VIGÊNCIA, DEFINIÇÃO, ORIGEM, LIMITAÇÃO, PERÍODO, EXCEPCIONALIDADE, FIXAÇÃO, PECULIARIDADE, COMPLEXIDADE, OBJETO, DEMONSTRAÇÃO, BENEFÍCIO, ADMINISTRAÇÃO, POSSIBILIDADE, PRORROGAÇÃO.

REFERÊNCIA: Art. 57, inc. II, da Lei n° 8.666, de 1993; Parecer/AGU/NAJSP/n° 0417/2009-MTU; Nota-Jurídica PGBC-7271/2009; Acórdão TCU 1.858/2004 - Plenário; 551/2002 - Segunda Câmara. PROCESSO Nº 00400.010939/2010-50.

D. O. de 14.12.2011.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA N~~º~~ 39, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.**

**Editada pela Portaria nº 572, de 13.12.2011 - D. O. de 14.12.2011**

("DE CARÁTER OBRIGATÓRIO A TODOS OS ÓRGÃOS JURÍDICOS ENUMERADOS NOS ARTS. 2 º E 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993" – ART. 1º DA PORTARIA Nº 572, DE 2011)

*"A VIGÊNCIA DOS CONTRATOS REGIDOS PELO ART. 57, CAPUT, DA LEI 8.666, DE 1993, PODE ULTRAPASSAR O EXERCÍCIO FINANCEIRO EM QUE CELEBRADOS, DESDE QUE AS DESPESAS A ELES REFERENTES SEJAM INTEGRALMENTE EMPENHADAS ATÉ 31 DE DEZEMBRO, PERMITINDO-SE, ASSIM, SUA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR."*

INDEXAÇÃO: VIGÊNCIA, CONTRATO, REGÊNCIA, DETERMINAÇÃO, ARTIGO, LEI, LICITAÇÃO, CONTRATO, LIMITAÇÃO, EXERCÍCIO FINANCEIRO, CELEBRAÇÃO, DESPESA, REFERÊNCIA, INTEGRALIDADE, EMPENHO, DATA, ANO, PERMISSÃO.

REFERÊNCIA Art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993; art. 36, da Lei nº n° 4.320, de 1964; Nota DECOR/CGU/AGU n° 325/2008. PARECER/AGU/NAJSP/ Nº 1191/2008 - VRD. PROCESSO Nº 00400.010939/2010-50.

D. O. de 14.12.2011**.**

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 28 DE MARÇO DE 2012.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4° da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00407.004499/2011-12, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2° e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*I - NAS AÇÕES AJUIZADAS ATÉ 21.08.2008 OBJETIVANDO A RESTITUIÇÃO DE TAXA DE MATRÍCULA REFERENTE A CURSOS DE GRADUAÇÃO, DEVEM OS ÓRGÃOS JURÍDICOS RECONHECER A PROCEDÊNCIA DO PEDIDO, NÃO CONTESTAR, NÃO RECORRER OU DESISTIR DOS RECURSOS JÁ INTERPOSTOS, RESSALVADA A ARGUIÇÃO DE QUESTÕES PROCESSUAIS, DE PRESCRIÇÃO, DE DECADÊNCIA, DAS MATÉRIAS DO ART. 301 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E DE OUTRAS DE ORDEM PÚBLICA;*

*II - NAS AÇÕES AJUIZADAS A PARTIR DE 22.08.2008, MAS REFERENTES A COBRANÇAS ANTERIORES A ESTA DATA, NÃO É DEVIDA A RESTITUIÇÃO EM RAZÃO DA MODULAÇÃO DE EFEITOS PROCEDIDA PELO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RE N° 500.171/GO, A QUAL DEVE SER EXPRESSAMENTE ALEGADA COMO MATÉRIA DE DEFESA.*

*III - NAS AÇÕES AJUIZADAS A PARTIR DE 22.08.2008, MAS REFERENTES A COBRANÇAS EFETUADAS DESTA DATA EM DIANTE, DEVEM OS ÓRGÃOS JURÍDICOS ADOTAR AS PROVIDÊNCIAS DO ITEM I DESTA ORIENTAÇÃO.*

INDEXAÇÀO: TAXA DE MATRÍCULA. CURSOS DE GRADUAÇÃO. UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS. RESTITUIÇÃO. SÚMULA VINCULANTE N° 12, DE 2008. MODULAÇÃO DE EFEITOS. APLICAÇÃO.

REFERÊNCIA: arts. 206, inc. IV, e 103-A, da Constituição Federal; Súmula Vinculante nO 12; Orientação ADCONT/PGF nº 2/2008; Acórdão RE nº 500.171 ED/GO-Plenário/STF; PARECER N° 8812011/COEJ/ DEPCONT/PGF/AGU.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 30.3.2012.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA N° 02 DE 11 DE ABRIL DE 2012.**

*Dispõe sobre a não interposição de recurso extraordinário nos casos que especifica.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe confere o art. 4°, inciso I da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 e o art. 8°, inciso V do Decreto nº 7.392/10,

CONSIDERANDO o Parecer AGU/SGCT/ARL/N° 85/2011 da Secretaria-Geral de Contencioso,

CONSIDERANDO os precedentes do Supremo Tribunal Federal firmados no AI 478.472 AgR/SC, ReI. Min. Carlos Velloso, DJ de 03.12.04; no AI 832.656/SC, ReI. Min. Gil mar Mendes, DJ de 23.02.11; no AI 836.531/RN, ReI. Min. Joaquim Barbosa, DJ de 21.02.11; no AI 822.939/SC, ReI. Min. Celso de Mello, DJ de 12.11.10; no AI 814.950/PE, ReI. Min. Cármen Lúcia, DJ de 05.11.10; no AI 738.444/PE, ReI. Min. Dias Toffoli, DJ de 23.11.10,

RESOLVE:

*ART. 1° ORIENTAR AS UNIDADES DE CONTENCIOSO DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO A NÃO APRESENTAREM RECURSO EXTRAORDINÁRIO (OU AGRAVO COM O OBJETIVO DE DESTRANCAR O INADMITIDO NA ORIGEM) QUE DISCUTA O CONCEITO DE EX-COMBATENTE PARA FINS DE CONCESSÃO DE PENSÃO ESPECIAL.*

Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 12.4.2012.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 40, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.**

**Editada pela Portaria nº 57, de 26.2.2014 - D. O. de 27.2.2014**

("DE CARÁTER OBRIGATÓRIO A TODOS OS ÓRGÃOS JURÍDICOS ENUMERADOS NOS ARTS. 2 º E 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993" – ART. 1º DA PORTARIA Nº 57, DE 2014)

*"NOS CONVÊNIOS CUJA EXECUÇÃO ENVOLVA A ALOCAÇÃO DE CRÉDITOS DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS SUBSEQUENTES, A INDICAÇÃO DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E DO RESPECTIVO EMPENHO PARA ATENDER À DESPESA RELATIVA AOS EXERCÍCIOS POSTERIORES PODERÁ SER FORMALIZADA, RELATIVAMENTE A CADA EXERCÍCIO, POR MEIO DE APOSTILA. TAL MEDIDA DISPENSA O PRÉVIO EXAME E APROVAÇÃO PELA ASSESSORIA JURÍDICA."*

REFERÊNCIA: Art. 9º do Decreto nº 6.170, de 2007. Art. 65, § 8º, c/c art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993. Parecer nº 02/2012/GT467/DEPCONSU/PGF/AGU, aprovado pelo Procurador-Geral Federal em 20.9.2012. Parecer nº 008/2013/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo Consultor-Geral da União Substituto em 2.4.2013..

Editada pela Portaria nº 57, de 26.2.2014 – D.O. de 27.2.2014.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 41, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.**

**Editada pela Portaria nº 57, de 26.2.2014 - D. O. de 27.2.2014**

("DE CARÁTER OBRIGATÓRIO A TODOS OS ÓRGÃOS JURÍDICOS ENUMERADOS NOS ARTS. 2 º E 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993" – ART. 1º DA PORTARIA Nº 57, DE 2014)

*"A CELEBRAÇÃO DE QUAISQUER CONVÊNIOS ENTRE A UNIÃO E OS DEMAIS ENTES FEDERATIVOS NÃO DEVE SER INFERIOR A R$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), SENDO QUE PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, EXCETO ELABORAÇÃO DE PROJETOS, DEVE SER IGUAL OU SUPERIOR A R$ 250.000,00 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS). A VEDAÇÃO ALCANÇA TODAS AS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, INCLUSIVE AS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES. PARA O ALCANCE DOS RESPECTIVOS VALORES, ADMITEM-SE, EXCLUSIVAMENTE, AS HIPÓTESES PREVISTAS NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 2º DO DECRETO Nº 6.170, DE 2007."*

REFERÊNCIA: Art. 2º, I, do Decreto nº 6.170, de 2007. Parecer nº 03/2012/GT467/DEPCONSU/PGF/AGU, aprovado pelo Procurador-Geral Federal em 5.10.2012.

Editada pela Portaria nº 57, de 26.2.2014 – D. O. de 27.2.2014.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 42, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.**

**Editada pela Portaria nº 57, de 26.2.2014 - D. O. de 27.2.2014**

("DE CARÁTER OBRIGATÓRIO A TODOS OS ÓRGÃOS JURÍDICOS ENUMERADOS NOS ARTS. 2 º E 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993" – ART. 1º DA PORTARIA Nº 57, DE 2014)

*"A DESPEITO DO LIMITE DE 18 MESES PREVISTO NO § 3º DO ART. 37 DA PORTARIA INTERMINISTERIAL CGU/MF/MP Nº 507, DE 2011, O PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DO PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA DEVE SER FIXADO DE FORMA COMPATÍVEL COM O PRAZO PREVISTO NO § 2º DO ART. 68 DO DECRETO Nº 93.872, DE 1986, E COM O PRAZO DE DILIGÊNCIA PREVISTO NA RESPECTIVA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, RESSALVADAS AS EXCEÇÕES PREVISTAS NO CITADO DECRETO."*

REFERÊNCIA: Art. 68, § 2º, do Decreto nº 93.872, de 1986, incluído pelo Decreto nº 7.654, de 2011. Parecer nº 06/2012/GT467/DEPCONSU/PGF/AGU, aprovado pelo Procurador-Geral Federal em 16.8.2012.

Editada pela Portaria nº 57, de 26.2.2014 – D. O. de 27.2.2014.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 43, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.**

**Editada pela Portaria nº 57, de 26.2.2014 - D. O. de 27.2.2014**

("DE CARÁTER OBRIGATÓRIO A TODOS OS ÓRGÃOS JURÍDICOS ENUMERADOS NOS ARTS. 2 º E 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993" – ART. 1º DA PORTARIA Nº 57, DE 2014)

*"A PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONVÊNIO É CONDIÇÃO DE EFICÁCIA DO AJUSTE E A SUA AUSÊNCIA ADMITE CONVALIDAÇÃO, SEM PREJUÍZO DE EVENTUAL APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA."*

REFERÊNCIA: Art. 61, parágrafo único, c/c art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993, e art. 55 da Lei nº 9.784, de 1999. Parecer nº 4/2013/CÂMARAPERMANENTECONVÊNIOS/DEPCONSU/PGF/AGU, aprovado pelo Procurador-Geral Federal em 24.5.2013.

Editada pela Portaria nº 57, de 26.2.2014 – D. O. de 27.2.2014.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 44, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.**

**Editada pela Portaria nº 57, de 26.2.2014 - D. O. de 27.2.2014**

("DE CARÁTER OBRIGATÓRIO A TODOS OS ÓRGÃOS JURÍDICOS ENUMERADOS NOS ARTS. 2 º E 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993" – ART. 1º DA PORTARIA Nº 57, DE 2014)

*"I - A VIGÊNCIA DO CONVÊNIO DEVERÁ SER DIMENSIONADA SEGUNDO O PRAZO PREVISTO PARA O ALCANCE DAS METAS TRAÇADAS NO PLANO DE TRABALHO, NÃO SE APLICANDO O INCISO II DO ART. 57 DA LEI Nº 8.666, DE 1993. II - RESSALVADAS AS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI, NÃO É ADMITIDA A VIGÊNCIA POR PRAZO INDETERMINADO, DEVENDO CONSTAR NO PLANO DE TRABALHO O RESPECTIVO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO. III - É VEDADA A INCLUSÃO POSTERIOR DE METAS QUE NÃO TENHAM RELAÇÃO COM O OBJETO INICIALMENTE PACTUADO.*

"REFERÊNCIA: Art. 43, V, e art. 1º, § 2º, XXIII, da Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507, de 2011, e art. 57, § 3º, c/c art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993. Parecer nº 03/2012/ CÂMARAPERMANENTECONVÊNIOS/DEPCONSU/PGF/AGU, aprovado pelo Procurador-Geral Federal em 13.5.2013.

Editada pela Portaria nº 57, de 26.2.2014 – D. O. de 27.2.2014.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 45, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2014.**

**Editada pela Portaria nº 57, de 26.2.2014 - D. O. de 27.2.2014**

("DE CARÁTER OBRIGATÓRIO A TODOS OS ÓRGÃOS JURÍDICOS ENUMERADOS NOS ARTS. 2 º E 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993" – ART. 1º DA PORTARIA Nº 57, DE 2014)

*"O ACRÉSCIMO DO VALOR DO CONVÊNIO COM ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS SUBMETE-SE AO LIMITE DO §1º DO ART. 65 DA LEI Nº 8.666, DE 1993. I - O LIMITE DEVE SER AFERIDO PELO COTEJO ENTRE O VALOR TOTAL ORIGINAL DO CONVÊNIO E A SOMA DOS APORTES ADICIONAIS REALIZADOS PELO CONCEDENTE E PELO CONVENENTE. II - O ACRÉSCIMO EXIGE AQUIESCÊNCIA DOS PARTÍCIPES E FORMALIZAÇÃO POR MEIO DE ADITIVO. III - SE HOUVER CONTRAPARTIDA, SEU VALOR SERÁ ACRESCIDO EM EQUIVALÊNCIA AO ACRÉSCIMO REALIZADO NO OBJETO PACTUADO."*

REFERÊNCIA: Art. 65, § 1º, c/c art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993, e art. 24, § 3º, da Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507, de 2011. Parecer nº 13/2013/CÂMARAPERMANENTECONVÊNIOS/DEPCONSU/PGF/AGU, aprovado pelo Procurador-Geral Federal em 30.9.2013.

Editada pela Portaria nº 57, de 26.2.2014 – D. O. de 27.2.2014.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 46 , DE 26 DE FEVEREIRODE 2014.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00400.010069/2012-81, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*“SOMENTE É OBRIGATÓRIA A MANIFESTAÇÃO JURÍDICA NAS CONTRATAÇÕES DE PEQUENO VALOR COM FUNDAMENTO NO ART. 24, I OU II, DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, QUANDO HOUVER MINUTA DE CONTRATO NÃO PADRONIZADA OU HAJA, O ADMINISTRADOR, SUSCITADO DÚVIDA JURÍDICA SOBRE TAL CONTRATAÇÃO. APLICA-SE O MESMO ENTENDIMENTO ÀS CONTRATAÇÕES FUNDADAS NO ART. 25 DA LEI Nº 8.666, DE 1993, DESDE QUE SEUS VALORES SUBSUMAM-SE AOS LIMITES PREVISTOS NOS INCISOS I E II DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666, DE 1993.”*

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 27.2.2014.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 47, DE 25 DE ABRIL DE 2014.**

**Editada pela Portaria nº 124, de 25.4.2014 - D. O. de 2.5.2014**

("DE CARÁTER OBRIGATÓRIO A TODOS OS ÓRGÃOS JURÍDICOS ENUMERADOS NOS ARTS. 2 º E 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993" – ART. 1º DA PORTARIA Nº 124, DE 2014)

*"EM LICITAÇÃO DIVIDIDA EM ITENS OU LOTES/GRUPOS, DEVERÁ SER ADOTADA A PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU SOCIEDADE COOPERATIVA (ART. 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007) EM RELAÇÃO AOS ITENS OU LOTES/GRUPOS CUJO VALOR SEJA IGUAL OU INFERIOR A R$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS), DESDE QUE NÃO HAJA A SUBSUNÇÃO A QUAISQUER DAS SITUAÇÕES PREVISTAS PELO ART. 9º DO DECRETO Nº 6.204, DE 2007."*

REFERÊNCIA: Art. 146, inc. III, alínea "d", CF; arts. 47 e 48 da Lei Complementar n° 123, de 2006; arts. 6° ao 9°, Decreto n° 6.204, de 2007; NOTA DECOR/CGU/AGU n° 356, de 2008 - PCN; Parecer PGFN/CJU/CLC/n° 2.750, de 2008; Súmula n° 247 do Tribunal de Contas da União.

D. O. de 25.4.2014.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 48, DE 25 DE ABRIL DE 2014.**

**Editada pela Portaria nº 124, de 25.4.2014 - D. O. de 2.5.2014**

("DE CARÁTER OBRIGATÓRIO A TODOS OS ÓRGÃOS JURÍDICOS ENUMERADOS NOS ARTS. 2 º E 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993" – ART. 1º DA PORTARIA Nº 124, DE 2014)

*"É COMPETENTE PARA A APLICAÇÃO DAS PENALIDADES PREVISTAS NAS LEIS N°S 10.520, DE 2002, E 8.666, DE 1993, EXCEPCIONADA A SANÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, A AUTORIDADE RESPONSÁVEL PELA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO OU OUTRA PREVISTA EM REGIMENTO."*

REFERÊNCIA Art. 58, Lei nº 4.320, de 1964; §1º do art. 37 e art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993; art. 3º e 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

D. O. de 25.4.2014.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 49, DE 25 DE ABRIL DE 2014.**

**Editada pela Portaria nº 124, de 25.4.2014 - D. O. de 2.5.2014**

("DE CARÁTER OBRIGATÓRIO A TODOS OS ÓRGÃOS JURÍDICOS ENUMERADOS NOS ARTS. 2 º E 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993" – ART. 1º DA PORTARIA Nº 124, DE 2014)

*"A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR NO ÂMBITO DA UNIÃO (ART. 7° DA LEI N° 10.520, DE 2002) E DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE (ART. 87, INC. IV, DA LEI N° 8.666, DE 1993) POSSUEM EFEITO EX NUNC, COMPETINDO À ADMINISTRAÇÃO, DIANTE DE CONTRATOS EXISTENTES, AVALIAR A IMEDIATA RESCISÃO NO CASO CONCRETO."*

REFERÊNCIA: Art. 55, inc. XIII, art. 78, inc. I, arts. 87 e 88, Lei nº 8.666, de 1993; art. 7°, Lei nº 10.520, de 2002; Lei nº 9.784, de 1999; REsp 1148351/MG, STJ-MS 13.101/DF; e MS-STJ nº 4.002-DF.

D. O. de 25.4.2014.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 50, DE 25 DE ABRIL DE 2014.**

**Editada pela Portaria nº 124, de 25.4.2014 - D. O. de 2.5.2014**

("DE CARÁTER OBRIGATÓRIO A TODOS OS ÓRGÃOS JURÍDICOS ENUMERADOS NOS ARTS. 2 º E 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993" – ART. 1º DA PORTARIA Nº 124, DE 2014)

*"OS ACRÉSCIMOS E AS SUPRESSÕES DO OBJETO CONTRATUAL DEVEM SER SEMPRE CALCULADOS SOBRE O VALOR INICIAL DO CONTRATO ATUALIZADO, APLICANDO-SE A ESTAS ALTERAÇÕES OS LIMITES PERCENTUAIS PREVISTOS NO ART. 65, § 1º, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, SEM QUALQUER COMPENSAÇÃO ENTRE SI."*

REFERÊNCIA: Art. 65, I, b e §1º, da Lei nº 8.666, de 1993, Parecer PGFN/CJU/CLC/n° 28/2009, Parecer Nº1359/2010/LC/NAJSP/AGU.

D. O. de 25.4.2014.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 51, DE 25 DE ABRIL DE 2014.**

**Editada pela Portaria nº 124, de 25.4.2014 - D. O. de 2.5.2014**

"(DE CARÁTER OBRIGATÓRIO A TODOS OS ÓRGÃOS JURÍDICOS ENUMERADOS NOS ARTS. 2 º E 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993" – ART. 1º DA PORTARIA Nº 124, DE 2014)

*"A GARANTIA LEGAL OU CONTRATUAL DO OBJETO TEM PRAZO DE VIGÊNCIA PRÓPRIO E DESVINCULADO DAQUELE FIXADO NO CONTRATO, PERMITINDO EVENTUAL APLICAÇÃO DE PENALIDADES EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DE ALGUMA DE SUAS CONDIÇÕES, MESMO DEPOIS DE EXPIRADA A VIGÊNCIA CONTRATUAL."*

REFERÊNCIA: Arts. 57, 69 e 73, §2º, da Lei nº 8.666, de 1993; PARECER PGFN/CJU/COJLC/N° 1759/2010.

D. O. de 25.4.2014.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 52, DE 25 DE ABRIL DE 2014.**

**Editada pela Portaria nº 124, de 25.4.2014 - D. O. de 2.5.2014**

("DE CARÁTER OBRIGATÓRIO A TODOS OS ÓRGÃOS JURÍDICOS ENUMERADOS NOS ARTS. 2 º E 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993" – ART. 1º DA PORTARIA Nº 124, DE 2014)

*"AS DESPESAS ORDINÁRIAS E ROTINEIRAS DA ADMINISTRAÇÃO, JÁ PREVISTAS NO ORÇAMENTO E DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS PREEXISTENTES, DISPENSAM AS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NOS INCISOS I E II DO ART. 16 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000".*

REFERÊNCIA: Art. 16 da LC 101, de 2000; Lei nº 11.768, de 2008; Lei nº 12.017, de 2009; Lei nº 12.309, de 2010; Acórdão TCU nº 883/2005 - Primeira Câmara.

D. O. de 25.4.2014.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 25 DE ABRIL DE 2014.**

**Editada pela Portaria nº 124, de 25.4.2014 - D. O. de 2.5.2014**

("DE CARÁTER OBRIGATÓRIO A TODOS OS ÓRGÃOS JURÍDICOS ENUMERADOS NOS ARTS. 2 º E 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993" – ART. 1º DA PORTARIA Nº 124, DE 2014)

*"A EMPRESA QUE REALIZE CESSÃO OU LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA, OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, QUE PARTICIPE DE LICITAÇÃO CUJO OBJETO NÃO ESTEJA PREVISTO NO DISPOSTO NO § 1º DO ART. 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006, DEVERÁ APRESENTAR PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS SEM CONTEMPLAR OS BENEFÍCIOS DO REGIME TRIBUTÁRIO DIFERENCIADO."*

REFERÊNCIA: Art. 3º, art. 17 e art. 18 da LC nº 123, de 2006, Acórdão TCU 2798/2010-Plenário.

D. O. de 25.4.2014.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 54, DE 25 DE ABRIL DE 2014.**

**Editada pela Portaria nº 124, de 25.4.2014 - D. O. de 2.5.2014**

("DE CARÁTER OBRIGATÓRIO A TODOS OS ÓRGÃOS JURÍDICOS ENUMERADOS NOS ARTS. 2 º E 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993" – ART. 1º DA PORTARIA Nº 124, DE 2014)

*"COMPETE AO AGENTE OU SETOR TÉCNICO DA ADMINISTRAÇÃO DECLARAR QUE O OBJETO LICITATÓRIO É DE NATUREZA COMUM PARA EFEITO DE UTILIZAÇÃO DA MODALIDADE PREGÃO E DEFINIR SE O OBJETO CORRESPONDE A OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA, SENDO ATRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO JURÍDICO ANALISAR O DEVIDO ENQUADRAMENTO DA MODALIDADE LICITATÓRIA APLICÁVEL."*

REFERÊNCIA: Art. 1°, Lei 10.520, de 2002; art. 50, §1°, Lei n° 9.784, de 1999. Art. 6°, inc. XI, e art. 38, parágrafo único, Lei nº 8.666, de 1993; Lei nº 5.194, de 1966.

D. O. de 25.4.2014.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.(\*)**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*“I - OS PROCESSOS QUE SEJAM OBJETO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL, ISTO É, AQUELA QUE ANALISA TODAS AS QUESTÕES JURÍDICAS QUE ENVOLVAM MATÉRIAS IDÊNTICAS E RECORRENTES, ESTÃO DISPENSADOS DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELOS ÓRGÃOS CONSULTIVOS, DESDE QUE A ÁREA TÉCNICA ATESTE, DE FORMA EXPRESSA, QUE O CASO CONCRETO SE AMOLDA AOS TERMOS DA CITADA MANIFESTAÇÃO.*

*II - PARA A ELABORAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL DEVEM SER OBSERVADOS OS SEGUINTES REQUISITOS: A) O VOLUME DE PROCESSOS EM MATÉRIAS IDÊNTICAS E RECORRENTES IMPACTAR, JUSTIFICADAMENTE, A ATUAÇÃO DO ÓRGÃO CONSULTIVO OU A CELERIDADE DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS; E*

*B) A ATIVIDADE JURÍDICA EXERCIDA SE RESTRINGIR À VERIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS A PARTIR DA SIMPLES CONFERÊNCIA DE DOCUMENTOS.”*

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

Publicada no D. O. de 26.5.2014, sob o nº 47, e retificada a numeração para nº 55, no D. O. de D. O. de 27.5.2014.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 56, DE 28 DE MAIO DE 2018.**

A **ADVOGADA-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VII, XI, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e

Considerando a necessidade de orientação aos órgãos federais de segurança pública quanto à implementação das medidas necessárias aos efeitos da decisão proferida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 519, resolve orientar:

*Art. 1º As autoridades de segurança pública do Poder Executivo Federal que atuarem nas medidas necessárias e suficientes ao resguardo da ordem, segurança e impedimento de ocupação, obstrução ou quaisquer outras dificuldades relativas à trafegabilidade nas vias terrestres federais, inclusive nos seus acostamentos e entornos, poderão certificar os fatos que caracterizem violação à decisão proferida na ADPF 519, com no mínimo os seguintes elementos:*

*I - indicação da via ou entorno que esteja sendo afetado;*

*II - enumeração das pessoas responsáveis pela infração, se possível com qualificação, indicação dos veículos envolvidos, dia e hora;*

*III - indicação da relação estabelecida entre o condutor infrator e a empresa transportadora, se for o caso;*

*IV - identificação da(s) autoridade(s) que elaborou(aram) o relatório.*

*Art. 2º As autoridades referidas no art. 1º poderão encaminhar o documento elaborado para as Procuradorias Seccionais da União, Procuradorias da União e Procuradorias Regionais da União, conforme a proximidade ou facilidade de acesso.*

**GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA**

D. O. de 29.5.2018.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 57, DE 29 DE AGOSTO DE 2019**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VII, XI, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no Processo Administrativo nº 00400.001911/2018-89, em especial o PARECER Nº 43/2019/CGAU/AGU, de 23 de agosto de 2019, resolve expedir a presente Orientação Normativa:

*O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES PRIVADAS RELACIONADAS ÀS SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE DISPUTAS E CONFLITOS (ARBITRAGEM, MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO) E O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES PRIVADAS RELACIONADAS ÀCOMPLIANCESÃO INCOMPATÍVEIS COM O EXERCÍCIO DOS CARGOS DAS CARREIRAS JURÍDICAS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, DA PROCURADORIA-GERAL FEDERAL E DA PROCURADORIA-GERAL DO BANCO CENTRAL.*

*AOS ADVOGADOS DA UNIÃO, PROCURADORES DA FAZENDA NACIONAL, PROCURADORES FEDERAIS, PROCURADORES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL E INTEGRANTES DOS QUADROS SUPLEMENTARES EM EXTINÇÃO PREVISTOS NO ART. 46 DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001, QUE, NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA ORIENTAÇÃO NORMATIVA, ESTEJAM EXERCENDO AS REFERIDAS ATIVIDADES, É ASSEGURADO O PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, IMPRORROGÁVEL, PARA A DESINCOMPATIBILIZAÇÃO E CESSAÇÃO DEFINITIVA DO EXERCÍCIO DAS CITADAS ATIVIDADES INCOMPATÍVEIS.*

REFERÊNCIA: art. 131 da Constituição Federal; art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; art. 5º, inciso III da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013; art. 117, inciso XVIII, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; art. 6º da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, com redação conferida pela Lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016; Parecer nº 00043/2019/CGAU/AGU, de 23/08/2019, aprovado pelo Despacho do Advogado-Geral da União nº 521, de 29 de agosto de 2019.

**ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA**

D. O. de 30.8.2019.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 58, DE 28 DE ABRIL DE 2020**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO SUBSTITUTO**, no exercício das competências e atribuições prevista no artigo 4º, I, X, XI, XIII e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e, considerando o que consta do Processo Administrativo nº 00406.001622/2019-19, resolve expedir a presente Orientação Normativa:

*O USO OFICIAL DO SISTEMA SAPIENS DEVE ESTAR ADSTRITO AO DESEMPENHO DE ATIVIDADES FINALÍSTICAS OU ADMINISTRATIVAS DA INSTITUIÇÃO, O QUE ABRANGE A ELABORAÇÃO E EDIÇÃO DOS DOCUMENTOS OFICIAIS DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES, INCLUSIVE QUANTO À APOSIÇÃO DO BRASÃO DA REPÚBLICA E DE CABEÇALHO E NUMERAÇÃO INDICATIVOS DOS ÓRGÃOS, UNIDADES E DE SEUS SETORES INTERNOS, BEM COMO O REGISTRO DE TAREFAS E ATIVIDADES.*

*NÃO SE INCLUI NO USO OFICIAL DO SISTEMA SAPIENS, A ELABORAÇÃO E EDIÇÃO DE DOCUMENTOS COM FINALIDADES PARTICULARES, EMPRESARIAIS, ASSOCIATIVAS OU SINDICAIS. OS REQUERIMENTOS OU PETIÇÕES NÃO RELACIONADOS AO USO OFICIAL DO SISTEMA SAPIENS, INCLUSIVE OS APRESENTADOS POR MEMBROS E SERVIDORES, NÃO DEVERÃO CONTER O BRASÃO DA REPÚBLICA E OS INDICATIVOS ACIMA CITADOS, DEVENDO SEGUIR AS REGRAS DE PROTOCOLO VIGENTES.*

ESTA ORIENTAÇÃO NORMATIVA APLICA-SE NO ÂMBITO DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, DA PROCURADORIA-GERAL FEDERAL E DE DEMAIS ÓRGÃOS E ENTIDADES FEDERAIS QUE TENHAM ANUÍDO AO USO OFICIAL DO SISTEMA SAPIENS.

INDEXAÇÃO: SISTEMA INFORMATIZADO. SAPIENS. USO OFICIAL. FINALIDADE INSTITUCIONAL. BRASÃO DA REPÚBLICA. INDICATIVOS DOCUMENTAIS. REQUERIMENTOS E PETIÇÕES PARTICULARES. DISCIPLINAR.

REFERÊNCIA: Art. 26 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971; Art. 296, § 1º, III, do Código Penal; Portaria AGU nº 24, de 22 de janeiro de 2013; e Portaria AGU nº 125, de 30 de abril de 2014.

**RENATO DE LIMA FRANÇA**

DOU de 29.4.2020.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 59, DE 29 DE MAIO DE 2020.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00688.000717/2019-98, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*ACORDO ENTRE ACIONISTAS, QUE CONFIRA O CONTROLE SOCIETÁRIO DE DETERMINADA EMPRESA A SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E EMPRESAS PÚBLICAS, NÃO É SUFICIENTE PARA A LEGALIDADE DA CONTRATAÇÃO DIRETA DE QUE CUIDA O ART. 24, INCISO XXIII, DA LEI Nº 8.666, DE 1993; E O ART. 29, INCISO XI, DA LEI Nº 13.303, DE 2016; QUE DEMANDA EFETIVO CONTROLE ACIONÁRIO DA PESSOA JURÍDICA A SER CONTRATADA POR PARTE DA ENTIDADE CONTRATANTE.*

Referência: Parecer nº 16/2018/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 92/2019/DECOR/CGU/AGU; Art. 24, inciso XXIII, da Lei nº 8.666, de 1993; e art. 29, inciso XI, da Lei nº 13.303, de 2016.

**JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR**

DOU de 12.6.2020.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 60, DE 29 DE MAIO DE 2020.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00688.000717/2019-98, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*I) É FACULTATIVA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA DE PREÇOS PARA FINS DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA NOS CASOS EM QUE QUE HAJA MANIFESTAÇÃO TÉCNICA MOTIVADA NO SENTIDO DE QUE O ÍNDICE DE REAJUSTE ADOTADO NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO ACOMPANHA A VARIAÇÃO DOS PREÇOS DO OBJETO CONTRATADO.*

*II) A PESQUISA DE PREÇOS PARA FINS DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE SERVIÇOS CONTÍNUOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA É OBRIGATÓRIA NOS CASOS EM QUE NÃO FOR TECNICAMENTE POSSÍVEL ATESTAR QUE A VARIAÇÃO DOS PREÇOS DO OBJETO CONTRATADO TENDE A ACOMPANHAR A VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE REAJUSTE ESTABELECIDO NO EDITAL.*

Referência: Parecer nº 1/2019/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 92/2019/DECOR/CGU/AGU; Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

**JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR**

DOU de 12.6.2020.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 61, DE 29 DE MAIO DE 2020.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00688.000717/2019-98, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*A EXCLUSÃO DO REGIME TRIBUTÁRIO DO SIMPLES NACIONAL POR ATO VOLUNTÁRIO DA CONTRATADA OU POR SUPERAÇÃO DOS LIMITES DE RECEITA BRUTA ANUAL DE QUE CUIDA O ART. 30 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006, NÃO ENSEJA O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.*

Referência: Parecer nº 89/2014/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 90/2014/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 92/2019/FDECOR/CGU/AGU; Art. 65, inciso II, alínea "d", e § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993; art. 3º, § 3º, e art. 30 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR**

DOU de 12.6.2020.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 62, DE 29 DE MAIO DE 2020.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00688.000717/2019-98, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*HÁ RESPALDO JURÍDICO PARA QUE EMPRESA PÚBLICA E SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA ADOTE O RITO LICITATÓRIO DE QUE CUIDA A LEI Nº 13.303, DE 2016, NAS HIPÓTESES EM QUE ATUE COMO UNIDADE EXECUTORA NOS TERMOS DE COMPROMISSO DE QUE CUIDA A LEI Nº 11.578, DE 2007, E NOS CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE PACTUADOS PARA FINS DE REPASSE DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS.*

Referência: Parecer nº 15/2019/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 92/2019/DECOR/CGU/AGU; Art. 91 da Lei nº 13.303, de 2016.

**JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR**

DOU de 12.6.2020.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 29 DE MAIO DE 2020.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00688.000717/2019-98, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*É INDEVIDA A INCLUSÃO, NAS PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, DE BENEFÍCIOS ESTABELECIDOS EM ACORDO OU CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO QUE ONEREM EXCLUSIVAMENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA TOMADORA DE SERVIÇO.*

Referência: Nota nº 86/2017/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 92/2019/DECOR/CGU/AGU; Art. 611 da Consolidação das Leis do Trabalho; Art. 6º, parágrafo único, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

**JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR**

DOU de 12.6.2020.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 64, DE 29 DE MAIO DE 2020.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**,no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00688.000717/2019-98, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*I) NO ÂMBITO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, AS COMPETÊNCIAS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 38 DA LEI 8.666, DE 1993; E DO ART. 11, INCISO VI, ALÍNEA "A", DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 1993; RELATIVAS À APROVAÇÃO DA MINUTA DE EDITAL E CONTRATO ADMINISTRATIVO, SÃO DA EXCLUSIVA ALÇADA DA UNIDADE CONSULTIVA QUE PRESTA ASSESSORAMENTO JURÍDICO AO ÓRGÃO GERENCIADOR DO CERTAME.*

*II) O ÓRGÃO PARTICIPANTE E O ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PODERÃO SOLICITAR MANIFESTAÇÃO DAS RESPECTIVAS CONSULTORIAS JURÍDICAS QUE LHES PRESTAM ASSESSORAMENTO ACERCA DA JURIDICIDADE DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO OU ADESÃO, ESPECIALMENTE NOS CASOS EM QUE HAJA DÚVIDA DE ORDEM JURÍDICA OBJETIVAMENTE EXPOSTA.*

Referência: Parecer nº 9/2015/DECOR/CGU/AGU; a Nota nº 141/2017/DECOR/CGU/AGU; Nota nº 148/2018/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 92/2019/DECOR/CGU/AGU Art. 38, inciso VI, e parágrafo único da Lei nº 8.666, de 1993; art. 11, inciso VI, alínea "a", da Lei Complementar nº 73, de 1993; e Art. 9º, § 4º, do Decreto nº 7.892, de 2013.

**JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR**

DOU de 12.6.2020.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 65, DE 29 DE MAIO DE 2020.**

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00688.000717/2019-98, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*A LEGALIDADE DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS, DE QUE CUIDA O INCISO II DO ART. 57 DA LEI Nº 8.666, DE 1993, DEMANDA EXPRESSA PREVISÃO NO EDITAL E EM CLÁUSULA CONTRATUAL.*

Referência: Parecer nº 28/2019/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 92/2019/DECOR/CGU/AGU; arts. 3º,caput, 38, I e X, 40, § 2.º, III, 41, 54, § 1.º, 55, XI e 66 da Lei n.º 8.666, de 1993.

**JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR**

DOU de 12.6.2020.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 66, DE 29 DE MAIO DE 2020.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00688.000717/2019-98, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*HÁ RESPALDO JURÍDICO PARA EXECUÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO POR FILIAL DE PESSOA JURÍDICA CUJA MATRIZ PARTICIPOU DA LICITAÇÃO PÚBLICA CORRESPONDENTE, DESDE QUE OBSERVADAS AS SEGUINTES PREMISSAS:*

*A) SEJA CERTIFICADA A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA DA EMPRESA MATRIZ E DA FILIAL DA PESSOA JURÍDICA;*

*B) HAJA MOTIVADA AVALIAÇÃO TÉCNICA A RESPEITO DA REPERCUSSÃO TRIBUTÁRIA DA MEDIDA NO ÂMBITO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO, DE MANEIRA QUE: B.1) NÃO SEJA ADMITIDO QUE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SUPORTE PREJUÍZO NEM QUALQUER ÔNUS FINANCEIRO ADICIONAL; B.2) SEJA ASSEGURADA A REDUÇÃO EQUITATIVA DO VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO CASO CERTIFICADO QUE A ALTERAÇÃO IMPORTA DIMINUIÇÃO DOS CUSTOS DISPOSTOS NA PROPOSTA DA EMPRESA CONTRATADA; E*

*C) A ALTERAÇÃO NO CONTRATO SE FORMALIZE MEDIANTE* TERMO ADITIVO, CUJO EXTRATO DEVE SER PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.

Referência: Parecer nº 14/2019/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 92/2019/DECOR/CGU/AGU.

**JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR**

DOU de 12.6.2020.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 67, DE 29 DE MAIO DE 2020.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00688.000717/2019-98, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*NÃO HÁ ÓBICE JURÍDICO PARA ADOÇÃO DA MODALIDADE PREGÃO PARA CONTRAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CASO O OBJETO SEJA TECNICAMENTE CARACTERIZADO COMO SERVIÇO DE NATUREZA COMUM, NA FORMA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1º DA LEI Nº 10.520, DE 2002.*

Referência: Parecer nº 51/2019/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 75/2010/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 92/2019/DECOR/CGU/AGU; Orientação Normativa AGU nº 54; art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520, de 2002; art. 1º e 3º, inciso VIII, do Decreto nº 10.024, de 2019.

**JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR**

DOU de 12.6.2020.

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 68, DE 29 DE MAIO DE 2020.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 00688.000717/2019-98, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

*I) A COMPRA OU LOCAÇÃO DE IMÓVEL DEVE NECESSARIAMENTE SER PRECEDIDA DE CONSULTA SOBRE A EXISTÊNCIA DE IMÓVEL PÚBLICO DISPONÍVEL;*

*II) INEXISTINDO IMÓVEL PÚBLICO QUE ATENDA AOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, É RECOMENDÁVEL A PROMOÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE PROSPECÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO;*

*III) CASO SOMENTE UM IMÓVEL ATENDA ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, SERÁ CONSTATADA A INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO, O QUE PERMITIRÁ A CONTRAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE COM FUNDAMENTO NO ART. 25,CAPUT, DA LEI N.º 8.666/93; E*

*IV) O ART. 24, INCISO X, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, PODE SER APLICADO NOS CASOS EM QUE HAJA MAIS DE UM IMÓVEL APTO À CONTRATAÇÃO, DESDE QUE: A) O IMÓVEL SE PRESTE PARA ATENDIMENTO DAS FINALIDADES PRECÍPUAS DA ADMINISTRAÇÃO; B) AS INSTALAÇÕES E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL SEJAM DETERMINANTES PARA SUA ESCOLHA; E C) O PREÇO SEJA COMPATÍVEL COM OS VALORES DE MERCADO, CONFORME PRÉVIA AVALIAÇÃO.*

Referência: Parecer nº 92/2017/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 92/2019/DECOR/CGU/AGU; Art. 24, inciso X, e art. 26, da Lei nº 8.666, de 1993.

**JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR**

DOU de 12.6.2020.

**ATO REGIMENTAL Nº 8, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002.**

*Dispõe sobre o exercício das atribuições dos cargos efetivos das Carreiras de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional e de Procurador Federal.*

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 4°, incisos I, XIII e XVIII, e 45 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, o art. 21 da Lei n° 9.028, de 12 de abril de 1995, e a Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve editar o presente

**Ato Regimental:**

Art. 1º. Os Membros efetivos da Advocacia-Geral da União – AGU, integrantes das Carreiras de Advogado da União e de Procurador da Fazenda Nacional, e os Membros da Carreira de Procurador Federal, observadas as concernentes disposições constitucionais, e aquelas da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, da Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002, e demais disposições pertinentes, exercerão a representação judicial e extrajudicial da União, de suas autarquias e fundações e as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, de competência da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, nos termos e forma deste Ato Regimental.

§ 1°. No desempenho das atribuições de seus cargos, os Membros efetivos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal observarão especialmente:

I – a Constituição Federal, as leis e os atos normativos emanados dos Poderes e autoridades competentes;

II – o interesse público, neste considerado o da sociedade, o da União e de cada um dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

II – as Políticas Públicas fixadas pelo Governo Federal;

III – os princípios éticos e morais inerentes aos agentes públicos;

IV – as orientações dos seus superiores hierárquicos.

§ 2° Os servidores indicados no **caput** deverão comunicar aos respectivos superiores hierárquicos, às chefias dos Órgãos em que lotados, ou nos quais tenham exercício, aos respectivos Procuradores-Gerais e Consultor-Geral da União e ao Advogado-Geral da União, a ocorrência de caso ou situação que constitua ou possa constituir risco de dano ao patrimônio ou ao interesse públicos, sugerindo, se possível, providências de natureza administrativa, judicial ou legislativa que devam ou possam ser adotadas objetivando preservar, defender ou recuperar o bem ou o interesse públicos ameaçados ou ofendidos.

Art. 2° Os Membros efetivos da Advocacia-Geral da União ficam investidos dos mesmos poderes e atribuições cometidos aos Órgãos da Instituição em que estiverem lotados ou em exercício, seja em atividades de representação judicial, extrajudicial ou de consultoria e assessoramento jurídicos conferidos aos integrantes do respectivo Órgão.

§ 1° O Advogado-Geral da União poderá determinar ou autorizar a servidores indicados no **caput** que, em casos e situações específicos, exerçam poderes e atribuições cometidos a Órgãos da Advocacia-Geral da União diverso daqueles em que estejam lotados ou em exercício.

§ 2° Por delegação de competência do Advogado-Geral da União, o disposto no § 1° poderá ser determinado ou autorizado pelo Procurador-Geral da União, Procurador-Geral da Fazenda Nacional e o Consultor-Geral da União.

Art. 3° O disposto neste Ato Regimental aplica-se aos integrantes dos Quadros Suplementares de que trata o art. 46 da Medida Provisória n° 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.

Art. 4° Este Ato Regimental entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA**

D. O. de 30.12.2002.

**ATO REGIMENTAL Nº 1, DE 2 DE JULHO DE 2008.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, XI, e XII do art. 4° da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, tendo em vista o disposto no inciso II do art. 28 e no art. 43 da referida Lei, e no Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, resolve:

Art. 1° Este Ato Regimental dispõe sobre a edição e a aplicação de Súmulas da Advocacia-Geral da União.

Art. 2º As Súmulas da AGU representam a consolidação da jurisprudência iterativa dos Tribunais e têm caráter obrigatório para os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Parágrafo único. Entende-se por jurisprudência iterativa dos Tribunais, para os efeitos deste Ato Regimental, as decisões judiciais do Tribunal Pleno ou de ambas as Turmas do Supremo Tribunal Federal, dos Órgãos Especiais ou das Seções Especializadas dos Tribunais Superiores, ou de ambas as Turmas que as compõem, em suas respectivas áreas de competência, que consagram entendimento repetitivo, unânime ou majoritário, dos seus membros, acerca da interpretação da Constituição ou de lei federal em matérias de interesse da União, suas autarquias e fundações.

Art. 3° As Súmulas da AGU serão publicadas no Diário Oficial da União, Seção 1, por três dias consecutivos, fazendo referência à legislação pertinente e à jurisprudência que fundamenta a sua edição.

Art. 4º Compete ao Secretário-Geral de Contencioso propor ao Advogado-Geral da União a edição de Súmulas da AGU, resultantes da jurisprudência iterativa dos Tribunais Superiores e do Supremo Tribunal Federal, bem como as providências pertinentes à sua edição.

Parágrafo único. Até o dia 31 de janeiro de cada ano, o Secretário-Geral de Contencioso consolidará as Súmulas da AGU e as encaminhará ao Advogado-Geral da União para publicação no Diário Oficial da União, Seção 1, por três dias consecutivos.

Art. 5º O Procurador-Geral da Fazenda Nacional, o Procurador-Geral da União, o Consultor-Geral da União e o Procurador-Geral Federal poderão encaminhar ao Secretário-Geral de Contencioso propostas de edição de Súmulas da AGU, referentes a matérias de suas respectivas áreas de atuação, com manifestação fundamentada quanto ao seu cabimento, instruída com cópias do inteiro teor dos acórdãos que firmaram o entendimento suscetível de ser sumulado.

§ 1º Caso o Secretário-Geral de Contencioso entenda indevida a edição de Súmula, dará ciência de sua manifestação ao proponente, que poderá fornecer novos elementos que fundamentem a sua proposta.

§ 2º Havendo concordância com a edição de Súmula, ou, no caso de discordância, após a nova oitiva de seu proponente, prevista no § 1º, o Secretário-Geral de Contencioso encaminhará a proposta ao Advogado-Geral da União para decisão.

Art. 6º É vedado aos membros da Advocacia-Geral da União, aos Procuradores Federais e aos Procuradores do Banco Central do Brasil contrariar Súmula da AGU.

§ 1º Os membros da Advocacia-Geral da União, Procuradores Federais e Procuradores do Banco Central do Brasil que estejam em exercício em órgãos de consultoria e assessoramento jurídicos da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral Federal ou da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil ficam autorizados a reconhecer pedidos administrativos e devem orientar os órgãos e autoridades junto aos quais atuam a deferir administrativamente os pedidos cujos fundamentos estejam em integral consonância com Súmula da AGU.

§ 2º Os membros da Advocacia-Geral da União, Procuradores Federais e Procuradores do Banco Central do Brasil que estejam em exercício nos órgãos de representação judicial da União ou de suas autarquias e fundações ficam autorizados a reconhecer a procedência do pedido, não contestar, não recorrer e desistir dos recursos já interpostos contra decisões judiciais nos casos que estejam em integral consonância com Súmula da AGU.

§ 3º A aplicação dos §§ 1º e 2º não desobriga o oferecimento de resposta e a argüição de matérias processuais, prescrição, decadência, matérias do art. 301 do Código de Processo Civil e outras de ordem pública.

Art. 7º Os atuais "Enunciados da Súmula da Advocacia-Geral da União" passam a denominar-se Súmulas da Advocacia-Geral da União, mantidas inalteradas sua numeração e redação.

Art. 8º O disposto neste Ato Regimental aplica-se inclusive às Súmulas da AGU vigentes na data da sua publicação, observada a regra do art. 7º.

Art. 9º O inciso VIII do art. 5º do Ato Regimental nº 5, de 27 de setembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º

VIII - propor ao Advogado-Geral da União a emissão de parecer para os fins e efeitos do art. 40 da Lei Complementar nº 73, de 1993, inclusive dos que lhe forem sugeridos pelas Consultorias Jurídicas dos Ministérios ou órgãos equivalentes." (NR)

Art. 10. Este Ato Regimental entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Ficam revogados o Ato Regimental nº 2, de 25 de junho de 1997, e o inciso XV do art. 3º do Ato Regimental nº 5, de 19 de junho de 2002.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 3.7.2008.

**ATO REGIMENTAL Nº 1, DE 5 DE OUTUBRO DE 2012.**

*Dispõe sobre a aplicação do art. 75 da Medida Provisória nº2.229-43, de 6 de setembro de 2001, para a apuração de falta funcional cometida por Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional,Procuradores Federais e Procuradores do Banco Central do Brasil.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 75 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, resolve:

Art. 1º Os Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional, Procuradores Federais e Procuradores do Banco Central do Brasil respondem, na apuração de falta funcional praticada no exercício de suas atribuições específicas, institucionais e legais, ou de atividades que com elas se relacionem, exclusivamente perante a Advocacia-Geral da União e seus órgãos.

§ 1º A apuração de falta funcional imputada a Advogados da União e Procuradores da Fazenda Nacional incumbe à Corregedoria-Geral da Advocacia da União.

§ 2º A apuração de falta funcional imputada a Procuradores Federais e Procuradores do Banco Central do Brasil incumbe ao Procurador-Geral da respectiva Carreira.

§ 3º A apuração de falta funcional imputada a integrantes do quadro suplementar de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, incumbe às autoridades indicadas nos §§ 1º e 2º, de acordo com o órgão jurídico a que estiver vinculado o envolvido.

Art. 2º A apuração de falta funcional dos membros referidos no art. 1º cedidos, requisitados ou em exercício em órgão não integrante ou não vinculado à Advocacia-Geral da União, mesmo que não guarde qualquer relação com o desempenho de suas atribuições institucionais, dar-se-á pela autoridade competente no âmbito da Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único. Na hipótese de que trata o **caput**, sempre que possível, considerando a natureza dos fatos e a conveniência administrativa, será editada portaria conjunta de instauração do procedimento disciplinar, a ser firmada entre a autoridade competente no âmbito da Advocacia-Geral da União e o titular do órgão ou da entidade onde tenha ocorrido a irregularidade, visando à mútua colaboração.

Art. 3º Compete exclusivamente ao Advogado-Geral da União, ao Procurador-Geral Federal e ao Presidente ou ao Procurador-Geral do Banco Central do Brasil, conforme o caso, o julgamento e a aplicação de penalidades, nas sindicâncias e processos administrativos disciplinares instaurados na forma dos arts. 1º e 2º deste Ato Regimental.

Art. 4º Este Ato Regimental entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 8.10.2012.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 19 DE JULHO DE 1996.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º e incisos I e XIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no parágrafo único, do art. 3º, do Decreto nº 1.480, de 3 de maio de 1995, baixa a seguinte Instrução Normativa:

Art. 1º Nos casos em que a União, autarquia ou fundação pública forem citadas em causa cujo objeto seja a indenização por interrupção, total ou parcial, da prestação dos serviços desenvolvidos pela Administração Pública Federal, em decorrência de movimento de paralisação, será obrigatória a denunciação à lide dos servidores que tiverem concorrido para o dano.

Art. 2º Imediatamente após o recebimento da citação, os membros da Advocacia-Geral da União (art. 35, da LC 73/93) e os representantes judiciais das autarquias ou fundações solicitarão ao órgão de pessoal respectivo que, em prazo hábil à contestação, proceda à indicação formal dos nomes e dos endereços dos servidores em cuja paralisação se reconheça a causa dos danos, sob pena de responsabilidade.

Art. 3º O documento de informação contendo os nomes e os endereços dos servidores faltantes será juntado à peça contestatória, onde deles se pedirá a CITAÇÃO, como denunciados (arts. 71, segunda parte, e 72, do C.P.C.).

Art. 4º Transitada em julgado a decisão que julgar procedente a ação e declarar a responsabilidade dos litisdenunciados, ou, ainda, a que julgar procedente a ação onde recusada pelo juízo a denunciação à lide, o representante judicial da União, da autarquia ou da fundação pública proporá, conforme o caso, a execução do julgado ou a competente ação regressiva contra os servidores, observadas, no que couberem, as disposições da Lei nº 4.619, de 28 de abril de 1965, e as do art. 46, da Lei 8.112/90.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

#### GERALDO MAGELA DA CRUZ QUINTÃO

#### D. O. de 23.7.1996.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 25 DE JUNHO DE 1997.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem o ***caput*** do art. 4º e os seus incisos I e XIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 6º, do Decreto nº 2.028, de 11.10.96; no art. 47, da Medida Provisória nº 1.549-31 , de 13 de junho de 1997; nos arts. 1º a 4º, 7º e 8º, da Medida Provisória nº 1.561-6, de 12 de junho de 1997, e no art. 11, do Decreto nº 2.214, de 25 de abril de 1997, baixa as seguintes instruções, a serem observadas pelas Procuradorias da União e pelos órgãos jurídicos das autarquias e das fundações públicas federais:

Art. 1º **(Tornado sem efeito pelo art. 13 da Portaria nº 377, de 25.8.2011)**

Art. 2º **(Revogado pela Portaria nº 990, de 16.7.2009)**

Art. 3º A manifestação em juízo da União, das autarquias e das fundações públicas federais, concordando com o pedido do autor de **desistência** da ação com renúncia ao direito sobre que ela se funda, nos termos do art. 269, inciso V, do CPC, ressalvará, expressamente, que a parte desistente e renunciante arcará com as custas judiciais, e que cada litigante assumirá as despesas com os honorários do seu advogado.

Art. 4º Em não havendo Súmula da Advocacia-Geral da União (art. 4º, inciso XII, e 43, da Lei Complementar nº 73/93), o Procurador-Geral da União e os dirigentes máximos das autarquias e das fundações públicas federais que não forem destinatárias de regramentos específicos, a respeito (art. 7º, da MP nº 1.561-6/97), submeterão ao Advogado-Geral da União, acompanhada de parecer fundamentado, proposta de dispensa de propositura de ações e de interposição de recursos judiciais, quando a controvérsia jurídica houver sido iterativamente decidida pelo Supremo Tribunal Federal ou pelos Tribunais Superiores.

Art. 5º Cabe às Procuradorias da União e aos órgãos jurídicos das autarquias e fundações públicas federais, nas suas respectivas áreas de atuação, a defesa judicial dos titulares de órgãos da Administração Pública Federal direta, de ocupantes de cargos e funções de direção naquelas entidades, e das pessoas físicas designadas para execução dos regimes especiais previstos na Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e nos Decretos-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, concernentes a atos praticados no exercício de suas atribuições institucionais ou legais, inclusive a impetração de mandados de segurança para garantia do exercício dessas atribuições.

Art. 6º Os órgãos da Administração Pública Direta e os órgãos jurídicos das autarquias e das fundações públicas federais encaminharão à Procuradoria-Geral da União, se localizados no Distrito Federal, e às Procuradorias da União nos Estados onde situados, antes do seu atendimento, as requisições judiciais para pagamento de precatórios, inclusive os complementares, acompanhadas de cópia da petição inicial, da decisão exeqüenda, dos cálculos homologados pelo Juízo e respectivas atualizações, e dos pagamentos parciais eventualmente efetuados por requisições anteriores referentes ao mesmo processo.

Art. 7º Os titulares de órgãos da Administração Pública Federal e os ordenadores de despesa de pessoal que receberem notificação ou intimação judicial para o pagamento de vantagens pecuniárias darão dela imediato conhecimento à Procuradoria da União da unidade federativa onde localizados, encaminhando, na oportunidade, os elementos de informação que detiverem a respeito do assunto, para instrução das medidas judiciais que venham a ser adotadas para a defesa da União.

Art. 8º Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação no **Diário Oficial da União,** revogada a Instrução Normativa nº 2, de 5 de fevereiro de 1997.

##### GERALDO MAGELA DA CRUZ QUINTÃO

##### D. O. de 27.6.1997.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1998.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,** no exercício da competência que lhe foi conferida pelo art. 5º, da Lei nº 9.704, de 17 de novembro de 1998, e tendo em vista o disposto no art. 3º, da Lei, resolve:

Art. 1º De ofício, ou mediante solicitação justificada dos representantes legais das autarquias federais e das fundações instituídas e mantidas pela União, o Advogado-Geral da União poderá promover ou determinar que se promova a apuração de irregularidades no serviço público, ocorrida no âmbito daquelas entidades, podendo cometer a órgão da Advocacia-Geral da União, expressamente, o exercício de tal encargo.

Art. 2º Os representantes legais das autarquias e das fundações instituídas e mantidas pela União, poderão encaminhar ao Advogado-Geral da União solicitações de abertura dos procedimentos apuratórios de fatos que evidenciem infração disciplinar relacionada com a defesa dos interesses da entidade em Juízo, instruídas dos documentos pertinentes ao objeto da apuração, e da apresentação de justificativa acerca das razões impeditivas de sua realização pela própria entidade.

Art. 3º Na ausência ou insuficiência dos elementos de informação recebidos, relatório da Corregedoria-Geral da Advocacia da União fundamentará a decisão do Advogado-Geral da União em arquivar o processo, ou promover ou determinar que se promova a imediata apuração de irregularidade ocorrida no âmbito dos órgãos jurídicos das entidades autárquicas e fundacionais, por meio de processo administrativo disciplinar.

§ 1º A determinação do Advogado-Geral da União para que a autoridade promova a apuração de irregularidades, por meio da instauração do processo administrativo, poderá contemplar a indicação nominal de membro da Advocacia-Geral da União para participar da comissão, como seu presidente.

§ 2º A autoridade a quem for determinado promover a apuração da irregularidade baixará a Portaria de constituição da comissão processante, a ser publicada no Diário Oficial da União.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

#### GERALDO MAGELA DA CRUZ QUINTÃO

#### D. O. de 14.12.1998.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1998.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,** no exercício da competência que lhe foi conferida pelo Art. 5º, da Lei nº 9.704, de 17 de novembro de 1998, e tendo em vista o disposto no art. 1º, parágrafo único da Lei, **resolve**:

Art. 1º Os dirigentes máximos das autarquias federais e das fundações, instituídas e mantidas pela União, encaminharão ao gabinete do Advogado-Geral da União o nome indicado para ocupar o cargo de chefe do respectivo órgão jurídico, acompanhado da seguinte documentação:

I – ***curriculum vitae*** assinado;

II – prova de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 1º As autoridades referidas no ***caput***, antes de encaminhar a indicação, deverão assegurar-se de que o indicado possui experiência no exercício da advocacia, compatível com a natureza do cargo a ocupar, e de que não sofreu ele quaisquer sanções disciplinares no exercício da advocacia, pela Seção da Ordem dos Advogados do Brasil onde inscrito, ou, quando for o caso, no exercício de qualquer função pública (arts. 127 e seguintes, da Lei nº 8.112, de 11.12.90).[[255]](#footnote-256)

§ 2º A ausência de qualquer dos documentos de que tratam os incisos I e II, do ***caput*** deste artigo, ou de manifestação expressa da autoridade no documento a conter a indicação, acerca de o indicado haver atendido as condições previstas no parágrafo primeiro, implicará o não conhecimento da indicação formulada.

Art. 2º O Advogado-Geral da União ouvirá, previamente, a Casa Civil da Presidência da República, nos termos do art. 1º, inciso II, do Decreto nº 1.362, de 1º de janeiro de 1995.

Art. 3º Após o exame dos elementos coligidos, nos termos do presente ato, o Advogado-Geral da União anuirá à indicação feita ou desta discordará.

Art. 4º Esta instrução normativa entra em vigor a partir da data de sua publicação.

#### GERALDO MAGELA DA CRUZ QUINTÃO

#### D. O. de 14.12.1998.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 30 DE MARÇO DE 2000.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIII, do art. 4º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 4º, da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, baixa as seguintes instruções, a serem observadas pelos órgãos de representação judicial da União e pelos órgãos jurídicos das autarquias e das fundações públicas federais:

Art. 1º Em face da decisão proferida pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 209.899-0/RN, e considerando os termos da Resolução nº 35, de 1999, do Senado Federal, que suspendeu a execução dos incisos I e III do art. 7º da Lei Federal nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991, as Procuradorias da União e as das autarquias e das fundações públicas federais ficam autorizadas a **não interpor recursos e a desistir daqueles já interpostos** contra decisões judiciais que reconheçam procedentes os pedidos de contagem do tempo de serviço público prestado sob o regime celetista para fins de anuênio.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação no **Diário Oficial da União.**

#### GILMAR FERREIRA MENDES

#### D. O. de 31.3.2000.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 30 DE MARÇO DE 2000.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIII, do art. 4º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 4º, da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, baixa as seguintes instruções, a serem observadas pelos órgãos de representação judicial da União e pelos órgãos jurídicos das autarquias e das fundações públicas federais:

Art. 1º Em face da decisão proferida pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal nos autos da AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 1.135/DF, e considerando os termos da Instrução Normativa nº 53, de 14 de maio de 1999, da Secretaria da Receita Federal, as Procuradorias da União e as das autarquias e das fundações públicas federais ficam autorizadas a **não interpor recursos e a desistir daqueles já interpostos** contra decisões judiciais que reconheçam indevidos os descontos a título de Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público civil da União, relativamente aos meses de julho, agosto, setembro de outubro de 1994.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação no **Diário Oficial da União.**

#### GILMAR FERREIRA MENDES

#### D. O. de 31.3.2000. [Retificação no D. O. de 03.04.2000.]

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 23 DE OUTUBRO DE 2000.

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e XIII, do art. 4º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 4º, da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, baixa as seguintes instruções, a serem observadas pelos órgãos de representação judicial da União e pelos órgãos jurídicos das autarquias e das fundações públicas federais:

Art. 1º Em face da decisão proferida pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 209.899-0/RN, e considerando os termos da Resolução nº 35, de 1999, do Senado Federal, que suspendeu a execução dos incisos I e III do art. 7º da Lei Federal nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991, as Procuradorias da União e das autarquias e das fundações públicas federais ficam autorizadas a não interpor recursos e a desistir daqueles já interpostos contra decisões judiciais que reconheçam procedentes os pedidos de contagem do tempo de serviço público prestado sob o regime celetista para fins de licença prêmio.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

# GILMAR FERREIRA MENDES

# D. O. de 26.10.2000. [Seção 1-E - Caderno eletrônico.]

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,**no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIII, do art. 4º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 4º, da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, baixa a seguinte instrução, a ser observada pelos órgãos de representação judicial da União e pelos órgãos jurídicos das autarquias e das fundações públicas federais:

Art. 1º Em face da revogação do art. 2º da Lei nº 9.783, de 28 de janeiro de 1999 – que determinava a arrecadação de adicionais à contribuição social do servidor público civil, ativo e inativo, e dos pensionistas dos três Poderes da União – pelo art. 7º, parágrafo único, da Lei nº 9.988, de 19 de julho de 2000, as Procuradorias da União, das autarquias e das fundações públicas federais deverão requerer a extinção do feito por perda do objeto.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**GILMAR FERREIRA MENDES**

D. O. de 21.12.2001.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 19 DE JULHO DE 2004.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,**no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, XIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 4º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997,

Resolve editar a presente Instrução Normativa, de observância obrigatória pelos órgãos da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria do Banco Central do Brasil:

Art. 1º Não se recorrerá de decisão judicial que reconhecer o direito à averbação do tempo de serviço prestado, em condições perigosas ou insalubres, pelo servidor que se encontrava sob a égide do regime celetista quando da implantação do Regime Jurídico Único.

Parágrafo único - Será objeto de desistência o recursos interposto contra decisão de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 20.7.2004.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 19 DE JULHO DE 2004.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,**no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VI, X, XI, XII, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 4º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, tendo em vista o disposto no art. 28, inciso II, da referida Lei Complementar n° 73, de 1993, no art. 9° da Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002, no art. 38, § 1°, inciso II, da Medida Provisória n° 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no art. 17-A, inciso II, da Lei n° 9.650, de 27 de maio de 1998, e

Considerando que a vigente Medida Provisória n° 2.169-43, de 24 de agosto de 2001 (reedição das Medidas Provisórias n° 1.704, de 30 de junho de 1998, e n° 1.962-24, de 30 de março de 2000), regulamentada pelo Decreto n° 2.693, de 28 de julho de 1998, estendeu, administrativamente, “*aos servidores públicos civis da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal assentada no julgamento do Recurso Ordinário no Mandado de Segurança no 22.307-7 - Distrito Federal, com a explicitação contida no acórdão dos embargos de declaração”* (art. 1°),

Resolve:

Art. 1° Os órgãos de representação judicial da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e seus integrantes:

I − Não recorrerão de decisão judicial que conceder reajuste de 28,86% (vinte e oito virgula oitenta e seis por cento) sobre os vencimentos do servidor público civil, em decorrência da Lei nº 8.627, de 19 de fevereiro de 1993, com a dedução dos percentuais concedidos ao servidor, pela mesma lei, a título de reposicionamento; e

II − Desistirão de recurso já interposto contra decisão de que trata o item anterior .

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 26.7.2004.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 19 DE JULHO DE 2004.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,**no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VI, X, XI, XII, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 4º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, tendo em vista o disposto no art. 28, inciso II, da referida Lei Complementar n° 73, de 1993, no art. 9° da Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002, no art. 38, § 1°, inciso II, da Medida Provisória n° 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no art. 17-A, inciso II, da Lei n° 9.650, de 27 de maio de 1998, e

Considerando a jurisprudência iterativa do Supremo Tribunal Federal (v. Acórdãos nos RE’s 222232/PB; 126237/DF e 221225/CE; AgRg 145985/PR; AgRg 109080/MG; AgRg 172864/SP (Primeira Turma); RE 115016/PR; AgRg-RE 264554/RS; AgRg 146959/DF; AgRg 182370; AgRg-RE 119361/SP (Segunda Turma),

Resolve:

Art. 1° Os órgãos de representação judicial da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e seus integrantes:

I−Não interporão recurso extraordinário de decisão que negar seguimento a recurso trabalhista, exclusivamente por inobservância de pressupostos processuais de sua admissibilidade; e

II − Desistirão de recurso já interposto contra decisão de que trata o item anterior .

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 26.7.2004.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 19 DE JULHO DE 2004.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,**no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VI, X, XI, XII, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 4º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, tendo em vista o disposto no art. 28, inciso II, da referida Lei Complementar n° 73, de 1993, no art. 9° da Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002, no art. 38, § 1°, inciso II, da Medida Provisória n° 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no art. 17-A, inciso II, da Lei n° 9.650, de 27 de maio de 1998, e

Considerando que a vigente Medida Provisória n° 2.225-45, de 4 de setembro de 2001, determinou a extensão administrativa de iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ao dispor que “*Aplica-se aos servidores civis do Poder Executivo Federal, extensivo aos proventos da inatividade e às pensões, nos termos do art. 28 da Lei n~~º~~ 8.880, de 27 de maio de 1994, a partir de janeiro de 1995, o reajuste de vinte e cinco vírgula noventa e quatro por cento concedido aos servidores dos demais Poderes da União e aos Militares, deduzido o percentual já recebido de vinte e dois vírgula zero sete por cento”* (art. 8°),

Resolve:

Art. 1° Os órgãos de representação judicial da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e seus integrantes:

I − Não recorrerão de decisão judicial que determinar a aplicação do índice de 3,17% (três virgula dezessete por cento) aos vencimentos dos servidores públicos, com fundamento na Lei nº 8.880/94; e

II − Desistirão de recurso já interposto contra decisão de que trata o item anterior .

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 26.7.2004.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 19 DE JULHO DE 2004.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,**no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VI, X, XI, XII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. art. 3º do Decreto n° 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista o disposto no art. 28, inciso II, da referida Lei Complementar n° 73, de 1993, e

Considerando o Enunciado n° 4 da Súmula da Advocacia-Geral da União (constante do Ato de 19 de julho de 2004 e com esta publicado no Diário Oficial da União); e o disposto no art. 17 da vigente Medida Provisória n° 2.180-35, de 24 de agosto de 2001; bem como a Súmula n° 650 do Supremo Tribunal Federal,

Resolve:

Art. 1° Os órgãos de representação judicial da Advocacia-Geral da União e seus integrantes, salvo para reivindicar ou defender o domínio da União sobre as áreas de que tratam os incisos I a III do art. 17 da Medida Provisória n° 2.180-35, de 24 de agosto de 2001:

I − Não intervirão em ações judiciais para reivindicar o domínio de terras originárias de aldeamentos indígenas extintos anteriormente a 24 de fevereiro de 1891, ou confiscadas aos Jesuítas até aquela data; e

II − Desistirão de intervenções já feitas em ações judiciais e de recursos interpostos que tenham como objeto a reivindicação de referido domínio.

Art. 2° Na hipótese de a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão não haver indicado as áreas de que trata o parágrafo único do art. 17 da mencionada Medida Provisória, os dirigentes dos órgãos referidos no **caput** do art. 1° desta Instrução Normativa deverão, a cada caso, endereçar consulta àquela Secretaria, nos termos do art. 4° e §§ 1° e 2° da Lei n° 9.028, de 12 de abril de 1995, fixando-lhe prazo compatível com aquele de que dispõem para se manifestar no competente feito judicial.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 26.7.2004.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7, DE 19 DE JULHO DE 2004.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,**no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VI, X, XI, XII, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 3º do Decreto n° 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista o disposto no art. 28, inciso II, da referida Lei Complementar n° 73, de 1993, no art. 9° da Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002, no art. 38, § 1°, inciso II, da Medida Provisória n° 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no art. 17-A, inciso II, da Lei n° 9.650, de 27 de maio de 1998,

Considerando o Enunciado n° 10 da Súmula da Advocacia-Geral da União (constante do Ato de 19 de julho de 2004 e com esta publicado no Diário Oficial da União),

Resolve:

Art. 1° Os órgãos de representação judicial da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e seus integrantes:

I − Não recorrerão de decisão judicial que entender incabível a remessa necessária nos embargos à execução de título judicial opostos pela Fazenda Pública, ressalvadas aquelas que julgarem a liquidação por arbitramento ou artigo, nas execuções de sentenças ilíquidas; e

II − Desistirão dos recursos já interpostos contra decisão de que trata o item anterior.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 26.7.2004.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 19 DE JULHO DE 2004.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,**no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VI, X, XI, XII, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 3º do Decreto n° 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista o disposto no art. 28, inciso II, da referida Lei Complementar n° 73, de 1993, no art. 9° da Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002, no art. 38, § 1°, inciso II, da Medida Provisória n° 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no art. 17-A, inciso II, da Lei n° 9.650, de 27 de maio de 1998,

Considerando o Enunciado n° 11 da Súmula da Advocacia-Geral da União (constante do Ato de 19 de julho de 2004 e com esta publicado no Diário Oficial da União),

Resolve:

Art. 1° Os órgãos de representação judicial da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e seus integrantes:

I − Não argüirão a impossibilidade de apreciação da remessa necessária em decisão monocrática proferida nos termos do art. 557, do Código de Processo Civil; e

II − Desistirão de argüições já feitas contra decisão de que trata o item anterior.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 26.7.2004.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 19 DE JULHO DE 2004.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,**no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VI, X, XI, XII, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 3º do Decreto n° 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista o disposto no art. 28, inciso II, da referida Lei Complementar n° 73, de 1993, no art. 9° da Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002, no art. 38, § 1°, inciso II, da Medida Provisória n° 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no art. 17-A, inciso II, da Lei n° 9.650, de 27 de maio de 1998,

Considerando o Enunciado n° 12 da Súmula da Advocacia-Geral da União (constante do Ato de 19 de julho de 2004 e com esta publicado no Diário Oficial da União),

Resolve:

Art. 1° Os órgãos de representação judicial da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e seus integrantes:

I − Não recorrerão de decisão judicial que confirmar a competência de vara federal de capital de estado-membro para processar e julgar ação relativa a benefício previdenciário de segurado domiciliado sob a circunscrição judiciária de outra vara federal do mesmo estado-membro; e

II − Desistirão de recurso já interposto contra decisão de que trata o item anterior.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 26.7.2004.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 19 DE JULHO DE 2004.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,**no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VI, X, XI, XII, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 3º do Decreto n° 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista o disposto no art. 28, inciso II, da referida Lei Complementar n° 73, de 1993, no art. 9° da Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002, no art. 38, § 1°, inciso II, da Medida Provisória n° 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no art. 17-A, inciso II, da Lei n° 9.650, de 27 de maio de 1998,

Considerando o Enunciado n° 16 da Súmula da Advocacia-Geral da União (constante do Ato de 19 de julho de 2004 e com esta publicado no Diário Oficial da União),

Resolve:

Art. 1° Os órgãos de representação judicial da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e seus integrantes:

I − Não recorrerão de decisão judicial que reconhecer a servidor estável investido em cargo público federal, em virtude de habilitação em concurso público, o direito de desistir do estágio probatório a que é submetido com apoio no art. 20 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e ser reconduzido ao cargo inacumulável de que foi exonerado, a pedido; e

II − Desistirão de recurso já interposto contra decisão de que trata o item anterior.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 26.7.2004.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 11, DE 19 DE JULHO DE 2004.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,**no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VI, X, XI, XII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 3º do Decreto n° 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista o disposto no art. 28, inciso II, da referida Lei Complementar n° 73, de 1993, e

Considerando o Enunciado n° 20 da Súmula da Advocacia-Geral da União (constante do Ato de 19 de julho de 2004 e com esta publicado no Diário Oficial da União),

Resolve:

Art. 1° Os órgãos de representação judicial da Advocacia-Geral da União e seus integrantes:

I −Não recorrerão de decisão judicial que reconhecer o direito dos servidores administrativos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União ao percentual de 11,98% (onze virgula noventa e oito por cento), relativo a conversão de seus vencimentos em URV, no período de abril de 1994 a dezembro de 1996 para os servidores do Poder Judiciário, e de abril de 1994 a janeiro de 2000, para os servidores do Ministério Público; e

II − Desistirão de recurso já interposto contra decisão de que trata o item anterior.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 26.7.2004.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 23 DE JULHO DE 2004.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,**Substituto, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VI, X, XI, XII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 3º do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, e

Considerando o Enunciado nº 21 da Súmula da Advocacia-Geral da União, publicado no Diário Oficial da União de 20, 21 e 22, de julho de 2004,

Resolve editar a presente Instrução Normativa, de observância obrigatória pelos órgãos da Advocacia-Geral da União.

Art. 1º Não se recorrerá de decisão judicial que reconhecer o direito dos Policiais Civis dos extintos Territórios Federais às gratificações previstas no art. 4º da Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, concedidas igualmente aos Policiais Federais.

Parágrafo único - Será objeto de desistência o recurso interposto contra decisão de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**MOACIR ANTONIO MACHADO DA SILVA**

D. O. de 26.7.2004.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 27 DE SETEMBRO DE 2005.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,**no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VI, X, XI, XII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 3º do Decreto n° 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista o disposto no art. 28, inciso II, da referida Lei Complementar n° 73, de 1993, e

Considerando o Enunciado n° 6 da Súmula da Advocacia-Geral da União, alterado nesta data e com esta publicado no Diário Oficial da União,

Resolve:

Art. 1° Os órgãos de representação judicial da Advocacia-Geral da União e seus integrantes:

I - Não recorrerão de decisão judicial que reconhecer ao companheiro ou companheira de militar falecido após o advento da Constituição de 1988 o direito à pensão militar, quando o beneficiário da pensão esteja designado na declaração preenchida em vida pelo contribuinte ou quando o beneficiário comprove a união estável, não afastadas situações anteriores legalmente amparadas; e

II - Desistirão dos recursos já interpostos contra decisão de que trata o item anterior.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 28.9.2005.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 27 DE SETEMBRO DE 2005.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,**no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VI, X, XI, XII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 3º do Decreto n° 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista o disposto no art. 28, inciso II, da referida Lei Complementar n° 73, de 1993, e

Considerando o Enunciado n° 8 da Súmula da Advocacia-Geral da União, alterado nesta data e com esta publicado no Diário Oficial da União,

Resolve:

Art. 1° Os órgãos de representação judicial da Advocacia-Geral da União e seus integrantes:

I −Não recorrerão de decisão judicial que reconhecer que o direito à pensão de ex-combatente é regido pelas normas legais em vigor à data do evento morte. Tratando-se de reversão do beneficio à filha mulher, em razão do falecimento da própria mãe que a vinha recebendo, consideram-se não os preceitos em vigor quando do óbito desta última, mas do primeiro, ou seja, do ex-combatente.

II −Desistirão dos recursos já interpostos contra decisão de que trata o item anterior.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 28.9.2005.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 5 DE MAIO DE 2006.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,**no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VI, X, XI, XII, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 3º do Decreto n° 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista o disposto no art. 28, inciso II, da referida Lei Complementar n° 73, de 1993, no art. 9° da Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002, no art. 38, § 1°, inciso II, da Medida Provisória n° 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no art. 17-A, inciso II, da Lei n° 9.650, de 27 de maio de 1998,

Considerando o Enunciado n° 22 da Súmula da Advocacia-Geral da União (com esta publicado no Diário Oficial da União), resolve:

Art. 1° Os órgãos de representação judicial da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e seus integrantes:

I − Não recorrerão de decisão judicial que dispensar a apresentação de prova de escolaridade ou habilitação legal para inscrição em concurso público destinado ao provimento de cargo público, salvo se a exigência decorrer de disposição legal ou, quando for o caso, para participar da segunda etapa de concurso que se realize em duas etapas; e

II − Desistirão de recurso já interposto contra decisão de que trata o item anterior.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 9.5.2006.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 1º DE AGOSTO DE 2006.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,**no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VI, X, XI, XII, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 3º do Decreto n° 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista o disposto no art. 28, inciso II, da referida Lei Complementar n° 73, de 1993, no art. 9° da Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002, no art. 38, § 1°, inciso II, da Medida Provisória n° 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e no art. 17-A, inciso II, da Lei n° 9.650, de 27 de maio de 1998,

Considerando o Enunciado n° 7 da Súmula da Advocacia-Geral da União, com a redação dada pelo Ato de 1º de agosto de 2006 (com esta publicado no Diário Oficial da União),

Resolve:

Art. 1° Os órgãos de representação judicial da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e seus integrantes:

I − Não recorrerão de decisão judicial que determinar a percepção cumulada de benefício previdenciário com a pensão especial prevista no art. 53, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias − ADCT, devida a ex-combatente (no caso de militar, desde que haja sido licenciado do serviço ativo e com isso retornado à vida civil definitivamente − art.1º da Lei nº 5.315, de 12.9.1967);

II − Desistirão de recurso já interposto contra decisão de que trata o item anterior.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

# ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA

D. O. de 2.8.2006.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 1º DE AGOSTO DE 2006.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,**no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VI, X, XI, XII, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 4º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, tendo em vista o disposto no art. 28, inciso II, da referida Lei Complementar n° 73, de 1993, no art. 9° da Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002, no art. 38, § 1°, inciso II, da Medida Provisória n° 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e no art. 17-A, inciso II, da Lei n° 9.650, de 27 de maio de 1998, e

Considerando a revogação da Lei nº 9.783, de 28 de janeiro de 1999, pelo art. 18 da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, e a anterior e iterativa jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (Medidas Cautelares nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nos 2.010-1/DF – Plenário, 2.049-8/RJ – Plenário, 2.087/AM – Plenário, 2.196-6/RJ – Plenário, e 2.197-4/RJ – Plenário); e do Superior Tribunal de Justiça (Mandados de Segurança nos 6.464/RN - Primeira Seção e 6.549/DF - Primeira Seção),

Resolve:

Art. 1° Os órgãos de representação judicial da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e seus integrantes:

I − Não recorrerão de decisão judicial que declarar a inconstitucionalidade da contribuição social de servidor público civil inativo e de pensionista dos três Poderes da União, instituída pela Lei nº 9.783, de 28 de janeiro de 1999.

II − Desistirão de recurso já interposto contra decisão de que trata o item anterior.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 2.8.2006.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7, DE 6 DE OUTUBRO DE 2006.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,**no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VI, X, XI, XII, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 3º do Decreto n° 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista o disposto no art. 28, inciso II, da referida Lei Complementar n° 73, de 1993, no art. 9° da Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002, no art. 38, § 1°, inciso II, da Medida Provisória n° 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no art. 17-A, inciso II, da Lei n° 9.650, de 27 de maio de 1998,

Considerando o Enunciado n° 23 da Súmula da Advocacia-Geral da União (com esta publicado no Diário Oficial da União),

Resolve:

Art. 1° Os órgãos de representação judicial da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e seus integrantes:

I − Não argüirão exceção de incompetência quando autor domiciliado em cidade do interior propuser ação contra a União na sede da respectiva Seção Judiciária (capital do Estado-membro);

II − Não recorrerão de decisão judicial que declarar competente a sede da Seção Judiciária quando o autor for domiciliado em outra cidade do mesmo Estado; e

III − Desistirão de recursos já interpostos contra decisões de que tratam os itens anteriores.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 9.10.2006.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2007.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,**no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VI, X, XI, XII, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 3º do Decreto n° 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista o disposto no art. 28, inciso II, da referida Lei Complementar n° 73, de 1993, no art. 9° da Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002, no art. 38, § 1°, inciso II, da Medida Provisória n° 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e no art. 17-A, inciso II, da Lei n° 9.650, de 27 de maio de 1998,

Considerando o Enunciado n° 14 da Súmula da Advocacia-Geral da União, com a redação dada pelo Ato de 6 de fevereiro de 2007 (com esta publicado no Diário Oficial da União),

Resolve:

Art. 1° Os órgãos de representação judicial da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e seus integrantes:

I − Não recorrerão de decisão judicial que determinar a incidência da taxa SELIC, em substituição à correção monetária e juros, a partir de 1º de janeiro de 1996, nas compensações ou restituições de contribuições previdenciárias; e

II − Desistirão de recurso já interposto contra decisão de que trata o item anterior.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

# ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA

# D. O. de 8.2.2007.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2007.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,**no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VI, X, XI, XII, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 3º do Decreto n° 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista o disposto no art. 28, inciso II, da referida Lei Complementar n° 73, de 1993, no art. 9° da Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002, no art. 38, § 1°, inciso II, da Medida Provisória n° 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e no art. 17-A, inciso II, da Lei n° 9.650, de 27 de maio de 1998,

Considerando o Enunciado n° 17 da Súmula da Advocacia-Geral da União, com a redação dada pelo Ato de 6 de fevereiro de 2007 (com esta publicado no Diário Oficial da União),

Resolve:

Art. 1° Os órgãos de representação judicial da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e seus integrantes:

I − Não recorrerão de decisão judicial que determinar a expedição de certidão positiva de débito com efeito de negativa, estando regular o parcelamento da dívida, com o cumprimento, no prazo, das obrigações assumidas pelo contribuinte; e

II − Desistirão de recurso já interposto contra decisão de que trata o item anterior.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 8.2.2007.

# INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2007.

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,**no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VI, X, XI, XII, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 3º do Decreto n° 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista o disposto no art. 28, inciso II, da referida Lei Complementar n° 73, de 1993, no art. 9° da Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002, no art. 38, § 1°, inciso II, da Medida Provisória n° 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e no art. 17-A, inciso II, da Lei n° 9.650, de 27 de maio de 1998,

Considerando o Enunciado n° 13 da Súmula da Advocacia-Geral da União, com a redação dada pelo Ato de 16 de fevereiro de 2007 (com esta publicado no Diário Oficial da União), resolve:

Art. 1° Os órgãos de representação judicial da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e seus integrantes:

I − Não recorrerão de decisão judicial que excluir a incidência de multa fiscal sobre massa falida regida pela legislação anterior à Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005; e

II − Desistirão de recurso já interposto contra decisão de que trata o item anterior.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3º Fica revogada a Instrução Normativa nº 01, de 6 de fevereiro de 2007, publicada no Diário Oficial de 8 de fevereiro de 2007.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 22.2.2007.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 21 DE JUNHO DE 2007.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,**no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VI, X, XI, XII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 4º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997,

Considerando o disposto no Enunciado nº 84 de Súmula do Superior Tribunal de Justiça, editado em 1993,

Considerando a iteratividade da jurisprudência da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, quanto à aplicação deste enunciado contra a União (v. REsp nº 893105/AL e nº 762521/RS – Primeira Turma; e REsp nº 457524/RN e nº 572787/RS - Segunda Turma),

RESOLVE :

Art. 1º Os órgãos de representação judicial da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal:

I - não recorrerão das decisões que acolherem embargos de terceiro opostos na execução fiscal por promitente-comprador titular de compromisso de compra e venda, registrado ou não, desde que não caracterizada a má-fé dos contratantes e o intuito de fraude à execução;

II - desistirão dos recursos já interpostos que se enquadrarem na situação descrita no item anterior.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 22.6.2007.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2008.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIII e o *caput* do art. 4º da Lei Complementar n.º 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 2º da Lei nº. 9.469, de 10 de julho de 1997, resolve:

Art. 1º **(Tornado sem efeito pelo art. 13 da Portaria nº 377, de 25.8.2011)**

Art. 2º **(Revogado pela Portaria nº 990, de 16.7.2009)**

Art. 3º Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 18.2.2008.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 30 DE SETEMBRO DE 2009.**

*Disciplina os concursos públicos de provas e títulos e avaliação em programa de formação destinados ao provimento de cargos da Carreira de Procurador Federal.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO INTERINO,** no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 1º do Decreto nº 6.532, de 5 de agosto de 2008, c/c o Decreto de 10 de abril de 2007, do Presidente da República, considerando a Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e as demais disposições da Lei nº 10.480, de 2002 e da Medida Provisória n° 2.229-43, de 10 de setembro de 2001, resolve expedir a presente Instrução Normativa:

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Instrução Normativa disciplina, fixando-lhe os critérios, os concursos públicos de provas e títulos destinados ao provimento de cargos de 2ª Categoria da Carreira de Procurador Federal do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 2º O provimento dos cargos de Procurador Federal ocorrerá mediante a nomeação, em caráter efetivo, dos candidatos habilitados nos respectivos concursos, observada a ordem de sua classificação final.

Parágrafo único. A posse dos nomeados terá como pressuposto a verificação de estarem aptos, física e mentalmente, para o exercício do cargo, na forma desta Instrução Normativa, além do atendimento de outras exigências da legislação.

Art. 3º Os cargos a que se refere o art. 1º compõem a categoria inicial da Carreira de Procurador Federal e a eles correspondem as seguintes atribuições, nos termos do art. 37 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001:

I - a representação judicial e extrajudicial da União, quanto às suas atividades descentralizadas a cargo de autarquias e fundações públicas, bem como a representação judicial e extrajudicial dessas entidades;

II - as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos à União, em suas referidas atividades descentralizadas, assim como às autarquias e às fundações federais;

III - a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial; e

IV - a atividade de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados.

Art. 4º A investidura em cargo de Procurador Federal conferirá ao seu titular a qualidade de Membro efetivo da Carreira de Procurador Federal da Procuradoria-Geral Federal e os respectivos direitos, deveres, proibições e impedimentos, inclusive a expressa vedação de exercer a advocacia fora de suas atribuições institucionais.

Art. 5º De acordo com critérios de conveniência e necessidade da Administração, poderão ser nomeados candidatos classificados para preenchimento dos cargos vagos já existentes e dos que vierem a vagar durante o prazo de validade do concurso.

**CAPÍTULO II**

**DOS CONCURSOS**

**Seção I**

**Das disposições gerais**

Art. 6º O concurso público para provimento no cargo de Procurador Federal de 2ª Categoria realizar-se-á em duas etapas, sendo a primeira de provas e títulos e a segunda de avaliação em programa de formação, nos termos desta Instrução Normativa e do que vier a ser estabelecido no respectivo Edital.

§ 1° A primeira etapa será constituída de uma prova objetiva, duas discursivas e uma oral, todas com caráter eliminatório e classificatório, e avaliação de títulos, de caráter classificatório.

§ 2° A segunda etapa será constituída de avaliação em programa de formação, com caráter eliminatório e classificatório.

Art. 7º As provas escritas e a prova oral, a cujas notas serão atribuídos pesos específicos no Edital do concurso, versarão, no mínimo,sobre as matérias indicadas neste artigo, distribuídas em dois grupos.

§ 1° Constituirão o Grupo I as seguintes matérias: Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Financeiro e Econômico, Direito Tributário, legislação da seguridade social e legislação sobre ensino.

§ 2° Integrarão o Grupo II as matérias a seguir enumeradas: Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Comercial, Direito Penal e Processual Penal, Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, Direito Internacional Público, Direito Agrário e Direito Ambiental.

§ 3º Os programas das disciplinas constarão de anexo ao Edital do concurso.

Art. 8º As provas escritas serão realizadas nas cidades constantes de anexo ao respectivo Edital, sendo a prova oral e o programa de formação realizados exclusivamente em Brasília-DF.

Art. 8º-A. A inscrição no concurso e a participação em qualquer de suas fases têm como pressuposto legal da respectiva validade a comprovação, pelo candidato, de um mínimo de dois anos de prática forense, nos termos e condições estabelecidos nesta Instrução Normativa e no Edital específico. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 1, de 15.1.2010 – D. O. de 18.1.2010)**

Art. 9º A aferição de títulos ocorrerá entre os candidatos aprovados nas provas escritas e oral, e terá fim exclusivo de classificação no certame.

Art. 10. O conteúdo e a avaliação do programa de formação serão voltados para atividades práticas inerentes à carreira de Procurador Federal.

Art. 11. Será eliminado automaticamente do concurso o candidato que faltar a uma das provas, deixar de efetuar a matrícula no programa de formação, não freqüentar no mínimo 90% das horas de atividades, independentemente do motivo do afastamento, não realizar a prova de avaliação do programa de formação ou não satisfizer os demais requisitos legais, regulamentares ou regimentais.

Art. 12. Será mantido o sigilo das provas escritas até que estejam integralmente concluídos, na fase própria do concurso, os correspondentes trabalhos de correção, identificação e homologação dos resultados.

Art. 13. Considerar-se-ão títulos, além de outros regularmente admitidos em direito e previstos no Edital, o exercício profissional de consultoria, assessoria, diretoria e o desempenho de cargo, emprego ou função de nível superior com atividades eminentemente jurídicas.

Art. 14. O Edital de Abertura do concurso será publicado na íntegra no Diário Oficial da União e, por meio de extrato em jornal diário local de grande circulação, nas cidades aludidas no art. 8° desta IN.

Parágrafo único. O edital de abertura e todos os atos praticados em relação aos certames serão disponibilizados no sítio eletrônico institucional da Advocacia-Geral da União, medida que não substitui a publicação no Diário Oficial da União.

Art. 15. O prazo de validade do concurso, a ser previsto no Edital respectivo, poderá ser prorrogado, a critério do Advogado-Geral da União.

**Seção II**

**Da pré-inscrição**

**(Redação do título da Seção dada pela Instrução Normativa nº 1, de 15.1.2010 – D. O. de 18.1.2010)**

Art. 16. Para participar do certame, o candidato deverá realizar a pré-inscrição, pessoalmente ou por procuração, por via postal ou pela Internet, nos termos desta Instrução Normativa e do respectivo Edital. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 1, de 15.1.2010 – D. O. de 18.1.2010)**

§ 1º Não será admitida pré-inscrição condicional. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 1, de 15.1.2010 – D. O. de 18.1.2010)**

§ 2º A formalização de pré-inscrição implicará a aceitação, pelo interessado, de todas as regras fixadas para o concurso, ainda que atue mediante procurador. (NR) **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 1, de 15.1.2010 – D. O. de 18.1.2010)**

Art. 17. A pré-inscrição poderá ser procedida em qualquer das cidades indicadas no anexo do Edital do certame. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 1, de 15.1.2010 – D. O. de 18.1.2010)**

§ 1º No momento da pré-inscrição, o interessado optará pela cidade na qual deseja prestar as provas escritas, dentre as previstas no Edital. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 1, de 15.1.2010 – D. O. de 18.1.2010)**

§ 2º A opção prevista no § 1º não poderá ser alterada em momento posterior à pré-inscrição. (NR) **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 1, de 15.1.2010 – D. O. de 18.1.2010)**

Art. 18. Os dados, informações e eventuais documentos fornecidos pelo interessado no momento em que formalize a préinscrição serão considerados de sua inteira responsabilidade, ainda que atue por intermédio de procurador. (NR) **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 1, de 15.1.2010 – D. O. de 18.1.2010)**

Art. 19. A efetivação da pré-inscrição no concurso somente ocorrerá se o interessado atender às prescrições desta Instrução Normativa e do respectivo Edital. (NR) **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 1, de 15.1.2010 – D. O. de 18.1.2010)**

**Seção II-A**

**Da inscrição**

**(Seção incluída pela Instrução Normativa nº 1, de 15.1.2010 – D. O. de 18.1.2010)**

Art. 19-A. Os candidatos aprovados e classificados por suas notas na prova objetiva serão convocados para que requeiram, no prazo determinado, sua inscrição no certame.

§ 1º A convocação e o requerimento de inscrição de que trata o caput deverão observar a presente Instrução Normativa e o respectivo Edital. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 1, de 15.1.2010 – D. O. de 18.1.2010)**

§ 2º Não se admitirá inscrição condicional. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 1, de 15.1.2010 – D. O. de 18.1.2010)**

Art. 19-B. No momento em que requerer sua inscrição no concurso, o candidato deverá atender à exigência legal de comprovação do período mínimo de dois anos de prática forense. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 1, de 15.1.2010 – D. O. de 18.1.2010)**

§ 1º A comprovação de que trata este artigo observará o que a propósito disponham a presente Instrução Normativa e o Edital do concurso, inclusive quanto à documentação respeitante. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 1, de 15.1.2010 – D. O. de 18.1.2010)**

§ 2º Somente poderá ser considerada, quanto à aludida comprovação, a documentação entregue no momento em que requerida a inscrição. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 1, de 15.1.2010 – D. O. de 18.1.2010)**

Art. 19-C. Ter-se-á como prática forense, o exercício de atividades práticas desempenhadas na vida forense, relacionadas às ciências jurídicas, inclusive as atividades desenvolvidas como estudante de curso de Direito cumprindo estágio regular e supervisionado, como advogado, magistrado, membro do Ministério Público, ou servidor do judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública com atividades, ao menos parcialmente, jurídicas, observado: **(Incluído pela Instrução Normativa nº 1, de 15.1.2010 – D. O. de 18.1.2010)**

I - o exercício de atividades práticas desempenhadas na vida forense, relacionadas às ciências jurídicas, inclusive as atividades desenvolvidas como estudante de curso de direito, cumprindo estágio regular e supervisionado, deve observar a legislação e os demais atos normativos regedores da hipótese; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 1, de 15.1.2010 – D. O. de 18.1.2010)**

II - o efetivo exercício da advocacia, na forma da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, abrange a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário, assim como as atividades de consultoria, assessoramento e direção jurídicos, sob inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil; **(Incluído pela Instrução Normativa nº 1, de 15.1.2010 – D. O. de 18.1.2010)**

III - a comprovação da existência de atividades, ao menos parcialmente, jurídicas, em cargos, empregos ou funções públicas, sejam efetivos, permanentes ou de confiança, em qualquer dos Poderes ou Funções Essenciais à Justiça, será feita mediante a demonstração dessas atividades, acompanhada da juntada da legislação pertinente que defina as atribuições respectivas. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 1, de 15.1.2010 – D. O. de 18.1.2010)**

Art. 19-D. No momento em que requerer sua inscrição no concurso, o candidato deverá entregar, além da documentação relativa à prática forense, todos os outros documentos a propósito exigidos no Edital do certame. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 1, de 15.1.2010 – D. O. de 18.1.2010)**

Art. 19-E. Os dados ou informações e os documentos necessários à inscrição em concurso são de integral responsabilidade do candidato, ainda que este atue por intermédio de procurador. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 1, de 15.1.2010 – D. O. de 18.1.2010)**

Art. 19-F. Em caso de indeferimento da inscrição, a Banca Examinadora do concurso motivará a recusa. **(Incluído pela Instrução Normativa nº 1, de 15.1.2010 – D. O. de 18.1.2010)**

**Seção III**

**Da prova objetiva**

Art. 20. Haverá em cada concurso uma prova objetiva, de abrangência geral, composta de questões de igual valor.

§ 1º A avaliação da prova objetiva, feita por meio eletrônico, será validada pela Banca Examinadora do certame.

§ 2º A aprovação na prova objetiva exigirá a pontuação mínima indicada no Edital.

§ 3º Os candidatos aprovados na prova objetiva serão classificados, segundo suas notas, em um total de até sete vezes o respectivo número de vagas, acrescido do cadastro de reserva, observado o que disponha o Edital do certame. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 1, de 10.4.2013)**

§ 4º O Edital do certame poderá prever um limite máximo de candidatos classificados na prova objetiva inferior ao previsto no § 3º.

§ 5º A aprovação e a classificação de que trata este artigo serão pressupostos das próximas fases do concurso e seu não atingimento resultará na exclusão do candidato do certame.

**Seção IV**

**Das provas discursivas**

Art. 21. Haverá, em cada concurso, duas provas discursivas, que se realizarão em seguida à prova objetiva, conforme estabelecido no respectivo Edital.

Parágrafo único. Somente serão corrigidas as provas discursivas dos candidatos aprovados e classificados na prova objetiva, nos termos do Edital.

Art. 22. As provas discursivas, compostas de duas partes, abrangerão, nos termos deste artigo, os grupos de matérias indicados na presente Instrução Normativa.

§ 1º A primeira prova discursiva terá por objeto matérias integrantes do Grupo I e consistirá em:

I - elaboração de parecer; e

II - três questões.

§ 2º A segunda prova discursiva, a abranger matérias dos Grupos I e II, consistirá em:

I - elaboração de peça judicial; e

II - três questões.

§ 3º A avaliação das provas discursivas considerará, além do conhecimento jurídico, os aspectos de composição e ordenação dos textos e do uso do idioma, nos termos fixados em Edital.

§ 4º A aprovação em cada prova discursiva exigirá pontuação mínima exigida no Edital.

§ 5º O Edital do certame poderá prever um limite máximo de candidatos aprovados nas provas discursivas.

**Seção V**

**Da prova oral**

Art. 23. Haverá, em cada concurso, uma prova oral, após as provas discursivas, conforme estabelecido no respectivo Edital.

§ 1º Serão convocados para a prova oral os candidatos aprovados por suas notas nas provas discursivas, nos termos do edital.

§ 2º O edital indicará as disciplinas que serão objeto da prova oral, dentre aquelas previstas para as demais provas.

§ 3º A prova oral ocorrerá em sessão pública, sendo os pontos sorteados para cada disciplina na forma do edital.

Art. 24. A aprovação na prova oral exigirá seja alcançada pontuação mínima de 50% (cinqüenta cento).

**Seção VI**

**Dos títulos**

Art. 25. Após a realização da prova oral, os candidatos aprovados serão convocados para apresentar os títulos de que dispuserem, aos quais, se aceitos, serão atribuídos pontos nos termos do Edital.

Parágrafo único. O ato de divulgação de resultado da prova oral convocará os candidatos aprovados para apresentação dos títulos.

**Seção VII**

**Da sindicância da vida pregressa**

Art. 26. Os aprovados na prova oral serão convocados para apresentação dos documentos relativos à vida pregressa.

§ 1º A Banca Examinadora poderá diligenciar para obter outros elementos informativos junto a quem os possa fornecer, inclusive convocando o próprio candidato para ser ouvido ou entrevistado, assegurando, caso a caso, a tramitação reservada dessas atividades.

§ 2º Após regular procedimento, poderá a Banca Examinadora decidir, motivadamente, pela exclusão do candidato na forma da Seção XII.

**Seção VIII**

**Da classificação da primeira etapa**

Art. 27. Os candidatos inscritos e aprovados na primeita etapa do concurso, e deste não eliminados nem excluídos até o final da mesma etapa, terão somados os pontos que obtiveram nas provas e nos títulos, visando-se à classificação da primeira etapa do certame, a qual servirá para a composição da lista de convocação para a sua segunda etapa.

Parágrafo único. O somatório de pontos a que se refere o caput incluirá as notas das provas e os pesos a estas atribuídos, assim como a pontuação dos títulos apresentados.

**Seção IX**

**Do programa de formação**

Art. 28. O programa de formação, de caráter eliminatório e classificatório, constituirá a segunda etapa do concurso e será regido pelas normas inerentes à categoria funcional, por esta Instrução Normativa e pelo respectivo Edital.

Art. 29. A convocação para a segunda etapa obedecerá ao interesse e à conveniência da Procuradoria-Geral Federal, que fixará prioridades para o seu desenvolvimento.

Art. 30. Serão convocados para a segunda etapa os candidatos classificados dentro do número de vagas existentes no momento da convocação, podendo ser acrescido, a critério da Procuradoria-Geral Federal, o correspondente ao cadastro de reserva, no todo ou em parte.

Art. 31. O programa de formação terá carga horária de no mínimo 80 (oitenta) e no máximo 480 (quatrocentos e oitenta) horas de duração dirigida à capacitação funcional dos candidatos, e será realizado em Brasília - DF, em período e local a serem divulgados pelo Edital.

Art. 32. Os candidatos convocados que não tiverem efetivado a matrícula no programa de formação até o prazo estipulado serão automaticamente eliminados, hipótese em que poderão ser convocados outros candidatos para efetivação de matrícula, observando-se rigorosamente a ordem de classificação.

Art. 33. Durante o programa de formação, os candidatos desenvolverão atividades em regime de exclusividade, as quais poderão, a critério da Procuradoria-Geral Federal, ocorrer nos horários diurno e noturno, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

Art. 34. Os candidatos que freqüentarem o programa de formação farão jus a ajuda financeira, proporcional ao período de freqüência, na forma da legislação vigente à época de sua realização, sobre a qual incidirão os descontos legais, ressalvado, no caso de ser servidor da Administração Pública Federal, o direito de optar pela percepção da remuneração do cargo efetivo.

Art. 35. As despesas decorrentes da participação em todas as etapas e procedimentos dos concursos de que trata esta Instrução Normativa, inclusive no programa de formação, correm por conta dos candidatos, os quais não terão direito a alojamento, alimentação, transporte ou ressarcimento de despesas.

Art. 36. Será eliminado do concurso o candidato que obtiver nota final no programa de formação inferior a 50% (cinqüenta por cento) dos pontos possíveis.

Art. 37. As normas para a execução da segunda etapa serão divulgadas no respectivo edital convocatório.

**Seção X**

**Da banca examinadora**

Art. 38. Os concursos terão Banca Examinadora própria designada pelo executor do certame, o qual deverá convidar a Ordem dos Advogados do Brasil, por intermédio de seu Conselho Federal, para fins de indicar um representante.

§ 1º. As Bancas Examinadoras deverão ser compostas por pelo menos 2 (dois) membros da carreira de Procurador Federal, escolhidos e nomeados pelo Procurador-Geral Federal.

§ 2º As Bancas Examinadoras poderão ser auxiliadas por bancas suplementares, cujos nomes serão previamente submetidos ao Procurador-Geral Federal e das quais participarão necessariamente membros da carreira de Procurador Federal.

§ 3º As bancas avaliadoras dos candidatos na prova oral serão integradas exclusivamente por membros da carreira de Procurador Federal.

Art. 39. Incumbirá às Bancas Examinadoras:

I - definir o conteúdo das provas do concurso, e as respectivas notas;

II - decidir, motivadamente, quanto à inscrição no certame, bem como aos títulos apresentados, suas aceitação e pontuação;

III - julgar os recursos eventualmente interpostos de suas decisões;

IV - desenvolver atividades e praticar outros atos que lhes atribuam a presente Instrução Normativa e o Edital do concurso.

§ 1º As decisões de Banca Examinadora serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao seu Presidente, em caso de empate, aquele de qualidade.

§ 2º As decisões da Banca Examinadora serão apresentadas, a cada fase do concurso, pelo respectivo Presidente, ao Procurador-Geral Federal, para ratificação.

§ 3º As Bancas Examinadoras funcionarão em Brasília.

Art. 40. As Bancas Examinadoras, as suplementares e todos quantos envolvidos na realização de certame zelarão pela inviolabilidade das provas e pelo sigilo dos respectivos trabalhos.

**Seção XI**

**Da exclusão e da eliminação automática**

Art. 41. A exclusão e a eliminação automática de candidato do concurso ocorrerão nas hipóteses expressamente previstas nesta Instrução Normativa e no Edital do certame.

Parágrafo único. À exclusão e à eliminação a que se refere este artigo corresponderá o direito do interessado ao contraditório e à ampla defesa, nos prazos, termos e condições do Edital do concurso.

Art. 42. O candidato, a qualquer tempo, poderá ser excluído do concurso, mediante decisão fundamentada da respectiva Banca Examinadora.

§ 1º A exclusão terá como causa fato ou circunstância relevante desabonadores da conduta do candidato.

§ 2º Aplicar-se-á, quanto à aludida exclusão, o que dispõe o § 1º do art. 26 desta Instrução Normativa.

**Seção XII**

**Da classificação final**

Art. 43. Os candidatos inscritos e aprovados no concurso, e deste não eliminados nem excluídos, terão somados os pontos que obtiveram nas provas, nos títulos e no programa de formação, visando-se à classificação final no certame.

§ 1º O somatório de pontos a que se refere o caput incluirá as notas das provas e os pesos a estas atribuídos, assim como a pontuação dos títulos apresentados e a nota final obtida no programa de formação.

§ 2º Serão consideradas, na classificação final, as vagas oferecidas no respectivo Edital e aquelas de que trata o art. 5º desta Instrução Normativa.

§ 3º Considerar-se-ão, separadamente, as vagas oferecidas à ampla competição e aquelas reservadas aos candidatos portadores de deficiência.

§ 4º A publicação relativa aos candidatos que se classificaram nas vagas do concurso trará, em separado, a divulgação dos que, inscritos, aprovados e não eliminados nem excluídos, não lograram classificação nas vagas existentes.

§ 5º Quando o número de candidatos matriculados para a segunda etapa ensejar a formação de mais de uma turma, com início em datas diferentes, a classificação final será divulgada por grupo, ao término de cada turma.

**Seção XIII**

**Da habilitação**

Art. 44. Considerar-se-ão habilitados no concurso os candidatos que, não tendo sido atingidos por exclusão ou eliminação, hajam alcançado, nos termos desta Instrução Normativa e do Edital respectivo, sucessiva e cumulativamente:

I - efetivação de sua inscrição;

II - aprovação e classificação na prova objetiva;

III - aprovação em cada uma das duas provas discursivas;

IV - aprovação na prova oral; e

V - aprovação no programa de formação.

**Seção XIV**

**Da homologação**

Art. 45. Concluídos os trabalhos do concurso e aprovados seus resultados pela Banca Examinadora, o órgão executor os encaminhará ao Advogado-Geral da União, para fins de homologação.

Parágrafo único. O ato de homologação será publicado no Diário Oficial da União e conterá os nomes dos candidatos habilitados, bem como os aprovados para o cadastro de reserva, quais sejam, aqueles que, havendo atendido às exigências do caput e incisos I a IV do art. 44, não foram convocados para a segunda etapa do concurso.

**CAPÍTULO III**

**DAS VAGAS**

Art. 46. O Edital de cada certame poderá reproduzir em anexo a distribuição das vagas de lotação por localidade.

Parágrafo único. A distribuição de vagas a que se refere este artigo poderá ser livremente alterada pela Procuradoria-Geral Federal, devendo ser publicada a lista definitiva previamente à nomeação.

Art. 47. Alternativamente ao previsto no artigo anterior, o Edital poderá prever que os candidatos habilitados no certame, quando nomeados, serão lotados e terão exercício por período de até 3 (três) anos exclusivamente em localidades de difícil provimento, conforme definido pela Procuradoria-Geral Federal.

§ 1º As localidades de difícil provimento a que se refere este artigo poderão ser livremente alteradas pela Procuradoria-Geral Federal previamente à nomeação.

§ 2º As alterações das localidades de difícil provimento posteriores à nomeação e que importarem em exclusão de alguma destas localidades deste rol não poderão prejudicar os candidatos já nomeados e que nelas sejam lotados e tenham exercício, ressalvados os casos em que se decida pelo fechamento de todas as unidades da Procuradoria-Geral Federal na mesma localidade.

§ 3º **(Revogado pela Instrução Normativa nº 2, de 18.1.2010 – D. O. de 20.1.2010)**

§ 4º Os candidatos nomeados nesta hipótese poderão ainda, a critério da Procuradoria-Geral Federal, participar de concurso de remoção a pedido, limitando-se sua remoção a outras unidades de lotação e exercício também localizadas em localidades de difícil provimento.

§ 5º A critério da Procuradoria-Geral Federal, observada a necessidade de serviço existente em outras localidades, o prazo de lotação e exercício obrigatórios em localidade de difícil provimento poderá ser reduzido ou eliminado, facultando-se aos nomeados a lotação e exercício originários em localidade diversa em que haja vaga ou, ainda, permitindo-se a sua participação nos concursos de, remoção a pedido, observando-se estritamente, em qualquer caso, durante o prazo inicialmente previsto no Edital, a ordem de classificação no certame e o disposto no § 3º.

**CAPÍTULO IV**

**DA NOMEAÇÃO**

Art. 48. O Procurador-Geral Federal convocará os candidatos para a escolha da localidade de lotação, obedecida a ordem de classificação final do correspondente concurso e o disposto no Capítulo anterior.

§ 1º A convocação será efetivada por ato específico, publicado no Diário Oficial da União nos termos do Edital.

§ 2º A escolha, que deverá ocorrer no prazo improrrogável de cinco dias úteis, contado da publicação do ato convocatório, recairá sobre localidade da preferência do interessado, constante de anexo ao referido ato.

§ 3º O nomeado que não atender, tempestivamente, à convocação objeto deste artigo, perderá o direito à escolha, ficando a critério da Procuradoria-Geral Federal determinar a localidade de lotação.

§ 4º Deferida a escolha do candidato pela localidade, a distribuição na unidade em que terá exercício será feita de acordo com a necessidade da Procuradoria-Geral Federal, podendo ser observada, a critério desta e nos termos por ela definidos, a preferência do interessado.

Art. 49. Os candidatos habilitados em concurso serão nomeados seguindo-se a ordem de sua classificação final.

Art. 49-A. Fica vedada a cessão de integrantes da carreira de Procurador Federal no período do cumprimento de estágio probatório. (NR) **(Incluído pela Instrução Normativa nº 2, de 18.1.2010 – D. O. de 20.1.2010)**

**CAPÍTULO V**

**DO EXAME DE APTIDÃO FÍSICA E MENTAL**

Art. 50. Os candidatos nomeados deverão apresentar, até cinco dias antes da posse, atestado, acompanhado de laudo, de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo de Procurador Federal, fornecido por médicos integrantes do serviço público federal ou do Sistema Único de Saúde, acompanhado dos exames de laboratório e radiológicos constantes de relação específica a ser fornecida pela Administração.

**CAPÍTULO VI**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 51. O Advogado-Geral da União poderá celebrar ajuste com órgão ou entidade pública especializada para a execução do concurso.

§ 1º Na hipótese de celebração de ajuste, a divulgação do Edital referido no artigo anterior ficará a cargo do órgão ou ente público executor.

§ 2º O executor do concurso se comprometerá a observar a legislação vigente aplicável à matéria, bem como esta Instrução Normativa.

Art. 52. Incumbirá ao executor do certame:

I - formalizar previamente à Procuradoria-Geral Federal a composição da Banca Examinadora para o certame, bem assim eventuais alterações;

II - submeter à aprovação da Procuradoria-Geral Federal proposta do conteúdo programático das provas escritas do concurso e o modo de aferição das notas;

III - submeter à aprovação da Procuradoria-Geral Federal proposta de Edital do certame;

IV - supervisionar e decidir, em grau de recurso, as decisões das bancas suplementares, se houver;

V - julgar os recursos eventualmente interpostos de suas decisões;

VI - desenvolver atividades e praticar outros atos que lhes atribuam esta Instrução Normativa e o Edital do concurso.

Parágrafo único. O Edital regedor do concurso será aprovado pelo Procurador-Geral Federal e divulgado pelo executor do concurso.

Art. 53. Reservar-se-ão a pessoas portadoras de deficiência física, cuja condição não os inabilite ao exercício do cargo de Procurador Federal, cinco por cento das vagas objeto de cada concurso.

Art. 54. A Banca Examinadora, durante a execução dos concursos neste ato disciplinados, manter-se-á em regime de convocação permanente para dirimir dúvidas e dar solução a casos omissos não regulados na presente Instrução Normativa e no respectivo Edital do concurso.

Art. 55. Caberá recurso à Banca Examinadora quanto ao resultado de cada fase do concurso, assim como da decisão prevista no art. 48, nos prazos, termos e condições do Edital do certame.

Parágrafo único. Não se conhecerá de recurso desprovido de fundamentação.

Art. 56. Os candidatos poderão ter vista, por cópia, de suas provas, no curso do prazo recursal, consoante dispuser o Edital do certame.

Art. 57. Os candidatos arcarão com todas as despesas resultantes de seus deslocamentos, obrigatórios ou voluntários, referentes a sua participação em concurso.

Parágrafo único. O disposto neste artigo compreende, inclusive, os deslocamentos para a prestação das provas escritas, o atendimento a convocação da Banca Examinadora, bem assim os referentes à vista de provas, ao exercício de direitos e à prática de outros atos possibilitados ou exigidos aos candidatos.

Art. 58. Não haverá divulgação de recusa de inscrição, nem de candidatos reprovados ou de eliminações e exclusões.

Art. 59. Caso um ou mais dos habilitados no concurso não sejam considerados aptos física e mentalmente, ou renunciem, formal e expressamente, à nomeação, ou, se nomeados, não se apresentem no prazo legal para tomar posse, ou ainda, se empossados, não entrem em exercício no prazo legal, o Advogado-Geral da União poderá nomear candidatos aprovados no certame que se seguirem aos antes classificados e habilitados.

§ 1º Na hipótese de, no prazo de validade do concurso, ocorrer a vacância ou a criação de cargo de Procurador Federal de 2ª Categoria, o Advogado-Geral da União poderá nomear candidatos aprovados no respectivo concurso que se seguirem aos já classificados e habilitados.

§ 2º Previamente à nomeação de que trata o § 1º, os candidatos serão convocados e participarão de programa de formação, observado o disposto nesta Instrução Normativa e nos Editais do concurso e de sua convocação.

Art. 60. Toda a documentação relativa aos concursos objeto desta Instrução Normativa ficará, até a homologação dos seus resultados, sob a guarda do executor do certame.

§ 1º Após a homologação do concurso, os documentos respectivos serão arquivados por dois anos.

§ 2º Expirado o prazo ao qual alude o parágrafo anterior, e inexistindo feito judicial referente ao concurso, destruir-se-ão as provas e o material inaproveitável.

Art. 61. O candidato nomeado apresentará, previamente à posse, além dos documentos regularmente exigidos, certificado de aprovação no exame ou inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil e declaração de que não exerce advocacia fora das atribuições do cargo no qual será empossado, devendo, se for o caso, renunciar ao mandato ou substabelecê-lo, sem reserva de poderes.

Art. 62. Fica revogada a Instrução Normativa nº 4, de 27 de setembro de 2005.

Art. 63. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

**EVANDRO COSTA GAMA**

D. O. de 1º.10.2009

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 4 DE OUTUBRO DE 2011.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 4º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e

Considerando que a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 572.052/RN, vincula os demais órgãos do Poder Judiciário na solução de feitos com idêntica controvérsia, edita a seguinte instrução, a ser observada pelos Advogados da União e Procuradores Federais, na representação judicial da União das autarquias e das fundações públicas federais:

Art. 1º. Fica autorizada a não interposição de recurso das decisões judiciais que concederem a Gratificação de Desempenho da Seguridade Social e do Trabalho - GDASST em igual pontuação a que estão submetidos os servidores em atividade.

Art. 2º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 5.10.2011.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 4 DE OUTUBRO DE 2011.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 4º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e

Considerando que a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário n. 596.542/DF, Rel. Min. Cezar Peluso, DJe de 17/06/2011, vincula os demais órgãos do Poder Judiciário na solução de feitos em que se discute idêntica controvérsia, além da jurisprudência iterativa contrária às teses já defendidas pela União em juízo, edita a seguinte instrução, a ser observada pelos Advogados da União e Procuradores Federais, na representação judicial da União das autarquias e das fundações públicas federais:

Art. 1º. Fica autorizada a não interposição de recurso das decisões judiciais que reconheçam a constitucionalidade da alteração da base de cálculo da Gratificação de Produção Suplementar - GPS, prevista na Lei 10.432, de 24 de abril de 2002, observado o princípio da irredutibilidade de vencimentos, proventos e pensões em sua totalidade.

Art. 2º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 5.10.2011.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 4 DE OUTUBRO DE 2011. (\*)**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIII do art. 4º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 4º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e

Considerando que a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no Agravo em Recurso Extraordinário nº 642.827/ES, vincula os demais órgãos do Poder Judiciário na solução de feitos com idêntica controvérsia, edita a seguinte instrução, a ser observada pelos Advogados da União e Procuradores Federais, na representação judicial da União das autarquias e das fundações públicas federais:

Art. 1º. Fica autorizada a não interposição de recurso das decisões que concederem a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa do Meio Ambiente - GDAMB, em igual pontuação a que estão submetidos os servidores em atividade.

Art. 2º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 5.10.2011 (\*Republicada no D. O. de 7.10.2011).

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 4 DE OUTUBRO DE 2011.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 4º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997,

e Considerando que a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 631.880/CE, vincula os demais órgãos do Poder Judiciário na solução de feitos com idêntica controvérsia, edita a seguinte instrução, a ser observada pelos Advogados da União e Procuradores Federais, na representação judicial da União das autarquias e das fundações públicas federais:

Art. 1º. Fica autorizada a não interposição de recurso das decisões que concederem a Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST, aos aposentados e pensionistas, até que sobrevenha a respectiva regulamentação.

Art. 2º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 5.10.2011 (Retificada no D. O. de 7.10.2011).

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2012.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, XI e XIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e Considerado o disposto no Parecer nº 017/2011/JCBM/CGU/AGU, aprovado pelo Advogado-Geral da União Substituto, e o que consta do Processo nº 00407.002941/2009-51, edita a seguinte instrução, a ser observada pelos Advogados da União e Procuradores Federais, na representação judicial da União, das autarquias e das fundações públicas federais:

Art. 1º Fica autorizada a não interposição e a desistência dos recursos já interpostos referentes a decisões judiciais que, em conformidade com o art. 2º do Decreto nº 84.398, de 16 de janeiro de 1980, autorizem a ocupação, sem ônus, pelas concessionárias de energia elétrica, das faixas de domínio de rodovias, ferrovias e de terrenos de domínio público federal.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 9.7.2012.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 4º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997,

Tendo em vista os Processos nºs.: 00405.000701/2004-28 e 00405.004418/2012-85, e

Considerando a jurisprudência iterativa do Superior Tribunal de Justiça, edita a seguinte instrução, a ser observada pelos Advogados da União e Procuradores Federais, na representação judicial da União das autarquias e das fundações públicas federais:

Art. 1º Fica autorizada a não interposição de recurso das decisões judiciais que reconhecerem o direito ao recebimento da pensão especial de ex-combatente, prevista no art. 53, inciso II, do ADCT, mediante a comprovada participação em missões de vigilância no litoral brasileiro durante a Segunda Grande Guerra Mundial, nos termos do art. 1º da Lei nº 5.315/67. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 1, de 21.2.2014 – D. O. de 24.2.2014)**[[256]](#footnote-257)

Art. 2º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 4.12.2012.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIII do art. 4º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 4º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997,

Tendo em vista o contido no Processo nº.: 00405.004427/2012-76.

Considerando a jurisprudência iterativa do Superior Tribunal de Justiça, edita a seguinte instrução, a ser observada pelos integrantes das Carreiras Jurídicas da Advocacia-Geral da União, na representação judicial da União das autarquias e das fundações públicas federais:

Art. 1º. Fica autorizada a não interposição de recurso das decisões judiciais no sentido de que o artigo 8º da Medida Provisória nº 2.225-45/2001, ao determinar o pagamento retroativo do reajuste de 3,17%, a partir de janeiro de 1995, implicou renúncia tácita à prescrição por parte da Administração Pública Federal quanto ao citado índice.

Art. 2º. O entendimento previsto no art. 1º alcança as ações propostas até 04/09/2006, ou seja, antes do transcurso de mais de 05 (cinco) anos contados da edição da MP 2.225-45/2001.

Art. 3º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 4.12.2012.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIII do art. 4º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 4º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997,

Tendo em vista o contido no Processo nº 00400.021674/2009-81.

Considerando a jurisprudência iterativa do Supremo Tribunal Federal (Primeira Turma - RE 517387 AgR/GO, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJ de 03.09.10; RE 595023 AgR/RS, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJ de 03.09.10; RE 476.279, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ de 15.06.07; Segunda Turma - RE 435718 AgR/SE, Rel. Min. Eros Grau, DJ de 07.12.06; AI 608590 AgR/MG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ de 21.11.08; RE 591303 AgR/SE, Rel. Min. Eros Grau, DJ de 13.11.09; RE 401720 AgR/MG, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJ de 03.03.06; e Tribunal Pleno - RE 572052/RN, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJ de 17.04.09) e do Superior Tribunal de Justiça (REsp 653093/SC, Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJ 25/02/2008; AgRg no REsp 907.041/MG, Rel. Ministro Hamilton Carvalhido, Sexta Turma, DJe 07/04/2008; e MS 12215/DF, Rel. Ministro Félix Fischer, Terceira Seção, DJ 04/10/2007), edita a seguinte instrução, a ser observada pelos integrantes das Carreiras Jurídicas da Advocacia-Geral da União, na representação judicial da União das autarquias e das fundações públicas federais:

Art. 1º. Fica autorizada a desistência e a não interposição de recurso das decisões judiciais que determinam a extensão aos aposentados e pensionistas de gratificação de desempenho quanto a período em que não tiver sido regulamentada até o início dos efeitos financeiros do primeiro ciclo de avaliação individualizada dos servidores em atividade, conforme previsto na regulamentação.

Art. 2º. O disposto no art. 1º não se aplica aos proventos de aposentadoria e de pensões instituídos após a publicação da Emenda Constitucional nº 41/2003, em 31/12/2003, ou que não estejam em conformidade com as regras de transição previstas nas ECs nº 41/2003 e 47/2005, independentemente do fato de a gratificação estar ou não regulamentada.

Art. 3º. Nos processos em que o advogado público constatar que a gratificação de desempenho foi regulamentada e concluído o primeiro ciclo de avaliação, a contestação deverá demonstrar efetivamente essa circunstância.

Art. 4º. A aplicação desta Instrução Normativa é exclusiva aos órgãos de contencioso da Advocacia-Geral da União e não desobriga o oferecimento de resposta e a arguição de matérias processuais, prescrição, decadência, matérias do art. 301 do Código de Processo Civil e outras de ordem pública.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 4.12.2012.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 9 DE JULHO DE 2014.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIII do art. 4º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 4º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997;

Tendo em vista o contido no Processo nº 00482.000099/2011-35; e

Considerando a jurisprudência iterativa do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, contrárias às teses já defendidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em juízo, edita a seguinte instrução, a ser observada pelos Procuradores Federais, na representação judicial do INSS:

Art. 1º Fica autorizada a desistência e a não interposição de recursos das decisões judiciais que, conferindo interpretação extensiva ao parágrafo único do art. 34 da Lei nº 10.741/2003, determinem a concessão do benefício previsto no art. 20 da Lei nº 8.742/93, nos seguintes casos:

I) quando requerido por idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, não for considerado na aferição da renda *per capita* prevista no artigo 20, § 3º, da Lei n. 8.742/93:

a) o benefício assistencial, no valor de um salário mínimo, recebido por outro idoso com 65 anos ou mais, que faça parte do mesmo núcleo familiar;

b) o benefício assistencial, no valor de um salário mínimo, recebido por pessoa com deficiência, que faça parte do mesmo núcleo familiar;

c) o benefício previdenciário consistente em aposentadoria ou pensão por morte instituída por idoso, no valor de um salário mínimo, recebido por outro idoso com 65 anos ou mais, que faça parte do mesmo núcleo familiar;

II) quando requerido por pessoa com deficiência, não for considerado na aferição da renda *per capita* prevista no artigo 20, § 3º, da Lei n. 8.742/93 o benefício assistencial:

a) o benefício assistencial, no valor de um salário mínimo, recebido por idoso com 65 anos ou mais, que faça parte do mesmo núcleo familiar;

b) o benefício assistencial, no valor de um salário mínimo, recebido por pessoa com deficiência, que faça parte do mesmo núcleo familiar.

Art. 2º O disposto no artigo anterior não afasta a necessidade de discussão da matéria fática, devendo ser impugnada a decisão judicial fundamentada em acervo probatório que não comprove, de forma efetiva, a situação de miserabilidade do autor da ação.

Art. 3º Fica dispensada a propositura de ação rescisória contra as decisões judiciais transitadas em julgado nos termos do art. 1º desta Instrução Normativa.

Art. 4º Esta Instrução Normativa é de exclusiva observância por parte dos órgãos de contencioso da Procuradoria-Geral Federal, e não desobriga o oferecimento de resposta e a arguição de matérias processuais, prescrição, decadência, matérias do art. 301 do Código de Processo Civil e outras de ordem pública.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**LUIS INACIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 11.7.2014. (Republicada no D. O. de 16.7.2014).

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIII do art. 4º da Lei

Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 4º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997,

Tendo em vista o que consta no Processo nº 00407.003202/2013-63, e

Considerando o acórdão proferido pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal nos termos do art. 543-B do Código de Processo Civil, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 567.985, que declarou *incidenter tantum* a inconstitucionalidade do parágrafo 3º do art. 20 da Lei nº 8.742/1993, sem pronúncia de nulidade, bem como a jurisprudência iterativa do Superior Tribunal de Justiça, edita a seguinte instrução, a ser observada pelos Procuradores Federais na representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS:

Art. 1º. Fica autorizada a desistência e a não interposição de recursos das decisões judiciais que determinem a concessão do benefício previsto no art. 20 da Lei nº 8.742/1993 utilizando comofundamento único a comprovação da miserabilidade por outros meios além do requisito objetivo previsto no parágrafo 3º do mencionado dispositivo legal.

§ 1º. O disposto neste artigo não se aplica aos casos em que a decisão judicial estabelecer outro critério abstrato para a aferição da miserabilidade, como, por exemplo, a majoração da renda *per capita* do grupo familiar para ½ (meio) salário mínimo, mediante aplicação analógica das Leis nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, e nº 10.689, de 13 de julho de 2003.

§ 2º. O disposto neste artigo não se aplica às instâncias judiciais em que seja permitida a discussão de matéria fática, remanescendo a necessidade de se impugnar decisão judicial fundamentada em acervo probatório que não comprove, de forma efetiva, a situação de miserabilidade do autor da ação.

Art. 2º. Fica autorizado o não ajuizamento de ação rescisória contra as decisões judiciais transitadas em julgado nos termos do art. 1º desta Instrução Normativa.

Art. 3º. A aplicação desta Instrução Normativa é exclusiva aos órgãos de contencioso da Procuradoria-Geral Federal e não desobriga o oferecimento de resposta e a arguição de matérias processuais, prescrição, decadência, aquelas previstas no art. 301 do Código de Processo Civil e outras de ordem pública.

Art. 4º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 19.11.2014.

**PORTARIA Nº 524, DE 3 DE JULHO DE 2002.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,** para os fins do disposto no art. 10, §§ 3º e 10, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

**INDICAR,** como Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social, o órgão jurídico da Autarquia, mantidos as competências e locais de exercício de seus atuais integrantes.

**JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA**

D.O. de 4.7.2002.

**PORTARIA Nº 536, DE 11 DE JULHO DE 2002.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,** para os fins do disposto no art. 10, §§ 3º e 10, da Lei 10.480, de 02 de julho de 2002, resolve:

**INDICAR,** como Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, o órgão jurídico da Autarquia, mantidas as competências e os locais de exercício de seus atuais integrantes.

**JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA**

D.O. de 12.7.2002.

**PORTARIA N° 638, D.E 28 DE AGOSTO DE 2002.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no artigo 10, §§ 3° e 10, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

**INDICAR,**como Procuradoria Federal Especializada, o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, mantidas suas competências e os locais de exercício de seus atuais integrantes.

## **JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA**

D.O. de 29.8.2002.

**PORTARIA Nº 642, DE 29 DE AGOSTO DE 2002.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no artigo 10, §§ 3° e 10, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

**INDICAR,**como Procuradoria Federal Especializada, o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, mantidas suas competências e os locais de exercício de seus atuais integrantes.

**JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA**

D.O. de 30.8.2002.

**PORTARIA Nº 643, DE 30 DE AGOSTO DE 2002.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no artigo 10, §§ 3º e 10, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

**INDICAR,** como Procuradoria Federal Especializada, o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal junto à Fundação Nacional do Índio – FUNAI, mantidas suas competências e os locais de exercício de seus atuais integrantes.

**JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA**

D.O. de 2.9.2002.

# PORTARIA Nº 670, DE 12 DE SETEMBRO DE 2002.

# O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º da Lei Complementar 73, de 10 de fevereiro de 1993, e considerando o que dispõe o art. 3º do Decreto 4.341, de 22 de agosto de 2002, resolve:

Art. 1º Adotar as características, especificadas em anexo, da carteira de identidade funcional dos Advogados da União e Procuradores Federais.

Art. 2º Em caso de aposentadoria, a carteira de identificação funcional será substituída por outra, em que se indique a circunstância, mediante a utilização do termo aposentado, mantendo-se a mesma numeração anteriormente utilizada.

§ 1º Os Advogados da União e os Procuradores Federais que se encontram aposentados terão as respectivas carteiras substituídas por aquela instituída pelo Decreto 4.341, de 2002, adotando-se nova numeração.

§ 2º Nas carteiras emitidas na forma do caput não se fará referência às prerrogativas dos membros das carreiras de Advogado da União e Procurador Federal.

Art. 3º A perda do cargo obriga o titular da carteira à sua restituição imediata à Advocacia-Geral da União.

Art. 4º A Secretaria-Geral da Advocacia-Geral da União, observada a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros, providenciará a emissão da carteira de identidade funcional regulamentada por esta Portaria.

Art. 5º A identidade funcional emitida na forma desta Portaria substitui aquela prevista no Ato Regimental nº 2, de 19 de agosto de 1994.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

## **JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA**

## **ANEXO**

Características da carteira de identidade de Advogado da União e de Procurador Federal

1. Dimensões: carteira aberta – 15 cm x 10 cm.

2. Capa em couro vermelho, dividida em duas partes, com uma dobra, no anverso o símbolo das Armas da República em metal e as inscrições “República Federativa do Brasil” e “Advocacia-Geral da União”, impressas em dourado. Internamente divida em duas partes, contendo, na primeira dobra, encaixe para inserção da identidade funcional destacável e, na segunda dobra as Armas da República impressas na cor original, as prerrogativas dos membros, quando em serviço, assim, resumidas: “ao portador são asseguradas as prerrogativas inerentes ao exercício da advocacia pública, nos termos das leis do país, em especial da Lei Complementar 73, de 1993, garantido-se o livre acesso em qualquer recinto que funcione repartição judicial ou outro serviço público; livre trânsito para o exercício de suas atividades, bem assim prioridade em qualquer meio de transporte”

3. Da cédula de identidade funcional, confeccionada com as Armas da República em marca d’água, borda vermelha, plastificada, constará: na parte da frente, cortada por uma faixa diagonal verde-amarela, o nome da instituição impresso, o nome e o cargo do titular, o número da cédula, a data de admissão, a matrícula SIAPE, a data da expedição, uma fotografia digitalizada no tamanho 2x2, a assinatura do titular da cédula de identidade e, no rodapé, a inscrição “válida em todo território nacional – Decreto nº 4.341/2002”; e, no verso, o número de identidade civil, a data de nascimento, a filiação, o tipo sangüíneo e fator RH, o CPF, a nacionalidade, a naturalidade, a impressão digital, os dizeres “ao portador são asseguradas as prerrogativas inerentes ao exercício da advocacia pública, nos termos das leis do país, em especial da Lei Complementar 73, de 1993, garantido-se o livre acesso em qualquer recinto que funcione repartição judicial ou outro serviço público; livre trânsito para o exercício de suas atividades, bem assim prioridade em qualquer meio de transporte” e a assinatura do Advogado-Geral da União.

D.O. de 13.9.2002.

**PORTARIA N° 728, DE 9 DE OUTUBRO DE 2002.**[[257]](#footnote-258)

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, os arts.12 e 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e os §§ 1º e 6º do art. 12da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Fica delegada, com ressalva do exercício das mesmas atribuições, competência ao Procurador-Geral Federal para praticar os seguintes atos:

I – distribuir os cargos e lotar os Membros da Carreira de Procurador Federal nas Procuradorias-Gerais ou Departamentos Jurídicos junto as autarquias e fundações federais; **(Perdeu a eficácia com a rejeição da Medida Provisória nº 71, de 2002, retornando ao Procurador-Geral Federal essas competências).**

II – efetivar as promoções e remoções dos Membros da Carreira de Procurador Federal, na forma disciplinada pelo Advogado-Geral da União; **(Perdeu a eficácia com a rejeição da Medida Provisória nº 71, de 2002, retornando ao Procurador-Geral Federal essas competências).**

III – instaurar sindicâncias e processos administrativos disciplinares contra Membros da Carreira de Procurador Federal, julgar os respectivos processos e aplicar penalidade de até noventa dias de suspensão. **(Permanece válida a delegação de competência apenas para aplicação de penalidade acima de trinta e até noventa dias − art. 141, II, c/c art. 130 da Lei nº 8.112, de 1990. As demais delegações perderam a eficácia com a rejeição da Medida Provisória nº 71, de 2002, retornando ao Procurador-Geral Federal referidas competências).**

Parágrafo único. É permitida a subdelegação das atribuições prevista no inciso III para aplicação das penas de advertência e suspensão até trinta dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

#### JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

D.O. de 16.10.2002.

**PORTARIA Nº 785, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2002.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e

Considerando a previsão do §4º do art. 10, desta mesma Lei, com as alterações introduzidas pela Medida Provisória nº 71,[[258]](#footnote-259) de 3 de outubro de 2002, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Regional Federal – 5ª Região, com sede em Recife/PE, com competência para, a partir de 2 de dezembro de 2002, exercer, em conjunto com a Procuradoria Regional da União – 5ª Região, a representação judicial em 1ª e 2ª instâncias das autarquias e fundações públicas federais relacionadas nos Anexos I e II desta Portaria.

§ 1º A representação judicial em primeira instância a que se refere o caput deste artigo abrange apenas autarquias e fundações públicas federais sediadas no Estado de Pernambuco.

§ 2º No prazo de cento e oitenta dias, a contar da publicação desta Portaria, a Procuradoria Regional Federal - 5ª Região assumirá a competência exclusiva da representação judicial das entidades acima referidas. **(Prazo prorrogado por 240 dias, conforme as Portarias nºs 243, de 27.5.2003 e 520, de 26.9.2003)**

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Regional Federal – 5ª Região.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA**

D.O. de 28.11.2002.

**ANEXO – I**

**PRIMEIRA INSTÂNCIA NO ESTADO DE PERNAMBUCO**

1.CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PERNAMBUCO

2.CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PETROLINA

3.ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BARREIROS/PE

4.ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BELO JARDIM/PE

5.ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE VITORIA DE SANTO ANTÃO/PE

6.FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.

7.FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

8.FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA

**ANEXO – II**

**SEGUNDA INSTÂNCIA (TRF 5ª REGIÃO / TJPE / TRT 6ª REGIÃO)**

1.CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE SERGIPE

2.CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA PARAÍBA

3.CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PETROLINA-PE.

4.CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE ALAGOAS

5.CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PERNAMBUCO

6.CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO CEARÁ

7.CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO RIO GRANDE DO NORTE

8.ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BARREIROS/PE

9.ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE BELO JARDIM/PE

10.ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE IGUATU/CE

11.ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SÃO CRISTOVÃO

12.ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SATUBA/AL

13.ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SOUZA/PB

14.ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE VITORIA DE SANTO ANTÃO/PE

15.ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DO CRATO/CE

16.ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE MOSSORÓ/RN

17.ESCOLA TECNICA FEDERAL DE SERGIPE

18.ESCOLA TECNICA FEDERAL DE ALAGOAS

19.ESCOLA TECNICA FEDERAL DO CEARÁ

20.FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE

21.FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

22.FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA

23.UNIVERSIDADE DA PARAÍBA

24.UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

25.UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

26.UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

27.UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

**PORTARIA Nº 789, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2002.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, com base no § 4º do art. 10 e no parágrafo único do art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, com as alterações introduzidas pela Medida Provisória nº 71,[[259]](#footnote-260) de 3 de outubro de 2002, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Regional Federal – 4ª Região, com sede em Porto Alegre/RS, com competência para, a partir de 16 de dezembro de 2002, exercer, em conjunto com a Procuradoria Regional da União – 4ª Região, a representação judicial em 1ª e 2ª instâncias das autarquias e fundações públicas federais relacionadas nos Anexos I e II desta Portaria.

Parágrafo único. No prazo de 180 dias, a contar da publicação desta Portaria, a Procuradoria Regional Federal – 4ª Região assumirá a competência exclusiva da representação judicial das entidades acima referidas.**(Prazo prorrogado por 120 dias, conforme as Portarias nºs 243, de 27.5.2003 e 520, de 26.9.2003)**

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Regional Federal – 4ª Região.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

# JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

D.O. de 9.12.2002. [Republicada no D.O. de 13.12.2002.]

**ANEXO I**

**PRIMEIRA INSTÂNCIA**

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PELOTAS

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA – CADE

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL – DNPM

ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ALEGRETE

ESCOLA AGROTÉCNICA DE CONCÓRDIA

ESCOLA AGROTÉCNICA DE SOMBRIO

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SANTA CATARINA

ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÂO VICENTE DO SUL

ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE RIO DO SUL

ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE PRESIDENTE JUSCELINO KUBSTCHEK

ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SERTÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

FUNDAÇÃO FACULDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS MÉDICAS DE PORTO ALEGRE [[260]](#footnote-261)

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI

FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE – FUNASA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO – EMBRATUR

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS – SUFRAMA

## **ANEXO II**

## **SEGUNDA INSTÂNCIA**

**(TRF 4ª REGIÃO / TJRGS / TRT 4ª REGIÃO)**

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PELOTAS

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA – CADE

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL – DNPM

ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE ALEGRETE

ESCOLA AGROTÉCNICA DE CONCÓRDIA

ESCOLA AGROTÉCNICA DE SOMBRIO

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SANTA CATARINA

ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÂO VICENTE DO SUL

ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE RIO DO SUL

ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE PRESIDENTE JUSCELINO KUBSTCHEK

ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SERTÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

FUNDAÇÃO FACULDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS MÉDICAS DE PORTO ALEGRE[[261]](#footnote-262)

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI

FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE – FUNASA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO – EMBRATUR

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS – SUFRAMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

## **PORTARIA Nº 791, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2002.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto nos §§ 3º e 10 do art. 10 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, com as alterações introduzidas pela Medida Provisória nº 71,[[262]](#footnote-263) de 3 de outubro de 2002, resolve:

**INDICAR,** como Procuradorias Especializadas, os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal junto à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, mantidas suas competências e os locais de exercício de seus atuais integrantes.

## **JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA**

## **\_***D.O. de 9.12.2002.*

**PORTARIA Nº 805, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e

Considerando a previsão do § 4º do art. 10, desta mesma Lei, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Federal no Estado da Bahia, com sede na cidade de Salvador e competência para, a partir de 23 de dezembro de 2002, em conjunto com a Procuradoria da União, exercer a representação judicial em 1ª e 2ª instâncias, naquele Estado, das autarquias e fundações públicas federais relacionadas no Anexo desta Portaria.

Parágrafo único. No prazo de 180 dias, a contar da publicação desta Portaria, a Procuradoria Federal no Estado da Bahia assumirá a competência exclusiva da representação judicial das entidades acima referidas.**(Prazo prorrogado por 120 dias, conforme a Portaria nº 244, de 27.5.2003)**

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Federal no Estado da Bahia.

............................................

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA**

D.O. de 20.12.2002.

**ANEXO**

1. DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA A SECA – DNOCS

2. CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DA BAHIA

3. ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE CATU

4. ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SENHOR DO BONFIM

5. ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE SANTA INÊS

6. INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO – EMBRATUR

7. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE

8. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI

9. FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE – FUNASA

10. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ

**PORTARIA Nº 806, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e

Considerando a previsão do § 4º do art. 10, desta mesma Lei, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Federal no Estado do Ceará, com sede na cidade de Fortaleza e competência para, a partir de 23 de dezembro de 2002, em conjunto com a Procuradoria da União, exercer a representação judicial em 1ª e 2ª instâncias, naquele Estado, das autarquias e fundações públicas federais relacionadas no Anexo desta Portaria.

Parágrafo único. No prazo de 180 dias, a contar da publicação desta Portaria, a Procuradoria Federal no Estado do Ceará assumirá a competência exclusiva da representação judicial das entidades acima referidas. **(Prazo prorrogado por 120 dias, conforme a Portaria nº 244, de 27.5.2003)**

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Federal no Estado do Ceará.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA**

D.O. de 20.12.2002.

**ANEXO**

1. CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO CEARÁ

2. ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE CRATO

3. ESCOLA AGROTECNICA FEDERAL DE IGUATU

4. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE

5. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI

6. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA

7. INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO – EMBRATUR

**PORTARIA N° 828, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002.**

**O ADVOGADO GERAL DA UNIÃO**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos arts. 19 e 19-A da Lei n° 9.028, de 12 de abril de 1995 (o último acrescentado pela Medida Provisória n° 1.798, de 13.1.99, com a redação dada pela Medida Provisória n° 1.984, de 10.12.99 – D.O. de 13.12.99, reeditada sob o n° 2.180-35, de 24.8.2001), no art. 40 da Medida Provisória n° 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e no art. 11, § 4°, da Lei n° 10.549, de 13 de novembro de 2002, resolve:

I – Declarar que, por força do art. 19-A da Lei n° 9.028, de 12 de abril de 1995, na data da publicação, no Diário Oficial de 13 de dezembro de 1999, da Medida Provisória n° 1.984, de 10 de dezembro de 1999, foram transpostos para a extinta Carreira de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União, criada pelo art. 20, inciso III, da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, os titulares dos cargos efetivos da Administração Federal direta, privativos de bacharel em Direito, cujas atribuições, fixadas em ato normativo hábil, tinham conteúdo eminentemente jurídico e correspondiam àquelas de assistência fixadas aos cargos da referida Carreira, ou os abrangiam, e os quais:

a) fossem estáveis no serviço público;

b) anteriormente a 5 de outubro de 1988, já fossem titulares de cargos ou empregos permanentes, da Administração Federal direta, autárquica ou fundacional, privativos de bacharel em Direito, de conteúdo eminentemente jurídico;

c) tenham sido investidos nos cargos ou empregos permanentes referidos na alínea anterior por concurso público ou com fundamento em diploma legal que tenha autorizado a investidura, conforme o art. 97, § 1°, da Constituição de 1967.

II – Os titulares dos cargos referidos no Item I, que passaram a integrar a Administração Federal direta após 5 de outubro de 1988, egressos de autarquias e fundações federais, foram transpostos se as respectivas entidades foram extintas ou tiveram alterada a sua natureza jurídica.

III – A Secretaria-Geral da Advocacia-Geral da União, observadas as disposições do art. 19-A da Lei n° 9.028, de 1995, esta Portaria e, no que couber, a Instrução Normativa/AGU n° 6, de 22 de janeiro de 1999, fará publicar, por sua Coordenação-Geral de Recursos Humanos, no prazo de sessenta dias, a relação dos servidores alcançados por esta Portaria, cujas transposições não tenham sido objeto de ato declaratório específico.

IV – Incumbirá também à Secretaria-Geral da Advocacia-Geral da União, por sua Coordenação-Geral de Recursos Humanos:

a) a publicação, no prazo de sessenta dias, da relação dos Assistentes Jurídicos da Administração Federal direta, estáveis no serviço público e transpostos, na data da publicação da Medida Provisória n° 485, de 29 de abril de 1994 (D.O. de 30.4.94), para a extinta Carreira de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União, por força do art. 19 da Lei n° 9.028, de 12 de abril de 1995, que não tiveram publicados os atos declaratórios das respectivas transposições, observadas as disposições do aludido art. 19, inclusive seu § 5° e, no que couber, a Instrução Normativa/AGU n° 7, de 10 de fevereiro de 1999;

b) o exame, no prazo de cento e oitenta dias, da regularidade dos enquadramentos na Carreira de Procurador Federal dos detentores dos cargos transformados pelo art. 39 da Medida Provisória n° 2.229-43, de 5 de setembro de 2001, observado o disposto no art. 40 da mesma Medida Provisória e o Anexo I da Lei n° 10.549, de 13 de novembro de 2002;

c) a verificação, em cento e oitenta dias, dos enquadramentos efetivados pelo art. 11 da Lei n° 10.549, de 2002.

V – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

# JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

D.O. de 30.12.2002.

## **PORTARIA N° 87, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2003.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 4º da Lei Complementar 73, de 10 de fevereiro de 1993, resolve:

Art. 1ºFica sujeita a acompanhamento especial a ação judicial que atenda, consoante indicação dos titulares das unidades da Advocacia-Geral da União, um dos critérios de relevância abaixo:

I – social, assim considerada a que afete uma coletividade humana determinada;

II – política, assim considerada a que tenha grande repercussão no pacto federativo e na relação entre os poderes da república;

III – econômica, assim considerada a que tenha grande repercussão na economia do país, de uma região ou de um Estado;

IV – financeira, assim considerada a que tenha grande repercussão nas finanças públicas e no cumprimento da lei de responsabilidade fiscal;

V – administrativa, assim considerada a que tenha grande repercussão no exercício da atividade administrativa;

VI – ecológica, assim considerada a que tenha grande repercussão no meio ambiente; e

VII – jurídica, assim considerada aquela que promova a inovação jurisprudencial ou sobre a qual exista posição pacífica no Poder Judiciário e repercuta em outras demandas judiciais e extrajudiciais.

§ 1º É igualmente considerada relevante a ação judicial:

I – em que figure como parte o Presidente e o Vice-Presidente da República, os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, os Ministros de Estado e Presidentes de Tribunais;

II – de valor igual ou superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais);

III – ações civis públicas e de improbidade administrativa;

IV – execuções fiscais relativas a grandes devedores, consoante critério adotado pelo Ministério, autarquia ou fundação pública federal responsável pela cobrança do crédito; e

V – aquelas indicadas pelo Advogado-Geral da União, Procurador-Geral da União, Procurador-Geral Federal ou Secretário-Geral de Contencioso.

§ 2º Para efeito da letra **b** do § 1° deste artigo, considera-se valor da ação aquele atribuído à causa, o estimado ou o da liquidação, o que for maior.

Art. 2ºEm relação aos processos judiciais classificados como relevantes será formado um dossiê jurídico na unidade responsável pelo acompanhamento, contendo pelo menos as seguintes peças judiciais:

I – petição inicial;

II – liminar ou antecipação de tutela, se houver, ou o despacho que a nega;

III – cópia integral das peças processuais apresentadas pelos órgãos da Advocacia-Geral da União – AGU; e

IV – decisões monocráticas, sentença e acórdãos.

Art. 3ºO acompanhamento das ações relevantes pelas unidades jurídicas da Procuradoria-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal consistirá, no mínimo, na verificação semanal do andamento do processo com a adoção das medidas que se fizerem necessárias à rápida solução da lide.

Art. 4ºAs liminares, antecipações de tutela, sentenças e acórdãos serão imediatamente comunicados, independentemente de intimação e de acordo com as respectivas competências, à Procuradoria-Geral da União, à Procuradoria-Geral Federal e à Consultoria Jurídica do Ministério, autarquia ou fundação pública interessada.

§ 1ºDas comunicações de que trata o caput serão remetidas cópias à Procuradoria-Regional da União, à Procuradoria Federal ou à Procuradoria Federal Especializada, segundo a respectiva competência para acompanhar a causa no Tribunal.

§ 2ºAs comunicações, sempre que possível, serão realizadas mediante correio eletrônico, com confirmação do recebimento pelo destinatário.

Art. 5ºAs ações relevantes serão cadastradas com prioridade no Sistema de Cadastro das Ações da União.

Parágrafo único. A Comissão Deliberativa do SICAU, de que trata a Portaria nº081, de 14 de fevereiro de 2003 padronizará os relatórios e os procedimentos de acompanhamento das ações relevantes no Sistema de Controle das Ações da União – SICAU.

Art. 6ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

## **ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

## D.O. de 18.2.2003.

#### PORTARIA Nº 342, DE 7 DE JULHO DE 2003.

*Dispõe sobre estágio confirmatório e probatório de Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional e Procurador Federal.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4°, incisos I e XVIII, da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 9°, parágrafo único, da Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002, tendo em vista o disposto no art. 41 da Constituição Federal, e

Considerando a necessidade de estabelecer rotinas para a prática das ações a se desenvolverem durante o período do estágio confirmatório dos integrantes das Carreiras de Advogado da União e de Procurador da Fazenda Nacional e do estágio probatório dos integrantes da Carreira de Procurador Federal,

Resolve:

Art. 1° O estágio confirmatório dos integrantes das Carreiras de Advogado da União e de Procurador da Fazenda Nacional e o estágio probatório dos integrantes da Carreira de Procurador Federal observarão a legislação e normas pertinentes e o disposto nesta Portaria.

Art. 2° Ao entrar no exercício do cargo para o qual foi nomeado em decorrência de aprovação em concurso público, o Advogado da União e o Procurador da Fazenda Nacional e o Procurador Federal cumprirão, respectivamente, estágio confirmatório e probatório de três anos.

Parágrafo único. A confirmação de estagiário no cargo é condicionada ao cumprimento dos deveres e à observância das proibições e dos impedimentos previstos na Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, além daqueles decorrentes do exercício de cargo público, e ainda:

I – ao Advogado da União e ao Procurador da Fazenda Nacional, do disposto na Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, em especial nos seus arts. 27 a 31;

II – ao Procurador Federal, do disposto na Medida Provisória n° 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, em especial nos seus arts. 37 e 38.

Art. 3° Durante o estágio o servidor será periodicamente avaliado quanto a observância dos respectivos deveres, proibições e impedimentos, a eficiência, a disciplina e a assiduidade:

I – ao completar período de exercício não superior a doze meses – 1ª avaliação;

II – ao completar período de exercício não superior vinte e quatro meses – 2ª avaliação;

III – ao completar trinta meses de exercício – 3ª avaliação.

§ 1° As avaliações periódicas de que trata o caput serão realizadas:

I – pela Corregedoria-Geral da Advocacia da União – CGAU, no caso de Advogado da União e de Procurador da Fazenda Nacional;

II – pela Procuradoria-Geral Federal – PGF, no caso de Procurador Federal.

§ 2° As avaliações periódicas serão feitas com base nas informações e documentos fornecidos:

I – pelas chefias jurídicas imediatas que o avaliado teve durante o período considerado para cada avaliação;

II – pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos;

III – pela Corregedoria-Geral da AGU;

IV – por outros órgãos e autoridades que os possam fornecer.

Art. 4º Os órgãos mencionados nos incisos I e II do § 1º do art. 3º deverão constituir Comissões Permanentes de Avaliação Especial de Desempenho, sendo uma para cada carreira jurídica da Advocacia-Geral da União, que emitirão pareceres sobre a confirmação do avaliado no respectivo cargo e encaminharão ao Advogado-Geral da União, até quatro meses antes do término do estágio, sem prejuízo da continuidade da apuração dos fatores enumerados no caput do art. 3º. **(Redação dada pela Portaria nº 1.621, de 10.11.2009)**

§ 1° O parecer referido no caput, circunstanciado e fundamentado quanto aos deveres, proibições, vedações e impedimentos previstos na legislação referida no art. 2°, a eficiência, a disciplina e a assiduidade, levará em consideração as três avaliações periódicas realizadas, as observações anotadas pelos órgãos mencionados no § 1° do art. 3° e as constantes de relatórios de correição, bem como as avaliações de desempenho realizadas para efeito de concessão da Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica – GDAJ, e deverão ser instruídos com:

I – as avaliações periódicas de que trata o art. 3°;

II – as avaliações de desempenho realizadas para fim de concessão da Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica – GDAJ desde o início do exercício do avaliado;

III – documentos e informações sobre a existência de pendência judicial, e o estado em que se encontra o feito, relativa ao ingresso do avaliado no respectivo cargo;

IV – eventuais registros e respectivos documentos sobre a disciplina do avaliado;

V – informações e respectivos documentos sobre a assiduidade do avaliado;

VI – informações e respectivos documentos sobre licenças e afastamentos que tenham suspendido ou interrompido o exercício do cargo e, em conseqüência, o estágio, bem como as datas de reinicio ou retomada do exercício e do estágio, se for o caso;

VII – informações sobre a existência de processos e expedientes de interesse do avaliado que possam interferir na confirmação do estágio;

VIII – outras informações, ocorrências e documentos julgados pertinentes e necessários.

§ 2° O parecer indicará também a existência de ocorrências especiais que reclamem manifestação ou providências de outros órgãos da AGU ou da PGF.

§ 3° Na hipótese de encontrar-se em curso apuração de eventual falta funcional do estagiário, a circunstância deverá ser anotada, com indicação do fato sob apuração, ficando o parecer pendente de conclusão quanto ao correspondente requisito.

§ 4° As avaliações e o parecer de que tratam este artigo comporão autos próprios.

Art. 5° **(Revogado pela Portaria nº 1.621, de 10.11.2009)**

Art. 6º Recebidos os autos com o parecer de que trata o art. 4º, o Advogado-Geral da União: **(Redação dada pela Portaria nº 1.621, de 10.11.2009)**

I – submeterá ao Conselho Superior da Advocacia-Geral da União – CS/AGU, para decisão, quando se tratar de Advogado da União e Procurador da Fazenda Nacional;

II – decidirá, à vista dos autos e de outros elementos de que disponha, sobre a confirmação do avaliado no respectivo cargo, quando se tratar de Procurador Federal.

Parágrafo único. Proferida a decisão prevista no inciso II do caput, o Advogado-Geral da União expedirá portaria confirmando o avaliado no cargo de Procurador Federal, declarando-o estável no serviço público, se for o caso, ou, na hipótese de não confirmação, adotará as providências pertinentes.

Art. 7° O Conselho Superior da Advocacia-Geral da União decidirá, à vista dos autos referidos no caput e de outros elementos de que disponha, sobre a confirmação do avaliado no respectivo cargo.

Parágrafo único. O CS/AGU expedirá resolução confirmando o avaliado no cargo de Advogado da União ou de Procurador da Fazenda Nacional, declarando-o estável no serviço público, se for o caso, ou, na hipótese de não confirmação, encaminhará o caso ao Advogado-Geral da União para adoção das providências pertinentes.

Art. 8° A confirmação no cargo será feita em caráter condicional se o servidor nele houver ingressado por força de decisão judicial não transitada em julgado, e se resolverá com o julgamento definitivo do feito.

§ 1° Transitada em julgado decisão definitiva em desfavor do servidor investido no cargo por força de decisão judicial, a nomeação e os demais atos relativos à investidura perderão eficácia, devendo ser expedido ato declaratório pelo Advogado-Geral da União.

§ 2° Igualmente perderá a eficácia a nomeação e os demais atos relativos à investidura, caso seja revista, a qualquer momento, em desfavor do servidor, a decisão provisória por força da qual foi investido no cargo, devendo ser expedido o ato declaratório previsto na parte final do parágrafo anterior.

Art. 9° Todas as ocorrências referentes a servidor submetido a estágio confirmatório, como licenças, afastamentos, representações, denúncias, ausências não justificadas, perda de prazo, cometimento de erro grosseiro, referências elogiosas, participação em grupos ou comissões de estudos, de sindicâncias e de processos administrativos disciplinares, deverão ser comunicadas pelos servidores e autoridades que delas tiverem conhecimento:

I – à Corregedoria-Geral da AGU, quando se tratar de Advogado da União ou Procurador da Fazenda Nacional;

II – à Procuradoria-Geral Federal, quando se tratar de Procurador Federal.

Art. 10. Incumbe à Secretaria-Geral da AGU, pela sua Coordenação-Geral de Recursos Humanos, manter cronograma atualizado das ações previstas nesta Portaria e avisar aos órgãos responsáveis o momento da realização de cada ação, com antecedência de trinta dias do término do prazo correspondente.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos estágios em andamento, no que for oportuno.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D.O. de 8.7.2003.

**Ver a seguir modelos de formulários de acompanhamento dos estágios.**

CRONOGRAMA DE AÇÕES DO INÍCIO DO EXERCÍCIO À CONCLUSÃO DO ESTÁGIO CONFIRMATÓRIO

− ADVOGADO DA UNIÃO E PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL –

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **SECRETARIA-GERAL/COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS DA AGU** | | | | | | | | **CORREGEDORIA-GERAL DA AGU** | | | | **COMISSÃO** | **CS/AGU** |
| N° | NOME | LOTAÇÃO | SIAPE | INÍCIO DO  EXERCÍCIO | SUSPENSÃO  DO ESTÁGIO | OUTRAS  OCORRÊNCIAS | FIM DO  ESTÁGIO | 1ª AVALIAÇÃO  ATÉ | 2ª AVALIAÇÃO  ATÉ | 3ª AVALIAÇÃO  ATÉ | PARECER  ATÉ | AVALIAÇÃO  ESPECIAL  ATÉ | DECISÃO  ATÉ |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

CRONOGRAMA DE AÇÕES DO INÍCIO DO EXERCÍCIO À CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

– PROCURADOR FEDERAL –

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **SECRETARIA-GERAL/COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS DA AGU** | | | | | | | | **PROCURADORIA-GERAL FEDERAL** | | | | **COMISSÃO** | **AGU** |
| N° | NOME | LOTAÇÃO | SIAPE | INÍCIO DO  EXERCÍCIO | SUSPENSÃO  DO ESTÁGIO | OUTRAS  OCORRÊNCIAS | FIM DO  ESTÁGIO | 1ª AVALIAÇÃO  ATÉ | 2ª AVALIAÇÃO  ATÉ | 3ª AVALIAÇÃO  ATÉ | PARECER  ATÉ | AVALIAÇÃO  ESPECIAL  ATÉ | DECISÃO  ATÉ |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

##### PORTARIA Nº 219, DE 26 DE ABRIL DE 2004.

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de se dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria-Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a circunstância de que a Procuradoria da União no Estado de Minas Gerais exerce a representação judicial de diversas autarquias e fundações públicas federais, por força da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte, com a competência para exercer, em conjunto com a Procuradoria da União no Estado de Minas Gerais, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais até agora por esta exercida na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.

Parágrafo único - A Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais assumirá, gradativamente, a representação judicial das entidades de que trata este artigo.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais.

Art. 3º Fica designado o Procurador Federal ..............

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D.O. de 27.4.2004.

**PORTARIA Nº 220, DE 26 DE ABRIL DE 2004.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de se dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria-Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a circunstância de que a Procuradoria Regional da União-2ª Região exerce a representação judicial de diversas autarquias e fundações públicas federais, por força da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Regional Federal-2ª Região e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Regional Federal-2ª Região, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, com a competência para exercer, em conjunto com a Procuradoria Regional da União-2ª Região, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais até agora por esta exercida na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.

Parágrafo único - A Procuradoria Regional Federal-2ª Região assumirá, gradativamente, a representação judicial das entidades de que trata este artigo.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Regional Federal-2ª Região.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D.O. de 27.4.2004.

**PORTARIA Nº 221, DE 26 DE ABRIL DE 2004.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de se dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria-Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a circunstância de que a Procuradoria da União no Estado do Rio Grande do Norte exerce a representação judicial de diversas autarquias e fundações públicas federais, por força da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Federal no Estado do Rio Grande do Norte e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Federal no Estado do Rio Grande do Norte, com sede em Natal, com a competência para exercer, em conjunto com a Procuradoria da União no Estado do Rio Grande do Norte, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais até agora por esta exercida na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.

Parágrafo único - A Procuradoria Federal no Estado do Rio Grande do Norte assumirá, gradativamente, a representação judicial das entidades de que trata este artigo.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Federal no Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D.O. de 27.4.2004.

**PORTARIA Nº 222, DE 26 DE ABRIL DE 2004.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de se dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria-Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a circunstância de que a Procuradoria Regional da União-3ª Região exerce a representação judicial de diversas autarquias e fundações públicas federais, por força da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Regional Federal-3ª Região e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Regional Federal-3ª Região, com sede na cidade de São Paulo/SP, com a competência para exercer, em conjunto com a Procuradoria Regional da União-3ª Região, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais até agora por esta exercida na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.

Parágrafo único - A Procuradoria Regional Federal-3ª Região assumirá, gradativamente, a representação judicial das entidades de que trata este artigo.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Regional Federal-3ª Região.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D.O. de 27.4.2004.

# PORTARIA Nº 436, DE 6 DE AGOSTO DE 2004.

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando que, a teor do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a representação judicial exercida pela Advocacia-Geral da União, na forma dos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1993, acrescentados pela Medida Provisória nº 2.180, de 24 de agosto de 2001, poderá ser gradualmente assumida pela Procuradoria-Geral Federal;

Considerando que a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atribuída à Advocacia-Geral da União, conforme os arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, vem sendo exercida por esta, em conjunto com a Procuradoria-Geral Federal, perante os Tribunais Superiores e o Supremo Tribunal Federal;

Considerando que os arts. 17 e 19 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, conferiram aos Procuradores Federais a prerrogativa de intimação e notificação pessoal;

Considerando que a Procuradoria-Geral Federal, apoiada pela AGU, dispõe de estrutura física e logística adequada à assunção da representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, perante os Tribunais Superiores e o Supremo Tribunal Federal, resolve:

Art. 1º A representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, que vinha sendo realizada em conjunto com a Procuradoria-Geral Federal, passa a ser exercida, perante os Tribunais Superiores e o Supremo Tribunal Federal, exclusivamente pela Procuradoria-Geral Federal.

Art. 2° Os cálculos e perícias judiciais, assim como a análise dos precatórios, continuarão, até a instalação dos respectivos setores nos órgãos de execução da PGF, a cargo do Departamento de Cálculos e Perícias da AGU, por força do disposto nos incisos I e II do § 1º do art. 8º-D da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, com as alterações da Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001, e em cumprimento ao art. 6º da IN/AGU nº 03, de 25 de junho de 1997, e à IN nº 11, do Tribunal Superior do Trabalho, baixada pela Resolução n° 67/1997, publicada no Diário da Justiça, em 18 de abril de 1997 e republicada em 2 de maio de 1997.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D.O. de 9.8.2004.

**PORTARIA Nº 450, DE 11 DE AGOSTO DE 2004.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando que, a teor do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a representação judicial exercida pela Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1993, acrescentados pela Medida Provisória nº 2.180, de 24 de agosto de 2001, poderá ser gradualmente assumida pela Procuradoria-Geral Federal;

Considerando que as Procuradorias Federais e as Procuradorias Regionais Federais já instaladas vêm exercendo, em conjunto com as Procuradorias da União e as Procuradorias Regionais da União, nos respectivos Estados e Regiões, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando que os arts. 17 e 19 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, conferiram aos Procuradores Federais a prerrogativa de intimação e notificação pessoal;

Considerando que algumas Procuradorias Federais e as Procuradorias Regionais Federais já instaladas dispõem de estrutura física e logística adequadas à assunção da representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atualmente exercida em conjunto com as Procuradorias da União e as Procuradorias Regionais da União, resolve:

Art. 1º As Procuradorias Federais nos Estados do Ceará e de Minas Gerais, e as Procuradorias Regionais Federais da 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões, já instaladas, assumirão, a partir do dia 16 de agosto de 2004, em caráter exclusivo, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, a qual vinha sendo exercida em conjunto com as Procuradorias da União e as Procuradorias Regionais da União, nos respectivos Estados e Regiões.

Parágrafo único - As Procuradorias da União e as Procuradorias Regionais da União manterão estreita articulação com as Procuradorias Federais e as Procuradorias Regionais Federais, emprestando-lhes o apoio necessário e fornecendo-lhes os dados, elementos e dossiês de que disponham acerca de casos e processos judiciais de interesse das autarquias e fundações públicas federais que representavam judicialmente.

Art. 2º Os cálculos e perícias judiciais, assim como a análise dos precatórios, continuarão a cargo do Departamento de Cálculos e Perícias da Advocacia-Geral da União, por força do disposto nos incisos I e II do § 1º do art. 8º D da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, com as alterações da Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001, e em cumprimento ao art. 6º da IN/AGU nº 03, e à IN nº 11, do Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D.O. de 13.8.2004.

**PORTARIA Nº 483, DE 31 DE AGOSTO DE 2004.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de se dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria-Geral Federal, de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a circunstância de que a Procuradoria Regional da União - 1ª Região exerce a representação judicial de diversas autarquias e fundações públicas federais, por força da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando o disposto nos artigos 17 e 19 da Lei nº 10.910, de 2004, que conferem aos procuradores federais a intimação pessoal de todos os atos processuais; Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Regional Federal - 1ª Região, e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Regional Federal - 1ª Região, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal.

§ 1º Na data da publicação desta Portaria, a Procuradoria Regional Federal - 1ª Região assumirá a representação judicial das entidades constantes do Anexo, relativamente às ações em trâmite na 1ª instância no Distrito Federal, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, na Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal, e no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

§ 2º A Procuradoria Regional Federal - 1ª Região assumirá, gradativamente, a representação das autarquias e fundações federais que atualmente é feita pela Procuradoria Regional da União - 1ª Região, na forma dos artigos 11-A e 11-B, da Lei 9.028, de 12 de abril de 1995, acrescentados pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Regional Federal - 1ª Região.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA

D.O. de 1º 9.2004.

**ANEXO**

1. Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA;(\*)

2. Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE;(\*\*)

3. Agência Nacional do Cinema - ANCINE;

4. Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS;

5. Caixa de Construções de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha - CCCPMM;

6. Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN;

7. Fundação Biblioteca Nacional - FBN;

8. Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB;

9. Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO;

10. Fundação Nacional das Artes - FUNARTE;

11. Fundação Universidade Federal de Sergipe ou Universidade Federal de Sergipe;

12. Fundação Universidade Federal do Maranhão ou Universidade Federal do Maranhão;

13. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul ou Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;

14. Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG/RS;

15. Fundação Universidade Federal de São Carlos - FUFSC/SP;

16. Fundação Universidade Federal do Tocantins - FUFTO;

17. Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - FUFVSF;

18. Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro;

19. Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI;

20. Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO;

21. Superintendência de Seguros Privados - SUSEP;

22. Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF/MG;

23. Universidade Federal de Campina Grande - UFCG/PB;

24. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG;

25. Universidade Federal de Uberlândia - UFU;

26. Universidade Federal de Goiás - UFGO;

27. Universidade Federal do Paraná - UFPR ou Fundação Universidade Federal do Paraná;

28. Universidade Federal de Pernambuco - UFPE;

29. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN;

30. Universidade Federal Fluminense - UFF/RJ;

31. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro ou Fundação Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(\*) Segundo o art. 18 da Lei Complementar nº 124, de 3.1.2007, que criou a SUDAM, a ADA seria extinta na data de publicação do decreto que estabelecesse a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão da SUDAM. O Decreto nº 6.218, de 4.10.2007 (publicado no diário oficial de 4.10.2007 – edição extra), aprovou “*a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM*.”

(\*\*) Segundo o art. 21 da Lei Complementar nº 125, de 3.1.2007, que criou a SUDENE, a ADENE seria extinta na data de publicação do decreto que estabelecesse a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão da SUDENE. O Decreto nº 6.219, de 4.10.2007 (publicado no diário oficial de 4.10.2007 – edição extra), aprovou “*a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE*”

**PORTARIA Nº 34, DE 10 DE JANEIRO DE 2005.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando que, a teor do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a representação judicial exercida pela Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, acrescentados pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, poderá ser gradualmente assumida pela Procuradoria-Geral Federal;

Considerando que as Procuradorias Federais e as Procuradorias Regionais Federais já instaladas vêm exercendo, em conjunto com as Procuradorias da União e as Procuradorias Regionais da União, nos respectivos Estados e Regiões, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando que os arts. 17 e 19 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, conferiram aos Procuradores Federais a prerrogativa de intimação e notificação pessoal;

Considerando que algumas Procuradorias Federais e as Procuradorias Regionais Federais já instaladas, apoiadas pela AGU, dispõem de estrutura física e logística adequadas à assunção da representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atualmente exercida em conjunto com as Procuradorias da União e as Procuradorias Regionais da União, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado da Bahia, já instalada, assumirá, em caráter exclusivo, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, a qual vinha sendo exercida em conjunto com a Procuradoria da União, no respectivo Estado.

Parágrafo único - A Procuradoria da União manterá estreita articulação com a Procuradoria Federal, emprestando-lhe o apoio necessário e fornecendo-lhe os dados, elementos e dossiês de que disponha acerca de casos e processos judiciais de interesse das autarquias e fundações públicas federais que representava judicialmente.

Art. 2º Os cálculos e perícias judiciais, assim como a análise dos precatórios, continuarão a cargo do Departamento de Cálculos e Perícias da Advocacia-Geral da União, por força do disposto nos incisos I e II do § 1º do art. 8º D da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, com as alterações da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e em cumprimento ao art. 6º da IN/AGU nº 03, e à IN nº 11, do Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D.O. de 13.1.2005.

**PORTARIA Nº 63, DE 20 DE JANEIRO DE 2005.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, SUBSTITUTO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando que, a teor do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a representação judicial exercida pela Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, acrescentados pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, poderá ser gradualmente assumida pela Procuradoria-Geral Federal;

Considerando que a Procuradoria Federal no Estado do Rio Grande do Norte vem exercendo, em conjunto com a Procuradoria da União naquele Estado, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando que a referida Procuradoria Federal, apoiada pela AGU, já dispõe de estrutura física e logística adequadas à assunção da representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atualmente exercida em conjunto com a Procuradoria da União naquele Estado;

Considerando, finalmente, que os arts. 17 e 19 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, conferiram aos Procuradores Federais a prerrogativa de intimação e notificação pessoal, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Rio Grande do Norte, já instalada, assumirá, em caráter exclusivo, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, a qual vinha sendo exercida em conjunto com a Procuradoria da União, no respectivo Estado.

Parágrafo único - A Procuradoria da União manterá estreita articulação com a Procuradoria Federal, emprestando-lhe o apoio necessário e fornecendo-lhe os dados, elementos e dossiês de que disponha acerca de casos e processos judiciais de interesse das autarquias e fundações públicas federais que representava judicialmente.

Art. 2º Os cálculos e perícias judiciais, assim como a análise dos precatórios, continuarão a cargo do Departamento de Cálculos e Perícias da Advocacia-Geral da União, por força do disposto nos incisos I e II do § 1º do art. 8º D da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, com as alterações da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e em cumprimento ao art. 6º da IN/AGU nº 03, e à IN nº 11, do Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MOACIR ANTONIO MACHADO DA SILVA**

D.O. de 21.1.2005.

**PORTARIA Nº 77, DE 31 DE JANEIRO DE 2005.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de se dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria-Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício de sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a circunstância de que a Procuradoria da União no Estado do Espírito Santo exerce a representação judicial de diversas autarquias e fundações públicas federais, por força da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequada à instalação da Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo, com sede em Vitória, com competência para exercer, em conjunto com a Procuradoria da União no Estado do Espírito Santo, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais até agora exercida na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória Nº 2180-35, de 24 de agosto de 2001. Parágrafo único - A Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo assumirá, gradativamente, a representação judicial das entidades de que trata este artigo.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo.

Art. 4º esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D.O. de 2.2.2005.

**PORTARIA Nº 147, DE 4 DE MARÇO DE 2005.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando que, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 10.480/02, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais exercida pela Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.028/95, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.180-35/01, poderá ser gradualmente assumida pela Procuradoria-Geral Federal;

Considerando os arts. 17 e 19 da Lei nº 10.910/04, que conferem aos procuradores federais a intimação pessoal de todos os atos processuais;

Considerando que a Portaria nº 450, de 11 de agosto de 2004, atribuiu tal representação judicial às Procuradorias Regionais Federais das 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões;

Considerando a implantação da Procuradoria Regional Federal - 1ª Região, nos termos da Portaria nº 483, de 31 de agosto de 2004, bem como a existência de estrutura física e logística adequadas à assunção da representação judicial de autarquias e fundações públicas federais, atualmente exercida pela Procuradoria Regional da União - 1ª Região, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Regional Federal - 1ª Região assumirá, a partir de 21 de março de 2005, em caráter exclusivo, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais indicadas no Anexo desta Portaria, que vem sendo feita pela Procuradoria Regional da União - 1ª Região, nos termos dos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.028/95, acrescentados pela Medida Provisória nº 2.180-35/01, relativamente às ações em trâmite nas Varas Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal, inclusive nas dos Juizados Especiais Federais, nas Varas do Trabalho no Distrito Federal, nas Varas da Justiça do Distrito Federal e Territórios, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, na Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal e na Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais no Distrito Federal.

Parágrafo único. A Procuradoria Regional da União - 1ª Região manterá estreita articulação com a Procuradoria Regional Federal - 1ª Região, emprestando-lhe o apoio necessário e fornecendo-lhe os dados, elementos e dossiês de que disponha acerca de casos e processos judiciais de interesse das autarquias e fundações públicas federais que representava judicialmente.

Art. 2º Os cálculos e perícias judiciais, bem como a análise de precatórios, continuarão a cargo do Departamento de Cálculos e Perícias da Advocacia-Geral da União, por força do disposto nos incisos I e II do § 1º do art. 8º D da Lei nº 9.028/95, com as alterações da Medida Provisória nº 2.180-35/01, e em cumprimento ao art. 6º da IN/AGU nº 03, e à IN nº 11, do Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D.O. de 8.3.2005.

**ANEXO**

1. Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIA;

2. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ ou Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca ou Escola Técnica Nacional;

3. Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - CEFET/ BA ou Escola Técnica Federal da Bahia;

4. Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - CEFET/PB ou Escola Técnica Federal da Paraíba;

5. Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas - CEFET/AL ou Escola Técnica Federal de Alagoas;

6. Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos - CEFET-Campos/RJ ou Escola Técnica Federal de Campos;

7. Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - CEFET/ GO ou Escola Técnica Federal de Goiás;

8. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET/MG ou Escola Técnica Federal de Minas Gerais;

9. Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas - CEFET/RS ou Escola Técnica Federal de Pelotas;

10. Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco - CEFET/PE ou Escola Técnica Federal de Pernambuco;

11. Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina - CEFET/PE ou Escola Técnica Federal de Petrolina ou Escola Agrotécnica Federal de Petrolina ou Escola Agrotécnica Federal Dom Avelar Brandão Vilela;

12. Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis - CEFETQ/RJ ou Escola Técnica Federal de Química ou Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro;

13. Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo - CEFET/SP ou Escola Técnica Federal de São Paulo;

14. Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas - CEFET/AM ou Escola Técnica Federal do Amazonas;

15. Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará - CEFET/CE ou Escola Técnica Federal do Ceará;

16. Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - CEFET/ES ou Escola Técnica Federal do Espírito Santo;

17. Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão - CEFET/MA ou Escola Técnica Federal de São Luis ou Escola Técnica Federal do Maranhão;

18. Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará - CEFET/ PA ou Escola Técnica Federal do Pará;

19. Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET/PR ou Escola Técnica Federal do Paraná;

20. Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí - CEFET/ PI ou Escola Técnica Federal do Piauí;

21. Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte - CEFET/RN ou Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte;

22. Colégio Pedro II - CPII/RJ;

23. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

24. Escola Agrotécnica Federal Antonio José Teixeira - Guanambi - BA ou Escola Agrotécnica Federal de Antonio Teixeira ou Escola Agrotécnica Federal de Guanambi;

25. Escola Agrotécnica Federal de Alegre - EAF/ES;

26. Escola Agrotécnica Federal de Alegrete - EAF/RS;

27. Escola Agrotécnica Federal de Araguatins - EAF/TO;

28. Escola Agrotécnica Federal de Bambuí ou Centro Federal de Educação Tecnológica de Bambuí - CEFET/MG;

29. Escola Agrotécnica Federal de Barbacena - EAF/MG;

30. Escola Agrotécnica Federal de Barreiros - EAF/PE;

31. Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim - EAF/PE;

32. Escola Agrotécnica Federal de Cáceres - EAF/MT;

33. Escola Agrotécnica Federal de Castanhal - EAF/PA;

34. Escola Agrotécnica Federal de Catu - EAF/BA;

35. Escola Agrotécnica Federal de Ceres - EAF/GO;

36. Escola Agrotécnica Federal de Codó - EAF/MA;

37. Escola Agrotécnica Federal de Colatina - EAF/ES;

38. Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste - EAF/RO;

39. Escola Agrotécnica Federal de Concórdia - EAF/SC;

40. Escola Agrotécnica Federal de Crato - EAF/CE;

41. Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá ou Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá - CEFET/MT ou Escola Técnica Federal de Cuiabá;

42. Escola Agrotécnica Federal de Iguatú - EAF/CE;

43. Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes ou Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes Visconde de Mauá - MG;

44. Escola Agrotécnica Federal de Januária ou Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária - CEFET/MG;

45. Escola Agrotécnica Federal de Machado - EAF/MG;

46. Escola Agrotécnica Federal de Manaus - EAF/AM;

47. Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho - EAF/MG;

48. Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul - EAF/SC;

49. Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba ou Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba - MG;

50. Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde ou Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde - CEFET/GO;

51. Escola Agrotécnica Federal de Salinas ou Escola Agrotécnica Federal de Salinas Clemente de Medrado - MG;

52. Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês - EAF/BA;

53. Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa - EAF/ES;

54. Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - EAF/SE;

55. Escola Agrotécnica Federal São Gabriel da Cachoeira - EAF/AM;

56. Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista ou Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista Nelson de Senna - MG;

57. Escola Agrotécnica Federal de São Luís - EAF/MA;

58. Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul ou Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul - RS;

59. Escola Agrotécnica Federal de Satuba - EAF/AL;

60. Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim - EAF/BA;

61. Escola Agrotécnica Federal de Sertão - EAF/RS;

62. Escola Agrotécnica Federal de Sombrio - EAF/SC;

63. Escola Agrotécnica Federal de Sousa - EAF/PB;

64. Escola Agrotécnica Federal de Uberaba ou Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba - CEFET/MG;

65. Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia - EAF/MG;

66. Escola Agrotécnica Federal de Urutaí ou Centro Federal de Educação Tecnológica de Urutaí - CEFET/GO;

67. Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão ou Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão João Cleófas - EAF/PE;

68. Escola Agrotécnica Federal Presidente Juscelino Kubitschek ou Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves - CEFET/RS;

69. Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas - EFO/MG;

70. Escola Federal de Engenharia de Itajubá ou Universidade Federal de Itajubá ou Fundação Universidade Federal de Itajubá;

71. Escola Superior de Agricultura de Mossoró - ESAM/RN;

72. Escola Técnica Federal de Mato Grosso ou Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso - CEFET/MT;

73. Escola Técnica Federal de Ouro Preto ou Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto - CEFET/MG;

74. Escola Técnica Federal de Palmas - ETF/TO;

75. Escola Técnica Federal de Porto Velho - ETF/Porto Velho-RO;

76. Escola Técnica Federal de Rolim de Moura - ETF/Rolim de Moura-RO;

77. Escola Técnica Federal de Roraima ou Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima - CEFET/RR;

78. Escola Técnica Federal de Santa Catarina ou Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina - CEFET/SC;

79. Escola Técnica Federal de Santarém - CEFET/Santarém-PA;

80. Escola Técnica Federal de Sergipe ou Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - CEFET/SE;

81. Faculdade de Ciências Agrárias do Pará ou Universidade Federal Rural da Amazônia ou Fundação Universidade Federal Rural da Amazônia;

82. Fundação de Ensino Superior de São João Del Rei ou Fundação Universidade Federal de São João Del Rei ou Universidade Federal de São João Del Rei;

83. Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro - FMTM/MG;

84. Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina ou Faculdades Federais Integradas de Diamantina - FAFEID/MG ou Escola Agrotécnica Federal de Odontologia de Diamantina;

85. Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre - FFFCMPA/RS; (\*)

86. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

87. Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ;

88. Fundação Nacional de Saúde - FUNASA;

89. Fundação Nacional do Índio - FUNAI (nos termos do art. 11-B, §§ 6º e 7º, da Lei 9.028/95, acrescentado pela Medida Provisória 2.180-35/01);

90. Fundação Osório - FO;

91. Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ;

92. Fundação Universidade do Amazonas - FUA ou Universidade Federal do Amazonas ou Universidade do Amazonas;

93. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso ou Universidade Federal de Mato Grosso;

94. Fundação Universidade Federal de Rondônia ou Universidade Federal de Rondônia;

95. Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR;

96. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

97. Universidade do Rio de Janeiro ou Fundação Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO;

98. Universidade Federal da Bahia - UFBA ou Fundação Universidade Federal da Bahia;

99. Universidade Federal da Paraíba - UFPB ou Fundação Universidade Federal da Paraíba;

100. Universidade Federal de Alagoas - UFAL ou Fundação Universidade Federal de Alagoas;

101. Universidade Federal de Lavras ou Fundação Universidade Federal de Lavras;

102. Universidade Federal de Ouro Preto ou Fundação Universidade Federal de Ouro Preto;

103. Universidade Federal de Pelotas ou Fundação Universidade Federal de Pelotas;

104. Universidade Federal de Roraima ou Fundação Universidade Federal de Roraima;

105. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC ou Fundação Universidade Federal de Santa Catarina;

106. Universidade Federal de Santa Maria - UFSM ou Fundação Universidade Federal de Santa Maria;

107. Universidade Federal de São Paulo ou Fundação Universidade Federal de São Paulo;

108. Universidade Federal de Viçosa ou Fundação Universidade Federal de Viçosa;

109. Universidade Federal do Acre ou Fundação Universidade Federal do Acre - UFAC;

110. Universidade Federal do Amapá ou Fundação Universidade Federal do Amapá;

111. Universidade Federal do Ceará - UFCE ou Fundação Universidade Federal do Ceará;

112. Universidade Federal do Espírito Santo - UFES ou Fundação Universidade Federal do Espírito Santo;

113. Universidade Federal do Pará - UFPA ou Fundação Universidade Federal do Pará;

114. Universidade Federal do Piauí ou Fundação Universidade Federal do Piauí;

115. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ ou Fundação Universidade Federal do Rio de Janeiro;

116. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRS ou Fundação Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

117. Universidade Federal Rural de Pernambuco ou Fundação Universidade Federal Rural de Pernambuco;

118. Superintendência da Zona Franca de Manaus−SUFRAMA.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(\*)Transformada na “Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA”, pela Lei nº 11.641, de 11.1.2008.

**PORTARIA Nº 267, DE 7 DE ABRIL DE 2005.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de se dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria-Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a circunstância de que a Procuradoria da União no Estado de Mato Grosso do Sul exerce a representação judicial de diversas autarquias e fundações públicas federais, por força da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, com sede em Campo Grande, com a competência para exercer, em conjunto com a Procuradoria da União no Estado do Mato Grosso do Sul, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais até agora por esta exercida na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.

Parágrafo único - A Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul assumirá a partir de 18 de abril de 2005, gradativamente, a representação judicial das entidades de que trata este artigo.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D.O. de 08.4.2005.

**PORTARIA Nº 358, DE 13 DE MAIO DE 2005.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art.4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art.14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de se dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria-Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a circunstância de que a Procuradoria da União no Estado do Paraná exerce a representação judicial de diversas autarquias e fundações públicas federais, por força da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Federal no Estado do Paraná e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Federal no Estado do Paraná, com sede em Curitiba, com a competência para exercer, em conjunto com a Procuradoria da União no Estado do Paraná, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais até agora por esta exercida na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.

Parágrafo único - A Procuradoria Federal no Estado do Paraná assumirá, a partir de 6 de junho de 2005, gradativamente, a representação judicial das entidades de que trata este artigo.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Federal no Estado do Paraná.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D.O. de 16.5.2005.

PORTARIA Nº 608, DE 08 DE JULHO DE 2005.

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos XIII e XVIII do art.4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando que, a teor do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a representação judicial exercida pela Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, acrescentados pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, poderá ser gradualmente assumida pela Procuradoria-Geral Federal;

Considerando que a Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo já instalada vem exercendo, em conjunto com a Procuradoria da União no Estado do Espírito Santo, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B a Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001,

Considerando que os arts. 17 e 19 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, conferiram aos Procuradores Federais a prerrogativa de intimação pessoal e notificação pessoal,

Considerando que a Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo dispõe de estrutura física e logística adequada à assunção da representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atualmente exercida em conjunto com a Procuradoria da União no Estado do Espírito Santo, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo, já instalada, assumirá, em caráter exclusivo, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, a qual vinha sendo exercida em conjunto com a Procuradoria da União no Estado do Espírito Santo.

Parágrafo Único - A Procuradoria da União no Estado do Espírito Santo manterá estreita articulação com a Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo, emprestando-lhe o apoio necessário e fornecendo-lhe os dados, elementos e dossiês de que disponha acerca de casos e processos judiciais de interesse das autarquias e fundações públicas federais que representava judicialmente.

Art. 2º Os cálculos e perícias judiciais, assim como a análise dos precatórios, continuarão a cargo do Departamento de Cálculos e Perícias da Advocacia-Geral da União, por força do disposto nos incisos I e II do § 1º do art. 8º D da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, com as alterações da Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001, e em cumprimento ao art. 6º da IN/AGU nº 03, e à IN nº 11, do Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D.O. de 12.7.2005. [Retificada a data da Portaria no D.O. de 13.7.2005.]

**PORTARIA Nº 683, DE 26 DE JULHO DE 2005.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art.4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art.14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de se dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria-Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a circunstância de que a Procuradoria da União no Estado de Santa Catarina exerce a representação judicial de diversas autarquias e fundações públicas federais, por força da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina e ao início de sua atividade finalística,

Resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina, com sede em Florianópolis, com a competência para exercer, em conjunto com a Procuradoria da União no Estado de Santa Catarina, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais até agora por esta exercida na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.

Parágrafo único - A Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina assumirá, a partir de 15 de agosto de 2005, gradativamente, a representação judicial das entidades de que trata este artigo.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D.O. de 27.7.2005.

**PORTARIA Nº 891, DE 27 DE SETEMBRO DE 2005.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art.14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de se dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria-Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a circunstância de que a Procuradoria da União no Estado do Pará exerce a representação judicial de diversas autarquias e fundações públicas federais, por força da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Federal no Estado do Pará e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Federal no Estado do Pará, com sede em Belém, com a competência para exercer, em conjunto com a Procuradoria da União no Estado do Pará, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais até agora por esta exercida, na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.

Parágrafo único . A Procuradoria Federal no Estado do Pará assumirá gradativamente, a partir de 24 de outubro de 2005, a representação judicial das entidades de que trata este artigo.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Federal no Estado do Pará.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D.O. de 29.9.2005.

**PORTARIA Nº 956, DE 14 DE OUTUBRO DE 2005.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando que, a teor do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a representação judicial exercida pela Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, acrescentados pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, poderá ser gradualmente assumida pela Procuradoria-Geral Federal;

Considerando que a Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso do Sul já instalada vem exercendo, em conjunto com a Procuradoria da União no Estado do Mato Grosso do Sul, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B a Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando que os arts. 17 e 19 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, conferiram aos Procuradores Federais a prerrogativa de intimação pessoal e notificação pessoal;

Considerando que a Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso do Sul dispõe de estrutura física e logística adequada à assunção da representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atualmente exercida em conjunto com a Procuradoria da União no Estado do Mato Grosso do Sul, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso do Sul, já instalada, assumirá, em caráter exclusivo, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, a qual vinha sendo exercida em conjunto com a Procuradoria da União no Estado do Mato Grosso do Sul.

Parágrafo Único. A Procuradoria da União no Estado do Mato Grosso do Sul manterá estreita articulação com a Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso do Sul, emprestando-lhe o apoio necessário e fornecendo-lhe os dados, elementos e dossiês de que disponha acerca de casos e processos judiciais de interesse das autarquias e fundações públicas federais que representava judicialmente.

Art. 2º Os cálculos e perícias judiciais, assim como a análise dos precatórios, continuarão a cargo do Departamento de Cálculos e Perícias da Advocacia-Geral da União, por força do disposto nos incisos I e II do § 1º do art. 8º D da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, com as alterações da Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001, e em cumprimento ao art. 6º da IN/AGU nº 03, e à IN nº 11, do Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 18.10.2005.

**PORTARIA Nº 1.165, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando que, a teor do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a representação judicial exercida pela Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, acrescentados pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, poderá ser gradualmente assumida pela Procuradoria-Geral Federal;

Considerando que a Procuradoria Federal no Estado do Paraná já instalada vem exercendo, em conjunto com a Procuradoria da União no Estado do Paraná, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B a Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando que os arts. 17 e 19 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, conferiram aos Procuradores Federais a prerrogativa de intimação pessoal e notificação pessoal;

Considerando que a Procuradoria Federal no Estado do Paraná dispõe de estrutura física e logística adequada à assunção da representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atualmente exercida em conjunto com a Procuradoria da União no Estado do Paraná, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Paraná, já instalada, assumirá, em caráter exclusivo, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, a qual vinha sendo exercida em conjunto com a Procuradoria da União no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A Procuradoria da União no Estado do Paraná manterá estreita articulação com a Procuradoria Federal no Estado do Paraná, emprestando-lhe o apoio necessário e fornecendo-lhe os dados, elementos e dossiês de que disponha acerca de casos e processos judiciais de interesse das autarquias e fundações públicas federais que representava judicialmente.

Art. 2º Os cálculos e perícias judiciais, assim como a análise dos precatórios, continuarão a cargo do Departamento de Cálculos e Perícias da Advocacia-Geral da União, por força do disposto nos incisos I e II do § 1º do art. 8º D da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, com as alterações da Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001, e em cumprimento ao art. 6º da IN/AGU nº 03, e à IN nº 11, do Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 20.12.2005.

**PORTARIA Nº1.166, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2005.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando que, a teor do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a representação judicial exercida pela Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, acrescentados pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, poderá ser gradualmente assumida pela Procuradoria-Geral Federal;

Considerando que a Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina já instalada vem exercendo, em conjunto com a Procuradoria da União no Estado de Santa Catarina, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B a Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando que os arts. 17 e 19 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, conferiram aos Procuradores Federais a prerrogativa de intimação pessoal e notificação pessoal;

Considerando que a Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina dispõe de estrutura física e logística adequada à assunção da representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atualmente exercida em conjunto com a Procuradoria da União no Estado de Santa Catarina, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina, já instalada, assumirá, em caráter exclusivo, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, a qual vinha sendo exercida em conjunto com a Procuradoria da União no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único - A Procuradoria da União no Estado de Santa Catarina manterá estreita articulação com a Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina, emprestando-lhe o apoio necessário e fornecendo-lhe os dados, elementos e dossiês de que disponha acerca de casos e processos judiciais de interesse das autarquias e fundações públicas federais que representava judicialmente.

Art. 2º Os cálculos e perícias judiciais, assim como a análise dos precatórios, continuarão a cargo do Departamento de Cálculos e Perícias da Advocacia-Geral da União, por força do disposto nos incisos I e II do § 1º do art. 8º D da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, com as alterações da Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001, e em cumprimento ao art. 6º da IN/AGU nº 03, e à IN nº 11, do Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 20.12.2005.

**PORTARIA Nº 496, DE 23 DE MAIO DE 2006.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art.14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de se dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria-Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a circunstância de que a Procuradoria da União no Estado de Goiás exerce a representação judicial de diversas autarquias e fundações públicas federais, por força da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Federal no Estado de Goiás e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Federal no Estado de Goiás, com sede em Goiânia, com a competência para exercer, em conjunto com a Procuradoria da União no Estado do Goiás, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais até agora por esta exercida, na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.

Parágrafo único. A Procuradoria Federal no Estado de Goiás assumirá, gradativamente, a representação judicial das entidades de que trata este artigo.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Federal no Estado de Goiás.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 25.5.2006. [Retificada no D.O. de 31.5.2006.]

**PORTARIA Nº826, DE 31 DE AGOSTO DE 2006.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art.4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art.14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de se dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria-Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a circunstância de que a Procuradoria da União no Estado do Piauí exerce a representação judicial de diversas autarquias e fundações públicas federais, por força da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Federal no Estado do Piauí e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Federal no Estado do Piauí, com sede em Teresina, com a competência para exercer, em conjunto com a Procuradoria da União no Estado do Piauí, a representação judicial das autarquias e fundações até agora por esta exercida, na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.

Parágrafo Único. A Procuradoria Federal no Estado do Piauí assumirá, gradativamente, a representação judicial das entidades de que trata este artigo.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Federal no Estado do Piauí.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 1º.9.2006.

**PORTARIA Nº905, DE 29 DE SETEMBRO DE 2006.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art.4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art.14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria-Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002; Considerando a circunstância de que a Procuradoria da União no Estado de Alagoas exerce a representação judicial de diversas autarquias e fundações públicas federais, por força da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001; Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Federal no Estado de Alagoas e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Federal no Estado de Alagoas, com sede em Maceió, com a competência para exercer, em conjunto com a Procuradoria da União no Estado de Alagoas, a representação judicial das autarquias e fundações até agora por esta exercida, na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001. Parágrafo Único. A Procuradoria Federal no Estado de Alagoas assumirá, gradativamente, a representação judicial das entidades de que trata este artigo.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Federal no Estado de Alagoas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 3.10.2006.

**PORTARIA Nº1.103, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2006.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, Considerando a necessidade de se dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria-Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002; Considerando a circunstância de que a Procuradoria da União no Estado de Rondônia exerce a representação judicial de diversas autarquias e fundações públicas federais, por força da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001; Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Federal no Estado de Rondônia e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Federal no Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho, com a competência para exercer, em conjunto com a Procuradoria da União no Estado de Rondônia, a representação judicial das autarquias e fundações até agora por esta exercida, na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.

Parágrafo Único. A Procuradoria Federal no Estado de Rondônia assumirá, gradativamente, a representação judicial das entidades de que trata este artigo.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Federal no Estado de Rondônia.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 21.11.2006.

**PORTARIA Nº 1.163, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2006.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art.4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art.14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de se dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria-Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a circunstância de que a Procuradoria da União no Estado de Roraima exerce a representação judicial de diversas autarquias e fundações públicas federais, por força da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Federal no Estado de Roraima e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Federal no Estado de Roraima, com sede em Boa Vista, com a competência para exercer, em conjunto com a Procuradoria da União no Estado de Roraima, a representação judicial das autarquias e fundações até agora por esta exercida, na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.

Parágrafo Único. A Procuradoria Federal no Estado de Roraima assumirá, gradativamente, a representação judicial das entidades de que trata este artigo.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Federal no Estado de Roraima.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 1º.12.2006.

**PORTARIA Nº1.164, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2006.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos XIII e XVIII do art.4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando que, a teor do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a representação judicial exercida pela Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, acrescentados pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, poderá ser gradualmente assumida pela Procuradoria-Geral Federal;

Considerando que a Procuradoria Federal no Estado do Pará já instalada vem exercendo, em conjunto com a Procuradoria da União no Estado do Pará, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B a Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001,

Considerando que os arts. 17 e 19 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, conferiram aos Procuradores Federais a prerrogativa de intimação pessoal e notificação pessoal, Considerando que a Procuradoria Federal no Estado do Pará dispõe de estrutura física e logística adequada à assunção da representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atualmente exercida em conjunto com a Procuradoria da União no Estado do Pará, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Pará, já instalada, assumirá, em caráter exclusivo, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, a qual vinha sendo exercida em conjunto com a Procuradoria da União no Estado do Pará.

Parágrafo Único - A Procuradoria da União no Estado do Pará manterá estreita articulação com a Procuradoria Federal no Estado do Pará, emprestando-lhe o apoio necessário e fornecendo-lhe os dados, elementos e dossiês de que disponha acerca de casos e processos judiciais de interesse das autarquias e fundações públicas federais que representava judicialmente.

Art. 2º Os cálculos e perícias judiciais, assim como a análise dos precatórios, continuarão a cargo do Departamento de Cálculos e Perícias da Advocacia-Geral da União, por força do disposto nos incisos I e II do § 1º do art. 8º D da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, com as alterações da Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001, e em cumprimento ao art. 6º da IN/AGU nº 03, e à IN nº 11, do Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 4.12.2006.

**PORTARIA Nº1.165, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2006.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos XIII e XVIII do art.4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando que, a teor do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a representação judicial exercida pela Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, acrescentados pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, poderá ser gradualmente assumida pela Procuradoria-Geral Federal;

Considerando que a Procuradoria Federal no Estado de Alagoas já instalada vem exercendo, em conjunto com a Procuradoria da União no Estado de Alagoas, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B a Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001,

Considerando que os arts. 17 e 19 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, conferiram aos Procuradores Federais a prerrogativa de intimação pessoal e notificação pessoal, Considerando que a Procuradoria Federal no Estado de Alagoas dispõe de estrutura física e logística adequada à assunção da representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atualmente exercida em conjunto com a Procuradoria da União no Estado de Alagoas, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado de Alagoas, já instalada, assumirá, em caráter exclusivo, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, a qual vinha sendo exercida em conjunto com a Procuradoria da União no Estado de Alagoas.

Parágrafo Único - A Procuradoria da União no Estado de Alagoas manterá estreita articulação com a Procuradoria Federal no Estado de Alagoas, emprestando-lhe o apoio necessário e fornecendo-lhe os dados, elementos e dossiês de que disponha acerca de casos e processos judiciais de interesse das autarquias e fundações públicas federais que representava judicialmente.

Art. 2º Os cálculos e perícias judiciais, assim como a análise dos precatórios, continuarão a cargo do Departamento de Cálculos e Perícias da Advocacia-Geral da União, por força do disposto nos incisos I e II do § 1º do art. 8º D da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, com as alterações da Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001, e em cumprimento ao art. 6º da IN/AGU nº 03, e à IN nº 11, do Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 4.12.2006.

**PORTARIA Nº1.255, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art.4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art.14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de se dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria-Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a circunstância de que a Procuradoria da União no Estado da Paraíba exerce a representação judicial de diversas autarquias e fundações públicas federais, por força da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Federal no Estado de Paraíba e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Federal no Estado da Paraíba, com sede em João Pessoa, com a competência para exercer, em conjunto com a Procuradoria da União no Estado da Paraíba, a representação judicial das autarquias e fundações até agora por esta exercida, na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.

Parágrafo Único. A Procuradoria Federal no Estado da Paraíba assumirá, gradativamente, a representação judicial das entidades de que trata este artigo.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Federal no Estado da Paraíba.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 19.12.2006.

**PORTARIA Nº 1.271, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2006.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art.4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art.14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de se dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria-Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a circunstância de que a Procuradoria da União no Estado do Maranhão exerce a representação judicial de diversas autarquias e fundações públicas federais, por força da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Federal no Estado do Maranhão e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Federal no Estado do Maranhão, com sede em São Luis, com a competência para exercer, em conjunto com a Procuradoria da União no Estado do Maranhão, a representação judicial das autarquias e fundações até agora por esta exercida, na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.

Parágrafo Único. A Procuradoria Federal no Estado do Maranhão assumirá, gradativamente, a representação judicial das entidades de que trata este artigo.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Federal no Estado do Maranhão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 27.12.2006.

**PORTARIA Nº238, DE 5 DE MARÇO DE 2007.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art.4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e noart.14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria-Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a circunstância de que a Procuradoria da União no Estado do Acre exerce a representação judicial de diversas autarquias e fundações públicas federais, por força da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Federal no Estado do Acre e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Federal no Estado do Acre, com sede em Rio Branco, com a competência para exercer, em conjunto com a Procuradoria da União no Estado do Acre, a representação judicial das autarquias e fundações até agora por esta exercida, na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.

Parágrafo Único. A Procuradoria Federal no Estado do Acre assumirá, gradativamente, a representação judicial das entidades de que trata este artigo.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Federal no Estado do Acre.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

D. O. de 7.3.2007.

**PORTARIA Nº411, DE 30 DE ABRIL DE 2007.**

*Instala a Procuradoria Federal no Estado do Tocantins.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria-Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a circunstância de que a Procuradoria da União no Estado do Tocantins exerce a representação judicial de diversas autarquias e fundações públicas federais, por força da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Federal no Estado do Tocantins e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Federal no Estado do Tocantins, com sede em Palmas, com a competência para exercer, em conjunto com a Procuradoria da União no Estado do Tocantins, a representação judicial das autarquias e fundações até agora por esta exercida na forma dos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995.

Parágrafo Único. A Procuradoria Federal no Estado do Tocantins assumirá, gradativamente, a representação judicial das entidades de que trata este artigo.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Federal no Estado do Tocantins.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 3.5.2007.

**PORTARIA Nº 603, DE 18 DE JUNHO DE 2007.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993,

Considerando que o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC prevê investimentos de grande relevância em infra-estrutura logística, energética, social e urbana, além de medidas econômicas voltadas ao estímulo ao crédito e ao financiamento, à melhoria do ambiente de investimento, à desoneração e adequada administração tributária, e à consistência fiscal;

Considerando que compete à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria-Geral Federal a representação judicial e extrajudicial da União, suas autarquias e fundações públicas federais, inclusive quanto à execução dos empreendimentos que integram o PAC, de forma a viabilizar a consecução dos seus objetivos;

Considerando a necessidade de coordenação e orientação da atuação da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal em relação ao PAC nos âmbitos administrativo e judicial;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Grupo Executivo de Acompanhamento do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC no âmbito da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal - GEPAC/AGU, competindo-lhe:

I - promover o levantamento das ações judiciais relacionadas aos empreendimentos, investimentos e demais medidas integrantes do PAC;

II - efetuar diagnóstico das questões processuais e de mérito jurídico em discussão nas ações judiciais em andamento, estabelecendo estratégia coordenada para a defesa da União, das autarquias e das fundações públicas federais em juízo, a ser apresentada ao Advogado-Geral da União;

III - diligenciar, com a aprovação do Advogado-Geral da União, junto aos órgãos da administração direta, autarquias e fundações públicas federais, para a solução dos problemas técnicos porventura existentes e que estejam a dificultar o deslinde de ações judiciais relativas ao PAC;

IV - encaminhar à Consultoria-Geral da União eventuais conflitos envolvendo a União, autarquias e fundações públicas federais entre si, especialmente para a constituição de câmaras de conciliação (ad hoc);

V - acompanhar a tramitação e os resultados das ações judiciais relacionadas ao PAC;

VI - identificar a existência de matérias pendentes de apreciação no âmbito da Consultoria-Geral da União relacionadas às medidas constantes do PAC;

VII - verificar a existência de questão referente às medidas do PAC que esteja sendo objeto de arbitragem ou mediação no âmbito da Consultoria-Geral da União;

VIII - promover a integração da atuação da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal relativamente ao PAC, articulando as informações geradas no âmbito consultivo e no âmbito contencioso;

IX - levantar a existência de outras questões de natureza jurídica que possam afetar os projetos do PAC e propor ao Advogado-Geral da União a adoção de medidas tendentes a solucioná-las; e,

X - informar ao Advogado-Geral da União os resultados de sua atuação.

Art. 2º O GEPAC/AGU é constituído pelos seguintes representantes:

I - da Consultoria-Geral da União - CGU:

II - da Procuradoria-Geral da União - PGU:

III - da Secretaria-Geral de Contencioso - CGCT:

IV - da Procuradoria-Geral Federal - PGF:

Art. 3º Os órgãos de execução da Consultoria-Geral da União, da Procuradoria-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal prestarão o apoio necessário e prioritário ao desenvolvimento das atividades do GEPAC/AGU.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 19.6.2007.

**PORTARIA Nº 887, DE 27 DE JULHO DE 2007.**

Instala a Procuradoria Federal no Estado de Sergipe.

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria-Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a circunstância de que a Procuradoria da União no Estado de Sergipe exerce a representação judicial de diversas autarquias e fundações públicas federais, por força da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Federal no Estado de Sergipe e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Federal no Estado de Sergipe, com sede em Aracaju, com a competência para exercer, em conjunto com a Procuradoria da União no Estado de Sergipe, a representação judicial das autarquias e fundações até agora por esta exercida na forma dos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995.

Parágrafo Único. A Procuradoria Federal no Estado de Sergipe assumirá, gradativamente, a representação judicial das entidades de que trata este artigo.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Federal no Estado de Sergipe.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 31.7.2007.

**PORTARIA Nº 896, DE 3 DE AGOSTO DE 2007.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993,

CONSIDERANDO a deliberação adotada na reunião da Comissão de Promoção e Defesa do Patrimônio Público - CPDP - realizada em 22 de setembro de 2006;

CONSIDERANDO o teor da Súmula nº 518 do Supremo Tribunal Federal - STF, segundo a qual "A intervenção da União em feito já julgado pela segunda instância e pendente de embargos, não desloca o processo para o Tribunal Federal de Recursos", que suscita o conflito negativo de competência entre o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJ/PA, tendo o STF decidido pela competência do TJ/PA; e

CONSIDERANDO a expiração do prazo estabelecido pela Portaria 1.133, de 22 de novembro de 2006, prorrogado pela Portaria nº 57, de 16 de janeiro de 2007, resolve:

Art. 1º Constituir Grupo de Trabalho Permanente - GTP/PA - com a finalidade específica de propor as ações próprias tendentes à declaração de nulidade dos títulos dominiais e dos registros imobiliários já efetuados em favor de Carlos Medeiros, cessionário dos direitos hereditários dos coronéis Manuel Fernandes de Souza e Manoel Joaquim Pereira, bem como promover o acompanhamento das ações judiciais em curso relativas aos imóveis da União localizados no Estado do Pará.

Art. 2º A propositura das mencionadas ações está condicionada aos seguintes requisitos:

I - elaboração prévia pelo setor competente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra - das cadeias dominiais e mapas para exame e prova de que os imóveis têm origem em títulos de alienação e concessão de terras devolutas expedidos pelo Estado do Pará indevidamente; ou

II - prova de que os imóveis encontram-se inseridos: no Decreto-Lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946, em áreas indígenas, áreas de preservação de natureza, em áreas de alagação ou que serão alagadas em função do projeto de aproveitamento do potencial hidroelétrico na bacia do rio Amazonas, em áreas concedidas ao Estado Maior, Comando do Exército e à Aeronáutica, em terras devolutas abrangidas pelo Decreto nº 1.164/71 e Decreto-Lei nº 2.375/87; ou III - prova de que não foram observados os preceitos constitucionais e legais.

Art. 3º O Grupo de Trabalho Permanente será integrado pelos seguintes membros:

I - Procurador-Chefe da União no Estado do Pará;

II - Chefe da Procuradoria Federal junto ao Incra no Estado do Pará;

III - dois Advogados da União em exercício na Procuradoria da União no Estado do Pará e seus suplentes;

IV - dois Procuradores Federais em exercício na Procuradoria Federal junto ao Incra no Pará e seus suplentes; e

V - dois servidores públicos da Secretaria de Patrimônio da União no Estado do Pará.

Art. 4º Compete ao Procurador-Chefe da União no Estado do Pará e ao Chefe da Procuradoria Federal junto ao Incra no Estado do Pará indicar os nomes dos Advogados da União e dos Procuradores Federais e seus suplentes que comporão o GTP/PA, bem como ao Secretário de Patrimônio da União no Estado do Pará indicar os servidores que auxiliarão os trabalhos.

Parágrafo único. O GTP/PA será coordenado pelo Procurador-Chefe da PU/PA e, nos seus impedimentos legais e eventuais, pelo Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto ao Incra no Pará.

Art. 5º Compete ao Grupo de Trabalho Permanente:

I - proceder a estudos, com a finalidade de verificar se os títulos dominiais concernentes aos imóveis desapropriados são nulos de pleno direito, objetivando a declaração de sua nulidade;

II - decidir sobre a propositura das ações declaratórias de nulidade de títulos; e

III - encaminhar à CPDP, relatório consolidado sempre que julgado oportuno.

Art. 6º Caberá à Procuradoria-Geral da União, à Procuradoria-Regional da União da 1ª Região e à Procuradoria-Geral do Incra indicar, respectivamente, Advogado da União e Procurador Federal para eventuais necessidades de orientação e medidas judiciais no âmbito dessas competências.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 6.8.2007.

**PORTARIA Nº 1.436, DE 26 DE OUTUBRO DE 2007.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando que, a teor do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a representação judicial exercida pela Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1993, acrescentados pela Medida Provisória nº 2.180, de 24 de agosto de 2001, poderá ser gradualmente assumida pela Procuradoria-Geral Federal;

Considerando que as Procuradorias Federais já instaladas vêm exercendo, em conjunto com as Procuradorias da União, nos respectivos Estados, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando que os arts. 17 e 19 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, conferiram aos Procuradores Federais a prerrogativa de intimação e notificação pessoal;

Considerando que algumas Procuradorias Federais já instaladas dispõem de estrutura física e logística adequadas à assunção da representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atualmente exercida em conjunto com as Procuradorias da União, resolve:

Art. 1º As Procuradorias Federais nos Estados do Acre, de Goiás e de Sergipe, já instaladas, assumirão, a partir do dia 01 de novembro de 2007, em caráter exclusivo, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, a qual vinha sendo exercida em conjunto com as Procuradorias da União nos respectivos Estados.

Parágrafo único. As Procuradorias da União manterão estreita articulação com as Procuradorias Federais, emprestando-lhes o apoio necessário e fornecendo-lhes os dados, elementos e dossiês de que disponham acerca de casos e processos judiciais de interesse das autarquias e fundações públicas federais que representavam judicialmente.

Art. 2º Os cálculos e perícias judiciais, assim como a análise dos precatórios, continuarão a cargo do Departamento de Cálculos e Perícias da Advocacia-Geral da União, por força do disposto nos incisos I e II do § 1º do art. 8º-D da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, com as alterações da Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001, e em cumprimento ao art. 6º da IN/AGU nº 03, e à IN nº 11, do Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 30.10.2007.

**PORTARIA Nº 1.652, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2007.**

*Instala a Procuradoria-Seccional Federal de Petrolina/PE.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria -Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria- Seccional Federal de Petrolina/PE e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria- Seccional Federal de Petrolina/PE, com sede na cidade de Petrolina/PE, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria-Seccional Federal de Petrolina/PE.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

# JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI

# D. O. de 10.12.2007.

**PORTARIA Nº 75, DE 17 DE JANEIRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a atuação das Procuradorias da União e das Procuradorias Federais nas execuções de contribuições sociais decorrentes da condenação da União, suas autarquias e fundações na Justiça do Trabalho.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas competências de que tratam os incisos I, X, XI, XIII e XVIII da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 2003, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 876 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, no art. 68 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e no § 1º do art. 2º, e no *caput* e no inciso II do § 3º do art. 16 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, resolve:

Art. 1º As Procuradorias da União e as Procuradorias Federais não deverão impugnar as execuções de ofício de contribuições sociais decorrentes de condenação, na Justiça do Trabalho, da União, suas autarquias e fundações em reclamatórias trabalhistas, inclusive nos casos em que a União seja parte no processo na condição de sucessora de entidade integrante da Administração Indireta, desde que estejam em consonância com manifestação prévia apresentada pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal.

§ 1º A vedação prevista no **caput** também se aplica:

I - aos casos em que os cálculos das contribuições sejam apresentados diretamente pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;

II - nas execuções de contribuições sociais incidentes sobre os valores decorrentes de condenação judicial em reclamatória trabalhista relativa ao período em que o atual servidor público federal, então celetista, vinculava-se ao Regime Geral de Previdência Social.

§ 2º Havendo impugnação contra a execução do valor da condenação, as Procuradorias da União e as Procuradorias Federais deverão garantir que o valor a ser executado de ofício referente às contribuições sociais reflita integralmente o percentual incidente sobre o valor efetivamente devido, inclusive no caso de acordo judicial.

Art. 2º Nos casos previstos nessa Portaria, as Procuradorias da União também não alegarão a ocorrência de confusão entre credor e devedor, observado o disposto no art. 68 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2002, e no § 1º do art. 2º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para que tenha prosseguimento a execução de ofício das contribuições sociais.

Parágrafo único. Se a Justiça do Trabalho reconhecer, de ofício, a ocorrência de confusão nessas hipóteses, a Procuradoria da União ou a Procuradoria Federal que tiver ciência dessa decisão não deverá apresentar recurso, providenciando apenas a extração de cópia dos autos, acompanhada de certidão atestando o valor devido, para sua posterior remessa à Procuradoria-Geral da União ou à Procuradoria-Geral Federal, conforme o caso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 18.1.2008.

**PORTARIA Nº 157, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2008.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando que, a teor do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a representação judicial exercida pela Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1993, acrescentados pela Medida Provisória nº 2.180, de 24 de agosto de 2001, poderá ser gradualmente assumida pela Procuradoria-Geral Federal;

Considerando que as Procuradorias Federais já instaladas vêm exercendo, em conjunto com as Procuradorias da União, nos respectivos Estados, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando que os arts. 17 e 19 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, conferiram aos Procuradores Federais a prerrogativa de intimação e notificação pessoal;

Considerando que algumas Procuradorias Federais já instaladas dispõem de estrutura física e logística adequadas à assunção da representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atualmente exercida em conjunto com as Procuradorias da União, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Piauí, já instalada, assumirá, a partir do dia 03 de março de 2008, em caráter exclusivo, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, a qual vinha sendo exercida em conjunto com a Procuradoria da União no Estado do Piauí.

Parágrafo único. A Procuradoria da União manterá estreita articulação com a Procuradoria Federal, emprestando-lhe o apoio necessário e fornecendo-lhe os dados, elementos e dossiês de que disponha acerca de casos e processos judiciais de interesse das autarquias e fundações públicas federais que representava judicialmente.

Art. 2º Os cálculos e perícias judiciais, assim como a análise dos precatórios, continuarão a cargo do Departamento de Cálculos e Perícias da Advocacia-Geral da União, por força do disposto nos incisos I e II do § 1º do art. 8º D da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, com as alterações da Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001, e em cumprimento ao art. 6º da IN/AGU nº 03, e à IN nº 11, do Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 18.2.2008.

**PORTARIA Nº 158, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2008.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando que, a teor do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a representação judicial exercida pela Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1993, acrescentados pela Medida Provisória nº 2.180, de 24 de agosto de 2001, poderá ser gradualmente assumida pela Procuradoria-Geral Federal;

Considerando que as Procuradorias Federais já instaladas vêm exercendo, em conjunto com as Procuradorias da União, nos respectivos Estados, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando que os arts. 17 e 19 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, conferiram aos Procuradores Federais a prerrogativa de intimação e notificação pessoal;

Considerando que algumas Procuradorias Federais já instaladas dispõem de estrutura física e logística adequadas à assunção da representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atualmente exercida em conjunto com as Procuradorias da União, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado de Tocantins, já instalada, assumirá, a partir do dia 03 de março de 2008, em caráter exclusivo, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, a qual vinha sendo exercida em conjunto com a Procuradoria da União no Estado do Tocantins.

Parágrafo único. A Procuradoria da União manterá estreita articulação com a Procuradoria Federal, emprestando-lhe o apoio necessário e fornecendo-lhe os dados, elementos e dossiês de que disponha acerca de casos e processos judiciais de interesse das autarquias e fundações públicas federais que representava judicialmente.

Art. 2º Os cálculos e perícias judiciais, assim como a análise dos precatórios, continuarão a cargo do Departamento de Cálculos e Perícias da Advocacia-Geral da União, por força do disposto nos incisos I e II do § 1º do art. 8º D da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, com as alterações da Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001, e em cumprimento ao art. 6º da IN/AGU nº 03, e à IN nº 11, do Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 18.2.2008.

**PORTARIA Nº 163, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria-Geral Federal a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama - no Estado do Amazonas.*

**OADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos I, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria-Geral Federal a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama - no Estado do Amazonas.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 19.2.2008

**PORTARIA Nº 319, DE 14 DE MARÇO DE 2008.**

*Dispõe sobre a manutenção dos Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal pela Secretaria-Geral da Advocacia-Geral da União.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO - SUBSTITUTO,** no uso da competência que lhe foi delegada pelo Advogado-Geral da União, nos termos da Portaria n° 387/AGU, de 24 de abril de 2007, resolve:

Art. 1° Estabelecer normas comuns quanto à manutenção dos Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal pela Secretaria-Geral da Advocacia-Geral da União.

Art. 2° Compete à Secretaria-Geral da AGU, por intermédio de suas unidades, dar apoio técnico e logístico aos Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal.

§ 1° Considera-se apoio técnico e logístico o fornecimento de material de escritório, de insumos de informática e a viabilização de pagamento de diárias, passagens e despesas processuais relacionadas às atividades do Escritório de Representação.

§ 2° Havendo disponibilidade orçamentária, as Unidades Regionais de Atendimentos deverão fornecer aos escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal, mediante contratação, serviços de transporte e reprografia.

Art. 3° Os Escritórios de Representação da PGF, nos meses de março, maio, julho, setembro, e novembro, encaminharão à Procuradoria-Regional Federal ou à Procuradoria Federal do respectivo Estado a listagem com as necessidades de material de expediente e de suprimentos de informática.

Art. 4° Caberá às Procuradorias-Regionais Federais ou Procuradorias Federais nos Estados autorizar os afastamentos a serviço relacionados com a atuação em processos judiciais e emitir a respectiva PCD relativamente às atividades desenvolvidas no seu interesse e no interesse das Procuradorias-Seccionais Federais e Escritórios de Representação situados em seus respectivos Estados.

§ 1° A autorização para afastamento a serviço do Procurador-Regional Federal será efetivada pelo Subprocurador-Geral Federal.

§ 2° A autorização para afastamento a serviço de Procurador-Chefe de Procuradoria Federal será efetivada pelo Procurador-Regional Federal de sua Região.

Art. 5° A Procuradoria-Geral Federal autorizará os afastamentos que envolvam deslocamento aéreo ou quando não relacionados com a atuação em processos judiciais.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**EVANDRO COSTA GAMA**

D. O. de 18.3.2008.

**PORTARIA Nº 418, DE 31 DE MARÇO DE 2008.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO INTERINO,**no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 1º do Decreto nº 6.216, de 4 de outubro de 2007, c/c o Decreto de 10 de abril de 2007, do Presidente da República,

Considerando que, a teor do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a representação judicial exercida pela Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1993, acrescentados pela Medida Provisória nº 2.180, de 24 de agosto de 2001, poderá ser gradualmente assumida pela Procuradoria-Geral Federal;

Considerando que algumas Procuradorias Federais já instaladas vêm exercendo, em conjunto com as Procuradorias da União, nos respectivos Estados, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando que os arts. 17 e 19 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, conferiram aos Procuradores Federais a prerrogativa de intimação e notificação pessoal;

Considerando que algumas Procuradorias Federais já instaladas dispõem de estrutura física e logística adequadas à assunção da representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atualmente exercida em conjunto com as Procuradorias da União, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Maranhão, já instalada, assumirá, a partir do dia 14 de abril de 2008, em caráter exclusivo, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, a qual vinha sendo exercida em conjunto com a Procuradoria da União no Estado do Maranhão.

Parágrafo único. A Procuradoria da União manterá estreita articulação com a Procuradoria Federal, emprestando-lhe o apoio necessário e fornecendo-lhe os dados, elementos e dossiês de que disponha acerca de casos e processos judiciais de interesse das autarquias e fundações públicas federais que representava judicialmente.

Art. 2º Os cálculos e perícias judiciais, assim como a análise dos precatórios, continuarão a cargo do Departamento de Cálculos e Perícias da Advocacia-Geral da União, por força do disposto nos incisos I e II do § 1º do art. 8º D da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, com as alterações da Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001, e em cumprimento ao art. 6º da IN/AGU nº 03, e à IN nº 11, do Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**EVANDRO COSTA GAMA**

D. O. de 1º.4.2008.

**PORTARIA Nº 419, DE 31 DE MARÇO DE 2008.**

*Instala a Procuradoria- Seccional Federal de Londrina/PR.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO INTERINO,**no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 1º do Decreto nº 6.216, de 4 de outubro de 2007, c/c o Decreto de 10 de abril de 2007, do Presidente da República, com base nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria -Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria- Seccional Federal de Londrina/PR e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria- Seccional Federal de Londrina/PR, com sede na cidade de Londrina/PR, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria-Seccional Federal de Londrina/PR.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**EVANDRO COSTA GAMA**

D. O. de 1º.4.2008.

**PORTARIA Nº 423, DE 31 DE MARÇO DE 2008.**

*Dispõe sobre as solicitações de aquisições de bens e contratações de serviços afetos à área de tecnologia da informação e dá outras providências.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO INTERINO,** no uso da competência que lhe foi atribuída pelo inciso VI do art. 1º do Decreto nº 6.216, de 4 de outubro de 2007, c/c o Decreto de 10 de abril de 2007, do Presidente da República, e considerando o caráter estratégico dos recursos de Tecnologia da Informação para o desempenho das atividades institucionais da Advocacia-Geral da União, resolve:

Art. 1º As solicitações de aquisições de bens e contratações de serviços afetos à área de tecnologia da informação pelas unidades jurídicas e administrativas da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal ficam sujeitas ao disposto nesta Portaria.

Art. 2º Compete privativamente à Gerência de Tecnologia da Informação:

I - elaborar, receber e aprovar os projetos básicos e planos de trabalho que tenham por objeto compras e serviços de bens, sistemas e serviços afetos à área de tecnologia da informação, definindo a forma de atendimento mais efetiva e econômica para a Instituição;

II - autorizar previamente as unidades administrativas descentralizadas a instaurar processos de aquisição de bens e contratação de serviços afetos à área de tecnologia da informação, desde que comprovada a viabilidade econômica e a conveniência da contratação local;

III - definir as necessidades tecnológicas mínimas para a instalação e adequação física de unidades da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal;

IV - autorizar previamente o descarte de equipamentos de informática e coordenar o recebimento e distribuição de equipamentos destinados por outros órgãos à Advocacia-Geral da União;

V - aprovar previamente os termos de convênio e cooperação técnica afetos à área de tecnologia da informação;

VI - expedir regulamentos específicos para o fiel cumprimento das disposições desta Portaria.

Art. 3º Fica revogada a alínea a, do inciso II, do art. 1º da Portaria SG nº 82, de 21 de março de 2005.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**EVANDRO COSTA GAMA**

D. O. de 2.4.2008.

**PORTARIA Nº 425, DE 1º DE ABRIL DE 2008.**

*Instala a Procuradoria-Seccional Federal de Imperatriz/MA.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO INTERINO,** no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 1º do Decreto nº 6.216, de 4 de outubro de 2007, c/c o Decreto de 10 de abril de 2007, do Presidente da República, com base nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria -Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria- Seccional Federal de Imperatriz/MA e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria- Seccional Federal de Imperatriz/MA, com sede na cidade de Imperatriz/MA, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria-Seccional Federal de Imperatriz/MA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**EVANDRO COSTA GAMA**

D. O. de 2.4.2008.

**PORTARIA Nº 759, DE 9 DE JUNHO DE 2008.**

*Autoriza o pagamento de despesas com suprimento de fundos, por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, na modalidade de saque, nas condições que especifica.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,**no uso da atribuição que lhe confere o inc. II do § 6º do art. 45 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, com a redação dada pelo Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008; e

Considerando que para a realização de suas atividades junto ao Poder Judiciário em todo o território nacional a AGU conta com 240 unidades distribuídas nas unidades da Federação e necessita do deslocamento de servidores para localidades que não possuem equipamentos para uso do Cartão de Pagamentos do Governo Federal e, portanto, necessitam de tratamento específico, resolve:

Art. 1º Ficam as Unidades da Advocacia-Geral da União autorizadas a realizar despesas com suprimento de fundos, por intermédio do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, na modalidade de saque, até o limite de trinta por cento do total da despesa anual da unidade efetuada com suprimento de fundos.

§ 1º As despesas autorizadas no caput são destinadas exclusivamente ao atendimento do trabalho em localidades desprovidas de equipamentos que permitam operações com o CPGF.

§ 2º São passíveis de atendimento pelo CPGF despesas com:

I - prestadores de serviços, pessoas físicas e jurídicas; e

II - material de consumo, especialmente combustíveis, pedágios, cópias de processos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 10.6.2008.

**PORTARIA Nº 764, DE 12 DE JUNHO DE 2008.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal de Joinville/SC.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,**no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria-Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal de Joinville/SC e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal de Joinville/SC, com sede na cidade de Joinville/SC, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal de Joinville/SC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 13.6.2008.

**PORTARIA Nº 897, DE 26 DE JUNHO DE 2008.**

*Instala a Procuradoria Federal no Estado do Amazonas.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria-Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Federal no Estado do Amazonas e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Federal no Estado do Amazonas, com sede na cidade de Manaus/AM, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Federal no Estado do Amazonas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 27.6.2008.

**PORTARIA Nº 910, DE 4 DE JULHO DE 2008.**

*Estabelece procedimentos para a concessão de audiências a particulares no âmbito da Advocacia-Geral da União e dos órgãos a ela vinculados.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 4.334, de 12 de agosto de 2002, resolve:

Art. 1º Esta Portaria disciplina as audiências concedidas a particulares por agentes públicos em exercício na Advocacia-Geral da União e nos órgãos a ela vinculados previstos no art. 17 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Parágrafo único. Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - agente público todo aquele que, por força de lei, contratou ato jurídico, detenha atribuição de se manifestar ou decidir sobre ato ou fato sujeito a sua área de atuação; e

II - particular todo aquele que, mesmo ocupante de cargo ou função pública, solicita audiência para tratar de interesse privado seu ou de terceiros.

Art. 2º O pedido de audiência será dirigido ao agente público competente, por telefone ou por escrito, por meio do serviço de protocolo, de fac-símile, de e-mail, indicando:

I - a qualificação do requerente;

II - o endereço, o e-mail e o número de telefone e do fac-símile do requerente;

III - data e hora em que pretende ser ouvido e, quando for o caso, as razões da urgência;

IV - o assunto a ser abordado;

V - o interesse do requerente em relação ao assunto a ser abordado;

VI - o número dos autos do processo administrativo ou judicial relacionado ao assunto a ser abordado, se for o caso; e

VIII - a qualificação de acompanhantes e o interesse destes no assunto.

§1º O representante de terceiro deve instruir a solicitação e comparecer à audiência com a respectiva procuração;

§ 2º A audiência deve tratar de assunto relacionado a competência ou atribuição institucional da unidade.

§ 3º O pedido de audiência para fins jornalísticos deve ser dirigido à Assessoria de Comunicação Social.

Art. 3º A audiência, sempre com caráter oficial, deve atendera os seguintes requisitos:

I - realizar-se preferencialmente na sede do órgão público;

II - realizar-se em dia útil, no horário normal de funcionamento do órgão público, podendo ser concluída após esse horários e, a critério do agente público, o adiamento for prejudicial ao seu curso regular ou causar dano ao interessado ou à Administração Pública;

III - o órgão público deve manter registro específico de cada audiência, com cópia da solicitação, relação das pessoas presentes e relatório dos assuntos tratados;

IV - o agente público deve estar acompanhado de, no mínimo, outro agente público.

Parágrafo único. Na audiência realizada fora do órgão público, o agente público pode dispensar o acompanhamento de outro agente público, sempre que entender desnecessário em função do assunto a ser tratado.

Art. 4º A observância pelo particular do estabelecido nesta Portaria não gera direito a audiência.

Art. 5º Esta Portaria não se aplica:

I - à Ouvidoria-Geral da AGU, em razão de suas atribuições institucionais; e

II - às hipóteses de atendimento direto ao público.

Art. 6º Fica aprovado o anexo a esta Portaria, contendo o formulário que servirá como referência no preenchimento das informações necessárias aos pedidos de audiência.

Art. 7º Fica revogada a Portaria/AGU nº 637, de 27 de agosto de 2002.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 7.7.2008.

FORMULÁRIO PARA SOLICITAR AUDIÊNCIA

(Portaria/AGU nº de de de 2008)

1. QUALIFICAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO (com quem se solicita a audiência)

1.1 Nome:

1.2 Cargo ou função pública:

1.3 Departamento:

1.4 Telefone (trabalho):

2. QUALIFICAÇÃO DO PARTICULAR (requerente da audiência)

2.1 Nome:

2.2 RG: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ 2.3 CPF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

2.4 Endereço:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

2.5 Telefone (residência): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ 2.6 Telefone (celular): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

2.7 Telefone (trabalho): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ 2.8 E-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

3. QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTADO (caso o particular solicite audiência no interesse de terceiro)

3.1 Nome:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

3.2 RG: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ 3.3 CPF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

3.4 Endereço:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

3.5 Telefone (residência): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ 3.6 Telefone (celular): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

3.7 Telefone (trabalho): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ 3.8 E-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

4. QUALIFICAÇÃO DO ACOMPANHANTE

4.1 Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

4.2 RG: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ 4.3 CPF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

4.4 Endereço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

4.5 Telefone (residência): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ 4.6 Telefone (celular):\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

4.7 Telefone (trabalho): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ 4.8 E-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

4.9 Interesse do acompanhante no assunto:

5. AUDIÊNCIA

5.1 Assunto:

5.2 Interesse do particular ou do representado em relação ao assunto:

5.3 Número dos autos do processo administrativo ou judicial relacionado ao assunto, se existente:

5.4 Data e horário em que pretende ser recebido em audiência:

5.5. Razões do pedido de urgência na designação da audiência (se for o caso):

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(local) (data) assinatura do particular

**PORTARIA Nº 1.001, DE 11 DE JULHO DE 2008.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando que, a teor do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a representação judicial exercida pela Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1993, acrescentados pela Medida Provisória nº 2.180, de 24 de agosto de 2001, poderá ser gradualmente assumida pela Procuradoria-Geral Federal

Considerando a circunstância de que a Procuradoria Seccional da União em Campina Grande/PB exerce a representação judicial de diversas autarquias e fundações públicas federais, por força da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995;

Considerando que os arts. 17 e 19 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, conferiram aos Procuradores Federais a prerrogativa de intimação e notificação pessoal;

Considerando que alguns Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal, já instalados, dispõem de estrutura física e logística adequadas à assunção da representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atualmente exercida pelas Procuradorias Seccionais da União, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Campina Grande/PB, já instalado, assumirá, a partir do dia 21 de julho de 2008, em conjunto com a Procuradoria Seccional da União em Campina Grande/PB, a representação judicial das autarquias e fundações até agora por esta exercida na forma dos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995.

§ 1º A Procuradoria Seccional da União manterá estreita articulação com o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal, emprestando-lhe o apoio necessário e fornecendo-lhe os dados, elementos e dossiês de que disponha acerca de casos e processos judiciais de interesse das autarquias e fundações públicas federais que representava judicialmente.

§ 2º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal assumirá, gradativamente, a representação judicial das entidades de que trata este artigo.

Art. 2º Os cálculos e perícias judiciais, assim como a análise dos precatórios, continuarão a cargo do Departamento de Cálculos e Perícias da Advocacia-Geral da União, por força do disposto nos incisos I e II do § 1º do art. 8º D da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, com as alterações da Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001, e em cumprimento ao art. 6º da IN/AGU nº 03 e à IN nº 11 do Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 15.7.2008.

**PORTARIA Nº 1.002, DE 11 DE JULHO DE 2008.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,**no uso das atribuições que lhe conferem os incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando que, a teor do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a representação judicial exercida pela Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1993, acrescentados pela Medida Provisória nº 2.180, de 24 de agosto de 2001, poderá ser gradualmente assumida pela Procuradoria-Geral Federal;

Considerando que algumas Procuradorias Federais já instaladas vêm exercendo, em conjunto com as Procuradorias da União, nos respectivos Estados, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001;

Considerando que os arts. 17 e 19 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, conferiram aos Procuradores Federais a prerrogativa de intimação e notificação pessoal;

Considerando que algumas Procuradorias Federais já instaladas dispõem de estrutura física e logística adequadas à assunção da representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atualmente exercida em conjunto com as Procuradorias da União, resolve:

Art. 1º As Procuradorias Federais nos Estados da Paraíba e de Rondônia, já instaladas, assumirão, a partir do dia 14 de julho de 2008, em caráter exclusivo, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais atribuída à Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, a qual vinha sendo exercida em conjunto com as Procuradorias da União nos respectivos Estados.

Parágrafo único. As Procuradorias da União manterão estreita articulação com as Procuradorias Federais, emprestando-lhes o apoio necessário e fornecendo-lhes os dados, elementos e dossiês de que disponham acerca de casos e processos judiciais de interesse das autarquias e fundações públicas federais que representavam judicialmente.

Art. 2º Os cálculos e perícias judiciais, assim como a análise dos precatórios, continuarão a cargo do Departamento de Cálculos e Perícias da Advocacia-Geral da União, por força do disposto nos incisos I e II do § 1º do art. 8º D da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, com as alterações da Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001, e em cumprimento ao art. 6º da IN/AGU nº 03 e à IN nº 11 do Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 15.7.2008.

**PORTARIA Nº 1.021, DE 15 DE JULHO DE 2008.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando que, a teor do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a representação judicial exercida pela Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1993, acrescentados pela Medida Provisória nº 2.180, de 24 de agosto de 2001, poderá ser gradualmente assumida pela Procuradoria-Geral Federal;

Considerando a circunstância de que a Procuradoria Seccional da União em Uberaba/MG exerce a representação judicial de diversas autarquias e fundações públicas federais, por força da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995;

Considerando que os arts. 17 e 19 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, conferiram aos Procuradores Federais a prerrogativa de intimação e notificação pessoal;

Considerando que alguns Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal, já instalados, dispõem de estrutura física e logística adequadas à assunção da representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, atualmente exercida pelas Procuradorias Seccionais da União, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Uberaba/MG, já instalado, assumirá, a partir do dia 21 de julho de 2008, em conjunto com a Procuradoria Seccional da União em Uberaba/MG, a representação judicial das autarquias e fundações até agora por esta exercida na forma dos arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995.

§ 1º A Procuradoria Seccional da União manterá estreita articulação com o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal, emprestando-lhe o apoio necessário e fornecendo-lhe os dados, elementos e dossiês de que disponha acerca de casos e processos judiciais de interesse das autarquias e fundações públicas federais que representava judicialmente.

§ 2º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal assumirá, gradativamente, a representação judicial das entidades de que trata este artigo.

Art. 2º Os cálculos e perícias judiciais, assim como a análise dos precatórios, continuarão a cargo do Departamento de Cálculos e Perícias da Advocacia-Geral da União, por força do disposto nos incisos I e II do § 1º do art. 8º D da Lei nº 9.028, de 12 de abril de1995, com as alterações da Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001, e em cumprimento ao art. 6º da IN/AGU nº 03, e à IN nº 11, do Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 16.7.2008.

**PORTARIA Nº 1.047, DE 21 DE JULHO DE 2008.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e considerando a necessidade de sistematizar e orientar a atuação jurídica da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, resolve:

Art. 1º Constituir Comissão de Sistematização Jurídica - CSJ, à qual compete assistir o Advogado-Geral da União quanto à atuação jurídica dos órgãos de direção superior e de execução da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 2º Compete à CSJ:

I - colher, organizar e avaliar informações, efetuar diagnósticos, elaborar planos, programas, projetos de trabalho, propor objetivos e metas para o exercício das atribuições da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal;

II - estabelecer métodos e procedimentos; e

III - sugerir medidas pertinentes à representação judicial da União, das autarquias e fundações federais, bem como à consultoria e assessoramento jurídicos.

Art. 3º A CSJ pode constituir grupos ou subcomissões, bem como indicar membros da Advocacia-Geral da União e Procuradores Federais para o desempenho de atividades temporárias e específicas, relativas às matérias de sua competência.

Art. 4º A CSJ é integrada:

I - pelo Advogado-Geral da União Substituto, que a coordenará;

II - pelo Procurador-Geral da União;

III - pelo Consultor-Geral da União;

IV - pelo Secretário-Geral de Contencioso;

V - pelo Corregedor-Geral da Advocacia da União; e

VI - pelo Procurador-Geral Federal.

§ 1º A atuação da CSJ tem caráter permanente.

§ 2º Na ausência do Advogado-Geral da União Substituto a Comissão será coordenada pelo Procurador-Geral da União.

Art. 5º O Gabinete do Advogado-Geral da União Substituto providenciará o apoio necessário à atuação da CSJ.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as Portarias nº 278/AGU, de 6 de junho de 2003; nº 370/AGU, de 23 de julho de 2003; nº 391/AGU, nº 392/AGU e nº 393/AGU, de 1º de agosto de 2003; nº 572/AGU, nº 573/AGU, nº 574/AGU, nº 575/AGU, nº 576/AGU, e nº 577/AGU, de 16 de outubro de 2003; nº 122, de 17 de março de 2004 e nº 313/AGU, de 11 de junho de 2004.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 22.7.2008.

**PORTARIA Nº 1.099, DE 28 DE JULHO DE 2008.**

*Dispõe sobre a conciliação, em sede administrativa e no âmbito da Advocacia-Geral da União, das controvérsias de natureza jurídica entre a Administração Pública Federal e a Administração Pública dos Estados ou do Distrito Federal.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,**no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 4°, incisos I, VI, X, XI, XIII, XVIII e § 2° da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 8°-C da Lei n° 9.028, de 12 de abril de 1995, resolve:

Art. 1° O deslinde, em sede administrativa, de controvérsias de natureza jurídica entre a Administração Pública Federal e a Administração Pública dos Estados ou do Distrito Federal, por meio de conciliação, no âmbito da Advocacia-Geral da União, far-se-á nos termos desta Portaria.

Art. 2° O pedido de atuação da Advocacia-Geral da União, para início das atividades conciliatórias, poderá ser apresentado ao Advogado-Geral da União pelas seguintes autoridades:

I - Ministros de Estado;

II - dirigentes de entidades da Administração Federal Indireta;

III - Consultor-Geral da União, Procurador-Geral da União, Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Procurador-Geral Federal e Secretários-Gerais de Contencioso e de Consultoria;

IV - Governadores ou Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 3° A solicitação deverá ser instruída com os seguintes elementos:

I - indicação de representante(s) para participar de reuniões e trabalhos;

II - entendimento jurídico do órgão ou entidade, com a análise dos pontos controvertidos, e

III - cópia dos documentos necessários ao deslinde da controvérsia.

Art. 4° O Advogado-Geral da União poderá determinar, excepcionalmente, que a atividade conciliatória seja promovida por órgão da Advocacia-Geral da União ou vinculado, cuja chefia designará o conciliador.

Art. 5° Quando couber o procedimento conciliatório, o conciliador dará ciência da controvérsia ao órgão ou entidade apontado pelo solicitante para que apresente os elementos constantes do art. 3°.

Art. 6° Instruído o procedimento e confirmada a possibilidade de conciliação, o conciliador designará reunião, cientificando os representantes indicados.

Art. 7° O conciliador poderá, em qualquer fase do procedimento:

I - solicitar informações ou documentos complementares necessários ao esclarecimento da controvérsia;

II - solicitar a participação de representantes de outros órgãos ou entidades interessadas;

III - sugerir que as atividades conciliatórias sejam realizadas por outros órgãos da Advocacia-Geral da União.

Art. 8° O conciliador e os representantes dos órgãos e entidades em conflito deverão, utilizando-se dos meios legais e observados os princípios da Administração Pública, envidar esforços para que a conciliação se realize.

Art. 9° Ultimada a conciliação, será elaborado termo subscrito pelo Advogado-Geral da União e pelos representantes jurídicos máximos dos entes federados envolvidos.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 29.7.2008.

**PORTARIA Nº 1.121, DE 5 DE AGOSTO DE 2008.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal de Pelotas/RS.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria-Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal de Pelotas/RS e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal de Pelotas/RS, com sede na cidade de Pelotas/RS, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal de Pelotas/RS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 8.8.2008.

**PORTARIA Nº 1.247, DE 29 DE AGOSTO DE 2008.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal de Niterói/RJ.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal de Niterói/RJ e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal de Niterói/RJ, com sede na cidade de Niterói/RJ, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal de Niterói/RJ.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 1º.9.2008

**PORTARIA Nº 1.350, DE 18 DE SETEMBRO DE 2008.**[[263]](#footnote-264)

*Dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CAD da Advocacia-Geral da União.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO SUBSTITUTO,**no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto nº 6.120, de 29 de maio de 2007, tendo em vista o disposto no art 3º do referido Decreto e tendo em vista o disposto na Lei n**°** 8.159, de 8 de janeiro de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CAD da Advocacia-Geral da União, instituída pela Portaria nº 36,[[264]](#footnote-265) de 18 de março de 2004, passa a reger-se por esta Portaria.

Art. 2º A CAD, instituída com a finalidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção com vistas a estabelecer prazos de guarda e destinação final do acervo de documentos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, tem a seguinte composição:

I - presidente, o Coordenador-Geral de Documentação e Informação da Secretaria-Geral da Advocacia-Geral da União; e

II - membros:

a) um Advogado da União,

b) um Procurador Federal,

c) um servidor responsável pela guarda da documentação no arquivo central e

d) um servidor com formação em arquivologia.

Parágrafo único. Cada membro terá um suplente.

Art. 3º À CAD compete:

I - estabelecer as diretrizes para a implementação de ações necessárias às atividades de arquivo e tratamento de documentação;

II - elaborar o Código de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação dos documentos relativos às atividades-fim;

III - orientar e supervisionar a forma de adoção e de aplicação da Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às atividades-meio;

IV - submeter à aprovação do Arquivo Nacional as Tabelas de Temporalidade e Destinação de Documentos das atividades-meio e das atividades-fim;

V - propor plano de eliminação de documentos, a ser aprovado pelo Arquivo Nacional, nos termos da Resolução nº 07/97 do Conselho Nacional de Arquivo - CONARQ, obedecendo aos prazos de guarda e de destinação estabelecidos na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo da AGU;

VI - providenciar a divulgação no Diário Oficial da União das Tabelas de Temporalidade e Destinação de Documentos das atividades-meio e das atividades-fim;

VII - constituir subcomissões locais nos órgãos integrantes da estrutura da AGU e nos vinculados, com representantes indicados pelas respectivas chefias;

VIII - constituir grupos de trabalho para subsidiar a atuação da CAD e das subcomissões quando necessário;

IX - orientar e assistir as subcomissões e os grupos de trabalho;

X - avaliar o resultado das atividades das subcomissões e dos grupos de trabalho, após a análise das respectivas chefias, tendo como referência, no que for aplicável, o contido na Portaria nº 732, de 20 de dezembro de 2004, do Advogado-Geral da União e na Portaria Conjunta nº 001, de 31 de maio de 2005, do Procurador-Geral da União e da Procuradora-Geral Federal;

XI - elaborar orientações normativas pertinentes às suas incumbências específicas;

XII - exercer outras incumbências que lhe forem cometidas pelo Secretário-Geral e

XIII - aprovar seu regimento interno.

Parágrafo único. Até que sejam designados os componentes da CAD, previstos no art. 2º desta Portaria, permanecem os seus atuais integrantes, bem como aqueles do Grupo de Trabalho do qual resultaram a Portaria nº 732, de 2004, do Advogado-Geral da União e a Portaria Conjunta nº 001, de 2005, do Procurador-Geral da União e da Procuradora-Geral Federal.

Art. 4º A composição e a competência das subcomissões constituídas com base no inciso VII do art. 3º desta Portaria devem guardar simetria com aquelas estabelecidas para a CAD.

§ 1º As subcomissões serão compostas por:

I - presidente, o servidor designado pela chefia local; e

II - membros:

a) um advogado da União,

b) um Procurador Federal,

c) um servidor responsável pela guarda da documentação no arquivo local e d) um servidor com conhecimentos e experiência específicos das atividades desempenhadas no órgão.

§ 2º Cada membro terá um suplente.

Art. 5º Às subcomissões caberá:

I - coordenar e realizar o processo de análise e seleção com vistas a estabelecer prazos de guarda e destinação final dos documentos;

II - encaminhar à CAD, para avaliação e aprovação, o relatório das atividades desenvolvidas e

III - submeter à CAD o plano de eliminação, prazo de guarda e de destinação final dos documentos.

Art. 6º As subcomissões já constituídas e em andamento devem ser convalidadas pela CAD, por meio de ato próprio, desde que se adaptem ao previsto no art. 4º desta Portaria.

Art. 7º A Secretaria-Geral deve assistir a CAD no que for necessário à efetivação de seus trabalhos.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogada a Portaria nº 36, de 18 de março de 2004.

**EVANDRO COSTA GAMA**

D. O. de 19.9.2008.

**PORTARIA Nº 1.547, DE 29 DE OUTUBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a requisição de elementos de fato e de direito necessários à atuação dos membros da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal na defesa dos direitos e interesses da União, suas autarquias e fundações e dá outras providências.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, o art. 4º, incisos I e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 23 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 9.028, de 1995 e no art. 37, § 3º da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001,

Considerando a atribuição de representação judicial cometida aos órgãos da Procuradoria-Geral da União (PGU) e aos órgãos da Procuradoria-Geral Federal (PGF); e

Considerando as atribuições de consultoria e assessoramento jurídico cometidas às Consultorias Jurídicas dos Ministérios, aos Núcleos de Assessoramento Jurídico (NAJs), aos órgãos da PGF e ao Departamento de Assuntos Jurídicos Internos (DAJI),

**RESOLVE** :

Art. 1º Esta portaria dispõe sobre a requisição de elementos de fato e de direito necessários à atuação dos membros da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Procuradoria-Geral Federal (PGF) para defesa judicial dos direitos ou interesses da União, de suas autarquias e fundações.

Art. 2º Consideram-se elementos de fato aqueles constituídos pelos fatos e atos jurídicos relacionados à pretensão deduzida em juízo, tais como:

I - documentos físicos ou eletrônicos referentes à pretensão deduzida em juízo que contenham, entre outros dados: cálculos e planilhas de pagamentos realizados, indicação de valores atrasados ou administrativamente reconhecidos, registros de restituições implantadas em folha de pagamento ou quaisquer outros lançamentos;

II - originais ou cópias, autenticadas ou não, de processos administrativos, contratos, fichas financeiras, requerimentos administrativos, documento que contenha qualificação funcional de servidor ou quaisquer outros registros, inclusive gráficos;

III - informações e esclarecimentos sobre procedimentos adotados pelo administrador em processo administrativo, motivação e fundamento legal da adoção de determinado enquadramento jurídico na situação em litígio e quaisquer outros elementos, atos, fatos ou circunstâncias que mereçam registro.

Parágrafo único. Entre os elementos de fato incluem-se as provas que puderem ser produzidas, inclusive a pericial.

Art. 3º Consideram-se elementos de direito a Constituição, as leis e demais normas, a jurisprudência, a doutrina e as manifestações jurídicas aplicáveis aos fatos motivadores da pretensão deduzida em juízo.

Parágrafo único. Entre as manifestações jurídicas de que trata o **caput** incluem-se as relativas à interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e demais atos normativos, bem como ao interesse do ingresso da União, suas autarquias e fundações em determinada ação judicial produzidas:

I - pelas Consultorias Jurídicas dos Ministérios, pelo DAJI/AGU, pelos NAJs, pelos demais órgãos jurídicos da Presidência da República e de suas secretarias, bem como de outros órgãos da Administração Federal direta;

II - pela PGF, inclusive das Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais.

Art. 4º Os órgãos de representação judicial da AGU e da PGF poderão requisitar, com fundamento no art. 4º da Lei nº 9.028, de 1995, ou no art. 37, § 3º, da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, preferencialmente por meio eletrônico, os elementos de fato necessários para subsidiar a defesa da União, das autarquias e fundações públicas federais:

I - nas ações que envolvam questões relativas a pessoal:

diretamente à coordenação de recursos humanos dos órgãos ou entidades da Administração Federal direta ou indireta;

II - nas ações que envolvam questão relativa à área meio do órgão ou entidade da Administração Federal: diretamente à Secretaria Executiva do Ministério, ou a órgão da Administração Federal direta ou indireta responsável pelas atividades de administração de pessoal, material, patrimônio, serviços gerais, orçamento e finanças, contabilidade, tecnologia da informação e informática;

III - nas ações que envolvam questão relativa à área de competência legal específica do Ministério ou órgão da Administração Federal direta, nos termos do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003: à Consultoria Jurídica ou órgão jurídico competente;

IV - nas ações que envolvam questão relativa à área de competência legal específica da autarquia ou fundação: à Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à autarquia ou fundação;

V - nas ações que envolvam questão relativa à área de competência legal específica do Ministério, da autarquia ou fundação e se processe fora da sede do ministério ou da entidade: ao órgão descentralizado da União, da autarquia ou da fundação pública federal, com atribuição para responder pelo órgão ou entidade na localidade indicada, ou à autoridade ou servidor que esteja expressamente designado pelo respectivo dirigente para fornecer os elementos solicitados.

§ 1º Nas hipóteses de que tratam os incisos III e IV do **caput**deste artigo, incumbirá aos órgãos jurídicos ali indicados requisitar, com fundamento no art. 4º da Lei nº 9.028, de 1995, ou no art. 37, § 3º, da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001, ao órgão competente da respectiva estrutura organizacional do Ministério ou entidade, os elementos de fato objeto da requisição, os quais deverão ser entregues no prazo máximo de cinco dias, a contar do recebimento da requisição de que trata este parágrafo.

§ 2º Recebidos os elementos de fato, o órgão jurídico ao qual foi dirigida a requisição examinará a questão, os elementos de fato recebidos, sobre os quais emitirá a manifestação cabível, e os encaminhará ao órgão solicitante no prazo fixado.

§ 3º O prazo de que trata o § 2º não será inferior à metade do prazo processual, podendo ser aumentado mediante pedido fundamentado aceito pelo órgão jurídico requisitante.

§ 4º Os órgãos de representação judicial somente promoverão a juntada aos autos do processo judicial de quaisquer documentos ou outros elementos de fato e de direito fornecidos, inclusive cálculos e perícias, quando tal providência for necessária ao êxito da União, da autarquia ou da fundação pública federal na demanda.

§ 5º Os cálculos elaborados pelos órgãos ou entidades da Administração Federal direta ou indireta somente serão juntados aos autos se corretos os fundamentos em que se basearam e adequados os índices, períodos e valores considerados, conforme parecer técnico do setor de cálculos e perícias da AGU ou do órgão de execução da PGF.

§ 6º Caso encontre alguma irregularidade ou ilegalidade nos documentos e elementos de fato fornecidos, o órgão jurídico consultivo tomará as providências cabíveis, sem prejuízo da pronta comunicação aos órgãos de representação judicial da AGU e da PGF para a prática de atos de sua competência.

§ 7º Quando a irregularidade ou ilegalidade disser respeito a pessoal civil, o órgão jurídico consultivo deve comunicar o fato:

I - à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC);

II - à Consultoria Jurídica do MPOG quando a ilegalidade ou irregularidade encontrada decorrer da aplicação de orientação normativa do SIPEC pelos órgãos da Administração Federal;

III - à Consultoria-Geral da União (CGU) quando a ilegalidade ou irregularidade encontrada decorrer da aplicação de orientação da Consultoria Jurídica do MPOG: e

IV - ao órgão de execução da PGF responsável pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos junto à respectiva autarquia ou fundação pública federal.

Art. 5º Na ausência de parecer, súmula ou qualquer outra orientação normativa do Advogado-Geral da União, de orientação da CGU, da PGU ou da PGF, os órgãos de representação judicial da AGU e da PGF poderão, quando indispensável à defesa do ente representado, requerer aos órgãos jurídicos da área consultiva referidos no parágrafo único do art. 3º, preferencialmente por intermédio de correio eletrônico, elementos de direito para subsidiar a defesa da União, das autarquias e fundações públicas federais:

I - nas ações que envolvam questão relativa a pessoal da Administração Federal;

II - nas ações que envolvam questão relativa à área meio do órgão ou entidade da Administração Federal assessorado; e

III - nas ações que envolvam questão relativa à área de competência legal específica de Ministério, demais órgãos da Presidência da República, autarquias ou fundações da União.

§ 1º Ao encaminhar o requerimento previsto no **caput**, os órgãos de representação judicial da União e das autarquias e fundações públicas federais:

I - remeterão cópia da citação ou intimação e dos demais documentos constantes dos autos judiciais que se fizerem necessários à manifestação do órgão requerido;

II - fixarão prazo mínimo, não inferior à metade do prazo judicial, para atendimento ao requerido; e

III - informarão a eventual requisição de documentos e elementos de fato aos órgãos referidos nos incisos I, II e V do **caput** do art. 4º.

§ 2º Os elementos de direito referentes a atos praticados por autoridade da Administração Federal direta serão prestados pela Consultoria Jurídica ou órgão jurídico que a tenha assessorado para a prática do ato.

§ 3º Os elementos de direito referentes a atos praticados por autoridade de órgão descentralizado da Administração Federal direta, localizado fora do Distrito Federal, apenas serão prestados pelo NAJ competente quando os atos tenham sido praticados com o seu prévio assessoramento jurídico. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 549, de 20.11.2019)**

§ 4º **(Revogado pela Portaria nº 549, de 20.11.2019)**

§ 5º Caso o entendimento do NAJ seja diverso da orientação firmada pela Consultoria Jurídica da Pasta a qual pertença órgão ou autoridade da Administração Federal Direta localizado fora do Distrito Federal, sem prejuízo do pronto atendimento do requerimento pelos órgãos requisitados segundo os parâmetros fixados pelo órgão competente (art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993), caberá à Consultoria-Geral da União dirimir o conflito e fixar a correta orientação a ser seguida.

§ 6º Os elementos de direito referentes a atos praticados por autoridade da Administração Federal indireta serão prestados pelas Procuradorias Federais que a tenha assessorado juridicamente.

§ 7º Na hipótese de o ato haver sido praticado sem prévio assessoramento jurídico de órgão da PGF, os elementos de direito serão prestados pelo respectivo órgão superior da Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à autarquia ou fundação federal.

§ 8º Tratando-se de ato praticado por autoridade de órgão descentralizado de autarquia ou fundação da União localizado fora da sede da respectiva entidade, em havendo unidade local da Procuradoria Federal junto à entidade, a solicitação será atendida por esta.

§ 9º Nas ações que envolvam questão relativa a pessoal civil, o fornecimento de elementos de direito pelos órgãos jurídicos consultivos deve observar a orientação firmada pelo MPOG ou pelo Advogado-Geral da União.

§ 10. Na hipótese prevista no § 9º, caso o entendimento dos órgãos jurídicos consultivos seja diverso da orientação firmada pelo MPOG, sem prejuízo do pronto atendimento do requerimento segundo os parâmetros fixados pelo órgão competente (art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993 c/c art. 27, XVII, "g" da Lei nº 10.683, de 2003), caberá à Consultoria-Geral da União dirimir o conflito e fixar a correta orientação a ser seguida.

§ 11. Ao manifestarem-se sobre caso inédito, os órgãos jurídicos da área consultiva referidos no parágrafo único do art. 3º encaminharão cópia da sua manifestação ao Procurador-Geral da União ou ao Procurador-Geral Federal, conforme o caso, para que divulguem, no âmbito da respectiva procuradoria, o posicionamento jurídico sobre a matéria, a fim de subsidiar outras defesas em eventuais demandas semelhantes.

Art. 6º Incumbe ao advogado público federal, ao qual for distribuído o processo ou a intimação contendo decisão judicial dotada de exequibilidade, comunicá-la aos órgãos jurídicos consultivos da Administração Pública Federal direta, autárquica ou fundacional, conforme o caso, para que estes comuniquem os órgãos, entidades e autoridades, por eles assessorados, responsáveis pelo cumprimento. **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

§ 1º Para fins desta Portaria, é dotada de exequibilidade a decisão judicial, desfavorável ou favorável à Administração Pública Federal, que determine a adoção de providência administrativa para o seu cumprimento, inclusive em face da suspensão de execução, revogação, cassação ou alteração de decisão anterior, desde que não exista medida ou recurso judicial que suspenda o seu cumprimento. **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

§ 2º O advogado público federal, ao qual for distribuído o processo ou a intimação contendo decisão judicial, deverá comunicá-la aos órgãos jurídicos consultivos: **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

I - em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do processo ou da intimação da decisão judicial, se a ordem judicial determinar cumprimento em prazo superior a 10 (dez) dias úteis; **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

II - em até a metade do prazo judicial concedido para seu cumprimento, contado do recebimento do processo ou da intimação da decisão judicial, se a ordem judicial determinar cumprimento em prazo igual ou inferior a 10 (dez) dias úteis; ou**(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

III - imediatamente, se a ordem judicial determinar cumprimento imediato. **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

§ 3º O advogado público federal do órgão jurídico consultivo, informado acerca de decisão judicial, comunicará ao órgão, entidade ou autoridade responsável pelo seu cumprimento ou, quando for o caso de suspensão de pagamento e desativação de rubrica ou código de sentença, ao órgão de recursos humanos competente: **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

I - em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da comunicação do órgão jurídico contencioso, se a ordem judicial determinar cumprimento em prazo superior a 10 (dez) dias úteis; ou **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

II - imediatamente, se ordem judicial determinar cumprimento imediato ou em prazo igual ou inferior a 10 (dez) dias úteis. **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

§ 4º As comunicações de que tratam o § 2º deverão vir acompanhadas de cópias da decisão judicial e dos documentos necessários para o seu cumprimento, e conter, no mínimo, as seguintes informações: **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

I - número do processo judicial; **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

II - órgão do Poder Judiciário no qual o processo tramita e que proferiu a decisão; **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

III - exequibilidade da decisão judicial; e **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

IV - prazo ou termo final estipulado para cumprimento da decisão judicial ou se deve ser cumprida imediatamente. **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

§ 5º Nas ações judiciais que envolvam questão relativa à matéria de pessoal, além das informações e dos documentos referidos no § 4º, é necessária a remessa dos seguintes documentos: **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

I - mandado de intimação, notificação ou citação; **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

II - cópia da petição inicial; **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

III - recursos interpostos, se houver; e **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

IV - certidão de trânsito em julgado, se houver. **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

§ 6º A informação acerca de decisões judiciais que impliquem pagamento ou inclusão em folha será acompanhada, quando constar dos autos, dos elementos que possibilitem a inclusão do beneficiado no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) ou em outro sistema aplicável aos militares, a servidores públicos ou a membros dos Poderes Legislativo ou Judiciário federais, do Ministério Público da União ou do Tribunal de Contas da União, notadamente: **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

I - relação dos beneficiários e respectivo número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) válido; **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

II - número de conta-corrente ativa em nome do beneficiado; **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

III - cópia do documento de identidade, da certidão de casamento, do atestado de óbito ou da certidão de nascimento; e **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

IV - outros documentos necessários relacionados especificamente à demanda. **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

§ 7º Na ausência dos documentos aludidos no § 6º, os órgãos de representação judicial, quando informados pela Administração competente de que o interessado não atendeu à solicitação formulada na via administrativa, deverão peticionar requerendo a sua apresentação em juízo. **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

§ 8º Em se tratando de decisões judiciais que demandam cumprimento uniforme, fica autorizada a possibilidade de os parâmetros serem ajustados previamente com o Poder Judiciário, que os enviará, acompanhados de cópia da decisão judicial e da certidão de trânsito em julgado, diretamente aos órgãos, entidades ou autoridades responsáveis pelo cumprimento, os quais, em caso de dúvida, poderão suscitar a manifestação do órgão de representação judicial competente. **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

§ 9º Em se tratando de decisões judiciais repetitivas, os órgãos de direção superior, bem como a PGF, poderão adotar procedimento, em regulamentação específica, de comunicação direta aos órgãos, entidades ou autoridades responsáveis pelo cumprimento. **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

§ 9º-A. Para a implementação do disposto nos §§ 8º e 9º, os parâmetros e procedimentos previstos nos parágrafos deverão ser estabelecidos em comum acordo entre o titular do respectivo órgão de direção superior ou vinculado da AGU e a direção do órgão ou entidade responsável pelo cumprimento da decisão judicial. **(Incluído pela Portaria nº 206, de 30.6.2015)**

§ 9º-B. Quando a decisão judicial de que trata o caput tiver de ser cumprida por órgão ou autoridade da Administração Pública Federal direta localizado nos Estados, a comunicação de que trata este artigo deverá ser feita pelo advogado público federal do órgão de representação judicial diretamente ao responsável pelo seu cumprimento. **(Incluído pela Portaria nº 206, de 30.6.2015)**

§ 10. Havendo necessidade de esclarecimento acerca da interpretação da decisão judicial, o órgão de representação judicial elaborará manifestação complementar sobre a sua exequibilidade, quando solicitada pelo órgão jurídico consultivo ou pelo órgão, entidade ou autoridade responsável pelo seu cumprimento. **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

§ 11. As comunicações e a manifestação complementar de que tratam este artigo deverão ser preferencialmente realizadas por meio eletrônico, desde que seja possível atestar o devido recebimento. **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

§ 12. As comunicações previstas no § 2º a órgão não integrante do Poder Executivo federal serão encaminhadas pelo órgão de representação judicial diretamente à respectiva unidade geral de administração. **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

§ 13. Os órgãos de direção superior da AGU, bem como a PGF, poderão editar regulamentação específica para atender a suas peculiaridades organizacionais, com fins de cumprimento deste artigo. **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

§ 14. O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, à Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC) e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que editarão regulamentação específica para atender a suas peculiaridades organizacionais. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

Art. 7º **(Revogado pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

Art. 7º-A.**(Revogado pela Portaria nº 179, de 2.6.2015)**

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 31.10.2008. (Republicado no D. O. de 3.11.2008)

**PORTARIA Nº 1.862, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a solicitação e participação em audiências com membros de qualquer juízo ou tribunal por integrantes da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral Federal e Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO INTERINO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos I e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 131 da Constituição Federal, nos arts. 4º, inciso III e §1º, 9º, §§ 1º e 4º, 12, incisos II e V e parágrafo único, e 17, inciso I, da referida Lei Complementar, nos arts. 9º, parágrafo único, e 11, § 2º, inciso II, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, no art. 4º, inciso I, da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, e no art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, resolve:

Art. 1º A solicitação e participação dos integrantes da Advocacia-Geral da União - AGU, da Procuradoria-Geral Federal – PGF e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil - PGBC em audiências com membros de qualquer juízo ou tribunal obedecerão ao disposto nesta Portaria.

Parágrafo único. Entende-se por audiência, para os fins desta Portaria, a visita do advogado público federal a membro de qualquer juízo ou tribunal, para tratar de processo judicial de interesse da União, de autarquia ou fundação pública federal.

Art. 2º O Advogado-Geral da União é competente para solicitar e participar de audiências com membros de qualquer juízo ou tribunal para tratar de assuntos referentes a processos judiciais de interesse da União e de suas autarquias e fundações que versem sobre quaisquer matérias, inclusive de natureza fiscal, bem como daqueles de interesse de agentes públicos, quando houver o exercício da representação autorizada pelo art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995.

Art. 3º Podem solicitar e participar de audiências com membros do Supremo Tribunal Federal, relativas a causas de suas respectivas competências, o Secretário-Geral de Contencioso da AGU, o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, o Procurador-Geral Federal e o Procurador-Geral do Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. O Procurador-Geral Federal e o Procurador-Geral do Banco Central do Brasil podem solicitar e participar das audiências de que trata o **caput**, quando no exercício da representação de agentes públicos autorizada pelo art. 22 da Lei no 9.028, de 1995.

Art. 4º Compete à Secretaria-Geral de Contencioso da Advocacia-Geral da União - SGCT, relativamente à solicitação de audiência aos membros do Supremo Tribunal Federal:

I - planejar e organizar as audiências solicitadas pelo Advogado-Geral da União; e

II - coordenar as solicitações de audiências da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, da PGF e da PGBC.

§ 1º Para o exercício da coordenação de que trata o inciso II do **caput** deverá ser informado à SGCT:

I - o número do processo judicial, as partes e seus advogados, o objeto, o relator e o órgão julgador do Supremo Tribunal Federal;

II - os acompanhantes, quando for o caso; e

III - a tese jurídica que será apresentada na audiência.

§ 2º Caberá à SGCT verificar a compatibilidade da tese jurídica com aquelas já defendidas perante o Supremo Tribunal Federal pela AGU, de modo a evitar a exposição de argumentos divergentes, salvo mudança de entendimento em virtude de razão relevante.

§ 3º A confirmação da audiência deverá aguardar manifestação da SGCT acerca da compatibilidade da tese jurídica a ser apresentada.

Art. 5º Sem prejuízo da competência do Advogado-Geral da União, são competentes para solicitar e participar de audiências com membros dos Tribunais Superiores o Procurador-Geral da União, o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, o Procurador-Geral Federal e o Procurador-Geral do Banco Central do Brasil, no âmbito de suas respectivas competências.

Parágrafo único. O disposto no **caput** aplica-se ao exercício da representação de agentes públicos autorizada pelo art. 22 da Lei nº 9.028, de 1995.

Art. 6º O planejamento e a organização de audiências com membros de Tribunais de Justiça ou Regionais Federais, comuns ou especializados, incumbem, relativamente aos processos judiciais de suas respectivas competências, aos Procuradores Regionais da União, da Fazenda Nacional e Federal, e ao Chefe da Procuradoria Regional do Bando Central do Brasil.

§ 1º O disposto no **caput** aplica-se ao exercício da representação de agentes públicos autorizada pelo art. 22 da Lei nº 9.028, de 1995.

§ 2º A competência prevista no **caput** pode ser objeto de delegação.

Art. 7º O planejamento e a organização de audiências com membros de juízos de primeira instância, estaduais, distritais ou federais, comuns ou especializados, incumbem, relativamente aos processos judiciais de suas respectivas competências, aos Procuradores-Chefes da União, da Fazenda Nacional e Federal, nos Estados e no Distrito Federal, e ao Chefe da Procuradoria Regional do Banco Central do Brasil.

§ 1º O disposto no **caput** aplica-se ao exercício da representação de agentes públicos autorizada pelo art. 22 da Lei no 9.028, de 1995.

§ 2º A competência prevista no **caput** pode ser objeto de delegação.

Art. 8º O Advogado-Geral da União e os Procuradores-Gerais da União, da Fazenda Nacional, Federal e do Banco Central do Brasil poderão delegar a representante integrante do respectivo órgão a atribuição de solicitar e participar de audiências de que trata esta Portaria.

Art. 9º A Procuradoria-Geral da União - PGU, a PGFN, a PGF e a PGBC, sob a coordenação da SGCT, deverão desenvolver mecanismos de controle de modo a evitar que seus órgãos de direção e execução apresentem nas audiências de que trata esta Portaria teses jurídicas divergentes, salvo mudança de entendimento em virtude de razão relevante.

Art. 10. As autoridades de que trata esta Portaria poderão comparecer à audiência acompanhados de outros integrantes dos respectivos órgãos, ou de consultoria e assessoramento jurídico, ou de agente público que tenha conhecimento da matéria objeto da lide.

Art. 11. Fica vedada a solicitação e participação em audiências com membros de qualquer juízo ou tribunal fora das hipóteses autorizadas nesta Portaria.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**EVANDRO COSTA GAMA**

D. O. de 2.1.2009.

**PORTARIA Nº 363, DE 12 DE MARÇO DE 2009.**

*Instala a Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso.*

**OADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria-Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estrutura física e logística minimamente adequadas à instalação da Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso, com sede na cidade de Cuiabá/MT, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 16.3.2009.

**PORTARIA Nº 377, DE 17 DE MARÇO DE 2009.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal de Varginha/ MG.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art.14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal de Varginha/MG e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal de Varginha/MG, com sede na cidade de Varginha/MG, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal de Varginha/MG.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 19.3.2009.

**PORTARIA Nº 407, DE 23 DE MARÇO DE 2009.**

*Constitui o Grupo Permanente de Representação da Advocacia-Geral da União na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos I e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e

Considerando a necessidade de sistematizar a atuação dos representantes da Advocacia-Geral da União - AGU na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro-ENCCLA, a fim de assegurar uniformidade de orientação nos assuntos sob a responsabilidade desta Instituição;

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituído, no âmbito do Gabinete do Advogado-Geral da União Substituto, o Grupo Permanente de Representação da Advocacia-Geral da União na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro- ENCCLA, com a finalidade de representar a Advocacia-Geral da União nas ações junto à ENCCLA.

Art. 2º O Grupo Permanente de que trata o art. 1º será composto por dois representantes da Procuradoria-Geral da União, da Consultoria-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, coordenado por um de seus membros, escolhido dentre seus integrantes.

Art. 3º Os representantes do Grupo Permanente serão indicados, no prazo de dez dias, contados da data da publicação desta Portaria, pelos titulares dos órgãos referidos no art. 2º.

Art. 4º O Grupo Permanente atuará em caráter prioritário, devendo seus representantes, quando indispensável ao bom desempenho das atividades junto à ENCCLA, exercê-las com exclusividade.

Parágrafo único. O coordenador do Grupo Permanente comunicará ao titular do órgão de exercício dos respectivos representantes o caráter exclusivo da atividade, a fim de que sejam adotadas as providências necessárias à redistribuição interna dos serviços.

Art. 5º Os órgãos mencionados no art. 2º deverão prestar todo o apoio administrativo necessário à garantia do bom desempenho das atividades desenvolvidas pelo Grupo Permanente.

Art. 6º O Grupo Permanente deverá, periodicamente, apresentar ao Substituto do Advogado-Geral da União relatório sintético das atividades desenvolvidas.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 24.3.2009.

**PORTARIA Nº 482, DE 1º DE ABRIL DE 2009.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Cascavel/PR.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Cascavel/PR e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Cascavel/PR com sede na cidade de Cascavel/PR, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Cascavel/PR.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 8.4.2009.

**PORTARIA Nº 527, DE 14 DE ABRIL DE 2009.**

*Disciplina a realização de audiências e consultas públicas em processos administrativos que estejam sob apreciação dos órgãos da Advocacia-Geral da União - AGU e da Procuradoria-Geral Federal - PGF, cujo objeto verse sobre matéria de alta complexidade, com repercussão geral e de interesse público relevante.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições previstas no inciso I do 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e Considerando que a representação judicial e extrajudicial da União e o exercício das atividades de consultoria e assessoramento do Poder Executivo Federal competem exclusivamente à Advocacia-Geral da União e aos seus órgãos vinculados, conforme determina o art. 131 da Constituição Federal;

Considerando que essas atividades podem envolver matérias de alta complexidade, com repercussão geral e de interesse público relevante;

Considerando que haverá hipóteses em que a manifestação ou o depoimento de pessoas com experiência e autoridade em determinadas matérias far-se-á relevante para a atuação desta Advocacia-Geral da União e de seus órgãos vinculados; e

Considerando que os arts. 31 e 35 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, permitem a realização de consultas e audiências públicas no âmbito dos processos administrativos, como instrumentos de auxílio e subsídio nas tomadas de decisão da Administração, resolve:

Art. 1º Poderão ser convocadas audiências ou consultas públicas nos processos administrativos que envolvam matéria de alta complexidade, com repercussão geral e de interesse público relevante, sob apreciação da Advocacia-Geral da União - AGU e da Procuradoria-Geral Federal - PGF.

Parágrafo único. A providência prevista no *caput* deste artigo tem por objetivo obter as manifestações por escrito ou os depoimentos de pessoas com experiência e autoridade na matéria objeto do processo administrativo.

Art. 2º O órgão de execução interessado deverá submeter à analise do seu órgão de direção superior da AGU ou da PGF solicitação devidamente fundamentada para a realização das audiências ou das consultas públicas.

Art. 3º As audiências ou consultas públicas serão convocadas pelos dirigentes dos órgãos de direção superior da AGU ou da PGF.

Parágrafo único. A competência prevista no caput poderá ser delegada.

Art. 4º A audiência pública deverá observar, além do disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, o seguinte procedimento:

I - divulgação no Diário Oficial da União e no sítio da Advocacia-Geral da União da data, horário e local da audiência pública, bem como da matéria a ser debatida e a fixação de prazo para a indicação das pessoas a serem ouvidas;

II - disponibilização no sítio da Advocacia-Geral da União dos documentos necessários para a realização da audiência pública;

III - seleção das pessoas que serão ouvidas;

IV - fixação das listas dos habilitados e o tempo que cada um disporá para se manifestar sobre o tema ou questão objeto da audiência pública; e

V - registro em ata dos trabalhos da audiência pública a ser juntados aos autos do processo administrativo, quando for o caso.

§ 1º Ao dirigente do órgão de direção superior da AGU ou da PGF, ou a quem delegar poderes, caberá presidir as audiências públicas e determinar os procedimentos previstos nos incisos deste artigo.

§ 2º Os casos omissos serão resolvidos pelas autoridades previstas no § 1º.

Art. 5º A consulta pública deverá observar, além disposto na Lei nº 9.784, de 1999, o seguinte procedimento:

I - divulgação no Diário Oficial da União e no sítio da Advocacia-Geral da União da matéria objeto da consulta pública, bem como do local, horário e o prazo para o recebimento das manifestações por escrito dos interessados;

II - disponibilização no sítio da Advocacia-Geral da União dos documentos necessários para a realização da consulta pública; e

III - juntada das manifestações por escrito, que devem limitar- se ao tema ou questão objeto da consulta pública, aos autos do processo administrativo, quando for o caso.

§ 1º O dirigente do órgão de direção superior da AGU ou da PGF, ou a quem delegar poderes, caberá coordenar a consulta pública e poderá, de ofício ou a pedido, após o encaminhamento das manifestações por escrito dos interessados, realizar reunião para discuti-las.

§ 2º Os casos omissos serão resolvidos pelas autoridades previstas no § 1º.

Art. 6º Os resultados obtidos na audiência ou consulta pública serão publicados no sítio da Advocacia-Geral da União.

Art. 7º O dirigente do órgão de direção superior da AGU ou da PGF, ou a quem delegar poderes, poderá convidar para audiência ou consulta pública, além dos órgãos ou entidades administrativas, especialistas na matéria em discussão.

Art. 8º Fica revogada a Portaria nº 1.830/AGU de 22 de dezembro de 2008.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 15.4.2009.

**PORTARIA Nº 597, DE 27 DE ABRIL DE 2009.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em São José dos Campos/SP.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em São José dos Campos/SP e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em São José dos Campos/SP com sede na cidade de São José dos Campos/SP, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em São José dos Campos/SP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 28.4.2009.

**PORTARIA Nº633, DE 11 DE MAIO DE 2009.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Campinas/ SP.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Campinas/SP e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Campinas/SP com sede na cidade de Campinas/SP, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendoos em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Campinas/SP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 12.5.2009.

**PORTARIA Nº 690, DE 20 DE MAIO DE 2009.**

*Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal na elaboração e celebração de Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e

CONSIDERANDO a necessidade de controle das obrigações assumidas nos Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta, que possuem eficácia de título executivo extrajudicial, cujo descumprimento pode implicar ônus aos cofres públicos, resolve:

Art. 1º Determinar aos órgãos de direção superior da Advocacia-Geral da União e a Procuradoria-Geral Federal que mantenham: **(Redação dada pela Portaria nº 205, de 30.6.2015.)**

I - atualizadas as informações acerca de tratativas efetuadas pelos respectivos órgãos de execução, que visem à celebração de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC); e **(Redação dada pela Portaria nº 205, de 30.6.2015.)**

II - registros atualizados de todos os Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 205, de 30.6.2015.)**

Art. 2º **(Revogado pela Portaria nº 205, de 30.6.2015.)**

Art. 3º **(Revogado pela Portaria nº 205, de 30.6.2015.)**

Art. 4º O Procurador-Geral da União, o Consultor-Geral da União, o Procurador-Geral da Fazenda Nacional e o Procurador-Geral Federal, em suas respectivas áreas de competência poderão, de acordo com o juízo de oportunidade e conveniência, acompanhar ou efetuar as tratativas jurídicas que estiverem em curso, passando a ser responsáveis ou co-responsáveis pela sua condução.

Art. 5º O Procurador-Geral da União, o Consultor-Geral da União,[[265]](#footnote-266) o Procurador-Geral da Fazenda Nacional e o Procurador-Geral Federal, em suas respectivas áreas de competência, deverão disciplinar os procedimentos internos para o fiel cumprimento desta Portaria no prazo de quinze dias contado da data de sua publicação.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 22.5.2009.

**PORTARIA Nº 758, DE 9 DE JUNHO DE 2009.**

*Dispõe sobre o exercício da advocacia* ***pro bono*** *por ocupantes de cargos efetivos de Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional, Procurador Federal, Procurador do Banco Central ou integrante dos quadros suplementares de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando que, segundo a Orientação Normativa nº 27, de 9 de abril de 2009, da Advocacia-Geral da União - AGU, a vedação prevista no inciso I do art. 28 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, não se aplica ao exercício da advocacia **pro bono,** resolve:

Art. 1º O exercício da advocacia **pro bono** por ocupantes de cargos efetivos de Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional, Procurador Federal, Procurador do Banco Central ou integrante dos quadros suplementares de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001, dar-se-á nos termos desta Portaria.

Art. 2º Considera-se **pro bono,** para os fins desta Portaria, o exercício da advocacia de forma voluntária, eventual e sem qualquer remuneração ou vantagem.

Art. 3º O exercício da advocacia **pro bono** poderá ocorrer nas hipóteses de:

I - prestação de consultoria e assessoramento jurídico a pessoas jurídicas sem fins lucrativos integrantes do terceiro setor, comprovadamente desprovidas de recursos financeiros; e

II - representação judicial de necessitados por força de convênio ou outro instrumento firmado pela AGU ou pelas entidades representativas das carreiras jurídicas da AGU ou de seus órgãos vinculados.

§ 1º Considera-se necessitado, nos termos do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

§ 2º A consultoria e o assessoramento jurídico previstos no inciso I não poderão:

I - contrariar os interesses diretos ou indiretos da União, suas autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedades de economia mista; e

II - ocorrer durante o período de funcionamento dos órgãos da AGU ou de seus órgãos vinculados.

Art. 4º O exercício da advocacia **pro bono** deverá ser previamente comunicado à respectiva chefia imediata.

Parágrafo único. O advogado deverá encaminhar relatório trimestral de suas atividades à chefia imediata.

Art. 5º Aplicam-se à advocacia **pro bono** as vedações da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, o Código de Ética e Disciplina e as Resoluções da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 10.6.2009.

**PORTARIA Nº 760, DE 10 DE JUNHO DE 2009.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Juiz de Fora/MG.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Juiz de Fora/MG e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Juiz de Fora/MG com sede na cidade de Juiz de Fora/MG, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Juiz de Fora/MG.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 15.6.2009.

**PORTARIA Nº 912, DE 8 DE JULHO DE 2009.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Criciúma/SC.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO SUBSTITUTO**, no uso da atribuição de que trata o Decreto s/n, de 10 de abril de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 11 de abril de 2007, Seção 2, página 1 c/c Decreto nº 6.120, de 29 de maio de 2007, e considerando o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Criciúma/SC e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Criciúma/SC com sede na cidade de Criciúma/SC, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Criciúma/SC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**EVANDRO COSTA GAMA**

D. O. de 10.7.2009.

**PORTARIA Nº 1.153, DE 19 DE AGOSTO DE 2009.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Ilhéus/BA.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,**no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Ilhéus/BA e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Ilhéus/BA com sede na cidade de Ilhéus/BA, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Ilhéus/BA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 21.8.2009.

**PORTARIA Nº 1.222, DE 26 DE AGOSTO DE 2009.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Rio Grande/RS.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,**no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estrutura física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Rio Grande/RS e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Rio Grande/RS com sede na cidade de Rio Grande/RS, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Rio Grande/RS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 28.8.2009.

**PORTARIA Nº 1.294, DE 11 DE SETEMBRO DE 2009.**

*Determina a verificação do enquadramento de ações judiciais constantes dos registros da Advocacia-Geral da União às situações descritas nos pareceres normativos e nas súmulas do Advogado-Geral da União e dá outras providências.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 4º, incisos I e XVIII da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, resolve:

Art. 1º Determinar à Secretaria-Geral de Contencioso, aos órgãos da Procuradoria-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal a verificação do enquadramento das ações judiciais constantes dos registros da Advocacia-Geral da União às situações descritas nos pareceres normativos e nas súmulas da Advocacia-Geral da União.

Art. 2º Para os fins do disposto no art. 1º, a Gerência de Tecnologia da Informação deverá disparar automaticamente, em sistema próprio, tarefas específicas em cada processo em que for identificada possível adequação entre o respectivo tema, subtema ou objeto do pedido e o assunto definido em parecer normativo ou súmula, competindo a cada órgão respondê-las no prazo de até 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. Na resposta de que trata o **caput**, o Advogado ou Procurador responsável indicará a adequação dos temas e eventuais entraves à aplicação da súmula ou do parecer, se houver, por intermédio do registro de atividades específicas no sistema.

Art. 3º Compete ao Adjunto do Advogado-Geral da União, Dr. Mauro Luciano Hauschild, com o apoio da Secretaria-Geral de Contencioso, a identificação dos temas, subtemas ou objetos de pedido das ações judiciais relacionados a cada um dos assuntos tratados nos pareceres normativos e nas súmulas da Advocacia-Geral da União.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 14.9.2009.

**PORTARIA Nº 1.306, DE 16 DE SETEMBRO DE 2009.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Chapecó/SC*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,**no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Chapecó/SC e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Chapecó/SC com sede na cidade de Chapecó/SC, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendoos em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Chapecó/SC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 17.9.2009.

**PORTARIA Nº 1.399, DE 5 DE OUTUBRO DE 2009.**

*Dispõe sobre as manifestações jurídicas dos órgãos de direção superior e de execução da Advocacia-Geral da União e de seus órgãos vinculados.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO INTERINO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, XIV e XVIII da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, resolve:

Art. 1º As manifestações jurídicas da Advocacia-Geral da União e de seus órgãos vinculados, nas atividades de consultoria e assessoramento jurídico de que trata o parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, passam a reger-se por esta Portaria.

**CAPÍTULO I**

**DAS MANIFESTAÇÕES JURÍDICAS DA AGU E DE SEUS ÓRGÃOS VINCULADOS**

Art. 2º As manifestações jurídicas da Advocacia-Geral da União e de seus órgãos vinculados serão formalizadas por meio de:

I - parecer;

II - nota;

III - informações; **(Redação dada pela Portaria nº 316, de 12.3.2010)**

IV - cota; e

V - despacho.

§ 1º Na elaboração das manifestações jurídicas:

I - os parágrafos deverão ser numerados; e

II - os trechos em língua estrangeira serão traduzidos em nota de rodapé, salvo quando se tratar de expressão breve de uso corrente.

§ 2º A manifestação jurídica indicará, expressamente, os atos e as manifestações anteriores que sejam, por meio dela, alterados ou revisados.

**Do Parecer**

Art. 3º O parecer deverá ser elaborado como resultado de estudos e análises jurídicas de natureza complexa que exijam aprofundamento, como também para responder consultas que exijam a demonstração do raciocínio jurídico e o seu desenvolvimento.

§ 1º Os pareceres adotados ou aprovados pelo Advogado-Geral da União terão numeração seqüencial e exclusiva.

§ 2º Os pareceres emitidos pelo Consultor-Geral da União e pelos Consultores da União terão numeração sequencial e exclusiva, reiniciada a cada ano.

§ 3º Os demais pareceres emitidos pelos órgãos da AGU terão numeração sequencial única, reiniciada a cada ano.

**Da Nota**

Art. 4º A manifestação jurídica será elaborada sob a forma de nota quando se tratar de hipótese anteriormente examinada e nos casos de menor complexidade jurídica, admitindo pronunciamento simplificado.

§ 1º A nota dispensa a descrição da consulta, o histórico dos fatos, o sumário das questões a elucidar e a demonstração do raciocínio jurídico desenvolvido.

§ 2º Do embasamento jurídico da nota deverá constar simples referência aos dispositivos da legislação aplicável, ao parecer respectivo, à obra doutrinária consultada e à fonte jurisprudencial.

**Das Informações**

**(Redação dada pela Portaria nº 316, de 12.3.2010)**

Art. 5º As informações serão produzidas quando se tratar da prestação de subsídios solicitados para a defesa judicial da União ou de autoridades públicas. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 316, de 12.3.2010)**

**Da Cota**

Art. 6º Quando se tratar de resposta a diligência ou a requisição, que não exija fundamentação jurídica expressa, ou de complementação da instrução de processo, será cabível a adoção da cota, impressa ou lançada à mão, no próprio expediente, assinada pelo autor.

**Do Despacho**

Art. 7º O parecer, a nota e as informações serão submetidos ao superior hierárquico do subscritor para apreciação, que se formalizará mediante despacho e, somente após aprovados assumirão o caráter de manifestações jurídicas da AGU. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 316, de 12.3.2010)**[[266]](#footnote-267)

Art. 8º O despacho será lançado sequencialmente à manifestação jurídica, ou, caso necessário, em documento à parte, podendo apresentar o seguinte conteúdo:

I - aprovação, quando a manifestação jurídica for aprovada na sua totalidade, com o acréscimo, ou não, de subsídios pertinentes ao conteúdo relevante da manifestação. **(Redação dada pela Portaria nº 316, de 12.3.2010)**

II - aprovação parcial, quando o responsável pelo despacho discordar de parte da manifestação jurídica, caso em que deverá indicá-la expressamente e resolver a questão jurídica objeto da divergência; e

III - rejeição, quando a manifestação jurídica não for aprovada.

Parágrafo único. O despacho poderá conter, ainda, subsídios complementares ao parecer, à nota, às informações ou à cota, inclusive com as instruções sobre o encaminhamento do assunto, bem como a revisão ou a menção a manifestações anteriores. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 316, de 12.3.2010)**

**CAPÍTULO II**

**DAS MANIFESTAÇÕES JURÍDICAS NÃO APROVADAS**

Art. 9º Caso o superior hierárquico não aprove a manifestação jurídica emitida, poderá solicitar o seu reexame ou emitir manifestação própria.

§ 1º Quando, após o reexame, for constatada a insuficiência da manifestação jurídica suplementar, a matéria poderá ser redistribuída a outro profissional da área jurídica da Unidade hierarquicamente subordinada à autoridade.

§ 2º Considera-se insuficiente a manifestação jurídica que:

I - não aborde integralmente o tema objeto da consulta;

II - careça de fundamentação jurídica bastante a respaldar as suas conclusões;

III - apresente incongruência entre as conclusões e os fundamentos jurídicos manejados; e

IV - contenha obscuridades que impeçam a sua perfeita compreensão.

Art. 10. A manifestação jurídica não aprovada integrará os autos, mediante a consignação da sua não aprovação.

**CAPÍTULO III**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 11. Os processos e expedientes enviados ao Advogado-Geral da União e à Consultoria-Geral da União com solicitação de exame devem estar instruídos com as manifestações jurídicas dos órgãos ou entidades solicitantes, inclusive daqueles divergentes quando for o caso.

Art. 12 As manifestações jurídicas observarão a forma constante dos Anexos I a V desta Portaria, publicados no Boletim de Serviço Extraordinário nº 29 da Advocacia-Geral da União, de 13 de outubro de 2009.

Art. 13. As regras estabelecidas nesta Portaria aplicam-se, no que couber, às manifestações jurídicas do procedimento contencioso.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**EVANDRO COSTA GAMA**

D. O. de 13.10.2009.

**PORTARIA Nº 1.422, DE 7 DE OUTUBRO DE 2009.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Caruaru/PE.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO INTERINO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Caruaru/PE e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Caruaru/PE com sede na cidade de Caruaru/PE, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Caruaru/PE.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**EVANDRO COSTA GAMA**

D. O. de 14.10.2009.

**PORTARIA Nº 1.512, DE 19 DE OUTUBRO DE 2009.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Uruguaiana/RS.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,**no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Uruguaiana/RS e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Uruguaiana/RS com sede na cidade de Uruguaiana/RS, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Uruguaiana/RS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

D. O. de 22.10.2009.

**PORTARIA Nº 1.593, DE 28 DE OUTUBRO DE 2009.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Ji-Paraná/RO*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,**no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Ji-Paraná/RO e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Ji-Paraná/RO com sede na cidade de Ji-Paraná/RO, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendoos em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Ji-Paraná/RO.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 30.10.2009.

**PORTARIA Nº 1.605, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Taubaté/SP.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,**no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, Considerando a necessidade de dar continuidade ao *processo* de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Taubaté/SP e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Taubaté/SP com sede na cidade de Taubaté/SP, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Taubaté/SP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 5.11.2009.

**PORTARIA Nº 1.606, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Sorocaba/SP.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Sorocaba/SP e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Sorocaba/SP com sede na cidade de Sorocaba/SP, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Sorocaba/SP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 6.11.2009.

**PORTARIA Nº 1.622, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2009.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Campina Grande/PB.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Campina Grande/PB e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Campina Grande/PB com sede na cidade de Campina Grande/PB, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Campina Grande/PB.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 24.11.2009.

**PORTARIA Nº 1.623, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2009.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Poços de Caldas/MG.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Poços de Caldas/MG e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Poços de Caldas/MG com sede na cidade de Poços de Caldas/MG, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Poços de Caldas/MG.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 24.11.2009.

**PORTARIA Nº 1.624, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2009.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Osasco/SP.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,**no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Osasco/SP e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Osasco/SP com sede na cidade de Osasco/SP, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Osasco/SP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 25.11.2009.

**PORTARIA Nº 1.625, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2009.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Mossoró/RN.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,**no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Mossoró/RN e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Mossoró/RN com sede na cidade de Mossoró/RN, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Mossoró/RN.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 27.11.2009.

**PORTARIA Nº 1.626, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2009.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Santos/SP.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,**no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Santos/SP e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Santos/SP com sede na cidade deSantos/SP, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Santos/SP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 26.11.2009.

**PORTARIA Nº 1.643, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2009.**

*Atribui ao Conselho Superior da Advocacia-Geral da União a função de órgão consultivo do Advogado-Geral da União e dá outras providências.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,**no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e

Considerando a necessidade de dotar o Conselho Superior da Advocacia-Geral da União de competências de assessoramento ao Advogado-Geral da União em assuntos de alta relevância relacionados à gestão, ao planejamento estratégico e à atuação jurídica da Advocacia-Geral da União e de seus órgãos vinculados, resolve:

Art. 1º O Conselho Superior da Advocacia-Geral da União funcionará como órgão de consulta do Advogado-Geral da União em assuntos de alta relevância relacionados à gestão, ao planejamento estratégico e à atuação jurídica da Advocacia-Geral da União e de seus órgãos vinculados, sem prejuízo das competências que lhe são previstas na Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Art. 2º No exercício da competência de que trata o art. 1º desta Portaria, a composição do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União será acrescida dos seguintes membros, com direito a voz e voto:

I - o Procurador-Geral Federal;

II - o Procurador-Geral do Banco Central do Brasil;

III - o Secretário-Geral de Contencioso;

IV - o Secretário-Geral de Consultoria; e

V - representantes eleitos das seguintes carreiras dos órgãos vinculados à Advocacia-Geral da União:

a) carreira de Procurador Federal; e

b) carreira de Procurador do Banco Central do Brasil.

§ 1º Os representantes das carreiras dos órgãos vinculados à Advocacia-Geral da União de que trata este artigo serão eleitos, até ulterior deliberação do Advogado-Geral da União, na forma disposta na Portaria nº 124, de 22 de fevereiro de 2002, e Portaria nº 205, de 16 de março de 2005.

§ 2º Visando a simultaneidade das eleições dos representantes das carreiras da Advocacia-Geral da União e de seus órgãos vinculados para o Conselho Superior da Advocacia-Geral da União, os mandatos dos primeiros representantes das carreiras de Procurador Federal e de Procurador do Banco Central do Brasil poderão ser superiores a dois anos.

Art. 3º Os assuntos de alta relevância relacionados à gestão, ao planejamento estratégico e à atuação jurídica da Advocacia-Geral da União e a seus órgãos vinculados serão submetidos ao Conselho Superior da Advocacia-Geral da União, com a composição prevista no art. 2º desta Portaria, por proposta de qualquer de seus membros e incluídos em pauta após aprovação do Advogado-Geral da União.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 1.046, de 21 de julho de 2008.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 20.11.2009.

**PORTARIA Nº 1.658, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2009.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Canoas/RS.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,**no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Canoas/RS e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Canoas/RS, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Canoas/RS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 4.12.2009.

**PORTARIA Nº 1.675, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2009.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Uberlândia/MG.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,**no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Uberlândia/MG e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Uberlândia/MG com sede na cidade de Uberlândia/MG, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Uberlândia/MG.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 8.12.2009.

**PORTARIA Nº 1.791, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2009.**

*Instala a Procuradoria Federal no Estado do Amapá.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,**no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Federal no Estado do Amapá e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Federal no Estado do Amapá com sede na cidade de Macapá/AP, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Federal no Estado do Amapá.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 14.12.2009.

**PORTARIA Nº 1.827, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Piracicaba/SP.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,**no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Piracicaba/SP e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Piracicaba/SP com sede na cidade de Piracicaba/SP, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Piracicaba/SP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 17.12.2009.

**PORTARIA Nº732, DE 8 DE JUNHO DE 2010.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federalem Caxias do Sul/RS.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuiçõese tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art.4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art.14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,Considerando a necessidade de dar continuidade ao processode implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinadapela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadasà instalação da Procuradoria Seccional Federal em Caxias doSul/RS e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Caxiasdo Sul/RS com sede na cidade de Caxias do Sul/RS, com a competênciapara exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquiase fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoriae assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza doscréditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar osdemais atos necessários à instalação e funcionamento da ProcuradoriaSeccional Federal em Caxias do Sul/RS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 11.6.2010.

**PORTARIA Nº804, DE 17 DE JUNHO DE 2010.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Sobral/CE.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Sobral/CE e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Sobral/CE com sede na cidade de Sobral/CE, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendoos em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Sobral/CE.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 22.6.2010.

**PORTARIA Nº828, DE 18 DE JUNHO DE 2010.**

*Define a competência dos órgãos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal em razão da criação da SuperintendênciaNacional de PrevidênciaComplementar - PREVIC e disciplina no seu âmbito o disposto no art. 56 da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuiçõesque lhe conferem os incisos I e XVIII do art. 4º da LeiComplementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista odisposto nos arts. 53, 55 e 56 da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de2009, e no art. 6º do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e art.21 do seu Anexo I, resolve:

Art. 1º Compete à Secretaria-Geral de Contencioso e à Procuradoria-Geral da União e seus órgãos de execução a representação judicialda União nas ações cujo pedido ou causa de pedir envolvam matéria:

I - da competência do Conselho Nacional de PrevidênciaComplementar ou do extinto Conselho de Gestão da PrevidênciaComplementar;

II - da competência da Câmara de Recursos da PrevidênciaComplementar; ou

III - da competência residual da extinta Secretaria de PrevidênciaComplementar do Ministério da Previdência Social nãotransferida para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar- PREVIC, conforme dispõe a parte final do art. 55 da Leinº 12.154, de 2009.

Art. 2º Compete à Procuradoria-Geral Federal e seus órgãosde execução a representação judicial da PREVIC nas ações em queesta figurar como parte ou interveniente a qualquer título, relacionadas,entre outras matérias:

I - à administração dos seus acervos técnico e patrimonial,bem como às suas obrigações e direitos, inclusive aqueles transferidosdo Ministério da Previdência Social para a PREVIC nos termos doart. 53 da Lei 12.154, de 2009;

II - à apuração e julgamento de infrações e aplicação depenalidades decorrentes de ato de fiscalização no âmbito da PREVIC,relativamente às atividades das entidades fechadas de previdênciacomplementar e de suas operações;

III - aos atos administrativos de autorização de constituição efuncionamento das entidades de previdência complementar, aprovaçãode estatutos, regulamentos de plano de benefícios e convênios outermos de adesão, e suas alterações posteriores;

IV - à decretação de intervenção e liquidação extrajudicial deentidade fechada de previdência complementar ou nomeação de administradorespecial de plano de benefícios;

V - à cobrança da multa resultante da aplicação de penalidadesdecorrentes de fiscalização ou de execução judicial da Taxade Fiscalização e Controle da Previdência Complementar - TAFIC,previstas no inciso IV do art. 11 e no art. 12 da Lei 12.154, de 2009,respectivamente;

VI - aos atos normativos aprovados pela sua Diretoria Colegiada.

Art. 3º A assunção da representação judicial da PREVIC pelaProcuradoria-Geral Federal e seus órgãos de execução, relativamenteàs ações judiciais referidas no art. 2º e que já estavam em curso nadata de publicação da Lei nº 12.154, de 2009, ocorrerá a partir de 21de junho de 2010.

§ 1º A partir de 21 de junho de 2010, a Secretaria-Geral deContencioso, a Procuradoria-Geral da União, a Procuradoria-Geral daFazenda Nacional e seus respectivos órgãos de execução peticionarãoperante o juízo ou tribunal em que tramitarem os processos de quetrata o **caput,** informando a sucessão de partes.

§ 2º Consideram-se em curso as ações nas quais a citação daUnião tenha sido efetivada até o dia 22 de dezembro de 2009.

§ 3º Em caso de citação da União em processo de competênciada Procuradoria-Geral Federal em data posterior a 22 dedezembro de 2009, os órgãos de execução da Procuradoria-Geral daUnião ou da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que a tenhamrecebido deverão encaminhar de imediato a respectiva documentaçãoà Procuradoria Regional Federal, Procuradoria Federal no Estado,Procuradoria Seccional Federal ou respectivo Escritório de Representaçãocompetente, conforme o caso, para fins de defesa e acompanhamento,e requerer a regular citação da PREVIC, por meio doórgão de execução da Procuradoria-Geral Federal competente.

Art. 4º A Secretaria-Geral de Contencioso, a Procuradoria-Geral da União, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e seusrespectivos órgãos de execução deverão adotar as seguintes providênciasacerca das ações de que trata o art. 3º:

I - promover o levantamento dos processos judiciais envolvendomatéria de competência da PREVIC em curso na sua respectivaárea de competência territorial;

II - elaborar e enviar à Procuradoria Regional Federal, ProcuradoriaFederal no Estado, Procuradoria Seccional Federal ou respectivoEscritório de Representação correspondente, conforme o caso,a relação dos processos em curso a seu cargo envolvendo matéria decompetência da autarquia, contendo:

a) o número do processo;

b) o nome das partes;

c) a descrição resumida do objeto;

d) o andamento processual;

e) a indicação de eventuais recursos correlatos interpostos; e

f) toda a documentação de que dispuser relativamente aosprocessos judiciais em curso, em meio físico ou eletrônico.

§ 1º A direção central da Procuradoria Federal junto à PREVICdeverá ser comunicada pela Procuradoria Regional Federal, ProcuradoriaFederal no Estado, Procuradoria Seccional Federal ou Escritóriode Representação correspondente sobre a relação de processosencaminhada na forma do inciso II.

§ 2º As informações constantes das alíneas "c", "d", "e" e "f"do inciso II podem ser prestadas por meio de registros e peçasdigitalizadas no Sistema Integrado de Controle das Ações da União -SICAU,devendo ser tal fato informado na ocasião do encaminhamentoà Procuradoria Federal da relação dos processos.

§ 3º A Secretaria-Geral de Contencioso, a Procuradoria-Geralda União, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e seus respectivosórgãos de execução deverão praticar até o dia 18 de junho de2010 os atos processuais cujo prazo judicial tenha sido iniciado antesdessa data.

§ 4º Na hipótese de prazo judicial iniciado a partir do dia 14de junho de 2010 cujo vencimento ocorra a partir do dia 21 de junhode 2010, inclusive, e não haja a possibilidade de atendimento naforma prevista no parágrafo anterior, a Secretaria-Geral de Contencioso,a Procuradoria-Geral da União, a Procuradoria-Geral da FazendaNacional e seus respectivos órgãos de execução deverão encaminharaos respectivos órgãos de execução da Procuradoria-GeralFederal a minuta da peça elaborada para a prática do ato processual,com antecedência mínima de 48 horas do prazo fatal, mediante entendimentoentre as respectivas Chefias dos órgãos.

Art. 5º Caso a Secretaria-Geral de Contencioso ou o órgão deexecução da Procuradoria-Geral da União entenda ser do interesse daUnião a sua permanência na relação processual, deverá comunicar ofato à Procuradoria Regional Federal, Procuradoria Federal no Estado,Procuradoria Seccional Federal ou Escritório de Representação correspondente,conforme o caso, sem prejuízo das providências determinadasno § 1º do art.3º e no inciso II do art. 4º.

Parágrafo único. A direção central da Procuradoria Federaljunto à PREVIC deverá ser infomada pela Procuradoria RegionalFederal, Procuradoria Federal no Estado, Procuradoria Seccional Federalou Escritório de Representação correspondente sobre a comunicaçãorealizada na forma do caput.

Art. 6º Às Procuradorias Regionais Federais, ProcuradoriasFederais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritóriosde Representação competem as atividades de apuração da liquidez ecerteza dos créditos, de qualquer natureza, de titularidade da PREVIC,bem como a inscrição em dívida ativa, para fins de cobrançaamigável ou judicial.

Parágrafo único. Os créditos inscritos em dívida ativa pelosórgãos de execução da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, cujaexecução fiscal ainda não tenha sido ajuizada, deverão ser encaminhadosaos correspondentes órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal mencionados no **caput**, que providenciarão a substituiçãoda Certidão de Dívida Ativa - CDA no tocante à titularidadeativa do crédito e ajuizarão a execução fiscal.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 23 de dezembro de 2009.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 21.6.2010.

**PORTARIA Nº 839, DE 18 DE JUNHO DE 2010.**

*Disciplina e estabelece critérios para aatuação dos órgãos da Procuradoria-GeralFederal na defesa de direitos indígenas.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso da competênciade que trata o art. 4º, I, XIII e XVIII da Lei Complementarnº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 14 da Lei 10.480, de 2 dejulho de 2002;

Considerando o disposto nos arts. 11-B, § 6º, da Lei 9.028,de 12 de abril de 1995, e 10, § 2º, da Lei 10.480, de 2 de julho de2002, os quais reafirmam a atribuição dos órgãos da Procuradoria-Geral Federal para a defesa judicial e extrajudicial de direitos einteresses individuais e coletivos indígenas;

Considerando a necessidade de disciplinar e estabelecer critériosna atuação dos órgãos da Procuradoria-Geral Federal, comvistas à racionalização dos recursos humanos disponíveis e a efetivadefesa dos legítimos direitos e interesses indígenas em todo o territórionacional,

RESOLVE:

Art. 1º A Procuradoria-Geral Federal, as Procuradorias RegionaisFederais, as Procuradorias Federais nos Estados, as ProcuradoriasSeccionais Federais, os Escritórios de Representação e aProcuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional doÍndio - PFE/FUNAI atuarão, obrigatoriamente, na orientação jurídicae na defesa judicial de todos os direitos e interesses coletivos indígenas,entre os quais:

I - patrimônio cultural e religioso, costumes, línguas, crençase tradições;

II - questões fundiárias;

III - meio ambiente;

IV - educação;

V - saúde;

VI - direitos da criança e adolescente, inclusive destituiçãodo poder familiar, guarda e adoção;

VII - direitos humanos;

VIII - bens e renda do patrimônio indígena (Título IV da Leinº 6.001/73);

IX - registros públicos e emissão de documentos de identificação.

Parágrafo único. Os direitos e interesses que afetem, ainda quede forma reflexa, direitos coletivos indígenas, terão obrigatoriamente aatuação da Procuradoria Geral Federal e seus órgãos de execução.

Art. 2º A Procuradoria-Geral Federal, as Procuradorias RegionaisFederais, as Procuradorias Federais nos Estados, as ProcuradoriasSeccionais Federais, os Escritórios de Representação e aPFE/FUNAI atuarão, obrigatoriamente, na orientação jurídica e nadefesa judicial dos direitos e interesses individuais indígenas, sempreque a compreensão da ocupação territorial, da organização social, doscostumes, das línguas, das crenças e das tradições for necessária aodeslinde da controvérsia jurídica.

Art. 3º A Procuradoria-Geral Federal, as Procuradorias RegionaisFederais, as Procuradorias Federais nos Estados, as ProcuradoriasSeccionais Federais, os Escritórios de Representação e aPFE/FUNAI atuarão nas ações cíveis, criminais, trabalhistas, eleitoraise previdenciárias em que estejam presentes os direitos e interesseselencados nos arts. 1º e 2º.

Art. 4º A Procuradoria-Geral Federal, as Procuradorias RegionaisFederais, as Procuradorias Federais nos Estados, as ProcuradoriasSeccionais Federais, os Escritórios de Representação e aPFE/FUNAI não devem atuar na assistência, consultoria e defesajudicial às organizações indígenas.

Parágrafo único. Quando houver interesse da FUNAI em lideem que seja parte organização indígena, o Procurador-Chefe Nacionalda PFE/FUNAI poderá solicitar ao órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal competente para atuar na ação que providenciea intervenção da FUNAI no feito na qualidade de assistente.

Art. 5º A atuação na defesa de direitos e interesses individuaise coletivos de índios isolados e de recente contato será amplae irrestrita, não se aplicando o disposto nos artigos anteriores.

Art. 6º O Procurador oficiante ao analisar o caso concreto everificar que não há incidência do disposto no art. 2º, se entender pelanão atuação na defesa do direito individual do indígena, deverá elaborarjustificativa no prazo de 15 dias que conterá:

I - exposição dos fatos e do direito que envolvem a questão;

II - razões fundamentadas e conclusivas do Procurador oficiantedos motivos pelos quais entende que a defesa não é caso deatuação dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;

§ 1º A justificativa deverá ser aprovada pela chefia imediata.

§ 2º Em caso de dúvida ou controvérsia sobre a atuação nocaso em análise a chefia imediata deverá expor as razões da dúvidaou controvérsia de forma conclusiva e encaminhar ao Procurador-Chefe Nacional da PFE/FUNAI, que decidirá a questão.

§ 3º Nos casos em que houver risco de perda de prazo ounecessidade de defesa imediata em questões criminais, até que seresolva a dúvida ou controvérsia, o Procurador oficiante deverá atuarem favor do indígena até que se decida a questão.

§ 4º As justificativas e os casos de dúvida ou controvérsiasque não contenham a análise da chefia ou que não tenham elementossuficientes à compreensão da questão serão devolvidos à origem pararegularização.

Art. 7º Nas hipóteses de não-atuação dos órgãos da Procuradoria-Geral Federal, o indígena deverá ser encaminhado à DefensoriaPública da União ou dos Estados.

§ 1º Sempre que houver tratamento diferenciado na legislação,o Procurador Federal deve, no documento de encaminhamento, explicitaras peculiaridades e os dispositivos legais aplicáveis ao caso.

§ 2º Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federaldeverão buscar firmar acordos de cooperação com as unidades daDefensoria Pública da União e das Defensorias Públicas Estaduais,com vistas à adequação da orientação jurídica e da defesa judicial dosindígenas ao seu contexto cultural e social.

Art. 8º Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federalnão atuarão na defesa dos interesses e direitos nos casos em que osindígenas, ou suas comunidades, constituírem advogados privados, noexercício do direito previsto no art. 232 da Constituição Federal,observado o disposto no parágrafo único do art. 4º.

Art. 9º Nos casos em que houver interesses de indígenas oude suas comunidades em promover ações judiciais em face da FUNAI,a questão deverá ser submetida previamente ao Procurador-Chefe Nacional da PFE/FUNAI, que buscará, inicialmente, soluçãoadministrativa para a controvérsia.

Parágrafo único. Caso não seja possível dirimir na esferaadministrativa o conflito, a questão será encaminhada à Procuradoria-Geral Federal, que adotará as medidas necessárias à defesa dos interessesindígenas.

Art. 10º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 21.6.2010.

**PORTARIA Nº 1.321, DE 3 DE SETEMBRO DE 2010.**

*Indica, como Procuradoria Federal Especializada, o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal junto à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto nos §§ 3º e 10 do art. 10 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve

**INDICAR,**

como Procuradoria Federal Especializada, o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal junto à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, mantidas suas atuais competências.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. 6.9.2010.

**PORTARIA Nº 1.459, DE 28 DE SETEMBRO DE 2010.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em São Bernardo do Campo/SP.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em São Bernardo do Campo/SP e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em São Bernardo do Campo/SP com sede na cidade de São Bernardo do Campo/SP, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em São Bernardo do Campo/SP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 29.9.2010.

**PORTARIA Nº 1.774, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Arapiraca/AL.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Arapiraca/AL e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Arapiraca/AL com sede na cidade de Arapiraca/AL, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Arapiraca/AL.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 16.12.2010.

**PORTARIA Nº 1.775, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Divinópolis/MG.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Divinópolis/MG e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Divinópolis/MG com sede na cidade de Divinópolis/MG, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Divinópolis/MG.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 16.12.2010.

**PORTARIA Nº 13, DE 10 DE JANEIRO DE 2011.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Ponta Grossa/PR.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Ponta Grossa/PR e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Ponta Grossa/PR com sede na cidade de Ponta Grossa/PR, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias

e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Ponta Grossa/PR.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 11.1.2011.

**PORTARIA Nº 55, DE 27 DE JANEIRO DE 2011.**

*Atribui ao Conselho Superior da Advocacia-Geral da União a competência de assessoramento ao Advogado-Geral da União relativamente ao disposto no art. 12, § 1º, inciso I, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12, § 1º, inciso I, da Lei nº 10.480, de , 2 de julho de 2002,

Considerando o disposto no inciso V do art. 2º da Portaria nº 7, de 11 de dezembro de 2009, e art. 12, § 1º, inciso I, da Lei nº 10.480, resolve:

Art. 1º Atribuir ao Conselho Superior da Advocacia-Geral da União - CSAGU, na sua função consultiva, determinada pela Portaria nº 1.643, de 19 de novembro de 2009, a proposta de edição de ato normativo que disciplinará os concursos públicos, de provas e títulos, destinados ao provimento de cargos da carreira de Procurador Federal.

Art. 2º No exercício da competência de que trata o art. 1º desta Portaria, a composição do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União, prevista no art. 8º da na Lei Complementar nº 73, de 1993, será acrescida dos seguintes membros, com direito a voz e voto:

I - o Procurador-Geral Federal; e

II - pelo representante eleito da carreira de Procurador Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 9.2.2011.

**PORTARIA Nº 86, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2011.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Maringá/PR.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO SUBSTITUTO**, designado conforme parágrafo único do art. 37 do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, no uso das atribuições conferidas pelos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e pelo art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Maringá/PR e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Maringá/PR com sede na cidade de Maringá/PR, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Maringá/PR.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FERNANDO LUIZ ALBUQUERQUE FARIA**

D. O. de 21.2.2011.

**PORTARIA Nº 134, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2011.**

*Indica, como Procuradoria Federal Especializada, o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, tendo em vista o disposto nos §§ 3º e 10 do art. 10 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e considerando o disposto no processo administrativo nº 00407.000941/2011-31, resolve

**INDICAR,**

como Procuradoria Federal Especializada, o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, mantidas suas atuais competências.[[267]](#footnote-268)

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 24.2.2011

**PORTARIA Nº 170, DE 28 DE MARÇO DE 2011.**

*Indica, como Procuradoria Federal Especializada, o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, tendo em vista o disposto nos §§ 3º e 10 do art. 10 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e considerando o disposto no processo administrativo nº 00407.001564/2011-58, resolve:

**INDICAR,**

como Procuradoria Federal Especializada, o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, mantidas suas atuais competências.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 29.3.2011.

**PORTARIA Nº 248, DE 2 DE JUNHO DE 2011.**

*Dispõe sobre os requisitos para instalação de novas Procuradorias-Seccionais da União e Procuradorias-Seccionais Federais, e dá outras providências.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, XVII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar 73, de 10 de fevereiro de 1993,

Considerando a proposta final encaminhada pelo Grupo de Trabalho - GT - Lotação, constituído por meio da Portaria n° 1.468, de 06 de outubro de 2010, sobre os critérios para instalação de novas unidades seccionais da Procuradoria-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, em atendimento à atribuição contida no art. 3º, §3º, da referida Portaria;

Considerando a prorrogação do prazo de conclusão dos trabalhos do GT - Lotação constante da Portaria n° 49, de 28 de janeiro de 2011, e o prazo fixado no art. 3º, §2º, da Portaria n° 169, de 24 de março de 2010; e

Considerando a necessidade de se estabelecer critérios objetivos a nortear a instalação de novas Procuradorias-Seccionais da União e Procuradorias-Seccionais Federais, unidades da Procuradoria-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, respectivamente, resolve:

Art. 1º Para os fins desta Portaria, consideram-se:

I - Vara Federal: Vara da Justiça Federal Comum, excluídos os Juizados Especiais Federais, os Juizados Especiais Federais Adjuntos e as Varas de exclusiva competência criminal; e

II - benefício da seguridade social: benefício concedido, administrativamente ou por força de decisão judicial, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 2º Para a proposta de instalação de Procuradoria-Seccional da União deverão estar presentes os seguintes requisitos mínimos:

I - existência, na sede pretendida, de:

2 (duas) Varas Federais; e

b) 4.000 (quatro mil) processos judiciais ativos nos quais a União seja parte ou interessada;

II - distância de 160 km (cento e sessenta quilômetros) da unidade de execução da Procuradoria-Geral da União mais próxima; e

III - exposição de motivos.

Art. 3º Para a proposta de instalação de Procuradoria-Seccional Federal deverão estar presentes os seguintes requisitos mínimos:

I - existência, na sede pretendida, de:

a) 2 (duas) Varas Federais; e

b) 15.000 (quinze mil) benefícios da seguridade social;

II - distância de 160 km (cento e sessenta quilômetros) da unidade de execução da Procuradoria-Geral Federal mais próxima; e

III - exposição de motivos.

Art. 4º O requisito constante do inciso II dos arts. 2º e 3º poderá ser afastado em casos excepcionais pelo Advogado-Geral da União, destacadamente quando demonstrada a economicidade, nos termos do art. 5º, §4º.

Art. 5º Na hipótese do artigo anterior, havendo a possibilidade de se afastar o requisito constanteno inciso II dos arts. 2° e 3°, os autos deverão seguir para manifestações prévias da Secretaria-Geral de Administração da AGU - SGA e do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União - CSAGU.

Art. 6º A proposta de instalação deverá ser encaminhada ao Advogado-Geral da União, até 31 de março, pelo órgão de direção superior competente, e será instruída com os dados necessários à comprovação dos requisitos previstos nos arts. 2º e 3º.

Parágrafo único. Os dados constantes da proposta de instalação deverão ser necessária eexclusivamente obtidos das fontes indicadas no Anexo.

Art. 7º Deferida a proposta pelo Advogado-Geral da União, para a efetiva instalação da unidade seccional, a SGA deverá comprovar, em relação à sede pretendida, o atendimento dos seguintes requisitos mínimos:

I -2 (duas) vagas de lotação de:

a) Advogado da União, no caso de Procuradoria-Seccional da União; ou

b) Procurador Federal, no caso de Procuradoria-Seccional Federal;

II - 2 (dois) servidores administrativos;

III -1 (uma) vaga de estagiário de nível superior;

IV - imóvel em condições adequadas ao funcionamento nos padrões definidos pela AGU; e

V - outras contratações necessárias ao regular funcionamento da unidade.

Art. 8º A Comissão Técnica do Conselho Superior - CTCS, constituída por meio da Portaria n° 7, de 11 de dezembro de 2009, apresentará ao Advogado-Geral da União, anualmente, até o fim do mês de outubro, proposta de revisão dos critérios de instalação previstos nesta Portaria.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 3.6.2011.

**ANEXO**

|  |  |
| --- | --- |
| PROPOSTA DE INSTALAÇÃO DE PROCURADORIA-SECCIONAL DA UNIÃO OU  PROCURADORIA-SECCIONAL FEDERA - DADOS NECESSÁRIOS E RESPECTIVAS FONTES | |
| INFORMAÇÃO | FONTES NECESSÁRIAS E EXCLUSIVAS |
| N° DE VARAS FEDERAIS (Arts. 2º, I, a; e 3º, I, a) | Fonte oficial do Poder Judiciário da União. |
| N° DE PROCESSOS JUDICIAIS (Art. 2º, I, b) |  |
| N° DE BENEFÍCIOS DA SEGURIDADE SOCIAL (Art. 2º, I, b) | Sistema Único de Informações de Benefícios - SUIBE - Sistema Oficial (INSS) |
| DISTÂNCIA DA UNIDADE DE EXECUÇÃO MAIS PRÓXIMA (Arts. 2º, II; e 3º, II) | Tabela de Distância entre cidades do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT. Não constando a localidade da Tabela de Distâncias do DNIT, o órgão proponente deverá encaminhar as informações a partir de dois sítios da Internet, indicando expressamente, na proposta, a fonte e a data da consulta. |

D. O. de 3.6.2011.

**PORTARIA Nº 302, DE 30 DE JUNHO DE 2011.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Passo Fundo/RS.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Passo Fundo/RS e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Passo Fundo/RS com sede na cidade de Passo Fundo/RS, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Passo Fundo/RS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 1º.7.2011.

**PORTARIA Nº 377, DE 25 DE AGOSTO DE 2011.**[[268]](#footnote-269)

*Regulamenta o art. 1º-A da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997 (incluído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009), e determina outras providências*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 1º-A da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e observado o que disposto na Súmula nº 452 do Superior Tribunal de Justiça,

RESOLVE:

 Art. 1º. A presente Portaria regulamenta o disposto no art. 1º-A da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, estabelecendo prerrogativas a serem exercidas pelos órgãos de representação judicial da União e de suas autarquias e fundações públicas.

 Art. 2º. Os órgãos da Procuradoria-Geral da União ficam autorizados a não propor ações, a não interpor recursos, assim como a desistir das ações e dos respectivos recursos, quando o valor total atualizado de créditos da União, relativos a um mesmo devedor, for igual ou inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais).

 Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* não se aplica aos créditos originados de multas decorrentes do exercício de poder de polícia pelos órgãos da União ou originados de multas aplicadas pelo Tribunal de Contas da União, hipóteses nas quais o limite referido será de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 3º Os órgãos da Procuradoria-Geral Federal ficam autorizados a não efetuar a inscrição em dívida ativa, a não propor ações, a não interpor recursos, assim como a desistir das ações e dos respectivos recursos, quando o valor total atualizado de créditos das autarquias e fundações públicas federais, relativos a um mesmo devedor, for igual ou inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais), exceto em relação aos créditos originados de multas decorrentes do exercício do poder de polícia, hipóteses nas quais o limite será de R$ 1.000,00 (mil reais). **(Redação dada pela Portaria nº 349, de 4.11.2018)**

§ 1º **(Revogado pela Portaria nº 349, de 4.11.2018)**

§ 2º **(Revogado pela Portaria nº 349, de 4.11.2018)**

§ 3º Não deverão ser ajuizadas execuções fiscais para cobrança de créditos abaixo dos limites previstos no **caput**. **(Redação dada pela Portaria nº 349, de 4.11.2018)**

§ 4º Para fins de cálculo dos limites estabelecidos no *caput*, incluem-se os valores devidos a título de encargos legais. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 349, de 4.11.2018)**

§ 5º O disposto neste artigo não se aplica à representação da União delegada à Procuradoria-Geral Federal nos termos do inciso II do § 3º do art. 16 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, caso em que será observado o disposto em ato próprio do Ministro da Fazenda.

Art. 3º-A. Os órgãos da Procuradoria-Geral Federal ficam autorizados a não propor ações, a não interpor recursos, assim como a desistir das ações e dos respectivos recursos, quando o valor total atualizado do crédito decorrente do pagamento indevido de benefícios previdenciários ou assistenciais, relativos a um mesmo devedor, for igual ou inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais). (AC) **(Incluído pela Portaria nº 193, de 10.6.2014 – D. O. de 11.6.2014)**.

 Art. 4º. No caso de reunião de ações ajuizadas em relação a um mesmo devedor, para os fins dos limites indicados nos artigos 2º ou 3º, deve ser considerada a soma dos respectivos créditos consolidados.

Art. 5º. Os processos arquivados em razão da aplicação das disposições desta Portaria deverão ter seguimento quando os respectivos créditos ultrapassarem os limites indicados nos artigos 2º ou 3º, desde que não verificada a ocorrência de prescrição.

Parágrafo único. Nestes casos, quando verificada, de modo inequívoco, a situação jurídica de prescrição da dívida:

I - o Advogado da União, mediante despacho fundamentado e aprovado pelo Chefe do respectivo órgão de execução, ou outra autoridade com poderes delegados, não procederá ao ajuizamento, desistirá das ações propostas, não recorrerá ou desistirá dos recursos já interpostos.

 II - o Procurador Federal, mediante despacho fundamentado e aprovado pelo Chefe da respectiva Unidade, não efetivará a inscrição em dívida ativa, não procederá ao ajuizamento, desistirá das ações propostas, não recorrerá e desistirá dos recursos já interpostos.

 Art. 6º. Em caso de litisconsórcio passivo relativo a devedores não solidários, serão considerados, como limites, os valores referidos nos artigos 2º ou 3º, conforme o caso, multiplicados pelo número de litisconsortes, desde que nenhum dos créditos, individualmente considerados, supere os referidos valores.

 Art. 7º. As disposições desta Portaria não acarretam dispensa da adoção de procedimentos e diligências extrajudiciais destinados à cobrança e recuperação dos respectivos créditos.

Art. 8º. Fica também autorizada a não interposição de recursos, bem como a desistência daqueles já interpostos, cujo objeto seja apenas a cobrança ou o não pagamento de diferenças de cálculos iguais ou inferiores a 10% (dez por cento) do valor apurado pelos órgãos de representação judicial da União e de suas autarquias e fundações públicas, até os limites previstos nos arts. 2º ou 3º, conforme o caso.

Art. 9º. Os atos decorrentes das previsões dos artigos 2º, 3º e 8º desta Portaria devem ser obrigatoriamente lançados no Sistema Integrado de Controle das Ações da União - SICAU, mediante registro específico.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

 Art. 10. O Departamento de Tecnologia da Informação providenciará a criação de atividades no SICAU que permitam o registro específico da não propositura da ação, da desistência da ação, da não interposição do recurso e da desistência do recurso, quando fundamentados nas disposições desta Portaria.

Art. 11. A desistência da ação ou do recurso não se aplica aos processos atualmente em curso nos quais já se tenha identificado bens e direitos aptos à satisfação, ainda que parcial, dos créditos da União e de suas autarquias e fundações públicas federais.

 Art. 12. A Procuradoria-Geral da União e a Procuradoria-Geral Federal poderão editar regramentos internos para fins de cumprimento do disposto nesta Portaria.

 Art. 13. Ficam sem efeito o art. 1º da Instrução Normativa do Advogado-Geral da União nº 3, de 25 de junho de 1997, o art. 1º da Instrução Normativa do Advogado-Geral da União nº 1, de 14 de fevereiro de 2008, e o art. 3º da Portaria do Procurador-Geral Federal nº 915, de 16 de setembro de 2009.

 Art. 14. Fica revogado o art. 2º-A da Portaria do Advogado-Geral da União nº 990, de 16 de julho de 2009.

 Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D.O. de 29.8.2011.

**PORTARIA Nº439, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Presidente Prudente/SP.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Presidente Prudente/SP e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Presidente Prudente/SP com sede na cidade de Presidente Prudente/SP, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Presidente Prudente/SP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 13.10.2011.

**PORTARIA Nº 440, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Ribeirão Preto/SP.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Ribeirão Preto/SP e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Ribeirão Preto/SP com sede na cidade de Ribeirão Preto/SP, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Ribeirão Preto/SP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 14.10.2011.

**PORTARIA Nº 448, DE 19 DE OUTUBRO DE 2011.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em São José do Rio Preto/SP.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em São José do Rio Preto/SP e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em São José do Rio Preto/SP com sede na cidade de São José do Rio Preto/SP, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em São José do Rio Preto/SP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 20.10.2011.

**PORTARIA Nº 449, DE 22 OUTUBRO DE 2011.**

*Autoriza a realização de acordos, em juízo, para terminar litígios, nas causas de valor até R$ 100.000,00 (cem mil reais), no âmbito do projeto de conciliações prévias e em execução fiscal, da Procuradoria-Geral Federal aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça e Conselho da Justiça Federal.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 1º, da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997 e considerando o que consta no processo administrativo nº 00407.005855/2011-15, resolve:

Art. 1º A presente portaria autoriza a realização de acordos, homologados em juízo, para terminar litígios, nas causas de valor até R$ 100.000,00 (cem mil reais), no âmbito do projeto de conciliações prévias e em execução fiscal, da Procuradoria-Geral Federal aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça e Conselho da Justiça Federal.

Parágrafo único. O disposto neste artigo apenas se aplica aos créditos de natureza não tributária.

Art. 2º Os débitos inscritos em dívida ativa, tanto em fase anterior ao ajuizamento quanto posterior à propositura da execução fiscal poderão ser pagos ou parcelados mediante acordo homologado em juízo quando da realização de mutirões de conciliações, da seguinte forma:

I - pagos à vista, com redução de 50% (cinquenta por cento) das multas de mora, de 45% (quarenta e cinco por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal; ou

II - parcelados em até 60 (sessenta) prestações mensais, com redução de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal.

Art. 3º Na hipótese do inciso II do artigo 2º desta Portaria, o valor mínimo de cada prestação será de R$ 100,00 (cem reais), para pessoas jurídicas, e de R$ 50,00 (cinquenta reais), para pessoas físicas.

§ 1º O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

§ 2º A falta de pagamento de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, ou de uma ou duas parcelas, estando pagas todas as demais, implicará a imediata rescisão do parcelamento com o cancelamento dos benefícios concedidos.

§ 3º Na hipótese de rescisão do parcelamento, o valor referente aos encargos legais será atualizado desde a data da realização do acordo nos termos do §1º deste artigo.

§ 4º O parcelamento de que trata esta Portaria não implica novação de dívida.

§ 5º Em caso de rescisão do parcelamento, observados os §§ 2º e 3º do presente artigo, o processo de execução fiscal prosseguirá, ou terá início, em relação ao valor originário atualizado, abatidas as importâncias adimplidas no decurso do parcelamento.

§ 6º Será admitido o reparcelamento dos débitos, nos termos da Portaria nº 954 de 23 de setembro de 2009, da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 4º As reduções previstas nesta Portaria não são cumulativas com outras previstas em lei ou ato normativo infralegal e serão aplicadas somente em relação aos saldos devedores dos débitos.

Art. 5º As transações ou acordos conterão obrigatoriamente cláusula de renúncia a eventuais direitos decorrentes do mesmo fato ou fundamento jurídico que deu origem à ação judicial Art. 6º A realização dos mutirões fica condicionada à autorização expressa do Procurador-Geral Federal.

Art. 7º O disposto nesta Portaria se aplica exclusivamente às conciliações prévias e em execuções fiscais que serão realizadas em Brasília entre os dias 24 a 27 de outubro de 2011.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 24.10.2011.

**PORTARIA Nº 514, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2011.**

*Regulamenta o procedimento de adjudicação de bens imóveis em ações judiciais propostas pela União e pelas Autarquias e Fundações Públicas Federais.*[[269]](#footnote-270)

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,**no uso da atribuição que lhe conferem o art. 87, incisos I e II da Constituição Federal e o art. 4°, incisos I, X, XIII e XVIII, da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, e

Considerandoa necessidade de regulamentar os procedimentos de adjudicação de bens imóveis em ações judiciais propostas pela União e suas autarquias e fundações públicas federais, resolve:

Art. 1~~º~~ O procedimento de adjudicação de bens imóveis em ações judiciais propostas pela União e pelas autarquias e fundações públicas federais, será realizado em conformidade com o disposto nesta Portaria.

**Seção I**

**Da Adjudicação**

Art. 2~~º~~ Nos processos judiciais, que tenham por objeto crédito de qualquer natureza, poderá ser requerida a adjudicação de bens imóveis em favor do credor quando houver interesse de órgão da Administração Direta ou de entidade da Administração Autárquica e Fundacional, de quaisquer dos poderes da União.

Art. 3~~º~~ Não será permitida adjudicação de fração de imóvel que impeça o aproveitamento da área adjudicada.

Art. 4~~º~~ A adjudicação somente será requerida se não constar nenhuma constrição de qualquer natureza que possa impossibilitar a transferência da propriedade.

Art. 5º. Realizada a adjudicação, é vedado promover, com o montante do crédito dela decorrente, a extinção total ou parcial de dívidas em relação as quais não tenha havido penhora sobre o mesmo imóvel.

Parágrafo único. A vedação prevista no **caput** não se aplica em relação a dívidas cujo processo judicial que discute o crédito tenha transitado em julgado, bem como aos demais casos em que houver manifestação de concordância do devedor.

**Seção II**

**Disposições Gerais**

Art. 6~~º~~. As Procuradorias Gerais da Fazenda Nacional-PGFN, da União-PGU, Federal-PGF e do Banco Central-PGBC manterão atualizado o cadastro, a ser criado por esta Advocacia-Geral da União, em meio eletrônico, contendo todos os bens imóveis penhorados em processos judiciais.

§ 1~~º~~ Os órgãos da Administração Direta e as entidades da Administração Autárquica e Fundacional, de quaisquer dos Poderes da União, terão acesso ao cadastro mediante requerimento da autoridade máxima do órgão ou entidade.

§ 2~~º~~ Até a criação do cadastro descrito no **caput***,* a comunicação acerca da existência de bens penhorados será realizada por qualquer outro meio idôneo.

Art. 7º. O interesse no bem imóvel penhorado será demonstrado, por escrito e de forma fundamentada, pelo dirigente máximo do órgão ou entidade, permitida a delegação.

Parágrafo único. Para os fins previstos no **caput**, o órgão ou entidade interessado poderá solicitar diretamente à Procuradoria responsável pelo processo judicial, de forma fundamentada, a constatação da situação jurídica dos bens imóveis e sua reavaliação judicial.

Art. 8º. No processo de execução fiscal, a adjudicação será efetivada:

I – antes do leilão, pelo preço da avaliação, se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos;

II – após o primeiro ou o segundo leilão:

a) se não houver licitantes, por cinquenta por cento do valor da avaliação;

b) se houver licitantes, com preferência, em igualdade de condições com a melhor oferta, no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Nos demais procedimentos judiciais, que não executivo fiscal, a adjudicação será efetivada nos termos do Código de Processo Civil ou de norma processual aplicável à demanda judicial em curso.

Art. 9º. O pedido de extinção total ou parcial do crédito exequendo ficará condicionado ao registro do imóvel adjudicado no Cartório de Registro de Imóveis.

Parágrafo único. Na hipótese da evicção do bem adjudicado, deverá ser ajuizada a ação cabível buscando o ressarcimento integral, nos termos do artigo 450 do Código Civil.

Art. 10. Caso o valor do bem imóvel adjudicado seja superior ao montante atualizado da dívida na data da adjudicação, e desde que não constatada nos autos judiciais a existência de outras em nome do mesmo executado, caberá o órgão ou entidade arcar com o depósito da diferença na data e na forma da decisão judicial que deferir o ato.

§1º Na hipótese do **caput**, deverá a unidade da Procuradoria competente comunicar ao órgão ou entidade interessado acerca da decisão judicial, a fim de que seja depositada a quantia devida.

§2º Caso constatada a existência de outras dívidas nos autos judiciais em nome do mesmo devedor, a Procuradoria competente pelo acompanhamento do respectivo processo será imediatamente comunicada, para fins de adoção das providências judiciais cabíveis.

**Seção II****I**

**Do Proce****dimento de Adjudicação**

Art. 11. Os órgãos da Administração Pública Direta ou as entidades da Administração Autárquica e Fundacional, de quaisquer dos Poderes da União, interessados em bem imóvel penhorado, deverão demonstrar, na forma do art. 7º, o interesse na utilização do imóvel à unidade da Procuradoria responsável pelo processo judicial.

Art. 12. A Procuradoria responsável pelo processo judicial, ao receber manifestação de interesse de órgão ou entidade, deverá instaurar processo administrativo e instruí-lo com extrato atualizado da dívida; cópias do auto de penhora, do laudo de avaliação e, caso existente, do auto de constatação e reavaliação; bem como demais documentos relacionados ao bem.

Parágrafo único. A Procuradoria deverá informar nos autos do processo administrativo, para fins de análise do valor da adjudicação, em que fase se encontra o processo judicial, especialmente quanto à existência de leilão negativo realizado.

Art. 13. O processo administrativo deverá ser encaminhado, via PGFN, PGU, PGF ou PGBC à Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento-SPU ou ao dirigente máximo da autarquia ou da fundação pública federal detentora do crédito, conforme o caso, a fim de que anuam ou rejeitem a pretensão de adjudicação.

Art. 14. O processo administrativo com a manifestação da SPU ou do dirigente máximo da autarquia ou da fundação pública federal detentora do crédito, deverá ser encaminhado pela PGFN, PGU, PGF ou pela PGBC à Procuradoria responsável pelo processo judicial, no prazo de 30 dias, a contar do protocolo de recebimento.

§1º. Recebido o processo administrativo com as manifestações favoráveis na forma do **caput**, a Procuradoria responsável pelo processo judicial requererá, desde que ainda possível, a adjudicação do imóvel.

§2º. Caso as manifestações sejam desfavoráveis ou a adjudicação se mostre impossibilitada, a Procuradoria responsável pelo processo judicial cientificará o órgão ou a entidade interessado.

Art. 15. Expedida a carta de adjudicação do bem, a Procuradoria responsável pelo processo judicial deverá encaminhar o processo administrativo ao órgão ou entidade interessado, a fim de que promova gestões junto a SPU ou à entidade credora, para que esta adote os procedimentos necessários à incorporação do imóvel ao patrimônio da União ou da autarquia ou fundação pública federal, conforme o caso.

Parágrafo único. Incorporado o bem ao patrimônio, a SPU ou a entidade credora adotará providências de sua competência para promover a entrega ao órgão ou a transferência de titularidade à entidade Autárquica ou Fundacional.

Art. 16. Caberá ao órgão ou à entidade beneficiada imitir-se na posse do imóvel.

Art. 17. Efetivada ou não a incorporação do bem, os autos do processo administrativo deverão ser encaminhados à Procuradoria responsável pela adjudicação, a fim de que esta requeira a extinção do processo judicial ou o prosseguimento do feito, conforme o caso.

Parágrafo único. O pedido de extinção do crédito objeto da execução em que ocorrer a adjudicação ou da execução em que for utilizado o produto excedente da adjudicação, na forma do art. 10, §2º, será homologada após a efetiva transferência do bem ao patrimônio público federal.

Art. 18. A Procuradoria responsável pela execução promoverá o arquivamento dos autos do processo administrativo de adjudicação.

**Seção IV**

**Disposições finais**

Art. 19. As disposições desta portaria aplicam-se a todas as ações judiciais em curso.

Art. 20. A Advocacia-Geral da União, através de seu Departamento de Gestão Estratégica, constituirá o cadastro referido no art. 6~~º,~~ no prazo de 6 (seis) meses, a contar da publicação desta portaria.

Art. 21. Esta portaria aplica-se à adjudicação prevista no art. 18 da Lei n~~º~~ 9.393, de 19 de dezembro de 1996.

Art. 22. A PGFN, PGU, PGF e a PGBCexpedirão instrução para o fiel cumprimento da presente Portaria.

Art. 23. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 10.11.2011.

**PORTARIA Nº 559, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Santa Maria/RS.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Santa Maria/RS e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Santa Maria/RS com sede na cidade de Santa Maria/RS, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Santa Maria/RS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 7.12.2011.

**PORTARIA Nº571, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Guarulhos/SP.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Guarulhos/SP e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Guarulhos/SP com sede na cidade de Guarulhos/SP, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Guarulhos/SP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 14.12.2011.

**PORTARIA Nº 573, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011.**

*Dispõe sobre providências para controle do exercício de cargos em comissão e outras situações geradoras de exercício divergente da lotação por Advogados da União e Procuradores Federais.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhes conferem os incisos I e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, Considerando o disposto no art. 7º da Lei nº 11.890, 24 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º A Secretaria-Geral da AGU, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Coordenação-Geral de Pessoal da Procuradoria-Geral Federal, respectivamente, encaminharão ao Gabinete do Advogado-Geral da União, até o dia 10 de cada mês, a relação nominal de Advogados da União, de integrantes do quadro suplementar a que se refere o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, de Procuradores da Fazenda Nacional e de Procuradores Federais que estão em exercício fora dos respectivos órgãos de lotação, informando a razão de se encontrarem nessa situação, bem como, quando for o caso, as medidas adotadas para a sua regularização, em consonância com a Lei nº 11.890, 24 de dezembro de 2008.

Parágrafo único. Constatada a existência de exercício em desacordo com a legislação vigente, o Gabinete do Advogado-Geral da União adotará as providências cabíveis, inclusive, quando for o caso, o encaminhamento à Corregedoria-Geral da Advocacia da União e à unidade responsável da Procuradoria-Geral Federal, para apuração de responsabilidade funcional.

Art. 2º Fica revogado o Ato Regimental nº 6, de 30 de outubro de 2008.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 16.12.2011.

**PORTARIA N° 596, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2011.**

*Dispõe sobre a identificação dos subscritores de documentos no âmbito da Advocacia-Geral da União.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO SUBSTITUTO,** no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 4°, incisos I e XVIII, da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, resolve:

Art. 1° Os membros e servidores da Advocacia-Geral da União, inclusive os da Procuradoria-Geral Federal, bem como os servidores e empregados de outros órgãos e entidades que estejam em exercício na AGU, ao subscreverem quaisquer documentos no âmbito da Instituição, no desempenho de suas atribuições, deverão observar o seguinte:

I -os membros efetivos e os demais servidores da Instituição detentores apenas de cargos efetivos deverão indicar abaixo da assinatura o nome completo e o cargo;

II - os membros da Instituição titulares de cargos de confiança e os demais detentores de cargos em comissão deverão indicar abaixo da assinatura o nome completo e o cargo de confiança, assegurada a faculdade de colocar, entre ambos, o cargo efetivo;

III - os servidores ou empregados de outros órgãos ou entidades da Administração Federal não detentores de cargos em comissão que estejam em exercício na AGU deverão indicar abaixo da assinatura o nome completo, o cargo efetivo ou emprego e o número da matrícula no SIAPE.

Parágrafo único. Na hipótese em que a denominação do cargo não baste à sua imediata identificação, caberá o registro do órgão ou da unidade administrativa de lotação ou exercício na AGU.

Art. 2º O Anexo a esta Portaria contém os padrões a serem observados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço.

Art. 4º Revoga-se a Portaria AGU nº 619, de 16 de agosto de 2002.

**FERNANDO LUIZ ALBUQUERQUE FARIA**

B. S. nº 52, de 30.12.2011.

**ANEXO À PORTARIA/AGU N° 596, DE 2011**

**Padrões a que se refere o art. 1°, inciso I:**

**- Membro efetivo da AGU:**

(NOME)

Advogado da União

(NOME)

Assistente Jurídico

(NOME)

Procurador da Fazenda Nacional

(NOME)

Procurador Federal

**- Servidor da AGU:**

(NOME)

Agente Administrativo

**Padrões a que se refere o art. 1°, inciso II:**

**- Membro da AGU titular de cargo de confiança:**

(NOME)

Consultor da União

OU

(NOME)

Advogado da União/Procurador da Fazenda Nacional/Procurador Federal

Consultor da União

**- Detentor de cargo em comissão da AGU:**

(NOME)

Coordenador-Geral de Recursos Humanos

OU

(NOME)

Agente administrativo

Coordenador-Geral de Recursos Humanos

**Padrão a que se refere o art. 1º**, **inciso III:**

(NOME)

Técnico de Nível S

**Padrões a que se refere o art. 1º, parágrafo único:**

(NOME)

Coordenador-Geral

Gabinete do Advogado-Geral da União

(NOME)

Contador

Departamento de Cálculos e Perícias –PGU

**PORTARIA Nº 22, DE 12 DE JANEIRO DE 2012.**

*Estabelece regras a serem observadas pelos integrantes de carreiras jurídicas da Advocacia-Geral da União, inclusive da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Banco Central, na atuação em comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar e dá outras providências.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, I, XIII e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 75 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, resolve:

Art. 1º Os Procuradores Federais, os Procuradores do Banco Central do Brasil, os Procuradores da Fazenda Nacional, os Advogados da União e os integrantes do Quadro Suplementar da Advocacia-Geral da União, de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, quando integrarem comissão de sindicância ou de processo administrativo disciplinar designada no âmbito da Advocacia-Geral da União e dos órgãos jurídicos a ela vinculados observarão o disposto nesta Portaria.

Art. 2º A instalação dos trabalhos das comissões disciplinares deve ser imediatamente comunicada pelo presidente designado à autoridade instauradora.

§1º A comunicação de que trata o caput conterá as informações do local de funcionamento, do telefone e do endereço eletrônico de contato com a comissão, e, se for o caso, apontará as dificuldades materiais encontradas para o desenvolvimento dos trabalhos.

§2º Constará ainda da comunicação o planejamento para a execução dos trabalhos, com indicação do cronograma de atividades.

§3º Compete ao presidente da comissão, no início dos trabalhos, realizar a comunicação à unidade de recursos humanos, para os fins de que trata o art. 172 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 3º As comissões encaminharão, periodicamente, à unidade responsável pela coordenação de processos disciplinares, relatórios sucintos das atividades desenvolvidas, contendo informações precisas sobre a fase em que se encontram e a indicação dos principais atos processuais praticados no período.

§1º Ao longo da condução dos trabalhos, a alteração dos prazos inicialmente previstos no cronograma será informada à autoridade instauradora.

§2º A autoridade instauradora disciplinará o disposto neste artigo em ato próprio, no âmbito do respectivo órgão.

Art. 4º Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, ou quando a medida se fizer necessária à instrução processual, a comissão de processo disciplinar poderá solicitar motivadamente à autoridade instauradora o afastamento do servidor do exercício do cargo, nos termos do art. 147 da Lei nº 8.112, de 1990, e do parágrafo único do art. 20 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, a comissão sugerirá o tempo de duração do afastamento.

Art. 5º Quando, no curso da apuração, forem verificados indícios de crime, a comissão proporá à autoridade julgadora, por ocasião do relatório final, a remessa dos autos da sindicância ou do processo administrativo disciplinar ao Ministério Público, para análise quanto a eventual instauração de ação penal, ficando trasladado por cópia na repartição.

§1º Na hipótese de sindicância, o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público pela autoridade julgadora independe da instauração do processo disciplinar.

§2º Quando as circunstâncias exigirem, a comissão encaminhará à autoridade julgadora, antes do relatório final, sugestão de representação para fins penais, instruída com cópia dos documentos necessários, para avaliação quanto ao cabimento da remessa do assunto ao Ministério Público.

§3º O procedimento previsto neste artigo aplica-se aos encaminhamentos que tenham como destinatário o Departamento de Polícia Federal ou outra autoridade policial competente.

Art. 6º O encaminhamento de cópias dos autos do processo, por sugestão de comissão de sindicância ou de processo administrativo disciplinar, dar-se-á por intermédio da autoridade instauradora, quando endereçado aos seguintes órgãos:

I – Secretaria da Receita Federal do Brasil, para os fins de que trata o Decreto nº 3.781, de 2 de abril de 2001;

II – Tribunal de Contas da União;

III – órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal;

IV – Controladoria-Geral da União;

V – Advocacia-Geral da União, quando o caso sob apuração apresentar indícios de configuração de improbidade administrativa ou recomendar a indisponibilidade de bens, o ressarcimento ao erário e outras providências a cargo do órgão.

Parágrafo único. Compete à autoridade instauradora, quando entender cabível, remeter as informações necessárias e provocar a atuação dos órgãos referidos nos incisos I a V do **caput** deste artigo.

Art. 7º As solicitações que visem à obtenção de informações, documentos ou provas necessárias para instrução dos procedimentos disciplinares e dos demais processos administrativos sob responsabilidade de comissões designadas no âmbito da Advocacia-Geral da União e de seus órgãos vinculados poderão ser formuladas diretamente pelos respectivos presidentes das comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar, no exercício de suas funções investigativas, não se sujeitando ao disposto nos arts. 5º e 6º desta Portaria.

Art. 8º As correspondências, notificações, requisições e intimações recebidas por comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar, originárias de membros do Ministério Público, contendo solicitações de informações ou de documentos, que tenham como destinatários os membros da comissão, serão diretamente atendidas por esta, a qual deverá proceder à juntada de cópia reprográfica do expediente de encaminhamento aos respectivos autos.

§1º Quando os expedientes de que tratam o **caput** deste artigo não se originarem do Procurador-Geral da República e referirem-se à matéria que esteja relacionada ou decorra da prática de ato de competência institucional de Ministro de Estado ou autoridade equivalente, deverá o solicitante ser informado de que a comissão não é competente para prestar as informações, as quais deverão ser solicitadas na forma do §4º do art. 8º da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

§2º Havendo dúvida sobre a possibilidade de encaminhamento direto, a comissão deverá solicitar orientação à autoridade instauradora.

Art. 9º Compete à autoridade instauradora ou julgadora fixar o grau de restrição de acesso ao procedimento disciplinar.

§ 1º No curso de apuração, os autos de sindicância e de processo administrativo disciplinar são classificados de acesso restrito às informações neles constantes às pessoas envolvidas na apuração, sem prejuízo do disposto no art. 15, parágrafo único, da Lei nº 8.429, de 1992.

§ 2º A manifestação de integrantes das carreiras de que trata o art. 1º, por qualquer meio de divulgação, sobre assuntos tratados em sindicância ou processo administrativo disciplinar instaurado no âmbito da Advocacia-Geral da União e de seus órgãos vinculados, no qual atuem ou tenham atuado, dependerá de autorização prévia e expressa da autoridade instauradora, ressalvado o disposto no **caput** do art. 8º desta Portaria.

Art. 10. É vedado o deferimento de pedidos de ingresso como assistente, nos autos de sindicâncias ou de processos administrativos disciplinares, formulados por particulares, órgãos, entidades, partidos políticos, associações, sindicatos, organizações religiosas e demais organizações da sociedade civil, com a finalidade de intervir no processo, inclusive para auxiliar o denunciante ou o acusado.

Art. 11. Quando tipificada a infração, será formulada a indiciação do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

Art. 12. Após a apreciação da defesa, a comissão elaborará relatório minucioso e conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, do qual constarão os seguintes elementos:

I – a identificação da comissão;

II – o resumo das principais peças dos autos;

III – o resumo dos antecedentes do processo;

IV – os fatos apurados pela comissão;

V – os fundamentos da indiciação;

VI – a indicação do dispositivo legal ou regulamentar transgredido;

VII – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

VIII – informações sobre os antecedentes funcionais;

IX – a apreciação das questões fáticas e jurídicas, relacionadas ao objeto da apuração, suscitadas na defesa;

X – a conclusão pela inocência ou responsabilidade do servidor;

XI – a menção às provas em que se baseou para formar a sua convicção, indicando as folhas dos autos em que se encontram;

XII – as razões que fundamentam a conclusão;

XIII – o enquadramento legal da conduta do servidor, quando for o caso;

XIV – a proposta de aplicação de penalidade, quando for o caso;

XV – manifestação sobre a existência de indícios de possível configuração de crime e de dano ao erário;

XVI – sugestões de medidas que, a juízo da Administração, podem ser adotadas para melhoria dos serviços;

XVII – sugestões de outras medidas necessárias relacionadas ao objeto da apuração.

Parágrafo único. No relatório final, a apreciação e eventual acolhimento da tese de prescrição, pela comissão, não dispensa a análise do mérito da imputação.

Art. 13. O disposto nos arts. 5º, 6º e 9º deve ser observado por membro de carreira jurídica relacionado no art. 1º, designado para compor comissão de sindicância ou de processo administrativo disciplinar instaurado no âmbito de órgão não integrante da Advocacia-Geral da União ou a ela não vinculado, salvo norma ou orientação diversa expedida pela autoridade instauradora.

Art. 14. As dúvidas e situações não previstas nesta portaria devem ser submetidas à autoridade instauradora.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 13.1.2012

**PORTARIA Nº 203, DE 22 DE MAIO DE 2012.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Araçatuba/SP*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Araçatuba/ SP e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Araçatuba/ SP com sede na cidade de Araçatuba/SP, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Araçatuba/SP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 23.5.2012.

**PORTARIA Nº 204, DE 24 DE MAIO DE 2012.**

*Dispõe sobre os procedimentos e rotinas a serem utilizados no monitoramento dos Grandes Devedores das Autarquias e Fundações Públicas Federais*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,**no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VI, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, resolve:

Art. 1º A presente portaria cria o Grupo de Cobrança dos Grandes Devedores (GCGD), a quem caberá o monitoramento da cobrança administrativa e judicial relativa aos grandes devedores das Autarquias e Fundações Públicas Federais, observados critérios de solvabilidade dos mesmos.

Parágrafo único. Serão definidas em ato do Procurador-Geral Federal, as Autarquias e Fundações Públicas Federais que terão seus créditos monitorados nos termos desta portaria, bem como os patamares iniciais dos valores da dívida consolidada por devedor a serem acompanhados.

Art. 2º As representações do Grupo de Cobrança dos Grandes Devedores serão instituídas em todas as Procuradorias Regionais Federais e estarão vinculadas diretamente à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos (CGCOB).

Art. 3º. Nas Procuradorias Federais nos Estados, os Núcleos de Ações Prioritárias (NAPs) poderão ser instados pela CGCOB a exercer, a título de colaboração, as funções de monitoramento dos grandes devedores, hipótese em que as respectivas atribuições serão exercidas mediante coordenação da representação regional do GCGD.

Art. 4º Cabe ao Grupo de Cobrança dos Grandes Devedores:

I – acompanhar a execução de todos os procedimentos, no âmbito administrativo ou judicial, que tenham por objeto a cobrança dos créditos dos grandes devedores das Autarquias e Fundações Públicas Federais;

II – efetuar o ajuizamento e acompanhamento das execuções fiscais propostas em face dos grandes devedores e o acompanhamento de ações ou outros procedimentos judiciais que tenham por objeto a discussão de créditos já constituídos ou a serem constituídos, inclusive em grau de recurso, observada a lista de grandes devedores acompanhada por todos os GCGDs.

III – identificar e acompanhar permanentemente as ações, inclusive as penais, que envolvam os grandes devedores ou seus responsáveis legais, na área de atuação do GCGD;

IV – zelar pela atualização dos dados administrativos e processuais das empresas sob sua responsabilidade nos sistemas informatizados;

V – exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos relativos aos créditos dos grandes devedores;

VI – analisar, deferir e acompanhar os parcelamentos de créditos inscritos em dívida ativa relativos às empresas que estejam sob sua responsabilidade, verificando a regularidade de pagamento das parcelas e solicitando sua rescisão quando for o caso;

VII – elaborar, se for o caso, quando vislumbrada a ocorrência de crime ou contravenção penal, notícia-crime, encaminhando-a ao órgão competente para instauração do inquérito policial e/ou oferecimento da denúncia, instruindo-a com cópia do respectivo processo administrativo e os dados relevantes para a apuração criminal;

VIII – prestar informações às consultas formuladas pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal e por outros órgãos, bem como requerer a tais órgãos as informações necessárias para a instrução dos processos administrativos ou judiciais relacionados aos grandes devedores.

IX – cumprir as diretrizes e determinações estabelecidas pela Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos e enviar à CGCOB, preferencialmente por meio eletrônico, até o dia 5 de cada mês, relatórios gerenciais circunstanciados acerca do monitoramento das empresas sob sua responsabilidade;

X – promover a realização de estudos, pesquisas e análises relativamente ao perfil econômico/financeiro/contábil e ao comportamento judicial dos grandes devedores e dos segmentos econômicos relacionados, de modo a demonstrar sua evolução patrimonial, evidenciar a caracterização de grupos econômicos de empresas e possibilitar a adoção de estratégias jurídicas mais eficazes na efetiva cobrança dos créditos dos grandes devedores;

XI – contribuir com todas as unidades e órgãos responsáveis pela arrecadação das Autarquias e Fundações Públicas Federais, no fornecimento de subsídios que visem facilitar o ingresso de receitas, bem como sugerir possíveis alterações na legislação e normas internas pertinentes à arrecadação e cobrança dos créditos dos grandes devedores;

XII – acompanhar a situação dos grandes devedores no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN, determinando às Autarquias e Fundações Públicas Federais os registros e alterações necessárias;

XIII – solicitar à CGCOB autorização para a inclusão no monitoramento do respectivo GCGD de outros devedores que mereçam acompanhamento e monitoramento especial;

XIV – solicitar à CGCOB a exclusão de empresa que tenha falido, esteja em liquidação, ou ainda cuja situação patrimonial e societária não autorize vislumbrar possibilidade de recuperação dos créditos, justificadamente;

XV – requisitar processos administrativos ou suas cópias, diligências, pesquisas e análises às Procuradorias Federais, Especializadas ou não, junto às Autarquias e Fundações Públicas Federais, de forma a melhor instruir os procedimentos de cobrança judicial ou administrativa.

Parágrafo único. As requisições às quais se refere o inciso XV terão tratamento preferencial e serão atendidas no prazo nelas assinalado.

Art. 5º As demandas do GCGD relacionadas às atividades administrativas de rotina serão atendidas pelos Serviços de Apoio Administrativo das Procuradorias Regionais Federais e, na hipótese do art. 3º, pelos Serviços de Apoio Administrativo dos NAPs locais, quando houver.

Art. 6º As citações e intimações por mandado judicial, de quaisquer ações referentes aos devedores sob competência dos GCGDs, bem como os processos administrativos e demais documentos, deverão ser imediatamente a eles remetidos para a adoção das medidas cabíveis.

Parágrafo único. Os procuradores do GCGD contatarão as autoridades junto às Autarquias e Fundações Públicas Federais para que, no âmbito de suas competências, adotem procedimento similar ao estabelecido no *caput* deste artigo.

Art. 7º O cadastramento das ações referentes aos grandes devedores no Sistema Integrado de Cadastramento das Ações da União – SICAU, será feito com a indicação de relevância “grandes devedores”.

Art. 8º Os GCGDs encaminharão à CGCOB a lista atualizada dos grandes devedores sob sua responsabilidade e renovarão o encaminhamento sempre que nesta houver alteração.

Art. 9º A CGCOB divulgará na rede AGU a lista atualizada dos grandes devedores.

Parágrafo único. Caberá às Procuradorias Federais, Especializadas ou não, junto às Autarquias e Fundações Públicas Federais dar conhecimento da lista aos setores competentes dessas entidades.

Art. 10 Caberá à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos a indicação dos Procuradores Federais que integrarão os GCGDs mediante a aprovação e designação do Procurador-Geral Federal.

§1º Os Procuradores Federais designados nos termos do caput exercerão suas atividades com exclusividade.

§ 2º Nos GCGDs compostos por apenas um Procurador Federal, será designado outro Procurador Federal para exercer suas atribuições durante os seus afastamentos legais.

Art. 11 As dúvidas ou controvérsias decorrentes da interpretação desta Portaria serão dirimidas pelo Procurador-Geral Federal.

Art. 12 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 25.5.2012.

**PORTARIA Nº 303, DE 16 DE JULHO DE 2012.**

*Dispõe sobre as salvaguardas institucionais às terras indígenas conforme entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal na Petição 3.388 RR.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso 11, da Constituição Federal e o art. 4º, incisos X e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e considerando a necessidade de normatizar a atuação das unidades da Advocacia-Geral da União em relação às salvaguardas institucionais às terras indígenas, nos termos do entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal na Petição 3.388-Roraima (caso Raposa Serra do Sol), cujo alcance já foi esclarecido por intermédio do PARECER nº 153/2010/DENOR/CGU/AGU, devidamente aprovado;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar a interpretação das salvaguardas às terras indígenas, a ser uniformemente seguida pelos órgãos jurídicos da Administração Pública Federal direta e indireta, determinando que se observe o decidido pelo STF na Pet. 3.888-Roraima, na forma das condicionantes abaixo:

*"(I) o usufruto das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes nas terras indígenas (art. 231, § 2º, da Constituição Federal) pode ser relativizado sempre que houver, como dispõe o art. 231, 6º, da Constituição, relevante interesse público da União, na forma de lei complementar".*

*"(II) o usufruto dos índios não abrange o aproveitamento de recursos hídricos e potenciais energéticos, que dependerá sempre de autorização do Congresso Nacional".*

*"(III) o usufruto dos índios não abrange a pesquisa e lavra das riquezas minerais, que dependerá sempre de autorização do Congresso Nacional assegurando-lhes a participação nos resultados da lavra, na forma da Lei".*

*"(IV) o usufruto dos índios não abrange a garimpagem nem a faiscação, devendo, se for o caso, ser obtida a permissão de lavra garimpeira".*

*"(V) o usufruto dos índios não se sobrepõe ao interesse da política de defesa nacional; a instalação de bases, unidades e postos militares e demais intervenções militares, a expansão estratégica da malha viária, a exploração de alternativas energéticas de cunho estratégico e o resguardo das riquezas de cunho estratégico, a critério dos órgãos competentes (Ministério da Defesa e Conselho de Defesa Nacional), serão implementados independentemente de consulta às comunidades indígenas envolvidas ou à FUNAI".*

*"(VI) a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal na área indígena, no âmbito de suas atribuições, fica assegurada e se dará independentemente de consulta às comunidades indígenas envolvidas ou à FUNAI".*

*"(VII) o usufruto dos índios não impede a instalação, pela União Federal, de equipamentos públicos, redes de comunicação, estradas e vias de transporte, além das construções necessárias à prestação de serviços públicos pela União, especialmente os de saúde e educação".*

*"(VIII) o usufruto dos índios na área afetada por unidades de conservação fica sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade".*

*"(IX) o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade responderá pela administração da área da unidade de conservação também afetada pela terra indígena com a participação das comunidades indígenas, que deverão ser ouvidas, levando-se em conta os usos, tradições e costumes dos indígenas, podendo para tanto contar com a consultoria da FUNAI".*

*"(X) o trânsito de visitantes e pesquisadores não-índios deve ser admitido na área afetada à unidade de conservação nos horários e condições estipulados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade".*

*"(XI) devem ser admitidos o ingresso, o trânsito e a permanência de não-índios no restante da área da terra indígena, observadas as condições estabelecidas pela FUNAI".*

*"(XII) o ingresso, o trânsito e a permanência de não-índios não pode ser objeto de cobrança de quaisquer tarifas ou quantias de qualquer natureza por parte das comunidades indígenas".*

*"(XIII) a cobrança de tarifas ou quantias de qualquer natureza também não poderá incidir ou ser exigida em troca da utilização das estradas, equipamentos públicos, linhas de transmissão de energia ou de quaisquer outros equipamentos e instalações colocadas a serviço do público, tenham sido excluídos expressamente da homologação, ou não".*

*"(XIV) as terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício do usufruto e da posse direta pela comunidade indígena ou pelos índios (art. 231, § 2º, Constituição Federal c/c art. 18, caput, Lei nº 6.001/1973)".*

*"(XV) é vedada, nas terras indígenas, a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas, a prática de caça, pesca ou coleta de frutos, assim como de atividade agropecuária ou extrativa (art. 231, § 2º, Constituição Federal, c/c art. 18, § 1º. Lei nº 6.001/1973)".*

*"(XVI) as terras sob ocupação e posse dos grupos e das comunidades indígenas,*

*o usufruto exclusivo das riquezas naturais e das utilidades existentes nas terras ocupadas, observado o disposto nos arts. 49, XVI e 231, § 3º, da CR/88, bem como a renda indígena (art. 43 da Lei nº 6.001/1973), gozam de plena imunidade tributária, não cabendo à cobrança de quaisquer impostos, taxas ou contribuições sobre uns e ou outros".*

*"(XVII) é vedada a ampliação da terra indígena já demarcada".*

*"(XVIII) os direitos dos índios relacionados às suas terras são imprescritíveis e estas são inalienáveis e indisponíveis (art.231,§ 4º, CR/88)".*

*"(XIX) é assegurada a participação dos entes federados no procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas, encravadas em seus territórios, observada a fase em que se encontrar o procedimento".*

Art. 2º Os procedimentos em curso que estejam em desacordo com as condicionantes indicadas no art. 1° serão revistos no prazo de cento e vinte dias, contado da data da publicação desta Portaria.

Art. 3º Os procedimentos finalizados serão revisados e adequados a presente Portaria.

Art. 4º O procedimento relativo à condicionante XVII, no que se refere à vedação de ampliação de terra indígena mediante revisão de demarcação concluída, não se aplica aos casos de vício insanável ou de nulidade absoluta.

Art. 5º O procedimento relativo à condicionante XIX é aquele fixado por portaria do Ministro de Estado da Justiça.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor no dia seguinte ao da publicação do acórdão nos embargos declaratórios a ser proferido na Pet 3388-RR que tramita no Supremo Tribunal Federal **(Redação dada pela Portaria nº 415, de 17.9.2012)(\*)**

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 17.7.2012.

**(\*)** [[270]](#footnote-271)[[271]](#footnote-272) Ver nas notas de rodapé a seguir o inteiro teor das portarias que, sucessivamente, alteraram a redação do art. 6º da Portaria nº 303, de 16.7.2012.

**PORTARIA Nº 318, DE 2 DE AGOSTO DE 2012.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Duque de Caxias/RJ*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria**-**Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Duque de Caxias/RJ e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Duque de Caxias/RJ com sede na cidade de Duque de Caxias/RJ, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Duque de Caxias/RJ.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 3.8.2012.

**PORTARIA Nº 411, DE 13 DE SETEMBRO 2012.**

*Dispõe sobre a intervenção da União, das autarquias e fundações públicas federais, na qualidade de amicus curiae, nas ações judiciais de controle concentrado e em recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida em trâmite no Supremo Tribunal Federal.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, III, X e XIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e considerando a necessidade de unificar as teses jurídicas da União e de suas autarquias e fundações públicas perante o Supremo Tribunal Federal, resolve:

Art. 1º O ingresso da União, suas autarquias e fundações públicas, na qualidade de *amicus curiae,* em Ação Direta de Constitucionalidade, Ação Direta de Inconstitucionalidade, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental e recurso extraordinário, com repercussão geral reconhecida em trâmite no Supremo Tribunal Federal, depende de autorização prévia e expressa do Advogado-Geral da União.

Art. 2º A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria-Geral do Banco Central encaminharão ao Advogado-Geral da União a minuta do pedido de intervenção, com prazo razoável para exame da tese jurídica sustentada.

Art. 3º Aprovado o pedido de ingresso, a Secretaria-Geral de Contencioso da AGU comunicará a decisão ao órgão solicitante, que providenciará o respectivo protocolo do pedido.

Art. 4º. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria-Geral do Banco Central poderão editar normas internas para fins de cumprimento desta Portaria.[[272]](#footnote-273)

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Portaria nº 1.383, de 15.09.2010 (DOU de 17.09.2010, Seção 1, p. 1).

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 14.9.2012.

# PORTARIA Nº 46, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2013.

*Dispõe sobre a desistência e a não interposição de recursos em trâmite na Justiça do Trabalho em que a Procuradoria-Geral Federal atua em razão da competência prevista no art. 16, § 3º, II, da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VI, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e

Considerando os termos do Acordo de Cooperação Técnica nº 052/2009/CNJ, celebrado entre a Advocacia-Geral da União e o Conselho Nacional de Justiça;

Considerando os termos do 2º Pacto Republicano de Estado por um Sistema de Justiça mais Acessível, Ágil e Efetivo, assinado no dia 13 de abril de 2009 pelos Chefes do Executivo, Legislativo e Judiciário;

Considerando que o desnecessário prolongamento de milhares de processos na Justiça do Trabalho acarreta prejuízos para a Administração Federal e para o Poder Judiciário;

Considerando, ainda, que a Instrução Normativa AGU nº 4, de 19 de julho de 2004, autoriza a não-interposição ou desistência de recurso extraordinário de decisão que negar seguimento a recurso trabalhista exclusivamente por inobservância de pressupostos processuais de sua admissibilidade;

Considerando os termos da Portaria MF 435, de 08 de setembro de 2011, que autoriza a dispensa de manifestação dos procuradores federais nos feitos trabalhistas em que se discute a execução de ofício das contribuições sociais nos acordos ou condenações inferiores a R$ 10.000,00 (dez mil reais) de contribuição;

Considerando que a desistência de recursos sem viabilidade permitirá uma melhor identificação e atuação acerca das teses e processos relevantes, bem como a racionalização da atividade de representação judicial, resolve:

Art. 1º Os Procuradores Federais em exercício no Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal, nas Procuradorias Regionais Federais, nas Procuradorias Federais nos Estados, nas Procuradorias Seccionais Federais e nos Escritórios de Representação ficam autorizados a não interpor ou desistir de recursos já interpostos pela União nos processos em trâmite na Justiça do Trabalho que se refiram à competência delegada de que trata o art. 16, § 3º, II, da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007 e Portaria PGF/PGFN nº 433, de 25 de abril de 2007, quando houver:

I - enunciado de súmula da Advocacia-Geral da União, na forma do Ato Regimental AGU nº 1, de 2 de julho de 2008;

II – súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal – STF contrária à tese da União;

III - questão não prequestionada na forma da Súmula nº 297 do TST;

IV – deficiência de traslado em agravo de instrumento, segundo as regras da Instrução Normativa TST nº 16, de 15 de maio de 2003;

V – recurso de revista ou recurso de embargos com objetivo de reexame de fatos e provas, na forma da Súmula nº 126 do TST;

VI - recurso de revista que não demonstre violação direta à lei ou à Constituição Federal;

VII - recurso de revista interposto contra acórdão proferido em agravo de petição, na liquidação de sentença ou em processo incidente na execução, inclusive os embargos de terceiro, sem que tenha sido abordada violação direta à Constituição Federal, na forma da Súmula nº 266 do TST;

VIII - recurso de revista interposto contra acórdão regional proferido em agravo de instrumento, na forma da Súmula nº 218 do TST;

IX - parecer aprovado nos termos dos arts. 40 ou 41 da Lei Complementar nº 73, de 1993, e no qual se determine expressamente a incidência dos efeitos previstos nos §§ 1º e 2º do art. 40 da Lei Complementar nº 73, de 1993;

X - parecer aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda, na forma do art. 42 da Lei Complementar nº 73, de 1993;

XI - ato declaratório do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda, elaborado na forma do inciso II do art. 19 da Lei nº 10.522, de 2002, e seu regulamento;

XII - Súmula do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aprovada pelo Ministro de Estado da Fazenda;

XIII - acórdão transitado em julgado proferido em sede de ação direta de inconstitucionalidade, de ação declaratória de constitucionalidade ou de arguição de descumprimento de preceito fundamental contrário à tese da União;

XIV – acórdão transitado em julgado em sede de recurso extraordinário processado na forma do art. 543-B do Código de Processo Civil – CPC (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973) contrário à tese da União; ou

XV – acórdão do STF transitado em julgado em sede de recurso extraordinário que recusou a repercussão geral de determinada matéria pela manifestação de dois terços de seus membros, na forma do § 3º do art. 102 da Constituição Federal, e, concomitantemente, houver súmula ou orientação jurisprudencial do TST contrária à tese da União.

Art. 2º Os Procuradores Federais em exercício no Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal, nas Procuradorias Regionais Federais, nas Procuradorias Federais nos Estados, nas Procuradorias Seccionais Federais e nos Escritórios de Representação ficam autorizados a não interpor ou desistir de recursos já interpostos pela União, em trâmite no âmbito da Justiça do Trabalho, que se enquadrem nos termos previstos na Portaria MF 435, de 08 de setembro de 2011.

Art. 3º Os Procuradores Federais deverão justificar a não interposição e a desistência de recurso previstas nesta Portaria no Sistema Integrado de Controle das Ações da União (SICAU) ou no Sistema AGU de Inteligência Jurídica (SAPIENS), indicando, conforme o caso, o artigo e o inciso aplicados, bem como a súmula da AGU ou o parecer aprovado nos termos dos artigos 40, 41 ou 42 da Lei Complementar nº 73/1993, ou a súmula vinculante do STF, ou a instrução normativa ou a súmula do TST, ou o ato declaratório aprovado nos termos do art. 19, inciso II, da Lei nº 10.522/2002, ou a Súmula do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aprovada pelo Ministro de Estado da Fazenda, ou o acórdão do STF. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 534, de 22.12.2015)**[[273]](#footnote-274)

Art. 4º O disposto na presente Portaria não se aplica às ações consideradas relevantes, nos termos da Portaria AGU nº 87, de 17 de fevereiro de 2003.

Art. 5º Fica revogada a Portaria AGU nº 1.642, de 17 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União – Eletrônico de 18 de novembro de 2010, Seção 1, página 1.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 14.2.2013

**PORTARIA Nº 98, DE 9 DE ABRIL DE 2013.**

*Delega a competência prevista no caput do art. 3º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, ao Procurador-Geral da União e ao Procurador-Geral Federal, na forma que especifica e dá outras providências.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI, XIII e XVIII do art. 4° da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no *caput* do art. 3º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, resolve:

Art. 1º Fica delegada ao Procurador-Geral da União e ao Procurador-Geral Federal a competência de que trata o *caput* do art. 3º da Lei n° 9.469, de 1997, para, no âmbito de suas atribuições, concordar com pedido de desistência da ação, nas causas de quaisquer valores, desde que o autor renuncie expressamente ao direito sobre que se funda a ação (art. 269, inciso V, do Código de Processo Civil).

Parágrafo único. A competência prevista no *caput* poderá ser subdelegada.

Art. 2º Os órgãos de execução da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal deverão anexar no sistema interno de controle processual os documentos pertinentes, em especial os relacionados à concordância com pedido de desistência da ação, de forma a garantir a permanente consulta pelos Órgãos de Direção Superior da Advocacia-Geral da União.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 10.4.2013.

**PORTARIA Nº 399, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2013.**

*Dispõe sobre a promoção dos membros da Carreira de Procurador Federal nas respectivas Categorias, e dá outras providências.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do § 1° do art. 12 da Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o disposto no art. 4° da Lei n° 10.907, de 15 de julho de 2004, resolve:

Art. 1º O cálculo do número de vagas a serem preenchidas na promoção da Carreira de Procurador Federal corresponderá ao número de vacâncias ocorridas na Categoria Especial e Primeira Categoria, nos termos do art. 33 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no respectivo período avaliativo.

Art. 2º O cálculo mencionado no art. 1º será observado a partir do processamento da promoção referente ao período avaliativo de 1º de julho de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se a Portaria nº 279/AGU,[[274]](#footnote-275) de 25 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 27 de junho de 2012, Seção 1, pág. 2.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 4.11.2013 (Retificada no D. O. de 6.11.2013).

**PORTARIA Nº 33, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Feira de Santana/BA.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002:

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria-Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria-Seccional Federal em Feira de Santana/BA e ao início de sua atividade finalística, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Feira de Santana/BA com sede na cidade de Feira de Santana/BA, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria-Seccional Federal em Feira de Santana/BA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 14.2.2014.

**PORTARIA Nº 247, DE 14 DE JULHO DE 2014.**

*Regulamenta o parcelamento extraordinário de que trata o art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, em virtude da edição da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, e da Medida Provisória n.º 651, de 9 de julho de 2014, e dá outras providências.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e considerando o disposto no art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, com as alterações promovidas pelo art. 2º da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, e pelo art. 34 da Medida Provisória n.º 651, de 9 de julho de 2014, resolve:

Art. 1° Os créditos administrados pelas autarquias e fundações públicas federais, de qualquer natureza, tributários ou não tributários, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, com exigibilidade suspensa ou não, vencidos até 31 de dezembro de 2013, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, poderão ser pagos ou parcelados da seguinte forma:

I - à vista, com redução de 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício, de 40% (quarenta por cento) das isoladas, de 45% (quarenta e cinco por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal;

II - parceladas em até 30 (trinta) prestações mensais, com redução de 90% (noventa por cento) das multas de mora e de ofício, 35% (trinta e cinco por cento) das isoladas, de 40% (quarenta por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal;

III - parcelados em até 60 (sessenta) prestações mensais, com redução de 80% (oitenta por cento) das multas de mora e de ofício, de 30% (trinta por cento) das isoladas, de 35% (trinta e cinco por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal;

IV - parcelados em até 120 (cento e vinte) prestações mensais, com redução de 70% (setenta por cento) das multas de mora e de ofício, de 25% (vinte e cinco por cento) das isoladas, de 30% (trinta por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal; ou

V - parcelados em até 180 (cento e oitenta) prestações mensais, com redução de 60% (sessenta por cento) das multas de mora e de ofício, de 20% (vinte por cento) das isoladas, de 25 % (vinte e cinco por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal.

§ 1° Entende-se por créditos constituídos aqueles apurados e consolidados por meio de regular processo administrativo em que não seja mais cabível qualquer recurso administrativo, e por créditos não constituídos aqueles que ainda no curso do processo administrativo já tenham a definição do fundamento legal e do sujeito passivo, bem como a apuração do montante devido.

§ 2° Entende-se por multa isolada aquela aplicada em razão de descumprimento de obrigação acessória prevista em norma tributária ou em razão de atos de evasão ou lesão tributária previstos na norma legal, configurando-se como penalidade, relacionando-se diretamente a ilícito de direito tributário administrativo, independendo de obrigação tributária principal ou de crédito tributário em face do sujeito passivo.

§ 3° Entende-se por multa de ofício aquela aplicada em razão de incorreções na identificação do fato gerador em sua integridade e recolhimento do valor devido, sendo relacionada à não declaração ou declaração incorreta de crédito, abrangendo falta de pagamento ou recolhimento, falta de declaração ou declaração inexata, sendo passível de imposição por meio de lançamento de ofício.

§ 4° Entende-se por multa de mora aquela aplicada em razão do descumprimento do prazo de pagamento previsto em legislação específica do crédito tributário ou não tributário.

Art. 2° Os critérios de atualização dos créditos das autarquias e fundações públicas federais, tributários ou não tributários, serão, a partir da publicação da Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, os aplicáveis aos tributos federais, nos termos dos arts. 37-A e 37-B da Lei n° 10.522, de 19 de julho de 2002.

§ 1º Os critérios de atualização dos créditos não tributários das autarquias e fundações públicas federais, no período anterior à vigência da Medida Provisória nº 449, de 2008, serão definidos de acordo com o montante total de correção e juros estabelecidos na legislação aplicável a cada tipo de crédito objeto de pagamento ou parcelamento.

§ 2° O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

§ 3º Os créditos do Banco Central do Brasil, inscritos ou passíveis de inscrição como Dívida Ativa e não pagos nos prazos previstos serão, a partir da publicação da Lei n. 12.548, de 15 de dezembro de 2011, acrescidos de juros e multa de mora, nos termos do art. 37 da Lei nº 10.522, de 2002, observado o disposto nos incisos I a V do art. 1º desta Portaria, no que lhes for aplicável.

§ 4º Para efeito do pagamento ou do parcelamento de que trata esta Portaria, considerar-se-ão juros de mora, em relação aos créditos do Banco Central do Brasil, o montante total de correção e juros estabelecidos na legislação aplicável a cada tipo de crédito, observado o disposto no § 3º deste artigo sempre que cabível.

Art. 3º A opção de pagamento ou parcelamento de que trata esta Portaria não se aplica aos créditos que já tenham sido parcelados nos termos dos art. 1º a 13 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, ou do art. 65 da Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010.

Art. 4° O pagamento ou o parcelamento dos créditos inscritos em dívida ativa deverá ser requerido pelo interessado, com indicação pormenorizada dos créditos que serão nele incluídos, perante as Procuradorias Regionais, Procuradorias nos Estados, Procuradorias Seccionais ou Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal ou da Procuradoria-Geral do Banco Central, conforme o caso, que ficarão responsáveis por sua concessão e manutenção, ressalvada a existência de atos específicos dos respectivos Procuradores-Gerais em sentido contrário.

Parágrafo único. Compete aos serviços de cobrança e recuperação de créditos das unidades e dos órgãos mencionados no caput processarem os pedidos de parcelamento, observado o disposto no art. 8° desta Portaria.

Art. 5° Em relação aos créditos não inscritos em dívida ativa, constituídos ou não, o pagamento ou o parcelamento deverá ser requerido pelo interessado às Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais, ou à Procuradoria-Geral do Banco Central, conforme o caso, em suas unidades e seus órgãos nacionais ou locais, que ficarão responsáveis por sua concessão e manutenção, ressalvada a existência de atos específicos dos respectivos Procuradores-Gerais em sentido contrário, observado ainda o disposto no art. 8° desta Portaria.

Parágrafo único. O requerimento de pagamento ou parcelamento dos créditos não inscritos em dívida ativa, constituídos ou não, previsto neste artigo, deverá ser individualizado para cada autarquia e fundação pública federal credora.

Art. 6° Os pedidos de parcelamento de que trata esta Portaria deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

I - pedido de parcelamento, conforme modelo constante do Anexo I;

II - termo de parcelamento de dívida ativa, conforme modelo constante do Anexo III;

III - declaração de inexistência de ação judicial contestando o crédito ou de embargos opostos, ou, na existência desses, de sua desistência e da renúncia do direito, devidamente comprovadas por meio de cópia da petição protocolizada em cartório judicial, e no caso de créditos não constituídos, declaração de inexistência de recurso ou impugnação administrativa contestando o crédito, ou, na existência desses, de sua desistência e da renúncia do direito, devidamente comprovadas por meio de cópia da petição protocolizada no âmbito administrativo.

IV - cópia do contrato social, estatuto ou ata e eventual alteração que identifiquem os atuais representantes legais do requerente, no caso de pessoa jurídica;

V - cópia do documento de identidade, do CPF e do comprovante de residência, no caso de pessoa física;

VI - comprovante do pagamento da antecipação de que tratam os incisos I a IV do art. 9º, conforme o caso, ou de sua primeira parcela, na hipótese de se ter optado por parcelar a antecipação, nos termos do §2º do art. 9º desta Portaria.

Parágrafo único. Caso o interessado se faça representar por mandatário, deverá este apresentar procuração com poderes específicos para praticar todos os atos necessários à formalização do parcelamento de que trata esta Portaria.

Art. 7° Os parcelamentos requeridos na forma e nas condições de que trata esta Portaria:

I - não dependerão de apresentação de garantia ou de arrolamento de bens, exceto quando já houver penhora em execução fiscal ajuizada; e

II - abrangerão, no caso de débito inscrito em dívida ativa, os encargos legais que forem devidos, sem prejuízo da dispensa prevista no art. 1º desta Portaria.

Art. 8° Observado o disposto nos arts. 4º e 5º, os parcelamentos previstos nesta Portaria serão realizados de acordo com os seguintes limites de alçada, considerando o valor consolidado dos débitos após as reduções:

I - até R$ 100.000,00 (cem mil reais), pelos Procuradores Federais ou Procuradores do Banco Central do Brasil que atuem diretamente no processo judicial ou, na sua ausência, no processo administrativo;

II - até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), mediante prévia e expressa autorização do Procurador-Chefe da unidade local da Procuradoria ou Chefe do Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal ou do Procurador-Regional ou Procurador-Chefe nos Estados dos órgãos da Procuradoria-Geral do Banco Central;

III - até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), mediante prévia e expressa autorização pelos Procuradores Regionais Federais, Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais dos Estados, Procuradores-Chefes das unidades nacionais das Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações, ou pelo Procurador-Chefe da Coordenação-Geral de Processos da Dívida Ativa e Execução Fiscal, na Procuradoria-Geral do Banco Central.

§ 1º Nos pedidos de parcelamento referentes a créditos consolidados de valor superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), caberá ao chefe da unidade ou do órgão em que foi requerido o parcelamento solicitar, mediante manifestação conclusiva, a autorização do Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da Procuradoria-Geral Federal ou do Subprocurador-Geral do Banco Central do Brasil titular da Câmara de Contencioso Judicial e Execução Fiscal, conforme o caso.

§ 2º As autorizações de que tratam o **caput** e o § 1º deste artigo poderão ser concedidas diretamente pelo Procurador-Geral Federal e pelo Procurador-Geral do Banco Central do Brasil, no âmbito

de suas atribuições.

Art. 9º. A opção pela modalidade de parcelamento prevista no art. 65 da Lei n**o-** 12.249, de 2010, dar-se-á mediante:

I - antecipação de cinco por cento do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções, na hipótese de o valor total da dívida ser menor ou igual a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

II - antecipação de dez por cento do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções, na hipótese de o valor total da dívida ser maior que R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e menor ou igual a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

III - antecipação de quinze por cento do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções, na hipótese de o valor total da dívida ser maior que R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e menor ou igual a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); e

IV - antecipação de vinte por cento do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções, na hipótese de o valor total da dívida ser maior que R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

§ 1º Para fins de enquadramento nos incisos I a IV, considera-se o valor total da dívida na data do pedido, sem as reduções.

§ 2º As antecipações a que se referem os incisos I a IV poderão ser pagas em até cinco parcelas iguais e sucessivas, a partir do mês do pedido de parcelamento.

§ 3º O não pagamento de qualquer das parcelas de que trata o §2º, no prazo de seu respectivo vencimento, importa em indeferimento do pedido de que trata o artigo 6º, não sendo admitido o pagamento de parcela em atraso.

§ 4º Após o pagamento das antecipações e enquanto não consolidada a dívida, o interessado deve calcular e recolher mensalmente parcela equivalente ao maior valor entre:

I - o montante dos débitos objeto do parcelamento dividido pelo número de prestações pretendidas, descontadas as antecipações; e

II - os valores constantes no § 6ºdo art. 65 da Lei nº12.249, de 2010.

§ 5º Por ocasião da consolidação, será exigida a regularidade de todas as prestações devidas desde o mês do pedido de adesão até o mês anterior ao da conclusão da consolidação dos débitos parcelados nos termos do disposto nesta Portaria, inclusive as parcelas a que aludem os §§ 2º e 4º, se for o caso.

Art. 10. Os créditos objeto de parcelamento serão consolidados na data do requerimento e, após a dedução do montante relativo à antecipação na forma prevista no art. 9º desta Portaria, serão divididos pelo número de parcelas indicadas pelo requerente, não podendo cada parcela mensal ser inferior a:

I - R$ 100,00 (cem reais), para pessoas jurídicas;

II - R$ 50,00 (cinquenta reais), para pessoas físicas.

Art. 11. A falta de pagamento de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, ou de menos de 3 (três) parcelas, estando pagas todas as demais, implicará, após comunicação ao sujeito passivo, a imediata rescisão do parcelamento e o prosseguimento da cobrança.

§ 1º As prestações mensais do parcelamento pagas com até 30 (trinta) dias de atraso não configurarão inadimplência para os fins previstos no **caput** deste artigo.

§ 2º A comunicação de que trata o **caput** poderá ser feita por meio de publicação no Diário Oficial da União e de divulgação mensal no sítio oficial da Advocacia-Geral da União (www.agu.gov.br) da lista de todos os devedores cujo pagamento esteja em atraso em relação a mais de duas parcelas, ou em relação à última parcela, bem como da lista dos parcelamentos rescindidos, organizados em ordem alfabética.

Art. 12. Na hipótese de rescisão do parcelamento com o cancelamento dos benefícios concedidos:

I - será efetuada a apuração do valor original do débito, com a incidência dos acréscimos legais, até a data da rescisão; e

II - serão deduzidos do valor referido no inciso I deste artigo as parcelas pagas, com acréscimos legais até a data da rescisão.

Art. 13. A pessoa física que solicitar o parcelamento passará a ser solidariamente responsável pelo não pagamento ou recolhimento de tributos devidos pela pessoa jurídica.

§ 1º Além dos documentos exigidos no art. 6°, o pedido de parcelamento deverá ser instruído com a anuência da pessoa jurídica, conforme modelo constante no Anexo II.

§ 2º Na hipótese de rescisão do parcelamento solicitado pela pessoa física, a pessoa jurídica será intimada a pagar o saldo remanescente, calculado na forma do art. 12 desta Portaria.

§ 3° Na hipótese de créditos tributários não inscritos em dívida ativa devidos pela pessoa jurídica, a pessoa física responsabilizada pelo não pagamento poderá promover o adimplemento ou parcelamento total ou parcial dos débitos.

§ 4º Na situação de que trata o § 3° deste artigo, o deferimento do pedido de parcelamento implicará a suspensão do julgamento na esfera administrativa.

Art. 14. As pessoas que se mantiverem ativas no parcelamento poderão amortizar seu saldo devedor, na forma prevista no art. 65, §§ 19, 20 e 21 da Lei n° 12.249, de 2010.

Art. 15. Nos casos em que houver depósitos existentes, em espécie ou em instrumentos da dívida pública federal, exceto precatórios, vinculados aos débitos a serem pagos ou parcelados após aplicação das reduções previstas nos art. 1° desta Portaria:

I - o valor será automaticamente convertido em renda das respectivas autarquias e fundações;

II - o remanescente do saldo que exceder ao valor do débito será levantado pelo sujeito passivo caso não haja contra si outro crédito tributário ou não tributário vencido e exigível.

§ 1º Na hipótese do inciso I deste artigo, a entidade credora recepcionará os depósitos ou garantias dos instrumentos de dívida ativa pelo valor reconhecido por ela como representativo de seu valor real ou pelo valor por ela aceito como garantia, adotando-se o critério de valoração mais favorável ao Erário.

§ 2º No cálculo dos saldos em espécie, existentes na data do pedido de adesão ao pagamento ou parcelamento, serão excluídos os juros remuneratórios sobre débitos cuja exigibilidade tenha sido suspensa por meio do referido depósito e que não tenham incidência de multa ou juros de mora.

§ 3º Se o sujeito passivo tiver efetivado tempestivamente apenas o depósito do principal, dever-se-á, para fins de determinação de eventual saldo remanescente, deduzir do débito consolidado o valor principal acrescido de multas e juros de mora que seriam decorrentes da não realização do depósito, observada a aplicação das reduções e dos demais benefícios previstos nesta Portaria.

§ 4º Aos pagamentos e parcelamentos de que trata esta Portaria não se aplicam os §§ 6º a 15 do art. 17 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.

Art. 16. A opção pelo pagamento ou parcelamento de débitos de que trata esta Portaria deverá ser efetivada até o dia 25 de agosto de 2014.

Parágrafo único. O pedido de parcelamento de que trata esta Portaria importa em confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo, nos termos do § 16 do art. 65 da Lei n° 12.249, de 2010.

Art. 17. As unidades da Procuradoria-Geral Federal deverão comunicar mensalmente à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos, da forma por esta estipulada, a relação de parcelamentos concedidos, para fins de consolidação, controle e divulgação.

Parágrafo único. Os órgãos da Procuradoria-Geral do Banco Central deverão comunicar mensalmente ao Subprocurador-Geral titular da Câmara de Contencioso Judicial e Execução Fiscal a relação de parcelamentos concedidos, para fins de consolidação, controle e divulgação, por meio do endereço eletrônico cc2pg.pgbcb@bcb.gov.br.

Art. 18. Ficam o Procurador-Geral Federal e o Procurador-Geral do Banco Central do Brasil, no âmbito de suas atribuições, autorizados a expedir os atos complementares julgados necessários ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 19. O disposto nesta Portaria não se aplica ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO).

Art. 20. Os atos normativos da Advocacia-Geral da União,[[275]](#footnote-276) da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Banco Central anteriormente editados continuam aplicáveis aos parcelamentos concedidos com fundamento no art. 65 da Lei nº 12.249, de 2010, no art. 17 da Lei nº 12.865, de2013 e no art. 93 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014.

Art. 21. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 15.7.2014.

**ANEXO I**

**PEDIDO DE PARCELAMENTO DE CRÉDITOS INSCRITOS OU NÃO EM DÍVIDAATIVA DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS, COM FUNDAMENTO NO ART. 65 DA LEI N° 12.249, DE 11 DE JUNHO DE 2010 E NO ART. 2º DA LEI N.º 12.996 DE 18 DE JUNHO DE 2014.**

À \_\_\_(Unidade da PGF ou órgão da PGBC)\_\_\_

\_\_\_\_\_(Nome do Devedor)\_\_\_\_\_, RG (se houver) \_\_\_\_\_,CPF/CNPJ \_\_\_\_\_, residente e domiciliado/ com sede \_\_\_\_(endereço)\_\_\_\_, neste ato representado por \_\_\_\_\_(nome)\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_(representação a que título - procurador/sócio-administrador/etc.)\_\_\_\_\_, RG\_\_\_\_\_, CPF\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado \_\_\_\_\_(endereço)\_\_\_\_\_, requer, com fundamento no artigo 65 da Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010, c/c o art. 2º da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, o parcelamento de sua dívida constituída dos débitos abaixo discriminados, em \_\_(Nº de parcelas)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (por extenso)prestações mensais.

O deferimento do parcelamento dar-se-á mediante o pagamento da antecipação de (5%\_\_\_10%\_\_\_15%\_\_\_20%\_\_\_, em \_\_\_\_parcelas sucessivas [se for o caso], nos moldes do art. 2º, § 2º, da Lei nº 12.996/2014).

O (A) requerente, ciente de que o deferimento do pedido ficará condicionado ao pagamento prévio da antecipação aludida no § 2º do art. 2º da Lei nº 12.996, de 2014, e à assinatura do Termo de Parcelamento de Créditos das Autarquias e Fundações Públicas Federais, com fundamento no art. 65 da Lei n.º 12.249, de 2010, solicita a emissão de guia correspondente para pagamento no prazo de 5 (cinco) dias a contar do seu recebimento.

Declara-se, também, ciente de que o indeferimento do pedido, pelos motivos citados, ocorrerá independentemente de qualquer comunicação, ocasionando a cobrança imediata da dívida.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Nº do Processo Administrativo e Judicial (se houver) | Nº do auto de infração ou documento correspondente | Dívida Tributária ou não Tributária | Entidade | Período da dívida |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |

NOME E TELEFONE PARA CONTATO: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

LOCAL E DATA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

ASSINATURA DO REQUERENTE

**ANEXO II**

**TERMO DE ANUÊNCIA DA PESSOA JURÍDICA**

Pela presente, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Razão Social da Pessoa Jurídica), CPNJ\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com endereço \_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome),\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (representação a que título - procurador/sócio-administrador/etc.)\_\_\_\_\_, RG\_\_\_\_\_, CPF\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado \_\_\_\_\_(endereço)\_\_\_\_\_, declara sua anuência a que \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(nome da pessoa física),\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ RG (se houver) \_\_\_\_\_,CPF/CNPJ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliada/com sede \_\_\_\_(endereço)\_\_\_\_, solicite o parcelamento referente aos débitos \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_em nome da anuente, assumindo, solidariamente, a responsabilidade por sua quitação, nos termos do art. 65, §13, inciso II, da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e do art. 2º da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014.

NOME E TELEFONE PARA CONTATO: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

LOCAL E DATA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

ASSINATURA DA PESSOA FÍSICA

**ANEXO III**

**TERMO DE PARCELAMENTO DE CRÉDITOS INSCRITOS OU NÃO EM DÍVIDAATIVA DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS, COM FUNDAMENTO NO ART. 65 DA LEI N° 12.249, DE 11 DE JUNHO DE 2010, E NO ART. 2º DA LEI Nº 12.996, DE 18 DE JUNHO DE 2014**

A \_\_\_\_(unidade da PGF - PRF/PF/PSF/ERs - ou órgão da PGBC )\_\_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_(endereço)\_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_(Nome do Procurador Federal ou do Procurador do Banco Central do Brasil competente)\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_(cargo)\_\_\_\_\_, Matrícula n.º \_\_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente \_\_\_\_\_(sigla da unidade ou do órgão)\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_(Nome do Devedor)\_\_\_\_\_, RG (se houver)\_\_\_\_\_, CPF/CNPJ \_\_\_\_\_, residente e domiciliada/com sede \_\_\_\_(endereço)\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_(nome)\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_(representação a que título - procurador/sócio-administrador/etc.)\_\_\_\_\_, RG\_\_\_\_\_,CPF\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado \_\_\_\_\_(endereço)\_\_\_\_\_, doravante denominado DEVEDOR, resolvem celebrar o presente Termo de Parcelamento, nos termos das cláusulas a seguir.

**Cláusula Primeira.** O Devedor, renunciando expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e à procedência da dívida, assume integral responsabilidade pela sua exatidão, ficando, entretanto, ressalvado à(s) autarquia(s) e/ou fundação(ões) pública(s) federal(ais), representadas pela Procuradoria-Geral Federal ou ao Banco Central do Brasil, o direito de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste termo, ainda que relativas ao mesmo período.

**Cláusula Segunda.** A dívida constante deste instrumento é definitiva e irretratável, sendo ressalvado aos órgãos de execução da (Procuradoria-Geral Federal ou Procuradoria-Geral do Banco Central) o direito de sua cobrança na hipótese de descumprimento das obrigações assumidas pelo DEVEDOR.

**Cláusula Terceira**. Tendo o DEVEDOR requerido o pagamento parcelado da dívida especificada na Cláusula Quinta, com fundamento no art. 65 da Lei n.º 12.249, de 11 de junho 2010, e no art. 2º da Lei n.º 12.996, de 18 de junho de 2014, e comprovado o pagamento da antecipação, este lhe é deferido pela \_\_\_\_\_(sigla da unidade da PGF ou do órgão da PGBC)\_\_\_\_\_, em \_\_(Nº de parcelas)\_\_(\_\_\_ por extenso\_\_\_)\_\_ prestações mensais e sucessivas.

**Cláusula Quarta**. No acordo de parcelamento formalizado mediante o presente Termo encontra-se parcelada a dívida discriminada conforme o seguinte quadro:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Nº do Processo Administrativo e Judicial (se houver) | Nº do auto de infração ou documento correspondente | Dívida Tributária ou não Tributária | Entidade | Período da dívida | Data de vencimento da dívida |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |

**Cláusula Quinta.** A Dívida objeto do presente Termo de Parcelamento foi consolidada em \_\_/\_\_/\_\_, perfazendo o montante total de R$ \_\_(expressão numérica)\_\_ (\_\_por extenso\_\_). Após a dedução do valor pago a título de antecipação prevista no art. 2º, § 2º, da Lei nº 12.996 de 2014 da mesma Lei, fica definido o valor básico inicial da prestação do parcelamento concedido conforme o quadro abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
|  | Valor em reais |
| Discriminação do Valor |  |
| Principal |  |
| Juros de Mora/Correção Monetária (anteriores a 4/12/2008, no caso da PGF ou 16/12/2011 , no caso da PGBC) |  |
| Juros de Mora (posteriores a 3/12/2008, no caso da PGF, ou a 15/12/2011, no caso da  PGBC - SELIC) |  |
| Multa de Mora |  |
| Multa Isolada |  |
| Multa de Ofício |  |

**Cláusula Sexta**. O vencimento de cada parcela será no dia \_\_\_\_ de cada mês.

**Cláusula Sétima.**

- Aplicável às unidades da PGF:

O DEVEDOR compromete-se a pagar as correspondentes parcelas nas datas de vencimento, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida pela \_\_\_(unidade da PGF)\_\_\_.

OU

- Aplicável aos órgãos da PGBC:

O DEVEDOR compromete-se a pagar as parcelas, até as datas de vencimento, em qualquer agência do Banco do Brasil S.A., por meio de depósito identificado, ou em qualquer agência bancária de qualquer banco, por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED), na conta do Banco Central do Brasil (CNPJ 00.038.166/0001-05), mantida perante o Banco do Brasil S.A., agência \_\_\_\_\_\_\_\_\_, conta-corrente \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, observando-se que a identificação deve ser feita da seguinte forma: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

**Cláusula Oitava.**

- Aplicável às unidades da PGF:

No caso de não pagamento na data do vencimento da prestação, o DEVEDOR poderá solicitar à \_\_\_(unidade da PGF)\_\_\_ a emissão de nova guia para quitação da parcela, com os acréscimos legais incidentes no período;

- Aplicável aos órgãos da PGBC:

No caso de não pagamento na data do vencimento da prestação, o DEVEDOR poderá comparecer à \_\_\_(órgão da PGBC) ou outra unidade do Banco Central do Brasil\_\_\_ para obter informação sobre a quitação da parcela, com os acréscimos legais incidentes no período.

**Cláusula Nona.**

- Aplicável às unidades da PGF:

O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado, sendo que estes critérios poderão ser alterados de acordo com a legislação superveniente;

- Aplicável aos órgãos da PGBC:

Os créditos do Banco Central do Brasil, inscritos ou passíveis de inscrição como Dívida Ativa, não pagos nos prazos previstos, serão acrescidos de juros de mora, contados do primeiro dia do mês subsequente ao do vencimento, equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para os títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento, e de multa de mora de 2% (dois por cento), a partir do primeiro dia após o vencimento do débito, acrescida, a cada 30 (trinta) dias, de igual percentual, até o limite de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor atualizado (em caso de incidência de regra contratual ou de outra norma, especificar a forma de atualização, observado o disposto no artigo 65, § 4º, da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010).

**Cláusula Décima.** O DEVEDOR declara-se ciente de que, para efeito de parcelamento, os débitos nele incluídos foram atualizados mediante a incidência dos demais acréscimos legais devidos até a data da consolidação, anuindo com o montante apurado.

**Cláusula Décima Primeira**. Constitui motivo para a rescisão deste acordo, após a comunicação do devedor na forma do § 3° do art. 11 da Portaria AGU nº.................

I - infração de qualquer das cláusulas deste instrumento;

II - falta de pagamento de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, ou de menos de 3 (três) parcelas, estando pagas todas as demais;

III - insolvência, liquidação extrajudicial ou falência do DEVEDOR.

**Cláusula Décima Segunda**. Este instrumento, em decorrência da rescisão do acordo, servirá, se for o caso, para inscrição do débito em Dívida Ativa, no todo ou em parte.

**Cláusula Décima Terceira**. O DEVEDOR poderá, a qualquer tempo, durante o período ajustado para a quitação da dívida, solicitar o pagamento antecipado à vista, no todo ou em parte, do saldo devedor, nas formas previstas no art. 14 da Portaria AGU nº..................

**Cláusula Décima Quarta**. O DEVEDOR se compromete a informar eventual alteração de seu endereço à \_\_(sigla da unidade da PGF ou do órgão da PGBC)\_\_.

**Cláusula Décima Quinta**. O DEVEDOR fica ciente de que a opção pelos parcelamentos de que trata o art. 65 da Lei n° 12.249, de 2010 c/c o art. 2º da Lei nº 12.996, de 2014, importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo, na condição de contribuinte ou de responsável, e por ele indicados para compor os referidos parcelamentos, configura confissão extrajudicial nos termos dos arts. 348, 353 e 354 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, e condiciona o sujeito passivo à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas neste Termo.

E, por estarem assim acertados e de acordo, firmam o presente Termo de Parcelamento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, todas assinadas e rubricadas, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

LOCAL E DATA

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

ASSINATURA DO PROCURADOR FEDERAL

OU DO PROCURADOR DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

ASSINATURA DO DEVEDOR

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

ASSINATURA DA 1ª TESTEMUNHA

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

ASSINATURA DA 2ª TESTEMUNHA

Dados das Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CPF:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 357, DE 25 DE SETEMBRO DE 2014.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federal em Novo Hamburgo/RS.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002:

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de implantação da Procuradoria-Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinada pela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadas à instalação da Procuradoria Seccional Federal em Novo Hamburgo/RS e ao início de sua atividade finalística, conforme consta no Processo Administrativo nº 00617.000049/2014-28, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal em Novo Hamburgo/RS com sede na cidade de Novo Hamburgo/RS, com a competência para exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os demais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria Seccional Federal em Novo Hamburgo/RS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 26.9.2014.

**PORTARIA Nº 460, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014.**

*Dispõe sobre o cálculo das vagas a serem ofertadas nas promoções dos Membros das Carreiras de Advogado da União e de Procurador Federal nas respectivas categorias, e dá outras providências.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, incisos I, XVII e XVIII, 24 e 25, da Lei Complementar nº 73, de 11 de fevereiro de 1993, art. 47 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e inciso II, do §1º, do artigo 12 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º O cálculo do número de vagas a serem ofertadas na Categoria Especial e na 1ª Categoria, nos concursos de promoção dos Membros das Carreiras de Advogado da União e de Procurador Federal, corresponderá ao somatório do:

I - número de vacâncias ocorridas na referida categoria da Carreira respectiva, no período avaliativo, nos termos do art. 33 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e

II - **(Revogado pela Portaria nº 384, de 20.10.2020 – DOU de 21.10.2020)**

Art. 2º As movimentações de que trata o inciso II do art. 1º não geram vacância para o período avaliativo subsequente.

Art. 3º O cálculo de que trata o art. 1º será observado a partir do processamento da promoção referente ao período avaliativo de 1º de julho a 31 de dezembro de 2014.

Art. 3º-A. Para o concurso de Promoção referente ao período avaliativo de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015, ficam distribuídos 40 (quarenta) cargos da 2ª para a 1ª Categoria da Carreira de Advogado da União. **(Incluído pela Portaria nº 250, de 17.7.2015, publicada no D. O. de 20.7.2015, e retificada no D. O. de 21.7.2015.)**

Parágrafo único. Após o encerramento das promoções referidas no caput todos os cargos remanescentes na 1ª Categoria, não providos pela promoção, serão redistribuídos para a 2ª Categoria. (NR) **(Incluído pela Portaria nº250, de 17.7.2015)**

Art. 4º A presente Portaria será objeto de avaliação conjunta pelo Gabinete do Advogado-Geral da União e pela Procuradoria-Geral Federal, anteriormente ao processamento das promoções relativas ao período avaliativo de 1º de janeiro a 30 de junho de 2016.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as Portarias nº 360,**(\*)** de 01 de outubro de 2013, e nº 214, de 27 de junho de 2014.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D. O. de 16.12.2014 (Retificada no D. O. de 21.7.2015).

**(\*)**Ver a seguir o inteiro teor da Portaria nº 398, de 3.9.2012, revogada pela Portaria nº 360, de 1º.10.2013, para melhor compreensão da quantidade e da distribuição dos cargos de Advogado da União por categoria:

**PORTARIA Nº 398, DE 3 DE SETEMBRO DE 2012** (Revogada)

*Dispõe sobre a distribuição de cargos da Carreira de Advogado da União nas respectivas Categorias, e dá outras providências.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 4º, incisos I e XVII, da Lei Complementar nº 73, de 11 de fevereiro de 1993, e 47 da Medida Provisória 2.229-43, de 6 de setembro de 2001,

**CONSIDERANDO** o aumento no quantitativo de cargos de Advogado da União, decorrente do disposto no art. 1° da Lei nº 12.671, de 19 de junho de 2012, no art. 4º da Lei nº 10.907, de 15 de julho de 2004, e do art. 19 e art. 19-A da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, resolve:

Art. 1º Os dois mil trezentos e cinquenta e seis cargos da Carreira de Advogado da União e os vinte e cinco cargos de Assistentes Jurídicos, do Quadro Suplementar, existentes em 30 de junho de 2012, ficam distribuídos de acordo com o Anexo desta Portaria.

Parágrafo único. Os cargos que forem acrescidos à 2ª Categoria da Carreira de Advogado da União em decorrência do disposto no art. 4º da Lei nº 10.907, de 2004, serão considerados como excedentes, até nova distribuição.

Art. 2º A distribuição mencionada no art. 1º será observada no processamento da promoção referente ao período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2012.

Art. 3º Os cargos vagos existentes na Carreira de Advogado da União destinam-se a provimento mediante concurso público.

Art. 4º Fica revogada a Portaria no 95, de 02 de fevereiro de 2012.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

**ANEXO\***

|  |  |
| --- | --- |
| Categoria | Quantidade de Advogados da União |
| Especial (final) | 765 |
| 1ª (intermediária) | 711 |
| 2ª (inicial) | 717 |
| Total | 2.193 |

|  |  |
| --- | --- |
| Categoria | Quantidade de Advogados da União Transpostos |
| Especial (final) | 163 |
| 1ª (intermediária) | 0 |
| 2ª (inicial) | 0 |
| Total | 163 |

|  |  |
| --- | --- |
| Categoria | Quadro Suplementar Assistentes Jurídicos |
| Especial (final) | 25 |
| 1ª (intermediária) | 0 |
| 2ª (inicial) | 0 |
| Total | 25 |

\*Os quantitativos referem-se a 30 de junho de 2012.

**PORTARIA Nº 40, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015** (\*)[[276]](#footnote-277)

*Estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela Advocacia-Geral da União na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias ou fundações públicas, que possam representar riscos fiscais.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XVIII do artigo 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e

Considerando a necessidade de prestação de informações por parte da Advocacia-Geral da União - AGU para confecção do Anexo de Riscos Fiscais previsto no §3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

Considerando que as informações prestadas pela AGU serão utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da União, destinadas a compor a prestação de contas anual do Presidente da República;

Considerando a necessidade de padronização dos critérios utilizados pela AGU na elaboração dessas informações, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece os critérios e procedimentos a serem observados pela AGU na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias ou fundações públicas, que possam representar riscos fiscais.

Art. 2º Para fins da classificação de risco, serão consideradas as ações judiciais em tramitação nos tribunais superiores ou já transitadas em julgado, cujo eventual impacto financeiro seja estimado em valor igual ou superior a um bilhão de reais.

Parágrafo único. Quando houver multiplicidade de ações judiciais com fundamento em idêntica questão de direito, serão considerados os casos em que o impacto financeiro estimado da somatória das ações judiciais for igual ou superior a um bilhão de reais.

Art. 3º A classificação das ações quanto à probabilidade de perda observará os seguintes critérios:

I - do Risco Provável, que abrange: **(Redação dada pela Portaria nº 318, de 25.10.2018)**

a) ação judicial de conhecimento, ação de controle concentrado de constitucionalidade ou recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida sobre conjunto de ações judiciais fundadas em idêntica questão de direito com decisão de órgão colegiado do STF desfavorável à Fazenda Pública; e **(Redação dada pela Portaria nº 318, de 25.10.2018)**

b) ação judicial de conhecimento ou recurso representativo de controvérsia com decisão de órgão colegiado do Superior Tribunal de Justiça - STJ ou do Tribunal Superior do Trabalho - TST desfavorável à Fazenda Pública, que não tenha matéria passível de apreciação pelo STF. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 318, de 25.10.2018)**

II - do Risco Possível, que abrange: **(Redação dada pela Portaria nº 318, de 25.10.2018)**

a) ação judicial de conhecimento, recurso extraordinário sobre processo individual ou recurso extraordinário desde o reconhecimento da repercussão geral sobre conjunto de ações judiciais fundadas em idêntica questão de direito até a decisão de órgão colegiado do STF desfavorável à Fazenda Pública; e **(Redação dada pela Portaria nº 318, de 25.10.2018)**

b) ação judicial de conhecimento ou recurso representativo de controvérsia com decisão de órgão colegiado do Superior Tribunal de Justiça - STJ ou do Tribunal Superior do Trabalho - TST desfavorável à Fazenda Pública, que tenha matéria passível de apreciação pelo STF. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 318, de 25.10.2018)**

III - do Risco Remoto, que abrange as ações judiciais que não se enquadrem nas classificações previstas nos incisos I e II. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 318, de 25.10.2018)**

§ 1º Nas hipóteses do inciso I, quando no processo estiver pendente o julgamento dos embargos de declaração ou o pedido de modulação dos efeitos, excepcionalmente o risco poderá ser classificado como possível, devendo constar da manifestação do órgão competente as circunstâncias que justificam essa classificação. (Redação dada pela Portaria nº 514, de 24.10.2019)[[277]](#footnote-278)

§ 2º Para os efeitos da estimativa de risco, devem ser excluídas: **(Redação dada pela Portaria nº 318, de 25.10.2018)**

I - as ações em fase de execução cujo título judicial exequendo tenha sido declarado inválido ou tenha sido suspenso por decisão judicial; **(Redação dada pela Portaria nº 318, de 25.10.2018)**

II - as ações judiciais para as quais já exista inscrição em precatório ou já tenha havido o pagamento judicial ou administrativo; e **(Redação dada pela Portaria nº 318, de 25.10.2018)**

III - as ações judiciais de conhecimento com julgamento desfavorável para a Fazenda Pública, com trânsito em julgado, após decorrida a estimativa temporal do impacto financeiro de que trata o art. 5º. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 318, de 25.10.2018)**

§ 3º Excepcionalmente, desde que devidamente justificado, poderão ser incluídas na classificação dos incisos I ou II do caput outras ações judiciais não abrangidas pelos critérios ali fixados. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 318, de 25.10.2018)**

Art. 4º A composição do impacto financeiro dos riscos será:

I - nas condenações da Fazenda Pública para pagamento, o resultado da soma dos valores estimados: **(Redação dada pela Portaria nº 318, de 25.10.2018)**

a) de pagamentos judiciais constituídos pelas parcelas vencidas constantes na condenação judicial transitada em julgado como obrigação de pagar; e **(Redação dada pela Portaria nº 318, de 25.10.2018)**

b) de pagamentos administrativos constituídos pelas parcelas vincendas na hipótese em que forem previstas pela decisão judicial transitada em julgado como obrigação de fazer. **(Redação dada pela Portaria nº 318, de 25.10.2018)**

II - nas condenações da Fazenda Pública que resultem em perda de arrecadação, o resultado da soma dos valores estimados de redução da arrecadação em virtude do cumprimento de decisão judicial, assim considerados o equivalente à estimativa de arrecadação de 1 (um) ano para o futuro e de 5 (cinco) anos de parcelas pretéritas. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 318, de 25.10.2018)**

Art. 5º A estimativa de impacto financeiro da ação judicial será aferida com base nos elementos constantes no processo e nas informações e documentos apresentados pelos órgãos e entidades envolvidas no processo judicial.

§ 1º Os órgãos de direção superior da AGU poderão solicitar aos órgãos ou entidades da Administração Federal direta, autárquica ou fundacional, envolvidos no caso, subsídios fáticos ou mesmo a elaboração da estimativa do impacto.

§ 2º A estimativa de impacto financeiro poderá ser feita com base nos dados e relatórios disponíveis nos sistemas informatizados da AGU quando houver elementos suficientes à adequada verificação do impacto financeiro.

§ 3º Os órgãos da AGU poderão solicitar o auxílio técnico do Departamento de Cálculos e Perícias da Procuradoria-Geral da União para a elaboração de laudo técnico com a estimativa de impacto financeiro, desde que indiquem os parâmetros a serem considerados.

§ 4º A estimativa de impacto financeiro deve ser adequadamente fundamentada, indicando-se as fontes dos valores informados ou os critérios utilizados.

§ 5º Quando não for possível estimar o impacto financeiro com razoável segurança, devem ser indicadas as razões dessa impossibilidade.

Art. 6º A estimativa temporal do impacto financeiro das ações judiciais deverá ser elaborada com base no tempo médio para baixa do processo, divulgado no relatório do Conselho Nacional de Justiça - CNJ mais atualizado na data da elaboração das informações. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 318, de 25.10.2018)**

Art. 7º Compete ao Departamento de Gestão Estratégica coordenar a elaboração das informações para compor o Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Balanço Geral da União, com a lista das ações judiciais ou conjunto de ações acompanhadas dos seguintes elementos: **(Redação dada pela Portaria nº 318, de 25.10.2018)**

I - número do processo judicial; **(Redação dada pela Portaria nº 318, de 25.10.2018)**

II - descrição do processo ou tema; **(Redação dada pela Portaria nº 318, de 25.10.2018)**

III - classificação do risco; **(Redação dada pela Portaria nº 318, de 25.10.2018)**

IV - valor estimado de impacto financeiro; e **(Redação dada pela Portaria nº 318, de 25.10.2018)**

V - tempo estimado para o impacto financeiro. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 318, de 25.10.2018)**

Art. 8º O disposto nesta Portaria não se aplica à Procuradoria-Geral do Banco Central. **(Renumerado pela Portaria nº 318, de 25.10.2018)**

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação. **(Renumerado pela Portaria nº 318, de 25.10.2018)**

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

**(\*)** Republicada no D.O.U. de 26.10.2018, com as alterações inseridas pela Portaria nº 318, de 25 de outubro de 2018, conforme previsto no art.3º daquela Portaria.

**PORTARIA Nº 185, DE 11 DE JUNHO DE 2015.**

*Instala a Procuradoria Seccional Federalem Montes Claros/MG.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso de suas atribuiçõese tendo em vista o disposto nos incisos XIII e XVIII do art.4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art.14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002:

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processode implantação da Procuradoria-Geral Federal de modo a proporcionar-lhe o pleno exercício da sua competência, na forma disciplinadapela referida Lei nº 10.480, de 2002;

Considerando a existência de estruturas física e logística adequadasà instalação da Procuradoria-Seccional Federal em MontesClaros/MG e ao início de sua atividade finalística, conforme constano Processo Administrativo nº 00520.000251/2011-86, resolve:

Art. 1º Fica instalada a Procuradoria Seccional Federal emMontes Claros/MG com sede na cidade de Montes Claros/MG, com acompetência para exercer a representação judicial e extrajudicial dasautarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades deconsultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certezados créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades,inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável oujudicial.

Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar osdemais atos necessários à instalação e funcionamento da Procuradoria-Seccional Federal em Montes Claros/MG.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

D.O.U. de 12.6.2015.

**PORTARIA Nº 207, DE 30 DE JUNHO DE 2015.**

*Dispõe sobre a utilização da linguagem inclusiva em todas as redações de atos normativos,editais e documentos oficiais, noâmbito da Advocacia-Geral da União, e dáoutras providências.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuiçõesque lhe confere o art. 4o, inciso I, da Lei Complementar no73, de 10 de fevereiro de 1993, e

Considerando o princípio da igualdade de gênero estabelecidona Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando a previsão constitucional de promover o bemde todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo ou idade e quaisqueroutras formas de discriminação;

Considerando que a linguagem inclusiva integra a política deigualdade de tratamento e respeito aos direitos humanos, resolve:

Art. 1º Recomendar a utilização da linguagem inclusiva nasredações de atos normativos, editais e documentos oficiais, no âmbitoda Advocacia-Geral da União (AGU).

Parágrafo único. Entende-se por linguagem inclusiva o usode vocábulos não discriminatórios.

Art. 2ºO detalhamento das regras da linguagem inclusivaconstarão de manual a ser editado pelo Comitê Gestor de Gênero eRaça da AGU, instituído pela Portaria nº 280, de 24 de abril de 2013,no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Portaria.

Art. 3ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

DOU de 1º.7.2015.

**PORTARIA Nº 446, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.**

*Dispõe sobre a consolidação dos órgãos deexecução da Procuradoria-Geral Federalresponsáveis pela atividade de representaçãojudicial e extrajudicial das autarquias efundações públicas federais e dá outras providências.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso da competênciade que trata o art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de2002, resolve:

Art. 1º Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal- PGF responsáveis pela atividade de representação judicial e extrajudicialdas autarquias e fundações públicas federais são as ProcuradoriasRegionais Federais, as Procuradorias Federais nos Estadose as Procuradorias Seccionais Federais constantes no Anexo I dapresente Portaria.

Parágrafo único. O Procurador-Geral Federal disciplinará asatribuições dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 2º A Procuradoria-Geral Federal poderá criar escritóriosavançados para atendimento das demandas existentes em municípiosque não sejam sede de órgão de execução.

§ 1º Os escritórios avançados previstos no caput integram a organizaçãoadministrativa do órgão de execução ao qual estejam vinculados.

§ 2º Os Procuradores Federais em exercício nos escritóriosavançados atuarão sob a coordenação técnica e administrativa daProcuradoria Regional Federal, da Procuradoria Federal no Estado ouda Procuradoria Seccional Federal, conforme o caso.

Art. 3º Os Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal previstos no Anexo II ficam transformados em ProcuradoriasSeccionais Federais em Estruturação, às quais se aplicará amesma disciplina conferida às Procuradorias Seccionais Federais.

Parágrafo único. As unidades previstas no caput serão estruturadasde forma gradual, observada a disponibilidade orçamentária,conforme cronograma estabelecido pelo Procurador-Geral Federale pelo Secretário-Geral de Administração da Advocacia-Geralda União - AGU.

Art. 4º O Procurador-Geral Federal adotará as medidas eeditará os atos necessários para extinguir os Escritórios de Representaçãoda PGF que não forem reestruturados na forma dos artigos2º e 3º.

Art. 5º A Procuradoria-Geral Federal poderá editar ato conjuntocom as autarquias e fundações públicas federais dispondo sobreo apoio técnico, financeiro e administrativo dos órgãos de execuçãoda Procuradoria-Geral Federal, nos termos do § 13, art. 10 da Lei nº10.480, de 2002.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação,revogando-se as disposições em contrário.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

DOU de 4.11.2015.

**ANEXO I**

**1ª REGIÃO**

Procuradoria Regional Federal da 1ª Região

Procuradoria Federal no Estado do Acre

Procuradoria Federal no Estado do Amapá

Procuradoria Federal no Estado do Amazonas

Procuradoria Federal no Estado da Bahia

Procuradoria Seccional Federal em Barreiras/BA - Em Estruturação

Procuradoria Seccional Federal em Feira de Santana/BA

Procuradoria Seccional Federal em Ilhéus/BA

Procuradoria Seccional Federal em Vitória da Conquista/BA - Em Estruturação

Procuradoria Federal no Estado de Goiás

Procuradoria Federal no Estado do Maranhão

**(A Procuradoria Seccional Federal em Imperatriz/MA foi transformada em Escritório Avançado em Imperatriz/MA, vinculado à Procuradoria Federal no Estado do Maranhão, conforme a Portaria nº 36, de 25.1.2018)**[[278]](#footnote-279)

Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso

Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais

Procuradoria Seccional Federal em Divinópolis/MG

Procuradoria Seccional Federal em Governador Valadares/MG - Em Estruturação

Procuradoria Seccional Federal em Juiz de Fora/MG

Procuradoria Seccional Federal em Montes Claros/MG

Procuradoria Seccional Federal em Poços de Caldas/MG

Procuradoria Seccional Federal em Uberaba/MG - Em Estruturação

Procuradoria Seccional Federal em Uberlândia/MG

Procuradoria Seccional Federal em Varginha/MG

Procuradoria Federal no Estado do Pará

Procuradoria Seccional Federal em Marabá/PA - Em Estruturação

Procuradoria Seccional Federal em Santarém/PA - Em Estruturação

Procuradoria Federal no Estado do Piauí

Procuradoria Federal no Estado de Rondônia

Procuradoria Seccional Federal em Ji-Paraná/RO

Procuradoria Federal no Estado de Roraima

Procuradoria Federal no Estado do Tocantins

**2ª REGIÃO**

Procuradoria Regional Federal da 2ª Região

Procuradoria Seccional Federal em Campos dos Goytacazes/RJ - Em

Estruturação

Procuradoria Seccional Federal em Duque de Caxias/RJ

Procuradoria Seccional Federal em Niterói/RJ

Procuradoria Seccional Federal em Petrópolis/RJ - Em Estruturação

Procuradoria Seccional Federal em Volta Redonda/RJ - Em Estruturação

Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo

**3ª REGIÃO**

Procuradoria Regional Federal da 3ª Região

Procuradoria Seccional Federal em Araçatuba/SP

Procuradoria Seccional Federal em Araraquara/SP - Em Estruturação

Procuradoria Seccional Federal em Bauru/SP - Em Estruturação

Procuradoria Seccional Federal em Campinas/SP

Procuradoria Seccional Federal em Guarulhos/SP

Procuradoria Seccional Federal em Jundiaí/SP - Em Estruturação

Procuradoria Seccional Federal em Marília/SP - Em Estruturação

Procuradoria Seccional Federal em Osasco/SP

Procuradoria Seccional Federal em Piracicaba/SP

Procuradoria Seccional Federal em Presidente Prudente/SP

Procuradoria Seccional Federal em Ribeirão Preto/SP

Procuradoria Seccional Federal em Santos/SP

Procuradoria Seccional Federal em São Bernardo do Campo/SP

Procuradoria Seccional Federal em São João da Boa Vista /SP - Em Estruturação

Procuradoria Seccional Federal em São José dos Campos/SP

Procuradoria Seccional Federal em São José do Rio Preto/SP

Procuradoria Seccional Federal em Sorocaba/SP

Procuradoria Seccional Federal em Taubaté/SP

Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso do Sul

Procuradoria Seccional Federal em Dourados/MS - Em Estruturação

Procuradoria Seccional Federal em Mogi das Cruzes/SP - Em Estruturação **(Por transformação do Escritório Avançado, conforme a Portaria nº 419, de 21.12.2017)**[[279]](#footnote-280)

**4ª REGIÃO**

Procuradoria Regional Federal da 4ª Região

**(A Procuradoria Seccional Federal em Canoas/RS foi extinta pela Portaria nº 116, de 23.3.2017)**

Procuradoria Seccional Federal em Caxias do Sul/RS

Procuradoria Seccional Federal em Novo Hamburgo/RS

Procuradoria Seccional Federal em Passo Fundo/RS

Procuradoria Seccional Federal em Pelotas/RS

Procuradoria Seccional Federal em Rio Grande/RS

Procuradoria Seccional Federal em Santa Cruz do Sul/RS - Em Estruturação

Procuradoria Seccional Federal em Santa Maria/RS

Procuradoria Seccional Federal em Santo Ângelo/RS - Em Estruturação

Procuradoria Seccional Federal em Uruguaiana/RS

Procuradoria Federal no Estado do Paraná

Procuradoria Seccional Federal em Cascavel/PR

**(Linha excluída conforme retificação publicada no D. O. U. de 10.11.2015)**[[280]](#footnote-281)

Procuradoria Seccional Federal em Londrina/PR

Procuradoria Seccional Federal em Maringá/PR

Procuradoria Seccional Federal em Ponta Grossa/PR

Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina

Procuradoria Seccional Federal em Chapecó/SC

Procuradoria Seccional Federal em Criciúma/SC

Procuradoria Seccional Federal em Joinville/SC

Procuradoria Seccional Federal em Blumenau/SC - Em Estruturação

**5ª REGIÃO**

Procuradoria Regional Federal da 5ª Região

Procuradoria Seccional Federal em Caruaru/PE

Procuradoria Seccional Federal em Serra Talhada/PE - Em Estruturação

Procuradoria Seccional Federal em Petrolina/PE[[281]](#footnote-282)

Procuradoria Federal no Estado de Alagoas

Procuradoria Seccional Federal em Arapiraca/AL

Procuradoria Federal no Estado do Ceará

Procuradoria Seccional Federal em Sobral/CE

Procuradoria Seccional Federal em Juazeiro do Norte/CE - Em Estruturação

Procuradoria Federal no Estado da Paraíba

Procuradoria Seccional Federal em Campina Grande/PB

Procuradoria Seccional Federal em Sousa/PB - Em Estruturação

Procuradoria Federal no Estado do Rio Grande do Norte

Procuradoria Seccional Federal em Mossoró/RN

Procuradoria Federal no Estado de Sergipe

**ANEXO II**

|  |  |
| --- | --- |
| **Unidade atual** | **Unidade transformada** |
| Escritório de Representação da PF/BA em Barreiras | Procuradoria Seccional Federal em Barreiras/BA Em Estruturação |
| Escritório de Representação da PF/BA em Vitória da Conquista | Procuradoria Seccional Federal em Vitória da Conquista/BA Em Estruturação |
| Escritório de Representação da PF/MG em Governador Valadares/MG | Procuradoria Seccional Federal em Governador Valadares/MG Em Estruturação |
| Escritório de Representação da PF/MG em Uberaba/MG | Procuradoria Seccional Federal em Uberaba/MG Em Estruturação |
| Escritório de Representação da PF/MG em Marabá/PA | Procuradoria Seccional Federal em Marabá/PA Em Estruturação |
| Escritório de Representação da PF/PA em Santarém/PA | Procuradoria Seccional Federal em Santarém/PA Em Estruturação |
| Escritório de Representação da PRF2 em Campos dos Goytacazes/RJ | Procuradoria Seccional Federal em Campos dos Goytacazes/RJ Em Estruturação |
| Escritório de Representação da PRF2 em Petrópolis/RJ | Procuradoria Seccional Federal em Petrópolis/RJ Em Estruturação |
| Escritório de Representação da PRF2 em Volta Redonda/RJ | Procuradoria Seccional Federal em Volta Redonda/RJ Em Estruturação |
| Escritório de Representação da PRF3 em Araraquara/SP | Procuradoria Seccional Federal em Araraquara/SP Em Estruturação |
| Escritório de Representação da PRF3 em Bauru/SP | Procuradoria Seccional Federal em Bauru/SP Em Estruturação |
| Escritório de Representação da PRF3 em Jundiaí/SP | Procuradoria Seccional Federal em Jundiaí/SP Em Estruturação |
| Escritório de Representação da PRF3 em Marília/SP | Procuradoria Seccional Federal em Marília/SP Em Estruturação |
| Escritório de Representação da PRF3 em São João da Boa Vista/ SP | Procuradoria Seccional Federal em São João da Boa Vista /SP Em Estruturação |
| Escritório de Representação da PF/MS em Dourados/MS | Procuradoria Seccional Federal em Dourados/MS Em Estruturação |
| Escritório de Representação da PRF4 em Santa Cruz do Sul/RS | Procuradoria Seccional Federal em Santa Cruz do Sul/RS Em Estruturação |
| Escritório de Representação da PRF4 em Santo Ângelo/RS | Procuradoria Seccional Federal em Santo Ângelo/RS Em Estruturação |
| Escritório de Representação da PF/SC em Blumenau/SC | Procuradoria Seccional Federal em Blumenau/SC Em Estruturação |
| Representação da PFE INSS em Serra Talhada | Procuradoria Seccional Federal em Serra Talhada/PE Em Estruturação |
| Escritório de Representação da PF/CE em Juazeiro do Norte/CE | Procuradoria Seccional Federal em Juazeiro do Norte/CE Em Estruturação |
| Escritório de Representação da PF/PB em Sousa/PB | Procuradoria Seccional Federal em Sousa/PB Em Estruturação |
| Escritório Avançado em Imperatriz/MA | Procuradoria Seccional Federal em Imperatriz/MA[[282]](#footnote-283) |
| Escritórios Avançados em Botucatu/SP | Procuradoria Seccional Federal em Botucatu/SP Em Estruturação[[283]](#footnote-284) |
| Escritórios Avançados em Franca/SP | Procuradoria Seccional Federal Franca/SP Em Estruturação[[284]](#footnote-285) |

DOU de 4.11.2015.

**PORTARIA Nº 452, DE 13 DE JULHO DE 2016.**

*Dispõe sobre transformação da Procuradoria Seccional Federal em Petrolina/PE em Procuradoria Seccional Federal do Vale do São Francisco.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso da competência de que trata o art. 14 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de2002, bem como o disposto no processo 00407.004700/2015-95, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Petrolina/PE fica transformada em Procuradoria Seccional Federal do Vale do São Francisco, com sede em Petrolina/PE.

Art. 2º O Procurador-Geral Federal adotará as medidas e editará os atos necessários para o funcionamento da unidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente publicados.

**FÁBIO MEDINA OSÓRIO**

D.O.U. de 14.7.2016.

**PORTARIA Nº 488, DE 27 DE JULHO DE 2016.**

*Estabelece procedimentos a serem adotados em caso de dispensa da propositura e desistência de ações, reconhecimento da procedência do pedido, abstenção de contestação, de impugnação ao cumprimento de sentença, de apresentação de embargos à execução e de recurso, desistência de recurso já interposto e dá outras providências no âmbito da Procuradoria-Geral Federal. (NR)***(Redação dada pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)**.

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO** , no uso das atribuiçõesque lhe conferem os incisos I, VI, XIII e XVIII artigo 4º daLei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, bem como oartigo 4º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e

Considerando os termos do Acordo de Cooperação Técnica nº052/2009/CNJ, de 9 de junho de 2009, celebrado entre a AdvocaciaGeralda União - AGU e o Conselho Nacional de Justiça - CNJ;

Considerando os termos da Portaria Interinstitucional nº1.186, de 2 de julho de 2014, subscrita pelo Advogado-Geral daUnião, pelo Ministro de Estado da Justiça, pelo Ministro de Estado daPrevidência Social e pelo Presidente do Conselho Nacional do MinistérioPúblico;

Considerando que, com o advento do novo Código de ProcessoCivil, Lei Federal nº 13.105/2015 (CPC), que inaugurou umainovadora sistemática de precedentes vinculantes e técnicas de julgamentode casos repetitivos na ordem processual civil brasileira,revela-se necessária a atualização da redação das Portarias nºs.171/2011, 260/2012, 227/2014, 380/2014, 534/2015 e 60/2016, quedispõem sobre abstenção de contestação e de recurso e desistência derecurso, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos Procuradores Federais para dispensa da propositura e desistência de ações, reconhecimento da procedência do pedido, abstenção de contestação, de impugnação ao cumprimento de sentença, de apresentação de embargos à execução e de recurso, desistência de recurso já interposto, nos casos que especifica.**(Redação dada pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

Parágrafo único. Esta Portaria não afasta a necessidade de utilização de métodos mais adequados à solução de controvérsias, quando estes resolverem definitivamente o litígio, com economia ao Erário, como a negociação direta ou a mediação para a formalização de acordos, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. (NR)**(Incluído pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

Art. 2º Os Procuradores Federais ficam autorizados a abster-se de ajuizar ações, de contestar, de impugnar o cumprimento de sentença, de embargar a execução e de recorrer, a reconhecer a procedência do pedido e a desistir das ações ajuizadas e dos recursos já interpostos, quando o tema, a pretensão deduzida ou a decisão judicial estiver de acordo com:**(Redação dada pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

I - súmula da Advocacia-Geral da União ou parecer aprovadonos termos dos artigos 40 ou 41 da Lei Complementar nº 73, de 10 defevereiro de 1993;

II - súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal;

III - acórdão transitado em julgado, proferido em sede decontrole concentrado de constitucionalidade;

IV - acórdão transitado em julgado, proferido em sede derecurso extraordinário representativo de controvérsia, processado nostermos do artigo 1.036 do CPC;

V - acórdão transitado em julgado, proferido pelo SupremoTribunal Federal em sede de recurso extraordinário em incidente deresolução de demandas repetitivas, processado nos termos do artigo 987 do CPC;

VI - acórdão transitado em julgado, proferido pelo Supremo Tribunal Federal em sede de incidente de assunção de competência, processado nos termos do artigo 947 do CPC;**(Redação dada pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

VII - acórdão transitado em julgado, proferido pelo plenário do Supremo Tribunal Federal ou súmula do Supremo Tribunal Federal;**(Redação dada pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

VIII - parecer aprovado pelo Advogado-Geral da União e não submetido ao Presidente da República nos termos do art. 40 ou 41 da Lei Complementar nº 73, de 1993; ou**(Incluído pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

IX - parecer aprovado pelo Procurador-Geral Federal.**(Incluído pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

§ 1º A Procuradoria-Geral Federal expedirá orientações, quando necessário, sobre o alcance e parâmetros de súmula ou de acórdão do Supremo Tribunal Federal.**(Redação dada pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

§ 2º No caso de matérias comuns à União e suas autarquias e fundações públicas federais, será ouvida previamente a Secretaria-Geral de Contencioso.**(Incluído pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

§ 3º Em se tratando da hipótese prevista no inciso VII do caput, a autorização somente poderá ser efetivada se observados os parâmetros estabelecidos em orientações específicas para cada objeto de direito material, expedidas pela Procuradoria-Geral Federal, ouvida a Secretaria-Geral de Contencioso, no caso de matérias comuns à União e suas autarquias e fundações públicas federais.**(Renumerado. Redação dada pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

§ 4º A Procuradoria-Geral Federal poderá estender as dispensas de que tratam os incisos II a VII do caput a tema não abrangido pelo acórdão ou súmula, quando a ele forem aplicáveis os fundamentos determinantes extraídos do julgamento paradigma ou da jurisprudência consolidada, desde que inexista outro fundamento relevante que justifique a impugnação em juízo. (NR)**(Incluído pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

Art. 3º A Procuradoria-Geral Federal poderá orientar os Procuradores Federais a abster-se de ajuizar ações, de contestar, de impugnar o cumprimento de sentença, de embargar a execução e de recorrer, a reconhecer a procedência do pedido, e a desistir das ações ajuizadas e dos recursos já interpostos, quando o tema, a pretensão deduzida ou a decisão judicial estiver de acordo com:**(Redação dada pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

I - acórdão transitado em julgado proferido pelo SuperiorTribunal de Justiça em sede de recurso especial representativo decontrovérsia, processado nos termos do artigo 1.036 do CPC;

II - acórdão transitado em julgado, proferido pelo SuperiorTribunal de Justiça em sede de recurso especial em incidente deresolução de demandas repetitivas, processado nos termos do artigo987 do CPC;

III - acórdão transitado em julgado, proferido pelo SuperiorTribunal de Justiça em sede de incidente de assunção de competência,processado nos termos do artigo 947 do CPC;

IV - súmula ou acórdão transitado em julgado, proferido pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça ou pela Seção do Superior Tribunal de Justiça regimentalmente competente para analisar a matéria;**(Redação dada pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

V - acórdão transitado em julgado, proferido pelo TribunalSuperior do Trabalho em sede de recurso de revista representativo decontrovérsia, processado nos termos do art. 896-C da Consolidaçãodas Leis do Trabalho (CLT);

VI - acórdão transitado em julgado, proferido pelo TribunalSuperior do Trabalho em sede de recurso de revista em incidente deresolução de demandas repetitivas, processado nos termos do artigo987 do CPC, conforme o artigo 8º da Instrução Normativa nº39/2016, aprovada pela Resolução nº 203, de 15 de março de 2016,do Pleno do TST;

VII - acórdão transitado em julgado, proferido pelo TribunalSuperior do Trabalho em sede de incidente de assunção de competência,processado nos termos do artigo 947 do CPC, conforme oartigo 3º, XXV, da Instrução Normativa nº 39/2016, aprovada pelaResolução nº 203, de 15 de março de 2016, do Pleno do Tribunal Superior do Trabalho;

VIII - acórdão transitado em julgado proferido pelo Pleno esúmula do Tribunal Superior do Trabalho, caso a controvérsia sobrematéria infraconstitucional seja atual;

IX - acórdão transitado em julgado, proferido pela Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em sede de incidente repetitivo, processado nos termos do art. 16 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, aprovado pela Resolução nº 586/2019 - CJF, de 30 de setembro de 2019, nos processos que tramitam nos Juizados Especiais Federais.**(Redação dada pela Portaria nº 161, de 6.5.2020, retificada no DOU de 20.5.2020)***.*

§ 1º Na elaboração da orientação de que trata o caput, deverá ser considerada a possibilidade de oferecimento de propostas de acordo em massa para solução definitiva dos litígios, bem como a probabilidade de reversão da respectiva tese pelo tribunal superior ou pelo Supremo Tribunal Federal, devendo, nesta última hipótese, ser ouvida a Secretaria-Geral de Contencioso, quando a matéria for comum à União e às autarquias e fundações públicas federais.**(Renumerado. Redação dada pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

§ 2º A Procuradoria-Geral Federal poderá estender as dispensas de que tratam os incisos I a IX do caput a tema não abrangido pelo acórdão ou súmula, quando a ele forem aplicáveis os fundamentos determinantes extraídos do julgamento paradigma ou da jurisprudência consolidada, desde que inexista outro fundamento relevante que justifique a impugnação em juízo.**(Incluído pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

§ 3º Aplica-se o caput do presente artigo às súmulas editadas pela Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em matéria infraconstitucional, desde que demonstrada a ausência de probabilidade de reversão da respectiva tese pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelo Supremo Tribunal Federal, devendo, nesta última hipótese, ser ouvida a Secretaria-Geral de Contencioso. (NR)**(Incluído pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

Art. 4º - Os Procuradores Federais ficam autorizados, inclusivemediante a realização de mutirões, a desistir do recurso extraordinárioe do agravo para destrancar o recurso extraordinário,previsto no artigo 1.042 do CPC, interpostos nos processos que tramitamno Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça,nos Tribunais Regionais Federais e nos Tribunais de Justiça, bemcomo nas Turmas Recursais, nas Turmas Regionais de Uniformizaçãoe na Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais,no Tribunal Superior do Trabalho e nos Tribunais Regionaisdo Trabalho, nas seguintes hipóteses:

I - matéria constitucional não prequestionada, nos termos dasSúmulas nºs 282 ou 356 do Supremo Tribunal Federal;

II - pretensão de simples reexame de fatos e provas, nostermos da Súmula nº 279 do Supremo Tribunal Federal;

III - deficiência na fundamentação do recurso extraordinário,nos termos da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal;

IV - falta de impugnação específica dos fundamentos dadecisão agravada ou outra deficiência na fundamentação do agravo,nos termos da Súmula nº 287 do Supremo Tribunal Federal;

V - mais de um fundamento suficiente na decisão recorrida eo recurso não abranger todos eles, nos termos da Súmula nº 283 doSupremo Tribunal Federal;

VI - decisão impugnada de acordo com entendimento doSupremo Tribunal Federal firmado em regime de repercussão geral ouem julgamento de recursos repetitivos, nos termos dos artigos 1035 e1036 do CPC;

VII - jurisprudência uniformizada, estável, íntegra e coerente do Supremo Tribunal Federal, desde que observe os parâmetros estabelecidos em orientações específicas para cada objeto de direito material, expedidas pela Procuradoria-Geral Federal.**(Redação dada pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

§ 1º No caso de matérias comuns à União e suas autarquias e fundações públicas federais, para efeito do disposto no inciso VII do caput, os Procuradores Federais devem observar as orientações da Procuradoria-Geral Federal, ouvida previamente a Secretaria-Geral de Contencioso.**(Redação dada pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

§ 2º Os Procuradores Federais, observados os termos do §1º, ficam autorizados a se abster de interpor, no âmbito dos órgãosjudiciários indicados no caputdeste artigo:

I - recurso extraordinário, quando verificada a ocorrência dequalquer das hipóteses descritas nos incisos I, II, VI e VII do caputdeste artigo;

II - o agravo do art. 1.042 do CPC, quando verificado o acerto da decisão judicial que, com fundamento em qualquer das hipóteses descritas nos incisos I, II, III, V, VI e VII do caput deste artigo, negar seguimento a recurso extraordinário ou quando a decisão de inadmissão do recurso estiver fundada em entendimento firmado em súmula vinculante, regime de repercussão geral, julgamento de casos repetitivos, julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas, julgamento de incidente de assunção de competência ou , observado o §3º, do art. 2º desta Portaria, julgamento do plenário ou súmulas comuns em matéria constitucional. (NR)**(Redação dada pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)**

Art. 5º. Os Procuradores Federais ficam autorizados, inclusivemediante a realização de mutirões, a desistir do recurso especiale do agravo para destrancar o recurso especial, previsto no art. 1.042do CPC, interpostos nos processos que tramitam no Superior Tribunalde Justiça, nos Tribunais Regionais Federais e nos Tribunais de Justiça,nas seguintes hipóteses:

I - matéria não prequestionada, nos termos das Súmulas 282ou 356 do Supremo Tribunal Federal ou da Súmula 211 do SuperiorTribunal de Justiça;

II - pretensão de simples reexame de prova, nos termos daSúmula 7 do Superior Tribunal de Justiça;

III - deficiência na fundamentação do recurso, nos termos da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal;

IV - mais de um fundamento suficiente na decisão recorridae o recurso não abranger todos eles, nos termos da Súmula 283 doSupremo Tribunal Federal;

V - o acordão recorrido se assenta em fundamentos constitucionale infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só,para mantê-lo, e não tiver sido interposto recurso extraordinário, nostermos da Súmula 126 do Superior Tribunal de Justiça;

VI - falta de ataque específico dos fundamentos da decisãoagravada, nos termos da Súmula 182 do Superior Tribunal de Justiça;

VII - decisão impugnada de acordo com entendimento doSuperior Tribunal de Justiça firmado em julgamento de recursos repetitivos,nos termos do art. 1036 do CPC;

VIII - jurisprudência uniformizada, estável, íntegra e coerentedo Superior Tribunal de Justiça, desde que seja observada orientaçãoespecífica referente a cada objeto de direito material expedidapela Procuradoria-Geral Federal.

§ 1º. Para efeito do disposto no caputdeste artigo, os Procuradores Federais devem observar as orientações específicas expedidaspela Procuradoria-Geral Federal para cada uma das hipótesesprevistas nos respectivos incisos, quando houver.

§ 2º. Os Procuradores Federais, observados os termos dos §1º, ficam autorizados a se abster de interpor, no âmbito dos órgãosjudiciários indicados no caputdeste artigo:

I - recurso especial, quando verificada a ocorrência de qualquerdas hipóteses descritas nos incisos I, II, VII e VIII do caputdeste artigo;

II - agravo do artigo 1.042 do CPC, quando verificado oacerto da decisão judicial que, com fundamento em qualquer dashipóteses descritas nos incisos I, II, III, IV, V, VII e VIII do caputdeste artigo, negar seguimento a recurso especial ou quando a decisãode inadmissão do recurso estiver fundada em entendimento firmadoem julgamento de casos repetitivos, em julgamento de incidente deresolução de demandas repetitivas, em julgamento de incidente deassunção de competência ou em súmulas comuns em matéria infraconstitucional.

Art. 6º. Os Procuradores Federais ficam autorizados a desistirdo recurso de revista e do agravo de instrumento do artigo 897, "b",da CLT, interpostos nos processos quetramitam no Tribunal Superior do Trabalho e nos TribunaisRegionais do Trabalho, bem como dos embargos do artigo 894 daCLT interpostos nos processos que tramitam no Tribunal Superior doTrabalho, nas seguintes hipóteses:

I - questão não prequestionada, na forma da Súmula nº 297do Tribunal Superior do Trabalho;

II - pretensão de simples reexame de fatos e provas, na formada Súmula nº 126 do Tribunal Superior do Trabalho;

III - inexistência de demonstração de afronta direta à lei ouà Constituição Federal;

IV - inexistência de demonstração de afronta direta à lei ouà Constituição Federal na fase de execução, na forma da Súmula nº266 do Tribunal Superior do Trabalho;

V - deficiência na fundamentação do recurso, nos termos daSúmula nº 422 do Tribunal Superior do Trabalho;

VI - ausência de indicação do trecho da decisão recorrida queconsubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recursode revista, a teor do artigo 896, §1º-A, I, CLT;

VII - ausência de indicação, de forma explícita e fundamentada,da contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientaçãojurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com adecisão regional, a teor do artigo 896, §1º-A, II, CLT;

VIII - ausência de exposição das razões do pedido de reforma,impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida,inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivode lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencialcuja contrariedade aponte, a teor do artigo 896, §1º-A,III, CLT;

IX - divergência jurisprudencial não específica, nos termosda Súmula nº 296 do Tribunal Superior do Trabalho;

X - ausência de demonstração da divergência jurisprudencial,na forma do artigo 896, § 8º, CLT, das Súmulas 337 e 433 doTribunal Superior do Trabalho;

XI - recurso de revista contra acórdão regional proferido emagravo de instrumento, na forma da Súmula nº 218 do TribunalSuperior do Trabalho; ou

XII - jurisprudência uniformizada, estável, íntegra e coerentedo Tribunal Superior do Trabalho, desde que seja observada orientaçãoespecífica referente a cada objeto de direito material expedidapelo Procurador-Geral Federal.

§ 1º. Para efeito do disposto no caputdeste artigo, os Procuradores Federais devem observar as orientações específicas expedidaspela Procuradoria-Geral Federal para cada uma das hipótesesprevistas nos respectivos incisos, quando houver.

§ 2º. Os Procuradores Federais ficam autorizados a se abster deinterpor, no âmbito dos órgãos judiciários indicados no caputdeste artigo:

I - recurso de revista, quando verificada a ocorrência dequalquer das seguintes hipóteses:

a) incisos I, II, XI e XII;

b) incisos III e IV, desde que inexistente afronta direta à leiou à Constituição Federal;

c) inciso IX, desde que inexistente divergência jurisprudencialespecífica, nos termos da Súmula nº 296 do TST; e

d) inciso X, desde que inexistente divergência jurisprudencial,na forma do artigo 896, § 8º, CLT e das Súmulas 337 e 433 doTribunal Superior do Trabalho;

II - agravo de instrumento do artigo 897, "b", da CLT, quandoverificado o acerto da decisão judicial que, com fundamento emqualquer das hipóteses descritas nos incisos I a XII do caputdeste

artigo, negar seguimento a recurso de revista;

III - embargos do artigo 894 da CLT, quando verificado oacerto da decisão judicial que, com fundamento em qualquer dashipóteses descritas nos incisos I a XII do caputdeste artigo, negarconhecimento ou provimento ao recurso de revista ou ao agravo deinstrumento em recurso de revista.

Art. 7º Os Procuradores Federais ficam autorizados a nãorecorrer ou desistir do recurso de que trata o art. 14 da lei10.259/2001, e do agravo para destrancar pedido de uniformização deinterpretação de lei federal, quando não houver decisão divergenteproferida por outra Turma Recursal ou pelas Turmas Regional ouNacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais ou peloSuperior Tribunal de Justiça sobre questão de direito material idênticaou semelhante àquela objeto da controvérsia judicial.

Art. 8º A Procuradoria-Geral Federal, ouvida a SecretariaGeraldo Contencioso quando a matéria constitucional em julgamentono Supremo Tribunal Federal for comum à União e suas autarquias efundações públicas federais, poderá, fundamentadamente, dispensarque se aguarde a publicação dos acórdãos a que se referem o artigo2º, III, IV, V, VI e VII, e o artigo 3º para emitir as orientações de quetrata esta portaria aos seus órgãos de execução.

Art. 9º A Procuradoria-Geral Federal poderá dispensar a prática de atos processuais, inclusive embargos à execução, impugnação ao cumprimento de sentença e outros incidentes processuais na fase de execução, bem como autorizar a desistência de recursos interpostos, quando o benefício patrimonial almejado com o ato não atender aos critérios de racionalidade, de economicidade e de eficiência, nos termos dos artigos 19-C e 19-D da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.**(Redação dada pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

§ 1º Os Procuradores Federais poderão se abster de interpor e desistir de recurso interposto, em casos específicos e concretos ou conjunto de casos específicos e concretos idênticos, desde que demonstrada:**(Redação dada pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

I - a inexistência de probabilidade de êxito da tese da autarquia ou da fundação pública federal; ou**(Redação dada pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

II - o prejuízo à estratégia de atuação específica para a tese discutida.**(Redação dada pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

§ 2º A caracterização das hipóteses previstas no §1° não afasta o dever de recorrer e manter a irresignação recursal quando o objeto da demanda tenha potencial para gerar relevante multiplicação de processos judiciais idênticos ou semelhantes que prejudique a análise individual da relação entre o valor em discussão e o custo da tramitação do processo e a majoração da condenação da entidade representada em razão da sucumbência recursal.**(Redação dada pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

§ 3º A ocorrência da situação prevista no § 2º deverá ser comunicada pelo Procurador Federal atuante no processo à Procuradoria Regional Federal respectiva, que poderá editar pareceres referenciais regionais sempre que constatado o potencial efeito multiplicativo, com imediata cientificação ao Departamento de Contencioso para análise de eventual necessidade de extensão aos demais órgãos de execução da PGF, na forma do inciso IX do art. 2º.**(Redação dada pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

§ 4º A Procuradoria-Geral Federal disciplinará o disposto neste artigo no seu respectivo âmbito de atuação, inclusive quanto à fixação de valores de alçada que autorizem a aplicação do disposto no caput. (NR)**(Incluído pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

Art. 9º-A. Nas hipóteses em que a autoridade administrativa competente houver reconhecido administrativamente o pedido correspondente à pretensão autoral, os Procuradores Federais ficam autorizados a reconhecer a procedência do pedido e a desistir da ação e de recursos eventualmente interpostos, desde que não haja outro fundamento relevante nos termos do art. 12. (NR)**(Incluído pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

Art. 10. Ao elaborar orientação sobre matéria comum à União, suas autarquias e fundações públicas, o Departamento de Contencioso, conforme o caso, dará ciência dos seus termos à Secretaria-Geral do Contencioso ou à Procuradoria-Geral da União, para fim de análise da conveniência de elaboração de orientação no mesmo sentido. (NR)**(Redação dada pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*.

Art. 11. Na hipótese de abstenção de contestação, os ProcuradoresFederais deverão peticionar no feito no prazo da defesa,seja para reconhecer a procedência do pedido, seja para justificar aabstenção de contestação, com fulcro nos termos desta portaria.

Parágrafo único. Na petição de que trata o caput dever-se-á requerer:**(Incluído pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

I - a não condenação em honorários, nos termos do inc. I do § 1º do art. 19 e do art. 19-D, ambos da Lei nº 10.522, de 2002;**(Incluído pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

II - a não subordinação da sentença ao duplo grau de jurisdição obrigatório, nos termos do § 2º do art. 19 e do art. 19-D, ambos da Lei nº 10.522, de 2002." (NR)**(Incluído pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

Art. 11-A. Nas hipóteses de abstenção de apelação ou de recurso ordinário nos termos desta Portaria, os Procuradores Federais deverão manifestar ao Juízo do feito a falta de interesse recursal do ente representado, inclusive para os fins previstos no artigo 496, § 4º, do CPC.**(Incluído pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput aos casos previstos no artigo 496, § 3º, I, do CPC. (NR)**(Incluído pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

Art. 12. A caracterização das hipóteses previstas nesta portarianão afasta o dever de contestar, recorrer ou impugnar especificamentenos seguintes casos:

I - incidência de qualquer das hipóteses elencadas no art. 337do CPC;

II - prescrição ou decadência

III - existência de controvérsia acerca da matéria de fato;

IV - ocorrência de pagamento administrativo;

V - verificação de outras questões ou incidentes processuaisque possam implicar a extinção da ação;

VI - existência de acordo entre as partes, judicial ou extrajudicial;

VII - verificação de circunstâncias específicas do caso concretoque possam modificar ou extinguir a pretensão da parte adversa;

VIII - discordância quanto a valores ou cálculos apresentadospela parte ou pelo juízo, observadas as regulamentações internas jáexistentes a respeito da não interposição de recursos ou desistênciadaqueles já interpostos nesse tema;

IX - situação fática distinta ou questão jurídica não examinadanos precedentes dos Tribunais Superiores e da Turma Nacionalde Uniformização que imponha solução jurídica diversa;

X - superação dos precedentes judiciais referidos nesta Portaria por decisão judicial posterior, hipótese em que deverão ser consideradas as especificidades dos §§ 3º e 4º do artigo 927 do CPC, ou por alteração legislativa que altere total ou parcialmente o ato normativo objeto da interpretação fixada pelos Tribunais Superiores e pela Turma Nacional de Uniformização; ou**(Redação dada pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

XI - constatação da possibilidade de oferecimento de proposta de acordo para encerramento do litígio, conforme orientação da Procuradoria-Geral Federal.**(Incluído pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

Parágrafo único. Na hipótese do inciso X, observado o disposto no artigo 10 desta Portaria, a Procuradoria-Geral Federal, ouvida a Secretaria-Geral do Contencioso, conforme o caso, emitirá orientação sobre o alcance da revisão de tese ou da alteração legislativa. (NR)**(Redação dada pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

Art. 13. Os Procuradores Federais deverão justificar a abstenção de propositura de ação, de contestação, de impugnação ao cumprimento de sentença, de embargos à execução e de recurso, bem como o reconhecimento da procedência do pedido e a desistência de ação e de recurso previstos nesta Portaria procedendo ao preenchimento dos campos correspondentes no Sapiens - Sistema AGU de Inteligência Jurídica, sem a necessidade de autorização da chefia imediata.**(Redação dada pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput desteartigo em processos judiciais com valor de condenação de até 60(sessenta) salários mínimos.

Art. 14. Imediatamente após expedirem orientação para abstenção do ajuizamento de ação, de contestação, de impugnação ao cumprimento de sentença, de embargos à execução e de recurso, bem como para reconhecimento da procedência do pedido ou para desistência de ações ajuizadas e de recursos já interpostos, com fundamento nos artigos 2º, 3º, no inc. VII do artigo 4º, no inc. VIII do artigo 5º, ou no inc. XII do artigo 6º, todos desta Portaria, e o entendimento demandar observância por parte dos órgãos consultivos da administração pública, a Secretaria-Geral de Contencioso e a Procuradoria-Geral Federal, conforme o caso, darão início ao processo administrativo para edição de súmula da Advocacia-Geral da União. (NR)**(Redação dada pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

Art. 15. Esta portaria não afasta a aplicação da Portaria nº109, de 30/01/2007, da Portaria nº 377, de 25/08/2011, da Portaria nº46, de 13/02/2013 e da Portaria nº 98, de 09/04/2013.

Art. 15-A. O Procurador-Geral Federal, com fundamento no art. 19-B e § 1º do art. 19-D, ambos da Lei nº 10.522, de 2002, comunicará às autarquias e fundações a ocorrência das hipóteses previstas nos arts. 2º e 3º desta Portaria e a obrigação de tais entidades observarem-nas administrativamente.**(Incluído pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

§ 1º Não se aplica o disposto no caput às hipóteses dos incisos VIII e IX do art. 2º desta Portaria.**(Incluído dada pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

§ 2º Na atividade de constituição de créditos abrangida pelo caput, as autarquias e fundações deverão:**(Incluído pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

I - abster-se de constituir, parcelar e cobrar administrativamente os créditos; e**(Incluído pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

II - rever de ofício os atos administrativos já praticados, observada a prescrição.**(Incluído pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

§ 3º A eventual restituição administrativa dos valores indevidamente recolhidos será regulada no âmbito de cada entidade, observada a ocorrência da prescrição e os parâmetros fixados em ato da Procuradoria-Geral Federal. (NR)**(Incluído pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

Art. 15-B. A Procuradoria-Geral Federal disciplinará o disposto no art. 19-C da Lei nº 10.522, de 2002, no seu âmbito de atuação. (NR)**(Incluído pela Portaria nº 161, de 6.5.2020)***.*

Art. 16. Ficam delegadas ao Procurador-Geral Federal ascompetências de que tratam o caput e o § 4º do artigo 1º da Lei n°9.469, de 1997, para, no âmbito de suas atribuições, normatizar eautorizar a celebração de acordos ou transações, em juízo, para prevenirou terminar o litígio.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**FÁBIO MEDINA OSÓRIO**

D.O.U. de 28.7.2016.

**PORTARIA Nº 529, DE 23 DE AGOSTO DE 2016.**

*Regulamenta, no âmbito da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, o procedimento de acesso à informação e estabelece diretrizes relativas ao sigilo profissional decorrente do exercício da advocacia pública e à gestão da informação de natureza restrita e classificada, para atender o disposto na Lei n° 12.527 de 18 de novembro de 2011, no Decreto n° 7.724, de 16 de maio de 2012, e no Decreto n° 7.845, de 14 de novembro de 2012.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 4°, incisos I e XVIII, e 45, da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, e

Considerando que a regra constitucional no tratamento da informação privilegia a publicidade, excepcionando o sigilo;

Considerando as obrigações legais relacionadas ao sigilo profissional decorrente do exercício da advocacia pública;

Considerando a previsão legal de prestígio à transparência ativa;

Considerando que a restrição de acesso à informação deve obedecer critérios objetivos, dotados de clareza, simplicidade, transparência e celeridade;

Considerando que a classificação da informação deve buscar o grau de sigilo menos restritivo possível, com o prestígio do interesse público, o resguardo da sociedade e a segurança do Estado, resolve:

CAPÍTULO I

DO OBJETO

Art. 1° Esta Portaria regulamenta, no âmbito da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Procuradoria-Geral Federal (PGF), o procedimento de acesso à informação e estabelece diretrizes relativas ao sigilo profissional decorrente do exercício da advocacia pública e à gestão da informação de natureza restrita e classificada, para atender ao disposto na Lei n° 12.527 de 18 de novembro de 2011, no Decreto n° 7.724, de 16 de maio de 2012, e no Decreto n° 7.845, de 14 de novembro de 2012.

CAPÍTULO II

DO ACESSO À INFORMAÇÃO

**Seção I**

**Das Disposições Gerais**

Art. 2° O procedimento previsto nesta Portaria destina-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e deve ser executado em conformidade com os princípios básicos da Administração Pública e com as diretrizes previstas no art. 3° da Lei n° 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

Art. 3° A AGU promoverá, independentemente de requerimento, no âmbito de suas competências, a divulgação, em seção específica de seu sítio eletrônico, de informações de interesse coletivo ou geral, notadamente aquelas previstas no § IO do art. 8° da Lei de Acesso à Informação.

§ I° Poderão ser incluídas, na seção específica do sítio eletrônico da AGU de que trata o *capllt,* outras informações de interesse coletivo e geral, entre elas, as relacionadas:

I -às competências da AGU, tais como pareceres normativos, súmulas, atos e orientações normativas do Advogado-Geral da União; e

11 -às respostas frequentes apresentadas pelos órgãos da AGU a pedidos de acesso à informação, notadamente em face da relevância do tema ou diante de sua reiteração.

§ 2° A inclusão de outras informações de que trata o § lO deverá ser solicitada à Autoridade de Monitoramento, confonne designada por ato próprio, pelos titulares dos órgãos de execução, podendo ser ouvido o órgão de direção superior respectivo.

Art. 4° O sistema SAPIENS disponibilizará ao público, mediante livre cadastro e identificação do interessado, os metadados e o trâmite dos documentos ou processos públicos de sua base, exceto quanto às infonnações restritas ou classificadas, na forma da Lei de Acesso à Informação, de outras leis específicas, do Decreto nO 7.724, de 2012 e desta Portaria.

**Seção II**

**Do Serviço de Informações ao Cidadão**

Art. 5° O Serviço de Infonnações ao Cidadão (SIC), será responsável pelo recebimento, triagem, encaminhamento e divulgação dos pedidos de acesso à informação.

§ 1° O SIC funcionará nos Protocolos dos órgãos de execução e Unidades da AGU e da PGF.

§ 2° Deverá ser designado servidor para exercer a função de operador do SIC em cada unidade de Protocolo.

§ 3° O servidor designado deverá receber treinamento para utilização do sistema eletrônico específico de acesso à informação.

Art. 6° O servidor do SIC no Protocolo exercerá as seguintes atribuições:

I -receber os pedidos de acesso à informação que sejam protocolados por escrito ou reduzir a termo os pedidos que forem solicitados verbalmente;

II -converter os pedidos para fonnato eletrônico e anexá-los ao sistema eletrônico específico de acesso à informação;

III -tramitar à Ouvidoria-Geral da Advocacia-Geral da União (OGAGU) os pedidos protocolados;

IV -orientar o demandante acerca dos meios de acesso à informação disponíveis; e

V -arquivar os requerimentos atendidos.

Art. 7° A OGAGU exercerá a função de coordenação técnica e gestão do SIC, com as seguintes competências:

I -reduzir a tenno, no sistema eletrônico, os pedidos de acesso à informação recebidos verbalmente, inclusive, por telefone;

II -receber os pedidos encaminhados via SIC pelas unidades de Protocolo;

III -comunicar ao demandante, quando for o caso, que não detém a informação solicitada e indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém;

IV -encaminhar o pedido ao órgão da AGU ou da PGF detentor da informação, que terá o prazo de até lO (dez) dias para responder à OGAGU;

V -receber, do responsável pela análise do pedido, a resposta de deferimento ou de indeferimento do pedido de acesso à informação;

VI -apresentar a resposta ao demandante;

VII -zelar pela atualização e compatibilidade dos dados arquivados em sistemas institucionais de sua competência;

VIII -produzir os relatórios e gráficos infonnativos e específicos demonstrativos da acessibilidade da informação no âmbito da AGU e da PGF; e

IX -realizar o intercâmbio entre a base de dados e sistemas da Instituição com o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.

**Seção III**

**Do Procedimento de Acesso à Informação**

Art. 8° O pedido de acesso à informação deverá ser fonnalizado por meIo de formulário padrão disponível no SIC.

Art. 9° Recebido o pedido no Protocolo, o servidor responsável fará imediatamente o seu registro no sistema eletrônico previsto no § 3° do art. 5°.

§ 1° O servidor do SIC junto ao Protocolo fornecerá ao demandante o número de protocolo do pedido, bem como infonnará o prazo máximo de resposta.

§ 2° A informação será prestada, preferencialmente, por meio eletrônico.

Art. 10. A OGAGU encaminhará o pedido, de imediato, ao detentor da informação, pelo sistema eletrônico.

Parágrafo único. Os titulares dos órgãos da AGU serão os responsáveis pela utilização do sistema eletrônico da OGAGU, sendo-lhes facultada a delegação de atribuições.

Art. 11. Recebido o pedido da OGAGU, o detentor da informação responderá, em até 10 (dez) dias, utilizando o sistema eletrônico.

§ 1° O prazo para a análise do pedido acesso a infomlação poderá ser, fundamentadamente, prorrogado, pela OGAGU, mediante registro em sistema e informação ao demandante.

§ 2° Na hipótese de indeferimento do pedido, deverá ser encaminhada ao demandante, juntamente com a decisão, a orientação quanto à possibilidade de interposição de recurso, o prazo e a autoridade competente para o seu julgamento.

§ 3° Na hipótese de o pedido versar sobre questão restrita ou classificada, o servidor competente para a sua apreciação deverá propor, de ofício, à autoridade competente, se for o caso a remoção da restrição ou a desclassificação, antes do atendimento do pedido.

Art. 12. A prestação do serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, ressalvada a cobrança do valor necessário ao ressarcimento do custo dos materiais utilizados na reprodução e expedição.

§ 1° Caso opte por receber a informação em endereço residencial ou comercial, o demandante deverá providenciar o pagamento prévio também das despesas postais.

§ 2° Estará isento de ressarcir o custo aquele cuja situação econômica, declarada nos termos da Lei n° 7.115, de 29 de agosto de 1983, não lhe pennita fazê-lo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

Art. 13. No prazo de até 20 (vinte) dias, a OGAGU deverá:

I -enviar a informação ao endereço físico ou eletrônico informado;

II -comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter declaração relativa à informação;

III -comunicar o desconhecimento sobre existência da informação solicitada, quando for o caso;

IV -indicar, se possível, o órgão ou entidade responsável pela infomlação, ou que a detenha, quando não for possível o redirecionamento da demanda, via sistema integrado; ou

V -indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso à informação.

§ 1° Nas hipóteses em que o pedido exija manuseio de grande volume de documentos ou que a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida prevista no inciso II deste artigo.

§ 2° Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cUJa manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.

§ 3° Na impossibilidade de obtenção de cópias, o demandante poderá solicitar que, a suas expensas e sob supervisão de servidor, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a segurança e a conservação do documento original.

§ 4° O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado por la (dez) dias, mediante justificativa ao demandante antes do seu término.

Art. 14. É direito do demandante obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia, que deverá ser encaminhada pela OGAGU.

Parágrafo único. A OGAGU deverá fornecer o formulário para interposição do recurso, se solicitado.

**Seção IV**

**Da Reclamação e dos Recursos Hierárquicos**

Art. 15. No caso de ausência de resposta ao pedido de acesso à informação, o demandante poderá apresentar reclamação no prazo de la (dez) dias à Autoridade de Monitoramento de que trata o art. 40 da Lei de Acesso à Informação, conforme disposto no art. 22 do Decreto n° 7.724, de 16 de maio de 2012.

§ 1°0 prazo para apresentação da reclamação terá início no 30 (trinta) dia após a apresentação do pedido não atendido.

§ 2° A Autoridade de Monitoramento avaliará sobre a necessidade de dar ciência quanto à ausência de resposta ao Advogado-Geral da União.

Art. 16. No caso de indeferimento do pedido de acesso à informação, ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, o demandante poderá interpor recurso contra a decisão, no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.

§ 1° O recurso será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão objeto de impugnação.

§ 2° A referida autoridade deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da apresentação do recurso.

§ 3° Da decisão que negar provimento ao recurso de que trata o § 1°, o demandante poderá apresentar recurso, no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da decisão, ao Advogado-Geral da União, que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento do recurso.

Art. 17. O processamento do recurso observará, no que couber, o disposto neste Capítulo.

CAPÍTULO III

DA RESTRIÇÃO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

**Seção I**

**Do Sigilo Profissional Decorrente do Exercício da Advocacia Pública**

Art. 18. Os membros da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal são responsáveis pela preservação do sigilo profissional da infonl1ação processual de interesse da União e de suas autarquias e fundações públicas, relacionadas ao exercício da advocacia pública.

Parágrafo único. A obrigação de preservação do sigilo profissional deverá:

I -seguir as regras e decisões específicas relativas à restrição de acesso à informação, conforme adotadas no órgão ou entidade de origem da informação;

II -zelar pelas condições de atuação estratégico-processual relacionadas ao exercício regular e exitoso da advocacia pública; e

III -ser adotada independente de manifestação expressa dos referidos órgãos e entidades.

**Seção II**

**Das Situações Passíveis de Restrição**

Art. 19. Poderão ter acesso restrito na AGU e na PGF, em decorrência da inviolabilidade profissional do advogado, prevista no art. 7°, inciso lI, da Lei n° 8.906, de 4 de julho de 1994, e independentemente de classificação, na forma do art. 22 da Lei n° 12.527, de 2011, as informações, documentos e dados que versem sobre:

I -processos administrativos em relação aos quais não se tenha encerrado o ciclo aprobatório da manifestação jurídica ou técnica, especialmente, propostas de acordos para pagamento de créditos e débitos da União e de suas autarquias e fundações públicas, demais acordos, termos de ajustamento de conduta, termos de conciliação ou instrumentos congêneres;

II -atuação instrutória e apreciativa do Grupo Permanente de Atuação Proativa e demais setores, em órgãos de contencioso, relacionados ao combate à corrupção e à improbidade administrativa, à defesa do patrimônio público e à recuperação de ativos, em território nacional ou no exterior;

Ill-verificação técnica e estratégica, quanto à forma e o modo de intervenção em processos judiciais ou extrajudiciais;

IV -apreciação de pedido de representação judicial ou extrajudicial de agente público pela AGU, nos termos do art. 22, da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, Decreto n° 7.153, de 9 de abril de 2010, e Portaria do Advogado-Geral da União n° 408, de 23 de março de 2009;

V -expedientes oriundos de outros órgãos e entidades da Administração Pública, com repercussão dos interesses públicos em juízo;

VI -apreciação jurídica sobre a possibilidade de dispensa e/ou não-interposição de recurso judicial ou extrajudicial, de desistência de processo judicial ou extrajudicial, ou de não ajuizamento de ação judicial;

VII -análise de propostas de edição de enunciados de súmulas, de instrução ou de orientação normativa;

VIII -manifestações jurídicas ou técnicas não aprovadas, quando sua divulgação possa repercutir, justificadamente, de modo negativo na defesa ou promoção de interesses públicos em juízo ou outro foro;

IX -cumprimento, no Brasil, de acordos internacionais relativos à proteção de direitos humanos, cooperação jurídica internacional, condição jurídica de organismo estrangeiro de direito público ou privado, defesa do Estado brasileiro no exterior e processos trabalhistas em que figurem organismos internacionais e estados estrangeiros no polo passivo, desde que a divulgação de quaisquer dessas demandas possa repercutir, justificadamente, de modo negativo na defesa ou promoção de interesses públicos em juízo ou outro foro, afete sigilo legal específico ou diga respeito à informação sigilosa, na forma combinada dos artigos 4°, III, e 23 da Lei n. 12.527, de 2011, à informação pessoal de que trata o artigo 4°, IV, da mesma Lei, ou, ainda, a contrato sigiloso, conceituado pelo artigo 2°, V, do Decreto n. 7.845, de 2012.

X -fiscalização quanto ao cumprimento da legislação trabalhista, especialmente no que respeita ao combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil;

XI -demandas trabalhistas onde figurem organismos internacionais e estados estrangeiros no polo passivo;

XII -programa de proteção à testemunha, à vítima ou ao réu colaborador, previstos na Lei n° 9.807, de 13 dejulho de 1999, e Decreto nº 3.518, de 20 de junho de 2000;

XIII -elaboração de cálculo para defesa da União na esfera judicial ou extrajudicial;

XIV -identificação do denunciante;

XV -procedimentos correcionais, de investigação preliminar, representações relativas à atuação de membros e servidores, sindicâncias e processos administrativos disciplinares, especialmente os relacionados à atuação da Corregedoria-Geral da Advocacia da União e da Secretaria-Geral de Administração; e

XVI -manifestações jurídicas elaboradas com a finalidade de apreciação de projeto de lei submetido à sanção ou veto do Presidente da República.

XVII -segredo industrial, nos termos do art. 22, da Lei n° 12.527, de 29 de dezembro de 2011;

XVIII -situações de interceptação de comunicações telefônicas, nos termos do art. 8°, *caplIt,* da Lei nO 9.296, 24 de julho de 1996;

XIX -atuações de controle interno, os termos do art. 26, § 3°, da Lei n° 10.180,6 de fevereiro de 2001.

XX -situação econômico-financeira do sujeito passivo, nos termos do art. 198, *caplIt,* da Lei n° 5.172, de 25 de outubro de 1966;

XXI -direito autoral, nos termo do art. 24, inciso lII, da Lei n° 9.610, de 19 de fevereiro de 1998;

XXII -situações de natureza privilegiada de sociedades anommas e questões relacionadas a dever de lealdade, nos termos do art. 155 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

XXIII -teor de 1ivros ou registros contábeis empresanais, nos termos do art. 1.190, da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002;

XXIV -operações bancárias, nos termos do art. l°, da Lei Complementar n° 105, de 10 de janeiro de 2001;

XXV -proteção à propriedade intelectual de *software,* nos termos do art. 2°, da Lei n° 9.609, de 19 de fevereiro de 1998;

XXVI -quebra do sigilo de comunicações, nos termos do art. 3°, inciso V, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;

XXVII -reprodução de inquérito policial, nos termos do art. 20, do Decreto-Lei n° 3.689, de 3 de oUhtbro de 1941;

XXVIII -situação pessoal dos indivíduos em geral, inclusive laudos médicos, conforme o art. 31 da Lei nº 12.527, de 2011; e

XXIX -sigilo judicial, conforme art. 189 da Lei n° 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

§ 1º O rol acima possui natureza exemplificativa, sem prejuízo da aplicação da restrição a demais situações legalmente previstas.

§ 2° Faculta-se a remoção da restrição de acesso prevista neste artigo, após ultimado o ciclo aprobatório das manifestações jurídicas ou técnicas, ou após o encerramento dos processos administrativos ou judiciais, a critério do responsável pela informação.

CAPÍTULO IV

DA CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Art. 20. A classificação de documentos ou processos atenderá a rito uniforme, independentemente do meio em que foram produzidos, e ocorrerá mediante decisão fundamentada da autoridade competente, nos casos relacionados ao art. 21 da Lei de Acesso à Informação.

§ 1° O responsável pela produção da informação, ou pela análise do documento ou do processo, deve propor à autoridade competente, o grau de classificação aplicável, caso não detenha a competência para tanto.

§ 2° A autoridade, ao acolher a proposta de classificação, indicará o seu termo inicial e o seu grau, ou submeterá o caso às instâncias superiores, na hipótese de não deter a competência correlata ao grau de sigilo a ser atribuído.

Art. 21. Em relação às finalidades da Lei de Acesso à Infomlação, são competentes para classificar a informação, como:

I -ULTRASSECRETA, o Advogado-Geral da União;

II -SECRETA, os Dirigentes dos Órgãos de Direção Superior (NE), comunicando a classificação à autoridade delegante;

III -RESERVADA, os agentes que exerçam cargos em comlssao de direção, comando, chefia ou assessoramento, do Grupo de Direção e Assessoramento Superior (DAS), nos níveis 6 ou 5.

**Seção I**

**Dos Procedimentos Para Atribuição de Sigilo**

Art. 22. A atribuição de sigilo do processo ou documento avulso, físico ou digital, será fundamentada pela autoridade competente, observados os critérios previsto na Lei de Acesso à Informação e nos arts. 31 e 32 do Decreto n° 7.724, de 2012, mediante o preenchimento do Termo de Classificação de Informação (TCI).

Art. 23. O tratamento do documento recebido em meio físico, com informação já classificada, adotará os seguintes procedimentos de controle, antes da sua transformação em meio eletrônico:

I -identificação dos destinatários em protocolo e recibo específicos;

II -lavratura de termo de custódia e registro em protocolo específico;

III -lavratura anual de termo de inventário, pelo órgão ou entidade expedidor e pelo órgão ou entidade receptor; e

IV -lavratura de termo de transferência de custódia ou guarda.

§ 1° O documento previsto no *caput* será denominado Documento Controlado (DC).

§ 2° O termo de inventário previsto neste artigo deverá conter no mínimo osseguintes elementos:

I -numeração sequencial e data;

II -órgãos produtor e custodiante do DC;

III-rol de documentos controlados; e

IV -local e assinatura.

§ 3° O termo de transferência previsto neste artigo deverá conter no mínimo os seguintes elementos:

I -numeração sequencial e data;

II -agentes públicos substituto e substituído;

III-identificação dos documentos ou termos de inventário a serem transferidos; e

IV -local e assinatura.

Art. 24. O documento ULTRASSECRETO é considerado DC desde sua classificação ou reclassificação.

Art. 25. A marcação de documentos classificados será feita nos cabeçalhos e rodapés das páginas que contiverem informação classificada e nas capas do documento.

§ 1° As páginas serão numeradas seguidamente, devendo cada uma conter indicação do total de páginas que compõe o documento.

§ 2° A marcação deverá ser feita de modo a não prejudicar a compreensão da informação.

Art. 26. O DC possuirá a marcação de que trata o art. 23 do Decreto n° 7.845, de 2012, e conterá, na capa e em todas as páginas, a expressão em diagonal "Documento Controlado" e o número de controle, que indicará o agente público custodiante.

Art. 27. A indicação do grau de sigilo em mapas, fotocartas, cartas, fotografias, quaisquer outros tipos de imagens e meios eletrônicos de armazenamento obedecerá aos procedimentos complementares adotados pelos órgãos e entidades.

Art. 28. A expedição e a tramitação de documentos físicos classificados deverão observar os seguintes procedimentos:

I -acondicionamento em envelopes duplos;

II -envelope externo sem indicação do grau de sigilo ou do teor do documento;

III -envelope interno com indicação do destinatário e do grau de sigilo do documento (de modo a serem identificados logo que removido o envelope externo);

IV -envelope interno fechado, lacrado e expedido mediante recibo, que indicará remetente, destinatário e número ou outro indicativo que identifique o documento; e

V -inscrição da palavra "PESSOAL" no envelope que contiver documento de interesse exclusivo do destinatário.

Art. 29. A expedição, a condução e a entrega de processos ou documentos físicos com informação classificada em grau de sigilo ULTRASSECRETO serão efetuadas pessoalmente, por agente público autorizado, vedada sua postagem.

Art. 30. A expedição de documento com informação classificada em grau de sigilo SECRETO ou RESERVADO será feita pelos meios de comunicação disponíveis, por via diplomática, se for o caso, sem prejuízo da entrega pessoal.

**Seção II**

**Do Manuseio dos Documentos**

Art. 31. Cumpre aos responsáveis pelo recebimento do processo ou documento físico com informação classificada em qualquer grau de sigilo, independente do meio e forn1ato:

I -registrar o recebimento do documento;

II -verificar a integridade do meio de recebimento e registrar indícios de violação ou de irregularidade, comunicando ao destinatário, que informará imediatamente ao remetente; e

III -informar ao remetente o recebimento da informação, no prazo mais curto possível.

§ 1° Caso a tramitação ocorra por expediente ou correspondência, o envelope interno somente será aberto pelo destinatário, seu representante autorizado ou autoridade hierarquicamente superior.

§ 2° Envelopes internos contendo a marca "PESSOAL" somente poderão ser abertos pelo destinatário.

Art. 32. A informação em meio físico classificada em qualquer grau de sigilo será mantida ou arquivada em condições especiais de segurança.

Parágrafo único. Para manutenção e arquivamento de informação classificada no grau de sigilo ULTRASSECRETO e SECRETO é obrigatório o uso de equipamento, ambiente ou estrutura que ofereça segurança compatível com o grau de sigilo.

Art. 33. Os agentes responsáveis pela guarda ou custódia de documento controlado, restrito ou classificado o transmitirão a seus substitutos ou sucessores, devidamente conferido, quando da passagem ou transferência de responsabilidade.

Art. 34. Quando o documento ou processo pesquisado estiver restrito ou classificado, o usuário receberá a informação respectivamente: "ACESSO NEGADO. DOCUMENTAÇÃO RESTRITA, NA FORMA DA LEI N° 12.527, DE 2011" ou "ACESSO NEGADO. DOCUMENTAÇÃO SIGILOSA E CLASSIFICADA, NA FORMA DA LEI N° 12.527, DE 2011".

Art. 35. Os meios eletrônicos de armazenamento da informação restrita ou classificada, inclusive os dispositivos móveis, devem utilizar recursos criptográficos adequados ao grau de sigilo.

CAPÍTULO V

DA COMPETÊNCIA PARA ACESSO, DIVULGAÇÃO E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Art. 36. O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficará adstrito à competência ou à necessidade funcional para o seu conhecimento, mediante o credenciamento previsto no Decreto n° 7.724, de 2012.

Art. 37. A pessoa não credenciada ou não autorizada pela legislação poderá, excepcionalmente, ter acesso à informação restrita ou classificada, mediante a subscrição de Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (TCMS), em que serão consignados a finalidade do acesso e a obrigatoriedade de preservação do sigilo, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa.

Art. 38. Serão publicados anualmente no sítio eletrônico da AGU:

I -rol das informações desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses, com a indicação do respectivo grau sigilo, para eventual referência futura; e

II -relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de acesso à informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como dados genéricos sobre os demandantes e o extrato com a lista de informações classificadas, acompanhadas da data, do grau de sigilo e dos fundamentos da classificação.

Parágrafo único. Os dados referidos neste artigo serão impressos e encadernados para consulta pública perante a autoridade de monitoramento.

CAPÍTULO VI

DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS (CPAD-AGU)

Art. 39. Fica instituída, nos termos do art. 34 do Decreto nº 7.724, de 2012, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD-AGU), com a competência para:

I -opinar sobre a informação produzida, para fins de classificação;

II -assessorar as autoridades classificadoras, quanto à desclassificação, reclassificação ou reavaliação da informação classificada;

III -propor o destino final da informação desclassificada, indicando os documentos para guarda permanente, observado o disposto na Lei n° 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e

IV -subsidiar a elaboração do rol anual de informações desclassificadas e documentos classificados em cada grau de sigilo, a ser disponibilizado no sítio eletrônico institucional.

Art. 40. No prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, será encaminhado requerimento ao Núcleo de Segurança e Credenciamento, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República ou órgão com a competência necessária, solicitando:

I -habilitação da AGU como "Órgão de Registro Nível 1" para o credenciamento de segurança do tratamento de informação classificada, nos termos do inciso I do art. 3° e do art. 1º, do Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012; e

II -habilitação dos Postos de Controle para armazenamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, nos termos do inciso II do art. 3° do Decreto n° 7.845, de 2012.

Art. 41. Uma vez obtida a classificação da AGU como "Órgão de Registro Nível 1", será publicado ato, no prazo de 30 (trinta) dias, indicando:

I -os componentes da Comissão Pennanente de Avaliação de Documentos (CPAD-AGU); e

II -os membros e servidores habilitados ao acesso, divulgação e tratamento da informação classificadas, nos tem10S do inciso XVIII do art. 2°, inciso III do art. 7° e do art. 10, do Decreto n° 7.845, de 2012.

CAPÍTULO VII

DA GUARDA ARQUIVÍSTICA DOS DOCUMENTOS CLASSIFICADOS

Art. 42. Os prazos de classificação da informação em grau de sigilo previstos pelo § 1º do art. 24 da Lei n° 12.527, de 2011, não se confundem com os prazos de temporalidade arquivística dos respectivos documentos.

Art. 43. A avaliação e a seleção de documento com informação desclassificada, para fins de guarda permanente ou eliminação, observarão o disposto na Lei n° 8.159, de 1991, e no Decreto n° 4.073, de 2002.

Art. 44. Em caso de desclassificação, o documento de guarda permanente que contiver informação classificada será tramitado ao arquivo.

Parágrafo único. O documento de guarda permanente não pode ser desfigurado ou destruído, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa.

CAPITULO VIII

DA DIVULGAÇÃO DE ATOS RELACIONADOS À INFORMAÇÃO CLASSIFICADA E SUA REPRODUÇÃO

Art. 45. A reprodução do todo ou de parte de documento com informação classificada em qualquer grau de sigilo terá o mesmo grau de sigilo do documento.

§ 1° A reprodução total ou parcial de informação classificada em qualquer grau de sigilo condiciona-se à autorização expressa da autoridade classificadora ou autoridade hierarquicamente superior com igual prerrogativa.

§ 2° As cópias serão autenticadas pela autoridade classificadora ou autoridade hierarquicamente superior com igual prerrogativa.

Art. 46. Caso a preparação, impressão ou reprodução de informação classificada em qualquer grau de sigilo seja efetuada em tipografia, impressora, oficina gráfica ou similar, essa operação será acompanhada por pessoa oficialmente designada, responsável pela garantia do sigilo durante a confecção do documento.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 47. Fica fixado o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, para a alteração da Portaria do Advogado-Geral da União-Substituto n° 1.350, de 18de setembro de 2008, que dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CAD), visando à inclusão das competências quanto à informação objeto de classificação.

Art. 48. Os formulários previstos nesta Portaria serão elaborados pela OGAGU e disponibilizados no sistema SAPIENS, no prazo de 60 (sessenta) dias de sua publicação.

Art. 49. A publicação de conteúdos institucionais nos sítios eletrônicos de *internet* e *intranet* da AGU, bem como nas redes sociais e demais serviços de publicação de conteúdos disponíveis na rede mundial de computadores deverá ser objeto de nomlativo específico.

Art. 50. Esta Portaria entra em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação, sem prejuízo dos atos administrativos já praticados em consonância às disposições da Lei de Acesso à Informação, do Decreto nº 7.724, de 16 de o 2012, e do Decreto n° 7.845, de 14 de novembro de 2012.

**FÁBIO MEDINA OSÓRIO**

D.O.U. de 24.8.2016

**PORTARIA Nº 54, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2017.**

*Aprova o Manual de Normas Técnicas paraPublicação no Boletim de Serviço Eletrônicoda Advocacia-Geral da União.*

A **ADVOGADA-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuiçõesque lhe confere o artigo 4º, inciso XVIII, da Lei Complementarnº 73, de 10 de fevereiro de 1993, bem como o contido naLei nº 4.965,[[285]](#footnote-286) de 5 de maio de 1966,considerando a necessidade deadequação da sistemática para a veiculação de matérias no Boletim deServiço Eletrônico, e o que consta do Processo Administrativo nº00404.005132/2016-51, resolve:

Art. 1º Aprovar o Manual de Normas Técnicas para Publicaçãono Boletim de Serviço Eletrônico da Advocacia-Geral da União.

Art. 2º Cabe à Secretaria-Geral de Administração providenciara publicação e a divulgação do Manual, bem como a disponibilizaçãoem meio eletrônico às unidades da Advocacia-Geral daUnião.

Art. 3º Fica a Secretaria-Geral de Administração responsávelpor rever e atualizar periodicamente as orientações e procedimentosconstantes do Manual.

Parágrafo único. As propostas de alteração, inclusão e atualizaçãodo Manual podem ser feitas pelas unidades, devendo serencaminhadas à Secretaria-Geral de Administração.

Art. 4º O Manual de Normas Técnicas para Publicação noBoletim de Serviço Eletrônico da Advocacia-Geral da União, anexo aesta Portaria, será publicado na íntegra no Boletim de Serviço destaAdvocacia-Geral da União.

Art. 5º Ficam revogadas a Portaria nº 383, de 11 de outubrode 2013 e a Portaria nº 24, de 03 de fevereiro de 2014.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA**

D.O.U. de 15.2.2017.

**PORTARIA Nº 117, DE 24 DE MARÇO DE 2017.**

*Regula, no âmbito da Procuradoria-Geralda União e da Procuradoria-Geral Federal,os procedimentos relativos à gestão de contasinativas de Precatórios e Requisições dePequeno Valor - RPV.*

A **ADVOGADA-GERAL DA UNIÃO**, no uso de suas atribuiçõeslegais, e

Considerando as manifestações exaradas no Processo Administrativonº 00410.001264/2016-24;

Considerando a informação do Conselho da Justiça Federal CJFde que existem, atualmente, 493.301 contas vinculadas a precatóriose Requisições de Pequeno Valor - RPV não sacados há maisde dois anos, totalizando R$ 8.643.438.148,75;

Considerando que as requisições de pagamento de pequenovalor, expedidas nos termos do art. 100 e parágrafos da ConstituiçãoFederal, e o mero depósito dos respectivos valores em contas vinculadasnão extingue o processo de execução;

Considerando que tais valores, enquanto não sacados, constituemrecursos públicos;

Considerando o princípio da segurança jurídica, as disposiçõesdo art. 1º do Decreto nº 20.910/1932 e do art. 924, inciso V, doCódigo de Processo Civil;

Considerando o disposto no art. 45 a 47 da Resolução CJF nº405/2016;

Considerando que os recursos depositados em contas vinculadasde Precatórios e de RPV não podem ficar indefinidamenteparalisados nas instituições financeiras, resolve:

Art. 1º Regulamentar os procedimentos a serem adotadospelas unidades de execução da Procuradoria-Geral da União e daProcuradoria-Geral Federal na gestão de contas vinculadas a Precatóriose RPV não sacadas pelos beneficiários.

Art. 2º As Procuradorias-Regionais da União e as Procuradorias-RegionaisFederais deverão requerer aos Presidentes dos TribunaisRegionais Federais que comuniquem ao juízo da execução,nos termos do art. 45 da Resolução CJF nº 405/2016, os casos derequisições de pagamentos depositadas há mais de dois e menos decinco anos.

Parágrafo único. As unidades de execução da Procuradoria-Geralda União e da Procuradoria-Geral Federal deverão acompanhar,no juízo da execução, a adoção das providências previstas nos arts. 46e 47 da Resolução CJF nº 405/2016.

Art. 3º As unidades da Procuradoria-Geral da União e daProcuradoria-Geral Federal deverão requerer ao juízo da execução aextinção do processo e o cancelamento das requisições, bem como areversão dos respectivos valores ao Tesouro Nacional, cujos depósitostenham sido realizados há mais de cinco anos, nos termos do art. 924,inciso V, do Código de Processo Civil.

§ 1º Caso o volume de requisições a ser analisado inviabilizea adoção imediata e simultânea da providência prevista no caput emtodos os processos de execução,os pedidos de extinção do feitodeverão ser ajuizados com base no seguinte cronograma:

I - em até 15 (quinze) dias, nos processos cujas requisiçõesde pagamento superem R$ 100.000,00 (cem mil reais);

II - em até 30 (trinta) dias, para as requisições de pagamentocujos valores estejam compreendidos acima de R$ 50.000,00 (cinquentamil reais) e até R$ 100.000,00 (cem mil reais); e

III - em até 45 (quarenta e cinco) dias, para as requisições depagamento cujos valores estejam compreendidos acima de R$10.000,00 (dez mil reais) e até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

§ 2º Não se aplica o disposto no caput nas hipóteses em queo levantamento dos valores referentes às requisições de pagamentoesteja suspenso por determinação judicial.

§ 3º A atuação nas hipóteses de valores inferiores a R$10.000,00 (mil reais) será objeto de cronograma a ser estipulado emato específico.

Art. 4º Compete ao Departamento de Cálculos e Perícias daProcuradoria-Geral da União - DCP/PGU processar as informaçõesrecebidas pelo Conselho da Justiça Federal - CJF, agrupando-as por:

I - região e Estado;

II - valor, em ordem decrescente;

III - data de emissão:

a) com prazo superior a 5 (cinco) anos;

b) com prazo superior a 2 (dois) e inferior a 5 (cinco) anos;

c) com prazo inferior a 2 (dois) anos;

IV - entidade pública devedora.

§ 1º Caberá ao Departamento de Gestão Estratégica da Advocacia-Geralda União - DGE/AGU e ao Departamento de Tecnologiade Informação da Secretaria-Geral da Advocacia-Geral daUnião - DTI/SGA/AGU prestar apoio técnico para viabilizar a classificaçãodos processos na forma disposta no presente artigo.

§ 2º A fluência dos prazos previstos no §1º do artigo 3º destaPortaria se iniciará a partir da disponibilização dos dados de classificaçãodos processos aos órgãos de execução.

Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos no âmbito daProcuradoria-Geral Federal ou da Procuradoria-Geral da União, isoladamenteou em conjunto.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA**

D.O.U. de 27.3.2017

**PORTARIA Nº 401, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017.**

*Dispõe sobre a carteira de identidade funcionaldos ocupantes dos cargos de Advogadoda União, Procurador da FazendaNacional, Procurador Federal, Procuradordo Banco Central do Brasil e dos quadrossuplementares em extinção previstos no art.46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6de setembro de 2001.*

A **ADVOGADA-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 4º e 52 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, tendo em vista o disposto nos arts. 27 e 38, § 5º, da Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016, e considerando o que consta no Processo 00404.005053/2017-21, resolve:

Art. 1º Adotar as características, especificadas em anexo, da carteira de identidade funcional dos ocupantes dos cargos de Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional, Procurador Federal, Procurador do Banco Central do Brasil e dos quadros suplementares em extinção previstos no art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.

Art. 2º Em caso de aposentadoria, a carteira de identidade funcional será substituída por outra, em que se indique a circunstância, mediante a utilização do termo aposentado, mantendo-se a mesma numeração anteriormente utilizada, sem referência às prerrogativas dos ocupantes dos cargos de que trata esta portaria.

Art. 3º A perda do cargo obriga o titular da carteira à sua restituição imediata à Advocacia-Geral da União.

Art. 4º A Secretaria-Geral de Administração, observada a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros, adotará as providências para a contratação de empresa especializada em prestação de serviços para a emissão das carteiras de identidade funcional de acordo com o modelo.

Parágrafo único. Ficam mantidas as características previstas na Portaria nº 670, de 12 de setembro de 2002, enquanto não formalizada a contratação de que trata o caput.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA**

D.O.U. de 4.12.2017.

**ANEXO**

Características da identidade funcional dos membros das carreiras jurídicas de Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional, Procurador Federal, Procurador do Banco Central do Brasil e dos ocupantes dos cargos dos quadros suplementares em extinção previstos no art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.

1. Da carteira de identidade funcional, confeccionada em cartão laminado de policarbonato, com chip de aproximação integrado, acabamento fosco, contendo as Armas da República e duas impressões da sigla da Advocacia-Geral da União, uma contendo tinta do tipo reativa à exposição de luz ultravioleta (UV Azul) e a outra de variação ótica, conforme ângulo de visão (OVI), constará: na parte da frente, cortada por uma faixa diagonal verde-amarela, o nome da instituição impresso, o nome e o cargo do titular, o número da identidade funcional, a data da expedição, a data de admissão no cargo, a matrícula Siape, o número e Seção da inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, uma fotografia impressa a laser na própria identidade, a assinatura do titular da cédula de identidade e, no rodapé, a inscrição "TEM FÉ PÚBLICA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL"; e, no verso, a inscrição "CARTEIRA DE IDENTIDADE FUNCIONAL - LC N.º 73, DE 1993, E LEI Nº 13.327, DE 2016", a filiação, a naturalidade, a nacionalidade, a data de nascimento, o tipo sanguíneo e fator RH, o número de identidade civil, o número do CPF, o número do PIS/PASEP, a assinatura do Advogado Geral da União e os dizeres "O titular tem asseguradas as prerrogativas inerentes ao exercício da advocacia pública nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, das demais leis do país, em especial da Lei Complementar nº 73, de 1993, e da Lei nº 13.327, de 2016, sendo-lhe garantido ter ingresso e trânsito livres, em razão de serviço, em qualquer recinto ou órgão público."

2. Capa em couro vermelho, dividida em duas partes, com uma dobra, no anverso o símbolo das Armas da República em metal e as inscrições "República Federativa do Brasil" e "Advocacia-Geral da União", impressas em dourado. Internamente dividida em duas partes, contendo, na primeira dobra, encaixe para inserção da identidade funcional destacável e, na segunda dobra, as Armas da República impressas na cor original, as prerrogativas dos membros, quando em serviço, assim resumidas: "O titular tem asseguradas as prerrogativas inerentes ao exercício da advocacia pública nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, das demais leis do país, em especial da Lei Complementar nº 73, de 1993, e da Lei nº 13.327, de 2016, sendo-lhe garantido ter ingresso e trânsito livres, em razão de serviço, em qualquer recinto ou órgão público". Dimensões da capa aberta - 15 cm x 10 cm.

D.O.U. de 4.12.2017.

**PORTARIA Nº 414, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.**

*Institui o Sistema de Governança Corporativa, a Política de Governança de Processos de Trabalho, a Política de Gestão de Riscos e a Política de Governança de Programas e Projetos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal.*

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos I, XIII e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista a necessidade de alinhamento com a Política de Governança da Administração Pública Federal direta, indireta e autárquica, instituída pelo Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, bem como para atender ao disposto no seu art. 14, resolve: (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 452, de 31.12.2020)**

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 1º Instituir o Sistema de Governança Corporativa da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal - SGC-AGU, caracterizado como o conjunto de práticas gerenciais voltadas à entrega de valor público para a sociedade, com a finalidade de estabelecer a governança corporativa, integridade, riscos e controles, bem como auxiliar o Advogado-Geral da União nas decisões de caráter estratégico.

Parágrafo único. O SGC-AGU incorpora expressamente os princípios e as diretrizes de governança definidos pelo Decreto nº 9.203/2017, e as recomendações oriundas de manuais, guias e resoluções aprovadas pelo Comitê Interministerial de Governança - CIG.

Art. 2º Para os efeitos do disposto nesta Portaria, considera-se:

I - governança pública - conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;

II - valor público - produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos; e

III - gestão de riscos - processo de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, que contempla as atividades de identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar a organização, destinado a fornecer segurança razoável quanto à realização de seus objetivos.

Art. 3º São princípios da governança pública:

I - capacidade de resposta;

II - integridade;

III - confiabilidade;

IV - melhoria regulatória;

V - prestação de contas e responsabilidade; e

VI - transparência.

Art. 4º São diretrizes da governança pública:

I - direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades;

II - promover a simplificação administrativa, a modernização da gestão pública e a integração dos serviços públicos, especialmente aqueles prestados por meio eletrônico;

III - monitorar o desempenho e avaliar a concepção, a implementação e os resultados das políticas e das ações prioritárias para assegurar que as diretrizes estratégicas sejam observadas;

IV - articular instituições e coordenar processos de trabalho para melhorar a integração entre os diferentes níveis e esferas do setor público, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público;

V - fazer incorporar padrões elevados de conduta pela alta administração para orientar o comportamento dos agentes públicos, em consonância com as funções e as atribuições de seus órgãos e de suas entidades;

VI - implementar controles internos fundamentados na gestão de risco, que privilegiará ações estratégicas de prevenção antes de processos sancionadores;

VII - avaliar as propostas de criação, expansão ou aperfeiçoamento de políticas públicas e de concessão de incentivos fiscais e aferir, sempre que possível, seus custos e benefícios;

VIII - manter processo decisório orientado pelas evidências, pela conformidade legal, pela qualidade regulatória, pela desburocratização e pelo apoio à participação da sociedade;

IX - editar e revisar atos normativos, pautando-se pelas boas práticas regulatórias e pela legitimidade, estabilidade e coerência do ordenamento jurídico e realizando consultas públicas sempre que conveniente;

X - definir formalmente as funções, as competências e as responsabilidades das estruturas e dos arranjos institucionais; e

XI - promover a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização, de maneira a fortalecer o acesso público à informação.

Art. 5º São mecanismos para o exercício da governança pública:

I - liderança, que compreende conjunto de práticas de natureza humana ou comportamental exercida nos principais cargos das organizações, para assegurar a existência das condições mínimas para o exercício da boa governança, quais sejam:

a) integridade;

b) competência;

c) responsabilidade; e

d) motivação;

II - estratégia, que compreende a definição de diretrizes, objetivos, planos e ações, além de critérios de priorização e alinhamento entre organizações e partes interessadas, para que os serviços e produtos de responsabilidade da organização alcancem o resultado pretendido; e

III - controle, que compreende processos estruturados para mitigar os possíveis riscos com vistas ao alcance dos objetivos institucionais e para garantir a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das atividades da organização, com preservação da legalidade e da economicidade no dispêndio de recursos públicos.

Art. 6º São objetivos do SGC-AGU:

I - implementar e manter mecanismos, instâncias e práticas de governança em consonância com os princípios e as diretrizes estabelecidos na Política de Governança da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

II - definir as diretrizes, os objetivos, os indicadores e as metas estratégicas;

III - elaborar, disseminar e implementar o planejamento estratégico;

IV - acompanhar de forma contínua os resultados dos processos de trabalho por meio de indicadores e metas, em processo decisório fundamentado em evidências;

V - monitorar a execução dos programas e projetos estratégicos;

VI - decidir sobre a utilização dos recursos de tecnologia da informação e comunicação com o objetivo de melhorar a disponibilização de informação e a prestação de serviços públicos; e

VII - aumentar a probabilidade de atingimento dos objetivos da AGU por meio da adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção com a aprovação, implantação e monitoramento de programa de integridade que utilize a gestão de risco para identificação prévia e tratamento dos riscos;

VIII - publicar os resultados estratégicos obtidos e colaborar com a prestação de contas à sociedade.

Art. 7º Integram o SGC-AGU:

I - o Comitê de Governança da Advocacia-Geral da União - CG-AGU;

II - a Comissão Técnica do Comitê de Governança Advocacia-Geral da União - CT-CG-AGU; e

III - os Núcleos de Gestão Estratégica da Advocacia-Geral da União - NG.

CAPÍTULO II

DA FORMAÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS

Seção I

Do Comitê de Governança da Advocacia-Geral da União

Art. 8º O Comitê de Governança da Advocacia-Geral da União - CG-AGU, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, tem por finalidade o assessoramento ao Advogado-Geral da União nas questões afetas à gestão da estratégia e à governança corporativa da Advocacia-Geral da União.

Art. 9º O Comitê de Governança da Advocacia-Geral da União é composto pelos seguintes membros:

I - o Advogado-Geral da União Substituto, que o coordenará;

II - o Procurador-Geral da União;

III - o Consultor-Geral da União;

IV - o Procurador-Geral Federal;

V - o Secretário-Geral de Contencioso;

VI - o Corregedor-Geral da Advocacia da União;

VII - o Secretário-Geral de Administração;

VIII - o Diretor do Departamento de Gestão Estratégica;

IX - o Diretor da Escola da AGU;

X - o Ouvidor da AGU;

XI - o Chefe da Assessoria para Assuntos Parlamentares da AGU; e

XII - o Chefe da Assessoria de Comunicação Social da AGU.

§ 1º O titular da Secretaria de Controle Interno, a partir da criação e funcionamento desta, e o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais apoiarão o CG-AGU em temas afetos a sua área de atuação. (NR) **(Incluído pela Portaria nº 452, de 31.12.2020)**

Art. 10. São competências do CG-AGU:

I - estabelecer as diretrizes, os objetivos, os indicadores e as metas estratégicos;

II - avaliar o desempenho da estratégia;

III - identificar os pontos críticos e revisar as diretrizes estratégicas;

IV - promover a priorização dos programas e projetos estratégicos a serem implementados no âmbito da AGU; e

V - avaliar de forma contínua os resultados dos processos de trabalho por meio de indicadores e metas, promovendo os ajustes quando necessários;

VI - atuar pelo aumento da probabilidade de atingimento dos objetivos da AGU por meio da adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção com a aprovação, implantação e monitoramento de programa de integridade que utilize a gestão de risco para identificação prévia e tratamento dos riscos;

VII - decidir de forma estratégica sobre a utilização dos recursos de tecnologia da informação e comunicação com o objetivo de melhorar a disponibilização de informação e a prestação de serviços públicos; e

VIII - deliberar sobre os instrumentos utilizados para a consecução dos objetivos estratégicos.

IX - a criação, alteração e extinção da Comissão Técnica e dos Núcleos de Governança da AGU; **(Incluído pela Portaria nº 452, de 31.12.2020)**

X - a instituição de políticas e outros instrumentos de governança corporativa, e **(Incluído pela Portaria nº 452, de 31.12.2020)**

XI - exercer a função de Comitê de Governança Digital, nos termos do disposto no art. 2º do Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020. **(Incluído Portaria nº 452, de 31.12.2020)**

§ 1º Para o exercício da competência descrita no inciso XI do**caput**, o titular da Diretoria de Tecnologia da Informação e o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais integrarão o CG-AGU, ambos com direito a voto. **(Incluído pela Portaria nº 452, de 31.12.2020)**

§ 2º O CG-AGU editará resoluções no exercício de sua competência regulamentar e normativa. (NR) **(Renumerado e alterado pela Portaria nº 452, de 31.12.2020)**

Art. 11. São atribuições do coordenador do CG-AGU:

I - representar, interna e externamente, o CG-AGU;

II - convocar as sessões do CG-AGU;

III - designar relator para os assuntos constantes da pauta;

IV - submeter a exame e deliberação os assuntos constantes da pauta e, se for o caso, proclamar o resultado;

V - manter a ordem das sessões; e

VI - dar execução às deliberações do CG-AGU e resolver questões urgentes delas decorrentes.

Art. 12. O CG-AGU realizará, quadrimestralmente, Reunião de Avaliação da Estratégia - RAE, para deliberar sobre questões ordinárias pertinentes à sua competência.

§ 1º A RAE será realizada presencialmente, com quórum mínimo de dois terços dos membros do CG-AGU.

§ 2º Poderá o CG-AGU reunir-se extraordinariamente, desde que solicitado pelo Coordenador ou pela maioria absoluta dos seus membros, com a devida justificativa;

§ 3º As deliberações serão decididas por maioria simples, prevalecendo o voto do Coordenador em caso de empate.

§ 4º O CG-AGU poderá deliberar por meio eletrônico sobre as matérias de sua competência, ressalvado o direito dos seus membros de destacar qualquer assunto para votação presencial.

Seção II

Da Comissão Técnica do Comitê de Governança da Advocacia- Geral da União

Art. 13. A Comissão Técnica do Comitê de Governança da Advocacia-Geral da União - CT-CG-AGU, órgão de assessoramento técnico ao CG-AGU, terá seus representantes, titulares e suplentes, indicados pelos dirigentes mencionados no art. 5º e designados pelo coordenador do CT-CG-AGU.

Parágrafo único. A coordenação da CT-CG-AGU ficará a cargo do Diretor do Departamento de Gestão Estratégica, ou, em sua ausência, do Coordenador-Geral de Planejamento Estratégico.

Art. 14. São competências da CT-CG-AGU, entre outras:

I - implementar as deliberações do CG-AGU;

II - avaliar periodicamente a execução da estratégia e propor o alinhamento dos programas e projetos estratégicos com as diretrizes e metas estabelecidas;

III - monitorar o portfólio de programas e projetos gerenciados pelas áreas e indicar ajustes;

IV - validar os resultados dos indicadores estratégicos;

V - avaliar de forma contínua os resultados dos processos de trabalho por meio de indicadores e metas, indicando os ajustes quando necessários;

VI - atuar pelo aumento da probabilidade de atingimento dos objetivos da AGU por meio da identificação prévia e tratamento dos riscos.

VII - elaborar propostas sobre a utilização dos recursos de tecnologia da informação e comunicação com o objetivo de melhorar a disponibilização de informação e a prestação de serviços públicos; e

VIII - apoiar as ações de comunicação relacionadas à governança corporativa da AGU;

IX - receber sugestões de aperfeiçoamento e de novas iniciativas, encaminhadas pelos membros e servidores administrativos;

X - manifestar-se previamente sobre as matérias de competência do CG-AGU; e

XI - definir a pauta da Reunião de Avaliação da Estratégia - RAE.

Art. 15. A CT-CG-AGU se reunirá presencialmente antes da RAE, com quórum mínimo de dois terços dos seus membros.

§ 1º Poderá a CT-CG-AGU reunir-se extraordinariamente, desde que solicitado pelo Coordenador ou pela maioria absoluta dos seus membros, com a devida justificativa.

§ 2º As deliberações serão decididas por maioria simples, prevalecendo o voto do coordenador em caso de empate.

§ 3º Excepcionalmente, as deliberações da CT-CG-AGU poderão ocorrer de forma eletrônica.

Seção III

Dos Núcleos de Governança

Art. 16. Os Núcleos de Governança da AGU - NG são responsáveis pelo apoio ao Comitê de Governança da AGU à sua Comissão Técnica na execução e no monitoramento da estratégia institucional, por meio do gerenciamento e controle dos processos de trabalho, dos programas, projetos, indicadores e metas estratégicos, no âmbito de suas respectivas áreas de atuação.

Parágrafo único. Identificadas a relevância e a necessidade estratégica, o CG-AGU poderá decidir pela instituição de outros NG.

Art. 17. Ficam instituídos os seguintes Núcleos de Governança da AGU, que terão as seguintes composições:

I - Núcleo de Governança do Contencioso:

a) Departamento de Gestão Estratégica, que o coordenará;

b) Procuradoria-Geral da União;

c) Procuradoria-Geral Federal; e

d) Secretaria-Geral de Contencioso.

II - Núcleo de Governança do Consultivo:

a) Departamento de Gestão Estratégica, que o coordenará;

b) Consultoria-Geral da União;

c) Procuradoria-Geral Federal; e

d) Secretaria-Geral de Consultoria.

III - Núcleo de Governança da Cobrança e Recuperação do Crédito:

a) Departamento de Gestão Estratégica, que o coordenará;

b) Procuradoria-Geral da União; e

c) Procuradoria-Geral Federal.

IV - Núcleo de Governança de Integridade Pública:

a) Departamento de Gestão Estratégica, que o coordenará;

b) Procuradoria-Geral da União;

c) Consultoria-Geral da União;

d) Procuradoria-Geral Federal;

e) Secretaria-Geral de Contencioso;

f) Secretaria-Geral de Consultoria;

g) Corregedoria-Geral da Advocacia da União;

h) Secretaria-Geral de Administração;

i) Escola da AGU;

j) Ouvidoria da AGU;

k) Assessoria Parlamentar da AGU;

l) Assessoria de Comunicação Social da AGU; e

m) Comissão de Ética da AGU.

V - Núcleo de Governança de Orçamento:

a) Departamento de Gestão Estratégica, que o coordenará;

b) Procuradoria-Geral da União;

c) Consultoria-Geral da União;

d) Procuradoria-Geral Federal;

e) Secretaria-Geral de Contencioso;

f) Secretaria-Geral de Consultoria;

g) Secretaria-Geral de Administração;

h) Escola da AGU; e

i) Assessoria Parlamentar da AGU.

VI - Núcleo de Governança de Desburocratização:

a) Departamento de Gestão Estratégica, que o coordenará;

b) Procuradoria-Geral da União;

c) Consultoria-Geral da União;

d) Procuradoria-Geral Federal;

e) Secretaria-Geral de Contencioso;

f) Secretaria-Geral de Consultoria;

g) Corregedoria-Geral da Advocacia da União;

h) Secretaria-Geral de Administração; e

i) Escola da AGU.

§ 1º Além de outras atribuições previstas no Anexo II desta Portaria, compete ao Núcleo de Governança de Integridade Pública da AGU: **(Incluído pela Portaria nº 319, de 25.10.2018)**

I - submeter à aprovação do Advogado-Geral da União o Programa de Integridade e revisá-lo periodicamente;[[286]](#footnote-287) **(Incluído pela Portaria nº 319, de 25.10.2018)**

II - coordenar a implementação do Programa de Integridade e exercer o seu monitoramento contínuo, visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência de atos lesivos; **(Incluído pela Portaria nº 319, de 25.10.2018)**

III - coordenar a disseminação de informações sobre o Programa de Integridade; **(Incluído pela Portaria nº 319, de 25.10.2018)**

IV - monitorar o Programa de Integridade e propor ações para seu aperfeiçoamento; **(Incluído pela Portaria nº 319, de 25.10.2018)**

V - atuar na orientação e treinamento dos membros e servidores com relação aos temas atinentes ao Programa de Integridade; **(Incluído pela Portaria nº 319, de 25.10.2018)**

VI - levantar a situação das unidades relacionadas ao Programa de Integridade e, na hipótese de necessidade, propor ações para sua estruturação ou fortalecimento; **(Incluído pela Portaria nº 319, de 25.10.2018)**

VII - apoiar o Comitê de Governança da AGU no levantamento de riscos para a integridade e propor plano de tratamento; **(Incluído pela Portaria nº 319, de 25.10.2018)**

VIII - promover outras ações relacionadas à gestão da integridade, em conjunto com os demais órgãos; e **(Incluído pela Portaria nº 319, de 25.10.2018)**

IX - propor estratégias para expansão do programa para fornecedores e terceiros. **(Incluído pela Portaria nº 319, de 25.10.2018)**

§ 2º Os integrantes dos Núcleos de Governança serão indicados pelos dirigentes máximos dos órgãos representados e designados pelo coordenador da CT-CG-AGU. **(Renumerado pela Portaria nº 319, de 25.10.2018)**

Art. 18. São atribuições dos Coordenadores dos Núcleos de Governança:

I - representar, interna e externamente, o Núcleo de Governança;

II - convocar as sessões;

III - designar relator para os assuntos constantes da pauta;

IV - submeter a exame e deliberação os assuntos constantes da pauta e, se for o caso, proclamar o resultado;

V - manter a ordem das sessões; e

VI - dar execução às deliberações e resolver questões urgentes delas decorrentes.

Art. 19. Os Núcleos de Governança realizarão reuniões periódicas para deliberar sobre questões ordinárias pertinentes à sua competência.

§ 1º A reunião será realizada presencialmente, com quórum mínimo de dois terços dos seus membros.

§ 2º As deliberações serão decididas por maioria simples, prevalecendo o voto do Coordenador em caso de empate.

§ 3º O Núcleo de Governança poderá deliberar por meio eletrônico sobre as matérias de sua competência, ressalvado o direito dos seus membros de destacar qualquer assunto para votação presencial.

Art. 20. O CG-AGU poderá editar normas sobre o funcionamento dos Núcleos de Governança.

Subseção I

Do Núcleo de Governança Digital

Art. 21. Fica instituído o Núcleo de Governança Digital da Advocacia-Geral da União - NG-Digital.

Art. 22. São princípios que devem reger a atuação do NG-Digital:

I - Foco nas necessidades da sociedade: as necessidades da sociedade, tanto de pessoas físicas quanto jurídicas, são os principais insumos para o desenho e a entrega de serviços públicos digitais;

II - Abertura e transparência: ressalvado o disposto em legislação específica, dados e informações são ativos públicos que devem estar disponíveis para a sociedade, de modo a dar transparência e publicidade à aplicação dos recursos públicos nos programas e serviços, gerando benefícios sociais e econômicos;

III - Compartilhamento da capacidade de serviço: órgãos e entidades deverão compartilhar infraestrutura, sistemas, serviços e dados, de forma a evitar duplicação de esforços, eliminar desperdícios e custos e reduzir a fragmentação da informação em silos;

IV - Simplicidade: reduzir a complexidade, a fragmentação e a duplicação das informações e dos serviços públicos digitais, otimizando processos de negócio, com foco na eficiência da prestação de serviços à sociedade;

V - Priorização de serviços públicos disponibilizados em meio digital: sempre que possível, os serviços públicos serão oferecidos em meios digitais, sendo disponibilizados para o maior número possível de dispositivos e plataformas;

VI - Segurança e privacidade: os serviços públicos digitais devem propiciar disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dos dados e informações, além de proteger o sigilo e a privacidade pessoais dos cidadãos na forma da legislação;

VII - Participação e controle social: possibilitar a colaboração dos cidadãos em todas as fases do ciclo das políticas públicas e na criação e melhoria dos serviços públicos. Órgãos e entidades públicas devem ser transparentes e dar publicidade à aplicação dos recursos públicos nos programas e serviços do Governo Federal, fornecendo informação de forma tempestiva, confiável e acurada para que o cidadão possa supervisionar a atuação do governo;

VIII - Governo como plataforma: o governo deve constituir-se como uma plataforma aberta, sobre a qual os diversos atores sociais possam construir suas aplicações tecnológicas para a prestação de serviços e o desenvolvimento social e econômico do país, permitindo a expansão e a inovação; e

IX - Inovação: devem ser buscadas soluções inovadoras que resultem em melhoria dos serviços públicos.

Art. 23. São diretrizes para o planejamento e a execução de programas, projetos e processos relativos à governança digital:

I - o autosserviço será a forma prioritária de prestação de serviços públicos disponibilizados em meio digital;

II - serão oferecidos canais digitais de participação social na formulação, na implementação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas e dos serviços públicos disponibilizados em meio digital;

III - os dados serão disponibilizados em formato aberto, amplamente acessível e utilizável por pessoas e máquinas, assegurados os direitos à segurança e à privacidade;

IV - será promovido o reuso de dados pelos diferentes setores da sociedade, com o objetivo de estimular a transparência ativa de informações, prevista no art. 3º e no art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; e

V - observadas as disposições da Lei nº 12.527, de 2011, será implementado o compartilhamento de dados entre os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, sempre que houver necessidade de simplificar a prestação de serviços à sociedade.

Art. 24. O NG-Digital será integrado por representantes dos seguintes órgãos:

I - Diretoria de Tecnologia da Informação, que o coordenará;

II - Departamento de Gestão Estratégica;

III - Procuradoria-Geral da União;

IV - Consultoria-Geral da União;

V - Corregedoria-Geral da Advocacia da União;

VI - Secretaria-Geral de Consultoria;

VII - Secretaria-Geral de Contencioso;

VIII - Escola da AGU; e

IX - Procuradoria-Geral Federal.

Art. 25. Compete ao NG-Digital debater e aprovar propostas à Comissão Técnica, com posterior submissão ao Comitê de Governança da AGU, para:

I - a implantação da Estratégia de Governança Digital - EGD, instituída pela Portaria nº 68, de 7 de março de 2016, do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com a implementação e efetivo monitoramento dos objetivos estratégicos, metas, indicadores e iniciativas relacionados à Política de Governança Digital;

II - a elaboração e revisão do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação da AGU - PETIC-AGU e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da AGU - PDTIC-AGU, alinhados à Política de Governança de TIC do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - PGCTIC-SISP, por meio da composição dos interesses dos órgãos da AGU demandantes, identificando e priorizando necessidades em tecnologia da informação e comunicação, bem como atuar no monitoramento, avaliação e controle da sua gestão e execução;

III - a elaboração e revisão da Política de Segurança da Informação e Comunicações da AGU - POSIC-AGU, bem como o seu monitoramento, avaliação e controle da sua gestão para garantir segurança da informação e comunicação do Estado e o sigilo das informações do cidadão;

IV - a elaboração e revisão do Plano de Dados Abertos da AGU - PDA-AGU, bem como o seu monitoramento, avaliação e controle da sua gestão e execução para fomentar a disponibilização dos dados abertos pela AGU e a sua utilização pela sociedade;

V - a elaboração e revisão do Plano de Integração à Plataforma de Cidadania Digital da AGU, bem como o monitoramento da sua execução com o objetivo de facilitar e universalizar o uso e o acesso pela sociedade dos serviços digitais;

VI - a formulação e implantação de programas e projetos estratégicos que ampliem o uso das tecnologias da informação e comunicação para transparência e publicidade da aplicação dos recursos públicos;

VII - a formulação e implantação de programas e projetos estratégicos que fomentem a colaboração da sociedade no ciclo de políticas públicas, aprimorem a interação direta entre governo e sociedade e ampliem e incentivem a participação dos cidadãos na criação e melhoria dos serviços públicos;

VIII - o desempenho da gestão estratégica dos sistemas da AGU;

IX - estabelecer quais sistemas da AGU serão qualificados como estratégicos; e

IX - a formulação de propostas ao Advogado-Geral da União de normas disciplinadoras no âmbito das competências do NG-Digital.

Parágrafo único. O CG-AGU deverá editar Regimento Interno do NG-Digital, podendo lhe atribuir atividades de nível tático e operacional.

Subseção II

Dos Gestores dos Sistemas Informatizados

Art. 26. São considerados gestores de sistemas informatizados da AGU:

I - Gestor Corporativo, designado pelo órgão responsável pelas funcionalidades atendidas pelo sistema; e

II - Equipe Gestora, integrada por representantes, designados pelos órgãos de direção superior responsáveis pelas funcionalidades atendidas pelo sistema, quando estas forem de competência de mais de um órgão.

Parágrafo único. Os gestores de sistemas serão indicados pelos dirigentes máximos dos órgãos representados e designados pelo coordenador da CT-CG-AGU.

Art. 27. São atribuições do gestor de sistema:

I - gerir as tabelas corporativas do sistema e seus subsistemas;

II - consolidar as demandas de manutenção evolutiva, avaliando sua pertinência, e organizá-las em ordem de prioridade;

III - encaminhar para ao NG-Digital as demandas de manutenção evolutiva, validando e testando sua implementação;

IV - manifestar-se sobre as manutenções corretivas, encaminhando a demanda ao DTI, quando necessário;

V - verificar os níveis de serviço do sistema e seus subsistemas;

VI - realizar suporte técnico no uso do sistema, seus subsistemas e tabelas, sempre que solicitado;

VII - zelar pela qualidade de dados no sistema e seus subsistemas;

VIII - propor a edição ou alteração das rotinas e procedimentos para operação e utilização do sistema e dos seus subsistemas;

IX - propor ao NG-Digital os manuais de utilização dos sistemas informatizados da AGU, bem como suas alterações, em conjunto com o DTI; e

X - propor perfis de acesso a sistemas e cadastrar usuários.

Seção IV

Dos Indicadores de Desempenho Estratégicos

Art. 28. Os Indicadores de Desempenho objetivam fornecer informações sobre o resultado da atuação institucional, sinalizando o alcance das metas ou a necessidade de ações corretivas dos problemas detectados, de modo a permitir a avaliação permanente do planejamento elaborado e da sua execução.

§ 1º Para o estabelecimento dos Indicadores de Desempenho devem ser consideradas as seguintes propriedades essenciais:

I - utilidade: basear-se nas necessidades institucionais;

II - validade: capacidade de representar, com a maior proximidade possível, a realidade que se deseja medir e modificar;

III - confiabilidade: ter origem em fontes confiáveis, que utilizem metodologias reconhecidas, uniformes e transparentes de coleta, processamento e divulgação; e

IV - disponibilidade: os dados básicos para seu cômputo devem ser de fácil obtenção.

§ 2º Além das propriedades essenciais, os Indicadores de Desempenho se baseiam em atributos como simplicidade, clareza, sensibilidade, economicidade, estabilidade e mensurabilidade.

§ 3º Os Indicadores de Desempenho são estabelecidos no intuito de:

I - permitir a transparência para a avaliação de resultados;

II - garantir o alinhamento dos esforços por meio do estabelecimento de linguagem e objetivos comuns de toda a instituição;

III - definir critérios objetivos reconhecidos pela instituição; e

IV - subsidiar o planejamento e ações de gestão.

Art. 29. O monitoramento e análise dos Indicadores de Desempenho devem contar com o auxilio de estrutura mínima, composta por polaridade, quantificação, frequência, fonte de dados, linha de base e meta.

Art. 30. Cada Indicador Estratégico deverá ter responsáveis pela sua coleta, monitoramento e avaliação do desempenho, cabendo lhes aferir se os resultados estão em conformidade com as metas estratégicas estabelecidas pelo CG-AGU.

§ 1º Caberá aos Responsáveis pelos Indicadores Estratégicos prestar, periodicamente, informações sobre o desempenho dos indicadores estratégicos à Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico, do Departamento de Gestão Estratégica.

§ 2º Os Responsáveis pelos Indicadores Estratégicos serão designados pelo Coordenador da Comissão Técnica do Comitê Estratégico da Advocacia-Geral da União - CTCG-AGU.

Seção VI

Dos Programas Estratégicos

Art. 31. Programa Estratégico é o conjunto de projetos estratégicos coordenados entre si e que contribuem diretamente para o alcance dos objetivos e das metas estratégicas.

§ 1º Os Gerentes de Programas Estratégicos são os responsáveis pela execução e monitoramento dos programas estratégicos, cabendo-lhes garantir que os resultados gerados estejam em conformidade com o escopo, prazo e com os recursos definidos.

§ 2º Compete aos Gerentes de Programas Estratégicos prestar, periodicamente, informações sobre os resultados dos Projetos Estratégicos à Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico, do Departamento de Gestão Estratégica - CGPE/DGE.

Art. 32. Os Gerentes de Programas Estratégicos serão designados pelo Coordenador da Comissão Técnica do Comitê de Governança da Advocacia-Geral da União - CT-CG-AGU.

Art. 33. Os programas estratégicos deverão ser gerenciados por meio de sistema informatizado indicado pelo Departamento de Gestão Estratégica.

Parágrafo único. A CGPE/DGE prestará o suporte metodológico aos gerentes para inclusão das informações e acompanhamento de todas as etapas dos projetos estratégicos no sistema mencionado no caput.

Seção VII

Dos Projetos Estratégicos

Art. 34. Projetos Estratégicos são aqueles selecionados pela alta direção, alinhados à missão da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal e que contribuem diretamente para o alcance dos objetivos e das metas estratégicas.

§ 1º Os Gerentes de Projetos Estratégicos são os responsáveis pela execução e monitoramento dos projetos estratégicos, cabendo-lhes garantir que os resultados gerados estejam em conformidade com o escopo, prazo e com os recursos definidos para cada projeto estratégico.

§ 2º Compete aos Gerentes de Projetos Estratégicos prestar, periodicamente, informações sobre os resultados dos Projetos Estratégicos à Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico, do Departamento de Gestão Estratégica.

Art. 35. Os Gerentes de Projetos Estratégicos serão designados pelo Coordenador da Comissão Técnica do Comitê de Governança da Advocacia-Geral da União - CT-CG-AGU.

Art. 36. Os projetos estratégicos da AGU e da PGF deverão ser gerenciados por meio de sistema informatizado indicado pelo Departamento de Gestão Estratégica.

Parágrafo único. A CGPE/DGE prestará o suporte metodológico aos gerentes para inclusão das informações e acompanhamento de todas as etapas dos projetos estratégicos no sistema mencionado no caput.

Seção VIII

Da Governança de Processos de Trabalho

Art. 37. Fica instituída a Governança de Processos de Trabalho da AGU a ser implementada de acordo com a Política de Governança de Processos de Trabalho instituída no Anexo I.

Parágrafo único. Competirá ao CG-AGU aprovar a Sistemática para Mapeamento e Modelagem de Processos de Trabalho da AGU.

Seção IX

Da Governança de Riscos

Art. 38. Fica instituída a Governança de Riscos da AGU a ser implementada de acordo com a Política de Gestão de Riscos instituída no Anexo II.

Parágrafo único. Competirá ao CG-AGU aprovar a Metodologia de Gestão de Riscos da AGU.

Seção X

Da Governança de Programas e Projetos

Art. 39. Fica instituída a Governança de Programas e Projetos da AGU a ser implementada de acordo com a Política de Gestão de Programas e Projetos instituída no Anexo III.

Parágrafo único. Competirá ao CG-AGU aprovar a Metodologia de Gerenciamento de Programas e Projetos da AGU.

Seção V

Do Apoio ao Sistema de Governança Corporativa

Art. 40. Caberá à Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico do Departamento de Gestão Estratégica - CGPE/DGE, prestar apoio técnico e administrativo no âmbito do SGC-AGU, competindo-lhe:

I - assessorar os coordenadores e demais membros do CG-AGU, da CT-CG-AGU e dos NG durante as reuniões e no desempenho das atividades que lhes são afetas;

II - disponibilizar em ambiente eletrônico a documentação necessária à realização das reuniões do CG-AGU, da CT-CG-AGU e dos NG;

III - gerir a agenda e sistematizar os encaminhamentos da Reunião de Avaliação da Estratégia - RAE;

IV - divulgar as pautas das reuniões;

V - elaborar e disponibilizar as atas das reuniões para aprovação;

VI - consolidar as proposições e os votos dos membros do CG-AGU, da CT-CG-AGU e dos NE;

VII - organizar, editar e atualizar o portfólio de programas e projetos estratégicos;

VIII - oferecer suporte metodológico aos responsáveis pelo processo de monitoramento e avaliação da estratégia;

IX - inserir os resultados da RAE em informativo e encaminhá-lo às partes interessadas; e

X - exercer outras competências que lhe forem cometidas pelo CG-AGU e pela CT-CG-AGU.

Parágrafo único. A CGPE disponibilizará as informações necessárias ao processo decisório das unidades estratégicas e acompanhará o andamento dos programas e projetos estratégicos, auxiliando os integrantes na consecução das diretrizes e metas estabelecidas pelo CG-AGU.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. O Sistema de Governança Corporativa da AGU e PGF, o Comitê de Governança da AGU, a sua Comissão Técnica e os Núcleos de Governança substituem de imediato o Sistema de Gestão Estratégica da AGU e PGF, o Comitê Estratégico da AGU, a sua Comissão Técnica e os Núcleos Estratégicos de Atuação (Portaria AGU nº 673/2016, Portarias CEAGU nº 6 e 7/2017 e Resolução CEAGU nº 18/2017), respectivamente.

Art. 42. O Comitê de Governança da AGU e PGF, a sua Comissão Técnica e os Núcleo de Governança Digital substituirão o Comitê de Tecnologia da Informação da AGU - CTEC (Portaria AGU nº 586/2011), o Comitê Gestor do Sítio Eletrônico da AGU - CG-SITE (Portaria AGU nº 476/2016) e o Comitê Gestor Nacional do SAPIENS - CGNS (Portaria AGU nº 125/2014) a partir da entrada em vigor do Regimento Interno do Núcleo de Governança Digital a ser aprovado pelo Comitê de Governança da AGU.

Art. 43. Ficam revogadas a Portaria AGU nº 174/2011 (Metodologia de Projetos), Portaria AGU nº 586/2011 (CTEC e gestores de sistemas informatizados), o art. 3º da Portaria AGU nº 125/2014 (Comitê Gestor Nacional do SAPIENS - CGNS), a Portaria AGU nº 476/2016 (Comitê Gestor do Sítio Eletrônico da AGU - CG-SITE), Portaria AGU nº 673/2016, Portarias CEAGU nº 6 e 7/2017, Resolução CEAGU nº 18/2017 (Sistema de Gestão Estratégica, Comitê Estratégico e sua Comissão Técnica e Núcleos Estratégicos de Atuação).

Art. 44. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA**

D.O.U. de 20.12.2017.

ANEXO I

POLÍTICA DE GOVERNANÇA DE PROCESSOS DE TRABALHO DA AGU

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política de Governança de Processos de Trabalho da Advocacia-Geral da União - AGU.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - processo de trabalho: conjunto de ações e atividades inter-relacionadas, que são executadas para alcançar produto, resultado ou serviço predefinido. Envolve planos, programas, projetos, processos, atividades e quaisquer iniciativas decorrentes do cumprimento dos objetivos organizacionais;

II - governança: combinação de processos organizacionais e estruturas implantadas pela alta administração da organização para informar, dirigir, administrar, avaliar e monitorar atividades organizacionais, com o intuito de alcançar os objetivos organizacionais e prestar contas dessas atividades para a sociedade;

III - objetivo organizacional: situação que se deseja alcançar de forma a se evidenciar êxito no cumprimento da missão e no atingimento da visão de futuro da organização;

IV - governança de processos de trabalho: disciplina gerencial que integra estratégias e objetivos de uma organização com expectativas e necessidades de clientes, por meio do foco em processos ponta a ponta. Engloba estratégias, objetivos, cultura, estruturas organizacionais, papéis, políticas, métodos e tecnologias para planejar, analisar, desenhar (modelar), implementar, gerenciar desempenho, refinar e estabelecer a governança de forma cíclica (Ciclo BPM - Business Process Management), visando a melhoria contínua dos processos de trabalho;

V - o Ciclo BPM para a Governança de Processos de Trabalho compreende seis fases:

a) planejamento: promover o entendimento das estratégias e metas da organização desenhadas para assegurar uma proposição de valor atrativa para as partes interessadas, com o objetivo de garantir o alinhamento da Governança de Processos de Trabalho com a estratégia organizacional, bem como a integração de estratégia, pessoas, processos e sistemas ao longo de seus limites funcionais. Nessa fase deve-se também identificar papéis e responsabilidades organizacionais apropriadas de BPM, patrocínio executivo, metas, expectativas de medições de desempenho e métodos;

b) análise: compreende o primeiro passo para definir um novo processo ou atualizar um que já exista. Nessa fase deve-se criar um entendimento comum do estado desejado do novo processo ou o estado atual do processo que já existe e precisa ser melhorado, avaliando como esse está operando. Fatores que influenciam diretamente o processo, devem ser observados nessa fase: legislação, normativos internos, contexto organizacional do processo, obrigações contratuais, regras de negócio, integração com outros processos, conhecimentos tácitos e explícitos sobre o processo e o produto ou serviço envolvido, boas práticas, resultados medidos, entre outros;

c) desenho (modelagem): atividade de criação de uma representação (modelo) do processo de trabalho que o descreva de forma necessária e suficiente para o entendimento e realização do trabalho pretendido, incluindo, também, a representação de suas integrações com outros processos de trabalho. Tal representação deve ser criada aplicando-se o padrão de notação BPMN (Business Process Model and Notation) em sua versão mais recente, conforme Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (ePING), incluindo a documentação complementar com descrições mais detalhadas sobre as atividades, artefatos do processo de trabalho e definição das suas métricas e indicadores de desempenho a serem monitorados cobrindo, sempre que viável, as dimensões de: custo, prazo, qualidade, capacidade, produtividade e conformidade;

d) implementação: trata os esforços de transição para um novo modelo de processo de trabalho aprovado para iniciar o início de sua entrada em produção. Inclui a divulgação do novo modelo, disponibilização de tecnologia de sistematização total ou parcial do processo (se for o caso), capacitação dos profissionais envolvidos nas atividades do processo, implementação da medição dos indicadores de desempenho do processo e pode incluir, também, a implementação de políticas, normativos e contratos novos ou revisados;

e) gerenciamento do desempenho: compreende o monitoramento formal e planejado da execução do processo de trabalho visando o acompanhamento do seu desempenho, com o objetivo de apurar a sua eficiência e eficácia. A informação deve ser usada para comparar o desempenho real com as metas pré-definidas e promover decisões a respeito de melhorar ou descontinuar processos existentes ou introduzir novos processos a fim de conectar os objetivos estratégicos da organização ao foco das partes interessadas. Os resultados apresentados devem ser avaliados em relação a meta e em relação a períodos anteriores para se identificar tendências e expectativas. Os resultados devem, ainda, ter suas causas explicadas e promover o comprometimento com ações de melhoria ou de registro de boas práticas. Integrada ao conceito cíclico do Ciclo BPM, a análise crítica do desempenho deve ocorrer periodicamente, de preferência em curtos intervalos de tempo;

f) refinamento: fase destinada ao objetivo de identificar melhores maneiras de o processo realizar seu trabalho, propondo a eliminação de deficiências identificadas na fase de gerenciamento do desempenho e aprimoramento do seu potencial. Exemplos: introdução de novos comportamentos operacionais, novas tecnologias de produção, novas aplicações, novas abordagens de negócio, novos mecanismos de controle e novas capacidades. Trata-se de repensar a forma como o processo de trabalho entrega seus produtos e serviços, visando exercer a melhoria contínua focando na redução da taxa de erros, eliminação de desperdícios, readequação do processo à novas determinações, dentre outras. As propostas elaboradas na fase de refinamento serão entradas para o reinício e uma nova rodada do Ciclo BPM.

VI - cadeia de valor: conjunto de atividades desempenhadas na organização desde as relações com os fornecedores e ciclos de produção até à fase da entrega do produto ou serviço final. É constituída por conjuntos de atividades finalísticas, gerenciais e de apoio;

VII - atividade: pode ser representada por um processo, um subprocesso ou uma tarefa;

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º A Governança de Processos de Trabalho da AGU deverá observar os seguintes princípios:

I - ter como escopo de ação todos os processos de trabalho da organização nos seus mais diversos níveis hierárquicos, estratégicos, táticos e operacionais;

II - ser inclusiva e colaborativa no seu desenvolvimento e manutenção, distribuindo responsabilidades sobre a gestão dos mais diversos processos de trabalho da organização;

III - ser transparente, dando acessibilidade aos produtos e resultados promovidos pela sua prática;

IV - estar alinhada às melhores práticas de governança e às recomendações governamentais;

V - ser sistemática, estruturada e oportuna;

VI - atuar de forma integradora entre processos, estruturas funcionais, pessoas e tecnologia;

VII - considerar fatores humanos e culturais;

VIII - considerar a natureza transversal dos processos de trabalho;

IX - ser dinâmica, iterativa e capaz de reagir a mudanças; e

X - estar integrada às oportunidades e à inovação.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS

Art. 4º A Governança de Processos de Trabalho da AGU tem por objetivos:

I - transformar o conhecimento tácito de processos de trabalho em conhecimento explícito, contribuindo para a gestão de conhecimento da organização;

II - promover a transparência dos processos de trabalho;

III - aumentar a probabilidade de atingimento dos objetivos;

IV - facilitar o controle interno e a gestão de riscos;

V - prezar pela conformidade jurídica dos processos de trabalho;

VI - colaborar com a prestação de contas à sociedade;

VII - melhorar a governança;

VIII - estabelecer uma base confiável para a tomada de decisão e o planejamento;

IX - estabelecer uma linguagem comum de representação dos modelos de processos de trabalho;

X - fomentar uma gestão proativa;

XI - melhorar a eficácia e a eficiência operacional;

XII - reduzir a taxa de erros e eliminar desperdícios;

XIII - facilitar as mudanças e a gestão das mudanças;

XIV - facilitar a capacitação e aprendizagem organizacional;

XV - promover a melhoria contínua dos processos de trabalho;

XVI - garantir a integração entre os processos de trabalho da organização;

XVII - facilitar a automação dos processos de trabalho; e

XVII - estabelecer a análise crítica do desempenho (ACD) dos processos de trabalho.

Parágrafo único. Os resultados disponibilizados pela Governança de Processos de Trabalho devem ser a fonte fundamental para identificação de forças e fraquezas organizacionais que subsidiam a elaboração do planejamento estratégico.

CAPÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS

Art. 5º São instrumentos da Política de Governança de Processos de Trabalho da Advocacia-Geral da União:

I - as Instâncias de Supervisão: Comitê de Governança da AGU, Comissão Técnica do Comitê de Governança da AGU, o Escritório de Governança de Processos de Trabalho (EGOP) e Gestores de processos de trabalho organizacionais;

II - o processo: o Processo de Governança de Processos de Trabalho (PGOP) deve orientar, baseado no ciclo BPM, o trabalho de governança de processos a partir do planejamento do processo de trabalho e passando pela sua análise, modelagem, implementação, gerenciamento do desempenho e refinamento. O PGOP deve orientar, ainda, sobre o uso de artefatos e ações e procedimentos dos participantes na governança e suas respectivas interações desde a elaboração e validação dos modelos de processos de trabalho até o seu refinamento e reinício do ciclo BPM;

III - a sistemática: a sistemática para modelagem de processos deve estabelecer o padrão de notação para modelagem de processos em consonância com os padrões de interoperabilidade do governo eletrônico (ePING) e com as devidas adaptações ao contexto e necessidades da AGU.

IV - a capacitação continuada: a Grade Permanente da Escola da Advocacia-Geral da União deverá contemplar, em um de seus eixos temáticos, competências relacionadas à capacitação sobre temas afetos à governança de processos de trabalho (BPM);

V - as normas, manuais e procedimentos: o arcabouço normativo formalmente definido pelas Instâncias de Supervisão deve ser considerado como instrumento que suporta a Governança de Processos de Trabalho; e

V - soluções tecnológicas: o processo de Governança de Processos deve poder contar com soluções tecnológicas que apoiem as atividades do ciclo BPM, sendo imprescindível: ferramenta que dê suporte à modelagem de processos no padrão de notação determinado; e ferramenta com a função de Portfólio de Processos de Trabalho, para fins de comunicação e publicação dos processos, seus indicadores de desempenho e registro das respectivas análises críticas.

Parágrafo único. A sistemática para modelagem de processos de trabalho bem como as tecnologias e manuais e outros documentos citados nessa política compreendem artefatos do Processo de Governança de Processos de trabalho (PGOP), logo, parte integrante do referido processo.

CAPÍTULO V

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 6º Compete ao Comitê de Governança da AGU:

I - definir e atualizar as estratégias de implementação da Governança de Processos de Trabalho, considerando os contextos externo e interno;

II - aprovar o Processo de Governança de Processos (PGOP) com seus respectivos artefatos, e suas revisões;

III - aprovar os requisitos funcionais necessários as ferramentas de tecnologia de suporte ao PGOP;

IV - avaliar o desempenho da arquitetura de Governança de Processos de Trabalho e fortalecer a aderência dos processos organizacionais à conformidade normativa;

V - garantir o apoio institucional para promover a Governança de Processos de Trabalho, em especial os seus recursos, o relacionamento entre as partes interessadas e o desenvolvimento contínuo dos membros e servidores da AGU;

VI - garantir o alinhamento da Governança de Processos de Trabalho aos padrões de ética e de conduta, em conformidade com o Programa de Integridade da AGU; e

VII - supervisionar a atuação das demais instâncias da Governança de Processos de Trabalho; e

VIII - apoiar na identificação e promover a designação dos gestores de processos corporativos de trabalho.

Art. 7º Compete à Comissão Técnica do Comitê de Governança da AGU:

I - auxiliar o Comitê de Governança na definição e nas atualizações da estratégia de implementação da Governança de Processos de Trabalho, considerando os contextos externo e interno;

II - auxiliar na definição dos gestores dos processos corporativos de trabalho;

III - auxiliar na definição da periodicidade mínima do ciclo realizações da análises crítica do desempenho para cada um dos processos corporativos de trabalho;

IV - avaliar a proposta de Processo de Governança de Processos de Trabalho e suas revisões;

V - avaliar os requisitos funcionais necessários à ferramenta de tecnologia de suporte ao PGOP; e

VI - apoiar na identificação dos gestores de processos corporativos de trabalho.

Art. 8º Compete ao Escritório de Governança de Processos - EGOP, auxiliar o Comitê de Governança da AGU e a sua Comissão Técnica em suas atividades, em especial para:

I - propor o Processo de Governança de Processos de Trabalho e suas revisões;

II - definir os requisitos funcionais necessários à ferramenta de tecnologia de suporte ao Processo de Governança de Processos de Trabalho;

III - monitorar a evolução dos indicadores de desempenho dos processos de trabalho organizacionais priorizados pelo Comitê de Governança e a efetividade das ações de melhoria determinadas;

IV - dar suporte à identificação, análise e avaliação dos riscos dos processos organizacionais priorizados pelo Comitê de Governança e selecionados para a implementação da Gestão de Riscos;

V - consolidar os resultados de desempenho dos diversos processos em relatórios gerenciais e disponibilizá-los à Comissão Técnica e ao Comitê de Governança em painel de indicadores de desempenho definido;

VI - oferecer capacitação continuada em Governança de Processos de Trabalho (BPM) para os membros e servidores da AGU;

VII - elaborar a proposta de Plano de Comunicação de Governança de Processos de Trabalho;

VIII - apoiar os Gestores de Processos na medição e análise crítica do do desempenho dos processos de trabalho objetivando a sua melhoria contínua;

IX - propor à Comissão Técnica e ao Comitê de Governança os indicadores de desempenho para a Governança de Processos de Trabalho, alinhados com os objetivos de desempenho da AGU; e

X - requisitar aos Gestores dos Processos de trabalho as informações necessárias para a consolidação dos dados e a elaboração dos relatórios gerenciais;

XI - elaborar, implementar e manter o Processo de Governança de Processos de Trabalho;

XII - validar os modelos de processos conforme padrões definidos;

XIII - gerir o Portfólio de Processos de Trabalho e demais ferramentas de apoio ao PGOP;

XIV - intermediar a integração entre processos de trabalho junto aos respectivos gestores de processos envolvidos; e

XV - monitorar a o tratamento, pelos gestores de processos, de propostas de melhoria de processos de trabalho sugeridas pelas partes interessadas da AGU.

Art. 9º Compete aos Gestores de Processos de Trabalho da organização:

I - elaborar modelo do processo de trabalho sob sua gestão, em conformidade ao que define esta Política de Gestão de Riscos e o Processo de Governança de Processos de Trabalho, bem como a Sistemática para Mapeamento e Modelagem de Processos de Trabalho;

II - submeter o modelo de processo de trabalho a validação do EGOP para consecutiva publicação do modelo no Portfólio de Processos de Trabalho;

III - gerenciar o desempenho do processo de trabalho sob sua gestão em conformidade com o PGOP, registrando pareceres de análise crítica do desempenho e comprometendo-se em implementar melhorias corretivas quanto aos resultados negativos;

IV - informar o Núcleo Estratégico de Integridade da AGU sobre mudanças significativas nos processos organizacionais sob sua responsabilidade;

V - responder às solicitações do Núcleo Estratégico de Integridade da AGU; e

VI - promover a implementação do processo de trabalho novo ou sua revisão;

VII - promover o refinamento do processo para corrigir possíveis deficiências identificadas nas análises críticas do desempenho, melhores práticas ou necessidades de mudança; e

VIII - responder e tratar as propostas de melhoria do processo de trabalho sob sua responsabilidade, recebidas das partes interessadas.

Parágrafo único. Os responsáveis pela gestão de processos de trabalho organizacionais devem ter alçada suficiente para ser representante de todo o processo de forma tranasversal, ponta a ponta, cruzando toda a estrutura funcional da AGU.

Art. 10. Compete a todos os membros e servidores da AGU o conhecimento da publicação dos processos de trabalho organizacionais e seus níveis de desempenho, sempre que estiverem envolvidos ou que quando informados.

Parágrafo único. No monitoramento de que trata o caput deste artigo, caso sejam identificadas mudanças ou fragilidades nos processos organizacionais, o membro ou o servidor deverá reportar imediatamente o fato ao responsável pela gestão do processo de trabalho em questão.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 11. O Comitê de Governança da AGU, a sua Comissão Técnica, o Escritório de Processos da AGU e os Gestores dos processos de trabalho organizacionais deverão manter fluxo regular e constante de informações entre si.

Art. 12. Caberá à Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico do Departamento de Gestão Estratégica - CGPE/DGE desempenhar as funções de Escritório de Processos de Trabalho (EGOP).

Art. 13. As iniciativas relacionadas à Governança de Processos de Trabalho existentes na AGU antes da publicação desta Portaria deverão ser gradualmente alinhadas ao Processo de Governança de Processos de Tralho - PGOP, aprovado pelo Comitê de Governança.

§1º O Processo de Governança de Processos de Trabalho da AGU deverá ser aprovado em até 12 (doze) meses após a publicação desta Política de Governança de Processos de Tralho.

§2º O alinhamento de que trata o caput deste artigo deve ser feito no prazo máximo de 12 (doze) meses após a aprovação do Processo de Governança de Processos de Tralho da AGU.

Art. 14 Os processos de trabalho de todas as áreas da AGU devem aderir ao Processo de Governança de Processos de Tralho - PGOP no prazo de até de até 60 (sessenta) meses a partir da vigência desta portaria.

Parágrafo único. Na implementação desta política, serão priorizados os processos de trabalho organizacionais que impactam diretamente no atingimento dos objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico da AGU.

ANEXO II

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS DA AGU

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política de Gestão de Riscos da Advocacia-Geral da União - AGU.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - processo organizacional: conjunto de ações e atividades inter-relacionadas, que são executadas para alcançar produto, resultado ou serviço predefinido. Envolve planos, programas, projetos, processos, atividades e quaisquer iniciativas decorrentes do cumprimento dos objetivos organizacionais;

II - governança: combinação de processos organizacionais e estruturas implantadas pela alta administração da organização, para informar, dirigir, administrar, avaliar e monitorar atividades organizacionais, com o intuito de alcançar os objetivos e prestar contas dessas atividades para a sociedade;

III - objetivo organizacional: situação que se deseja alcançar de forma a se evidenciar êxito no cumprimento da missão e no atingimento da visão de futuro da organização;

IV - risco: possibilidade de ocorrência de um evento que tenha impacto no atingimento dos objetivos da organização;

V - gestão de riscos: arquitetura (princípios, objetivos, estrutura, competências e processo organizacional) necessária para se gerenciar riscos eficazmente;

VI - gerenciamento de risco: processo organizacional para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações e fornecer segurança razoável no alcance dos objetivos organizacionais;

VII - controle interno da gestão: processo organizacional que engloba o conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que os objetivos organizacionais serão alcançados;

VIII - medida de controle: medida aplicada pela organização para tratar os riscos, aumentando a probabilidade de que os objetivos e as metas organizacionais estabelecidos sejam alcançados; e

IX - apetite a risco: nível de risco que uma organização está disposta a aceitar.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º A Gestão de Riscos da AGU deverá observar os seguintes princípios:

I - agregar valor e prover segurança no ambiente interno da AGU;

II - integrar os processos organizacionais;

III - subsidiar a tomada de decisões;

IV - abordar explicitamente a incerteza;

V - ser sistemática, estruturada e oportuna;

VI - atuar amparada nas informações disponíveis;

VII - considerar fatores humanos e culturais;

VIII - ser transparente e inclusiva;

IX - ser dinâmica, iterativa e capaz de reagir a mudanças; e

X - estar integrada às oportunidades e à inovação.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS

Art. 4º A Gestão de Riscos tem por objetivos:

I - aumentar a probabilidade de atingimento dos objetivos da AGU;

II - fomentar uma gestão proativa;

III - identificar e tratar riscos em toda a AGU;

IV - facilitar a identificação de oportunidades e ameaças;

V - prezar pela conformidade jurídica dos processos organizacionais;

VI - colaborar com a prestação de contas à sociedade;

VII - melhorar a governança;

VIII - estabelecer uma base confiável para a tomada de decisão e o planejamento;

IX - melhorar o controle interno da gestão;

X - alocar e utilizar de forma eficaz os recursos para o tratamento de riscos;

XI - melhorar a eficácia e a eficiência operacional;

XII - melhorar a prevenção de perdas e a gestão de incidentes;

XIII - minimizar perdas;

XIV - melhorar a aprendizagem organizacional; e

XV - aumentar a capacidade da organização de se adaptar a mudanças.

Parágrafo único. A Gestão de Riscos deverá estar integrada aos processos de planejamento estratégico, tático e operacional, à gestão e à cultura organizacional da AGU.

CAPÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS

Art. 5º São instrumentos da Política de Gestão de Riscos da Advocacia-Geral da União:

I - as Instâncias de Supervisão: Comitê de Governança da AGU, Comissão Técnica do Comitê de Governança da AGU, Núcleo Estratégico de Integridade da AGU e responsáveis pelo gerenciamento de risco dos processos organizacionais;

II - a metodologia: a Metodologia de Gestão de Riscos da AGU deve ser estruturada com os seguintes componentes: ambiente interno, fixação de objetivos, identificação de eventos, avaliação de riscos, resposta a riscos, atividades de controles internos, informação, comunicação, monitoramento e de boas práticas;

III - a capacitação continuada: a Grade Permanente da Escola da Advocacia-Geral da União deverá contemplar, em um de seus eixos temáticos, competências relacionadas à capacitação sobre temas afetos à gestão de riscos;

IV - as normas, manuais e procedimentos: o arcabouço normativo formalmente definido pelas Instâncias de Supervisão deve ser considerado como instrumento que suporta a gestão de riscos; e

V - a solução tecnológica: o processo de gestão de riscos deve ser apoiado por adequado suporte de tecnologia da informação.

CAPÍTULO V

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 6º Compete ao Comitê de Governança da AGU:

I - definir e atualizar as estratégias de implementação da Gestão de Riscos, considerando os contextos externo e interno;

II - definir os níveis de apetite a risco;

III - aprovar as respostas e as respectivas medidas de controle a serem implementadas nos processos organizacionais priorizados pelo Comitê de Governança;

IV - aprovar a Metodologia de Gestão de Riscos da AGU e suas revisões;

V - aprovar os requisitos funcionais necessários à ferramenta de tecnologia de suporte ao processo de gerenciamento de riscos;

VI - monitorar a evolução de níveis dos riscos dos processos organizacionais priorizados pelo Comitê de Governança e a efetividade das medidas de controle implementadas;

VII - avaliar o desempenho da arquitetura de Gestão de Riscos e fortalecer a aderência dos processos organizacionais à conformidade normativa;

VIII - aprovar os indicadores de desempenho para a Gestão de Riscos, alinhados com os indicadores de desempenho da AGU;

IX - garantir o apoio institucional para promover a Gestão de Riscos, em especial os seus recursos, o relacionamento entre as partes interessadas e o desenvolvimento contínuo dos membros e servidores da AGU;

X - garantir o alinhamento da gestão de riscos aos padrões de ética e de conduta, em conformidade com o Programa de Integridade da AGU; e

XIII - supervisionar a atuação das demais instâncias da Gestão de Riscos.

Art. 7º Compete à Comissão Técnica do Comitê de Governança da AGU:

I - auxiliar o Comitê de Governança na definição e nas atualizações da estratégia de implementação da Gestão de Riscos, considerando os contextos externo e interno;

II - auxiliar na definição dos níveis de apetite a risco dos processos organizacionais;

III - auxiliar na definição dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos dos processos organizacionais;

IV - auxiliar na definição da periodicidade máxima do ciclo do processo de gerenciamento de riscos para cada um dos processos organizacionais;

V - auxiliar na aprovação das respostas e das respectivas medidas de controle a serem implementadas nos processos organizacionais;

VI - avaliar a proposta de Metodologia de Gestão de Riscos e suas revisões;

VII - avaliar os requisitos funcionais necessários à ferramenta de tecnologia de suporte ao processo de gerenciamento de riscos;

VIII - monitorar a evolução dos níveis de riscos e a efetividade das medidas de controle implementadas;

IX - auxiliar na avaliação do desempenho e da conformidade jurídica da Gestão de Riscos; e

X - auxiliar na definição dos indicadores de desempenho para a Gestão de Riscos, alinhados com os indicadores de desempenho da AGU.

Art. 8º Compete ao Núcleo Estratégico de Integridade da AGU auxiliar o Comitê de Governança da AGU e a sua Comissão Técnica em suas atividades, em especial para:

I - propor a Metodologia de Gestão de Riscos e suas revisões;

II - definir os requisitos funcionais necessários à ferramenta de tecnologia de suporte ao processo de gerenciamento de riscos;

III - monitorar a evolução dos níveis de riscos dos processos organizacionais priorizados pelo Comitê de Governança e a efetividade das medidas de controle implementadas;

IV - dar suporte à identificação, análise e avaliação dos riscos dos processos organizacionais priorizados pelo Comitê de Governança e selecionados para a implementação da Gestão de Riscos;

V - consolidar os resultados das diversas áreas em relatórios gerenciais e encaminhá-los à Comissão Técnica e ao Comitê de Governança;

VI - oferecer capacitação continuada em Gestão de Riscos para os membros e servidores da AGU;

VII - elaborar a proposta de Plano de Comunicação de Gestão de Riscos;

VIII - medir o desempenho da Gestão de Riscos objetivando a sua melhoria contínua;

IX - construir e propor à Comissão Técnica e ao Comitê de Governança os indicadores de desempenho para a Gestão de Riscos, alinhados com os indicadores de desempenho da AGU; e

X - requisitar aos responsáveis pelo gerenciamento de riscos dos processos organizacionais as informações necessárias para a consolidação dos dados e a elaboração dos relatórios gerenciais.

Art. 9º Compete aos responsáveis pelo gerenciamento de riscos dos processos organizacionais:

I - identificar, analisar e avaliar os riscos dos processos organizacionais sob sua responsabilidade, em conformidade ao que define esta Política de Gestão de Riscos;

II - propor respostas e respectivas medidas de controle a serem implementadas nos processos organizacionais sob sua responsabilidade;

III - monitorar a evolução dos níveis de riscos e a efetividade das medidas de controle implementadas nos processos organizacionais sob sua responsabilidade;

IV - informar o Núcleo Estratégico de Integridade da AGU sobre mudanças significativas nos processos organizacionais sob sua responsabilidade;

V - responder às solicitações do Núcleo Estratégico de Integridade da AGU; e

VI - disponibilizar as informações adequadas quanto à gestão dos riscos dos processos sob sua responsabilidade a todos os níveis da AGU e demais partes interessadas.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo gerenciamento de riscos dos processos organizacionais devem ter alçada suficiente para orientar e acompanhar as etapas de identificação, análise, avaliação e implementação das respostas aos riscos.

Art. 10. Compete a todos os membros e servidores da AGU o monitoramento da evolução dos níveis de riscos e da efetividade das medidas de controles implementadas nos processos organizacionais em que estiverem envolvidos ou que tiverem conhecimento.

Parágrafo único. No monitoramento de que trata o caput deste artigo, caso sejam identificadas mudanças ou fragilidades nos processos organizacionais, o membro ou o servidor deverá reportar imediatamente o fato ao responsável pelo gerenciamento de riscos do processo em questão.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 11. O Comitê de Governança da AGU, a sua Comissão Técnica, o Núcleo Estratégico de Integridade da AGU e os responsáveis pelo gerenciamento de riscos dos processos organizacionais deverão manter fluxo regular e constante de informações entre si.

Art. 12. Caberá à Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico do Departamento de Gestão Estratégica - CGPE/DGE desempenhar as funções de apoio metodológico e administrativo ao Núcleo Estratégico de Integridade da AGU até que seja estruturado um setor próprio que absorva as atividades relacionadas à Gestão de Riscos da AGU.

Art. 13. As iniciativas relacionadas à Gestão de Riscos existentes na AGU antes da publicação desta Portaria deverão ser gradualmente alinhadas à Metodologia de Gestão de Riscos aprovada pelo Comitê de Governança.

§1º A Metodologia de Gestão de Riscos da AGU deverá ser aprovada em até 12 (doze) meses após a publicação desta Política de Gestão de Riscos.

§2º O alinhamento de que trata o caput deste artigo deve ser feito no prazo máximo de 12 (doze) meses após a aprovação da Metodologia de Gestão de Riscos da AGU.

Art. 14 A Política de Gestão de Risco da AGU deve ser implementada de forma gradual em todas as áreas da AGU, com prazo de conclusão de até 60 (sessenta) meses a partir da vigência desta portaria.

Parágrafo único. Na implementação desta política, serão priorizados os processos organizacionais que impactam diretamente no atingimento dos objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico da AGU.

ANEXO III

POLÍTICA DE GOVERNANÇA DE PROGRAMAS E PROJETOS DA AGU

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política de Governança de Programas e Projetos da Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único. A Política de Governança de Programas e Projetos da Advocacia-Geral da União tem por finalidade estabelecer as diretrizes para o gerenciamento dos processos de iniciação, planejamento, execução, monitoramento e encerramento dos programas e projetos no âmbito da AGU.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - projeto: esforço temporário, empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo;

II - programa: grupo de projetos relacionados, que são gerenciados de modo coordenado para a obtenção de benefício e controle que não estariam disponíveis se fossem gerenciados individualmente;

III - programa ou projeto estratégico - programa ou projeto selecionado pela alta direção e alinhado à missão da Advocacia-Geral da União, que contribui diretamente para o alcance dos objetivos estratégicos;

IV - programa ou projeto setorial - programa ou projeto executado no âmbito de uma unidade organizacional;

V - portfólio de programas e projetos estratégicos - documento que representa a consolidação dos programas e projetos estratégicos da AGU, tendo por objetivo dar suporte à alta administração na implementação das estratégias organizacionais, incentivar e acompanhar o desenvolvimento de sistemas de gestão, com vistas a apoiar a decisão gerencial, a disseminação de informações, a mensuração dos resultados e o cumprimento das Diretrizes Estratégicas da AGU;

VI - artefato: o produto de uma ou mais atividades dentro do contexto do gerenciamento de programas e projetos;

VII - aceitação ou homologação: declaração formal do demandante de que as entregas atendem aos requisitos estabelecidos no escopo do programa ou projeto;

VIII - demandante: qualquer instância, órgão ou unidade administrativa que solicite o desenvolvimento de um programa ou projeto;

IX - entrega: qualquer produto, resultado ou serviço único e verificável, que deve ser produzido para concluir uma etapa de um programa ou projeto;

X - escopo: representa a soma dos produtos, resultados e serviços propostos pelo programa ou projeto. Delineia a abrangência de todo o trabalho a ser realizado pela equipe do programa ou projeto, mas somente o trabalho necessário. O escopo do programa ou projeto pode incluir uma ou mais entregas;

XI - gerente do programa ou projeto: pessoa formalmente designada para conduzir o programa ou projeto, seu planejamento e coordenar a equipe de execução, a fim de atingir os objetivos do programa ou projeto;

XII - equipe do programa ou projeto - grupo de pessoas designadas para elaborar e executar o Plano do Programa ou Projeto, a fim de obter os resultados, serviços e produtos esperados;

XIII - supervisor do programa ou projeto - integrante do Departamento de Gestão Estratégica designado para supervisionar o planejamento, impulsionar a execução e monitorar o cumprimento do Plano do Programa ou Projeto;

XIV - metodologia de gerenciamento de programas e projetos: sistema de práticas, técnicas, procedimentos e regras utilizadas pelas pessoas envolvidas na governança de programas e projetos;

XV - partes interessadas no programa ou projeto - pessoas, unidades ou entidades cujos interesses podem ser afetados com o resultado da execução ou do término do programa ou projeto. Estas partes interessadas também podem influenciar (positiva e/ou negativamente) os objetivos e resultados do programa ou projeto;

XVI - premissas - fatores que, para fins de planejamento, são considerados verdadeiros, reais ou certos, sem prova ou demonstração. As premissas afetam todos os aspectos do planejamento do programa ou projeto e fazem parte da sua elaboração progressiva;

XVII - restrições - limitações aplicáveis, internas ou externas, que afetarão o desempenho do programa ou projeto. Enquanto as premissas possuem um certo grau de flexibilidade, as restrições são sempre imutáveis; e

XVIII - plano do programa ou projeto - documento que detalha o objetivo, a justificativa e o escopo do programa ou projeto. Define quais são as unidades, pessoas e/ou clientes participantes, produtos a serem gerados, prazos e custos, além de evidenciar restrições e riscos existentes. O plano do programa ou projeto contém todas as informações relativas ao planejamento e deve ser utilizado até o seu encerramento como guia fundamental para a orientação das atividades do programa ou projeto.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º A Governança de Programas e Projetos da AGU deverá observar os seguintes princípios:

I - ter como escopo de ação todos os programas e projetos da Instituição, nos níveis estratégico, tático e operacional;

II - ser aderente aos objetivos estratégicos constantes do Mapa Estratégico da AGU;

III - ser transparente, dando acessibilidade aos artefatos, produtos, serviços e resultados dos programas e projetos institucionais;

IV - estar alinhada às melhores práticas de governança e às recomendações governamentais;

V - utilizar informações relevantes e de qualidade para apoiar o funcionamento dos programas e projetos;

VI - integrar programas, projetos, processos, estruturas funcionais, pessoas e tecnologia, com compartilhamento sinérgico de competências, responsabilidades, informações e instâncias decisórias.

VI - considerar fatores humanos, sociais, culturais e econômicos;

VII - ser dinâmica, interativa, flexível e capaz de reagir a mudanças; e

VIII - valorizar a cultura do empreendedorismo e da inovação.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS

Art. 4º A Governança de Programas e Projetos da AGU tem por objetivos:

I - promover o aumento da eficiência e da eficácia dos programas e projetos, por meio da descrição, normatização e padronização dos processos de gerenciamento de programas e projetos da AGU;

II - assegurar o alinhamento dos programas e projetos estratégicos aos objetivos estratégicos estabelecidos no Mapa Estratégico da AGU;

III - estabelecer uma sistemática comum de gerenciamento de programas e projetos;

IV - promover a transparência dos programas e projetos;

V - aumentar a probabilidade de atingimento dos objetivos dos programas e projetos;

VI - garantir que os resultados gerados estejam em conformidade com o escopo, prazo e com os recursos definidos para cada programa ou projeto estratégico;

VII - facilitar o controle interno e a gestão de riscos;

VIII - estabelecer uma base confiável para a tomada de decisão superior;

IX - fomentar uma gestão proativa e empreendedora;

X - facilitar as mudanças e a gestão das mudanças; e

XI - melhorar a integração entre os órgãos da AGU.

CAPÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS

Art. 5º São instrumentos da Política de Governança de Programas e Projetos da Advocacia-Geral da União:

I - as Instâncias de Supervisão: o Comitê de Governança da AGU - CG-AGU, a Comissão Técnica do Comitê de Governança da AGU - CT-CG-AGU, a Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico do Departamento de Gestão Estratégica, os Gerentes e os Supervisores de Programas e Projetos Estratégicos da AGU;

II - as melhores práticas em governança de programas e projetos: a Política de Governança de Programas e Projetos da AGU, baseada no Guia PMBOK (Guide to the Project Management Body of Knowledge), deve orientar o trabalho de gerenciamento dos programas e projetos, em todas as suas fases, que incluem os processos de iniciação, planejamento, execução, monitoramento e encerramento;

III - a Metodologia de Gerenciamento de Programas e Projetos da AGU - MGP-AGU: a metodologia para gerenciamento de programas e projetos deve estabelecer o padrão para elaboração e gerenciamento de programas e projetos no âmbito da Advocacia-Geral da União, em consonância com o Guia PMBOK e as orientações normativas vigentes; consideradas as especificidades da AGU;

IV - a capacitação continuada: a Grade Permanente da Escola da Advocacia-Geral da União deverá contemplar, em um de seus eixos temáticos, competências relacionadas à capacitação sobre temas afetos à governança de programas e projetos;

V - as normas, manuais e procedimentos: o arcabouço normativo formalmente definido pelas Instâncias de Supervisão deve ser considerado como instrumento que suporta a Governança de Programas e Projetos da AGU; e

V - soluções tecnológicas: o processo de governança de programas e projetos deverá contar com soluções tecnológicas que apoiem as atividades do ciclo de vida de um programa ou projeto, sendo recomendável a disponibilização de ferramenta que dê suporte ao gerenciamento dos programas e projetos, bem como à elaboração e manutenção do respectivo portfólio;

CAPÍTULO V

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 6º Compete ao Comitê de Governança da AGU:

I - definir e atualizar as estratégias de implementação da Governança de Programas e Projetos da AGU, considerando os contextos externo e interno;

II - aprovar o Metodologia de Gerenciamento de Programas e Projetos da AGU MGP-AGU, com seus respectivos artefatos e suas revisões;

III - aprovar os requisitos funcionais necessários às ferramentas de tecnologia de suporte à MGP-AGU;

IV - avaliar o desempenho da arquitetura de Governança de Programas e Projetos da AGU e a sua conformidade normativa;

V - promover o apoio institucional à Governança de Programas e Projetos da AGU, em especial no que respeita aos seus recursos, ao relacionamento entre as partes interessadas e ao desenvolvimento contínuo dos membros e servidores da AGU;

VI - garantir o alinhamento da Governança de Programas e Projetos da AGU aos padrões de ética e de conduta, em conformidade com o Programa de Integridade da AGU; e

VII - supervisionar a atuação das demais instâncias da Governança de Programas e Projetos da AGU; e

Art. 7º Compete à Comissão Técnica do Comitê de Governança da AGU:

I - auxiliar o CG-AGU na definição e nas atualizações da estratégia de implementação da Governança de Programas e Projetos da AGU, considerando os contextos externo e interno;

II - auxiliar na identificação e definição dos gerentes dos programas e projetos estratégicos;

III - auxiliar na definição da periodicidade mínima do ciclo realizações das análises críticas do desempenho para cada um dos programas e projetos estratégicos;

IV - avaliar a proposta de Metodologia de Gerenciamento de Programas e Projetos da AGU e suas revisões; e

V - avaliar os requisitos funcionais necessários à ferramenta de tecnologia de suporte ao processo de gerenciamento de programas e projetos da AGU.

Art. 8º Compete à Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico - CGPE, do Departamento de Gestão Estratégica, auxiliar o CG-AGU e a CT-CG-AGU em suas atividades, em especial para:

I - propor a Metodologia de Gerenciamento de Programas e Projetos da AGU e suas revisões;

II - definir os requisitos funcionais necessários à ferramenta de tecnologia de suporte à Metodologia de Gerenciamento de Programas e Projetos da AGU e suas atualizações;

III - monitorar a evolução dos indicadores de desempenho dos programas e projetos estratégicos priorizados pelo CG-AGU e a efetividade das ações de melhoria determinadas;

IV - dar suporte à identificação, análise e avaliação dos riscos dos programas e projetos estratégicos priorizados pelo Comitê de Governança e selecionados para a implementação da Gestão de Riscos;

V - consolidar os resultados de desempenho dos diversos programas e projetos estratégicos, por meio de relatórios gerenciais, e disponibilizá-los ao CG-AGU e à CT-CG-AGU em painel de indicadores de desempenho estruturado;

VI - oferecer capacitação continuada em governança de programas e projetos para os membros e servidores da AGU, em parceria com a Escola da AGU;

VII - promover a divulgação institucional do andamento e dos resultados dos programas e projetos estratégicos priorizados pelo CG-AGU;

VIII - apoiar os gerentes na medição e análise crítica do desempenho dos programas e projetos, objetivando a sua melhoria contínua;

IX - propor à CT-CG-AGU os indicadores de desempenho para a Governança de Programas e Projetos, alinhados com os objetivos de estratégicos da AGU;

X - requisitar aos gerentes de programas e projetos as informações necessárias à consolidação dos dados para elaboração de relatórios gerenciais;

XI - validar os artefatos dos programas e projetos estratégicos, conforme padrões definidos;

XII - gerir o Portfólio de Programas e Projetos Estratégicos e demais ferramentas de apoio à governança de programas e projetos da AGU;

XII - avaliar e monitorar as de propostas de mudanças nos programas e projetos estratégicos.

Art. 9º Compete aos Gerentes Programas e Projetos da AGU:

I - planejar, executar, monitorar e encerrar os programas e projetos, inclusive na ferramenta corporativa de gerenciamento;

II - gerenciar os recursos dos programas e projetos;

III - distribuir as atividades e orientar as equipes dos programas e projetos;

IV - controlar o cronograma geral e os recursos orçamentários, garantindo que as atividades previstas sejam concluídas no prazo e dentro do orçamento;

V - gerir proativamente o escopo, assegurando que as entregas estejam em conformidade com o que foi planejado;

VI - divulgar as informações sobre o programa ou projeto às partes interessadas;

VII - gerenciar os riscos do programa ou projeto;

VIII - adotar ferramentas e métricas apropriadas para ter uma visão correta do progresso do programa ou projeto e da qualidade dos entregáveis produzidos;

IX - propor mudanças ou avaliar o impacto de mudanças solicitadas;

X - manter a documentação dos programas e projetos sob sua responsabilidade completa e atualizada;

XI - prestar, regularmente, informações aos supervisores dos programas ou projetos sob sua responsabilidade;

XII - gerenciar o desempenho do programa ou projeto sob sua condução em conformidade com a MGP-AGU, registrando pareceres de análise crítica do desempenho e comprometendo-se em implementar melhorias corretivas quanto aos resultados negativos;

XIII - responder às solicitações dos Núcleos Estratégicos afetos ao programa ou projeto sob sua gerência; e

XIV - responder às solicitações do CG-AGU e da CT-CG-AGU.

Parágrafo único. Os gerentes devem ter alçada suficiente para responder pelos programas e projetos estratégicos sob sua condução perante todas as instâncias de supervisão elencadas no inciso I do art. 5º desta Portaria.

Art. 10. Compete aos integrantes das Equipes de Programas e Projetos da AGU:

I - executar as atividades dos programas e projetos atribuídas pelos gerentes;

II - apoiar os gerentes na prestação de informações sobre o andamento dos programas e projetos nos quais estejam envolvidos; e

III - consultar e manter atualizadas suas tarefas na ferramenta corporativa de gerenciamento de programas e projetos.

Art. 11. Compete aos Supervisores de Programas e Projetos Estratégicos da AGU:

I - articular, impulsionar e acompanhar o desenvolvimento dos programas e projetos estratégicos sob sua supervisão;

II - interagir com os gerentes dos programas e projetos, de modo a identificar situações críticas e possibilidades de mudanças;

II - prover suporte metodológico às equipes dos programas e projetos;

IV - realizar a homologação prévia do encerramento dos programas e projetos sob sua supervisão;

V - organizar reuniões periódicas com os gerentes, a fim de monitorar e controlar a execução dos planos dos programas e projetos;

VI - exercer a interlocução da Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico com as unidades envolvidas nos programas e projetos.

Art. 12. Compete a todos os membros e servidores da AGU o conhecimento da publicação dos programas e projetos estratégicos e seus níveis de desempenho, sempre que estiverem envolvidos ou quando informados.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13. O Comitê de Governança da AGU, a sua Comissão Técnica, a Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico, os Gerentes e os Supervisores dos Programas e Projetos Estratégicos deverão manter fluxo regular e constante de informações entre si.

Art. 14. As iniciativas relacionadas à Governança de Programas e Projetos Estratégicos existentes na AGU antes da publicação desta Portaria deverão ser gradualmente alinhadas à Política de Governança de Programas e Projetos da Advocacia-Geral da União.

§ 1º A Metodologia de Gerenciamento de Programas e Projetos da AGU - MGP-AGU deverá ser aprovada em até 180 (cento e oitenta dias) após a publicação desta Portaria.

§ 2º O alinhamento de que trata o caput deste artigo deverá ser efetivado no prazo máximo de 12 (doze) meses após a aprovação da Política de Governança de Programas e Projetos da Advocacia-Geral da União.

Art. 15. Esta Política será implementada, de imediato, nos programas e projetos estratégicos priorizados pelo Comitê de Governança da AGU.

D.O.U. de 20.12.2017.

**PORTARIA Nº 293, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018.**

*Dispõe sobre o assessoramento jurídico prestado pelos órgãos da Advocacia-Geral da União nos processos e atos administrativos de que trata a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016.*

**A ADVOGADA-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993,

Considerando que o inciso II do art. 3º da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, determina aos órgãos, entidades e autoridades a observância da legalidade, qualidade, eficiência e transparência da atuação estatal; e

Considerando que cabe à Advocacia-Geral da União o assessoramento jurídico dos Ministérios envolvidos com a execução do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI; resolve:

Art. 1º Será prioritária a análise jurídica de processos e atos administrativos relativos a empreendimentos qualificados, por decreto, como integrantes do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI.

Art. 2º Os órgãos de assessoramento jurídico poderão realizar manifestação jurídica conjunta quando o ato ou processo administrativo exija a análise de mais de um órgão ou ente federal.

Art. 3º As Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios e as Procuradorias Federais junto a entes com competência para atuar na análise de empreendimento abrangido pela Lei nº 13.334, de 2016, deverão identificar e informar aos órgãos assessorados oportunidades de uniformização de competências e procedimentos no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI e do Programa Nacional de Desestatização - PND, previsto pela Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997.

Art. 4º Os órgãos jurídicos deverão, sempre que possível:

I - elaborar pareceres referenciais, conforme previsto na Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014;

II - elaborar minutas de pareceres parametrizados; e

III - elaborar, em conjunto com a administração, minuta padrão de editais, contratos e atos administrativos.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA**

D.O.U. de 28.9.2018.

**PORTARIA Nº 312, DE 16 DE OUTUBRO DE 2018.**

*Disciplina o teletrabalho para o desempenho das atribuições institucionais dos membros das carreiras jurídicas de Advogado da União e de Procurador Federal, e dá outras providências.*

**A ADVOGADA-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos I e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993,

Considerando o advento da Lei nº 12.551, de 15 de dezembro de 2011, que alterou o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para estabelecer que “não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego”, asseverando, no seu parágrafo único, que “os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio”;

Considerando as experiências bem-sucedidas dos projetos pilotos de teletrabalho no âmbito da Consultoria-Geral da União (Portaria nº 03/2016/CGU, publicada no Suplemento A do BSE nº 08 de 26 de fevereiro de 2016); da Secretaria-Geral de Contencioso (Portaria nº 1/2016/SGCT, publicada no Suplemento C do BSE nº 29 de 22 de julho de 2016); da Procuradoria-Geral da União (Portaria nº 01/2016/PGU, publicada no BSE nº 09, de 29 de fevereiro de 2016); e da Procuradoria-Geral Federal (Portaria nº 979/2015/PGF, publicada no DOU, Seção 1, de 13 de janeiro de 2016);

Considerando que o Comitê de Governança da Advocacia-Geral da União - CG-AGU elegeu como objetivo estratégico “Racionalizar a estrutura organizacional” no Planejamento Estratégico 2016-19 da AGU (Resolução nº 1/2018/CG-AGU) e que a alocação de membros em teletrabalho resultará, necessariamente, na redução de custos para a Administração, em razão da diminuição dos espaços físicos ocupados;

Considerando a proteção jurídica às pessoas com deficiência, garantida pela Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, pela Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, pelo Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que instituiu a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Portaria nº 125/2018/AGU, que instituiu a Política e o

Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência ou com Mobilidade Reduzida nas unidades da AGU; e

Considerando as propostas elaboradas pela equipe do Programa Estratégico de Trabalho Virtual (Despacho nº 00128/2018/CGPE/DGE/AGU, NUP 00400.000137/2016-27), resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria disciplina o teletrabalho para o desempenho das atribuições institucionais dos membros das carreiras jurídicas de Advogado da União e de Procurador Federal no âmbito dos seguintes órgãos:

I - Secretaria-Geral de Consultoria;

II - Secretaria-Geral de Contencioso;

III - Consultoria-Geral da União;

IV - Procuradoria-Geral da União;

V - Corregedoria-Geral da Advocacia da União;

VI - Procuradoria-Geral Federal; e

VII - Escola da Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único. O teletrabalho não se aplica às atividades correicionais, que exijam a presença física do membro.

Art. 2º Para os fins desta Portaria considera-se teletrabalho, aquele cujas atividades são realizadas remotamente, fora das dependências das unidades da AGU, com ganhos de eficiência, por intermédio de tecnologias da informação e da comunicação.

Art. 3º Aos órgãos mencionados no artigo 1º e suas respectivas unidades pode ser atribuída a realização de atividades remotas no âmbito de suas respectivas competências institucionais nos termos da presente Portaria, visando promover, conjunta ou isoladamente, a gestão eficiente:

I - dos resultados institucionais, pela especialização;

II - do conhecimento, pela uniformização de entendimentos jurídicos e técnicos;

III - dos processos internos, pela uniformização de normas e procedimentos;

IV - dos recursos materiais, pela economicidade dos gastos públicos; e

V - dos recursos humanos, pela qualidade de vida e equalização da carga de trabalho dos membros.

Parágrafo único. A distribuição de atividades remotas não importa em alteração da lotação ou do exercício do membro, nem dispensa a realização das atividades presenciais de sua unidade de exercício, quando convocado.

CAPÍTULO II

DO TELETRABALHO

**Seção I**

**Normas Gerais**

Art. 4º A autorização para o teletrabalho é uma faculdade da Administração Pública, uma vez configurada a conveniência do serviço, não gerando quaisquer direitos ou vantagens pecuniárias aos membros.

Art. 5º Ficam os órgãos mencionados no art. 1º autorizados a instituir programas de teletrabalho, bem como estabelecer os critérios e limites para a implementação em suas respectivas unidades, observadas as seguintes diretrizes:

I - demonstração do resultado efetivo para a unidade, no que se refere à redução de gastos com infraestrutura física, tecnológica e de comunicação;

II - abrangência somente das atividades que possam ter seu desempenho acompanhado e avaliado objetivamente, conforme as metas e os critérios definidos em instruções específicas.

III - adesão voluntária, garantindo-se iguais oportunidades de acesso e permanência aos membros que cumpram as metas de desempenho estipuladas mediante regras transparentes, objetivas e impessoais;

IV - garantia da capacidade plena de funcionamento dos setores responsáveis pelo atendimento ao público externo e interno e de capacidade suficiente à realização das atividades presenciais;

V - instituição de mecanismos de orientação, acompanhamento e avaliação periódica do desempenho, produtividade e engajamento que comprovem a adaptação do membro ao teletrabalho e recomendem sua permanência ou revogação da autorização;

VI - aferição do cumprimento dos deveres funcionais no prazo legal ou regulamentar;

VII - participação universal dos membros no teletrabalho, em sistema de rodízio, quando houver mais interessados que o quantitativo previsto por unidade de lotação;

VIII - incremento de produtividade e desempenho;

IX - adequação do perfil do membro às atividades a serem executadas;

X - prioridade no processo seletivo aos membros:

a) com deficiência;

b) que tenham filhos, cônjuge ou dependentes com deficiência;

c) gestantes e lactantes;

d) por motivo de saúde do próprio membro ou de pessoa da família, constatada em perícia médica;

e) que ainda não tenham atuado em teletrabalho.

XI - limitação de prazo máximo de dois anos de permanência em teletrabalho, ressalvadas as hipóteses das alíneas a, b, c e d, do inciso X, prorrogáveis conforme instruções específicas.

§ 1º Os titulares dos órgãos mencionados no art. 1º estabelecerão regras para a realização de reuniões periódicas, inclusive com a participação dos membros em teletrabalho, visando à uniformização de entendimentos e avaliação de desempenho de suas unidades e equipes.

§ 2º Os programas de teletrabalho deverão estabelecer que o projeto de implantação do teletrabalho em cada órgão de execução deverá ser instruído com a proposta de efetiva redução de espaço físico, que será submetida à prévia manifestação técnica da Secretaria-Geral de Administração e do Departamento de Gestão Estratégica, e aprovação da Secretaria-Geral de Consultoria.

Art. 6º Na definição do perfil adequado de que trata o inciso IX do art. 5º, o programa de trabalho estabelecerá as habilidades e características da forma mais objetiva possível, atendendo aos critérios:

I - capacidade de organização e autodisciplina;

II - capacidade de cumprimento das atividades nos prazos acordados;

III - capacidade de interação com a equipe;

IV - atuação tempestiva;

V - pró-atividade na resolução de problemas;

VI - abertura para utilização de novas tecnologias; e

VII - orientação para resultados.

Art. 7º Constituem requisitos para o desempenho de atribuições em teletrabalho:

I - ter cumprido o período avaliativo de estágio probatório, mediante a submissão à terceira etapa do processo; e

II - ter, no mínimo, seis meses de exercício na respectiva unidade.

Parágrafo único. É vedada a realização de teletrabalho por membro que:

I - seja titular de cargo em comissão, função comissionada, e função gratificada;

II - exerça atividades cuja presença seja indispensável;

III - tenha sido apenado em procedimento disciplinar nos dois anos anteriores; e

IV - tenha sido excluído do teletrabalho por descumprimento dos deveres previstos nesta portaria ou nas instruções dos respectivos órgãos, há menos de dois anos, a contar da decisão que reverteu o seu regime de trabalho para o presencial.

**Seção II**

**Das obrigações básicas do teletrabalho**

Art. 8º Sem prejuízo de obrigações adicionais instituídas pelos respectivos órgãos, a autorização para o desempenho de atribuições em teletrabalho pressupõe a assunção das seguintes obrigações:

I - atender às convocações para comparecimento presencial na respectiva unidade de exercício sempre que houver necessidade ou interesse da Administração, tais como participar de reuniões presenciais, eventos de capacitação e quaisquer outros atos de interesse institucional, convocados com antecedência de cinco dias úteis;

II - participar de reuniões virtuais convocadas pela chefia imediata com pelo menos um dia útil de antecedência;

III - indicar e manter ativos e atualizados os telefones e endereços de contato, inclusive eletrônicos, presumindo-se do respectivo conhecimento todas as tarefas e mensagens encaminhadas pelos sistemas e meios de comunicação oficiais;

IV - adotar imediatamente providências para o saneamento de dificuldades que possam atrasar ou prejudicar o desempenho, a produtividade e o bom resultado das respectivas atividades;

V - fornecer os esclarecimentos e as informações necessárias ao pleno acompanhamento e avaliação, conforme as orientações expedidas pela Advocacia-Geral da União ou pelo órgão respectivo;

VI - custear as estruturas mobiliárias, logísticas e tecnológicas necessárias à realização do trabalho; e

VII - zelar pela segurança das informações e pelo sigilo profissional.

§ 1º As obrigações previstas neste artigo serão objeto de termo de compromisso a ser elaborado pelo órgão de exercício, assinado pelo membro interessado e pela autoridade responsável pelo acompanhamento e avaliação do desempenho das atividades realizadas sob o regime de teletrabalho.

§ 2º A seu critério e havendo disponibilidade, a unidade poderá providenciar, integral ou parcialmente, as estruturas tecnológicas previstas no inciso VI, ouvida a Secretaria-Geral de Administração.

**Seção III**

**Da oferta de oportunidades para o teletrabalho e do retorno ao trabalho presencial**

Art. 9º. Os órgãos mencionados no artigo 1º serão os responsáveis por instituir e fixar o quantitativo de vagas disponíveis em teletrabalho, que não poderá exceder a quarenta por cento do total de membros em exercício na unidade.

Art. 10. A seleção de interessados será realizada a qualquer tempo, mediante consulta prévia aos membros em exercício nas unidades do respectivo órgão, observados os critérios definidos nos programas próprios.

Art. 11. A autorização para o desempenho das atribuições em teletrabalho poderá ser revertida de forma motivada a qualquer tempo, pelo titular da unidade, ou por conveniência do serviço, ouvido o membro interessado.

Parágrafo único. No caso previsto no caput, caberá recurso à autoridade superior que, em decisão fundamentada, poderá rever ou manter o já decidido pelo titular da unidade.

Art. 12. No caso de desistência do teletrabalho, antes da conclusão do período pré-estabelecido, o membro deverá aguardar, se for o caso, a readequação da estrutura logística disponível.

CAPÍTULO III

DA REDUÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS

Art. 13. A estrutura logística então utilizada pelos membros autorizados ao teletrabalho será readequada ou realocada, ressalvada justificativa para sua manutenção ou substituição, pelo titular da unidade.

Art. 14. Deve ser mantida estrutura mínima para atendimento de necessidades emergenciais dos membros da unidade que estejam realizando teletrabalho.

Parágrafo único. Aos membros que estejam realizando teletrabalho fica vedada a utilização de estrutura logística de unidade diversa da sua lotação e exercício, salvo em casos excepcionais, devidamente autorizados pelo titular da unidade.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 15. Aplica-se o disposto nesta portaria aos Procuradores da Fazenda Nacional e aos Procuradores do Banco Central em exercício ou à disposição dos órgãos mencionados no artigo 1º.

Art. 16. Os titulares dos órgãos mencionados no art. 1º terão até sessenta dias para expedir as instruções necessárias ao fiel cumprimento desta portaria, no seu âmbito de atuação.

§ 1º As instruções autorizadas no caput poderão estabelecer eventuais regras de transição.

§ 2º Até que sejam editadas as instruções autorizadas no caput, fica mantida a disciplina dos projetos piloto de teletrabalho regularmente instituídos.

Art. 17. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA**

Suplemento do BSE Nº 42, de 16.10. 2018**.**

**PORTARIA Nº 324, DE 29 DE OUTUBRO DE 2018.**

*Estabelece procedimentos a serem adotados pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal para análise de precatórios a serem incluídos na Lei Orçamentária Anual - LOA.*

**A ADVOGADA-GERAL DA UNIÃO,**no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos I, XIII e XIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, resolve:

Art. 1º A Procuradoria-Geral da União e a Procuradoria-Geral Federal adotarão os procedimentos estabelecidos nesta Portaria para a verificação da regularidade dos precatórios a serem incluídos na Lei Orçamentária Anual - LOA, conforme o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Art. 2º O Departamento de Cálculos e Perícias da Procuradoria-Geral da União consolidará e disponibilizará para análise, até o dia 30 de agosto de cada ano, a relação de precatórios com valores superiores a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a partir de dados extraídos das relações de precatórios a serem pagos no ano seguinte, enviadas à Advocacia-Geral da União pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia, pelo Conselho da Justiça Federal, pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. **(Redação dada pela Portaria nº 295, de 31.5.2019)**

Parágrafo único. Ato específico do Advogado-Geral da União poderá definir, anualmente, novos valores, para os fins previstos neste artigo.

Art. 3º A Procuradoria-Geral da União e a Procuradoria-Geral Federal, em suas respectivas áreas de competência deverão:

I - expedir os atos necessários ao cumprimento desta Portaria;

II - realizar, por seus órgãos de execução, a análise técnico-jurídica dos precatórios e correspondentes processos judiciais, quanto aos aspectos que indiquem regularidade formal e de conteúdo, adotando as medidas cabíveis para sanar ou coibir irregularidades;

III - formalizar, no Sistema AGU de Inteligência Jurídica - SAPIENS, em cada caso, o registro de atividades desenvolvidas e de eventuais providências adotadas; e

IV - fixar prazo para que os órgãos de execução apresentem informações sobre as atividades desenvolvidas, as quais serão compiladas em dados estatísticos, na conclusão dos trabalhos.

Parágrafo único. Na verificação de precatórios oriundos da Justiça do Trabalho deverão ser observadas, adicionalmente, as Orientações Jurisprudenciais - OJs expedidas pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 4º Os resultados finais dos processos de análise de precatórios deverão ser encaminhados até o dia 30 de novembro de cada ano ao Gabinete do Advogado-Geral da União.

Art. 5º A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Procuradoria-Geral do Banco Central, sem prejuízo das normas internas que regem a matéria, encaminharão ao Gabinete do Advogado-Geral da União relatório discriminado dos precatórios a serem incluídos na LOA, até o dia 30 de novembro de cada ano, para fins de acompanhamento e controle.

Art. 6º Eventual divergência entre os precatórios analisados e os processos que lhes deram origem, deverá ser comunicada imediatamente à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - SOF/MP, independentemente das medidas processuais a serem adotadas.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA**

D.O.U. de 30.10.2018.

**PORTARIA Nº 129, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019.**

*Dispõe sobre a indicação de Procuradores Federais, estáveis no serviço público, em exercício na Procuradoria-Geral Federal, que participarão de atividades de natureza correicional da Corregedoria-Geral da Advocacia da União.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º O Procurador-Geral Federal indicará à Corregedoria-Geral da Advocacia da União Procuradores Federais, estáveis no serviço público, em exercício nos seus órgãos centrais ou de execução, os quais participarão de atividades de natureza correicional.

Parágrafo único. A indicação a que se refere o **caput** ocorrerá a cada dois anos e até o último dia útil do mês de outubro do ano da indicação.

Art. 2º Os Procuradores deverão se dedicar exclusivamente às atividades que lhes forem atribuídas pela Corregedoria, podendo, inclusive, exercê-las em unidades subordinadas administrativamente à Advocacia-Geral da União, a serem designadas pelo Corregedor-Geral da Advocacia da União.

§ 1º A indicação em determinado ano iniciará em 1º de janeiro e se encerrará no dia 31 de dezembro do segundo ano subsequente, ou até a conclusão dos trabalhos que lhes forem atribuídos pela Corregedoria, prevalecendo o que ocorrer por último.

§ 2º O titular da unidade de exercício dos Procuradores Federais indicados deverá adotar as providências necessárias à redistribuição interna dos serviços.

§ 3º Os Procuradores Federais indicados não poderão sofrer restrição de qualquer natureza em decorrência da indicação dos seus nomes na forma desta Portaria.

§ 4º A atividade dos Procuradores Federais indicados é considerada de natureza relevante.

Art. 3º A Corregedoria deverá promover, juntamente com a Escola da Advocacia-Geral da União, treinamentos em processo administrativo disciplinar e atividade correicional para os Procuradores Federais indicados nos termos desta Portaria.

Art. 4º No mínimo um terço dos Procuradores Federais indicados na forma desta Portaria deverá ser reconduzido para o período subsequente.

Art. 5º Relativamente à primeira indicação feita pelo Procurador-Geral Federal considerar-se-á o dia 13 de fevereiro de 2019 como termo inicial que trata o parágrafo 1º do artigo 2º.

Art. 6º As questões surgidas em decorrência da aplicação desta Portaria serão resolvidas por ato conjunto do Corregedor-Geral da Advocacia da União e do Procurador-Geral Federal.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA**

D. O. U. de 13.2.2019.

**PORTARIA AGU Nº 180, DE 7 DE MARÇO DE 2019.**

*Dispõe sobre a criação de Força-Tarefa no âmbito da Advocacia-Geral da União para a atuação nas demandas judiciais sobre a PEC nº 06/2019, que modifica o sistema de previdência social.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição e os incisos I e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e

Considerando a necessidade de um trabalho jurídico preventivo e eficiente para conferir acompanhamento especial à judicialização de temas relativos à PEC nº 06/2019, resolve:

Art. 1º - Instituir equipe nacional especializada para atuação estratégica no monitoramento e defesa das demandas judiciais que tenham por objeto as disposições da Proposta de Emenda à Constituição PEC nº 06/2019, intitulada "Força-Tarefa de Defesa da Nova Previdência Social - PEC 6/2019".

Art. 2º - A equipe será composta por representantes do Gabinete do Advogado-Geral da União e dos órgãos responsáveis pelas funções de consultoria e assessoramentos jurídicos, bem como de defesa judicial da União, de suas autarquias e fundações, que atuarão no âmbito de suas respectivas atribuições e áreas de competência, na forma abaixo:

I - Gabinete do Advogado-Geral da União: 1 membro;

II - Consultoria-Geral da União: 2 membros;

III - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional: 2 membros;

IV - Procuradoria-Geral da União: 5 membros;

V - Procuradoria-Geral Federal: 5 membros; e

VI - Secretaria-Geral do Contencioso: 5 membros.

Art. 3º - No âmbito da respectiva área de atuação do órgão, compete aos membros designados o desempenho das seguintes atividades:

I - sistematização e disponibilização de subsídios, estudos, pareceres e notas técnicas objetivando a atuação célere e eficaz;

II - organização das teses para subsidiar as manifestações e defesas em juízo;

III - monitoramento do ingresso de ações judiciais, acompanhado da respectiva atuação em juízo, independentemente de citação, intimação ou notificação;

IV - coordenação e supervisão dos respectivos órgãos de execução no acompanhamento das ações judiciais; e

V - consolidação dos dados de judicialização.

Art. 4º - Os membros serão designados em ato próprio de cada um dos órgãos arrolados nos incisos do artigo 2º.

Art. 5º - O acompanhamento das ações de que trata esta Portaria consistirá no monitoramento contínuo e na adoção de medidas que garantam tratamento compatível com a relevância da matéria, notadamente:

I - cadastramento no sistema **push** dos tribunais;

II - participação em reuniões, despachos e audiências com autoridades administrativas e judiciais;

III - apresentação de memoriais; e

IV - sustentação oral, quando cabível.

Art. 6º - A coordenação da Força Tarefa será desempenhada pelo representante do Gabinete do Advogado-Geral da União, a quem incumbirá apresentar as ações empreendidas pela equipe, realizar reuniões periódicas e fornecer relatórios das atividades desenvolvidas.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA**

D. O. U. de 11.3.2019.

**PORTARIA Nº 198, DE 21 DE MARÇO DE 2019.**

*Encerra as atividades, no âmbito da Advocacia-Geral da União, do Grupo de Auxílio Jurídico das Olimpíadas (GAJ-OLIMPÍADAS) e do Grupo Executivo de acompanhamento das ações relativas à Preparação e à Realização da Copa do Mundo FIFA 2014 (GECOPA/AGU).*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 9.512 de 27 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Ficam encerradas as atividades do Grupo de Auxílio Jurídico das Olimpíadas (GAJ-OLIMPÍADAS) no âmbito da Advocacia-Geral da União, diante da extinção do Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (CGOLIMPÍADAS) e do Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (GEOLIMPÍADAS), instituídos pelo Decreto de 13 de setembro de 2012.

Art. 2º Ficam encerradas as atividades do Grupo Executivo de Acompanhamento das Ações relativas à Preparação e à Realização da Copa do Mundo FIFA 2014 (GECOPA/AGU) no âmbito da Advocacia-Geral da União, diante da extinção do Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014 (CGCOPA) e do Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 (GECOPA), instituídos pelo Decreto de 14 de janeiro de 2010.

Art. 3º A Consultoria-Geral da União, a Secretaria-Geral de Contencioso, a Procuradoria-Geral da União, a Procuradoria-Geral Federal, o Coordenador do GAJ-OLIMPÍADAS e o Coordenador do GECOPA/AGU, quando cabível, encaminharão, no âmbito de suas competências, relatórios, documentos e informações sobre a atuação do GAJ-OLIMPÍADAS e do GECOPA/AGU à Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Cidadania, para fins de consolidação.

Art. 4º Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 3, de 11 de janeiro de 2013;

II - a Portaria nº 416, de 5 de julho de 2016; e

III - a Portaria nº 641, de 26 de maio de 2010.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA**

D. O. de 22.3.2019

**PORTARIA Nº 213, DE 29 DE MARÇO DE 2019.**

*Estabelece procedimentos a serem adotados nos casos de citações, intimações e notificações efetivadas em desacordo com o disposto nos arts. 35, 36 e 38 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 16, § 3º, inciso II, da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece procedimentos a serem adotados nos casos de citações, intimações e notificações judiciais efetivadas em desacordo com o disposto nos artigos 35, 36 e 38 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 16, § 3º, inciso II, da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

Art. 2º Verificada a ocorrência de erro de citação, intimação ou notificação por inobservância das competências estabelecidas na legislação mencionada no art. 1º, o Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional ou Procurador Federal oficiante que a tenha recebido tomará as providências cabíveis para a transferência da representação no prazo de três dias úteis.

§ 1º Quando o equívoco no endereçamento for constatado antes de seu recebimento pela Secretaria-Geral de Contencioso e pelos órgãos da Procuradoria-Geral da União, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Procuradoria-Geral Federal, estes indicarão o órgão competente ao próprio serventuário da Justiça.

§ 2º Nos casos considerados urgentes as providências de que trata o caput deverão ser adotadas imediatamente.

§ 3º Consideram-se urgentes os casos cujo prazo fixado for igual ou inferior a 5 dias, bem como aqueles que, a critério do Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional ou Procurador Federal oficiante, demandem a adoção de medidas imediatas por parte dos órgãos administrativos.

Art. 3º Para a transferência da representação, o Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional ou Procurador Federal oficiante, deverá se manifestar nos autos judiciais, requerendo, justificadamente, nova citação, intimação ou notificação, indicando a autoridade competente para recebê-la e o respectivo embasamento legal.

§ 1º Caso a manifestação não seja acolhida pelo Poder Judiciário ou nos casos urgentes, caberá ao responsável designado para atuar no feito, sem prejuízo de eventual interposição de recurso, comunicar imediatamente o fato à Procuradoria tida por responsável pela atuação.

§ 2º A comunicação deverá ser feita por meio do sistema Sapiens - Sistema AGU de Inteligência Jurídica, ofício ou e-mail, com o envio de cópia da contrafé e documentos, se houver, ou indicação do número do processo eletrônico a ser acessado.

§ 3º Recebida a comunicação, a Procuradoria destinatária ficará incumbida de acompanhar o feito, cabendo ao membro responsável analisar a pertinência do comparecimento espontâneo nos autos, especialmente para a prática de atos reputados urgentes.

Art. 4º Divergindo da transferência, aquele que houver recebido nova citação, intimação ou notificação decorrente do acolhimento da manifestação de declínio, ou a comunicação de que trata o § 2º do art. 3º, após se certificar de que não há orientação superior acerca da representação judicial para a situação em debate, deverá:

I - comunicar o conflito negativo de competência ao órgão que recebeu a primeira citação, intimação ou notificação; e

II - encaminhar o assunto, pela via hierárquica, ao respectivo órgão de direção superior, solicitando a adoção de providências para solução do conflito.

§ 1º Na hipótese do caput, enquanto não solucionado o conflito, a responsabilidade pelo acompanhamento do feito competirá àquele que recebeu a última citação, intimação ou notificação, salvo estipulação diversa dos órgãos de execução envolvidos no conflito negativo de competência.

§ 2º Recebido o pedido de solução do conflito de que trata o inciso II do caput, os órgãos de direção superior envolvidos na divergência deverão decidir, por consenso, no prazo máximo de dez dias.

§ 3º Na hipótese de não haver decisão consensual, o caso será submetido ao Advogado-Geral da União, especialmente quando se tratar de demandas de massa.

§ 4º Ocorrendo o previsto no § 3º, o Advogado-Geral da União, caso considere necessário, ouvirá a Consultoria-Geral da União sobre a controvérsia jurídica acerca do conflito de competência, devendo esta se manifestar no prazo de até trinta dias.

§ 5º Havendo decisão do Advogado-Geral da União que conclua pela incompetência para recebimento do mandado ou para representação judicial da União daquele que vinha atuando no feito, o Advogado da União, o Procurador da Fazenda Nacional ou o Procurador Federal competente para exercer a representação judicial deverá peticionar nos autos do processo para ratificar os atos processuais já praticados, apresentar eventuais esclarecimentos sobre a mudança de órgão de representação e requerer as alterações necessárias nos registros processuais pertinentes.

Art. 5º Na solução de conflitos acerca da competência para representação judicial da União em causas que envolvam a cumulação de pedidos de natureza fiscal e não fiscal, será observada, preferencialmente, a seguinte ordem:

I - a preponderância e a acessoriedade entre os pedidos;

II - a admissibilidade da cumulação de pedidos em razão da competência do juízo;

III - a pacificação da jurisprudência;

IV - a existência de defesa padronizada ou de matéria unicamente de direito;

V - as manifestações anteriores relativas a casos similares; e

VI - a eficiência.

§ 1º Nos casos dos incisos I a IV, a representação judicial da União deverá ser atribuída ao órgão competente em relação ao pedido preponderante, admissível, não pacificado na jurisprudência, sem defesa padronizada ou que envolva matéria fática.

§ 2º Para efeito do disposto neste artigo, considera-se:

I - preponderante, o pedido principal ou a questão cuja definição reflita no julgamento dos demais pedidos; e

II - acessório, o pedido subsidiário ou a questão cuja definição decorra do julgamento de outro pedido, ou, ainda, corresponda a parte mínima da pretensão da parte adversa.

§ 3º Os critérios estabelecidos neste artigo poderão ser aplicados isolada ou conjuntamente e não impedem a adoção de outra solução mais adequada ao caso concreto.

Art. 6º A Secretaria-Geral de Contencioso e os órgãos da Procuradoria-Geral da União, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Procuradoria-Geral Federal, quando necessário, deverão articular-se para assegurar o regular, efetivo e oportuno acompanhamento do feito, inclusive mediante o fornecimento recíproco de subsídios de fato e de direito.

§ 1º Quando a demanda judicial versar sobre crédito não tributário e não for possível verificar sua inscrição em Dívida Ativa da União - DAU por meio de sistema eletrônico, os órgãos da Procuradoria-Geral da União solicitarão as informações necessárias diretamente ao órgão responsável pela constituição do crédito.

§ 2º A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional concederá acesso específico aos órgãos listados no caput, mediante assinatura de termo de compromisso, para efetuar consulta às inscrições em Dívida Ativa da União.

Art. 7º Para os fins do art. 6º, os órgãos de execução da Procuradoria-Geral da União, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Procuradoria-Geral Federal poderão editar atos normativos conjuntos, de âmbito seccional, estadual ou regional, disciplinando o fluxo do procedimento de acordo com as peculiaridades locais.

Art. 8º Os conflitos de competência deverão ser dirimidos no âmbito da Advocacia-Geral da União na forma estabelecida nesta Portaria, vedadas manifestações colidentes em juízo sobre o órgão de representação judicial competente.

Art. 9º A presente Portaria não se aplica aos casos de divergência entre a União, suas autarquias e fundações acerca da legitimidade processual da parte, matéria a ser decidida pelo juízo.

Art. 10. No prazo de trinta dias após a entrada em vigor desta Portaria, a Procuradoria-Geral da União, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Procuradoria-Geral Federal divulgarão, nos respectivos sítios eletrônicos na internet, a abrangência territorial, para fins de representação judicial, de todos os seus órgãos de execução.

Art. 11. A Procuradoria-Geral da União, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Procuradoria-Geral Federal manterão, em seus sítios eletrônicos na intranet, acesso ao conteúdo das decisões que definirem as competências dos órgãos de representação judicial da União, a fim de que sejam conhecidas e observadas pelos Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional e Procuradores Federais, em caso de idêntica controvérsia.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA**

D. O. de 1º.4.2019

**PORTARIA Nº 218, DE 4 DE ABRIL DE 2019.**

*Dispõe sobre a realização de acordos ou transações nas ações regressivas previdenciárias no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VI, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, resolve:

Art. 1º Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal (PGF) e a Equipe de Trabalho Remoto de Ações Regressivas Previdenciárias (ETR-Regressivas) ficam autorizados a realizar acordo ou transação nas ações regressivas previdenciárias nos termos desta Portaria.

§ 1º O acordo ou transação poderá ser efetivado antes ou após a propositura da ação regressiva previdenciária.

§ 2º O acordo ou transação poderá dispor sobre:

I - desconto sobre o valor do ressarcimento das parcelas vencidas, incluídos juros e correção monetária, e das parcelas vincendas;

II - parcelamento do valor total da dívida.

§ 3º Havendo rateio do benefício entre mais de um dependente, será considerado para a realização do acordo ou transação o valor total arcado pela Previdência Social.

Art. 2º Devem ser obedecidos os seguintes limites de alçada, concernentes ao valor das parcelas vencidas, incluídos juros e correção monetária, e das parcelas vincendas, sobre as quais poderão ser aplicados descontos:

I - até R$ 100.000,00 (cem mil reais) a análise caberá exclusivamente aos Procuradores Federais responsáveis pela causa, integrantes ou não da ETR-Regressivas;

II - acima de R$ 100.000,00 (cem mil reais) até R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) a análise será conjunta dos Procuradores Federais responsáveis pela causa com as chefias das respectivas unidades ou, no caso da ETR-Regressivas, dos Procuradores Federais responsáveis pela causa com o Procurador Responsável pela coordenação da Equipe;

III - acima de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a análise será conjunta dos Procuradores Federais responsáveis pela causa com as chefias das respectivas unidades seccionais, estaduais e regionais ou, no caso da ETR-Regressivas, dos Procuradores Federais responsáveis pela causa com o Procurador Responsável pela Coordenação da Equipe e com o Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da PGF;

IV - acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a análise conjunta será realizada pelas autoridades previstas no inc. III e dependerá ainda de prévia e expressa autorização do Procurador-Geral Federal, observado o disposto no § 4º do art. 1º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.

Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II a IV o processo administrativo deverá ser instruído com:

I - cópia dos documentos mais relevantes juntados na ação regressiva previdenciária;

II - minuta da proposta do acordo ou transação;

III - manifestação jurídica elaborada pelo Procurador Federal responsável pela causa acerca da conveniência e oportunidade do acordo ou transação.

Art. 3º Nas hipóteses de co-responsabilidade ou litisconsórcio passivo, o acordo ou transação poderá ser efetivado com a participação de quaisquer dos devedores, desde que se obrigue pela totalidade da dívida.

Parágrafo único. O acordo firmado nos termos docaputnão afasta a solidariedade dos devedores.

Art. 4º Para as parcelas vencidas, acrescidas de juros e correção monetária, aplicam-se os seguintes descontos (ANEXO I):

I - até 20% (vinte por cento) nos acordos ou transações celebrados antes do ajuizamento;

II - até 15% (quinze por cento) nos acordos ou transações celebradas antes da apresentação da contestação;

III - até 10% (dez por cento) nos acordos ou transações celebrados antes da publicação da sentença;

IV - até 5% (cinco por cento) nos acordos ou transações celebrados antes do julgamento em segunda instância.

Art. 5º Para as parcelas vincendas aplicam-se os seguintes descontos (ANEXO II):

I - até 25% (vinte e cinco por cento) nos acordos ou transações celebrados antes do ajuizamento;

II - até 20% (vinte por cento) nos acordos ou transações celebrados antes da apresentação da contestação;

III - até 15% (quinze por cento) nos acordos ou transações celebrados antes da publicação da sentença;

IV - até 10% (dez por cento) nos acordos ou transações celebradas antes do julgamento em segunda instância.

Art. 6º É possível a concessão concomitante de descontos e de parcelamento, hipótese na qual os percentuais previstos nos arts. 5º e 6º serão reduzidos em:

I - 2,5% (dois e meio por cento) se o valor for pago em até 18 (dezoito) prestações mensais;

II - 5% (cinco por cento) se o valor for pago em até 36 (trinta e seis) prestações mensais;

III - 7,5% (sete e meio por cento) se o valor for pago em até 48 (quarenta e oito) prestações mensais.

IV - 10% (dez por cento) se o valor for pago em até 60 (sessenta) prestações mensais.

Art. 7º O parcelamento das parcelas vincendas, caso possível fixar a data de cessação do benefício, não poderá ultrapassar esta data.

Art. 8º A realização do acordo ou transação implica em confissão irrevogável e irretratável dos débitos por eles abrangidos, nos termos dos arts. 289 e 395 do Código de Processo Civil.

Art. 9º É cláusula essencial ao acordo ou transação a previsão de rescisão automática do parcelamento caso haja o inadimplemento de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não.

Parágrafo único. Deverá constar do termo firmado entre as partes que a rescisão acarreta a perda do desconto anteriormente concedido, devendo a cobrança continuar pelo valor original, acrescido de juros e correção monetária, abatidos os valores já pagos.

Art. 10. Fica permitido o reparcelamento da dívida por apenas mais uma vez, hipótese em que não haverá aplicação de qualquer desconto.

Art. 11. Os acordos ou transações celebrados nos termos desta Portaria devem ser informados à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos e os respectivos termos devem constar dos sistemas informatizados utilizados pela Procuradoria-Geral Federal.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Fica revogada a Portaria AGU nº 6, de 6 de janeiro de 2011.

**ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA**

D. O. de 5.4.2019.

ANEXO I

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | ATÉ  AJUIZAMENTO | ATÉ  CONTESTAÇÃO | ATÉ  SENTENÇA | ATÉ  ACÓRDÃO | NA  EXECUÇÃO |
| À VISTA | 20% | 15% | 10% | 5% | - |
| 18 VEZES | 17,5% | 12,5% | 7,5% | 2,5% | - |
| 36 VEZES | 15% | 10% | 5% | - | - |
| 48 VEZES | 12,5% | 7,5% | 2,5% | - | - |
| 60 VEZES | 10% | 5% | - | - | - |

ANEXO II

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | ATÉ  AJUIZAMENTO | ATÉ  CONTESTAÇÃO | ATÉ  SENTENÇA | ATÉ  ACÓRDÃO | NA  EXECUÇÃO |
| À VISTA | 25% | 20% | 15% | 10% | - |
| 18 VEZES | 22,5% | 17,5% | 12,5% | 7,5% | - |
| 36 VEZES | 20% | 15% | 10% | 5% | - |
| 48 VEZES | 17,5% | 12,5% | 7,5% | 2,5% | - |
| 60 VEZES | 15% | 10% | 5% | - | - |

D. O. de 5.4.2019.

**PORTARIA Nº 319, DE 13 DE JUNHO DE 2019.**

*Dispõe sobre a instituição de Força-Tarefa no âmbito da Advocacia-Geral da União (AGU) para acompanhamento e atuação nas demandas judiciais que tenham por objeto políticas públicas de infraestrutura levadas a efeito pela administração pública federal em todo o território nacional.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição e os incisos I e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, resolve:

Art. 1º Instituir equipe nacional especializada para atuação estratégica no monitoramento, supervisão, orientação e defesa da União e de suas autarquias e fundações nas demandas judiciais que tenham por objeto políticas públicas de infraestrutura levadas a efeito pela administração pública federal (Força-Tarefa Infraestrutura).

Art. 2º A atuação da equipe terá por finalidade:

I - auxiliar o Advogado-Geral da União na gestão do conhecimento jurídico relativo à atuação institucional em defesa das políticas públicas de infraestrutura;

II - promover a articulação entre as atividades de representação judicial e de consultoria e assessoramento jurídicos;

III - aprimorar a interlocução institucional com os órgãos e entidades da Administração Pública, notadamente no que diz respeito às políticas públicas de infraestrutura;

IV - identificar oportunidades de aprimoramento na atuação prioritária finalística em infraestrutura, tanto na representação judicial e extrajudicial quanto na consultoria e assessoramento jurídicos, propondo as medidas necessárias para o aperfeiçoamento;

V - acompanhar prioritariamente a tramitação e os resultados de ações judiciais e procedimentos extrajudiciais relacionados às políticas públicas de infraestrutura sob responsabilidade dos órgãos e entidades representados;

VI - propor ao Advogado-Geral da União a adoção de medidas para solucionar questões de natureza jurídica que possam afetar as atividades relacionadas às políticas públicas de infraestrutura;

VII - propor à Escola da Advocacia-Geral da União iniciativas de capacitação em matéria de infraestrutura; e

VIII - auxiliar o Advogado-Geral da União na pronta resposta a demandas de assessoramento jurídico de alta complexidade relativas a políticas públicas de infraestrutura.

Art. 3º A equipe será composta por representantes do Gabinete do Advogado-Geral da União e, no âmbito de suas respectivas atribuições e áreas de competência, dos órgãos responsáveis pelas funções de consultoria e assessoramento jurídicos e defesa judicial da União, suas autarquias e fundações, observada a seguinte composição:

I - Gabinete do Advogado-Geral da União: 1 membro;

II - Consultoria-Geral da União: 2 membros;

III - Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Infraestrutura: 2 membros;

IV - Consultoria Jurídica junto ao Ministério de Minas e Energia: 2 membros;

V - Secretaria-Geral de Contencioso: 2 membros;

VI - Procuradoria-Geral da União: 6 membros; e

VII - Procuradoria-Geral Federal: 12 membros.

Parágrafo único. Os membros serão designados em ato próprio de cada um dos órgãos arrolados nos incisos do caput deste artigo.

Art. 4º Compete aos membros designados o desempenho das seguintes atividades, observada a área de atuação do respectivo órgão de exercício:

I - sistematizar e disponibilizar subsídios, informações, estudos, pareceres e notas técnicas objetivando a atuação célere e eficaz;

II - organizar as teses para subsidiar as manifestações e defesas em juízo;

III - coordenar e supervisionar o monitoramento do ingresso de ações judiciais, bem como a respectiva atuação em juízo, que deverá ser efetivada independentemente de citação, intimação ou notificação;

IV - coordenar e supervisionar os respectivos órgãos de execução no acompanhamento das ações judiciais; e

V - consolidar os dados de judicialização.

Art. 5º O acompanhamento das ações judiciais de que trata esta Portaria consistirá no monitoramento contínuo e na adoção de todas as medidas que garantam tratamento compatível com a relevância da matéria.

§ 1º A deflagração do monitoramento nacional ocorrerá por iniciativa da entidade ou órgão interessado, que especificará o projeto e a política pública a serem monitorados, prestando subsídios antecipados para a defesa em juízo, bem como indicando cronograma de eventos e elementos que possibilitem a identificação de potenciais litigantes, além dos demais subsídios que entender cabíveis.

§ 2º Sempre que possível os subsídios antecipados indicarão a importância do projeto e da política pública monitorados à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, com expressa menção aos impactos financeiros.

§ 3º Para a execução das medidas de monitoramento do ingresso de ações judiciais em face de iniciativas de infraestrutura da administração pública federal, poderão ser instituídos regimes de plantão no âmbito dos órgãos envolvidos.

§ 4º Os regimes de plantão obedecerão às necessidades do cronograma do projeto e da política pública monitorados conforme o caso, e ensejarão, dentre outras medidas:

I - a distribuição de lista com os nomes e respectivas formas de contato dos membros da AGU responsáveis pela atuação finalística aos órgãos plantonistas do Poder Judiciário;

II - o acompanhamento permanente, em sistemas processuais eletrônicos, da distribuição de ações judiciais relativas ao ato público objeto do plantão, para pronta atuação; e

III - a interlocução em tempo real, por qualquer meio de comunicação disponível, entre os membros da AGU responsáveis pela atuação finalística na localidade da demanda monitorada e a equipe da Força-Tarefa Infraestrutura.

Art. 6º A coordenação da equipe será desempenhada pelo representante do Gabinete do Advogado-Geral da União, a quem incumbirá:

I - avaliar as ações empreendidas pelos membros durante os monitoramentos;

II - promover reuniões periódicas;

III - requerer dos órgãos descritos no art. 3º relatórios das atividades desenvolvidas para fins de consolidação;

IV - manter atualizado ambiente virtual na intranet da Advocacia-Geral da União (REDE AGU) com os dados relativos à atuação da Força-Tarefa, bem como os nomes e os contatos dos membros designados na forma do art. 3º, parágrafo único, desta Portaria.

Parágrafo único. Os integrantes da equipe com exercício fora de Brasília deverão participar das reuniões, preferencialmente, por meio de videoconferência.

Art. 7º A instituição da equipe nacional de que trata esta Portaria não prejudica iniciativas similares por parte dos órgãos discriminados no art. 3º, bem como dos seus respectivos órgãos de execução, visando a maximização da eficiência administrativa e o aprimoramento da atuação em juízo.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA**

14/06/2019

**PORTARIA Nº 348, DE 27 DE JUNHO DE 2019.**

*Dispõe sobre o Colégio de Consultoria da Advocacia-Geral da União.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 4º, incisos I, XI, XIII, XIV e XVIII, 45, caput e §§ 1º e 3º, e 46 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e, em observância ao disposto no art. 9º do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, e ao que consta do Processo nº 00688.000686/2019-75, resolve:

Art. 1º O Colégio de Consultoria da Advocacia-Geral da União é órgão de natureza consultiva, que tem por finalidade discutir temas relevantes de consultoria e assessoramento jurídico e propor ao Advogado-Geral da União a adoção de medidas visando à uniformização de interpretações e de procedimentos no âmbito dos órgãos jurídicos da Administração Pública Federal.

Art. 2º O Colégio de Consultoria da Advocacia-Geral da União é integrado por:

I - o Consultor-Geral da União, que o coordenará;

II - o Secretário-Geral de Consultoria;

III - o Procurador-Geral da Fazenda Nacional;

IV - o Procurador-Geral Federal;

V - o Procurador-Geral do Banco Central;

VI - o Subchefe para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República;

VII - os Consultores Jurídicos junto aos Ministérios;

VIII - os Chefes de Assessorias Jurídicas de órgãos da Presidência e Vice-Presidência da República;

IX - os Consultores da União;

X - os Diretores dos Departamentos da Consultoria-Geral da União; e

XI - 5 (cinco) representantes das Consultorias Jurídicas da União nos Estados, escolhidos dentre seus titulares, sendo um representante para cada região geográfica do País.

§ 1º O Consultor-Geral da União poderá designar integrante do Colégio de Consultoria da Advocacia-Geral da União para substituí-lo na coordenação em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os membros do Colégio de Consultoria da Advocacia-Geral da União previstos nos incisos I a VIII poderão ser substituídos por representantes dos órgãos dos quais são titulares, quando a convocação não for pessoal e a pauta tratar de tema afeto à área específica de seus órgãos.

Art. 3º O Colégio de Consultoria da Advocacia-Geral da União reunir-se-á ordinária ou extraordinariamente, por convocação do Coordenador.

§ 1º As reuniões ordinárias serão trimestrais, em dia e hora fixados pelo Coordenador.

§ 2º As reuniões extraordinárias, plenárias ou setoriais, poderão ser convocadas em virtude de solicitação de integrante do Colégio de Consultoria da Advocacia-Geral da União, a critério do Coordenador, ou por este, de ofício, quando houver questão urgente a ser discutida.

§ 3º As solicitações de convocação de reunião extraordinária deverão conter exposição sucinta do tema e, se for o caso, os elementos necessários ao debate.

Art. 4º As reuniões do Colégio de Consultoria da Advocacia-Geral da União poderão ser plenárias ou setoriais.

§ 1º As reuniões plenárias terão lugar quando a matéria objeto de debate for comum aos órgãos jurídicos encarregados de prestar consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo ou quando o Coordenador assim definir, em virtude do tema a ser tratado.

§ 2º As reuniões setoriais terão lugar quando o tema a ser debatido for comum a grupo restrito de órgãos jurídicos, em razão de suas afinidades, aferidas pelo Coordenador, cientificados os demais integrantes.

§ 3º O Coordenador definirá os integrantes que terão assento em cada reunião setorial e poderá designar um deles para dirigir os trabalhos.

Art. 5º As reuniões, plenárias e setoriais, serão iniciadas com a presença da maioria absoluta.

Parágrafo único. As reuniões em que devam participar membros que estejam em entes federativos diversos serão realizadas por videoconferência.

Art. 6º Buscar-se-á, sempre que possível, o consenso nas deliberações do Colégio de Consultoria da Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único. No caso da impossibilidade de obtenção de consenso, as propostas formuladas, bem como o detalhamento de seus efeitos, serão encaminhadas ao Advogado-Geral da União, para que sobre elas decida.

Art. 7º Incumbe ao Gabinete do Consultor-Geral da União dar o apoio administrativo necessário à atuação do Colégio de Consultoria da Advocacia-Geral da União.

Art. 8º A participação no Colégio de Consultoria da Advocacia-Geral da União será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 9º Ficam revogados:

I - o Ato Regimental AGU nº 1, de 5 de março de 2007;

II - o Ato Regimental AGU nº 6, de 27 de setembro de 2007;

III - a Portaria AGU nº 606, de 30 de abril de 2009; e

IV - a Portaria AGU nº 1.790, de 10 de dezembro de 2009.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA**

D.O.U. de 28.6.2019.

**PORTARIA Nº 428, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.**

*Disciplina os procedimentos relativos à representação judicial dos agentes públicos de que trata o art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, pela Advocacia-Geral da União e pela Procuradoria-Geral Federal.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o § 2º do art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, e no Processo Administrativo nº 00405.014143/2017-01, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria disciplina os procedimentos relativos à representação judicial dos agentes públicos de que tratam o art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, e o § 11 do art. 5º da Lei nº 11.473, de 2007, pela Advocacia-Geral da União e pela Procuradoria-Geral Federal.

Art. 2º A representação de agentes públicos em juízo somente ocorrerá mediante solicitação do interessado e desde que o fato questionado tenha ocorrido no exercício de suas atribuições constitucionais, legais ou regulamentares, devendo o requerimento demonstrar a existência de interesse público da União, suas respectivas autarquias e fundações ou das Instituições mencionadas no art. 22 da Lei nº 9.028, de 1995.

§ 1º O pedido de representação judicial poderá ser formulado, independentemente de citação, intimação ou notificação do interessado, a partir da distribuição dos autos do processo judicial ou da instauração de procedimento antecedente à propositura de ação judicial, observado o disposto nos arts. 5º e 6º.

§ 2º Na hipótese do § 1º, caberá ao requerente encaminhar cópia do instrumento de citação, intimação ou notificação no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, contado do recebimento da comunicação processual.

CAPÍTULO II

DA LEGITIMAÇÃO PARA SOLICITAR REPRESENTAÇÃO JUDICIAL PELA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO E PELA PROCURADORIA-GERAL FEDERAL, E DA COMPETÊNCIA PARA ANÁLISE DO RESPECTIVO PEDIDO

Art. 3º A Advocacia-Geral da União e a Procuradoria-Geral Federal poderão representar em juízo, observadas suas competências e o disposto no art. 4º, os agentes públicos a seguir relacionados:

I - o Presidente da República;

II - o Vice-Presidente da República;

III - os Membros dos Poderes Judiciário e Legislativo da União;

IV - os Ministros de Estado;

V - os Membros do Ministério Público da União;

VI - os Membros da Advocacia-Geral da União;

VII - os Membros da Procuradoria-Geral Federal;

VIII - os Membros da Defensoria Pública da União;

IX - os titulares dos Órgãos da Presidência da República;

X - os titulares de autarquias e fundações públicas federais;

XI - os titulares de cargos de natureza especial da Administração Federal;

XII - os titulares de cargos em comissão de direção e assessoramento superiores da Administração Federal;

XIII - os titulares de cargos efetivos da Administração Federal;

XIV - os designados para a execução dos regimes especiais previstos na Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, nos Decretos-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, e para a intervenção na concessão de serviço público de energia elétrica;

XV - os militares das Forças Armadas e os integrantes do órgão de segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, quando, em decorrência do cumprimento de dever constitucional, legal ou regulamentar, responderem a inquérito policial ou a processo judicial;

XVI - os policiais militares mobilizados para operações da Força Nacional de Segurança; e

XVII - os ex-titulares dos cargos e funções referidos nos incisos anteriores.

Art. 4º Os pedidos de representação serão dirigidos:

I - quando se tratar de agentes da Administração Federal direta:

a) ao Secretário-Geral do Contencioso, na hipótese em que a demanda seja ou deva ser processada originariamente perante o Supremo Tribunal Federal;

b) ao Procurador-Geral da União, na hipótese em que a demanda seja ou deva ser processada originariamente perante os Tribunais Superiores ou nos casos que envolvam as autoridades previstas no § 1º deste artigo, respeitado, neste último caso, o disposto na alínea "a" deste inciso;

c) ao Procurador Regional da União, na hipótese em que a demanda seja ou deva ser processada por Tribunal Regional da respectiva Região ou no Juízo de primeira instância de sua localidade;

d) ao Procurador-Chefe da União ou ao Procurador Seccional da União, na hipótese em que a demanda seja ou deva ser processada no Juízo de primeira instância de sua área de atuação;

II - quando se tratar de agentes de autarquias e fundações públicas federais, exceto o Banco Central do Brasil:

a) ao Procurador-Geral Federal, na hipótese em que a demanda seja ou deva ser processada perante o Supremo Tribunal Federal ou Tribunal Superior;

b) ao Procurador Regional Federal, na hipótese em que a demanda seja ou deva ser processada por Tribunal Regional da respectiva Região ou no Juízo de primeira instância de sua localidade;

c) ao Procurador-Chefe da Procuradoria Federal no Estado ou ao Procurador Seccional Federal, na hipótese em que a demanda seja ou deva ser processada no Juízo de primeira instância de sua área de atuação.

§ 1º As solicitações do Presidente da República, do Vice-Presidente da República, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores da União, dos membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, do Procurador-Geral da República, do Procurador-Geral do Trabalho, do Procurador-Geral da Justiça Militar, do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, dos membros do Congresso Nacional, dos Ministros de Estado, dos Ministros do Tribunal de Contas da União e dos Comandantes das Forças Armadas, bem como dos ocupantes de cargos em comissão do Grupo- Direção e Assessoramento Superiores - DAS níveis 5, 6 e de Natureza Especial - NES da Administração Federal direta, ou equivalentes, para representá-los em qualquer juízo ou tribunal devem ser dirigidas ao Secretário-Geral do Contencioso ou ao Procurador-Geral da União, observado o disposto no inciso I, alíneas "a" e "b", deste artigo.

§ 2º Caso não seja acolhido pedido de representação judicial do Presidente da República, do Vice-Presidente da República, dos Senadores e Deputados Federais, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República, dos Ministros de Estado e do Defensor Público-Geral Federal, os autos do processo administrativo devem ser remetidos ao Gabinete do Advogado-Geral da União, para conhecimento do resultado, antes de sua comunicação ao requerente.

§ 3º Na hipótese do § 2º, quando o pedido de representação judicial houver sido formulado pelo Advogado-Geral da União, os autos do processo administrativo devem ser remetidos ao Advogado-Geral da União Substituto, para conhecimento.

§ 4º A decisão sobre a assunção da representação judicial de que trata esta Portaria compete às autoridades indicadas nos incisos do caput, observado o disposto no § 1º.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DO PEDIDO DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

SEÇÃO I

DA INSTRUÇÃO DO PEDIDO DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

Art. 5º O agente público que solicitar a representação de que trata esta Portaria deverá formular requerimento por escrito, fornecendo ao órgão jurídico competente todos os documentos e informações necessários à defesa, tais como:

I - nome completo e qualificação do requerente, indicando, sobretudo, o cargo ou função ocupada no momento da prática do fato questionado;

II - descrição pormenorizada dos fatos;

III - citação da legislação constitucional e infraconstitucional, inclusive atos regulamentares e administrativos, explicitando as atribuições de sua função e o interesse público envolvido;

IV - indicação de outros processos, judiciais ou administrativos, ou inquéritos que mantenham relação com a questão debatida;

V - cópias de todos os documentos que fundamentam ou provam as alegações;

VI - cópias integrais do processo ou do inquérito correspondente, especialmente o instrumento de citação ou intimação, a cópia da petição inicial e a decisão que motivou a solicitação;

VII - indicação de eventuais testemunhas, quando necessário, com os respectivos endereços residenciais; e

VIII - indicação de meio eletrônico, endereço e telefone para contato.

§ 1º Para fins de ajuizamento de ação penal privada, o requerimento deve contemplar expressa autorização, inclusive com a menção do fato criminoso e a indicação de seu autor.

§ 2º Os documentos em poder da Administração Pública Federal que não forem franqueados ao requerente, comprovada a recusa administrativa, e reputados imprescindíveis à causa, podem ser requisitados pelo órgão da Advocacia-Geral da União ou da Procuradoria-Geral Federal competente para análise do pedido de representação, nos termos do art. 4º da Lei nº 9.028, de 1995, ou do art. 37, § 3º, da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.

Art. 6º O requerimento de que trata o art. 5º deverá ser instruído, no mínimo, com os seguintes elementos:

I - demonstração de enquadramento funcional do agente público nas hipóteses previstas no § 1º do art. 22 da Lei nº 9.028, de 1995;

II - demonstração da presença de nexo de causalidade entre o fato questionado e o exercício das atribuições constitucionais, legais ou regulamentares do interessado;

III - demonstração da existência de interesse público da União, de suas autarquias e suas fundações públicas, quanto à defesa do fato questionado;

IV - manifestação do órgão jurídico consultivo, de assessoramento ou equivalente a respeito do fato questionado;

V - declaração expressa acerca da existência ou da inexistência, acerca do mesmo fato, de:

a) sindicância ou processo administrativo disciplinar;

b) processos administrativos em trâmite perante órgãos de fiscalização e controle;

c) representação perante comissão de ética ou órgão correspondente.

§ 1º Excepcionalmente, o pedido de representação judicial poderá ser analisado, mesmo que todos os elementos de instrução previstos no caput não se encontrem presentes, em situações de comprovada urgência, sem prejuízo da juntada posterior do requisito faltante, no prazo de dez dias úteis, sob pena de eventual deferimento prévio ficar sem efeito.

§ 2º Na hipótese do § 1º, juntado o requisito faltante, o órgão competente poderá, caso entenda necessário, realizar nova análise do pedido de representação judicial.

Art. 7º O requerimento de que trata o art. 5º deverá ser encaminhado ao órgão competente da Advocacia-Geral da União ou da Procuradoria-Geral Federal para análise do pedido de representação, na forma do art. 4º, no prazo máximo de três dias úteis a contar do recebimento do mandado de citação, intimação ou notificação, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificado.

Parágrafo único. No caso de haver a necessidade de prática de ato judicial em prazo menor ou igual ao previsto no caput, o requerimento deverá ser feito em até vinte e quatro horas do recebimento do mandado de citação, intimação ou notificação.

SEÇÃO II

DA DECISÃO E DOS RESPECTIVOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO

Art. 8º A decisão quanto ao pedido de representação judicial formulado pelo agente público interessado deverá conter, no mínimo, o exame expresso dos pontos elencados nos incisos do caput do art. 6º.

Parágrafo único. A análise do pedido de representação judicial deverá ser efetuada em até sete dias úteis, salvo em caso urgente de que possa resultar lesão grave e irreparável ao requerente, hipótese em que o prazo será de vinte e quatro horas.

Art. 9º Da decisão sobre o pedido de representação judicial, será dada ciência imediata ao requerente.

§ 1º Acolhido o pedido de representação judicial, cabe ao chefe da unidade responsável pela atuação em juízo ou no âmbito do inquérito policial designar um advogado ou procurador para representar judicialmente o requerente, nas hipóteses em que este mesmo não o fizer, em conjunto ou isoladamente.

§ 2º O advogado ou procurador designado terá atuação restrita ao órgão judicial perante o qual atua.

§ 3º Do indeferimento do pedido de representação judicial cabe recurso à autoridade imediatamente superior, hipótese em que o interessado terá acesso aos fundamentos da decisão.

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade que indeferiu o pedido, a qual, se não o reconsiderar em quarenta e oito horas, encaminhará à autoridade superior.

Art. 10 Verificadas, no transcurso do processo judicial ou do inquérito policial, quaisquer das hipóteses previstas no art. 11, o advogado ou o procurador responsável suscitará incidente de impugnação sobre a legitimidade da representação judicial à autoridade competente, sem prejuízo do patrocínio até a decisão administrativa final.

§ 1º Acolhido o incidente de impugnação, a notificação do requerente equivale à cientificação de renúncia do mandato, bem como a ordem para constituir outro patrono para a causa, mantida a representação nos termos e no prazo da legislação processual aplicável.

§ 2º Aplica-se ao incidente de que trata o caput, o disposto no § 3º do art. 9º.

CAPÍTULO IV

DAS VEDAÇÕES À REPRESENTAÇÃO JUDICIAL DE AGENTES PÚBLICOS PELA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO E PELA PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

Art. 11 É vedada a representação judicial do agente público pela Advocacia-Geral da União e pela Procuradoria-Geral Federal quando se observar:

I - não haver relação entre o fato ocorrido e o estrito exercício das atribuições constitucionais, legais ou regulamentares;

II - não ter sido o fato questionado judicialmente objeto de análise prévia do órgão de consultoria ou assessoramento jurídico competente, quando exigível;

III - ter sido o ato impugnado praticado em dissonância com a orientação, se existente, do órgão de consultoria e assessoramento jurídico, ou equivalente, competente, que tenha apontado expressamente a inconstitucionalidade ou ilegalidade do ato, salvo se possuir outro fundamento jurídico razoável e legítimo;

IV - incompatibilidade com o interesse público no caso concreto;

V - que a autoria, materialidade ou responsabilidade do requerente:

a) tenha feito coisa julgada na esfera cível ou penal;

b) tenha sido reconhecida, em caráter definitivo, em processo administrativo disciplinar ou por órgãos de controle; ou

c) tenha sido admitida por ele próprio.

VI - a existência de litígio judicial com a pessoa jurídica de direito público da Administração Federal de que seja integrante, inclusive por força de litisconsórcio necessário ou intervenção de terceiros, desde que relacionada ao fato em que o pedido de representação se baseia;

VII - que se trata de pedido de representação, como parte autora, em ações de indenização por danos materiais ou morais, em proveito próprio do requerente;

VIII - não ter o requerimento atendido aos requisitos mínimos exigidos pelo art. 5º e 6º; ou

IX - o patrocínio concomitante por advogado privado.

Parágrafo único. Não incide a vedação do inciso VI na hipótese em que o agente público pretenda levar a juízo pessoa jurídica de direito público da Administração Federal diversa daquela que integra, desde que preenchidos os requisitos do art. 2º.

CAPÍTULO V

DA POSIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS OU FUNDAÇÕES PÚBLICAS NA AÇÃO JUDICIAL

Art. 12 É incabível a representação judicial de agente público de que trata esta Portaria na hipótese em que a pessoa jurídica de direito público da Administração Pública Federal que integra, chamada a se manifestar na demanda por intermédio do órgão de representação judicial competente, ingressar no polo ativo.

§ 1º Se o ingresso da pessoa jurídica de direito público no polo ativo ocorrer posteriormente ao deferimento do pedido de representação judicial pela Advocacia-Geral da União ou pela Procuradoria-Geral Federal, o órgão responsável pela defesa, uma vez comunicado do fato, dará ciência ao agente público interessado, para que constitua outro patrono para a causa, mantida a representação nos termos e no prazo da legislação processual aplicável.

§ 2º Não se aplica o disposto no caput quando, havendo litisconsórcio passivo, o ingresso no polo ativo ocorrer em razão de fato imputado a litisconsorte diverso do agente público solicitante.

§ 3º A presença da pessoa jurídica de direito público da Administração Pública Federal de que trata o caput no polo passivo da ação judicial não implica deferimento automático do pedido de representação, incumbindo ao órgão competente avaliar o cabimento da solicitação, com base nos parâmetros fixados por esta Portaria.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 Na tramitação do requerimento de representação judicial, os servidores e todos quantos tiverem acesso a ele deverão guardar sigilo sobre a sua existência e conteúdo.

Art. 14 Exceto quando for beneficiário de gratuidade de justiça, o requerente, uma vez deferido o pedido de representação judicial, deverá arcar com todas as despesas processuais oriundas da demanda.

Art. 15 Uma vez deferido o pedido de representação judicial pela Advocacia-Geral da União ou pela Procuradoria-Geral Federal, compete ao requerente manter seus dados de contato atualizados.

Art. 16 O Procurador-Geral da União e o Procurador-Geral Federal, nas suas respectivas esferas de competência, adotarão as medidas necessárias à organização de estrutura de acompanhamento permanente dos processos judiciais em que haja sido deferido pedido de representação judicial nos termos do art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995.

Art. 17 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18 Fica revogada a Portaria AGU nº 408, de 23 de março de 2009.

**ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA**

D.O.U. de 29.8.2019.

**PORTARIA Nº 469, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019.**

*Institui Força-Tarefa no âmbito da Advocacia-Geral da União (AGU) para atuação especializada nas demandas judiciais que tenham por objeto a defesa de políticas públicas ambientais prioritárias da União, IBAMA e ICMBio nos estados que compõem a Amazônia Legal.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e os incisos I e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, resolve:

Art. 1º Instituir equipe nacional especializada, de caráter temporário, para atuação estratégica em demandas judiciais específicas que tenham por objeto o exercício do poder de polícia, a reparação dos danos e a execução de créditos considerados prioritários relativamente à Amazônia Legal (Força-Tarefa em Defesa da Amazônia).

Art. 2º A atuação da equipe de que trata esta Portaria terá por finalidade:

I - auxiliar o Advogado-Geral da União na gestão do conhecimento jurídico que envolve a atuação institucional na defesa das políticas públicas ambientais na Amazônia Legal;

II - promover a articulação entre as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos com as atividades de representação judicial da União e de suas autarquias e fundações públicas federais;

III - aprimorar a interlocução institucional com os órgãos e entidades da Administração Pública quanto às políticas públicas ambientais que envolvam a Amazônia Legal;

IV - identificar oportunidades e propor medidas de aprimoramento da atuação institucional contenciosa em Direito Ambiental;

V - acompanhar prioritariamente a tramitação e os resultados de ações judiciais relacionadas com o poder de polícia ambiental na Amazônia Legal;

VI - propor ao Advogado-Geral da União a adoção de medidas para solucionar questões de natureza jurídica que possam, direta ou indiretamente, afetar as políticas públicas ambientais na Amazônia Legal; e

VII - propor à Escola da Advocacia-Geral da União iniciativas de capacitação em matéria de Direito Ambiental.

Art. 3º Integrarão a equipe 15 (quinze) membros representantes da Procuradoria-Geral Federal e 5 (cinco) membros representantes da Procuradoria-Geral da União, indicados mediante ato próprio, observadas as respectivas atribuições e áreas de competência, bem como o contido nesta Portaria.

Art. 4º Aos membros representantes da Procuradoria-Geral Federal competirá o desempenho das seguintes atividades:

I - responder as citações, intimações e notificações exaradas nas ações judiciais que tenham por objeto a ação fiscalizatória ambiental promovida pelo IBAMA e pelo ICMBio na Amazônia Legal;

II - ajuizar e acompanhar demandas que postulem indenizações ou obrigações relacionadas à reparação de dano ambiental na Amazônia Legal, decorrentes ou não de autos de infração;

III - ajuizar e acompanhar as execuções dos créditos considerados prioritários, oriundos da ação fiscalizatória ambiental na Amazônia Legal;

IV - elaborar relatórios estatísticos que compilem informações quantitativas e qualitativas das demandas judiciais e atividades administrativas;

V - elaborar planilhas de controle de decisões judiciais, identificando o acolhimento das teses defendidas pelos órgãos e entidades representados, em apoio à coordenação da Força-Tarefa.

§ 1º Competirá ao Advogado-Geral da União a definição dos critérios necessários à qualificação dos créditos como prioritários.

§ 2º Os membros da Procuradoria-Geral Federal designados para integrar esta Força-Tarefa preservarão suas respectivas unidades de lotação e exercício, nos termos da Portaria PGF nº 720, de 14 de setembro de 2007.

Art. 5º Aos membros representantes da Procuradoria-Geral da União competirá ajuizar demandas que postulem indenizações ou obrigações relacionadas à reparação de dano ambiental na Amazônia Legal, decorrentes ou não de autos de infração, em litisconsórcio ativo com o IBAMA ou o ICMBio, exclusivamente nos casos considerados prioritários e estratégicos para a União.

Parágrafo único. Os membros da Procuradoria-Geral da União designados para integrar esta equipe nacional preservarão suas respectivas unidades de lotação e exercício, nos termos da Portaria AGU nº 79, de 28 de janeiro de 2019.

Art. 6º A coordenação da equipe nacional será exercida pela atual coordenação da Equipe de Meio Ambiente da 1ª Região da Procuradoria-Geral Federal, em articulação, no tocante ao art. 5º desta Portaria, com a correlata coordenação da 1ª Região da Procuradoria-Geral da União.

Parágrafo único. Para os fins do art. 5º desta Portaria, competirá à coordenação da 1ª Região da Procuradoria-Geral da União, em articulação com a coordenação da equipe nacional, definir os casos considerados prioritários e estratégicos.

Art. 7º Competirá à coordenação da equipe nacional:

I - propor a distribuição do trabalho, inclusive mediante especialização interna, observadas as competências dos órgãos representados e o disposto no art. 6º desta Portaria;

II - catalogar as decisões de procedência, improcedência e parcial procedência;

III - propor estratégias processuais;

IV - orientar e divulgar junto à equipe informações e teses definidas pelos órgãos competentes da AGU;

V - convocar, organizar e presidir as reuniões da equipe, preferencialmente por meio eletrônico, convocadas com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, inclusive confeccionando a respectiva ata;

VI - promover a interlocução entre os membros da equipe e os órgãos de consultoria e assessoramento jurídicos da União e das entidades representadas;

VII - promover a interlocução entre os membros da equipe e os órgãos e entidades externos à AGU;

VIII - diligenciar perante os órgãos do Poder Judiciário a adoção padronizada de fluxos envolvendo processos judiciais de atribuição da Força-Tarefa;

IX - dirimir dúvidas dos membros da equipe;

X - suscitar ao Gabinete do Advogado-Geral da União eventual conflito de atribuição envolvendo a Força-Tarefa e demais órgãos de contencioso da AGU;

XI - estabelecer, em articulação com o Gabinete do Advogado-Geral da União, as metas de desempenho dos membros da equipe;

XII - analisar os dados gerenciais estratégicos para a melhoria do desempenho da equipe, apresentando-os, periodicamente, ao Advogado-Geral da União;

XIII - propor a grade de capacitação dos membros da equipe;

XIV - promover a supervisão da equipe de apoio administrativo; e

XV - manter atualizado ambiente virtual na intranet da Advocacia-Geral da União (REDE AGU) com os dados relativos à atuação da equipe, bem como os nomes e os contatos dos membros designados na forma do art. 3º desta Portaria.

Art. 8º O acompanhamento das ações judiciais de que trata esta Portaria consistirá no monitoramento contínuo e na adoção de todas as medidas que garantam tratamento compatível com a relevância da matéria.

§ 1º Para a execução das medidas de monitoramento do ingresso de ações judiciais em face da execução da política pública fiscalizatória ambiental, poderão ser instituídos regimes de plantão no âmbito dos órgãos envolvidos.

§ 2º Os regimes de plantão obedecerão às necessidades do cronograma do projeto e da política pública monitorados, conforme o caso, e ensejarão, dentre outras medidas:

I - divulgação de lista com os nomes e respectivas formas de contato dos membros responsáveis pela atuação, inclusive aos órgãos plantonistas do Poder Judiciário;

II - acompanhamento permanente, em sistemas processuais eletrônicos, da distribuição de ações judiciais relativas aos atos objeto do plantão, para pronta atuação; e

III - interlocução em tempo real, por qualquer meio de comunicação disponível, entre os membros da AGU responsáveis pela atuação finalística na localidade da demanda monitorada, a equipe da Força-Tarefa e os membros que atuam na atividade consultiva e de assessoramento jurídico da União e das entidades representadas.

Art. 9º A instituição da equipe nacional temporária de que trata esta Portaria não prejudica inciativas similares por parte dos órgãos discriminados no art. 3º, bem como dos seus respectivos órgãos de execução.

Art. 10 A Força-Tarefa de que trata esta Portaria terá a duração de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogada a critério do Advogado-Geral da União.[[287]](#footnote-288)

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA**

D.O.U. de 25.9.2019.

**PORTARIA Nº 589, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2019.**

*Dispõe, no âmbito da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, sobre horários de funcionamento e de atendimento das unidades, jornada de trabalho, controle de frequência, compensação de horário, banco de horas e acumulação de cargos, funções e empregos relativos aos servidores administrativos, e dá outras providências.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO SUBSTITUTO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos I e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 02 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, no Decreto nº 1.867, de 17 de abril de 1996, na Medida Provisória nº 2.174-28, de 24 de agosto de 2001, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 00404.002130/2016-18, estabelece:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Portaria regulamenta, no âmbito da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, horários de funcionamento e de atendimento das unidades, jornada de trabalho, controle de frequência, compensação de horário, banco de horas e acumulação de cargos, funções e empregos relativos aos servidores administrativos, e dá outras providências.

Art. 2º Para as finalidades desta Portaria, considera-se:

I – Servidor administrativo: agente investido em cargo público, não abrangendo os cargos jurídicos de Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional, Procurador Federal e Procurador do Banco Central;

II – Empregado público: pessoa ocupante de emprego público e que tem sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1º de maio de 1943, e legislação trabalhista correlata, naquilo que a lei não dispuser em contrário;

III – Horário de atendimento: período no qual ocorre a prestação dos serviços ao público usuário interno e externo;

IV – Horário de funcionamento: período no qual é permitido ao servidor administrativo exercer as suas atividades no âmbito da unidade;

V – Programa de Gestão: instrumento de gestão que disciplina o exercício de determinadas atividades, com fundamento em planos de trabalho, aplicável em situações específicas nas quais os resultados possam ser efetivamente mensurados e cuja execução possa ser realizada por servidores administrativos, inclusive com dispensa de controle de frequência, conforme disposto no § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, a ser autorizado por ato do Advogado-Geral da União ou autoridade com delegação;

VI – Sistema de Registro Eletrônico de Frequência (SISREF): solução tecnológica para controle de frequência com codificação para registro de entradas, saídas e ausências dos servidores administrativos;

VII – Chefe imediato: autoridade imediatamente superior ao servidor administrativo ou ao empregado público;

VIII – Dirigente máximo: titulares dos órgãos de grau superior listados nos itens I a IX do Anexo desta Portaria;

IX – Servidor administrativo estudante: aquele matriculado em curso regular de Ensino Médio, Graduação ou Pós‐graduação, reconhecidos pelo órgão governamental competente;

X – Período noturno: período de trabalho exercido após as 21 (vinte e uma) horas; e

XI – Unidade: órgãos previstos no Anexo desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria aplica-se aos servidores administrativos em exercício na Advocacia-Geral da União e na Procuradoria-Geral Federal, incluindo os requisitados, movimentados e cedidos advindos de outros órgãos ou entidades, observado o disposto em legislação e regulamentação especiais.

Parágrafo único. Esta Portaria aplica-se, ainda aos empregados públicos, com observância do respectivo contrato de trabalho individual e do acordo coletivo de trabalho, bem como a correspondente legislação e regulamentação de regência.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES GERAIS

**Seção I**

**Horários de funcionamento e de atendimento**

Art. 4º O horário de funcionamento das unidades da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, à exceção do Gabinete do Advogado-Geral da União, compreende o período entre as 7 (sete) e as 19 (dezenove) horas, em dias úteis, observado o calendário de feriados e pontos facultativos adotado pela Advocacia-Geral da União.

§1º O Gabinete do Advogado-Geral da União funcionará, regularmente, no período das 7 (sete) às 21 (vinte e uma) horas, em dias úteis.

§ 2º Em casos excepcionais e justificados, poderá ser autorizado pelo chefe imediato o exercício das atribuições do cargo por servidores administrativos em horário diverso ao do funcionamento da unidade ou em finais de semana, observadas as normas de segurança.

§ 3º Em situações especiais em que a necessidade do serviço justifique o horário de funcionamento diferenciado, por tempo certo, a unidade deverá autuar processo administrativo próprio no qual forneça motivação para tal, a ser encaminhado à apreciação do Advogado-Geral da União ou de autoridade com delegação.

Art. 5º O horário de atendimento das unidades da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal é de 8 (oito) às 18 (dezoito) horas, podendo, excepcionalmente, ser estabelecido intervalo distinto em caso de necessidade de serviços extraordinários, nos termos do art. 4º, § 3º, desta Portaria, ou com base em outras situações previstas na legislação.

**Seção II**

**Jornada de Trabalho**

Art. 6º A jornada de trabalho é de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais, ressalvadas previsões diversas em legislação específica.

§ 1º As viagens a serviço serão consideradas como jornada de trabalho.

§ 2º O servidor administrativo em exercício de cargo em comissão ou de função de confiança, inclusive Função Comissionada Técnica ou Função Gratificada, submete-se ao regime de dedicação integral e poderá ser convocado além da jornada de trabalho regular, na hipótese em que o interesse da Administração assim o exigir, conforme definido pelo chefe imediato ou superior.

§ 3º A contagem da jornada de trabalho somente ocorrerá a partir do início do horário de funcionamento previsto no art. 4º desta Portaria.

Art. 7º Os servidores administrativos que desempenham jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias terão intervalo para refeição e repouso não inferior a 1 (uma) hora e nem superior a 3 (três) horas.

§ 1º É vedado o fracionamento do intervalo para refeição.

§ 2º Os servidores administrativos que desempenham jornada de trabalho de 6 (seis) horas diárias não possuem direito a intervalo para repouso e refeição.

Art. 8º Os servidores administrativos advindos de outros órgãos ou entidades que não se enquadrem no regime previsto no § 2º do art. 6º deverão ter jornada de trabalho de modo a cumprir a carga horária estabelecida no âmbito de seus respectivos órgãos ou entidades de origem, observando-se, ainda, quanto aos empregados públicos, a jornada de trabalho fixada em seu respectivo contrato de trabalho individual ou acordo coletivo de trabalho.

**Subseção I**

**Jornada de Trabalho com horário especial**

Art. 9º Caberá ao Secretário-Geral de Administração o deferimento de jornada de trabalho com horário especial aos servidores administrativos, devendo o pedido ser encaminhado pela chefia imediata do servidor administrativo interessado e a concessão publicada em Boletim de Serviço Eletrônico.

Art. 10. Será concedida jornada de trabalho com horário especial ao servidor administrativo estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar ou acadêmico e o exercício de suas atribuições.

§ 1º A compensação de horário do servidor administrativo estudante não deverá ultrapassar mais do que 2 (duas) horas além de sua jornada de trabalho diária regular.

§ 2º O controle de assiduidade do servidor administrativo estudante seguirá as disposições sobre controle de frequência estabelecidas nesta Portaria, podendo, eventualmente, seguir horários de entrada e saída não sujeitos ao horário de funcionamento previsto no caput do art. 4º.

§ 3º O servidor administrativo com horário especial de estudante que suspender o curso ou desistir de cursar qualquer disciplina em que tenha se matriculado, deverá obrigatória e tempestivamente comunicar essa situação à chefia imediata, para fins de revisão de seu horário especial.

§ 4º O pedido de horário especial deve ser renovado a cada semestre letivo, com atualização das informações do curso.

§ 5º Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário na unidade em que tiver exercício, respeitada a duração semanal do trabalho.

Art. 11. Será concedido horário especial ao servidor administrativo com deficiência, conforme conceito previsto na Lei nº 13.146, de 6 de junho de 2015, quando comprovada a necessidade por Junta Médica Oficial, independentemente de compensação de horário.

§ 1º O disposto neste artigo estende‐se ao servidor administrativo que tenha cônjuge ou companheiro, filho, enteado ou dependente com deficiência.

§ 2º O servidor administrativo com horário especial na hipótese do caput poderá ser indicado a exercer cargo em comissão ou função de confiança, inclusive Função Comissionada Técnica e Função Gratificada, sem prejuízo do horário especial, cabendo, à autoridade competente para a indicação, a análise, em cada caso, da compatibilidade entre a jornada especial e o respectivo exercício do cargo ou função.

Art. 12. Será concedido horário especial, vinculado à compensação de horário a ser efetivada no prazo de até 1 (um) ano, ao servidor administrativo que desempenhe atividades, no horário de trabalho, sujeitas à percepção da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC).

§ 1º A compensação de horário não deverá ultrapassar mais do que 2 (duas) horas além da jornada de trabalho diária.

§ 2º Independentemente das atividades ensejadoras da GECC serem realizadas no horário de trabalho ou não, o servidor administrativo somente poderá realizar até 120 (cento e vinte) horas de trabalhos anuais, acrescidas de mais 120 (cento e vinte) horas, em situação excepcional, devidamente justificada e previamente aprovada pelo Advogado-Geral da União ou autoridade com delegação.

§ 3º O SISREF efetuará o registro das horas de trabalho relativas às atividades de GECC por servidor, para o controle do limite de que trata o § 1º.

**Subseção II**

**Jornada de Trabalho reduzida**

Art. 13. A jornada de trabalho poderá ser reduzida independentemente de compensação:

I - para 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, pela especificidade dos serviços prestados, desde que estes, cumulativamente:

a) exijam atividades contínuas de regime de turnos ou escalas, em período total de atuação do setor igual ou superior a 12 (doze) horas ininterruptas; e

b) ocorram em razão de atendimento ao público ou se estendam ao período noturno;

II - para 6 (seis) ou 4 (quatro) horas diárias e 30 (trinta) ou 20 (vinte) horas semanais, mediante requerimento, com remuneração proporcional, calculada sobre a totalidade da remuneração, no caso de servidores administrativos que ocupem, exclusivamente, cargo de provimento efetivo;

III - para 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso dos servidores administrativos que, no exercício de funções de secretaria, atendam diretamente ao Advogado-Geral da União, aos titulares de cargos de Natureza Especial e aos respectivos Chefes de Gabinete, observando-se, em cada situação, o limite máximo de 4 (quatro) servidores administrativos.

§1º Para os fins deste artigo, considera-se atendimento ao público o serviço prestado diretamente ao cidadão, não incluídas as atividades regulares que tratem de:

I - Planejamento e Orçamento Federal;

II - Administração Financeira Federal;

III - Contabilidade Federal;

IV - Controle Interno;

V - Informações Organizacionais do Governo Federal;

VI - Gestão de Documentos de Arquivo;

VII - Pessoal Civil;

VIII - Administração dos Recursos de Informação e Informática; e

IX - Serviços Gerais.

§ 2º As unidades ou setores, a serem confirmados por ato do Secretário-Geral de Administração, cujos servidores administrativos encontram-se autorizados a realizar a jornada de trabalho reduzida de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, terão o prazo de 3 (três) meses para se adequarem à jornada de trabalho prevista no caput do art. 6º desta Portaria.

§ 3º Atingido o prazo que trata o §2º e não preenchidos os requisitos que autorizam a jornada de trabalho reduzida, em conformidade aos incisos I, II ou III deste artigo, os servidores administrativos da respectiva unidade ou setor ficam obrigados a cumprir a jornada de trabalho de que trata o caput do art. 6º desta Portaria.

Art. 14. O regime de jornada de trabalho previsto no inciso I do art. 13 desta Portaria deve ser autorizado por ato do Advogado-Geral da União ou autoridade com delegação, mediante tramitação de processo administrativo que deve conter:

I – a indicação da unidade ou seu setor;

II – os horários de início e fim das atividades;

III – a justificativa para a adoção do regime de turnos ou escalas, especialmente as características que imponham ao serviço a necessidade de prestação ininterrupta por período igual ou superior a 12 (doze) horas, seja em função de atendimento ao público ou de trabalho no período noturno; e

IV – a manifestação do respectivo dirigente máximo.

§ 1º Caso apenas um setor da unidade preencha os requisitos exigidos para a redução de jornada de trabalho, este regime somente poderá ser aplicado a este setor, cumprindo aos demais setores observar a jornada de trabalho regular.

§ 2º O servidor administrativo não poderá ausentar-se do local de trabalho ao final de seu expediente antes da chegada do servidor administrativo que o sucederá, devendo comunicar o atraso desse à chefia imediata, que acionará o servidor administrativo designado como reserva para assumir o turno subsequente ou adotar outra solução cabível para evitar a descontinuidade da prestação do serviço.

§ 3º A escala mensal dos servidores administrativos sujeitos ao regime de turno alternado por revezamento será afixada em local de visível acesso ao público e será decidida pela chefia da unidade, limitando-se a uma vez por semana a sua eventual alteração.

Art. 15. A jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional poderá ser concedida, mediante observância dos procedimentos a seguir estabelecidos.

§ 1º Após manifestações favoráveis da chefia da unidade de exercício do servidor administrativo e do respectivo dirigente máximo, o pedido de redução da jornada de trabalho será decidido pelo Advogado-Geral da União ou autoridade com delegação.

§ 2º A eventual negativa do pedido de redução da jornada de trabalho, ou mesmo do seguimento deste, deverá ser fundamentada em fatos concretos, devendo a autoridade demonstrar a necessidade da manutenção do servidor administrativo em sua jornada de trabalho regular e os impactos que a redução provocaria no desempenho das atividades da unidade ou setor.

§ 3º O servidor administrativo que tiver a jornada de trabalho reduzida, com fundamento neste artigo, não poderá ser nomeado ou designado para cargo em comissão ou função de confiança, inclusive Função Comissionada Técnica e Função Gratificada, devendo aquele que estiver nessa situação ser exonerado ou dispensado imediatamente.

§ 4º O servidor administrativo cumprirá a jornada de trabalho a que estiver submetido até a data de início da jornada de trabalho reduzida, conforme fixada no ato de concessão, vedada a concessão retroativa.

§ 5º A jornada de trabalho reduzida poderá ser revertida em integral, a qualquer tempo, de ofício, mediante devida fundamentação, ou a pedido do próprio servidor administrativo, mediante ato do Advogado-Geral da União ou autoridade com delegação, vedada a reversão retroativa.

Art. 16. O servidor administrativo detentor de Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE), cuja jornada de trabalho do cargo efetivo seja de 40 (quarenta) horas semanais e que tenha solicitado e lhe tenha sido deferida a redução de jornada de trabalho perceberá a GSISTE de forma proporcional à redução.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica ao servidor administrativo em jornada de trabalho com carga horária inferior a 40 (quarenta) horas semanais estabelecida por legislação específica.

**Seção III**

**Controle de Frequência**

Art. 17. O controle de frequência dos servidores administrativos, que inclui o registro de suas entradas, saídas e ausências, é obrigatório e deve ser efetuado de modo eletrônico, nos termos do Decreto nº 1.867, de 17 de abril de 1996.

§ 1º Será adotado, no âmbito da Advocacia-Geral da União, o SISREF, a ser implantado de forma gradativa.

§ 2º O registro de frequência é pessoal e intransferível, devendo ser realizado no início e no término da jornada de trabalho diária, além de na saída e no retorno do intervalo para as refeições.

§ 3º Nos casos de ausência do registro de frequência por esquecimento, problemas técnicos no equipamento ou prestação de serviços externos, o servidor administrativo deverá solicitar que sua chefia imediata registre o horário não lançado, seguindo as orientações estabelecidas pela Secretaria-Geral de Administração.

§ 4º Será admitida tolerância de até 15 (quinze) minutos para o início da jornada de trabalho no controle eletrônico de frequência.

Art. 18. Estão dispensados do controle de frequência:

I - os ocupantes de cargos de Natureza Especial e Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS ou de Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE, iguais ou superiores ao nível 4, ou equivalentes; e

II - os servidores administrativos participantes do Programa de Gestão de que trata o § 6º do art. 6º do Decreto nº 1.590, de 1995.

Art. 19. Excepcionalmente, até que o SISREF seja implantado, o controle de frequência deverá ser efetuado de modo não eletrônico, por intermédio de assinatura em folha de ponto.

§ 1º O servidor administrativo deverá anotar em sua folha de ponto o horário de sua chegada e saída, sendo vedada a anotação de horário diferente do efetivamente trabalhado.

§ 2º Os dados relativos à apuração do cumprimento da jornada de trabalho serão registrados nos Boletins Mensais de Frequência – BMF e encaminhados à Diretoria de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Institucional da Advocacia-Geral da União, até o quinto dia útil do mês subsequente, pelas respectivas chefias imediatas ou pessoas por elas designadas, para fins de processamento da folha de pagamento, em conformidade com os registros de ocorrências neles informados.

Art. 20. O servidor administrativo terá livre acesso a seu controle de frequência para fins de conferência.

**Seção IV**

**Compensação de horário**

Art. 21. O servidor administrativo terá descontada:

I - a remuneração do dia em que faltar ao serviço sem motivo justificado; e

II - a parcela de remuneração diária proporcional aos atrasos, ausências justificadas e saídas antecipadas, quando não compensadas até o mês subsequente ao da ocorrência e a critério da chefia imediata, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 22. A falta injustificada não poderá ser compensada e deverá ser assim registrada no controle de frequência, aplicando-se o desconto proporcional da remuneração.

§ 1º O cálculo do valor a ser descontado será efetuado com base na remuneração do mês em que se verificar saldo negativo.

§ 2º Para efeito do desconto previsto no parágrafo anterior, a jornada de trabalho realizada pelo servidor administrativo será apurada em minutos.

Art. 23. As saídas antecipadas e os atrasos deverão ser comunicados antecipadamente à chefia imediata e poderão ser compensados no SISREF até o término do mês subsequente ao da sua ocorrência.

§ 1º As ausências justificadas somente poderão ser compensadas no controle eletrônico de frequência até o término do mês subsequente ao da sua ocorrência, desde que tenham anuência da chefia imediata.

§ 2º A compensação de horário deverá ser estabelecida pela chefia imediata, sendo limitada a 2 (duas) horas diárias da jornada de trabalho.

§ 3º Os atrasos ou as saídas antecipadas decorrentes de interesse do serviço, devidamente justificados, poderão ser abonados pela chefia imediata.

Art. 24. Ficam dispensadas de compensação, para fins de cumprimento da jornada de trabalho diária, as ausências para comparecimento do servidor administrativo, de seu dependente ou familiar às consultas médicas, odontológicas e realização de exames em estabelecimento de saúde.

§ 1º As ausências previstas no caput deverão ser previamente acordadas com a chefia imediata e o atestado de comparecimento deverá ser apresentado até o dia útil subsequente.

§ 2º O servidor administrativo deverá agendar seus procedimentos clínicos, preferencialmente, nos horários que menos influenciem o cumprimento integral de sua jornada de trabalho.

§ 3º Para a dispensa de compensação de que trata o caput, incluído o período de deslocamento, deverão ser observados os seguintes limites:

I - 44 (quarenta e quatro) horas no ano, para os servidores administrativos submetidos à jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias;

II - 33 (trinta e três) horas no ano, para os servidores administrativos submetidos à jornada de trabalho de 6 (seis) horas diárias; e

III - 22 (vinte e duas) horas no ano, para os servidores administrativos submetidos à jornada de trabalho de 4 (quatro) horas diárias.

§ 4º As ausências de que trata o caput que superarem os limites estabelecidos no § 3º serão objeto de compensação, em conformidade com o disposto nesta Portaria.

**Seção V**

**Banco de horas**

Art. 25. Uma vez implantado o controle eletrônico de frequência, mediante uso do SISREF, fica autorizada a adoção do banco de horas para execução de tarefas, projetos, programas, dentre outros, de relevância para o serviço público, de acordo com decisão da chefia da unidade ou setor.

§ 1º Nas situações de que trata o caput, serão computadas como crédito as horas excedentes realizadas além da jornada de trabalho diária do servidor administrativo e as não trabalhadas como débito, contabilizadas no sistema eletrônico de apuração de frequência.

§ 2º A permissão para realização de banco de horas, pelo servidor administrativo, dar-se-á em função da conveniência, do interesse e da necessidade do serviço, não se constituindo como direito subjetivo ou adquirido do servidor administrativo, de acordo com a chefia imediata.

§ 3º Para a administração do banco de horas deverá ser utilizado necessariamente o SISREF.

§ 4º Para fins de aferição do banco de horas, o SISREF conterá as seguintes funcionalidades:

I - compensação automática do saldo negativo de horas apurado com o saldo positivo existente no banco de horas; e

II - consulta do quantitativo de horas acumuladas.

Art. 26. As horas excedentes à jornada de trabalho diária devem ser prestadas no interesse do serviço e computadas no banco de horas, de forma individualizada, mediante prévia e expressa autorização da chefia imediata, observados os seguintes critérios:

I - as horas de trabalho excedentes à jornada de trabalho diária não serão remuneradas como serviço extraordinário;

II - a chefia imediata deverá previamente, por meio do SISREF, justificar a necessidade e informar a relação nominal dos servidores administrativos autorizados à realização das horas excedentes para inserção em banco de horas; e

III - as horas armazenadas não poderão exceder:

a) 2 (duas) horas diárias;

b) 40 (quarenta) horas no mês; e

c) 100 (cem) horas no período de 12 (doze) meses.

Art. 27. A utilização do banco de horas pelo servidor administrativo dar-se-á, obrigatoriamente, mediante prévia e expressa autorização da chefia imediata, observando-se que as horas acumuladas em folgas a usufruir estão condicionadas ao máximo de:

I - 24 (vinte e quatro) horas por semana; e

II - 40 (quarenta) horas por mês.

Art. 28. É vedado à unidade convocar servidor administrativo para a realização das horas excedentes em horário noturno, finais de semana, feriados ou pontos facultativos, salvo por convocação justificada pelo chefe da unidade ou setor, ou, ainda, em razão da própria natureza da atividade.

Art. 29. Compete ao servidor administrativo que pretende se aposentar ou se desligar da unidade informar a data provável à chefia imediata, visando usufruir o período acumulado em banco de horas.

Parágrafo único. Nas hipóteses contidas no caput o servidor administrativo poderá utilizar o montante acumulado em um período único.

Art. 30. Salvo nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, devidamente justificados pela chefia da unidade, a utilização do banco de horas não deverá ser concedida:

I - ao servidor administrativo que tenha horário especial, nos termos do art. 98 da Lei nº 8.112, de 1990;

II - ao servidor administrativo que cumpra jornada de trabalho de 6 (seis) horas diárias e de 30 (trinta) horas semanais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995;

III - ao servidor administrativo que acumule cargos, cuja soma da jornada de trabalho e a do banco de horas ultrapasse o total de 60 (sessenta) horas semanais.

Art. 31. As horas excedentes contabilizadas no banco de horas, em nenhuma hipótese, serão caracterizadas como serviço extraordinário ou convertidas em pecúnia.

**Seção VI**

**Acumulação de cargos, empregos e funções**

Art. 32. Nas hipóteses em que a Constituição admite acumulação de cargos públicos, caberá ao servidor administrativo prestar as informações relativas à acumulação e demonstrar a inexistência de sobreposição de horários, a viabilidade de deslocamento entre os locais de trabalho, respeitando-se os horários de início e término de cada jornada, bem como a ausência de prejuízo à carga horária e às atribuições exercidas nos cargos acumuláveis.

§ 1º O servidor administrativo deverá informar à chefia imediata, que comunicará à Secretaria-Geral de Administração, qualquer alteração na jornada de trabalho ou nas atribuições exercidas nos cargos acumuláveis que possa modificar substancialmente a compatibilidade demonstrada nos termos do caput.

§ 2º O ateste de compatibilidade de horários não dispensa a comprovação de que o servidor administrativo esteja observando o limite de 60 (sessenta) horas semanais.

§ 3º A Secretaria-Geral de Administração poderá solicitar ao servidor administrativo, a qualquer tempo, nova comprovação e observância do limite estabelecido para a compatibilidade de horários, devendo aplicar as medidas necessárias à regularização da situação, na hipótese em que for verificado que as jornadas de trabalho dos cargos, empregos ou funções acumuladas não são mais materialmente compatíveis.

CAPITULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 33. As horas de trabalho registradas em desconformidade com as disposições desta Portaria não serão computadas pelo sistema de controle de frequência, cabendo à chefia imediata a adoção das medidas cabíveis à sua adequação.

Art. 34. Poderá haver a liberação do servidor administrativo para participar de atividades sindicais, desde que haja a compensação das horas não trabalhadas, de acordo com decisão da chefia imediata.

Art. 35. Assim como as demais hipóteses de concessão legal para ausência justificada ao serviço, a utilização das folgas relativas aos trabalhos prestados à Justiça Eleitoral deve ser definida entre o servidor administrativo e a chefia imediata e, neste caso em específico, havendo divergência, devem-se observar as disposições da Resolução TSE nº 22.747, de 27 de março de 2008.

Art. 36. Os casos omissos relacionados às matérias tratadas nesta Portaria serão resolvidos pela Secretaria-Geral de Administração da Advocacia-Geral da União.

Art. 37. Fica revogada a Portaria AGU nº 57, de 15 de fevereiro de 2017.

Art. 38. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**RENATO DE LIMA FRANÇA**

BSE/Suplemento nº 51, de 24.12.2019.

ANEXO

| Tabela de Unidades |
| --- |
| I. Gabinete do Advogado-Geral da União |
| II. Secretaria-Geral de Consultoria |
| III. Secretaria-Geral de Contencioso |
| IV. Consultoria-Geral da União |
| V. Procuradoria-Geral da União |
| VI. Procuradoria-Geral Federal |
| VII. Corregedoria-Geral da Advocacia da União |
| VIII. Secretaria-Geral de Administração |
| IX. Escola da Advocacia-Geral da União |
| X. Departamento de Gestão Estratégica |
| XI. Assessoria de Comunicação Social |
| XII. Assessoria para Assuntos Parlamentares |
| XIII. Assessoria Especial para Assuntos de Pesquisa e Informações Estratégicas |
| XIV. Ouvidoria da Advocacia-Geral da União |
| XV. Departamento de Assuntos Jurídicos Internos |
| XVI. Procuradoria-Regionais da União |
| XVII. Procuradorias-Regionais Federais |
| XVIII. Consultorias Jurídicas da União nos Estados |
| XIX. Procuradorias da União nos Estados |
| XX. Procuradorias Federais nos Estados |
| XXI. Superintendências-Regionais de Administração |
| XXII. Procuradorias-Seccionais da União |
| XXIII. Procuradorias-Seccionais Federais |
| XXIV. Consultorias Jurídicas da União em Municípios |
| XXV. Unidades de Atendimento da Secretaria-Geral de Administração nos Estados |
| XXVI. Escritórios e outras unidades da Procuradoria-Geral da União |
| XXVII. Escritórios e outras unidades da Procuradoria-Geral Federal |
| XXVIII. Outras unidades ou setores subordinados diretamente ao Advogado-Geral da União ou aos dirigentes máximos dos órgãos listados nos itens II a IX. |

BSE/Suplemento nº 51, de 24.12.2019.

**PORTARIA Nº 3, DE 3 DE JANEIRO DE 2020.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO SUBSTITUTO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 00405.019318/2018-49, resolve:

Art. 1º Estabelecer nomenclatura oficial de órgãos e cargos da Advocacia-Geral da União, nos idiomas inglês, espanhol e francês, conforme tabelas de equivalência em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**RENATO DE LIMA FRANÇA**

ANEXO

I – Órgãos da Advocacia-Geral da União:

| PORTUGUÊS | INGLÊS | ESPANHOL | FRANCÊS |
| --- | --- | --- | --- |
| Advocacia-Geral da União (AGU) | Attorney General´s Office | Abogacía General de la Nación | Bureau de l’Avocat Général de la Nation |
| Secretaria-Geral de Contencioso (SGCT) | General Secretariat on Litigation before the Supreme Court | Secretaría General de Contencioso ante la Suprema Corte | Secrétariat Général du Contentieux auprès de la Court Suprême |
| Procuradoria-Geral de União (PGU) | Solicitor General’s Office | Procuraduría General de la Nación | Bureau du Procureur Général de la Nation |
| Consultoria-Geral da União (CGU) | General Office of Legal Consultancy for Brazil | Consultoría General de la Nación | Bureau du Conseiller Général de la Nation |
| Procuradoria-Geral Federal (PGF) | Attorney General’s Office for the Federal Agencies | Procuraduría General de las Agencias Federales | Bureau du Procureur Général des Agences Fédérales |
| Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) | Attorney General’s Office for the National Treasury | Procuraduría General de la Hacienda Nacional | Bureau du Procureur Général de la Trésorerie Nationale |
| Secretaria-Geral de Consultoria (SGCS) | General Secretariat on Consultancy | Secretaría General de Consultoría | Secrétariat Général de Consultation |
| Corregedoria-Geral da Advocacia da União (CGAU) | Internal Affairs’ Office for the Attorneys for Brazil | Inspección General de la Abogacía de la Nación | Bureau de l’Inspecteur Général des Avocats de la Nation |
| Conselho Superior da Advocacia-Geral da União (CSAGU) | Superior Council of the Attorney General´s Office | Consejo Superior de la Abogacía General de la Nación | Conseil Supérieur du Bureau de l’Avocat Général de la Nation |
|  |  |  |  |
| Secretaria-Geral de Administração (SGA) | General Secretariat on Administration | Secretaría General de Administracion | Secrétariat Général d’Administration |
| Ouvidoria da Advocacia-Geral da União (OAGU) | Ombudsman of the the Attorney General´s Office | Ombudsman de la Abogacía General de la Nación | Ombudsman du Bureau de l’Avocat Général de la Nation |

I.a – Setores da Procuradoria-Geral da União:

| PORTUGUÊS | INGLÊS | ESPANHOL | FRANCÊS |
| --- | --- | --- | --- |
| Subprocuradoria-Geral da União | Deputy Solicitor General’s Office | Subprocuraduría General de la Nación | Bureau du Procureur Général de la Nation Adjoint |
| Departamento Eleitoral e de Estudos Jurídicos | Department of Electoral and Legal Studies | Departamento Electoral y de Estudios Jurídicos | Département des Affaires Électorales et des Études Juridiques |
| Departamento de Patrimônio Público e Probidade | Department of Public Real Estate and Probity | Departamento de Patrimonio y Probidad | Département du Patrimoine et de la Probité |
| Departamento de Serviço Público | Department of Public Service | Departamento de Servicio Público | Département du Service Public |
| Departamento de Servidores Civis e Militares | Department of Civil and Military Servants | Departamento de Servidores Civiles y Militares | Département des Fonctionnaires Civils et Militaires |
| Departamento de Direitos Trabalhistas | Department of Labor Law | Departamento de Derechos Laborales | Département des Droits du Travail |
| Departamento de Cálculos e Perícias | Department of Calculation and Expertise | Departamento de Cálculos y Pericias | Départment des Calculs et des Expertises |
| Departamento de Assuntos Internacionais (DAI) | Department of International Affairs | Departamento de Asuntos Internacionales | Département des Affaires Internationales |
| Coordenação de Controvérsias de Direito Internacional (CODIN) | International Law Disputes Coordination | Coordinación de Controversias de Derecho Internacional | Coordination des Controverses sur Droit International |
| Núcleo de Controvérsias em Foro Estrangeiro (NUEST) | Foreign Disputes Unit | Núcleo de Controversias en Foro Extranjero | Secteur des Controverses à For Étrangèr |
| Núcleo de Controvérsias de Direito Internacional no Brasil (NUINT) | Disputes on International Law in Brazil Unit | Núcleo de Controversias de Derecho Internacional en Brazil | Secteur des Controverses sur le Droit International au Brésil |
| Núcleo de Controvérsias de Direito Internacional dos Direitos Humanos (NUMAN) | Disputes on International Law on Human Rights Unit | Núcleo de Controversias en Derecho Internacional de los Derechos Humanos | Secteur des Controverses sur le Droit International des Droits de l’Homme |
| Assessoria de Tratados e Foros (ATRAF) | Advisory on Treaties and Forum | Asesoría de Tratados y Foros | Secteur des Traités et Forums |
| Núcleo de Apoio Administrativo (NUCAD) | Administrative Support Unit | Núcleo de Apoyo Administrativo | Secteur d’Appui Administratif |
| Procuradoria Regional da União | Solicitor Regional’s Office | Procuraduría Regional de la Nación | Bureau du Procureur Régional de la Nation |

I.b – Setores da Consultoria-Geral da União:

| PORTUGUÊS | INGLÊS | ESPANHOL | FRANCÊS |
| --- | --- | --- | --- |
| Consultoria da União | Legal Consultancy for Brazil | Consultoría de la Nación | Bureau du Conseiller de la Nation |
| Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos | Department of Coordination and Orientation for the Legal Units | Departamento de Coordinación y Orientación de Órganos Jurídicos | Département de Coordination et de l’Orientation des Organes Juridiques |
| Departamento de Análise de Atos Normativos | Department of Assessment of Legal Acts | Departamento de Análisis de Actos Normativos | Département des Analyses des Actes Normatifs |
| Departamento de Assuntos Extrajudiciais | Department of Extrajudiciary Affairs | Departamento de Asuntos Extrajudiciales | Département des Affaires Extrajudiciaires |
| Departamento de Informações Jurídico Estratégicas | Department of Strategic Legal Information | Departamento de Información Jurídico Estratégica | Département des Renseignements Juridiques et Stratégiques |

I.c – Setores da Procuradoria-Geral Federal:

| PORTUGUÊS | INGLÊS | ESPANHOL | FRANCÊS |
| --- | --- | --- | --- |
| Gabinete do Procurador-Geral Federal | Office of the Attorney General for Federal Agencies | Oficina del Procurador General de las Agencias Federales | Bureau du Procureur Général des Agences Fédérales |
| Departamento de Contencioso | Department of Litigation | Departamento de Contencioso | Département du Contentieux |
| Departamento de Consultoria | Department of Legal Consultancy | Departamento de Consultoría | Département de Consultation |
| Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos | General Coordination for Credit Collection and Recovery | Departamento de Cobro y Recuperación de Créditos | Département de Recouvrement des Crédits |
| Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão | General Coordination for Planning and Management | Departamento de Planificación y Gestión | Département de Planification et de Gestion |
| Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos | General Coordination for Strategic Projects and Affairs | Coordinación General de Proyectos y Asuntos Estratégicos | Coordination Générale pour les Projets et les Questions Stratégiques |
| Coordenação-Geral de Pessoal | General Coordination of Personnel | Coordinación General de Personal | Coordination Générale de Personnel |
| Procuradoria Regional Federal | Regional Office for the Federal Agencies | Procuraduría Regional de las Agencias Federales | Bureau du Procureur Régional des Agences Fédérales |

II – Cargos da Advocacia-Geral da União:

| PORTUGUÊS | INGLÊS | ESPANHOL | FRANCÊS |
| --- | --- | --- | --- |
| Advogado-Geral da União | Attorney General for Brazil | Abogado General de la Nación | Avocat Général de la Nation |
| Advogado da União | Attorney for Brazil | Abogado de la Nación | Avocat de la Nation |
| Procurador-Geral da Fazenda Nacional | Attorney General for the National Treasury | Procurador General de la Hacienda Nacional | Procureur Général de la Trésorerie Nationale |
| Procurador da Fazenda Nacional | Attorney for the National Treasury | Procurador de la Hacienda Nacional | Procureur Général de la Trésorerie Nationale |
| Procurador-Geral Federal | Attorney General for Federal Agencies | Procurador General de las Agencias Federales | Procureur Général des Agences Fédérales |
| Procurador Federal | Attorney for Federal Agencies | Procurador de las Agencias Federales | Procureur des Agences Fédérales |
| Corregedor-Geral da Advocacia da União | Inspector General for the Attorneys for Brazil | Inspector General de los Abogados de la Nación | Inspecteur Général des Avocats de la Nation |
| Procurador-Geral da União | Solicitor General for Brazil | Procurador General de la Nación | Procureur Général de la Nation |
| Consultor-Geral da União | General Legal Consultant for Brazil | Consultor General de la Nación | Conseiller Général de la Nation |
| Consultor da União | Legal Consultant for Brazil | Consultor de la Nación | Conseiller de la Nation |

III – Designativos dos cargos de Direção e Assessoramento Superior:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| PORTUGUÊS | INGLÊS | ESPANHOL | FRANCÊS |
| Sub, Vice ou Adjunto | Deputy | Sustituto | Adjoint |
| Chefe de Gabinete | Chief of Staff | Jefe de Gabinete | Chef de Cabinet |
| Diretor | Director | Director | Directeur |
| Coordenador | Coordinator | Coordinador | Coordinateur |
| Chefe de Divisão | Head of Division | Jefe de División | Chef de Division |

BS nº 01, de 6.1.2020.

**PORTARIA Nº 12, DE 16 DE JANEIRO DE 2020.**

*Delega a competência prevista no prevista no art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, ao Consultor-Geral da União e ao Procurador-Geral Federal, na forma que especifica e dá outras providências.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO SUBSTITUTO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o inciso XVII do art. 37 da Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, no art. 16, inc. IV, do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, e de acordo com o estabelecido no Parecer nº 56/2018/DECOR-CGU/AGU e no PARECER nº 00025/2019/DEPCONSU/PGF/AGU, resolve:

Art. 1º Fica delegada ao Consultor-Geral da União e ao Procurador-Geral Federal a competência de que trata o art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, para, no âmbito de suas atribuições, autorizar a celebração de termo de ajustamento de conduta.

Parágrafo único. A competência prevista no caput poderá ser subdelegada.

Art. 2º O Consultor-Geral da União e o Procurador-Geral Federal poderão editar regulamento complementar a esta Portaria para reger a sua atuação na matéria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**RENATO DE LIMA FRANÇA**

D.O.U. de17.1.2020.

**PORTARIA Nº 32, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2020.**

*Dispõe sobre as hipóteses de cessões de Advogados da União e de Procuradores Federais.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, bem como o disposto nos artigos 7º e 161 da Lei 11.890, de 24 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º As cessões de Advogados da União e de Procuradores Federais para órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta poderão ocorrer nas seguintes hipóteses:

I - cargo em comissão de nível CJ-3 ou superior em gabinete de Ministro do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior;

II - cargo em comissão de nível CC-6 ou superior em gabinete do Procurador-Geral da República;

III - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou superior a DAS-5 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em órgãos do Poder Executivo ou do Poder Legislativo da União, ou de suas autarquias e fundações públicas;

IV - cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou de sociedade de economia mista federal;

V - cargo de Secretário de Estado ou de Município com mais de quinhentos mil habitantes e de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados e do Distrito Federal.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às cessões no âmbito dos órgãos da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria Geral Federal, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou da Procuradoria do Banco Central do Brasil

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA**

D.O.U. de 17.2.2020.

**PORTARIA Nº 53, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2020.**

*Estabelece a competência do Corregedor-Geral da Advocacia da União, em relação aos Advogados da União, aos Procuradores da Fazenda Nacional e aos Procuradores Federais, enquanto estiverem à disposição da Corregedoria-Geral da Advocacia da União, para definir suas unidades organizacionais e bases territoriais de atuação, e dá outras providências.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições previstas no art. 4º, I e XVII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e no art. 36, I e XIX, do Anexo I do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, e considerando o disposto no art. 8º, caput e parágrafo único, da Portaria AGU nº 79, de 28 de janeiro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Compete ao Corregedor-Geral da Advocacia da União, em relação aos Advogados da União, aos Procuradores da Fazenda Nacional e aos Procuradores Federais, enquanto estiverem à disposição da Corregedoria-Geral da Advocacia da União, na forma da Portaria Interministerial AGU/MF nº 16, de 30 de julho de 2008, e da Portaria AGU nº 129, de 12 de fevereiro de 2019, definir:

I – as unidades organizacionais de atuação;

II – as bases territoriais de atuação; e

III – a organização da atuação funcional, em especial, mediante definição de atribuições e de tarefas, permanentes ou temporárias.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, consideram-se:

I – unidades organizacionais de atuação: aquelas definidas por ato do Corregedor-Geral da Advocacia da União, correspondentes à divisão organizacional interna da estrutura da Corregedoria-Geral da União (CGAU), à qual os advogados e procuradores ficarão vinculados;

II – bases territoriais de atuação: identificativo único do Estado e respectivo Município em que os Advogados da União, os Procuradores da Fazenda Nacional e os Procuradores Federais devem, por rotina, exercer suas atribuições, durante o período em que estiverem à disposição da CGAU, não interferindo, para nenhum outro efeito, na definição da lotação e exercício perante seus órgãos de origem;

III – tarefas permanentes: atribuições ordinariamente previstas nos normativos da unidade organizacional a que está vinculado o advogado ou procurador; e

IV – tarefas temporárias: atribuições estabelecidas por ato ou designação específica do Corregedor-Geral da Advocacia da União, ainda que não previstas expressamente nos normativos da unidade organizacional a que está vinculado o advogado ou procurador.

Art. 3º O Corregedor-Geral da Advocacia da União deverá periodicamente editar ato com a lista das unidades organizacionais e das bases territoriais referidas nos incisos I e II do art. 1º, promovendo sua atualização sempre que necessário.

Art. 4º A base territorial de atuação poderá ser fixada em local distinto daquele onde está sediada a respectiva unidade organizacional de atuação, mediante devida fundamentação baseada no interesse público de melhor realização do serviço.

§ 1º A designação da base territorial distinta da unidade organizacional não gera direito a diárias, passagens e concessão de prazo para trânsito.

§ 2º Os advogados e procuradores designados na forma do caput deste artigo assinarão o Termo de Renúncia contido no Anexo desta Portaria.

Art. 5º A base territorial de atuação designada pelo Corregedor-Geral da Advocacia da União será adotada como referência para todos os efeitos, inclusive para a eventual emissão de passagens aéreas necessárias ao exercício das atividades no período de disposição referido no art. 1º.

Art. 6º Durante o período de disposição referido no art. 1º, os Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional e Procuradores Federais deverão ter dedicação exclusiva às atividades que lhes forem atribuídas pela Corregedoria-Geral da Advocacia da União.

Art. 7º A definição feita pelo Corregedor-Geral nos termos desta Portaria tem efeitos exclusivos no âmbito interno da Corregedoria-Geral da Advocacia da União, e apenas durante o período em que os Advogados da União, os Procuradores da Fazenda Nacional e os Procuradores Federais estiverem à disposição deste órgão, na forma da Portaria Interministerial AGU/MF nº 16, de 30 de julho de 2008, e da Portaria AGU nº 129, de 12 de fevereiro de 2019, não alterando a lotação e o exercício dos advogados e procuradores por ela abrangidos.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA**

Suplemento do BSE Nº 08, de 27.2.2020.

ANEXO

A) TERMO DE RENÚNCIA PARA ADVOGADOS DA UNIÃO E PROCURADORES DA FAZENDA NACIONAL

TERMO DE RENÚNCIA

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, ocupante do cargo de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, matrícula Siape nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, à disposição da Corregedoria-Geral da Advocacia da União após opção voluntária para minha indicação na forma da Portaria Interministerial AGU/MF nº 16, de 30 de julho de 2008, RENUNCIO às diárias, às passagens e à concessão de prazo para trânsito decorrente da designação, em meu interesse, para atuar em base territorial distinta da unidade de atuação, conforme designação do Corregedor-Geral da Advocacia da União, na forma da Portaria Interministerial AGU/MF nº 16, de 30 de julho de 2008.

LOCAL, \_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do Advogado da União ou Procurador da Fazenda Nacional

B) TERMO DE RENÚNCIA PARA PROCURADORES FEDERAIS

TERMO DE RENÚNCIA

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, ocupante do cargo de Procurador Federal, matrícula Siape nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, à disposição da Corregedoria-Geral da Advocacia da União após opção voluntária para minha indicação na forma da Portaria AGU nº 129, de 12 de fevereiro de 2019, RENUNCIO às diárias, às passagens e à concessão de prazo para trânsito decorrente da designação, em meu interesse, para atuar em base territorial distinta da unidade de atuação, conforme designação do Corregedor-Geral da Advocacia da União, na forma da Portaria AGU nº 129, de 12 de fevereiro de 2019.

LOCAL, \_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do Procurador Federal

**PORTARIA Nº 112, DE 3 DE ABRIL DE 2020.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos I e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, tendo em vista o disposto no art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 00407.008004/2020-15, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares concomitantes do Procurador-Geral Federal e de seu substituto legal, responderá pelo expediente da Procuradoria-Geral Federal RAFAEL CAMPARRA PINHEIRO, Procurador Federal, matrícula Siape nº 2139192.

Parágrafo único. O exercício do encargo de responsável pelo expediente não enseja o pagamento de retribuição pecuniária.

Art. 2º A responsabilidade pelo expediente é automática, nas situações previstas no artigo 1º, caput.

Art. 3º Dentre as hipóteses que enseja a aplicação da responsabilidade pelo expediente previstas neste ato, incluem-se aquelas decorrentes de:

I - participações em eventos ou reuniões externas;

II - viagens, no interesse da Administração; e

III - outras situações que acarretarem ausência do local de trabalho.

Art. 4º No período de responsabilidade pelo expediente, poderão ser praticados os atos previstos no art. 11, parágrafo 2º, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA**

DOU de 6.4.2020.

**PORTARIA Nº 156, DE 29 DE ABRIL DE 2020.**

*Disciplina a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta, nos casos de infração disciplinar de menor potencial ofensivo.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO SUBSTITUTO**, no exercício das competências e atribuições estabelecidas no art. 4º, incisos I, X, XI e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o disposto no art. 14 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no art. 2º, caput e parágrafo único, incisos VI e IX, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Disciplinar o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), nos casos de infração disciplinar de menor potencial ofensivo.

§ 1º O TAC poderá ser celebrado, a critério da autoridade competente, no âmbito da Advocacia-Geral da União e seus órgãos vinculados, para a instauração do respectivo procedimento disciplinar em face dos membros das carreiras jurídicas, dos servidores de apoio técnico-administrativo e demais agentes públicos em atuação na Instituição, desde que atendidos os requisitos previstos nesta Portaria.

§ 2º Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - Termo de Ajustamento de Conduta (TAC): instrumento não dotado de natureza de penalidade disciplinar, por intermédio do qual o interessado se compromete voluntariamente, perante a autoridade competente, a cumprir as obrigações nele descritas, nas condições e prazos fixados, e a ajustar sua conduta, em observância às prescrições, responsabilidades, deveres e proibições previstos na legislação vigente, promovendo a recomposição da ordem jurídico-administrativa, no quanto possível;

II - infração disciplinar de menor potencial ofensivo: aquela cujas circunstâncias possam resultar, em tese, na aplicação da penalidade de advertência, nos termos dos arts. 116, 117, I a VIII e XIX, e 129 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e

III - interessado: membro das carreiras jurídicas, servidor de apoio técnico-administrativo ou outro agente em atuação na Instituição, que demonstre intenção e aquiescência em celebrar o TAC.

§ 3º A celebração de TAC não se constitui direito subjetivo do interessado, devendo sujeitar-se aos termos da presente Portaria e ao acatamento expresso das condições estabelecidas para o caso.

Art. 2º A celebração de TAC não será possível nos casos de:

I - indício de ocorrência de prejuízo ao erário;

II - descumprimento de TAC pelo interessado, na forma do art. 11 desta Portaria;

III - notícia de fatos indicadores da prática, pelo interessado, de improbidade administrativa ou crime, ainda que não instaurado inquérito policial ou civil ou não ajuizada ação judicial;

IV – celebração, pelo interessado, de TAC nos últimos 2 (dois) anos, contados da homologação desse; e

V - constar registro não cancelado de aplicação de penalidade disciplinar nos assentamentos funcionais, nos termos do art. 131 da Lei nº 8.112, de 1990.

§ 1º A presença de circunstâncias que justifiquem imposição de penalidade mais grave, a ser verificada no caso concreto, pode inviabilizar a celebração do TAC, em observância aos arts. 128 e 129 da Lei nº 8.112, de 1990.

§ 2º O prejuízo ao erário, quando em valor irrisório, não obsta a celebração do TAC, não eximida a responsabilidade do interessado em devolver valores ou ressarcir o erário.

§ 3º Para as finalidades desta Portaria, considera-se irrisório o valor de até R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º Compete à autoridade instauradora propor de ofício ou analisar a celebração de TAC proposto pelo interessado ou pela Comissão Processante.

§ 1º A discordância do interessado em celebrar TAC, durante procedimento preliminar, obsta que o acusado realize proposta de TAC no curso do processo de natureza disciplinar, mas não impede a iniciativa de proposta por parte da Comissão Processante.

§ 2º Após instaurado processo de natureza disciplinar, a proposta de celebração de TAC poderá ser feita pelo interessado, no máximo, até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da intimação inicial quanto à sua condição de investigado, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 3º A Comissão Processante poderá sugerir celebração de TAC à autoridade instauradora, desde que não prescrita a penalidade de advertência, até o momento anterior ao início da oitiva de testemunhas.

§ 4º A não aceitação pelo interessado de celebração do TAC não impede que a Comissão Processante indique, motivadamente e diante da prova dos autos, a alteração da capitulação da conduta infracional contida na proposta de TAC ou o agravamento da penalidade.

Art. 4º A proposta de celebração do TAC observará, necessariamente, o seguinte:

I - aquiescência do interessado;

II - comprometimento por parte do interessado em adotar certo comportamento ou a abster-se de determinada prática;

III - informação de que o descumprimento dos termos do TAC poderá acarretar a continuidade da apuração dos fatos no âmbito disciplinar, sem prejuízo da apuração relativa à inobservância das obrigações previstas no ajustamento de conduta.

§ 1º Anteriormente à propositura do TAC ao interessado, deverá ser efetivada a análise do caso quanto ao cumprimento dos requisitos dispostos nesta Portaria.

§ 2º O TAC será celebrado no bojo de processo administrativo especificamente autuado para essa finalidade.

Art. 5º O TAC deverá conter:

I - a qualificação do interessado;

II - a descrição sucinta do caso;

III - os fundamentos de fato e de direito para sua celebração;

IV - a descrição das obrigações assumidas, inclusive abstenções;

V – as condições e o prazo para o cumprimento das obrigações; e

VI - a forma de prestação de contas, a cargo do interessado, ou de fiscalização das obrigações assumidas.

§ 1º As obrigações assumidas compreenderão, dentre outras:

I - a emissão de declaração de reconhecimento da irregularidade do fato praticado; e

II - a realização ou a abstenção de determinados atos e comportamentos, voltados, preferencialmente, à reeducação e ao ajustamento da conduta praticada.

§ 2º O prazo de cumprimento do TAC não poderá ser superior a 2 (dois) anos, a contar da homologação.

§ 3º Somente serão computados, no prazo previsto no § 2º deste artigo, os períodos de exercício de suas funções pelo interessado ou períodos de férias e feriados, descontando-se eventuais ausências, faltas injustificadas, licenças e afastamentos.

§ 4º O compromisso de atuar conforme prescrições, deveres e proibições constantes de códigos de conduta ética e demais normativos legais e regulamentares sobre a matéria, aos quais o interessado esteja sujeito, não se altera em razão da celebração do TAC.

§ 5º Enquanto não cumprido o TAC, não serão deferidos ao interessado:

I - cessão para outro ente, órgão ou entidade; ou

II - licenças ou afastamentos voluntários, inclusive para tratar de interesses particulares.

Art. 6º A celebração do TAC será realizada pela autoridade competente para a instauração do respectivo procedimento disciplinar.

§ 1º O TAC deverá ser homologado pela autoridade competente para a aplicação da penalidade de advertência.

§ 2º O procedimento preliminar ou o processo de natureza disciplinar deverá ter continuidade enquanto não homologado o TAC.

§ 3º A homologação suspende o procedimento preliminar ou o processo de natureza disciplinar, pelo prazo estabelecido no art. 5º, V, desta Portaria.

§ 4º Após a homologação:

I - o TAC será registrado nos assentamentos funcionais do interessado, o prazo de 10 (dez) dias, contados da data da homologação; e

II - a chefia imediata do interessado receberá cópia do termo, para ciência e acompanhamento do efetivo cumprimento das obrigações assumidas.

Art. 7º Transcorrido o prazo previsto no art. 5º, V, desta Portaria, o cumprimento do TAC será avaliado pela autoridade que o celebrou, conforme diligências, se necessárias, e análise conclusiva que lhe for submetida.

Parágrafo único. Atestado o cumprimento, os respectivos registros serão efetuados e os autos serão arquivados.

Art. 8º No caso de descumprimento do TAC, o órgão competente adotará imediatamente as providências necessárias com vistas à instauração ou ao prosseguimento do processo de natureza disciplinar, inclusive com reativação da função da Comissão Processante ou designação de nova Comissão Processante, nos casos de suspensão.

§ 1º O descumprimento do TAC será atestado pela autoridade celebrante.

§ 2º As circunstâncias do descumprimento poderão, eventualmente, ensejar nova apuração.

§ 3º Aplicar-se-á o disposto no art. 3º, § 4º, desta Portaria, em caso de descumprimento das obrigações assumidas no TAC.

Art. 9º O descumprimento do TAC e a adoção das providências prevista no art. 8º, caput, inviabilizam o acolhimento de outra proposta de TAC em favor do interessado, pelo prazo de 3 (três) anos, contado da data do ateste de descumprimento previsto no art. 9º, § 1º, desta Portaria.

Art. 10. Os órgãos competentes para instauração de procedimentos disciplinares poderão regulamentar os procedimentos internos para celebração do TAC.

Art. 11. O TAC será firmado na forma do anexo desta Portaria.

Art. 12. Fica revogada a Portaria AGU nº 248, de 10 de agosto de 2018.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor em 04 de maio de 2020.

**RENATO DE LIMA FRANÇA**

Suplemento A do BSE Nº 17, de 29 de abril de 2020.

ANEXO

MODELO

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Processo Administrativo nº: ...........................................

A(O) .............................. (indicar o órgão competente para abertura de procedimentos disciplinares), neste ato representada(o) pela(o) .............................. (indicar cargo da autoridade competente, chefe do órgão), doravante denominado(a) AUTORIDADE COMPETENTE, e .............................., .............................. (nome e cargo do interessado), inscrito(a) sob a matrícula SIAPE no .............................., lotado(a) na .............................., e em exercício na ............................, doravante designado(a) COMPROMISSÁRIO(A), que comparece mediante livre e espontânea vontade a prática deste ato;

CONSIDERANDO a necessária observância, pela Administração Pública, dos princípios da razoabilidade, finalidade, eficiência, adequação entre os meios e os fins, bem como a adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, nos termos do art. 14 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e do art. 2º, caput e parágrafo único, incisos VI e IX, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

CONSIDERANDO o crescente estímulo, no ordenamento jurídico brasileiro, à adoção de instrumentos consensuais para a resolução de conflitos, inclusive com a finalidade de reduzir custos operacionais, além da obtenção de solução permanente ao conflito;

CONSIDERANDO os termos, no âmbito da Advocacia Geral da União, do PARECER Nº 19/2017/CGAU/AGU, de 24 de fevereiro de 2017, aprovado pelo DESPACHO Nº 1165/2017/CGAU/AGU, de 35 de maio de 2017, pelo DESPACHO DO CORREGEDOR-GERAL DA ADVOCACIA DA UNIÃO Nº 1.652/2017/CGAU/AGU, de 31 de maio de 2017, pelo DESPACHO DA ADVOGADA-GERAL DA UNIÃO S/Nº, de 30 de junho de 2017, documentos acostados ao Processo Administrativo nº 00406.002921/2013-77, Seq. 17/21, no qual restou consignada a viabilidade jurídica da adoção de alternativas à instauração de processo disciplinar para condutas de menor potencial ofensivo, assim entendidas como aquelas para as quais a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, comina a penalidade de advertência, caso não haja circunstâncias que agravem a situação fática;

RESOLVEM:

Celebrar o presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC), que não se constitui penalidade administrativa, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira

O presente TAC é regulamentado pela Portaria AGU nº 156, de 29 de abril de 2020, tendo sido observados seus requisitos, para os fins desta celebração, nos termos do Parecer ou Nota nº .............................., exarado no Processo Administrativo nº ........................, declarando-se o(a) COMPROMISSÁRIO(A) estar ciente das respectivas normas regentes e das condições, prazo e obrigações assumidas.

Cláusula Segunda

A conduta praticada pelo(a) COMPROMISSÁRIO(A), concernente à ........................... (apresentação dos elementos e fundamentos de fato), subsume-se à hipótese prevista no art. .......... da Lei nº 8.112, de 1990 (apresentação dos fundamentos de direito), à qual é imputada, em tese, a penalidade de advertência, tratando-se, portanto, de irregularidade de menor potencial ofensivo, conforme consta do Parecer ou Nota nº ...............................

Parágrafo único

Em síntese, o fato pode ser descrito da seguinte forma: ..................................... .

Cláusula Terceira

O(A) COMPROMISSÁRIO(A) declara estar ciente da irregularidade a que deu causa, constituindo o presente termo ato inequívoco de reconhecimento da ocorrência do fato, e compromete-se a adequar sua conduta, em observância aos deveres e proibições previstas na legislação vigente, notadamente a norma ........................... (indicar lei ou normas regulamentares), abstendo-se de praticar (ou praticando, conforme o caso) o ato concernente à ..........................., o que declara ser de sua livre e espontânea vontade.

Cláusula Quarta

O COMPROMISSÁRIO(A) compromete-se, ainda, no prazo de ......................... (indicar prazo de cumprimento de até 2 (dois) anos), a contar da homologação, a:

a)

b)

c)

(descrever as obrigações específicas, com seus respectivos prazos e modos de cumprimento, sendo possível que as obrigações tenham prazos/modos distintos de execução)

Parágrafo Único

(Indicação de outras condições necessárias à assinatura do TAC, a critério da autoridade competente para instauração do processo disciplinar).

Cláusula Quinta

A prestação de contas e a fiscalização do cumprimento das obrigações ora assumidas pelo(a) COMPROMISSÁRIO(A) no presente termo ocorrerá da seguinte forma: ........................... (descrever a forma de prestação de contas e/ou fiscalização das obrigações).

Cláusula Sexta

A homologação do TAC será comunicada à chefia imediata do(a) COMPROMISSÁRIO(A), com envio de cópia deste termo, para ciência e acompanhamento das obrigações assumidas (indicar o acompanhamento apenas se for o caso e indicar a quais obrigações este se refere).

Cláusula Sétima

O descumprimento não justificado das disposições do presente termo deverá acarretar a continuidade da apuração dos fatos no âmbito disciplinar, sem prejuízo da apuração relativa à inobservância das obrigações previstas neste TAC, além de impedir o(a) COMPROMISSÁRIO(A) de celebrar novo TAC pelo prazo de 3 (três) anos.

Parágrafo Único

A continuidade da apuração disciplinar, na forma do caput, não impedirá que a Comissão Processante indique, motivadamente e diante da prova dos autos, a alteração da capitulação da irregularidade confessada nas Cláusulas Segunda e Terceira, e tampouco impedirá o agravamento da penalidade.

Cláusula Oitava

O respectivo processo administrativo em curso (nº ......................), de natureza preliminar, investigativa ou disciplinar, ficará suspenso durante o prazo estabelecido na Cláusula Quarta, e resolver-se-á com a verificação, pela AUTORIDADE COMPETENTE, do devido cumprimento do TAC, ressalvado o disposto na Cláusula Sétima.

Cláusula Nona

O TAC deverá ser homologado pelo ........................... (indicar cargo da autoridade competente para aplicar penalidade), sendo certo que somente após a devida homologação surtirá seus regulares efeitos.

Cláusula Décima

O TAC será arquivado na (o) ........................... (indicar órgão competente para sua celebração) para resguardo da informação e aferição da inviabilidade disposta na Cláusula Décima Segunda, não sendo considerado como antecedente funcional.

Cláusula Décima Primeira

Após cumpridas as obrigações previstas neste termo no prazo fixado na Cláusula Quarta, deverá ser atestado o cumprimento deste TAC pela AUTORIDADE COMPETENTE.

Cláusula Décima Segunda

O(A) COMPROMISSÁRIO(A) manifesta ciência de que não poderá celebrar novo TAC no período de 2 (dois) anos subsequentes à data da homologação deste TAC, ou no prazo de 3 (três) anos, na hipótese do caput da Cláusula Sétima.

Local e Data.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

COMPROMISSÁRIO(A)

Local e Data.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

AUTORIDADE COMPETENTE PELA CELEBRAÇÃO

HOMOLOGO, por estar de acordo com o inteiro teor e as cláusulas previstas neste TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA.

Local e Data.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

AUTORIDADE COMPETENTE PELA HOMOLOGAÇÃO

Suplemento A do BSE Nº 17, de 29 de abril de 2020.

**PORTARIA Nº 173, DE 15 DE MAIO DE 2020.\***

*Delega a competência para autorizar a realização de acordos ou transações para prevenir ou terminar litígios judiciais ou extrajudiciais às autoridades que menciona, e dá outras providências.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, no Decreto nº 10.201, de 15 de janeiro de 2020, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 00688.000728/2018-97, resolve:

Art. 1º Fica delegada ao Secretário-Geral de Contencioso a competência para, no âmbito das atribuições da Secretaria-Geral de Contencioso, autorizar a realização de acordos ou transações, em juízo, para prevenir ou terminar litígios de competência do Supremo Tribunal Federal, que envolvam:

I - obrigações de fazer ou deixar de fazer da União; e

II - créditos ou débitos:

a) da União;

b) de empresa pública federal dependente superiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); e

c) de empresa pública federal dependente de menor porte superiores a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Parágrafo único. A delegação de que trata ocaput:

I - não inclui as competências de autorizar a realização de acordos ou transações, em juízo, para prevenir ou terminar litígios de competência do Supremo Tribunal Federal, delegadas ao Procurador-Geral Federal, ao Procurador-Geral do Banco Central do Brasil e ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional, previstas, respectivamente, nos parágrafos únicos do arts. 3º e 4º.

II - não se aplica aos processos de controle concentrado de constitucionalidade.

Art. 2º Fica delegada ao Procurador-Geral da União a competência para, no âmbito de suas atribuições, autorizar a realização de acordos ou transações para prevenir ou terminar litígios, judiciais ou extrajudiciais, que envolvam:

I - obrigações de fazer ou deixar de fazer da União; e

II - créditos ou débitos:

a) da União superiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

b) de empresa pública federal dependente superiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); e

c) de empresa pública federal dependente de menor porte superiores a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Art. 3º Fica delegada ao Procurador-Geral Federal e ao Procurador-Geral do Banco Central do Brasil a competência para, no âmbito de suas atribuições, autorizar a realização de acordos ou transações para prevenir ou terminar litígios, judiciais ou extrajudiciais, que envolvam obrigações de fazer ou deixar de fazer, créditos ou débitos superiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), respectivamente, de autarquias ou fundações púbicas federais, ou do Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. A delegação de que trata o caput inclui a competência de autorizar a realização de acordos ou transações, em juízo, para terminar litígios de competência do Supremo Tribunal Federal.

Art. 4º Fica delegada ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional a competência para, no âmbito de suas atribuições, autorizar a realização de acordos ou transações para prevenir ou terminar litígios, judiciais ou extrajudiciais, de natureza fiscal da União.

Parágrafo único. A delegação de que trata o caput inclui a competência de autorizar a realização de acordos ou transações, em juízo, para terminar litígios de competência recursal do Supremo Tribunal Federal.

Art. 5º Fica delegada ao Consultor-Geral da União a competência para, no âmbito de suas atribuições, desde que não haja litígio judicial em curso, autorizar a realização de acordos ou transações em trâmite na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal ou no Tribunal de Contas da União que envolvam:

I - a União;

II - empresa pública federal dependente quanto a créditos ou débitos superiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); e

III - empresa pública federal dependente de menor porte quanto a créditos ou débitos superiores a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Art. 6º Fica delegada ao Diretor da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Consultoria-Geral da União a competência de homologação de termo de conciliação lavrado no âmbito da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal.

Art. 7º A realização de acordos ou transações que envolvam créditos ou débitos com valor igual ou superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) dependerá de prévia e expressa autorização das autoridades delegatárias referidas nos arts. 1º ao 5º desta Portaria, juntamente com as autoridades previstas nos §§ 1º e 2º do art. 2º do Decreto nº 10.201, de 15 de janeiro de 2020.

§ 1º No caso de empresa pública federal dependente, os acordos ou transações que envolvam créditos ou débitos com valor igual ou superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) deverão ser autorizados pelas autoridades delegatárias de que trata o caput em conjunto com as autoridades previstas nos incisos I e II do § 4º do art. 2º do Decreto nº 10.201, de 2020.

§ 2º No caso de empresa pública federal dependente de menor porte, a ressalva do §1º aplica-se aos acordos ou transações com valor igual ou superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Art. 8º Os dados dos acordos e transações realizados deverão ser registrados no Sistema AGU de Inteligência Jurídica (Sapiens) ou sistema de controle processual equivalente, anexando-se os documentos pertinentes, em especial os relacionados à sua viabilidade, autorização e homologação.

Parágrafo único. Fica dispensada a produção e anexação dos documentos relacionados à viabilidade dos acordos e transações com valores iguais ou inferiores a sessenta salários mínimos e nas matérias em que haja autorização prévia para realização de acordos e transações emitida pelas autoridades previstas nesta Portaria.

Art. 9º As competências delegadas pelos arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º poderão ser subdelegadas.

Art. 10. O Secretário-Geral de Contencioso, o Procurador-Geral da União, o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, o Procurador-Geral Federal, o Procurador-Geral do Banco Central do Brasil e o Consultor-Geral da União regulamentarão, no âmbito de suas atribuições, os procedimentos para a formalização dos acordos e transações judiciais e extrajudiciais de que trata esta Portaria.

Art. 11. Ficam revogados:

I - os art. 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da Portaria AGU nº 990, de 16 de julho de 2009;

II - a Portaria AGU nº 1.172, de 11 de agosto de 2010;

III - a Portaria AGU nº 309, de 25 de agosto de 2017; e

IV - o art. 1º da Portaria AGU nº 1.397, de 16 de setembro de 2010.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor em 1º de junho de 2020.

**JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR**

DOU de 18.5.2020 (\*Republicada no DOU de 22.5.2020).

**PORTARIA Nº 249, DE 8 DE JULHO DE 2020.**

*Regulamenta a transação por proposta individual dos créditos administrados pela Procuradoria-Geral Federal e dos créditos cuja cobrança compete à Procuradoria-Geral da União.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, VI e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, tendo em vista o disposto no inciso III do § 4º do art. 1º e no art. 15 da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 00400.000618/2020-19, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Portaria regulamenta a transação por proposta individual dos créditos administrados pela Procuradoria-Geral Federal e dos créditos cuja cobrança compete à Procuradoria-Geral da União, conforme previsto na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020.

§ 1º A transação prevista nocaputterá como finalidade a resolução de litígios administrativos ou judiciais e abrangerá apenas os créditos consolidados de pessoas físicas ou jurídicas classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação, a critério da autoridade administrativa competente, desde que inexistam indícios de esvaziamento patrimonial fraudulento.

§ 2º A consolidação dos créditos de que trata o § 1º poderá ser feita de forma isolada ou cumulativa pela Procuradoria-Geral Federal e pela Procuradoria-Geral da União.

§ 3º A aplicação desta Portaria fica condicionada à implementação por parte da União e das autarquias e fundações públicas federais de mecanismos e modificações em seus sistemas informatizados de cobrança que propiciem a realização da transação por proposta individual.

Art. 2º Não se aplica o disposto nesta Portaria:

I - aos acordos ou transações realizados com fundamento exclusivamente na Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997; e

II - aos créditos que foram objeto de transação, acordo ou parcelamento, ainda que distintos, pelo prazo de dois anos, contado da data da rescisão.

Art. 3º Para os fins desta Portaria, consideram-se:

I - créditos administrados pela Procuradoria-Geral Federal: créditos que, após regular constituição no âmbito das autarquias e fundações públicas federais, encontram-se inscritos em dívida ativa e estejam aptos a serem cobrados pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal; e

II - créditos cuja cobrança compete à Procuradoria-Geral da União: créditos da União não classificáveis como dívida ativa da Fazenda Pública, nos termos do art. 2º da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.

Art. 4º A celebração da transação observará os princípios da legalidade, devido processo legal, isonomia, capacidade contributiva, transparência, moralidade, razoável duração dos processos e eficiência e, resguardadas as informações protegidas por sigilo, o princípio da publicidade, sem prejuízo da utilização de outros princípios, em especial aqueles contidos na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

CAPÍTULO II

DA TRANSAÇÃO POR PROPOSTA INDIVIDUAL

**Seção I**

**Disposições gerais**

Art. 5º A transação por proposta individual poderá ser oferecida pela Procuradoria-Geral Federal, pela Procuradoria-Geral da União ou pelo devedor.

Art. 6º Para efeito do disposto nesta Portaria, é vedada a proposta de transação que envolva:

I - a redução do montante principal do crédito;

II - os créditos das autarquias e fundações públicas federais não inscritos em dívida ativa;

III - os créditos apurados em acordos de leniência, nos termos do Capítulo V da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

IV - os créditos decorrentes de condenação pela prática de ato de improbidade administrativa ou de acordo de não persecução cível, nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;

V - os créditos decorrentes de decisões da Justiça Eleitoral; e

VI - os créditos decorrentes de condenação, nos termos do Capítulo VI da Lei nº 12.846, de 2013.

**Seção II**

**Das condições e requisitos para a realização da transação**

Art. 7º A exclusivo critério da Procuradoria-Geral Federal ou da Procuradoria-Geral da União, poderão ser exigidas do devedor as seguintes condições para a celebração da transação, dentre outras:

I - manutenção das garantias associadas aos créditos transacionados, quando a transação envolver parcelamento, moratória ou diferimento; e

II - apresentação de garantias reais ou fidejussórias, cessão fiduciária de direitos creditórios, alienação fiduciária de bens móveis, imóveis ou de direitos, bem como créditos líquidos e certos do devedor em desfavor da União, reconhecidos em decisão transitada em julgado.

Art. 8º A transação por proposta individual poderá dispor sobre:

I - parcelamento;

II - concessão de desconto nos acréscimos legais correspondente à quantidade de parcelas;

III - diferimento ou moratória; e

IV - oferecimento, substituição ou alienação de garantias e de constrições.

Art. 9º O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros:

I - equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e

II - de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

Art. 10. Quando a transação envolver a concessão de descontos, os ônus sucumbenciais e os encargos legais, conforme o caso, serão reduzidos na mesma proporção, não podendo, em hipótese alguma, ser adimplidos em prazo inferior ao assinalado para adimplemento do crédito principal ou, ainda, ser objeto de qualquer uma das modalidades de transação previstas nesta Portaria em condições mais benéficas ao credor do que aquelas asseguradas relativamente ao crédito principal.

Art. 11. A formalização da transação não constitui autorização para o levantamento, desconstituição ou cancelamento da penhora, arresto de bens ou outras garantias efetivadas nas ações judiciais que tenham por objeto os créditos incluídos na transação, salvo se expressamente previsto no termo.

§ 1º Formalizada a transação nos termos do art. 28, admite-se o pagamento de parcelas mediante a conversão em renda de depósitos judiciais vinculados ao crédito objeto da transação, desde que essa hipótese esteja prevista no termo de transação.

§ 2º Na hipótese do § 1º, considera-se como data do pagamento a data da realização da conversão em renda, independentemente das datas em que o devedor renunciou ao direito, nos termos do inciso V do art. 27.

§ 3º Realizada a conversão em renda, conforme o montante recolhido, o credor deverá dar quitação às parcelas, seguindo a ordem crescente dos prazos de vencimento.

**Seção III**

**Da transação individual proposta pela Procuradoria-Geral Federal e pela Procuradoria-Geral da União**

Art. 12. A transação individual poderá ser proposta pela Procuradoria-Geral Federal e pela Procuradoria Geral da União, dentro de critérios de conveniência e oportunidade, aos:

I - devedores em face dos quais o valor consolidado dos créditos da União ou dos créditos inscritos em dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais seja superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

II - devedores falidos, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, em processo de liquidação judicial ou extrajudicial ou em processo de intervenção extrajudicial;

III - Estados, Distrito Federal e Municípios e respectivas entidades de direito público da administração indireta; e

IV - devedores cujos débitos estejam suspensos por decisão judicial ou garantidos por penhora, carta de fiança ou seguro garantia.

Art. 13. O devedor será notificado da proposta de transação individual formulada pela Procuradoria-Geral Federal e pela Procuradoria-Geral da União por via eletrônica ou postal.

Parágrafo único. Para recebimento da proposta de transação por via eletrônica, o devedor deverá efetuar seu cadastro na plataforma do sistema Sapiens Dívida, no módulo transação da Advocacia-Geral da União, disponível em www.agu.gov.br .

Art. 14. O recebimento da proposta não exime o devedor de apresentar todos os documentos elencados no art. 15.

**Seção IV**

**Da transação individual proposta pelo devedor**

Art. 15. Os devedores que possuam créditos classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação poderão apresentar proposta de transação individual, que conterá obrigatoriamente:

I - a qualificação completa do requerente e, no caso de pessoa jurídica, de seus sócios, controladores, administradores, gestores e representantes legais, com endereços válidos, inclusive eletrônicos, para as comunicações e notificações do processo administrativo de transação;

II - a relação completa dos créditos inscritos em dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais em que figura como devedor, com a respectiva data de inscrição, e dos créditos em cobrança pela Procuradoria-Geral da União;

III - a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa atualizada dos respectivos valores demandados, bem como as suas respectivas certidões de objeto e pé;

IV - a exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira;

V - a declaração de que o sujeito passivo ou responsável tributário, durante o cumprimento do acordo, não alienará bens ou direitos sem proceder à devida comunicação prévia;

VI - a relação de bens e direitos de propriedade do requerente, dos seus sócios administradores e das sociedades empresariais nas quais estes tenham qualquer tipo de participação societária, no país ou no exterior, com a respectiva localização e destinação, com apresentação, para créditos com valores consolidados acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), de laudo de avaliação atualizada dos bens e ativos, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada;

VII - a declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física ou Jurídica dos últimos três anos do devedor principal e dos sócios administradores ou a declaração de que não dispõe de bens no país ou no exterior; e

VIII - a declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física ou Jurídica dos últimos três anos de todas as sociedades empresariais nas quais o devedor principal ou os sócios administradores tenham qualquer participação societária.

§ 1º O requerente renunciará expressamente, na proposta de transação individual, aos sigilos fiscal e bancário, a fim de que a Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Geral da União possam averiguar a veracidade das informações prestadas no requerimento.

§ 2º A apresentação da proposta pelo devedor interrompe a prescrição da pretensão executória, nos termos do art. 2º-A, incisos IV e V, da Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999, e do art. 174, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

§ 3º A apresentação de qualquer informação falsa sujeita as pessoas físicas ou jurídicas às sanções penais e administrativas e implicam o imediato indeferimento do pedido de transação.

Art. 16. A proposta de transação individual será apresentada pelo devedor na unidade da Procuradoria-Geral Federal ou da Procuradoria Geral da União de seu domicílio fiscal.

Parágrafo único. Tratando-se de devedor pessoa jurídica, o domicílio de que trata ocaputserá o domicílio do estabelecimento matriz.

**Seção V**

**Dos créditos irrecuperáveis ou de difícil recuperação**

**Subseção I**

**Disposições gerais**

Art. 17. Para a classificação dos créditos como irrecuperáveis ou de difícil recuperação, deverão ser observadas, isolada ou cumulativamente, as seguintes diretrizes:

I - o tempo em cobrança, com o esgotamento dos meios ordinários estabelecidos nas normas internas da Procuradoria Geral Federal e da Procuradoria Geral da União;

II - a suficiência e liquidez das garantias associadas aos créditos;

III - a existência de parcelamentos ativos;

IV - a perspectiva de êxito das estratégias administrativas e judiciais de cobrança;

V - o custo da cobrança judicial;

VI - o histórico de parcelamentos dos créditos; e

VII - a capacidade de pagamento.

Art. 18. Para os fins desta Portaria os créditos serão considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação quando verificado, de forma cumulativa:

I - o esgotamento das medidas ordinárias de cobrança, sem a localização de bens passíveis de penhora; e

II - a falta de demonstração de capacidade de pagamento pelo devedor, conforme análise a ser realizada pela Procuradoria-Geral Federal e pela Procuradoria-Geral da União, nos termos da regulamentação específica de cada órgão.

Art. 19. O esgotamento dos meios ordinários de cobrança ocorrerá pelo cumprimento de todas as diligências de cobrança estabelecidas nas normas internas da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral da União para cada faixa de valor, com a consequente:

I - suspensão de execução fiscal nos termos do art. 40 da Lei 6.830, de 1980, pela não existência de bens passíveis de penhora;

II - suspensão do processo de execução previsto no inc. III do art. 921 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil; ou

III - adoção de todas as medidas administrativas de cobrança extrajudicial dos créditos que não atinjam o mínimo estabelecido para cobrança judicial, conforme normatização da Advocacia-Geral da União, desde que:

a) estejam inscritos em dívida ativa há mais de três anos, no caso da Procuradoria-Geral Federal; ou

b) sejam oriundos de título judicial ou extrajudicial constituído há mais de três anos, no caso da Procuradoria-Geral da União.

Parágrafo único. Caso tenha havido parcelamento ou pagamento parcial, o prazo de três anos previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso III docaputserá contado a partir da data da rescisão do parcelamento ou da data da conversão em renda do pagamento parcial.

Art. 20. A falta de capacidade de pagamento deverá ser demonstrada pelo devedor a partir da apresentação dos documentos referidos no art. 15.

§ 1º A apresentação dos documentos não pressupõe a falta de capacidade de pagamento, a qual dependerá de análise a ser realizada pela Procuradoria-Geral Federal e pela Procuradoria-Geral da União.

§ 2º A falta de capacidade de pagamento será afastada, caso se constate:

I - bens penhorados ou qualquer tipo de garantia em processo administrativo ou judicial em valor superior à dívida consolidada; e

II - bens ou direitos penhoráveis em nome do espólio, do devedor ou dos sócios administradores em valor superior à dívida consolidada.

Art. 21. Serão ainda considerados créditos irrecuperáveis ou de difícil recuperação, aqueles cujos devedores sejam:

I - pessoas físicas com indicativo de óbito e inexistência de bens ou direitos;

II - pessoas jurídicas com falência decretada ou que estejam em intervenção, recuperação ou liquidação, sejam judiciais ou extrajudiciais; e

III - pessoas jurídicas cuja situação cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ conste:

a) baixa por:

1. inaptidão;

2. inexistência de fato;

3. omissão contumaz; ou

4. encerramento da falência, liquidação ou liquidação judicial;

b) inaptidão por:

1. localização desconhecida;

2. inexistência de fato;

3. omissão e não localização;

4. omissão contumaz; ou

5. omissão de declarações; e

c) suspensão por inexistência de fato.

Parágrafo único. A empresa, os sócios ou as pessoas físicas que a representam não poderão provocar deliberadamente as situações cadastrais previstas no inciso III docaputpara fazer jus à transação estabelecida na presente Portaria, sob pena de rescisão, sem prejuízo de eventuais sanções penais e administrativas decorrentes de seus atos.

**Subseção II**

**Dos créditos irrecuperáveis ou de difícil recuperação devidos por pessoas jurídicas**

Art. 22. Serão observados os seguintes parâmetros para a transação de créditos classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação devidos por pessoas jurídicas:

I - pagamento de entrada correspondente a cinco por cento do valor devido consolidado, sem reduções, devendo a quantia remanescente ser:

a) liquidada integralmente, em parcela única, com redução de cinquenta por cento; ou

b) parcelada em até doze meses, com redução de quarenta e cinco por cento; ou

II - pagamento de entrada correspondente a cinco por cento do valor consolidado, sem reduções, devendo a quantia remanescente ser parcelada em até:

a) vinte e quatro meses, com redução de trinta e cinco por cento;

b) quarenta e oito meses, com redução de vinte e cinco por cento;

c) sessenta meses, com redução de quinze por cento; ou

d) oitenta e quatro meses, com redução de dez por cento.

§ 1º Na hipótese de a aplicação das reduções previstas neste artigo resultar em valor total a ser pago inferior ao montante principal do crédito, as parcelas remanescentes, após o pagamento da entrada, serão calculadas com base no valor principal do crédito.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às microempresas, empresas de pequeno porte, instituições de ensino, santas casas de misericórdia, sociedades cooperativas ou demais organizações da sociedade civil de que trata a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

**Subseção III**

**Dos créditos irrecuperáveis ou de difícil recuperação devidos por pessoas físicas**

Art. 23. Serão observados os seguintes parâmetros para a transação de créditos classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação devidos por pessoa física:

I - pagamento de entrada correspondente a cinco por cento do valor devido consolidado, sem reduções, devendo a quantia remanescente ser:

a) liquidada integralmente, em parcela única, com redução de setenta por cento;

b) parcelada em até doze meses, com redução de sessenta por cento; ou

II - pagamento de entrada correspondente a cinco por cento do valor consolidado, sem reduções, devendo a quantia remanescente ser parcelada em até:

a) vinte e quatro meses, com redução de cinquenta por cento;

b) quarenta e oito meses, com redução de quarenta por cento;

c) sessenta meses, com redução de trinta por cento;

d) oitenta e quatro meses, com redução de vinte por cento; ou

e) cento e quarenta e cinco meses, com redução de dez por cento.

§ 1º Na hipótese de a aplicação das reduções previstas neste artigo resultar num valor total a ser pago inferior ao montante principal do crédito, as parcelas remanescentes após o pagamento da entrada serão calculadas com base no valor principal do crédito.

§ 2º O disposto neste artigo se aplica às microempresas, empresas de pequeno porte, instituições de ensino, santas casas de misericórdia, sociedades cooperativas ou demais organizações da sociedade civil de que trata a Lei nº 13.019, de 2014.

**Subseção IV**

**Dos créditos irrecuperáveis ou de difícil recuperação devidos por empresários ou sociedades empresárias em recuperação judicial**

Art. 24. A proposta de transação individual poderá ser apresentada pelo credor ou pelo devedor em recuperação judicial, em até sessenta dias contados da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, observado o seguinte:

I - na hipótese de empresário individual, microempresa ou empresa de pequeno porte em recuperação judicial, o prazo para quitação será de até cento e quarenta e cinco meses e a redução da dívida será de setenta por cento; ou

II - nos demais casos, o prazo para quitação será de até oitenta e quatro meses e a redução da dívida será de cinquenta por cento.

§ 1º Nas hipóteses previstas nos incisos I e II docaput, a Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria-Geral da União poderão conceder o diferimento do pagamento da segunda parcela, pelo prazo máximo de cento e oitenta dias, contados da formalização do acordo de transação.

§ 2º No caso de a proposta ser apresentada após o prazo previsto nocaput, a proposta de transação deverá observar o disposto nos arts. 22 e 23, conforme o caso.

§ 3º Na hipótese de a aplicação das reduções previstas neste artigo resultar num valor total a ser pago inferior ao montante principal do crédito, as parcelas remanescentes após o pagamento da entrada serão calculadas com base no valor principal do crédito.

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo, no que couber, aos devedores com falência decretada ou que estejam em intervenção, recuperação extrajudicial ou liquidação judicial ou extrajudicial.

**Seção VI**

**Do termo de transação e seus efeitos**

Art. 25. Havendo consenso para a formalização da transação, serão adotados a título de termo de transação modelos a serem divulgados pela Procuradoria-Geral Federal e pela Procuradoria-Geral da União.

Art. 26. O termo de transação conterá as assinaturas dos representantes do credor e do devedor e, caso a transação encerre litígio judicial, dependerá da homologação do juiz, nos termos da alínea "c" do inciso III do art. 487 do Código de Processo Civil.

Art. 27. O devedor, ao firmar o termo de transação, deverá assumir, no mínimo, os seguintes compromissos:

I - não utilizar a transação de forma abusiva, com a finalidade de limitar, falsear ou prejudicar, de qualquer forma, a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;

II - não utilizar pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública federal;

III - não alienar nem onerar bens ou direitos sem a devida comunicação prévia ao órgão da Fazenda Pública competente, quando exigível em decorrência de lei ou do termo de transação;

IV - declarar expressamente que as informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais prestadas à Administração Pública são verdadeiras e que não omitiu informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores;

V - renunciar a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundem ações judiciais, incluídas as coletivas, ou recursos que tenham por objeto os créditos incluídos na transação, por meio de requerimento de extinção do respectivo processo com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do art. 487 do Código de Processo Civil.

§ 1º A renúncia de que trata o inciso V docaputdeverá ser protocolada no prazo de trinta dias a contar da formalização da transação e não exime o devedor quanto à obrigação de pagar ônus sucumbenciais eventualmente fixados em decisão judicial, os quais não estão abrangidos pela transação de que trata esta Portaria.

§ 2º Ao requerer a transação, o devedor deverá indicar os números das ações judiciais e dos recursos sobre os quais incidirá a renúncia de que trata o inciso V docaput, devendo constar do termo de transação cláusula expressa do compromisso de renúncia.

§ 3º O descumprimento de qualquer dos compromissos assumidos pelo devedor acarretará a rescisão da transação e a perda de todos os benefícios dela decorrentes.

Art. 28. A transação formaliza-se com o pagamento da entrada ou, caso não seja exigida entrada, da primeira parcela.

Art. 29. O vencimento da primeira parcela dos créditos objeto da transação dar-se-á até o último dia útil do mês da assinatura do termo e as parcelas subsequentes no mesmo dia dos meses seguintes.

Art. 30. Observada a natureza jurídica do devedor e a classificação do crédito, caberá ao devedor optar pelo prazo do pagamento conjugado com o percentual da redução da dívida, conforme estabelecido nos arts. 22, 23 e 24.

Art. 31. A transação não implica novação da dívida.

Art. 32. A formalização da transação representa confissão de dívida e instrumento hábil e suficiente para a exigência do crédito ou das garantias, a depender da situação.

Parágrafo único. Para efeito do disposto nesta Portaria, os valores sujeitos à transação serão definitivamente consolidados no mês de formalização do termo de transação.

Art. 33. Compete ao Advogado da União ou ao Procurador Federal responsável pelo processo de transação assinar o respectivo termo, observadas as autorizações e alçadas fixadas em lei, decreto ou ato normativo interno da Advocacia-Geral da União.

Art. 34. A assinatura do termo de transação importa em aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Portaria e em sua regulamentação, de modo a constituir confissão irrevogável e irretratável dos créditos abrangidos por ela, nos termos dos arts. 389 a 395 do Código de Processo Civil.

Art. 35. A formalização da transação suspenderá a exigibilidade dos créditos por ela abrangidos.

Art. 36. No termo de transação constará cláusula específica indicativa de que as partes apresentam a anuência quanto à suspensão convencional do processo, com fundamento no inciso II docaputdo art. 313 do Código de Processo Civil, até que sobrevenha a extinção dos créditos ou a eventual rescisão da transação.

Art. 37. A extinção dos créditos condiciona-se ao cumprimento integral das condições previstas no termo de transação.

**Seção VII**

**Da rescisão da transação**

Art. 38. A transação será rescindida mediante a ocorrência de qualquer uma das seguintes situações:

I - descumprimento das condições, das cláusulas ou dos compromissos assumidos;

II - constatação, pelo credor, de ato tendente ao esvaziamento patrimonial do devedor como forma de fraudar o cumprimento da transação, ainda que realizado anteriormente à sua celebração;

III - decretação de falência ou de extinção, pela liquidação, da pessoa jurídica transigente, ressalvados os casos de que trata o § 4º do art. 24;

IV - falta de pagamento de três parcelas consecutivas ou de seis alternadas;

V - concessão de medida cautelar fiscal, nos termos da Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992; ou

VI - ocorrência de alguma das hipóteses rescisórias adicionalmente previstas no respectivo termo de transação.

Art. 39. Ocorrida uma das hipóteses previstas no art. 38, o devedor será notificado para apresentar defesa no prazo de trinta dias, na forma da Lei nº 9.784, de 1999.

Parágrafo único. No prazo previsto nocaput, o devedor poderá regularizar a situação que enseja a rescisão da transação.

Art. 40. São efeitos específicos da rescisão da transação:

I - o afastamento dos benefícios concedidos;

II - a cobrança integral das dívidas, deduzidos os valores pagos, nos termos do art. 42;

III - a autorização para que a Fazenda Pública requeira a convolação da recuperação judicial em falência ou ajuíze a ação de falência, conforme o caso;

IV - a exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago;

V - a reinclusão do devedor em cadastros de inadimplentes ou de restrição de créditos; e

VI - a execução da garantia prestada ou vinculada aos créditos.

Art. 41. É considerada inadimplida a prestação paga em valor inferior ao da parcela atualizada.

Art. 42. Rescindida a transação e cancelados os benefícios concedidos, o saldo devedor será calculado da seguinte forma:

I - será apurado o valor original do crédito, com a incidência dos acréscimos legais, até a data da rescisão; e

II - serão deduzidos do valor referido no inciso I deste artigo as prestações pagas, com a incidência dos acréscimos legais, até a data da rescisão.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 43. Na hipótese de a publicação da decisão judicial que defere o processamento da recuperação judicial ser anterior à entrada em vigor desta Portaria, fica permitida, pelo prazo de sessenta dias contados da entrada em vigor desta Portaria, a apresentação de proposta de transação individual pelo devedor, nos termos do art. 24.

Art. 44. Após a apresentação da proposta de transação, as partes poderão valer-se da previsão contida no inciso II docaputdo art. 313 do Código de Processo Civil e convencionar a suspensão de processo judicial que se encontrar em curso.

Parágrafo único. O disposto nocaputsó produzirá seus regulares efeitos após a homologação do juiz responsável.

Art. 45. A Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria-Geral da União disciplinarão, nos seus respectivos âmbitos, o procedimento aplicável à transação de que trata esta Portaria.

Art. 46. Esta Portaria entrará em vigor em 15 de julho de 2020.

**JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR**

DOU de 9.7.2020.

**PORTARIA Nº 346, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020.**

*Dispõe sobre o procedimento prévio ao ajuizamento de ações de controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, III, IX, X e XIII, do artigo 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e de acordo com o que consta no Processo Administrativo nº 00692.001885/2019-31, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre o procedimento prévio ao ajuizamento de ações diretas de inconstitucionalidade, de ações declaratórias de constitucionalidade, de ações declaratórias de inconstitucionalidade por omissão e de arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º O procedimento prévio será coordenado pela Secretaria-Geral de Contencioso, com o objetivo de reunir informações sobre a relevância institucional e a viabilidade jurídica do ajuizamento das ações de controle concentrado de constitucionalidade.

Art. 3º Os pedidos de ajuizamento de ações de controle concentrado de constitucionalidade devem apresentar, no mínimo, as seguintes informações:

I - indicação dos atos normativos e/ou decisórios que se pretende impugnar;

II - manifestação jurídica fundamentada do órgão consultivo ou de representação judicial do órgão solicitante, com a descrição da controvérsia constitucional que justifica a propositura da ação, e a exposição das razões pelas quais se entende pela inconstitucionalidade alegada;

III - demonstração da relevância institucional do pedido, considerando as consequências negativas que a inconstitucionalidade alegada pode acarretar para o prosseguimento de ações, programas e políticas públicas ou outras razões aptas a justificar a medida;

IV - demonstração dos riscos envolvidos, sejam eles econômico-financeiros ou de outra ordem, com quantificação aproximada do impacto decorrente da inconstitucionalidade alegada; e

V - autorização de autoridade política da unidade demandante.

Parágrafo único. São consideradas autoridades políticas, para os fins da presente Portaria, os Ministros de Estado, os Presidentes de autarquias, fundações e agências, o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, o Procurador-Geral Federal, o Procurador-Geral da União e o Procurador-Geral do Banco Central, além dos ocupantes de cargo de Natureza Especial em geral.

Art. 4º Na hipótese de o ajuizamento de ações de controle concentrado afetar atribuições de outro Ministério, a Secretaria-Geral de Contencioso solicitará, por intermédio do respectivo órgão de consultoria e assessoramento jurídicos, a manifestação dos demais órgãos do Poder Executivo Federal possivelmente afetados, que, caso tenham interesse, deverão prestar as informações mencionadas no artigo anterior.

Art. 5º Reunidas todas as informações necessárias, a Secretaria-Geral de Contencioso, no prazo de trinta dias, elaborará sumário descritivo das manifestações apresentadas, que conterá exposição sobre:

I - o contexto original do pedido, com delimitação da controvérsia constitucional apresentada pelo órgão de origem, acrescido das informações eventualmente prestadas pelos demais interessados;

II - a relevância política do pedido, considerando as justificativas apresentadas pelos interessados, o grau de consenso institucional observado após a consulta das unidades pertinentes e a influência da alegada inconstitucionalidade sobre políticas públicas;

III - a viabilidade jurídica do pedido, com a análise do cabimento da medida pleiteada e da tese jurídica a ser alegada, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal; e

IV - a conclusão acerca da possibilidade ou não de ajuizar a ação de controle concentrado de constitucionalidade.

Art. 6º Nas hipóteses em que se concluir pela possibilidade de ajuizamento da ação, o sumário descritivo será encaminhado ao Advogado-Geral da União, que, caso concorde com a proposta, restituirá o procedimento administrativo à Secretaria-Geral de Contencioso para elaboração da minuta de petição inicial, no prazo de quinze dias.

§ 1º Caso o sumário descritivo identifique óbices relevantes ao ajuizamento da ação, o procedimento administrativo poderá ter sua tramitação encerrada pela Secretaria-Geral de Contencioso, dando-se ciência ao Advogado-Geral da União e à unidade demandante.

§ 2º Os pedidos de ajuizamento que não tenham recebido crivo positivo do Advogado-Geral da União serão arquivados.

Art. 7º As informações reunidas no procedimento prévio e a minuta de petição inicial serão encaminhadas pelo Advogado-Geral da União ao Presidente da República, que decidirá a respeito do ajuizamento da ação de controle concentrado de constitucionalidade.

Art. 8º Os pedidos de ajuizamento cuja relevância não atenda aos termos desta Portaria, incluídos aqueles originados anteriormente ao exercício de 2019, poderão ser arquivados, a critério da Secretaria-Geral de Contencioso.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR**

DOU de 25.9.2020.

**PORTARIA Nº 347, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020.**

*Delega competências às autoridades que menciona, e dá outras providências.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos I e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no art. 7º, inciso III do Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007, no Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017, no art.6º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019 e nos artigos. 3º, 5º, 7º e 8º do Decreto 10.193, de 27 de dezembro de 2019, resolve:

CAPÍTULO I

DIÁRIAS E PASSAGENS

**Concessão**

Art. 1º Fica delegada competência às autoridades a seguir relacionadas para, no âmbito de suas respectivas unidades, autorizar a concessão de diárias e passagens para deslocamentos no País:

I - Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União;

II - Chefe de Gabinete do Secretário-Geral de Consultoria;

III - Chefe de Gabinete do Secretário-Geral de Contencioso;

IV - Chefe de Gabinete do Corregedor-Geral da Advocacia da União;

V - Chefe de Gabinete do Procurador-Geral da União;

VI - Chefe de Gabinete do Procurador-Geral Federal;

VII - Chefe de Gabinete do Consultor-Geral da União;

VIII - Diretor de Gestão de Pessoas da Secretaria-Geral de Administração;

IX - Procuradores Regionais da União;

X - Procuradores Regionais Federais;

XI - Procuradores Chefes das Procuradorias da União nos Estados;

XII - Procuradores Chefes das Procuradorias Federais nos Estados;

XIII - Consultores Jurídicos da União nos Estados e no município de São José dos Campos;

XIV - Chefes das Superintendências de Administração da Secretaria-Geral de Administração;

XV - Diretor da Escola da Advocacia-Geral da União.

§ 1º Competirá aos Procuradores Regionais da União, aos Procuradores Regionais Federais, aos Procuradores Chefes das Procuradorias da União nos Estados e aos Procuradores Chefes das Procuradorias Federais nos Estados autorizar a concessão de diárias e passagens para deslocamentos no País dos membros e servidores em exercício nas Procuradorias Seccionais da União e nas Procuradorias Seccionais Federais situadas em seus respectivos Estados.

§ 2º A competência a que se refere este artigo não será objeto de subdelegação.

**Autorizações excepcionais**

Art. 2º Fica delegada competência para autorizar a concessão de diárias e passagens para deslocamentos no País:

I - ao Secretário-Geral de Consultoria, ao Secretário-Geral de Contencioso, ao Consultor-Geral da União, ao Procurador-Geral da União, ao Procurador-Geral Federal e ao Corregedor-Geral da Advocacia da União, ao Secretário-Geral de Administração e ao Diretor da Escola da Advocacia-Geral da União, no âmbito de seus respectivos órgãos e das unidades a eles vinculadas, quando a quantidade for superior a trinta diárias intercaladas por pessoa no ano;

II - aos Chefes de Gabinete do Advogado-Geral da União, da Secretaria-Geral de Consultoria, da Secretaria-Geral de Contencioso, da Corregedoria-Geral da Advocacia da União, da Procuradoria-Geral da União, da Procuradoria-Geral Federal, da Consultoria-Geral da União e ao Diretor da Escola da Advocacia-Geral da União, no âmbito de seus respectivos órgãos e das unidades a eles vinculadas, e ao Diretor de Gestão de Pessoas da Secretaria-Geral de Administração, no âmbito da Secretaria-Geral de Administração e respectivas unidades vinculadas, nas seguintes hipóteses:

a) de mais de cinco pessoas para o mesmo evento;

b) que envolvam pagamento de diárias nos finais de semana, quando solicitadas pelo órgão de direção superior ou pela direção central do órgão singular;

c) por período superior a cinco dias contínuos, quando solicitadas pelo órgão de direção superior ou pela direção central do órgão singular;

d) com prazo de antecedência inferior a quinze dias da data de partida, quando solicitadas pelo órgão de direção superior ou pela direção central do órgão singular.

III - aos Procuradores-Regionais da União e aos Procuradores-Regionais Federais, no âmbito de seus órgãos e das unidades de atuação contenciosa em suas respectivas regiões, nas seguintes hipóteses:

a) quando se tratar de pagamento de diárias nos finais de semana;

b) por período superior a cinco dias contínuos;

c) com prazo de antecedência inferior a quinze dias da data de partida.

§ 1º Nas hipóteses previstas nas alíneas dos incisos II e III, competirá ao Chefe de Gabinete da Consultoria-Geral da União e ao Chefe de Gabinete da Corregedoria-Geral da Advocacia da União autorizar a concessão de diárias e passagens para deslocamentos no País quando se tratar de membro ou servidor em exercício, respectivamente, nas Consultorias Jurídicas da União nos Estados e nos Escritórios da Corregedoria-Geral da Advocacia da União situados fora do Distrito Federal.

§ 2º A competência a que se refere este artigo não será objeto de subdelegação.

CAPÍTULO II

ATOS RELATIVOS A PESSOAL

Art. 3º Fica subdelegada ao Secretário-Geral de Consultoria a competência para, com reserva do exercício de iguais atribuições, praticar atos de provimento de cargos efetivos em decorrência de habilitação em concurso público, em relação aos membros das carreiras de Advogado da União, de Procurador Federal e de Procurador da Fazenda Nacional.

Parágrafo único. Em relação aos membros da carreira de Procurador do Banco Central do Brasil, o provimento de cargos efetivos em decorrência de habilitação em concurso público observará as disposições da Portaria AGU nº 93, de 4 de abril de 2013.

Art. 4º Fica delegada ao Secretário-Geral de Consultoria a competência para, com reserva do exercício de iguais atribuições, em relação aos membros das carreiras de Advogado da União, de Procurador Federal e dos integrantes dos quadros suplementares de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 06 de setembro de 2001:

I - praticar atos de readaptação, recondução, reversão, reintegração e aproveitamento;

II - praticar atos de vacância decorrentes de posse em outro cargo inacumulável, de falecimento e de exoneração do cargo efetivo;

III - conceder aposentadoria e pensão;

IV - conceder licença para tratar de interesses particulares, para atividade política, para acompanhamento de cônjuge ou companheiro, para desempenho de mandato classista e para capacitação;

V - autorizar afastamento para exercício de mandato eletivo;

VI - interromper férias; e

VII - autorizar a liberação para realizar atividades passíveis de recebimento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, de que trata o art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quando ocorrerem durante o horário de trabalho.

Art. 5º Fica delegada ao Secretário-Geral de Consultoria a competência para interromper férias do Secretário-Geral de Administração.

Art. 6º Fica subdelegada ao Secretário-Geral de Administração a competência para, com reserva do exercício de iguais atribuições:

I - praticar atos de nomeação, exoneração, designação e dispensa, conforme o caso, dos titulares relativamente aos cargos em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 1 a 3, e às Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, níveis 1 a 3, bem como dos seus substitutos.

II - praticar atos relativamente às:

a) Funções Gratificadas - FG, de que trata o art. 26 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991;

b) Funções Comissionadas Técnicas - FCT, de que trata o Decreto nº 5.989, de 19 de dezembro de 2006;

c) Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, de que trata o art. 15 da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006;

d) Gratificações Temporárias - GT, de que trata o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002; e

e) Gratificações de Representação - GR, de que trata o art. 4º da Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007.

Art. 7º Fica delegada ao Secretário-Geral de Administração a competência para autorizar a liberação de servidores administrativos para a realização de atividades passíveis de recebimento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, quando ocorrerem durante o horário de trabalho.

Art. 7º-A Fica delegada ao Diretor da Escola da Advocacia-Geral da União competência para editar ato normativo que discipline regras sobre custeio de cursos de pós-graduação**lato**e**strictosensu**no âmbito da Advocacia-Geral da União. **(Incluído pela Portaria nº 355, de 2.10.2020)**

Parágrafo único. O ato mencionado no caput deverá promover o incentivo à capacitação e à correspondente geração de valor público. **(Incluído pela Portaria nº 355, de 2.10.2020)**

CAPÍTULO III

ATOS RELATIVOS À CONTRATAÇÃO

Art. 8º Fica delegada ao Secretário-Geral de Administração a competência para:

I - autorizar a celebração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos a atividades de custeio, sendo permitida a subdelegação, uma única vez, para os contratos com valores iguais ou inferiores a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); e

II - autorizar a celebração de contratos de locação ou a prorrogação dos contratos em vigor, sendo permitida a subdelegação para contratos com valor mensal inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais).

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º O Secretário-Geral de Consultoria exercerá as competências que leis ou decretos atribuírem genericamente a Secretários-Executivos de Ministérios, ressalvadas as hipóteses de delegações e de subdelegações previstas nesta Portaria e as competências relativas à Secretaria-Geral de Administração, previstas no art. 30 do Anexo I do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010 e no Anexo I da Portaria AGU nº 210, de 28 de março de 2019.

Art. 10. Ficam convalidados os atos de concessão de diárias e passagens praticados pelos Secretário-Geral de Consultoria e Secretário-Geral de Administração, a contar da vigência do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, até a data de publicação desta Portaria.

Art. 11. A cessão e a requisição de membros das carreiras de Advogado da União e de Procurador Federal, de integrantes dos quadros suplementares de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43/2001, e de servidores serão efetivadas por ato do Advogado-Geral da União.

Art. 12. Ficam revogadas:

I - a Portaria AGU nº 544, de 17 de julho de 2002;

II - a Portaria AGU nº 612, de 16 de agosto de 2002;

III - a Portaria AGU nº 23, de 27 de janeiro de 2015;

IV - a Portaria AGU nº 616, de 19 de outubro de 2016;

V - a Portaria AGU nº 90, de 02 de março de 2017;

VI - a Portaria AGU nº 109, de 25 de abril de 2018; e

VII - a Portaria AGU nº 610, de 27 de dezembro de 2019.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor em 1º de outubro de 2020.

**JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR**

DOU de 24.9.2020.

**PORTARIA NORMATIVA Nº 2, DE 5 DE JANEIRO DE 2021**[[288]](#footnote-289)

*Dispõe sobre a manifestação jurídica a ser proferida no âmbito dos órgãos consultivos da Advocacia- Geral da União e dos seus órgãos vinculados, acerca de parcerias entre a administração pública federal e organizações da sociedade civil de que cuida a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, disciplinando o disposto no art. 31 do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos I e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, tendo em vista o disposto no § 4º do art. 31 do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 00688.000718/2019-32, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a manifestação jurídica a ser proferida no âmbito dos órgãos consultivos da Advocacia-Geral da União e dos seus órgãos vinculados, acerca de parcerias entre a administração pública federal e organizações da sociedade civil de que cuida a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, disciplinando o disposto no art. 31 do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016.

Art. 2º As manifestações jurídicas de que trata esta Portaria terão por objeto a análise da juridicidade do termo de fomento, do termo de colaboração e do acordo de cooperação, ou a resposta à consulta sobre dúvida específica suscitada pelo gestor da parceria ou por outra autoridade que se manifestar no processo.

§ 1º A análise da juridicidade da parceria aferirá, quando for o caso:

I - a aplicabilidade da Lei nº 13.019, de 2014, e a adequação do uso do termo de colaboração, termo de fomento ou do acordo de cooperação no caso concreto;

II - a regularidade jurídica dos atos praticados até a emissão da manifestação jurídica e das minutas submetidas à apreciação do órgão consultivo, em especial quanto:

a) ao atendimento pelo edital de chamamento público das exigências normativas, incluindo o disposto no art. 24 da Lei nº 13.019, de 2014, e no art. 9º do Decreto nº 8.726, de 2016;

b) ao amparo legal nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade do chamamento público, observado o disposto no art. 4º desta Portaria;

c) ao preenchimento dos requisitos legais para celebração da parceria, sobretudo aqueles previstos nos arts. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;

d) à ausência de impedimentos legais ou de vedações à celebração da parceria, sobretudo aqueles previstos nos arts. 39 e 40 da Lei nº 13.019, de 2014;

e) ao atendimento das exigências normativas pela minuta do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação, incluindo o disposto no art. 42 da Lei nº 13.019, de 2014, e nos arts. 21 a 23 do Decreto nº 8.726, de 2016; e

III - a competência para a assinatura do instrumento de parceria pelo órgão ou entidade da administração pública federal.

§ 2º O órgão consultivo deverá se manifestar previamente à divulgação do edital de chamamento público ou, nas hipóteses de dispensa e de inexigibilidade, antes da celebração da parceria.

Art. 3º As manifestações jurídicas de que trata esta Portaria não conterão posicionamentos conclusivos sobre assuntos não jurídicos, tais como aqueles de conteúdo técnico e de oportunidade ou conveniência.

§ 1º O disposto no caput não impede que o órgão consultivo avalie se os documentos de conteúdo predominantemente técnico contêm os elementos mínimos exigidos pelas normas aplicáveis ou se possuem alguma repercussão jurídica que possa afetar a regularidade dos atos praticados.

§ 2º São considerados documentos de conteúdo predominantemente técnico, entre outros:

I - o plano de trabalho;

II - o parecer do órgão técnico da administração pública de que trata o art. 35, caput, inciso V, da Lei nº 13.019, de 2014; e

III - os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação da execução do objeto.

§ 3º O órgão consultivo poderá eventualmente solicitar subsídios ou esclarecimentos a respeito de documento de conteúdo predominantemente técnico quando reputados indispensáveis para análise da regularidade jurídica dos atos administrativos.

Art. 4º A análise individualizada sobre a juridicidade da celebração da parceria ou de termo aditivo será dispensada:

I - quando houver parecer jurídico que tenha aprovado minuta-padrão aplicável ao caso concreto;

II - quando houver parecer jurídico referencial elaborado nos termos da Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União; ou

III - nas hipóteses previstas nos arts. 5º, § 3º, e 44 do Decreto nº 8.726, de 2016.

Art. 5º A decisão sobre a prestação de contas prescinde de obrigatória manifestação do órgão consultivo, ressalvada a possibilidade de formulação de consulta sobre dúvida jurídica específica.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor em 1º de fevereiro de 2021.

**JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR**

DOU de 7.1.2021 (Retificado o número e a denominação da Portaria no DOU de 8.1.2021)

**PORTARIA NORMATIVA AGU Nº 3, DE 28 DE JANEIRO DE 2021 (\*)**

*Regulamenta o teletrabalho para membros de carreiras jurídicas no âmbito da Advocacia-Geral da União - AGU e da Procuradoria-Geral Federal - PGF e dá outras providências.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos I e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e com base no art. 9º, parágrafo único, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Esta Portaria trata da autorização de teletrabalho para membros das carreiras jurídicas em exercício na Advocacia-Geral da União e na Procuradoria-Geral Federal.

Art. 2º São objetivos desta Portaria:

I - o aumento da eficiência e a melhoria dos resultados institucionais;

II - a busca da sustentabilidade orçamentária e financeira da Advocacia-Geral da União; e

III - a valorização das pessoas e a promoção da qualidade de vida.

Art. 3º Para os fins desta Portaria, considera-se:

I - órgão de direção: Gabinete do Advogado-Geral da União, Secretaria-Geral de Consultoria, Secretaria-Geral de Contencioso, Consultoria-Geral da União, Corregedoria-Geral da Advocacia da União, Procuradoria-Geral da União, Procuradoria-Geral Federal, Secretaria-Geral de Administração, Departamento de Gestão Estratégica e Escola da Advocacia-Geral da União;

II - unidade: unidade de exercício;

III - equipe desterritorializada: equipe criada ou autorizada pelos órgãos de direção em que o trabalho distribuído para o membro não tem vinculação necessária com sua unidade de exercício; e

IV - teletrabalho: modalidade de trabalho em que o cumprimento da jornada regular pelo participante é realizado fora das dependências físicas da unidade.

Art. 4º A implementação do teletrabalho na Advocacia-Geral da União atende a critérios de conveniência e oportunidade.

§ 1º O teletrabalho previsto nesta Portaria não abrange as atividades que, pela sua própria natureza, constituem trabalhos presenciais, externos às dependências físicas das unidades, devendo ser compatibilizado com tais atividades.

§ 2º A necessidade de execução de atividades presenciais poderá ser atendida por rodízio entre os integrantes da unidade, por meio de regime de plantão presencial ou medida semelhante, o qual deverá ser definido pelo chefe da unidade.

§ 3º A execução de atividades em teletrabalho não poderá:

I - prejudicar o atendimento ao público interno e externo; e

II - comprometer as atividades para as quais seja necessária a presença física na unidade ou fora dela.

§ 4º A adesão ao teletrabalho é facultativa, não implica alteração de lotação e exercício e não gera direito adquirido à permanência em tal modalidade.

Art. 5º O teletrabalho, no âmbito da Advocacia-Geral da União, será implementado respeitando o percentual máximo de 50% do número de membros em exercício na unidade.

§ 1º Nas unidades jurídicas em ministérios e em sede de autarquias e fundações, o percentual máximo de adesão ao teletrabalho não poderá ultrapassar 30% do número de membros em exercício na unidade.

§ 2º O percentual definido no § 1º poderá ser alterado pelo Consultor-Geral da União ou pelo Procurador-Geral Federal, por provocação fundamentada da respectiva unidade, nas situações em que o órgão assessorado comprovadamente adotar o teletrabalho em percentual superior a 30%.

§ 3º Para efeitos da contagem estabelecida neste artigo,não se computa o número de membros integrantes de equipes desterritorializadas.

Art. 6º É vedada a adesão ao teletrabalho dos membros:

I - com menos de 1 (um) ano de exercício na Advocacia-Geral da União;

II - que ocupem cargo ou função comissionada de nível 3 (três) ou superior nas unidades de consultoria;

III - que ocupem cargo ou função comissionada de nível 4 (quatro) ou superior nas demais unidades;

IV - chefe de unidade, independentemente do nível do cargo ou função comissionada;

V - que tenha incorrido em falta disciplinar, apurada mediante procedimento de sindicância ou processo administrativo disciplinar cujo relatório final, aprovado pela autoridade competente, tenha concluído pela sua responsabilidade, nos dois anos anteriores à data de solicitação para ingresso no teletrabalho.

Parágrafo único. Os impedimentos previstos nos incisos II e III do**caput**não se aplicam aos membros em exercício na sede dos órgãos de direção.

Art. 7º O processo de seleção para participação no teletrabalho será regulamentado pelos respectivos órgãos de direção.

§ 1º Sempre que o total de candidatos habilitados exceder o total de vagas, serão observados os seguintes critérios na priorização dos participantes:

I - com mobilidade reduzida, nos termos da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;

II - com maior tempo de exercício na unidade.

§ 2º Aqueles que eventualmente já se encontram em teletrabalho, caso desejem permanecer nessa situação, devem necessariamente participar do processo de seleção aberto pelo dirigente da unidade, devendo ser obedecidas as regras previstas nesta Portaria, inclusive quanto à ordem de prioridade.

Art. 8º Compete aos órgãos de direção, no prazo de 90 dias a contar da publicação desta portaria, preencher formulário eletrônico sobre a participação dos membros no teletrabalho.

§ 1º O formulário previsto no**caput**deve ser atualizado pelos órgãos de direção sempre que houver alteração nos participantes do teletrabalho.

§ 2º A Secretaria-Geral de Administração deve disponibilizar e manter o formulário eletrônico previsto no**caput**, com o auxílio técnico do Departamento de Gestão Estratégica quanto ao cadastro de unidades e equipes.

Art. 9º É dever do membro que está em teletrabalho:

I - providenciar a infraestrutura física e tecnológica necessária à realização do teletrabalho mediante o uso de equipamentos e instalações que permitam o tráfego de informações de maneira segura e tempestiva;

II - estar disponível por todos os meios de comunicação disponíveis, inclusive por meio de ligações em telefone celular e de aplicativos de mensagens, durante o horário de funcionamento da Advocacia-Geral da União, para pronto atendimento de qualquer demanda relacionada à atividade funcional; e

III - participar de reunião presencial, desde que avisado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo único. Na hipótese do inc. III, o interregno poderá ser inferior a 5 (cinco) dias, nos casos de urgência devidamente justificada.

Art. 10. O acesso remoto a processos e demais documentos deve observar as normas e os procedimentos relativos à segurança da informação e à salvaguarda de informações de natureza sigilosa.

Parágrafo único. A retirada de documentos e processos físicos, quando necessária, deverá ser registrada com trâmite para a carga pessoal do participante do teletrabalho.

Art. 11. O participante será desligado do teletrabalho nas seguintes hipóteses:

I - de ofício, mediante decisão motivada do chefe da unidade;

a) pelo descumprimento de quaisquer dos deveres previstos nesta Portaria;

b) pelo fim do prazo de rodízio de 2 (dois) anos; ou

c) pela superveniência da hipótese prevista no inc. V do art. 6º.

II - a pedido, mediante requerimento formal ao chefe da unidade, que terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do requerimento, para providenciar o desligamento; ou

III - em caso de remoção para outra unidade.

§ 1º Da decisão de desligamento de ofício caberá recurso ao chefe da unidade que, se não reconsiderar a decisão no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhará o recurso à autoridade superior.

§ 2º É obrigatório o rodízio, a cada dois anos, caso haja na unidade outros interessados em aderir ao teletrabalho.

§ 3º Para efeito do rodízio mencionado no § 2°, os interessados ainda não contemplados terão preferência sobre aqueles que já estejam em teletrabalho.

Art. 12. O Secretário-Geral de Consultoria poderá autorizar, excepcionalmente e no interesse da administração pública, o desenvolvimento de atividades funcionais no exterior em regime de teletrabalho, nas seguintes hipóteses:

I - mudança para o exterior, na hipótese em que o interessado teria direito à concessão da licença para acompanhar cônjuge ou companheiro, nos termos do**caput**do art. 84 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; ou

II - acompanhamento de cônjuge ou companheiro que seja servidor público e que tenha obtido autorização para realização de estudo no exterior.

§ 1º Os requerimentos deverão ser instruídos com:

I - documentos comprobatórios das situações previstas no incisos I ou II do**caput**;

II - manifestação do chefe da unidade quanto à viabilidade do desenvolvimento de atividades funcionais do interessado em regime de teletrabalho no exterior; e

III - anuência do órgão de direção ao qual o interessado é vinculado.

§ 2º A autorização para desenvolvimento de atividades funcionais no exterior em regime de teletrabalho não gera direito adquirido e perderá a eficácia quando cessadas as circunstâncias que deram ensejo à permissão.

Art. 13. O Advogado-Geral da União poderá, a qualquer tempo, suspender o teletrabalho da Unidade, ao verificar que não estão sendo alcançados os objetivos estabelecidos nesta Portaria.

Art. 14. O Comitê de Governança da Advocacia-Geral da União, com base no Planejamento Estratégico da Advocacia-Geral da União, definirá indicadores de desempenho e metas para os membros, inclusive com critérios de inclusão e desligamento do teletrabalho, em até 90 dias a contar da publicação desta Portaria.

Art. 15. Os Dirigentes dos órgãos de direção poderão solicitar ao Advogado-Geral da União a criação de unidades virtuais de lotação.

Parágrafo único. A entrada ou saída de uma unidade de lotação virtual se dará por meio de concurso de remoção.

Art. 16. O teletrabalho poderá ser autorizado para viabilizar a participação em ações de desenvolvimento a serem realizadas no país, em localidade diversa da lotação do interessado.

Parágrafo único. A autorização prevista no**caput**caberá ao chefe da unidade de exercício do interessado, observados os parâmetros previstos na Portaria nº 390 de 26 de outubro de 2020, no que for pertinente.

Art. 17. Aplica-se, no que couber, o disposto nesta Portaria aos servidores administrativos da Advocacia-Geral da União, nos termos de ato a ser editado pela Secretaria-Geral de Administração no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 18. Ficam revogadas a Portaria AGU nº 312, de 16 de outubro de 2018, e a Portaria AGU nº 61, de 28 de fevereiro de 2020.

Art. 19. Esta Portaria será reavaliada decorridos 12 (doze) meses da sua entrada em vigor.

Parágrafo único. Fica aberta consulta pública em tempo real acerca dos termos desta Portaria, das suas regulamentações e respectivas aplicações práticas cujas contribuições deverão ser encaminhadas, até dia 30 de junho de 2021, ao Departamento de Gestão Estratégica da Advocacia-Geral da União, por meio do endereço gestao.estrategica@agu.gov.br.

Art. 20. Esta Portaria entra em vigor em 1º de fevereiro de 2021.

**JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR**

**“(\*)** Republicada por ter saído no DOU nº 20, de 29 de janeiro de 2021, Seção 1, páginas 1 e 2, com incorreção no original.”

DOU de 29.1.2021 (Republicada no DOU de 1º.2.2021) / Suplemento B do BSE Nº 4, de 28.1.2021.

**ORDEM DE SERVIÇO DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**

**ORDEM DE SERVIÇO Nº 1, DE 20 DE MAIO DE 2008.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO SUBSTITUTO,** no uso das competências que lhe atribui a Portaria nº 387/AGU, de 24 de abril de 2007, e Considerando a previsão de extinção, em 31 de dezembro de 2007, das Gratificações Temporárias (GT) alocadas à Advocacia-Geral da União, conforme o art. 7º da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.490, de 20 de junho de 2007;

Considerando a negociação entre a Advocacia-Geral da União e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para prorrogar o percebimento da referida Gratificação pelos servidores ou empregados requisitados pela AGU; e

Considerando que, pelo acordo firmado com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão decidiu-se que as Gratificações que se encontravam vagas em 20 de dezembro de 2007 deveriam ser redistribuídas para a Procuradoria-Geral Federal, resolve:

Art. 1º Remanejar para a Procuradoria-Geral Federal as 60 (sessenta) Gratificações Temporárias (GT) que estavam vagas em 20 de dezembro de 2007, conforme o Anexo desta Ordem de Serviço.

Art. 2º Compete ao Procurador-Geral Federal distribuir as Gratificações referidas no art. 1º entre os órgãos da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

**EVANDRO COSTA GAMA**

D. O. de 21.5.2008.

ANEXO

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA | | |
| Unidade em que se encontrava alocada a GT | NÍVEL | QUANT |
| Gabinete do Advogado-Geral da União | I | 05 |
| Procuradoria-Geral da União | II | 01 |
| Departamento de Cálculos e Perícias | I | 01 |
| II | 01 |
| Consultoria-Geral da União | I | 02 |
| II | 01 |
| Corregedoria-Geral da Advocacia da União | II | 01 |
| Secretaria-Geral da Advocacia da União | I | 01 |
| Coordenação-Geral de Recursos Logísticos | I | 03 |
| Coordenação-Geral de Recursos Humanos | I | 05 |
| II | 03 |
| Coordenação-Geral de Rec. Tec. e Informação | I | 02 |
| Unidade Reg. Atendimento - São Paulo | I | 01 |
| II | 01 |
| Procuradoria-Regional da União - 2ª Região/Brasília | I | 02 |
| Procuradoria da União no Estado do Amazonas | I | 01 |
| Procuradoria da União no Estado de Minas Gerais | I | 02 |
| Procuradoria da União no Estado do Pará | II | 01 |
| Procuradoria da União no Estado do Piauí | I | 01 |
| Procuradoria da União no Estado de Rondônia | I | 01 |
| Procuradoria-Regional da União – 2ª Região/Rio de Janeiro | II | 02 |
| Procuradoria-Seccional da União em Campos dos Goytacazes | I | 02 |
| Procuradoria da União no Estado do Espírito Santo | II | 03 |
| Procuradoria-Regional da União – 3ª Região/São Paulo | II | 02 |
| Procuradoria-Regional da União - 4ª Região /Porto Alegre | I | 02 |
| Procuradoria-Seccional da União em Rio Grande | I | 01 |
| Procuradoria-Regional da União - 5ª Região /Recife | I | 01 |
| II | 03 |
| Procuradoria da União no Estado da Paraíba | I | 02 |
| Procuradoria da União no Estado do Rio Grande do Norte | I | 01 |
| Procuradoria da União no Estado de Sergipe | I | 01 |
| II | 02 |
| Procuradoria-Geral Federal | I | 02 |
| TOTAL | | 60 |

ATOS MINISTERIAIS/INTERMINISTERIAIS

REFERENTES À PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

E AOS PROCURADORES FEDERAIS

**PORTARIA CONJUNTA N º 93, DE 16 DE OUTUBRO DE 2003.**

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO** e a **PROCURADORA-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, os incisos I e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e

CONSIDERANDO a necessidade de sistematizar e orientar a atuação judicial da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, resolvem:

Art. 1º Constituir Comissão de Contencioso Judicial CCJ,[[289]](#footnote-290) à qual compete assistir o Advogado-Geral da União e a Procuradora-Geral Federal quanto à atuação integrada, em todas as instâncias judiciais, da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 2º À CCJ cabe, no âmbito da competência prevista no artigo primeiro:

I - colher, organizar e avaliar informações, efetuar diagnósticos, elaborar planos, programas, projetos de trabalho, propor objetivos e metas para o exercício das atribuições da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal;

II - estabelecer métodos e procedimentos, bem como sugerir as medidas pertinentes; e

III - orientar, acompanhar e coordenar a representação judicial da União, das autarquias e fundações federais.

Art. 3º A CCJ pode constituir grupos ou subcomissões, bem como indicar membros da Advocacia-Geral da União e Procuradores Federais para o desempenho de atividades temporárias e específicas, relativas às matérias de sua competência.

Art. 4º A Comissão de Contencioso Judicial - CCJ é integrada:

I - pelo Procurador-Geral da União, que a presidirá;

II - pela Secretária-Geral de Contencioso; e

III - pela Procuradoria-Geral Federal.

§ 1º A atuação da CCJ tem caráter permanente.

§ 2º Cada membro da CCJ indicará um representante, que atuará em seu nome.

§ 3º Os representantes de que trata o § 2º serão indicados pelos integrantes da CCJ e nomeados em portaria do Presidente da Comissão.

§ 4º Na ausência do Procurador-Geral da União a presidência da comissão caberá à Procuradora-Geral Federal.

Art. 5º O Gabinete do Advogado-Geral da União providenciará o apoio necessário à atuação da CCJ.

Art. 6º A CCJ submeterá ao Advogado-Geral da União relatório mensal de suas atividades.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

### ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA

Advogado-Geral da União

### CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO

Procuradora-Geral Federal

D.O. de 20.10.2003.

**PORTARIA CONJUNTA Nº 11, DE 26 DE JANEIRO DE 2004.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO** e a **PROCURADORA-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003, e Decreto nº 4.073, de 03 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, resolvem:

Art. 1º Constituir a Subcomissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, com vistas a identificar necessidades de harmonizar as proposições a serem apresentadas à Comissão de Coordenação do SIGA, conforme disposto art. 8º do Decreto nº 4.915, de 2003.

Art. 2º A Subcomissão de Coordenação do SIGA será composta por representantes dos seguintes Órgãos:

I - Gabinete do Advogado-Geral da União;

II - Procuradoria-Geral da União;

III - Consultoria-Geral da União;

IV - Procuradoria-Geral Federal;

V - Corregedoria-Geral da Advocacia da União; e

VI - Secretaria-Geral da Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único. O titular de cada um dos Órgãos referidos no caput indicará um representante, que atuará em seu nome.

Art. 3º A Subcomissão de Coordenação do SIGA será presidida pela Coordenadora-Geral da Secretaria-Geral da Advocacia-Geral da União, MARIA DALVA PIMENTEL MENDES FERNANDES.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

Advogado-Geral da União

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

Procuradora-Geral Federal

D.O. de 27.1.2004

**PORTARIA CONJUNTA Nº 56, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2005.**

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o **PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 18 da Estrutura Interna do INCRA, aprovada pelo Decreto nº 5.011, de 11 de março de 2004, resolvem editar a presente Portaria Conjunta, de observância obrigatória nas unidades da Procuradoria da União, nas Procuradorias Regionais e nas Superintendências Regionais do INCRA.

Art. 1º O titular da Procuradoria ou Procuradoria-Seccional da União responsável pelo processo judicial referente às ações expropriatórias ajuizadas com fundamento no art. 243 da Constituição Federal e na Lei n o 8.257, de 26 de novembro de 1991, deverá comunicar, no prazo de dez dias, o ajuizamento da ação ao respectivo Procurador-Regional da Procuradoria Federal Especializada do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Parágrafo Único. Deverão constar na comunicação de que trata o caput, os seguintes dados, identificadores do imóvel:

a) denominação do imóvel e nome do proprietário;

b) município de localização do imóvel;

c) área do imóvel em hectares;

d) o número de matrícula ou transcrição do imóvel;

e) o número da inscrição do imóvel no cadastro rural, conforme constante dos seus documentos de transmissão ou de registro imobiliário; e

f) o número do processo judicial da ação expropriatória e a vara federal a que distribuído.

Art. 2º O Procurador-Regional da Procuradoria Federal Especializada do INCRA consultará o respectivo Superintendente Regional do INCRA para que se manifeste acerca do interesse da autarquia no aproveitamento do imóvel objeto da ação judicial, visando

a sua utilização para assentamento com fins de reforma agrária.

Art. 3º O Superintendente Regional do INCRA, no prazo máximo de trinta dias, prorrogável por igual período, adotará as providências técnicas e administrativas de aferição da viabilidade do imóvel para destinação com fins de assentamentos para reforma agrária, nos termos do art. 17 da Lei no 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

§ 1º A manifestação do INCRA será sempre precedida de vistoria e produção de laudo com Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e será encaminhada à Procuradoria da União responsável por intermédio do Procurador Regional da autarquia.

§ 2º O técnico designado para a vistoria de aferição poderá, havendo anuência expressa do Superintendente Regional do INCRA, ser indicado em juízo como assistente técnico da União, para os fins de perícia ou avaliação do imóvel.

Art. 4º Havendo o interesse do INCRA na área objeto da ação de expropriação o titular da Procuradoria da União responsável pelo processo judicial, tão-logo ocorra a imissão da União na posse, comunicará ao INCRA para que adote as medidas administrativas cabíveis.

Art. 5º Após o trânsito em julgado de decisão judicial que adjudique à União o imóvel, incumbirá ao titular da Procuradoria da União responsável pelo processo judicial:

a) encaminhar os documentos pertinentes à delegacia local do SPU, para os fins de direito, incluindo registro da área em nome da União ou do INCRA, conforme o caso; e

b) sendo o caso, expedir nova comunicação ao Procurador-Regional da Procuradoria Federal Especializada do INCRA, noticiando o trânsito em julgado, para que adote as medidas administrativas cabíveis.

Art. 6º As Procuradorias da União e as Procuradorias-Seccionais da União deverão constituir e manter atualizados bancos de dados referentes aos imóveis referidos nesta Portaria, disponibilizando-os à Procuradoria Federal Especializada do INCRA e à Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Agrário, sempre que tais órgãos os solicitarem.

Parágrafo Único. Os bancos de dados referidos no caput conterão os dados constantes no parágrafo único do art. 1º desta Portaria, sem prejuízo de outros dados de interesse à defesa judicial da União ou ao encaminhamento administrativo do assunto.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

Advogado-Geral da União

**ROLF HACKBART**

Presidente do INCRA

D.O. de 9.11.2005.

**PORTARIA INTERMINISTERIAL MPS/AGU Nº 28, DE 25 DE JANEIRO DE 2006.**

**O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL e o ADVOGADO GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhes conferem a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (art. 4º, incisos I, VI, XII, XIII e XVIII, e art. 28, inciso II), na Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002 (art. 9°), e na Medida Provisória n° 2.229-43, de 6 de setembro de 2001 (art. 38, § 1°, inciso II), e

Considerando a iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (entre outros, v. Acórdãos nos EREsp’s nos 202.004/SP, 46.106/RS − Terceira Seção; REsp’s nos 659.470/SP, 547.911/PE, 234.992/SP, 498.338/RN, 449.044/RJ, 426.539/RJ, 397.760/RJ, 232.888/SC, 276.253/RJ, 313.180/SP, 312.163/SP, 272.625/RJ, 253.823/SP, 164.521/SP, 271.473/RJ − Quinta Turma; Edcl no REsp nº 208.306/RJ, REsp’s nos 480.376/RJ, 397.967/RL, 311.720/RN, 267.124/SP e Edcl nos Edcl no REsp nº 194.773/RJ −Sexta Turma);

Considerando que recursos extraordinários interpostos e os respectivos agravos não foram acolhidos no Supremo Tribunal Federal (entre outros, v. Decisões nos AI nº 167.915/SP e AI nº 442.200/PR);

Considerando as manifestações favoráveis, quanto aos aspectos econômico-financeiros, das áreas técnicas dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão (Aviso nº 217, de 27.12.2005) e da Previdência Social (Avisos nos 306, de 29.11.2005 e 02, de 19.1.2006);

Considerando ainda que a solução de demandas na primeira instância dos Juizados Especiais Federais representa economia para os cofres públicos de despesas com honorários de advogado e eventuais juros moratórios em milhares de processos (art. 1º da Lei nº 10.259, de 12.7.2001, c/c art. 55 da Lei nº 9.099, de 26.9.1995),

Resolvem:

Art. 1º Os órgãos de representação judicial da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal e seus integrantes ficam autorizados a:

I − não recorrer de decisão judicial que determinar a aplicação da correção monetária dos 24 (vinte e quatro) primeiros salários-de-contribuição anteriores aos 12 últimos pelos índices da ORTN/OTN (Lei nº 6.423, de 17 de junho de 1977), no recálculo da renda mensal inicial do benefício previdenciário de aposentadoria por idade, por tempo de serviço e do abono de permanência em serviço posteriormente transformado em aposentadoria, todos do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, concedidos entre 21 de junho de 1977 e 4 de outubro de 1988, desde que respeitadas as regras próprias da prescrição; e

II − desistir de recurso já interposto contra decisão de que trata o item anterior.

Art. 2º A autorização de que trata o art. 1º não configura reconhecimento de direito dos autores das ações ou extensão administrativa de julgados, mas tão somente o acatamento a decisões judiciais irreversíveis.

**NELSON MACHADO**

Ministro de Estado da Previdência Social

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

Advogado-Geral da União

D.O. de 26.1.2006.

**PORTARIA INTERMINISTERIAL AGU/MPS Nº 16, DE 8 DE MAIO DE 2006.**

**O ADVOGADO-­GERAL DA UNIÃO** e o **MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**, no uso das atribuições que lhes conferem a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997 e o Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (art. 4º, incisos I, VI, XII, XIII e XVIII e art. 28, inciso II), na Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002 (art. 9º), e na Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001 (art. 38, § 1º, inciso II), Considerando a iterativa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (entre outros, v. Acórdãos nos EREsp's nos 202.004/SP, 46.106/RS – Terceira Seção; REsp's nos 659.470/SP, 547.911/PE, 234.992/SP, 498.338/RN, 449.044/RJ, 426.539/RJ, 397.760/RJ, 232.888/SC, 276.253/RJ, 313.180/SP, 312.163/SP, 272.625/RJ, 253.823/SP, 164.521/SP, 271.473/RJ - Quinta Turma; Edcl no REsp nº 208.306/RJ, REsp's nos 480.376/RJ, 397.967/RJ, 311.720/RN, 267.124/SP e Edcl nos Edcl no REsp nº 194.773/RJ – Sexta Turma); Considerando que recursos extraordinários interpostos e os respectivos agravos não foram acolhidos no Supremo Tribunal Federal (entre outros, v. Decisões nos AI nº 167.915/SP e AI nº 442.200/PR); Considerando a relevância da redução do número de demandas judiciais, em atenção ao Pacto de Estado em favor de um Judiciário mais rápido e republicano; Considerando a conveniência, a oportunidade e a economia que a transação judicial poderá proporcionar, resolvem:

Art. 1º Os órgãos de representação judicial da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal e seus integrantes ficam autorizados a realizar transação judicial para extinguir processos judiciais que tenham por objeto a aplicação da correção monetária dos 24 (vinte e quatro) primeiros salários-de-contribuição, anteriores aos 12 últimos, pelos índices da ORTN/OTN (Lei nº 6.423, de 17 de junho de 1977), no recálculo da renda mensal inicial do benefício previdenciário de aposentadoria por idade, por tempo de serviço e do abono de permanência em serviço, posteriormente transformado em aposentadoria, todos do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, concedidos entre 21 de junho de 1977 e 4 de outubro de 1988, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – somente podem ser objeto de transação os valores relativos ao qüinqüênio não prescrito que antecede o ajuizamento da ação;

II - os pagamentos serão feitos exclusivamente mediante Requisição de Pequeno Valor ­RPV, no prazo legal;

III – a transação somente ocorrerá se houver redução de, no mínimo, dez por cento (10%) do valor da condenação e se o autor da ação se responsabilizar pelos honorários de seu advogado e eventuais custas judiciais;

IV − a transação fica limitada ao valor correspondente a cinqüenta e quatro (54) salários-mínimos vigentes na data da propositura da transação; e

V – o termo da transação conterá, obrigatoriamente, cláusula de renúncia a eventuais direitos decorrentes do mesmo fato ou fundamento jurídico que deu origem à ação judicial.

Art. 2º A transação que se realizar com base nesta Portaria não configura reconhecimento de direito dos autores das ações, mas tão somente o acatamento a decisões judiciais irreversíveis.

Art. 3º Caberá ao titular da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social orientar suas unidades e respectivos integrantes sobre o fiel cumprimento desta Portaria, devendo, inclusive, estabelecer termo padrão de transação a ser por todos observado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA**

Advogado-Geral da União

**NELSON MACHADO**

Ministro de Estado da Previdência Social

D.O. de 10.5.2006.

**PORTARIA Nº 296, DE 8 DE AGOSTO DE 2007.**

**O MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL,** no uso da atribuição que lhe confere o art. 54 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, resolve:

Art. 1º O art. 4º da Portaria nº 4.943, de 4 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Autorizar:

I - o não ajuizamento das execuções fiscais de dívida ativa do INSS de valor até R$ 10.000,00 (dez mil reais), considerada por devedor, exceto quando, em face da mesma pessoa, existirem outras dívidas que, somadas, superem esse montante; e

II - o pedido de arquivamento, sem baixa na distribuição, mediante requerimento do Procurador Federal, dos autos das execuções fiscais de débitos inscritos como dívida ativa do INSS de valor consolidado igual ou inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais).

§ 1º A Procuradoria Federal providenciará a reativação das execuções fiscais a que se refere este artigo quando os valores dos débitos ultrapassarem os limites indicados nos incisos I ou II do caput.

§ 2º No caso de reunião de processos contra o mesmo devedor, na forma do art. 28 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, para os fins de que trata o limite indicado no caput deste artigo, será considerada a soma dos débitos consolidados das inscrições reunidas.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica aos créditos originários de crime."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUIZ MARINHO**

D. O. de 9.8.2007.

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 45, DE 5 DE MARÇO DE 2008.**

Dispõe sobre a fixação de exercício na Procuradoria-Geral Federal dos servidores descritos no caput do art. 21 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

Os **MINISTROS DE ESTADO DA FAZENDA**, da **PREVIDÊNCIA SOCIAL** e o **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso de suas atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 21, parágrafo único da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, e no art. 8º, inciso V, da Lei nº 11.098, de 13 de janeiro de 2005, resolvem:

Art. 1º Fixar o exercício, na Procuradoria-Geral Federal, dos servidores descritos no caput do art. 21 da Lei nº 11.457, de 2007.[[290]](#footnote-291)

Art. 2º Ato conjunto do Diretor de Recursos Humanos do Instituto Nacional do Seguro Social e do Diretor de Recursos Humanos da Advocacia-Geral da União nominará os servidores abrangidos pela presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**GUIDO MANTEGA**

Ministro de Estado da Fazenda

**LUIZ MARINHO**

Ministro de Estado da Previdência Social

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

Advogado-Geral da União

D. O. de 7.3.2008.

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 8, DE 3 DE JUNHO DE 2008.**

*Institui o Programa de Redução de Demandas Judiciais do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO** e o **MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL,** no uso das atribuições que lhes conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, os arts. 131 e 132 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, os incisos I, VII, VIII, IX, X, XII, XIII e XVIII do art. 4º, e os arts. 40 e 43 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, os arts. 1º, 4º e 7º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e os arts. 2º, 3º, 6º e 7º do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 10 da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, no inciso II do § 1º do art. 38 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e no art. 9º da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolvem:

Art. 1º Instituir o Programa de Redução de Demandas Judiciais do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com o objetivo de reduzir a quantidade de ações ajuizadas contra o INSS.

Parágrafo único. O Programa de que trata o caput deste artigo consistirá na identificação de conflitos jurídicos em matéria previdenciária, havidos em sede administrativa ou judicial, os quais serão previamente resolvidos pelo Ministério da Previdência Social, assessorado por sua Consultoria Jurídica, ou pela Advocacia-Geral da União, por meio da fixação da interpretação da legislação previdenciária a ser uniformemente seguida pelas Agências da Previdência Social e pelos Procuradores Federais que representam o INSS em juízo ou que prestam consultoria e assessoramento jurídicos à Autarquia e suas autoridades.

Art. 2º O Programa de que trata o **caput** do art. 1º desta Portaria vigorará por prazo indeterminado e será executado por uma Comissão Executiva composta por representantes das seguintes entidades: **(Redação dada pela Portaria Interministerial nº 7, de 11.3.2009, republicada no D. O. de 17.3.2009)**

I - da Advocacia-Geral da União:

a) um Procurador Federal indicado pelo Advogado-Geral da União e que será o coordenador da Comissão;

b) um Procurador Federal indicado pela Procuradoria-Geral Federal; e

c) um Procurador Federal indicado pela Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS.

II - do Ministério da Previdência Social:

a) um indicado pela Consultoria Jurídica do Ministério;

b) um indicado pela Secretaria de Políticas da Previdência Social;**(Incluído pela Portaria Interministerial nº 7, de 11.3.2009, republicada no D. O. de 17.3.2009)**

c) um indicado pelo Conselho de Recursos da Previdência Social; e**(Renumerada pela Portaria Interministerial nº 7, de 11.3.2009, republicada no D. O. de 17.3.2009)**

d) um indicado pelo INSS.**(Renumerada pela Portaria Interministerial nº 7, de 11.3.2009, republicada no D. O. de 17.3.2009)**

§ 1º Os representantes indicados nos termos deste artigo serão designados em ato do Advogado-Geral da União.

§ 2º Caberá à Comissão a aprovação das medidas necessárias a implementação do Programa ora instituído, bem como o acompanhamento da sua execução pelas Agências da Previdência Social.

§ 3º O Coordenador poderá requisitar servidores de outros órgãos e entidades para participar dos trabalhos da Comissão.

§ 4º A Comissão reunir-se-á sempre que convocada pelo seu coordenador.

§ 5º As medidas propostas pela Comissão Executiva, na forma do § 2º, devem receber tramitação prioritária no âmbito dos respectivos Ministérios e do INSS.**(Incluído pela Portaria Interministerial nº 7, de 11.3.2009, republicada no D. O. de 17.3.2009)**

§ 6º As recomendações de alteração de atos normativos no âmbito do INSS serão acompanhadas de justificativas, devendo ser aprovadas por maioria absoluta e serão encaminhadas ao Presidente do INSS, para as providências cabíveis. (NR)**(Incluído pela Portaria Interministerial nº 7, de 11.3.2009, republicada no D. O. de 17.3.2009)**

Art. 3º O Presidente do INSS e o Procurador-Geral Federal poderão, em ato conjunto, designar Procuradores Federais e servidores do INSS, com ou sem dedicação exclusiva, para atuarem, em Agências da Previdência Social previamente indicadas, no levantamento das causas recorrentes de indeferimento de benefícios.**(Redação dada pela Portaria Interministerial nº 7, de 11.3.2009, republicada no D. O. de 17.3.2009)**

Parágrafo único. Os Procuradores Federais e servidores do INSS indicados nos termos do **caput** relatarão à Comissão Executiva as atividades por eles realizadas, de modo a permitir a identificação de conflitos jurídicos provenientes da aplicação da legislação previdenciária pelas Agências da Previdência Social, com proposta de solução em tese a ser aplicada pela Administração em casos semelhantes. (NR)**(Redação dada pela Portaria Interministerial nº 7, de 11.3.2009, republicada no D. O. de 17.3.2009)**

Art. 4º Os Procuradores Federais que representam o INSS em juízo ou que prestam consultoria e assessoramento jurídicos à Autarquia e suas autoridades deverão comunicar à Comissão Executiva os casos identificados de conflito jurídico em matéria previdenciária, havidos em sede administrativa ou judicial, e que possam ser objeto de resolução administrativa, acompanhados de proposta de solução em tese a ser aplicada pela Administração em casos semelhantes.

Parágrafo único. A proposta de solução de que trata o caput deste artigo, quando aprovada pela Comissão Executiva, será encaminhada à apreciação do Advogado-Geral da União para os fins previstos nos arts. 40 e 43 da Lei Complementar nº 73, de 1993.

Art. 5º As orientações editadas pelo Ministro da Previdência Social e pelo Advogado-Geral da União nos termos desta Portaria devem ser aplicadas aos casos semelhantes pelo Conselho de Recursos da Previdência Social, pelas Agências da Previdência Social e pelos Procuradores Federais que representam o INSS em juízo ou que prestam consultoria e assessoramento jurídicos ao INSS e suas autoridades.

§ 1º Havendo ação em juízo, cujo objeto tenha sido disciplinado nos termos do caput, o Procurador Federal que representa judicialmente o INSS deverá adotar o meio legalmente previsto para adequar a tese de defesa às orientações editadas e, se for o caso, requerer a extinção do feito.

§ 2º Eventuais dúvidas na aplicação das orientações referidas no caput deste artigo pelas Agências da Previdência Social serão dirimidas pelos Procuradores Federais que tenham atribuição para lhes prestar consultoria e assessoramento jurídicos em cada localidade.

Art. 6º Para dar efetividade ao Programa de Redução de Demandas Judiciais do INSS a Comissão Executiva poderá submeter às autoridades competentes propostas de instruções complementares sobre transação e desistência de recursos nas ações de benefícios em que o INSS figure como réu. (NR)**(Redação dada pela Portaria Interministerial nº 7, de 11.3.2009, republicada no D. O. de 17.3.2009)**

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

Advogado-Geral da União

**LUIZ MARINHO**

Ministro da Previdência Socia

D. O. de 5.6.2008.

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 9, DE 3 DE JUNHO DE 2008.**

*Dispõe sobre o uso de imóveis do Instituto Nacional do Seguro Social pela Advocacia-Geral da União.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO** e o **MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL,** no uso das atribuições que lhes conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos §§ 11, 12 e 13 do artigo 10 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e no § 3º do art. 16 e no art. 22 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007,

RESOLVEM:

Art. 1º Fica o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS autorizado a ceder ou locar, à Advocacia-Geral da União, os espaços físicos atualmente destinados às unidades da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS - PFE/INSS e aos Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal, bem como outros espaços ociosos eventualmente existentes, necessários à instalação de Procuradorias Seccionais Federais nas cidades indicadas no Anexo desta Portaria.

Parágrafo único - A cessão ou locação de que trata este artigo deverá ser efetivada em até 30 dias após a edição desta Portaria.

Art. 2º Na hipótese de compartilhamento de imóveis entre o INSS e a Procuradoria-Seccional Federal, efetivada a cessão de que trata o art. 1º, mediante assinatura de termo de cessão parcial de imóvel com compartilhamento de despesas, a Advocacia-Geral da União rateará com o INSS as despesas comuns existentes no imóvel proporcionalmente à área por ela ocupada, em especial em relação aos seguintes serviços:

I - fornecimento de energia elétrica;

II - abastecimento de água e coleta de esgoto;

III - vigilância e segurança;

IV - manutenções elétricas, hidráulicas e prediais;

V - limpeza e conservação;

VI - telefonia, em relação aos números e ramais de uso

exclusivo da unidade da PGF;

VII - manutenção de elevadores; e,

VIII - manutenção de ar condicionado.

§ 1º Na eventualidade de remanejamento das respectivas áreas ocupadas pelo cedente e pela cessionária, haverá redefinição dos percentuais correspondentes ao rateio de que trata este artigo, mediante aditamento do termo de cessão.

§ 2º Caberá ao INSS a contratação e a liquidação das despesas comuns referidas no caput deste artigo, em conformidade com os critérios acordados em termo específico a ser firmado com a AGU, ficando a cargo de cada interessado a contratação de serviços não compartilhados.

§ 3º O INSS ficará responsável pela elaboração e remessa à Advocacia-Geral da União, até o último dia útil de cada mês, da estimativa de todas as despesas a serem rateadas que irão ocorrer no mês subseqüente.

§ 4º Deverá a Advocacia-Geral da União efetuar as transferências de recursos ao INSS nos valores que lhe forem atribuídos consoante o previsto nesta Portaria.

§ 5º Para o pleno exercício de suas atividades, a Advocacia-Geral da União, mediante prévia anuência do INSS, poderá realizar adaptações nos espaços a ela destinados, às suas expensas e sob sua exclusiva responsabilidade, devendo os gastos com essas melhorias, se permanentes, serem abatidos do valor do rateio mensal devido pela Advocacia-Geral da União.

§ 6º Finda a cessão, as melhorias permanentes serão incorporadas ao imóvel independentemente de indenização.

Art 3º Na hipótese de utilização pela Advocacia-Geral da União de imóvel do INSS que não esteja ou não permaneça em uso pela própria autarquia, poderá ser celebrado contrato de locação entre os interessados.

Parágrafo único. Eventuais reformas e benfeitorias permanentes realizadas pela Advocacia-Geral da União no imóvel deverão ser abatidas do valor mensal do aluguel.

Art. 4º As unidades relacionadas no Anexo desta Portaria deverão ser reestruturadas durante o ano de 2008.

§ 1º Havendo a necessidade de utilização de outros imóveis do INSS nos termos desta Portaria, o Procurador-Geral Federal e o Presidente do INSS poderão definir, em conjunto, a inclusão, em 2008, de outras localidades não listadas no Anexo.

§ 2º A partir de 2009, a PGF apresentará, anualmente, ao INSS, a relação de localidades a serem reestruturadas em cada exercício e que demandarão a utilização de imóveis do INSS, às quais poderão ser acrescidas outras que venham a ser sugeridas pela autarquia.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.

**LUIZ MARINHO**

Ministro de Estado da Previdência Social

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

Advogado-Geral da União

D. O. de 5.6.2008.

**ANEXO**

Unidades com instalação prevista em Imóveis do INSS

|  |
| --- |
| Localidade |
| Niterói |
| Cuiabá |
| Juiz de Fora |
| Ilhéus |
| São Bernardo do Campo |

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 10, DE 3 DE JUNHO DE 2008.**

*Dispõe sobre a reestruturação das unidades da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - PFE/INSS.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO** e o **MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL,** no uso das atribuições que lhes conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos §§ 11, 12 e 13 do artigo 10 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e no § 3º do art. 16 e no art. 22 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007,

RESOLVEM:

Art. 1º A representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS será gradativamente assumida pela Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal, pelas Procuradorias Regionais Federais, pelas Procuradorias Federais nos Estados, pelas Procuradorias Seccionais Federais e pelos respectivos Escritórios de Representação.

Art. 2º Para viabilizar a defesa judicial do INSS, a autarquia, às suas expensas, deverá disponibilizar acesso aos sistemas corporativos da Previdência Social às unidades da Procuradoria-Geral Federal - PGF citadas no art. 1º desta Portaria, inclusive às não instaladas em imóveis do INSS.

Parágrafo único - Deverá também ser diponibilizado, às expensas do INSS, acesso "Virtual Private Network" - VPN aos Procuradores Federais que estejam representando judicialmente o INSS nas unidades da Procuradoria-Geral Federal referidas no caput.

Art. 3º Fica autorizada a cessão temporária para a Advocacia-Geral da União dos equipamentos de informática e mobiliário que estejam à disposição da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS - PFE/INSS e dos Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal.

Parágrafo único - Os bens referidos no caput deste artigo serão gradualmente restituídos ao INSS na medida de sua substituição por bens de propriedade da União.

Art. 4º A Advocacia-Geral da União deverá assumir o fornecimento de material de escritório, transporte e insumos de informática, bem como a viabilização de pagamento de diárias, passagens e despesas processuais relacionadas às atividades das unidades da Procuradoria-Geral Federal a partir da reestruturação das unidades da PGF em cada localidade.

Art. 5º À medida da efetivação da reestruturação das unidades da PGF, o INSS cederá os servidores em exercício na PFE/INSS para a Advocacia-Geral da União, mediante anuência destes, sem qualquer prejuízo remuneratório, nos termos do artigo 47 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Art. 5º-A. Até que a Advocacia-Geral da União tenha condições de dotar a PGF de estagiários em número suficiente, o INSS deverá disponibilizar às unidades da PGF já reestruturadas os estagiários destinados à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS - PFE/INSS na localidade, ressalvados aqueles indispensáveis ao funcionamento da PFE/INSS responsável pela consultoria e assessoramento jurídicos do INSS no local.**(Incluído pela Portaria Interministerial nº 7, de 28.1.2010 – D. O. de 29.1.2010)**

Art. 6º As unidades relacionadas no Anexo desta Portaria deverão ser reestruturadas durante o ano de 2008.

§ 1º Havendo a necessidade de utilização de recursos do INSS nos termos desta Portaria, o Procurador-Geral Federal e o Presidente do INSS poderão definir, em conjunto, a reestruturação, ainda em 2008, de outras localidades não listadas no Anexo.

§ 2º A partir de 2009, a PGF apresentará, anualmente, ao INSS, a relação de localidades a serem reestruturadas em cada exercício, às quais poderão ser acrescidas outras que venham a ser sugeridas pela autarquia.

Art. 7º A PGF deverá garantir a manutenção, na PFE/INSS, de Procuradores Federais em número suficiente para desenvolver as atividades de consultoria e assessoramento jurídico da autarquia.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor da data de sua publicação.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

Advogado-Geral da União

**LUIZ MARINHO**

Ministro de Estado da Previdência Social

D. O. de 5.6.2008.

**ANEXO**

Unidades com instalação prevista para 2008

| Localidades | | |
| --- | --- | --- |
| Niterói | Mossoró | Criciúma |
| Cuiabá | Cascavel | Blumenau |
| Juiz de Fora | Porto Alegre | Varginha |
| Ilhéus | Palmas | Campinas |
| São Bernardo do Campo | São Paulo | Pelotas |
| Brasília | Florianópolis | Curitiba |
| Joinville | Belo Horizonte | Macapá |
| Londrina | Santos | Manaus |
| Imperatriz | Chapecó | Osasco |

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 19, DE 2 DE JUNHO DE 2009.**

*Dispõe sobre o registro das atividades funcionais dos Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional, Procuradores Federais, Procuradores do Banco Central do Brasil e dos integrantes do Quadro Suplementar da Advocacia-Geral da União, de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, o **MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA** e o **PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, tendo em vista o disposto no art. 19 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no art. 1º, inciso I, do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995, no Parecer (vinculante) GQ -24 e no Parecer (vinculante) GQ-145,

RESOLVEM:

Art. 1º Esta Portaria disciplina o registro das atividades funcionais, preparatórias e conexas com as atribuições dos Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional, Procuradores Federais, Procuradores do Banco Central do Brasil e dos integrantes do Quadro Suplementar da Advocacia-Geral da União, de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.

Art. 2º Os titulares dos cargos referidos no art. 1º deverão preencher, na forma do Anexo desta Portaria, a folha de registro de atividades, mensalmente distribuída pela chefia imediata.

§ 1º O campo "Registros Adicionais" destina-se a anotações resumidas de atividades não registradas de forma física ou eletrônica pelos órgãos de exercício dos titulares dos cargos referidos no art. 1º, tais como:

I - pesquisa e estudo jurídicos referentes a caso sob exame;

II - comparecimento a órgão judicial ou acompanhamento de audiências judiciais referente a caso de interesse da Administração Federal;

III - comparecimento ou participação em reuniões externas de interesse da Administração Federal;

IV - participações, como ouvinte ou expositor, em conferências, congressos, palestras e congêneres de interesse da Administração Federal.

§ 2º A folha de registro poderá assumir formato eletrônico, assegurada a garantia de autenticidade.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor no dia 1º de julho de 2009.

**JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**

Advogado-Geral da União

**GUIDO MANTEGA**

Ministro de Estado da Fazenda

**HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES**

Presidente do Banco Central do Brasil

D. O. de 3.6.2009.

|  |
| --- |
| **FOLHA DE REGISTRO DE ATIVIDADES** |
| **NOME:** |
| **CARGO EFETIVO:** |
| **UNIDADE DE EXERCÍCIO:** |
| **MÊS/ANO:** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIA** | **ASSINATURA** | **REGISTROS ADICIONAIS** |
| **1** |  |  |
| **2** |  |  |
| **3** |  |  |
| **4** |  |  |
| **5** |  |  |
| **6** |  |  |
| **7** |  |  |
| **8** |  |  |
| **9** |  |  |
| **10** |  |  |
| **11** |  |  |
| **12** |  |  |
| **13** |  |  |
| **14** |  |  |
| **15** |  |  |
| **16** |  |  |
| **17** |  |  |
| **18** |  |  |
| **19** |  |  |
| **20** |  |  |
| **21** |  |  |
| **22** |  |  |
| **23** |  |  |
| **24** |  |  |
| **25** |  |  |
| **26** |  |  |
| **27** |  |  |
| **28** |  |  |
| **29** |  |  |
| **30** |  |  |
| **31** |  |  |

|  |
| --- |
| **VISTO:**  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **Assinatura do chefe imediato** |
| **NOME DO CHEFE IMEDIATO:** |
| **IDENTIFICAÇÃO DO CARGO:** |

|  |
| --- |
| **CAMPO PARA ANOTAÇÕES ADICIONAIS:** |

**PORTARIA CONJUNTA Nº4, DE 14 DE JANEIRO DE 2010.**

*Constitui a Subcomissão de Coordenação do sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - Siga.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência que lhe atribuem os incisos I e VIII do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 julho de 2002, e considerando o disposto no art. 8º do Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003, resolvem:

Art. 1º Constituir a Subcomissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de arquivo - Siga, que tem como objetivo identificar necessidades e harmonizar as proposições a serem apresentadas à Comissão de Coordenação do Siga.

Art. 2º A Subcomissão de Coordenação do Siga será composta por um representante e um suplente das seguintes unidades:

I - Gabinete do Advogado-Geral da União;

II - Procuradoria-Geral da União;

III - Consultoria-Geral da União;

IV - Corregedoria-Geral da Advocacia da União;

V - Procuradoria-Geral Federal;

VI - Secretaria-Geral de Contencioso; e

VII - Secretaria-Geral da Advocacia-Geral da União, preferencialmente da Coordenação-Geral de Documentação e Informação, que a presidirá.

Art. 3º A participação na Subcomissão do Siga não será remunerada e será considerada serviço público relevante.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria Conjunta nº 11 de 26 de janeiro de 2004.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

Advogado-Geral da União

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

Procurador-Geral Federal

D. O. de 15.1.2010.

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 23, DE 16 DE JUNHO DE 2010.**

*Constitui o Grupo de Integração da atuação judicial na defesa do meio ambiente e da regularização fundiária na Amazônia Legal - G-Amazônia Legal.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO** e os **MINISTROS DE ESTADO** do **DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO,** do **MEIO AMBIENTE** e do **PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do artigo 87 da Constituição Federal,

Considerando a necessidade de conferir efetiva aplicação ao disposto no art. 225 da Constituição Federal que impõe o dever público de proteção e preservação do meio ambiente (**caput**), e qualifica a Amazônia brasileira como patrimônio nacional (§ 4º);

Considerando que a Amazônia Legal abrange nove Estados da Federação (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e o Maranhão na sua porção a oeste do Meridiano 44º), e tem uma superfície de aproximadamente 5.217.423 km², correspondente a 61% do território brasileiro;

Considerando o disposto na Exposição de Motivos Interministerial nº 01 - MDA/MP/MCidades, de 8 de fevereiro de 2009, que resultou na expedição da Medida Provisória nº 458, de 10 de fevereiro de 2009, posteriormente convertida na Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária na Amazônia Legal, no sentido de que a interrupção da regularização fundiária na Amazônia Legal nos anos oitenta contribuiu para intensificar "um ambiente de instabilidade jurídica, propiciando a grilagem de terras, o acirramento dos conflitos agrários e o avanço do desmatamento", e que "a urgência da medida justifica-se pela necessidade de superar o obstáculo que ausência de regularidade das ocupações existentes na região representa para o desenvolvimento econômico local e para implementação de políticas de desenvolvimento urbano condizentes com as diretrizes estabelecidas legalmente";

Resolvem:

Art. 1º Constituir o Grupo de Integração da atuação judicial na defesa do meio ambiente e da regularização fundiária na Amazônia Legal - G-Amazônia Legal, com a finalidade de atuar administrativa e judicialmente de forma coordenada na execução de medidas jurídicas asseguradoras da defesa do meio ambiente e da regularização fundiária na Amazônia Legal, de que trata a Lei nº 11.952 de 25 de junho de 2009.

Art. 2º No âmbito do G-Amazônia Legal incumbe:

I - à Advocacia-Geral da União - AGU, a atuação jurídica de natureza pró-ativa, mediante o ajuizamento de ações judiciais referentes aos assuntos abrangidos pelo caput do artigo 1º desta Portaria, bem como, excepcionalmente, intervir em ações judiciais, quando entender pertinente, e harmonizar ou construir teses jurídicas necessárias à efetivação da regularização fundiária e à proteção ambiental na Amazônia Legal; e

II - ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, ao Ministério do Meio Ambiente - MMA e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, por seus órgãos e entidades, observadas as suas respectivas competências, disponibilizar informações e documentos, suporte técnico e jurídico e o que mais se faça necessário à defesa do interesse público em juízo, destacando-se a oportuna indicação de quadros técnicos para assistências periciais e a realização de pareceres, perícias e levantamentos que para tanto se revelarem úteis e necessários.

§ 1º A atuação de cada componente do G-Amazônia Legal visará à integração da atuação judicial da União nas matérias do art. 1º, em articulação com os órgãos executivos.

§ 2º No desempenho de suas atribuições o G-Amazônia Legal:

I - manterá estreito relacionamento com os órgãos de terra e de meio ambiente dos Estados-membros situados na Amazônia Legal, lhes solicitará subsídios necessários ao Grupo e lhes fornecerá os elementos disponíveis, quando solicitado; e

II - atuará de modo articulado com os órgãos e instituições públicas federais incumbidos da regularização fundiária, da defesa do meio ambiente e do patrimônio público na Amazônia Legal.

§ 3º As manifestações jurídicas de consultoria necessárias ao desempenho do G-Amazônia Legal serão solicitadas aos órgãos jurídicos competentes da AGU.

§ 4º A atuação judicial passiva ou reativa e as intervenções não contempladas no inciso I deste artigo, que versarem temas referidos no caput do art. 1º, continuarão a cargo dos órgãos de execução da AGU e da PGF situadas em cada Estado, que para tanto se subsidiarão junto às áreas de consultoria referidas no parágrafo anterior, devendo harmonizar-se com as teses articuladas pelo G-Amazônia Legal.

Art. 3º Integram o G-Amazônia Legal:

I - o Comitê de Interlocução e Definição de Estratégias de Atuação, formado por:

a) um coordenador designado pelo Advogado-geral da União e três outros representantes da AGU, indicados pela Procuradoria-Geral da União - PGU, pela Procuradoria-Geral Federal - PGF e pela Consultoria-Geral da União - CGU/AGU;

b) três representantes do MDA, indicados pela Secretaria de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, pela respectiva Consultoria Jurídica e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

c) quatro representantes do MMA, indicados pelo Departamento de Políticas de Combate ao Desmatamento de sua Secretaria Executiva, pela respectiva Consultoria Jurídica, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio;

d) dois representantes do MP, indicados pela Secretaria de Patrimônio da União e pela respectiva Consultoria Jurídica; e

II - uma equipe de execução, designada pela PGU e pela PGF.

§ 1º Os dirigentes dos órgãos mencionados no inciso I indicarão seus representantes ao Coordenador do G-Amazônia Legal, no prazo de quinze dias a contar da publicação desta Portaria.

§ 2º No mesmo prazo do § 1º, a PGU e a PGF indicarão ao Coordenador do G-Amazônia Legal os respectivos membros para, em cada estado amazônico, comporem a equipe de execução das tarefas judiciais confiadas ao Grupo.

§ 3º O Coordenador poderá solicitar diretamente à PGU e à PGF o redimensionamento da equipe de execução de tarefas, conforme a necessidade do serviço.

§ 4º A participação dos integrantes e de eventuais colaboradores do G-Amazônia Legal será considerada serviço público relevante.

Art. 4º Os resultados da atuação do G-Amazônia Legal deverão ser informados à AGU, ao MDA, ao MMA e ao MP, mediante relatórios periódicos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

Advogado-Geral da União

**GUILHERME CASSEL**

Ministro do Desenvolvimento Agrário

**IZABELLA TEIXEIRA**

Ministra do Meio Ambiente

**PAULO BERNARDO SILVA**

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão

D. O. de 19.7.2010.

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 574-A, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.**

*Dispõe sobre o protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa da União, das autarquias e das fundações públicas federais.*

O **MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, INTERINO** e o **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II, parágrafo único, do art. 87 da Constituição da República Federativa do Brasil e os incisos I e XVIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, no art. 46 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, no art. 37-C da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002 e no art. 585, inciso VII, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, resolvem:

Art. 1º As Certidões de Dívida Ativa da União, das autarquias e das fundações públicas federais, independentemente de valor, poderão ser levadas a protesto extrajudicial.

Parágrafo único. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a Procuradoria-Geral Federal (PGF) expedirão, no âmbito das suas respectivas atribuições, as normas e orientações concernentes ao disposto no caput deste artigo.

Art. 2º Para os fins desta portaria, a PGFN e a PGF poderão celebrar convênios com entidades públicas e privadas para a divulgação de informações previstas no inciso II do § 3º do art. 198 da Lei nº 5.172, de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**NELSON MACHADO**

Ministro de Estado da Fazenda Interino

**LUIS INÁCIO LUCENA ADAMS**

Advogado-Geral da União

D. O. de 4.1.2011.

**PORTARIA CONJUNTA Nº 28, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2013.**

*Disciplina, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, os grupos virtuais de discussão referentes às suas áreas de atuação.*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO** e o **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das competências de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do art. 2º do Decreto nº 6.120, de 29 de maio de 2007 e os incisos I e VIII do parágrafo 2º, do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002 e considerando o disposto na Portaria nº 1831-AGU, de 22 de dezembro de 2008, resolvem:

Art. 1º Instituir, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, os seguintes grupos virtuais de discussão temática:

I - Cobrança e Recuperação de Créditos;

II - Desenvolvimento Agrário e Desapropriações;

III - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia;

IV - Indígena;

V - Licitações, Contratos e Patrimônio;

VI - Meio Ambiente;

VII - Previdência e Assistência Social;

VIII - Regulação, Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura;

IX - Saúde;

X - Servidor Público e Pessoal;

XI - Gestores.

§ 1º Os grupos virtuais de discussão temática da Procuradoria-Geral Federal têm o objetivo de propiciar o intercâmbio de ideias, informações, experiências e subsídios de forma racionalizada e produtiva, observando-se, para tanto, o tema das respectivas listas.

§ 2º Os grupos virtuais são abertos aos membros da carreira de Procurador Federal, usuários de correio eletrônico institucional da Advocacia-Geral da União, nos termos desta Portaria.

§ 3º O encaminhamento de mensagens para um grupo de discussão somente poderá ser realizado pelos membros do respectivo grupo e pela Advocacia-Geral da União ou Procuradoria-Geral Federal, através de correio eletrônico e mediante a utilização de listas de distribuição de e-mails criadas especialmente para esse fim.

§ 4º A Procuradoria-Geral Federal disponibilizará, em seu sítio eletrônico, os endereços eletrônicos das listas referidas neste artigo e os procedimentos necessários para cadastramento ou exclusão.

Art. 2º São membros de cada grupo específico de discussão temática os Procuradores Federais que estiverem atuando na área temática do respectivo grupo de discussão.

Art. 3º Também podem ser membros dos grupos virtuais de discussão os Procuradores Federais que formalizarem pedido à Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos da Procuradoria-Geral Federal, visando inserção em outras listas que não sejam as de seu grupo de atuação para acompanhar as discussões em matéria de seu interesse.

§ 1º A participação dos Procuradores Federais em grupos de discussão não afetos às áreas temáticas em que estão exercendo suas atividades deve ocorrer sem prejuízo ao serviço e à participação nos demais grupos que correspondem às suas áreas temáticas de atuação.

§ 2º O disposto no *caput* não se aplica ao grupo de discussão previsto no inciso XI do artigo 1º, que é exclusivo para os indicados no art. 4º.

Art. 4º O grupo de discussão de que trata o inciso XI do art. 1º se destina à troca de experiências e disseminação de informações relacionadas às áreas de gestão administrativa, planejamento e assuntos estratégicos da Procuradoria-Geral Federal e tem como membros os responsáveis pelos Órgãos de Execução da Procuradoria-Geral Federal e seus respectivos substitutos.

Art. 5º O Procurador-Geral Federal, o Subprocurador-Geral Federal, o Chefe de Gabinete, os Diretores de Departamentos, os Coordenadores-Gerais, os Chefes de Divisão da Procuradoria-Geral Federal, bem como seus respectivos substitutos poderão, independentemente de participarem do grupo de discussão em questão, enviar mensagens para os diversos grupos.

Parágrafo único. O recebimento de resposta às mensagens encaminhadas na forma do *caput* somente ocorrerá quando esta for enviada também ao correio eletrônico do remetente, haja vista que apenas os membros dos grupos receberão as mensagens encaminhadas à respectiva lista de distribuição.

Art. 6º Compete ao Coordenador-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos da Procuradoria-Geral Federal:

I - coordenar e supervisionar os grupos de discussão, zelando pelo respeito ao presente ato e às normas de boa convivência;

II - propor a criação de novos grupos de discussão e a modificação ou a extinção daqueles já existentes;

III - designar, para cada grupo de discussão, um gestor e um gestor substituto, a quem competirá cadastrar os membros obrigatórios de cada grupo, manter atualizados os endereços de correio eletrônico, inserir ou excluir os membros facultativos, fazer cumprir recomendações e desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Coordenador;

IV - disponibilizar, no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral Federal, os endereços eletrônicos das listas de discussão e os procedimentos necessários para cadastramento ou exclusão de membros.

Art. 7º São deveres dos membros dos grupos virtuais de discussão:

I - utilizar a ferramenta de distribuição de mensagens exclusivamente para troca de informações relacionadas à área temática do grupo de discussão;

II - não permitir o acesso de terceiros às listas de distribuição de e-mail;

III - guardar sigilo funcional sobre as discussões travadas nos respectivos grupos.

Art. 8º Em consonância com o disposto no art. 6º da Portaria nº 1831/AGU, de 22 de dezembro de 2008, é vedado ao membro de qualquer grupo virtual de discussão previsto no art. 1º o seu uso com o objetivo de:

I - praticar crimes e infrações de qualquer natureza;

II - executar ações nocivas contra outros recursos computacionais da Advocacia-Geral da União ou de redes externas;

III - distribuir material obsceno, pornográfico, ofensivo, preconceituoso, discriminatório, ou de qualquer forma contrário à lei e aos bons costumes;

IV - disseminar anúncios publicitários, mensagens de entretenimento e mensagens do tipo corrente, vírus ou qualquer outro tipo de programa de computador que não seja destinado ao desempenho de suas funções ou que possam ser considerados nocivos ao ambiente de rede da Advocacia-Geral da União;

V - emitir comunicados gerais com caráter eminentemente associativo, sindical ou político-partidário;

VI - enviar arquivos de áudio, vídeo ou animações, salvo os que tenham relação com as funções institucionais desempenhadas pela Advocacia-Geral da União;

VII - divulgar, no todo ou em parte, os endereços eletrônicos corporativos constantes do catálogo de endereços do serviço; e

VIII - executar outras atividades lesivas, tendentes a comprometer a intimidade de usuários, a segurança e a disponibilidade do sistema, ou a imagem institucional.

Art. 9º O uso dos grupos virtuais de discussão em desacordo com o previsto neste artigo sujeita o usuário à aplicação das penalidades previstas no Capítulo V do Título IV da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, sem prejuízo de outras eventualmente aplicáveis.

§ 1º Na hipótese do ato praticado configurar ofensa aos preceitos éticos que regem a atuação dos membros da Advocacia-Geral da União, o Coordenador-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos da Procuradoria-Geral Federal encaminhará o caso para a análise da Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União.

§ 2º Na hipótese do ato praticado configurar infração funcional, o Coordenador-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos da Procuradoria-Geral Federal encaminhará o caso para a análise da Divisão de Assuntos Disciplinares da Procuradoria-Geral Federal para apuração de eventual responsabilidade administrativa disciplinar.

§ 3º A Divisão de Assuntos Disciplinares da Procuradoria-Geral Federal poderá, entendendo não haver indício de infração disciplinar, encaminhar o expediente à Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União, que analisará o caso de acordo com os preceitos éticos que regem a atuação de seus membros.

Art. 10 O tamanho das mensagens, incluindo arquivos anexos, bem como a quantidade máxima de destinatários serão aqueles determinados pela Advocacia-Geral da União para uso funcional do correio eletrônico institucional.

Art. 11 O disposto nesta portaria aplica-se aos grupos virtuais de discussão já existentes na Procuradoria-Geral Federal, bem como aos demais que venham a ser criados.

Art. 12 Compete à Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos da Procuradoria-Geral Federal dirimir eventuais dúvidas decorrentes da aplicação deste ato.

Art. 13 Fica revogada a Portaria Conjunta nº 2/AGU-PGF, de 22 de janeiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 23 de janeiro de 2009, seção 1, págs. 11-12.

Art. 14 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO DE LUCENA ADAMS**

Advogado-Geral da União

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

Procurador-Geral Federal

D. O. de 5.12.2013

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014.**

*Regulamenta a aplicação do Parecer GQ-22, de 1994 e do Parecer nº GQ-181, de 1998, às situações jurídicas aperfeiçoadas antes da publicação do Parecer AGU/LA -01/2010.[[291]](#footnote-292)*

**O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO** e o **MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO,** no uso da atribuição que lhes conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e os incisos I, X, XIII e XVIII do art. 4º da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993,

Considerando a revogação do Parecer GQ-22, de 7 de junho de1994, e do Parecer nº GQ-181, de 1998, publicado em 22 de janeiro de 1999, pelo Parecer AGU/LA - 01/2010, de 19 de agosto de 2010, publicado em 23 de agosto de 2010, por cujo entendimento o § 1º do art. 1º da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, consta recepcionado pela Constituição Federal de 1988, a teor do que dispunha o inciso II do § 1º do seu art. 171 e do que dispõem o inciso I do seu art. 1º, inciso II do seu art. 3º, inciso I do seu art. 4º, caput do seu art. 5º, incisos I e IX do seu art. 170 e seus artigos 172 e 190,

Considerando que para os fins de aquisição de imóvel rural a conclusão do Parecer AGU/LA - 01/2010 firma-se no sentido de que o § 1º do art. 1º da Lei nº 5.709, de 1971, equipara à pessoa jurídica estrangeira a pessoa jurídica brasileira em que a qualquer título haja participação dirigente de pessoa ou capital estrangeiro que residam ou tenham sede no exterior,

Considerando que entre a vigência do Parecer GQ-22/1994 e do Parecer AGU/LA-01/2010 diversas transações envolvendo livre aquisição de imóveis rurais por pessoa jurídica equiparada à estrangeira se encontravam em distintas fases de aperfeiçoamento, consoante a anterior interpretação da lei,

Considerando que o disposto no inciso XIII do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, limita os efeitos da nova interpretação firmada no Parecer AGU/LA - 01/2010 às situações jurídicas aperfeiçoadas a partir de sua publicação,

Considerando dispor o art. 8º da Lei nº 5.709, de 1971, que "*na aquisição de imóvel rural por pessoa estrangeira, física ou jurídica****,*** *é da essência do ato a escritura pública*", resolvem:

Art. 1º A presente Portaria regula a aplicação do Parecer AGU/LA-01/2010 em processos ou procedimentos administrativos quando verificadas situações jurídicas aperfeiçoadas entre as datas de 7 de junho de1994 e 22 de agosto de 2010.

Art. 2º Para os fins desta Portaria será considerada situação jurídica aperfeiçoada a alienação de imóvel rural a pessoa jurídica equiparada a estrangeira quando:

I - objeto de escritura pública lavrada no período previsto no art. 1º, ainda que não registrada;

II - decorrer de aquisição de empresa, cujo instrumento de sucessão empresarial tenha sido depositado na Junta Comercial até a data de 22 de agosto de 2010, sem prejuízo da autorização ou escrituração que seja legalmente exigida, inclusive eventual aprovação da operação pelo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; e

III - feita no período previsto no art. 1º, porém cuja escrituração ou depósito tenha estado ou esteja na dependência de ato ou decisão a cargo de órgão da Administração Pública, a cuja demora não tenha dado causa a interessada.

Parágrafo único. Sobrevindo em qualquer tempo evidência de falseio documental ou ideológico, a aquisição será tida por nula de pleno direito, nos termos do art. 15 da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, e do art. 166 do Código Civil Brasileiro.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

Advogado-Geral da União

**PEPE VARGAS**

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

D. O. de 26.2.2014.

**PORTARIA CONJUNTA AGU/MDA Nº 12, DE 21 DE MAIO 2014.**

*Regulamenta o procedimento de adjudicação de imóveis rurais em favor do Programa Nacional de Reforma Agrária em execuções propostas pela União ou por Autarquias e Fundações Públicas Federais.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO e o MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 87, incisos I e II da Constituição Federal e o art. 4°, incisos I, X, XIII e XVIII, da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, e

Considerando a existência de imóveis rurais objeto de constrição judicial, por meio de penhora decorrente de processo judicial de execução onde figuram como credor-exequente a União, autarquia ou fundação pública federal;

Considerando a necessidade de implementar de forma imediata o disposto na Portaria AGU nº 514, de 09 de novembro de 2011, especialmente diante da existência de imóveis rurais penhorados que podem ser destinados ao Programa Nacional de Reforma Agrária;

**RESOLVEM**:

Art. 1º Esta Portaria regula, em caráter complementar ao estabelecido na Portaria AGU nº 514, de 09 de novembro de 2011, o procedimento de adjudicação de bens imóveis rurais penhorados em ações judiciais de execução propostas pela União ou por autarquias e fundações públicas federais, visando a destinação dos imóveis para fins de reforma agrária.

Art. 2º O INCRA poderá oficiar, por meio de sua Superintendência Regional, ao chefe do órgão local da Procuradoria-Geral da União - PGU, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, da Procuradoria-Geral Federal - PGF ou da Procuradoria-Geral do Banco Central - PGBC, com o objetivo de verificar a existência de imóveis rurais penhorados em ações judiciais.

Parágrafo único. A informação sobre a penhora incidente sobre imóvel rural também poderá ser obtida por qualquer outro meio idôneo, sendo necessária a confirmação da permanência da constrição por meio de consulta ao órgão de representação judicial respectivo.

Art. 3º O interesse sobre o bem imóvel rural penhorado, visando a sua destinação para o Programa Nacional de Reforma Agrária, será demonstrado por escrito e de forma fundamentada pelo Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, em ofício encaminhado à Procuradoria responsável pelo processo judicial.

Parágrafo único. A manifestação de interesse será fundamentada através da análise dos dados cadastrais do imóvel rural constantes do banco de dados do INCRA, complementada por informações colhidas em vistoria técnica para levantamento preliminar de dados e informações.

Art. 4°. A Procuradoria responsável pelo processo judicial, ao receber manifestação de interesse do Superintendente Regional do INCRA, deverá instaurar processo administrativo e instruí-lo da forma prevista no art. 12 da Portaria AGU nº 514, de 2011.

§ 1º Após instaurar o processo administrativo, a Procuradoria responsável pelo processo judicial deverá, se necessário, requerer autorização judicial para que o INCRA realize o Laudo de Vistoria e Avaliação como requisito para prosseguimento do procedimento de adjudicação.

§ 2º O Laudo de Vistoria e Avaliação deverá atestar a viabilidade econômica do uso do imóvel para implantação de projeto de assentamento de trabalhadores rurais.

§ 3º Se o Laudo de Vistoria e Avaliação concluir pela inviabilidade do imóvel para fins de reforma agrária, os autos do processo administrativo serão arquivados, ficando a peça técnica disponível à Procuradoria responsável pelo processo judicial para servir de elemento para impugnação do valor indicado pelo avaliador judicial.

Art. 5º O INCRA poderá solicitar diretamente à Procuradoria responsável pelo processo judicial informações sobre a situação jurídica dos bens imóveis, bem como solicitar que seja pleiteado em juízo nova avaliação judicial.

§ 1º O pedido de adjudicação dependerá de aquiescência do INCRA ao valor da avaliação judicial do bem imóvel.

§ 2º Existindo indícios de avaliação superior ao preço de mercado, o INCRA deverá comunicar o fato de imediato à Procuradoria responsável pelo processo judicial para a adoção de medidas visando à nova avaliação, nos termos do art. 683 do Código de Processo Civil.

Art. 6°. Após a instrução do processo administrativo, este deverá ser encaminhado ao dirigente máximo do INCRA, para ratificação do interesse da autarquia e atesto da disponibilidade orçamentária para o pagamento da adjudicação.

Art. 7°. O processo administrativo com a manifestação do dirigente máximo do INCRA deverá ser encaminhado à PGU, PGFN, PGF ou PGBC, observada a titularidade do crédito, para ciência, pelo prazo de até 30 dias.

Parágrafo único. A Procuradoria-Geral competente encaminhará o processo administrativo para a Procuradoria responsável pelo processo judicial, que solicitará a adjudicação do imóvel rural penhorado, de pronto, se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos.

Art. 8º Deferida a adjudicação, o INCRA deverá adotar as medidas necessárias para a anotação e lançamento do débito para pagamento do valor do imóvel.

§1º. As medidas de que trata o caput poderão ser implementadas por meio de empenho e transferência financeira entre o INCRA e a entidade credora no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, observadas as regras específicas sobre recolhimento de créditos judiciais no âmbito da respectiva Procuradoria responsável pelo processo judicial.

§2º. Quando a entidade credora for o próprio INCRA, a autarquia somente deverá depositar em juízo o valor que exceder ao montante da dívida, devidamente atualizada.

§3º. Na hipótese do § 2º, e desde que não exista outra penhora ou ordem de indisponibilidade sobre o valor, a Procuradoria responsável pelo processo judicial poderá autorizar que o executado levante o valor correspondente ao montante excedente, descontados os ônus sucumbenciais e demais encargos aplicáveis.

Art. 9. Expedida a carta de adjudicação do bem, a Procuradoria responsável pelo processo judicial deverá encaminhar o processo administrativo ao INCRA, a fim de que este solicite à Secretaria do Patrimônio da União - SPU ou à entidade credora a adoção dos procedimentos necessários à incorporação do imóvel ao patrimônio da União ou da autarquia ou fundação pública federal, conforme o caso.

§ 1º. Incorporado o bem ao patrimônio público, a SPU ou a entidade credora adotará providências de sua competência para promover a transferência de titularidade ao INCRA.

§ 2º. Na hipótese de execução de dívida ativa decorrente de crédito tributário do ITR, a Procuradoria responsável pelo processo judicial pleiteará ao juízo que a carta de adjudicação seja expedida em nome do INCRA, conforme art. 18, § 4º, da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996.

§ 3º. Aplica-se também o disposto no § 2º no caso de execução de crédito de qualquer natureza de titularidade do próprio INCRA.

Art. 10. O INCRA adotará as providências necessárias para promover o registro do bem em seu nome e para se imitir na sua posse.

Art. 11. Efetivada a incorporação do bem ao patrimônio do INCRA, os autos do processo administrativo deverão ser encaminhados à Procuradoria responsável pelo processo judicial, a fim de que esta requeira a extinção do processo judicial ou o prosseguimento do feito, conforme o caso.

Art. 12. A Procuradoria responsável pelo processo judicial, após a adjudicação do imóvel, encaminhará os autos do processo administrativo ao órgão ou entidade credora, conforme o caso, para providência contábil decorrente da extinção do crédito.

Parágrafo único. Se for o caso, o órgão ou entidade credora deverá encaminhar os autos do processo administrativo ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para fins de ajuste orçamentário.

Art. 13. Os demais procedimentos a serem adotados para a adjudicação observarão o disposto na Portaria AGU nº 514, de 2011.

Art. 14. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**LUIS INÁCIO LUCENA ADAMS**

Advogado-Geral da União

**MIGUEL SOLDATELLI ROSSETTO**

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

D. O. de 22.5.2014.

**PORTARIA CONJUNTA Nº 5, DE 7 DE MARÇO DE 2015.**

*Institui Grupo Permanente de Defesa de Prerrogativas Funcionais dos Advogados da União, Procuradores Federais, Procuradores da Fazenda Nacional e Procuradores do Banco Central e dá outras providências.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO,** o **CONSULTORGERAL DA UNIÃO,** o **PROCURADOR-GERAL DA UNIÃO,** a **PROCURADORA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL,** a **SECRETÁRIA-GERAL DE CONTENCIOSO,** o **PROCURADORGERAL FEDERAL,** o **PROCURADOR-GERAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL,** no uso das atribuições que lhes conferem o art. 4º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, art. 11, § 2º da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, os arts. 36, 38, 39 e 41 do Anexo I do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, art. 44 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, e o art. 32 do Anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, do Banco Central do Brasil, e considerando o disposto nas Portarias AGU nos 408,[[292]](#footnote-293) de 23 de março de 2009, 1.016, de 30 de junho de 2010, das Portarias PGFN nos 319, de 06 de abril de 2006, 496, de 02 de julho de 2008, e da Portaria PGF nº 671, 21 de outubro de 2013, resolvem:

Art. 1º Fica instituído o Grupo Permanente de Defesa de Prerrogativas (GP-Prerrogativas), que tem por finalidade a defesa e o fortalecimento de prerrogativas funcionais dos Membros das Carreiras de Advogado da União, Procurador Federal, Procurador da Fazenda Nacional e Procurador do Banco Central, em face de violação ou ameaça de violação perpetrada por autoridade, órgão ou entidade estranho à Advocacia-Geral da União (AGU).

Art. 2º Compete ao GP-Prerrogativas, no tocante à defesa das prerrogativas funcionais dos Membros das Carreiras de Advogado da União, Procurador Federal, Procurador da Fazenda Nacional e Procurador do Banco Central, resguardadas as competências próprias dos órgãos da AGU:

I - acompanhar a atuação e propor medidas e ações em face da violação ou ameaça de violação de prerrogativas funcionais dos Membros das Carreiras de Advogado da União, Procurador Federal, Procurador da Fazenda Nacional e Procurador do Banco Central;

II - formular e implementar estratégias e mecanismos para o desenvolvimento e o fortalecimento das prerrogativas funcionais dos Membros das Carreiras de Advogado da União, Procurador Federal, Procurador da Fazenda Nacional e Procurador do Banco Central;

III - promover a articulação entre os órgãos da AGU, em especial quando da necessidade de adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais;

IV - sistematizar, consolidar e disponibilizar informações relativas à atuação da AGU;

V - propor, em conjunto com as áreas competentes, a edição de atos normativos;

VI - fomentar a realização de estudos e a capacitação sobre prerrogativas dos Membros das Carreiras de Advogado da União, Procurador Federal, Procurador da Fazenda Nacional e Procurador do Banco Central;

VII - promover a interlocução com órgãos e entidades externos à AGU;

VIII - manifestar-se previamente nas situações de conflitos positivos e negativos de competência entre os órgãos de defesa de prerrogativas dos Órgãos de Direção Superior da Advocacia-Geral da União;

IX - promover a divulgação das prerrogativas dos membros da AGU interna e externamente.

Art. 3º O GP-Prerrogativas será composto por oito Membros indicados no prazo de quinze dias a contar da publicação desta Portaria, respectivamente, pelo:

I - Consultor-Geral da União;

II - Procurador-Geral da União;

III - Procurador-Geral da Fazenda Nacional;

IV - Procurador-Geral Federal;

V - Secretário-Geral de Contencioso;

VI - Secretário-Geral de Consultoria;

VII - Procurador-Geral do Banco Central do Brasil; e

VIII - Representantes das Carreiras junto ao Conselho Superior da AGU, que deverão indicar por consenso um Membro em exercício no Distrito Federal.

Art. 4º. No prazo de 90 dias da publicação desta Portaria, o GP-Prerrogativas apresentará ao Advogado-Geral da União proposta de regimento interno, que disporá sobre a organização e o funcionamento do grupo.

Parágrafo único. Até a publicação do regimento interno do GP-Prerrogativas, a coordenação dos trabalhos ficará a cargo do membro representante da Consultoria-Geral da União.

Art. 5º As atividades do GP-Prerrogativas deverão observar, no âmbito de suas atividades, o sigilo funcional, na forma do art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 6º A Consultoria-Geral da União será responsável pelo apoio e assessoramento técnico às atividades do GP-Prerrogativas.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

**ARNALDO SAMPAIO DE MORAES GODOY**

**PAULO HENRIQUE KUHN**

**ADRIANA QUEIROZ DE CARVALHO**

**GRACE MARIA FERNANDES MENDONÇA**

**FERNANDO LUIZ ALBUQUERQUE FARIA**

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

**ISAAC SIDNEY MENEZES FERREIRA**

D.O.U. de 30.3.2015.

**PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1, DE 26 DE MAIO DE 2020.**

*Dispõe sobre o acompanhamento das atividades de ensino superior realizadas sem caracterização de conflito de interesse por Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional, Procuradores Federais, Procuradores do Banco Central do Brasil e por integrantes do Quadro Suplementar da Advocacia-Geral da União, de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.*

O **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**, o **MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA** e o **PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL**, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal e no parágrafo único do art. 6º da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, com redação dada pela Lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016, resolvem:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre o acompanhamento das atividades de ensino superior realizadas sem caracterização de conflito de interesse por Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional, Procuradores Federais, Procuradores do Banco Central do Brasil e por integrantes do Quadro Suplementar da Advocacia-Geral da União, de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.

Art. 2º Para os fins desta Portaria são consideradas atividades de ensino superior as realizadas em instituições públicas ou privadas, na graduação ou na pós-graduação, tais como:

I - ministração de aulas presenciais ou virtuais;

II - elaboração de projeto pedagógico;

III - preparação, total ou parcial, do programa de ensino ou material didático;

IV - elaboração de avaliações, provas, simulados e afins ou sua correção;

V - realização de monitoria; e

VI - prestação de qualquer outro auxílio ao corpo discente.

Art. 3º Os titulares dos cargos de que trata o art. 1º, ainda que cedidos ou requisitados para outros órgãos, deverão declarar em sistema eletrônico as atividades de ensino superior realizadas cumulativamente com as atividades funcionais.

§ 1º Também deverão ser objeto da declaração de que trata o caput as atividades de ensino realizadas:

I - em parceria com a Escola da AGU ou com outras Escolas de Governo; e

II - em cursos preparatórios para concursos públicos, ainda que intermediadas por pessoas jurídicas.

§ 2º A declaração das atividades de ensino superior integra o dever de boa-fé e lealdade às instituições, não devendo tais atividades configurar hipóteses de conflito de interesses, sob pena de responsabilização administrativa, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.

§ 3º Cabe à Corregedoria-Geral da Advocacia da União, na qualidade de órgão correcional, acompanhar o exercício das atividades de ensino superior pelos advogados públicos, ressalvando-se a competência disciplinar da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral do Banco Central.

Art. 4º A declaração das atividades de ensino superior será registrada pelo interessado no Sistema Eletrônico Atividades de Ensino até os dias 15 de fevereiro e 15 de agosto, referentes ao primeiro e ao segundo semestre letivo, respectivamente.

§ 1º A declaração de que trata o caput deverá ser alterada a qualquer tempo pelo interessado, sempre que houver a pretensão de realização de novas atividades de ensino superior.

§ 2º O interessado deverá indicar no Sistema Eletrônico Atividades de Ensino o endereço eletrônico funcional e o número de inscrição no CPF da respectiva Chefia da Unidade de exercício.

Art. 5º As atividades de ensino superior declaradas serão analisadas pela Chefia da Unidade de exercício quanto à compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo, considerando-se o cumprimento da jornada do cargo, o horário de funcionamento do órgão, a localidade onde ocorrerão as atividades, e, especialmente, o dever de disponibilidade ao serviço público.

§ 1º A incompatibilidade das atividades de ensino superior com as atribuições do cargo deverá ser atestada, motivadamente, pela Chefia da Unidade de exercício, que fixará prazo para desincompatibilização, notificando-se o interessado no mesmo dia.

§ 2º No prazo de dez dias do recebimento da notificação referida no §1º, o interessado poderá interpor recurso ao superior hierárquico da Chefia da Unidade de exercício, sem efeito suspensivo.

§ 3º O órgão com competência disciplinar será notificado da declaração de incompatibilidade, após esgotada a via recursal, a fim de analisar o cabimento de instaurar procedimento preliminar ou instrumento afim para averiguação.

§ 4º Todos os atos previstos neste artigo serão realizados por intermédio do Sistema Eletrônico Atividades de Ensino.

Art. 6º Na hipótese de cessão ou requisição, o interessado deverá indicar no Sistema Eletrônico Atividades de Ensino o endereço eletrônico e o número de inscrição no CPF da chefia imediata no órgão de exercício, a qual fará a análise prevista no art. 5º.

Parágrafo único. Aplica-se à situação do caput, no que couber, o disposto no art. 5º desta Portaria.

Art. 7º A Corregedoria-Geral da Advocacia da União será a unidade gestora do Sistema Eletrônico Atividades de Ensino, devendo divulgar semestralmente lista com os nomes dos declarantes titulares dos cargos de que trata o art. 1º.

Art. 8º A Corregedoria-Geral da Advocacia da União poderá editar normas complementares acerca do Sistema Eletrônico Atividades de Ensino.

Art. 9º Não é permitida aos titulares dos cargos de que trata o art. 1º a gerência ou administração de sociedade privada que tenha por finalidade desenvolver quaisquer atividades de ensino, sob pena de responsabilização administrativa, nos termos do inciso X do art. 117, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 10. Revoga-se a Portaria Interministerial AGU/MF/BACEN nº 20, de 2 de junho de 2009.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2020.

FABRÍCIO DA SOLLER

Advogado-Geral da União

Substituto

PAULO ROBERTO NUNES GUEDES

Ministro de Estado da Fazenda

ROBERTO CAMPOS NETO

Presidente do Banco Central do Brasil.

DOU de 18.6.2020.

ATOS NORMATIVOS DO PROCURADOR-GERAL FEDERAL

− PORTARIAS - INSTRUÇÕES - ORDENS DE SERVIÇO −

**PORTARIA Nº 2, DE 10 DE JULHO DE 2002.**

**PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, interino, no uso das atribuições que lhe confere o § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista a permissão de delegação de atribuições prevista no inciso II deste mesmo artigo, resolve:

Art. 1 - Delegar aos Procuradores-Gerais, aos Chefes de Procuradorias, de Departamentos, de Consultorias e de Assessorias Jurídicas de Autarquias e Fundações Federais, a representação das respectivas entidades junto ao Supremo Tribunal Federal e aos Tribunais Superiores, com reserva do exercício de iguais atribuições.

Parágrafo único. Fica permitida a subdelegação da atribuição prevista no caput.

Art. 2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ WEBER HOLANDA ALVES**

DOU de 11.7.2002 – Seção 2.

**PORTARIA Nº 71, DE 13 DE MARÇO DE 2003.**

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve

REMANEJAR para a Procuradoria-Geral Federal, vinculada à Advocacia-Geral da União, os cargos vagos de Procurador Federal, código 408001, e os que vierem a vagar, localizados nos órgãos da Administração Federal direta, indireta, autárquica e fundacional, integrantes da Carreira de igual denominação.

**JOSÉ WEBER HOLANDA ALVES**

D.O. de 14.3.2003.

**PORTARIA Nº 74, DE 19 DE MARÇO DE 2003.**

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe conferem o art. 11, §2 o , incisos I e VIII, da Lei n o 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o disposto nos artigos 9 o e 10, caput e §§ 2 o e 8 o , do mesmo diploma legal, e,

CONSIDERANDO a carência de Procuradores Federais no órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal - PGF junto à Fundação Cultural Palmares, bem como o fato de que os mesmos se encontram em exercício na sua sede, em Brasília/DF;

CONSIDERANDO a existência de diversas ações judiciais de interesse da Fundação Cultural Palmares e em tramitação fora do Distrito Federal, em localidades espalhadas pelo País, exigindo a atuação in loco de procurador federal, impondo maior ônus às atividades relacionadas à sua representação judicial;

CONSIDERANDO o fato de que as Procuradorias Federais não especializadas e as Procuradorias Seccionais Federais ainda encontram-se em fase inicial de instalação, exigindo ações emergenciais e provisórias na estruturação e sistematização da atuação da PGF, visando a otimização e eficiência da representação judicial das autarquias e fundações públicas federais;

RESOLVE:

Art. 1º A representação judicial da Fundação Cultural Palmares passa a ser exercida diretamente pela Procuradoria-Geral Federal-PGF, através do seu Órgão Central, em Brasília/DF, e, nas demais localidades, por intermédio de quaisquer de seus órgãos de execução, a serem definidos pelo Procurador-Geral Federal.

Parágrafo único. Fica delegada competência aos Procuradores Federais em exercício nos órgãos de execução indicados pelo Procurador-Geral Federal para, nos limites das suas respectivas competências territoriais, receberem notificações e intimações em nome da Fundação Cultural Palmares, reservando-se o recebimento de citações ao Procurador-Geral Federal.

Art. 2º O recebimento de notificações decorrentes de mandado de segurança contra ato de autoridade da Fundação Cultural Palmares continuará sob a responsabilidade desta.

Parágrafo único. Cabe aos Procuradores Federais em exercício no órgão de execução da PGF junto à Fundação Cultural Palmares a elaboração de informação em mandado de segurança que envolva autoridade integrante desta entidade, e, ainda, na hipótese de concessão de medida liminar anteriormente à intimação da autoridade dita coatora, a elaboração de recursos de agravo e de suspensão da segurança, encaminhando cópia das respectivas petições protocolizadas ao Procurador-Geral Federal.

Art. 3 º O órgão de execução da PGF junto à Fundação Cultural Palmares ficará como co-responsável pela sua representação judicial pelo período de 90 (noventa) dias, e, ainda, no prazo de 30 (trinta) dias, remeterá à PGF os dossiês representativos das suas ações judiciais em andamento, com relatório indicativo da fase em que se encontram.

Art. 4º Quando as ações judiciais, inclusive mandado de segurança, subirem para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para os Tribunais Superiores ou para o Supremo Tribunal Federal em grau de recurso, os órgãos de execução da PGF encaminharão os dossiês para o seu Órgão Central em Brasília, que passará a panhar referidos recursos judiciais.

Art. 5º O órgão de execução da PGF junto à Fundação Cultural Palmares deverá repassar prontamente todas as informações e esclarecimentos que se fizerem necessários no decorrer das atividades relacionadas à representação judicial daquela entidade, especialmente no que diz respeito à sua atividade finalística.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ WEBER HOLANDA ALVES**

Procurador-Geral Federal

D.O. de 20.3.2003.

**PORTARIA Nº 86, DE 31 DE MARÇO DE 2003.**

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 4º, inciso XII, e 43 da Lei Complementar nº 73, de 1993, que definem como atribuição do Advogado-Geral da União editar enunciados de súmula administrativa, resultantes da jurisprudência iterativa dos Tribunais, e fixam o caráter obrigatório destas súmulas em relação a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da referida Lei Complementar;

CONSIDERANDO a previsão contida no art. 4º da Lei nº 9.469, de 1997, que estabelece que, em não havendo súmula da Advocacia-Geral da União, o Advogado-Geral da União poderá dispensar a propositura de ações ou a interposição de recursos judiciais quando a controvérsia jurídica estiver sendo iterativamente decidida pelo Supremo Tribunal Federal ou pelos Tribunais Superiores;

CONSIDERANDO que, na forma dos arts. 1º, 2º e parágrafo único da Lei nº 9.704, de 1998, os órgãos jurídicos junto às fundações e autarquias federais, inclusive as especiais, estão sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do Advogado-Geral da União, o qual, entendendo necessário, poderá recomendar aos órgãos jurídicos nessas entidades a alteração da tese jurídica sustentada nas manifestações produzidas, para adequá-la à jurisprudência prevalecente nos Tribunais Superiores e no Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO que, nos termos do parágrafo único do art. 2º da referida Lei nº 9.704, de 1998, as recomendações de alteração da tese jurídica sustentada, feitas pelo Advogado-Geral da União, terão natureza vinculante, e serão de observância obrigatória;

CONSIDERANDO o disposto no art. 11, § 2º, inciso III, da Lei nº 10.480, de 2002, que estabelece competir ao Procurador-Geral Federal sugerir ao Advogado-Geral da União medidas de caráter jurídico de interesse das fundações e autarquias federais, inclusive as especiais, reclamadas pelo interesse público,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais, Procuradorias Federais Especializadas, Procuradorias, Departamentos Jurídicos, Consultorias Jurídicas ou Assessorias Jurídicas das fundações e autarquias federais, inclusive as especiais, que se abstenham de fixar, em âmbito interno, e sem autorização do Advogado-Geral da União, qualquer orientação relativa ao não ajuizamento de ações ou à não interposição de recursos judiciais com base em jurisprudência de Tribunais.

Art. 2º As matérias que se enquadrem nas disposições desta Portaria deverão ser apresentadas à Procuradoria-Geral Federal com proposta de submissão ao Advogado-Geral da União para expedição de súmula administrativa ou autorização de dispensa de recursos, devidamente instruídas com parecer fundamentado, aprovado pela autoridade máxima do órgão jurídico integrante da Procuradoria-Geral Federal, acompanhado de jurisprudência iterativa dos Tribunais sobre a matéria tratada.

Art. 3º Não se aplica esta Portaria às hipóteses previstas no Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ WEBER HOLANDA ALVES**

D.O. de 1º.4.2003.

**PORTARIA Nº 92, DE 1º DE ABRIL DE 2003.(\*)**

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e VIII do § 2º do art.11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o disposto no artigo 10, caput, desse mesmo diploma legal, e

CONSIDERANDO que a representação judicial junto aos T ribunais Superiores e ao Supremo Tribunal Federal, compreendida nas hipóteses indicadas nos arts. 11-A e 11-B da Lei 9.028, de 1995, acrescentados pela Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, abrange apenas algumas autarquias e fundações federais;

CONSIDERANDO a carência de Procuradores Federais nos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;

CONSIDERANDO o ônus decorrente da necessidade de deslocamentos de Procuradores Federais a esta Capital para acompanhamento de ações em curso nos Tribunais Superiores de interesse de autarquias e fundações públicas federais que não possuem representação em Brasília-DF, com freqüente prejuízo à melhor defesa a ser empreendida;

RESOLVE:

Art. 1º A representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, constantes do Anexo desta Portaria, junto aos Tribunais Superiores e ao Supremo Tribunal Federal, passa a ser exercida pela Procuradoria-Geral Federal, através de seu órgão central, em Brasília/DF.

Art. 2º As Procuradorias Federais junto às entidades relacionadas no Anexo desta Portaria ficam responsáveis pela obtenção, em seu próprio âmbito, dos elementos de fato e de direito necessários à atuação dos Procuradores Federais do órgão central da ProcuradoriaGeral Federal no exercício da representação judicial, especialmente quando tais elementos envolverem matérias específicas de atividade fim ou de competência legal ou regulamentar daquelas entidades.

Parágrafo único. A remessa dos elementos de que trata este artigo terá tratamento preferencial e será atendida dentro dos prazos assinados pelo órgão central da Procuradoria-Geral Federal, sob pena de apuração de responsabilidade.

Art. 3º Ficam as Procuradorias Federais junto às entidades indicadas no Anexo desta Portaria incumbidas de fornecer ao órgão central da Procuradoria-Geral Federal, no prazo máximo de 30 dias, contados da publicação desta Portaria, a relação de todos os processos sob sua responsabilidade, em curso nos Tribunais Superiores e no Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. Da relação de que trata este artigo deverá constar a indicação das ações que se enquadrem no disposto na Portaria AGU nº 87, de 17 de fevereiro de 2003.

Art. 4º As Procuradorias Federais junto às entidades constantes do Anexo desta Portaria continuam, pelo prazo de 60 dias, contados da publicação desta Portaria, como co-responsáveis pela representação judicial ora tratada, devendo, no decurso desse prazo, acompanhar as publicações em diário da justiça de intimações, notificações e demais atos processuais de interesse das entidades que representam, noticiando de imediato ao órgão central da Procuradoria-Geral Federal o teor dessas publicações.

Art. 5º Fica revogada a delegação de competência de que trata a Portaria PGF/nº 2, de 10 de julho de 2002, publicada no DOU, Seção 1, de 11 de julho de 2002, outorgada aos Procuradores-Gerais, aos Chefes de Procuradorias, de Departamentos, de Consultorias e de Assessorias Jurídicas de Autarquias e Fundações Federais dos órgãos jurídicos instalados nas entidades relacionadas no Anexo desta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ WEBER HOLANDA ALVES**

D. O. de 2.4.2003.

**ANEXO**

1. AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA ADA (\*\*)

2. AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE ADENE (\*\*\*)

3. AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR ANS

4. AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA ANCINE

5. COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR CNEN

6. FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO NAG

7. FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL FBN

8. FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA FCRB

9. FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXERCITO EM BRASÍLIA-FHE

10. FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES FUNARTE

11. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE FURG

12. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS FUFSC/SP

13. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA FUFUB

14. INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO

15. INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL INPI

16. INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL -INMETRO

17. SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP

18. UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA UFJF

19. UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE UFCG

20. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG

21. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

22. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM

23. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE UFRN

24. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE UFF

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(\*)RETIFICAÇÃO DOU II 07.04.2003:

“Na Portaria nº 092, de 1º de abril de 2003, publicada no DOU de 2 de abril de 2003, Seção 1, página 2, onde se lê: “Portaria PGF/nº 2, de 10 de julho de 2002, publicada no DOU, Seção 1”, leia-se: “Portaria PGF/nº 2, de 10 de julho de 2002, publicada no DOU, Seção 2.”

(\*\*) Segundo o art. 18 da Lei Complementar nº 124, de 3.1.2007, que criou a SUDAM, a ADA seria extinta na data de publicação do decreto que estabelecesse a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão da SUDAM. O Decreto nº 6.218, de 4.10.2007 (publicado no diário oficial de 4.10.2007 – edição extra), aprovou “*a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM*.”

(\*\*\*) Segundo o art. 21 da Lei Complementar nº 125, de 3.1.2007, que criou a SUDENE, a ADENE seria extinta na data de publicação do decreto que estabelecesse a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão da SUDENE. O Decreto nº 6.219, de 4.10.2007 (publicado no diário oficial de 4.10.2007 – edição extra), aprovou “*a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE*”

**PORTARIA Nº 146, DE 15 DE MAIO DE 2003.**

*Dispõe sobre a lotação de portador de deficiência no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe conferem o art. 11, § 2 º, incisos IV e V, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e seu regulamento, Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, bem como na Portaria/AGU nº 225, de 12 de maio de 2003 (D.O. de 15.5.2003),

Considerando o dever do Poder Público de assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive para propiciar o seu bem-estar pessoal e social,

RESOLVE :

Art. 1º Na hipótese de candidato portador de deficiência aprovado em concurso público destinado ao provimento de cargos de Procurador Federal, não lograr obter, pela sua classificação no certame, vaga de sua preferência na localidade de residência de seus familiares ou de pessoas que lhe possam proporcionar assistência especial e bem-estar pessoal, ou próxima a ela, será acrescida à lotação do respectivo órgão, por remanejamento, vaga para sua lotação na localidade escolhida.

Parágrafo único. A lotação na vaga assegurada no caput dependerá da comprovação da residência dos familiares do candidato ou das pessoas ali referidas, bem como de ficar demonstrado, perante comissão designada pelo Procurador-Geral Federal, que a categoria e o grau da deficiência apresentada exigem a assistência especial dos indicados no caput .

Art. 2º O titular do cargo referido no art. 1º, portador de deficiência, poderá ser removido a pedido, independentemente de concurso de remoção, para órgão sediado em localidade onde residam seus familiares ou pessoas que lhe possam proporcionar assistência especial e bem-estar pessoal, ou próxima a ela, observado o disposto no parágrafo único do artigo anterior.

Art. 3º Observado o disposto no parágrafo único do art. 1º, fica distribuído o cargo de Procurador Federal do qual seja titular portador de deficiência para o órgão no qual se encontre em exercício provisório, ficando este lotado no respectivo órgão.

Art. 4º Na aplicação desta Portaria deverá ser observado que os Procuradores Federais podem ser lotados na Procuradoria-Geral Federal, em suas Procuradorias, especializadas ou não, e demais órgãos de execução, e em órgãos de autarquias e fundações nos quais localizadas unidades jurídicas descentralizadas da PGF.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ WEBER HOLANDA ALVES**

D.O. de 16.5.2003.

**PORTARIA Nº 45, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2004.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, e tendo em vista o contido nos Processos nº 00407.000194/2004-11 e 00407.000348/2004-66, resolve

Art. 1º- A representação judicial da Fundação Jorge Duprat Figueiredo Segurança e Medicina do Trabalho-FUNDACENTRO, nas ações trabalhistas em trâmite perante a primeira instância da Justiça do Trabalho de Porto Alegre e no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, passa a ser exercida pela Procuradoria Regional Federal - 4ª Região.

Art. 2º- Cabe ao responsável pela Procuradoria Regional Federal-4ª Região, nos termos da Portaria nº 384, de 31 de julho de 2003, designar um dos Procuradores Federais ali lotados para acompanhar as referidas ações, praticando todos os atos inerentes àquela representação.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

D.O. de 18.2.2004.

**PORTARIA Nº 70, DE 19 DE MARÇO DE 2004.**(\*)

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso das competências que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando que ao Procurador-Geral Federal compete coordenar as atividades da Procuradoria-Geral Federal e orientar-lhe a atuação;

Considerando que à Procuradoria-Geral Federal, como órgão integrante da Administração Pública Federal, cabe apresentar, periodicamente, relatórios consolidados de suas atividades à Advocacia-Geral da União e ao Tribunal de Contas da União, resolve:

Art. 1º Ficam os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, especializadas ou não, obrigados a apresentar, semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, Relatório analítico das principais atividades realizadas por força da respectiva representação judicial, inclusive em grau de recurso, assim como Relatório de todas as atribuições administrativas desenvolvidas, em função de consultoria e assessoramento jurídicos, quantificando o número de processos administrativos e judiciais tramitados, destacando as ações relevantes em conformidade com ato do Senhor Advogado-Geral da União e demonstrando o percentual de ações relativas à atividade-fim e à atividade-meio, tudo representado também graficamente. Os órgãos de execução consolidarão os dados de suas respectivas unidades centrais, regionais e estaduais.

§ 1º - Em relação à representação judicial, o Relatório especificará a natureza das ações, a quantidade de manifestações por petições, reconvenções, contestações, réplicas, participação em audiências, embargos, recursos em geral, informações em mandados de segurança e outros.

§ 2º Quanto às atividades de consultoria e assessoramento jurídico, o Relatório também especificará o número de peças elaboradas, pareceres, notas técnicas, informações, manifestações, subsídios, despachos, participação em sindicâncias e processos disciplinares, reuniões, audiências concedidas, e atos relativos a licitações, contratos, convênios, questões de pessoal, patrimoniais, orçamentárias, tributárias, e ainda minutas de projetos de leis, medidas provisórias, decretos e outros.

§ 3º As unidades de execução, nas atividades de cálculos e perícias, deverão identificar o número de processos analisados, os valores requeridos e os impugnados, demonstrando numericamente e em percentuais os resultados positivos alcançados em favor da União. Nas execuções movidas contra terceiros, incluídas as de dívida ativa, será apresentado o mesmo demonstrativo, inclusive quanto a honorários advocatícios e receitas decorrentes de eventuais indenizações recebidas.

Art. 2º Enquanto a Procuradoria-Geral Federal não expedir e disponibilizar os modelos eletrônicos de planilhas, formulários ou minutas, seus órgãos e respectivas unidades de execução deverão, segundo seus próprios critérios, apurar e armazenar os dados e informações a serem posteriormente apresentados na forma deste ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(\*)RETIFICAÇÃO:

Na Portaria nº 133, de 19 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 2004, Seção 1, pág. 3, onde se lê: "PORTARIA Nº 133, DE 19 DE MARÇO DE 2004" leia- se:" PORTARIA Nº 070, DE 19 DE MARÇO DE 2004".

D. O. de 22.3. 2004.

**PORTARIA Nº 185, DE 30 DE JULHO DE 2004.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00407.000032/2004-74, resolve:

Art. 1º A representação judicial da Fundação Jorge Duprat Figueiredo Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO, nas ações em que seja parte ou de qualquer forma interessada, perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, Tribunal Regional Federal da 1ª Região, 10ª Região da Justiça do Trabalho e Justiça Comum do Distrito Federal, passa a ser exercida pelo Adjunto de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 2º Cabe ao Adjunto de Contencioso praticar os demais atos necessários à presente representação.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

D.O. de 2.8.2004.

**PORTARIA Nº 199, DE 16 DE AGOSTO DE 2004.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o disposto nos arts. 9º e 10, caput, e §§ 2º e 8º, desta mesma Lei,

Considerando a carência de Procuradores Federais no órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal junto à Universidade Federal de Pernambuco, em Recife/PE, e a circunstância de ali se acharem em exercício exclusivo;

Considerando a existência de diversas ações de interesse da Universidade Federal de Pernambuco em curso nos Tribunais Superiores e no Supremo Tribunal Federal, a exigirem atuação in locode Procurador Federal para acompanhá-las;

Considerando a prerrogativa de intimação e notificação pessoal assegurada aos Procuradores Federais pelos arts. 17 e 19 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, nas causas em que atuem no exercício de suas funções institucionais;

Considerando a conveniência de ter a Universidade Federal de Pernambuco representação judicial em Brasília para receber as intimações e notificações emanadas dos Tribunais Superiores e do Supremo Tribunal Federal, resolve:

Art. 1º A representação judicial da Universidade Federal de Pernambuco, perante os Tribunais Superiores e o Supremo Tribunal Federal, passa a ser exercida diretamente pela Procuradoria-Geral Federal, por intermédio de seu órgão central em Brasília/DF.

Art. 2º O órgão de execução da PGF junto à Universidade Federal de Pernambuco ficará, durante noventa dias da vigência desta, como co-responsável pela representação judicial de que trata o art. 1º, devendo remeter à Procuradoria-Geral Federal, no prazo de trinta dias, os dossiês correspondentes às ações em curso nos Tribunais Superiores e no Supremo Tribunal Federal, indicando, mediante relatório, as fases em que se encontram.

Parágrafo único. No decorrer das atividades relacionadas à representação judicial de que trata esta Portaria, o órgão de execução da PGF junto à Universidade Federal de Pernambuco repassará, prontamente, ao órgão central da PGF todos os esclarecimentos e informações que se fizerem necessárias, especialmente as que dizem respeito à atividade finalística da representada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

D.O. de 17.8.2004.

**PORTARIA Nº 200, DE 16 DE AGOSTO DE 2004.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o disposto nos arts. 9º e 10, caput, e §§ 2º e 8º, desta mesma Lei,

Considerando a carência de Procuradores Federais no órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal junto à Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha - CCCPMM, no Rio de Janeiro/RJ, e a circunstância de ali se acharem em exercício exclusivo;

Considerando a existência de diversas ações de interesse da Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha - CCCPMM em curso nos Tribunais Superiores e no Supremo Tribunal Federal, exigindo a atuação in loco de Procurador Federal para acompanhá-las;

Considerando a prerrogativa de que gozam os Procuradores Federais de serem intimados e notificados pessoalmente nas causas em que atuarem no exercício de suas funções institucionais, em conformidade com o disposto no arts. 17 e 19 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004;

Considerando a conveniência de ter a Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha - CCCPMM representação em Brasília para receber as intimações e notificações emanadas dos Tribunais Superiores e do Supremo Tribunal Federal; resolve:

Art. 1º A representação judicial da Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha - CCCPMM, perante os Tribunais Superiores e o Supremo Tribunal Federal, passa a ser exercida diretamente pela Procuradoria-Geral Federal, por intermédio de seu órgão central, em Brasília/DF.

Art. 2º órgão de execução da PGF junto à Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha - CCCPMM ficará, durante noventa dias da vigência desta, como co-responsável pela representação judicial de que trata o art. 1º, devendo remeter ao órgão central da Procuradoria-Geral Federal, no prazo de trinta dias, os dossiês correspondentes às ações em curso nos Tribunais Superiores e no Supremo Tribunal Federal, indicando, mediante relatório, as fases em que se encontram.

Parágrafo único. No decorrer das atividades relacionadas à representação judicial de que trata esta Portaria, o órgão de execução da PGF junto à Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha - CCCPMM deverá repassar, prontamente, ao órgão central da PGF todos os esclarecimentos e informações que se fizerem necessárias, especialmente as que dizem respeito à atividade finalística da representada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

D.O. de 17.8.2004.

**PORTARIA Nº 201, DE 16 DE AGOSTO DE 2004.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o disposto nos arts. 9º e 10, caput, e §§ 2º e 8º, desta mesma Lei,

Considerando a carência de Procuradores Federais no órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal junto à Universidade Federal de Goiás, em Goiânia/GO, e a circunstância de ali se acharem em exercício exclusivo;

Considerando a existência de diversas ações de interesse da Universidade Federal de Goiás em curso nos Tribunais Superiores e no Supremo Tribunal Federal, a exigirem atuação in loco de Procurador Federal para acompanhá-las;

Considerando a prerrogativa de intimação e notificação pessoal assegurada aos Procuradores Federais pelos arts. 17 e 19 da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, nas causas em que atuem no exercício de suas funções institucionais;

Considerando a conveniência de ter a Universidade Federal de Goiás representação judicial em Brasília para receber as intimações e notificações emanadas dos Tribunais Superiores e do Supremo Tribunal Federal, resolve:

Art. 1º A representação judicial da Universidade Federal de Goiás, perante os Tribunais Superiores e o Supremo Tribunal Federal, passa a ser exercida diretamente pela Procuradoria-Geral Federal, por intermédio de seu órgão central em Brasília/DF.

Art. 2º O órgão de execução da PGF junto à Universidade Federal de Goiás ficará, durante noventa dias da vigência desta, como co-responsável pela representação judicial de que trata o art. 1º, devendo remeter à Procuradoria-Geral Federal, no prazo de trinta dias, os dossiês correspondentes às ações em curso nos Tribunais Superiores e no Supremo Tribunal Federal, indicando, mediante relatório, as fases em que se encontram.

Parágrafo único. No decorrer das atividades relacionadas à representação judicial de que trata esta Portaria, o órgão de execução da PGF junto à Universidade Federal de Goiás repassará, prontamente, ao órgão central da PGF todos os esclarecimentos e informações que se fizerem necessárias, especialmente as que dizem respeito à atividade finalística da representada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

D.O. de 17.8.2004.

**PORTARIA Nº 217, DE 27 DE AGOSTO DE 2004.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00407.002201/2004-19, resolve

Art. 1º A representação judicial da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, nas ações em que esta seja parte ou de qualquer forma interessada, perante a Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, o Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, e a Justiça Estadual de Pernambuco, passa a ser exercida pela Procuradoria Regional Federal - 5ª Região.

Art. 2º Cabe ao responsável pela Procuradoria Regional Federal - 5ª Região, nos termos da Portaria AGU nº 785, de 27 de novembro de 2002, designar Procurador Federal ali em exercício para acompanhar as ações correspondentes à representação de que trata o art. 1º.

Art. 3º Determinar que, no caso de interposição de eventuais recursos, seja efetuada a imediata comunicação à Procuradoria Geral Federal da subida do processo, para fins de acompanhamento junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

D.O. de 30.8.2004.

**PORTARIA Nº 219, DE 31 DE AGOSTO DE 2004.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00407.000731/2004-14, resolve:

Art. 1º A representação judicial da Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO, nas ações que esta seja parte ou de qualquer forma interessada, perante a Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Justiça do Trabalho da 1ª instância no Estado do Rio Grande do Sul, Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e Justiça Estadual do Rio Grande do Sul, passa a ser exercida pela Procuradoria Regional Federal – 4ª Região.

Art. 2º Cabe ao responsável pela Procuradoria Regional Federal- 4ª Região, nos termos da Portaria nº 384, de 31 de julho de 2003, designar Procurador Federal ali em exercício para acompanhar as ações correspondentes à representação de que trata o art.1º.

Art. 3º Determinar que, no caso de interposição de eventuais recursos, seja efetuada a imediata comunicação à Procuradoria Geral Federal da subida do processo, para fins de acompanhamento junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

D.O. de 6.9.2004.

**PORTARIA Nº 30, DE 25 DE JANEIRO DE 2005.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00421.000304/2004-58, resolve:

Art. 1º As atividades de consultoria e assessoramento jurídicos de interesse da Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre,(\*) passam a ser exercida pela Procuradoria Regional Federal - 4ª Região.

Art. 2º Cabe ao responsável pela Procuradoria Regional Federal- 4ª Região, nos termos da Portaria nº 384, de 31 de julho de 2003, designar um dos Procuradores Federais ali lotados para desempenhar as atividades de que trata o art. 1º.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

(\*)Transformada na “Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA”, pela Lei nº 11.641, de 11.1.2008.

B.S. de 28.1.2005.

**PORTARIA Nº 40, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2005.**

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** substituto, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00407.000185/2005-01, resolve:

Art.1º A representação judicial do CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PETROLINA – CEFET, em primeira instância, nas ações em que seja parte ou de qualquer forma interessado, perante a Justiça Federal, Justiça do Trabalho e Justiça Estadual, passa a ser exercida pela Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA.

Art. 2º Cabe ao responsável pela Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA, na cidade de Petrolina/PE, designar um dos Procuradores Federais ali lotados para acompanhar as referidas ações de que trata o art. 1º.

Art. 3º Determinar que, no caso de interposição de recursos, seja efetuada a imediata comunicação à Procuradoria Regional Federal -5ª Região, para fins de acompanhamento dos processos junto ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, e à Procuradoria - Geral Federal, para fins de acompanhamento dos processos junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

**LUCIO FLAVIO CAMARGO BASTOS**

D.O. de 4.2.2005.

**PORTARIA Nº 50, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2005.**(\*)

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00407.001275/2004-20, resolve:

Art.1º A representação judicial da Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO, nas ações em que esta seja parte ou de qualquer forma interessada, perante a Justiça Federal, Varas da Justiça do Trabalho e Tribunal Regional do Trabalho da 17 ª Região, passa a ser exercida pela Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo - PF/ES.

Art. 2º Cabe ao responsável pela Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo, nos termos da Portaria nº 77, de 31 de janeiro de 2005, designar Procurador Federal ali em exercício para acompanhar as ações correspondentes à representação de que trata o art. 1º.

Art. 3º Determinar que, no caso de interposição de recursos, seja efetuada a imediata comunicação à Procuradoria Regional Federal - 2ª Região, para fins de acompanhamento dos processos junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, e à Procuradoria-Geral Federal, órgão central, para fins de acompanhamento dos processos junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

(\*) Portaria republicada por ter saído com incorreção no Diário Oficial da União de 15 de fevereiro de 2005, seção 1, página 2.

D.O. de 22.2.2005.

**PORTARIA Nº 78, DE 01 DE MARÇO DE 2005.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00407.000108/2004-61, resolve:

Art. 1º A representação judicial do Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS, nas ações em que seja parte ou de qualquer forma interessado, perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região e Justiça Estadual de Pernambuco, passa a ser exercida pela Procuradoria Regional Federal - 5ª Região.

Art. 2º Cabe ao responsável pela Procuradoria Regional Federal - 5ª Região, nos termos da Portaria AGU nº 785, de 27 de novembro de 2002, designar Procurador Federal ali em exercício para acompanhar as ações correspondentes à representação de que trata o art. 1º.

Art. 3º Determinar que, no caso de interposição de eventuais recursos, seja efetuada a imediata comunicação à Procuradoria Geral Federal da subida do processo, para fins de acompanhamento junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

D.O. de 2.3.2005.

**PORTARIA Nº 88, DE 04 DE MARÇO DE 2005.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 11 de dezembro de 2002, e tendo em vista o disposto na Portaria AGU nº 342, de 7 de julho de 2003, resolve:

Art. 1º Determinar a observância, no que couber, da Instrução Normativa nº 01, de 11 de fevereiro de 2000, da Corregedoria-Geral da Advocacia da União, no procedimento administrativo de avaliação dos integrantes da Carreira de Procurador Federal submetidos a estágio probatório, sem prejuízo da observância do disposto nos art. 37 e 38 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

B.S. de 4.3.2005.

**PORTARIA Nº 116, DE 14 DE MARÇO DE 2005.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 01450.016268/2004-60, resolve:

Art. 1º A representação judicial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN, nas ações em que seja parte ou de qualquer forma interessado, perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região e Justiça Estadual de Pernambuco, passa a ser exercida pela Procuradoria Regional Federal - 5ª Região.

Art. 2º Cabe ao responsável pela Procuradoria Regional Federal - 5ª Região, nos termos da Portaria AGU nº 785, de 27 de novembro de 2002, designar Procurador Federal ali em exercício para acompanhar as ações correspondentes à representação de que trata o art. 1º.

Art. 3º Determinar que, no caso de interposição de eventuais recursos, seja efetuada a imediata comunicação à Procuradoria Geral Federal da subida do processo, para fins de acompanhamento junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

D.O. de 17.3.2005.

**PORTARIA Nº 121, DE 23 DE MARÇO DE 2005.**

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,Substituto**, no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00421000035/2005-19, resolve:

Art. 1º As atividades de consultoria e assessoramento jurídicos de interesse da Escola Agrotécnica Federal de Sertão/EAF, passam a ser exercidas pela Procuradoria Regional Federal- 4ª Região.

Art. 2º Cabe ao responsável pela Procuradoria Regional Federal - 4ª Região, nos termos da Portaria nº 384, de 31 de julho de 2003, designar Procuradores Federais ali em exercício para desempenharem as atividades de que trata o art. 1º.

**LÚCIO FLÁVIO CAMARGO BASTOS**

B.S. de 24.3.2005.

**PORTARIA Nº 123, DE 23 DE MARÇO DE 2005.**

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,Substituto**, no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00421000035/2005-19, resolve:

Art. 1º As atividades de consultoria e assessoramento jurídicos de interesse do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul/CEFET, passam a ser exercidas pela Procuradoria Regional Federal - 4ª Região.

Art. 2º Cabe ao responsável pela Procuradoria Regional Federal - 4ª Região, nos termos da Portaria nº 384, de 31 de julho de 2003, designar Procuradores Federais ali em exercício para desempenharem as atividades de que trata o art. 1º.

**LÚCIO FLÁVIO CAMARGO BASTOS**

B.S. de 24.3.2005.

**PORTARIA Nº 124, DE 23 DE MARÇO DE 2005.**

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** Substituto, no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00421000035/2005-19, resolve:

Art. 1º As atividades de consultoria e assessoramento jurídicos de interesse do Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves/CEFET, passam a ser exercidas pela Procuradoria Regional Federal - 4ª Região.

Art. 2º Cabe ao responsável pela Procuradoria Regional Federal- 4ª Região, nos termos da Portaria nº 384, de 31 de julho de 2003, designar Procuradores Federais ali em exercício para desempenharem as atividades de que trata o art. 1º.

**LÚCIO FLAVIO CAMARGO BASTOS**

B.S. de 24.3.2005.

**PORTARIA Nº 126, DE 23 DE MARÇO DE 2005.**

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL,Substituto**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00407.000472/2005-11, resolve:

Art. 1º A representação judicial das entidades constantes dos Anexos , relativamente às ações em que seja parte ou de qualquer forma interessada, perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo, Tribunal Regional Federal da 3ª Região, 2ª e 15ª Regiões da Justiça do Trabalho e Justiça Estadual de São Paulo, passam a ser exercida pela Procuradoria Regional Federal - 3ª Região.

Art. 2º Cabe ao responsável pela Procuradoria Regional Federal - 3ª Região, nos termos da Portaria AGU nº 222, de 26 de abril de 2004, designar Procuradores Federais ali em exercício para acompanharem as ações correspondentes à representação de que trata o art. 1º.

Art. 3º Determinar que, no caso de interposição de eventuais recursos, seja efetuada a imediata comunicação à Procuradoria Geral Federal da subida do processo, para fins de acompanhamento junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça ou Tribunal Superior do Trabalho.

**LUCIO FLAVIO CAMARGO BASTOS**

**ANEXO**

1. Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA (\*)

2. Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE (\*\*)

3. Agência Espacial Brasileira - AEB

4. Agência Nacional de Águas - ANA

5. Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

6. Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

7. Agência Nacional do Cinema - ANCINE

8. Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN

9. Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico -CNPq

10. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

11. Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG

12. Fundação Biblioteca Nacional - FBN

13. Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB

14. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

15. Fundação Cultural Palmares - FCP

16. Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP

17. Fundação Nacional de Artes - FUNARTE

18. Fundação Osório - FO

19. Fundação Universidade de Brasília

20. Fundação Universidade do Amazonas

21. Fundação Universidade do Rio Grande

22. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

23. Fundação Universidade Federal de Ouro Preto

24. Fundação Universidade Federal de Roraima

25. Fundação Universidade Federal de Sergipe

26. Fundação Universidade Federal de Viçosa

27. Fundação Universidade Federal do Acre

28. Fundação Universidade Federal do Amapá

29. Fundação Universidade Federal do Maranhão

30. Fundação Universidade Federal do Tocantins

31. Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco

32. Fundo Nacional de Desenvolvimento

33. Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro

34. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

35. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP

36. Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

37. Universidade Federal da Bahia

38. Universidade Federal da Paraíba

39. Universidade Federal de Alagoas

40. Universidade Federal de Campina Grande

41. Universidade Federal de Goiás

42. Universidade Federal de Juiz de Fora

43. Universidade Federal de Lavras

44. Universidade Federal de Minas Gerais

45. Universidade Federal de Pernambuco

46. Universidade Federal de Santa Catarina

47. Universidade Federal de Santa Maria

48. Universidade Federal de Uberlândia

49. Universidade Federal do Ceará

50. Universidade Federal do Espírito Santo

51. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

52. Universidade Federal do Pará

53. Universidade Federal do Paraná

54. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

55. Universidade Federal do Rio Grande do Norte

56. Universidade Federal do Rio Grande do Sul

57. Universidade Federal Fluminense - UFF/RJ

58. Universidade Federal Rural de Pernambuco

59. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(\*) Segundo o art. 18 da Lei Complementar nº 124, de 3.1.2007, que criou a SUDAM, a ADA seria extinta na data de publicação do decreto que estabelecesse a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão da SUDAM. O Decreto nº 6.218, de 4.10.2007 (publicado no diário oficial de 4.10.2007 – edição extra), aprovou “*a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM*.”

(\*\*) Segundo o art. 21 da Lei Complementar nº 125, de 3.1.2007, que criou a SUDENE, a ADENE seria extinta na data de publicação do decreto que estabelecesse a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão da SUDENE. O Decreto nº 6.219, de 4.10.2007 (publicado no diário oficial de 4.10.2007 – edição extra), aprovou “*a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE*.”

D.O.de 28.3.2005.

**PORTARIA Nº 188, DE 11 DE MAIO DE 2005.**

A **PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00426.000061/2005-99, resolve:

Art. 1º A representação judicial da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, nas ações em que esta seja parte ou de qualquer forma interessada, perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, Varas da Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 17 ª Região e Justiça Estadual, passa a ser exercida pela Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo - PF/ES.

Art. 2º Cabe ao responsável pela Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo, nos termos da Portaria nº 77, de 31 de janeiro de 2005, designar Procurador Federal ali em exercício para acompanhar as ações correspondentes à representação de que trata o art. 1º.

Art. 3º Determinar que, no caso de interposição de recursos, seja efetuada a imediata comunicação à Procuradoria Regional Federal - 2ª Região, para fins de acompanhamento dos processos junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, e à Procuradoria-Geral Federal, órgão central, para fins de acompanhamento dos processos junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

D.O. de 13.5.2005.

**PORTARIA Nº 189, DE 11 DE MAIO DE 2005.**

A **PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00426.000061/2005-99, resolve:

Art. 1º A representação judicial do Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, nas ações em que este seja parte ou de qualquer forma interessado, perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, Varas da Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 17 ª Região e Justiça Estadual, passa a ser exercida pela Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo - PF/ES.

Art. 2º Cabe ao responsável pela Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo, nos termos da Portaria nº 77, de 31 de janeiro de 2005, designar Procurador Federal ali em exercício para acompanhar as ações correspondentes à representação de que trata o art. 1º.

Art. 3º Determinar que, no caso de interposição de recursos, seja efetuada a imediata comunicação à Procuradoria Regional Federal - 2ª Região, para fins de acompanhamento dos processos junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, e à Procuradoria-Geral Federal, órgão central, para fins de acompanhamento dos processos junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

D.O. de 17.5.2005.

**PORTARIA Nº 211, DE 25 DE MAIO DE 2005.**

A **PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00426.000051/2005-53, resolve:

Art. 1º A representação judicial das entidades constantes do Anexo, relativamente às ações em que sejam partes ou de qualquer forma interessadas, perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, Varas da Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 17 ª Região e Justiça Estadual do Espírito Santo, passa a ser exercida pela Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo - PF/ES.

Art. 2º Cabe ao responsável pela Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo, nos termos da Portaria nº 77, de 31 de janeiro de 2005, designar Procurador Federal ali em exercício para acompanhar as ações correspondentes à representação de que trata o art. 1º.

Art. 3º Determinar que, no caso de interposição de recursos, seja efetuada a imediata comunicação à Procuradoria-Geral Federal, órgão central, para fins de acompanhamento dos processos junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

**ANEXO**

1. Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS

2. Comissão de Valores Mobiliários - CVM

3. Instituto de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO

D.O. de 27.5.2005.

**PORTARIA Nº 393, DE 7 DE OUTUBRO DE 2005.**

A **PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve

REMANEJAR para a Procuradoria-Geral Federal, vinculada à Advocacia-Geral da União, os cargos vagos de Procurador Federal, código 408002, e os que vierem a vagar, localizados nos órgãos da Administração Federal direta, indireta, autárquica e fundacional, integrantes da Carreira de igual denominação.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

D.O. de 13.10.2005.

**PORTARIA N º 66, DE 13 DE MARÇO DE 2006.**

A **PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00434.000033/2006-53, resolve:

Art.1º A representação judicial da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO, nas ações em que esta seja parte ou de qualquer forma interessada, perante a Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso do Sul, a Justiça do Trabalho de primeira instância no Estado do Mato Grosso do Sul, o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, e a Justiça Estadual do Mato Grosso do Sul passa a ser exercida pela Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Cabe ao responsável pela Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso do Sul, nos termos da Portaria nº 135, de 07 de abril de 2005, designar Procurador Federal ali em exercício para acompanhar as ações correspondentes à representação de que trata o art. 1º.

Art. 3º Determinar que, no caso de interposição de recursos, seja efetuada a imediata comunicação à Procuradoria Regional Federal - 3ª Região, para fins de acompanhamento dos processos junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, e à Procuradoria-Geral Federal, órgão central, para fins de acompanhamento de processos junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

D.O. de 15.3.2006.

**PORTARIA Nº 90, DE 30 DE MARÇO DE 2006.**

A **PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2° do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n° 00407.004057/2005-28, resolve:

Art 1° Designar os Procuradores Federais Marcel Julien Matos Rocha, SIAPE n° 1380373 e Marcelo Moreira Tavares, SIAPE n° 1379436, em exercício na Escola Agrotécnica Federal de Crato e órgão de arrecadação da Procuradoria-Geral Federal, respectivamente, para, até que seja instalada a Procuradoria Seccional Federal de Juazeiro do Norte, receberem citações e intimações oriundas da 16ª e da 17ª Varas Federais no Estado, referentes às entidades representadas pela Procuradoria Federal no Estado do Ceará, encaminhando em seguida a esta última os autos e mandados recebidos.

Art.2° Caberá ao responsável pela PF/CE encaminhar a relação das entidades de que tratam o art. 1° às respectivas Varas.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

B.S.de 31.3.2006.

**PORTARIA Nº 119, DE 28 DE ABRIL DE 2006.**

A **PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00421.000111/2006-69, resolve:

Art. 1º A representação judicial das entidades constantes do Anexo, relativamente às ações em que seja parte ou de qualquer forma interessada, perante a Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Justiça do Trabalho da 1ª instância no Estado do Rio Grande do Sul, Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, e Justiça Estadual do Rio Grande do Sul, passa a ser exercida pela Procuradoria Regional Federal - 4ª Região.

Art. 2º Cabe ao responsável pela Procuradoria Regional Federal-4ª Região, nos termos da Portaria nº 384, de 31 de julho de 2003, designar Procurador Federal ali em exercício para acompanhar as ações correspondentes à representação de que trata o art.1º.

Art. 3º Determinar que, no caso de interposição de eventuais recursos, seja efetuada a imediata comunicação à Procuradoria Geral Federal da subida do processo, para fins de acompanhamento junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

**ANEXO**

1. Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA (\*)

2. Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE (\*\*)

3. Agência Espacial Brasileira - AEB

4. Agência Nacional de Águas - ANA

5. Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS

6. Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT

7. Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

8. Agência Nacional do Cinema - ANCINE

9. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

10. Comissão de Valores Mobiliários - CVM

11. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

12. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

13. Fundação Escola Nacional de Administração Público - ENAP

14. Fundação Nacional de Artes - FUNARTE

15. Fundação Universidade de Brasília - FUB

16. Fundação Universidade de São Carlos - FUFSCAR

17. Fundação Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO

18. Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI

19. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

20. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP

21. Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

22. Universidade Federal da Bahia - UFBA

23.Universidade Federal da Paraíba - UFPB

24. Universidade Federal de Alagoas - UFAL

25. Universidade Federal de Goiás - UFG

26. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

27. Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

28. Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

29. Universidade Federal de Sergipe - UFS

30. Universidade Federal do Ceará - UFCE

31. Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

32. Universidade Federal do Pará - UFPA

33. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

34. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

35. Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTF/PR

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(\*) Segundo o art. 18 da Lei Complementar nº 124, de 3.1.2007, que criou a SUDAM, a ADA seria extinta na data de publicação do decreto que estabelecesse a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão da SUDAM. O Decreto nº 6.218, de 4.10.2007 (publicado no diário oficial de 4.10.2007 – edição extra), aprovou “*a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM*.”

(\*\*) Segundo o art. 21 da Lei Complementar nº 125, de 3.1.2007, que criou a SUDENE, a ADENE seria extinta na data de publicação do decreto que estabelecesse a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão da SUDENE. O Decreto nº 6.219, de 4.10.2007 (publicado no diário oficial de 4.10.2007 – edição extra), aprovou “*a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE*.”

D.O. de 3.5.2006.

**PORTARIA Nº 176, DE 2 DE JUNHO DE 2006.**

A **PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00407.000778/2006-40, resolve:

Art. 1º As atividades de consultoria e assessoramento jurídicos de interesse da Escola Agrotécnica Federal de Concórdia, Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul e Escola Agrotécnica de Sombrio passam a ser exercida pela Procuradoria Federal de Santa Catarina.

Art. 2º Cabe ao responsável pela Procuradoria Santa Catarina, nos termos da Portaria nº 291, de 26 de julho de 2005, designar um dos Procuradores Federais ali lotados para desempenhar as atividades de que trata o art. 1º.

Art. 3º Ficam revogadas as Portarias nºs 029 e 031, de 25 de janeiro de 2005, e nº 122, de 23 de março de 2005, publicadas em Boletim de Serviço.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

B.S. de 2.6.2006.

**PORTARIA Nº 225, DE 28 DE JUNHO DE 2006.**

A **PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe confere o art. 11, § 2º , da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 00407.000704/2006-11, resolve:

Art. 1º As Procuradorias Federais nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Pará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Ceará e Rio Grande do Norte assumirão a representação judicial da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP(\*) relativamente às ações em que seja parte ou de qualquer forma interessada, perante as varas da Justiça Federal, da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho, e os Tribunais Regionais do Trabalho, nos respectivos Estados.

Art. 2º As Procuradorias Regionais Federais das 3ª e 4ª Regiões assumirão a representação judicial da ANP relativamente às ações em que seja parte ou de qualquer forma interessada, perante as varas da Justiça Federal, da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho, os Tribunais Regionais Federais e Tribunais Regionais do Trabalho, nos respectivos Estados.

Art. 3º Determinar que seja comunicada à Procuradoria Federal junto à ANP, para fins de acompanhamento, a interposição de recursos aos Tribunais Regionais Federais das 1ª, 2ª e 5ª Regiões, aos Tribunais Superiores e ao Supremo Tribunal Federal

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

D.O. de 29.6.2006.

**PORTARIA Nº 226, DE 28 DE JUNHO DE 2006.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe conferem o art. 10 e os incisos I, II e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002;

Considerando a competência da Procuradoria-Geral Federal, prevista na Medida Provisória nº 222, de 04 de outubro de 2004, convertida na Lei nº 11.098, de 13 de janeiro de 2005, para representação judicial e extrajudicial relacionada à dívida ativa e ao contencioso que tenha por objeto contribuições previdenciárias;

Considerando que esta competência, de acordo com o Ato Regimental AGU n. 1 de 2004, compreende a gestão da Coordenação-Geral de Matéria Tributária e das Unidades Locais do Órgão de Arrecadação, responsáveis pela recuperação judicial das contribuições previdenciárias;

Considerando que o Contencioso do Órgão Central desta Procuradoria-Geral Federal tem por atribuição representar autarquias e fundações públicas federais perante os Tribunais Superiores e Supremo Tribunal Federal,

Resolve:

Art. 1º Atribuir ao Contencioso do Órgão Central desta Procuradoria-Geral Federal a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nos processos que tramitam perante os Tribunais Superiores e Supremo Tribunal Federal e que tenham por objeto contribuição social de natureza previdenciária ou considerada de terceiros nos termos da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Art. 2º Compete ao Contencioso e à Coordenação-Geral de Matéria Tributária a orientação e a supervisão dos Serviços de Matéria Tributária junto aos Tribunais - SMAT's.

Parágrafo único. O Contencioso poderá solicitar informações e subsídios às Unidades Locais do Órgão de Arrecadação necessários ao acompanhamento dos processos judiciais junto aos Tribunais Superiores e Supremo Tribunal Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2006.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

D.O. de 29.6.2006.

**PORTARIA Nº 283, DE 11 DE AGOSTO DE 2006.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o contido nos Processo nº 00407.002809/2006-05, resolve:

Art. 1º A representação judicial da Fundação Universidade Federal de Brasília - FUB, nas ações que esta seja parte ou de qualquer forma interessada perante a Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul, Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e Justiça Estadual de Mato Grosso do Sul, passa a ser exercida pela Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Cabe ao responsável pela Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Portaria nº 267, de 7 de abril de 2005, designar Procurador Federal ali em exercício para acompanhar as ações correspondentes à representação de que trata o art. 1º.

Art. 3º. Determinar que, no caso de interposição de recursos, seja efetuada a imediata comunicação à Procuradoria Regional Federal - 3ª Região, para fins de acompanhamento dos Processos junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, e à Procuradoria-Geral Federal, órgão central, para fins de acompanhamento de processos junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

D.O. de 14.8.2006.

**PORTARIA Nº 284, DE 11 DE AGOSTO DE 2006.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, e tendo em vista o contido nos Processo nº 00407.002370/2006-11, resolve:

Art. 1º As atividades de consultoria e assessoramento jurídicos e a representação judicial do Fundo Nacional de Desenvolvimento-FND, relativamente às ações em que seja parte ou de qualquer forma interessado, perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e Justiça Estadual do Rio de Janeiro, passam a ser exercidas pela Procuradoria Regional Federal - 2ª Região.

Art. 2º Cabe ao responsável pela Procuradoria Regional Federal - 2ª Região, nos termos da Portaria AGU nº 220, de 26 de abril de 2004, designar Procuradores Federais ali em exercício para acompanharem as ações correspondentes às atividades e à representação de que tratam o art. 1º.

Art. 3º Determinar que, no caso de interposição de eventuais recursos, seja efetuada a imediata comunicação à Procuradoria Geral Federal da subida do processo, para fins de acompanhamento junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

D.O. de 17.8.2006.

**PORTARIA Nº 285, DE 11 DE AGOSTO DE 2006.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00407.002541/2006-01, resolve:

Art. 1º As atividades de consultoria e assessoramento jurídicos e a representação judicial da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, nas ações que esta seja parte ou de qualquer forma interessada perante a Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul, Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e Justiça Estadual de Mato Grosso do Sul, passam a ser exercidas pela Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, até a designação de Procuradores Federais para atuar no órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal junto à UFGD .

Art. 2º Cabe ao responsável pela Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Portaria nº 267, de 7 de abril de 2005, designar Procurador Federal ali em exercício para acompanhar as ações correspondentes às atividades e à representação de que tratam o art. 1º.

Art. 3º Determinar que, no caso de interposição de recursos, seja efetuada a imediata comunicação à Procuradoria Regional Federal - 3ª Região, para fins de acompanhamento dos processos junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, e à Procuradoria-Geral Federal, órgão central, para fins de acompanhamento de processos junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

D.O. de 17.8.2006.

**PORTARIA Nº 385, DE 23 DE OUTUBRO DE 2006.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições conferidas pelo art. 11, § 2º, inciso VIII, da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, e

Considerando o disposto nos arts. 2º , 4º, §§ 1º e 3º, e 14, inciso I, do Ato Regimental AGU nº 01, de 17 de janeiro de 2004, e o contido no artigo 10, §12, da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002,

RESOLVE:

Art.1º As Procuradorias Regionais Federais e as Procuradorias Federais assumirão gradativamente a cobrança judicial e o contencioso fiscal relativos aos créditos das autarquias e fundações públicas federais perante os Órgãos do Poder Judiciário nas respectivas áreas de atuação.

Art. 2º Os Responsáveis pelas Procuradorias Regionais Federais e pelas Procuradorias Federais planejarão e proporão à Procuradoria-Geral Federal a edição de ato destinado à implantação da representação prevista no artigo anterior.

Art. 3º Compete aos Responsáveis pelas Procuradorias Regionais Federais e pelas Procuradorias Federais a coordenação e supervisão administrativa das Unidades Locais do Órgão de Arrecadação da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 4º Até que se efetive a plena assunção da assistência logística e administrativa, as Procuradorias Regionais Federais e as Procuradorias Federais solicitarão às autarquias e fundações públicas federais o devido suporte logístico e administrativo, consoante o disposto no art. 10, § 13, da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

B.S. de 27.10.2006.

**PORTARIA Nº 386, DE 23 DE OUTUBRO DE 2006.**

**A PROCURADORA GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art.11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002;

Considerando a necessidade de se obter informações quanto à atuação jurídica da Procuradoria-Geral Federal, das Procuradorias Regionais Federais, das Procuradorias Federais nos Estados, das Procuradorias Federais Especializadas e das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações;

Considerando que o Sistema Integrado de Controle de Ações da União - SICAU é o sistema de informática no qual deve ser efetuado o registro e o controle das ações judiciais em que a União, suas autarquias e fundações são partes;

Considerando as medidas adotadas pela Gerência Executiva do SICAU e pela Secretaria-Geral da Advocacia-Geral da União para o aprimoramento das condições operacionais de utilização do SICAU; e

Considerando a necessidade de estabelecer normas para o registro de atos no SICAU em todas as unidades da PGF, resolve:

Art. 1º Os Titulares das Procuradorias Regionais Federais, das Procuradorias Federais nos Estados, das Procuradorias Federais Especializadas e das Procuradorias Federais junto a autarquias e fundações devem adotar todas as medidas para que se viabilize, em parceria técnica com a Gerência Executiva do SICAU - GESICAU, a implantação plena do SICAU no âmbito de sua respectiva Procuradoria.

Art. 2º A Procuradoria-Geral Federal, mediante indicação das Procuradorias Federais, designará Gestores Nacionais, Gestores Regionais, Gestores Estaduais e Gestores Locais, os quais serão responsáveis por ações de implantação e supervisão do uso do SICAU na respectiva área de abrangência.

§ 1º Cada unidade jurídica indicará dois Gestores do SICAU, os quais terão as seguintes atribuições:

a) adotar ações para implantar o SICAU na respectiva unidade da Procuradoria;

b) fiscalizar, controlar e zelar pela integridade das informações cadastradas e procedimentos de uso do sistema, comunicando ao titular da unidade e à Gerência Executiva qualquer fato que interfira na qualidade dos dados do SICAU;

c) examinar e encaminhar sugestões ou reclamações referentes ao sistema, ao titular da unidade e à Gerência Executiva do SICAU;

d) participar da disseminação do sistema na própria unidade e em outras quando convocado;

e) divulgar aos usuários as informações e orientações enviadas pela Gerência Executiva, supervisionando a utilização do SICAU;

f) incluir, ativar, excluir e alterar o cadastro de usuários no sistema, além de atribuir perfis de acesso;

g) realizar a manutenção nas tabelas do SICAU que estejam sob sua responsabilidade; e

h) extrair relatórios.

§ 2º O encaminhamento de comunicações, sugestões e reclamações à Gerência Executiva do SICAU deve ser efetuado pelos Gestores Nacionais e Regionais, utilizando para este fim o e-mail gestorsicau@agu.gov.br.

Art. 3º Após a implantação e o encerramento da capacitação para o uso do sistema, as unidades jurídicas deverão obrigatoriamente registrar, diariamente, os mandados de citação, de intimação e demais atos do Poder Judiciário.

§ 1º O registro dos atos referidos no caput deve ser realizado antes da tramitação do processo para o Procurador Federal responsável pela análise do ato e elaboração da peça jurídica decorrente.

§ 2º As peças judiciais produzidas devem ser registradas no SICAU no prazo máximo de dois dias úteis após a data de protocolo no Poder Judiciário, e as extrajudiciais, em até quatro dias úteis após a sua elaboração.

Art. 4º O Titular da Procuradoria deverá adotar as medidas necessárias para garantir a consistência dos dados registrados no SICAU, especialmente quanto à relevância das ações judiciais, consoante a Portaria nº 87, de 17 de fevereiro de 2003, da Advocacia-Geral da União.

Art. 5º Os Procuradores Federais serão responsáveis pelo registro das atividades, bem como pela classificação do objeto do processo no sistema.

§ 1º O Titular da unidade jurídica poderá designar servidores de apoio administrativos para registro das atividades e classificação de objeto do processo no sistema, sob a supervisão de Procurador Federal, bem como pela inserção dos demais dados requeridos pelo sistema, sendo responsáveis pela garantia do sigilo, veracidade e integridade das informações cadastradas.

§ 2º Os Procuradores Federais encaminharão aos servidores administrativos responsáveis pelo SICAU, em sua unidade de exercício, as informações necessárias à alimentação do sistema, cumprindo-lhes zelar pela consistência e fidedignidade dos dados referentes às peças jurídicas que produzirem.

Art. 6° Os usuários observarão as orientações dos Gestores e as expedidas pela Gerência Executiva do SICAU.

Art. 7° O descumprimento do disposto nesta portaria será objeto de correição e sujeita os infratores a sanções disciplinares.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

B.S. de 27.10.2006.

**PORTARIA Nº 405, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2006.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições conferidas pelo art. 11, § 2º, inciso VIII, da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002,

Considerando o disposto nos arts. 2º, 4º, §§ 1º e 3º, e 14, inciso I, do Ato Regimental AGU nº 01, de 17 de janeiro de 2004, e o contido no artigo 10, §12, da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, e

Considerando o contido no Processo nº 00421.001186/2006-67, RESOLVE:

Art. 1º O Órgão de Arrecadação da Procuradoria-Geral Federal em Canoas/RS passa a integrar a estrutura da Procuradoria Regional Federal da 4ª Região.

Art. 2º Compete à Coordenação-Geral de Matéria Tributária e ao Contencioso do Órgão Central da Procuradoria-Geral a orientação técnica relativa às matérias tributária e processual.

Art. 3º Até que se efetive a plena assunção da assistência logística e administrativa, a Procuradoria Regional Federal solicitará à Gerência Executiva do INSS em Canoas o devido suporte logístico e administrativo, consoante o disposto o art. 10, § 13, da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, e na Portaria Conjunta INSS/PGF nº 01, de 07 de abril de 2006.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

B.S. de 3.11.2006.

**PORTARIA Nº 481, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2006.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, e tendo em vista o contido nos Processos nº 00407.001377/2005-26 e 00407.004112/2005-80, resolve:

Art. 1º A representação judicial da Caixa de Construção de Casa para o Pessoal da Marinha, relativamente às ações que esta seja parte ou de qualquer forma interessada, perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, Tribunal Regional Federal da 2ª Região,Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e Justiça Estadual do Rio de Janeiro, passa a ser exercida pela Procuradoria Regional Federal - 2ª Região.

Art. 2º Cabe ao responsável pela Procuradoria Regional Federal - 2ª Região, nos termos da Portaria AGU nº 220, de 26 de abril de 2004, designar Procuradores Federais ali em exercício para acompanharem as ações correspondentes à representação de que trata o art. 1º.

Art. 3º Determinar que, no caso de interposição de eventuais recursos, seja efetuada a imediata comunicação à Procuradoria Geral Federal da subida do processo, para fins de acompanhamento junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

D.O. de 13.12.2006.

**PORTARIA Nº 490, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2006.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições conferidas pelo art. 11, § 2º, inciso VIII, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, Considerando o disposto nos arts. 2º, 4º, §§ 1º e 3º, 14, inciso I e 26, § único, do Ato Regimental AGU nº 01, de 17 de janeiro de 2004, e o contido no artigo 10, § 12, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e Considerando o contido no Processo nº 00421.001313/2006-28, resolve:

Art. 1º A Representação do Órgão de Arrecadação da Procuradoria-Geral Federal em Bento Gonçalves/RS passa a integrar a estrutura da Procuradoria Regional Federal da 4ª Região.

Art. 2º Compete à Coordenação-Geral de Matéria Tributária e ao Contencioso do Órgão Central da Procuradoria-Geral Federal a orientação técnica relativa à matéria tributária.

Art. 3º Até que se efetive a plena assunção da assistência logística e administrativa, a Procuradoria Regional Federal da 4ª Região solicitará à Gerência-Executiva do INSS em Caxias do Sul/RS o devido suporte logístico e administrativo, consoante o disposto no art. 10, § 13, da Lei 10.480, de 2 de julho de 2002, e na Portaria Conjunta INSS/PGF nº 01, de 7 de abril de 2006.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

B.S. de 22.12.2006.

**PORTARIA Nº 491, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2006.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições conferidas pelo art. 11, § 2º, inciso VIII da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, Considerando o disposto nos arts. 2º, 4º, §§ 1º e 3º, e 14, inciso I, do Ato Regimental AGU nº 01, de 17 de janeiro de 2004, e o contido no artigo 10, § 12, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e Considerando o disposto no Processo nº 00435.001966/2006-58, resolve:

Art. 1º As Unidades Locais do Órgão de Arrecadação da Procuradoria-Geral Federal em Florianópolis e em Lages passam a integrar a estrutura da Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Compete à Coordenação-Geral de Matéria Tributária e ao Contencioso do Órgão Central da Procuradoria-Geral Federal a orientação técnica relativa às matérias tributária e processual.

Art. 3º Até que se efetive a plena assunção da assistência logística e administrativa, a Procuradoria Federal em Santa Catarina solicitará à Gerência-Executiva do INSS em Florianópolis e em Lages o devido suporte logístico e administrativo, consoante o disposto no art. 10, § 13, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e na Portaria Conjunta INSS/PGF nº 01, de 7 de abril de 2006.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

B.S. de 22.12.2006.

**PORTARIA Nº 493, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2006.**

(Ver a Portaria nº 1.432, de 30.12.2008, que dispõe sobre as promoções relativas à carreira de Procurador Federal, e não revoga expressamente a Portaria 493, de 20.12.2006, embora estabeleça no seu art. 20 que “*A Portaria PGF nº 493, de 20 de dezembro de 2006, aplica-se às vagas ocorridas até 31 de dezembro de 2008*”)

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no exercício de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos V e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando a necessidade de disciplinar o processo de promoção na carreira de Procurador Federal, resolve:

Art. 1º Nas promoções relativas à carreira de Procurador Federal observar-se-á o disposto nesta Portaria.

§ 1º Para os fins desta Portaria, promoção é a passagem do servidor integrante da carreira de Procurador Federal de uma categoria para outra imediatamente superior.

§ 2º As promoções serão processadas semestralmente para as vagas ocorridas até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano e vigorarão a partir de 1º de julho e 1º de janeiro subseqüentes.

§ 3º O número de vagas, por categoria, será publicado nos meses de janeiro e julho de cada ano, tendo início o processo de promoção nos meses de fevereiro e agosto subseqüentes.

Art. 2º Poderão integrar as listas de promoção, por antigüidade ou por merecimento, somente os integrantes da carreira de Procurador Federal que, ao final do período avaliado, já tenham cumprido interstício de 3 anos na categoria imediatamente inferior. **(Redação dada pela Portaria nº 613, de 14.8.2007, que entrou em vigor na data de sua publicação “produzindo efeitos a partir da promoção referente ao período compreendido entre 1º de janeiro de 2007 a 30 de junho de 2007”, conforme o seu art. 2º.)**[[293]](#footnote-294)

Art. 3º Os cargos vagos na Primeira Categoria e na Categoria Especial serão preenchidos, alternadamente, no mesmo semestre, pelos critérios de antigüidade e merecimento.

§ 1º Na aferição das vagas a serem preenchidas por promoção será considerada a data:

I - do falecimento do integrante da carreira;

II - de início da vigência do ato que exonerar ou demitir o integrante da carreira;

III - de início da vigência do ato de aposentadoria; e

IV - de início da vigência do ato de promoção.

§ 2º As vagas abertas e não preenchidas em processamento semestral de promoções serão aproveitadas no processamento subseqüente.

Art. 4º Será promovido por antigüidade o integrante da carreira de Procurador Federal que for considerado mais antigo nos termos da legislação aplicável.

§ 1º Considera-se o tempo de exercício em quaisquer dos cargos transformados em Procurador Federal, nos termos do art. 39 da Medida Provisória nº 2229-43, de 6 de setembro de 2001.

§ 2º A lista de antigüidade será publicada no sítio eletrônico da Advocacia-Geral da União e permanecerá disponível para consulta até que se proceda à sua atualização periódica.

Art. 5º Será promovido por merecimento o membro da carreira de Procurador Federal que obtiver o maior número de pontos, observada a pontuação obtida em decorrência das atividades desenvolvidas.

§ 1º Participarão das listas de merecimento apenas os Procuradores Federais que tiveram, no período de avaliação, no mínimo 80% (oitenta por cento) de freqüência em unidades da Procuradoria-Geral Federal ou da Advocacia-Geral da União.

§ 2º Não será computada a pontuação que já deu causa a uma anterior promoção por merecimento.

§ 3º Em caso de empate na pontuação por merecimento, aplica-se o critério de antigüidade.

Art. 6º A presteza e a segurança no desempenho da função serão consideradas mediante a atribuição de 10 pontos a todos os concorrentes que não tenham sido condenados em processo administrativo disciplinar por infração praticada durante o período avaliado.

Art. 7º À participação em cursos de pós-graduação em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação, na área do Direito, serão conferidos até 6 pontos, assim discriminados:

a) conclusão de curso de doutorado: 3 pontos;

b) conclusão de mestrado: 2 pontos; e

c) conclusão de curso de pós-graduação lato sensu, com carga horária igual ou superior a 360 horas/aula: 1 ponto.

Art. 8º À publicação doutrinária, de natureza jurídica, serão conferidos até 5 pontos, assim discriminados:

a) publicação de obra, na forma de livro, com no mínimo 80 páginas: 2 pontos; e

b) publicação de um mínimo de três artigos em obras coletivas, na forma de livro, ou em repertórios reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES: 1 ponto.

Art. 9º Ao exercício, por no mínimo seis meses, de cargo em comissão ou função gratificada em órgãos integrantes da Procuradoria-Geral Federal ou da Advocacia-Geral da União serão conferidos até 10 pontos, assim discriminados:

a) cargo de Natureza Especial - NES: 6 pontos;

b) cargo do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores - DAS 6: 5 pontos;

c) cargo do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores - DAS 5 e ao responsável, expressamente designado, por Procuradoria Regional Federal: 4 pontos;

d) cargo do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores - DAS 4 e ao responsável, expressamente designado, por Procuradoria Federal no Estado: 3 pontos;

e) cargo do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores - DAS 3 ou ao responsável, expressamente designado, por Procuradoria Seccional Federal: 2 pontos;

f) cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores - DAS 2 e 1 e ao titular de Procuradoria Federal, expressamente designado, não abrangido nas alíneas anteriores: 1 ponto.

g) função gratificada: 0,5 ponto.

§ 1º. A partir de seis meses, será acrescida a metade da pontuação por cada ano completo de exercício no mesmo cargo, limitado a 5 anos.

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo aos ocupantes de cargos comissionados Grupo de Direção e Assessoramento Superiores - DAS ou equivalentes de autarquias e fundações públicas federais, desde que em exercício efetivo em Procuradoria Federal.

§ 3º Os pontos previstos neste artigo serão computados apenas àqueles que já integravam a carreira de Procurador Federal na época em que ocuparam cargo ou função comissionados, observado o disposto no § 1º do art. 4º desta Portaria.

Art. 10. Ao exercício em unidade considerada de difícil provimento, em ato do Procurador-Geral Federal, serão atribuídos 2 pontos por ano, até o limite de 6 pontos.

Parágrafo único. O período de aquisitivo dos pontos por exercício em unidade considerada de difícil provimento terá início a partir da publicação do ato previsto neste artigo.

Art. 11. Os integrantes da carreira de Procurador Federal aptos a concorrer às promoções deverão encaminhar os documentos que comprovem as situações e hipóteses de que trata esta Portaria, na forma e prazos estabelecidos em ato próprio do Procurador-Geral Federal.

Art. 12. O Procurador-Geral Federal constituirá comissão para avaliação dos títulos, composta por integrantes da carreira de Procurador Federal, que já estejam na classe especial, e que será responsável pela:

I - avaliação dos documentos e enquadramento nas hipóteses regulamentares;

II - aferição das pontuações destinadas às promoções por merecimento e por antigüidade;

III - elaboração de parecer conclusivo contendo resumo da avaliação e da aferição mencionada nos incisos I e II; e

IV - elaboração de parecer quanto ao pedido de reconsideração e ao recurso previstos nos arts. 14 e 15 desta Portaria.

Parágrafo único. A comissão a que se refere este artigo poderá ser auxiliada pelos órgãos de pessoal da Procuradoria-Geral Federal e da Advocacia-Geral da União.

Art. 13. Na elaboração das listas de candidatos elegíveis com direito à promoção, o candidato que figurar como apto à promoção por ambos os critérios será promovido por antigüidade, salvo se, no requerimento de inscrição, tiver optado pelo critério de merecimento.

Art. 14. Do resultado do processo de promoção caberá pedido de reconsideração, no prazo de cinco dias úteis, ao Procurador- Geral Federal.

Art. 15. Do ato que julgar os pedidos de reconsideração caberá recurso, no prazo de cinco dias úteis, ao Advogado-Geral da União.

Art. 16. As listas de candidatos elegíveis com direito à promoção e o resultado dos julgamentos dos pedidos de reconsideração e dos recursos serão publicados no Boletim de Serviço e no sítio eletrônico da Advocacia-Geral da União.

Art. 17. Para todos os efeitos, será considerado promovido o membro da carreira de Procurador Federal que vier a falecer, aposentar-se ou for exonerado antes de efetivada a promoção a que fazia jus, nos termos e condições desta Portaria.

Art. 18. Os efeitos financeiros das promoções serão computados a partir do primeiro dia do semestre subseqüente a que se referem.

Art. 19. Até que sejam distribuídos os cargos de Procurador Federal pelas três categorias da carreira, nos termos da legislação vigente, aplica-se para fins desta Portaria o disposto no art. 23, inciso I, do Decreto nº 84.669, de 29 de abril de 1980.

Parágrafo único. Enquanto o número de cargos ocupados na classe especial for superior ao total fixado na forma deste artigo, 20% (vinte por cento) dos cargos que vagarem nesta categoria serão disponibilizados para fins de promoção.

Art. 20. Nas promoções referentes aos períodos de 2002 a 2006 aplica-se apenas o critério de antigüidade.

Art. 21. As eventuais omissões serão resolvidas pelo Procurador-Geral Federal.

Art. 22. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo efeitos a partir de 1º de julho de 2002.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

D.O. de 22.12.2006.

**PORTARIA Nº 497, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2006.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições conferidas pelo art. 11, § 2°, incisos I e VIII, da Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando a necessidade de uniformizar os procedimentos jurídico-administrativos no âmbito dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, de forma a propiciar a maior integração entre os seus dirigentes; e

Considerando a necessidade de se conferir maior eficiência aos serviços jurídicos, bem como a de aprimorar o processo decisório no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, com reflexos junto ao Poder Judiciário e às entidades autárquicas e fundacionais da Administração Pública Federal,

RESOLVE:

Art. 1°. Instituir, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, o Conselho de Assessoramento Institucional, órgão de caráter opinativo, ao qual incumbe, mediante provocação do Procurador-Geral Federal, assisti-lo acerca das matérias de interesse geral da Instituição ou quando exigido pelo interesse público.

Art. 2°. O Conselho de Assessoramento Institucional da Procuradoria-Geral Federal, sob a presidência do Procurador-Geral Federal, será integrado, em caráter permanente, pelo Subprocurador-Geral Federal, que também o substituirá em seus impedimentos ou ausências, pelos Adjuntos de Contencioso e de Consultivo, e pelo Coordenador-Geral de Matéria Tributária, da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 3°. A critério do Procurador-Geral Federal, poderão ser convocados para integrar o Conselho de Assessoramento Institucional, conforme a matéria objeto de discussão, os Procuradores Federais responsáveis pelas Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais, bem como os Procuradores-Chefes dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal junto às autarquias e fundações públicas federais.

Parágrafo único. Os titulares das unidades jurídicas referidos no "caput" poderão sugerir ao Conselho de Assessoramento Institucional a inclusão em pauta de tema de interesse comum aos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal ou relacionado à uniformização de entendimento jurídico.

Art. 4°. O Conselho de Assessoramento Institucional reunir-se-á em reuniões ordinárias, mensalmente, e extraordinárias, mediante convocação de seu Presidente.

Art. 5°. O Conselho de Assessoramento Institucional poderá convocar Procuradores Federais e convidar representante de entidade de classe da carreira, além de autoridades, técnicos especialistas e demais entidades representativas, quando a matéria a ser tratada o recomendar.

Art. 6°. O Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral Federal auxiliará o Presidente do Conselho de Assessoramento Institucional nas reuniões.

Art. 7°. Os casos omissos serão solucionados pelo Procurador-Geral Federal.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

B.S. de 22.12.2006.

**PORTARIA Nº 499, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições conferidas pelo art. 11, § 2º, inciso VIII, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando o disposto nos arts. 2º, 4º, §§ 1º e 3º, 14, inciso I e 26, § único, do Ato Regimental AGU nº 01, de 17 de janeiro de 2004, e o contido no artigo 10, § 12, da Lei nº 10.480, de 2002, e

Considerando o contido no Processo nº 00421.001433/2006-25, resolve:

Art.1º O Órgão de Arrecadação da Procuradoria-Geral Federal em Porto Alegre/RS e o Serviço de Matéria Tributária – SMAT e a Divisão de Cobrança dos Grandes Devedores – DCGD do Estado do Rio Grande do Sul passam a integrar a estrutura da Procuradoria Regional Federal da 4ª Região.

Art. 2º Compete à Coordenação-Geral de Matéria Tributária e ao Contencioso do Órgão Central da Procuradoria-Geral Federal a orientação técnica relativa à matéria tributária.

Art. 3º Até que se efetive a plena assunção da assistência logística e administrativa, a Procuradoria-Regional Federal da 4ª Região solicitará à Gerência-Executiva do INSS em Porto Alegre/RS o devido suporte logístico e administrativo, consoante o disposto no art. 10, parágrafo 13, da Lei nº 10.480, de 2002, e na Portaria Conjunta INSS/PGF nº 01, de 7 de abril de 2006.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

B.S. de 29.12.2006.

**PORTARIA Nº 500, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições conferidas pelo art. 11, § 2º, inciso VIII, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando o disposto nos arts. 2º, 4º, §§ 1º e 3º, 14, inciso I e 26, § único, do Ato Regimental AGU nº 01, de 17 de janeiro de 2004, e o contido no artigo 10, § 12, da Lei nº 10.480, de 2002, e

Considerando o contido no Processo nº 00421.001457/2006-84, resolve:

Art.1º A Procuradoria Regional Federal da 4ª Região assumirá a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, relativamente às ações movidas por servidores e terceirizados em que seja parte ou de qualquer forma interessado, perante as varas da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, o Tribunal Regional Federal da 4º Região e o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Art. 2º A Procuradoria Regional Federal da 4ª Região também assumirá a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, relativamente às ações de cobrança da dívida ativa, perante as Varas da Justiça Federal e da Justiça Estadual, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º As novas ações de que tratam o artigo anterior serão acompanhadas pela Procuradoria Regional Federal da 4ª Região a partir do ajuizamento.

Art. 4º Incumbe à Procuradoria Federal junto ao IBAMA no Rio Grande do Sul encaminhar as citações, notificações e intimações à Procuradoria Regional Federal da 4ª Região, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

B.S. de 29.12.2006.

**PORTARIA Nº 50, DE 25 DE JANEIRO DE 2007.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições conferidas pelo art. 11, § 2º, inciso VIII, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002;

Considerando o contido no Processo nº 00426.001639/2006-13 e o disposto no art. 10, §§ 11 e 12, da Lei nº 10.480, de 2002, resolve:

Art.1º. A Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo assumirá a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA no Estado do Espírito Santo, relativamente às ações cujos objetos não sejam de matéria especializada em meio ambiente, perante as varas da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho e o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região.

Art. 2º. A Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo também assumirá a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA no Estado do Espírito Santo, relativamente às ações de cobrança da dívida ativa, perante as Varas da Justiça Federal e da Justiça Estadual.

Art. 3º. As novas ações de que tratam o artigo anterior serão acompanhadas pela Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a partir do ajuizamento.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

B.S. de 26.1.2007.

**PORTARIA Nº 76, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2007.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00407.003928/2006-77, resolve:

Art. 1º A representação judicial da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, nas ações que este seja parte ou de qualquer forma interessada, perante a Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Justiça do Trabalho de 1ª Instância no Distrito Federal, e Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, passa a ser exercida pela Procuradoria Regional Federal da 1ª Região.

Art. 2º Cabe ao responsável pela Procuradoria Regional Federal da 1ª Região, nos termos da Portaria nº 351, de 2 de outubro de 2006, designar Procurador Federal ali em exercício para acompanhar as ações correspondentes à representação de que trata o art. 1º.

Art. 3º Determinar que, no caso de interposição de recursos, seja efetuada a imediata comunicação à Procuradoria-Geral Federal da subida do processo, para fins de acompanhamento junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

D.O. de 13.2.2007.

**PORTARIA Nº 121, DE 13 DE MARÇO DE 2007.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00407.000590/2007-82, resolve:

Art. 1º A representação judicial da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM, nas ações que este seja parte ou de qualquer forma interessado, perante a Justiça Federal –Seção Judiciária do Estado de Goiás, Justiça do Trabalho da 1ª Instância no Estado de Goiás, Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e Justiça Estadual do Estado de Goiás, passa a ser exercida pela Procuradoria Federal no Estado de Goiás.

Art. 2º Cabe ao responsável pela Procuradoria Federal no Estado de Goiás, nos termos da Portaria nº 148, da Procuradoria-Geral Federal - PGF, publicada no Diário Oficial da União, de 25 de maio de 2006, designar Procurador Federal ali em exercício para acompanhar as ações correspondentes à representação de que trata o art. 1º.

Art. 3º Determinar que, no caso de interposição de recursos, seja efetuada a imediata comunicação para a Procuradoria Regional Federal da 1ª Região, para fins de acompanhamento dos processos junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e à Procuradoria-Geral Federal, órgão central, para fins de acompanhamento de processos junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

D.O. de 15.3.2007.

**PORTARIA Nº 144, DE 19 DE MARÇO DE 2007.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições conferidas pelo art. 11, § 2º, incisos I e VIII, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002 e com base no disposto na Portaria nº 497, de 21 de dezembro de 2006, resolve:

Art. 1º Criar, no âmbito do Conselho de Assessoramento Institucional da Procuradoria-Geral Federal, as seguintes Câmaras Temáticas:

I – Câmara de Assuntos Acadêmicos e de Ensino;

II – Câmara de Assuntos Agrário, Indígena e de Quilombolas;

III - Câmara de Assuntos de Desenvolvimento Regional;

IV - Câmara de Assuntos de Dívida Ativa e Matéria Tributária;

V - Câmara de Assuntos Econômicos e Financeiros;

VI - Câmara de Assuntos de Infra-Estrutura;

VII - Câmara de Assuntos de Licitação e Contratos;

VIII - Câmara de Assuntos de Meio Ambiente e Mineração;

IX - Câmara de Assuntos de Recursos Humanos e de Gestão;

X - Câmara de Assuntos de Previdência e Assistência Social;

XI - Câmara de Assuntos Regulatórios; e

XII - Câmara de Assuntos de Saúde Pública.

Art. 2º As Câmaras Temáticas reunir-se-ão trimestralmente e apresentarão ao Conselho de Assessoramento Institucional relatório detalhado de suas atividades, nele incluindo eventuais sugestões voltadas ao aprimoramento da defesa judicial e do assessoramento jurídico realizados pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal.

§ 1º Quando houver assunto relevante sobre o qual haja necessidade de manifestação de Câmara Temática, as reuniões poderão ser realizadas em prazos menores do que o estabelecido neste artigo.

§ 2º O Conselho de Assessoramento Institucional poderá sugerir ao Procurador-Geral Federal a criação de outras Câmaras Temáticas.

Art. 3º Ato do Procurador-Geral Federal designará os membros das Câmaras Temáticas, cabendo-lhe convocar as reuniões.

Art. 4º O Conselho de Assessoramento Institucional elaborará proposta de Ato Regimental ao seu Presidente, visando disciplinar as atividades e o funcionamento das Câmaras.

Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral Federal, ou seu substituto.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

B.S. de 23.3.2007.

**PORTARIA Nº 167, DE 22 DE MARÇO DE 2007.**

**A PROCURADORA-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00407.003012/2006-17, resolve:

Art. 1º A representação judicial da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica/CFIAe, nas ações em que seja parte ou de qualquer forma interessada, perante a Justiça Federal e Tribunal Regional Federal da 3ª Região, 2ª e 15ª Regiões da Justiça do Trabalho e Justiça Estadual de São Paulo, passa a ser exercida pela Procuradoria Regional Federal - 3ª Região.

Art. 2º Cabe ao responsável pela Procuradoria Regional Federal - 3ª Região, nos termos da Portaria AGU nº 222, de 26 de abril de 2004, praticar os demais atos necessários à presente representação.

Art. 3º Determinar que, no caso de interposição de eventuais recursos, seja efetuada a imediata comunicação à Procuradoria-Geral Federal da subida do processo, para fins de acompanhamento junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO**

D.O. de 26.3.2007.

**PORTARIA Nº 204, DE 3 DE ABRIL DE 2007.**

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe confere o art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Delegar, ao Adjunto de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal, competência para exercer a representação das autarquias e fundações federais junto ao Supremo Tribunal Federal e aos Tribunais Superiores, com reserva do exercício de iguais atribuições.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA**

D.O. de 5.4.2007.

**PORTARIA Nº 224, DE 13 DE ABRIL DE 2007.**

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00407.000590/2007-82, 00463.000117/2007-21 e 00407.001010/2007-74, resolve:

Art. 1º As Procuradorias Federais nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Ceará e Acre assumirão a representação judicial da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM, relativamente às ações em que seja parte ou de qualquer forma interessada, perante as Varas da Justiça Federal, da Justiça Estadual, da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho nos respectivos estados.

Art. 2º As Procuradorias Regionais Federais da 3ª e 4ª Regiões, assumirão a representação judicial da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM, relativamente às ações em que seja parte ou de qualquer forma interessada perante as Varas da Justiça Federal, da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho, do Tribunal Regional Federal e Tribunal Regional do Trabalho nos respectivos estados.

Art. 3º Determinar que no caso de interposição de eventuais recursos, seja efetuada a imediata comunicação à Procuradoria-Geral Federal da subida do processo, para fins de acompanhamento junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça ou Tribunal Superior do Trabalho.

**JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA**

D.O. de 16.4.2007.

**PORTARIA Nº 225, DE 16 DE ABRIL DE 2007.**

*Dispõe sobre a representação judicial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00426.000907/2006-71, resolve:

Art. 1º A representação judicial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, perante a Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, Justiça do Trabalho da 1ª Instância no Estado do Espírito Santo, Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, e Justiça Estadual do Espírito Santo, passa a ser exercida pela Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Cabe ao responsável pela Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo, nos termos da Portaria nº 77/AGU, de 31 de janeiro de 2005, designar Procurador Federal, ali em exercício, para acompanhar as ações correspondentes à representação de que trata o art. 1º.

Art. 3º Determinar que, no caso de interposição de recursos, seja efetuada a imediata comunicação à Procuradoria Regional Federal da 2ª Região, e quando for o caso à Procuradoria Federal junto ao INEP em Brasília - DF, para fins de acompanhamento dos processos junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 4º A representação judicial do INEP perante a Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, Justiça do Trabalho da 1ª Instância no Estado do Rio de Janeiro, Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e Justiça Estadual do Estado do Rio de Janeiro, passa a ser exercida pela Procuradoria Regional Federal da 2ª Região.

Art. 5º Cabe ao responsável pela Procuradoria Regional Federal da 2ª Região, nos termos da Portaria nº 220/AGU, de 26 de abril de 2004, designar Procurador Federal, ali em exercício, para acompanhar as ações correspondentes à representação de que trata o art. 4º.

Art. 6º Determinar que, no caso de interposição de recursos, seja efetuada a imediata comunicação à Procuradoria Federal junto ao INEP em Brasília - DF, para fins de acompanhamento dos processos junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA**

D.O. de 19.4.2007.

**PORTARIA Nº 241, DE 17 DE ABRIL DE 2007.**

*Dispõe sobre a representação judicial da Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º A representação judicial da Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT, perante o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, bem como perante as Varas Federais e Varas do Trabalho de Porto Alegre, passa a ser exercida pela Procuradoria Regional Federal da 4ª Região.

Art. 2º Cabe ao responsável pela Procuradoria Regional Federal na 4ª Região, nos termos da Portaria nº 203/AGU, de 3 de abril de 2007, designar Procurador Federal, ali em exercício, para acompanhar as ações correspondentes à representação de que trata o art. 1º.

Art. 3º Determinar que, no caso de interposição de recursos, seja efetuada a imediata comunicação ao Adjunto de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal, para fins de acompanhamento junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA**

D.O. de 19.4.2007.

**PORTARIA Nº 248, DE 23 DE ABRIL DE 2007.**

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista os efeitos da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, resolve

Art. 1º Os Procuradores Federais lotados na Procuradoria Federal junto à Agência do Desenvolvimento do Nordeste – ADENE passam a ter lotação na Procuradoria Federal junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

Art. 2º Os Procuradores acima referidos continuarão a representar judicialmente e extrajudicialmente a Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE.

**JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA**

B.S. de 27.4.2007.

**PORTARIA Nº 254, DE 26 DE ABRIL DE 2007.**

*Atribui a representação judicial da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB e da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri - UFVJM à Procuradoria Regional Federal na 1ª Região.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00407.001177/2007-35, resolve:

Art.1º. A representação judicial das entidades constantes do Anexo, relativamente às ações em que sejam parte ou de qualquer forma interessadas, perante a Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, Justiça do Trabalho de 1ª Instância no Distrito Federal, Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais, Seção Judiciária do Distrito Federal e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, passa a ser exercida pela Procuradoria Regional Federal - 1ª Região.

Art. 2º. Cabe ao responsável pela Procuradoria Regional Federal - 1ª Região, nos termos da Portaria nº 437 PGF/AGU, de 20 de novembro de 2006, designar Procurador Federal ali em exercício para acompanhar as ações correspondentes à representação de que trata o art. 1º.

Art. 3º. Determinar que, no caso de interposição de eventuais recursos, seja efetuada a imediata comunicação ao Adjunto de Contencioso da Procuradoria Geral Federal, para fins de acompanhamento junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA**

**ANEXO**

1. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

2. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri – UFVJM

D.O. de 30.4.2007.

**PORTARIA Nº 280, DE 9 DE MAIO DE 2007.**

*Atribui as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Sousa à unidade jurídica da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social em Sousa/PB.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 35174.000811/2007-88, resolve:

Art. 1º As atividades de consultoria e assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Sousa - EAF/Sousa passam a ser exercidas pela unidade jurídica da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, na cidade de Sousa / PB.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANN**

D.O. de 14.5.2007.

**PORTARIA Nº 298, DE 10 DE MAIO DE 2007.**

*Atribui a representação judicial da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM, à Procuradoria Regional Federal - 5ª Região.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00407.000590/2007-82, resolve:

Art. 1º A representação judicial da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM, nas ações em que seja parte ou de qualquer forma interessada, perante a Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, da Justiça de Trabalho de 1ª Instância no Estado de Pernambuco, Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região e da Justiça Estadual do Estado de Pernambuco, passa a ser exercida pela Procuradoria Regional Federal - 5ª Região.

Art. 2º Determinar que, no caso de interposição de eventuais recursos, seja efetuada a imediata comunicação ao Adjunto de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal, para fins de acompanhamento junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

**JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA**

D.O. de 14.5.2007.

**PORTARIA Nº 299, DE 10 DE MAIO DE 2007.**

*Atribui a representação judicial do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo - CEFET/SP, à Procuradoria Regional Federal - 2ª Região.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00407.001539/2007-98 , resolve:

Art. 1º A representação judicial do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo - CEFET/SP, relativamente às ações em que seja parte ou de qualquer forma interessado, perante a Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, Justiça do Trabalho de 1ª Instância do Estado do Rio de Janeiro, Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, passa a ser exercida pela Procuradoria Regional Federal - 2ª Região.

Art. 2º Determinar que, no caso de interposição de eventuais recursos, seja efetuada a imediata comunicação ao Adjunto de Contencioso da Procuradoria Geral Federal, para fins de acompanhamento junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA**

D.O. de 14.5.2007.

**PORTARIA Nº 311, DE 17 DE MAIO DE 2007.**

*Atribui à Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos e de representação judicial e extrajudicial do Instituto Chico Mendes.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO,** no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o contido no Processo nº 00400.000521/2007-39, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos e a representação judicial e extrajudicial do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes relativamente aos processos em que seja parte ou de qualquer forma interessada, até que seja estruturada a Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Chico Mendes.

Art. 2º Ficam convalidados todos os atos praticados pela Procuradoria Federal Especializada junto ao IBAMA desde 3 de maio de 2007.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D.O. de 18.5.2007.

**PORTARIA Nº 322, DE 17 DE MAIO DE 2007.**

*Atribui a representação judicial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP às Procuradorias Federais nos Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO,** no uso da atribuição que lhe confere o art. 11, § 2º, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 00407.002166/2006-91, resolve:

Art. 1º As Procuradorias Federais nos Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina assumirão a representação judicial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, relativamente às ações em que seja parte ou de qualquer forma interessado, perante as varas da Justiça Federal, da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho, e os Tribunais Regionais do Trabalho, nos respectivos Estados.

Art. 2º Determinar que, no caso de interposição de eventuais recursos, seja efetuada a imediata comunicação para a Procuradoria Regional Federal respectiva, para fins de acompanhamento dos processos junto aos Tribunais Regionais Federais, e ao Adjunto do Contencioso da Procuradoria-Geral Federal, para fins de acompanhamento junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D.O. de 21.5.2007.

**PORTARIA Nº 329, DE 22 DE MAIO DE 2007.**

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Delegar ao Subprocurador-Geral Federal MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS a coordenação das atividades da Procuradoria-Geral Federal e a orientação de sua atuação, competindo-lhe, com reserva do exercício de iguais atribuições:

I - atribuir aos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, e sua inscrição em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial;

II - exercer a representação judicial das autarquias e fundações federais junto a qualquer juízo ou Tribunal;

III - lotar os Membros da Carreira de Procurador Federal nos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;

III - efetivar as promoções e remoções dos Membros da Carreira de Procurador Federal;

IV - ceder, ou apresentar quando requisitados na forma da lei, Procuradores Federais;

V - praticar, em relação aos Membros da Carreira de Procurador Federal, atos de exercício, licenças e afastamentos;

VI - designar os substitutos dos cargos em comissão da Procuradoria-Geral Federal;

VII - solicitar a requisição de servidores e empregados para ter exercício na Procuradoria-Geral Federal; e,

VIII - aprovar as manifestações, quando necessário, do Adjunto de Contencioso, do Chefe de Gabinete, dos Coordenadores-Gerais, dos Procuradores-Regionais, dos Chefes de Procuradoria e dos Procuradores Seccionais da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA**

D.O. de 25.5.2007.

**PORTARIA Nº 330, DE 22 DE MAIO DE 2007.**

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Delegar ao Adjunto de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal AÉCIO PEREIRA JÚNIOR as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos da Procuradoria-Geral Federal, competindo-lhe, com reserva do exercício de iguais atribuições:

I - examinar e aprovar as matérias jurídicas submetidas à sua apreciação e que não importem em orientação geral às autarquias e fundações públicas federais;

II - editar os atos normativos internos visando à regulamentação de procedimentos administrativos da Adjuntoria de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal; e,

III - indicar Membros da Carreira de Procurador Federal para compor comissões de sindicância e de processos administrativos disciplinares.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA**

D.O. de 25.5.2007.

**PORTARIA Nº 332, DE 22 DE MAIO DE 2007.**

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Atribuir ao Coordenador-Geral da Procuradoria-Geral Federal ADLER ANAXIMANDRO DE CRUZ E ALVES, as atividades de planejamento e gestão do órgão central da Procuradoria-Geral Federal, das Procuradorias-Regionais Federais, das Procuradorias Federais nos Estados e das Procuradorias-Seccionais Federais, competindo-lhe, especialmente:

I - acompanhar, coordenar e orientar as atividades de administração, gestão, orçamento e planejamento no âmbito da Procuradoria-Geral Federal;

II - gerenciar as questões relativas à Tecnologia da Informação e aos sistemas eletrônicos de interesse da Procuradoria-Geral Federal;

III - executar, em coordenação com as demais Coordenações-Gerais, a assunção, pelas Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias-Seccionais Federais, das atividades de representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais; e,

IV - atuar junto à Secretaria-Geral da Advocacia-Geral da União no encaminhamento das questões que lhe são atribuídas por esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA**

D.O. de 25.5.2007.

**PORTARIA Nº 333, DE 22 DE MAIO DE 2007.**

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Atribuir à Coordenadora-Geral da Procuradoria-Geral Federal ISABELLA MARIA DE LEMOS as atividades de coordenação e controle relacionadas à administração dos Membros da Carreira de Procurador Federal, servidores, estagiários e pessoal em geral da Procuradoria-Geral Federal, competindo-lhe:

I - coordenar e executar as atividades relacionadas à lotação, promoções, remoções, cessão, exercício, licenças e afastamentos dos Membros da Carreira de Procurador Federal nos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;

II - organizar e manter atualizado cadastro de lotação e exercício dos órgãos de execução da Procuradoria Geral Federal;

III - controlar as folhas de freqüência dos servidores no âmbito da sede da Procuradoria Geral Federal e emitir o respectivo Boletim Mensal de Freqüência;

IV - manter registro atualizado de ocupantes de cargos de provimento em comissão e funções comissionadas nos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;

V - analisar recursos relativos à promoção dos Membros da Carreira de Procurador Federal, após sua instrução pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Advocacia Geral da União, e submetê-los à decisão do Subprocurador-Geral Federal;

VI - instruir os processos relativos à avaliação do estágio probatório dos Membros da Carreira de Procurador Federal;

VII - adotar as providências relativas à proposição e homologação de concurso público para provimento de cargo efetivo de Procurador Federal;

VIII - adotar as providências relativas à solicitação de servidores e empregados para ter exercício na Procuradoria-Geral Federal;

IX - supervisionar, coordenar e controlar as atividades de distribuição das vagas e recrutamento de estagiários na Procuradoria-Geral Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA**

D.O. de 25.5.2007.

**PORTARIA Nº 334, DE 22 DE MAIO DE 2007.**

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Atribuir ao Coordenador-Geral da Procuradoria-Geral Federal LUCIANO PORTAL SANTANNA, as atividades de coordenação, análise, elaboração e acompanhamento de projetos e assuntos considerados estratégicos pelo Procurador-Geral Federal, competindo- lhe, especialmente:

I - elaborar e acompanhar a tramitação de projetos de lei e demais atos normativos de interesse da Procuradoria-Geral Federal, em articulação com a Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral Federal; Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias-Seccionais Federais, das atividades de representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais;

II - planejar e coordenar a assunção, pelas Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias-Seccionais Federais, das atividades de representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais;

III - planejar e coordenar ações relativas à criação de Procuradorias-Seccionais Federais e suas Representações; e,

IV - elaborar e encaminhar à Escola da Advocacia-Geral da União proposta de cursos de treinamento e aperfeiçoamento destinados aos Membros e servidores em exercício na Procuradoria-Geral Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA**

D.O. de 25.5.2007.

**PORTARIA Nº 349, DE 23 DE MAIO DE 2007.**

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista os efeitos da Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, resolve:

Art. 1º Os Procuradores Federais lotados na Procuradoria Federal junto à Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA passam a ter lotação na Procuradoria Federal junto à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

Art. 2º Os Procuradores acima referidos continuarão a representar judicialmente e extrajudicialmente a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA.

**JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA**

B.S. de 25.5.2007.

**PORTARIA Nº 400, DE 11 DE JUNHO DE 2007.**

*Suspende procedimentos administrativos relativos a remoção por permuta de membros da Carreira de Procurador Federal.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, V e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, tendo em vista do disposto na Portaria nº 297,(\*) de 21 de agosto de 2006, resolve

Art. 1º Suspender os procedimentos administrativos relativos a remoção por permuta de membros da Carreira de Procurador Federal até que seja revista a lotação fixada pela Portaria nº 501,(\*) de 22 de dezembro de 2006.

Parágrafo único. A suspensão de que trata o caput não se aplica aos concursos de remoção por permuta cujos editais já tenham sido publicados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA**

(\*) As Portarias nos 297 e 501, de 2006, foram revogadas pela Portaria nº 720, de 2007

D.O. de 13.6.2007.

**PORTARIA Nº 409, DE 12 DE JUNHO DE 2007.**

*Atribui a representação judicial da Fundação Universidade de Brasília - FUB à Procuradoria Federal no Estado de Roraima.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da competência que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria nº 329/PGF, de 22 de maio de 2007, tendo em vista o contido no Processo nº 00407.001714/2007-47, resolve:

Art. 1º A representação judicial da Fundação Universidade de Brasília - FUB, nas ações em que seja parte ou de qualquer forma interessada, perante a Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Roraima, Justiça de Trabalho de 1ª instância no Estado de Roraima, Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, passa a ser exercida pela Procuradoria Federal no Estado de Roraima.

Art. 2º Determinar que, no caso de interposição de eventuais recursos, seja efetuada a imediata comunicação à Fundação Universidade de Brasília - FUB, para fins de acompanhamento junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ao Superior Tribunal de Justiça, ao Supremo Tribunal Federal e ao Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D.O. de 14.6.2007.

**PORTARIA Nº 491, DE 2 DE JULHO DE 2007.**

*Atribui a representação judicial das entidades que específica à Procuradoria Regional Federal - 5ª Região.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso de competência que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria nº 329/PGF, de 22 de maio de 2007, tendo em vista o contido nos Processos nº 00411.000563/2007-41 e nº 00411.000564/2007-95, resolve:

Art. 1º A representação judicial das entidades constantes do Anexo, relativamente às ações em que sejam partes ou de qualquer forma interessadas, perante a Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, Justiça do Trabalho de 1ª Instância no Estado de Pernambuco, Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região e Justiça Estadual de Pernambuco, passa a ser exercida pela Procuradoria Regional Federal - 5ª Região.

Art. 2º Determinar que, no caso de interposição de eventuais recursos, seja efetuada a imediata comunicação ao Adjunto de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal, para fins de acompanhamento junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D.O. de 3.7.2007.

**ANEXO**

1. Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS

2. Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC

3. Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

4. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

5. Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFiAER

6. Comissão de Valores Mobiliários - CVM

7. Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM

8. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE

**PORTARIA Nº 530, DE 13 DE JULHO DE 2007.**

*Regulamenta a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO,** no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Compete aos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais listadas, por órgão de vinculação, no Anexo desta Portaria.

Parágrafo Único - A Procuradoria-Geral Federal é composta pelos seguintes órgãos de execução:

I - Procuradorias-Regionais Federais;

II - Procuradorias Federais nos Estados;

III - Procuradorias-Seccionais Federais;

IV - Escritórios de Representação; e,

V - Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais.

Art. 2º A representação judicial das autarquias e fundações públicas federais que já tenha sido ou venha a ser atribuída às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e Escritórios de Representação será exercida sob a coordenação e a orientação técnica das Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto a essas entidades, e da Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal.

§ 1º A coordenação e a orientação técnica a serem exercidas pelas Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais, compreendem:

I - a definição das teses jurídicas e estratégias processuais a serem observadas, quando o contencioso judicial envolver matéria específica de atividade fim da entidade;

II - a disponibilização dos elementos de fato, de direito e outros necessários à defesa judicial da entidade, incluindo a designação de prepostos;

III - a decisão acerca do ajuizamento de ações referentes à atividade fim da entidade, de ações civis públicas e de ações de improbidade administrativa, ou de intervenção da entidade nas mesmas, ou em ações populares;

IV -**(Revogado pela Portaria/PGF nº 303, de 26.3.2009 – D. O. de 27.3.2009)**

V - a divulgação de quaisquer acórdãos e decisões favoráveis à entidade;

VI - a comunicação, ao Procurador-Geral Federal, de jurisprudência contrária à entidade firmada pelo Supremo Tribunal Federal, pelos Tribunais Superiores ou pela Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais; e,

VII - a capacitação e o treinamento dos Procuradores Federais que atuam na representação judicial da respectiva entidade, inclusive dos que estejam em exercício nos demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, se oferecidos pelas autarquias e fundações públicas federais.

§ 2º A coordenação e a orientação técnica a serem exercidas pela Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal compreendem:

I - a definição, se necessário, das teses jurídicas e estratégias processuais a serem observadas, quando o contencioso judicial não envolver matéria específica de atividade fim da entidade;

II - a proposição, em colaboração com as Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais, de teses jurídicas e estratégias processuais a serem observadas, quando o contencioso judicial envolver matéria específica de atividade fim das entidades;

III - a orientação de todos os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal quanto ao atendimento dos requisitos de admissibilidade dos recursos dirigidos ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e à Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, e das ações de sua competência originária;

IV - a sugestão, às Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais, acerca do ajuizamento de ações referentes à atividade fim da entidade, de ações civis públicas e de ações de improbidade administrativa, ou de intervenção da entidade nas mesmas, ou em ações populares;

V - a divulgação de quaisquer acórdãos e decisões favoráveis às autarquias e fundações públicas federais;

VI - a comunicação, ao Procurador-Geral Federal, de jurisprudência contrária às autarquias e fundações públicas federais firmada pelo Supremo Tribunal Federal, pelos Tribunais Superiores ou pela Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais; e,

VII - a apresentação de proposta, a ser submetida à Escola da Advocacia-Geral da União, de capacitação e treinamento dos Procuradores Federais que atuam na representação judicial das autarquias e fundações públicas federais.

§ 3º A coordenação e a orientação técnica a que se refere este artigo não poderão contrariar as do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral Federal.

§ 4º A decisão do Chefe da Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal para intervenção nas ações a que se refere o § 1º, III, deste artigo, deverá ser precedida de autorização do dirigente máximo da entidade exclusivamente quando essa possuir ato normativo próprio que contenha tal exigência. **(Redação dada pela Portaria nº 684, de 26.9.2016)**

§ 5º Fica dispensada a decisão do Chefe da Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal a que se refere o § 1º, III, deste artigo, quando a ação de improbidade administrativa tiver como causa de pedir unicamente a omissão no dever legal de prestar contas ou a demissão de servidor público, destituição de cargo comissionado ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade, resultante de processo administrativo disciplinar. **(Incluído pela Portaria nº 684, de 26.9.2016)**

§ 6º Nas demais hipóteses, realizada a consulta pelo órgão de representação judicial da Procuradoria­Geral Federal para decisão nos termos do § 1º, III, deste artigo, o Chefe da Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal terá o prazo de 60 (sessenta) dias para manifestação, contados do recebimento da consulta. **(Incluído pela Portaria nº 684, de 26.9.2016)**

§ 7º Ultrapassado o prazo de 60 (sessenta) dias previsto no § 6º sem que haja negativa devidamente fundamentada, a decisão sobre o ajuizamento ou intervenção em ação de improbidade administrativa caberá ao Procurador Federal com atuação na unidade de representação judicial da Procuradoria­Geral Federal. **(Incluído pela Portaria nº 684, de 26.9.2016)**

§ 8º A decisão acerca do ajuizamento de ações de improbidade administrativa decorrentes das informações e documentos obtidos pelo Estado a partir dos acordos de leniência celebrados pela Advocacia-Geral da União (AGU), em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU), nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.420,de 18 de março de 2015, e a Portaria Interministerial nº 2.278, 15 de dezembro de 2015, caberá, exclusivamente, ao Procurador-Geral Federal. (NR) **(Incluído pela Portaria nº 401, de 30.4.2019**

Art. 3º A Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal, as Procuradorias-Regionais Federais, as Procuradorias Federais nos Estados, as Procuradorias-Seccionais Federais e os Escritórios de Representação poderão requisitar, quando necessário, às Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais, os elementos de fato, de direito e outros necessários à atuação em juízo, incluindo a designação de prepostos.

§ 1º As requisições objeto deste artigo terão tratamento preferencial e serão atendidas no prazo nelas assinalado.

§ 2º A responsabilidade pela inobservância do disposto neste artigo será apurada na forma da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 3º Havendo necessidade de cumprimento de decisão judicial, ou nova decisão em juízo que importe a revisão de ato administrativo anteriormente praticado para cumprir determinação judicial, a Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal, as Procuradorias-Regionais Federais, as Procuradorias Federais nos Estados, as Procuradorias-Seccionais Federais e os Escritórios de Representação, observadas as suas respectivas competências, deverão encaminhar à Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à respectiva autarquia ou fundação pública federal, pedido para que estas solicitem à entidade a adoção das providências necessárias.

§ 4º No caso de conversão de depósito judicial de qualquer natureza em favor das autarquias e fundações públicas federais, a Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal, as Procuradorias-Regionais Federais, as Procuradorias Federais nos Estados, as Procuradorias-Seccionais Federais e os Escritórios de Representação comunicarão o fato à Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à respectiva entidade.

§ 5º As Procuradorias-Regionais Federais, as Procuradorias Federais nos Estados, as Procuradorias-Seccionais Federais e os Escritórios de Representação também poderão divulgar quaisquer decisões, sentenças ou acórdãos favoráveis às autarquias e fundações públicas federais.

Art. 4º As informações em mandado de segurança e habeas data impetrados contra autoridades das autarquias e fundações públicas federais representadas pelas Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e Escritórios de Representação serão prestadas pelo órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pelas suas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos.

Parágrafo Único - De forma a evitar, sempre que possível, o deslocamento de Procuradores, quando o órgão de execução responsável pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos da autoridade for Procuradoria Federal, especializada ou não, junto a autarquia ou fundação pública federal, esta poderá solicitar, à Procuradoria-Regional Federal, Procuradoria Federal no Estado, Procuradoria-Seccional Federal ou Escritório de Representação do local do feito, a adoção de qualquer providência localmente necessária, como o protocolo de peça, participação em audiência ou sessão de julgamento, ou despacho pessoal com o magistrado.

Art. 5º As intimações para a apresentação de contra-razões em agravos de instrumento devem ser encaminhadas para a Procuradoria ou Escritório responsável pela representação judicial da entidade em 1ª instância, se for o caso, a quem competirá a elaboração da petição respectiva, bem como o seu protocolo descentralizado ou, na impossibilidade deste, sua remessa à Procuradoria intimada.

Art. 6º Os responsáveis, em âmbito nacional, pelas Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais, poderão definir os casos em que, a despeito da transferência da representação judicial para as Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e Escritórios de Representação, a atuação, extraordinariamente, dar-se-á diretamente pelos órgãos de execução junto às entidades, ou, ainda, conjuntamente com as Procuradorias ou Escritórios de Representação.

§ 1º O disposto no caput se aplica aos casos definidos, pelo responsável de cada Procuradoria, a seu critério, como relevantes, urgentes ou sigilosos, ressalvada determinação expressa da Procuradoria-Geral Federal em sentido contrário.

§ 2º Os casos definidos nos termos do § 1º deverão ser comunicados à Procuradoria-Geral Federal ou, quando específicos, à Procuradoria ou Escritório de Representação ordinariamente competente para atuar no feito.

§ 3º A comunicação a que se refere o § 2º deverá ser feita, preferencialmente, previamente ao recebimento de citação, intimação ou notificação pela Procuradoria ou Escritório de Representação ordinariamente competente para atuar no feito, ou no menor prazo possível, de forma a evitar a duplicidade de peticionamentos em juízo.

§ 4º Feita a comunicação, toda e qualquer citação, intimação ou notificação recebida pelas Procuradorias ou Escritórios de Representação ordinariamente competentes para atuar em caso nela definido deverão ser imediatamente informadas à Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à autarquia ou fundação pública federal respectiva.

§ 5º Os atos processuais efetivamente praticados pelas Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais, nos termos deste artigo, deverão ser posteriormente comunicados à Procuradoria Federal ou Escritório de Representação ordinariamente competente para atuar no caso.

§ 6º De forma a evitar, sempre que possível, o deslocamento de Procuradores, a Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à autarquia ou fundação pública federal, a despeito do previsto neste artigo, poderá solicitar, à Procuradoria ou Escritório de Representação ordinariamente competente para atuar no feito, a adoção de qualquer providência localmente necessária, como o protocolo de peça, participação em audiência ou sessão de julgamento, ou despacho pessoal com o magistrado, quando não possuir unidade própria na localidade.

Art. 7º As Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais, poderão, extraordinariamente, atuar em colaboração com a Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal, nos processos de competência do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

Art. 8º Eventuais divergências havidas entre as Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais, e o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal ordinariamente responsável pela representação judicial da entidade, deverão ser comunicadas ao Adjunto de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal, que submeterá proposta de decisão da divergência à apreciação do Procurador-Geral Federal.

§ 1º A comunicação da divergência não exime o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal ordinariamente responsável pela representação judicial da entidade de seguir, enquanto não houver determinação em sentido contrário da autoridade competente, as orientações técnicas emanadas da Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à autarquia ou fundação pública federal.

§ 2º No caso de conflito positivo ou negativo de atribuições, a sua comunicação não exime o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal citado, intimado ou notificado judicialmente de responder a citação, intimação ou notificação enquanto não houver decisão do Adjunto de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal.

§ 3º O disposto neste artigo também se aplica às divergências eventualmente havidas entre as Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações púbicas federais, e o Adjunto de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal, que encaminharão, separadamente ou em conjunto, a divergência à deliberação do Procurador-Geral Federal.

Art. 9º Estabelecida controvérsia de natureza jurídica entre entidades da Administração indireta, ou entre tais entes e a União, a adoção de qualquer providência em juízo deve ser precedida de consulta à Procuradoria-Geral Federal.

Parágrafo único. Autorizada a adoção das providências de que trata o caput, a defesa de cada entidade representada pela Procuradoria-Geral Federal deverá ser realizada por procuradores federais distintos, designados pela chefia imediata. (NR) **(Redação dada pela Portaria/PGF nº 834, de 3.10.2011)**

Art. 10. As comunicações previstas nesta Portaria devem adotar o meio mais célere possível, de forma a garantir o cumprimento dos prazos processuais aplicáveis, dando-se preferência aos meios eletrônicos.

Parágrafo Único - Excepcionalmente, de forma a garantir o cumprimento dos prazos processuais aplicáveis, as comunicações da Procuradoria ou Escritório de Representação competente para atuar no feito poderão dar-se diretamente com a Administração da entidade representada.

Art. 10­A. Salvo determinação judicial em contrário, as solicitações às Procuradorias Federais junto às autarquias ou fundações públicas federais, acerca da intervenção ou não das entidades nas ações que tratam o artigo 2º, § 1º, III, desta Portaria, devem ser atendidas em até 30 (trinta) dias. **(Redação dada pela Portaria nº 684, de 26.9.2016)**

§ 1º Ultrapassado o prazo a que se refere o *caput*, o Procurador Federal responsável pelo feito manifestar­se­á nos autos, comunicando que está aguardando a manifestação da entidade e que tão logo essa se manifeste seu posicionamento será imediatamente apresentado nos autos. **(Renumerado pela Portaria nº 684, de 26.9.2016)**

§ 2º A intervenção nas ações de improbidade administrativa observará ao disposto no artigo 2º, §§ 4º a 7º, desta Portaria. **(Incluído pela Portaria nº 684, de 26.9.2016)**

Art. 11. O disposto nesta Portaria não se aplica à representação judicial de autarquias e fundações públicas federais exercida pelas Procuradorias da União, nos termos dos artigos 11-A e 11-B da Lei nº 9.028, de 1995, nem àquela exercida pelas Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais, até que venham a ser atribuídas à Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal e a cada uma das Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias- Seccionais Federais e Escritórios de Representação.

Art. 11-A. Fica revogada a Ordem de Serviço PGF nº 2, de 23 de fevereiro de 2007. **(Incluído pela Portaria nº 999, de 28.11.2014)**

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D.O. de 16.7.2007.

**ANEXO**[[294]](#footnote-295)

**(Este Anexo, com a redação dada pela Portaria/PGF nº 548, de 5.9.2013, foi publicado no Boletim de Serviço/AGU nº 36, de 9.9.2013)**

Lista, por Órgão de Vinculação, de Autarquias e Fundações Públicas Federais Representadas Judicialmente pela Procuradoria-Geral Federal

I - Casa Civil da Presidência da República:

1. Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI

II - Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República:

2. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

III - Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República:

3. Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC

IV - Ministério da Ciência e Tecnologia:

4. Agência Espacial Brasileira - AEB

5. Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN

6. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

V - Ministério das Comunicações:

7. Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

VI – Ministério da Cultura:

8. Agência Nacional do Cinema - ANCINE

9. Fundação Biblioteca Nacional

10. Fundação Casa de Rui Barbosa

11. Fundação Cultural Palmares

12. Fundação Nacional de Artes - FUNARTE

13. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

14. Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM

VII - Ministério da Defesa:

a) vinculada ao Ministério por meio do Comando da Aeronáutica:

15. Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica

b) vinculadas ao Ministério por meio do Comando da Marinha:

16. Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha

c) vinculadas ao Ministério por meio do Comando do Exército:

17. Fundação Osório

VIII – Ministério do Desenvolvimento Agrário:

18. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

IX - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior:

19. Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO

20. Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

21. Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

X - Ministério da Educação:

a) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais

22. Instituto Federal do Acre

23. Instituto Federal de Alagoas

24. Instituto Federal do Amapá

25. Instituto Federal do Amazonas

26. Instituto Federal da Bahia

27. Instituto Federal Baiano

28. Instituto Federal de Brasília

29. Instituto Federal do Ceará

30. Instituto Federal do Espírito Santo

31. Instituto Federal de Goiás

32. Instituto Federal Goiano

33. Instituto Federal do Maranhão

34. Instituto Federal de Minas Gerais

35. Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

36. Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

37. Instituto Federal do Sul de Minas Gerais

38. Instituto Federal do Triângulo Mineiro

39. Instituto Federal de Mato Grosso

40. Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

41. Instituto Federal do Pará

42. Instituto Federal da Paraíba

43. Instituto Federal de Pernambuco

44. Instituto Federal do Sertão Pernambucano

45. Instituto Federal do Piauí

46. Instituto Federal do Paraná

47. Instituto Federal do Rio de Janeiro

48. Instituto Federal Fluminense

49. Instituto Federal do Rio Grande do Norte

50. Instituto Federal do Rio Grande do Sul

51. Instituto Federal Farroupilha

52. Instituto Federal Sul-rio-grandense

53. Instituto Federal de Rondônia

54. Instituto Federal de Roraima

55. Instituto Federal de Santa Catarina

56. Instituto Federal Catarinense

57. Instituto Federal de São Paulo

58. Instituto Federal de Sergipe

59. Instituto Federal do Tocantins

b) Centros Federais de Educação Tecnológica:

60. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET- RJ

61. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET - MG

c) 62. Colégio Pedro II

d) 63. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

e) 64. Fundação Joaquim Nabuco

f) Fundações Universidades:

65. do Amazonas

66. de Brasília

g) Fundações Universidades Federais:

67. do ABC/SP

68. do Acre

69. do Amapá

70.de Ciências da Saúde de Porto Alegre

71. da Grande Dourados

72. do Maranhão

73. de Mato Grosso

74. de Mato Grosso do Sul

75. de Ouro Preto

76. do Pampa

77. de Pelotas

78. do Piauí

79. do Rio Grande

80. de Rondônia

81. de Roraima

82. de São Carlos

83. de São João del Rei

84. de Sergipe

85. do Tocantins

86. do Vale do São Francisco

87. de Viçosa

h) 88. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

i) 89. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

j) Universidades Federais:

90. de Alagoas

91. de Alfenas

92. da Bahia

93. de Campina Grande

94. do Cariri

95. do Ceará

96. do Espírito Santo

97. do Estado do Rio de Janeiro

98. Fluminense

99. da Fronteira do Sul

100. de Goiás

101. da Integração Latino-Americana

102. de Itajubá

103. de Juiz de Fora

104. de Lavras

105. de Minas Gerais

106. do Oeste da Bahia

107. do Oeste do Pará

108. de Pernambuco

109. de Santa Catarina

110. de Santa Maria

111. de São Paulo

112. do Pará

113. da Paraíba

114. do Paraná

115 do Recôncavo da Bahia

116. do Rio Grande do Norte

117. do Rio Grande do Sul

118. do Rio de Janeiro

119. Rural da Amazônia

120. Rural de Pernambuco

121. Rural do Rio de Janeiro

122. Rural do Semi-Árido

123. do Sul da Bahia

124. do Sul e Sudeste do Pará

125. do Triângulo Mineiro

126. de Uberlândia

127. dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

128. Tecnológica Federal do Paraná

k) 129. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

XI – Ministério do Esporte:

130. Autoridade Pública Olímpica – APO[[295]](#footnote-296)

XII - Ministério da Fazenda:

131. Comissão de Valores Mobiliários - CVM

132. Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

XII - Ministério da Integração Nacional:

133. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM

134. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE

135. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

136. Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO

XIII - Ministério da Justiça:

137. Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE

138. Fundação Nacional do Índio - FUNAI

XIV - Ministério do Meio Ambiente:

139. Agência Nacional de Águas - ANA

140. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

141. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

142. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ

XV - Ministério de Minas e Energia:

143. Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

144. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP

145. Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM

XVI - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

146. Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP

147. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

XVII – Ministério da Previdência Social:

148. Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

149. Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC

XVIII – Ministério das Relações Exteriores:

150. Fundação Alexandre de Gusmão

XIX – Ministério da Saúde:

151. Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS

152. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

153. Fundação Nacional de Saúde – FUNASA

154. Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

XX – Ministério do Trabalho e Emprego:

155. Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO

XXI – Ministério dos Transportes

156. Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ

157. Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

158. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT

XXII – Ministério do Turismo

159. Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR

Anexo publicado no BS/AGU nº 36, de 9.9.201**3.**

**PORTARIA Nº 532, DE 13 DE JULHO DE 2007.**

*Atribui aos Escritórios de Representação das Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias-Seccionais Federais a possibilidade de representar judicialmente as autarquias e fundações públicas federais representadas pela Procuradoria à qual se vinculam.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO,** no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o disposto no parágrafo único, do art. 14 do Ato Regimental nº 2, de 12 de junho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir aos Escritórios de Representação das Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias-Seccionais Federais, a possibilidade de representar judicialmente as autarquias e fundações públicas federais representadas pela Procuradoria à qual se vinculam.

Art. 2º Compete ao Procurador Federal responsável por cada Procuradoria-Regional Federal, Procuradoria Federal no Estado ou Procuradoria-Seccional Federal determinar a cada um de seus respectivos Escritórios de Representação o exercício da atribuição prevista no art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D.O. de 16.7.2007.

**PORTARIA Nº 592, DE 7 DE AGOSTO DE 2007.**

*Atribui a representação judicial da Fundação Universidade Federal do Rio Grande à Procuradoria-Regional Federal da 4ª Região e dá outras providências.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 532, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir, à Procuradoria-Regional Federal da 4ª Região, a representação judicial da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, nas ações em que seja parte ou de qualquer forma interessada, perante as Justiças Estadual, Federal e do Trabalho em Porto Alegre/RS, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região e o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Art. 2º Os Procuradores Federais lotados na Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal do Rio Grande prestarão colaboração temporária ao Escritório de Representação da Procuradoria-Regional Federal da 4ª Região em Rio Grande/RS até a implantação definitiva deste Escritório.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D.O. de 9.8.2007.

**PORTARIA Nº 593, DE 7 DE AGOSTO DE 2007.**

*Atribui a representação judicial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 531, de 13 de julho de 2007, e tendo em vista o contido no Processo nº 23034.000732/2007-92, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação, a representação judicial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, observadas as suas competências territoriais.

Art. 2º A representação judicial de que trata o art. 1º, no que se refere às ações que tenham por objeto a cobrança da contribuição social do salário-educação, inclusive as que contestem crédito dessa natureza inscrito em sua dívida ativa, dar-se-á até 31 de março de 2008, observado o disposto no *caput* e § 1º do art. 16 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D.O. de 9.8.2007.

**PORTARIA Nº 594, DE 8 DE AGOSTO DE 2007.**

*Atribui a representação judicial da Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha e da Universidade Federal do Pará à Procuradoria-Regional Federal da 1ª Região e à Procuradoria Federal no Estado do Pará.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 532, de 13 de julho de 2007, e tendo em vista o contido nos Processos nºs 00407.000590/2007-82e 00457.000220/2007-50, resolve:

Art. 1º Atribuir, à Procuradoria-Regional Federal da 1ª Região, a representação judicial da Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha e da Universidade Federal do Pará, nas ações em que sejam parte ou de qualquer forma interessadas, perante a Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, a Justiça do Distrito Federal, a Justiça do Trabalho no Distrito Federal, o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Art. 2º A representação judicial da Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha e da Universidade Federal do Pará, nas ações em que sejam parte ou de qualquer forma interessadas, perante a Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Pará, a Justiça Estadual do Pará, a Justiça do Trabalho no Estado do Pará e o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, passa a ser exercida pela Procuradoria Federal no Estado do Pará.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D.O. de 9.8.2007.

**PORTARIA Nº 609, DE 10 DE AGOSTO DE 2007.**

*Atribui a representação judicial da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, da Fundação Cultural Palmares - FCP e da Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha - CCCPM às Procuradorias- Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias- Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação, a representação judicial da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, da Fundação Cultural Palmares - FCP e da Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha - CCCPM, observadas as suas competências territoriais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 14.8.2007.

**PORTARIA Nº 612, DE 14 DE AGOSTO DE 2007.**

Atribui a representação judicial da Fundação Casa de Ruy Barbosa - FCRB e da Fundação Universidade Federal de Pelotas - FUFPel às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação.

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF n.º 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação, a representação judicial da Fundação Casa de Ruy Barbosa - FCRB e da Fundação Universidade Federal de Pelotas - FUFPel, observadas as suas competências territoriais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

# MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

D. O. de 15.8.2007.

**PORTARIA Nº 629, DE 21 DE AGOSTO DE 2007.**

*Atribui a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Catu/BA, da Escola Agrotécnica Federal de Antônio José Teixeira - Guanambi/BA, da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês/BA e da Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim/BA à Procuradoria Federal no Estado da Bahia.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007 e tendo em vista o contido no Processo nº 00407.000160/2007-61, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado da Bahia a consultoria e assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Catu/BA, da Escola Agrotécnica Federal de Antônio José Teixeira - Guanambi/BA, da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês/BA e da Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim/BA.

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados até a publicação desta portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

# MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

# D. O. de 22.8.2007.

**PORTARIA Nº 641, DE 24 DE AGOSTO DE 2007.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 27.8.2007.

**PORTARIA Nº 667, DE 29 DE AGOSTO DE 2007.**

*Atribui às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1. Atribuir às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação, a representação judicial da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, observadas as suas competências territoriais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D.O. de 30.8.2007.

**PORTARIA Nº 676, DE 3 DE SETEMBRO DE 2007.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º. Atribuir à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN no Estado do Espírito Santo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 4.9.2007.

**PORTARIA Nº 686, DE 4 DE SETEMBRO DE 2007.**

*Regulamenta a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal quando do recebimento de citação, intimação ou notificação por meio de carta precatória.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 531, de 13 de julho de 2007, e tendo em vista o contido na Instrução Normativa AGU nº 7, de 06 de outubro de 2006, resolve:

Art. 1º O órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal que receber citação, intimação ou notificação por carta precatória deverá encaminhar o ato judicial deprecado, certificando-se acerca de seu efetivo recebimento, pelo meio mais célere disponível e em até 48 horas, ao órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal com competência para representar judicialmente, na sede do juízo deprecante, a autarquia ou fundação pública federal demandada, a quem competirá elaborar e apresentar a respectiva resposta, bem como os eventuais recursos e demais atos que se fizerem necessários ao atendimento do ato judicial.

§ 1º O órgão de execução citado, intimado ou notificado também deverá informar ao juízo o endereço da Procuradoria-Regional Federal, Procuradoria Federal no Estado, Procuradoria-Seccional Federal ou Escritório de Representação que possua competência para atuar na ação na sede do juízo deprecante, solicitando que as próximas citações, intimações e notificações lhe sejam diretamente enviadas.

§ 2º Se à Procuradoria ou Escritório responsável por atuar na sede do juízo deprecante não tiver sido atribuída a representação judicial da entidade que seja parte ou de qualquer forma interessada no feito, o fato deverá ser imediatamente comunicado à Procuradoria-Geral Federal, que poderá providenciar a edição de ato que autorize essa representação.

§ 3º Enquanto a Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal, as Procuradorias-Regionais Federais, as Procuradorias Federais nos Estados, as Procuradorias-Seccionais Federais e os Escritórios de Representação não assumirem integralmente a representação judicial de todas as autarquias e fundações públicas federais representadas pela Procuradoria-Geral Federal, a indicação prevista no caput poderá recair, excepcionalmente, sobre Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à respectiva entidade, se a ela ainda couber a representação judicial do ente na sede do juízo deprecante.

Art. 2º Se, a despeito do disposto nesta Portaria, for efetivamente necessária a prática de ato processual em juízo diverso daquele onde tramita o feito, através da expedição de carta precatória, a representação judicial da autarquia ou fundação quanto ao mesmo caberá, excepcionalmente, à Procuradoria ou Escritório de Representação responsável por atuar junto ao juízo deprecado.

Art. 3º A Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal, as Procuradorias-Regionais Federais, as Procuradorias Federais nos Estados, as Procuradorias-Seccionais Federais e os Escritórios de Representação poderão requisitar, aos órgãos ou entidades que deles disponham, quando necessário, os elementos de fato, de direito e outros necessários à atuação em juízo, incluindo a designação de prepostos.

§ 1º As requisições objeto deste artigo terão tratamento preferencial e serão atendidas no prazo nelas assinalado.

§ 2º A responsabilidade pela inobservância do disposto neste artigo será apurada na forma da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 5.9.2007.

**PORTARIA Nº 720, DE 14 DE SETEMBRO DE 2007.**

Fixa a lotação e o exercício dos Procuradores Federais e dos integrantes do quadro suplementar relativo aos servidores da Administração Federal indireta de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, nos órgãos de direção e de execução da Procuradoria-Geral Federal, regulamenta a remoção para o deslocamento de lotação ou exercício no âmbito da Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências.

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da competência de que tratam os incisos I, IV, V, VII e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Fixar a lotação e o exercício máximos dos Procuradores Federais e dos integrantes do quadro suplementar relativo aos servidores da Administração Federal indireta de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, nos órgãos de direção e de execução da Procuradoria-Geral Federal, conforme o Anexo desta Portaria. **(Redação dada pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

Parágrafo único. A distribuição do quantitativo máximo de lotação e exercício de que trata o caput considera os cargos de Procurador Federal criados por lei, ocupados ou não, podendo ser revista periodicamente, mediante remanejamento das vagas e segundo os critérios contidos nesta portaria.” (NR) **(Incluído pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

Art. 2º As Procuradorias Regionais Federais, as Procuradorias Federais nos Estados, as Procuradorias Seccionais Federais e os seus respectivos Escritórios Avançados passam a ser os únicos órgãos de lotação dos Procuradores Federais e dos integrantes do quadro suplementar nos municípios em que estiverem localizados. **(Redação dada pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

§ 1º Nas cidades onde não houver quaisquer dos órgãos previstos no caput, poderá haver, excepcionalmente, a lotação de Procuradores Federais e integrantes do quadro suplementar nas Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais.

§ 2º Os Procuradores Federais e integrantes do quadro suplementar lotados em Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais, ressalvado o disposto no § 1º, ficam lotados nas Procuradorias­Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias­Seccionais Federais e seus respectivos Escritórios Avançados situados na mesma cidade. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 341, de 12.5.2016)**

§ 3º As modificações introduzidas pelo § 2º não implicam a alteração da localidade de lotação de Procurador Federal e integrante do quadro suplementar.

Art. 3º A sede da Procuradoria­Geral Federal, as Procuradorias­Regionais Federais, as Procuradorias Federais nos Estados, as Procuradorias­Seccionais Federais, as Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais, e os seus respectivos Escritórios Avançados são órgãos de exercício dos Procuradores Federais e dos integrantes do quadro suplementar. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 341, de 12.5.2016)**

§ 1º O exercício na sede da Procuradoria-Geral Federal poderá ocorrer a qualquer tempo, a critério da administração, observadas as regras de ingresso, permanência e desligamento definidos em atos normativos próprios. **(Redação dada pela Portaria nº 581, de 22.8.2018)**

§ 2º O término do exercício na sede da Procuradoria-Geral Federal ensejará o retorno do Procurador Federal ao respectivo órgão de lotação, ou, na hipótese de ter ocorrido mudança de município, o retorno ao órgão de lotação anterior, aplicando-se o disposto no art. 14, no que couber. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 581, de 22.8.2018)**

§ 3º O exercício no Núcleo de Assessoramento para Admissibilidade ou no Núcleo de Assessoramento para Julgamentos e Consultas da Divisão de Assuntos Disciplinares da Divisão de Assuntos Disciplinares – DAD observará o disposto na Portaria PGF nº 35, de 18 de janeiro de 2018, e dar-se-á pelo período de 3 (três) anos, prorrogado por até mais 2 (dois) anos, considerado ainda o disposto no § 2º do art. 6º-A. **(Incluído pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

§ 4º Os Procuradores Federais que se encontrem no Núcleo de Assessoramento para Admissibilidade ou no Núcleo de Assessoramento para Julgamentos e Consultas da Divisão de Assuntos Disciplinares da Divisão de Assuntos Disciplinares – DAD na data da publicação desta portaria, poderão manter o exercício pelos períodos máximos de: **(Incluído pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

1. - 5 (cinco) anos, quando o tempo de exercício na unidade for de até 2 (dois) anos e 6 (seis) meses; **(Incluído pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**
2. – 4 (quatro) anos, quando o tempo de exercício na unidade for de mais de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses e menos do que 3 (três) anos; **(Incluído pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**
3. - 3 (três) anos e 6 (seis) meses, quando o tempo de exercício na unidade for de mais de 3 (três) anos e menos do que 4 (quatro) anos; e **(Incluído pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**
4. - 3 (três) anos, quando o tempo de exercício na unidade for de mais de 4 (quatro) anos. **(Incluído pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

§ 5º Os prazos previstos nos §3º e §4º poderão ser excepcionalmente estendidos por 01 (um) ano para evitar prejuízo à continuidade do serviço ou para que não ocorra a modificação simultânea de mais de um terço do quadro. **(Incluído pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

§ 6º Ultrapassados os prazos de que tratam os §§ 3º, 4º e 5º, a Procuradoria-Geral Federal não autorizará novo exercício do Procurador Federal na Divisão de Assuntos Disciplinares pelo período de 1 (um) ano. **(Incluído pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

§ 7º Os prazos previstos nos §§ 3º, 4º e 5º terão seu curso suspenso enquanto perdurar o encargo de responsável pela DAD, pelo Núcleo de Assessoramento para Admissibilidade ou pelo Núcleo de Assessoramento para Julgamentos e Consultas. (NR) **(Incluído pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

Art. 4º **(Revogadopela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

Art. 5º. Remoção é o deslocamento de lotação ou exercício de Procurador Federal ou integrante do quadro suplementar, a pedido ou de ofício, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, com ou sem mudança de sede.

Parágrafo único - São modalidades de remoção:

I - de ofício, no interesse da Administração;

II - a pedido, a critério da Administração;

III - a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração:

a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração;

b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial;

c) em virtude de processo seletivo promovido de acordo com as normas estabelecidas nesta Portaria.

Art. 6º. A remoção de ofício, no interesse da Administração, poderá ocorrer para redistribuir eqüitativamente o quantitativo de Procuradores Federais e integrantes do quadro suplementar entre os órgãos de direção e de execução da Procuradoria-Geral Federal, inclusive quando de sua reestruturação.

§ 1º Na escolha dos Procuradores ou integrantes do quadro suplementar que serão removidos nos termos do caput, não havendo interessados, serão observados, seqüencialmente, os seguintes critérios:

I - o menor tempo na carreira, ou nos cargos nela transformados;

II - o menor tempo de exercício no órgão em que se encontra; e,

III - a classificação no concurso de ingresso na carreira.

§ 2º Também se considera remoção de ofício, no interesse da Administração, aquela definida no art. 4º da Portaria PGF nº 69, de 18 de janeiro de 2008, destinada às localidades de difícil provimento. **(Redação dada pela Portaria/PGF nº 70, de 18.1.2008)**

Art. 6-A. Na sede da Procuradoria-Geral Federal a readequação da força de trabalho será exercida a critério da Administração considerando a relevância das suas competências de órgão central de direção, não se aplicando o disposto no §1º do art. 6º da presente portaria. **(Incluído pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

§ 1º. O preenchimento integral do quantitativo de exercício máximo da sede da Procuradoria- Geral Federal não afasta a possibilidade de concessão de exercício provisório, desde que devidamente justificado. **(Incluído pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

§ 2º O exercício na Divisão de Assuntos Disciplinares observará o período mínimo de que trata o § 2º do art. 3º, salvo na hipótese de ocorrerem duas avaliações consecutivas abaixo do esperado realizadas na forma do art. 20 da Portaria PGF nº 35, de 18 de janeiro de 2018. ” (NR) **(Incluído pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

Art. 7º. A remoção a pedido, a critério da Administração, dar-se-á mediante a utilização de sistema informatizado disponibilizado no sítio da Advocacia-Geral da União, consoante as seguintes regras:

I ­ o sistema, destinado apenas a constituir um cadastro permanente de interessados na remoção a pedido, estará disponível para a indicação de preferência dos interessados quanto à alteração de lotação e exercício, ainda que simultaneamente, independentemente do oferecimento de vagas pela Administração; **(Redação dada pela Portaria nº 436, de 22.6.2015)**

II - as inscrições ocorrerão semestralmente, entre o 1º e o 10º dia útil dos meses de janeiro e julho, salvo naqueles semestres em que ocorrer o concurso de remoção a que se refere o art. 8º desta Portaria, cujo resultado final, após efetivadas as remoções, servirá para os fins previstos neste artigo; **(Redação dada pela Portaria nº 1.330, de 30.12.2009)**

III - as opções e as alterações relativas às propostas de alteração de lotação ou exercício dar-se-ão unicamente por meio eletrônico, dentro do prazo de inscrição, pelos respectivos formulários disponibilizados no sistema; **(Redação dada pela Portaria nº 1.330, de 30.12.2009)**

IV - o interessado poderá efetuar opções para qualquer dos órgãos de lotação, segundo sua ordem de preferência, indicando, em seguida, a ordem de preferência de todos os órgãos de exercício de cada órgão de lotação escolhido;

V - a não apresentação da ordem de preferência de todos os órgãos de exercício de cada órgão de lotação escolhido permitirá ao sistema a sua escolha aleatória;

VI - para a alteração apenas do órgão de exercício, mantendo-se o órgão de lotação atual, o interessado poderá indicar apenas os órgãos de exercício de seu interesse dentre todos os órgãos de exercício de seu órgão de lotação;

VII - as opções a que se referem os incisos anteriores serão levadas em consideração, simultaneamente, no processamento eletrônico, observada a ordem de prioridade das opções e a aferição da ordem de classificação de cada interessado;**(Redação dada pela Portaria/PGF nº 804, de 8.10.2007 – D. O. de 9.10.2007)**

VIII - havendo mais de um pedido de inscrição de um mesmo interessado, será considerado apenas o último deles, desde que efetuado dentro do período de inscrição; e,

IX - é vedada a inscrição condicional.

§ 1º O deferimento, a critério da Administração, das remoções de que trata este artigo deverá respeitar a redistribuição equitativa do quantitativo de Procuradores Federais e integrantes do quadro suplementar entre os órgãos de origem e de destino dos respectivos interessados, inclusive, quando necessário, com prejuízo da ordem de classificação dos interessados, desde que devidamente fundamentado o ato pela Procuradoria-Geral Federal. **(Redação dada pela Portaria nº 1.330, de 30.12.2009)**

§ 2º As despesas de deslocamento decorrentes dessa remoção correrão às expensas dos interessados.

§ 3º A inscrição ou eventual existência de vagas nos órgãos de destino não geram qualquer direito à remoção de que trata este artigo.

Art. 8º. A remoção a pedido, independentemente do interesse da Administração, em virtude de processo seletivo de concurso de remoção, dar-se-á mediante a utilização de sistema informatizado disponibilizado no sítio da Advocacia-Geral da União, será realizada ao menos uma vez ao ano, ou antes da primeira nomeação de candidatos aprovados em cada concurso público de ingresso na carreira de Procurador Federal. **(Redação dada pela Portaria/PGF nº 472, de 13.5.2009 – D. O. de 14.5.2009)**

§ 1º Não serão ofertadas aos aprovados em concurso público de ingresso na carreira de Procurador Federal as vagas ainda não disponibilizadas aos atuais membros da carreira.

§ 2º O concurso de remoção observará as regras gerais constantes desta Portaria e as regras e formas específicas, procedimentos, limites e condições fixados em edital próprio para o fim de preenchimento das vagas então disponibilizadas pela Procuradoria-Geral Federal.

§ 3º Observados os princípios da eficiência e continuidade dos serviços públicos, a Procuradoria-Geral Federal poderá prorrogar o prazo para efetivação das remoções deferidas em concurso de remoção enquanto as vagas de origem não forem preenchidas em decorrência do próprio certame ou providas pelo ingresso de novos Procuradores Federais.

§ 4º As despesas de deslocamento decorrentes dessa remoção correrão às expensas dos candidatos.

Art. 9º. Poderão ser removidos nos termos desta Portaria os integrantes da carreira de Procurador Federal e do quadro suplementar, inclusive aqueles que estejam cumprindo estágio confirmatório.

Art. 10. As remoções a pedido previstas nos arts. 7º e 8º desta Portaria observarão a ordem de classificação dos interessados ou candidatos, com a ressalva prevista no § 1º do art. 7º. **(Redação dada pela Portaria nº 1.330, de 30.12.2009)**

§ 1º A classificação dar-se-á de acordo com o tempo de efetivo exercício contado em dias, tendo como marco inicial a data de ingresso na carreira de Procurador Federal ou no cargo efetivo de natureza jurídica, no caso dos integrantes do quadro suplementar.

§ 2º Para fins do disposto no § 1º, considerar-se-á a data de início do exercício em quaisquer dos cargos transformados no cargo de Procurador Federal, nos termos do art. 35 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001.

§ 3º Havendo empate exclusivamente entre interessados ou candidatos com ingresso no mesmo concurso, considerar-se-á, para fins de desempate, a melhor classificação neste.

§ 4º Ressalvado o disposto no § 3º, em caso de empate será melhor classificado o mais idoso dos interessados ou candidatos.

§ 5º O processamento dar-se-á com a observância das opções feitas pelos interessados ou candidatos, conforme suas prioridades estabelecidas, e da sua ordem de classificação.

§ 6º Findo o processamento, a Procuradoria-Geral Federal publicará o resultado, com a lista de classificação dos interessados ou candidatos e, apenas na remoção prevista no art. 8º desta Portaria, a opção em que estes foram contemplados.

§ 7º Do resultado previsto no § 6º, caberá pedido de reconsideração ao Procurador-Geral Federal, no prazo de três dias úteis, a contar do dia seguinte à sua publicação, o qual poderá ser instruído com documentos necessários à demonstração do direito do interessado ou candidato. **(Redação dada pela Portaria/PGF nº 835, de 16.10.2007)**

§ 8º Apreciados os pedidos de reconsideração, a Administração, a seu critério, poderá proceder às remoções que sejam de seu interesse nos termos do art. 7º desta Portaria, ou homologará e publicará a lista de remoções do concurso previsto no seu art. 8º, conforme o caso.

Art. 11. A Procuradoria-Geral Federal publicará ato efetivando as remoções e dando prazo aos Procuradores Federais para apresentação e exercício nas novas unidades de lotação ou exercício.

§ 1º Os candidatos requisitados e os cedidos para outros órgãos ou entidades, os ocupantes de cargos comissionados ou funções gratificadas e os que estejam em exercício provisório ou prestando colaboração temporária serão removidos com a observância das seguintes regras:

I - os requisitados, no caso da remoção prevista no art. 8º desta Portaria, deverão apresentar-se nas novas unidades de lotação ou exercício imediatamente após o término da requisição, salvo se em localidade diversa, hipótese em que terão prazo de quinze dias para trânsito; **(Redação dada pela Portaria nº 1.330, de 30.12.2009)**

II - as cessões para outros órgãos ou entidades, os exercícios provisórios e as colaborações temporárias extinguir-se-ão na data de publicação do ato referido no caput, devendo o candidato apresentar-se nas novas unidades de lotação ou exercício imediatamente, salvo se em localidade diversa, hipótese em que terá prazo de quinze dias para trânsito; e,

III - os ocupantes de cargos comissionados ou funções gratificadas deverão providenciar sua exoneração ou dispensa dos mesmos, devendo apresentar-se nas novas unidades de lotação ou exercício na data de publicação do ato referido no caput, salvo se em localidade diversa, hipótese em que terão prazo de quinze dias para trânsito.

§ 2º A não apresentação nos termos do § 1º sujeitará o candidato à suspensão de sua remuneração pelo não encaminhamento de sua folha de freqüência assinada pela chefia da nova unidade de exercício. **(Redação dada pela Portaria/PGF nº 70, de 18.1.2008)**

§ 3º É vedada a desistência de remoção, ressalvada aquela apresentada ainda no prazo de indicação das opções no processo seletivo.**(Redação dada pela Portaria/PGF nº 70, de 18.1.2008)**

§ 4º Os Procuradores Federais removidos poderão renunciar ao período de trânsito, no todo ou em parte, para completar o interstício previsto no art. 10 da Portaria PGF nº 1.432, de 30 de dezembro de 2008, devendo permanecer em efetivo exercício na unidade considerada de difícil provimento pelo prazo necessário, desde que se apresentem na nova unidade até o final do período definido para o trânsito.**(Incluído pela Portaria/PGF nº 664, de 8.8.2011)**

§ 5º Para fins de cumprimento do disposto no § 4º, o Procurador interessado deverá comunicar sua renúncia e o respectivo prazo à chefia da unidade de origem, que, após ciência, informará imediatamente a ocorrência à Coordenação-Geral de Pessoal, para registro.**(Incluído pela Portaria/PGF nº 664, de 8.8.2011)**

Art. 12. A alteração do órgão de exercício de Procurador Federal ou integrante do quadro suplementar para desempenho de cargo em comissão ou função gratificada em órgão diferente daquele em que se encontre em exercício depende de prévia autorização do Procurador-Geral Federal.

§1º Somente será autorizada a alteração de exercício, ainda que provisória, para desempenho de cargo comissionado ou função gratificada em município diverso daquele em que se encontre lotado, se o Procurador Federal tiver antiguidade na carreira para estar na referida localidade. **(Incluído pela Portaria nº 341, de 12.5.2016)**

§ 2º Para efeito de apuração da antiguidade, considerar­se­ão as informações extraídas do último concurso de remoção ou cadastro de reserva realizado pela Procuradoria­Geral Federal. **(Incluído pela Portaria nº 341, de 12.5.2016)**

§3º Não se aplica o requisito previsto no §1º para o desempenho dos cargos de: **(Incluído pela Portaria nº 341, de 12.5.2016)**

I – cargos ou funções para o desempenho de atividades de gerenciamento regional no âmbito de Procuradoria Regional Federal, limitado a 4 (quatro) Procuradores Federais, dentre os membros lotados na respectiva região; **(Redação dada pela Portaria nº 631, de 21.9.2018)**

II – cargos ou funções para o desempenho de atividades de gerenciamento estadual no âmbito de Procuradoria Federal no Estado, limitado a 3 (três) Procuradores Federais, dentre os membros lotados no respectivo Estado; **(Redação dada pela Portaria nº 631, de 21.9.2018)**

III – cargos ou funções na sede da Procuradoria-Geral Federal. (NR)  **(Redação dada pela Portaria nº 631, de 21.9.2018)**

IV – cargos ou funções para o desempenho de atividades de gerenciamento estadual no âmbito de Procuradoria Federal no Estado, limitado a 1 (um) Procurador Federal, dentre os membros lotados no respectivo Estado; **(Redação dada pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

V – cargos ou funções na Procuradoria-Geral Federal. **(Redação dada pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

§ 4º É vedada a autorização de nomeação para cargo em comissão ou função gratificada de Procurador Federal que esteja em exercício em outro órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, quando a unidade interessada estiver com o exercício máximo integralmente preenchido,exceto para cargo em comissão ou função a ser exercida na sede da Procuradoria-Geral Federal ou para cargo em comissão de chefe titular dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal. **(Redação dada pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

§ 5º Eventual excesso gerado em decorrência da nomeação para cargo em comissão de chefe titular dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal não importará em prejuízo para os demais membros da carreira que se encontram em efetivo exercício na unidade.” (NR) **(Redação dada pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

Art. 13. Os quantitativos de lotação e exercício fixados no Anexo[[296]](#footnote-297) desta Portaria serão revistos periodicamente, de ofício ou mediante provocação dos titulares dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, de modo a ajustá-los às necessidades de seus órgãos, sem prejuízo das designações emergenciais de exercício provisório ou de colaboração temporária.

Parágrafo único. Os pedidos formulados pelos titulares dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal nos termos do caput deverão ser fundamentados com as seguintes informações: **(Incluído pela Portaria/PGF nº 947, de 26.11.2010)**

I - para os órgãos de representação judicial: dados do Sistema Integrado de Controle de Ações da União - SICAU, com a indicação da produtividade absoluta da unidade e a produtividade média dos procuradores federais em exercício. **(Incluído pela Portaria/PGF nº 947, de 26.11.2010)**

II - para os órgãos de consultoria e assessoramento jurídico: dados do Sistema de Registro da Atividade Consultiva - SISCON, com a indicação da produtividade absoluta da unidade e a produtividade média dos procuradores federais em exercício. **(Incluído pela Portaria/PGF nº 947, de 26.11.2010)**

Art. 14. Os Procuradores Federais e integrantes do quadro suplementar requisitados, cedidos, nomeados para cargos em comissão ou designados para funções gratificadas em outros órgãos ou entidades que não aquelas em que estejam em exercício, quando dispensados dessas situações, devem apresentar-se imediatamente no órgão em que estiverem lotados, ou, se em localidade diversa, terão prazo de quinze dias para trânsito, não remanescendo qualquer direito de manterem seu exercício no órgão primitivo, o qual será consolidado no próprio órgão de lotação, salvo se, no interesse da Administração, aquele lhe for novamente designado, ou na hipótese do art. 11, § 1º, I desta Portaria. **(Redação dada pela Portaria/PGF nº 835, de 16.10.2007)**

Parágrafo único - Aqueles que estejam em exercício provisório ou prestando colaboração temporária, quando encerrado seu prazo ou dispensados dessas situações, devem retomar seu exercício pleno no órgão da Procuradoria-Geral Federal em que atuavam anteriormente, salvo, no caso do exercício provisório, se em localidade diversa, hipótese em que terão prazo de quinze dias para trânsito.

Art. 15. Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral Federal.

Art. 16. Ficam revogadas a Portaria PGF nº 297, de 21 de agosto de 2006, e a Portaria PGF nº 501, de 22 de dezembro de 2006.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

# JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA

D. O. de 17.9.2007

**PORTARIA Nº732, DE 14 DE SETEMBRO DE 2007.**

Atribui às Procuradorias Federais nos Estados que especifica a representação judicial da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 531, de 13 de julho de 2007, e tendo em vista o contido no Processo n.º 00431.000058/2007-68, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias Federais nos Estados de Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Rio Grande do Norte a representação judicial da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, observadas as suas competências territoriais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

# MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

# D. O. de 18.9.2007.

**PORTARIA Nº 740, DE 19 DE SETEMBRO DE 2007.**

**O PROCURADOR-GERAL EDERAL,** no uso da competência de que trata o inciso VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e o contido no Memorando Circular nº 01/2007/CONSU/PGF/AGU, resolve:

Art. 1º. Fica criado cadastro de membros da Carreira de Procurador Federal que poderão ser designados como integrantes das Comissões de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, nos termos da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, conforme relação constante do anexo. (\*)

Art. 2º. Os Procuradores Federais que compõem o cadastro, quando designados para compor alguma Comissão de Sindicância ou de Processo Administrativo Disciplinar, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, poderão dedicar-se exclusivamente aos trabalhos realizados pela Comissão de Sindicância ou de Processo Administrativo Disciplinar, consoante decisão do Adjunto de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal.

§ 1º. O titular da unidade de exercício dos membros da comissão eventualmente designada deverá adotar as providências necessárias à redistribuição interna dos serviços, de modo a compatibilizar os trabalhos da repartição com o período de afastamento do servidor, em caso de dedicação exclusiva aos trabalhos da comissão.

§ 2º. O titular da unidade deverá ser informado previamente acerca da designação do Procurador Federal para participar dos trabalhos de apuração.

Art. 3º. Os Procuradores Federais que compõem o cadastro não poderão isentar-se da participação nos trabalhos apuratórios para o qual forem designados, sob pena de responsabilidade, salvo nas hipóteses legalmente admitidas devidamente comprovadas.

Art. 4º. Na constituição das comissões processantes, a Procuradoria-Geral Federal deverá observar, preferencialmente, a designação de Procuradores Federais lotados ou em exercício na área territorial da Unidade em que forem promovidos os trabalhos apuratórios.

Art. 5º. Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal deverão prestar todo o apoio logístico e de recursos humanos necessário para garantir a celeridade e o bom funcionamento dos trabalhos de apuração realizados pelas Comissões de Sindicância ou de Processo Administrativo Disciplinar, eventualmente designadas pelo Procurador-Geral Federal.

Art. 6º. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação da presente Portaria deverão ser dirimidos pelo órgão central de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

# JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA

# \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(\*) O Anexo, contendo a relação dos cadastrados, foi publicado no Diário Oficial de 20.9.2007, na Seção 2, página 3.

D. O. de 20.9.2007.

**PORTARIA Nº769, DE 26 DE SETEMBRO DE 2007.**

Regulamenta a representação judicial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal nas ações em que se discuta a aplicação de recursos oriundos do FNDE.

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007, e considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, na Portaria PGF nº 531, de 13 de julho de 2007, na Portaria PGF nº 532, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 593, de 07 de agosto de 2007, resolve:

Art. 1º Determinar às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais no Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação, observadas as suas competências territoriais, quando citados ou intimados para integrarem a lide em ações civis públicas, ações populares ou ações de improbidade administrativa em que se discuta a aplicação de recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, que consultem previamente a Procuradoria Federal junto ao FNDE acerca do interesse da entidade.

§ 1º O FNDE, havendo concordância, quando necessária, da Procuradoria Federal junto à autarquia, poderá integrar a lide na condição de litisconsorte ativo ulterior ou de assistente litisconsorcial. **(Redação dada pela Portaria nº 614, de 5.11.2020)**

§2º No caso de conflitos que envolvam controvérsia jurídica entre órgãos ou entidades de direito público que integram a administração pública federal, previamente ao ingresso no feito, o FNDE deverá tentar a composição extrajudicial do conflito, seja via negociação direta (conciliação), seja via CCAF (mediação), nos termos do artigo 36 da Lei n. 13.140, de 2015. **(Incluído pela Portaria nº 614, de 5.11.2020)**

§3º Na hipótese de frustração dos métodos autocompositivos ou em caso de risco de perecimento de direito, para que seja possível o ingresso do FNDE em demandas judiciais em polo oposto àquele já ocupado por órgãos e entes públicos federais, é necessária a autorização prévia do Advogado-Geral da União, nos termos do artigo 39 da Lei n. 13.140 de 2015. (NR) **(Incluído pela Portaria nº 614, de 5.11.2020)**

Art. 2º A Procuradoria Federal junto ao FNDE encaminhará às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais no Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação, observadas as suas competências territoriais, as cópias dos autos de tomadas de contas especiais realizadas pela entidade, de forma a subsidiar o ajuizamento de ações civis públicas ou ações de improbidade administrativa, conforme o caso.

Art. 3º Nos casos previstos nos arts. 1º e 2º, se posteriormente houver o ajuizamento de ação de execução fiscal decorrente de acórdão do Tribunal de Contas da União - TCU que envolva a cobrança de valor anteriormente pleiteado nas referidas ações civis públicas, ações populares ou ações de improbidade administrativa, as Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação, observadas as suas competências territoriais, informarão obrigatoriamente esse fato nestas ações.

Art. 4º O disposto na Portaria PGF nº 593, de 7 de agosto de 2007, aplica-se aos processos em curso ou aos que venham a ter o FNDE como parte, interessado ou opoente, seja execuções fiscais de créditos sem natureza tributária ou quaisquer outras ações, e inclui a elaboração de peças processuais, seu protocolo e o acompanhamento de todos os feitos.

Parágrafo único - Até 31 de março de 2008, as competências previstas no *caput* se estendem aos processos que tenham por objeto os créditos relativos à contribuição social do salário-educação que, até 30 de abril de 2007, tenham sido inscritos na Dívida Ativa do FNDE, nos termos do art. 2º da Portaria PGF nº 593, de 2007.

Art. 5º A Procuradoria Federal junto ao FNDE deverá disponibilizar os meios de comunicação mais céleres possíveis para permitir a solicitação de documentos e o acesso a informações e subsídios, garantindo o cumprimento dos prazos processuais aplicáveis, com preferência aos meios eletrônicos.

Art. 6º Quando houver depósitos judiciais a serem convertidos em renda ou transformados em pagamento definitivo em favor do FNDE, estes serão efetuados na conta corrente nº 170.500-8, da agência nº 1607-1, do Banco do Brasil S/A, observando-se o código nº 1531731525398814-6, quando decorrentes de execuções fiscais tributárias, e o código nº 1531731525328852-7, quando se tratar das demais ações, inclusive execuções dos acórdãos do TCU.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

## **MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

## D. O. de 27.9.2007.

**PORTARIA Nº 771, DE 27 DE SETEMBRO DE 2007.**

*Atribui às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - FUFMS e do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação, a representação judicial da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - FUFMS e do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, observadas as suas competências territoriais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 28.9.2007.

**PORTARIA Nº785, DE 2 DE OUTUBRO DE 2007.**

*Atribui às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação, a representação judicial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, observadas as suas competências territoriais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 4.10.2007.

**PORTARIA Nº805, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a representação judicial da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a representação judicial da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no Estado de Pernambuco.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 10.10.2007.

**PORTARIA Nº 860, DE 26 DE OUTUBRO DE 2007.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, no Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 29.10.2007.

**PORTARIA Nº 1.016, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2007.**

### *Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Caruaru/PE.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Caruaru/PE prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do Procurador-Chefe da segunda. (\*)

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

## **MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

## \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(\*) retificada no d. o. de 13.12.2007

D. O. de 10.12.2007.

# PORTARIA Nº 1.026, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2007.

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002;

Considerando o disposto no art. 22 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, segundo o qual a Procuradoria-Geral Federal assumirá, de forma centralizada, a execução da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) meses, mediante o apoio técnico, logístico e financeiro dessas entidades;

Considerando, ainda, a publicação do Ato Regimental nº 02, de 12 de junho de 2007, o qual determinou a competência da Procuradoria-Geral Federal, dentre outras, para coordenar, controlar, supervisionar e fiscalizar seus órgãos de execução responsáveis pela cobrança e recuperação de créditos de autarquias e fundações públicas federais;

Considerando que o Grupo de Trabalho instituído pela Portaria 497/2007, alterada pela Portaria 807/2007, apontou a necessidade de desenvolver sistema único de gerenciamento da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais, para implementar a inscrição e cobrança dos créditos dessas entidades;

DECIDE:

Art. 1º Fica constituído Grupo de Trabalho, ao qual incumbe:

I – especificar, em parceira com o Grupo de Trabalho criado pela Portaria PGF nº 497, de 4 de julho de 2007, alterada pela Portaria n.º 807, de 10 de outubro de 2007, as necessidades técnicas e funcionais do Sistema Único de Dívida Ativa da PGF para atender as rotinas de cobrança e recuperação de créditos das autarquias e fundações públicas federais;

II – acompanhar o desenvolvimento e implantação do sistema único de dívida ativa da PGF, observado o prazo estabelecido no art. 22 da Lei n.º 11.457, de 16 de março de 2007;

III – programar e organizar eventos e cursos, com o objetivo de capacitar os servidores para operar o Sistema Único de Dívida Ativa da PGF.

Art. 2º O Grupo de Trabalho de que trata esta Portaria é composto pelos Procuradores Federais e servidores discriminados no Anexo I.

Parágrafo único. O Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos, por iniciativa própria ou provocação do Grupo de Trabalho, sempre mediante justificação prévia, poderá solicitar ao Procurador-Geral Federal o acréscimo ou a substituição de membros do grupo.

Art. 3º Os integrantes do grupo de trabalho subordinam-se tecnicamente à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos.

Parágrafo Único. As atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho serão relatadas periodicamente ao Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos.

Art. 4º As atribuições do Grupo de Trabalho cessarão com a assunção integral e centralizada, pela Procuradoria-Geral Federal, suas Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e Escritórios de Representação, da execução da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais, o que se dará até o transcurso de 24 (vinte e quatro) meses contados da publicação da Lei nº 11.457, de 2007.

Art. 5º A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

# JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANA

# BS nº 60, de 14.12.2007.

**ANEXO I**

**(O Anexo desta Portaria , alterado pela Portaria nº 663, de 5.8.2011, está publicado no Boletim de Serviço nº 31, de 5.8.2011)**

**PORTARIA Nº1.039, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2007.**

*Atribui à Procuradoria-Regional Federal da 3ª Região a representação judicial da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 329, de 22 de maio de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria-Regional Federal da 3ª Região a representação judicial da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

# MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

# D. O. de 19.12.2007.

**PORTARIA Nº1.055, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2007.**

*Atribui às Procuradorias Federais e aos Escritórios de Representação nos Estados que especifica a representação judicial da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 329, de 22 de maio de 2007, resolve:

Art. 1º. Atribuir às Procuradorias Federais e respectivos Escritórios de Representação nos Estados do Acre, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Santa Catarina e Sergipe e aos Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal nos Estados do Amazonas, Amapá e Mato Grosso, a representação judicial da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, observadas as suas competências territoriais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

# MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

# D. O. de 24.12.2007.

**PORTARIA Nº1, DE 2 DE JANEIRO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Torres/RS a representação judicial em causas de natureza fiscal e de cobrança nos municípios que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 329, de 22 de maio de 2007, resolve:

Art. 1º. Atribuir à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Torres/RS a representação judicial nas causas de natureza fiscal, de cobrança e recuperação de créditos relativas às Autarquias e Fundações Públicas Federais, em curso em varas federais, estaduais e do trabalho situadas nos Municípios de Torres/RS, Capão da Canoa/RS, Osório/RS, Tramandaí/RS e Terra de Areia/RS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

# MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

# D. O. de 4.1.2008.

**PORTARIA Nº 28, DE 11 DE JANEIRO DE 2008.**

*Atribui à Unidade local da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Paranaguá, a representação judicial em causas de natureza fiscal e de cobrança nos municípios que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 329, de 22 de maio de 2007, resolve:

Art. 1º. Atribuir à Unidade Local da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Paranaguá/PR, a representação judicial nas causas de natureza fiscal, de cobrança e recuperação de créditos relativas às Autarquias e Fundações Públicas Federais, incluídas as atribuídas em face da delegação de competência decorrentes da Portaria PGFN/PGF no. 433/2007, em curso em varas federais, estaduais e do trabalho situadas nos Municípios de Antonina/PR, Guaratuba/PR, Matinhos/PR, Morretes/PR e Paranaguá/PR.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

# MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

# D. O. de 15.1.2008.

**PORTARIA Nº 29, DE 11 DE JANEIRO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Santos/SP a representação judicial nos processos de Execução Fiscal Trabalhista nos municípios que especifica.*

**OSUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 329, de 22 de maio de 2007, resolve:

Art. 1º. Atribuir à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Santos/SP a representação judicial nas ações de execução de contribuições previdenciárias decorrentes de decisões proferidas pela Justiça do Trabalho nas varas trabalhistas localizadas nos municípios de Cubatão/SP, Guarujá/SP e São Vicente/SP.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

# MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

# D. O. de 15.1.2008.

**PORTARIA Nº 50, DE 16 DE JANEIRO DE 2008.**

*Constitui Grupo de Trabalho para elaboração das Teses de Defesa Mínima em Matéria de Pessoal da Procuradoria-Geral Federal.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007, considerando a necessidade de definição e padronização das teses mínimas a serem utilizadas na defesa das autarquias e fundações públicas federais em matéria de pessoal, resolve:

Art. 1º. Constituir Grupo de Trabalho, composto pelos Procuradores Federais abaixo nominados, para, sob a coordenação da primeira, elaborar as teses de Defesa Mínima em Matéria de Pessoal:

|  |  |
| --- | --- |
| NOME | MATRÍCULA |
| Indira Ernesto Silva Quaresma | 1200939 |
| Aires Antonio Pereira Carolo | 1286720 |
| Clodoaldo Nascimento Araújo | 1378074 |
| Geraldo Ribeiro dos Santos | 2032327 |
| Irene Carvalho | 1276316 |
| Paulo Gustavo Medeiros Carvalho | 2276592 |
| Walmir de Sousa Viana Júnior | 1378098 |

Parágrafo único. Os trabalhos deverão observar integralmente o que dispõe a Instrução Normativa PGF nº. 01, de 18 de dezembro de 2007.

Art. 2º. O Grupo de Trabalho terá duração indefinida em razão da permanente necessidade de criação de novas teses e atualização das já existentes.

Art. 3º. A comunicação entre os membros do Grupo dar-se-á por correio eletrônico e as reuniões presenciais ocorrerão sempre que seu Coordenador e o Coordenador-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos entenderem necessárias.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

B. S. nº 3, de 18.1.2008.

**PORTARIA Nº52, DE 16 DE JANEIRO DE 2008.**

*Atribuir ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Juazeiro do Norte/CE a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Crato/CE.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Juazeiro do Norte/CE a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Crato/CE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 18.1.2008.

**PORTARIA Nº56, DE 16 DE JANEIRO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em União da Vitória/PR as competências atribuídas aos Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal nos municípios que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 329, de 22 de maio de 2007, resolve:

Art. 1º. Atribuir à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em União da Vitória/PR as competências atribuídas aos Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal nos processos em trâmite nas varas federais, estaduais e do trabalho situadas nos Municípios de União da Vitória/PR, São Mateus do Sul/PR, Rebouças/PR, Irati/PR e Mallet/PR.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 18.1.2008.

**PORTARIA Nº 69 , DE 18 DE JANEIRO DE 2008.**

*Dispõe sobre as localidades de* ***difícilprovimento*** *da Procuradoria-Geral Federal, e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO,** no uso da competência de que tratam os incisos I, IV, V e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando que existem unidades de lotação da Procuradoria-Geral Federal que apresentam histórico de carência de Procuradores Federais;

Considerando que a lotação de tais localidades permanece gravemente comprometida, mesmo após a realização de concurso de remoção e de concurso público para preenchimento de cargos de Procurador Federal;

Considerando que as unidades que apresentam as características acima referidas devem ser consideradas como de **difícilprovimento**, resolve:

Art. 1º. Poderão ser consideradas como de **difícilprovimento** as unidades de lotação da Procuradoria-Geral Federal enquadradas nos seguintes critérios:

I - histórico de carência de Procuradores Federais; e

II - acentuada necessidade de Procuradores mesmo após a realização de concurso de remoção ou de concurso público para **provimento** de cargos de Procurador Federal.

Art. 2° **(Revogado pela Portaria nº 1.269, de 11.12.2009)**[[297]](#footnote-298)

Parágrafo único. **(Revogado pela Portaria nº 1.269, de 11.12.2009)**

Art. 3° Observados os critérios referidos no art. 1°, são consideradas de **difícilprovimento** as unidades de lotação situadas nas localidades relacionadas no Anexo.

§ 1º. A relação das localidades de **difícilprovimento** poderá ser revista periodicamente pelo Procurador-Geral Federal.

§ 2º Para fins de remoção a pedido em virtude de processo seletivo e daquela prevista no art. 7º da Portaria PGF nº 720, de 2007, em relação ao benefício previsto no art. 2º, os efeitos desta Portaria permanecerão pelo prazo de 2 anos após a exclusão da localidade da unidade jurídica da lista daquelas de **difícilprovimento**§ 3º Para fins de promoção por merecimento, os efeitos desta Portaria permanecerão pelo prazo de 1 ano após a exclusão da localidade da unidade jurídica da lista de unidades de **difícilprovimento**.

Art. 4° As remoções para as unidades situadas nas localidades definidas como de **difícilprovimento** poderão ser efetuadas de ofício, no interesse da Administração.

§ 1º. Os interessados em serem removidos para as unidades situadas nas localidades referidas no Anexo deverão enviar solicitação, por escrito, à Procuradoria-Geral Federal.

§ 2º As manifestações referidas no § 1º não geram direitos subjetivos aos interessados, tendo em vista que as remoções para as unidades situadas em localidades de **difícilprovimento** levarão em consideração, dentre outros fatores, o interesse do serviço das unidades em que estejam lotados, observados os critérios de conveniência e oportunidade, sendo garantido ao Procurador o recebimento de ajuda de custo prevista na legislação em vigor.

§ 3º O Procurador Federal removido nos termos deste artigo permanecerá em exercício efetivo na unidade jurídica em referência por, no mínimo, 2 anos, ininterruptos.

§ 4° Após o prazo estabelecido no parágrafo anterior, será assegurado ao Procurador Federal removido o retorno, a pedido, à unidade de lotação de origem, independentemente da existência de vaga.

§ 5° Será restituída a ajuda de custo quando o Procurador, antes de transcorridos 2 anos do deslocamento, pedir exoneração ou abandonar o cargo.

§ 6º É vedada a remoção do Procurador Federal na forma desta Portaria quando:

I - contar com tempo de serviço suficiente para a aposentadoria voluntária, ressalvada a hipótese de assinatura de termo de compromisso de permanência mínima de 2 anos na unidade de destino, sob pena de ressarcimento das despesas realizadas pela Administração com o deslocamento;

II - for completar a idade para aposentadoria compulsória dentro de 2 anos a partir do deslocamento;

III – estiver lotado ou em exercício em unidades constantes do Anexo;

IV - estiver em gozo de qualquer licença ou afastamento previstos na Lei n° 8112, de 11 de dezembro de 1990, ou outra legislação aplicável.

§ 7º O ato de remoção do servidor consignará expressamente o prazo mínimo de 2 anos de permanência na unidade de destino e reportar-se-á às condições especiais estabelecidas por esta Portaria.

Art. 5º Para fins do disposto no art. 10 da Portaria PGF n° 493, de 20 de dezembro de 2006, são consideradas de **difícilprovimento** as unidades jurídicas situadas nas localidades constantes do Anexo.

Art. 6º Ficam preservadas as situações jurídicas dos Procuradores removidos com fundamento na Portaria PGF nº 512, de 22 de dezembro de 2006, bem como o direito previsto no art. 6º da referida Portaria em relação à promoção por merecimento.

Parágrafo único. Em relação às unidades constantes do Anexo II da Portaria PGF nº 512, de 2006, que não integrem o Anexo desta Portaria, observar-se-á o disposto no art. 6º, § 3º daquela Portaria.(\*)

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogada a Portaria PGF nº 512, de 2006.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 23.1.2008.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(\*) Eis o teor do dispositivo da Portaria/PGF nº 512, de 2006:

*“Art. 6º*

*§ 3° Para fins de promoção por merecimento, os efeitos desta Portaria permanecerão pelo prazo de 12 (doze) meses após a exclusão da unidade jurídica da lista de unidades de difícil provimento.”*

**ANEXO**

**(Redação dada pela Portaria/PGF nº 424, de 26.5.2014 – D. O. de 10.6.2014)**

RIO BRANCO/AC

MANAUS/AM

MACAPÁ/AP

CÁCERES/MT

CUIABÁ/MT

RONDONÓPOLIS/MT

SINOP/MT

ALTAMIRA/ PA

MARABÁ/ PA

SANTARÉM/ PA

PICOS/PI

PORTO VELHO/RO

CACOAL/RO

JI- PARANÁ/RO

BOA VISTA/RR

PALMAS/ TO

DOURADOS/MS

PONTA PORÃ/MS

TRÊS LAGOAS/MS

BAGÉ/RS

SANTANA DO LIVRAMENTO/RS

SANTO ANGELO/RS

URUGUAIANA/RS

FRANCISCO BELTRÃO/PR

JACAREZINHO/PR

PA RANAVAÍ/ PR

UMUARAMA/PR

JOAÇABA/SC

SÃO MIGUEL DO OESTE/SC

**PORTARIA Nº 71, DE 18 DE JANEIRO DE 2008.**

Atribui às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais que menciona.

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 329, de 22 de maio de 2007, considerando o disposto na Portaria PGF n.º 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF n.º 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º. Atribuir às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais constantes do Anexo a esta portaria, observadas as suas competências territoriais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as portarias nº 186, de 30 de julho de 2004, 146, de 13 de abril de 2005, 467, de 21 de novembro de 2005, 22, de 26 de janeiro de 2006, 61, de 9 de março de 2006, 214, de 22 de junho de 2006, 86, de 16 de fevereiro de 2007, 262, de 2 de maio de 2007, 382, de 1º de junho de 2007, 600, de 9 de agosto de 2007, 806, de 9 de outubro de 2007, 1.054, de 20 de dezembro de 2007, 03, de 02 de janeiro de 2008, 35, de 14 de janeiro de 2008 e 36, de 14 de janeiro de 2008.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 23.1.2008.

**ANEXO**

1. Fundação Universidade de Brasília – FUB

2. Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA

3. Fundação Universidade Federal de Pelotas – UFPel

4. Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR

5. Fundação Universidade Federal de Roraima – UFRR

6. Fundação Universidade Federal de Uberlândia – UFU

7. Fundação Universidade Federal do ABC – UFABC

8. Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – FUFMS

9. Fundação Universidade Federal do Piauí – UFPI

10. Fundação Universidade Federal do Rio Grande – UFRG

11. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT

12. Fundação Universidade Federal do Vale de São Francisco – UNIVASF

13. Universidade Federal da Paraíba – UFPB

14. Universidade Federal de Campina Grande – UFCG (\*)

15. Universidade Federal de Goiás – UFG

16. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

17. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

18. Universidade Federal de Santa Maria - UFSM/RS

19. Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

20. Universidade Federal do Ceará – UFCE

21. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

22. Universidade Federal do Pará – UFPA

23. Universidade Federal do Paraná – UFPR

24. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

25. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

26. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

27. Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM

28. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri – UFVJM

29. Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA

30. Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

31. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

32. Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA

33. Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(\*) Ver a Portaria/PGF nº 93, de 24.1.2008.

**PORTARIA Nº 73, DE 21 DE JANEIRO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul a representação judicial da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007, resolve:

Art. 1º. Atribuir à Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul a representação judicial da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS no Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 22.1.2008.

**PORTARIA Nº 84, DE 23 DE JANEIRO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal de Uberlândia - UFU a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia/MG.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal de Uberlândia - UFU a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia/MG.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 24.1.2008

**PORTARIA Nº 87, DE 24 DE JANEIRO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal de Tocantins - UFT a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins/TO e da Escola Técnica Federal de Palmas/TO.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 329, de 22 de maio de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal de Tocantins - UFT a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins/TO e da Escola Técnica Federal de Palmas/TO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 25.1.2008

**PORTARIA Nº 89, DE 24 DE JANEIRO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Pará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Castanhal/PA.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado do Pará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Castanhal/PA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 25.1.2008

**PORTARIA Nº 93, DE 24 DE JANEIRO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Campina Grande – UFCG a competência atribuída pela Portaria nº 71/2008 ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Campina Grande/PB, pelo prazo que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 329, de 22 de maio de 2007, tendo em vista o disposto na Portaria nº 71, de 18 de janeiro de 2008, resolve:

Art. 1º. Atribuir à Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Campina Grande – UFCG a competência atribuída pela Portaria nº 71, de 18 de janeiro de 2008, ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Campina Grande/PB, até a instalação da Procuradoria-Seccional Federal em Campina Grande/PB.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 28.01.2008

**PORTARIA Nº 106, DE 29 DE JANEIRO DE 2008.**

*Atribui às Procuradorias-Regionais Federais e Procuradorias Federais nos Estados que especifica a representação judicial da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007, resolve:

Art. 1º. Atribuir às Procuradorias-Regionais Federais das 2ª, 3ª e 4ª Regiões e às Procuradorias Federais e respectivos Escritórios de Representação nos Estados do Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará e Paraná a representação judicial da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, observadas as suas competências territoriais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 30.1.2008.

**PORTARIA Nº 107, DE 29 DE JANEIRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Santa Maria/RS ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Santa Maria/RS.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, resolve:

Art. 1º. Os Procuradores Federais em exercício na Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Santa Maria/RS prestarão colaboração ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Santa Maria/RS.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 30.1.2008.

**PORTARIA Nº 117, DE 31 DE JANEIRO DE 2008.**

*Atribui ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Osasco/SP competência territorial sobre os municípios de Embu, Embu-Guaçu, Itapecirica da Serra e Taboão da Serra.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007, resolve:

Art. 1º. Atribuir ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Osasco/SP competência territorial sobre os municípios de Embu, Embu-Guaçu, Itapecirica da Serra e Taboão da Serra, todos do estado de São Paulo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 1º.2.2008.

**PORTARIA Nº 135, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria-Regional Federal da 5ª Região e à Procuradoria Federal no Estado de Tocantins a representação judicial da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíves - ANP.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007, resolve:

Art. 1º. Atribuir à Procuradoria-Regional Federal da 5ª Região e à Procuradoria Federal no Estado de Tocantins a representação judicial da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíves - ANP, observadas suas competências territoriais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 7.2.2008.

**PORTARIA Nº 155, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2008.**

*Atribui às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial da Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007, considerando o disposto na Portaria PGF n.º 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF n.º 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º. Atribuir às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação, a representação judicial da Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, observadas as suas competências territoriais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 13.2.2008.

**PORTARIA Nº 166, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2008.**

*Colaboração da Procuradoria Federal junto ao CEFET de Pelotas/RS ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Pelotas/RS.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007, resolve:

Art. 1º. A Procuradoria Federal junto ao Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET de Pelotas/RS prestará colaboração ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Pelotas/RS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 13.2.2008.

**PORTARIA Nº182, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Federal Especializada junto ao IBAMA a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA no Estado do Amazonas.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 329, de 22 de maio de 2007, resolve:

Art. 1º. Atribuir à Procuradoria Federal Especializada junto ao IBAMA a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA no Estado do Amazonas.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 19.2.2008.

**PORTARIA Nº200,DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008.**

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Delegar ao Subprocurador-Geral Federal a coordenação das atividades da Procuradoria-Geral Federal e a orientação de sua atuação, competindo-lhe, com reserva do exercício de iguais atribuições:

I - atribuir aos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, e sua inscrição em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial;

II - exercer a representação judicial das autarquias e fundações federais junto a qualquer juízo ou Tribunal;

III - lotar os Membros da Carreira de Procurador Federal nos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;

IV - efetivar as promoções e remoções dos Membros da Carreira de Procurador Federal;

V - ceder, ou apresentar quando requisitados na forma da lei, Procuradores Federais;

VI - praticar, em relação aos Membros da Carreira de Procurador Federal, atos de exercício, licenças e afastamentos;

VII - designar os substitutos dos cargos em comissão da Procuradoria-Geral Federal;

VIII - solicitar a requisição de servidores e empregados para ter exercício na Procuradoria-Geral Federal; e,

IX - aprovar as manifestações, quando necessário, do Adjunto de Contencioso, do Chefe de Gabinete, dos Coordenadores-Gerais, dos Procuradores-Regionais, dos Chefes de Procuradoria e dos Procuradores Seccionais da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA**

D. O. de 26.2.2008

**PORTARIA Nº211, DE 3 DE MARÇO DE 2008.**

*Atribui às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes/MG e à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Pouso Alegre/MG a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes/MG.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, , resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes/MG.

Art. 2º **(Revogado pela Portaria nº 639, de 18.7.2008)**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

D. O. de 4.3.2008.

**PORTARIA Nº 240, DE 13 DE MARÇO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado de Tocantins a representação judicial da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado de Tocantins a representação judicial da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS no Estado de Tocantins.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 14.3.2008

**PORTARIA Nº 265, DE 27 DE MARÇO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Maranhão a representação judicial da Universidade Federal de Lavras - UFLA.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado do Maranhão a representação judicial da Universidade Federal de Lavras - UFLA, no Estado do Maranhão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 28.3.2008

**PORTARIA Nº 300, DE 1º DE ABRIL DE 2008.**

*Fixa a competência territorial da Procuradoria-Seccional Federal de Londrina/PR e atribui competências aos órgãos de execução que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto na Portaria AGU nº 419, de 31 de março de 2008, resolve:

Art. 1º Fixar a competência territorial da Procuradoria-Seccional Federal de Londrina/PR aos limites geográficos dos municípios de Abatiá, Alvorada do Sul, Andirá, Apucarana, Arapongas, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Assaí, Bandeirantes, Barra do Jacaré, Bela Vista do Paraíso, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Caloré, Cambará, Cambé, Cambira, Carlópolis, Centenário do Sul, Congoinhas, Conselheiro Mairinck, Cornélio Procópio, Cruzmaltina, Faxinal, Florestópolis, Godói Moreira, Grandes Rios, Guapirama, Guaraci, Ibaiti, Ibiporã, Itambaracá, Ivaíporã, Jaboti, Jacarezinho, Jaguapitâ, Jandaia do Sul, Japira, Jardim Alegre, Jataizinho, Joaquim Távora, Jundiaí do Sul, Leópolis, Lidianópolis, Londrina, Lunardeli, Lupionópolis, Marilândia do Sul, Marumbi, Mauá da Serra, Mirasselva, Nova América da Colina, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Nova Tebas, Nova Itacolomi, Ortigueira, Pinhalão, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Quatiguá, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rolândia, Rosário do Ivaí, Sabaudia, Salto do Itararé, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, Santana do Itararé, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São João do Ivaí, São José da Boa Vista, São Pedro do Ivaí, São Sebastião da Amoreira, Sapopema, Sertaneja, Sertanópolis, Siqueira Campos, Tamarana, Tomazina, Uraí e Venceslau Brás, todos do Estado do Paraná.

Art. 2º Atribuir à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Londrina/PR a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em Londrina/PR.

Parágrafo único. Além da competência atribuída no *caput,* a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Londrina/PR prestará colaboração à Procuradoria-Seccional Federal de Londrina/PR, sob a coordenação do responsável pela segunda.

Art. 3º As representações da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS nos municípios de Apucarana/PR, Ivaíporã/PR e Jacarezinho/PR permanecem com a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e prestarão colaboração à Procuradoria-Seccional Federal de Londrina/PR, sob a coordenação do responsável pela última, observadas suas respectivas competências territoriais.

Art. 3º-A. A assunção da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais observará o disposto na Portaria PGF nº 262, de 26 de março de 2008. **(Incluído pela Portaria/PGF nº 794, de 21.8.2008)**

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 2.4.2008.

**PORTARIA Nº 320, DE 7 DE ABRIL DE 2008.**

*Atribui às Procuradorias Federais nos Estados que especifica a representação judicial da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias Federais nos Estados do Acre, Maranhão, Minas Gerais, Piauí, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Norte e Sergipe a representação judicial da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, observadas as suas competências territoriais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 8.4.2008.

**PORTARIA Nº 326, DE 9 DE ABRIL DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Bagé/RS.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Bagé/RS prestarão colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradora Federal Adriana Soares Munhoz.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 10.4.2008.

**PORTARIA Nº 354, DE 29 DE ABRIL DE 2008.**

*Atribui ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal no Estado do Mato Grosso a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, Mato Grosso - EAF-CÁCERES/ MT.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria nº 200/PGF, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal no Estado do Mato Grosso a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, Mato Grosso - EAF-CÁCERES/MT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 30.4.2008.

**PORTARIA Nº 356, DE 29 DE ABRIL DE 2008.**

*Atribui ao Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais - PF/MG, na cidade de Uberaba/MG, a competência territorial sobre as ações relativas às Execuções Fiscais em tramitação na Vara do Trabalho da cidade de Unaí/MG e designa Procurador Federal para prestar colaboração específica de responsável pelas referidas ações judiciais.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da competência que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria nº 200/PGF, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir ao Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais - PF/MG, na cidade de Uberaba/MG, a competência territorial sobre as ações judiciais relativas às execuções fiscais previdenciárias em tramitação nas Varas do Trabalho da cidade de Unaí/MG.

Art. 2º **(Revogado pela Portaria nº 622, de 16.7.2008)**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 30.4.2008.

**PORTARIA Nº 357, DE 29 DE ABRIL DE 2008.**

*Atribui ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Mossoró/RN a consultoria e o assessoramento jurídicos da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da competência que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria nº 200/PGF, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Mossoró/RN a consultoria e o assessoramento jurídicos da Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 30.4.2008.

**PORTARIA Nº 393, DE 15 DE MAIO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN no Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 19.5.2008.

**PORTARIA Nº 420, DE 23 DE MAIO DE 2008.**

*Cria áreas temáticas na Adjuntoria de Contencioso, Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I, IV, V e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º. A representação judicial das autarquias e fundações públicas federais que já tenha sido ou venha a ser atribuída à Adjuntoria de Contencioso, Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e Escritórios de Representação será exercida nos termos da Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007.

Art. 2º. Para o desempenho da atribuição prevista no art. 1º, a Adjuntoria de Contencioso, as Procuradorias Regionais Federais, as Procuradorias Federais nos Estados, as Procuradorias Seccionais Federais e os Escritórios de Representação deverão distribuir as atividades de contencioso em áreas temáticas.

Art. 3º. As áreas temáticas a serem criadas são:

I - Cobrança e Recuperação de Créditos;

II - Desenvolvimento Agrário e Desapropriações;

III - Desenvolvimento Econômico;

IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia;

V - Indígena;

VI - Infra-Estrutura;

VII - Licitações, Contratos e Patrimônio;

VIII - Meio Ambiente;

IX - Previdência e Assistência Social;

X - Saúde; e,

XI - Servidor Público e Pessoal.

§ 1º Os Procuradores responsáveis pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal poderão fundir algumas das áreas temáticas previstas no *caput* ou reuni-las em um núcleo de Ações Diversas, observada a demanda local.

§ 2º Os Procuradores responsáveis pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal que atuam em mais de uma instância poderão dividir as equipes de suas respectivas áreas temáticas de acordo com as mesmas, observada a demanda local.

§ 3º Os Procuradores responsáveis pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal poderão, ainda, constituir equipes de Procuradores especificamente para o acompanhamento e atuação em ações prioritárias e análise de precatórios e requisições de pequeno valor.

Art. 4º. A definição do número de Procuradores Federais que atuarão em cada área temática, observado o disposto no art. 3º *caput* e §§, bem como, se for o caso, nas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos e na gestão de cada unidade, deve ser realizada pelos responsáveis pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, considerada a demanda local e os limites definidos na Portaria PGF nº 720, de 14 de setembro de 2007, e suas alterações posteriores.

Parágrafo Único - A definição prevista no *caput* deve ser revista periodicamente, de forma a adequar constantemente a distribuição dos Procuradores à necessidade atual do serviço e à equânime distribuição da carga de trabalho na unidade.

Art. 5º. Os Procuradores Federais em exercício na Adjuntoria de Contencioso, Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação deverão ser distribuídos internamente pelos seus respectivos responsáveis de acordo com o disposto nos arts. 3º e 4º.

§ 1º Os Procuradores Federais deverão ser originalmente distribuídos de forma a que possam continuar executando as mesmas atividades anteriormente desempenhadas no mesmo órgão de execução ou na Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à autarquia ou fundação cuja representação judicial tenha sido assumida pela Adjuntoria de Contencioso, Procuradoria Regional Federal, Procuradoria Federal no Estado, Procuradoria Seccional Federal ou Escritório de Representação.

§ 2º Se a aplicação do § 1º resultar na distribuição de um número de Procuradores superior ou inferior ao previsto para cada área temática, ou, se for o caso, para a atividade de consultoria e assessoramento jurídicos, o remanejamento a ser realizado pelo responsável pelo órgão de execução deverá observar o critério da antigüidade na carreira.

§ 3º. Quando outros Procuradores passarem a ter exercício no órgão de execução, as vagas a serem oferecidas aos mesmos também devem ser oferecidas, concomitantemente, a todos os que nela tenham exercício e que tenham interesse em atuar em outra área ou atividade, observado o disposto neste artigo, salvo na hipótese de assunção de nova representação judicial ou atividade de consultoria e assessoramento jurídico pela unidade, quando deverá ser aplicado o disposto nos §§ 1º e 2º.

§ 4º A revisão periódica da definição do número de Procuradores Federais que atuam em cada área temática ou atividade, nos termos do parágrafo único do art. 4º, deve ser efetivada de acordo com o disposto neste artigo em relação aos Procuradores que devam ser movimentados ou que tenham interesse em se movimentar internamente.

Art. 6º O disposto no art. 5º não se aplica:

I - aos Procuradores Federais que tenham exercício provisório no órgão de execução ou lhe prestem colaboração, os quais poderão ser designados pelo seu responsável para atuar em qualquer área ou atividade;

II - aos casos em que seja necessário o auxílio temporário a uma das áreas do órgão de execução pelos seus demais Procuradores, a juízo do responsável pelo mesmo;

III - aos Procuradores designados pelo responsável pelo órgão de execução para o acompanhamento e atuação em ações prioritárias e análise de precatórios e requisições de pequeno valor, ou para auxiliá-lo nas suas atividades de gestão;

IV - aos Procuradores designados pelos responsáveis pelos órgãos de execução para coordenar as atividades de cada área temática ou atividade, limitados a um por área ou atividade;

V - quando houver, aos ocupantes de cargo em comissão ou função comissionada especificamente destinada a uma área ou atividade, cujo titular será o responsável pela coordenação de suas atividades.

Art. 7º. Os Procuradores responsáveis pelos órgãos de execução relacionados no art. 1º deverão informar à Procuradoria-Geral Federal a estrutura efetivamente neles adotada e a relação de Procuradores Federais que atua em cada área temática ou atividade.

Parágrafo único - A Procuradoria-Geral Federal consolidará as informações e as disponibilizará aos Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações.

Art. 8º. Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal relacionados no art. 1º deverão adequar-se ao disposto nesta Portaria em até 60 dias após sua publicação, se reestruturados, ou em até 60 dias após a publicação de sua respectiva portaria de reestruturação.

§ 1º Enquanto não reestruturados, esses órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal poderão, observadas suas competências, adequar-se espontaneamente às normas desta Portaria que lhe possam ser aplicadas.

§ 2º Entende-se por reestruturação, para os fins deste artigo, a assunção da representação judicial de todas as autarquias e fundações públicas federais representadas pela Procuradoria-Geral Federal.

Art. 9º. Os procuradores responsáveis pelos órgãos de execução relacionados no art. 1º poderão disciplinar a organização e funcionamento interno dessas unidades por meio de ordem de serviço, observado o disposto nesta Portaria.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA**

D. O. de 27.5.2008.

**PORTARIA Nº 430, DE 28 DE MAIO DE 2008**

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Delegar ao Adjunto de Contencioso da ProcuradoriaGeral Federal, e à Procuradora Federal Isabella Silva Oliveira, SIAPE nº 1480003, a atribuição de exercer a representação judicial das autarquias e fundações federais junto ao Supremo Tribunal Federal, Tribunais Superiores e Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, com reserva do exercício de iguais atribuições.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 340, de 15 de abril de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 17 de abril de 2008, Seção 2, página 2.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

DOU de 2.6.2008, Seção 2.

**PORTARIA Nº 441, DE 2 DE JUNHO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 4ª Região a representação judicial da Fundação Nacional do Índio - FUNAI nas ações que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria nº 200/PGF, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 4ª Região a representação judicial da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, inclusive nas situações de interesse individual ou coletivo dos índios, nas ações em trâmite junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e as Varas das Justiças Federal, Estadual e do Trabalho em Porto Alegre/RS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 4.6.2008.

**PORTARIA Nº 442, DE 2 DE JUNHO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Garanhuns/PE.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Garanhuns/PE prestarão colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradora-Chefe da segunda.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 4.6.2008.

**PORTARIA Nº 446, DE 3 DE JUNHO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal, a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS e a Procuradoria Federal Especializada junto à FUNAI em Passo Fundo/RS.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal, a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS e a Procuradoria Federal Especializada junto à FUNAI em Passo Fundo/RS prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do Procurador-Chefe da segunda.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 4.6.2008.

**PORTARIA Nº 457, DE 4 DE JUNHO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais nas ações que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais na postulação de isenção da Taxa de Prevenção e Extinção de Incêndio e da Taxa de Vistorias de Segurança em Meios de Transportes Relativamente a Equipamentos de Proteção contra Incêndio, no âmbito do Estado de Pernambuco.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 5.6.2008.

**PORTARIA Nº 477, DE 13 DE JUNHO DE 2008.**

*Fixa a competência territorial da Procuradoria Seccional Federal de Joinville/SC e atribui competências aos órgãos de execução que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto na Portaria AGU nº 764, de 12 de junho de 2008, resolve:

Art. 1º Fixar a competência territorial da Procuradoria Seccional Federal de Joinville/SC aos limites geográficos dos municípios de Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Bela Vista do Toldo, Campo Alegre, Canoinhas, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itaiópolis, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Mafra, Major Vieira, Massaranduba, Monte Castelo, Papanduva, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, São João do Itaperiú, Schroeder e Três Barras, todos do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Atribuir à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Joinville/SC a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em Joinville/SC.

Parágrafo único. Além da competência atribuída no *caput* a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Joinville/SC prestará colaboração à Procuradoria Seccional Federal de Joinville/SC, sob a coordenação do responsável pela segunda.

Art. 3º As representações da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS nos municípios de Canoinhas/SC, Jaraguá do Sul/SC, Mafra/SC e São Bento do Sul/SC permanecem com a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e prestarão colaboração à Procuradoria Seccional Federal de Joinville/SC, sob a coordenação do responsável pela última, observadas suas respectivas competências territoriais.

Art. 3º-A. A assunção da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais observará o disposto na Portaria PGF nº 262, de 26 de março de 2008. **(Incluído pela Portaria/PGF nº 794, de 21.8.2008)**

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 16.6.2008.

**PORTARIA Nº 478, DE 13 DE JUNHO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 3ª Região a representação judicial do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria nº 200/PGF, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 3ª Região a representação judicial do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 16.6.2008.

**PORTARIA Nº 479, DE 13 DE JUNHO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a representação judicial da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto na Portaria PGF n.º 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF n.º 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a representação judicial da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA no Distrito Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 16.6.2008.

**PORTARIA Nº 507, DE 18 DE JUNHO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 3ª Região a representação judicial do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 3ª Região a representação judicial do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 19.6.2008.

**PORTARIA Nº 511, DE 19 DE JUNHO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Campina Grande/PB.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Campina Grande/PB prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do Procurador Federal responsável pela instalação da Procuradoria Seccional Federal naquele Município. **(Redação dada pela Portaria nº 793, de 11.8.2009)**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 20.6.2008.

**PORTARIA Nº 513, DE 19 DE JUNHO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES nas ações que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, nas ações trabalhistas em trâmite nas Varas do Trabalho de Vitória/ES e no Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, a partir de 15 de julho de 2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 20.6.2008.

**PORTARIA Nº 518, DE 23 DE JUNHO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso do Sul a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nas ações que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso do Sul a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nas ações movidas por seus servidores em trâmite nas Varas Federais de Campo Grande, Corumbá e Coxim/MS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 24.6.2008.

**PORTARIA Nº 520, DE 25 DE JUNHO DE 2008.**

*Dispõe sobre a responsabilidade dos Procuradores Federais nos casos que especifica.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 420, de 23 de maio de 2008, resolve:

Art. 1º Nos casos definidos como relevantes, urgentes ou sigilosos, na forma do artigo 6º, da Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, será do Procurador Federal responsável pelo processo judicial no respectivo órgão de execução da Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à autarquia ou fundação pública federal, a responsabilidade por atender, no prazo, as citações, intimações ou notificações enviadas pela unidade de Procuradoria que as tenha recebido do juízo.

Parágrafo único. As citações, intimações e notificações deverão ser encaminhadas ao órgão de execução responsável pelo processo em:

I - até 48 (quarenta e oito) horas a contar de seu recebimento, para os prazos iguais ou superiores a 5 (cinco) dias;

II - imediatamente, para os prazos inferiores a 5 (cinco) dias.

Art. 2º A responsabilidade pelo conteúdo formal e material das peças processuais encaminhadas para simples protocolo por outra unidade de Procuradoria é do Procurador Federal autor das mesmas, não se responsabilizando o Procurador Federal que apenas as tenha firmado, quando encaminhada sem assinatura do seu autor.

Parágrafo único. Nos casos referidos no *caput* deverá ser incluído, na última folha da peça, por seu autor, informação de rodapé que o identifique, indicando a procuradoria em que tem exercício, seu nome e matrícula SIAPE.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA**

D. O. de 26.6.2008.

**PORTARIA Nº 535, DE 27 DE JUNHO DE 2008.**

*Fixa os prazos para o encaminhamento de citações, intimações e notificações.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal que receberem citação, intimação ou notificação referente a autarquia ou fundação pública federal da qual não detenham a representação judicial, deverão encaminhá-las ao órgão de execução competente para o atendimento da determinação judicial, certificando-se de seu efetivo recebimento, através do meio mais célere disponível, preferencialmente, por meio eletrônico, em:

I - até 48 (quarenta e oito) horas a contar de seu recebimento, para os prazos iguais ou superiores a 5 (cinco) dias;

II - imediatamente, para os prazos inferiores a 5 (cinco) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 1º.7.2008.

**PORTARIA Nº 536, DE 27 DE JUNHO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 4ª Região, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 4ª Região, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 1º.7.2008.

**PORTARIA Nº 552, DE 2 DE JULHO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre os Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal e as unidades da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Cascavel/PR, Foz do Iguaçu/PR, Francisco Beltrão/PR, Pato Branco/PR e Toledo/ PR.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Os Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal e as unidades da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS nos municípios de Cascavel/PR, Foz do Iguaçu/PR, Francisco Beltrão/PR, Pato Branco/PR e Toledo/PR, prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do Procurador Federal Adelson Antonio Pinheiro, matrícula SIAPE nº 13798685.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 3.7.2008.

**PORTARIA Nº 555, DE 2 DE JULHO DE 2008.**

*Cria o Fórum de Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto às Instituições Federais de Ensino Superior e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Fica criado o Fórum de Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto às Instituições Federais de Ensino Superior.

Parágrafo único. São membros efetivos do Fórum todos os Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto às Instituições Federais de Ensino Superior.

Art. 2º São objetivos do Fórum dos Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto às Instituições Federais de Ensino Superior:

I - discutir problemas jurídicos comuns às Instituições Federais de Ensino Superior;

II - avaliar a forma de atuação e sugerir a adoção de procedimentos uniformes pelas Procuradorias Federais junto às Instituições Federais de Ensino Superior;

III - sugerir ao Procurador-Geral Federal a definição e revisão dos critérios para fixação do exercício ideal de Procuradores Federais nas Procuradorias Federais junto às Instituições Federais de Ensino Superior;

IV - fomentar a execução eficiente das atividades de consultoria e assessoramento jurídico destinados às Instituições Federais de Ensino Superior;

V - promover a integração da Procuradoria-Geral Federal com as Instituições Federais de Ensino Superior.

§ 1º As conclusões do Fórum serão tomadas pela maioria simples de seus membros e encaminhadas ao Procurador-Geral Federal para análise e, se for o caso, aprovação e ratificação.

§ 2º O Fórum poderá, quando necessário, criar Grupos de Trabalho responsáveis pela elaboração de estudos sobre temas específicos relacionados aos seus objetivos.

Art. 3º O Fórum será dirigido por:

I - um Coordenador, escolhido pelo Procurador-Geral Federal;

II - um Coordenador Substituto, escolhido pelos membros do Fórum; e,

III - um Secretário, escolhido pelos membros do Fórum.

Art. 4º As Reuniões Ordinárias do Fórum realizar-se-ão semestralmente, em data e local a serem definidas pelo Coordenador.

§ 1º Reuniões Extraordinárias poderão ser convocadas pelo Coordenador do Fórum, de ofício ou mediante provocação da maioria dos seus membros, após prévia autorização do Procurador-Geral Federal.

§ 2º Todos os custos de deslocamento e diárias para participação nas reuniões ordinárias, ou extraordinárias, pelos membros do colegiado, deverão ser suportados diretamente pelas respectivas Procuradorias Federais junto às Instituições Federais de Ensino Superior, a critério destas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA**

D. O. de 3.7.2008.

**PORTARIA Nº 559, DE 7 DE JULHO DE 2008.**

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Delegar ao Adjunto de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos da Procuradoria-Geral Federal, competindo-lhe, com reserva do exercício de iguais atribuições:

I - examinar e aprovar as matérias jurídicas submetidas à sua apreciação e que não importem em orientação geral às autarquias e fundações públicas federais;

II - editar os atos normativos internos visando à regulamentação de procedimentos administrativos da Adjuntoria de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal; e,

III - indicar Membros da Carreira de Procurador Federal para compor comissões de sindicância e de processos administrativos disciplinares.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA**

D. O. de 8.7.2008.

**PORTARIA Nº 597, DE 11 DE JULHO DE 2008.**

*Atribui às Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação, a representação judicial da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, observadas as suas competências territoriais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 14.7.2008.

**PORTARIA Nº 602, DE 11 DE JULHO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Regional Federal da 4ª Região e dos Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Pelotas/RS e Rio Grande/RS à Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT/RS.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Regional Federal da 4ª Região e os Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Pelotas/RS e Rio Grande/RS prestarão colaboração à Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT/RS, sob a coordenação da responsável pela primeira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 15.7.2008.

**PORTARIA Nº 635, DE 17 DE JULHO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado de Sergipe a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - EAFSC/SE e do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - CEFET/SE.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto no Processo nº 00430.000631/2008-24, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado de Sergipe a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - EAFSC/SE e do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - CEFET/SE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as Portarias PGF nº 165, de 27 de abril de 2005, e nº 687, de 4 de setembro de 2007.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 21.7.2008.

**PORTARIA Nº 639, DE 18 DE JULHO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Federal junto a Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes/MG.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal junto a Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes/MG.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o art. 2º, da Portaria PGF nº 211, de 3 de março de 2008.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 22.7.2008.

**PORTARIA Nº 640, DE 18 DE JULHO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Federal junto a Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Machado/MG.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto no processo nº 00407.000825/2008-17, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal junto a Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Machado/MG.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o art. 2º, da Portaria PGF nº 53, de 16 de janeiro de 2008.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 22.7.2008.

**PORTARIA Nº 641, DE 18 DE JULHO DE 2008.**

*Atribui às Procuradorias Federais, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação nos Estados que especifica a representação judicial da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias Federais, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação nos Estados do Acre, Goiás, Maranhão, Pará, Paraíba, Piauí, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Tocantins a representação judicial da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, observadas as suas competências territoriais.

Parágrafo único. A Procuradoria Federal no Estado de Tocantins assumirá a representação atribuída no *caput* a partir de 22 de setembro de 2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 22.7.2008.

**PORTARIA Nº 662, DE 28 DE JULHO DE 2008.**

*Atribui ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Uberaba/MG a consultoria e o assessoramento jurídicos da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, nos casos que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Uberaba/MG a representação judicial, a consultoria e o assessoramento jurídicos da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, nos casos de restituição ao erário de valores recebidos indevidamente por servidores consoante o disposto no processo nº 00417.000281/2008-74.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 29.7.2008.

**PORTARIA Nº 663, DE 28 DE JULHO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região e à Procuradoria Federal no Estado do Ceará a representação judicial da Universidade Federal Fluminense - UFF.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região e à Procuradoria Federal no Estado do Ceará a representação judicial da Universidade Federal Fluminense - UFF, respectivamente nos Estados de Pernambuco e Ceará.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 29.7.2008.

**PORTARIA Nº 674, DE 30 DE JULHO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais que menciona.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais constantes do Anexo a esta portaria no Estado de Pernambuco.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 31.7.2008.

**ANEXO**

01. Agência Espacial Brasileira - AEB

02. Agência Nacional de Cinema - ANCINE

03. Agência Nacional de Águas - ANA

04. Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

05. Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

06. Escola Agrotécnica Federal de Marabá/PA

07. Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina/MS

08. Escola Agrotécnica Federal de São Raimundo das Mangabeiras/MA

09. Escola Técnica Federal do Acre

10. Escola Técnica Federal do Amapá

11. Escola Técnica Federal de Brasília

12. Escola Técnica Federal de Canoas/RS

13. Escola Técnica Federal do Mato Grosso do Sul

14. Fundação Universidade do Amazonas - UFAM

15. Fundação Universidade Federal do Acre - UFAC

16. Fundação Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

17. Fundação Universidade Federal da Grande Dourados/MS - UFGD

18. Fundação Universidade Federal do Maranhão - UFMA

19. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

20. Fundação Universidade Federal de Ouro Preto/MG - UFOP

21. Fundação Universidade Federal de São Carlos/SP - UFSCar

22. Fundação Universidade Federal de Viçosa/MG - UFV

23. Universidade Federal de Alfenas/MG - UNIFAL

24. Universidade Federal da Bahia - UFBA

25. Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

26. Universidade Federal de Juiz de Fora/MG - UFJF

27. Universidade Federal de Lavras/MG -UFLA

28. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

**PORTARIA Nº 704, DE 6 DE AGOSTO DE 2008.**

*Atribui às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto na Portaria PGF n.º 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF n.º 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação, a representação judicial da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, observadas as suas competências territoriais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 999, de 7 de dezembro de 2007.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 7.8.2008.

**PORTARIA Nº 706, DE 6 DE AGOSTO DE 2008. (\*)**

*Atribui às Procuradorias Federais nos Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais que menciona.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto na Portaria PGF n.º 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF n.º 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias Federais nos Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais constantes do Anexo a esta portaria nos respectivos Estados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 7.8.2008.

**ANEXO**

1. Agência Espacial Brasileira - AEB

2. Agência Nacional de Cinema - ANCINE

3. Agência Nacional de Águas - ANA

4. Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

5. Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

6. Escola Agrotécnica Federal de Marabá/PA

7. Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina/MS

8. Escola Agrotécnica Federal de São Raimundo das Mangabeiras/MA

9. Escola Técnica Federal do Acre

10. Escola Técnica Federal do Amapá

11. Escola Técnica Federal de Brasília

12. Escola Técnica Federal de Canoas/RS

13. Escola Técnica Federal do Mato Grosso do Sul

14. Fundação Universidade do Amazonas - UFAM

15. Fundação Universidade Federal do Acre - UFAC

16. Fundação Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

17. Fundação Universidade Federal da Grande Dourados/MS - UFGD

18. Fundação Universidade Federal do Maranhão - UFMA

19. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

20. Fundação Universidade Federal de Ouro Preto/MG - UFOP

21. Fundação Universidade Federal de São Carlos/SP - UFSCar

22. Fundação Universidade Federal de Viçosa/MG - UFV

23. Universidade Federal da Bahia - UFBA

24. Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

25. Universidade Federal de Itajubá/MG - UNIFEI

26. Universidade Federal de Juiz de Fora/MG - UFJF

27. Universidade Federal de Lavras/MG - UFLA

28. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

(\*) RETIFICAÇÃO NO D. O. DE 15.8.2008:

Na Portaria nº 706/PGF, de 08 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União do dia 07 de agosto de 2008, Seção 1, pág. 6, **onde se lê:** "08 de julho,", **leia-se: "06 de agosto**".

**PORTARIA Nº 708, DE 7 DE AGOSTO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Regional Federal da 3ª Região à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em SãoPaulo/SP.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Regional Federal da 3ª Região prestará colaboração à Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em São Paulo/SP nas ações que versem sobre matéria de pessoal e servidor público, sob a coordenação da responsável pela primeira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 8.8.2008.

**PORTARIA Nº 743, DE 12 DE AGOSTO DE 2008.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 789, de 6 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias Federais Especializadas junto à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e às Procuradorias Federais junto à Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA e Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações no Estado do Rio Grande do Sul. **(Retificada a redação no D. O. de 22.12.2009)**

Parágrafo único. Observar-se-á o disposto na Portaria PGF nº 311, de 17 de maio de 2007, quanto a consultoria e o assessoramento jurídicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.

Art. 2º **(Revogado pela Portaria/PGF nº 140, de 16.2.2009)**

Art. 3º As Procuradorias elencadas nos artigos 1º e 2º e a Procuradoria Regional Federal da 4ª Região prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º A Procuradoria Regional Federal da 4ª Região exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendoos em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, ressalvadas as competências atribuídas nos artigos 1º e 2º.

Parágrafo único. A assunção das competências atribuídas no *caput* observará o seguinte cronograma:

I - a partir de 18 de agosto de 2008, a representação judicial da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes;

II - a partir de setembro de 2008, gradualmente, a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nos termos de atos próprios a serem editados pelo responsável pela Procuradoria Regional Federal da 4ª Região;

III - imediatamente, as atividades de todas as demais autarquias e fundações públicas federais.

Art. 4º-A. A assunção da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais observará o disposto na Portaria PGF nº 262, de 26 de março de 2008. **(Incluído pela Portaria/PGF nº 794, de 21.8.2008)**

Art. 5º Todas as citações e intimações dirigidas à qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Regional Federal da 4ª Região, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA**

D. O. de 13.8.2008.

**PORTARIA Nº 745, DE 12 DE AGOSTO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Barreiros/PE, da Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim/PE e da Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão/PE.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Barreiros/PE, da Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim/PE e da Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão/PE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 105, de 29 de janeiro de 2008.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 13.8.2008.

**PORTARIA Nº 755, DE 13 DE AGOSTO DE 2008.**

*Cria o Fórum de Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto aos Órgãos Reguladores e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º Fica criado o Fórum de Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto aos Órgãos Reguladores.

Parágrafo único. São membros efetivos do Fórum todos os Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto aos Órgãos Reguladores relacionados no anexo a esta Portaria.

Art. 2º São objetivos do Fórum dos Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto aos Órgãos Reguladores:

I - discutir problemas jurídicos comuns aos Órgãos Reguladores;

II - avaliar a forma de atuação e sugerir a adoção de procedimentos uniformes pelas Procuradorias Federais junto aos Órgãos Reguladores;

III - fomentar a execução eficiente das atividades de consultoria e assessoramento jurídico destinados aos Órgãos Reguladores;

IV - promover a integração da Procuradoria-Geral Federal com os Órgãos Reguladores.

§ 1º As conclusões do Fórum serão tomadas pela maioria simples de seus membros e encaminhadas ao Procurador-Geral Federal para análise e, se for o caso, aprovação e ratificação.

§ 2º O Fórum poderá, quando necessário, criar Grupos de Trabalho responsáveis pela elaboração de estudos sobre temas específicos relacionados aos seus objetivos.

Art. 3º O Fórum será dirigido por:

I - um Coordenador, escolhido pelo Procurador-Geral Federal;

II - um Coordenador Substituto, escolhido pelos membros do Fórum; e,

III - um Secretário, escolhido pelos membros do Fórum.

Art. 4º As Reuniões Ordinárias do Fórum realizar-se-ão semestralmente, em data e local a serem definidas pelo Coordenador.

§ 1º Reuniões Extraordinárias poderão ser convocadas pelo Coordenador do Fórum, de ofício ou mediante provocação da maioria dos seus membros, após prévia autorização do Procurador-Geral Federal.

§ 2º Todos os custos de deslocamento e diárias para participação nas reuniões ordinárias, ou extraordinárias, pelos membros do colegiado, deverão ser suportados diretamente pelas respectivas Procuradorias Federais junto aos Órgãos Reguladores, a critério destas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA**

D. O. de 14.8.2008.

**ANEXO**

**(Redação do Anexo dada pela Portaria nº 493, de 24.6.2014- D. O. de 29.7.2014)**

Relação das Procuradorias Federais junto aos Órgãos Reguladores, que compõe o Fórum

PF/AEB - Agência Espacial Brasileira

PF/ANA - Agência Nacional de Águas

PF/ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil

PFE/ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações

PF/ANCINE - Agência Nacional do Cinema

PF/ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

PF/ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

PF/ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar

PF/ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários

PF/ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres

PF/ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

PFE/CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

PF/CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear

PFE/CVM - Comissão de Valores Mobiliários

PF/DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral

PF/PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar

PF/SUSEP - Superintendência de Seguros Privados

**PORTARIA Nº 765, DE 14 DE AGOSTO DE 2008.**

*Fixa a competência territorial das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII, do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1° Fixar a competência territorial das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação na forma dos Anexos I a XXVII da presente Portaria, os quais serão publicados exclusivamente no Boletim de Serviço n° 33, de 15 de agosto de 2008.[[298]](#footnote-299)

§ 1° Caberá aos Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal sediados no mesmo município em que prevista a instalação de Procuradoria Seccional Federal exercer a competência fixada no *caput* enquanto não instalada a respectiva seccional.

§ 2º Enquanto não instalados fisicamente os Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal previstos nos anexos referidos no *caput,* caberá à Procuradoria Regional Federal, Procuradoria Federal no Estado ou Procuradoria Seccional Federal a que estiver diretamente vinculado exercer a competência fixada no presente artigo.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA**

D. O. de 15.8.2008.

**PORTARIA Nº 779, DE 19 DE AGOSTO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Sorocaba/SP.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Sorocaba/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do Procurador-Chefe da última. (\*)

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

(\*)A coordenação da colaboração mútua passou ao Procurador-Chefe do Escritório de Representação da PGF em Sorocaba, por força da Portaria/PGF nº 262, de 12.3.2009 (D. O. de 16.3.2009)

D. O. de 20.8.2008.

**PORTARIA Nº 788, DE 20 DE AGOSTO DE 2008.**

*Atribui às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial da Escola Agrotécnica Federal de Marabá/PA e à Procuradoria Federal no Estado do Pará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Marabá/PA.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200 de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial da Escola Agrotécnica Federal de Marabá/PA.

Art. 2º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado do Pará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Escola Agrotécnica Federal de Marabá/PA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 21.8.2008.

**PORTARIA Nº 793, DE 21 DE AGOSTO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Regional Federal da 5ª Região à Procuradoria Federal Especializada junto ao IBAMA em Recife/PE.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Regional Federal da 5ª Região prestará colaboração à Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA em Recife/PE, sob a coordenação do responsável pela primeira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 22.8.2008.

**PORTARIA Nº 813, DE 26 DE AGOSTO DE 2008.**

*Atribui ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Ilhéus/BA a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200 de 25 de fevereiro de 2008, tendo em vista o contido no processo 00407.004154/2008-63, resolve:

Art. 1º Atribuir ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Ilhéus/BA a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, observada sua competência territorial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 28.8.2008.

**PORTARIA Nº 817, DE 26 DE AGOSTO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado de Goiás a representação judicial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN no caso que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, tendo em vista o contido no processo nº 00459.001730/2008-13, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado de Goiás a representação judicial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, para representá-lo na audiência a ser realizada no dia 28 de agosto de 2008 na Ação Civil Pública nº 2006.35.01.004846-3 em Luziânia/GO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 27.8.2008.

**PORTARIA Nº 855, DE 29 DE AGOSTO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 2ª Região a representação judicial da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 2ª Região a representação judicial da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 1º.9.2008

**PORTARIA Nº 859, DE 29 DE AGOSTO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Regional Federal da 3ª Região e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em São Paulo/SP.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Regional Federal da 3ª Região e a Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em São Paulo/SP prestarão colaboração mútua nas ações que tramitam em segundo grau de jurisdição no Estado de São Paulo, sob a coordenação da responsável pela primeira.

Art. 2° Caberá à responsável pela Procuradoria Regional Federal da 3ª Região a designação de Procuradores Federais dos seus quadros para a prestação do auxílio de que trata o artigo anterior, os quais, uma vez indicados, atuarão sob orientação técnica e administrativa do Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em São Paulo/SP.

Art. 3º Caberá ao Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em São Paulo/SP a designação de servidores administrativos dos seus quadros para a prestação do auxílio de que trata o artigo anterior, os quais, uma vez indicados, atuarão sob orientação técnica e administrativa da responsável pela Procuradoria Regional Federal da 3ª Região.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 1º.9.2008

**PORTARIA Nº869, DE 2 DE SETEMBRO DE 2008.**

*Atribui às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial da Universidade Federal Fluminense - UFF.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação, a representação judicial da Universidade Federal Fluminense, observadas as suas competências territoriais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 3.9.2008

**PORTARIA Nº 889, DE 3 DE SETEMBRO DE 2008.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica em Niterói/RJ.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 1.247, de 29 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal junto a Universidade Federal Fluminense - UFF a consultoria e o assessoramento jurídicos da respectiva autarquia no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Niterói/RJ prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Niterói/RJ.

Art. 3º **(Revogado pela Portaria/PGF nº 513, de 2.7.2010 – D. O. de 5.7.2010)**

Art. 4º As Procuradorias elencadas nos artigos 1º, 2º e 3º e a Procuradoria Seccional Federal em Niterói/RJ prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 5º A assunção da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais observará o disposto na Portaria PGF nº 262, de 26 de março de 2008.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 5.9.2008

**PORTARIA Nº 894, DE 4 DE SETEMBRO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região e às Procuradorias Federais nos Estados que especifica a representação judicial da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíves - ANP.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região e às Procuradorias Federais nos Estados do Acre, Maranhão, Paraíba, Piauí e Roraima, a representação judicial da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíves - ANP, nos respectivos Estados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 8.9.2008

**PORTARIA Nº 898, DE 5 DE SETEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Regional Federal da 5ª Região e a Procuradoria Federal junto à Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Regional Federal da 5ª Região e a Procuradoria Federal junto à Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela primeira.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 8.9.2008

**PORTARIA Nº 929, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais constantes do Anexo a esta portaria, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 18.9.2008

**ANEXO**

1. Agência Espacial Brasileira - AEB

2. Agência Nacional de Águas - ANA

3. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

4. Agência Nacional do Cinema - ANCINE

5. Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN

6. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

7. Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina - MS

8. Escola Agrotécnica Federal de São Raimundo das Mangabeiras - MA

9. Escola Técnica Federal de Brasília - DF

10. Escola Técnica Federal de Canoas - RS

11. Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul - MS

12. Escola Técnica Federal do Acre - AC

13. Escola Técnica Federal do Amapá - AP

14. Fundação Biblioteca Nacional - FBN

15. Fundação Coordenação de Pessoal de Nível Superior - CAPES

16. Fundação Nacional de Artes - FUNARTE

17. Fundação Universidade do Amazonas - UFAM

18. Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

19. Fundação Universidade Federal de Sergipe - UFS

20. Fundação Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR

21. Fundação Universidade Federal de Viçosa - UFV

22. Fundação Universidade Federal do Acre - UFAC

23. Fundação Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

24. Fundação Universidade Federal do Maranhão - UFMA

25. Fundação Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT

26. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ

27. Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI

28. Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI

29. Universidade Federal da Bahia - UFBA

30. Universidade Federal de Alagoas - UFAL

31. Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

32. Universidade Federal de Lavras - UFLA

33. Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

34. Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

35. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB>

**PORTARIA Nº 933, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais constantes do Anexo a esta portaria, no Estado de Pernambuco.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 18.9.2008

**ANEXO**

1. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

2. Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina - MS

3. Escola Agrotécnica Federal de São Raimundo das Mangabeiras - MA

4. Escola Técnica Federal de Brasília - DF

5. Escola Técnica Federal de Canoas - RS

6. Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul - MS

7. Escola Técnica Federal do Acre - AC

8. Escola Técnica Federal do Amapá - AP

9. Fundação Biblioteca Nacional - FBN

10. Fundação Nacional de Artes - FUNARTE

11. Fundação Universidade Federal de Sergipe - UFS

12. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ

13. Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI

14. Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI

15. Universidade Federal de Alagoas - UFAL>

**PORTARIA Nº934, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais constantes do Anexo a esta portaria, no Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 18.9.2008

**ANEXO**

1. Agência Espacial Brasileira - AEB

2. Agência Nacional de Águas - ANA

3. Agência Nacional do Cinema - ANCINE

4. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

5. Fundação Biblioteca Nacional - FBN

6. Fundação Coordenação de Pessoal de Nível Superior - CAPES

7. Fundação Nacional de Artes - FUNARTE

8. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ

9. Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI

10. Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina - MS

11. Escola Agrotécnica Federal de São Raimundo das Mangabeiras - MA

12. Escola Técnica Federal de Brasília - DF

13. Escola Técnica Federal de Canoas - RS

14. Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul - MS

15. Escola Técnica Federal do Acre - AC

16. Escola Técnica Federal do Amapá - AP

17. Fundação Universidade Federal do Acre - UFAC

18. Fundação Universidade do Amazonas - UFAM

19. Fundação Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

20. Fundação Universidade Federal do Maranhão - UFMA

21. Fundação Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

22. Fundação Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT

23. Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

24. Fundação Universidade Federal de Sergipe - UFS

25. Fundação Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR

26. Fundação Universidade Federal de Viçosa - UFV

27. Universidade Federal de Alagoas - UFAL

28. Universidade Federal da Bahia - UFBA

29. Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

30. Universidade Federal de Lavras - UFLA

31. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

**PORTARIA Nº 964, DE 22 DE SETEMBRO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS nos casos que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, a partir de 29 de setembro de 2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 24.9.2008.

**PORTARIA Nº 968, DE 23 DE SETEMBRO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 3ª Região a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 3ª Região a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais constantes do Anexo a esta portaria, no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 24.9.2008.

**ANEXO**

1. Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

2. Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina - MS

3. Escola Agrotécnica Federal de São Raimundo das Mangabeiras - MA

4. Escola Técnica Federal de Brasília - DF

5. Escola Técnica Federal de Canoas - RS

6. Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul - MS

7. Escola Técnica Federal do Acre - AC

8. Escola Técnica Federal do Amapá - AP

9. Fundação Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

10. Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI

11. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

**PORTARIA Nº 1.004, DE 2 DE OUTUBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Bento Gonçalves/RS.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Bento Gonçalves/RS prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pelo primeiro. **(Redação dada pela Portaria nº 1.054, de 19.10.2009)**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revoga-se a Portaria nº 1.015, de 07/12/2007.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 3.10.2008.

**PORTARIA Nº1.006, DE 3 DE OUTUBRO DE 2008.**

*Atribui às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial da Escola Técnica Federal de Brasília.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial da Escola Técnica Federal de Brasília, observadas as suas competências territoriais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 3.10.2008.

**PORTARIA Nº 1.007, DE 3 DE OUTUBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre os Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal e as unidades da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em São João da Boa Vista, Mogi-Guaçu e Pirassununga/SP.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Os Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal e as unidades da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em São João da Boa Vista, Mogi-Guaçu e Pirassununga/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do Procurador-Chefe da Procuradoria Federal especializada junto ao INSS em São João da Boa Vista/SP.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 3.10.2008.

**PORTARIA Nº 1.033, DE 9 DE OUTUBRO DE 2008.**

*Atribui à Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS perante o Tribunal Superior do Trabalho - TST.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir à Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS perante o Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 13.10.2008.

**PORTARIA Nº 1.065, DE 17 DE OUTUBRO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Seccional Federal em Londrina/PR a consultoria da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Seccional Federal em Londrina/PR a consultoria da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 20.10.2008.

**PORTARIA Nº 1.067, DE 17 DE OUTUBRO DE 2008.**

*Atribui ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Guarapuava/PR a consultoria da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Guarapuava/PR a consultoria da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 20.10.2008.

**PORTARIA Nº 1.080, DE 22 DE OUTUBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Sousa/PB.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO** , no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008 e tendo em vista o contido no Processo nº 35174.001866/2008-96, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Sousa/PB prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do Responsável pelo primeiro.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 23.10.2008.

**PORTARIA Nº 1.081, DE 24 DE OUTUBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração das Procuradorias Federais no Estado de Rondônia e no Estado do Acre à Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT/RO/AC.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200 de 25 de fevereiro de 2008 e tendo em vista o contido no Processo nº 00407.005647/2008-11 resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado de Rondônia e a Procuradoria Federal no Estado do Acre prestarão colaboração à Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT/RO/AC, relativamente à representação judicial desta última, sob a coordenação do responsável pela primeira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 27.10.2008.

**PORTARIA Nº 1.083, DE 24 DE OUTUBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Marília/SP.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Marília/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do Procurador Federal Julio da Costa Barros. **(Ver a Portaria/PGF nº 626, de 26.6.2009 – D. O. de 29.6.2009, que altera a coordenação da colaboração mútua.)**

Art. 2 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 29.10.2008.

**PORTARIA Nº 1.110, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2008.**

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Ficam revogados os artigos 2º da Portaria PGF nº 158, de 20 de março de 2007 e 3º da Portaria PGF nº 1.050, de 19 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. A execução fiscal da dívida ativa do IBAMA e do ICMBio, no âmbito da Procuradoria Federal em Santa Catarina, obedecerá o disposto na Portaria PGF nº 262, de 26 de março de 2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 6.11.2008.

**PORTARIA Nº 1.125, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre o cadastramento de leiloeiros oficiais pelas Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal - PGF.*

**OPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO,** no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, CONSIDERANDO o disposto nos Decretos nºs 21.981, de 19 de outubro de 1932, e 22.427, de 1º de fevereiro de 1933, e na Instrução Normativa nº 83, de 07 de janeiro de 1999, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que disciplinam a atividade de leiloeiro oficial;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 148, 149 e 706 do Código de Processo Civil e no artigo 23 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de procedimentos uniformes e mais céleres no âmbito dos órgãos de execução da PGF visando à satisfação dos créditos das autarquias e fundações públicas federais;

CONSIDERANDO a conveniência de proporcionar maior publicidade às hastas públicas;

CONSIDERANDO a carência de local apropriado nos Serviços e Seções de Cobrança e Recuperação de Créditos da PGF para depósito de bens sujeitos à constrição judicial nas execuções fiscais; e

CONSIDERANDO as vantagens de a remoção, a guarda e a conservação dos bens penhorados nas execuções fiscais serem realizadas por auxiliares da justiça, sem ônus para a PGF;

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias Regionais Federais, às Procuradorias Federais nos Estados, às Procuradorias Seccionais Federais e aos Escritórios de Representação da PGF o cadastramento de leiloeiros oficiais para atuarem como depositário/administrador/leiloeiro nas ações de interesse das autarquias e fundações públicas federais representadas pela PGF.

Parágrafo único. Os atos relativos ao cadastramento de leiloeiros de uma ou mais unidades vinculadas poderá ser centralizado nas Procuradorias Regionais Federais e Procuradorias Federais. (NR) **(Incluído pela Portaria/PGF nº 658, de 9.7.2009 – D. O. de 10.7.2009)**

Art. 2º As Procuradorias Regionais Federais, as Procuradorias Federais nos Estados, as Procuradorias Seccionais Federais e os Escritórios de Representação publicarão, pelo menos 01 (uma) vez ao ano, nos órgãos oficiais de imprensa local e em jornal de grande circulação na região, comunicado para cadastramento de leiloeiro oficial junto à representação local da PGF, conforme modelo constante do Anexo I.

Art. 3º Constituem requisitos para cadastramento de leiloeiros oficiais:

I - estar registrado como leiloeiro oficial perante a Junta Comercial da localidade onde se dispõe a atuar;

II - ser inscrito na Receita Federal do Brasil e estar em dia com as contribuições previdenciárias; e

III - não ser cônjuge, companheiro (a) ou parente até o terceiro grau civil de Procurador Federal em exercício no órgão de execução da PGF em que estiver se cadastrando.

Art. 4º O leiloeiro oficial interessado em se cadastrar apresentará Termo de Cadastramento e Compromisso de Leiloeiro Oficial, conforme modelo constante do Anexo II, no qual assumirá perante a Procuradoria, sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas no Código de Processo Civil e legislação pertinente, as seguintes obrigações:

I - como depositário/administrador:

a) promover a remoção dos bens penhorados, arrestados ou seqüestrados em poder do executado, réu ou terceiros, para depósito sob sua responsabilidade, bem assim a guarda e conservação de referidos bens; e

b) promover a celebração de contrato de seguro contra eventuais danos ou subtração dos bens a serem depositados.

II - como leiloeiro:

a) proceder à avaliação extrajudicial dos bens, atendidas as normas de mercado;

b) dar divulgação das alienações por hasta pública de forma ampla por meio de mala-direta, *internet*, publicação de edital da praça/leilão no órgão oficial de imprensa local e em pelo menos dois jornais de grande circulação na localidade da situação do bem e na Unidade Federativa, devendo constar do respectivo edital o número do processo, nome das partes, nome do leiloeiro e o anúncio de sua comissão; e

c) prestar contas após a alienação por hasta pública.

Art. 5º. Ressalvada a hipótese de arbitramento judicial, o leiloeiro será remunerado por comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação de quaisquer bens, cobrada exclusivamente dos arrematantes, juntamente com as demais despesas indicadas no edital, inexistindo ônus para a PGF. **(Redação dada pela Portaria/PGF nº 658, de 9.7.2009 – D. O. de 10.7.2009)**

Parágrafo único. Nos casos de adjudicação não caberá remuneração ao leiloeiro. **(Reproduzido na Portaria/PGF nº 658, de 9.7.2009 – D. O. de 10.7.2009)**

Art. 6º O Termo de Cadastramento e Compromisso de leiloeiro oficial referido no item anterior será acompanhado dos seguintes documentos:

I - cópia autenticada do registro como leiloeiro oficial perante a Junta Comercial da Unidade da Federação onde se dispõe a atuar, cópia de documento de identidade e CPF;

II - *curriculum vitae* discriminativo da atuação como leiloeiro oficial, preferencialmente em execuções fiscais;

III - cópia autenticada dos documentos que comprovem a inscrição na Receita Federal do Brasil e o pagamento da contribuição previdenciária devida nos 03 (três) meses antecedentes ao pedido de cadastramento;

IV - declaração, com firma reconhecida, afirmando não ser cônjuge, companheiro (a) ou parente até o terceiro grau civil de Procurador Federal em exercício no órgão de execução da PGF em que estiver pleiteando o cadastramento; e

V - lista das comarcas escolhidas.

Parágrafo único. As Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação poderão, em relação ao inciso V, estabelecer listas de comarcas a serem escolhidas pelos leiloeiros. (NR) **(Incluído pela Portaria/PGF nº 658, de 9.7.2009 – D. O. de 10.7.2009)**

Art. 7º Os pedidos de cadastramento serão autuados e analisados pelo Chefe do Serviço ou Seção de Cobrança e Recuperação de Créditos local e encaminhados aos Chefes dos respectivos órgãos de execução da PGF para deliberação, após a qual os processos administrativos de cadastramento retornarão à origem para ciência e arquivamento.

§ 1º Os pedidos de cadastramento efetuados junto aos Escritórios de Representação da PGF serão analisados diretamente pela Chefia, que decidirá sobre o pleito formulado.

§ 2º Deferido o cadastramento, a decisão será publicada no Boletim de Serviço da PGF.

Art. 8º Compete aos Serviços e Seções de Cobrança e Recuperação de Créditos das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e aos Escritórios de Representação da PGF manter atualizadas listagens dos leiloeiros oficiais cadastrados.

Parágrafo único. A indicação dos leiloeiros oficiais cadastrados será procedida alternadamente, observada a especialização e escolha das comarcas relacionadas no Termo de Cadastramento e Compromisso de Leiloeiro Oficial.

Art. 9º O requerimento de nomeação do cadastrado como depositário/administrador dos bens penhorados, arrestados ou seqüestrados, bem como sua indicação como leiloeiro, dar-se-á por meio de petição dirigida ao juiz competente.

Art. 10 É vedado aos órgãos de execução da PGF indicar leiloeiro não cadastrado, enquanto existir cadastro disponível.

Art. 11 Os Procuradores Responsáveis pelas Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação da PGF promoverão o descadastramento dos leiloeiros oficiais nas seguintes hipóteses:

I - descumprimento das disposições desta Portaria;

II - prática de atos ou omissões lesivos ao erário, sem o devido ressarcimento, na remoção, guarda, conservação, leilão e praça dos bens e nas demais atividades correlacionadas;

III - desinteresse da Administração; ou

IV - não pagamento das contribuições previdenciárias em dia.

Art. 12 Compete à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos dirimir eventuais dúvidas relacionadas à aplicação da presente Portaria.

Art. 13 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 11.11.2008.

**ANEXO I**

EDITAL PARA CADASTRAMENTO DE LEILOEIRO OFICIAL JUNTO ÀS PROCURADORIAS FEDERAIS

O órgão de execução (especificar qual) da Procuradoria-Geral Federal - PGF torna público que está realizando CADASTRAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAIS para atuação nas Execuções Fiscais e Execuções em geral por ela propostas no (especificar a Unidade da Federação), nos termos do Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, dos artigos 148, 149 e 706 do Código de Processo Civil e do artigo 23 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980. Os interessados deverão apresentar devidamente preenchido Termo de Cadastramento de Leiloeiro Oficial fornecido pela Procuradoria, disponível (especificar o local, a unidade administrativa), acompanhado dos seguintes documentos:

I - cópia autenticada do registro como leiloeiro oficial perante a Junta Comercial da Unidade da Federação onde se dispõe a atuar, cópia de documento de identidade e CPF;

II - *curriculum vitae* discriminativo da atuação como leiloeiro oficial, preferencialmente em execuções fiscais;

III - cópia autenticada dos documentos que comprovem a inscrição na Receita Federal do Brasil e o pagamento da contribuição previdenciária devida nos 03 (três) meses antecedentes ao pedido de cadastramento;

IV - declaração, com firma reconhecida, afirmando não ser cônjuge, companheiro (a) ou parente até o terceiro grau civil de Procurador Federal em exercício no órgão de execução da PGF em que estiver pleiteando o cadastramento; e

V - lista das comarcas escolhidas.

O Termo de que trata esse comunicado deverá ser apresentado na Procuradoria (especificar qual) no (especificar o local ou unidade seccional), situada (endereço), no horário (fixação a cargo das Procuradorias)

Local e Data

Assinatura

**ANEXO II**

TERMO DE CADASTRAMENTO E COMPROMISSO DE LEILOEIRO OFICIAL

Senhor Procurador,

Eu,..............................................................................................,leiloeiro oficial, matriculado na Junta Comercial do Estado........................, sob o nº......................., carteira de identidade nº.......................órgão expedidor................ CPF......................................, residente e domiciliado na Av./Rua.................................................................nº........................... Bairro............................................ município...................................... UF............................... CEP ................................................................ telefone....................................e-mail............................ venho a presença de Vossa Senhoria, com fundamento na Portaria PGF nº 1.125, de 7 de novembro de 2008, requerer meu cadastramento como LEILOEIRO OFICIAL para atuar em execuções propostas pela Procuradoria-Geral Federal - PGF no (unidade da federação). Na eventualidade de ser indicado como depositário/administrador/leiloeiro, sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas no Código de Processo Civil e legislação pertinente, assumo perante a Procuradoria as seguintes obrigações comprometo-me:

I - como depositário/administrador:

a) promover a remoção dos bens penhorados, arrestados ou seqüestrados em poder do executado, réu ou terceiros, para depósito sob minha responsabilidade, bem assim a guarda e conservação de referidos bens; e

b) promover a celebração de contrato de seguro contra eventuais danos ou subtração dos bens a serem depositados.

II - como leiloeiro:

a) proceder à avaliação extrajudicial dos bens, atendidas as normas de mercado;

b) dar divulgação das alienações por hasta pública de forma ampla por meio de mala-direta, *internet*, publicação de edital da praça/leilão no órgão oficial de imprensa local e em pelo menos dois jornais de grande circulação na localidade da situação do bem e na Unidade Federativa, fazendo constar do respectivo edital o número do processo, nome das partes, nome do leiloeiro e o anúncio de sua comissão; etc) prestar contas após a hasta pública.

Estou ciente de que não haverá qualquer ônus para a PGF em razão da prestação de meus serviços e que minha comissão e demais despesas serão pagas nos termos do artigo 5º da Portaria PGF nº 1.125/2008.

Anexo ao presente os seguintes documentos:

I - cópia autenticada do registro como leiloeiro oficial perante a Junta Comercial da (Unidade da Federação onde se dispõe a atuar), cópia de documento de identidade e CPF;

II - *curriculum vitae* discriminativo da atuação como leiloeiro oficial, preferencialmente em execuções fiscais;

III - cópia autenticada dos documentos que comprovem a inscrição na Receita Federal do Brasil e o pagamento da contribuição previdenciária devida nos 03 (três) meses antecedentes ao pedido de cadastramento;

IV - declaração, com firma reconhecida, afirmando não ser cônjuge, companheiro (a) ou parente até o terceiro grau civil de Procurador Federal em exercício na unidade da PGF em que estarei atuando como leiloeiro; e

V - lista das comarcas escolhidas.

Pede deferimento.

Local e data

Assinatura do requerente com firma reconhecida

**PORTARIA Nº 1.197, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a partir de 01 de dezembro de 2008, observada a sua competência territorial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 28.11.2008.

**PORTARIA Nº 1.198, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Anápolis/GO.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,**  no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Anápolis/GO prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela segunda, respeitada a organização da competência territorial prevista na Portaria/PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 28.11.2008.

**PORTARIA Nº 1.199, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Regional Federal da 5ª Região e a Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Regional Federal da 5ª Região e a Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Pernambuco - UFPE prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela primeira.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 28.11.2008.

**PORTARIA Nº 1.203, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a consultoria e o assessoramento jurídicos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco - CEFET/PE.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a consultoria e o assessoramento jurídicos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco - CEFET/PE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 28.11.2008.

**PORTARIA Nº 1.242, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal de Sergipe - PF/UFS a consultoria e o assessoramento jurídicos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - CEFET/SE e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão/SE - EAFSC.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal de Sergipe - PF/UFS a consultoria e o assessoramento jurídicos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe - CEFET/SE e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão/SE - EAFSC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 3.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.274, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Osasco/SP.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Osasco/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do Procurador-chefe da última.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 9.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.300, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria-Regional Federal da 2ª Região, às Procuradorias Federais nos Estados de Amapá, Bahia, Mato Grosso, Tocantins e Santa Catarina, e respectivos Escritórios de Representação, a representação judicial da Fundação Universidade Federal do Acre - UFAC.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto na Portaria PGF n.º 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF n.º 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria-Regional Federal da 2ª Região, às Procuradorias Federais nos Estados de Amapá, Bahia, Mato Grosso, Tocantins e Santa Catarina e respectivos Escritórios de Representação, a representação judicial da Fundação Universidade Federal do Acre - UFAC, observadas as suas competências territoriais.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 12.12.2008.

**PORTARIA Nº1.301, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Atribui às Procuradorias Regionais Federais da 1ª e 2ª Regiões, às Procuradorias Federais nos Estados do Acre, Amapá, Bahia, Mato Grosso, Tocantins e Rio Grande do Norte, e respectivos Escritórios de Representação, a representação judicial do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias Regionais Federais da 1ª e 2ª Regiões, às Procuradorias Federais nos Estados do Acre, Amapá, Bahia, Mato Grosso, Tocantins e Rio Grande do Norte, e respectivos Escritórios de Representação, a representação judicial do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 12.12.2008.

**PORTARIA Nº1.302, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Santo Ângelo/RS.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Santo Ângelo/RS prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do Procurador-Chefe da última.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 12.12.2008.

**PORTARIA Nº1.309, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Disciplina a cobrança da dívida ativa do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS na Procuradoria-Geral Federal - PGF, o uso do sistema DÍVIDA e regulamenta a assunção e o acompanhamento das ações regressivas acidentárias pelos órgãos de execução da PGF que especifica.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, tendo em vista o disposto no art. 22 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007 e o Ato Regimental AGU nº 02, de 12 de junho de 2007, resolve:

Art. 1º. As Procuradorias Regionais Federais, as Procuradorias Federais nos Estados, as Procuradorias Seccionais Federais e os Escritórios de Representação, assumirão, quanto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, todas as atribuições previstas no artigo 9º do Ato Regimental AGU nº 02, de 12 de junho de 2007, inclusive as atividades de inscrição em dívida ativa, não se aplicando aos créditos da mencionada autarquia federal o disposto no artigo 2º da Portaria PGF n.º 262, de 26 de março de 2008.

Parágrafo único. Enquanto não for disponibilizado o Sistema de Dívida Ativa da Procuradoria-Geral Federal, os créditos do INSS permanecerão sendo cadastrados, inscritos em dívida ativa e gerenciados no Sistema DÍVIDA, cujo acesso às unidades mencionadas no *caput* será viabilizado pela Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS - PFE/INSS, às suas expensas, nos termos da Portaria Interministerial AGU/MPS n.º 10, de 3 de junho de 2008, em conjunto com a Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da Procuradoria-Geral Federal - CGCOB/PGF.

Art. 2º. Os responsáveis pelas Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação designarão Procuradores Federais em exercício nos respectivos órgãos para atuar nas ações regressivas acidentárias, o que será comunicado à CGCOB/PGF, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. Fica facultada à PFE/INSS a indicação de Procuradores Federais em exercício em suas unidades para colaborar nas ações regressivas acidentárias, cujas atividades serão coordenadas pelos responsáveis descritos no *caput.*

Art. 3º. A PFE/INSS e a CGCOB/PGF indicarão Procuradores Federais para compor grupo de estudo específico sobre ações regressivas acidentárias, com a finalidade de padronizar procedimentos, rotinas e teses a serem adotados pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 4º. Competirá à CGCOB/PGF a coordenação, o planejamento, o gerenciamento e a supervisão técnica das atividades relativas às ações regressivas acidentárias.

Art. 5º. As ações regressivas acidentárias serão consideradas prioritárias, podendo o acompanhamento ser efetuado por núcleo específico, acaso existente no âmbito das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 6º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 12.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.322, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Atribui às Procuradorias-Regionais Federais da 1ª e 2ª Regiões, às Procuradorias Federais nos Estados do Acre, Amapá, Bahia, Mato Grosso, Tocantins e Santa Catarina, e respectivos Escritórios de Representação, a representação judicial da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto na Portaria PGF n.º 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF n.º 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias-Regionais Federais da 1ª e 2ª Regiões, às Procuradorias Federais nos Estados do Acre, Amapá, Bahia, Mato Grosso, Tocantins e Santa Catarina, e respectivos Escritórios de Representação, a representação judicial da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, observadas as suas competências territoriais.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 18.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.323, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Regional Federal da 5ª Região e a Procuradoria Federal junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Regional Federal da 5ª Região e a Procuradoria Federal junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela primeira, observada a sua competência territorial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 18.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.328, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Rio Grande/RS.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 00, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Rio Grande/RS prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do Procurador Federal responsável pela primeira.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria PGF n.º 818, de 27 de agosto de 2008.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 18.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.329, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS no município de Tabatinga/AM à Procuradoria Federal no Estado do Amazonas.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Tabatinga/AM, sem prejuízo de suas atribuições, prestará colaboração à Procuradoria Federal no Estado do Amazonas, sob a coordenação do responsável pela última, observada sua competência territorial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 18.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.355, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e à Procuradoria Federal junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes a representação judicial e extrajudicial, a consultoria e o assessoramento jurídicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes em Brasília.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e a Procuradoria Federal junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes compartilharão a representação judicial e extrajudicial, a consultoria e o assessoramento jurídicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, em Brasília.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29 de dezembro de 2008.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 23.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.371, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Santos/SP.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Santos/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do procurador federal responsável pela instalação da Procuradoria-Seccional Federal naquele Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 23.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.375, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Bauru/SP.*

**OSUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Bauru/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do procurador federal responsável pela instalação da Procuradoria-Seccional Federal naquele Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 23.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.376, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em São Bernardo do Campo/SP.*

**OSUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em São Bernardo do Campo/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do procurador federal responsável pela instalação da Procuradoria-Seccional Federal naquele Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 24.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.377, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Presidente Prudente/ SP.*

**OSUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Presidente Prudente/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do procurador federal responsável pela instalação da Procuradoria-Seccional Federal naquele Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 23.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.385, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Caxias do Sul/RS.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Caxias do Sul/RS prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do procurador federal responsável pela instalação da Procuradoria-Seccional Federal naquele Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 23.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.388, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Mogi das Cruzes/ SP.*

**OSUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Mogi das Cruzes/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do procurador federal responsável pela instalação do Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal naquele Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria PGF nº 1.143, de 12 de novembro de 2008.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 23.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.390, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Taubaté/SP.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Taubaté/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do procurador federal responsável pela instalação da Procuradoria-Seccional Federal naquele Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 23.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.391, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em São José do Rio Preto/SP.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em São José do Rio Preto/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do procurador federal responsável pela instalação da Procuradoria-Seccional Federal naquele Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 23.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.393, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Piracicaba/SP.*

**OSUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Piracicaba/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do procurador federal responsável pela instalação da Procuradoria-Seccional Federal naquele Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 23.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.394, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Guarulhos/SP.*

**OSUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Guarulhos/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do procurador federal responsável pela instalação da Procuradoria-Seccional Federal naquele Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 23.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.395, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Canoas/RS.*

**OSUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Canoas/RS prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do procurador federal responsável pela instalação da Procuradoria-Seccional Federal naquele Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 23.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.396, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Araraquara/SP.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Araraquara/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do procurador federal responsável pela instalação da Procuradoria-Seccional Federal naquele Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 23.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.397, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em São José dos Campos/SP.*

**OSUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em São José dos Campos/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do procurador federal responsável pela instalação da Procuradoria-Seccional Federal naquele Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 23.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.398, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em São João da Boa Vista/SP.*

**OSUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em São João da Boa Vista/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do procurador federal responsável pela instalação da Procuradoria-Seccional Federal naquele Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 24.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.400, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Jundiaí/SP.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Jundiaí/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do procurador federal responsável pela instalação da Procuradoria-Seccional Federal naquele Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 23.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.401, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Novo Hamburgo/ RS.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Novo Hamburgo/RS prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do procurador federal responsável pela instalação da Procuradoria-Seccional Federal naquele Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 23.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.402, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Ribeirão Preto/SP.*

**OSUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF n.º 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Ribeirão Preto/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do procurador federal responsável pela instalação da Procuradoria-Seccional Federal naquele Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 23.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.404, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Lajeado/RS.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Lajeado/RS prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do Procurador responsável pelo primeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 24.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.405, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio no Espírito Santo, nas ações que especifica.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio no Espírito Santo, relativamente às ações cujos objetos não sejam de matéria especializada em meio ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 24.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.409, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Santo André/SP.*

**OPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Santo André/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do Procurador Federal responsável pela instalação da Procuradoria-Seccional Federal naquele Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 24.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.415, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Ji-Paraná/RO.*

**OPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Ji-Paraná/RO prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do procurador federal responsável pela instalação do Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal naquele Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 24.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.430, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 3ª Região a representação judicial da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.*

**OSUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 3ª Região a representação judicial da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, no Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 31.12.2008.

**PORTARIA Nº 1.431, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal no Estado do Amazonas à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS no município de Manaus/AM.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Amazonas, sem prejuízo de suas atribuições, prestará colaboração à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Manaus/AM, sob a coordenação e supervisão técnica do responsável pela primeira, observada sua competência territorial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 31.12.2008.

**PORTARIA Nº 81, DE 27 DE JANEIRO DE 2009.**

*Atribui às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO e do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.*

**OSUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530 e na Portaria PGF nº 531, ambas de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação, a representação judicial da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO e do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, observadas as suas competências territoriais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 29.1.2009

**PORTARIA Nº 96, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2009.**

**OPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelos incisos I, II e VIII do § 2.º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o teor da Portaria AGU nº 1.862, de 31 de dezembro de 2008, e da Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, sempre que houver necessidade de audiência com Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores para tratar de processo judicial de interesse de autarquia ou fundação pública federal, deverão encaminhar solicitação ao Procurador-Geral Federal, por intermédio da Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 2º Sempre que houver necessidade de audiência com membro de qualquer juízo ou tribunal diverso dos relacionados no art. 1º desta Portaria, para tratar de processo judicial de interesse de autarquia ou fundação pública federal, os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal deverão encaminhar solicitação às autoridades mencionadas nos arts. 6º ou 7º da Portaria AGU nº 1.862, de 31 de dezembro de 2008, conforme o caso.

§ 1º Nos municípios sede de tribunal e que não sejam sede de Procuradoria Regional Federal, a competência prevista no art. 6º da Portaria AGU nº 1.862, de 2008, será do Procurador-Chefe da Procuradoria Federal no Estado ou da Procuradoria-Seccional Federal, conforme o caso, observados o planejamento e a organização definidos pelo Procurador Regional Federal, acaso existentes.

§ 2º Nas localidades do interior, a competência prevista no art. 7º da Portaria AGU nº 1.862, de 2008, será do Procurador-Chefe da Procuradoria Seccional Federal ou, se inexistente, do Procurador-Chefe da Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à autarquia ou fundação, observados o planejamento e a organização definidos pelo Procurador-Chefe da Procuradoria Regional Federal ou pelo Procurador-Chefe da Procuradoria Federal no Estado, acaso existentes.

Art. 3º Todas as solicitações de audiência deverão conter as informações relacionadas no § 1º do art. 4º da Portaria AGU nº 1.862, de 2008, e serão encaminhadas, preferencialmente, por meio eletrônico.

Art. 4º Tratando-se de processo judicial envolvendo interesses de mais de uma autarquia ou fundação pública federal, o responsável pelo planejamento e organização da audiência deverá adotar as providências necessárias para que os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal não apresentem teses jurídicas conflitantes entre si ou divergentes daquelas já defendidas pela AGU.

§ 1º Se o processo envolver interesse de autarquia ou fundação pública federal e, ao mesmo tempo, da União, inclusive da Fazenda Nacional, e do Banco Central do Brasil, o responsável pelo planejamento e organização da audiência no âmbito da Procuradoria-Geral Federal deverá atuar em coordenação com o responsável pela respectiva Procuradoria para que não haja apresentação de teses jurídicas divergentes.

§ 2º Não se aplica o disposto no § 1º nos casos em que somente a Procuradoria-Geral Federal atua no processo, por delegação daquelas entidades nele relacionadas.

Art. 5º Fica ressalvado o disposto no art. 2º desta Portaria aos casos urgentes, desde que efetivamente não haja tempo hábil para cumpri-lo, o que deve ser comunicado ao responsável pelo planejamento e organização das audiências assim que possível.

§ 1º A ressalva prevista no *caput* não se aplica aos casos previstos no art. 1º.

§ 2º Excepcionalmente, fica ressalvado o disposto no art. 2º em relação às Procuradorias Federais especializadas ou não junto à autarquias ou fundações cuja representação ainda não tenha sido assumida por Procuradoria Regional Federal, Procuradoria Federal no Estado, Procuradoria Seccional Federal ou Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal.

§ 3º A ressalva prevista no § 2º não se aplica aos casos previstos no art. 4º.

Art. 6º As competências previstas no art. 2º e seus §§ podem ser objeto de delegação.

Art. 7º Aplica-se o disposto nesta Portaria ao exercício de representação de agentes públicos autorizada pelo art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995.

Art.8º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 3.2.2009.

**PORTARIA Nº 108, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2009.**

*Atribui às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação, a representação judicial dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais criados pelo art. 5º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 5.2.2009.

**PORTARIA Nº139, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2009.**

*Atribui aos Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, exceto nos casos que especifica.*

**OSUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir aos Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, exceto nas ações judiciais que tratem de reconhecimento ou averbação de tempo de contribuição perante o Regime Geral de Previdência Social - RGPS e de concessão, revisão, manutenção ou restabelecimento de benefícios previdenciários e assistenciais, observada sua competência territorial, a partir de 2 de março de 2009.

Art. 2º Permanecem válidas as colaborações e as colaborações mútuas já estabelecidas.

Art. 3º As Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação deverão observar as normas internas do INSS que fixam procedimentos para o cumprimento de decisões judiciais, até que sejam regulamentados em conjunto com a Procuradoria-Geral Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 17.2.2009.

**PORTARIA Nº140, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2009.**

*Atribui às unidades da Procuradoria-Geral Federal que indica a consultoria e o assessoramento jurídicos do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em matéria de benefícios.*

**OSUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a consultoria e o assessoramento jurídicos, em matéria de benefícios, da Gerência Regional do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em Brasília/DF.

Art. 2º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 4ª Região a consultoria e o assessoramento jurídicos, em matéria de benefícios, da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em Porto Alegre/RS.

Art. 3º Atribuir às Procuradorias Seccionais Federais em Petrolina/PE, Londrina/PR, Imperatriz/MA, Joinville/SC, Pelotas/RS e Niterói/RJ a consultoria e o assessoramento jurídicos, em matéria de benefícios, das Gerências Executivas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS localizadas, respectivamente, em Petrolina/PE, Londrina/PR, Imperatriz/MA, Joinville/SC, Pelotas/RS e Niterói/RJ.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga-se o art. 2º da Portaria PGF nº 743, de 12 de agosto de 2008.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 17.2.2009.

**PORTARIA Nº 164, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2009.**

*Atribui à Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais que especifica.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir, a partir de 2 de março de 2009, à Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais constantes do Anexo I a esta portaria no Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores e na Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

Art. 2º Atribuir, a partir de 12 de março de 2009, à Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais constantes do Anexo II a esta portaria no Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores e na Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

Art. 3º **(Revogado pela Portaria/PGF nº 774, de 13.9.2011)**

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 25.2.2009.

**ANEXO I**

1. Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

2. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

3. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

4. Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

5. Agência Nacional de Águas - ANA

6. Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE

7. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

8. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

9. Fundação Nacional do Índio – FUNAI

**ANEXO II**

1. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

2. Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

3. Comissão de Valores Mobiliários – CVM

**PORTARIA Nº 199, DE 2 DE MARÇO DE 2009.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a representação judicial da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a representação judicial da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, a partir de 16 de março de 2009, observada a sua competência territorial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 3.3.2009.

**PORTARIA Nº 239, DE 10 DE MARÇO DE 2009.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, a partir de 12 de março de 2009, observada a sua competência territorial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 11.3.2009.

**PORTARIA Nº 261, DE 12 DE MARÇO DE 2009.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais que especifica.*

**OSUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a representação judicial da Agência Espacial Brasileira - AEB, da Agência Nacional de Águas - ANA, da Agência Nacional de Aviação

Civil - ANAC, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, observada a sua competência territorial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 13.3.2009.

**PORTARIA Nº262, DE 12 DE MARÇO DE 2009.**

*Altera a coordenação da colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Sorocaba/ SP.*

**OSUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, e considerando o disposto na Portaria PGF nº 828,(\*) de 27 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A coordenação da colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Sorocaba/SP passa a ser do Procurador-Chefe do primeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(\*) Provavelmente quis referir a Portaria/PGF nº 779, de 19.8.2008, vez que a Portaria/PGF nº 828, de 27.8.2008, foi tornada sem efeito pela Portaria/PGF nº 870, de 2008.

D. O. de 16.3.2009.

**PORTARIA Nº 267, DE 16 DE MARÇO DE 2009.**

*Disciplina a centralização da cobrança da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais na PGF e estabelece critérios para a assunção.*

**OPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que trata os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002;

Considerando o disposto no art. 22 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, a qual estabeleceu que a Procuradoria-Geral Federal assumirá, até 17 de março de 2009, de forma centralizada, a execução da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais, mediante o apoio técnico, logístico e financeiro dessas entidades; e

Considerando, ainda, a publicação do Ato Regimental da Advocacia-Geral da União nº 02, de 12 de junho de 2007, que alterou a estrutura e funcionamento da Procuradoria-Geral Federal no que se refere às atividades relacionadas à cobrança e à recuperação de créditos de autarquias e fundações públicas federais, atribuindo ao Procurador-Geral Federal a competência para estabelecer, em ato próprio, a assunção gradativa das atividades relacionadas à execução da dívida ativa dessas entidades; resolve:

Art. 1º As Procuradorias Regionais Federais - PRFs, as Procuradorias Federais nos Estados - PFs, as Procuradorias Seccionais Federais - PSFs - e os Escritórios de Representação - ERs, por meio dos respectivos Serviços ou Seções de Cobrança e Recuperação de Créditos, assumirão integralmente a representação judicial e extrajudicial relativa às atribuições previstas nos artigos 8º e 9º do Ato Regimental AGU nº 02, de 2007, no tocante às autarquias e fundações públicas federais.

Parágrafo único. Incluem-se nessa representação as execuções de decisões do Tribunal de Contas da União, execuções fiscais, embargos à execução, ações regressivas, ações de ressarcimento, ações declaratórias de inexistência da relação jurídica referentes a créditos e ações anulatórias de débitos, dentre outras, ainda que não versem exclusivamente sobre cobrança e recuperação de créditos.

Art. 2º As PRFs, PFs, PSFs e os ERs, por meio dos respectivos Serviços ou Seções de Cobrança e Recuperação de Créditos, assumirão, na forma do cronograma constante do Anexo, as atividades de apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, de titularidade das autarquias e fundações públicas federais, e a sua inscrição em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

§ 1º As Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais que tenham sistema de dívida ativa, deverão viabilizar o acesso aos sistemas e o treinamento às PRFs, PFs, PSFs e ERs.

§ 2º Efetuada a inscrição em dívida ativa pelas PRFs, PFs, PSFs e ERs, ou, nos casos transitórios previstos no Anexo, pelas Procuradorias Federais, especializadas ou não junto às autarquias e fundações públicas federais, as peças respectivas serão encaminhadas, quando for o caso, à unidade responsável pelo ajuizamento e acompanhamento, nos termos da Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008.

§ 3º A Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos e a Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos estabelecerão em conjunto com as Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias ou fundações públicas federais, o fluxo físico ou virtual dos processos administrativos.[[299]](#footnote-300)

§ 4º A Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos estabelecerá, quando necessário, cronograma de encaminhamento de processos administrativos de constituição de créditos para as PRFs, PFs, PSFs e ERs.

§ 5º Identificada a viabilidade técnica, a Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos proporá ao Procurador-Geral Federal a antecipação do cronograma transitório de centralização da atividade de inscrição em dívida ativa constante do Anexo.

Art. 3º A requisição de subsídios para a defesa da autarquia e fundações públicas federais nas ações mencionadas no *caput* do art. 2º observará a forma e prazos estabelecidos na Portaria AGU nº 1.547, de 29 de outubro de 2008.

Art. 4 As demais rotinas e procedimentos relativos à cobrança e recuperação de créditos serão definidos em ato específico a ser editado pela Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos.

Art. 5º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Portarias PGF nºs 262, 263, 399 e 400, todas de 2008.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 17.3.2009

**ANEXO**

| **ENTIDADE** | | **UNIDADE COMPETENTE**  **PARA A INSCRIÇÃO** | **DATA DA CENTRALIZAÇÃO DA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA** |
| --- | --- | --- | --- |
| 1 | Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI | Procuradoria Regional Federal da 1ª Região | 17 de março de 2009 |
| 2 | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA | Procuradoria Regional Federal da 1ª Região | 17 de março de 2009 |
| 3 | Agência Espacial Brasileira - AEB | Procuradoria Regional Federal da 1ª Região | 17 de março de 2009 |
| 4 | Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN | Procuradoria Regional Federal da 2ª Região | 17 de março de 2009 |
| 5 | Comissão Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq | Procuradoria Regional Federal da 1ª Região | 17 de março de 2009 |
| 6 | Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL | Todas as Procuradorias Regionais Federais Procuradorias Federais nos Estados | 1º de setembro de 2009 |
| 7 | Agência Nacional do Cinema - ANCINE | Procuradoria Regional Federal da 2ª Região | 1º de setembro de 2009 |
| 8 | Fundação Biblioteca Nacional - FBN | Procuradoria Regional Federal da 2ª Região | 17 de março de 2009 |
| 9 | Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB | Procuradoria Regional Federal da 2ª Região | 17 de março de 2009 |
| 10 | Fundação Cultural Palmares - FCP | Procuradoria Regional Federal da 1ª Região | 17 de março de 2009 |
| 11 | Fundação Nacional de Artes - FUNARTE | Procuradoria Regional Federal da 2ª Região | 17 de março de 2009 |
| 12 | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN | Procuradoria Regional Federal da 1ª Região | 17 de março de 2009 |
| 13 | Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM | Procuradoria Regional Federal da 1ª Região | 17 de março de 2009 |
| 14 | **Item revogado pela Portaria nº 914, de 16.9.2009** |  |  |
| 15 | Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIAe | Procuradoria Regional Federal da 2ª Região | 17 de março de 2009 |
| 16 | Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha – CCCPM/RJ | Procuradoria Regional Federal da 2ª Região | 17 de março de 2009 |
| 17 | Fundação Habitacional do Exército - FHE | Procuradoria Regional Federal da 1ª Região | 1º de setembro de 2009 |
| 18 | Fundação Osório - FO | Procuradoria Regional Federal da 2ª Região | 17 de março de 2009 |
| 19 | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA | Todas as Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação | 1º de setembro de 2009 |
| 20 | Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND | Procuradoria Regional Federal da 2ª Região | 17 de março de 2009 |
| 21 | Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO | Todas as Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação | 1º de maio de 2009, nas Unidades da Federação onde já está instalado o Sistema de Gestão Integrada e 1º de setembro de 2009 para as demais Unidades da Federação |
| 22 | Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI | Procuradoria Regional Federal da 2ª Região | 17 de março de 2009 |
| 23 | Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA | Procuradoria Federal no Estado do Amazonas | 17 de março de 2009 |
| 24 | Instituto Federal do Acre | Procuradoria Federal no Estado do Acre | 17 de março de 2009 |
| 25 | Instituto Federal de Alagoas | Procuradoria Federal no Estado de Alagoas | 17 de março de 2009 |
| 26 | Instituto Federal do Amapá | Procuradoria Federal no Estado do Amapá | 17 de março de 2009 |
| 27 | Instituto Federal do Amazonas | Procuradoria Federal no Estado do Amazonas | 17 de março de 2009 |
| 28 | Instituto Federal da Bahia | Procuradoria Federal no Estado da Bahia | 17 de março de 2009 |
| 29 | Instituto Federal Baiano | Procuradoria Federal no Estado da Bahia | 17 de março de 2009 |
| 30 | Instituto Federal de Brasília | Procuradoria Regional Federal da 1ª Região | 17 de março de 2009 |
| 31 | Instituto Federal do Ceará | Procuradoria Federal no Estado do Ceará | 17 de março de 2009 |
| 32 | Instituto Federal do Espírito Santo | Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo | 17 de março de 2009 |
| 33 | Instituto Federal de Goiás | Procuradoria Federal no Estado de Goiás | 17 de março de 2009 |
| 34 | Instituto Federal Goiano | Procuradoria Federal no Estado de Goiás | 17 de março de 2009 |
| 35 | Instituto Federal do Maranhão | Procuradoria Federal no Estado do Maranhão | 17 de março de 2009 |
| 36 | Instituto Federal de Minas Gerais | Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais | 17 de março de 2009 |
| 37 | Instituto Federal do Norte de Minas Gerais | Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais na cidade de Montes Claros | 17 de março de 2009 |
| 38 | Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais | Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais na cidade de Juiz de Fora | 17 de março de 2009 |
| 39 | Instituto Federal do Sul de Minas Gerais | Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais na cidade de Poços de Caldas | 17 de março de 2009 |
| 40 | Instituto Federal do Triângulo Mineiro | Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais na cidade de Uberaba | 17 de março de 2009 |
| 41 | Instituto Federal de Mato Grosso | Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso | 17 de março de 2009 |
| 42 | Instituto Federal de Mato Grosso do Sul | Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso do Sul | 17 de março de 2009 |
| 42 | Instituto Federal do Pará | Procuradoria Federal no Estado do Pará | 17 de março de 2009 |
| 44 | Instituto Federal da Paraíba | Procuradoria Federal no Estado da Paraíba | 17 de março de 2009 |
| 45 | Instituto Federal de Pernambuco | Procuradoria Regional Federal da 5ª Região | 17 de março de 2009 |
| 46 | Instituto Federal do Sertão Pernambucano | Procuradoria Seccional Federal de Petrolina | 17 de março de 2009 |
| 47 | Instituto Federal do Piauí | Procuradoria Federal no Estado do Piauí | 17 de março de 2009 |
| 48 | Instituto Federal do Paraná | Procuradoria Federal no Estado do Paraná | 17 de março de 2009 |
| 49 | Instituto Federal do Rio de Janeiro | Procuradoria Regional Federal da 2ª Região | 17 de março de 2009 |
| 50 | Instituto Federal Fluminense | Escritório de Representação da Procuradoria Regional Federal da 2ª Região na cidade de Campos dos Goytacazes | 17 de março de 2009 |
| 51 | Instituto Federal do Rio Grande do Norte | Procuradoria Federal no Estado do Rio Grande do Norte | 17 de março de 2009 |
| 52 | Instituto Federal do Rio Grande do Sul | Escritório de Representação da Procuradoria Regional Federal da 4ª Região na cidade de Bento Gonçalves | 17 de março de 2009 |
| 53 | Instituto Federal Farroupilha | Escritório de Representação da Procuradoria Regional Federal da 4ª Região na cidade de Santa Maria | 17 de março de 2009 |
| 54 | Instituto Federal Sul-rio-grandense | Procuradoria Seccional Federal de Pelotas | 17 de março de 2009 |
| 55 | Instituto Federal de Rondônia | Procuradoria Federal no Estado de Rondônia | 17 de março de 2009 |
| 56 | Instituto Federal de Roraima | Procuradoria Federal no Estado de Roraima | 17 de março de 2009 |
| 57 | Instituto Federal de Santa Catarina | Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina | 17 de março de 2009 |
| 58 | Instituto Federal Catarinense | Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina da cidade de Blumenau | 17 de março de 2009 |
| 59 | Instituto Federal de São Paulo | Procuradoria Regional Federal da 3ª Região | 17 de março de 2009 |
| 60 | Instituto Federal Sergipe | Procuradoria Federal no Estado de Sergipe | 17 de março de 2009 |
| 61 | Instituto Federal do Tocantins | Procuradoria Federal no Estado de Tocantins | 17 de março de 2009 |
| 62 | Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ | Procuradoria Regional Federal da 2ª Região | 17 de março de 2009 |
| 63 | Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG | Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais | 17 de março de 2009 |
| 64 | Colégio Pedro II – CP-II/RJ | Procuradoria Regional Federal da 2ª Região | 17 de março de 2009 |
| 65 | Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES | Procuradoria Regional Federal da 1ª Região | 17 de março de 2009 |
| 66 | Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ | Procuradoria Regional Federal da 5ª Região | 17 de março de 2009 |
| 67 | Fundação Universidade do Amazonas - FUA | Procuradoria Federal no Estado do Amazonas | 17 de março de 2009 |
| 68 | Fundação Universidade de Brasília - FUB | Procuradoria Regional Federal da 1ª Região | 17 de março de 2009 |
| 69 | Fundação Universidade Federal do ABC/SP - UFABC | Escritório de Representação da Procuradoria Regional Federal da 3ª Região na cidade de Santo André | 17 de março de 2009 |
| 70 | Fundação Universidade Federal do Acre - UFAC | Procuradoria Federal no Estado do Acre | 17 de março de 2009 |
| 71 | Fundação Universidade Federal do Amapá - UNIFAP | Procuradoria Federal no Estado do Amapá | 17 de março de 2009 |
| 72 | Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA | Procuradoria Regional Federal da 4ª Região | 17 de março de 2009 |
| 73 | Fundação Universidade Federal da Grande Dourados/MS - UFGS | Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso do Sul na cidade de Dourados | 17 de março de 2009 |
| 74 | Fundação Universidade Federal do Maranhão - UFMA | Procuradoria Federal no Estado do Maranhão | 17 de março de 2009 |
| 75 | Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - FUFMT | Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso | 17 de março de 2009 |
| 76 | Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - FUFMS | Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso do Sul | 17 de março de 2009 |
| 77 | Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - FUFOP | Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais na cidade de Ouro Preto | 17 de março de 2009 |
| 78 | Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA | Escritório de Representação da Procuradoria Regional Federal da 4ª Região na cidade de Bagé | 17 de março de 2009 |
| 79 | Fundação Universidade Federal de Pelotas – FUFPEL | Procuradoria Seccional Federal de Pelotas | 17 de março de 2009 |
| 80 | Fundação Universidade Federal do Piauí – FUFPI | Procuradoria Federal no Estado do Piauí | 17 de março de 2009 |
| 81 | Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG | Escritório de Representação da Procuradoria Regional Federal da 4ª Região na cidade de Rio Grande | 17 de março de 2009 |
| 82 | Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR | Procuradoria Federal no Estado de Rondônia | 17 de março de 2009 |
| 83 | Fundação Universidade Federal de Roraima - UFRR | Procuradoria Federal no Estado de Roraima | 17 de março de 2009 |
| 84 | Fundação Universidade Federal São Carlos/SP – FUFSCAR | Escritório de Representação da Procuradoria Regional Federal da 3ª Região na cidade de São Carlos | 17 de março de 2009 |
| 85 | Fundação Universidade Federal de São João del Rei/MG - UFSJ | Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais na cidade de Ouro Preto | 17 de março de 2009 |
| 86 | Fundação Universidade Federal Sergipe - UFSE | Procuradoria Federal no Estado de Sergipe | 17 de março de 2009 |
| 87 | Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT | Procuradoria Federal no Estado de Tocantins | 17 de março de 2009 |
| 88 | Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF | Procuradoria Seccional Federal de Petrolina | 17 de março de 2009 |
| 89 | Fundação Universidade Federal de Viçosa/MG - FUFV | Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais na cidade de Barbacena | 17 de março de 2009 |
| 90 | Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE | Procuradoria Regional Federal da 1ª Região | 17 de março de 2009 |
| 91 | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP | Procuradoria Regional Federal da 1ª Região | 17 de março de 2009 |
| 92 | Universidade Federal de Alagoas - UFAL | Procuradoria Federal no Estado de Alagoas | 17 de março de 2009 |
| 93 | Universidade Federal de Alfenas/MG - UNIFAL | Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais na cidade de Varginha | 17 de março de 2009 |
| 94 | Universidade Federal da Bahia - UFBA | Procuradoria Federal no Estado da Bahia | 17 de março de 2009 |
| 95 | Universidade Federal de Campina Grande/PB - UFCG | Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado da Paraíba na cidade de Campina Grande | 17 de março de 2009 |
| 96 | Universidade Federal do Ceará - UFC | Procuradoria Federal no Estado do Ceará | 17 de março de 2009 |
| 97 | Universidade Federal do Espírito Santo - UFES | Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo | 17 de março de 2009 |
| 98 | Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO | Procuradoria Regional Federal da 2ª Região | 17 de março de 2009 |
| 99 | Universidade Federal Fluminense - UFF | Procuradoria Seccional Federal de Niterói | 17 de março de 2009 |
| 100 | Universidade Federal de Goiás - UFG | Procuradoria Federal no Estado de Goiás | 17 de março de 2009 |
| 101 | Universidade Federal Itajubá/MG - UNIFEI | Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais na cidade de Poços de Caldas | 17 de março de 2009 |
| 102 | Universidade Federal de Juiz de Fora/MG - UFJF | Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais na cidade de Juiz de Fora | 17 de março de 2009 |
| 103 | Universidade Federal de Lavras/MG - UFLA | Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais na cidade de Varginha | 17 de março de 2009 |
| 104 | Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG | Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais | 17 de março de 2009 |
| 105 | Universidade Federal de Pernambuco - UFPE | Procuradoria Regional Federal da 5ª Região | 17 de março de 2009 |
| 106 | Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC | Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina | 17 de março de 2009 |
| 107 | Universidade Federal Santa Maria/RS – UFSM | Escritório de Representação da Procuradoria Regional Federal da 4ª Região na cidade de Santa Maria | 17 de março de 2009 |
| 108 | Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP | Procuradoria Regional Federal da 3ª Região | 17 de março de 2009 |
| 109 | Universidade Federal do Pará - UFPA | Procuradoria Federal no Estado do Pará | 17 de março de 2009 |
| 110 | Universidade Federal da Paraíba - UFPB | Procuradoria Federal no Estado da Paraíba | 17 de março de 2009 |
| 111 | Universidade Federal do Paraná - UFPR | Procuradoria Federal no Estado do Paraná | 17 de março de 2009 |
| 112 | Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB | Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado da Bahia na cidade de Feira de Santana | 17 de março de 2009 |
| 113 | Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN | Procuradoria Federal no Estado do Rio Grande do Norte | 17 de março de 2009 |
| 114 | Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS | Procuradoria Regional Federal da 4ª Região | 17 de março de 2009 |
| 115 | Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ | Procuradoria Regional Federal da 2ª Região | 17 de março de 2009 |
| 116 | Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA | Procuradoria Federal no Estado do Pará | 17 de março de 2009 |
| 117 | Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE | Procuradoria Regional Federal da 5ª Região | 17 de março de 2009 |
| 118 | Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ | Escritório de Representação da Procuradoria Regional Federal da 2ª Região na cidade de Duque de Caxias | 17 de março de 2009 |
| 119 | Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA | Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado do Rio Grande do Norte na cidade de Mossoró | 17 de março de 2009 |
| 120 | Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM | Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais na cidade de Uberaba | 17 de março de 2009 |
| 121 | Universidade Federal de Uberlândia - FUFUB | Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais na cidade de Uberlândia | 17 de março de 2009 |
| 122 | Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM | Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais na cidade de Diamantina | 17 de março de 2009 |
| 123 | Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR | Procuradoria Federal no Estado do Paraná | 17 de março de 2009 |
| 124 | Comissão de Valores Mobiliários – CVM | Procuradoria Regional Federal da 2ª Região | 1º de setembro de 2009 |
| 125 | Superintendência de Seguros Privados – SUSEP | Procuradoria Regional Federal da 2ª Região | 1º de setembro de 2009 |
| 126 | Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM | Procuradoria Federal no Estado do Pará | 17 de março de 2009 |
| 127 | Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE | Procuradoria Regional Federal da 5ª Região **(Retificada no D. O. de 26.5.2009)** | 17 de março de 2009 |
| 128 | Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS | Procuradoria Federal no Estado do Ceará | 17 de março de 2009 |
| 129 | Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO | Procuradoria Regional Federal da 1ª Região | 17 de março de 2009 |
| 130 | Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE | Procuradoria Regional Federal da 1ª Região | 1º de setembro de 2009 |
| 131 | Fundação Nacional do Índio – FUNAI | Procuradoria Regional Federal da 1ª Região | 17 de março de 2009 |
| 132 | Agência Nacional de Águas–ANA | Procuradoria Regional Federal da 1ª Região | 17 de março de 2009 |
| 133 | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA | Todas as Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação | 1º de maio de 2009 |
| 134 | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio | Todas as Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação | 1º de maio de 2009 |
| 135 | Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ | Procuradoria Regional Federal da 2ª Região | 17 de março de 2009 |
| 136 | Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL | Procuradoria Regional Federal da 1ª Região | 1º de maio de 2009 |
| 137 | Agência Nacional do Petróleo – ANP | Procuradoria Regional Federal da 2ª Região | 1º de setembro de 2009 |
| 138 | Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM | Todas as Procuradorias Regionais Federais e Procuradorias Federais nos Estados | 1º de setembro de 2009 |
| 139 | Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP | Procuradoria Regional Federal da 1ª Região | 17 de março de 2009 |
| 140 | Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE | Procuradoria Regional Federal da 2ª Região | 17 de março de 2009 |
| 141 | Instituto Nacional do Seguro Social – INSS | Todas as Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação | 17 de março de 2009 |
| 142 | Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG | Procuradoria Regional Federal da 1ª Região | 17 de março de 2009 |
| 143 | Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS | Procuradoria Regional Federal da 2ª Região | 1º de setembro de 2009 |
| 144 | Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA | Procuradoria Regional Federal da 1ª Região | 1º de setembro de 2009 |
| 145 | Fundação Nacional de Saúde – FUNASA | Procuradoria Regional Federal da 1ª Região | 1º de setembro de 2009 |
| 146 | Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ | Procuradoria Regional Federal da 2ª Região | 17 de março de 2009 |
| 147 | Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO | Procuradoria Regional Federal da 3ª Região | 17 de março de 2009 |
| 148 | Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ | Procuradoria Regional Federal da 1ª Região | 17 de março de 2009 |
| 149 | Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT | Procuradoria Regional Federal da 1ª Região | 1º de setembro de 2009 |
| 150 | Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT | Todas as Procuradorias Regionais Federais e Procuradorias Federais nos Estados | 1º de setembro de 2009 |
| 151 | EMBRATUR – Instituto Brasileiro do Turismo | Procuradoria Regional Federal da 1ª Região | 17 de março de 2009 |

**PORTARIA Nº275, DE 18 DE MARÇO DE 2009.**

*Fixa a competência territorial da Procuradoria Seccional Federal em Varginha/MG e atribui competências aos órgãos de execução que especifica.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 377, de 17 de março de 2009, resolve:

Art. 1º Fixar a competência territorial da Procuradoria Seccional Federal em Varginha/MG aos limites geográficos dos municípios de Aiuruoca, Alagoa, Alfenas, Alterosa, Areado, Baependi, Bocaina de Minas, Cambuquira, Campanha, Campo do Meio, Campos Gerais, Careaçu, Carmo da Cachoeira, Carmo de Minas, Carrancas, Carvalhos, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Cordislândia, Cristina, Cruzília, Dom Viçoso, Elói Mendes, Fama, Heliodora, Itamonte, Itanhandu, Jesuânia, Lambari, Liberdade, Maria da Fé, Minduri, Monsenhor Paulo, Monte Belo, Olímpio Noronha, Paraguaçu, Passa Quatro, Passa-Vinte, Pouso Alto, Santana da Vargem, São Bento Abade, São Gonçalo do Sapucaí, São Lourenço, São Sebastião do Rio Verde, São Thomé das Letras, Seritinga, Serrania, Serranos, Soledade de Minas, Três Corações, Três Pontas, Turvolândia, Varginha e Virgínia.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Varginha/MG prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS relativamente à matéria administrativa em Varginha/MG.

Art. 3º A representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS no município de Lavras/MG permanece com a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 4º As Procuradorias Federais junto à Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL e à Universidade Federal de Lavras - UFLA prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações no Estado de Minas Gerais.

Art. 5º As Procuradorias elencadas nos artigos 2º, 3º e 4º e a Procuradoria Seccional Federal em Varginha/MG prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 5º-A. Atribuir à Procuradoria Seccional Federal em Varginha/MG a representação judicial da Universidade Federal de Lavras - UFLA nas ações judiciais em que seja autora, ré ou parte interessada, em trâmite na Vara Federal da Subseção Judiciária de Lavras/MG, na Vara Trabalhista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região em Lavras/MG e nas varas da Justiça Estadual localizadas na área de competência territorial do Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Lavras/MG. **(Incluído pela Portaria nº 794, de 11.8.2009)**

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 19.3.2009.

**PORTARIA Nº 304, DE 26 DE MARÇO DE 2009.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 3ª Região a representação judicial da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 3ª Região a representação judicial da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, observada a sua competência territorial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 27.3.2009.

**PORTARIA Nº 332, DE 30 DE MARÇO DE 2009.**

*Dispõe sobre a colaboração do Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em São José do Rio Preto/SP à Procuradoria Federal Especializada junto ao IBAMA em Araçatuba/SP.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em São José do Rio Preto/SP prestará colaboração à Procuradoria Federal Especializada junto ao IBAMA em Araçatuba/SP, nos processos em trâmite na Justiça Federal em São José do Rio Preto/SP em que seja parte o IBAMA, sob a coordenação do Procurador-Chefe do primeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 1º.4.2009.

**PORTARIA Nº359, DE 8 DE ABRIL DE 2009.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200 de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, da Fundação Osório e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, observada sua competência territorial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 13.4.2009.

**PORTARIA Nº364, DE 8 DE ABRIL DE 2009.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 3ª Região as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos em matéria administrativa da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 3ª Região as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos em matéria administrativa da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, observada sua competência territorial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 13.4.2009.

**PORTARIA Nº 376, DE 13 DE ABRIL 2009.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, observado o disposto na Portaria AGU nº 482, de 1º de abril de 2009 e considerando o teor da Portaria PGF nº 765 de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Seccional Federal em Cascavel/PR a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais bem como a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 888, de 05 de setembro de 2008 e na Portaria PGF nº 267, de 17 de março de 2009.

Art. 2º Atribuir à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Cascavel/PR a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em Cascavel/PR em matéria administrativa.

Art. 3º As representações da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS nos municípios de Foz do Iguaçu/PR, Francisco Beltrão/PR, Pato Branco/PR e Toledo/PR permanecem com a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, observadas suas respectivas competências territoriais.

Art. 4º As Procuradorias elencadas nos artigos 2º e 3º e a Procuradoria Seccional Federal em Cascavel/PR prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 5º Todas as citações e intimações dirigidas à qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Cascavel/PR, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 15.4.2009.

**PORTARIA Nº379, DE 15 DE ABRIL DE 2009.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 3ª Região a representação judicial do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 3ª Região a representação judicial do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, a partir de 27 de abril de 2009, observada a sua competência territorial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 16.4.2009.

**PORTARIA Nº 409, DE 27 DE ABRIL DE 2009.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, observado o disposto na Portaria AGU nº 597, de 27 de abril de 2009 e considerando o teor da Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Seccional Federal em São José dos Campos/SP a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, bem como a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 17 de março de 2009.

Art. 2º Atribuir à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em São José dos Campos/SP a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em São José dos Campos/SP em matéria administrativa.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS e a Procuradoria Seccional Federal em São José dos Campos/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em São José dos Campos/SP, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 28.4.2009.

**PORTARIA Nº 427, DE 28 DE ABRIL DE 2009.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos em licitações e contratos administrativos da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos em licitações e contratos administrativos da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, observada a sua competência territorial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 30.4.2009.

**PORTARIA Nº 436, DE 29 DE ABRIL DE 2009.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nas ações de acidente de trabalho.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nas ações de acidente de trabalho em trâmite nas varas cíveis de Campo Grande/MS e no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 4.5.2009, retificada no D. O. de 6.5.2009.

**PORTARIA Nº 457, DE 8 DE MAIO DE 2009.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO,** no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 222, de 26 de abril de 2004 e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias Federais Especializadas junto à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e às Procuradorias Federais junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Fundação Jorge Duprat de Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO, Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFET/SP, Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações no Estado de São Paulo.

§ 1º A atribuição de que trata o *caput*, relativamente ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Regional e das Gerências Executivas do INSS em São Paulo/SP em matéria de benefícios.

§ 2º Observar-se-á o disposto na Portaria PGF nº 364, de 8 de abril de 2009, quanto à consultoria e o assessoramento jurídicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

§ 3º Observar-se-á o disposto na Portaria PGF nº 311, de 17 de maio de 2007, e na Portaria PGF nº 263, de 12 de março de 2009, quanto à consultoria e o assessoramento jurídicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

§ 4º **(Incluído pela Portaria/PGF nº 518, de 25.5.2009 – D. O. de 26.5.2009, e excluído pela Portaria nº 684, de 6.11.2017)**[[300]](#footnote-301)

Art. 2º As Procuradorias elencadas no artigo 1º e a Procuradoria Regional Federal da 3ª Região prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 3º A Procuradoria Regional Federal da 3ª Região exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, ressalvadas as competências atribuídas no artigo 1º e observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009.

Parágrafo único. A assunção da representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS obedecerá ao seguinte cronograma:

I - imediatamente, relativamente às ações de competência dos Juizados Especiais Federais e as que envolverem matéria de pessoal, servidor público e patrimônio imobiliário; e,

II - a partir de 31 de julho de 2009, relativamente às demais ações. **(Redação dada pela Portaria nº 763, de 4.8.2009)**

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Regional Federal da 3ª Região, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 11.5.2009.

**PORTARIA Nº 465, DE 11 DE MAIO DE 2009.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, observado o disposto na Portaria AGU nº 633, de 11 de maio de 2009 e considerando o teor da Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Seccional Federal em Campinas/SP a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, bem como a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 17 de março de 2009.

Art. 2º Atribuir à Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Campinas/SP a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em Campinas/SP em matéria administrativa.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS e a Procuradoria Seccional Federal em Campinas/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Campinas/SP, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 12.5.2009.

**PORTARIA Nº 499, DE 20 DE MAIO DE 2009.**

*Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal no Estado de Tocantins às Procuradorias Federais junto à Fundação Universidade Federal de Tocantins - UFT e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins - IFET/TO, nas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos.*

**OPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do artigo 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado de Tocantins prestará colaboração às Procuradorias Federais junto à Fundação Universidade Federal de Tocantins - UFT e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins - IFET/TO, nas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, sob a coordenação do responsável pela primeira, a partir de 1º de maio de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ratificando-se os atos anteriormente praticados.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 21.5.2009.

**PORTARIA Nº 522, DE 29 DE MAIO DE 2009.**

*Atribui às Procuradorias Federais nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte a representação judicial do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.*

**OSUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias Federais nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte a representação judicial do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, observadas as suas competências territoriais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 1º.6.2009.

**PORTARIA Nº 537, DE 2 DE JUNHO DE 2009.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e as Procuradorias FederaisEspecializadas junto ao IBAMA e INSS em Araçatuba/SP.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e as Procuradorias Federais Especializadas junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Araçatuba/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do procurador federal responsável pela instalação da Procuradoria Seccional Federal naquele Município.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria PGF nº 1.382, de 19 de dezembro de 2008.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 3.6.2009.

**PORTARIA Nº 538, DE 2 DE JUNHO DE 2009.**

*Atribui às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, respeitadas suas competências territoriais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 3.6.2009.

**PORTARIA Nº 564, DE 10 DE JUNHO DE 2009.**

*Altera a coordenação da colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Montes Claros/MG.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, e considerando o disposto na Portaria PGF nº 1.373, de 19 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º A coordenação da colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Montes Claros/MG passa a ser do titular desta última.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 12.6.2009.

**PORTARIA Nº 573, DE 12 DE JUNHO DE 2009.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 760, de 10 de junho de 2009 e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e às Procuradorias Federais junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - IFET/SEMG e à Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, a consultoria e o assessoramento jurídicos das referidas autarquias, na cidade de Juiz de Fora/MG.

Parágrafo único. Observar-se-á o disposto na Portaria PGF nº 311, de 17 de maio de 2007, quanto à consultoria e o assessoramento jurídicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Juiz de Fora/MG prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Juiz de Fora/MG.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o *caput* não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º As Procuradorias elencadas nos artigos 1º e 2º e a Procuradoria Seccional Federal em Juiz de Fora/MG prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º A Procuradoria Seccional Federal em Juiz de Fora/MG exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, ressalvadas as competências atribuídas nos artigos 1º e 2º e observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009.

Art. 5º Todas as citações e intimações dirigidas às autarquias ou fundações públicas federais serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Juiz de Fora/MG, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 16.6.2009.

**PORTARIA Nº626, DE 26 DE JUNHO DE 2009.**

*Altera a coordenação da colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Marília/ SP.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, e considerando o disposto na Portaria PGF nº 1.083, de 24 de outubro de 2008, resolve:

Art. 1º A coordenação da colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Marília/SP passa a ser do titular do primeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 29.6.2009.

**PORTARIA Nº 646, DE 30 DE JUNHO DE 2009.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a representação judicial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.*

**OSUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a representação judicial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, observada a sua competência territorial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 1º.7.2009.

**PORTARIA Nº 656, DE 8 DE JULHO DE 2009.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, a partir de 13 de julho de 2009, observada a sua competência territorial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 9.7.2009.

**PORTARIA Nº 665, DE 14 DE JULHO DE 2009.**

*Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio - FUNAI aos órgãos de execução que indica e nos termos em que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando ainda o disposto no processo administrativo nº 00407.001384/2009-51, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio - FUNAI e o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Bauru/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do Procurador responsável pelo último.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio - FUNAI em Itanhaém/SP prestará colaboração à Procuradoria Regional Federal da 3ª Região, sob a coordenação do Procurador responsável pela última.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 15.7.2009.

**PORTARIA Nº 671, DE 16 DE JULHO DE 2009.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, observando o disposto na Portaria AGU nº 912, de 8 de julho de 2009, e considerando o teor da Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Criciúma/SC exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvada a competência atribuída no artigo 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Criciúma/SC prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Criciúma/SC.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o *caput* não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Procuradoria Seccional Federal em Criciúma/SC prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Parágrafo único. Observar-se-á o disposto na Portaria PGF nº 520, de 27 de maio de 2009, relativamente às Representações da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Laguna/SC e Tubarão/SC.

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Criciúma/SC, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 17.7.2009.

**PORTARIA Nº 709, DE 27 DE JULHO DE 2009.**

*Estabelece condições para o cumprimento do cronograma previsto no Anexo da Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das competências de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002;

Considerando a necessidade de adoção de providências administrativas para viabilização do acesso aos sistemas informatizados de dívida ativa e o dever de assegurar a continuidade das atividades de cobrança e recuperação de créditos das autarquias e fundações públicas federais, resolve:

Art. 1º A aplicação do disposto no art. 2° da Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, em relação às autarquias e fundações públicas federais relacionadas no Anexo, fica condicionada à efetiva viabilização de acesso aos sistemas de dívida ativa às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação.

§ 1º A Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da PGF e as Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações relacionadas no Anexo adotarão as providências necessárias para garantir às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação o pleno acesso aos sistemas de dívida ativa.

§ 2º As Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações referidas no Anexo informarão mensalmente à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da PGF as providências adotadas para viabilização do acesso aos sistemas pelos órgãos de execução da PGF referenciados no caput.

Art. 2º As Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações mencionadas no Anexo encaminharão bimestralmente à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da PGF relatório informando o quantitativo de créditos inscritos em divida ativa, o respectivo valor global, o montante arrecadado no período e o estoque de créditos pendentes de inscrição, até que seja disponibilizado o acesso aos sistemas de dívida ativa aos órgãos de execução da PGF referenciados no caput do art. 1º desta Portaria.

Parágrafo único. O relatório deverá ser encaminhado até o quinto dia útil do mês subsequente ao bimestre vencido, preferencialmente por meio eletrônico.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 28.7.2009.

**ANEXO**

I - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC

II - Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS

III - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

IV - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

V - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

VI - Agência Nacional do Cinema - ANCINE

VII - Agência Nacional do Petróleo - ANP

VIII - Comissão de Valores Mobiliários - CVM

IX - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

X - Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM

XI - Fundação Nacional de Saúde - FUNASA

XII - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

XIII - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, nas unidades da Federação onde não esteja instalado o Sistema de Gestão Integrado (SGI)

XIV - Superintendência de Seguros Privados – SUSEP

**PORTARIA Nº 724, DE 29 DE JULHO DE 2009.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a representação judicial do Departamento Nacional de Produção Mineral -DNPM.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o teor do processo administrativo nº 00407.005298/2009-18, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a representação judicial do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, a partir do dia 17 de agosto de 2009, observada sua competência territorial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 30.7.2009.

**PORTARIA Nº 725, DE 29 DE JULHO DE 2009.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre os órgãos de execução que indica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º As Procuradorias Federais Especializadas junto à Fundação Nacional do Índio - FUNAI e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD e o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal, todos em Dourados/MS, bem como a Procuradoria Federal Especializada junto à FUNAI em Amambai/MS, prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela instalação da Procuradoria Seccional Federal em Dourados/MS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 30.7.2009.

**PORTARIA Nº 726, DE 29 DE JULHO DE 2009.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a consultoria e o assessoramento jurídicos do Instituto Federal de Brasília, pelo prazo que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a consultoria e o assessoramento jurídicos do Instituto Federal de Brasília, no período de 20 a 30 de julho de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 30.7.2009.

**PORTARIA Nº 751, DE 31 DE JULHO DE 2009.**

*Dispõe sobre a colaboração temporária da Procuradoria Federal no Estado de Goiás à Procuradoria Federal Especializada junto à FUNAI em Goiás, nos termos em que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o teor do processo administrativo nº 00459.001208/2009-12, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado de Goiás prestará colaboração temporária à Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio - FUNAI em Goiás, nas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos da Administração Executiva Regional da FUNAI em Goiânia/GO até 31 de dezembro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 3.8.2009.

**PORTARIA Nº 768, DE 5 DE AGOSTO DE 2009.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região as competências que especifica e dá outras providências.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região, observada a sua competência territorial:

I - a representação judicial e as atividades de consultoria jurídica da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a partir de 3 de agosto de 2009;

II - a representação judicial do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, a partir de 10 de agosto de 2009.

Art. 2º A Procuradoria Federal junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE permanecerá responsável pelas atividades de assessoramento jurídico da autarquia.

Art. 3º A Procuradoria Regional Federal da 5ª Região e a Procuradoria Federal junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do titular da primeira.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 6.8.2009.

**PORTARIA Nº 775, DE 7 DE AGOSTO DE 2009.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos em matéria de benefícios e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, observada a sua competência territorial.

Art. 2º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 5ª Região as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos em matéria de benefícios da Gerência Regional e da Gerência Executiva do INSS em Recife/PE.

Art. 3º A Procuradoria Regional Federal da 5ª Região e a Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Recife/PE prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do titular da primeira.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 3 de agosto de 2009.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 10.8.2009.

**PORTARIA Nº 832, DE 20 DE AGOSTO DE 2009.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

**OPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 1.153, de 19 de agosto de 2009 e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Ilhéus/BA exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendoos em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvada a competência atribuída no artigo 2º.

Parágrafo único. A Procuradoria Seccional Federal em Ilhéus/BA exercerá a defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades no âmbito de sua competência territorial e, ainda, em Eunápolis/BA. **(Redação dada pela Portaria nº 1.200, de 26.11.2009)**

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Ilhéus/BA prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Itabuna/BA.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o *caput* não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS e a Procuradoria Seccional Federal em Ilhéus/BA prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Parágrafo único. Incluem-se na colaboração de que trata o **caput** as Representações das Procuradorias Federais Especializadas junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA em Eunápolis/BA e a Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio - FUNAI em Porto Seguro/BA. **(Redação dada pela Portaria nº 1.200, de 26.11.2009)**

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Ilhéus/BA, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 21.8.2009.

**PORTARIA Nº 863, DE 28 DE AGOSTO DE 2009.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 1.121, de 5 de agosto de 2008 e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Pelotas/RS exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendoos em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvada a competência atribuída nos artigos 2º e 3º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Pelotas/RS prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Pelotas/RS.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o caput não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º As Procuradorias Federais junto ao Instituto Federal Sul-rio-grandense e à Fundação Universidade Federal de Pelotas - FUFPEL prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquia e fundação no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 4º As Procuradorias elencadas nos artigos 2º e 3º e a Procuradoria Seccional Federal em Pelotas/RS prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Parágrafo único. Inclui-se na colaboração de que trata o caput o Escritório de Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Bagé/RS e a Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

Art. 5º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Pelotas/RS, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 6º A Procuradoria Seccional Federal em Pelotas/RS exercerá ainda a representação judicial da Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, relativamente às ações judiciais em que seja autora, ré ou parte interessada, em trâmite na Vara Federal e Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Bagé/RS, nas varas trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região em Bagé/RS e nas varas da Justiça Estadual localizadas na área de competência territorial do Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Bagé/RS.

Parágrafo único. A Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos à respectiva autarquia no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 7º A Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS no Município de Bagé/RS permanece com a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, observado o disposto na Portaria PGF nº 520, de 27 de maio de 2009.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogada a Portaria PGF nº 746, de 12 de agosto de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13.08.2008, Seção 1, p. 11.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 31.8.2009.

**PORTARIA Nº 865, DE 28 DE AGOSTO DE 2009.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 1.222, de 26 de agosto de 2009 e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Rio Grande/RS exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendoos em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvada a competência atribuída no artigo 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da respectiva fundação no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º A Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG e a Procuradoria Seccional Federal em Rio Grande/RS prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Rio Grande/RS, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 31.8.2009.

**PORTARIA Nº 868, DE 28 DE AGOSTO DE 2009.**

*Atribui às Procuradorias Federais nos Estados de Mato Grosso do Sul e Tocantins a representação judicial do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, e considerando o contido no processo nº 00407.005443/2009-61, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias Federais nos Estados de Mato Grosso do Sul e Tocantins a representação judicial do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, observadas suas respectivas competências territoriais, a partir de 31 de agosto de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 31.8.2009.

**ORTARIA Nº 893, DE 4 DE SETEMBRO DE 2009.**

*Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal do Tocantins à Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Palmas/TO.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal do Tocantins prestará colaboração à Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Palmas/TO, sob a coordenação do responsável pela Procuradoria Federal no Estado do Tocantins, a partir de 1º de setembro de 2009.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando convalidados os atos anteriormente praticados.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 9.9.2009.

**PORTARIA Nº 914, DE 16 DE SETEMBRO DE 2009.**

*Dispõe sobre a centralização das atividades de análise e inscrição em dívida ativa dos créditos da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e altera o cronograma previsto no Anexo da Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das competências de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o teor do art. 1º da Portaria PGF nº 709, de 27 de julho de 2009, o disposto no § 5º do art. 2º da Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, bem como que o Sistema de Dívida Ativa da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC já está apto a ser utilizado pelas Procuradorias Regionais Federais e pelas Procuradorias Federais nos Estados, resolve:

Art. 1º As Procuradorias Regionais Federais e as Procuradorias Federais nos Estados assumirão, a partir de 21 de setembro de 2009, as atividades de apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e a sua inscrição em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Parágrafo único. Havendo viabilidade técnica, a Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC ou a Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos poderão propor que as competências descritas no **caput** sejam atribuídas às Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação, observadas suas competências territoriais.

Art. 2º A Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos, a Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos da Procuradoria-Geral Federal e a Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC estabelecerão as rotinas para o cumprimento desta Portaria. (\*)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o disposto no item 14 do Anexo da Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 17.03.2009, Seção 1, p. 2-4.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

(\*) A propósito do art. 2º da Portaria nº 914, de 16.9.2009, foi editada a Portaria Conjunta nº 3, de 31.12.2009 (D. O. de 11.1.2010), transcrita no rodapé do § 3º da Portaria nº 267, de 17.3.2009.

D. O. de 17.9.2009.

**PORTARIA Nº 927, DE 17 DE SETEMBRO DE 2009.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto na Portaria AGU nº 1.306, de 16 de setembro de 2009 e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Chapecó/SC exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas nos artigos 2º, 3º, 3º-A e 4º. **(Redação dada pela Portaria/PGF n° 587, de 27.7.2010)**

Parágrafo único. A Procuradoria Seccional Federal em Chapecó/SC exercerá a defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades no âmbito de sua competência territorial, bem como da competência territorial dos Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Caçador/SC, Joaçaba/SC, Concórdia/SC e São Miguel do Oeste/SC.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Chapecó/SC prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Chapecó/SC.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o **caput** não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA em Chapecó/SC prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da respectiva autarquia em Chapecó/SC.

Art. 3º-A. A Procuradoria Federal junto à Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos à respectiva autarquia.**(Incluído pela Portaria/PGF n° 587, de 27.7.2010)**

Art. 4º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA em Santa Catarina prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da respectiva autarquia em Chapecó/SC.

Art. 5º As Procuradorias elencadas nos artigos 2º, 3º e 3º-A e a Procuradoria Seccional Federal em Chapecó/SC prestarão olaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última. **(Redação dada pela Portaria/PGF n° 587, de 27.7.2010)**

Parágrafo único. Incluem-se na colaboração de que trata o **caput** os Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal e as Representações da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Caçador/SC, Joaçaba/SC, Concórdia/SC e São Miguel do Oeste/SC.

Art. 6º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Chapecó/SC, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 7º As Representações da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Caçador/SC, Joaçaba/SC, Concórdia/SC e São Miguel do Oeste/SC permanecem com a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social, observado o disposto na Portaria PGF nº 520, de 27 de maio de 2009.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 22.9.2009.

**PORTARIA Nº 937, DE 22 DE SETEMBRO DE 2009.**

*Dispõe sobre a competência da Procuradoria Federal junto à Universidade Federal da Paraíba - UFPB para responder pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos do Instituto Federal da Paraíba, quando dos afastamentos legais ou nos casos de conflito de interesse do único Procurador Federal em exercício na Procuradoria Federal junto ao referido instituto.*

**OPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal junto à Universidade Federal da Paraíba - UFPB responderá pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos do Instituto Federal da Paraíba, quando dos afastamentos legais ou nos casos de conflito de interesse do único Procurador Federal em exercício na Procuradoria Federal junto ao referido instituto.

Parágrafo único. Os titulares das unidades jurídicas mencionadas disciplinarão conjuntamente os procedimentos a serem observados para o exercício da competência de que trata o **caput.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 23.9.2009.

**PORTARIA Nº 953, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009.**

*Regulamenta a orientação técnica em tese a ser exercida pelas Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais nos termos do art. 2º da Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º As Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais exercerão a orientação técnica em tese da representação judicial das respectivas entidades, definindo as teses jurídicas e estratégias processuais a serem observadas quando o contencioso judicial envolver matéria específica de atividade fim da entidade.

Parágrafo único. A orientação técnica em tese de que trata o caput deverá contemplar, ainda, a divulgação de quaisquer acórdãos e decisões favoráveis à entidade, bem como, sempre que possível, a definição de critérios gerais para o ajuizamento de ações referentes à atividade fim da entidade, de ações civis públicas e de ações de improbidade administrativa, ou de intervenção da entidade nas mesmas, ou em ações populares.

Art. 2º As orientações técnicas em tese de que trata esta portaria deverão ser formalizadas em atos próprios, que serão encaminhados à Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal para divulgação junto às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação, e disponibilização no portal da Procuradoria-Geral Federal na Rede AGU.

Parágrafo único. Será expedida orientação técnica conjunta entre a Adjuntoria de Contencioso da PGF e a Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à entidade, quando não for possível dissociar o direito material de questão processual.

Art. 3º A Adjuntoria de Contencioso da PGF disponibilizará a consolidação dos atos referidos no artigo anterior por meio do sítio da Advocacia-Geral da União, comunicando sua edição e eventuais alterações pelo sistema AGUcorreio.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 24.9.2009.

**PORTARIA Nº 957, DE 24 DE SETEMBRO DE 2009.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Regional Federal da 5ª Região e a Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Regional Federal da 5ª Região e a Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco prestarão colaboração mútua.

Parágrafo único. Ato conjunto dos procuradores responsáveis pelas unidades mencionadas no caput disciplinará os termos da colaboração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 25.9.2009.

**PORTARIA Nº 959, DE 24 DE SETEMBRO DE 2009.**

*Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal junto à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA em Campo Grande/MS à Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal junto à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA em Campo Grande/MS prestará colaboração à Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, sob a coordenação do responsável por esta última, a partir de 28 de setembro de 2009.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 25.9.2009.

**PORTARIA Nº 1.013, DE 8 DE OUTUBRO DE 2009.**

*Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN em Campo Grande/MS à Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Campo Grande/MS.*

**OSUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO** , no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN em Campo Grande/MS prestará colaboração à Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Campo Grande/MS, sob a coordenação do responsável pela Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 9.10.2009.

**PORTARIA Nº 1.031, DE 14 DE OUTUBRO DE 2009.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 785, de 27 de novembro de 2002 e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Regional Federal da 5ª Região exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendoos em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas nos artigos 2º, 3º e 4º.

Art. 2º As Procuradorias Federais Especializadas junto à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e as Procuradorias Federais junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFET/PE, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações no Estado de Pernambuco.

§ 1º A atribuição de que trata o **caput**, relativamente à Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos da respectiva autarquia em Recife/PE, relativamente à matéria de licitações e contratos administrativos.

§ 2º Observar-se-á o disposto na Portaria PGF nº 311, de 17 de maio de 2007, quanto à consultoria e o assessoramento jurídicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Recife/PE prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Superintendência Regional e da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Recife/PE.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o **caput** não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 4º A Procuradoria Federal junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE prestará o assessoramento jurídico à respectiva autarquia no Estado de Pernambuco.

Art. 5º As Procuradorias elencadas nos artigos 2º, 3º e 4º e a Procuradoria Regional Federal da 5ª Região prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 6º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Regional Federal da 5ª Região, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 20.10.2009.

**PORTARIA Nº 1.032, DE 14 DE OUTUBRO DE 2009.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

**OPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 1.422, de 7 de outubro de 2009 e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Caruaru/PE exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendoos em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvada a competência atribuída no artigo 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Caruaru/PE prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Caruaru/PE.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o **caput** não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Procuradoria Seccional Federal em Caruaru/PE prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Caruaru/PE, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 20.10.2009.

**PORTARIA Nº 1.071, DE 21 DE OUTUBRO DE 2009.**

*Dispõe sobre a colaboração da Coordenação de Gerenciamento dos Juizados Especiais Federais da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS à Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º A Coordenação de Gerenciamento dos Juizados Especiais Federais da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS prestará colaboração à Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal, sob a coordenação do titular desta última, observado o disposto na Portaria PGF nº 926, de 18 de setembro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria PGF nº 347, de 2 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 06.04.2009, Seção 1, p. 4.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 23.10.2009.

**PORTARIA Nº 1.072, DE 21 DE OUTUBRO DE 2009.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 1.512, de 19 de outubro de 2009 e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Uruguaiana/RS exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendoos em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvada a competência atribuída no artigo 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Uruguaiana/RS prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Uruguaiana/RS.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o **caput** não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Procuradoria Seccional Federal em Uruguaiana/RS prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Parágrafo único. Inclui-se na colaboração de que trata o **caput** a Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Santana do Livramento/RS.

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Uruguaiana/RS, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Portaria PGF nº 118, de 31 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 1º.02.2008, Seção 1, pág. 2.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 23.10.2009.

**PORTARIA Nº 1.108, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2009.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Paraná a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos em matéria de benefícios e dá outras providências.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO** , no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado do Paraná a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, observada a sua competência territorial.

Art. 2º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado do Paraná as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos em matéria de benefícios da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Curitiba/PR.

Art. 3º A Procuradoria Federal no Estado do Paraná e a Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Curitiba/PR prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do titular da primeira.

Parágrafo único. Inclui-se na colaboração de que trata o **caput** a Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Paranaguá/PR.

Art. 4º A Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Paranaguá/PR permanece com a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, observado o disposto na Portaria PGF nº 520, de 27 de maio de 2009.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Portaria PGF nº 962, de 19 de setembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 23.09.2008, Seção 1, p. 39.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 9.11.2009.

**PORTARIA Nº 1.116, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2009.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica.*

**OPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 1.605, de 30 de outubro de 2009 e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Taubaté/SP exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, bem como a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 17 de março de 2009, e ressalvada a competência atribuída no art. 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Taubaté/SP prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Taubaté/SP.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o **caput** não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS e a Procuradoria Seccional Federal em Taubaté/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Parágrafo único. Inclui-se na colaboração de que trata o **caput** a Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Guaratinguetá/SP. **(Incluído pela Portaria nº 1.223, de 1º.12.2009)**

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Taubaté/SP, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 4º-A A Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS no Município de Guaratinguetá/SP permanece com a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, observado o disposto na Portaria PGF nº 520, de 27 de maio de 2009. **(Incluído pela Portaria nº 1.223, de 1º.12.2009)**

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 10.11.2009.

**PORTARIA Nº 1.118, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2009.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 1.606, de 30 de outubro de 2009 e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Sorocaba/SP exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, bem como a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 17 de março de 2009, e ressalvada a competência atribuída no art. 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Sorocaba/SP prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Sorocaba/SP.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o **caput** não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS e a Procuradoria Seccional Federal em Sorocaba/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Sorocaba/SP, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 10.11.2009.

**PORTARIA Nº 1.121, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2009.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto na Portaria AGU nº 1.593, de 28 de outubro de 2009, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Ji-Paraná/RO exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendoos em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas nos artigos 2º e 3º.

Parágrafo único. A Procuradoria Seccional Federal em Ji-Paraná/RO exercerá ainda a defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades em Ji-Paraná/RO.

Art. 2º As Procuradorias Federais Especializadas junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias no Estado de Rondônia.

Parágrafo único. Observar-se-á o disposto na Portaria PGF nº 311, de 17 de maio de 2007, quanto à consultoria e o assessoramento jurídicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio - FUNAI em Cacoal/RO exercerá a defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades em Cacoal/RO.

Art. 4º A Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio - FUNAI em Cacoal/RO e a Procuradoria Seccional Federal em Ji-Paraná/RO prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Parágrafo único. Incluem-se na colaboração de que trata o **caput** as Procuradorias Federais Especializadas junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA em Porto Velho/RO.

Art. 5º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Ji-Paraná/RO, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados, que estejam de acordo com seus termos.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

D. O. de 12.11.2009.

**PORTARIA Nº 1.169, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2009.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

**OPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 1.622, de 13 de novembro de 2009 e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Campina Grande/PB exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas nos artigos 2º e 3º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Campina Grande/PB prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Campina Grande/PB.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o **caput** não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Campina Grande - UFCG prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos à respectiva autarquia no Estado da Paraíba.

Art. 4º As procuradorias elencadas nos artigos 2º e 3º e a Procuradoria Seccional Federal em Campina Grande/PB prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Parágrafo único. Inclui-se na colaboração de que trata o **caput** a Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Sousa/PB.

Art. 5º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Campina Grande/PB, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 6º A Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS no Município de Sousa/PB permanece com a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, observado o disposto na Portaria PGF nº 520, de 27 de maio de 2009.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogada a Portaria PGF nº 938, de 17 de setembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 19.09.2008, Seção 1, p. 23.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 25.11.2009.

**PORTARIA Nº 1.171, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2009.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 1.623, de 13 de novembro de 2009 e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Poços de Caldas/MG exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendoos em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas nos artigos 2º e 3º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Poços de Caldas/MG prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Poços de Caldas/MG.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o **caput** não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos à respectiva autarquia no Estado de Minas Gerais.

Art. 4º As procuradorias elencadas nos artigos 2º e 3º e a Procuradoria Seccional Federal em Poços de Caldas/MG prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Parágrafo único. Incluem-se na colaboração de que trata o **caput** a Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Pouso Alegre/MG e a Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.

Art. 5º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Poços de Caldas/MG, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 6º A Procuradoria Seccional Federal em Poços de Caldas/MG exercerá ainda a representação judicial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, relativamente às ações judiciais em que tal entidade seja autora, ré ou parte interessada, em trâmite perante as Justiças Federal e Trabalhista em Pouso Alegre/MG, bem como nas varas da Justiça Estadual localizadas na área de competência territorial do Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Pouso Alegre/MG.

Parágrafo único. A Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos à respectiva autarquia no Estado de Minas Gerais.

Art. 7º A Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS no Município de Pouso Alegre/MG permanece com a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, observado o disposto na Portaria PGF nº 520, de 27 de maio de 2009.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogada a Portaria PGF nº 53, de 16 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 18.01.2008, Seção 1, pág. 6.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 25.11.2009.

**PORTARIA Nº 1.172, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2009.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

**OPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 1.624, de 13 de novembro de 2009 e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Osasco/SP exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendoos em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvada a competência atribuída no art. 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Osasco/SP prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Osasco/SP.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o **caput** não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Procuradoria Seccional Federal em Osasco/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Osasco/SP, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 25.11.2009.

**PORTARIA Nº 1.174, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2009.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 1.625, de 13 de novembro de 2009 e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Mossoró/RN exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvada a competência atribuída no artigo 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Mossoró/RN prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Mossoró/RN.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o **caput** não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Procuradoria Seccional Federal em Mossoró/RN prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Parágrafo único. Inclui-se na colaboração de que trata o **caput** a Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Caicó/RN.

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Mossoró/RN, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 27.11.2009.

**PORTARIA Nº 1.186, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2009.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 1.626, de 13 de novembro de 2009 e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Santos/SP exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas nos artigos 2º e 3º.

Parágrafo único. A assunção das representações judiciais atribuídas no **caput** observará o seguinte cronograma:

I - a partir de 3 de maio de 2010, a representação judicial da Fundação Nacional do Índio - FUNAI;

II - imediatamente, as atividades de todas as demais autarquias e fundações públicas federais.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Santos/SP prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Santos/SP.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o **caput** não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio - FUNAI em Itanhaém/SP prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos à Fundação Nacional do Índio - FUNAI e exercerá a defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades em Itanhaém/SP.

Art. 4º As Procuradorias elencadas nos artigos 2º e 3º e a Procuradoria Seccional Federal em Santos/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Parágrafo único. Inclui-se na colaboração de que trata o **caput** a Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Registro/SP.

Art. 5º A contar da data da assunção da representação judicial prevista no parágrafo único do artigo 1º, todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Santos/SP, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 6º A Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS no Município de Registro/SP permanece com a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, observado o disposto na Portaria PGF nº 520, de 27 de maio de 2009.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 26.11.2009.

**PORTARIA Nº 1.221, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2009.**

*Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal no Estado do Tocantins à Procuradoria Federal junto à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA em Palmas/TO.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Tocantins prestará colaboração à Procuradoria Federal junto à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA em Palmas/TO, sob a coordenação do responsável pela primeira.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 2.12.2009.

**PORTARIA Nº 1.235, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2009.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 1.658, de 1º de dezembro de 2009, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Canoas/RS exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendoos em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvada a competência atribuída no art. 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Canoas/RS prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Canoas/RS.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o **caput** não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Procuradoria Seccional Federal em Canoas/RS prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Parágrafo único. Inclui-se na colaboração de que trata o **caput** a Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Torres/RS.

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Canoas/RS, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º A Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS no Município de Torres/RS permanece com a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, observado o disposto na Portaria PGF nº 520, de 27 de maio de 2009.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 4.12.2009.

**PORTARIA Nº 1.261, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2009.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 1.675, de 3 de dezembro de 2009, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Uberlândia/MG exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendoos em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas nos artigos 2º e 3º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Uberlândia/MG prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Uberlândia/MG.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o **caput** não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Uberlândia - UFU prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos à respectiva entidade no Estado de Minas Gerais.

Art. 4º As procuradorias elencadas nos artigos 2º e 3º e a Procuradoria Seccional Federal em Uberlândia/MG prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 5º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Uberlândia/MG, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 9.12.2009.

**PORTARIA Nº 1.269, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2009.**

**OPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I, IV, V e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Revogar o art. 2º caput e Parágrafo único da Portaria PGF nº 69, de 18 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 23 de janeiro de 2008, Seção, 1, pág. 3.

Art. 2º Para fins de remoção a pedido em virtude de processo seletivo e daquela prevista no art. 7º da Portaria PGF nº 720, de 2007, em relação ao benefício previsto nos dispositivos revogados por esta Portaria, os seus efeitos permanecerão vigentes em relação aos Procuradores Federais que, na data de publicação desta Portaria, estejam lotados e em efetivo exercício em localidades definidas como de difícil provimento, desde que cumpridos os respectivos requisitos. **(Redação dada pela Portaria nº 1.330, de 30.12.2009)**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 14.12.2009.

**PORTARIA Nº 1.294, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2009.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 1.827, de 15 de dezembro de 2009, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Piracicaba/SP exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendoos em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvada a competência atribuída no art. 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Piracicaba/SP prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Piracicaba/SP.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o **caput** não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Procuradoria Seccional Federal em Piracicaba/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Parágrafo único. Inclui-se na colaboração de que trata o **caput** a Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Americana/SP.

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Piracicaba/SP, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º A Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS no Município de Americana/SP permanece com a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, observado o disposto na Portaria PGF nº 520, de 27 de maio de 2009.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 18.12.2009.

**PORTARIA Nº 1.326, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009.**

*Cria o Fórum de Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais que têm interesse em questões fundiárias, ambientais e indígenas e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Fica criado o Fórum de Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais que têm interesse em questões fundiárias, ambientais e indígenas.

§ 1º Incluem-se nas questões fundiárias, dentre outras, aquelas referentes a desapropriações e a ações de regularização fundiária.

§ 2º São membros efetivos do Fórum todos os Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais que têm interesse em questões fundiárias, ambientais e indígenas.

Art. 2º São objetivos do Fórum dos Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais e Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais que têm interesse em questões fundiárias, ambientais e indígenas:

I - discutir problemas jurídicos comuns às Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais que têm interesse em questões fundiárias, ambientais e indígenas;

II - avaliar a forma de atuação e sugerir a adoção de procedimentos uniformes pelas unidades envolvidas;

III - fomentar a execução eficiente das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos destinadas às respectivas autarquias e fundações públicas federais;

IV - promover a integração da Procuradoria-Geral Federal com as respectivas autarquias e fundações públicas federais.

§ 1º As conclusões do Fórum serão tomadas pela maioria simples de seus membros e encaminhadas ao Procurador-Geral Federal para análise e, se for o caso, aprovação e ratificação.

§ 2º O Fórum poderá, quando necessário, criar Grupos de Trabalho responsáveis pela elaboração de estudos sobre temas específicos relacionados aos seus objetivos.

Art. 3º O Fórum será dirigido por:

I - um Coordenador, escolhido pelo Procurador-Geral Federal;

II - um Coordenador Substituto, escolhido pelos membros do Fórum; e,

III - um Secretário, escolhido pelos membros do Fórum.

Art. 4º As Reuniões Ordinárias do Fórum realizar-se-ão trimestralmente, em data e local a serem definidas pelo Coordenador.

§ 1º Reuniões Extraordinárias poderão ser convocadas pelo Coordenador do Fórum, de ofício ou mediante provocação da maioria dos seus membros, após prévia autorização do Procurador-Geral Federal.

§ 2º Todos os custos de deslocamento e diárias para participação nas reuniões ordinárias, ou extraordinárias, pelos membros do colegiado, deverão ser suportados diretamente pelas respectivas Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais, a critério destas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 31.12.2009.

**PORTARIA Nº 14, DE 12 DE JANEIRO DE 2010.**

*Dispõe sobre o acompanhamento prioritário de ações relativas à cobrança e recuperação de créditos pelas Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e considerando o disposto na Portaria AGU nº 87, de 17 de fevereiro de 2003, resolve:

Art. 1° As Procuradorias Regionais Federais e Procuradorias Federais nos Estados, além das Equipes Regionais de Cobrança (ECOJUDs), farão o acompanhamento, por meio dos Núcleos de Ações Prioritárias (NAPs), das seguintes ações judiciais relativas à cobrança e recuperação de créditos: **(Redação dada pela Portaria nº 608, de 3.7.2019)**

I - ações de ressarcimento ao erário decorrentes de tomadas de contas especiais e execuções de decisões proferidas pelo Tribunal de Contas da União de valores iguais ou superiores a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); **(Redação dada pela Portaria nº 608, de 3.7.2019)**

II - ações regressivas previdenciárias de valores iguais ou superiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais), considerando-se a expectativa de ressarcimento; **(Redação dada pela Portaria nº 608, de 3.7.2019)**

III - ações de improbidade administrativa propostas pelas autarquias e fundações públicas federais ou pelo Ministério Público Federal; **(Redação dada pela Portaria nº 608, de 3.7.2019)**

IV - ações de cobrança e recuperação de créditos consolidados de valores iguais ou superiores a R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), bem como os processos judiciais em fase de cumprimento de sentença dentro da mesma faixa de valor. **(Redação dada pela Portaria nº 608, de 3.7.2019)**

§ 1º As ações regressivas previdenciárias que não ultrapassem o limite fixado no inciso I do caput e as ações de improbidade administrativa propostas pelos legitimados não elencados no inciso III do caput, em que pese não sejam acompanhadas pelos NAPs das Procuradorias Regionais Federais e das Procuradorias Federais nos Estados, além das ECOJUDs, permanecem sendo consideradas ações prioritárias no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, com atuação pelos núcleos ordinários de cobrança e pelas ECOJUDs, onde já instaladas. **(Redação dada pela Portaria nº 608, de 3.7.2019)**

§ 2º O acompanhamento de procedimentos policiais, envolvendo infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse das Autarquias e Fundações Públicas Federais, nos termos da Portaria PGF nº 566, de 18 de junho de 2019, quando necessário, também será realizado pelos NAPs. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 608, de 3.7.2019)**

Art. 2º As Procuradorias Regionais Federais e Procuradorias Federais nos Estados deverão designar ao menos um Procurador Federal para atuação exclusiva nas ações de que trata esta Portaria, de acordo com a necessidade local de cada unidade.

§ 1º A designação de que trata o **caput** e suas alterações deverão ser comunicadas à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da Procuradoria-Geral Federal.

§ 2º A atuação exclusiva de que trata o **caput**, no caso de sua impossibilidade em alguma Procuradoria Federal nos Estados, poderá ser dispensada pela Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos, mediante solicitação fundamentada do respectivo responsável.

Art. 3º O acompanhamento prioritário de que trata esta Portaria consistirá ao menos na verificação semanal do andamento processual, e, sempre que necessário, na adoção de medidas que visem a uma rápida e eficaz recuperação do crédito, incluindo o ajuizamento de ações cautelares.

Parágrafo único. As Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e os Escritórios de Representação encaminharão semestralmente, nos meses de junho e novembro, relatório circunstanciado quanto ao acompanhamento prioritário de que trata esta Portaria.

Art. 4º As ações judiciais relacionadas no art. 1º desta Portaria serão cadastradas com prioridade no Sistema AGU de Inteligência Jurídica – SAPIENS, de acordo com as orientações expedidas pela Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da Procuradoria-Geral Federal. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 608, de 3.7.2019)**

Art. 5° **(Revogado pela Portaria nº 608, de 3.7.2019)**

Art. 6° Ficam mantidas, em relação às ações previstas nesta Portaria, as competências previstas na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, em especial as que constam nos §§ 1º e 2º do seu art. 2º, passando a ser exercidas pela Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da Procuradoria-Geral Federal, em conjunto com a Adjuntoria de Contencioso, aquelas de que tratam os incisos I, II e IV a VII do referido § 2º do art. 2º.

Art. 7° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 14.1.2010.

**PORTARIA Nº 19, DE 14 DE JANEIRO DE 2010.**

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Ao Gabinete do Procurador-Geral Federal, órgão de coordenação e assessoramento da Procuradoria-Geral Federal diretamente subordinado ao Procurador-Geral Federal, compete:

I - assessorar o Procurador-Geral Federal e o Subprocurador-Geral Federal em suas representações políticas e administrativas;

II - ocupar-se das relações públicas do Gabinete da Procuradoria-Geral Federal e do preparo e despacho do expediente do Procurador-Geral Federal e do Subprocurador-Geral Federal;

III - acompanhar, em conjunto com a Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos, a tramitação de projetos de lei e demais atos normativos de interesse da Procuradoria-Geral Federal;

IV - providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Poder Legislativo, Tribunal de Contas da União, Presidência da República, Ministérios, Secretarias, Comandos Militares, Controladoria-Geral da União, Poder Judiciário, Ministério Público da União e demais órgãos de controle internos e externos;

V - exercer o controle dos expedientes e atos, normativos ou não, editados pela Procuradoria-Geral Federal;

VI - providenciar a publicação oficial e a divulgação dos atos da Procuradoria-Geral Federal;

VII - executar, em articulação com a Assessoria de Comunicação Social da Advocacia-Geral da União, a política de comunicação social interna e externa da Procuradoria Geral Federal;

VIII - supervisionar as atividades dos órgãos e servidores vinculados ao Gabinete da Procuradoria-Geral Federal, e suas relações com os demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal e da Advocacia-Geral da União;

IX - organizar a agenda, a pauta de audiências e as viagens do Procurador-Geral Federal e do Subprocurador-Geral Federal;

X - supervisionar as atividades de concessão de diárias e passagens na sede da Procuradoria-Geral Federal; e,

XI - cuidar da correspondência do Procurador-Geral Federal e do Subprocurador-Geral Federal.

Parágrafo único. O Gabinete do Procurador-Geral Federal é chefiado pelo Chefe de Gabinete, nomeado por indicação do Procurador-Geral Federal.

Art. 2º Integra o Gabinete do Procurador-Geral Federal a Divisão de Defesa das Prerrogativas da Carreira de Procurador Federal e de Divulgação Institucional, órgão de coordenação e assessoramento do Gabinete do Procurador-Geral Federal diretamente subordinado ao Chefe de Gabinete, à qual compete:

I - orientar a atuação das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais, Escritórios de Representação e Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais, nos casos em que os Membros da Carreira de Procurador Federal sofram ameaça ou efetiva violação aos direitos e prerrogativas funcionais ou institucionais no exercício do cargo;

II - apreciar denúncias, representações ou queixas referentes a ameaça ou violação aos direitos e prerrogativas dos Membros da Carreira de Procurador Federal no exercício do cargo;

III - executar a divulgação de informações institucionais da Procuradoria-Geral Federal e dos seus órgãos de execução, em articulação com a Assessoria de Comunicação Social da Advocacia-Geral da União; e,

IV - acompanhar a tramitação de projetos de lei e demais atos normativos de interesse da Procuradoria-Geral Federal, sob a coordenação da Chefia de Gabinete.

Art. 3º Revogam-se as Portarias PGF nº 331, de 22 de maio de 2007, publicada na página 2 da Seção 2 do Diário Oficial da União de 25 de maio de 2007, e nº 615, de 15 de julho de 2008, publicada na página 3 da Seção 2 do Diário Oficial da União de 16 de julho de 2008.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

B.S nº 3, de 22.10.2010.

**PORTARIA Nº 24, DE 21 DE JANEIRO DE 2010.**

*Atribui à Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal e às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial das autarquias que especifica.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e na Portaria PGF nº 531, de 13 de julho de 2007, resolve:

Art. 1º Atribuir à Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal a representação judicial das autarquias constantes do Anexo a esta portaria no Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores e na Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

Art. 2º Atribuir às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a representação judicial das autarquias constantes do Anexo a esta portaria, observadas suas respectivas competências territoriais.

Art. 3º A assunção da representação judicial da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, relativamente às ações judiciais em curso até 23 de dezembro de 2009, pelos órgãos da Procuradoria-Geral Federal elencados nos artigos 1º e 2º, ocorrerá somente a partir do dia 21 de junho de 2010, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009. **(Retificada a redação no D. O. de 28.1.2010)**

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 25.1.2010.

ANEXO

1. Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC;

2. Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS;

3. Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA;

4. Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA.

**PORTARIA Nº 34, DE 26 DE JANEIRO DE 2010.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em Erechim/RS.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Erechim/RS prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pelo primeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 28.1.2010.

**PORTARIA Nº 42, DE 29 DE JANEIRO DE 2010.**

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e com base nos §§ 1º e 2º do art. 10 e no art. 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, resolve:

Art. 1º Delegar aos procuradores federais em exercício na Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal, com reserva do exercício de igual atribuição, a análise jurídica de precatórios prevista nos §§ 3º e 4º do art. 2º da Portaria PGF nº 203, de 25 de fevereiro de 2008, publicada nas páginas 10 e 11 da Seção 1 do Diário Oficial da União de 26 de fevereiro de 2008.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 1º.2.2010.

**PORTARIA Nº 80, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2010.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nas ações que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nas ações de servidor público e pessoal no Estado do Espírito Santo.

Parágrafo único. A assunção de que trata o **caput** não inclui a representação judicial do INSS na área de competência territorial do Escritório de Representação da PGF em Cachoeiro do Itapemirim/ES, conforme disposto na Portaria PGF nº 139, de 16 de fevereiro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 18.2.2010.

**PORTARIA Nº 159, DE 11 DE MARÇO DE 2010.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Amazonas a representação judicial e as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, bem como a defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades, no Estado do Amazonas.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto nos processos administrativos nºs 25120.006461/2008-16, 00407.008786/2008-04; 00407.003798/2009-15; 00407.008565/2008-28; 00407.008517/2008-30; 00407.009719/2008-07; 00407.001343/2009-65 e 00407.001881/2009-50, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado do Amazonas a representação judicial e as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, bem como a defesajudicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades, no Estado do Amazonas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 12.3.2010.

**PORTARIA Nº203, DE 23 DE MARÇO DE 2010.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Maranhão a representação extrajudicial e as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, bem como a defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades, e dá outras providências.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerando o disposto na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, e no processo administrativo nº 00407.000540/2010-09, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado do Maranhão a representação extrajudicial e as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, bem como a defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades, no âmbito de sua competência territorial, bem como no âmbito da competência territorial do Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Caxias/MA.

Art. 2º O art. 1º da Portaria PGF nº 1.206, de 27 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2009, Seção 1, pág. 18, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 1º......................................................

Parágrafo único. A Procuradoria Seccional Federal em Imperatriz/MA exercerá a defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades no âmbito de sua competência territorial."

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 25.3.2010.

**PORTARIA Nº 241, DE 31 DE MARÇO DE 2010.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da competência que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria nº 200/PGF, de 25 de fevereiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, pág. 1, do dia 26 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º. Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais constantes do Anexo a esta portaria, a partir de 20 de abril de 2010, observada a sua competência territorial.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 6.4.2010.

**ANEXO**

1. Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

2. Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ

**PORTARIA Nº 297, DE 27 DE ABRIL DE 2010.**

*Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal junto à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA em Rio Branco/AC à Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio - FUNAI em Rio Branco/AC, nos termos em que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal junto à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA em Rio Branco/AC prestará colaboração à Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio - FUNAI em Rio Branco/AC, no processo de conciliação nº 00420.001449/2009-91, em trâmite perante o Núcleo de Assessoramento Jurídico em Rio Branco/AC sob a supervisão da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF.

Parágrafo único. Caberá à Procuradoria Federal Especializada junto à FUNAI a orientação necessária à atuação no processo em questão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 28.4.2010.

**PORTARIA Nº 317, DE 30 DE ABRIL DE 2010.**

*Dispõe sobre a indicação de responsável pela defesa das prerrogativas de membros da carreira de Procurador Federal nas Procuradorias Regionais Federais e Procuradorias Federais nos Estados.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do §2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º As Procuradorias Regionais Federais e as Procuradorias Federais nos Estados darão acompanhamento prioritário às denúncias, representações ou queixas referentes a ameaça ou violação aos direitos e prerrogativas dos membros da carreira de Procurador Federal.

Art. 2º As Procuradorias Regionais Federais e as Procuradorias Federais nos Estados deverão indicar um Procurador Federal para atuação nas hipóteses previstas no art. 1º ocorridas no Estado sede de sua unidade, sem prejuízo de suas atribuições.

§ 1º A indicação de que trata o *caput* deverá ser comunicada à Divisão de Defesa das Prerrogativas da Carreira de Procurador Federal e de Divulgação Institucional da Procuradoria-Geral Federal, através do correio eletrônico pgf.prerrogativas@agu.gov.br, até cinco dias após a publicação desta Portaria.

§ 2º Ao Procurador Federal indicado, que será designado por ato do Procurador-Geral Federal, competirá, sob orientação da Divisão de Defesa das Prerrogativas da Carreira de Procurador Federal e de Divulgação Institucional da Procuradoria-Geral Federal, apreciar denúncias, representações ou queixas referentes a ameaça ou violação aos direitos e prerrogativas dos membros da carreira de Procurador Federal em exercício na respectiva unidade da Procuradoria-Geral Federal, bem como adotar as respectivas providências cabíveis.

Art. 3º Ficam mantidas as competências previstas na Portaria PGF nº 19, de 14 de janeiro de 2010, em especial as que constam no seu art. 2º.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 3.5.2010.

**PORTARIA Nº 356, DE 13 DE MAIO DE 2010.**

*Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Seccional Federal em Uruguaiana/RS ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Santa Maria/RS, nos termos em que especifica.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Uruguaiana/RS prestará colaboração ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Santa Maria/RS, nas atividades de saneamento de processos administrativos, inscrição em dívida ativa e cobrança administrativa ou judicial dos créditos do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO referentes aos Municípios de Santana do Livramento/RS, Cacequi/RS, Dom Pedrito/RS, Quaraí/RS, Rosário do Sul/RS e São Gabriel/RS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 14.5.2010.

**PORTARIA Nº463, DE 11 DE JUNHO DE 2010.**

*Atribui competências aos órgãos de execuçãoque especifica e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competênciade que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Leinº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na PortariaAGU nº 732, de 8 de junho de 2010, e na Portaria PGF nº 765, de 14de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Caxias doSul/RS exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquiase fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoriae assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza doscréditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial,observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de2009, e ressalvada a competência atribuída no artigo 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao InstitutoNacional do Seguro Social - INSS em Caxias do Sul/RS prestaráa consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva doInstituto Nacional do Seguro Social - INSS em Caxias do Sul/RS.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o **caput** não incluia consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao INSSe a Procuradoria Seccional Federal em Caxias do Sul/RS prestarãocolaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Parágrafo único. Incluem-se na colaboração de que trata o**caput** a Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal do Rio Grandedo Sul - IFRS, o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal e a Representação da Procuradoria Federal Especializadajunto ao INSS em Bento Gonçalves/RS.

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquerautarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela ProcuradoriaSeccional Federal em Caxias do Sul/RS, observada sua competênciaterritorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 dejunho de 2008.

Art. 5º A Procuradoria Seccional Federal em Caxias doSul/RS exercerá ainda a representação judicial do Instituto Federal doRio Grande do Sul - IFRS, relativamente às ações judiciais em queeste seja autor, réu ou parte interessada, em trâmite nos foros estaduais,federais ou trabalhistas localizados na área de competênciaterritorial do Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federalem Bento Gonçalves/RS.

Parágrafo único. A Procuradoria Federal junto ao Instituto Federaldo Rio Grande do Sul - IFRS prestará a consultoria e o assessoramentojurídicos à respectiva autarquia no Estado do Rio Grandedo Sul.

Art. 6º A Representação da Procuradoria Federal Especializadajunto ao INSS no Município de Bento Gonçalves/RS permanececom a representação judicial do Instituto Nacional do SeguroSocial - INSS, observado o disposto na Portaria PGF nº 520, de 27 demaio de 2009.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 15.6.2010.

**PORTARIA Nº473, DE 17 DE JUNHO DE 2010.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 1ªRegião a representação judicial da AgênciaNacional de Transportes Terrestres - ANTT.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso daatribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nostermos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 1ª Regiãoa representação judicial da Agência Nacional de Transportes Terrestres- ANTT, a partir de 21 de junho de 2010, observada a suacompetência territorial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 18.6.2010.

**PORTARIA Nº 488, DE 21 DE JUNHO DE 2010.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 804, de 17 de junho de 2010, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Sobral/CE exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no art. 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Sobral/CE prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Sobral/CE.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o **caput** não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Procuradoria Seccional Federal em Sobral/CE prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Sobral/CE, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 22.6.2010.

**PORTARIA Nº 501, DE 28 DE JUNHO DE 2010.**

*Atribui ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Diamantina/MG a representação judicial da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Atribuir ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Diamantina/MG a representação judicial da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, observada a sua competência territorial.

Art. 2º A Procuradoria Federal junto à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos à respectiva autarquia.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

Art. 4º Fica revogada a Portaria PGF nº 737, de 18 de setembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2007, Seção 1, p. 12.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 29.6.2010.

**PORTARIA Nº 513, DE 2 DE JULHO DE 2010.**

*Atribui à Procuradoria Seccional Federalem Niterói/RJ a representação judicial doINSS nos Municípios que especifica e dáoutras providências.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**,no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal,nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, considerandoo disposto nos processos administrativos nºs 0547.000303/2009-00, 00547.000304/2009-46 e 00547.000305/2009-91, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Seccional Federal em Niterói/RJ a representação judicial do Instituto Nacional do SeguroSocial - INSS nos Municípios de Itaboraí/RJ, Rio Bonito/RJ, SilvaJardim/RJ, Tanguá/RJ, São Gonçalo/RJ, Araruama/RJ, Armação dosBúzios/RJ, Arraial do Cabo/RJ, Cabo Frio/RJ, Iguaba Grande/RJ, SãoPedro da Aldeia/RJ e Saquarema/RJ.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o art. 3º da Portaria PGF nº 889, de 3de setembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 05 desetembro de 2008, Seção 1, p. 19.

**BERNARDO AUGUSTO TEIXEIRA DE AGUIAR**

D. O. de 5.7.2010.

**PORTARIA Nº 529, DE 6 DE JULHO DE 2010.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estadodo Acre as atividades de defesa judicial eextrajudicial dos direitos individuais e coletivosdos indígenas e de suas comunidades,no Estado do Acre, e dá outras providências.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso daatribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nostermos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado do Acre asatividades de defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais ecoletivos dos indígenas e de suas comunidades, no Estado do Acre,observado o disposto na Portaria AGU nº 839, de 18 de junho de2010.

Art. 2º**(Revogado pela Portaria/PGF nº 763, de 21.9.2010)**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 7.7.2010.

**PORTARIA Nº 566, DE 21 DE JULHO DE 2010.**

*Atribui à Adjuntoria de Contencioso daProcuradoria-Geral Federal e às ProcuradoriasRegionais Federais, Procuradorias Federaisnos Estados, Procuradorias SeccionaisFederais e respectivos Escritórios deRepresentação a representação judicial daUniversidade da Integração Internacionalda Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB edá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuiçõesque lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Leinº 10.480, de 2 de julho de 2002, e considerando o disposto na Lei nº12.289, de 20 de julho de 2010, resolve:

Art. 1º Atribuir à Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal a representação judicial da Universidade da IntegraçãoInternacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB noSupremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores e na Turma Nacionalde Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

Art. 2º Atribuir às Procuradorias Regionais Federais, ProcuradoriasFederais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais erespectivos Escritórios de Representação a representação judicial daUniversidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB, observadas suas respectivas competências territoriais.

Art. 3º Atribuir à Procuradoria Federal junto à UniversidadeFederal do Ceará - UFC a consultoria e o assessoramento jurídicos daUniversidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 23.7.2010.

**PORTARIA Nº 573, DE 22 DE JULHO DE 2010.**

*Atribui às Procuradorias Federais nos Estadosdo Acre, Minas Gerais, Rio Grande do Norte eTocantins a representação judicial do InstitutoNacional da Propriedade Industrial - INPI.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-GeralFederal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de2008, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias Federais nos Estados doAcre, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Tocantins a representaçãojudicial do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, apartir de 26 de julho de 2010, observadas suas respectivas competênciasterritoriais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**BERNARDO AUGUSTO TEIXEIRA DE AGUIAR**

D. O. de 23.7.2010.

**PORTARIA Nº 584, DE 27 DE JULHO DE 2010.**

*Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Regional Federal da 5ª Região ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Garanhuns/PE.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Regional Federal da 5ª Região prestará colaboração ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Garanhuns/PE, sob a coordenação do responsável pela primeira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 28.7.2010.

**PORTARIA Nº 603, DE 2 DE AGOSTO DE 2010.**

*Dispõe sobre a comunicação de decisõesjudiciais e a competência para a elaboraçãode parecer de força executória.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuiçõesque lhe conferem os incisos I e VIII do §2º do art. 11 da Leinº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve**:**

Art. 1º A Adjuntoria de Contencioso, as Procuradorias RegionaisFederais, as Procuradorias Federais nos Estados, as ProcuradoriasSeccionais Federais e os Escritórios de Representação deverãocomunicar ao órgão da Procuradoria-Geral Federal - PGF responsávelpela elaboração do parecer de força executória, nos termosdo art. 2º, as decisões favoráveis e desfavoráveis que demandemprovidências administrativas.

§ 1º A comunicação mencionada no caput ocorrerá, por meioeletrônico, no prazo de até cinco dias do recebimento das respectivasintimações.

§ 2º Na elaboração do parecer de força executória deverãoser observados os procedimentos previstos no Decreto n.º 2.839, de06 de novembro de 1998, e na Portaria AGU nº 1.547, de 29 deoutubro de 2008.

§ 3º O parecer de força executória deverá conter ainda: **(Incluído pela Portaria nº 993, de 28.11.2014)**

I - o nome e demais elementos constantes no processo judicial que permitam a identificação do beneficiário; **(Incluído pela Portaria nº 993, de 28.11.2014)**

II - o objeto da decisão a ser cumprida; **(Incluído pela Portaria nº 993, de 28.11.2014)**

III - o termo inicial a ser observado; e**(Incluído pela Portaria nº 993, de 28.11.2014)**

IV - o termo final, se for o caso. (NR) **(Incluído pela Portaria nº 993, de 28.11.2014)**

Art. 2º A competência para a elaboração do parecer de forçaexecutória é:**(Redação dada pela Portaria nº 336, de 24.6.2013 – D. O. de 28.5.2013)**

I - da Adjuntoria de Contencioso, nas causas de competênciaoriginária do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores eda Turma Nacional de Uniformização;

II - das Procuradorias Regionais Federais, nas causas decompetência originária dos Tribunais Regionais Federais, das TurmasRecursais, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Tribunais deJustiça situados nos municípios de sua competência territorial, nostermos dos Anexos I a XXVII da Portaria PGF n.º 765, de 14 deagosto de 2008;

III - das Procuradorias Federais nos Estados, nas causas decompetência originária das Turmas Recursais, dos Tribunais Regionaisdo Trabalho e Tribunais de Justiça situados nos municípios desua competência territorial, nos termos dos Anexos I a XXVII daPortaria PGF n.º 765, de 14 de agosto de 2008;

IV - do órgão de execução da PGF atuante em primeiro graude jurisdição, nos demais casos.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo à ProcuradoriaFederal, especializada ou não, junto a autarquia ou fundaçãopública federal que ainda detenha a representação judicial deautarquia ou fundação pública federal.

Art. 2º-A Caberá ao órgão de execução da PGF com representação judicial da respectiva autarquia ou fundação pública federal a elaboração do parecer de força executória mesmo quando a entidade for intimada de decisão em processo judicial no qual não seja parte, observado o disposto nos arts. 1º e 2º desta Portaria.**(Incluído pela Portaria/PGF nº 773, de 13.9.2011)**

Parágrafo único. Fica dispensada a elaboração de parecer de força executória das decisões que ordenem o desconto em folha para o pagamento de prestações de caráter alimentício, nos termos da Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968, e demais hipóteses legais. **(Incluído pela Portaria/PGF nº 773, de 13.9.2011)**

Art. 3º Sem prejuízo do disposto nos artigos anteriores, aProcuradoria Federal, especializada ou não, junto a autarquia ou fundaçãopública federal, poderá ser comunicada das decisões favoráveisde interesse da respectiva entidade pelos órgãos previstos nos incisosI a IV do artigo anterior ainda que estas não demandem providênciasadministrativas diretas, apenas para conhecimento.

§ 1º A Adjuntoria de Contencioso e a Procuradoria Federal,especializada ou não, junto à autarquia ou fundação pública federaldefinirão, em ato conjunto, os tipos de decisão que serão encaminhadase a periodicidade da comunicação.

§ 2º A Adjuntoria de Contencioso divulgará, no Portal daPGF, os atos celebrados na forma do parágrafo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor trinta dias após a data desua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 3.8.2010.

**PORTARIA Nº 664, DE 18 DE AGOSTO DE 2010.**

*Dispõe sobre a colaboração da ProcuradoriaRegional Federal da 5ª Região à Procuradoria Seccional Federal em Caruaru/PE.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**,no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º doart. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Regional Federal da 5ª Região prestarácolaboração à Procuradoria Seccional Federal em Caruaru/PE,sob a coordenação do responsável pela primeira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,convalidando-se os atos anteriormente praticados.

Art. 3º Fica revogada a Portaria PGF nº 585, de 27 de julhode 2010, publicada no Diário Oficial da União de 29 de julho de2010, Seção 1, p. 8.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 20.8.2010.

**PORTARIA Nº 685, DE 25 DE AGOSTO DE 2010.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estadode Goiás a representação judicial e as atividadesde consultoria e assessoramento jurídicosdo Instituto Nacional de Metrologia,Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuiçãoque lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termosda Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, e considerando odisposto no processo administrativo nº 00407.006562/2010-74, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado de Goiás arepresentação judicial e as atividades de consultoria e assessoramentojurídicos do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e QualidadeIndustrial - INMETRO, observada sua competência territorial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 30.8.2010.

**PORTARIA Nº 702, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010.**

*Dispõe sobre os créditos de imputação depagamento de créditos das autarquias e fundaçõespúblicas federais inscritos em dívidaativa.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuiçõesque lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Leinº 10.480, de 2 de julho de 2002, e a Portaria AGU nº 990, de 16 dejulho de 2009, resolve:

Art. 1º A imputação de pagamento para amortizações parciaisde créditos das autarquias e fundações públicas federais, inscritos emdívida ativa, será efetivada de forma proporcional entre os componentesdo crédito, incluindo o principal e os acréscimos legais.

§ 1º A Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação deCréditos orientará a disciplina de imputação de pagamento previstono *caput* deste artigo nos sistemas de dívida ativa das autarquias efundações públicas federais.

§ 2º A imputação de pagamento referida neste artigo não serefere ao procedimento de recolhimento ou repasse de encargos legaisou honorários, que devem ser recolhidos em Guia de Recolhimentoda União específica ou em Guia de Recolhimento da União comcampo específico designado, apresentando-se isoladamente do créditoprincipal e seus acréscimos legais para fins de pagamentos parciais.

Art. 2º Aplica-se esta Portaria, no que couber, à disciplina daimputação de pagamento nos parcelamentos judiciais e extrajudiciaisconcedidos no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 2.9.2010.

**PORTARIA Nº 703, DE 1ºDE SETEMBRO DE 2010.**

*Atribui aos Escritórios de Representação darocuradoria-Geral Federal no Estado deSão Paulo a representação judicial do InstitutoBrasileiro do Meio Ambiente e dosRecursos Naturais Renováveis - IBAMA edo Instituto Chico Mendes de Conservaçãoda Biodiversidade - ICMBio.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso daatribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nostermos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir aos Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal no Estado de São Paulo a representação judicialdo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos NaturaisRenováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservaçãoda Biodiversidade - ICMBio, observadas suas respectivascompetências territoriais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 2.9.2010.

**PORTARIA Nº704, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010.**

*Dispõe sobre a colaboração da ProcuradoriaFederal no Estado de Mato Grosso doSul e da Procuradoria Federal Especializadajunto à FUNAI em Campo Grande/MS à Procuradoria Federal Especializadajunto à FUNAI em Dourados/MS.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso daatribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nostermos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso doSul e a Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacionaldo Índio - FUNAI em Campo Grande/MS prestarão colaboração àProcuradoria Federal Especializada junto à FUNAI em Dourados/MS,sob a coordenação do responsável pela primeira.

Parágrafo único. **(Revogado pela Portaria/PGF nº 719, de 8.9.2010)**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 3.9.2010.

**PORTARIA Nº 708, DE 2 DE SETEMBRO DE 2010.**

*Disciplina o requerimento de opção de parcelamento e pagamento previsto na Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010 e regulamentado pela Portaria AGU nº 1.197, de 13 de agosto de 2010.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, assim como o disposto no art. 17 da Portaria AGU nº 1.197, de 13 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Os créditos das autarquias e fundações públicas federais, à exceção do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, serão consolidados considerando a data do requerimento do parcelamento ou do pagamento à vista.

§ 1º As Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais prestarão informações mensais à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos sobre os andamentos para a consolidação do parcelamento do sujeito passivo.

§ 2º As Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais deverão fazer gestões junto a estas entidades para viabilizar a implementação das modificações necessárias em seus sistemas ou funcionalidades de modo a efetivar a consolidação dos parcelamentos até 31 de dezembro de 2010.

§ 3º O sujeito passivo deverá ser notificado quando da consolidação de seu parcelamento, para efeitos do disposto no art. 2, §2º, desta Portaria.

§ 4º Após a consolidação dos valores para fins de parcelamento, poderão ser adotadas ferramentas que permitam ao sujeito passivo obter as guias para pagamento das prestações subsequentes por meio eletrônico.

§ 5º Até a efetiva consolidação do parcelamento a que se refere o art. 2º, §1º desta Portaria, as Guias de Recolhimento da União - GRU para pagamentos das prestações devidas deverão ser obtidas necessariamente junto à Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à autarquia ou fundação, Procuradoria Regional Federal, Procuradoria Federal do Estado, Procuradoria Seccional Federal ou Escritório de Representação em que tenha sido protocolado o requerimento de parcelamento.

Art. 2º No caso de opção pelo parcelamento previsto no art. 65 da Lei n. 12.249, de 11 de junho de 2010, a dívida consolidada será dividida pelo número de prestações que forem indicadas pelo sujeito passivo, não podendo cada prestação mensal ser inferior a:

I - R$ 50,00 (cinquenta reais), no caso de pessoa física; e

II - R$ 100,00 (cem reais), no caso de pessoa jurídica, ainda que o parcelamento seja de responsabilidade de pessoa física.

§ 1º Até o mês anterior ao da consolidação dos parcelamentos de que trata o art. 1º, o devedor fica obrigado a pagar, a cada mês, prestação em valor não inferior ao estipulado neste artigo.

§ 2º Após a consolidação, computadas as prestações pagas, o valor das prestações será obtido mediante divisão do montante do débito consolidado pelo número de prestações restantes, observada a prestação mínima prevista neste artigo.

§ 3º O valor de cada prestação será acrescido de juros correspondentes à variação mensal da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) para o mês do pagamento.

§ 4º As prestações vencerão no último dia útil de cada mês, devendo a 1ª (primeira) prestação ser paga até o último dia útil do mês em que for formalizado o pedido.

Art. 3º No caso de opção pelo pagamento à vista com redução previsto no art. 65 da Lei n. 12.249, de 11 de junho de 2010, a dívida consolidada será submetida a cálculo para geração de GRU para pagamento, cujo vencimento será no mesmo mês da emissão da guia.

§1º Os valores objeto de pagamento serão registrados e submetidos, quando da consolidação do valor devido, à ratificação pela unidade da Procuradoria-Geral Federal responsável por sua concessão, nos termos do art. 4º da Portaria AGU n° 1.197, de 13 de agosto de 2010.

§ 2º O pagamento efetivado nos termos deste artigo está sujeito a homologação e ratificação para aferição do cumprimento dos requisitos previstos no art. 65 da Lei n. 12.249, de 11 de junho de 2010.

Art. 4º Para os efeitos previstos nesta Portaria, a unidade da Procuradoria-Geral Federal responsável pelo parcelamento ou gestão do pagamento deverá registrar no processo administrativo pertinente o requerimento de parcelamento, assim como a verificação dos pagamentos das prestações ocorridas até a consolidação.

Art. 5º A manutenção em aberto de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, ou de uma ou duas parcelas, estando pagas todas as demais, implicará, após comunicação ao sujeito passivo, a imediata rescisão do parcelamento e, conforme o caso, o prosseguimento da cobrança.

Parágrafo único. As Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais deverão remeter à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos, para fins de divulgação no sítio da Advocacia-Geral da União, até o dia 10 de cada mês, arquivos com identificação plena dos parcelamentos referidos no *caput* e respectivos devedores, constando dados e elementos fixados em ato normativo próprio.

Art. 6º Para fins das reduções previstas na Lei n. 12.249, de 11 de junho de 2010, art. 65, a atualização monetária será agregada aos valores relativos aos juros de mora, tratando-se de créditos não tributários, ou será agregada ao valor principal ou originário, tratando-se de créditos tributários.

Art. 7º O sujeito passivo pessoa física que não possua comprovante de residência em nome próprio poderá apresentar documento de residência em nome de terceiro, acompanhado de declaração de que reside no endereço indicado, inclusive para os fins do disposto no art. 6º, inciso V da Portaria n. 1.197, de 2010.

Art. 8º Aplicam-se aos parcelamentos judiciais e extrajudiciais da Procuradoria-Geral Federal previstos nas Portarias PGF n. 915, de 16 de setembro de 2009, e 954, de 23 de setembro de 2009, as previsões contidas no art. 1º, § 4º, e no art. 6º desta Portaria.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 3.9.2010.

**PORTARIA Nº 772, DE 28 DE SETEMBRO DE 2010.**

*Dispõe sobre a colaboração da ProcuradoriaRegional Federal da 1ª Região aos órgãosde execução da Procuradoria-GeralFederal atuantes em 1º grau de jurisdiçãolocalizados sob sua área de abrangência,nos termos em que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso daatribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nostermos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, e considerandoo disposto na Portaria PGF nº 603, de 2 de agosto de 2010,resolve:

Art. 1º A Procuradoria Regional Federal da 1ª Região prestarácolaboração aos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federalatuantes em 1º grau de jurisdição localizados sob sua área deabrangência, nas atividades de elaboração de pareceres de força executóriae de comunicação de decisões judiciais favoráveis ou desfavoráveisque envolvam providências administrativas.

Parágrafo único. Ato do responsável pela Procuradoria RegionalFederal da 1ª Região disciplinará *os* termos da colaboração deque trata o **caput**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 30.9.2010.

**PORTARIA Nº 779, DE 29 DE SETEMBRO DE 2010.**

*Atribui competências aos órgãos de execuçãoque especifica e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competênciade que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Leinº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na PortariaAGU nº 1.459, de 28 de setembro de 2010, e na Portaria PGF nº 765,de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em São Bernardodo Campo/SP exercerá a representação judicial e extrajudicial dasautarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades deconsultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certezados créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades,inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável oujudicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 demarço de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no art. 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao InstitutoNacional do Seguro Social - INSS em São Bernardo do Campo/SP prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da GerênciaExecutiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em SãoBernardo do Campo/SP.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o **caput** não incluia consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e a Procuradoria Seccional Federal em São Bernardo do Campo/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquerautarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela ProcuradoriaSeccional Federal em São Bernardo do Campo/SP, observadasua competência territorial e, no que couber, o disposto na PortariaPGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 1º.10.2010.

**PORTARIAN° 796, DE 5 DE OUTUBRO DE 2010**

*Disciplina o art. 10º-C da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2° do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1° Esta Portaria disciplina os procedimentos a serem adotados pelos procuradores federais quando da verificação da prescrição de créditos das autarquias e fundações públicas federais.

Art. 2º Verificada a prescrição do crédito, o procurador federal, mediante nota técnica fundamentada e aprovada pelo chefe ou responsável do respectivo órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, não efetivará a inscrição em dívida ativa, não procederá ao ajuizamento de execução fiscal, desistirá das ações propostas, não recorrerá e desistirá dos recursos já interpostos. **(Redação dada pela Portaria nº 569, de 19.9.2017)**

§ 1º A nota técnica do procurador federal e a respectiva aprovação deverão ser juntadas ao processo administrativo em que se constituiu o crédito. **(Redação dada pela Portaria nº 569, de 19.9.2017)**

§ 2º Reconhecida a prescrição do crédito anteriormente à inscrição em dívida ativa, a Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à autarquia ou fundação pública federal deverá orientar a entidade credora para que se proceda a extinção do crédito e a respectiva baixa em sistema e do registro contábil, bem como a exclusão do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN ou de quaisquer outros cadastros congêneres, quando for o caso. **(Redação dada pela Portaria nº 569, de 19.9.2017)**

§ 3º Reconhecida a prescrição do crédito posteriormente à inscrição em dívida ativa, o processo administrativo deverá ser restituído, após o cancelamento da inscrição, do protesto e a desistência da conciliação prévia, da ação ou de recursos, se já proposta, ajuizada ou interpostos, à Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à autarquia ou fundação pública federal, para que seja observado o disposto no parágrafo anterior. **(Redação dada pela Portaria nº 569, de 19.9.2017)**

§ 4º Na hipótese do § 2º, a Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à autarquia ou fundação pública federal deve instar a entidade a apurar a ocorrência da prescrição, salvo se a prescrição tiver ocorrido após o recebimento do respectivo processo administrativo de constituição em qualquer órgão da Procuradoria-Geral Federal. **(Redação dada pela Portaria nº 569, de 19.9.2017)**

§5º Se a prescrição tiver ocorrido nos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, deve-se dar ciência da sua ocorrência à Divisão de Assuntos Disciplinares para eventual apuração, exceto se estiver devidamente justificado e comprovado nos autos que: **(Redação dada pela Portaria nº 569, de 19.9.2017)**

1. - a prescrição ocorreu por força das permissões de não atuação previstas na Portaria AGU nº 377, de 25 de agosto de 2011; **(Redação dada pela Portaria nº 569, de 19.9.2017)**
2. - o crédito foi encaminhado à unidade da Procuradoria-Geral Federal responsável pela inscrição em dívida ativa com prazo para atuação inferior aos operacionais mínimos vigentes no respectivo semestre, divulgados nos termos do § 8º; e **(Redação dada pela Portaria nº 569, de 19.9.2017)**
3. - a prescrição intercorrente foi reconhecida em razão da não localização do devedor ou de bens ou direitos penhoráveis, nos termos do art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, após a adoção das diligências mínimas obrigatórias estabelecidas pela Procuradoria-Geral Federal. **(Redação dada pela Portaria nº 569, de 19.9.2017)**

§ 6º Os chefes ou responsáveis pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal poderão delegar a competência de que trata o **caput**. **(Redação dada pela Portaria nº 569, de 19.9.2017)**

§ 7º A Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à autarquia ou fundação pública federal deverá instar a entidade para que adote procedimento administrativo que assegure o encaminhamento do crédito à Procuradoria-Geral Federal no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após a sua constituição definitiva. **(Incluído pela Portaria nº 569, de 19.9.2017)**

§ 8º O responsável pela coordenação da Equipe Nacional de Cobrança - ENAC divulgará, semestralmente, com base nas médias apuradas neste período, os prazos operacionais mínimos para as atividades de inscrição em dívida ativa, protesto extrajudicial e ajuizamento de execução fiscal. **(Incluído pela Portaria nº 569, de 19.9.2017)**

§ 9º O disposto no inciso II do § 5º não se aplica às Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às entidades relacionadas no anexo da Portaria PGF nº 709, de 27 de julho de 2009, salvo se tiver ocorrido a centralização da sua atividade de inscrição em dívida ativa por meio da integração à ENAC. **(Incluído pela Portaria nº 569, de 19.9.2017)**

Art. 3° **(Revogado pela Portaria nº 569, de 19.9.2017)**

Art. 4° O disposto nesta Portaria não exclui eventual postulação judicial para defesa de direitos e interesses difusos ou coletivos relacionados ao objeto do crédito prescrito, incluindo os relativos ao meio ambiente, ao patrimônio público, histórico ou cultural, e outros tuteláveis por meio de ação civil pública.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na ta de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

DOU de 6.10.2010.

**PORTARIA Nº 815, DE 14 DE OUTUBRO DE 2010.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 897, de 26 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Amazonas exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas nos artigos 2º e 3º.

§ 1º A Procuradoria Federal no Estado do Amazonas exercerá ainda a defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades no Estado do Amazonas.

§ 2º A assunção das representações judiciais atribuídas no **caput** observará o seguinte cronograma:

I - a partir de 1º de fevereiro de 2011, a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio;

II - imediatamente, as atividades de todas as demais autarquias e fundações públicas federais.

Art. 2º As Procuradorias Federais Especializadas junto à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e as Procuradorias Federais junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, Fundação Universidade do Amazonas- FUA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAmazonas, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações no Estado do Amazonas. **(Redação dada pela Portaria nº 796, de 19.9.2011)**

Parágrafo único. **(Revogado pela Portaria nº 796, de 19.9.2011)**

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Manaus/AM prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Manaus/AM.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o **caput** não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 4º As Procuradorias elencadas nos artigos 2º e 3º e a Procuradoria Federal no Estado do Amazonas prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Parágrafo único. Inclui-se na colaboração de que trata o **caput** a Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Tabatinga/AM.

Art. 5º A contar da data da assunção da representação judicial prevista no § 2º do artigo 1º, todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Federal no Estado do Amazonas, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 6º A Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS no Município de Tabatinga/AM permanece com a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, observado o disposto na Portaria PGF nº 520, de 27 de maio de 2009.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogada a Portaria PGF nº 558, de 3 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 4 de julho de 2008, Seção 1, p. 5.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 15.10.2010.

**PORTARIA Nº 861, DE 27 DE OUTUBRO DE 2010.**

*Disciplina os procedimentos a serem adotados pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal quando da expedição de precatórios ou requisições de pequeno valor.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Esta portaria disciplina os procedimentos a serem adotados pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal - PGF responsáveis pela representação judicial de autarquia ou fundação pública federal quando da expedição de precatórios ou requisições de pequeno valor.

Parágrafo único. Os órgãos de execução da PGF referidos no caput deverão acompanhar os atos e os procedimentos de formação e de expedição dos ofícios requisitórios dos precatórios por parte do juízo da execução, verificando se houve o trânsito em julgado da decisão judicial, se foi efetuada, quando cabível, a compensação de débitos, nos termos da Lei nº 12.431, de 27 de junho de 2011, e se os valores requisitados estão em conformidade com o título executivo. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 690, de 16.8.201**)

Art. 2º Cientificado da expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, o Procurador-Chefe do órgão de execução da PGF competente determinará o cadastramento do expediente no Sistema Integrado de Controle das Ações da União - SICAU e sua imediata distribuição a um Procurador Federal, para realização da respectiva análise legitimatória.

§ 1º Ao Procurador Federal responsável pela análise legitimatória incumbirá a supervisão da formação de dossiê, preferencialmente eletrônico, que conterá, necessariamente, cópia da petição inicial, do mandado de citação, da contestação/réplica, da decisão/sentença/acórdão, da certidão de trânsito em julgado, da intimação para fins de compensação de débitos, nos termos do § 3º do art. 30 da Lei nº 12.431, de 27 de junho de 2011, e, quando houver, de planilhas de cálculos, do laudo pericial, de parecer de assistente técnico, impugnações, recursos e/ou contrarrazões, acordo homologado, fichas financeiras e/ou contracheques dos autores, e de outras peças processuais que esclareçam aspectos relevantes da defesa. **(Redação dada pela Portaria nº 690, de 16.8.2011)**

§ 3º A formação de dossiê fica dispensada quando se tratar de processo judicial eletrônico, hipótese em que o controle e a respectiva análise legitimatória poderão ser realizados através de sistema próprio, banco de dados ou informações enviadas diretamente pelo Poder Judiciário, com o fim de evitar pagamentos indevidos ou em duplicidade.

§ 4º Cópia de eventual medida judicial sobre o mesmo litígio que estiver sob apreciação em autos apartados deverá ser anexada ao dossiê principal, e, quando for o caso, remetida à Procuradoria Regional Federal responsável pelo acompanhamento do processo judicial ou ao órgão central da Procuradoria-Geral Federal, para análise.

§ 5º A análise das parcelas relativas aos precatórios pagos nos termos do art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT e da Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, deve ser procedida utilizando-se, preferencialmente, o mesmo dossiê, a fim de verificar a existência de medida judicial que justifique a suspensão, a interrupção do seu pagamento ou a compensação de créditos.

Art. 3º Depois de efetuada a análise legitimatória quanto ao aspecto jurídico da demanda, o Procurador Federal despachará o dossiê à área técnica de cálculos e perícias, para a elaboração de manifestação conclusiva acerca da correção do valor requisitado.

Parágrafo único. Compete exclusivamente ao Procurador Federal responsável pela análise legitimatória a fixação dos parâmetros necessários à elaboração dos cálculos.

Art. 4º Quando da análise legitimatória, o Procurador Federal deverá verificar:

I - se há litispendência ou coisa julgada;

II - se já houve pagamento sob mesmo título ao interessado;

III - se houve o esgotamento das instâncias judiciais ordinárias e extraordinárias;

IV - se os parâmetros utilizados para cumprimento do julgado estão de acordo com a decisão judicial, especialmente em relação:

a) ao tipo de vantagem ou reajuste concedido;

b) ao período de abrangência de condenação (início e término da conta);

c) à taxa e ao período de incidência dos juros de mora;

d) à forma e aos índices de correção monetária fixados pela decisão;

e) ao percentual dos honorários advocatícios; e

V - se houve intimação da autarquia ou fundação pública federal para informar sobre possíveis débitos a serem abatidos, a título de compensação, nos termos dos §§ 9º e 10 do art. 100 da Constituição Federal.

§ 1º O Procurador Federal utilizará todas as medidas ordinárias ou excepcionais cabíveis com a finalidade de corrigir o erro e desconstituir a decisão judicial que deu causa à expedição do precatório ou requisição de pequeno valor cujo valor tenha sido considerado dúplice ou superestimado ou, excepcionalmente, justificará a não adoção de qualquer medida.

§ 2º Quando o precatório envolver valor individual superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais), a análise jurídica será submetida ao Procurador-Chefe do órgão de execução responsável para aprovação.

§ 3º Sempre que o precatório envolver valor individual superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), o Procurador-Chefe do órgão de execução responsável deverá comunicar o fato à Adjuntoria de Contencioso da PGF.

§ 4º Quando o precatório tiver mais de um beneficiário ou substituído e o valor global for superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), será feita a comunicação prevista no § 3º sempre que se identificar que o valor está superestimado em decorrência de questão jurídica ou erro material com repercussão em todos os beneficiários.

§ 5º As comunicações referidas nos §§ 3º e 4º deverão ser feitas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da expedição do precatório ou requisição de pequeno valor, e após a adoção das medidas de que trata o § 1º, mediante remessa do dossiê físico ou pelo e-mail institucional pgf.contencioso@agu.gov.br, quando se tratar de dossiê eletrônico.

§ 6º Considera-se valor individual, para os fins deste artigo, o valor a ser pago a cada um dos beneficiários ou substituídos.

§ 7º Fica dispensada a adoção das medidas desconstitutivas previstas no § 1º quando a diferença de valores for inferior a R$ 1.000,00 (mil reais) e desde que seja verificado que não houve pagamento anterior sob o mesmo título.

Art. 5º Eventuais consultas ou dúvidas que envolvam a análise legitimatória de que trata esta portaria deverão ser objeto de manifestação prévia conclusiva do órgão de execução responsável, antes de seu encaminhamento à respectiva Procuradoria Regional Federal, para solução da questão suscitada.

Parágrafo único. Na hipótese de haver questão relevante ou divergência entre Procuradorias Regionais Federais, a Procuradoria Regional Federal oficiante deverá manifestar-se conclusivamente a respeito e, em seguida, submeter a questão à Adjuntoria de Contencioso da PGF, para solução da controvérsia e orientação nacional quanto ao assunto.

Art. 6º A Adjuntoria de Contencioso da PGF poderá, de ofício, avocar precatórios para análise do esgotamento das instâncias ordinárias e extraordinárias e da qualidade da defesa empreendida nos autos principais da ação ou determinar a adoção de medidas judiciais, quando for o caso.

Parágrafo único. A medida prevista no caput não elide a responsabilidade do órgão de execução da PGF responsável pelo processo, quanto à sua análise, legitimação, verificação de litispendência, de duplicidade de pagamento e autorização do pagamento, quando for o caso.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogada a Portaria PGF nº 203, de 25 de fevereiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 26 de fevereiro de 2008, Seção 1, p. 10-11.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

DOU de 28.10.2010.

**PORTARIA Nº 990, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.**

*Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Divinópolis/MG.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 1775, de 15 de dezembro de 2010, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Divinópolis/MG exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Divinópolis/MG prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do INSS em Divinópolis/MG.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o **caput** não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS e a Procuradoria Seccional Federal em Divinópolis/MG prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Parágrafo único. Incluem-se na colaboração de que trata o **caput** os Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Passos/MG e São Sebastião do Paraíso/MG, bem como as Representações da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Bambuí/MG, Passos/MG e São Sebastião do Paraíso/MG.

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Divinópolis/MG, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º As Representações da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS nos Municípios de Bambuí/MG, Passos/MG e São Sebastião do Paraíso/MG permanecem com a representação judicial do INSS, observado o disposto na Portaria PGF nº 520, de 27 de maio de 2009.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 16.12.2010.

**PORTARIA Nº 991, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.**

*Dispõe sobre a distribuição de competênciasno âmbito da Procuradoria SeccionalFederal em Arapiraca/AL.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competênciade que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Leinº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na PortariaAGU nº 1774, de 15 de dezembro de 2010, e na Portaria PGF nº 765,de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Arapiraca/ALexercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundaçõespúblicas federais, as respectivas atividades de consultoria eassessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos,de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendoosem dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observadoo disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009.

Art. 2º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquerautarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela ProcuradoriaSeccional Federal em Arapiraca/AL, observada sua competênciaterritorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 dejunho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 16.12.2010.

**PORTARIA Nº 998, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.**

*Dispõe sobre a colaboração da ProcuradoriaRegional Federal da 4ª Região aos órgãosde execução da Procuradoria-GeralFederal atuantes em 1º grau de jurisdiçãolocalizados sob sua área de abrangência,nos termos em que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso daatribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nostermos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, e considerandoo disposto na Portaria PGF nº 603, de 2 de agosto de 2010,resolve:

Art. 1º A Procuradoria Regional Federal da 4ª Região prestarácolaboração aos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federalatuantes em 1º grau de jurisdição localizados sob sua área deabrangência, nas atividades de elaboração de pareceres de força executóriae de comunicação de decisões judiciais favoráveis ou desfavoráveisque envolvam providências administrativas.

Parágrafo único. Ato do responsável pela Procuradoria RegionalFederal da 4ª Região disciplinará os termos da colaboração deque trata o **caput**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 20.12.2010.

**PORTARIA Nº 3, DE 4 DE JANEIRO DE 2011.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região e aos Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Anápolis/GO, Patos de Minas/MG e Unaí/MG a representação judicial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e o constante do processo nº 0407.011784/2010-17, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 1ª Região a representação judicial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a partir de 8 de fevereiro de 2011, observada a sua competência territorial e ressalvada a atuação perante o Supremo Tribunal Federal, os Tribunais Superiores e a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais. **(Redação dada pela Portaria/PGF nº 70, de 26.1.2011)**

Art. 2º Atribuir aos Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Anápolis/GO, Patos de Minas/MG e Unaí/MG a representação judicial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a partir de 8 de fevereiro de 2011, observadas as respectivas competências territoriais. **(Redação dada pela Portaria/PGF nº 70, de 26.1.2011)**

Parágrafo único. Até o efetivo exercício de procurador federal no Escritório de epresentação da PGF em Unaí/MG, a representação judicial do INCRA no âmbito dos municípios de Buritis, Unaí e Arinos permanecerá a cargo da Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA no Distrito Federal - INCRA/DF.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 6.1.2011.

**PORTARIA Nº 34, DE 12 DE JANEIRO DE 2011.**

*Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Ponta Grossa/PR.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 013, de 10 de janeiro de 2011, e na Portaria PGF nº 992, de 16 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Ponta Grossa/PR exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Ponta Grossa/PR prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do INSS em Ponta Grossa/PR.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o *caput*não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS e a Procuradoria Seccional Federal em Ponta Grossa/PR prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Parágrafo único. Incluem-se na colaboração de que trata o *caput*os Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal e as Representações da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Guarapuava/PR e União da Vitória/PR.

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Ponta Grossa/PR, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º As Representações da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS nos Municípios de Guarapuava/PR e União da Vitória/PR permanecem com a representação judicial do INSS, observado o disposto na Portaria PGF nº 520, de 27 de maio de 2009.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 13.1.2011.

**PORTARIA Nº 58, DE 25 DE JANEIRO DE 2011.**

*Subdelega as competências de que trata aPortaria AGU nº 06, de 06 de janeiro de2011, e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuiçõesque lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Leinº 10.480, de 02 de julho de 2002, e o § 6º do art. 1º da Portaria AGUnº 06, de 06 de janeiro de 2011, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada a competência prevista no § 5º doart. 1º da Portaria AGU nº 06, de 06 de janeiro de 2011, para arealização de acordos ou transações nas ações regressivas acidentárias,para terminar o litígio, nas causas cuja expectativa de ressarcimentoseja de até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ao titularda Procuradoria Regional Federal ou da Procuradoria Federal noEstado sediada na unidade da Federação em que tramita o feito.

§ 1º Nas causas de valor superior a R$ 500.000,00 (quinhentosmil reais), o acordo ou a transação, sob pena de nulidade,dependerá ainda de prévia e expressa autorização do Procurador-Geral Federal e do Ministro de Estado da Previdência Social, ou,ainda, daquele a quem tiver sido delegada esta competência.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, o Procurador Federalresponsável pela ação regressiva acidentária deverá instruir o procedimentode autorização prévia com:

I - cópia da petição inicial e dos documentos que comprovema culpabilidade do(s) réu(s) pelo acidente do trabalho, bem como docálculo atualizado da expectativa de ressarcimento;

II - minuta da proposta do acordo ou transação;

III - manifestação jurídica e de conveniência e oportunidadedo acordo ou transação, elaborada pelo Procurador responsável pelaação regressiva acidentária e aprovada pelo chefe da sua unidade epelo Procurador Regional Federal.

§ 3º Cumprido o disposto no § 2º, o Procurador RegionalFederal encaminhará os autos à Coordenação-Geral de Cobrança eRecuperação de Créditos da Procuradoria-Geral Federal, para submissãodo mesmo ao Procurador-Geral Federal e, posteriormente, aoMinistro de Estado da Previdência Social, ou, ainda, àquele a quemtiver sido delegada esta competência.

Art. 2º Para fins de informação mensal ao Tribunal de Contasda União, a celebração dos acordos ou transações nas ações regressivasacidentárias deverá ser imediatamente comunicada à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da Procuradoria-Geral Federal, por intermédio de memorando eletrônico aser encaminhado ao endereço eletrônico digetrab.cgcob@agu.gov.br.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 28.1.2011.

**PORTARIA Nº 118, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011.**

*Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Maringá/PR.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 86, de 18 de fevereiro de 2011, e na Portaria PGF nº 992, de 16 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Maringá/PR exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Maringá/PR prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do INSS em Maringá/PR.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o *caput*não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS e a Procuradoria Seccional Federal em Maringá/PR prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Parágrafo único. Incluem-se na colaboração de que trata o *caput*os Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal e as Representações da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Campo Mourão/PR, Paranavaí/PR e Umuarama/PR.

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Maringá/PR, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º As Representações da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS nos Municípios de Campo Mourão/PR, Paranavaí/PR e Umuarama/PR permanecem com a representação judicial do INSS, observado o disposto na Portaria PGF nº 520, de 27 de maio de 2009.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 23.2.2011.

**PORTARIA Nº 155, DE 3 DE MARÇO DE 2011.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estadoda Paraíba a representação judicial do InstitutoNacional do Seguro Social - INSS,exceto nos casos que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO,**no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-GeralFederal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado da Paraíbaa representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social -INSS, exceto nas ações judiciais que tratem de reconhecimento ouaverbação de tempo de contribuição perante o Regime Geral de PrevidênciaSocial - RGPS e de concessão, revisão, manutenção ourestabelecimento de benefícios previdenciários e assistenciais, observadasua competência territorial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**BERNARDO AUGUSTO TEIXEIRA DE AGUIAR**

D. O. de 4.3.2011.

**PORTARIA Nº 171, DE 9 DE MARÇO DE 2011.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da2ª Região a representação judicial da Superintendênciado Desenvolvimento doNordeste - SUDENE.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-GeralFederal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 2ª Regiãoa representação judicial da Superintendência do Desenvolvimento doNordeste - SUDENE, observada sua competência territorial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**BERNARDO AUGUSTO TEIXEIRA DE AGUIAR**

D. O. de 11.3.2011.

**PORTARIA Nº 182, DE 14 DE MARÇO DE 2011.**

*Atribui à Procuradoria Federal da Paraíba a representação judicial e extrajudicial da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, bem como a defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal da Paraíba a atividade de consultoria e assessoramento jurídico da Coordenação Técnica da FUNAI no estado da Paraíba, bem como a representação judicial da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, implicando na defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades, observadas suas respectivas competências territoriais, a partir de 16 de março de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**BERNARDO AUGUSTO TEIXEIRA DE AGUIAR**

D. O. de 15.3.2011.

**PORTARIA Nº 194, DE 17 DE MARÇO DE 2011.**

*Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Imperatriz/MA.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 425, de 1º de abril de 2008, e na Portaria PGF nº 992, de 16 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Imperatriz/MA exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Parágrafo único. A Procuradoria Seccional Federal em Imperatriz/MA exercerá a defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades no âmbito de sua competência territorial.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Imperatriz/MA prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do INSS em Imperatriz/MA.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o caput não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS e a Procuradoria Seccional Federal em Imperatriz/MA prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Imperatriz/MA, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Portaria PGF nº 1.206, de 27 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2009, Seção 1, p. 18.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 18.3.2011.

**PORTARIA Nº 277, DE 13 DE ABRIL DE 2011.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estadode Goiás a representação judicial do ColégioPedro II.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**,no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º doart. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado de Goiás arepresentação judicial do Colégio Pedro II, no âmbito de sua competênciaterritorial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 14.4.2011.

**PORTARIA Nº 300, DE 19 DE ABRIL DE 2011.**

*Dispõe sobre a colaboração da ProcuradoriaFederal no Estado de Roraima e a ProcuradoriaFederal junto ao Instituto Federalde Roraima.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**,no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º doart. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado de Roraima prestarácolaboração a Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal deRoraima, ficando a coordenação responsabilidade da primeira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 20.4.2011.

**PORTARIA Nº 385, DE 19 DE MAIO DE 2011.**

*Atribui aos Escritórios de Representação noEstado de São Paulo a representação judicialda Fundação Nacional do Índio - FUNAI.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso dasatribuições que lhe foram delegadaspelo Procurador-Geral Federal,nos termos do art. 1º da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de2008, resolve:

Art. 1º Atribuir aos Escritórios de Representação no Estadode São Paulo, no âmbito de suas respectivas competências territoriais,a representação judicial da Fundação Nacional do Índio - FUNAI,competindo-lhes, também, a defesa judicial e extrajudicial dos direitosindividuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 20.5.2011.

**PORTARIA Nº 400, DE 24 DE MAIO DE 2011.**

*Dispõe sobre a instrução preliminar para apuração de infrações disciplinares no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2° do art. 11 da Lei nO 10.480, de 2 de julho de 2002,

CONSIDERANDO que é dever da Procuradoria-Geral Federal primar pela preservação da legalidade, da probidade administrativa e dos princípios da Administração Pública, sobretudo os da moralidade, da eficiência, da economicidade e do interesse público;

CONSIDERANDO a necessidade de conferir maior segurança e presteza no trabalho de coleta de documentos e informações necessários à instauração de procedimentos disciplinares, RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Do Conceito e do Objeto

Art. 1° Esta Portaria disciplina, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, o procedimento facultativo, prévio e preparatório de diligências destinadas à obtenção de informações prévias à autoridade instauradora em sede de procedimentos disciplinares, com fulcro no que estabelecem o art. 143 e seguintes da Lei nO 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 1° Para os fins desta Portaria, a atividade desenvolvida para atendimento do disposto no *caput* será denominada "instrução preliminar".

§ 2° A instrução preliminar não constitui pressuposto processual para a instauração de processo administrativo disciplinar ou de sindicância no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 2° A instrução preliminar é atividade facultativa, de natureza investigativa, instaurada pelo Procurador-Geral Federal, destinada à obtenção dos elementos necessários à formação do juízo de convicção da autoridade competente para a instauração de procedimentos disciplinares.

Art. 3° A instrução preliminar de apuração de transgressões disciplinares poderá resultar:

I -na instauração de sindicância administrativa investigativa;

II -na instauração de sindicância administrativa punitiva;

III -na instauração de processo administrativo disciplinar;

IV -no arquivamento da instrução preliminar, com ou sem sugestão de encaminhamentos.

§ 1° A instauração da sindicância de que trata o inciso I deste artigo possui caráter excepcional, podendo ser utilizada quando a apuração exigir maior nível de complexidade para o exame de admissibilidade ou, ainda, por decisão do Procurador-Geral Federal.

§ 2° O arquivamento com sugestão de encaminhamentos previsto no inciso IV deste artigo poderá incluir a sugestão de remessa das informações obtidas na instrução preliminar à comissão de ética, ou ainda, na recomendação ou sugestão de adoção de providências, inclusive no sentido de que sejam adotadas ações gerenciais preventivas a futuras ocorrências.

Seção II

Do Registro

Art. 4° Os documentos encaminhados à Divisão de Assuntos Disciplinares do Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal, noticiando supostas infrações disciplinares praticadas por Procuradores Federais, serão protocolados independentemente de despacho.

§ 1° Não haverá autuação quando se tratar de denúncia anônima em face de Procurador Federal, que deverá ser encaminhada à Divisão de Assuntos Disciplinares do Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal, para que seja analisada mediante instrução preliminar, em caráter reservado, ressalvadas as hipóteses de arquivamento por incompetência ou manifesta improcedência.

§ 2° Na hipótese do parágrafo anterior, constatado indício de materialidade para instauração de procedimento disciplinar, proceder-se-á à autuação de ofício dos documentos produzidos na instrução preliminar, mantendo-se a denúncia anônima em arquivo próprio, reservado, na Divisão de Assuntos Disciplinares do Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 5° Antes da instauração da instrução preliminar dever-se-á verificar a existência de apuração com o mesmo objeto e, em caso positivo, será verificada a possibilidade de juntada das peças de informação ao feito originário.

Art. 6° Desde que autorizada pelo Procurador-Geral Federal, poder-se-á realizar instrução preliminar em conjunto com outros órgãos ou entes públicos.

Art. 7° Em se tratando de instrução preliminar que possa expor a imagem, a honra, a vida privada ou a intimidade de pessoas, ou cuja divulgação possa comprometer a segurança da sociedade ou do Estado, bem como os seus objetivos, deverá ser decretado seu sigilo por meio de decisão do Procurador-Geral Federal.

§ 1° O sigilo decretado deverá constar na capa dos autos, observada tal circunstância nos sistema de registro interno.

§ 2° Na decretação de sigilo e na gestão da informação sigilosa deverá ser observado o disposto no Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002.

§ 3° Os autos da instrução preliminar, cujas informações foram decretadas sigilosas, deverão ser mantidos ou guardados em condições especiais de segurança.

Art. 8° Os documentos encaminhados pelos interessados ou aqueles requisitados serão obrigatoriamente cadastrados no sistema de registro interno e imediatamente encaminhados ao Chefe da Divisão de Assuntos Disciplinares do Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal, para fins de adoção das medidas que entender pertinentes.

Art. 9° Se da análise do caso forem constatados indícios suficientes de cometimento de infração disciplinar, a abertura da sindicância ou do processo administrativo disciplinar dar-se-á de imediato, não sendo necessária a instrução preliminar.

Seção III

Da Escrituração dos Documentos

Art. 10 A escrituração nos papéis e documentos relacionados às atividades de que trata esta Portaria ocorrerá em vernáculo, com tinta preta ou azul e indelével.

§ 1° As anotações de "sem efeito" deverão estar sempre autenticadas com a assinatura de quem as fez.

§ 2° Nos autos e nos livros deverão ser evitados e inutilizados os espaços em branco.

§ 3° O encerramento e a abertura de novos volumes, os quais não poderão exceder 200 (duzentas) folhas cada, serão efetuados mediante a lavratura dos respectivos termos, prosseguindo sem solução de continuidade no volume subsequente.

§4° Deverá ser evitada a secção de documentos em razão de ter o volume atingido 200 (duzentas) folhas, podendo, neste caso, ser encerrado com mais ou menos folhas.

Art.11 A expedição de ofícios, memorandos, requisições e notificações ou outros atos de comunicação deverão seguir o modelo oficial adotado pela Advocacia-Geral da União, devendo permanecer nos autos as cópias respectivas.

Parágrafo único. Deverá constar nos atos de comunicação de que trata o *caput* o número da respectiva instrução preliminar.

CAPÍTULO II

DA DETERMINAÇÃO DA INSTAURAÇÃO DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR

Seção I

Da Competência e dos Requisitos Formais

Art.12 A instrução preliminar poderá ser instaurada de ofício pelo Procurador-Geral Federal ou a requerimento do Procurador Federal responsável pela análise do feito, observado, se for o caso, o disposto no art. 4°, § 1°.

§ 1° A instauração mediante requerimento ao Procurador-Geral Federal ocorrerá quando, da análise dos fatos e documentos, levados ao conhecimento da Procuradoria-Geral Federal, identificar-se a necessidade de diligências complementares.

§ 2° A instrução preliminar deverá ser concluída no prazo de 30 dias, podendo ser prorrogada uma única vez, mediante requerimento justificado, observando-se o prazo prescricional.

Art. 13 O cumprimento das diligências solicitadas caberá ao Núcleo de Assuntos Disciplinares da Secretaria da Divisão de Assuntos Disciplinares do Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal.

Seção II

Do Início da Instrução Preliminar

Art. 14 A instauração de instrução preliminar dar-se-á por meio de Despacho do

Procurador-Geral Federal, salvo se indeferido o requerimento.

Art. 15 O requerimento que sugerir a instauração de instrução preliminar deverá conter:

I -número do processo administrativo ao qual está vinculado;

II -a descrição do fato objeto de averiguação;

III -o nome e a qualificação do autor da representação;

IV -o nome e a qualificação do Procurador Federal a quem o fato é atribuído, sempre queconhecidos;

V -a indicação de diligências iniciais;

VI-a data e o local; e

VII-a ressalva expressa, quando for o caso, de que se trata de procedimento sob sigilo.

§ 1° No curso da instrução, caso surjam novos fatos indicando a necessidade de apuração de objeto diverso daquele que estiver sendo averiguado, deverá ser solicitado ao Procurador-Geral Federal o aditamento do despacho inicial ou a determinação de extração de peças para instauração de outra instrução preliminar.

§ 2°. O Procurador-Geral Federal poderá requisitar diligências adicionais, sempre que entender necessárias.

Seção III

Do Dano ou Extravio de Bens

Art. 16 No caso de dano ou extravio de bens da União, as diligências serão encaminhadas ao superior hierárquico do responsável pelo fato para que providencie a remessa dos documentos pertinentes, tais como perícia e orçamentos, além da manifestação do imputado e eventuais envolvidos.

Art. 17 Verificado que o dano ou o extravio do bem público resultaram de conduta culposa do agente, o encerramento da apuração para fins disciplinares estará condicionado ao ressarcimento ao erário do valor correspondente ao prejuízo causado, nos termos do que estabelece a Instrução Normativa nº 04, de 17 de fevereiro de 2009, da Controladoria-Geral da União.

CAPÍTULO III

DA INSTRUÇÃO

Art. 18 No decorrer da instrução preliminar, o Procurador Federal responsável pelo feito, nos limites de suas atribuições funcionais, visando ao esclarecimento dos fatos, poderá:

I -requisitar aos órgãos e entidades públicas todos os documentos relacionados com os fatos em apuração;

II -diligenciar diretamente junto a agentes públicos e particulares, solicitando as informações ou os documentos que entender necessários;

III -requisitar exames periciais que entender pertinentes;

IV -convocar agentes públicos e convidar particulares a prestar esclarecimentos, quando necessário.

Parágrafo único. O Procurador-Geral Federal deverá autorizar previamente os pedidos de diligências.

CAPÍTULO IV

DA CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO PRELIMINAR

Art. 19 Finda a instrução preliminar, o Procurador Federal responsável pelo feito opinará quanto à necessidade de abertura de procedimento disciplinar, encaminhando-o, em seguida, à apreciação do Procurador-Geral Federal.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 A Divisão de Assuntos Discíplinares do Departamento de Consultoria manterá um banco de dados relacionado às instruções preliminares, devendo elaborar relatório mensal.

Art. 21 Fica delegada a prática dos atos de competência do Procurador-Geral Federal, previstos nesta Portaria, ao Chefe da Divisão de Assuntos Díscíplinares do Departamento de Consultoria, exceto os previstos nos arts. 3°, 6° e 19.

Art. 22 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 25.5.2011.

**PORTARIA Nº 436, DE 31 DE MAIO DE 2011.**

*Disciplina os procedimentos na análise dos pagamentos decorrentes de decisões judiciais condenatórias por responsabilidade civil de autarquias e fundações públicas federais para fins de propositura da ação de regresso em face de servidor público.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o disposto no art. 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Esta portaria estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal (PGF) responsáveis pela representação judicial de autarquias ou fundações públicas federais para a responsabilização de servidores públicos em ação de regresso por decorrência de condenação por responsabilidade civil do Estado.

Art. 2º Cientificado da expedição de precatório ou de requisição de pequeno valor, o Procurador-Chefe do órgão de execução da PGF competente determinará a distribuição de cópia daquela peça ao núcleo temático de cobrança e recuperação de créditos para análise quanto à possibilidade de responsabilização do servidor público que tenha sido o causador direto do dano discutido na ação judicial.

Art. 3º O procedimento deverá ser instruído com as seguintes peças:

I - cópia da petição inicial da ação de indenização;

II - cópia da contestação oferecida pela entidade pública;

III - cópia das decisões judiciais proferidas no caso (sentença e acórdãos);

IV - cópia da ordem de pagamento emitida pelo tribunal e;

V - cópia de outras peças processuais que sejam consideradas relevantes para a compreensão do caso.

Art. 4º A análise do núcleo temático de cobrança e recuperação de créditos deverá verificar:

I - se a condenação imposta ao ente público refere-se à indenização por responsabilidade civil do Estado;

II - se houve a expedição do precatório ou da requisição de pequeno valor referente à condenação da entidade pública à indenização por sua responsabilidade civil;

III - se houve no caso a presença de dolo ou culpa por parte do servidor na conduta que deu origem ao dano.

Parágrafo único. Na hipótese de não ficar caracterizada na ação a culpa ou dolo do servidor na conduta que deu origem ao dano, o procurador responsável pela análise deverá encaminhar solicitação ao Procurador-Chefe da Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à autarquia ou fundação respectiva questionando se houve apuração administrativa sobre tal conduta e o envio de cópia dos autos, se for o caso.

Art. 5º Depois de efetuada a análise mencionada no artigo 4º, concluindo-se pela presença dos elementos de convicção suficientes para autorizar o exercício do direito de regresso, o núcleo temático de cobrança promoverá o ajuizamento da ação regressiva em face do servidor que deu causa aos danos.

Art. 6º Deverá ser minuciosamente demonstrado na petição inicial da ação de regresso o nexo entre a conduta adotada pelo servidor público e o dano que dela resultou, inclusive no que se refere à presença do dolo ou da culpa.

Art. 7º Se após a realização da análise legitimatória do precatório ou requisição de pequeno valor, procedimento que está disciplinado na Portaria PGF nº 861, de 27 de outubro de 2010, houver a correção de eventual erro nos valores a serem pagos, esta alteração será informada ao núcleo temático de cobrança e recuperação de créditos, seja para aguardar a decisão judicial sobre o tema que ainda será proferida, seja para adequar a ação de regresso ao que já fora deliberado na instância judicial.

Art. 8º Na hipótese de não restar configurada a presença de culpa ou dolo por parte do servidor, o procedimento ora disciplinado será arquivado, devendo para tanto ser produzida manifestação contendo a fundamentação que baseia esta posição, a qual será submetida à análise da chefia local.

Parágrafo único. Na hipótese de arquivamento, a chefia local deverá comunicar o fato ao Procurador-Chefe da Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à autarquia ou fundação respectiva.

Art. 9º A ação de regresso em face do responsável pelo dano nos casos de dolo ou culpa não se submete aos prazos de prescrição, conforme orientam os precedentes jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal - STF e do Superior Tribunal de Justiça - STJ, desde que a conduta do agente seja considerada ato ilícito, nos termos previstos no artigo 37, § 5º da Constituição Federal.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 2.6.2011.

**PORTARIA Nº 482, DE 10 DE JUNHO DE 2011.**

*Acrescenta dispositivo ao artigo 11 da Portaria nº 1.072, de 22 de outubro de 2008.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VI do § 2° do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Fica o artigo 11 da Portaria nº 1.072, de 22 de outubro de 2008, acrescido dos §§ 2º e 3º, passando a viger com a seguinte redação:

Art. 11 A designação de procurador federal, por qualquer outra autoridade pública, para integrar comissão de processo administrativo disciplinar deve ser precedida de autorização expressa do Procurador-Geral Federal.**(Redação dada pela Portaria/PGF nº 482, de 10.6.2011)**

§ 1º O disposto no *caput* não se aplica aos procuradores federais em exercício na Controladoria-Geral da União e nas unidades setoriais e seccionais do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, de que trata o Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005.**(Redação dada pela Portaria/PGF nº 482, de 10.6.2011)**

§ 2º A designação de que trata o *caput* implicará a disponibilidade do procurador federal para compor comissão processante no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.**(Incluído pela Portaria/PGF nº 482, de 10.6.2011)**

§ 3º Para fins do parágrafo anterior, será dado conhecimento ao presidente da CPP - Comissão Permanente Processante da respectiva região em que se encontra em exercício o procurador federal.**(Incluído pela Portaria/PGF nº 482, de 10.6.2011)**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 13.6.2011.

**PORTARIA Nº 534, DE 30 DE JUNHO DE 2011.**

*Atribui à Procuradoria Seccional Federal em Arapiraca/AL e ao Escritório de Representação de União dos Palmares/AL a representação judicial da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Procurador-Geral Federal, nos termos do art. 1º da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Seccional Federal em Arapiraca/AL e ao Escritório de Representação em União dos Palmares/AL, observadas as respectivas competências territoriais, a representação judicial da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, competindo-lhes, também, a defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades, nos termos da Portaria AGU nº 839 de 18 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2010, seção 1, páginas 52 e 53.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 1º.7.2011.

**PORTARIA Nº 563, DE 1º DE JULHO DE 2011.**

*Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Passo Fundo/RS.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 302, de 30 de junho de 2011, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Passo Fundo/RS exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Passo Fundo/RS prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do INSS em Passo Fundo/RS.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o caput não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Passo Fundo/RS e a Procuradoria Seccional Federal em Passo Fundo/RS prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Parágrafo único. Incluem-se na colaboração de que trata o caput os Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Erechim/RS e Carazinho/RS e as Representações da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Erechim/RS e Carazinho/RS, observadas as respectivas competências territoriais.

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Passo Fundo/RS, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º As Representações da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS nos Municípios de Erechim/RS e Carazinho/RS permanecem com a representação judicial do INSS, observado o disposto na Portaria PGF nº 520, de 27 de maio de 2009.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 6.7.2011.

**PORTARIA Nº 594, DE 20 DE JULHO DE 2011.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estadodo Paraná a representação judicial da FundaçãoNacional do Índio - FUNAI.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso dasatribuições que lhe foram delegadas pelo Procurador-Geral Federal,nos termos do art. 1º da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado do Paraná,no âmbito de sua competência territorial, a representação judicial daFundação Nacional do Índio - FUNAI, competindo-lhe, também, adefesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dosindígenas e de suas comunidades, nos termos da Portaria AGU nº 839de 18 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 21de junho de 2010, seção 1, páginas 52 e 53.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,convalidando-se os atos anteriormente praticados.

ANTONIO ROBERTO BASSO

D. O. de 21.7.2011.

**PORTARIA Nº 627, DE 29 DE JULHO DE 2011.**

*Constitui Grupo de Trabalho para melhoriacontinuada da gestão das unidades da Procuradoria-Geral Federal.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuiçõesque lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Leinº 10.480, de 2 de julho de 2002:

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismosde gestão interna das unidades da Procuradoria-Geral Federal,com vistas ao fomento e difusão de boas práticas gerenciais e a buscapela excelência dos serviços prestados pela instituição, resolve:

Art. 1º Constituir o Grupo de Trabalho denominado "Programade Melhoria Continuada da Gestão - PGF", com a finalidadede promover medidas visando ao aprimoramento contínuo dos mecanismosde gestão interna das unidades da Procuradoria-Geral Federale propiciar a disseminação de boas práticas gerenciais.

Art. 2º A indicação dos integrantes do Grupo de Trabalhofica delegada ao Coordenador-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicosda Procuradoria-Geral Federal, a quem compete também acoordenação, supervisão e gerenciamento do "Programa de MelhoriaContinuada da Gestão - PGF".

Art. 3º O grupo de trabalho terá duração indefinida e avaliaçãoperiódica pela Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicosda Procuradoria-Geral Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 1º.8.2011.

**PORTARIA Nº 628, DE 29 DE JULHO DE 2011.**

*Constitui Equipe de moderadores dos gruposvirtuais de discussão temática da Procuradoria-Geral Federal.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuiçõesque lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Leinº 10.480, de 2 de julho de 2002:

Considerado a necessidade de cumprimento da Portaria ConjuntaAGU/PGF nº 02 de 22 de janeiro de 2009, DOU 23.01.2009,seção 1, páginas 11 e 12, bem como da Portaria Conjunta AGU/PGFnº 39, de 16 de dezembro de 2010, DOU 20.12.2010, seção 1, página1, resolve:

Art. 1º Fica constituída a Equipe de moderadores dos gruposvirtuais de discussão temática da Procuradoria-Geral Federal.

Parágrafo único. A indicação dos componentes da Equipe demoderadores fica delegada para Coordenador-Geral de Projetos eAssuntos Estratégicos da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 2º A Equipe de moderadores instituída pela presenteportaria terá duração indefinida e avaliação periódica pela Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 1º.8.2011.

**PORTARIA Nº 629, DE 29 DE JULHO DE 2011.**

*Constitui Grupo de Trabalho para definiçãode estratégia de proteção do nome e imagemdas autarquias e fundações públicasfederais.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuiçõesque lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Leinº 10.480, de 2 de julho de 2002,Considerando recorrentes casos de utilização indevida do nome,sigla e símbolos que compõem o patrimônio imaterial das autarquiase fundações públicas federais;

Considerando a necessidade de aprimorar teses jurídicas e deformular diretrizes de atuação estratégica para prevenir e reprimir autilização indevida do nome e da imagem das autarquias e fundaçõespúblicas federais e proteger o seu patrimônio imaterial, resolve:

Art. 1º Constituir Grupo de Trabalho denominado "Programade Proteção do Nome e Imagem das Autarquias e Fundações PúblicasFederais" com a finalidade de promover estudos e propor medidas decaráter preventivo e repressivo visando à preservação e a valorizaçãodo patrimônio imaterial das autarquias e fundações públicas federais.

Art. 2º A indicação dos integrantes do Grupo de Trabalhofica delegada ao Coordenador-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicosda Procuradoria-Geral Federal, a quem compete também acoordenação, supervisão e gerenciamento do "Programa de Proteçãodo Nome e Imagem das Autarquias e Fundações Públicas Federais".

Art. 3º O grupo de trabalho terá duração indefinida e avaliaçãoperiódica pela Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicosda Procuradoria-Geral Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 1º.8.2011.

**PORTARIA Nº 666, DE 10 DE AGOSTO DE 2011.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre aProcuradoria Federal Especializada juntoao Instituto Chico Mendes de Conservaçãoda Biodiversidade em Porto Seguro/BA, aProcuradoria Federal Especializada juntoao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente edos Recursos Naturais Renováveis em Eunápolis/BA, a Representação da ProcuradoriaFederal Especializada junto ao InstitutoNacional do Seguro Social em Eunápolis/BA e a Procuradoria Seccional Federalem Ilhéus/BA.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso dasatribuições que lhe foram delegadas pelo Procurador-Geral Federal,nos termos do art. 1º da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal Especializada junto ao InstitutoChico Mendes de Conservação da Biodiversidade - PFE/ICMBIOem Porto Seguro/BA, a Procuradoria Federal Especializada juntoao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos NaturaisRenováveis - PFE/IBAMA em Eunápolis/BA, a Representação daProcuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional doSeguro Social - PFE/INSS em Eunápolis/BA e a Procuradoria SeccionalFederal - PSF em Ilhéus prestarão colaboração mútua, sob acoordenação desta última.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 11.8.2011.

**PORTARIA Nº 685, DE 16 DE AGOSTO DE 2011.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estadode Mato Grosso a representação judicial doInstituto Chico Mendes de Conservação daBiodiversidade - ICMBIO naquele estado.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso dasatribuições que lhe foram delegadas pelo Procurador-Geral Federal,nos termos do art. 1º da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado de MatoGrosso a representação judicial do Instituto Chico Mendes de Conservaçãoda Biodiversidade - ICMBIO naquele estado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 17.8.2011.

**PORTARIA Nº 690, DE 16 DE AGOSTO DE 2011.**

*Disciplina o procedimento de compensação de precatórios previsto na Lei nº 12.431, de 27 de junho de 2011.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL** no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002 , RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria estabelece o procedimento a ser observado para a compensação de débitos perante as autarquias ou fundações públicos federais com créditos provenientes de precatórios, tendo em vista o disposto nos artigos 30 a 44 da Lei nº 12.431, de 27 de junho de 2011, que regulamentou os §§ 9º e 10 do art. 100 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O procedimento previsto nesta Portaria não se aplica a créditos decorrentes de Requisições de Pequeno Valor (RPV).

Art. 2º Somente serão objeto de compensação os débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa, incluídos os parcelados.

Parágrafo único. Consideram-se líquidos e certos os débitos definitivamente constituídos, ou seja, aqueles apurados e consolidados por meio de regular processo administrativo no qual não caiba mais recurso.

Art. 3º A compensação não deve ser realizada com débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, ressalvado o parcelamento, ou cuja execução esteja suspensa em virtude do recebimento de embargos do devedor com efeito suspensivo, ou em virtude de outra espécie de contestação judicial que confira efeito suspensivo à execução.

Art. 4º A compensação somente ocorrerá entre créditos e débitos da mesma pessoa jurídica devedora do precatório.

Art. 5º O Procurador Federal oficiante nos autos, ao receber a intimação de que trata do § 3º do art. 30 da Lei nº 12.431, de 2011, deverá consultar a Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à autarquia ou fundação pública federal devedora do precatório, para verificar se a entidade possui créditos a compensar com o exequente.

§ 1º Será dispensada a consulta de que trata o caput deste artigo nos casos em que as autarquias e fundações públicas federais possuam sistemas próprios de dados acessíveis aos órgãos de representação judicial, podendo o Procurador Federal oficiante efetuar sua manifestação com base nas informações constantes destas bases de dados.

§ 2º No caso do Procurador Federal oficiante não ter acesso aos sistemas de dados referidos no parágrafo anterior, deverá consultar o setor responsável pela cobrança e recuperação de créditos do seu órgão de execução, ao qual caberá efetuar a consulta aos sistemas referidos e a apresentação dos elementos necessários à compensação.

§ 3º As consultas de que trata este artigo deverão ser encaminhadas por mensagem eletrônica e deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome e CPF ou CNPJ do credor do precatório;

II – número do processo e respectivo juízo;

III – prazo para a resposta; e

IV – entidade devedora do precatório.

Art. 6º As respostas às consultas efetuadas na forma do artigo anterior devem ser encaminhadas, por meio eletrônico, ao Procurador Federal oficiante, acompanhadas da documentação digitalizada ou das telas do sistema informatizado que comprovem a existência de crédito compensável, em até 15 dias do seu recebimento, quando não fixado prazo inferior.

Art. 7º Na hipótese de existir valores devidos pela parte exequente, cabe ao Procurador Federal oficiante nos autos analisar a documentação encaminhada e verificar o preenchimento dos requisitos desta Portaria, analisando se é o caso de compensação.

§ 1º Havendo necessidade de elementos fáticos adicionais para a verificação da possibilidade de compensação, poderá o Procurador Federal oficiante nos autos apresentar o seu questionamento à Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à entidade devedora do precatório, na forma de quesitos.

§ 2º Sendo possível a compensação, o Procurador Federal oficiante no feito elaborará a peça jurídica cabível, que deverá conter, no mínimo, os dados necessários para identificação dos débitos a serem compensados e para atualização dos valores pela contadoria judicial.

§ 3º. Na manifestação judicial referida no parágrafo anterior, deverão ser indicados os procedimentos para o preenchimento da guia de arrecadação e efetivo recolhimento do valor a ser compensado.

Art. 8º Cabe à entidade representada atualizar o débito a ser compensado, até a apresentação da informação, sendo facultada a utilização de sistemas informatizados para tal fim.

Art. 9º. O Procurador oficiante deverá verificar se o precatório foi emitido em seu valor integral, na forma do art. 38 da Lei nº 12.431 de 2011.

§ 1º Deverá, ainda, ser verificado pelo Procurador se a instituição financeira efetuou a quitação a que se refere o § 4º do art. 39 da Lei nº 12.431, de 2011, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 2º Intimado o órgão de representação judicial para o registro da extinção definitiva dos débitos perante a Fazenda Pública, cabe ao Procurador oficiante no feito adotar as medidas judiciais cabíveis para garantir o efetivo recolhimento do valor correspondente ao débito compensado.

§ 3º Cabe ao setor responsável pela cobrança e recuperação de créditos do órgão de execução da PGF que esteja acompanhando a ação supervisionar o correto preenchimento das guias de arrecadação e o efetivo recolhimento do valor a ser compensado.

§ 4º Para efetivar as medidas previstas no § 2º, o Procurador oficiante no feito solicitará ao setor responsável pela cobrança e recuperação de créditos o lançamento das informações no sistema pertinente.

Art. 10 O Procurador Federal oficiante, na primeira oportunidade em que se manifestar nos autos após a requisição do precatório ao tribunal, deverá fiscalizar se a entidade representada foi intimada para responder sobre eventual existência de débitos do autor da ação passíveis de abatimento a título de compensação, nos termos do que dispõem os §§ 3º e 4º do art. 30 da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 11 O parágrafo único do art. 1º e o § 1º do art. 2º da Portaria nº 861, de 27 de outubro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....................................................

Parágrafo único. Os órgãos de execução da PGF referidos no caput deverão acompanhar os atos e os procedimentos de formação e de expedição dos ofícios requisitórios dos precatórios por parte do juízo da execução, verificando se houve o trânsito em julgado da decisão judicial, se foi efetuada, quando cabível, a compensação de débitos, nos termos da Lei nº 12.431, de 27 de junho de 2011, e se os valores requisitados estão em conformidade com o título executivo.” (NR)

“Art. 2º.....................................................

§ 1º Ao Procurador Federal responsável pela análise legitimatória incumbirá a supervisão da formação de dossiê, preferencialmente eletrônico, que conterá, necessariamente, cópia da petição inicial, do mandado de citação, da contestação/réplica, da decisão/sentença/acórdão, da certidão de trânsito em julgado, da intimação para fins de compensação de débitos, nos termos do § 3º do art. 30 da Lei nº 12.431, de 27 de junho de 2011, e, quando houver, de planilhas de cálculos, do laudo pericial, de parecer de assistente técnico, impugnações, recursos e/ou contrarrazões, acordo homologado, fichas financeiras e/ou contracheques dos autores, e de outras peças processuais que esclareçam aspectos relevantes da defesa.

................................................... .” (NR)

Art. 12 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 18.8.2011.

**PORTARIA Nº 756, DE 6 DE SETEMBRO DE 2011.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre aProcuradoria Federal junto à UniversidadeFederal Rural do Semi-Árido e a ProcuradoriaSeccional Federal em Mossoró/RN.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso dasatribuições que lhe foram delegadas pelo Procurador-Geral Federal,nos termos do art. 1º da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal junto à Universidade FederalRural do Semi-Árido - PF/UFERSA e a Procuradoria Seccional Federalem Mossoró/RN prestarão colaboração mútua, sob a coordenaçãodesta.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 8.9.2011.

**PORTARIA Nº 815, DE 28 DE SETEMBRO DE 2011.**

*Disciplina a aplicação da Portaria do Ministérioda Fazenda nº 435, de 08 de setembrode 2011, àsexecuções fiscais trabalhistase dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuiçõesque lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Leinº 10.480, de 2 de julho de 2002, e considerando o disposto naPortaria do Ministério da Fazenda nº 435, de 08 de setembro de 2011[[301]](#footnote-302)resolve:

Art. 1º A presente portaria estabelece os procedimentos aserem adotados pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal- PGF, responsáveis pela representação judicial da União, pordelegação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, noacompanhamento das execuções de ofício das contribuições previdenciáriasperante a Justiça do Trabalho.

Art. 2º Fica dispensada a manifestação judicial da Procuradoria-Geral Federal quando o valor das contribuições previdenciáriasdevidas no processo judicial for igual ou inferior a R$10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º Os incidentes de inconstitucionalidade de lei ou atonormativo federais arguídos nos autos de execuções de contribuiçõesprevidenciárias perante a Justiça do Trabalho deverão ser comunicadosà Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos.

Art. 4º No exercício da representação judicial da União, nosautos de execuções de contribuições previdenciárias perante a Justiçado Trabalho, a notícia de ocorrência de acidente do trabalho deveráser imediatamente comunicada ao Núcleo de Ações Prioritárias local,mesmo na hipótese prevista no art. 2º.

Art. 5º A presente Portaria aplica-se aos processos pendentesquando de sua publicação, inclusive àqueles que tramitam em grau derecurso.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS.**

D. O. de 3.10.2011

**PORTARIA Nº 858, DE 13 DE OUTUBRO DE 2011.**

*Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Presidente Prudente/SP.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 439, de 11 de outubro de 2011, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Presidente Prudente/SP exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Presidente Prudente/SP prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do INSS em Presidente Prudente/SP.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o *caput* não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Presidente Prudente/SP e a Procuradoria Seccional Federal em Presidente Prudente/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Parágrafo único. Incluem-se na colaboração de que trata o caput o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Adamantina/SP e a Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Adamantina/SP, observadas as respectivas competências territoriais.

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Presidente Prudente/SP, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º A Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Adamantina/SP permanece com a representação judicial do INSS no âmbito de sua competência territorial, observado o disposto na Portaria PGF nº 520, de 27 de maio de 2009.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 14.10.2011.

**PORTARIA Nº 868, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011.**

*Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Ribeirão Preto/SP.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 440, de 13 de outubro de 2011, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Ribeirão Preto/SP exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Ribeirão Preto/SP prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do INSS em Ribeirão Preto/SP.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o *caput* não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Ribeirão Preto/SP e a Procuradoria Seccional Federal em Ribeirão Preto/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Parágrafo único. Incluem-se na colaboração de que trata o caput o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Franca/SP e a Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Franca/SP, observadas as respectivas competências territoriais.

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Ribeirão Preto/SP, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º A Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Franca/SP permanece com a representação judicial do INSS no âmbito de sua competência territorial, observado o disposto na Portaria PGF nº 520, de 27 de maio de 2009.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 17.10.2011.

**PORTARIA Nº 881, DE 20 DE OUTUBRO DE 2011.**

*Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em São José do Rio Preto/SP.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 448, de 19 de outubro de 2011, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em São José do Rio Preto/SP exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em São José do Rio Preto/SP prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do INSS em São José do Rio Preto/SP.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o *caput* não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em São José do Rio Preto/SP e a Procuradoria Seccional Federal em São José do Rio Preto/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenaçãodo responsável pela última.

Parágrafo único. Incluem-se na colaboração de que trata o caput as Representações da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Catanduva/SP, Jales/SP e Votuporanga/SP.

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em São José do Rio Preto/SP, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º As Representações da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Catanduva/SP, Jales/SP e Votuporanga/SP permanecem com a representação judicial do INSS no âmbito de suas competências territoriais, observado o disposto na Portaria PGF nº 520, de 27 de maio de 2009.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 21.10.2011.

**PORTARIA Nº 896, DE 24 DE OUTUBRO DE 2011.**

*Atribui competências aos órgãos de execução que especifica e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 219, de 26 de abril de 2004, e na Portaria PGF nº 922, de 16 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Tocantins exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendoos em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Parágrafo único. A assunção da representação judicial atribuída no **caput dar-se-á,** imediatamente, em relação às atividades de todas as autarquias e fundações públicas federais.

Art. 2º As Procuradorias Federais, Especializadas ou não, junto à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFET/TO, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações no Estado do Tocantins.

Parágrafo único. Observar-se-á o disposto na Portaria PGF nº 311, de 17 de maio de 2007, quanto à consultoria e o assessoramento jurídicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Palmas prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Palmas/TO.

§ 1º A atribuição de que trata o **caput** não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios, que serão prestados pela Procuradoria Federal no Estado do Tocantins, responsável pela representação judicial da autarquia.

§ 2º A Procuradoria Federal no Estado do Tocantins e a Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Palmas atuarão em regime de colaboração, sob coordenação da primeira.

Art. 4º A Procuradoria Federal no Estado do Tocantins e as Procuradorias Federais, Especializadas ou não, mencionadas no art. 2º, atuarão em colaboração mútua, sob a coordenação da primeira.

Art. 5º A contar da data da assunção da representação judicial prevista no parágrafo único do art. 1º, todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Federal no Estado do Tocantins, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

Art. 7º Fica revogada a Portaria PGF nº 911 de 20 de novembro de 2007, DOU de 22 de novembro de 2007, seção 1, página 54, Portaria PGF nº 134 de 06 de fevereiro de 2008, DOU de 07 de fevereiro de 2008, seção 1, página 1, Portaria PGF nº 160 de 11 de fevereiro de 2008, DOU de 13 de fevereiro de 2008, seção 1, página 3, Portaria PGF nº 590 de 09 de julho de 2008, DOU de 11 de julho de 2008, seção 1, página 12, Portaria PGF nº 807 de 25 de agosto de 2008, DOU de 26 de agosto de 2008, seção 1, página 12, Portaria PGF nº 410 de 27 de abril de 2009, DOU de 28 de abril de 2009, seção 1, páginas 06.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 25.10.2011.

**PORTARIA Nº 916, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.**

*Disciplina a Portaria AGU nº 377, de 25 de agosto de 2011, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o disposto no art. 12 da Portaria AGU nº 377, de 25 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º O presente ato normativo disciplina os procedimentos a serem observados pelos Procuradores Federais para a aplicação da Portaria AGU nº 377, de 25 de agosto de 2011.

Art. 2º A autorização prevista no artigo 3º, caput, da Portaria AGU nº 377, de 2011, com a nova redação estabelecida pela Portaria AGU nº 349, de 4 de novembro de 2018, não se aplica aos créditos que tenham por objeto ressarcimento ao erário decorrente de ato ilícito, ressalvadas as ações regressivas previdenciárias que se submeterão ao limite nele previsto. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 276, de 19.3.2019)**[[302]](#footnote-303)

§ 1º Na hipótese da cobrança objeto de protesto de certidões de dívida ativa - CDAs, para a inscrição em dívida ativa não se aplicará os limites previstos no artigo 3º caput e parágrafo primeiro da Portaria AGU nº 377, de 2011.

§ 2º A autorização prevista no artigo 3º da Portaria AGU nº 377, de 2011, aplica-se à hipótese de cobrança exclusiva de honorários advocatícios.

§ 3º Não deverão ser ajuizadas execuções fiscais para cobrança de créditos quando o valor da causa for inferior aos limites previstos no artigo 3º da Portaria AGU 377, de 25 agosto de 2011, com a nova redação estabelecida pela Portaria AGU nº 349, de 4 de novembro de 2018. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 276, de 19.3.2019)**

Art. 3º A verificação do patamar mínimo para a propositura da ação prevista no artigo 3º, caput, da Portaria AGU nº 377, de 2011, com a nova redação estabelecida pela Portaria AGU nº 349, de 4 de novembro de 2018, deve ser realizada por meio de consulta aos sistemas informatizados da entidade credora, se existentes, ou no sistema Sapiens Dívida da PGF, quando possível, a partir do número relativo ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou ao Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF). (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 276, de 19.3.2019)**

Art. 4º **(Revogado pela Portaria nº 276, de 19.3.2019)**

Art. 5º O disposto no art. 8º da Portaria AGU nº 377, de 2011, aplica-se às hipóteses em que as autarquias e fundações públicas federais figuram tanto no polo ativo como no passivo de ações judiciais.

Art.6º Na fase de conhecimento, o disposto no art. 8º da Portaria AGU nº 377, de 2011, somente é aplicável na hipótese de sentença líquida.

Art. 7º O art. 8º da Portaria AGU nº 377, de 2011, não dispensa:

I - a apresentação de contestação e demais incidentes processuais;

II - a juntada aos autos de elementos fáticos;

III - o ajuizamento de embargos à execução; e

IV - a interposição de recurso nas ações que tenham por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou de prestações de trato sucessivo.

Art. 8º A autorização de que trata o art. 8º da Portaria AGU nº 377, de 2011, não se aplica às ações judiciais que, mesmo sendo de pequena repercussão financeira, veiculem tese classificada como relevante pela Procuradoria-Geral Federal - PGF.

Parágrafo único. O Departamento de Contencioso da PGF poderá emitir orientações para o cumprimento do presente artigo.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 3.11.2011.

**PORTARIA Nº 920, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.**

*Dispõe sobre a colaboração entre a Procuradoria Federal no Estado do Amazonas e a Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Amazonas e a Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio no Estado do Amazonas atuarão em colaboração, sob coordenação da primeira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 4.11.2011.

**PORTARIA Nº 931, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011.**

*Dispõe sobre a elaboração, atualização, divulgação e utilização de teses de defesa mínima a serem utilizadas na defesa das autarquias e fundações públicas federais e dá outras providências.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

Considerando o disposto no art. 2º, § 1º, incisos I e II, e § 2º, I, da Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007,

Considerando a necessidade de subsidiar os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal - PGF em sua atuação judicial,

Considerando a necessidade de uniformizar e qualificar a defesa das autarquias e fundações públicas federais,

Considerando a necessidade de racionalizar e agilizar o acesso à informação pelos órgãos da Procuradoria-Geral Federal, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece procedimentos para elaboração, atualização, divulgação e utilização de teses de defesa mínima a serem utilizadas na defesa das autarquias e fundações públicas federais nas questões de direito recorrentes.

Art. 2º Incumbem às Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais, a elaboração e a atualização das teses de defesa mínima a serem utilizadas na defesa das respectivas entidades em questões de direito relativas às matérias de sua atividade finalística.

§ 1º A elaboração e a atualização das teses de defesa mínima em matéria não finalística cabem ao Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal - DEPCONT/PGF.

§ 2º Quando a tese de defesa mínima versar sobre matéria relacionada à cobrança e recuperação de créditos, a Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da Procuradoria-Geral Federal se manifestará antes da sua divulgação.

§ 3º Os órgãos de execução da Procuradoria Geral Federal -PGF poderão sugerir, fundamentadamente, aos órgãos mencionados no *caput* e no § 1º a modificação ou a exclusão de tese de defesa mínima, nas hipóteses de desatualização ou de qualquer outra necessidade de reavaliação da tese disponibilizada.

§ 4º As teses de defesa mínima serão enviadas, por meio eletrônico, ao DEPCONT/PGF, para divulgação e disponibilização no portal da PGF na *intranet.*

Art. 3º As teses de defesa mínima serão elaboradas em situações de possíveis litígios judiciais com dimensões consideráveis ou que apresentem significativo potencial multiplicador.

Parágrafo único. Os órgãos de execução da PGF, ao detectarem as situações descritas neste artigo, poderão comunicá-las ao órgão da PGF competente pela elaboração da pertinente tese de defesa mínima.

Art. 4º As teses de defesa mínima são de utilização obrigatória pelos órgãos de execução da PGF, respeitadas as particularidades do caso concreto, não eximindo o procurador federal oficiante de apresentar em juízo os elementos de fato pertinentes e eventuais outros fundamentos jurídicos necessários à adequada defesa judicial.

§ 1º O procurador federal oficiante no feito pode aventar outros argumentos aplicáveis à defesa da entidade representada que não constem da tese de defesa mínima, desde que não contrariem a orientação nela exposta.

§ 2º Nas hipóteses previstas no § 3º do art. 2º ou no caso de alguma peculiaridade da causa, o procurador federal oficiante poderá, desde que fundamentadamente, solicitar à Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à autarquia ou fundação pública federal outros elementos de direito necessários à defesa da respectiva entidade, conforme o art. 3º da Portaria PGF nº 530, de 2007.

§ 3º Ressalvado o parágrafo anterior, as Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais, ao receberem solicitação de elementos de direito necessários à defesa das respectivas entidades, indicarão ao solicitante, se for o caso, a existência de tese de defesa mínima sobre o tema no portal da PGF na *intranet.*

Art. 5º As teses de defesa mínima conterão obrigatoriamente, conforme exemplo no Anexo:

I - folha de rosto, com as seguintes informações:

a) nome da autarquia ou fundação pública federal a que se refere a tese, no caso de matéria finalística;

b) título da tese;

c) mês e ano da elaboração, ou da última atualização;

d) número do processo administrativo onde a questão é analisada, se houver;

e) tipo de ação judicial em que será utilizada;

f) síntese dos pedidos a serem impugnados;

g) situações abrangidas;

h) elementos de fato necessários e onde podem ser obtidos;

i) indicação de incidência de prescrição e decadência, se cabíveis as alegações;

j) prequestionamento; e,

k) demais observações.

II - tese propriamente dita, com os elementos seguintes:

a) preliminares necessárias, articuladas em itens;

b) mérito da defesa;

c) prequestionamento de questões constitucionais e legais, exposto de forma explícita, inclusive com fundamentação específica acerca da existência de repercussão geral, se for o caso de matéria constitucional; e,

d) conclusão.

§ 1º A tese deve obedecer à seguinte forma de apresentação:

I - fonte do tipo:

a) *EcoFont* de tamanho 12 no cabeçalho e nos títulos, 10 no texto em geral, 9 nas citações e 8 nas notas de rodapé; ou,

b) *Times New Roman* de tamanho 14 no cabeçalho e nos títulos, 12 no texto em geral, 11 nas citações e 10 nas notas de rodapé;

II - recuo de 2,5 cm no início de cada parágrafo;

III - margens de 4 cm à esquerda, 2 cm à direita, 4cm acima e 2,5 cm abaixo.

IV - espaçamento de 1,5 entre as linhas no texto principal, simples nas citações e 6 pontos depois.

§ 2º Os nomes dos arquivos devem conter o nome da entidade, se for o caso, e o nome da tese.

Art. 6º Fica sem efeito a Instrução Normativa nº 1, de 18 de dezembro de 2007, publicada no Boletim de Serviço da Advocacia-Geral da União nº 61, de 21 de dezembro de 2007.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 11.11.2011.

ANEXO

(Exemplo de folha de rosto)

PROCURADORIA GERAL FEDERAL

DEPARTAMENTO DE CONTENCIOSO

(NUP: 00407.004324/2011-13)

CONTRATO TEMPORÁRIO - ESTABILIDADE PROVISÓRIADA GESTANTE

Agosto de 2011

AÇÕES: Ações e recursos no âmbito da Justiça do Trabalho (em que deve ser invocada a preliminar de incompetência absoluta) ou na Justiça Federal.

SÍNTESE DO PEDIDO: Ações propostas por servidoras temporárias que se encontram grávidas no momento do encerramento do contrato de trabalho e pleiteiam a estabilidade provisória prevista no artigo 10, II, "b" do ADCT, com a prorrogação automática do contrato até o quinto mês posterior ao parto.

SITUAÇÕES ABRANGIDAS: Ações e recursos no âmbito da Justiça do Trabalho ou na Justiça Comum Federal onde se discute a aplicabilidade do disposto no artigo 10, II, "b" do ADCT para as servidoras gestantes que possuem contrato de trabalho por tempo determinado.

PREQUESTIONAMENTO: alínea "b" do inciso II do artigo 10 do ADCT; art. 37, IX; inciso I do art. 109 e art. 114, todos da CRFB/88 (competência da justiça comum federal), e artigos, 1º, 4º, 12 da Lei 8.745/93.

OBSERVAÇÕES: Além da tese de defesa aqui apresentada, em razão do princípio da eventualidade da defesa, deverá o Procurador oficiante observar as peculiaridades do caso e impugnar o mérito dos pedidos da autora/reclamante.

Deverá o Procurador oficiante, ainda, *juntar aos autos o contrato temporário da servidora autora/reclamante, com as datas de início e de fim de sua vigência.*

TESE DE DEFESA

(Exemplo com os itens da tese de defesa mínima propriamente dita)

1) DA INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

(...)

2) DA PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

(...)

3) DA IMPOSSIBILIDADE DE SE CONFEIRIR ESTABILIDADE PROVISÓRIA À GESTANTE NA HIPÓTESE DE CONTRATO TEMPORÁRIO

(...)

4) DO PREQUESTIONAMENTO

(OBSERVAÇÃO: Necessário inserir o prequestionamento de questões constitucionais e legais, de forma explícita e articulada, inclusive com fundamentação específica acerca da existência de repercussão geral, se for o caso de matéria constitucional.

Quando a tese for empregada na elaboração de Recurso Extraordinário, a questão da repercussão geral deverá vir exposta na forma de preliminar, nos termos do art. 543-A, §2º, do CPC)

(...)

5) CONCLUSÃO

De todo o exposto, conclui-se que a estabilidade provisória é inaplicável aos contratos temporários, uma vez que:

a) (...)

b) (...)

c) (...)

**PORTARIA Nº 1.033, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011.**

*Atribui aos órgãos de execução que especifica a representação judicial da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias Federais nos Estados do Acre, Mato Grosso do Sul, Piauí e Rondônia, a representação judicial da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, observadas as respectivas competências territoriais.

Art. 2º A contar da data da assunção da representação judicial prevista no art. 1º, todas as citações e intimações dirigidas a Agência Nacional de Transporte Aquaviários - ANTAQ serão recebidas ou encaminhadas para as respectivas Procuradorias Federais nos Estados, observadas suas competências territoriais e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**BERNARDO AUGUSTO TEIXEIRA DE AGUIAR**

D. O. de 29.11.2011.

**PORTARIA Nº 1.071, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2011.**

*Dispõe sobre os procedimentos de acompanhamento pela Procuradoria-Geral Federal de projetos estratégicos realizados pelas autarquias e fundações públicas federais.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002 e considerando o disposto no inciso V do art. 1º da Portaria AGU nº 87, de 17 de fevereiro de 2003*,* resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece os procedimentos para o acompanhamento pela Procuradoria-Geral Federal - PGF de projetos estratégicos realizados pelas autarquias e fundações públicas federais, considerando-se como tais aqueles assim definidos pelo Procurador-Geral Federal, por ato de ofício ou mediante indicação das Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais;

Art. 2º Para os fins desta Portaria, as Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais encaminharão:

I - ao Departamento de Consultoria da PGF - DEPCONSU/PGF, imediatamente, por meio de correio eletrônico, as minutas dos editais de licitação referentes aos projetos estratégicos, desde a primeira até a última versão elaborada, bem como todas as alterações havidas no decorrer da elaboração;

II - ao Departamento de Contencioso da PGF - DEPCONT/PGF informações referentes às realizações de eventos relativos aos projetos estratégicos, com antecedência mínima de 45 dias de suas realizações.

Parágrafo único. A comunicação a que se refere o inciso I do *caput* se dará apenas para o acompanhamento preventivo da licitação, não sendo necessário que o órgão de consultoria competente aguarde a manifestação do DEPCONSU/PGF para a emissão do seu parecer.

Art. 3º O DEPCONT/PGF consolidará as informações do inciso II do *caput* do artigo anterior.

Parágrafo único. O DEPCONT/PGF disponibilizará e atualizará no Portal da PGF a consolidação referida no *caput* deste artigo.

Art. 4º Os eventos relativos aos projetos estratégicos em que se verifique elevado risco de judicialização serão acompanhados sob regime de plantão, que será organizado pelo DEPCONT/PGF.

Art. 5º As ações judiciais que versem sobre os projetos estratégicos, na forma definida no art. 1º, deverão ser cadastradas, pelo procurador federal oficiante no feito, como relevantes no SICAU.

Art. 6º Para cada ação judicial referente a um projeto estratégico, o procurador oficiante no feito formará dossiê eletrônico, contendo, no mínimo, cópia dos seguintes documentos:

I - petição inicial;

II - decisões judiciais que concedem ou negam medida cautelar ou antecipação de tutela;

III - peças processuais apresentadas pelos órgãos da Procuradoria-Geral Federal;

IV - decisões monocráticas, sentenças e acórdãos; e

V - demais documentos imprescindíveis à compreensão da lide.

Art. 7º O acompanhamento e atuação nas ações judiciais referentes a projetos estratégicos consistirão no monitoramento e na adoção de medidas que garantam o tratamento diferenciado da lide, tais como:

I - prioridade na alocação de recursos humanos, materiais e logísticos;

II - despacho com magistrado;

III - apresentação de memoriais;

IV - sustentação oral;

V - cadastramento no sistema *push* do Poder Judiciário; e

VI - imediata comunicação ao DEPCONT/PGF de todas as movimentações processuais relevantes, com remessa de cópia integral da decisão, notadamente as concessivas de liminares que paralisem o evento.

Art. 8º Os Diretores do DEPCONT/PGF e DEPCONSU/PGF, no âmbito das respectivas competências, poderão emitir orientações necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 6.12.2011.

**PORTARIA Nº 1.074, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2011.**

*Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Santa Maria/RS.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 559, de 5 de dezembro de 2011, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Santa Maria/RS exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendoos em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º, artigo 5º e artigo 6º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Santa Maria/RS prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do INSS em Santa Maria/RS.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o *caput* não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Santa Maria/RS e a Procuradoria Seccional Federal em Santa Maria/RS prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Parágrafo único. Incluem-se na colaboração de que trata o caput as Representações da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Cachoeira do Sul/RS e Santa Cruz/RS.

Art. 4º As Representações da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Cachoeira do Sul/RS e Santa Cruz/RS permanecem com a representação judicial do INSS no âmbito de suas competências territoriais, observado o disposto na Portaria PGF nº 520, de 27 de maio de 2009.

Art. 5º A Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Santa Maria - UFSM prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

Parágrafo único A Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Santa Maria - UFSM e a Procuradoria Seccional Federal em Santa Maria/RS prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 6º A Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Farroupilha/RS prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Farroupilha/RS.

Parágrafo único. A Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Farroupilha/RS e a Procuradoria Seccional Federal em Santa Maria/RS prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 7º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Santa Maria/RS, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 7.12.2011.

**PORTARIA Nº 1.098, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011.**

*Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Guarulhos/SP.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na PortariaAGU nº 571, de 13 de dezembro de 2011, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Guarulhos/SP exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendoos em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Guarulhos/SP prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do INSS em Guarulhos/SP.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o *caput* não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Guarulhos/SP e a Procuradoria Seccional Federal em Guarulhos/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Parágrafo único. Incluem-se na colaboração de que trata o caput a Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Mogi das Cruzes/SP e o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Mogi das Cruzes/SP.

Art. 4º A Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Mogi das Cruzes/SP permanece com a representação judicial do INSS no âmbito de suas competências territoriais, observado o disposto na Portaria PGF nº 520, de 27 de maio de 2009.

Art. 5º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Guarulhos/SP, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 14.12.2011.

**PORTARIA Nº 1.128, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011.**

*Dispõe sobre a colaboração entre a Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio - FUNAI em Eunápolis/BA e a Procuradoria Seccional Federal em Ilhéus/BA.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do artigo 11 da Lei nº 10.480 de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio - FUNAI em Eunápolis/BA e a Procuradoria Seccional Federal em Ilhéus/BA prestarão colaboração mútua, sob coordenação da última.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 26.12.2011.

**PORTARIA Nº 1.130, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Federal no Estado do Rio Grande do Norte e a Procuradoria Seccional Federal em Mossoró*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do artigo 11 da Lei nº 10.480 de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Rio Grande do Norte - PF/RN e a Procuradoria Seccional Federal em Mossoró - PSF/Mossoró/RN prestarão colaboração mútua, sob a coordenação da primeira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 26.12.2011.

**PORTARIA Nº 98, DE31 DE JANEIRO DE 2012.**

*Atribui aos órgãos de execução que especifica a representação judicial do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal na 1ª Região e às Procuradorias Federais nos Estados de Goiás, Piauí e Pará a representação judicial do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, observadas as respectivas competências territoriais.

Art. 2º A contar da data da assunção da representação judicial prevista no art. 1º, todas as citações e intimações dirigidas ao DNIT serão recebidas ou encaminhadas para os órgãos de execução mencionados no art. 1º, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 1º.2.2012.

**PORTARIA Nº 161, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012.**

*Atribui ao órgão de execução que especifica a representação judicial do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir ao Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado de Goiás em Anápolis/GO a representação judicial do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, observada a respectiva competência territorial.

Art. 2º A contar da data da assunção da representação judicial prevista no art. 1º, todas as citações e intimações dirigidas ao DNIT, IBAMA e ICMBio serão recebidas ou encaminhadas para o Escritório de Representação da PF/GO em Anápolis/GO, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 29.2.2012.

**PORTARIA Nº 162, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012.**

*Atribui aos órgãos de execução que especifica a representação judicial do Instituto Federal Catarinense.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal na 2ª Região e ao seu Escritório de Representação em Petrópolis/RJ a representação judicial do Instituto Federal Catarinense, observadas as respectivas competências territoriais.

Art. 2º A contar da data da assunção da representação judicial prevista no art. 1º, todas as citações e intimações dirigidas ao Instituto Federal Catarinense serão recebidas ou encaminhadas para os órgãos de execução mencionados no art. 1º, observadas suas competências territoriais e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 29.2.2012.

**PORTARIA Nº 229, DE 14 DE MARÇO DE 2012.**

*Atribui ao órgão de execução que especifica a representação judicial do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado do Ceará a representação judicial do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, observada a respectiva competência territorial.

Art. 2º A contar da data da assunção da representação judicial prevista no art. 1º, todas as citações e intimações dirigidas ao INMETRO serão recebidas ou encaminhadas para a Procuradoria Federal no Estado do Ceará, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 15.3.2012.

**PORTARIA Nº 267, DE 2 DE ABRIL DE 2012.**

*Atribui ao órgão de execução que especifica a representação judicial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado de Goiás a representação judicial e extrajudicial, a consultoria e o assessoramento jurídicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, observada a respectiva competência territorial.

Art. 2º A contar da assunção da representação judicial prevista no art. 1º, todas as citações e intimações dirigidas ao IPHAN serão recebidas ou encaminhadas para a Procuradoria Federal no Estado de Goiás, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados. (\*)

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

**(\*) Ver aPortaria/PGF nº 292, de 12.4.2012, que suspende, pelo prazo de 90 (noventa) dias, os efeitos da Portaria nº 267, de 2 .4.2012.**

D. O. de 4.4.2012

**PORTARIA Nº 268, DE 3 DE ABRIL DE 2012.**

*Atribui aos órgãos de execução que especifica a representação judicial do Departamento Nacinal de Infraestrutura de Transportes - DNIT*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado do Ceará e à Procuradoria Federal no Estado da Paraíba a representação judicial do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, observadas as respectivas competências territoriais.

Art. 2º A contar da assunção da representação judicial, todas as citações e intimações dirigidas ao DNIT serão recebidas ou encaminhadas para os órgãos de execução mencionados no art. 1º, observadas as respectivas competências territoriais e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 4.4.2012.

**PORTARIA Nº 314, DE 20 DE ABRIL DE 2012.**

*Atribui ao órgão de execução que especifica a representação judicial do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e estabelece colaboração entre órgãos.*

O **SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO,** no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso do Sul a representação judicial do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, observada a respectiva competência territorial.

Art. 2º A Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso do Sul e a Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT no Mato Grosso do Sul prestarão colaboração mútua, sob a coordenação da primeira.

Art. 3º A contar da data da assunção da representação judicial prevista no art. 1º, todas as citações e intimações dirigidas ao DNIT serão recebidas ou encaminhadas para o órgão de execução mencionado no art. 1º, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**BERNARDO AUGUSTO TEIXEIRA DE AGUIAR**

D. O. de 23.4.2012.

**PORTARIA Nº 353, DE 27 DE ABRIL DE 2012.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo a representação judicial do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, observada a respectiva competência territorial.

Art. 2º A contar da data da assunção da representação judicial prevista no art. 1º, todas as citações e intimações dirigidas ao ICMBio serão recebidas ou encaminhadas para a Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 2.5.2012.

**PORTARIA Nº 363, DE 30 DE ABRIL DE 2012.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Seccional Federal em Criciúma, seus Escritórios de Representação em Tubarão e Laguna e a Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Laguna*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Criciúma, seus Escritórios de Representação em Tubarão e Laguna e a Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Laguna prestarão colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradoria Seccional Federal em Criciúma.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 4.5.2012.

**PORTARIA Nº 418, DE 21 DE MAIO DE 2012.**

*Atribui ao Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul em Dourados a representação judicial do DNIT, da FUNASA, da UFGD e da FUNAI.*

O **SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir ao Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul em Dourados a representação judicial do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes **-** DNIT, da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD e da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, observada a respectiva competência territorial.

Parágrafo único. A competência para representar a FUNAI inclui a defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades.

Art. 2º A contar da data da assunção da representação judicial prevista no art. 1º, todas as citações e intimações dirigidas ao DNIT, à FUNASA, à UFGD e à FUNAI serão recebidas ou encaminhadas ao Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul em Dourados, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 22.5.2012.

**PORTARIA Nº 423, DE 22 DE MAIO DE 2012.**

*Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Araçatuba/SP*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 203, de 22 de maio de 2012, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Araçatuba/SP exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Araçatuba/SP prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do INSS em Araçatuba/SP.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o *caput* não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Araçatuba/SP e a Procuradoria Seccional Federal em Araçatuba/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Parágrafo único. Incluem-se na colaboração de que trata o *caput* as Representações da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Andradina/SP e Lins/SP, observadas as respectivas competências territoriais.

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Araçatuba/SP, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º As Representações da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Andradina/SP e Lins/SP, permanecem com a representação judicial do INSS no âmbito de sua competência territorial, observado o disposto na Portaria PGF nº 520, de 27 de maio de 2009.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 23.5.2012.

**PORTARIA Nº 469, DE 8 DE JUNHO DE 2012**

*Dispõe sobre o Grupo de Cobrança dos Grandes Devedores (GCGD) das Autarquias e Fundações Públicas Federais.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002 e o art. 1º, parágrafo único, da Portaria AGU nº 204, de 24 maio de 2012, resolve:

Art. 1º A presente portaria dispõe sobre o Grupo de Cobrança dos Grandes Devedores (GCGD) das Autarquias e Fundações Públicas Federais, disciplinando o parágrafo único do art. 1º da Portaria AGU nº 204, de 24 de maio de 2012.

Art. 2º Fica instituído o GCGD, vinculado diretamente à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos (CGCOB), com representações em todas as Procuradorias Regionais Federais.**(Redação dada pela Portaria nº 45, de 13.2.2020)**

§ 1º O Procurador-Geral Federal poderá designar responsável pela coordenação nacional do GCGD, bem como por cada uma das representações regionais. **(Incluído pela Portaria nº 45, de 13.2.2020)**

§ 2º O responsável pela coordenação nacional, designado nos termos do §1º, exercerá suas atividades com exclusividade. **(Incluído pela Portaria nº 45, de 13.2.2020)**

Art. 2º-A. Ao responsável pela coordenação nacional do GCGD compete:**(Incluído pela Portaria nº 45, de 13.2.2020)**

I - assessorar a CGCOB/PGF nas atividades afetas ao Grupo de Cobrança dos Grandes Devedores das Autarquias e Fundações Públicas Federais; **(Incluído pela Portaria nº 45, de 13.2.2020)**

II - estabelecer a formatação e uniformização dos meios de controles de acompanhamento de devedores e dos relatórios a serem preenchidos uniformemente pelos Grupos Regionais em formato eletrônico, consolidando-os para apresentação bimestral à CGCOB/PGF; **(Incluído pela Portaria nº 45, de 13.2.2020)**

III - acompanhar e analisar o funcionamento do GCGD, em supervisão das gestões regionais; **(Incluído pela Portaria nº 45, de 13.2.2020)**

IV - verificar o cumprimento das metas estabelecidas e a produtividade de todos os grupos regionais; **(Incluído pela Portaria nº 45, de 13.2.2020)**

V - monitorar e consolidar os dados estatísticos decorrentes da atuação dos grupos regionais; **(Incluído pela Portaria nº 45, de 13.2.2020)**

VI - propor e estimular melhorias nas estruturas dos grupos regionais; **(Incluído pela Portaria nº 45, de 13.2.2020)**

VII - conduzir a interlocução do GCGD com a Direção Central da PGF e com os demais órgãos da Advocacia-Geral da União - AGU; **(Incluído pela Portaria nº 45, de 13.2.2020)**

VIII - conduzir a interlocução do GCGD com as Autarquias e Fundações Públicas Federais; **(Incluído pela Portaria nº 45, de 13.2.2020)**

IX - auxiliar na interlocução dos grupos regionais com o Poder Judiciário; **(Incluído pela Portaria nº 45, de 13.2.2020)**

X - promover a integração entre os grupos regionais em funcionamento; **(Incluído pela Portaria nº 45, de 13.2.2020)**

XI - designar reuniões; **(Incluído pela Portaria nº 45, de 13.2.2020)**

XII - propor encontros nacionais dos grupos regionais e eventos de capacitação; **(Incluído pela Portaria nº 45, de 13.2.2020)**

XIII - organizar, juntamente com os grupos regionais em funcionamento, coletânea dos posicionamentos jurisprudenciais e doutrinários afetos à atuação de tais equipes; **(Incluído pela Portaria nº 45, de 13.2.2020)**

XIV - propor ao Departamento de Contencioso da PGF, após regular interlocução com os grupos regionais, matérias passíveis de desistência recursal; **(Incluído pela Portaria nº 45, de 13.2.2020)**

XV - estimular a uniformização das estratégias processuais dos grupos regionais, com abrangência nacional; **(Incluído pela Portaria nº 45, de 13.2.2020)**

XVI - elaborar e submeter à CGCOB/PGF projeto de expansão do GCGD; **(Incluído pela Portaria nº 45, de 13.2.2020)**

XVII - acompanhar a execução do projeto de expansão do GCGD; **(Incluído pela Portaria nº 45, de 13.2.2020)**

XVIII - propor medidas necessárias à manutenção do funcionamento do GCGD; **(Incluído pela Portaria nº 45, de 13.2.2020)**

XIX - colaborar com a divulgação institucional do GCGD; **(Incluído pela Portaria nº 45, de 13.2.2020)**

XX - organizar as escalas de férias e recessos do GCGD, sob autorização daCGCOB/PGF; **(Incluído pela Portaria nº 45, de 13.2.2020)**

XXI - demais atribuições conferidas pela Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos. **(Incluído pela Portaria nº 45, de 13.2.2020)**

Art. 3º Serão definidos por ato do Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos os devedores das Autarquias e Fundações Públicas Federais que serão monitorados pelo GCGD, nos termos da Portaria AGU nº 204, de 24 de maio de 2012, observados os critérios de solvabilidade e relevância estratégica. **(Redação dada pela Portaria nº 45, de 13.2.2020)**

Parágrafo único. Ficam afastadas da atuação do GCGD as matérias reservadas às demais equipes vinculadas à CGCOB, como Equipe Nacional de Cobrança - ENAC, Equipes Especializadas Regressivas e Probidade, dentre outras equipes especializadas que venham a ser criadas, ressalvadas as hipóteses de acompanhamento especial previstas nos parágrafos do artigo 4º da Portaria PGF nº 469/2012. (NR) **(Incluído pela Portaria nº 45, de 13.2.2020)**

Art. 4º O valor mínimo da dívida consolidada dos devedores a serem monitorados pelo GCGD fica fixado conforme o Anexo desta Portaria. **(Redação dada pela Portaria nº 693, de 1º.10.2018)**

§1º. Caso não haja devedores que atendam aos requisitos do Anexo desta Portaria, a CGCOB poderá, mediante ato específico, estabelecer o acompanhamento especial de outros devedores, considerando seu potencial de recuperabilidade. **(Redação dada pela Portaria nº 693, de 1º.10.2018)**

§2º Devedores que tiverem a sua falência decretada ou o processamento da recuperação judicial deferido não serão objeto de acompanhamento por parte do GCGD, ressalvados casos de interesse estratégico, a serem definidos em ato do Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos. **(Redação dada pela Portaria nº 693, de 1º.10.2018)**

Art. 5º Os Anexos I e II desta Portaria serão periodicamente revistos, por sugestão da CGCOB.

Art. 6º O disposto no artigo 3º da Portaria AGU nº 204/2012 também se aplica, no que couber, às Procuradorias Seccionais Federais e aos Escritórios Avançados, independentemente de a gestão das atividades de cobrança e recuperação de créditos destas unidades ser exercida pela Equipe Nacional de Cobrança (ENAC). **(Redação dada pela Portaria nº 693, de 1º.10.2018)**

Art. 7º Nas hipóteses previstas no artigo 6º da Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, e que versem sobre cobrança judicial relativa aos grandes devedores das Autarquias e Fundações Públicas Federais de que trata esta Portaria, a atuação das Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às Autarquias e Fundações Públicas Federais, dar-se-á sempre conjuntamente com as Representações do GCGD.

Art. 8º Os processos judiciais relativos a grandes devedores que tramitem nos Tribunais Superiores serão acompanhados pelo Departamento de Contencioso da PGF, em articulação com os demais órgãos de execução da PGF envolvidos.

Parágrafo único. A atribuição para propositura de ações ou medidas judiciais originárias do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores relativas a grandes devedores é da competência do Departamento de Contencioso da PGF, cabendo ao GCGD a elaboração da minuta da peça jurídica e a apresentação da documentação necessária à propositura da ação.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

ANEXO

VALOR MÍNIMO DA DÍVIDA CONSOLIDADA POR DEVEDOR

**(Redação dada pela Portaria nº 693, de 1º.10.2018)**

| **Representações do GCGD** | **Patamares** |
| --- | --- |
| 1ª Região | 30 milhões |
| 2ª Região | 10 milhões |
| 3ª Região | 10 milhões |
| 4ª Região | 5 milhões |
| 5ª Região | 5 milhões |

ANEXOS I e II

**(Revogados pela Portaria nº 693, de 1º.10.2018)**

D. O. de 12.6.2012.

**PORTARIA Nº 470, DE 11 DE JUNHO DE 2012.**

*Institui o Sistema de Acompanhamento de Ações Relevantes no âmbito da Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002 e considerando o disposto na Portaria AGU nº 87, de 17 de fevereiro de 2003*,*

RESOLVE:

Art. 1º Instituir, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal - PGF, o Sistema de Acompanhamento de Ações Relevantes – SAAR com o objetivo de estruturar o intercâmbio entre os órgãos de execução da PGF de informações processuais e subsídios relativos às ações judiciais relevantes.

Parágrafo único. Para os fins desta Portaria entende-se por: I - ações judiciais relevantes as definidas pela Portaria AGU nº 87, de 17 de fevereiro de 2003;

II - ALERTA SAAR a mensagem eletrônica enviada por órgão de execução da PGF relativa à ação judicial relevante.

Art. 2º O ALERTA SAAR será enviado pelo órgão de execução da PGF com atuação contenciosa quando, no âmbito de sua competência, tiver conhecimento da ocorrência das situações abaixo:

I - ajuizamento de ação judicial, principal ou cautelar;

II - prolação de decisões, sentenças e acórdãos, favoráveis ou desfavoráveis;

III - divulgação de pauta de julgamento perante órgão judicial colegiado;

IV - requerimento de medida liminar incidental ou de aplicação de *astreintes* ou sanções judiciais em face da entidade representada ou de seus agentes públicos;

V - manifestação da parte adversa nos autos, quando julgada relevante;

VI - remessa da ação judicial à outra instância judicial, ou seu retorno à origem;

VII - necessidade de ajuizamento de medida judicial em órgão do Poder Judiciário cuja atuação contenciosa pertença a outro órgão de execução da PGF; e

VIII - outros incidentes processuais que tenham elevado impacto na política pública da entidade representada.

§ 1º O ALERTA SAAR deverá ser enviado ainda que se refira a uma mesma ação judicial que já tenha sido objeto de ALERTA SAAR em outro momento processual. **(Renumerado pela Portaria nº 159, de 20.3.2013)**

§ 2º O órgão de execução da PGF ao enviar o ALERTA SAAR deverá utilizar o recurso de solicitação de confirmação de leitura quando disponível na ferramenta de correio eletrônico. (NR). **(Incluído pela Portaria nº 159, de 20.3.2013)**.

Art. 3º O ALERTA SAAR conterá:

I - no campo assunto da mensagem eletrônica o termo "ALERTA SAAR", seguido do nome da entidade pública ou pessoa física representada;

II - o número da ação judicial e a identificação do juízo na qual a ação tramita;

III - o número de registro no SICAU em que a documentação foi anexada;

IV - a breve descrição dos fatos e do direito da ação judicial;

V - a informação sobre a existência de decisão judicial a ser cumprida e a indicação da necessidade de reversão;

VI - a indicação do tipo de relevância, de acordo com os critérios da Portaria AGU n.º 87, de 2003, e do impacto que poderá advir para a entidade representada;

VII - o pedido de elementos de fato e de direito em forma de quesitos, quando necessário à atuação contenciosa, observada a Portaria AGU nº 1.547, de 29 de outubro de 2008;

VIII - a indicação da existência do prazo judicial a ser atendido, bem como o tempo limite para a resposta; e

IX - a identificação do procurador federal e do órgão de execução da PGF remetente;

§ 1º A documentação relacionada ao ALERTA SAAR deverá ser anexada ao SICAU.

§ 2º A emissão do ALERTA SAAR não exime o órgão de execução da PGF da elaboração do parecer de força executória, nos termos da Portaria PGF nº 603, de 2 de agosto de 2010.

§ 3º O disposto no art. 3º, inciso VII, não afasta a possibilidade de contato direto por outros canais de comunicação, notadamente nos casos de urgência.

Art. 4º O ALERTA SAAR será dirigido à Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à autarquia ou fundação representada, à Procuradoria Federal do Estado no qual a ação estiver tramitando e à Procuradoria Regional Federal de sua área de abrangência territorial.

§ 1º No caso de ações judiciais com repercussão nacional, o ALERTA SAAR deverá ser dirigido, também, ao Departamento de Contencioso da PGF - DEPCONT/PGF.

§ 2º Nas hipóteses dos incisos VI e VII do art. 2º, o ALERTA SAAR será dirigido ao órgão de execução da PGF que deverá atuar na ação ou ajuizar a medida judicial.

Art. 5º O acompanhamento e atuação nas ações judiciais de que trata esta Portaria consistirão no monitoramento e na adoção de medidas que garantam o tratamento diferenciado da lide, tais como:

I - prioridade na alocação de recursos humanos, materiais e logísticos;

II - despacho com magistrado;

III - apresentação de memoriais;

IV - sustentação oral;

V - cadastramento no sistema *push* do Poder Judiciário; e

VI - imediata emissão do ALERTA SAAR, na forma dos arts. 2º, 3º e 4º desta Portaria.

Art. 6º Ao Procurador-Chefe da Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à autarquia ou fundação pública federal, incumbe:

I - informar ao DEPCONT/PGF, e manter atualizado, o endereço eletrônico do órgão ou do procurador federal responsável por receber e responder o ALERTA SAAR;

II - dar tratamento preferencial às solicitações do ALERTA SAAR; e

III - dar conhecimento aos órgãos de execução da PGF que estejam atuando em ações judiciais relevantes de qualquer alteração fática ou jurídica da situação em litígio.

Art. 7º Cada Procuradoria Regional Federal, Procuradoria Federal, Procuradoria Seccional Federal e Escritório de Representação informará ao DEPCONT/PGF, e manterá atualizado, o endereço eletrônico do órgão ou de pelo menos um procurador federal responsável por receber e responder o ALERTA SAAR;

Parágrafo único. O DEPCONT/PGF disponibilizará o endereço eletrônico do órgão ou de pelo menos um procurador federal responsável por receber e responder o ALERTA SAAR.

Art. 8º O DEPCONT/PGF consolidará as informações previstas nos arts. 6º e 7º, divulgando-as no Portal da PGF.

Art. 9º Os conflitos de atribuições ou controvérsias jurídicas entre órgãos de execução da PGF resultantes da aplicação ou interpretação desta Portaria serão resolvidos na forma do art. 8º da Portaria nº 530, de 13 de julho de 2007.

Art. 10 O Diretor do DEPCONT/PGF poderá emitir orientações e atos normativos necessários ao cumprimento desta Portaria.

Art. 11 Esta Portaria entrará em vigor em 1º de agosto de 2012.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 12.6.2012.

**PORTARIA Nº 471, DE 11 DE JUNHO DE 2012.**

*Autoriza a inscrição em dívida ativa centralizada nas capitais.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que trata os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a centralização das atividades de inscrição em dívida ativa dos créditos das autarquias e fundações públicas federais nas Procuradorias Regionais Federais e Procuradorias Federais nos Estados.

Parágrafo único. Compete ao Procurador Regional Federal ou ao Procurador-Chefe no Estado a decisão de centralizar ou não a atividade descrita no caput em relação às Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação localizados no Estado de sua sede.

Art. 2º Os procedimentos a serem observadas no caso de centralização das atividades de inscrição em dívida ativa serão estabelecidos em ato do Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da PGF.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 13.6.2012.

**PORTARIA Nº 489, DE 15 DE JUNHO DE 2012.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre o Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul em Dourados e a Procuradoria Federal Especializada junto à FUNAI em Dourados e Ponta Porã*

O **SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º O Escritório de Representação da Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul em Dourados e a Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio - FUNAI em Dourados e Ponta Porã prestarão colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 18.6.2012.

**PORTARIA Nº 534, DE 9 DE JULHO DE 2012**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado da Paraíba a representação judicial do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.*

O **SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado da Paraíba (PF/PB) a representação judicial do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, observada a respectiva competência territorial.

Art. 2º A contar da data da assunção da representação judicial prevista no art. 1º, todas as citações e intimações dirigidas ao ICMBio serão recebidas ou encaminhadas para a Procuradoria Federal no Estado da Paraíba, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 11.7.2012.

**PORTARIA Nº 581, DE 19 DE JULHO DE 2012**

*Atribuir à Procuradoria Regional Federal na 1ª Região a representação judicial da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.*

O **SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Procurador-Geral Federal, nos termos do art. 1º da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal na 1ª Região a representação judicial da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, incluindo a defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades, observada a respectiva competência territorial.

Art. 2º A contar da data da assunção da representação judicial prevista no art. 1º, todas as citações e intimações dirigidas à Fundação Nacional do Índio - FUNAI serão recebidas ou encaminhadas para a sede da Procuradoria Regional Federal na 1ª Região, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 20.7.2012.

**PORTARIA Nº 608, DE 2 DE AGOSTO DE 2012.**

*Atribui ao órgão de execução que especifica a representação judicial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso daatribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nostermos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado de MatoGrosso do Sul e ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em Dourados/MS a representação judicial do InstitutoBrasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -IBAMA, observadas as respectivas competências territoriais.

Art. 2º A Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso doSul e a Procuradoria Federal Especializada junto ao IBAMA emCampo Grande/MS prestarão colaboração mútua, sob a coordenaçãodo responsável pela primeira.

Art. 3º A contar da data da assunção da representação judicialprevista no art. 1º, todas as citações e intimações dirigidas aoIBAMA serão recebidas ou encaminhadas para o órgão de execuçãomencionado no art. 1º, observada sua competência territorial e, noque couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 3.8.2012.

**PORTARIA Nº 610, DE 2 DE AGOSTO DE 2012.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre as Procuradorias Seccionais Federais em Canoas/RS, Pelotas/RS, Santa Maria/RS e Passo Fundo/RS.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º As Procuradorias Seccionais Federais em Canoas/RS, Pelotas/RS, Santa Maria/RS e Passo Fundo/RS prestarão colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradoria Regional Federal da 4ª Região.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 3.8.2012.

**PORTARIA Nº 615, DE 3 DE AGOSTO DE 2012.**

*Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Duque de Caxias/RJ*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 318, de 2 de agosto de 2012, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Duque de Caxias/RJ exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Duque de Caxias/RJ prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do INSS em Duque de Caxias/RJ.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o *caput* não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Duque de Caxias/RJ e a Procuradoria Seccional Federal em Duque de Caxias/RJ prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Duque de Caxias/RJ, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 6.8.2012.

**PORTARIA Nº 631, DE 7 DE AGOSTO DE 2012.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Seccional Federal em Duque de Caxias/RJ e a Procuradoria Federal junto à Universidade Federal do Rio de Janeiro.*

O **SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Duque de Caxias/RJ e a Procuradoria Federal junto à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro prestarão colaboração mútua, sob a coordenação da primeira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 8.8.2012 (Retificada no D. O. de 17.8.2012).

**PORTARIA Nº 737, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Federal junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em São Paulo e a Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional de Saúde em São Paulo.*

O **SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN em São Paulo e a Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA em São Paulo, prestarão colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradoria Regional Federal da 3ª Região.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 24.9.2012.

**PORTARIA Nº 739, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012.**

*Atribui aos órgãos de execução que especifica a representação judicial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.*

O **SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias Federais nos Estados do Acre, Rondônia e Roraima a representação judicial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, observadas as respectivas competências territoriais.

Art. 2º A contar da data da assunção da representação judicial prevista no art. 1º, todas as citações e intimações dirigidas ao IPHAN serão recebidas ou encaminhadas para os órgãos de execução nele mencionados, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto da Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 24.9.2012.

**PORTARIA Nº 865, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2012.**

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO** no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a delegação de competências ao Diretor do Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal - DEPCONT/PGF e aos procuradores federais em exercício neste órgão.

Art. 2º Fica delegada, com exclusividade, ao Diretor do DEPCONT/PGF e aos procuradores federais com exercício neste órgão:

I - a representação judicial perante o Supremo Tribunal Federal, os Tribunais Superiores e a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais de todas as autarquias e fundações públicas federais representadas pela Procuradoria-Geral Federal-PGF, listadas no Anexo da Portaria 530, de 13 de julho de 2007;

II - a representação judicial no Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores e na Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais de agentes públicos prevista no artigo 22 da Lei 9.028, de 12 de abril de 1995, observados os requisitos da Portaria AGU nº 408, de 23 de março de 2009; e

III - a representação judicial dos direitos individuais indígenas em ações penais no Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores e na Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

Parágrafo único. **(Revogado pela Portaria nº 910, de 19.11.2012)**

Art. 3º Ficam delegadas ao Diretor do DEPCONT/PGF as seguintes atribuições:

I - exercer, extraordinariamente, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais representadas pela PGF junto a qualquer outro juízo ou Tribunal;

II - coordenar e orientar as atividades de contencioso das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, das Procuradorias Seccionais Federais e dos Escritórios de Representação; e

III - orientar as atividades de contencioso das procuradorias federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais.

§ 1º A coordenação e a orientação de que tratam os incisos II e III deste artigo observarão os termos da Portaria nº 530, de 13 de julho de 2007 e da Portaria nº 953, de 23 de setembro de 2009.

§ 2º O Diretor do Departamento de Contencioso poderá subdelegar, por ordem de serviço, as competências previstas neste artigo." (N.R.) (Redação dada pela Portaria/PGF nº 268, de 9.4.2015 – D. O. de 14.5.2015)

Art. 4º Fica reservado o exercício de iguais atribuições ao delegante em relação às competências delegadas por esta Portaria.

Art. 5º A delegação de competências prevista nesta Portaria cessará automaticamente na hipótese dos procuradores federais deixarem de ter efetivo exercício no DEPCONT/PGF.

Art. 6º Ficam convalidados os atos de coordenação, orientação, e representação judicial das autarquias e fundações públicas federais junto ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, à Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais e junto a qualquer outro juízo ou Tribunal, praticados pelo Diretor do DEPCONT/PGF e pelos procuradores federais em exercício neste órgão, que estejam de acordo com os termos desta Portaria.

Art. 7º Ficam revogadas a Portaria nº 531, de 13 de julho de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 16 de Julho de 2007, seção 1, páginas 3-4; a Portaria nº 696, de 23 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 24 de julho de 2009, seção 2, página 2; a Portaria nº 774, de 13 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 15 de setembro de 2011, seção 1, página 5 e a Portaria nº 587, de 20 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 25 de julho de 2012, seção 2, página 4.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

**ANEXO**

(**Revogado pela Portaria/PGF nº 268, de 9.4.2015 – D. O. de 14.5.2015)**

D. O. de 14.11.2012 (Seção 2).

**PORTARIA Nº 873, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2012.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Regional Federal da 1ª Região e a Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio – FUNAI em Governador Valadares/MG.*

O **SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Regional Federal da 1ª Região e a Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio - FUNAI em Governador Valadares/MG prestarão colaboração mútua, sob a coordenação da primeira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 12.11.2012.

**PORTARIA Nº 896, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012.**

*Cria o Fórum de Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais com interesse jurídico na área temática da cultura e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do §2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Fica criado o Fórum de Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais com interesse jurídico na área temática da cultura.

Parágrafo único. São membros efetivos do Fórum todos os Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais relacionadas no anexo desta Portaria.

Art. 2º São objetivos do Fórum de Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto às autarquiase fundações públicas federais que têm interesse jurídico em questões culturais, especialmente:

I - discutir problemas jurídicos comuns;

II - avaliar a forma de atuação e sugerir a adoção de procedimentos uniformes pelas unidades envolvidas;

III - fomentar a execução eficiente das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos destinados às respectivas autarquias e fundações públicas federais;

IV - promover a integração da Procuradoria-Geral Federal com as respectivas autarquias e fundações públicas federais.

§ 1º As conclusões do Fórum serão tomadas pela maioria simples de seus membros e encaminhadas ao Procurador-Geral Federal para análise e, se for o caso, aprovação e ratificação.

§ 2º O Fórum poderá, quando necessário, criar Grupos de Trabalho responsáveis pela elaboraçãode estudos sobre temas específicos relacionados aos seus objetivos.

Art. 3º O Fórum será dirigido por:

I - um Coordenador, escolhido pelo Procurador-Geral Federal;

II - um Coordenador Substituto, escolhido pelos membros do Fórum; e,

III - um Secretário, escolhido pelos membros do Fórum.

Art. 4º As Reuniões Ordinárias do Fórum realizar-se-ão semestralmente, em data e local a serem definidas pelo Coordenador.

§ 1º Reuniões Extraordinárias poderão ser convocadas pelo Coordenador do Fórum, de ofício ou mediante provocação da maioria dos seus membros, após prévia autorização do Procurador-Geral Federal.

§ 2º Todos os custos de deslocamento e diárias para participação nas reuniões ordinárias, ou extraordinárias, pelos membros do colegiado, deverão ser suportados diretamente pelas respectivas Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

**ANEXO**

**(Redaçãodada pela Portaria/PGF nº 815, de 24.9.2014)**

Relação das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais com interesse jurídico na área temática da cultura, que compõem o Fórum:

PF/ANCINE - Agência Nacional do Cinema

PF/EMBRATUR - Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo

PF/FBN - Fundação Biblioteca Nacional

PF/FCP - Fundação Cultural Palmares

PF/FCRB - Fundação Casa de Rui Barbosa

PF/FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão

PF/FUNARTE - Fundação Nacional de Artes

PF/FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco

PF/IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

PF/IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

D. O. de 29.11.2012.

**PORTARIA Nº 917, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012.**

*Atribui ao Escritório de Representação em Rio Verde a representação judicial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.*

A **SUBPROCURADORA-GERAL FEDERAL SUBSTITUTA** , no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir ao Escritório de Representação em Rio Verde/GO a representação judicial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, observada a respectiva competência territorial.

Art. 2º A contar da data da assunção da representação judicial prevista no art. 1º, todas as citações e intimações dirigidas ao INCRA serão recebidas ou encaminhadas para o Escritório de Representação em Rio Verde/GO, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ISABELLA MARIA DE LEMOS**

D. O. de 27.11.2012.

**PORTARIA Nº 998, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012.**

*Disciplina os procedimentos a serem adotados em relação à utilização de informações protegidas por sigilo em processos judiciais.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da competência de que trata os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002;

Art. 1º Esta portaria disciplina os procedimentos a serem adotados em relação à utilização de informações protegidas por sigilo em processos judiciais de interesse das autarquias e fundações públicas federais.

Art. 2º O Procurador Federal, no exercício da representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, deverá, quando constatada a necessidade de utilização de informações protegidas por sigilo, seja pelo juntada de documentos dessa natureza ou pela transcrição das informações neles contidas no corpo de peças processuais, solicitar ao juiz da causa, fundamentadamente, que o processo judicial tramite em segredo de justiça, demonstrando a imprescindibilidade da medida.

§ 1º Informações protegidas por sigilo e obtidas por meio dos sistemas informatizados cujo acesso seja concedido aos membros da Procuradoria-Geral Federal deverão ser apresentadas em juízo, preferencialmente, transcritas no corpo da peça processual.

§ 2º Quando for necessária a juntada de documentos que contenham informações protegidas por sigilo, os mesmos devem ser lacrados em envelope contendo os dizeres "INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO" ou, quando for o caso, "INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL".

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 4.1.2013.

**PORTARIA Nº 17, DE 11 DE JANEIRO DE 2013.**

*Disciplina a utilização do protesto extrajudicialpor falta de pagamento de Certidõesde Dívida Ativa das autarquias e fundaçõespúblicas federais.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competênciade que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Leinº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto no processoadministrativo nº 00407.004122/2009-49, bem como o parágrafoúnico do artigo 1º da Lei nº 9.492/97, acresencentado pela Leinº 12.767/2012, resolve:

Art. 1º Os Procuradores Federais poderão encaminhar para protesto extrajudicial por falta de pagamento, no domicílio do devedor, as certidões de dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais. **(Redação dada pela Portaria nº 525, de 31.8.2017)**

§ 1º Para os fins do estabelecido no caput, as certidões dedívida ativa serão enviadas aos Tabelionatos de Protesto de Títulosjuntamente com as respectivas guias de recolhimento da União -GRU, por meio eletrônico, até o décimo quinto dia de cada mês.

§ 2º Após a apuração da atualização mensal dos valores de cada crédito, caberá aos Procuradores Federais encaminhar aos Tabelionatos novas CDAS e as GRUs discriminativas da alteração. **(Redação dada pela Portaria nº 697, de 28.9.2016)**

§ 3º Os títulos parcialmente quitados poderão ser levados aprotesto pelo saldo.

§ 4° Ressalvados os títulos protestados após o ajuizamento da execução fiscal, as certidões de dívida ativa que contenham no valor consolidado do crédito encargos legais no percentual de 20% (vinte por cento) serão levadas a protesto com redução do percentual para 10% (dez por cento), na forma do artigo 3° do Decreto­Lei nº 1.569, de 8 de agosto de 1977. **(Redação dada pela Portaria nº 697, de 28.9.2016)**

Art. 2º O protesto somente será realizado junto aos Tabelionatosde Protesto de Títulos nos quais não seja necessário o pagamentoantecipado, ou em qualquer outro momento, de despesaspela entidade protestante.

Art. 3º Havendo pagamento, os valores serão convertidos emrenda das autarquias ou fundações públicas federais através das respectivasGRUs.

Art. 4° As certidões de dívida ativa permanecerão por até 180 dias, contados da intimação do devedor, aguardando o correspondente pagamento. **(Redação dada pela Portaria nº 697, de 28.9.2016)**

Parágrafo único. Somente ocorrerá o cancelamento do protestoapós o pagamento total da dívida ou o seu parcelamento, incluídasas custas e emolumentos cartorários.

Art. 5º Sendo inexitoso o protesto, os Procuradores Federais promoverão, quando for o caso, o ajuizamento das respectivas execuções fiscais. **(Redação dada pela Portaria nº 697, de 28.9.2016)**

Art. 6º A Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação deCréditos da Procuradoria-Geral Federal expedirá as orientações necessáriasao cumprimento desta Portaria.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 18.1.2013.

**PORTARIA Nº 156, DE 19 DE MARÇO DE 2013.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul a representação judicial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul a representação judicial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, observada a respectiva competência territorial.

Art. 2º A contar da data da assunção da representação judicial prevista no art. 1º, todas as citações e intimações dirigidas ao IPHAN serão recebidas ou encaminhadas para a Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto da Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 22.3.2013.

**PORTARIA Nº 157, DE 20 DE MARÇO DE 2013.**

*Regulamenta no âmbito da Procuradoria-Geral Federal o procedimento para solicitação de intervenção das autarquias e fundações públicas federais, na qualidade de amicus curiae, nas ações judiciais de controle concentrado e em recursos extraordinários com repercussão geral reconhecida em trâmite no Supremo Tribunal Federal.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002 e considerando o disposto no art. 4º da Portaria AGU nº 411, de 13 de setembro de 2012, resolve:

Art. 1º O ingresso de autarquia e fundação pública federal, na qualidade de *amicus curiae*, em Ação Direta de Constitucionalidade, Ação Direta de Inconstitucionalidade, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental e Recurso Extraordinário, com repercussão geral reconhecida em trâmite no Supremo Tribunal Federal - STF, depende de autorização prévia e expressa do Advogado-Geral da União.

Art. 2º A autarquia ou fundação pública federal encaminhará a minuta do pedido de intervenção aprovada pelo dirigente máximo da entidade ao Procurador-Geral Federal, com prazo razoável para análise da tese jurídica sustentada e antes da inclusão na pauta do Pleno do STF da ação judicial ou do recurso extraordinário em que se pretende intervir.

Parágrafo único. A minuta do pedido de intervenção de que trata este artigo deve conter os fundamentos de fato e de direito que ensejam a intervenção da entidade, bem como a descrição da tese jurídica que será sustentada.

Art. 3º Após manifestação do Procurador-Geral Federal, o pedido de intervenção será submetido à autorização do Advogado-Geral da União.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 22.3.2013.

**PORTARIA Nº 201, DE 28 DE MARÇO DE 2013.**

*Dispõe sobre o pedido de autorização necessário para a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta em que as autarquias e fundações públicas federais figurem como compromissárias.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do artigo 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, tendo em vista o disposto no artigo 5º da Portaria AGU nº 690, de 20 de maio de 2009, no artigo 4º - A da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, no § 6º do artigo 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e considerando o estabelecido no Parecer JT-04, no Despacho nº 044/2011/SFT/CGU/AGU, no Parecer nº 07/2012/DEPCONSU/PGF/AGU e no Despacho do Advogado-Geral da União (s/nº) proferido nos autos do processo nº 00407.007554/2011-26, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece os procedimentos para a solicitação de autorização para a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, judicial ou extrajudicial, em que as autarquias e fundações públicas federais figurem como parte. **(Redação dada pela Portaria nº 24, de 17.1.2020)**.

Parágrafo único. Os procedimentos regulados por esta Portaria não se aplicam:

I - **(Revogado pela Portaria nº 640, de 16.7.2019)**

II - aos demais acordos ou transações judiciais disciplinados pela Portaria PGF nº 915, de 16 de setembro de 2009.

Art. 1º-A A competência para autorizar a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, judicial ou extrajudicial, em que as autarquias e fundações públicas federais figurem como tomadoras do compromisso (compromitentes), fica subdelegada aos Procuradores Chefes das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas. **(Incluído pela Portaria nº 24, de 17.1.2020)**

Art. 2º Sem prejuízo da necessidade de formalização do pedido de autorização conforme previsto no artigo 3º desta Portaria, as Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais deverão manter informado o órgão competente da Procuradoria-Geral Federal acerca de tratativas que visem à formalização de Termo de Ajustamento de Conduta.

§ 1º A informação prevista no *caput* deste artigo será encaminhada juntamente com os elementos de fato e de direito preliminares que se relacionem com as tratativas para a formalização do Termo de Ajustamento de Conduta, no prazo máximo de cinco dias úteis a contar do seu conhecimento, ao:

I - Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal, quando se tratar de Termo de Ajustamento de Conduta extrajudicial;

II - Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal, quando se tratar de Termo de Ajustamento de Conduta que se refira a processo judicial em andamento.

§ 2º O encaminhamento dos documentos e informações ao Departamento de Consultoria e ao Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal deverá ser realizado utilizando-se, respectivamente, os endereços eletrônicos consultoria.pgf@agu.gov.br e pgf. contencioso@ agu. gov. br.

Art. 3º O pedido de autorização para a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta deverá ser instruído com os seguintes documentos e informações: **(Redação dada pela Portaria nº 24, de 17.1.2020)**:

I - manifestação de interesse do dirigente máximo da autarquia ou fundação pública federal na celebração do Termo de Ajustamento de Conduta, contendo análise expressa do órgão competente sobre a viabilidade técnica, operacional e financeira das obrigações a serem assumidas;

II - parecer técnico conclusivo da unidade de Cálculos e Perícias, quando for o caso;

III - parecer conclusivo da Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à autarquia ou fundação pública federal sobre a viabilidade jurídica do Termo de Ajustamento de Conduta, contendo a análise da minuta proposta;

IV - manifestação do órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pela representação judicial da autarquia ou fundação pública federal, quando se tratar de Termo de Ajustamento de Conduta que se refira a processo judicial em andamento, acompanhada de cópia das principais peças do processo judicial;

V - cópia da minuta do Termo de Ajustamento de Conduta, contendo as alterações decorrentes da análise técnica e jurídica previstas nos incisos I, II e III deste artigo;

VI - indicação do termo final do prazo para apreciação do pedido de autorização, se for o caso;

VII - cópia de outros documentos que possam auxiliar no exame da questão; e

VIII - preenchimento do formulário anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A minuta de Termo de Ajustamento de Conduta, prevista no inciso V do caput deste artigo, deverá conter:

I - a descrição das obrigações a serem assumidas;

II - o prazo e o modo para o cumprimento das obrigações;

III - a forma de fiscalização da sua observância;(\*)

IV - os fundamentos de fato e de direito.

Art. 4º 4º Firmado o Termo de Ajustamento de Conduta, a Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à autarquia ou fundação pública federal deverá comunicar o fato ao Departamento de Consultoria, se extrajudicial, ou ao Departamento de Contencioso, se judicial.” (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 24, de 17.1.2020)**

Art. 5º O Termo de Ajustamento de Conduta que se refira a processo judicial em andamento deverá ser submetido à homologação do juízo competente pelo órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pela representação judicial da autarquia ou fundação pública federal.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FRETIAS**

D. O. de 2.4.2013.(\*)Retificado no D. O. de 4.4.2013 (art. 3º, parágrafo único, III).

**ANEXO**

**LISTA DE CHECAGEM DE DOCUMENTOS**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Documentos enviados em meio físico** | **ART 3º DA PORTARIA** | **Indicação de página** |
|  | I – manifestação de interesse do dirigente máximo da autarquia ou fundação pública federal na celebração do Termo de Ajustamento de Conduta, contendo análise expressa do órgão competente sobre a viabilidade técnica, operacional e financeira das obrigações a serem assumidas. | (fls. \_\_\_\_ ) |
|  | II - parecer técnico conclusivo da unidade de Cálculos e Perícias, quando for o caso. | (fls. \_\_\_\_ ) |
|  | III – parecer conclusivo da Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à autarquia ou fundação pública federal sobre a viabilidade jurídica do Termo de Ajustamento de Conduta, contendo a análise da minuta proposta. | (fls. \_\_\_\_ ) |
|  | IV - manifestação do órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pela representação judicial da autarquia ou fundação pública federal, quando se tratar de Termo de Ajustamento de Conduta que se refira a processo judicial em andamento, acompanhada de cópia das principais peças do processo judicial. | (fls. \_\_\_\_ ) |
|  | V - cópia da minuta do Termo de Ajustamento de Conduta, contendo as alterações decorrentes da análise técnica e jurídica previstas nos incisos I, II e III desta lista de checagem. | (fls. \_\_\_\_ ) |
|  | VI - indicação do termo final do prazo para apreciação do pedido de autorização, se for o caso.  Data: **\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_** | (fls. \_\_\_\_ ) |
|  | VII - cópia de outros documentos que possam auxiliar no exame da questão. | (fls. \_\_\_\_ ) |

D. O. de 2.4.2013.

**PORTARIA Nº 305, DE 15 DE MAIO DE 2013.**

*Subdelega a competência prevista no art. 1ºda Portaria AGU nº 98, de 9 de abril de2013, e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuiçõesque lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Leinº 10.480, de 02 de julho de 2002, e a Portaria AGU nº 98, de 9 deabril de 2013, resolve:

Art. 1º As Procuradorias Regionais Federais, ProcuradoriasFederais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritóriosde Representação da Procuradoria-Geral Federal ficamautorizados a concordar com pedido de desistência de ação, nascausas de valor até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), desdeque o autor renuncie expressamente ao direito sobre o qual sefunda a ação (art. 269, inciso V, do Código de Processo Civil),observados os seguintes limites de alçada:**(Redação dada pela Portaria nº 328, de 21.5.2013 – D. O. de 23.5.2013)**

I - até 60 (sessenta) salários mínimos, pelo procurador federalresponsável pelo processo judicial; **(Redação dada pela Portaria nº 328, de 21.5.2013 – D. O. de 23.5.2013)**

II - até R$ 100.000,00 (cem mil reais), mediante prévia eexpressa autorização do Procurador Seccional Federal ou do Responsávelpelo Escritório de Representação; **(Redação dada pela Portaria nº 328, de 21.5.2013 – D. O. de 23.5.2013)**

III - até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), medianteprévia e expressa autorização do Procurador-Chefe da ProcuradoriaFederal no Estado; **(Redação dada pela Portaria nº 328, de 21.5.2013 – D. O. de 23.5.2013)**

IV - até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), mediante préviae expressa autorização do Procurador Regional Federal. **(Redação dada pela Portaria nº 328, de 21.5.2013 – D. O. de 23.5.2013)**

§ 1º Nas ações judiciais em trâmite no Supremo TribunalFederal, nos Tribunais Superiores e na Turma Nacional de Uniformizaçãodo JEF, caberá ao Diretor do Departamento de Contenciosoda Procuradoria-Geral Federal autorizar prévia e expressamente aconcordância com pedido de desistência da ação.

§ 2º Para fins de fixação da alçada de que trata o *caput* desteartigo, considera-se valor da ação aquele atribuído à causa, ou oestimado ou o da liquidação, o que for maior.

§ 3º Não se concordará com pedido de desistência de açãonos casos em que haja orientação técnico-jurídica que disponha emsentido contrário.

§ 4º Caberá ao Procurador-Chefe da Procuradoria Federal,especializada ou não, junto à autarquia ou fundação pública federalque, excepcionalmente, detiver a representação judicial da entidadeautorizar a concordância com pedido de desistência da ação judicial,desde que o autor renuncie expressamente ao direito sobre o qual sefunda a ação (art. 269, inciso V, do Código de Processo Civil).

§ 5º As subdelegações previstas nesta Portaria não abrangemas ações judiciais classificadas como relevantes, nos termos da PortariaAGU nº 87, de 2003.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 16.5.2013.

**PORTARIA Nº 419, DE 10 DE JULHO DE 2013.**

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002 e o art. 2º da Portaria do Advogado-Geral da União nº 990, de 16 de julho de 2009, e considerando o disposto no §18 do art. 37-B da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e o art. 1º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A presente portaria regulamenta o parcelamento extrajudicial de que trata o art. 37-B da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e a possibilidade de realização de acordo, em juízo, para terminar litígios que envolvam o recebimento de créditos das autarquias e fundações públicas federais, nos termos dos artigos 1º e 2º da Lei 9.469, de 10 de julho de 1997.

Parágrafo único. Para fins da presente portaria, entende-se por acordo estritamente a possibilidade de efetuar parcelamento judicial, não estando compreendida nessa expressão qualquer transação judicial que represente renúncia total ou parcial ao crédito das autarquias e fundações públicas federais, bem como ao crédito atinente aos honorários advocatícios e encargos legais, ressalvada a possibilidade de reconhecimento da decadência ou prescrição, atendidas as exigências previstas em atos próprios da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 2º Os créditos de qualquer natureza, inscritos em dívida ativa, das autarquias e fundações públicas federais representadas pela Procuradoria-Geral Federal (PGF), centralizados nas Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação poderão ser objeto de parcelamento extrajudicial em até 60 (sessenta) prestações mensais.

Art. 3º Fica também autorizada a realização de parcelamentos, homologáveis em juízo, nos autos de processo judicial, para o recebimento de créditos de valores não superiores a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), incluídos os honorários advocatícios, em parcelas mensais e sucessivas até o máximo de 60 (sessenta).

§ 1º O disposto neste artigo se aplica também às hipóteses de créditos decorrentes exclusivamente de honorários advocatícios.

§ 2º Para as causas nas quais o valor do crédito das autarquias e fundações públicas for superior ao teto previsto no *caput*, deverão ser observadas a Portaria AGU nº 990, de 16 de julho de 2009, e a Portaria PGF nº 915, de 16 de setembro de 2009.

CAPÍTULO II

SEÇÃO I

DO PARCELAMENTO EXTRAJUDICIAL

Art. 4º O pedido de parcelamento extrajudicial deverá ser requerido pelo interessado perante as Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação e deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Pedido de Parcelamento, de acordo com o modelo constante do Anexo I;

II - Declaração de inexistência de ação judicial contestando o crédito ou de embargos opostos, conforme Anexo II, ou, na existência desses, de desistência e renúncia, devidamente comprovados por meio de cópia da petição protocolizada no respectivo Cartório Judicial;

III - Cópia do Contrato Social, Estatuto ou Ata e eventual alteração, que identifique os atuais representantes legais do requerente, no caso de pessoa jurídica, bem como da Carteira de Identidade e CPF do representante legal da empresa e do procurador, quando for o caso;

IV - Cópia da Carteira de Identidade, do respectivo CPF e do comprovante de residência, no caso de pessoa física;

§ 1º Caso o interessado se faça representar por mandatário, deverá este apresentar procuração com poderes específicos para praticar todos os atos necessários à formalização do parcelamento de que trata esta portaria, em especial os poderes para renunciar a qualquer contestação quanto ao valor e à procedência da dívida.

§ 2º Após o pagamento da primeira prestação, as Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação deverão preencher o Termo de Parcelamento em conjunto com o requerente, conforme modelo constante do Anexo III.

Art. 5º Os procedimentos de parcelamento extrajudicial deverão ser acautelados e fiscalizados pela Procuradoria responsável pela inscrição em dívida ativa, na hipótese de ainda não ter sido ajuizada a execução fiscal.

§ 1º Caso a ação executiva fiscal já tenha sido ajuizada, a atribuição mencionada no *caput* incumbirá à Procuradoria com competência territorial para atuação na execução fiscal.

§ 2º A cada procedimento de parcelamento extrajudicial, que poderá compreender mais de um débito, deverá ser atribuído um Número Único de Processos e Documentos - NUP, o qual deverá ser vinculado, no Sistema Integrado de Controle das Ações da União -SICAU, ao número da execução fiscal ou ao número do processo administrativo, na hipótese de ainda não ter sido ajuizada aquela demanda.

§ 3º Compete ao Chefe do Núcleo de Cobrança e Recuperação de Créditos deferir os pedidos de parcelamento.

§ 4º Na hipótese de o devedor protocolar pedido de parcelamento extrajudicial em unidade de representação da PGF a qual não detenha competência territorial para atuar no juízo onde tramita a execução fiscal, incumbirá àquela Procuradoria receber os documentos, colher a assinatura do devedor no termo de parcelamento e, após a adoção da providência do §2º, encaminhar os autos imediatamente à Procuradoria responsável pela atuação na execução fiscal, para que esta aprecie o pedido e adote os demais procedimentos previstos na presente portaria.

Art. 6º Compete aos Núcleos de Cobrança e Recuperação de Créditos das unidades mencionadas no *caput* do art. 4º processarem os pedidos de parcelamentos.

Parágrafo único. Considera-se automaticamente deferido o pedido de parcelamento extrajudicial se não houver manifestação expressa da autoridade competente no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data da protocolização do pedido.

Art. 7º No caso das entidades relacionadas no anexo da Portaria PGF nº 709, de 27 de julho de 2009, caberá às respectivas Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais, a informação quanto ao valor atualizado da dívida, a emissão das guias para pagamento, o acompanhamento da regularidade do parcelamento, bem como a comunicação de eventual hipótese de rescisão às unidades previstas no *caput* do artigo 4º desta Portaria, com o auxílio da Procuradoria local em caso de necessidade de tramitação de documentos do interessado.

Parágrafo único. A análise dos documentos para fins de deferimento e rescisão do parcelamento compete às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação.

SEÇÃO II

DO PARCELAMENTO JUDICIAL

Art. 8º Após a manifestação de interesse do devedor em parcelar seu débito nos autos judiciais, a petição com a proposta de parcelamento judicial subscrita pelo Procurador Federal oficiante deverá conter todas as condições para a formalização da avença (arts. 11 e 12), devendo-se verificar a existência nos autos dos seguintes documentos:

I - Declaração de inexistência de ação judicial contestando o crédito ou de embargos opostos, ou, na existência desses, de desistência e renúncia, devidamente comprovados por meio de cópia da petição protocolizada no respectivo Cartório Judicial;

II - Cópia do Contrato Social, Estatuto ou Ata e eventual alteração, que identifique os atuais representantes legais do requerente, no caso de pessoa jurídica, bem como da Carteira de Identidade e CPF do representante legal da empresa e do procurador, quando for o caso.

§ 1º A declaração de inexistência de ação judicial contestando o crédito ou de embargos opostos referida no inciso I poderá ser firmada pelo procurador do devedor devidamente constituído nos

autos da execução fiscal, mediante petição autônoma ou por meio de declaração reduzida a termo.

§ 2º Deverá constar da procuração subscrita pelo devedor a concessão de poderes específicos ao advogado para praticar todos os atos necessários à formalização do parcelamento de que trata esta portaria, em especial os poderes para renunciar a qualquer contestação quanto ao valor e à procedência da dívida.

Art. 9º Deferido o parcelamento judicial, incumbirá ao órgão de execução da PGF responsável fazer os devidos registros no SICAU e acompanhar o pagamento das parcelas mensais.

SEÇÃO III

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS AOS PARCELAMENTOSJUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Art. 10 Enquanto não for deferido o parcelamento, o requerente deverá recolher, a cada mês, o valor correspondente a uma prestação, sob pena de indeferimento.

§ 1º O débito será consolidado na data do pedido.

§ 2º O valor mínimo de cada prestação será de R$ 200,00 (duzentos reais) para pessoas jurídicas, e de R$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoas físicas, respeitado o limite máximo de 60 (sessenta) prestações mensais.

§ 3º Se o pedido for protocolizado antes do ajuizamento da ação executiva fiscal, o valor do encargo legal será de 10% (dez por cento).

§ 4º No caso de pedido de parcelamento extrajudicial protocolizado após o ajuizamento da ação executiva fiscal, ou em se tratando de parcelamento judicial, o valor do encargo legal será de 20% (vinte por cento).

§ 5º O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado, sendo que estes critérios poderão ser alterados de acordo com a legislação superveniente.

§ 6º Caberá ao devedor solicitar mensalmente a emissão das guias referentes às parcelas junto à unidade da PGF em que foi formalizado o parcelamento.

§ 7º Na hipótese de o sistema informatizado da entidade disponibilizar acesso ao devedor para emissão das guias, a ele incumbirá o controle e emissão de tal documento.

Art. 11 A falta de pagamento de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, ou de uma ou duas parcelas, estando pagas todas as demais, implicará a imediata rescisão do parcelamento e o prosseguimento da cobrança.

Parágrafo único. No caso de parcelamento judicial, a comprovação do cumprimento da obrigação nos autos judiciais deve dar-se trimestralmente, sob pena de rescisão.

Art. 12 Para os fins do disposto no artigo 4º, incisos III e IV, e artigo 9º, inciso II, será admitida também cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) quando haja informações a respeito da Carteira de Identidade e CPF do interessado.

Art. 13 Será admitido o reparcelamento, seja ele judicial ou extrajudicial, dos débitos constantes de parcelamento em andamento ou rescindido, desde que, na formalização do pedido de reparcelamento, seja comprovado o recolhimento da primeira parcela, em valor correspondente a 10% (dez por cento) do total dos débitos consolidados ou, caso haja débito com histórico de reparcelamento anterior, de 20% (vinte por cento) do total dos débitos consolidados, observadas as demais condições previstas nesta Portaria.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14 O anexo da Portaria PGF nº 709/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO

I - Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS

II - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

III - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

IV - Agência Nacional do Cinema - ANCINE

V - Agência Nacional do Petróleo - ANP

VI - Comissão de Valores Mobiliários - CVM

VII - Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM

VIII - Fundação Nacional de Saúde - FUNASA

IX - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

X - Superintendência de Seguros Privados - SUSEP"

Art. 15 O artigo 4º da Portaria PGF nº 916, de 31 de outubro de 2011 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 4º (...)

Parágrafo único. Para os fins do monitoramento a que se refere o *caput* deste artigo, caberá à entidade credora o reconhecimento da prescrição, ressalvado o caso em que haja dúvida jurídica, a qual poderá ser encaminhada ao órgão de execução da PGF que seria competente para inscrição em dívida ativa para análise."

Art. 16 Revogam-se o artigo 5º da Portaria PGF nº 915, de 16 de setembro de 2009, e a Portaria PGF nº 954, de 23 de setembro de 2009.

Art. 17 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

**ANEXO I**

PEDIDO DE PARCELAMENTO EXTRAJUDICIAL DE CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS

À \_\_\_(Unidade da PGF)\_\_\_

\_\_\_\_\_(Nome do Devedor)\_\_\_\_\_, RG (se houver)\_\_\_\_\_,CPF/CNPJ \_\_\_\_\_, residente e domiciliada/com sede \_\_\_\_(endereço)\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_(nome)\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_(representação a que título - procurador/sócio-administrador/etc.)\_\_\_\_\_, RG\_\_\_\_\_, CPF\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado \_\_\_\_\_(endereço)\_\_\_\_\_, requer, com fundamento no artigo 37-B da Lei n.º 10.522, de 19 de julho de 2002, incluído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, o Parcelamento de sua dívida constituída dos débitos abaixo discriminados, em \_\_(Nº de parcelas)\_\_\_\_\_ (por extenso)\_\_\_\_\_\_ prestações mensais.

NÚMERO DE CADASTRO - NATUREZA DO CRÉDITO - PERÍODO

O (A) requerente, ciente de que o deferimento do pedido ficará condicionado ao pagamento da primeira parcela antecipada e à assinatura do Termo de Parcelamento de Créditos Inscritos em Dívida Ativa das Autarquias e Fundações Públicas Federais, requer a emissão de guia referente à parcela antecipada para pagamento no prazo de 05 (cinco) dias a contar do seu recebimento. Declara-se, também, ciente de que o indeferimento do pedido, pelos motivos citados, ocorrerá independentemente de qualquer comunicação, ocasionando o prosseguimento da cobrança imediata da dívida.

NOME E TELEFONE PARA CONTATO: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

LOCAL E DATA

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

ASSINATURA DO REQUERENTE

**ANEXO II**

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE AÇÃO JUDICIAL OU EMBARGOS (PARCELAMENTO EXTRAJUDICIAL)

Nome / razão social CPF/CNPJ

Eu, \_\_\_ (nome do devedor ou do representante legal) \_\_, residente \_\_\_\_\_\_\_\_\_ (endereço)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_portador do documento oficial de identificação RG n°\_\_\_\_ (se houver) \_\_\_\_\_, CPF/CNPJ n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_ DECLARO a inexistência de ação judicial contestando o crédito ou de embargos opostos com este fim, referente a dívida que se visa parcelar, constituída dos débitos abaixo discriminados:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| NÚMERO DE CADASTRO | NATUREZA DO CRÉDITO | PERÍODO |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |

LOCAL E DATA

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(ASSINATURA DO DEVEDOR OU DO REPRESENTANTE LEGAL)

**ANEXO III**

TERMO DE PARCELAMENTO EXTRAJUDICIAL DE CRÉDITOSINSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕESPÚBLICAS FEDERAIS

A \_\_\_\_\_(unidade da PGF - PRF/PF/PSF)\_\_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_(endereço)\_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_(Nome do Procurador Federal competente nos termos de Portaria PGF)\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_(cargo)\_\_\_\_\_, Matrícula n.º \_\_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente \_\_\_\_\_(sigla da unidade)\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_(Nome do Devedor)\_\_\_\_\_, RG (se houver) \_\_\_\_\_, CPF/CNPJ \_\_\_\_\_, residente e domiciliada/com sede \_\_\_\_(endereço)\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_(nome)\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_(representação a que título - procurador/sócio-administrador/etc.)\_\_\_\_\_, RG\_\_\_\_\_, CPF\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado \_\_\_\_\_(endereço)\_\_\_\_\_, doravante denominado DEVEDOR, resolvem celebrar o presente Termo de Parcelamento, nos termos das cláusulas a seguir.

Cláusula Primeira. O Devedor, renunciando expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e à procedência da dívida, assume integral responsabilidade pela sua exatidão, ficando, entretanto, ressalvado à(s) autarquia(s) e/ou fundação(ões) pública(s) federal(ais), representadas pela Procuradoria-Geral Federal, o direito de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas

e não incluídas neste termo, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda. A dívida constante deste instrumento é definitiva e irretratável, sendo ressalvado aos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal o direito de sua cobrança na hipótese de descumprimento das obrigações assumidas pelo DEVEDOR.

Cláusula Terceira. Tendo o DEVEDOR requerido o pagamento parcelado da dívida especificada na Cláusula Quinta, com fundamento no artigo 37-B da Lei n.º 10.522, de 19 de julho de 2002, incluído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, este lhe é deferido pela \_\_\_\_\_(sigla da unidade da PGF)\_\_\_\_\_, em \_\_(Nº de parcelas)\_\_(\_\_\_por extenso\_\_\_)\_\_ prestações mensais e sucessivas.

Cláusula Quarta. No acordo de parcelamento formalizado mediante o presente Termo encontra-se parcelada a dívida discriminada conforme o seguinte quadro:

NÚMERO DE CADASTRO - NATUREZA DO CRÉDITO - PERÍODO

Cláusula Quinta. A Dívida objeto do presente Termo de Parcelamento foi consolidada em \_\_/\_\_/\_\_, perfazendo o montante total de R$ \_\_(expressão numérica)\_\_ (\_\_por extenso\_\_), sendo que o valor básico inicial da prestação do parcelamento concedido e aqui acertado fica definido conforme o quadro abaixo:

Principal................................R$\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

SELIC....................................R$\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Multa.....................................R$\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Encargo/ Honorários............. R$\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Total...................................... R$\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Cláusula Sexta. O vencimento de cada parcela será no último dia útil de cada mês.

Cláusula Sétima. Caberá ao devedor solicitar mensalmente a emissão das guias referentes às parcelas junto à unidade da PGF em que foi formalizado o parcelamento, sendo que, na hipótese de o sistema informatizado da entidade disponibilizar acesso ao devedor para emissão das guias, a ele incumbirá o controle e emissão de tal documento.

Cláusula Oitava. O DEVEDOR compromete-se a efetuar o pagamento das parcelas nas datas de vencimento, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU.

Cláusula Nona. No caso de não pagamento ou de insuficiência financeira na data do vencimento da prestação, o DEVEDOR poderá solicitar à \_\_\_(unidade da PGF)\_\_\_ a emissão de nova guia para quitação da parcela, com os acréscimos legais incidentes no período.

Cláusula Décima. O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado, sendo que estes critérios poderão ser alterados de acordo com a legislação superveniente.

Cláusula Décima Primeira. O DEVEDOR declara-se ciente de que, para efeito de parcelamento, os débitos nele incluídos foram atualizados mediante a incidência dos demais acréscimos legais devidos até a data da consolidação, anuindo com o montante apurado.

Cláusula Décima Segunda. Constitui motivo para a rescisão deste acordo, independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: Infração de qualquer das cláusulas deste instrumento; Falta de pagamento de três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma ou duas parcelas, estando pagas todas as demais; e Insolvência ou falência do DEVEDOR.

Cláusula Décima Terceira. O DEVEDOR poderá, a qualquer tempo, durante o período ajustado para a quitação da dívida, solicitar o pagamento antecipado à vista, no todo ou em parte, do saldo devedor.

Cláusula Décima Quarta. Havendo a solicitação por parte do devedor, do pagamento antecipado à vista, no todo ou em parte, somente poderá ser utilizado para a quitação de parcelas na ordem inversa do vencimento, sem prejuízo da que for devida no mês de competência em curso.

Cláusula Décima Quinta. O DEVEDOR se compromete a informar eventual alteração de seu endereço à \_\_(sigla da unidade da PGF)\_\_ reputando-se válidas as notificações encaminhadas para o último endereço por ele declinado.

E, por estarem assim acertados e de acordo, firmam o presente Termo de Parcelamento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, todas assinadas e rubricadas, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

\_\_\_\_LOCAL E DATA\_\_\_\_

ASSINATURA DO PROCURADOR FEDERAL

ASSINATURA DO DEVEDOR

ASSINATURA DA 1ª TESTEMUNHA

ASSINATURA DA 2ª TESTEMUNHA

Dados das Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF:

Endereço:

Nome:

RG:

CPF:

Endereço:

D. O. de 12.7.2013.

**PORTARIA Nº 423, DE 16 DE JULHO DE 2013.**

*Disciplina as atividades do Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do parágrafo 2º do artigo 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Compete ao Departamento de Consultoria da Procuradoria- Geral Federal - DEPCONSU/PGF exercer a coordenação e orientação das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal e assistir o Procurador-Geral Federal em matéria consultiva, cabendo-lhe:

I - elaborar estudos e preparar informações em matéria consultiva, por solicitação do Procurador-Geral Federal;

II - elaborar e submeter à aprovação do Procurador-Geral Federal manifestações jurídicas decorrentes de consultas encaminhadas pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal e pelos dirigentes máximos de autarquias e fundações públicas federais, que se refiram às atividades de consultoria e assessoramento jurídicos;

III - identificar e propor ao Procurador-Geral Federal orientações jurídicas e atos normativos em matéria consultiva, inclusive aqueles destinados a uniformizar o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestadas pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;

IV - solicitar, quando necessário, informações junto aos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal e demais órgãos e entidades para subsidiar sua atuação;

V - propor ao Procurador-Geral Federal solução de controvérsia jurídica entre órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal e entre estes e outro órgão de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo da União, no tocante às atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestadas às autarquias e fundações públicas federais;

VI - assistir o Procurador-Geral Federal no tocante à análise de controvérsias jurídicas que envolvam autarquias e fundações públicas federais submetidas à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Advocacia-Geral da União;

VII - analisar proposta de Termo de Ajustamento de Conduta extrajudicial em que as autarquias e fundações públicas federais figurem como compromissárias;

VIII - articular-se com o Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal para a uniformização e consolidação das teses adotadas nas atividades consultiva e contenciosa;

IX - supervisionar, coordenar e orientar o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestadas pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal no tocante a projetos estratégicos previamente definidos pelo Procurador-Geral Federal;

X - editar atos normativos internos.

Parágrafo único. No exercício das competências previstas no caput deste artigo ficam ressalvadas, no que couber, as matérias atribuídas às competências do Departamento de Contencioso, da Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Crédito e da Divisão de Assuntos Disciplinares.

Art. 2º A competência prevista no artigo 1º desta Portaria será subdividida nos seguintes núcleos temáticos:

I - matérias administrativas, de interesse comum das autarquias e fundações públicas federais:

a) Licitações e Contratos administrativos;

b) Convênios e instrumentos congêneres;

c) Servidores Públicos e diversos;

II - matérias que decorram das competências finalísticas das autarquias e fundações públicas federais:

a) Ambiental, Indígena e Agrário;

b) Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico;

c) Saúde, Previdência e Assistência Social;

d) Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.

Art. 3º Caberá ao Diretor do DEPCONSU/PGF editar Ordem de Serviço para regulamentar o exercício das atribuições previstas nesta Portaria, especialmente no tocante:

I - à designação dos Procuradores Federais responsáveis diretamente pelo exercício das atribuições em cada núcleo temático;

II - à forma de tramitação de documentos e processos administrativos;

III - ao prazo para elaboração da manifestação jurídica e à forma de controle quanto ao seu atendimento;

IV - à forma de registro da participação dos Procuradores Federais em reuniões internas e externas;

V - à forma de registro das manifestações jurídicas e demais documentos produzidos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 23.7.2013.

**PORTARIA Nº 424, DE 16 DE JULHO DE 2013.**

*Disciplina o encaminhamento de consulta ao Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal e revoga a Portaria PGF nº 158, de 09 de março de 2010.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do parágrafo 2º do artigo 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal poderão suscitar, por meio de suas chefias, consulta ao Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal - DEPCONSU/PGF, desde que:

I - haja controvérsia jurídica entre órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal ou entre estes e outro órgão de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo da União, que demande uniformização;

II - entenda necessária revisão de entendimento firmado em orientação normativa editada pelo órgão central competente da Administração Pública Federal; ou,

III - tenha por objeto questão de alta relevância.

§ 1º A controvérsia jurídica entre unidades que integrem a mesma Procuradoria Federal, especializada ou não, junto a uma determinada autarquia ou fundação pública federal, deverá ser resolvida pelo respectivo Procurador-Chefe.

§ 2º O encaminhamento de consultas pelos dirigentes máximos de autarquias e fundações públicas federais será regulado em ato normativo próprio.

Art. 2º As consultas deverão ser instruídas com:

I - relato pormenorizado da questão com a demonstração inequívoca dos requisitos para a admissibilidade da consulta;

II - manifestação jurídica prévia fundamentada e conclusiva acerca do mérito da questão;

III - indicação dos atos e diplomas legais aplicáveis à espécie;

IV - menção às opiniões contrárias que evidenciam a dúvida jurídica suscitada, quando for o caso; e

V - demais documentos que facilitem a compreensão e o exame da matéria.

§ 1º Exceto mediante autorização do Procurador-Geral Federal ou do Diretor do DEPCONSU/PGF, não serão conhecidos os pedidos formulados através de correio eletrônico, telefone, fax, ou qualquer outro meio informal de encaminhamento.

§ 2º Os processos com instrução parcial ou insuficiente serão devolvidos à origem.

§ 3º Fica delegado ao Diretor do DEPCONSU/PGF o exame de admissibilidade das consultas.

Art. 3º As orientações jurídicas firmadas pelo DEPCONSU/PGF e aprovadas pelo Procurador-Geral Federal deverão, obedecidas as orientações do Advogado-Geral da União, ser adotadas de modo uniforme por todos os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal.

§ 1º A manifestação firmada pelo DEPCONSU/PGF e aprovada pelo Procurador-Geral Federal será submetida à Consultoria-Geral da União, nos termos dos incisos IV e V do artigo 12 do Anexo I ao Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, respectivamente, quando:

I - divergir de orientação normativa editada pelo órgão central competente da Administração Pública Federal; ou,

II - mantida controvérsia jurídica com outro órgão de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo da União.

§ 2º Na situação prevista no inciso I do parágrafo 1º deste artigo, a orientação normativa editada pelo órgão central competente da Administração Pública Federal deverá ser adotada pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal enquanto não sobrevier eventual orientação diversa do Advogado-Geral da União.

§ 3º Na situação prevista no inciso II do parágrafo 1º deste artigo, a adoção, pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, das orientações jurídicas firmadas pelo DEPCONSU/PGF e aprovadas pelo Procurador-Geral Federal deverá ser imediata e subsistirá enquanto não sobrevier eventual orientação diversa adotada por órgão competente.

Art. 4º As orientações jurídicas firmadas pelo DEPCONSU/PGF e aprovadas pelo Procurador-Geral Federal poderão ser revistas:

I - de ofício, em razão de reanálise da matéria sugerida pelos Procuradores Federais em exercício no DEPCONSU/PGF, por seu Diretor ou pelo Procurador-Geral Federal; ou,

II - por solicitação de órgão de execução da Procuradoria- Geral Federal, por meio de sua chefia, que demonstre a presença de elementos fáticos ou jurídicos relevantes que justifiquem a revisão.

Parágrafo único. A revisão de orientação jurídica será feita expressa e motivadamente.

Art. 5º O disposto nesta Portaria não afasta a possibilidade de ser avocada, pelo Procurador-Geral Federal, a competência para rever, de ofício, entendimento firmado pelo órgão de execução originariamente competente, nos termos do Capítulo VI da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e do artigo 11 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002.

Art. 6º Fica revogada a Portaria PGF nº 158, de 09 de março de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 23.7.2013.

**PORTARIA Nº 425, DE 16 DE JULHO DE 2013.**

*Disciplina o acompanhamento, pelo Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal, das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestadas às autarquias e fundações públicas federais, no tocante a projetos estratégicos.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece os procedimentos para o acompanhamento pelo Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal - DEPCONSU/PGF de projetos estratégicos realizados pelas autarquias e fundações públicas federais, considerando-se como tais aqueles assim definidos pelo Procurador-Geral Federal, por ato de ofício ou mediante indicação das Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas.

Art. 2º Definido um projeto estratégico pelo Procurador- Geral Federal, competirá ao DEPCONSU/PGF acompanhar o exercício das atividades ordinárias de consultoria e assessoramento jurídicos prestadas pela respectiva Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à autarquia ou fundação pública federal, cabendo ao Departamento:

I - participar de discussões prévias a decisões administrativas a serem tomadas pelas autarquias e fundações públicas federais; e,

II - coordenar a troca de informações com outros órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal ou com outro órgão de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo da União, quando necessário.

Art. 3º O Diretor do DEPCONSU/PGF deverá designar, para cada projeto estratégico definido nos termos desta portaria, os Procuradores Federais responsáveis diretamente pelo seu acompanhamento.

Parágrafo único. Os Procuradores Federais designados deverão manter o registro documental de todos os atos e comunicações a que tiverem acesso, bem como das reuniões de que participarem, na forma a ser definida pelo Diretor do DEPCONSU/PGF.

Art. 4º O acompanhamento regulado por esta Portaria não afasta a competência originária das Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais, para firmar entendimento sobre questões jurídicas relacionadas aos projetos estratégicos.

§ 1º Eventual solicitação de manifestação formal do DEPCONSU/PGF acerca de questões jurídicas que se relacionem com os projetos estratégicos deverá ser feita nos termos da Portaria PGF nº 424, de 16 de julho de 2013.

§ 2º O disposto no caput deste artigo não afasta a possibilidade de ser avocada, pelo Procurador-Geral Federal, a competência para rever, de ofício, entendimento firmado pelo órgão de execução originariamente competente, nos termos do Capítulo VI da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no artigo 11 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002.

Art. 5º Os artigos 1º, 2º e 8º da Portaria PGF nº 1.071, de 02 de dezembro de 2011, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 1° Esta Portaria estabelece os procedimentos para o acompanhamento pelo Departamento de Contencioso da PGF - DEPCONT/PGF de projetos estratégicos realizados pelas autarquias e fundações públicas federais, considerando-se como tais aqueles assim definidos pelo Procurador-Geral Federal, por ato de ofício ou mediante indicação das Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais.

Parágrafo único. Será regulado em ato próprio o acompanhamento de projetos estratégicos em âmbito consultivo, pelo Departamento de Consultoria da PGF - DEPCONSU/PGF."

"Art. 2° Para os fins desta Portaria, as Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais, encaminharão ao DEPCONT/PGF informações referentes às realizações de eventos relativos aos projetos estratégicos, com antecedência mínima de 45 dias de suas realizações."

"Art. 8º O Diretor do DEPCONT/PGF poderá emitir orientações necessárias ao cumprimento desta Portaria."

Art. 6º O Diretor do DEPCONSU/PGF poderá emitir orientações necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 23.7.2013.

**PORTARIA Nº 453, DE 24 DE JULHO DE 2013.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado de Sergipe - PF/SE as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN em Sergipe.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado de Sergipe - PF/SE as atividades de consultoria e de assessoramento jurídicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN em Sergipe, a contar de 05 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 23.7.2013.

**PORTARIA Nº 526, DE 26 DE AGOSTO DE 2013.**

*Estabelece diretrizes gerais para o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestadas às autarquias e fundações públicas federais.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do artigo 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando a necessidade de aperfeiçoar e uniformizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestadas às autarquias e fundações públicas federais, resolve:

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Seção I

Da aplicabilidade

Art. 1º Esta Portaria estabelece diretrizes gerais para o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestadas às autarquias e fundações públicas federais, sendo regidas por atos próprios as atividades referentes:

I - à matéria disciplinar;

II - à cobrança e recuperação de créditos das autarquias e fundações públicas federais, bem como as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos delas derivadas;

III - ao encaminhamento de elementos de fato e de direito ao órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal - PGF com competência para a representação judicial da entidade assessorada;

IV - ao assessoramento prestado às autoridades das autarquias e fundações públicas federais na elaboração de informações em mandado de segurança e em habeas data;

V - ao encaminhamento de subsídios e informações aos demais órgãos de consultoria e assessoramento jurídicos do Poder Executivo da União;

VI - ao encaminhamento de informações solicitadas com fundamento na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e em outros atos normativos aplicáveis.

Seção II

Das definições

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, consideram-se:

I - atividades de consultoria jurídica aquelas prestadas quando formalmente solicitadas pelo órgão competente, nos termos do Capítulo II desta Portaria;

II - atividades de assessoramento jurídico aquelas que decorram do exercício das atribuições da PGF e que não se enquadrem no inciso I deste artigo, tais quais participação em reuniões, troca de mensagens eletrônicas e utilização de outros meios de comunicação, disciplinadas no Capítulo III desta Portaria.

Parágrafo único. As atividades de consultoria e assessoramento jurídicos previstas nesta Portaria não afastam a possibilidade de serem recomendadas de ofício, pelos órgãos de execução da PGF competentes, providências de natureza jurídica a serem adotadas em atendimento ao interesse público e às normas vigentes, mediante elaboração de manifestação jurídica própria ou pelo exercício de atividades decorrentes do assessoramento jurídico.

Seção III

Do órgão de execução competente

Art. 3º As atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestadas às autarquias e fundações públicas federais serão exercidas, com exclusividade:

I - pelas Procuradorias Federais, especializadas ou não, previstas em sua respectiva estrutura regimental;

II - por demais órgãos de execução da PGF previamente designados em ato do Procurador-Geral Federal.

Parágrafo único. A competência prevista neste artigo não afasta as atribuições do Procurador-Geral Federal e do Departamento de Consultoria da PGF - DEPCONSU/PGF, conforme procedimentos previstos no artigo 16 desta Portaria e em atos normativos específicos.

Seção IV

Da competência para solicitação

Art. 4º O encaminhamento de consulta jurídica ou a solicitação de assessoramento jurídico deverá ser feito por órgão da autarquia ou da fundação pública federal que detenha competência para exarar manifestação ou para proferir decisão acerca da matéria em relação a qual haja dúvida jurídica a ser dirimida.

Parágrafo único. Observado o disposto no caput deste artigo, a definição da autoridade ou dos servidores competentes para encaminhamento de consulta jurídica ou para a solicitação de assessoramento jurídico decorrerá das atribuições previstas no regimento interno ou em ato normativo próprio da autarquia ou da fundação pública federal.

Art. 5º Não são competentes para solicitar o exercício de atividade de consultoria e assessoramento jurídicos diretamente ao órgão de execução da PGF pessoas físicas ou jurídicas, incluindo órgãos ou entidades públicos diversos da respectiva autarquia ou fundação pública federal assessorada.

CAPÍTULO II

Da Consulta Jurídica

Seção I

Do objeto

Art. 6º Serão objeto de análise jurídica prévia e conclusiva:

I - minutas de editais de licitação, de chamamento público e instrumentos congêneres;

II - minutas de contratos e de seus termos aditivos;

III - atos de dispensa e inexigibilidade de licitação, inclusive quando se tratar das situações previstas nos incisos I e II do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

IV - minutas de convênios, instrumentos congêneres e de seus termos aditivos;

V - minutas de termos de ajustamento de conduta, de termos de compromisso e instrumentos congêneres.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não afasta a obrigatoriedade de análise jurídica prévia estabelecida em legislações específicas, decretos, atos normativos editados pelas próprias autarquias e fundações públicas federais assessoradas, neste caso com prévia anuência do órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal que detenha a competência prevista no artigo 3º desta Portaria, ou em outros atos normativos aplicáveis.

Art. 7º Os órgãos de execução indicados no artigo 3º desta Portaria deverão recomendar aos órgãos máximos das autarquias e fundações públicas federais assessoradas que submetam para análise jurídica prévia, mediante solicitação de consulta jurídica:

I - minutas de editais de concurso público ou de processo seletivo;

II - processos administrativos de arbitragem;

III - minutas de atos normativos que estabeleçam direitos e obrigações de forma genérica e abstrata;

IV - processos administrativos referentes à aplicação de sanções administrativas, observadas as formas e eventuais ressalvas previstas em ato normativo próprio de cada autarquia ou fundação pública federal.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não afasta a possibilidade de ser recomendada a análise jurídica prévia de outros documentos pelos órgãos de execução da PGF indicados no artigo 3º desta Portaria.

Art. 8º O encaminhamento de consulta jurídica também ocorrerá quando houver dúvida jurídica a ser dirimida formalmente pelos órgãos de execução da PGF, que se relacione com as competências institucionais da autarquia ou da fundação pública federal respectiva.

Seção II

Das formas de encaminhamento

Art. 9º A consulta jurídica deverá ser encaminhada formalmente, com prévia autuação física dos documentos, observando-se as normas aplicáveis sobre comunicações administrativas.

§ 1º Será admitido o encaminhamento de consulta jurídica por correio eletrônico, para o endereço previamente divulgado:

I - quando se tratar de solicitação a ser atendida em caráter de urgência;

II - quando o órgão de execução da PGF que detenha a competência prevista no artigo 3º desta Portaria não estiver localizado junto ao órgão consulente.

§ 2º A possibilidade de encaminhamento de consulta jurídica por correio eletrônico não afasta a necessidade de prévia autuação física dos documentos, nos termos do caput deste artigo.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica quando se tratar de processo administrativo eletrônico.

Art. 10. Os autos administrativos deverão ser instruídos com prévia manifestação do órgão consulente e demais órgãos competentes para se pronunciar sobre o objeto da consulta, além de outros documentos necessários à elucidação da questão jurídica suscitada.

Art. 11. Caberá ao órgão de execução da PGF competente recomendar ao órgão máximo da autarquia ou fundação pública federal que a consulta jurídica de que trata o artigo 8º desta Portaria seja encaminhada, preferencialmente, com formulação de quesitos que se relacionem com situações concretas, seguindo o modelo de formulário constante no Anexo desta Portaria.

Seção III

Da manifestação jurídica

Art. 12. A consulta jurídica será respondida com manifestação exarada pelo órgão de execução da PGF competente, observando-se as modalidades e demais procedimentos previstos na Portaria AGU nº 1.399, de 05 de outubro de 2009.

§ 1º Quando se tratar de consulta formulada nos termos dos artigos 6º e 7º desta Portaria, deverá ser exarada manifestação específica para cada processo submetido à apreciação.

§ 2º Quando se tratar de consulta formulada nos termos do artigo 8º desta Portaria, a manifestação deverá analisar de forma específica os quesitos submetidos à análise jurídica.

§ 3º Na elaboração da manifestação jurídica, deverão ser observados os entendimentos firmados pelo Procurador-Geral Federal e pelo Advogado-Geral da União.

§ 4º Deverá ser consignada expressamente na manifestação jurídica eventual análise em regime de urgência ou prioridade, solicitada pelo órgão competente nos termos do artigo 4º desta Portaria.

Art. 13. A eficácia da manifestação jurídica fica condicionada à sua aprovação pelo chefe do órgão de execução da PGF competente, nos termos do artigo 3º desta Portaria, admitindo-se ato de delegação de competência conforme dispositivos previstos no Capítulo VI da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 14. A manifestação jurídica será encaminhada fisicamente, nos próprios autos administrativos em que submetida a consulta, ou eletronicamente nas situações previstas nos §§ 1º e 3º do artigo 9º desta Portaria.

Parágrafo único. Na hipótese de que trata o § 1º do artigo 9º desta Portaria, as mensagens eletrônicas referentes à solicitação de consulta e ao encaminhamento da manifestação jurídica deverão ser impressas e juntadas aos autos físicos.

Art. 15. Os entendimentos firmados na manifestação jurídica poderão ser revistos pelo órgão de execução da PGF que detenha a competência prevista no artigo 3º desta Portaria, de ofício ou a pedido do órgão que detenha a competência prevista no artigo 4º desta Portaria:

I - nos mesmos autos administrativos em que proferida a manifestação jurídica;

II - em autos administrativos diversos, quando se tratar de questão similar submetida à nova análise jurídica.

§ 1º Na solicitação de revisão de manifestação, deverá ser demonstrada a presença de elementos fáticos ou jurídicos relevantes que não tenham sido anteriormente apreciados.

§ 2º A revisão de entendimento jurídico anteriormente firmado deverá ser feita expressa e motivadamente.

Art. 16. Não sendo acolhido o pedido de revisão de que trata o artigo 15 desta Portaria, a matéria poderá ser submetida ao Procurador-Geral Federal pelo órgão máximo da autarquia ou fundação pública federal, desde que observadas as hipóteses previstas no artigo 1º da Portaria PGF nº 424, de 23 de julho de 2013.

Parágrafo único. Na análise da consulta de que trata este artigo poderá ser solicitada nova manifestação do órgão de execução da PGF que detenha a competência prevista no artigo 3º desta Portaria.

CAPÍTULO III

Do Assessoramento Jurídico

Art. 17. O órgão da autarquia ou fundação pública federal que detenha a competência prevista no artigo 4º desta Portaria poderá solicitar assessoramento jurídico, mediante comunicação verbal, eletrônica ou por outro meio, quando se tratar, dentre outros:

I - de dúvidas jurídicas sem complexidade, que possam ser dirimidas sem necessidade de elaboração de manifestação jurídica própria, quando não aplicável o disposto no Capítulo II desta Portaria;

II - de fases iniciais de discussão interna sobre atos administrativos que venham a ser posteriormente encaminhados para apreciação na forma de consulta jurídica, quando necessária ou recomendável a participação prévia do órgão de execução da PGF competente;

III - de acompanhamento de servidores em reuniões internas ou externas;

IV - de acompanhamento de trabalhos desenvolvidos por grupos de servidores previamente constituídos.

Parágrafo único. Na prestação do assessoramento jurídico, o órgão assessorado deverá ser orientado quanto à necessidade de serem observadas as normas previstas no Decreto nº 4.334, de 12 de agosto de 2002, que dispõe sobre as audiências concedidas a particulares por agentes públicos em exercício na Administração Pública Federal direta, nas autarquias e fundações públicas federais.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Finais

Art. 18. As diretrizes gerais estabelecidas nesta Portaria poderão ser objeto de detalhamento em ato normativo editado pelo órgão máximo da autarquia ou da fundação pública federal, atendendo às peculiaridades de cada entidade, com prévia manifestação do chefe do órgão de execução da PGF competente para o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos.

Parágrafo único. O órgão máximo da autarquia ou da fundação pública federal poderá delegar a atribuição prevista no caput deste artigo para o chefe do respectivo órgão de execução da PGF competente.

Art. 19. Os órgãos de execução da PGF que detenham a competência prevista no artigo 3º desta Portaria deverão editar ato normativo próprio, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Portaria, para regular internamente o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, especialmente no tocante:

I - às atribuições de cada coordenação, divisão ou núcleo, quando cabível;

II - ao(s) endereço(s) eletrônico(s) utilizado(s) para encaminhamento de consulta, quando cabível, ou de solicitação de assessoramento jurídico;

III - à forma de tramitação de documentos e processos administrativos;

IV - ao critério de distribuição das atividades entre os Procuradores Federais em exercício na respectiva unidade, quando cabível;

V - ao prazo para elaboração e aprovação da manifestação jurídica e à forma de controle quanto ao seu atendimento, considerando a complexidade da questão a ser analisada em cada caso;

VI - à forma de registro da participação dos Procuradores Federais em reuniões internas e externas;

VII - à forma de registro das manifestações jurídicas e demais documentos produzidos, inclusive no âmbito do assessoramento jurídico de que trata o Capítulo III desta Portaria.

Parágrafo único. Na elaboração do ato normativo próprio de que trata este artigo, deverão ser observados os atos normativos vigentes e, sempre que possível, as orientações contidas no Manual de Boas Práticas Consultivas, aprovado pela Portaria Conjunta CGU/PGF/CGAU n° 01, de 23 de outubro de 2012, permitindo-se a identificação de outra medida de gestão que garanta o melhor atendimento ao interesse público.

Art. 20. O ato normativo de que trata o artigo 19 desta Portaria, e suas alterações, deverá:

I - ser publicado no Boletim de Serviço da respectiva autarquia ou fundação pública federal;

II - ser encaminhado para conhecimento da PGF, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da sua publicação;

III - estar disponível na Rede AGU, na página respectiva do órgão de execução da PGF que detenha competência para a sua edição.

Art. 21. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 30.8.2013.

**ANEXO**

Formulário modelo de consulta

|  |
| --- |
| Número do Processo:  Assunto:  Interessado:  Órgão assessorado: |
| Relato dos fatos: |
| Fundamentação: |
| Quesitos de consulta: |

D. O. de 30.8.2013.

**PORTARIA Nº 585, DE 17 DE SETEMBRO DE 2013.**

*Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Seccional Federal em Pelotas/RS, da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Santo Ângelo/RS e do Escritório de Representação em Santo Ângelo/RS à Procuradoria Seccional Federal em Rio Grande/RS.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Pelotas/RS, a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Santo Ângelo/RS e o Escritório de Representação em Santo Ângelo/RS, prestarão colaboração à Procuradoria Seccional Federal em Rio Grande/RS, sob a coordenação da Procuradoria Regional Federal da 4ª Região, a partir de 16 de setembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 18.9.2013.

**PORTARIAN° 591, de 19DESETEMBRODE2013.**

*Estabelece os procedimentos a serem observados nos Pedidos de Concessão de Diárias e Passagens de membros e servidores em exercício na Procuradoria-Geral Federal, Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação a elas vinculados.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL** no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 11, § 2°, incisos I e VIII, da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, resolve:

Art. 1° Esta portaria dispõe sobre os procedimentos a serem observados nos Pedidos de Concessão de Diárias e Passagens -PCDP de membros e servidores em exercício na Procuradoria-Geral Federal -PGF, Procuradorias Regionais Federais -PRF, Procuradorias Federais nos Estados -PF, Procuradorias Seccionais Federais -PSF e Escritórios de Representação -ER a elas vinculados.

Parágrafo único. Aplicam-se, sem prejuízo do disposto nesta Portaria, as disposições contidas na Portaria AGU n° 127, de 2 de abril de 2012, e Portaria MPOG n° .505, de 29 de dezembro de 2009.

Art. 2° Os PCDP de membros ou servidores em exercício nos órgãos referidos no art. 1° deverão ser cadastrados no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens -SCDP pelas respectivas PRF, PF ou PSF, mediante anuência do responsável pela unidade, observado o disposto nos arts. 3° e 4°.

§ I° Os pedidos referidos no *caput*poderão ser aprovados pelo chefe ou responsável pela unidade ou seu substituto, ou ainda, no âmbito das PRF, pelo chefe de gabinete.

§ 2° As convocações que impliquem a aquisição de passagem aérea deverão ser cadastradas no SCDP com antecedência mínima de quinze dias, observado o disposto no art. 4°, V e § 4°, e de dez dias quando impliquem a aquisição de passagem terrestre.

§ 3° Os PCDP de membros e servidores em exercício nos ER vinculados às PSF, PF ou PRF deverão ser cadastrados pela unidade a que ele se vincula ou pelo órgão regional, e aprovados pelo chefe da unidade responsável pelo cadastro.

§ 4° Os PCDP dos responsáveis pelas PSF deverão ser cadastrados pela própria unidade e aprovados pelo chefe da unidade a que a PSF esteja vinculada, e os pedidos relativos aos chefes das Procuradorias Federais nos Estados deverão ser cadastrados no SCDP pela própria unidade e aprovados pelo Procurador Regional Federal.

§ 5° Os PCDP dos chefes das PRF deverão ser cadastrados pela própria unidade, mediante autorização prévia do Gabinete do Procurador-Geral Federal, e aprovados pelo substituto do Procurador Regional Federal, observado o encaminhamento previsto no § 1° do art. 3°.

§ 6° Os PCDP dos membros e servidores cujo exercício esteja fixado na Procuradoria-Geral Federal deverão observar os procedimentos previstos no art. 3°, e serão cadastrados e aprovados pelo Gabinete do Procurador-Geral Federal.

Art. 3° Dependem de autorização prévia do Gabinete do Procurador-Geral Federal todos os deslocamentos não relacionados à atuação judicial da respectiva unidade, de membros ou servidores em exercício nos órgãos referidos no art. 1°, sem prejuízo da necessidade de autorização prevista no art. 4°.

§ 1° Os pedidos que dependam da autorização referida no *caput* devem ser dirigidos pelo responsável pela unidade ao Gabinete do Procurador-Geral Federal, para o e-maiI *pgf.passagem.aerea@pgf.gov.br,*observada antecedência mínima de vinte dias quando o deslocamento depender de aquisição de passagem aérea.

§ 2° Em caráter excepcional, o responsável pelo órgão de execução referido no art. 1° poderá solicitar deslocamento com antecedência inferior àquela prevista no § 1° desde que devidamente formalizada a justificativa que comprove a inviabilidade do seu efetivo cumprimento.

§ 3° As PRF poderão cadastrar e aprovar PCDP relacionados à administração ordinária das unidades a ela vinculadas e inclusive dela própria, desde que tal convocação não implique a aquisição de passagem aérea, observado o disposto nos arts. 4° e 5°.

§ 4° As PRF deverão manter controle específico das convocações realizadas na forma do § 3°.

§ 5° O cadastramento e a aprovação dos pedidos efetuados na forma do § 3° poderão ser atribuídos às PF, por meio de Ordem de Serviço específica, permanecendo com a PRF a atribuição prevista no § 4°.

Art. 4° Dependem de autorização da Secretaria-Geral de Administração da Advocacia-Geral da União -SGAGU, nos termos da Portaria AGU n° 127, de 2 de abril de 2012, a concessão de diárias e passagens, no âmbito da Advocacia-Geral da União, nas seguintes hipóteses:

I -deslocamentos de membro ou servidor por prazo superior a dez dias contínuos;

II -mais de quarenta diárias intercaladas por membro ou servidor no ano;

III -deslocamentos de mais de dez pessoas para o mesmo evento;

IV -deslocamentos para o exterior, com ônus;

V -propostas de viagens com passagem aérea que não tenham observado a antecedência mínima de quinze dias prevista no § 2° do art. 2°.

§ 1° Tratando-se de PCDP relacionados à atuação judicial da unidade que se enquadrem nos incisos I a V, a solicitação de autorização deverá ser dirigida pelo responsável pelo órgão de execução da PGF à respectiva PRF, a quem compete, anuindo com o pedido, encaminhá-lo para o e-mail *sg.sedp@agu.gov.br.*

§ 2° Os PCDP não relacionados à atuação judicial da unidade que se enquadrem nas hipóteses dos incisos I a V deverão ser previamente requeridas pelo responsável pelo órgão de execução ao Gabinete do Procurador-Geral Federal, na forma do § 1° do art. 3°, que, estando de acordo, encaminhará o pedido à SGAGU, sem prejuízo da observância às demais exigências previstas nesta Portaria.

§ 3° Na hipótese do inciso III do caput a autorização poderá ser realizada por meio da indicação do quantitativo de servidores e da identificação do evento, programa, projeto ou ação. sem a necessidade de individualização dos convocados.

§ 4° Em caráter excepcional, o responsável pelo órgão de execução referido no art. 1° poderá solicitar deslocamento com antecedência inferior àquela prevista no inciso V desde que devidamente formalizada a justificativa que comprove a inviabilidade do seu efetivo cumprimento.

Art. 5º Os PCDP dos membros de comissões de natureza disciplinar deverão ser solicitados pelo presidente da comissão disciplinar ao presidente da Comissão Processante Permanente -CPP na região a que esteja circunscrita a apuração, a quem competirá encaminhá-lo, por e-mail, ao chefe da PRF, para seu cadastramento e aprovação.

§ I° A responsabilidade pela decisão de solicitar diárias e passagens para o deslocamento dos membros da comissão caberá. exclusivamente, ao presidente da comissão, que deverá discriminar e justificar os atos a serem praticados e o prazo para as respectivas real izações, resguardados os sigi los necessários à apuração, anexando ao pedido o Cronograma de Planejamento das Atividades previstos no art. 6° da Portaria n° 619, de 06 de agosto de 20 I0.

§ 2° Cumpre ao presidente da CPP da respectiva Região certificar ao Procurador Regional Federal que os trabalhos de apuração encontram-se em curso, indicando a Portaria em vigor, informando-se o PCDP estava previsto no Cronograma de Planejamento das Atividades, justificando nos casos em que a convocação não fora prevista.

§ 3° A convocação deverá observar o prazo estritamente necessário para a real ização dos atos constantes do Cronograma apresentado. com o imediato retorno dos membros à sede na qual se encontram em exercício, após a conclusão do cronograma.

§ 4° Sempre que possível, o presidente da comissão designará servidor *ad hoc* no local da apuração dos fatos, cuja indicação ficará a cargo do respectivo Procurador Regional Federal, para a prática de atos que não requeiram a presença da comissão, tais como o recebimento e a entrega de documentos, a extração de cópias, o cumprimento de intimações, notificações, citações, e diligências diversas.

§ 5º A Divisão de Assuntos Disciplinares da PGF poderá solicitar ao Gabinete da PGF, de forma fundamentada, providências com vistas à adoção de procedimentos específicos relacionados à emissão de diárias e passagens para atuação em processos disciplinares.

Art. 6° A prestação de contas deve ser efetuada no prazo de cinco dias, contados do retorno da viagem, nos termos da Portaria MPOG nº505*,* de 29 de dezembro de 2009.

Alt. 7° Quaisquer alterações de percurso, data ou horário de deslocamentos serão de inteira responsabilidade do servidor, se não forem determinadas pela Administração.

Art. 8° A contar da publicação desta portaria, todas as convocações até o final do exercício de 2013 de membros e servidores em exercício nos órgãos referidos no art. 1° que impliquem em aquisição de passagem aérea deverão, obrigatoriamente, contar com a anuência prévia do Gabinete do Procurador-Geral Federal, na forma do § 1° do art. 3° desta Portaria.

Art. 9° Fica revogado o art. 7° da Portaria n° 619, de 6 de agosto de 2010.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na;data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

BS 38, DE 23.09.2013.

**PORTARIA Nº 595, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013.**

*Disciplina o procedimento de conciliação prévia à propositura das execuções fiscais de créditos das autarquias e fundações públicas federais.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL** no uso das atribuições que lhe confere o artigo 11, §2º, incisos I e VIII, da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º A presente Portaria regulamenta o procedimento de conciliação prévia à propositura das execuções fiscais de créditos das autarquias e fundações públicas federais.

§ 1º Para os fins da presente Portaria, entende-se por procedimento de conciliação prévia a notificação do devedor, após a inscrição em dívida ativa e antes do ajuizamento da execução fiscal para que este efetue a liquidação dos valores devidos por meio de parcelamento ou pagamento à vista, não se admitindo renúncia total ou parcial ao crédito das autarquias e fundações públicas federais.

§ 2º Será admitida a adoção dos procedimentos desta Portaria também no período que antecede à inscrição em dívida ativa, desde que o devedor manifeste interesse na quitação integral do débito à vista e haja viabilidade técnica de emissão de guia de recolhimento da União - GRU, segundo os sistemas informatizados das autarquias e fundações públicas federais, não se admitindo, neste caso, o parcelamento do débito.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, caso o devedor manifeste interesse apenas no parcelamento, o crédito deverá ser inscrito em dívida ativa, com a incidência dos consectários legais.

§ 4º A viabilidade da aplicação do disposto no §2º ficará a critério de cada Procuradoria.

Art. 2º O procedimento de conciliação prévia será aplicado pelas Procuradorias Regionais Federais - PRFs e Procuradorias Federais - PFs nos Estados, em relação aos devedores domiciliados no âmbito de suas respectivas competências territoriais.

Parágrafo único. Fica facultada às Procuradorias Seccionais Federais - PSFs e aos Escritórios de Representação - ERs a adoção do procedimento disciplinado nesta Portaria.

Art. 3º Realizada a inscrição do crédito em dívida ativa, a PRF ou a PF deverá, anteriormente ao protesto, quando cabível, notificar o devedor, conforme modelo anexo, para fins de oportunizar-lhe a possibilidade de parcelamento do seu débito ou pagamento integral, comunicando que, nesses casos, a incidência dos encargos legais ficará limitada a 10% (dez por cento), nos termos do art. 3º, do Decreto-Lei nº 1.569, de 08 de agosto de 1977, e do art. 3º, §3º, da Portaria PGF nº 954, de 23 de setembro de 2009, cientificando-o, ainda, dos demais benefícios que tal medida lhe acarretará, nos termos do Anexo.

§ 1º Caso o crédito não esteja inscrito em dívida ativa e o devedor opte pela quitação integral do valor devido à vista, não haverá incidência dos encargos legais.

§ 2º As providências previstas no caput e §1º ficam dispensadas na hipótese de anterior notificação por edital do devedor no bojo do procedimento administrativo, sem que ele tenha comparecido posteriormente naquele feito.

Art. 4º O presente procedimento de conciliação prévia aplicasse apenas nas hipóteses que ultrapassarem os limites previstos no art. 3º, caput e §1º da Portaria AGU nº 377, de 25 de agosto de 2011, ressalvada a situação disciplinada no art. 2º, da Portaria PGF nº 916, de 31 de outubro de 2011, não se dispensando, em todo caso, a adoção das medidas para fins de protesto, disciplinado na Portaria PGF nº 17, de 11 de janeiro de 2013.

Art. 5º Não serão adotadas as providências disciplinadas nesta Portaria quando houver risco de ocorrência da prescrição, devendo ser tomadas imediatamente todas as medidas necessárias para o ajuizamento da correspondente execução fiscal.

Art. 6º As medidas adotadas em virtude do disposto nesta Portaria deverão ser registradas no Sistema Integrado de Controle das Ações da União - SICAU.

Art. 7° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 4.10.2013.

**ANEXO**

Carta Nº \_\_\_\_\_/2013/Unidade PGF

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 201 .

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Destinatário |  | |
| Rua/ Avenida/ n º |  | |
| Cidade |  | CEP |

|  |  |
| --- | --- |
| Referência |  |
| Processo Administrativo |  |
| Autarquia |  |

Informamos que, conforme processo administrativo acima referido, o(a) (Autarquia) apurou o débito referente à \_\_\_\_\_\_\_, que foi encaminhado a esta (Unidade da PGF) para cobrança e recuperação do crédito.

Com a finalidade de se evitar a inscrição em dívida ativa, o protesto, quando cabível, e posterior ajuizamento da ação de execução fiscal em face da parte acima mencionada, informamos que o valor do débito para regularização até \_\_\_/\_\_\_/2013 é de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, cuja guia para pagamento deverá ser retirada junto à (Unidade da PGF), situada na Rua/Av. \_\_\_\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro:\_\_\_\_\_\_\_\_, cidade/ UF, telefone \_\_\_\_\_ no horário de \_\_:\_\_\_h às \_\_\_:\_\_\_*.*

Destacamos que a legislação vigente (Lei nº 10522/2002, Decretos-Lei nº 1025/1969 e nº 1.569/1977) prevê que os débitos inscritos em dívida ativa serão acrescidos de encargos legais no percentual de 10% ou de 20%, a depender do ajuizamento da ação de execução fiscal, sendo que, na hipótese de protesto do título extrajudicial, o(a) devedor(a) responderá também pelas custas junto ao Cartório de Notas e Protesto.

Assim, o interesse do(a) devedor(a) de quitar seu débito poderá resultar numa economia de até 20%, a depender do caso, além de se evitar outros inconvenientes judiciais e extrajudiciais (despesas com retirada de protesto).

Informamos, ainda, que, havendo interesse no parcelamento do débito, este deverá ser inscrito em dívida ativa e a economia será de 10%. Neste caso, o parcelamento poderá ser feito em até 60 meses, desde que a parcela não seja inferior a R$ 50,00 (se pessoa física) ou de R$ 200,00 (se pessoa jurídica).

Atenciosamente.

Assinatura

Nome do Servidor

Matrícula

D. O. de 4.10.2013.

**PORTARIA Nº 655, DE 11 DE OUTUBRO DE 2013.**

*Dispõe sobre a representação judicial e extrajudicial, consultoria e assessoramento jurídicos da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, e dá outras providências.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008;

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Pará - PF/PA exercerá a representação judicial e extrajudicial da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009.

Art. 2º A Procuradoria Federal junto à Universidade Federal do Pará - UFPA será responsável pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos da UNIFESSPA, até que seja devidamente instalada unidade de execução da Procuradoria-Geral Federal que atenda as demandas provenientes da Instituição Federal de Ensino criada pela Lei n.º 12.824, de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**ANTONIO ROBERTO BASSO**

D. O. de 15.10.2013.

**PORTARIA Nº 671, DE 21 DE OUTUBRO DE 2013.**

*Dispõe sobre as atribuições dos representantes estaduais da Divisão de Defesa das Prerrogativas da Carreira de Procurador Federal e de Divulgação Institucional da Procuradoria-Geral Federal e estabelece os procedimentos a serem adotados em caso de violação aos direitos e prerrogativas dos Procuradores Federais.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL** no uso das atribuições que lhe confere o art. 11, § 2º, incisos I e VIII, da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Esta portaria dispõe sobre as atribuições dos representantes estaduais da Divisão de Defesa das Prerrogativas da Carreira de Procurador Federal e de Divulgação Institucional da Procuradoria-Geral Federal - DPCDI e estabelece os procedimentos a serem adotados em caso de violação aos direitos e prerrogativas dos Procuradores Federais.

Art. 2º Compete aos representantes da DPCDI, em âmbito estadual, apreciar fatos que possam configurar ameaça ou violação aos direitos e prerrogativas dos membros da carreira de Procurador Federal, sob a orientação daquela Divisão, conforme disposto nesta Portaria.

Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, o representante estadual poderá participar de reuniões, despachos ou demais atos necessários ao atendimento das orientações da DPCDI.

Art. 3º O Procurador Federal que, no exercício de suas atribuições funcionais, sofrer ameaça ou violação aos direitos e prerrogativas inerentes ao cargo deverá comunicar o fato ao representante da DPCDI no Estado em que estiver em exercício, requerendo atuação daquela Divisão.

Parágrafo único. A comunicação referida no *caput* deverá ser encaminhada preferencialmente por mensagem eletrônica, acompanhada dos documentos e informações essenciais à sua compreensão, com cópia dirigida ao chefe ou responsável pela unidade em que o Procurador Federal ofendido estiver em exercício.

Art. 4º O representante estadual da DPCDI deverá certificar-se de que o chefe ou responsável pela unidade de exercício do Procurador Federal que requer a atuação da divisão foi cientificado do fato, devendo ainda analisar, em juízo preliminar, se houve ameaça ou violação aos direitos e prerrogativas.

§ 1º Na hipótese de considerar ocorrida a violação, o representante estadual deverá comunicar o caso à DPCDI, preferencialmente por mensagem dirigida ao e-mail *pgf.prerrogativas@agu.gov.br*, com cópia para o chefe da PF ou PRF.

§ 2º A mensagem referida no parágrafo anterior deverá conter, no mínimo, breve relato sobre o fato e suas circunstâncias, com sugestão de atuação.

§ 3º Enviada a mensagem, o representante estadual deverá aguardar a orientação do chefe da DCPDI.

§ 4º Em casos urgentes, a orientação poderá ser solicitada por telefone ou meio análogo, sem prejuízo da adoção das providências urgentes, necessárias ao resguardo imediato do direito violado.

§ 5º Na hipótese do representante estadual da DPCDI considerar que não houve ameaça ou violação a direito ou prerrogativa, deverá cientificar o Procurador Federal que requereu a atuação da divisão, facultando-lhe submeter o assunto ao chefe da DPCDI.

Art. 5º Recebida a mensagem ou contato, caberá à DPCDI orientar a atuação de seu representante estadual, podendo solicitar a elaboração de minutas de petições, representações, comunicações ou outras providências.

Art. 6º Caberá ao chefe da DPCDI designar, em ordem de serviço, após indicação pelos Procuradores Regionais Federais, os representantes estaduais referidos no art. 1º.

Parágrafo único. A ordem de serviço a ser editada deverá conter o nome completo do representante, e-mail e telefone para contato.

Art. 7º Ficam revogadas as Portarias nº 200, de 22.03.2010, publicada no Boletim de Serviço nº 12, de 26.03.2010, nº 371, 372, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 383, 384, 385, 387, 388, 389, 391, 392, 393, 394, 395, de 19.05.2010, publicadas no Boletim de Serviço nº 20, de 21.05.2010, nº 54 e 56, de 18.01.2011, publicadas no Boletim de Serviço nº 03, de 21.01.2011, nº 752, de 02.09.2010, publicada no Boletim de Serviço nº 36, de 09.09.2011, nº 498, de 14.06.2011, publicada no Boletim de Serviço nº 24, de 17.06.2011, nº 679, de 15.08.2011, publicada no Boletim de Serviço nº 33, de 19.08.2011, e nº 739, de 31.08.2011, publicada no Boletim de Serviço nº 35, de 02.09.2011.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

B. S. nº 43, de 25.10.2013.

**PORTARIA Nº 676, DE 24 DE OUTUBRO DE 2013.**

*Disciplina o requerimento de opção de parcelamento e pagamento previsto na Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010 e regulamentado pela Portaria AGU nº 395, de 22 de outubro de 2013, em virtude da edição da Lei n.º 12.865, de 09 de outubro de 2013.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, assim como o disposto no art. 18 da Portaria AGU nº 395, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Os créditos das autarquias e fundações públicas federais, à exceção do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, serão consolidados considerando a data do requerimento do parcelamento ou do pagamento à vista.

§ 1º As Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais prestarão informações mensais à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos sobre os andamentos para a consolidação do parcelamento do sujeito passivo.

§ 2º As Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais deverão fazer, de forma prioritária, gestões junto a estas entidades para viabilizar a implementação das modificações necessárias em seus sistemas ou funcionalidades de modo a efetivar a consolidação dos parcelamentos até 31 de dezembro de 2013.

§ 3º O sujeito passivo deverá ser notificado quando da consolidação de seu parcelamento, para efeitos do disposto no art. 2º, §2º, desta Portaria.

§ 4º Após a consolidação dos valores para fins de parcelamento, poderão ser adotadas ferramentas que permitam ao sujeito passivo obter as guias para pagamento das prestações subsequentes por meio eletrônico.

§ 5º Até a efetiva consolidação do parcelamento a que se refere o art. 2º, §1º desta Portaria, na impossibilidade de emissão das Guias de Recolhimento da União - GRU ou Guias da Previdência Social - GPS, conforme o caso, na forma prevista no parágrafo anterior, para o pagamento das prestações devidas o interessado deverá obter tais documentos necessariamente junto à Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à autarquia ou fundação, Procuradoria Regional Federal, Procuradoria Federal do Estado, Procuradoria Seccional Federal ou Escritório de Representação em que tenha sido protocolado o requerimento de parcelamento.

Art. 2º No caso de opção pelo parcelamento previsto no art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, a dívida consolidada será dividida pelo número de prestações que forem indicadas pelo sujeito passivo, não podendo cada prestação mensal ser inferior a:

I - R$ 50,00 (cinquenta reais), no caso de pessoa física; e

II - R$ 100,00 (cem reais), no caso de pessoa jurídica, ainda que o parcelamento seja de responsabilidade de pessoa física.

§ 1º Até o mês anterior ao da consolidação dos parcelamentos de que trata o art. 1º, o devedor fica obrigado a pagar, a cada mês, prestação em valor equivalente ao maior valor entre o montante dos débitos objeto do parcelamento divido pelo número de prestações pretendidas e os valores estipulados nos incisos do *caput* deste artigo.

§ 2º Após a consolidação, deve ser exigida a regularidade de todas as prestações devidas desde o mês de adesão até o mês anterior ao da conclusão da consolidação dos débitos parcelados, observadas as demais disposições desta Portaria e da Portaria AGU nº 395/2013.

§ 3º O valor de cada prestação será acrescido de juros correspondentes à variação mensal da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) para o mês do pagamento.

§ 4º As prestações vencerão no último dia útil de cada mês, devendo a 1ª (primeira) prestação ser paga até o último dia útil do mês em que for formalizado o pedido.

Art. 3º No caso de opção pelo pagamento à vista com redução prevista no art. 65 da Lei n. 12.249, de 11 de junho de 2010, a dívida consolidada será submetida a cálculo para geração de GRU para pagamento, cujo vencimento será no mesmo mês da emissão da guia.

§ 1º Os valores objeto de pagamento serão registrados e submetidos, quando da consolidação do valor devido, à ratificação pela unidade da Procuradoria-Geral Federal responsável por sua concessão, nos termos do art. 4º da Portaria AGU n° 395/2013.

§ 2º O pagamento efetivado nos termos deste artigo está sujeito a homologação e ratificação para aferição do cumprimento dos requisitos previstos no art. 65 da Lei n. 12.249, de 11 de junho de 2010.

Art. 4º Para os efeitos previstos nesta Portaria, a unidade da Procuradoria-Geral Federal responsável pelo parcelamento ou gestão do pagamento deverá registrar, no processo administrativo pertinente, o requerimento de parcelamento, assim como a verificação dos pagamentos das prestações efetuados até a consolidação, sob o auxílio da autarquia ou fundação pública federal na hipótese de não disponibilidade de acesso ao seu sistema informatizado, havendo que observar, ainda, o disposto nos arts. 5º, §2º, e 9º, da Portaria PGF n.º 419, de 10 de julho de 2013.

Art. 5º A manutenção em aberto de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, ou de uma ou duas parcelas, estando pagas todas as demais, implicará, após comunicação ao sujeito passivo, a imediata rescisão do parcelamento e, conforme o caso, o prosseguimento da cobrança, devendo-se observar o disposto no §1º, do art. 11 da Portaria AGU n° 395/2013.

Parágrafo único. As unidades da Procuradoria-Geral Federal responsáveis pelo parcelamento ou gestão do pagamento deverão remeter à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos, pelo instrumento por esta fixado, até o quinto dia de cada mês, arquivos com identificação plena dos parcelamentos referidos no *caput* e respectivos devedores, para fins de divulgação no sítio da Advocacia-Geral da União.

Art. 6º Para fins das reduções previstas na Lei n. 12.249, de 11 de junho de 2010, art. 65, a atualização monetária será agregada aos valores relativos aos juros de mora, tratando-se de créditos não tributários, ou será agregada ao valor principal ou originário, tratando-se de créditos tributários.

Art. 7º O sujeito passivo pessoa física que não possua comprovante de residência em nome próprio poderá apresentar documento de residência em nome de terceiro, acompanhado de declaração de que reside no endereço indicado, inclusive para os fins do disposto no art. 6º, inciso V da Portaria AGU n° 395/2013.

Art. 8º. Observar-se-ão, naquilo que for aplicável, as disposições da Portaria PGF nº 419/ 2013.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 31.10.2013.

**PORTARIA Nº 713, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2013.**

*Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado do Acre - PF/AC e dá outras providências.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do §2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 238, de 05 de março de 2007, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Acre - PF/AC exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

§ 1º A Procuradoria Federal no Estado do Acre exercerá as atividades de defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades no Estado do Acre, observado o disposto na Portaria AGU nº 839, de 18 de junho de 2010.

§ 2º A assunção da representação judicial atribuída no *caput* e em seu §1º dar-se-á imediatamente, com exceção do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que serão representados pelas respectivas Procuradorias Federais Especializadas.

Art. 2º As Procuradorias Federais, Especializadas ou não, junto à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Fundação Universidade Federal do Acre - UFAC, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações públicas federais no Estado do Acre.

Art. 3º Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal no Estado do Acre atuarão em colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradoria Federal no Estado do Acre.

§ 1º As ordens de serviço ou outros atos normativos que tenham sido editados com fundamento nas portarias de colaboração vigentes na data de publicação desta portaria continuarão a produzir seus efeitos enquanto não sejam revogadas ou modificadas por atos supervenientes da Procuradoria Federal no Estado do Acre.

§ 2º Todas as ordens de serviço ou outros atos normativos que disciplinem as colaborações entre os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal no Estado do Acre deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico da unidade.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal, com exceção daquelas mencionadas no §2º do art.1º, serão recebidas pela Procuradoria Federal no Estado do Acre, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

Art. 6º Ficam revogadas as Portarias PGF n.º 827, de 18 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 2012, Seção 1, página 1, n.º 342, de 23 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 25 de maio de 2007, Seção 1, página 2, n.º 416, de 21 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 24 de maio de 2010, Seção 1, página 1, n.º 457, de 22 de junho de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 25 de junho de 2007, Seção 1, página 7, n.º 387, de 19 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 20 de maio de 2011, Seção 1, página 4, n.º 763, de 21 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2010, Seção 1, página 20.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 12.11.2013

**PORTARIA Nº 737, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013.**

*Dispõe sobre o conteúdo mínimo das páginas da internet e intranet dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e observadas as disposições da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e da Portaria AGU nº 124, de 28 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal - PGF deverão manter páginas próprias na **internet**, exclusivamente por endereço iniciado por www.agu.gov.br seguido da sigla do órgão, preservando a identidade visual da página principal da Advocacia-Geral da União - AGU.

§ 1º O sítio de **internet**, de acesso público (www.agu.gov.br), destina-se à veiculação de conteúdos de caráter institucional precipuamente voltados ao público externo da AGU.

§ 2º Sem prejuízo da manutenção das páginas na internet, os órgãos de execução da PGF deverão manter páginas na **intranet**, de acesso restrito (http://redeagu.agu.gov.br), destinado à veiculação de conteúdos de caráter institucional que por sua natureza, escopo ou nível de sigilo, devam restringir-se ao conhecimento exclusivo do público interno da AGU.

§ 3º A criação das páginas da unidade deverá ser solicitada à Coordenação­Geral de Planejamento e Gestão da PGF, que encaminhará o pedido ao Departamento de Tecnologia da Informação da AGU. **(Redação dada pela Portaria nº 286, de 25.4.2016)**

Art. 2º As páginas dos órgãos de execução mantidas na **internet** e na **intranet** deverão disponibilizar, nos termos do §1º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o seguinte conteúdo mínimo:

I - nome completo, endereço de correio eletrônico na extensão @agu.gov.br, telefones de contato e indicação do cargo ocupado pelos chefes, responsáveis e seus substitutos;

II - endereço do Órgão de Execução da PGF contendo indicação de Bairro, Cidade, Estado, CEP e e-mail institucional da unidade;

III - estrutura organizacional da unidade, tanto da área jurídica quanto administrativa, inclusive a divisão por áreas temáticas;

IV - a competência territorial da unidade;

V - o rol de entidades representadas judicial e extrajudicialmente, em relação às Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação, mencionadas as respectivas portarias que lhe tenham atribuído a representação;

VI - a lista dos órgãos regionais, estaduais, seccionais e representações que compõem sua estrutura, com a respectiva competência;

Art. 3º Os responsáveis pelas unidades deverão indicar um gestor de conteúdo das páginas respectivas à Coordenação­Geral de Planejamento e Gestão da PGF. **(Redação dada pela Portaria nº 286, de 25.4.2016)**

Parágrafo único. Na ausência de indicação do gestor de conteúdo, será considerado responsável pelas informações da página o responsável pelo órgão de execução da PGF.

Art. 4º As unidades poderão divulgar notícias em suas páginas desde que observadas as diretrizes definidas pela Assessoria de Comunicação Social da Advocacia-Geral da União - ASCOM e pela Divisão de Divulgação Institucional da PGF.

Art. 5º Nos termos do art. 13 da Portaria AGU nº 124, de 28 de março de 2012, é vedada a publicação de conteúdos nos locais regulados por esta Portaria com o objetivo de:

I - divulgar material obsceno, pornográfico, ofensivo, preconceituoso, discriminatório, ou de qualquer forma contrário à lei e aos bons costumes;

II - disseminar anúncios publicitários, mensagens de entretenimento e mensagens do tipo "corrente", vírus ou qualquer outro tipo de programa de computador que não seja destinado ao desempenho de suas funções ou que possam ser considerados nocivos à imagem da AGU;

III - emitir comunicados com caráter pessoal, associativo, sindical, político-partidário ou outros não relacionados à atividade institucional;

IV - disponibilizar arquivos de áudio, vídeo ou animações, salvo os que tenham relação com as funções institucionais desempenhadas pela AGU; e

V - comprometer a imagem institucional, a intimidade das pessoas, ou a segurança e a disponibilidade de sistemas da AGU.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 27.11.2013.

**PORTARIA Nº 786, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013.**

*Atribui competências ao órgão de execução que especifica e dá outras providências.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU n.º 450, de 11 de agosto de 2004, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Regional Federal da 2ª Região exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Parágrafo único. A Procuradoria Regional Federal da 2ª Região exercerá as atividades de defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades no âmbito de sua competência territorial, observado o disposto na Portaria AGU nº 839, de 18 de junho de 2010.

Art. 2º A consultoria e o assessoramento jurídicos das autarquias e fundações públicas no Estado do Rio de Janeiro serão prestados pelas respectivas Procuradorias Federais, Especializadas ou não, junto à Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, Agência Nacional do Cinema - ANCINE, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha - CCCPM, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ, Colégio Pedro II - CP-II, Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Fundação Biblioteca Nacional - FBN, Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Fundação Nacional de Artes - FUNARTE, Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Fundação Osório - FO, Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - IPJB, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ, Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o *caput* não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - em matéria de benefícios, que serão prestados pela Procuradoria Regional Federal da 2ª Região, responsável pela representação judicial da autarquia.

Art. 3º Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal no Estado do Rio de Janeiro atuarão em colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradoria Regional Federal da 2ª Região.

§ 1º As ordens de serviço ou outros atos normativos que tenham sido editados com fundamento nas portarias de colaboração vigentes na data de publicação desta portaria continuarão a produzir seus efeitos enquanto não sejam revogados ou modificados por atos supervenientes da Procuradoria Regional Federal da 2ª Região.

§ 2º Todas as ordens de serviço ou outros atos normativos que disciplinem as colaborações entre os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal no Estado do Rio de Janeiro deverão ser disponibilizados no sítio eletrônico da unidade.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Regional Federal da 2ª Região, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

Art. 6º Ficam revogadas as Portarias PGF n.º 226, de 6 de setembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 9 de setembro de 2004, Seção 1, página 1, n.º 464, de 26 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 29 de julho de 2013, Seção 1, página 70, n.º 299, de 25 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 26 de março de 2009, Seção 1, página 6, n.º 543, de 4 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 9 de setembro de 2013, Seção 1, página 17, n.º 290, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 18 de abril de 2011, Seção 1, página 2, n.º 773, de 28 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2010, Seção 1, página 1, n.º 1.051, de 19 de dezembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2007, Seção 1, página 32, n.º 316, de 16 de dezembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 2004, Seção 1, página 21, n.º 491, de 8 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 9 de agosto de 2013, Seção 1, página 11, n.º 255, de 26 de abril de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de abril de 2007, Seção 1, página 254, n.º 116, de 28 de maio de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 2 de junho de 2004, Seção 1, página 7, n.º 584, de 13 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 14 de julho de 2011, Seção 1, página 1-2, n.º 360, de 10 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2011, Seção 1, página 1, n.º 242, de 1º de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 4 de abril de 2011, Seção 1, página 1, n.º 156, de 3 de março de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 4 de março de 2011, Seção 1, página 4, n.º 108, de 10 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 11 de fevereiro de 2011, Seção 1, página 2, n.º 83, de 4 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 7 de fevereiro de 2011, Seção 1, página 5, n.º 980, de 8 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 9 de dezembro de 2010, Seção 1, página 13, n.º 962, de 30 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 2 de dezembro de 2010, Seção 2, página 45, n.º 826, de 18 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 19 de outubro de 2010, Seção 1, página 2, n.º 1.205, de 27 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2009, Seção 1, página 18, n.º 661, de 28 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2007, Seção 1, página 3, n.º 339, de 27 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 28 de maio de 2013, Seção 1, página 2, n.º 299, de 9 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2013, Seção 1, página 7, n.º 1.321, de 15 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2008, Seção 1, página 47, n.º 413, de 17 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2012, Seção 1, página 4, n.º 412, de 17 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2012, Seção 1, página 4, n.º 929, de 23 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 24 de novembro de 2010, Seção 1, página 11, n.º 840, de 21 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2010, Seção 1, página 2, n.º 967, de 25 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 28 de setembro de 2009, Seção 1, página 3, n.º 37, de 16 de janeiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 19 de janeiro de 2009, Seção 1, página 1, n.º 1.389, de 19 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2008, Seção 1, página 4, n.º 1.384, de 19 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2008, Seção 1, página 30, n.º 1.381, de 19 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2008, Seção 1, página 3, n.º 700, de 4 de agosto de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 5 de agosto de 2008, Seção 2, páginas 2-3, n.º 256, de 26 de abril de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 de abril de 2007, Seção 1, página 254, n.º 659, de 9 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2009, Seção 1, página 1, n.º 797, de 5 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 7 de outubro de 2010, Seção 1, página 3, n.º 656, de 11 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2013, Seção 1, página 76.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 3.12.2013.

**PORTARIA Nº 812, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2013.**

*Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Barreiras/BA e da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Feira de Santana/BA.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO** , no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Barreiras/BA e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Feira de Santana/BA prestarão colaboração mútua, sob a coordenação desta última.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**JOSÉ EDUARDO DE LIMA VARGA**

D. O. de 5.12.2013.

**PORTARIA Nº 832, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2013.**

*Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado de Rondônia - PF/RO e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 1.002, de 11 de julho de 2008, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado de Rondônia - PF/RO exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

§ 1º A Procuradoria Federal no Estado de Rondônia exercerá as atividades de defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades no Estado de Rondônia, observado o disposto na Portaria AGU nº 839, de 18 de junho de 2010.

§ 2º A assunção da representação judicial atribuída no *caput* e em seu § 1º dar-se-á imediatamente.

Art. 2º As Procuradorias Federais, Especializadas ou não, junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações públicas federais no Estado de Rondônia.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o *caput* não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em matéria de benefícios, que serão prestados pela Procuradoria Federal no Estado de Rondônia, responsável pela representação judicial da autarquia.

Art. 3º Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal no Estado de Rondônia atuarão em colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradoria Federal no Estado de Rondônia.

§ 1º As ordens de serviço ou outros atos normativos que tenham sido editados com fundamento nas portarias de colaboração vigentes na data de publicação desta portaria continuarão a produzir seus efeitos enquanto não sejam revogados ou modificados por atos supervenientes da Procuradoria Federal no Estado de Rondônia.

§ 2º Todas as ordens de serviço ou outros atos normativos que disciplinem as colaborações entre os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal no Estado de Rondônia deverão ser disponibilizados no sítio eletrônico da unidade.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Federal no Estado de Rondônia, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

Art. 6º Ficam revogadas as Portarias PGF nº 924, de 17 de setembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 18 de setembro de 2008, Seção 1, página 31, nº 275, de 7 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 10 de maio de 2007, Seção 1, página 2, nº 819, de 18 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 19 de outubro de 2010, Seção 1, página 1, nº 636, de 17 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 21 de julho de 2008, Seção 1, página 2, nº 450, de 7 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 9 de junho de 2010, Seção 1, página 2, nº 892, de 14 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de novembro de 2012, Seção 1, página 1, nº 549, de 13 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 16 de julho de 2012, Seção 1, página 1, nº 94, de 22 de fevereiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 27 de fevereiro de 2013, Seção 1, página 1, nº 939, de 28 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 10 de dezembro de 2012, Seção 1, página 3, nº 543, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2012, Seção 1, página 3, nº 858, de 26 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 27 de outubro de 2010, Seção 1, página 3-4, nº 1.222, de 30 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 2 de dezembro de 2009, Seção 1, página 3, nº 556, de 8 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 9 de junho de 2009, Seção 1, página 9, nº 1.303, de 10 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União 12 de dezembro de 2008, Seção 1, página 9, republicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2008, Seção 1, página 47, nº 1.276, de 5 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 9 de dezembro de 2008, Seção 1, página 16, nº 627, de 16 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2008, Seção 1, página 6, nº 237, de 12 de março de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 14 de março de 2008, Seção 1, página 12, nº 231, de 11 de março de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 12 de março de 2008, Seção 1, página 1, nº 109, de 1º de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2012, Seção 1, página 1, nº 581, de 9 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2008, Seção 1, página 4.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 17.12.2013.

**PORTARIA Nº 835, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.**

*Constitui Grupos Permanentes no âmbito do Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Ficam constituídos, no âmbito do Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal - DEPCONSU/PGF, nos termos dos Anexos desta Portaria, Grupos Permanentes para cada um dos seguintes núcleos temáticos:

I - Ambiental, Indígena e Agrário;

II - Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico;

III - Saúde, Previdência e Assistência Social;

IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.

Art. 2º Integram os Grupos Permanentes os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal competentes para a consultoria e o assessoramento jurídicos das autarquias e fundações públicas federais constantes nos Anexos a esta Portaria, sendo representados por membros designados na forma da Ordem de Serviço prevista no artigo 8º desta Portaria.

Art. 3º Estão inseridas nas atividades de cada Grupo Permanente: I - matérias que decorram das competências finalísticas das autarquias e fundações públicas federais assessoradas pelos órgãos participantes;

II - matérias administrativas de interesse comum dos órgãos participantes.

Parágrafo único. Ficam ressalvadas as competências previstas no parágrafo único do artigo 1º da Portaria/PGF nº 423, de 16 de julho de 2013, e na Portaria/PGF nº 98, de 26 de fevereiro de 2013.

Art. 4º São diretrizes dos Grupos Permanentes:

I - promover a integração dos órgãos participantes;

II - promover a articulação entre os órgãos participantes e outros órgãos de consultoria e assessoramento jurídicos da Procuradoria-Geral Federal ou do Poder Executivo da União;

III - uniformizar rotinas, procedimentos e entendimentos jurídicos, observando-se as peculiaridades de cada autarquia ou fundação pública federal;

IV - aprimorar o exercício da atividade de assessoramento jurídico pelo órgão de execução competente, nos termos do inciso II do artigo 17 da Portaria/PGF nº 526, de 26 de agosto 2013;

V - viabilizar a concretização da política pública com eficiência e segurança jurídica, evitando judicialização e fortalecendo eventual atividade contenciosa decorrente de sua execução.

Art. 5º Compete a cada Grupo Permanente, no âmbito das matérias previstas no artigo 3º desta Portaria, observando-se as diretrizes previstas no artigo 4º desta Portaria:

I - identificar e debater questões jurídicas, rotinas e procedimentos que demandem uniformização;

II - elaborar conclusões, sem caráter vinculativo:

a) recomendando a uniformização de entendimentos jurídicos, rotinas e procedimentos a serem adotados pelos órgãos participantes;

b) sugerindo rotinas, procedimentos e outras providências a serem recomendadas para adoção pelos dirigentes máximos das autarquias e fundações públicas federais assessoradas pelos órgãos participantes;

III - elaborar manifestações, propondo ao Procurador-Geral Federal:

a) a fixação de entendimento, quando se tratar de questão jurídica de alta relevância ou de controvérsia jurídica entre os órgãos participantes ou entre estes e outros órgãos de consultoria e assessoramento jurídicos da Procuradoria-Geral Federal ou do Poder Executivo da União;

b) a revisão de entendimento jurídico firmado pelo Procurador-Geral Federal ou pelo Advogado-Geral da União;

c) a edição, revisão ou revogação de leis, decretos e outros atos normativos;

d) a revisão de orientações normativas editadas por órgão central competente da Administração Pública Federal.

Parágrafo único. No exercício das competências previstas neste artigo, poderá ser proposta a articulação com outros órgãos de direção e de execução da Procuradoria-Geral Federal e com outros órgãos de consultoria e assessoramento jurídicos do Poder Executivo da União, na forma da Ordem de Serviço prevista no artigo 8º desta Portaria.

Art. 6º Fica facultado ao Procurador-Geral Federal e ao Diretor do Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal estabelecerem priorização na análise de rotinas, procedimentos e de questões jurídicas, incluindo aquelas que tenham sido objeto de prévia consulta formal, nos termos da Portaria/PGF nº 424, de 16 de julho de 2013.

Art. 7º As manifestações jurídicas elaboradas pelos Grupos Permanentes somente vincularão os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal após a sua aprovação pelo Procurador-Geral Federal.

§ 1º As manifestações jurídicas aprovadas pelo Procurador-Geral Federal serão encaminhadas à Consultoria-Geral da União para ciência, quando envolver assunto de interesse de outros órgãos de consultoria e assessoramento jurídicos do Poder Executivo da União.

§ 2º Não produzirão efeitos jurídicos até a sua aprovação pelo Advogado-Geral da União, as manifestações:

a) que importem em solicitação de revisão de entendimento jurídico anteriormente firmado pelo Advogado-Geral da União;

b) que recomendem a edição, revisão ou revogação de leis, decretos e outros atos normativos que não estejam restritos ao âmbito da Procuradoria-Geral Federal e de suas entidades assessoradas;

c) que pleiteiem a revisão de orientações normativas editadas por órgão central competente da Administração Pública Federal;

d) outras a critério do Procurador-Geral Federal, quando expressamente ressalvada a sua eficácia imediata.

§ 3º Os Grupos Permanentes poderão apresentar proposta de revisão de manifestações jurídicas aprovadas pelo Procurador-Geral Federal, nas hipóteses e na forma previstas no artigo 4º da Portaria/PGF nº 424, de 16 de julho de 2013.

Art. 8º A organização e o funcionamento dos Grupos Permanentes serão regulados por Ordem de Serviço do Diretor do DEPCONSU/PGF, na qual serão previstas:

I - a forma de indicação e de designação dos membros e do coordenador de cada Grupo Permanente;

II - as atribuições dos membros e do coordenador de cada Grupo Permanente;

III - a possibilidade e a forma de participação eventual de outros órgãos de direção e de execução da Procuradoria-Geral Federal e de outros órgãos de consultoria e assessoramento jurídicos do Poder Executivo da União;

IV - a possibilidade de serem constituídos subgrupos permanentes ou temporários para tratar de temas específicos, compostos:

a) exclusivamente por órgãos participantes de cada Grupo Permanente;

b) por órgãos participantes de Grupos Permanentes distintos;

c) por outros órgãos de direção e de execução da Procuradoria-Geral Federal e de outros órgãos de consultoria e assessoramento jurídicos do Poder Executivo da União, nos termos do inciso III do *caput* deste artigo;

V - a periodicidade de reuniões, a criação de lista institucional própria e outros meios de comunicação;

VI - o procedimento de elaboração e aprovação das conclusões e manifestações;

VII - a forma de registro das discussões.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do DEPCONSU/ PGF.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 17.12.2013.

**ANEXO I**

Grupo Permanente de Ambiental, Indígena e Agrário

1. **(Excluída pela Portaria/PGF nº 4, de 3.1.2014)**

2. Fundação Nacional do Índio - FUNAI

3. Agência Nacional de Águas - ANA

4. **(Excluída pela Portaria/PGF nº 4, de 3.1.2014)**

5. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

6. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

7. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

8 Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ

**ANEXO II**

Grupo Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico

1. Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

2. Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

3. Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC

4. Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

5. Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

6. Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível - ANP

7. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

8. Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM

9. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

10. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

11. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

12. Autoridade Pública Olímpica - APO

13. Comissão de Valores Mobiliários - CVM

14. Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

15. Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE

16. Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR

17. Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica

18. Caixa de Construção de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha

19. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM

20. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE

21. Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO

**ANEXO III**

Grupo Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social

1. Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

2. Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC

3. Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS

4. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

5. Fundação Nacional de Saúde - FUNASA

6. Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

7. Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO

**ANEXO IV**

Grupo Permanente de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

1. Agência Nacional do Cinema - ANCINE

2. Agência Espacial Brasileira - AEB

3. Fundação Biblioteca Nacional - FBN

4. Fundação Cultural Palmares - FCP

5. Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB

6. Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG

7. Fundação Nacional de Artes - FUNARTE

8. Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ

9. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

10. Fundação Osório

11. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

12. Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP

13. Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM

14. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

15. Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI

16. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

17. Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO

18. Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

19. Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

20. Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN

21. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

22. Universidade Federal de Alagoas

23. Universidade Federal de Alfenas/MG

24. Universidade Federal da Bahia

25. Universidade Federal de Campina Grande/PB

26. Universidade Federal do Cariri

27. Universidade Federal do Ceará

28. Universidade Federal do Espírito Santo

29. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

30. Universidade Federal Fluminense

31. Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

32. Universidade Federal de Goiás

33. Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA

34. Universidade Federal de Itajubá/MG

35. Universidade Federal de Juiz de Fora/MG

36. Universidade Federal de Lavras/MG

37. Universidade Federal de Minas Gerais

38. Universidade Federal do Oeste da Bahia

39. Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

40. Universidade Federal de Pernambuco

41. Universidade Federal de Santa Catarina

42. Universidade Federal de Santa Maria/RS

43. Universidade Federal de São Paulo

44. Universidade Federal do Pará

45. Universidade Federal da Paraíba

46. Universidade Federal do Paraná

47. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

48. Universidade Federal do Rio Grande do Norte

49. Universidade Federal do Rio Grande do Sul

50. Universidade Federal do Rio de Janeiro

51. Universidade Federal Rural da Amazônia

52. Universidade Federal Rural de Pernambuco

53. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

54. Universidade Federal Rural do Semi-Árido

55. Universidade Federal do Triângulo Mineiro

56. Universidade Federal de Uberlândia/MG

57. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

58. Universidade Tecnológica Federal do Paraná

59. Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

60. Fundação Universidade do Amazonas

61. Fundação Universidade de Brasília

62. Fundação Universidade Federal do ABC/SP

63. Fundação Universidade Federal do Acre

64. Fundação Universidade Federal do Amapá

65. Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

66. Fundação Universidade Federal da Grande Dourados/MS

67. Fundação Universidade Federal do Maranhão

68. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

69. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

70. Fundação Universidade Federal de Ouro Preto/MG

71. Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA

72. Fundação Universidade Federal de Pelotas/RS

73. Fundação Universidade Federal do Piauí

74. Fundação Universidade Federal do Rio Grande/RS

75. Fundação Universidade Federal de Rondônia

76. Fundação Universidade Federal de Roraima

77. Fundação Universidade Federal de São Carlos/SP

78. Fundação Universidade Federal ais de São João Del Rei/MG

79. Fundação Universidade Federal de Sergipe

80. Fundação Universidade Federal do Tocantins

81. Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco

82. Fundação Universidade Federal de Viçosa/MG

83. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre

84. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas

85. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá

86. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

87. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

88. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano

89. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

90. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

91. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

92. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Goiás

93. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano

94. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

95. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

96. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais

97. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais

98. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

99. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

100. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

101. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

102. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

103. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

104. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

105. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano

106. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

107. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

108. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

109. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

110. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

111. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

112. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

113. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

114. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

115. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

116. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

117. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense

118. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

119. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

120. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

121. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET- RJ

122. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET - MG

123. Colégio Pedro II

124. Universidade Federal do Sul da Bahia; **(Incluída pela Portaria/PGF nº 4, de 3.1.2014)**

125. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.**(Incluída pela Portaria/PGF nº 4, de 3.1.2014)**

D. O. de 17.12.2013.

**PORTARIA Nº 836, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.**

*Atribui às Procuradorias Federais nos Estados que especifica a representação judicial da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir às Procuradorias Federais nos Estados do Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná e Roraima a representação judicial da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, observadas as suas respectivas competências territoriais.

Art. 2º A contar da data da assunção da representação judicial prevista no art. 1º, todas as citações e intimações dirigidas à SUSEP serão recebidas ou encaminhadas para a Procuradoria Federal no Estado respectivo, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

D. O. de 17.12.2013.

**PORTARIA Nº 838, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.**

*Dispõe sobre a colaboração entre a Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Eunápolis/BA, a Procuradoria Federal Especializada junto à FUNAI em Eunápolis/BA, a Procuradoria Federal Especializada junto ao IBAMA em Eunápolis/BA e a Procuradoria Federal Especializada junto ao ICMBio em Porto Seguro/BA.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2° do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º A Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Eunápolis/BA, a Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio – FUNAI em Eunápolis/BA, a Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA em Eunápolis/BA e a Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio em Porto Seguro/BA, prestarão colaboração mútua, sob a coordenação da primeira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

D. O. de 17.12.2013.

**PORTARIA Nº 839, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.**

*Disciplina a aplicação da Portaria do Ministério da Fazenda nº 582, de 11 de dezembro de 2013, às execuções fiscais trabalhistas e dá outras providências.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do §2º do artigo 11 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, e considerando o disposto na Portaria do Ministério da Fazenda nº 582, de 11 de dezembro de 2013 resolve:

Art. 1º A presente portaria estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal - PGF, responsáveis pela representação judicial da União, por delegação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, no acompanhamento das execuções de ofício das contribuições previdenciárias perante a Justiça do Trabalho.

Art. 2º Fica dispensada a manifestação judicial da Procuradoria-Geral Federal quando o valor das contribuições previdenciárias devidas no processo judicial for igual ou inferior a R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 3º Os incidentes de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federais arguidos nos autos de execuções de contribuições previdenciárias perante a Justiça do Trabalho deverão ser comunicados à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos.

Art. 4º No exercício da representação judicial da União, nos autos de execuções de contribuições previdenciárias perante a Justiça do Trabalho, a notícia de ocorrência de acidente do trabalho deverá ser imediatamente comunicada ao Núcleo de Ações Prioritárias local, mesmo na hipótese prevista no art. 2°.

Art. 5º A presente Portaria aplica-se aos processos pendentes quando de sua publicação, inclusive àqueles que tramitam em grau de recurso.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

D. O. de 27.12.2013.

**PORTARIA Nº 840, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.**

*Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado do Piauí - PF/PI e dá outras providências.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 157, de 14 de fevereiro de 2008, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Piauí - PF/PI exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

§ 1º A Procuradoria Federal no Estado do Piauí exercerá as atividades de defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades no Estado do Piauí, observado o disposto na Portaria AGU nº 839, de 18 de junho de 2010.

§ 2º A assunção da representação judicial atribuída no caput e em seu § 1º dar-se-á imediatamente, com exceção do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, que serão representados pelas respectivas Procuradorias Federais Especializadas." Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados. **(Redação dada pela Portaria/PGF nº 96, de 11.2.2015 – D. O. de 2.3.2015)**

§ 3º A Procuradoria Federal no Estado do Piauí continuará a exercer a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nas ações de servidor público e pessoal, observada a sua competência territorial.

Art. 2º As Procuradorias Federais, Especializadas ou não, junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS, Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Fundação Universidade Federal do Piauí - FUFPI, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações públicas federais no Estado do Piauí.

Art. 3º Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal no Estado do Piauí atuarão em colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradoria Federal no Estado do Piauí.

§ 1º As ordens de serviço ou outros atos normativos que tenham sido editados com fundamento nas portarias de colaboração vigentes na data de publicação desta portaria continuarão a produzir seus efeitos enquanto não sejam revogados ou modificados por atos supervenientes da Procuradoria Federal no Estado do Piauí.

§ 2º Todas as ordens de serviço ou outros atos normativos que disciplinem as colaborações entre os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal no Estado do Piauí deverão ser disponibilizados no sítio eletrônico da unidade.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal, com exceção daquelas mencionadas no §2º do art.1º, serão recebidas pela Procuradoria Federal no Estado do Piauí, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

Art. 6º Ficam revogadas as Portarias PGF nº 926, de 17 de setembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 18 de setembro de 2008, Seção 1, página 31; nº 1.049, de 19 de dezembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2007, Seção 1, página 32; nº 539, de 1º de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 4 de julho de 2011, Seção 1, página 1; nº 306, de 28 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de abril de 2010, Seção 2, página 16; nº 1.143, de 16 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2009, Seção 1, página 4; nº 519, de 24 de junho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2008, Seção 1, página 3, nº 51, de 30 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 2013, seção 1, página 25, nº 968, de 25 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 28 de setembro de 2009, Seção 1, página 3, nº 533, de 30 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 1º de julho de 2011, Seção 1, página 3, nº 531, de 30 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 1º de julho de 2011, Seção 1, página 3.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

D. O. de 26.12.2013.

**PORTARIA Nº 844, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.**

*Atribui ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em São Carlos a representação judicial da Fundação Universidade Federal de São Carlos.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e considerando o que consta no processo nº 00407.007189/2013-11, resolve:

Art. 1º Atribuir ao Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em São Carlos a representação judicial da Fundação Universidade Federal de São Carlos, observada a respectiva competência territorial, a partir de 20 de janeiro de 2014.

Art. 2º O Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em São Carlos e a Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal de São Carlos prestação colaboração mútua, sob a coordenação do primeiro.

Art. 3º A contar da data da assunção da representação judicial prevista no art. 1º, todas as citações e intimações dirigidas à Fundação Universidade Federal de São Carlos serão recebidas ou encaminhadas para o Escritório de Representação da Procuradoria-Geral Federal em São Carlos, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

D. O. de 26.12.2013.

**PORTARIA Nº 845, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.**

*Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado do Maranhão - PF/MA e dá outras providências.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 418, de 31 de março de 2008, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Maranhão - PF/MA exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvas as competências atribuídas no artigo 2º.

Parágrafo único. A Procuradoria Federal no Estado do Maranhão exercerá as atividades de defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades no Estado do Maranhão, observado o disposto na Portaria AGU nº 839, de 18 de junho de 2010.

Art. 2º As Procuradorias Federais, Especializadas ou não, junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Universidade Federal do Maranhão - UFMA, prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações públicas federais no Estado do Maranhão.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o *caput* não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em matéria de benefícios, que serão prestados pela Procuradoria Federal no Estado do Maranhão, responsável pela representação judicial da autarquia.

Art. 3º Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal no Estado do Maranhão atuarão em colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradoria Federal no Estado do Maranhão.

§ 1º As ordens de serviço ou outros atos normativos que tenham sido editados com fundamento nas portarias de colaboração vigentes na data de publicação desta portaria continuarão a produzir seus efeitos enquanto não sejam revogados ou modificados por atos supervenientes da Procuradoria Federal no Estado do Maranhão.

§ 2º Todas as ordens de serviço ou outros atos normativos que disciplinem as colaborações entre os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal no Estado do Maranhão deverão ser disponibilizados no sítio eletrônico da unidade.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Federal no Estado do Maranhão, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

Art. 6º Ficam revogadas as Portarias PGF n.º 927, de 17 de setembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 18 de setembro de 2008, Seção 1, página 31-32, n.º 649, de 30 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 03 de julho de 2009, Seção 1, página 11, n.º 293, de 23 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2010, Seção 2, página 2-3, n.º 1.079, de 22 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 23 de outubro de 2008, Seção 1, página 12, n.º 700, de 23 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União 24 de agosto de 2011, Seção 1, página 1, n.º 348, de 7 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 10 de maio de 2010, Seção 1, página 9, n.º 774, de 28 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2010, Seção 1, página 1, n.º 820, de 18 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 19 de outubro de 2010, Seção 1, página 1-2, n.º 895, de 4 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 09 de setembro de 2009, Seção 1, página 3, n.º 943, de 28 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 10 de dezembro de 2012, Seção 1, página 3, n.º 859, de 26 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 27 de outubro de 2010, Seção 1, página 4, n.º 697, de 19 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 22 de agosto de 2011, Seção 1, página 2.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

D. O. de 26.12.2013.

**PORTARIA Nº 846, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.**

*Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso - PF/MT e dá outras providências.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 363, de 12 de março de 2009 e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso - PF/MT exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

§ 1º A Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso exercerá as atividades de defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades, no Estado de Mato Grosso, observado o disposto na Portaria AGU nº 839, de 18 de junho de 2010.

§ 2º A assunção da representação judicial atribuída no *caput* e em seu § 1º dar-se-á imediatamente.**(Redação dada pela Portaria/PGF nº 905, de 24.10.2014)**

Art. 2º As Procuradorias Federais, Especializadas ou não, junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - FUFMT, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações públicas federais no Estado de Mato Grosso.**(Redação dada pela Portaria/PGF nº 97, de 4.2.2014 – D. O. de 6.2.2014)**

Parágrafo único. A atribuição de que trata o *caput* não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em matéria de benefícios, que serão prestados pela Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso, responsável pela representação judicial da autarquia.

Art. 3º Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal no Estado de Mato Grosso atuarão em colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso.

§ 1º As ordens de serviço ou outros atos normativos que tenham sido editados com fundamento nas portarias de colaboração vigentes na data de publicação desta portaria continuarão a produzir seus efeitos enquanto não sejam revogados ou modificados por atos supervenientes da Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso.

§ 2º Todas as ordens de serviço ou outros atos normativos que disciplinem as colaborações entre os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal no Estado de Mato Grosso deverão ser disponibilizados no sítio eletrônico da unidade.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal, com exceção daquela mencionada no § 2º do art. 1º, serão recebidas pela Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008 e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

Art. 6º Ficam revogadas as Portarias PGF nº 265, de 13 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 16 de março de 2009, Seção 1, página 2, nº 672, de 20 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2010, Seção 1, página 11, nº 170, de 9 de março de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 11 de março de 2011, Seção 1, página 2, nº 671, de 12 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2011, Seção 1, página 69, nº 603, de 26 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2012, Seção 1, página 1, nº 764, de 4 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 05 de agosto de 2009, Seção 1, página 3, retificação publicada no Diário Oficial da União de 22 de setembro de 2009, Seção 1, página 3, nº 355, de 29 de abril de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 30 de abril de 2008, Seção 1, página 3, nº 579, de 18 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de julho de 2012, Seção 1, página 10, n.º 672, de 12 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2011, Seção 1, página 69, n.º 743, de 16 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 17 de setembro de 2010, Seção 1, página 1, n.º 565, de 20 de julho de 2010, publicada no Diário Oficial da União 22 de julho de 2010, Seção 1, página 6.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

D. O. de 26.12.2013.

**PORTARIA Nº 847, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.**

*Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado de Roraima - PF/RR e dá outras providências.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, 2008, considerando o disposto na Portaria AGU nº 1.163, de 29 de novembro de 2006, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado de Roraima - PF/RR exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Parágrafo único. A Procuradoria Federal no Estado de Roraima exercerá as atividades de defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades no Estado de Roraima, observado o disposto na Portaria AGU nº 839, de 18 de junho de 2010.

Art. 2º As Procuradorias Federais, Especializadas ou não, junto à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Fundação Universidade Federal de Roraima - UFRR, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações públicas federais no Estado de Roraima.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o *caput* não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em matéria de benefícios, que serão prestados pela Procuradoria Federal no Estado de Roraima, responsável pela representação judicial da autarquia.

Art. 3º Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal no Estado de Roraima atuarão em colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradoria Federal no Estado de Roraima.

§ 1º As ordens de serviço ou outros atos normativos que tenham sido editados com fundamento nas portarias de colaboração vigentes na data de publicação desta portaria continuarão a produzir seus efeitos enquanto não sejam revogados ou modificados por atos supervenientes da Procuradoria Federal no Estado de Roraima.

§ 2º Todas as ordens de serviço ou outros atos normativos que disciplinem as colaborações entre os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal no Estado de Roraima deverão ser disponibilizados no sítio eletrônico da unidade.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Federal no Estado de Roraima, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

Art. 6º Ficam revogadas as Portarias PGF nº 930, de 17 de setembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 18 de setembro de 2008, Seção 1, página 32, nº 912, de 20 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 22 de novembro de 2007, Seção 1, páginas 54-55, nº 614, de 14 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2007, Seção 1, página 10, nº 615, de 24 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 25 de junho de 2009, Seção 1, página 3, retificação publicada no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2009, Seção 1, página 3, n.º 419, de 21 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 22 de maio de 2012, Seção 1, página 3, nº 93, de 22 de fevereiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 27 de fevereiro de 2013, Seção 1, página 1, nº 299, de 19 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 20 de abril de 2011, Seção 1, página 29, nº 1.012, de 8 de outubro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 9 de outubro de 2009, Seção 1, página 7, nº 1.004, de 7 de outubro de 2009, publicada no Diário Oficial da União 8 de outubro de 2009, Seção 1, página 21, nº 973, de 29 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2009, Seção 1, página 97.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

D. O. de 26.12.2013.

**PORTARIA Nº 133, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014.**

*Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Feira de Santana/BA.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 33, de 12 de fevereiro de 2014, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Feira de Santana/BA exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Feira de Santana/BA prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do INSS em Feira de Santana/BA.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o *caput* não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Feira de Santana/BA e a Procuradoria Seccional Federal em Feira de Santana/BA prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Feira de Santana/BA, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 17.2.2014.

**PORTARIA Nº 134, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014.**[[303]](#footnote-304)

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio - FUNAI em Chapecó/SC e em Florianópolis/SC e a Procuradoria Seccional Federal em Chapecó/SC.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Procurador-Geral Federal, nos termos do art. 1º da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio - FUNAI em Chapecó/SC e em Florianópolis/SC e a Procuradoria Seccional Federal em Chapecó/SC prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

Art. 3º Fica revogada a Portaria PGF nº 686, de 16 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2011, Seção 1, página 1.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

D. O. de 19.2.2014.

**PORTARIA Nº 151, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Seccional Federal em Feira de Santana/BA e os órgãos de execução que especifica.*

O **SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Feira de Santana/BA, a Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Santo Antonio de Jesus/BA e em

Feira de Santana/BA e a Representação da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Jequié/BA prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela primeira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

D. O. de 20.2.2014.

**PORTARIA Nº 314, DE 17 DE ABRIL DE 2014.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul -PF/MS a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nas ações que especifica.*

**O SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul - PF/MS a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nas Varas do Trabalho de Campo Grande e no Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, observada sua competência territorial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

D. O. de 23.4.2014.

**PORTARIA Nª 422, DE 23 DE MAIO DE 2014.**

*Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado da Paraíba - PF/PB e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 1.002, de 11 de julho de 2008, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado da Paraíba - PF/PB exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Parágrafo único. A Procuradoria Federal no Estado da Paraíba exercerá as atividades de defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades no Estado da Paraíba, observado o disposto na Portaria AGU nº 839, de 18 de junho de 2010.

Art. 2º As Procuradorias Federais, Especializadas ou não, junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações públicas federais no Estado da Paraíba.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o *caput* não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em matéria de benefícios, que serão prestados pela Procuradoria Federal no Estado da Paraíba, responsável pela representação judicial da autarquia.

Art. 3º Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal no Estado da Paraíba atuarão em colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradoria Federal no Estado da Paraíba.

§ 1º As ordens de serviço ou outros atos normativos que tenham sido editados com fundamento nas portarias de colaboração vigentes na data de publicação desta portaria continuarão a produzir seus efeitos enquanto não sejam revogados ou modificados por atos supervenientes da Procuradoria Federal no Estado da Paraíba.

§ 2º Todas as ordens de serviço ou outros atos normativos que disciplinem as colaborações entre os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal no Estado da Paraíba deverão ser disponibilizados no sítio eletrônico da unidade.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Federal no Estado da Paraíba, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

Art. 6º Ficam revogadas as Portarias PGF nº 925, de 17 de setembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 18 de setembro de 2008, Seção 1, pág. 31, nº 1.101, de 4 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União 6 de novembro de 2009, Seção 1, pág. 2, nº 531, de 6 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 9 de julho de 2012, Seção 1, pág. 3, , nº 269, de 23 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 26 de abril de 2013, Seção 1, pág. 1, nº 213, de 4 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 10 de abril de 2013, Seção 1, pág. 3, nº 1.120, de 20 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 2011, Seção 1, pág. 2, nº 298, de 19 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 20 de abril de 2011, Seção 1, pág. 29.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 5.6.2014.

**PORTARIA Nº 423, DE 23 DE MAIO DE 2014.**

*Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado do Paraná - PF/PR e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 358, de 13 de maio de 2005, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Paraná - PF/PR exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Parágrafo único. A Procuradoria Federal no Estado do Paraná exercerá as atividades de defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades no Estado do Paraná, observado o disposto na Portaria AGU nº 839, de 18 de junho de 2010.

Art. 2º As Procuradorias Federais, Especializadas ou não, junto à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações públicas federais no Estado do Paraná.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o *caput* não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em matéria de benefícios, que serão prestados pela Procuradoria Federal no Estado do Paraná, responsável pela representação judicial da autarquia.

Art. 3º Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal no Estado do Paraná atuarão em colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradoria Federal no Estado do Paraná.

§ 1º As ordens de serviço ou outros atos normativos que tenham sido editados com fundamento nas portarias de colaboração vigentes na data de publicação desta portaria continuarão a produzir seus efeitos enquanto não sejam revogados ou modificados por atos supervenientes da Procuradoria Federal no Estado do Paraná.

§ 2º Todas as ordens de serviço ou outros atos normativos que disciplinem as colaborações entre os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal no Estado do Paraná deverão ser disponibilizados no sítio eletrônico da unidade.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal, serão recebidas pela Procuradoria Federal no Estado do Paraná, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

Art. 6º Ficam revogadas as Portarias PGF nº 966, de 22 de setembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2008, Seção 1, página 39, nº 619, de 15 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2007, Seção 1, página 2, nº 927, de 23 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 26 de novembro de 2007, Seção 1, página 16, nº 658, de 24 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 28 de julho de 2008, Seção 1, página 1, nº 414, de 20 de maio de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 23 de maio de 2008, Seção 1, página 37, nº 413, de 20 de maio de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 23 de maio de 2008, Seção 1, página 37, nº 243, de 13 de junho de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2005, Seção 1, página 11, nº 161, de 11 de fevereiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de fevereiro de 2008, Seção 1, página 3, nº 862, de 29 de agosto de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 02 de setembro de 2008, Seção 1, página 2, nº 244, de 13 de junho de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2005, Seção 1, página 11, nº 264, de 2 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 3 de maio de 2007, Seção 1, página 4, nº 589, de 9 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2008, Seção 1, página 12, nº 1.084, de 27 de outubro de 2009, publicada em 28 de outubro de 2009, Seção 1, página 5, nº 87, de 22 de março de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 24 de março de 2006, Seção 1, página 10, nº 888, de 3 de setembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 5 de setembro de 2008, Seção 1, página 19, nº 962, de 19 de setembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2008, Seção 1, página 39, nº 528, de 6 de julho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 7 de setembro de 2010, Seção 1, página 15, nº 405, de 3 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 4 de julho de 2013, Seção 1, página 2, nº 582, de 19 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 23 de julho de 2012, Seção 1, página 2, nº 906, de 11 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2010, Seção 1, página 2, nº 1.372, de 19 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2008, Seção 1, página 30, nº 1.008, de 3 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 06 de outubro de 2008, Seção 1, página 2, nº 888, de 3 de setembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 05 de setembro de 2008, Seção 1, página 19.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 5.6.2014.

**PORTARIA Nº 439, DE 29 DE MAIO DE 2014.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado de Goiás- PF/GO a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais que especifica, e dá outras providências.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 1.436, de 26 de outubro de 2007, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado de Goiás - PF/GO a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º, observada a respectiva competência territorial.

Parágrafo único. A Procuradoria Federal no Estado de Goiás exercerá as atividades de defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades no Estado de Goiás, observado o disposto na Portaria AGU nº 839, de 18 de junho de 2010.

Art. 2º As Procuradorias Federais, Especializadas ou não, junto à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFGO, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - IFGoiano, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Universidade Federal de Goiás - UFG, prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações públicas federais no Estado de Goiás.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o *caput* não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em matéria de benefícios, que serão prestados pela Procuradoria Federal no Estado de Goiás, responsável pela representação judicial da autarquia.

Art. 3º Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal no Estado de Goiás atuarão em colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradoria Federal no Estado de Goiás.

§ 1º As ordens de serviço ou outros atos normativos que tenham sido editados com fundamento nas portarias de colaboração vigentes na data de publicação desta portaria continuarão a produzir seus efeitos enquanto não sejam revogados ou modificados por atos supervenientes da Procuradoria Federal no Estado de Goiás.

§ 2º Todas as ordens de serviço ou outros atos normativos que disciplinem as colaborações entre os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal no Estado de Goiás deverão ser disponibilizados no sítio eletrônico da unidade.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Federal no Estado de Goiás, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

Art. 6º Ficam revogadas as Portarias PGF nº 940, de 17 de setembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2008, Seção 1, página 23, nº 544, de 12 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 16 de julho de 2012, Seção 1, página 1, nº 82, de 23 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2008, Seção 1, página 19, nº 166, de 22 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 26 de março de 2007, Seção 1, página 3, nº 209, de 23 de agosto de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 24 de agosto de 2004, Seção 1, página 6, nº 750, de 31 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 03 de agosto de 2009, Seção 1, página 8, nº 297, de 19 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 20 de abril de 2011, Seção 1, página 29, nº 523, de 29 de maio de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 01 de junho de 2009, Seção 1, página 26, nº 1.104, de 15 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2011, Seção 1, página 22, nº 923, de 19 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 22 de novembro de 2010, Seção 1, página 2, nº 490, de 8 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 09 de agosto de 2013, Seção 1, página 11, nº 891, de 14 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de novembro de 2012, Seção 1, página 1, nº 1.031, de 24 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 28 de dezembro de 2010, Seção 1, página 5, nº 870, de 28 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 31 de agosto de 2009, Seção 1, página 3, nº 262, de 22 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 24 de abril de 2013, Seção 1, página 6, nº 196, de 26 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2013, Seção 1, página 2, nº 918, de 20 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 27 de novembro de 2012, Seção 1, página 1, nº 663, de 17 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 20 de agosto de 2012, Seção 1, página 3, nº 662, de 17 de agosto de 2010, pulicada no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 2010, Seção 1, página 1, nº 586, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 29 de julho de 2010, Seção 2, página 8.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 10.6.2014.

**PORTARIA Nº 494, DE 24 DE JUNHO DE 2014.**

*Cria o Fórum de Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais com interesse jurídico na área temática de pesquisa, ciência, tecnologia e inovação e dá outras providências.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do §2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Fica criado o Fórum de Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais com interesse jurídico na área temática de pesquisa, ciência, tecnologia e inovação.

Parágrafo único. São membros efetivos do Fórum todos os Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais relacionadas no anexo desta Portaria.

Art. 2º São objetivos do Fórum de Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais que têm interesse jurídico em questões de pesquisa, ciência, tecnologia e inovação, especialmente:

I - discutir problemas jurídicos comuns;

II - avaliar a forma de atuação e sugerir a adoção de procedimentos uniformes pelas unidades envolvidas;

III - fomentar a execução eficiente das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos destinados às respectivas autarquias e fundações públicas federais;

IV - promover a integração da Procuradoria-Geral Federal com as respectivas autarquias e fundações públicas federais.

§ 1º As conclusões do Fórum serão tomadas pela maioria simples de seus membros e encaminhadas ao Procurador-Geral Federal para análise e, se for o caso, aprovação e ratificação.

§ 2º O Fórum poderá, quando necessário, criar Grupos de Trabalho responsáveis pela elaboração de estudos sobre temas específicos relacionados aos seus objetivos.

Art. 3º O Fórum será dirigido por:

I - um Coordenador, escolhido pelo Procurador-Geral Federal;

II - um Coordenador Substituto, escolhido pelos membros do Fórum; e,

III - um Secretário, escolhido pelos membros do Fórum.

Art. 4º As Reuniões Ordinárias do Fórum realizar-se-ão semestralmente, em data e local a serem definidas pelo Coordenador.

§ 1º Reuniões Extraordinárias poderão ser convocadas pelo Coordenador do Fórum, de ofício ou mediante provocação da maioria dos seus membros, após prévia autorização do Procurador-Geral Federal.

§ 2º Todos os custos de deslocamento e diárias para participação nas reuniões ordinárias, ou extraordinárias, pelos membros do colegiado, deverão ser suportados diretamente pelas respectivas Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 29.7.2014.

**ANEXO**

Relação das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais com interesse jurídico na área temática da pesquisa, ciência, tecnologia e inovação, que compõem o Fórum.

PF/AEB - Agência Espacial Brasileira

PF/CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

PF/CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PF/ENAP - Fundação Escola Nacional de Administração Pública

PF/FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

PF/FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

PF/FUNDACENTRO - Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho

PF/IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PF/INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

PF/INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

PFE/INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial

PF/IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PF/IPJB - Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro

PFE/ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

**PORTARIA Nº 495, DE 27 DE JUNHO DE 2014.**

*Altera o disposto na Portaria PGF nº 1.432, de 30 de dezembro de 2008, que disciplina o processo de promoção na carreira de Procurador Federal e dá outras providências*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no exercício de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos V e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º O artigo 10 da Portaria PGF nº 1.432, de 30 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2008, Seção 1, páginas 53 e 54, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 Ao exercício voluntário em unidade considerada por ato do Procurador-Geral Federal como de difícil provimento serão atribuídos 2 pontos por ano, até o limite de 6 pontos.

§ 1º O período aquisitivo dos pontos por exercício em unidade considerada de difícil provimento terá início a partir da publicação do ato previsto no caput.

§ 2º Considera-se voluntário, para fins desta portaria, o exercício do cargo em unidade de difícil provimento por aquele que tenha antiguidade suficiente para exercê-lo em unidade assim não considerada.

§ 3º Será considerado como marco inicial do exercício voluntário, observado o § 1º:

I - a data do início do efetivo exercício, nas hipóteses em que o Procurador Federal for removido de unidade não considerada como de difícil provimento para uma dessa natureza;

II - a data da primeira portaria de autorização de remoções referente ao concurso de remoção em que o Procurador Federal alcance condições de ser removido para unidade não considerada como de difícil provimento, nas hipóteses em que já exercia o cargo em unidade de difícil provimento, de forma não voluntária, nos termos do § 2º." (NR)

Art. 2º Não se aplicam as alterações previstas nesta Portaria quanto à exigência de que o exercício do cargo em unidade de difícil provimento tenha sido voluntário àqueles que tenham exercido o cargo nessas unidades em período anterior à publicação desta portaria, ou que, na referida data, estejam em exercício nessas unidades.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da promoção referente ao período avaliativo compreendido entre 1º de julho de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 30.6.2014.

**PORTARIA Nº 507, DE 1º DE JULHO DE 2014.**

*Altera a competência territorial da Procuradoria Federal no Estado do Ceará.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, e as alterações trazidas pela Portaria PGF nº 425, de 26 de maio de 2014, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Ceará responderá, sem prejuízo de suas competências atuais, pelos municípios de Alto Santo, Aracati, Deputado Irapuan Pinheiro, Ererê, Fortim, Icapuí, Iracema, Itaiçaba, Jaguaretama, Jaguaribe, Jaguaruana, Jaguaribara, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Pereiro, Potiretama, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe, Solonópole, Tabuleiro do Norte.

Art. 2º A competência territorial atribuída à Procuradoria Federal no Estado do Ceará pelo art. 1º será realizada a partir da data de publicação desta Portaria até a conclusão da revisão da Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, alterada pela Portaria PGF nº 47, de 22 de janeiro de 2014.

Art. 3ª Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 16.7.2014.

**PORTARIA Nº 508, DE 1º DE JULHO DE 2014.**

*Atribui à Procuradoria Federal no Estado do Ceará - PF/CE a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais que especifica e dá outras providências.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do §2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 450, de, 11 de agosto de 2004, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Federal no Estado do Ceará - PF/CE a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º, observada a respectiva competência territorial.

§ 1º A Procuradoria Federal no Estado do Ceará exercerá as atividades de defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades no Estado do Ceará, observado o disposto na Portaria AGU nº 839, de 18 de junho de 2010.

§ 2º A assunção da representação judicial atribuída no caput

e em seu § 1º dar-se-á imediatamente.

Art. 2º As Procuradorias Federais, Especializadas ou não, junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- IFCE, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Universidade Federal do Ceará - UFC, prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações públicas federais no Estado do Ceará.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o caput não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em matéria de benefícios, que serão prestados pela Procuradoria Federal no Estado do Ceará, responsável pela representação judicial da autarquia.

Art. 3º Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal no Estado do Ceará atuarão em colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradoria Federal no Estado do Ceará.

§ 1º As ordens de serviço ou outros atos normativos que tenham sido editados com fundamento nas portarias de colaboração vigentes na data da publicação desta portaria continuarão a produzir seus efeitos enquanto não sejam revogadas ou modificadas por atos supervenientes da Procuradoria Federal no Estado do Ceará.

§ 2º Todas as ordens de serviço ou outros atos normativos que disciplinem as colaborações entre os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal no Estado do Ceará deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico da unidade.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal, serão recebidas pela Procuradoria Federal no Estado do Ceará, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

Art. 6º Ficam revogadas as Portarias PGF nº 1.033, de 17 de dezembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2007, Seção 1, página 8; nº 536, de 13 de julho de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2007, Seção 1, página 2; nº 218, de 31 de agosto de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 03 de setembro de 2004, Seção 1, página 11; n.º 727, de 14 de setembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 17 de setembro de 2007, Seção 1, página 20; n.º 935, de 17 de setembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 18 de setembro de 2008, Seção 1, página 33; n.º 298, de 27 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 28 de abril de 2010, Seção 1, página 164; n.º 105, de 23 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 25 de fevereiro de 2010, Seção 1, página 1; nº 150, de 1º de março de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 02 de março de 2011, Seção 1, página 1; n.º 1.118, de 20 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 2011, Seção 1, página 2; n.º 45, de 14 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 17 de janeiro de 2011, Seção 1, página 1; n.º 967, de 1º de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 03 de dezembro de 2010, Seção 1, página 20; n.º 661, de 16 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2010, Seção 1, página 5; n.º 1.142, de 13 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2009, Seção 1, página 1; n.º 871, de 28 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 31 de agosto de 2009, Seção 1, página 3; n.º 670, de 15 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 17 de julho de 2009, Seção 1, página 1; n.º 555, de 8 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 09 de junho de 2009, Seção 1, página 9; nº 487, de 14 de maio de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2009, Seção 1, página 6; n.º 439, de 29 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 04 de maio de 2009, Seção 1, página 11; n.º 438, de 29 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 04 de maio de 2009, Seção 1, página 11; nº 113, de 6 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 09 de fevereiro de 2009, Seção 1, página 1; n.º 1.310, de 11 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 12 de dezembro de 2008, Seção 1, página 9; n.º 1.273, de 5 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 09 de dezembro de 2008, Seção 1, páginas 15-16.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 17.7.2014.

**PORTARIA Nº 563, DE 15 DE JULHO DE 2014.**

*Disciplina o requerimento de opção de parcelamento e pagamento previsto na Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010 e regulamentado pela Portaria AGU nº 247, de 14 de julho de 2014 em virtude da edição da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, e da Medida Provisória nº 651, de 09 de julho de 2014.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, assim como o disposto no art. 18 da Portaria AGU nº 247, de 14 de julho de 2014, resolve:

Art. 1º Os créditos das autarquias e fundações públicas federais, à exceção do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE serão consolidados considerando a data do requerimento do parcelamento ou do pagamento à vista.

§ 1º As Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais prestarão informações mensais à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos sobre os andamentos para a consolidação do parcelamento do sujeito passivo.

§ 2º As Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais deverão fazer, de forma prioritária, gestões junto a estas entidades para viabilizar a implementação das modificações necessárias em seus sistemas ou funcionalidades de modo a efetivar a consolidação dos parcelamentos até o dia 25 de agosto de 2014.

§ 3º O sujeito passivo deverá ser notificado quando da consolidação de seu parcelamento, para efeitos do disposto no art. 2º, § 2º, desta Portaria.

§ 4º Após a consolidação dos valores para fins de parcelamento, poderão ser adotadas ferramentas que permitam ao sujeito passivo obter as guias para pagamento das prestações subsequentes por meio eletrônico.

§ 5º Até a efetiva consolidação do parcelamento a que se refere o art. 2º, §1º desta Portaria, na impossibilidade de emissão das Guias de Recolhimento da União - GRU ou Guias da Previdência Social - GPS, conforme o caso, na forma prevista no parágrafo anterior, para o pagamento das prestações devidas o interessado deverá obter tais documentos necessariamente junto à Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à autarquia ou fundação, Procuradoria Regional Federal, Procuradoria Federal do Estado, Procuradoria Seccional Federal ou Escritório de Representação em que tenha sido protocolado o requerimento de parcelamento.

Art. 2º No caso de opção pelo parcelamento previsto no art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e art. 2º, da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, com a redação dada pelo art. 34 da Medida Provisória nº 651, de 09 de julho de 2014, a dívida consolidada na data do requerimento, após a dedução do montante relativo à antecipação na forma prevista no art. 9º da Portaria AGU nº 247/2014, será dividida pelo número de prestações que for indicada pelo sujeito passivo, não podendo cada prestação mensal ser inferior a:

I - R$ 50,00 (cinquenta reais), no caso de pessoa física; e

II - R$ 100,00 (cem reais), no caso de pessoa jurídica, ainda que o parcelamento seja de responsabilidade de pessoa física.

§ 1º Após o pagamento das antecipações e enquanto não consolidada a dívida, o contribuinte deve calcular e recolher mensalmente parcela equivalente ao maior valor entre:

I - o montante dos débitos objeto do parcelamento dividido pelo número de prestações pretendidas, descontadas as antecipações; e

II - os valores constantes do § 6º do art. 65 da Lei no 12.249, de 11 de junho de 2010.

§ 2º Após a consolidação, deve ser exigida a regularidade de todas as prestações devidas desde o mês de adesão até o mês anterior ao da conclusão da consolidação dos débitos parcelados, inclusive as parcelas relativas à antecipação a qual alude o §2º do art. 9º da Portaria AGU nº 247/2014, se for o caso, observadas as demais disposições aplicáveis à espécie.

§ 3º O valor de cada prestação, seja das parcelas devidas a título de antecipação ou do parcelamento propriamente dito, será acrescido de juros correspondentes à variação mensal da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) para o mês do pagamento.

§ 4º A antecipação prevista no §2º do art. 2º da Lei nº 12.996/2014 ou a correspondente primeira prestação, conforme autoriza o § 4º do mesmo dispositivo, deverá ser paga até o último dia útil do mês em que for formalizado o pedido, figurando como um dos requisitos para o processamento do parcelamento.

§ 5º O pedido de parcelamento será indeferido quando qualquer das parcelas da antecipação não for paga até o dia de vencimento, nos termos do §3º do art. 9º da Portaria AGU nº 247/2014.

§ 6º O pedido de parcelamento será deferido somente após a comprovação do pagamento integral da antecipação e do preenchimento dos demais requisitos para a celebração da avença, quando, então, será assinado o termo de parcelamento de que trata o Anexo III, da Portaria AGU nº 247/2014.

Art. 3º No caso de opção pelo pagamento à vista com a redução prevista no art. 65 da Lei n. 12.249, de 11 de junho de 2010, a dívida consolidada será submetida a cálculo para geração de GRU ou GPS, conforme o caso, para pagamento, cujo vencimento será no mesmo mês da emissão da guia, observado o prazo para adesão até 25 de agosto de 2014.

§ 1º Os valores objeto de pagamento serão registrados e submetidos, quando da consolidação do valor devido, à ratificação pela unidade da Procuradoria-Geral Federal responsável por sua concessão, nos termos do art. 4º da Portaria AGU n° 247/2014.

§ 2º O pagamento efetivado nos termos deste artigo está sujeito a homologação e ratificação pela unidade da PGF responsável pela aferição do cumprimento dos requisitos previstos no art. 65 da Lei n. 12.249/2010, e no art. 2º, da Lei nº 12.996/2014, com a redação dada pelo art. 34, da Medida Provisória nº 651/2014.

Art. 4º Para os efeitos previstos nesta Portaria, a unidade da Procuradoria-Geral Federal responsável pelo parcelamento ou gestão do pagamento deverá registrar, no processo administrativo pertinente, o requerimento de parcelamento, assim como a verificação dos pagamentos das prestações efetuados até a consolidação, sob o auxílio da autarquia ou fundação pública federal na hipótese de não disponibilidade de acesso ao seu sistema informatizado, havendo que observar, ainda, o disposto nos arts. 5º, §2º, e 9º, da Portaria PGF nº 419, de 10 de julho de 2013.

Art. 5º A falta de pagamento de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, ou de uma ou duas parcelas, estando pagas todas as demais, implicará, após comunicação ao sujeito passivo, a imediata rescisão do parcelamento e o prosseguimento da cobrança, devendo-se observar o disposto nos §§ 1º e 2º, do art. 11 da Portaria AGU n°247/2014.

Parágrafo único. As unidades da Procuradoria-Geral Federal responsáveis pelo parcelamento ou gestão do pagamento deverão remeter à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos, pelo instrumento por esta fixado, até o quinto dia de cada mês, arquivos com identificação plena dos parcelamentos referidos no *caput* e respectivos devedores, para fins de divulgação no sítio da Advocacia-Geral da União.

Art. 6º Para fins das reduções previstas no art. 65, da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, a atualização monetária será agregada aos valores relativos aos juros de mora, tratando-se de créditos não tributários, ou será agregada ao valor principal ou originário, tratando-se de créditos tributários.

Art. 7º O sujeito passivo pessoa física que não possua comprovante de residência em nome próprio poderá apresentar documento de residência em nome de terceiro, acompanhado de declaração de que reside no endereço indicado, inclusive para os fins do disposto no inciso V do art. 6º da Portaria AGU n° 247/2014.

Art. 8º. Observar-se-ão, naquilo que for aplicável, as disposições da Portaria PGF nº 419/ 2013.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

D. O. de 21.7.2014.

**PORTARIA Nº 618, DE 25 DE JULHO DE 2014.**

*Atribui aos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal as responsabilidades que especifica.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2° do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008 e o que consta no processo administrativo nº 00407.005296/2014-96, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Criciúma/SC - PSF/CCM - PSF EM CRICIÚMA - responderá, sem prejuízo de sua competência atual, pelo município de Balneário Rincão/SC.

Art. 2º O Escritório de Representação em Laguna/SC - PFSC/ELGN - PF-SC - ER.LAGUNA/SC - responderá, sem prejuízo de sua competência atual, pelo município de Pescaria Brava/SC.

Art. 3º O Escritório de Representação em Santarém/PA - PSF/STM - PSF EM SANTARÉM/PA - responderá, sem prejuízo de sua competência atual, pelo município de Mojui dos Campos/PA.

Art. 4º O órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal em Três Lagoas/MS - PFMS/TRL - PF-MS - ER.TRÊS LAGOAS/MS - responderá, sem prejuízo de sua competência atual, pelo município de Paraíso das Águas/MS.

Art. 5º A competência territorial atribuída nos arts. 1º a 4º será implementada a partir da data de publicação desta Portaria até a conclusão da revisão da Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, alterada pela Portaria PGF nº 47, de 22 de janeiro de 2014.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

D. O. de 1º.8.2014.

**PORTARIA Nº 627, DE 25 DE JULHO DE 2014.**

*Altera a competência territorial da Procuradoria Federal no Estado de Sergipe.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008 e o que consta do Processo Administrativo nº 00407.000985/2014-12, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado de Sergipe responderá, sem prejuízo de suas competências atuais, pelos municípios de Areia Branca, Arauá, Boquim, Campo do Brito, Canindé de São Francisco, Capela, Carira, Cristinápolis, Cumbe, Feira Nova, Frei Paulo, Gracho Cardoso, Estância, Indiaroba, Itabaiana, Itabaianinha, Lagarto, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora das Dores, Pedra Mole, Pedrinhas, Pinhão, Poço Redondo, Poço Verde, Porto da Folha, Riachão do Dantas, Ribeirópolis, Salgado, Santa Luzia do Itanhy, São Domingos, São Miguel do Aleixo, Simão Dias, Tobias Barreto, Tomar do Geru, Umbaúba.

Art. 2º A competência territorial atribuída à Procuradoria Federal no Estado de Sergipe pelo art. 1º será realizada a partir do dia 28 de julho de 2014 até a conclusão da revisão da Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, alterada pela Portaria PGF nº 47, de 22 de janeiro de 2014.

Art. 3ª Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

D. O. de 4.8.2014.

**PORTARIA Nº 634, DE 30 DE JULHO DE 2014.**

*Altera a competência territorial de órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal em Ipatinga/MG.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008 e o que consta do Processo Administrativo nº 00407.005341/2014-11, resolve:

Art. 1º O órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal em Ipatinga/MG - PFMG/IPT - PF-MG - ER.IPATINGA/MG - responderá, sem prejuízo de suas competências atuais, pelos municípios de Barão de Cocais, Bela Vista de Minas, Bom Jesus do Amparo, Carmésia, Catas Altas, Dionísio, Ferros, Itabira, Itambé do Mato Dentro, João Monlevade, Nova Era, Passabém, Raul Soares, Rio Piracicaba, Santa Bárbara, Santa Maria de Itabira, São Domingos do Prata, São Gonçalo do Rio Abaixo, São José do Goiabal, São Sebastião do Rio Preto, Vermelho Novo.

Art. 2º A competência territorial atribuída no art. 1º será implementada a partir da data de publicação desta Portaria até a conclusão da revisão da Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, alterada pela Portaria PGF nº 47, de 22 de janeiro de 2014.

Art. 3ª Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

D. O. de 5.8.2014.

**PORTARIA Nº 645, DE 4 DE AGOSTO DE 2014.**

*Altera a competência territorial de órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal em Serra Talhada/PE.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008 e o que consta do Processo Administrativo nº 00407.005282/2014-72 , resolve:

Art. 1º O órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal em Serra Talhada/PE - PRF5/SET - PRF5 - ER.SERRA TALHADA/PE - responderá, sem prejuízo de suas competências atuais, pelos municípios de Belém de São Francisco, Cabrobó, Carnaubeira da Penha, Cedro, Exu, Granito, Mirandiba, Moreilândia, Orocó, Parnamirim, Salgueiro, Serrita, Terra Nova, Verdejante.

Art. 2º A competência territorial atribuída no art. 1º será implementada a partir de 04 de agosto de 2014 até a conclusão da revisão da Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, alterada pela Portaria PGF nº 47, de 22 de janeiro de 2014.

Art. 3ª Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

D. O. de 18.8.2014.

**PORTARIA Nº 801, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.**

*Dispõe sobre a colaboração entre a Procuradoria Regional Federal da 1ª Região e a Procuradoria Regional da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social em Brasília/DF.*

O **SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Regional Federal da 1ª Região e a Procuradoria Regional da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social em Brasília/DF, prestarão colaboração mútua, sob a coordenação da primeira, pelo período compreendido entre 1º de agosto de 2014 a 31 de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

D. O. de 26.9.2014.

**PORTARIA Nº 818, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.**

*Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Novo Hamburgo/RS.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 357, de 25 de setembro de 2014, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 00617.000049/2014-28, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Novo Hamburgo/ RS exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em Novo Hamburgo/RS prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da Gerência Executiva do INSS em Novo Hamburgo/RS.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o *caput* não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos em matéria de benefícios.

Art. 3º A Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Novo Hamburgo/RS e a Procuradoria Seccional Federal em Novo Hamburgo/RS prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º Todas as citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Novo Hamburgo/RS, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 29.9.2014.

**PORTARIA Nº 844, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014.**

*Altera a competência territorial da Procuradoria Seccional Federal em Canoas/RS.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008 e o que consta no Processo Administrativo nº 00613.000449/2012-10, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Canoas/RS responderá, sem prejuízo de suas competências atuais, pelos municípios de Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Osório, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá.

Art. 2º A competência territorial atribuída à Procuradoria Seccional Federal em Canoas/RS pelo art. 1º será implementada a partir do dia 13 de outubro de 2014 até a conclusão da revisão da Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, alterada pela Portaria PGF nº 47, de 22 de janeiro de 2014.

Art. 3ª Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 15.10.2014.

**PORTARIA Nº 980, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.**

*Altera a competência territorial da Procuradoria Federal no Estado do Paraná.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008 e o que consta do Processo Administrativo nº 00695.000294/2014-11, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Paraná responderá, sem prejuízo de suas competências atuais, pelos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Pontal do Paraná.

Art. 2º A competência territorial atribuída à Procuradoria Federal no Estado do Paraná pelo art. 1º será implementada a partir do dia 1º de dezembro de 2014 até a conclusão da revisão da Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, alterada pela Portaria PGF nº 47, de 22 de janeiro de 2014.

Art. 3ª Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 2.12.2014.

**PORTARIA Nº 981, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.**

*Altera a competência territorial da Procuradoria Seccional Federal em Passo Fundo/RS.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008 e o que consta no Processo Administrativo nº 00695.000294/2014-11, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Passo Fundo/RS responderá, sem prejuízo de suas competências atuais, pelos municípios de Almirante Tamandaré do Sul, Alpestre, Ametista do Sul, Barra Funda, Boa Vista das Missões, Caiçara, Carazinho, Cerro Grande, Chapada, Colorado, Constantina, Coqueiros do Sul, Cristal do Sul, Dois Irmãos das Missões, Erval Seco, Frederico Westphalen, Gramado dos Loureiros, Iraí, Jaboticaba, Lajeado do Bugre, Liberato Salzano, Não-Me-Toque, Nova Boa Vista, Novo Barreiro, Novo Tiradentes, Novo Xingu, Palmeira das Missões, Pinhal, Planalto, Rio dos Índios, Rodeio Bonito, Rondinha, Sagrada Família, Saldanha Marinho, Santa Bárbara do Sul, Santo Antônio do Planalto, São José das Missões, São Pedro das Missões, Sarandi, Seberi, Taquaruçu do Sul, Trindade do Sul, Vicente Dutra, Victor Graeff, Vista Alegre.

Art. 2º A competência territorial atribuída à Procuradoria Seccional Federal em Passo Fundo/RS pelo art. 1º será implementada a partir do dia 1º de dezembro de 2014 até a conclusão da revisão da Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, alterada pela Portaria PGF nº 47, de 22 de janeiro de 2014.

Art. 3ª Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 2.12.2014.

**PORTARIA Nº 997, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.**

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto nos arts. 28, II, 61 e 81, III, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 e no art. 35 do Decreto nº 7.392, de 2010, considerando, ainda, o teor do relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho criado pela Portaria PGF nº 474, de 30 de julho de 2013, conforme consignado no processo administrativo nº 00407.005783/2013-78, resolve:

Art. 1º Esta Portaria regulamenta, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal (PGF), os procedimentos relativos à análise para inscrição em dívida e cobrança de créditos das autarquias e fundações públicas federais decorrentes de acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU), e dá outras providências.

PARTE I - DA COBRANÇA E DA RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS DAS AUTARQUIAS

E FUNDAÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS RELATIVOS A ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Art. 2º O recebimento dos acórdãos do TCU referentes a créditos das autarquias e fundações públicas federais, após ocorrido o trânsito em julgado administrativo e autuado o processo de cobrança executiva, será centralizado na Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos (CGCOB/PGF).

Parágrafo único. A CGCOB/PGF deverá manter registro atualizado dos expedientes recebidos nos termos do *caput*.

Art. 3º Fica ressalvada da aplicação desta Portaria a cobrança dos valores referentes a multas, ainda quando impostas no mesmo julgado, observada a competência da Procuradoria-Geral da União (PGU) para a cobrança desses valores mediante provocação direta do Ministério Público junto ao TCU, não sendo necessário o redirecionamento de Acórdãos pelos órgãos de execução da PGF às unidades locais da PGU.

Art. 4º Nos expedientes referentes às cobranças executivas dos Acórdãos do TCU deverão ser verificados pela CGCOB:

I - identificação da tomada de contas especial originária a que se refere, do acórdão ou dos acórdãos que compõem o corpo da coisa julgada administrativa, do órgão colegiado julgador, da declaração do trânsito em julgado administrativo, da tomada de contas de cobrança executiva, e da Secretaria de Controle Externo (SECEX) de contato;

II - qualificação do responsável contendo nome completo, a indicação do espólio ou dos herdeiros no caso de responsável falecido, identificação profissional, funcional ou contratual do responsável relacionado à situação ou relação jurídica objeto do julgamento, CPF ou CNPJ, e endereço para notificação ou citação;

III - órgão ou entidade originariamente responsável pelo valor a ser ressarcido, e indicação da pessoa jurídica de direito público destinatária dos valores a serem ressarcidos; e

IV - documentação relativa às notificações para pagamento efetuadas no âmbito da Corte de Contas e às pesquisas de qualificação, de localização e de bens do responsável.

Parágrafo único. Quando a ausência ou incoerência de algum destes elementos puder ser considerada impeditivo ao seguro seguimento do feito, a CGCOB deverá envidar esforços para suprir a deficiência ou apresentar pedido de complementação de informações ao MP-TCU.

Art. 5º Os expedientes deverão ser cadastrados nos sistemas informatizados da AGU, observadas as orientações expedidas pela CGCOB.

Art. 6º A CGCOB deverá definir, aprimorar e atualizar os procedimentos de cadastramento e de registro nos sistemas informatizados da AGU e de tramitação dos processos, dirimindo as dúvidas existentes.

Art. 7º Recebido o expediente pela CGCOB, após o saneamento de eventuais irregularidades, será providenciado o envio dos autos, mediante a elaboração de nota de apreciação preliminar do caso, para o órgão de execução competente para proceder à inscrição em dívida ativa do crédito correspondente à cobrança executiva.

§ 1º. Quando constatado o recebimento de expedientes referentes a créditos de titularidade da União, a documentação deverá ser redirecionada pela CGCOB à PGU, hipótese em que o MP-TCU deverá ser comunicado quanto ao redirecionamento.

§ 2º. Quando constatado o recebimento de expedientes referentes a créditos cuja cobrança não seja da competência da PGF, ressalvado o disposto no §1º, a documentação correspondente será restituída ao MP-TCU.

§ 3º A critério do Coordenador­Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos, a análise para inscrição em dívida ativa referentes a créditos das autarquias e fundações públicas federais decorrentes de acórdãos do TCU poderá ser integral ou parcialmente realizada no âmbito da CGCOB. **(Incluído pela Portaria nº 300, de 3.5.2016)**

Art. 8º Após a inscrição em dívida ativa, a respectiva Certidão de Dívida Ativa (CDA), se necessário, será encaminhada, preferencialmente por meio eletrônico, ao órgão de execução da PGF que possua atribuição territorial para atuação no foro competente para ajuizamento da execução fiscal.

§ 1º Antes do ajuizamento da execução fiscal deverá ser analisada a aplicabilidade dos meios alternativos de cobrança, como o procedimento de conciliação prévia e o protesto de CDAs, observado o disposto nos atos normativos próprios editados pela PGF.

§ 2º Constatada a impossibilidade de inscrição em dívida ativa, em decorrência de pagamento do crédito ou outro fato impeditivo, o processo, após prévia manifestação jurídica da Procuradoria responsável pela inscrição, deverá ser remetido à CGCOB para ciência e, na hipótese de concordância quanto à impossibilidade de ajuizamento, comunicação ao MP-TCU.

Art. 9º A CGCOB deverá efetuar o controle da atividade de cobrança e execução realizada no âmbito da PGF e de seus órgãos de execução, especialmente por intermédio de relatório dos sistemas informatizados da AGU, que contenha as seguintes listas de processos administrativos relativos a créditos das autarquias e fundações públicas federais decorrentes de acórdãos do TCU:

I - não inscritos em dívida ativa;

II - inscritos em dívida ativa, mas sem adoção de alguma atuação pelo órgão de execução;

III - inscritos em dívida ativa, sem propositura de execução fiscal, mas com adoção de alguma atuação extrajudicial pelo órgão de execução; e

IV - inscritos em dívida ativa, com propositura de execução fiscal pelo órgão de execução.

Art. 10. No caso de adoção de uma ou algumas das atuações extrajudiciais definidas no artigo 8º, as respectivas manifestações jurídicas deverão constar dos autos físicos ou eletrônicos.

Art. 11. No caso de propositura da execução fiscal:

I - deverá ser registrado o ajuizamento no sistema informatizado e nas planilhas de controle, conforme orientações expedidas pela CGCOB;

II - deverá ser cadastrado no sistema informatizado da AGU o respectivo processo judicial, obrigatoriamente vinculado ao processo extrajudicial originário, em conformidade com as orientações exaradas pela CGCOB.

Art. 12. Os requerimentos administrativos relativos a propostas de pagamento, integral ou parcelado, deverão ser juntados aos autos físicos ou eletrônicos.

Art. 13. Deverão ser expedidas comunicações sobre o pagamento integral ou, no caso de parcelamento, sobre os pagamentos da primeira e da última parcela:

I - à entidade credora, para exclusão ou suspensão do registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) e eventuais outras providências cabíveis; e

II - ao MP-TCU, hipótese na qual a informação será remetida ao endereço eletrônico proc-mevm@tcu.gov.br.

PARTE II - DA MODIFICAÇÃO DOS ACÓRDÃOS APÓS SEU

TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO

Art. 14. Caso o TCU, ao apreciar recurso administrativo interposto contra acórdão já transitado em julgado, modifique a decisão anterior, com repercussão no crédito das autarquias e fundações públicas federais, os órgãos de execução da PGF deverão adotar as seguintes providências:

I - na hipótese de redução do valor da condenação originária, deverá ser juntado aos autos o demonstrativo de débito, a partir do novo valor fixado pelo TCU, acompanhado de cópia do acórdão reformador e dos cálculos aritméticos, não sendo necessária a desistência da execução fiscal em curso ou a substituição da CDA; ou,

II - na hipótese de acréscimo do valor originário do débito, deve ser providenciada a substituição da CDA, mesmo que a operação demande meros cálculos aritméticos, se ainda não houver sido prolatada a sentença em primeira instância.

III - na hipótese de acréscimo do valor originário do débito, e já tendo sido prolatada a sentença em primeira instância, deve ser efetuada outra inscrição em dívida ativa, referente aos valores acrescidos pelo TCU à condenação anteriormente proferida, e ajuizada a execução fiscal correspondente.

Art. 15. O recebimento dos expedientes encaminhados pelo MP-TCU referentes às alterações dos Acórdãos do TCU, supervenientes ao trânsito em julgado administrativo, será centralizado na CGCOB, que os redirecionará ao órgão de execução da PGF:

I - responsável pela inscrição em dívida ativa do crédito, caso essa ainda não tenha ocorrido; ou

II - responsável pelo ajuizamento ou acompanhamento da execução fiscal correspondente, na hipótese de já ter ocorrido a inscrição em dívida ativa do crédito que tenha sofrido alteração.

Parágrafo único. Caso um órgão de execução da PGF receba a informação a que se refere o *caput* por via diversa, deverá confirmá-la junto à CGCOB, por meio da Divisão de Gerenciamento de Ações Prioritárias (digeap.cgcob@agu.gov.br), antes de adotar qualquer providência.

PARTE III - DA PROTEÇÃO DA COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS DAS AUTARQUIAS

E FUNDAÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS RELATIVOS A ACÓRDÃOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Art. 16. Para fins de assegurar a efetividade da cobrança e recuperação dos créditos das autarquias e fundações públicas federais relativos a acórdãos do Tribunal de Contas da União, os órgãos de execução, por intermédio dos respectivos núcleos de atuação prioritária, deverão analisar a adoção de uma ou algumas das seguintes medidas extrajudiciais e judiciais, coordenadamente:

I - solicitação a autoridades administrativas de suspensão de pagamento de eventuais créditos que os responsáveis tenham a seu favor contra as respectivas autarquias e fundações públicas federais;

II - averbação da certidão comprobatória do ajuizamento da execução no órgão de registro de bens sujeitos a arresto ou penhora, comunicando a averbação efetivada ao juízo, no prazo de 10 (dez) dias de sua concretização, nos termos do caput e § 1º do art. 615-A do Código de Processo Civil (incluído pela Lei nº 11.382, de 06 de dezembro de 2006);

III - pedido de habilitação do crédito das autarquias e fundações públicas federais no inventário cartorário ou judicial do responsável falecido, nos termos do art. 1.997 do Código Civil e do art.

1.017 do Código de Processo Civil;

IV - pedido de substituição processual do responsável, ou de seu espólio, pelos herdeiros e legatários;

V - propositura de medidas cautelares nominadas, como arresto e sequestro, ou medidas cautelares inominadas para indisponibilidade e bloqueio de bens ou para depósito judicial de rendimentos, frutos ou dividendos;

VI - pedido de medidas liminares ou medidas antecipatórias de tutela jurisdicional para indisponibilidade e bloqueio de bens, ainda que em sede recursal;

VII - pedido de alienação antecipada de bens, nos termos dos arts. 670 e 1.113 do Código de Processo Civil;

VIII - pedido de desconsideração da personalidade jurídica do devedor originalmente reconhecido como responsável pelo crédito das autarquias e fundações públicas federais;

IX - requisição, às autoridades administrativas competentes, de informações pessoais e patrimoniais, nos termos do art. 4º da Lei nº 9.028, de 1997;

X - pedido, à autoridade judiciária, de transferência de sigilo para acesso a informações pessoais e patrimoniais, especialmente, no caso de informações bancárias, por intermédio do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias - SIMBA, conforme orientações a serem expedidas pela CGCOB; e

XI - requerimento administrativo ou pedido judicial de outra providência idônea que garanta a proteção da cobrança e recuperação do crédito das autarquias e fundações públicas federais.

Parágrafo único. As medidas acima referidas podem ser adotadas por solicitação do TCU, por atuação própria do órgão de execução responsável pela cobrança e recuperação do crédito das autarquias e fundações públicas federais ou por orientação do órgão central da PGF ou órgão de execução superior.

PARTE IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17. Caso o MP-TCU solicite à PGF a adoção das medidas necessárias para o arresto dos bens dos responsáveis pelos valores devidos, antes de ocorrido o trânsito em julgado do Acórdão, nos termos do artigo 61 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, o expediente será redirecionado pela CGCOB à unidade da PGF competente para o ajuizamento da medida, observando-se, na hipótese de aplicação também de multa pelo Acórdão, a necessidade de articulação da unidade da PGF com o órgão de execução local da PGU, para fins de propositura da ação em conjunto.

Art. 18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ressalvado o disposto no art. 9º, que passará a vigorar quando ocorrer a efetiva implantação do sistema informatizado SAPIENS- DÍVIDA.

Parágrafo único. Enquanto o art. 9º não estiver em vigor, o gerenciamento dos créditos das autarquias e fundações públicas federais será efetivado por intermédio do Sistema Integrado de Controle das Ações da União (SICAU) e planilhas de controle, conforme orientações definidas pela CGCOB.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 15.12.2014.

**PORTARIA Nº 998, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.**

*Dispõe sobre procedimentos para defesa da probidade e ressarcimento ao erário no âmbito das Autarquias e Fundações Públicas Federais.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e considerando o relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho criado pela Portaria PGF nº 474, de 30 de julho de 2013, conforme consignado no processo administrativo nº 00407.005783/2013-78, resolve:

Art. 1º As Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais deverão orientar os órgãos competentes das respectivas entidades para que, após o julgamento final dos processos administrativos disciplinares ou após a emissão de relatório do tomador de contas em Tomadas de Contas Especiais, nos termos do inicio I do artigo 10 da Instrução Normativa ­ TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012, adotem as seguintes providências quando constatada atuação dolosa ou culposa grave de agente público ou de terceiro de que trata o art. 3º da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992: **(Redação dada pela Portaria nº 686, de 26.9.2016)**

I ­ remessa, no prazo de 30 dias, à Procuradoria Federal junto à entidade, para fins de análise e, se for o caso, encaminhamento à Equipe de Trabalho Remoto de Ações de Improbidade Administrativa ­ ETR­ Probidade, prevista na Portaria PGF nº 156, de 08 de março de 2016, para fins de ajuizamento da ação de improbidade administrativa;**(Redação dada pela Portaria nº 686, de 26.9.2016)**

II ­ Revogado **(Redação dada pela Portaria nº 686, de 26.9.2016)**

III ­ comunicar ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a inelegibilidade do servidor, nos casos em que for aplicada a penalidade de demissão, nos termos do art. 1º, inciso I, alínea "o" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;**(Redação dada pela Portaria nº 686, de 26.9.2016)**

IV ­ encaminhar cópia do relatório final do parecer de julgamento e da Portaria com a aplicação de penalidade disciplinar ao setor competente da Autarquia ou Fundação Pública Federal interessada, com sugestão de instauração de procedimento de Tomada de Contas Especial, quando for comprovado prejuízo ao erário;**(Redação dada pela Portaria nº 686, de 26.9.2016)**

§ 1º A remessa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada de expressa decisão quanto ao ajuizamento da ação de improbidade, nos termos da Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, quando for o caso. **(Redação dada pela Portaria nº 686, de 26.9.2016)**

§ 2º As Procuradorias Federais junto às respectivas autarquias e fundações públicas federais deverão orientar as respectivas Corregedorias a analisar, no parecer do julgamento do processo administrativo disciplinar, mesmo quando constatada a prescrição da pretensão da punição de natureza disciplinar: **(Redação dada pela Portaria nº 686, de 26.9.2016)**

I ­ a existência de danos ao erário e sua quantificação, quando possível;**(Redação dada pela Portaria nº 686, de 26.9.2016)**

II ­ a imputação da responsabilidade pelo ressarcimento dos prejuízos causados por servidor ou por terceiro de que trata o art. 3º da Lei nº 8.429, de 1992, mediante a expressa informação do respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ­ CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ­ CNPJ. **(Redação dada pela Portaria nº 686, de 26.9.2016)**

§ 3º As Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais deverão orientar os órgãos competentes das respectivas entidades para que, antes dos marcos temporais estabelecidos no *caput*, adotem as seguintes medidas: **(Redação dada pela Portaria nº 686, de 26.9.2016)**

I ­ conferir tratamento prioritário à análise, instrução e julgamento do processo administrativo disciplinar, quando constatada a existência de prejuízos que superem R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); **(Redação dada pela Portaria nº 686, de 26.9.2016)**

II ­ conferir tratamento prioritário à análise e emissão de relatório do tomador de contas em casos apurados em Tomada de Contas Especiais, quando constatada a existência de prejuízos que superem R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); **(Redação dada pela Portaria nº 686, de 26.9.2016)**

III ­ comunicar, inclusive com a remessa de cópia dos elementos probatórios já produzidos, à Procuradoria Federal junto à entidade, a existência de apuração de irregularidades cujos danos ao erário ultrapassem R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para encaminhamento à ETR­Probidade para análise e adoção das providências cabíveis;**(Redação dada pela Portaria nº 686, de 26.9.2016)**

IV ­ enviar à Procuradoria Federal junto à entidade, sem prejuízo de outras medidas administrativas cabíveis, os casos que demandem tutelas de urgência de indisponibilidade e sequestro de bens previstas nos artigos 7º e 16 da Lei nº 8.429, de 1992. **(Redação dada pela Portaria nº 686, de 26.9.2016)**

§ 4º Nos casos do inciso IV do § 3º deste artigo, as Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais deverão remeter os expedientes à ETR­Probidade, no prazo 48 horas, salvo a necessidade de autorização na forma do artigo 2º, §1º, inciso III, da Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, quando a remessa ocorrerá no prazo máximo de 10 dias.” **(Redação dada pela Portaria nº 686, de 26.9.2016)**

Art. 2º Os membros da ETR­Probidade e dos Núcleos de Ações Prioritárias ­ NAPs, quando do recebimento de informações do Departamento de Polícia Federal ­ DPF que envolvam condutas praticadas por servidor de autarquia ou fundação pública federal, ou de terceiro de que trata o art. 3º da Lei nº 8.429, de 1992, deverão encaminhar imediatamente cópia da documentação recebida à Procuradoria Federal junto à entidade interessada, para fins de comunicação à Corregedoria da respectiva entidade. **(Redação dada pela Portaria nº 686, de 26.9.2016)**

Parágrafo único. A medida a que se refere o *caput* será adotada sem prejuízo das providências quanto ao ajuizamento da ação de improbidade administrativa e ao ressarcimento ao erário, quando for o caso. **(Redação dada pela Portaria nº 686, de 26.9.2016)**

Art. 3º As Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais deverão orientar as Corregedorias das respectivas entidades quanto ao disposto nos artigos 5º e 6º, V, da Portaria AGU nº 22, de 12 de janeiro de 2012.

§ 1º A orientação a que se refere o *caput* também deve abranger a necessidade de que as Comissões Disciplinares, quando tiverem conhecimento de ajuizamento de ação penal sobre os mesmos fatos sob apuração, informem imediatamente, por intermédio da Procuradoria Federal junto à entidade, os dados do processo à ETR­Probidade para análise quanto à possibilidade de ajuizamento de ação de improbidade administrativa e ao NAP para conhecimento da ação criminal e adoção das medidas cabíveis. **(Redação dada pela Portaria nº 686, de 26.9.2016)**

§ 2º Caberá à Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal, quando do encaminhamento a que se refere o §1º, analisar o interesse de ingresso da entidade no feito como assistente de acusação.

§ 3º Aplica-se ao procedimento previsto no §2º deste artigo o disposto no artigo 8º da Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007.

Art. 4º As Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais deverão diligenciar junto às Corregedorias das respectivas entidades para que cópias dos autos de sindicância patrimonial lhes sejam remetidas, quando for constatada, em procedimento de sindicância patrimonial, evolução patrimonial de servidor incompatível com seus rendimentos, havendo ou não indícios de desvio de recursos públicos, sem prejuízo das providências de natureza disciplinar.

Art. 5º O disposto nesta Portaria aplica-se, no que couber, aos procedimentos administrativos disciplinares instaurados pela Divisão de Assuntos Disciplinares da PGF.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 15.12.2014.

**PORTARIA Nº 98, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.**

*Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais – PF/MG e dá outras providências.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 219, de 26 de abril de 2004, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais – PF/MG exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Parágrafo único. A Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais exercerá as atividades de defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades no Estado de Minas Gerais, observado o disposto na Portaria AGU nº 839, de 18 de junho de 2010.

Art. 2º As Procuradorias Federais, Especializadas ou não, junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG, Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, Fundação Universidade Federal de Ouro Preto – FUFOP, Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ­ IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais ­ IFMG, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ­ IPHAN, Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, Universidade Federal de Minas Gerais ­ UFMG, prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações públicas federais no Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o *caput* não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em matéria de benefícios, que serão prestados pela Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais, responsável pela representação judicial da autarquia.

Art. 3º Os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal no Estado de Minas Gerais atuarão em colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais.

§ 1º As ordens de serviço ou outros atos normativos que tenham sido editados com fundamento nas portarias de colaboração vigentes na data de publicação desta portaria continuarão a produzir seus efeitos enquanto não sejam revogadas ou modificadas por atos supervenientes da Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais.

§ 2º Todas as ordens de serviço ou outros atos normativos que disciplinem as colaborações entre os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal no Estado de Minas Gerais deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico da unidade.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente praticados.

Art. 6º Ficam revogadas as Portarias PGF n.º 380, de 18 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de maio de 2011, Seção 1, página 7, n.º 941, de 17 de setembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2008, Seção I, páginas 23­24, n.º 134, de 12 de maio de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 18 de maio de 2006, Seção 1, página 5, n.º 131, de 24 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 28 de fevereiro de 2011, Seção 1, página 3, n.º 673, de 30 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União 31 de agosto de 2007, Seção 1, página 6, n.º 426, de 28 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 30 de abril de 2009, Seção 1, página 7, n.º 122, de 4 de junho de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 11 de junho de 2004, Seção 1, página 7, n.º 1.224, de 1º de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 03 de dezembro de 2009, Seção 1, página 5, n.º 850, de 22 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2010, Seção 1, página 2, n.º 327, de 4 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 06 de maio de 2010, Seção 1 – Edição Especial, página 17, n.º 147, de 13 de abril de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 14 de abril de 2005, Seção 1, página 17, n.º 300, de 10 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 14 de maio de 2007, Seção 1, página 3, n.º 22, de 13 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 14 de janeiro de 2014, Seção 1 – Suplemento, página 1, n.º 1.009, de 22 de dezembro de 2010, Seção 1, página 23, n.º 726, de 9 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 10 de setembro de 2010, Seção 1, página 3, n.º 354, de 13 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 14 de maio de 2010, Seção 1, página 1, n.º 101, de 23 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 24 de fevereiro de 2010, Seção 1, página 1, n.º 1.144, de 16 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2009, Seção 1, página 5, n.º 1.047, de 16 de outubro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 20 de outubro de 2009, Seção 1, página 3, n.º 1.046, de 16 de outubro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 20 de outubro de 2009, Seção 1, página 3, n.º 752, de 31 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 03 de agosto de 2009, Seção 1, página 8, n.º 536, de 2 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 03 de junho de 2009, Seção 1, página 3, n.º 1.406, de 22 de dezembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2008, Seção 1, página 30, n.º 1.399, de 19 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2008, Seção 1, página 4, n.º 1.387, de 19 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2008, Seção 1, página 4, n.º 1.386, de 19 de dezembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2008, Seção 1, página 30, n.º 1.379, de 19 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2008, Seção 1, página 3, n.º 1.374, de 19 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2008, Seção 1, página 30, n.º 1.373, de 19 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2008, Seção 1, página 3, n.º 1.000, de 2 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 03 de outubro de 2008, Seção 1, página 5, n.º 992, de 1º de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 02 de outubro de 2008, Seção 1, página 4, n.º 680, de 31 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 04 de agosto de 2008, Seção 1, página 5, n.º 744, de 12 de agosto de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de agosto de 2008, Seção 1, página 12, n.º 622, de 16 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2008, Seção 1, página 6, n.º 575, de 8 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2008, Seção 1, página 12.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 5.3.2015.

**PORTARIA Nº 197, DE 19 DE MARÇO DE 2015.**

*Altera a competência territorial da Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008 e o que consta do Processo Administrativo nº 00407.000395/2015­62, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais responderá pelos municípios de Acaiaca, Alvinópolis, Amparo do Serra, Araçaí, Baldim, Barra Longa, Belo Horizonte, Betim, Bonfim, Brumadinho, Cachoeira da Prata, Caetanópolis, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Cordisburgo, Crucilândia, Diogo de Vasconcelos, Dom Silvério, Esmeraldas, Fortuna de Minas, Funilândia, Guaraciaba, Ibirité, Igarapé, Inhaúma, Itabirito, Jaboticatubas, Jequeri, Jequitibá, Lagoa Santa, Mariana, Mário Campos, Matozinhos, Moeda, Nova Lima, Nova União, Oratórios, Ouro Preto, Papagaios, Paraopeba, Pedro Leopoldo, Piedade de Ponte Nova, Piedade dos Gerais, Pompéu, Ponte Nova, Prudente de Morais, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Casca, Rio Doce, Rio Manso, Sabará, Santa Cruz do Escalvado, Santana de Pirapama, Santana do Riacho, Santa Luzia, Santo Antônio do Grama, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, São Pedro dos Ferros, Sarzedo, Sem­Peixe, Sete Lagoas, Taquaraçu de Minas, Urucânia e Vespasiano.

Art. 2º A competência territorial atribuída à Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais pelo art. 1º será implementada imediatamente, vigorando até a conclusão da revisão da Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, alterada pela Portaria PGF nº 47, de 23 de janeiro de 2014.

Art. 3ª Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente praticados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 7.4.2015.

**PORTARIA Nº 201, DE 23 DE MARÇO DE 2015.**

*Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado do Amapá – PF/AP e dá outras providências.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 1.791, de 10 de dezembro de 2009, na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, e no Processo Administrativo n.º 00407.000599/2015­01, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Amapá – PF/AP exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Parágrafo único. A Procuradoria Federal no Estado do Amapá exercerá as atividades de defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades no Estado do Amapá, observado o disposto na Portaria AGU nº 839, de 18 de junho de 2010.

Art. 2º As Procuradorias Federais, Especializadas ou não, junto à Fundação Nacional de Saúde ­ FUNASA, Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Fundação Universidade Federal do Amapá­ UNIFAP, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações públicas federais no Estado do Amapá.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o *caput* não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em matéria de benefícios, que serão prestados pela Procuradoria Federal no Estado do Amapá, responsável pela representação judicial da autarquia.

Art. 3º Os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal no Estado do Amapá atuarão em colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradoria Federal no Estado do Amapá.

§ 1º As ordens de serviço ou outros atos normativos que tenham sido editados com fundamento nas portarias de colaboração vigentes na data de publicação desta portaria continuarão a produzir seus efeitos enquanto não sejam revogadas ou modificadas por atos supervenientes da Procuradoria Federal no Estado do Amapá.

§ 2º Todas as ordens de serviço ou outros atos normativos que disciplinem as colaborações entre os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal no Estado do Amapá deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico da unidade.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Federal no Estado do Amapá, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente praticados.

Art. 6º Ficam revogadas as Portarias PGF nº 1273, de 11 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2009, Seção 1, pág. 69, nº 600, de 30 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 4 de maio de 2009, Seção 1, pág. 11, nº 1066, de 17 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 20 de outubro de 2008, Seção 1, pág. 2, nº 625, de 16 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2008, Seção 1, pág. 6, nº 795, de 11 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 12 de agosto de 2009, Seção 1, pág. 36.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 7.4.2015.

**PORTARIA Nº 269, DE 10 DE ABRIL DE 2015.**

*Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina– PF/SC e dá outras providências.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 1.166, de 16 de dezembro de 2005, na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, e no Processo Administrativo n.º 00407.000708/2015­82, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina – PF/SC exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Parágrafo único. A Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina exercerá as atividades de defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades no Estado de Santa Catarina, observado o disposto na Portaria AGU nº 839, de 18 de junho de 2010.

Art. 2º As Procuradorias Federais, Especializadas ou não, junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes ­ DNIT, Departamento Nacional de Produção Mineral ­ DNPM, Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Fundação Nacional do Índio ­ FUNAI, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ­ IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ­ ICMBio, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ­ IPHAN, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFCatarinense, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina ­ IFSC, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ­ INCRA, Instituto Nacional do Seguro Social ­ INSS, Universidade Federal de Santa Catarina ­ UFSC, prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações públicas federais no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A atribuição de que trata o *caput* não inclui a consultoria e o assessoramento jurídicos do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em matéria de benefícios, que serão prestados pela Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina, responsável pela representação judicial da autarquia.

Art. 3º Os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal no Estado de Santa Catarina atuarão em colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina.

§ 1º As ordens de serviço ou outros atos normativos que tenham sido editados com fundamento nas portarias de colaboração vigentes na data de publicação desta portaria continuarão a produzir seus efeitos enquanto não sejam revogadas ou modificadas por atos supervenientes da Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina.

§ 2º Todas as ordens de serviço ou outros atos normativos que disciplinem as colaborações entre os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal no Estado de Santa Catarina deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico da unidade.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente praticados.

Art. 6º Ficam revogadas as Portarias PGF nº 524, de 29 de maio de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 02 de junho de 2009, Seção 1, página 1, nº 157, de 20 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 2007, Seção 1, página 11, nº 931, de 17 de setembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 18 de setembro de 2008, Seção 1, página 32, nº 390, de 7 de outubro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 10 de outubro de 2005, Seção 1, página 3, nº 158, de 20 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 2007, Seção 1, página 11, nº 1.050, de 19 de dezembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 20 de dezembro de 2007, Seção 2, página 32, nº 31, de 31 de janeiro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 2 de fevereiro de 2006, Seção 1, página 2, nº 720, de 5 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 13 de setembro de 2012, Seção 1, página 21, nº 792, de 12 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 17 de setembro de 2014, seção 1, página 1, nº 652, de 04 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 2014, seção 1, página 11, nº 68, de 8 de fevereiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 15 de fevereiro de 2013, Seção 1, página 2, nº 647, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, Seção 1, página 7, nº 312, de 19 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 20 de abril de 2012, Seção 1, página 3, nº 1.383, de 19 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 2008, Seção 1, página 3, nº 1.380, de 19 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2008, Seção 1, página 30, n.º 939, de 17 de setembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 19 de setembro de 2008, Seção 1, página 23, nº 955, de 30 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 3 de dezembro de 2007, Seção 1, página 2, nº 437, de 29 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 4 de maio de 2009, Seção 1, página 11.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 30.4.2015.

**PORTARIA Nº 378, DE 29 DE MAIO DE 2015.**

*Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo – PF/ES e dá outras providências.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 77, de 31 de janeiro de 2005, na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, e no Processo Administrativo nº 00407.002141/2015­89, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo – PF/ES exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Parágrafo único. A Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo exercerá as atividades de defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades no Estado do Espírito Santo, observado o disposto na Portaria AGU nº 839, de 18 de junho de 2010.

Art. 2º As Procuradorias Federais, Especializadas ou não, junto à Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes ­ DNIT, Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Instituto Nacional do Seguro Social ­ INSS, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações públicas federais no Estado do Espírito Santo.

Art. 3º Os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal no Estado do Espírito Santo atuarão em colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo. § 1º As ordens de serviço ou outros atos normativos que tenham sido editados com fundamento nas portarias de colaboração vigentes na data de publicação desta portaria continuarão a produzir seus efeitos enquanto não sejam revogadas ou modificadas por atos supervenientes da Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo.

§ 2º Todas as ordens de serviço ou outros atos normativos que disciplinem as colaborações entre os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal no Estado do Espírito Santo deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico da unidade.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente praticados.

Art. 6º Ficam revogadas as Portarias PGF nº 829, de 18 de outubro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 2010, Seção 1, página 4, nº 266, de 12 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2010, Seção 1, página 2, nº 1.096, de 3 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 05 de novembro de 2009, Seção 1, página 20, nº 558, de 9 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 10 de junho de 2009, Seção 1, página 6, nº 521, de 29 de maio de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 1º de junho de 2009, Seção 1, página 25, nº 1.299, de 10 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 12 de dezembro de 2008, Seção 1, página 9, nº 814, de 26 de agosto de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 27 de agosto de 2008, Seção 1, página 1, nº 57, de 16 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2008, Seção 1, página 6.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 11.6.2015.

**PORTARIA Nº 380, DE 29 DE MAIO DE 2015.**

*Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado de Alagoas – PF/AL e dá outras providências.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 1.165, de 30 de novembro de 2006, na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, e no Processo Administrativo nº 00407.002142/2015­23, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado de Alagoas – PF/AL exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Parágrafo único. A Procuradoria Federal no Estado de Alagoas exercerá as atividades de defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades no Estado de Alagoas, observado o disposto na Portaria AGU nº 839, de 18 de junho de 2010.

Art. 2º As Procuradorias Federais, Especializadas ou não, junto à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes ­ DNIT, Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL , Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ­ INCRA, Instituto Nacional do Seguro Social ­ INSS, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ­ IPHAN, Universidade Federal de Alagoas – UFAL, prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações públicas federais no Estado de Alagoas.

Art. 3º Os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal no Estado de Alagoas atuarão em colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradoria Federal no Estado de Alagoas.

§ 1º As ordens de serviço ou outros atos normativos que tenham sido editados com fundamento nas portarias de colaboração vigentes na data de publicação desta portaria continuarão a produzir seus efeitos enquanto não sejam revogadas ou modificadas por atos supervenientes da Procuradoria Federal no Estado de Alagoas.

§ 2º Todas as ordens de serviço ou outros atos normativos que disciplinem as colaborações entre os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal no Estado de Alagoas deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico da unidade.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Federal no Estado de Alagoas, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente praticados.

Art. 6º Ficam revogadas as Portarias PGF nº 1.080, de 27 de outubro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 28 de outubro de 2009, Seção, páginas 4/5, nº 167, de 12 de fevereiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de fevereiro de 2008, Seção 1, página 3, nº 1.274, de 11 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2009, Seção 1, página 69, nº 276, de 7 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 10 de maio de 2007, Seção 1, página 2, retificação publicada no Diário Oficial da União de 21 de maio de 2007, Seção 1, página 1, nº 274, de 7 de maio de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 10 de maio de 2007, Seção 1, página 2, nº 928, de 17 de setembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 18 de setembro de 2008, Seção 1, página 32, nº 474, de 28 de junho de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2007, Seção 1, página 6, nº 1.005, de 7 de outubro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 08 de outubro de 2009, Seção 1, página 21, nº 1.034, de 17 de dezembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2007, Seção 1, página 8, nº 731, de 14 de setembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 18 de setembro de 2007, Seção 1, página 1, nº 217, de 5 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União 6 de março de 2009, Seção 2, página 6, nº 352, de 2 de outubro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 3 de outubro de 2006, Seção 1, página 3, nº 452, de 24 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 29 de julho de 2013, Seção 1, página 70, nº 294, de 18 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 20 de abril de 2011, Seção 1, página 29, nº 1.275, de 5 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 09 de dezembro de 2008, Seção 1, página 16.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 11.6.2015.

**PORTARIA Nº 453, DE 02 DE JULHO DE 2015.**

*Dispõe sobre a colaboração mútua entre a Procuradoria Federal Especializada junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT e a Procuradoria Federal junto ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, nos termos em que especifica.*

O **SUBPROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador­Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, e considerando o disposto no Processo Administrativo n.º 00407.003914/2015­44, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT, em Brasília, e a Procuradoria Federal junto ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada– IPEA prestarão colaboração mútua, sob a coordenação da primeira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ADLER ANAXIMANDRO DE CRUZ E ALVES**

DOU de 3.7.2015.

**PORTARIA Nº 472, DE 06 DE JULHO DE 2015.**

*Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso do Sul – PF/MS e dá outras providências.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, considerando o disposto na Portaria AGU nº 956, de14 de outubro de 2005, na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, e o contido no Processo nº 00407.000296/2015­81, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso do Sul – PF/MS exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no Artigo 2º.

Parágrafo único. A Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso do Sul exercerá as atividades de defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades no Estado do Mato Grosso do Sul, observado o disposto na Portaria AGU nº 839, de 18 de junho de 2010.

Art. 2º As Procuradorias Federais, Especializadas ou não, junto à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – FUFMS, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – IFMS, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações no Estado do Mato Grosso do Sul.

Art. 3º Os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal no Estado do Mato Grosso do Sul atuarão em colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso do Sul.

§ 1º As ordens de serviço ou outros atos normativos que tenham sido editados com fundamento nas portarias de colaboração vigentes na data de publicação desta portaria continuarão a produzir seus efeitos enquanto não sejam revogadas ou modificadas por atos supervenientes da Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso do Sul.

§ 2º Todas as ordens de serviço ou outros atos normativos que disciplinem as colaborações entre os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal no Estado do Mato Grosso do Sul deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico da unidade.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal, com exceção daquela mencionada no § 2º do art.1º, serão recebidas pela Procuradoria Federal no Estado do Mato Grosso do Sul, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente praticados.

Art. 6º Fica revogada a Portaria PGF nº 132, de 23 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 5 de março de 2015, Seção 1, página 2.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 16.7.2015.

**PORTARIA Nº 480, DE 14 DE JULHO DE 2015.**

*Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado do Rio Grande do Norte – PF/RN e dá outras providências.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 221, de 26 de abril de 2004, na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, e no Processo Administrativo nº 00407.004404/2015­94, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Rio Grande do Norte – PF/RN exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Parágrafo único. A Procuradoria Federal no Estado do Rio Grande do Norte exercerá as atividades de defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades no Estado do Rio Grande do Norte, observado o disposto na Portaria AGU nº 839, de 18 de junho de 2010.

Art. 2º As Procuradorias Federais, Especializadas ou não, junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes ­ DNIT, Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte– IFRN, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ­ INCRA, Instituto Nacional do Seguro Social ­ INSS, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações públicas federais no Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 3º Os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal no Estado do Rio Grande do Norte atuarão em colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradoria Federal no Estado do Rio Grande do Norte.

§ 1º As ordens de serviço ou outros atos normativos que tenham sido editados com fundamento nas portarias de colaboração vigentes na data de publicação desta portaria continuarão a produzir seus efeitos enquanto não sejam revogadas ou modificadas por atos supervenientes da Procuradoria Federal no Estado do Rio Grande do Norte.

§ 2º Todas as ordens de serviço ou outros atos normativos que disciplinem as colaborações entre os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal no Estado do Rio Grande do Norte deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico da unidade.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Federal no Estado do Rio Grande do Norte, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente praticados.

Art. 6º Fica revogada a Portaria PGF nº 790, de 4 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 5 de outubro de 2012, Seção 1, página 1.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 22.7.2015.

**PORTARIA Nº 481, DE 14 DE JULHO DE 2015.**

*Dispõe sobre a distribuição de competências no âmbito da Procuradoria Seccional Federal em Montes Claros/MG.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 185, de 11 de junho de 2015, e na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 00520.000251/2011­86, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Montes Claros/MG exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º As Procuradorias Federais, Especializadas ou não, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas ­ IFNM, prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações públicas federais em Montes Claros/MG.

Art. 3º As Procuradorias elencadas no artigo 2º e a Procuradoria Seccional Federal em Montes Claros/MG prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Montes Claros/MG, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente publicados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 22.7.2015.

**PORTARIA Nº 527, DE 24 DE JULHO DE 2015.**

*Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado da Bahia – PF/BA e dá outras providências.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 34, de 10 de janeiro de 2005, na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, e no Processo Administrativo n.º 00407.004611/2015­49, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado da Bahia – PF/BA exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Parágrafo único. A Procuradoria Federal no Estado da Bahia exercerá as atividades de defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades no Estado da Bahia, observado o disposto na Portaria AGU nº 839, de 18 de junho de 2010.

Art. 2º As Procuradorias Federais, Especializadas ou não, junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes ­ DNIT, Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano ­ IFBaiano, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ­ IPHAN, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ­ INCRA, Instituto Nacional do Seguro Social ­ INSS, Universidade Federal da Bahia – UFBA, prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações públicas federais no Estado da Bahia.

Art. 3º Os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal no Estado da Bahia atuarão em colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradoria Federal no Estado da Bahia. § 1º As ordens de serviço ou outros atos normativos que tenham sido editados com fundamento nas portarias de colaboração vigentes na data de publicação desta portaria continuarão a produzir seus efeitos enquanto não sejam revogadas ou modificadas por atos supervenientes da Procuradoria Federal no Estado da Bahia.

§ 2º Todas as ordens de serviço ou outros atos normativos que disciplinem as colaborações entre os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal no Estado da Bahia deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico da unidade.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Federal no Estado da Bahia, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente praticados.

Art. 6º Ficam revogadas as Portarias PGF nº 1.200, de 26 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2009, Seção 1, páginas 17­18, nº 125, de 23 de março de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 28 de março de 2005, Seção 1, página 6, nº 986, de 1º de outubro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 5 de outubro de 2009, Seção 1, página 2, nº 707, de 7 de agosto de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 8 de agosto de 2008, Seção 1, página 3, nº 1.002, de 2 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 3 de outubro de 2008, Seção 2, página 5, nº 134, de 21 de junho de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 23 de junho de 2004, Seção 1, página 59, nº 778, de 19 de agosto de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 20 de agosto de 2008, Seção 1, página 7, nº 1.304, de 10 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 12 de dezembro de 2008, Seção 1, página 9, republicada em 18 de dezembro de 2008, Seção 1, página 48, nº 440, de 29 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 4 de maio de 2009, Seção 1, página 11, nº 304, de 22 de novembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 24 de novembro de 2004, Seção 1, página 3, nº 628, de 29 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2009, Seção 1, página 9, nº 620, de 16 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2007, Seção 1, página 10, nº 803, de 14 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2009, Seção 1, página 10, nº 823, de 29 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 8 de outubro de 2014, Seção 1, página 37 e no Diário Oficial da União de 9 de outubro de 2014, Seção 1, página 1, nº 243, de 1º de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 4 de abril de 2011, Seção 1, página 1, nº 238, de 10 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 11 de março de 2009, Seção 1, página 4, nº 161, de 19 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 25 de fevereiro de 2009, Seção 1, página 2, nº 32, de 14 de janeiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2009, Seção 1, página 9, nº 1.001, de 2 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 3 de outubro de 2008, Seção 1, página 5, nº 915, de 15 de setembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União 16 de setembro de 2008, Seção 1, página 8, nº 624, de 16 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2008, Seção 1, página 6, nº 460, de 9 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2008, Seção 1, página 33, nº 55, de 16 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2008, Seção 1, página 6.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 25.8.2015.

**PORTARIA Nº 528, DE 24 DE JULHO DE 2015.**

*Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado de Sergipe– PF/SE e dá outras providências.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 887, de 27 de julho de 2007, na Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, e no Processo Administrativo nº 00407.004556/2015­97, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado de Sergipe – PF/SE exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Parágrafo único. A Procuradoria Federal no Estado de Sergipe exercerá as atividades de defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades no Estado de Sergipe, observado o disposto na Portaria AGU nº 839, de 18 de junho de 2010.

Art. 2º As Procuradorias Federais, Especializadas ou não, junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes ­ DNIT, Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFSE, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ­ INCRA, Instituto Nacional do Seguro Social ­ INSS, Universidade Federal de Sergipe – UFS, prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações públicas federais no Estado de Sergipe.

Art. 3º Os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal no Estado de Sergipe atuarão em colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradoria Federal no Estado de Sergipe.

§ 1º As ordens de serviço ou outros atos normativos que tenham sido editados com fundamento nas portarias de colaboração vigentes na data de publicação desta portaria continuarão a produzir seus efeitos enquanto não sejam revogadas ou modificadas por atos supervenientes da Procuradoria Federal no Estado de Sergipe.

§ 2º Todas as ordens de serviço ou outros atos normativos que disciplinem as colaborações entre os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal no Estado de Sergipe deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico da unidade.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Federal no Estado de Sergipe, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente praticados.

Art. 6º Ficam revogadas as Portarias PGF nº 870, de 5 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2012, Seção 1, página 5, nº 806, de 26 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 28 de setembro de 2011, Seção 1, página 2, nº 340, de 6 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 10 de maio de 2010, Seção 1, página 9, nº 804, de 14 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2009, Seção 1, página 10.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 14.9.2015.

**PORTARIA Nº 687, DE 26 DE AGOSTO DE 2015.**

O **PROCURADOR-GERALFEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I eVIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, e considerando o entendimento consignado nosautos do processo administrativo nº 23034.001991/201389,resolve:

Art. 1º Autorizar o Departamento de Contencioso da Procuradoria-GeralFederal e asProcuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais erespectivos Escritórios de Representação a manifestar em juízo o desinteresse do Fundo Nacional deDesenvolvimento da Educação FNDEem integrar o feito, quando citado ou intimado nas ações em que sediscuta a contribuição devida à autarquia, a que se refere o art. 3º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

Parágrafo único. Na hipótese de demanda judicial relacionada à inexigibilidade da contribuiçãosocial do salário-educaçãode produtor rural em que o FNDE for citado ou intimado, os órgãos de execução daProcuradoria-GeralFederal deverão ingressar nos autos para o fim de alegar a ilegitimidade passiva da autarquiae demais aspectos de ordem processual e/ou de mérito, conforme orientações a serem definidas peloDepartamento de Contencioso da Procuradoria-GeralFederal e pela Coordenação-Geralde Cobrança eRecuperação de Créditos da Procuradoria-GeralFederal.

Art. 2º Revoga-sea Ordem de Serviço PGF nº 01, de 30 de abril de 2010.

Art. 3º A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

BS 35, de 31.8.2015.

**PORTARIA Nº 838, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.**

*Consolida os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal responsáveis pela representação judicial e extrajudicial, bem como pela consultoria e assessoramento jurídicos das autarquias e fundações públicas federais e dá outras providências.*

OPROCURADOR­GERAL FEDERAL, no uso da competência de que trata o §2º, VIII do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, nos termos do art. 4º da Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de2015edaPortariaConjuntaPGF/INSSnº69,de22deoutubrode2015,resolve:

Art. 1º Os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal ­ PGF responsáveis pela representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais são as Procuradorias Regionais Federais ­ PRFs, as Procuradorias Federais nos Estados ­ PFs e as Procuradorias Seccionais Federais- PSFs relacionadas no Anexo I.

§ 1º Ato específico disciplinará as atribuições e o âmbito de atuação de cada uma das PSFs em Estruturação.

2º Os Escritórios Avançados – EA e os Escritórios de Representação da PGF em regime de extinção integram a organização administrativa das PRFs, PFs e PSFs, conforme vinculação prevista no Anexo I, aplicando­se esta vinculação também em relação às Representações da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – PFE/INSS em regime deextinção.

Art. 2º Os órgãos de execução da PGF responsáveis pela consultoria e assessoramento jurídicos sãoasProcuradoriasFederaisjuntoàsautarquiasefundaçõespúblicasfederaisrelacionadasnoAnexoII.

Art. 3º Ato especifico poderá, excepcionalmente, conferir outras atribuições aos órgãos de execução da PGF.

Art. 4º Ficam extintos os Escritórios de Representação da PGF indicados no Anexo III.

Art. 5º Os Escritórios de Representação da PGF indicados no Anexo IV consideram­se em regime de extinção e serão efetivamente extintos por meio de atoespecífico.

Art. 6º Os anexos I, II, III e IV serão publicados exclusivamente em Boletim de Serviço da Advocacia­Geral da União ­ AGU.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando­se as disposições emcontrário.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 4.11.2015.

ANEXO I

**(Redação dada pela Portaria nº 67, de 26.1.2018 - Suplemento do BS nº 8, de 20.2.2018 (Anexos retificados no BS 12, de 19.3.2018)**

|  |
| --- |
| **1ª REGIÃO** |
| 1. Procuradoria Regional Federal da 1ªRegião |
| 1.1. Procuradoria Federal no Estado do Acre |
| 1.2. Procuradoria Federal no Estado do Amapá |
| 1.3. Procuradoria Federal no Estado do Amazonas |
| 1.4. Procuradoria Federal no Estado da Bahia |
| 1.4.0.1. Escritório Avançado em Paulo Afonso/BA |
| 1.4.1. Procuradoria Seccional Federal em Barreiras/BA - EmEstruturação |
| 1.4.2. Procuradoria Seccional Federal em Feira deSantana/BA |
| 1.4.2.1. Representação da PFE-INSS em Jequié/BA - em regime de extinção |
| 1.4.3. Procuradoria Seccional Federal emIlhéus/BA |
| 1.4.4. Escritório de Representação da PF/BA em Juazeiro/BA – em regime deextinção[[304]](#footnote-305) |
| 1.4.5. Procuradoria Seccional Federal em Vitória da Conquista/BA - EmEstruturação |
| 1.4.5.1. Representação da PFE-INSS em Guanambi/BA – em regime de extinção |
| 1.5. Procuradoria Federal no Estado de Goiás |
| 1.5.0.1. Escritório Avançado em Rio Verde/GO |
| 1.5.0.2. Escritório de Representação da PF/GO em Anápolis/GO - em regime de extinção |
| 1.6. Procuradoria Federal no Estado do Maranhão |
| 1.6.0.1 Representação da PFE-INSS em Caxias/MA – em regime de extinção |
| 1.6.1. Procuradoria Seccional Federal emImperatriz/MA |
| 1.7. Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso |
| 1.7.0.1. Escritório Avançado em Sinop/MT |
| 1.7.0.2. Escritório Avançado em Rondonópolis/MT |
| 1.8. Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais |
| 1.8.0.1. Representação da PFE-INSS em Sete Lagoas/MG – em regime de extinção |
| 1.8.0.2. Representação da PFE-INSS em São João Del Rei/MG – em regime de extinção |
| 1.8.0.3. Escritório de Representação da PF/MG em Barbacena/MG - em regime de extinção |
| 1.8.0.4. Escritório de Representação da PF/MG em Diamantina/MG - em regime de extinção |
| 1.8.1. Procuradoria Seccional Federal emDivinópolis/MG |
| 1.8.1.1. Escritório Avançado em Passos/MG |
| 1.8.1.2. Representação da PFE-INSS em Bambuí/MG – em regime de extinção |
| 1.8.2. Procuradoria Seccional Federal em Governador Valadares/MG - EmEstruturação |
| 1.8.2.1. Escritório Avançado em Ipatinga/MG |
| 1.8.2.2. Escritório Avançado em Teófilo Otoni/MG |
| 1.8.3. Procuradoria Seccional Federal em Juiz deFora/MG |
| 1.8.3.1. Escritório Avançado em Viçosa/MG |
| 1.8.4. Procuradoria Seccional Federal em MontesClaros/MG |
| 1.8.5. Procuradoria Seccional Federal em Poços deCaldas/MG |
| 1.8.5.1. Escritório Avançado em Pouso Alegre/MG[[305]](#footnote-306) |
| 1.8.6. Procuradoria Seccional Federal em Uberaba/MG - EmEstruturação |
| 1.8.6.1. Escritório Avançado em Patos de Minas/MG |
| 1.8.7. Procuradoria Seccional Federal emUberlândia/MG |
| 1.8.7.1. Escritório Avançado em Unaí/MG[[306]](#footnote-307) |
| 1.8.8. Procuradoria Seccional Federal emVarginha/MG |
| 1.8.8.1. Escritório Avançado em Lavras/MG |
| 1.9. Procuradoria Federal no Estado do Pará |
| 1.9.1. Procuradoria Seccional Federal em Marabá/PA - EmEstruturação |
| 1.9.2. Procuradoria Seccional Federal em Santarém/PA - EmEstruturação |
| 1.9.2.1. Escritório Avançado em Altamira/PA[[307]](#footnote-308) |
| 1.10. Procuradoria Federal no Estado do Piauí |
| 1.10.0.1. Escritório Avançado em Picos/PI[[308]](#footnote-309) |
| 1.11. Procuradoria Federal no Estado de Rondônia |
| 1.11.1. Procuradoria Seccional Federal em Ji-Paraná/RO |
| 1.12. Procuradoria Federal no Estado de Roraima |
| 1.13. Procuradoria Federal no Estado doTocantins |
| **2ª REGIÃO** |
| 2. Procuradoria Regional Federal da 2ªRegião |
| 2.0.1. Procuradoria Seccional Federal em Campos dos Goytacazes/RJ - EmEstruturação |
| 2.0.1.1. Representação da PFE-INSS em Macaé/RJ – em regime de extinção |
| 2.0.2. Procuradoria Seccional Federal em Duque deCaxias/RJ |
| 2.0.3. Procuradoria Seccional Federal emNiterói/RJ |
| 2.0.4. Procuradoria Seccional Federal em Petrópolis/RJ - EmEstruturação |
| 2.0.4.1. Escritório Avançado em Nova Friburgo/RJ |
| 2.0.5. Procuradoria Seccional Federal em Volta Redonda/RJ - EmEstruturação |
| 2.1. Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo |
| 2.1.0.1. Escritório Avançado em Cachoeiro de Itapemirim/ES |
| 2.1.0.2. Escritório Avançado em São Mateus/ES |
| 2.1.0.3. Representação da PFE-INSS em Colatina/ES – em regime de extinção |
| 2.1.0.4. Representação da PFE-INSS em Linhares/ES – em regime de extinção |
| **3ª REGIÃO** |
| 3. Procuradoria Regional Federal da 3ªRegião |
| 3.0.1. Procuradoria Seccional Federal emAraçatuba/SP |
| 3.0.1.1. Representação da PFE-INSS em Lins/SP – em regime de extinção |
| 3.0.2. Procuradoria Seccional Federal em Araraquara/SP - EmEstruturação |
| 3.0.2.1. Representação da PFE-INSS em São Carlos/SP – em regime de extinção |
| 3.0.3. Procuradoria Seccional Federal em Bauru/SP - EmEstruturação |
| 3.0.3.1. Escritório Avançado em Botucatu/SP |
| 3.0.3.2. Representação da PFE-INSS em Avaré/SP – em regime de extinção |
| 3.0.3.3. Representação da PFE-INSS em Jaú/SP – em regime de extinção |
| 3.0.4. Procuradoria Seccional Federal emCampinas/SP |
| 3.0.4.1. Representação da PFE-INSS em Americana/SP – em regime de extinção |
| 3.0.4.2. Escritório de Representação da PRF-3 em Americana/SP - em regime de extinção[[309]](#footnote-310) |
| 3.0.5. Procuradoria Seccional Federal emGuarulhos/SP |
| 3.0.5.1. Escritório Avançado em Mogi das Cruzes/SP |
| 3.0.6. Procuradoria Seccional Federal em Jundiaí/SP - EmEstruturação |
| 3.0.7. Procuradoria Seccional Federal em Marília/SP - EmEstruturação |
| 3.0.7.1. Representação da PFE-INSS em Ourinhos/SP – em regime de extinção |
| 3.0.7.2. Escritório de Representação da PRF-3 em Ourinhos/SP - em regime de extinção |
| 3.0.8. Procuradoria Seccional Federal emOsasco/SP |
| 3.0.9. Procuradoria Seccional Federal emPiracicaba/SP |
| 3.0.10. Procuradoria Seccional Federal em Presidente Prudente/SP |
| 3.0.11. Procuradoria Seccional Federal em Ribeirão Preto/SP |
| 3.0.11.1. Escritório Avançado em Franca/SP |
| 3.0.11.2. Representação da PFE-INSS em Bebedouro/SP – em regime de extinção |
| 3.0.11.3. Escritório de Representação da PRF-3 em Bebedouro/SP - em regime de extinção[[310]](#footnote-311) |
| 3.0.12. Procuradoria Seccional Federal em São Bernardo do Campo/SP |
| 3.0.13. Escritório de Representação da PRF-3 em Santo André/SP – em regime de extinção |
| 3.0.14. Procuradoria Seccional Federal em Santos/SP |
| 3.0.15. Procuradoria Seccional Federal em São João da Boa Vista/SP – Em Estruturação |
| 3.0.15.1. Representação da PFE-INSS em Mogi-Guaçu/SP – em regime de extinção |
| 3.0.15.2. Escritório de Representação da PRF-3 em Mogi-Guaçu/SP - em regime de extinção[[311]](#footnote-312) |
| 3.0.15.3. Representação da PFE-INSS em Pirassununga/SP – em regime de extinção |
| 3.0.15.4. Escritório de Representação da PRF-3 em Pirassununga/SP - em regime de extinção[[312]](#footnote-313) |
| 3.0.16. Procuradoria Seccional Federal em São José dos Campos/SP |
| 3.0.17. Procuradoria Seccional Federal em São José do Rio Preto/SP |
| 3.0.17.1. Escritório Avançado em Votuporanga/SP |
| 3.0.17.2. Representação da PFE-INSS em Catanduva/SP – em regime de extinção |
| 3.0.17.3. Representação da PFE-INSS em Jales/SP – em regime de extinção |
| 3.0.18. Procuradoria Seccional Federal em Sorocaba/SP |
| 3.0.19. Procuradoria Seccional Federal em Taubaté/SP |
| 3.1. Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul |
| 3.1.0.1. Escritório Avançado em Três Lagoas/MS |
| 3.1.1. Procuradoria Seccional Federal em Dourados/MS - EmEstruturação |
| **4ª REGIÃO** |
| 4. Procuradoria Regional Federal da 4ªRegião |
| 4.0.1. Procuradoria Seccional Federal emCanoas/RS |
| 4.0.1.1. Representação da PFE-INSS em Torres/RS – em regime de extinção |
| 4.0.2. Procuradoria Seccional Federal em Caxias doSul/RS |
| 4.0.2.1. Representação da PFE-INSS em Bento Gonçalves/RS - em regime de extinção |
| 4.0.3. Procuradoria Seccional Federal em NovoHamburgo/RS |
| 4.0.4. Procuradoria Seccional Federal em PassoFundo/RS |
| 4.0.4.1. Representação da PFE-INSS em Erechim/RS - em regime de extinção |
| 4.0.5. Procuradoria Seccional Federal emPelotas/RS |
| 4.0.5.1. Escritório Avançado em Bagé/RS |
| 4.0.6. Procuradoria Seccional Federal em RioGrande/RS |
| 4.0.7. Procuradoria Seccional Federal em Santa Cruz do Sul/RS – EmEstruturação |
| 4.0.7.1. Representação da PFE-INSS em Cachoeira do Sul/RS - em regime de extinção |
| 4.0.7.2. Representação da PFE-INSS em Lajeado/RS - em regime de extinção |
| 4.0.7.3. Escritório de Representação da PRF-4 em Lajeado/RS - em regime de extinção |
| 4.0.8. Procuradoria Seccional Federal em SantaMaria/RS |
| 4.0.9. Procuradoria Seccional Federal em Santo Ângelo/RS - EmEstruturação |
| 4.0.10. Procuradoria Seccional Federal em Uruguaiana/RS |
| 4.1. Procuradoria Federal no Estado do Paraná |
| 4.1.1. Procuradoria Seccional Federal emCascavel/PR |
| 4.1.1.1. Escritório Avançado em Foz do Iguaçu/PR |
| 4.1.1.2. Escritório Avançado em Francisco Beltrão/PR |
| 4.1.1.3. Escritório Avançado em Pato Branco/PR |
| 4.1.1.4. Representação da PFE-INSS em Toledo/PR - em regime de extinção |
| 4.1.1.5. Escritório de Representação da PF/PR em Toledo/PR - em regime de extinção[[313]](#footnote-314) |
| 4.1.2. Procuradoria Seccional Federal emLondrina/PR |
| 4.1.2.1. Representação da PFE-INSS em Apucarana/PR - em regime de extinção |
| 4.1.3. Procuradoria Seccional Federal emMaringá/PR |
| 4.1.3.1. Escritório Avançado em Umuarama/PR |
| 4.1.3.2. Representação da PFE-INSS em Campo Mourão/PR - em regime de extinção |
| 4.1.3.3. Representação da PFE-INSS em Paranavaí/PR - em regime de extinção |
| 4.1.3.4. Escritório de Representação da PF/PR em Paranavaí/PR - em regime de extinção |
| 4.1.4. Procuradoria Seccional Federal em PontaGrossa/PR |
| 4.1.4.1. Escritório Avançado em Guarapuava/PR |
| 4.1.4.2. Representação da PFE-INSS em União da Vitória/PR - em regime de extinção |
| 4.2. Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina |
| 4.2.0.1. Escritório Avançado em Lages/SC |
| 4.2.1. Procuradoria Seccional Federal emChapecó/SC |
| 4.2.1.1. Escritório Avançado em Caçador/SC |
| 4.2.1.2. Representação da PFE-INSS em Concórdia/SC - em regime de extinção |
| 4.2.1.3. Representação da PFE-INSS em São Miguel do Oeste/SC - em regime de extinção |
| 4.2.2. Procuradoria Seccional Federal emCriciúma/SC |
| 4.2.2.1. Escritório Avançado em Tubarão/SC[[314]](#footnote-315) |
| 4.2.3. Procuradoria Seccional Federal emJoinville/SC |
| 4.2.3.1. Escritório Avançado em Mafra/SC |
| 4.2.3.2. Representação da PFE-INSS em Jaraguá do Sul/SC - em regime de extinção |
| 4.2.3.3. Escritório de Representação da PF/SC em Jaraguá do Sul/SC - em regime de extinção[[315]](#footnote-316) |
| 4.2.4. Procuradoria Seccional Federal em Blumenau/SC - EmEstruturação |
| 4.2.4.1. Escritório Avançado em Itajaí/SC |
| 4.2.4.2. Representação da PFE-INSS em Brusque/SC - em regime de extinção |
| **5ª REGIÃO** |
| 5. Procuradoria Regional Federal da 5ªRegião |
| 5.0.1. Procuradoria Seccional Federal emCaruaru/PE |
| 5.0.1.1. Escritório Avançado em Garanhuns/PE |
| 5.0.2. Procuradoria Seccional Federal em Serra Talhada/PE - EmEstruturação |
| 5.0.3. Procuradoria Seccional Federal emPetrolina/PE |
| 5.1. Procuradoria Federal no Estado de Alagoas |
| 5.1.1. Procuradoria Seccional Federal emArapiraca/AL |
| 5.2. Procuradoria Federal no Estado do Ceará |
| 5.2.1. Procuradoria Seccional Federal emSobral/CE |
| 5.2.2. Procuradoria Seccional Federal em Juazeiro do Norte/CE - EmEstruturação |
| 5.3. Procuradoria Federal no Estado da Paraíba |
| 5.3.1. Procuradoria Seccional Federal em CampinaGrande/PB |
| 5.3.2. Procuradoria Seccional Federal em Sousa/PB – EmEstruturação |
| 5.4. Procuradoria Federal no Estado do Rio Grande do Norte |
| 5.4.0.1. Representação da PFE-INSS em Caicó/RN - em regime de extinção |
| 5.4.1. Procuradoria Seccional Federal emMossoró/RN |
| 5.5. Procuradoria Federal no Estado deSergipe |

**ANEXO II**

**(Redação dada pela Portaria nº 398, de 17.5.2019 - BS 20, de 20.5.2019)**

|  |
| --- |
| 1. Procuradoria Federal junto à Agência Espacial Brasileira – PF/AEB |
| 2. Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Águas – PF/ANA |
| 3. Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Aviação Civil – PF/ANAC |
| 4. Procuradoria Federal junto à Agencia Nacional do Cinema – PF/ANCINE |
| 5. Procuradoria Federal junto à Agencia Nacional de Energia Elétrica – PF/ANEEL |
| 6. Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Mineração - PF/ANM |
| 6.1. PF/ANM - Brasília/DF (sede) |
| 6.2. PF/ANM – Belém/PA |
| 6.3. PF/ANM – Belo Horizonte/MG |
| 6.4. PF/ANM – Cuiabá/MT |
| 6.5. PF/ANM – Curitiba/PR |
| 6.6. PF/ANM – Florianópolis/SC |
| 6.7. PF/ANM – Fortaleza/CE |
| 6.8. PF/ANM – Natal/RN |
| 6.9. PF/ANM – Porto Alegre/RS |
| 6.10. PF/ANM – Porto Velho/RO |
| 6.11. PF/ANM – Rio de Janeiro/RJ |
| 6.12. PF/ANM – Salvador/BA |
| 6.13. PF/ANM – São Paulo/SP |
| 6.14. PF/ANM – Vitória/ES |
| 7. Procuradoria Federal junto à Agencia Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis -PF/ANP |
| 7.1. PF/ANP – Rio de Janeiro/RJ (sede) |
| 7.2. PF/ANP - Brasília/ |
| 8. Procuradoria Federal junto à Agencia Nacional de Saúde Suplementar – PF/ANS |
| 9. Procuradoria Federal Especializada junto à Agência Nacional de Telecomunicações – PFE/ANATEL |
| 9.1. PFE/ANATEL - Brasília/DF (sede) |
| 9.2. PFE/ANATEL - Goiânia/GO |
| 9.3. PFE/ANATEL - Maceió/AL |
| 9.4. PFE/ANATEL - Manaus/AM |
| 9.5. PFE/ANATEL - Rio de Janeiro/RJ |
| 10. Procuradoria Federal junto à Agencia Nacional de Transportes Aquaviários – PF/ANTAQ |
| 11. Procuradoria Federal junto à Agencia Nacional de Transportes Terrestres – PF/ANTT |
| 11.1. PF/ANTT – Brasília/DF (sede) |
| 11.2. PF/ANTT – Belo Horizonte/MG |
| 11.3. PF/ANTT – Porto Alegre/RS |
| 11.4. PF/ANTT – Rio de Janeiro/RJ |
| 11.5. PF/ANTT – Salvador/BA |
| 12. Procuradoria Federal junto à Agencia Nacional de Vigilância Sanitária – PF/ANVISA |
| 13. Procuradoria Federal junto à Autoridade de Governança do Legado Olímpico – PF/AGLO |
| 14. Procuradoria Federal junto à Caixa de Construção de Casas para o Pessoal da Marinha – PF/CCCPM |
| 15. Procuradoria Federal junto à Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica – PF/CFIA |
| 16. Procuradoria Federal junto ao Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – PF/CEFET-RJ |
| 17. Procuradoria Federal junto ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – PF/CEFET-MG |
| 18. Procuradoria Federal junto ao Colégio Pedro II – PF/CPII |
| 19. Procuradoria Federal junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear – PF/CNEN |
| 19.1. PF/CNEN – Rio de Janeiro/RJ (sede) |
| 19.2. PF/CNEN – Belo Horizonte/MG |
| 19.3. PF/CNEN – São Paulo/SP |
| 20. Procuradoria Federal Especializada junto à Comissão de Valores Mobiliários – PFE/CVM |
| 20.1 PFE/CVM – Rio de Janeiro/RJ (sede) |
| 20.2 PFE/CVM – São Paulo/SP |
| 21. Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – PFE/CADE |
| 22. Procuradoria Federal junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico – PF/CNPq |
| 23. Procuradoria Federal Especializada junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – PFE/DNIT |
| 23.1 PFE/DNIT – Brasília/DF (sede) |
| 23.2 PFE/DNIT – Aracajú/SE |
| 23.3 PFE/DNIT – Belém/PA |
| 23.4 PFE/DNIT – Belo Horizonte/MG |
| 23.5 PFE/DNIT – Boa Vista/RR |
| 23.6 PFE/DNIT – Campo Grande/MS |
| 23.7 PFE/DNIT – Cuiabá/MT |
| 23.8 PFE/DNIT – Curitiba/PR |
| 23.9 PFE/DNIT – Florianópolis/SC |
| 23.10 PFE/DNIT – Fortaleza/CE |
| 23.11 PFE/DNIT – Goiânia/GO |
| 23.12 PFE/DNIT – João Pessoa/PB |
| 23.13 PFE/DNIT – Maceió/AL |
| 23.14 PFE/DNIT – Manaus/AM |
| 23.15 PFE/DNIT – Natal/RN |
| 23.16 PFE/DNIT – Palmas/TO |
| 23.17 PFE/DNIT – Porto Alegre/RS |
| 23.18 PFE/DNIT - Porto Velho/RO |
| 23.19 PFE/DNIT – Recife/PE |
| 23.20 PFE/DNIT – Rio de Janeiro/RJ |
| 23.21 PFE/DNIT – Salvador/BA |
| 23.22 PFE/DNIT – São Luís/MA |
| 23.23 PFE/DNIT – São Paulo/SP |
| 23.24 PFE/DNIT – Teresina/PI |
| 23.25 PFE/DNIT – Vitória/ES |
| 24. Procuradoria Federal junto ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - PF/DNOCS |
| 24.1 PF/DNOCS – Fortaleza/CE (sede) |
| 24.2 PF/DNOCS – Aracaju/SE |
| 24.3 PF/DNOCS – Recife/PE |
| 24.4 PF/DNOCS – Teresina/PI |
| 25. Procuradoria Federal junto à Fundação Alexandre de Gusmão – PF/FUNAG |
| 26. Procuradoria Federal junto à Fundação Biblioteca Nacional – PF/FBN |
| 27. Procuradoria Federal junto à Fundação Casa de Rui Barbosa – PF/FCRB |
| 28. Procuradoria Federal junto à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – PF/CAPES |
| 29. Procuradoria Federal junto à Fundação Cultural Palmares – PF/FCP |
| 30. Procuradoria Federal junto à Fundação Escola Nacional de Administração Pública – PF/ENAP |
| 31. Procuradoria Federal junto à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – PF/IBGE |
| 31.1. PF/IBGE – Rio de Janeiro/RJ (sede) |
| 31.2. PF/IBGE – Brasília /DF |
| 31.3. PF/IBGE – Recife/PE |
| 31.4. PF/IBGE – São Paulo/SP |
| 32. Procuradoria Federal junto à Fundação Joaquim Nabuco – PF/FUNDAJ |
| 33. Procuradoria Federal junto à Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – PF/FUNDACENTRO |
| 34. Procuradoria Federal junto à Fundação Nacional de Artes – PF/FUNARTE |
| 35. Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio – PFE/FUNAI |
| 35.1. PFE/FUNAI – Brasília/DF (sede) |
| 35.2. PFE/FUNAI – Altamira/PA |
| 35.3. PFE/FUNAI – Barra do Garças/MT |
| 35.4. PFE/FUNAI – Boa Vista/RR |
| 35.5. PFE/FUNAI – Campo Grande/MS |
| 35.6. PFE/FUNAI – Chapecó/SC |
| 35.7. PFE/FUNAI – Cuiabá/MT |
| 35.8. PFE/FUNAI – Dourados/MS |
| 35.9. PFE/FUNAI – Florianópolis/SC |
| 35.10. PFE/FUNAI – Fortaleza/CE |
| 35.11. PFE/FUNAI – Governador Valadares/MG |
| 35.12. PFE/FUNAI – Imperatriz/MA |
| 35.13. PFE/FUNAI – Itanhaém/SP |
| 35.14. PFE/FUNAI – Ji-Paraná/RO |
| 35.15. PFE/FUNAI – Macapá/AP |
| 35.16. PFE/FUNAI – Manaus/AM |
| 35.17. PFE/FUNAI – Marabá/PA |
| 35.18. PFE/FUNAI – Palmas/TO |
| 35.19. PFE/FUNAI – Passo Fundo/RS |
| 35.20. PFE/FUNAI – Paulo Afonso/BA |
| 35.21. PFE/FUNAI – Ponta Porã/MS |
| 35.22. PFE/FUNAI – Porto Seguro/BA |
| 35.23. PFE/FUNAI – Rio de Janeiro/RJ |
| 35.24. PFE/FUNAI – Santarém/PA |
| 36. Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional de Saúde – PFE/FUNASA |
| 36.1. PFE/FUNASA – Brasília/DF (sede) |
| 36.2. PFE/FUNASA – Aracaju/SE |
| 36.3. PFE/FUNASA – Belém/PA |
| 36.4. PFE/FUNASA – Belo Horizonte/MG |
| 36.5. PFE/FUNASA – Boa Vista/RR |
| 36.6. PFE/FUNASA – Campo Grande/MS |
| 36.7. PFE/FUNASA – Cuiabá/MT |
| 36.8. PFE/FUNASA – Curitiba/PR |
| 36.9. PFE/FUNASA – Florianópolis/SC |
| 36.10. PFE/FUNASA – Fortaleza/CE |
| 36.11. PFE/FUNASA – Goiânia/GO |
| 36.12. PFE/FUNASA – João Pessoa/PB |
| 36.13. PFE/FUNASA – Macapá/AP |
| 36.14. PFE/FUNASA – Maceió/AL |
| 36.15. PFE/FUNASA – Manaus/AM |
| 36.16. PFE/FUNASA – Natal/RN |
| 36.17. PFE/FUNASA – Palmas/TO |
| 36.18. PFE/FUNASA – Porto Alegre/RS |
| 36.19. PFE/FUNASA – Porto Velho/RO |
| 36.20. PFE/FUNASA – Recife/PE |
| 36.21. PFE/FUNASA – Rio Branco/AC |
| 36.22. PFE/FUNASA – Rio de Janeiro/RJ |
| 36.23. PFE/FUNASA – Salvador/BA |
| 36.24. PFE/FUNASA – São Luís/MA |
| 36.25. PFE/FUNASA – São Paulo/SP |
| 36.26. PFE/FUNASA – Teresina/PI |
| 36.27. PFE/FUNASA – Vitória/ES |
| 37. Procuradoria Federal junto à Fundação Osório – PF/FO |
| 38. Procuradoria Federal junto à Fundação Oswaldo Cruz – PF/Fiocruz |
| 39. Procuradoria Federal junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – PF/FNDE |
| 40. Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – PFE/IBAMA |
| 40.1. PFE/IBAMA – Brasília/DF (sede e regional) |
| 40.2. PFE/IBAMA – Aracaju/SE |
| 40.3. PFE/IBAMA – Barreiras/BA |
| 40.4. PFE/IBAMA – Belém/PA |
| 40.5. PFE/IBAMA – Belo Horizonte/MG |
| 40.6. PFE/IBAMA – Boa Vista/RR |
| 40.7. PFE/IBAMA – Campo Grande/MS |
| 40.8. PFE/IBAMA – Cuiabá/MT |
| 40.9. PFE/IBAMA – Curitiba/PR |
| 40.10. PFE/IBAMA – Eunápolis/BA |
| 40.11. PFE/IBAMA – Florianópolis/SC |
| 40.12. PFE/IBAMA – Fortaleza/CE |
| 40.13. PFE/IBAMA – Goiânia/GO |
| 40.14. PFE/IBAMA – João Pessoa/PB |
| 40.15. PFE/IBAMA – Macapá/AP |
| 40.16. PFE/IBAMA – Maceió/AL |
| 40.17. PFE/IBAMA – Manaus/AM |
| 40.18. PFE/IBAMA – Marabá/PA |
| 40.19. PFE/IBAMA – Natal/RN |
| 40.20. PFE/IBAMA – Palmas/TO |
| 40.21. PFE/IBAMA – Porto Alegre/RS |
| 40.22. PFE/IBAMA – Porto Velho/RO |
| 40.23. PFE/IBAMA – Recife/PE |
| 40.24. PFE/IBAMA – Rio Branco/AC |
| 40.25. PFE/IBAMA – Rio de Janeiro/RJ |
| 40.26. PFE/IBAMA – Salvador/BA |
| 40.27. PFE/IBAMA – Santarém/PA |
| 40.28. PFE/IBAMA – São Luís/MA |
| 40.29. PFE/IBAMA – São Paulo/SP |
| 40.30. PFE/IBAMA – Teresina/PI |
| 40.31. PFE/IBAMA – Vitória/ES |
| 41. Procuradoria Federal junto ao Instituto Brasileiro de Museus – PF/IBRAM |
| 41.1. PF/IBRAM - Brasília/DF (sede) |
| 41.2. PF/IBRAM – Belo Horizonte/MG |
| 41.3. PF/IBRAM – Rio de Janeiro/RJ |
| 42. Procuradoria Federal junto ao Instituto Brasileiro de Turismo – PF/EMBRATUR |
| 43. Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – PFE/ICMBio |
| 43.1. PFE/ICMBio – Brasília/DF (sede) |
| 43.2. PFE/ICMBio – Belém/PA |
| 43.3. PFE/ICMBio – Belo Horizonte/MG |
| 43.4. PFE/ICMBio – Cabedelo/PB |
| 43.5. PFE/ICMBio – Florianópolis/SC |
| 43.6. PFE/ICMBio – Goiânia/GO |
| 43.7. PFE/ICMBio – Manaus/AM |
| 43.8. PFE/ICMBio – Porto Seguro/BA |
| 43.9. PFE/ICMBio – Porto Velho/RO |
| 43.10. PFE/ICMBio – Rio de Janeiro/RJ |
| 43.11. PFE/ICMBio – Santarém/PA |
| 43.12. PFE/ICMBio – Parnaíba /PI |
| 44. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – PF/IFAC |
| 45. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – PF/IFAL |
| 46. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – PF/IFAP |
| 47. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – PF/IFAM |
| 48. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – PF/IFBA |
| 49. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – PF/IFBAIANO |
| 50. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – PF/IFB |
| 51. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – PF/IFC |
| 52. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – PF/IFCE |
| 53. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espirito Santo – PF/IFES |
| 54. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – PF/IFFARROUPILHA |
| 55. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - PF/IFF |
| 56. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - PF/IFGOIANO |
| 57. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – PF/IFG |
| 58. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – PF/IFMA |
| 59. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – PF/IFMT |
| 60. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – PF/IFMS |
| 61. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – PF/IFMG |
| 62. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – PF/IFNMG |
| 63. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – PF/IFPA |
| 64. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – PF/IFPB |
| 65. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – PF/IFPR |
| 66. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE |
| 67. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – PF/IFPI |
| 68. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – PF/IFRJ |
| 69. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – PF/IFRN |
| 70. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – PF/IFRS |
| 71. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – PF/IFRO |
| 72. Procuradoria Federal Junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – PF/IFRR |
| 73. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – PF/IFSC |
| 74. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – PF/IFSP |
| 75. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – PF/IFSE |
| 76. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano PF/IF Sertão - PE |
| 77. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais– PF/IFSUDESTE MG |
| 78. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais PF/IFSULDEMINAS |
| 79. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense – PF/IFSUL |
| 80. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – PF/IFTO |
| 81. Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – PF/IFTM |
| 82. Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – PFE/INCRA |
| 82.1. PFE/INCRA - Brasília/DF (sede e regional) |
| 82.2. PFE/INCRA – Aracaju/SE |
| 82.3. PFE/INCRA – Belém/PA |
| 82.4. PFE/INCRA – Belo Horizonte/MG |
| 82.5. PFE/INCRA – Boa Vista/RR |
| 82.6. PFE/INCRA – Campo Grande/MS |
| 82.7. PFE/INCRA – Cuiabá/MT |
| 82.8. PFE/INCRA – Curitiba/PR |
| 82.9. PFE/INCRA – Florianópolis/SC |
| 82.10. PFE/INCRA – Fortaleza/CE |
| 82.11. PFE/INCRA – Goiânia/GO |
| 82.12. PFE/INCRA – João Pessoa/PB |
| 82.13. PFE/INCRA – Macapá/AP |
| 82.14. PFE/INCRA – Maceió/AL |
| 82.15. PFE/INCRA – Manaus/AM |
| 82.16. PFE/INCRA – Marabá/PA |
| 82.17. PFE/INCRA – Natal/RN |
| 82.18. PFE/INCRA – Palmas/TO |
| 82.19. PFE/INCRA – Petrolina/PE |
| 82.20. PFE/INCRA – Porto Alegre/RS |
| 82.21. PFE/INCRA – Porto Velho/RO |
| 82.22. PFE/INCRA – Recife/PE |
| 82.23. PFE/INCRA – Rio Branco/AC |
| 82.24. PFE/INCRA – Rio de Janeiro/RJ |
| 82.25. PFE/INCRA – Salvador/BA |
| 82.26. PFE/INCRA – Santarém/PA |
| 82.27. PFE/INCRA – São Luís/MA |
| 82.28. PFE/INCRA – São Paulo/SP |
| 82.29. PFE/INCRA – Teresina/PI |
| 82.30. PFE/INCRA – Vila Velha/ES |
| 83. Procuradoria Federal junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – PF/INEP |
| 84. Procuradoria Federal junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – PF/INMETRO |
| 84.1. PF/INMETRO – Rio de Janeiro/RJ (sede) |
| 84.2. PF/INMETRO – Goiânia/GO |
| 84.3. PF/INMETRO – Porto Alegre/RS |
| 85. Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial – PFE/INPI |
| 86. Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – PFE/INSS |
| 86.1. PFE/INSS – Brasília-DF (sede e regional) |
| 86.2. PFE/INSS – Anápolis/GO |
| 86.3. PFE/INSS – Aracaju/SE |
| 86.4. PFE/INSS – Araçatuba/SP |
| 86.5. PFE/INSS – Araraquara/SP |
| 86.6. PFE/INSS – Barbacena/MG |
| 86.7. PFE/INSS – Barreiras/BA |
| 86.8. PFE/INSS – Bauru/SP |
| 86.9. PFE/INSS – Belém/PA |
| 86.10. PFE/INSS – Belo Horizonte/MG |
| 86.11. PFE/INSS – Blumenau/SC |
| 86.12. PFE/INSS – Boa Vista/RR |
| 86.13. PFE/INSS – Campina Grande/PB |
| 86.14. PFE/INSS – Campinas/SP |
| 86.15. PFE/INSS – Campo Grande/MS |
| 86.16. PFE/INSS – Campos dos Goytacazes/RJ |
| 86.17. PFE/INSS – Canoas/RS |
| 86.18. PFE/INSS – Caruaru/PE |
| 86.19. PFE/INSS – Cascavel/PR |
| 86.20. PFE/INSS – Caxias do Sul/RS |
| 86.21. PFE/INSS – Chapecó/SC |
| 86.22. PFE/INSS – Contagem/MG |
| 86.23. PFE/INSS – Criciúma/SC |
| 86.24. PFE/INSS – Cuiabá/MT |
| 86.25. PFE/INSS – Curitiba/PR |
| 86.26. PFE/INSS – Diamantina/MG |
| 86.27. PFE/INSS – Divinópolis/MG |
| 86.28. PFE/INSS – Dourados/MS |
| 86.29. PFE/INSS – Duque de Caxias/RJ |
| 86.30. PFE/INSS – Feira de Santana/BA |
| 86.31. PFE/INSS – Florianópolis/SC |
| 86.32. PFE/INSS – Fortaleza/CE |
| 86.33. PFE/INSS – Garanhuns/PE |
| 86.34. PFE/INSS – Goiânia/GO |
| 86.35. PFE/INSS – Governador Valadares/MG |
| 86.36. PFE/INSS – Guarulhos/SP |
| 86.37. PFE/INSS – Ilhéus/BA /Itabuna/BA |
| 86.38. PFE/INSS – Imperatriz/MA |
| 86.39. PFE/INSS – João Pessoa/PB |
| 86.40. PFE/INSS – Joinville/SC |
| 86.41. PFE/INSS – Juazeiro do Norte/CE |
| 86.42. PFE/INSS – Juazeiro/BA |
| 86.43. PFE/INSS – Juiz de Fora/MG |
| 86.44. PFE/INSS – Jundiaí/SP |
| 86.45. PFE/INSS – Londrina/PR |
| 86.46. PFE/INSS – Macapá/AP |
| 86.47. PFE/INSS – Maceió/AL |
| 86.48. PFE/INSS – Manaus/AM |
| 86.49. PFE/INSS – Marília/SP |
| 86.50. PFE/INSS – Maringá/PR |
| 86.51. PFE/INSS – Montes Claros/MG |
| 86.52. PFE/INSS – Mossoró/RN |
| 86.53. PFE/INSS – Natal/RN |
| 86.54. PFE/INSS – Niterói/RJ |
| 86.55. PFE/INSS – Novo Hamburgo/RS |
| 86.56. PFE/INSS – Osasco/SP |
| 86.57. PFE/INSS – Ouro Preto/MG |
| 86.58. PFE/INSS – Palmas/TO |
| 86.59. PFE/INSS – Passo Fundo/RS |
| 86.60. PFE/INSS – Pelotas/RS |
| 86.61. PFE/INSS – Petrolina/PE |
| 86.62. PFE/INSS – Petrópolis/RJ |
| 86.63. PFE/INSS – Piracicaba/SP |
| 86.64. PFE/INSS – Poços de Caldas/MG |
| 86.65. PFE/INSS – Ponta Grossa/PR |
| 86.66. PFE/INSS – Porto Alegre/RS |
| 86.67. PFE/INSS – Porto Velho/RO |
| 86.68. PFE/INSS – Presidente Prudente/SP |
| 86.69. PFE/INSS – Recife/PE |
| 86.70. PFE/INSS – Ribeirão Preto/SP |
| 86.71. PFE/INSS – Rio Branco/AC |
| 86.72. PFE/INSS – Rio de Janeiro/RJ |
| 86.73. PFE/INSS – Salvador/BA |
| 86.74. PFE/INSS – Santa Maria/RS |
| 86.75. PFE/INSS – Santo André/SP |
| 86.76. PFE/INSS –Santo Ângelo/RS/ Ijuí/RS |
| 86.77. PFE/INSS – Santo Antônio de Jesus/BA |
| 86.78. PFE/INSS – Santos/SP |
| 86.79. PFE/INSS – São Bernardo do Campo/SP |
| 86.80. PFE/INSS – São João da Boa Vista/SP |
| 86.81. PFE/INSS – São José do Rio Preto/SP |
| 86.82. PFE/INSS – São José dos Campos/SP |
| 86.83. PFE/INSS – São Luís/MA |
| 86.84. PFE/INSS – São Paulo/SP |
| 86.85. PFE/INSS – Sobral/CE |
| 86.86. PFE/INSS – Sorocaba/SP |
| 86.87. PFE/INSS – Taubaté/SP |
| 86.88. PFE/INSS – Teófilo Otoni/MG |
| 86.89. PFE/INSS – Teresina/PI |
| 86.90. PFE/INSS – Uberaba/MG |
| 86.91. PFE/INSS – Uberlândia/MG |
| 86.92. PFE/INSS – Uruguaiana/RS |
| 86.93. PFE/INSS – Varginha/MG |
| 86.94. PFE/INSS – Vitória da Conquista/BA |
| 86.95. PFE/INSS – Vitória/ES |
| 86.96. PFE/INSS – Volta Redonda/RJ |
| 87. Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – PFE/ITI |
| 88. Procuradoria Federal junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – PF/IPHAN |
| 88.1. PF/IPHAN - Brasília – DF (sede) |
| 88.2. PF/IPHAN – Belém/PA |
| 88.3. PF/IPHAN – Belo Horizonte/MG |
| 88.4. PF/IPHAN – Campo Grande/MS |
| 88.5. PF/IPHAN – Cuiabá/MT |
| 88.6. PF/IPHAN – Florianópolis/SC |
| 88.7. PF/IPHAN – Fortaleza/CE |
| 88.8. PF/IPHAN – Goiânia/GO |
| 88.9. PF/IPHAN – Maceió/AL |
| 88.10. PF/IPHAN – Manaus/AM |
| 88.11. PF/IPHAN – Porto Alegre/RS |
| 88.12. PF/IPHAN – Recife/PE |
| 88.13. PF/IPHAN – Rio de Janeiro/RJ |
| 88.14. PF/IPHAN – Salvador/BA |
| 88.15. PF/IPHAN – São Luís/MA |
| 88.16. PF/IPHAN – São Paulo/SP |
| 88.17. PF/IPHAN – Teresina/PI |
| 89. Procuradoria Federal junto ao Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – PF/IPEA |
| 90. Procuradoria Federal junto ao Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – PF/JBRJ |
| 91. Procuradoria Federal junto à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – PF/SUDAM |
| 92. Procuradoria Federal junto à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PF/SUDECO |
| 93. Procuradoria Federal junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – PF/SUDENE |
| 94. Procuradoria Federal junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PF/PREVIC |
| 95. Procuradoria Federal junto à Superintendência de Seguros Privados – PF/SUSEP |
| 95.1. PF/SUSEP - Rio de Janeiro/RJ (sede) |
| 95.2. PF/SUSEP - Porto Alegre/RS |
| 95.3. PF/SUSEP - São Paulo/SP |
| 96. Procuradoria Federal junto à Superintendência da Zona Franca de Manaus – PF/SUFRAMA |
| 97. Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade do Amazonas – PF/UFAM |
| 98. Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade de Brasília – PF/UNB |
| 99. Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal do ABC – PF/UFABC |
| 100. Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal do Acre – PF/UFAC |
| 101. Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal do Amapá – PF/UFAP |
| 102. Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre/RS – PF/UFCSPA |
| 103. Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – PF/UNIRIO |
| 104. Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – PF/UFGD |
| 105. Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal do Maranhão – PF/UFMA |
| 106. Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso – PF/UFMT |
| 107. Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – PF/UFMS |
| 108. Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal de Ouro Preto/MG – PF/UFOP |
| 109. Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal do Pampa – PF/UNIPAMPA |
| 110. Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal de Pelotas/RS – PF/UFPEL |
| 111. Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal do Piauí – PF/UFPI |
| 112. Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal do Rio Grande/RS – PF/FURG |
| 113. Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal de Rondônia – PF/UNIR |
| 114. Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal de Roraima – PF/UFRR |
| 115. Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal de São Carlos/SP – PF/UFSCAR |
| 116. Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal de São João Del Rei/MG – PF/UFSJ |
| 117. Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal de Sergipe – PF/UFSE |
| 118. Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal do Tocantins – PF/UFT |
| 119. Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal de Uberlândia/MG – PF/UFU |
| 120. Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco – PF/UNIVASF |
| 121. Procuradoria Federal junto à Fundação Universidade Federal de Viçosa/MG – PF/UFV |
| 122. Procuradoria Federal junto à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - PF/UNILAB |
| 123. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Alagoas – PF/UFAL |
| 124. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Alfenas/MG– PF/UNIFAL |
| 125. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal da Bahia – PF/UFBA |
| 126. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Campina Grande/PB – PF/UFCG |
| 127. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal do Cariri/CE – PF/UFCA |
| 128. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal do Ceará – PF/UFC |
| 129. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal do Espirito Santo – PF/UFES |
| 130. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal Fluminense – PF/UFF |
| 131. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal da Fronteira Sul – PF/UFFS |
| 132. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Goiás – PF/UFG |
| 133. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal da Integração Latino-Americana – PF/UNILA |
| 134. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Itajubá/MG – PF/UNIFEI |
| 135. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Juiz de Fora/MG – PF/UFJF |
| 136. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Lavras/MG – PF/UFLA |
| 137. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Minas Gerais – PF/UFMG |
| 138. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal do Oeste da Bahia – PF/UFOB |
| 139. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal do Oeste do Pará – PF/UFOPA |
| 140. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal do Pará – PF/UFPA |
| 141. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal da Paraíba – PF/UFPB |
| 142. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal do Paraná – PF/UFPR |
| 143. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Pernambuco – PF/UFPE |
| 144. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – PF/UFRB |
| 145. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal do Rio de Janeiro – PF/UFRJ |
| 146. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PF/UFRN |
| 147. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PF/UFRGS |
| 148. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Santa Catarina – PF/UFSC |
| 149. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Santa Maria/RS – PF/UFSM |
| 150. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de São Paulo – PF/UFSP |
| 151. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal do Sul da Bahia – PF/UFESB |
| 152 .Procuradoria Federal junto à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – PF/UNIFESSPA |
| 153. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal do Triângulo Mineiro – PF/UFTM |
| 154. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – PF/UFVJM |
| 155. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal Rural da Amazônia – PF/UFRA |
| 156. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal Rural de Pernambuco – PF/UFRPE |
| 157. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PF/UFRRJ |
| 158. Procuradoria Federal junto à Universidade Federal Rural do Semiárido – PF/UFERSA |
| 159. Procuradoria Federal junto à Universidade Tecnológica Federal do Paraná – PF/UTFPR |

**ANEXO III**

Escritório de Representação da PF/BA em Barreiras/BA (transformado em PSF em Estruturação)

Escritório de Representação da PF/BA em Vitória da Conquista/BA (transformado em PSF em Estruturação) Escritório de Representação da PF/CE em Juazeiro do Norte/CE (transformado em PSF em Estruturação) Escritório de Representação da PF/CE em Limoeiro do Norte/CE

Escritório de Representação da PF/GO em Rio Verde/GO (transformado em Escritório Avançado) Escritório de Representação da PF/MG em Contagem/MG

Escritório de Representação da PF/MG em Governador Valadares/MG (transformado em PSF em Estruturação) Escritório de Representação da PF/MG em Patos de Minas/MG (transformado em Escritório Avançado) Escritório de Representação da PF/MG em Uberaba/MG (transformado em PSF em Estruturação)

Escritório de Representação da PF/MG em Unaí/MG (transformado em Escritório Avançado) Escritório de Representação da PF/PA em Santarém/PA (transformado em PSF em Estruturação) Escritório de Representação da PF/PB em Sousa/PB (transformado em PSF em Estruturação) Escritório de Representação da PF/PB em Garanhuns/PE (transformado em Escritório Avançado) Escritório de Representação da PF/PR em Foz do Iguaçu/PR (transformado em Escritório Avançado)

Escritório de Representação da PF/PR em Francisco Beltrão/PR (transformado em Escritório Avançado) Escritório de Representação da PF/PR em Jacarezinho/PR

Escritório de Representação da PF/PR em Pato Branco/PR (transformado em Escritório Avançado) Escritório de Representação da PF/PR em Umuarama/PR (transformado em Escritório Avançado) Escritório de Representação da PF/SC em Blumenau/SC (transformado em PSF em Estruturação) Escritório de Representação da PF/SC em Brusque/SC

Escritório de Representação da PF/SC em Caçador/SC (transformado em Escritório Avançado) Escritório de Representação da PF/SC emJoaçaba/SC

Escritório de Representação da PF/SC em Lages/SC (transformado em Escritório Avançado) Escritório de Representação da PF/SC emLaguna/SC

Escritório de Representação da PF/SC em Mafra/SC (transformado em Escritório Avançado) Escritório de Representação da PF/SC em Rio do Sul/SC

Escritório de Representação da PF/SC em Tubarão/SC (transformado em Escritório Avançado)

Escritório de Representação da PRF-2 em Cachoeiro do Itapemirim/ES (transformado em Escritório Avançado) Escritório de Representação da PRF-2 em Campos dos Goytacazes/RJ (transformado em PSF em Estruturação) Escritório de Representação da PRF-2 em Macaé/RJ

Escritório de Representação da PRF-2 em Nova Friburgo/RJ (transformado em Escritório Avançado) Escritório de Representação da PRF-2 em Petrópolis/RJ (transformado em PSF em Estruturação) Escritório de Representação da PRF-2 em Volta Redonda/RJ (transformado em PSF em Estruturação) Escritório de Representação da PF/MS em Dourados/MS (transformado em PSF em Estruturação) Escritório de Representação da PRF-3 em Araraquara/SP (transformado em PSF em Estruturação) Escritório de Representação da PRF-3 em Bauru/SP (transformado em PSF em Estruturação) Escritório de Representação da PRF-3 em Botucatu/SP (transformado em Escritório Avançado) Escritório de Representação da PRF-3 em Caraguatatuba/SP

Escritório de Representação da PRF-3 em Franca/SP (transformado em Escritório Avançado) Escritório de Representação da PRF-3 emGuaratinguetá/SP

Escritório de Representação da PRF-3 em Jundiaí/SP (transformado em PSF em Estruturação) Escritório de Representação da PRF-3 em Marília/SP (transformado em PSF em Estruturação) Escritório de Representação da PRF-3 em Mogi das Cruzes/SP (transformado em Escritório Avançado) Escritório de Representação da PRF-3 em São Carlos/SP

Escritório de Representação da PRF-4 em Bagé/RS (transformado em Escritório Avançado) Escritório de Representação da PRF-4 em Bento Gonçalves/RS

Escritório de Representação da PRF-4 em Erechim/RS

Escritório de Representação da PRF-4 em Santo Ângelo/RS (transformado em PSF em Estruturação)

ANEXO IV

Escritório de Representação da PF/BA em Juazeiro/BA (até a fusão com a PSF em Petrolina/PE) Escritório de Representação da PF/GO em Anápolis/GO

Escritório de Representação da PF/MG em Barbacena/MG Escritório de Representação da PF/MG em Diamantina/MG Escritório de Representação da PF/PR em Paranavaí/PR Escritório de Representação da PF/PR em Toledo/PR Escritório de Representação da PF/SC em Jaraguá do Sul/SC Escritório de Representação da PRF-3 em Americana/SP Escritório de Representação da PRF-3 em Bebedouro/SP Escritório de Representação da PRF-3 em Mogi-Guaçu/SP Escritório de Representação da PRF-3 em Ourinhos/SP Escritório de Representação da PRF-3 em Pirassununga/SP

Escritório de Representação da PRF-3 em Santo André/SP (até a fusão com a PSF em São Bernardo do Campo/SP) Escritório de Representação da PRF-4 em Lajeado/RS

DOU de 4.11.2015.

**PORTARIA Nº 850, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.**

*Dispõe sobre a competência territorial das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais, e dá outras providências.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII,do§2ºdoart.11daLeinº10.480,de2dejulhode2002,resolve:

Art. 1° A competência territorial das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais é a definida no Anexo I,[[316]](#footnote-317)que será publicado exclusivamente em Boletim de Serviço da Advocacia­Geral da União ­AGU.

§ 1º Ato específico das unidades indicadas no **caput**, que deverá ser editado em até 90 (noventa) dias, definirá o âmbito de atuação e as atribuições dos Escritórios Avançados e dos Escritórios de Representação em regime de extinção que integrem a sua organizaçãoadministrativa.

§ 2º Em relação aos Escritórios Avançados e os Escritórios de Representação em regime de extinção, até que sejam editados os atos previstos no § 1º, ficam mantidas as competências previstas na Portaria PGFnº765,de14deagostode2008esuasalteraçõesposteriores.

Art. 2º As Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais deverão, ematé 120 (cento e vintedias), editar ato que discipline o âmbito territorial de atuação das suas unidades, relativamente às atribuições de consultoria e assessoramentojurídico.

§ 1º Os atos previstos no **caput**, após sua publicação, deverão ser encaminhados à Coordenação­ Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos da Procuradoria­Geral Federal para consolidação e divulgação.

§ 2º A determinação contida no **caput** não se aplica às Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais que não disponham de unidadesdescentralizadas.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando­se as disposições em contrário.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 4.11.2015.

**Anexo I**

**(Alterado pela Portaria nº 270, de 13 de abril de 2018)**

Competência Territorial dos Órgãos de Execução da PGF no Estado do Acre

| **Procuradoria** | **Relação de Municípios** | **Escritório Avançado** |
| --- | --- | --- |
| **PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO ACRE - AC** | Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia, Bujari, Capixaba, Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia, Feijó, Jordão, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Plácido de Castro, Porto Acre, Porto Walter, Rio Branco, Rodrigues Alves, Santa Rosa do Purus, Sena Madureira, Senador Guiomard, Tarauacá, Xapuri. |  |

**Competência Territorial dos Órgãos de Execução da PGF no Estado de Alagoas**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Procuradoria** | **Relação de Municípios** | **Escritório Avançado** |
| **PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DE ALAGOAS - AL** | Água Branca, Anadia, Arapiraca, Atalaia, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Batalha, Belém, Belo Monte, Boca da Mata, Branquinha, Cacimbinhas, Cajueiro, Campestre, Campo Alegre, Campo Grande, Canapi, Capela, Carneiros, Chã Preta, Coité do Nóia, Colônia Leopoldina, Coqueiro Seco, Coruripe, Craíbas, Delmiro Gouveia, Dois Riachos, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Feliz Deserto, Flexeiras, Girau do Ponciano, Ibateguara, Igaci, Igreja Nova, Inhapi, Jacaré dos Homens, Jacuípe, Japaratinga, Jaramataia, Jequiá da Praia, Joaquim Gomes, Jundiá, Junqueiro, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Maceió, Major Isidoro, Mar Vermelho, Maragogi, Maravilha, Marechal Deodoro, Maribondo, Mata Grande, Matriz de Camaragibe, Messias, Minador do Negrão, Monteirópolis, Murici, Novo Lino, Olho d'Água das Flores, Olho d'Água do Casado, Olho d'Água Grande, Olivença, Ouro Branco, Palestina, Palmeira dos Índios, Pão de Açúcar, Pariconha, Paripueira, Passo de Camaragibe, Paulo Jacinto, Penedo, Piaçabuçu, Pilar, Pindoba, Piranhas, Poço das Trincheiras, Porto Calvo, Porto de Pedras, Porto Real do Colégio, Quebrangulo, Rio Largo, Roteiro, Santa Luzia do Norte, Santana do Ipanema, Santana do Mundaú, São Brás, São José da Laje, São José da Tapera, São Luís do Quitunde, São Miguel dos Campos, São Miguel dos Milagres, São Sebastião, Satuba, Senador Rui Palmeira, Tanque d'Arca, Taquarana, Teotônio Vilela, Traipu, União dos Palmares, Viçosa. |  |

**Competência Territorial dos Órgãos de Execução da PGF no Estado do Amapá**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Procuradoria** | **Relação de Municípios** | **Escritório Avançado** |
| **PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO AMAPÁ - AP** | Amapá, Calçoene, Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Laranjal do Jari, Macapá, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Pracuúba, Santana, Serra do Navio, Tartarugalzinho, Vitória do Jari. |  |

**Competência Territorial dos Órgãos de Execução da PGF no Estado do Amazonas**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Procuradoria** | **Relação de Municípios** | **Escritório Avançado** |
| **PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO AMAZONAS - AM** | Alvarães, Amaturá, Anamã, Anori, Apuí, Atalaia do Norte, Autazes, Barcelos, Barreirinha, Benjamin Constant, Beruri, Boa Vista do Ramos, Boca do Acre, Borba, Caapiranga, Canutama, Carauari, Careiro, Careiro da Várzea, Coari, Codajás, Eirunepé, Envira, Fonte Boa, Guajará, Humaitá, Ipixuna, Iranduba, Itacoatiara, Itamarati, Itapiranga, Japurá, Juruá, Jutaí, Lábrea, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Manicoré, Maraã, Maués, Nhamundá, Nova Olinda do Norte, Novo Airão, Novo Aripuanã, Parintins, Pauini, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Santa Isabel do Rio Negro, Santo Antônio do Içá, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença, São Sebastião do Uatumã, Silves, Tabatinga, Tapauá, Tefé, Tonantins, Uarini, Urucará, Urucurituba. |  |

**Competência Territorial dos Órgãos de Execução da PGF no Estado da Bahia**

| **Procuradoria** | **Relação de Municípios** | **Escritório Avançado** |
| --- | --- | --- |
| **PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DA BAHIA - BA** | Abaré, Acajutiba, Adustina, Alagoinhas, Antas, Aporá, Araças, Aramari, Aratuípe, Banzaê, Cachoeira, Camaçari, Candeias, Canudos, Cardeal da Silva, Catu, Chorrochó, Cícero Dantas, Cipó, Conde, Coronel João Sá, Crisópolis, Dias d'Ávila, Dom Macedo Costa, Entre Rios, Esplanada, Euclides da Cunha, Fátima, Glória, Heliópolis, Itanagra, Itaparica, Itapicuru, Jaguaripe, Jandaíra, Jeremoabo, Lauro de Freitas, Macururé, Madre de Deus, Maragogipe, Mata de São João, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Nova Soure, Novo Triunfo, Olindina, Paripiranga, Paulo Afonso, Pedro Alexandre, Pojuca, Quijingue, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Rio Real, Rodelas, Salinas da Margarida, Salvador, Santa Brígida, Santo Amaro,SãoFélix,SãoFranciscodoConde,São Sebastião do Passé, Sátiro Dias, Saubara, Simões Filho, Sítio do Quinto, Tucano, Valença, VeraCruz. | Paulo Afonso/BA |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM BARREIRAS - BA** | Angical, Baianópolis, Barra, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Brejolândia, Buritirama, Canápolis, Catolândia, Cocos, Coribe, Correntina, Cotegipe, Cristópolis, Feira da Mata, Formosa do Rio Preto, Ibotirama, Jaborandi, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Muquém de São Francisco, Riachão das Neves, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia, São Desidério, Santana, São Félix do Coribe, Serra do Ramalho, Serra Dourada, Sítio do Mato, Tabocas do Brejo Velho,Wanderley. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM FEIRA DE SANTANA - BA** | Água Fria, Aiquara, Amargosa, Amélia Rodrigues, América Dourada, Andaraí, Anguera, Antônio Cardoso, Apuarema, Araci, Baixa Grande, Barra do Mendes, Barra do Rocha, Barro Alto, Barrocas, Biritinga, Boa Vista do Tupim, Bom Jesus da Serra, Boninal, Bonito, Brejões, Cabaceiras do Paraguaçu, Cafarnaum, Canarana, Candeal, Castro Alves, Central, Conceição da Feira, Conceição do Almeida, Conceição do Coité, Conceição do Jacuípe, Contendas do Sincorá, Coração de Maria, Cravolândia, Cruz das Almas, Dário Meira, Elísio Medrado, Feira de Santana, Gentio do Ouro, Gongogi, Governador Mangabeira, Iaçu, Ibicoara, Ibipeba, Ibiquera, Ibirataia, Ibititá, Ichu, Inhambupe, Ipecaetá, Ipiaú, Ipirá, Irajuba, Iramaia, Iraquara, Irará, Irecê, Itaberaba, Itaeté, Itagi, Itagibá, Itaguaçu da Bahia, Itamari, Itaquara, Itatim, Itiruçu, Jaguaquara, Jequié, Jiquiriçá, Jitaúna, João Dourado, Jussara, Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedinho, Lajedo do Tabocal, Lamarão, Lapão, Lençóis, Macajuba, Manoel Vitorino, Maracás, Marcionílio Souza, Milagres, Morro do Chapéu, Mucugê, Mulungu do Morro, Mundo Novo, Mutuípe, Nova Ibiá, Nova Itarana, Nova Redenção, Novo Horizonte, Ouriçangas, Palmeiras, Pé de Serra, Pedrão, Piatã, Pintadas, Piritiba, Planaltino, Presidente Dutra, Rafael Jambeiro, Riachão do Jacuípe, Ruy Barbosa, Santa Bárbara, Santa Inês, Santa Teresinha, Santanópolis, Santo Antônio de Jesus, Santo Estêvão, São Felipe, São Gabriel, São Gonçalo dos Campos, São Miguel das Matas, Sapeaçu, Seabra, Serra Preta, Serrinha, Souto Soares, Tanquinho, Tapiramutá, Teodoro Sampaio, Teofilândia, Terra Nova, Ubaíra, Ubatã, Uibaí, Utinga, Varzedo, Wagner , Xique-Xique. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM ILHÉUS - BA** | Alcobaça, Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Belmonte, Buerarema, Cairu, Camacan, Camamu, Canavieiras, Caravelas, Coaraci, Eunápolis, Firmino Alves, Floresta Azul, Gandu, Guaratinga, Ibicaraí, Ibicuí, Ibirapitanga, Ibirapuã, Igrapiúna, Iguaí, Ilhéus, Itabela, Itabuna, Itacaré, Itagimirim, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itamaraju, Itanhém, Itapé, Itapebi, Itapitanga, Itororó, Ituberá, Jucuruçu, Jussari, Lajedão, Maraú, Mascote, Medeiros Neto, Mucuri, Nilo Peçanha, Nova Canaã, Nova Viçosa, Pau Brasil, Piraí do Norte, Porto Seguro, Potiraguá, Prado, Presidente Tancredo Neves, Santa Cruz Cabrália, Santa Cruz da Vitória, Santa Luzia, São José da Vitória, Taperoá, Teixeira de Freitas, Teolândia, Ubaitaba, Una, Uruçuca, Vereda, Wenceslau Guimarães. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA - BA** | Abaíra,Anagé, Aracatu, Barra da Estiva, Barra do Choça, Belo Campo, Boa Nova, Boquira, Botuporã, Brotas de Macaúbas, Brumado, Caatiba, Caculé, Caetanos, Caetité, Candiba, Cândido Sales, Caraíbas, Carinhanha, Caturama, Condeúba, Cordeiros, Dom Basílio, Encruzilhada, Érico Cardoso, Guajeru, Guanambi, Ibiassucê, Ibipitanga, Ibitiara, Igaporã, Ipupiara, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Ituaçu, Iuiú, Jacaraci, Jussiape, Lagoa Real, Licínio de Almeida, Livramento de Nossa Senhora, Macarani, Macaúbas, Maetinga, Maiquinique, Malhada, Malhada de Pedras, Matina, Mirante, Morpará, Mortugaba, Oliveira dos Brejinhos, Palmas de Monte Alto, Paramirim, Paratinga, Pindaí, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Riacho de Santana, Ribeirão do Largo, Rio de Contas, Rio do Antônio, Rio do Pires, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Tanque Novo, Tremedal, Urandi, Vitória da Conquista |  |

**Competência Territorial dos Órgãos de Execução da PGF no Estado do Ceará**

| **Procuradoria** | **Relação de Municípios** | **Escritório Avançado** |
| --- | --- | --- |
| **PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO CEARÁ - CE** | Acarape, Alto Santo, Apuiarés, Aquiraz, Aracati, Aracoiaba, Aratuba, Banabuiú, Barreira, Baturité, Beberibe, Boa Viagem, Canindé, Capistrano, Caridade, Cascavel, Caucaia, Choró, Chorozinho, Deputado Irapuan Pinheiro, Ererê , Eusébio, Fortaleza, Fortim, General Sampaio, Guaiúba, Guaramiranga, Horizonte, Ibaretama, Ibicuitinga, Icapuí, Iracema, Itaiçaba, Itaitinga, Itapiúna, Itatira, Jaguaretama, Jaguaribara, Jaguaribe, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Madalena, Maracanaú, Maranguape, Milhã, Mulungu, Morada Nova, Ocara, Pacajus, Pacatuba, Pacoti, Palhano, Palmácia, Paracuru, Paraipaba, Paramoti, Pedra Branca, Pentecoste, Pereiro, Pindoretama, Piquet Carneiro, Potiretama, Quixadá, Quixeramobim, Quixeré, Redenção, Russas, São Gonçalo do Amarante, São João do Jaguaribe, São Luís do Curu, Senador Pompeu, Tururu, Solonópole, Tabuleiro do Norte, Umirim. |  |
| PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM JUAZEIRO DO NORTE - CE | Abaiara, Acopiara, Aiuaba, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Arneiroz, Assaré, Aurora, Baixio, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Cariús, Catarina, Cedro, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Jati, Juazeiro do Norte, Jucás, Lavras da Mangabeira, Jardim, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Mombaça, Nova Olinda, Orós, Parambu, Penaforte, Porteiras, Potengi, Quiterianópolis, Quixelô, Saboeiro, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas, Tauá, Umari, Várzea Alegre. |  |
| PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM SOBRAL - CE | Acaraú, Alcântaras, Amontada, Ararendá, Barroquinha, Bela Cruz, Camocim, Cariré, Carnaubal, Catunda, Chaval, Coreaú, Crateús, Croatá, Cruz, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Granja, Groaíras, Guaraciaba do Norte, Hidrolândia, Ibiapina, Independência, Ipaporanga, Ipu, Ipueiras, Irauçuba, Itapajé, Itapipoca, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Martinópole, Massapê, Meruoca, Miraíma, Monsenhor Tabosa, Moraújo, Morrinhos, Mucambo, Nova Russas, Novo Oriente, Pacujá, Pires Ferreira, Poranga, Reriutaba, Santa Quitéria, Santana do Acaraú, São Benedito, Senador Sá, Sobral, Tamboril, Tejuçuoca, Tianguá, Trairi, Ubajara, Uruburetama, Uruoca, Varjota, Viçosa do Ceará. |  |

Competência Territorial dos Órgãos de Execução da PGF no Distrito Federal

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Procuradoria** | **Relação de Municípios** | **Escritório Avançado** |
| **PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO** | Brasília, Unaí\*  \*Município do Estado de Minas Gerais |  |

**Competência Territorial dos Órgãos de Execução da PGF no Estado do Espírito Santo**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Procuradoria** | **Relação de Municípios** | **Escritório Avançado** |
| **PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - ES** | Afonso Cláudio, Água Doce do Norte, Águia Branca, Alegre, Alfredo Chaves, Alto Rio Novo, Anchieta, Apiacá, Aracruz, Atilio Vivacqua, Baixo Guandu, Barra de São Francisco, Boa Esperança, Bom Jesus do Norte, Brejetuba, Cachoeiro de Itapemirim,Cariacica, Castelo, Colatina, Conceição da Barra, Conceição do Castelo, Divino de São Lourenço, Domingos Martins, Dores do Rio Preto, Ecoporanga, Fundão, Governador Lindenberg, Guaçuí, Guari, Ibatiba, Ibiraçu, Ibitirama, Iconha, Irupi, Itaguaçu, Itapemirim, Itarana, Iúna, Jaguaré, Jerônimo Monteiro, João Neiva, Laranja da Terra, Linhares, Mantenópolis, Marataízes, Marechal Floriano, Marilândia, Mimoso do Sul, Montanha, Mucurici, Muniz Freire, Muqui, Nova Venécia, Pancas, Pedro Canário, Pinheiros, Piúma, Ponto Belo, Presidente Kennedy, Rio Bananal, Rio Novo do Sul, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, São José do Calçado, São Mateus, São Roque do Canaã, Serra, Sooretama, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante, Viana, Vila Pavão, Vila Valério, Vila Velha, Vitória. | Cachoeiro do Itapemirim/ES  São Mateus/ES |

**Competência Territorial dos Órgãos de Execução da PGF no Estado de Goiás**

| **Procuradoria** | **Relação de Municípios** | **Escritório Avançado** |
| --- | --- | --- |
| **PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DE GOIÁS - GO** | Abadia de Goiás, Abadiânia, Acreúna, Adelândia, Água Fria de Goiás, Água Limpa, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Aloândia, Alto Horizonte, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Amaralina, Americano do Brasil, Amorinópolis, Anápolis, Anhanguera, Anicuns, Aparecida de Goiânia, Aparecida do Rio Doce, Aporé, Araçu, Aragarças, Aragoiânia, Araguapaz, Arenópolis, Aruanã, Aurilândia, Avelinópolis, Baliza, Barro Alto, Bela Vista de Goiás, Bom Jardim de Goiás, Bom Jesus de Goiás, Bonfinópolis, Bonópolis, Brazabrantes, Britânia, Buriti Alegre, Buriti de Goiás, Buritinópolis, Cabeceiras, Cachoeira Alta, Cachoeira de Goiás, Cachoeira Dourada, Caçu, Caiapônia, Caldas Novas, Caldazinha, Campestre de Goiás, Campinaçu, Campinorte, Campo Alegre de Goiás, Campo Limpo de Goiás, Campos Belos, Campos Verdes, Carmo do Rio Verde, Castelândia, Catalão, Caturaí, Cavalcante, Ceres, Cezarina, Chapadão do Céu, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Colinas do Sul, Córrego do Ouro, Corumbá de Goiás, Corumbaíba, Cristalina, Cristianópolis, Crixás, Cromínia, Cumari, Damianópolis, Damolândia, Davinópolis, Diorama, Divinópolis de Goiás, Doverlândia, Edealina, Edéia, Estrela do Norte, Faina, Fazenda Nova, Firminópolis, Flores de Goiás, Formosa, Formoso, Gameleira de Goiás, Goianápolis, Goiandira, Goianésia, Goiânia, Goianira, Goiás, Goiatuba, Gouvelândia, Guapó, Guaraíta, Guarani de Goiás, Guarinos, Heitoraí, Hidrolândia, Hidrolina, Iaciara, Inaciolândia, Indiara, Inhumas, Ipameri, Ipiranga de Goiás, Iporá, Israelândia, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itajá, Itapaci, Itapirapuã, Itapuranga, Itarumã, Itauçu, Itumbiara, Ivolândia, Jandaia, Jaraguá, Jataí, Jaupaci, Jesúpolis, Joviânia, Jussara, Lagoa Santa, Leopoldo de Bulhões, Luziânia, Mairipotaba, Mambaí, Mara Rosa, Marzagão, Matrinchã, Maurilândia, Mimoso de Goiás, Minaçu, Mineiros, Moiporá, Monte Alegre de Goiás, Montes Claros de Goiás, Montividiu, Montividiu do Norte, Morrinhos, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes, Mozarlândia, Mundo Novo, Mutunópolis, Nazário, Nerópolis, Niquelândia, Nova América, Nova Aurora, Nova Crixás, Nova Glória, Nova Iguaçu de Goiás, Nova Roma, Nova Veneza, Novo Brasil, Novo Gama, Novo Planalto, Orizona, Ouro Verde de Goiás, Ouvidor, Padre Bernardo, Palestina de Goiás, Palmeiras de Goiás, Palmelo, Palminópolis, Panamá, Paranaiguara, Paraúna, Perolândia, Petrolina de Goiás, Pilar de Goiás, Piracanjuba, Piranhas, Pirenópolis, Pires do Rio, Planaltina, Pontalina, Porangatu, Porteirão, Portelândia, Posse, Professor Jamil, Quirinópolis, Rialma, Rianápolis, Rio Quente, Rio Verde, Rubiataba, Sanclerlândia, Santa Bárbara de Goiás, Santa Cruz de Goiás, Santa Fé de Goiás, Santa Helena de Goiás, Santa Isabel, Santa Rita do Araguaia, Santa Rita do Novo Destino, Santa Rosa de Goiás, Santa Tereza de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, Santo Antônio da Barra, Santo Antônio de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, São Domingos, São Francisco de Goiás, São João da Paraúna, São João d'Aliança, São Luís de Montes Belos, São Luiz do Norte, São Miguel do Araguaia, São Miguel do Passa Quatro, São Patrício, São Simão, Senador Canedo, Serranópolis, Silvânia, Simolândia, Sítio d'Abadia, Taquaral de Goiás, Teresina de Goiás, Terezópolis de Goiás, Três Ranchos, Trindade, Trombas, Turvânia, Turvelândia, Uirapuru, Uruaçu, Uruana, Urutaí, Valparaíso de Goiás, Varjão, Vianópolis, Vicentinópolis, Vila Boa, Vila Propício. | Rio Verde/GO |

**Competência Territorial dos Órgãos de Execução da PGF no Estado do Maranhão**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Procuradoria** | **Relação de Municípios** | **Escritório Avançado** |
| **PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO MARANHÃO - MA** | Açailândia, Afonso Cunha, Água Doce do Maranhão, Alcântara, Aldeias Altas, Altamira do Maranhão, Alto Alegre do Maranhão, Alto Alegre do Pindaré, Alto Parnaíba, Amapá do Maranhão, Amarante do Maranhão, Anajatuba, Anapurus, Apicum-Açu, Araguanã, Araioses, Arame, Arari, Axixá, Bacabal, Bacabeira, Bacuri, Bacurituba, Balsas, Barão de Grajaú, Barra do Corda, Barreirinhas, Bela Vista do Maranhão, Belágua, Benedito Leite, Bequimão, Bernardo do Mearim, Boa Vista do Gurupi, Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Bom Lugar, Brejo, Brejo de Areia, Buriti, Buriti Bravo, Buriticupu, Buritirana, Cachoeira Grande, Cajapió, Cajari, Campestre do Maranhão, Cândido Mendes, Cantanhede, Capinzal do Norte, Carolina, Carutapera, Cedral, Central do Maranhão, Centro do Guilherme, Centro Novo do Maranhão, Chapadinha, Cidelândia, Codó, Colinas, Conceição do Lago-Açu, Coroatá, Cururupu, Davinópolis, Dom Pedro, Duque Bacelar, Esperantinópolis, Estreito, Feira Nova do Maranhão, Fernando Falcão, Formosa da Serra Negra, Fortaleza dos Nogueiras, Fortuna, Godofredo Viana, Gonçalves Dias, Governador Archer, Governador Edison Lobão, Governador Eugênio Barros, Governador Luiz Rocha, Governador Newton Bello, Governador Nunes Freire, Graça Aranha, Grajaú, Guimarães, Humberto de Campos, Icatu, Igarapé do Meio, Igarapé Grande, Imperatriz, Itaipava do Grajaú, Itapecuru Mirim, Itinga do Maranhão, Jatobá, Jenipapo dos Vieiras, João Lisboa, Joselândia, Junco do Maranhão, Lago da Pedra, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Lago Verde, Lagoa do Mato, Lagoa Grande do Maranhão, Lajeado Novo, Lima Campos, Loreto, Luís Domingues, Magalhães de Almeida, Maracaçumé, Marajá do Sena, Maranhãozinho, Mata Roma, Matinha, Matões do Norte, Milagres do Maranhão, Mirador, Miranda do Norte, Mirinzal, Monção, Montes Altos, Morros, Nina Rodrigues, Nova Colinas, Nova Iorque, Nova Olinda do Maranhão, Olho d'Água das Cunhãs, Olinda Nova do Maranhão, Paço do Lumiar, Palmeirândia, Paraibano, Passagem Franca, Pastos Bons, Paulino Neves, Paulo Ramos, Pedreiras, Pedro do Rosário, Penalva, Peri Mirim, Peritoró, Pindaré-Mirim, Pinheiro, Pio XII, Pirapemas, Poção de Pedras, Porto Franco, Porto Rico do Maranhão, Presidente Dutra, Presidente Juscelino, Presidente Médici, Presidente Sarney, Presidente Vargas, Primeira Cruz, Raposa, Riachão, Ribamar Fiquene, Rosário, Sambaíba, Santa Filomena do Maranhão, Santa Helena, Santa Inês, Santa Luzia, Santa Luzia do Paruá, Santa Quitéria do Maranhão, Santa Rita, Santana do Maranhão, Santo Amaro do Maranhão, Santo Antônio dos Lopes, São Benedito do Rio Preto, São Bento, São Bernardo, São Domingos do Azeitão, São Domingos do Maranhão, São Félix de Balsas, São Francisco do Brejão, São João Batista, São João do Carú, São João do Paraíso, São João do Soter, São João dos Patos, São José de Ribamar, São José dos Basílios, São Luís, São Luís Gonzaga do Maranhão, São Mateus do Maranhão, São Pedro da Água Branca, São Pedro dos Crentes, São Raimundo das Mangabeiras, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto, São Vicente Ferrer, Satubinha, Senador Alexandre Costa, Senador La Rocque, Serrano do Maranhão, Sítio Novo, Sucupira do Norte, Sucupira do Riachão, Tasso Fragoso, Timbiras, Trizidela do Vale, Tufilândia, Tuntum, Turiaçu, Turilândia, Tutóia, Urbano Santos, Vargem Grande, Viana, Vila Nova dos Martírios, Vitória do Mearim, Vitorino Freire, Zé Doca. | Impetratriz/MA |

**Competência Territorial dos Órgãos de Execução da PGF no Estado do Mato Grosso**

| **Procuradoria** | **Relação de Municípios** | **Escritório Avançado** |
| --- | --- | --- |
| **PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO - MT** | Acorizal, Água Boa, Alta Floresta, Alto Araguaia, Alto Boa Vista, Alto Garças, Alto Paraguai, Alto Taquari, Apiacás, Araguaiana, Araguainha, Araputanga, Arenápolis, Aripuanã, Barão de Melgaço, Barra do Bugres, Barra do Garças, Bom Jesus do Araguaia, Brasnorte, Cáceres, Campinápolis, Campo Novo do Parecis, Campo Verde, Campos de Júlio, Canabrava do Norte, Canarana, Carlinda, Castanheira, Chapada dos Guimarães, Cláudia, Cocalinho, Colíder, Colniza, Comodoro,Confresa,Conquista D'Oeste,Cotriguaçu, Cuiabá, Curvelândia, Denise, Diamantino, Dom Aquino, Feliz Natal, Figueirópolis D'Oeste, Gaúcha do Norte, General Carneiro, Glória D'Oeste, Guarantã do Norte, Guiratinga, Indiavaí, Ipiranga do Norte, Itanhangá, Itaúba, Itiquira, Jaciara, Jangada, Jauru, Juara, Juína, Juruena, Juscimeira, Lambari D'Oeste, Lucas do Rio Verde, Luciara, Marcelândia, Matupá, Mirassol d'Oeste, Nobres, Nortelândia, Nossa Senhora do Livramento, Nova Bandeirantes, Nova Brasilândia, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Lacerda, Nova Marilândia, Nova Maringá, Nova Monte Verde, Nova Mutum, Nova Nazaré, Nova Olímpia, Nova Santa Helena, Nova Ubiratã, Nova Xavantina, Novo Horizonte do Norte, Novo Mundo, Novo Santo Antônio, Novo São Joaquim, Paranaíta, Paranatinga, Pedra Preta, Peixoto de Azevedo, Planalto da Serra, Poconé, Pontal do Araguaia, Ponte Branca, Pontes e Lacerda, Porto Alegre do Norte, Porto dos Gaúchos, Porto Esperidião, Porto Estrela, Poxoréu, Primavera do Leste, Querência, Reserva do Cabaçal, Ribeirão Cascalheira Rondolândia, Ribeirãozinho, Rio Branco, Rondonópolis, Rosário Oeste, Salto do Céu, Santa Carmem, Santa Cruz do Xingu, Santa Rita do Trivelato, Santa Terezinha, Santo Afonso, Santo Antônio do Leste, Santo Antônio do Leverger, São Félix do Araguaia, São José do Povo, São José do Rio Claro, São José do Xingu, São José dos Quatro Marcos, São Pedro da Cipa, Sapezal, Serra Nova Dourada, Sinop, Sorriso, Tabaporã, Tangará da Serra, Tapurah, Terra Nova do Norte, Tesouro, Torixoréu, União do Sul, Vale de São Domingos, Várzea Grande, Vera, Vila Bela da Santíssima Trindade, Vila Rica. | Rondonópolis/MT  Sinop/MT |

**Competência Territorial dos Órgãos de Execução da PGF no Estado do Mato Grosso do Sul**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Unidade/Procuradoria** | **Relação de Municípios** | **Escritório Avançado** |
| **PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - MS** | Água Clara, Alcinópolis, Amambai, Anastácio, Anaurilândia, Angélica, Antônio João, Aparecida do Taboado, Aquidauana, Aral Moreira, Bandeirantes, Bataguassu, Batayporã, Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Brasilândia, Caarapó, Camapuã, Campo Grande, Caracol, Cassilândia, Chapadão do Sul, Corguinho, Coronel Sapucaia, Corumbá, Costa Rica, Coxim, Deodápolis, Dois Irmãos do Buriti, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Figueirão, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Inocência, Itaporã, Itaquiraí, Ivinhema, Japorã, Jaraguari, Jardim, Jateí, Juti, Ladário, Laguna Carapã, Maracaju, Miranda, Mundo Novo, Naviraí, Nioaque, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Paraíso das Águas, Paranaíba, Paranhos, Pedro Gomes, Ponta Porã, Porto Murtinho, Ribas do Rio Pardo, Rio Brilhante, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso, Rochedo, Santa Rita do Pardo, São Gabriel do Oeste, Selvíria, Sete Quedas, Sidrolândia, Sonora, Tacuru, Taquarussu, Terenos, Três Lagoas, Vicentina. | Três Lagoas/MS |

**Competência Territorial dos Órgãos de Execução da PGF no Estado de Minas Gerais**

| **Procuradoria** | **Relação de Municípios** | **Escritório Avançado** |
| --- | --- | --- |
| **PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS - MG** | Acaiaca, Alfredo Vasconcelos, Alto Rio Doce, Alvinópolis, Alvorada de Minas, Amparo do Serra, Angelândia, Antônio Carlos, Araçaí, Aracitaba, Aricanduva, Augusto de Lima, Baldim, Barbacena, Barra Longa, Barroso, Belo Horizonte, Belo Vale, Berilo, Betim, Bias Fortes, Bonfim, Brumadinho, Cachoeira da Prata, Caetanópolis, Caeté, Capela Nova, Capelinha, Capim Branco, Caranaíba, Carandaí, Carbonita, Casa Grande, Catas Altas da Noruega, Chapada do Norte, Cipotânea, Conceição da Barra de Minas, Conceição do Mato Dentro, Confins, Congonhas, Congonhas do Norte, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Cordisburgo, Corinto, Coronel Xavier Chaves, Couto de Magalhães de Minas, Cristiano Otoni, Crucilândia, Curvelo, Datas, Desterro de Entre Rios, Desterro do Melo, Diamantina, Diogo de Vasconcelos, Divinésia, Divinolândia de Minas, Dom Joaquim, Dom Silvério, Dores de Campos, Dores de Guanhães, Entre Rios de Minas, Esmeraldas, Ewbank da Câmara, Felício dos Santos, Felixlândia, Fortuna de Minas, Funilândia, Gouveia, Guanhães, Guaraciaba, Ibertioga, Ibirité, Ibituruna, Igarapé, Inhaúma, Inimutaba, Itabirito, Itaverava, Jaboticatubas, Jeceaba, Jequeri, Jequitibá, Joaquim Felício, José Gonçalves de Minas, Lagoa Dourada, Lagoa Santa, Lamim, Leme do Prado, Madre de Deus de Minas, Mariana, Mário Campos, Materlândia, Matozinhos, Mercês, Moeda, Monjolos, Morada Nova de Minas, Morro da Garça, Morro do Pilar, Nazareno, Nova Lima, Nova União, Oliveira Fortes, Oratórios, Ouro Branco, Ouro Preto, Paiva, Papagaios, Paraopeba, Pedro Leopoldo, Piedade de Ponte Nova, Piedade do Rio Grande, Piedade dos Gerais, Pompéu, Prados, Presidente Juscelino, Presidente Kubitschek, Prudente de Morais, Queluzito, Raposos, Resende Costa, Ressaquinha, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Casca, Rio Doce, Rio Espera, Rio Manso, Rio Vermelho, Ritápolis, Sabará, Sabinópolis, Santa Bárbara do Tugúrio, Santa Cruz de Minas, Santa Cruz do Escalvado, Santa Luzia, Santa Rita de Ibitipoca, Santana de Pirapama, Santana do Garambéu, Santana do Riacho, Santana dos Montes, Santo Antônio do Grama, Santo Antônio do Itambé, Santo Antônio do Rio Abaixo, Santo Hipólito, Santos Dumont, São Brás do Suaçuí, São Gonçalo do Rio Preto, São João del Rei, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, São Pedro dos Ferros, Sarzedo, Sem-Peixe, Senador Modestino Gonçalves, Senhora do Porto, Senhora dos Remédios, Serra Azul de Minas, Serro, Sete Lagoas, Taquaraçu de Minas, Tiradentes, Tocantins, Três Marias,Urucânia, Veredinha, Vespasiano, Virginópolis. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM DIVINÓPOLIS - MG** | Abaeté, Alpinópolis, Araújos, Arcos, Bambuí, Biquinhas, Bom Despacho, Bom Jesus da Penha, Camacho, Candeias, Capetinga, Capitólio, Carmo da Mata, Carmo do Cajuru, Carmópolis de Minas, Cássia, Cedro do Abaeté, Claraval, Cláudio, Conceição do Pará, Córrego Danta, Córrego Fundo, Delfinópolis, Divinópolis, Dores do Indaiá, Doresópolis, Estrela do Indaiá, Florestal, Formiga, Fortaleza de Minas, Ibiraci, Igaratinga, Iguatama, Itaguara, Itamogi, Itapecerica, Itatiaiuçu, Itaú de Minas, Itaúna, Jacuí, Japaraíba, Juatuba, Lagoa da Prata, Leandro Ferreira, Luz, Maravilhas, Martinho Campos, Mateus Leme, Medeiros, Moema, Monte Santo de Minas, Nova Serrana, Oliveira, Onça de Pitangui, Paineiras, Pains, Pará de Minas, Passa Tempo, Passos, Pedra do Indaiá, Pequi, Perdigão, Pimenta, Piracema, Pitangui, Piumhi, Pratápolis, Quartel Geral, Santo Antônio do Monte, São Francisco de Paula, São Gonçalo do Pará, São João Batista do Glória, São José da Barra, São José da Varginha, São Roque de Minas, São Sebastião do Oeste, São Sebastião do Paraíso, São Tiago, São Tomás de Aquino, Serra da Saudade, Tapiraí, Vargem Bonita. | Passos/MG |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM GOVERNADOR VALADARES - MG** | Abre Campo, Açucena, Água Boa, Águas Formosas, Águas Vermelhas, Aimorés, Almenara, Alpercata, Alto Jequitibá, Alvarenga, Antônio Dias, Araçuaí, Ataléia, Bandeira, Barão de Cocais, Bela Vista de Minas, Belo Oriente, Bertópolis, Bom Jesus do Amparo, Bom Jesus do Galho, Braúnas, Bugre, Cachoeira de Pajeú, Campanário, Cantagalo, Capitão Andrade, Caputira, Caraí, Caratinga, Carlos Chagas, Carmésia, Catas Altas, Catuji, Central de Minas, Chalé, Coluna, Comercinho, Conceição de Ipanema, Conselheiro Pena, Coroaci, Coronel Fabriciano, Coronel Murta, Córrego Novo, Crisólita, Cuparaque, Curral de Dentro, Dionísio, Divino das Laranjeiras, Divisa Alegre, Divisópolis, Dom Cavati, Durandé, Engenheiro Caldas, Entre Folhas, Felisburgo, Fernandes Tourinho, Ferros, Franciscópolis, Frei Gaspar, Frei Inocêncio, Frei Lagonegro, Fronteira dos Vales, Galiléia, Goiabeira, Gonzaga, Governador Valadares, Iapu, Imbé de Minas, Inhapim, Ipaba, Ipanema, Ipatinga, Itabira, Itabirinha, Itaipé, Itambacuri, Itambé do Mato Dentro, Itanhomi, Itaobim, Itinga, Itueta, Jacinto, Jaguaraçu, Jampruca, Jequitinhonha, Joaíma, Joanésia, João Monlevade, Jordânia, José Raydan, Ladainha, Lajinha, Luisburgo, Machacalis, Malacacheta, Manhuaçu, Manhumirim, Mantena, Marilac, Marliéria, Martins Soares, Mata Verde, Mathias Lobato, Matipó, Medina, Mendes Pimentel, Mesquita, Monte Formoso, Mutum, Nacip Raydan, Nanuque, Naque, Nova Belém, Nova Era, Nova Módica, Novo Cruzeiro, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Padre Paraíso, Palmópolis, Passabém, Paulistas, Pavão, Peçanha, Pedra Azul, Pedra Bonita, Periquito, Pescador, Piedade de Caratinga, Pingo-d'Água, Pocrane, Ponto dos Volantes, Poté, Raul Soares, Reduto, Resplendor, Rio do Prado, Rio Piracicaba, Rubim, Salto da Divisa, Santa Bárbara, Santa Bárbara do Leste, Santa Efigênia de Minas, Santa Helena de Minas, Santa Margarida, Santa Maria de Itabira, Santa Maria do Salto, Santa Maria do Suaçuí, Santa Rita de Minas, Santa Rita do Itueto, Santana do Manhuaçu, Santana do Paraíso, Santo Antônio do Jacinto, São Domingos das Dores, São Domingos do Prata, São Félix de Minas, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, São Gonçalo do Rio Abaixo, São João do Manhuaçu, São João do Manteninha, São João do Oriente, São João Evangelista, São José da Safira, São José do Divino, São José do Goiabal, São José do Jacuri, São José do Mantimento, São Pedro do Suaçuí, São Sebastião do Anta, São Sebastião do Maranhão, São Sebastião do Rio Preto, Sardoá, Sericita, Serra dos Aimorés, Setubinha, Simonésia, Sobrália, Taparuba, Tarumirim, Teófilo Otoni, Timóteo, Tumiritinga, Ubaporanga, Umburatiba, Vargem Alegre, Vermelho Novo, Virgem da Lapa, Virgolândia. | Ipatinga/MG Teófilo Otoni/MG |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM JUIZ DE FORA - MG** | Além Paraíba, Alto Caparaó, Andrelândia, Antônio Prado de Minas, Arantina, Araponga, Argirita, Astolfo Dutra, Barão de Monte Alto, Belmiro Braga, Bicas, Bom Jardim de Minas, Brás Pires, Caiana, CAjuri, Canaã, Caparaó, Carangola, Cataguases, Chácara, Chiador, Coimbra, Coronel Pacheco, Descoberto, Divinésia, Divino, Dona Eusébia, Dores do Turvo, Ervália, Espera Feliz, Estrela Dalva, Eugenópolis, Faria Lemos, Fervedouro, Goianá, Guarani, Guarará, Guidoval, Guiricema, Itamarati de Minas, Juiz de Fora, Laranjal, Leopoldina, Lima Duarte, Mar de Espanha, Maripá de Minas, Matias Barbosa, Miradouro, Miraí, Muriaé, Olaria, Orizânia, Palma, Patrocínio do Muriaé, Paula Cândido, Pedra do Anta, Pedra Dourada, Pedro Teixeira, Pequeri, Piau, Piranga, Pirapetinga, Piraúba, Ponte Nova, Porto Firme, Presidente Bernardes, Recreio, Rio Novo, Rio Pomba, Rio Preto, Rochedo de Minas, Rodeiro, Rosário da Limeira, Santa Bárbara do Monte Verde, Santa Rita de Jacutinga, Santana de Cataguases, Santana do Deserto, Santo Antônio do Aventureiro, São Francisco do Glória, São Geraldo, São João Nepomuceno, São Miguel do Anta, São Sebastião da Vargem Alegre, São Vicente de Minas, Senador Cortes, Senador Firmino, Senhora de Oliveira, Silveirânia, Simão Pereira, Tabuleiro, Teixeiras, Tombos, Ubá, Viçosa, Vieiras, Visconde do Rio Branco, Volta Grande. | Viçosa/MG |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM MONTES CLAROS - MG** | Berizal, Bocaiúva, Bonito de Minas,Botumirim, Brasília de Minas, Buenópolis, Buritizeiro, Campo Azul, Capitão Enéas, Catuti, Chapada Gaúcha, Claro dos Poções, Cônego Marinho, Coração de Jesus, Cristália, Engenheiro Navarro, Espinosa, Francisco Badaró, Francisco Dumont, Francisco Sá, Fruta de Leite, Gameleiras, Glaucilândia, Grão Mogol, Guaraciama, Ibiaí, Ibiracatu, Icaraí de Minas, Indaiabira, Itacambira, Itacarambi, Itamarandiba, Jaíba, Janaúba, Januária, Japonvar, Jequitaí, Jenipapo de Minas, Josenópolis, Juramento, Juvenília, Lagoa dos Patos, Lassance, Lontra, Luislândia, Mamonas, Manga, Matias Cardoso, Mato Verde, Minas Novas, Mirabela, Miravânia, Montalvânia, Monte Azul, Montes Claros, Montezuma, Ninheira, Nova Porteirinha, Novorizonte, Olhos-d'Água, Padre Carvalho, Pai Pedro, Patis, Pedras de Maria da Cruz, Pintópolis, Pirapora, Ponto Chique, Porteirinha, Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Salinas, Santa Cruz de Salinas, Santa Fé de Minas, Santo Antônio do Retiro, São Francisco, São João da Lagoa, São João da Ponte, São João das Missões, São João do Pacuí, São João do Paraíso, São Romão, Serranópolis de Minas, Taiobeiras, Turmalina, Ubaí, Vargem Grande do Rio Pardo, Várzea da Palma, Varzelândia,Verdelândia. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM POÇOS DE CALDAS - MG** | Albertina, Andradas, Arceburgo, Bandeira do Sul, Bom Repouso, Borda da Mata, Botelhos, Brazópolis, Bueno Brandão, Cabo Verde, Cachoeira de Minas, Caldas, Camanducaia, Cambuí, Campestre, Carvalhópolis, Conceição das Pedras, Conceição dos Ouros, Congonhal, Consolação, Córrego do Bom Jesus, Delfim Moreira, Divisa Nova, Espírito Santo do Dourado, Estiva, Extrema, Gonçalves, Guaranésia, Guaxupé, Ibitiúra de Minas,Inconfidentes, Ipuiúna, Itajubá, Itapeva, Jacutinga, Juruaia, Machado, Marmelópolis, Monte Sião, Munhoz, Muzambinho, Natércia, Nova Resende, Ouro Fino, Paraisópolis, Pedralva, Piranguçu, Piranguinho, Poço Fundo, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Santa Rita de Caldas, Santa Rita do Sapucaí, São João da Mata, São José do Alegre, São Pedro da União, São Sebastião da Bela Vista, Sapucaí-Mirim, Senador Amaral, Senador José Bento, Silvianópolis, Tocos do Moji, Toledo, Turvolândia, Wenceslau Braz. | Pouso Alegre/MG |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL**  **EM UBERABA - MG** | Água Comprida, Araxá, Campina Verde, Campo Florido, Campos Altos, Carneirinho, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Conquista, Delta, Fronteira, Frutal, Ibiá, Itapagipe, Iturama, Limeira do Oeste, Pedrinópolis, Perdizes, Pirajuba, Planura, Pratinha, Sacramento, Santa Rosa da Serra, São Francisco de Sales, Tapira, Uberaba, União de Minas, Veríssimo. |  |
|  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM UBERLÂNDIA - MG** | Abadia dos Dourados, Araguari, Araporã, Arapuá, Arinos, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Cachoeira Dourada, Canápolis, Capinópolis, Carmo do Paranaíba, Cascalho Rico, Centralina, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Dom Bosco, Douradoquara, Estrela do Sul, Formoso, Grupiara, Guarda-Mor, Guimarânia, Gurinhatã, Indianópolis, Ipiaçu, Iraí de Minas, Ituiutaba, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Natalândia, Nova Ponte, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Prata, Presidente Olegário, Riachinho, Rio Paranaíba, Romaria, Santa Juliana, Santa Vitória, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Serra do Salitre, Tiros, Tupaciguara, Uberlândia, Uruana de Minas, Urucuia, Varjão de Minas,Vazante. | Patos de  Minas/MG |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM VARGINHA - MG** | Aguanil,Aiuruoca, Alagoa, Alfenas, Alterosa, Areado, Baependi, Boa Esperança, Bocaina de Minas, Bom Sucesso, Cambuquira, Campanha, Campo Belo, Campo do Meio, Campos Gerais, Cana Verde, Careaçu, Carmo da Cachoeira, Carmo de Minas, Carmo do Rio Claro, Carrancas, Carvalhos, Caxambu, Conceição da Aparecida, Conceição do Rio Verde, Coqueiral, Cordislândia, Cristais, Cristina, Cruzília, Dom Viçoso, Elói Mendes, Fama, Guapé, Heliodora, Ijaci, Ilicínea, Ingaí, Itamonte, Itanhandu, Itumirim, Itutinga, Jesuânia, Lambari, Lavras, Liberdade, Luminárias, Maria da Fé, Minduri, Monsenhor Paulo, Monte Belo, Nepomuceno, Olímpio Noronha, Paraguaçu, Passa Quatro, Passa-Vinte, Perdões, Pouso Alto, Ribeirão Vermelho, Santana da Vargem, Santana do Jacaré, Santo Antônio do Amparo, São Bento Abade, São Gonçalo do Sapucaí, São Lourenço, São Sebastião do Rio Verde, São Thomé das Letras, Seritinga, Serrania, Serranos, Soledade de Minas, Três Corações, Três Pontas, Varginha, Virgínia. | Lavras/MG |

**Competência Territorial dos Órgãos de Execução da PGF no Estado do Pará**

| **Procuradoria** | **Relação de Municípios** | **Escritório Avançado** |
| --- | --- | --- |
| **PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PARÁ - PA** | Abaetetuba, Acará, Afuá, Anajás, Ananindeua, Augusto Corrêa, Aurora do Pará, Bagre, Baião, Barcarena, Belém, Benevides, Bonito, Bragança, Breves, Bujaru, Cachoeira do Arari, Cachoeira do Piriá, Cametá, Capanema, Capitão Poço, Castanhal, Chaves, Colares, Concórdia do Pará, Curralinho, Curuçá, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Igarapé-Açu, Igarapé-Miri, Inhangapi, Ipixuna do Pará, Irituia, Limoeiro do Ajuru, Mãe do Rio, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Marituba, Melgaço, Mocajuba, Moju, Muaná, Nova Esperança do Piriá, Nova Timboteua, Oeiras do Pará, Ourém, Paragominas, Peixe-Boi, Ponta de Pedras, Portel, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Salvaterra, Santa Bárbara do Pará, Santa Cruz do Arari, Santa Izabel do Pará, Santa Luzia do Pará, Santa Maria do Pará, Santarém Novo, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São João de Pirabas, São Miguel do Guamá, São Sebastião da Boa Vista, Soure, Terra Alta, Tomé- Açu, Tracuateua, Ulianópolis, Vigia, Viseu. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM MARABÁ - PA** | Abel Figueiredo, Água Azul do Norte, Bannach, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Breu Branco, Canaã dos Carajás, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Curionópolis, Eldorado do Carajás, Floresta do Araguaia, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Ourilândia do Norte, Pacajá, Palestina do Pará, Parauapebas, Pau D'Arco, Piçarra, Redenção, Rio Maria, Rondon do Pará, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Domingos do Araguaia, São Félix do Xingu, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Sapucaia, Tailândia, Tucumã, Tucuruí, Xinguara. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM SANTARÉM - PA** | Alenquer, Almeirim, Altamira, Anapu, Aveiro, Belterra, Brasil Novo, Curuá, Faro, Gurupá, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Medicilândia, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná, Placas, Porto de Moz, Prainha, Rurópolis, Santarém, Senador José Porfírio, Terra Santa, Trairão, Uruará, Vitória do Xingu. |  |

**Competência Territorial dos Órgãos de Execução da PGF no Estado da Paraíba**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Procuradoria** | **Relação de Municípios** | **Escritório Avançado** |
| **PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DA PARAÍBA - PB** | Alagoinha, Alhandra, Araçagi, Araruna, Baía da Traição, Bayeux, Belém, Caaporã, Cabedelo, Caiçara, Caldas Brandão, Campo de Santana, Capim, Conde, Cruz do Espírito Santo, Cuité de Mamanguape, Cuitegi, Curral de Cima, Dona Inês, Duas Estradas, Guarabira, Gurinhém, Itabaiana, Itapororoca, Jacaraú, João Pessoa, Juripiranga, Lagoa de Dentro, Logradouro, Lucena, Mamanguape, Marcação, Mari, Mataraca, Mogeiro, Mulungu, Natuba, Pedras de Fogo, Pedro Régis, Pilar, Pilões, Pilõezinhos, Pirpirituba, Pitimbu, Riachão, Riachão do Bacamarte, Riachão do Poço, Rio Tinto, Salgado de São Félix, Santa Rita, São José dos Ramos, São Miguel de Taipu, Sapé, Serra da Raiz, Sertãozinho, Sobrado. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM CAMPINA GRANDE - PB** | Água Branca, Aguiar, Alagoa Grande, Alagoa Nova, Alcantil, Algodão de Jandaíra, Amparo, Aparecida, Arara, Areia, Areia de Baraúnas, Areial, Aroeiras, Assunção, Bananeiras, Baraúna, Barra de Santa Rosa, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Belém do Brejo do Cruz, Bernardino Batista, Boa Ventura, Boa  Vista, Bom Jesus, Bom Sucesso, Bonito de Santa Fé, Boqueirão, Borborema, Brejo do Cruz, Brejo dos Santos, Cabaceiras, Cachoeira dos Índios, Cacimba de Areia, Cacimba de Dentro, Cacimbas, Cajazeiras, Cajazeirinhas, Camalaú, Campina Grande, Caraúbas, Carrapateira, Casserengue, Catingueira, Catolé do Rocha, Caturité, Conceição, Condado, Congo, Coremas, Coxixola, Cubati, Cuité, Curral Velho, Damião, Desterro, Diamante, Emas, Esperança, Fagundes, Frei Martinho, Gado Bravo, Gurjão, Ibiara, Igaracy, Imaculada, Ingá, Itaporanga, Itatuba, Jericó, Joca Claudino, Juarez Távora, Juazeirinho, Junco do Seridó, Juru, Lagoa, Lagoa Seca, Lastro, Livramento, Mãe d'Água, Malta, Manaíra, Marizópolis, Massaranduba, Matinhas, Mato Grosso, Maturéia, Montadas, Monte Horebe, Monteiro, Nazarezinho, Nova Floresta, Nova Olinda, Nova Palmeira, Olho d'Água, Olivedos, Ouro Velho, Parari, Passagem, Patos, Paulista, Pedra Branca, Pedra Lavrada, Piancó, Picuí, Pocinhos, Poço Dantas, Poço de José de Moura, Pombal, Pompeu, Prata, Princesa Isabel, Puxinanã, Queimadas, Quixaba, Remígio, Riacho de Santo Antônio, Riacho dos Cavalos, Salgadinho, Santa Cecília, Santa Cruz, Santa Helena, Santa Inês, Santa Luzia, Santa Teresinha, Santana de Mangueira, Santana dos Garrotes, Santo André, São Bentinho, São Bento, São Domingos, São Domingos do Cariri, São Francisco, São João do Cariri, São João do Rio do Peixe, São João do Tigre, São José da Lagoa Tapada, São José de Caiana, São José de Espinharas, São José de Piranhas, São José de Princesa, São José do Bonfim, São José do Brejo do Cruz, São José do Sabugi, São José dos Cordeiros, São Mamede, São Sebastião de Lagoa de Roça, São Sebastião do Umbuzeiro, São Vicente do Seridó, Serra Branca, Serra Grande, Serra Redonda, Serraria, Solânea, Soledade, Sossêgo, Sousa, Sumé, Taperoá, Tavares, Teixeira, Tenório, Triunfo, Uiraúna, Umbuzeiro, Várzea, Vieirópolis, Vista Serrana, Zabelê. |  |

**Competência Territorial dos Órgãos de Execução da PGF no Estado do Paraná**

| **Procuradoria** | **Relação de Municípios** | **Escritório Avançado** |
| --- | --- | --- |
| **PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ - PR** | Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Antonina, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Guaraqueçaba, Guaratuba, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Piên, Pinhais, Piraquara, Pontal do Paraná, Porto Amazonas, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Tunas do Paraná. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM CASCAVEL - PR** | Ampére,Anahy, Assis Chateaubriand, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Boa Vista da Aparecida, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Chopinzinho, Clevelândia, Corbélia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Diamante D'Oeste, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Entre Rios do Oeste, Espigão Alto do Iguaçu, Flor da Serra do Sul, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guaraniaçu, Honório Serpa, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Itapejara d'Oeste, Jesuítas, Lindoeste, Manfrinópolis, Mangueirinha, Marechal Cândido Rondon, Mariópolis, Maripá, Marmeleiro, Matelândia, Medianeira, Missal, Nova Aurora, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palmas, Palotina, Pato Bragado, Pato Branco, Pérola d'Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Quatro Pontes, Quedas do Iguaçu, Ramilândia, Realeza, Renascença, Rio Bonito do Iguaçu, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Helena, Santa Izabel do Oeste, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge d'Oeste, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Saudade do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Sulina, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssi, Vera Cruz do Oeste, Verê, Vitorino. | Foz do  Iguaçu/PR  Francisco Beltrão/PR  Pato Branco/PR |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM LONDRINA - PR** | Abatiá,Alvorada do Sul, Andirá, Apucarana, Arapongas, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Assaí, Bandeirantes, Barra do Jacaré, Bela Vista do Paraíso, Bom Sucesso, Borrazópolis, Califórnia, Cambará, Cambé, Cambira, Carlópolis, Centenário do Sul, Congonhinhas, Conselheiro Mairinck, Cornélio Procópio, Cruzmaltina, Faxinal, Figueira, Florestópolis, Godoy Moreira, Grandes Rios, Guapirama, Guaraci, Ibaiti, Ibiporã, Itambaracá, Ivaiporã, Jaboti, Jacarezinho, Jaguapitã, Japira, Jardim Alegre, Jataizinho, Joaquim Távora, Jundiaí do Sul, Kaloré, Leópolis, Lidianópolis, Londrina, Lunardelli, Marilândia do Sul, Marumbi, Mauá da Serra, Miraselva, Nova América da Colina, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Novo Itacolomi, Ortigueira, Pinhalão, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Quatiguá, Rancho Alegre, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rolândia, Rosário do Ivaí, Sabáudia, Salto do Itararé, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, Santana do Itararé, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São João do Ivaí, São José da Boa Vista, São Pedro do Ivaí, São Sebastião da Amoreira, Sapopema, Sertaneja, Sertanópolis, Siqueira Campos, Tamarana, Tomazina, Uraí, Wenceslau Braz. | Umuarama/PR |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM MARINGÁ - PR** | Alto Paraíso, Alto Paraná, Alto Piquiri, Altônia, Amaporã,Ângulo, Araruna, Astorga, Atalaia, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Brasilândia do Sul, Cafeara, Cafezal do Sul, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Cianorte, Cidade Gaúcha, Colorado, Corumbataí do Sul, Cruzeiro do Oeste, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Douradina, Doutor Camargo, Engenheiro Beltrão, Esperança Nova, Farol, Fênix, Floraí, Floresta, Flórida, Francisco Alves, Goioerê, Guaíra, Guairaçá, Guaporema, Icaraíma, Iguaraçu, Inajá, Indianópolis, Iporã, Iretama, Itaguajé, Itambé, Itaúna do Sul, Ivaté, Ivatuba, Jandaia do Sul, Janiópolis, Japurá, Jardim Olinda, Juranda, Jussara, Loanda, Lobato, Luiziana, Lupionópolis, Mamborê, Mandaguaçu, Mandaguari, Maria Helena, Marialva, Marilena, Mariluz, Maringá, Mercedes, Mirador, Moreira Sales, Munhoz de Melo, Nossa Senhora das Graças, Nova Aliança do Ivaí, Nova Cantu, Nova Esperança, Nova Londrina, Nova Olímpia, Nova Tebas, Ourizona, Paiçandu, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranapoema, Paranavaí, Peabiru, Perobal, Pérola, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Presidente Castelo Branco, Quarto Centenário, Querência do Norte, Quinta do Sol, Rancho Alegre D'Oeste, Roncador, Rondon, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Fé, Santa Inês, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antônio do Caiuá, Santo Inácio, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Jorge do Ivaí, São Jorge do Patrocínio, São Manoel do Paraná, São Pedro do Paraná, São Tomé, Sarandi, Tamboara, Tapejara, Tapira, Terra Boa, Terra Rica, Terra Roxa, Tuneiras do Oeste, Ubiratã, Umuarama, Uniflor, Xambrê. |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM PONTA GROSSA - PR** | Altamira do Paraná, Antônio Olinto,Arapoti, Bituruna, Boa Ventura de São Roque, Campinado Simão, Cândido de Abreu, Candói, Cantagalo, Carambeí, Castro, Cruz Machado, Curiúva, Diamante do Sul, Fernandes Pinheiro, Foz do Jordão, General Carneiro, Goioxim, Guamiranga, Guarapuava, Imbaú, Imbituva, Inácio Martins, Ipiranga, Irati, Ivaí, Jaguariaíva, Laranjal, Laranjeiras do Sul, Mallet, Manoel Ribas, Marquinho, Mato Rico, Nova Laranjeiras, Palmeira, Palmital, Paula Freitas, Paulo Frontin, Pinhão, Piraí do Sul, Pitanga, Ponta Grossa, Porto Barreiro, Porto Vitória, Prudentópolis, Rebouças, Reserva, Reserva do Iguaçu, Rio Azul, Santa Maria do Oeste, São João do Triunfo, São Mateus do Sul, Sengés, Teixeira Soares, Telêmaco Borba, Tibagi, Turvo, União da Vitória , Ventania, Virmond. | Guarapuava/PR |

**Competência Territorial dos Órgãos de Execução da PGF no Estado do Pernambuco**

| **Procuradoria** | **Relação de Municípios** | **Escritório Avançado** |
| --- | --- | --- |
| **PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO** | Abreu e Lima, Água Preta, Aliança, Amaraji, Araçoiaba, Barreiros, Belém de Maria, Bom Jardim, Buenos Aires, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Camutanga, Carpina, Catende, Chã de Alegria, Condado, Cortês, Escada, Feira Nova, Fernando de Noronha, Ferreiros, Gameleira, Glória do Goitá, Goiana, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itambé, Itapissuma, Itaquitinga, Jaboatão dos Guararapes, João Alfredo, Joaquim Nabuco, Lagoa do Carro, Lagoa de Itaenga, Limoeiro, Macaparana, Machados, Moreno, Nazaré da Mata, Olinda, Orobó, Palmares, Paudalho, Paulista, Pombos, Primavera, Recife, Ribeirão, Rio Formoso, Salgadinho, São José da Coroa Grande, São Lourenço da Mata, São Vicente Ferrer, Sirinhaém, Tamandaré, Timbaúba, Tracunhaém, Vicência, Vitória de Santo Antão, Xexéu. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM CARUARU - PE** | Agrestina, Águas Belas, Alagoinha, Altinho, Angelim, Arcoverde, Barra de Guabiraba, Belo Jardim, Bezerros, Bom Conselho, Bonito, Brejão, Brejo da Madre de Deus, Buíque, Cachoeirinha, Caetés, Calçado, Camocim de São Félix, Canhotinho, Capoeiras, Caruaru, Casinhas, Chã Grande, Correntes, Cumaru, Cupira, Frei Miguelinho, Garanhuns, Gravatá, Iati, Ibirajuba, Inajá, Itaíba, Jaqueira, Jataúba, Jucati, Jupi, Jurema, Lagoa do Ouro, Lagoa dos Gatos, Lajedo, Manari, Maraial, Palmeirina, Panelas, Paranatama, Passira, Pedra, Pesqueira, Poção, Quipapá, Riacho das Almas, Sairé, Saloá, Sanharó, Santa Cruz do Capibaribe, Santa Maria do Cambucá, São Benedito do Sul, São Bento do Una, São Caitano, São João, São Joaquim do Monte, Surubim, Tacaimbó, Taquaritinga do Norte, Terezinha, Toritama, Tupanatinga, Venturosa , Vertente do Lério, Vertentes. | Garanhuns/PE |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – PE** | Afrânio, Andorinha\*, Antônio Gonçalves\*, Araripina, Bodocó, Caém\*, Caldeirão Grande\*, Campo Alegre de Lourdes\*, Campo Formoso\*, Cansanção\*, Capela do Alto Alegre\*, Capim Grosso\*, Casa Nova\*, Curaçá\*, Dormentes, Filadélfia\*, Gavião\*, Ipubi, Itiúba\*, Jacobina\*, Jaguarari\*, Juazeiro, Lagoa Grande, Mairi\*, Miguel Calmon\*, Mirangaba\*, Monte Santo\*, Nordestina\*, Nova Fátima\*, Ouricuri, Ourolândia\*, Petrolina, Pilão Arcado\*, Pindobaçu\*, Ponto Novo\*, Queimadas\*, Quixabeira\*, Remanso\*, Retirolândia\*, Santa Cruz, Santa Filomena, Santa Maria da Boa Vista, Santaluz\*, São Domingos\*, São José do Jacuípe\*, Saúde\*, Senhor do Bonfim\*, Sento Sé\*, Serrolândia\*, Sobradinho\*, Trindade, Uauá\*, Umburanas\*, Valente\*, Várzea da Roça\*, Várzea do Poço\*, Várzea Nova\*.  \*Municípios do Estado da Bahia. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM SERRA TALHADA - PE** | Afogados da Ingazeira, Belém do São Francisco, Betânia, Brejinho, Cabrobó, Calumbi, Carnaíba, Carnaubeira da Penha, Cedro, Custódia, Exu, Flores, Floresta, Granito, Ibimirim, Iguaracy, Ingazeira, Itacuruba, Itapetim, Jatobá, Mirandiba, Moreilândia, Orocó, Parnamirim, Petrolândia, Quixaba, Salgueiro, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Terezinha, São José do Belmonte, São José do Egito, Serra Talhada, Serrita, Sertânia, Solidão, Tabira, Tacaratu, Terra Nova, Triunfo, Tuparetama, Verdejante. |  |

**Competência Territorial dos Órgãos de Execução da PGF no Estado do Piauí**

| **Procuradoria** | **Relação de Municípios** | **Escritório Avançado** |
| --- | --- | --- |
| **PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO**  **DO PIAUÍ – PI** | Acauã, Agricolândia, Água Branca, Alagoinha do Piauí, Alegrete do Piauí, Alto Longá, Altos, Alvorada do Gurguéia, Amarante, Angical do Piauí, Anísio de Abreu, Antônio Almeida, Aroazes, Aroeiras do Itaim, Arraial, Assunção do Piauí, Avelino Lopes, Baixa Grande do Ribeiro, Barra D'Alcântara, Barras, Barreiras do Piauí, Barro Duro, Batalha, Bela Vista do Piauí, Belém do Piauí, Beneditinos, Bertolínia, Betânia do Piauí, Boa Hora, Bocaina, Bom Jesus, Bom Princípio do Piauí, Bonfim do Piauí, Boqueirão do Piauí, Brasileira, Brejo do Piauí, Buriti dos Lopes, Buriti dos Montes, Cabeceiras do Piauí, Cajazeiras do Piauí, Cajueiro da Praia, Caldeirão Grande do Piauí, Campinas do Piauí, Campo Alegre do Fidalgo, Campo Grande do Piauí, Campo Largo do Piauí, Campo Maior, Canavieira, Canto do Buriti, Capitão de Campos, Capitão Gervásio Oliveira, Caracol, Caraúbas do Piauí, Caridade do Piauí, Castelo do Piauí, Caxias\*, Caxingó, Cocal, Cocal de Telha, Cocal dos Alves, Coelho Neto\*, Coivaras, Colônia do Gurguéia, Colônia do Piauí, Conceição do Canindé, Coronel José Dias, Corrente, Cristalândia do Piauí, Cristino Castro, Curimatá, Currais, Curral Novo do Piauí, Curralinhos, Demerval Lobão, Dirceu Arcoverde, Dom Expedito Lopes, Dom Inocêncio, Domingos Mourão, Elesbão Veloso, Eliseu Martins, Esperantina, Fartura do Piauí, Flores do Piauí, Floresta do Piauí, Floriano, Francinópolis, Francisco Ayres, Francisco Macedo, Francisco Santos, Fronteiras, Geminiano, Gilbués, Guadalupe, Guaribas, Hugo Napoleão, Ilha Grande, Inhuma, Ipiranga do Piauí, Isaías Coelho, Itainópolis, Itaueira, Jacobina do Piauí, Jaicós, Jardim do Mulato, Jatobá do Piauí, Jerumenha, João Costa, Joaquim Pires, Joca Marques, José de Freitas, Juazeiro do Piauí, Júlio Borges, Jurema, Lagoa Alegre, Lagoa de São Francisco, Lagoa do Barro do Piauí, Lagoa do Piauí, Lagoa do Sítio, Lagoinha do Piauí, Landri Sales, Luís Correia, Luzilândia, Madeiro, Manoel Emídio, Marcolândia, Marcos Parente, Massapê do Piauí, Matias Olímpio, Matões\*, Miguel Alves, Miguel Leão, Milton Brandão, Monsenhor Gil, Monsenhor Hipólito, Monte Alegre do Piauí, Morro Cabeça no Tempo, Morro do Chapéu do Piauí, Murici dos Portelas, Nazaré do Piauí, Nazária, Nossa Senhora de Nazaré, Nossa Senhora dos Remédios, Nova Santa Rita, Novo Oriente do Piauí, Novo Santo Antônio, Oeiras, Olho D'Água do Piauí, Padre Marcos, Paes Landim, Pajeú do Piauí, Palmeira do Piauí, Palmeirais, Paquetá, Parnaguá, Parnaíba, Parnarama\*, Passagem Franca do Piauí, Patos do Piauí, Pau D'Arco do Piauí, Paulistana, Pavussu, Pedro II, Pedro Laurentino, Picos, Pimenteiras, Pio IX, Piracuruca, Piripiri, Porto, Porto Alegre do Piauí, Prata do Piauí, Queimada Nova, Redenção do Gurguéia, Regeneração, Riacho Frio, Ribeira do Piauí, Ribeiro Gonçalves, Rio Grande do Piauí, Santa Cruz do Piauí, Santa Cruz dos Milagres, Santa Filomena, Santa Luz, Santa Rosa do Piauí, Santana do Piauí, Santo Antônio de Lisboa, Santo Antônio dos Milagres, Santo Inácio do Piauí, São Braz do Piauí, São Félix do Piauí, São Francisco de Assis do Piauí, São Francisco do Maranhão\*, São Francisco do Piauí, São Gonçalo do Gurguéia, São Gonçalo do Piauí, São João da Canabrava, São João da Fronteira, São João da Serra, São João da Varjota, São João do Arraial, São João do Piauí, São José do Divino, São José do Peixe, São José do Piauí, São Julião, São Lourenço do Piauí, São Luis do Piauí, São Miguel da Baixa Grande, São Miguel do Fidalgo, São Miguel do Tapuio, São Pedro do Piauí, São Raimundo Nonato, Sebastião Barros, Sebastião Leal, Sigefredo Pacheco, Simões, Simplício Mendes, Socorro do Piauí, Sussuapara, Tamboril do Piauí, Tanque do Piauí, Teresina, Timon\*, União, Uruçuí, Valença do Piauí, Várzea Branca, Várzea Grande, Vera Mendes, Vila Nova do Piauí , Wall Ferraz.  \*Municípios do Estado do Maranhão. |  |

**Competência Territorial dos Órgãos de Execução da PGF no Estado do Rio de Janeiro**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Procuradoria** | **Relação de Municípios** | **Escritório Avançado** |
| **PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO** | Rio de Janeiro. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ** | Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Macaé, Natividade, Porciúncula, Quissamã, Riodas Ostras , Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, São José de Ubá , Varre-Sai. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM DUQUE DE CAXIAS - RJ** | Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti, Seropédica. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM NITERÓI - RJ** | Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, Itaboraí, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM PETRÓPOLIS - RJ** | Areal, Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Cantagalo, Carmo, Comendador Levy Gasparian, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Paraíba do Sul,Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Sumidouro, Teresópolis, Trajano de Moraes, Três Rios. | Nova Friburgo/RJ |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM VOLTA REDONDA - RJ** | Angra dos Reis, Barra do Piraí, Barra Mansa, Engenheiro Paulo de Frontin, Itatiaia, Mangaratiba, Mendes, Miguel Pereira, Paraty, Paty do Alferes, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença, Vassouras, Volta Redonda. |  |

**Competência Territorial dos Órgãos de Execução da PGF no Estado do Rio Grande do Norte**

| **Procuradoria** | **Relação de Municípios** | **Escritório Avançado** |
| --- | --- | --- |
| **PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - RN** | Acari, Arês, Baía Formosa, Barcelona, Bento Fernandes, Boa Saúde, Bom Jesus, Brejinho, Caiçara do Norte, Caiçara do Rio do Vento, Caicó, Campo Redondo, Canguaretama, Carnaúba dos Dantas, Ceará- Mirim, Cerro Corá, Coronel Ezequiel, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Espírito Santo, Extremoz, Florânia, Goianinha, Ielmo Marinho, Ipueira, Jaçanã, Jandaíra, Japi, Jardim de Angicos, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, João Câmara, Jucurutu, Jundiá, Lagoa d'Anta, Lagoa de Pedras, Lagoa de Velhos, Lagoa Nova, Lagoa Salgada, Lajes Pintadas, Macaíba, Maxaranguape, Montanhas, Monte Alegre, Monte das Gameleiras, Natal, Nísia Floresta, Nova Cruz, Ouro Branco, Parazinho, Parelhas, Parnamirim, Passa e Fica, Passagem, Pedra Grande, Pedra Preta, Pedro Velho, Poço Branco, Serra Caiada, Pureza, Riachuelo, Rio do Fogo, Ruy Barbosa, Santa Cruz, Santa Maria, Santana do Seridó, Santo Antônio, São Bento do Norte, São Bento do Trairí, São Fernando, São Gonçalo do Amarante, São João do Sabugi, São José do Seridó, São José de Mipibu, São José do Campestre, São Miguel do Gostoso, São Paulo do Potengi, São Pedro, São Tomé, São Vicente, Senador Elói de Souza, Senador Georgino Avelino, Serra Negra do Norte, Serra de São Bento, Serrinha, Sítio Novo, Taipu, Tangará, Tenente Laurentino Cruz, Tibau do Sul, Timbaúba dos Batistas,Touros, Várzea, Vera Cruz, Vila Flor. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM MOSSORÓ - RN** | Afonso Bezerra, Assú, Água Nova, Alexandria, Almino Afonso, Alto do Rodrigues, Antônio Martins, Angicos, Apodi, Areia Branca, Campo Grande, Baraúna, Bodó, Caraúbas, Carnaubais, Coronel João Pessoa, Doutor Severiano, Encanto, Fernando Pedroza, Felipe Guerra, Francisco Dantas, Frutuoso Gomes, Galinhos, Governador Dix-Sept Rosado, Grossos, Guamaré, Ipanguaçu, Itajá, Itaú, Janduís, João Dias, José da Penha, Lajes, Lucrécia, Luís Gomes, Macau, Major Sales, Marcelino Vieira, Martins, Messias Targino, Mossoró, Olho-d'Água do Borges, Paraná, Paraú, Patu, Pau dos Ferros, Pedro Avelino, Pendências, Pilões, Portalegre, Porto Do Mangue, Rafael Fernandes, Rafael Godeiro, Riacho da Cruz, Riacho de Santana, Rodolfo Fernandes, Santana do Matos, São Francisco do Oeste, São Miguel, São Rafael, Serra do Mel, Serrinha dos Pintos, Severiano Melo, Taboleiro Grande, Tenente Ananias, Tibau, Triunfo Potiguar, Umarizal, Upanema, Venha-Ver, Viçosa. |  |

**Competência Territorial dos Órgãos de Execução da PGF no Estado do Rio Grande do Sul**

| **Procuradoria** | **Relação de Municípios** | **Escritório Avançado** |
| --- | --- | --- |
| **PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO** | Alvorada, Arroio do Sal, Arroio dos Ratos, Balneário Pinhal, Barão do Triunfo, Barra do Ribeiro, Butiá, Cachoeirinha, Canoas, Capão da Canoa, Capivari do Sul,Caraá, Cerro Grande do Sul,Charqueadas, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Eldorado do Sul, Esteio, General Câmara, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Mariana Pimentel, Minas do Leão, Morrinhos do Sul, Nova Santa Rita, Osório, Palmares do Sul, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, Sapucaia do Sul, Sentinela do Sul, Sertão Santana, Tapes, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Triunfo, Viamão,Xangri-lá. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM CAXIAS DO SUL - RS** | Alto Feliz, André da Rocha, Antônio Prado, Barão, Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Bom Jesus, Cambará do Sul, Campestre da Serra, Canela, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Coronel Pilar, Cotiporã, Dois Lajeados, Esmeralda, Fagundes Varela, Farroupilha, Feliz, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Guabiju, Guaporé, Ipê, Jaquirana, Monte Alegre dos Campos, Monte Belo do Sul, Muitos Capões, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Paraí, Picada Café, Pinhal da Serra, Pinto Bandeira, Protásio Alves, Salvador do Sul, Santa Tereza, São Francisco de Paula, São Jorge, São José do Sul, São José dos Ausentes, São Marcos, São Pedro da Serra, São Valentim do Sul, São Vendelino, Serafina Corrêa, Tupandi, Vacaria, Vale Real, Veranópolis, Vila Flores, Vista Alegre do Prata. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM NOVO HAMBURGO - RS** | Araricá, Bom Princípio, Brochier, Campo Bom, Capela de Santana, Dois Irmãos, Estância Velha, Harmonia, Igrejinha, Ivoti, Lindolfo Collor, Linha Nova, Maratá, Montenegro, Morro Reuter, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Pareci Novo, Parobé, Portão, Presidente Lucena, Riozinho, Rolante, Santa Maria do Herval, São José do Hortêncio, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Sapiranga, Tabaí, Taquara, Taquari, Três Coroas. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM PASSO FUNDO - RS** | Água Santa, Almirante Tamandaré do Sul, Alpestre, Alto Alegre, Ametista do Sul, Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Barra Funda, Barracão, Benjamin Constant do Sul, Boa Vista das Missões, Cacique Doble, Caiçara, Camargo, Campinas do Sul, Campos Borges, Capão Bonito do Sul, Carazinho, Carlos Gomes, Casca, Caseiros, Centenário, Cerro Grande, Chapada, Charrua, Ciríaco, Colorado, Constantina, Coqueiros do Sul, Coxilha, Cristal do Sul, Cruzaltense, David Canabarro, Dois Irmãos das Missões, Engenho Velho, Entre Rios do Sul, Erebango, Erechim, Ernestina, Erval Grande, Erval Seco, Espumoso, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Frederico Westphalen, Gaurama, Gentil, Getúlio Vargas, Gramado dos Loureiros, Ibiaçá, Ibiraiaras, Ibirapuitã, Ipiranga do Sul, Iraí, Itatiba do Sul, Jaboticaba, Jacutinga, Lagoa dos Três Cantos, Lagoa Vermelha, Lagoão, Lajeado do Bugre, Liberato Salzano, Machadinho, Marau, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Mato Castelhano, Maximiliano de Almeida, Montauri, Mormaço, Muliterno, Não-Me-Toque, Nicolau Vergueiro, Nonoai, Nova Alvorada, Nova Boa Vista, Novo Barreiro, Novo Tiradentes, Novo Xingu, Paim Filho, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Paulo Bento, Pinhal, Planalto, Pontão, Ponte Preta, Quatro Irmãos, Rio dos Índios, Rodeio Bonito, Ronda Alta, Rondinha, Sagrada Família, Saldanha Marinho, Sananduva, Santa Bárbara do Sul, Santa Cecília do Sul, Santo Antônio do Palma, Santo Antônio do Planalto, Santo Expedito do Sul, São Domingos do Sul, São João da Urtiga, São José das Missões, São José do Ouro, São Pedro das Missões, São Valentim, Sarandi, Seberi, Sertão, Severiano de Almeida, Soledade, Tapejara, Tapera, Taquaruçu do Sul, Tio Hugo, Três Arroios, Três Palmeiras, Trindade do Sul, Tunas, Tupanci do Sul, União da Serra, Vanini, Viadutos , Vicente Dutra, Victor Graeff, Vila Lângaro, Vila Maria, Vista Alegre. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM PELOTAS - RS** | Aceguá,Amaral Ferrador, Arambaré, Arroio do Padre, Arroio Grande, Bagé, Camaquã, Candiota, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuvisca, Cristal, Dom Feliciano, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Lavras do Sul, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Santana da Boa Vista , São Lourenço do Sul, Turuçu. | Bage/RS |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM RIO GRANDE - RS** | Chuí, Mostardas, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, Tavares. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM SANTA CRUZ DO SUL - RS** | Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Barros Cassal, Bom Retiro do Sul, Boqueirão do Leão, Cachoeira do Sul,Candelária, Canudos do Vale, Capitão, Cerro Branco, Colinas, Coqueiro Baixo, Cruzeiro do Sul, Doutor Ricardo, Encantado, Encruzilhada do Sul, Estrela, Fazenda Vilanova, Fontoura Xavier, Forquetinha, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Ilópolis, Imigrante, Itapuca, Lagoa Bonita do Sul, Lajeado, Marques de Souza, Mato Leitão, Muçum, Nova Bréscia, Novo Cabrais, Pantano Grande, Paraíso do Sul, Passa Sete, Passo do Sobrado, Paverama, Poço das Antas, Pouso Novo, Progresso, Putinga, Relvado, Rio Pardo, Roca Sales, Santa Clara do Sul, Santa Cruz do Sul, São José do Herval, Segredo, Sério, Sinimbu, Teutônia, Travesseiro, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires, Vera Cruz, Vespasiano Corrêa, Westfália. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM SANTA MARIA - RS** | Agudo, Arroio do Tigre, Bossoroca, Caçapava do Sul, Capão do Cipó, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Itacurubi, Ivorá, Jaguari, Jari, Júlio de Castilhos, Manoel Viana, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Pinhal Grande, Quevedos, Restinga Sêca, Santa Margarida do Sul, Santa Maria, Santiago, São Francisco de Assis, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Silveira Martins, Sobradinho, Toropi, Unistalda, Vila Nova do Sul. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM SANTO ÂNGELO - RS** | Ajuricaba,Alecrim, Alegria,Augusto Pestana, Barra do Guarita, Boa Vista do Buricá, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Bom Progresso, Bozano, Braga, Caibaté, Campina das Missões, Campo Novo, Cândido Godói, Catuípe, Cerro Largo, Chiapetta, Condor, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Crissiumal, Cruz Alta, Derrubadas, Dezesseis de Novembro, Doutor Maurício Cardoso, Entre-Ijuís, Esperança do Sul, Estrela Velha, Eugênio de Castro, Fortaleza dos Valos, Giruá, Guarani das Missões, Horizontina, Humaitá, Ibirubá, Ijuí, Independência, Inhacorá, Jacuizinho, Jóia, Mato Queimado, Miraguaí, Nova Candelária, Nova Ramada, Novo Machado, Palmitinho, Panambi, Pejuçara, Pinheirinho do Vale, Pirapó, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Porto Xavier, Quinze de Novembro, Redentora, Rolador, Roque Gonzales, Salto do Jacuí, Salvador das Missões, Santa Rosa, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, Santo Augusto, Santo Cristo, São José do Inhacorá, São Luiz Gonzaga, São Martinho, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, São Valério do Sul, Sede Nova, Selbach, Senador Salgado Filho, Sete de Setembro, Tenente Portela, Tiradentes do Sul, Três de Maio, Três Passos, Tucunduva, Tupanciretã , Tuparendi, Ubiretama, Vista Gaúcha., Vitória das Missões. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM URUGUAIANA - RS** | Alegrete, Barra do Quaraí, Cacequi, Dom Pedrito, Garruchos, Itaqui, Maçambará, Quaraí, Rosário do Sul, Sant’Ana do Livramento, São Borja, São Gabriel , Uruguaiana. |  |

**Competência Territorial dos Órgãos de Execução da PGF no Estado de Rondônia**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Procuradoria** | **Relação de Municípios** | **Escritório Avançado** |
| **PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DE RONDÔNIA - RO** | Alto Paraíso, Ariquemes, Buritis, Cacaulândia, Campo Novo de Rondônia, Candeias do Jamari, Cujubim, Governador Jorge Teixeira, Guajará-Mirim, Itapuã do Oeste, Machadinho D'Oeste, Monte Negro, Nova Mamoré, Porto Velho, Rio Crespo, Theobroma, Vale do Anari. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM JI–PARANÁ - RO** | Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Alvorada D'Oeste, Cabixi, Cacoal, Castanheiras, Cerejeiras, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Corumbiara, Costa Marques, Espigão D'Oeste, Jaru , Ji-Paraná, Ministro Andreazza, Mirante da Serra, Nova Brasilândia D'Oeste, Nova União, Novo Horizonte do Oeste, Ouro Preto do Oeste, Parecis, Pimenta Bueno, Pimenteiras do Oeste, Presidente Médici, Primavera de Rondônia, Rolim de Moura, Santa Luzia D'Oeste, São Felipe D'Oeste, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, Teixeirópolis, Urupá, Vale do Paraíso, Vilhena |  |

**Competência Territorial dos Órgãos de Execução da PGF no Estado de Roraima**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Procuradoria** | **Relação de Municípios** | **Escritório Avançado** |
| **PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DE RORAIMA - RR** | Alto Alegre, Amajari, Boa Vista, Bonfim, Cantá, Caracaraí, Caroebe, Iracema, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis, São João da Baliza, São Luiz, Uiramutã. |  |

**Competência Territorial dos Órgãos de Execução da PGF no Estado de Santa Catarina**

| **Procuradoria** | **Relação de Municípios** | **Escritório Avançado** |
| --- | --- | --- |
| **PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA - SC** | Abdon Batista,Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anita Garibaldi, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Canelinha, Capão Alto, Celso Ramos, Cerro Negro, Correia Pinto, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Lages, Otacílio Costa, Painel, Palhoça, Palmeira, Paulo Lopes, Ponte Alta, Rancho Queimado, Rio Rufino, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São Joaquim, São José, São José do Cerrito, São Pedro de Alcântara, Tijucas, Urubici, Urupema. | Lages/SC |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM BLUMENAU - SC** | Agrolândia, Agronômica,Apiúna, Ascurra, Atalanta, Aurora, Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Benedito Novo, Blumenau, Bombinhas, Botuverá, Braço do Trombudo, Brusque, Camboriú, Chapadão do Lageado, Dona Emma, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Ibirama, Ilhota, Imbuia, Indaial, Itajaí, Itapema, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Leoberto Leal, Lontras, Luiz Alves, Major Gercino, Mirim Doce, Navegantes, Nova Trento, Penha, Petrolândia, Pomerode, Porto Belo, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Rio dos Cedros, Rodeio, Salete, Santa Terezinha, São João Batista, Taió, Timbó, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vitor Meireles, Witmarsum. | Itajaí/SC |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM CHAPECÓ - SC** | Abelardo Luz, Água Doce, Águas de Chapecó, Águas Frias, Alto Bela Vista, Anchieta, Arabutã, Arroio Trinta, Arvoredo, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Bom Jesus, Bom Jesus do Oeste, Brunópolis, Caçador, Caibi, Calmon, Campo Erê, Campos Novos, Capinzal, Catanduvas, Caxambu do Sul, Chapecó, Concórdia, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Coronel Martins, Cunha Porã, Cunhataí, Curitibanos, Descanso, Dionísio Cerqueira, Entre Rios, Erval Velho, Faxinal dos Guedes, Flor do Sertão, Formosa do Sul, Fraiburgo, Frei Rogério, Galvão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Guatambú, Herval d'Oeste, Ibiam, Ibicaré, Iomerê, Ipira, Iporã do Oeste, Ipuaçu, Ipumirim, Iraceminha, Irani, Irati, Irineópolis, Itá, Itapiranga, Jaborá, Jardinópolis, Joaçaba, Jupiá, Lacerdópolis, Lajeado Grande, Lebon Régis, Lindóia do Sul, Luzerna, Macieira, Maravilha, Marema, Matos Costa, Modelo, Mondaí, Monte Carlo, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Novo Horizonte, Ouro, Ouro Verde, Paial, Palma Sola, Palmitos, Paraíso, Passos Maia, Peritiba, Pinhalzinho, Pinheiro Preto, Piratuba, Planalto Alegre, Ponte Alta do Norte, Ponte Serrada, Porto União, Presidente Castello Branco, Princesa, Quilombo, Rio das Antas, Riqueza, Romelândia, Saltinho, Salto Veloso, Santa Cecília, Santa Helena, Santa Terezinha do Progresso, Santiago do Sul, São Bernardino, São Carlos, São Cristovão do Sul, São Domingos, São João do Oeste, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste, São Miguel da Boa Vista, São Miguel do Oeste, Saudades, Seara, Serra Alta, Sul Brasil, Tangará, Tigrinhos, Timbó Grande, Treze Tílias, Tunápolis, União do Oeste, Vargeão, Vargem, Vargem Bonita, Videira, Xanxerê, Xavantina, Xaxim, Zortéa. | Caçador/SC |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM CRICIÚMA - SC** | Araranguá, Armazém, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Balneário Rincão, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Cocal do Sul, Criciúma, Ermo, Forquilhinha, Garopaba, Grão Pará, Gravatal, Içara, Imaruí, Imbituba, Jacinto Machado, Jaguaruna, Laguna, Lauro Muller, Maracajá, Meleiro, Morro da Fumaça, Morro Grande, Nova Veneza, Orleans, Passo de Torres, Pedras Grandes, Pescaria Brava, Praia Grande, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, São Ludgero, São Martinho, Siderópolis, Sombrio, Timbé do Sul, Treviso, Treze de Maio, Tubarão , Turvo, Urussanga. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM JOINVILLE - SC** | Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Bela Vista do Toldo, Campo Alegre, Canoinhas, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itaiópolis, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Mafra, Major Vieira, Massaranduba, Monte Castelo, Papanduva, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, São João do Itaperiú, Schroeder, Três Barras. | Mafra/SC |

**Competência Territorial dos Órgãos de Execução da PGF no Estado de São Paulo**

| **Procuradoria** | **Relação de Municípios** | **Escritório Avançado** |
| --- | --- | --- |
| **PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO** | São Paulo. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM ARAÇATUBA - SP** | Alto Alegre, Andradina, Araçatuba, Avanhandava, Barbosa, Bento de Abreu, Bilac, Birigui, Braúna, Brejo Alegre, Buritama, Cafelândia, Castilho, Clementina, Coroados, Gabriel Monteiro, Getulina, Glicério, Guaiçara, Guaimbê, Guaraçaí, Guarantã, Guararapes, Ilha Solteira, Itapura, Lavínia, Lins, Lourdes, Luiziânia, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Penápolis, Pereira Barreto, Piacatu, Planalto, Promissão, Rubiácea, Sabino , Santo Antônio do Aracanguá, Santópolis do Aguapeí, Sud Mennucci, Suzanápolis, Turiúba, Valparaíso, Zacarias. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM ARARAQUARA - SP** | Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Dourado, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Guariba, Iacanga, Ibaté, Ibitinga, Itápolis, Itirapina, Jaboticabal, Matão, Monte Alto, Motuca, Nova Europa, Pradópolis, Ribeirão Bonito, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, São Carlos, Tabatinga, Taiaçu, Taiúva, Taquaral, Taquaritinga, Torrinha, Trabiju , Vista Alegre do Alto. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM BAURU - SP** | Agudos, Arealva, Avaí, Balbinos, Bariri, Barra Bonita, Bauru, Bocaina, Boracéia, Borebi, Brotas, Cabrália Paulista, Dois Córregos, Duartina, Igaraçu do Tietê, Itaju, Itapuí, Jaú, Lençóis Paulista, Lucianópolis, Macatuba, Mineiros do Tietê, Paulistânia, Pederneiras, Piraju, Pirajuí, Piratininga, Pongaí, Presidente Alves, Reginópolis, Ubirajara, Uru. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM BOTUCATU – SP** | Águas de Santa Bárbara, Anhembi, Arandu, Areiópolis, Avaré, Barão de Antonina, Bofete, Botucatu, Cerqueira César, Conchas, Coronel Macedo, Fartura, Iaras, Itaí, Itaporanga, Itatinga, Manduri, Óleo, Paranapanema, Pardinho, Pereiras, Porangaba, Pratânia, Riversul, São Manuel, Sarutaiá, Taguaí, Taquarituba, Tejupá, Timburi. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM CAMPINAS - SP** | Americana,Campinas, Cosmópolis, Hortolândia, Indaiatuba, Jaguariúna, Mombuca, Monte Alegre do Sul, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste , Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM GUARULHOS - SP** | Guarulhos, Mairiporã. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM FRANCA - SP** | Altinópolis, Aramina, Barretos, Batatais, Buritizal, Cajobi, Colina, Colômbia, Cristais Paulista, Franca, Guaíra, Guará, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jaborandi, Jeriquara, Miguelópolis, Nuporanga, Orlândia, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, Sales Oliveira, Santo Antônio da Alegria, São Joaquim da Barra, São José da Bela Vista, Severínia, Terra Roxa. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM JUNDIAÍ - SP** | Águas de Lindóia, Amparo, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Cabreúva, Caieiras, Cajamar, Campo Limpo Paulista, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itapira, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Joanópolis, Jundiaí, Lindóia, Louveira, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pinhalzinho, Piracaia, Serra Negra, Socorro, Tuiuti, Vargem, Várzea Paulista, Vinhedo. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM MARÍLIA - SP** | Álvaro de Carvalho, Alvinlândia, Arco-Íris, Assis, Bastos, Bernardino de Campos, Borá, Campos Novos Paulista, Cândido Mota, Canitar, Chavantes, Cruzália, Echaporã, Espírito Santo do Turvo, Fernão, Florínia, Gália, Garça, Herculândia, Iacri, Ibirarema, Ipaussu, Júlio Mesquita, Lupércio, Lutécia, Maracaí, Marília, Ocauçu, Oriente, Oscar Bressane, Ourinhos, Palmital, Paraguaçu Paulista, Pedrinhas Paulista, Platina, Pompéia, Queiroz, Quintana, Ribeirão do Sul, Rinópolis, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Tarumã , Tupã, Vera Cruz. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM MOGI DAS CRUZES - SP** | Arujá, Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Suzano. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM OSASCO - SP** | Barueri, Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes, Embu- Guaçu, Itapecerica da Serra, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM PIRACICABA - SP** | Águas de São Pedro, Analândia, Araras, Artur Nogueira, Capivari, Cerquilho, Charqueada, Conchal, Cordeirópolis, Corumbataí, Elias Fausto, Engenheiro Coelho, Estiva Gerbi, Holambra, Ipeúna, Iracemápolis, Jumirim, Laranjal Paulista, Limeira, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Piracicaba, Rafard, Rio Claro, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra, São Pedro,Tietê. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM PRESIDENTE PRUDENTE - SP** | Adamantina,Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Dracena, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Flora Rica, Flórida Paulista, Iepê, Indiana, Inúbia Paulista, Irapuru, João Ramalho, Junqueirópolis, Lucélia, Marabá Paulista, Mariápolis, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Monte Castelo, Nantes, Narandiba, Nova Guataporanga, Osvaldo Cruz, Ouro Verde, Pacaembu, Panorama, Parapuã, Paulicéia, Piquerobi, Pirapozinho, Pracinha, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Quatá, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sagres, Salmourão, Sandovalina, Santa Mercedes, Santo Anastácio, Santo Expedito, São João do Pau d'Alho, Taciba, Tarabai, Teodoro Sampaio, Tupi Paulista. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM RIBEIRÃO PRETO - SP** | Barrinha, Bebedouro, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guatapará, Jardinópolis, Luís Antônio, Monte Azul Paulista, Morro Agudo, Pitangueiras, Pontal, Ribeirão Preto, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa de Viterbo, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho, Viradouro. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM SANTOS - SP** | Barra do Turvo, Bertioga, Cajati, Cananéia, Cubatão, Eldorado, Guarujá, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itanhaém, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Mongaguá, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Peruíbe, Praia Grande, Registro, Santos, São Vicente, Sete Barras. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO - SP** | Diadema, São Bernardo do Campo, Santo André, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, São Caetano do Sul. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM SÃO JOÃO DA BOA VISTA-SP** | Aguaí, Águas da Prata, Caconde, Casa Branca, Descalvado, Divinolândia, Espírito Santo do Pinhal, Itobi, Leme, Mococa, Pirassununga, Porto Ferreira, Santa Cruz da Conceição, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Rita do Passa Quatro, Santo Antônio do Jardim, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Grama, Tambaú , Tapiratiba, Vargem Grande do Sul. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP** | Adolfo, Altair, Álvares Florence, Américo de Campos, Aparecida d'Oeste, Ariranha, Aspásia, Auriflama, Bady Bassitt, Bálsamo, Cardoso, Catanduva, Catiguá, Cedral, Cosmorama, Dirce Reis, Dolcinópolis, Elisiário, Embaúba, Estrela d'Oeste, Fernandópolis, Floreal, Gastão Vidigal, General Salgado, Guapiaçu, Guaraci, Guarani d'Oeste, Guzolândia, Ibirá, Icém, Indiaporã, Ipiguá, Irapuã, Itajobi, Jaci, Jales, José Bonifácio, Macaubal, Macedônia, Magda, Marapoama, Marinópolis, Mendonça, Meridiano, Mesópolis, Mira Estrela, Mirassol, Mirassolândia, Monções, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nhandeara, Nipoã, Nova Aliança, Nova Canaã Paulista, Nova Castilho, Nova Granada, Nova Luzitânia, Novais, Novo Horizonte, Olímpia, Onda Verde, Orindiúva, Ouroeste, Palestina, Palmares Paulista, Palmeira d'Oeste, Paraíso, Paranapuã, Parisi, Paulo de Faria, Pedranópolis, Pindorama, Pirangi, Poloni, Pontalinda, Pontes Gestal, Populina, Potirendaba, Riolândia, Rubinéia, Sales, Santa Adélia, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita d'Oeste, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, São João das Duas Pontes, São João de Iracema, São José do Rio Preto, Sebastianópolis do Sul, Tabapuã, Tanabi, Três Fronteiras, Turmalina, Ubarana, Uchoa, União Paulista, Urânia, Urupês, Valentim Gentil, Vitória Brasil, Votuporanga. | Votuporanga/SP |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDEAL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP** | Caçapava, Caraguatatuba, Igaratá, Ilhabela, Jacareí, Jambeiro, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca, Santa Isabel, São José dos Campos, São Sebastião, Ubatuba. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM SOROCABA - SP** | Alambari, Alumínio, Angatuba, Apiaí, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Barra do Chapéu, Boituva, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Campina do Monte Alegre, Capão Bonito, Capela do Alto, Cesário Lange, Guapiara, Guareí, Ibiúna, Iperó, Itaberá, Itaóca, Itapetininga, Itapeva, Itapirapuã Paulista, Itararé, Itu, Mairinque, Nova Campina, Piedade, Pilar do Sul, Porto Feliz, Quadra, Ribeira, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Salto, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tapiraí, Taquarivaí, Tatuí, Torre de Pedra, Votorantim. |  |
| **PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM TAUBATÉ - SP** | Aparecida,Arapeí, Areias, Bananal, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Canas, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Piquete, Potim, Queluz, Redenção da Serra, Roseira, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro, São Luís do Paraitinga, Silveiras , Taubaté,Tremembé. |  |

**Competência Territorial dos Órgãos de Execução da PGF no Estado de Sergipe**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Procuradoria** | **Relação de Municípios** | **Escritório Avançado** |
| **PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DE SERGIPE - SE** | Amparo de São Francisco, Aquidabã, Aracaju, Arauá, Areia Branca, Barra dos Coqueiros, Boquim, Brejo Grande, Campo do Brito, Canhoba, Canindé de São Francisco, Capela, Carira, Carmópolis, Cedro de São João, Cristinápolis, Cumbe, Divina Pastora, Estância, Feira Nova, Frei Paulo, Gararu, General Maynard, Gracho Cardoso, Ilha das Flores, Indiaroba, Itabaiana, Itabaianinha, Itabi, Itaporanga d'Ajuda, Japaratuba, Japoatã, Lagarto, Laranjeiras, Macambira, Malhada dos Bois, Malhador, Maruim, Moita Bonita, Monte Alegre de Sergipe, Muribeca, Neópolis, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora do Socorro, Pacatuba, Pedra Mole, Pedrinhas, Pinhão, Pirambu, Poço Redondo, Poço Verde, Porto da Folha, Propriá, Riachão do Dantas, Riachuelo, Ribeirópolis, Rosário do Catete, Salgado, Santa Luzia do Itanhy, Santa Rosa de Lima, Santana do São Francisco, Santo Amaro das Brotas, São Cristóvão, São Domingos, São Francisco, São Miguel do Aleixo, Simão Dias, Siriri, Telha, Tobias Barreto, Tomar do Geru, Umbaúba. |  |

**Competência Territorial dos Órgãos de Execução da PGF no Estado de Tocantins**

| **Procuradoria** | **Relação de Municípios** | **Escritório Avançado** |
| --- | --- | --- |
| **PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO TOCANTINS - TO** | Abreulândia, Aguiarnópolis, Aliança do Tocantins, Almas, Alvorada, Ananás, Angico, Aparecida do Rio Negro, Aragominas, Araguacema, Araguaçu, Araguaína, Araguanã, Araguatins, Arapoema, Arraias, Augustinópolis, Aurora do Tocantins, Axixá do Tocantins, Babaçulândia, Bandeirantes do Tocantins, Barra do Ouro, Barrolândia, Bernardo Sayão, Bom Jesus do Tocantins, Brasilândia do Tocantins, Brejinho de Nazaré, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Campos Lindos, Cariri do Tocantins, Carmolândia, Carrasco Bonito, Caseara, Centenário, Chapada da Natividade, Chapada de Areia, Colinas do Tocantins, Colméia, Combinado, Conceição do Tocantins, Couto Magalhães, Cristalândia, Crixás do Tocantins, Darcinópolis, Dianópolis, Divinópolis do Tocantins, Dois Irmãos do Tocantins, Dueré, Esperantina, Fátima, Figueirópolis, Filadélfia, Formoso do Araguaia, Fortaleza do Tabocão, Goianorte, Goiatins, Guaraí, Gurupi, Ipueiras, Itacajá, Itaguatins, Itapiratins, Itaporã do Tocantins, Jaú do Tocantins, Juarina, Lagoa da Confusão, Lagoa do Tocantins, Lajeado, Lavandeira, Lizarda, Luzinópolis, Marianópolis do Tocantins, Mateiros, Maurilândia do Tocantins, Miracema do Tocantins, Miranorte, Monte do Carmo, Monte Santo do Tocantins, Muricilândia, Natividade, Nazaré, Nova Olinda, Nova Rosalândia, Novo Acordo, Novo Alegre, Novo Jardim, Oliveira de Fátima, Palmas, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins, Palmeirópolis, Paraíso do Tocantins, Paranã, Pau D'Arco, Pedro Afonso, Peixe, Pequizeiro, Pindorama do Tocantins, Piraquê, Pium, Ponte Alta do Bom Jesus, Ponte Alta do Tocantins, Porto Alegre do Tocantins, Porto Nacional, Praia Norte, Presidente Kennedy, Pugmil, Recursolândia, Riachinho, Rio da Conceição, Rio dos Bois, Rio Sono, Sampaio, Sandolândia, Santa Fé do Araguaia, Santa Maria do Tocantins, Santa Rita do Tocantins, Santa Rosa do Tocantins, Santa Tereza do Tocantins, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Félix do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Salvador do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, São Valério da Natividade, Silvanópolis, Sítio Novo do Tocantins, Sucupira, Taguatinga, Taipas do Tocantins, Talismã, Tocantínia, Tocantinópolis, Tupirama, Tupiratins, Wanderlândia, Xambioá. |  |

DOU de 4.11.2015.

**PORTARIA Nº 933, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.**

*Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Volta Redonda/RJ.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, na Portaria PGF nº 838, de 23 de outubro de 2015, e na Portaria PGF nº 850, de 28 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Volta Redonda/RJ exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – PFE/INSS prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos à respectiva autarquia em Volta Redonda/RJ.

Art. 3º A Procuradoria Federal elencada no artigo 2º e a Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Volta Redonda/RJ prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Volta Redonda/RJ, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente praticados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 3.2.2016.

**PORTARIA Nº 934, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.**

*Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Vitória da Conquista/BA.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, na Portaria PGF nº 838, de 23 de outubro de 2015, e na Portaria PGF nº 850, de 28 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Vitória da Conquista/BA exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – PFE/INSS prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos à respectiva autarquia em Vitória da Conquista/BA.

Art. 3º A Procuradoria Federal elencada no artigo 2º e a Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Vitória da Conquista/BA prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Vitória da Conquista/BA, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente praticados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 4.2.2016.

**PORTARIA Nº 935, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.**

*Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Campos dos Goytacazes/RJ.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, na Portaria PGF nº 838, de 23 de outubro de 2015, e na Portaria PGF nº 850, de 28 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Campos dos Goytacazes/RJ exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º As Procuradorias Federais junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – PFE/INSS e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – PF/IFFluminense prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos às respectivas autarquias e fundações públicas federais em Campos dos Goytacazes/RJ.

Art. 3º As Procuradorias Federais elencadas no artigo 2º e a Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Campos dos Goytacazes/RJ prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Campos dos Goytacazes/RJ, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente praticados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 3.2.2016.

**PORTARIA Nº 936, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.**

*Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Barreiras/BA.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, na Portaria PGF nº 838, de 23 de outubro de 2015, e na Portaria PGF nº 850, de 28 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Barreiras/BA exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º As Procuradorias Federais junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – PFE/INSS, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – PFE/IBAMA e à Universidade Federal do Oeste da Bahia – PF/UFOB prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos às respectivas autarquias e fundações públicas federais em Barreiras/BA.

Art. 3º As Procuradorias Federais elencadas no artigo 2º e a Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Barreiras/BA prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Barreiras/BA, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente praticados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 4.2.2016.

**PORTARIA Nº 937, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.**

*Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Juazeiro do Norte/CE.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, na Portaria PGF nº 838, de 23 de outubro de 2015, e na Portaria PGF nº 850, de 28 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Juazeiro do Norte/CE exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º As Procuradorias Federais junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – PFE/INSS e à Universidade Federal do Cariri/CE – PF/UFCA prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos às respectivas autarquias e fundações públicas federais em Juazeiro do Norte/CE.

Art. 3º As Procuradorias Federais elencadas no artigo 2º e a Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Juazeiro do Norte/CE prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Juazeiro do Norte/CE, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente praticados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 4.2.2016.

**PORTARIA Nº 938, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.**

*Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Uberaba/MG.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, na Portaria PGF nº 838, de 23 de outubro de 2015, e na Portaria PGF nº 850, de 28 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Uberaba/MG exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º As Procuradorias Federais junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – PFE/INSS, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro/MG – PF/IFTriângulo Mineiro e à Universidade Federal do Triângulo Mineiro/MG – PF/UFTM prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos às respectivas autarquias e fundações públicas federais em Uberaba/MG.

Art. 3º As Procuradorias Federais elencadas no artigo 2º e a Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Uberaba/MG prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Uberaba/MG, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente praticados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 4.2.2016.

**PORTARIA Nº 939, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.**

*Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Petrópolis/RJ.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, na Portaria PGF nº 838, de 23 de outubro de 2015, e na Portaria PGF nº 850, de 28 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Petrópolis/RJ exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – PFE/INSS prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos à respectiva autarquia em Petrópolis/RJ.

Art. 3º A Procuradoria Federal elencada no artigo 2º e a Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Petrópolis/RJ prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Petrópolis/RJ, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente praticados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 4.2.2016.

**PORTARIA Nº 944, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

*Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Governador Valadares/MG.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, na Portaria PGF nº 838, de 23 de outubro de 2015, e na Portaria PGF nº 850, de 28 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Governador Valadares/MG exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º As Procuradorias Federais junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – PFE/INSS e à Fundação Nacional do Índio – PFE/FUNAI prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos às respectivas autarquias e fundações públicas federais em Governador Valadares/MG.

Art. 3º As Procuradorias Federais elencadas no artigo 2º e a Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Governador Valadares/MG prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Governador Valadares/MG, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente praticados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 4.2.2016.

**PORTARIA Nº 948, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.**

*Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Santo Ângelo/RS.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, na Portaria PGF nº 838, de 23 de outubro de 2015, e na Portaria PGF nº 850, de 28 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Santo Ângelo/RS exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos à respectiva autarquia.

Art. 3º A Procuradoria Federal elencada no artigo 2º e a Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Santo Ângelo/RS prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Santo Ângelo/RS, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente publicados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 4.2.2016.

**PORTARIA Nº 949, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.**

*Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Sousa/PB.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, na Portaria PGF nº 838, de 23 de outubro de 2015, e na Portaria PGF nº 850, de 28 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Sousa/PB exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009.

Art. 2º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Sousa/PB, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente publicados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 4.2.2016.

**PORTARIA Nº 950, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.**

*Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Serra Talhada/PE.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, na Portaria PGF nº 838, de 23 de outubro de 2015, e na Portaria PGF nº 850, de 28 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Serra Talhada/PE exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009.

Art. 2º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Serra Talhada/PE, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente publicados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 4.2.2016.

**PORTARIA Nº 951, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.**

*Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Dourados/MS.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, na Portaria PGF nº 838, de 23 de outubro de 2015, e na Portaria PGF nº 850, de 28 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Dourados/MS exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º As Procuradorias Federais junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, à Fundação Nacional do Índio – FUNAI e à Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos às respectivas autarquias e fundações públicas federais em Dourados/MS.

Art. 3º As Procuradorias Federais elencadas no artigo 2º e a Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Dourados/MS prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Dourados/MS, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente publicados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 3.2.2016.

**PORTARIA Nº 952, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.**

*Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em São João da Boa Vista/SP.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, na Portaria PGF nº 838, de 23 de outubro de 2015, e na Portaria PGF nº 850, de 28 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em São João da Boa Vista/SP exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos da respectiva autarquia em São João da Boa Vista/SP.

Art. 3º A Procuradoria elencada no artigo 2º e a Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em São João da Boa Vista/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em São João da Boa Vista/SP, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente publicados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 3.2.2016.

**PORTARIA Nº 953, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.**

*Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Marília/SP.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, na Portaria PGF nº 838, de 23 de outubro de 2015, e na Portaria PGF nº 850, de 28 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Marília/SP exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos à respectiva autarquia em Marília/SP.

Art. 3º A Procuradoria Federal elencada no artigo 2º e a Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Marília/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Marília/SP, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente publicados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 4.2.2016.

**PORTARIA Nº 954, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.**

*Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Jundiaí/SP.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, na Portaria PGF nº 838, de 23 de outubro de 2015, e na Portaria PGF nº 850, de 28 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Jundiaí/SP exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos à respectiva autarquia em Jundiaí/SP.

Art. 3º A Procuradoria Federal elencada no artigo 2º e a Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Jundiaí/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Jundiaí/SP, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente publicados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 4.2.2016.

**PORTARIA Nº 955, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.**

*Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Bauru/SP.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, na Portaria PGF nº 838, de 23 de outubro de 2015, e na Portaria PGF nº 850, de 28 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Bauru/SP exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS prestará a consultoria e o assessoramento jurídicos à respectiva autarquia em Bauru/SP.

Art. 3º A Procuradoria Federal elencada no artigo 2º e a Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Bauru/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Bauru/SP, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente publicados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 4.2.2016.

**PORTARIA Nº 956, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.**

*Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Araraquara/SP.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, na Portaria PGF nº 838, de 23 de outubro de 2015, e na Portaria PGF nº 850, de 28 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Araraquara/SP exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º As Procuradorias Federais junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e à Fundação Universidade Federal de São Carlos – PF/UFSCAR prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos às respectivas autarquias e fundações públicas federais.

Art. 3º As Procuradorias Federais elencadas no artigo 2º e a Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Araraquara/SP prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Araraquara/SP, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente publicados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 4.2.2016.

**PORTARIA Nº 978, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2015.**

*Fixa as diretrizes para a criação de Equipes de Trabalho Remoto no âmbito da Procuradoria­Geral Federal e dá outras providências.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e considerando o que consta no processo administrativo nº 00407.009940/2015­86, resolve:

Art. 1º As Procuradorias Regionais Federais – PRFs e as Procuradorias Federais nos Estados – PFs poderão instituir, em seus respectivos âmbitos de atuação, após aprovação pela Procuradoria­Geral Federal ­ PGF, Equipes de Trabalho Remoto – ETR, sob sua supervisão, com vistas à especialização da atuação na representação judicial e extrajudicial.

Parágrafo único. Para os fins desta Portaria, entende­se por trabalho remoto aquele realizado a distância, não delimitado por competência territorial, por meio de equipamentos e tecnologias que permitam a sua plena realização fora das dependências das unidades da PGF.

Art. 2º O trabalho remoto tem por objetivos aumentar a produtividade, a especialização e a qualidade nas atividades de representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, contribuir para a melhoria dos programas socioambientais da Advocacia­Geral da União – AGU e aperfeiçoar a organização e a gestão interna das unidades.

Art. 3º A criação de ETR será precedida de apresentação de projeto específico, nacional, regional ou estadual, o qual deverá atender aos seguintes requisitos:

I ­ definição da matéria e extensão das atividades que serão realizadas;

II ­ estimativa do quantitativo dos membros que comporão a equipe, inclusive para atividades de coordenação, com especificação por unidade de origem e demonstração de ganho de eficiência;

III ­ previsão de fluxos e de processos de trabalho claros e padronizados;

IV ­ indicação dos meios de comunicação e de integração dos membros da ETR e periodicidade das reuniões, que deverão acontecer pelo menos mensalmente;

V ­ previsão do aumento de especialização, qualidade e produtividade do trabalho a ser desempenhado;

Parágrafo único. Nos casos de iniciativas regionais ou estaduais, os projetos deverão ser enviados à Coordenação­Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos – CGPAE/PGF, a quem cabe autorizar a sua execução e sistematizar o acompanhamento da sua implementação e a avaliação dos resultados.

Art. 4º Aprovada a execução do projeto, o Procurador Regional Federal ou o Procurador Chefe da Procuradoria Federal no Estado publicará edital para seleção dos membros da ETR, o qual deverá conter, obrigatoriamente:

I ­ definição da matéria e extensão das atividades que serão realizadas;

II ­ quantitativo dos membros que comporão a equipe;

III ­ especificação do número de vagas por unidade de origem;

IV ­ requisitos necessários para integrar a equipe, entre os quais experiência atual ou anterior com atuação na matéria e aptidão para utilização dos sistemas de processo eletrônico pertinentes.

§ 1º No ato de solicitação para participação na ETR, os interessados deverão apresentar currículo demonstrando o atendimento dos requisitos previstos no edital, bem como atestar que estão cientes das atividades a serem desempenhadas, que dispõem de equipamentos ergonômicos e adequados para realizá­las e dos critérios de avaliação de desempenho, conforme modelo de declaração previamente definido.

§ 2º Atendidos os requisitos previstos neste artigo, a classificação observará o critério de antiguidade na carreira.

§ 3º Não havendo interessados selecionados em número suficiente, poderão integrar a ETR os membros inscritos no processo seletivo que não tenham atendido aos requisitos relativos à experiência com a matéria e à aptidão para utilização dos sistemas de processo eletrônico.

§ 4º Persistindo a insuficiência do número de interessados selecionados, integrarão a ETR os membros com menor antiguidade na carreira em exercício na unidade, garantidas, neste caso, as condições para a integral realização do trabalho presencial na respectiva unidade.

§ 5º Terão prioridade para integrar a ETR os membros com deficiência que dificulte a sua locomoção.

Art. 5º É vedada a participação de Procuradores Federais em ETR que se encontrem nas seguintes situações:

I ­ em estágio probatório, ressalvadas as situações previstas nos §§ 3º e 4º do art. 4º;

II ­ que desempenhem suas atividades no atendimento ao público externo ou interno, ou em outras atividades cuja presença seja estritamente necessária;

III ­ ocupantes de cargo em comissão ou função gratificada, ou equivalente;

IV ­ que tenham sido apenados em procedimento disciplinar nos dois anos anteriores à data de solicitação para integrar a ETR.

Art. 6º Sem prejuízo da criação da ETR, cada unidade da PGF deverá manter a capacidade plena de funcionamento de todos os seus setores, incluindo os responsáveis pelo atendimento ao público, interno e externo.

Parágrafo único. As atividades que exijam a participação presencial de Procuradores Federais nos processos judiciais afetos à ETR permanecerão sob responsabilidade da unidade que detenha a respectiva competência territorial.

Art. 7º É de responsabilidade do integrante da ETR:

I ­ manter disponíveis telefones para contato imediato, permanentemente ativos e atualizados;

II ­ acompanhar diariamente todas as comunicações eletrônicas expedidas pela instituição;

III ­ atender às reuniões convocadas pelo coordenador da ETR e participar de eventos de capacitação pertinentes;

IV ­ manter o coordenador da respectiva ETR informado acerca do andamento dos trabalhos e apontar eventuais dificuldades, dúvidas ou elementos que possam atrasar ou comprometer a qualidade do serviço e as metas estipuladas.

§ 1º Compete exclusivamente aos integrantes da ETR providenciar, por meios próprios, os equipamentos tecnológicos e a infraestrutura necessária e adequada para acesso aos sistemas eletrônicos internos e para a realização do trabalho fora das dependências das unidades da PGF.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no **caput**, a PGF manterá em suas unidades pontos de apoio para os integrantes da ETR.

Art. 8º Para fins de acompanhamento da ETR, as PRFs e as PFs deverão encaminhar, trimestralmente, relatório de composição, produtividade e desempenho das equipes à CGPAE/PGF.

Art. 9º A participação na ETR não importa em alteração na lotação do Procurador Federal e seu desligamento do projeto não gera qualquer direito a trânsito, à indenização ou a qualquer espécie de ajuda de custo.

§ 1º O exercício das atribuições funcionais pelos integrantes de ETR fora das dependências das unidades da PGF é uma opção facultada ao membro pela instituição, em função da conveniência do serviço, podendo ser revista a qualquer tempo, a critério da Administração ou a pedido do interessado, não gerando direito adquirido aos seus integrantes.

§ 2º O integrante da ETR que não cumprir as metas estabelecidas pela PGF e pelas respectivas PRFs e PFs, bem como não se adaptar à sistemática e às rotinas do trabalho a distância também deverá ser desligado da ETR.

§ 3º O desligamento da ETR não configura, por si só, presunção ou indício de infração disciplinar e será precedido de notificação, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua efetivação.

Art. 10 As PRFs e as PFs poderão editar normas complementares necessárias ao bom funcionamento das equipes sob sua supervisão.

Art. 11 Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de13.1.2016.

**PORTARIA Nº 979, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2015.**

*Institui, como projeto piloto, as Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade nos Estados do Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 dejulho de 2002, considerando o disposto na Portaria PGF nº 978, de 24 de dezembro de 2015, e o que consta no processo administrativo nº 00407.009940/2015­86,resolve:

Art. 1º Ficam instituídas, como projeto piloto, as Equipes de Trabalho Remoto – Benefícios por Incapacidade (ETR/BI) nos Estados do Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.[[317]](#footnote-318)

§ 1º O projeto piloto terá como objeto a atuação e o acompanhamento concentrado e especializado, em âmbito estadual, dos processos eletrônicos que tramitam nos Juizados Especiais Federais que tratem da concessão ou restabelecimento de benefícios previdenciários por incapacidade previstos na Lei nº. 8.213/91.

§ 2º O projeto piloto terá duração de 180 (cento e oitenta) dias.[[318]](#footnote-319)

Art. 2º Considera­se prioritário o projeto piloto de que trata esta Portaria, aplicando­se, para seleçãodosintegrantesdaETR/BI,odispostonoart.6ºdaPortariaPGFnº420,de23demaiode2008.

Art. 3º Os Procuradores Regionais Federais e os Procuradores Chefes das Procuradorias Federais nos Estados enviarão à CGPAE/PGF relatóriosmensais.

Parágrafo único. Ao final do prazo do projeto piloto, os Procuradores Regionais Federais e os Procuradores Chefes das Procuradorias Federais nos Estados enviarão à CGPAE/PGF relatório conclusivo das atividades realizadas, abordando viabilidade de sua continuidade e indicando eventual necessidade de aperfeiçoamento.

Art. 4º As unidades envolvidas deverão adotar todas as providências para que, durante a execução do projeto, passem a utilizar o sistema SAPIENS de forma exclusiva para registro da produção jurídica relacionada aoprojeto.

Art. 5º A CGPAE/PGF dará o apoio necessário às Procuradorias Regionais Federais e às Procuradorias Federais nos Estados para implantação do projeto piloto, as quais deverão iniciar a execução do projeto em até 45 (quarenta e cinco) dias.

Parágrafo único. O Procurador-Geral Geral Federal poderá designar responsável pela coordenação nacional das ETR/BI, o qual ficará vinculado à Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos. (NR)**(Incluído pela Portaria nº 258, de 14.3.2019)**

Art. 5º-A. Ao responsável pela coordenação nacional das ETR/BI compete: **(Incluído pela Portaria nº 258, de 14.3.2019)**

I - Acompanhar e analisar o funcionamento das ETR/BI, em supervisão das gestões definidas em nível local; **(Incluído pela Portaria nº 258, de 14.3.2019)**

II - Verificar o cumprimento das metas estabelecidas e a produtividade de todas as ETR/BI em funcionamento; **(Incluído pela Portaria nº 258, de 14.3.2019)**

III - Monitorar e consolidar os dados estatísticos decorrentes da atuação das ETR/BI; **(Incluído pela Portaria nº 258, de 14.3.2019)**

IV - Propor e estimular melhorias nas estruturas das ETR/BI; **(Incluído pela Portaria nº 258, de 14.3.2019)**

V - Conduzir a interlocução das ETR/BI com a Direção Central da PGF e com os demais órgãos da Advocacia-Geral da União - AGU; **(Incluído pela Portaria nº 258, de 14.3.2019)**

VI - Conduzir a interlocução das ETR/BI com a Sede Nacional da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS – PFE/INSS e com demais órgãos centrais e entidades vinculados à referida autarquia; **(Incluído pela Portaria nº 258, de 14.3.2019)**

VII - Auxiliar na interlocução das ETR/BI com o Poder Judiciário; **(Incluído pela Portaria nº 258, de 14.3.2019)**

VIII - Promover a integração entre as ETR/BI em funcionamento; **(Incluído pela Portaria nº 258, de 14.3.2019)**

IX - Designar reuniões; **(Incluído pela Portaria nº 258, de 14.3.2019)**

X - Propor encontros nacionais das ETR/BI e eventos de capacitação; **(Incluído pela Portaria nº 258, de 14.3.2019)**

XI - Organizar, juntamente com as ETR/BI em funcionamento, coletânea dos posicionamentos jurisprudenciais e doutrinários afetos à atuação de tais equipes; **(Incluído pela Portaria nº 258, de 14.3.2019)**

XII - Propor ao Departamento de Contencioso da PGF, após regular interlocução com as ETR/BI, matérias passíveis de desistência recursal; **(Incluído pela Portaria nº 258, de 14.3.2019)**

XIII - Estimular a uniformização das estratégias processuais das ETR/BI, com abrangência nacional; **(Incluído pela Portaria nº 258, de 14.3.2019)**

XIV - Elaborar e submeter à PGF projeto de expansão das ETR/BI; **(Incluído pela Portaria nº 258, de 14.3.2019)**

XV - Acompanhar a execução do projeto de expansão das ETR/BI; **(Incluído pela Portaria nº 258, de 14.3.2019)**

XVI - Propor medidas necessárias à manutenção do funcionamento das ETR/BI; **(Incluído pela Portaria nº 258, de 14.3.2019)**

XV - Colaborar com a divulgação institucional da ETR/BI; **(Incluído pela Portaria nº 258, de 14.3.2019)**

XVI - Demais atribuições conferidas pela Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos. (NR) **(Incluído pela Portaria nº 258, de 14.3.2019)**

Art. 6º Aplicam­se, no que couber, as disposições previstas na Portaria PGF nº 978, de 24 de dezembro de 2015.

Art. 7º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de13.1.2016.

**PORTARIA Nº 156, DE 08 DE MARÇO DE 2016.**

*Cria a Equipe de Tr aba lho Rem oto de Ações de Improbidade Adm inistrat iva no âmbito da Pro cur adoria-Gera l Federal (PGF).*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competênc ia de que tratam os incisos I e VIII do§ 2º do art . 11 da Lei nº 10 .4 80, de 2 de ju lho de 2002, e tendo em vista o disposto nos processos adm inistrati vos 00407.009940/2015-86, 00407.009941/2015 -21, 00407.003547/2016-60 e na Port aria n º PGF 97 8 , de 24 de de zembro de 201 5, RESOLVE:

Art . 1º Fica institu ída a Equipe de Trabalho Remoto de Ações de Improbidade Administra tiva (ETR­ Probidade) , vinculada diretamente à Coordenação -Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos (CGCOB) da Procu radoria -Geral Federal (PGF), com o objetivo de conferir maior eficiência na política de ajuizamento de ações judiciais destinadas ao combate à corrupção e à defesa do patr imônio público .

§1º Nos termos da Portaria PGF nº 978 , de 24 de dezembro de 2015, entende -se por Trabalho Remoto aquele realizado a distância , não del im itado por competência territorial, por meio de equipamentos e tecnologias que permitam a sua plena realização fora das dependências das unidades da PGF.

§2º A atuação da ETR-Pro bidade é considerada prioritária para todos os fins.

§3º Compete a CGCOB definir o plano de atividades da ETR-Probidade e gerenciar os seus result ados.

§ 4º Serão objeto de análise para fins de ajuizamento pela ETR-Probidade: **(Incluído pela Portaria nº 399, de 29.4.2019)**

I - ações de improbidade administrativa, inclusive aquelas decorrentes das informações e documentos obtidos pelo Estado a partir dos acordos de leniência celebrados pela Advocacia-Geral da União (AGU), em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU); **(Incluído pela Portaria nº 399, de 29.4.2019)**

II - ações de quebras de sigilo bancário, fiscal, telefônico ou de dados, bem assim pedidos de compartilhamento de prova em ações penais, inquéritos ou processos administrativos, além de medidas cautelares, quando necessários ao ajuizamento da ação de improbidade administrativa; **(Incluído pela Portaria nº 399, de 29.4.2019)**

III - ações cautelares de arresto de bens decorrentes de processos de Tomadas de Contas Especial (TCE);**(Incluído pela Portaria nº 399, de 29.4.2019)**

IV - ações judiciais, além das respectivas medidas cautelares, para a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, à exceção da cobrança judicial e extrajudicial da multa administrativa aplicada. (NR)**(Incluído pela Portaria nº 399, de 29.4.2019)**

Art . 2º O funcionamento da ETR-Pro bidade se dará em consonância com seu projeto de criação, seu plano atividades e com as seguintes diretrizes :

I - proat ivid ade, produtividade e eficiência, averiguadas por meio de relatórios mensais, comunicação permanente e reuniões virtuais periódicas;

II - especialização e uniform ização da atuação em matéria de repressão a atos de improbidade adm inistrat iva;

III - atuação exclusiva;

IV - atuação colaborativa com os órgãos e entidades responsáveis pelo combate à corrupção e à

defesa do patrimônio público;

V - atuação concertada e coordenada com os órgãos de execução da PGF responsáveis pela condução das ações judiciais elencadas no § 4º do art. 1º desta Portaria. (NR) **(Incluído pela Portaria nº 399, de 29.4.2019)**

Art . 3º A seleção dos integrantes da ETR-Probidade deve priorizar os seguintes requisit os:

I - estar em efetivo exercício em uma unidade da Procuradoria -Gera l Federal ;

II - atuação anterior em ações de improbidade administrativa;

III - experiência na análise de procedimentos de instr ução prévia (PIPs), elaboração de petições iniciais e acompanhamento de ações de im probidade administrativa;

IV - experiência na atu ação em Processo Adm inistrati vo Disciplinar ou em Sindicância ; e

V - publicação científica ou acadêmica na área da defesa da probidade, lavagem de dinheiro ou relativamente aos crimes contra administração pública.

§1ºOs candidatos serão selecionados com base nos requisitos deste artigo e de acordo com as regras de classificação previstas em Edita l.

§2 º Será obrigatória a apresentação de documentos que comprovem o atendimento dos requisitos previstos em Edital, bem como declaração de ciência quanto às atividades que serão desempenhadas, às condições para realizá-las e previsão de avaliação de desempenho periódica .

§ 3º O responsável pela coordenação da ETR-Probidade, considerando o atendimento de situações extraordinárias ou para desenvolvimento e execução de estratégias específicas do projet o, poderá solicitar ao Coor denador -Gera l de Cobrança e Recuperação de Créditos da PGF a designação excepcional de Procuradores Federais para atuar na equipe.

§ 4º O Coordenador -Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da PGF, na hipóte se do §3º dest e artigo, deverá submeter a proposta, se for o caso, ao Pro curador -Geral Federal.

Art . 4º O Edital especificará o prazo de permanência dos integrantes na ETR-Probidade, bem como o prazo de validade da seleção para fins de reposição decorrente de vacância supervenient e.

Art . 5º A ETR-Pro bidade será composta por Procuradores Federais, selecionados nos term os desta Portaria, sendo o quantitativo de componentes avaliado periodicamente de acordo com as metas estabelecidas no plano anual e nos resultados apresentados.

Art . 6º Caberá ao integrante da ETR-Probidade as seguintes ati vidades :

I – instaurar, instruir e analisar os PIPs; **(Redação dada pela Portaria nº 399, de 29.4.2019)**

II – analisar a viabilidade do ajuizamento das ações elencadas no § 4º do art. 1º desta Portaria, devendo-se proceder, inclusive, a pesquisas para prevenção de eventual litispendência, decidindo de forma fundamentada sobre seu ajuizamento ou arquivamento; **(Redação dada pela Portaria nº 399, de 29.4.2019)**

III – solicitar, quando for o caso, a autorização prevista na Portaria PGF nº 769, de 26 de setembro de 2007 e na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007 e, caso necessário, suscitar a resolução de divergência regulada no art. 8º desta; **(Redação dada pela Portaria nº 399, de 29.4.2019)**

IV – elaborar atos e comunicações oficiais necessários ao desenvolvimento das atividades inerentes à ETRProbidade; **(Redação dada pela Portaria nº 399, de 29.4.2019)**

V – manter contato com órgãos públicos e autoridades para fins de obtenção de informações úteis ao ajuizamento da ações de competência da ETR-Probidade; **(Redação dada pela Portaria nº 399, de 29.4.2019)**

VI – elaborar as respectivas petições iniciais e reunir os documentos que a instruirão, disponibilizando-os nos sistemas informatizados da AGU, bem como o ajuizamento eletrônico, quando possível; **(Redação dada pela Portaria nº 399, de 29.4.2019)**

VII – enviar relatório mensal em formato padronizado, informando todas as atividades judiciais e extrajudiciais realizadas, salvo nas hipóteses do inciso II do § 4º do art. 1º desta Portaria, quando a comunicação das atividades puder colocar em risco o sigilo necessário às operações policiais federais; **(Redação dada pela Portaria nº 399, de 29.4.2019)**

VIII – participar de reuniões presenciais e virtuais, sempre que designadas; **(Redação dada pela Portaria nº 399, de 29.4.2019)**

IX – comparecer aos encontros anuais da ETR-Probidade, cuja organização e conveniência caberá à Procuradoria-Geral Federal;**(Redação dada pela Portaria nº 399, de 29.4.2019)**

X – registrar todos os atos realizados nos sistemas informatizados utilizados pelos membros da Advocacia-Geral da União; **(Redação dada pela Portaria nº 399, de 29.4.2019)**

XI – cumprir as metas fixadas no plano anual e atingir os índices de produtividade nele indicados; **(Redação dada pela Portaria nº 399, de 29.4.2019)**

XII – alertar a coordenação da ETR sobre identificação reiterada de vulnerabilidades em rotinas administrativas dos entes representados, sugerindo; **(Redação dada pela Portaria nº 399, de 29.4.2019)**

XIII – participar de forma destacada na preparação, apoio e confecção da petição inicial relativas a ações de improbidade administrativa que envolvam operações policiais federais de forma simultânea, nos caso estipulados pela Coordenação da ETR-Probidade; e **(Redação dada pela Portaria nº 399, de 29.4.2019)**

XIV – desempenhar outras atividades pertinentes ao objeto de especialização da equipe, definidas pela CGCOB. (NR) **(Incluído pela Portaria nº 399, de 29.4.2019)**.

Art. 7Q Com pete ao responsável pela coordenação da ETR-Pro bidade , entre outras, as seguintes atividades:

I - real i zar a tr iagem e dist ribuir os processos administ rati vos entre os inte grant es da ETR**­**Probidade ;

II - anal isar as peças e relat órios elaborados com vistas a garantir a qua li dade e a uniformidade da atuação, extraindo estatísticas necessárias ao apr im oram ent o do t raba lho;

III - verificar o cumprimento das metas estabelecidas e da produt ividade dos integrantes da equipe;

IV - designar reuniões sempre que necessário;

V - organizar e definir fluxos de trabalho da Equipe;

VI - definir prioridades de atuação;

VII - analisar e atuar diretamente em casos estratégicos e de maior relevância, a critério da CGCOB; e

VIII - elaborar a minuta de plano anual de at ividades e submeter à CGCOB.

IX - analisar e encaminhar os alertas de vulnerabilidade e sugestões de aprimoramento de rotinas administrativas, formalizados pelos integrantes da ETR-Probidade às procuradorias federais juntos às autarquias e fundações públicas federais representadas pela PGF. (NR)**(Incluído pela Portaria nº 399, de 29.4.2019)**

Parágrafo único . O responsável pela Coordenação da ETR-Probidade poderá solicitar à Divisão de Assuntos Disciplinares da PGF, sempre que necessário, auxílio para instrução de PIPs.

Art. 8º O encaminhamento de processos administrativos ou documentos relacionados à instauração e instrução de PIP e ajuizamento das ações elencadas no § 4º do art. 1º desta Portaria será realizado exclusivamente em meio eletrônico, através do Sapiens. **(Redação dada pela Portaria nº 399, de 29.4.2019)**

§ 1º O órgão de execução da PGF que receber expedientes e documentos destinados à instrução de PIP ou de petição inicial das ações mencionadas no § 4º do art. 1º desta Portaria deverá, após o devido cadastramento, encaminhá-los com a maior brevidade possível à CGCOB para as providencias cabíveis.**(Redação dada pela Portaria nº 399, de 29.4.2019)**

§2º A forma de cadast rament o e tramitação de processos e documentos será regulamentada por meio de orientação a ser expedida pelo Coordenador -Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos .

§ 3º Sempre que necessário, o integrante da ETR-Probidade poderá solicitar apoio na execução de atos de sua competência aos órgãos de execução da PGF do local dos fatos, do local de ajuizamento da respectiva ação judicial, ou do endereço do destinatário. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 399, de 29.4.2019)**

§4 º O integrante da ETR-Probidade encaminhará diretamente, pelo Sapiens , processos administrativos aos órgãos de execução da PGF para as providências pert inentes, respeitada a sua competência territorial.

§5º O integrante da ETR-Probidade devolverá em até 72 (setenta e duas) horas o processo administrativo ou documento a ele distribuído, nos casos que não sejam de sua atribuição;

Art. 9º O PIP será instaurado e instruído conforme orientações a serem expedidas em ato da Coordenação­ Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos, devendo tramitar no sistema SAPIENS. **(Redação dada pela Portaria nº 684, de 26.9.2016)**

Art . 10. Conclu ído o **PIP** pela viabil idade do ajuizamento da ação, o integrante da ETR-Probidade elaborará a petição inicial, instruindo-a com todos os documentos pertinentes, e a encam inhará , via Sapiens, aos órgãos de execução da **PGF** que possuam competência territ orial para o seu ajuizament o.

§ l º O Procurador Federal do órgão de execução da **PGF** responsável pelo protocolo da petição inicial, firmará sua assinatura física ou eletrônica na peça, conforme o caso, hipótese em que não se responsabilizará pelo seu conteúdo.

§ 2º Nos casos referidos no parágrafo anterior deverá ser incluído, na última folha da petição inicial, a identificação do seu autor.

§3º Os órgãos de execução da **PGF,** após o ajuizamento da petição inicial, deverão cadastrar o processo judicial no Sapiens, vinculando -o ao processo administrativo originário.

§4º Cabe ao órgão de execução da **PGF** manter atualizado no sapiens cópia do processo judicial.

§ 5º Caberá diretamente à ETR-Probidade efetuar o ajuizamento das ações judiciais de sua competência perante os órgãos da Justiça Federal em que seja possível a utilização de sistema eletrônico, observado cronograma a ser estabelecido pela CGCOB. (NR) **(Incluído pela Portaria nº 399, de 29.4.2019)**

Art . 11. A participação na ETR-Probidade não importa em alteração na lotação do Pro cur ado r Federal e seu desligamento do projeto não gera qualquer direito a trânsito, à indenização ou a qualquer espécie de ajuda de custo.

§ **l º** O ingresso e a permanência do Procurador Federal dentro da ETR-Probidade são opções facultadas ao membro pela instituição , e permitidas em função da conveniência e eficiência do serviço, podendo ser revistos a qualquer tempo, a critério da Administração ou a pedido do interessado, não gerando direito adquirido aos seus integrantes .

§ 2º O integrante da ETR-Probidade que não cumprir as metas estabelecidas no plano anual de atividades, bem como não se adaptar à sistemática e às rotinas do trabalho a distância deverá ser desligado da Equipe .

§ 3º O desligamento da ETR-Pro bidade não configura, por si só, presunção ou ind ício de infração disciplinar e será precedido de comunicação, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua efeti vação.

Art . 12. Os Procu radores Federais em exercício voluntá rio em unidade considerada de difícil provimento poderão participar da ETR-Pro bidade , desde que o inte ressado renuncie expressamente a contagem do tempo de efetivo exercício em unidade considerada de dif ícil provimento, durante o período que integrar a ETR-Pro bidade, para efeitos do que dispõe o art . 10 da Portaria PGF n.º 1.432, de 30 de dezembro de 2008, e suas alterações posteriores.

Parágrafo único. A contagem do tempo de efetivo exercício em unidade de difícil provimento, referida no caput deste artigo será suspensa enquanto durar a participação do Procurador Federal na ETR-Probi dad e.

Art . 13. Independentemente da lotação dos membros da Equipe, cabe à CGCOB organizar a escala de férias, analisar os pedidos de afastamentos e demais assuntos administrat ivos.

Art . 14 . As atividades previstas no artigo 6º desta Portaria são de exclus iva competência dos int egrantes da ETR-Probidade.

Art . 15. Após a publicação desta Portaria, cada órgão de execução da PGF deverá, em 30 dias, remeter pelo Sapiens à CGCOB todos os PIPs abertos devidamente digitalizados.

Art. 16. Os casos omissos serão resolvidos pela CGCOB.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

Suplemento A do BSE nº 10, de 10.03.2016.

**PORTARIA Nº 157, DE 08 DE MARÇO DE 2016.**

*Cria a Equipe de Trabalho Remoto de Ações Regressivas Previdenciárias no âmbit o da Procuradoria-Geral Federal (PGF).*

O **PROCURADOR -GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do§ 2º do art. 11 da Lei nº 10 .4 80, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o disposto nos processos administrativos 00407.009940/2015 -86, 00407.009941/2015 -21, 00407.003547/2016 -60, naPortaria PGF nº 978, de 24 de dezembro de 2015, RESOLVE:

Art. lº Fica instit uída a Equipe de Trabalho Remoto de Ações Regress iva s Previdenciárias (ETR­ Regressivas). vinculada diretamente à Coordenação -Geral de Cobrança e Recupera ção de Créditos (CGCOB) da Procuradoria -Geral Federal (PGF) com o objetivo de conferir maior eficiência na política de ajuizamento de ações judiciais dessa natureza .

§lº Nos termos da Port aria PGF nº 978, de 24 de dezem bro de 2015, entende-se por Trabalho Remoto aquele realizado a dist ância , não del imit ado por competência t errit orial, por meio de equipamentos e tecnologias que perm it am a sua plena realização fora das dependências das unidades da PGF.

§2º A atua ção da ETR-Regressivas é considera da prioritária para todos os fins.

§3º Compete a CGCOB definir o plano anual de atividades da ETR-Reg res sivas e gerenciar os seus result ados.

Art . 2º O funcionam ent o da ETR-Regressivas se dará em consonância com seu projeto de criação , seu plano anual de atividades e com as seguintes diret rizes:

II - proatividade, produtivi dade e eficiência, averigu adas por meio de relatórios mensais, comunicação permanente e reuniões virtuais periódicas;

II - especialização e uniformização da atuação em matéria de regressivas previdenciárias;

III - atuação exclusiva;

IV - atuação colaborat iva com os órgãos e entidades responsáveis pela proteção individual e coletiva do trabalhador e órgãos de segurança pública;

Art . 3º A seleção dos integrantes da ETR-Regressivas deve priorizar os seguintes requisitos:

I - estar em efetivo exercício em uma unidade da Procuradoria -Geral Federal ;

II - atuação anterior em ações regressi vas previdenciár ias;

III - experiência na análise de procedimentos de instrução prévia (PIPs), elaboração de petições iniciais e acompanhamento de ações regressivas previdenciárias; e

IV - publicação científica ou acadêmica na área de segurança e saúde do trabalho ou que verse especificamente sobre ações regress ivas previdenciárias .

§ lº Os candidatos serão selecionados com base nos requisitos deste artigo e de acordo com as regras de classificação previstas em Edita l.

§2º Será obrigatória a apresentação de documentos que comprovem o atendimento dos requisitos previstos em Edital, bem como declaração de ciência quanto às atividades que serão desempenhadas, às condições para reali zá-las e previsão de avaliação de desempenho periódica.

§ 3º O responsável pela coordenação da ETR-Regressi vas, considerando o atendimento de situações extraordinárias ou para desenvolvimento e execução de estratégias específicas do projeto, poderá solicitar ao Coor de nador -Gera l de Cobrança e Recuperação de Créd itos da PGF a designação excepcional de Procuradores Federais para atuar na equipe.

§ 4º O Coordenador -Gera l de Cobrança e Recuperação de Créditos da PGF, na hipótese do §3º deste artigo, deverá submeter a pro posta , se for o caso, ao Procura dor -Geral Federal.

Art . 4º O Edital especificará o prazo de permanência dos membros na ETR-Regressi vas, bem como o prazo de validade da seleção para fins de reposição decorrente de vacância superveniente .

Art . 5º A ETR-Regressi vas será composta por Procuradores Federais, selecionados nos termos desta Portaria, sendo o quant it ativo de componentes avaliado periodicamente de acordo com as metas estabelecidas no plano anual e nos resultados apresentados.

Art. 6º Caberá ao membro integrante da ETR-Regressivas as segu in t es atividades :

I - instaurar, instruir e analisar os PIPs;

II– analisar a viabilidade do ajuizamento das ações regressivas previdenciárias, de vendo -se proceder, inclusive, a pesquisas para prevenção de eventua l litispendência, decidindo de forma fundamentada sobre seu ajuizamento ou arquivamento;

III - elaborar atos e comunicações oficia is necessár ios ao desenvolvim ent o das ati vi dades inerentes à ETR-Regressivas ;

IV- manter cont ato com órgãos públicos e autoridades para fins de obtenção de informações út eis ao ajuizamento de ações regressivas previdenciárias;

V- elaborar as respectivas petições iniciais e reunir os documentos que a inst ruirão , dispon ibilizando -os nos sistemas informatizados da AGU, bem como o ajuizamento eletrônico, quando possível;

VI- enviar relatório mensal em formato padronizado, informando todas as atividades judiciais e extrajudiciais realizadas;

VII- participar de reuniões presenciais e virt uais, sempre que designadas;

VIII- comparecer aos encontros anuais da ETR-Regressivas , cuja organização e conveniência caberá à Pro cu rad oria -Geral Federal;

IX- registrar todos os atos realizados nos sistemas informatizados da Advocac ia -Geral da União;

X- cumprir as metas fixadas no plano anual e atingir os índices de produtividade nele indicados;

XI- desempenhar outras atividade s pertinentes ao objeto de especialização da equipe, definidas pela CGCOB.

XII - elaborar réplica nas ações com cumulação de benefícios (coletivas), definidas como de atuação estratégica, desde que receba o procedimento do órgão de execução com prazo mínimo de 10 dias. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 428, de 10.5.2019)**

Art. 7º Compete ao responsável pela coordenação da ETR-Regressivas , entre outras, as seguintes atividades :

I - realizar a triagem e distribuição dos processos administrativos entre os integrantes da ETR­ Regressiv as;

II - analisar as peças e os relat órios elaborados com vistas a garantir a qualidade e a uniformidade da atuação , extraindo as estatísticas necessárias ao aprimoramento do trabalho;

III - verificar o cumprimento das metas estabelecidas e da produt ividade dos membros da equipe;

IV - designar reuniões;

V - organizar e definir fluxos de trabalho da Equipe;

VI - definir prioridades de atuação ;

VII - analisar e atuar diretam ente em casos estratég icos e de maior relevância, a critério da CGCOB; e

VIII - elaborar a minuta de plano anual de at ividades e submeter à CGCOB.

Art. 8º A Pro cur adoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Socia l - PFE/INSS indicará um Pr ocurador Federal em exercício na unidade para atuação como ponto focal para realização de interlocução com os membros do ETR-Regressivas.

Art. 9º O encaminhamento de processos adm inistrati vos ou documentos relacionados à instauração e instrução de PIP e ajuizamento de ações regressivas será realizado exclusivament e em meio eletrônico, por meio do Sapiens.

§1º O órgão de execução da PGF que receber expedientes e documentos destinados à instrução de PIP ou de pe t ição inicial de ação regressiva deverá, após o devido cadastram ento , encaminhá­ los com a maior brevidade possível à CGCOB para as pro videncias cabíveis.

§2º A forma de cadastramento e tramitação de processos e documentos será regulamentada por meio de orientação a ser expedida pelo Coordenador -Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos .

§3º Sempre que necessário, o integrante da ETR-Regressivas poderá solicitar apoio na execução de ato s de sua competência aos órgãos de execução da PGF do local dos fatos, do ajuizame nto da ação regressiva, ou do endereço do destinat ário.

§4º O integrante da ETR-Regress ivas encaminhará diretam ente, pelo Sapiens, processos adm inistrati vos aos órgãos de execução da PGF para as providências pertinentes, respeitada a sua com petênci a territ orial.

§5º O integrante da ETR-Regressi vas devolverá em até 72 (setenta e duas) horas o processo adm inistrat ivo ou docum ent o a ele distribuído , nos casos que não sejam de sua atribuição;

Art. 10. O PIP será instaurado e instruído na forma da Portaria Conjunta PGF PFE-INSS nº 06, de 18 de janeiro de 2013, devendo desenvolver-se integralmente no Sapiens.

Parágrafo único. Aplica-se a Portaria AGU n° 218, de 04 de abril de 2019 no que tange aos acordos realizados nas ações regressivas acidentárias. (NR) **(Incluído pela Portaria nº 428, de 10.5.2019)**

Art. 11. Concluído o PIP pela viabilidade do ajuizamento da ação, o integrante da ETRRegressivas elaborará a petição inicial, instruindo-a no Sapiens com todos os documentos pertinentes. **(Redação dada pela Portaria nº 428, de 10.5.2019)**

§ 1º Caberá diretamente à ETR-Regressivas, por meio de seu setor administrativo, efetuar o ajuizamento das ações judiciais de sua competência perante os órgãos da Justiça Federal em que seja possível a utilização de sistema eletrônico, observado cronograma a ser estabelecido pela CGCOB. **(Redação dada pela Portaria nº 428, de 10.5.2019)**

§ 2º Após o ajuizamento da petição inicial, o apoio administrativo da ETR deverá cadastrar o processo judicial no Sapiens, vinculando-o ao processo administrativo originário, encaminhando para o órgão de execução da PGF que possua competência territorial para o seu acompanhamento; **(Redação dada pela Portaria nº 428, de 10.5.2019)**

§3º Cabe ao órgão de execução da PGF manter atualizado no Sapiens cópia do processo judicial; **(Redação dada pela Portaria nº 428, de 10.5.2019)**

§4º Em órgãos jurisdicionais que ainda não possuem processo eletrônico, a competência para o ajuizamento da ação regressiva caberá ao órgão de execução da PGF com atribuição territorial para acompanhamento da demanda, que receberá, via Sapiens, a petição inicial com todos os documentos pertinentes. **(Redação dada pela Portaria nº 428, de 10.5.2019)**

§ 5º O Procurador Federal do órgão de execução da PGF responsável pelo protocolo da petição inicial firmará sua assinatura física ou eletrônica na peça, conforme o caso, hipótese em que não se responsabilizará pelo seu conteúdo. **(Incluído pela Portaria nº 428, de 10.5.2019)**

§ 6º Nos casos referidos no parágrafo anterior, deverá ser incluída na última folha da petição inicial a identificação do seu autor. **(Incluído pela Portaria nº 428, de 10.5.2019)**

§ 7º As providências administrativas dispostas no parágrafo segundo serão de responsabilidade do órgão de execução da PGF nas hipóteses em que for sua atribuição o ajuizamento. (NR) **(Incluído pela Portaria nº 428, de 10.5.2019)**

Art. 12. A participação na ETR-Regressivas não importa em alteração na lotação do Procur ador Federal e seu desligam ento do projeto não gera qualquer direito a trânsit o, à indenização ou a qualquer espécie de ajuda de custo.

§ 1º O ingresso e a permanência do Procurador Federal dentro da ETR-Regressivas são opções facultadas ao membro pela instit uição, e permitidas em função da conveniência e eficiência do serviço, pod endo ser revistos a qualquer tempo, a critério da Admin ist ração ou a pedido do interessado, não gerando direito adquirido aos seus integrantes.

§ 2º O integ rante da ETR-Regressivas que não cumprir as metas estabelecidas no plano anual de at ividades, bem como não se adaptar à sistemática e às rotinas do trabalho a distância deverá ser desligado da Equipe .

§ 3º O desligamento da ETR-Regressivas não configura, por si só, presunção ou indício de infração disciplinar e será precedido de comunicação, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trint a) dias da sua efetivação .

Art. 13. Os Procuradores Federais em exercício volunt ário em unidade considerada de difícil provimento poderão participar da ETR-Regressivas , desde que o intere ssado renuncie expressamente a contagem do tempo de efet ivo exercício em unidade considerada de difícil provimento, durante o período que integ rar a ETR-Regressivas, para efeitos do que dispõe o art . 10 da Portaria PGF n .º 1.4 32 , de 30 de dezembro de 2008, e suas alte rações posteriores .

Parágrafo único. A contagem do tempo de efetivo exercício em unidade de difícil provimento, referida no caput deste artigo será suspensa enquanto durar a participação do Procurad or Federal na ETR-Regressivas .

Art . 14. Independentemente da lotação dos membros da Equipe, cabe à CGCOB organiza r a escala de férias, analisar os pedidos de afastamentos e demais assuntos administrativos.

Art . 15. As ativ idades prev istas no artigo 6º desta Portaria são de exclusiva competência dos integrantes da ETR-Reg ressiva.

Art . 16 . Após a publicação desta Portaria, cada órgão de execução da PGF dev erá, em 30 dias, remeter pelo Sapiens à CGCOB todos os PIPs abertos devidamente digitalizados.

Art . 17 . Os casos omissos serão resolvidos pela CGCOB.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

Suplemento A do BSE nº 10, de 10.03.2016.

**PORTARIA Nº 172, DE 21 DE MARÇO DE 2016.**

*Dispõe sobre a estrutura, a organização e as atribuições das Procuradorias Regionais Federais, das Procuradorias Federais nos Estados, das Procuradorias Seccionais Federais, das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais e dá outras providências.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I, IV, V e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º São órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal as Procuradorias Regionais Federais, as Procuradorias Federais nos Estados, as Procuradorias Seccionais Federais e as Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais.

CAPÍTULO I

DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

Art. 2º As Procuradorias Regionais Federais, as Procuradorias Federais nos Estados e as Procuradorias Seccionais Federais são os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal responsáveis pela representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais perante juízo ou tribunal, ressalvadas as atribuições das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais.**(Redação dada pela Portaria nº 911, de 10.12.2018)**

Seção I

Das Procuradorias Regionais Federais

Art. 3º As Procuradorias Regionais Federais, localizadas nas cidades sede dos Tribunais Regionais Federais, subordinam­se diretamente à Procuradoria­Geral Federal e são dirigidas pelos Procuradores Regionais Federais.

Art. 4º Compete às Procuradorias Regionais Federais, no âmbito de sua atuação:

I ­ exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais nas causas de qualquer natureza junto à Justiça comum e especializada de primeira e segunda instância nos Estados de sua sede ou no Distrito Federal, conforme atribuição definida em ato do Procurador­Geral Federal;

II ­ exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais na execução de sua dívida ativa de qualquer natureza junto à Justiça comum e especializada de primeira e segunda instância nos Estados de sua sede ou no Distrito Federal, conforme atribuição definida em ato do Procurador­Geral Federal;

III ­ exercer a orientação jurídica e a defesa judicial de indígenas e de suas respetivas comunidades junto à Justiça comum e especializada de primeira e segunda instância nos Estados de sua sede ou no Distrito Federal, na defesa dos direitos individuais e coletivos indígenas, nos termos da Portaria AGU nº 839, de 18 de junho de 2010;

IV ­ desenvolver programas e atividades de negociação, mediação e conciliação para a resolução e prevenção de controvérsias judiciais e extrajudiciais e diminuição da litigiosidade, no âmbito da sua atuação, nos termos dos atos do Advogado­Geral da União e do Procurador­Geral Federal;

V ­ realizar despachos com magistrados e desembargadores em assuntos de interesse das autarquias e fundações públicas federais;

VI ­ interpretar as decisões judiciais no seu âmbito de atuação, especificando a força executória do julgado e fixando para a respectiva autarquia ou fundação pública federal os parâmetros para cumprimento da decisão;

VII ­ estabelecer, no âmbito dos órgãos de execução vinculados localizados na respectiva Região, uniformidade de procedimentos nos processos relacionados nos incisos I, II e III;

VIII ­ coordenar, orientar, acompanhar e supervisionar a atuação processual dos órgãos de execução vinculados localizados na respectiva Região;

IX ­ promover o acompanhamento especial e prioritário de ações consideradas relevantes ou estratégicas, desenvolvendo estudos para definição de estratégias e ações a serem implementadas no âmbito da sua Região, em articulação com os órgãos de direção da Procuradoria­Geral Federal;

X ­ coordenar, orientar e supervisionar, técnica e administrativamente, os órgãos de execução vinculados, promovendo a solução de eventuais divergências e controvérsias, no que lhes competir;

XI ­ **(Revogado pela Portaria nº 911, de 10.12.2018)**

XII­ estabelecer intercâmbio de informações, no âmbito do Estado de sua sede, com outros órgãos da Advocacia­Geral da União e com órgãos e instituições da Administração Pública Direta e Indireta e dos demais Poderes da União, bem como, quando for o caso, do Estado e Municípios;

XIII ­ atuar na representação de autoridades ou titulares de cargo efetivo de autarquia ou fundação pública federal, quando a demanda seja ou deva ser processada perante o Tribunal Regional da respectiva Região ou na Justiça comum ou especializada de primeira instância da localidade sede de sua área de atuação, nos termos do art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995;

XIV ­ zelar pela observância das orientações e diretrizes emanadas dos órgãos de direção da Advocacia­Geral da União e da Procuradoria­Geral Federal.

Parágrafo único. As atividades referentes à consultoria e ao assessoramento jurídico das autarquias e fundações públicas federais somente serão realizadas pelas Procuradorias Regionais Federais nos termos e limites definidos em atos próprios do Procurador­Geral Federal.

Art. 5º As Procuradorias Regionais Federais deverão ser compostas pelos seguintes Núcleos deatuação:

I - Núcleo de Cobrança e Recuperação de Créditos, órgão de coordenação e execução da Procuradoria Regional Federal, diretamente vinculado ao Procurador Regional Federal, ao qual compete gerenciar, coordenar, orientar e atuar nas atividades de representação judicial e extrajudicial relativas à cobrança, defesa da probidade, recuperação de créditos das entidades representadas, inclusive ações anulatórias, declaratórias, ordinárias, embargos à execução fiscal e cobrança de honorários, podendo ser composto pelos seguintes Subnúcleos: **(Redação dada pela Portaria nº 860, de 20.11.2018)**

1. Subnúcleo de Inscrição em Dívida Ativa e Atuação Extrajudicial, ao qual compete operacionalizar e executar as atividades de apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, de titularidade das autarquias e fundações públicas federais, e a sua inscrição em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, protesto extrajudicial, parcelamento e demais atos relacionados à recuperação extrajudicial do crédito e elaborar as petições iniciais de execução fiscal;
2. Subnúcleo de Acompanhamento de Execuções, ao qual compete triar e atuar nos processos judiciais de execução de qualquer natureza que objetivem o impulso da cobrança judicial em favor das autarquias e fundações públicas federais;
3. Subnúcleo de Contencioso Comum, ao qual compete acompanhar e atuar nos processos judiciais que demandem a defesa, a instrução e a manutenção dos créditos objeto de cobrança, inscritos ou não em dívida ativa, ressalvadas as atribuições do Subnúcleo de Acompanhamento de Execuções e do Subnúcleo de Atuação Prioritária;
4. Subnúcleo de Atuação Prioritária, ao qual compete atuar nos processos judiciais e extrajudiciais considerados prioritários, relevantes ou estratégicos em matéria de cobrança e recuperação de créditos, respeitadas as normas sobre o assunto editadas pela Advocacia­Geral da União e pela Procuradoria­ Geral Federal.

II ­ Núcleo de Matéria Administrativa, órgão de coordenação e execução da Procuradoria Regional Federal, diretamente vinculado ao Procurador Regional Federal, ao qual compete gerenciar, coordenar, orientar e atuar na representação judicial e extrajudicial relativa às atividades de pessoal, patrimônio, licitação, contratos, convênios, tributos devidos pela entidade e outras atividades que não envolverem matéria específica de atividade fim de autarquia ou fundação pública federal ou de cobrança e recuperação de seus créditos, podendo ser composto pelos seguintes Subnúcleos:

1. Subnúcleo de Matéria de Pessoal, ao qual compete acompanhar e atuar nos processos judiciais relacionados às questões de pessoal;
2. Subnúcleo de Matéria Administrativa, ao qual compete acompanhar e atuar nos processos judiciais relacionados às demais atividades meio das entidades representadas, exceto em matéria de pessoal, tais como questões de patrimônio, licitação, contratos administrativos e convênios;
3. Subnúcleo de Ações Trabalhistas, ao qual compete acompanhar e atuar nas ações que tramitam perante a Justiça do Trabalho;
4. Subnúcleo de Atuação Prioritária, ao qual compete atuar nos processos judiciais e extrajudiciais considerados prioritários, relevantes ou estratégicos em matéria administrativa, respeitadas as normas sobre o assunto editadas pela Advocacia­Geral da União e pela Procuradoria­Geral Federal.

III - Núcleo de Matéria Finalística, órgão de coordenação e execução da Procuradoria Regional Federal, diretamente vinculado ao Procurador Regional Federal, ao qual compete gerenciar, coordenar, orientar e atuar na representação judicial e extrajudicial relativa às atividades finalísticas das entidades representadas, independentemente da forma de veiculação da pretensão, inclusive ações anulatórias, declaratórias, ordinárias, embargos à execução e outras, excetuadas as competências relativas à matéria de cobrança e recuperação de créditos, podendo ser composto pelos seguintes Subnúcleos: (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 860, de 20.11.2018)**

1. Subnúcleo de Desenvolvimento Agrário e Desapropriações;
2. Subnúcleo de Meio Ambiente;
3. Subnúcleo de Infraestrutura;
4. Subnúcleo de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia;
5. Subnúcleo de Assuntos Indígenas;
6. Subnúcleo de Desenvolvimento Econômico;
7. Subnúcleo de Saúde.

IV ­ Núcleo de Matéria Previdenciária, órgão de coordenação e execução da Procuradoria Regional Federal, diretamente vinculado ao Procurador Regional Federal, ao qual compete gerenciar, coordenar, orientar e atuar na representação judicial e extrajudicial relativa às matérias finalísticas do Instituto Nacional do Seguro Social, podendo ser composto pelos seguintes Subnúcleos:

1. Subnúcleo de Contencioso Comum 1º Grau, ao qual compete acompanhar e atuar nos processos judiciais relativos às matérias de previdência e assistência social em trâmite no primeiro grau da Justiça Federal, Estadual e Trabalhista, exceto Juizados Especiais Federais;
2. Subnúcleo de Contencioso Comum 2º Grau, ao qual compete acompanhar e atuar nos processos judiciais relativos às matérias de previdência e assistência social em trâmite no segundo grau da Justiça Federal e do Trabalho, exceto Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais;
3. Subnúcleo de Ações Acidentárias, ao qual compete acompanhar e atuar nos processos acidentários em trâmite no Juízo Estadual e no Tribunal de Justiça do respectivo Estado;
4. Subnúcleo de Juizado Especial Federal, ao qual compete acompanhar e atuar nos processos judiciais relativos às matérias de previdência e assistência social em trâmite nos Juizados Especiais Federais;
5. Subnúcleo de Turmas Recursais, ao qual compete acompanhar e atuar nos processos judiciais relativos às matérias de previdência e assistência social em trâmite nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais;
6. Subnúcleo de Atuação Prioritária, ao qual compete atuar nos processos judiciais e extrajudiciais considerados prioritários, relevantes ou estratégicos em matéria de previdência e assistência social, respeitadas as normas sobre o assunto editadas pela Advocacia­Geral da União e pela Procuradoria­ Geral Federal.

V ­ Núcleo de Gerenciamento da Atuação Prioritária, órgão de coordenação da Procuradoria Regional Federal, ao qual compete o gerenciamento, a coordenação e o acompanhamento da atuação em processos judiciais e extrajudiciais considerados prioritários, relevantes ou estratégicos da respectiva Região, respeitadas as normas sobre o assunto editadas pela Advocacia­Geral da União e pela Procuradoria­Geral Federal.

Parágrafo único. O Procurador Regional Federal poderá criar, no âmbito dos Subnúcleos de Matéria Finalística previstos no inciso III, grupos específicos de Atuação Prioritária, para atuar nos processos judiciais e extrajudiciais considerados prioritários, relevantes ou estratégicos, respeitadas as normas sobre o assunto editadas pela Advocacia­Geral da União e pela Procuradoria­Geral Federal.

Art. 6º O Procurador Regional Federal poderá criar outros Subnúcleos, além daqueles previstos no artigo 5º, com o objetivo de aumentar a especialização da atuação, ou, excepcionalmente, fundi-los, de modo a adequar-se à demanda local. **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

Parágrafo único. Não poderão ser instituídos Núcleos ou Subnúcleos de atuação residual. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

Art. 7º Também devem integrar as Procuradorias Regionais Federais:

I ­ Gabinete da Procuradoria Regional Federal, órgão de assessoramento, diretamente subordinado ao Procurador Regional Federal, ao qual compete assessorar o Procurador Regional Federal e o Procurador Regional Federal Substituto;

II ­ Núcleo de Administração, Planejamento e Gestão, ao qual compete gerenciar, controlar e supervisionar as atividades administrativas e de gestão da Procuradoria Regional Federal, assessorar o Gabinete da Procuradoria Regional Federal em suas competências administrativas, controlar e tramitar documentos expedidos ou recebidos, gerenciar o suprimento de fundos, o controle e racionalização da utilização dos veículos oficiais, a fiscalização dos contratos de prestação de serviços terceirizados, o controle patrimonial, realizar atividades inerentes a recursos humanos e outras atividades administrativas, em articulação, quando for o caso, com a respectiva Superintendência de Administração da Advocacia­Geral da União e com as Coordenações­ Gerais de Pessoal, de Planejamento e Gestão e de Projetos e Assuntos Estratégicos da Procuradoria­Geral Federal;

III ­ Núcleo de Apoio Processual, ao qual compete realizar as atividades de triagem, cadastramento e distribuição de processos, utilizando o Sistema Integrado de Controle das Ações da União – SICAU ou o Sistema AGU de Inteligência Jurídica ­ SAPIENS, realização de carga e devolução de autos judiciais, protocolização de petições, controle do arquivo, físico e digital, e demais atividades relacionadas ao apoio processual da unidade.

§ 1º O Procurador Regional Federal poderá criar outros Núcleos e subdividi­los em Subnúcleos, com o objetivo de aumentar a racionalização e a produtividade das atividades administrativas da unidade.

§ 2º O Procurador Regional Federal poderá determinar que o Núcleo de Administração, Planejamento e Gestão, o Núcleo de Apoio Processual e demais Núcleos ou Subnúcleos criados no âmbito da Procuradoria Regional Federal atendam demandas das demais unidades vinculadas.

Art. 8º Aos Procuradores Regionais Federais compete:

I ­ dirigir e representar a respectiva Procuradoria Regional Federal;

II ­ representar judicial e extrajudicialmente as autarquias e fundações públicas federais nas causas de qualquer natureza junto à Justiça comum e especializada de primeira e segunda instância nos Estados de sua sede ou no Distrito Federal, conforme atribuição definida em ato do Procurador­Geral Federal;

III ­ desenvolver, implementar e acompanhar as políticas e estratégias específicas da Advocacia­Geral da União e da Procuradoria­Geral Federal;

IV ­ assegurar o alcance de objetivos e metas da Advocacia­Geral da União, da Procuradoria­ Geral Federal e da Procuradoria Regional Federal, zelando pela qualidade dos serviços desenvolvidos no âmbito institucional;

V ­ decidir, ouvida a Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal, quando for o caso, sobre o pedido de representação de que trata o art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, das autoridades ou titulares de cargo efetivo de autarquia ou fundação pública federal, quando a demanda seja ou deva ser processada perante o Tribunal Regional da respectiva Região ou na Justiça comum ou especializada de primeira instância da localidade sede de sua área de atuação;

VI ­ julgar recurso interposto pela autoridade ou titular de cargo efetivo de autarquia ou fundação pública federal em face de decisão proferida por Procurador­Chefe de Procuradoria Federal no Estado ou por responsável por Procuradoria Seccional Federal diretamente subordinada, que não acolher o pedido de representação de que trata o art. 22 da lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995;

VII ­ remeter ao Procurador­Geral Federal recurso interposto pela autoridade ou titular de cargo efetivo de autarquia ou fundação pública federal em face de decisão proferida em seu âmbito, que não acolher o pedido de representação de que trata o art. 22 da lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995;

VIII ­ assistir o Procurador­Geral Federal nos assuntos de interesse das autarquias e fundações públicas federais, fornecendo­lhe subsídios necessários à sua atuação e eventual intervenção em processos judiciais, extrajudiciais ou administrativos;

IX ­ oferecer ao Procurador­Geral Federal subsídios para a formulação de políticas e diretrizesda Instituição;

X ­ determinar o desenvolvimento de estudos técnicos, aprovar notas técnicas e expedir orientações técnico­jurídicas no âmbito da Procuradoria Regional Federal;

XI ­ dirigir, controlar e coordenar os órgãos setoriais subordinados, bem como gerir os recursos humanos, materiais e tecnológicos à disposição da Procuradoria Regional Federal;

XII ­ submeter ao Procurador­Geral Federal as divergências e controvérsias de que trata o art.28;

XIII ­ definir as ações tidas como relevantes ou prioritárias, para fins de acompanhamento especial ou estratégico, sem prejuízo dos atos editados ou orientações expedidas pelo Procurador­Geral Federal e pelo Advogado­Geral da União, devendo, ainda, serem consideradas as solicitações formuladas pelas Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais;

XIV ­ examinar, solicitar a elaboração e autorizar o ajuizamento de pedidos de suspensão de execução de provimento liminar ou de medidas de eficácia judicial equivalente, de ações rescisórias, de reclamações e de incidentes de resolução de demandas repetitivas, ou de ingresso nestas na qualidade de *amicus curiae,* no seu âmbito de competência;

XV ­ manter articulação com os órgãos da Advocacia­Geral da União e da Procuradoria­Geral Federal, objetivando uniformidade na atuação jurídica;

XVI ­ propor ao Procurador­Geral Federal a criação ou a extinção de Procuradorias Seccionais Federais e de escritórios avançados vinculados;

XVII ­ articular com a Assessoria de Comunicação Social da Advocacia­Geral da União a execução da política de divulgação institucional da Procuradoria Regional Federal;

XVIII ­ orientar a atuação, em articulação com a Divisão de Defesa das Prerrogativas da Carreira de Procurador Federal, nos casos em que os membros sofram, no âmbito de sua Região, ameaça ou efetiva violação aos direitos e prerrogativas funcionais ou institucionais no exercício do cargo;

XIX ­ aprovar pareceres e notas, observados os valores de alçada, relacionados à análise legitimatória de precatórios, autorização para celebração de acordos e transações e outras situações previstas em ato do Advogado­Geral da União ou do Procurador­Geral Federal;

XX ­ zelar pelo efetivo funcionamento dos Comitês Estaduais de Gestão e dos Colégios de Consultoria no âmbito do seu Estado;

XXI­ viabilizar o funcionamento das Equipes de Trabalho Remoto no âmbito do seu Estado, além de propor ao Procurador­Geral Federal a criação de novas Equipes;

XXII­ garantir a estrutura e o apoio necessários ao funcionamento das Comissões Permanentes Processantes, bem como viabilizar a execução das atividades das Comissões de Processos Administrativos Disciplinares no seu âmbito de atuação;

XXIII­ regulamentar a colaboração entre os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal no seu âmbito de atuação;

XXIV­ designar Procurador Federal para o encargo de responsável pelos Núcleos de Procuradoria Regional Federal e de Procuradoria Federal nos Estados previstos nos artigos 5º e 12 desta Portaria, por meio de Ordem de Serviço a ser publicada no Boletim de Serviço da Advocacia­Geral da União;

XXV ­ designar Procurador Federal para participação em mutirões de trabalho, no âmbito da sua região, por meio de Ordem de Serviço a ser publicada no Boletim de Serviço da Advocacia­Geral da União, a qual deverá conter a informação sobre o objeto, as datas, o local de realização do respectivo mutirão e, quando for o caso, dados sobre o convite para participação no evento;

XXVI­ editar, anualmente, o plano de ação da Procuradoria Regional Federal em consonância com o plano de ação anual da Procuradoria­Geral Federal;

XXVII ­ publicar, anualmente, o balanço da execução do plano de ação da Procuradoria Regional Federal do exercício anterior;

XXVIII ­ atender, no prazo estipulado, os pedidos de informação e relatórios solicitados pelos órgãos de direção da Procuradoria­Geral Federal;

XXIX­ manter atualizadas as páginas da unidade na internet e na intranet com os dados e contatos dos Procuradores Federais da unidade, seu endereço, sua estrutura organizacional, sua competência territorial, o rol de entidades representadas e a lista de unidades estaduais e seccionais vinculadas, com a respectiva competência;

XXX ­ encaminhar à Advocacia­Geral da União pedido de apuração de falta funcional praticada, no exercício de suas atribuições, por servidores das unidades, e à Procuradoria­Geral Federal pedido de apuração de falta funcional praticada, no exercício de suas atribuições, pelos membros da carreira de Procurador Federal;

XXXI­ editar Ordens de Serviço para o exercício de suas atribuições e com o objetivo de regulamentar e uniformizar procedimentos no âmbito regional.

§ 1º Os Procuradores Regionais Federais podem atuar perante os juízos de primeira instância e quaisquer tribunais no âmbito da sua Região.

§2º A competência prevista no inciso XIV, em relação às ações rescisórias, pode ser objeto de delegação do Procurador Regional Federal.

Art. 9º Ao Procurador Regional Federal Substituto compete:

I ­ assistir e auxiliar o titular na coordenação e supervisão das atividades dos órgãos de execuçãovinculados;

II ­ assistir o titular em suas representações políticas e administrativas, na definição de diretrizes e na implementação das ações das diversas áreas de competência do órgão de execução;

III ­ sem prejuízo das competências do titular, coordenar e supervisionar as atividades de organização e modernização administrativa da Procuradoria Regional Federal e de seus órgãos de execução vinculados;

IV ­ assistir o titular nos estudos e procedimentos de levantamento de riscos relacionados à atuação, propondo a fixação de orientações normativas, bem como outros atos a serem submetidos ao Procurador­Geral Federal;

V ­ exercer outras atribuições que lhe forem delegadas e conferidas pelo Procurador RegionalFederal.

Seção II

Das Procuradorias Federais nos Estados

Art. 10 As Procuradorias Federais nos Estados, localizadas nas capitais dos Estados que não sejam sede de Tribunal Regional Federal, subordinam­se às respectivas Procuradorias Regionais Federais e são dirigidas pelos Procuradores­Chefes.

Art. 11 Compete às Procuradorias Federais nos Estados, no âmbito de sua atuação:

1. ­ exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais nas causas de qualquer natureza junto à Justiça comum e especializada de primeira e segunda instância no Estado de sua sede, conforme atribuição definida em ato do Procurador­Geral Federal;
2. ­ exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais na execução de sua dívida ativa de qualquer natureza junto à Justiça comum e especializada de primeira e segunda instância no Estado de sua sede, conforme atribuição definida em ato do Procurador­Geral Federal;
3. ­ exercer a orientação jurídica e a defesa judicial de indígenas e de suas respetivas comunidades junto à Justiça comum e especializada de primeira e segunda instância no âmbito da sua atuação, na defesa dos direitos individuais e coletivos indígenas, nos termos da Portaria AGU nº 839, de 18 de junho de 2010;
4. ­ interpretar as decisões judiciais no seu âmbito de atuação, especificando a força executória do julgado e fixando para a respectiva autarquia ou fundação pública federal os parâmetros para cumprimento da decisão;
5. ­ desenvolver programas e atividades de negociação, mediação e conciliação para a resolução e prevenção de controvérsias judiciais e extrajudiciais e diminuição da litigiosidade, no âmbito da sua atuação, nos termos dos atos do Advogado­Geral da União e do Procurador­Geral Federal;
6. ­ realizar despachos com magistrados e desembargadores em assuntos de interesse das autarquias e fundações públicas federais;
7. ­ estabelecer, no âmbito dos órgãos de execução vinculados, localizados no respectivo Estado, uniformidade de procedimentos nos processos relacionados nos incisos I, II e III deste artigo;
8. ­ coordenar, orientar, acompanhar e supervisionar a atuação processual dos órgãos de execução vinculados localizados no respectivo Estado;
9. ­ promover o acompanhamento especial e prioritário de ações consideradas relevantes ou estratégicas, desenvolvendo estudos para definição de estratégias e ações a serem implementadas no âmbito do Estado, em articulação com a respectiva Procuradoria Regional Federal;
10. ­ coordenar, orientar e supervisionar, técnica e administrativamente, os órgãos de execução vinculados, promovendo a solução de eventuais divergências e controvérsias, no que lhes competir;
11. ­ atuar junto às Secretarias de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Estado de sua sede e fornecer subsídios à atuação dos órgãos de direção da Procuradoria­Geral Federal;
12. ­ estabelecer intercâmbio de informações, no âmbito do Estado de sua sede, com outros órgãos da Advocacia­Geral da União e com órgãos e instituições da Administração Pública Direta e Indireta e dos demais Poderes da União, bem como, quando for o caso, do Estado e Municípios;
13. ­ atuar na representação de autoridades ou titulares de cargo efetivo de autarquia ou fundação pública federal, quando a demanda seja ou deva ser processada na Justiça comum ou especializada de primeira instância de sua área de atuação, nos termos do art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995;
14. ­ zelar pela observância das orientações e diretrizes emanadas dos órgãos de direção da Advocacia­Geral da União, da Procuradoria­Geral Federal e da Procuradoria Regional Federal.

Parágrafo único. As atividades referentes à consultoria e ao assessoramento jurídico das autarquias e fundações públicas federais somente serão realizadas pelas Procuradorias Federais nos Estados nos termos e limites definidos em atos próprios do Procurador­Geral Federal.

Art. 12 As Procuradorias Federais nos Estados deverão ser compostas pelos seguintes Núcleosde atuação:

I - Núcleo de Cobrança e Recuperação de Créditos, órgão de coordenação e execução da Procuradoria Federal no Estado, diretamente vinculado ao Procurador-Chefe, ao qual compete gerenciar, coordenar, orientar e atuar nas atividades de representação judicial e extrajudicial relativas à cobrança, defesa da probidade, recuperação de créditos das entidades representadas, inclusive ações anulatórias, declaratórias, ordinárias, embargos à execução fiscal e cobrança de honorários, podendo ser composto pelos seguintes Subnúcleos: **(Redação dada pela Portaria nº 860, de 20.11.2018)**

1. Subnúcleo de Inscrição em Dívida Ativa e Atuação Extrajudicial, ao qual compete operacionalizar e executar as atividades de apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, de titularidade das autarquias e fundações públicas federais, e a sua inscrição em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, protesto extrajudicial, parcelamento e demais atos relacionados à recuperação extrajudicial do crédito e elaborar as petições iniciais de execução fiscal;
2. Subnúcleo de Acompanhamento de Execuções, ao qual compete triar e atuar nos processos judiciais de execução de qualquer natureza que objetivem o impulso da cobrança judicial em favor das autarquias e fundações públicas federais;
3. Subnúcleo de Contencioso Comum, ao qual compete acompanhar e atuar nos processos judiciais que demandem a defesa, a instrução e a manutenção dos créditos objeto de cobrança, inscritos ou não em dívida ativa, ressalvadas as atribuições do Subnúcleo de Acompanhamento de Execuções e do Subnúcleo de Atuação Prioritária;
4. Subnúcleo de Atuação Prioritária, ao qual compete atuar nos processos judiciais e extrajudiciais considerados prioritários, relevantes ou estratégicos em matéria de cobrança e recuperação de créditos, respeitadas as normas sobre o assunto editadas pela Advocacia­Geral da União, pela Procuradoria­ Geral Federal e pela respectiva Procuradoria Regional Federal.

II ­ Núcleo de Matéria Administrativa, órgão de coordenação e execução da Procuradoria Federal no Estado, diretamente vinculado ao Procurador­Chefe, ao qual compete gerenciar, coordenar, orientar e atuar na representação judicial e extrajudicial relativa às atividades de pessoal, patrimônio, licitação, contratos, convênios, tributos devidos pela entidade e outras atividades que não envolverem matéria específica de atividade fim de autarquia ou fundação pública federal ou de cobrança e recuperação de seus créditos, podendo ser composto pelos seguintes Subnúcleos:

1. Subnúcleo de Matéria de Pessoal, ao qual compete acompanhar e atuar nos processos judiciais relacionados às questões de pessoal;
2. Subnúcleo de Matéria Administrativa, ao qual compete acompanhar e atuar nos processos judiciais relacionados às demais atividades meio das entidades representadas, exceto em matéria de pessoal, tais como questões de patrimônio, licitação, contratos administrativos e convênios;
3. Subnúcleo de Ações Trabalhistas, ao qual compete acompanhar e atuar nas ações que tramitam perante a Justiça do Trabalho;
4. Subnúcleo de Atuação Prioritária, ao qual compete atuar nos processos judiciais e extrajudiciais considerados prioritários, relevantes ou estratégicos em matéria administrativa, respeitadas as normas sobre o assunto editadas pela Advocacia­Geral da União, pela Procuradoria­Geral Federal e pela respectiva Procuradoria Regional Federal;

III - Núcleo de Matéria Finalística, órgão de coordenação e execução da Procuradoria Federal no Estado, diretamente vinculado ao Procurador-Chefe, ao qual compete gerenciar, coordenar, orientar e atuar na representação judicial e extrajudicial relativa às atividades finalísticas das entidades representadas, independentemente da forma de veiculação da pretensão, inclusive ações anulatórias, declaratórias, ordinárias, embargos à execução e outras, excetuadas as competências relativas à matéria de cobrança e recuperação de créditos, podendo ser composto pelos seguintes Subnúcleos: (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 860, de 20.11.2018)**

1. Subnúcleo de Desenvolvimento Agrário e Desapropriações;
2. Subnúcleo de Meio Ambiente;
3. Subnúcleo de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Saúde;
4. Subnúcleo de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia;
5. Subnúcleo de Assuntos Indígenas.

IV ­ Núcleo de Matéria Previdenciária, órgão de coordenação e execução da Procuradoria Federal no Estado, diretamente vinculado ao Procurador­Chefe, ao qual compete gerenciar, coordenar, orientar e atuar na representação judicial e extrajudicial relativa às matérias finalísticas do Instituto Nacional do Seguro Social, podendo ser composto pelos seguintes Subnúcleos:

1. Subnúcleo de Contencioso Comum, ao qual compete acompanhar e atuar nos processos judiciais relativos às matérias de previdência e assistência social em trâmite no primeiro grau da Justiça Federal, Estadual e Trabalhista, exceto Juizados Especiais Federais;
2. Subnúcleo de Ações Acidentárias, ao qual compete acompanhar e atuar nos processos acidentários em trâmite no Juízo Estadual e no Tribunal de Justiça do respectivo Estado;
3. Subnúcleo de Juizado Especial Federal, ao qual compete acompanhar e atuar nos processos judiciais relativos às matérias de previdência e assistência social em trâmite nos Juizados Especiais Federais;
4. Subnúcleo de Turmas Recursais, ao qual compete acompanhar e atuar nos processos judiciais relativos às matérias de previdência e assistência social em trâmite nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais;
5. Subnúcleo de Atuação Prioritária, ao qual compete atuar nos processos judiciais eextrajudiciais considerados prioritários, relevantes ou estratégicos em matéria de previdência e assistência social, respeitadas as normas sobre o assunto editadas pela Advocacia­Geral da União, pela Procuradoria­Geral Federal e pela respectiva Procuradoria Regional Federal.

Art. 13 O Procurador-Chefe da Procuradoria Federal no Estado poderá criar outros Subnúcleos, além daqueles previstos no artigo 12, com o objetivo de aumentar a especialização da atuação, ou, excepcionalmente, fundi-los, de modo a adequar-se à demanda local. **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

Parágrafo único.Não poderão ser instituídos Núcleos ou Subnúcleos de atuação residual. (NR)

Art. 14 Também devem integrar as Procuradorias Federais nos Estados:

1. ­ Núcleo de Administração, Planejamento e Gestão, ao qual compete gerenciar, controlar e supervisionar das atividades administrativas e de gestão da Procuradoria Federal no Estado, assessorar o Procurador­Chefe em suas competências administrativas, controlar e tramitar documentos expedidos ou recebidos, gerenciar o suprimento de fundos, o controle e racionalização da utilização dos veículos oficiais, a fiscalização dos contratos de prestação de serviços terceirizados, o controle patrimonial, realizar atividades inerentes a recursos humanos e outras atividades administrativas, em articulação, quando for o caso, com a respectiva Superintendência de Administração da Advocacia­Geral da União e com as Coordenações­Gerais de Pessoal, de Planejamento e Gestão e de Projetos e Assuntos Estratégicos da Procuradoria­Geral Federal;
2. ­ Núcleo de Apoio Processual, ao qual compete realizar as atividades de triagem, cadastramento e distribuição de processos, utilizando o Sistema Integrado de Controle das Ações da União – SICAU ou o Sistema AGU de Inteligência Jurídica ­ SAPIENS, realização de carga e devolução de autos judiciais, protocolização de petições, controle do arquivo, físico e digital, e demais atividades relacionadas ao apoio processual da unidade.

§ 1º O Procurador­Chefe da Procuradoria Federal no Estado poderá criar outros Núcleos e subdividi­los em Subnúcleos, com o objetivo de aumentar a racionalização e a produtividade das atividades administrativas da unidade.

§ 2º O Procurador­Chefe da Procuradoria Federal no Estado poderá determinar que o Núcleo de Administração, Planejamento e Gestão, o Núcleo de Apoio Processual e demais Núcleos ou Subnúcleos criados no âmbito da Procuradoria Federal no Estado atendam demandas das demais unidades vinculadas no âmbito do Estado.

Art. 15 Aos Procuradores­Chefes das Procuradorias Federais nos Estados compete:

1. ­ dirigir e representar a respectiva Procuradoria Federal;
2. ­ representar judicial e extrajudicialmente as autarquias e fundações públicas federais nas causas de qualquer natureza junto à Justiça comum e especializada de primeira e segunda instância no Estado de sua sede, conforme atribuição definida em ato do Procurador­Geral Federal;
3. ­ desenvolver, implementar e acompanhar as políticas e estratégias específicas da Advocacia­Geral da União, da Procuradoria­Geral Federal e da Procuradoria Regional Federal;
4. ­ assegurar o alcance de objetivos e metas da Advocacia­Geral da União, da Procuradoria­ Geral Federal, da Procuradoria Regional Federal e da Procuradoria Federal no Estado, zelando pela qualidade dos serviços desenvolvidos no âmbito institucional;
5. ­ submeter ao Procurador­Geral Federal as divergências e controvérsias de que trata o art. 28;
6. ­ submeter ao Procurador Regional Federal as propostas de ajuizamento de pedidos de suspensão de execução de provimento liminar ou de medidas de eficácia judicial equivalente, de ações rescisórias, de reclamações e de incidentes de resolução de demandas repetitivas, ou de ingresso nestas na qualidade de *amicus curiae*;
7. ­ examinar, solicitar a elaboração e autorizar o ajuizamento de pedidos de suspensão de execução de provimento liminar ou de medidas de eficácia judicial equivalente, de ações rescisórias, de reclamações e de incidentes de resolução de demandas repetitivas, ou de ingresso nestas na qualidade de *amicus curiae,* no seu âmbito de competência;
8. ­ decidir, ouvida a Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal quando o caso, sobre o pedido de representação de que trata o art. 22 da lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, das autoridades ou titulares de cargo efetivo de autarquia ou fundação pública federal, quando a demanda seja ou deva ser processada na Justiça comum ou especializada de primeira instância de sua área de atuação;
9. ­ julgar recurso interposto pela autoridade ou titular de cargo efetivo de autarquia ou fundação pública federal em face de decisão proferida pelo responsável por Procuradoria Seccional Federal que não acolher o pedido de representação de que trata o art. 22 da lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995;
10. ­ remeter ao Procurador Regional Federal recurso interposto pela autoridade ou titular de cargo efetivo de autarquia ou fundação pública federal em face de decisão proferida em seu âmbito, que não acolher o pedido de representação de que trata o art. 22 da lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995;
11. ­ assistir o Procurador­Geral Federal e o Procurador Regional Federal nos assuntos de interesse das autarquias e fundações públicas federais, fornecendo­lhes subsídios necessários à sua atuação e eventual intervenção em processos judiciais, extrajudiciais ou administrativos;
12. ­ articular com a Assessoria de Comunicação Social da Advocacia­Geral da União a execução da política de divulgação institucional da Procuradoria Federal no Estado;
13. ­ orientar a atuação, em articulação com a Divisão de Defesa das Prerrogativas da Carreira de Procurador Federal, nos casos em que os membros sofram, no âmbito de seu Estado, ameaça ou efetiva violação aos direitos e prerrogativas funcionais ou institucionais no exercício do cargo;
14. ­ oferecer ao Procurador Regional Federal subsídios para a formulação de políticas e diretrizes da Instituição;
15. ­ dirigir, controlar e coordenar os órgãos setoriais subordinados, bem como gerir os recursos humanos, materiais e tecnológicos à disposição da Procuradoria Federal no Estado;
16. ­ definir as ações tidas como relevantes ou prioritárias, para fins de acompanhamento especial ou estratégico, sem prejuízo dos atos editados ou orientações expedidas pelo Procurador Regional Federal, pelo Procurador­Geral Federal e pelo Advogado­Geral da União, devendo, ainda, considerar as solicitações formuladas pelas Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais;
17. ­ manter articulação com os órgãos da Advocacia­Geral da União e da Procuradoria­Geral Federal, objetivando uniformidade na atuação jurídica;
18. ­ propor ao Procurador Regional Federal a criação ou a extinção de Procuradorias Seccionais Federais e de escritórios avançados vinculados;
19. ­ aprovar pareceres e notas, observados os valores de alçada, relacionados à análise legitimatória de precatórios, autorização para celebração de acordos e transações e outras situações previstas em ato do Advogado­Geral da União ou do Procurador­Geral Federal;
20. ­ **(Revogado pela Portaria Normativa nº 2/PGF/AGU, de 18.1.2021)**
21. ­ viabilizar o funcionamento das Equipes de Trabalho Remoto no âmbito do seu Estado, além de propor ao Procurador­Geral Federal a criação de novas Equipes;
22. ­ viabilizar a execução das atividades das Comissões de Processos Administrativos Disciplinares no seu âmbito de atuação;
23. ­ regulamentar a colaboração entre os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal no seu âmbito de atuação;
24. ­ editar, anualmente, o plano de ação da Procuradoria Federal no Estado em consonância com o plano de ação anual da Procuradoria­Geral Federal;
25. ­ publicar, anualmente, o balanço da execução do plano de ação da Procuradoria Federal no Estado do exercício anterior;
26. ­ atender, no prazo estipulado, os pedidos de informação e relatórios solicitados pelos órgãos de direção da Procuradoria­Geral Federal e pela Procuradoria Regional Federal;
27. ­ manter atualizadas as páginas da unidade na internet e na intranet com os dados e contatos dos Procuradores Federais da unidade, seu endereço, sua estrutura organizacional, sua competência territorial, o rol de entidades representadas e a lista de unidades estaduais e seccionais vinculadas, com a respectiva competência;
28. ­ encaminhar à Advocacia­Geral da União pedido de apuração de falta funcional praticada, no exercício de suas atribuições, por servidores das unidades, e à Procuradoria­Geral Federal pedido de apuração de falta funcional praticada, no exercício de suas atribuições, pelos membros da carreira de Procurador Federal;
29. ­ editar Ordens de Serviço para o exercício de suas atribuições e com o objetivo de regulamentar e uniformizar de procedimentos no âmbito do Estado.

Parágrafo único. O Procurador­Chefe da Procuradoria Federal no Estado pode atuar perante os juízos de primeira instância e quaisquer tribunais no âmbito do seu Estado.

Art. 16 Ao Procurador­Chefe Substituto da Procuradoria Federal no Estado compete:

1. ­ assistir e auxiliar o titular na coordenação e supervisão das atividades dos órgãos de execuçãovinculados;
2. ­ assistir o titular em suas representações políticas e administrativas, na definição de diretrizes e na implementação das ações das diversas áreas de competência do órgão de execução;
3. ­ sem prejuízo das competências do titular, coordenar e supervisionar as atividades de organização e modernização administrativa da Procuradoria Federal no Estado e de seus órgãos de execução vinculados;
4. ­ assistir o titular nos estudos e procedimentos de levantamento de riscos relacionados à atuação, propondo a fixação de orientações normativas, bem como outros atos a serem submetidos ao Procurador Regional Federal;
5. ­ exercer outras atribuições que lhe forem delegadas e conferidas pelo Procurador­Chefe.

Seção III

Das Procuradorias Seccionais Federais

Art. 17 As Procuradorias Seccionais Federais subordinam­se às Procuradorias Federais nos Estados ou às Procuradorias Regionais Federais, quando localizadas nos Estados sede de Tribunal Regional Federal, e serão são dirigidas pelo responsável pela Procuradoria Seccional Federal, designado para o encargo pelo Procurador­Geral Federal.

Art. 18 Compete às Procuradorias Seccionais Federais, no âmbito de sua atuação:

1. ­ exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais nas causas de qualquer natureza junto à Justiça comum e especializada de primeira instância e, quando for o caso, também de segunda instância, conforme atribuição definida em ato do Procurador­Geral Federal;
2. ­ exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais na execução de sua dívida ativa de qualquer natureza junto à Justiça comum e especializada de primeira instância e, quando for o caso, também de segunda instância, conforme atribuição definida em ato do Procurador­Geral Federal;
3. ­ exercer a orientação jurídica e a defesa judicial de indígenas e de suas respetivas comunidades junto à Justiça comum e especializada no âmbito da sua atuação, na defesa dos direitos individuais e coletivos indígenas, nos termos da Portaria AGU nº 839, de 18 de junho de 2010;
4. ­ interpretar as decisões judiciais no seu âmbito de atuação, especificando a força executória do julgado e fixando para a respectiva autarquia ou fundação pública federal os parâmetros para cumprimento da decisão;
5. ­ desenvolver programas e atividades de negociação, mediação e conciliação para a resolução e prevenção de controvérsias judiciais e extrajudiciais e diminuição da litigiosidade, no âmbito da sua atuação, nos termos dos atos do Advogado­Geral da União e do Procurador­Geral Federal;
6. ­ realizar despachos com magistrados e desembargadores em assuntos de interesse das autarquias e fundações públicas;
7. ­ estabelecer, junto aos escritórios avançados vinculados, uniformidade de procedimentos nos processos relacionados nos incisos I, II e III deste artigo;
8. ­ coordenar, orientar, acompanhar e supervisionar a atuação processual dos escritórios

avançados vinculados;

1. ­ promover o acompanhamento especial e prioritário de ações consideradas relevantes ou estratégicas, desenvolvendo estudos para definição de estratégias e ações a serem implementadas no âmbito do Estado, em articulação com a respectiva Procuradoria Regional Federal ou Procuradoria Federal no Estado;
2. ­ atuar na representação de autoridades ou titulares de cargo efetivo de autarquia ou fundação pública federal, quando a demanda seja ou deva ser processada na Justiça comum ou especializada de primeira instância de sua área de atuação, nos termos do art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995;
3. ­ zelar pela observância das orientações e diretrizes emanadas dos órgãos de direção da Advocacia­Geral da União, da Procuradoria­Geral Federal, da Procuradoria Regional Federal e da Procuradoria Federal no Estado, quando for o caso.

Parágrafo único. As atividades referentes à consultoria e ao assessoramento jurídico das autarquias e fundações públicas federais somente serão realizadas pelas Procuradorias Seccionais Federais nos termos e limites definidos em atos próprios do Procurador­Geral Federal.

Art. 19 As Procuradorias Seccionais Federais deverão ser compostas pelos seguintes Núcleos de atuação, sempre que possível:

I - Núcleo de Cobrança e Recuperação de Créditos, ao qual compete gerenciar e atuar na representação judicial e extrajudicial relativas às atividades de cobrança, defesa da probidade e recuperação de créditos das entidades representadas, inclusive ações anulatórias, declaratórias, ordinárias, embargos à execução fiscal e cobrança de honorários, excetuadas as atividades de apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, de titularidade das autarquias e fundações públicas federais, e a sua inscrição em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, que deverão ser realizados pela respectiva Procuradoria Regional Federal ou pela Procuradoria Federal no Estado; **(Redação dada pela Portaria nº 860, de 20.11.2018)**

II ­ Núcleo de Matéria Administrativa, ao qual compete gerenciar e atuar na representação judicial e extrajudicial relativa às atividades de pessoal, patrimônio, licitação, contratos, convênios, tributos devidos pela entidade e outras atividades que não envolverem matéria específica de atividade fim de autarquia ou fundação pública federal ou de cobrança e recuperação de seus créditos;

III - Núcleo de Matéria Finalística, ao qual compete gerenciar e atuar na representação judicial e extrajudicial relativa às atividades finalísticas das entidades representadas, independentemente da forma de veiculação da pretensão, inclusive ações anulatórias, declaratórias, ordinárias, embargos à execução e outras, excetuadas as competências relativas à matéria de cobrança e recuperação de créditos; (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 860, de 20.11.2018)**

IV ­ Núcleo de Matéria Previdenciária, ao qual compete gerenciar e atuar na representação judicial e extrajudicial relativa às matérias de previdência e assistência social.

Art. 20 O responsável pela Procuradoria Seccional Federal poderá criar Subnúcleos no âmbito dosNúcleos previstos no art. 19, com o objetivo de aumentar a especialização da atuação, ou, excepcionalmente, fundir os Núcleos previstos de modo a adequar­se à demanda local.

Art. 21. Também devem integrar as Procuradorias Seccionais Federais, quando possível:

1. ­ Núcleo de Administração, Planejamento e Gestão;
2. ­ Núcleo de Apoio Processual.

Parágrafo único. O responsável pela Procuradoria Seccional Federal poderá criar outros Núcleos e subdividi­los em Subnúcleos, com o objetivo de aumentar a racionalização e a produtividade das atividades administrativas da unidade.

Art. 22 Aos responsáveis pelas Procuradorias Seccionais Federais compete:

1. ­ dirigir e representar a respectiva Procuradoria Seccional Federal;
2. ­ representar judicial e extrajudicialmente as autarquias e fundações públicas federais nas causas de qualquer natureza junto à Justiça comum e especializada de primeira instância e, quando for o caso, também de segunda instância, observada a circunscrição da Procuradoria Seccional Federal, conforme atribuição definida em ato do Procurador­Geral Federal;
3. ­ desenvolver, implantar e acompanhar as políticas e estratégias específicas da Advocacia­ Geral da União e da Procuradoria­Geral Federal;
4. ­ submeter ao Procurador­Geral Federal as divergências e controvérsias de que trata o art. 28; V ­ submeter ao Procurador­Chefe da Procuradoria Federal no Estado ou ao Procurador RegionalFederal, quando for o caso, as propostas de ajuizamento de pedidos de suspensão de execução de provimentoliminar ou de medidas de eficácia judicial equivalente, de ações rescisórias, de reclamações e de incidentes de resolução de demandas repetitivas, ou de ingresso nestas na qualidade de *amicus curiae*;
5. ­ decidir, ouvida Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal quando for o caso, sobre o pedido de representação de que trata o artigo 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, das autoridades ou titulares de cargo efetivo de autarquia ou fundação pública federal, quando a demanda seja ou deva ser processada na Justiça comum ou especializada de primeira instância de sua área de atuação;
6. ­ remeter ao Procurador Regional Federal ou ao Procurador­Chefe da Procuradoria Federal no Estado, quando for o caso, recurso interposto pela autoridade ou titular de cargo efetivo de autarquia ou fundação pública federal em face de decisão proferida em seu âmbito, que não acolher o pedido de representação de que trata o art. 22 da lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995;
7. ­ assistir o Procurador­Geral Federal, o Procurador Regional Federal e o Procurador­Chefe da Procuradoria Federal no Estado nos assuntos de interesse das autarquias e fundações públicas federais, fornecendo­lhes subsídios necessários à sua atuação e eventual intervenção em processos judiciais, extrajudiciais ou administrativos;
8. ­ assegurar o alcance de objetivos e metas da Procuradoria­Geral Federal, da Procuradoria Regional Federal e da Procuradoria Federal no Estado, zelando pela qualidade dos serviços desenvolvidos no âmbito institucional;
9. ­ oferecer ao Procurador Regional Federal ou ao Procurador Chefe da Procuradoria Federal no Estado, quando for o caso, subsídios para a formulação de políticas e diretrizes da Instituição;
10. ­ dirigir, controlar e coordenar os órgãos setoriais subordinados, bem como gerir os recursos humanos, materiais e tecnológicos à disposição da Procuradoria Seccional Federal;
11. ­ definir as ações tidas como relevantes ou prioritárias, para fins de acompanhamento especial ou estratégico, sem prejuízo dos atos editados ou orientações expedidas pelo Procurador­Chefe da Procuradoria Federal no Estado, pelo Procurador Regional Federal, pelo Procurador­Geral Federal e pelo Advogado­Geral da União, devendo, ainda, considerar as solicitações formuladas pelas Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais;
12. ­ manter articulação com os órgãos da Advocacia­Geral da União e da Procuradoria­Geral Federal, objetivando uniformidade na atuação jurídica;
13. ­ viabilizar a execução das atividades das Comissões de Processos Administrativos Disciplinares no seu âmbito de atuação;
14. ­ propor ao Procurador Regional Federal ou ao Procurador­Chefe da Procuradoria Federal no Estado a criação ou a extinção de escritórios avançados subordinados;
15. ­ aprovar pareceres e notas, observados os valores de alçada, relacionados à análise legitimatória de precatórios, autorização para celebração de acordos e transações e outras situações previstas em ato do Advogado­Geral da União ou do Procurador­Geral Federal;
16. ­ atender, no prazo estipulado, os pedidos de informação e relatórios solicitados pelos órgãos de direção da Procuradoria­Geral Federal, pela Procuradoria Regional Federal e da Procuradoria Federal no Estado;
17. ­ manter atualizadas as páginas da unidade na internet e na intranet com os dados e contatos dos Procuradores Federais da unidade, seu endereço, sua estrutura organizacional e sua competênciaterritorial;
18. ­ encaminhar à Advocacia­Geral da União pedido de apuração de falta funcional praticada, no exercício de suas atribuições, por servidores das unidades, e à Procuradoria­Geral Federal pedido de apuração de falta funcional praticada, no exercício de suas atribuições, pelos membros da carreira de Procurador Federal;
19. ­ editar Ordens de Serviço para o exercício de suas atribuições.

Art. 23 Ao responsável substituto por Procuradoria Seccional Federal compete:

1. ­ assistir e auxiliar o titular na coordenação e supervisão das atividades dos órgãos de execuçãosubordinados;
2. ­ assistir o titular em suas representações políticas e administrativas, na definição de diretrizes e na implementação das ações das diversas áreas de competência do órgão de execução;
3. ­ sem prejuízo das competências do titular, coordenar e supervisionar as atividades de organização e modernização administrativa da Procuradoria Seccional Federal e dos eventuais escritórios avançados vinculados;
4. ­ assistir o titular nos estudos e procedimentos de levantamento de riscos relacionados à atuação, propondo a fixação de orientações normativas, bem como outros atos a serem submetidos ao Procurador­Chefe da Procuradoria Federal no Estado ou ao Procurador Regional Federal;
5. ­ exercer outras atribuições que lhe forem delegadas e conferidas pelo responsável pela Procuradoria Seccional Federal.

Art. 24 A Procuradoria­Geral Federal poderá criar escritórios avançados para atendimento das demandas existentes em municípios que não sejam sede de Procuradoria Seccional Federal.

§ 1º Os escritórios avançados integram a organização administrativa do órgão de execução ao qual estejam vinculados.

§ 2º Os Procuradores Federais em exercício nos escritórios avançados atuarão sob coordenação técnica e administrativa do órgão de execução ao qual estejam vinculados.

Seção IV

Das Disposições Gerais

Art. 25 As atividades relativas ao Núcleo de Matéria Finalística e ao Núcleo de Matéria Previdenciária das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais estão sujeitas à orientação técnica das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais correspondentes, respeitada orientação do Procurador­Geral Federal ou do Advogado­Geral da União.

Art. 26 As atividades relativas ao Núcleo de Cobrança e Recuperação de Créditos das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais estão sujeitas à orientação técnica da Coordenação­Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da Procuradoria­Geral Federal, respeitada orientação do Procurador­Geral Federal ou do Advogado­Geral da União.

Art. 27 As atividades relativas ao Núcleo de Matéria Administrativa das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais, bem como as matérias não afetas às atividades finalísticas das autarquias e fundações públicas federais, matéria de ordem processual e de orientação e estratégia recursal estarão sujeitas à orientação técnica dos Departamentos de Contencioso e de Consultoria da Procuradoria­Geral Federal, respeitada orientação do Procurador­Geral Federal ou do Advogado­Geral da União.

Art. 28 As divergências e controvérsias existentes entre as Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais e as Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais serão submetidas ao órgão de direção competente da Procuradoria­ Geral Federal.

Parágrafo único. A existência da divergência não exime a as Procuradorias Regionais Federais, as Procuradorias Federais nos Estados e as Procuradorias Seccionais Federais de seguirem, enquanto não houver orientação em sentido contrário da Procuradoria­Geral Federal, as orientações técnicas emanadas da Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal.

CAPÍTULO II

DA CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURÍDICOS

Seção I

Das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais

Art. 29 Os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal responsáveis pela consultoria e assessoramento jurídicos às autarquias e fundações públicas federais são as Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais, que são dirigidas por Procuradores­Chefes.

Art. 30 Compete às Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais:

1. ­ exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito da autarquia ou fundação pública federal;
2. ­ fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação e coordenação, quando não houver orientação do Advogado­Geral da União e do Procurador­Geral Federal;
3. ­ assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados e daqueles oriundos de órgão ou entidade sob sua coordenação jurídica;
4. ­ examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito de suas atribuições:
5. minutas de editais de licitação, de chamamento público e instrumentos congêneres;
6. minutas de contratos e de seus termos aditivos;
7. atos de dispensa e inexigibilidade de licitação;
8. minutas de convênios, instrumentos congêneres e de seus termos aditivos;
9. minutas de termos de ajustamento de conduta, de termos de compromisso e instrumentos
10. demais atos que demandem análise jurídica, conforme estabelecido em legislações

específicas, decretos, atos normativos editados pelas próprias autarquias e fundações públicas federais assessoradas, neste caso com prévia anuência da Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública, ou em outros atos normativos aplicáveis.

1. ­ exercer a orientação técnica das Procuradorias Regionais Federais, das Procuradorias Federais nos Estados e das Procuradorias Seccionais Federais, observadas as normas estabelecidas em ato do Procurador­Geral Federal, quanto à representação judicial e extrajudicial da autarquia ou fundação pública federal, quando envolver matéria específica de atividade fim da entidade, em articulação com os Departamentos de Contencioso e de Consultaria da Procuradoria­Geral Federal, quando não houver orientação do Advogado­ Geral da União e do Procurador­Geral Federal sobre o assunto;
2. ­ definir as teses jurídicas a serem observadas pelas Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais quanto à representação judicial e extrajudicial da autarquia ou fundação pública federal, quando envolver matéria específica de atividade fim da entidade, salvo quando houver orientação ou entendimento jurídico diverso firmado pelo Procurador­Geral Federal ou pelo Advogado­Geral da União;
3. ­ disponibilizar os elementos de fato, de direito e outros necessários à representação judicial e extrajudicial da entidade, incluindo a designação de prepostos e assistentes técnicos, quando for o caso;
4. ­ definir acerca do ajuizamento de ações referentes à atividade fim da entidade;
5. ­ manifestar­se previamente acerca do ajuizamento de ações civis públicas e de ações de improbidade administrativa, ou de intervenção da entidade nas mesmas, ou em ações populares, observadas as diretrizes fixadas pela direção da autarquia ou fundação;
6. ­ manifestar­se, quando instado por Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais, sobre o pedido de representação de autoridades ou titulares de cargo efetivo da respectiva autarquia ou fundação pública federal, conforme art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995;
7. ­ promover a atualização e o treinamento dos Procuradores Federais em exercício nas Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais, sempre que possível, nos temas relacionados à matéria específica de atividade fim da entidade;
8. ­ auxiliar os demais órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal na apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades da autarquia ou fundação pública federal, para inscrição em dívida ativa e respectiva cobrança amigável ou judicial;
9. ­ coordenar e supervisionar, técnica e administrativamente, as respectivas unidades descentralizadas;
10. ­ identificar e dirimir divergências e controvérsias existentes entre unidades descentralizadas da respectiva Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal;
11. ­ fixar a orientação jurídica para a autarquia ou fundação pública federal, quando não houver orientação do Advogado­Geral da União e do Procurador­Geral Federal sobre o assunto;
12. ­ auxiliar na elaboração e edição de atos normativos e interpretativos das autarquias e fundações públicas federais, em articulação com os órgãos competentes da entidade, observadas orientações e entendimentos jurídicos firmados pelo Procurador­Geral Federal ou pelo Advogado­Geral da União;

XVII – assessorar e representar extrajudicialmente o ente respectivo e seus dirigentes e servidores nos procedimentos instaurados no âmbito do Tribunal de Contas da União e perante outros órgãos e entidades públicas, inclusive no tocante ao cumprimento de suas decisões, ressalvadas as competências dos demais órgãos de execução e de direção da PGF; **(Redação dada pela Portaria nº 911, de 10.12.2018)**

XVIII­ encaminhar à Procuradoria­Geral Federal pedido de apuração de falta funcional praticada, no exercício de suas atribuições, por seus respectivos membros;

XIX ­ integrar os Colégios de Consultoria no âmbito dos Estados, por meio de suas unidades descentralizadas estaduais ou diretamente, quando for o caso;

XX ­ zelar pela observância da Constituição, das leis e dos atos emanados pelos poderes públicos, sob a orientação normativa da Advocacia­Geral da União e da Procuradoria­Geral Federal;

Parágrafo único. As divergências e controvérsias existentes entre as Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais ou entre estas e os órgãos de direção da Procuradoria­Geral Federal serão dirimidas pelo Procurador­Geral Federal.

Art. 31 São atribuições dos Procuradores­Chefes das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais:

1. ­ dirigir e representar a respectiva Procuradoria Federal;
2. ­ desenvolver, implantar e acompanhar as políticas e estratégias específicas da Advocacia­ Geral da União e da Procuradoria­Geral Federal;
3. ­ assegurar o alcance de objetivos e metas da Advocacia­Geral da União, da Procuradoria­ Geral Federal e Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal, zelando pela qualidade dos serviços desenvolvidos no âmbito institucional;
4. ­ definir acerca do ajuizamento de ações referentes à atividade fim da autarquia ou fundação pública federal, sem prejuízo da competência do Procurador­Geral Federal;
5. ­ manifestar­se previamente acerca do ajuizamento de ações civis públicas e de ações de improbidade administrativa, ou de intervenção da entidade nas mesmas, ou em ações populares, observadas as diretrizes fixadas pela direção da autarquia ou fundação;
6. ­ assistir o Procurador­Geral Federal nos assuntos de interesse das autarquias e fundações públicas federais, fornecendo­lhe subsídios necessários à sua atuação e eventual intervenção em processos judiciais, extrajudiciais ou administrativos;
7. ­ oferecer ao Procurador­Geral Federal subsídios para a formulação de políticas e diretrizesda Instituição;
8. ­ determinar o desenvolvimento de estudos técnicos, aprovar notas técnicas e expedir orientações técnico­jurídicas no âmbito da Procuradoria Federal;
9. ­ dirigir, controlar e coordenar seus órgãos setoriais, bem como gerir os recursos humanos, materiais e tecnológicos à disposição da Procuradoria Federal;
10. ­ orientar tecnicamente e supervisionar suas unidades descentralizadas;
11. ­ dirimir divergências e controvérsias existentes entre unidades descentralizadas da respectiva Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal;
12. ­ informar aos órgãos de direção e de execução da Procuradoria­Geral Federal as ações tidas por relevantes ou prioritárias para fins de acompanhamento especial;
13. ­ manter estreita articulação com os órgãos da Advocacia­Geral da União e da Procuradoria­Geral Federal, objetivando a uniformidade na atuação jurídica;
14. ­ submeter ao Procurador­Geral Federal as divergências e controvérsias de que trata o parágrafo único do art. 30;
15. ­ articular com a Assessoria de Comunicação Social da Advocacia­Geral da União a execução da política de divulgação institucional da Procuradoria Federal;
16. ­ orientar a atuação, em articulação com a Divisão de Defesa das Prerrogativas da Carreira de Procurador Federal, nos casos em que os membros sofram, no âmbito de sua atuação, ameaça ou efetiva violação aos direitos e prerrogativas funcionais ou institucionais no exercício do cargo;
17. ­ integrar os Fóruns de Procuradores­Chefes das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais das matérias com pertinência temática ao seu âmbito de atuação;
18. ­ atender, no prazo estipulado, os pedidos de informação e relatórios solicitados pelos órgãos de direção da Procuradoria­Geral Federal;
19. ­ manter atualizadas as páginas da unidade na internet e na intranet com os dados e contatos dos Procuradores Federais da unidade, seu endereço, sua estrutura organizacional, sua competência territorial e a lista de unidades descentralizadas, com a respectiva competência;
20. ­ editar os atos normativos inerentes a suas atribuições, bem como aqueles internos visando à regulamentação e uniformização de procedimentos no âmbito da Procuradoria Federal.

Art. 32 Ato especifico do Procurador­Geral Federal poderá, excepcionalmente, conferir outras atribuições aos órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal.

Parágrafo único. As atribuições das Procuradorias Regionais Federais, das Procuradorias Federais nos Estados e das Procuradorias Seccionais Federais que ainda estejam sendo desenvolvidas, excepcionalmente, pelas Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais na data dapublicação desta Portaria, permanecerão nessa condição até ato específico do Procurador­Geral Federal.

Art. 33 Os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal deverão adequar­se aos termos desta Portaria no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 34 Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 23.3.16 (Retificada no DOU de28.4.2016 ).

**PORTARIA Nº 173, DE 21 DE MARÇO DE 2016.**

*Disciplina a promoção na carreira de Procurador Federal.*

**O PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no exercício de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos incisos V e VIII do § 2° do art. 11 da Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando a necessidade de disciplinar o processo de promoção na carreira de Procurador Federal, resolve:

Art. 1° Nas promoções relativas à carreira de Procurador Federal observar­se­á o disposto nesta Portaria e nos respectivos editais.

§ 1° Para os fins desta Portaria, promoção é a passagem do servidor integrante da carreira de Procurador Federal de uma categoria para outra imediatamente superior por intermédio de concurso no qual se afere, alternadamente, a antiguidade e o merecimento.

§ 2° As promoções serão processadas semestralmente para as vagas ocorridas até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano e vigorarão a partir de 1° de julho e 1° de janeiro subsequentes.

§ 3° O número de vagas por categoria será divulgado quando da abertura dos respectivos concursos de promoção.

§ 4° A publicidade dos atos relacionados aos concursos de promoção regidos por esta Portaria será efetivada no Boletim de Serviço da Advocacia­Geral da União – AGU, no sítio eletrônico da Advocacia­ Geral da União e através de divulgação por meio de lista institucional de correio eletrônico.

Art. 2° Poderão integrar as listas de promoção, por antiguidade ou por merecimento, os integrantes da carreira de Procurador Federal, devendo ser observados, em ambos os casos, o interstício mínimo de 3 (três) anos de efetivo exercício na respectiva categoria, e que tenham sido confirmados no respectivo cargo.

§ 1° Se não houver candidatos que se enquadrem no requisito estabelecido no caput, em número

suficiente para o preenchimento das vagas oferecidas, os demais membros poderão integrar as listas de antiguidade e merecimento até o limite do número de vagas oferecidas.

§ 2° A promoção efetivada nos termos do § 1°, sem o requisito previsto no caput deste artigo, não dispensa a posterior confirmação no cargo.

Art. 3° Os cargos vagos na Primeira Categoria e na Categoria Especial serão preenchidos, alternadamente, no mesmo semestre, pelos critérios de antiguidade e merecimento.

§ 1° Na aferição das vagas a serem preenchidas por promoção será considerada a data: I ­ do falecimento do integrante da carreira;

II ­ de início da vigência do ato que exonerar ou demitir o integrante da carreira; III ­ de início da vigência do ato de aposentadoria; e

IV ­ de início da vigência do ato de promoção.

§ 2° As vagas abertas e não preenchidas em processamento semestral de promoções serão aproveitadas no processamento subsequente.

Art. 4° Será promovido por antiguidade o integrante da carreira de Procurador Federal que for considerado mais antigo nos termos da legislação aplicável.

Parágrafo único. A lista de antiguidade, apurada na forma prevista pelo Decreto n° 7.737, de 2012, será publicada na forma do § 4° do art. 1°, ao término de cada concurso de promoção, e permanecerá disponível para consulta até que se proceda à sua atualização no concurso de promoção subsequente.

Art. 5° Será promovido por merecimento o membro da carreira de Procurador Federal que obtiver o maior número de pontos, observada a pontuação obtida em decorrência das atividades desenvolvidas.

§ 1° Participarão das listas de merecimento apenas os Procuradores Federais que tiveram, no período de avaliação, no mínimo 80% (oitenta por cento) de frequência em unidades da Procuradoria­Geral Federal ou da Advocacia­Geral da União.

§ 2° Não será computada a pontuação que já deu causa a uma anterior promoção pormerecimento.

§ 3° Em caso de empate na pontuação por merecimento, dar­se­á preferência ao critério de antiguidade, salvo por opção diversa, nos termos do ato convocatório.

Art. 6° Para fins de pontuação referente aos critérios de merecimento fixados nesta Portaria,serão considerados somente os fatos ocorridos após o ingresso na carreira de Procurador Federal.

Art. 7° A presteza e a segurança no desempenho da função serão consideradas mediante a atribuição de 25 (vinte e cinco) pontos a todos os concorrentes que não tenham sido condenados em processo administrativo disciplinar por infração praticada durante o período avaliado.

Art. 8° À participação em cursos de pós­graduação em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação, em Escola Superior vinculada a órgão da Administração Pública Federal ou oferecidos pela Escola da Advocacia­Geral da União, ainda que em parceria com outra instituição, na área de Direito e de Gestão Administrativa, serão conferidos até 10 (dez) pontos, assim discriminados:

I ­ conclusão de curso de doutorado: 5 (cinco) pontos;

II ­ conclusão de mestrado: 3 (três) pontos; e

III ­ conclusão de curso de pós­graduação lato sensu, com carga horária igual ou superior a 360 horas/aula: 1 (um) ponto por evento, limitado a 3 (três) pontos, devendo ser observadas as normas fixadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 1° Quando o candidato tiver se afastado do exercício de suas funções para realizar as atividades previstas nos incisos I , II e III só terá direito à metade da pontuação prevista, exceto se o afastamento ocorrer exclusivamente por utilização da licença capacitação para redação de monografia, dissertação ou tese.

§ 2° Na hipótese de realização simultânea, ainda que parcialmente, de 2 (dois) ou mais cursos previstos nos incisos I, II e III, será atribuída a pontuação apenas a um deles.

§ 3° Entende­se por concluídos os cursos previstos nos incisos I, II e III, com a entrega e aprovação do trabalho final.

Art. 9° À publicação doutrinária, relacionada exclusivamente às áreas de conhecimento previstas no art. 8°, caput, serão conferidos até 5 (cinco) pontos, assim discriminados:

1. ­ publicação de artigos distintos, de autoria exclusiva do candidato, em periódicos impressos ou eletrônicos, avaliados pela CAPES como QUALIS A ou B, ou na revista institucional da Advocacia­Geral da União: 0,5 ponto por artigo;
2. ­ publicação de obra individual na forma de livro, inclusive em formato digital, por editora que contenha conselho editorial: 2 (dois) pontos, limitados a 4 (quatro) pontos;

§ 1° Não serão pontuadas como publicação doutrinária, para fins de promoção por merecimento:

1. Pareceres, notas, informações ou peças processuais, produzidos no exercício do cargo;
2. Artigo ou livros que contenham a totalidade ou parte de outra publicação já registrada em concursos anteriores, ainda que não utilizada para efeito de promoção.

§ 2° Para fins do disposto no inciso I do caput, no caso de artigo de autoria coletiva a cada dois destes artigos corresponderão a um artigo de autoria exclusiva.

§ 3° Para fins do disposto no inciso II, o conselho editorial deverá ser formado por profissionais da área de conhecimento relacionada à publicação, sendo também avaliados para fins de pontuação do título os seguintes itens:

1. O conselho editorial referido no inciso II deverá ser composto por, pelo menos, 2 (dois) doutores ou 1 (um) doutor e 1 (um) mestre, com titulação na área jurídica ou de gestão pública.
2. Adequação da obra ao disposto na Lei n° 10.753, de 2003, que trata da Política Nacional doLivro;
3. Comprovação da tiragem mínima de 300 (trezentos) exemplares e de distribuição da obra, emcaso de livro impresso;
4. Mínimo de 80 (oitenta) páginas em elementos textuais, incluindo prefácio e/ou apresentação, introdução, desenvolvimento e conclusão, não sendo considerados para esta finalidade os elementos pré­textuais e pós­textuais, como definidos na NBR 6029, da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Art. 10 Ao exercício por no mínimo um ano do mesmo cargo em comissão, função gratificada ou encargo definido nesta Portaria em órgãos integrantes da Procuradoria­Geral Federal ou da Advocacia­Geral da União serão conferidos até 10 (dez) pontos, assim discriminados:

1. ­ Advogado­Geral da União: 7 (sete) pontos;
2. ­ cargo de Natureza Especial ­ NE, ou cargo do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores ­ DAS 6: 5 (cinco) pontos;
3. ­ cargo do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores ­ DAS 5: 4 (quatro) pontos;
4. ­ cargo do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores ­ DAS 4 e encargo de Procurador­ Regional Federal Substituto: 3 (três) pontos;
5. ­ cargo do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores ­ DAS 3 e 2, encargo de Procurador­Chefe Substituto de Procuradoria Federal no Estado; encargo de responsável por Procuradoria Seccional Federal; e encargo de responsável pelos Núcleos de Procuradoria Regional Federal e de Procuradoria Federal nos Estados previstos nos artigos 5º e 12 da Portaria PGF nº 172, de 21 de março de 2016: 2 (dois) pontos;
6. ­ cargo do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores ­ DAS 1 ou Função Gratificada, e encargo de responsável substituto de Procuradoria Seccional Federal: 1 (um) ponto.

§ 1° Após a pontuação inicial, será acrescido 1 (um) ponto cada ano completo de exercício do cargo ou função, limitado a 4 (quatro) anos.

§ 2° Aplica­se o disposto neste artigo aos ocupantes de funções gratificadas e cargos comissionados Grupo de Direção e Assessoramento Superiores ­ DAS ou equivalentes de autarquias e fundações públicas federais, desde que em exercício efetivo em Procuradoria Federal.

§ 3º É vedada a acumulação de pontuação de encargos, de cargos em comissão e/ou funções gratificadas com a pontuação para os cargos, funções e encargos previstos neste artigo, no período em que exercidos simultaneamente no todo ou em parte.

§ 4º Em caso de acumulação, na forma do § 3º, o Procurador Federal deverá optar pela pontuação a ser considerada quando do registro da solicitação no sistema de promoção.

§ 5º Não será pontuado o exercício dos encargos previstos neste artigo referente a períodos anteriores a publicação desta portaria, exceto em relação ao encargo de responsável por Procuradoria Seccional Federal.

§ 6° Aplica­se a pontuação prevista no inciso III deste artigo aos cargos de qualquer nível ou encargos expressamente designados de titular máximo dos órgãos jurídicos da Procuradoria­Geral Federal instalados nas autarquias, de qualquer natureza, e nas fundações públicas federais, conforme previsto no art. 1°, inciso I e § 1° do mesmo artigo, da Portaria CC/PR n° 1.056, de 11 de junho de 2003.

§ 7° A comprovação quanto ao exercício dos encargos de Procurador Regional Federal Substituto, Procurador­Chefe Substituto de Procuradoria Federal no Estado, de responsável por Procuradoria Seccional Federal e seu respectivo Substituto será feita por meio de cópia de Portaria da Procuradoria­Geral Federal.

§ 8° A comprovação quanto ao exercício do encargo de responsável pelos Núcleos de Procuradoria Regional Federal e de Procuradoria Federal nos Estados previstos nos artigos 5º e 12 da Portaria PGF n.º 172, de 21 de março de 2016, será feita por meio de cópia de Ordem de Serviço da respectiva Procuradoria Regional Federal, que deverão ser publicadas no Boletim de Serviço da Advocacia­Geral da União.

Art. 11 Ao exercício voluntário em unidade considerada por ato do Procurador­Geral Federal como de difícil provimento serão atribuídos 2 (dois) pontos por ano, até o limite de 6 pontos.

§ 1° O período aquisitivo dos pontos por exercício em unidade considerada de difícil provimento terá início a partir da publicação do ato previsto no caput.

§ 2° Considera­se voluntário, para fins desta portaria, o exercício do cargo em unidade de difícil provimento por aquele que tenha antiguidade suficiente para exercê­lo em unidade assim não considerada.

§ 3° Será considerado como marco inicial do exercício voluntário, observado o § 1°:

I – a data do início do efetivo exercício, nas hipóteses em que o Procurador Federal for removido de unidade não considerada como de difícil provimento para uma dessa natureza;

II - a data da primeira portaria de autorização de remoções referente a concurso em que o Procurador Federal, participando ou não, alcançaria condições de ser removido para unidade não considerada como de difícil provimento, mediante comparação de sua antiguidade com a de candidato mais novo removido para unidade não considerada como de difícil provimento, na hipótese em que o Procurador Federal já exercia o cargo em unidade de difícil provimento de forma não voluntária, nos termos do § 2°. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 987, de 27.12.2018)[[319]](#footnote-320)**

Art. 12 São consideradas atividades relevantes, para fins de promoção por merecimento:

1. ­ a participação, compreendendo toda a instrução e a elaboração do relatório final, em Comissão de Processo Administrativo Disciplinar ou em Sindicância, inclusive patrimonial, instaurado no âmbito dos órgãos integrantes da estrutura da Procuradoria­Geral Federal ou da Advocacia­Geral da União, por processo com relatório final devidamente julgado, sendo atribuído 1 (um) ponto no caso de presidente e 0,5 ponto no caso de membro, até o limite total de 5 (cinco) pontos;
2. – a participação em mutirões de trabalho convocados pela Procuradoria­Geral Federal ou por Procuradoria Regional Federal, sendo atribuído 0,25 ponto aos Procuradores Federais participantes que tenham exercício na unidade que detenha a competência territorial para execução da atividade, e 0,5 ponto aos Procuradores Federais participantes que tenham exercício em unidade diversa da que detenha a competência territorial para execução da atividade, até o limite total de 3 (três) pontos;
3. ­ a participação como integrante de Banca de Concurso para ingresso nas Carreiras de Procurador Federal, Procurador da Fazenda Nacional, Advogado da União e Procurador do Banco Central em atividade de efetiva elaboração ou correção de provas: 1 (um) ponto por concurso, até o limite de 2 (dois) pontos;
4. ­ o exercício, na integralidade, de mandato de representante da carreira de Procurador Federal no Conselho Superior da Advocacia­Geral da União: 6 (seis) pontos;
5. ­ o exercício de mandato, na integralidade, de suplente de representante da carreira de Procurador Federal no Conselho Superior da Advocacia­Geral da União: 3 (três) pontos.

§ 1° Será atribuído 0,5 ponto extra ao presidente e ao membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar a que se refere o inciso I, se os trabalhos forem concluídos dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, observado o limite total previsto no inciso I.

§ 2° A pontuação prevista no inciso I não será conferida ao presidente ou membro de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar ou de Sindicância que for substituído antes de finda a instrução do processo.

§ 3° Será atribuída apenas a metade dos pontos previstos no inciso I, quando o membro ou presidente forem substituídos após a instrução do processo, sendo igualmente conferida a metade dos pontos ao substituto que concluir e elaborar o relatório final em condições de se promover o julgamento.

§ 4° A comprovação quanto à participação, na instrução ou na elaboração do relatório final, como presidente ou membro de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar ou de Sindicância na forma deste artigo deverá ser feita por meio de declaração do titular da Divisão de Assuntos Disciplinares da Procuradoria­Geral Federal.

§ 5° A aferição das condições do relatório final de que tratam o inciso I e o § 3° deste artigo se dará pela verificação do resultado do julgamento do Processo Administrativo Disciplinar ou da Sindicância, não ensejando pontuação se a comissão for reconduzida.

§ 6° Para fins de pontuação das hipóteses do inciso I e do § 3° deste artigo serão considerados os Processos Administrativos Disciplinares e as Sindicâncias com julgamento realizado até a data fixada como termo final do período avaliativo do concurso de promoção.

§ 7° A comprovação quanto à participação em mutirões de trabalho será feita por meio de cópia de Portaria da Procuradoria­Geral Federal ou de Ordem de Serviço de Procuradoria Regional Federal, que deverá ser publicada no Boletim de Serviço da Advocacia­Geral da União, que tiver designado Procurador Federal para atuação no mutirão, aplicando­se a referida pontuação somente com relação aos atos editados após a publicação desta Portaria.

§ 8° Nos atos referidos no § 7º deverão ser indicados, além dos dados dos Procuradores Federais designados, o objeto, as datas, o local de realização do respectivo mutirão e, quando for o caso, informações sobre o convite para participação no evento.

Art. 13 Os integrantes da carreira de Procurador Federal aptos a concorrer às promoções deverão encaminhar os documentos que comprovem as situações e hipóteses de que trata esta Portaria, na forma e nos prazos estabelecidos em ato próprio do Procurador­Geral Federal.

§ 1° O Procurador­Geral Federal constituirá comissão para avaliação dos títulos, composta por integrantes da carreira de Procurador Federal de classe especial, e que será responsável pela:

1. ­ avaliação dos documentos e enquadramento nas hipóteses regulamentares;
2. ­ aferição das pontuações destinadas às promoções por merecimento e por antiguidade;
3. ­ elaboração de parecer conclusivo contendo resumo da avaliação e da aferição mencionada nos incisos I e II; e
4. ­ elaboração de parecer quanto ao recurso previsto no art. 15 desta Portaria.

§ 2° A comissão a que se refere este artigo poderá ser auxiliada pelos órgãos de pessoal da Procuradoria­Geral Federal e da Advocacia­Geral da União.

Art. 14 Na elaboração das listas de candidatos elegíveis com direito à promoção, o candidato

que figurar como apto à promoção por ambos os critérios será promovido por antiguidade, salvo se, no requerimento de inscrição, tiver optado pelo critério de merecimento.

Art. 15 Do resultado do processo de promoção caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, ao Procurador­Geral Federal.

Art. 16 As listas de candidatos elegíveis com direito à promoção e o resultado dos julgamentos dos recursos serão publicados no Boletim de Serviço, no sítio eletrônico da Advocacia­Geral da União e através de divulgação por meio de lista institucional de correio eletrônico.

Art. 17 Será considerado promovido o membro da carreira de Procurador Federal que vier a falecer, aposentar­se ou for exonerado antes de efetivada a promoção a que fazia jus, nos termos e condições desta Portaria.

Art. 18 Os efeitos financeiros das promoções serão computados a partir do primeiro dia do semestre subsequente a que se referem.

Art. 19 As questões, dúvidas e omissões relativas à aplicação desta Portaria serão resolvidas pelo Procurador­Geral Federal.

Art. 20 Quaisquer alterações à presente Portaria entrarão em vigor na data de sua publicação e produzirão efeitos a partir do primeiro concurso a ocorrer um ano após a data de sua publicação.

Art. 21 A Portaria PGF nº 1.432, de 30 dezembro de 2008, aplica­se às vagas ocorridas até 31 de dezembro de 2016.

Art. 22 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 23.3.2016.

**PORTARIA Nº 175, de 22 DE MARÇO DE 2016**

*Dispõe sobre a equipe de Pontos Focais e regulamenta o seu propósito, composição e atribuições.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso das competências de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando a necessidade de aperfeiçoar as atividades de coordenação e orientação da atuação de representação judicial da Procuradoria­Geral Federal; tendo em vista o disposto no § 2º do artigo 2º da Portaria PGF Nº 530, de 13 de julho de 2007; e considerando o contido nos incisos II e III do artigo 3º da Portaria PGF nº 865, de 1º de novembro de 2012, RESOLVE:

Art. 1º O Departamento de Contencioso da Procuradoria­Geral Federal (DEPCONT/PGF) deverá estabelecer uma equipe de Pontos Focais, a qual terá o propósito de estreitar e dinamizar a comunicação da Direção Central da PGF com os diversos órgãos de representação judicial da PGF e com as Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais, no tocante à atuação contenciosa.

Parágrafo único. Os Pontos Focais terão a atribuição de integrar e orientar a atuação temática dos órgãos de representação judicial da PGF, em articulação com as Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais, respeitadas as competências institucionais de cada órgão.

Art. 2º A Equipe de Pontos Focais terá a seguinte composição:

1. ­ PONTO FOCAL DE MATÉRIA ADMINISTRATIVA: inclui as matérias de licitações, contratos administrativos, convênios, responsabilidade civil, de servidor público, de responsabilidade subsidiária por obrigações trabalhistas e questões de pessoal e demais matérias administrativas que sejam comuns às autarquias e fundações públicas federais;
2. ­ PONTO FOCAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: inclui as

matérias relacionadas às políticas públicas de educação, cultura, pesquisa, ciência, tecnologia, proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro, abarcando assuntos que sejam específicos das instituições de ensino, temas relacionados ao financiamento estudantil, processos seletivos das instituições de ensino;

1. ­ PONTO FOCAL DE AMBIENTAL, INDÍGENA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS: inclui as

matérias de Direito Ambiental, Direito Indígena, Direito Agrário, temas jurídicos relacionados às populações tradicionais e quilombolas e demais questões fundiárias;

1. ­ PONTO FOCAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INFRAESTRUTURA:

inclui a matéria referente à regulação econômica, saúde pública, vigilância sanitária, marcas e patentes, valores mobiliários, concessão e delegação de serviço público, atividades finalísticas das agências reguladoras, pesquisa econômica e estatística, previdência complementar e cobrança de taxas, multas e receitas patrimoniais

diretamente relacionadas às atividades e matérias deste inciso; e

1. ­ PONTO FOCAL DE PREVIDENCIÁRIO: inclui as questões de Direito Previdenciário, assistência social, acidente de trabalho e questões jurídicas específicas do INSS;
2. ­ PONTO FOCAL DE MATÉRIA PROCESSUAL: inclui as matérias relacionadas ao Direito Processual.

Art. 3º Os Pontos Focais atuarão preferencialmente de forma proativa, identificando situações nas quais se façam necessárias a emissão de orientações e a definição de estratégias de atuação, fundadas primordialmente nas orientações e pareceres da Advocacia­Geral da União, da Procuradoria­Geral Federal, das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais e em precedentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores.

Art. 4º Compete aos Pontos Focais as seguintes atribuições:

1. ­ participar das listas de discussão temática da PGF relacionadas ao respectivo Ponto Focal, acompanhando os debates, compartilhando orientações e provocando instâncias internas na PGF para expedição de orientações;
2. ­ responder aos questionamentos pertinentes com agilidade, preferencialmente por mensagem eletrônica, ou informar o encaminhamento adotado;
3. ­ propor ao DEPCONT e às Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais definição de políticas recursais e de conciliação específicas no âmbito dos temas de sua atribuição;
4. ­ coletar informações e identificar o surgimento de novas teses jurídicas objeto de açõesjudiciais;
5. ­ comunicar à Direção do DEPCONT/PGF eventuais mudanças de entendimentos dos Tribunais Superiores sobre os temas de suas atribuições e propor estratégias daí decorrentes;
6. ­ informar às Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais quanto à eventual necessidade de atualizações e ajustes no tratamento e orientação jurídica nos temas de suas atribuições;
7. ­ reportar ao DEPCONT e às Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais discussões surgidas no âmbito das listas temáticas quando pertinente;
8. ­ divulgar precedentes judiciais, atos normativos, pareceres e orientações de interesse dos Procuradores Federais que atuam na representação judicial nos temas do Ponto Focal;
9. ­ facilitar o contato entre os membros dos órgãos de representação judicial da PGF e aqueles em exercício nas Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais e nas Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios, para viabilizar a troca de informações e alinhamento de entendimentos com maior efetividade;
10. ­ solicitar a autuação de processo no Sapiens para os casos de maior complexidade;
11. ­ quando necessário, propor ao DEPCONT/PGF que o processo autuado seja distribuído a algum núcleo ou setor do próprio Departamento ou encaminhado a outro órgão da PGF, da AGU ou a órgão externo;
12. ­ realizar estudos e elaborar pareceres e notas no âmbito dos temas do Ponto Focal;
13. ­ facilitar a comunicação entre os órgãos de representação judicial da PGF e da AGU;
14. ­ dar ciência ao Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAEst/DEPCONT) e à Direção do DEPCONT/PGF dos encaminhamentos de temas e questões estratégicas ou de elevada relevância;
15. ­ propor ao Diretor do DEPCONT a edição de Súmula da AGU ou de ato para dispensa derecurso;
16. ­ sugerir temas para a realização de conciliação, bem como auxiliar na negociação de acordos e de Termos de Ajustamento de Conduta que necessitem da autorização da Direção Central da PGF;
17. ­ sugerir a edição ou atualização de teses de defesa mínima, manuais ou orientaçõesjudiciais;
18. ­ traçar estratégias de atuação contenciosa e avaliar a pertinência de ajuizamento de ações e medidas processuais, quando consultado;
19. ­ auxiliar na realização de cursos, treinamentos, palestras e encontros; e
20. ­ apresentar relatório com as atividades executadas ao final de cada exercício anual, podendo apresentar relatórios em períodos menores, a critério do Diretor do Departamento de Contencioso.

At. 5º Caberá ao Diretor do DEPCONT a designação dos Procuradores Federais que formarão a equipe de Pontos Focais.

§1º A indicação do Ponto Focal de Previdenciário será realizada pelo Procurador­Chefe da PFE­ INSS ao Diretor do DEPCONT.

§2º A equipe de Pontos Focais assessorará diretamente a Direção do DEPCONT/PGF e auxiliará os núcleos e setores do DEPCONT e da PGF, na extensão das atribuições de cada Ponto Focal, sempre que solicitada.

§3º As Procuradorias Regionais Federais e as Procuradorias Federais nos Estados deverão adotar medidas para fomentar, facilitar e agilizar a comunicação dos Pontos Focais com os Procuradores Federais que exerçam atividade de representação judicial, devendo auxiliar na divulgação das orientações compartilhadas pelos Pontos Focais para as unidades localizadas nas suas áreas de competência.

§4º Compete ao Diretor do Departamento de Contencioso resolver os conflitos positivos ou negativos de atribuições, bem como dirimir controvérsias jurídicas existentes entre os Pontos Focais.

Art. 6º As atribuições previstas na presente Portaria não afastam as competências das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais, previstas na Portaria PGF nº 530, de 2007, e na Portaria PGF nº 172, de 2016.

Art. 7º O Diretor do Departamento de Contencioso poderá editar atos normativos para regulamentar a fiel execução desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ratificados os atos adotados.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

BS 18, de 2.5.2016.

**PORTARIA Nº 255, DE 12 DE ABRIL DE 2016.**

*Aprova o Regimento Interno do Comitê de Gestão da Procuradoria­Geral Federal.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Portaria PGF nº 847, de 14 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Comitê de Gestão da Procuradoria­Geral Federal, na forma do anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

BS 18, de 2.5.2016.

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE GESTÃO DA PROCURADORIA­GERAL FEDERAL

CAPÍTULO I

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º O Comitê de Gestão da Procuradoria­Geral Federal ­ CG/PGF é órgão colegiado de natureza consultiva, vinculado ao Gabinete do Procurador­Geral Federal.

Art. 2º O CG/PGF é composto pelos seguintes membros:

I ­ o Procurador­Geral Federal, que o coordenará;

1. ­ o Subprocurador­Geral Federal;
2. ­ o Coordenador­Geral de Planejamento e Gestão;
3. ­ o Coordenador­Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos;
4. ­ o Coordenador­Geral de Pessoal;
5. ­ o Representante da Carreira de Procurador Federal no Conselho Superior da AGU; VII ­ um Procurador­Regional Federal, indicado pelos demais;
6. ­ um Procurador Federal representante de cada Região;
7. ­ um Procurador Federal representante de cada Fórum de Procuradores­Chefes junto às autarquias e fundações públicas federais; e
8. ­ um Procurador Federal em exercício na Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS ­PFE/INSS.

Parágrafo único. A escolha dos membros referidos nos incisos VIII, IX e X deverá ser realizada na forma prevista na Portaria PGF nº 847, de 2014.

Art. 3º O CG/PGF funciona como órgão de consulta do Procurador­Geral Federal em assuntos de alta relevância relacionados à gestão e ao planejamento estratégico da Procuradoria­Geral Federal ­ PGF, e tem como objetivos, dentre outros:

1. ­ incentivar a cultura da participação dos membros da carreira de Procurador Federal na gestãoda PGF;
2. ­ ampliar os canais de diálogo entre a PGF e os membros da carreira de Procurador Federal; III ­ fomentar o debate e o interesse por assuntos relacionados à gestão; e

IV ­ identificar problemas relacionados à gestão no âmbito da PGF e propor medidas parasolucioná­los.

Parágrafo único. O membros e servidores da Procuradoria-Geral Federal que desejarem apresentar sugestões, ideias e projetos para implementação na Procuradoria-Geral Federal poderão fazê-lo por meio do e-mail pgf.fabricadeideias@agu.gov.br, informando o nome, e-mail, unidade de exercício, a ideia e seu conteúdo, que serão analisados e estruturados pelos grupos temáticos competentes para apreciação da Procuradoria-Geral Federal. **(Incluído pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

CAPÍTULO II

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º Compete ao CG/PGF, no exercício de sua função opinativa:

I ­ analisar e propor soluções e projetos de inovação em matérias relacionadas à gestão da PGF; II ­ acompanhar o cumprimento do Planejamento Estratégico da PGF;

III ­ auxiliar na divulgação dos atos e projetos relacionados à gestão da PGF; IV ­ sugerir a criação ou a extinção de unidades da PGF;

V ­ opinar sobre os critérios para melhor distribuição da força de trabalho no âmbito da PGF; VI ­ auxiliar no desenvolvimento de modelos de medição de desempenho institucional na PGF;

1. ­ analisar e propor projetos voltados à qualidade do ambiente laboral e do relacionamento interpessoal dos membros da carreira de Procurador Federal, servidores e demais colaboradores da instituição; e
2. ­ opinar sobre outros temas relacionados à gestão que lhe sejam submetidos pelo Procurador­Geral Federal.

CAPÍTULO III

DO COORDENADOR

Art. 5º São atribuições do Coordenador do CG/PGF:

1. ­ convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;
2. ­ adotar as providências administrativas necessárias ao funcionamento regular do CG/PGF; III ­ elaborar a pauta das reuniões;
3. ­ designar relator para as matérias e fixar prazo para apresentação do relatório;
4. ­ submeter a exame e deliberação os assuntos constantes da pauta, e se for o caso proclamar oresultado;
5. ­ votar, no caso de empate;
6. ­ coordenar e fazer manter a ordem das reuniões;
7. ­ dar execução às deliberações do CG/PGF e resolver questões urgentes delas decorrentes; IX ­ assinar e despachar os comunicados, expedientes e demais atos do CG/PGF;

X­ decidir eventuais questões de ordem.

Parágrafo único. O Coordenador dará ciência aos demais membros, na reunião subsequente do CG/PGF, relativamente às medidas previstas no inciso VIII.

CAPÍTULO IV

DOS MEMBROS

Art. 6º São atribuições dos membros do CG/PGF:

1. ­ comparecer pontualmente às reuniões ordinárias e extraordinárias do CG/PGF, justificando, obrigatoriamente, a ausência;
2. ­ propor ao Coordenador do CG/PGF a inclusão de assunto em pauta, podendo fazê­lo por

meio digital;

1. ­ discutir e votar os assuntos constantes da pauta;
2. ­ relatar os assuntos que lhes forem distribuídos, solicitando inclusão em pauta, de acordo com o parágrafo único do art. 11 deste Regimento Interno; e
3. ­ exercer as demais atribuições que lhes forem conferidas pelo Coordenador.

§ 1º A solicitação para inclusão em pauta, prevista nos incisos II e IV, deverá realizar­se com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias da realização da reunião subsequente.

§ 2º O relator, sempre que necessário, apresentará as minutas dos atos decorrentes da deliberação do CG/PGF a respeito da matéria.

§ 3º ­ Será excluído do CG/PGF o membro que deixar de comparecer a mais de uma reunião para a qual tenha sido devidamente convocado, sem apresentar justificativa para as ausências.

§ 4º ­ Na hipótese do § 3º, o membro será substituído na forma da Portaria PGF nº 847, de 2014.

Art. 7º Os membros ficam dispensados das atividades do CG/PGF durante seus afastamentos legais, devendo comunicar previamente essa situação ao Coordenador do CG/PGF.

Parágrafo único. Não haverá designação de substituto para os membros que, por qualquer motivo justificado, necessitarem se ausentar das reuniões do CG/PGF.

CAPÍTULO V

DA SECRETARIA

Art. 8º A Secretaria, órgão de auxílio administrativo do CG/PGF, tem as seguintescompetências:

I ­ elaborar e disponibilizar as atas das reuniões para aprovação; II ­ catalogar as proposições e os votos dos membros;

1. ­ divulgar as pautas das reuniões do CG/PGF;
2. ­ disponibilizar em ambiente eletrônico a documentação necessária à realização das reuniões;
3. ­ auxiliar, quando necessário, a minutar despachos, portarias ou resoluções que serão levadas à análise e deliberação do CG/PGF;
4. ­ adotar medidas com vistas à guarda, à publicação e à divulgação dos registros das reuniões;
5. ­ solicitar aos responsáveis a emissão das passagens e diárias para o deslocamento dos integrantes do CG/PGF;
6. ­ assessorar o Coordenador e demais membros do CG/PGF, durante as reuniões e no desempenho das competências e atividades que lhes são afetas;
7. ­ atualizar o sítio da PGF na *intranet* com as informações referentes aos trabalhos doCG/PGF; e
8. ­ exercer outras atividades que lhe forem cometidas pelo CG/PGF.

§ 1º Serão divulgados pela secretaria, preferencialmente no sítio da PGF na *intranet*, as

seguintes informações referentes aos trabalhos do CG/PGF:

I ­ atas das reuniões ordinárias e extraordinárias, presenciais ou eletrônicas; II ­ deliberações; e

III ­ informações básicas sobre os membros do CG/PGF, incluindo dados para comunicação por meio eletrônico.

§ 2º A divulgação dos atos de que tratam os incisos I e II do § 1º deste artigo deverá ocorrer no prazo de cinco dias úteis, contado de sua aprovação.

§ 3º O Gabinete do Procurador-Geral Federal exercerá as atividades de Secretaria do CG/PGF. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**.

CAPÍTULO VI

**DO FUNCIONAMENTO**

Art. 9º O CG/PGF reunir­se­á, ordinariamente, com periodicidade bimestral.

§ 1º As reuniões ordinárias do CG/PGF serão, preferencialmente, presenciais.

§ 2º O Coordenador poderá convocar reuniões extraordinárias, quando necessário.

§ 3º A convocação das reuniões, ordinárias e extraordinárias, será realizada com antecedência mínima de quinze dias, devendo constar dia, hora, local e pauta dos trabalhos.

§ 4º O prazo de que trata o § 3º deste artigo poderá ser excepcionado nos casos de urgência devidamente justificada.

Art. 10 As propostas aprovadas no âmbito do CG/PGF, de natureza opinativa, serão encaminhadas ao Procurador­Geral Federal para avaliação.

Parágrafo único. Observado o quórum mínimo de 10 membros, o CG/PGF decidirá por maioria simples, cabendo ao Coordenador o voto apenas em caso de empate.

Art. 11 A pauta das reuniões do CG/PGF será composta por assuntos relacionados às competências definidas no art. 4º deste Regimento Interno.

Parágrafo único. Os membros poderão propor a inclusão em pauta de assuntos sob sua relatoria e de outras matérias de seu interesse, mediante apresentação de proposta fundamentada, que pode ser enviada por meio eletrônico, observado o § 1º do art. 6º.

Art. 12 Para fins de especialização no tratamento das questões objeto de discussão, o CG/PGF será constituído por quatro grupos temáticos:

1. ­ Primeiro Grupo Temático, que terá como principal objetivo a discussão de ações para garantir a valorização profissional dos membros da carreira e dos servidores que os auxiliam;
2. ­ Segundo Grupo Temático, que terá como principal objetivo a discussão de ações para construir um ambiente de gestão mais participativa, eficiente e focada no resultado e no desempenho institucional;
3. ­ Terceiro Grupo Temático, que terá como principal objetivo a discussão de ações para aprimorar rotinas, ferramentas e métodos de trabalho existentes, bem como integrar as inovações necessárias que permitam a racionalização e a otimização do trabalho; e
4. ­ Quarto Grupo Temático, que terá como principal objetivo a discussão de ações para aperfeiçoar o relacionamento com os entes assessorados e com os órgãos integrantes do sistema judicial, fortalecendo a imagem institucional da PGF.

Parágrafo único. Na primeira reunião após a constituição do CG/PGF, os membros deverão ser distribuídos entre os grupos temáticos previstos neste artigo.

Art. 13 As reuniões serão presididas pelo Procurador­Geral Federal, por seu substituto legal ou, na ausência destes, por outro membro por ele designado.

§ 1º As reuniões só serão instaladas se presente a maioria dos membros.

§ 2º A Secretaria disponibilizará em ambiente eletrônico a documentação necessária à realização das reuniões.

Art. 14 Aberta a sessão, será observada a seguinte ordem de providências: I ­ apresentação da pauta dos trabalhos;

1. ­ comunicações preliminares do Coordenador; e
2. – discussão e votação das matérias com observância da ordem estabelecida na pauta, que só poderá ser invertida por decisão do Coordenador.

§ 1º Encerrados os debates sobre cada item da pauta, o Coordenador declarará iniciada a votação e passará a palavra aos membros, para que declarem seu voto.

§ 2º O resultado das votações será registrado em ata.

CAPÍTULO VII

**DAS DELIBERAÇÕES POR MEIO ELETRÔNICO**

Art. 15 O CG/PGF poderá deliberar por meio eletrônico sobre as matérias de sua competência, ressalvado o direito dos membros de destacar qualquer assunto para votação presencial.

Art. 16 Serão incluídos em pauta eletrônica:

1. ­ ata de reunião anterior;
2. ­ informes sobre os atos praticados em decorrência do disposto no inciso VIII do art. 5º; e III ­ processos que tenham obtido manifestação unânime pelos membros do CG/PGF.

§ 1º Disponibilizada a pauta eletrônica, os membros deverão manifestar­se em cinco dias.

§ 2º Apurados os votos, será lavrada a ata nos termos do art. 17.

CAPÍTULO VIII

DAS ATAS

Art. 17 Das reuniões e deliberações, inclusive por meio eletrônico, será lavrada ata sucinta contendo a data da reunião, a indicação dos membros presentes, resumo dos principais assuntos tratados, as manifestações expressamente solicitadas e a especificação das votações.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18 O exercício da função de membro do CG/PGF é de natureza relevante e preferencial, sendo dispensados de suas atribuições funcionais regulares para comparecimento às reuniões.

Art. 19 Mediante deliberação e concordância da maioria simples dos membros do CG/PGF, deverá ser apresentada ao Procurador­Geral Federal proposta de alteração do Regimento Interno do CG/PGF.

Art. 20 As omissões do Regimento Interno serão resolvidas pelo CG/PGF.

BS 18, de 2.5.2016.

**PORTARIA Nº 317, DE 04 DE MAIO DE 2016**.[[320]](#footnote-321)

*Inclui os Estados do Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio Grande do Sul e Santa Catarina no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, de que trata a Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII, § 2º, art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto no Processo Administrativo nº 00407.009940/2015­86, resolve:

Art. 1º Incluir os Estados do Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio Grande do Sul e Santa Catarina no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 11.5.2016.

**PORTARIA Nº 338, DE 12 DE MAIO DE 2016**

*Dispõe sobre a estrutura, a organização e as atribuições dos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I, IV, V e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º São órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal:

I - o Gabinete do Procurador-Geral Federal;

II - o Departamento de Contencioso - DEPCONT;

III - o Departamento de Consultoria - DEPCONSU;

IV - a Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos - CGCOB;

V - a Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão - CGPG;

VI - a Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos - CGPAE; e

VII - a Coordenação-Geral de Pessoal - CGPES.

CAPÍTULO I

DO GABINETE DO PROCURADOR-GERAL FEDERAL

Art. 2º Ao Gabinete do Procurador-Geral Federal, órgão de coordenação e assessoramento da Procuradoria-Geral Federal, diretamente subordinado ao Procurador-Geral Federal, compete:

1. - assessorar o Procurador-Geral Federal e o Subprocurador-Geral Federal em suas representações políticas e administrativas;
2. - ocupar-se das relações institucionais do Gabinete da Procuradoria-Geral Federal e do preparo e despacho do expediente do Procurador-Geral Federal e do Subprocurador- Geral Federal;
3. - acompanhar a tramitação de projetos de lei e demais atos normativos de interesse da Procuradoria-Geral Federal;
4. - providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Poder Legislativo, Tribunal de Contas da União, Presidência da República, Ministérios, Secretarias, Comandos Militares, Controladoria-Geral da União, Poder Judiciário, Ministério Público da União e demais órgãos de controle internos e externos;
5. - exercer o controle dos expedientes e atos, normativos ou não, editados pela Procuradoria-Geral Federal;
6. - providenciar a publicação oficial e a divulgação dos atos da Procuradoria-Geral Federal;
7. - supervisionar, em articulação com a Assessoria de Comunicação Social da Advocacia-Geral da União, a política de comunicação social interna e externa da Procuradoria Geral Federal;
8. - supervisionar as atividades dos órgãos e servidores vinculados ao Gabinete da Procuradoria-Geral Federal, e suas relações com os demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal e da Advocacia-Geral da União;

IX - organizar a agenda, a pauta de audiências e as viagens do Procurador-Geral Federal e do Subprocurador-Geral Federal;

1. - supervisionar as atividades de concessão de diárias e passagens na Procuradoria-Geral Federal;
2. - supervisionar a divulgação de informações institucionais da Procuradoria- Geral Federal e dos seus órgãos de execução; e
3. - cuidar da correspondência do Procurador-Geral Federal e do Subprocurador-Geral Federal.

§ 1º O Gabinete do Procurador-Geral Federal é chefiado pelo Chefe de Gabinete.

§ 2º Integram o Gabinete do Procurador-Geral Federal: I - a Divisão de Apoio ao Gabinete, à qual compete:

1. assistir a Chefia de Gabinete no preparo do expediente e despacho junto ao Procurador-Geral Federal;
2. receber, registrar, controlar, providenciar o encaminhamento e acompanhar o trâmite da documentação recebida e expedida pelo Gabinete;
3. executar as atividades de redação e revisão de documentos, obedecendo aos padrões oficiais; e
4. desempenhar outras atribuições determinadas pela Chefia de Gabinete.
5. - o Serviço de Apoio, ao qual compete auxiliar o Chefe da Divisão de Apoio ao Gabinete nas atribuições previstas no inciso anterior;
6. - o Serviço de Diárias e Passagens, ao qual incumbe auxiliar o Chefe de Gabinete nas atividades de concessão de diárias e passagens dos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal;
7. - o Serviço de Protocolo, ao qual compete o recebimento e controle do trâmite de documentos e autos de processos expedidos ou recebidos pela Procuradoria-Geral Federal;
8. - o Serviço de Publicação e Controle de Atos, ao qual compete efetuar o controle, providenciar, acompanhar e divulgar as publicações e arquivamento dos atos, normativos ou não, da Procuradoria-Geral Federal; e
9. - o Núcleo de Divulgação Institucional e Transparência, ao qual incumbe:
10. executar a articulação com a Assessoria de Comunicação Social da Advocacia- Geral da União voltada à divulgação externa de informações institucionais da Procuradoria-Geral Federal e dos seus órgãos de execução.
11. executar a divulgação interna de informações institucionais da Procuradoria- Geral Federal e dos seus órgãos de execução;
12. atender as demandas da Ouvidoria-Geral da Advocacia-Geral da União, em articulação com os demais órgãos da direção da Procuradoria-Geral Federal e de seus órgãos de execução;
13. gerenciar as solicitações de informações de agentes externos à Procuradoria-Geral Federal; e
14. gerenciar o sítio eletrônico da Procuradoria-Geral Federal.

Seção I

Divisão de Defesa das Prerrogativas

Art. 3° À Divisão de Defesa das Prerrogativas da Carreira de Procurador Federal - DDP, órgão de coordenação e assessoramento da Procuradoria-Geral Federal diretamente subordinada ao Procurador-Geral Federal, compete:

1. - orientar a atuação dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal nos casos em que os membros da Carreira de Procurador Federal sofram ameaça ou efetiva violação às prerrogativas funcionais no exercício das atribuições legais do cargo;
2. - apreciar denúncias, representações ou queixas referentes à ameaça ou efetiva violação às prerrogativas funcionais dos membros da Carreira de Procurador Federal no exercício das atribuições legais do cargo;
3. - executar as medidas judiciais e extrajudiciais necessárias à manutenção ou ao restabelecimento da prerrogativa funcional ameaçada ou efetivamente violada, ressalvadas as competências dos demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal e da Advocacia- Geral da União;
4. - apresentar representação disciplinar junto aos órgãos correcionais e disciplinares competentes de órgãos e entidades públicas em caso de ameaça ou violação às prerrogativas funcionais dos membros da Carreira de Procurador Federal;
5. - realizar estudos, elaborar teses de defesa mínima, formular e implementar estratégias e mecanismos para o desenvolvimento e o fortalecimento das prerrogativas funcionais dos membros da Carreira de Procurador Federal;
6. - propor, em conjunto com os órgãos competentes, a edição de atos normativos, internos ou não, relativos às prerrogativas funcionais dos membros da Carreira de Procurador Federal;
7. - promover a interlocução com órgãos e entidades externas à Advocacia- Geral da União na defesa das prerrogativas funcionais dos membros da Carreira de Procurador Federal; e
8. - atuar na defesa das competências e das prerrogativas institucionais da própria Procuradoria-Geral Federal e de seus dirigentes.

Parágrafo único. A Divisão de Defesa das Prerrogativas é chefiada pelo respectivo Chefe de Divisão.

Art. 4º A Divisão de Defesa das Prerrogativas será composta ainda por um representante estadual indicado por cada uma das Procuradorias Federais nos Estados e das Procuradorias Regionais Federais.

Parágrafo único. Os representantes estaduais da Divisão de Defesa das Prerrogativas são responsáveis pela apreciação dos fatos que possam configurar ameaça ou violação às prerrogativas dos membros da Carreira de Procurador Federal e executar as medidas necessárias ao seu restabelecimento, sob a orientação do Chefe de Divisão.

Seção II

Divisão de Assuntos Disciplinares

Art. 5º À Divisão de Assuntos Disciplinares – DAD, órgão de coordenação e assessoramento da Procuradoria-Geral Federal diretamente subordinada ao Procurador-Geral Federal, compete proferir manifestação jurídica em processos de natureza disciplinar, seja em fase de admissibilidade, instrução ou julgamento, ou ainda, em resposta a consultas ou pedidos de orientações sobre o tema.Parágrafo único. A Divisão de Assuntos Disciplinares é chefiada pelo respectivo Chefe de Divisão.

Art. 6º A DAD é composta pelos seguintes Núcleos:

I - Núcleo de Assessoramento para Admissibilidade;

II - Núcleo de Instrução;

III - Núcleo de Assessoramento para Julgamentos e Consultas;

IV - Núcleo de Informações; e

V - Secretaria.

Art. 7º Ao Chefe da DAD compete:

1. - coordenar e orientar as atividades relacionadas a procedimentos de caráter disciplinar no âmbito da Procuradoria-Geral Federal;
2. - coordenar atividades dos Núcleos de que trata o art. 6º, bem como designar seus respectivos responsáveis e membros;
3. - participar como membro das reuniões dos Núcleos previstos nos incisos I a IV do art. 6º;
   1. - determinar o encaminhamento das diligências de instrução preliminar aos Presidentes das Comissões Permanentes Processantes - CPPs;
   2. - fixar os critérios e parâmetros para distribuição e gerenciamento de processos no âmbito da DAD;
   3. - promover a articulação institucional com outras autoridades afetas às atividades de persecução disciplinar;
   4. - propor ao Procurador-Geral Federal a realização de intercâmbio institucional com órgãos de controle interno e externo dos Poderes da União, de modo a aperfeiçoar e concretizar o exercício de suas competências;
   5. - indicar ao Procurador-Geral Federal os Presidentes das CPPs;
   6. - instar o presidente de comissão disciplinar para apresentação de proposta de cronograma de conclusão do apuratório nas hipóteses previstas no inciso IX do artigo 20;
   7. - instar o Procurador Federal oficiante na DAD para apresentar justificativa e previsão de finalização da análise do feito nas hipóteses previstas no inciso VII do artigo 20;
   8. - prestar as informações referentes à matéria disciplinar requeridas por unidades da Procuradoria-Geral Federal, da Advocacia-Geral da União ou por órgãos externos;
   9. - autorizar a participação de Procuradores Federais em comissões disciplinares a serem instauradas em outros órgãos da Administração Pública Federal, desde que não haja prejuízo às atribuições ordinárias do Procurador Federal indicado;
   10. - propor ao Procurador-Geral Federal calendário de eventos relacionados aos assuntos de natureza disciplinar;
   11. - atestar, de acordo com os dados apresentados pelo Núcleo de Informações, a existência de procedimento prévio, processo ou sindicância disciplinar instaurada, em curso ou encerrada, contra membro da carreira de Procurador Federal;
   12. - regulamentar por ordem de serviço procedimentos e rotinas internas da DAD; e
   13. - realizar outras atividades determinadas pelo Procurador-Geral Federal.

Subseção I

Núcleo de Assessoramento para Admissibilidade

Art. 8º O Núcleo de Assessoramento para Admissibilidade é composto pelos Procuradores Federais e pelo responsável pelo Núcleo, todos designados pelo Chefe da DAD, que também o comporá como membro.

§ 1º O Núcleo de Assessoramento para Admissibilidade exercerá suas competências por intermédio de análise conjunta de seus membros, coordenadas pelo respectivo responsável.

§ 2º Os demais aspectos do funcionamento do Núcleo Assessoramento para Admissibilidade serão regulamentados por ordem de serviço do Chefe da DAD.

Art. 9º Compete ao Núcleo de Assessoramento para Admissibilidade o exame jurídico dos processos administrativos distribuídos no âmbito da DAD, excetuados aqueles de competência do Núcleo de Assessoramento para Julgamentos e Consultas, especificamente:

1. - analisar e emitir manifestação jurídica sobre a existência de indícios da prática de ilícitos administrativos que autorizam a apuração de denúncias em representações relativas à atuação dos membros da carreira de Procurador Federal e dos servidores que ocupam ou ocuparam função ou cargo em comissão de natureza jurídica vinculada aos órgãos da Procuradoria-Geral Federal;
2. - requerer ao Núcleo de Informações, após análise preliminar do processo, informações relacionadas aos representados e aos procedimentos administrativos em que estejam atuando, conforme modelo indicado pelo Chefe da DAD;
3. - instaurar, por solicitação ou de ofício, instrução preliminar, nos termos da Portaria PGF nº 400, de 2011;
4. - sugerir ao Procurador-Geral Federal, por solicitação ou de ofício, a instauração de sindicância investigativa, punitiva ou patrimonial e de processo administrativo disciplinar;
5. - requisitar diligências, informações, processos e documentos necessários ao desempenho de suas atividades; e
6. - realizar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo responsável pelo Núcleo, pelo Chefe da DAD ou pelo Procurador-Geral Federal.

Parágrafo único. Também compete ao Núcleo de Assessoramento para Admissibilidade a prestação de subsídios para defesa judicial e a análise de pedidos de reconsideração e de recursos referentes aos atos de procedimentos disciplinares praticados em fases processuais anteriores ao julgamento.

Art. 10. Compete ao responsável pelo Núcleo de Assessoramento para Admissibilidade:

1. - coordenar e participar, como membro, das reuniões do Núcleo;
2. - supervisionar o cumprimento das diligências de instrução preliminar enviadas aos Presidentes das CPPs, inclusive acompanhando o prazo de devolução do processo;
3. - coordenar a distribuição dos processos aos Procuradores Federais em exercício no Núcleo;
4. - manter relatório gerencial de atividades, que deverá englobar especialmente informações sobre as instruções preliminares concluídas, prazos para a finalização da análise de admissibilidade, além de quaisquer outras informações relevantes indicadas pelo Chefe da DAD;
5. - enviar cópia do relatório gerencial mensal das atividades ao responsável pelo Núcleo de Informações;
6. - auxiliar o Chefe da DAD nos trabalhos e projetos institucionais desenvolvidos no âmbito da DAD; e
7. - realizar outras atividades determinadas pelo Chefe da DAD ou pelo Procurador-Geral Federal.

Subseção II

Núcleo de Instrução

Art. 11. O Núcleo de Instrução é formando pelo responsável, pelos Presidentes das Comissões Permanentes Processantes – CPPs e pelos Procuradores Federais que compõem cada CPP.

Parágrafo único. O funcionamento do Núcleo de Instrução será regulamentado por ordem de serviço do Chefe da DAD.

Art. 12. Compete ao responsável pelo Núcleo de Instrução:

1. - coordenar as atividades dos Presidentes das CPPs, mantendo relatório gerencial atualizado por região de competência;
2. - supervisionar a remessa dos autos de procedimentos disciplinares e das respectivas manifestações jurídicas conclusivas aprovadas pelo Procurador-Geral Federal aos Presidentes das CPPs para indicação da comissão, nos termos do art. 11, incisos III e IV;
3. - providenciar, após a assinatura do Procurador-Geral Federal, a publicação das portarias de instauração, prorrogação e recondução das comissões disciplinares, inclusive no caso de portarias conjuntas, mantendo arquivo atualizado das portarias publicadas;
4. - providenciar o envio de cópia das portarias de instauração, prorrogação e recondução das comissões disciplinares ao Presidente da CPP correspondente e aos membros da comissão;
5. - requisitar informações e documentos necessários ao desempenho de suas atividades;
6. - manter controle atualizado dos procedimentos disciplinares;
7. - receber os processos contendo o Relatório Final das apurações e encaminhá- los ao responsável pelo Núcleo de Assessoramento para Julgamentos e Consultas;
8. - coordenar as atividades disponibilizadas de capacitação e de treinamento dos membros das comissões disciplinares;
9. - auxiliar o Chefe da DAD nos trabalhos e projetos institucionais desenvolvidos no âmbito da DAD; e
10. - realizar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Chefe da DAD ou pelo Procurador-Geral Federal.

Art. 13. Compete aos Presidentes das CPPs no âmbito da respectiva região: I - chefiar a respectiva Comissão Permanente Processante;

1. - providenciar o cumprimento das diligências de instrução preliminar no âmbito das respectivas regiões e, tão logo cumpridas, providenciar o retorno do processo à Secretaria da DAD, que deverá cientificar o Responsável pelo Núcleo de Assessoramento para Admissibilidade;
2. - indicar ao responsável pelo Núcleo de Instrução os membros para compor as comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar na respectiva área de atuação;
3. - elaborar as minutas de portaria de designação das comissões e enviá-las ao responsável pelo Núcleo, para providências de publicação;
4. - manter arquivo atualizado com as informações de contato dos membros das comissões;
5. - encaminhar os autos do processo ao presidente da comissão disciplinar, após recebida a cópia de publicação da portaria de designação da comissão;
6. - manifestar-se quanto aos pedidos de substituição de membros, recondução ou prorrogação das comissões em curso, revisar as respectivas minutas de portarias elaboradas pelos presidentes das comissões e enviá-las ao responsável pelo Núcleo, para providências de publicação;
7. - encaminhar cópia de publicação das portarias de recondução ou prorrogação das comissões em curso ao presidente da comissão;
8. - manifestar-se quanto ao pedido de diárias e passagens apresentado pelo presidente da comissão e encaminhar o pedido ao Procurador Regional Federal correspondente;
9. - sistematizar e orientar as atividades das comissões disciplinares, mantendo informações atualizadas quanto ao andamento e aos resultados dos trabalhos das comissões disciplinares nos sistemas oficiais;
10. - manter atualizado controle dos procedimentos disciplinares;
11. - providenciar o encaminhamento do Relatório Final e a devolução dos respectivos autos ao responsável pelo Núcleo após a conclusão dos trabalhos, acompanhados da Tabela de Dados dos Procedimentos Disciplinares preenchida;
12. - providenciar junto às autoridades responsáveis a disponibilização de infraestrutura adequada para o funcionamento das comissões disciplinares da Procuradoria- Geral Federal;
13. - providenciar junto aos titulares dos órgãos de execução da Procuradoria- Geral Federal a disponibilização de apoio local à realização das diligências instrutórias requeridas pelas comissões disciplinares;
14. - requisitar informações e documentos necessários ao desempenho de suas atividades;
15. - promover contato com outros órgãos da Administração Pública objetivando o cumprimento das atribuições da DAD;
16. - propor ao responsável pelo Núcleo capacitações e treinamentos para os membros de comissões de processo administrativo disciplinar;
17. - auxiliar nos trabalhos e projetos institucionais desenvolvidos no âmbito da DAD;
18. - administrar a infraestrutura material e de pessoal disponível na respectiva CPP, inclusive para o eventual suporte das comissões instaladas na respectiva região de competência; e
19. - realizar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo responsável pelo Núcleo, pelo Chefe da DAD ou pelo Procurador-Geral Federal.

Parágrafo único. Os chefes das unidades demandadas pelos Presidentes das Comissões Permanentes Processantes deverão providenciar o apoio local às atividades instrutórias das Comissões, nos termos do requerimento previsto no inciso XIV.

Art. 14. Além das atribuições legais referentes à condução do processo disciplinar, compete aos Presidentes das Comissões:

1. - adotar as providências necessárias ao início dos trabalhos de apuração, imediatamente após ao recebimento de cópia da portaria de designação dos membros da Comissão e dos autos do processo.
2. - enviar ao Presidente da CPP correspondente o cronograma de planejamento de atividades, conforme modelo e prazo indicados pelo Chefe da DAD em normativo próprio;
3. - elaborar as minutas de portaria de substituição de membro, recondução ou prorrogação da comissão e enviá-las ao Presidente da CPP correspondente acompanhadas de justificativa fundamentada do pedido;
4. - informar ao Presidente da CPP correspondente qualquer alteração nas informações de contato dos membros da comissão;
5. - manter atualizadas as informações da Tabela de Dados dos Procedimentos Disciplinares, conforme modelo indicado pelo Chefe da DAD;
6. - informar ao Presidente da CPP correspondente qualquer nova informação inserida na Tabela de Dados dos Procedimentos Disciplinares de que trata o inciso anterior;
7. - elaborar pedido de diárias e passagens, quando necessário o deslocamento da comissão para prática de atos processuais, e enviá-lo ao Presidente da CPP correspondente acompanhado de justificativa fundamentada do requerimento, indicando, inclusive, os atos que serão praticados pela Comissão e as respectivas datas; e
8. - remeter o processo ao Presidente da CPP correspondente, logo após a sua conclusão e assinatura do relatório final pelos membros.

§ 1º O membro da comissão que, injustificadamente, deixar de dar andamento aos trabalhos da comissão estará sujeito a responsabilização funcional, nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 2º Os trabalhos de apuração não serão paralisados em razão do pedido de substituição de membro até que seja publicada a portaria modificativa, salvo nas hipóteses previstas nos artigos 18 a 21 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

§ 3º As diárias solicitadas deverão observar o prazo estritamente necessário para a realização dos atos a serem praticados pela comissão, com o imediato retorno dos membros à sede na qual se encontram em exercício, após a sua conclusão, devendo-se favorecer o uso de videoconferências, especialmente para oitiva de testemunhas.

Art. 15. A chefia imediata, quando necessário, deverá adequar o volume de trabalho dos Procuradores Federais integrantes de comissões disciplinares, de forma a possibilitar a eficiente condução dos trabalhos.

Subseção III

Núcleo de Assessoramento para Julgamento e Consultas

Art. 16. O Núcleo de Assessoramento para Julgamentos e Consultas é formado pelos Procuradores Federais e pelo responsável pelo Núcleo, todos designados pelo Chefe da DAD, que também o comporá como membro.

§ 1º O Núcleo de Assessoramento para Julgamentos e Consultas exercerá suas competências por intermédio de análise conjunta de seus membros, coordenadas pelo respectivo responsável.

§ 2º Os demais aspectos do funcionamento do Núcleo Assessoramento para Julgamentos e Consultas será regulamentado por ordem de serviço do Chefe da DAD.

Art. 17. Ao Núcleo de Assessoramento para Julgamentos e Consultas compete o exame jurídico das sindicâncias punitivas e dos processos administrativos disciplinares em fase de julgamento, dos respectivos pedidos de reconsideração, dos recursos e das consultas em matéria disciplinar, especialmente:

1. - analisar e emitir manifestação jurídica sobre os relatórios finais elaborados pelas comissões de processo disciplinar e de sindicância punitiva, para subsidiar o julgamento pela autoridade competente;
2. - analisar e emitir manifestação jurídica sobre pedidos de reconsideração apresentados contra os julgamentos proferidos pela autoridade competente;
3. - analisar e emitir manifestação jurídica sobre recursos hierárquicos apresentados contra os julgamentos proferidos pelo Procurador-Geral Federal;
4. - analisar e emitir manifestação jurídica sobre consultas e pedidos de orientação cujos objetos tenham natureza disciplinar ou congênere;
5. - requerer ao Núcleo de Informações, após análise preliminar do processo, informações relacionadas aos representados e aos procedimentos administrativos em que estejam atuando, conforme modelo indicado pelo Chefe da DAD;
6. - auxiliar o Chefe da DAD nos trabalhos e projetos institucionais desenvolvidos no âmbito da DAD; e
7. - realizar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Chefe da DAD ou pelo Procurador-Geral Federal.

Parágrafo único. Também compete ao Núcleo de Assessoramento para Julgamentos e Consultas a prestação de subsídios para defesa judicial dos atos de procedimentos disciplinares praticados nas fases processuais indicadas nos incisos I a III.

Art. 18. Compete ao Responsável pelo Núcleo de Assessoramento para Julgamentos e Consultas:

1. - coordenar e participar, como membro, das reuniões do Núcleo;
2. - coordenar a distribuição de processos aos Procuradores Federais em exercício no Núcleo;
3. - manter relatório gerencial de atividades, que englobará informações sobre prazos para a finalização da análise de julgamento, sanções aplicadas, sanções não aplicadas em virtude de prescrição, recursos providos e não providos, além de quaisquer outras informações relevantes indicadas pelo Chefe da DAD;
4. - enviar, mensalmente, cópia atualizada do relatório gerencial das atividades ao responsável pelo Núcleo de Informações;
5. - auxiliar o Chefe da DAD nos trabalhos e projetos institucionais desenvolvidos no âmbito da DAD; e
6. - realizar outras atividades determinadas pelo Chefe da DAD ou pelo Procurador-Geral Federal.

Subseção IV

Núcleo de Informações

Art. 19. O Núcleo de Informações é composto pelos Procuradores Federais e pelo responsável pelo Núcleo, todos designados pelo Chefe da DAD.

Parágrafo único. O funcionamento do Núcleo de Informações, que possuirá um Subnúcleo de Gestão de Informações, será regulamentado por ordem de serviço do Chefe da DAD.

Art. 20. Compete ao responsável pelo Núcleo de Informações:

1. - elaborar as informações referentes à matéria disciplinar requeridas pelas unidades da Procuradoria-Geral Federal;
2. - requisitar diligências, informações, processos e documentos necessários ao desempenho de suas atividades;
3. - gerenciar os sistemas de controle dos processos da DAD;
4. - gerenciar as informações recebidas referentes aos processos em análise de admissibilidade, instrução ou julgamento;
5. - coordenar, orientar e fiscalizar as atividades desenvolvidas pelo Subnúcleo de Gestão de Informações;
6. - elaborar indicadores de desempenho de todos os Núcleos e atividades da DAD;
7. - comunicar diretamente ao Chefe da DAD sempre que um processo permaneça pendente de análise por qualquer Procurador Federal em exercício na DAD por mais de 30 (trinta) dias de atraso;
8. - comunicar diretamente ao Procurador-Geral Federal sempre que um processo permaneça pendente de análise por qualquer Procurador Federal em exercício na DAD por mais de 60 (sessenta) dias de atraso;
9. - comunicar diretamente ao Chefe da DAD sempre que um procedimento administrativo disciplinar instaurado ultrapassar o prazo legal de finalização;
10. - auxiliar nos trabalhos e projetos institucionais desenvolvidos no âmbito da DAD; e
11. - realizar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Chefe da DAD ou pelo Procurador-Geral Federal.

Art. 21. Compete ao Subnúcleo de Gestão de Informação:

1. - auxiliar o responsável pelo Núcleo e os Procuradores Federais oficiantes na DAD no desempenho de suas atribuições;
2. - alimentar os sistemas de controle dos processos da DAD;
3. - prestar as informações requeridas pelos Procuradores Federais oficiantes na DAD, relacionadas aos procedimentos administrativos em que estejam atuando;
4. - elaborar autorizações a serem emitidas pelo Chefe da DAD, quando da indicação de Procuradores Federais para participação em Comissões Disciplinares estranhas à PGF;
5. - identificar a existência de procedimento prévio, processo ou sindicância disciplinar instaurada, em curso ou encerrada, contra membro da carreira de Procurador Federal e informar ao Chefe da DAD; e
6. - praticar demais atos solicitados pelo responsável pelo Núcleo de Informações, pelo Chefe da DAD e pelo Procurador-Geral Federal.

Subseção

Secretaria

Art. 22. À Secretaria compete coordenar e executar todas as atividades administrativas no âmbito da DAD, nos termos de Ordem de Serviço do Chefe da DAD.

Art. 23. O Chefe da DAD poderá, por Ordem de Serviço, criar outros Núcleos e Subnúcleos, com o objetivo de aumentar a especialização e a racionalização da atuação, ou, excepcionalmente, fundi-los, de modo a adequar-se à demanda existente.

CAPÍTULO II

DA COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Art. 24. À Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão – CGPG, órgão de coordenação e assessoramento da Procuradoria-Geral Federal, diretamente subordinada ao Procurador-Geral Federal, compete:

I - coordenar e orientar as atividades de gestão, organização e funcionamento das unidades no âmbito da Procuradoria-Geral Federal; **(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

II - elaborar estudos, examinar, acompanhar e executar iniciativas relativas à criação, extinção, estruturação, localização e âmbito de atuação das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais;**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

III - elaborar estudos, examinar, acompanhar e executar iniciativas relativas à otimização de processos de trabalho e a racionalização de métodos, atribuições, procedimentos e rotinas a serem implantados, buscando eficiência nos resultados e a distribuição equitativa da força de trabalho entre as diversas unidades da Procuradoria-Geral Federal;**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

IV - analisar, de ofício ou por provocação, a viabilidade de criação ou extinção de Equipes de Trabalho Remoto e de Equipes Nacionais, Regionais ou Estaduais de atuação, e desenvolver instrumentos que permitam o seu monitoramento no âmbito da Procuradoria-Geral Federal;**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

V - manifestar-se quanto a colaborações entre órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, quando houver controvérsias entre os órgãos envolvidos, observados os atos específicos;**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

VI - gerenciar os dados dos principais sistemas informatizados em uso pela Procuradoria-Geral Federal e divulgar as informações obtidas com o objetivo de orientar, coordenar e planejar as atividades das unidades, além de subsidiar as decisões dos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal;**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

VII - coordenar e gerenciar as questões relativas à tecnologia da informação no âmbito da Procuradoria-Geral Federal junto aos órgãos da Advocacia-Geral da União, e aos demais órgãos públicos que disponibilizem acesso de sistemas eletrônicos à Procuradoria-Geral Federal, observadas as competências da Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos;**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

VIII - atuar junto à Secretaria-Geral da Advocacia-Geral da União quanto ao encaminhamento das questões relacionadas à estrutura, mobiliário e serviços das unidades da Procuradoria-Geral Federal;**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

IX - analisar as propostas de criação, alteração e extinção dos grupos virtuais de discussão temática, e zelar pela observância das normas pertinentes quanto ao seu uso, mantendo-lhes atualizados, com as inclusões e exclusões pertinentes;**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

X - analisar e dar encaminhamento às recomendações das correições realizadas nas unidades da Procuradoria-Geral Federal relacionadas à sua área de atuação;**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

XI - representar a Procuradoria-Geral Federal junto aos órgãos colegiados da Advocacia-Geral da União no âmbito da sua área de atuação, bem como manter alinhamento e integração de suas atividades com os demais órgãos da Advocacia-Geral da União; e**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

XII - demais atribuições conferidas pelo Procurador-Geral Federal.**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

§ 1º A Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão é dirigida pelo Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão.**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

§ 2º Integra a Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão o Serviço de Gestão de Procuradorias. (NR)**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

CAPÍTULO III

DA COORDENAÇÃO-GERAL DE PROJETOS E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Art. 25. À Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos - CGPAE, órgão de coordenação e assessoramento da Procuradoria-Geral Federal, diretamente subordinada ao Procurador-Geral Federal, compete:

I - assessorar o Procurador-Geral Federal na elaboração e acompanhamento do planejamento estratégico da Advocacia-Geral da União e proceder ao seu desdobramento em programas, iniciativas, projetos e ações estratégicas no âmbito da Procuradoria-Geral Federal;**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

II - propor, coordenar e supervisionar a implementação dos programas, projetos e ações de natureza estratégica da Procuradoria-Geral Federal;**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

III - promover a melhoria contínua da gestão de projetos da Procuradoria-Geral Federal;

IV - propor a criação de indicadores de desempenho que subsidiem a avaliação do planejamento estratégico e das metas de desempenho institucional;**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

V - elaborar relatórios de gestão da Procuradoria-Geral Federal e prestar informações necessárias à Avaliação de Desempenho da AGU e à elaboração do Relatório Anual de Gestão da AGU, do Relatório de Monitoramento do Plano Plurianual da AGU e da Mensagem Presidencial, e à Avaliação de Desempenho da AGU, e outros assemelhados;**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

VI - mapear processos de trabalho e propor a criação e atualização de matriz de riscos institucionais no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, supervisionando constantemente a sua eventual ocorrência e indicando medidas ao Procurador-Geral Federal para minimizar os seus efeitos;**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

VII- propor diretrizes para a reorganização e o redimensionamento dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, inclusive das equipes de trabalho remoto, a partir do acompanhamento permanente das evoluções tecnológicas e inovações que possam impactá-los;**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

VIII- propor projetos e iniciativas relativas à prevenção e redução de litígios;**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

IX- identificar, em articulação com os demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, oportunidades de aperfeiçoamento da legislação com vistas à prevenção e solução de litígios, e propor medidas cabíveis;**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

X - centralizar, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, as demandas de cursos de treinamento e aperfeiçoamento dos seus membros e dos servidores administrativos em exercício na Procuradoria-Geral Federal, para encaminhamento à Escola da Advocacia-Geral da União, e incentivar iniciativas de qualificação profissional;**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

XI- representar a Procuradoria-Geral Federal junto aos órgãos colegiados da Advocacia-Geral da União no âmbito da sua área de atuação, bem como manter alinhamento e integração de suas atividades com os demais órgãos da Advocacia-Geral da União; e**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

XII- demais atribuições conferidas pelo Procurador-Geral Federal.**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

§ 1º A Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos é dirigida pelo Coordenador-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos.**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

§ 2º Integram a Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão: **(Redação dada pela Portaria nº 467, de 4.7.2018)**

I - o Serviço de Gestão de Procuradorias; e **(Redação dada pela Portaria nº 467, de 4.7.2018)**

II - Núcleo de Gestão da Informação. **(Redação dada pela Portaria nº 467, de 4.7.2018)**

§ 3º As atribuições e o funcionamento do Escritório de Inovação, bem como o procedimento de seleção de Gerentes de Projetos que o integrarão, serão definidos por ato do Coordenador-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos.**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

§ 4º Poderão ser designados como Gerentes de Projetos do Escritório de Inovação até cinco membros da Procuradoria- Geral Federal. (NR)**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

CAPÍTULO V

DA COORDENAÇÃO-GERAL DE PESSOAL

Art. 26. À Coordenação-Geral de Pessoal - CGPES, órgão de coordenação e assessoramento da Procuradoria-Geral Federal, diretamente subordinada ao Procurador-Geral Federal, compete:

1. - coordenar e administrar a Carreira de Procurador Federal, cabendo-lhe:
2. organizar e manter atualizado cadastro de lotação e de exercício dos órgãos da Procuradoria-Geral Federal;
3. manter registro atualizado de ocupantes de cargos em provimento em comissão e funções comissionadas nos órgãos da Procuradoria-Geral Federal;
4. coordenar e executar atividades relacionadas a lotação, promoções, remoções, cessão, exercício, licenças e afastamentos dos membros da Carreira de Procurador Federal nos órgãos da Procuradoria-Geral Federal;
5. coordenar e executar atividades relacionadas aos pedidos de licenças para tratar de assuntos particulares, acompanhamento de cônjuge e afastamentos decorrentes de mandato eletivo e classista dos membros da Carreira de Procurador Federal;
6. assessorar o Procurador-Geral Federal e o Subprocurador-Geral Federal nos assuntos relacionados a ingresso na carreira, lotação, promoção, remoção, requisição, exercício dos membros da Carreira de Procurador Federal;
7. adotar providências relativas à proposição e homologação de concurso público para provimento de cargos efetivo de Procurador Federal;
8. orientar as unidades com relação a avaliação de estágio probatório de seus membros, bem como controlar, acompanhar, instruir e analisar os processos relativos a avaliações de estágio probatório dos membros da Carreira de Procurador Federal;
9. adotar providências para a instauração de comissão de estágio probatório, prestando apoio à Comissão e acompanhando os seus trabalhos;
10. adotar providências para a abertura dos concursos de remoção instituídos a critério do Procurador-Geral Federal e acompanhar junto aos setores competentes da Advocacia- Geral da União a sua realização;
11. adotar providências para a abertura de concurso de promoção, prestar apoio às Comissões de Promoção e acompanhar junto aos setores competentes da Advocacia- Geral da União a sua realização;
12. analisar previamente pedidos de reconsideração e recursos relativos a concurso de remoção dos membros da Carreira de Procurador Federal e submetê-los à decisão da autoridade competente;
13. - orientar as unidades da Procuradoria-Geral Federal quanto ao encaminhamento e à necessária instrução de solicitações de cessão ou requisição de servidores ou empregados a serem formalizadas pela Advocacia-Geral da União perante a autoridade competente;
14. - controlar a frequência de servidores no âmbito da sede da Procuradoria-Geral Federal e emitir o respectivo Boletim Mensal de Frequência; e
15. - prestar, quando demandada, subsídios de fato e de direito aos órgãos de representação judicial da Procuradoria-Geral Federal e da Advocacia-Geral da União, com relação aos assuntos abrangidos pela competência da Coordenação-Geral de Pessoal que sejam objeto de ação judicial.

Parágrafo único. A CGPES é dirigida pelo Coordenador-Geral de Pessoal.

Art. 27. Integram a CGPES, na qualidade de órgão de assessoramento e de execução:

I - Divisão de Pessoal; **(Redação dada pela Portaria nº467, de 4.7.2018)**

II - Serviço de Pessoal; **(Redação dada pela Portaria nº467, de 4.7.2018)**

III - Seção de Concursos e Estágio Probatório; **(Redação dada pela Portaria nº 467, de 4.7.2018)**

IV - Setor de Pessoal; **(Redação dada pela Portaria nº467, de 4.7.2018)**

V - Núcleo de Atuação Prioritária; **(Redação dada pela Portaria nº467, de 4.7.2018)**

VI - Núcleo de Cessão, Requisição e Concessões; e**(Redação dada pela Portaria nº467, de 4.7.2018)**

VII - Núcleo de Gestão Estratégica de Pessoal. **(Redação dada pela Portaria nº467, de 4.7.2018)**

Parágrafo único. O funcionamento da CGPES será regulamentado por ordem de serviço do Coordenador-Geral de Pessoal.

CAPÍTULO VI

DA COORDENAÇÃO-GERAL DE COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

Art. 28. À Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos – CGCOB, órgão de coordenação e assessoramento da Procuradoria-Geral Federal, diretamente subordinada ao Procurador-Geral Federal, compete:

1. - planejar, orientar, coordenar e supervisionar a apuração da liquidez e certeza dos créditos de qualquer natureza das autarquias e fundações públicas federais, bem como a sua inscrição em dívida ativa e a sua cobrança amigável, judicial e extrajudicial;
2. - coordenar e orientar as atividades de representação judicial e extrajudicial, incluídos inquéritos e ações penais, relativas às atividades de cobrança e recuperação de créditos, inclusive no âmbito dos Juizados Especiais Federais;
3. - realizar estudos de temas jurídicos específicos relacionados à matéria de cobrança, recuperação judicial e extrajudicial de créditos e defesa da probidade;
4. - planejar e orientar ações visando à recuperação de créditos das autarquias e fundações públicas federais não sujeitos à inscrição em Dívida Ativa, bem como à responsabilização de terceiros por prejuízos causados a essas entidades;
5. - definir, planejar, coordenar e orientar as atividades de acompanhamento de ações prioritárias relacionadas com à matéria de cobrança, recuperação de créditos e defesa da probidade;
6. - gerenciar, em conjunto com a Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão da Procuradoria-Geral Federal, e em articulação com o Departamento de Tecnologia da Informação da Advocacia-Geral da União, os sistemas de execução e controle das atividades relacionadas às competências definidas neste artigo;
7. - promover a uniformização e melhoria das ações empreendidas em juízo relacionadas à recuperação de créditos e à defesa da probidade;
8. - planejar, coordenar e orientar ações para a localização de devedores e de bens penhoráveis;
9. - planejar, coordenar e orientar a representação judicial e extrajudicial da União, nos processos da Justiça do Trabalho relacionados com a cobrança de contribuições previdenciárias e do imposto de renda retido na fonte, nos termos da delegação firmada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
10. - planejar, coordenar e orientar a recuperação judicial de outros ativos definidos em lei;
11. - supervisionar tecnicamente as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos e de contencioso exercidas pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, no que se refere às competências definidas neste artigo;
12. - assistir ao Procurador-Geral Federal no controle prévio da legalidade dos atos, mediante o exame de propostas, anteprojetos, projetos e minutas de atos normativos relativos à matéria de recuperação de créditos e defesa da probidade de iniciativa dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal ou dos dirigentes máximos das autarquias e fundações públicas federais, quando solicitado pelo Procurador-Geral Federal;
13. - solucionar divergências havidas entre as Procuradorias Regionais Federais, entre as Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais, ou entre estas e aquelas, quando relacionada à atividade de recuperação de créditos e defesa da probidade;
14. - expedir orientações jurídicas relacionadas à atividade de recuperação de créditos e defesa da probidade, aprovadas pelo Procurador-Geral Federal, a serem seguidas de modo uniforme por todos os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;
15. - editar os atos normativos inerentes às suas atribuições, bem como aqueles internos visando à regulamentação de procedimentos administrativos da Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos;
16. - sugerir ao Procurador-Geral Federal representantes para integrar grupos de trabalho ou forças-tarefa da Advocacia-Geral da União ou da Procuradoria-Geral Federal destinados à recuperação de créditos e defesa da probidade;
17. - planejar, coordenar e orientar as atividades do Grupo de Cobrança dos Grandes Devedores das Autarquias e Fundações Públicas Federais; e
18. - sugerir ao Procurador-Geral Federal a criação de Equipes de Trabalho Remoto de âmbito nacional relacionadas à Cobrança e Recuperação de Créditos.

Parágrafo único. A CGCOB é dirigida pelo Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos.

Art. 29. Integram a Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos os seguintes órgãos setoriais:

1. - a Divisão de Defesa da Probidade, à qual compete coordenar, planejar, supervisionar, orientar e gerenciar as ações de ressarcimento ao erário decorrentes de Tomadas de Contas Especiais, as ações de improbidade administrativa e os seus respectivos procedimentos criminais e as execuções de decisões proferidas pelo Tribunal de Contas da União;
2. - a Divisão de Ações Prioritárias, à qual compete coordenar, planejar, supervisionar, orientar e gerenciar as ações relativas à cobrança e recuperação de créditos definidas em ato pelo Procurador-Geral Federal como de acompanhamento prioritário, ressalvada a competência da Divisão de Defesa da Probidade, as ações de cobrança de créditos decorrentes de execuções fiscais trabalhistas e as atividades do Grupo de Cobrança dos Grandes Devedores das Autarquias e Fundações Públicas Federais;
3. - a Divisão de Dívida Ativa, à qual compete gerenciar todos os dados relacionados à arrecadação dos créditos das Autarquias e Fundações Públicas Federais inscritos em dívida ativa, seja por meio de cobrança judicial ou extrajudicial, bem como planejar, supervisionar, orientar e gerenciar, em articulação com a Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão da Procuradoria-Geral Federal e com o Departamento de Tecnologia da Informação da Advocacia-Geral da União ou, ainda, com as Procuradorias Federais junto às Autarquias e Fundações Públicas Federais, com o apoio da respectiva área de tecnologia, os sistemas de execução e controle das atividades de cobrança e recuperação de créditos, protesto eletrônico e de localização de devedores e bens;
4. - a Divisão de Uniformização e Solução de Controvérsias, à compete coordenar, planejar, supervisionar, orientar e gerenciar grupos de estudos jurídicos sobre temas específicos relacionados à recuperação de créditos das autarquias e fundações públicas federais, bem como dirimir controvérsias jurídicas existentes entre os órgãos de execução da PGF, a fim de uniformizar entendimentos, quando a matéria discutida estiver relacionada com a cobrança e a recuperação desses créditos, ressalvadas as competências das outras divisões;

V - a Seção de Projetos e Assuntos Prioritários de Cobrança, a qual compete, no que não atribuição das Divisões mencionadas nos incisos anteriores, propor, coordenar e supervisionar os programas, projetos e ações de natureza prioritária da CGCOB, que serão definidos pelo Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos. **(Incluído pela Portaria nº 467, de 4.7.2018)**

§1º Integram a estrutura da CGCOB os Grupos de Cobrança dos Grandes Devedores das autarquias e fundações públicas federais instituídos em todas as Procuradorias Regionais Federais.

§ 2º Ao Serviço de Apoio Administrativo, órgão de assessoramento e execução da CGCOB, compete assessorar o Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos nas atividades afetas às suas competências, controlar o protocolo, movimentação processual, guarda do expediente e dos atos de competência da Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos.

§ 3º Ao Serviço de Apoio aos Sistemas de Cobrança, órgão de assessoramento e execução da Coordenação-Geral de Cobrança, compete assessorar a Divisão de Dívida Ativa nas atividades afetas às suas competências e atender as demandas de sistemas de cobrança encaminhadas diretamente ao Serviço.

CAPÍTULO VII

DO DEPARTAMENTO DE CONTENCIOSO

Art. 30. Ao Departamento de Contencioso – DEPCONT, órgão de coordenação e assessoramento da Procuradoria-Geral Federal, diretamente subordinado ao Procurador-Geral Federal, compete:

1. - exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais nas causas de qualquer natureza junto ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e à Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, conforme atribuição definida em ato do Procurador-Geral Federal;
2. - exercer a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais na execução de sua dívida ativa de qualquer natureza junto ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e à Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, conforme atribuição definida em ato do Procurador-Geral Federal;
3. - exercer a orientação jurídica e a defesa judicial de indígenas e de suas respectivas comunidades junto ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e à Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, na defesa dos direitos individuais e coletivos indígenas, nos termos da Portaria AGU nº 839, de 18 de junho de 2010;
4. - exercer a representação de autoridades e titulares de cargo efetivo de autarquia ou fundação pública federal, quando a demanda seja ou deva ser processada perante o Supremo Tribunal Federal, os Tribunais Superiores e a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, nos termos o art. 22 da Lei n º 9.028, de 12 de abril de 1995;
5. - exercer, extraordinariamente, a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais nas causas de qualquer natureza, incluída a execução de dívida, junto a qualquer outro juízo ou tribunal;
6. - realizar despachos com magistrados e ministros de tribunais em assuntos de interesse das autarquias e fundações públicas federais;
7. - interpretar as decisões judiciais no seu âmbito de atuação, especificando a força executória do julgado e fixando para a respectiva autarquia ou fundação pública federal os parâmetros para o cumprimento da decisão;
8. - coordenar e orientar as atividades de representação judicial e extrajudicial das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais, ressalvados as atribuições das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais;
9. - desenvolver, no âmbito de sua atuação, e coordenar e orientar, em relação aos demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, programas e atividades de negociação, mediação e conciliação para a resolução e prevenção de controvérsias judiciais e extrajudiciais e diminuição da litigiosidade, nos termos dos atos do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral Federal;
10. - propor ao Procurador-Geral Federal a fixação de orientação relacionada às teses jurídicas e estratégias processuais a serem observadas por todos os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, para uniformização de entendimentos;
11. - divulgar as orientações técnicas e as teses de defesa mínima elaboradas pelas Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais, quando o contencioso judicial envolve matéria específica de atividade fim da entidade representada;
12. - elaborar, atualizar e divulgar as teses de defesa mínima em matéria comum;
13. - orientar os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal quanto ao atendimento dos requisitos de admissibilidade dos recursos dirigidos ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e à Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, e das ações de sua competência originária;
14. - apresentar às Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais sugestão quanto ao ajuizamento de ações referentes à atividade fim das entidades representadas, de ações civis públicas e de ações de improbidade administrativa, ou de intervenção das entidades nas mesmas, ou em ações populares;
15. - analisar precatórios e títulos da dívida agrária de elevado impacto financeiro, conforme valor definido pelo Procurador-Geral Federal, bem como orientar as demais unidades da Procuradoria-Geral Federal sobre o tema;
16. - manifestar-se sobre acordos e transações judiciais de elevado impacto financeiro, conforme valor definido pelo Procurador-Geral Federal, bem como orientar as demais unidades da Procuradoria-Geral Federal sobre o tema;
17. - manifestar-se sobre divergências havidas entre as Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais e o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pela representação judicial da entidade;
18. - manifestar-se, depois de ouvida a Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal, quando for o caso, sobre o pedido de representação de que trata o art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, das autoridades ou titulares de cargo efetivo de autarquia ou fundação pública federal, quando a demanda seja ou deva ser processada prante o Supremo Tribunal Federal, os Tribunais Superiores e a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais;
19. - manifestar-se sobre recurso interposto ao Procurador-Geral Federal, pela autoridade ou titular de cargo efetivo de autarquia ou fundação pública federal, em face de decisão que não acolher o pedido de representação de que trata o art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995;
20. - acompanhar ações judiciais e definir a estratégia processual relativa a projetos estratégicos realizados pelas autarquias e fundações públicas federais, quando assim definido pelo Procurador-Geral Federal;
21. - promover o acompanhamento especial e prioritário de ações consideradas relevantes ou estratégicas quando assim definido pelo Procurador-Geral Federal ou pelo Advogado-Geral da União;
22. - estabelecer intercâmbio de informações com outros órgãos da Advocacia- Geral a União e com órgãos e instituições da Administração Pública Direta e Indireta e dos demais Poderes da União, bem como, quando for o caso, de Estados e Municípios; e

XIII - zelar pela observância das orientações e diretrizes emanadas dos órgãos de direção da Advocacia-Geral da União e do Procurador-Geral Federal.

Art. 31. O Departamento de Contencioso será composto pela Divisão de Gestão Judicial e pelos seguintes Núcleos:

I- Núcleo de Orientação e Estudos Judiciais, ao qual compete coordenar e orientar as atividades de representação judicial dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal quando não envolver matéria específica da atividade fim das autarquias e fundações públicas federais e da Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da Procuradoria-Geral Federal;

II - Núcleo de Inteligência e Estratégia, ao qual compete acompanhar os programas, projetos e processos judiciais considerados estratégicos pela Procuradoria-Geral Federal, devendo, para tanto, elaborar análises de riscos referentes à atuação contenciosa dos órgãos de direção e de execução da Procuradoria-Geral Federal; e **(Redação dada pela Portaria nº467, de 4.7.2018)**

III - Núcleo de Tribunais Superiores, ao qual compete exercer a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais junto ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e à Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais. **(Redação dada pela Portaria nº467, de 4.7.2018)**

§ 1º O Núcleo de Tribunais Superiores deverá ser composto pelos seguintes Subnúcleos de atuação:

I - Subnúcleo de Cobrança e Recuperação de Créditos;

II - Subnúcleo de Matéria Administrativa;

III - Subnúcleo de Matéria Finalística; e

IV - Subnúcleo de Matéria Previdenciária.

V – Subnúcleo de Atuação Prioritária. **(Incluído pela Portaria nº467, de 4.7.2018)**

§ 2º O Subnúcleo de Matéria Finalística do Núcleo de Tribunais Superiores deverá ser composto pelas seguintes áreas temáticas:

I - Desenvolvimento Agrário e Desapropriações;

II - Meio Ambiente;

1. - Infraestrutura;
2. - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia;
3. - Assuntos Indígenas;
4. - Desenvolvimento Econômico; e
5. - Saúde.

§ 3° Ao Subnúcleo de Atuação Prioritária competirá, além das demais atribuições, exercer, extraordinariamente, a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais junto a qualquer juízo ou tribunal com relação aos processos considerados estratégicos. **(Redação dada pela Portaria nº467, de 4.7.2018)**

§ 4º O Diretor do DEPCONT poderá, por Ordem de Serviço, criar outros Subnúcleos, em qualquer dos Núcleos já existentes, com o objetivo de aumentar a especialização da atuação, ou, excepcionalmente, fundi-los, de modo a adequar-se à demanda existente. **(Redação dada pela Portaria nº467, de 4.7.2018)**

§ 5º Comporá o Núcleo de Inteligência e Estratégia a Equipe de Pontos Focais, com atribuições definidas por Ordem de Serviço do Diretor do DEPCONT. **(Redação dada pela Portaria nº467, de 4.7.2018)**

§ 6º O Diretor do DEPCONT poderá definir e subdelegar outras atribuições para a Divisão de Gestão Judicial e para os Núcleos que compõem o DEPCONT. **(Incluído pela Portaria nº467, de 4.7.2018)**

Art. 32. Ao Diretor do DEPCONT compete:

1. - dirigir e representar o DEPCONT;
2. - representar judicial e extrajudicialmente as autarquias e fundações públicas federais nas causas de qualquer natureza junto ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e à Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, conforme atribuição definida em ato do Procurador-Geral Federal;
3. - representar, extraordinariamente, as autarquias e fundações públicas federais junto a qualquer outro juízo ou tribunal;
4. - desenvolver, implementar e acompanhar as políticas e estratégias específicas da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal relativamente à atuação contenciosa;
5. - assegurar o alcance de objetivos e metas da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, zelando pela qualidade dos serviços desenvolvidos no âmbito institucional;
6. - assistir o Procurador-Geral Federal nos assuntos de interesse das autarquias e fundações públicas federais, fornecendo-lhe subsídios necessários à sua atuação e eventual intervenção em processos judiciais, extrajudiciais ou administrativos;
7. - determinar o desenvolvimento de estudos técnicos, aprovar notas técnicas e expedir orientações técnico-jurídicas no âmbito do DEPCONT e no âmbito de atuação dos demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;
8. - definir as ações tidas como relevantes ou prioritárias, para fins de acompanhamento especial ou estratégico, sem prejuízo dos atos editados ou orientações expedidas pelo Procurador-Geral Federal e pelo Advogado-Geral da União, devendo, ainda, serem consideradas as solicitações formuladas pelas Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais;
9. - examinar, solicitar a elaboração e autorizar o ajuizamento de pedidos de suspensão de execução de provimento liminar ou de medidas de eficácia judicial equivalente, de ações rescisórias, de reclamações, de incidentes de resolução de demandas repetitivas, ou de ingresso nestas na qualidade de *amicus curie*, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, podendo, para tanto, disciplinar a respeito do encaminhamento de subsídios pelas Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais e pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;
10. - aprovar pareceres relacionados à análise de precatórios e de títulos da dívida agrária de elevado impacto financeiro, conforme valor definido pelo Procurador-Geral Federal;
11. - aprovar pareceres e notas, observados os valores de alçada, relacionados à celebração de acordos e transações e outras situações previstas em ato do Advogado-Geral da União ou do Procurador-Geral Federal;
12. - submeter ao Procurador-Geral Federal, nos demais casos, manifestação conclusiva sobre acordos e transações judiciais de elevado impacto financeiro;
13. - submeter ao Procurador-Geral Federal manifestação conclusiva sobre divergências havidas entre as Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais e o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pela representação judicial da entidade;
14. - submeter ao Procurador-Geral Federal manifestação conclusiva sobre o pedido de representação de que trata o art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, das autoridades ou titulares de cargo efetivo de autarquia ou fundação pública federal, quando a demanda seja ou deva ser processada prante o Supremo Tribunal Federal, os Tribunais Superiores e a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais;
15. - submeter ao Procurador-Geral Federal manifestação conclusiva sobre recurso interposto pela autoridade ou titular de cargo efetivo de autarquia ou fundação pública federal, em face de decisão dos Procuradores-Regionais Federais que não acolher o pedido de representação de que trata o art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995;
16. - submeter ao Procurador-Geral Federal proposta de avocação de processos de responsabilidade das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais;
17. - manter articulação com os órgãos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal, objetivando uniformidade na atuação jurídico-contenciosa;
18. - manter com o Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal para a uniformização e consolidação das teses adotadas nas atividades consultiva e contenciosa;
19. - designar Procurador Federal, dentre aqueles em exercício no DEPCONT, para os encargos de responsável pelos Núcleos previstos no artigo anterior, por meio de Ordem de Serviço a ser publicada no Boletim de Serviço da Advocacia-Geral da União;
20. - designar Procurador Federal, dentre aqueles em exercício no Departamento de Contencioso, para participação em mutirões de trabalho, por meio de Ordem de Serviço a ser publicada no Boletim de Serviço da Advocacia-Geral da União, a qual deverá conter a informação sobre o objeto, as datas, o local de realização do respectivo mutirão e, quando for o caso, dados sobre o convite para participação no evento;
21. - manter atualizadas as páginas da unidade na internet com os dados e contatos dos Procuradores Federais da unidade, seu endereço, sua estrutura organizacional, o rol de entidades representadas, além de manter atualizadas, na intranet, as orientações técnicas relativas à atividade contenciosa e as teses de defesa mínima;
22. - encaminhar à Advocacia-Geral da União pedido de apuração de falta funcional praticada, no exercício de suas atribuições, por servidores da unidade, e ao Gabinete da Procuradoria-Geral Federal pedido de apuração de falta funcional praticada, no exercício de suas atribuições, pelos membros da carreira de Procurador Federal; e
23. – editar atos normativos para o exercício de suas atribuições e com o objetivo de regulamentar e uniformizar procedimentos.

Parágrafo único. As competências atribuídas ao Diretor do Departamento de Contencioso podem ser subdelegadas, por Ordem de Serviço, aos Procuradores Federais em exercício no Departamento de Contencioso.

CAPÍTULO VIII

DO DEPARTAMENTO DE CONSULTORIA

Art. 33. Ao Departamento de Consultoria – DEPCONSU, órgão de coordenação e assessoramento da Procuradoria-Geral Federal, diretamente subordinado ao Procurador-Geral Federal, compete:

1. - exercer a coordenação e a orientação das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;
2. - assistir o Procurador-Geral Federal em matéria consultiva;
3. - elaborar estudos e preparar informações em matéria consultiva, por solicitação do Procurador-Geral Federal;
4. - elaborar e submeter à aprovação do Procurador-Geral Federal manifestações jurídicas decorrentes de consultas encaminhadas pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal e pelos dirigentes máximos de autarquias e fundações públicas federais, que se refiram às atividades de consultoria e assessoramento jurídicos;
5. - identificar e propor ao Procurador-Geral Federal orientações jurídicas e atos normativos em matéria consultiva, inclusive aqueles destinados a uniformizar o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestadas pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;
6. - solicitar, quando necessário, informações junto aos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal e demais órgãos e entidades para subsidiar sua atuação;
7. - propor ao Procurador-Geral Federal solução de controvérsia jurídica entre órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal e entre estes e outro órgão de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo da União;
8. - assistir o Procurador-Geral Federal no tocante à análise de controvérsias jurídicas que envolvam autarquias e fundações públicas federais submetidas à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Advocacia-Geral da União;

IX - analisar proposta de Termo de Ajustamento de Conduta extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais cuja autorização for de competência do Procurador-Geral Federal (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020**

X - acompanhar e monitorar a implementação de projetos estratégicos relativos às atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestadas pelos órgãos de execução da PGF;**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

XI - coordenar, orientar e atuar na representação extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, bem como de seus dirigentes e servidores, perante o Tribunal de Contas da União e perante outros órgãos e entidades públicas, consoante diretrizes e procedimento previstos em ato normativo específico;**(Redação dada pela Portaria nº 911, de 10.12.2018)**

XII - exercer a coordenação geral dos Fóruns de Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais; **(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

XIII - supervisionar e orientar as atividades desenvolvidas no âmbito dos Colégios de Consultoria estaduais; e**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

XIV - executar a interlocução com as Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais, buscando identificar preventivamente potenciais conflitos em matéria consultiva, com a sistematização do conhecimento produzido;**(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

§ 1º No desempenho das atividades de consultoria e assessoramento, ao Departamento de Consultoria aplica-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993. **(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

§ 2º No exercício das competências previstas neste artigo ficam ressalvadas, no que couber, as matérias atribuídas às competências do Departamento de Contencioso, da Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Crédito e da Divisão de Assuntos Disciplinares. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 96, de 4.4.2018)**

Art. 34. Compete ao DEPCONSU acompanhar o exercício das atividades ordinárias de consultoria e assessoramento jurídicos prestadas pela respectiva Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal, cabendo-lhe:

1. - participar, quando for o caso, de discussões prévias a decisões administrativas a serem tomadas pelas autarquias e fundações públicas federais; e
2. - coordenar a troca de informações com outros órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal ou com outro órgão de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo da União, quando necessário.

§ 1º O acompanhamento referido neste artigo não afasta a competência originária das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais, para firmar entendimento sobre questões jurídicas relacionadas aos projetos estratégicos.

§ 2º Eventual solicitação de manifestação formal do DEPCONSU acerca de questões jurídicas que se relacionem com os projetos estratégicos deverá ser feita nos termos deste Capítulo.

Art. 35. O DEPCONSU será composto pelos seguintes Núcleos:

I – Núcleo de Coordenação e Orientação Jurídica – NCOR; **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

II - Núcleo de Assessoramento da Atuação Extrajudicial - NAEXT; **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

III - Núcleo de Gestão Estratégica das Atividades Consultivas - NGES; e **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

IV - Núcleo de Apoio - NUAP. **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

§ 1º Compete ao Núcleo de Coordenação e Orientação jurídica - NCOR as seguintes atribuições: **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

I - elaborar estudos e preparar informações em matéria consultiva; **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

II - elaborar e submeter à aprovação do Diretor do DEPCONSU manifestações jurídicas decorrentes de consultas encaminhadas pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal e pelos dirigentes máximos de autarquias e fundações públicas federais, que se refiram às atividades de consultoria e assessoramento jurídicos; **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

III - identificar e propor ao Diretor do DEPCONSU orientações jurídicas e atos normativos em matéria consultiva; **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

IV - solicitar, quando necessário, informações junto aos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal e demais órgãos e entidades para subsidiar sua atuação; **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

V - propor ao Diretor do DEPCONSU solução de controvérsia jurídica entre órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal e entre estes e outro órgão de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo da União, no tocante às atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestadas às autarquias e fundações públicas federais; e **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

VI - assistir o Diretor do DEPCONSU no tocante à análise de controvérsias jurídicas que envolvam autarquias e fundações públicas federais; **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

VII – executar a interlocução com as Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais, buscando identificar preventivamente potenciais conflitos em matéria consultiva, com a sistematização do conhecimento produzido; e **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

VIII - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor do Departamento de Consultoria.

§ 2º Compete ao Núcleo de Assessoramento da Atuação Extrajudicial - NAEXT as seguintes atribuições: **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

I - coordenar, orientar e atuar na representação extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais perante o Tribunal de Contas da União e outros órgãos administrativos, consoante diretrizes e procedimento previstos em ato normativo específico; **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

II - solicitar ao órgão de execução interessado os elementos de fato e de direito complementares, necessários ao desempenho de suas atividades; **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

III - assessorar a atuação do órgão de execução interessado nos processos pertinentes, mediante o acompanhamento em audiências, auxiliando nas sustentações orais, na elaboração de petições, recursos, memoriais e demais peças processuais cabíveis; **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

IV - requerer, sempre que necessário, a convocação de representantes do órgão de execução interessado, da área técnica da entidade ou de outros órgãos diretamente relacionadas com o objeto do processo, para subsidiar sua atuação; **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

V - adotar as medidas julgadas cabíveis para defender os interesses das autarquias e fundações públicas federais, nos casos de urgência, devidamente justificada; e **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

VI - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor do Departamento de Consultoria. **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

§ 3º Compete ao Núcleo de Gestão Estratégica das Atividades Consultivas - NGES as seguintes atribuições: **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

I - assistir o Diretor do DEPCONSU no acompanhamento e monitoramento da implementação de projetos estratégicos relativos às atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestadas pelos órgãos da PGF; **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

II - solicitar, quando necessário, informações junto aos órgãos da Procuradoria-Geral Federal e demais órgãos e entidades para subsidiar sua atuação; **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

III - assistir o Diretor do DEPCONSU na coordenação geral dos Fóruns de Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais; **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

IV - assistir o Diretor do DEPCONSU na supervisão e orientação das atividades desenvolvidas no âmbito dos Colégios de Consultoria estaduais e do Distrito Federal; **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

V – elaborar e submeter à aprovação do Diretor do DEPCONSU manifestações decorrentes de consultas encaminhadas pelos órgãos da Procuradoria-Geral Federal, que se refiram à gestão das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos; e **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

VI - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Diretor do Departamento de Consultoria. **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

§ 4º Compete ao Núcleo de Apoio coordenar e executar todas as atividades administrativas no âmbito do DEPCONSU, nos termos definidos pelo Diretor do DEPCONSU. **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

§ 5º O Diretor do DEPCONSU poderá, criar outros Núcleos, com o objetivo de aumentar a especialização da atuação, ou, excepcionalmente, fundi-los, de modo a adequar-se à demanda existente. **(Incluído pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

§ 6º O Diretor do DEPCONSU poderá atribuir outras competências para os núcleos que compõem o Departamento de Consultoria, inclusive podendo indicar o responsável pela atribuição. (NR) **(Incluído pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

Art. 36 Integrarão o DEPCONSU as seguintes Câmaras Permanentes: **(Redação dada pela Portaria nº 556, de 14.6.2019) [[321]](#footnote-322)**

I - Câmara Permanente de Convênios e demais ajustes congêneres - CPCV; **(Redação dada pela Portaria nº 556, de 14.6.2019)**

II - Câmara Permanente de Licitações e Contratos Administrativos - CPLC; **(Redação dada pela Portaria nº 556, de 14.6.2019)**

III - Câmara Permanente de matérias de interesse das Instituições Federais de Ensino - CPIFES;**(Redação dada pela Portaria nº 556, de 14.6.2019)**

IV - Câmara Permanente de Uniformização de Entendimentos Consultivos - CPUC; e**(Redação dada pela Portaria nº 556, de 14.6.2019)**

V - Câmara Permanente da Ciência, Tecnologia e Inovação - CP-CT&I. **(Redação dada pela Portaria nº 556, de 14.6.2019)**

§ 1º A composição e o funcionamento das Câmaras Permanentes serão regulados por Ordem de Serviço do Diretor do DEPCONSU, observando-se as seguintes diretrizes: **(Redação dada pela Portaria nº 556, de 14.6.2019)**

I - As Câmaras Permanentes serão compostas por até 9 (nove) membros, incluído seu coordenador, designados pelo Diretor do Departamento de Consultoria; **(Redação dada pela Portaria nº 556, de 14.6.2019)**

II - Na composição das Câmaras Permanentes será priorizada a participação direta de Procuradores Federais que estejam no exercício de atividade de consultoria e assessoramento jurídico relacionados com sua pertinente temática.**(Redação dada pela Portaria nº 556, de 14.6.2019)**

III - O Diretor do DEPCONSU poderá convidar para integrar as Câmaras Permanentes membros de outros órgãos da Advocacia-Geral da União (AGU); **(Redação dada pela Portaria nº 556, de 14.6.2019)**

IV - As Câmaras Permanentes se reunirão em caráter ordinário mensalmente e em caráter extraordinário mediante convocação do seu coordenador; **(Redação dada pela Portaria nº 556, de 14.6.2019)**

V - O quórum de reunião será de 2/3 (dois terços) dos seus respectivos membros; **(Redação dada pela Portaria nº 556, de 14.6.2019)**

VI - É vedada a divulgação de discussões em curso sem a prévia anuência do Diretor do Departamento de Consultoria; **(Redação dada pela Portaria nº 556, de 14.6.2019)**

VII - Os membros das Câmaras Permanentes que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência, ressalvados os casos de inviabilidade ou inconveniência de realização pelo referido meio, desde que demostrado de modo fundamentado, hipótese em que haverá necessidade de estimativa de gastos com diárias e passagens dos membros bem como comprovação de disponibilidade orçamentária e financeira para o exercício em curso; **(Redação dada pela Portaria nº 556, de 14.6.2019)**

VIII - As deliberações das Câmaras Permanentes serão tomadas pela maioria dos membros; **(Redação dada pela Portaria nº 556, de 14.6.2019)**

IX - As Câmaras Permanentes contarão com o apoio administrativo do Departamento de Consultoria; **(Redação dada pela Portaria nº 556, de 14.6.2019)**

§ 2º Os entendimentos firmados, as propostas de enunciados de orientações consultivas e as minutas de instrumentos jurídicos elaboradas pelas Câmaras Permanentes deverão ser submetidas ao Diretor do Departamento de Consultoria e somente vincularão os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal após a respectiva aprovação pelo Procurador-Geral Federal. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

§ 3º A participação nas Câmaras Permanentes do Departamento de Consultoria da ProcuradoriaGeral Federal é considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada. **(Redação dada pela Portaria nº 556, de 14.6.2019)**

§ 4º O integrante de Câmara Permanente que lhe prestar efetiva contribuição pelo período de 2 (dois) anos receberá elogio funcional do Procurador-Geral Federal, nos termos do inciso II do art. 237 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. (NR)**(Redação dada pela Portaria nº 556, de 14.6.2019)**

Art. 36-A. As Câmaras Permanentes, órgãos de natureza consultiva, relacionadas nos incisos I a III do art. 1º têm por objetivo aperfeiçoar as teses jurídicas relacionadas às atividades de consultoria e assessoramento jurídico das autarquias e fundações públicas federais, bem como discutir questões jurídicas relevantes afetas à referidas atividades, competindo-lhes, no âmbito de sua atuação temática: **(Incluído pela Portaria nº 556, de 14.6.2019)**

I - identificar questões jurídicas relevantes que são comuns aos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, nas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos às autarquias e fundações públicas federais; e **(Incluído pela Portaria nº 556, de 14.6.2019)**

II - promover a discussão das questões jurídicas identificadas, bem como daquelas distribuídas pelo Diretor do DEPCONSU, buscando solucioná-las e uniformizar o entendimento a ser seguido pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal. **(Incluído pela Portaria nº 556, de 14.6.2019)**

Art. 36-B. Compete à Câmara Permanente de Uniformização de Entendimentos Consultivos (CPUC): **(Incluído pela Portaria nº 556, de 14.6.2019)**

I - elaborar e atualizar pareceres parametrizados, pareceres referenciais, manuais orientadores e outros documentos a serem utilizados pelas unidades de execução consultiva da Procuradoria-Geral Federal; (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

II - elaborar e atualizar modelos de minutas padronizadas de contratos, acordos de cooperação e outros instrumentos jurídicos a serem utilizadas pelos órgãos de execução da PGF nas atividades de consultoria jurídica prestada às autarquias e fundações públicas federais; e **(Incluído pela Portaria nº 556, de 14.6.2019)**

III - auxiliar o departamento de consultoria no monitoramento da utilização dos modelos produzidos pelos órgãos de execução consultivo da PGF. **(Incluído pela Portaria nº 556, de 14.6.2019)**

Art. 36-C. Compete à Câmara Permanente da Ciência, Tecnologia e Inovação (CP-CT&I): **(Incluído pela Portaria nº 556, de 14.6.2019)**

I - identificar questões jurídicas relevantes, no âmbito de sua atuação temática, que são comuns aos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, nas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos às autarquias e fundações públicas federais; **(Incluído pela Portaria nº 556, de 14.6.2019)**

II - promover a discussão das questões jurídicas identificadas, bem como daquelas distribuídas pelo Diretor do DEPCONSU, buscando solucioná-las e uniformizar o entendimento a ser seguido pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal; **(Incluído pela Portaria nº 556, de 14.6.2019)**

III - elaborar e atualizar minutas padronizadas de instrumentos jurídicos, listas de verificação e demais documentos, a serem utilizadas por autarquias e fundações públicas federais em suas relações jurídicas, e as respectivas notas expositivas; e **(Incluído pela Portaria nº 556, de 14.6.2019)**

IV - produzir manuais orientadores, estudos e pareceres parametrizados. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

Art. 37. O Diretor do DEPCONSU poderá, por Ordem de Serviço, criar Câmaras Provisórias, com os mesmos objetivos e diretrizes das Câmaras Permanentes, para discutir questões jurídicas relevantes específicas relacionadas às atividades de consultoria e assessoramento jurídico das autarquias e fundações públicas federais.

Art. 38. A manifestação jurídica aprovada pelo Procurador-Geral Federal no âmbito das Câmaras Permanentes ou Provisórias será encaminhada à Consultoria-Geral da União para conhecimento.

Art. 39. Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal poderão suscitar, por meio do respectivo Procurador-Chefe, consulta ao DEPCONSU, desde que:

1. - haja controvérsia jurídica entre órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal ou entre estes e outro órgão de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo da União, que demande uniformização;
2. - entenda necessária revisão de entendimento firmado em orientação normativa editada pelo órgão central competente da Administração Pública Federal; ou
3. - tenha por objeto questão de alta relevância.

§ 1º A controvérsia jurídica entre unidades que integrem a mesma Procuradoria Federal junto a uma determinada autarquia ou fundação pública federal, deverá ser resolvida pelo respectivo Procurador-Chefe.

§ 2º O encaminhamento de consultas pelos dirigentes máximos de autarquias e fundações públicas federais será regulado em ato normativo próprio.

Art. 39-A. As consultas deverão ser instruídas com: **(Incluído pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

I - relato pormenorizado da questão com a demonstração inequívoca dos requisitos para a admissibilidade da consulta; **(Incluído pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

II - manifestação jurídica prévia fundamentada e conclusiva acerca do mérito da questão; **(Incluído pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

III - indicação dos atos e diplomas legais aplicáveis à espécie; **(Incluído pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

IV - manifestação técnica das entidades interessadas, quando for o caso; **(Incluído pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

V - menção às opiniões contrárias que evidenciam a dúvida jurídica suscitada, quando for o caso; e **(Incluído pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

VI - demais documentos que facilitem a compreensão e o exame da matéria. **(Incluído pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

Art. 40. As manifestações jurídicas firmadas pelo DEPCONSU e aprovadas pelo Procurador-Geral Federal deverão, obedecidas as orientações do Advogado-Geral da União, ser adotadas de modo uniforme por todos os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

§ 1º A manifestação jurídica firmada pelo DEPCONSU e aprovada pelo Procurador Geral Federal será encaminhada à Consultoria-Geral da União, nos termos dos incisos IV e V do artigo 12 do Anexo I ao Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, respectivamente, quando: **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

I - divergir de orientação normativa editada pelo órgão central competente da Administração Pública Federal; (NR) ou **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

II - mantida controvérsia jurídica com outro órgão de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo da União. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

§ 2º Na situação prevista no inciso I do § 1º deste artigo, a orientação normativa editada pelo órgão central competente da Administração Pública Federal deverá ser adotada pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal enquanto não sobrevier eventual orientação diversa do Advogado-Geral da União. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

§ 3º Na situação prevista no inciso II do § 1º deste artigo, a adoção, pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, das orientações jurídicas firmadas pelo DEPCONSU e aprovadas pelo Procurador-Geral Federal deverá ser imediata e subsistirá enquanto não sobrevier eventual orientação diversa adotada por órgão competente. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

Art. 41. As manifestações jurídicas firmadas pelo DEPCONSU e aprovadas pelo Procurador-Geral Federal poderão ser revistas: **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

I - de ofício, em razão de reanálise da matéria sugerida pelos Procuradores Federais em exercício no DEPCONSU, por seu Diretor ou pelo Procurador-Geral Federal; ou **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

II - por solicitação de órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, por meio de seu respectivo Procurador-Chefe, que demonstre a presença de elementos fáticos ou jurídicos relevantes que justifiquem a revisão. **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

Parágrafo único. A revisão de uma manifestação jurídica deverá ser expressa e motivada, observados os requisitos dispostos no artigo 39-A. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

Art. 41-A. Ficam instituídos os enunciados de orientações consultivas, que representam a síntese dos entendimentos exarados nas manifestações jurídicas consultivas de atribuição do Departamento de Consultoria da PGF. **(Incluído pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

§ 1º Cada enunciado de orientação consultiva contemplará uma ou mais tese jurídica relevante tratada na manifestação jurídica competente. **(Incluído pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

§ 2º As teses e entendimentos jurídicos que fundamentam os enunciados de orientações consultivas não constituem tese de defesa mínima para os fins disciplinados pela Portaria PGF nº 931/2011. **(Incluído pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

§3º A existência de enunciado de orientação consultiva não exime o Advogado Público Federal de conhecer e aplicar a íntegra de todos os aspectos jurídicos abarcados na manifestação jurídica vinculante que lhe deu origem. **(Incluído pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

§ 4º O Diretor do Departamento de Consultoria submeterá a proposta de enunciado de orientação consultiva ao Procurador-Geral Federal para aprovação, nos termos do que dispõe o caput do artigo 40 desta portaria. **(Incluído pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

§ 5º Após a aprovação pelo Procurador-Geral Federal, os enunciados de orientação consultiva serão divulgados e inseridos nos repositórios e sistemas pertinentes. **(Incluído pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

§ 6º O Departamento de Consultoria manterá em sua página no sítio eletrônico da Advocacia-Geral da União e nos sistemas institucionais disponíveis a íntegra de todos os enunciados de orientações consultivas consolidados em repositório único e com indicação das manifestações jurídicas consultivas que recomendaram a sua edição, revisão ou cancelamento e a informação sobre sua vigência. (NR) **(Incluído pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

Art. 42. O disposto neste Capítulo não afasta a possibilidade de ser avocada, pelo Procurador-Geral Federal, a competência para rever, de ofício, entendimento firmado pelo órgão de execução originariamente competente, nos termos do Capítulo VI da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e do artigo 11 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002.

Art. 43. Ao Diretor do DEPCONSU compete:

1. - exercer a coordenação e orientação das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, dirigindo e representando o DEPCONSU;
2. - examinar a admissibilidade das consultas encaminhadas ao DEPCONSU;
3. - apreciar, previamente, as manifestações exaradas pelos órgãos do Departamento de Consultoria, emitir o competente despacho e submeter à aprovação do Procurador-Geral Federal;
4. - propor ao Procurador-Geral Federal solução de controvérsia jurídica entre órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal e entre estes e outro órgão de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo da União, no tocante às atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestadas às autarquias e fundações públicas federais;
5. - assistir o Procurador-Geral Federal no tocante à análise de controvérsias jurídicas que envolvam autarquias e fundações públicas federais;
6. - indicar Procurador Federal para participar das atividades de conciliação de conflitos entre entidades da Administração Indireta, quando assim determinado pelo Procurador- Geral Federal;
7. - articular-se com o Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal para a uniformização e consolidação das teses adotadas nas atividades consultiva e contenciosa;
8. - constituir Grupos Temáticos, definindo suas diretrizes e competências; e IX - editar Ordem de Serviço para regulamentar as atribuições e o funcionamento de seus órgãos e dos projetos estratégicos, especialmente no tocante:
9. à designação dos Procuradores Federais responsáveis pelo exercício das atribuições em cada órgão, inclusive a sua coordenação;
10. à forma de tramitação de documentos e processos administrativos;
11. ao prazo para elaboração da manifestação jurídica e à forma de controle quanto ao seu atendimento;
12. à forma de registro da participação dos Procuradores Federais em reuniões internas e externas; e
13. ao tratamento das manifestações jurídicas e demais documentos produzidos.
14. - designar, para cada projeto estratégico definido, os Procuradores Federais responsáveis diretamente pelo seu acompanhamento; e
15. - editar atos normativos para o exercício de suas atribuições e com o objetivo de regulamentar e uniformizar procedimentos;

XII - aprovar as atualizações de modelos e instrumentos de que tratam os incisos I e II do artigo 36-B e inciso III do artigo 36-C desta portaria. (NR) **(Incluído pela Portaria nº 671, de 7.12.2020)**

Parágrafo único. As competências atribuídas ao Diretor do Departamento de Consultoria podem ser subdelegadas, por Ordem de Serviço, aos Procuradores Federais em exercício no Departamento de Consultoria. **(Incluído pela Portaria nº 962, de 20.12.2018)**

Art. 44. Ato especifico do Procurador-Geral Federal poderá, excepcionalmente, conferir outras atribuições aos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal.

Parágrafo único. Os órgãos de direção poderão designar membro lotado e em exercício em órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal para atuação ad hoc em atividades específicas, considerada a complexidade da matéria e a expertise do designado, comunicada a chefia imediata. (NR) **(Incluído pela Portaria nº 722, de 19.8.2019)**

Art. 45. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 13.5.2016 (Retificada no DOU de 20.5.2016)

**PORTARIA Nº 361, DE 19 DE MAIO DE 2016.**

*Consolida as competências da Procuradoria Federal no Estado do Pará – PF/PA e dá outras providências.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 1.164, de 30 de novembro de 2006, na Portaria PGF nº 850, de 28 de outubro de 2015, e no Processo Administrativo 00407.024724/2016­41, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado do Pará – PF/PA exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Parágrafo único. A Procuradoria Federal no Estado do Pará exercerá as atividades de defesa judicial e extrajudicial dos direitos individuais e coletivos dos indígenas e de suas comunidades no Estado do Pará, observado o disposto na Portaria AGU nº 839, de 18 de junho de 2010.

Art. 2º As Procuradorias Federais, Especializadas ou não, junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ­ SUDAM, Universidade Federal do Pará – UFPA, Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações públicas federais no Estado do Pará.

Art. 3º Os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal no Estado do Pará atuarão em colaboração mútua, sob a coordenação da Procuradoria Federal no Estado do Pará.

§ 1º As ordens de serviço ou outros atos normativos que tenham sido editados com fundamento nas portarias de colaboração vigentes na data de publicação desta portaria continuarão a produzir seus efeitos enquanto não sejam revogados ou modificados por atos supervenientes da Procuradoria Federal no Estado do Pará.

§ 2º Todas as ordens de serviço ou outros atos normativos que disciplinem as colaborações entre os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal no Estado do Pará deverão ser disponibilizados no sítio eletrônico da unidade.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Federal no Estado do Pará, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente praticados.

Art. 6º Fica revogada a Portaria nº 833, de 9 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 2013, Seção 1, páginas 3­4.

**RENATO RODRIGUES VIEIRA**

DOU de 23.5.2016.

**PORTARIA Nº 440, DE 21 DE JUNHO DE 2016.**

*Disciplina as condições de aceitação da fiança bancária e de seguro garantia pela Procuradoria­Geral Federal.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que trata os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002 l, em atenção aos arts. 9º, II, da Lei n.º 6.830, de 22 de setembro de 1980, bem como às demais alterações promovidas pela Lei n.º 13.043, de 13 de novembro de 2014, resolve:

Capítulo I

**Das Disposições Gerais**

Art. 1º Esta Portaria estabelece os requisitos a serem observados para aceitação da fiança bancária e seguro garantia que visem garantir o pagamento de créditos inscritos em dívida ativa no âmbito da Procuradoria­Geral Federal.

Art. 2º A fiança bancária e o seguro garantia podem ser aceitos como forma de garantia, em equiparação à penhora ou à antecipação de penhora.

§ 1º A apresentação de ambas as formas de garantias do *caput* não produz automaticamente a suspensão da exigibilidade do crédito nem faz cessar a responsabilidade pela atualização monetária e juros de mora.

§ 2º A garantia prestada deve cobrir a integralidade do valor devido, com os encargos e acréscimos legais, devidamente atualizado pelos índices legais aplicáveis aos débitos inscritos em dívida ativa.

§ 3º Não se exigirá, para as garantias regidas por esta Portaria, o acréscimo de 30% (trinta por cento) ao valor garantido, consoante previsão do art. 835, § 2º, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Art. 3º A fiança bancária e o seguro garantia somente poderão ser aceitos caso sua apresentação ocorra antes da realização do depósito em dinheiro ou da efetivação da constrição em dinheiro, decorrente de penhora, arresto ou de quaisquer outras medidas judicias.

§ 1º Excluindo­se o depósito em dinheiro e a efetivação da constrição em dinheiro decorrente de penhora, arresto ou quaisquer outras medidas judiciais, será permitida a substituição de garantias por fiança bancária ou seguro garantia, desde que atendidos os requisitos desta Portaria.

§ 2º A aceitação de fiança bancária ou seguro garantia para processo judicial diverso daquele expressamente indicado na apólice fica condicionada à prévia anuência da instituição financeira ou da seguradora.

Capítulo II

**Da Fiança Bancária**

Art. 4º A carta de fiança bancária deverá conter, expressamente, os seguintes requisitos:

1. ­ cláusula de solidariedade entre a instituição financeira e o devedor, com expressa renúncia ao benefício de ordem previsto no art. 827 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
2. ­ cláusula que preveja atualização do valor afiançado pelos mesmos índices de atualização do débito;
3. ­ prazo indeterminado de duração ou prazo de validade até o término da execução fiscal, com cláusula de renúncia aos termos do art. 835 do Código Civil;
4. ­ cláusula de renúncia, por parte da instituição financeira, do estipulado no inciso I do art. 838 doCódigo Civil;
5. ­ declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;
6. ­ cláusula de eleição de foro para dirimir eventuais questionamentos entre a instituição fiadora e a entidade credora, representada pela Procuradoria­Geral Federal, na Seção ou Subseção Judiciária da Justiça Federal do local com jurisdição sobre a localidade onde foi distribuída a demanda judicial em que a garantia foi prestada, afastada cláusula compromissória de arbitragem.

§ 1º Constitui requisito de validade da carta de fiança a comprovação de serem os signatários do instrumento as pessoas autorizadas a assinar pelo estabelecimento bancário.

§ 2º A carta de fiança bancária deverá ser emitida por instituição financeira idônea e devidamente autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da legislação própria.

§ 3º A idoneidade a que se refere o § 2º será presumida pela apresentação, pelo devedor afiançado, da certidão de autorização de funcionamento emitida eletronicamente pelo Banco Central do Brasil às instituições financeiras, a qual será aceita até 30 (trinta) dias após sua emissão.

§ 4º Será admitida a oferta de fiança bancária com prazo determinado de validade, desde que observados os seguintes requisitos:

1. – prazo mínimo de 2 anos;
2. – previsão expressa, e sem quaisquer ressalvas, de obrigação ao agente financeiro de honrar a íntegra da garantia ofertada na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:
3. o devedor não depositar o valor da garantia em dinheiro até o vencimento da carta;
4. o devedor não apresentar nova carta fiança ou apólice de seguro garantia que atenda aos requisitos desta Portaria, até 60 (sessenta) dias antes do vencimento da carta.

§ 5º No caso do inciso II do parágrafo anterior, a instituição financeira deverá efetuar depósito em dinheiro do valor afiançado em até 15 (quinze) dias a contar de sua intimação ou notificação, conforme o disposto no inciso II, do art. 19, da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.

§ 6º Além dos requisitos estabelecidos neste artigo, o contrato de fiança bancária não poderá conter cláusula de desobrigação decorrente de atos exclusivos do afiançado, da instituição bancária ou de ambos.

Capítulo III

**Do Seguro Garantia**

Art. 5º Aplicam­se ao seguro garantia as seguintes definições:

1. ­Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o contrato de segurogarantia;
2. ­ Segurado: a autarquia ou fundação pública federal, representada pela PGF;
3. ­ Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador;
4. ­ Expectativa de sinistro: verificação pelo segurado da possibilidade de ocorrência de sinistro;
5. ­ Indenização: pagamento, por parte das seguradoras, das obrigações cobertas pelo seguro, a partir da caracterização do sinistro;
6. ­ Prêmio: importância devida pelo tomador à seguradora em função da cobertura do seguro e que deverá constar da apólice;
7. ­ Sinistro: o inadimplemento das obrigações do tomador cobertas pelo seguro;
8. ­ Tomador: devedor de obrigações que deve prestar garantia na demanda judicial.

Art. 6º A aceitação do seguro garantia, prestado por seguradora idônea e devidamente autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da legislação aplicável, fica condicionada à observância dos seguintes requisitos, que deverão estar expressos nas cláusulas da respectiva apólice:

1. ­ o valor segurado deverá ser igual ao montante original do débito executado com os encargos e acréscimos legais, devidamente atualizado pelos índices legais aplicáveis aos débitos inscritos em dívida ativa;
2. – previsão de atualização do débito garantido pelos índices aplicáveis aos débitos inscritos em dívidaativa;
3. ­ manutenção da vigência do seguro, mesmo quando o tomador não pagar o prêmio nas datas convencionadas, com base no art. 11, § 1º, da Circular nº 477 da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e em renúncia aos termos do art. 763 do Código Civil e do art. 12 do Decreto­Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966;
4. ­ referência ao número da inscrição em dívida ativa e ao número do processo judicial; V ­ vigência da apólice de, no mínimo, 2 (dois) anos;
5. ­ estabelecimento das situações caracterizadoras da ocorrência de sinistro nos termos do art. 8º destaPortaria;
6. ­ endereço da seguradora;
7. ­ cláusula de eleição de foro para dirimir eventuais questionamentos entre a instituição seguradora e a entidade segurada, representada pela Procuradoria­Geral Federal, na Seção ou Subseção Judiciária da Justiça Federal do local com jurisdição sobre a localidade onde foi distribuída a demanda judicial em que a garantia foi prestada, afastada cláusula compromissória de arbitragem.

Parágrafo único. Além dos requisitos estabelecidos neste artigo, o contrato de seguro garantia não poderá conter cláusula de desobrigação decorrente de atos exclusivos do tomador, da seguradora ou de ambos.

Art. 7º Por ocasião do oferecimento da garantia, o tomador deverá apresentar a seguinte documentação:

I ­ apólice do seguro garantia ou, no caso de apólice digital, cópia impressa da apólice digital recebida;

II ­ comprovação de registro da apólice junto à SUSEP;

III ­ certidão de regularidade da empresa seguradora perante a SUSEP.

§ 1º A idoneidade a que se refere o caput do art. 6º será presumida pela apresentação da certidão da SUSEP, referida no inciso III deste artigo, que ateste a regularidade da empresa seguradora.

§ 2º No caso do inciso I, deverá o Procurador Federal conferir a validade da apólice com a que se encontra registrada no sítio eletrônico da SUSEP no endereço [www.susep.gov.br/serviço](http://www.susep.gov.br/serviço) ao cidadão/consulta de apólice seguro garantia.

Art. 8º. Quando o valor segurado exceder a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ainda que esse valor esteja compreendido no limite de retenção estabelecido pela SUSEP para a empresa seguradora, será exigida a contratação de resseguro, que se dará nos termos da Lei Complementar nº 126, de 2007.

Parágrafo único. Os contrato de resseguro deverá conter cláusula expressa indicando que o pagamento da indenização ou do benefício correspondente ao resseguro, no caso de insolvência, liquidação ou falência da empresa seguradora, ocorrerá diretamente ao segurado, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Lei Complementar nº 126, de 2007.

Art. 9º. Fica caracterizada a ocorrência de sinistro, gerando a obrigação de pagamento de indenização pela seguradora:

1. ­ o não pagamento pelo devedor, quando determinado pelo juiz, após o recebimento de recurso ao qual não tenha sido atribuído efeito suspensivo;
2. ­ o não cumprimento da obrigação de, até 60 (sessenta) dias antes do fim da vigência da apólice, renovar o seguro garantia, apresentar fiança bancária ou depósito em dinheiro do montante integral da dívida.

§ 1º A caracterização do sinistro a que se refere o inciso I independe do trânsito em julgado ou de qualquer outra ação judicial em curso na qual se discuta o débito.

§ 2º A caracterização do sinistro a que se refere o inciso I também se dará no caso de recebimento dos embargos à execução ou da apelação nos referidos embargos, sem que seja atribuído efeito suspensivo.

Art. 10. Ciente da ocorrência do sinistro, a unidade da PGF responsável, no prazo de 30 (trinta) dias, solicitará ao juízo a intimação da seguradora para pagamento da dívida executada, devidamente atualizada, em 15 (quinze) dias, sob pena de contra ela prosseguir a execução nos próprios autos, conforme o disposto no inciso II, do art. 19, da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980.

Art. 11. É admissível a aceitação de seguro garantia em valor inferior ao montante devido, hipótese emque:

1. ­ não será permitida a emissão de certidão positiva com efeitos de negativa de débitos e;
2. ­ não será afastada a adoção de providências com vistas à cobrança da dívida não garantida, tais como a inclusão ou manutenção do devedor no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN) ou a complementação da garantia.

Art. 12. Após a aceitação do seguro garantia, sua substituição somente deverá ser demandada caso o seguro deixe de satisfazer os critérios estabelecidos nesta Portaria.

Capítulo IV

**Das Disposições Finais**

Art. 13. Ao entrar em vigor, as disposições desta Portaria serão aplicadas desde logo aos seguros garantia e fianças bancárias pendentes de análise.

Parágrafo único. A fiança bancária formalizada com base na Portaria PGF nº 437, de 31 de maio de 2011, continuará por ela regida.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Fica revogada a Portaria PGF nº 437, de 31 de maio de 2011.

RONALDO GUIMARÃES GALLO

BS 40, de 3.10.2016.

**ANEXO PORTARIA PGF Nº 440/2016**

**REQUISITOS PARA ACEITAÇÃO DE FIANÇA BANCÁRIA E SEGURO GARANTIA**

**CHECK LIST – REQUISITOS GERAIS**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **REQUISITOS GERAIS** | **SIM** | **NÃO** |
| A garantia prestada cobre a integralidade do valor do débito, com os encargos e acréscimos legais, devidamente atualizado pelos índices legais aplicáveis aos débitos inscritos em dívida ativa |  |  |
| A garantia foi apresentada antes da realização do depósito ou da efetivação da constrição em dinheiro, decorrente de penhora, arresto ou outra medida judicial |  |  |

**CHECK LIST ­ FIANÇA BANCÁRIA**

| **REQUISITOS PARA ACEITAÇÃO DA FIANÇA BANCÁRIA** | **SIM** | **NÃO** |
| --- | --- | --- |
| Cláusula de solidariedade entre a instituição financeira e o devedor, com expressa renúncia ao benefício de ordem previsto no art. 827 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) |  |  |
| Cláusula que preveja atualização do valor afiançado pelos mesmos índices de atualização do débito |  |  |
| Prazo indeterminado de duração ou prazo de validade até o término da execução fiscal, com cláusula de renúncia aos termos do art. 835 do Código Civil, ou prazo de, no mínimo 2 (dois) anos, desde que cláusula contratual estabeleça a obrigatoriedade da instituição financeira fiadora em honrar a fiança se o devedor afiançado não adotar uma das providências previstas no § 5º, do art. 4º, da presente Portaria. |  |  |
| Cláusula de renúncia, por parte da instituição financeira, do estipulado no inciso I do art. 838 do Código Civil |  |  |
| Declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional |  |  |
| Cláusula de eleição de foro para dirimir eventuais questionamentos entre a instituição fiadora e a entidade credora, representada pela Procuradoria­Geral Federal, na Seção ou Subseção Judiciária da Justiça Federal do local com jurisdição sobre a localidade onde foi distribuída a demanda judicial em que a garantia foi prestada, afastada cláusula compromissória de arbitragem |  |  |
| Comprovação de serem os signatários do instrumento as pessoas autorizadas a assinar pelo estabelecimento bancário |  |  |
| Emissão por instituição financeira idônea e devidamente autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da legislação própria |  |  |
| Apresentação da certidão de autorização de funcionamento da instituição financeira emitida eletronicamente pelo Banco Central do Brasil, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após sua emissão |  |  |
| Inexistência de cláusula de desobrigação decorrente de atos exclusivos do afiançado, da instituição bancária ou de ambos |  |  |

**CHECK LIST – SEGURO GARANTIA**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **REQUISITOS PARA ACEITAÇÃO DO SEGURO GARANTIA** | **SIM** | **NÃO** |
| Prestado por seguradora idônea e devidamente autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da legislação própria |  |  |
| Apresentação, pelo tomador, da certidão de regularidade da empresa seguradora perante a SUSEP |  |  |
| Valor segurado igual ao montante original do débito executado com os encargos e acréscimos legais, devidamente atualizado pelos índices legais aplicáveis aos débitos inscritos em dívida ativa |  |  |
| Contratação de resseguro, quando o valor segurado exceder a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) |  |  |
| Previsão de atualização do débito garantido pelos índices aplicáveis aos débitos inscritos em dívida ativa |  |  |
| Manutenção da vigência do seguro, mesmo quando o tomador não pagar o prêmio nas datas convencionadas, com base no art. 11, § 1º, da Circular nº 477 da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e em renúncia aos termos do art. 763 do Código Civil e do art. 12 do Decreto­Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 |  |  |
| Referência ao número da inscrição em dívida ativa e ao número do processo judicial |  |  |
| Vigência da apólice de, no mínimo, 2 (dois) anos |  |  |
| Estabelecimento das situações caracterizadoras da ocorrência de sinistro nos termos do art. 8º da presente Portaria |  |  |
| Endereço da seguradora |  |  |
| Cláusula de eleição de foro para dirimir eventuais questionamentos entre a instituição seguradora e a entidade segurada, representada pela Procuradoria­Geral Federal, na Seção ou Subseção Judiciária da Justiça Federal do local com jurisdição sobre a localidade onde foi distribuída a demanda judicial em que a garantia foi prestada, afastada cláusula compromissória de arbitragem |  |  |
| Inexistência de cláusula de desobrigação decorrente de atos exclusivos do afiançado, da instituição bancária ou de ambos |  |  |
| Apresentação, pelo tomador, da apólice do seguro garantia ou, no caso de apólice digital, cópia impressa da apólice digital recebida |  |  |
| Apresentação, pelo tomador, da comprovação de registro da apólice junto à SUSEP |  |  |

BS 40, de 3.10.2016.

**PORTARIA Nº 492, DE 13 DE JULHO DE 2016.**

*Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal do Vale do São Francisco.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do§ 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, na Portaria AGU nº 452, de 13 de julho de 2016, na Portaria PGF nº 838, de 23 de outubro de 2015, e na Portaria PGF nº 850, de 28 de outubro de 2015, bem como o disposto no Processo Administrativo 00407.004700/2015­ 95, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal do Vale do São Francisco exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­ os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º As Procuradorias Federais, Especializadas ou não, junto à Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco ­ UNIVASF, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano­ IFSertão Pernambucano, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos das respectivas autarquias e fundações públicas federais.

Art. 3º. As Procuradorias elencadas no artigo 2º e a Procuradoria Seccional Federal do Vale do São Francisco prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal do Vale do São Francisco, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormentepublicados.

Art. 6º Fica revogada a Portaria nº 84, de 4 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 7 de fevereiro de 2011, Seção 1, página 5.

**RONALDO GUIMARÃES GALLO**

DOU de 20.7.2016.

**PORTARIA Nº 526, DE 27 DE JULHO DE 2016.**

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 11, § 2º, I e VIII, e § 4º da Lei 10.480, de 02 de julho de 2002, e considerando a autorização prevista no § 4º do mesmo artigo, resolve:

Art. 1º Delegar ao Subprocurador-Geral Federal, com reserva do exercício de iguais atribuições, a competência para instaurar sindicâncias e processos administrativos disciplinares contra membros da Carreira de Procurador Federal, julgar os respectivos processos e aplicar as correspondentes penalidades.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**RONALDO GUIMARÃES GALLO**

DOU de 11.11.2016, e BS 32, de 8.8.2016.

**PORTARIA Nº 558, DE 11 DE AGOSTO DE 2016.**

**Redação consolidada da Portaria n. 558, de 11/08/16, com as alterações da Portaria nº 107, de 05/02/19**[[322]](#footnote-323)

*Disciplina os procedimentos a serem adotados pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal quando da expedição de precatórios ou requisições de pequeno valor.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Disciplinar os procedimentos a serem adotados pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal - PGF responsáveis pela representação judicial de autarquia ou fundação pública federal quando da expedição de precatórios ou requisições de pequeno valor.

Parágrafo único. Os órgãos de execução da PGF referidos no caput deverão acompanhar os atos e os procedimentos de formação e de expedição dos ofícios requisitórios dos precatórios por parte do juízo da execução, verificando se houve o trânsito em julgado da decisão judicial e se os valores requisitados estão em conformidade com o título executivo.

Art. 2º Recebida a intimação da expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, o setor de apoio do órgão de execução da PGF competente abrirá tarefa no dossiê do processo judicial já existente no SAPIENS e procederá a distribuição ao Procurador Federal responsável pela realização da respectiva análise legitimatória, conforme a organização interna do respectivo órgão.

Parágrafo único. Nas hipóteses em que ainda não haja dossiê judicial pertinente ao precatório ou requisição de pequeno valor cadastrado no SAPIENS, deverá o setor de apoio providenciar, previamente, seu cadastramento utilizando-se da integração com o processo judicial pertinente já cadastrado no SICAU. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019**.

Art. 3º Ao Procurador Federal responsável pela análise legitimatória de precatório incumbirá a elaboração do respectivo parecer, o qual deverá ser juntado ao SAPIENS, determinando ao setor de apoio do órgão de execução da PGF que junte os documentos necessários à compreensão da lide, tais como cópia da petição inicial, contestação, decisões de mérito, laudos periciais e peças principais da execução, se houver.

§ 1º Quando se tratar de processo judicial eletrônico com acesso público, é facultativa a juntada ao SAPIENS de documentos contidos nos autos judiciais, podendo ser substituída pela indicação da chave de acesso público e da localização nos autos judiciais dos documentos relevantes, hipótese na qual somente necessitam ser juntados o parecer de análise legitimatória e os documentos internos da PGF ou da Advocacia-Geral da União AGU e da entidade representada que não tenham sido juntados aos autos judiciais.

§ 2º Cópia de eventual medida judicial sobre o mesmo litígio que estiver sob apreciação em autos apartados deverá ser anexada ao dossiê principal pelo setor de apoio do órgão de execução da PGF, com a consequente distribuição ao Procurador Federal responsável pelo precatório ou requisição de pequeno valor pertinente para análise jurídica, especialmente quanto ao impacto daquela medida judicial sobre o precatório ou requisição de pequeno valor.

§ 3º O registro da análise legitimatória referente a Requisições de Pequeno Valor (RPV) e a precatórios de valor inferior a 60 salários mínimos seguirá procedimento simplificado, consistindo no lançamento direto da atividade no SAPIENS, sem necessidade de elaboração de parecer, cabendo ao Procurador Federal apenas atestar a regularidade do pagamento e, quando necessário, registrar em nota os esclarecimentos imprescindíveis à compreensão da atuação.

§ 4º Na hipótese do § 3º, é dispensada a juntada de documentos para instrução de dossiê, devendo-se, porém, juntar ao SAPIENS eventual petição de impugnação da RPV e a planilha de cálculos produzida pelo órgão de execução da PGF ou da AGU, se houver.

§ 5º O Departamento de Contencioso da PGF poderá emitir orientações complementares acerca da operacionalização e do registro de pagamentos judiciais no SAPIENS.

§ 6º Tratando-se de precatório com valor individual inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), decorrente de homologação judicial de cálculo apresentado pelos órgãos de execução da PGF em execução invertida, após a análise jurídica do precatório pelo Procurador Federal responsável observados os parâmetros do art. 5º, não sendo detectada irregularidade no precatório e não havendo atividade judicial a desempenhar, a realização da atividade determinada no caput limitar-se-á ao registro da regularidade do precatório no SAPIENS com a juntada da planilha de cálculos produzida pelo órgão de execução da PGF ou da AGU por ocasião da execução invertida, se esta providência não houver sido realizada anteriormente, e por ocasião da verificação da atualização judicial do precatório, se for o caso. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

Art. 4º Depois de efetuada a análise legitimatória do precatório quanto ao aspecto jurídico da demanda, o Procurador Federal despachará o dossiê à área técnica de cálculos e perícias, para a elaboração de manifestação conclusiva acerca da correção do valor requisitado.

§ 1º A critério do Procurador Federal oficiante, a providência do caput pode ser dispensada nos processos judiciais em que houver execução invertida realizada pelos órgãos de execução da PGF e a diferença de valores entre o precatório e o cálculo apresentado na execução invertida for igual ou inferior a 10% (dez por cento), observados os limites fixados no art. 8º da Portaria AGU 377, de 25/08/2011, desde que seja verificado que não houve pagamento anterior sob o mesmo título.

§ 2º Para fins deste artigo, o Procurador Federal deverá utilizar, quando disponível, formulário padrão fornecido pela área técnica de cálculos e perícias.

§ 3º Compete ao Procurador Federal responsável pela análise legitimatória, quando necessária, a fixação dos parâmetros para elaboração dos cálculos.

Art. 5º Quando da análise legitimatória, o Procurador Federal deverá verificar, indicando as páginas correspondentes no dossiê judicial: **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

I - o trânsito em julgado; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

II - o esgotamento das instâncias judiciais ordinárias e extraordinárias; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

III - a regularidade do trâmite processual, inclusive quanto à existência de litispendência ou coisa julgada; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

IV - o cabimento ou não de ação rescisória; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

V - a ocorrência ou não de prescrição da pretensão executiva; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

VI - existência ou não de ação ou medida judicial impeditiva do pagamento requisitado; VII - a legitimidade do(s) autor(es) para recebimento do valor requisitado; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

VIII - se já houve pagamento sob mesmo título ao interessado; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

IX se os parâmetros utilizados para cumprimento do julgado estão de acordo com a decisão judicial, especialmente em relação: **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

a) ao tipo de benefício, vantagem ou reajuste concedido; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

b) ao período de abrangência de condenação (início e término da conta); **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

c) à taxa e ao período de incidência dos juros de mora; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

d) à forma e aos índices de correção monetária fixados pela decisão; e **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

e) ao percentual e termo final dos honorários advocatícios. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

§ 1º O Procurador Federal utilizará todas as medidas ordinárias ou excepcionais cabíveis com a finalidade de corrigir o erro e desconstituir a decisão judicial que deu causa à expedição do precatório ou requisição de pequeno valor cujo valor tenha sido considerado dúplice ou superestimado, observado o disposto no art. 1º-E da Lei 9.494/1997, ou, excepcionalmente, justificará a não adoção de qualquer medida. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

§ 2º Quando o valor individual da requisição de pagamento ultrapassar o valor total de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a análise jurídica será submetida à aprovação do ProcuradorChefe do órgão de execução da PGF responsável pela atuação no processo. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

§ 3º Quando o valor individual da requisição de pagamento ultrapassar o valor total de R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou quando, nos pagamentos em que houver mais de um beneficiário ou substituído, o valor global da requisição ultrapassar R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), o Procurador Federal oficiante, após aprovação do respectivo ProcuradorChefe, abrirá tarefa para a Procuradoria-Regional Federal respectiva, para conhecimento e análise em juízo de revisão. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

§ 4º As Procuradorias Regionais Federais poderão delegar o juízo de revisão previsto no §3º às Procuradorias Federais nos Estados em relação às análises legitimatórias de processos judiciais acompanhados pelas Procuradorias-Secionais Federias localizadas na respectiva unidade federativa. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

§ 5º Quando o valor individual da requisição de pagamento, ultrapassar o valor total de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou quando, nos pagamentos em que houver mais de um beneficiário ou substituído, o valor global da requisição ultrapassar R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), o Procurador Federal oficiante, após aprovação do respectivo ProcuradorChefe, abrirá tarefa diretamente ao Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal, para conhecimento e análise em juízo de revisão. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

§ 6º O envio à respectiva Procuradoria-Regional Federal e ao Departamento de Contencioso da análise legitimatória realizada pelo órgão da PGF atuante no feito, na forma do § 3º e do § 5º, não afasta a necessidade de a unidade de origem adotar todas as medidas processuais necessárias à impugnação do pagamento, se for esse o caso, nem implica na suspensão do pagamento judicial, se a unidade atuante no processo entender que o mesmo é regular. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

§ 7º As comunicações a que se referem o § 3º e o § 5º devem ser feitas pelo SAPIENS no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da expedição do precatório e após a adoção das medidas de que trata o § 1º. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

§ 8º Considera-se valor individual, para os fins deste artigo, o valor a ser pago a cada um dos beneficiários ou substituídos. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

§ 9º Fica dispensada a adoção das medidas desconstitutivas previstas no § 1º quando a diferença de valores for igual ou inferior a 10% (dez por cento), observados os limites fixados no art. 8º da Portaria AGU 377, de 25/08/2011, alterada pela Portaria AGU 349, de 04/11/2018, desde que seja verificado que não houve pagamento anterior sob o mesmo título. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

§ 10 Em qualquer fase do processo judicial, o órgão de contencioso da PGF poderá concordar com os cálculos apresentados pela parte autora ou pela contadoria judicial para o pagamento de quantia certa, se a diferença entre o cálculo judicial e o cálculo elaborado pelo órgão de execução da PGF for igual ou inferior a 10% (dez por cento), observados os limites fixados no art. 8º da Portaria AGU 377, de 25/08/2011, alterada pela Portaria AGU 349, de 04/11/2018. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

§ 11 Em qualquer fase do processo judicial, o órgão de contencioso da PGF poderá concordar com os cálculos apresentados pela contadoria judicial para o pagamento de quantia certa, quando verificar que estão de acordo com os parâmetros fixados na sentença e o valor da conta não exceder o limite de 60 (sessenta) salários mínimos. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

Art. 6º Quando a expedição do precatório decorrer de ação de desapropriação, a análise sobre os aspectos relativos à legitimidade dos interessados para o recebimento do valor a ser requisitado deverá abordar, no mínimo, o seguinte:

I – a indicação da área, a denominação e o município de localização do imóvel; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

II - a legitimidade das transmissões imobiliárias (cadeia dominial), bem como o destaque regular do patrimônio público para o privado; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

III - se há informação de eventual existência de procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas que possa repercutir na área objeto da desapropriação; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

IV - se a área está inserida em faixa de fronteira, parques nacionais ou unidades de conservação; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

V - se a área pertence, ou poder vir a pertencer, por qualquer título, ao patrimônio da União ou de outra entidade de direito público; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

VI - se há informações da existência de outra demanda judicial cujo objeto seja o domínio da área; e **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

VII - a indicação do número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) dos beneficiários. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

§ 1º A análise da legitimidade dos interessados para recebimento do valor a ser requisitado será realizada a partir da seguinte documentação, que deverá ser anexada ao dossiê: **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

I - certidão imobiliária contendo a cadeia dominial sucessória de domínio do imóvel e pareceres sobre a legitimidade do domínio privado, extraídos do processo administrativo de desapropriação, se houver; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

II - petição inicial; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

III - comprovantes de depósito do preço ofertado em dinheiro e da emissão inicial de Títulos da Dívida Agrária; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

IV - auto de imissão na posse; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

V - laudo pericial acolhido no processo; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

VI - inteiro teor das decisões proferidas no processo, inclusive as emitidas por diferentes juízos e instâncias, conforme o caso, de modo a possibilitar a verificação do exato alcance do título executivo; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

VII - recursos interpostos pela Autarquia; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

VIII - certidão de trânsito em julgado; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

IX - petição de início da execução, instruída com memória discriminada de cálculos; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

X - embargos à execução opostos pela Autarquia, se houver, instruídos com a memória discriminada de cálculos elaborada pela Autarquia, ou petição de concordância com os valores, se for o caso; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

XI - cálculos judiciais, se houver; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

XII - decisão que homologar os cálculos, e inteiro teor do acórdão, no caso de ter havido recurso, com a respectiva certidão de trânsito em julgado; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

XIII - petição de agravo de instrumento interposto em face de decisão homologatória de cálculos, se houver, com respectiva decisão de indeferimento de pedido de efeito suspensivo; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

XIV - decisão que determinar a requisição do precatório e comprovante de intimação, se houver; **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

XV - petição de agravo de instrumento e respectivas decisões, se houver. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

§ 2° Se não houver no processo judicial os dados necessários à conclusão da análise jurídica e caso haja necessidade de quaisquer esclarecimentos quanto à legitimidade do pagamento, poderão ser solicitados subsídios de fato ou de direito à unidade local da Procuradoria Federal junto à Autarquia ou Fundação Pública federal. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

§ 3º Os subsídios a serem prestados referir-se-ão a esclarecimentos fáticos e jurídicos necessários à correta análise jurídica da decisão judicial e ao fornecimento dos documentos constantes dos processos administrativos. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

§ 4º Nos pagamentos relativos às ações de desapropriações, o Procurador Federal oficiante poderá solicitar, ainda, o pronunciamento do Setor de Cálculos junto à Autarquia ou Fundação Pública federal, se houver, no que se refere aos parâmetros de cálculos. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

§ 5º Caso não seja possível atender à solicitação dos órgãos de execução da PGF, deverá ser elaborada manifestação justificada. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

Art. 7º Cabe ao Procurador responsável pela análise legitimatória abrir tarefa no SAPIENS à Procuradoria Federal junto à Autarquia ou Fundação Pública federal para solicitação de subsídios. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

Parágrafo único. Eventuais consultas realizadas pelo órgão da PGF responsável pela análise do precatório a outros órgãos, com vistas a complementar a análise legitimatória, não afastam a necessidade de a unidade de origem adotar todas as medidas processuais necessárias à impugnação do pagamento, se for esse o caso, nem implicam na suspensão do pagamento judicial, se a unidade atuante no processo entender que o mesmo é regular. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

Art. 8º As consultas ou dúvidas que envolvam a análise legitimatória de que trata esta portaria deverão ser objeto de manifestação prévia conclusiva do órgão de execução responsável, antes de seu encaminhamento ao respectivo órgão superior de execução da PGF, para solução da questão suscitada, sob pena de devolução. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

Parágrafo único. O processo que não estiver devidamente instruído, considerando os termos desta portaria, também estará sujeito a devolução à Unidade de origem para diligências. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

Art. 9° Constatado pelo Procurador Federal oficiante que o pagamento do precatório ou da requisição de pequeno valor decorre de responsabilidade de terceiro e não da entidade representada, tal como condenação por responsabilidade subsidiária e fraude contra a Administração Pública, caberá ao órgão de execução da PGF informar a expedição do precatório ou RPV à entidade representada para a adoção das providências administrativas de ressarcimento ao Erário. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

Art. 10 O Departamento de Contencioso da PGF poderá, de ofício, avocar precatórios para análise do esgotamento das instâncias ordinárias e extraordinárias e da qualidade da defesa empreendida nos autos principais da ação ou determinar a adoção de medidas judiciais, quando for o caso. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

Parágrafo único. A medida prevista no caput não elide a responsabilidade do órgão de execução da PGF responsável pelo processo, quanto à sua análise jurídica e adoção de providências judiciais, tal como disposto no § 1º do art. 5º, quando for o caso. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e aplica-se imediatamente aos processos sob análise dos órgão de contencioso da Procuradoria-Geral Federal. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

Art. 12 Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral Federal. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

Art. 13. Fica revogada a Portaria PGF nº 861, de 27 de outubro de 2010. **(Redação dada pela Portaria nº 107, de 5.2.2019)**

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

PROCURADOR GERAL FEDERAL

DOU de 19.08.2016 - Redação consolidada publicada como ANEXO da Portaria nº 107, de 5.2.2019, no BS 06, de 11.2.2019.

**PORTARIA Nº 614, DE 31 DE AGOSTO DE 2016.**

*Institui, como projeto piloto, a Equipe Nacional de Cobrança no âmbito da Procuradoria­Geral Federal (PGF).*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso das competências de que tratam o §12° do art. 10 e os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o disposto no processo administrativo 00407.047924/2016­72, resolve:

Art. 1º Fica instituída, como projeto piloto, a Equipe Nacional de Cobrança (ENAC), vinculada diretamente à Coordenação­Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos (CGCOB) da Procuradoria­Geral Federal (PGF), com o objetivo de nacionalizar e desterritorializar as atividades de inscrição em dívida ativa, protesto extrajudicial de Certidão de Dívida Ativa ­ CDA, conciliação prévia e ajuizamento de execução fiscal dos créditos das autarquias e fundações públicas federais.

§ 1º Compete à CGOB/PGF definir o plano de trabalho da ENAC, com foco:

1. – na gestão estratégica, planejada e embasada em resultados objetivamente mensuráveis;
2. – no aumento da efetividade da recuperação dos créditos das autarquias e fundações públicasfederais;
3. – na otimização do gasto público e racionalização da estrutura organizacional nas atividades decobrança.

§ 2º A atuação da ENAC é considerada prioritária para todos os fins.

§ 3º O projeto piloto terá duração de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período por decisão do Coordenador­Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da Procuradoria­Geral Federal.

Art. 2º O funcionamento da ENAC se dará em consonância com seu plano de trabalho e observadas as seguintes diretrizes:

1. – nacionalização, especialização e uniformização das atividades de inscrição em dívida ativa, protesto extrajudicial, conciliação prévia e ajuizamento das execuções fiscais dos créditos das autarquias e fundações públicas federais;
2. – mapeamento dos estoques de créditos, sistematização dos relatórios de arrecadação e desenvolvimento de matriz informatizada de classificação de créditos e índice de recuperação.
3. proatividade, produtividade e eficiência, averiguadas por meio de relatórios mensais, orientação permanente e reuniões periódicas;
4. – colaboração mútua de seus integrantes, organização segmentada por atividade de cobrança, compartilhamento de estruturas e flexibilidade de atuação de acordo com a necessidade do serviço;

Art. 3º Para fins do projeto piloto as unidades de execução da PGF relacionadas no Anexo desta Portaria passam a desempenhar, por meio da ENAC e em regime de colaboração mútua, as atividades de inscrição em dívida ativa, protesto extrajudicial de Certidão de Dívida Ativa ­ CDA, conciliação prévia e ajuizamento de execução fiscal, com coordenação, gestão técnica e orientação direta pela CGCOB/PGF.

§ 1º A ENAC será composta pelos Procuradores Federais, Servidores, Empregados Públicos, Terceirizados e Estagiários em atuação nas atividades de inscrição em dívida ativa, protesto extrajudicial de Certidão de Dívida Ativa ­ CDA, conciliação prévia e ajuizamento de execução fiscal nas unidades da PGF integradas ao presente projeto piloto.

§ 2º A ENAC terá atuação de âmbito nacional, independentemente do domicílio do devedor, das divisões de competência dos órgãos do Poder Judiciário ou das unidades de execução da PGF, ressalvada suas abrangências territoriais para as atividades de atendimento aos contribuintes.

§ 3º O responsável pela coordenação da ENAC poderá indicar ao Coordenador­Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da PGF novas unidades para a adesão à Equipe.

§ 4º A adesão de novas unidades à ENAC será precedida de estudo da força de trabalho e equipamentos necessários para o alcance das metas estabelecidas no plano de trabalho, elaborado pelo responsável pela coordenação da Equipe.

§ 5º Os chefes ou responsáveis pelos Núcleos de Cobrança e Recuperação de Créditos das unidades de execução da PGF atuarão localmente como pontos focais da ENAC.

§ 6º A CGOB/PGF prestará o apoio necessário às unidades de execução da PGF para implantação doprojeto piloto.

Art. 4º Compete ao integrante da ENAC:

1. – desempenhar as atividades pertinentes ao objeto de especialização da Equipe, definidas no plano detrabalho;
2. – conhecer e manter­se atualizado sobre os fluxos de trabalho e rotinas de atuação;
3. – acompanhar e triar diariamente as tarefas e processos sob sua responsabilidade;
4. – utilizar os sistemas, as ferramentas e aplicativos eletrônicos indicados pela Divisão de Dívida Ativa da CGCOB e pelo responsável pela coordenação da Equipe para comunicação, organização do trabalho e execução das tarefas distribuídas;
5. – acompanhar diariamente as comunicações eletrônicas expedidas pela PGF/AGU;
6. – participar de reuniões presenciais e virtuais, sempre que designadas;
7. – comparecer aos encontros da ENAC e eventos de capacitação pertinentes, cuja organização e conveniência caberão à PGF;
8. – utilizar os sistemas informatizados disponíveis para registro das atividades, viabilizando a extração de relatórios mensais de produtividade;
9. – cumprir as metas fixadas no plano de trabalho e atingir os índices de produtividade nele indicados;
10. ­ apontar à coordenação da ENAC os fatores que possam comprometer a qualidade do serviço e as metas estipuladas.

Parágrafo único. O integrante da ENAC redistribuirá ao setor competente, no prazo de 24 (vinte e quadro) horas, o processo administrativo, documento ou tarefa a ele distribuída, nos casos que não sejam de sua atribuição.

Art. 5º Compete ao responsável pela coordenação da ENAC, entre outras que vierem a ser designadas pela CGCOB/PGF, as seguintes atividades:

1. – criar e organizar os setores da Equipe, definindo as atribuições internas de seus integrantes;
2. – gerenciar a Equipe, supervisionando a triagem e distribuição dos processos administrativos e créditos entre seus integrantes;
3. – organizar a escala de férias, garantindo a regularidade das atividades da Equipe;
4. - definir e organizar os fluxos de trabalho;
5. – definir as prioridades de atuação;
6. – analisar as peças e os relatórios elaborados com vistas a garantir a qualidade e a uniformidade da atuação, extraindo as estatísticas necessárias ao aprimoramento do trabalho;
7. – verificar o cumprimento das metas estabelecidas e da produtividade dos membros da Equipe;
8. – designar reuniões;

IX – analisar e atuar diretamente em casos de maior relevância, a critério da CGCOB/PGF; X – planejar e programar mutirões de conciliação em processos de cobrança;

XI – determinar o arquivamento de processos com créditos extintos; XII – elaborar e submeter à CGCOB/PGF:

1. relatório mensal de produtividade e resultado da arrecadação;
2. proposta de orientação ou solicitação de parecer de caráter geral, quando identificada questão de relevante indagação jurídica ou passível de uniformização de tratamento;
3. requerimento de colaboração das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicasfederais;
4. proposta de encontros da ENAC e eventos de capacitação;
5. proposta de desenvolvimento, disponibilização ou aquisição de equipamentos, aplicativos ou produtosde tecnologia;
6. proposta de designação excepcional de integrantes para atuar na equipe, bem como a redução ou ampliação do quantitativo de membros;
7. proposta de prorrogação do prazo de vigência do projeto piloto;
8. estudo para adesão de novas unidades à ENAC; e
9. minuta do plano trabalho.

Parágrafo único. Fica delegada ao responsável pela coordenação da Equipe a atribuição para aprovação do reconhecimento da prescrição, nos termos do *caput* e § 6º do art. 2º da Portaria PGF nº 796, de 05 de outubro de 2010, para os créditos administrados pela ENAC.

Art. 6º O encaminhamento à ENAC de créditos, processos ou documentos relacionados à cobrança e recuperação de créditos será realizado exclusivamente em meio eletrônico, por meio do sistema SAPIENS, onde tramitarão integralmente.

§ 1º A CGCOB/PGF disponibilizará, às autarquias e fundações públicas federais, o formato e os fluxos para cadastramento dos processos administrativos, *upload* de documentos e abertura de tarefas no SAPIENS Administrativo, bem como rotinas de migração e cadastramento dos créditos para o SAPIENS Dívida.

§ 2º As unidades de execução da PGF, nas hipóteses em que o ajuizamento ocorra fora do ambiente de integração eletrônica com o Poder Judiciário, deverão cadastrar a execução fiscal no SAPIENS, vinculando­a ao processo administrativo originário da autarquia ou fundação pública federal e mantendo­o atualizado.

§ 3º Nos casos de suspensão de exigibilidade de crédito por ordem judicial, o Procurador Federal oficiante no feito encaminhará parecer de força executória comunicando a suspensão imediata da cobrança do crédito à autarquia ou fundação pública federal, bem como informará o responsável pela coordenação da ENAC mediante abertura de tarefa no SAPIENS, com indicação de urgência.

§ 4º Compete à ENAC alimentar o sistema SAPIENS e os sistemas de Dívida Ativa das autarquias ou fundações públicas federais com os dados de cobrança de sua responsabilidade.

§ 5º A baixa de crédito inscrito em dívida ativa será feita automaticamente junto ao SAPIENS ou ao respectivo sistema informatizado das autarquias ou fundações públicas e, na inexistência ou impossibilidade de baixa automatizada, pelo setor competente da ENAC para a inscrição em dívida.

Art. 7º. Sem prejuízo das atribuições da ENAC, as unidades de execução da PGF deverão manter a capacidade de funcionamento dos Núcleos de Cobrança e Recuperação de Créditos, notadamente para o atendimento ao público, interno e externo.

Parágrafo único. A ENAC poderá solicitar apoio no desempenho de atos de sua atribuição aos órgãos de execução da PGF com competência territorial no local dos fatos, do endereço do devedor ou do ajuizamento.

Art. 8º. Ao final do prazo do projeto piloto, o responsável pela coordenação da ENAC enviará à CGCOB/PGF relatório conclusivo das atividades realizadas, abordando a conveniência de conversão em estrutura permanente e indicando eventual necessidade de aperfeiçoamento, a possibilidade de extensão de seu objeto, bem como a desterritorialização e nacionalização das atividades contenciosas de cobrança e recuperação de créditos.

Art. 9º. Os casos omissos serão resolvidos pela CGCOB/PGF.

Art. 10. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, ratificando­se os atos praticados a partir de 1º de agosto de 2016.

RONALDO GUIMARÃES GALLO

BS 36, de 5.9.2016.

**ANEXO**

**UNIDADES DE EXECUÇÃO INTEGRANTES DO PROJETO PILOTO EQUIPE NACIONAL DE COBRANÇAARTIGO 3º PORTARIA PGF Nº 614/2016**

**PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DA BAHIA**PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM BARREIRAS/BA ­ EM ESTRUTURAÇÃO

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM FEIRA DE SANTANA/BA

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM ILHÉUS/BA

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA/BA ­ EM ESTRUTURAÇÃO

**PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DE GOIÁS**

**PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DE RONDÔNIA**

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM JI­PARANÁ/RO

**PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO**

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM ARAÇATUBA/SP

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM ARARAQUARA/SP ­ EM ESTRUTURAÇÃO

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM BAURU/SP ­ EM ESTRUTURAÇÃO

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM CAMPINAS/SP

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM GUARULHOS/SP

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM JUNDIAÍ/SP ­ EM ESTRUTURAÇÃO

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM MARÍLIA/SP ­ EM ESTRUTURAÇÃO

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM OSASCO/SP[[323]](#footnote-324)

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM PIRACICABA/SP

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM RIBEIRÃO PRETO/SP

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM SANTOS/SP

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM SÃO JOÃO DA BOA VISTA/SP – EM ESTRUTURAÇÃO

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM SOROCABA/SP

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM TAUBATÉ/SP

**PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM CANOAS/RS

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM CAXIAS DO SUL/RS

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM NOVO HAMBURGO/RS

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM PASSO FUNDO/RS

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM PELOTAS/RS

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM RIO GRANDE/RS

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM SANTA CRUZ DO SUL/RS – EM ESTRUTURAÇÃO

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM SANTA MARIA/RS

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM SANTO ÂNGELO/RS ­ EM ESTRUTURAÇÃO

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM URUGUAIANA/RS

**PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ**

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM CASCAVEL/PR

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM LONDRINA/PR

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM MARINGÁ/PR

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM PONTA GROSSA/PR

**PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO**

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM CARUARU/PE5

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM SERRA TALHADA/PE ­ EM ESTRUTURAÇÃO

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO/PE

**PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DE ALAGOAS**

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM ARAPIRACA/AL

**PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO CEARÁ**

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM SOBRAL/CE

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM JUAZEIRO DO NORTE/CE ­ EM ESTRUTURAÇÃO

**PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DA PARAÍBA**

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM CAMPINA GRANDE/PB

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM SOUSA/PB – EM ESTRUTURAÇÃO

**PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM MOSSORÓ/RN

PROCURADORIA FEDERAL NO ESTADO DE SERGIPE

BS 36, de 5.9.2016.

**PORTARIA Nº 651, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016.**

*Altera a competência territorial da Procuradoria Seccional Federal em Jundiaí/SP – Em Estruturação e da Procuradoria Seccional Federal em Piracicaba/SP.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do§ 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria PGF nº 850, de 28 de outubro de 2015 e o que consta no Processo Administrativo nº 00407.010568/2015­51, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Jundiaí – SP – Em Estruturação responderá, sem prejuízo de suas competências atuais, pelos municípios de Águas de Lindóia, Amparo, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Cabreúva, Caieiras, Cajamar, Campo Limpo Paulista, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itapira, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Joanópolis, Jundiaí, Louveira, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pinhalzinho, Piracaia, Serra Negra, Socorro, Tuiuti, Vargem, Várzea Paulista, Vinhedo.

Art. 2º A Procuradoria Seccional Federal em Piracicaba/SP responderá, sem prejuízo de suas competências atuais, pelos municípios de Águas de São Pedro, Analândia, Araras, Artur Nogueira, Capivari, Cerquilho, Charqueada, Conchal, Cordeirópolis, Corumbataí, Elias Fausto, Ipeúna, Iracemápolis, Jumirim, Laranjal Paulista, Limeira, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Piracicaba, Rafard, Rio Claro, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra, São Pedro, Tietê.

Art. 3º A competência territorial atribuída às Procuradorias Seccionais Federais em Jundiaí/SP – Em Estruturação e Piracicaba/SP pelos art. 1º e art. 2º será implementada a partir da publicação desta portaria até a conclusão da revisão da Portaria PGF nº 850, de 28 de outubro de 2015.

Art 4ª Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormentepraticados.

**RONALDO GUIMARÃES GALLO**

BS 40, de 3.10.2016.

**PORTARIA Nº 679, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016.**

*Dispõe sobre a atuação dos órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal nos processos judiciais que tratem da concessão ou restabelecimento de benefícios previdenciários por incapacidade de que trata a Lei nº. 8.213/91 e estabelece diretrizes para a celebração de acordos judiciais e atuação recursal, nas hipóteses que especifica.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso das competências de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e artigo 2º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo administrativo nº 00407.042413/2016­64, resolve:

Art. 1º Autorizar os Procuradores Federais a celebrar acordo judicial, reconhecer o pedido e deixar de recorrer com base no laudo do perito judicial que concluir pela incapacidade do segurado.

Parágrafo único. A autorização veiculada neste artigo abrange as causas com objeto relacionado à concessão e também ao restabelecimento do benefício por incapacidade que tenha sido cessado administrativamente, se houver elementos que indiquem a continuidade da mesma situação de incapacidade.

Art. 2º Os órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal – PGF poderão adotar programas e ações de conciliação e racionalização da litigiosidade nas ações judiciais que discutam aspectos fáticos relativos aos benefícios previdenciários por incapacidade de que trata a Lei nº. 8.213/91.

DA QUESITAÇÃO

Art. 3º Os órgãos de execução da PGF deverão formular quesitos periciais conforme modelo contido na Recomendação Conjunta CNJ/AGU/MTPS nº 1, de 15 de dezembro de 2015, de forma que o perito seja instado a informar, dentre outros aspectos relevantes para o deslinde da causa, a data de início da doença (DID), a data de início da incapacidade (DII), a classificação internacional da doença (CID) e a data da cessação do benefício (DCB), de acordo com o prazo estimado para a recuperação da capacidade laboral do segurado

DO ACORDO JUDICIAL

Art. 4º Nas hipóteses em que o Procurador Federal oficiante entender viável a propositura de acordo judicial para a concessão ou restabelecimento de auxílio­doença, a proposta de acordo deverá prever DCB compatível com o prazo estimado no laudo pericial para a recuperação da capacidade laboral do segurado.

§ 1º Quando o laudo pericial for omisso quanto à duração da incapacidade, caberá ao Procurador Federal propor a concessão de auxílio­doença pelo prazo de até 120 dias, em conformidade com o disposto no § 9º do art. 60 da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Medida Provisória nº 739/2016.

§ 2º A DCB deverá ser indicada, preferencialmente, como uma data certa, em dia, mês e ano.

§ 3º A fixação da DCB deverá considerar como marco inicial a data da realização da perícia médico­ judicial, salvo em situações excepcionais em que as circunstâncias do caso concreto indiquem a pertinência de se considerar como marco inicial a data da proposta de acordo, ou, ainda, a data do início da incapacidade, conforme concluir o laudo pericial.

Art. 5º No termo de acordo deverá constar a DCB e a ciência do segurado acerca da manutenção do benefício até aquela data, bem como que o segurado terá a opção de solicitar administrativamente a prorrogação do benefício até 15 (quinze) dias antes de sua cessação, caso subsista estado de incapacidade laboral.

§1 º Também constará no termo de acordo que:

1. – se não for solicitada a prorrogação do benefício, o mesmo será cessado na data prevista, independentemente de qualquer notificação ou de nova perícia;
2. – se for solicitada a prorrogação pelo segurado, o benefício será mantido até a data da efetiva realização da perícia médica pelo INSS, podendo ser cessado se a perícia comprovar que o segurado não mais apresenta incapacidade laboral ou se este injustificadamente não comparecer na data e hora agendadas;
3. – no caso de o segurado retornar voluntariamente ao trabalho, ou na ocorrência de comprovada recusa injustificável ao tratamento ou à reabilitação profissional, o benefício por incapacidade poderá ser cessado, independentemente da DCB ou de realização de nova perícia, sem necessidade de qualquer consulta ou comunicação aos órgãos da PGF.

§ 2º O Departamento de Contencioso da PGF poderá, separadamente ou em conjunto com a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, elaborar modelo de acordo, observando os parâmetros e cláusulas previstos nesta portaria.

Art. 6º Nos processos judiciais que possuam recursos pendentes de julgamento e que versem sobre concessão ou restabelecimento de benefícios previdenciários por incapacidade de que trata a Lei nº 8.213/91, havendo decisão judicial total ou parcialmente favorável ao segurado, o Procurador Federal oficiante poderá avaliar o oferecimento de acordo judicial, nos termos da presente Portaria, para encerramento da lide.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, devem ser priorizados os recursos mais antigos.

§ 2º As Procuradorias Regionais Federais e as Procuradorias Federais nos Estados poderão organizar e aderir a mutirões junto aos respectivos Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Turmas Recursais, para o cumprimento do disposto neste artigo.

§ 3º Nos casos de auxílio­doença, observados os parâmetros previstos no artigo 5º, o acordo deverá observar a data provável da recuperação da capacidade para a cessação do benefício indicado no laudo pericial, em decisão interlocutória ou na sentença, informando­se, posteriormente, a DCB fixada à Agência da Previdência Social para Atendimento de Demandas Judiciais – APSADJ ou ao Setor de Atendimento de Demandas Judiciais ­ SADJ (APSADJ/SADJ).

§ 4º Não sendo fixada a data provável para a recuperação da capacidade, a proposta de acordo poderá oferecer, para efeito exclusivo de negociação, a manutenção do benefício por um período adicional máximo de 120 dias, a contar da data da proposta do acordo, informando­se, posteriormente, a DCB fixada à APSADJ/SADJ.

§ 5º Se a decisão ou sentença recorrida tiver concedido auxílio­doença com fixação da DCB, e se esta já estiver vencida, o Procurador Federal oficiante analisará a ausência de interesse processual no prosseguimento da lide e a perda superveniente do objeto do recurso, requerendo ao Tribunal ou à Turma Recursal, se for o caso, a extinção do processo com resolução de mérito, nos termos da decisão ou sentença recorrida.

§ 6º Na hipótese do § 5º o Procurador Federal oficiante analisará, à luz dos autos, a possibilidade de determinar à APSADJ/SADJ a imediata cessação do benefício, bem como a dispensa de providências para cobrança

dos valores que tenham sido eventualmente pagos posteriormente à DCB, conforme a competência e os limites de alçada fixados na legislação e nos atos regulamentares da AGU e da PGF vigentes sobre o tema.

DA ATUAÇÃO RECURSAL

Art. 7º Caberá ao Procurador Federal oficiante avaliar a necessidade de interposição de recurso nos casos em que a DCB fixada pelo juízo seja superior à indicada no laudo do perito judicial.

Parágrafo único. Fica dispensada a interposição de recursos de decisão judicial que:

1. fixar a DCB de acordo com o prazo de recuperação de capacidade laboral estimada pelo peritojudicial; e,
2. não fixar a DCB, mas não afastar a aplicação do § 9º do art. 60 da Lei nº 8.213/91, situação em que o benefício será concedido pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias, em observância ao disposto no § 9º do art. 60 da Lei n° 8.213/91, com a redação dada pela Medida Provisória nº 739/2016.

Art. 8º Sem prejuízo da observância da prerrogativa do art. 9º da Portaria AGU n° 488/2016, caberá ao Procurador Federal oficiante interpor recurso em face de decisão judicial que condicione a cessação do auxílio­doença à realização de perícia pelo INSS, sem o prévio requerimento administrativo de prorrogação do benefício por iniciativa do segurado.

Art. 9º Será interposto recurso contra a decisão que determinar ao INSS que submeta o autor a processo de reabilitação profissional como condição para a cessação de auxílio­doença, quando for diagnosticada incapacidade temporária.

Art. 10. Em observância à Súmula nº 25 da AGU, não é cabível a interposição de recurso para impugnar decisão judicial que concede auxílio doença quando diagnosticada incapacidade parcial temporária para a atividade habitual do segurado, desde que atendidos os demais requisitos legais.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não impede a interposição de recursos para a impugnação de outras questões de fato ou de direito não abrangidas pela Súmula nº 25 da AGU.

Art. 11. O Procurador Federal oficiante deverá analisar os demais requisitos legais do benefício pleiteado, devendo avaliar a necessidade e conveniência de interposição de recurso nos casos em que se discuta a qualidade de segurado, período de carência, doença pré­existente, prescrição, decadência, incompetência do juízo, coisa julgada, litispendência ou outras questões de natureza processual.

DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

Art. 12. Nas ações que tenham por objeto a concessão ou a reativação de benefício por incapacidade, o Procurador Federal oficiante poderá concordar com o pagamento dos atrasados desde a data do início da incapacidade (DII) indicada no laudo pericial, limitado à data do primeiro requerimento administrativo do benefício previdenciário e observada a prescrição quinquenal.

§ 1º Se a perícia não precisar a data do início da incapacidade, pode­se concordar com o pagamento dos atrasados a contar da data da realização da perícia ou da citação válida.

§ 2º Nos casos de restabelecimento de benefício cessado administrativamente, em decorrência da continuidade da mesma situação de incapacidade, o pagamento poderá ser feito a contar da data de cessação do benefício, efetuados os descontos dos intervalos eventualmente já pagos, de benefícios previdenciários inacumuláveis e dos períodos em que o segurado desempenhou atividade laboral.

§ 3º O pagamento dos atrasados deverá ser feito por precatório ou RPV.

Art. 13. Em sede de acordo judicial, para os efeitos desta portaria, o Procurador Federal oficiante poderá oferecer uma proposta de pagamento de atrasados com deságio ou não, observado o Manual de Conciliação da PGF.

§ 1º Caberá aos titulares das Procuradorias Regionais Federais, das Procuradorias Federais nos Estados, das Procuradorias Seccionais Federais e aos Coordenadores de ETR­BI uniformizar localmente os índices de deságio, observando o Manual de Conciliação da PGF.

§ 2º Para efeito de negociação, o Procurador Federal oficiante não necessita juntar os cálculos aos autos judiciais nem precisa apresentá­los à parte adversa, podendo apresentar tão somente o valor global a ser pago, facultando­se o arredondamento do valor para efeito de facilitação da negociação, desde que não ultrapassado o valor total que se entende por devido.

§ 3º Os cálculos ou a informação que tenham sido utilizados para fundamentar a negociação deverão ser arquivados no SAPIENS.

§ 4º Excepcionalmente, nos casos em que a unidade ofereça um elevado volume de acordos judiciais ou que o Setor de Cálculos Previdenciários da Unidade não tenha condições de realização dos cálculos para fins de acordo, é admissível o oferecimento de acordo ilíquido, desde que indicados os parâmetros básicos para concessão e cessação do benefício, bem como que serão descontados os benefícios inacumuláveis e eventuais pagamentos efetuados ao mesmo título no período.

§ 5º Se o autor estiver representado por advogado, deve ser disposto no acordo que cada parte arcará com os honorários de seus advogados/procuradores, mas, excepcionalmente, para fins de viabilização do acordo judicial, admite­se a previsão de pagamento de honorários advocatícios para o advogado do segurado, na seguinte proporção:

1. ­ até 5% (cinco por cento) sobre o valor dos atrasados, se anterior à sentença; e
2. ­ até 10% (dez por cento) sobre o valor dos atrasados, se posterior à sentença favorável ao segurado.

§ 6º Se a sentença já tiver fixado o percentual ou valor dos honorários, o acordo não poderá oferecer valor maior ao previsto na sentença ou acórdão.

§ 7º Não devem ser estipulados honorários no acordo judicial se o segurado for representado pela Defensoria Pública e/ou nas causas dos Juizados Especiais Federais que ainda estejam em primeira instância.

§ 8º Para aprovação do acordo, devem ser observados a competência e os limites de alçada fixados na legislação e nos atos regulamentares da AGU e da PGF vigentes no momento da realização do acordo.

§ 9º Oferecida a proposta de acordo, sobre esse valor somente incidirá, exclusivamente, correção monetária, a qual será contada a partir do oferecimento da proposta até a data do efetivo pagamento.

DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

Art. 14. Nos casos de que trata esta Portaria, não se reconhecerá o pedido e nem se proporá acordo judicial se o segurado não tiver feito o prévio requerimento administrativo.

§ 1º Entende­se por ausência de prévio requerimento:

1. a falta completa de pedido administrativo;
2. a situação em que a patologia indicada não foi objeto de análise pela perícia médica do INSS; ou
3. a situação em que há incapacidade superveniente à data da cessação ou indeferimento do requerimento (alegação de novo período de incapacidade não contínuo ao período anterior).

§ 2º O Procurador Federal oficiante poderá avaliar a possibilidade de acordo judicial nos casos em que a ação judicial tiver sido proposta antes de 03/09/2014, em razão das regras de transição estabelecidas pelo STF no RE 631.240/MG.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. Os órgãos de execução da PGF deverão comunicar ao INSS, através das respectivas APSADJ/SADJ, ou órgãos equivalentes do INSS, a homologação judicial do acordo, para o cumprimento e o efetivo registro nos sistemas da Previdência Social, quando tal providência não for realizada pelo Poder Judiciário.

Art. 16. Esta Portaria é aplicável no âmbito da Justiça Federal, inclusive no microssistema de Juizados Especiais Federais, e na Justiça Estadual, em qualquer instância ou rito, inclusive nas ações previdenciárias acidentárias.

Art. 17. Observadas suas atribuições específicas, o Departamento de Contencioso da PGF e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS poderão editar, em conjunto, atos normativos e produzir orientações para aplicação desta Portaria, em conformidade com o parágrafo único do art. 2º da Portaria AGU nº 953, de 23 de setembro de 2009.

At. 18. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Fica revogada a Portaria PGF nº 258, de 13 de abril de 2016.

**RONALDO GUIMARÃES GALLO**

**PORTARIA Nº 680, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016.**

*Disciplina o período máximo de permanência nos cargos de Procurador Regional Federal e de Procurador­Chefe de Procuradoria Federal nos Estados, bem como de Responsável pelas Procuradorias Seccionais Federais.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhes conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei 10.480, de 2 de julho de 2002, e considerando a necessidade de promover a alternância e a renovação da gestão das Procuradorias e de valorizar a inovação e participação amplas dos membros da carreira de Procurador Federal na administração da instituição, resolve:

Art. 1º Disciplinar o período máximo de permanência nos cargos de Procurador Regional Federal e de Procurador­Chefe de Procuradoria Federal nos Estados, bem como de Responsável pelas Procuradorias Seccionais Federais, sem prejuízo dos demais requisitos legais e regulamentares.

Art. 2º O período máximo de que trata o art. 1º é de 4 (quatro) anos, que poderá ser excepcionalmente estendido para evitar prejuízo à continuidade do serviço.

Parágrafo único. A fixação de período máximo não impede a exoneração, de ofício ou a pedido, a qualquer tempo.

Art. 3º A Coordenação­Geral de Pessoal da Procuradoria­Geral Federal – CGPES/PGF acompanhará e adotará as providências necessárias para a aplicação desta Portaria.

Parágrafo único. Alcançado o final do período, a Procuradoria­Geral Federal não autorizará nova nomeação ou designação do interessado para o mesmo cargo ou encargo naquele órgão de execução, pelo prazo de 6 (seis) meses.

Art. 4º As informações referentes à data de início de exercício de cargo em comissão ou encargo serão disponibilizadas na página eletrônica institucional e atualizadas periodicamente pela CGPES/PGF.

Art. 5º As disposições desta Portaria aplicam­se aos atuais ocupantes de cargos em comissão ou responsáveis de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. Os Procuradores Regionais Federais, Procuradores­Chefes de Procuradoria Federal nos Estados e Procuradores responsáveis pelas Procuradorias Seccionais Federais que, na data da publicação desta Portaria, estiverem a mais de 3 (três) anos no exercício destas atribuições, poderão permanecer nos cargos ou encargos pelo prazo adicional de até 12 (doze) meses, observado o disposto no Parágrafo único do art. 2º

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador­Geral Federal.

Art.7º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**RONALDO GUIMARÃES GALLO**

Suplemento A do BSE 38 , de 23.9.2016.

**PORTARIA Nº 688, DE 28 DE SETEMBRO DE 2016.**[[324]](#footnote-325)

*Institui e fixa as diretrizes para a implantação, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, do Gerenciamento de Contencioso e dá outras providências.***(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII, § 2º, art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto nos Processos Administrativos nº 00407.022746/2016­77 e 00407.009297/2016­71, resolve:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal - PGF, o Gerenciamento de Contencioso, para atuação em processos judiciais, físicos ou eletrônicos, nos termos desta Portaria. **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

§ 1º Considera-se Gerenciamento de Contencioso a forma de organização interna de trabalho no âmbito dos órgãos de representação judicial da Procuradoria-Geral Federal com o objetivo de padronizar fluxos de trabalho, concentrando os atos administrativos e processuais em matérias repetitivas ou de menor complexidade, por meio do tratamento estratégico das demandas. **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

§ 2º O Gerenciamento de Contencioso não se aplica às ações de acompanhamento especial e às definidas como prioritárias. **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

Art. 2º O Gerenciamento de Contencioso atenderá aos seguintes princípios e objetivos:

1. – racionalização de métodos de trabalho, a fim de ampliar a eficiência, agilidade e qualidade na atuação judicial; **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**
2. – otimização no uso dos recursos disponíveis nos órgãos de representação judicial da Procuradoria-Geral Federal; **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**
3. – gestão estratégica da atuação judicial, por meio do contínuo e permanente monitoramento das demandas e do resultado da atuação; e **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**
4. – concentração das atividades operacionais e administrativas exercidas no âmbito dos órgãos de representação judicial da Procuradoria-Geral Federal. **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

Art. 3º O Gerenciamento de Contencioso será exercido por um ou mais Procuradores Federais, cuja atividade será considerada prioritária para todos os fins, devendo ser implementado nos Núcleos de Previdência e Assistência Social e de Cobrança e Recuperação de Créditos das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais. **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

§ 1º Fica facultada a implementação do Gerenciamento de Contencioso nos Núcleos de Matéria Administrativa e de Matéria Finalística. **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

§ 2º Aplica-se, no que couber, o disposto nesta Portaria aos processos em trâmite nos Tribunais e Turmas Recursais.

§ 3º As Equipes de Trabalho Remoto manterão sistemática própria de gerenciamento, aplicando-se, subsidiariamente o disposto nesta Portaria. **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

Art. 4º Compete ao titular da unidade: **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

1. - designar o responsável pelo Gerenciamento de Contencioso; **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**
2. - definir as atividades e rotinas de gerenciamento a serem implantadas, observadas as diretrizes da Ordem de Serviço a ser expedida pela Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos - CGCOB e dos Manuais de Gerenciamento de Contencioso da PGF; **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**
3. - ajustar com o Poder Judiciário as rotinas necessárias ao funcionamento do referido gerenciamento, bem como manter a interlocução para otimizar ou evitar trâmites, atos processuais e intimações desnecessárias, visando à realização do maior número de atividades possíveis na mesma oportunidade; e **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**
4. - providenciar as condições materiais e de pessoal necessárias para o bom funcionamento do gerenciamento. **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

Parágrafo único. As rotinas de inscrição em dívida ativa, protesto extrajudicial, conciliação pré-processual e ajuizamento de execução fiscal de competência da Equipe Nacional de Cobrança – ENAC serão definidas pelo responsável pela sua coordenação, observadas as diretrizes fixadas pela Portaria PGF nº 614, de 31 de agosto de 2016, pela Ordem de Serviço da CGCOB e pelo Manual de Gerenciamento de Contencioso. **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

Art. 5º Ao Procurador Federal responsável pelo Gerenciamento de Contencioso compete: **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

1. - organizar o fluxo de trabalho e coordenar e orientar os servidores, estagiários e terceirizados integrantes da equipe de apoio ao gerenciamento; **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**
2. - avaliar os dados extraídos dos relatórios gerenciais e demais informações verificadas por ocasião da triagem e propor a atuação estratégica correspondente, zelando pela sua efetiva implementação; e **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**
3. - manifestar-se nos autos, com a colaboração da equipe, conforme atribuições previamente definidas. **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

Art. 6º O Gerenciamento de Contencioso envolve as atividades de triagem e separação temática, com a realização das atividades jurídicas de menor complexidade ou de caráter repetitivo, de extração de dados estratégicos e de monitoramento dos resultados dos processos de sua competência. **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

§ 1º São consideradas como de menor complexidade, sem prejuízo da identificação e inclusão de outras pelo gerenciamento local, as seguintes atividades: **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

1. – Em primeiro grau de jurisdição: **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**
2. as manifestações processuais que possam ter conteúdo uniforme ou não tenham conteúdo inovador; **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**
3. a ciência de designação de atos processuais, como audiências e perícias; **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**
4. a ciência de laudos e sentenças favoráveis; **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**
5. a manifestação sobre cálculos elaborados pela parte autora ou contadorias judiciais em valores compatíveis com os previamente validados pelos setores de cálculo das unidades da AGU, quando necessária; e **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**
6. a ciência da expedição de Requisição de Pequeno Valor (RPV), quando desnecessária qualquer outra manifestação complexa. **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**
7. – Em instâncias recursais: **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**
8. as manifestações processuais que possam ter conteúdo uniforme ou não tenham conteúdo inovador; **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**
9. a ciência de decisões ou acórdãos favoráveis;a ciência de designação ou remarcação de pauta de julgamento; **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**
10. as notas de dispensa de recurso nos casos verificáveis de plano, observadas as orientações fixadas; e **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**
11. a ciência da expedição de Requisição de Pequeno Valor (RPV), quando desnecessária qualquer outra manifestação complexa. **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

§ 2º As manifestações processuais sem conteúdo inovador ou de mero prosseguimento, ausente o ineditismo, poderão ser substituídas pela aposição de ciência, com renúncia ao prazo, inclusive com o uso de eventos padronizados dos sistemas processuais eletrônicos. **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

§ 3º Além dos subsídios obrigatórios para a defesa que devem ser prestados pelo INSS, conforme disposto na Portaria Conjunta PGF/INSS nº 83/2012, deve o setor de gerenciamento adotar, conforme o caso, roteiro estratégico de consultas complementares, de forma a otimizar e fortalecer a defesa judicial na forma do Manual. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

Art. 7º O Gerenciamento de Contencioso na matéria de cobrança e recuperação de créditos compreende as atividades de triagem e separação por natureza da ação e por atos a serem praticados, com realização das atividades jurídicas de menor complexidade e as atividades administrativas de suporte às atividades jurídicas dos demais Procuradores, bem como gerenciamento dos dados, informações e resultados dos processos de sua competência. **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

Parágrafo único. São consideradas como de menor complexidade, sem prejuízo da inclusão de outras pelo gerenciamento local, as seguintes atividades: **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

1. - a triagem dos processos recebidos do Poder Judiciário destinados ao Núcleo de Cobrança e Recuperação de Créditos; **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**
2. - a atuação nas execuções fiscais, notadamente nas atividades de localização de bens, devedores e consulta aos sistemas de informações; **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**
3. - a ciência de despachos de mero expediente; **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**
4. - a análise de decisões favoráveis à entidade credora; **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**
5. - a apresentação em juízo de valor atualizado do crédito; **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**
6. - o requerimento de suspensão da execução fiscal quando houver o parcelamento do crédito, prestando ainda qualquer outra informação sobre a situação do parcelamento; **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**
7. - o requerimento de conversão de depósito em renda e a adoção das medidas necessárias para sua efetivação;
8. - a expedição de ofícios para a obtenção de informações sobre a localização de bens e devedores; e **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

IX - o requerimento de extinção da execução quando houver a quitação do crédito. **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

Art. 8º A ENAC deverá adotar, previamente ao ajuizamento da execução fiscal, roteiro estratégico de consultas definido por Ordem de Serviço da CGCOB e, conforme o caso, a conciliação pré­processual, de forma a otimizar as atividades de cobrança e recuperação do crédito.

§ 1º Tratando­se de créditos originados de multas decorrentes do exercício do poder de polícia, restando infrutífero o protesto extrajudicial e não localizados bens do devedor ou corresponsáveis, a ENAC poderá deixar de ajuizar a execução fiscal quando o valor total atualizado de créditos das autarquias e fundações públicas federais, relativos a um mesmo devedor, for igual ou inferior a R$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos termos do artigo 3º, *caput* e § 2º da Portaria AGU nº 377/2011.

§ 2º Os resultados das pesquisas de bens serão obrigatoriamente registrados no SAPIENS.

Art. 9º Tratando­se de execuções fiscais ajuizadas com títulos previamente protestados, restando infrutíferas as diligências mínimas obrigatórias por faixa de valor do crédito constantes da Ordem de Serviço da CGCOB, o Procurador Federal oficiante fica autorizado a requerer a suspensão do processo, nos termos do Art. 40 da Lei nº 6.830/80.

§ 1º Para as execuções fiscais ajuizadas sem títulos previamente protestados, restando infrutíferas as diligências mínimas obrigatórias por faixa de valor do crédito constantes da Ordem de Serviço da CGCOB, o Procurador Federal oficiante fica autorizado a enviar o título a protesto independentemente do valor do crédito, observada a eventual ocorrência de prescrição intercorrente ou a existência de causas de suspensão da exigibilidade do crédito.

§ 2º Caso o pagamento do título enviado a protesto não ocorra no prazo legal, o Procurador Federal oficiante fica autorizado a requerer a suspensão da execução fiscal, nos termos do *caput*.

§ 3º Os resultados das pesquisas de bens serão obrigatoriamente registrados no SAPIENS.

Art. 10. O gerenciamento de dados, informações e resultados servirá para a definição de atuação estratégica e otimizada e deverá consolidar, no mínimo, as seguintes informações: **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

1. - o número de processos recebidos e de processos atendidos pela unidade de Gerenciamento de Contencioso, classificando-os, pelo menos, por órgão judicial e objeto da demanda; **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**
2. - o quantitativo das atividades realizadas, classificando-as por espécie; **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**
3. - o detalhamento quantitativo e qualitativo da distribuição dos processos submetidos aos demais procuradores; **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**
4. - o número de processos encaminhados para realização de cálculos e cumprimento de decisão judicial; e V - o resultado da atuação processual. **(Redação dada pela Portaria nº 936, de 18.12.2018)**

Art. 11. **(Revogado pela Portaria nº 911, de 30.12.2016)**

Art. 12. Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

**RONALDO GUIMARÃES GALLO**

BS 40, de 3.10.2016 (Redação consolidada desta Portaria foi publicada como ANEXO da Portaria nº 936, de 18.12.2018, no DOU de 31.12.2018.

**PORTARIA Nº 701, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016**

*Estabelece diretrizes para as Comissões Processantes nos procedimentos de natureza disciplinar concernentes à instrução probatória mínima a ser produzida nos processos em que são investigados perda de prazo ou atuação processual deficiente.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do§ 2º do artigo 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando a necessidade de aperfeiçoar e uniformizar a instrução probatória nos procedimentos de natureza disciplinar, estabelecendo diretrizes quantitativas, qualitativas e de avaliação física e estrutural para as hipóteses de investigação de perda de prazo ou atuação processual deficiente, resolve:

Art. 1º Os processos administrativos disciplinares instaurados para apurar notícia de perda de prazo ou de atuação processual deficiente observarão as diretrizes quantitativas, qualitativas e de condições físicas e estruturais da respectiva unidade, contidas nesta portaria.

Art. 2º Ao analisar as representações que envolvam notícia de perdas de prazo ou de atuação processual deficiente, as Comissões Processantes deverão observar as seguintes diretrizes quantitativas:

I ­ o número absoluto de falhas processuais (em quantos processos houve perda de prazo); II ­ o intervalo de tempo (interregno) em que essas perdas ou falhas ocorreram;

1. ­ o número absoluto de processos e de tarefas distribuídos ao Procurador Federal interessado ou investigado, durante o intervalo referido no inciso II;
2. ­ a proporção e a respectiva porcentagem de falhas, considerando o universo de processos e de tarefas distribuídos e as respectivas perdas de prazo ou falhas identificadas pela Comissão;
3. ­ a produtividade do Procurador Federal interessado ou investigado em comparação com seus pares em exercício na mesma unidade, exercendo atividades semelhantes.

Art. 3º Ao analisar as representações que envolvam notícia de perdas de prazo ou de atuação processual deficiente, as Comissões Processantes deverão observar as seguintes diretrizes qualitativas:

1. – a relevância e o valor dos processos judiciais nos quais houve falha de atuação, bem como a existência ou não de potencial prejuízo;
2. – a presença de indícios que indiquem interesse, direto ou indireto, do Procurador Federal nos processos nos quais ocorreu a perda de prazo ou a falha de atuação;
3. ­ a jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre a matéria, bem como a possibilidade de êxito da Administração nos processos nos quais foi identificada a falha de atuação ou em que ocorreu a perda de prazo;
4. ­ a presença de indícios que indiquem a existência de doença ou limitação, física ou psíquica, que possa ter prejudicado o desempenho funcional do Procurador Federal envolvido.

Art. 4º Ao analisar as representações que envolvam notícia de perdas de prazo ou de atuação processual deficiente, as Comissões Processantes deverão observar as condições físicas e estruturais da respectiva unidade, ao tempo dos fatos, relatando especialmente:

1. ­ a qualidade dos equipamentos de informática e da conexão de *internet*, caso existam;
2. ­ a existência de estagiários e de equipe de apoio suficientes à execução adequada dos trabalhos;
3. ­ a existência de viaturas suficientes ao livre e digno trânsito dos membros da PGF no exercício de atividades externas;
4. ­ a existência de mobiliário adequado e ergonômico, apto a garantir a saúde dos membros da PGF;
5. ­ a existência de instalações adequadas, silenciosas, higiênicas e seguras, que assegurem o pleno exercício do múnus constitucional de advogado público.

Art. 5º As comissões processantes deverão enfrentar, pontualmente, naquilo que for pertinente com o caso concreto analisado, as diretrizes de que tratam os artigos 2º, 3º e 4º, devendo considerar, indispensavelmente, a respectiva instrução probatória como fundamento de seu relatório final.

Art. 6º Durante o juízo de admissibilidade, a Divisão de Assuntos Disciplinares, por intermédio do respectivo Núcleo de Assessoramento para Admissibilidade, envidará esforços para que as Instruções Preliminares sejam instruídas, tanto quanto possível, conforme as diretrizes de que tratam os artigos 2º, 3º e 4º.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**RONALDO GUIMARÃES GALLO**

Procurador­Geral Federal

Suplemento B do BSE nº 39, de 30.9.2016.

**PORTARIA Nº 880, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016.**[[325]](#footnote-326)

*Inclui o Distrito Federal e os Estados do Amapá, Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015, e dá outras providências.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do§ 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, observado o disposto na Portaria nº 978, de 24 de dezembro de 2015, e o que consta no processo administrativo nº 00407.009940/2015­86, resolve:

Art. 1º Incluir o Distrito Federal e os Estados do Amapá, Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins[[326]](#footnote-327)[[327]](#footnote-328) no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015, e excluir o Estado da Paraíba.[[328]](#footnote-329)

Parágrafo único. O Distrito Federal e os Estado do Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins comporão uma única Equipe de Trabalho Remoto, sob a supervisão da Procuradoria Regional Federal da 1º Região.

Art. 2º Fica prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2017 o projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto – Benefícios por Incapacidade já em execução nos Estados do Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, de que trata a Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015, nos Estados do Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, de que trata a Portaria nº 317, de 4 de maio de 2016, e no Distrito Federal e nos Estados do Amapá, Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins, de que trata o art. 1º desta portaria.

Art. 3º A Coordenação­Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos deverá apresentar relatório conclusivo e proposta de institucionalização das ETR­BI, inclusive de sua eventual regionalização, até o dia 31 de outubro de 2017, sem prejuízo da continuidade dos pilotos até o prazo de que trata o art. 2º, ficando suspensas a inclusão de novas unidades no projeto piloto.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO**

DOU de 23.12.2016 (Retificada no DOU de 13.2.2017).

**PORTARIA Nº 907, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016**

*Estabelece prazo para substituição do Sistema Integrado de Controle das Ações da União – SICAU pelo Sistema AGU de Inteligência Jurídica – SAPIENS nos processos judiciais relacionados à matéria previdenciária em que for parte o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria/AGU nº 210, de 26 de abril de 2016 e o que consta do processo 00407.080603/2016­80, resolve:

Art. 1º As Procuradorias Regionais Federais, as Procuradorias Federais nos Estados e as Procuradorias Seccionais Federais terão até o dia 28 de fevereiro de 2017 para substituir a utilização do SICAU pelo SAPIENS nos processos judiciais relacionados à matéria previdenciária em que for parte o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Parágrafo único. Aplica­se, no que couber, o disposto na Portaria AGU nº 210, de 26 de abril de 2016, aos processos referidos no caput.

Art. 2º A Coordenação­Geral de Planejamento e Gestão expedirá orientações quanto à utilização do SAPIENS para execução das atividades relacionadas à atuação dos Procuradores Federais, em especial para a mensuração da demanda de trabalho, da produtividade e dos resultados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO**

DOU de 30.12.2016.

**PORTARIA Nº 911, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2016.**

*Aprova o Manual de Gerenciamento de Contencioso Massa de que trata a Portaria nº 688, de 28 de setembro de 2016, a ser implementado nas Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria nº 688, de 28 de setembro de 2016 e o que consta do processo 00407.022746/2016­77, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Manual de Gerenciamento de Contencioso de Massa, nos termos do Anexo a esta Portaria, a ser implementado nas Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais, observado o disposto na Portaria nº 688, de 28 de setembro de 2016.

Art. 2º As unidades deverão implantar o Gerenciamento de Contencioso de Massa até 28 de abril de2017.

Art. 3º Fica revogado o art. 11 da Portaria nº 688, de 28 de setembro de 2016.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO**

BS nº 2, de 9.1.2017.

**PORTARIA N° 134, DE 08 DE MARÇO DE 2017.**

*Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Marabá/PA.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do§ 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, na Portaria PGF nº 838, de 23 de outubro de 2015, e na Portaria PGF nº 850, de 28 de outubro de 2015, e levando em conta o constante no Processo Administrativo nº 00407.005014/2016­12, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Marabá/PA exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º As Procuradorias Federais junto à Fundação Nacional do Índio ­ PFE/FUNAI, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ­ PFE/IBAMA, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ­ PFE/INCRA e à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará ­ PF/UNIFESSPA prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos às respectivas autarquias e fundações públicas federais em Marabá/PA.

Art. 3º As Procuradorias Federais elencadas no artigo 2º e a Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Marabá/PA prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Marabá/PA, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente praticados.

**CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO**

DOU de 16.3.2017.

**PORTARIA N° 135, DE 08 DE MARÇO DE 2017**

*Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Santarém/PA.*

O **PROCURADOR­ERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do§ 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, na Portaria PGF nº 838, de 23 de outubro de 2015, e na Portaria PGF nº 850, de 28 de outubro de 2015, e levando em conta o constante no Processo Administrativo nº 00407.005020/2016­70, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Santarém/PA exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, e ressalvadas as competências atribuídas no artigo 2º.

Art. 2º As Procuradorias Federais junto à Fundação Nacional do Índio ­ PFE/FUNAI, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ­ PFE/IBAMA, ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – PFE/ICMBIO, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ­ PFE/INCRA e à Universidade Federal do Oeste do Pará – PF/UFOPA prestarão a consultoria e o assessoramento jurídicos às respectivas autarquias e fundações públicas federais em Santarém/PA.

Art. 3º As Procuradorias Federais elencadas no artigo 2º e a Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Santarém/PA prestarão colaboração mútua, sob a coordenação do responsável pela última.

Art. 4º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Santarém/PA, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente praticados.

**CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO**

DOU de 23.3.2017.

**PORTARIA Nº 145, DE 13 DE MARÇO DE 2017.**

*Regulamenta o estabelecimento de colaborações entre órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal e dá outras providências.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII, § 2º, art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria nº 892, de 20 de outubro de 2014, na Portaria nº 172, de 21 de março 2016, e no processo administrativo nº 00407.079404/2016­29 resolve:

Art. 1º Esta Portaria regulamenta o estabelecimento de colaborações entre órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal, e o exercício da representação judicial, extrajudicial, consultoria e assessoramento jurídico das autarquias e fundações públicas federais, quando do afastamento legal ou nos casos de conflito de interesses do único ou de todos os Procuradores Federais em exercício em órgão de execução da PGF.

§1º. Considera­se colaboração a realização, por órgão de execução da Procuradoria­Geral Federal, de serviço ordinariamente atribuído a outro órgão de execução, em decorrência de excesso temporário de serviço, de redução extraordinária da lotação do órgão, de desproporção na distribuição do serviço ou da necessidade de atuação conjunta ou apoio recíproco entre unidades.

§2º Também poderão ser estabelecidas colaborações com vistas à reorganização e especialização do serviço em âmbito estadual ou regional, de forma fundamentada, mediante anuência do Procurador­Geral Federal, desde que não haja impacto na lotação e exercício dos Procuradores Federais.

Art. 2º As colaborações poderão ser estabelecidas por ordem de serviço do órgão competente, de ofício, nos termos desta Portaria, ou mediante requerimento fundamentado, e deverão ser instruídas com no mínimo as seguintes informações:

I – lotação e exercício de Procuradores Federais na unidade solicitante e sua distribuição interna;

II ­ dados do Sistema AGU de Inteligência Jurídica – SAPIENS da unidade;

1. III ­ medidas já adotadas pelo órgão de execução para minimizar a eventual carência do quadro;

IV ­ outras colaborações eventualmente existentes que envolvam as unidades impactadas pela novacolaboração;

V ­ estatísticas referentes ao Gerenciamento de Contencioso de Massa de que trata a Portaria nº 688, de 2016, quando for o caso; e

VI ­ outras informações relevantes para a compreensão do caso.

§1º As colaborações solicitadas por Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais deverão explicitar as razões pela qual a atribuição não pode ser exercida por outra unidade da mesma

Procuradoria Federal, incluindo sua sede, e deverão conter as informações de que trata este artigo relativamente a todas as suas unidades.

§2º Quando a necessidade de auxílio a Procuradoria Federal junto a autarquia ou fundação pública federal não puder ser atendida por outra unidade da mesma Procuradoria Federal, caberá ao respectivo Colégio de Consultoria, nos termos do art. 3º, XI, e do art. 4º, VII, ambos da Portaria nº 892, de 06 de novembro de 2014, viabilizar a colaboração no âmbito das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais que o integram.

§3º Poderão ser dispensadas as informações de que trata este artigo nos casos em que a colaboração seja destinada à atuação conjunta entre unidades, houver ato prévio disciplinando colaborações no âmbito local ou a colaboração for estabelecida por demanda das próprias unidades envolvidas, sem prejuízo da fundamentação.

§4º O Diretor do Departamento de Consultoria da PGF poderá instituir núcleos, subnúcleos ou grupos de trabalho, inclusive remotos, para o atendimento de demandas que envolvam exclusivamente órgãos de consultoria ou assessoramento jurídico, aos quais se aplicará o disposto no art. 6º da Portaria PGF nº 420, de 23 de maio de 2008, na seleção dos seus membros.

§5º As colaborações poderão, quando possível, a critério da Administração, ser precedidas de chamamento público.

Art. 3º Compete à Procuradoria­Regional Federal, nos estados em que estiverem sediadas, ou à Procuradoria Federal no Estado, estabelecer as colaborações entre órgãos de execução situados no respectivo estado.

Parágrafo único. As colaborações que envolvam exclusivamente órgãos de Procuradorias Federais junto a autarquias e fundações públicas situados no mesmo Estado poderão ser estabelecidas pelo Coordenador do respectivo Colégio de Consultoria, nos termos do art. 5º da Portaria nº 892, de 2014, se houver a delegação da competência prevista naquele dispositivo, observado o disposto no art. 4º.

Art. 4º Compete ao Departamento de Consultoria da Procuradoria­Geral Federal regular as colaborações que envolverem exclusivamente Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais situadas no Distrito Federal.

Art. 5º As colaborações entre órgãos de execução situados em estados distintos serão estabelecidas pela respectiva Procuradoria Regional Federal.

Art. 6º As colaborações entre órgãos de execução situados em regiões distintas serão estabelecidas pelas respectivas Procuradoras Regionais Federais por ato conjunto ou, não sendo possível, a colaboração poderá ser requerida ao Procurador­Geral Federal.

Art. 7º Havendo discordância quanto a colaborações que envolvam Procuradoria Federal junto a autarquias ou fundações públicas federais, o respectivo Procurador­chefe poderá requerer a suspensão ou a alteração da colaboração ao Procurador­Geral Federal, fundamentadamente.

Art. 8º Sempre que o órgão de execução da Procuradoria­Geral Federal responsável pelas atividades de representação judicial e extrajudicial ou pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídico seja composto de um único Procurador Federal que esteja impossibilitado de desempenhar suas atribuições em virtude de afastamento legal ou conflito de interesses impeditivo de sua atuação, caberá à Procuradoria­Regional Federal, nos estados em que estiverem sediadas, ou à Procuradoria Federal no Estado, exercer a respectiva atividade.

§1ª Nas hipóteses de afastamento legal, o Procurador Federal deverá comunicar ao titular do órgão responsável pela assunção temporária das atribuições a natureza e a duração do afastamento, prestando ainda todas as informações necessárias à continuidade do serviço.

§2º A comunicação de que trata o §1º deverá ser feita imediatamente após o deferimento do afastamento ou de qualquer modificação que lhe seja relativa, exceto nos casos de férias, quando deverá ocorrer até 30 (trinta) dias antes do início do gozo do respectivo período.

§3º Nos casos de conflito de interesses, o Procurador Federal deverá remeter imediatamente os autos ao titular do órgão responsável pela assunção temporária das atribuições, que analisará fundamentadamente as razões justificadoras do conflito, redistribuindo o processo em que constatada sua existência, ou devolvendo­o ao remetente quando verificada ausência de impeditivo para atuação, observando­se, sempre, o prazo judicial ou administrativo assinalado.

§4º As atividades de que trata o caput poderão ser atendidas por meio de colaborações, observado o disposto nesta Portaria, ou pelos núcleos, subnúcleos ou grupos de trabalho de que trata o §4º do art. 2º.

§5º Aplica­se o disposto neste artigo aos casos de afastamento legal ou conflito de interesses que envolvam todos os Procuradores Federais em exercício num mesmo órgão de execução da Procuradoria­Geral Federal.

Art. 9º As ordens de serviço ou outros atos normativos que tenham sido editados com fundamento nas portarias de colaboração vigentes na data de publicação desta portaria continuarão a produzir seus efeitos enquanto não sejam revogadas ou modificadas por atos supervenientes dos órgãos competentes na forma desta Portaria.

Art. 10 Sem prejuízo da publicação no Boletim de Serviço da Advocacia­Geral da União, os atos normativos que disciplinem as colaborações entre órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal deverão ser disponibilizados no sítio eletrônico da respectiva Procuradoria Regional Federal ou Procuradoria Federal no Estado.

Art. 11 Fica revogada a Portaria nº 694, de 22 de julho de 2009.

Art. 12 Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

**CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO**

Suplemento A do BSE 13, de 30.3.2017.

**PORTARIA Nº 155, DE 15 DE MARÇO DE 2017.**

*Estabelece as diretrizes para a instituição de Núcleos Estaduais Temáticos no Estado de Santa Catarina, a colaboração mútua entre a Procuradoria Federal em Santa Catarina, a Procuradoria Secional Federal em Blumenau ­ Em Estruturação e a Procuradoria Seccional Federal em Chapecó nas Matérias Administrativa e Finalística e dá outras providências.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII, § 2º, do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e considerando o disposto nos Processos Administrativos NUPs 00634.003946/2017­28 e 00598.003389/2017­29, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina (PF/SC) e as Procuradorias Seccionais Federais (PSFs) no estado, inclusive seus Escritórios Avançados (EAs), atuarão em colaboração mútua, sob a coordenação da primeira, com o objetivo de instituir Núcleos Estaduais Temáticos (NEST) nas Matérias de Cobrança e Recuperação de Créditos, Administrativa, Finalística e Previdenciária, de que trata a Portaria n.º 172, de 21 de março de 2016, sem prejuízo dos programas e projetos regionais ou nacionais existentes ou que venham a ser criados.

§ 1º Para os fins desta portaria, entende­se por Núcleo Estadual Temático a organização da atuação dos órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal em especialidades, de forma integrada por meio do Sistema AGU de Produção Jurídica (SAPIENS), com os objetivos de aumentar a produtividade, a especialização, a qualidade nas atividades de representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, a distribuição equitativa da demanda processual e o aperfeiçoamento da organização e da gestão.

§ 2º Os Núcleos Estaduais Temáticos serão formados pelos membros da Procuradoria Federal no Estado e de suas Procuradorias Seccionais Federais, inclusive Escritórios Avançados, designados para atuar nas matérias específicas de que trata a Portaria n.º 172, de 21 de março de 2016, cada qual desempenhando atividades em sua unidade de exercício.

§ 3º Os Núcleos Estaduais Temáticos terão competência territorial de âmbito estadual e funcionarão como projeto piloto por 1 (um) ano, sendo ao final avaliados pela Coordenação­Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos e pela PF/SC, ouvido previamente o Comitê Estadual de Gestão.

§ 4º A participação nos Núcleos Estaduais Temáticos não implica em remoção ou alteração de exercício de qualquer membro ou servidor.

Art. 2º A PF/SC apresentará, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Portaria, ouvido o respectivo Comitê Estadual de Gestão, o cronograma de implantação dos Núcleos Estaduais Temáticos, a ser concluído até 31 de outubro de 2017.

Art. 3º Até a implantação dos Núcleos Estaduais Temáticos, a PF/SC, a PSF/Blumenau ­ Em Estruturação e a PSF/Chapecó prestarão colaboração mútua nas Matérias Administrativa e Finalística, nas demandas relativas às suas competências territoriais, sob a coordenação da PF/SC, observado o seguinte:

1. ­ a PSF/Chapecó, a partir de 3 de abril de 2017, atuará nos processos da Matéria Administrativa que estejam no âmbito de sua competência territorial e naqueles da competência territorial da PSF/Blumenau, por meio da

atuação da Procuradora Federal Raquel Pereira Vecchio Balsini Rossi, que desempenhará as atividades em sua unidade de exercício;

1. ­ a PF/SC atuará nos processos da Matéria Finalística que estejam no âmbito de sua competência territorial e naqueles das competências territoriais da PSF/Blumenau ­ Em Estruturação e da PSF/Chapecó;
2. ­ a PSF/Blumenau ­ Em Estruturação e a PSF/Chapecó colaborarão com a atividade descrita no inciso II, a partir de 3 de abril de 2017, por meio da atuação da Procuradora Federal Lenita Koepp, lotada na primeira, e da Procuradora Federal Lucimar Hofmann Bogo, lotada na última, todas desempenhando atividades em suas unidades de exercício.

§ 1º Durante os afastamentos legais da Procuradora Federal indicada no inciso I, a PF/SC atuará nos processos da Matéria Administrativa que estejam nas competências territoriais da PSF/Blumenau ­ Em Estruturação e da PSF/Chapecó.

§ 2º Durante os afastamentos legais das Procuradoras Federais indicadas no inciso III, a absorção das ausências se dará pela PF/SC.

§ 3º As audiências e demais atos presenciais da temática referida no inciso I serão objeto de ajuste entre a PSF/Blumenau ­ Em Estruturação e a PSF/Chapecó.

§ 4º As audiências e demais atos presenciais da temática prevista no inciso II serão realizados em escala a ser organizada de forma equitativa entre os integrantes do Núcleo de Matéria Finalística da PF/SC, inclusive as Procuradoras Federais indicadas no inciso III, se necessário por videoconferência, ou, quando não for possível, mediante compensação de carga de trabalho.

Art. 4º Compete à Coordenação­Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos a avaliação de requerimento das demais Procuradorias Federais nos Estados e das Procuradorias Regionais Federais para implantação de Núcleos Estaduais Temáticos, considerando, dentre outros critérios, a logística de eventual movimentação de documentos físicos, a existência local de plataformas de processo judicial eletrônico, a possibilidade de presença às audiências e demais atos presenciais, de forma direta ou por videoconferência, e os objetivos dispostos no art. 1º, § 1º.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos de colaboração praticados anteriormente.

**CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO**

Suplemento A do BSE 13, de 30.3.2017.

**PORTARIA Nº 184, DE 27 DE MARÇO DE 2017.**

*Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Franca/SP.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do§ 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 116, de 23 de março de 2017, que altera o Anexo I da Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015 e levando em conta o constante no Processo Administrativo nº 00595.000014/2016­56, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Franca/SP exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009.

Art. 2º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Franca/SP, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormente praticados.

**CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO**

DOU de 7.4.2017.

**PORTARIA Nº 196, DE 31 DE MARÇO DE 2017.**

*Dispõe sobre as atribuições e o âmbito de atuação da Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Botucatu/SP.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria AGU nº 116, de 23 de março de 2017, que altera o Anexo I da Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015 e levando em conta o constante no Processo Administrativo nº 00409.006605/2016­97, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Botucatu/SP exercerá a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo­os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, observado o disposto na Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009.

Art. 2º As citações e intimações dirigidas a qualquer autarquia ou fundação pública federal serão recebidas pela Procuradoria Seccional Federal em Estruturação em Botucatu/SP, observada sua competência territorial e, no que couber, o disposto na Portaria PGFnº 520, de 25 de junho de 2008, e na Portaria PGF nº 535, de 27 de junho de 2008.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando­se os atos anteriormentepraticados.

**CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO**

DOU de 12.4.2017.

**PORTARIA Nº 209, DE 06 DE ABRIL DE 2017.**

*Dispõe sobre a concessão de acesso ao sistema de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (INFOSEG).*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII, do §2º, do artigo 11, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002 e com base no disposto no processo administrativo nº 00407.006689/2017­60, resolve:

Art.1º Os procuradores federais e os servidores em exercício nas unidades da PGF poderão ter acesso ao sistema de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (INFOSEG) da Secretaria Nacional de Segurança Pública ­ SENASP do Ministério da Justiça e Segurança Pública, mediante assinatura de termo de compromisso próprio disponibilizado na plataforma *web* e apresentação de declaração específica, nos termos do anexo I desta Portaria**.**

§ 1º Os procuradores­chefes das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais poderão solicitar sua inclusão na estrutura organizacional da PGF no sistema INFOSEG à CGCOB/PGF, ficando vinculadas à respectiva Procuradoria­Regional Federal ou à Procuradoria Federal.

§ 2º Não será concedido acesso ao sistema INFOSEG ao procurador federal ou servidor que estiver respondendo a procedimento ou em cumprimento de penalidade disciplinar.

§3º Além do documento de identificação e da assinatura de termo de compromisso mencionados no *caput*, deverá ser apresentada autorização específica para o cadastramento dos servidores de apoio administrativo, nos termos do anexo II desta Portaria.

Art 2º Os coordenadores dos núcleos de cobrança das Procuradorias­Regionais Federais serão os cadastradores autorizadores e vinculadores dos usuários em exercício nas Procuradorias Federais nos Estados da respectiva Região e dos usuários em exercício na Procuradoria­Regional Federal.

§ 1º Os responsáveis pela coordenação dos núcleos de cobrança das Procuradorias Federais poderão ser cadastrados como vinculadores dos usuários em exercício nas unidades da PGF nos respectivos Estados.

§ 2º Os procuradores­chefes das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais deverão indicar à CGCOB/PGF procurador federal cadastrador autorizador e vinculador, que ficará responsável pela autorização e vinculação dos usuários em exercício nas respectivas unidades.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Instrução Normativa nº 1, de 23 de novembro de 2009, publicada no Boletim de Serviço nº 48, de 27 de novembro de 2009.

**CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO**

BS 17, de 24.4.2017.

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PROCEDIMENTO DISCIPLINAR E DE INEXISTÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE PENALIDADE

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , matrícula SIAPEn.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , portador do documento oficial de identificação RG n°\_\_\_\_\_\_\_\_ , e do CPF/MF n°\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , DECLARO, para fins de acesso ao sistema INFOSEG/SENASP, inexistir procedimento disciplinar contra si instaurado, bem como não estar cumprindo nenhuma penalidade desta natureza.

DECLARO, igualmente, serem verdadeiras as informações prestadas neste instrumento, sob pena de poderá incorrer nos tipos descritos nos artigos 153, 299 e 325 do Código Penal Brasileiro, sem prejuízo das demais sanções cíveis e administrativas incidentes, na forma da lei.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Local e data

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(ASSINATURA)

ANEXO II

AUTORIZAÇÃO DE ACESSO DE SERVIDORES DE APOIO AO SISTEMA INFOSEG

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ ,matrícula SIAPEn\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.,Chefe/responsávelpela\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,AUTORIZO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ ,servidor em exercício nesta unidade, matrícula SIAPE n.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, RG n.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , a acessar o sistema INFOSEG/SENASP, observadas as normas específicas de uso e sigilo da informação incidentes, sob as penas de lei.

O Usuário deverá:

Guardar a privacidade e o sigilo das informações disponíveis no sistema;

Utilizar as informações disponíveis exclusivamente nas atividades que compete exercer, não podendo transferi­las a terceiros, seja a título oneroso ou gratuito;

Manter sob sigilo a sua senha de acesso, a qual é de uso pessoal e intransferível, ficando responsável pelo uso indevido das informações por ela consultadas;

Solicitar a imediata exclusão do seu acesso sempre que deixar de exercer as atividades relacionadas ao sistema.

O Usuário acima identificado declara, sob as penas da lei, que são verdadeiras as informações prestadas neste instrumento e concorda com todas as obrigações nele descritas, ficando ciente que incorrerá nos crimes descritos no Código Penal Brasileiro (153, 299 e 325, § 1.º), sem prejuízo das sanções cíveis e administrativas, pelas consequências decorrentes das suas ações ou omissões que possam por em risco ou comprometer a exclusividade do acesso ou ainda pelo uso ou divulgações indevidas das informações constantes no sistema.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Local e data

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(assinatura da chefia imediata)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(assinatura do servidor)

Art. 153 ­ Divulgar alguém, sem justa causa, conteúdo de documento particular ou de correspondência confidencial, de que é destinatário ou detentor, e cuja divulgação possa produzir dano a outrem:

Pena ­ detenção, de um a seis meses, ou multa.

§ 1º Somente se procede mediante representação.

§ 1º­A. Divulgar, sem justa causa, informações sigilosas ou reservadas, assim definidas em lei, contidas ou não nos sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública:

Pena – detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 2º Quando resultar prejuízo para a Administração Pública, a ação penal será incondicionada.

Art. 299 ­ Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena ­ reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único ­ Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo­se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta­se a pena de sexta parte.

Art. 325 ­ Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar­lhe a revelação: Pena ­ detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.

§ 1º Nas mesmas penas deste artigo incorre quem:

I – permite ou facilita, mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública;

II – se utiliza, indevidamente, do acesso restrito.

§ 2º Se da ação ou omissão resulta dano à Administração Pública ou a outrem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

BS 17, de 24.4.2017.

**PORTARIA Nº 238, DE 20 DE ABRIL DE 2017.**[[329]](#footnote-330)

*Reinclui o Estado da Paraíba no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, de que trata a Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII, § 2º, art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto nas Portarias nº 979, de 24 de dezembro de 2015, nº 317, de 4 de maio de 2016, e nº 880, de 19 de dezembro de 2016, e no processo nº 00429.012159/2017­01, resolve:

Art. 1º Reincluir o Estado da Paraíba no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, de que tratam as Portarias nº 979, de 24 de dezembro de 2015, nº 317, de 4 de maio de 2016, e nº 880, de 19 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO**

Procurador­Geral Federal

DOU de 26.4.2017.

**PORTARIA Nº 255/2017/PGF/AGU DE 2 DE MAIO DE 2017.**

*Dispõe sobre a elaboração e a divulgação de atos de manifestação e orientação jurídicas e de comunicação do Departamento de Contencioso da PGF.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002,

Considerando a edição da Portaria n.º 1.399, de 05 de outubro de 2009 e da Portaria n.º 488, de 27 de julho de 2016, do Advogado-Geral da União, da Portaria n.º 338, de 12 de maio de 2016, da Portaria n.º 172, de 21 de março de 2016 e da Portaria n.º 530, de 13 de julho de 2007, do Procurador-Geral Federal, bem como a adequação aos Princípios Constitucionais da Eficiência, da Segurança Jurídica e da Publicidade;

Considerando a necessidade de padronização e aperfeiçoamento das manifestações jurídicas deste Departamento de Contencioso, resolve:

Art. 1º Disciplinar a elaboração e a divulgação de atos de manifestação e orientação jurídicas e de comunicação pelo Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 2º As manifestações jurídicas exaradas pelo DEPCONT/PGF, bem como as respectivas apreciações, serão formalizadas, em regra, por meio de:

I - Parecer Referencial;

II - Parecer;

III - Nota;

IV - Cota;

VI - Orientação Judicial;

VII - Despacho;

Art. 3º Os atos de comunicação exarados pelo DEPCONT/PGF serão formalizados, em regra, por meio de:

I - Memorando;

II - MemorandoCircular;

III - Ofício;

IV - Dicas de Contencioso.

Art.4º As manifestações jurídicas deverão:

I - ter parágrafos numerados;

II - inserir nota de rodapé com tradução de trecho em língua estrangeira, salvo quando se tratar de palavra ou breve expressão de uso corrente;

III - conter conclusão com resumo objetivo da opinião ou decisão e os respectivos encaminhamentos; e

IV - registrar local, data e assinatura do subscritor, ou dos subscritores, respectivos nomes completos e cargos, bem como o encaminhamento à apreciação do superior hierárquico, quando for o caso.

Art. 5º A manifestação jurídica indicará, expressamente, os atos e as manifestações anteriores que sejam, por meio dela, alterados ou revisados.

Art. 6º Os documentos em que se baseiam as manifestações deverão ser referenciados por sua localização no respectivo processo administrativo.

Art. 7º As minutas de normas eventualmente propostas em razão da manifestação jurídica deverão constar em anexo a esta.

Art. 8º As manifestações jurídicas deverão ter numeração sequencial e única, reiniciada a cada ano.

Do Parecer Referencial

Art. 9.º Considera-se parecer referencial aquele que fixa orientações relacionadas às teses jurídicas e estratégias processuais a serem observadas por todos os órgãos de execução da PGF, para uniformização de entendimentos.

§ 1º Deve o procurador oficiante certificar-se de que todas as questões jurídicas do processo judicial estejam abrangidas pelo Parecer Referencial.

§ 2º O Parecer Referencial é vinculante para os órgãos de execução de contencioso judicial da Procuradoria-Geral Federal.

§ 3º Imediatamente após expedir o Parecer Referencial, a Procuradoria-Geral Federal, conforme o caso, dará início ao processo administrativo para edição de súmula da Advocacia-Geral da União.

Art. 10. Devem nortear a elaboração de parecer referencial:

I - o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes que acarrete sobrecarga de trabalho que venha a impactar, justificadamente, a atuação do órgão contencioso ou a celeridade dos processos judiciais; ou

II - a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores ou da Turma Nacional de Uniformização; ou

III a uniformização, em âmbito nacional, da atuação dos órgão de execução de contencioso judicial; ou

IV – a necessidade de orientação jurídica aos demais órgãos de execução de contencioso judicial.

Art. 11. Os Pareceres Referenciais, após a aprovação do Procurador-Geral Federal, terão numeração sequencial e exclusiva, deverão ser disponibilizados no Sapiens, divulgados e posteriormente incluídos na página do DEPCONT/PGF, no sítio eletrônico da Advocacia-Geral da União.

Art. 12. Sempre que houver alteração nos fundamentos jurídicos que embasaram o Parecer Referencial, inclusive mudança na legislação pertinente ou na jurisprudência dos Tribunais Superiores ou da Turma Nacional de Uniformização, deverá o Departamento de Contencioso promover a sua adequação.

Art. 13. A existência de Parecer Referencial não exime o procurador federal de analisar os aspectos jurídicos não abarcados na orientação expedida pelo DEPCONT/PGF.

Art. 14. O Parecer Referencial deverá conter:

I - ementa, com finalidade de sumariar a questão e a opinião ou decisão apresentadas;

II – relatório circunstanciado do caso, com os posicionamentos técnicos e jurídicos dos órgãos envolvidos, dos interessados e, se for o caso, identificadas eventuais divergências, com indicação precisa do ponto a ser objeto de opinião ou de decisão; e

III – conclusão em tópico apartado.

Do Parecer

Art.15. O parecer deverá ser elaborado como resultado de estudos e análises jurídicas de natureza original ou complexa, que requeiram aprofundamento, também para responder consultas, bem como analisar a força executória de decisões judiciais ou propor a adoção de medidas relevantes, devendo refletir a demonstração do raciocínio técnico e o seu desenvolvimento.

§ 1º Os pareceres deverão conter:

I - ementa, com finalidade de sumariar a questão e a opinião ou decisão apresentada;

II - relatório circunstanciado do caso, com os posicionamentos técnicos e jurídicos dos órgãos envolvidos, dos interessados e, se for o caso, identificadas eventuais divergências, com indicação precisa do ponto a ser objeto de opinião ou de decisão;

III - conclusão em tópico apartado;

IV - descrição pormenorizada da consulta, do histórico dos fatos, dos andamentos processuais antecedentes, das questões a elucidar e a demonstração do raciocínio desenvolvido.

§ 2º A ementa deverá conter as seguintes referências: origem, natureza do processo, natureza do fato, fundamentos jurídicos e conclusão.

§ 3º Na conclusão deverão ser indicadas as providências ou encaminhamentos necessários aos andamento do feito, de forma clara e objetiva, a fim de viabilizar a precisa execução das medidas a serem empreendidas.

Da nota

Art. 16. A manifestação jurídica será elaborada sob a forma de nota quando se tratar de hipótese anteriormente examinada e nos casos de menor complexidade jurídica, admitindo pronunciamento simplificado.

§1.º A nota dispensa a descrição da consulta, o histórico dos fatos, o sumário das questões a elucidar e a demonstração do raciocínio jurídico desenvolvido.

§2.º Do embasamento jurídico da nota deverá constar simples referência aos dispositivos de legislação aplicável, ao parecer respectivo, à obra doutrinária consultada e à fonte jurisprudencial.

Da cota

Art. 17. Quando se tratar de resposta a diligência ou a requisição que não exija fundamentação jurídica expressa, ou de complementação da instrução de processo, será cabível a adoção da cota.

Da Orientação Técnico-Jurídica

Art. 18. Instrumento pelo qual o Diretor do DEPCONT/PGF dispõe sobre a atuação jurídica que mereça uniformidade de procedimentos no âmbito do DEPCONT/PGF e na esfera de atuação dos demais órgãos de execução da PGF.

Art. 19. As Orientações Técnico-Jurídicas, após a aprovação do Diretor do DEPCONT/PGF, terão numeração sequencial e exclusiva, serão disponibilizadas no Sapiens, divulgadas e posteriormente incluídas na página do DEPCONT/PGF, no sítio eletrônico da Advocacia-Geral da União.

Art. 20. Sempre que houver alteração nos fundamentos jurídicos que embasaram a Orientação TécnicoJurídica, inclusive mudança na legislação pertinente ou na jurisprudência dos Tribunais, deverá o DEPCONT/PGF promover a sua adequação.

Art. 21. A existência de Orientação TécnicoJurídica não exime o procurador federal de analisar os aspectos jurídicos não abarcados na referida orientação.

Do Despacho

Art. 22. O Parecer Referencial, o parecer, a nota e a Orientação Técnico-Jurídica deverão ser submetidos ao superior hierárquico do subscritor para apreciação, a qual se formalizará mediante despacho e, somente após aprovados, assumirão o caráter de manifestação jurídica do DEPCONT/PGF.

Parágrafo único. O último superior hierárquico a apreciar a manifestação técnica apõe, em seu despacho, o APROVO, e os anteriores, apõem ACOLHO ou DE ACORDO.

Art. 23. O despacho será lançado sequencialmente à manifestação jurídica, devendo ser numerado, apresentando o seguinte conteúdo:

I - aprovação ou acolhimento, quando a manifestação jurídica for aprovada na sua totalidade, podendo acrescer informações pertinentes ao conteúdo relevante da manifestação;

II - aprovação ou acolhimento parcial, quando o responsável pelo despacho discordar de parte da manifestação jurídica, caso em que deverá indicála expressamente e resolver a questão jurídica objeto da divergência, por sua redação ou pela complementação de manifestação jurídica exarada por novo subscritor; e

III - não aprovação ou acolhimento, quando o responsável pelo despacho entender que a manifestação jurídica não está apta a prevalecer, caso em que este deverá providenciar nova apreciação da questão jurídica rejeitada, por sua redação ou mediante manifestação jurídica exarada por novo subscritor.

Parágrafo único. O despacho poderá conter, ainda, informações complementares ao parecer, à nota, à Orientação Técnico-Jurídica, inclusive, com as instruções sobre o encaminhamento do assunto, bem como a revisão ou a menção a manifestações anteriores.

DAS MANIFESTAÇÕES JURÍDICAS NÃO APROVADAS

Art. 24. Caso o superior hierárquico não aprove a manifestação jurídica emitida, poderá solicitar o seu reexame pelo subscritor ou emitir manifestação própria.

§ 1º Quando, após o reexame, for constatada a permanência de insuficiência da manifestação jurídica suplementar, a matéria poderá ser redistribuída a outro procurador da unidade hierarquicamente subordinada à autoridade.

§ 2º Considera-se insuficiente a manifestação jurídica que:

I - não aborde integralmente o tema objeto da consulta;

II - careça de fundamentação jurídica bastante a respaldar as suas conclusões;

III - apresente incongruência entre as conclusões e os fundamentos jurídicos manejados; e

IV - contenha obscuridades, omissões, contradições ou dúvidas que impeçam a sua perfeita compreensão.

Art. 25. A manifestação jurídica não aprovada integrará os autos, mediante a consignação da sua não aprovação.

Do Memorando

Art. 26. Será utilizado o memorando para comunicação interna entre as unidades da Advocacia-Geral da União, independentemente da hierarquia.

Do Memorando Circular

Art. 27. Obedece aos mesmos critérios e padrões do memorando. Deverá ser utilizado quando um mesmo assunto é transmitido simultaneamente para vários destinatários.

Do ofício

Art. 28. Trata-se de correspondência externa entre órgãos da Administração Pública ou entre estes e particulares, utilizada pelas autoridades públicas para tratar de assuntos oficiais.

Dicas de Contencioso

Art.29. Trata-se de meio de comunicação ágil, contendo exposição abreviada de informações relevantes de contencioso judicial.

DAS CÂMARAS DE ORIENTAÇÃO JUDICIAL

Art. 30. O Diretor do DEPCONT/PGF poderá, por Ordem de Serviço, criar Câmaras Provisórias ou Permanentes de orientação judicial, para discutir questões jurídicas relevantes específicas relacionadas às atividades de contencioso.

Art. 31. Compete às Câmaras:

I – identificar questões jurídicas relevantes que são comuns aos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, com vistas à expedição de orientação das atividades de contencioso;

II promover a discussão das questões jurídicas identificadas, buscando solucioná-las e uniformizar o entendimento a ser seguido pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, e

III - submeter à consideração do Diretor do DEPCONT/PGF a conclusão dos trabalhos, para posterior aprovação pelo Procurador-Geral Federal.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 32. Os processos e expedientes enviados ao Advogado-Geral da União e à Consultoria-Geral da União, com solicitação de exame, devem estar instruídos com as manifestações jurídicas dos órgãos ou entidades solicitantes, inclusive daqueles divergentes quando for o caso.

Art. 33. As manifestações jurídicas deverão ser classificadas em graus de reserva quando o interesse público assim o exigir, com estrita observância das normas constitucionais, legais e regulamentares.

Art. 34. O DEPCONT/PGF deve editar ementário anual dos respectivos pareceres e Orientações Técnico-Jurídicas exarados, bem como manter arquivos das manifestações jurídicas elencadas nesta Portaria.

Art. 35. Por ocasião de eventual e superveniente edição de ato normativo ou manual de redação por parte do Advogado-Geral da União, esta Portaria deverá ser adequada, se necessário.

Art. 36. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do DEPCONT/PGF.

Art. 37. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO**

PROCURADORGERAL FEDERAL

BS 21, de 22.5.2017.

**PORTARIA Nº 261, DE 05 MAIO DE 2017.**

*Disciplina o fluxo da atividade de consultoria e assessoramento jurídicos nos órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal.*

**O PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do parágrafo 2º do artigo 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Os órgãos consultivos de execução da Procuradoria­Geral Federal – PGF terão seus fluxos de atividade de consultoria e assessoramento jurídicos regulados por esta Portaria.

Parágrafo único. Os fluxos de atividade a que se refere o **caput** desenvolvem­se em ambiente de estrutura organizada de órgão consultivo.

CAPÍTULO I

Do fluxo consultivo

Art. 2º O fluxo consultivo constitui a sequência de atos que envolve a entrada, a distribuição, a apreciação e a saída de expedientes, consultas ou processos administrativos encaminhados pelas autarquias e fundações públicas federais para as respectivas Procuradorias Federais e decorre da consultoria e assessoramento jurídicos prestados:

1. ­ em consultas jurídicas diversas de áreas finalísticas ou administrativas encaminhadas pelas áreas competentes da entidade assessorada;
2. ­no encaminhamento de elementos de fato e de direito ao órgão de execução da PGF com competência específica da autarquia ou fundação: à Procuradoria Federal, especializada ou não, junto à autarquia ou fundação;
3. ­ às autoridades das autarquias e fundações públicas federais na elaboração de informações em mandado de segurança e em habeas data impetrados contra autoridades das autarquias e fundações públicas federais.
4. ­ no encaminhamento de subsídios e informações aos demais órgãos de consultoria e assessoramento jurídicos do Poder Executivo da União;
5. ­ em matéria de cobrança e recuperação de créditos; VI ­ em matéria disciplinar; e

VII ­ em matérias específicas, como no caso de fornecimento de informações, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Parágrafo único. O exercício da consultoria jurídica compreende as atividades formalmente solicitadas pelo órgão competente e objeto de elaboração de manifestação jurídica, nos termos da regulamentação específica.

CAPÍTULO II

Da gestão documental

Art. 3º A gestão documental, que compreende o monitoramento da entrada, processamento, saída, assim como eventual acompanhamento dos expedientes, consultas e processos recebidos, físicos ou eletrônicos será realizada pelo serviço de protocolo ou apoio do órgão consultivo.

§ 1º Os atos relativos à gestão documental deverão ser realizados no Sistema Sapiens, mediante o preenchimento dos dados necessários, nos campos existentes.

§ 2º Caberá ao chefe do órgão consultivo o gerenciamento de toda a movimentação dos processos, desde a entrada até a saída definitiva, mediante o uso dos relatórios e ferramentas disponíveis no Sistema Sapiens.

§ 3º No caso de expediente ou processo recebido por meio físico, este deverá ser digitalizado, cadastrado e inserido no Sistema Sapiens, com a abertura de tarefa, realizando­se, por ocasião da saída do processo, a juntada de cópia da manifestação produzida.

§ 4º A cada novo ingresso do expediente ou processo recebido por meio físico no órgão consultivo, serão digitalizadas e inseridas no Sistema Sapiens todas as folhas posteriores à última manifestação do órgão consultivo, realizando­se, por ocasião da saída do processo, a juntada de cópia da manifestação.

§ 5º Na hipótese de impossibilidade de realização da digitalização da integralidade do processo, referida no parágrafo anterior, essa deverá ocorrer em relação às principais peças do processo, conforme orientação da chefia da unidade.

§ 6º As manifestações jurídicas produzidas até a efetiva implantação do Sistema Sapiens deverão ser disponibilizadas em banco de dados na rede interna do órgão consultivo, a fim de permitir a pesquisa, o compartilhamento institucional e o controle de uniformização.

§ 7º Periodicamente, serão elaborados relatórios e estatísticas das atividades desenvolvidas no órgão consultivo, a fim de subsidiar a distribuição e garantir a transparência no gerenciamento da unidade.

CAPÍTULO III

Da Distribuição

Seção I

Dos aspectos Gerais

Art. 4º A distribuição do processo será realizada logo após a chegada e análise preliminar dos autos, mediante o uso do Sistema Sapiens, pelo titular do órgão consultivo, ou mediante delegação expressa.

§ 1º Tratando­se de processo cujo prazo deva seguir os termos do art. 42 da Lei nº 9.784, de 1999, a distribuição será realizada logo após a chegada dos autos na procuradoria.

§ 2º O destinatário da tarefa tem o dever de verificar no sistema institucional os trabalhos que lhe foram distribuídos e observar os prazos definidos.

§ 3º A distribuição poderá ser objeto de comunicação, mediante e­mail institucional ou outro meio hábil.

§ 4º O titular do órgão consultivo poderá estabelecer regras de distribuição automática para as unidades descentralizadas que não disponham de chefia local, observados parâmetros objetivos, transparentes e impessoais, que privilegiem a divisão equitativa da carga de trabalho para cada Procurador.

Art. 5º Devem ser imediatamente distribuídos, com a respectiva sinalização no Sistema Sapiens, os seguintes processos:

I ­ urgentes, assim entendidos os processos que reclamem atenção imediata em razão da existência deprazos exíguos;

II – prioritários, assim entendidos aqueles definidos por critérios objetivos elencados em norma específica;

III – relevantes, assim entendidos aqueles que apresentem repercussão na política pública executadapela entidade representada e identificados como tal pelo chefe da unidade.

Parágrafo único. Caso não tenha sido detectadas a urgência, a prioridade ou a relevância no ato de distribuição, o Procurador que as perceber deverá comunicar o fato ao chefe da unidade, a quem competirá rever a marcação correspondente.

Art. 6º Caberá ao Procurador diligenciar junto ao respectivo serviço de apoio, na primeira oportunidade, na hipótese em que verificar erro ou inconsistência na distribuição, comunicando à chefia imediata, se necessário.

Art. 7º Com a abertura de tarefa de distribuição no Sistema Sapiens, encerra­se o ciclo ordinário de distribuição e, a partir desta data, considera­se o Procurador instado a elaborar a manifestação jurídica.

Art. 8º Distribuído o processo ao procurador, este permanece responsável pela sua condução até a emissão do pronunciamento definitivo, cabendo­lhe requerer as diligências indispensáveis à instrução processual.

Seção II

Dos critérios de distribuição

Art. 9º A distribuição dos processos recebidos no órgão consultivo deverá observar parâmetros objetivos, transparentes e impessoais, que privilegiem a divisão equitativa da carga de trabalho para cada Procurador.

§ 1º A distribuição deverá ser realizada de modo sequencial, de forma que todos recebam processos, por meio do revezamento permanente entre procuradores, preservando­se a equanimidade como atributo principal da distribuição.

§ 2º A divisão equitativa pressupõe a distribuição igualitária de processos com semelhante grau de dificuldade e, quando ausente esta similitude, a utilização de critérios compensatórios, que deverão levar em conta o grau de complexidade envolvido na análise demandada em cada processo.

§ 3º O uso de critérios compensatórios de que trata o parágrafo anterior poderá ser feito por meio do uso de tabelas nas quais os processos recebam pontuações conforme natureza e complexidade, mantendo­se a igualdade de pontuação entre os procuradores, a fim de que, independentemente do quantitativo de processos recebidos, todos recebam semelhante carga de trabalho em termos de complexidade.

§ 4º Deverão ser realizados, com a antecedência necessária, os devidos ajustes e compensações na distribuição, em razão de afastamentos legais de procuradores, conforme previsto no Capítulo VI desta Portaria.

§ 5º A distribuição de processos nos termos deste artigo não afasta a possibilidade de análise e emissão da manifestação jurídica cabível pelo titular da procuradoria federal, sem prejuízo da adequada gestão e gerenciamento da unidade.

Art. 10. Poderá ser efetuada a distribuição por prevenção quando o Procurador já tenha atuado no processo ou quando houver prestado assessoramento jurídico sobre o assunto objeto da consulta.

Parágrafo único. Os casos de prevenção serão distribuídos ao Procurador vinculado e serão computados para fins de redistribuição de novo processo.

Art. 11. Será efetuada distribuição por retorno:

1. ­ quando o processo regressar após manifestação jurídica que solicitou diligências necessárias à instrução dos autos; ou
2. ­ em razão da chegada de consulta complementar contendo dúvidas ou questões suscitadas em face de manifestação anteriormente emitida.

Parágrafo único. Os processos distribuídos por retorno não integrarão a distribuição geral e, após seu registro como simples retorno, serão vinculados diretamente ao Procurador responsável, nos termos do art. 4º desta Portaria.

Art. 12. Na hipótese dos arts. 10 e 11 desta Portaria, havendo o afastamento legal do Procurador, os processos que seriam a ele destinados serão distribuídos a outro Procurador, caso não haja condições, pelo prazo processual, de que os autos aguardem o retorno do afastado, de acordo com o juízo da chefia.

Art. 13. Quando a distribuição por retorno ou prevenção, por alguma razão, deixar de observada no ato, cumpre ao Procurador que receber o processo comunicar e restituir os autos à chefia, no prazo de três dias contínuos do recebimento, hipótese em que ficará dispensado da emissão da manifestação jurídica cabível.

CAPÍTULO IV

Do gerenciamento de prazos

Art. 14. Os Órgãos de execução da PGF deverão estabelecer, na forma do art. 19, inciso V, da Portaria PGF nº 526, de 2013, os prazos de elaboração e aprovação das manifestações jurídicas cabíveis em processos onde a consulta formulada não se faz obrigatória por disposição de lei ou de regulamento.

§ 1º Sempre que a oitiva do órgão consultivo for obrigatória, será observado o disposto no art. 42 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, devendo a manifestação jurídica cabível, neste caso, salvo comprovada necessidade de maior prazo, ser emitida no prazo máximo de doze dias, contados a partir da data de recebimento, físico ou eletrônico, do processo administrativo, excluindo­se da contagem o dia do começo e incluindo­se o do vencimento.

§ 2º Havendo a necessidade de dilação dos prazos referidos neste artigo, deverão ser considerados a complexidade jurídica da matéria, a frequência com que o tema é analisado, os valores envolvidos e a quantidade de documentos sob análise.

Art. 15. Na hipótese do § 1º do art. 14, as manifestações jurídicas serão submetidas à chefia, para apreciação, que se formalizará mediante Despacho, no prazo máximo de três dias.

Parágrafo único. Na hipótese de o procurador ao qual foi distribuído o processo reputar indispensável, previamente à análise jurídica cabível, a realização de diligências, deverá propô­las no prazo de três dias do recebimento dos autos, por meio de Cota.

Art. 16. Em situações excepcionais, quando não for possível o cumprimento dos prazos acima referidos, o Procurador deverá indicar, no início de sua manifestação jurídica, os motivos que levaram à necessidade de extrapolação do prazo na sua manifestação jurídica conclusiva;

Art. 17. No caso de manifestação jurídica insuficiente, o titular da unidade poderá:

1. ­ solicitar o seu reexame, indicando quais pontos deixaram de ser apreciados ou de sofrer análise
2. ­ determinar a redistribuição dos autos a outro Procurador, estabelecendo prazo específico para a nova

manifestação jurídica;

1. ­ emitir manifestação própria.

Parágrafo único. Considera­se insuficiente a manifestação jurídica que:

I ­ não aborde integralmente o tema objeto da consulta;

1. ­ careça de fundamentação jurídica bastante a respaldar as suas conclusões;
2. ­ apresente incongruência entre as conclusões e os fundamentos jurídicos manejados; IV ­ contenha obscuridades que impeçam a sua perfeita compreensão;

V – não seja conclusiva.

Art. 18. A pedido da autoridade máxima do Órgão assessorado ou de dirigente formalmente designado, formulado por escrito, e desde que presentes razões de urgência ou prioridade, o titular da unidade poderá priorizar a consultoria jurídica relativamente a determinado processo, fixando prazo específico inferior ao previsto no art. 14 desta Portaria ou reduzindo­o, caso o prazo já esteja em curso.

Parágrafo único. Na hipótese em que se verificar que não será possível concluir a manifestação no prazo estipulado, o Procurador responsável pela manifestação deverá solicitar, com a antecedência devida e de forma motivada, a sua dilação.

Art.19. Os registros de tramitação de processos e respectivas manifestações jurídicas, especialmente quanto ao cumprimento de prazos acima previstos devem estar apontados adequadamente no Sistema Sapiens.

Art. 20. O gerenciamento adequado do cumprimento de prazos deverá ser observado, devendo o titular da unidade adotar medidas para a garantia do cumprimento dos prazos existentes.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento de prazo, sem prejuízo das medidas cabíveis, o titular da unidade deverá notificar formalmente dessa ocorrência o responsável pela elaboração de manifestação jurídica.

CAPÍTULO V

Da redistribuição

Art. 21. A redistribuição de processos ocorrerá:

1. – quando o Procurador for afastado da distribuição nas hipóteses previstas nos arts. 24 e 25 desta Portaria;
2. – quando o processo versar sobre matéria identificada como sujeita à especialização existente naunidade e esta não houver sido observada na distribuição;
3. – quando a manifestação jurídica não for aprovada e houver necessidade de a matéria ser reexaminada por outro Procurador, nos termos da regulamentação vigente;
4. – por motivo de impedimento ou suspeição, nos termos da regulamentação vigente; V – por motivo de afastamento decorrente de caso fortuito ou força maior; e

VI – em face de situações excepcionais definidas pela chefia.

Art. 22. Sempre que possível, a redistribuição concederá ao Procurador o prazo previsto no art. 14 desta Portaria para elaborar a sua manifestação.

CAPÍTULO VI

Do afastamento de procuradores e da repercussão na distribuição de processos

Art. 23. A distribuição de processos ficará temporariamente suspensa em relação ao Procurador que se achar em gozo de férias, de licença ou outros afastamentos, concedidos nos termos da legislação vigente.

Art. 24. A distribuição será reduzida, a critério da chefia, quando o Procurador for designado para:

I – atender processos de alta complexidade que exijam maior dedicação;

1. – elaborar, temporariamente, minutas de editais e contratos;
2. – ministrar cursos ou treinamentos destinados aos órgãos assessorados;
3. – representar a chefia em eventos determinados, nos impedimentos do substituto da chefia; e
4. – desempenhar outras tarefas que contribuam para o desenvolvimento da instituição, como a composição de grupos de trabalho específicos.

Art. 25. A distribuição de processos ao Procurador será suspensa nos dias imediatamente anteriores ao início das férias, com a finalidade de lhe conceder um período dentro do qual possa finalizar a análise dos feitos sob sua responsabilidade.

§ 1º O prazo de suspensão previsto no caput será de:

I ­ dois dias úteis, quando o período de gozo for igual ou inferior a dez dias; II ­ três dias úteis, quando o período de gozo for de onze a vinte dias; e

III ­ quatro dias úteis, quando o período de gozo de vinte e um a trinta dias.

§ 2º Nenhum Procurador poderá iniciar o período de férias quando possuir processos urgentes ou com prazo a vencer durante as férias.

§ 3º Cabe ao Procurador efetuar, conforme o caso, o registro do período em que deverá ocorrer a suspensão da distribuição, na opção denominada “pré­férias”, no Sistema Sapiens.

§ 4º O período de suspensão de distribuição será concedido exclusivamente nos dias úteis que antecedem o início das férias, não podendo ser objeto de ajustes ou transferido para outra data.

§5º Poderá haver, a critério da chefia, a suspensão do prazo de análise na hipótese de o Procurador Federal ingressar em seu período de férias e tiver em seu acervo processos que não sejam urgentes, ou de oitiva consultiva obrigatória, ou que não contenham prazos da Administração a vencer.

§ 6º A suspensão de que trata o parágrafo anterior não poderá importar em prejuízo ao tempo de apreciação disponível à Administração para análises a seu cargo.

§ 7º O órgão consultivo poderá disciplinar diferentemente a suspensão de processos previamente a férias, desde que as peculiaridades o permitam e seja editada e publicada norma interna específica.

CAPÍTULO VII

Do encerramento do ciclo consultivo

Art. 26. O órgão consultivo deve assegurar que as manifestações jurídicas produzidas integrem a base de dados do Sistema Sapiens, de modo a permitir que os trabalhos produzidos sejam compartilhados na instituição.

Art.27. Após a aprovação da manifestação jurídica, o Apoio Administrativo deverá promover os encaminhamentos nela previstos e restituir a consulta ao órgão assessorado, encerrando­se o ciclo consultivo.

CAPÍTULO VIII

Dos limites da atividade consultiva

Art. 28. A manifestação do órgão consultivo tem por finalidade verificar a viabilidade legal da consulta formulada pelo órgão assessorado e deverá abordar todas as dúvidas jurídicas trazidas, mencionar os fatos envolvidos,além de indicar os fundamentos jurídicos que sustentam o posicionamento adotado.

Parágrafo único. A manifestação não abrangerá a análise de conteúdo técnico de documentos doprocesso.

Art. 29. Sempre que for relevante para o efetivo esclarecimento sobre o tema sob consulta, o Procurador deverá citar as fontes jurídicas em que se baseia, evitando­se longas transcrições, de maneira a prestigiar a objetividade e a concisão.

Art. 30. A manifestação do órgão consultivo deve ser proferida de forma a apontar o esclarecimento ou a solução jurídica para o objetivo do órgão assessorado, ou, se detectada a inviabilidade do objetivo administrativo, indicar as adequações do formato jurídico proposto ou a inteira reformulação do procedimento.

Art. 31. Todas as diligências relacionadas ao saneamento do processo em análise devem ser solicitadas na mesma oportunidade, de forma motivada, buscando­se a respectiva agilização, sempre que possível, por meio de contato pessoal, comunicação telefônica, mensagem eletrônica ou outros meios disponíveis.

CAPÍTULO IX

Do Assessoramento Jurídico

Art. 32. O exercício do assessoramento jurídico compreende as atividades que decorram das atribuições do cargo e que não se enquadrem como consultoria jurídica estrito senso, tais como participações em reuniões, envio e recebimento de mensagens eletrônicas, utilização de outros meios de comunicação, promoção de capacitações, participações em grupos de trabalho, visitas ao órgão assessorado, conforme regulamentação específica.

Art. 33. A interlocução entre o órgão consultivo e respectivo órgão assessorado é fundamental para uma atuação jurídica eficiente e deve ser promovida por meio dos mecanismos institucionais disponíveis, envolvendo, sempre que possível, a totalidade dos Procuradores nele lotados.

Art. 34. O órgão consultivo programará, assim que possível, a realização de um ciclo de visitas ao órgão assessorado, com a participação de todos os Procuradores ali lotados, com o objetivo de:

1. ­ apresentar a equipe de Procuradores lotados no órgão consultivo;
2. ­ passar orientações preventivas sobre temas novos ou em que sejam constatados vícios comumentepraticados; e
3. ­ permitir que os Procuradores conheçam pessoalmente as instalações, condições de trabalho, equipede servidores e clientela atendida pelo órgão assessorado, a fim de compreender a realidade que cerca as análises administrativas.

Art. 35. O órgão consultivo, isoladamente ou em conjunto com outras unidades da Advocacia­Geral da União, buscará realizar palestras, cursos e treinamentos aos órgãos assessorados sobre temas recorrentes no cotidiano da atividade de consultoria jurídica.

Art. 36. Os pedidos de reunião por parte dos órgãos assessorados, sempre que possível, devem ser encaminhados por escrito, com a devida antecedência, preferencialmente pelo e­mail da unidade, contendo as seguintes informações:

1. ­ número do processo (se houver);
2. ­ assunto e identificação da manifestação jurídica (se houver); e
3. ­ questões de fato e de direito que caracterizam a dúvida objeto da demanda de reunião. Parágrafo único. As reuniões deverão ser oportunamente registradas no Sistema Sapiens.

Art. 37. A designação de Procuradores para participação em reuniões é ato discricionário da chefia, observada, quando for o caso, a prevenção prevista no art. 10 desta Portaria, quando já se conhece com clareza o tema da reunião.

Art. 38. A reunião deve ser planejada, conforme a complexidade do assunto a ser tratado, o número de interlocutores e participantes e a respectiva finalidade, mediante a divulgação prévia da pauta com previsão de horários de início e fim.

Art. 39. O registro de reunião, a ser inserido no Sistema Sapiens, deverá ser feito por meio de ata ou relatório, onde serão registrados os debates, as deliberações e as providências futuras, com a indicação dos prazos e dos responsáveis.

Art. 40. As consultas avulsas, por telefone ou por e­mail, desde que tenham um mínimo de relevância temática ou administrativa, devem ser objeto de registro no Sistema Sapiens.

CAPÍTULO X

Das disposições finais

Art. 41. Os casos imprevistos, as divergências e as dúvidas que vierem a surgir em relação ao fluxo consultivo deverão ser dirimidas pelos titulares dos órgãos consultivos, sem prejuízo de redirecionamento da consulta à Procuradoria­Geral Federal.

Art. 42. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO**

DOU de 17.5.2017.

**PORTARIA Nº 262, DE 05 DE MAIO DE 2017.**

*Dispõe sobre a elaboração e a divulgação de manifestação jurídica referencial pelos órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal no desempenho das atividades de consultoria jurídica.*

**O PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002,

Considerando a edição da Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado­Geral da União, e o disposto no Acórdão nº 2.674, de 2014, do Plenário do Tribunal de Contas da União, bem como os princípios constitucionais da eficiência, da segurança jurídica e da publicidade, resolve:

Art. 1º Disciplinar a elaboração e a divulgação de manifestação jurídica referencial pelos órgãos de execução da Procuradoria­Geral Federal – PGF no desempenho das atividades de consultoria jurídica.

Parágrafo único. Considera­se manifestação jurídica referencial aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, dispensando a obrigatoriedade legal de elaboração de parecer individualizado para os respectivos casos concretos.

Art. 2º São requisitos para a elaboração de manifestação jurídica referencial:

1. ­ o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes que acarrete sobrecarga de trabalho devidamente comprovada e venha a impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
2. ­ a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 1º As Orientações Normativas editadas pelo Advogado­Geral da União e as orientações jurídicas firmadas pelo Departamento de Consultoria da Procuradoria­Geral Federal – DEPCONSU e aprovadas pelo Procurador­ Geral Federal deverão ser observadas previamente à elaboração da manifestação jurídica referencial.

§ 2º As Câmaras Permanentes e Provisórias auxiliarão o DEPCONSU na elaboração de suas orientações jurídicas a respeito de manifestações jurídicas referenciais.

§ 3º A manifestação jurídica referencial deverá conter capítulo específico destinado à demonstração dos requisitos enunciados no *caput.*

Art. 3º Os órgãos de execução da PGF competentes para realizar atividades de consultoria jurídica, nos termos do art. 3º da Portaria PGF nº 526, de 26 de agosto de 2013, deverão priorizar a avaliação da possibilidade de elaboração de manifestações jurídicas referenciais.

§ 1º A eficácia da manifestação jurídica fica condicionada à sua aprovação pelo chefe do órgão de execução da PGF competente, nos termos do artigo 13 da Portaria PGF nº 526, de 26 de agosto de 2013, admitindo­se ato de delegação de competência conforme dispositivos previstos no Capítulo VI da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

§ 2º Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

§3º A controvérsia jurídica entre unidades que integrem a mesma Procuradoria Federal junto a uma determinada autarquia ou fundação pública federal e demais órgãos de execução que lhes prestem atividades de consultoria, deverá ser resolvida pelo respectivo Procurador­Chefe.

Art. 4º As manifestações jurídicas referenciais aprovadas pelo chefe do órgão de execução da PGFdeverão ser:

1. ­ disponibilizadas na página do órgão de execução da PGF no sítio eletrônico da Advocacia­Geral daUnião; e
2. – encaminhadas à autoridade assessorada para que possa utilizá­las nos termos do § 2º do art. 3º destaPortaria.

§ 1º Aplica­se o disposto neste artigo às manifestações jurídicas referenciais já existentes.

§ 2º As orientações jurídicas a respeito de manifestações jurídicas referenciais elaboradas pelo DEPCONSU serão disponibilizadas em sua página no sítio eletrônico da Advocacia­Geral da União e divulgadas para conhecimento de todos os integrantes da carreira de Procurador Federal.

Art. 5º Sempre que houver alteração nos fundamentos jurídicos que embasaram a manifestação jurídica referencial, inclusive mudança na legislação pertinente, deverá o chefe do órgão de execução da PGF referido no art. 3º, § 1º, desta Portaria, promover a sua adequação.

Parágrafo único. Aplica­se o disposto no *caput* às orientações jurídicas a respeito de manifestações jurídicas referenciais elaboradas pelo DEPCONSU, cabendo à Câmara Permanente que a exarou a responsabilidade por sua adequação.

Art. 6º A existência de manifestação jurídica referencial não prejudica a atuação consultiva, de ofício ou por provocação em processos que tratem de matéria por ela abrangida.

Art. 7º Compete ao DEPCONSU resolver controvérsia jurídica entre os órgãos de execução da PGF relativamente a manifestações jurídicas referenciais.

Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do DEPCONSU.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO**

DOU de 17.5.2017.

**PORTARIA Nº 325, DE 07 DE JUNHO DE 2017.**

*Altera a Portaria n.º 850, de 28 de outubro de 2015, que dispõe sobre a competência territorial das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII, do§ 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e considerando o que consta no processo administrativo 00407.005689/2015­81, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Seccional Federal em Arapiraca – AL responderá, sem prejuízo de sua competência atual, pelos municípios de Belém, Porto Real do Colégio, São Sebastião e Tanque d'Arca, anteriormente da competência da Procuradoria Federal no Estado de Alagoas.

Art. 2º A Procuradoria Federal no Estado da Bahia responderá, sem prejuízo de sua competência atual, pelo município de Valença, anteriormente da competência da Procuradoria Seccional Federal em Ilhéus ­ BA.

Art. 3º A Procuradoria Seccional Federal em Juazeiro do Norte ­ CE responderá, sem prejuízo de sua competência atual, pelos municípios de Mombaça, Parambu e Quiterianópolis, anteriormente da competência da Procuradoria Seccional Federal em Sobral ­ CE.

Art. 4º A Procuradoria Regional Federal da 1ª Região responderá, sem prejuízo de sua competência atual, pelo município de Unaí, anteriormente da competência da Procuradoria Seccional Federal em Uberlândia ­ MG.

Art. 5º A Procuradoria Seccional Federal em Montes Claros ­ MG responderá, sem prejuízo de sua competência atual, pelos municípios de Buenópolis, Itamarandiba, Minas Novas e Turmalina, anteriormente da competência da Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais, e Francisco Badaró, Jenipapo de Minas e Juvenília, anteriormente da competência da Procuradoria Seccional Federal em Governador Valadares – MG.

Art. 6º A Procuradoria Federal no Estado do Pará responderá, sem prejuízo de sua competência atual, pelo município de Dom Eliseu, anteriormente da competência da Procuradoria Seccional Federal em Marabá ­ PA.

Art. 7º A Procuradoria Seccional Federal em Marabá – PA responderá, sem prejuízo de sua competência atual, pelo município de Pacajá, anteriormente da competência da Procuradoria Seccional Federal em Santarém ­ PA.

Art. 8º A Procuradoria Seccional Federal em Caruaru ­ PE responderá, sem prejuízo de sua competência atual, pelos municípios Chã Grande e Gravatá, anteriormente da competência da Procuradoria Regional Federal da 5ª Região.

Art. 9º A Procuradoria Federal no Estado do Piauí responderá, sem prejuízo de sua competência atual, pelos municípios de Caxias, Coelho Neto, Matões, Parnarama, São Francisco do Maranhão e Timon, anteriormente da competência da Procuradoria Federal no Estado do Maranhão.

Art. 10. A Procuradoria Regional Federal da 4ª Região responderá, sem prejuízo de sua competência atual, pelos municípios Arroio do Sal, Arroio dos Ratos, Balneário Pinhal, Barão do Triunfo, Barra do Ribeiro, Butiá, Cachoeirinha, Canoas, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cerro Grande do Sul, Charqueadas, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Eldorado do Sul, Esteio, General Câmara, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Mariana Pimentel, Minas do Leão, Morrinhos do Sul, Nova Santa Rita, Osório, Palmares do Sul, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, Sapucaia do Sul, Sentinela do Sul, Sertão Santana, Tapes, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Triunfo e Xangri­lá, anteriormente da competência da Procuradoria Seccional Federal em Canoas – RS, extinta pela Portaria AGU n.º 116, de 23 de março de 2017.

Art. 11. A Procuradoria Seccional Federal em Botucatu – SP responderá pelos municípios de Águas de Santa Bárbara, Anhembi, Arandu, Areiópolis, Avaré, Barão de Antonina, Bofete, Botucatu, Cerqueira César, Conchas, Coronel Macedo, Fartura, Iaras, Itaí, Itaporanga, Itatinga, Manduri, Óleo, Paranapanema, Pardinho, Pereiras, Porangaba, Pratânia, Riversul, São Manuel, Sarutaiá, Taguaí, Taquarituba, Tejupá e Timburi, anteriormente da competência da Procuradoria Seccional Federal em Bauru ­ SP.

Art. 12. A Procuradoria Seccional Federal em Franca – SP responderá pelos municípios de Altinópolis, Aramina, Barretos, Batatais, Buritizal, Cajobi, Colina, Colômbia, Cristais Paulista, Franca, Guaíra, Guará, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jaborandi, Jeriquara, Miguelópolis, Nuporanga, Orlândia, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, Sales Oliveira, Santo Antônio da Alegria, São Joaquim da Barra, São José da Bela Vista, Severínia e Terra Roxa, anteriormente da competência da Procuradoria Seccional Federal em Ribeirão Preto ­ SP.

Art. 13. A Procuradoria Seccional Federal em Jundiaí – SP responderá, sem prejuízo de sua competência atual, pelo município de Lindóia, anteriormente da competência da Procuradoria Seccional Federal em São João da Boa Vista ­ SP.

Art. 14. A Procuradoria Seccional Federal em Piracicaba – SP responderá, sem prejuízo de sua competência atual, pelos municípios de Engenheiro Coelho, Estiva Gerbi e Holambra, anteriormente da competência da Procuradoria Seccional Federal em São João da Boa Vista ­ SP.

Art. 15. O anexo I da Portaria n. 850, de 28 de outubro de 2015, passa a vigorar nos termos do anexo a esta Portaria, o qual será publicado exclusivamente em Boletim de Serviço da Advocacia­Geral da União.[[330]](#footnote-331)

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando­se as disposições emcontrário.

**CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO**

BS 25, de 19.6.2017.

**PORTARIA Nº 338, DE 14 DE JUNHO DE 2017**.[[331]](#footnote-332)

*Inclui o Estado de Goiás no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, de que trata a Portaria nº 979,de 24 de dezembro de 2015.*

O **PROCURADOR­GERAL FEDERA**L, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII, § 2º, art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto no Processo Administrativo nº 00407.009940/2015­86, resolve:

Art. 1º Incluir o Estado de Goiás no projeto piloto das Equipes deTrabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, sob a supervisão da Procuradoria Regional Federal da 1ª Região, nos termos das Portarias nº 979, de 24 de dezembro de 2015 e nº 880, de 19 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

**CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO**

DOU de 16.6.2017.

**PORTARIA PGF Nº 400, DE 13 DE JULHO DE 2017.**

*Dispõe sobre o Programa de Regularização de Débitos - PRD de que trata a Medida Provisória n° 780, de 19 de maio de 2017[[332]](#footnote-333), quanto aos créditos não tributários das autarquias e fundações públicas federais administrados pela Procuradoria-Geral Federal.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto no § 2º do art. 1º e art. 9º da Medida Provisória nº 780, de 19 de maio de 2017, resolve:

CAPÍTULO I

DOS CRÉDITOS OBJETO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO

Art. 1º Os créditos das autarquias e fundações públicas federais administrados pela Procuradoria-Geral Federal (PGF) na data de adesão ao programa, de natureza não tributária, poderão ser quitados na forma e condições estabelecidas nesta Portaria.

§ 1º Entende-se por créditos administrados pela PGF aqueles que, constituídos e vencidos até 25 de outubro de 2017, tenham sido remetidos para os órgãos de execução da PGF até a data do requerimento de adesão ao programa, considerando-se como tal:**(Redação dada pela Portaria nº 691 de 8.11.2017)**

1. - a data de cadastramento do processo administrativo digitalizado junto ao sistema de gestão administrativa de processos eletrônicos da Advocacia Geral da União (AGU), para os créditos geridos em acervo físico pelas entidades;
2. - a data de migração do crédito para a fase procuradoria, para as entidades que possuam sistemas informatizados de gestão de dívida, com módulo procuradoria integrado aos respectivos sistemas;
3. - a data de inclusão do crédito no sistema de gestão de dívida ativa da AGU, para as entidades que possuam sistemas informatizados de gestão de dívida, sem módulo procuradoria integrado aos respectivos sistemas.

§ 2º O Programa de Regularização de Débitos (PRD) abrange os créditos de pessoas físicas e jurídicas, inclusive objeto de parcelamentos ordinários anteriores, rescindidos ou ativos, ou em discussão judicial, mesmo que em fase de execução fiscal já ajuizada, consolidados isoladamente por entidade credora.

§ 3º O PRD não se aplica aos débitos com: **(Redação dada pela Portaria nº 691 de 8.11.2017)**

I - as autarquias e fundações públicas federais vinculadas ao Ministério da Educação previstas no inciso XXI do artigo único do Anexo do Decreto no 8.872, de 10 de outubro de 2016, com exceção dos créditos decorrentes de contratos e convênios firmados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal; **(Redação dada pela Portaria nº 691 de 8.11.2017)**

II - o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); **(Redação dada pela Portaria nº 691 de 8.11.2017)**

III - a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); **(Redação dada pela Portaria nº 691 de 8.11.2017)**

CAPÍTULO II

DAS MODALIDADES DE PARCELAMENTOS

Art. 2º O devedor poderá liquidar os débitos abrangidos pelo PRD e administrados pela PGF mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

I - pagamento da primeira prestação de, no mínimo, quarenta por cento do valor da dívida consolidada, sem reduções, e pagamento do restante, com redução de noventa por cento dos juros, da multa de mora e das multas aplicadas pela ausência de recolhimento de receitas públicas, em uma segunda prestação; **(Redação dada pela Portaria nº 691 de 8.11.2017)**

II - pagamento da primeira prestação de, no mínimo, vinte por cento do valor da dívida consolidada, sem reduções, e parcelamento do restante, com redução de sessenta por cento dos juros, da multa de mora e das multas aplicadas pela ausência de recolhimento de receitas públicas, em até cinquenta e nove prestações mensais; **(Redação dada pela Portaria nº 691 de 8.11.2017)**

III - pagamento da primeira prestação de, no mínimo, vinte por cento do valor da dívida consolidada, sem reduções, e parcelamento do restante, com redução de trinta por cento dos juros, da multa de mora e das multas aplicadas pela ausência de recolhimento de receitas públicas, em até cento e dezenove prestações mensais; e**(Redação dada pela Portaria nº 691 de 8.11.2017)**

IV - pagamento da primeira prestação de, no mínimo, vinte por cento do valor da dívida consolidada, sem reduções, e parcelamento do restante, sem descontos, em até duzentas e trinta e nove prestações mensais.

§ 1º Para fins de parcelamento do restante a que se referem os incisos I a IV do **caput**, o pagamento das prestações terá início em janeiro de 2018.

§ 2º **(Revogado pela Portaria nº 691 de 8.11.2017)**

§ 3º Não se aplica aos créditos constituídos administrados pela PGF a possibilidade de utilização de créditos próprios de mesma natureza e espécie, prevista nos §§ 2º a 4º do art. 2º da Lei nº 13.494, de 24 de outubro de 2017. **(Redação dada pela Portaria nº 691 de 8.11.2017)**

CAPÍTULO III

DA ADESÃO

Art. 3º A adesão ao PRD deverá ser requerida pelo interessado, no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, com indicação pormenorizada dos créditos que serão nele incluídos, perante as Procuradorias Regionais, Procuradorias nos Estados, Procuradorias Seccionais e Escritórios Avançados da PGF, às quais competirá o processamento dos requerimentos de adesão.

§ 1º Deverão ser individualizados os requerimentos para cada autarquia e fundação pública federal e, conforme o caso, formalizados requerimentos de adesão distintos para cada espécie de receita cujo agrupamento ou destinação da arrecadação não seja viável por meio de guia de recolhimento única.

§ 2º O deferimento do pedido de adesão ao PRD fica condicionado ao pagamento do valor da primeira prestação, que deverá ocorrer até o último dia útil do mês do requerimento.

§ 3º Quanto aos créditos administrados pela PGF, competirá a integrantes de setor específico junto à Equipe Nacional de Cobrança (ENAC), vinculada à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos (CGCOB) da PGF, a atribuição para deferimento dos requerimentos de adesão.

§ 4º As Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais, as Procuradorias Regionais, as Procuradorias nos Estados, as Procuradorias Seccionais, os Escritórios Avançados atuarão em colaboração com a ENAC para fins de operacionalização do PRD.

§ 5º A forma de colaboração prevista no §4º e as regras internas para processamento dos requerimentos de adesão, deferimento e manutenção dos parcelamentos serão estabelecidas em ato próprio do Procurador-Geral Federal.

Art. 4º A adesão ao PRD será instruída com os seguintes documentos:

1. - requerimento de adesão, nos termos do Anexo I;
2. - termo de parcelamento de dívida ativa, nos termos do Anexo II;
3. - cópia do contrato social, estatuto ou ata e eventual alteração que identifiquem os atuais representantes legais do requerente, no caso de pessoa jurídica;
4. - cópia do documento de identidade, do CPF e do comprovante de residência, no caso de pessoa física;
5. - declaração de inexistência de ação judicial ou embargos à execução discutindo o crédito ou, na existência desses, de sua desistência e da renúncia do direito, devidamente comprovadas por meio de cópia da petição protocolizada em juízo, nos termos do Anexo III; e
6. - comprovante da formalização da desistência de parcelamento ordinário ativo, na hipótese do § 1º do art. 5º desta Portaria, nos termos do Anexo IV;

VII - em caso de depósito judicial ou penhora em dinheiro, declaração de inexistência de ação judicial ou embargos à execução discutindo o crédito ou, na existência desses, de sua desistência e da renúncia do direito, devidamente comprovadas por meio de cópia da petição protocolizada em juízo na qual se requeira a conversão em renda ou o pagamento definitivo, nos termos do Anexo III-A; **(Incluído pela Portaria nº 691 de 8.11.2017)**

§ 1º Caso a unidade da PGF competente para o processamento dos requerimentos de adesão verifique que sua instrução está incompleta, concederá o prazo de 5 (cinco) dias úteis ao interessado para saneamento, sob pena de indeferimento do requerimento de adesão.

§ 2º A pessoa física requerente que não possua comprovante de residência em nome próprio poderá apresentar documento de residência em nome de terceiro, desde que acompanhado de declaração deste de que reside no endereço indicado, de certidão de casamento ou comprovante de união estável ou de documento oficial que comprove o parentesco de primeiro grau.

§ 3º Caso o requerente se faça representar por mandatário, este deverá apresentar procuração com poderes específicos para praticar todos os atos necessários à formalização do parcelamento de que trata esta Portaria.

Art. 5º Os créditos que tenham sido objeto do parcelamento ordinário de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, em curso ou já rescindidos, poderão ter seus saldos devedores submetidos às modalidades previstas no art. 2º.

§ 1º O devedor que desejar parcelar débitos objeto de parcelamentos ordinários em curso deverá, previamente ao requerimento de adesão ao PRD, formalizar a desistência desses parcelamentos juntamente à respectiva unidade da PGF.

§ 2º A desistência dos parcelamentos ordinários anteriormente concedidos, feita de forma irretratável e irrevogável, observará o seguinte:

I - será efetuada isoladamente em relação a cada parcelamento ao qual o devedor pretenda desistir; II - abrangerá, obrigatoriamente, todos os débitos consolidados no respectivo parcelamento; e

III - implicará imediata rescisão destes, considerando-se o devedor optante notificado das respectivas extinções, dispensada qualquer outra formalidade.

§ 3º Nas hipóteses em que os requerimentos de adesão ao PRD forem cancelados ou não produzam efeitos, os parcelamentos para os quais houver desistência poderão ser restabelecidos, dispensando-se nesta hipótese a aplicação do art. 14-A da Lei nº 10.522, de 2002.

§ 4º A opção pelo PRD exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos anteriores, nos termos do art. 8º da Lei nº 13.494, de 24 de outubro de 2017. **(Redação dada pela Portaria nº 691 de 8.11.2017)**

Art. 6º Para incluir no PRD débitos que se encontrem em discussão judicial, o devedor deverá, cumulativamente:

I - desistir previamente das ações judiciais que tenham por objeto os débitos que serão quitados; II - renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as ações judiciais; e

III - protocolar requerimento de extinção do processo judicial com resolução do mérito, nos termos da alínea “c” do inciso III do caput do art. 487 da Lei nº 13.105, de 2015 - Código de Processo Civil.

§ 1º Somente será considerada a desistência parcial de ação judicial proposta se o crédito objeto de desistência for passível de distinção dos demais créditos discutidos na ação judicial.

§ 2º A desistência e a renúncia de que trata o caput não eximem o autor da ação do pagamento dos honorários, nos termos do art. 90 da Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), ressalvado o direito do devedor de submetê-los às mesmas condições e aos mesmos critérios de parcelamento previstos nesta Lei, com aplicação dos descontos exclusivamente sobre eventuais juros e multa de mora incidentes sobre os honorários devidos na forma do art. 2º desta Portaria. **(Redação dada pela Portaria nº 691 de 8.11.2017**

§ 3º A comprovação do pedido de desistência, renúncia e extinção com resolução de mérito quanto às ações judiciais deverá ser apresentada à respectiva unidade da PGF juntamente com o requerimento de adesão ao PRD.

Art. 7º A adesão ao PRD:

1. - poderá ser requerida pelo devedor principal ou pelo corresponsável constante da inscrição em dívida ativa;
2. - no caso de devedor pessoa jurídica, o requerimento deverá ser formulado pelo responsável perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
3. - abrangerá os débitos indicados pelo devedor no momento da adesão;
4. - para os créditos compostos por multiplicidade de competências, abrangerá a totalidade das competências dos créditos que integram as inscrições em dívida ativa;
5. - implica a confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do devedor e por ele indicados para compor o PRD, nos termos dos art. 389 e art. 395 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, e a aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Portaria e na Medida Provisória nº 780, de 2017;[[333]](#footnote-334)
6. - implica o dever de pagar regularmente as parcelas dos créditos consolidados no PRD;
7. - implica a vedação da inclusão dos créditos que compõem o PRD em qualquer outra forma de parcelamento posterior, ressalvado o reparcelamento de que trata o art. 14-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002;
8. - implica a manutenção dos gravames decorrentes de arrolamento de bens de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal ou qualquer outra ação judicial; e
9. - implica a obrigação do devedor acompanhar a situação do parcelamento e diligenciar para obtenção da respectiva guia de recolhimento para pagamento, tempestivo, das prestações.

X – implica o cumprimento regular das obrigações com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). **(Incluído pela Portaria nº 691 de 8.11.2017)**

CAPÍTULO IV

DA CONSOLIDAÇÃO E DAS PRESTAÇÕES MENSAIS

Art. 8º Os créditos serão consolidados na data do requerimento de adesão ao PRD e, abatido o valor da primeira prestação paga, serão divididos pelo número de parcelas indicadas pelo requerente, não podendo o valor mínimo da prestação mensal de cada uma das modalidades previstas no art. 2º, consideradas isoladamente e para cada requerimento de adesão distinto, ser inferior a:

1. - R$ 200,00 (duzentos reais), quando o devedor for pessoa física; e
2. - R$ 1.000,00 (mil reais), quando o devedor for pessoa jurídica.

§ 1º Os valores mínimos também se aplicam às primeiras prestações devidas nas modalidades de que trata o art. 2º.

§ 2º Enquanto a dívida não for consolidada, o devedor deverá calcular e recolher o valor da primeira prestação e do saldo devedor objeto do parcelamento dividido pelo número de parcelas pretendidas, observados os valores mínimos de cada prestação mensal.

§ 3º Na hipótese do §2º, sob pena de rescisão do parcelamento, será oportunizado ao devedor o prazo de 30 (trinta) dias para complementação dos recolhimentos, caso seja apurado, quando da consolidação, pagamento de valores inferiores aos efetivamente devidos.

§ 4º O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento for efetuado.

§ 5º As prestações vencerão no último dia útil de cada mês.

Art. 9º A dívida a ser consolidada na data do requerimento de adesão ao PRD resultará da soma: I - do principal;

II - da multa de mora ou de ofício;

III - dos juros de mora; e

IV - dos honorários ou encargos-legais.

§ 1º Para fins de consolidação, serão subtraídos os valores dos depósitos judicias transformados em pagamento definitivo ou convertidos em renda, sobre os quais não incidirão quaisquer reduções, nos termos do art. 11 desta Portaria.

§ 2º Para fins de cálculo das parcelas vencíveis a partir de janeiro de 2018, serão aplicados os seguintes percentuais de redução, sem escalonamento:

1. - 90% (noventa por cento) dos valores dos juros e da multa de mora, para a modalidade do inciso I do art. 2º;
2. - 60% (sessenta por cento) dos valores dos juros e da multa de mora, para a modalidade do inciso II do art. 2º; e
3. - 30% (trinta por cento) dos valores dos juros e da multa de mora, para a modalidade do inciso III do art. 2º.

Art. 10. O pagamento das prestações deverá ser efetuado exclusivamente mediante guia de recolhimento emitida pelo respectivo sistema de parcelamento ou mecanismo de geração ou emissão de guias.

§ 1º Na impossibilidade de obtenção da guia de recolhimento por endereço eletrônico, o interessado deverá obter tal documento, dentro do prazo previsto no § 4º do art. 8º, junto à unidade da PGF em que tenha sido protocolizado o requerimento de parcelamento.

§ 2º Eventual pagamento realizado de forma diversa à prevista nesta Portaria será considerado sem efeito para qualquer fim.

CAPÍTULO V

DOS DEPÓSITOS JUDICIAS

Art. 11. Os depósitos judiciais vinculados aos créditos a serem parcelados e cujas ações judiciais tenham sido objeto de desistência ou renúncia, serão automaticamente transformados em pagamento definitivo ou convertidos em renda.

§ 1º Depois da alocação do valor depositado à dívida incluída no PRD, se restarem débitos não liquidados pelo depósito, o saldo devedor poderá ser quitado na forma prevista no art. 2º.

§ 2º Após a conversão em renda ou a transformação em pagamento definitivo, o devedor poderá requerer o levantamento do saldo remanescente, se houver, desde que não haja outro débito exigível.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se aos valores oriundos de constrição judicial depositados na conta única do Tesouro Nacional, até 25 de outubro de 2017. **(Redação dada pela Portaria nº 691 de 8.11.2017)**

CAPÍTULO VI

DA EXCLUSÃO DO PRD

Art. 12. Implicará exclusão do devedor do PRD, a exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, a reinclusão no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin) e a automática execução da garantia prestada:

I - a falta de pagamento de três parcelas consecutivas ou de seis alternadas; **(Redação dada pela Portaria nº 691 de 8.11.2017)**

**II**- a falta de pagamento de até duas parcelas, estando pagas todas as demais;

III- a decretação de falência ou a extinção, pela liquidação, da pessoa jurídica optante;

IV- a concessão de medida cautelar fiscal, nos termos da Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992;

V- a declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, nos termos dos art. 80 e art. 81 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

VI- a constatação, a qualquer tempo, da existência de processo judicial não indicado nos termos do inciso V do art. 4º e para o qual não tenha sido adotado o procedimento previsto no art. 6º desta Portaria; ou

VII- a constatação de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do devedor como forma de fraudar o cumprimento do parcelamento.

§ 1º É considerada inadimplida a prestação paga em valor inferior ao da parcela atualizada, observado o disposto no § 3º do art. 8º desta Portaria.

§ 2º Rescindido o parcelamento, serão cancelados os benefícios concedidos, prosseguindo-se a cobrança pelo saldo devedor, determinado da seguinte forma:

1. - será apurado o valor original do crédito, com a incidência dos acréscimos legais, até a data da rescisão; e
2. - serão deduzidos do valor referido no inciso I deste artigo as prestações pagas, com acréscimos legais até a data da rescisão.

§ 3º A caracterização das hipóteses de exclusão previstas nos incisos I a VI implica a rescisão imediata e definitiva do parcelamento, independentemente de notificação ao devedor.

§ 4º A exclusão do PRD com base na hipótese prevista no inciso VII será precedida de notificação ao devedor, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação, apresentar manifestação de inconformidade contra a decisão proferida pela PGF.

§ 5º Da decisão que rejeitar a manifestação de inconformidade de que trata o § 4º deste artigo, o devedor poderá interpor recurso administrativo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação da decisão de exclusão.

§ 6º A manifestação de inconformidade ou o recurso administrativo terão efeito suspensivo e, enquanto estiverem pendentes de apreciação, o devedor deverá continuar recolhendo as prestações devidas.

§ 7º A decisão que negar provimento ao recurso apresentado pelo devedor será proferida em caráter definitivo na esfera administrativa.

§ 8º A exclusão produzirá efeitos a partir do dia seguinte à ciência da decisão que negar provimento ao recurso apresentado pelo devedor.

§ 9º No caso dos incisos I e II do caput, os efeitos de que trata o caput só se operarão se o devedor não purgar a mora após trinta dias contados de sua notificação, assegurado esse direito apenas uma vez. **(Incluído pela Portaria nº 691 de 8.11.2017)**

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. A inclusão de créditos nos parcelamentos de que trata esta Portaria não implica novação de dívida.

Art. 14. Aos parcelamentos de que trata esta Portaria aplicam-se o disposto no art. 12 e no art. 14, caput, inciso IX, da Lei nº 10.522, de 2002.

Art. 15. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos (CGCOB) da PGF.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO**

DOU de 20.7.2017.

**PORTARIA Nº 424, DE 24 DE JULHO DE 2017.**

*Aprova, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, o Procedimento Operacional do Programa de Regularização de Débitos não Tributários - PRD instituído pela Medida Provisória nº 780, de 19 de maio de 2017,[[334]](#footnote-335) e regulamentado pela Portaria PGF nº 400, de 13 de julho de 2017.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso das competências de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto no § 2º do art. 1º e art. 9º da Medida Provisória nº 780, de 19 de maio de 2017, e o disposto no § 5º do art. 3º da Portaria PGF nº 400, de 13 de julho de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar, nos termos do Anexo I desta Portaria, o Procedimento Operacional do Programa de Regularização de Débitos não Tributários - PRD quanto aos créditos das autarquias e fundações públicas federais administrados pela Procuradoria-Geral Federal - PGF, assim definidos no §1º do art. 1º da Portaria PGF nº 400, de 13 de julho de 2017, a ser implementado em mútua colaboração pelos órgãos de execução da PGF.

§ 1º Compete ao Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos a supervisão do PRD no âmbito da PGF, podendo esta atividade ser delegada ao chefe da Divisão de Dívida Ativa - DDA/CGCOB ou ao responsável pela coordenação da Equipe Nacional de Cobrança - ENAC.

§ 2º Compete aos integrantes de setor específico junto à ENAC, vinculada à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos - CGCOB da PGF, a atribuição para processamento, decisão e manutenção dos requerimentos de adesão ao PRD, mediante colaboração dos órgãos de execução da PGF para recebimento e instrução dos requerimentos de adesão.

§ 3º Os atos decisórios no âmbito do processamento dos requerimentos de adesão ao PRD e dos seus respectivos parcelamentos serão praticados privativamente pelos Procuradores Federais integrantes do setor indicado no § 2º.

§ 4º As Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais prestarão as informações necessárias para o processamento dos requerimentos, os subsídios necessários à consolidação dos créditos indicados para compor o PRD e, quando for o caso, a memória atualizada de cálculo.

§ 5º Compete às Procuradorias Regionais Federais, às Procuradorias Federais nos Estados, às Procuradorias Seccionais Federais e aos Escritórios Avançados da PGF o atendimento presencial do devedor, o recebimento da documentação, o cadastramento do procedimento no sistema SAPIENS, a instrução dos requerimentos de adesão ao PRD e a execução dos atos de comunicação que não possam ser realizados diretamente por meio eletrônico, nos termos do Anexo I desta Portaria.

§ 6º As atividades de atendimento ao devedor, cadastramento no sistema SAPIENS e instrução dos requerimentos de adesão ao PRD serão realizadas pela unidade da PGF onde forem protocolizados os requerimentos de adesão ao PRD, independentemente da competência territorial prevista na Portaria PGF nº 419, de 10 de julho de 2013.

§ 7º Os chefes ou responsáveis pelos núcleos de cobrança das unidades da PGF ou coordenações de dívida ativa das Procuradorias Federais junto às autarquias ou fundações públicas federais ou, na ausência destes, os chefes ou responsáveis pelos órgãos de execução da PGF, atuarão como pontos focais na operacionalização do PRD.

Art. 2° Os processos administrativos relativos ao PRD tramitarão exclusivamente por meio do Sistema AGU de Inteligência Jurídica - SAPIENS, devendo quaisquer comunicações ou documentos produzidos ser anexados eletronicamente no respectivo processo.

§ 1º É obrigatório o registro no SAPIENS de todos os atos e atividades realizados na operacionalização do PRD e na manutenção dos parcelamentos.

§ 2º Tratando-se de autarquia ou fundação pública federal ainda não integrada ao SAPIENS ou que não utilize a ferramenta comunicação, os subsídios ou informações serão solicitados por meio de tarefa SAPIENS à respectiva Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal.

§ 3º Em casos urgentes, fica autorizada a comunicação por e-mail institucional, mediante o imediato registro e anexação no respectivo processo.

Art. 3º Os créditos administrados pela PGF serão consolidados considerando-se a data do requerimento de adesão ao PRD.

§ 1º O sujeito passivo será comunicado pela PGF, quando da consolidação do crédito, para a assinatura do termo de parcelamento de dívida e recebimento da guia para pagamento da primeira prestação.

§ 2º O deferimento do pedido de adesão ao PRD fica condicionado à assinatura do termo de parcelamento de dívida e ao pagamento do valor da primeira prestação, que deverá ocorrer até o último dia útil do mês da emissão da guia para recolhimento.

§ 3º Reconhecida por despacho fundamentado a impossibilidade momentânea de consolidação da dívida, o devedor será comunicado para calcular e recolher o valor da primeira prestação, sem reduções, bem como o valor do restante dividido pelo número de parcelas pretendidas, observados os percentuais de descontos dos juros e da multa de mora, caso aplicável à modalidade aderida, e os valores mínimos de cada prestação mensal.

§ 4º Quando a consolidação da dívida depender da transformação em pagamento definitivo ou conversão em renda dos depósitos vinculados aos débitos objeto do PRD, o valor da primeira prestação terá como base de cálculo o valor total do débito descontado o valor a ser transformado em pagamento definitivo ou convertido em renda.

§ 5º Nas hipóteses do § 3º, o devedor será comunicado para, no prazo de 30 (trinta) dias e sob pena de exclusão do PRD, complementar os recolhimentos, caso seja apurado, quando da consolidação da dívida, pagamento de valores inferiores aos efetivamente devidos.

§ 6º Poderão ser adotadas ferramentas que permitam ao devedor obter, por meio eletrônico, as guias para recolhimento das prestações vincendas a partir de janeiro de 2018, conforme orientações a serem expedidas pela CGCOB.

§ 7º Na impossibilidade de emissão das guias para recolhimento por meio eletrônico, o devedor deverá obter tais documentos junto à unidade da PGF onde tenha protocolizado o requerimento de adesão ao PRD.

Art. 4º Havendo dúvida quanto à exigibilidade de crédito em discussão judicial ou quanto aos demais requisitos previstos no art. 3º da Medida Provisória nº 780, de 2017,[[335]](#footnote-336) o órgão de execução da PGF responsável pela representação judicial deverá prestar as informações solicitadas pela ENAC, no prazo de 10 (dez) dias ou em menor prazo indicado pelo solicitante em caso de urgência, desde que não inferior a 2 (dois) dias.

§ 1º O disposto no **caput** se aplica às Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais quanto às informações sobre a inexistência ou requerimento de desistência de impugnações ou de recursos administrativos que sejam necessárias para o processamento de requerimento de adesão quanto a créditos administrados pela PGF.

§ 2º Os órgãos de execução da PGF responsáveis pela representação judicial deverão comunicar à ENAC, por meio da instrução do respectivo dossiê judicial e abertura de tarefa no SAPIENS, as decisões que modifiquem as obrigações previstas no parcelamento firmado, que extingam ou suspendam a exigibilidade de créditos indicados para compor o PRD ou que determinem a transformação em pagamento definitivo ou a conversão em renda dos depósitos a eles vinculados, nos termos dos arts. 3º e 4º da Medida Provisória nº 780, de 2017.

Art. 5º Na hipótese de rescisão do parcelamento por constatação de ato tendente ao esvaziamento patrimonial do devedor como forma de fraudar o cumprimento do parcelamento, competirá ao Procurador Federal que tenha decidido pela exclusão do devedor do PRD analisar eventual manifestação de inconformidade, no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1º Da decisão que rejeitar a manifestação de inconformidade caberá recurso administrativo ao Procurador-Geral Federal, que, ouvido o Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos, proferirá decisão no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º A manifestação de inconformidade ou o recurso administrativo terão efeito suspensivo e, enquanto estiverem pendentes de apreciação, o devedor deverá continuar recolhendo as prestações mensais devidas.

§ 3º A exclusão produzirá efeitos a partir do dia seguinte à ciência da decisão que negar provimento ao recurso ou do dia seguinte ao término do prazo para apresentação de recurso, caso não apresentado.

Art. 6º Aplica-se na operacionalização do PRD, no que couber, o disposto na Portaria PGF nº 419, de 2013, e na Portaria PGF nº 614, de 31 de agosto 2016.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos - CGCOB da PGF.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**DANIEL DE ANDRADE OLIVEIRA BARRAL**

Suplemento A do BSE 30, de 26.7.2017.

**ANEXO I**

PROCEDIMENTO OPERACIONAL

PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DE DÉBITOS - PRD 2017 DA RECEPÇÃO E CADASTRAMENTO DOS REQUERIMENTOS DE ADESÃO

1. - Competirá às Procuradorias Regionais Federais - PRF, Procuradorias Federais - PF, Procuradorias Seccionais Federais - PSF e Escritórios Avançados - EA da Procuradoria-Geral Federal - PGF a recepção e processamento dos requerimentos de adesão ao PRD, observando-se o seguinte:
2. caso o requerente compareça diretamente a unidade ou sede de Procuradoria Federal junto às autarquias e fundações públicas federais, competirá a esta identificar se o crédito se encontra sob administração da PGF, nos termos do § 1º do art. 1º da Portaria PGF nº 400, de 13 de julho de 2017, e, em caso positivo, encaminhar o requerente à respectiva PRF, PF, PSF ou EA; e
3. na hipótese da alínea a, as Procuradorias Federais junto às entidades que ainda detenham atribuição para inscrição em dívida ativa deverão adotar tal providência caso identifiquem que o crédito, embora administrado pela PGF, ainda não tenha sido inscrito em dívida.
4. - Os requerimentos deverão ser formalizados por escrito junto à respectiva unidade da PGF, mediante a apresentação conjunta dos seguintes documentos:
5. requerimento de adesão devidamente preenchido e assinado, nos termos do anexo I da Portaria PGF nº400, de 2017;
6. cópia do documento de identidade, do CPF e do comprovante de residência, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Portaria PGF nº 400, de 2017, para requerimento apresentado por pessoa física;
7. tratando-se de requerimento apresentado por pessoa jurídica, cópia do contrato social, estatuto ou ata e eventual alteração, que identifique os atuais representantes legais, bem como do documento de identidade e CPF do representante legal da empresa e, quando for o caso, do procurador;
8. declaração de inexistência de processo ou ação judicial contestando o crédito ou de embargos opostos para esta finalidade ou, na existência desses, da desistência e renúncia ao direito em que se funda o pedido, comprovados por meio de cópia da petição protocolizada no respectivo processo, nos termos dos anexos III ou III-A da Portaria PGF nº 400, de 2017;
9. sendo o caso, comprovante da formalização da desistência de parcelamento ordinário ativo, nos termos do anexo IV da Portaria PGF nº 400, de 2017;
10. caso o devedor se faça representar, procuração com poderes específicos para praticar todos os atos necessários à formalização do parcelamento de que tratam a Medida Provisória nº 780, de 2017,[[336]](#footnote-337) e a Portaria PGF nº 400, de 2017, em especial os poderes para confessar dívida e renunciar a qualquer contestação quanto ao valor e à procedência da dívida; e
11. indicação da forma preferencial de comunicação, com a respectiva informação de contato, sem que isso exima o devedor, em qualquer hipótese, do dever acompanhar a situação do parcelamento e diligenciar para obtenção da respectiva guia de recolhimento para o pagamento das prestações no prazo legal.
12. - Exceto se existir dúvida fundada quanto à autenticidade, fica dispensado o reconhecimento de firma e a autenticação de cópia dos documentos, nos termos do Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017.
13. - Deverá ser criado um novo processo administrativo - NUP junto ao Sistema AGU de Inteligência Jurídica -SAPIENS para cada requerimento distinto de adesão ao PRD, ainda que relativos a um mesmo devedor, observando-se o seguinte padrão:
14. classificação COBRANÇA EXTRAJUDICIAL DE CRÉDITOS (211.2), espécie ADMINISTRATIVO COMUM e meio ELETRÔNICO;
15. título e assunto PARCELAMENTO EXTRAORDINÁRIO - PRD 2017 (ID 24814);
16. devedor cadastrado na modalidade REQUERENTE (POLO ATIVO), a partir do respectivo CPF ou CNPJ, e autarquia ou fundação pública federal cadastrada na modalidade REQUERENTE (POLO PASSIVO); e
17. cadastro do endereço do devedor ou atualização por meio de nova inclusão ativada como principal, devendo o telefone e o e-mail ser cadastrados no campo contato da aba documentos básicos.
18. - Estando em ordem a documentação, nos termos da lista de verificação constante do Anexo II desta Portaria, a unidade da PGF deverá:
19. informar ao devedor o NUP criado, orientando-o a informá-lo obrigatoriamente em todas as comunicações subsequentes relativas ao mesmo requerimento;
20. quando possível, apresentar as simulações de parcelamento solicitadas pelo devedor;
21. realizar a digitalização integral dos documentos e anexa-los no respectivo NUP;
22. verificar, pelo número de inscrição no CPF ou CNPJ do devedor, a existência de outros processos administrativos ou judiciais cadastrados no SAPIENS que se refiram ao mesmo devedor, entidade credora e débitos objeto do requerimento de adesão, vinculando-os por remissão ao NUP criado;
23. caso já exista NUP referente ao PRD 2017 cadastrado em nome do devedor em relação à mesma entidade, os requerimentos de inclusão de outros débitos no PRD serão juntados no processo administrativo originário; e
24. tramitar o processo ao setor “ENAC - PRD MP 780-2017”, por meio da tarefa “ANALISAR ADESÃO AO PRD 2017”, com distribuição automática e prazo de 20 (vinte) dias.
25. - Caso a unidade da PGF identifique que a documentação foi preenchida de forma incorreta ou que a instrução está incompleta, concederá o prazo de 5 (cinco) dias úteis ao requerente para saneamento, sob pena de indeferimento do requerimento de adesão, registrando no NUP a data de início do prazo e a ciência do requerente.
26. - Saneada a instrução ou certificado o decurso do prazo para saneamento, o processo será tramitado ao setor ENAC - PRD MP 780-2017, por meio da tarefa “ANALISAR ADESÃO AO PRD 2017”, com distribuição automática e prazo de 20 (vinte) dias.
27. - Em casos urgentes, a tarefa “ANALISAR ADESÃO AO PRD 2017” deverá ser aberta com prazo de 1 (um) dia e sinalizada urgente em seus dados básicos.

DO PROCESSAMENTO DOS REQUERIMENTOS DE ADESÃO

1. - Recebido o procedimento, deverá o setor ENAC - PRD MP 780-2017:
2. verificar se o NUP está devidamente cadastrado, nos termos do item 4, e aplicar a lista de verificação constante do Anexo II desta Portaria;
3. verificar se a autarquia ou fundação pública federal indicada como credora integra o PRD, nos termos do § 4º do art. 1º da Medida Provisória nº 780, de 2017;[[337]](#footnote-338)
4. verificar se os créditos indicados são passíveis de adesão ao PRD e, em caso positivo, se foram precisamente identificados pelo número do auto de infração, do débito, do respectivo processo administrativo de constituição e, acaso existente, do número da certidão de dívida ativa ou do processo judicial de cobrança; e
5. verificar se os créditos indicados para compor o PRD se encontram sob administração da PGF, nos termos do § 1º do art. 1º da Portaria PGF nº 400, de 2017.
6. - Caso o NUP não esteja cadastrado corretamente, não tenha havido a identificação precisa dos créditos ou contiver vícios para os quais não tenha sido oportunizado o saneamento pelo devedor, este será restituído para a unidade de origem com a indicação da irregularidade constatada, por meio da tarefa “SANEAR VÍCIOS - PRD 2017”, com distribuição automática para o protocolo da unidade e com prazo de 5 (cinco) dias.
7. - Adotadas as providências mencionadas no item 10 ou certificado o transcurso do prazo sem saneamento pelo devedor, a unidade da PGF restituirá o procedimento à ENAC - PRD MP 780-2017 por meio da tarefa “ANALISAR PROVIDÊNCIAS COMPLEMENTARES – PRD 2017”, com distribuição automática e prazo de 20 (vinte) dias.
8. - Serão sumariamente indeferidos os requerimentos de adesão relativos a entidades ou créditos não abrangidos pelo PRD ou fora da competência da PGF, com arquivamento após a notificação do devedor.
9. - Em caso de indeferimento do requerimento de adesão ao PRD, será aberta a tarefa “PROMOVER NOTIFICAÇÃO - PRD 2017”, com distribuição automática para o protocolo da unidade de origem e com prazo de 5 (cinco) dias.
10. - Estando devidamente instruído o procedimento, os créditos indicados para compor o PRD deverão ser consolidados, observado o disposto no § 1º do art. 3º da Portaria PGF nº 400, de 2017, e emitida a guia para recolhimento da primeira prestação, com a devida juntada no SAPIENS, observando-se o seguinte:
11. o setor ENAC - PRD MP 780-2017 deverá consolidar e emitir as guias para recolhimento quanto aos créditos inscritos em dívida no RAC, SISDAT, módulo dívida do SAPIENS ou em sistema de entidade credora ao qual tenha acesso;
12. tratando-se de sistema de entidade credora ao qual não tenha acesso, a memória de cálculo atualizada e as guias para recolhimento deverão ser solicitadas à entidade por meio da ferramenta comunicação do SAPIENS ou, caso se trate de entidade não integrada a este sistema, por meio de abertura da tarefa “ADOTAR PROVIDÊNCIAS COMPLEMENTARES – PRD 2017” à respectiva Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal;
13. tratando-se de créditos de titularidade do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS cadastrados no Sistema Dívida (MV2), a memória de cálculo atualizada e as guias para recolhimento serão emitidas pelas unidades da PGF responsáveis pela representação das respectivas gerências executivas do INSS;
14. em casos urgentes, a solicitação da memória de cálculo atualizada e das guias para recolhimento poderá ser feita por e-mail institucional, mediante sua juntada no SAPIENS.
15. - Tratando-se de créditos encaminhados para protesto extrajudicial, não serão emitidas guias para recolhimento durante o prazo de três dias para o pagamento junto ao respectivo Tabelionato.
16. - Instruído o procedimento com a guia para recolhimento da primeira prestação e elaborado o termo de parcelamento de dívida ativa, nos termos do anexo II da Portaria PGF nº 400, de 2017, observar-se-á o seguinte:
17. será aberta a tarefa “ADOTAR PROVIDÊNCIAS COMPLEMENTARES – PRD 2017” à respectiva unidade da PGF para que, em 2 (dois) dias, notifique o requerente para assinatura do termo de parcelamento e pagamento da guia referente à primeira prestação, informando-o de que o termo assinado deverá ser apresentado em até 5 (cinco) dias úteis após o prazo final para pagamento;
18. para créditos que não tenham sido inscritos por meio do módulo dívida do SAPIENS, deverá ser informado ao devedor, no instrumento de notificação, que o respectivo termo e o comprovante de pagamento deverão ser entregues à unidade da PGF onde protocolizado o requerimento, sob pena de indeferimento e arquivamento definitivo do requerimento de adesão ao PRD sem produção de qualquer efeito, com o prosseguimento da cobrança dos créditos.
19. - Recebido o termo de parcelamento de dívida e, quando for o caso, o comprovante de pagamento da primeira prestação, a unidade da PGF deverá digitaliza-los e anexa-los no NUP correspondente, com abertura da tarefa “ANALISAR PROVIDÊNCIAS COMPLEMENTARES – PRD 2017” ao setor ENAC - PRD MP 780-2017, com distribuição automática e prazo de 5 (cinco) dias.
20. - Caso o devedor não apresente o termo de parcelamento de dívida assinado e o comprovante de recolhimento da guia referente à primeira prestação, em até 5 (cinco) dias úteis após a data de vencimento, a unidade de origem comunicará o setor ENAC - PRD MP 780-2017, para que este adote as seguintes providências:
21. verificar se houve o pagamento da guia emitida, junto aos sistemas de administração financeira aos quais tenha acesso;
22. verificado o pagamento, abrir a tarefa “PROMOVER NOTIFICAÇÃO - PRD 2017” à unidade da PGF para que esta notifique o requerente para a apresentação do termo de parcelamento de dívida ativa, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento.
23. - Caso não seja apresentado o termo de parcelamento de dívida assinado ou verificado que houve pagamento parcial ou extemporâneo da guia referente à primeira prestação, deverá ser aberta tarefa a um dos Procuradores Federais do setor ENAC - PRD MP 780-2017, para análise quanto ao indeferimento do requerimento de adesão a PRD.
24. - Indeferido o requerimento, por meio de despacho de um dos Procuradores Federais integrantes da ENAC - PRD MP 780-2017, o procedimento será arquivado, após a comunicação de indeferimento ao devedor.
25. - Estando o procedimento instruído com o termo de parcelamento de dívida assinado e o comprovante de pagamento da primeira prestação, deverá ser aberta tarefa a um dos Procuradores Federais integrantes da ENAC - PRD MP 780-2017 para decisão quanto requerimento de adesão.
26. - Para verificação do atendimento do requisito previsto no art. 3º da Medida Provisória nº 780, de 2017,[[338]](#footnote-339) nos casos de desistência prévia de impugnações ou de recursos administrativos, deverão as Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais prestar as informações solicitadas pelo setor ENAC - PRD MP 780-2017 no prazo de 10 (dez) dias ou em menor prazo indicado pelo solicitante em caso de urgência, desde que não inferior a 2 (dois) dias.
27. - Deferida a adesão ao PRD, o setor ENAC - PRD MP 780-2017 deverá diligenciar para a baixa do Cadin ou outras negativações decorrentes do débito objeto do parcelamento e o registro do deferimento junto à entidade credora, observando-se o seguinte:
28. o parcelamento deverá ser registrado diretamente no módulo dívida do SAPIENS ou em sistema próprio da entidade credora ao qual a ENAC tenha acesso;
29. deverá ser solicitado à entidade credora que registre o parcelamento em sistema próprio ao qual a ENAC não tenha acesso, bem como promova a baixa do Cadin ou outros cadastrados de restrição de crédito nos quais tenha incluído o devedor.
30. - Caso os créditos parcelados ainda não tenham sido objeto de cobrança judicial, o setor ENAC - PRD MP 780-2017 comunicará o deferimento do parcelamento, mediante abertura de tarefa, ao setor de controle de pagamento da ENAC, para que sejam sobrestados os atos de cobrança em relação aos créditos parcelados.

- Caso os créditos parcelados tenham sido objeto de protesto extrajudicial, o setor ENAC - PRD MP 780-2017 comunicará o parcelamento, mediante abertura de tarefa no SAPIENS, ao responsável pela emissão da carta de anuência ou pelo seu cancelamento eletrônico.

1. - Caso os créditos parcelados tenham sido objeto de cobrança judicial, o setor ENAC - PRD MP 780- 2017 comunicará o parcelamento à unidade da PGF responsável pela representação judicial, mediante abertura da tarefa “ELABORAR PETIÇÃO INCIDENTE” no respectivo dossiê judicial, tantos quantos forem os processos judicias, para que seja requerida a sua suspensão em juízo.
2. - O setor ENAC - PRD MP 780-2017 deverá manter e atualizar mensalmente a relação dos parcelamentos extraordinários ativos, com as seguintes informações:
3. NUP do processo administrativo de acompanhamento do parcelamento;
4. nome ou razão social e CPF ou CNPJ do devedor;
5. identificação da entidade credora;
6. data de vencimento da primeira prestação e número total das parcelas;
7. valor parcelado, da primeira prestação e das parcelas;
8. situação do parcelamento.
9. - Quanto à situação do parcelamento, deverão ser registrados os seguintes estágios:
10. a deferir, quando estiver aguardando a assinatura do termo de parcelamento de dívida ou comprovação do pagamento da primeira prestação;
11. regular, quando ainda houver parcelas vincendas e não houver parcelas em atraso;
12. quitado, quando não houver mais parcelas vincendas e constar pagamento de todas as parcelasvencidas;
13. em atraso, quando houver parcelas vincendas e constar falta de pagamento de parcelas vencidas que não ultrapassem os limites previstos nos incisos I e II do art. 12 da Portaria PGF nº 400, de 2017;
14. em atraso com possibilidade de rescisão, quando identificada quaisquer das hipóteses do art. 12 da Portaria PGF nº 400, de 2017;
15. rescindido, quando identificada quaisquer das hipóteses do art. 12 da Portaria PGF nº 400, de 2017 e adotadas todas as providências para prosseguimento da cobrança; ou
16. suspenso por decisão judicial, mediante parecer de força executória da unidade da PGF responsável pela representação judicial.
17. - Quando não for possível a obtenção de guias para recolhimento diretamente pelo devedor, o setor ENAC - PRD MP 780-2017 deverá obter e enviar ao devedor, mensalmente, as guias necessárias para recolhimento das prestações mensais vincendas a partir de janeiro de 2018, observando-se o seguinte:
18. deverão ser emitidas diretamente pela ENAC as guias para recolhimento para créditos inscritos em sistema próprio da entidade credora ao qual o setor tenha acesso;
19. deverão ser solicitadas pela ENAC à entidade credora as guias para recolhimento para créditos inscritos em sistema próprio ao qual o setor não tenha acesso;
20. o envio das guias para recolhimento pela ENAC se dará através do e-mail informado quando do requerimento de adesão ao PRD, esclarecendo-se, no ato de encaminhamento, que os respectivos comprovantes de pagamento deverão ser apresentados à PGF por e-mail ou junto à unidade em que protocolizado o requerimento de adesão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o vencimento.
21. o envio de guias para recolhimento ao devedor não o exime, caso não as tenha recebido, da obrigação de comparecimento à respectiva unidade da PGF para a sua obtenção e pagamento até a data de vencimento, nos termos do inciso IX do artigo 7º da Portaria PGF nº 400, de 2017.
22. - O envio mensal de guias ao devedor a que se refere o item 29 será dispensado quando estas forem disponibilizadas na *internet* ou pelo módulo usuário externo do sistema SAPIENS.
23. - O setor ENAC - PRD MP 780-2017 deverá consultar, inclusive por meio de comunicação SAPIENS à respectiva entidade credora caso necessário, o andamento do recolhimento das parcelas em relação aos parcelamentos que não sejam controlados por sistema capaz de detectar automaticamente o pagamento e, verificando a ocorrência de hipótese legal de rescisão, abrirá tarefa a um dos Procuradores Federais integrantes do setor.
24. - Quita-se o parcelamento com o pagamento de todas as parcelas devidas, mais eventuais acréscimos legais e resíduos.
25. - Identificada a quitação ou parcelamento em atraso com possibilidade de rescisão, deverá ser aberta tarefa no NUP correspondente do SAPIENS para que os Procuradores Federais do setor ENAC - PRD MP 780-2017 confirmem a rescisão do parcelamento ou a extinção dos créditos parcelados.
26. - Confirmada a rescisão do parcelamento ou a extinção dos créditos parcelados, por meio de despacho fundamentado de Procurador Federal integrante do setor ENAC - PRD MP 780-2017, deverão ser comunicados, para as diligências que entenderem cabíveis:
27. a entidade credora, especialmente para a reinclusão do devedor no Cadin, na hipótese de rescisão;
28. o respectivo setor da ENAC, para as hipóteses nas quais os créditos ainda não tenham sido objeto de protesto extrajudicial ou cobrança judicial; e
29. a unidade da PGF responsável pela representação judicial, para as hipóteses nas quais o crédito tenha sido objeto de cobrança judicial.

ANEXO II

LISTA DE VERIFICAÇÃO

PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DE DÉBITOS - PRD 2017

PESSOA JURÍDICA

* 1. ☐ Requerimento de adesão devidamente preenchido e assinado, conforme formulário constante do Anexo I da Portaria PGF nº 400, de 2017;
  2. ☐ Declaração de inexistência de impugnação, recurso administrativo, ação judicial ou embargos contestando o crédito, conforme formulário constante do Anexo III da Portaria PGF nº 400, de 2017;
     1. ☐ Havendo impugnação, recurso administrativo, ação judicial ou embargos contestando o crédito, declaração de que foi requerida sua desistência e renúncia, conforme formulário constante do Anexo III-A da Portaria PGF nº 400, de 2017, acompanhada de cópia da petição de desistência e renúncia protocolizada no respectivo processo e da procuração do advogado que a subscreveu; e
     2. ☐ Havendo depósito vinculado ao débito a ser pago ou parcelado mediante adesão ao PRD, declaração de que foi requerida sua transformação em pagamento definitivo ou conversão em renda, constante do Anexo III-A da Portaria PGF nº 400, de 2017, acompanhada de cópia da petição protocolizada no respectivo processo e da procuração do advogado que a subscreveu.
  3. ☐ Cópia do contrato social, estatuto ou ata e eventual alteração que identifique os atuais representantes legais da empresa requerente;
  4. ☐ Cópia do documento oficial de identidade e CPF do representante legal da empresa requerente;
  5. Caso a empresa esteja representada por mandatário:
  6. ☐ Procuração com poderes específicos para confessar dívida, renunciar a qualquer contestação quanto ao valor e à procedência da dívida objeto do pedido de parcelamento, bem como praticar todos os atos necessários à formalização do parcelamento de que trata a Medida Provisória nº 780, de 2017;[[339]](#footnote-340)
  7. ☐ Cópia do documento identidade e do CPF do mandatário;
  8. ☐ Indicação da forma preferencial de comunicação, com a respectiva informação de contato; e
  9. ☐ Sendo o caso, comprovante de formalização da desistência de parcelamento ordinário ativo, conforme formulário constante do Anexo IV da Portaria PGF nº 400, de 2017.

PESSOA FÍSICA

1. ☐ Requerimento de adesão devidamente preenchido e assinado, conforme formulário constante do Anexo I da Portaria PGF nº 400, de 2017;
2. ☐ Declaração de inexistência de impugnação, recurso administrativo, ação judicial ou embargos contestando o crédito, conforme formulário constante do Anexo III da Portaria PGF nº 400, de 2017;
   1. ☐ Havendo impugnação, recurso administrativo, ação judicial ou embargos contestando o crédito, declaração de que foi requerida sua desistência e renúncia, conforme formulário constante do Anexo III-A da Portaria PGF nº 400, de 2017, acompanhada de cópia da petição de desistência e renúncia protocolizada no respectivo processo e da procuração do advogado que a subscreveu; e
   2. ☐ Havendo depósito vinculado ao débito a ser pago ou parcelado mediante adesão ao PRD, declaração de que foi requerida sua transformação em pagamento definitivo ou conversão em renda, constante do Anexo III-A da Portaria PGF nº 400, de 2017, acompanhada de cópia da petição protocolizada no respectivo processo e da procuração do advogado que a subscreveu.
3. ☐ Cópia do documento oficial de identidade, CPF e comprovante de residência;

3.1 ☐ Tratando-se de comprovante de residência em nome de terceiro, declaração deste de que o devedor reside no endereço indicado ou cópida da certidão de casamento, de comprovante de união estável ou de documento oficial que comprove o parentesco de primeiro grau.

1. Caso o requerente esteja representado por mandatário:
   1. ☐ Procuração com poderes específicos para confessar dívida, renunciar a qualquer contestação quanto ao valor e à procedência da dívida objeto do pedido de parcelamento, bem como praticar todos os atos necessários à formalização do parcelamento de que trata a Medida Provisória nº 780, de 2017;[[340]](#footnote-341)
   2. ☐ Cópia do documento identidade e do CPF do mandatário;
2. ☐ Indicação da forma preferencial de comunicação, com a respectiva informação de contato; e
3. ☐ Sendo o caso, comprovante de formalização da desistência de parcelamento ordinário ativo, conforme formulário constante do Anexo IV da Portaria PGF nº 400, de 2017.

Suplemento A do BSE 30, de 26.7.2017.

**PORTARIA Nº 519, DE 8 DE SETEMBRO DE 2017.**

*Estabelece o Modelo de Gestão Setorial e as Metas Setoriais para as Procuradorias Federais junto às Autarquias e Fundações Públicas Federais e aos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso de suas atribuições contidas no artigo 11, §2º, incisos I e VIII, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

CONSIDERANDO os termos das Resoluções nº 01, de 16 de fevereiro de 2017, e nº 06, de 22 de junho de 2017, ambas do Comitê Estratégico da AGU, que estabeleceram o painel de gestão setorial, o modelo de gestão setorial e as metas setoriais estabelecidas para a Procuradoria-Geral Federal (PGF) para o ano de 2017;

CONSIDERANDO a necessidade de alcançar o objetivo estratégico “Prestar consultoria e assessoramento jurídico com clareza, uniformidade e proatividade”, integrante do mapa do Planejamento Estratégico da AGU 2016-2019 aprovado pelo Comitê Estratégico;

CONSIDERANDO o Plano de Ação da Procuradoria-Geral Federal - PGF, aprovado pela Portaria PGF nº 003, de 03 de janeiro de 2017;

CONSIDERANDO o disposto no processo eletrônico nº 00400.001840/2016-52, as diretrizes, os objetivos, os indicadores de desempenho, os programas e os projetos estratégicos, e no processo eletrônico nº 00407.051690/2017-49,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o Modelo de Gestão Setorial da PGF e as Metas Setoriais para as Procuradorias Federais junto às Autarquias e Fundações Públicas Federais.

§ 1º Para os fins desta Portaria, considera-se:

1. – Modelo de Gestão Setorial da PGF: reunião de programas e projetos estratégicos que atribuem metas específicas para os órgãos da PGF, definem os processos de gestão que permitam a obtenção de informações gerenciais, a identificação dos problemas e o monitoramento da execução das iniciativas;
2. – Metas Setoriais: valores numéricos indicativos do patamar almejado de atendimento do indicadorestratégico; e
3. - Painel de Gestão Setorial da PGF: instrumento visual que congrega informações de indicadores e metas estratégicos da PGF para subsidiar decisões gerenciais voltadas à melhoria dos resultados institucionais;

§2º Compete ao Comitê de Coordenação dos Fóruns de Procuradores-Chefes de que trata o art. 5º da Portaria PGF nº 870, de 2016, o acompanhamento do modelo de gestão setorial e das metas setoriais estabelecidas para as Procuradorias Federais junto às Autarquias e Fundações Públicas Federais.

I – DO MODELO DE GESTÃO SETORIAL

Art. 2º Integram o Modelo de Gestão Setorial da PGF os seguintes programas e projetos estratégicossetoriais:

1. - Implantação integral e uniforme do Sapiens: acompanhar a efetiva implantação do Sapiens Contencioso nas unidades da PGF e aprimorar o seu uso nas unidades de Consultoria. Responsável: Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão;
2. - Equipe Nacional de Licitações e Contratos: instituir equipe nacional de atendimento às demandas das autarquias e fundações representadas pela PGF que utilizem as minutas padrão da Advocacia-Geral da União, de forma a atender as demandas com máxima agilidade. Responsável: Departamento de Consultoria e Procuradorias Federais junto às Autarquias e Fundações Públicas Federais; e
3. - Projeto Fluxo Consultivo: uniformização dos procedimentos relativos à consultoria exercida pelas Procuradorias Federais junto às Autarquias e Fundações Públicas Federais. Responsável: Departamento de Consultoria.

Art. 3º O Painel de Gestão Setorial da PGF, estruturado a partir dos dados e informações do Sapiens, é o repositório oficial de informações gerenciais da AGU a ser considerado para a aferição do alcance das Metas.

Parágrafo único. A responsabilidade pela elaboração e manutenção do Painel de Gestão Setorial da PGF será da Coordenação-Geral de Planejamento Estratégico, do Departamento de Gestão Estratégica, conforme estabelecido pelo Comitê Estratégico da AGU.

Art. 4º Em cumprimento ao estabelecido pelas Resoluções do Comitê Estratégico da AGU, o Comitê de Coordenação dos Fóruns de Procuradores-Chefes e cada um dos Fóruns de que trata a Portaria PGF nº 870, de 2016, incorporarão, como agenda permanente, a análise das informações gerenciais do Painel de Gestão Setorial para identificar os problemas e oportunidades de aprimoramento da atuação, em especial o monitoramento e a definição de prioridades entre as iniciativas indicadas.

Parágrafo único. As deliberações das reuniões serão registradas em planilha específica de acompanhamento disponibilizada pelo Departamento de Gestão Estratégica da AGU.

II – DAS METAS SETORIAIS

Art. 5º Fica estabelecida como meta das Procuradorias Federais junto às Autarquias e Fundações Públicas Federais para o indicador "Tempo de Atendimento a Demandas Consultivas", considerado o ciclo completo da atividade consultiva, o tempo médio de trinta dias.

§1º A fórmula de cálculo do indicador e sua descrição são aquelas estabelecidas pelo Comitê Estratégico da AGU e não se confunde com o tempo de elaboração das manifestações consultivas.

§2º As unidades poderão definir metas específicas que atendam de forma mais acentuada o indicador de que trata este artigo.

III – DOS PLANOS DE GESTÃO E DE PRODUTIVIDADE

Art. 6º O Departamento de Consultoria, a Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Crédito, a Divisão de Assuntos Disciplinares, e as Procuradorias Federais junto às Autarquias e Fundações Públicas Federais estabelecerão, até 30 de novembro de cada ano, Planos de Gestão e de Produtividade para o ano seguinte.

§1º O Plano de Gestão dos órgãos de que trata o caput deve contemplar, no mínimo:

1. - a implementação dos projetos estratégicos da Procuradoria-Geral Federal de que trata o art. 2º;
2. – a definição de ações específicas para a redução do Tempo Médio de Atendimento às Demandas; III – a institucionalização de rotina de acompanhamento do painel de indicadores estratégicos; e

IV - as iniciativas de aprimoramento das atividades de assessoramento jurídico e advocacia preventiva.

§2º O Plano de Produtividade dos órgãos de que trata o caput, elaborado em conformidade com o manual de orientação de que trata o art. 10, deve contemplar, no mínimo:

1. – a Produtividade Organizacional Estimada, consistente na estimativa de produção ótima de atividades de consultoria e assessoramento jurídicos da unidade, em consonância com o disposto na Portaria AGU nº 1.399, de 5 de outubro de 2009 e na Portaria PGF nº 261, de 5 de maio de 2017, inclusive as relativas a reuniões e atuação junto aos órgãos de controle, ou outras atividades da unidade e respectivos núcleos; e
2. – a Produtividade Individual Estimada, consistente no detalhamento, por Procurador Federal em efetivo exercício na unidade, da estimativa de produção ótima de atividades de consultoria e assessoramento jurídico, observado o disposto no inciso I.

Art. 7º Os Planos de Gestão e de Produtividade deverão orientar a distribuição interna dos Procuradores Federais em exercício na unidade levando em conta a demanda local e a produtividade esperada na área e por Procurador, e poderá ser revista periodicamente, de forma a adequar a distribuição de Procuradores Federais à necessidade atual do serviço e à equânime distribuição da carga de trabalho, de acordo com a complexidade e a especialidade de cada área, limitadas ao total de membros em efetivo exercício na unidade.

Art. 8º As unidades deverão publicar, em ato específico, os planos e as metas de que trata esta portaria, e deverão constar do NUP indicado no anexo desta Portaria, onde deverão ser registrados os resultados obtidos, em periodicidade no mínimo trimestral.

Art. 9º Os pedidos relativos a colaboração, nomeação, designação, lotação ou exercício de Procuradores Federais deverão ser instruídos pela unidade solicitante com as informações de que trata esta Portaria, inclusive a expectativa de produtividade individual do membro indicado.

Parágrafo único. A avaliação do pedido está condicionada à correta utilização do Sistema AGU de Inteligência Jurídica - SAPIENS para o exercício das atividades consultivas.

IV - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 10. A Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão divulgará, até 31 de outubro de 2017, manual de orientação para o estabelecimento das metas e planos de produtividade de que trata esta Portaria, em consonância com o Indicador do Valor do Trabalho Consultivo (IVT-CONSU) ou outro indicador que busque refletir o volume do trabalho nos órgãos consultivos da Advocacia-Geral da União.

Art. 11. O “Tempo de Atendimento a Demandas Consultivas” apurado no ano de 2016, assim como as metas previstas para 2017 e os resultados obtidos, serão disponibilizadas pela Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos da PGF (CGPAE) no NUP 00407.051690/2017-49 e na intranet (REDEAGU) da CGPAE e do Departamento de Consultoria da PGF.

§ 1º Até que as informações do Sapiens tenham sido depuradas e reflitam com maior fidedignidade o prazo real de atendimento às demandas, fica estabelecida como meta para 2017 a redução do indicador de que trata o caput em pelo menos vinte por cento em relação ao apurado em 2016, não podendo a meta superar, em qualquer hipótese, noventa e nove dias.

§ 2º As unidades cujo indicador apurado em 2016 tenha sido inferior a quinze dias ou não tenham registrado ciclos no período, considerando os dados do Painel de Gestão da AGU, extraídos do Sapiens, terão como meta para 2017 o prazo médio de quinze dias, até que as informações do sistema tenham sido depuradas e reflitam, com maior fidedignidade, o prazo real de atendimento.

Art. 12. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO**

**PORTARIA Nº 539, DE 08 DE SETEMBRO DE 2017.**

*Dispõe sobre o Planejamento de Capacitações da Procuradoria-Geral Federal..*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto nos arts. 87, 95 e 96-A da Lei nº 8.112/90, no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, e na Portaria AGU nº 140, de 03 de abril de 2017, e o que consta do NUP 00407.058597/2017-65, resolve:

Art. 1º Esta portaria dispõe sobre o Planejamento de Capacitações da Procuradoria-Geral Federal, comodesdobramento do Plano de Capacitação da Escola da Advocacia-Geral da União, aprovado pela Portaria AGU nº 140, de03 de abril de 2017, e em cumprimento à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal instituída pelo Decreto nº5.707, de 23 de fevereiro de 2006.

Art. 2º O Planejamento de Capacitações da Procuradoria-Geral Federal tem como objetivo incentivar odesenvolvimento de competências gerenciais, técnicas e jurídicas necessárias à sua atuação institucional, com atençãoespecial para a alta especialização, a complexidade e a pluralidade de assuntos que envolvem a representação judicial eextrajudicial, a consultoria, o assessoramento jurídico, a inscrição em dívida, a cobrança e a recuperação de créditos dasautarquias e fundações públicas federais.

Art. 3º As demandas de capacitação da Procuradoria-Geral Federal serão objeto de levantamentos erevisões periódicos pela Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos, em articulação com a Escola da AGU,devendo versar sobre as três áreas temáticas - Gestão, Técnica e Jurídica - estabelecidas pelo Plano de Capacitação daAGU.

Art. 4º O estabelecimento de prioridades de capacitação na área temática jurídica, no âmbito daProcuradoria-Geral Federal, deverá refletir a alta especialização, a complexidade e a pluralidade da atuação dos seusórgãos de execução e observará os seguintes temas:

I - Temas de interesse específico dos Fóruns de Procuradores-Chefes, de que trata a Portaria nº 870, de 14de dezembro de 2016:

a) Educação, integrado pelas Procuradorias Federais junto às Instituições Federais de Ensino;

b) Regulação, integrado pelas Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federaisque atuam na regulação da atividade econômica;

c) Ambiental, Social, Fundiário e Indígena, integrado pelas Procuradorias Federais junto às autarquias efundações públicas federais que atuam em questões fundiárias, indígenas, ambientais e outras de interesse social;

d) Cultura, integrado pelas Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais queatuam na área temática da cultura;

e) Ciência, Tecnologia e Inovação, integrado pelas Procuradorias Federais junto às autarquias e fundaçõespúblicas federais que atuam na área temática da pesquisa, ciência, tecnologia e inovação;

II - Previdência e Assistência Social;

III - Cobrança e Recuperação de Créditos;

IV - Licitações, Contratos e Convênios;

V - Servidor Público; e

VI - Processo Civil.

Parágrafo único. Também se insere no escopo do plano de capacitações da Procuradoria-Geral Federal,nos termos do art. 3º, a qualificação em assuntos técnicos e gerenciais de interesse específico das entidades representadaspela Procuradoria-Geral Federal.

Art. 5º A Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos designará Procuradores Federaisresponsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento de ações de capacitação relacionadas aos temas de que trata oart. 4º, aos quais competirá realizar a interlocução junto à Escola da AGU necessária à realização de cursosavançados voltados a temas de alta especialização pertinentes à atuação das Procuradorias Federais junto às autarquias efundações públicas federais, e outras atividades de incentivo à capacitação, sob a coordenação da CGPAE.

Art. 6º Os órgãos da Procuradoria-Geral Federal deverão estabelecer planejamento interno decapacitações que incentive a qualificação e a especialização permanente de seus integrantes com foco nas necessidadesinstitucionais, e que estimule o engajamento e a participação dos membros na gestão da unidade e em projetosprioritários.

§1º O planejamento interno de capacitações deverá ser elaborado de forma participativa, ouvindo-se oComitê de Gestão, onde houver, e ter duração bienal, sendo revisto no semestre anterior ao seu vencimento.

§2º O planejamento interno de capacitações deverá constar de NUP específico no SAPIENS e serpublicado na página da respectiva unidade na REDEAGU.

§3º As Procuradorias Regionais Federais e as Procuradorias Federais nos Estados poderão criar PlanosRegionais ou Estaduais de Capacitações, que deverão ser observados pelas unidades da respectiva região ou Estado.

Art. 7º O planejamento interno de capacitações de cada unidade deverá ter como metas anuais, nomínimo:

I - A capacitação de dez por cento dos membros e dez por cento dos servidores em exercício na unidade;e

II - A oferta de um total de dias de capacitação correspondentes a dez dias por membro ou servidor emexercício;

§1º O total de dias de que trata o inciso II será distribuído no planejamento interno de capacitaçõesconsiderando as seguintes modalidades de capacitações:

I - Afastamento para Participação em Programa de Pós-Graduação;

II - Licença para Capacitação, para cursos cuja duração seja superior a trinta e inferior a noventa dias; e

III - Cursos de curta duração, assim entendidos aqueles cuja duração seja inferior a 30 dias;

§2º Deverão ser observadas, na fixação dos limites máximos e mínimos das ações de capacitação,inclusive quanto às cargas horárias exigidas, as restrições e prazos previstos no parágrafo único do art. 9º do Decreto nº5.707, de 23 de fevereiro de 2006, na Portaria AGU nº 140, de 03 de abril de 2017, na Portaria AGU nº 219, de 26 demarço de 2002, e na Portaria AGU nº 381, de 23 de agosto de 2012.

§3º As Equipes de Trabalho Remoto, Equipes Nacionais, Regionais ou Estaduais de atuaçãodesterritorializada serão consideradas, para os fins desta Portaria, unidades autônomas, com planejamento interno decapacitações específico, não devendo seus integrantes serem considerados no planejamento das unidades de origem.

Art. 8º Na definição do planejamento interno de capacitações, cada unidade deverá estabelecer, observadoo disposto nesta portaria:

I - A estimativa do número total de dias de capacitação que serão oferecidos aos membros e aosservidores (art. 7º, caput, incisos I e II);

II - As áreas e os temas prioritários (arts. 3º e 4º);

III - As modalidades de capacitação ofertadas (art. 7º, §1º, incisos I a III);

IV - As regras de classificação dos interessados em participar de ações de capacitação, com valoraçãoespecífica para os membros ou servidores que exerçam encargos de coordenação ou gestão, para outras atividades quedenotem engajamento e participação na gestão local e em projetos prioritários, e para a antiguidade na unidade.

§1º Na valoração da antiguidade, deverá ser observado o período sem realização de ações de capacitaçãopelo interessado.

§2º Quando possível, observadas as necessidades de capacitação e os critérios de classificação dospedidos, terão precedência, sucessivamente:

I - Cursos avançados voltados à capacitação em temas de alta especialização pertinentes à atuação dasProcuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais;

II - Outras ações de capacitação oferecidas pela Escola da AGU;

III - Capacitações oferecidas pelas Escolas de Governo de que trata o art. 39, §2º da Constituição daRepública e o art. 4º do Decreto nº 5.707, de 2006; e

IV - Cursos, programas e instituições melhor avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoalde Nível Superior – CAPES ou, quando se tratar de capacitação no exterior, classificações internacionais ou conceitosdivulgados por publicações especializadas.

Art. 9º Havendo empate nos critérios de que trata o art. 8º terá preferência, sucessivamente, o interessadoque:

I - estiver no limite do prazo de decadência do direito à licença, no caso da licença para capacitação deque trata o art. 87 da Lei nº 8.112, de 1990;

II - nunca tenha se afastado para Participação em Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, no caso deafastamentos desta espécie;

III - tenha maior tempo de serviço na unidade;

IV - tenha maior tempo de serviço na respectiva carreira;

V - tenha maior tempo de serviço público federal; e

VI - seja mais idoso.

Art. 9º O membro ou servidor que for removido, a pedido ou no interesse da Administração, ou tiver seuexercício alterado por qualquer motivo deverá observar o planejamento da nova unidade, não havendo qualquer direitoadquirido decorrente do planejamento da unidade anterior.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO**

DOU de 12.9.2017.

**PORTARIA Nº 571, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017.**

*Aprova o Manual de Gerenciamento de Contencioso de Massa em Matéria de Cobrança de que trata a Portaria nº 688, de 28 de setembro de 2016, a ser implementado nas Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais e Procuradorias Seccionais Federais.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria nº 688, de 29 de setembro de 2016, e o que consta no processo administrativo nº 00407.009297/2016-71, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Manual de Gerenciamento de Contencioso de Massa em Matéria de Cobrança, nos termos do Anexo[[341]](#footnote-342) a esta Portaria, a ser implementado nas Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais e Procuradorias Seccionais Federais, observado o disposto na Portaria nº 688, de 28 de setembro de 2016.

Art. 2º As unidades deverão implantar o Gerenciamento de Contencioso de Massa em Matéria de Cobrança em até 90 dias após a publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**DANIEL DE ANDRADE OLIVEIRA BARRAL**

Suplemento A do BSE 38, de 20.09.2017

**PORTARIA Nº 701, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.**

*Dispõe sobre a revisão do Anexo da Portaria nº 530, de 13 de julho de 2007, para incluir as entidades que especifica.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2° do art. 11 da Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o contido na Medida Provisória nº 791, de 25 de julho de 2017, na Lei nº 13.474, de 23 de agosto de 2017, na Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e no Decreto nº 8.872, de 10 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Promover a revisão do Anexo da Portaria nº 530, de 13 de julho de 2007, para adequá-lo à organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios e incluir a Autoridade de Governança do Legado Olímpico – AGLO, em substituição à Autoridade Pública Olímpica - APO, e a Agência Nacional de Mineração - ANM, em substituição ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.

Art. 2º O Anexo da Portaria nº 530, de 13 de julho de 2007, passa a vigorar com a redação constante no Anexo desta Portaria, que será publicado exclusivamente no Boletim de Serviço da Advocacia-Geral da União.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO**

DOU de 19.12.2017 e Suplemento do BS 51, de 19.12.2017.

**ANEXO**

**(Portaria PGF nº 701, de 16/11/2017)**

Lista, por Órgão de Vinculação, de Autarquias e Fundações Públicas Federais Representadas Judicialmente pela Procuradoria‐Geral Federal

1. ‐ CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:
   1. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
   2. Instituto Nacional de Tecnologia da Informação ‐ ITI
2. ‐ MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES:
3. Agência Espacial Brasileira – AEB
4. Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL
5. Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN
6. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
7. ‐ MINISTÉRIO DA CULTURA:
8. Agência Nacional do Cinema – ANCINE
9. Fundação Biblioteca Nacional – FBN
10. Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB
11. Fundação Cultural Palmares – FCP
12. Fundação Nacional de Artes – FUNARTE
13. Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM
14. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN
15. ‐ MINISTÉRIO DA DEFESA:
16. Vinculada ao Ministério por meio do Comando da Aeronáutica
17. Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica – CFIA
18. Vinculada ao Ministério por meio do Comando do Exército
19. Fundação Osório ‐ FO
20. Vinculada ao Ministério por meio do Comando da Marinha
21. Caixa de Construção de Casas para o Pessoal da Marinha – CCCPM
22. ‐ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO:
23. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ
24. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG
25. Colégio Pedro II – CPII
26. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
27. Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ
28. Fundação Universidade do Amazonas – UFAM
29. Fundação Universidade de Brasília – UNB
30. Fundação Universidade Federal do ABC – UFABC
31. Fundação Universidade Federal do Acre – UFAC
32. Fundação Universidade Federal do Amapá – UFAP
33. Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre/RS – UFCSPA
34. Fundação Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
35. Fundação Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
36. Fundação Universidade Federal do Maranhão – UFMA
37. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
38. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
39. Fundação Universidade Federal de Ouro Preto/MG – UFOP
40. Fundação Universidade Federal do Pampa/RS – UNIPAMPA
41. Fundação Universidade Federal de Pelotas/RS – UFPEL
42. Fundação Universidade Federal do Piauí – UFPI
43. Fundação Universidade Federal do Rio Grande/RS – UFRG
44. Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR
45. Fundação Universidade Federal de Roraima – UFRR
46. Fundação Universidade Federal de São Carlos/SP – UFSCAR
47. Fundação Universidade Federal de São João Del Rei/MG – UFSJ
48. Fundação Universidade Federal de Sergipe – UFSE
49. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
50. Fundação Universidade Federal de Uberlândia/MG – UFU
51. Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF
52. Fundação Universidade Federal de Viçosa/MG – UFV
53. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE
54. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC
55. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL
56. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP
57. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM
58. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA
59. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IFBAIANO
60. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB
61. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC
62. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE
63. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES
64. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha/RS – IFFARROUPILHA
65. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – IFF
66. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – IFGOIANO
67. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG
68. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA
69. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT
70. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – IFMS
71. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFMG
72. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG
73. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA
74. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB
75. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – IFPR
76. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE
77. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI
78. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ
79. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN
80. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS
81. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO
82. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR
83. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC
84. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP
85. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFSE
86. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IF Sertão‐PE
87. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – IF SUDESTE MG
88. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais ‐IFSULDEMINAS
89. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul‐Rio‐Grandense – IFSUL
90. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO
91. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM
92. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP
93. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro‐Brasileira – UNILAB
94. Universidade Federal de Alagoas – UFAL
95. Universidade Federal de Alfenas/MG – UNIFAL
96. Universidade Federal da Bahia – UFBA
97. Universidade Federal de Campina Grande/PB – UFCG
98. Universidade Federal do Cariri/CE – UFCA
99. Universidade Federal do Ceará – UFC
100. Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
101. Universidade Federal Fluminense – UFF
102. Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS
103. Universidade Federal de Goiás – UFG
104. Universidade Federal da Integração Latino‐Americana ‐ UNILA
105. Universidade Federal de Itajubá/MG – UNIFEI
106. Universidade Federal de Juiz de Fora/MG – UFJF
107. Universidade Federal de Lavras/MG – UFLA
108. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
109. Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB
110. Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA
111. Universidade Federal do Pará – UFPA
112. Universidade Federal da Paraíba – UFPB
113. Universidade Federal do Paraná – UFPR
114. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
115. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB
116. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
117. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
118. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
119. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
120. Universidade Federal de Santa Maria/RS – UFSM
121. Universidade Federal de São Paulo – UFSP
122. Universidade Federal do Sul da Bahia – UFESB
123. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA
124. Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM
125. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
126. Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA
127. Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
128. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ
129. Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA
130. Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR
131. ‐ MINISTÉRIO DA FAZENDA:
132. Comissão de Valores Mobiliários – CVM
133. Superintendência de Seguros Privados – SUSEP
134. Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC
135. ‐ MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS:
136. Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI
137. Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO
138. Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA
139. ‐ MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL:
140. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS
141. Superintendência de Desenvolvimento do Centro‐Oeste – SUDECO
142. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM
143. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE
144. ‐ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA:
145. Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE
146. Fundação Nacional do Índio – FUNAI
147. ‐ MINISTÉRIO DA SAÚDE:
148. Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS
149. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA
150. Fundação Nacional de Saúde – FUNASA
151. Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz
152. ‐ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES:
153. Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG
154. ‐ MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA:
155. Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL
156. Agência Nacional de Mineração – ANM[[342]](#footnote-343)
157. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP
158. ‐ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL:
159. Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
160. ‐ MINISTÉRIO DO ESPORTE:
161. Autoridade de Governança do Legado Olímpico – AGLO
162. ‐ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
163. Agência Nacional de Águas – ANA
164. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
165. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio
166. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ
167. ‐ MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO:
168. Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP
169. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
170. Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
171. ‐ MINISTÉRIO DO TRABALHO:
172. Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO
173. ‐ MINISTÉRIO DO TURISMO:
174. Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR
175. ‐ MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL:
176. Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC
177. Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ
178. Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT
179. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT

DOU de 19.12.2017 e Suplemento do BS 51, de 19.12.2017.

PORTARIA Nº 703, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

*Disciplina o procedimento de remoção ou exercício provisório para Procuradores Federais, por motivo de saúde própria, do cônjuge, companheiro ou dependente.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, V e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, com respaldo no art. 36, inciso III, alínea “b” da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º disciplinar o procedimento de remoção ou exercício provisório, formulado por Procurador Federal, por motivo de saúde própria, do cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional.

Art. 2º O requerimento de que trata o art. 1º deverá ser dirigido a Coordenação-Geral de Pessoal – CGPES/PGF, acompanhado de parecer do profissional de saúde assistente, bem como de laudos médicos e exames que evidenciem a patologia e a necessidade de remoção ou exercício provisório em outra localidade.

Art. 3º Instruído o processo, a CGPES/PGFS fará uma análise prévia do processo, formulando quesitos, se necessário, encaminhando os autos ao Serviço de Assistência Médico-Social - SAMES, o qual providenciará o agendamento da perícia por Junta Medica Oficial, que deverá se realizar na localidade de lotação do Procurador Federal, no caso de saúde própria, do cônjuge, companheiro ou dependente, salvo exceções devidamente justificadas.

Art. 4º O laudo oficial deverá ser conclusivo quanto à necessidade de deslocamento definitivo ou provisório do Procurador Federal, devendo indicar as características da localidade recomendada, bem como o perfil das atividades autorizadas ao Procurador Federal, se for o caso.

Parágrafo único. Não cabe à Junta Medica Oficial determinar a localidade nem tampouco o órgão de exercício do Procurador Federal.

Art. 5º Na hipótese em que o laudo oficial atestar a provisoriedade da situação de saúde própria, do cônjuge, companheiro ou dependente, será concedido exercício provisório, com reavaliação pela Junta Medica oficial, no prazo por ela fixado ou, não havendo, no prazo de 1 ano, a contar da data da avaliação anterior.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput aos casos irreversíveis quando a situação de saúde, que fundamenta o pedido, for do cônjuge, companheiro ou dependente do Procurador Federal.

Art. 6º Na hipótese em que o laudo oficial concluir pela impossibilidade de reversão da gravidade da patologia da saúde própria, do cônjuge, companheiro ou dependente, este será removido definitivamente.

Art. 7 º Após 5 anos de exercício provisório por motivo de saúde própria, do cônjuge, companheiro ou dependente, por requerimento do interessado e nova Junta Médica Oficial, a critério da Administração, poderá ser concedida remoção a pedido, sem ônus para a União, com fundamento disposto na alínea “b”, inciso III, Parágrafo Único do Art. 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 8º Nas hipóteses previstas no caput e no parágrafo único do art. 5º, é dever do Procurador Federal informar à CGPES/PGF qualquer alteração que não mais justifique a concessão do exercício provisório, seja no estado desaúde seja em quaisquer circunstâncias outras relativas aos requisitos autorizadores.

Art. 9º O disposto nesta Portaria poderá ser aplicado às situações de exercício provisório por motivo de saúde própria, do cônjuge, companheiro ou dependente, deferidas anteriormente a sua vigência, desde que requerido pelo interessado.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO

Suplemento B do BSE 51, de 21.12.2017.

**PORTARIA Nº 713, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.**

*Dispõe sobre a décima terceira revisão do Anexo da Portaria PGF nº 720, de 14 de setembro de 2007.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I, IV, V, VII e VIII do § 2° do art. 11 da Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o disposto no art. 13 da Portaria PGF n° 720, de 14 de setembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de setembro de 2007, Seção I, págs. 12 a 20, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria PGF n° 720, de 14 de setembro de 2007, passa a vigorar com a redação constante no Anexo desta Portaria, que será publicado apenas no Suplemento do Boletim de Serviço da Advocacia-Geral da União.[[343]](#footnote-344)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO**

DOU de 6.12.2017, e Suplemento A do BSE 49, de 6.12.2017(Retificada no BS 52, de 26.12.2017).

**ANEXO**

| **ÓRGÃOS DE LOTAÇÃO** |  | **ÓRGÃOS DE EXERCÍCIO** |  |
| --- | --- | --- | --- |
| PGF | 62 | PGF | 62 |
| PGF-CONSU/DF | 12 | PGF-CONSU/DF | 12 |
| PGF-CONTE/DF | 64 | PGF-CONTE/DF | 64 |
| PGF-CGCOB/DF | 13 | PGF-CGCOB/DF | 13 |
| PRF-1 | 509 | PRF-1 | 119 |
| AEB | 3 |
| ANA | 5 |
| ANAC/DF | 15 |
| ANATEL/DF | 32 |
| ANEEL | 22 |
| ANP/DF | 6 |
| ANTAQ/DF | 14 |
| ANTT/DF | 17 |
| ANVISA/DF | 14 |
| CADE | 13 |
| CAPES | 5 |
| CNPq | 6 |
| DNIT/DF | 18 |
| DNPM/DF | 16 |
| EMBRATUR | 5 |
| ENAP | 2 |
| FCP | 4 |
| FNDE | 12 |
| FUB | 9 |
| FUNAG | 2 |
| FUNAI/DF | 14 |
| FUNASA/DF | 14 |
| IBAMA-Sede Nacional/DF | 22 |
| IBAMA/DF | 1 |
| IBGE/DF | 1 |
| IBRAM/DF | 4 |
| ICMBio/DF | 12 |
| IFDF | 2 |
| INCRA-Sede Nacional/DF | 25 |
| INCRA/DF | 2 |
| INEP | 5 |
| INSS-Sede Nacional/DF | 33 |
| INSS/DF | 5 |
| IPEA | 4 |
| IPHAN/DF | 8 |
| ITI | 4 |
| PREVIC/DF | 12 |
| SUDECO | 2 |
| PF/AC | 18 | PF/AC | 9 |
| FUNASA/AC | 1 |
| IBAMA/AC | 1 |
| IFAC | 2 |
| INCRA/AC | 2 |
| INSS/AC | 1 |
| UFAC | 2 |
| PF/AM | 48 | PF/AM | 24 |
| ANATEL/AM | 1 |
| DNIT/AM | 1 |
| FUA | 3 |
| FUNAI/AM | 2 |
| FUNASA/AM | 1 |
| IBAMA/AM | 3 |
| ICMBio/AM | 2 |
| IFAM | 2 |
| INCRA/AM | 2 |
| INSS/AM | 1 |
| IPHAN/AM | 1 |
| SUFRAMA | 5 |
| PF/AP | 18 | PF/AP | 11 |
| FUNAI/AP | 1 |
| FUNASA/AP | 1 |
| IBAMA/AP | 1 |
| IFAP | 1 |
| INCRA/AP | 1 |
| INSS/AP | 1 |
| UNIFAP | 1 |
| PF/BA | 98 | PF/BA | 72 |
| DNIT/BA | 2 |
| DNPM/BA | 1 |
| FUNASA/BA | 2 |
| IBAMA/BA | 4 |
| IFBA | 2 |
| IFBaiano | 2 |
| INCRA/BA | 3 |
| INSS/BA | 3 |
| IPHAN/BA | 2 |
| UFBA | 5 |
| PSF-Barreiras/BA | 8 | PSF-Barreiras/BA | 5 |
| IBAMA-Barreiras/BA | 1 |
| INSS-Barreiras/BA | 1 |
| UFOB | 1 |
| UFRB | 2 | UFRB | 2 |
| PSF-Feira de Santana/BA | 14 | PSF-Feira de Santana/BA | 13 |
| INSS-Feira de Santana/BA | 1 |
| INSS-Rep.Guanambi/BA  PSF-Ilhéus/BA | 2 | INSS-Rep.Guanambi/BA | 2 |
| 13 | PSF-Ilhéus/BA | 12 |
| INSS-Ilhéus/BA | 1 |
| INSS-Juazeiro/BA | 1 | INSS-Juazeiro/BA | 1 |
| FUNAI-Porto Seguro/BA | 1 | FUNAI-Porto Seguro/BA | 1 |
| ICMBio-Porto Seguro/BA | 1 | ICMBio-Porto Seguro/BA | 1 |
| UFESBA | 1 | UFESBA | 1 |
| EA-Paulo Afonso/BA | 4 | EA-Paulo Afonso/BA | 3 |
| FUNAI-Paulo Afonso/BA | 1 |
| PSF-Vitória da Conquista/BA | 11 | PSF-Vitória da Conquista/BA | 10 |
| INSS-Vitória da Conquista/BA | 1 |
| PF/GO | 96 | PF/GO | 75 |
| ANATEL/GO | 1 |
| DNIT/GO | 1 |
| FUNASA/GO | 1 |
| IBAMA/GO | 3 |
| IFGO | 2 |
| IFGoiano | 1 |
| INCRA/GO | 3 |
| INMETRO/GO | 1 |
| INSS/GO | 2 |
| IPHAN/GO | 1 |
| UFG | 5 |
| INSS-Anápolis/GO | 1 | INSS-Anápolis/GO | 1 |
| EA-Rio Verde/GO | 1 | EA-Rio Verde/GO | 1 |
| PF/MA | 46 | PF/MA | 31 |
| DNIT/MA | 1 |
| FUNASA/MA | 1 |
| IBAMA/MA | 3 |
| IFMA | 2 |
| INCRA/MA | 2 |
| INSS/MA | 1 |
| IPHAN/MA | 1 |
| UFMA | 4 |
| PSF-Imperatriz/MA | 15 | PSF-Imperatriz/MA | 13 |
| FUNAI-Imperatriz/MA | 1 |
| INSS-Imperatriz/MA | 1 |
| PF/MG | 147 | PF/MG | 110 |
| ANTT/MG | 2 |
| CEFET/MG | 1 |
| CNEN/MG | 1 |
| DNIT/MG | 3 |
| DNPM/MG | 4 |
| FUNASA/MG | 2 |
| IBAMA/MG | 4 |
| IFMG | 2 |
| INCRA/MG | 4 |
| INSS/MG | 3 |
| IPHAN/MG | 2 |
| IBRAM/MG | 1 |
| UFMG | 8 |
| ICMBio-Lagoa Santa/MG | 3 | ICMBio-Lagoa Santa/MG | 3 |
| UNIFAL | 2 | UNIFAL | 2 |
| INSS-Rep.Bambuí/MG | 1 | INSS-Rep.Bambuí/MG | 1 |
| INSS-Barbacena/MG | 2 | INSS-Barbacena/MG | 2 |
| INSS-Contagem/MG | 2 | INSS-Contagem/MG | 2 |
| INSS-Diamantina/MG | 1 | INSS-Diamantina/MG | 1 |
| UFVJM | 2 | UFVJM | 2 |
| PSF-Divinópolis/MG | 19 | PSF-Divinópolis/MG | 18 |
| INSS-Divinópolis/MG | 1 |
| PSF-Governador Valadares/MG | 18 | PSF-Governador Valadares/MG | 16 |
| FUNAI-Governador Valadares/MG | 1 |
| INSS-Governador Valadares/MG | 1 |
| EA-Ipatinga/MG | 2 | EA-Ipatinga/MG | 2 |
| UNIFEI | 3 | UNIFEI | 3 |
| PSF-Juiz de Fora/MG | 31 | PSF-Juiz de Fora/MG | 26 |
| IFSudeste de Minas | 2 |
| INSS-Juiz de Fora/MG | 1 |
| UFJF | 2 |
| EA-Lavras/MG | 7 | EA-Lavras/MG | 5 |
| UFLA | 2 |
| PSF-Montes Claros/MG | 14 | PSF-Montes Claros/MG | 12 |
| IFNorte de Minas | 1 |
| INSS-Montes Claros/MG | 1 |
| INSS-Ouro Preto/MG | 1 | INSS-Ouro Preto/MG | 1 |
| FUFOP | 2 | FUFOP | 2 |
| EA-Passos/MG | 5 | EA-Passos/MG | 5 |
| EA-Patos de Minas/MG | 6 | EA-Patos de Minas/MG | 6 |
| PSF-Poços de Caldas/MG | 13 | PSF-Poços de Caldas/MG | 12 |
| INSS-Poços de Caldas/MG | 1 |
| EA-Pouso Alegre/MG | 1 | EA-Pouso Alegre/MG | 1 |
| IFSul de Minas | 1 | IFSul de Minas | 1 |
| UFSJ | 2 | UFSJ | 2 |
| EA-Teófilo Otoni/MG | 7 | EA-Teófilo Otoni/MG | 6 |
| INSS-Teófilo Otoni/MG | 1 |
| PSF-Uberaba/MG | 15 | PSF-Uberaba/MG | 12 |
| IFTriângulo Mineiro | 1 |
| INSS-Uberaba/MG | 1 |
| UFTM | 1 |
| PSF-Uberlândia/MG | 22 | PSF-Uberlândia/MG | 18 |
| INSS-Uberlândia/MG | 1 |
| FUFUb | 3 |
| PSF-Varginha/MG | 10 | PSF-Varginha/MG | 9 |
| INSS-Varginha/MG | 1 |
| EA-Viçosa/MG | 9 | EA-Viçosa/MG | 6 |
| FUFV | 3 |
| PF/MT | 60 | PF/MT | 40 |
| DNIT/MT | 1 |
| DNPM/MT | 1 |
| FUFMT | 2 |
| FUNAI/MT | 2 |
| FUNASA/MT | 1 |
| IBAMA/MT | 6 |
| ICMBio/MT | 1 |
| IFMT | 1 |
| INCRA/MT | 2 |
| INSS/MT | 2 |
| IPHAN/MT | 1 |
| FUNAI-Barra do Garças/MT | 1 | FUNAI-Barra do Garças/MT | 1 |
| EA-Rondonópolis/MT | 3 | EA-Rondonópolis/MT | 3 |
| EA-Sinop/MT | 3 | EA-Sinop/MT | 3 |
| PF/PA | 80 | PF/PA | 52 |
| DNPM/PA | 1 |
| DNIT/PA | 1 |
| FUNASA/PA | 1 |
| IBAMA/PA | 5 |
| ICMBio/PA | 1 |
| IFPA | 2 |
| INCRA/PA | 5 |
| INSS/PA | 3 |
| IPHAN/PA | 1 |
| SUDAM | 2 |
| UFPA | 5 |
| UFRA | 1 |
| FUNAI-Altamira/PA | 1 | FUNAI-Altamira/PA | 1 |
| PSF-Marabá/PA | 16 | PSF-Marabá/PA | 9 |
| FUNAI-Marabá/PA | 1 |
| IBAMA-Marabá/PA | 2 |
| INCRA-Marabá/PA | 3 |
| UNIFESSPA | 1 |
| PSF-Santarém/PA | 21 | PSF-Santarém/PA | 14 |
| FUNAI-Santarém/PA | 1 |
| IBAMA-Santarém/PA | 2 |
| ICMBio-Santarém/PA | 1 |
| INCRA-Santarém/PA | 2 |
| UFOPA | 1 |
| PF/PI | 57 | PF/PI | 39 |
| DNIT/PI | 1 |
| FUFPI | 4 |
| FUNASA/PI | 2 |
| IBAMA/PI | 2 |
| ICMBio/PI | 1 |
| IFPI | 1 |
| INCRA/PI | 4 |
| INSS/PI | 2 |
| IPHAN/PI | 1 |
| PF/RO | 35 | PF/RO | 21 |
| DNIT/RO | 1 |
| DNPM/RO | 1 |
| FUNASA/RO | 1 |
| IBAMA/RO | 3 |
| ICMBio/RO | 1 |
| IFRO | 1 |
| INCRA/RO | 3 |
| INSS/RO | 1 |
| UNIR | 2 |
| PSF-Ji-Paraná/RO | 12 | PSF-Ji-Paraná/RO | 10 |
| FUNAI-Ji-Paraná/RO | 2 |
| PF/RR | 19 | PF/RR | 10 |
| DNIT/RR | 1 |
| FUNAI/RR | 1 |
| FUNASA/RR | 1 |
| IBAMA/RR | 1 |
| IFRR | 1 |
| INCRA/RR | 2 |
| INSS/RR | 1 |
| UFRR | 1 |
| PF/TO | 34 | PF/TO | 22 |
| DNIT/TO | 1 |
| FUNAI/TO | 1 |
| FUNASA/TO | 1 |
| IBAMA/TO | 2 |
| IFTO | 2 |
| INCRA/TO | 2 |
| INSS/TO | 1 |
| UFT | 2 |
| PRF-2 | 361 | PRF-2 | 158 |
| ANATEL/RJ | 2 |
| ANCINE | 6 |
| ANP/RJ | 14 |
| ANS/RJ | 25 |
| ANTT/RJ | 1 |
| AGLO | 4 |
| CCCPM | 1 |
| CEFET/RJ | 2 |
| CFIAe | 1 |
| CNEN/RJ | 10 |
| CP-II | 1 |
| CVM/RJ | 30 |
| DNIT/RJ | 3 |
| DNPM/RJ | 1 |
| FBN | 3 |
| FCRB | 1 |
| FIOCRUZ | 6 |
| FO | 1 |
| FUNAI/RJ | 1 |
| FUNARTE | 3 |
| FUNASA/RJ | 3 |
| IBAMA/RJ | 3 |
| IBGE/RJ | 10 |
| IBRAM/RJ | 2 |
| ICMBio/RJ | 2 |
| IFRJ | 2 |
| INCRA/RJ | 3 |
| INMETRO/RJ | 8 |
| INPI/RJ | 15 |
| INSS/RJ | 5 |
| IPHAN/RJ | 2 |
| IPJB | 2 |
| SUSEP/RJ | 15 |
| UFRJ | 12 |
| UNIRIO | 3 |
| PSF-Campos dos Goytacazes/RJ | 16 | PSF-Campos dos Goytacazes/RJ | 14 |
| IFFluminense | 1 |
| INSS-Campos dos Goytacazes/RJ | 1 |
| PSF-Duque de Caxias/RJ | 29 | PSF-Duque de Caxias/RJ | 28 |
| INSS-Duque de Caxias/RJ | 1 |
| PSF-Niterói/RJ | 40 | PSF-Niterói/RJ | 33 |
| INSS-Niterói/RJ | 1 |
| UFF | 6 |
| EA-Nova Friburgo/RJ | 5 | EA-Nova Friburgo/RJ | 5 |
| PSF-Petrópolis/RJ | 13 | PSF-Petrópolis/RJ | 12 |
| INSS-Petrópolis/RJ | 1 |
| UFRRJ | 4 | UFRRJ | 4 |
| PSF-Volta Redonda/RJ | 16 | PSF-Volta Redonda/RJ | 15 |
| INSS-Volta Redonda/RJ | 1 |
| PF/ES | 65 | PF/ES | 51 |
| DNIT/ES | 2 |
| DNPM/ES | 1 |
| FUNASA/ES | 1 |
| IBAMA/ES | 2 |
| IFES | 2 |
| INCRA/ES | 1 |
| INSS/ES | 1 |
| UFES | 4 |
| EA-Cachoeiro de Itapemirim/ES | 6 | EA-Cachoeiro de Itapemirim/ES | 6 |
| INSS-Rep.Colatina/ES | 1 | INSS-Rep.Colatina/ES | 1 |
| EA-São Mateus/ES | 3 | EA-São Mateus/ES | 3 |
| PRF-3 | 245 | PRF-3 | 207 |
| CNEN/SP | 1 |
| CVM/SP | 4 |
| DNIT/SP | 2 |
| DNPM/SP | 2 |
| FUNASA/SP | 3 |
| FUNDACENTRO | 2 |
| IBAMA/SP | 5 |
| IBGE/SP | 1 |
| IFSP | 4 |
| INCRA/SP | 2 |
| INSS/SP | 5 |
| IPHAN/SP | 1 |
| SUSEP/SP | 1 |
| UNIFESP | 4 |
| PREVIC/SP | 1 |
| INSS-Rep.Americana/SP | 2 | INSS-Rep.Americana/SP | 2 |
| PSF-Araçatuba/SP | 13 | PSF-Araçatuba/SP | 12 |
| INSS-Araçatuba/SP | 1 |
| PSF-Araraquara/SP | 18 | PSF-Araraquara/SP | 17 |
| INSS-Araraquara/SP | 1 |
| PSF-Bauru/SP | 20 | PSF-Bauru/SP | 19 |
| INSS-Bauru/SP | 1 |
| INSS-Rep.Bebedouro/SP | 5 | INSS-Rep.Bebedouro/SP | 5 |
| PSF-Botucatu/SP | 13 | PSF-Botucatu/SP | 13 |
| PSF-Campinas/SP | 34 | PSF-Campinas/SP | 33 |
| INSS-Campinas/SP | 1 |
| PSF-Franca/SP | 10 | PSF-Franca/SP | 10 |
| PSF-Guarulhos/SP | 19 | PSF-Guarulhos/SP | 18 |
| INSS-Guarulhos/SP | 1 |
| FUNAI-Itanhaém/SP | 1 | FUNAI-Itanhaém/SP | 1 |
| INSS-Rep.Jaú/SP | 2 | INSS-Rep.Jaú/SP | 2 |
| PSF-Jundiaí/SP | 16 | PSF-Jundiaí/SP | 15 |
| INSS-Jundiaí/SP | 1 |
| INSS-Rep.Lins/SP | 2 | INSS-Rep.Lins/SP | 2 |
| PSF-Marília/SP | 12 | PSF-Marília/SP | 11 |
| INSS-Marília/SP | 1 |
| EA-Mogi das Cruzes/SP | 10 | EA-Mogi das Cruzes/SP | 10 |
| PSF-Osasco/SP | 18 | PSF-Osasco/SP | 17 |
| INSS-Osasco/SP | 1 |
| INSS-Rep.Ourinhos/SP | 2 | INSS-Rep.Ourinhos/SP | 2 |
| PSF-Piracicaba/SP | 17 | PSF-Piracicaba/SP | 16 |
| INSS-Piracicaba/SP | 1 |
| INSS-Rep.Pirassununga/SP | 4 | INSS-Rep.Pirassununga/SP | 4 |
| PSF-Presidente Prudente/SP | 16 | PSF-Presidente Prudente/SP | 15 |
| INSS-Presidente Prudente/SP | 1 |
| PSF-Ribeirão Preto/SP | 26 | PSF-Ribeirão Preto/SP | 25 |
| INSS-Ribeirão Preto/SP | 1 |
| INSS-Santo André/SP | 1 | INSS-Santo André/SP | 1 |
| UFABC | 2 | UFABC | 2 |
| PSF-Santos/SP | 24 | PSF-Santos/SP | 23 |
| INSS-Santos/SP | 1 |
| PSF-São Bernardo do Campo/SP | 38 | PSF-São Bernardo do Campo/SP | 37 |
| INSS-São Bernardo do Campo/SP | 1 |
| INSS-Rep.São Carlos/SP | 3 | INSS-Rep.São Carlos/SP | 3 |
| FUFSCAR | 3 | FUFSCAR | 3 |
| PSF-São João da Boa Vista/SP | 7 | PSF-São João da Boa Vista/SP | 6 |
|  | INSS-São João da Boa Vista/SP | 1 |
| PSF-São José do Rio Preto/SP | 22 | PSF-São José do Rio Preto/SP | 21 |
| INSS-São José do Rio Preto/SP | 1 |
| PSF-São José dos Campos/SP | 15 | PSF-São José dos Campos/SP | 14 |
| INSS-São José dos Campos/SP | 1 |
| PSF-Sorocaba/SP | 23 | PSF-Sorocaba/SP | 22 |
| INSS-Sorocaba/SP | 1 |
| PSF-Taubaté/SP | 15 | PSF-Taubaté/SP | 14 |
| INSS-Taubaté/SP | 1 |
| EA-Votuporanga/SP | 8 | EA-Votuporanga/SP | 8 |
| PF/MS | 49 | PF/MS | 36 |
| DNIT/MS | 1 |
| FUFMS | 2 |
| FUNAI/MS | 2 |
| FUNASA/MS | 1 |
| IBAMA/MS | 2 |
| IFMS | 1 |
| INCRA/MS | 2 |
| INSS/MS | 1 |
| IPHAN/MS | 1 |
| PSF-Dourados/MS | 16 | PSF-Dourados/MS | 13 |
| FUNAI-Dourados/MS | 1 |
| INSS-Dourados/MS | 1 |
| UFGD | 1 |
| FUNAI-Ponta Porã/MS | 1 | FUNAI-Ponta Porã/MS | 1 |
| EA-Três Lagoas/MS | 5 | EA-Três Lagoas/MS | 5 |
| PRF-4 | 150 | PRF-4 | 125 |
| ANTT/RS | 1 |
| DNIT/RS | 2 |
| DNPM/RS | 1 |
| FUNASA/RS | 1 |
| IBAMA/RS | 3 |
| INCRA/RS | 3 |
| INMETRO/RS | 1 |
| INSS/RS | 5 |
| IPHAN/RS | 1 |
| SUSEP/RS | 1 |
| UFCSPA | 1 |
| UFRGS | 5 |
| EA-Bagé/RS | 5 | EA-Bagé/RS | 3 |
| UNIPAMPA | 2 |
| INSS-Rep.Bento Gonçalves/RS | 1 | INSS-Rep.Bento Gonçalves/RS | 1 |
| IFRS | 2 | IFRS | 2 |
| INSS-Canoas/RS | 1 | INSS-Canoas/RS | 1 |
| PSF-Caxias do Sul/RS | 21 | PSF-Caxias do Sul/RS | 20 |
| INSS-Caxias do Sul/RS | 1 |
| INSS-Rep.Erechim/RS | 2 | INSS-Rep.Erechim/RS | 2 |
| PSF-Novo Hamburgo/RS | 24 | PSF-Novo Hamburgo/RS | 23 |
| INSS-Novo Hamburgo/RS | 1 |
| PSF-Passo Fundo/RS | 19 | PSF-Passo Fundo/RS | 17 |
| FUNAI-Passo Fundo/RS | 1 |
| INSS-Passo Fundo/RS | 1 |
| PSF-Pelotas/RS | 17 | PSF-Pelotas/RS | 12 |
| FUFPEL | 3 |
| IFSul Rio-Grandense | 1 |
| INSS-Pelotas/RS | 1 |
| PSF-Rio Grande/RS | 10 | PSF-Rio Grande/RS | 8 |
| FURG | 2 |
| PSF-Santa Cruz do Sul/RS | 13 | PSF-Santa Cruz do Sul/RS | 13 |
| PSF-Santa Maria/RS | 22 | PSF-Santa Maria/RS | 15 |
| IFFarroupilha | 2 |
| INSS-Santa Maria/RS | 1 |
| UFSM | 4 |
| PSF-Santo Ângelo/RS | 17 | PSF-Santo Ângelo/RS | 16 |
| INSS-Santo Ângelo/RS | 1 |
| PSF-Uruguaiana/RS | 9 | PSF-Uruguaiana/RS | 8 |
| INSS-Uruguaiana/RS | 1 |
| PF/PR | 107 | PF/PR | 81 |
| DNPM/PR | 1 |
| DNIT/PR | 2 |
| FUNASA/PR | 2 |
| IBAMA/PR | 4 |
| IFPR | 2 |
| INCRA/PR | 3 |
| INSS/PR | 2 |
| UFPR | 7 |
| UTFPR | 3 |
| INSS-Rep.Apucarana/PR | 1 | INSS-Rep.Apucarana/PR | 1 |
| INSS-Rep.Campo Mourão/PR | 4 | INSS-Rep.Campo Mourão/PR | 4 |
| PSF-Cascavel/PR | 14 | PSF-Cascavel/PR | 13 |
| INSS-Cascavel/PR | 1 |
| EA-Foz do Iguaçu/PR | 9 | EA-Foz do Iguaçu/PR | 8 |
| UNILA | 1 |
| EA-Francisco Beltrão/PR | 5 | EA-Francisco Beltrão/PR | 5 |
| EA-Guarapuava/PR | 6 | EA-Guarapuava/PR | 6 |
| PSF-Londrina/PR | 35 | PSF-Londrina/PR | 34 |
| INSS-Londrina/PR | 1 |
| PSF-Maringá/PR | 18 | PSF-Maringá/PR | 17 |
| INSS-Maringá/PR | 1 |
| INSS-Rep.Paranavaí/PR | 4 | INSS-Rep.Paranavaí/PR | 4 |
| EA-Pato Branco/PR | 5 | EA-Pato Branco/PR | 5 |
| PSF-Ponta Grossa/PR | 19 | PSF-Ponta Grossa/PR | 18 |
| INSS-Ponta Grossa/PR | 1 |
| INSS-Rep.Toledo/PR | 3 | INSS-Rep.Toledo/PR | 3 |
| EA-Umuarama/PR | 8 | EA-Umuarama/PR | 8 |
| PF/SC | 79 | PF/SC | 55 |
| DNIT/SC | 2 |
| DNPM/SC | 1 |
| FUNAI/SC | 1 |
| FUNASA/SC | 1 |
| IBAMA/SC | 3 |
| ICMBio/SC | 3 |
| IFSC | 2 |
| INCRA/SC | 2 |
| INSS/SC | 3 |
| IPHAN/SC | 1 |
| UFSC | 5 |
| PSF-Blumenau/SC | 20 | PSF-Blumenau/SC | 18 |
| IFCatarinense | 1 |
| INSS-Blumenau/SC | 1 |
| INSS-Rep.Brusque/SC | 1 | INSS-Rep.Brusque/SC | 1 |
| EA-Caçador/SC | 4 | EA-Caçador/SC | 4 |
| PSF-Chapecó/SC | 24 | PSF-Chapecó/SC | 20 |
| INSS-Chapecó/SC | 1 |
| UFFS | 2 |
| FUNAI-Chapecó/SC | 1 |
| INSS-Rep.Concórdia/SC | 1 | INSS-Rep.Concórdia/SC | 1 |
| PSF-Criciúma/SC | 19 | PSF-Criciúma/SC | 18 |
| INSS-Criciúma/SC | 1 |
| EA-Itajaí/SC | 7 | EA-Itajaí/SC | 7 |
| INSS-Rep.Jaraguá do Sul/SC | 1 | INSS-Rep.Jaraguá do Sul/SC | 1 |
| PSF-Joinville/SC | 24 | PSF-Joinville/SC | 23 |
| INSS-Joinville/SC | 1 |
| EA-Lages/SC | 5 | EA-Lages/SC | 5 |
| EA-Mafra/SC | 4 | EA-Mafra/SC | 4 |
| INSS-Rep.São Miguel do Oeste/SC | 1 | INSS-Rep.São Miguel do Oeste/SC | 1 |
| EA-Tubarão/SC | 10 | EA-Tubarão/SC | 10 |
| PRF-5 | 132 | PRF-5 | 103 |
| DNIT/PE | 2 |
| DNOCS/PE | 1 |
| FUNASA/PE | 1 |
| FUNDAJ | 1 |
| IBAMA/PE | 3 |
| IBGE/PE | 2 |
| IFPE | 2 |
| INCRA/PE | 3 |
| INSS/PE | 4 |
| IPHAN/PE | 1 |
| SUDENE | 2 |
| UFPE | 5 |
| UFRPE | 2 |
| PSF-Caruaru/PE | 12 | PSF-Caruaru/PE | 11 |
| INSS-Caruaru/PE | 1 |
| EA-Garanhuns/PE | 6 | EA-Garanhuns/PE | 5 |
| INSS-Garanhuns/PE | 1 |
| PSF-Vale do São Francisco/PE | 24 | PSF-Vale do São Francisco/PE | 19 |
| IFSertão Pernambucano | 1 |
| INCRA-Petrolina/PE | 1 |
| INSS-Petrolina/PE | 1 |
| UNIVASF | 2 |
| PSF-Serra Talhada/PE | 7 | PSF-Serra Talhada/PE | 7 |
| PF/AL | 50 | PF/AL | 34 |
| ANATEL/AL | 1 |
| DNIT/AL | 1 |
| FUNASA/AL | 1 |
| IBAMA/AL | 2 |
| IFAL | 2 |
| INCRA/AL | 2 |
| INSS/AL | 2 |
| IPHAN/AL | 1 |
| UFAL | 4 |
| PSF-Arapiraca/AL | 7 | PSF-Arapiraca/AL | 7 |
| PF/CE | 98 | PF/CE | 68 |
| DNIT/CE | 3 |
| DNOCS/CE | 6 |
| DNPM/CE | 1 |
| FUNAI/CE | 1 |
| FUNASA/CE | 2 |
| IBAMA/CE | 2 |
| IFCE | 3 |
| INCRA/CE | 2 |
| INSS/CE | 3 |
| IPHAN/CE | 1 |
| UFC | 6 |
| PSF-Juazeiro do Norte/CE | 14 | PSF-Juazeiro do Norte/CE | 12 |
| INSS-Juazeiro do Norte/CE | 1 |
| UFCA | 1 |
| UNILAB | 2 | UNILAB | 2 |
| PSF-Sobral/CE | 13 | PSF-Sobral/CE | 12 |
| INSS-Sobral/CE | 1 |
| PF/PB | 55 | PF/PB | 40 |
| DNIT/PB | 1 |
| DNOCS/PB | 1 |
| FUNASA/PB | 1 |
| IBAMA/PB | 3 |
| IFPB | 2 |
| INCRA/PB | 2 |
| INSS/PB | 1 |
| UFPB | 4 |
| ICMBio-Cabedelo/PB | 1 | ICMBio-Cabedelo/PB | 1 |
| PSF-Campina Grande/PB | 20 | PSF-Campina Grande/PB | 17 |
| INSS-Campina Grande/PB | 1 |
| UFCG | 2 |
| PSF-Sousa/PB | 9 | PSF-Sousa/PB | 9 |
| PF/RN | 59 | PF/RN | 41 |
| DNIT/RN | 1 |
| DNPM/RN | 4 |
| FUNASA/RN | 1 |
| IBAMA/RN | 2 |
| IFRN | 2 |
| INCRA/RN | 2 |
| INSS/RN | 1 |
| UFRN | 5 |
| PSF-Mossoró/RN | 15 | PSF-Mossoró/RN | 12 |
| INSS-Mossoró/RN | 1 |
| UFERSA | 2 |
| PF/SE | 42 | PF/SE | 31 |
| DNIT/SE | 1 |
| FUNASA/SE | 1 |
| IBAMA/SE | 2 |
| IFSE | 2 |
| INCRA/SE | 2 |
| INSS/SE | 1 |
| UFS | 2 |
| **TOTAL** | **4.362** | **TOTAL** | **4.362** |

Suplemento A do BSE 49, de 6.12.2017 (Retificado no BS 52, de 26.12.2017).

**PORTARIA Nº 783, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.**

*Institui a Rede de Tecnologia e Inovação da Procuradoria-Geral Federal - PGF-TEC.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o que consta do NUP 00407.087795/2017-36, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Rede de Tecnologia e Inovação da Procuradoria-Geral Federal – PGF-TEC, que tem como missão construir a estratégia e a visão de futuro relacionadas ao uso da tecnologia para a automação de processos de trabalho dos órgãos de execução da PGF, em complementação e observância das diretrizes das demais instâncias da Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único. A PGF-TEC terá como objetivos:

1. – assessorar a PGF na busca de soluções tecnológicas que contribuam para maior eficiência no cumprimento de seus objetivos institucionais;
2. – identificar as necessidades, oportunidades e dificuldades para o avanço da automação, a integração com as entidades assessoradas e com sistemas do Poder Judiciário, e propor alternativas e soluções;
3. – identificar e fomentar iniciativas relacionadas à automação dos processos de trabalho;
4. – auxiliar a PGF na formulação e priorização das demandas a serem encaminhadas à Diretoria de Tecnologia da Informação e ao Departamento de Gestão Estratégica da AGU.

Art. 2º A PGF-TEC será formada por membros e servidores que possuam aptidão para colaborar com os seus objetivos, admitindo-se também a participação de instituições de tecnologia e inovação representadas por órgão de execução da PGF, inclusive seus servidores.

Art. 3º A Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão será responsável pelas atividades da PGFTEC e designará, por ato específico, o seu coordenador. **(Redação dada pela Portaria nº 642, de 16.7.2019)**

Parágrafo único. A despeito da atribuição prevista no caput, os demais órgãos de direção da PGF poderão desenvolver iniciativas que concretizem os objetivos da PGF-TEC, respeitadas as áreas temáticas de atuação.**(Incluído pela Portaria nº 642, de 16.7.2019)**

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO**

Suplemento A do BSE 51, de 20.12.2017.

**PORTARIA Nº 784, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

*Disciplina a mensuração dos acordos judiciais por meio da utilização do SAPIENS e dá outras providências.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2ºdo art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o que consta do NUP 00407.087787/2017-90, resolve:

Art. 1º A Procuradoria-Geral Federal divulgará, mensalmente, o número de acordos realizados e osvalores pagos e economizados, direta e indiretamente, com sua celebração, por meio de painel específico.

§1º Considera-se economia direta a diferença entre o valor potencialmente devido e o valor efetivamentepago.

§2º Considera-se economia indireta os valores que deixaram de ser dispendidos em razão doencerramento antecipado do litigio, redução da duração de benefícios e situações assemelhadas.

Art. 2º As informações de que trata o art. 1º serão apuradas exclusivamente a partir dos dados do SistemaAGU de Inteligência Jurídica -SAPIENS, por meio da atividade própria.

Art. 3º No momento da ciência da homologação do acordo, para fins de apuração da economia direta,deverão ser informados no campo disponibilizado no SAPIENS os valores potencialmente devidos e os efetivamentepagos.

§ 1º Enquanto não houver a automação das informações referidas no caput, fica dispensado opreenchimento dos valores nas ações relativas a previdência e assistência social que tramitam nos Juizados EspeciaisFederais e tenham como réu o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

§ 2º Para fins da apuração mencionada no §1º deste artigo, no ano de 2018, os valores pagos eeconomizados serão calculados com base nas médias dos valores informados nos anos de 2016 e 2017.

Art. 4º A economia indireta decorrente do encerramento antecipado do litígio ou outros ganhosdecorrentes do acordo, desde que monetariamente mensuráveis, serão objeto de apuração específica, cuja implantaçãoficará condicionada ao desenvolvimento de ferramentas adequadas no SAPIENS.

Art. 5º A Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão - CGPG orientará quanto à correta utilização doSAPIENS para os fins desta Portaria, divulgará a forma de apuração das estimativas previstas no §1º do art. 3º e art. 4º eprestará o suporte necessário para a divulgação mensal dos dados referentes aos acordos.

Art. 6º Após 1 (um) ano de vigência desta Portaria, os critérios para aferição dos valores referidos no §1ºdo art. 3º serão objeto de revisão conjunta pelo Departamento de Contencioso – DEPCONT e pela Coordenação-Geral dePlanejamento e Gestão – CGPG.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor em 01.01.2018, ocasião em que perderá os efeitos a Ordem deServiço nº 01, de 29 de abril de 2011, do Departamento de Contencioso.

**CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO**

Suplemento A do BSE 51, de 20.12.2017.

**PORTARIA Nº 801, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.**[[344]](#footnote-345)

*Prorroga o projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos das Portarias nº 979, de 24 de dezembro de 2015, nº 317, de 04 de maio de 2016, nº 880, de 19 de dezembro de 20116, e dá outras providências.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, observado o disposto na Portaria nº 978, de 24 de dezembro de 2015, e o que consta no processo administrativo nº 00407.009940/2015-86, resolve:

Art. 1º Prorrogar até o dia 30 de junho de 2018 o projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto – Benefícios por Incapacidade de que tratam as Portarias nº 979, de 24 de dezembro de 2015, nº 317, de 04 de maio de 2016, e nº 880, de 19 de dezembro de 2016.

Art. 2º Fica autorizada a criação de novas Equipes de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade, desde que observados critérios que preservem e ampliem as forças identificadas no relatório conclusivo constante do processo administrativo nº 00407.009940/2015-86 (Seq. 114).

Art. 3º Compete à Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos estabelecer o padrão de edital a ser observado nas futuras seleções dos integrantes das Equipes de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO**

DOU de 28.12.2017.

**PORTARIA Nº 24, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.**

*Dispõe sobre a celebração de acordos, o reconhecimento de pedidos e a abstenção ou desistência de recursos pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal em ações judiciais que tratem da concessão ou restabelecimento de benefícios previdenciários por incapacidade de que trata a Lei nº. 8.213/91.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das competências de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e o artigo 2º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, tendo em vista o que consta do Processo administrativo nº 00407.042413/2016-64, e

Considerando a experiência exitosa das Equipes de Trabalho Remoto em Benefício por Incapacidade, instituídas com o objetivo de especializar a atuação da Procuradoria-Geral Federal na temática dos benefícios por incapacidade;

Considerando as alterações na legislação previdenciária realizadas pelas Medidas Provisórias nº 739, de 2016, e nº 767, de 2017, esta convertida na Lei nº 13.457, de 2017, em especial relativas à duração do benefício de auxílio-doença e ao Pedido de Prorrogação do benefício; e

Considerando a necessidade de se conferir maior uniformidade, qualificar a instrução probatória dos processos judiciais e contribuir para a celeridadade na conclusão desses processos, em especial diante da Recomendação Conjunta CNJ/AGU/MTPS nº 1, de 15 de dezembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Esta portaria disciplina a celebração de acordos judiciais, reconhecimento de pedidos e abstenção de recursos em ações judiciais que visem à concessão de benefícios de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio acidente.

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 2º A celebração de acordos judiciais tem como princípios e objetivos:

I – Assegurar a manutenção da decisão administrativa do INSS, evitando a concessão indevida de benefícios previdenciários;

II– Contribuir para a celeridade da prestação jurisdicional e para a observância do princípio constitucional da razoável duração dos processos;

III – Zelar pela observância de critérios uniformes para a manutenção dos benefícios, em homenagem ao princípio da isonomia;

IV – Aprimorar a instrução dos processos judiciais e da atuação processual, incrementando a taxa de sucesso judicial da PGF;

V – Estimular a integração entre o INSS, a Advocacia-Geral da União e o Poder Judiciário, por meio de adoção de procedimentos comuns que assegurem maior celeridade e uniformidade à atuação.

DA QUESITAÇÃO

Art. 3º Os órgãos de execução da PGF adotarão como quesitos, nas ações judiciais de que trata esta portaria e que dependam de prova pericial médica, aqueles indicados no anexo da Recomendação Conjunta CNJ/AGU/MTPS nº 1, de 15 de dezembro de 2015.

§º Os órgãos de execução da PGF poderão solicitar a inclusão de outros quesitos ao rol estabelecido na Portaria Conjunta de que trata o caput, procedendo aos ajustes necessários junto aos órgãos judiciários locais, quando peculiaridades locais indicarem a insuficiência daquele rol, sem prejuízo da apresentação de quesitos complementares necessários ao esclarecimento dos casos concretos.

§º Em qualquer hipótese, os peritos devem ser instados a informar, dentre outros aspectos relevantes para o deslinde da causa, a data de início da doença (DID), a data de início da incapacidade (DII), a classificação internacional da doença (CID) e a data da cessação do benefício (DCB), de acordo com o prazo estimado para a recuperação da capacidade laboral do segurado.

DO ACORDO JUDICIAL

Art. 4º Nas hipóteses em que o Procurador Federal oficiante entender viável a propositura de acordo judicial para a concessão ou restabelecimento de auxílio-doença, a proposta de acordo deverá prever DCB compatível com o prazo estimado no laudo pericial para a recuperação da capacidade laboral do segurado, e a possibilidade de prorrogação do benefício por meio de Pedido de Prorrogação (PP) junto ao INSS.

§1º Quando o laudo pericial for omisso quanto à duração da incapacidade, o Procurador Federal poderá propor a concessão ou o restabelecimento de auxílio-doença pelo prazo de 120 dias, a contar da implantação do benefício, assim entendida a data do despacho do benefício (DDB) no âmbito do INSS, em conformidade com o disposto no § 9º do art. 60 da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 13.457/2017.

§2º Na hipótese em que o prazo entre a data da intimação para cumprimento da sentença ou decisão que determine a implantação do benefício e a DCB prevista na decisão inviabilizar o Pedido de Prorrogação de que trata o caput, deverá ser estabelecido prazo adicional necessário e suficiente para a observância do procedimento de prorrogação.

§3º Nas ações em que houver a designação de médico perito como assistente técnico do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o Procurador Federal oficiante atuará em juízo levando em consideração os laudos e subsídios fáticos apresentados pelo assistente técnico.

Art. 5º No termo de acordo, sempre que cabível, deverá constar a DCB e a informação de que o segurado terá a opção de solicitar administrativamente a prorrogação do benefício nos 15 (quinze) dias que antecederem sua cessação, caso subsista estado de incapacidade laboral.

§ 1º Também constará no termo de acordo que:

I - se não for solicitada a prorrogação do benefício, o mesmo será cessado na data prevista;

II - se for solicitada a prorrogação pelo segurado, serão observadas as regras e procedimentos administrativos que disciplinam a manutenção e cessação de benefícios;

III - no caso de o segurado retornar voluntariamente ao trabalho, ou na ocorrência de comprovada recusa injustificável ao tratamento ou à reabilitação profissional, o benefício por incapacidade poderá ser suspenso ou cessado, conforme as regras administrativas de manutenção dos benefícios pelo INSS independentemente da DCB ou de realização de nova perícia, sem necessidade de qualquer consulta ou comunicação aos órgãos da PGF;

IV - nas hipóteses em que for indicada a possibilidade de reabilitação profissional, a explicitação de que o ingresso no programa dependerá de análise de admissibilidade à cargo da equipe técnica da Autarquia.

V - se restar comprovada a existência de incapacidade apenas pretérita, ou seja, se a implantação do benefício não ensejar pagamento futuro, a informação será inserida nos sistemas do INSS, apenas para fins de registro, não cabendo oportunizar o Pedido de Prorrogação - PP;

§ 2º Os órgãos de execução da PGF deverão diligenciar junto ao Poder Judiciário, inclusive com a inclusão de cláusula específica, quando for o caso, que a Secretaria do Juízo providenciará a intimação da parte autora para ciência dos termos constantes no Ofício de cumprimento da determinação judicial pela APSADJ, em especial da data em que será facultado o Pedido de Prorrogação, se for o caso, tão logo seja juntado aos autos.

§ 3º O Departamento de Contencioso da PGF poderá, separadamente ou em conjunto com a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, elaborar modelo de acordo, observando os parâmetros e cláusulas previstos nesta portaria.

Art. 6º Nos processos judiciais em que haja recursos pendentes de julgamento e que versem sobre concessão ou restabelecimento dos benefícios de que trata esta portaria, havendo decisão judicial total ou parcialmente favorável ao segurado, o Procurador Federal oficiante poderá avaliar o oferecimento de acordo judicial, nos termos da presente Portaria, para encerramento da lide.

§ 1º As Procuradorias Regionais Federais e as Procuradorias Federais nos Estados poderão organizar e aderir a mutirões junto aos respectivos Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Turmas Recursais, para o cumprimento do disposto neste artigo.

§ 2º Nos casos de auxílio-doença, observados os parâmetros previstos nesta portaria, o acordo deverá levar em consideração a data provável da recuperação da capacidade para a cessação do benefício indicado no laudo pericial, em decisão interlocutória ou na sentença, informando-se, posteriormente, a DCB fixada à Agência da Previdência Social para Atendimento de Demandas Judiciais – APSADJ ou órgão equivalente.

§ 3º Se a decisão ou sentença recorrida tiver concedido auxílio-doença com fixação da DCB, e se esta já estiver vencida, o Procurador Federal oficiante analisará a ausência de interesse processual no prosseguimento da lide e a perda superveniente do objeto do recurso, requerendo ao Tribunal ou à Turma Recursal, se for o caso, a extinção do processo com resolução de mérito, nos termos da decisão ou sentença recorrida.

§ 4º Na hipótese do §3º o Procurador Federal oficiante analisará, à luz dos elementos constantes dos autos, a possibilidade de determinar ao INSS a imediata cessação do benefício, a manutenção do benefício por um período adicional máximo de 120 dias a contar da data da proposta do acordo, para fins de negociação, ou o prazo necessário para o exercício do pedido de prorrogação, conforme previsto no §2º do art. 4º.

§ 5º Fica dispensada a obrigatoriedade de expedição de comunicações à APSADJ nos casos em que houver comunicação direta entre ela e o órgão judiciário competente, em consonância com o disposto na Portaria Conjunta PGF/INSS nº 83, de 04 de junho de 2012.

DA ATUAÇÃO RECURSAL

Art. 7º Caberá ao Procurador Federal oficiante avaliar, observado o disposto no art. 9º da Portaria AGU nº 488, de 2016, a necessidade de interposição de recurso nos casos em que a DCB fixada pelo juízo seja superior à indicada no laudo do perito judicial.

Parágrafo único. Fica dispensada a interposição de recurso de decisão judicial que:

a) fixar a DCB de acordo com o prazo de recuperação de capacidade laboral estimado pelo perito judicial; ou

b) embora não fixe a DCB, não afaste a aplicação do § 9º do art. 60 da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 13.457/2017.

Art. 8º Sem prejuízo da observância da prerrogativa do art. 9º da Portaria AGU n° 488/2016, caberá ao Procurador Federal oficiante interpor recurso em face de decisão judicial que condicione a cessação do auxílio-doença à realização de perícia pelo INSS, sem o prévio requerimento administrativo de prorrogação do benefício por iniciativa do segurado, em contrariedade ao disposto no §9º do art. 60 da Lei nº 8.213/91.

Parágrafo único. A interposição de recurso não impede a convocação do segurado, a qualquer tempo, para avaliação das condições que ensejaram concessão ou manutenção do benefício, nos termos do §10 do art. 60 da Lei nº 8.213/91.

Art. 9º Nas hipóteses previstas nesta Portaria, o Procurador Federal oficiante deverá analisar os demais requisitos legais do benefício pleiteado, bem como avaliar a necessidade de interposição de recurso nos casos em que se discuta a qualidade de segurado, período de carência, doença pré-existente, prescrição, decadência, incompetência do juízo, coisa julgada, litispendência ou outras questões de natureza processual.

DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO DE ATRASADOS

Art. 10. Nas ações que tenham por objeto a concessão ou a reativação de benefício por incapacidade em que tenha havido mais de um requerimento administrativo, o Procurador Federal oficiante poderá concordar com o pagamento dos atrasados desde a data do início da incapacidade (DII) indicada no laudo pericial, limitado à data do primeiro requerimento administrativo do benefício previdenciário e observada a prescrição quinquenal, além dos demais requisitos legais.

§ 1º Na hipótese em que a perícia judicial não precisar a data do início da incapacidade, pode-se concordar com o pagamento dos atrasados a contar da data da realização da perícia judicial ou da citação válida, observado o disposto no art. 9º desta portaria.

§ 2º No pagamento das parcelas em atraso, deverão ser excluídas as competências ou intervalos eventualmente pagos, inclusive de benefícios inacumuláveis, ou durante o qual o segurado desempenhou atividade laboral.

§ 3º Havendo discordância em relação aos cálculos, caberá ao procurador oficiante ponderar a necessidade de impugnar a execução, observando a prerrogativa do art. 9º da Portaria AGU n° 488/2016 e os demais atos normativos aplicáveis.

§ 4º O pagamento dos atrasados deverá ser feito por precatório ou RPV.

Art. 11. Em sede de acordo judicial, para os efeitos desta portaria, o Procurador Federal oficiante poderá oferecer proposta de pagamento de atrasados com deságio de até 20% do valor devido em caso de condenação, considerando as peculiaridades do caso concreto.

§ 1º Nas hipóteses em que forem observadas, na condução do processo judicial, as recomendações previstas na Recomendação Conjunta CNJ/AGU/MTPS nº 01, de 15 de dezembro de 2015, o percentual de deságio não deverá superar o índice de 5%.

§ 2º Não se considera deságio, para os fins deste artigo, a diferença decorrente da fixação de parâmetros para cálculos de atrasados, tais como a fixação de início da incapacidade na data da perícia ou da citação válida.

§ 3º Compete aos titulares das Procuradorias Regionais Federais, das Procuradorias Federais nos Estados, das Procuradorias Seccionais Federais e aos Coordenadores de ETR-BI, uniformizar no âmbito de suas equipes ou unidades os índices de deságio.

§ 4º O Procurador Federal oficiante não é obrigado a juntar os cálculos aos autos judiciais nem precisa apresentá-los à parte adversa, podendo apresentar tão somente o valor global a ser pago, desde que não ultrapassado o valor total devido no caso de condenação.

§ 5º Os cálculos ou as informações que tenham sido utilizados para fundamentar a negociação deverão ser arquivados no Sapiens quando o acordo for superior a 60 (sessenta) salários mínimos e, sempre que possível, nas demais hipóteses.

§ 6º Excepcionalmente, nos casos em que a unidade ofereça um elevado volume de acordos judiciais ou que o órgão responsável pela realização dos cálculos não tenha condições de efetuá-los para fins de acordo, poderá ser proposto acordo ilíquido, desde que indicados os parâmetros básicos para concessão e cessação do benefício, devendo ser descontados os benefícios inacumuláveis.

§ 7º Para aprovação do acordo, devem ser observados a competência e os limites de alçada fixados na legislação e nos atos regulamentares da AGU e da PGF vigentes no momento da realização do acordo.

§ 8º Oferecida a proposta de acordo, sobre esse valor incidirá, exclusivamente, correção monetária.

§ 9º Se a sentença já tiver fixado o percentual ou valor dos honorários, o acordo não poderá oferecer valor maior ao previsto na sentença ou acórdão.

§ 10. Não devem ser estipulados honorários em favor da parte autora no acordo judicial se o segurado for representado pela Defensoria Pública ou nas causas dos Juizados Especiais Federais que ainda estejam em primeira instância.

DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

Art. 12. Nos casos de que trata esta Portaria, não se reconhecerá o pedido e nem se proporá acordo judicial se o segurado não tiver feito o prévio requerimento administrativo.

§ 1º Entende-se por ausência de prévio requerimento:

a) a falta completa de pedido administrativo ou o não cumprimento de exigências formuladas pelo INSS;

b) o pedido de reativação de benefício cessado nos termos do §9º do art. 60 da Lei nº 8.213/91, por ausência do pedido de prorrogação do benefício;

c) a situação em que a patologia indicada não foi objeto de análise pela perícia médica do INSS; ou

d) a situação em que há incapacidade superveniente à data da cessação ou do indeferimento do requerimento, ou seja, quando não houver comprovação de que a parte se encontrava incapaz para o trabalho na data da análise administrativa;

§ 2º O Procurador Federal oficiante poderá avaliar a possibilidade de acordo judicial nos casos em que a ação judicial tiver sido proposta antes de 03/09/2014, em razão das regras de transição estabelecidas pelo STF no RE 631.240/MG.

§ 3º A vedação de que trata o caput poderá ser afastada, excepcionalmente, nas hipóteses do art. 9º da Portaria AGU nº 488, de 2016, quando presentes todos os demais requisitos para a concessão do benefício.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. Os órgãos de execução da PGF deverão comunicar ao INSS, através das respectivas APSADJ ou órgãos equivalentes, a homologação judicial do acordo e demais situações de que trata esta portaria, para o cumprimento e o efetivo registro nos sistemas da Previdência Social, inclusive a fixação da DCB, quando tal providência não for comunicada diretamente pelo Poder Judiciário.

Art. 14. Esta Portaria é aplicável no âmbito da Justiça Federal, inclusive no microssistema de Juizados Especiais Federais, e na Justiça Estadual, em qualquer instância ou rito, inclusive nas ações previdenciárias acidentárias.

Art. 15. Observadas suas atribuições específicas, o Departamento de Contencioso da PGF e a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS poderão editar, preferencialmente de forma conjunta, atos normativos e produzir orientações para aplicação desta Portaria, observado o disposto parágrafo único do art. 2º da Portaria AGU nº 953, de 23 de setembro de 2009, inclusive a atualização do Manual de Conciliação da PGF.

Art. 16. Além das hipóteses de que trata esta portaria, deverão ser observados os pareceres referenciais e orientações do Departamento de Contencioso da PGF e da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, bem como as Súmulas da AGU aplicáveis aos benefícios de que trata esta portaria.

Art. 17. Os órgãos de contencioso da PGF e os órgãos de consultoria da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS deverão manter contato permanente com vistas à análise dos indicadores de judicialização disponíveis, à construção de estratégias de consultoria jurídica e assessoramento que contribuam para a prevenção de litígios, bem como definindo formas de incremento da participação de peritos médicos do INSS no acompanhamento das perícias como assistentes técnicos, na elaboração de pareceres sobre laudos, e na análise estratégica dos indicadores, em especial no âmbito das Equipes de Trabalho Remoto em Benefício por Incapacidade.

Art. 18. Fica revogada a Portaria PGF nº 258, de 13 de abril de 2016.[[345]](#footnote-346)

Art. 19. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO**

DOU de 22.1.2018.

PORTARIA Nº 35, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

*Estabelece, em conformidade com a política de governança pública federal, critérios e procedimentos que fortaleçam os mecanismos de liderança, estratégia e controle na gestão dos órgãos da Direção Central da Procuradoria-Geral Federal, das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais e dá outras providências.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Os Diretores e Coordenadores-Gerais dos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal - PGF bem como os Procuradores-chefes das Procuradorias Regionais Federais, das Procuradorias Federais nos Estados e responsáveis pelas Procuradorias Seccionais Federais observarão, no exercício de suas competências de que tratam as Portarias PGF nºs 338, de 12 de maio de 2016 e 172, de 21 de março de 2016, os princípios, diretrizes e mecanismos da governança pública de que trata o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 2º Para os efeitos do disposto nesta Portaria, considera-se governança pública o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

CAPÍTULO II

**DA SELEÇÃO DE CHEFES E RESPONSÁVEIS DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO DA PGF**

Art. 3º A indicação de membros da carreira de Procurador Federal para a assunção dos cargos de chefia de Procuradorias Regionais Federais e Procuradorias Federais nos Estados far-se-á mediante processo seletivo, observados os critérios e procedimentos fixados nesta Portaria, bem como na Portaria AGU nº 564, de 4 de dezembro de 2012, demais normas da Advocacia-Geral da União – AGU, e, em especial, a observância dos mecanismos para o exercício da governança pública. **(Redação dada pela Portaria nº 738, de 15.10.2018)**

Art. 4º O processo seletivo será regido por edital específico, publicado no Boletim de Serviços da AGU e amplamente divulgado na Lista PGF - Procuradores Federais pela PGF, editado pelas seguintes autoridades: **(Redação dada pela Portaria nº 738, de 15.10.2018)**

I - Procurador-Geral Federal, para a seleção de Procurador Regional Federal; e **(Redação dada pela Portaria nº 738, de 15.10.2018)**

II- Procurador Regional Federal, para a seleção de Procurador-Chefe de Procuradoria Federal no Estado. **(Redação dada pela Portaria nº 738, de 15.10.2018)**

III - **(Revogado pela Portaria nº 738, de 15.10.2018)**

Art. 5º O processo seletivo será conduzido por comissão composta por três Procuradores Federais designados no edital, sendo, preferencialmente, um deles integrantes do Comitê de Gestão respectivo, devendo ser constituído por:

1. - análise curricular; **(Incluído pela Portaria nº 738, de 15.10.2018)**
2. - análise de projeto de gestão; **(Incluído pela Portaria nº 738, de 15.10.2018)**
3. - apresentação do projeto de gestão; e IV - entrevista com o candidato. **(Incluído pela Portaria nº 738, de 15.10.2018)**

§ 1º O Edital fixará os prazos para inscrição no processo seletivo, entrega de currículo profissional e de projeto de gestão, realização das apresentações e divulgação do resultado e demais regras que regerão o certame, conforme Anexo I desta Portaria. **(Incluído pela Portaria nº 738, de 15.10.2018)**

§ 2º Na análise curricular, entre outros aspectos, será considerada a experiência em atividades de gestão, a exemplo de participação em cursos, comitês, cargos e encargos de gestão. **(Incluído pela Portaria nº 738, de 15.10.2018)**

§ 3º A apresentação do projeto de gestão e a entrevista com os candidatos se dará na mesma sessão. **(Incluído pela Portaria nº 738, de 15.10.2018)**

Art. 6º A indicação de responsável por Procuradoria Seccional Federal será realizada por meio de seleção simplificada, observados os termos do edital, sendo dispensada a formação de comissão, a apresentação pública do projeto e a manifestação de que trata o § 3º do art. 8º desta Portaria, permitindo-se, ainda, o encaminhamento de projeto de gestão resumido. **(Redação dada pela Portaria nº 738, de 15.10.2018)**

§ 1º O Procurador Regional Federal editará o competente edital para seleção de responsável pela Procuradoria Seccional Federal de sua região, podendo tal competência ser delegada ao Procurador-Chefe no Estado em que esteja situada a Procuradoria Seccional Federal. **(Redação dada pela Portaria nº 738, de 15.10.2018)**

§2º Somente poderão participar do processo seletivo os Procuradores Federais que tenham lotação ou exercício na unidade. **(Redação dada pela Portaria nº 738, de 15.10.2018)**

§3º A critério do Procurador Regional Federal ou do Procurador-Chefe da Procuradoria Federal no Estado, poderá ser autorizada previamente a participação de Procuradores Federais lotados ou em exercício em outras unidades da respectiva região ou Estado. **(Redação dada pela Portaria nº 738, de 15.10.2018)**

Art. 7º O projeto de gestão compreenderá o planejamento do candidato e sua posição sobre os seguintes temas:

I - implementação local dos Planos de Ação da PGF e das unidades a que se vincula diretamente, quando for o caso;

II - participação da unidade nos projetos estratégicos nacionais, regionais, estaduais e seccionais;

III - implementação do Modelo de Gestão Setorial definido pela PGF;

IV - novos projetos e soluções para melhoria do desempenho da unidade;

V - formas de acompanhamento de resultados da unidade, estratégias de comunicação interna e divulgação do trabalho da unidade;

VI - integração com as Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais e relacionamento com órgãos externos;

VII - participação dos membros na gestão da unidade, Comitê de Gestão e qualificação dos processos decisórios.

VIII – integração, motivação e relacionamento interpessoal na unidade;

IX – equalização do volume de trabalho; e

X - plano de capacitação da equipe;

§ 1º A proposta sobre cada tema deverá se limitar a 200 (duzentas) palavras, sem prejuízo de detalhamento na apresentação pública da proposta.

§ 2º A comissão divulgará o projeto a todos os membros em exercício na Região ou na localidade onde ocorre a seleção, conforme prazo definido no Anexo I desta Portaria. **(Redação dada pela Portaria nº 738, de 15.10.2018)**

§ 3º Os membros interessados poderão encaminhar, na forma estabelecida pelo edital, questionamentos fundamentados acerca do projeto divulgado e sua viabilidade, a fim de subsidiar a comissão de seleção, observado prazo definido no Anexo I desta Portaria. **(Redação dada pela Portaria nº 738, de 15.10.2018)**

§ 4º Serão desconsiderados pela comissão de seleção os questionamentos desprovidos de fundamentação ou quando versarem sobre o candidato ou outros aspectos que não se relacionem diretamente ao projeto divulgado.

Art. 8º A apresentação do projeto de gestão ocorrerá em sessão pública previamente agendada, podendo o candidato ou a comissão participar presencial ou por videoconferência, com a participação da comissão e dos Procuradores Federais que desejarem participar.

§ 1º O candidato que não se apresentar no horário determinado para o seu início será automaticamente excluído do processo seletivo.

§ 2º A comissão arguirá o candidato sobre o projeto, podendo lhe franquear a palavra pelo tempo previsto no edital ou ajustado em comum acordo entre os candidatos, conforme preveja o edital, e se valer de questionamentos previamente encaminhados nos termos dos § 3º do art. 7º.

§ 3º Concluídas as arguições de que trata o §2º, será facultada aos procuradores federais da localidade a manifestação fundamentada quanto aos projetos que considerem mais adequados e em conformidade com o projeto de gestão da PGF, observado o prazo definido no Anexo I desta Portaria. **(Redação dada pela Portaria nº 738, de 15.10.2018)**

Art. 9º A comissão elaborará relatório sobre o processo seletivo e encaminhará à autoridade de que trata o art. 4º.

Art. 10. **(Revogado pela Portaria nº 738, de 15.10.2018)**

Art. 11. O processo seletivo poderá ser aproveitado para nova indicação, a critério da administração, pelo prazo de doze meses contados da publicação do Edital.

CAPÍTULO III

**DA LOTAÇÃO E EXERCÍCIO NO ÂMBITO DO DEPARTAMENTO DE CONSULTORIA**

Art. 12. **(Revogadopela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

Art. 13. **(Revogadopela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

CAPÍTULO IV

**DO CADASTRO DE RESERVA PERMANENTE DA DIVISÃO DE ASSUNTOS DISCIPLINARES**

Art. 14. Fica criado cadastro de reserva permanente de Procuradores Federais interessados em atuar no assessoramento jurídico consultivo do Procurador-Geral Federal em matéria disciplinar - "CADASTRO DE RESERVA PERMANENTE - DAD".

§1º São requisitos mínimos para participação do Procurador Federal no CADASTRO DE RESERVA PERMANENTE - DAD:

I - tempo mínimo de cinco anos no cargo;

II - inexistência de processo disciplinar de natureza punitiva ou criminal em curso;

III - inexistência de condenação disciplinar anotada nos assentamentos funcionais pelo prazo legal;

IV - inexistência de condenação criminal em qualquer instância e enquanto não ocorrer reabilitação, nos termos do art. 93 do Código Penal;

V - inexistência de vínculos com entidade de classe no exercício de cargo de direção; VI - não estar lotado em unidade de difícil provimento; e

VII - não ter praticado ato que configure ofensa aos preceitos éticos que regem a atuação dos membros da Advocacia-Geral da União.

§2º Serão também considerados, isolada ou cumulativamente, os seguintes requisitos para participação do Procurador Federal no CADASTRO DE RESERVA PERMANENTE - DAD:

I - formação específica e/ou experiência prática em direito disciplinar, penal ou administrativo sancionador;

1. - participação como presidente ou membro de comissões disciplinares;
2. - exercício de encargo para o qual tenha sido formalmente designado no âmbito da PGF; e- experiência em mais de uma unidade de execução da Advocacia-Geral da União ou em mais de um tipo de atividade consultiva ou contenciosa.

Art. 15. Atendidos os requisitos do art. 14, §1º, todos os Procuradores Federais poderão participar do cadastro de reserva permanente de que trata esta Portaria, independentemente de lotação e exercício.

Art. 16. A atuação no assessoramento disciplinar do Procurador-Geral Federal é considerada atividade prioritária nos termos artigo 6º, III, da Portaria PGF nº 420, de 23 de maio de 2008.

Parágrafo único. Após a avaliação dos dados gerenciais da unidade de origem, o convite para integrar a Divisão de Assuntos Disciplinares será realizado na medida da necessidade do serviço e a critério do Procurador-Geral Federal.

Art. 17. A inclusão do Procurador Federal no CADASTRO DE RESERVA PERMANENTE – DAD será realizada por meio de juntada, no NUP 00407.075594/2017-96, de cota indicando nome completo, unidade de lotação, unidade de exercício, data da posse no cargo de Procurador Federal, à qual deverão ser anexados como componentes vinculados o respectivo currículo e declaração quanto à inexistência de processos, condenações ou vínculos mencionados no §1º, art. 14, bem como eventuais documentos comprobatórios dos demais requisitos indicados no §2º do art. 14.

Parágrafo único. O CADASTRO DE RESERVA PERMANENTE – DAD terá prazo indeterminado, cabendo ao interessado atualizar sua inscrição no último mês de cada ano, sob pena de ser considerado desistente.

Art. 18. O Procurador Federal que for selecionado para compor a equipe da DAD, terá seu exercício provisório fixado nesta Divisão por cento e oitenta dias, sem ônus para a Administração a critério do Procurador-Geral Federal e considerando os resultados da avaliação de desempenho prevista no art. 20, vedada a prorrogação. **(Redação dada pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

§1º O exercício provisório poderá ser transformado em definitivo após o prazo de 5 (cinco) meses de sua concessão, a pedido do interessado e a critério do Procurador-Geral Federal, considerando os resultados da avaliação de desempenho previstos no art. 20, desde que preenchidas as regras previstas na Portaria PGF nº 720, de 14 de setembro de 2007. **(Redação dada pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

§2º O Procurador Federal que vier a integrar a equipe da DAD iniciará suas atividades preferencialmente no Núcleo de Assessoramento para Admissibilidade (NAI).

§3º A inscrição do Procurador Federal no CADASTRO DE RESERVA PERMANENTE – DAD implica ciência pelos interessados acerca da natureza colegiada das atividades a serem desempenhadas no assessoramento do Procurador-Geral Federal em matéria disciplinar e dos procedimentos previstos na Ordem de Serviço n. 00006/2017/DAD/PGF/AGU.

Art. 19. O funcionamento dos Núcleos de Assessoramento para Admissibilidade e de Assessoramento para Julgamentos e Consultas da DAD observará a rotatividade periódica de parte de seus membros, de modo a atender ao volume de demanda a cargo de cada núcleo e a garantir a pluralidade dos debates.

Art. 20. Para os fins desta portaria, a permanência do exercício na DAD será objeto de avaliação de desempenho semestral, que considerará:

1. - a manutenção dos requisitos e capacidades indicados no art. 14;
2. - o atendimento das metas globais e individuais fixadas para a Divisão e seus membros, respectivamente;
3. - o atendimento aos compromissos ínsitos ao trabalho colegiado, tais como assiduidade nas reuniões colegiadas, preparação prévia para os debates e participação ativa na construção dos entendimentos jurídicos;
4. - a conduta propositiva e a participação ativa em projetos da unidade com o escopo de aprimoramento da prestação da atividade disciplinar em todas as suas fases;
5. - a necessidade do serviço, considerando o volume de trabalho da unidade;
6. - a observância dos preceitos éticos que regem a atuação dos membros da Advocacia-Geral da União.

§ 1º A avaliação semestral será realizada por Comissão presidida pelo Chefe da DAD e formada por um representante de cada um dos Núcleos de Assessoramento da DAD. **(Renumerado pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

§ 2º A avaliação, para a finalidade estabelecida no § 1º do art. 18, será realizada até o quinto mês de sua concessão. (NR) **(Incluído pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

Art. 21. Aplicam-se aos atuais integrantes da DAD as regras previstas nos arts. 19 e 20, devendo a primeira avaliação de desempenho ser realizada dentro de trinta dias da publicação desta portaria.

Art. 22. **(Revogadopela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

Art. 23. O artigo 35 da Portaria nº 338, de 12 de maio de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 35 ..............................................................................................................................

I - Núcleo de ambiental, indígena, agrário e social; (NR)

II - Núcleo de infraestrutura, desenvolvimento econômico e regulação; (NR)

......................................

VI - Núcleo de assessoramento da atuação junto ao Tribunal de Contas da União; (NR) VII - Núcleo de gestão estratégica das atividades consultivas; e (NR)

VIII - Núcleo de apoio.

.........................................................................................................................................

§ 2º Compete ao Núcleo de assessoramento da atuação junto ao Tribunal de Contas da União coordenar e orientar as atividades das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais perante o Tribunal de Contas da União, por determinação do Procurador-Geral Federal, podendo para tanto: (NR)

.........................................................................................................................................

§ 3º Compete ao Núcleo de apoio as seguintes atribuições: (NR)

.........................................................................................................................................

Art. 24. Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral Federal.

Art. 25. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO

DOU de 23.1.2018.

**ANEXO I**

**(Revogadopela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

PORTARIA Nº 229, DE 04 DE ABRIL DE 2018.[[346]](#footnote-347)

*Aprova o edital padrão de seleção de membros para Equipes de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade e seus anexos.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que trata o § 2º do artigo 11 da Lei n. 10.480, de 02 de julho de 2002, tendo em vista o disposto no processo administrativo 00407.009940/2015-86 e na Portaria n. 801, de 26 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Art. 1º Ficam aprovados o edital padrão de seleção de membros para Equipes de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade (ETR-BI) e seus anexos, na forma da Portaria n. 801, de 26 de dezembro de 2017.

Art. 2º O edital padrão e seus anexos deverão ser observados nas futuras seleções dos integrantes das Equipes de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade.

Parágrafo único. Aos atuais integrantes de ETR-BI, aplicam-se as disposições do artigo 13 do edital padrão aprovado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO**

PROCURADOR-GERAL FEDERAL

Suplemento B do BSE 14, de 5.4.2018.

**EDITAL PADRÃO DE SELEÇÃO DE MEMBROS PARA ETR-BI**

*Convoca interessados à seleção de Procuradores Federais para integrar a Equipe de Trabalho Remoto – Benefícios por Incapacidade.*

O *[Titular do Órgão selecionador]*, no uso das competências de que trata a Portaria n. 172, de 21 de março de 2016, considerando o disposto nas Portarias n. 978 e n. 979, de 24 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Convocar os Procuradores Federais interessados em integrar a Equipe de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade, no âmbito da *[Órgão selecionador]*, para efetuarem a inscrição no processo de seleção regido por este edital e enviarem os documentos destinados à comprovação dos requisitos no período constante do cronograma juntado ao ANEXO I.

CAPÍTULO I

**DAS ATRIBUIÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES**

Art. 2º A Equipe de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade (ETR-BI) contará com a seguinte estrutura:

1. -Coordenação;
2. - Gerência de Atuação em Contencioso - GEAC; e III - Equipe de Atuação Técnica Especializada -EATE.

§1º Compete à Coordenação:

1. - organizar a distribuição do trabalho entre a GEAC e a EATE e supervisionar as atividadesrespectivas;
2. -orientaraequipeedivulgarasinformaçõesetesesdefinidaspelosórgãoscompetentes da PGF;
3. - convocar, com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, organizar e presidir as reuniões da equipe, inclusive confeccionando a atarespectiva;
4. - promover a interlocução entre a ETR-BI e os órgãos externos à PGF/AGU, em sintonia com o *[Titular do Órgãoselecionador]*;
5. -diligenciarperanteosórgãosdoPoderJudiciárioparaaadoçãopadronizadadefluxos envolvendo processos judiciais de atribuição daETR-BI;
6. - dirimir dúvidas dos membros da equipe e eventuais conflitosinternos;
7. - suscitar ao *[Titular do Órgão selecionador]* conflito de atribuição envolvendo a ETR-BI e os órgãos de contencioso daPGF;
8. -recepcionareencaminharao*[TitulardoÓrgãoselecionador]*asconsultastécnicas que tenham por objeto relevante indagação jurídica ou questão passível de uniformização junto às demais equipes de trabalhoremoto;
9. - solicitar ao *[Titular do Órgão selecionador]*, quando necessário, o redimensionamento daequipe;
10. - estabelecer as metas de desempenho dos membros da equipe (GEAC eEATE);
11. - analisar os dados gerenciais estratégicos para a melhoria do desempenho da equipe, apresentando-os periodicamente ao *[Titular do Órgãoselecionador];*
12. - planejar a grade de capacitação permanente dos membros da equipe; XIII - realizar a avaliação do estágio probatório dos membros da equipe; e XIV - organizar a escala de marcação de férias dos membros daequipe.

§ 2º Compete à GEAC:

1. - organizar o fluxo de gerenciamento e triagem de processos judiciais relativos a benefícios porincapacidade;
2. - responder às citações e às intimações não complexas ou de caráter repetitivo e aos demais atos processuais definidos pelaCoordenação;
3. - auxiliar a Coordenação na identificação e na solução de problemas que estejam dificultando o trabalho da equipe; e
4. - providenciar o treinamento e promover a efetiva supervisão da equipe deapoio.

§ 3º Compete aos Procuradores Federais em atuação na EATE:

1. - responder às citações e às intimações distribuídas pelaGEAC;
2. -observarasdiretrizesestabelecidaspelaCoordenaçãoepelaGEAC,sobretudonoque tange à ênfase conciliatória, à atuação resolutiva dos processos e ao compartilhamento de manifestaçõesprocessuais;
3. - prestar as informações necessárias à elaboração de relatórios gerenciais;e
4. - desempenhar as demais atividades necessárias ao atendimento dos objetivosda equipe.

Art. 3º É de responsabilidade do Procurador Federal em atividade na ETR-BI:

1. - manter-se disponível para contato imediato através de telefone atualizado, link institucional ou outra forma estabelecida pelaCoordenação;
2. - acompanhar diariamente as comunicações eletrônicas expedidas pela Instituição; III - participar das reuniões de equipe convocadas pelaCoordenação;
3. - participar de eventos de capacitação para o qual tenha sidodesignado;
4. - manter a Coordenação atualizada quanto ao andamento dos trabalhos, informando-a sobre eventuais dificuldades, dúvidas ou elementos que possam atrasar ou comprometer a qualidade do serviço prestado ou o atendimento das metasestipuladas;
5. - utilizar o SAPIENS e os demais sistemas necessários ao desempenho das suas atividades, em conformidade com as orientações da Coordenação;e
6. - adotar as medidas necessárias e adequadas à defesa eficiente, efetiva e uniformeda Autarquia Previdenciária, observadas a normatização aplicável à hipótese e as orientações emitidas e divulgadas pelaCoordenação.

CAPÍTULO II

**DAS VAGAS E DOS REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO**

Art. 4º Será oferecido o quantitativo de vagas constante do ANEXO II, observada a unidade de origem do Procurador Federal candidato.

§ 1º O preenchimento das vagas ofertadas neste edital não acarretará a alteração de lotação.

§ 2º As vagas de Coordenação e de Gerência de Atuação em Contencioso serão preenchidas por indicação do *[Titular do Órgão selecionador]*.

Art. 5º Poderá participar do processo seletivo o Procurador Federal que atenda aos seguintesrequisitos:

1. - estar lotado e encontrar-se em exercício em uma das unidades abrangidas pelaETR-BI;
2. -apresentaraptidãoparaaexecuçãodetrabalhoremotoeparaautilizaçãodesistemas eletrônicos; e
3. - manifestar proatividade, perfil conciliador e capacidade de gerenciar a elevada quantidade do contencioso de massa.

§ 1º A comprovação do atendimento dos requisitos previstos nos incisos II e III dar-se-á medianteoencaminhamentodocurrículodocandidatoedadeclaraçãoconstantedoANEXOIII.

§ 2º Não poderá participar do processo seletivo o Procurador Federal que tenha sido apenado em procedimento disciplinar nos 2 (dois) anos anteriores à data de publicação deste edital.

CAPÍTULO III

**DA INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO**

Art. 6º A inscrição no processo seletivo dar-se-á pelo envio, durante o período determinado, do formulário constante no ANEXO IV para o endereço eletrônico da *[Órgão selecionador]*, devendo constar do campo “Assunto” a expressão “ETR-BI – INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO”.

§ 1º O requerimento de inscrição deverá ser dirigido ao *[Titular do Órgão selecionador]* e estar acompanhado do currículo do candidato e da declaração constante do ANEXO III.

§ 2º É vedada a inscrição condicional.

§3ºAdesistênciadeparticipaçãonoprocessoseletivosomenteserápossívelnocursodo prazo deinscrição.

§ 4º Os pedidos de inscrição apresentados intempestivamente ou em desconformidade com o disposto neste edital não serão considerados para qualquer efeito.

CAPÍTULO IV

**DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO**

Art. 7º A classificação no processo seletivo observará, em cada unidade abrangida pela ETR-BI, o número de vagas disponibilizadas e levará em consideração a seguinte pontuação (ANEXO V):

1. - Pela experiência na atuação previdenciária ou em atividades de gestão, até o máximo de 40 (quarenta)pontos:
2. 1 (um) ponto por ano de efetivo exercício em núcleo de matéria previdenciária, em EATE de ETR-BI, em unidade de contencioso da PFE/INSS ou em consultoria de benefícios da PFE/INSS;
3. 2 (dois) pontos por ano de efetivo exercício das funções de coordenador de núcleo previdenciário ou de atividades de gestão nos órgãos de contencioso da PGF e daPFE-INSS;
4. 5 (cinco) pontos por ano de efetivo exercício em GEAC de núcleo de matéria previdenciária;e
5. 5 (cinco) pontos por ano de efetivo exercício em Coordenação ou GEAC deETR-BI.
6. - Por antiguidade, até o máximo de 30 (trinta) pontos:

a) 1 (um) ponto por ano de efetivo exercício na carreira de Procurador Federal.

1. - Pela participação em atividades acadêmicas relativas à gestão, à matéria previdenciária ou à tecnologia da informação, até o máximo de 20 (vinte)pontos:
2. 1 (um) ponto para cada 40 (quarenta) horas de participação em cursos, congressos, encontros e conferências, devidamente certificadas, nos 4 (quatro) anos anteriores ao edital, até o máximo de 5 (cinco)pontos;
3. 2(dois)pontosporconclusãodepós-graduação*latosensu*,comcargahoráriaigualou superior a 360 horas/aula, até o máximo de 8 (oito)pontos;
4. 4 (quatro) pontos por conclusão de mestrado, até o máximo de 8 (oito) pontos;e
5. 8 (oito) pontos por conclusão de doutorado, até o máximo de 16 (dezesseis)pontos.
6. - Por publicações acadêmicas relativas à gestão, à matéria previdenciária ou à tecnologia da informação, até o máximo de 10 (dez)pontos:
7. 1 (um) ponto em caso de publicação de artigos distintos, de autoria exclusiva do candidato, em periódicos impressos ou eletrônicos, avaliados pela CAPES com QUALISA ou B, ou na revista institucional da Advocacia-Geral da União, até o máximo de 5 (cinco)pontos;
8. 2 (dois) pontos, divididos pelo número de coautores, por publicação de obra coletiva, naformadelivro,poreditoraquecontenhaconselhoeditorial,atéomáximode5(cinco)pontos; e
9. 2 (dois) pontos por publicação de obra individual, na forma de livro, por editora que contenha conselho editorial, até o máximo de 10 (dez)pontos.

§ 1º Observado o limite máximo de que trata o inciso I, a pontuação decorrente de experiência recente na atuação previdenciária e em atividades de gestão, assim entendida aquela exercida nos 4 (quatro) anos imediatamente anteriores ao edital, será considerada em dobro.

§ 2º Para os fins deste artigo, considera-se atividade de gestão o encargo exercido:

1. - em núcleo de administração, planejamento e gestão das unidades de contencioso da Procuradoria-Geral Federal, na forma das Portarias n. 172, de 21 de março de 2016, e n. 338, de 12 de maio de 2016;e
2. - em núcleo de administração, planejamento e gestão da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social, conforme definido no respectivo Modelo de GovernançaSetorial.

§ 3º A conclusão de pós-graduação *lato sensu*, mestrado e doutorado somente será computada se os respectivos cursos forem realizados por instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação, por Escola Superior vinculada a órgão da Administração Pública Federal ou pela Escola da Advocacia-Geral da União, ainda que em parceria com outra instituição.

§ 4º A avaliação relativa ao inciso IV levará em consideração o disposto no artigo 9º, § 3º, da Portaria n° 173, de 21 de março de 2016 (publicada no DOU de 23 de março de 2016), que disciplina a promoção na carreira de Procurador Federal.

Art. 8º Em caso de empate na classificação, prevalecerá, na ordem:

I - o candidato com maior antiguidade na carreira;

II - o candidato com melhor classificação no concurso de ingresso na carreira; ou

III - o candidato mais idoso.

Art. 9º ***[Primeira opção de redação]*** O candidato que atender aos requisitos previstosno artigo 5º e não for classificado dentro do número de vagas da sua respectiva unidade integrará lista geral complementar.

§ 1º Não havendo, em alguma unidade, interessados selecionados em número suficiente, adotar-se-á, para fins de classificação, a lista geral complementar.

§ 2º Persistindo a insuficiência, integrará a ETR-BI o Procurador Federal com menor antiguidade na carreira em exercício na unidade de origem, garantidas, neste caso, as condições para a integral realização do trabalho presencial na respectiva unidade, nos termos do § 4º do artigo 4º da Portaria n. 978, de 24 de dezembro de 2015.

§ 3º A unidade que, na forma do § 1º, ceder Procurador Federal excedente receberá colaboração da unidade cuja vaga for preenchida, nos moldes regulamentados pelo *[Titular do Órgão selecionador]*, com vistas à manutenção da eficiência e da continuidade das atividades exercidas.

Art. 9º ***[Segunda opção de redação]*** O candidato que atender aos requisitos previstos no artigo 5º e não for classificado dentro do número de vagas da sua respectiva unidade integrará cadastro de reserva.

Parágrafoúnico.Nãohavendo,emalgumaunidade,interessadosselecionadosemnúmero suficiente,integraráaETR-BIoProcuradorFederalcommenorantiguidadenacarreiraemexercícionarespectivaunidade,garantidas,nestecaso,ascondiçõesparaaintegralrealizaçãodo trabalho presencial na respectiva unidade, nos termos do § 4º do artigo 4º da Portaria n. 978, de 24 de dezembro de2015.

CAPÍTULO V

**DO PROCEDIMENTO**

Art. 10 Finalizado o período de inscrição e apreciados os documentos e a pontuação dos candidatos,noprazodeaté10(dez)diasúteis,serápublicadanoBoletimdeServiçosalistacom a ordem de classificaçãoprovisória.

§1ºCaberápedidodereconsideraçãoemfacedalistadeclassificaçãoprovisóriaprevista no *caput*, dentro dos 2 (dois) dias úteis subsequentes à divulgação, exclusivamente através de mensagem enviada ao endereço eletrônico da *[Órgão selecionador]*, devendo constar do campo “Assunto” a expressão “ETR-BI – PEDIDO DERECONSIDERAÇÃO”.

§ 2º Apreciado(s) o(s) pedido(s) de reconsideração, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, será publicada no Boletim de Serviços a lista de classificação definitiva, com o resultado do processo seletivo.

§3ºApósapublicaçãodalistadeclassificaçãodefinitiva,serãoformalmentedesignados os Procuradores Federais selecionados para integrar a ETR-BI, indicando-se a data de início das atividades de cada um dos membros daequipe.

§ 4º As designações do Coordenador da ETR-BI e dos Gerentes de Atuação em Contencioso serão formalizadas em ato apartado do *[Titular do Órgão selecionador]*.

Art.11 O candidato que ocupar cargo em comissão ou função gratificada somente poderá entrar em efetivo exercício na ETR-BI se, em até 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da lista de classificação definitiva, comprovar o pedido de exoneração ou dispensa do cargo ou da função.

Art. 12 O candidato que estiver em estágio probatório somente poderá entrar em efetivo exercício na ETR-BI se não houver, na sua unidade, candidatos estáveis em número suficiente ao preenchimento das vagas previstas neste edital.

CAPÍTULO VI

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 13 O Procurador Federal selecionado para integrar a ETR-BI poderá permanecer na equipe pelo prazo de 2 (dois) anos, renovável uma vez por igual período a critério do *[Titular do Órgão Selecionador]*, desde que mantidos os requisitos de ingresso.

§ 1º O vencimento do prazo de permanência de que trata o *caput* não impede a participação do Procurador Federal em novos processos seletivos, inclusive naqueles ocorridos durante o prazo em que já integrar a equipe, ficando sua permanência por prazo superior ao previsto no *caput* condicionada a sua classificação dentre as vagas disponíveis.

§2ºEventualcontagemdiferenciadadotempodeefetivoexercícioemunidadededifícil provimento, para fins de remoção ou promoção na carreira, ficará suspensa enquanto durar a participação do Procurador Federal naETR-BI.

Art. 14 O membro da ETR-BI poderá ser desligado da equipe nas seguintes hipóteses: I - a pedido, após o decurso do prazo de 1 (um) ano, contado do ingresso; ou

II - por ato do *[Titular do Órgão selecionador]*, quando verificadas, a qualquer tempo:

1. a inobservância das orientações emitidas pela Coordenação e dos fluxos de trabalho da equipe (artigo 2º, § 1º, I e II);
2. a não participação imotivada das reuniões convocadas pela Coordenação (artigo 2º, § 1º, III); e
3. onãoatingimentodasmetasinstitucionaisespecíficasestabelecidaspelaCoordenação (artigo 2º, § 1º,X).

§ 1º O desligamento da ETR-BI:

1. - necessita de prévia manifestação fundamentada daCoordenação;
2. - não configura, por si só, presunção ou indício de infração disciplinar;e
3. - pressupõe o exercício do contraditório (manifestação do interessado, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis).

§ 2º Compete ao *[Titular do Órgão selecionador]*, uma vez cientificado pelo Coordenador da ocorrência de alguma das hipóteses previstas nas alíneas “a” a “c” do inciso II doartigo14,informarporescritoaomembrodaETR-BIqueareiteraçãodapráticadesencadeará o procedimento de desligamento daequipe.

Art. 15 Em caso de desligamento superveniente de um dos membros da ETR-BI, serão convocados os inscritos não inicialmente contemplados, observados a ordem de classificação, o disposto no artigo 9º e o prazo de validade previsto neste edital.

Art. 16 A participação do Procurador Federal na ETR-BI não gera direito a trânsito, indenização ou qualquer espécie de ajuda de custo.

§ 1º O exercício das atribuições funcionais pelos integrantes da ETR-BI fora das dependências das unidades da PGF é uma opção facultada ao membro pela Instituição, emfunção da conveniência do serviço, podendo ser revista a qualquer tempo, a critério da Administração ou a pedido do interessado, não gerando direitoadquirido.

§ 2º Sem prejuízo da faculdade conferida ao membro da ETR-BI de atuar remotamente, as unidades de contencioso de lotação dos integrantes manterão pontos de apoio, preferencialmente em regime de *co-working* (espaço compartilhado), para a atividade da equipe.

§ 3º Uma vez exercida a faculdade da atuação remota, competirá ao Procurador Federal em atividade na ETR-BI providenciar, por meios próprios, os equipamentos tecnológicos e a infraestrutura necessários e adequados para o acesso aos sistemas eletrônicos pertinentes e a realização do trabalho fora das dependências das unidades da PGF.

CAPÍTULO VII

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 17 O prazo de validade desta seleção é de 1 (um) ano, prorrogável por igual período poratodo *[Titular do Órgão Selecionador],* contado da publicação do edital de homologação do processo seletivo.

Art. 18 Aplica-se ao presente processo seletivo, no que couber, o disposto na Portaria n.978, de 24 de dezembro de 2015.

Art. 19 Os casos omissos neste edital serão resolvidos pelo *[Titular do Órgão Selecionador]*.

ANEXO I

**CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO**

*[Edital n. xx, de xx/xx/xxxx]:* Convocação de interessados à seleção de Procuradores Federais para integrar a Equipe de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade.

|  |  |
| --- | --- |
| **Etapa** | **Data/Prazo** |
| Período de inscrição. | De xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx |
| Publicação da lista com a ordem de classificação provisória no Boletim de Serviços. | 10 (dez) dias úteis após a finalização do período de inscrição. |
| Prazo para o protocolo de eventual pedido de reconsideração em face da lista de classificação provisória. | 2 (dois) dias úteis. |
| Apreciação do(s) pedido(s) de reconsideração protocolado(s) e publicação da lista de classificação definitiva no Boletim de Serviços. | 5 (cinco) dias úteis. |
| Designação dos Procuradores Federais selecionados. | xx/xx/xxxx. |
| Data de início de exercício dos selecionados na ETR-BI. | xx/xx/xxxx. |

ANEXO II

**QUANTITATIVO DE VAGAS DISPONIBILIZADAS**

*[Edital n. xx, de xx/xx/xxxx]:* Convocação de interessados à seleção de Procuradores Federais para integrar a Equipe de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade.

|  |  |
| --- | --- |
| **Número total de vagas** | **XX** |
| **Número de vagas por unidade abrangida** | |
| **Unidade** | **Vaga(s)** |
| Unidade de origem | **xx** |
| Unidade de origem | **xx** |
| Unidade de origem | **xx** |
| Unidade de origem | **xx** |
| ... | **...** |

ANEXO III

DECLARAÇÃO DO CANDIDATO

*[Edital n. xx, de xx/xx/xxxx]:* Convocação de interessados à seleção de Procuradores Federais para integrar a Equipe de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade.

Nome do candidato:

**Matrícula:**

**Lotação e exercício atuais:**

Declaro, para fins de participação no processo seletivo instaurado paraselecionar Procuradores Federais interessados em integrar a ETR/BI, na forma do artigo 5º, incisos II e III, do *[Edital n. xx, de xx/xx/xx]*,que:

1. apresento aptidão para a execução de trabalho remoto e para a utilização de sistemas eletrônicos;e
2. manifesto proatividade, perfil conciliador e predisposição para lidar com a elevada quantidade de processos e o contencioso demassa.

**Justificativa(s) (se necessário):**

Data.

Assinatura.

**ANEXO IV**

**FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO**

*[Edital n. xx, de xx/xx/xxxx]:* Convocação de interessados à seleção de Procuradores Federais para integrar a Equipe de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade.

Nome do candidato:

**Matrícula:**

**Lotação e exercício atuais:**

Excelentíssimo Senhor *[Titular do Órgão selecionador]*, pelo presente requeiroa minha inscrição no processo seletivo inaugurado pelo *[Edital n. xx, de xx/xx/xxxx]*, que visa à escolha de Procuradores Federais para integrar Equipe de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade.

Instruo o presente requerimento com o meu currículo atualizado e com as declarações exigidas pelo artigo 5º, § 1º, da norma editalícia.

Manifesto, por fim, plena aceitação aos termos do edital. Atenciosamente,

Data.

Assinatura.

**ANEXO V**

**QUADRO-SÍNTESE DA PONTUAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO**

*[Edital n. xx, de xx/xx/xxxx]:* Convocação de interessados à seleção de Procuradores Federais para integrar a Equipe de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade.

| **Segmento** | **Pontuação** | **Qualificação** |
| --- | --- | --- |
| Art. 7º, inciso I  (máximo de 40 pontos) | 1 (um) ponto | Ano de efetivo exercício em núcleo de matéria previdenciária, em EATE de ETR-BI, em unidade de contencioso da PFE/INSS ou em consultoria de benefícios da PFE/INSS, na forma do edital. |
| 2 (dois) pontos | Ano de efetivo exercício da função de coordenador de núcleo previdenciário ou de atividade de gestão nos órgãos de contencioso da PGF e na PFE-INSS, na forma do edital. |
| 5 (cinco) pontos | Ano de efetivo exercício em GEAC de núcleo de matéria previdenciária, na forma do edital. |
| 5 (cinco) pontos | Ano de efetivo exercício em Coordenação ou GEAC de ETR-BI, na forma do edital. |
| Art. 7º, inciso II  (máximo de 30 pontos) | 1 (um) ponto | Ano de efetivo exercício na carreira de Procurador Federal, na forma do edital. |
| Art. 7º, inciso III  (máximo de 20 pontos) | 1 (um) ponto | Para cada 40h de participação em cursos, congressos, encontros e conferências, até o máximo de 5 (cinco) pontos, na forma do edital. |
| 2 (dois) pontos | Porconclusãodepós-graduação*latosensu*,comcargahoráriaigualousuperiora360horas/aula,atéomáximode8(oito)pontos,naforma doedital. |
| 4 (quatro) pontos | Por conclusão de mestrado, até o máximo de 8 (oito) pontos, na forma do edital. |
| 8 (oito) pontos | Por conclusão de doutorado, até o máximo de 16 (dezesseis) pontos, na forma do edital. |
| Art. 7º, inciso IV  (máximo de 10 pontos) | 1 (um) ponto | Publicação de artigos distintos, de autoria exclusiva do candidato, em periódicos impressos ou eletrônicos ou na revista institucional da AGU, até o máximo de 5 (cinco) pontos, na forma do edital. |
| 2 (dois) pontos | Publicação de obra coletiva, na forma de livro, até o máximo de 5 (cinco) pontos, divididos pelo número de coautores, na forma do edital. |
| 2 (dois) pontos | Publicação de obra individual, na forma de livro, até o máximo de 10 (dez) pontos, na forma do edital. |

Obs.: Observado o limite de 40 pontos, a pontuação decorrente de experiência recente em matéria previdenciária ou atividades de gestão (artigo 7°, I), assim entendida aquela exercida nos 4 (quatro) anos imediatamente anteriores ao edital, será considerada em dobro.

Suplemento B do BSE 14, de 5.4.2018.

**PORTARIA Nº 323, DE 7 DE MAIO DE 2018.**

*Regulamenta a remessa eletrônica de créditos constituídos pelas autarquias e fundações públicas federais à Procuradoria-Geral Federal, dispõe sobre a forma pela qual será feito o cadastro e envio deste crédito para entes que não dispõem de sistemas informatizados de gestão do crédito e dá outras providências.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das competências de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando a publicação do Decreto nº 9.194, de 7 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º As autarquias e fundações públicas federais que dispõem de sistemas informatizados de gestão do crédito deverão promover a sua remessa, bem como a do correlato processo administrativo de constituição do crédito, exclusivamente por via eletrônica, à Procuradoria-Geral Federal, nos termos definidos por esta Portaria, para fins de cobrança extrajudicial ou judicial.

§1º A integração dos sistemas informatizados para o atendimento do disposto no caput deverá ocorrer no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de entrada em vigor desta Portaria.

§2º Enquanto não efetivada a integração entre os sistemas referidos no caput, as entidades deverão observar o disposto no art. 3º.

§3º É vedado o encaminhamento de autos físicos à Procuradoria-Geral Federal referentes a processos administrativos de constituição de crédito para fins de inscrição e cobrança.

§4º O encaminhamento do crédito e do respectivo processo administrativo de constituição, seja por meio da interoperabilidade dos sistemas, seja nos termos do art. 3º desta Portaria, observará os prazos definidos nos artigos 4º, 5º, 7º e 14, todos do Decreto nº 9.194/2017.

Art. 2º. As autarquias e fundações públicas federais que não dispõem de sistemas informatizados deverão diligenciar, no prazo de dois anos, contados a partir de 8 de novembro de 2017, data de publicação do Decreto nº 9.194/2017, a sua adesão ao sistema centralizado de gestão de créditos, a ser disponibilizado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§1º Durante o prazo de dois anos previsto no *caput* ou enquanto não for disponibilizada solução tecnológica centralizada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, as autarquias e fundações públicas federais que não possuem de sistemas informatizados observarão os seguintes procedimentos para a remessa do crédito à Procuradoria-Geral Federal:

1. - realização do cadastro prévio do crédito no sistema de gestão de dívida ativa da Advocacia-Geral da União – Sapiens Dívida, conforme orientações emanadas pela CGCOB;
2. - realizado o cadastro prévio previsto no inciso I, o encaminhamento eletrônico do processo administrativo de constituição do crédito, por meio de solução de interoperabilidade do Processo Eletrônico Nacional, quando a gestão documental de seus processos administrativos for feita de forma eletrônica pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI ou por meio de outro sistema;
3. - na hipótese de o processo administrado estar em meio físico, as autarquias e fundações públicas federais digitalizarão e cadastrarão o processo nos sistemas informatizados de gestão administrativa de processos eletrônicos da Advocacia-Geral da União – Sapiens Administrativo, e permanecerão com a guarda dos autos físicos.

§2ºPara o atendimento do parágrafo anterior, deverá ser providenciado o cadastramento, junto ao sistema Sapiens, dos servidores das autarquias e fundações.

§3º O requerimento de cadastramento dos servidores das autarquias e fundações públicas federais para utilização do Sapiens, bem como o esclarecimento de eventuais dúvidas relacionadas a tais sistemas, devem ser dirigidos ao Grupo de Apoio e Suporte a Sistemas (GASS) da Divisão de Dívida Ativa (DDA) da Coordenação Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos (CGCOB) da Procuradoria-Geral Federal pelo e-mail pgf.cgcob@agu.gov.br.

§4º O cadastramento dos créditos deverá ocorrer no módulo de dívida ativa do Sapiens (https://sapiens.agu.gov.br/divida) e o cadastramento do processo administrativo de constituição deve ser realizado junto ao módulo administrativo daquele sistema (https://sapiens.agu.gov.br/login).

Art. 3º Ainda que transferida a gestão do crédito por meio de seu encaminhamento de forma eletrônica à Procuradoria-Geral Federal, permanece sob responsabilidade das autarquias ou fundações públicas federais a prática dos seguintes atos no respectivo sistema da autarquia:

1. - registro da extinção ou cancelamento do crédito;
2. - suspensão de sua exigibilidade ou sua eventual reativação;
3. III - registro de sua quitação ou pagamento parcial;
4. - liberação de eventuais restrições administrativas impostas por lei, condicionadas à extinção do crédito, ou decisão judicial;
5. - alteração do valor da dívida;
6. - exclusões ou inclusões de devedores e/ou responsáveis pela dívida, por ato da PGF ou do PoderJudiciário;
7. - retificações cadastrais envolvendo o crédito.

§1º. Os atos dispostos neste artigo deverão integrar o esforço referente à plena integração entre os sistemas de gestão do crédito aludido no caput do art. 2º.

§2º A Procuradoria-Geral Federal, após transcorrido o prazo referido no §1º do art. 2º, não fornecerá relatórios para eventual acompanhamento da dívida encaminhada, devendo tais informações ser obtidas exclusivamente por meio da interoperabilidade de sistemas.

Art. 4º O detalhamento técnico para o encaminhamento do crédito por via eletrônica, bem como para a recuperação de todas as alterações supervenientes relacionadas a este crédito, tais como a quitação ou pagamento parcial e extinção ou suspensão da exigibilidade, encontra-se definido nos anexos que compõem esta Portaria.

Parágrafo Único. O encaminhamento, por via eletrônica, do correlato processo administrativo de constituição deverá obedecer às orientações do Barramento do Processo Eletrônico Nacional (PEN), de responsabilidade do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Art. 5º O cancelamento de créditos inscritos em dívida ativa pela Procuradoria-Geral Federal quando o valor consolidado remanescente for igual ou inferior a R$ 100,00 (cem reais), previsto no art. 9º, I do Decreto nº 9.194/2017, deve ser efetuado mediante a análise do saldo restante individualizado e devidamente atualizado do crédito que tenha sido objeto de pagamento parcial pelo devedor.

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos (CGCOB) da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 7º Os Anexos I, II, III e IV serão publicados no Boletim de Serviços da Advocacia-Geral da União.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.[[347]](#footnote-348)

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

Suplemento do BSE 20, de 7.5.2018 e DOU de 11.5.2018.

**PORTARIA Nº 467, DE 04 DE JULHO DE 2018.**

*Altera a Portaria PGF nº 720, de 14 de setembro de 2007, Portaria PGF nº 35, de 18 de janeiro de 2018, e Portaria nº 338, de 12 de maio de 2016.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I, IV, V, VII e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º A Portaria PGF nº 720, de 14 de setembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

**(Alterações já incorporadas ao texto da Portaria nº 720, de 14.9.2007)**

Art. 2º O Anexo da Portaria PGF nº 720, de 14 de setembro de 2007, passa a vigorar com a redação constante do Anexo I desta portaria:

**(Alteração já incorporadas ao texto da Portaria nº 720, de 14.9.2007)**

Art. 3º A Portaria PGF nº 35, de 18 de janeiro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

**(Alterações já incorporadas ao texto da Portaria nº 35, de 18.1.2018)**

Art. 4º. A Portaria nº 338, de 12 de maio de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**(Alterações já incorporadas ao texto da Portaria nº 338, de 4.7.2016)**

Art. 5º O Procurador-Geral Federal emitirá os atos próprios para fixação da lotação e do exercício, a critério da Administração, dos Procuradores Federais abrangidos pela presente norma, observando as demais disposições desta portaria.(Redação dada pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)

§ 1º A alteração de lotação para a Procuradoria Regional Federal da 1ª Região dar-se-á sem prejuízo de exercício designação, cessão, requisição, exercício provisório e demais afastamento autorizados pela Procuradoria-Geral Federal. **(Redação dada pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

§ 2º A alteração de exercício para a Procuradoria Regional Federal da 1ª Região dar-se-á sem prejuízo do exercício provisório e demais afastamento autorizados pela Procuradoria-Geral Federal. **(Redação dada pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

§3º Os Procuradores Federais com lotação e exercício nos órgãos de direção na data da publicação desta portaria, que não tiverem seu exercício fixado na sede da Procuradoria-Geral Federal, poderão ter autorizado exercício provisório na sede da Procuradoria-Geral Federal pelo prazo improrrogável de até 180 (cento e oitenta dias), a critério da Administração. **(Redação dada pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

§ 4º O Subprocurador-Geral Federal editará Portaria dispondo sobre a distribuição interna dos Procuradores Federais nos órgãos de direção superior da Procuradoria-Geral Federal. **(Redação dada pela Portaria/PGF nº 467, de 4.7.2018)**

Art. 6º. Ficam revogados o art. 4º, da Portaria PGF nº 720, de 14 de setembro de 2007, e os arts. 12, 13, 22, e o anexo da Portaria PGF nº 35, de 18 de janeiro de 2018.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

DOU de 6.7.2018 e Suplemento A do BSE 27, de 6.7.2018.

PORTARIA Nº 473, DE 04 DE JULHO DE 2018

*Dispõe sobre a distribuição da força de trabalho dos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal, tendo em vista a publicação da Portaria nº 467 de 04 de julho de 2018, que alterou a Portaria PGF nº 720, de 14 de setembro de 2007, a Portaria PGF nº 338, de 12 de maio de 2016 e a Portaria PGF nº 35, de 18 de janeiro de 2018.*

O **SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, de 26 de fevereiro de 2008, Seção 2, pág. 1, e tendo em vista o disposto nos incisos I, IV, V, VII e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º As vagas de efetivo exercício da sede da Procuradoria-Geral Federal ficam distribuídas entre os órgãos de direção na forma estabelecida nos anexos desta Portaria.

Parágrafo único. Os quantitativos fixados nos Anexos desta Portaria serão revistos periodicamente, de ofício ou mediante provocação dos titulares dos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal, de modo a ajustá-los às necessidades de seus órgãos, sem prejuízo das designações emergenciais de exercício provisório ou de colaboração temporária.

Art. 2º Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral Federal.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

MARCELO DA SILVA FREITAS

Suplemento A do BSE 27, de 6.7.2018.

**ANEXO I**

**(Alterado pela Portaria nº 125, de 05.3.2020)**

QUANTITATIVO DE VAGAS DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

|  |  |
| --- | --- |
| ÓRGÃOS DE DIREÇÃO DA PGF | NÚMERO DE VAGAS DE EXERCÍCIO |
| Gabinete do Procurador-Geral Federal | 4 |
| Divisão de Assuntos Disciplinares | 14 |
| Departamento de Contencioso | 51 |
| Departamento de Consultoria | 9 |
| Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos | 9 |
| Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão | 4 |
| Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos | 3 |
| Coordenação-Geral de Pessoal | 6 |

ANEXO II

COMPOSIÇÃO DAS VAGAS DO GABINETE DO PROCURADOR-GERAL FEDERAL

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nome** | **SIAPE** | **LOTAÇÃO** | **Exercício** | **Tipo Exercício** |
| CAIO COELHO BATISTA CAVALCANTE NOGUEIRA | 2139556 | PF/PI | PGF | Exercício designação |
| FLÁVIA DE ANDRADE SOARES ROCHA | 1706901 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES | 1378192 | PRF-1 | PGF | Exercício designação |
| MARCELO DA SILVA FREITAS | 1287138 | PF/SC | PGF | Exercício designação |
| MARIA JOVITA WOLNEY VALENTE | 6024263 | PRF-1 | PGF | Exercício efetivo |
| MAYARA DE OLIVEIRA CORDEIRO | 2163033 | PRF-1 | PGF | Exercício designação |

ANEXO III

COMPOSIÇÃO DAS VAGAS DA DIVISÃO DE ASSUNTOS DISCIPLINARES

| **Nome** | **SIAPE** | **LOTAÇÃO** | **Exercício** | **Tipo Exercício** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| BRUNO MEDEIROS BASTOS | 1585246 | PRF-1 | PGF | Exercício efetivo |
| CAROLINA LAGES ECHEVERRIA | 1585248 | PRF-1 | PGF | Exercício efetivo |
| CLELIO DE OLIVEIRA CORREA LIMA NETO | 1662395 | PRF-1 | PGF | Exercício efetivo |
| DANIELLY CRISTINA ARAUJO GONTIJO | 1585009 | PRF-1 | PGF | Exercício efetivo |
| DÉBORA VASTI DA SILVA DO BOMFIM DENYS | 1150145 | PRF-1 | PGF | Exercício efetivo |
| ESTANISLAU VIANA DE ALMEIDA | 1361867 | PRF-1 | PGF | Exercício efetivo |
| HÉLIO RIBEIRO COUTO | 1480193 | PRF-1 | PGF | Exercício efetivo |
| JOGLIANE KRABBE CATELLI | 1553451 | PRF-1 | PGF | Exercício efetivo |
| JULIANA SILVA BARROS DE MELO SANT'ANA | 1609976 | PRF-1 | PGF | Exercício efetivo |
| LEO CARLOS DE MATTOS GRISI | 1553416 | PRF-1 | PGF | Exercício efetivo |
| MICHELE FRANCO ROSA | 1554137 | PRF-1 | ANEEL | Exercício provisório |
| PRISCILA CHAVES RAMOS | 1585311 | PRF-1 | PGF | Exercício efetivo |
| RUI MAGALHÃES PISCITELLI | 0149458 | PRF-1 | PGF | Exercício efetivo |
| VERA LÚCIA GABRIEL DOMINGUES | 1359014 | PRF-1 | ANEEL | Exercício provisório |

ANEXO IV

COMPOSIÇÃO DAS VAGAS DO DEPARTAMENTO DE CONTENCIOSO

| **Nome** | **SIAPE** | **LOTAÇÃO** | **Exercício** | **Tipo Exercício** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| ADRIANA MAIA VENTURINI | 1358088 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| ADRIANA ROBERTA NASCIMENTO CRUZ | 1144132 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| ALESSANDRA CHAVES BRAGA GUERRA | 1584972 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| ANA LÚCIA DE FÁTIMA BASTOS ESTEVÃO | 1378076 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| ANA PAULA EVANGELISTA DE ARAUJO | 1437241 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| ANDRÉ GUSTAVO BEZERRA E MOTA | 1311355 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| ANDRÉ LOPES DE SOUSA | 1268757 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| ANGÉLICA VELLA FERNANDES DUBRA | 1062460 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| BRUNA MARIA PALHANO MEDEIROS | 2139513 | PRF-1 | PGF | Exercício designação |
| CAMILA DIAS MARQUES TOZZO | 1553097 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| CAMILLA LACERDA DA NATIVIDADE MARQUES | 1553243 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| CARLA FABRÍCIA RABELO PERON | 1424157 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| CAROLINA GARCIA PACHECO | 1553096 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| CAROLINA SABOIA FONTENELE DE ARAUJO | 1635549 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| CHRISTIANE RAQUEL MARTINS NOGUEIRA CARVALHO | 1247805 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| CHRISTINE PHILIPP STEINER | 1311348 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| CLÁUDIA BEATRIZ SILVA DE SOUZA VELOSO | 1379748 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| CLÁUDIO PÉRET DIAS | 1350016 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| CLAUDIUS FÁBIO CARAN BRITTO | 1206336 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| CLÓVIS MARTINS FERREIRA | 1378066 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| FLÁVIO CHIARELLI VICENTE DE AZEVEDO | 1585497 | PRF-1 | PGF | Exercício designação |
| FRANCISCO ERMELINDO ALVES DINIZ | 1481470 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| FRANCISCO WENDSON MIGUEL RIBEIRO | 1610354 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| GERARDO WILAMES FONSECA E SILVA | 0443081 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| GLAIDSON IVAN DA SILVA COSTA | 1064783 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| GUSTAVO LEONARDO MAIA PEREIRA | 1563416 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| HELI COSTA LUZ | 6879099 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| HÉLIO PINTO RIBEIRO DE CARVALHO JÚNIOR | 1263142 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| HELOISA MARIA GOMES PEREIRA | 1610623 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| INDIRA ERNESTO SILVA QUARESMA | 1200939 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| JOÃO CARLOS AMARAL | 1313914 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| JOÃO LUIZ FRANÇA BARRETO | 1312763 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| JOÃO MARCELO TORRES CHINELATO | 1480307 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| JORGE ARCANJO DOS SANTOS | 1553168 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| JOSÉ CÂNDIDO DE CARVALHO JÚNIOR | 1210025 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| JOSÉ CARLOS RODRIGUES SILVA | 1311340 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| JOSÉ CARVALHO DOS ANJOS | 1312058 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| JOSÉ DOMINGOS RODRIGUES LOPES | 1609985 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| KARINA BRITO MAFRA | 1097570 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| KELLY BENÍCIO BAILÃO | 1378188 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| LUCIANA HOFF | 1311363 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| LUDMILA ROLIM GOMES DE FARIA | 1182137 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| LUÍS AUGUSTO MOREIRA IANNINI | 1287366 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| MARCELA DE ANDRADE SOARES MARENSI | 1585452 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| MARCO TÚLIO REIS MAGALHÃES | 1553615 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| MARISA ROCHA CORRETO DUARTE | 0681610 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| MILENE GOULART VALADARES | 1358527 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| NORMA SÍLVIA QUEIROZ DE PAULA | 0326886 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| OLGA MORAES GODOY FIGUEIREDO | 1563420 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| PAULO ENÉAS DA SILVA PARANHOS NÉRIS | 0810146 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| RAFAEL ABIJAODI LOPES DE VASCONCELLOS | 1585162 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| RAQUEL VELOSO DA SILVA | 1609993 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| RENATA DE CARVALHO ACCIOLY LIMA | 1287604 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| RICARDO ALCEBÍADES FERREIRA | 1261854 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| SÁLVIO MEDEIROS COSTA FILHO | 1437047 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| SÉRGIO LUÍS DE CASTRO MENDES CORREA | 0951036 | PRF-1 | PGF | Exercício designação |
| THIRZZIA GUIMARÃES DE CARVALHO | 1584925 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| TICIANA LOPES PONTES BOURSCHEIT | 1480067 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| VANESSA MIRNA BARBOSA GUEDES DO REGO | 0147569 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| VITOR FERNANDO GONCALVES CORDULA | 2139573 | PRF-1 | PGF | Exercício designação |
| FÁTIMA SIBELLI MONTEIRO NASCIMENTO SANTOS | 1585101 | PRF-1 | FUNAI/DF | Exercício provisório |
| MARCELO NOVELINO CAMARGO | 1311712 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |

ANEXO V

COMPOSIÇÃO DAS VAGAS DO DEPARTAMENTO DE CONSULTORIA

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nome** | **SIAPE** | **LOTAÇÃO** | **Exercício** | **Tipo Exercício** |
| ADALBERTO DO REGO MACIEL NETO | 1480845 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| ANA CRISTINA VELLOSO CRUZ | 1552965 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| ANTÔNIO CARLOS SOARES MARTINS | 1553613 | PRF-1 | PGF | Exercício efetivo |
| CAROLINE MARINHO BOAVENTURA SANTOS | 1662554 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| EDUARDO LOUREIRO LEMOS | 1585465 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| FRANCISCO ORLANDO COSTA MUNIZ | 0723180 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAUJO | 1480208 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| IGOR CHAGAS DE CARVALHO | 1480392 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| INGRID PEQUENO SÁ GIRÃO | 1585457 | PRF-1 | PGF | Exercício designação |
| ISABELLA SILVA OLIVEIRA CAVALCANTI | 1480003 | PRF-1 | PGF | Exercício efetivo |
| JÂNIO MOZART CORREA | 6352949 | PRF-1 | PGF | Exercício efetivo |
| LEONARDO LICIO DO COUTO | 1357587 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| MAURO CÉSAR SANTIAGO CHAVES | 1279831 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| PEDRO WANDERLEY VIZÚ | 0130043 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| VICTOR EPITÁCIO CRAVO TEIXEIRA | 1553100 | PRF-1 | PGF | Exercício efetivo |

ANEXO VI

COMPOSIÇÃO DAS VAGAS DA COORDENAÇÃO-GERAL DE COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nome** | **SIAPE** | **LOTAÇÃO** | **Exercício** | **Tipo Exercício** |
| FERNANDO MACIEL | 1553425 | PRF-1 | PGF | Exercício designação |
| GILBERTO BATISTA DOS SANTOS | 1437006 | PRF-1 | PGF | Exercício efetivo |
| GISELLE FERREIRA DOS SANTOS | 1903990 | PRF-1 | PGF | Exercício designação |
| GUILHERME MOREIRA SERRA | 2162981 | PRF-1 | PGF | Exercício designação |
| MARIA DA PIEDADE ALVES MELO | 1357937 | PRF-1 | PGF | Exercício efetivo |
| MARIVALDO ANDRADE DOS SANTOS | 1437022 | PRF-1 | PGF | Exercício efetivo |
| RAFAEL CRUZ GOUVEIA PINHEIRO | 1067153 | PSF-Serra Talhada/PE | PGF | Exercício designação |
| ROBERTA MACEDO DE ALBUQUERQUE | 2139126 | PRF-1 | PGF | Exercício designação |
| TARSILA RIBEIRO MARQUES FERNANDES | 1585019 | PRF-1 | PGF | Exercício efetivo |

ANEXO VII

COMPOSIÇÃO DAS VAGAS DA COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nome** | **SIAPE** | **LOTAÇÃO** | **Exercício** | **Tipo Exercício** |
| LUCIANA ANDRADE DA LUZ FONTES | 1379303 | PF/SC | PGF | Exercício designação |
| RODRIGO GUIMARÃES JARDIM | 1585326 | PSF-Passo Fundo/RS | PGF | Exercício designação |
| TAHIANA VIVIANI VIEIRA | 1873237 | PSF-Blumenau/SC | PGF | Exercício designação |

ANEXO VIII

COMPOSIÇÃO DAS VAGAS DA COORDENAÇÃO-GERAL DE PROJETOS E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nome** | **SIAPE** | **LOTAÇÃO** | **Exercício** | **Tipo Exercício** |
| CLÁUDIA ADRIELE SARTURI | 1585327 | PRF-1 | PGF | Exercício efetivo |
| JACKSON RICARDO DE SOUZA | 1873425 | PSF-Blumenau/SC | PGF | Exercício designação |
| RAFAEL CAMPARRA PINHEIRO | 2139192 | PSF-Caxias do Sul/RS | PGF | Exercício designação |

ANEXO IX

COMPOSIÇÃO DAS VAGAS DA COORDENAÇÃO-GERAL DE PESSOAL

| **Nome** | **SIAPE** | **LOTAÇÃO** | **Exercício** | **Tipo Exercício** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| ALAN LACERDA DE SOUZA | 3192930 | PRF-1 | PGF | Exercício efetivo |
| BEATRIZ MONZILLO DE ALMEIDA | 1585268 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| FABÍOLA GUERREIRO VILAR DE MELO OLIVEIRA | 1260236 | PRF-1 | PGF | Exercício efetivo |
| MARIA VITÓRIA DE OLIVEIRA | 2182368 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| PAULA DA RIN SOUZA | 1187908 | PRF-1 | PGF | Exercício efetivo |
| RAIMUNDA NILDETE ARAGÃO MELO VESCIA LUNKES | 0045828 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| ROBERTO EDUARDO VENTURA GIFFONI | 0758813 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| RODRIGO SAITO BARRETO | 1552983 | PSF-Feira de Santana/BA | PGF | Exercício designação |
| SIMONE MARIA ARAUJO LEITE FERREIRA | 1206499 | PRF-1 | PGF | Exercício efetivo |
| VERA SHIRLEY FERREIRA | 0171679 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |
| WANDA LÚCIA HENGSTLER | 1279505 | PRF-1 | PRF-1 | Exercício provisório |

Suplemento A do BSE 27, de 6.7.2018.

**PORTARIA Nº 707, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018.**

*Dispõe sobre a colaboração da Procuradoria Federal no Estado da Bahia com a Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio em Paulo Afonso/BA.*

O **SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo Procurador- Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, e considerando o disposto no Processo Administrativo nº 08620.008492/2017-42, resolve:

Art. 1º A Procuradoria Federal no Estado da Bahia, preferencialmente por meio do Escritório Avançado em Paulo Afonso/BA, prestará colaboração com a Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação Nacional do Índio em Paulo Afonso/BA, que consistirá na participação em audiências da Funai, no atendimento às comunidades indígenas e no assessoramento à Fundação naquela localidade.

Parágrafo único. A colaboração prevista no *caput* será coordenada pela Procuradoria Federal no Estado da Bahia.

Art. 2º Fica revogada a Portaria PGF nº 888, de 16 de novembro de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados.

**MARCELO DA SILVA FREITAS**

BS 42, de 15.10.2018.

**PORTARIA Nº 716,DE 5 DE OUTUBRO DE 2018.**

*Estabelece critérios de ingresso, permanência e encerramento do exercício de membros nos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal, nos termos do artigo 3º, §1º, da Portaria n. 720, de 14 de setembro de 2007.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que trata o artigo 11, § 2º, da Lei n. 10.480, de 02 de julho de 2002, considerando o exposto no processo administrativo n. 00407.025806/2018-75,

**considerando** o disposto no Decreto n. 9.203, de 22 de novembro de 2017, que trata da política de governança pública federal direta, autárquica e fundacional, com foco na modernização da gestão pública, no acompanhamento de resultados e nas soluções para a melhoria do desempenho das organizações;

**considerando** o disposto na Portaria AGU n. 414, de 19 de dezembro de 2017, que institui o Sistema de Governança Corporativa da Advocacia-Geral da União, caracterizado como o conjunto de práticas gerenciais voltadas à entrega de valor público para a sociedade, com a finalidade de estabelecer a governança corporativa, a integridade, os riscos e a forma de controle de ações;

**considerando** o disposto na Portaria n. 228, de 05 de abril de 2018, que estabelece o Modelo de Governança Setorial da Procuradoria-Geral Federal como o conjunto de programas e projetos estratégicos, de processos de trabalho e atividades exercidos pelos órgãos da PGF, visando ao cumprimento dos objetivos e ao alcance das metas estratégicas da AGU;

**considerando** o disposto na Portaria n. 467, de 04 de julho de 2018, que altera a Portaria n. 720, de 14 de setembro de 2007, para fixar a lotação e o exercício máximos de Procuradores Federais e servidores nos órgãos de direção e de execução da Procuradoria-Geral Federal;

**considerando** as conclusões do Grupo Estratégico “Critérios PGF-Sede”, instituído pela Portaria n. 544, de 27 de julho de 2018, para analisar, debater e consolidar, propositivamente, critérios de ingresso e permanência de membros nos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal, bem como para o respectivo desligamento; e

**considerando** as deliberações do Comitê de Gestão da Procuradoria-Geral Federal, reunido nos dias 03 a 05 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º O ingresso e a permanência de Procuradores Federais nos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal, bem como o respectivo procedimento de encerramento do exercício, na forma do parágrafo 1º do art. 3º da Portaria PGF nº 720, de 14 de setembro de 2007, observarão as disposições desta Portaria.

Parágrafo único. Os critérios de seleção estabelecidos nesta Portaria não se aplicam à definição do exercício de Procurador Federal nos demais órgãos da Procuradoria-Geral Federal.

CAPÍTULO I

**DO INGRESSO PARA EXERCÍCIO EFETIVO**

Art. 2º O exercício efetivo nos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal dar-se-á mediante seleção, observado o quantitativo de vagas divulgado pelo Procurador-Geral Federal.

§ 1º Poderá participar da seleção o Procurador Federal que esteja lotado na Procuradoria Regional Federal da 1ª Região e comprove o exercício mínimo de 3 (três) anos no cargo de Procurador Federal, ressalvada a inexistência de interessado que atenda a este requisito temporal.

§ 2º Não poderá participar da seleção o Procurador Federal cujo exercício nos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal tenha sido encerrado, na forma dos incisos II e III do caput do artigo 7º desta Portaria, nos 12 (doze) meses anteriores à data de divulgação do respectivo ato de seleção.

§ 3º O disposto no caput deste artigo não se aplica às regras de transição regulamentadas no artigo 7º da Portaria n.544, de 27 de julho de 2018, com a redação conferida pela Portaria n. 577, de 21 de agosto de 2018.

Seção I

Da Inscrição

Art. 3º Para participar da seleção, o Procurador Federal interessado deverá efetuar a sua inscrição, observada a sistemática prevista no respectivo ato.

§ 1º No ato de inscrição, o interessado deverá:

1. - optar, na ordem de sua preferência, se for o caso, pelo(s) órgão(s) de direção de seu interesse;
2. - tomar ciência das principais atividades desenvolvidas pelo(s) órgão(s) e declarar-se possuidor das competências necessárias ao desempenho das atividades; e
3. - anexar o currículo atualizado, com os respectivos comprovantes das atividades a serem pontuadas.

§ 2º É vedada a inscrição condicional.

§ 3º Os pedidos de inscrição apresentados intempestivamente ou em desconformidade com o ato de seleção não serão considerados para qualquer efeito.

Seção II

**Dos Critérios de Classificação**

Art. 4º A classificação na seleção para o exercício efetivo nos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal observará o número de vagas disponibilizadas no respectivo ato e levará em consideração as pontuações indicadas nos anexos desta Portaria, considerando, ainda, as seguintes disposições:

1. - a avaliação relativa à experiência prática não poderá considerar, para o mesmo período temporal, mais de um critério de qualificação, prevalecendo o que for mais vantajoso para o interessado;
2. - a conclusão de pós-graduação "lato sensu", mestrado e doutorado somente será computada se os respectivos cursos forem realizados por instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação, por Escola Superior vinculada a órgão da Administração Pública Federal ou pela Escola da Advocacia-Geral da União, ainda que em parceria com outra instituição;
3. - a avaliação relativa às publicações acadêmicas deverá levar em consideração o disposto no artigo 9º, § 3º, da Portaria n. 173, de 21 de março de 2016, que disciplina a promoção na carreira de Procurador Federal; e
4. - a menção às Portarias n. 172, de 21 de março de 2016, e n. 338, de 12 de maio de 2016, nos Anexos da presente Portaria, não prejudica eventual pontuação baseada em ato normativo de mesma natureza.

Art. 5º Em caso de empate na classificação, prevalecerá o candidato com maior antiguidade na carreira, na forma do Decreto n. 7.737, de 25 de maio de 2012.

Seção III

**Do procedimento**

Art. 6º A seleção será regulada em ato próprio, que deverá, dentre outros, estabelecer a forma de inscrição e os mecanismos recursais pertinentes.

Parágrafo único. O prazo de validade do certame será de até 12 (doze) meses, prorrogável por igual período por ato do Procurador-Geral Federal.

CAPÍTULO II

**DOS CRITÉRIOS DE PERMANÊNCIA E ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO EFETIVO NOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO DA PGF**

Art. 7º O Procurador Federal poderá ter o seu exercício efetivo encerrado junto aos órgãos de direção da Procuradoria- Geral Federal, observando-se o disposto no § 2º do art. 3º da Portaria 720, de 2007, nas seguintes hipóteses:

1. - a pedido, a qualquer tempo;
2. - por ato do Procurador-Geral Federal, quando verificada:
3. a inobservância das normas legais e regulamentares e das orientações escritas emitidas pelas chefias respectivas, respeitadas as prerrogativas do Procurador Federal; ou
4. a não participação imotivada das reuniões convocadas pelas chefias respectivas.
5. - em decorrência do resultado de avaliação de desempenho realizada por comissão, com periodicidade não inferiora dois anos; e
6. - em decorrência do redimensionamento da equipe.

§ 1º Na hipótese do inciso I do caput deste artigo, o encerramento do exercício poderá ser postergado até a recomposição da vaga, a fim de se preservar a regularidade das atividades do órgão.

§ 2º Compete ao Diretor ou Coordenador-Geral respectivo, havendo a ocorrência de alguma das hipóteses previstas nas alíneas “a” ou “b” do inciso II do caput deste artigo, informar por escrito ao Procurador Federal que a reiteração da prática desencadeará o procedimento de desligamento do órgão de direção respectivo.

§ 3º Nas hipóteses dos incisos II e III do caput deste artigo, o encerramento do exercício junto aos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal observará as seguintes disposições:

1. - prévia manifestação fundamentada da Direção ou Coordenação-Geral respectiva;
2. - exercício do contraditório, oportunizada a manifestação do interessado, por escrito, no prazo de 5 (cinco) diasúteis; e
3. - não configurará, por si só, presunção ou indício de infração disciplinar.

§ 4º A avaliação periódica de desempenho prevista no inciso III do caput deste artigo será realizada por comissão composta de 3 (três) Procuradores Federais com atuação, preferencialmente, no mesmo Departamento ou Coordenação-Geral, e levará em consideração, entre outros:

I - o atingimento das metas expressamente estabelecidas pelo Diretor ou Coordenador-Geral respectivo; II - a colaboração com os demais integrantes do Departamento ou Coordenação-Geral respectivo;

1. - a supervisão e a orientação de servidores, estagiários e colaboradores;
2. - a elaboração ou a atualização de peças jurídicas referenciais, de modelos ou de outros documentos passíveis de uso pelos demais integrantes do órgão; e
3. - a colaboração direta com iniciativas de capacitação empreendidas no órgão.

§ 5º As metas referidas no inciso I do § 4º deste artigo serão fixadas no prazo de até 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Portaria, e revistas, no mínimo, anualmente.

§ 6º Na hipótese do inciso IV do caput deste artigo, acaso não existam interessados, será considerado o menor tempo de efetivo exercício no Departamento ou Coordenação-Geral respectivos.

Art. 8º Havendo a necessidade de ingresso de Procurador Federal para exercício efetivo nos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal, será observado o ato de seleção respectivo.

Parágrafo único. Inexistindo cadastro de reserva, a necessidade de ingresso de Procurador Federal desencadeará novaseleção.

CAPÍTULO III DOS ENCARGOS

Art. 9º O preenchimento de encargo nos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal dar-se-á de ofício ou por meio de seleção simplificada.

§ 1º Para a ocupação de encargo, o Procurador Federal deverá comprovar o exercício mínimo de 3 (três) anos no cargo de Procurador Federal, salvo se inexistir interessado que atenda a este requisito temporal.

§ 2º A dispensa do encargo poderá ocorrer a qualquer tempo, a pedido ou a critério da Administração, aplicando-se o disposto no § 2º do art. 3º da Portaria n. 720, de 14 de setembro de 2007.

CAPÍTULO IV

**DA DISPOSIÇÃO FINAL**

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES

Suplemento C do BSE 40, de 5.10.2018.

**ANEXO I**

**TABELA DE PONTUAÇÃO PARA INGRESSO NO DEPARTAMENTO DE CONTENCIOSO DA PGF**

| **SEGMENTO** | **PONTUAÇÃO** | **CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO** |
| --- | --- | --- |
| **Experiência Prática (máximo 35 pontos)** | 4 (quatro) pontos | a) Por ano de efetivo exercício das funções de titular ou substituto do Departamento de Contencioso, das Procuradorias Regionais Federais, das Procuradorias Federais nos Estados e titular de Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal, na forma da Lei n. 10.480, de 02 de julho de 2002, e das Portarias n. 338, de 12 de maio de 2016, e n. 172, de 21 de março de 2016, até o máximo de 20 (vinte) pontos; |
| 4 (quatro) pontos | b) Por ano de efetivo exercício em Gerência de Atuação em Contencioso (GEAC) formalmente instalada, na forma das Portarias n. 688, de 28 de setembro de 2016, até o máximo de 20 (vinte) pontos; |
| 4 (quatro) pontos | c) Por ano de efetivo exercício em núcleo de atuação prioritária no Departamento de Contencioso, até o máximo de 20 (vinte) pontos; |
| 3,5 (três vírgula cinco) pontos | d) Por ano de efetivo exercício como titular das Procuradorias Seccionais Federais, responsável pelos núcleos temáticos do Departamento de Contencioso na forma das Portarias n. 172, de 21 de março de 2016, en. 338, de 12 de maio de 2016, até o máximo de 17,5 (dezessete virgula cinco) pontos; |
| 3 (três) pontos | e) Por ano de efetivo exercício como responsável pelos núcleos de Procuradoria Regional Federal e Procuradoria Federal nos Estados, e pela coordenação de equipe de trabalho remoto, na forma das Portariasn. 172, de 21 de março de 2016, e 978, de 24 de dezembro de 2015, até o máximo de 15 (quinze) pontos; |
| 3 (três) pontos | f) Por ano de efetivo exercício em núcleo de atuação prioritária em 2ª instância, até o máximo de 15 (quinze) pontos; |
| 3 (três) pontos | g) Por ano de efetivo exercício no Departamento de Contencioso, na forma da Portaria n. 338, de 12 de maio de 2016, até o máximo de 15 (quinze) pontos |
| 2 (dois) pontos | h) Por ano de efetivo exercício em núcleo ou subnúcleo de atuação prioritária em 1ª instância, até o máximo de 10 (dez) pontos; |
| 2 (dois) pontos | i) Por ano de efetivo exercício nas Procuradorias Regionais Federais, até o máximo de 10 (dez) pontos; |
| 1,5 (um vírgula cinco) ponto | j) Por ano de atuação nas Câmaras Provisórias, nos Grupos de Trabalho e nas Câmaras Permanentes do Departamento de Contencioso, até o máximo de 7,5 (sete vírgula cinco) pontos; e |
| 1 (um) ponto | k) Por ano de efetivo exercício em órgão de execução contencioso da Procuradoria-Geral Federal não contemplado nas alíneas anteriores, na forma da Portaria n. 172, de 21 de março de 2016, até o máximo de 5 (cinco) pontos. |
| **II - Antiguidade (máximo de 35 pontos)** | 1,16 (um vírgula dezesseis)ponto | Por ano de efetivo exercício na carreira de Procurador Federal. |
| **III - Atividades ou Publicações Acadêmicas (máximo de 30 pontos)** | 8 (oito) pontos | a) Por conclusão de doutorado, até o máximo de 16 (dezesseis) pontos; |
| 4 (quatro) pontos | b) Por conclusão de mestrado, até o máximo de 8 (oito) pontos; |
| 2 (dois) pontos | c) Por conclusão de pós-graduação lato sensu, com carga horária igual ou superior a 360 horas/aula, até o máximo de 8 (oito) pontos; |
| 2 (dois) pontos | d) Por publicação de obra individual, na forma de livro, por editora que contenha conselho editorial, até o máximo de 10 (dez) pontos; |
| 2 (dois) pontos | e) Por publicação de obra coletiva, na forma de livro, por editora que contenha conselho editorial, divididos pelo número de coautores, até o máximo de 5 (cinco) pontos; |
| 1 (um) ponto | f) Para cada 80 (oitenta) horas de participação em cursos,congressos,encontrose conferências, devidamente certificada, até o máximo de 2 (dois) pontos; |
| 0,5 (zero vírgula cinco) ponto | g) Por publicação de artigos distintos, de autoria exclusiva do candidato, em periódicos impressos ou eletrônicos, avaliados pela CAPES com QUALIS A ou B, ou na revista institucional da Advocacia-Geral da União, até o máximo de 2 (dois) pontos; e |
| 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) ponto | h) Por palestra realizada na condição de membro da Advocacia-Geral da União em eventos, conferências, congressos, seminários ou simpósios, pontuando-se em dobro quando se tratar de evento organizado pela Escola da Advocacia-Geral da União, até o máximo de 2 (dois) pontos. |

**ANEXO II**

**TABELA DE PONTUAÇÃO PARA INGRESSO NO DEPARTAMENTO DE CONSULTORIA DA PGF**

| **SEGMENTO** | **PONTUAÇÃO** | **CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO** |
| --- | --- | --- |
| **I - Experiência Prática (máximo de 35 pontos)** | 4 (quatro) pontos | a) Por ano de efetivo exercício como titular ou substituto do Departamento de Consultoria e titular ou substituto de Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública Federal, na forma da Lei  n. 10.480, de 02 de julho de 2002, e das Portarias n. 338, de 12 de maio de 2016, e n. 172, de 21 de março de 2016, até o máximo de 20 (vinte) pontos; |
|  | |
| 3,5 (três vírgula cinco) pontos | b) Por ano de efetivo exercício de cargo em comissão, função de confiança ou encargo, com atribuições de direção, coordenação ou titularidade de unidade descentralizada, relacionados à atividade de consultoria e assessoramento jurídico em área de atuação específica definida no ato de seleção, no âmbito da Advocacia-Geral da União, até o máximo de 17,5 (dezessete vírgula cinco) pontos; |
| 3,5 (três vírgula cinco) pontos | c) Por ano de efetivo exercício das funções de coordenador de equipe de trabalho remoto na área de consultoria e assessoramento jurídico, até o máximo de 17,5 (dezessete vírgula cinco) pontos; |
| 3,5 (três vírgula cinco) pontos | d) Por ano de atuação nas Câmaras Provisórias, nos Grupos de Trabalho e nas Câmaras Permanentes do Departamento de Consultoria e da Consultoria-Geral da União, até o máximo de 17,5 (dezessete vírgula cinco) pontos; |
| 3 (três) pontos | e) Por ano de efetivo exercício no Departamento de Consultoria ou em órgão de execução de consultivo da Procuradoria-Geral Federal, na forma da Portaria n. 172, de 21 de março de 2016, observada a área específica indicada no ato de seleção, até o máximo de 15 (quinze) pontos; |
| 2,5 (dois vírgula cinco) pontos | f) Por ano de efetivo exercício de cargo em comissão, função de confiança ou encargo, com atribuições de representação regional, estadual e seccional de órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, ou de unidades da Consultoria-Geral da União, relacionado à atividade de consultoria e assessoramento jurídico, sem a definição de área temática no ato de seleção, até o máximo de 12,5 (doze vírgula cinco) pontos; |
| 2,5 (dois vírgula cinco) pontos | g) Por ano de participação em equipe de trabalho remoto na área de consultoria e assessoramento jurídico, até o máximo de 12,5 (doze vírgula cinco) pontos; |
| 2 (dois) pontos | h) Por ano de efetivo exercício como responsável por núcleo ou subnúcleo de atuação prioritária ou ocupante de encargo junto aos órgãos de direção ou de execução contenciosa da Procuradoria-Geral Federal, na forma das Portarias n. 338, de 12 de maio de 2016, e n. 172, de 21 de março de 2016, até o máximo de 10 (dez) pontos; |
| 2 (dois) pontos | i) Por ano de efetivo exercício no Departamento de Consultoria, sem a definição de área temática no ato de seleção, na forma da Portaria n. 338, de 12 de maio de 2016, até o máximo de 10 (dez) pontos; e |
| 1 (um) ponto | j) Por ano de efetivo exercício em órgão de execução consultivo da Procuradoria-Geral Federal, na forma da Portaria n. 172, de 21 de março de 2016, até o máximo de 5 (cinco) pontos. |
| **II - Antiguidade (máximo de 35 pontos)** | 1,16(umvírgula dezesseis) ponto | Por ano de efetivo exercício na carreira de Procurador Federal. |
| **III - Atividades ou Publicações Acadêmicas**  **(máximo de 30 pontos)** | 8 (oito) pontos | a) Por conclusão de doutorado, até o máximo de 16 (dezesseis) pontos; |
| 4 (quatro) pontos | b) Por conclusão de mestrado, até o máximo de 8 (oito) pontos; |
| 2 (dois) pontos | c) Por conclusão de pós-graduação lato sensu, com carga horária igual ou superior a 360 horas/aula, até o máximo de 8 (oito) pontos; |
| 2 (dois) pontos | d) Por publicação de obra individual, na forma de livro, por editora que contenha conselho editorial, até o máximo de 10 (dez) pontos; |
| 2 (dois) pontos | e) Por publicação de obra coletiva, na forma de livro, por editora que contenha conselho editorial, divididos pelo número de coautores, até o máximo de 5 (cinco) pontos; |
| 1 (um) ponto | f) Para cada 80 (oitenta) horas de participação em cursos, congressos, encontros e conferências, devidamente certificada, até o máximo de 2 (dois) pontos; |
| 0,5 (zero vírgula cinco) ponto | g) Por publicação de artigos distintos, de autoria exclusiva do candidato, em periódicos impressos ou eletrônicos, avaliados pela |
| CAPES com QUALIS A ou B, ou na revista institucional da Advocacia-Geral da União, até o máximo de 2 (dois) pontos; e |
| 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) ponto | h) Por palestra realizada na condição de membro da Advocacia-Geral da União em eventos, conferências, congressos, seminários ou simpósios, pontuando-se em dobro quando se tratar de evento organizado pela Escola da Advocacia-Geral da União, até o máximo de 2 (dois) pontos. |

**ANEXO III**

**TABELA DE PONTUAÇÃO PARA INGRESSO NA COORDENAÇÃO-GERAL DE COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO DA PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - CGCOB/PGF**

| **SEGMENTO** | **PONTUAÇÃO** | **CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO** |
| --- | --- | --- |
| **I - Experiência Prática (máximo 35 pontos)** | 4 (quatro) pontos | a) Por ano de efetivo exercício como de titular ou substituto da Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da PGF, das Procuradorias Regionais Federais e das Procuradorias Federais nos Estados, na forma da Lei n. 10.480, de 02 de julho de 2002, e das Portarias n. 338, de 12 de maio de 2016, e n. 172, de 21 de março de 2016, até o máximo de 20 (vinte) pontos; |
| 4 (quatro) pontos | b) Por ano de efetivo exercício do encargo de responsável ou substituto pela Equipe Nacional de Cobrança (Portaria n. 614, de 31 de agosto de 2016), até o máximo de 20 (vinte) pontos; |
| 3,5 (três vírgula cinco) pontos | c) Por ano de efetivo exercício das funções de Coordenador Regional de Cobrança, na forma da Portaria n. 172, de 21 de março de 2016, até o máximo de 17,5 (dezessete vírgula cinco) pontos; |
| 3 (três) pontos | d) Por ano de efetivo exercício como Coordenador de Cobrança em Procuradoria Federal nos Estados, ou de Coordenador de Cobrança em Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal, na forma da Portaria n. 172, de 21 de março de 2016, até o máximo de 15 (quinze) pontos; |
| 3 (três) pontos | e) Por ano de efetivo exercício em Gerência de Atuação em Contencioso (GEAC) formalmente instalada, na forma das Portarias n. 688, de 28 de setembro de 2016, Coordenador de núcleos de temáticos da Equipe Nacional de Cobrança, na forma das Portarias n. 978, de 24 de dezembro de 2015 n. 172, de 21 de março de 2016, e n. 614, de 31 de agosto de 2016, bem como em núcleo de atuação prioritária, na área de cobrança e recuperação de créditos, até o máximo de 15 (quinze) pontos; |
| 3 (três) pontos | f) Por ano de efetivo exercício das funções de titular de Procuradoria Seccional Federal, coordenador de Equipe de Trabalho Remoto relacionada à matéria de cobrança e recuperação de créditos, titular de Divisões da Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da PGF e responsável pelos núcleos temáticos dos órgãos de execução contenciosa da Procuradoria-Geral Federal, na forma das Portarias n. 338, de 12 de maio de 2016, e n. 172, de 21 de março de 2016, até o máximo de 15 (quinze) pontos; |
| 2,5 (dois vírgula cinco) pontos | g) Por ano de efetivo exercício no Grupo de Cobrança de Grandes Devedores, até o máximo de 12,5 (doze vírgula cinco) pontos; |
| 2 (dois) pontos | h) Por ano de efetivo exercício na Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da PGF, até o máximo de 10 (dez) pontos. |
| 1 (um) ponto | i) Por ano de efetivo exercício de Atividade contenciosa ou consultiva na área de cobrança e recuperação de créditos nas Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais, até o máximo de 5 (cinco) pontos. |
| **II - Antiguidade (máximo de 35 pontos)** | 1,16 (um vírgula dezesseis) ponto | Por ano de efetivo exercício na carreira de Procurador Federal. |
| **III - Atividades ou Publicações Acadêmicas (máximo de 30 pontos)** | 8 (oito) pontos | a) Por conclusão de doutorado, até o máximo de 16 (dezesseis) pontos; |
| 4 (quatro) pontos | b) Por conclusão de mestrado, até o máximo de 8 (oito) pontos; |
| 2 (dois) pontos | c) Por conclusão de pós-graduação lato sensu, com carga horária igual ou superior a 360 horas/aula, até o máximo de 8 (oito) pontos; |
| 2 (dois) pontos | d) Por publicação de obra individual, na forma de livro, por editora que contenha conselho editorial, até o máximo de 10 (dez) pontos; |
| 2 (dois) pontos | e) Por publicação de obra coletiva, na forma de livro, por editora que contenha conselho editorial, divididos pelo número de coautores, até o máximo de 5 (cinco) pontos; |
| 1 (um) ponto | f) Para cada 80 (oitenta) horas de participação em cursos,congressos,encontrose conferências, devidamente certificada, até o máximo de 2 (dois) pontos; |
| 0,5 (zero vírgula cinco) ponto | g) Por publicação de artigos distintos, de autoria exclusiva do candidato, em periódicos impressos ou eletrônicos, avaliados pela CAPES com QUALIS A ou B, ou na revista institucional da Advocacia-Geral da União, até o máximo de 2 (dois) pontos; e |
| 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) ponto | h) Por palestra realizada na condição de membro da Advocacia-Geral da União em eventos, conferências, congressos, seminários ou simpósios, pontuando-se em dobro quando se tratar de evento organizado pela Escola da Advocacia-Geral da União, até o máximo de 2 (dois) pontos. |

**ANEXO IV**

**TABELA DE PONTUAÇÃO PARA INGRESSO NAS DEMAIS COORDENAÇÕES-GERAIS**

| **SEGMENTO** | **PONTUAÇÃO** | **CRITÉRIO DE QUALIFICAÇÃO** |
| --- | --- | --- |
| **I - Experiência Prática (máximo 35 pontos)** | 5 (cinco) pontos | a) Por ano de efetivo exercício como titular ou substituto dos órgãos de direção da Procuradoria- Geral Federal, das Procuradorias Regionais Federais e das Procuradorias Federais nos Estados, na forma da Lei n. 10.480, de 02 de julho de 2002, e das Portarias n. 338, de 12 de maio de 2016, e n. 172, de 21 de março de 2016, até o máximo de 25 (vinte e cinco) pontos; |
| 5 (cinco) pontos | b) Por ano de efetivo exercício como titular ou substituto de Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal de âmbito nacional, na forma da Lei n. 10.480, de 02 de julho de 2002, e da Portarian. 172, de 21 de março de 2016, até o máximo de 25 (vinte e cinco) pontos; |
| 4 (quatro) pontos | c) Por ano de efetivo exercício como titular ou substituto de Procuradoria Federal junto às autarquia ou fundação pública federal sem caráter nacional, na forma da Lei n. 10.480, de 02 de julho de 2002, e da Portaria n. 172, de 21 de março de 2016, até o máximo de 20 (vinte) pontos; |
| 4 (quatro) pontos | d) Por ano de efetivo exercício das funções de responsável por núcleo temático ou ocupante de encargo junto aos órgãos de direção da Procuradoria- Geral Federal e às Procuradorias Regionais Federais, na forma das Portarias n. 338, de 12 de maio de 2016, e n. 172, de 21 de março de 2016, até o máximo de 20 (vinte) pontos; |
| 3,5 (três vírgula cinco) pontos | e) Por ano de efetivo exercício das funções de responsável por núcleo temático ou ocupante de encargo junto às Procuradorias Federais nos Estados e de titular de Procuradoria Seccional Federal, bem como de efetiva atividade de gestão nas Procuradorias Federais junto às autarquias ou fundações públicas federais, na forma da Portaria n. 172, de 21 de março de 2016, até o máximo de 17,5 (dezessete vírgula cinco) pontos; |
| 3,5 (três vírgula cinco) pontos | f) Por ano de efetivo exercício das funções de coordenador de equipe ou núcleo de atuação desterritorializada, na forma das Portarias n. 978, de 24 de dezembro de 2015, n. 614, de 31 de agosto de 2016, n. 155, de 15 de março de 2017, e n. 263, de 05 de maio de 2017, até o máximo de 17,5 (dezessete vírgula cinco) pontos; |
| 3,5 (três vírgula cinco) pontos | g) Por ano de efetivo exercício em Gerência de Atuação em Contencioso (GEAC) formalmente instalada, na forma das Portarias n. 688, de 28 de setembro de 2016, até o máximo de 17,5 (dezessete vírgula cinco) pontos; |
| 3 (três) pontos | h) Por ano de efetivo exercício das funções de responsável por subnúcleo temático dos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal, das Procuradorias Regionais Federais e das Procuradorias Federais nos Estados, na forma das Portarias n. 338, de 12 de maio de 2016, e n. 172, de 21 de março de 2016, até o máximo de 15 (quinze) pontos; |
| 2 (dois) pontos | g) Por ano de efetivo exercício junto aos órgãos de direção da Procuradoria-Geral Federal, ao Departamento de Gestão Estratégica, à Secretaria- Geral de Administração e à Escola da Advocacia- Geral da União, até o máximo de 10 (dez) pontos; |
| 2 (dois) pontos | h) Por ano de efetiva atividade de gestão na administração pública, até o máximo de 10 (dez) pontos; e |
| 1 (um) ponto | i) Por ano de efetivo exercício de atividade em contencioso ou consultivo na Procuradoria-Geral Federal, até o máximo de 5 (cinco) pontos. |
| **II - Antiguidade (máximo de 35 pontos)** | 1,16 (um vírgula dezesseis) ponto | Por ano de efetivo exercício na carreira de Procurador Federal. |
| **III - Atividades ou Publicações Acadêmicas (máximo de 30 pontos)** | 8 (oito) pontos | a) Por conclusão de doutorado, até o máximo de 16 (dezesseis) pontos, na forma do ato de seleção; |
| 4 (quatro) pontos | b) Por conclusão de mestrado, até o máximo de 8 (oito) pontos, na forma do ato de seleção; |
| 2 (dois) pontos | c) Por conclusão de pós-graduação lato sensu, com carga horária igual ou superior a 360 horas/aula, até o máximo de 8 (oito) pontos, na forma do ato de seleção; |
| 2 (dois) pontos | d) Por publicação de obra individual, na forma de livro, até o máximo de 10 (dez) pontos, na forma do ato de seleção; |
| 2 (dois) pontos | e) Por publicação de obra coletiva, na forma de livro, até o máximo de 5 (cinco) pontos, divididos pelo número de coautores, na forma do ato de seleção; |
| 1 (um) ponto | f) Para cada 80h (oitenta horas) de participação em cursos, congressos, encontros e conferências, até o máximo de 2 (dois) pontos, na forma do ato de seleção; |
| 0,5 (zero vírgula cinco) ponto | g) Por publicação de artigos distintos, de autoria exclusiva do candidato, em periódicos impressos ou eletrônicos ou na revista institucional da Advocacia- Geral da União, até o máximo de 2 (dois) pontos, na forma do ato de seleção; e |
| 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) ponto | h) Por palestra realizada na condição de membro da Advocacia-Geral da União em eventos, conferências, congressos, seminários ou simpósios, pontuando-se em dobro quando se tratar de evento organizado pela Escola da Advocacia-Geral da União, até o máximo de 2 (dois) pontos. |

**PORTARIA Nº 783, DE 26 DE OUTUBRO DE 2018.**

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, o artigo 8º, §1º, do Decreto n° 9.194/2017 e considerando o disposto no Processo Administrativo nº 53500.025548/2018-25, resolve:

Art. 1º. Excepcionar os créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL da obrigação do artigo 8º, *caput*, do Decreto n° 9.194/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

DOU de 9.11.2018.

**PORTARIA Nº 829, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2018.**

*Regulamenta a Equipe Nacional de Cobrança no âmbito da Procuradoria-Geral Federal (PGF).*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das competências de que tratam o §12° do art. 10 e os incisos I e VIII do §2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o disposto no processo administrativo 00407.047924/2016-72, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Equipe Nacional de Cobrança (ENAC), diretamente vinculada à Coordenação- Geral de Cobrança da Procuradoria-Geral Federal (CGCOB/PGF), com objetivo principal de nacionalizar a gestão técnica e operacional das atividades de cobrança e recuperação de créditos de caráter extrajudicial, por meio da desterritorialização de suas atividades.

§ 1º A gestão técnica e operacional das atividades de cobrança e recuperação de créditos de caráter extrajudicial será nacionalizada e exercida pela Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos (CGCOB/PGF), diretamente ou por meio da Equipe Nacional de Cobrança (ENAC), mediante suporte logístico e de pessoal das unidades locais da Procuradoria-Geral Federal (PGF).

§ 2º Para os fins desta Portaria, entende-se por atividades de cobrança e recuperação de créditos extrajudicial, entre outras:

1. - as atividades de apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, de titularidade das autarquias e fundações públicas federais, e a sua inscrição em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial;
2. - o protesto extrajudicial;
3. - a conciliação prévia e demais atos relacionados à recuperação extrajudicial do crédito;
4. - o ajuizamento de ações de execução fiscal, ordinária de ressarcimento e cobrança e de execução de título executivo extrajudicial não inscrito em dívida ativa;
5. - o parcelamento extrajudicial, ordinário ou extraordinário; e
6. - a pesquisa patrimonial, de localização de devedores e demais atividades de inteligência na área decobrança.

Art. 2º A ENAC constituir-se-á do compartilhamento dos meios materiais e eletrônicos e da conjunção dos recursos humanos das unidades da PGF, observadas as seguintes diretrizes:

1. - gestão estratégica, planejada e embasada em resultados objetivamente mensuráveis;
2. - aumento da efetividade da recuperação dos créditos das autarquias e fundações públicas federais;
3. - otimização do gasto público e racionalização da estrutura organizacional nas atividades de cobrança e recuperação de créditos;
4. - nacionalização, especialização e uniformização das atividades de cobrança e recuperação de créditos de caráter extrajudicial;
5. - mapeamento dos estoques de créditos, sistematização dos relatórios de arrecadação e desenvolvimento de matriz informatizada de classificação de créditos e índice de recuperação;
6. - proatividade, produtividade e eficiência, averiguadas por meio de relatórios mensais, orientação permanente e reuniões periódicas; e
7. - colaboração mútua de seus integrantes, organização segmentada por atividade de cobrança e compartilhamento de estruturas de acordo com a necessidade do serviço.

Art. 3º A estrutura, a organização interna, as atribuições dos órgãos, as rotinas, os fluxos de trabalho, os critérios de movimentação interna e o sistema de controle de produtividade serão definidos por meio de Ordem de Serviço do Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos, a ser expedida no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de publicação desta Portaria.

Parágrafo único. As metas de produtividade da ENAC serão fixadas por Ordem de Serviço do Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos, no prazo de 30 dias, e constarão, a partir do ano de 2019, do plano de trabalho anual da ENAC, que será divulgado a todos os integrantes da Equipe.

Art. 4º Compete ao responsável pela ENAC, entre outras que vierem a ser atribuídas pelo Coordenador- Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos, as seguintes atividades:

1. - estabelecer as regras de triagem e distribuição dos processos administrativos e créditos entre seusintegrantes;
2. - organizar a escala de férias, garantindo a regularidade das atividades daEquipe;
3. - criar subnúcleos no âmbito dos núcleos temáticos e definir e organizar os fluxos de trabalho de toda a Equipe, sempre com foco na especialização e uniformização das atividades;
4. - definir as prioridades de atuação em conjunto com a CGCOB;
5. - analisar os relatórios elaborados com vistas a garantir a eficiência e a uniformidade da atuação, extraindo as estatísticas necessárias ao aprimoramento do trabalho;
6. - propor a elaboração de modelos padrão com vistas a garantir a uniformidade e eficiência da atuação, os quais serão divulgados à equipe;
7. - verificar o cumprimento das metas e padrões de produtividade estabelecidos aos membros da ENAC, que deverão ser divulgados por ato do Responsável pela ENAC, inclusive por meio de boletim informativo encaminhado via correspondência eletrônica;
8. - designar reuniões;
9. - analisar e atuar diretamente em casos de maior relevância, a critério da CGCOB/PGF;
10. – decidir conflitos internos de atribuição e de entendimentos técnicos, bem como a admissibilidade de consultas à CGCOB;
11. - planejar e programar mutirões de conciliação de cobrança de créditos em processos de cobrança, de comum acordo com o responsável pela Unidade da PGF;
12. - ao final de cada ciclo de trabalho, enviar à CGCOB relatório circunstanciado sobre cumprimento das metas estabelecidas no plano anual de atividades, bem como informação sobre a adaptação à sistemática e às rotinas do trabalho da Equipe;
13. – enviar o controle de frequência à Unidade da PGF correspondente ao exercício do procurador federal ou do servidor público;
14. – autorizar afastamentos e licenças dos membros e servidores da Equipe Nacional de Cobrança; XV - elaborar e submeter à CGCOB/PGF:
15. relatório mensal de distribuição e de produtividade;
16. proposta de orientação ou solicitação de parecer de caráter geral, quando identificada questão de relevante indagação jurídica ou passível de uniformização detratamento;
17. solicitaçãodecolaboraçãodasProcuradoriasFederaisjuntoàsautarquiasefundaçõespúblicasfederais;
18. proposta de encontros da ENAC e eventos de capacitação;
19. propostadedesenvolvimento,disponibilizaçãoouaquisiçãodeequipamentos,aplicativosouprodutos

de tecnologia;

1. proposta de designação excepcional de integrantes para atuar na equipe, bem como a redução ou ampliação do quantitativo de membros em atuação extrajudicial; e
2. minuta do plano de trabalho anual.

§ 1º Fica delegada ao responsável pela coordenação da ENAC a atribuição para aprovação do reconhecimento da prescrição, nos termos do *caput* e § 6º do art. 2º da Portaria PGF nº 796, de 05 de outubro de 2010, para os créditos administrados pela ENAC.

§ 2º O responsável pela ENAC poderá delegar parte das competências previstas neste artigo aos responsáveis pelos núcleos temáticos da Equipe.

§ 3º Ao responsável substituto pela ENAC compete:

1. – assistir e auxiliar o titular na coordenação e supervisão Equipe;
2. – assistir o titular em suas representações políticas e administrativas, na definição de diretrizes e na implementação das ações das diversas áreas de sua atribuição;
3. – sem prejuízo das competências do titular, coordenar e supervisionar as atividades de organização e modernização administrativa da Equipe;
4. - assistir o titular nos estudos e procedimentos de levantamento de riscos relacionados à atuação, propondo a fixação de orientações normativas, bem como outros atos a serem submetidos ao CGCOB;
5. – exercer outras atribuições que lhe forem delegadas e conferidas pelo Responsável pela Equipe.

§ 4º O responsável pela coordenação da ENAC será designado por ato do Procurador-Geral Federal, mediante indicação do Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos.

§ 5º O substituto da Coordenação, bem como os responsáveis pelos núcleos temáticos da ENAC e seus substitutos eventuais serão designados dentre os integrantes da Equipe, por ato do Procurador-Geral Federal, mediante indicação do Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos, após consulta ao Responsável pela ENAC.

Art. 5º Compete ao integrante da ENAC:

1. - desempenhar as atividades pertinentes ao objeto de especialização da Equipe, definidas no plano detrabalho;
2. - conhecer e manter-se atualizado sobre os fluxos de trabalho e rotinas deatuação;
3. - acompanhar e triar diariamente as tarefas e processos sob sua responsabilidade;
4. - utilizar as ferramentas e aplicativos eletrônicos indicados pelo responsável pela coordenação da Equipe para comunicação, organização do trabalho e execução das tarefasdistribuídas;
5. - acompanhar diariamente as comunicações eletrônicas expedidas pela PGF/AGU;
6. - participar de reuniões presenciais e virtuais, sempre que designadas pela ENAC, sem prejuízo de eventuais convocações para participar de reuniões do gestor da unidade de lotação;
7. - comparecer aos encontros da ENAC e eventos de capacitação pertinentes, cuja organização e conveniência caberão à PGF;
8. - utilizar os sistemas informatizados disponíveis para registro das atividades, viabilizando a extração de relatórios mensais de produtividade;
9. - cumprir as metas fixadas no plano de trabalho anual e atingir os índices de produtividade neleindicados;

Art. 6º A ENAC será integrada por Procuradores Federais e contará com a colaboração de servidores, requisitados, terceirizados e estagiários em atuação nas unidades da PGF correspondentes, sem qualquer alteração na lotação ou no exercício.

§ 1º A definição do quantitativo de Procuradores Federais que integram a ENAC por Unidade da PGF deverá ser compatível com a quantidade de trabalho assumido por aquela equipe.

§ 2º O quantitativo atual de Membros da Carreira, especificado por Unidade da PGF, está definido no Anexo I desta Portaria.

§ 3º O ingresso na ENAC de novos Procuradores Federais se dará por meio de seleção interna no âmbito da respectiva Unidade da PGF ou da Equipe Regional de Cobrança correspondente, nos termos do ato de seleção padrão a ser editado pela CGCOB/PGF, o qual deverá conter, obrigatoriamente:

1. - especificação do número de integrantes;
2. - procedimento e cronograma da movimentação interna;
3. - a forma de inscrição e os mecanismos recursais pertinentes;
4. – prazo de validade do certame, não superior a 12 (doze) meses, prorrogável por igual período por ato do Procurador Chefe da Unidade da PGF; e
5. - os requisitos necessários para integrar a equipe, além do critério de antiguidade, entre os quais a declaração de aptidão para as atribuições a serem desempenhadas e para utilização dos sistemas informatizados pertinentes.

§ 4º No ato de inscrição, o interessado deverá:

1. - tomar ciência das principais atividades desenvolvidas pela ENAC e declarar-se possuidor das competências necessárias ao desempenho das atividades; e
2. - anexar o currículo atualizado, com os respectivos comprovantes das atividades a serem pontuadas.

§ 5º É vedada a inscrição condicional.

§ 6º Os pedidos de inscrição apresentados intempestivamente ou em desconformidade com o ato de seleção não serão considerados para qualquer efeito.

§ 7º O redimensionamento da equipe e o ingresso de novos Procuradores Federais na ENAC serão feitos por meio de ato do Procurador-Geral Federal, mantida a lotação e o exercício do integrante na sua Unidade de origem.

§ 8º O ingresso na ENAC de novos servidores, empregados públicos e terceirizados se dará por meio de ato conjunto do Coordenador-Geral de Cobrança e do responsável pela Unidade da PGF de origem, mantida a lotação e o exercício do integrante.

Art. 7º A classificação na seleção para ingresso na Equipe Nacional de Cobrança observará o número de integrantes estabelecido no respectivo ato e levará em consideração as pontuações indicadas no Anexo II desta Portaria, considerando, ainda, as seguintes disposições:

1. - a avaliação relativa à experiência prática não poderá considerar, para o mesmo período temporal, mais de um critério de qualificação, prevalecendo o que for mais vantajoso para o interessado;
2. - a conclusão de pós-graduação "lato sensu", mestrado e doutorado somente será computada se os respectivos cursos forem realizados por instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação, por Escola Superior vinculada a órgão da Administração Pública Federal ou pela Escola da Advocacia-Geral da União, ainda que em parceria com outra instituição;
3. -aavaliaçãorelativaàspublicaçõesacadêmicasdeverálevaremconsideraçãoodispostonoartigo9º,

§ 3º, da Portaria n. 173, de 21 de março de 2016, que disciplina a promoção na Carreira de Procurador Federal; e

1. - a menção às Portarias n. 172, de 21 de março de 2016, e n. 338, de 12 de maio de 2016, no Anexo II da presente Portaria, não prejudica eventual pontuação baseada em ato normativo de mesma natureza.

Parágrafo único. Em caso de empate na classificação, prevalecerá o candidato com maior antiguidade na Carreira, na forma do Decreto n. 7.737, de 25 de maio de 2012.

Art. 8º O membro da ENAC poderá ser desligado da equipe nas seguintes hipóteses: I - a pedido, a qualquer tempo;

1. - por ato do Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos quandoverificada:
2. a inobservância das normas legais e regulamentares, das orientações escritas emitidas pelo Responsável pela ENAC e dos fluxos de trabalho da equipe;
3. a não participação imotivada das reuniões convocadas pelas chefias respectivas; e
4. o não atingimento das metas e padrões institucionais aprovados em ato do Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos;
5. - em decorrência do redimensionamento da equipe.

§ 1º Na hipótese do inciso I do caput deste artigo, o desligamento poderá ser postergado até a recomposição da equipe, a fim de se preservar a regularidade das atividades da equipe.

§ 2º Compete ao Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos, uma vez cientificado pelo responsável pela Coordenação da ENAC acerca da ocorrência de alguma das hipóteses previstas no inciso II do caput deste artigo, informar por escrito ao Procurador Federal que a reiteração da prática desencadeará o procedimento de desligamento da equipe.

§ 3º Nas hipóteses do inciso II do caput deste artigo, o desligamento da Equipe Nacional de Cobrança observará as seguintes disposições:

1. - prévia manifestação fundamentada do Responsável pela ENAC e do Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos;
2. - exercício do contraditório, oportunizada a manifestação do interessado, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis; e
3. - não configurará, por si só, presunção ou indício de infraçãodisciplinar.

§ 4º O Procurador Federal a disposição da ENAC retornará ao núcleo de origem na Unidade de lotação e exercício após o seu desligamento.

Art. 9º Em caso de desligamento superveniente de um dos membros da ENAC, nos casos dos incisos I eII do Art. 8º, serão convocados os inscritos não inicialmente contemplados, observados a ordem de classificação, o prazo de validade previsto no ato de seleção e o disposto no artigo 6º.

Parágrafo único. Inexistindo cadastro de reserva, a necessidade de ingresso de Procurador Federal desencadeará nova seleção.

Art. 10 A ENAC será composta pelas seguintes Equipes e Núcleos Temáticos de atuação:

I – Equipe de Gestão Estratégica:

1. Núcleo de Consultoria e Projetos (NCOP) - responsável pelo desenvolvimento de projetos, de orientações técnico jurídicas, elaboração de estudos técnicos e minutas de atos normativos e rotinas.
2. Núcleo de Inteligência e Estratégia de Cobrança (NIEC) - responsável pelas atividades de produção de informações cadastrais e patrimoniais, bem como informações estratégicas de cobrança, nos termos de Ordem de Serviço do Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação deCréditos.
3. Núcleo de Assessoramento Técnico (NATE) - responsável pelo assessoramento e apoio técnico e administrativo às atividades de cobrança administrativa e judicial, nos termos de Ordem de Serviço do Coordenador- Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos.
4. Núcleo de Administração e Secretaria (NASE) - responsável pelas atividades de recursos humanos, de supervisão das atividades administrativas e de gestão da ENAC, assessoramento do Responsável pela ENAC em suas competências administrativas, controle e trâmites de documentos expedidos ou recebidos.

II – Equipe de Cobrança Administrativa:

1. Núcleo de Inscrição em Dívida Ativa (DIVAT) – responsável por executar as atividades de apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, e a sua inscrição em dívida ativa.
2. Núcleo de Protesto (PROT) – atua nas atividades de protesto extrajudicial.
3. Núcleo de Ajuizamento (NAJU) – atua nas atividades de ajuizamento de execução fiscal e demais ações de ressarcimento.
4. Núcleo de Parcelamento (NUPAR) - atua nas atividades de análise, concessão e manutenção de parcelamentos extrajudiciais ordinários e especiais;
5. Núcleo de Conciliação Prévia e outras medidas de cobrança extrajudicial (NCON) – atua nas atividades de organização e coordenação de iniciativas de conciliaçãoextrajudicial.

Art. 11. As atividades desenvolvidas pela Equipe de Gestão Estratégica serão consideradas prioritárias para todos os fins e os Procuradores Federais fixados em seus quadros serão indicados pelo responsável pela ENAC e designados pelo Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos.

Art. 12. A ENAC será responsável pelos aspectos materiais de produtividade da gestão dos integrantes dos núcleos de suas Equipes descritas no art. 10, competindo-lhe as avaliações de produtividade e de adequação às suas rotinas.

§ 1º A homologação de licenças e férias será feita pelo responsável pela unidade de lotação ou exercício do integrante, observada a escala elaborada pelo responsável pela ENAC e o plano de capacitação da CGCOB.

§ 2º A gestão interna de pessoal da ENAC, incluídas as movimentações, rodízios e colaborações setoriais, competirá ao responsável pela sua coordenação, respeitados critérios objetivos previstos na Ordem de Serviço a ser editada pelo CGCOB.

§ 3º Fica autorizada, a critério do responsável pela ENAC, a realização de seleção para movimentação interna entre os núcleos que compõem as equipes de atuação extrajudicial, respeitada a antiguidade na ENAC e, também, a antiguidade na Carreira de Procurador Federal.

§ 4º A CGCOB indicará a necessidade de reposição de integrantes da Carreira de Procurador Federal na ENAC, consultado o responsável pela Unidade da PGF correspondente.

§ 5º A Unidade de lotação e exercício dos Procuradores Federais, servidores, empregados públicos, estagiários e terceirizados à disposição da ENAC será responsável pelos aspectos materiais da gestão funcional e de pessoal.

§ 6º O controle de frequência ou ateste de folha de atividades dos Procuradores Federais, servidores, empregados públicos, estagiários e terceirizados à disposição da ENAC será atestado pelos responsáveis das respectivas unidades da PGF, em conjunto com o responsável pela ENAC, podendo este delegar essa atribuição aos correspondentes responsáveis pelos núcleos temáticos do art. 10.

§ 7º Formalizada a documentação exigida para a gestão funcional e de pessoal, esta será encaminhada para registros sistêmicos e arquivamento pelos Núcleos de Administração, Planejamento e Gestão das respectivas unidades de lotação ou exercício da PGF, nos termos do art. 7º, inciso II, art. 14, inciso I, e art. 21, inciso I, todos da Portaria PGF nº 172, de 21 de março de 2016.

Art. 13. A ENAC terá atuação desterritorializada de âmbito nacional, independentemente do domicílio do devedor, das divisões de competência dos órgãos do Poder Judiciário ou das unidades da PGF.

§ 1º Sem prejuízo das atribuições da ENAC, as unidades da PGF deverão manter a capacidade de funcionamento dos Núcleos de Cobrança e Recuperação de Créditos para assegurar, dentre outras:

I - o atendimento ao público, interno e externo, conforme suas abrangências territoriais; II - a realização de reuniões;

1. – o processamento dos pedidos de pagamento à vista;
2. – o processamento e análise dos pedidos de parcelamento, enquanto não assumidos pela ENAC; V – o cadastramento e apoio processual;

§ 2º A ENAC poderá solicitar apoio para desempenho de atos de sua atribuição às Unidades da PGF com abrangência territorial no local dos fatos, do endereço do devedor ou do ajuizamento.

§ 3º As audiências, despachos e reuniões serão coordenados e acompanhados pelo responsável pelo Núcleo de Cobrança e Recuperação de Créditos local.

§ 4º As atribuições do Núcleo de Cobrança e Recuperação de Créditos serão exercidas pelo Responsável pela Unidade da PGF, na hipótese de não existência do Núcleo.

Art. 14. Os responsáveis pelos Núcleos de Cobrança e Recuperação de Créditos das unidades de execução da PGF atuarão, sem prejuízo de outras atribuições a seu encargo, como pontos focais da ENAC nas unidades de execução da PGF, exercendo as seguintesatribuições:

1. - coordenar o trabalho local realizado diretamente pelos Servidores, Empregados Públicos, Terceirizados e Estagiários nos núcleos de cobrança correspondente e que desenvolvem suas atividades perante aENAC;
2. – atender presencialmente interessados e Advogados, quando for o caso;
3. - promover orientações gerais ao atendimento da unidade em matéria de cobrança, em observância às orientações já repassadas pela ENAC, quando existentes;
4. - caso o parcelamento da Unidade ainda não tenha sido assumido pela ENAC, orientar, coordenar e executar as atividades pertinentes a essa atribuição, nos Termos da Portaria PGF nº419/2013;
5. – atuar, quanto à matéria de cobrança, nos atos de relacionamento com outros órgãospúblicos;
6. - realizar a gestão de protestos de CDA promovendo diretamente as autorizações de cancelamento de protesto ou o seu cancelamento, salvo se o pagamento for à vista ou o deferimento de parcelamento forem feitos perante a ENAC;
7. - promover a protocolização dos peticionamentos de urgência encaminhados àUnidade;

X – realizar outras demandas locais que necessitem de atendimento presencial, podendo tal atribuição ser delegada aos procuradores em exercício na Unidade correspondente;

§ 1º Os Responsáveis pelos Núcleos de Cobrança das Procuradorias Regionais Federais coordenarão, orientarão e buscarão a padronização de procedimentos relacionados à atuação dos responsáveis locais pelos Núcleos de

Cobrança das unidades da PGF de abrangência regional, observando as rotinas e fluxos estabelecidos na Ordem de Serviço prevista no Art. 3º.

§ 2º Os Responsáveis pelo Núcleos de Cobrança das Procuradorias Regionais Federais participarão do Comitê Consultivo da ENAC.

§ 3º Caso a indicação para ser responsável por Núcleo de Cobrança recaia sobre algum Procurador Federal com atuação na ENAC, este terá redução de carga de trabalho no setor interno de origem, a qual será reavaliada periodicamente, conforme Ordem de Serviço do Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação deCréditos.

§ 4º Na hipótese do § 3º, é garantido ao Procurador Federal o direito de participar das movimentações internas da ENAC, bem como de retornar ao setor de origem na ENAC, na hipótese de ser liberado do encargo na unidade da PGF.

Art. 15. Havendo divergência de entendimento ou conflito negativo de atribuição entre a ENAC e as unidades da PGF, a questão será submetida ao CGCOB para uniformização.

§ 1º Em hipóteses de risco de perecimento de direito, caso não sobrevenha a decisão de que trata o caput, o Procurador Federal que suscitou a divergência ou conflito negativo permanecerá responsável pelo seu atendimento, sem prejuízo da atuação dos demais órgãos da ENAC.

§ 2º Presume-se em situação de risco de perecimento de direito, caso o termo final para a ocorrência da decadência ou prescrição seja inferior a seis meses, hipótese em que a consulta à CGCOB será tramitada em regime de urgência e, enquanto pendente de resposta, as providências para a cobrança terão o seu trâmite regular.

Art. 16. O encaminhamento à ENAC de créditos, processos ou documentos relacionados à cobrança e recuperação de créditos será realizado exclusivamente em meio eletrônico, pelo sistema SAPIENS, onde tramitarão integralmente.

§ 1º Os processos, procedimentos e expedientes físicos administrativos, a serem encaminhados à ENAC serão previamente digitalizados pela unidade da PGF responsável por esse encaminhamento.

§ 2º As unidades da PGF, nas hipóteses em que o ajuizamento ocorra em meio físico, deverão cadastrar a execução fiscal no SAPIENS, vinculando-a ao processo administrativo originário da autarquia ou fundação pública federal e mantendo-o atualizado.

§ 3º Os processos, procedimentos e expedientes físicos administrativos, a serem encaminhados à ENAC serão previamente digitalizados pela unidade da PGF responsável por esse encaminhamento.

Art. 17 Compete à ENAC atualizar o sistema SAPIENS e os sistemas de Dívida Ativa das autarquias ou fundações públicas federais, quando disponibilizados à Equipe, com os dados de cobrança extrajudicial de sua responsabilidade.

§1º Nos casos de extinção de crédito por reconhecimento de ofício de decadência ou de prescrição, o Procurador Federal competente encaminhará imediatamente a Nota aprovada pela autoridade competente comunicando a circunstância à Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal, para providenciar a baixa no CADIN e em eventuais outros cadastros, e ao Núcleo Temático competente da ENAC, para providenciar a baixa do crédito no sistema Dívida Ativa, com indicação deurgência.

§ 2º Nos casos de extinção do crédito ou de suspensão de exigibilidade de crédito por ordem judicial, o Procurador Federal competente encaminhará imediatamente o parecer de força executória comunicando a circunstância à Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal, para tomar ciência da decisão judicial e providenciar a baixa ou suspensão no CADIN e em eventuais outros cadastros, e ao Núcleo Temático competente da ENAC, para providenciar a baixa do crédito no sistema Dívida Ativa, com indicação deurgência.

§ 3º As hipóteses previstas nos §1º e §2º somente se aplicam enquanto não houver o ajuizamento da cobrança judicial do crédito.

§ 4º Após o ajuizamento da ação de cobrança, as alterações em sistema decorrentes de decisão judicial que determine a extinção, suspensão de exigibilidade do crédito e/ou a baixa da ação, competirá ao Núcleo ou Equipe de Cobrança Judicial responsável pelo acompanhamento do processo.

§ 5º Em todo o caso, o Procurador Federal competente encaminhará imediatamente o parecer de força executória à Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal, para tomar ciência da decisão judicial e providenciar a baixa ou suspensão no CADIN e em eventuais outros cadastros.

§ 6º Quando for necessária a revisão da inscrição em dívida ativa, por força de decisão administrativa ou judicial, os autos serão encaminhados à ENAC, para reanálise, após elaboração de manifestação jurídica pela unidade da PGF competente e realização das providências necessárias.

Art. 18. O Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos poderá convocar e organizar mutirões de trabalho, em situações excepcionais, para atuação em cobrança extrajudicial da ENAC.

Art. 19. As atividades de inscrição em dívida ativa de créditos das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais remanescentes do cronograma estabelecido pelo art. 2º da Portaria PGF nº 267, de 16 de março de 2009, serão centralizadas definitivamente no prazo de um ano, a contar da publicação desta Portaria.

Art. 20. A integração de rotinas e de competências de parcelamento ordinário à ENAC será formalizada em cronograma próprio a ser definido em ato conjunto do Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos e do responsável pela Unidade da PGF correspondente.

Parágrafo único. O cronograma de integração levará em conta sempre a situação dos parcelamentos em curso na Unidade da PGF, a capacidade de seu processamento e acompanhamento local e a estrutura de atendimento ao público.

Art. 21. A integração da competência de ajuizamento de ações ordinárias de ressarcimento, cobrança e de execução de título executivo extrajudicial não inscrito em dívida ativa à ENAC será formalizada em cronograma próprio a ser definido em ato conjunto do Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos e do responsável pela Unidade da PGF correspondente.

Parágrafo único. O cronograma de integração levará em conta sempre a quantidade de trabalho a ser absorvida e os recursos humanos a serem disponibilizados à ENAC.

Art. 22. O Comitê Consultivo da ENAC (CCE), órgão consultivo e opinativo em matéria de cobrança extrajudicial, vinculado à Coordenação Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos, será composto pelos seguintes membros:

1. – Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos e seuSubstituto;
2. – Os Responsáveis pelos Núcleos de Cobrança e Recuperação de Créditos Regionais; III – O Responsável pela Equipe Nacional de Cobrança (ENAC);

IV – O Chefe da Divisão de Uniformização e Solução de Controvérsias da CGCOB; V – O Chefe da Divisão de Dívida Ativa da CGCOB.

§ 1º Poderão ser convocados para as reuniões outros Procuradores Federais e Servidores a critério do Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da PGF.

§ 2º O Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da PGF editará Ordem de Serviço com o regulamento do CCE.

Art. 23. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da PGF.

Art. 24. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES

BS 48, de 26.11.2018.

**ANEXO I**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ÓRGÃOS DE EXERCÍCIO** | **QTD. INTEGRANTES** | **Região** |
| PRF-1 | 4 | 1ª Região |
| PF/AM | 1 | 1ª Região |
| PF/BA | 5 | 1ª Região |
| PF/GO | 3 | 1ª Região |
| PF/MG | 7 | 1ª Região |
| PF/PA | 2 | 1ª Região |
| PF/PI | 2 | 1ª Região |
| PF/RO | 1 | 1ª Região |
| PF/TO | 1 | 1ª Região |
| PRF-2 | 4 | 2ª Região |
| PSF-Volta Redonda/RJ | 1 | 2ª Região |
| EA-Cachoeiro de Itapemirim/ES | 1 | 2ª Região |
| PRF-3 | 13 | 3ª Região |
| PSF-Araraquara/SP | 1 | 3ª Região |
| PSF-Jundiaí/SP | 1 | 3ª Região |
| PSF-Osasco/SP | 1([[348]](#footnote-349)) | 3ª Região |
| PSF-São Bernardo do Campo/SP | 1 | 3ª Região |
| PSF-São José dos Campos/SP | 1 | 3ª Região |
| PSF-Taubaté/SP | 1 | 3ª Região |
| PF/MS | 1 | 3ª Região |
| PRF-4 | 4 | 4ª Região |
| PSF-Caxias do Sul/RS | 1 | 4ª Região |
| PSF -Novo Hamburgo/RS | 1 | 4ª Região |
| PSF-Passo Fundo/RS | 1 | 4ª Região |
| PSF-Santo Ângelo/RS | 1 | 4ª Região |
| PF/PR | 1 | 4ª Região |
| PSF-Ponta Grossa/PR | 3 | 4ª Região |
| PF/SC | 1 | 4ª Região |
| PSF-Criciúma/SC | 1 | 4ª Região |
| PSF-Joinville/SC | 1 | 4ª Região |
| PRF-5 | 3 | 5ª Região |
| PSF-Caruaru/PE | 1 | 5ª Região |
| PSF-Vale do São Francisco/PE | 1 | 5ª Região |
| PF/AL | 2 | 5ª Região |
| PF/CE | 3 | 5ª Região |
| PSF-Campina Grande/PB | 1 | 5ª Região |
| PF/RN | 2 | 5ª Região |
| PF/SE | 2 | 5ª Região |

**ANEXO II**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ÓRGÃOS DE EXERCÍCIO** | **QTD. INTEGRANTES** | **Região** |
| ANATEL/DF | 1 | 1ª Região |
| ANM/DF | 2 | 1ª Região |
| UFMG | 1 | 1ª Região |
| PFE/FUNASA/PA | 1 | 1ª Região |
| ANM/RS | 1 | 4ª Região |

BS 48, de 26.11.2018.

**PORTARIA Nº 911, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2018.**[[349]](#footnote-350)

*Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para a representação extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais e de seus dirigentes e servidores.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem o ‘caput’ do artigo 10 e os incisos I e VIII do § 2º do artigo 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, o inciso I do artigo 17 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o inciso XVII do artigo 37 da Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.153, de 9 de abril de 2010, na Portaria AGU nº 1.016, de 30 de junho de 2010 e na Portaria CGU nº 42, de 25 de outubro de 2018, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Da aplicabilidade

Art. 1º Esta Portaria estabelece os procedimentos para a representação extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais e de seus dirigentes e servidores perante o Tribunal de Contas da União e perante outros órgãos e entidades públicas.

§1º Não são abrangidos pela presente portaria:

1. - a representação judicial de autarquias e fundações públicas federais e de seus dirigentes e servidores, observado o disposto no §2º deste artigo;
2. - a representação extrajudicial de autarquias e fundações públicas federais exercida perante juízos e tribunais, sob a orientação do Departamento de Contencioso;
3. - a representação extrajudicial de autarquias e fundações públicas federais relativa às atividades de cobrança, defesa da probidade e recuperação de créditos, sob a orientação da Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos; e
4. – a representação das autarquias e fundações públicas federais no âmbito de procedimentos de arbitragem, mediação e conciliação.

§2º Aplica-se, no que couber, o procedimento previsto nesta Portaria à representação extrajudicial de autarquias e fundações públicas federais e de seus dirigentes e servidores perante o Ministério Público e demais órgãos com competência investigativa, ressalvada a adoção de medidas preparatórias ao exercício da representação judicial.

§ 3º É vedada a representação extrajudicial de servidores públicos em processos administrativos de natureza correicional ou disciplinar por Procuradores Federais, ressalvada a hipótese do § 2º do artigo 164 da Lei nº 8.112/90 (NR). **(Incluído pela Portaria nº 609, de 4.7.2019)**

Art. 2º A representação extrajudicial prevista nesta Portaria engloba atos de defesa e recursos previstos no regimento interno do órgão ou entidade pública perante o qual é exercida, sem prejuízo da prática de atos de assessoramento jurídico e de eventual elaboração de manifestação jurídica consultiva no âmbito da autarquia ou fundação pública federal diretamente interessada.

Art. 3º As normas previstas nesta Portaria para dirigentes e servidores se aplicam a ex-titulares de cargos ou funções públicas exercidas no âmbito de autarquias e fundações públicas federais quando o ato comissivo ou omissivo imputado tenha sido praticado no exercício do respectivo cargo ou função pública.

Seção II

Da competência

Art. 4º A representação extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, bem como de seus dirigentes e servidores, será exercida:

1. – ordinariamente, pelas Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais, admitido o exercício em regime de colaboração com outros órgãos de execução da PGF;
2. – extraordinariamente, pelos demais órgãos da PGF previamente designados em ato do Procurador-

Geral Federal.

§ 1º À chefia do órgão de execução da PGF competente caberá avaliar a necessidade de indicação de um procurador específico para o exercício da atribuição.

§2º Fica preservada a possibilidade de avocação e de delegação de competência, observando-se as condições impostas na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, inclusive quanto aos processos em que declarado expressamente o interesse da União, nos termos do Decreto nº 7.153, de 09 de abril de 2010, e da Portaria AGU nº 1.016, de 30 de junho de 2010.

Art. 5º O órgão competente para o exercício da representação extrajudicial poderá solicitar que a representação extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, bem como de seus dirigentes e servidores, seja exercida em regime de colaboração como Departamento de Consultoria da PGF – DEPCONSU quando demonstrada a relevância da questão controvertida e/ou nos casos de capacidade de multiplicação ou transversalidade do conflito jurídico eventualmente estabelecido.

§1º A solicitação de colaboração deverá ser formalizada no Sistema AGU de Inteligência Jurídica (Sapiens) e será instruída com a análise do feito pelo órgão de execução da PGF indicando as razões da relevância, capacidade de multiplicação ou transversalidade que justifiquem a demanda.

§2º O requerimento de colaboração deverá ser realizado com a antecedência necessária para viabilizar a atuação estratégica na representação extrajudicial do ente público ou servidor interessado e deverá preceder, sempre que possível, a inclusão do processo correspondente na pauta de julgamento do órgão público perante o qual é exercida.

§3º A colaboração do DEPCONSU poderá ser promovida em articulação com as Câmaras Permanentes ou Provisórias e com os Fóruns de Procuradores-Chefes, no âmbito de sua atuação temática, bem como com outros órgãos de direção da PGF ou da AGU envolvidos.

§4º Compete à Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal, nos casos de representação em regime de colaboração com o DEPCONSU, obter e disponibilizar os elementos de fato e de direito necessários à representação extrajudicial,além de definir as teses jurídicas a serem observadas quando envolver matéria específica de atividade fim da entidade, salvo quando houver orientação ou entendimento jurídico diverso firmado pelo Procurador-Geral Federal ou pelo Advogado-Geral da União.

Art. 6º Nos processos em que presentes interesses contrapostos entre duas ou mais autarquias e fundações públicas federais, ou entre autarquia ou fundação pública federal e outro órgão de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo da União, a questão jurídica controvertida deverá ser encaminhada para análise do DEPCONSU, que submeterá ao Procurador-Geral Federal manifestação jurídica com proposta de uniformização.

§ 1º Mantida controvérsia jurídica com outro órgão de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo da União, a manifestação aprovada pelo Procurador-Geral Federal será encaminhada à Consultoria-Geral da União.

§ 2º Fica possibilitado o exercício da representação extrajudicial da autarquia ou fundação pública federal e de seus dirigentes e servidores, enquanto não haja entendimento jurídico diverso pelo Procurador-Geral Federal ou pelo Advogado-Geral da União.

CAPÍTULO II

DO PROCEDIMENTO

Seção I

Da iniciativa e do cabimento

Art. 7º A representação extrajudicial da autarquia ou fundação pública federal poderá ser solicitada formalmente pelo órgão ou dirigente máximo da entidade representada diretamente à Procuradoria Federal junto ao ente respectivo.

Parágrafo único. O órgão ou dirigente máximo da entidade poderá delegar a solicitação de representação extrajudicial ao órgão que detenha competência para exarar manifestação ou proferir decisão acerca da matéria envolvida no processo objeto de representação.

Art. 8º A representação extrajudicial de autarquias e fundações públicas federais observará as seguintesdiretrizes:

1. – observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem prejuízo de outros princípios e garantias aplicáveis ao caso concreto, considerando, porém, as consequências práticas da decisão ou do ato administrativo;
2. – o funcionamento harmônico e independente dos Poderes;
3. – a promoção da segurança jurídica na concretização das políticas públicas, inclusive em face de orientações gerais existentes;
4. - a defesa do erário federal;
5. – as circunstâncias do caso concreto, incluindo os obstáculos e dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados; e
6. – a relevância da controvérsia objeto de instância extrajudicial e sua capacidade de multiplicação e transversalidade.

Parágrafo único. Para a avaliação da representação extrajudicial de autarquias e fundações públicas federais, poderá ser considerada eventual responsabilização do dirigente ou servidor pela prática do ato, aplicando-se, quando for o caso, o disposto no artigo 9º desta Portaria.

Art. 9º A representação extrajudicial de dirigentes e servidores deverá ser requerida pelo interessado quando os atos tenham sido praticados dentro das atribuições constitucionais, legais e regulamentares, não sendo admitida quando:

1. – o ato praticado não tenha sido precedido de manifestação jurídica pelo órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal - PGF competente, nas hipóteses em que a legislação a exige;
2. - o ato praticado contrarie entendimento jurídico firmado pelo órgão de execução da PGF com competência para o exercício do assessoramento e da consultoria jurídica, e, quando cabível, pelo Procurador-Geral Federal ou pelo Advogado-Geral da União,inclusive na situação disciplinada nos artigos 15 e 16 da Portaria PGF nº 526, de 26 de agosto de 2013, desde que a orientação tenha apontado expressamente a inconstitucionalidade ou ilegalidade do ato, salvo se possuir outro fundamento jurídico razoável e legítimo;
3. – houver incompatibilidade com o interesse geral no caso concreto;
4. – restar configurada a prática de conduta com abuso ou desvio de poder, ilegalidade, conflito de interesses, improbidade ou imoralidade administrativa, especialmente se comprovados e reconhecidos administrativamente por órgão de auditoria ou correição;
5. – a responsabilidade do requerente tenha feito coisa julgada na esfera cível ou penal;
6. – o ato praticado esteja sendo impugnado judicialmente, por ação de iniciativa da União, autarquia ou fundação pública federal, inclusive por força de intervenção de terceiros ou litisconsórcio necessário;
7. – o agente público tenha sido sancionado, ainda que por decisão recorrível, em processo disciplinar ou de controle interno que tenha por objeto os mesmos atos praticados;
8. – o requerimento não atender os requisitos mínimos exigidos pelo artigo 13 desta Portaria, mesmo após diligência do órgão competente da PGF para o exercício da representação extrajudicial;
9. – houver patrocínio concomitante por advogado privado.

§1º. Ficam afastados os requisitos de admissibilidade previstos nos incisos I, V e VII quando o ato praticado esteja em conformidade com entendimento jurídico firmado pelo órgão de execução da PGF com competência para o exercício do assessoramento e da consultoria jurídica, e, quando cabível, pelo Procurador-Geral Federal ou pelo Advogado-Geral da União.

§2º. Na hipótese de processo disciplinar ou de controle em curso, o agente deverá informar expressamente essa situação quando do pedido de representação, autorizando o cesso ao processo pelo titular do órgão da PGF competente para análise da admissibilidade da representação extrajudicial.

Art. 10. Na avaliação da compatibilidade do ato praticado com as atribuições institucionais e com as normas constitucionais, legais e regulamentares, devem ser consideradas as disposições contidas nos artigos 20 e seguintes do Decreto-Lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942 – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), incluindo a consequência prática de sua eventual revisão ou anulação.

Art. 11. Ressalvada a situação prevista no inciso VI do artigo 9º desta Portaria, a representação extrajudicial não será obstada em razão de estar em curso processo judicial com o mesmo objeto.

Parágrafo único. Nas situações em que a matéria envolvida no processo objeto de representação esteja sendo questionada judicialmente, o órgão de execução da PGF com competência para a representação judicial deverá ser informado sobre a existência e sobre as deliberações pertinentes ao processo administrativo objeto de representação extrajudicial.

Seção II

Da instrução

Art. 12. Para fins de subsidiar a representação extrajudicial de autarquias e fundações públicas federais, a entidade interessada deverá encaminhar à Procuradoria Federal junto ao ente respectivo:

I - a descrição pormenorizada dos fatos;

II -a citação de normas constitucionais, legais e regulamentares que considere aplicáveis;

III - manifestações técnicas e/ou jurídicas, ou orientações que tenham respaldado a prática do ato;

IV - providências porventura já adotadas e providências a serem adotadas, com previsão da cronologia da sua adoção;

V - pontos de discordância com eventuais afirmações, orientações ou determinações do órgão perante oqual será representado;

VI - indicação de outros processos, judiciais ou administrativos, ou inquéritos que mantenham relação com a questão debatida;

VII - fundamento para eventual pedido de urgência; e

VIII - designação de prepostos e assistentes técnicos, quando for o caso.

Art. 13. Em se tratando de dirigentes e servidores, a solicitação de representação extrajudicial deve conter as informações referidas no artigo anterior, e ainda:

1. - nome completo e qualificação do interessado, indicando, sobretudo, o cargo ou função ocupada, bem como as atribuições dele decorrentes;
2. - indicação de meio eletrônico, endereço e telefone para contato;
3. - indicação de eventuais testemunhas, com endereços completos e meios para contato;
4. – indicação de procedimentos disciplinares ou de controle em curso, bem como outros processos de responsabilização, juntamente com autorização de acesso aos autos pelo órgão da PGF competente para a representação extrajudicial.

Art. 14. O requerimento de representação extrajudicial deverá ser preferencialmente formulado no prazo de 3 (três) dias a contar do recebimento, pelo interessado, do mandado, intimação, notificação ou ato equivalente.

§ 1º No caso de haver a necessidade de prática de ato em prazo menor ou igual ao previsto no “caput”, o requerimento de representação extrajudicial deverá ser feito, preferencialmente, em até 24 (vinte e quatro) horas do recebimento do mandado, intimação, notificação ou ato equivalente.

§ 2º O encaminhamento de requerimento de representação extrajudicial fora dos prazos fixados neste artigo não impede o exercício da representação pelo órgão de execução da PGF competente, devendo o requerente ser alertado sobre os atos de defesa ainda cabíveis, conforme regimento interno do órgão público perante o qual é exercida.

§3º Colhidas as informações previstas nesta Seção, o órgão de execução da PGF competente para a representação extrajudicial deverá instaurar autos no Sistema AGU de Inteligência Jurídica (Sapiens) juntando cópias reprográficas ou eletrônicas de todos os documentos que fundamentam ou provam as alegações.

Seção III

Da análise de admissibilidade

Art. 15. O requerimento de representação extrajudicial apresentado pela autarquia ou fundação pública federal ou pelo dirigente ou servidor interessado deverá ser analisado pela Procuradoria Federal junto ao ente respectivo, no prazo de 5 (cinco) dias, prorrogáveis por igual período, salvo em caso urgente de que possa resultar lesão grave e irreparável ao requerente, no qual o prazo será de 24 (vinte e quatro) horas.

§1º Será dada ciência imediata ao requerente quanto à admissibilidade, total ou parcial, do pedido de representação extrajudicial, bem como de eventual necessidade de realização de diligências complementares para uma completa instrução dos autos.

§2º A decisão de indeferimento prevista no ‘caput’ deste artigo deverá considerar entendimentos jurídicos alternativos ao adotado, desde que plausíveis e sustentáveis, bem como a consequência prática de eventual revisão ou anulação do ato praticado, objeto do processo, conforme previsto nos artigos 20 e seguintes da LINDB.

Seção IV

Do recurso administrativo

Art. 16. Caberá recurso administrativo contra a inadmissibilidade da representação extrajudicial, dirigido ao Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal, nos casos em que a decisão recorrida não houver sido por ele aprovada.

§1º O recurso administrativo será interposto pelo requerente no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da ciência da decisão que inadmitiu a representação extrajudicial.

§2º Na hipótese de interposição de recurso administrativo, o Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal decidirá a respeito da admissibilidade ou não da representação extrajudicial no prazo de 5 (cinco) dias.

§3º Provido o recurso administrativo, a representação extrajudicial poderá ser avocada pelo Procurador- Chefe da Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal ou redistribuída a outro Procurador Federal em exercício na unidade.

Seção V

Do pedido de revisão de tese jurídica

Art. 17. Na hipótese de o requerimento de representação extrajudicial ou o recurso administrativo envolver pedido de revisão de tese jurídica pelo interessado, e sendo mantida a decisão pela inadmissão da representação extrajudicial, a questão jurídica controvertida será encaminhada pelo Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal ao DEPCONSU, desde que:

1. – a negativa de admissibilidade da representação extrajudicial esteja fundamentada na incompatibilidade com as atribuições institucionais e com os princípios e regras constitucionais, legais e regulamentares; e
2. – o pedido de revisão tenha sido originalmente apresentado ou seja posteriormente ratificado pelo dirigente máximo da autarquia ou fundação pública federal, ainda que tenha por objeto a representação de dirigente ou servidor diverso, devendo ser demonstrada a relevância da questão jurídica envolvida.

§1º O DEPCONSU analisará o pedido no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período, salvo em caso urgente de que possa resultar lesão grave e irreparável ao requerente, no qual o prazo será de 3 (três) dias.

§ 2º Reconhecida a plausibilidade do fundamento jurídico em que embasado o pedido, o DEPCONSU exercerá cautelarmente a representação extrajudicial do interessado e promoverá a formalização de processo de revisão de entendimento jurídico, na forma dos artigos 15 e 16 da Portaria PGF nº 526/2013, submetendo a aprovação da manifestação jurídica ao Procurador-Geral Federal.

§3º Deferido o pedido de revisão de tese jurídica pelo Procurador-Geral Federal, os autos retornarão ao órgão de execução da PGF competente para o exercício da representação extrajudicial.

§4º Na hipótese de indeferimento do pedido pelo DEPCONSU, será dada ciência imediata ao Procurador- Chefe da Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal e ao requerente.

Seção VI

Da hipótese de dúvida fundamentada sobre a admissibilidade da representação

Art. 18 Havendo dúvida jurídica fundamentada a respeito da admissibilidade da representação extrajudicial, o Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à autarquia e fundação pública federal poderá encaminhar a questão jurídica controvertida ao DEPCONSU, sem prejuízo do patrocínio até a decisão administrativa final.

§1º. Na hipótese do “caput”, o DEPCONSU submeterá o seu posicionamento jurídico a respeito da admissibilidade da representação, no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período, à aprovação do Procurador- Geral Federal.

§2º Caso o Procurador-Geral Federal entenda pela admissibilidade do requerimento, os autos retornarão ao órgão de execução da PGF competente para o regular exercício da representação extrajudicial.

§3º Na hipótese de inadmissibilidade da representação, será dada ciência imediata ao Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal e ao requerente.

Seção VII

Da extinção da representação extrajudicial

Art. 19. A representação extrajudicial poderá ser extinta pelo Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal, sem prejuízo de manter a defesa do ato até decisão final, quando:

I - na representação extrajudicial das autarquias ou fundações públicas federais:

1. houver solicitação do órgão máximo do ente respectivo; ou
2. em decorrência de reavaliação das diretrizes previstas no artigo 8º desta Portaria; II - na representação extrajudicial de dirigentes e servidores:
3. houver solicitação do requerente; ou
4. restar verificada uma das hipóteses impeditivas previstas no art. 9º desta Portaria.

Art. 20. O requerente deverá ser notificado da decisão pela extinção da representação extrajudicial, cabendo pedido de revisão ao DEPCONSU nos termos do procedimento previsto no artigo 17 desta Portaria.

CAPÍTULO III

DOS ATOS DE DEFESA PRESENCIAIS

Art. 21. Poderá ser solicitada, no exercício da representação extrajudicial, a colaboração do DEPCONSU na realização de atos de defesa presenciais perante órgãos e entidades públicas localizados no Distrito Federal, nos casos que envolverem questão relevante, preferencialmente quando a autarquia ou fundação pública federal estiver sediada em local diverso.

§1º. A solicitação de colaboração para o exercício de atos de defesa presenciais deverá ser requerida pelo órgão de execução da PGF competente para a representação extrajudicial, sempre que possível, antes da divulgação da data do julgamento do processo respectivo, observando-se, em qualquer situação, o prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas que anteceda o julgamento.

§ 2º Na situação prevista neste artigo, caberá ao órgão de execução da PGF competente para a representação extrajudicial acompanhar a divulgação da data do julgamento do processo respectivo, bem como encaminhar memoriais com a indicação das questões jurídicas relevantes ao DEPCONSU para viabilizar a prática dos atos de defesa presenciais.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. O processo de interesse de autarquia ou fundação pública federal em que ausente a representação extrajudicial pela Procuradoria-Geral Federal continuará integralmente sob a responsabilidade do órgão regimentalmente competente no âmbito do ente respectivo.

§1º Em se tratando de processo de interesse de dirigente ou servidor, na decisão de extinção da representação extrajudicial, o requerente deverá ser orientado quanto à eventual constituição de outro patrono para a causa, mantida a representação pelo prazo de 10 (dez) dias, desde que necessária para lhe evitar prejuízo.

§2º O órgão de execução da PGF competente deverá encaminhar ao DEPCONSU, semestralmente, a relação de casos em que houve atuação em instâncias extrajudiciais, para que o Departamento possa exercer sua competência de coordenação prevista no inciso XI do artigo 33 da Portaria PGF nº 338, de 2016.

Art. 23. A representação extrajudicial de que trata esta Portaria não dispensa os agentes públicos de prestarem as informações solicitadas pelo órgão ou entidade perante o qual é exercida no prazo assinalado.

Parágrafo único. Cópia das informações prestadas ou peças protocoladas devem ser encaminhadas ao órgão de execução da PGF competente para a representação extrajudicial, no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 24. Aplicam-se ao exercício da representação extrajudicial prevista nesta Portaria as competências e prerrogativas previstas nos artigos 37 e 38 da Lei nº 13.327, de 2016, quando cabíveis, devendo ser informado qualquer obstáculo que prejudique o seu exercício ao DEPCONSU e à Divisão de Prerrogativas da PGF nas situações dispostas no artigo 3º da Portaria PGF nº 338, de 12 de maio de 2016.

Parágrafo único. Caberá ao órgão de execução da PGF competente e ao DEPCONSU requisitar as informações ou documentos em poder de órgãos ou entidades públicas, desde que comprovada a recusa administrativa e que o objeto da requisição seja reputado imprescindível à representação extrajudicial.

Art. 25 Na tramitação do pedido de representação extrajudicial, os membros e servidores da AGU devem restringir o acesso às informações contidas nos autos respectivos até pronunciamento de decisão final pela sua admissibilidade ou pela negativa, observando-se as demais disposições contidas no art. 7º, § 3º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 26. O artigo 2º da Portaria PGF nº 172, de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º As Procuradorias Regionais Federais, as Procuradorias Federais nos Estados e as Procuradorias Seccionais Federais são os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal responsáveis pela representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais perante juízo ou tribunal, ressalvadas as atribuições das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais”.

Art. 27. Fica revogado o inciso XI do artigo 4º da Portaria PGF nº 172, de 21 de março de 2016.

Art. 28. O inciso XVII do artigo 30 da Portaria PGF nº 172, de 2016, passa a vigorar coma seguinteredação:

“Art. 30 ..................:

XVII – assessorar e representar extrajudicialmente o ente respectivo e seus dirigentes e servidores nos procedimentos instaurados no âmbito do Tribunal de Contas da União e perante outros órgãos e entidades públicas, inclusive no tocante ao cumprimento de suas decisões, ressalvadas as competências dos demais órgãos de execução e de direção da PGF;”

Art. 29. O inciso XI do artigo 33 da Portaria PGF nº 338, de 2016, passa a vigorar com a seguinteredação:

“Art. 33...................

XI – coordenar, orientar e atuar na representação extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, bem como de seus dirigentes e servidores, perante o Tribunal de Contas da União e perante outros órgãos e entidades públicas, consoante diretrizes e procedimento previstos em ato normativo específico;

Art. 30. O § 2º do artigo 35 da Portaria PGF nº 338, de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35......................

§ 2º Compete ao Núcleo de Assessoramento da Atuação junto ao Tribunal de Contas da União o exercício da atribuição prevista no inciso XI do artigo 33 desta Portaria,observando-se as diretrizes e o procedimento definidos em ato normativo específico.”

Art. 31. Os casos omissos serão decididos pelo Diretor do Departamento de Consultoria da PGF – DEPCONSU.

Art. 32. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

DOU de 11.12.2018 (Retificada no DOU de 12.12.2018).

**PORTARIA Nº 931, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2018.**

*Institui, em caráter definitivo, a Equipe de Trabalho Remoto de Licitações e Contratos no âmbito da Procuradoria-Geral Federal (PGF).*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das competências de que tratam o § 1° do art. 10 e os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Equipe de Trabalho Remoto de Licitações e Contratos (ETR-licitações e Contratos), vinculada diretamente ao Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal (DEPCONSU/PGF).

Parágrafo único. A ETR-Licitações e Contratos exercerá suas atividades de forma desterritorializada, submetendo-se seus integrantes ao teletrabalho, assim considerado aquele realizado fora das dependências dos órgãos de execução da PGF, com ganhos de eficiência por intermédio de tecnologias da informação e da comunicação.

Art. 2º São objetivos da ETR-Licitações e Contratos:

1. - conferir maior eficiência, padronização e uniformidade na atividade de consultoria jurídica relacionada a licitações e contratos da área meio;
2. - conferir maior segurança jurídica às licitações e contratos da área meio, realizados pelas autarquias e fundações públicas federais; e
3. – auxiliar os órgãos de execução da PGF que apresentem demanda extraordinária de processos, quadro deficitário de Procuradores Federais ou necessidade de atuação em projetos estratégicos.

Art. 3º Compete ao DEPCONSU definir o plano de trabalho da ETR-Licitações e Contratos, com ênfase:

I - na gestão estratégica, planejada e embasada em resultados objetivamente mensuráveis;

II - no aumento da efetividade da consultoria jurídica nas licitações e contratos das autarquias e fundações públicas federais;

III - na otimização do gasto público e racionalização da estrutura organizacional nas atividades administrativas; e

IV - na redução do prazo de análise dos processos, conforme as metas objetivamente estabelecidas em plano de trabalho.

Parágrafo único. O plano de trabalho deverá ter, no mínimo, periodicidade anual e constar a fixação de metas de desempenho quanto a produtividade da equipe, sem prejuízo da redução de prazo para análise de processos.

Art. 4º O funcionamento da ETR-Licitações e Contratos dar-se-á em consonância com seu plano de trabalho, observadas as seguintes diretrizes:

* 1. - especialização, padronização e uniformização das atividades de consultoria jurídica em licitações e contratos da área meio das autarquias e fundações públicas federais;
  2. - proatividade, produtividade e eficiência, averiguadas por meio de relatórios mensais, orientação permanente e reuniões periódicas; e
  3. - colaboração mútua entre seus integrantes.

Parágrafo único. A ETR-Licitações e Contratos terá atuação de âmbito nacional, independentemente da organização do Ente consulente ou dos órgãos de execução da PGF.

Art. 5º A ETR-Licitações e Contratos será composta por Procuradores Federais selecionados em processo seletivo precedido de estudo da força de trabalho necessária para o alcance das metas estabelecidas no plano de trabalho, elaborado pelo Responsável pela Coordenação da Equipe.

§ 1º Os Procuradores da ETR-Licitações e Contratos atuarão em regime de dedicação integral e permanecerão na equipe pelo prazo de 2 (dois) anos, prorrogável por igual período, a critério do DEPCONSU.

§ 2º A ETR - Licitações e Contratos terá, por responsável, um coordenador e, subordinado à Coordenação, um gerente técnico, ambos designados pelo Diretor do DEPCONSU. **(Redação dada pela Portaria nº 147, de 16.3.2020)**

§ 3º A designação para atuação na ETR-Licitações e Contratos não altera a lotação ou exercício do ProcuradorFederal.

Art. 6º São requisitos mínimos para participação do Procurador Federal no processo seletivo para ingresso na ETR- Licitações e Contratos:

1. - ter cumprido o período avaliativo de estágio probatório, mediante a submissão à terceira etapa do processo;
2. - não estar desempenhando as atribuições do cargo em órgão de execução com apenas um procurador federal em exercício;
3. - não ter sido apenado em procedimento disciplinar nos 2 (dois) anos anteriores à abertura do processo seletivo;
4. - não ter sido excluído de anterior experiência em teletrabalho por descumprimento dos deveres previstos nas regulamentações específicas da PGF há menos de 2 (dois) anos, a contar da decisão que reverteu o seu regime de trabalho para o presencial; e
5. - ter experiência mínima de 2 (dois) anos de atuação em atividade de consultoria jurídica na área meio de licitações e contratos administrativos.

§ 1º Os candidatos serão selecionados com base nos requisitos deste artigo e de outros previstos no edital.

§ 2º Não poderá integrar a ETR–Licitações e Contratos Procurador Federal titular de cargo em comissão, função comissionada, função gratificada ou assemelhados, excetuando-se o responsável pela Coordenação da equipe.

§ 3º A escolha dos integrantes da ETR-Licitações e Contratos, além da classificação, poderá considerar o exercício atual e o Indicador de Valor de Trabalho (IVT) e/ou relatórios extraídos do Sistema SAPIENS dos órgãos de execução da PGF, de modo a não agravar aqueles com situação mais deficitária, mediante a oitiva prévia do chefe da unidade interessada, por decisão do Procurador-Geral Federal.

Art. 7º O edital do processo seletivo, observada a conveniência e oportunidade administrativa, poderá estabelecer restrições à participação no certame considerando o órgão de exercício do candidato, facultada a seleção por estados ou regiões.

Art. 8º A classificação na seleção para ingresso na ETR-Licitações e Contratos observará o número de vagas disponibilizadas no respectivo ato e levará em consideração as pontuações indicadas no Anexo I desta Portaria, considerando, ainda, as seguintes disposições:

1. - na avaliação relativa à experiência prática não se poderá considerar, para o mesmo período temporal, mais de um critério de qualificação, prevalecendo o que for mais vantajoso para o interessado;
2. - a conclusão de pós-graduação "lato sensu", mestrado e doutorado somente será computada se os respectivos cursos forem realizados por instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação, por Escola Superior vinculada a órgão da Administração Pública Federal ou pela Escola da Advocacia-Geral da União, ainda que em parceria com outra instituição;
3. - a avaliação relativa às publicações acadêmicas deverá levar em consideração o disposto no § 3º do art. 9º da Portaria nº 173, de 21 de março de 2016, que disciplina a promoção na carreira de Procurador Federal; e
4. - a menção às Portarias nº 172, de 21 de março de 2016, e nº 338, de 12 de maio de 2016, nos Anexos da presente Portaria, não prejudica eventual pontuação baseada em ato normativo de mesma natureza.

Art. 9º O integrante da ETR-Licitações e Contratos poderá ser desligado da equipe nas seguintes situações: I - a pedido, apresentado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

1. - por ato do DEPCONSU, quando verificadas, a qualquer tempo, uma das seguintes hipóteses:
2. a insuficiência de desempenho, caracterizada pelo não atingimento das metas institucionais ou dos índices de produtividade estabelecidos no Plano de Trabalho;
3. a inobservância das normas legais e regulamentares e das orientações escritas emitidas pelos responsáveis pela coordenação e pelo Diretor do DEPCONSU, respeitadas as prerrogativas do Procurador Federal; e
4. a não participação imotivada das reuniões convocadas pela Coordenação.
5. - após o decurso do prazo previsto no § 1º do art. 5º, caso não haja prorrogação, observados o cronograma e os parâmetros para desligamento escalonado estabelecidos por ato do DEPCONSU;
6. - em decorrência do redimensionamento da equipe;

§ 1º Na hipótese do inciso I do caput deste artigo, o desligamento poderá ser postergado até a recomposição da vaga, a fim de preservar a regularidade das atividades da equipe, podendo, neste caso, o Procurador Federal desempenhar suas atribuições

relativas à ETR-Licitações e Contratos nas dependências físicas de seu órgão de exercício.

§ 2º Nas hipóteses dos incisos II e IV do caput deste artigo, o encerramento do exercício junto ao ETR-Licitações e Contratos observará as seguintes disposições:

1. - prévia manifestação fundamentada do Diretor do DEPCONSU ou do responsável pela coordenação do ETR- Licitações e Contratos;
2. - exercício do contraditório, oportunizada a manifestação do interessado, por escrito, no prazo de 5 (cinco) diasúteis; e
3. - não configura, por si só, presunção ou indício de infração disciplinar.

§ 3º Em caso de desligamento de um dos integrantes da ETR-Licitações e Contratos, serão convocados os candidatos selecionados que não tenham sido imediatamente contemplados, observadas as regras desta Portaria.

§ 4º O ingresso do Procurador Federal na ETR-Licitações e Contratos não gera direito adquirido aos seus integrantes.

§ 5º Na hipótese do inciso IV do caput deste artigo, acaso não existam interessados, será considerado o menor tempo na ETR–Licitações e Contratos.

Art. 10. Compete ao Procurador Federal integrante da ETR-Licitações e Contratos:

I - desempenhar as atividades pertinentes ao objeto de especialização da Equipe, definidas no plano de trabalho; II - conhecer e manter-se atualizado sobre os fluxos de trabalho e rotinas de atuação;

1. - acompanhar e triar diariamente as tarefas e processos sob sua responsabilidade;
2. - utilizar os sistemas, as ferramentas e aplicativos eletrônicos indicados pelo Departamento de Consultoria e pela Coordenação da Equipe para comunicação, organização do trabalho e execução das tarefas distribuídas;
3. - acompanhar diariamente as comunicações eletrônicas expedidas pela PGF/AGU;
4. - manter-se disponível para contato imediato através de telefone atualizado, link institucional, aplicativo ou outra forma de comunicação estabelecida pela Coordenação da Equipe, presumindo-se de seu conhecimento todas as tarefas e mensagens que lhe forem encaminhadas pelos sistemas e meios de comunicação oficiais;
5. - participar de reuniões presenciais e virtuais, convocadas pela Coordenação da Equipe com pelo menos 05 (cinco) dias ou 01 (um) dia útil de antecedência, respectivamente;
6. - comparecer aos encontros da ETR-Licitações e Contratos e eventos de capacitação pertinentes, cuja organização e conveniência caberão à PGF;
7. - utilizar os sistemas informatizados disponíveis para registro das atividades, viabilizando a extração de relatórios mensais de produtividade;
8. - cumprir as metas fixadas no plano de trabalho e atingir os índices de produtividade nele indicados;
9. - apontar à coordenação da ETR-Licitações e Contratos os fatores que possam comprometer a qualidade do serviço e as metas estipuladas;
10. - custear as estruturas mobiliárias, lógicas e tecnológicas necessárias à realização do trabalho;
11. adotar imediatamente providências para o saneamento de dificuldades que possam atrasar ou prejudicar o desempenho, a produtividade e o engajamento de suas atividades; e
12. zelar pela segurança das informações em seu poder e pelo sigilo profissional.

§ 1º O integrante da ETR-Licitações e Contratos redistribuirá ao setor competente, no prazo de três dias úteis, o processo administrativo, documento ou tarefa a ele distribuída, nos casos que não sejam de sua atribuição.

§ 2º As obrigações previstas neste artigo serão objeto de termo de compromisso a ser elaborado pela Coordenação da ETR–Licitações e Contratos, assinado pelo integrante e pelo responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades realizadas pela equipe.

Art. 11 Compete ao Responsável pela coordenação da ETR-Licitações e Contratos, entre outras que vierem a ser designadas pelo DEPCONSU, as seguintes atividades:

1. - organizar os trabalhos da Equipe, definindo as atribuições internas de seus integrantes;
2. - gerenciar a atuação da Equipe, realizando ou supervisionando a triagem e distribuição dos processos administrativos entre seus integrantes;
3. - organizar a escala de férias e comunica-la à unidade de origem dos integrantes da Equipe para o devido registro, garantindo a regularidade das atividades;
4. - definir e organizar os fluxos de trabalho; V - definir as prioridades de atuação;
5. - analisar as peças e os relatórios elaborados com vistas a garantir eficiência, padronização e uniformidade da atuação, extraindo as estatísticas necessárias ao aprimoramento do trabalho;
6. - verificar o cumprimento das metas estabelecidas e da produtividade dos integrantes da Equipe;
7. - designar reuniões;

IX - analisar e atuar diretamente em casos de maior relevância, a critério do DEPCONSU; X - atestar mensalmente, o desempenho das atribuições funcionais do integrante da ETR- Licitações e Contratos, enviando ao órgão de exercício do Procurador Federal;

1. monitorar, periodicamente, a necessidade de atendimento ao órgão de execução da PGF, com base nos relatórios de atividades mensais; e
2. - elaborar e submeter ao DEPCONSU:
3. minuta de plano de trabalho;
4. relatório mensal de produtividade e tempo médio de resposta da atividade consultiva;
5. proposta de orientação ou solicitação de parecer referencial, quando identificada questão de relevante indagação jurídica ou passível de uniformização de tratamento;
6. requerimento de colaboração das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais;
7. proposta de encontros da ETR-Licitações e Contratos e eventos de capacitação;
8. proposta de desenvolvimento, disponibilização ou aquisição de equipamentos, aplicativos ou produtos de tecnologia;
9. proposta de abertura de edital de processo seletivo de novos integrantes; e
10. estudo para adesão de novos órgãos de execução à ETR-Licitações e Contratos.

Art. 11-A. Compete ao responsável pela Gerência Técnica, entre outras que vierem a ser atribuídas pela Coordenação da ETR-LIC, as seguintes atividades: **(Incluído pela Portaria nº 147, de 16.3.2020)**

I – substituir o Coordenador em suas ausências legais; **(Incluído pela Portaria nº 147, de 16.3.2020)**

II – colaborar com a Coordenação na elaboração de proposta de Plano de Trabalho, bem como na elaboração de relatórios mensais e anual das atividades realizadas pela ETR-LIC; **(Incluído pela Portaria nº 147, de 16.3.2020)**

III - auxiliar a Coordenação na identificação e na solução de problemas que estejam dificultando o trabalho da equipe, com especial ênfase nas atividades pertinentes à uniformização de matéria jurídica; **(Incluído pela Portaria nº 147, de 16.3.2020)**

IV - orientar a equipe e divulgar as informações e teses definidas pelos órgãos competentes da PGF, bem como entendimentos adotados pelo Poder Judiciário e Corte de Contas, em matérias relevantes para a atuação da equipe; **(Incluído pela Portaria nº 147, de 16.3.2020)**

V- manter atualizado o acervo de modelos e de repositório a ser disponibilizado no SAPIENS para utilização pela Equipe; **(Incluído pela Portaria nº 147, de 16.3.2020)**

VI – realizar, em conjunto com a Coordenação, a análise qualitativa das manifestações da equipe, a fim de garantir a uniformidade de entendimentos, bem como diagnosticar eventuais fragilidades por parte do ente assessorado; e **(Incluído pela Portaria nº 147, de 16.3.2020)**

VII - colaborar com a Coordenação nas atividades que visem ao aprimoramento da integração dos entes assessorados com a ETR-LIC. **(Incluído pela Portaria nº 147, de 16.3.2020)**

Art. 12. A Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal poderá requerer o encaminhamento de processos à ETR-Licitações e Contratos desde que comprovada, por meio de relatórios extraídos do Sistema SAPIENS, demanda extraordinária de processos, quadro deficitário de Procuradores ou atuação em projetos estratégicos.

§ 1º Os requerimentos de participação na ETR-Licitações e Contratos formulados pelos órgãos de execução da PGF deverão ser instruídos com os respectivos Planos de Ação Setoriais de Consultoria, na forma da Portaria nº 228, de 05 de abril de 2018, ou, ainda, com os documentos equivalentes, elaborados com base na regulamentação anterior da PGF sobre o assunto.

§ 2º Os requerimentos apresentados pelos órgãos de execução da PGF serão analisados pela Coordenação da ETR- Licitações e Contratos e submetidos ao DEPCONSU, que decidirá após manifestação das Coordenações-Gerais de Pessoal e de Planejamento e Gestão da PGF.

§ 3º Será priorizado o ingresso dos órgãos de execução da PGF que possuírem Procuradores Federais em atuação na ETR-Licitações e Contratos.

§ 4º Na hipótese de alteração dos motivos que ensejaram o deferimento do pedido de auxílio da ETR-Licitações e Contratos, poderá ser revista a atuação deste órgão em favor do respectivo órgão de execução da PGF.

§ 5º Na hipótese de alteração dos motivos que ensejaram o deferimento de auxílio da ETR-Licitações e Contratos de que trata o caput, a colaboração prestada poderá ser revista.

Art. 13 O encaminhamento à ETR-Licitações e Contratos de consultas relacionadas à licitações e contratos da área meio será realizado, exclusivamente, por meio do Sistema AGU de Inteligência Jurídica - SAPIENS, onde tramitarão integralmente.

Parágrafo único. As autarquias e fundações públicas federais que utilizem o Sistema Eletrônico de Informação - SEI deverão juntar certidão no SAPIENS com link para acesso aos processos eletrônicos.

Art. 14 São requisitos para o encaminhamento de processos administrativos contendo consultas sobre licitações e contratos da área meio à ETR-Licitações e Contratos:

1. – a utilização de minutas padrão de termo de referência, edital de licitação, contrato e ata de registro de preços, conforme o caso, disponibilizados pela Procuradoria-Geral Federal, preferencialmente, ou pela Consultoria-Geral da União; e
2. – a utilização das listas de verificação (checklists) da instrução processual disponibilizados pela Procuradoria-Geral Federal, preferencialmente, ou pela Consultoria-Geral da União.

§ 1º As inclusões, modificações e exclusões em minutas padrão deverão ser expressamente comunicadas e previamente submetidas à apreciação da ETR-Licitações e Contratos, em manifestação apartada que indique as disposições alteradas e explicite suas justificativas.

§ 2º Para otimização dos trabalhos, a Coordenação da ETR-Licitações e Contratos poderá definir modelos de comunicação de inclusões, modificações, exclusões ou informações de observância obrigatória.

§ 3º No caso de crescimento excepcional da demanda de processos encaminhados à ETR- Licitações e Contratos, sem que haja ingresso de novos integrantes, o DEPCONSU poderá, ouvido o Responsável pela coordenação da equipe, entre outras medidas, permitir que os processos sejam analisados pela Equipe em prazo superior àquele estabelecido no plano de trabalho.

§ 4º A ETR-Licitações e Contratos não atuará em processos com pedido de análise em regime de urgência ou de prioridade, competindo à Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal, nesses casos, a realização das respectivas atividades de consultoria jurídica, nos termos da Portaria PGF nº 261, de 05 de maio de 2017.

Art. 15 Os órgãos de execução da PGF junto às autarquias e fundações públicas federais manterão as atividades de assessoramento e consultoria jurídicos não elegíveis à atuação da ETR-Licitações e Contratos, sob responsabilidade do Procurador- Chefe ou sua Equipe, inclusive para o atendimento ao público, interno e externo.

§ 1º A aprovação das manifestações elaboradas pela ETR-Licitações e Contratos ficará a cargo do Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública, bem como a respectiva atividade de assessoramento jurídico.

§ 2º Os Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais exercerão a interlocução entre a ETR-Licitações e Contratos e as autarquias e fundações públicas federais.

§ 3º A ETR-Licitações e Contratos poderá solicitar apoio no desempenho de atos de sua atribuição aos órgãos de execução da PGF com competência territorial no local do objeto da consulta.

§ 4º A ETR-Licitações e Contratos, desde que autorizado e sendo necessário, poderá realizar atividades de assessoramento jurídico relacionadas aos processos submetidos à sua análise.

Art. 16 Deve ser mantida nos órgãos de exercício dos integrantes da ETR- Licitações e Contratos estrutura mínima para atendimento de suas necessidades emergenciais.

Parágrafo único. Aos integrantes da ETR–Licitações e Contratos é vedada a utilização da estrutura logística de órgão de execução diverso de seu exercício, salvo em casos excepcionais, devidamente autorizados pela chefia da unidade.

Art. 17 A equipe inicial da ETR-Licitações e Contratos será composta pelos Procuradores Federais indicados no Anexo II, participantes do Projeto Piloto da Equipe Nacional de Licitações Contratos – ENALIC, observadas as disposições do § 1º do art. 5º desta Portaria, contando-se o prazo da data da publicação desta Portaria.

Art. 18 Os casos omissos serão resolvidos pelo DEPCONSU.

Art. 19 Fica revogada a Portaria PGF nº 263, de 05 de maio de 2017.

Art. 20 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

BS 51, de 17.12.2018.

ANEXO I

| **SEGMENTO** | **PONTUAÇÃO** | **CLASSIFICAÇÃO** |
| --- | --- | --- |
| **I - Experiência Prática (máximo de 40 pontos)** | 5 (cinco) pontos | a) Por ano de efetivo exercício de cargo em comissão, função de confiança ou encargo, com atribuições d direção, coordenação na área de licitações e contratos, até o máximo de 20 (vinte e cinco) pontos; |
| 4 (quatro) pontos | b) Por ano de efetivo exercício no Departamento de Consultoria ou em órgão de execução de consultivo d Procuradoria-Geral Federal, na forma da Portaria nº 172, de 21 de março de 2016, **na área de licitações e contratos**, até o máximo de 20 (vinte) pontos; |
| 3,5 (três vírgula cinco) pontos | c) Por ano de efetivo exercício como titular ou substituto do Departamento de Consultoria e titular ou substituto de Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública Federal, na forma da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, e das Portarias nº 338, de 12 de maio de 2016, e nº 172, de 21 de março d 2016, até o máximo de 17,5 (dezessete virgula cinco) pontos; |
| 3 (três) pontos | d) Por ano de atuação nas Câmaras Provisórias, nos Grupos de Trabalho e nas Câmaras Permanentes do Departamento de Consultoria e da Consultoria-Geral da União, até o máximo de 15 (quinze) pontos; |
| 2,5 (dois vírgula cinco) pontos | e) Por ano de participação em equipe de teletrabalho na área de consultoria e assessoramento jurídico, até máximo de 12,5 (doze vírgula cinco) pontos; |
| 2 (dois) pontos | f) Por ano de efetivo exercício no Departamento de Consultoria ou em órgão de execução de consultivo d Procuradoria-Geral Federal, na forma da Portaria nº 172, de 21 de março de 2016, até o máximo de 10 (dez) pontos; |
| 1 (um) ponto | g) Por ano de efetivo exercício nos Subnúcleos de Matéria Administrativa e de Atuação Prioritária do Núcleo de Matéria Administrativa das PRF’s e PF’s, na forma da Portaria nº 172, de 21 de março de 2016, até o máximo de 5 (cinco) pontos. |
|  |
| **II - Antiguidade (máximo de 30 pontos)** | 1 (um) ponto | Por ano de efetivo exercício na carreira de Procurador Federal. |
| **III- Atividades ou Publicações Acadêmicas (máximo de 30 pontos)** | 8 (oito) pontos | a) Por conclusão de doutorado, até o máximo de 16 (dezesseis) pontos; |
| 4 (quatro) pontos | b) Por conclusão de mestrado, até o máximo de 8 (oito) pontos; |
| 2 (dois) pontos | c) Por conclusão de pós-graduação lato sensu, com carga horária igual ou superior a 360 horas/aula, até máximo de 8 (oito) pontos; |
| 2 (dois) pontos | d) Por publicação de obra individual, na forma de livro, por editora que contenha conselho editorial, até o máximo de 10 (dez) pontos; |
| 2 (dois) pontos | e) Por publicação de obra coletiva, na forma de livro, por editora que contenha conselho editorial, dividid pelo número de coautores, até o máximo de 5 (cinco) pontos; |
| 1 (um) ponto | f) Para cada 80 (oitenta) horas de participação em cursos, congressos, encontros e conferências, devidamente certificada, até o máximo de 2 (dois) pontos; |
| 0,5 (zero vírgula cinco) ponto | g) Por publicação de artigos distintos, de autoria exclusiva do candidato, em periódicos impressos ou eletrônicos, avaliados pela CAPES com QUALIS A ou B, ou na revista institucional da Advocacia-Geral da União, até o máximo de 2 (dois) pontos; e |
| 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) ponto | h) Por palestra realizada na condição de membro da Advocacia-Geral da União em eventos, conferências, congressos, seminários ou simpósios, pontuando-se em dobro quando se tratar de evento organizado pela Escola da Advocacia-Geral da União, até o máximo de 2 (dois) pontos. |

BS 51, de 17.12.2018.

**PORTARIA Nº 944, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018.**

*Regulamenta a criação das Equipes de Cobrança Judicial no âmbito das Procuradorias Regionais Federais e dá outras providências.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das competências de que tratam o §12° do art. 10 e os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o disposto no processo administrativo 00407.047924/2016-72, resolve:

Art. 1º As atividades de contencioso judicial em cobrança e recuperação de créditos serão exercidas por meio de Equipes de Cobrança Judicial (ECOJUD) a serem criadas no âmbito das Procuradorias Regionais Federais, mediante suporte logístico e de pessoal das unidades da Procuradoria-Geral Federal (PGF) correspondentes a sua área territorial, conforme os termos desta Portaria.

§ 1º Para os fins desta Portaria, entende-se por atividades de contencioso judicial de cobrança e recuperação de créditos, entre outras:

1. - as atividades de representação judicial relativas à cobrança e recuperação de créditos elencadas na Portaria PGF nº 860, de 20 de novembro de 2018
2. - a conciliação e demais atos relacionados à recuperação judicial do crédito;
3. - o ajuizamento de ações rescisórias, de mandados de segurança e de outras ações judiciais em decorrência das atividades de representação judicial em relação às competências do inciso I
4. - o parcelamento judicial; e
5. - a pesquisa patrimonial, situação cadastral e de localização de bens, com suporte operacional da Equipe Nacional de Cobrança (ENAC), nos termos definidos pela Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos (CGCOB);

§ 2º Ato do Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos definirá e regulamentará a prestação de subsídios e assessoramento técnico pela ENAC às ECOJUDs, bem como o fluxo de trabalho entre as Equipes vinculadas à CGCOB e as equipes de contencioso.

§ 3º O Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos poderá autorizar, em ato específico, a prestação de subsídios e assessoramento técnico pela ENAC às unidades da PGF que não tenham as atividades de contencioso judicial em cobrança e recuperação de créditos exercidas por meio de ECOJUDs regionalizadas.

§ 4º As Procuradorias Regionais Federais, cujo acervo de processos judiciais eletrônicos de contencioso de cobrança e recuperação de créditos não ultrapasse setenta e cinco por cento de seu total, estarão dispensadas da criação da respectiva ECOJUD.

§ 5º As Procuradorias Regionais Federais que, nos termos do parágrafo anterior, estiverem dispensadas de constituírem equipes regionais poderão formar Equipes de Cobrança Judicial com abrangência fixada pelo respectivo Procurador Regional.

§ 6º As Equipes de Cobrança Judiciais descritas no § 5º observarão o disposto nesta Portaria, no quecouber.

Art. 2º As ECOJUDs constituir-se-ão do compartilhamento, por meio de cooperação mutua, dos meios materiais e eletrônicos e da conjunção dos recursos humanos das unidades da PGF no âmbito da abrangência da correspondente Procuradoria Regional Federal, observadas as seguintes diretrizes:

1. - gestão estratégica, planejada e embasada em resultados objetivamente mensuráveis;
2. - aumento da efetividade da recuperação dos créditos das autarquias e fundações públicas federais;
3. - otimização do gasto público e racionalização da estrutura organizacional nas atividades de cobrança e recuperação de créditos;
4. - especialização e uniformização das atividades de cobrança e recuperação de créditos;
5. - proatividade, produtividade e eficiência, averiguadas por meio de relatórios mensais, orientação permanente e reuniões periódicas; e
6. - colaboração mútua de seus integrantes e compartilhamento de estruturas.

Art. 3º Compete ao Procurador Regional Federal instituir a ECOJUD, no âmbito de atuação de sua Região, estabelecendo a estrutura, organização interna, atribuições de subnúcleos e gestão processual, observados os regramentos estabelecidos nesta Portaria e os fluxos e procedimentos de padronização mínima dispostos em Ordem de Serviço da Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos (CGCOB).

§ 1º A ECOJUD será coordenada por procurador federal integrante da respectiva Equipe, designado por ato do Procurador Regional Federal.

§ 2º Os responsáveis pelos Núcleos Temáticos da ECOJUD e seus substitutos eventuais serão designados por ato do Procurador Regional Federal.

§ 3º As ECOJUDs observarão as normas sobre gerenciamento de contencioso de massa estabelecidas pela PGF.

Art. 4º Compete ao responsável pela coordenação da ECOJUD, entre outras que vierem a ser atribuídas pelo Procurador Regional Federal, as seguintes atividades:

I - estabelecer as regras de triagem e distribuição dos processos entre seus integrantes;

II - organizar a escala de férias, garantindo a regularidade das atividades da Equipe;

1. - criar subnúcleos no âmbito dos Núcleos Temáticos previstos nesta Portaria, sempre com foco na especialização e uniformização das atividades;
2. - analisar os modelos de petições ou de expedientes administrativos e os relatórios elaborados com vistas a garantir a qualidade e a uniformidade da atuação, extraindo as estatísticas necessárias ao aprimoramento do trabalho;
3. - verificar o cumprimento de metas e padrões de produtividade estabelecidos pelo Procurador Regional Federal;
4. - designar reuniões;
5. - analisar e atuar diretamente em casos de maior relevância, a critério da CGCOB/PGF, ou delegar essa atribuição a outro Procurador Federal da ECOJUD;
6. – decidir conflitos internos de atribuição e de entendimentos técnicos, bem como a admissibilidade de consultas à CGCOB;
7. - planejar e programar mutirões de conciliação em processos de cobrança no âmbito da respectiva Região;
8. - elaborar e submeter ao Procurador Regional Federal:
9. relatório mensal de distribuição e de produtividade;
10. proposta de orientação, quando identificada questão de relevante indagação jurídica ou passível de uniformização de tratamento;
11. solicitação de colaboração das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais no âmbito Regional;
12. proposta de encontros da ECOJUD e eventos de capacitação;
13. proposta de designação excepcional de integrantes para atuar na Equipe, bem como a redução ou ampliação do quantitativo de seus integrantes; e
14. minuta do plano trabalho anual.

§ 1º Fica delegada ao responsável pela coordenação da ECOJUD a atribuição para aprovação do reconhecimento da prescrição, nos termos do *caput* e § 6º do art. 2º da Portaria PGF nº 796, de 05 de outubro de 2010.

§ 2º O responsável pela coordenação da ECOJUD poderá delegar parte das competências previstas neste artigo aos responsáveis pelos Núcleos Temáticos de sua Equipe.

Art. 5º Compete ao integrante da ECOJUD:

1. - desempenhar as atividades pertinentes ao objeto de especialização da Equipe, definidas no plano de trabalho;
2. - conhecer e manter-se atualizado sobre os fluxos de trabalho e rotinas de atuação;
3. - acompanhar e triar diariamente as tarefas e processos sob sua responsabilidade;
4. - utilizar as ferramentas e aplicativos eletrônicos indicados pelo responsável pela coordenação da Equipe para comunicação, organização do trabalho e execução das tarefas distribuídas;
5. - acompanhar diariamente as comunicações eletrônicas expedidas pela PGF/AGU;
6. - participar de audiências e reuniões presenciais e virtuais, sempre que designadas;
7. - comparecer aos encontros e eventos de capacitação pertinentes, cuja organização e conveniência caberão à Procuradoria Regional Federal;
8. - utilizar os sistemas informatizados disponíveis para registro das atividades, viabilizando a extração de relatórios mensais de produtividade; e
9. - cumprir as metas fixadas no plano de trabalho e atingir os índices de produtividade nele indicados.

Art. 6º A ECOJUD será integrada por Procuradores Federais e contará com a colaboração de servidores públicos, empregados públicos, terceirizados e estagiários em atuação nas unidades da PGF correspondentes, sem qualquer alteração na lotação ou no exercício.

§ 1º O Procurador Regional Federal definirá o quantitativo de integrantes da Carreira na ECOJUD, especificado por Unidade da PGF correspondente.

§ 2º A definição do quantitativo de Procuradores Federais que integram a ECOJUD por Unidade da PGF deverá ser compatível com a quantidade de trabalho assumido por aquela equipe.

§ 3º O ingresso de novos integrantes na ECOJUD se dará por meio de movimentação interna para o Núcleo de Cobrança e Recuperação de Créditos da respectiva unidade, mantida a lotação e o exercício do membro da carreira.

§ 4º Não havendo na unidade interessados selecionados em número suficiente, integrará a equipe o Procurador Federal nela em exercício com menor antiguidade.

Art. 7º O integrante da ECOJUD poderá ser desligado da equipe nas seguintes hipóteses:

I - por ato do Procurador Regional Federal quando verificadas, a qualquer tempo:

1. a inobservância das orientações emitidas pela Coordenação da ECOJUD correspondente e dos fluxos de trabalho da equipe;
2. a não participação imotivada em reuniões convocadas pela responsável pela Coordenação da Equipe; e
3. o não atingimento das metas e padrões de produtividade;

II – por ato do Procurador Regional Federal, nos casos de necessidade do serviço.

Parágrafo Único. Nas situações previstas no inciso I do *caput,* deverá ser dada prévia oportunidade de defesa ao interessado no prazo de dez dias.

Art. 8º A ECOJUD será composta pelos seguintes Núcleos Temáticos de atuação:

1. – Núcleo de Acompanhamento de Execuções (NAEX) – responsável pela atuação nas atividades de impulso nos processos de execução fiscal e em outras ações de cobrança, na fase executiva, exceto nas hipóteses de atuação prioritária.
2. – Núcleo de Contencioso Comum (NUCC) – responsável pelo contencioso judicial comum, inclusive contrarrazões em agravos de instrumento, exceto nas hipóteses de atuação prioritária.
3. – Núcleo de Atuação Prioritária (NAP) - responsável pelas atuações prioritárias definidas em regulamento, em primeiro e segundo graus, inclusive atividades de instrução probatória, contencioso fiscal e recursos, bem como o impulso nas cobranças e o início de cumprimento de sentença.
4. – Núcleo de Tribunais (NTRIB) - responsável pelas atividades referentes às intimações originárias dos Tribunais Regionais Federais ou de outros órgãos recursais de segundo grau, em matéria de cobrança.
5. – Núcleo de Execução Fiscal Trabalhista (NEFT) - responsável pela realização de todas as tarefas relacionadas às cobranças das contribuições previdenciárias e imposto de renda, executadas de ofício pela Justiça do Trabalho, inclusive relativas aos recursos nos tribunais de segundo grau.

Art. 9º. Os Núcleos Temáticos da ECOJUD poderão ser subdivididos em subnúcleos, a critério do responsável por sua coordenação.

§ 1º O Procurador Regional Federal deverá indicar os responsáveis pelo gerenciamento de contencioso de massa do correspondente NAEX.

§ 2º A execução das atividades de contencioso em processos físicos da competência do NAEX e do NUCC será realizada na própria Unidade da PGF ou no âmbito Estadual.

§ 3º O NTRIB deverá ter, pelo menos, metade de seus integrantes com lotação e exercício na sede da respectiva Regional.

§ 4º O NEFT deverá ter ao menos um gerente para o Gerenciamento do Contencioso de Massa designado pelo Procurador Regional Federal.

§ 5º Nas hipóteses de atuação prioritária em Tribunais, fica facultado ao Procurador Regional Federal a criação de Subnúcleo de Atuação Prioritária em Tribunais o qual, a seu critério, poderá integrar o NTRIB ou o NAP e será responsável pelas atividades referentes às intimações originárias dos Tribunais Regionais Federais ou de outros órgãos recursais de segundo grau referente a atuação prioritária.

Art. 10. Os integrantes do Núcleo de Atuação Prioritária e do Subnúcleo de Atuação Prioritária em Tribunais serão designados por livre indicação do Procurador Regional Federal dentre os Procuradores Federais com lotação e exercício na respectiva Região.

§ 1º Os integrantes do Núcleo de Atuação Prioritária terão atuação exclusiva aos processos prioritários, assim definidos pelas normas que regem a matéria.

§ 2º Acaso seja criado, o Subnúcleo de Atuação Prioritária em Tribunais terá, no mínimo, um Procurador Federal com lotação e exercício na sede da Procuradoria Regional, ainda que não atue exclusivamente em processos prioritários.

Art. 11. A ECOJUD terá atuação desterritorializada de âmbito regional, independentemente do domicílio do devedor, das divisões de competência dos órgãos do Poder Judiciário ou das unidades da respectiva Procuradoria Regional Federal.

§ 1º Sem prejuízo das atribuições da ECOJUD, as unidades da PGF deverão manter a capacidade de funcionamento dos Núcleos de Cobrança e Recuperação de Créditos para assegurar, dentre outras:

I - o atendimento ao público, interno e externo, conforme suas abrangências territoriais;

II - a realização de reuniões;

III – a realização de audiências judiciais.

§ 2º As atribuições do Núcleo de Cobrança e Recuperação de Créditos serão exercidas pelo responsável da Unidade da PGF ou por membro por ele designado, na hipótese de não existência do Núcleo.

§ 3º Caso não exista procurador federal integrante da ECOJUD em exercício na Unidade da PGF, as atribuições do §1º serão exercidas pelo responsável pela Unidade ou membro por ele designado.

Art. 12. Os responsáveis pelos Núcleos de Cobrança e Recuperação de Créditos dos órgãos de execução da PGF exercerão localmente as seguintes atribuições, dentre outras:

1. - coordenar o trabalho local realizado diretamente pelos Servidores, Empregados Públicos, Terceirizados e Estagiários nos núcleos de cobrança correspondente e que desenvolvem suas atividades perante a ENAC;
2. - promover orientações gerais ao atendimento da unidade em matéria de cobrança;
3. - coordenar a realização de Reclamações Pré-Processuais (RPPs) ou ações de conciliação perante o Poder Judiciário da área territorial da correspondente Unidade da PGF;
4. - coordenar, supervisionar e orientar, na área de abrangência territorial correspondente ao respectivo órgão de execução da PGF, a execução das atividades de apoio processual, especialmente no tocante a triagem inicial, cadastramento e distribuição de processos físicos, digitalizados e eletrônicos à ECOJUD, exceto quando tais atividades forem executadas automaticamente por sistema eletrônico;
5. - supervisionar a execução de pauta de audiências judiciais, na área de abrangência territorial correspondente ao respectivo órgão de execução da PGF;
6. – coordenar e supervisionar a protocolização dos peticionamentos de urgência encaminhados àUnidade;

§ 1º Os responsáveis pelo Núcleo de Cobrança das Procuradorias Regionais Federais supervisionarão, orientarão e buscarão sempre a padronização de procedimentos relacionados à atuação dos Coordenadores locais de cobrança.

§ 2º Os responsáveis pelos Núcleos de Cobrança das Procuradorias Regionais Federais poderão delegar as atribuições previstas neste artigo.

Art. 13. Havendo divergência de entendimento ou conflito negativo de atribuição entre os órgãos da ECOJUD, a questão será decidida pelo respectivo Procurador Regional Federal.

Parágrafo único. Tratando-se de prazo prescricional, decadencial ou judicial, caso não sobrevenha a decisão de que trata o caput antes de seu termo final, o Procurador Federal que suscitou a divergência ou conflito negativo permanecerá responsável pelo seu atendimento.

Art. 14. Havendo divergência de entendimento ou conflito negativo de atribuição entre a ECOJUD e qualquer órgão de execução da PGF não integrante da Equipe, a questão será submetida ao CGCOB para uniformização.

Parágrafo único. Tratando-se de prazo prescricional ou decadencial, caso não sobrevenha a decisão de que trata o caput antes de seu termo final, o Procurador Federal que suscitou a divergência ou conflito negativo permanecerá responsável pelo seu atendimento.

Art. 15. A atuação contenciosa em processos judiciais físicos será feita em cada Unidade da PGF, não sendo permitido o cadastro, digitalização e encaminhamento para a atuação desterritorializada, salvo autorização expressa do Procurador Regional Federal.

§ 1º A distribuição dos processos judiciais no SAPIENS fica a cargo da unidade da PGF originalmente responsável pelo acompanhamento do feito judicial e pelo recebimento das intimações, enquanto não houver solução tecnológica disponível.

§ 2º A unidade da PGF com competência territorial para receber as intimações processuais ficará responsável pelo recebimento, via SAPIENS, das tarefas para protocolo e expedição das petições elaboradas pela

ECOJUD, nos processos físicos sob responsabilidade da Equipe, caso não haja peticionamento físico diretamente por Procuradores lotados na unidade.

§ 3º A CGCOB definirá, por meio de Ordem de Serviço, a estrutura padrão no SAPIENS para os Núcleos e Subnúcleos das Equipes de Cobrança Judicial e expedirá orientações gerais de funcionamento para as Equipes.

Art. 16. O Comitê Consultivo de Cobrança Judicial (CCCJ), órgão consultivo e opinativo em matéria de contencioso de cobrança judicial, vinculado à Coordenação Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos, será composto pelos seguintes integrantes:

I – Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos e seu Substituto;

II – os responsáveis pelas ECOJUDs;

1. – o responsável pela Equipe Nacional de Cobrança (ENAC);
2. – o responsável pela Equipe de Trabalho Remoto de Ações de Improbidade Administrativa (ETR-Probidade);
3. – o responsável pela Equipe de Trabalho Remoto de Ações Regressivas Previdenciárias (ETR-Regressivas).

§ 1º Poderão ser convocados para as reuniões outros Procuradores Federais e Servidores a critério do Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos.

§ 2º O Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos editará Ordem de Serviço com o regulamento do CCCJ.

Art. 17. Os Procuradores Regionais Federais poderão, por meio de ato conjunto com o Coordenador- Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos, criar Núcleos Temáticos, nos termos do Art. 8º, com abrangência territorial a uma ou mais regiões.

Art. 18. As Procuradorias Regionais Federais não dispensadas, na forma do art. 1º, § 4º, desta Portaria, da criação de Equipes de Cobrança Judicial (ECOJUD), terão o prazo de noventa dias, a contar da publicação desta Portaria, para iniciar suas atividades e apresentar o cronograma de implantação respectivo à CGCOB.

§ 1º As Equipes de Cobrança Judicial (ECOJUD) já em funcionamento terão o prazo de noventa dias para adequação à esta Portaria e a apresentação do cronograma de implantação respectivo à CGCOB, quando for o caso.

§ 2º O cronograma de implantação não terá duração superior a cento e oitenta dias.

§3º As Procuradorias Regionais Federais dispensadas da criação de Equipes de Cobrança Judicial (ECOJUD), na forma do art. 1º, § 4º, desta Portaria, caso exerçam a prerrogativa prevista no § 5º do art. 1º, deverão apresentar o cronograma prévio de implantação respectivo à CGCOB para implantação em até cento e oitenta dias.

Art. 19. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

Suplemento A do BSE 51, de 19.12.2018.

**PORTARIA Nº 947, DE 19 DE DEZEMBRO 2018.**

*Dispõe sobre as Comissões Permanentes Processantes e estabelece procedimentos a serem observados em Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias em curso no âmbito da Divisão de Assuntos Disciplinares, e outras disposições.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL** no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto nos arts. 5º a 23 da Portaria PGF nº 338, de 12 de maio de 2016 e, ainda, o disposto no item 8 do anexo I, da Portaria PGF nº 20, de 11 de janeiro de 2018 (Plano de Ação da Procuradoria-Geral Federal para o ano de 2018), RESOLVE:

Art. 1° As Comissões Permanentes Processantes (CPP) são as unidades vinculadas à Divisão de Assuntos Disciplinares, responsáveis pelo cumprimento de diligências contidas nas Instruções Preliminares, bem como pela condução de processos administrativos disciplinares, sindicâncias investigativas, sindicâncias acusatórias, sindicâncias patrimoniais e procedimentos correlatos.

Parágrafo único. No exercício de suas atividades, as CPP, necessariamente, utilizarão o Sistema de Inteligência Jurídica da Advocacia-Geral da União (SAPIENS), inclusive para elaboração de documentos.

Art. 2º As CPP serão formadas por Procuradores Federais estáveis, designados por ato do Procurador- Geral Federal para exercerem suas atividades em regime de dedicação exclusiva, atendidos os seguintes requisitos:

1. - tempo mínimo de cinco anos no cargo;
2. - inexistência de processo disciplinar ou processo criminal em curso;
3. - inexistência de condenação disciplinar anotada nos assentamentos funcionais pelo prazo legal;
4. - inexistência de condenação criminal em qualquer instância e enquanto não ocorrer reabilitação, nos termos do art. 93 do Código Penal;
5. - inexistência de vínculos com entidade de classe no exercício de cargo de direção; VI - não estar lotado em unidade de difícil provimento; e

VII - não ter sido apenado pela Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União, nos últimos dois anos.

§1º A designação tratada no caput deve considerar a experiência do Procurador Federal na área disciplinar como membro de comissão de processo administrativo disciplinar e procedimentos correlatos, defensor dativo nomeado pela Procuradoria-Geral Federal e/ou ainda a atuação em consultoria e assessoramento jurídicos na matéria.

§2º As CPP serão integradas por Procuradores Federais de qualquer órgão de execução da respectiva região, sem implicar alteração de sua lotação e/ou exercício.

§3° Serão designados, no mínimo, 17 Procuradores Federais para atuarem em dedicação exclusiva nas CPP, sendo o quantitativo mínimo de 5 Procuradores Federais da 1ª Região e de 3 Procuradores Federais da 2º, 3º, 4º e 5º Regiões.

§4º O Presidente da CPP será indicado pelo Chefe da Divisão de Assuntos Disciplinares e designado por ato do Procurador-Geral Federal.

§5º A seleção de membros para atuarem nas CPP será realizada pelos seus Presidentes, observados os requisitos acima elencados, sempre que houver vaga em aberto, e será submetida à aprovação do Chefe da Divisão de Assuntos Disciplinares para posterior designação por ato do Procurador-Geral Federal.

§6º Os membros das CPP poderão ser convocados pela Chefia da DAD para atuar nos Núcleos de Admissibilidade e/ou Julgamento, em casos excepcionais, quando não houver quórum para composição de tais Núcleos.

Art. 3º O membro em dedicação exclusiva nas CPP poderá ser desligado da CPP nas seguintes situações:

I – a pedido, apresentado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

II – por ato da chefia da DAD, quando verificadas, a qualquer tempo, uma das seguintes hipóteses:

1. a insuficiência de desempenho, caracterizada pelo não atingimento das metas institucionais ou dos índices de produtividade estabelecidos em Plano de Trabalho, cujas metas serão estabelecidas anualmente pela Chefia da DAD;
2. a inobservância das orientações emitidas pela DAD;
3. a não participação imotivada nas reuniões convocadas pela DAD ou CPP correspondente;
4. paralisação injustificada de procedimento disciplinar por prazo superior a 90 (noventa) dias.

§1º. Na hipótese do inciso II, o desligamento ocorrerá:

1. - mediante prévia manifestação fundamentada do Chefe da DAD;
2. – será precedido de notificação por escrito do interessado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua efetivação.

§2º O ingresso e a permanência do Procurador Federal na CPP são opções facultadas ao membro pela Instituição, permitidas em função da conveniência e eficiência do serviço, podendo ser revistas a qualquer tempo, a critério da Administração ou a pedido do interessado, não gerando direito adquirido aos seus integrantes.

§3º O desligamento da CPP não configura, por si só, presunção ou indício de infração disciplinar.

Art. 4º Com o objetivo de nacionalizar, uniformizar e desterritorializar a distribuição, instrução e conclusão de procedimentos disciplinares no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, fica instituído entre as CPP o procedimento de distribuição objetiva das sindicâncias e processos administrativos disciplinares instaurados, de modo que cada uma delas receba quantitativos proporcionais ao número de membros em dedicação exclusiva.

Parágrafo único. A distribuição privilegiará, sempre que possível, o critério regional, considerando-se o local dos fatos a serem apurados.

Art. 5º Será escolhido, dentre os Procuradores Federais Presidentes das CPP, o responsável pela distribuição de processos (Distribuidor), a quem ficam transferidas, exclusivamente, as competências do NIT, previstas nos incisos I e II do art. 12 da Portaria PGF nº 338, de 12 de maio de 2016.

Art. 6º O Distribuidor concentrará o recebimento de todos os pedidos de instauração de Comissões de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, competindo-lhe:

1. - distribuir os processos administrativos disciplinares e as sindicâncias, observando, sempre que possível, a ordem cronológica das listas de distribuição.
2. - elaborar, mediante sorteio, duas listas distintas de Procuradores Federais, uma para a distribuição de processos administrativos disciplinares e sindicâncias patrimoniais, e outra para distribuição das sindicâncias investigativas e acusatórias.

§1º A indicação do responsável será feita pelos Presidentes das CPP à Chefia da DAD, podendo este ser substituído a seu pedido ou da Chefia da DAD, que, em ambos os casos, solicitará nova indicação aos Presidentes.

Art. 7º Os presidentes das CPP deverão encaminhar ao Núcleo de Instrução da Divisão de Assuntos Disciplinares, a cada trimestre, relatórios parciais das Comissões de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância instaladas.

Parágrafo único. Os relatórios deverão conter lista de todos os procedimentos disciplinares em andamento e indicar a fase, os marcos prescricionais e a data do último ato praticado pela Comissão.

Art. 8º Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal na localidade das CPP deverão providenciar estruturas logísticas, material e de pessoal necessárias ao bom funcionamento das Comissões Permanentes Processantes e Comissões de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, preservando-se o sigilo e o caráter reservado de suas reuniões e audiências.

Parágrafo único. Os Procuradores Chefes das unidades demandadas pelas Comissões referidas no caput deverão conferir prioridade aos pedidos de notificação e citação solicitados por elas, certificando as diligências efetuadas.

Art. 9° O procedimento nas CPP inicia-se com a remessa dos autos do processo administrativo pelo Procurador Federal responsável pela distribuição ao Presidente da CPP à qual o Procurador Federal a quem foi distribuído o feito está vinculado.

Art. 10 As listas mencionadas no artigo 6º, inciso II, serão elaboradas mediante sorteio da ordem das CPP e, na sequência, dos Procuradores Federais integrantes de cada uma das CPP, por rodada, até que a lista se complete com o nome de todos os Procuradores Federais integrantes das CPP.

§1º A primeira lista cronológica servirá para distribuição de processos administrativos disciplinares e sindicâncias patrimoniais.

§2º A lista de distribuição para as sindicâncias terá a ordem cronológica inversa da lista de distribuição de processos administrativos disciplinares.

§3º Ao receber, em distribuição, o procedimento disciplinar, o Procurador Federal irá para a última posição da lista respectiva.

§4º Os Presidentes das CPP não farão parte da lista de distribuição de sindicâncias.

§5º As Instruções Preliminares (IP’s) serão encaminhadas diretamente ao presidente da CPP com atribuição para cumprimento, observando-se o critério regional.

Art. 11 Realizada a distribuição nos termos do art. 13, o Distribuidor deverá certificar nos autos o Procurador Federal a quem foi distribuído o processo administrativo, devendo, na sequência, abrir tarefa no Sapiens, com tramitação, à respectiva CPP.

§1º A CPP que recebeu o processo deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, elaborar a minuta da portaria de constituição da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e/ou Sindicância e o pedido de sua publicação, por meio de abertura de tarefa ao NIT, no Sapiens.

§2º O responsável pela distribuição também abrirá tarefa, sem tramitação, ao Procurador Federal designado, para ciência.

§3º O Procurador Federal designado será o Presidente da Comissão.

§4º Caso constate seu impedimento ou suspeição para participar da comissão, o Procurador Federal deverá consignar no Sapiens e abrir tarefa ao Distribuidor, para redistribuição, bem como ao Presidente da CPP, para ciência.

§5º Nos casos previstos no parágrafo anterior, o processo redistribuído deverá ser compensado na distribuição seguinte.

§6º Formulado o pedido de publicação de portaria, competirá ao Presidente da respectiva CPP tramitar o processo para o Presidente designado para a Comissão, com abertura de tarefa para acompanhamento da publicação da portaria inaugural.

Art. 12 Publicada a portaria de designação dos membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância, esta deve ser instalada no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Art. 13 Iniciados os trabalhos, a Comissão apresentará, em 5 (cinco) dias úteis, ao Presidente da CPP, Cronograma de Planejamento das Atividades a serem desenvolvidas no prazo estipulado na portaria.

§1º Na elaboração do cronograma de atividades, a Comissão:

1. - adotará como parâmetro os atos processuais e os prazos definidos nesta Portaria;
2. - contemplará todos os atos processuais da instrução, a previsão do prazo para o seu cumprimento e dos períodos de suspensão dos trabalhos, inclusive em razão de afastamentos, licenças e férias de seus membros; e
3. - contemplará o impacto de eventuais deslocamentos dos membros da Comissão Processante sobre os prazos para a realização dos atos, consideradas as regras para solicitação de diárias e passagens.

§1º Em razão da peculiaridade ou complexidade da apuração, a Comissão poderá propor, justificadamente, a aplicação de prazos diferenciados daqueles previstos nesta Portaria.

§2º A Comissão atualizará o cronograma de atividades sempre que não forem observados os prazos inicialmente previstos, justificando a alteração, declinando os motivos que impossibilitaram a execução de acordo com o proposto

Art. 14 Os pedidos de confecção de portaria visando à prorrogação ou recondução da comissão, substituição de membro, e outras providências necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos, deverão ser encaminhados ao NIT, e deverão conter relatório das atividades executadas no período da vigência da portaria em vigor, bem como cronograma daquelas que serão executadas no prazo da portaria a ser expedida.

§1° Compete ao Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância solicitar à autoridade instauradora, fundamentadamente, a substituição de qualquer membro da comissão, indicando o respectivo substituto, com manifestação prévia do Presidente da CPP a respeito da solicitação.§2° Os trabalhos de apuração não serão paralisados em razão do pedido de substituição até que haja decisão da autoridade instauradora, salvo nas hipóteses previstas nos artigos 18 a 21 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

§3° Após sua publicação, a Portaria de que trata o caput será encaminhada pelo NIT ao Presidente da Comissão, com cópia ao Presidente da CPP.

Art. 15 A realização dos atos processuais, bem como as oitivas de testemunhas, devem ser efetivadas, preferencialmente, via sistema de videoconferência, assim entendido aquele que permita a captação e transmissão de áudio e vídeo, respeitando o contido na Portaria AGU nº 490, de 24 de outubro de 2011, e mantendo-se a necessidade de redução a termo das oitivas e depoimentos.

§1º Em casos excepcionais, a Comissão poderá optar pela oitiva presencial, devendo formular requerimento fundamentado ao Presidente da respectiva CPP, com prazo mínimo de (20) vinte dias, inclusive indicando a impossibilidade de deslocamento da(s) testemunha(s) para localidades próximas ao do seu domicílio que tenham acesso aos sistemas de videoconferência.

§2º No caso do interrogatório, a comissão poderá propor a realização do ato por sistema de videoconferência, sendo necessária a aceitação expressa pelo acusado para fins de derrogação da regra prevista no caput do art. 3º da Portaria AGU nº 490, de 24 de outubro de 2011.

§3º A solicitação de emissão de passagens e pagamento de diárias deverá ser feita pelo Presidente da CPP ao Procurador Regional Federal respectivo.

Art. 16 As intimações dos atos processuais serão realizadas preferencialmente pela via eletrônica, por meio da abertura de tarefa no Sistema Sapiens ou envio de mensagem pelo e-mail funcional.

§ 1º Considerar-se-á o acusado intimado, entre outras hipóteses:

1. – quando da aposição de ciência no sistema Sapiens, seja por manifestação formal ou mero lançamento da atividade de ciência;
2. – quando da resposta à mensagem eletrônica enviada pela comissão, aviso de leitura, ou quando manifestar, por qualquer outro modo, ciência da intimação;

§2º o disposto no caput deste dispositivo não impede a realização da intimação do acusado por todas as formas admitidas em lei, a critério da Comissão;

Art. 17 Sempre que houver a necessidade de praticar atos que não demandem a presença física dos seus membros, a Comissão valer-se-á de servidores públicos para atuar como secretários *ad hoc* no processo, observado o parágrafo único do art. 13 da Portaria PGF nº 338/2016.

Parágrafo único. A indicação do servidor poderá ser realizada por meio de ata de deliberação da comissão ou despacho do respectivo presidente.

Art. 18 Caberá às Comissões de Processo Administrativo Disciplinar e/ou Sindicância:

1. - zelar pela razoável duração do processo, pela concentração dos atos processuais, pela prática de atos, preferencialmente, na sede de instalação da Comissão e pelo uso de videoconferência para a realização de reuniões e audiências, tendo em vista razões de economicidade;
2. - guardar sigilo sobre assuntos tratados em sindicância ou processo administrativo disciplinar;
3. - identificar formalmente, nos autos, aqueles documentos ou informações de caráter sigiloso, nos termos da lei, que devam permanecer como de acesso restrito após a conclusão da apuração;
4. - elaborar cronograma e relatórios bimestrais de atividades para apreciação da Divisão de Assuntos Disciplinares, podendo servir a tal finalidade aqueles elaborados nos termos do art. 17, caput;
5. - informar sobre a necessidade de prorrogação dos trabalhos, com antecedência mínima de 15 (dez) dias no caso das Comissões instituídas por Portaria simples e 20 (vinte) dias para as instituídas por Portaria Conjunta, a contar do encerramento da vigência de Portaria de instauração, de prorrogação ou de recondução;
6. - informar ao Presidente da CPP sobre a programação de férias de seus membros, bem como eventuais alterações.

§1º Nos termos do inciso III, a Comissão deverá indicar, no Relatório Final, os documentos que devam permanecer em sigilo, incluídos após o encerramento do processo administrativo disciplinar ou sindicância, para sua decretação pela autoridade competente, nos termos da Lei n. 12.527/2011.

§2º Também será indicado no Relatório Final o termo de oitiva de testemunha ou interrogatório, quando este veicular informação que deva permanecer como de acesso restrito após a conclusão da apuração.

Art. 19 Não haverá suspensão das distribuições de procedimentos disciplinares aos Procuradores Federais na iminência ou em gozo de férias regulares, salvo em situações excepcionais, avaliadas pelo Distribuidor.

§1º Compete aos Presidentes das CPP exercer a supervisão e o controle do direito ao gozo das férias e recessos pelos respectivos integrantes.

§2º Para os casos de afastamentos por licença, cessão ou designações especiais com duração de até trinta dias, observar-se-á a regra prevista no caput.

§3º Caberá ao Distribuidor decidir acerca da necessidade de compensação dos processos redistribuídos.

§4º As situações que envolvam afastamento superior a trinta dias serão resolvidas pelo Distribuidor, inclusive quanto à possibilidade de redistribuição dos processos sob responsabilidade do Procurador Federal afastado, considerando-se a expectativa de retorno às atividades, a relevância e os eventuais riscos de prescrição.

§5º O Procurador Federal que vier a integrar a CPP substituindo outro, assumirá a posição deste nas listas de distribuição, além da possibilidade, a critério do distribuidor, de assunção dos procedimentos anteriormente sob atribuição do substituído;

§6º Na hipótese de acréscimo ao número de integrantes das CPP, o novo Procurador Federal assumirá a primeira posição em ambas as listas de distribuição.

Parágrafo único. As Comissões de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância serão formadas, preferencialmente, pelos Procuradores Federais em regime de dedicação exclusiva à CPP.

Art. 20 Os processos administrativos disciplinares e as sindicâncias em andamento na data da publicação desta Portaria continuarão sob a responsabilidade das respectivas CPP.

Art. 21 As situações omissas serão resolvidas por deliberação da Chefia da DAD e do Distribuidor.

Art. 22 Ficam revogadas as Portarias PGF nºs 1072/2008, 619/2010, 814/2010 e 838/2011.

Art. 23 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

Suplemento A do BSE 51, de 19.12.2018.

**PORTARIA Nº 115, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2019.**

*Dispõe sobre a extinção do Escritório Avançado em Altamira/PA.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das competências de que tratam os incisos I e VIII, do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a delegação de competência prevista no art. 4º da Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, e considerando o disposto nos Processos nºs 00407.038268/2016-17 e 00407.000468/2018-69, resolve:

Art. 1° Extinguir o Escritório Avançado em Altamira/PA.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

DOU de 12.02.2019.

**PORTARIA Nº 120, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019.**

*Dispõe sobre a extinção do Escritório Avançado em Pouso Alegre/MG.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das competências de que tratam os incisos I e VIII, do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a delegação de competência prevista no art. 4º da Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, e considerando o disposto nos Processos nºs 00407.038240/2016-80 e 00407.000468/2018-69, resolve:

Art. 1° Extinguir o Escritório Avançado em Pouso Alegre/MG.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

DOU de 12.02.2019.

**PORTARIA Nº 121, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019.**

*Dispõe sobre a extinção do Escritório de Representação em Juazeiro/BA.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das competências de que tratam os incisos I e VIII, do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a delegação de competência prevista no art. 4º da Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, e considerando o disposto no Processo nº 00407.082541/2017-21, resolve:

Art. 1° Extinguir o Escritório de Representação em Juazeiro/BA .

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

DOU de 12.02.2019.

**PORTARIA Nº 168, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.**

*Dispõe sobre a extinção do Escritório Avançado em Unaí/MG.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das competências de que tratam os incisos I e VIII, do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a delegação de competência prevista no art. 4º da Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, e considerando o disposto nos Processos nºs 00407.038242/2016-79 e 00407.000468/2018-69, resolve:

Art. 1° Extinguir o Escritório Avançado em Unaí/MG.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

DOU de 21.02.2019.

**PORTARIA Nº 169, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2019.**

*Dispõe sobre a extinção do Escritório Avançado em Picos/PI.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das competências de que tratam os incisos I e VIII, do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, da delegação de competência prevista no art. 4º da Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, e considerando o disposto nos Processos nºs 35226.000657/2015-00 e 00407.000468/2018-69, resolve:

Art. 1° Extinguir o Escritório Avançado em Picos/PI.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

DOU de 21.02.2019.

**PORTARIA Nº 176, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.**

*Dispõe sobre a extinção do Escritório de Representação em Bebedouro/SP.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das competências de que tratam os incisos I e VIII, do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, da delegação de competência prevista no art. 4º da Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, e considerando o disposto nos Processos nºs 00407.019671/2018-17 e 00407.000468/2018-69, resolve:

Art. 1° Extinguir o Escritório de Representação em Bebedouro/SP.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

DOU de 22.02.2019.

**PORTARIA N º 187, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019.**

*Dispõe sobre a extinção do Escritório de Representação em Mogi Guaçu/SP.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das competências de que tratam os incisos I e VIII, do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, da delegação de competência prevista no art. 4º da Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, e considerando o disposto nos Processos nºs 00407.020794/2018-92 e 00407.000468/2018-69, resolve:

Art. 1° Extinguir o Escritório de Representação em Mogi Guaçu/SP.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

DOU de 22.02.2019.

**PORTARIA Nº 240, DE 12 DE MARÇO DE 2019.**

*Dispõe sobre a extinção do Escritório de Representação em Toledo/PR.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das competências de que tratam os incisos I e VIII, do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, a delegação de competência prevista no art. 4º da Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, e considerando o disposto no Processo nº 00407.001218/2015-01, resolve:

Art. 1° Extinguir o Escritório de Representação em Toledo/PR .

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

DOU de 14.03.2019.

**PORTARIA Nº 249, DE 12 DE MARÇO DE 2019.**

*Dispõe sobre a extinção do Escritório Avançado em Tubarão/SC.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das competências de que tratam os incisos I e VIII, do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, da delegação de competência prevista no art. 4º da Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, e considerando o disposto no Processo nº 00407.038258/2016-81, resolve:

Art. 1° Extinguir o Escritório Avançado em Tubarão/SC .

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

DOU de 14.03.2019.

**PORTARIA Nº 254, DE 21 MARÇO DE 2019.**

*Dispõe sobre a extinção do Escritório de Representação em Pirassununga/SP.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das competências de que tratam os incisos I e VIII, do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, da delegação de competência prevista no art. 4º da Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, e considerando o disposto no Processo nº 00407.020947/2018-00, resolve:

Art. 1° Extinguir o Escritório de Representação em Pirassununga/SP .

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

DOU de 25 .03.2019.

**PORTARIA Nº 471, DE 20 DE MAIO DE 2019.**[[350]](#footnote-351)

*Inclui o Estado de Minas Gerais no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015, e dá outras providências.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, observado o disposto na Portaria nº 978, de 24 de dezembro de 2015, e o que consta no processo administrativo nº 00417.024724/2019-75, resolve:

Art. 1º Incluir o Estado de Minas Gerais no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015.

Parágrafo único. A Equipe de Trabalho Remoto em Benefícios por Incapacidade no Estado de Minas Gerais terá como objeto a atuação e o acompanhamento concentrado e especializado, em âmbito estadual, dos processos eletrônicos que tramitam nos Juizados Especiais Federais, nas Varas Federais e nas Comarcas Estaduais, que tratem da concessão ou restabelecimento de benefícios previdenciários por incapacidade previstos na Lei nº 8.213, de 1991.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

BS 21, de 27.5.2019.

**PORTARIA N° 489, DE 3 DE JUNHO DE 2019.**

*Inclui o Estado do Acre no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015, e dá outras providências.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do §2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, observado o disposto na Portaria nº 978, de 24 de dezembro de2015, e o que consta no processo administrativo nº 00424.008180/2017-43, resolve:

Art. 1º Incluir o Estado do Acre no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação emprocessos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015.

Parágrafo único. O Distrito Federal e os Estado do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins comporão uma única Equipe de Trabalho Remoto, sob a supervisão da Procuradoria Regional Federal da 1º Região.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

Suplemento do BSE 22, de 4.6.2019.

**PORTARIA Nº 494, DE 29 DE MAIO DE 2019.**

*Institui o projeto de criação do Indicador de Valor do Trabalho da Cobrança no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições de que trata o artigo 11, § 2º, incisos I e VIII, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto no Processo Administrativo nº 00408.036134/2019-02, resolve:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, o projeto de criação do Indicador de Valor do Trabalho da Cobrança – IVT COBRANÇA, cujos objetivos constituem em analisar, debater e consolidar propostas de construção da nova ferramenta.

Art. 2º Com foco no objetivo delimitado no artigo 1º, o projeto de criação do IVT-COBRANÇA concentrará as suas atividades nos seguintes eixos temáticos:

1. - Cobrança extrajudicial: âmbito de análise de fatores de ponderação nas atividades de cobrança
2. - Cobrança judicial: âmbito de análise fatores de ponderação nas atividades de cobrança judicial; e
3. - Gestão estratégica: âmbito de análise de ferramentas para a extração de dados gerenciais.

Art. 3º O projeto será desenvolvido por 8 (oito) integrantes, abaixo listados dentre Procuradores Federais com experiência em Cobrança e Recuperação de Crédito e gestão estratégica:

* 1. - Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos (CGPAE): Jackson Ricardo de Souza;
  2. - Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos (CGCOB): Tatiana Christofoli Martins Delatorres e Luciana Bahia Iorio Ribeiro;
  3. – Equipe Nacional de Cobrança (ENAC): 3 (três) Vainer da Silva Rosa, Thalita Lopes Motta e Danielle Damasceno Pinheiro Sobreira;
  4. Equipe de Cobrança Judicial da 2ª Região (PRF2): Claudio José de Oliveira; V - Procuradoria Regional Federal da 3ª Região (PRF3): Marta Vilela Gonçalves;

VI – Equipe Regional de Cobrança da 5ª Região (PRF5): Daniel Rodrigues Barreiras.

Art. 4º A coordenação do projeto estratégico ficará a cargo da Procuradora Luciana Bahia Iorio Ribeiro, a quem compete:

1. - conduzir os trabalhos propostos;
2. - redigir o relatório conclusivo das atividades; e
3. - apresentar as conclusões ao Coordenador Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos e aoGabinete do Procurador-Geral Federal.

Art. 5º A Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos dará o suporte administrativo necessário aos trabalhos do projeto.

Art. 6º O projeto estratégico se considerará encerrado mediante a apresentação do relatório conclusivo de suas atividades ao Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos e ao Gabinete do Procurador-Geral Federal. (NR) **(Redação dada pela Portaria nº912, de 11.11.2019)**

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

Suplemento do BSE 22, de 4.6.2019.

**PORTARIA N° 518, DE 05 DE JUNHO DE 2019.**

*Declara a revogação de atos normativos para fins do disposto no art. 9º do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso de suas atribuições contidas no artigo 11, §2º, incisos I e VIII, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, observado o disposto nos processos eletrônicos nº 00400.000628/2019- 11 e nº 00407.018371/2019-93, e em observância ao disposto no art. 6° do Decreto nº 9.759, de 11 de março de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarada a extinção dos seguintes órgãos colegiados:

I - Comitê de Gestão da Procuradoria-Geral Federal - Portaria PGF nº 847, de 14 de outubro de 2014;

II - Colégio de Consultoria das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais nos Estados - Portaria PGF nº 892, de 20 de outubro de 2014;

III - Comitês Estaduais de Gestão da Procuradoria-Geral Federal - Portaria PGF nº 73, de 01 de fevereiro de 2016;

IV - Fóruns de Procuradores Chefes da Procuradoria-Geral Federal - Portaria PGF nº 870, de 14 de dezembro de 2016;

V - Comitê Setorial de Governança em Cobrança - Art. 4º, I da Portaria PGF nº 228, de 05 de abril de 2018;

VI - Comitê Setorial de Governança em Consultoria - Art. 4º, II da Portaria PGF nº 228, de 05 de abril de 2018;

VII - Comitê Setorial de Governança em Contencioso - Art. 4º, III da Portaria PGF nº 228, de 05 de abril de 2018;

VIII - Câmara Permanente de Minutas - Portaria PGF nº 619, de 06 de outubro de 2017;

IX - Câmara Permanente de Convênios – Portaria PGF nº 98, de 26 de fevereiro de 2013;

X - Câmara Permanente de Licitações e Contratos – Portaria PGF nº 98, de 26 de fevereiro de 2013;

XI - Grupo de Articulação das Procuradorias Federais com atuação em matéria de infraestrutura, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal - Portaria PGF nº 579, de 25 de setembro de 2017;

X - Comissão Permanente de Avaliação Especial de Desempenho na carreira de Procurador Federal - Portaria PGF nº 866, de 26 de novembro de 2018;

XI - Comissão de Promoção responsável pelo processamento de concurso de promoção na carreira de Procurador Federal - Portaria PGF nº 142, de 25 de março de 2019.

Art. 2º Ficam revogados os seguintes atos:

I - Portaria PGF nº 98, de 26 de fevereiro de 2013;

II - Portaria PGF nº 847, de 14 de outubro de 2014;

III - Portaria PGF nº 892, de 20 de outubro de 2014;

IV - Portaria PGF nº 73, de 01 de fevereiro de 2016;

V - Artigo 36 da Portaria PGF nº 338, de 12 de maio de 2016;

VI - Portaria PGF nº 870, de 14 de dezembro de 2016;

VII - Portaria PGF nº 579, de 25 de setembro de 2017;

VIII - Portaria PGF nº 619, de 06 de outubro de 2017;

IX - Artigo 4º, I, II e III, da Portaria PGF nº 228, de 05 de abril de 2018.

X - Portaria PGF nº 866, de 26 de novembro de 2018;

XI - Portaria PGF nº 142, de 25 de março de 2019;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

Suplemento D do BSE 26, de 5.7.2019.

**PORTARIA Nº 522, DE 6 DE JUNHO DE 2019.**

*Institui o Comitê de Gestão da Procuradoria-Geral Federal e disciplina o seu funcionamento.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso de suas atribuições contidas no artigo 11, §2º, incisos Ie VIII, da Lei n.10.480, de 2 de julho de 2002, observado o disposto nos processos eletrônicos n. 00400.000628/2019- 11 e n. 00407.018371/2019-93, e em observância ao disposto no art. 6° do Decreto nº 9.759, de 11 de março de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Gestão no âmbito da Procuradoria-Geral Federal - CG/PGF, vinculado ao Gabinete do Procurador-Geral Federal.

Art. 2º O Comitê de Gestão da Procuradoria-Geral Federal tem como objetivos, entre outros:

I - incentivar a cultura da participação dos membros da carreira de Procurador Federal na gestão da Procuradoria-Geral Federal;

II - ampliar os canais de diálogo entra a Procuradoria-Geral Federal e os membros da carreira de Procurador Federal;

III - fomentar o debate e o interesse por assuntos relacionados à gestão;

IV - identificar problemas relacionados à gestão no âmbito da Procuradoria-Geral Federal e propor medidas para solucioná-los.

Art. 3º O Comitê de Gestão da Procuradoria-Geral Federal será composto pelos seguintes membros:

I - o Procurador-Geral Federal, que o coordenará;

II - o Subprocurador-Geral Federal;

III - o Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão;

IV - o Coordenador-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos;

V - o Coordenador-Geral de Pessoal;

VI - o Representante da Carreira de Procurador Federal no Conselho Superior da Advocacia-Geral da União;

VII - um Procurador Regional Federal, indicado pelos demais;

VIII - um Procurador Federal representante de cada Região;

IX - um Procurador Federal representante de cada Fórum de Procuradores-Chefes junto às autarquias e fundações públicas federais; e

X - um Procurador Federal em exercício na Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS - PFE/INSS.

§ 1º Cada membro do colegiado terá um suplente, que o substituirá em suas ausências de impedimentos.

§ 2º Os membros do Comitê de Gestão da Procuradoria-Geral Federal e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam e designados pelo Procurador-Geral federal.

§ 3º A escolha dos membros referidos nos incisos VIII, IX e X deverá ser realizada pelo Procurador-Geral Federal, após apresentação dos currículos pelos interessados à respectiva Procuradoria Regional Federal, ao Coordenador do correspondente Fórum de Procuradores-Chefes ou ao Procurador-Chefe da PFE/INSS, respectivamente.

§ 4º Os Procuradores Regionais Federais, os Coordenadores dos Fóruns de Procuradores-Chefes junto às autarquias e fundações públicas federais e o Procurador-Chefe da PFE/INSS deverão submeter todos os currículos recebidos ao Procurador-Geral Federal.

§ 5º No processo de escolha previsto no §3º, será considerada, em especial, a experiência acadêmica e profissional do interessado na área de gestão.

§ 6º Os membros referidos nos incisos VIII, IX e X não poderão ser titulares de cargo comissionado ou função gratificada, nem poderão tê-los exercido nos últimos 6 meses anteriores ao início do processo de escolha.

§ 7º Os membros referidos nos incisos VIII, IX e X exercerão suas funções pelo mesmo prazo e em período coincidente com os do Representante da Carreira de Procurador Federal no Conselho Superior da Advocacia-Geral da União, vedada a recondução.

§ 8º O Coordenador poderá designar um servidor para oficiar como secretário das reuniões, bem com para prestar apoio administrativo ao colegiado.

§ 9º A composição do colegiado é fixada em número superior a 7 membros, tendo em vista a necessidade de atribuição de representatividade a todos os setores interessados.

Art. 4º Compete ao Comitê de Gestão da Procuradoria-Geral Federal no exercício de sua função opinativa:

I - analisar e propor soluções e projetos de inovação em matérias relacionadas à gestão da Procuradoria-Geral Federal;

II - acompanhar o cumprimento do Planejamento Estratégico da Procuradoria-Geral Federal;

III - auxiliar na divulgação dos atos e projetos relacionados à gestão da Procuradoria-Geral Federal;

IV - sugerir a criação ou a extinção de unidades da Procuradoria-Geral Federal;

V - opinar sobre os critérios para melhor distribuição da força de trabalho no âmbito da Procuradoria-Geral Federal;

VI - auxiliar no desenvolvimento de modelos de medição de desempenho institucional na Procuradoria-Geral Federal;

VII - analisar e propor projetos voltados à qualidade do ambiente laboral e do relacionamento interpessoal dos membros da carreira de Procurador Federal, servidores e demais colaboradores da instituição; e

VIII - opinar sobre outros temas relacionados à gestão que lhe sejam submetidos pelo Procurador-Geral Federal.

Art. 5º O Comitê de Gestão da Procuradoria-Geral Federal se reunirá bimestralmente em caráter ordinário e, em caráter extraordinário, mediante convocação do Coordenador, a qual se dará preferencialmente por meio eletrônico.

§ 1º O quórum de reunião do Comitê de Gestão da Procuradoria-Geral Federal é de maioria dos membros e o quórum de aprovação é de maioria dos presentes, cabendo ao Coordenador o voto apenas em caso de empate.

§ 2º Os membros do Comitê de Gestão da Procuradoria-Geral Federal que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência, ressalvados os casos de inviabilidade ou inconveniência de realização pelo referido meio, desde que demostrado de modo fundamentado, hipótese em que haverá necessidade de estimativa de gastos com diárias e passagens dos membros bem como comprovação de disponibilidade orçamentária e financeira para o exercício em curso.

Art. 6º As propostas aprovadas no âmbito do Comitê de Gestão da Procuradoria-Geral Federal, de natureza opinativa, serão encaminhadas ao Procurador-Geral Federal para avaliação.

Parágrafo único. É vedada a divulgação de discussões em curso sem a prévia anuência do ProcuradorGeral Federal.

Art. 7º Fica vedado ao Comitê de Gestão da Procuradoria-Geral Federal instituir subcolegiados.

Art. 8º A participação no Comitê de Gestão da Procuradoria-Geral Federal será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

Suplemento D do BSE 26, de 5.7.2019.

**PORTARIA N° 523, DE 06 DE JUNHO DE 2019.**

*Institui os Colégios de Consultoria das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais nos Estados.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso de suas atribuições contidas no artigo 11, §2º, incisos Ie VIII, da Lei n.10.480, de 2 de julho de 2002, observado o disposto nos processos eletrônicos n. 00400.000628/2019- 11 e n. 00407.018371/2019-93, e em observância ao disposto no art. 6° do Decreto nº 9.759, de 11 de março de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam instituídos os Colégios de Consultoria das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais em todos os Estados.

Art. 2º Os Colégios de Consultoria têm como objetivos:

I - fomentar a eficiente execução das atividades de consultoria e assessoramento jurídico destinados às respectivas autarquias e fundações públicas federais;

II - promover a integração entre as Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais no Estado;

III - identificar dificuldades comuns às Procuradorias Federais integrantes do Colégio de Consultoria;

IV - identificar possíveis divergências de entendimento entre as Procuradorias Federais integrantes do Colégio de Consultoria, promover discussões das questões jurídicas relacionadas e, se for o caso, suscitar consulta ao Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal - DEPCONSU/PGF, na forma da Portaria PGF n° 424, de 16 de julho de 2013, para uniformização do entendimento;

V - identificar questões jurídicas relevantes comuns às unidades participantes do Colégio de Consultoria, nas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos às autarquias e fundações públicas federais e, se for o caso, suscitar consulta ao DEPCONSU/PGF na forma da Portaria PGF n° 424, de 16 de julho de 2013, para uniformização do entendimento;

VI - buscar parcerias com a Escola da Advocacia-Geral da União no Estado para a realização de seminários e demais eventos de capacitação;

VII - promover eventos e reuniões tendentes à multiplicação de conhecimento entre os Procuradores Federais em exercício nas unidades participantes do Colégio de Consultoria, bem como entre os servidores integrantes das respectivas autarquias e fundações públicas federais;

VIII - sugerir a criação e o aprimoramento de procedimentos e rotinas de trabalho relacionadas às atividades de consultoria e assessoramento jurídicos às autarquias e fundações públicas federais, nos termos da Portaria PGF N.º 526, de 30 de agosto de 2013;

IX - viabilizar, quando se fizer necessária, a colaboração entre as Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais no Estado; e

X - identificar potenciais ou efetivos conflitos e controvérsias entre entes da Administração Pública Federal e entre estes e a Administração Pública dos Estados, Distrito Federal e Municípios que possam ser objeto de conciliação ou arbitramento.

Art. 3º São membros efetivos dos Colégios de Consultoria todos os Procuradores-Chefes ou representantes das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais no Estado, bem como o respectivo Procurador Regional Federal ou Procurador Chefe da Procuradoria Federal no Estado.

§ 1º Os integrantes do Colégio de Consultoria, em suas ausências ou impedimentos legais e regulamentares, serão representados por seus substitutos legais.

§ 2º Fica possibilitada a fixação da composição do colegiado em número superior a 7 membros, tendo em vista a necessidade de atribuição de representatividade a todos os setores interessados.

Art. 4º As atividades do Colégio de Consultoria serão dirigidas pelo Coordenador do Colégio de Consultoria.

§1° O Coordenador e o Coordenador Substituto do Colégio de Consultoria serão escolhidos, por maioria simples, pelos membros do Colégio de Consultoria e serão designados por ato do Procurador Regional Federal ou do Procurador-Chefe da Procuradoria Federal no Estado, para exercício das atribuições pelo prazo de dois anos.

§ 2° Nas ausências do Coordenador, este será substituído pelo Coordenador Substituto.

§ 3° São atribuições do Coordenador do Colégio de Consultoria:

I - representar o Colégio de Consultoria;

II - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;

III - elaborar a pauta das reuniões;

IV - tomar as providências destinadas ao bom funcionamento dos trabalhos;

V - assinar e despachar os comunicados, expedientes e demais atos do Colégio de Consultoria;

VI - coordenar, com a participação dos membros do Colégio de Consultoria, os seminários a serem realizados, buscando, para tanto, palestrantes e temas a serem tratados nos respectivos eventos, em parceria com a Escola da Advocacia-Geral da União no Estado;

VII - identificar a necessidade de colaborações temporárias entre as Procuradorias Federais integrantes do Colégio de Consultoria;

VIII - monitorar a utilização do Sistema AGU de Inteligência Jurídica SAPIENS pelas Procuradorias Federais integrantes do Colégio de Consultoria;

IX - realizar a divulgação das ações promovidas pelo Colégio de Consultoria; e

X - comunicar ao respectivo Procurador Regional Federal ou ao Procurador-Chefe da Procuradoria Federal no Estado as eventuais dificuldades e problemas relacionados ao bom funcionamento do Colégio de Consultoria.

§ 4º O Coordenador poderá designar um dos membros do Colégio de Consultoria ou servidor, para oficiar como secretário das reuniões, bem como para prestar apoio administrativo ao colegiado.

Art. 5° O Procurador Regional Federal ou o Procurador-Chefe da Procuradoria Federal no Estado poderá delegar ao respectivo Coordenador do Colégio de Consultoria a atribuição de estabelecer colaborações temporárias entre as Procuradorias Federais integrantes do Colégio de Consultoria.

Art. 6º Os Colégios de Consultoria se reunirão mensalmente em caráter ordinário, cuja convocação se dará preferencialmente por meio eletrônico.

§ 1º O Coordenador do Colégio de Consultoria poderá convocar reuniões extraordinárias, de oficio ou por solicitação de quaisquer dos seus membros.

§ 2º O quórum de reunião do Colégio de Consultoria é de maioria dos membros e o quórum de aprovação é de maioria dos presentes, sendo suas deliberações registradas em ata.

§ 3º Os membros do Colégio de Consultoria que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência, ressalvados os casos de inviabilidade ou inconveniência de realização pelo referido meio, desde que demostrado de modo fundamentado, hipótese em que haverá necessidade de estimativa de gastos com diárias e passagens dos membros.

§ 4º Na hipótese em que houver a necessidade de custeio de deslocamento e diárias para participação dos membros dos Colégios de Consultoria na forma do parágrafo anterior, estes deverão ser suportados diretamente pelas respectivas autarquias e fundações públicas federais.

Art. 7° O Procurador Regional Federal ou o Procurador-Chefe da Procuradoria Federal no Estado responderá pela coordenação do Colégio de Consultoria até a formalização da escolha e designação do correspondente Coordenador e do Coordenador Substituto.

Art. 8° O Coordenador do Colégio de Consultoria poderá expedir instruções complementares a esta Portaria, estabelecendo normas operacionais para os serviços afetos ao Colégio de Consultoria.

Art. 9° Compete diretamente ao DEPCONSU/PGF, em relação às Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais sediadas no Distrito Federal exercer as atividades necessárias ao atendimento dos objetivos previstos no art. 2° desta Portaria.

Art. 10. É vedada a divulgação de discussões em curso sem a prévia anuência do Procurador-Geral Federal.

Art. 11. Fica vedado aos Colégios de Consultoria instituir subcolegiados.

Art. 12. A participação nos Colégios de Consultoria será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

Suplemento D do BSE 26, de 5.7.2019.

**PORTARIA Nº 525, DE 06 DE JUNHO DE 2019.**

*Institui os Comitês Estaduais de Gestão da Procuradoria-Geral Federal e disciplina seu funcionamento.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso de suas atribuições contidas no artigo 11, §2º, incisos Ie VIII, da Lei n.10.480, de 2 de julho de 2002, observado o disposto nos processos eletrônicos n. 00400.000628/2019- 11 e n. 00407.018371/2019-93, e em observância ao disposto no art. 6° do Decreto nº 9.759, de 11 de março de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Criar, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal – PGF, Comitês Estaduais de Gestão, órgãos colegiados de natureza consultiva, vinculados, conforme o caso, às Procuradorias Regionais Federais – PRFs ou às Procuradorias Federais nos Estados – PFs. Parágrafo único. A instituição de Comitês Estaduais de Gestão é facultativa nos Estados cuja Procuradoria Federal tenha lotação ideal inferior a vinte vagas.

Art. 2º São objetivos dos Comitês Estaduais de Gestão, entre outros:

I - incentivara cultura da participação dos membros da carreira de Procurador Federal na gestão das PRFs e das PFs;

II - ampliar os canais de diálogo entre as PRFs e as PFs e os membros da carreira de Procurador Federal;

III - fomentar o debate e o interesse por assuntos relacionados à gestão, promovendo maior participação dos membros da carreira na tomada de decisões administrativas e gerenciais;

IV - identificar problemas relacionados à gestão no âmbito de cada Estado e propor medidas para solucioná-los;

V - integrar ao processo decisório das PRFs e das PFs as percepções e as ponderações dos Procuradores Federais em exercício nas Procuradorias Seccionais Federais – PSFs e nos Escritórios Avançados– EAs; e

VI - propor medidas ao Comitê de Gestão da PGF, criado pela Portaria PGF nº 847, de 14 de outubro de 2014, quando o tema tiver abrangência nacional.

Art. 3º Compete aos Comitês Estaduais de Gestão:

I - analisar e propor projetos de inovação em gestão, tanto para as sedes das PRFs e das PFs,quanto para as demais unidades da PGF no Estado;

II - analisara proposta do Plano de Ação a ser executado no âmbito das PRFs e das PFs e acompanhar a sua execução;

III - auxiliar na divulgação dos atos e dos projetos relacionados à melhoria da gestão no Estado;

IV - analisar e propor projetos voltados à qualidade de vida e à saúde laboral dos membros da carreira no âmbito das unidades da PGF no Estado;

V - debater e propor medidas de otimização dos processos internos de trabalho; e

VI - propor ao Comitê de Gestão da PGF matérias que considere de repercussão nacional,observando a pertinência da questão a ser submetida a apreciação.

Art. 4º Os Comitês Estaduais de Gestão serão compostos pelos seguintes membros:

I - o Procurador Regional Federal ou o Procurador-Chefe da PF no Estado, conforme o caso, que o coordenará;

II - até quatro Procuradores Federais em exercício na PRF ou na PF, oriundos de núcleos temáticos distintos da unidade e escolhidos pelos componentes do respectivo núcleo;

III - até dois Procuradores Federais em exercício em PSF ou EA distintos, escolhidos pelos Procuradores Federais em exercício na respectiva PSF ou EA;

IV - até dois responsáveis por PSFs, escolhidos pelos responsáveis pelas PSFs existentes no Estado; e

V - um representante do Colégio de Consultoria, indicado pelo Colégio do respectivo Estado.

§ 1º Os membros referidos nos incisos II e III não poderão ser titulares de cargo comissionado ou função gratificada, ou cargo ou função equivalente.

§ 2º Os membros referidos nos incisos II, III, IV e V exercerão suas funções pelo prazo de 2 (dois) anos, vedada a recondução.

§ 3º Somente será permitida a recondução dos membros referidos no inciso IV quando restar impossibilitada a alternância de representação devido ao número de unidades no Estado.

§ 4º Não havendo Procuradores Federais interessados em ocupar a vaga de representante prevista nos incisos II e III, a vaga disponível ficará sem representação.

§ 5º A definição do número de membros indicados no inciso II será de acordo com o número de Procuradores Federais em exercício na PRF ou PF, da seguinte forma:

I - dois representantes, quando a unidade tiver até trinta Procuradores Federais em exercício;

II - três representantes, quando a unidade tiver entre trinta e um e cinquenta Procuradores Federais em exercício; e

III - quatro representantes, quando a unidade tiver mais de cinquenta Procuradores Federais em exercício.

§ 6º Os representantes previstos nos incisos III e IV deverão ser, sempre que possível, oriundos de unidades distintas.

§ 7º Nos Estados onde houver mais de duas PSFs, o Procurador Regional Federal e o Procurador-Chefe da PF deverão definir, previamente, as unidades que deverão indicar representantes, na forma do inciso III do caput, assegurando a representatividade geográfica e a rotatividade das unidades.

§ 8º O coordenador poderá designar um dos membros do Comitê Estadual ou servidor para oficiar como secretário das reuniões, o qual prestará apoio administrativo ao colegiado.

§ 9º A composição do colegiado é fixada em número superior a 7 membros, tendo em vista a necessidade de atribuição de representatividade a todos os setores interessados.

Art. 5º São atribuições do coordenador do Comitê Estadual:

I - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;

II - elaborara pauta das reuniões;

III - designar relator para as matérias e fixar prazo para apresentação de relatório;

IV - assinar e despachar os comunicados, expedientes e demais atos do Comitê Estadual;

V - iniciar e encerrar as reuniões; e

VI - decidir eventuais questões de ordem.

Art. 6º Os Comitês Estaduais reunir-se-ão ordinariamente com periodicidade bimestral.

§ 1º As reuniões dos Comitês Estaduais serão, preferencialmente, presenciais e realizadas na sede da Procuradoria Regional Federal ou da Procuradoria Federal no Estado, conforme o caso, e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência, ressalvados os casos de inviabilidade ou inconveniência de realização pelo referido meio, desde que demostrado de modo fundamentado, hipótese em que haverá necessidade de estimativa de gastos com diárias e passagens dos membros bem como comprovação de disponibilidade orçamentária e financeira para o exercício em curso.

§ 2º O coordenador poderá designar reuniões extraordinárias, quando necessário.

§ 3º As convocações para reuniões dos Comitês Estaduais se darão preferencialmente por meio eletrônico.

Art. 7º As propostas aprovadas no âmbito dos Comitês Estaduais, de natureza opinativa, serão encaminhadas ao Procurador Regional Federal ou ao Procurador-Chefe da PF no Estado, respectivamente, para avaliação.

Parágrafo único. Os Comitês Estaduais decidirão por maioria simples, presente a maioria de seus membros, cabendo ao coordenador o voto de qualidade, em caso de empate.

Art. 8º A primeira reunião do Comitê Estadual deverá ser realizada no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação desta Portaria.

§ 1º Os Comitês Estaduais de Gestão deverão confeccionar os seus respectivos regimentos, observados os princípios e normas gerais do Regimento Interno do Comitê de Gestão da PGF.

§ 2º Até que o Comitê Estadual de Gestão aprove o seu regimento, será aplicado por analogia o do Comitê de Gestão da PGF.

Art. 9º É vedada a divulgação de discussões em curso sem a prévia anuência do Procurador-Geral Federal.

Art. 10. Fica vedado aos Comitês Estaduais instituir subcolegiados.

Art. 11. A participação nos Comitês Estaduais será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

Suplemento D do BSE 26, de 5.7.2019.

**PORTARIA Nº 531, DE 07 DE JUNHO DE 2019.**

*Disciplina o funcionamento dos Fóruns de Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais, e dá outras providências.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso de suas atribuições contidas no artigo 11, §2º, incisos Ie VIII, da Lei n.10.480, de 2 de julho de 2002, observado o disposto nos processos eletrônicos n. 00400.000628/2019- 11 e n. 00407.018371/2019-93, e em observância ao disposto no art. 6° do Decreto nº 9.759, de 11 de março de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Constituem Fóruns de Procuradores-Chefes da Procuradoria-Geral Federal:

I - Fórum da Educação, integrado pelas Procuradorias Federais junto às Instituições Federais de Ensino;

II – Fórum da Regulação, integrado pelas Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais que atuam na regulação da atividade econômica;

III - Fórum Ambiental, Social, Fundiário e Indígena, integrado pelas Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais que atuam em questões fundiárias, indígenas, ambientais e outras de interesse social;

IV – Fórum da Cultura, integrado pelas Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais que atuam na área temática da cultura;

V - Fórum da Ciência, Tecnologia e Inovação, integrado pelas Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais que atuam na área temática da pesquisa, ciência, tecnologia e inovação.

§ 1º Integram os respectivos Fóruns, os Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais relacionadas nos anexos I a V desta Portaria.

§ 2º A participação dos integrantes nas reuniões semestrais dos respectivos Fóruns é obrigatória. § 3º Os Procuradores-Chefes deverão integrar as listas de e-mails dos respectivos Fóruns.

§ 4º Compete à Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos da Procuradoria-Geral Federal exercer a supervisão dos Fóruns.

§ 5º As Procuradorias Federais que desejem integrar Fórum distinto do qual foram designados deverão solicitar à Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos da PGF, que analisará o pleito e o submeterá ao Procurador-Geral Federal, ouvido o Comitê de Coordenação dos Fóruns e Procuradores-Chefes.

§ 6º Os membros de cada um dos Fóruns terão um suplente, que o substituirá em suas ausências de impedimentos.

§ 7º A composição do colegiado é fixada em número superior a 7 membros, tendo em vista a necessidade de atribuição de representatividade a todos os setores interessados.

Art. 2º Os Fóruns dos Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais têm como objetivos, dentre outros:

I - debater questões jurídicas comuns às unidades integrantes do respectivo Fórum;

II – apresentar sugestões de aperfeiçoamento das rotinas e sistemas em uso na Procuradoria-Geral Federal e a adoção de procedimentos uniformes para atuação das Procuradorias Federais;

III – sugerir ao Procurador-Geral Federal a definição e revisão dos critérios para alocação de vagas de Procuradores Federais nas Procuradorias Federais, observadas as atribuições do Comitê de Gestão da PGF;

IV - fomentara execução eficiente das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos junto às respectivas autarquias e fundações públicas federais;

V - fortalecer o relacionamento institucional da Procuradoria-Geral Federal junto às respectivas autarquias e fundações públicas federais;

VI – identificar teses jurídicas que possam ser objeto de uniformização e propor, quando for possível,sugestão de solução;

VII – coordenar a elaboração e publicação de revista periódica de cada Fórum, com o apoio da CGPAE;

VIII – fornecer material para produção de informativos, clippings ou outras formas de comunicação social, observadas as orientações da PGF; e

IX – auxiliar a PGF na identificação de demandas prioritárias de capacitação dos membros e servidores, colaborando na sua realização.

§ 1º Os encaminhamentos ou conclusões dos Fóruns serão tomadas, sempre que possível, por consenso entre os integrantes presentes às reuniões e, quando não obtido o consenso, pela maioria dos membros presentes, e encaminhadas à Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos para análise e prosseguimento.

§ 2º É vedada a divulgação de discussões em curso sem a prévia anuência do Procurador-Geral Federal.

Art. 3º O Fórum será dirigido por:

I - um Coordenador, indicado pelos membros do Fórum e designado em Portaria do Procurador-Geral Federal;

II - um Coordenador Substituto, observado o procedimento de designação previsto no inciso I; e,

III - um Secretário, designado pelo Coordenador do respectivo Fórum.

Art. 4º Compete ao Coordenador do respectivo Fórum:

I – coordenar as reuniões dos Fóruns e proceder aos encaminhamentos delas decorrentes;

II - propor a data das reuniões do Fórum para o exercício seguinte, observado o calendário básico de que trata esta Portaria;

III - preparar pautas e convidar palestrantes ou debatedores que não componham o Fórum, em articulação com a CGPAE;

IV – coordenar a preparação da Agenda de Trabalho do Fórum;

V – estimular debates e trocas de experiências entre os Procuradores-Chefes, bem como o uso da lista de e-mails do respectivo Fórum, comunicando a necessidade de alteração de sua composição;

VI – acompanhar as listas de discussões temáticas relativas às áreas dos respectivos Fóruns, dando ciência à CGPAE de teses ou temas de reputem de maior relevância;

VII – apresentar à Procuradoria-Geral Federal sugestões de aperfeiçoamento de normas e procedimentos que interessem ao respectivo Fórum;

VIII – acompanhar e auxiliar a Procuradoria-Geral Federal na divulgação e comunicação institucionais;

IX Comunicar periodicamente à Procuradoria-Geral Federal as manifestações jurídicas ou decisões de maior repercussão tomadas no âmbito das entidades representadas, inclusive subsidiando a PGF para a publicação de notícias e informativos;

X – Designar o Secretário do respectivo Fórum;

XI - Solicitar ao Coordenador-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos a convocação de reuniões extraordinárias do Fórum.

§ 1º Compete ao Coordenador Substituto auxiliar o Coordenador em suas atribuições e substituí-lo em suas ausências.

§ 2º O Secretário será designado por ato do Coordenador do Fórum dentre Procuradores-Chefes das Procuradorias sediadas no local da realização de cada reunião, e lhe competirá auxiliar no fornecimento de recursos materiais e humanos necessários à realização dos eventos, além de outras atividades relacionadas à realização da reunião, por demanda do Coordenador.

§ 3º Poderá ser indicado para exercer as atribuições de Secretário, o Coordenador Substituto.

§ 4º Identificada a necessidade de atualização das listas de e-mail de que trata o inciso V deste artigo, esta deverá ser comunicada por mensagem eletrônica dirigida a pgf.gestao@agu.gov.br.

Art. 5º Fica instituído o Comitê de Coordenação dos Fóruns de Procuradores-Chefes, integrado pelos Coordenadores dos Fóruns, pelo Diretor do Departamento de Consultoria, pelo Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão e pelo Coordenador-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos, que o coordenará.

Parágrafo único. Compete ao Comitê de Coordenação dos Fóruns de Procuradores-Chefes acompanhar a organização e os encaminhamentos decorrentes dos Fóruns, em especial as Agendas de Trabalho, e zelar pelo alinhamento estratégico dos Fóruns e das unidades que os integram, além de outros temas relativos às competências dos Fóruns.

Art. 6º As Reuniões Ordinárias dos Fóruns realizar-se-ão semestralmente, em local definido pelo Coordenador do respectivo Fórum.

§ 1º No primeiro semestre de cada ano, as reuniões deverão ser realizadas observando o seguinte calendário básico:

I – março: Fórum da Educação e Fórum da Ciência, Tecnologia e Inovação.

II – abril: Fórum da Regulação;

III – maio: Fórum Ambiental, Social, Fundiário e Indígena e Fórum da Cultura.

§ 2º No segundo semestre de cada ano, preferencialmente no mês de outubro, sempre que possível os Fóruns se reunirão no Fórum Nacional de Procuradores-Chefes da PGF, sob a coordenação da Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos.

§ 3º As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Coordenador-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos de ofício, mediante solicitação do Coordenador do Fórum ou por provocação de um terço dos seus membros.

§ 4º As Reuniões Ordinárias e Extraordinárias poderão ser realizadas em conjunto, conforme deliberação do Procurador-Geral Federal.

§ 5º Os Departamentos e Coordenações-Gerais da Procuradoria-Geral Federal, bem como as Procuradorias Regionais Federais serão convidadas a participar das reuniões do Fórum.

§ 6º As convocações para reuniões ordinárias e extraordinárias se darão preferencialmente por meio eletrônico.

§7º Os membros dos Fóruns de Procuradores-Chefes da Procuradoria-Geral Federal que se encontrarem em entes federativos diversos daquele fixado pelo Coordenador na forma do caput, participarão da reunião por meio de videoconferência, ressalvados os casos de inviabilidade ou inconveniência de realização pelo referido meio, desde que demostrado de modo fundamentado, hipótese em que haverá necessidade de estimativa de gastos com diárias e passagens dos membros bem como comprovação de disponibilidade orçamentária e financeira para o exercício em curso.

Art. 7º Fica vedado aos Fóruns de Procuradores-Chefes da Procuradoria-Geral Federal instituir subcolegiados.

Art. 8º A participação nos Fóruns de Procuradores-Chefes da Procuradoria-Geral Federal será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

Suplemento D do BSE 26, de 5.7.2019.

**PORTARIA Nº 541, DE 11 DE JUNHO DE 2019.**

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso de suas atribuições contidas no artigo 11, §2º, incisos Ie VIII, da Lei n.10.480, de 2 de julho de 2002, em observância ao disposto nos processos eletrônicos n.00400.000628/2019-11 e n. 00407.002723/2019-99, bem como ao disposto no art. 6° do Decreto nº 9.759, de 11 de marçode 2019, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 13 da Portaria PGF nº 173, de 21 de março de 2016, que disciplina oprocesso de promoção na carreira de Procurador Federal, resolve:

Art. 1º Constituir Comissão de Promoção, conforme disposto nos incisos I a IV do § 1º do art. 13 daPortaria PGF nº 173, de 21 de março de 2016, responsável pelo processamento de concurso de promoção na carreira deProcurador Federal, em que se aplicam os critérios de antiguidade e merecimento.

Art. 2º A Comissão de Promoção é órgão de natureza executiva e de assessoramento, destinada a:

I - avaliação dos documentos comprobatórios dos títulos e do enquadramento nas hipótesesregulamentares;

II - aferição da pontuação destinada à promoção por merecimento e por antiguidade;

III - elaboração de parecer conclusivo contendo resumo da avaliação e da aferição mencionada nosincisos I e II; e

IV - elaboração de parecer quanto ao recurso previsto no art. 15 da Portaria PGF nº 173, de 21 de marçode 2016.

§ 1º A Comissão de Promoção poderá ter membros suplentes a fim de suprir ausências e impedimentos dos titulares.

§ 2º Os membros da Comissão de Promoção e suplentes serão designados pelo Procurador-Geral Federal.

Art. 3º A Comissão de Promoção será composta por membros da carreira de Procurador Federal da Categoria Especial.

Art. 4º A Comissão de Promoção reunir-se-á em caráter ordinário semanalmente e emcaráter extraordinário mediante convocação do(a) Coordenador(a).

§ 1º O quórum de reunião e de aprovação da Comissão de Promoção é de maioria simples dos membros.

§ 2º Além do voto ordinário, o Coordenador(a) da Comissão de Promoção terá o voto de qualidade em caso de empate.

§ 3º Os membros da Comissão de Promoção que estiverem no Distrito Federal reunir-se-ãopresencialmente e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio devideoconferência, ressalvados os casos de inviabilidade ou inconveniência de realização pelo referido meio, desde quedemostrado de modo fundamentado, hipótese em que haverá necessidade de estimativa de gastos com diárias e passagensdos membros, bem como comprovação de disponibilidade orçamentária e financeira para o exercício em curso.

Art. 5º Os órgãos de pessoal da Procuradoria-Geral Federal prestará o apoio administrativo à Comissão de Promoção.

Art. 6º A participação na Comissão de Promoção será considerada prestação de serviço público relevantee não remunerada.

Art. 7º É vedada a divulgação de discussões em curso sem a prévia anuência do Procurador-GeralFederal.

Art. 8º Fica vedado à Comissão de Promoção instituir subcolegiados.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

Suplemento D do BSE 26, de 5.7.2019.

**PORTARIA Nº 542, DE 11 DE JUNHO DE 2019.**

*Institui a Comissão Permanente de Avaliação Especial de Desempenho na carreira de Procurador Federal.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso de suas atribuições contidas no artigo 11, §2º, incisos I e VIII, da Lei n.10.480, de 2 de julho de 2002, observado o disposto nos processos eletrônicos n. 00400.000628/2019-11 e n. 00407.043959/2018-02, e em observância ao disposto no art. 6° do Decreto nº 9.759, de 11 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Permanente de Avaliação Especial de Desempenho - CPAED na carreira de Procurador Federal.

Art. 2º A Comissão Permanente de Avaliação Especial de Desempenho é órgão de natureza deliberativa destinado a emitir parecer sobre o desempenho de membros integrantes da carreira de Procurador Federal submetidos a estágio confirmatório, para fins de confirmação no cargo e de aquisição de estabilidade.

Art. 3º A Comissão Permanente de Avaliação Especial de Desempenho é composta por 3 (três) integrantes da carreira de Procurador Federal estáveis no serviço público.

§ 1º Cada membro do colegiado poderá ter membros suplentes, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os membros da Comissão Permanente de Avaliação Especial de Desempenho e respectivos suplentes serão indicados pelo Procurador-Geral Federal, que indicará, no mesmo ato, o presidente.

§ 3º O mandato dos titulares será de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

Art. 4º A Comissão Permanente de Avaliação Especial de Desempenho reunir-se-á em caráter ordinário semestralmente e em caráter extraordinário mediante convocação de seu presidente, de qualquer de seus membros ou do Coordenador-Geral de Pessoal da Procuradoria-Geral Federal.

§ 1º O quórum de reunião e de aprovação da Comissão Permanente de Avaliação Especial de Desempenho é de maioria simples dos membros.

§ 2º Além do voto ordinário, o Presidente da Comissão Permanente de Avaliação Especial de Desempenho terá o voto de qualidade em caso de empate.

§ 3º Os membros da Comissão Permanente de Avaliação Especial de Desempenho que estiverem no Distrito Federal reunir-se-ão presencialmente e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência, ressalvados os casos de inviabilidade ou inconveniência de realização pelo referido meio, desde que demostrado de modo fundamentado, hipótese em que haverá necessidade de estimativa de gastos com diárias e passagens dos membros, bem como comprovação de disponibilidade orçamentária e financeira para o exercício em curso.

Art. 5º A Coordenação-Geral de Pessoal da Procuradoria-Geral Federal prestará apoio administrativo à Comissão Permanente de Avaliação Especial de Desempenho.

Art. 6º A participação na Comissão Permanente de Avaliação Especial de Desempenho será considerada prestação de serviço público relevante e não remunerada.

Art. 7º É vedada a divulgação de discussões em curso sem a prévia anuência do Procurador-Geral Federal.

Art. 8º Fica vedado à Comissão Permanente de Avaliação Especial de Desempenho instituir subcolegiados.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

Suplemento D do BSE 26, de 5.7.2019.

**PORTARIA Nº 556, DE 14 DE JUNHO DE 2019.**

*Institui as Câmaras Permanentes do Departamento de Consultoria.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso de suas atribuições contidas no artigo 11, §2º, incisos Ie VIII, da Lei n.10.480, de 2 de julho de 2002, observado o disposto nos processos eletrônicos n. 00400.000628/2019- 11 e n. 00407.018371/2019-93, e em observância ao disposto no art. 6° do Decreto nº 9.759, de 11 de março de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam instituídas, no âmbito do Departamento de Consultoria - DEPCONSU, as seguintes Câmaras Permanentes:

I - Câmara Permanente de Convênios e demais ajustes congêneres - CPCV;

II - Câmara Permanente de Licitações e Contratos Administrativos - CPLC;

III - Câmara Permanente de Matérias de Interesse das Instituições Federais de Ensino - CP-IFES;

IV - Câmara Permanente de Uniformização de Entendimentos Consultivos - CPUC; e

V - Câmara Permanente da Ciência, Tecnologia e Inovação - CP-CT&I.

Art. 2º Dar nova redação ao art. 36 da Portaria n. 338, de 12 de maio de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 36 Integrarão o DEPCONSU as seguintes Câmaras Permanentes:

I - Câmara Permanente de Convênios e demais ajustes congêneres - CPCV;

II - Câmara Permanente de Licitações e Contratos Administrativos - CPLC;

III - Câmara Permanente de matérias de interesse das Instituições Federais de Ensino - CPIFES;

IV - Câmara Permanente de Uniformização de Entendimentos Consultivos - CPUC; e

V - Câmara Permanente da Ciência, Tecnologia e Inovação - CP-CT&I.

§1º A composição e o funcionamento das Câmaras Permanentes serão regulados por Ordem de Serviço do Diretor do DEPCONSU, observando-se as seguintes diretrizes:

I - As Câmaras Permanentes serão compostas por até 9 (nove) membros, incluído seu coordenador, designados pelo Diretor do Departamento de Consultoria;

II - Na composição das Câmaras Permanentes será priorizada a participação direta de Procuradores Federais que estejam no exercício de atividade de consultoria e assessoramento jurídico relacionados com sua pertinente temática.

III - O Diretor do DEPCONSU poderá convidar para integrar as Câmaras Permanentes membros de outros órgãos da Advocacia-Geral da União (AGU);

IV - As Câmaras Permanentes se reunirão em caráter ordinário mensalmente e em caráter extraordinário mediante convocação do seu coordenador;

V - O quórum de reunião será de 2/3 (dois terços) dos seus respectivos membros;

VI - É vedada a divulgação de discussões em curso sem a prévia anuência do Diretor do Departamento de Consultoria;

VII - Os membros das Câmaras Permanentes que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência, ressalvados os casos de inviabilidade ou inconveniência de realização pelo referido meio, desde que demostrado de modo fundamentado, hipótese em que haverá necessidade de estimativa de gastos com diárias e passagens dos membros bem como comprovação de disponibilidade orçamentária e financeira para o exercício em curso;

VIII - As deliberações das Câmaras Permanentes serão tomadas pela maioria dos membros;

IX - As Câmaras Permanentes contarão com o apoio administrativo do Departamento de Consultoria;

§2º Os entendimentos firmados e as minutas de instrumentos jurídicos elaboradas pelas Câmaras Permanentes deverão ser submetidas ao Diretor do Departamento de Consultoria e somente vincularão os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal após a respectiva aprovação pelo Procurador-Geral Federal.

§ 3º A participação nas Câmaras Permanentes do Departamento de Consultoria da ProcuradoriaGeral Federal é considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

§ 4º O integrante de Câmara Permanente que lhe prestar efetiva contribuição pelo período de 2 (dois) anos receberá elogio funcional do Procurador-Geral Federal, nos termos do inciso II do art. 237 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. (NR)

Art. 3º A Portaria n. 338, de 12 de maio de 2016, passa a vigorar acrescida do art. 36-A, do art. 36-B e do art. 36-C:

"Art. 36-A As Câmaras Permanentes, órgãos de natureza consultiva, relacionadas nos incisos I a III do art. 1º têm por objetivo aperfeiçoar as teses jurídicas relacionadas às atividades de consultoria e assessoramento jurídico das autarquias e fundações públicas federais, bem como discutir questões jurídicas relevantes afetas à referidas atividades, competindo-lhes, no âmbito de sua atuação temática:

I - identificar questões jurídicas relevantes que são comuns aos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, nas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos às autarquias e fundações públicas federais; e

II - promover a discussão das questões jurídicas identificadas, bem como daquelas distribuídas pelo Diretor do DEPCONSU, buscando solucioná-las e uniformizar o entendimento a ser seguido pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 36-B Compete à Câmara Permanente de Uniformização de Entendimentos Consultivos (CPUC):

I - elaborar e atualizar pareceres parametrizados, pareceres referenciais, manuais orientadores e outros documentos a serem utilizados pelas unidades de execução consultiva da ProcuradoriaGeral Federal;

II - elaborar e atualizar modelos de minutas padronizadas de contratos, acordos de cooperação e outros instrumentos jurídicos a serem utilizadas pelos órgãos de execução da PGF nas atividades de consultoria jurídica prestada às autarquias e fundações públicas federais; e

III - auxiliar o departamento de consultoria no monitoramento da utilização dos modelos produzidos pelos órgãos de execução consultivo da PGF.

Art. 36-C Compete à Câmara Permanente da Ciência, Tecnologia e Inovação (CP-CT&I):

I - identificar questões jurídicas relevantes, no âmbito de sua atuação temática, que são comuns aos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, nas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos às autarquias e fundações públicas federais;

II - promover a discussão das questões jurídicas identificadas, bem como daquelas distribuídas pelo Diretor do DEPCONSU, buscando solucioná-las e uniformizar o entendimento a ser seguido pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;

III - elaborar e atualizar minutas padronizadas de instrumentos jurídicos, listas de verificação e demais documentos, a serem utilizadas por autarquias e fundações públicas federais em suas relações jurídicas, e as respectivas notas expositivas; e

IV - produzir manuais orientadores, estudos e pareceres parametrizados;(NR)

Art. 4º Fica vedado às Câmaras Permanentes instituírem subcolegiados.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

DOU de 24.6.2019.

**PORTARIA Nº 566, DE 18 DE JUNHO DE 2019.**

*Regulamenta, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal (PGF), os procedimentos relativos à atuação dos Procuradores Federais em procedimentos policiais e processos judiciais de natureza criminal, envolvendo infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse das Autarquias e Fundações Públicas Federais representadas.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 6º, IV do Código de Processo Penal;

CONSIDERANDO, ainda, o teor do relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho criado pela Portaria PGF nº 474, de 30 de julho de 2013, conforme consignado no processo administrativo nº 00407.005783/2013-78;

CONSIDERANDO a ampla instrução probatória na persecução criminal que pode auxiliar os membros da Procuradoria-Geral Federal e dos órgãos de execução na adoção de providências em outras esferas de responsabilização, notadamente, em ações de improbidade administrativa e processos administrativos disciplinares;

CONSIDERANDO, por fim, as conclusões do PARECER n. 00006/2017/DDP/CGCOB/PGF/AGU, emitido no processo administrativo nº 00407.045344/2017-21;

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria regulamenta, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal (PGF) e de seus órgãos de execução, a atuação dos Procuradores Federais em procedimentos policiais e em processos judiciais de natureza criminal, envolvendo infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse das autarquias e fundações públicas federais, com o objetivo de obtenção de subsídios para a propositura de medidas administrativas e judiciais visando a recuperação de ativos e o ressarcimento ao erário.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

**Seção I**

**Do acompanhamento de procedimentos policiais e atuação nos feitos deles decorrentes**

Art. 2º Os órgãos de execução da PGF poderão acompanhar os procedimentos policiais instaurados pela Polícia Federal (PF) que apurem indícios de desvio, malversação de recursos ou qualquer outro prejuízo ao erário das autarquias e fundações públicas federais, de destacado potencial ofensivo, inclusive mediante solicitação de encaminhamento de cópia das peças pertinentes pelo Delegado da Polícia Federal presidente da investigação policial, para a adoção das medidas de sua competência, nos termos do art. 6º, inciso IV, do Código de Processo Penal.

§ 1º A Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos (CGCOB) da PGF encaminhará à Coordenação-Geral de Polícia Fazendária da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado da PF, uma lista contendo a relação nominal dos Procuradores Federais que atuarão no âmbito dos procedimentos policiais instaurados pela PF, mantendo-a atualizada.

§ 2º O acompanhamento dos procedimentos policiais previstos no caput dependerá de decisão fundamentada do Procurador Federal, a partir de critérios de proteção ao interesse público relevante.

Art. 3º Os Procuradores Federais integrantes da Equipe de Trabalho Remoto de Ações de Improbidade Administrativa (ETR-Probidade), preferencialmente, além dos Procuradores Federais em exercício nos Núcleos de Atuação Prioritária (NAPs) das Equipes de Cobrança Judicial no âmbito das Procuradorias Regionais Federais e das Equipes Regionais de Cobrança (ECOJUDs), atuarão de forma coordenada e institucional com os Delegados da Polícia Federal presidentes dos procedimentos policiais, visando o amplo acesso às informações constantes dos autos, para que sejam adotadas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, inclusive a proposição de medidas cautelares perante a autoridade judiciária competente, com enfoque na recomposição do dano ao erário, além da colaboração com a autoridade policial no esclarecimento dos fatos e na produção de provas quanto à materialidade e autoria delitivas.

§ 1° Para dar cumprimento ao disposto no caput, os Procuradores Federais poderão requerer diligências à autoridade policial, bem como solicitar o compartilhamento de informações e documentos colhidos em investigação criminal, inclusive aqueles obtidos por meio do levantamento de sigilos bancário e fiscal autorizado, de modo que possam instruir as apurações nas esferas cível e administrativa visando ao ressarcimento ao erário.

§ 2º Além das providências descritas no parágrafo anterior, também poderão ser solicitadas informações aos órgãos das autarquias e fundações públicas federais lesadas que auxiliem na apuração do objeto do inquérito policial.

§ 3º Ao verificar que os fatos narrados no procedimento policial podem ensejar a configuração de ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, o Procurador Federal em exercício nos NAPs das Equipes de Cobrança Judicial no âmbito das Procuradorias Regionais Federais e das ECOJUDs deverá encaminhar, mediante a abertura de expediente no Sistema AGU de Inteligência Jurídica - SAPIENS, cópia de toda a documentação obtida à ETR-Probidade, que avaliará a viabilidade de propositura de medidas cautelares, bem assim da ações judiciais elencadas no § 4º do art. 1º da Portaria PGF n.º 156, 03 de março de 2016, precedida, se for o caso, da autorização de que trata o art. 2º, § 1º, III da Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007.

Art. 4º Desde que haja prévia anuência pelo Delegado da Polícia Federal presidente do procedimento policial, e apenas nos casos em que seja indispensável à efetividade de medidas cautelares a serem propostas, deve-se requerer à autoridade judicial competente o compartilhamento do sigilo judicial, de maneira a possibilitar a atuação simultânea do Procurador Federal à tramitação do procedimento policial, em colaboração com a PF.

**Seção II**

**Da atuação no processo judicial criminal**

Art. 5º Concluído o procedimento policial, caberá aos Núcleos de Atuação Prioritária das Equipes de Cobrança Judicial no âmbito das Procuradorias Regionais Federais e das ECOJUDs realizarem o acompanhamento do feito perante o Ministério Público Federal e o Juízo Federal competente, para que, no caso de propositura de ação penal pelo referido órgão de acusação, seja avaliado, pelo Procurador Federal, o cabimento do ingresso na lide da autarquia ou fundação pública federal potencialmente lesada, com o pedido de habilitação nos autos, na qualidade de assistente de acusação.

§ 1º O Procurador Federal poderá acompanhar a tramitação processual do processo judicial criminal, sem a necessidade de habilitar-se como assistente de acusação, nas hipóteses em que, mediante despacho fundamentado em critérios de proteção ao interesse público relevante, afigurar-se suficiente o compartilhamento de provas e documentos que deverão ser solicitados à autoridade judiciária competente.

§ 2º No caso de deferimento judicial de pedido de habilitação como assistente de acusação, o Procurador Federal deverá requerer a intimação de todos os atos processuais praticados no processo criminal até o trânsito em julgado da ação penal.

§ 3º No curso do processo judicial criminal, a autarquia ou fundação pública federal representada poderá, através do Procurador Federal oficiante, exercer todas faculdades processuais que lhe são inerentes, dentre elas, propor meios de prova, requerer perguntas às testemunhas, participar do debate oral, arrazoar e interpor recursos, nos termos do art. 271 do Código de Processo Penal.

§ 4º Além das faculdades processuais citadas no § 3º deste artigo, poderão ser solicitadas medidas assecuratórias ao juízo penal, visando a resguardar o direito da Autarquia ou Fundação Pública Federal à reparação do dano causado pela infração penal.

Art. 6º Certificado o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, caberá às Equipes de Cobrança Judicial no âmbito das Procuradorias Regionais Federais e das ECOJUDs promoverem, se for o caso, a ação civil ex delicto, nos termos do art. 387, IV do Código de Processo Penal, art. 91, I do Código Penal e art. 515, VI, do Código de Processo Civil.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7° A adoção de medidas judiciais e extrajudiciais na persecução criminal, em prol da defesa do patrimônio público, conforme disposto nesta Portaria, deverá ser fundamentada a partir de critérios de proteção ao interesse público relevante, estando condicionada à sua efetiva utilidade, necessidade, razoabilidade e celeridade processual, de acordo com manifestação fundamentada pelo Procurador Federal.

Art. 8º. Os casos omissos serão resolvidos pela CGCOB.

Art. 9º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

Suplemento D do BSE 26, de 5.7.2019.

**PORTARIA Nº 667, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019.**

*Prorroga o projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade e nele inclui os Estados da Bahia, do Paraná e de Santa Catarina, relativamente aos processos eletrônicos ou digitalizados que tramitam nas Comarcas Estaduais e que tratam da concessão ou restabelecimento de benefícios por incapacidade previstos na Lei nº 8.213, de 1991.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das competências de que tratam os incisos I e VIII do§ 2º do artigo 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria nº 978, de 24 de dezembrode 2015, e o que consta dos processos administrativos nº 00407.009940/2015-86, nº 00415.001191/2016-21, nº00436.053897/2019-72 e nº 00435.032449/2019-45, resolve:

Art. 1º Convalidar os atos praticados de 01 de julho de 2019 até a presente data pelos ProcuradoresFederais atuantes nas Equipes de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade de que tratam as Portarias nº 979, de 24de dezembro de 2015; nº 317, de 04 de maio de 2016; nº 880, de 19 de dezembro de 2016; nº 238, de 20 de abril de 2017;nº 338, de 14 de junho de 2017; nº 801, de 26 de dezembro de 2017; nº 229, de 04 de abril de 2018; nº 930, de 13 dedezembro de 2018; nº 258, de 14 de março de 2019; e nº 471, de 20 de maio de 2019.

Art. 2º. Prorrogar até o dia 31 de dezembro de 2019 o projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto-Benefícios por Incapacidade de que tratam as Portarias nº 979, de 24 de dezembro de 2015; nº 317, de 04 de maio de2016; nº 880, de 19 de dezembro de 2016; nº 238, de 20 de abril de 2017; nº 338, de 14 de junho de 2017; nº 801, de 26de dezembro de 2017; nº 229, de 04 de abril de 2018; nº 930, de 13 de dezembro de 2018; nº 258, de 14 de março de2019; e nº 471, de 20 de maio de 2019.

Art. 3º. Incluir os Estados da Bahia, do Paraná e de Santa Catarina, relativamente aos processoseletrônicos ou digitalizados que tramitam nas Comarcas Estaduais e que tratam da concessão ou restabelecimento debenefícios por incapacidade previstos na Lei nº 8.213, de 1991, no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto -Benefícios por Incapacidade, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

BS 38, de 23.9.2019.

**PORTARIA Nº 790, DE 05 DE SETEMBRO DE 2019.**

*Institui o Projeto de Prevenção e Combate ao Assédio Sexual nas Instituições Federais de Ensino Superior.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que trata o art. 11, § 2º, da Lei n. 10.480, de 02 de julho de 2002, considerando o disposto no processo administrativo n. 00407.018385/2019-15, RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, o Projeto de Prevenção e Combate ao Assédio Sexual nas Instituições Federais de Ensino Superior, cujo objetivo se constitui em disseminar a cultura de enfrentamento e combate a essa prática, de modo preventivo.

Art. 2º Com foco no objetivo delimitado no art. 1º, o Projeto de Prevenção e Combate ao Assédio Sexual nas Instituições Federais de Ensino Superior concentrará suas atividades em:

I – Esclarecer o que é o fenômeno do assédio sexual, seus efeitos para a vítima e para a instituição, para facilitar sua identificação por servidores e discentes;

II – Esclarecer as ações a serem adotadas por servidores nos casos de identificação do assédio sexual;

III – Disseminar boas práticas para prevenção do assédio sexual nas IFES;

IV – Informar os desdobramentos jurídicos-disciplinares nos casos de concretização do assédio sexual;

V – Disponibilizar material informativo que oriente a atuação das Instituições de Ensino e das Procuradorias Federais junto a elas, diante de incidentes de assédio sexual;

VI – Auxiliar na elaboração de política interna de prevenção e combate ao assédio sexual e ser agente facilitador para promover a inclusão do assédio sexual na matriz de risco de integridade das IFES, após devida analise do nível de maturidade da cultura organizacional em cada instituição.

Art. 3º O Projeto será composto pelos seguintes integrantes:

I – Pela Equipe de Trabalho Remoto de Ações de Improbidade Administrativa no âmbito da Procuradoria-Geral Federal (ETR-PROBIDADE):

a) Bruno Félix de Almeida; e

b) Roberta Negrão Costa Wachholz.

II - Pelo Fórum de Educação da Procuradoria-Geral Federal:

a) Albert Caravaca (PF/IFRS);

b) Diana Guimarães Azin (PF/IFCE); e

c) Lectícia Marília Cabral de Alcântara (PF/IFSERTÃOPERNAMBUCANO).

Art. 4º A coordenação do Projeto ficará a cargo da Procuradora Federal Diana Guimarães Azin, a quem compete:

I - definir o plano de atividades e gerenciar seus resultados;

II - conduzir os trabalhos propostos;

III - redigir o relatório conclusivo das atividades; e

IV - apresentar as conclusões e material produzido ao Gabinete do Procurador-Geral Federal.

Art. 5º À Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos caberá a supervisão, o fomento e assessoramento na execução do projeto, bem como auxílio na interlocução com as unidades envolvidas.

Art. 6º O projeto terá o prazo de 6 (seis) meses para conclusão dos trabalhos, a contar da publicação desta portaria, podendo ser prorrogado por igual período por ato da Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

BS 39, DE 30.09.2019.

**PORTARIA Nº 856, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.**

*Delega competência para aprovação, em caráter definitivo, das manifestações jurídica consultiva da Procuradoria Federal junto à Fundação Cultural Palmares - PF/FCP.*

O **SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Procurador-Geral Federal, nos termos da Portaria PGF nº 200, de 25 de fevereiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, de 26 de fevereiro de 2008, Seção 2, pág.1, tendo em vista o disposto nos incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e considerando o contido no Processo nº 00407.032670/2019-31, resolve

Art. 1º Delegar competência à Procuradora Federal LUDMILA ROLIM GOMES DE FARIA, Matrícula SIAPE nº 1182137, lotada na Procuradoria Regional Federal da 1ª Região e em exercício provisório na Procuradoria Federal junto à Fundação Cultural Palmares - PF/FCP para aprovar, em caráter definitivo, as manifestações jurídica consultiva da PF/FCP.

Parágrafo único. A delegação de que trata o caput surtirá efeito à partir da publicação desta Portaria e terá como termo final o início do exercício do futuro Procurador-Chefe da PF/FCP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ÁVIO KALATZIS DE BRITTO**

Suplemento B do BSE 39, de 4.10.2019.

**PORTARIA Nº 30, DE 17 DE JANEIRO DE 2020.**

*Subdelega a competência para autorizar a celebração de termos de compromissos, na forma que especifica.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem o *caput* do artigo 10 e os incisos I e VIII do § 2º do artigo 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, o inciso I do artigo 17 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, o inciso XVII do artigo 37 da Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016, no exercício da competência que lhe foi delegada pela Portaria AGU nº 12, de 16 de janeiro de 2020, e considerando o estabelecido no PARECER n. 00004/2020/DEPCONSU/PGF/AGU, resolve:

Art. 1º Subdelegar para a Procuradora-Chefe do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio a competência para autorizar os termos de compromissos a serem celebrados entre a autarquia e as empresas ocupantes da área do Morro do Sumaré, localizado no Parque Nacional da Tijuca, com base na minuta padrão aprovada no NUP 02070.017361/2016-62 com as ressalvas indicadas no PARECER nº 00004/2020/DEPCONSU/PGF/AGU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

Suplemento do BSE 3 de 21.01.2020.

**PORTARIA Nº 32, DE 22 DE JANEIRO DE 2020.**

*Aprova o Plano de Ação da Procuradoria-Geral Federal para o ano de 2020.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do§ 2º do art. 11 da Lei n. 10.480, de 2 de julho de 2002, e considerando o que consta do processo administrativo n. 00407.080633/2016-96, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Ação da Procuradoria-Geral Federal para o ano de 2020, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal observarão, em seus planos de ação setoriais, as diretrizes estabelecidas no Plano de Ação referido no art. 1º.

Parágrafo único. Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal deverão publicar em Boletim de Serviço Eletrônico (BSE) seus planos de ação setoriais para o ano de 2020 até o dia 28 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Cabe à Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos - CGPAE editar e praticar os atos necessários ao cumprimento do disposto nesta portaria e à execução do Plano.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

BS Nº 4, de 27.1.2020.

**ANEXO**

**(Com a redação dada pela Portaria nº 440, de 25.8.2020 - Suplemento A do BSE nº 34, de 26.8.2020)**

| **ÓRGÃO DE DIREÇÃO** | **AÇÃO** | **DESDOBRAMENTOS DO PLANO DE AÇÃO** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **1º Ciclo JANEIRO**  **a MAIO** | **2º Ciclo JUNHO**  **a OUTUBRO** | **3º Ciclo NOVEMBRO a DEZEMBRO** |
| **GABINETE** | Monitorar, com vistas ao atendimento do interesse público, a tramitação de propostas legislativas que importem institucionalmente à Procuradoria-Geral Federal. | Realizar o levantamento das proposições legislativas mais importantes para a PGF, estabelecer a rotina de acompanhamento legislativo em sintonia com a Assessoria Parlamentar da Advocacia-Geral da União e iniciar o acompanhamento da tramitação e os desdobramentos das proposições legislativas institucionalmente impactantes. | Acompanhar a tramitação e os desdobramentos das proposições legislativas mais impactantes à PGF, do ponto de vista institucional, com relatórios mensais. | Redigir divulgar relatório circunstanciado do monitoramento realizado, inclusive com o traçado da estratégia temática para o ano seguinte. |
| Atuar para a Racionalização e a consolidação normativa da Procuradoria-Geral Federal, tendo como base os microssistemas estruturais constantes do Repositório de Normas. | Realizar estudos sobre o eventual enxugamento normativo e as possíveis consolidações de atos no âmbito da PGF, e atuar para a consolidação das normas relativas à estruturação orgânica. | Atuar para a consolidação das normas estruturais da PGF relativas à gestão participativa, aos sistemas, aos regimes e aos métodos de trabalho. | Redigir e divulgar relatório circunstanciado das consolidações empreendidas e desenvolver canal interativo para o oferecimento de sugestões de otimização normativa. |
| Atuar para a organização dos dados estruturados de atuação da Procuradoria-Geral Federal, em homenagemaos princípios da transparência e da eficiência na administração pública. | Realizar diagnóstico sobre os dados relevantes da atuação institucional e atuar para a composição do núcleo de gestão da informação da PGF. | Otimizar, a partir de parâmetros definidos, a forma de apuração e a sistemática de divulgação dos dados estruturados de atuação da PGF. | Apresentar e divulgar os resultados e os dados estruturados de atuação da PGF. |
| **DIVISÃO DE DEFESA DAS PRERROGATIVAS** | Difundir em âmbito interno e externo as Prerrogativas da Carreira de Procurador Federal. | Atuar em conjunto com os representantes estaduais e regionais para propagação das prerrogativas em âmbito interno. | Atuar em conjunto com os representantes estaduais e regionais para propagação das prerrogativas em âmbito externo, com realização de visitas técnicas aos Tribunais Regionais, CNJ, CNMP e TCU. | Compilar os resultados das iniciativas intentadas e divulgá-las à carreira. |
| Aperfeiçoara divulgação das notícias institucionais, visando a um maior alcance do público interno e externo. | Atuar para a estruturação do Núcleo de Divulgação Institucional e transparência da PGF, nos termos do art. 2º, §2º, VI, da Portaria n. 338/2016, e definir a metodologia e a sistemática de apuração e divulgação de notícias nstitucionais junto às unidades. | Otimizar, a partir dos parâmetros definidos, a forma de apuração e a sistemática de divulgação institucional. | Aperfeiçoar os meios de divulgação institucional, visando a ampliar o alcance e a eficácia da divulgação. |
| Aperfeiçoar a comunicação com os membros da carreira, visando a garantir o amplo acesso às informações institucionais. | Realizar o levantamento das principais orientações judiciais da PGF, com ênfase na matéria previdenciária. | Elaborar material didático visando a ampliar o alcance das orientações judiciais mapeadas. | Verificar a amplitude atingida pela medida e a eficácia de sua divulgação, bem como divulgar os principais resultados obtidos pelasunidades ao longo do ano. |
| **DIVISÃO DE ASSUNTOS DISCIPLINARES** | Desenvolver e monitorar o Plano de Integridade da PGF. | Indicar os Procuradores Federais que servirão como pontos focais nas CPPs e DAD e criar GT permanente de integridade para a realização de estudo das metas previstas para o ano de 2020 e a formulação de calendário de ação. | Executar as ações relacionadas às metas previstas no ciclo anterior. | Formular conclusões e revisar o plano, com o estabelecimento de objetivos para 2021. |
| Otimizar e aprimorar o Projeto "Visitas Técnicas". | Mapear as unidades a serem visitadas e iniciar a realização devisitas técnicas. | Executar nova rodada de visitas técnicas às unidades. | Elaborarrelatórioeindicar sugestões para avalorizaçãodosmembros da Carreira. |
| Mapear e elaborar todos os fluxos procedimentais existentes nos Núcleos que compõem a DAD, pormeio da elaboração de um Manual de Procedimentos. | Relacionar todos os fluxos que serão mapeados, publicar Portaria de recondução do GT procedimentos com novos integrantes e iniciar a redação do manual de fluxos e procedimentos. | Finalizar a redação dos fluxos e procedimentos. | Divulgar o Manual via Ordem de Serviço da Chefia/DAD (após aprovação do PGF). |
| **DEPARTAMENTO DE CONTENCIOSO** | Implementar rotinas e fluxos de tratamento e gerenciamento de dados dos processos prioritários que tramitam nos TribunaisSuperiores, possibilitando uma atuação controlada e proativa, bem como para fins de prestação de contas. | Criar fluxos de controle dos seguintes dados: resultados de julgamentos de processos prioritários e relevantes; despachos realizados com Ministros e Juízes Auxiliares; sustentações orais realizadas; e ações originárias de Tribunais Superiores classificadas como prioritárias. | 1) Inventariar o acervo de processos classificados como prioritários e relevantes para tratamento de dados;  2) Reformular o fluxo de controle de pauta, tendo como finalidade a melhoria da interface de divulgação do informativo de pauta e a busca por ferramentas de gestão de dados que permitam a atuação proativa nos processos prioritários. | Mapeamentode resultados. |
| Aprimorar rotinas, ferramentas e métodos de trabalho existentes, bem como integrar as inovações necessárias para otimizar o trabalho, objetivando facilitar e uniformizar a atuação. | 1) Incluir as Orientações Judiciais na Inteligência Jurídica do SAPIENS;  2) Atualizar o Caderno de Atos Normativos do DEPCONT;  3) Disponibilizar ementário com as Manifestações do DEPCONT. | Atualizar a Portaria PGF nº 255/2017. | Mapeamento de resultados. |
| Otimizar o fluxo do procedimento para fomentar a solução consensual dos conflitos no âmbito da PGF. | 1) Editar nova portaria sobre a celebração de acordos e transações judiciais no âmbito da Procuradoria-Geral Federal;  2) Editar o Manual de Conciliação. | 1) Estabelecer parâmetros fixos para acordos em processos identificados como de gerenciamento de contencioso, iniciando pelo tema de servidor/administrativo;  2) Editar Portaria para regulamentar a atuação da PGF na CCAF. | Mapeamentode resultados. |
| Aprimorar e Mapear Processos de Trabalho do DEPCONT/PGF. | 1) Normatizar os procedimento para organização e execução dos plantões de acompanhamento das Unidades de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal;  2) Revisar e atualizar o Manual de Ambientação do DEPCONT/PGF;  3) Atualizar a Página do Núcleo de Inteligência e Estratégia do DEPCONT/PGF (ações relevantes e projetos estratégicos) na Rede AGU. | Elaborar o Projeto de Mapeamento de Processos de Trabalho do DEPCONT/PGF. | Mapeamento de resultados. |
| **DEPARTAMENTO DE CONSULTORIA** | Fomentar a utilização de instrumentos que contribuam para a uniformização de entendimentos no âmbito da PGF e aprimorar as rotinas de trabalho.  Fomentar a utilização de instrumentos que contribuam para a uniformização de entendimentos no âmbito da PGF e aprimorar as rotinas de trabalho. | 1) Disponibilizar as manifestações relevantes do DEPCONSU e das Câmaras no PGF-CONECTA e, em planilha do Sharepoint, na intranet e eventualmente, na internet;  2) manter autliazada a página da intranet do Departamento  1) Disponibilizar as manifestações relevantes do DEPCONSU e das Câmaras no PGF-CONECTA e, em planilha do Sharepoint, na intranet e eventualmente, na internet;  2) manter autliazada a página da intranet do Departamento | 1) Fazer o tratamento dos atos normativos em vigor DEPCONSU, consolidando os vigentes;  2) Elaborar um manual de rotinas e ambientação do DEPCONSU/PGF. | 1) Elaborar relatório final dos trabalhos realizados. |
| Fomentar e aperfeiçoar a atuação da PGF na representação extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais perante o TCU. | Divulgar cartilha sobre a representação extrajudicial e dar continuidade às visitas institucionais realizadas às unidades de execução consultivas da PGF. | Realizar capacitação com representantes de procuradorias federais interessadas para exposição dos principais pontos do Regimento Interno do TCU e compartilhamento das experiências na atuação das procuradorias perante o TCU. | Elaborar relatório consolidado com os principais julgamentos realizados pelo TCU no ano de 2020 em matérias de interesse das autarquias e fundações públicas federais, destacando as vitórias expressivas obtidas na atuação extrajudicial das unidades da PGF. |
| Criar e fomentar novos instrumentos que contribuam para a uniformização de entendimentos no âmbito da PGF. | Reforçar a divulgação dos pareceres parametrizados já elaborados, elaborar novos pareceres, iniciar o monitoramento do seu uso e finalizar o trabalho de elaboração dos enunciados do DEPCONSU. | Elaborar, divulgar e monitorar novos pareceres parametrizados e referenciais; elaborar novas minutas padrão de instrumentos trazidos pelo novo marco legal da CT&I; e divulgar os enunciados do DEPCONSU. | Elaborar relatório final dos trabalhos realizados. |
| **COORDENAÇÃO- GERAL DE COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS** | Expandir as Equipes Regionais de Cobrança- ECOJUDs. | Incluir PSFs faltantes no projeto-piloto da ECOJUD3 e lançar o piloto da ECOJUD1. | Finalizar a criação da ECOJUD3 e incluir PFs ao projeto-piloto da ECOJUD1. | Finalizar a criação da ECOJUD1. |
| Atuar para a automatização da cobrança dos créditos das Autarquias e Fundações Públicas Federais. | Iniciar o protesto eletrônico. | Iniciaroajuizamento eletrônico das execuções fiscais. | iniciar as conciliações e transações de créditos. |
| Atuar para a expansão do ARCO. | Finalizar o projeto-piloto do INSS. | Acompanhar a entrega das funcionalidades do sistema e iniciar a inclusão de Autarquias do Sapiens Dívida. | Finalizar a inclusão das Autarquias do Sapiens Dívida no ARCO. |
| **COORDENAÇÃO- GERAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO e COORDENAÇÃO- GERAL DE PROJETOS E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS** | Implementar novos indicadores de desempenho, gerencial e de produtividade no Contencioso. | Estudar e desenvolver os indicadores, com sua aplicação e formar novos painéis de gestão. | Elabora relatório interpretativo do impacto dos novos indicadores, bem como difundir a padronização de alimentação do SAPIENS entre os órgãos da PGF. | Submeter relatório ao Gabinete do Procurador-Geral Federal para validação. |
| Analisar a viabilidade de formação de equipes regionais de cálculo previdenciário. | Mapear cenário atual dos setores de cálculo previdenciário na PGF, bem como os normativos correlatos e definição de fluxos e atribuições, e instituir um projeto piloto. | Monitorar o projeto piloto e identificar a necessidade de eventuais adequações. | Normatizar as equipes de cálculos previdenciários. |
| Criar plataforma única para gestão da informação na PGF (PGF Conecta). | Definir a taxonomia de gestão da informação da PGF, bem como dos fluxos de alimentação do PGF Conecta e a padronização de seu preenchimento. | Mapear possíveis modelos, teses nacionais e bancos de precedentes. | Realizar questionário acerca da utilização do PGF Conecta e elaborar relatório a ser submetido aoProcurador-Geral Federal. |
| **COORDENAÇÃO- GERAL DE PESSOAL** | Consolidar os atos normativos no âmbito da PGF em matéria de pessoal. | Realizar estudos para racionalizar e consolidar os atos normativos no âmbito da PGF em matéria de pessoal. | Redigir e atuar para a consolidação das normas da PGF em matéria de pessoal. | Divulgar o resultado das consolidações efetuadas e disponibilizar na página da CGPES na Rede AGU. |
| Adotar providências para elaboração de Painel (Power BI) com as informações constantes no Censo de Procuradores Federais. | Efetuar tratamento e apuração dos dados constantes na planilha do Censo de Procuradores Federais e efetuar a capacitação dos integrantes da equipe da CGPES para aprimorar o conhecimento da ferramenta de Power BI, iniciando a elaboração do Painel. | Providenciar a elaboração do Painel (Power BI) com as informações constantes no Censo de Procuradores Federais. | Inserir o Painel na página da CGPES na Rede AGU, disponibilizando o acesso aos membros da carreira. |
| Efetuar mapeamento de processos no âmbito da Coordenação-Geral de Pessoal. | Definir quais processos e procedimentos reiterados devem ser mapeados e iniciar a realização do mapeamento. | Concluir o mapeamento dos processos elencados e elaborar fluxograma das etapas de cada procedimento. | Inserir os Mapeamentos e Fluxogramas no "Manual de ambientação, fluxos e rotinas" da CGPES. |

BS nº 4, de 27.1.2020.

**PORTARIA Nº 119, DE 03 DE MARÇO DE 2020.**[[351]](#footnote-352)

*Inclui os Estados do Sergipe e de Alagoas no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, observado o disposto na Portaria nº 978, de 24 de dezembro de 2015, e o que consta no processo administrativo nº 00424.008180/2017-43, resolve:

Art. 1º Incluir os Estados do Sergipe e de Alagoas no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015.

Parágrafo único. Os Estados de Pernambuco, Sergipe e Alagoas comporão uma única Equipe de Trabalho Remoto, sob a supervisão da Procuradoria Regional Federal da 5º Região.

Art. 2º A atuação do Estado de Sergipe sob a sistemática de projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade terá início no dia 06/04/2020.

Art. 3º A atuação do Estado de Alagoas sob a sistemática de projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade terá início no dia 01/06/2020.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

BS 10 de 9.3.2020.

**PORTARIA Nº 122, DE 04 DE MARÇO DE 2020.**

*Dispõe sobre a Consulta Periódica no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei n. 10.480, de 2 de julho de 2002, e considerando o disposto no Processo Administrativo n. 00407.002985/2020-97, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Consulta Periódica no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, com o objetivo de aferir a opinião dos Procuradores Federais e dos servidores administrativos a respeito da governança institucional.

Art. 2º A Consulta Periódica será realizada anualmente, de forma eletrônica, por meio de questionários próprios.

Parágrafo único. A participação dos membros e dos servidores administrativos será facultativa, sendo obrigatória a identificação do respectivo órgão de exercício.

Art. 3º A Consulta Periódica terá elementos de consideração objetivos e subjetivos e se dividirá em 3 (três) questionários específicos, a saber:

I - questionário sobre a gestão do órgão de exercício e das equipes;

II - questionário autoavaliativo e da equipe; e

III - questionário sobre a gestão institucional.

Art. 4º Os elementos de consideração da Consulta Periódica serão definidos pelo Procurador-Geral Federal.

Parágrafo único. O Comitê de Gestão da Procuradoria-Geral Federal poderá encaminhar sugestões para compor a Consulta Periódica, observado o disposto no art. 3º, as quais serão analisadas pelo Procurador-Geral Federal.

Art. 5º O resultado da Consulta Periódica será divulgado, preferencialmente, no segundo semestre do ano de sua realização.

Parágrafo único. Os titulares dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, bem como os responsáveis pelas Equipes, tomarão ciência do resultado da avaliação previamente à publicação dos resultados e, caso tenham interesse, poderão apresentar manifestação no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da ciência.

Art. 6º O resultado da consulta será apresentado ao Comitê de Gestão da Procuradoria-Geral Federal e deverá ser considerado na elaboração dos planos de ação, institucional e setoriais, do ano subsequente ao de sua realização.

Art. 7º A Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos da Procuradoria-Geral Federal prestará o suporte necessário ao cumprimento desta Portaria.

Art. 8° Ficam revogadas as Portarias n. 230, de 20 de abril de 2017, e n. 237, de 24 de abril de 2017, ambas da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

BS 10 de 9.3.2020.

**PORTARIA Nº 142, DE 13 DE MARÇO DE 2020.**

*Institui o Laboratório de Desenvolvimento de Tecnologia e Inovação da Procuradoria-Geral Federal (PGF-TEC/Labs)*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 11, § 2º, incisos I e VIII, da Lei n. 10.480, de 2 de julho de 2002, tendo em vista o que consta no processo administrativo n. 00407.087795/2017-36, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Laboratório de Desenvolvimento de Tecnologia e Inovação da Procuradoria- Geral Federal (PGF-TEC/Labs), para atuação no desenvolvimento de soluções tecnológicas que contribuam para maior eficiência dos processos de trabalho dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal (PGF).

Art. 2° São objetivos da PGF-TEC/Labs:

1. - fomentar e promover o desenvolvimento de soluções de tecnologia que atendam às necessidades da Procuradoria-Geral Federal, no intuito de otimizar os processos de trabalho e potencializar a produtividade;
2. - adotar o desenvolvimento ágil, de acordo com as prioridades e linhas de trabalho definidas pelos órgãos de direção daPGF;
3. - promover constante capacitação de seus integrantes para acompanhar as tendências tecnológicas e favorecer a boa performance das soluções criadas; e
4. - promover a interlocução com os órgãos de tecnologia da Advocacia-Geral da União e com as demais instituições públicas e privadas, de modo a amplificar a utilidade dos produtos.

Art. 3° Compete à PGF-TEC/Labs:

1. - buscar a automação de tarefas padronizadas e repetitivas;
2. - obter a máxima integração com os sistemas de informação da AGU;
3. - padronizar as linguagens de programação utilizadas e conceder livre acesso aos códigos para a PGFTEC, de modo a permitir o trabalho colaborativo entre os desenvolvedores e a Rede de Colaboração;
4. -apresentarferramentascominterfacediretaeintuitiva,nosentidodeaumentarausabilidadedos usuários;
5. - aproximar-se do usuário final, de modo a permitir constantes melhorias e aprimoramentos;

VI - buscar acessibilidade e compatibilidade nos produtos;

VII - dar apoio à expansão das iniciativas estratégicas de tecnologia desenvolvidas fora da abrangência daPGFTEC-Labs; e

VIII - construir, manter e disponibilizar estrutura de dados consolidados para subsidiar o processo de tomada de decisão na PGF.

Art. 4º A PGF-TEC/Labs será composta por membros e servidores em exercício na PGF, designados por ato específico do Procurador-Geral Federal, após processo seletivo simplificado de análise curricular.

Art. 5° A Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão da PGF coordenará as atividades da equipe e indicará o seu responsável.

Art. 6º O setor Escritório de Inovação da Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos poderá receber projetos a serem desenvolvidos pela PGF-TEC/Labs.

Art. 7º São atribuições do Responsável pela coordenação da PGF-TEC/Labs:

I - apresentar plano de ação anual;

1. - atuar como gerente dos projetos, com a definição de metas, prioridades e alocação de membros e servidores para a sua execução;
2. - atestar o funcionamento dos softwares e autorizar a sua publicação;

IV - requerer a abertura de edital para a seleção de novos integrantes;

1. -indicarlicenças,materiaiseprodutosaseremcontratadosnoobjetivodefacilitareotimizaro desenvolvimento da equipe; e
2. - elaborar nota técnica sobre as propostas de novos projetos, opinando sobre a viabilidade técnica, necessidade de recursos, forma de atuação (fomento ou desenvolvimento), bem como os benefícios de sua implementação.

Art. 8° Os integrantes da PGF-TEC/Labs poderão ter o regime de teletrabalho, observados os pertinentes normativos da AGU.

Parágrafo único. A participação na equipe não importará alteração de lotação ou de exercício e não gera direito a trânsito, indenização ou ajuda de custo.

Art. 9° A instituição da PGF-TEC/Labs não prejudicará iniciativas similares por parte dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 10° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

BS 12, de 23.3.2020.

**PORTARIA Nº 158, DE 27 DE MARÇO DE 2020.**

*Estabelece, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19), com a adoção de medidas relacionadas à cobrança da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais, considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS).*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 10, da Lei n. 10.480, 2 de julho de 2002, e o art. 5º, caput e parágrafo único, do Decreto n. 9.194, de 7 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam suspensas, por 90 (noventa) dias, as seguintes medidas de cobrança administrativa dos créditos das autarquias e fundações públicas federais: [[352]](#footnote-353)

I - remessa de correspondência ao devedor para tentativa de conciliação; e

II - apresentação a protesto de certidões de dívida ativa.

§ 1º A suspensão das medidas de cobrança administrativa dos créditos das autarquias e fundações públicas federais não será levada a efeito se houver risco de prescrição da pretensão executória.

§ 2º Considera-se risco de prescrição quando houver prazo igual ou inferior a 180 (cento e oitenta) dias para o exercício da pretensão.

Art. 2º O atendimento aos devedores e seus representantes deve ser mantido e realizado, preferencialmente, de forma não-presencial, por um dos seguintes meios:

I - endereço eletrônico (e-mail);

II - aplicativos de mensagem de texto instantânea ou videoconferência disponíveis na Internet e

III - telefone.

§ 1º O deslocamento físico dos devedores e seus representantes às unidades da PGF somente deverá ocorrer quando estritamente necessário e após prévio agendamento por um dos canais não-presenciais.

§ 2º O agendamento de que trata o parágrafo anterior poderá, de forma fundamentada, ser postergado para momento em que sua realização não acarrete riscos aos devedores e seus representantes e aos servidores públicos.

§ 3º A PGF divulgará em sua página na Internet (http://www.agu.gov.br/unidade/PGF) os canais alternativos para atendimento e orientações disponibilizados pelas suas unidades descentralizadas, com os contatos das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais e Procuradorias Seccionais Federais.

§ 4º Os endereços de e-mail a serem utilizados no caso do inciso I deste artigo serão obrigatoriamente os institucionais (domínio @agu.gov.br), devendo-se dar preferência as contas vinculadas às unidades da Procuradoria Geral Federal, inclusive descentralizadas.

§ 5º Os aplicativos a serem utilizados no caso do inciso II deste artigo serão preferencialmente os institucionais, na medida em que liberada pela Diretoria de Tecnologia e Informação a comunicação externa.

§ 6º Serão aceitas cópias digitalizadas nos formatos PDF, JPG, GIF, PNG e BMP enviadas eletronicamente com os mesmos efeitos dos respectivos originais, nos termos do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020.

§ 7º A sistemática de atendimento de que trata este artigo vigorará enquanto perdurar a emergência sanitária, sem prejuízo de posterior reavaliação.

Art. 3º Caberá à Coordenação Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos, através da Equipe Nacional de Cobrança, instituída pela Portaria PGF n. 829, de 08 de novembro de 2018, o controle dos prazos prescricionais dos créditos que estiverem com as medidas de cobrança suspensas pela presente Portaria, para fins de aplicação do previsto no art. 1º, § 1º.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

**PORTARIA Nº 159/2020/PGF/AGU, DE 22 DE MARÇO DE 2020.**

*Classifica como de alta prioridade os processos de consultoria jurídica que envolvam, ainda que indiretamente, questões relacionadas ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) e fixa prazos para manifestação jurídica.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no exercício das competências de que trata o art. 11, § 2°, incisos I e VIII, da Lei n. 10.480, de 02 de julho de 2002, e considerando o disposto no Processo Administrativo n. 00407.006793/2020-50, resolve:

Art. 1º Os processos de consultoria jurídica que envolvam, ainda que indiretamente, questões relacionadas ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) são classificados, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, como de alta prioridade.

Parágrafo único. A alta prioridade de que trata o **caput** deste artigo impõe a tramitação urgente da demanda, prevalecendo sobre as demais que não tenham relação direta ou indireta com as ações de contenção do COVID-19.

Art. 2° Serão observados os seguintes prazos nas manifestações jurídicas consultivas referidas no art. 1°:

I – Processo licitatório: até 48 (quarenta e oito) horas; e

II – Dispensa ou inexigibilidade de licitação: até 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 3° As Procuradorias Federais junto às autarquias ou fundações públicas federais, por meio de seu respectivo Procurador-Chefe, poderão encaminhar ao Departamento de Consultoria – DEPCONSU consultas de alta relevância que demandem ampla uniformização, relacionadas à pandemia do COVID-19, precedida de breve manifestação sobre o tema.

§1º O DEPCONSU conferirá tratamento prioritário às consultas de que tratam o **caput**.

§2º A manifestação jurídica firmada pelo DEPCONSU, em resposta à consulta de que trata o **caput**, vincula a unidade consulente e, uma vez aprovada pelo Procurador-Geral Federal deverá ser adotada de modo uniforme por todos os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 4º As Procuradorias Federais junto às autarquias ou fundações públicas federais poderão encaminhar à ETR – Licitações e Contratos, no caso de impossibilidade comprovada de atendimento dos prazos fixados no art. 2º, os procedimentos licitatórios relacionados, ainda que indiretamente, à aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento do estado de calamidade causado pelo COVID-19, dispensado o atendimento aos requisitos previstos no art. 12 da Portaria PGF n. 931, de 14 de dezembro de 2018.

Art. 5° O DEPCONSU coordenará as medidas para cumprimento do objeto desta Portaria.

Art. 6° O DEPCONSU e o Gabinete do Procurador-Geral Federal atuarão em regime de plantão para o integral cumprimento das políticas públicas ligadas à contenção do COVID-19 que estejam sob a competência das autarquias e fundações públicas federais.

Art. 7° Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

BS 12, DE 23.03.2020

**PORTARIA Nº 230, DE 6 DE MAIO DE 2020.**

*Delega competência ao Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS para revogar a Instrução Normativa Conjunta PGF-INSS n. 1, de 19 de março de 2010.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 11, § 2º, incisos I e VIII, da Lei n. 10.480, de 2 de julho de 2002, com fundamento no art. 11 do Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no art. 12, caput, da Lei n. 9.748, de 29 de janeiro de 1999, e considerando o contido no Processo n. 00695.000158/2020-61, resolve:

Art. 1º. Fica delegada competência ao Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS para revogar, em conjunto com o Presidente do INSS, a Instrução Normativa Conjunta PGF-INSS n. 1, de 19 de março de 2010.

Art. 2º. A competência de que trata o Art. 1º deverá ser exercida por ocasião da assinatura da nova Instrução Normativa Conjunta que disciplinará a relação entre INSS e a PFE/INSS no âmbito das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos desempenhadas por esta última.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

B.S. nº 29, de 20.7.2020.

**PORTARIA Nº 262, DE 25 DE MAIO DE 2020.**

*Inclui o Estado do Espírito Santo no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do §2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, observado o disposto na Portaria nº 978, de 24 de dezembro de 2015, e o que consta no processo administrativo nº 00426.036308/2018-20, resolve:

Art. 1º Incluir o Estado do Espírito Santo no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade e que tramitem pelo rito dos Juizados Especiais Federais, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015.

Parágrafo único. Os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo comporão uma única Equipe de Trabalho Remoto, sob a supervisão da Procuradoria Regional Federal da 2º Região.

Art. 2º A atuação do Estado do Espírito Santo sob a sistemática de projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade terá início no dia 19/06/2020.

Parágrafo único. Havendo prorrogação do regime de teletrabalho excepcional e temporário instituído pela Portaria AGU nº 84, de 17 de março de 2020, fica possibilitado pedido de prorrogação do prazo referido no caput mediante requerimento fundamentado dirigido à Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos da PGF.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

BS 22, DE 01.06.2020

**PORTARIA Nº 263, DE 25 DE MAIO DE 2020.**

*Inclui o Estado do Rio Grande do Norte no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de2015.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, observado o disposto na Portaria nº 978, de 24 de dezembro de 2015, e o que consta no processo administrativo nº 00407.003639/2020-26,resolve:

Art. 1º Incluir o Estado do Rio Grande do Norte no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015.

Parágrafo único. Os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte comporão uma única Equipe de Trabalho Remoto, sob a supervisão da Procuradoria Regional Federal da 5º Região.

Art. 2º A atuação do Estado do Rio Grande do Norte sob a sistemática de projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade terá início até dia 15/07/2020.

Parágrafo único. Havendo prorrogação do regime de teletrabalho excepcional e temporário instituído pela Portaria AGU nº 84, de 17 de março de 2020, fica possibilitado pedido de prorrogação do prazo referido no caput mediante requerimento fundamentado dirigido à Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos da PGF.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

BS 22, DE 01.06.2020

**PORTARIA Nº 265, DE 27 DE MAIO DE 2020.**

*Institui o PGF Conecta como plataforma de gestão do conhecimento da Procuradoria-Geral Federal e estabelece a sua política de governança.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do §2º do art. 11 da Lei n. 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto no Processo Administrativo n. 00407.027380/2019-75, resolve:

Art. 1º Fica instituído o PGF Conecta como plataforma de gestão do conhecimento da Procuradoria-Geral Federal - PGF e estabelecida a sua política de governança.

Parágrafo único. O PGF Conecta é um repositório de conteúdo, disponibilizado eletronicamente, que busca armazenar, preservar, organizar e disponibilizar informações e orientações institucionais da PGF.

Art. 2º A plataforma PGF Conecta tem por finalidades:

I - Armazenar, preservar, organizar e disponibilizar a gestão de conhecimento institucional em meio digital, mediante a representação descritiva e temática da informação;

II - Recuperar e disseminar a produção normativa, jurídica, informacional e de mídia da PGF, além dos demais ativos do conhecimento institucional;

III - Facilitar o acesso às informações, ampliando a visibilidade da produção institucional e promovendo a transparência ativa, em conformidade com a normatização de regência;

IV - Franquear o acesso aos conhecimentos produzidos pela PGF, assim como viabilizar a integração da base do conhecimento com os outros sistemas institucionais, permitindo sua adequada utilização pelo público interno; e

V - Incentivar o compartilhamento das informações e orientações e a sua utilização como ferramenta estratégica para conferir maior efetividade ao desempenho institucional.

Art. 3º A Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão da PGF - CGPG/PGF coordenará as ações necessárias ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento contínuo da plataforma e oferecerá apoio às unidades para a utilização da ferramenta.

Art. 4° Cabe à CGPG/PGF a definição das políticas internas da plataforma e das regras básicas de conduta que delimitem o conjunto de instruções aplicáveis.

Art. 5º Competem aos órgãos de direção da PGF, observadas as atribuições materiais, a gerência e a atualização dos conteúdos contidos na plataforma PGF Conecta.

Parágrafo único. Cabe à CGPG/PGF disponibilizar manuais de instrução para a correta alimentação da plataforma.

Art. 6º O acesso à ferramenta será realizado através de login e senha da rede AGU.

Art. 7° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

Suplemento C do BSE 21, de 29.05.2020.

**PORTARIA Nº 311, DE 12 DE JUNHO DE 2020.**

*Estabelece a Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos (CGPAE/PGF) como órgão responsável pela condução da avaliação de desempenho prevista no art. 7º, III da Portaria PGF N.º 716/2018.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL SUBSTITUTO**, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e o que consta no processo administrativo nº 00407.025806/2018-75, resolve:

Art. 1º Fica designada a Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos da Procuradoria-Geral Federal (CGPAE/PGF) na forma do art. 25, V e XII da Portaria PGF N.º 338/2016 para fins de coordenação, supervisão e implementação da avaliação de desempenho prevista no art. 7º da Portaria PGF N.º 716/2018.

Art. 2º Caberá à CGPAE, em consonância com os Departamentos e demais Coordenações-Gerais, a instituição de comissão avaliadora e o estabelecimento dos procedimentos a serem adotados para o desempenho dafunção prevista no Art. 1º desta Portaria, podendo adotar a edição das Ordens de Serviço necessárias à regulamentação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**AVIO KALATZIS DEBRITTO**

BS 24, DE 15.06.2020

**PORTARIA Nº 323, DE 02 DE JULHO DE 2020.**

*Institui, como projeto piloto, a Equipe Nacional de Cálculos Agrários para a atuação especializada na elaboração e na análise de cálculos judiciais que tenham por objeto desapropriações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 11, § 2º, incisos I e VIII, da Lei n. 10.480, de 2 de julho de 2002, tendo em vista o que consta no processo administrativo n. 00407.014717/2019-84,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Equipe Nacional de Cálculos Agrários (ENCA), como projeto piloto, para a atuação especializada na elaboração e na análise de cálculos judiciais que tenham por objeto desapropriações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Art. 2º São objetivos da ENCA:

I - promover a desterritorialização em âmbito nacional e a especialização da atividade de elaboração dos cálculos agrários; e

II - conferir maior eficiência, padronização e economicidade aos valores apresentados nas defesas judiciais objeto de atuação da equipe.

Art. 3º A ENCA será composta por servidores em exercício na Advocacia-Geral da União e na Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA (PFE-Incra), os quais serão indicados mediante ato próprio e observadas as respectivas atribuições e áreas de competência.

§1° O quantitativo de componentes deverá ser avaliado periodicamente e de acordo com a necessidade do serviço.

§2° O ingresso e a permanência do servidor na equipe podem ser revistos a qualquer tempo, por conveniência e oportunidade ou a pedido do interessado.

§3° A participação na equipe não importa alteração de lotação ou exercício do servidor e não gera direito a trânsito, indenização ou ajuda de custo.

Art. 4º A responsabilidade pela coordenação da ENCA ficará a cargo, preferencialmente, de servidor em exercício na Divisão de Orientação de Cálculos e Pagamentos Judiciais da PFE/Incra.

Art. 5º O âmbito territorial de atuação da ENCA constará do ANEXO I, e as suas atividades iniciarão a partir da efetiva composição da equipe, sendo o trabalho realizado à distância e de forma remota por meio de equipamentos e tecnologias que permitam a sua execução.

Art. 6º São competências da ENCA, observado o objeto definido no art. 1° desta Portaria:

I - elaborar e acompanhar os trabalhos técnicos de cálculos referentes às liquidações de sentença, aos cumprimentos de sentença e aos processos de execução;

II - examinar os cálculos constantes dos precatórios judiciários;

III - verificar e conferir as contas elaboradas pelas contadorias dos órgãos do Poder Judiciário;

IV - elaborar pareceres técnicos em processos judiciais, inclusive nas execuções invertidas;

V - prestar subsídios para a atuação judicial; e

VI - desenvolver os cálculos destinados a demonstrar os valores efetivamente economizados por meio da atuação judicial ou administrativa dos órgãos de execução da Advocacia-Geral da União.

Art. 7º São atribuições do Responsável pela coordenação da ENCA:

I - organizar e gerenciar os trabalhos da Equipe, definindo as atribuições internas de seus integrantes;

II - supervisionar a triagem e a distribuição dos processos administrativos entre seus integrantes;

III - realizar a gestão de pessoal no âmbito da equipe;

IV - definir as prioridades de atuação;

V - verificar o cumprimento das metas estabelecidas e da produtividade dos membros da Equipe;

VI - designar reuniões periódicas; e

VII - estabelecer o planejamento de capacitações para a equipe que permitam o desenvolvimento permanente dos servidores, em especial das competências requeridas para o exercício das atribuições pertinentes.

Art. 8º O encaminhamento dos processos para a elaboração dos cálculos agrários será realizado exclusivamente por meio do Sistema AGU de Inteligência Jurídica - SAPIENS, no qual tramitarão integralmente, utilizando-se de expediente específico, vinculado ao dossiê judicial.

Parágrafo único. Os cálculos referentes à execução invertida e aqueles que ultrapassarem o valor de R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) serão encaminhados para verificação do Responsável pela coordenação.

Art. 9º O Procurador Federal atuante no feito deverá encaminhar a solicitação com os parâmetros jurídicos para a elaboração de cálculos agrários, por meio de relatório de parametrização completo (Anexo II).

§ 1º O relatório de parametrização deverá conter, no mínimo, as informações indicadas no formulário do Anexo II, o qual poderá ser utilizado como instrumento nos casos mais simples, devendo haver indicação precisa da localização das peças processuais citadas no dossiê disponibilizado no Sapiens.

§ 2º Quando a decisão judicial determinar a complementação do pagamento de indenização por meio de Títulos da Dívida Agrária, o pedido de elaboração dos cálculos deverá ser formalizado e instruído nos termos da Portaria Conjunta PGF/Incra n. 21/2013 e em observância aos demais normativos aplicáveis.

Art. 10 Aos integrantes da ENCA será concedido, no mínimo, o equivalente à metade do prazo judicial total para o atendimento da demanda, devendo este ser expressamente indicado pelo Procurador Federal atuante no feito quando da solicitação da análise contábil.

Parágrafo único. O prazo assinalado aos integrantes da ENCA poderá ser aumentado mediante pedido fundamentado aceito pelo Procurador Federal atuante no feito.

Art. 11 Os processos encaminhados sem os respectivos relatórios de parametrização, ou que estejam incompletos, serão devolvidos ao Procurador Federal oficiante no período máximo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento, para o devido preenchimento e retorno à análise contábil.

Art. 12 O projeto piloto terá a duração de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado a critério do Procurador-Geral Federal ou institucionalizado ao final do período.[[353]](#footnote-354)

Art. 13 Esta Portaria entra em vigor em 03 de agosto de 2020.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

B. S. nº 27, de 6.7.2020.

**ANEXO I**

COMPETÊNCIA TERRITORIAL DA EQUIPE NACIONAL DE CÁLCULOS AGRÁRIOS

A partir da efetiva composição da equipe, a ENCA realizará os cálculos judiciais que tenham por objeto as desapropriações do INCRA nos Estados da 1ª e da 3ª Regiões e do Distrito Federal.

**ANEXO II**

RELATÓRIO DE PARAMETRIZAÇÃO PARA CÁLCULO DE DESAPROPRIAÇÃO

Processo/Ação de Desapropriação n.: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Expropriado/interessado: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

FORMA DA DESAPROPRIAÇÃO: DIRETA ( ) INDIRETA ( )

VALORES DEPOSITADOS NA PROPOSITURA DA AÇÃO: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

TERRA NUA:. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

QUANTIDADE TDAS: \_\_\_\_\_\_\_\_

DATA EMISSÃO: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

BENFEITORIAS/SOBRAS:

EMISSÃO TDAS.: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

DATA DEPÓSITO: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

DATA DA IMISSÃO NA POSSE: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ FLS. \_\_\_\_\_\_\_

LAUDO PERITO JUDICIAL DATA: \_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ FLS. \_\_\_\_\_\_\_

TERRA NUA................................................................... R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

BENFEITORIAS............................................................. R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

TOTAL............................................................................ R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

DA SENTENÇA: 1º GRAU FLS. \_\_\_\_\_\_

TERRA NUA.................................................................... R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

BENFEITORIAS.............................................................. R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

OUTRO............................................................................. R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

TOTAL.............................................................................. R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CORREÇÃO MONETÁRIA

1. DA OFERTA ATÉ O LAUDO PERICIAL ( ) SIM ( ) NÃO

Em caso positivo:

( ) Terra nua e benfeitorias pelo índice previsto no Manual de Cálculos da Justiça Federal;

( ) Terra nua pelo índice próprio de remuneração dos TDAs e benfeitorias pelo índice previsto no Manual de Cálculos da Justiça Federal

( ) OUTROS. Especificar \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

2. DA DIFERENÇA DA CONDENAÇÃO DEVIDA

A PARTIR DO LAUDO:

PERITO JUDICIAL ( ) ASSISTENTE TÉCNICO: EXPROPRIADO ( ) EXPROPRIANTE ( )

( ) Terra nua e benfeitorias pelo índice previsto no Manual de Cálculos da Justiça Federal

( ) Terra nua pelo índice próprio de remuneração dos TDAs e benfeitorias pelo índice previsto no Manual de Cálculos da Justiça Federal

( ) OUTROS. Especificar \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

JUROS COMPENSATÓRIOS SÃO A PARTIR DA:

IMISSÃO NA POSSE ( ) SIM ( ) NÃO

OCUPAÇÃO DO IMÓVEL ( ) SIM ( ) NÃO

OUTRA DATA? ESPECIFICAR \_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Aplicar juros compensatórios sobre terra nua e benfeitorias ( ) SIM ( ) NÃO

Taxas a Serem aplicadas, com a Superveniência da decisão de mérito da ADI 2332-2/DF:

1) Aplicar a Súmula 618/STF – Juros Compensatórios de 12% ao ano da data da imissão na posse e/ou ocupação do imóvel em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ até a data da MP n. 1577, em 11/06/1997? ( ) SIM ( ) NÃO

2) Aplicar a MP n. 1.577/97 – Juros Compensatórios de 6% ao ano entre 12 de junho de 1997 até 26/09/1999 – MP 1901-30? ( ) SIM ( ) NÃO

3) Aplicar a MP n. 1.901-30 – Juros Compensatórios de 0% ao ano entre 27 de setembro de 1999 e até 12 de setembro de 2001, quando o imóvel possuir GUT e GEE igual a zero? ( ) SIM ( ) NÃO

4) Aplicar o art. 15-A, §§ 1º e 2º do Decreto-lei n. 3365/41, com Juros compensatórios de 0% ( ) ou 6% ( ), entre 13/09/2001 data da Liminar na ADI 2332-2, até a data da MP n. 700/2015? ( ) SIM ( ) NÃO

5) Aplicar a MP n. 700 – Juros Compensatórios de 0% ao ano entre 09/12/2015 até 17/05/2016, quando o imóvel não cumpre sua função social? ( ) SIM ( ) NÃO

6) Aplicar o art. 15-A, §§ 1º e 2º do Decreto-lei n. 3365/41, com Juros compensatórios de 0% ( ) ou 6% ( ), entre 18/05/2016, até 11/07/2017 data da do advento da Lei n. 13.465/2017? ( ) SIM ( ) NÃO

7) Aplicar o art.5º, § 9º, da Lei n. 8.629/93, alterado pela Lei n. 13.465/2017? ( ) SIM ( ) NÃO

Em caso positivo, qual a taxa dos juros remuneratórios dos TDAs ofertados?

( ) 1% a.a. ( ) 2% a.a. ( ) 3% a.a. ou 6% a.a. ( )

Obs: A taxa de Juros Remuneratórios será verificada no Demonstrativo de Lançamento dos TDAS quando do ajuizamento da Ação Expropriatória

Há mora do credor em promover a execução, de modo a justificar a exclusão da aplicação do consectário?

( ) SIM ( ) NÃO

Em caso positivo, em qual período? \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

QUAL A BASE DE CÁLCULO PARA OS JUROS COMPENSATÓRIOS?

( ) DIFERENÇA ENTRE INDENIZAÇÃO E OFERTA

( ) DIFERENÇA ENTRE INDENIZAÇÃO E 80% DA OFERTA, ATÉ A DATA DO ADVENTO DA LEI N. 13.465, EM 12/07/2017.

( ) DIFERENÇA ENTRE A INDENIZAÇÃO E OFERTA, A PARTIR DE 11/07/2017, LEI N. 13.465/2017.

JUROS MORATÓRIOS A TAXA NOMINAL DE \_\_\_\_\_% a.a., A PARTIR DA CITAÇÃO ( ) A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO DO MÉRITO ( ) OU DE ACORDO COM O ART.15-B, DO DL N. 3.365/41 ( )

EXISTEM OUTRAS SÚMULAS A SEREM APLICADAS PARA OS JUROS COMPENSATÓRIOS E/OU MORATÓRIOS? : ( ) SIM ( ) NÃO

CASO AFIRMATIVO, QUAIS? 74 DO TFR ( ) 110 DO TRF ( ) 113 DO STJ ( ) 114 DO STJ ( ) 254 DO STF ( ) 345 DO STF ( ) 70 DO TRF ( ) 12 DO STJ ( ) 102 DO STJ ( ) OUTRAS: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

HONORÁRIOS DO PERITO R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ EM \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_

HONORÁRIOS ASSIST. TÉC. R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ EM \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_% S/ TOTAL DA INDENIZAÇÃO

( ) TOTAL DA DIFERENÇA DA INDENIZAÇÃO

( ) OUTROS\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

DO ACÓRDÃO: 2º GRAU – APELAÇÃO CÍVEL N.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ FLS. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AC N. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ FLS. \_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

OUTROS RECURSOS (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ - FLS) ( )

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CONFIRMADA A DECISÃO DE 1º GRAU ( )

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

REFORMA PARCIAL DA DECISÃO DE 1º GRAU – FLS. ( )

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

REFORMA INTEGRAL DA DECISÃO DE 1º GRAU ( )

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

DOS RECURSOS

RECURSO ESPECIAL N. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (FLS. ) ( )

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

OUTROS (ESPECIFICAR)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (FLS.\_\_\_\_\_\_\_) ( )

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

OUTROS RECURSOS (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

TRÂNSITO EM JULGADO - (FLS.\_\_\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

OBS: APLICAR CÁLCULOS COM JUROS REGRESSIVOS? ( ) SIM ( ) NÃO

VISANDO A EMISSÃO DE TDAS RETROATIVOS

TAXA DE JUROS A SER APLICADA NA RETROATIVIDADE ( ) %

PEDIDO DE EXECUÇÃO DA EXPROPRIADA COM CÁLCULO POSICIONADO PARA \_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_

(FLS. \_\_\_\_/\_\_\_\_\_)

PROVISÓRIA ( ) DEFINITIVA ( )

TERRA NUA.................................................................... R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

BENFEITORIAS.............................................................. R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS................................. R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

TOTAL............................................................................ R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

OBS: CONTINUAR O PREENCHIMENTO APENAS EM CASO DE EXECUÇÃO COMPLEMENTAR/CÁLCULO SUCESSIVO EM CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.

EMBARGOS À EXECUÇÃO OU IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA INCRA – FLS. \_\_\_/\_\_\_ - VALOR INCONTROVERSO.

TERRA NUA.................................................................... R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

BENFEITORIAS.............................................................. R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS................................. R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

TOTAL............................................................................. R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

VALORES APRESENTADOS PELA CONTADORIA DO JUÍZO E OU PELA PARTE – FLS. \_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

TERRA NUA.................................................................... R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

BENFEITORIAS.............................................................. R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS................................. R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

TOTAL............................................................................. R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

HÁ VALORES HOMOLOGADOS JUDICIALMENTE? ( ) SIM ( ) NÃO

HÁ VALORES QUITADOS POR REQUISITÓRIO OU TDA ? ( ) SIM ( ) NÃO

EM CASO POSITIVO:

ESPECIFICAR DATA DE EXPEDIÇÃO DO REQUISITÓRIO: \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

ESPECIFICAR DATA DE LANÇAMENTO DOS TÍTULOS: \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

PEDIDO DE EXECUÇÃO COMPLEMENTAR: FLS. \_\_\_\_/\_\_\_\_\_

TERRA NUA.................................................................... R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

BENFEITORIAS.............................................................. R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS................................. R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

TOTAL............................................................................. R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

HÁ MORA DO CREDOR NO PEDIDO DE EXECUÇÃO COMPLEMENTAR A JUSTIFICAR A EXCLUSÃO DOS JUROS COMPENSATÓRIOS NA PARCELA REMANESCENTE? ( ) SIM ( ) NÃO

OBSERVAÇÕES RELEVANTES:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_.

Procurador Responsável pelo preenchimento.

B. S. nº 27, de 6.7.2020.

**PORTARIA Nº 328, DE 30 DE JUNHO DE 2020.**

*Institui, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, o projeto piloto "LinguagemJurídicaInovadora".*

O**PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das competências de quetratam os incisos I e VIII do § 2º do artigo 11 da Lei n.10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o que consta no processo administrativo n. 00407.014939/2020-31, em especial o Projeto n. 00001/2020/GCGD/PGF/AGU, e visando à adoção de modelos de peticionamento eletrônico em formato mais simples e objetivo, na busca de uma comunicação mais direta, fluida e inovadora com magistrados e tribunais, resolve:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, o Projeto Piloto "Linguagem Jurídica Inovadora", visando à confecção de petições no formato Visual Law, com utilização de elementos visuais para tornar o Direito mais claro e compreensível, além de vídeos, infográficos, fluxogramas, *storyboards* e *bullet points* e o uso de *QRCODE*.

Art. 2º A utilização do novo modelo de peticionamento eletrônico limitar-se-á à petição de “memoriais”, nos processos judiciais de acompanhamento prioritário, previstos na Portaria AGU n.º 87/2003 e normativos correlatos da Procuradoria-Geral Federal, vedada a sua utilização em quaisquer outras peças processuais.

Art. 3º O projeto piloto "Linguagem Jurídica Inovadora" terá início na data de publicação desta Portaria, e término em 31 de dezembro de 2020.

Parágrafo único. O projeto piloto poderá ter sua vigência prorrogada mediante requerimento devidamente fundamentado realizado por seus Gerentes e encaminhado à Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos da PGF, que o analisará.

Art. 4º Fica autorizado ao Grupo de Cobrança de Grandes Devedores vinculados à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da PGF (GCGD/CGCOB/PGF), bem como aos Núcleos de Gerenciamento da Atuação Prioritária das Procuradorias Regionais Federais (NGAP`s/PRF`s) e ao Subnúcleo de Atuação Prioritária do Núcleo de Tribunais Superiores do Departamento de Contencioso da PGF (PRIO/DEPCONT/PGF), peticionar nos moldes previstos nesta Portaria.

Parágrafo único. Será admitida a participação de outras Unidades e Equipes da PGF no projeto "Linguagem Jurídica Inovadora", mediante solicitação prévia, via SAPIENS, à Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos - CGPAE, a quem caberá analisar a conveniência do pedido e autorizar o ingresso no projeto piloto ora instituído, mediante manifestação ou ato normativo adequado.

Art. 5º A CGPAE disponibilizará em sua página, na Intranet, relação atualizada das Procuradorias e Equipes autorizadas a participarem do projeto piloto do "Linguagem Jurídica Inovadora", assim como toda a documentação correlata.

Art. 6º Ficam designados como Gerentes do projeto "Linguagem Jurídica Inovadora" os Procuradores Federais Alexandra da Silva Amaral e Antônio Carlos Mota de Machado Filho que, ao término do prazo previsto no art.3º, elaborarão relatório apontando os resultados positivos, negativos, bem como sugestões de melhorias, e manifestando- se conclusivamente, acerca da viabilidade e eficiência da nova forma de peticionamento, inclusive opinando quanto à conveniência de ampliação para outros tipos de peça processual além dos memoriais.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

BS 27, de 08.07.2020.

**PORTARIA Nº 333, DE 9 DE JULHO DE 2020.**

*Regulamenta a transação por proposta individual dos créditos administrados pela Procuradoria-Geral Federal, conforme previsto na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e Portaria AGU nº 249, de 8 de julho de 2020.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto o inciso III do § 4º do art. 1º e o art. 15 da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, o disposto no art. 45 da Portaria AGU nº 249, de 8 de julho de 2020, e do que consta nos processos administrativos nº 00400.000618/2020-19 e 00407.018288/2020-58, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Portaria disciplina o procedimento de transação por proposta individual dos créditos relacionados à dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais, cuja inscrição e cobrança incumbem à Procuradoria-Geral Federal, de acordo com o previsto na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020 e na Portaria AGU nº 249, de 8 de julho de 2020.

Art. 2º Não se aplica o disposto nesta Portaria aos créditos:

I - não inscritos em dívida ativa;

II - que foram objeto de transação, acordo ou parcelamento, ainda que distintos, pelo prazo de dois anos, contado da data da rescisão;

III - decorrentes de acordos ou transações realizadas com fundamento exclusivamente na Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997;

IV - apurados em acordos de leniência nos termos do Capítulo V da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; e

V - decorrentes de condenação pela prática de ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Art. 3º Esta Portaria aplica-se apenas aos créditos inscritos em dívida ativa pela Procuradoria-Geral Federal e classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação.

Parágrafo único. A aplicação desta Portaria condiciona-se à implementação por parte da União e das autarquias e fundações públicas federais de mecanismos e modificações em seus sistemas informatizados de cobrança que propiciem a realização da transação por proposta individual.

Art. 4º É vedada proposta de transação que envolva a redução do montante principal do crédito.

CAPÍTULO II

DA CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS COMO IRRECUPERÁVEIS OU DE DIFÍCIL RECUPERAÇÃO

Art. 5º Para os fins desta Portaria, os créditos serão considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação quando verificado, de forma cumulativa:

I - o esgotamento das medidas ordinárias de cobrança, sem a localização de bens passíveis de penhora; e

II - a falta de demonstração de capacidade de pagamento pelo devedor, conforme análise a ser realizada pela Procuradoria-Geral Federal.

Art. 6º O esgotamento dos meios ordinários de cobrança ocorrerá pelo cumprimento de todas as diligências de cobrança estabelecidas na Ordem de Serviço nº 007, de 21 dezembro de 2018, ou outra que a sobrevenha, com a consequente:

I - suspensão de execução fiscal nos termos do art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, pela não existência de bens passíveis de penhora; e

II - adoção de todas as medidas administrativas de cobrança extrajudicial dos créditos que não atinjam o valor mínimo estabelecido para a propositura de ações, conforme normatização da Advocacia-Geral da União, desde que estejam inscritos em dívida ativa há mais de três anos.

Parágrafo único. Caso tenha havido parcelamento ou pagamento parcial, o prazo de três anos previsto no inciso II deste artigo será contado a partir da data da rescisão do parcelamento ou da data da conversão em renda do pagamento parcial.

Art. 7º A falta de capacidade de pagamento deverá ser demonstrada pelo devedor a partir da apresentação dos documentos referidos no art. 12.

§ 1º A apresentação dos documentos não pressupõe a falta de capacidade de pagamento.

§ 2º A falta de capacidade de pagamento será afastada, caso se constate:

I - bens penhorados ou qualquer tipo de garantia em processo administrativo ou judicial em valor superior à dívida consolidada; e

II - bens ou direitos penhoráveis em nome do espólio, do devedor ou dos sócios administradores em valor superior à dívida consolidada.

Art. 8º Serão ainda considerados créditos irrecuperáveis ou de difícil recuperação, independentemente dos requisitos dos artigos anteriores, aqueles cujos devedores sejam:

I - pessoas físicas com informação de óbito e inexistência de bens ou direitos;

II - pessoas jurídicas com falência decretada ou que estejam em intervenção, recuperação ou liquidação, sejam judiciais ou extrajudiciais; e

III - pessoas jurídicas cuja situação cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ conste:

a) baixa por:

1. inaptidão;

2. inexistência de fato;

3. omissão contumaz; ou

4. encerramento da falência, liquidação ou liquidação judicial;

b) inaptidão por:

1. localização desconhecida;

2. inexistência de fato;

3. omissão e não localização;

4. omissão contumaz; ou

5. omissão de declarações; e

c) suspensão por inexistência de fato.

Parágrafo único. A empresa, os sócios ou as pessoas físicas que a representam não poderão provocar deliberadamente as situações cadastrais previstas no inciso III docaputdeste artigo para fazer jus à transação estabelecida na presente Portaria, sob pena de rescisão, sem prejuízo de eventuais sanções penais e administrativas decorrentes de seus atos.

CAPÍTULO III

DA PROPOSTA DE TRANSAÇÃO

Seção I

Da transação individual proposta pela Procuradoria-Geral Federal

Art. 9º A transação individual poderá ser proposta pelas Equipes de Cobrança Judicial, após autorização do responsável pela sua coordenação, nos créditos objeto de execução fiscal, ou pela Equipe Nacional de Cobrança, nos créditos inscritos em dívida ativa não objeto de execução fiscal, dentro de critérios de conveniência e oportunidade, aos:

I - devedores em face dos quais o valor consolidado dos créditos inscritos em dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais for superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

II - devedores falidos, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, em processo de liquidação judicial ou extrajudicial ou em processo de intervenção extrajudicial;

III - Estados, Distrito Federal e Municípios e respectivas entidades de direito público da administração indireta; e

IV - devedores cujos débitos estejam suspensos por decisão judicial ou garantidos por penhora, carta de fiança ou seguro garantia.

Art. 10. O devedor será notificado da proposta de transação individual formulada pela Procuradoria-Geral Federal por via eletrônica ou postal.

Art. 11. O recebimento da proposta não gera direito ao deferimento da transação e não exime o devedor de apresentar todos os documentos constantes do art. 12, os quais deverão ser entregues nos termos constantes da Seção II deste Capítulo.

Seção II

Da transação individual proposta pelo devedor

Art. 12. Os devedores que possuam créditos classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação poderão apresentar proposta de transação individual, mediante requerimento formalizado em modelo próprio, conforme Anexos desta Portaria, juntamente com os demais documentos necessários, que conterão obrigatoriamente:

I - a qualificação completa do requerente e, no caso de pessoa jurídica, de seus sócios, controladores, administradores, gestores e representantes legais, com endereços válidos, inclusive eletrônicos, para as comunicações e notificações do processo administrativo de transação;

II - a relação completa dos créditos inscritos em dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais em que figura como devedor, com a respectiva data de inscrição, e seus valores;

III - a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa atualizada dos respectivos valores demandados e bens ou direitos eventualmente penhorados, bem como as suas respectivas certidões de objeto e pé;

IV - a exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira;

V - a declaração de que o sujeito passivo ou responsável tributário, durante o cumprimento do acordo, não alienará bens ou direitos sem proceder à devida comunicação prévia;

VI - a relação de bens e direitos de propriedade do requerente, dos seus sócios administradores e das sociedades empresariais nas quais estes tenham qualquer tipo de participação societária, no país ou no exterior, com a respectiva localização e destinação, com apresentação, para créditos com valores consolidados acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), de laudo de avaliação atualizada dos bens e ativos, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada;

VII - a declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física e/ou Jurídica dos últimos três anos do devedor e dos sócios administradores ou a declaração de que não dispõe de bens no país ou no exterior;

VIII - a declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica dos últimos três anos de todas as sociedades empresariais nas quais o devedor ou os sócios administradores tenham qualquer participação societária;

IX - a declaração de que se enquadra em alguma das situações que lhe proporcionam as condições elencadas na Seção V da Portaria AGU nº 249, de 2020;

X - o termo de renúncia aos sigilos fiscal e bancário, a fim de que a Procuradoria-Geral Federal possa averiguar a veracidade das informações prestadas; e

XI - a declaração, sob as penas da lei, de que todas as informações prestadas na proposta individual de transação são verdadeiras.

CAPÍTULO IV

DO PROCEDIMENTO OPERACIONAL

Seção I

Da apresentação da proposta de transação individual pelo devedor

Art. 13. A proposta de transação individual será apresentada pelo devedor na unidade da Procuradoria-Geral Federal de seu domicílio fiscal.

§ 1º Tratando-se de devedor pessoa jurídica, o domicílio de que trata ocaputdeste artigo será o domicílio do estabelecimento matriz.

§ 2º A competência territorial das unidades da Procuradoria-Geral Federal está definida na Portaria PGF nº 419, de 10 de julho de 2013.

§ 3º Caso existam créditos cobrados em processos que tramitam em mais de uma unidade da Procuradoria-Geral Federal, vinculadas a Equipes de Cobrança Judicial diferentes, deverá haver a colaboração daquela que acompanha o processo judicial com a que realizará a análise do pedido, conforme o domicílio fiscal do devedor.

§ 4º A proposta de transação do devedor pessoa jurídica deve ser apresentada pelo representante legal da sociedade ou por quem possua poderes de representação para o ato.

§ 5º No caso de devedor pessoa física, a proposta de transação deve ser apresentada pelo titular da dívida ou por quem possua poderes de representação para o ato.

§ 6º O recebimento das propostas individuais de transação será realizado pelas unidades da Procuradoria-Geral Federal, até que seja disponibilizada plataforma de sistema informatizado que permita ao devedor a remessa de todos os documentos e solicitações pela via eletrônica.

§ 7º O acesso à plataforma mencionada no parágrafo anterior e a orientação necessária para fins de requerimento eletrônico da proposta de transação poderão ser disponibilizados na unidade da Procuradoria-Geral Federal do domicílio do devedor, vedados o requerimento e a entrega de documentos por meio físico após a disponibilização da plataforma de sistema informatizado.

Art. 14. A unidade da Procuradoria-Geral Federal do domicílio do devedor será a responsável por receber e processar toda a documentação referida no art. 12, sob coordenação da Equipe de Cobrança Judicial da Procuradoria Regional Federal a que está subordinada, até a disponibilização da plataforma eletrônica prevista no § 6º do artigo anterior.

§ 1º Caberá às Equipes de Cobrança Judicial das Procuradorias Regionais Federais centralizarem o recebimento dos pedidos oriundos de suas unidades, realizando a conferência da documentação apresentada.

§ 2º As atividades de atendimento ao devedor com as instruções para oferecimento das propostas de transação individual poderão ser realizadas pela unidade da Procuradoria-Geral Federal onde forem protocolizados os requerimentos ou por meio de canal centralizado a ser disponibilizado pelas Equipes de Cobrança Judicial da Procuradoria Regional Federal com atribuição territorial.

§ 3º Os pedidos de transação e os documentos que devem instruí-lo podem também ser recebidos por meio eletrônico, por endereço eletrônico ou outra plataforma a ser disponibilizada pelas Equipes de Cobrança Judicial das Procuradorias Regionais Federais, a seu exclusivo critério.

Art. 15. Recebida a proposta de transação, ela será autuada no Sistema AGU de Inteligência Jurídica - Sapiens em processo administrativo específico cadastrado com os seguintes elementos:

I - espécie: "Administrativo Comum";

II - classificação: "Cobrança judicial de créditos e patrimônio (111.3)";

II - procedência: Unidade da PGF onde foi apresentada a proposta de transação;

IV - meio: "Eletrônico";

V - título: "Proposta de transação individual - Lei 13988/2020";

VI - interessado(s): como "Requerente (polo ativo)", todos os devedores que apresentaram a proposta de transação, com os respectivos CPFs ou CNPJs cadastrados; como "Requerido (polo passivo)", as autarquias e/ou fundações públicas federais titulares dos créditos objeto da proposta.

Seção II

Da apreciação de proposta

Art. 16. Autuado o pedido de transação de créditos objeto de execução fiscal, fundado no esgotamento das medidas ordinárias de cobrança, previsto no art. 6º, a Equipe de Cobrança Judicial deverá:

I - analisar o atual estágio das execuções fiscais a que se referem o pedido;

II - verificar e relacionar os bens penhorados ou outras formas de garantias nas execuções fiscais indicadas ou em outras em desfavor do proponente, quando possível; e

III - verificar a existência de parcelamentos judiciais ou extrajudiciais ativos que se relacionem aos créditos objeto do pedido.

§ 1º Realizadas as pesquisas acima mencionadas, e estando presentes os requisitos legais ao prosseguimento da análise do pedido de transação, o requerimento e os documentos que o instruem devem ser remetidos mediante a abertura de tarefa "analisar viabilidade de acordo judicial (jurídico)" à Equipe Nacional de Cobrança, por meio do Sistema Sapiens, para fins de pesquisa patrimonial.

Art. 17. No caso do artigo anterior, a Equipe Nacional de Cobrança pesquisará os bens em nome do devedor nos bancos de dados disponíveis e informará o resultado à Equipe de Cobrança Judicial competente, por meio certidão descritiva dos bens e direitos identificados.

§ 1º A certidão descritiva de bens deverá conter todos os bens localizados em nome do devedor, juntamente com todos os bens que constam das declarações apresentadas pelo mesmo, com os respectivos valores declarados.

§ 2º O valor atribuído ao bem ou direito que deverá constar na certidão será:

a) o atribuído no laudo de avaliação atualizada de bens e ativos, subscrito por profissional habilitado, quando este for apresentado;

b) o de maior valor, quando houver divergência entre declarações apresentadas pelo requerente;

c) caso não haja valor atribuído ao bem ou direito, e este não puder ser apurado pelas pesquisas realizadas em órgãos oficiais, tal informação deverá constar da certidão.

§ 3º A Equipe Nacional de Cobrança deverá devolver o processo à Equipe de Cobrança Judicial, mediante a abertura de tarefa "analisar viabilidade de acordo judicial (jurídico)" no Sistema Sapiens.

Art. 18. Recebida a informação nos termos do artigo anterior, a Equipe de Cobrança Judicial competente apreciará o pedido de transação.

§ 1º Existindo divergência entre os bens encontrados e o declarado pelo devedor em sua proposta de transação individual ou a impossibilidade de atribuir valor a algum bem ou direito, nos termos do §2º, letra "c" do artigo anterior, a Equipe de Cobrança Judicial responsável pelo seu recebimento comunicará essa circunstância ao requerente, solicitando que apresente explicações ou que forneça laudo de avaliação subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada.

§ 2º Inexistindo divergência e estando toda a documentação de acordo com os requisitos desta Portaria e da Portaria AGU nº 249, de 2020, deverá a Equipe de Cobrança Judicial responsável verificar se os valores dos bens e direitos declarados em nome dos devedores e dos sócios superam o valor da dívida consolidada, a fim de cumprir o requisito previsto no art. 7º, §2º, de acordo com os valores constantes da certidão descritiva.

Art. 19. Recebido pedido de transação de créditos que se enquadrem nas hipóteses do art. 8º, a Equipe de Cobrança Judicial deverá:

I - confirmar a situação cadastral que autoriza a transação junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nos sistemas da Receita Federal; ou

II - verificar a efetiva a ocorrência de decretação de falência, de recuperação, de intervenção ou liquidação, sejam judiciais ou extrajudiciais, junto aos órgãos competentes.

Art 20. Em qualquer caso, se de plano se verificar que o pedido de transação não preenche os requisitos legais, poderá ser indeferido de imediato o processamento, com a comunicação ao devedor, a qual pode ser realizada por meio do endereço eletrônico fornecido.

CAPITULO V

DAS EXIGÊNCIAS

Art. 21. Poderão ser exigidas do devedor, a critério da autoridade que analisará o pedido, as seguintes condições para a celebração da transação, dentre outras:

I - manutenção das garantias associadas aos créditos transacionados, quando a transação envolver parcelamento, moratória ou diferimento; e

II - apresentação de garantias reais ou fidejussórias, cessão fiduciária de direitos creditórios, alienação fiduciária de bens móveis, imóveis ou de direitos, bem como créditos líquidos e certos do devedor em desfavor da União, reconhecidos em decisão transitada em julgado.

CAPÍTULO VI

DO TERMO DE TRANSAÇÃO E DA COMPETÊNCIA PARA ASSINATURA

Art. 22. Havendo consenso para a celebração da transação, serão adotados a título de termo de transação os modelos anexos previstos nesta Portaria, com as devidas adaptações que sejam necessárias a cada caso concreto.

Art. 23. A Equipe de Cobrança Judicial, presentes os requisitos previstos nos regulamentos, deverá formalizar o termo de transação, tendo em consideração a natureza jurídica do devedor, a classificação do crédito e o prazo do pagamento conjugado com o percentual da redução da dívida, as formas de pagamento da entrada e das parcelas.

Parágrafo único. A Equipe de Cobrança Judicial realizará o registro e o deferimento da transação nos sistemas de cobrança.

Art. 24. Considera-se formalizada e deferida a transação com a celebração do termo e o pagamento da entrada ou da primeira parcela.

Art. 25. Compete ao Procurador Federal responsável pelo processo de transação assinar o respectivo termo, observadas as autorizações e alçadas fixadas em lei, decreto ou ato normativo interno da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 26. O devedor, ao firmar o termo de transação, deverá, além do previsto no Capítulo II da Portaria AGU nº 249, de 2020, renunciar a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundem ações judiciais, incluídas as coletivas, ou recursos que tenham por objeto os créditos incluídos na transação, por meio de requerimento de extinção do respectivo processo com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do art. 487 do Código de Processo Civil.

Parágrafo único. A cópia do requerimento de que trata ocaputdeste artigo, protocolado perante o juízo, deverá ser apresentada à unidade da Procuradoria-Geral Federal responsável pelo recebimento da proposta, no prazo máximo de trinta dias contados da data da formalização da transação.

Art. 27. A formalização da transação suspenderá a exigibilidade dos créditos abrangidos por ela, bem como a inscrição do devedor em cadastros de inadimplentes ou de restrição de crédito.

Parágrafo único. As Equipes de Cobrança Judicial comunicarão às autarquias e fundações públicas federais titulares dos créditos transacionados sobre a formalização do acordo para a suspensão da inscrição do devedor em cadastros de inadimplentes ou de restrição de crédito.

CAPÍTULO VII

DA RESCISÃO DA TRANSAÇÃO E DA IMPUGNAÇÃO À RESCISÃO

Art. 28. A transação será rescindida mediante a ocorrência de qualquer uma das seguintes situações:

I - descumprimento das condições, das cláusulas ou dos compromissos assumidos;

II - constatação, pelo credor, de ato tendente ao esvaziamento patrimonial do devedor como forma de fraudar o cumprimento da transação, ainda que realizado anteriormente à sua celebração;

III - decretação de falência ou de extinção, pela liquidação, da pessoa jurídica transigente, ressalvados os casos de que trata o §4º do art. 24 da Portaria AGU nº 249, de 2020;

IV - ocorrência de alguma das hipóteses rescisórias adicionalmente previstas no respectivo termo de transação;

V - falta de pagamento de três parcelas consecutivas ou de seis alternadas; ou

VI - concessão de medida cautelar fiscal, nos termos da Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992.

Parágrafo único. É considerada inadimplida a prestação paga em valor inferior ao da parcela atualizada.

Art. 29. Ocorrida uma das hipóteses de rescisão da transação, o devedor será notificado para apresentar impugnação no prazo de trinta dias, na forma da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. No prazo previsto nocaputdeste artigo, o devedor poderá regularizar a situação que enseja a rescisão da transação, preservando-se todos os termos da transação durante este período.

Art. 30. A notificação será realizada preferencialmente por meio de endereço eletrônico disponibilizado pelo devedor quando firmado o termo de transação.

Art. 31. A impugnação deverá ser apresentada na unidade que formalizou o termo de transação ou por meio de plataforma eletrônica a ser disponibilizada para tal fim, devendo trazer todas as hipóteses que infirmem a rescisão, sendo possível a juntada de documentos.

Parágrafo único. Todas as comunicações ulteriores serão realizadas por meio do endereço eletrônico fornecido pelo impugnante.

Art. 32. A decisão que apreciar impugnação deverá conter motivação explícita e clara, com a indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos que amparam a conclusão adotada, sem prejuízo da possibilidade de emprego da técnica de fundamentação referenciada.

Parágrafo único. Os responsáveis pelas Equipes de Cobrança Judicial poderão definir o Procurador Federal que tem atribuição para a apreciação inicial da impugnação.

Art. 33. O interessado será notificado da decisão por meio do endereço eletrônico, conforme art. 31, parágrafo único, sendo-lhe facultado interpor recurso administrativo no prazo de dez dias, com efeito suspensivo.

§ 1º O recurso deve ser interposto por meio dos mesmos canais previstos no art. 31, até que seja disponibilizada plataforma eletrônica para a apresentação de recursos.

§ 2º Será facultado à autoridade administrativa que proferiu a decisão a sua reconsideração.

§ 3º Não havendo a reconsideração, a autoridade competente para o julgamento do recurso será o responsável pela coordenação da Equipe de Cobrança Judicial, no âmbito de cada uma das Procuradorias Regionais Federais.

§ 4º Importará renúncia à instância recursal e o não conhecimento do recurso eventualmente interposto a propositura, pelo interessado, de qualquer ação judicial cujo objeto coincida total ou parcialmente com a irresignação.

Art. 34. Enquanto não definitivamente julgada a impugnação à rescisão da transação, o devedor deverá continuar cumprindo todas as exigências do acordo.

Art. 35. Julgado definitivamente improcedente o recurso ou não tendo sido interposto no prazo legal, a transação será definitivamente rescindida, implicando:

I - no afastamento dos benefícios concedidos e a cobrança integral da dívida, deduzidos os valores pagos;

II - na retomada do curso da cobrança dos créditos, com execução das garantias eventualmente prestadas e prática dos demais atos executórios, judiciais ou extrajudiciais;

III - autorização para que a Fazenda Pública requeira a convolação da recuperação judicial em falência ou ajuíze a ação de falência, conforme o caso;

IV - a exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago;

V - reinclusão do devedor em cadastros de inadimplentes ou de restrição de créditos; e

VI - a execução da garantia prestada ou vinculada aos créditos.

Art. 36. Rescindida a transação e cancelados os benefícios concedidos, o saldo devedor será calculado da seguinte forma:

I - será apurado o valor original do crédito, com a incidência dos acréscimos legais, até a data da rescisão; e

II - serão deduzidos do valor referido no inciso I deste artigo as prestações pagas, com a incidência dos acréscimos legais, até a data da rescisão.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 37. Na hipótese de a publicação da decisão judicial que defere o processamento da recuperação judicial ser anterior à entrada em vigor da Portaria AGU nº 249, de 2020, fica permitida, pelo prazo de sessenta dias contados da sua entrada em vigor, a apresentação de proposta de transação individual pelo devedor, nos termos do art. 24 da Portaria AGU nº 249, de 2020.

Art. 38. Esta Portaria entrará em vigor em 15 de julho de 2020.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

DOU de 10.7.2020.

**ANEXO I**

**MODELO DE PROPOSTA DE TRANSAÇÃO - LEI Nº 13.988/2020**

**REQUERIMENTO - PESSOA NATURAL**

|  |  |
| --- | --- |
| Nome completo: |  |
| CPF: |  |
| Nacionalidade: |  |
| Estado civil: |  |
| Cônjuge: |  |
| CPF do cônjuge: |  |
| Profissão: |  |
| Identidade: |  |
| Endereço completo: |  |
|  |  |
| Endereço eletrônico (e-mail): |  |
| Telefone: |  |

a) O devedor acima qualificado, nos termos do estabelecido na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e na Portaria AGU nº 249, de 8 de julho de 2020, vem, por meio do presente requerimento, reconhecer os débitos abaixo relacionados e solicitar a transação dos valores nos termos do art. 23 da Portaria AGU nº 249, de 2020, no prazo de\_\_\_\_\_\_\_ meses.

b) Relação de todos os créditos que serão objeto da transação proposta:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| # | AUTARQUIA OU FUNDAÇÃO PÚBLICA CREDORA | Nº DO PROCESSO JUDICIAL OU ADMINISTRATIVO DE COBRANÇA | Nº DA CERTIDÃO DE DIVIDA ATIVA | EXISTE BEM, DIREITO OU VALOR QUE GARANTA A PRESENTE DÍVIDA\* | VALOR ORIGINAL DA DÍVIDA |
| 1 |  |  |  |  |  |
| 2 |  |  |  |  |  |
| 3 |  |  |  |  |  |
| 4 |  |  |  |  |  |
| 5 |  |  |  |  |  |

\* Informar a existência de bem, valor, direito ou qualquer espécie de garantia que esteja penhorada ou que garanta o crédito objeto do pedido de transação, informando a sua natureza (penhora em dinheiro, depósito integral, depósito parcial, imóvel, veículos, seguro garantia, etc...)

c) Relação de todas as ações judiciais que questionem, discutam ou se relacionem de qualquer forma com os créditos que serão objeto de transação listados no item "b":

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| # | Nº PROCESSO JUDICIAL OU ADMINISTRATIVO | CRÉDITO COM O QUAL SE RELACIONA | ESPÉCIE DE AÇÃO\* | EXISTE BEM, DIREITO OU VALOR DEPOSITADO NO PRESENTE PROCESSO | VALOR ORIGINAL DA DÍVIDA |
| 1 |  |  |  |  |  |
| 2 |  |  |  |  |  |
| 3 |  |  |  |  |  |
| 4 |  |  |  |  |  |
| 5 |  |  |  |  |  |

\* Embargos à execução fiscal, ação anulatória, ação ordinária, etc...

d) O devedor está ciente de que a apresentação da presente proposta não gera direito ao seu acatamento, dependendo da análise a ser realizada pela Procuradoria-Geral Federal, nos termos da legislação de regência, bem como depende dos ajustes nos sistemas de cobrança para que possa ser efetivada, nos termos do art. 1º, § 3º da Portaria AGU nº 249, de 2020.

e) O devedor autoriza que as comunicações relativas à presente proposta sejam remetidas para o endereço eletrônico acima fornecido, estando ciente de que é de sua inteira responsabilidade acompanhar as eventuais solicitações e decisões que serão enviadas por aquele meio eletrônico.

f) O devedor declara expressamente, para os fins do art. 15, V, da Portaria AGU nº 249, de 2020, e do art. 12, inciso V, da Portaria PGF nº 333, de 9 de julho de 2020, que, durante o cumprimento da transação que vier a ser celebrada a partir desta proposta, não alienará quaisquer bens, direitos ou ativos sem proceder à prévia comunicação ao órgão da Procuradoria-Geral Federal responsável pela transação.

g) O devedor renuncia expressamente, para os fins do art. 15, § 1º, da Portaria AGU nº 249, de 2020, aos seus sigilos fiscal e bancário, a fim de que a Procuradoria-Geral Federal possa averiguar a veracidade das informações prestadas nesta proposta de transação.

h) O devedor expõe abaixo as causas concretas da situação econômico-financeira e patrimonial que o levam a apresentar a proposta de transação:

|  |
| --- |
| (Exposição resumida dos motivos que levaram a necessidade de apresentação da proposta) |

i) O devedor declara, sob as penas da lei, que são verdadeiras e completas todas as informações prestadas neste documento e naqueles que seguem anexos.

(Cidade e data)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome completo e Assinatura do Devedor)

**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA DE TRANSAÇÃO - LEI Nº 13.988/2020**

**REQUERIMENTO - PESSOA JURÍDICA**

1) Dados da Pessoa Jurídica:

|  |  |
| --- | --- |
| Nome Empresarial: |  |
| Nome Fantasia: |  |
| CNPJ: |  |
| Situação Cadastral: |  |
| Natureza Jurídica: |  |
| Endereço completo: |  |
|  |
| Endereço eletrônico (e-mail): |  |
| Telefone: |  |
|  |  |

2) Dados do Sócio Administrador, Controlador, Gestor ou Representante Legal:

|  |  |
| --- | --- |
| Nome completo: |  |
| CPF: |  |
| Nacionalidade: |  |
| Estado civil: |  |
| Profissão: |  |
| Cônjuge: |  |
| CPF Cônjuge: |  |
| Endereço Completo: |  |
|  |
| Endereço eletrônico (e-mail): |  |
| Telefone: |  |

a) O devedor acima qualificado, nos termos do estabelecido na Lei 13.988, de 14 de abril de 2020, e na Portaria AGU nº 249, de 8 de julho de 2020, vem, por meio do presente requerimento, reconhecer os débitos abaixo relacionados e solicitar a transação dos valores, nos termos do:

( ) Art. 22, da Portaria AGU nº 249, de 2020, no prazo de \_\_\_\_\_\_\_.

( ) Art. 23, da Portaria AGU nº 249, de 2020, no prazo de \_\_\_\_\_\_, por ser considerada: ( ) microempresa, ( ) empresas de pequeno porte, ( ) instituição de ensino, ( ) santa casa de misericórdia, ( ) sociedade cooperativa, ( ) demais organizações da sociedade civil de que trata a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

( ) Art. 24, da Portaria AGU nº 249, de 2020, no prazo de \_\_\_\_\_\_, por estar em recuperação judicial ou situação equiparada, nos termos do §4º do mesmo artigo. Pelo mesmo motivo, solicita ainda, com base no art. 24, §1º, da Portaria AGU nº 249, de 2020, o diferimento do pagamento da segunda parcela, pelo prazo de \_\_\_\_\_ dias, contados da formalização do acordo.

b) Relação de todos os créditos que serão objeto da transação proposta:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| # | AUTARQUIA OU FUNDAÇÃO PÚBLICA CREDORA | Nº DO PROCESSO JUDICIAL OU ADMINISTRATIVO DE COBRANÇA | Nº DA CERTIDÃO DE DIVIDA ATIVA ou DATA DE INSCRIÇÃO | EXISTE BEM, DIREITO OU VALOR QUE GARANTA A PRESENTE DÍVIDA\* | VALOR ORIGINAL DA DÍVIDA |  |
| 1 |  |  |  |  |  |  |
| 2 |  |  |  |  |  |  |
| 3 |  |  |  |  |  |  |
| 4 |  |  |  |  |  |  |
| 5 |  |  |  |  |  |  |
| 6 |  |  |  |  |  |  |
| 7 |  |  |  |  |  |  |
| 8 |  |  |  |  |  |  |

\* Informar a existência de bem, valor, direito ou qualquer espécie de garantia que esteja penhorada ou que garanta o crédito objeto do pedido de transação, informando a sua natureza (penhora em dinheiro, depósito integral, depósito parcial, imóvel, veículos, seguro garantia, etc...)

c) Relação de todas as ações judiciais que questionem, discutam ou se relacionem de qualquer forma com os créditos que serão objeto de transação listados no item "b":

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| # | Nº PROCESSO JUDICIAL OU ADMINISTRATIVO | CRÉDITO COM O QUAL SE RELACIONA | ESPÉCIE DE AÇÃO\* | EXISTE BEM, DIREITO OU VALOR DEPOSITADO NO PRESENTE PROCESSO | VALOR ORIGINAL DA DÍVIDA |  |
| 1 |  |  |  |  |  |  |
| 2 |  |  |  |  |  |  |
| 3 |  |  |  |  |  |  |
| 4 |  |  |  |  |  |  |
| 5 |  |  |  |  |  |  |
| 6 |  |  |  |  |  |  |
| 7 |  |  |  |  |  |  |
| 8 |  |  |  |  |  |  |

\* Embargos à execução fiscal, ação anulatória, ação ordinária, etc...

d) O devedor está ciente de que a apresentação da presente proposta não gera direito ao seu acatamento, dependendo da análise a ser realizada pela Procuradoria-Geral Federal, nos termos da legislação de regência, bem como depende dos ajustes nos sistemas de cobrança para que possa ser efetivada, nos termos do art. 1º, § 3º da Portaria AGU nº 249, de 2020.

e) O devedor autoriza que as comunicações relativas à presente proposta sejam remetidas para o endereço eletrônico acima fornecido, estando ciente de que é de sua inteira responsabilidade acompanhar as eventuais solicitações e decisões que serão enviadas por aquele meio eletrônico.

f) O devedor declara expressamente, para os fins do art. 15, V, da Portaria AGU nº 249, de 2020, e do art. 12, inciso V, da Portaria PGF nº 333, de 9 de julho de 2020, que, durante o cumprimento da transação que vier a ser celebrada a partir desta proposta, não alienará quaisquer bens, direitos ou ativos sem proceder à prévia comunicação ao órgão da Procuradoria-Geral Federal responsável pela transação.

g) O devedor renuncia expressamente, para os fins do art. 15, § 1º, da Portaria AGU nº 249, de 2020, aos seus sigilos fiscal e bancário, a fim de que a Procuradoria-Geral Federal possa averiguar a veracidade das informações prestadas nesta proposta de transação.

h) O devedor expõe abaixo as causas concretas da situação econômicofinanceira e patrimonial que o levam a apresentar a proposta de transação:

|  |
| --- |
| (Exposição resumida dos motivos que levaram a necessidade de apresentação da proposta) |

.

i) O devedor declara, sob as penas da lei, que são verdadeiras e completas todas as informações prestadas neste documento e naqueles que seguem anexos.

(Cidade e data)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome completo e Assinatura do Devedor)

**ANEXO III**

**RELAÇÃO DE TODAS AS AÇÕES JUDICIAIS EM QUE O DEVEDOR É PARTE, COM ESTIMATIVA DOS VALORESDEMANDADOS** (inclusive trabalhistas)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| # | AÇÃO JUDICIAL Nº | JUÍZO/TRIBUNAL | AUTOR OU RÉU | VALOR ESTIMADO |
| 1 |  |  |  |  |
| 2 |  |  |  |  |
| 3 |  |  |  |  |
| 4 |  |  |  |  |
| 5 |  |  |  |  |
| 6 |  |  |  |  |
| 7 |  |  |  |  |
| 8 |  |  |  |  |
| 9 |  |  |  |  |
| 10 |  |  |  |  |

SEGUEM ANEXAS AS CERTIDÕES DE OBJETO E SITUAÇÃO PROCESSUAL DE TODAS AS AÇÕES JUDICIAIS DO REQUERENTE.

(Cidade e data)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome completo e Assinatura do Devedor)

**ANEXO IV**

**RELAÇÃO DE BENS E DIREITOS, NO PAÍS E NO EXTERIOR, DE PROPRIEDADE DO DEVEDOR, DOS SEUS SÓCIOS ADMINISTRADORES E DAS SOCIEDADES EMPRESARIAIS NAS QUAIS ESTES TENHAM QUALQUER TIPO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA, COM A RESPECTIVA LOCALIZAÇÃO E DESTINAÇÃO**

(Juntar laudo de avaliação atualizada dos bens e direitos, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada, no caso de o crédito relativo à proposta de transação ser superior a R$ 1.000.000,00)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 1 | BEM/DIREITO: |  |
| PROPRIETÁRIO: |  |
| LOCALIZAÇÃO: |  |
| DESTINAÇÃO: |  |
| VALOR: |  |
| 2 | BEM/DIREITO: |  |
| PROPRIETÁRIO: |  |
| LOCALIZAÇÃO: |  |
| DESTINAÇÃO: |  |
| VALOR: |  |
| 3 | BEM/DIREITO: |  |
| PROPRIETÁRIO: |  |
| LOCALIZAÇÃO: |  |
| DESTINAÇÃO: |  |
| VALOR: |  |
| 4 | BEM/DIREITO: |  |
| PROPRIETÁRIO: |  |
| LOCALIZAÇÃO: |  |
| DESTINAÇÃO: |  |
| VALOR: |  |

(Cidade e data)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome completo e Assinatura do Devedor)

**ANEXO V**

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE BENS

Declaro expressamente, para os fins do art. 15, VII, da Portaria AGU nº 249, de 8 de julho de 2020, e do art.12, VII, da Portaria PGF nº 333, de 9 de julho de 2020, que não disponho de quaisquer bens no Brasil ou no exterior, deixando, por isso, de juntar neste ato a relação de bens e direitos e/ou as minhas declarações de Imposto de Renda dos três últimos anos, às quais se referem os dispositivos citados.

(Cidade e data)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome completo e Assinatura do Devedor)

(Caso o devedor apresente as declarações de Imposto de Renda de Pessoa Física ouJurídica dos últimos três anos, de acordo com o art. 15, VII e VIII da Portaria AGU nº 249,de 2020, esta declaração é dispensada).

**ANEXO VI**

**CHECK LIST DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:**

|  |  |
| --- | --- |
| DOCUMENTO | RECEBIDO |
| 1) Proposta de transação (pessoa física ou jurídica), conforme Modelos constantes do Anexo I e II, devidamente assinada pelo devedor ou pelo representante devidamente habilitado; |  |
| 2) Relação completa de todas as ações judiciais em que o requerente figure como parte; |  |
| 3) Certidões de objeto e situação processual de todas as ações judiciais do requerente; |  |
| 4) Relação de bens e direitos de propriedade do requerente, sócios administradores e das sociedades empresariais que tenham participação societária. |  |
| 5) Laudo de avaliação de bens e ativos, subscrito por profissional habilitado, para propostas que tenham valores consolidados acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). |  |
| 6) Declarações de Imposto de Renda dos últimos três anos da pessoa física ou jurídica proponente; |  |
| 7) Declarações de Imposto de Renda dos últimos três anos dos sócios administradores e, se for o caso, de outras sociedades empresariais que tenham participação societária; |  |
| 8) Declaração de que não dispõe de bens no país ou no exterior (substitui a necessidade de entrega das certidões de nº 4 a 7, se for o caso). |  |

**ANEXO VII**

**TERMO DE TRANSAÇÃO - LEI Nº 13.988/2020**

**MODELO**

|  |  |
| --- | --- |
| NUP: |  |
| CREDOR: |  |
| DEVEDOR: |  |
| CPF/ CNPJ: |  |

O presente instrumento de transação, com fulcro na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020; na Portaria AGU nº 249, de 8 de julho de 2020; na Portaria PGF nº 333, de 9 de julho de 2020 e na proposta de transação apresentada pelo devedor; constantes do processo administrativo nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, é firmado pelas partes abaixo nominadas:

A) (Autarquia ou Fundação Pública(s) Federal), autarquia federal, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada pela Procuradoria-Geral Federal, através do Procurador Federal ao final firmado, doravante denominada credora; e

B) (Devedor), (CPF), (Qualificação completa), (Endereço), (Endereço eletrônico), (Telefone), doravante denominado devedor, neste ato representado por (Representante Legal, se for o caso, com qualificação completa);

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA TRANSAÇÃO:

1.1 O presente termo de transação visa à plena satisfação do(s) crédito(s) consolidado(s) e apurado(s), consoante as cláusulas seguintes.

1.2 O devedor, por este ato, reconhece ser devedor do(s) crédito(s) da(s) credora(s) no valor total de R$ (valor total dos créditos devidos sem qualquer redução), consolidado em (data da consolidação dos valores), objeto de cobrança nos processos listados abaixo: (poderão ser listados os processos de execução em ANEXO):

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Número do Processo Judicial | Vara ou Tribunal | Valor |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |

1.3 O devedor renuncia a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundem ações judiciais, incluídas as coletivas, ou recursos que tenham por objeto os créditos incluídos neste termo de transação, conforme lista contida no item 1.2, por meio de requerimento de extinção do respectivo processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "c", do Código de Processo Civil.

1.4 A renúncia de que trata o item 1.3 alcança as seguintes ações judiciais e os correlatos recursos e/ou incidentes (poderão ser listadas em ANEXO):

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| . Número do Processo Judicial | Vara ou Tribunal | Créditos ou Processos de cobrança ao qual se relacionam | Espécie de ação |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

.1.5 A renúncia de que trata a cláusula 1.4 deverá ser protocolada no prazo de 30 (trinta) dias a contar da formalização da transação, em todas as ações e/ou recursos mencionados na lista mencionada, e não exime o devedor quanto à obrigação de pagar ônus sucumbenciais eventualmente fixados em decisão judicial.

1.6 As partes concordam com a suspensão do(s) processo(s) relativo(s) à cobrança do(s) crédito(s) da credora ora transacionado(s), até que sobrevenha a extinção deles pelo cumprimento integral do presente termo de transação ou por sua eventual rescisão.

1.7 (O devedor se compromete em oferecer ou manter íntegras garantias e os bens penhorados nas seguintes ações judiciais - Manutenção de garantias).

1.8 (Autorização para levantamento, desconstituição ou cancelamento de penhora, de acordo com o art. 11, **caput**, da Portaria AGU nº 249, de 2020).

1.9 A transação ora celebrada não implica novação da(s) dívida(s) do devedor.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 Os créditos constantes do item 1.2 serão pagos da seguinte forma, de acordo com o Art. (verificar o enquadramento) da Portaria AGU nº 249, de 2020:

a) entrada ou primeira parcela equivalente a (% de entrada) do(s) crédito(s) consolidado(s), sem reduções no valor de principal, a qual corresponde a R$ (valor da entrada);

b) (número) prestações mensais e variáveis, calculadas com redução de (% de redução de acordo com número de prestações) sobre o remanescente do(s) crédito(s).

2.2 Esta transação formaliza-se definitivamente apenas com o pagamento da entrada ou da primeira parcela, no valor estipulado na alínea "a" do item 2.1, desde que realizado no prazo fixado no item 2.5.

2.3 A formalização desta transação na forma do item anterior suspende a exigibilidade dos créditos por ela abrangidos.

2.4 O valor de cada prestação mensal prevista no item 2.1. "b", por ocasião do pagamento, será acrescido de juros:

a) equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e

b) de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

2.5 A entrada ou primeira parcela deverá ser quitada até (último dia útil do mês da consolidação do(s) crédito(s)).

2.6 As prestações terão vencimento sempre no último dia útil de cada mês.

2.7 Os pagamentos deverão ocorrer por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), a serem obtidas (colocar onde e a forma como serão obtidas as guias).

2.8 A parcela eventualmente paga em atraso deverá sofrer incidência de multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor devido.

2.9 Eventuais diferenças referentes a juros de mora e correção monetária serão apuradas ao final do parcelamento.

2.10 Paga a entrada, admite-se o pagamento de prestações mediante a conversão em renda de depósitos judiciais vinculados ao(s) crédito(s) objeto(s) da transação (obs: a entrada também poderá ser paga mediante conversão em renda).

2.11 Na hipótese prevista no item 2.10, considera-se como data do pagamento a data da realização da conversão em renda, independentemente das datas em que o devedor renunciou ao direito, nos termos do item 1.5.

2.12 Realizada a conversão em renda, nas formas estipuladas pela entidade credora, conforme o montante recolhido, esta deverá dar quitação as parcelas, seguindo a ordem crescente dos prazos de vencimento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - COMPROMISSOS DO DEVEDOR

3.1 O devedor, além das obrigações gerais constantes da Cláusula Primeira, assume, com a assinatura do presente termo de transação, os compromissos de não:

a) utilizar a presente transação de forma abusiva, com a finalidade de limitar, falsear ou prejudicar, de qualquer forma, a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;

b) utilizar pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, direitos e valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da credora; e

c) alienar nem onerar bens ou direitos sem a devida comunicação prévia à Procuradoria-Geral Federal.

3.2 A comunicação prevista no item 3.1, letra "c" da presente Cláusula deverá ser direcionada a (inserir para onde e como deverá ser comunicado o órgão de execução sobre eventual alienação de bens).

3.3 Após o protocolo das petições previstas no item 1.5, o devedor deverá apresentar as petições ao órgão da Procuradoria-Geral Federal através de (inserir para onde e como deverá haver esta comunicação).

3.4 O devedor arcará com todas as custas processuais e eventualmente pendentes decorrentes dos processos listados no item 1.4.

3.5 O devedor declara expressamente que as informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais prestadas à Procuradoria-Geral Federal na proposta de transação e ao longo do respectivo processo administrativo são verdadeiras e que não omitiu informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores.

4. CLÁUSULA QUARTA - RESCISÃO DO TERMO DE TRANSAÇÃO

4.1 Implicará a rescisão do presente acordo, o descumprimento das condições, cláusulas ou compromissos assumidos no presente termo, além da:

a) falta de pagamento de:

• 3 (três) parcelas consecutivas, ou seis alternadas; ou

• até 2 (duas) parcelas, estando pagas todas as demais ou estando vencida a última prestação do parcelamento.

b) constatação, pelo credor, de ato tendente ao esvaziamento patrimonial do devedor como forma de fraudar o cumprimento da transação, ainda que realizado anteriormente à sua celebração;

c) decretação de falência ou extinção, pela liquidação, da empresa (sociedade) devedora;

d) constatação de que o devedor ingressou com qualquer tipo de medida judicial ou extrajudicial para discutir ou buscar não realizar o pagamento de quaisquer créditos que estejam envolvidos na presente transação.

4.2 É considerada inadimplida a parcela paga parcialmente.

4.3 A rescisão será precedida de notificação ao devedor nos termos do Art. 29, da Portaria PGF nº 333, de 2020, que estabelece o procedimento e prazo para regularização da situação, podendo o devedor apresentar impugnação nos termos regulamentares.

4.4 Enquanto não julgada definitivamente a impugnação referida no item 4.3, deverá o devedor cumprir todas as obrigações decorrentes do presente termo de transação.

4.5 A rescisão da transação acarretará a perda de todos os benefícios dela decorrentes.

4.6 São efeitos específicos da rescisão:

a) o afastamento dos benefícios concedidos;

b) a cobrança integral das dívidas, deduzidos apenas os valores pagos;

c) a autorização para que a Procuradoria-Geral Federal requeira a convolação da recuperação judicial em falência, ou ajuíze ação de falência, conforme o caso;

d) a exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e não pago;

e) a reinclusão do devedor nos cadastros de inadimplentes ou restritivos de créditos;

f) a execução da garantia prestada ou vinculada aos créditos.

5. CLÁUSULA QUINTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 A assinatura deste termo de transação pelo devedor importa em aceitação plena e irretratável de todas as cláusulas e condições estabelecidas, de modo a constituir confissão irrevogável e irretratável do(s) crédito(s) abrangido(s) por ela, nos termos dos arts. 389 a 395 do Código de Processo Civil.

5.2 O devedor declara que a assinatura deste termo de transação foi devidamente autorizada e aprovada sob a égide da legislação aplicável, constituindo-se em obrigação válida, legal e vinculante, bem como que:

a) não há conflito ou violação a qualquer dispositivo aos seus atos constitutivos, estatutários ou quaisquer outros contratos que tenham sido firmados;

b) não há qualquer informação inverídica e não foi omitido qualquer fato que contamine este termo.

5.3 Por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente termo de transação, a fim de que surta os seus efeitos jurídicos.

[cidade], [data]

|  |  |
| --- | --- |
| (CREDORA)  (NOME DO PROCURADOR)  Procurador Federal | (DEVEDOR  (DEVEDOR OU REPRESENTANTE)  CPF |

DOU de 10.7.2020.

**PORTARIA Nº 360, DE 9 DE JULHO DE 2020.**

*Dispõe sobre a extinção do Escritório de Representação em Americana/SP.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das competências de que tratam os incisos I e VIII, do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, da delegação de competência prevista no art. 4º da Portaria AGU nº 446, de 21 de outubro de 2015, e considerando o disposto no Processo nº 00407.020304/2018-58, resolve:

Art. 1º Extinguir o Escritório de Representação em Americana/SP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

DOU de 10.7.2020.

**PORTARIA Nº 462, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020**.

*Prorroga o projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das competências de que tratam os incisos I e VIII do§ 2º do artigo 11 da Lei n. 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria n. 978, de 24 de dezembrode 2015, e o que consta no processo administrativo n. 00407.009940/2015-86, resolve:

Art. 1º Fica prorrogado até o dia 1° de março de 2021 o projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto -Benefícios por Incapacidade de que tratam as Portarias n. 979, de 24 de dezembro de 2015; n. 317, de 04 de maio de2016; n. 880, de 19 de dezembro de 2016; n. 238, de 20 de abril de 2017; n. 338, de 14 de junho de 2017; n. 801, de 26 dedezembro de 2017; n. 229, de 04 de abril de 2018; n. 930, de 13 de dezembro de 2018; n. 258, de 14 de março de 2019; n.471, de 20 de maio de 2019; n. 667, de 19 de setembro de 2019; e n. 108 de 26 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

Suplemento do BS 35, de 01.09.2020.

**PORTARIA Nº 498/2020/PGF/AGU, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020.**

*Subdelega as competências de que trata o Decreto n. 10.201, de 15 de janeiro de 2020, e dispõe sobre a celebração de acordos e transações judiciais no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do artigo 11 da Lei n. 10.480, de 2 de julho de 2002, os artigos 1º e 2º da Lei n. 9.469, de 10 de julho de 1997, o Decreto n. 10.201, de 15 de janeiro de 2020, a Portaria AGU n. 173, de 15 de maio de 2020, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n. 00407.025134/2019-89, resolve:

Art. 1º Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal (PGF) ficam autorizados a realizar acordos ou transações, em juízo, para terminar o litígio, nas causas de valor até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), observados os seguintes limites de alçada:

I - até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelos Procuradores Federais oficiantes no processo judicial;

II - até R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), mediante prévia e expressa autorização dos Responsáveis pelas Procuradorias Seccionais Federais;

III - até R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), mediante prévia e expressa autorização dos Procuradores-Chefes nos Estados;

IV - até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), mediante prévia e expressa autorização dos Procuradores Regionais Federais.

§ 1º Nas causas de valor superior ao limite estabelecido nocaput, será necessária prévia e expressa autorização do Procurador-Geral Federal para a celebração do acordo ou transação judicial.

§ 2º Nas causas com valor igual ou superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), o acordo ou a transação judicial, sob pena de nulidade, dependerá ainda de prévia e expressa autorização do Advogado-Geral da União, diretamente ou mediante delegação, e do Ministro de Estado a cuja área de competência estiver afeto o assunto.

§ 3º A demanda que, independentemente dos valores envolvidos, for, previamente, destacada como relevante ou estratégica, por manifestação do Departamento de Contencioso da PGF, ou em razão de deliberação do Procurador-Geral Federal ou do Advogado-Geral da União, exigirá a prévia e expressa autorização do Procurador-Geral Federal.

§ 4º Os Procuradores Regionais Federais poderão subdelegar:

I - a competência até sua alçada, aos responsáveis pela coordenação das equipes regionais de atuação desterritorializada, que tenham sido formalmente instituídas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Procuradoria-Geral Federal, para análise e autorização das propostas de acordo relacionadas aos processos judiciais de atribuição da respectiva equipe regional;

II - a competência até a alçada dos Procuradores-Chefes nos Estados, aos responsáveis pela coordenação das equipes estaduais de atuação desterritorializada e aos coordenadores temáticos das regionais, que tenham sido formalmente instituídas, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Procuradoria-Geral Federal, para análise e autorização das propostas de acordo relacionadas aos processos judiciais de atribuição da respectiva equipe estadual.

§ 5º Para a fixação da alçada de que trata este artigo, deverá ser observado o conteúdo econômico da lide processual, podendo tal quantia ser aferida pelo valor liquidado no acordo ou transação judicial ou, na impossibilidade de sua mensuração, pelo valor da causa.

§ 6º Nas hipóteses de litisconsórcio ativo ou de substituição processual em execuções plúrimas desmembradas (ou não) de ações coletivas, será considerado o valor cobrado por autor/exequente para fins de aplicação dos limites de que trata este artigo.

§ 7º Ficam concorrentemente respeitadas as competências e autorizações específicas eventualmente existentes na legislação em vigor e nos normativos específicos da Procuradoria-Geral Federal e gerais da Advocacia-Geral da União em matéria de acordos ou transações judiciais englobando autarquias e fundações públicas federais.

Art. 2º São requisitos para a celebração do acordo ou transação judicial:

I - a análise da probabilidade de êxito da entidade representada em juízo;

II - a vantajosidade da solução consensual para a autarquia ou fundação pública federal;

III - o exame de viabilidade técnica, operacional e econômico-financeira dos termos celebrados, para o cumprimento de obrigações de fazer, não fazer, ou de entregar coisa;

IV - a observância às cláusulas imprescindíveis à formalização.

§ 1º A probabilidade de êxito da entidade representada em juízo consiste na avaliação da tese apresentada no feito judicial em defesa da entidade pública federal, considerando-se o conjunto fático-probatório dos autos judiciais, as orientações do Procurador-Geral Federal e do Advogado-Geral da União, se existentes, e o panorama jurisprudencial atualizado acerca da matéria.

§ 2º Entende-se por vantajosidade o estabelecimento de posição de vantagem econômica (economicidade) e jurídica, em relação ao provável desfecho da demanda judicial.

§ 3º Entende-se por viabilidade técnica, operacional e econômico-financeira, a capacidade da entidade representada de cumprimento do acordo, nestes aspectos.

§ 4º A produção de manifestação jurídica escrita relativamente aos incisos I, II e III é dispensada, por já se presumirem demonstrados:

I - quando houver modelo nacional de acordo sobre demanda de massa;

II - quando houver manifestação referencial regional ou nacional, analisando os incisos I a III docaput,em relação à matéria específica; e

III - nos casos cuja matéria em discussão seja objeto de súmula da Advocacia-Geral da União ou de parecer ou outra orientação proveniente do Advogado-Geral da União, do Procurador-Geral Federal, do Departamento de Contencioso, do Departamento de Consultoria ou da Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da Procuradoria-Geral Federal, ou do órgão central da Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal representada.

Art. 3º São imprescindíveis à formalização do acordo ou transação judicial, além de outras que o Procurador Federal oficiante no feito reputar necessárias, conforme as particularidades do caso, as cláusulas dispondo sobre:

I - qualificação das partes e de seus respectivos representantes;

II - o objeto do acordo ou transação, incluindo as obrigações assumidas;

III - o prazo e o modo para o seu cumprimento;

IV - a renúncia a eventuais direitos decorrentes do mesmo fato ou fundamento jurídico que deu origem à ação judicial, exceto quando o autor da ação tutelar direito indisponível;

V - a disciplina dos honorários advocatícios;

VI - a extinção, com resolução do mérito, da ação judicial em que ele será homologado;

VII - o não reconhecimento dos pedidos da ação na hipótese de não formalização do acordo ou transação judicial;

VIII - a previsão de que a obrigação de pagar pela autarquia ou fundação pública federal será adimplida por expedição de requisição de pequeno valor ou precatório.

Art. 4º Compete à unidade de contencioso da Procuradoria-Geral Federal responsável pelo acompanhamento da ação judicial em que o acordo ou transação será homologado, a análise da probabilidade de êxito da entidade representada em juízo.

Parágrafo único. Entende-se por unidade de contencioso a Procuradoria e/ou Coordenação responsável pela condução do processo judicial e as equipes de atuação desterritorializadas.

Art. 5º Competem à Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal representada, a análise da vantajosidade da solução consensual para todos os tipos de obrigações, bem como a comprovação de viabilidade técnica, operacional e econômico-financeira dos termos celebrados para o cumprimento de obrigações de fazer, não fazer, ou de entregar coisa.

§ 1º Em casos específicos e concretos, a unidade de contencioso responsável pelo acompanhamento da ação judicial em que o acordo ou a transação será homologado(a) poderá empreender a análise dos requisitos elencados nocapute exercer a competência prevista no art. 7º, I, devendo cientificar a Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal representada.

§ 2º Não havendo manifestação expressa da Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal representada em sentido contrário, em até 15 (quinze) dias úteis, presumir-se-á a aquiescência com a análise empreendida.

Art. 6º Em relação às demandas de massa, as Procuradorias Regionais Federais poderão elaborar manifestação referencial regional, analisando, tanto a probabilidade de êxito da entidade representada em juízo, quanto a vantajosidade da solução consensual, além da viabilidade técnica, operacional e econômico-financeira dos termos celebrados, para o cumprimento de obrigações de fazer, não fazer, ou de entregar coisa.

§ 1º A elaboração da manifestação referencial regional deve ser cientificada à Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal representada, que poderá se manifestar, se entender pertinente.

§ 2º Não havendo manifestação expressa da Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação pública federal representada em sentido contrário, em até 15 (quinze) dias úteis, presumir-se-á a aquiescência com os termos da manifestação referencial regional.

§ 3º Editada a referida manifestação quanto a determinado tema, reputar-se-ão demonstrados os requisitos elencados no art. 2° para as demandas da mesma espécie.

Art. 7º A atribuição para elaboração final da minuta da proposta do acordo ou transação judicial contendo as cláusulas dispostas no art. 3º, será definida, a partir da análise da matéria em litígio:

I - pela Procuradoria Federal junto à autarquia ou fundação, se o acordo envolver matéria finalística;

II - pelo órgão de contencioso responsável pela atuação no processo judicial em que o acordo será homologado, se for matéria-meio ou nas hipóteses de cumprimento presumido dos requisitos (art. 2º, § 4º).

Art. 8º Esta Portaria não se aplica aos processos judiciais cujo valor da causa seja igual ou inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, bem como aos feitos processados nos Juizados Especiais Federais, a eles se aplicando a Portaria AGU n. 109, de 30 de janeiro de 2007.

Art. 9º É vedada a juntada, nos autos judiciais, das manifestações das tratativas de negociação, tenha sido ela frutífera ou não, em observância ao princípio da confidencialidade, insculpido no art. 166 do Código de Processo Civil, bem como para preservar a eleição de estratégia processual, nos termos do art. 7º, incisos II e XIX, da Lei n. 8.906/94 c/c o art. 19, incisos I e III, da Portaria AGU n. 529, de 23 de agosto de 2016.

Art. 10. O negócio jurídico processual que não alcance o direito material litigado, restringindo-se à alinhamentos de ordem eminentemente processual, não se sujeita a esta Portaria.

Art. 11. Essa portaria é norma geral, devendo ter sua aplicação compatibilizada com outros normativos editados pela Procuradoria-Geral Federal, que disciplinem a realização de acordos em relação à temática específica.

Art. 12. Fica revogada a Portaria PGF n. 915, de 16 de setembro de 2009.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

DOU de 21.9.2020.

**PORTARIA Nº 661, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2020.**

*Regulamenta o artigo 9º da Portaria AGU n. 488, de 27 de julho de 2016, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei n. 10.480, de 2 de julho de 2002, e considerando o disposto no art. 19-C combinado com o art. 19-D da Lei n. 10.522, de 19 de julho de 2002, o art. 9º, § 4º e o art. 15-B da Portaria AGU n. 488, de 27 de julho de 2016, na redação da Portaria AGU n. 161, de 6 de maio de 2020, bem assim o que consta do Processo Administrativo n. 00407.016959/2020-46, resolve:

Art. 1º Os Procuradores Federais ficam dispensados, em processos judiciais que envolvam conteúdo estritamente pecuniário, nas fases de conhecimento ou de execução, e desde que haja pedido, decisão ou sentença líquidos, de contestar, recorrer, opor embargos à execução, impugnar o cumprimento de sentença ou apresentar outros incidentes processuais na fase executiva, bem como desistir dos recursos interpostos, quando o benefício patrimonial almejado com o ato não atender aos critérios de racionalidade, de economicidade e de eficiência, nos termos dos artigos 19-C e 19-D da Lei n. 10.522, de 19 de julho de 2002, assim considerados:

I - o valor controvertido por autor ou substituído no processo de conhecimento for igual ou inferior a R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

II - o valor cobrado por cada exequente na execução da sentença não superar R$ 10.000,00 (dez mil reais), incluídos custas, despesas processuais e honorários advocatícios;

III - o valor da execução por cada exequente superar R$ 10.000,00 (dez mil reais), incluídos custas, despesas processuais e honorários advocatícios, e a diferença de cálculo for igual ou inferior a 10% (dez por cento) do valor apurado pelos órgãos de execução da PGF, desde que não ultrapasse R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Parágrafo único. A autorização prevista nocaputnão se aplica:

I - aos processos relacionados a créditos das autarquias e fundações públicas federais, os quais são objeto da Portaria AGU n. 377, de 25 de agosto de 2011, e da Portaria PGF n. 916, de 31 de outubro de 2011;

II - à análise de conformidade de requisições de precatórios ou de requisições de pequeno valor (RPV), a qual é regida pela Portaria PGF n. 558, de 11 de agosto de 2016;

III - aos processos que veiculem tese classificada como relevante pela Procuradoria-Geral Federal ou esteja em discussão em processo de controle concentrado de constitucionalidade ou afetado como representativo da controvérsia em quaisquer dos Tribunais Superiores ou Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais;

IV - nas situações de abuso de direito pela parte autora e de alta probabilidade de êxito da tese de defesa da autarquia ou fundação pública federal;

V - quando presentes as seguintes situações, previstas no art. 12 da Portaria AGU n. 488, de 27 de julho de 2016:

a) incidência de qualquer das hipóteses elencadas no art. 337 do CPC;

b) prescrição ou decadência;

c) existência de controvérsia acerca da matéria de fato;

d) ocorrência de pagamento administrativo;

e) verificação de outras questões ou incidentes processuais que possam implicar a extinção da ação;

f) existência de acordo entre as partes, judicial ou extrajudicial;

g) verificação de circunstâncias específicas do caso concreto que possam modificar ou extinguir a pretensão da parte adversa;

h) constatação da possibilidade de oferecimento de proposta de acordo para encerramento do litígio, conforme orientação da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 2º Excepcionalmente, nas hipóteses que não se enquadrarem nos parâmetros previstos no art. 1º, os Procuradores Federais, com prévia autorização da chefia imediata, poderão, em casos específicos e concretos, desde que não incidam as vedações do seu Parágrafo único, abster-se de contestar, recorrer, opor embargos à execução, impugnar o cumprimento de sentença ou apresentar outros incidentes processuais na fase executiva, bem como desistir de recurso interposto, quando demonstrado que o benefício patrimonial almejado com o ato não atende aos critérios de racionalidade, de economicidade e de eficiência, considerando o valor em discussão, o custo de tramitação do processo ou eventual sucumbência recursal (art. 85, §§ 1º e 11, do Código de Processo Civil).

§ 1º A solicitação de autorização prevista nocaputdeste artigo deve ser veiculada por meio do SAPIENS e em nota jurídica, devidamente fundamentada, expondo o motivo fático ou jurídico da abstenção ou desistência.

§ 2º A chefia imediata poderá subdelegar a competência atribuída pelocaputdeste artigo.

Art. 3º Os Procuradores Federais poderão se abster de interpor e desistir de recurso interposto, em casos específicos e concretos ou conjunto de casos específicos e concretos idênticos, desde que demonstrada de forma fundamentada:

I - a inexistência de probabilidade de êxito da tese da autarquia ou da fundação pública federal; ou

II - o prejuízo à estratégia de atuação específica para a tese discutida.

§ 1º A caracterização das hipóteses previstas neste artigo não afasta o dever de recorrer e manter a irresignação recursal quando o objeto da demanda tenha potencial para gerar relevante multiplicação de processos judiciais idênticos ou semelhantes que prejudique a análise individual da relação entre o valor em discussão e o custo da tramitação do processo e a majoração da condenação da entidade representada em razão da sucumbência recursal.

§ 2º A ocorrência da situação prevista no §1° deste artigo deverá ser comunicada pelo Procurador Federal atuante no processo por meio do SAPIENS e em nota jurídica, devidamente fundamentada, à Procuradoria Regional Federal respectiva, que poderá editar pareceres referenciais regionais sempre que constatado o potencial efeito multiplicativo.

Art. 4º As Procuradorias Regionais Federais, quando do recebimento da comunicação de que trata o art. 3º, § 2º, deverão:

I - analisar se o objeto da demanda tem potencial para gerar relevante multiplicação de processos judiciais idênticos ou semelhantes;

II - em caso positivo, verificar a existência de jurisprudência sobre a questão ao menos no âmbito dos Tribunais Regionais Federais;

III - na hipótese de existir entendimento desfavorável, consultar a Procuradoria Federal-Sede junto à autarquia ou fundação pública federal demandada, a Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos - CGCOB ou o Departamento de Cálculos e Perícias da AGU - DCP/NECAP, a depender do tema;

IV - elaborar, se assim entender, parecer referencial regional contendo as orientações relacionadas às teses jurídicas e estratégias processuais a serem observadas por todos os órgãos de execução vinculados à respectiva Procuradoria Regional Federal, para uniformização de entendimentos;

V - cientificar o Departamento de Contencioso, que analisará a pertinência do parecer referencial regional e a eventual necessidade de extensão aos demais órgãos de execução da PGF, na forma do inciso IX do art. 2º da Portaria AGU n. 488, de 27 de julho de 2016.

§ 1º O parecer referencial regional deverá conter:

I - ementa, com finalidade de sumariar a questão e a opinião ou decisão apresentadas;

II - relatório circunstanciado do caso, com os posicionamentos técnicos e jurídicos envolvidos, com indicação precisa do ponto a ser objeto de opinião ou de decisão;

III - fundamentação com análise da jurisprudência dos Tribunais Regionais Federais acerca do tema, bem como dos Tribunais Superiores; e

IV - conclusão em tópico apartado.

§ 2º Em caso de discordância, o Departamento de Contencioso da PGF poderá determinar a perda de eficácia do parecer regional, com comunicação à Procuradoria Regional correspondente.

§ 3º Na hipótese de declaração de perda de eficácia, consideram-se válidas as atuações ou abstenções praticadas durante a vigência do parecer regional.

Art. 5º Para fins de aplicação do disposto nos arts. 1º e 2º, cabe ao Procurador Federal, considerando as peculiaridades do caso, analisar a necessidade de solicitar parecer técnico ao Departamento de Cálculos e Perícias da AGU, ou outro órgão que venha a substituí-lo.

Art. 6º No caso de abstenção de contestação, impugnação ao cumprimento de sentença ou embargos à execução, os Procuradores Federais deverão peticionar no feito no prazo da defesa para justificar a abstenção do ato processual, com fulcro nesta portaria.

Parágrafo único. Quando houver a abstenção de contestação, a petição deverá consignar que a medida não implica o reconhecimento da procedência do pedido formulado pelo autor no processo judicial, conforme disposto no artigo 19-C, § 2º, da Lei n. 10.522, de 19 de julho de 2002.

Art. 7º Ressalvada a situação prevista no art. 2º, a abstenção de contestar, recorrer, opor embargos à execução, impugnar o cumprimento de sentença ou apresentar outros incidentes processuais na fase executiva, bem como a desistência do recurso interposto, independem de autorização da chefia imediata.

Art. 8º Os Procuradores Federais deverão justificar as situações de abstenção previstas nesta portaria procedendo ao preenchimento dos campos correspondentes do SAPIENS, não se aplicando o referido registro na forma indicada no caso de processos judiciais com valor de condenação de até 60 (sessenta) salários mínimos.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

DOU de 8.12.2020.

**PORTARIA NORMATIVA Nº 1/PGF/AGU, DE 13 DE JANEIRO DE 2021**

*Estabelece o Modelo de Governança Setorial da Procuradoria-Geral Federal e institui o Prêmio de Excelência em Governança da Procuradoria-Geral Federal.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso de suas atribuições contidas no artigo 11, §2º, incisos I e VIII, da Lei n. 10.480, de 2 de julho de 2002, observado o disposto nos processos eletrônicos n. 00400.000031/2018-95 e n. 00407.051690/2017-49, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Portaria Normativa estabelece o Modelo de Governança Setorial e as Metas Setoriais da Procuradoria-Geral Federal.

Parágrafo único. Para os fins desta Portaria Normativa, consideram-se:

I - Modelo de Governança Setorial da Procuradoria-Geral Federal: conjunto de programas e projetos estratégicos, de processos de trabalho e atividades exercidos pelos órgãos da Procuradoria-Geral Federal com foco no cumprimento dos objetivos estratégicos e no alcance das metas estratégicas da Advocacia-Geral da União;

II - Planos de Ação Setoriais da Procuradoria-Geral Federal: instrumentos que congregam as atividades, os responsáveis, as metas e os prazos voltados à implementação do Modelo de Governança Setorial da Procuradoria-Geral Federal;

III - Metas Setoriais: valores numéricos indicativos do patamar almejado pela Procuradoria-Geral Federal para os indicadores estratégicos; e

IV - Atividades Finalísticas da Procuradoria-Geral Federal: a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inclusive a inscrição em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

CAPÍTULO II

DOS MODELOS DE GOVERNANÇA SETORIAL

Art. 2º Ficam estabelecidos, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, os seguintes Modelos de Governança Setorial:

I - Modelo de Governança Setorial em Cobrança, composto pelo conjunto de programas e projetos estratégicos e de processos de trabalho que contribui para o aperfeiçoamento da atividade de cobrança e recuperação de créditos exercida pela Procuradoria-Geral Federal;

II - Modelo de Governança Setorial em Consultoria, composto pelo conjunto de programas e projetos estratégicos e de processos de trabalho que contribui para o aperfeiçoamento da atividade de consultoria e assessoramento jurídico exercida pela Procuradoria-Geral Federal; e

III - Modelo de Governança Setorial em Contencioso, composto pelo conjunto de programas e projetos estratégicos e de processos de trabalho que contribui para o aperfeiçoamento da atividade de representação judicial exercida pela Procuradoria-Geral Federal.

Parágrafo único. Os Modelos de Governança Setorial da PGF, os programas e os projetos estratégicos serão coordenados pelo Escritório de Inovação da Procuradoria-Geral Federal, estrutura integrante da Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos.

Art. 3º As metas anuais para os indicadores estratégicos relativos às atividades finalísticas da Procuradoria-Geral Federal são aquelas definidas pelo Comitê de Governança da Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único. Sem prejuízo das metas e indicadores definidos nos termos do caput deste artigo, a Procuradoria-Geral Federal poderá estabelecer metas e indicadores próprios, considerada a singularidade da sua área de atuação e suas peculiaridades.

Art. 4º Compete à Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos atuar junto às unidades da Procuradoria-Geral Federal, em articulação com o Departamento ou Coordenação-Geral finalística correspondente, com vistas à implementação efetiva dos Modelos de Governança Setorial e dos Planos de Ações Setoriais.

CAPÍTULO III

DOS PLANOS DE AÇÃO SETORIAIS

Art. 5º Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal estabelecerão, anualmente, Planos de Ação Setoriais, com o objetivo de implementar os respectivos Modelos de Governança, bem como para atingir as metas e os indicadores definidos para a Procuradoria-Geral Federal.

§ 1º Os Planos de Ação Setoriais serão juntados nos NUPs indicados nos anexos I e II, onde também deverão ser registradas as informações relativas ao seu monitoramento.

§ 2º As Procuradorias Seccionais Federais terão seus Planos de Ação Setoriais incorporados ao Plano de Ação Setorial das Procuradorias Federais nos Estados ou das Procuradorias Regionais Federais a que estejam vinculadas, conforme o caso.

§ 3º As Procuradorias Regionais Federais, considerando o caso concreto, poderão incluir em seu Plano de Ação Setorial um ou alguns projeto(s) ou ações de titularidade das Procuradorias Federais nos Estados que façam parte de sua região.

§ 4º As Equipes Especializadas vinculadas a Coordenações Nacionais deverão ter seus Planos de Ação Setoriais publicados junto ao Plano de Ação Setorial de suas respectivas Coordenações, constantes do Anexo II a esta Portaria Normativa.

Art. 6º Os Planos de Ação Setoriais devem contemplar as seguintes atividades:

I - a implementação dos programas e projetos estratégicos da Procuradoria-Geral Federal;

II - a definição de ações específicas para o atingimento das metas e para o aperfeiçoamento das atividades finalísticas;

III - a institucionalização de rotina de acompanhamento do painel de indicadores estratégicos;

IV - as iniciativas de estímulo à participação e engajamento de seus integrantes; e

V - as iniciativas focadas no aumento da produtividade, no aprimoramento do assessoramento jurídico, na prevenção e na redução de demandas.

Parágrafo único. Os programas e projetos estratégicos da Procuradoria-Geral Federal, de que trata o inciso I do caput deste artigo, são de implementação obrigatória quando assim previsto no seu ato de instituição ou em atos posteriores.

Art. 7º As iniciativas focadas no aumento da produtividade dos órgãos devem constar obrigatoriamente dos Planos de Ação Setoriais de Consultoria e de Cobrança, e prever metas específicas de produtividade para o respectivo órgão e seus integrantes.

Art. 8º As iniciativas focadas no assessoramento jurídico devem constar obrigatoriamente dos Planos de Ação Setoriais de Consultoria e prever metas específicas para o respectivo órgão e seus integrantes.

Art. 9º As iniciativas focadas na prevenção e na redução de demandas devem constar obrigatoriamente dos Planos de Ação Setoriais de Contencioso e prever metas específicas para ações de prevenção e redução de demandas para o órgão e seus integrantes, em especial:

I - a integração com as Procuradorias Federais junto às Autarquias e Fundações Públicas Federais e com as próprias entidades representadas;

II - a uniformidade da atuação, inclusive no uso das ferramentas pertinentes que integram o Sistema AGU de Inteligência Jurídica (Sapiens), a troca de experiências e a divulgação de orientações; e

III - o aperfeiçoamento das rotinas junto ao Poder Judiciário, em especial por meio da implementação das recomendações conjuntas expedidas pela Advocacia-Geral da União e pelo Conselho Nacional de Justiça.

Art. 10. As iniciativas de incentivo à participação e engajamento de seus integrantes de que trata o inciso IV do caput do art. 6º, de implementação obrigatória, devem visar à valorização daqueles que demonstram proatividade e participação nas atividades da unidade, exercendo, dentre outras, as seguintes atividades:

I - assunção de encargos de coordenação ou de gerência;

II - supervisão e orientação de servidores, de estagiários ou de colaboradores;

III - elaboração ou atualização de peças jurídicas referenciais, de modelos ou de outros documentos passíveis de uso pelos demais integrantes da unidade;

IV - elaboração, divulgação ou colaboração direta em iniciativas de capacitação;

V - desenvolvimento de ferramentas ou tecnologias que auxiliem no desempenho das atividades da unidade; e

VI - participação em projetos locais e nacionais.

Art. 11. As regras de valorização pelo desempenho de encargos de gestão podem prever como incentivos, além de outros que possam ser implementados localmente, os seguintes:

I - preferência na escolha de núcleo nas movimentações internas;

II - preferência na participação em eventos de capacitação, inclusive gozo de licença capacitação e afastamentos para estudos;

III - preferência na substituição de tecnologia, de equipamentos e de mobiliário em geral;

IV - preferência na marcação de férias;

V - direito de uso de vagas em garagem;

VI - regime mais favorável na distribuição de processos;

VII - ampliação do período sem distribuição de processos antes de afastamentos legais, para cumprimento dos prazos pendentes; e

VIII - preferência nos processos seletivos para composição de Equipes Especializadas.

CAPÍTULO IV

DO PRÊMIO DE EXCELÊNCIA EM GOVERNANÇA

Art. 12. Fica instituído o Prêmio de Excelência em Governança, a ser concedido na semana de celebração do aniversário de criação da Procuradoria-Geral Federal aos órgãos ou equipes da Procuradoria-Geral Federal que se destaquem na implementação dos Modelos de Governança Setoriais e no alcance das metas estratégicas da Advocacia-Geral da União.

Art. 13. O Prêmio de Excelência em Governança tem por objetivo estimular o desempenho profissional e a cultura da gestão estratégica nos órgãos e equipes da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 14. Serão premiados:

I - seis órgãos ou equipes que exerçam atividade prioritariamente de consultoria, que se destaquem no alcance das metas estratégicas "Tempo Estimado de Conclusão das Demandas do Consultivo" e "Taxa de Satisfação dos Órgãos Assessorados”, sendo três por indicador;

II - oito órgãos ou equipes que exerçam atividade prioritariamente de contencioso, que se destaquem no alcance da meta estratégica "Taxa de Sucesso Judicial", sendo três premiações nacionais, observadas as três unidades de maior destaque do país, e cinco premiações regionais, observadas as unidades de maior destaque nas regiões, limitada a uma por região; e

III - dois órgãos ou equipes que exerçam atividade prioritariamente de cobrança, que se destaquem no alcance da meta estratégica "Valor Arrecadado".

§ 1º Poderá ser concedida premiação a Projeto específico que tenha sido apresentado à Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos da Procuradoria-Geral Federal e que tenha se destacado na implementação dos Modelos de Governança Setoriais e no alcance das metas estratégicas da Advocacia-Geral da União.

§ 2º A premiação será precedida de análise de conformidade no uso do Sapiens, por amostragem.

§ 3º Caberá à Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos editar o manual regulamentador do Prêmio de Excelência em Governança.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal deverão providenciar a remessa de seus Planos de Ação Setoriais diretamente ao setor competente para publicação no Boletim de Serviço da Advocacia-Geral da União, assim entendido como sendo a Secretaria-Geral de Administração.

Art. 16. A Procuradoria-Geral Federal divulgará manual relativo aos indicadores e metas estratégicas, orientando a elaboração dos Planos de Ação Setoriais.

Art. 17. Ficam revogadas:

I - a Portaria n. 375/PGF/AGU, de 6 de julho de 2017;

II - a Portaria n. 228/PGF/AGU, de 5 de abril de 2018; e

III - a Portaria n. 532/PGF/AGU, de 7 de junho de 2019.

Art. 18. Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de fevereiro de 2021.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

DOU de 15.1.2021.

**ANEXO I**

Lista de NUPs - Modelo de Governança Setorial de Consultoria

| NUP | Órgão de Execução da PGF |
| --- | --- |
| Fórum das Procuradorias Federais junto às Instituições Federais de Ensino | |
| 00407.032946/2020-14 | 1. Universidade Federal do Agreste de Pernambuco-PF/UFAPE |
| 00407.051588/2017-43 | 2. Universidade Federal de Alagoas - PF/UFAL |
| 00407.051589/2017-98 | 3. Universidade Federal de Alfenas/MG - PF/UNIFAL |
| 00407.051613/2017-99 | 4. Universidade Federal do Amapá - PF/UNIFAP |
| 00407.051549/2017-46 | 5. Universidade Federal do Amazonas - PF/UFAM |
| 00407.051582/2017-76 | 6. Universidade Federal da Bahia - PF/UFBA |
| 00407.051590/2017-12 | 7. Universidade Federal de Campina Grande/PB - PF/UFCG |
| 00407.051548/2017-00 | 8. Universidade Federal do Cariri - PF/UFCA |
| 00407.033013/2020-44 | 9. Universidade Federal de Catalão - PF/UFCAT |
| 00407.051547/2017-57 | 10. Universidade Federal do Ceará - PF/UFC |
| 00407.051591/2017-67 | 11. Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - PF/UFCSPA |
| 00407.033009/2020-86 | 12. Universidade Federal do Delta do Parnaíba - PF/UFDPar |
| 00407.051546/2017-11 | 13. Universidade Federal do Espírito Santo - PF/UFES |
| 00407.051545/2017-68 | 14. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - PF/UNIRIO |
| 00407.051500/2017-93 | 15. Universidade Federal Fluminense - PF/UFF |
| 00407.051583/2017-11 | 16. Universidade Federal da Fronteira Sul - PF/UFFS |
| 00407.033010/2020-19 | 17. Universidade Federal de Jataí - PF/UFJ |
| 00407.051592/2017-10 | 18. Universidade Federal de Goiás - PF/UFG |
| 00407.051584/2017-65 | 19. Universidade Federal da Grande Dourados/MS - PF/UFGD |
| 00407.051585/2017-18 | 20. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - PF/UNILAB |
| 00407.051586/2017-54 | 21. Universidade Federal da Integração Latino-Americana - PF/UNILA |
| 00407.051593/2017-56 | 22. Universidade Federal de Itajubá - PF/UNIFEI |
| 00407.051594/2017-09 | 23. Universidade Federal de Juiz de Fora - PF/UFJF |
| 00407.051595/2017-45 | 24. Universidade Federal de Lavras - PF/UFLA |
| 00407.051597/2017-34 | 25. Universidade Federal de Mato Grosso - PF/UFMT |
| 00407.051598/2017-89 | 26. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - PF/UFMS |
| 00407.051599/2017-23 | 27. Universidade Federal de Minas Gerais - PF/UFMG |
| 00407.051543/2017-79 | 28. Universidade Federal do Oeste da Bahia - PF/UFOB |
| 00407.051544/2017-13 | 29. Universidade Federal do Oeste do Pará - PF/UFOPA |
| 00407.051600/2017-10 | 30. Universidade Federal de Ouro Preto - PF/UFOP |
| 00407.051540/2017-35 | 31. Universidade Federal do Pampa - PF/UNIPAMPA |
| 00407.051538/2017-66 | 32. Universidade Federal do Pará - PF/UFPA |
| 00407.051587/2017-07 | 33. Universidade Federal da Paraíba - PF/UFPB |
| 00407.051536/2017-77 | 34. Universidade Federal do Paraná - PF/UFPR |
| 00407.051601/2017-64 | 35. Universidade Federal de Pelotas - PF/UFPel |
| 00407.051602/2017-17 | 36. Universidade Federal de Pernambuco - PF/UFPE |
| 00407.051529/2017-75 | 37. Universidade Federal do Piauí - PF/UFPI |
| 00407.051525/2017-97 | 38. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - PF/UFRB |
| 00407.051523/2017-06 | 39. Universidade Federal do Rio de Janeiro - PF/UFRJ |
| 00407.051521/2017-17 | 40. Universidade Federal do Rio Grande - PF/UFRG |
| 00407.051520/2017-64 | 41. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - PF/UFRN |
| 00407.051518/2017-95 | 42. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - PF/UFRGS |
| 00407.033014/2020-99 | 43. Universidade Federal de Rondonópolis - PF/URF |
| 00407.051603/2017-53 | 44. Universidade Federal de Roraima - PF/UFRR |
| 00407.051499/2017-05 | 45. Universidade Federal Rural da Amazônia - PF/UFRA |
| 00407.051494/2017-74 | 46. Universidade Federal Rural de Pernambuco - PF/UFRPE |
| 00407.051491/2017-31 | 47. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - PF/UFRRJ |
| 00407.051485/2017-83 | 48. Universidade Federal Rural do Semiárido- PF/UFERSA |
| 00407.051604/2017-06 | 49. Universidade Federal de Santa Catarina - PF/UFSC |
| 00407.051606/2017-97 | 50. Universidade Federal de Santa Maria/RS - PF/UFSM |
| 00407.051607/2017-31 | 51. Universidade Federal de São João del-Rei - PF/UFSJ |
| 00407.051608/2017-86 | 52. Universidade Federal de São Paulo - PF/UFSP |
| 00407.051609/2017-21 | 53. Universidade Federal de Sergipe - PF/UFSE |
| 00407.051509/2017-02 | 54. Universidade Federal do Sul da Bahia - PF/UFSB |
| 00407.051506/2017-61 | 55. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - PF/UNIFESSPA |
| 00407.051610/2017-55 | 56. Universidade Federal do Tocantins - PF/UFT |
| 00407.051503/2017-27 | 57. Universidade Federal do Triângulo Mineiro - PF/UFTM |
| 00407.051611/2017-08 | 58. Universidade Federal de Uberlândia - PF/UFU |
| 00407.051501/2017-38 | 59. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri -PF/UFVJM |
| 00407.051612/2017-44 | 60. Universidade Federal de Viçosa - PF/UFV |
| 00407.051482/2017-40 | 61. Universidade Tecnológica Federal do Paraná - PF/UTFPR |
| 00407.051464/2017-68 | 62. Universidade de Brasília - PF/UnB |
| 00407.051467/2017-00 | 63. Universidade Federal do ABC - PF/UFABC |
| 00407.051468/2017-46 | 64. Universidade Federal do Acre - PF/UFAC |
| 00407.051469/2017-91 | 65. Universidade Federal do Maranhão - PF/UFMA |
| 00407.051465/2017-11 | 66. Universidade Federal de Rondônia - PF/UNIR |
| 00407.051466/2017-57 | 67. Universidade Federal de São Carlos - PF/UFSCar |
| 00407.051470/2017-15 | 68. Universidade Federal do Vale do São Francisco - PF/UNIVASF |
| 00407.051510/2017-29 | 69. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - PF/IFAC |
| 00407.051486/2017-28 | 70. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - PF/IFAL |
| 00407.051511/2017-73 | 71. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá -PF/IFAP |
| 00407.051512/2017-18 | 72. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - PF/IFAM |
| 00407.051483/2017-94 | 73. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - PF/IFBA |
| 00407.051480/2017-51 | 74. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - PF/IF BAIANO |
| 00407.051487/2017-72 | 75. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - PF/IFB |
| 00407.051481/2017-03 | 76. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - PF/IFC |
| 00407.051513/2017-62 | 77. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - PF/IFCE |
| 00407.051514/2017-15 | 78. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espirito Santo - PF/Ifes |
| 00407.051488/2017-17 | 79. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - PF/IFFARROUPILHA |
| 00407.051532/2017-99 | 80. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - PF/IFF |
| 00407.051533/2017-33 | 81. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - PF/IFGOIANO |
| 00407.051489/2017-61 | 82. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás -PF/IFG |
| 00407.051515/2017-51 | 83. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - PF/IFMA |
| 00407.051490/2017-96 | 84. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - PF/IFMT |
| 00407.051492/2017-85 | 85. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - PF/IFMS |
| 00407.051493/2017-20 | 86. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - PF/IFMG |
| 00407.051516/2017-04 | 87. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - PF/IFNMG |
| 00407.051517/2017-41 | 88. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - PF/IFPA |
| 00407.051484/2017-39 | 89. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - PF/IFPB |
| 00407.051519/2017-30 | 90. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - PF/IFPR |
| 00407.051495/2017-19 | 91. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE |
| 00407.051522/2017-53 | 92. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - PF/IFPI |
| 00407.051526/2017-31 | 93. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - PF/IFRN |
| 00407.051527/2017-86 | 94. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - PF/IFRS |
| 00407.051524/2017-42 | 95. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - PF/IFRJ |
| 00407.051496/2017-63 | 96. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - PF/IFRO |
| 00407.051498/2017-52 | 97. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - PF/IFRR |
| 00407.051502/2017-82 | 98. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - PF/IFSC |
| 00407.051504/2017-71 | 99. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - PF/IFSP |
| 00407.051505/2017-16 | 100. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - PF/IFS |
| 00407.051528/2017-21 | 101. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - PF/IF Sertão - PE |
| 00407.051415/2017-25 | 102. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - PF/IF SUDESTE MG |
| 00407.051530/2017-08 | 103. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas - PF/IFSULDEMINAS |
| 00407.051534/2017-88 | 104. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense-PF/IFSUL |
| 00407.051508/2017-50 | 105. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - PF/IFTO |
| 00407.051531/2017-44 | 106. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triangulo Mineiro - PF/IFTM |
| 00407.051405/2017-90 | 107. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - PF/CEFET- RJ |
| 00407.051406/2017-34 | 108. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - PF/CEFET- MG |
| 00407.051407/2017-89 | 109. Colégio Pedro II - PF/CPII |
| Fórum das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais  que atuam na regulação da atividade econômica | |
| 00407.051367/2017-75 | 1. Agência Espacial Brasileira - PF/AEB |
| 00407.051370/2017-99 | 2. Agência Nacional de Águas - PF/ANA |
| 00407.051374/2017-77 | 3. Agência Nacional de Aviação Civil - PF/ANAC |
| 00407.051414/2017-81 | 4. Agência Nacional de Mineração - ANM |
| 00407.051382/2017-13 | 5. Agência Nacional de Telecomunicações - PFE/ANATEL |
| 00407.051391/2017-12 | 6. Agência Nacional do Cinema - PF/ANCINE |
| 00407.051376/2017-66 | 7. Agência Nacional de Energia Elétrica - PF/ANEEL |
| 00407.051393/2017-01 | 8. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis-PF/ANP |
| 00407.051378/2017-55 | 9. Agência Nacional de Saúde Suplementar - PF/ANS |
| 00407.051384/2017-11 | 10. Agência Nacional de Transportes Aquaviários - PF/ANTAQ |
| 00407.051385/2017-57 | 11. Agência Nacional de Transportes Terrestres - PF/ANTT |
| 00407.051389/2017-35 | 12. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - PF/ANVISA |
| 00407.051410/2017-01 | 13. Conselho Administrativo de Defesa Econômica - PFE/CADE |
| 00407.051409/2017-78 | 14. Comissão Nacional de Energia Nuclear - PF/CNEN |
| 00407.051408/2017-23 | 15. Comissão de Valores Mobiliários - PFE/CVM |
| 00407.051581/2017-21 | 16. Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PF/PREVIC |
| 00407.051577/2017-63 | 17. Superintendência de Seguros Privados - PF/SUSEP |
| Fórum das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais  que atuam em questões fundiárias, indígenas, ambientais e outras de interesse social | |
| 00407.051393/2017-01 | 1. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis-PF/ANP |
| 00407.051409/2017-78 | 2. Comissão Nacional de Energia Nuclear - PF/CNEN |
| 00407.051431/2017-18 | 3. Fundação Cultural Palmares - PF/FCP |
| 00407.051479/2017-26 | 4. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - PF/IPHAN |
| 00407.051535/2017-22 | 5. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - PFE/INCRA |
| 00407.051578/2017-16 | 6. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - PF/SUDAM |
| 00407.051580/2017-87 | 7. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - PF/SUDENE |
| 00407.051413/2017-36 | 8. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - PF/DNOCS |
| 00407.051579/2017-52 | 9. Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste-PF/SUDECO |
| 00407.051461/2017-24 | 10. Fundação Nacional do Índio - PFE/FUNAI |
| 00407.051370/2017-99 | 11. Agência Nacional de Águas - PF/ANA |
| 00407.051474/2017-01 | 12. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - PFE/IBAMA |
| 00407.051476/2017-92 | 13. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-PFE/ICMBIO |
| 00407.051376/2017-66 | 14. Agência Nacional de Energia Elétrica - PF/ANEEL |
| 00407.051414/2017-81 | 15. Agência Nacional de Mineração - ANM |
| 00407.051384/2017-11 | 16. Agência Nacional de Transportes Aquaviários - PF/ANTAQ |
| 00407.051385/2017-57 | 17. Agência Nacional de Transportes Terrestres - PF/ANTT |
| 00407.051412/2017-91 | 18. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - PFE/DNIT |
| 00407.051575/2017-74 | 19. Instituto Nacional do Seguro Social - PFE/INSS |
| 00407.051400/2017-67 | 20. Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - PF/CFIAE |
| 00407.051398/2017-26 | 21. Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - PF/CCCPM |
| 00407.051462/2017-79 | 22. Fundação Osório - PF/FO |
| 00407.051454/2017-22 | 23. Fundação Nacional de Saúde - PF/FUNASA |
| Fórum das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais  que atuam na área temática da cultura | |
| 00407.051391/2017-12 | 1. Agência Nacional do Cinema - PF/ANCINE |
| 00407.051426/2017-13 | 2. Fundação Biblioteca Nacional - PF/FBN |
| 00407.051431/2017-18 | 3. Fundação Cultural Palmares - PF/FCP |
| 00407.051428/2017-02 | 4. Fundação Casa de Rui Barbosa - PF/FCRB |
| 00407.051424/2017-16 | 5. Fundação Alexandre de Gusmão - PF/FUNAG |
| 00407.051441/2017-53 | 6. Fundação Nacional de Artes - PF/FUNARTE |
| 00407.051438/2017-30 | 7. Fundação Joaquim Nabuco - PF/FUNDAJ |
| 00407.051473/2017-59 | 8. Instituto Brasileiro de Museus - PF/IBRAM |
| 00407.051479/2017-26 | 9. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - PF/IPHAN |
| Fórum das Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais  que atuam na área temática da pesquisa, ciência, tecnologia e inovação | |
| 00407.051367/2017-75 | 1. Agência Espacial Brasileira - PF/AEB |
| 00407.051430/2017-73 | 2. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - PF/CAPES |
| 00407.051411/2017-47 | 3. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PF/CNPq |
| 00407.051436/2017-41 | 4. Escola Nacional de Administração Pública - PF/ENAP |
| 00407.051463/2017-13 | 5. Fundação Oswaldo Cruz - PF/FIOCRUZ |
| 00407.051471/2017-60 | 6. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - PF/FNDE |
| 00407.051439/2017-84 | 7. Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho - PF/FUNDACENTRO |
| 00407.051472/2017-12 | 8. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PF/IBGE |
| 00407.051537/2017-11 | 9. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - PF/INEP |
| 00407.051571/2017-96 | 10. Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia-PF/INMETRO |
| 00407.051572/2017-31 | 11. Instituto Nacional da Propriedade Industrial - PFE/INPI |
| 00407.051477/2017-37 | 12. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - PF/IPEA |
| 00407.051478/2017-81 | 13. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - PF/JBRJ |
| 00407.051573/2017-85 | 14. Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - PFE/ITI |
| 00407.051576/2017-19 | 15. Superintendência da Zona Franca de Manaus - PF/SUFRAMA |

**ANEXO II**

Lista de NUPs - Modelo de Governança Setorial de Contencioso

| Unidades de contencioso da Procuradoria-Geral Federal | | | |
| --- | --- | --- | --- |
| Região | UF | NUP | Unidade |
| 1ª Região | DF | 00407.007053/2018-16 | Procuradoria Regional Federal da 1ª Região |
| 1ª Região | AC | 00407.007054/2018-61 | Procuradoria Federal no Estado do Acre |
| 1ª Região | AP | 00407.007055/2018-13 | Procuradoria Federal no Estado do Amapá |
| 1ª Região | AM | 00407.007056/2018-50 | Procuradoria Federal no Estado do Amazonas |
| 1ª Região | BA | 00407.007057/2018-02 | Procuradoria Federal no Estado da Bahia |
| 1ª Região | GO | 00407.007062/2018-15 | Procuradoria Federal no Estado de Goiás |
| 1ª Região | MA | 00407.007063/2018-51 | Procuradoria Federal no Estado do Maranhão |
| 1ª Região | MT | 00407.007064/2018-04 | Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso |
| 1ª Região | MG | 00407.007065/2018-41 | Procuradoria Federal no Estado de Minas Gerais |
| 1ª Região | PA | 00407.007348/2018-92 | Procuradoria Federal no Estado do Pará |
| 1ª Região | PI | 00407.007351/2018-14 | Procuradoria Federal no Estado do Piauí |
| 1ª Região | RO | 00407.007352/2018-51 | Procuradoria Federal no Estado de Rondônia |
| 1ª Região | RR | 00407.007354/2018-40 | Procuradoria Federal no Estado de Roraima |
| 1ª Região | TO | 00407.007355/2018-94 | Procuradoria Federal no Estado do Tocantins |
| 2ª Região | RJ | 00407.007357/2018-83 | Procuradoria Regional Federal da 2ª Região |
| 2ª Região | ES | 00407.007364/2018-85 | Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo |
| 3ª Região | SP | 00407.007365/2018-20 | Procuradoria Regional Federal da 3ª Região |
| 3ª Região | MS | 00407.007393/2018-47 | Procuradoria Federal no Estado de Mato Grosso do Sul |
| 4ª Região | RS | 00407.007394/2018-91 | Procuradoria Regional Federal da 4ª Região |
| 4ª Região | PR | 00407.007405/2018-33 | Procuradoria Federal no Estado do Paraná |
| 4ª Região | SC | 00407.007551/2018-69 | Procuradoria Federal no Estado de Santa Catarina |
| 5ª Região | PE | 00407.007563/2018-93 | Procuradoria Regional Federal da 5ª Região |
| 5ª Região | AL | 00407.007580/2018-21 | Procuradoria Federal no Estado de Alagoas |
| 5ª Região | CE | 00407.007581/2018-75 | Procuradoria Federal no Estado do Ceará |
| 5ª Região | PB | 00407.007585/2018-53 | Procuradoria Federal no Estado da Paraíba |
| 5ª Região | RN | 00407.007592/2018-55 | Procuradoria Federal no Estado do Rio Grande do Norte |
| 5ª Região | SE | 00407.007594/2018-44 | Procuradoria Federal no Estado de Sergipe |
| Nacional | BR | 00407.033015/2020-33 | Coordenação Nacional de Equipes de Trabalho Remoto em Benefício por Incapacidade - CN-ETRBI |
| Nacional | BR | 00407.033016/2020-88 | Coordenação Nacional das Equipes Regionais de Turmas Recursais - CN-ERTR |

DOU de 15.1.2021.

**PORTARIA NORMATIVA Nº 2/PGF/AGU, DE 18 DE JANEIRO DE 2021**

*Institui os Comitês Regionais de Gestão da Procuradoria-Geral Federal e disciplina o seu funcionamento.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso de suas atribuições contidas no art. 11, §2º, incisos I e VIII, da Lei n. 10.480, de 2 de julho de 2002, conforme o disposto nos processos eletrônicos n. 00400.000628/2019-11 e n. 00407.006529/2014- 78, e em observância ao Decreto n. 9.759, de 11 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Esta Portaria Normativa institui os Comitês Regionais de Gestão no âmbito da Procuradoria-Geral Federal, bem como disciplina o seu funcionamento.

Art. 2º Os Comitês Regionais de Gestão são órgãos colegiados de natureza consultiva vinculados às Procuradorias Regionais Federais.

Art. 3º São objetivos dos Comitês Regionais de Gestão, entre outros:

I - incentivar a cultura da participação dos membros da carreira de Procurador Federal na gestão das Procuradorias Regionais Federais e das Procuradorias Federais nos Estados;

II - ampliar os canais de diálogo entre as Procuradorias Regionais Federais e as Procuradorias Federais nos Estados e os membros da carreira de Procurador Federal;

III - fomentar o debate e o interesse por assuntos relacionados à gestão, promovendo maior participação dos membros da carreira na tomada de decisões administrativas e gerenciais;

IV - identificar problemas relacionados à gestão no âmbito de cada Região e propor medidas para solucioná-los;

V - integrar ao processo decisório das Procuradorias Regionais Federais e das Procuradorias Federais nos Estados as percepções e as ponderações dos Procuradores Federais em exercício nas Procuradorias Seccionais Federais.

Art. 4º Compete aos Comitês Regionais de Gestão:

I - analisar e propor projetos de inovação em gestão para os órgãos da Procuradoria-Geral Federal existentes nas localidades de sua competência territorial;

II - analisar a proposta do Plano de Ação a ser executado no âmbito das Procuradorias Regionais Federais e das Procuradorias Federais nos Estados e acompanhar a sua execução;

III - auxiliar na divulgação dos atos e dos projetos relacionados à melhoria da gestão na Região;

IV - analisar e propor projetos voltados à qualidade de vida e à saúde laboral dos membros da carreira no âmbito das unidades da Procuradoria-Geral Federal na Região;

V - debater e propor medidas de otimização dos processos internos de trabalho; e

VI - propor ao Comitê de Gestão da Procuradoria-Geral Federal matérias que considere de repercussão nacional, observando a pertinência da questão a ser submetida à apreciação.

Art. 5º Os Comitês Regionais de Gestão serão compostos pelos seguintes membros:

I - o Procurador Regional Federal, que o coordenará;

II - os responsáveis pelos Núcleos de Cobrança e Recuperação de Créditos, de Matéria Administrativa, de Matéria Finalística, de Matéria Previdenciária e de Gerenciamento da Atuação Prioritária da Procuradoria Regional Federal;

III - quatro Procuradores Federais em exercício na Região, oriundos de núcleos temáticos distintos (previdenciário, administrativo, finalístico e cobrança/recuperação de créditos), escolhidos pelos membros com atuação na respectiva área temática;

IV - um Procurador Federal representante de cada Estado integrante da Região e que não seja sede de Procuradoria Regional Federal, escolhido pelo Procurador-Chefe no Estado;

V - dois Procuradores Federais em exercício em Procuradoria Seccional Federal, escolhidos pelo Procurador Regional Federal; e

VI - um representante dentre os membros dos Colégios de Consultoria existentes na região, escolhido pelo Procurador Regional Federal.

§ 1º Os membros referidos nos incisos III e IV do caput deste artigo não poderão ser titulares de cargo comissionado ou função gratificada, ou cargo ou função equivalente.

§ 2º Os membros referidos nos incisos III, IV, V e VI do caput deste artigo exercerão suas funções pelo prazo de dois anos, vedada a recondução.

§ 3º Não havendo Procuradores Federais interessados em ocupar a vaga de representante prevista nos incisos III a VI do caput deste artigo, a vaga disponível ficará sem representação.

§ 4º O coordenador poderá designar um dos membros do Comitê Regional de Gestão ou servidor para oficiar como secretário das reuniões, o qual prestará apoio administrativo ao colegiado.

§ 5º A composição do colegiado é fixada em número superior a sete membros, tendo em vista a necessidade de atribuição de representatividade a todos os setores interessados.

Art. 6º São atribuições do coordenador do Comitê Regional de Gestão:

I - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;

II - elaborar a pauta das reuniões;

III - designar relator para as matérias e fixar prazo para apresentação de relatório;

IV - assinar e despachar os comunicados, expedientes e demais atos do Comitê Regional;

V - iniciar e encerrar as reuniões; e

VI - decidir eventuais questões de ordem.

Art. 7º Os Comitês Regionais reunir-se-ão ordinariamente com periodicidade bimestral.

§ 1º As reuniões dos Comitês Regionais de Gestão serão, preferencialmente, telepresenciais, ressalvados os casos de inviabilidade ou inconveniência de realização pelo referido meio, desde que demostrado de modo fundamentado, hipótese em que haverá necessidade de estimativa de gastos com diárias e passagens dos membros, bem como comprovação de disponibilidade orçamentária e financeira para o exercício em curso.

§ 2º O coordenador poderá designar reuniões extraordinárias, quando necessário.

§ 3º As convocações para reuniões dos Comitês Regionais de Gestão se darão preferencialmente por meio eletrônico.

Art. 8º As propostas aprovadas no âmbito dos Comitês Regionais de Gestão são de natureza opinativa e serão encaminhadas ao Procurador Regional Federal para avaliação.

Art. 9º A primeira reunião do Comitê Regional de Gestão deverá ser realizada no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação desta Portaria Normativa.

Art. 10. É vedada a divulgação de discussões em curso no Comitê Regional de Gestão sem a prévia anuência do Procurador Regional Federal.

Art. 11. Fica vedado aos Comitês Regionais de Gestão instituir subcolegiados.

Art. 12. As Procuradorias Federais nos Estados e as Procuradorias Seccionais Federais poderão instituir, com a ciência do Comitê de Gestão Regional, Conselhos de Administração, para a definição de questões administrativas de âmbito interno.

Art. 13. A participação nos Comitês Regionais de Gestão será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 14. O art. 8º da Portaria n. 172/PGF/AGU, de 21 de março de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º

XX - zelar pelo efetivo funcionamento dos Comitês Regionais de Gestão e dos Colégios de Consultoria no âmbito do seu Estado;"

Art. 15. Ficam revogados:

I - a Portaria n. 525/PGF/AGU, de 6 de junho de 2019; e

II - o inciso XX do art. 15 da Portaria n. 172//PGF/AGU, de 21 de março de 2016.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de fevereiro de 2021.

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

DOU de 20.1.2021.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 7, DE 16 DE OUTUBRO DE 2007.

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002;

Considerando os princípios da finalidade e eficiência administrativa preconizados na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e a necessidade de aprimorar e desenvolver os serviços administrativos afetos ao Gabinete do Procurador-Geral Federal, com escopo de coordenar e agilizar a tramitação e distribuição de documentos e autos de processos, resolve:

Art. 1ª - Atribuir à Secretaria de Acompanhamento Processual – SAP, vinculada ao Gabinete do Procurador-Geral Federal, a competência para:

I – Receber, conferir, autuar quando requerido, datar, dar continuidade a numeração, promover apensação, juntada e arquivamento de autos de processos, correspondência oficial e demais documentos encaminhados à PGF;

II - Prestar informações sobre a movimentação de documentos e autos de processos que não sejam de natureza sigilosa;

III - Autuar e efetuar a expedição externa de documentos, correspondências e autos de processos;

IV - Arquivar, em pasta própria, os recibos pertinentes aos autos de processos, documentos entregues, cópias de manifestações e despachos expedidos pelas chefias da Direção Central da PGF, quando por estas solicitados;

V - Zelar pela documentação arquivada na SAP, adotando as providências necessárias à sua segurança e conservação;

VI - Realizar pesquisas e consultas no AGUDOC relacionadas com a tramitação de documentos de interesse da PGF;

VII - Fornecer, mediante autorização superior, certidões e cópias de autos de processos.

§ 1º - A autuação, arquivamento, apensação e juntada serão atendidas mediante despacho da chefia da PGF competente.

§ 2º - A juntada ou apensação só serão feitas quando os documentos estiverem fisicamente no domínio da SAP.

§ 3º - O desarquivamento de autos de processos será solicitado por meio do 0800 – Portal de Informações e Serviços da AGU, ressalvadas as solicitações formuladas por chefia da Direção Central da PGF.

Art. 2º O trâmite de documentos e autos de processos sob a responsabilidade da PGF obedecerá ao seguinte:

I – Ressalvado o disposto no art. 4º desta Ordem de Serviço, os documentos e autos de processos dirigidos aos órgãos da AGU somente serão tramitados com prévio protocolo;

II – O recebimento de documentos e autos de processos se dará eletronicamente, por meio do sistema AGUDOC.

III - Não serão recebidos eletronicamente documentos e autos de processos irregularmente tramitados ou com ausência de elemento essencial que impeça a tramitação, devendo ser devolvido ao Protocolo Central Unificado para fins de regularização;

IV – Os autos de processos que contenham prazo para resposta, que envolvam o cumprimento de decisão judicial, ou a solicitação de órgãos de controle terão prioridade na tramitação;

V - Os documentos tramitados para órgãos externos serão remetidos em envelopes próprios após confirmação do atual endereço e telefone em três vias de recibo, permanecendo uma das vias no arquivo próprio da SAP;

VI – A tramitação de documentos e autos de processos somente será realizada após devidamente numeradas e rubricadas suas páginas

VII - Os documentos e autos dos processos somente serão arquivados mediante

despacho da chefia da PGF competente.

VIII - Os recibos expedidos pela SAP deverão conter nome legível do servidor, número da matrícula, data e hora do recebimento.

Art 3º Convites, cópias de documentos, fax-simile e correspondências eletrônicas não devem ser autuados, salvo quando determinado pela chefia da PGF competente, devendo ser entregues mediante recibo com anotação em livro próprio da SAP.

Art 4º Os documentos e autos de processos recebidos pela SAP, sem encaminhamento específico previamente anotado, obedecerão a seguinte distribuição:

I – Ao Subprocurador-Geral Federal, os documentos e autos de processos remetidos pelo Ministro da AGU ou seu Gabinete, bem como os remetidos pela Adjuntoria de Contencioso e pela Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Crédito para decisão da PGF;

II – Ao Chefe de Gabinete, os documentos e autos de processos pertinentes a consultas e requerimentos formulados pela Presidência da República, Ministérios, Secretarias, Comandos Militares, Controladoria-Geral da União, Poder Legislativo, Tribunal de Contas da União, Poder Judiciário, Ministério Público da União, e demais órgãos de controle interno e externo;

III – Ao Adjunto de Consultoria – ADCONSU, os documentos e autos de processos concernentes a Sindicâncias, Processos Administrativos Disciplinares e consultas relativas a matérias jurídicas;

IV – Ao Adjunto de Contencioso – ADCONTE, os documentos e autos de processos

pertinentes à matéria judicial relacionada às ações ou recursos em trâmite nos tribunais superiores, bem como pedidos de orientação em matéria afeta ao contencioso judicial;

V – Ao Coordenador-Geral de Pessoal - CGPES, os documentos e autos de processos relativos à matéria de pessoal, especialmente lotação, promoções, remoções, cessão, exercício, proposição e homologação de concurso público para provimento de cargo efetivo, solicitação de servidores e empregados públicos para ter exercício na PGF, avaliação de estágio probatório, licenças e afastamentos dos Membros da Carreira de Procurador Federal nos órgãos de execução da PGF;

VI – Ao Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão – CGPG, os documentos e autos de processos relativos às atividades de administração, gestão, orçamento e planejamento no âmbito da PGF, bem como instalação de Procuradorias-Seccionais Federais e suas Representações;

VII – Ao Coordenador-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos – CGPAE, os documentos e autos de processos concernentes à representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, cursos, treinamentos e aperfeiçoamentos destinados aos Membros e servidores em exercício na PGF, projetos de lei e demais atos de interesse da PGF;

VIII – Ao Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Crédito – CGCOB, os documentos e autos de processos pertinentes à matéria tributária;

IX – À Divisão de Prerrogativas da Carreira e Divulgação Institucional – DPCDI os documentos e autos de processos que digam respeito à violação aos direitos e prerrogativas inerentes ao livre exercício do cargo de Procurador Federal e à divulgação de informações institucionais da PGF e dos seus órgãos de execução.

Art. 5º Os assuntos pertinentes à Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Secretaria Geral da Advocacia-Geral da União - CGRH/SGAGU serão encaminhados, por meio de despacho, ao respectivo órgão.

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pela Chefia de Gabinete do Procurador-Geral Federal.

Art. 7º Essa Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

**JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA**

B. S. nº 50, de 19.10.2007.

**ORDEM DE SERVIÇO Nº 1, DE 30 DE ABRIL DE 2010.**

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002,

Considerando que o art. 16 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, dispõe que constitui dívida ativa da União o crédito decorrente das contribuições previstas no art. 3º, entre as quais figura a contribuição para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

Considerando que de acordo com o art. 23 da referida lei compete à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a representação judicial na cobrança de créditos de qualquer natureza inscritos em dívida ativa da União;

Considerando que a competência descrita no parágrafo anterior não elide a legitimidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para tomar parte na lide, na qualidade de destinatário dos recursos oriundos da contribuição, o que enseja a competência da Procuradoria-Geral Federal, por seus órgãos respectivos;

Considerando, finalmente, que a unificação da representação judicial, além de se justificar na perspectiva da eficiência, previne eventual ocorrência de teses contraditórias e não acarreta qualquer prejuízo, resolve:

Art. 1º Autorizar a Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal e as Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação a manifestar em juízo o desinteresse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE em integrar o feito, quando citado ou intimado nas ações em que se discuta a contribuição devida à autarquia, a que se refere o art. 3º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

Parágrafo único. Na manifestação referida no caput deve restar consignado que a representação judicial pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN se afigura suficiente e adequada à defesa dos interesses da autarquia em juízo.

Art. 2º A presente Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

B. S. nº 17, de 30.4.2010.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 23 DE ABRIL DE 2012.**

*Dispõe sobre o acesso ao Sistema de Investigação de Movimentação Bancária no âmbito da Procuradoria-Geral Federal.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII, do § 2º, do art. 11, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º Os Procuradores Federais em exercício nos núcleos de ações prioritárias das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação da Procuradoria-Geral Federal, mediante indicação do Coordenador do Núcleo de Cobrança local e assinatura de termo de compromisso próprio (anexo), poderão ter acesso ao Sistema de Investigação de Movimentação Bancária - SIMBA.

Parágrafo único. A operacionalização do SIMBA obedecerá a critérios e procedimentos definidos pelo Termo de Cooperação Técnica e protocolos firmados entre o Ministério Público Federal e a Procuradoria-Geral Federal (PGF), regulamentados nesta Instrução Normativa.

Art. 2º. Para utilização do SIMBA a solicitação de acesso deverá ser encaminhada pelo Coordenador do Núcleo de Cobrança local, por meio eletrônico, ao Grupo de Apoio aos Sistemas de Cobrança ([pgf.sistcob@agu.gov.br](mailto:pgf.sistcob@agu.gov.br)).

§ 1º Para concessão de acesso ao SIMBA, o Coordenador do Núcleo de Cobrança local encaminhará consulta prévia à Divisão de Assuntos Disciplinares da PGF indagando sobre a existência de procedimento disciplinar em face do Procurador Federal indicado, preferencialmente por meio eletrônico (pgf.dad@agu.gov.br).

§ 2º As informações prestadas pela Divisão de Assuntos Disciplinares possuem caráter sigiloso e serão usadas unicamente para fins de orientar a concessão de acesso ao SIMBA.

§ 3º Não será concedido acesso ao SIMBA ao Procurador Federal que esteja respondendo procedimento disciplinar.

§ 4º A solicitação de acesso ao SIMBA somente será encaminhada pelo Coordenador do Núcleo de Cobrança local ao Grupo de Apoio aos Sistemas após a análise das informações prestadas pela Divisão de Assuntos Disciplinares e a entrega do termo de compromisso próprio, devidamente preenchido e assinado.

§ 5º Os termos de compromisso e as informações prestadas pela Divisão de Assuntos Disciplinares ficarão sob a guarda dos respectivos Coordenadores dos Núcleos de Cobrança locais, que encaminharão cópia digitalizada de ambos os documentos para o Grupo de Apoio aos Sistemas de Cobrança.

Art. 3º O recebimento, o processamento e a disponibilização ao Procurador Federal solicitante dos dados originários do SIMBA serão realizados pelo Grupo de Apoio aos Sistemas de Cobrança.

Art. 4º Caberá exclusivamente aos Procuradores Federais o cadastro de pedidos de cooperação técnica e o acesso às informações originadas pelo SIMBA, atendidos os requisitos legais e regulamentares sobre a matéria.

Art. 5º. Os casos omissos serão resolvidos pelo Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da PGF.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

D. O. de 24.4.2012**.**

**ANEXO**

**SISTEMA DE INVESTIGAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA – SIMBA**

**SOLICITAÇÃO DE ACESSO**

**MOTIVO:**Cadastro Cancelamento Recadastramento **PERFIL:** Gestor Usuário

**UNIDADE LOTAÇÃO:**

**NOME:**

**CPF:** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **MATRÍCULA SIAPE:**

**CARGO/FUNÇÃO:**

**E-MAIL INSTITUCIONAL:** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **E-MAIL PESSOAL:**

**TELEFONES (FIXO E CELULAR):** **DATA NASCIMENTO:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**COMPROMISSO LEGAL**

O usuário autorizado do Sistema de Investigação de Movimentação Bancária – SIMBA – deverá:

a) guardar a privacidade e o sigilo das informações originadas pelo SIMBA;

b) utilizar as informações originadas pelo SIMBA somente nas atividades que lhe compete exercer, não podendo transferi-las a terceiros, seja a título oneroso ou gratuito, sendo monitoradas e acompanhadas suas ações ou consultas ao SIMBA;

c) guardar o sigilo e a privacidade do código de usuário e senha, pessoais e intransferíveis, para acesso ao SIMBA, sendo responsável pelo uso indevido das informações constantes no SIMBA, sujeito às normas legais;

d) concordar e cumprir as determinações legais e regulamentares que regem a matéria do sigilo bancário.

O usuário autorizado e autenticado no SIMBA incorre nos crimes descritos no Código Penal Brasileiro, sem prejuízo das sanções cíveis e administrativas, pelo uso ou divulgações indevidas das informações, equiparando-se seu usuário ao servidor público nas sanções aplicáveis, nos termos dos artigos 153, 154, 313-A, 313-B, 299, 325 e 327 do Código Penal Brasileiro.

**DECLARAÇÃO**

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, VERDADEIRAS AS INFORMAÇÕES NESTE ATO PRESTADAS, FAZENDO PARTE INTEGRANTE DOS REGISTROS E ARQUIVOS DO SIMBA, COMPREENDENDO O QUE ESTABELECEM OS ARTS. 153, 154, 313-A, 313-B, 299, 325 E 327 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, A LEGISLAÇÃO APLICADA AO ASSUNTO E DEMAIS NORMAS COMPLEMENTARES DO SIMBA, AQUIESCENDO COM TODAS AS RESPONSABILIDADES INERENTES AO USO DAS INFORMAÇÕES PRIVILEGIADAS, BEM COMO DAS IMPLICAÇÕES LEGAIS DECORRENTES DO USO INDEVIDO DAS INFORMAÇÕES E DO ACESSO, SEJA QUAL FOR A CIRCUNSTÂNCIA, CONSTITUINDO O USUÁRIO E SENHA, DISPONIBILIZADOS PARA ACESSO, PROPRIEDADE DO SIMBA, E SUJEITO AO MONITORAMENTO E CONTROLE DAS AÇÕES REALIZADAS NOS SISTEMAS INTEGRADOS DA REDE.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Local e data Assinatura do solicitante

Coordenador do Núcleo de Cobrança: Autorizado Não autorizado

Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Assinatura:

Gestor SIMBA: ( ) CADASTRADO EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ ( )NÃO CADASTRADO

Nome:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Assinatura:

D. O. de 24.4.2012.

## ATOS NORMATIVOS CONJUNTOS

(E OUTROS ATOS)

## − PROCURADORIA-GERAL FEDERAL −

**PORTARIA Nº 113, DE 18 DE ABRIL DE 2005.(\*)**

Dispõe sobre acesso a dados, informações e sistemas informatizados da Previdência Social por servidores e procuradores em exercício no Órgão de Arrecadação da PGF.

**A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL,** no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 16 da Portaria MPAS n° 862, de 23 de março de 2001 - DOU de 26/03/2001 e considerando a necessidade de estabelecer norma relativa ao controle de acesso a dados, informações e sistemas informatizados da Previdência Social por parte dos servidores e procuradores lotados na Procuradoria Geral Federal, bem como a necessidade de manter a continuidade dos serviços ligados à Divida Ativa, no que depende dos sistemas informatizados da Previdência Social, resolve:

Art. 1° - O acesso de usuários lotados nas unidades locais do Órgão de Arrecadação da Procuradoria-Geral Federal, devidamente cadastrados nos moldes da Portaria MPAS n° 862/2001, será dado e renovado para todas as funções e aplicações necessárias à administração da Dívida Ativa, não se aplicando a limitação de informações classificadas como públicas.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LIÊDA AMARAL DE SOUZA**

(\*) Ver a NOTA de rodapé referente à Lei nº 11.098, de 2005, e ao Decreto nº 5.255, de 27 de outubro de 2005.

**PORTARIA Nº 433, DE 25 DE ABRIL DE 2007.**

**O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL** e o **PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 16, §3º, II e § 4º da Lei nº. 11.457, de 16 de março de 2007, resolvem:

Art. 1º Fica delegada à Procuradoria-Geral Federal - PGF a representação judicial e extrajudicial da União nos processos perante a Justiça do Trabalho relacionados com a cobrança de contribuições previdenciárias e de imposto de renda retido na fonte.

Art. 2º A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e a Procuradoria-Geral Federal - PGF editarão os atos normativos relativos à representação judicial e extrajudicial da União nas matérias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. Permanecem em vigor os atos normativos editados pela Procuradoria-Geral Federal - PGF, ou de observância por este órgão, relativos à representação judicial e extrajudicial da União e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nas matérias de que trata o art. 1º desta portaria, até a edição dos atos de que trata o caput.

Art. 3º A delegação referida no art. 1º será comunicada aos órgãos judiciários pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

Procurador-Geral da Fazenda Nacional

**JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA**

Procurador-Geral Federal

D. O. de 26.4.2007.

**PORTARIA CONJUNTA Nº 4.069, DE 2 DE MAIO DE 2007.** (\*)

*Dispõe sobre a prestação de informações em mandados de segurança e em ações judiciais no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil e dá outras providências.*

**O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL,** o **PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL** e o **PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei n° 11.457, de 16 de março de 2007, resolvem:

Art. 1º A informação em mandado de segurança será prestada diretamente ao juízo requisitante pela autoridade impetrada da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), no prazo legal.

Parágrafo único. No âmbito da RFB, a informação de que trata o caput será incluída no Sistema de Controle de Ações Judiciais (SICAJ).

Art. 2º A autoridade impetrada providenciará a formação de processo administrativo correspondente a cada mandado de segurança, contendo o ofício do juízo requisitante, cópia da petição inicial, das informações prestadas e dos documentos pertinentes.

Art. 3º O processo administrativo, de que trata o art. 2º, será encaminhado pela autoridade impetrada à unidade descentralizada da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) ou da Procuradoria-Geral Federal (PGF) competente para representar a União ou o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) perante o juízo requisitante.

§ 1º Compete à PGF:

I - até 31 de março de 2008, representar o INSS nos processos judiciais referentes a créditos que, em 30 de abril de 2007, estejam inscritos em Dívida Ativa do INSS;

II - representar a União nos processos da Justiça do Trabalho relativos à cobrança de contribuições previdenciárias e de imposto sobre a renda retido na fonte, conforme delegação do Procurador-Geral da Fazenda Nacional.

§ 2º A representação judicial caberá à PGFN, nos demais casos.

Art. 4º Tratando-se de mandado de segurança contra ato do Secretário da Receita Federal do Brasil, a informação será prestada pela PGFN ou pela PGF.

Parágrafo único. O Secretário da Receita Federal do Brasil encaminhará à PGFN ou à PGF os subsídios necessários para a elaboração da informação a ser prestada ao juízo competente.

Art. 5º As decisões judiciais, proferidas em ações de qualquer natureza, que importem em obrigação de fazer, serão cumpridas pela autoridade legalmente competente para a prática do ato, sem prejuízo da remessa imediata à Procuradoria competente para a defesa judicial cabível.

Art. 6º No caso de dúvida por parte da autoridade da RFB em relação ao exato teor da decisão judicial a ser cumprida ou às informações a serem prestadas, a unidade competente da PGFN ou da PGF prestará assessoramento jurídico, respeitados, em qualquer caso, os prazos legais para cumprimento da decisão judicial ou para prestação das informações requisitadas.

Art. 7º A solicitação de consultoria e assessoramento jurídicos às unidades da PGFN e da PGF será efetuada:

I - pela Coordenação-Geral de Tributação (COSIT), no âmbito das unidades centrais; ou

II - pelas Divisões de Tributação (DISIT) das Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil (SRRF), no âmbito das unidades descentralizadas.

Parágrafo único. Compete à PGF responder às solicitações que vierem a ser formuladas até 1º de abril de 2008, em relação aos créditos inscritos em Dívida Ativa do INSS.

Art. 8º. Compete à PGFN representar a União nas ações judiciais que envolvam concomitantemente tanto os créditos da União como os créditos do INSS.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JORGE ANTONIO DEHER RACHID**

Secretário da Receita Federal do Brasil

**LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS**

Procurador-Geral da Fazenda Nacional

**JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA**

Procurador-Geral Federal

(\*) D.O. de 14.5.2007. Republicada por ter saído, no DOU de 2/05/2007, Seção 1, pág. 59, Edição Extra, com incorreção no original

**PORTARIA CONJUNTA Nº1, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2007.**

*Dispõe sobre a atuação das Procuradorias da União e das Procuradorias Federais na representação judicial da União, do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN nas ações que envolvam bens da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA.*

**O PROCURADOR-GERAL DA UNIÃO** e o **PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso de suas competências de que tratam, respectivamente, os incisos I e VIII do Ato Regimental nº 05, de 19 de junho de 2002, e os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o disposto nos arts. 2º, 8º e 9º da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, e no Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007, resolvem:

Art. 1º Compete aos órgãos de execução da Procuradoria-Geral da União representar a União judicialmente nas ações em que a Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA figurava como autora, ré, assistente, opoente ou terceira interessada, ressalvado os casos previstos no inciso II do art. 17 da Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007 e no art. 2º desta Portaria. **(Redação dada pela Portaria Conjunta PGU/PGF nº 138, de 6.9.2012)**

Parágrafo Único. É também de atribuição dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral da União atuar nas ações: **(Redação dada pela Portaria Conjunta PGU/PGF nº 138, de 6.9.2012)**

a) de desapropriação direta propostas pela RFFSA e de desapropriação indireta ajuizadas em face da extinta sociedade de economia mista bem como nas de usucapião, neste último caso se foram propostas pela RFFSA com a finalidade de se contrapor a pedidos de indenização por desapropriação indireta; e **(Redação dada pela Portaria Conjunta PGU/PGF nº 138, de 6.9.2012)**

b) que versem sobre bens de valor artístico, histórico e cultural transferidos à União. (NR) **(Redação dada pela Portaria Conjunta PGU/PGF nº 138, de 6.9.2012)**

Art. 2º Compete aos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal, por força do disposto nos artigos 8º e 9º da Lei nº 11.483, de 2007, representar judicialmente o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, na forma a seguir disciplinada: **(Redação dada pela Portaria Conjunta PGU/PGF nº 138, de 6.9.2012)**

I - o DNIT, nas ações, mesmo que ajuizadas antes da extinção da RFFSA, referentes aos bens transferidos à sua propriedade pelo artigo 8º da Lei nº 11.783, de 2007, incluindo: **(Redação dada pela Portaria Conjunta PGU/PGF nº 138, de 6.9.2012)**

a) Ações relativas a obrigações tributárias *propter rem*, principais e acessórias, mesmo que o fato gerador seja anterior à transferência do bem; e **(Redação dada pela Portaria Conjunta PGU/PGF nº 138, de 6.9.2012)**

b) Ações relativas a passivos ambientais. (NR) **(Redação dada pela Portaria Conjunta PGU/PGF nº 138, de 6.9.2012)**

II - o IPHAN, nas ações referentes aos bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, ainda que operacionais.

Parágrafo único - A representação judicial de que trata o caput será exercida pelo Departamento de Contencioso, Procuradorias-Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias-Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação, quando já lhes tenha sido atribuída à representação judicial do DNIT ou do IPHAN, ou, excepcionalmente, pelas unidades da Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT ou da Procuradoria Federal junto ao IPHAN, conforme o caso, nos locais em que estas ainda tiverem essa atribuição. (NR) **(Redação dada pela Portaria Conjunta PGU/PGF nº 138, de 6.9.2012)**

Art. 3º O IPHAN deve ser comunicado em todas as ações que tratem dos bens móveis e imóveis oriundos da extinta RFFSA, sejam agora de propriedade da União, do DNIT ou de terceiros, para que possa manifestar-se acerca de seu interesse quando verificado haver neles valor artístico, histórico ou cultural.

Parágrafo único - Verificada a existência de valor artístico, histórico ou cultural prevista no caput, o IPHAN atuará nos autos como litisconsorte necessário do autor ou do réu ou ainda como assistente ou terceiro interessado, conforme o caso.

### Art. 4º Nas ações referidas nessa Portaria em que o DNIT seja parte, a União deve atuar como sua assistente até que o acervo documental relativo aos bens que passaram à propriedade do DNIT lhe sejam transferidos pelo inventariante da RFFSA.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

# LUÍS HENRIQUE MARTINS DOS ANJOS

Procurador-Geral da União

# JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA

Procurador-Geral Federal

D. O. de 12.12.2007.

RESOLUÇÃO/PRESI 600-04 DE 6/03/2008.

*Autoriza a implantação de Projeto de Conciliação nos processos referentes às ações previdenciárias que tramitam em grau de recurso no Tribunal Regional Federal da Primeira Região.*

**A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO,** no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o decidido pela Corte Especial Administrativa, na sessão de 6/03/2008, no Processo Administrativo 9.956/2007 – TRF1,

CONSIDERANDO:

a) que a solução rápida de processos em que se discutem direitos previdenciários tem imediata repercussão social, notadamente para as camadas mais pobres da população;

b) a conveniência da solução dos processos pela via conciliatória, com economia, celeridade e efetividade na prestação jurisdicional, e a criação de uma nova cultura, a partir da qual as partes identificarão, na conciliação de seus interesses, um instrumento hábil para a solução de conflitos;

c) que o art. 331 do Código de Processo Civil recomenda a conciliação e que a manifestação escrita de uma das partes sobre o desejo de transigir nos processos justifica a criação de oportunidade para que se busque a conciliação, mediada por magistrado;

d) os excelentes resultados alcançados com o Projeto de Conciliação nos processos em tramitação no TRF 1ª Região e na Justiça Federal de Primeira Instância, relativos ao Sistema Financeiro da Habitação, implantado pela Resolução 100-14 de 25/05/2005 e pela Portaria/Presi 600-468 de 30/11/2006 (Pro-Conci);

e) o Acordo de Cooperação Técnica celebrado, em 09/10/2007, pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, pelo Conselho da Justiça Federal – CJF, pela Advocacia Geral da União – AGU e pelo Ministério da Previdência Social – MPS, com a interveniência do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS,

RESOLVE:

Art. 1° Fica autorizada a implantação do Projeto Conciliação nos processos em tramitação, no TRF 1ª Região, relativos a matéria previdenciária.

Art. 2° Cabe à Presidência coordenar o Projeto no âmbito da Primeira Região e criar condições para sua realização.

Art. 3° A transação será buscada em processos em grau de recurso, aguardando julgamento no Tribunal, oriundos das Seções Judiciárias da Primeira Região ou da Justiça Estadual (competência delegada – art. 109, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal), que envolvam pedidos de aposentadoria, pensão e salário-maternidade rurais e Benefício de Prestação Continuada – BCP/LOAS.

Parágrafo único. Poderão ser ampliados, por Portaria da Presidência do Tribunal, os assuntos elencados no caput deste artigo, na medida das possibilidades da autarquia previdenciária.

Art. 4º Os gabinetes dos Desembargadores Federais que compõem a 1ª Seção e que desejarem aderir ao Projeto realizarão, com o auxílio técnico da Procuradoria-Geral do INSS, a triagem dos processos visando ao encaminhamento para conciliação, de acordo com cronograma a ser estabelecido pela Presidência, recomendada a separação de feitos segundo a Seção/Subseção/Comarca de origem e advogado, para facilitar e agilizar os trabalhos de conciliação.

§ 1º A remessa dos processos ao Projeto será registrada pelos gabinetes no sistema judicial Juris.

§ 2º Os incidentes e demais questões não relacionados diretamente com a conciliação poderão ficar suspensos até a realização da transação, ressalvados, em qualquer situação, os casos de urgência.

Art. 5º As atividades cartorárias relativas aos processos selecionados serão efetuadas pela Secretaria Executiva de Apoio ao Projeto de Conciliação.

§ 1º Os processos recebidos dos gabinetes serão encaminhados para análise do grupo especial constituído pelo INSS.

§ 2º As intimações serão realizadas por via postal.

§ 3º O Ministério Público Federal será intimado para acompanhar o ato conciliatório, nas hipóteses em que sua intervenção seja obrigatória.

Art. 6º Para fins de homologação pelo Tribunal, o acordo será apresentado em petição e não poderá implicar, salvo hipóteses legais, exoneração do pagamento das custas judiciais, se for o caso.

§ 1º Os autos devolvidos pelo INSS com proposta de acordo serão acompanhados, ainda, de cópias da petição de acordo, da planilha de cálculo e dos demais documentos apresentados, que servirão de contra-fé para remessa e intimação da parte interessada.

§ 2º A parte contrária será intimada, independentemente de despacho, para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 3º Homologado o acordo e implantado ou reimplantado o benefício em Brasília - DF, a Secretaria Executiva de Apoio ao Projeto de Conciliação remeterá os autos à Vara de origem, com os respectivos cálculos, para requisição de pagamento dos valores atrasados, se for o caso.

Art. 7º Caso não se efetive a conciliação, os autos serão restituídos ao relator para apreciação e julgamento pelo respectivo colegiado.

Art. 8º O Projeto ora regulamentado poderá ser estendido à Primeira Instância, por Portaria da Presidência do Tribunal, mediante solicitação da Corregedoria-Geral, e também aos Juizados Especiais Federais, em caso de manifestação favorável da Coordenação dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região.

Art. 9º A implantação do Projeto não impedirá o curso regular e o julgamento dos processos não encaminhados para conciliação.

Art. 10. A Secretaria Executiva de Apoio ao Projeto de Conciliação do Tribunal elaborará mapas dos acordos celebrados e das RPVs expedidas e pagas, em conjunto com a Divisão de Estatística e com a Coordenadoria de Execução Judicial do Tribunal, respectivamente, encaminhando-os à Presidência do Tribunal, para acompanhamento e avaliação do Projeto.

Art. 11. A Secretaria de Tecnologia da Informação e a Secretaria Judiciária adotarão as providências necessárias para dar cumprimento a esta Resolução, inclusive o lançamento da movimentação processual no sistema informatizado do Tribunal.

Art. 12. Após seis meses de implantação, o Projeto será submetido à avaliação da Corte Especial Administrativa, mediante relatório apresentado pelo Presidente.

**Resolução assinada pela Presidente,**

**Desembargadora Federal Assusete Magalhães**

Publicada no Boletim de Serviço do TRF/1ª n. 45, de 10/03/2008.

**PORTARIA CONJUNTA Nº 128, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2008.**

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL E O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**, no uso de suas atribuições legais, Considerando que o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS vem sofrendo grande prejuízo pelo pagamento de honorários advocatícios, custas processuais e juros de mora decorrentes de condenações judiciais em razão da manutenção, em alguns casos, de entendimento administrativo contrário à jurisprudência pacificada nos Tribunais Superiores;

Considerando que parte desses entendimentos já foi revista pela Advocacia-Geral da União através de Enunciados de Súmula da Advocacia-Geral da União, as quais vinculam os Procuradores Federais e, assim, impedem a sua defesa em juízo;

Considerando o acordo de cooperação técnica firmado entre o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, o Conselho da Justiça Federal - CJF, a Advocacia-Geral da União - AGU e o Ministério da Previdência Social - MPS, com a interveniência do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com intuito de fomentar o estudo, promover o intercâmbio de informações e estabelecer a definição, padronização e implantação de procedimentos administrativos e judiciais que permitam maior celeridade, qualidade, segurança, controle e transparência na tramitação de processos e na prestação jurisdicional aos segurados da Previdência Social e beneficiários da Assistência Social;

Considerando que a Advocacia-Geral da União e o Ministério da Previdência Social editaram a Portaria Interministerial nº 08, de 03 de junho de 2008, instituindo o Programa de Redução de Demandas Judiciais do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com o objetivo de reduzir a quantidade de ações ajuizadas contra o INSS;

Considerando a necessidade de dar aplicação ao Programa de Redução de Demandas Judiciais do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, resolvem:

Art. 1º Constituir grupo de trabalho denominado "GT – Prevenção de Demandas", com a finalidade de promover estudos e propor medidas visando à prevenção de demandas judiciais e redução do nível de litigiosidade em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Parágrafo único. O grupo de trabalho terá duração indefinida.

Art. 2º O grupo de trabalho é composto pelos procuradores federais discriminados no Anexo I desta Portaria.

Parágrafo Único. O Coordenador-Geral de Matéria de Benefícios da PFE-INSS, de ofício ou mediante provocação do Coordenador do grupo de trabalho, poderá solicitar ao Procurador-Chefe da PFE-INSS, justificadamente, o acréscimo, a redução ou a substituição de membros do grupo.

Art. 3º A comunicação entre os membros do grupo dar-se-á por correio eletrônico e por videoconferência, e eventuais reuniões presenciais ocorrerão sempre que seu Coordenador e o Coordenador-Geral de Matéria de Benefícios da PFE-INSS entenderem necessárias.

Art. 4º A colaboração a ser prestada pelos integrantes do grupo de trabalho dar-se-á em regime de dedicação parcial, permanecendo com apenas parte de suas atribuições nas respectivas unidades de origem, em conformidade com a necessidade de dedicação às atribuições conferidas pela presente Portaria.

Parágrafo Único. Qualquer membro do grupo de trabalho poderá dedicar-se exclusivamente, por prazo certo, à execução de tarefa específica, mediante designação do Coordenador-Geral de Matéria de Benefícios da PFE-INSS em portaria a ser publicada em Boletim de Serviço do INSS.

Art. 5º Os integrantes do grupo de trabalho subordinam-se tecnicamente à Coordenação-Geral de Matéria de Benefícios da PFEINSS, a quem competirá apresentar as propostas do grupo aos órgãos envolvidos.

Parágrafo Único. As atividades desenvolvidas pelo grupo de trabalho serão relatadas, periodicamente, ao Coordenador-Geral deMatéria de Benefícios da PFE-INSS.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

Procurador-Geral Federal

**MIGUEL ÂNGELO SEDREZ JUNIOR**

Procurador-Chefe Nacional da PFE-INSS

D. O. de 18.11.2008

**PORTARIA CONJUNTA Nº146, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Dispõe sobre o uso de imóveis do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS pela Advocacia-Geral da União.*

**O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS** e o **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, considerando o disposto no § 1º do artigo 4º da Portaria Interministerial AGU/MPS nº 09, de 03 de Junho de 2008, resolvem:

Art. 1º Delegar ao Procurador-Chefe da Procuradoria-Federal Especializada junto ao INSS, ao Diretor de Orçamento, Finanças e Logística do INSS e ao Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão da Procuradoria-Geral Federal a atribuição para definição das localidades não relacionadas no Anexo da Portaria Interministerial AGU/MPS nº 09, de 03 de Junho de 2008, a serem reestruturadas com a utilização de imóveis do INSS.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

Procurador-Geral Federal

**VALDIR MOYSÉS SIMÃO**

Presidente do INSS

D. O. de 19.12.2008.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº1, DE 29 DE JULHO DE 2009.**

**O CORREGEDOR-GERAL DA ADVOCACIA DA UNIÃO** e o **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Orientação Normativa AGU no 27, de 9 de abril de 2009, e na Portaria AGU nº 758, de 9 de junho de 2009, resolvem:

Art. 1º O exercício da advocacia pro bono observará as seguintes definições:

I - somente poderá ser efetivado nas duas hipóteses previstas no art. 3º da Portaria AGU nº 758, de 9 de junho de 2009;

II - é incompatível com a ocupação de cargos ou funções de direção por advogado público federal (art. 28, inciso III, da Lei nº 8.906, de 1994);

III - não poderá ser efetivado em face de interesse da União, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista (art. 30, inciso I, da Lei nº 8.906, de 1994).

§ 1º As restrições previstas nos incisos II e III também se aplicam ao exercício de advocacia em causa própria por advogado público federal.

§ 2º Não se caracteriza como exercício de advocacia em causa própria a atuação em juízo na hipótese de dispensa legal de advogado.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

**ALDEMARIO ARAUJO CASTRO**

Corregedor-Geral da Advocacia da União

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

Procurador-Geral Federal

D. O. de 30.7.2009.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 2, DE 29 DE JULHO DE 2009.**

**OCORREGEDOR-GERAL DA ADVOCACIA DA UNIÃO** e o **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial AGU/MF/BACEN nº 19, de 2 de junho de 2009, resolvem:

Art. 1º O preenchimento da folha de registro de atividades, de que trata a Portaria Interministerial AGU/MF/BACEN nº19, de 2 de junho de 2009, deverá observar o que segue:

I - o campo destinado à assinatura deverá ser preenchido em relação a todos os dias úteis do mês, demonstrando presumidamente a realização de atividades funcionais, independentemente de anotações de registros adicionais;

II - no campo "Registros Adicionais", somente deverão ser anotadas, de forma resumida, as atividades funcionais que não possam ser aferidas por meio de consulta a sistemas informatizados ou a controles físicos existentes no âmbito de cada unidade dos órgãos de direção ou de execução da Advocacia-Geral da União - AGU e da Procuradoria-Geral Federal - PGF;

III - a chefia imediata, após receber as folhas devidamente assinadas, aporá visto e encaminhará ao setor competente pelo seu arquivamento, que promoverá os devidos registros no sistema de controle das ocorrências funcionais.

§ 1º As ocorrências de férias, licenças e demais afastamentos serão registradas no campo "Assinatura", utilizando-se os códigos pertinentes.

§ 2º Incluem-se entre as atividades que não deverão ser anotadas no campo "Registros Adicionais", nos termos do inciso II do *caput* deste artigo, os pareceres, manifestações consultivas diversas, petições apresentadas em processos judiciais, notas, despachos, informações e manifestações administrativas diversas, desde que arquivadas mediante cópias eletrônicas ou físicas no âmbito dos órgãos de direção ou de execução da AGU e da PGF.

Art. 2º A folha de registro de atividades será disponibilizada, para impressão ou preenchimento eletrônico, na rede informatizada da AGU.

Parágrafo único. O preenchimento da folha de registro de atividades dispensa o registro de ponto.

Art. 3º Quando houver necessidade, os titulares dos órgãos de direção ou de execução da AGU e da PGF poderão determinar a demonstração ou detalhamento da forma de cumprimento da exigência legal das 40 (quarenta) horas de trabalho semanal.

Art. 4º Compete aos titulares dos órgãos de direção ou de execução da AGU e da PGF definir a forma de funcionamento de suas respectivas unidades, estabelecendo inclusive como se darão a distribuição e o desempenho das atividades inerentes ao órgão, especialmente daquelas que exijam ou recomendem a presença de seus membros na repartição.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

**ALDEMARIO ARAUJO CASTRO**

Corregedor-Geral da Advocacia da União

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

Procurador-Geral Federal

D. O. de 30.7.2009.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 3, DE 11 DE AGOSTO DE 2009.**

**O CORREGEDOR-GERAL DA ADVOCACIA DA UNIÃO** e o **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Portaria Interministerial AGU/MF/BACEN nº 20, de 2 de junho de 2009, resolvem:

Art. 1º O Planejamento Individual de Atividades de Magistério, de que trata o art. 2º da Portaria Interministerial AGU/MF/BACEN nº 20, de 2 de junho de 2009, deverá ser apresentado pelo advogado público federal que exercer qualquer atividade de magistério, independentemente da data e do horário, mesmo que exclusivamente:

I - não-presencial;

II - nos finais de semana;

III - nos horários noturnos;

IV - além das disciplinas jurídicas.

Art. 2º A incompatibilidade do exercício de magistério com as atribuições do cargo público, para carga horária semanal inferior a vinte horas de atividades em sala de aula de segunda à sexta-feira, será avaliada pela chefia imediata em função da forma de funcionamento do órgão jurídico de exercício do advogado público federal e das necessidades de execução das competências desse mesmo órgão jurídico.

Parágrafo único. A avaliação dos Planejamentos Individuais de Atividades de Magistério deverá ser efetivada de forma conjuntapela chefia imediata, após o recebimento de todos os formulários apresentados pelos advogados públicos federais.

Art. 3º O encaminhamento das consolidações dos Planejamentos Individuais de Atividades de Magistério, de que trata o art. 6º, parágrafo único, da Portaria Interministerial AGU/MF/BACEN nº 20, de 2 de junho de 2009, será efetivado pelos titulares dos órgãos de direção ou de execução da Advocacia-Geral da União - AGU e da Procuradoria-Geral Federal - PGF, conforme definição presente no art. 2º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Parágrafo único. São titulares de órgãos de execução, além daqueles previstos no art. 2º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, para os efeitos do caput deste artigo:

I - os Coordenadores dos Núcleos de Assessoramento Jurídico;

II - os Chefes das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais;

III - os Chefes das unidades, nacional ou regional, das Procuradorias Federais, especializadas ou não, junto às autarquias e fundações públicas federais;

IV - os Chefes de Escritórios de Representação.

Art. 4º Será de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento, o prazo para apreciação e decisão do recurso hierárquico de que trata o art. 3º, § 2º, da Portaria Interministerial AGU/MF/BACEN nº 20, de 2 de junho de 2009.

Art. 5º Os Anexos I e II, de que tratam os arts. 2º e 6º da Portaria Interministerial AGU/MF/BACEN nº 20, de 2 de junho de 2009, serão disponibilizados, para impressão ou preenchimento eletrônico, na rede informatizada da AGU.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

**ALDEMARIO ARAUJO CASTRO**

Corregedor-Geral da Advocacia da União

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

Procurador-Geral Federal

D. O. de 13.8.2009.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 4, DE 4 DE SETEMBRO DE 2009.**

**OCORREGEDOR-GERAL DA ADVOCACIA DA UNIÃO** e o **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das suas atribuições, e tendo em vista o disposto nas Portarias Interministeriais AGU/MF/BACEN nºs. 19 e 20, ambas de 2 de junho de 2009, resolvem:

Art. 1º O Planejamento Individual de Atividades de Magistério, de que trata o art. 2º da Portaria Interministerial AGU/MF/BACEN nº 20, de 2 de junho de 2009, deverá ser apresentado mesmo quando o advogado público federal estiver cedido a órgãos que não integrem a Advocacia-Geral da União - AGU e a Procuradoria-Geral Federal - PGF, observado o disposto na Instrução Normativa Conjunta nº 3, de 11 de agosto de 2009.

Art. 2º Incumbe à chefia imediata do advogado público federal cedido na hipótese prevista no art. 1º realizar a avaliação de compatibilidade do exercício do magistério com as atribuições do cargo ou função pública ocupada.

Parágrafo único. Realizada a avaliação de que trata o caput, deverá a chefia imediata encaminhar o Planejamento Individual de Atividades de Magistério ao titular do órgão de direção superior da respectiva carreira do advogado público federal cedido, para efeito da consolidação de que trata o art. 6º da Portaria Interministerial AGU/MF/BACEN nº 20, de 2 de junho de 2009.

Art. 3º O preenchimento da folha de registro de atividades, de que trata o art. 2º da Portaria Interministerial AGU/MF/BACEN nº 19, de 2 de junho de 2009, é facultativo para os ocupantes dos seguintes cargos e seus equivalentes:

a) de Natureza Especial;

b) do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, iguais ou superiores ao nível 4;

c) de Cargos Direção - CD, iguais ou superiores ao nível 3.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

**ALDEMARIO ARAUJO CASTRO**

Corregedor-Geral da Advocacia da União

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

Procurador-Geral Federal

D. O. de 11.9.2009.

**PORTARIA CONJUNTA Nº 205, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2009.**

*Atribui competência para declarar procedentes as despesas de quitação referentes a pagamentos nos processos judiciais que envolvam o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS aos Chefes dos Órgãos de Execução que especifica.*

**OPROCURADOR-GERAL FEDERAL** e o **PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL SUBSTITUTO**, no uso das atribuições legais que lhes conferem, respectivamente, o artigo 11, § 2º, incisos I e VIII, da Lei nº 10.480/02 e, artigo 22, incisos I e XI, do Anexo I, do Decreto nº 6.934/09, resolvem:

Art. 1º Atribuir aos Procuradores Regionais Federais, Procuradores-Chefes das Procuradorias Federais nos Estados e Procuradores Seccionais Federais a competência para declarar procedentes as despesas de quitação referentes a pagamentos nos processos judiciais que envolvam o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e cuja representação judicial tenha sido atribuída à sua respectiva unidade ou Escritório de Representação vinculado.

§ 1º É permitida a delegação da competência prevista no caput aos respectivos substitutos eventuais.

§ 2º Nas localidades em que a representação judicial do INSS esteja atribuída às Procuradoria Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados e Procuradorias Seccionais Federais, não poderão os Procuradores Regionais e Seccionais da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS - PFE/INSS declarar a procedência das despesas de quitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

Procurador-Geral Federal

**BENEDITO ADALBERTO BRUNCA**

Presidente do INSS Substituto

D. O. de 15.12.2009.

**PORTARIA CONJUNTA Nº40, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2010.**

*Disciplina a atuação dos órgãos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal na representação judicial e extrajudicial da União nos processos perante a Justiça do Trabalho relacionados com a cobrança de contribuições previdenciárias e do imposto de renda retido na fonte.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, a **PROCURADORA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL** e a **PROCURADORA-GERAL DA UNIÃO**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 16, § 3º, inciso II, da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007,

Considerando que a representação judicial e extrajudicial da União nos processos perante a Justiça do Trabalho relacionados com a cobrança de contribuições previdenciárias e de imposto de renda retido na fonte foi delegada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional à Procuradoria-Geral Federal mediante a Portaria Conjunta nº 433, de 25 de abril de 2007;

Considerando a possibilidade de ocorrer conflito de atribuições entre órgãos da Advocacia-Geral da União, ou entre estes e órgãos da Procuradoria-Geral Federal;

Considerando a possibilidade de surgirem questões acessórias em decorrência do exercício dessa atuação perante a Justiça do Trabalho;

Considerando a necessidade de uniformização de procedimentos para evitar a solução de continuidade da defesa da União nos referidos processos; e

Considerando que os artigos 2º, inciso II, 3º, inciso XI, 6º e 11, do Ato Regimental nº 2, de 12 de junho de 2007, editado pelo Advogado-Geral da União para alterar a competência, estrutura e funcionamento da Procuradoria-Geral Federal no que se refere às atribuições definidas pela Lei nº 11.457, de 2007, demonstram que a referida representação da União alcança inclusive os respectivos processos decorrentes dessa atuação;

Resolvem:

Art. 1º Compete à Procuradoria-Geral Federal atuar na representação judicial e extrajudicial da União nos processos perante a Justiça do Trabalho relacionados com a cobrança de contribuições previdenciárias e do imposto de renda retido na fonte.

§ 1º A competência da Procuradoria-Geral Federal alcança apenas os processos em trâmite perante os Tribunais e Juízes do Trabalho decorrentes da referida delegação firmada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como os recursos decorrentes dos mesmos que tramitem no Supremo Tribunal Federal.

§ 2º Sempre que quaisquer medidas judiciais envolvendo as matérias objeto da referida delegação forem ajuizadas perante outros órgãos do Poder Judiciário, compete à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a defesa dos interesses da União ou, no caso de processos originários perante o Supremo Tribunal Federal, ao Advogado-Geral da União.

§ 3º A competência prevista no *caput* deste artigo se estende às seguintes hipóteses ou situações, observado ainda o disposto nos §§ 1º e 2º:

I - ações rescisórias;

II - ações anulatórias;

III - mandados de segurança;

IV - ações declaratórias; e

V - incidentes ou recursos que tratem de eventual imposição de multa por litigância de má-fé em decorrência de atuação de órgão ou membro da Procuradoria-Geral Federal nesses feitos.

§ 4º Nos casos mencionados no § 3º, compete à Procuradoria-Geral Federal adotar todas as medidas ordinárias e excepcionais cabíveis em defesa dos interesses da União, devendo formalizar dossiê administrativo dos autos.

Art. 2º Constitui atribuição da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional atuar perante o juízo universal da falência com vistas a receber os créditos de contribuições previdenciárias decorrentes de sentenças proferidas pela Justiça do Trabalho, sendo cientificada da remessa, para a Vara da Justiça Comum em que tramita o processo de falência, da certidão de crédito previdenciário e dos documentos que a instruem referidos nos artigos 97 e seguintes da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único. Nas hipóteses em que os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal forem intimados de sentença trabalhista que condenar empresa falida ao recolhimento de contribuições previdenciárias, ou de qualquer outro ato judicial adotado em consequência desta, inclusive o previsto no *caput*, deverão dar ciência do ato à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para a adoção das providências a seu cargo.

Art. 3**º** O disposto nesta Portaria alcança os processos atualmente em curso.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

Procurador-Geral Federal

**ADRIANA QUEIROZ DE CARVALHO**

Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

**HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO**

Procuradora-Geral da União

D. O. de 17.3.2010.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº1, DE 19 DE MARÇO DE 2010.**

*Disciplina o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL** e o **PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 10 c/c os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, e Decreto n° 6.934, de 11 de agosto de 2009, respectivamente, resolvem:

Art. 1º As atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao INSS são decompetência exclusiva dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal.

CAPÍTULO I

DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO INSS

Art. 2º Consideram-se unidades administrativas do INSS, para os fins desta Portaria, todos os órgãos que compõem a estrutura organizacional da autarquia, conforme disciplinado em Regimento Interno.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF

Art. 3º A Procuradoria-Geral Federal é composta pelos seguintes órgãos de execução que exercem a atividade de consultoria e assessoramento jurídico do INSS:

I - Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS;

II - Procuradorias Regionais Federais;

III - Procuradorias Federais nos Estados;

IV - Procuradorias Seccionais Federais; e

V - Escritórios de Representação.

Art. 4º São órgãos da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS - PFE/INSS que exercem as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos da autarquia, conforme atribuições estabelecidas no Regimento Interno do INSS:

I - a Coordenação-Geral de Matéria Administrativa e a Coordenação-Geral de Matéria de Benefícios, órgãos da Direção Central da PFE/INSS;

II - o Serviço de Consultoria e Assessoramento das Procuradorias Regionais; e

III - as Seções e os Setores de Consultoria e Assessoramento das Procuradorias Seccionais.

§ 1º Caberá à Coordenação-Geral de Matéria de Benefícios da PFE/INSS em Brasília/DF a coordenação e orientação técnica dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal que exercem atividade de consultoria do INSS na matéria de benefícios.

§ 2º Para os fins do disposto no § 1º do art. 3º da Portaria AGU nº 109, de 30 de janeiro de 2007, e § 2º do art. 2º da Portaria PGF nº 915, de 16 de setembro de 2009, considera-se manifestação do órgão consultivo competente para decidir sobre a inexistência de controvérsia quanto ao direito aplicado e eventual proposta de acordo judicial na matéria de benefícios, a manifestação jurídica emitida, ainda que em tese ou em caso concreto distinto do objeto da lide, desde que presentes todas as condicionantes jurídicas e haja similitude fática entre os mesmos, pela Coordenação-Geral de Matéria de Benefícios aprovada pelo Procurador-Chefe da Procuradoria Especializada junto ao INSS.

Art. 5º A atividade de consultoria e assessoramento jurídico da Administração Central do INSS em Brasília/DF é atribuição exclusiva da PFE/INSS, ressalvada a possibilidade de consulta do Presidente do INSS ao Procurador-Geral Federal.

Art. 6º A atividade de consultoria e assessoramento jurídico do INSS será realizada ordinariamente pela Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS - PFE/INSS, abrangendo as matérias de benefício, servidor público, patrimônio imobiliário, licitação e contratos, bem como outras afetas à finalidade institucional da autarquia, observadas as competências do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 1º Ato do Procurador-Geral Federal poderá atribuir aos demais órgãos de execução elencados no art. 3º, total ou parcialmente, as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos do INSS junto às Gerências Executivas e Superintendências Regionais.

§ 2º Caberá ao órgão de execução que assumir as competências nos termos do parágrafo anterior informar às unidades administrativas do INSS abrangidas na sua área de atuação a assunção de tais atribuições.

Art. 7º O órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal responsável pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos assistirá as autoridades do INSS na prestação de informações em mandados de segurança e habeas data.

Art. 8º O assessoramento jurídico do INSS em matéria de recuperação de créditos de natureza não-tributária caberá à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos - CGCOB da Procuradoria-Geral Federal e aos respectivos núcleos temáticos criados nas estruturas organizacionais das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação.

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS

Art. 9º As consultas formuladas pelas unidades do INSS aos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal responsáveis pela consultoria e assessoramento jurídico da autarquia deverão ser autuadas e identificadas pelo número do Sistema Informatizado de Protocolo da Previdência Social - SIPPS, com o assunto, o nome do interessado e do órgão consulente, devendo o processo ter as suas folhas numeradas e rubricadas antes de sua remessa ao órgão jurídico e conter:

I - fundamentação técnica e conclusiva do órgão ou autoridade consulente;

II - informação sobre os atos e diplomas legais aplicáveis ao caso;

III - explicitação da dúvida jurídica;

IV- menção às opiniões contrárias que evidenciam a dúvida jurídica suscitada, quando for o caso; e

V - eventuais documentos que facilitem a compreensão e o exame da matéria.

§ 1º Serão admitidas consultas formuladas por correio eletrônico apenas na hipótese de relevância e urgência a ser atestada pelo Procurador-Chefe do órgão jurídico consultado.

§ 2º Não serão conhecidas as consultas formalizadas em desconformidade com o disposto no inciso V do art. 18 da Resolução nº 70/INSS/PRES, de 6 de outubro de 2009.

§ 3º Os processos com instrução parcial ou insuficiente serão devolvidos pelo Procurador oficiante ao órgão ou autoridade consulente, com a concordância da chefia imediata.

Art. 10 Os processos encaminhados à Procuradoria para análise de minutas de atos normativos deverão observar os requisitos e procedimentos estabelecidos na Resolução nº 70/INSS/PRES, de 2009.

§ 1º As minutas de atos normativos do INSS submetidas à análise das Coordenações-Gerais da PFE/INSS deverão conter, caso modifiquem norma anterior, as indicações dos dispositivos que sofreram alteração, com a respectiva nota explicativa de sua origem.

§ 2º Não compete aos órgãos de consultoria e assessoramento jurídico do INSS a análise jurídico-formal de minutas de Manuais de Procedimentos da Administração, não havendo óbice ao questionamento de dúvidas jurídicas pontuais que surjam quando da elaboração do Manual.

Art. 11 As alterações em minutas padrão de edital de licitação e de contrato deverão ser previamente submetidas à apreciação do órgão jurídico, com destaque das disposições que se pretende modificar, e instruídas com as respectivas justificativas.

Art. 12. O processo administrativo de consulta, uma vez recebido pelo órgão jurídico, deverá ser cadastrado no Sistema Integrado de Controle de Ações da União - SICAU, no qual deverão ser registrados todos os andamentos e atividades realizados no âmbito da Procuradoria.

Art. 13 O encaminhamento de consulta diretamente à Direção Central da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS em Brasília/DF somente será feito pelos órgãos da Administração Central do INSS e pelas Procuradorias Regionais Federais ou Procuradorias Regionais da PFE/INSS.

§ 1º As consultas formuladas pelas Procuradorias Seccionais e demais representações da PFE/INSS, bem como pelas Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação, às Coordenações-Gerais da PFE/INSS, conterão sempre manifestação conclusiva do Procurador oficiante e curso obrigatório pelas respectivas Procuradorias Regionais com atribuição na matéria, às quais compete dirimir a dúvida jurídica suscitada, em se tratando de matéria de repercussão regional.

§ 2º A Procuradoria Regional, quando verificar que a consulta formulada trata de questão de alta indagação ou conflito de entendimento entre órgãos de execução da PGF a que se refere o art. 3º e que necessite de uniformização, tratando-se de matéria com repercussão de âmbito nacional, produzirá manifestação sobre o caso concreto e encaminhará os autos à Direção Central da PFE/INSS, a qual emitirá manifestação jurídica dirimindo a controvérsia existente.

§ 3º O conflito de entendimento deverá ser apontado nos autos de forma clara e objetiva, com a indicação das respectivas manifestações ou fundamentos jurídicos contraditórios que indiquem a necessidade de uniformização do entendimento, inclusive com a juntada dos pareceres ou outros documentos, quando for o caso.

§ 4º Caso entendam não estar evidenciada a alta indagação jurídica ou o conflito de entendimentos, as Procuradorias Regionais ou o órgão jurídico da Direção Central da PFE/INSS promoverão a restituição dos autos à Procuradoria de origem mediante despacho fundamentado, com trâmite pela Procuradoria Regional em se tratando de devolução feita pela PFE/INSS na Direção Central.

Art. 14 As Gerências Executivas e Superintendências Regionais somente encaminharão processos de natureza jurídica à Procuradoria com atribuição na sua área de atuação, sendo vedado ao órgão de execução da PGF manifestar-se em consultas apresentadas por terceiros aos órgãos e unidades do INSS.

Art. 15 Na hipótese de conflito de entendimento entre o órgão jurídico e a unidade administrativa consulente do INSS, o processo será encaminhado para a Procuradoria Regional com atribuição na matéria, ou à Direção Central da PFE/INSS quando se tratar de conflito entre a Superintendência Regional do INSS e a respectiva Procuradoria Regional, adotando-se o procedimento previsto nos parágrafos do artigo 13, se for o caso, e ouvindo-se, previamente, a respectiva área da Administração do INSS na Superintendência Regional ou na Direção Central, que deverá emitir seu entendimento fundamento sobre o assunto.

CAPÍTULO IV

DOS PRAZOS PARA O ATENDIMENTO DAS MANIFESTAÇÕES JURÍDICAS

Art. 16 A manifestação jurídica dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal deverá ser emitida nos seguintes prazos:

I - pareceres e notas:

a) nos processos com indicação de urgente caracterizada pelo órgão consulente, submetidos à anuência da Chefia da unidade jurídica, em até 5 (cinco) dias úteis;

b) nos casos de análise de minutas de editais, contratos e similares, em até 20 (vinte) dias úteis;

c) nos casos de exame e aprovação de minutas de Resolução e Instrução Normativa, em até 15 (quinze) dias úteis; e

d) nos demais casos, em até 30 (trinta) dias úteis.

II - informações, conforme estabelecido no art. 4º da Portaria AGU nº 1.547, de 29 de outubro de 2008; e

III - cota e despacho, em até 5 (cinco) dias úteis.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 Os pareceres, notas e despachos das Coordenações-Gerais da PFE/INSS, na Direção Central, quando aprovados pelo Procurador-Chefe, terão caráter de orientação no âmbito da Autarquia, devendo ser cientificadas as Procuradorias e demais Chefias junto às Gerências Executivas e Superintendências Regionais, por memorando- circular.

§ 1º As Diretorias do INSS, as Coordenações-Gerais e os demais órgãos responsáveis pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao INSS poderão, mediante manifestação fundamentada,

solicitar a revisão dos pronunciamentos aprovados na forma do **caput.**

§ 2º O Procurador-Chefe poderá delegar ao Subprocurador-Chefe e aos Coordenadores-Gerais da PFE/INSS a aprovação dos atos referidos no **caput** em suas respectivas áreas de competência.

Art. 18 A Procuradoria Regional da PFE/INSS encaminhará relatório mensal das manifestações jurídicas mais relevantes produzidas pelas Procuradorias localizadas na sua área de atribuição à Coordenação-Geral da PFE/INSS afeta à matéria, para divulgação mensal do posicionamento entre as demais unidades da PGF.

Art. 19 As manifestações jurídicas dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal serão formalizadas de acordo com o disposto na Portaria AGU nº 1.399, de 5 de outubro de 2009.

Art. 20 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos anteriormente praticados nos termos do § 1º do art. 6º.

Art. 21 Ficam revogadas a Instrução Normativa INSS/PRES nº 3, de 12 de janeiro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 13 de janeiro de 2006, Seção 1, pág. 45/46, e a Orientação Interna INSS/PROC nº 1, de 23 de janeiro de 2006, publicada no Boletim de Serviço do INSS nº 17, de 24 de janeiro de 2006, Anexo IV, pág. 5/8.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

Procurador-Geral Federal

**VALDIR MOYSES SIMÃO**

Presidente do INSS

D. O. de 22.3.2010.

**PORTARIA CONJUNTA Nº 6, DE 30 DE ABRIL DE 2010.**

**A PROCURADORA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL** e o **PROCURADOR-GERAL FEDERAL,** no uso de suas atribuições legais e regimentais, especialmente as conferidas, respectivamente, pelo art. 2º, inciso I, alínea "b", combinado com o art. 12, ambos da Lei Complementar nº73, de 10 de fevereiro de 1993, e pelo art. 11, § 2º, inciso I, da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, resolvem:

Art. 1º A presente portaria conjunta dispõe sobre a atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e da Procuradoria-Geral Federal - PGF em procedimentos judiciais relacionados à contribuição do Plano de Seguridade do Servidor Público - PSS e dá outras providências.

Art. 2º É atribuição da PGFN representar a União nas causas ou incidentes processuais relacionados à contribuição do PSS de servidores de autarquia ou fundação pública federal.

§ 1º Não se aplica o disposto no caput à operacionalização do desconto da contribuição do PSS, a que se refere o art. 36 da Lei nº11.941, de 27 de maio de 2009, que prevê a retenção na fonte das contribuições sociais sobre os valores pagos judicialmente a servidores públicos federais através de precatório ou requisições de pequeno valor.

§ 2º Compete aos órgãos de execução da PGF atuar perante o Poder Judiciário na hipótese referida no § 1º.

Art. 3º Na hipótese de errônea intimação de autarquia ou fundação pública federal, em questão jurídica envolvendo contribuição do PSS, o órgão da PGF atuante deverá manifestar-se nos autos judiciais postulando a inclusão da União no feito e/ou a correção do pólo passivo e a consequente renovação da intimação à PGFN, na forma do art. 20 da Lei nº11.033, de 21 de dezembro de 2004.

§ 1º Protocolada a petição de que trata o caput, caberá ao Chefe da Unidade comunicar o fato à unidade da PGFN responsável pela assunção da atuação, encaminhando-lhe cópia devidamente identificada e individualizada dos elementos que dispuser.

§ 2º A unidade da PGFN destinatária ficará, após o recebimento da comunicação, responsável pelo acompanhamento do feito, facultando-se-lhe o comparecimento espontâneo nos autos, especialmente para a prática dos atos reputados urgentes.

Art. 4º O disposto no art. 2º não se aplica aos prazos em curso na data de publicação desta Portaria Conjunta quando o órgão de execução da PGF ainda não tenha peticionado ao Juízo, nos termos do artigo anterior, ou nos casos em que haja sido indeferido tal pedido.

Parágrafo único. Nas causas em que os órgãos de execução da PGF tenham interposto recurso para discutir a representação ou a qualidade de réu de autarquia ou fundação pública federal, a representação permanecerá sob a responsabilidade deste órgão até a obtenção de decisão judicial em sentido contrário.

Art. 5º Nas causas em que seja identificada a inexistência de retenção na fonte da contribuição referida no art. 1º, conforme disposto no art. 16-A da Lei nº10.887, de 18 de junho de 2004, com a redação dada pela Lei nº11.941, de 27 de maio de 2009, e quando, cumulativamente, não for possível a correção da situação mediante petição ao juízo e em razão do pedido veiculado ou de qualquer outra peculiaridade da causa não houver atuação da PGFN, o órgão da PGF atuante, caso não disponha dos elementos necessários, oficiará ao órgão administrativo responsável pelo servidor para que forneça, no prazo que indicar e nas condições fixadas no caput e nos §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, combinado com o § 3º do art. 37 da Medida Provisória nº2.229-43, de 6 de setembro de 2001, à unidade da PGFN do domicílio do devedor, os elementos necessários, fixados em ato da PGFN, para a inscrição dos valores daquela contribuição na dívida ativa da União.

Art. 6º Nas causas onde houver atuação da PGFN, cumprirá à sua unidade descentralizada a adoção das providências referidas no artigo anterior junto ao juízo e, sucessivamente e quando necessário, ao órgão administrativo responsável pelo servidor, inclusive para os fins de impugnação a embargos à execução opostos pelo devedor ou por terceiro.

Art. 7º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

Procurador-Geral Federal

**ADRIANA QUEIROZ DE CARVALHO**

Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

D. O. de 4.5.2010.

**PORTARIA CONJUNTA Nº 102, DE 23 DE JUNHO DE 2010.**

*Atribui à Procuradoria Regional Federal da 2ª Região a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS nas ações judiciais propostas em decorrência das atividades do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria INSS/PG nº 50, de 18 de março de 1992, bem como a coordenação dos trabalhos do referido Grupo.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL** e o **PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e pelo Decreto nº 6.934, de 11 de agosto de 2009, respectivamente, e considerando o disposto no processo administrativo nº 00407.003547/2010-74, resolvem:

Art. 1º Atribuir à Procuradoria Regional Federal da 2ª Região a representação judicial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nas ações judiciais propostas em decorrência das atividades do

Grupo de Trabalho instituído pela Portaria INSS/PG nº 50, de 18 de março de 1992, publicada no Boletim de Serviço INSS/DG nº 53, de 18 de março de 1992.

Art. 2º Caberá à Procuradoria Regional Federal da 2ª Região a coordenação do Grupo de Trabalho de que trata a Portaria INSS/PG nº 50, de 1992.

Parágrafo único. Ato do titular da Procuradoria Regional Federal da 2ª Região designará responsável para a prática dos atos necessários ao exercício da competência de que trata o **caput.**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

Procurador-Geral Federal

**MIGUEL ÂNGELO SEDREZ JUNIOR**

Procurador-Chefe da PFE-INSS

D. O. de 25.6.2010.

**PORTARIA CONJUNTA Nº 107, DE 25 DE JUNHO DE 2010.**

*Dispõe sobre os procedimentos para a recuperaçãode créditos nos casos de revogaçãode decisão liminar ou antecipatória dosefeitos da tutela e de rescisão de julgado.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL** e o **PRESIDENTEDO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSSEM EXERCÍCIO**, no uso de suas competências, considerando anecessidade de uniformizar a atuação da Procuradoria-Geral Federal edos órgãos do Instituto Nacional do Seguro Social para assegurar amaior eficiência na recuperação do crédito público decorrente depagamento indevido de benefício previdenciário e assistencial, resolvem:

Art. 1º Estabelecer procedimentos a serem observados pelasProcuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais, ProcuradoriasSeccionais Federais e Escritórios de Representação, pelas unidadesda Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacionaldo Seguro Social - PFE/INSS e pelas Agências da PrevidênciaSocial, para viabilizar a recuperação de valores pagos pelo INSS atítulo de benefício previdenciário ou assistencial, em cumprimento dedecisão liminar ou antecipatória dos efeitos da tutela, posteriormenterevogada, e de julgado posteriormente rescindido.

Art. 2º Havendo decisão transitada em julgado que tenha concluídopela improcedência do pedido, revogando anterior decisão liminarou antecipatória dos efeitos da tutela, ou pela procedência do pedidode rescisão do julgado, o Procurador responsável deverá enviar expedienteao INSS, para a cobrança administrativa dos valores devidos.

Parágrafo único. O expediente a que se refere o caput seráinstaurado por despacho (Anexo I) e instruído com cópia das decisõesprincipais proferidas no processo, da certidão de trânsito em julgadoe de outras peças consideradas essenciais.

Art. 3° As Agências da Previdência Social deverão efetuar acobrança administrativa dos valores devidos nos próprios autos doexpediente, em atendimento ao despacho do Procurador, através denotificação do devedor para pagar o débito no prazo de 60 (sessenta)dias (Anexo II).

§ 1º Vencido o prazo e sem o pagamento do débito, serãoefetivados os descontos no benefício previdenciário em manutenção,com fundamento no art. 115, inciso II, da Lei nº 8.213, de 1991.

§ 2º Os descontos previstos no §1º deste artigo não se aplicam aosbenefícios de espécies assistenciais e indenizatórias.

§ 3º Não havendo benefício previdenciário em manutenção esendo frustradas as tentativas de cobrança administrativa, as Agênciasda Previdência Social elaborarão o cálculo atualizado do débito, conformeos parâmetros indicados no art. 5º desta Portaria, e enviarão osautos do expediente ao Serviço ou Seção de Cobrança e Recuperaçãode Créditos da respectiva Procuradoria Regional Federal, ProcuradoriaFederal, Procuradoria Seccional Federal ou Escritório de Representação.

Art. 4° O cálculo do débito, para restituição dos valorespagos nas hipóteses previstas nesta Portaria, observará os seguintesparâmetros de correção:

I - até 3 de dezembro de 2008, na forma do art. 175 doDecreto nº 3.048, de 1999;

II - A partir de 4 de dezembro de 2008, data da publicaçãoda Medida Provisória nº 449, convertida na Lei nº 11.941, de 2009,será acrescido de:

a) juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especialde Liquidação e Custódia - SELIC, a partir do primeiro dia do mêssubsequente ao vencimento do prazo até o mês anterior ao do pagamentoe de um por cento no mês do pagamento;

b) multa de mora, calculada à taxa de trinta e três centésimospor cento, por dia de atraso, a partir do primeiro dia subsequente aodo vencimento do prazo previsto para o pagamento até o dia em queocorrer o seu pagamento, limitada a vinte por cento.

§ 1º Somente incidirá multa de mora nos casos de débitosvencidos a partir de 4 de dezembro de 2008, data da publicação daMedida Provisória nº 449, convertida na Lei nº 11.941, de 2009.

§ 2º Para os fins do disposto neste artigo, o vencimento dodébito ocorre 60 (sessenta) dias após a data da notificação de quetrata o caput do art. 4º desta Portaria.

Art. 5° Nas hipóteses previstas nesta Portaria, os créditos do INSS,cujos valores pagos e atualizados forem igual ou inferior a R$10.000,00 (dez mil reais), não serão encaminhados para inscrição emdívida ativa, na forma do § 3º do art. 3º, e nem ajuizadas as respectivasexecuções fiscais.

Art. 6º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de suapublicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

Procurador-Geral Federal

**BENEDITO ADALBERTO BRUNCA**

Presidente do INSS em exercício

D. O. de 7.7.2010 (Retificada no D. O. de 13.7.2010).

**ANEXO I**

DESPACHO DE INSTAURAÇÃO

Processo nº

Autor:

Réu: INSS

Constatado o pagamento de prestações de benefício previdenciário/assistencial (espécie/NB) no período de XX/XX/XXXX aXX/XX/XXXX, em cumprimento de decisão judicial posteriormenterevogada/rescindida, encaminho o presente para instauração de **expediente**a fim de apuração e cobrança dos valores devidos, instruídocom cópia das seguintes peças processuais:

1. Decisão liminar (fls.);

2. Sentença (fls.);

3. Acórdão (fls.);

4. Petição e/ou documentos comprobatórios do cumprimento (fls.);

5. Certidão de trânsito em julgado (fls.);

6. Outros.

(Observações adicionais).

Após autuação e cadastro, envie-se ao INSS para efetuar acobrança administrativa do débito, nos termos previstos na PortariaConjunta nº XX/INSS/PGF nº XX, de XX de XXXXX de 2010.

Local, data.

Procurador Federal

**ANEXO II**

AVISO DE COBRANÇA

Referência:

Expediente nº

Processo judicial nº

Tendo em vista o recebimento de prestações de benefício previdenciário/assistencial (espécie/NB) no período de XX/XX/XXXX aXX/XX/XXXX, em cumprimento de decisão judicial posteriormente revogada/rescindida, o INSS notifica V. Sa. para pagar, no prazo de 60 (sessenta)dias do recebimento deste aviso, o débito constante do demonstrativo anexo.

Cumpre informar que o não pagamento no vencimento acarretaráo desconto no benefício em manutenção, com a incidência deacréscimos previstos na legislação (juros equivalentes à taxa SELIC emulta de mora por dia de atraso, até 20%), a inscrição do débito emdívida ativa e sua cobrança judicial.

Local, data.

Chefe da APS

NOME EENDEREÇO DO DEVEDOR

D. O. de 7.7.2010 (Retificada no D. O. de 13.7.2010).

**PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2011.**

*Dispõe sobre os elementos mínimos a serem observados na fundamentação das manifestações dos órgãos consultivos da Advocacia-Geral da União, em atividade de apoio a julgamento de procedimentos disciplinares.*

O **CONSULTOR-GERAL DA UNIÃO,** o **PROCURADOR-GERAL FEDERAL** e o **CORREGEDOR-GERAL DA ADVOCACIA DA UNIÃO**, no uso das atribuições que lhes conferem os artigos 35, 39, I, e 40, III, do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010, e,

Considerando que, no curso das correições realizadas pela Corregedoria-Geral da Advocacia da União, tem-se identificado heterogeneidade nas peças produzidas por diversos órgãos consultivos, na atividade de apoio a julgamento de procedimentos disciplinares, quanto à análise de aspectos formais e de mérito, e Considerando a necessidade de se aprimorar os serviços consultivos, por meio da uniformização das respectivas atividades, resolvem:

Art. 1º A manifestação jurídica proferida no âmbito de órgão consultivo da Advocacia-Geral da União, em sede de apoio ao julgamento de procedimento disciplinar, aferirá, quando for o caso:

I - a observância do contraditório e da ampla defesa;

II - a regularidade formal do procedimento, com verificação da adequação dos atos processuais ao ordenamento jurídico vigente, em especial:

a) se o termo de indiciamento contém a especificação dos fatos imputados ao servidor e as respectivas provas;

b) se, no relatório final, foram apreciadas as questões fáticas e jurídicas, relacionadas ao objeto da apuração, suscitadas na defesa;

c) se ocorreu algum vício e, em caso afirmativo, se houve prejuízo à defesa;

d) se houve nulidade total ou parcial indicando, em caso afirmativo, os seus efeitos e as providências a serem adotadas pela Administração;

III - a adequada condução do procedimento e a suficiência das diligências, com vistas à completa elucidação dos fatos;

IV - a plausibilidade das conclusões da Comissão quanto à:

a) conformidade com as provas em que se baseou para formar a sua convicção;

b) adequação do enquadramento legal da conduta;

c) adequação da penalidade proposta;

d) inocência ou responsabilidade do servidor.

Art. 2º O disposto no art. 1º, incisos I, II e IV, "*b*", "*c*" e "*d*", não se aplica aos casos de sindicância investigativa, sindicância patrimonial e submissão do processo, pela comissão, a julgamento antecipado.

Art. 3º A manifestação de que trata o art. 1º conterá relatório sucinto dos fatos sob apuração, abordagem sobre os principais incidentes ocorridos no curso do processo, fundamentação e conclusão.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ARNALDO SAMPAIO DE MORAES GODOY**

Consultor-Geral da União

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

Procurador-Geral Federal

**ADEMAR PASSOS VEIGA**

Corregedor-Geral da Advocacia da União

D. O. de 9.6.2011.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 1, DE 23 DE MARÇO DE 2012.**

*Disciplina o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL** e o **PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - IBRAM**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 10 c/c os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e pelo art. 20 do Decreto n° 6.845, de 7 de maio de 2009, respectivamente, resolvem:

Art. 1º As atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao IBRAM são de competência exclusiva dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal.

CAPÍTULO I

DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO IBRAM

Art. 2º Consideram-se unidades administrativas do IBRAM, para os fins deste ato, todos os órgãos que compõem a estrutura organizacional da autarquia, conforme disciplinado na Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, no Decreto nº 6.845, de 07 de maio de 2009 e no Regimento Interno.

CAPÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF

Art. 3º A Procuradoria-Geral Federal é composta pelos seguintes órgãos de execução que exercem as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, e representação judicial do IBRAM:

I - Procuradoria Federal junto ao IBRAM;

II - Procuradorias Regionais Federais;

III - Procuradorias Federais nos Estados;

IV - Procuradorias Seccionais Federais; e

V - Escritórios de Representação.

Art. 4º As atividades de consultoria e assessoramento jurídicos das unidades do IBRAM são atribuições exclusivas da Procuradoria Federal junto ao IBRAM.

Art. 5º As atividades de consultoria e assessoramento jurídicos do IBRAM serão realizadas pela Procuradoria Federal junto ao IBRAM, abrangendo inclusive as matérias afetas à finalidade institucional da autarquia.

Art. 6º A Procuradoria Federal junto ao IBRAM assistirá as autoridades do IBRAM na prestação de informações em mandados de segurança e *habeas data*.

Art. 7º O assessoramento jurídico ao IBRAM, em matéria de recuperação de créditos de natureza tributária e não-tributária, caberá à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos – CGCOB da Procuradoria-Geral Federal e aos respectivos núcleos temáticos criados nas estruturas organizacionais das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação.

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS

Art. 8º As consultas formuladas pelas unidades do IBRAM aos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal responsáveis pela consultoria e assessoramento jurídicos da autarquia deverão ser autuadas e identificadas pelo número do Sistema Informatizado de Protocolo com o assunto, o nome do interessado e do órgão consulente, devendo o processo ter as suas folhas numeradas e rubricadas antes de sua remessa ao órgão jurídico e conter:

I - fundamentação técnica e conclusiva do órgão ou autoridade consulente;

II - informação sobre os atos e diplomas legais aplicáveis ao caso;

III - explicitação da dúvida jurídica;

IV - menção às opiniões contrárias que evidenciam a dúvida jurídica suscitada, quando for o caso; e

V - eventuais documentos que facilitem a compreensão e o exame da matéria.

§ 1º Serão admitidas consultas formuladas por correio eletrônico apenas na hipótese de relevância e urgência a ser atestada pelo Procurador-Chefe do órgão jurídico consultado.

§ 2º Não serão conhecidas as consultas formalizadas em desconformidade com o disposto nos incisos deste artigo ou com o seu parágrafo primeiro.

§ 3º Os processos com instrução parcial ou insuficiente serão devolvidos pelo Procurador Federal oficiante ao órgão ou autoridade consulente.

Art. 9º Os processos encaminhados à Procuradoria Federal junto ao IBRAM para análise de minutas de atos normativos, deverão observar os requisitos e procedimentos estabelecidos no Manual de Redação da Presidência da República.

§ 1º As minutas de atos normativos do IBRAM, submetidas à análise da Procuradoria Federal junto ao IBRAM, deverão conter, caso modifiquem norma anterior, as indicações dos dispositivos que sofreram alteração, com a respectiva nota explicativa de sua origem.

§ 2º Não compete à Procuradoria Federal junto ao IBRAM a análise jurídico-formal de minutas de Manuais de Procedimentos da Administração, não havendo óbice ao questionamento de dúvidas jurídicas pontuais que surjam quando da elaboração do Manual.

Art. 10 As alterações em minutas padrão de edital de licitação e de contrato deverão ser previamente submetidas à apreciação da Procuradoria Federal junto ao IBRAM, com o destaque das disposições que se pretende modificar e instruídas com as respectivas justificativas.

Art. 11 As atividades de consultoria prestadas pela Procuradoria Federal junto ao IBRAM deverão ser registradas no SISCON.

Art. 12 As unidades do IBRAM nos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, encaminharão os processos administrativos com as consultas jurídicas diretamente à respectiva unidade estadual da Procuradoria Federal junto ao IBRAM.

§ 1º As unidades do IBRAM localizadas nos demais estados da federação, encaminharão os processos administrativos com as consultas jurídicas diretamente à sede da Procuradoria Federal junto ao IBRAM, em Brasília-DF.

§ 2º Ressalvados os despachos que visem à adequação, requisição de diligências e solicitação de providências para a devida instrução processual, as notas técnicas e pareceres elaborados pelos procuradores federais, lotados nas unidades estaduais da Procuradoria Federal junto ao IBRAM, deverão ser submetidos à aprovação do Procurador-Chefe do IBRAM.

Art. 13 A critério do Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto ao IBRAM, poderá haver a distribuição para as unidades estaduais da Procuradoria Federal junto ao IBRAM de processos administrativos de competência da administração central do IBRAM.

Art. 14 São vedadas aos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal quaisquer manifestações jurídicas em consultas externas apresentadas ao IBRAM por terceiros estranhos à estrutura da autarquia.

CAPÍTULO IV

DOS PRAZOS PARA O ATENDIMENTO DAS MANIFESTAÇÕES JURÍDICAS

Art. 15 A manifestação jurídica dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal deverá ser emitida nos seguintes prazos:

I - pareceres e notas:

a) nos processos com indicação de urgência, expressamente justificada pela direção superior do órgão consulente, em até 7 (sete) dias;

b) nos casos de análise de minutas de editais, contratos, convênios e similares, em até 15 (quinze) dias;

c) nos casos de exame e aprovação de minutas de portaria, resolução, instrução normativa e instrumentos análogos, em até 20 (vinte) dias; e

d) nos demais casos, em até 30 (trinta) dias.

II - informações, conforme estabelecido no art. 4º da Portaria AGU nº 1.547, de 29 de outubro de 2008; e

III - cota e despacho, em até 5 (cinco) dias.

§ 1º O prazos previstos neste artigo serão contados na forma do art. 66, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

§ 2º O prazos previstos neste artigo poderão ser dilatados:

I - mediante justificativa expressa por parte do Procurador Federal encarregado da emissão da manifestação jurídica;

II - no caso de distribuição de processos administrativos de competência da administração central do IBRAM para as unidades estaduais da Procuradoria Federal junto ao IBRAM, conforme previsão do art. 13.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 Os pareceres, notas e despachos da Procuradoria Federal junto ao IBRAM, quando aprovados pelo Procurador-Chefe, terão caráter de orientação no âmbito da Autarquia.

Parágrafo Único. O Procurador-Chefe poderá delegar ao Procurador-Chefe Substituto e aos Procuradores Federais responsáveis pelas unidades estaduais da Procuradoria Federal junto ao IBRAM a aprovação dos atos referidos no caput**.**

Art. 17 As manifestações jurídicas dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal serão formalizadas de acordo com o disposto na Portaria AGU nº 1.399, de 5 de outubro de 2009.

Art. 18 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

Procurador-Geral Federal

**JOSÉ DO NASCIMENTO JÚNIOR**

Presidente do IBRAM

D. O. de 29.3.2012.

**PORTARIA CONJUNTA Nº 83, DE 4 DE JUNHO DE 2012.**

*Define atribuições e estabelece procedimentos administrativos para atendimento de decisões judiciais em matéria de benefícios e para fornecimento dos subsídios necessários à defesa judicial do Instituto Nacional do Seguro Social.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL e o PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, e pelo Decreto n° 7.556, de 24 de agosto de 2011, respectivamente, e considerando a necessidade de definir atribuições e estabelecer procedimentos administrativos para o atendimento de decisões judiciais em matéria de benefícios e o fornecimento dos subsídios necessários à defesa do INSS, resolvem:

, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002, e pelo Decreto n° 7.556, de 24 de agosto de 2011, respectivamente, e considerando a necessidade de definir atribuições e estabelecer procedimentos administrativos para o atendimento de decisões judiciais em matéria de benefícios e o fornecimento dos subsídios necessários à defesa do INSS, resolvem:

CAPÍTULO I

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 1º Compete ao INSS:

I - por meio da Diretoria de Atendimento - DIRAT:

a) promover, em última instância, a criação e instalação de Agências da Previdência Social de Atendimento de Demandas Judiciais - APSADJ, e Setor de Atendimento de Demandas Judiciais - SADJ, preferencialmente nas localidades onde estão instaladas Varas da Justiça Federal ou Comarcas da Justiça Estadual, cujo volume de ações judiciais justifique a criação de unidade administrativa especializada para o atendimento das decisões judiciais;

b) criar mecanismos para acompanhamento e avaliação, por meio de indicadores e relatórios gerenciais, de desempenho das APSADJ/ SADJ no atendimento das demandas judiciais;

c) promover parcerias com a Advocacia Geral da União - AGU, e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, para a utilização do Sicau como sistema de acompanhamento e gerenciamento das demandas judiciais; e

d) providenciar aos servidores das APSADJ/SADJ e àqueles designados nas demais Agências da Previdência Social - APS, o acesso ao sistema mencionado na alínea anterior.

II - por meio da Diretoria de Benefícios - DIRBEN:

a) monitorar e adequar os sistemas corporativos da Previdência Social visando ao efetivo atendimento de todas as demandasjudiciais; e

b) emitir, em conjunto com outros órgãos no âmbito do INSS, atos normativos necessários para o devido atendimento às demandas judiciais no tocante à matéria de benefícios.

III - identificar a necessidade e viabilizar, através do Centro de Formação e Aperfeiçoamento do INSS - CFAI, a capacitação dos servidores lotados nas APSADJ/SADJ, em parceria com as demais diretorias e os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal - PGF.

Art. 2º Compete aos órgãos de execução da PGF com atribuição para a representação judicial do INSS:

I - receber as citações e intimações, encaminhando-as à APSADJ/SADJ com os parâmetros necessários para o cumprimento das decisões judiciais, exceção feita para os casos em que a própria decisão já traga esses elementos;

II - propor ao Poder Judiciário que as decisões sejam proferidas com os parâmetros de atendimento previamente delimitados;

III - dirimir dúvidas sobre os parâmetros fornecidos pelo Poder Judiciário, complementando-os, quando necessário, de forma a viabilizar o atendimento imediato da decisão judicial;

IV - orientar, no âmbito da respectiva competência, o trabalho realizado pela APSADJ/SADJ, sendo possível sugerir medidas destinadas ao aprimoramento do serviço;

V - designar procurador ou servidor lotado na PGF como gestor local, para fins de administração e cadastro de usuários, dos sistemas corporativos da Procuradoria ou do Poder Judiciário necessários ao cumprimento das determinações judiciais;

VI - buscar, perante os órgãos do Poder Judiciário, a utilização dos meios de comunicação mais eficientes para o atendimento das ordens judiciais, considerando as peculiaridades de cada localidade;

VII - estabelecer tratativas com o Poder Judiciário para o encaminhamento por lote de decisões judiciais que tratem de matéria repetitiva, permitindo o atendimento da decisão pela Administração de forma célere e uniforme;

VIII - realizar a liquidação da decisão judicial ou impugnar os cálculos oferecidos pela parte autora da ação ou elaborados pelo Poder Judiciário, observado o constante nos §2º e §3º;

IX - designar, em conjunto com o Gerente-Executivo responsável pela APSADJ/SADJ, servidores para atuarem como prepostos, representando a Autarquia em juízo, nos termos do parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 4.250, de 27 de maio de 2002, e art. 10 da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001;

X - orientar a atuação dos servidores designados como prepostos;

XI - comunicar à Gerência-Executiva ou Superintendência do INSS situações de não atendimento satisfatório das determinações judiciais;

XII - providenciar junto ao Poder Judiciário o acesso dos servidores lotados na APSADJ/SADJ aos sistemas de processo eletrônico, onde houver, com poderes para consultar e prestar informações, na forma do art. 24; e

XIII - estabelecer, em conjunto com a Gerência-Executiva, tratativas que permitam ao Poder Judiciário utilizar os sistemas corporativos da Previdência Social, possibilitando a obtenção e juntada de informações nos autos independentemente de intimação do Órgão de Execução da PGF ou do INSS.

§ 1º A Procuradoria-Geral Federal informará às Superintendências Regionais e Gerências-Executivas do INSS o Órgão de Execução responsável pela representação judicial e pelo assessoramento jurídico da autarquia.

§ 2º A assunção, pelos órgãos de execução da PGF, da materialização dos cálculos nos processos judiciais, necessários para a defesa do INSS, bem como para a implantação dos benefícios previdenciários concedidos judicialmente será gradual e de acordo com a estruturação do setor de cálculos respectivo.

§ 3° Excluem-se da competência dos órgãos de execução da PGF as sentenças que devem ser líquidas do Juizado Especial Federal e as execuções promovidas pelo autor por força do artigo 475-B, do Código de Processo Civil.

§ 4º O servidor indicado como preposto fica autorizado, nos processos de competência dos Juizados Especiais Federais, a conciliar, transigir ou desistir, nos termos do art. 1º do Decreto nº 4.250, de 2002, e art. 10 da Lei nº 10.259, de 2001, devendo encaminhar à Procuradoria a relação dos processos respectivos com o resultado da atuação.

§ 5º A comunicação institucional necessária ao atendimento das solicitações previstas neste artigo dar-se-á através do sistema SICAU.

§ 6º O cadastramento das ações judiciais no SICAU caberá às APSADJ/SADJ somente nas hipóteses em que esta for intimada para o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, sem que tenha havido prévia citação ou intimação da Procuradoria.

Art. 3º Compete à Superintendência Regional do INSS:

I - sugerir à Diretoria de Atendimento a criação e instalação de APSADJ/SADJ preferencialmente nas localidades onde estão instaladas Varas da Justiça Federal ou Comarcas da Justiça Estadual, cujo volume de ações judiciais justifique a criação de unidade administrativa especializada para o atendimento das decisões judiciais;

II - planejar, em conjunto com as Gerências-Executivas do INSS, a disponibilização de recursos humanos necessários ao funcionamento das APSADJ/SADJ; e

III - colaborar com a divulgação das APSADJ/SADJ junto ao Poder Judiciário.

Parágrafo único. Nos casos em que uma APSADJ/SADJ atenda a mais de uma Gerência-Executiva, a estruturação e manutenção será de responsabilidade da respectiva Superintendência.

Art. 4º Compete à Gerência-Executiva do INSS:

I - estruturar fisicamente as APSADJ/SADJ de sua responsabilidade;

II - fixar o exercício de servidores nas APSADJ/SADJ em número compatível com o volume de trabalho existente nessas unidades;

III - supervisionar, apoiar e controlar as atividades das APSADJ/SADJ;

IV - orientar e promover o acompanhamento das atividades realizadas pelas APSADJ/SADJ relativas ao atendimento das demandas judiciais;

V - designar perito-médico previdenciário ou supervisor médico pericial para atuar como assistente técnico do INSS nas demandas judiciais, cabendo-lhes acompanhar as perícias judiciais, emitir relatórios técnicos e quesitos, bem como fornecer os subsídios para a elaboração da defesa judicial, observados os prazos fixados pela Procuradoria e Pelo Poder Judiciário;

VI - indicar o gerente da APSADJ ou supervisor da SADJ, ouvido o chefe do Órgão de Execução da PGF; e

VII - garantir recursos para aquisição de equipamentos que permitam a conversão de documentos ou processos administrativos do meio físico para o eletrônico, realizando a capacitação dos servidores responsáveis pela digitalização dos documentos e processos nas APS, APSADJ e SADJ.

§ 1º O exercício dos peritos médicos designados como assistentes técnicos deve ser fixado, preferencialmente, na APSADJ/SADJ.

§ 2º O número de médicos peritos designados para ter exercício na APSADJ/SADJ será compatível ao quantitativo de perícias judiciais designadas e à capacidade gerencial da Gerência-Executiva

Art. 5º Compete aos Serviços/Seções de Atendimento das Gerências-Executivas:

I - acompanhar a instalação das APSADJ/SADJ; e

II - realizar o acompanhamento e monitoramento das APSADJ/SADJ.

Art. 6º Compete ao Serviço/Divisão de Benefícios das Gerências-Executivas do INSS orientar quanto à implantação, revisão e restabelecimento de benefícios, bem como às consultas formalizadas pelas APSADJ/SADJ, com vistas ao devido atendimento da decisão judicial, observados os parâmetros estabelecidos pela Procuradoria.

Parágrafo único. Compete ao Serviço/Seção de Reconhecimento de Direitos - SRD, obter, por meio de consulta ao sistema próprio de acompanhamento e gerenciamento das demandas judiciais, informações sobre ações propostas pelos beneficiários, para aplicação do art. 307 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

Art. 7º Compete às APS:

I - localizar e fornecer, prioritariamente e dentro do prazo fixado, cópia do processo administrativo e outros elementos requisitados e que se façam necessários para o atendimento das determinações judiciais;

II - atender, nos limites de suas atribuições, às solicitações advindas diretamente do Poder Judiciário, observando os prazos estabelecidos;

III - monitorar e atender, por meio do sistema próprio de acompanhamento e gerenciamento das demandas judiciais, às solicitações relativas às demandas judiciais advindas da APSADJ/SADJ e da Procuradoria dentro dos prazos estabelecidos, zelando pela agilidade e confiabilidade das informações;

IV - realizar as Justificações Administrativas - JÁ, e pesquisas externas encaminhadas pela APSADJ/SADJ, em conformidade com os procedimentos estabelecidos pelos atos normativos do INSS em vigor;

V - prestar informações relativas à decisão administrativa, bem como sobre o modo de elaboração dos cálculos, forma de correção, legislação aplicada e tempo de contribuição computado ou não, em razão de eventual insuficiência de informações no processo administrativo, a fim de fornecer subsídios para a elaboração da defesa judicial;

VI - proceder à cobrança e ressarcimento dos valores, observado o devido processo legal, nas hipóteses em que a reforma da decisão judicial determine a devolução dos créditos pagos em decorrência do cumprimento de liminar da sentença ou do acórdão, consultando a Procuradoria em caso de dúvida jurídica;

VII - processar revisões administrativas em benefícios concedidos por decisão judicial, observadas as regras internas de revisão vigentes, desde que o objeto não tenha sido discutido no processo judicial;

VIII - atender à decisão judicial determinada em Ação Civil Pública - ACP - de âmbito nacional, estadual ou municipal, devendo inserir no sistema corporativo da Previdência Social o respectivo código identificador, o número da ação e da vara, bem como o município, especificando tratar-se de ACP;

IX - efetuar, dentro do prazo estabelecido, o atendimento:

a) das determinações judiciais relativas a reativação, revisão ou cessação nos casos de benefícios mantidos por empresas conveniadas; e

b) de todas as determinações judiciais relativas a acordo internacional.

X - comunicar à APSADJ/SADJ competente, na forma do art. 10, por meio eletrônico, a necessidade de reativação e remissão dos créditos de benefício objeto de ação judicial que venham a ser suspensos/cessados por não saque dos valores;

XI - obter, por meio de consulta ao Sicau, informações sobre ações propostas pelos beneficiários para aplicação do art. 307 do Decreto nº 3.048, de 1999, na instrução de recursos iniciais e especiais;

XII - utilizar, com vistas à uniformização e padronização dos despachos de indeferimento do pedido do segurado, o Programa de Despachos e Recursos - PDR - ou sistema que venha a substituí-lo;

XIII - fornecer à APSADJ/SADJ dados constantes do processo administrativo, necessários ao adequado cumprimento da decisão judicial.

§ 1º Na hipótese do inciso I, caso o processo administrativo não seja localizado ou não possa ser disponibilizado, a APS comunicará o fato no prazo estipulado e providenciará a coleta de todas as informações existentes nos sistemas corporativos da Previdência Social relacionadas ao benefício requerido pelo segurado, dependente ou beneficiário, encaminhando-as ao requisitante.

§ 2º Nas hipóteses do § 1º, após comunicação ao órgão solicitante, a APS responsável pelo processo administrativo providenciará a reconstituição dos autos, que deverá ser concluída no prazo máximo de trinta dias, em conformidade com os procedimentos estabelecidos pelos atos normativos em vigor.

§ 3º Na hipótese do inciso I, caso seja verificada localização diversa, a solicitação deverá ser reencaminhada à unidade que detém a posse dos autos, comunicando o fato ao órgão solicitante.

§ 4º Em qualquer caso, se verificada a existência do direito pretendido, não reconhecido inicialmente por erro administrativo, caberá à APS a concessão/revisão do benefício mediante consulta prévia à Procuradoria sobre o objeto da ação e a viabilidade de sua extinção.

§ 5º A comunicação institucional necessária ao atendimento das solicitações previstas neste artigo dar-se-á, preferencialmente, através do Sicau.

§ 6º Cada APS da Gerência-Executiva deverá designar e atualizar formalmente à APSADJ/SADJ um servidor e um suplente para servirem de contato com estas unidades, em especial para desempenhar as atividades relativas à localização, à digitalização e ao fornecimento de processos administrativos.

§ 7º Na unidade do INSS onde não houver a designação formal, o Gerente da APS será o responsável por essas atividades.

Art. 8º Compete às APSADJ/SADJ:

I - receber as intimações que tenham natureza de cumprimento de obrigação de fazer e não fazer, observando-se o teor do § 1º deste artigo;

II - realizar, nas ações em que o INSS figure como interessado ou parte, conforme parâmetros fornecidos pela Procuradoria ou pelo Poder Judiciário, o atendimento das determinações judiciais, tais como: implantação, restabelecimento, revisão e cessação dos benefícios previdenciários, assistenciais e acidentários, bem como emissão de Certidão de Tempo de Contribuição - CTC, averbação de tempo especial/rural, atualização de informações de dados cadastrais, vínculos, remunerações, contribuições e atividade no Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS;

III - realizar o cálculo do tempo de contribuição do segurado e simulação de nova Renda Mensal Inicial - RMI, quando solicitado pela Procuradoria;

IV - conferir a RMI nova ou alterada calculada pelo Poder Judiciário, confrontando-a com aquela apresentada pela parte contrária e a fixada inicialmente pelo INSS, nos casos em que a Procuradoria determinar, opinando acerca das análises realizadas;

V - prestar, nas hipóteses de concessão judicial, esclarecimentos sobre o modo como foram realizados os cálculos que originaram a RMI, a forma de correção dos salários de contribuição, a legislação aplicada na concessão e nos reajustes da renda mensal informada, quando assim solicitado pela Procuradoria;

VI - proceder à análise de processos administrativos com os fins específicos do art. 14;

VII - processar os cálculos de indenização, por meio de sistema próprio, referentes ao reconhecimento do tempo de atividade por sentença judicial, cujo período não exigia filiação obrigatória à Previdência Social, bem como nos casos de segurados contribuintes individuais, relativos aos períodos anteriores ou posteriores à inscrição, nas hipóteses de solicitação da Procuradoria;

VIII - propor, em caso de dúvida, consulta formal à Procuradoria ou ao Serviço/Divisão de Benefícios da Gerência-Executiva do INSS, observadas as respectivas competências, quanto à forma de atendimento das decisões;

IX - proceder à reativação e reemissão dos créditos nos casos em que a decisão seja cumprida pela APSADJ/SADJ e posteriormente, o benefício venha a ser suspenso/cessado por não saque dos valores;

X - requisitar à APS responsável pela concessão do benefício cópia de processos administrativos ou outros elementos solicitados pelo Poder Judiciário ou pela Procuradoria, que, no mesmo ato também deverão ser informados da providência adotada, bem como os nomes da agência responsável pela guarda do processo requisitado e do seu respectivo gerente;

XI - encaminhar à APS mantenedora do benefício as determinações judiciais nos casos de manutenção por empresas conveniadas e nos acordos internacionais em que haja remessa de pagamento para o exterior, comunicando à Procuradoria e ao Poder Judiciário a agência responsável pelo atendimento e seu respectivo gerente;

XII - encaminhar à APS que funcione como Organismo de Ligação responsável as determinações judiciais nos casos de acordos internacionais em que não haja remessa de pagamento para o exterior e as concessões de benefícios com tempo de trabalho no exterior, comunicando à Procuradoria e ao Poder Judiciário o setor com atribuições para o atendimento e seu respectivo gestor;

XIII - solicitar, por meio de sistema próprio, pesquisas externas necessárias à conclusão do processo judicial;

XIV - fazer uso dos sistemas informatizados de gerenciamento e controle, definidos pela Direção Central do INSS;

XV - organizar suas atribuições internas de forma a, sempre que possível, especializar as atividades operacionais dos servidores em exercício na unidade, visando à melhoria do atendimento das demandas judiciais; e

XVI - comunicar à Gerência-Executiva os casos de violação ao disposto neste ato normativo.

§ 1º As citações e intimações não relacionadas no inciso I deverão ser recebidas pela Procuradoria nos termos do art. 12 do Código de Processo Civil.

§ 2º Em se tratando de benefício precedido de outro, a APSADJ/SADJ informará à Procuradoria os dados relativos ao benefício originário que permitam sua individualização, dentre os quais o nome do titular e de eventual representante legal, datas de início e cessação e RMI

§ 3º Excetuam-se da análise do processo feita pela APSADJ/SADJ:

I - informações relacionadas às decisões administrativas, de atribuição da APS, na forma do inciso V do art. 7º;

II - informações relacionadas a juros e correção monetária; e

III - assuntos pertinentes à matéria de servidores públicos e patrimônio.

§ 4º As APSADJ/SADJ têm suas atribuições restritas ao atendimento à Procuradoria e ao Poder Judiciário, não lhes competindo prestar atendimento ao público.

§ 5º Nos casos em que as determinações judiciais estiverem com todos os parâmetros jurídicos necessários para o cumprimento, a intervenção dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal será dispensada.

§ 6º As solicitações emanadas das APSADJ/SADJ, bem como as que lhe são dirigidas, quando necessárias ao cumprimento das determinações judiciais, terão força de requisição, vedado o descumprimento dos prazos fixados sem a devida fundamentação.

CAPÍTULO II

DA CONSTITUIÇÃO E DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL DAS APSADJ/SADJ

Art. 9º As APSADJ/SADJ serão instaladas em local próprio, de acordo com a realidade de cada localidade, e compostas por servidores administrativos com conhecimento na área de benefícios, selecionados pela respectiva Gerência-Executiva do INSS.

Parágrafo único. Os servidores lotados nas APSADJ/SADJ, desde que para realizar atribuições típicas destas, poderão, excepcionalmente e dentro dos limites das respectivas Gerências-Executivas, ter seu exercício designado fora de sua efetiva lotação.

Art. 10. Os cumprimentos e as comunicações que tenham por finalidade atender determinação judicial competirão à APSADJ/SADJ localizada na sede do ajuizamento da respectiva ação, ainda que o segurado ou o benefício mantido seja vinculado a outra APS ou Gerência Executiva.

Parágrafo único. Nas hipóteses em que a ordem judicial emanar de órgão jurisdicional diverso ao do ajuizamento da ação, incumbirá à APSADJ/SADJ que receber providenciar imediatamente o encaminhamento à unidade competente para cumprimento.

CAPÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS DAS APSADJ E SADJ

Art. 11. As APSADJ e as SADJ devem tratar, com exclusividade, todas as determinações judiciais em que o INSS figure como interessado ou parte, observando os prazos estabelecidos para cumprimento.

§ 1º Antes de dar início ao cumprimento das determinações atinentes ao benefício, a APSADJ/SADJ atualizará os dados do segurado em sistema próprio e providenciará o cadastramento da ação judicial no sistema pertinente.

§ 2º A APSADJ/SADJ informará ao órgão judicial sobre o atendimento da decisão comunicando à APS mantenedora do benefício e à Procuradoria.

§ 3º As APSADJ/SADJ somente estão autorizadas a prestar informações com a finalidade de instruir ações judiciais já ajuizadas, ou casos de conciliação extrajudicial.

Art. 12. Quando do atendimento da decisão judicial, identificando-se a existência de benefício em manutenção incompatível ou inacumulável com aquele que está sendo reconhecido judicialmente, deverão ser adotadas as seguintes providências:

I - a APSADJ/SADJ comunicará imediatamente o fato à Procuradoria

e solicitará esclarecimentos sobre o atendimento da decisão;

II - a Procuradoria, se entender necessário e, quando for o caso, observados os limites da coisa julgada, peticionará ao juízo informando a existência de benefício em manutenção incompatível ou inacumulável com aquele objeto da decisão judicial, aguardando a manifestação judicial sobre a matéria; e

III - a Procuradoria deverá esclarecer à APSADJ/SADJ sobre o atendimento da demanda judicial, considerando eventual decisão acerca do pedido de que trata o inciso II, e, se for o caso, a necessidade de quaisquer deduções nos cálculos judiciais, evitando-se, assim, a duplicidade de pagamento, dentro dos limites da coisa julgada.

Art. 13. A APSADJ/SADJ observará, além das rotinas acima estabelecidas, o seguinte:

I - nos casos de implantação, o órgão concessor do benefício será a APSADJ/SADJ com atribuições para o atendimento da decisão, nos termos do art. 10;

II - a responsabilidade pela manutenção do benefício concedido pela APSADJ/SADJ será da APS em que o requerimento administrativo fora indeferido ou suspenso/cessado, ou, no caso de inexistir o prévio requerimento, aquela identificada em razão do domicílio do beneficiário;

III - inexistindo APS na cidade de domicílio do autor da ação, será responsável pela manutenção do benefício aquela que tiver abrangência territorial sobre seu domicílio;

IV - para o atendimento de decisão em ação revisional, serão observados os procedimentos específicos definidos para o respectivo tipo de revisão, cabendo o seu processamento à APSADJ/SADJ competente, nos termos do art. 10, a qual deve proceder à transferência do benefício para si, restituindo a manutenção para a APS de origem depois de efetivado o cumprimento;

V - as reativações/restabelecimentos de benefícios serão de responsabilidade da APSADJ/SADJ competente, nos termos do art. 10, a qual deve proceder à transferência do benefício para si, restituindo a manutenção para a APS de origem, após efetivado o cumprimento;

VI - a transferência do benefício para a APSADJ/SADJ darse-á por meio dos aplicativos Transferência de Benefício em Manutenção - TBM, ou Transferência em Bloco por Benefício - TBBNB, e a posterior devolução para a APS mantenedora, por meio do aplicativo TBBNB;

VII - nas reativações e revisões judiciais, devem ser inseridos dados e ocorrências nos sistemas PRISMA/SABI ou aqueles que vierem a substituí-los;

VIII - nos casos em que, conforme parecer de força executória emanado da Procuradoria ou sentença do judiciário determinar a revisão, restabelecimento ou implantação de benefício com data de início retroativa - complemento positivo - deverá ser liberado imediatamente após seu processamento, para atender à respectiva determinação judicial;

IX - as parcelas devidas até a Data de Início de Pagamento - DIP, serão pagas por precatório ou requisição de pequeno valor;

X - nas situações referidas no inciso anterior, as diferenças originadas deverão ser corrigidas, considerando-se como data de início da correção aquela indicada pela Procuradoria;

XI - nos casos em que houver Pagamento Alternativo de Benefício - PAB, pendente ao Serviço/Divisão de Benefícios da Gerência-Executiva, a APSADJ/SADJ deverá formalizar processo físico ou digital onde conste o parecer de força executória emanado da Procuradoria e ou cópia da decisão judicial, bem como os procedimentos administrativos tomados com a finalidade de cumpri-la; e

XII - no caso de reativação de benefícios que tenham sido cessados ou suspensos por determinação da Auditoria do INSS, compete à APSADJ/SADJ solicitar o cumprimento da demanda judicial àquele órgão.

Parágrafo único. A fim de padronizar os procedimentos internos das APSADJ/SADJ, imprimindo celeridade na efetivação das medidas judiciais, as unidades de atendimento observarão o fluxo de trabalho previsto no Manual do Fluxo de Atendimento das Demandas Judiciais.

Art. 14. Com vistas a subsidiar a defesa judicial e, principalmente, viabilizar a realização de eventuais acordos judiciais, se solicitado, a APSADJ/SADJ deverá elaborar despacho em resposta aos questionamentos objetivamente apontados pela Procuradoria.

Parágrafo único. É vedado o questionamento genérico sobre decisão administrativa, devendo o consulente indicar pormenorizadamente sua dúvida.

CAPÍTULO IV

DOS SISTEMAS

Art. 15. As APSADJ/SADJ, após serem codificadas, deverão ter instalados todos os sistemas utilizados e necessários para o cumprimento das demandas de sua responsabilidade, tais como: SUB, Prisma, SABI, AOR, PCALC, TRANSAOR, CNIS, CADPF, CNISVR, HIPNET, SALWEB, SIPPS, SIDJU, SICAU, HISCRE CD Room, HISCREWEB, dentre outros, bem como os que vierem a substituí-los.

Art. 16. Os servidores lotados nas APSADJ/SADJ deverão ser cadastrados em todos os sistemas e terem o acesso autorizado no Sistema de Controle de Acesso - SCA - e/ou Sistema de Autorização de Acesso - SAA - pelo Chefe da Divisão/Serviço de Benefício da Gerência-Executiva, inclusive quanto aos aplicativos REATNB, CADJUD e TBBNB.

Parágrafo único. Considerando que toda demanda judicial ficará restrita às APSADJ/SADJ, as autorizações de acesso para concessão, revisão e reativação judicial de servidores não vinculados a essas Unidades deverão ser canceladas pelo Chefe da Divisão/Serviço de Benefícios, à exceção das APS que mantenham benefícios de empresas conveniadas e acordos internacionais.

Art. 17. A fim de padronizar o cumprimento de demandas judiciais, o Sistema Integrado de Controle das Ações Judiciais - Sicau, deverá ser utilizado como sistema próprio de acompanhamento e gerenciamento, cujas funcionalidades englobarão cadastramento, acompanhamento e comunicação entre setores e órgãos.

§ 1º Para definir o gerenciamento e aprimoramento do SICAU, deve ser firmado Protocolo de Cooperação específico entre as unidades orgânicas envolvidas, com o intuito de atender às necessidades das APSADJ/SADJ.

§ 2º Os Gerentes das APSADJ e os Chefes das SADJ deverão ser cadastrados como gestores locais do SICAU.

§ 3º O acervo existente no SIDJU deverá ser preservado, evitando-se a perda de informações.

Art. 18. O Chefe da Seção/Divisão de Benefícios da Gerência-Executiva deverá solicitar Usercode para as APSADJ/SADJ para o cumprimento das demandas de sua responsabilidade. Os pedidos deverão ser encaminhados à Divisão de Manutenção de Direitos.

§ 1º Para obtenção do Usercode é necessário informar:

I - nome e matrícula do gerente ou do coordenador, bem como o cargo/função; e

II - endereço completo, inclusive o CEP da Unidade.

§ 2º Em casos de APSADJ/SADJ que já utilize uma codificação existente, isto é, que seja oriunda de transformação de APS convencional, somente deverá haver o encaminhamento dos dados acima para atualização do cadastro.

Art. 19. Todas as APSADJ/SADJ deverão ter uma microrregião cadastrada. A solicitação de cadastramento deverá ser endereçada à Divisão de Agentes Pagadores, devendo ser informado "microrregião do tipo 4", qual sua abrangência e o respectivo município.

Art. 20. Para a implantação de benefícios no Sistema Prisma pelas APSADJ/SADJ, o Chefe da Seção/Divisão de Benefícios da Gerência-Executiva deverá solicitar faixa de Protocolo de Benefícios - PDB, à Divisão de Procedimentos do Serviço de Cadastro e Reconhecimento de Direitos da Diretoria de Benefícios, por meio do endereço eletrônico: divisão.procedimentos@previdencia.gov.br. A solicitação será feita por meio de mensagem de correio eletrônico, devendo ser informado o código do Órgão Local - OL.

Parágrafo único. As APSADJ/SADJ que utilizem código de APS extinta devem utilizar a faixa de PDB existente.

Art. 21. As informações para defesa em juízo devem ser prestadas pelo INSS, o que não impede a realização de consulta aos sistemas corporativos da Previdência Social e órgãos conveniados diretamente pelos procuradores e magistrados interessados.

Parágrafo único. O responsável pela unidade da Procuradoria, designado na forma do inciso V do art. 2º, deve providenciar o acesso aos sistemas corporativos da Previdência, tais como PLENUS, CNIS, SABI, HIPNET, etc. e dos órgãos conveniados a todos os procuradores federais que atuam na matéria de benefícios, cabendo à Gerência-Executiva, conjuntamente com a Dataprev, auxiliar para a concessão do acesso, quando necessário, providenciando treinamento básico para a utilização dos referidos sistemas.

CAPÍTULO V

DA CONSTITUIÇÃO DE PROCESSOS FÍSICOS E ELETRÔNICOS

Art. 22. Após o cumprimento da determinação judicial, a APSADJ/SADJ deverá, por meio eletrônico, na forma do art. 17, remeter à APS mantenedora do benefício os parâmetros definidos pela Procuradoria ou a decisão judicial, bem como os procedimentos administrativos tomados.

Parágrafo único. Caberá à respectiva APS mantenedora a conversão em meio físico das informações e documentos referidos no caput, constituindo processo administrativo para controle e arquivamento, bem como para juntada em eventual processo concessório.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. Este ato normativo aplicar-se-á indistintamente a todas as unidades de atendimento de demandas judiciais, sejam APSADJ ou SADJ.

Art. 24. Para os efeitos do inciso XIII do art. 2º, devem ser cadastradas, junto aos órgãos do Poder Judiciário, as unidades administrativas de atendimento com seus respectivos códigos locais, sem o uso de dados pessoais de servidores, de forma a evitar violação ao princípio da impessoalidade.

Parágrafo único. Os registros e cadastros feitos mediante vinculação pessoal do servidor responsável serão substituídos no prazo máximo de noventa dias.

Art. 25. Ficará a cargo da Diretoria de Atendimento a coordenação entre as áreas envolvidas para implementação e desenvolvimento das unidades de atendimento de demandas judiciais.

Art. 26. Compete à PGF diligenciar junto ao Departamento de Tecnologia da Informação da Advocacia-Geral da União - AGU, pela manutenção e disponibilidade do Sicau para as unidades do INSS, de forma a viabilizar os serviços executados.

Art. 27. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Orientação Interna Conjunta nº 09 DIRBEN/DIRAT/PFE/INSS, de 07 de dezembro de 2007.

Art. 28. Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

Procurador-Geral Federal

**MAURO LUCIANO HAUSCHILD**

Presidente do INSS

D. O. de 6.6.2012.

**ANEXO I**

Ponto 01 - Parâmetros Necessários ao Cumprimento

1.1. Demandas em geral:

a) vara judicial;

b) número do processo;

c) nome do autor;

d) tarefa a cumprir (conceder, reativar, cessar, revisar, averbar, solicitar PA ou outro);

e) decisão judicial.

1.2. Concessão:

a) espécie;

b) Número do Benefício - NB, indeferido, caso haja (para determinar OL mantenedor);

c) Data de Início do Benefício - DIB;

d) Data de Início do Pagamento - DIP;

e) Renda Mensal Inicial - RMI, líquida, se fixada na decisão judicial, ou os elementos de direito para a elaboração do cálculo;

f) Renda Mensal Atual - RMA, líquida, se fixada na decisão judicial, ou os elementos de direito para a elaboração do cálculo;

g) vínculos (quando houver necessidade);

h) tempo de contribuição (em hipóteses de aposentadoria ou demais casos em que se façam necessários); e

i) fator de conversão (caso haja).

1.3. Revisão:

a) NB;

b) nova espécie (quando houver necessidade);

c) nova DIB (quando houver necessidade);

d) nova DIP (quando houver necessidade);

e) nova RMI líquida ou modo de cálculo (quando houver necessidade);

f) DIP da revisão;

g) vínculos e tempo de serviço (quando houver necessidade); e

h) fator de conversão (quando houver necessidade).

1.4. Reativação:

a) NB; e

b) DIP da reativação.

1.5. Cessação/Suspensão:

a) NB; e

b) Data de Cessação do Benefício - DCB.

1.6. Acerto financeiro (inclusão/exclusão de consignação ou emissão de crédito):

a) NB;

b) período; e

c) valor.

1.7. CTC:

a) vínculos e tempo de serviço;

b) fator de conversão (quando houver necessidade);

c) matrícula do servidor público beneficiário; e

d) órgão destinatário (nome, CNPJ e endereço).

1.8. Averbação de tempo especial/rural:

a) vínculos e tempo de serviço; e

b) fator de conversão (quando houver necessidade).

1.9. Inclusão/averbação, alteração ou exclusão de vínculo sem tempo especial (CNIS):

a) vínculos, remunerações e contribuições.

1.10. Alteração de dados cadastrais/atividade:

a) dados pessoais a serem incluídos ou alterados (se for o caso); e

b) atividade a ser incluída ou alterada (se for o caso).

1.11. Solicitação de pesquisa externa:

a) motivo da solicitação; e

b) nome e endereço do estabelecimento ou residência de realização da pesquisa.

1.12. Solicitação de processo administrativo:

a) NB; e

b) destinatário (Poder Judiciário ou Procuradoria).

**ANEXO II**

Ponto 02 - Informações Necessárias ao Cumprimento (quando não houver requerimento administrativo)

2.1. Do beneficiário/autor:

a) nome completo;

b) CPF;

c) nome da mãe;

d) data de nascimento; e

e) endereço.

2.2. Do instituidor:

a) nome completo;

b) CPF;

c) nome da mãe;

d) data de nascimento;

e) certidão de nascimento (para salário-maternidade);

f) certidão de óbito (para pensão); e

g) atestado de recolhimento do segurado à prisão (para auxílio-reclusão).

2.3. Do (s) dependente (s):

a) nome completo;

b) CPF;

c) nome da mãe;

d) data de nascimento; e

e) certidão de nascimento ou casamento.

2.4. Do Poder Judiciário:

a) decisão judicial (quando houver necessidade);

b) cálculos da contadoria judicial (quando houver necessidade); e

c) laudo pericial (quando houver necessidade).

D. O. de 6.6.2012.

**PORTARIA CONJUNTA Nº 6, DE 18 DE JANEIRO DE 2013.**

*Dispõe sobre as ações regressivas previdenciárias.*

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso da competência de que trata os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002 e o **PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 27 do anexo I do Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, e tendo em vista o disposto nos artigos 1º, III, 3º, I, 5º, 6º, 7º, XXVIII, 194 ao 196 da Constituição Federal, nos artigos 186 e 927 do Código Civil, nos artigos 120 e 121 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e as disposições do Código de Trânsito Brasileiro e do Código Penal, resolvem:

Art. 1º Disciplinar critérios e procedimentos relativos ao ajuizamento de ações regressivas previdenciárias pela Procuradoria-Geral Federal - PGF no exercício da representação do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 2º Considera-se ação regressiva previdenciária para os efeitos desta portaria conjunta a ação que tenha por objeto o ressarcimento ao INSS de despesas previdenciárias determinadas pela ocorrência de atos ilícitos.

Art. 3º Consideram-se despesas previdenciárias ressarcíveis as relativas ao pagamento, pelo INSS, de pensão por morte e de benefícios por incapacidade, bem como aquelas decorrentes do custeio do programa de reabilitação profissional.

Art. 4º Compreendem-se por atos ilícitos suscetíveis ao ajuizamento de ação regressiva os seguintes:

I - o descumprimento de normas de saúde e segurança do trabalho que resultar em acidente de trabalho;

II - o cometimento de crimes de trânsito na forma do Código de Trânsito Brasileiro;

III - o cometimento de ilícitos penais dolosos que resultarem em lesão corporal, morte ou perturbação funcional;

Parágrafo único. Consideram-se normas de saúde e segurança do trabalho, dentre outras, aquelas assim definidas na Consolidação das Leis do Trabalho, as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, normas de segurança afetas à atividade econômica, normas de segurança relativas à produção e utilização de máquinas, equipamentos e produtos, além de outras que forem determinadas por autoridades locais ou que decorrerem de acordos ou convenções coletivas de trabalho.

Art. 5º Do exame concreto de fatos e dos correspondentes argumentos jurídicos, outras hipóteses de responsabilização, incluindo crimes na modalidade culposa, poderão dar ensejo ao ajuizamento de ação regressiva.

Parágrafo único. O ajuizamento de ação regressiva nos casos de que trata este artigo dependerá de manifestação do respectivo órgão de execução da - PGF, que emitirá nota conclusiva e submeterá o caso à prévia avaliação da Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos - CGCOB, estando ainda condicionado o ajuizamento à concordância da PFE-INSS.

**CAPÍTULO II**

**DO PROCEDIMENTO DE INSTRUÇÃO PRÉVIA - PIP**

Art. 6º O procedimento de instrução prévia - PIP compreende o levantamento das informações, documentos previdenciários e constituição de prova da ocorrência dos ilícitos tratados nesta portaria, com vistas ao eventual ajuizamento da ação regressiva.

Art. 7º O PIP será instaurado pelos órgãos de execução da PGF:

I - de ofício, em razão do conhecimento direto do caso;

II - mediante provocação interna, através de expedientes encaminhados pela CGCOB;

III - mediante provocação externa, decorrente do recebimento de representações e documentos provenientes de particulares ou órgãos públicos.

Art. 8º Cabe ao órgão de execução da PGF do local dos fatos instaurar e concluir o PIP.

Art. 9º A instauração ocorrerá por meio de portaria interna e a finalização por meio de nota, que deverá concluir pelo:

I - ajuizamento da ação regressiva; ou

II - não ajuizamento da ação regressiva, que se dará nos casos de:

a) não comprovação ou ausência de ato ilícito;

b) não comprovação ou ausência de dolo ou culpa;

c) não existência de nexo de causalidade entre a ação ou omissão ilícita e o evento que gerou a concessão de benefício previdenciário; ou

d) não concessão de benefício.

§ 1º Concluído o PIP sem o ajuizamento de ação regressiva

em função da não concessão de benefício, o procurador federal responsável

deverá solicitar ao INSS que realize marcação nos cadastros

da vítima em sistemas específicos, para efeito de posterior informação

ao órgão de execução da PGF a respeito de eventual concessão de

benefício, fato que determinará a reabertura do procedimento.

§ 2º Estando pendente a concessão de benefício, inclusive nos casos de indeferimento discutido em instâncias recursais administrativas ou em instâncias judiciais, o PIP será sobrestado após a conclusão da instrução relativamente à conduta ilícita.

§ 3º Quando necessário e sem prejuízo do imediato ajuizamento da ação regressiva, o procurador federal responsável solicitará ao INSS, por meio eletrônico, a correção da espécie do benefício concedido, anexando-se a respectiva cópia ao PIP.

Art. 10. O PIP será formalizado com registro de Número Único de Protocolo - NUP e cadastramento no Sistema Integrado de Controle das Ações da União - SICAU.

Art. 11. Os órgãos de execução da PGF terão o prazo de 30 dias para instaurar o procedimento a partir do conhecimento dos fatos ou recebimento de provocação interna ou externa, e até 180 dias para conclusão após a instauração.

Parágrafo único. Os prazos fixados no caput poderão ser prorrogados, justificadamente e por meio de cota, mediante solicitação ao núcleo de cobrança da respectiva Procuradoria Federal no Estado ou Procuradoria Regional Federal.

Art. 12. Serão priorizados os PIP´s na ordem abaixo:

I - Quanto ao evento:

a) acidentes de trabalho;

b) acidente de trânsito;

c) demais fatos.

II - Quanto às consequências:

a) morte;

b) invalidez;

c) incapacidade decorrente de lesão ou doença envolvendo mais de uma vítima;

d) incapacidade decorrente de lesão ou doença de natureza grave.

Art. 13. As informações previdenciárias deverão ser obtidas mediante acesso aos sistemas previdenciários, e os documentos não disponíveis nos sistemas deverão ser solicitados diretamente ao INSS.

§ 1º Dos sistemas previdenciários, além dos dados básicos de concessão, de manutenção e histórico de créditos pelos valores brutos, deverão ser extraídas as seguintes informações:

I - no caso de pensão por morte: qualificação do segurado instituidor, dos dependentes e dados de eventual desdobramento do benefício;

II - no caso de benefício por incapacidade: qualificação do segurado, histórico médico e, no caso de acidente de trabalho, extrato da Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT.

§ 2º Na hipótese de reabilitação profissional, deverão ser comprovadas as despesas realizadas mediante cópias dos procedimentos de aquisição de bens e serviços, e documentos de disponibilização ao segurado, bem como avaliada a expectativa de despesas futuras.

Art. 14. As provas da ocorrência do ato ilícito poderão ser obtidas, sem prejuízo de outros modos determinados pelas circunstâncias dos fatos, da seguinte forma:

I - no caso de acidente de trabalho, preferencialmente:

a) por encaminhamento espontâneo, ou mediante solicitação, de laudo de análise de acidente à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego da localidade;

b) por solicitação aos órgãos do Ministério Público Estadual ou do Distrito Federal e Territórios, Ministério Público do Trabalho, Polícia Civil, Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Saúde e Segurança do Trabalho - FUNDACENTRO, Sindicatos e outras entidades que porventura disponham de elementos probatórios;

c) por meio de pesquisas e requerimentos aos órgãos jurisdicionais da Justiça dos Estados ou Distrito Federal e Territórios, ou da Justiça do Trabalho a respeito de eventuais ações de indenização;

II - nos casos de crimes de trânsito, preferencialmente:

a) por encaminhamento espontâneo, ou mediante solicitação, de denúncias ao Ministério Público dos Estados ou do Distrito Federal e Territórios;

b) por encaminhamento espontâneo, ou mediante solicitação, de laudos e documentos aos órgãos responsáveis pela regulamentação e fiscalização do trânsito, bem como a polícia civil;

c) por meio de pesquisas e requerimentos aos órgãos jurisdicionais a respeito de eventuais ações de indenização;

III - nos demais casos, preferencialmente:

a) por encaminhamento espontâneo, ou mediante solicitação, de denúncias ao Ministério Público dos Estados ou do Distrito Federal e Territórios;

b) por meio de pesquisas e requerimentos aos órgãos jurisdicionais a respeito de eventuais ações de indenização;

Parágrafo único. Relativamente ao inciso I, os procuradores federais oficiantes na execução fiscal trabalhista deverão encaminhar aos órgãos responsáveis pelas ações regressivas previdenciárias as decisões judiciais de que tomarem conhecimento quando estas resultarem em condenação por descumprimento de normas de saúde e segurança do trabalho.

**CAPÍTULO III**

**DO AJUIZAMENTO**

Art. 15. A ação regressiva será proposta quando estiverem presentes os elementos suficientes de prova da ocorrência do ato ilícito, da culpabilidade, do nexo causal e da realização de despesas previdenciárias.

Art. 16. A ação será ajuizada perante a Justiça Federal no foro do domicílio do réu.

§ 1º Quando o réu for pessoa jurídica e possuir estabelecimentos em lugares diferentes, o ajuizamento deverá ser realizado no foro do domicílio do estabelecimento onde tiver ocorrido o ato ilícito.

§ 2º Quando houver vários réus, será ajuizada a ação no foro do local do ilícito.

§ 3º Quando houver vários réus sem que nenhum deles tenha domicílio no local do ilícito, deverá será ajuizada a ação, preferencialmente, perante o foro daquele que tiver o domicílio mais próximo.

Art. 17. O órgão de execução do local do ajuizamento será responsável pela elaboração da petição inicial.

§ 1º No caso de o órgão de execução da PGF responsável pelo ajuizamento entender pela necessidade de complementação do procedimento, deverá encaminhá-lo à origem para adequação.

§ 2º Não havendo concordância quanto ao pedido de complementação de instrução, o processo deverá ser encaminhado ao núcleo de cobrança da respectiva PF ou PRF, com manifestação fundamentada, que decidirá a divergência.

§ 3º Na hipótese de o procurador federal responsável concluir pelo não ajuizamento, a nota conclusiva será submetida à aprovação de sua chefia imediata. No caso de não aprovação, o caso será submetido ao núcleo de cobrança da Procuradoria Federal-PF ou Procuradoria-Regional Federal-PRF respectiva, que decidirá a divergência.

§ 4º Na hipótese de o órgão de execução da PGF responsável pelo ajuizamento discordar da conclusão do procedimento do órgão de origem, deverá submeter o caso à decisão da respectiva PF ou PRF, com manifestação fundamentada.

§ 5º Os conflitos entre órgãos de execução subordinados a Procuradorias Regionais Federais distintas serão dirimidos pela CGCOB.

Art. 18. Havendo mais de um responsável pelo ato ilícito, o pólo passivo da ação regressiva será composto em litisconsórcio, formulando-se pretensão expressa no sentido da condenação solidária dos autores do dano.

Parágrafo único. A definição dos responsáveis deverá levar em conta as condutas imputadas a empregadores, tomadores de serviço, contratantes e cedentes de mão-de-obra e órgãos públicos para os quais, direta ou indiretamente, o segurado trabalhava.

Art. 19. A petição inicial deverá detalhar minuciosamente o ato ilícito, a culpabilidade, o nexo causal, e o dano, este caracterizado pelas despesas previdenciárias ocorridas e por ocorrer.

§ 1º Deverão ser enfatizadas as conclusões técnicas acerca do ato ilícito, com detalhamento das normas de saúde e segurança do trabalho, normas do código de trânsito, dispositivos do Código Penal, dentre outras, evitando-se meras remissões a documentos anexos.

§ 2º Não havendo a exata dimensão das despesas a serem realizadas com eventual processo de reabilitação profissional, far-seá uso da possibilidade de elaboração de pedido genérico nos termos do inciso II do art. 286 do CPC.

Art. 20. O pedido de reparação deve ser integral, compreendendo:

I - prestações vencidas, atualizadas mediante a utilização dos valores brutos das mensalidades, empregando-se a taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, pela variação a partir do mês do pagamento;

II - prestações vincendas a serem pagas mensalmente ou de forma integral.

III - verbas sucumbenciais.

Parágrafo único. No caso de pagamento de prestações vincendas, deverá ser requerida a garantia de caução real ou fidejussória.

Art. 21. O valor da causa deverá corresponder ao total das despesas realizadas até o ajuizamento e o correspondente a uma prestação anual, que compreende a 12 parcelas mensais e ao abono anual.

Art. 22. Após ajuizamento a ação regressiva deverá ser cadastrada no SICAU, observados os parâmetros definidos pela CGCOB.

Art. 23. As importâncias recebidas por meio das ações regressivas deverão ser recolhidas por meio de guia de arrecadação com códigos específicos.

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 24. Incumbe à PFE-INSS e à CGCOB:

I - providenciar o acesso a todos os procuradores federais responsáveis pelas ações regressivas aos sistemas PLENUS, CNIS e SUIBE do INSS, ao sistema INFORMAR da Secretaria da Receita Federal, e ao sistema INFOSEG do Ministério da Justiça, a fim de viabilizar a realização de pesquisas estratégicas e estatísticas para subsidiar as atividades tratadas nesta portaria; e, II - realizar levantamento semestral de benefícios oriundos de acidentes de trabalho, observada a ordem de prioridades estabelecida no art. 12.

Parágrafo único. O resultado dos levantamentos do inciso II serão encaminhados à CGCOB, que procederá à distribuição das atividades pelos respectivos núcleos de cobrança de cada PRF.

Art. 25. A CGCOB procederá à orientação técnica dos órgãos de execução da PGF no que se refere às ações regressivas, em articulação com o Departamento de Contencioso e com a PFE/INSS.

Art. 26. No prazo de 30 dias da publicação desta portaria será constituído Núcleo de Estudos de Ações Regressivas Previdenciárias - NEARP, composto por quatro membros designados pela PFE-INSS e outros quatro pela CGCOB, destinado à realização de estudos estatísticos, ao desenvolvimento de teses e rotinas, monitoramento de acordos de cooperação técnica e acompanhamento de resultados.

§ 1º O NEARP será coordenado pelo Chefe da Divisão de Gerenciamento de Execuções Fiscais Trabalhistas e Ações Regressivas - DIGETRAB da CGCOB.

§ 2º A composição do núcleo será formalizada em ato conjunto da PFE-INSS e da CGCOB.

Art. 27. Os órgãos de execução da PGF designarão, sempre que possível, procuradores federais para atuar especificamente na instrução e ajuizamento das ações regressivas previdenciárias.

Parágrafo único. A PFE-INSS poderá indicar procuradores federais em exercício em suas unidades para colaborar com os demais órgãos de execução da PGF responsáveis pelas ações regressivas previdenciárias, sob a coordenação destes.

Art. 28. Os órgãos de execução da PGF deverão comunicar mensalmente à CGCOB, por meio eletrônico, o ajuizamento de ações regressivas, o respectivo trâmite atualizado, as decisões de natureza cautelar, sentenças, recursos e acórdãos.

Art. 29. Os recursos terão acompanhamento prioritário junto aos Tribunais Regionais e Superiores mediante comunicação do órgão de origem.

Art. 30. Os órgãos de execução da PGF adotarão as medidas necessárias à celebração de acordos de cooperação técnica perante os órgãos do Ministério Público Estadual ou do Distrito Federal e Territórios e do Trabalho, Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, Tribunais Regionais do Trabalho, e outros órgãos de âmbito regional ou local, com o objetivo de viabilizar as atividades previstas nesta portaria.

Art. 31. A CGCOB divulgará semestralmente as estatísticas relativas aos procedimentos de instrução prévia e às ações regressivas.

Art. 32. No que se refere a eventuais acordos a serem realizados às ações regressivas, deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

I - aplica-se o art. 37-B da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002 ao parcelamento do crédito pretendido por meio das ações regressivas;

II - aplicam-se os limites de alçada constantes da Portaria PGF que regulamenta a realização de acordos em processo judiciais;

III - os honorários advocatícios poderão ser objeto de parcelamento;

IV - havendo opção pelo recolhimento mensal das parcelas vincendas, deverá ser exigida adequada garantia, real ou fidejussória;

V - parcelas vencidas e vincendas deverão ser atualizadas pela SELIC, devendo ser avaliado o interesse em eventual recurso quando decisão judicial vier a fixar critério diverso;

Art. 33. Ficam revogadas a Portaria Conjunta PFE-INSS e CGCOB nº 1, de 20 de janeiro de 2009 e a Orientação Interna Conjunta PFE-INSS e CGCOB nº 1, de 9 de fevereiro de 2009.

Art. 34. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

Procurador-Geral Federal

**ALESSANDRO A. STEFANUTTO**

Procurador-Chefe da PFE-INSS

D. O. de 1º.2.2013.

**PORTARIA CONJUNTA Nº 21, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2013.**

*Disciplina os procedimentos a serem adotados pelos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal quando da análise jurídica da decisão judicial que determina a emissão ou o cancelamento dos Títulos da Dívida Agrária complementares.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e o **PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA**, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VII do art. 21, da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 3 de abril de 2009, e o inciso VII, do art. 122, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria/MDA/Nº 20, de 8 de abril de 2009, do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, resolvem:

**CAPÍTULO I**

**DO OBJETO**

Art. 1° Esta Portaria disciplina os procedimentos de análise jurídica da decisão judicial que determina a emissão ou o cancelamento de Títulos da Dívida Agrária complementares ao pagamento de indenização.

**CAPÍTULO II**

**DA COMPETÊNCIA**

Art. 2º Compete aos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal - PGF responsáveis pela representação judicial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, nos termos do art. 2º da Portaria PGF nº 603, de 2 de agosto de 2010, a elaboração de parecer de força executória da decisão judicial que determina a emissão ou o cancelamento de Títulos da Dívida Agrária complementares ao pagamento de indenização.

Parágrafo único. As unidades da Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA - PFE/INCRA que, excepcionalmente, ainda exercem a representação judicial da Autarquia manterão a competência para a elaboração do parecer de força executória a que se refere o *caput* deste artigo enquanto persistir aquela atribuição.

**CAPÍTULO III**

**DO PROCEDIMENTO PARA EMISSÃO DOS TÍTULOSDA DÍVIDA AGRÁRIA COMPLEMENTAR**

**Seção I**

**Da instrução processual**

Art. 3° Após receber a intimação da decisão judicial determinando a complementação do valor da indenização, o processo administrativo para emissão de Títulos da Dívida Agrária complementares será imediatamente instaurado e formalizado pelo procurador federal que oficiar no feito.

§ 1º A instauração e a formalização do processo administrativo de que trata o *caput* poderão ser antecipadas, a critério do procurador que oficiar no feito, a fim de conferir maior celeridade ao procedimento.

§ 2º O processo administrativo tramitará em caráter de urgência, com a respectiva indicação expressa na capa dos autos.

§ 3º Em caso de fixação de multa por eventual atraso na emissão dos títulos, o procurador deverá fazer constar a expressão "com multa" na capa dos autos.

Art. 4° Para a instrução do processo administrativo deverão ser juntadas aos autos as cópias das peças processuais suficientes e necessárias à elaboração de parecer de força executória, sendo imprescindíveis as seguintes:

a) certidão imobiliária contendo a cadeia dominial sucessória de domínio do imóvel e pareceres sobre a legitimidade do domínio privado, extraídos do processo administrativo de desapropriação, se houver;

b) petição inicial;

c) comprovantes de depósito do preço ofertado em dinheiro e da emissão inicial de Títulos da Dívida Agrária;

d) auto de imissão na posse;

e) laudo pericial acolhido no processo;

f) inteiro teor das decisões proferidas no processo, inclusive as emitidas por diferentes juízos e instâncias, conforme o caso, de modo a possibilitar a verificação do exato alcance do título executivo;

g) recursos interpostos pela Autarquia;

h) certidão de trânsito em julgado;

i) petição de início da execução, instruída com memória discriminada de cálculos;

j) embargos à execução opostos pelo INCRA, se houver, instruídos com a memória discriminada de cálculos elaborada pela Autarquia, ou petição de concordância com os valores, se for o caso;

l) cálculos judiciais, se houver;

m) decisão que homologar os cálculos, e inteiro teor do acórdão, no caso de ter havido recurso, com a respectiva certidão de trânsito em julgado;

n) petição de agravo de instrumento interposto em face de decisão homologatória de cálculos, se houver, com respectiva decisão de indeferimento de pedido de efeito suspensivo;

o) decisão que determinar a emissão dos títulos da dívida agrária complementar e comprovante de intimação, se houver; e

p) petição de agravo de instrumento e respectivas decisões, se houver.

**Seção II**

**Do procedimento**

Art. 5° Instruídos os autos, o procurador federal preencherá o relatório de parametrização dos cálculos, constante do Anexo desta Portaria, indicando o alcance do título executivo judicial, e, em seguida, os encaminhará à área técnica de cálculos e perícias competente para manifestação, solicitando a análise quanto aos seguintes pontos:

I - consonância entre o valor da emissão e o título executivo;

II - quantidade de Títulos da Dívida Agrária complementares a ser emitida;

III - dedução dos juros e da correção monetária dos títulos, nos casos de emissão de Títulos da Dívida Agrária complementares com prazo de resgate retroativo, em observância ao limite constitucional de 20 (vinte) anos; e

IV - outros temas pertinentes para aferir a correção do valor requisitado.

Parágrafo único. A solicitação de que trata este artigo será encaminhada na forma de quesitos.

Art. 6° Após a elaboração dos cálculos, os autos deverão retornar ao procurador que oficiar no feito para a emissão de parecer conclusivo, observando-se os parâmetros estabelecidos na Seção III deste Capítulo.

Parágrafo único. Em caso de não concordância com a forma de elaboração dos cálculos ou com a interpretação conferida à decisão judicial, o procurador devolverá os autos à área técnica de cálculos e perícias, com despacho fundamentado, para retificação da conta.

Art. 7º Após a conclusão do parecer de força executória, o procurador que oficiar no feito submeterá o parecer conclusivo ao Procurador-Chefe do respectivo órgão de execução da PGF ou seu substituto, para aprovação.

Art. 8º Aprovado o parecer de força executória relativo à emissão de Títulos da Dívida Agrária complementares com valor inferior a R$ 100.000,00 (cem mil reais), os autos serão encaminhados à unidade regional da PFE/INCRA responsável pela localidade, que os remeterá diretamente à Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento do INCRA para a adoção das providências cabíveis.

Art. 9º Aprovado o parecer de força executória relativo à emissão de Títulos da Dívida Agrária complementares com valor igual ou superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais), os autos serão encaminhados à direção nacional da PFE/INCRA para análise.

§ 1º No âmbito da PFE/INCRA, o procurador federal responsável verificará a correta instrução processual e conferirá a análise jurídica realizada pelo órgão de execução da PGF.

§ 2º Após a análise jurídica prevista no parágrafo anterior, o procurador submeterá o parecer ao Procurador-Chefe da PFE/INCRA ou seu substituto, para aprovação.

§ 3º Aprovado o parecer relativo à emissão dos Títulos da Dívida Agrária complementares pelo Procurador-Chefe da PFE/INCRA ou seu substituto, os autos serão encaminhados:

I - ao Departamento de Contencioso da PGF, para análise jurídica e orientação de atividades de contencioso, nos termos incisos II e

III do art. 3º da Portaria PGF nº 865, de 2012, nas seguintes hipóteses:

a) emissão de Títulos de Dívida Agrária complementares com valor igual ou superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhão de reais) e igual ou inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) quando o valor da condenação judicial relativo à indenização do imóvel rural for pelo menos 50% (cinquenta por cento) superior à avaliação elaborada pelo INCRA; e

b) emissão de Títulos de Dívida Agrária complementares com valor superior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

II - nos demais casos, à Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento do INCRA, para a adoção das providências cabíveis.

§ 4º Para fins de apuração do percentual previsto na alínea "a" do inciso I, do § 3º deste artigo, serão excluídos os valores referentes aos juros moratórios e compensatórios e aos honorários periciais e advocatícios presentes no cálculo judicial.

§ 5º Após o término da análise jurídica pelo Departamento de Contencioso da PGF os autos serão devolvidos à direção nacional da PFE/INCRA para a adoção das providências cabíveis.

**Seção III**

**Do parecer de força executória**

Art. 10 O parecer de força executória deverá, dentre outros temas que se mostrarem necessários ao cumprimento da decisão judicial e à legitimação dos valores, informar e abordar aspectos relativos ao processo judicial, à legitimidade dos interessados para o recebimento do valor a ser lançado e à forma de emissão dos Títulos da Dívida Agrária complementares.

§ 1° Os aspectos relativos ao processo judicial deverão, no mínimo, ser os seguintes:

I - o número da ação originária;

II - a área, a denominação e o município de localização do imóvel rural;

III - a regularidade do trâmite processual, com último andamento atualizado;

IV - a adequação do valor requisitado aos limites objetivos da coisa julgada e aos pagamentos já realizados;

V - a exigibilidade do título executivo;

VI - o trânsito em julgado da decisão judicial;

VII - o cabimento ou não de ação rescisória ou de outras medidas judiciais que possam impedir o pagamento de valores indevidamente requisitados, com a comunicação imediata, em autos apartados, ao órgão de execução da PGF responsável pelo ajuizamento da ação ou medida judiciais cabíveis;

VIII - a existência de recursos ou embargos ainda pendentesde julgamento; e

IX - a data da intimação da decisão judicial que determina a emissão dos títulos da dívida agrária complementar e o prazo para o seu cumprimento.

§ 2° Os aspectos relativos à legitimidade dos interessados para o recebimento do valor a ser lançado deverão, no mínimo, ser os seguintes:

I - a legitimidade das transmissões imobiliárias, bem como o destaque regular do patrimônio público para o privado;

II - se há informação de eventual existência de procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas que possa repercutir na área objeto da desapropriação;

III - se a área está inserida em faixa de fronteira, parques nacionais ou unidades de conservação;

IV - se a área pertence, ou poder vir a pertencer, por qualquer título, ao patrimônio da União ou de outra entidade de direito público;

V - se há informações da existência de outra demanda judicial cujo objeto seja o domínio da área; e

VI - a indicação do número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) dos beneficiários.

§ 3° Os aspectos relativos à forma de emissão dos Títulos da Dívida Agrária complementares deverão, no mínimo, ser os seguintes:

I - o prazo de resgate e o percentual dos juros que remuneram os títulos;

II - a quantidade de Títulos da Dívida Agrária complementares a ser emitida; e

III - a data-base para o lançamento.

§ 4° Se não houver no processo judicial os dados necessários à conclusão da análise jurídica quanto ao § 2º deste artigo, o procurador federal poderá solicitar subsídios de fato ou de direito à unidade regional da PFE/INCRA de origem do imóvel.

§ 5º Os subsídios a serem prestados pela unidade regional da PFE/INCRA referir-se-ão aos esclarecimentos fáticos necessários à correta análise jurídica da decisão judicial e ao fornecimento dos documentos constantes dos processos administrativos.

§ 6º Caso não seja possível atender à solicitação dos órgãos de execução da PGF, a unidade regional da PFE/INCRA elaborará manifestação justificada.

Art. 11 Na hipótese de incorreção nos cálculos ou verificação de quaisquer irregularidades, o órgão de execução da PGF que estiver elaborando o parecer de força executória adotará as medidas administrativas e judiciais cabíveis para evitar o pagamento indevido, ou, ausente competência para tanto, determinará ou sugerirá ao órgão de execução da PGF responsável a sua efetiva adoção.

**CAPÍTULO IV**

**DO PROCEDIMETO DE CANCELAMENTO DE TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA**

Art. 12 Compete aos órgãos de execução da PGF responsáveis pela representação judicial do INCRA, nos termos do art. 2º da Portaria PGF nº 603, de 2010, a elaboração de parecer de força executória de decisão de cancelamento de Títulos da Dívida Agrária complementares.

Parágrafo único. As unidades da PFE/INCRA que, excepcionalmente, ainda exercem a representação judicial da Autarquia manterão a competência para a elaboração do parecer de força executória a que se refere o *caput* deste artigo enquanto persistir aquela atribuição.

Art. 13 Após receber a intimação da decisão judicial determinando o cancelamento do valor da indenização, o processo administrativo será imediatamente instaurado e formalizado pelo procurador federal que oficiar no feito.

Art. 14 Para a instrução do processo administrativo devem ser juntadas aos autos as cópias das peças processuais suficientes e necessárias à realização da análise jurídica, em especial o demonstrativo de lançamento dos Títulos da Dívida Agrária complementares a serem cancelados.

Art. 15 O procurador analisará o processo, certificando-se da inexistência de óbice judicial que impeça o INCRA de promover o cancelamento dos títulos.

Art. 16 Concluída a análise, os autos serão encaminhados à unidade da PFE/INCRA responsável pela localidade, que os remeterá diretamente à Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento do INCRA para a adoção das providências administrativas cabíveis.

Art. 17 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

Procurador-Geral Federal

**CARLOS MÁRIO GUEDES DE GUEDES**

Presidente do INCRA

D. O. de 28.2013.

**ANEXO**

**RELATÓRIO DE PARAMETRIZAÇÃO PARA CÁLCULO DE DESAPROPRIAÇÃO**

**Nº DO PROCESSO:** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**NOME DO EXPROPRIADO/INTERESSADO:** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| FORMA DA DESAPROPRIAÇÃO: | | | | | | | DIRETA ( ) INDIRETA ( ) | | | | | | |
| VALORES DEPOSITADOS NA PROPOSITURA DA AÇÃO | | | | | | | (FLS.)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | | | | | |
| TERRA NUA$\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | | | | | | DATA EMISSÃO TDAS  \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_ | | | | | | |
| BENFEITORIAS/SOBRAS DE EMISSÃO DE TDAS  $\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | | | | | | DATA DEPÓSITO  \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_ | | | | | | |
| DATA DA IMISSÃO NA POSSE e/ou OCUPAÇÃO DO IMÓVEL.: | | | | | | | \_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | | | | | |
|  | | | | | |  | |  | | | |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  | |  |  |  |  |  |  |
| LAUDO ADOTADO PARA A CONDENAÇÃO.:  PERITO JUDICIAL ( )  ASSISTENTE TÉCNICO: EXPROPRIADO ( ) EXPROPRIANTE ( ) | | | | | | | | | | |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  | |  |  |  |  |  |  |
| DATA DO LAUDO DE AVALIAÇÃO: | | | | | | | \_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | | | | | |

|  |  |
| --- | --- |
| TERRA NUA.................................................... | $\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| BENFEITORIAS............................................... | $\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| COBERTURA FLORÍSTICA .......................... | $\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| OUTROS (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_)  Especificar ........................................................ | $\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| OUTROS (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_)  Especificar ........................................................ | $\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| OUTROS (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_)  Especificar ..................................................... | $\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| OUTROS (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_)  Especificar ..................................................... | $\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| OUTROS (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_)  Especificar ..................................................... | $\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
|  |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DA SENTENÇA:**  **1º GRAU** | FLS. ( ) |  | VALORES |
|  | TERRA NUA ............................> | ($) | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
|  | BENFEITORIAS ......................> | ($) | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
|  | COBERTURA FLORÍSTICA ..> | ($) | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
|  | OUTROS (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_) especificar .................> | ($) | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO LAUDO: PERITO JUDICIAL ( ) ASSISTENTE TÉCNICO:  EXPROPRIADO ( ) EXPROPRIANTE ( ) | | | | | | | | | | | | | | | | |
| PELA VARIAÇÃO \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  (INDICAR O QUE DIZ O JULGADO) | | | | | | | | | | | | | | | | |
| JUROS COMPENSATÓRIOS A TAXA NOMINAL DE \_\_\_\_\_% a.a.,  A PATIR DA IMISSÃO NA POSSE ( ) ou OCUPAÇÃO DO IMÓVEL ( ) | | | | | | | | | | | | | | | | |
| ATÉ \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_. | | | |  | | | | | | | | | | | | |
|  | SÚMULAS A SEREM APLICADAS: | | | | 74 DO TFR ( ) 110 DO TFR ( )  110 DO STF ( ) 618 DO STF ( ) | | | | | | | | | | | |
|  | 345 DO STF ( ) 113 DO STJ ( ) 114 DO STJ ( )  ADIN 2332-2/DF ( ) | | | | | | | | | | | | | | | |
|  | OUTRAS: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | | | | | | | | | | | | | | |
| JUROS MORATÓRIOS A TAXA NOMINAL DE \_\_\_\_\_% a.a., A PATIR DA CITAÇÃO ( ) OU  TRÂNSITO EM JULGADO DO MÉRITO ( ) | | | | | | | | | | | | | | | | |
|  | SÚMULAS A SEREM APLICADAS: | | | | | 70 DO TFR ( ) 254 DO STF ( )  12 DO STJ ( ) 618 DO STF ( ) | | | | | | | | | | |
|  | 345 DO STF ( ) 113 DO STJ ( ) 114 DO STJ ( )  ART.15-B - DL 3365/41 ( ) 102 DO STJ ( ) | | | | | | | | | | | | | | | |
|  | OUTRAS\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | | | | | | | | | | | | | | |
| HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_% | | | | | | | S/ TOTAL DA INDENIZAÇÃO ( )  TOTAL DA DIFERENÇA DA INDENIZAÇÃO ( ) | | | | | | | | | |
|  |  |  |  | | | | OUTROS \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | | | | | | | | |
| HONORÁRIOS DO PERITO | | | | | | | |  | ($) | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |  |  |  |  |  |  |
| HONORÁRIOS DO ASSIST. TÉCNICO | | | | | | | | | ($) | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |  |  |  |  |  |  |
| DO ACÓRDÃO: 2º GRAU - APELAÇÃO CÍVEL Nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ - FLS. \_\_\_\_\_\_\_\_ | | | | | | | | | | | | | | | | |
| EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AC Nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ - FLS. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | | | | | | | | | | | | | | | |
| OUTROS RECURSOS (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ - FLS. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_) | | | | | | | | | | | | | | | | |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  | ALTERAÇÕES E OU MODIFICAÇÕES | | | |
|  | CONFIRMADA A DECISÃO DE 1º GRAU | | | |  | ( ) | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
|  |  |  |  |  |  |  | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
|  |  |  |  |  |  |  | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| REFORMA PARCIAL DA DECISÃO DE 1º GRAU | | | | | | ( ) | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
|  | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
|  |  |  |  |  |  |  | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
|  |  |  |  |  |  |  | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
|  | REFORMA INTEGRAL DA DECISÃO DE 1º GRAU | | | | | ( ) | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |

**DOS RECURSOS**

RECURSO ESPECIAL Nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (FLS. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_)

( )\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (FLS. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_)

( ) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

OUTROS RECURSOS Nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (FLS. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_)

( )\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| TRÂNSITO EM JULGADO - (FLS.\_\_\_\_\_\_\_) | | | | | \_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | | |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| OBS: APLICAR CÁLCULOS COM JUROS REGRESSIVOS? ( ) SIM ( ) NÃO | | | | | | | | | | | | |

**OBSERVAÇÕES RELEVANTES**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

D. O. de 28.2.2013.

**PORTARIA CONJUNTA Nº 74, DE 17 DE JUNHO DE 2013**

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL** e o **PRESIDENTE DA AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 10 c/c os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, pelo art. 1º da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, e pelo art. 8º do Decreto nº 7.560, de 8 de setembro de 2011, resolvem:

Art. 1º No âmbito federal, a Procuradoria Geral da Autoridade Pública Olímpica é considerada órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 2º A representação judicial e extrajudicial da Autoridade Pública Olímpica será executada pela Procuradoria-Geral Federal, observando o disposto na Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007 e no Ato Regimental AGU nº 02, de 12 de junho de 2007.

Art. 3º À Procuradoria Geral da Autoridade Pública Olímpica, enquanto órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, compete:

I - prestar consultoria e assessoramento jurídico à Autoridade Pública Olímpica;

II - coordenar e orientar a execução da representação judicial e extrajudicial da Autoridade Pública Olímpica, quando sob a responsabilidade dos demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;

III - auxiliar os demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal na apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades da Autoridade Pública Olímpica, para inscrição em dívida ativa e respectiva cobrança amigável ou judicial.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

Procurador-Geral Federal

**MARCIO FORTES DE ALMEIDA**

Presidente da Autoridade Pública Olímpica

D. O. de 19.6.2013.

**PORTARIA CONJUNTA Nº 119, DE 3 DE OUTUBRO DE 2013.**

*Dispõe sobre os procedimentos relativos à tramitação de processos administrativos entre o Departamento Nacional de Produção Mineral e as Procuradorias Regionais Federais - PRFs e Procuradorias Federais nos Estados - PFs, e questões afetas à inscrição de créditos em dívida ativa da referida autarquia federal.*

**O PROCURADOR-GERAL FEDERAL** e o **DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 2º da Portaria PGF nº 267, de 17 de março de 2009, resolvem:

Art. 1º Os processos administrativos relativos a créditos de titularidade do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) deverão, após a conclusão do procedimento de constituição definitiva e a inclusão do nome dos devedores no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, ser remetidos à PRF ou PF, para fins de análise do controle de legalidade e inscrição em dívida ativa.

§ 1º A remessa de que trata o *caput* deste artigo, a cada uma das PRFs ou PFs, fica condicionada a ato específico do Procurador-Geral Federal.

§ 2º O encaminhamento dos processos será realizado diretamente pelo Setor de Procedimentos Arrecadatórios das Superintendências do DNPM.

Art. 2º Recebidos os processos administrativos pelas PRFs ou PFs, deverão os autos ser distribuídos ao Serviço ou Seção de Cobrança e Recuperação de Créditos, mediante a abertura da tarefa "*FA70 - Analisar para inscrição em Dívida Ativa*", no Sistema Integrado de Controle das Ações da União - SICAU, para o Procurador Federal responsável, fixando-se o prazo de 30 (trinta) dias para a efetivação da medida, salvo quando o crédito estiver na iminência da prescrição, hipótese na qual o DNPM deverá apor na capa dos autos a expressão "urgente", a fim de que o Serviço ou Seção de Cobrança possa fixar, ao Procurador, prazo compatível com o cumprimento da providência.

Art. 3º Verificada a legalidade do procedimento de constituição do crédito e procedida a sua inscrição em dívida ativa no prazo fixado no artigo 2º, a PRF ou PF responsável pela realização da medida restituirá os autos à Superintendência do DNPM responsável, para acautelamento e eventuais providências a seu cargo.

§ 1º As PRFs e PFs promoverão o envio dos processos administrativos à Superintendência do DNPM, mediante o registro da tramitação dos autos no SICAU.

§ 2° As PRFs ou PFs, após proceder à inscrição dos créditos em dívida ativa do DNPM, enviarão, quando necessário, as certidões de dívida ativa às Procuradorias Seccionais Federais - PSFs ou aos Escritórios de Representação - ERs, observada a competência territorial de cada unidade e o domicílio dos devedores, para fins de ajuizamento e acompanhamento das respectivas ações de execução fiscal.

§ 3° Aforada a ação de execução fiscal, a PSF e o ER informarão, à PRF ou à PF correspondente, o número atribuído ao processo e o juízo ao qual foi distribuído, para fins de registro no sistema informatizado da autarquia, até que seja implementado o sistema de inscrição em dívida ativa da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 4º Os procedimentos de inscrição em dívida ativa serão realizados por meio da utilização do Sistema de Dívida Ativa - PROJUR, cujo acesso será viabilizado mediante solicitação a ser encaminhada à Sede da Procuradoria Federal junto ao DNPM em Brasília, conforme formulário constante do Anexo.

Art. 5º Constatada, pela Procuradoria responsável pela efetivação do controle de legalidade inerente à atividade de inscrição em dívida ativa, a necessidade de saneamento do processo administrativo, os autos deverão ser restituídos ao Setor de Procedimentos Arrecadatórios da Superintendência do DNPM responsável, para fins de adoção das medidas cabíveis.

Art. 6º Compete à Sede da Procuradoria Federal junto ao DNPM adotar as providências necessárias quando solicitado, pelas PRFs e PFs, treinamento prático de operacionalização do Sistema Dívida Ativa - PROJUR.

Art. 7º As solicitações para adaptações no Sistema Dívida Ativa - PROJUR serão feitas exclusivamente pela CGCOB e encaminhadas à Sede da Procuradoria Federal junto ao DNPM, para avaliação do impacto sobre as atividades desempenhadas pela autarquia.

Art. 8º Por iniciativa das PRFs e PFs e existindo viabilidade técnica, as atividades de inscrição em dívida ativa poderão, de acordo com a realidade local, ser atribuídas às PSFs e ERs, mediante comunicação à CGCOB e à Sede da Procuradoria Federal junto DNPM.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

Procurador-Geral Federal

**SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA**

Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral

D. O. de 8.10.2013.

**ANEXO**

CADASTRO PARA ACESSO AO PROJUR

1. CADASTRO PARA ACESSO AO PROJUR

|  |  |
| --- | --- |
| 1. NOME COMPLETO | 2. CPF |
| 3. NOME PREFERENCIAL | 4. CARGO/FUNÇÃO |
| 5. NACIONALIDADE | 6. REGISTRO GERAL (Com órgão expedidor) |
| 7. DATA DE NASCIMENTO | 8. SEXO |
| 9. ESTADO CIVIL | 10. TELEFONE |
| 11. ENDEREÇO | |
| 12. E-MAIL | |
| 13. ASSINATURA DO OPERADOR | |
| 14. NOME DO SUPERIOR IMEDIATO | |
| 15. CARGO/FUNÇÃO | 16. ASSINATURA DO SUPERIOR IMEDIATO |

2. AUTORIZAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

|  |  |
| --- | --- |
| 17. NOME DO TITULAR DA UG/ÓRGÃO/ENTIDADE | |
| 18. CARGO/FUNÇÃO | 19. ASSINATURA DO TITULAR |

3. CREDENCIAMENTO (PARA USO DO CADASTRADOR)

|  |  |
| --- | --- |
| 20. NOME DO CADASTRADOR | 21. DATA DO CREDENCIAMENTO |
| 22. NÍVEL DE ACESSO CONCEDIDO | 23. PERFIS CONCEDIDOS |
| 24. OBSERVAÇÃO | |
| 25. ASSINATURA DO CADASTRADOR | |

D. O. de 8.10.2013.

**PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2014.**

*Dispõe sobre a atuação das Procuradorias da União e das Procuradorias Federais na representação judicial da União e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE nas ações referentes à malversação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF.*

O **PROCURADOR-GERAL DA UNIÃO** e o **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, os incisos II e III do art. 41 do Decreto nº 7.392/2010, nos incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480/2002 e no Processo Administrativo nº 00405.000166/2006-77;

Considerando o teor do Despacho do Consultor-Geral da União nº 100/2010, de 3 de fevereiro de 2010, aprovado por Despacho do Advogado-Geral da União, que concluiu haver interesse da União nas causas referentes à malversação dos recursos do FUNDEB e pela competência da PGU e de suas unidades na representação da União, salvo nas questões que digam respeito às competências específicas do FNDE relacionadas ao FUNDEB, caso em que a competência será da PGF e de suas unidades;

Considerando o disposto no Parecer AGU/AG-17/2010, de 22 de novembro de 2010, da Consultoria-Geral da União, que, ratificando o entendimento esposado no Despacho do Consultor-Geral da União nº 100/2010, entendeu que não se pode negar o interesse da União nas causas referentes à malversação dos recursos do FUNDEB, que transcende para os interesses da sociedade;

Considerando o disposto no Parecer nº 115/2011/DECOR/CGU/AGU, de 4 de outubro de 2011, que, também, reconheceu a presença de interesse da União nas causas envolvendo a malversação dos recursos do FUNDEB, bem como que o interesse da União independe da ocorrência de complementação na forma do inciso V do art. 60 do ADCT da Constituição e dos arts. 4º a 7º da Lei n.º 11.494/2007;

Considerando a necessidade de estabelecer mecanismos e rotinas a serem observados pela Procuradoria-Geral da União – PGU e pela Procuradoria-Geral Federal a respeito do ajuizamento de ações referentes à malversação dos recursos do FUNDEB e do FUNDEF;

Considerando o disposto no § 1º do art. 29 da Lei 11.494/2007, nos artigos 3º e 6º do Código de Processo Civil, no caput do art. 131 da Constituição Federal, no art. 1º da LC 73/93, art. 13 do Decreto nº 7.691/2012 e Portaria MEC nº 852/2009, resolvem:

Art. 1º Compete à Procuradoria-Geral da União - PGU, por meio das Procuradorias da União, o ajuizamento das ações civis de improbidade administrativa referentes à malversação dos recursos do FUNDEB e do FUNDEF, quando houver ofensa à implementação da política pública educacional nacional e indícios suficientes de ato de improbidade administrativa.

§ 1º Após o ajuizamento das ações referidas no caput, as Procuradorias da União deverão informar à Procuradoria Federal junto ao FNDE, para que esse órgão avalie o interesse em ingressar na lide.

§ 2º Nas ações de improbidade administrativas ajuizadas pelo Ministério Público Federal, a UNIÃO, por meio da Procuradoria-Geral da União, poderá intervir quando tiver interesse específico, assim considerado aquele que, objetivamente demonstrado, agregue alguma utilidade à solução jurisdicional pleiteada.

Art. 2º Compete à Procuradoria-Geral Federal, por meio da Procuradoria Federal junto ao FNDE, prestar auxílio às unidades da PGU e da PGF, quando necessário, no que diz respeito às ações de monitoramento e operacionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação - FUNDEB.

Art. 3º Não compete à União ou ao FNDE propor ação de execução relacionada aos acórdãos do Tribunal de Contas da União ou outras ações visando, especificamente, o ressarcimento de valores à conta do FUNDEB/FUNDEF, tendo em vista a titularidade do crédito (que é do Município/Estado) e o disposto no art. 6º do CPC, no caput do art. 131 da Constituição Federal e no art. 1º da LC 73/93.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**PAULO HENRIQUE KUHN**

Procurador-Geral da União

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

Procurador-Geral Federal

D. O. de 17.2.2014.

**PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 4 DE SETEMBRO DE 2014.**

*Dispõe sobre a atuação dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal na representação judicial da União e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em decorrência da edição da Lei nº 11.457/2007, no tocante à extinta carreira de Auditor Fiscal da Previdência Social.*

**O PROCURADOR-GERAL DA UNIÃO** e o **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**, no uso de suas competências previstas, respectivamente, nos incisos I e VIII do Ato Regimental nº 5, de 19 de junho de 2002, e nos incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007 (publicada no D.O.U. de 19.03.2007), e considerando o teor da Nota nº 301/2010/DECOR/CGU/AGU e da Nota nº 129/2011/DECOR/CGU/AGU, resolvem:

Art. 1º A União é parte legítima nas ações que envolvam matéria de pessoal (servidores ativos, inativos e pensionistas) dos servidores integrantes da carreira de Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, criada a partir de 2 de maio de 2007, pela Lei nº 11.457, de 2007, quando os pedidos se reportarem a fatos geradores posteriores a sua edição.

Art. 2º O Instituto Nacional do Seguro Social é parte legítima nas ações que envolvam matéria de pessoal (servidores ativos, inativos e pensionistas) dos servidores da extinta carreira de Auditor Fiscal da Previdência Social, que existiu até 1º de maio de 2007, cujos pedidos se reportem a fatos geradores anteriores a edição da Lei nº 11.457, de 2007.

Parágrafo Único. Os órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal não devem alegar ilegitimidade passiva do INSS ou requerer sua exclusão da lide, nas ações de pessoal referente aos extintos cargos de Auditor Fiscal da Previdência Social, hoje Auditores da Receita Federal do Brasil, decorrendo disso o dever, daqueles órgãos, de atuar na defesa da autarquia previdenciária.

Art. 3º Considerando o disposto nos arts. 1º e 2º desta Portaria, se a União e o INSS forem partes legítimas em uma mesma ação, mas apenas um dos entes for parte no processo, o outro deverá intervir no feito.

Art. 4º Compete aos órgãos de representação judicial do INSS informar aos órgãos de representação judicial da União, ou viceversa, acerca da existência das ações a que se refere o art. 3º, anexando a documentação necessária para análise quanto ao cabimento de intervenção da União ou do INSS, conforme o caso, na lide.

Parágrafo Único. Na hipótese de o órgão de representação judicial solicitado entender não ser o caso de intervir no feito, as justificativas serão apresentadas ao órgão de representação judicial solicitante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**PAULO HENRIQUE KUHN**

Procurador-Geral da União

**MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS**

Procurador-Geral Federal

D. O. de 10.9.2014.

**PORTARIA CONJUNTA Nº 98, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014.**

O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL** e a **PROCURADORA-CHEFE SUBSTITUTA DA PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA** junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS no uso de suas atribuições legais,

Considerando o número elevado de ações judiciais que envolvem matéria previdenciária, tendo o Conselho Nacional de Justiça – CNJ apontado o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS como o maior demandado no país;

Considerando que são diversos os Juízos com competência em matéria previdenciária, tanto em primeira instância quanto em grau de recurso;

Considerando a necessidade de desenvolver material institucional pela Procuradoria-Geral Federal com o intuito de subsidiar a atuação processual dos Procuradores Federais de forma mais específica, bem como delimitar hipóteses em que é possível a conciliação, a renúncia e/ou a desistência recursal, resolvem:

Art. 1º Criar o grupo de trabalho permanente com denominação “GRUPO DE TRABALHO – PREVIDENCIÁRIO”.

Art. 2º O grupo de trabalho será composto por procuradores federais em exercício:

I - na Direção Central da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS (PFE-INSS);

II – no Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal (DEPCONT/PGF), com atuação em matéria previdenciária;

III – nos demais órgãos de execução da PGF, com atuação em matéria previdenciária nas primeira e segunda instâncias dos Juizados Especiais Federais e das Justiças Federal e Estadual Comum.

Parágrafo único – A relação dos integrantes do grupo de trabalho consta no Anexo desta Portaria.

Art. 3º O grupo de trabalho terá como atribuição:

I - acompanhar as decisões judiciais em matéria previdenciária proferidas em todas as instâncias do Poder Judiciário;

II - elaborar e acompanhar novas teses de defesa, em matéria finalística ou processual, para utilização na atuação contenciosa;

III – encaminhar à PFE/INSS temas jurídicos em matéria previdenciária, para análise da pertinência de edição de orientação para atuação contenciosa;

IV – encaminhar ao DEPCONT/PGF temas jurídicos em matéria processual, para análise da pertinência de edição de orientação para atuação contenciosa.

V - propor ao INSS a adequação de seus atos normativos em decorrência de posicionamento jurisprudencial consolidado em sentido contrário ao entendimento administrativo;

VI – encaminhar ao DEPCONT/PGF temas jurídicos em matéria previdenciária e processual em relação aos quais haja posicionamento jurisprudencial consolidado em sentido contrário à tese defendida pela PGF, para análise da viabilidade de proposta de Súmula da Advocacia-Geral da União – AGU.

Art. 4º O grupo de trabalho se reunirá trimestralmente e será responsável pela divisão de suas atribuições internas e pelo estabelecimento de cronograma para suas atividades.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**Marcelo de siqueira freitas**

Procurador-Geral Federal

**TATIANA MESQUITA NUNES**

Procuradora-Chefe Substituta da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS

6.11.2014.

**ANEXO**

|  |  |
| --- | --- |
| 1 | Carlos Alberto Piazza - Coordenador |
| 2 | Bruno José de Souza Azevedo |
| 3 | Carlos Gustavo Moimaz Marques |
| 4 | Dimitri Brandi de Abreu |
| 5 | Erick Manezes Sande |
| 6 | Evandro Nakadi Calijuri |
| 7 | Gustavo Kensho Nakajum |
| 8 | Karina Teixeira de Azevedo |
| 9 | Lucas Mateus Gonçalves Louzada |
| 10 | Maria Carolina Rosa |
| 11 | Pablo de Castro Miozzo |
| 12 | Paula de Castro Diniz |
| 13 | Wolney da Cunha Soares Júnior |

**PORTARIA CONJUNTA Nº 15, DE 28 DE AGOSTO DE 2020.**

*Dispõe sobre a realização de atividades à distância pela Corregedoria-Geral da Advocacia da União (CGAU/AGU), pela Procuradoria-Geral Federal (PGF) e pela Secretaria-Geral de Administração da Advocacia-Geral da União (SGA/AGU), e dá outras providências.*

A **CORREGEDORA-GERAL DA ADVOCACIA DA UNIÃO**, O **PROCURADOR-GERAL FEDERAL** E O **SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, RESOLVEM:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a realização de atividades à distância pela Corregedoria-Geral da Advocacia da União (CGAU/AGU), pela Procuradoria-Geral Federal (PGF) e pela Secretaria-Geral de Administração da Advocacia-Geral da União (SGA/AGU), no âmbito das respectivas competências e atribuições.

§ 1º Para efeitos desta Portaria, consideram-se atividades à distância os atos a serem praticados com participantes em dois ou mais locais diferentes, mediante auxílio de equipamentos e sistemas de transmissão de áudio, ou vídeo e áudio, com vistas à realização de reuniões, audiências, depoimentos, interrogatórios ou qualquer outra atividade relacionada com as atribuições e competências dos órgãos mencionados no caput.

§ 2º A execução das atividades à distância tem como objetivos:

I - promover maior eficiência às atividades do órgão público;

II - reduzir gastos ou custos;

III - assegurar a razoável duração de processos e procedimentos mediante a aplicação dos meios que garantam a celeridade de sua tramitação;

IV - compatibilizar o uso de meios tecnológicos de transmissão de dados, sons e imagens, com o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa aos interessados em geral.

§ 3º As atividades à distância poderão ser realizadas fora dos órgãos da AGU ou das entidades da Administração Pública colaboradoras, por meio de equipamentos particulares, independentemente de auxílio técnico e sem a presença de secretário.

Art. 2º As intimações e comunicações necessárias à realização de atividade à distância deverão indicar a data, horário e locais designados para a realização dos trabalhos, observando-se, quando for o caso, a forma e respectivos prazos legais.

Parágrafo único. A intimação de que trata o caput deste artigo discriminará, em especial, eventual diferença de fuso horário entre as localidades envolvidas na prática da atividade à distância, bem como o local em que deverá comparecer cada interessado ou investigado.

Art. 3º A autoridade responsável pela condução dos trabalhos poderá designar quantos secretários se fizerem necessários para atuação nas diversas localidades em que houver participantes da atividade à distância.

§ 1º Do ato de designação do secretário, constarão as obrigações atinentes ao dever de guardar sigilo, à reserva das informações que tiver conhecimento em razão da função, bem como à necessidade de praticar os atos necessários à consecução dos trabalhos com discrição, fidelidade, zelo e prudência.

§ 2º Caberá ao secretário, em especial, a prática das seguintes providências:

I - adotar as medidas administrativas necessárias à realização da atividade à distância;

II - realizar testes de equipamento e conexões antes da realização do ato, devendo comunicar imediatamente eventual circunstância que impossibilite seu uso, à autoridade responsável pela atividade à distância;

III - tomar as medidas necessárias para a proteção do sigilo;

IV - identificar todos os participantes da atividade à distância;

V - encaminhar e receber documentos;

VI - extrair cópias;

VII - colher assinaturas dos participantes, se necessário;

VIII - observar as orientações da autoridade responsável pela condução dos trabalhos

§ 3º A designação de que trata o caput será precedida de anuência da respectiva chefia imediata, e recairá sobre Membros ou Servidores aptos para o desempenho do encargo, que estejam em exercício na Advocacia-Geral da União, respectivos órgãos vinculados, ou em outro órgão ou entidade da Administração Pública Federal situado no local onde serão executados os trabalhos da atividade à distância.

§ 4º O secretário de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância também poderá exercer as funções do encargo previsto neste artigo, quando se tratar de atividades relacionadas a tais processos.

Art. 4º A critério da autoridade responsável, e desde que tecnicamente possível, as atividades à distância serão gravadas em áudio e vídeo, ou apenas em áudio, sem prejuízo do dever de proteção ao sigilo.

§ 1º A gravação de que trata o caput deste artigo:

I - poderá ser realizada em qualquer dos locais em que venha a ocorrer, por intermédio dos próprios sistemas referidos no caput deste artigo, ou mediante uso de equipamento auxiliar;

II - será anexada ao processo eletrônico ou aos autos do processo físico, sem necessidade de transcrição, degravação ou redução a termo.

§ 1º-A A autoridade responsável poderá determinar a lavratura de termo resumido do ato, contendo as principais ocorrências, assinado por ela ou por pessoa indicada, dispensadas a leitura, anuência e assinaturas dos demais participantes do ato.

§ 2º Os documentos produzidos que fizerem menção a trechos contidos em gravação de atividade à distância, na forma desta Portaria, deverão indicar hora e minuto do arquivo gravado dos trechos correspondentes a cada citação.

§ 3º Se solicitada cópia da gravação do ato:

a) regra geral, será designado dia e horário para a entrega, condicionada ao fornecimento de mídia digital pelo solicitante;

b) caso se trate de processo eletrônico, a autoridade responsável poderá, a seu critério, e desde que juridicamente possível, disponibilizar acesso ao inteiro teor da gravação no respectivo sistema eletrônico.

Art. 5º Para a realização das atividades à distância de que trata esta Portaria, o Departamento de Tecnologia da Informação da Advocacia-Geral da União prestará auxílio técnico mediante prévia solicitação da autoridade responsável por sua condução.

Parágrafo único. Poderá ser estabelecida colaboração, por qualquer dos órgãos mencionados no art. 1º, caput, com outros órgãos ou entidades da Administração Pública para utilização de instalações e equipamentos, visando à execução das atividades de que trata esta Portaria.

Art. 6º As reuniões, audiências, depoimentos, interrogatórios ou qualquer outra atividade relacionada com as atribuições e competências dos órgãos mencionados no art. 1º, caput, quando realizadas em sua forma presencial, poderão valer-se do disposto nos arts. 4º e 5º desta Portaria.

Art. 7º Ao entrar em vigor esta Portaria, suas disposições aplicar-se-ão desde logo aos processos administrativos em andamento, inclusive aos de natureza investigativa e disciplinar.

Art. 8º Os casos não previstos nesta Portaria serão resolvidos pelo Corregedor-Geral da Advocacia da União, pelo Procurador-Geral Federal e pelo Secretário-Geral de Administração, no âmbito das respectivas competências e atribuições.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**VLÁDIA POMPEU SILVA**

Corregedora-Geral da Advocacia da União

**LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES**

Procurador-Geral Federal

**IÊDA APARECIDA DE MOURA CAGNI**

Secretária-Geral de Administração

BSnº 35, de 31.8.2020.

1. Publicada RETIFICAÇÃO no DOU de 8.1.2021 com o seguinte teor:

   “Na Portaria do Advogado-Geral da União nº 5, de 5 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 4, de 7 de janeiro de 2021, Seção 1, página 3,**onde se lê:**"PORTARIA AGU Nº 5, DE 5 DE JANEIRO DE 2021",**leia-se:**"PORTARIA NORMATIVA Nº 2, DE 5 DE JANEIRO DE 2021". [↑](#footnote-ref-2)
2. Os efeitos desta Portaria/PGF nº 134, de 17.2.2014, cessarão em 21.12.2020, por força da Portaria/PFG/AGU nº 630, de 17.11.2020. [↑](#footnote-ref-3)
3. Ver o Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 5º, IV, incluído pela Lei nº 7.596, de 1987:

   “*Fundação Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes*”. [↑](#footnote-ref-4)
4. Ver a redação original do art. 39 da CF:

   *Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.***(**Redação anterior à Emenda Constitucional nº 19, de 4.6. 1998, restabelecida pelo STF no julgamento da Medida Cautelar na ADIN nº 2.135-4 (D. O. de 14.8.2007). [↑](#footnote-ref-5)
5. Em Seção Plenária de 2.8.2007, o Supremo Tribunal Federal decidiu “*suspender a eficácia do artigo 39, caput, da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998*” [↑](#footnote-ref-6)
6. Ver a respeito disposições da Lei nº 8.112, de 1990:

   *Art. 1o Esta Lei institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais.*

   *Art. 243. Ficam submetidos ao regime jurídico instituído por esta Lei, na qualidade de servidores públicos, os servidores dos Poderes da União, dos ex-Territórios, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas, regidos pela Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, ou pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1o de maio de 1943, exceto os contratados por prazo determinado, cujos contratos não poderão ser prorrogados após o vencimento do prazo de prorrogação.* [↑](#footnote-ref-7)
7. Ver o Decreto-lei nº 986, de 27.12.1938, que dispõe sobre a organização do Ministério Público Federal. [↑](#footnote-ref-8)
8. Inteiro teor do Decreto-lei nº 1.215, de 24 de abril de 1939:

   ***“DECRETO-LEI N. 1.215 - DE 24 de ABRIL DE 1939.***

   *Estende aos demais casos em que forem interessadas as autarquias criadas pela União a competência atribuída pelo art. 9º, inciso V, do Decreto-Lei n. 986, de 27 da dezembro de 1938, aos Procuradores Regionais, e dá outra providência.*

   *O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição,*

   ***decreta:***

   *Art. 1º A competência atribuída aos Procuradores Regionais da República pelo art. 9º, inciso V, do Decreto-Lei n. 986, do 27 de dezembro de 1938, para oficiarem, mediante vista dos autos, nos mandados de segurança requeridos contra autoridade federal ou autarquias criadas pela União, é extensiva a todos os demais casos em que forem interessadas as referidas autarquias.*

   *Parágrafo único. Nas respectivas comarcas, oficiarão os Promotores de Justiça dos Estados e do Território do Acre nos casos em que forem aquelas autarquias interessadas.*

   *Art. 2º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.*

   *Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.*

   *Rio de Janeiro, 24 de abril de 1939, 118º da independência e 51º da República.*

   ***Getulio Vargas***

   *Waldemar Falcão”* [↑](#footnote-ref-9)
9. Algumas disposições do Decreto-lei nº 6.016, de 22.11.1943:

   ***DECRETO-LEI N. 6.016 - DE 22 DE NOVEMBRO DE 1943****.*

   *Dispõe sobre a imunidade dos bens, rendas e serviços das autarquias e dá outras providências.*

   *O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição,*

   ***decreta:***

   *Art. 1º A imunidade tributária, a que se refere o artigo 32 letra c da Constituição, compreende não só os órgãos centralizados da União, Estados e Municípios, como as suas autarquias, e alcança os bens, rendas e serviços de uns e outros.*

   *§ 1º Para os efeitos deste artigo, consideram-se serviços das autarquias os que a Constituição, explícita ou implicitamente, atribui à União, Estados ou Municípios.*

   *§ 2º Não se incluem na imunidade assegurada às autarquias as taxas remuneratórias de serviços.*

   *§ 3º A imunidade não atinge as sociedades de economia mista, em cujo capital e direção o Governo participe, e as empresas sob administração provisória da União.*

   *Art. 2º Considera-se autarquia, para efeito deste decreto-lei, o serviço estatal descentralizado, com personalidade de direito público, explícita ou implicitamente reconhecida por lei*.” [↑](#footnote-ref-10)
10. Eis o inteiro teor do art. 70 da Constituição de 1946:

    “Art. *70 - Nos casos do art. 65, a Câmara onde se concluir a votação de um projeto enviá-lo-á ao Presidente da República, que, aquiescendo, a sancionará.*

    *§ 1º - Se o Presidente da República julgar o projeto, no todo ou, em parte, inconstitucional ou contrário aos interesses nacionais, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro de dez dias úteis, contados daquele em que o receber, e comunicará no mesmo prazo, ao Presidente do Senado Federal, os motivos do veto. Se a sanção for negada quando estiver finda a sessão legislativa, o Presidente da República publicará o veto.*

    *§ 2º - Decorrido o decêndio, o silêncio, do Presidente da República importará sanção.*

    *§ 3º - Comunicado o veto ao Presidente do Senado Federal, este convocará as duas Câmaras para, em sessão conjunta, dele conhecerem, considerando-se aprovado o projeto que obtiver o voto de dois terços dos Deputados e Senadores presentes. Nesse caso, será o projeto enviado para promulgação ao Presidente da República.*

    *§ 4º - Se a lei não for promulgada dentro de 48 horas pelo Presidente da República, nos casos dos §§ 2º e 3º, o Presidente do Senado a promulgará; e, se este o não fizer em igual prazo, fá-lo-á o Vice-Presidente do Senado*.” [↑](#footnote-ref-11)
11. Íntegra da Lei nº 2.123, de 1º.12.1953:

    ***“LEI Nº 2.123, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1953***

    *Dispõe sobre a situação jurídica dos procuradores das autarquias federais.*

    ***O CONGRESSO NACIONAL*** *decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:*

    *Art. 1º - Os procuradores das autarquias federais terão, no que couber, as mesmas atribuições e impedimentos e prerrogativas dos membros do Ministério Público da União, reajustados os respectivos vencimentos na forma do art. 16 da Lei nº 499, de 28 de novembro de 1948, de acordo com as possibilidades econômicas de cada entidade autárquica.* **(Revogado pela Lei nº 9.527, de 1997)**

    *§ 1º - O disposto nesta lei não se aplica às entidades autárquicas que tenham sido deficitárias nos três últimos exercícios e enquanto assim permanecerem.*

    *§ 2º - A equiparação a que se refere este artigo tem em vista apenas os vencimentos fixos, excluída a possibilidade de percepção de percentagens a qualquer título.*

    *Art. 2º - Os atuais cargos ou funções de procurador, consultor jurídico, advogado, assistente jurídico, adjunto de consultor jurídico e assistente de procurador, existentes nas autarquias referidas no artigo anterior, serão transformados em cargos de procurador e absorvidos na respectiva carreira, feito o enquadramento de seus ocupantes nas categorias correspondentes aos padrões em que se encontram.*

    *Art. 3º - Os cargos iniciais da carreira de procurador das autarquias federais serão sempre providos mediante concurso.*

    *Parágrafo único - Os atuais procuradores interinos serão efetivados mediante a prestação de concurso de títulos.*

    *Art. 4º - Os atuais procuradores das classes ou padrões iguais ou superiores a "N" serão classificados na 1ª categoria; os das classes ou padrões "L" e "M", na 2ª categoria, e os das classes ou padrões, inferiores aos citados, ficarão na 3ª categoria.*

    *Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

    *Senado Federal, em 1º de Dezembro de 1953.*

    ***JOÃO CAFÉ FILHO***

    *PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL”* [↑](#footnote-ref-12)
12. Ver a respeito disposições do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967:

    “*Art. 1º O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República auxiliado pelos Ministros de Estado.*

    *Art. 2º O Presidente da República e os Ministros de Estado exercem as atribuições de sua competência constitucional, legal e regulamentar com o auxílio dos órgãos que compõem a Administração Federal.*

    *Art. 3º Respeitada a competência constitucional do Poder Legislativo estabelecida no artigo 46, inciso II e IV, da Constituição, o Poder Executivo regulará a estruturação, as atribuições e funcionamento dos órgãos da Administração Federal.***(Redação dada pelo Decreto-Lei nº 900, de 1969)**

    *Art. 4° A Administração Federal compreende:*

    *I - A Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios.*

    *II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:*

    *a)* ***Autarquias****;*

    *b) Empresas Públicas;*

    *c) Sociedades de Economia Mista.*

    *d)* ***Fundações Públicas****.***(Incluído pela Lei nº 7.596, de 1987)**

    *Parágrafo único. As entidades compreendidas na Administração Indireta vinculam-se ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.***(Renumerado pela Lei nº 7.596, de 1987)**

    *Art. 5º Para os fins desta lei, considera-se:*

    *I - Autarquia - o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.*

    *II - Empresa Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.***(Redação dada pelo Decreto-Lei nº 900, de 1969)**

    *III - Sociedade de Economia Mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta.***(Redação dada pelo Decreto-Lei nº 900, de 1969)**

    *IV - Fundação Pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.***(Incluído pela Lei nº 7.596, de 1987)**

    *§ 1º No caso do inciso III, quando a atividade fôr submetida a regime de monopólio estatal, a maioria acionária caberá apenas à União, em caráter permanente.*

    *§ 2º O Poder Executivo enquadrará as entidades da Administração Indireta existentes nas categorias constantes deste artigo.*

    *§ 3º As entidades de que trata o inciso IV deste artigo adquirem personalidade jurídica com a inscrição da escritura pública de sua constituição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, não se lhes aplicando as demais disposições do Código Civil concernentes às fundações*.” **(Incluído pela Lei nº 7.596, de 1987)** [↑](#footnote-ref-13)
13. Ver o art. 2º do Decreto nº 72.823, de 21.9.1973:

    “*Art. 2º As classes integradas das Categorias Funcionais do Grupo a que se refere este decreto distribuir-se-ão, na forma do disposto no artigo 5º, da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, em 4 (quatro) níveis hierárquicos, com as seguintes características:*

    *Nível 4 - I) Atividades de direção, supervisão e coordenação dos trabalhos de apuração, inscrição e cobrança da dívida ativa da União; defesa dos interesses da Fazenda Nacional; representação da Fazenda Nacional; consultoria jurídica dos órgãos fazendários e assessoramento jurídico a autoridades fazendárias em assuntos de grande complexidade; II) - atividades de assistência jurídica, em nível de supervisão e coordenação, aos demais órgãos da Administração Pública Federal direta, envolvendo, também, a emissão de pareceres sobre assuntos relacionados com a aplicação de leis e regulamentos a situações incomuns, para a fixação de orientação normativa; III) - atividades de defesa dos interesses das* ***Autarquias federais*** *perante quaisquer Juízes ou Tribunais, inclusive o Supremo Tribunal Federal, e de assistência jurídica aos órgãos de Autarquia, em processos administrativos de maior complexidade; IV) - atividades, no Tribunal Marítimo, de promoção e acompanhamento dos processos relativos a acidentes e fatos da navegação sobre água, inclusive nos de registro da propriedade marítima e de armador, nos casos de maior complexidade, e de supervisão das atividades de assistência judiciária a acusados sem defensor constituído.*

    *Nível 3 - I) Atividades, de complexidade média, em nível de orientação e execução, relativas à apuração, inscrição e cobrança da dívida ativa da União; defesa dos interesses da Fazenda Nacional; representação da Fazenda Nacional; consultoria jurídica dos órgãos fazendários e assessoramento jurídico a autoridades fazendárias, em assuntos de mediana complexidade; II) - atividades de assistência jurídica, sujeitas a supervisão de funcionário de classe superior, aos demais órgãos da Administração Pública Federal direta, envolvendo a emissão de pareceres dirimindo dúvidas de interpretação em assuntos que envolvam a aplicação de leis e regulamentos a situações muitos diversificadas, que apresentem aspectos conflitantes em face da orientação normativa vigente; III) - atividades de defesa dos interesses das* ***Autarquias federais*** *perante quaisquer Juízos ou Tribunais até a segundo instância e de assistência jurídica aos órgãos de Autarquia em processos de mediana complexidade; IV) - atividades, no Tribunal Marítimo, de promoção e acompanhamento dos processos relativos a acidentes e fatos da navegação sobre água, inclusive nos de registro da propriedade marítima e de armador, e de orientação das atividades de assistência judiciária a acusados sem defensor constituído.*

    *Nível 2 - I) - Atividades, em nível de execução, de apuração, inscrição e cobrança da dívida ativa da União; defesa dos interesses da Fazenda Nacional; representação da Fazenda Nacional e consultoria jurídica dos órgãos fazendários, em assuntos de menor complexidade; II) - atividades de assistência jurídica, sujeitas a orientação e supervisão de funcionário da classe superior, aos demais órgãos da Administração Pública Federal direta, envolvendo a emissão de pareceres sobre assuntos relacionados com a aplicação das leis e regulamentos a situações pouco diversificadas, não passíveis de controvérsia em face da orientação normativa vigente; III) - atividades de defesa dos interesses das* ***Autarquias federais*** *perante a Justiça de primeira instância e de assistência jurídica aos Órgãos da Autarquia em processos de menor complexidade; IV) - atividades, no Tribunal Marítimo, de promoção e acompanhamento dos processos relativos a acidentes e fatos da navegação sobre água, inclusive nos de registro da propriedade marítima e de armador, de menor complexidade.*

    *Nível 1) - I) Atividades, junto ao Tribunal Marítimo, de defesa gratuita de partes acusadas em processos*”. [↑](#footnote-ref-14)
14. Ver disposições do Decreto nº 93.237, de 8 de setembro de 1986:

    “*Art. 3º A Advocacia Consultiva da União compreende:*

    *I - a Consultoria Geral da República;*

    *II - a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no Ministério da Fazenda;*

    *III - as Consultorias Jurídicas dos demais Ministérios, do Estado Maior das Forças Armadas, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República;*

    *IV - as Procuradorias-Gerais ou os departamentos jurídicos das autarquias;*

    *V - os órgãos jurídicos das empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações sob supervisão ministerial e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pela União.*

    *§ 1º Integram, ainda, a Advocacia Consultiva da União, no Poder Executivo, os órgãos jurídicos dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República, da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e do Serviço Nacional de Informações, que continuam sujeitos à disciplina normativa própria.*

    *§ 2º A Consultoria Geral da República é a instância máxima das atividades de consultaria e assessoramento jurídicos da Administração Federal.*

    *3º A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e as Consultorias Jurídicas são as instâncias superiores das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, no contexto dos respectivos Ministérios, ou órgãos integrantes da Presidência da República, e das entidades vinculadas a uns e outros.*” [↑](#footnote-ref-15)
15. O título da Seção II era “**Advocacia-Geral da União**”, apesar de também abranger as Procuradorias dos Estados, falha do constituinte que foi corrigida com a Emenda Constitucional nº 19, de 1998. [↑](#footnote-ref-16)
16. Inteiro teor do art. 29 do ADCT-CF/88:

    “*Art. 29. Enquanto não aprovadas as leis complementares relativas ao Ministério Público e à Advocacia-Geral da União, o Ministério Público Federal, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, as Consultorias Jurídicas dos Ministérios, as Procuradorias e Departamentos Jurídicos de autarquias federais com representação própria e os membros das Procuradorias das Universidades fundacionais públicas continuarão a exercer suas atividades na área das respectivas atribuições.*

    *§ 1º O Presidente da República, no prazo de cento e vinte dias, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei complementar dispondo sobre a organização e o funcionamento da Advocacia-Geral da União.*

    *§ 2º Aos atuais Procuradores da República, nos termos da lei complementar, será facultada a opção, de forma irretratável, entre as carreiras do Ministério Público Federal e da Advocacia-Geral da União.*

    *§ 3º Poderá optar pelo regime anterior, no que respeita às garantias e vantagens, o membro do Ministério Público admitido antes da promulgação da Constituição, observando-se, quanto às vedações, a situação jurídica na data desta.*

    *§ 4º Os atuais integrantes do quadro suplementar dos Ministérios Públicos do Trabalho e Militar que tenham adquirido estabilidade nessas funções passam a integrar o quadro da respectiva carreira.*

    *§ 5º Cabe à atual Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, diretamente ou por delegação, que pode ser ao Ministério Público Estadual, representar judicialmente a União nas causas de natureza fiscal, na área da respectiva competência, até a promulgação das leis complementares previstas neste artigo*.” [↑](#footnote-ref-17)
17. Inteiro teor do art. 9º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997 (essa Lei foi precedida da Medida Provisória nº 1.561-6, de 1997):

    “*Art.9ºA representação judicial das autarquias e fundações públicas por seus procuradores ou advogados, ocupantes de cargos efetivos dos respectivos quadros, independe da apresentação do instrumento de mandato* ”. [↑](#footnote-ref-18)
18. Eis a ementa do Parecer nº GQ – 163 mediante o qual o Advogado-Geral da União − Geraldo Magela da Cruz Quintão − adotou o Parecer n° AGU/ MF- 06/98:

    **“*EMENTA:*** *I –A representação judicial da União compete* ***exclusivamente*** *à AGU, que a exerce (a) diretamente por seus Membros enumerados na Lei Complementar n° 73 e, (b) indiretamente, por intermédio de seus Órgãos vinculados que são os órgãos jurídicos das autarquias e das fundações públicas. É a representação institucional.*

    *II – A representação institucional não requer procuração* ***ad judicia****. A posse e o exercício no cargo respectivo habilitam seu titular para a representação judicial e extrajudicial da União.*

    *III – Após a Lei Complementar n° 73, de 1993, que regulou o art. 131 da Constituição Federal, os dirigentes das autarquias e das fundações públicas não têm mais competência para a representação judicial e extrajudicial das respectivas entidades.*

    *IV – As funções institucionais da AGU, relativas à representação judicial, exercidas indiretamente por intermédio de seus Órgãos vinculados, são privativas (a) dos titulares de cargos efetivos de Procurador Autárquico, de Advogado... e (b) dos titulares de cargos em comissão que impliquem atuação em juízo (Procurador-Geral, Procurador Regional . . . ).*

    *V* ***–*** *As funções institucionais da AGU, nela compreendidos seus Órgãos vinculados, são indelegáveis*.” [↑](#footnote-ref-19)
19. Ver o art. 3º da Medida Provisória nº 1.984-15, de 9 de março de 2000, que incluiu o art. 8º-A na Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995:

    "*Art. 8o-A. É criada, no Gabinete do Advogado-Geral da União, a Coordenadoria dos Órgãos Vinculados, para auxiliá-lo no exercício de suas atribuições de orientação normativa e supervisão técnica dos órgãos jurídicos das autarquias e fundações públicas.*

    *§ 1o Coordenador dos Órgãos Vinculados será Consultor da União, designado pelo Advogado-Geral da União.*

    *§ 2o O Advogado-Geral da União editará ato, nos termos do art. 45 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993, dispondo sobre a Coordenadoria de que trata este artigo*." (NR) **(Edição anterior da MP nº 2.180-35, de 2001)** [↑](#footnote-ref-20)
20. Ver o art. 3º da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.

    “*Art. 8º-A. É criada, na Consultoria-Geral da União, a Coordenadoria dos Órgãos Vinculados, para auxiliá-la na coordenação dos órgãos jurídicos das entidades vinculadas aos Ministérios.* **(Revogado pela Lei nº 10.480, de 2.7.2002)**

    *§1º O Coordenador dos Órgãos Vinculados será designado pelo Consultor-Geral da União.* **(Revogado pela Lei nº 10.480, de 2.7.2002)**

    *§ 2º O Advogado-Geral da União editará ato, nos termos do art. 45 da Lei Complementar nº 73, de 1993, dispondo sobre a Coordenadoria de que trata este artigo, bem como sobre outras coordenadorias que venham a ser instaladas na Consultoria-Geral da União*.” **(Revogado pelo art. 19 da Lei nº 10.480, de 2.7.2002)** [↑](#footnote-ref-21)
21. #### Inteiro teor do Ato Regimental nº 1, de 11.4.2000, que dispunha sobre a Coordenadoria dos Órgãos Vinculados à AGU:

    #### *“ATO REGIMENTAL Nº 1, DE 11 DE ABRIL DE 2000.*

    **(Perdeu a eficácia com a sanção da Lei nº 10.480, de 2.7.2002)**

    *O* ***ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO****, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 4º, XIII, e 45, caput, §§ 1º e 3º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, os arts. 8º-A e 11-A da Lei nº 9.028, de 1995, o art. 5º da Lei nº 9.469, de 1997, e o disposto na Lei 9.704, de 1998, bem como tendo em vista a Medida Provisória nº 1.984, de 2000 e a Instrução Normativa nº 5-AGU, de 1998,*

    *Edita o presente Ato:*

    *Art. 1º Este Ato dispõe sobre a Coordenadoria dos Órgãos Vinculados, integrante do gabinete do Advogado-Geral da União, e regula as funções do seu titular.*

    *Art. 2º À Coordenadoria dos Órgãos Vinculados, direta e imediatamente subordinada ao Advogado-Geral da União, compete auxiliá-lo no exercício de suas atribuições de orientação normativa e supervisão técnica dos órgãos jurídicos das autarquias e fundações públicas federais.*

    *Parágrafo único. A coordenadoria tem como titular Consultor da União, designado Coordenador dos Órgãos Vinculados.*

    *Art. 3º Incumbe ao Coordenador dos Órgãos Vinculados:*

    *I - fazer o estreito acompanhamento das teses jurídicas relevantes, inclusive por seus reflexos de natureza econômica, enfrentadas ou produzidas pelos órgãos vinculados, em sede consultiva ou contenciosa;*

    *II - Propor ao Advogado-Geral da União que, na forma do art. 2º da Lei nº 9.704, de 1998, seja recomendada, aos órgãos jurídicos das autarquias e das fundações públicas, a alteração de tese jurídica sustentada em manifestação produzida, para adequá-la à jurisprudência prevalecente nos Tribunais Superiores e no Supremo Tribunal Federal;*

    *III - Propor ao Advogado-Geral da União a edição de enunciados de súmula administrativa, resultantes de jurisprudência iterativa dos Tribunais, nos termos dos arts. 4º, XII, e 43, da Lei Complementar nº 73, de 1993, em matérias que interessem aos órgãos vinculados, e transmitir-lhes a orientação normativa adotada pelos diversos órgãos da Advocacia-Geral da União;*

    *IV - propor ao Advogado-Geral da União que, de ofício ou mediante solicitação, a Advocacia-Geral da União assuma, por suas Procuradorias, temporária e excepcionalmente, a representação judicial de autarquia ou de fundação pública, nas hipóteses e condições do art. 11-A da Lei nº 9.028, de 1995;*

    *V - Propor ao Advogado-Geral da União que, de ofício ou atendendo a solicitação, se concretize a intervenção prevista no art. 5º da Lei nº 9.469, de 1997;*

    *VI - apresentar ao Advogado-Geral da União, no que concerne às autoridades das autarquias e fundações públicas federais, os casos de representação judicial disciplinados pelo art. 22 da Lei nº 9.028, de 1995;*

    *VII - Conduzir os procedimentos necessários à prévia anuência, pelo Advogado-Geral da União, a nome indicado para ocupar a chefia de órgão vinculado, na forma do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 9.704, de 1998;*

    *VIII - organizar sistema de acompanhamento do desempenho, pelas Consultorias Jurídicas dos Ministérios e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da sua competência de exercer a coordenação dos órgãos jurídicos dos respectivos órgãos autônomos e entidades vinculadas;*

    *IX - propor à Corregedoria-Geral a promoção de correições extraordinárias nos órgãos vinculados, nos termos do art. 6º da Lei Complementar nº 73, de 1993;*

    *X - propor ao Advogado-Geral da União as medidas necessárias ao aprimoramento da eficiência da representação judicial das autarquias e fundações públicas.*

    *§ 1º No exercício de suas funções, cabe ao Coordenador dos Órgãos Vinculados solicitar e receber informações, processá-las e informar, a respeito, o Advogado-Geral da União.*

    *§ 2º Cabe-lhe, também, a pedido dos órgãos vinculados ou de ofício, fornecer-lhes subsídios para seus trabalhos jurídicos, colhidos dos diversos órgãos da Advocacia-Geral da União.*

    *Art. 4º Os órgãos vinculados devem comunicar, prontamente, ao Coordenador, as situações ensejadoras da representação judicial extraordinária, e da intervenção, às quais aludem os incisos IV e V do art. 3º, como da representação objeto do seu item VI.*

    *Parágrafo único. A inexistência de órgão jurídico integrante da respectiva Procuradoria ou Departamento Jurídico, em Município sede de órgão judiciário perante o qual corra feito de interesse de autarquia ou fundação pública, configura a hipótese prevista no inciso I do art. 11-A da Lei nº 9.028, de 1995.*

    *Art. 5º A Coordenadoria dos Órgãos Vinculados deve manter permanente articulação com o núcleo de acompanhamento de feitos judiciais instituído pela Portaria-AGU nº 224, de 29 de março de 2000.*

    *Art. 6º Aos Procuradores Regionais e Procuradores - Chefes da União cabe, relativamente a feitos e teses de interesse das autarquias e fundações públicas, fornecer à Coordenadoria de Órgãos Vinculados as informações e o apoio relevantes ao desempenho da competência desta, consoante lhes determine o Advogado-Geral da União.*

    *Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

    *GILMAR FERREIRA MENDES*” D. O. de 13.4.2000. [↑](#footnote-ref-22)
22. Inteiro teor do **Ofício Circular N° 01/AGU/SG-CS/2000**, então expedido (elaborado com a colaboração do Dr. Anselmo Rocha Nóbrega):

    **“Ofício Circular N° 01/AGU/SG-CS/2000** {Coordenadoria dos Órgãos Vinculados}

    Brasília, 3 de maio de 2000.

    Senhor(a) Procurador(a),

    As últimas reedições da Medida Provisória n° 1.984 vêm introduzindo alterações na Lei n° 9.028, de 12 de abril de 1995, de indiscutível interesse para o aprimoramento do desempenho da Advocacia-Geral da União e de seus Órgãos Vinculados, conforme Vossa Senhoria já deve ter tomado conhecimento.

    **2.** Dentre essas alterações cumpre-me destacar aquela trazida pelo **art**. **8°-A** acrescentado à referida Lei pela citada Medida Provisória na sua 15ª reedição (D.O. de 10.3.2000), **que criou a Coordenadoria dos Órgãos Vinculados,** e no qual se lê:

    *“Art. 8°-A. É criada, no Gabinete do Advogado-Geral da União, a Coordenadoria dos Órgãos Vinculados, para auxiliá-lo no exercício de suas atribuições de orientação normativa e supervisão técnica dos órgãos jurídicos das autarquias e fundações públicas.*

    § 1°. O Coordenador dos Órgãos Vinculados será Consultor da União, designado pelo Advogado-Geral da União.

    § 2°. O Advogado-Geral da União editará **ato**, nos termos do art. 45 da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, dispondo sobre a Coordenadoria de que trata este artigo.”

    **3.** Em cumprimento ao disposto no § 2° do dispositivo transcrito, o Senhor Advogado-Geral da União editou o **Ato Regimental n° 1, de 11 de abril de 2000** (D.O. de 13.4.2000), dispondo sobre a recém criada Coordenadoria, o qual detalha o elenco de atribuições confiadas à sua Coordenação – que deverá ter como titular Consultor da União. Enquanto tal não ocorre, houve por bem S.Ex.ª confiar a esta Secretária-Geral, interinamente, a coordenação desses Órgãos (Portaria AGU n° 288, de 11 de abril de 2000, D.O. de 13.4.2000)

    **4.** No exercício dessa coordenação, a par de encaminhar a Vossa Senhoria cópias dos atos mencionados supra, e com a finalidade de obter elementos que possam propiciar o melhor e mais completo conhecimento da situação de cada Órgão Vinculado à AGU, venho encarecer-lhe, em caráter preliminar, fornecer a esta Coordenação o seguinte:

    **I – Quanto ao Órgão Jurídico**

    **a)** dados sobre a existência de contratos com escritórios de advocacia, ou com advogados autônomos, para defesa de interesses desse Órgão Vinculado, devendo ser declinados o número de profissionais, o custo mensal, as justificativas de sua necessidade e a relação de ações por eles patrocinadas, isso instruído com cópia das peças judiciais e/ou pareceres elaborados e decisões, administrativas e judiciais, já proferidas, se houver;

    **b)** informações sobre a realização de cursos de aperfeiçoamento profissional promovidos, por esse Órgão Vinculado, para seus integrantes, informando o conteúdo programático, a periodicidade e a natureza da participação, facultativa ou obrigatória;

    **c)** informações quanto a grupos de perícias e avaliações, perícias contábeis ou outros serviços especializados para elaboração de trabalhos técnicos, se já disponibilizados, e ainda disponíveis;

    **d)** a quantificação do pessoal de apoio administrativo e de estagiários, por área de atuação;

    **e)** dados sobre a respectiva biblioteca, se existente esta;

    **f)** dados sobre a existência de corregedoria e a sua atuação;

    **g)** o número de microcomputadores utilizado, informando-se a configuração padrão atualmente empregada, a disponibilidade de acesso à **Internet** e o uso de provedor próprio;

    **h)** a indicação dos demais equipamentos como copiadora, *fax* e outros, utilizados nas atividades rotineiras;

    **i)** a indicação dos veículos utilizados para deslocamentos dos Procuradores, e Advogados, em diligências;

    **j)** o levantamento estatístico de processos (judiciais e administrativos) que tramitaram nos últimos seis meses nesse Órgão Jurídico;

    **l)** elementos acerca da insuficiência ou do excesso de pessoal em exercício no Órgão Jurídico, se existente, e do que motivou uma ou outra situação.

    **m)** existência de suprimento de fundos.

    **II – Quanto aos Integrantes do Órgão Jurídico** [Procuradores/Advogados/Assistentes Jurídicos]**:**

    **a)** relação nominal, por unidade da Federação, com a indicação, em separado, do número de profissionais que atuam na área contenciosa, e naquela consultiva; e a informação de quantos estão prestando serviços fora desse Órgão e o local em que estão em exercício;

    **b)** o *curriculum vitae* do qual constem a data e a forma de ingresso no respectivo cargo;

    **c)** o número, e os nomes, dos que cumpriram cursos de mestrado, doutorado, pós-graduação *lato sensu* ou especialização, indicando-se os respectivos títulos obtidos e a atual lotação.

    ### III – Quanto à Área de Consultoria

    **a)** a quantidade de processos que tramita, em média, por mês, na área consultiva, devendo ser informada a produção mensal de cada profissional, nos últimos doze meses;

    **b)** a indicação dos assuntos que são submetidos, com freqüência, à área consultiva, juntando-se cópias de pareceres, recentes, a respeito;

    **c)** a existência de arquivo cronológico dos acordos, ou convênios, firmados, e das manifestações proferidas;

    **d)** dados sobre as manifestações conclusivas emitidas em sede consultiva que, eventualmente, sejam conflitantes com as peças produzidas, judicialmente, sobre o mesmo assunto, juntando-se cópias de tais manifestações e peças;

    **e)** a existência e o acompanhamento de procedimentos instaurados, pelo Ministério Público Federal e pelo Tribunal de Contas, em decorrência de manifestações conclusivas da área de consultoria, informando-se as peças a um e outro apresentadas, e a atual fase do procedimento;

    **f)** dados sobre a observância de decisões, e determinações outras, do Tribunal de Contas da União, dirigidas à autarquia, ou à fundação;

    ### IV – Quanto à Área de Contencioso

    **a)** a relação das ações em curso, **agrupadas** por assunto (objeto/causa de pedir), e **caso a caso** identificadas as partes, o órgão judiciário e a fase processual em que se encontram, como o valor dado às causas e o valor de condenação, se ocorrida esta, anexando-se, **quanto a cada grupo,** cópia de **uma** peça inicial **e** da respectiva contestação, bem assim **de** decisão de mérito **e** peças recursais, se houver;

    **b)** a indicação das ações em tramitação, por localidade e instância;

    **c)** a relação, em separado, das ações que, pelo seu valor individualizado, ou pela possibilidade de sua multiplicação, possam acarretar relevante dano ao erário;

    **d)** a indicação dos precatórios pendentes, e daqueles pagos nos últimos doze meses;

    **e)** as peças de defesa judicial as quais, eventualmente, sejam conflitantes com as respectivas manifestações da área consultiva, juntando-se cópias de tais peças e manifestações;

    **f)** o método utilizado para o acompanhamento das ações em curso.

    **5.** As informações solicitadas devem ser encaminhadas à signatária, para o seguinte endereço:

    |  |
    | --- |
    | **Coordenadoria dos Órgãos Vinculados à AGU** Advocacia-Geral da UniãoPalácio do Planalto, Anexo IV**Praça dos Três Poderes** **Brasília - DF – CEP: 70150 – 901** |

    **6.** Contatos com a signatária podem ser feitos pelos telefones 411-2312 e 411-2815, pelo fax 323-7420 e pelo *e-mail*jovita.valente@agu.gov.br

    **7.** Ao ensejo, e por ser de interesse desse Órgão Jurídico, encaminho a Vossa Senhoria cópias das Portarias AGU nos 224 e 225, de 29 de março de 2000 (D.O. de 30.3.2000), pelas quais foi instituído o *núcleo de acompanhamento de feitos judiciais de interesse da União, e de suas autarquias e fundações, em tramitação perante o Supremo Tribunal Federal*, e designado o Consultor da União, Dr. André Serrão Borges de Sampaio para seu Coordenador, bem como da Portaria AGU n° 296, de 19 de abril de 2000 (D.O. de 20.4.2000), que disciplina a transição de que trata o art. 11-B da Lei n° 9.028, de 1995 (acrescentado pela Medida Provisória n° 1.984-16).

    Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me, aguardando o fornecimento das informações solicitadas o mais brevemente possível.

    Atenciosamente,

    MARIA JOVITA WOLNEY VALENTE

    Secretária-Geral de Consultoria da Advocacia-Geral da União

    Coordenadora (Interina) dos Órgãos Vinculados à AGU” [↑](#footnote-ref-23)
23. Inteiro teor dos arts. 11-A e 11-B inseridos na Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, pelas Medidas Provisórias nº 1.984-15 e 1.984-16, de 2000 [antecessoras da vigente Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001]:

    “*Art. 11-A.  Fica autorizada a Advocacia-Geral da União a assumir, por suas Procuradorias, temporária e excepcionalmente, a representação judicial de autarquias ou fundações públicas nas seguintes hipóteses:*

    *I - ausência de procurador ou advogado;*

    *II - impedimento dos integrantes do órgão jurídico.*

    *§ 1o  A representação judicial extraordinária prevista neste artigo poderá ocorrer por solicitação do dirigente da entidade ou por iniciativa do Advogado-Geral da União.*

    *§ 2o Aos membros da Advocacia-Geral da União, no exercício da representação judicial de que trata este artigo, serão asseguradas as prerrogativas processuais previstas em lei." (NR)*

    *§ 3o  O Advogado-Geral da União, com a finalidade de suprir deficiências ocasionais de Órgãos Vinculados à Advocacia-Geral da União, poderá designar para prestar-lhes colaboração temporária membros efetivos da Advocacia-Geral da União, Procuradores Autárquicos, Assistentes Jurídicos e Advogados de outras entidades, seja em atividades de representação judicial ou de consultoria e assessoramento jurídicos, estando, enquanto durar a colaboração temporária, investidos dos mesmos poderes conferidos aos integrantes do respectivo Órgão Vinculado*.**(Incluído pela Medida Provisória nº 1.984-16, de 6.4.2000)**

    *§ 4o  Nos casos de que trata o § 3o, não se aplica a restrição contida na parte final do art. 20, § 3o, da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, alterado pela Lei no 9.527, de 10 de dezembro de 1997*." (NR)**(Incluído pela Medida Provisória nº 1.984-16, de 9.4.2000)**

    *"Art. 11-B.  A representação judicial da União, quanto aos assuntos confiados às autarquias e fundações federais relacionadas no Anexo V a esta Lei, passa a ser feita diretamente pelos órgãos próprios da Advocacia-Geral da União, permanecendo os Órgãos Jurídicos daquelas entidades responsáveis pelas respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos.*

    *§ 1o  Os Procuradores Autárquicos, Assistentes Jurídicos e Advogados integrantes dos quadros das entidades de que trata o caput neles permanecerão, até que lei disponha sobre a nova forma de representação judicial, direta e indireta, da União, consideradas as suas entidades autárquicas e fundacionais, bem como sobre a prestação de consultoria e assessoramento jurídicos a essas entidades.*

    *§ 2o  Até que sejam transferidos aos Órgãos próprios da Advocacia-Geral da União os processos judiciais em andamento, os Órgãos Jurídicos das entidades relacionadas no Anexo V continuarão, pelo prazo de noventa dias, como co-responsáveis pela representação judicial quanto aos assuntos de competência da respectiva autarquia ou fundação.*

    *§ 3o  O Advogado-Geral da União, no interesse do serviço e em casos específicos, poderá prorrogar o prazo estabelecido no § 2o objetivando assegurar a melhor defesa da União em juízo.*

    *§ 4o  Os Órgãos Jurídicos das entidades de que trata o caput, juntamente com os respectivos Órgãos da Advocacia-Geral da União, no prazo de sessenta dias, farão o levantamento dos processos judiciais em andamento, indicando a fase em que se encontram.*" (NR) [↑](#footnote-ref-24)
24. Inteiro teor da Portaria/AGU nº 296, de 2000:

    “*PORTARIA N° 296, DE 19 DE ABRIL DE 2000*.(\*)

    *O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23 da Lei n° 9.028, de 12 de abril de 1995, objetivando disciplinar a transição de que trata o art. 11-B, §§ 1°, 2°, 3° e 4°, da citada Lei, acrescentado pela Medida Provisória n° 1.984-16, de 6 de abril de 2000, resolve:*

    *Art. 1°. A co-responsabilidade atribuída aos Órgãos Jurídicos das entidades relacionadas no Anexo V da Lei n° 9.028, de 1995 (acrescentado pela Medida Provisória n° 1.984-16, de 2000), na representação judicial quanto aos assuntos concernentes à respectiva autarquia ou fundação, impõe aos dirigentes dos aludidos Órgãos Jurídicos manter aqueles das Procuradorias da União informados sobre as fases em que se encontram os processos, prazos, a necessidade de pronta intervenção, além do fornecimento dos elementos necessários à defesa da União.*

    *§ 1°. Os Procuradores Autárquicos, Advogados e Assistentes Jurídicos, no exercício da representação judicial indireta da União junto aos Órgãos Vinculados à sua Advocacia-Geral, dos quais trata o caput, continuarão atuando nos processos judiciais em tramitação durante o prazo fixado no § 2° do art. 11-B da Lei n° 9.028, de 1995, em conjunto com representante judicial da União, devendo, a cada vez que recebam citação, intimação ou notificação:*

    *I – comunicar ao Oficial de Justiça, quando for o caso, o disposto no art. 11-B, da Lei n° 9.028, de 1995;*

    *II – peticionar, de imediato e tempestivamente, ao Juízo ou Tribunal, dando-lhe conhecimento do disposto no art. 11-B da Lei n° 9.028, de 1995;*

    *III – dar ciência, de imediato, da citação, notificação ou intimação recebida, ao dirigente da respectiva Procuradoria da Advocacia-Geral da União, fornecendo-lhe, obrigatória e tempestivamente, os elementos necessários à sua atuação.*

    *§ 2°. Os dirigentes das Procuradorias da Advocacia-Geral da União e o de cada Órgão Vinculado deverão expedir ato, designando representantes judiciais da União e integrantes do Órgão Vinculado, para atuarem em conjunto nos termos do art. 11-B da Lei n° 9.028, de 1995.*

    *§ 3°. Os Órgãos Jurídicos vinculados à Advocacia-Geral da União, de que trata este artigo, prestarão às Procuradorias da Advocacia-Geral da União, sempre que solicitado, o apoio técnico especializado necessário à atuação destas nos feitos judiciais a seu cargo.*

    *Art. 2°. Os dirigentes das Procuradorias da Advocacia-Geral da União, juntamente com os dirigentes dos Órgãos Vinculados das entidades relacionadas no Anexo V da Lei n° 9.028, de 1995 (acrescentado pela Medida Provisória n° 1984-16, de 2000), instituirão comissões objetivando o levantamento dos processos em tramitação, nas respectivas áreas de competência, quanto aos assuntos relativos a cada autarquia ou fundação, observando o prazo fixado no § 4° do art. 11-B da Lei n° 9.028, de 1995.*

    Parágrafo único. O levantamento dos processos conterá dados estatísticos, agrupamento por objeto e causa de pedir, a fase em que se encontram, e registro quanto ao valor de eventual condenação da entidade ou de parte adversa.

    *Art. 3°. Quanto aos processos em tramitação perante o Supremo Tribunal Federal:*

    *I – caberá aos dirigentes dos Órgãos Vinculados adotar as providências previstas no inciso II do § 1° do art. 1°, bem como dar ciência imediata ao Advogado-Geral da União dos atos já praticados, e das citações, notificações e intimações recebidas, encaminhando-lhe, obrigatória e tempestivamente, os elementos necessários à sua atuação.*

    *II – incumbirá ao Coordenador do núcleo instituído pela Portaria/AGU n° 224, de 29 de março de 2000, juntamente com os dirigentes dos Órgãos Vinculados, propor ao Advogado-Geral da União a instituição de comissões destinadas a realizar o levantamento dos aludidos processos.*

    *Art. 4°. A Procuradoria-Geral da Fundação Nacional do Índio permanece responsável pelas atividades judiciais que, de interesse individual ou coletivo dos índios, não se confundam com a representação judicial da União.*

    *Parágrafo único. Na hipótese de coexistirem, em determinada ação, interesses da União e de índios, a Procuradoria-Geral da Fundação Nacional do Índio ingressará no feito juntamente com a Procuradoria da Advocacia-Geral da União.*

    *Art. 5°. O Advogado-Geral da União, até que lei disponha sobre a nova forma de representação judicial, direta e indireta, da União, consideradas as suas entidades autárquicas e fundacionais, bem como sobre a prestação de consultoria e assessoramento jurídicos a essas entidades, poderá designar Procuradores Autárquicos, Advogados e Assistentes Jurídicos das entidades relacionadas no Anexo V da Lei n° 9.028, de 1995, para terem exercício nas Procuradorias da Advocacia-Geral da União.*

    *Parágrafo único. A designação de que trata o caput ocorrerá mediante proposta dos dirigentes das Procuradorias da Advocacia-Geral da União.*

    *Art. 6°. As Procuradorias da Advocacia-Geral da União encaminharão, de imediato, cópia da Medida Provisória n.º 1.984-16, de 6 de abril de 1994, e da presente Portaria, aos Juízos e Tribunais de suas jurisdições, para conhecimento das alterações ocorridas quanto à representação judicial da União, no que concerne aos assuntos confiados às autarquias e fundações federais relacionadas no Anexo V à Lei n° 9.028, de 1995, tendo em vista as respectivas citações, notificações e intimações.*

    #### GILMAR FERREIRA MENDES

    (\*) Republicada por ter sido omitido o caput do art. 2º na primeira publicação no Diário Oficial de 20.4.2000, Seção 1. [↑](#footnote-ref-25)
25. Ver os arts. 35 a 40 da Medida Provisória nº 2.048, de2000:

    *“Art. 35. Fica criada a Carreira de Procurador Federal no âmbito da Administração Pública Federal, nas respectivas autarquias e fundações, composta de cargos de igual denominação, regidos pela Lei n° 8.112, de 1990, com a estrutura de cargo constante do Anexo III.*

    *Art. 36.***(Revogado pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010- conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**(Sobre o ingresso na Carreira de Procurador Federal, do qual tratava este artigo 36, ver as disposições dos arts 30 e 31 da Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009):

    “*Art. 30.  Considera-se prática forense, para fins de ingresso em cargos públicos privativos de Bacharel em Direito, no âmbito do Poder Executivo, o exercício de atividades práticas desempenhadas na vida forense, relacionadas às ciências jurídicas, inclusive as atividades desenvolvidas como estudante de curso de Direito cumprindo estágio regular e supervisionado, como advogado, magistrado, membro do Ministério Público ou da Defensoria Pública, ou servidor do judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública com atividades, ao menos parcialmente, jurídicas.*

    *Art. 31.  O ingresso na carreira de Procurador Federal ocorre na categoria inicial, mediante nomeação, em caráter efetivo, de candidatos habilitados em concurso público, de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação, exigindo-se diploma de Bacharel em Direito.*

    *§ 1o  Os concursos serão disciplinados pelo Advogado-Geral da União, presente, nas bancas examinadoras respectivas, a Ordem dos Advogados do Brasil.*

    *§ 2o  O candidato, no momento da inscrição, há de comprovar um mínimo de dois anos de prática forense.*

    *§ 3o  Considera-se título, para o fim previsto neste artigo, além de outros regularmente admitidos em direito, o exercício profissional de consultoria, assessoria e diretoria, bem como o desempenho de cargo, emprego ou função de nível superior, com atividades eminentemente jurídicas.*

    *§ 4o  Aplica-se o disposto neste artigo à Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil*. “

    *Art. 37. São atribuições dos titulares do cargo de Procurador Federal:*

    *I - a representação judicial e extrajudicial da União, quanto às suas atividades descentralizadas a cargo de autarquias e fundações públicas, bem como a representação judicial e extrajudicial dessas entidades;*

    *II - as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos à União, em suas referidas atividades descentralizadas, assim como às autarquias e às fundações federais;*

    *III - a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial; e*

    *IV - a atividade de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados.*

    *§ 1o Os membros da Carreira de Procurador Federal são lotados e distribuídos pelo Advogado-Geral da União.*

    *§ 2o A lotação de Procurador Federal nas autarquias e fundações públicas é proposta pelos titulares destas.*

    *§ 3o Para o desempenho de suas atribuições, aplica-se o disposto no art. 4o da Lei no 9.028, de 12 de abril de 1995, aos membros das carreiras de Procurador Federal e de Procurador do Banco Central do Brasil. (NR)****(Incluído pela Lei nº 11.094, de 2005)***

    *Art. 38. Os integrantes da Carreira de Procurador Federal têm os direitos e deveres que lhes prevê a Lei no 8.112, de 1990, e sujeitam-se às proibições e aos impedimentos estabelecidos nesta Medida Provisória.*

    *§ 1o Ao Procurador Federal é proibido:*

    *I - exercer a advocacia fora das atribuições do respectivo cargo;*

    *II - contrariar súmula, parecer normativo ou orientação técnica, adotados pelo Advogado-Geral da União*;

    *III - manifestar-se, por qualquer meio de divulgação, sobre assunto conexo às suas atribuições, salvo ordem, ou autorização expressa, do Advogado-Geral da União;*

    *IV - exercer suas atribuições em processo, judicial ou administrativo, em que seja parte ou interessado, ou haja atuado como advogado de qualquer das partes, ou no qual seja interessado parente consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro, bem assim nas hipóteses da legislação, inclusive processual; e*

    *V - participar de comissão ou banca de concurso e intervir no seu julgamento, quando concorrer parente consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro.*

    *§ 2o Devem, os Procuradores Federais, dar-se por impedidos nas hipóteses em que tenham proferido manifestação favorável à pretensão deduzida em juízo pela parte adversa e naquelas da legislação processual, cumprindo-lhes comunicar, de pronto, o seu impedimento ao respectivo superior hierárquico, visando à designação de substituto.*

    *Art. 39. São transformados em cargos de Procurador Federal, os seguintes cargos efetivos, de autarquias e fundações federais:*

    *I - Procurador Autárquico;*

    *II - Procurador;*

    *III - Advogado;*

    *IV - Assistente Jurídico; e*

    *V - Procurador e Advogado da Superintendência de Seguros Privados e da Comissão de Valores Mobiliários.*

    *Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao Procurador do Banco Central do Brasil.*

    *Art. 40. São enquadrados na Carreira de Procurador Federal os titulares dos cargos de que trata o art. 39, cuja investidura nos respectivos cargos haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.*

    *§ 1o O enquadramento deve observar a correlação estabelecida no Anexo VI.*

    *§ 2o À Advocacia-Geral da União incumbe verificar, caso a caso, a regularidade da aplicação deste artigo, quanto aos enquadramentos efetivados.“* [↑](#footnote-ref-26)
26. A verificação da regularidade do enquadramento foi inicialmente deferida à Secretaria-Geral da AGU, conforme a Portaria/AGU nº 828, de 27 de dezembro de 2002 (inciso IV, alínea ‘b’) e, como tal não ocorreu, dita verificação foi realizada por equipes da Procuradoria-Geral Federal e homologada pelo Advogado-Geral da União. [↑](#footnote-ref-27)
27. Ver o art. 75 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001:

    “*Art. 75. Os membros da Advocacia-Geral da União, como os integrantes da Carreira de Procurador Federal e de órgãos jurídicos vinculados à Instituição em geral, respondem, na apuração de falta funcional praticada no exercício de suas atribuições específicas, institucionais e legais, exclusivamente perante a Advocacia-Geral da União, e sob as normas, inclusive disciplinares, da Lei Orgânica da Instituição e dos atos legislativos que, no particular, a complementem.*

    *§ 1o A apuração das faltas funcionais objeto do* ***caput****, no que concerne aos membros da Instituição, incumbe à Corregedoria-Geral da Advocacia da União, observada, a cada caso, a atribuição privativamente deferida ao Advogado-Geral da União pelo inciso XV do art. 4º da Lei Complementar no 73, de 1993.*

    *§ 2o A apuração de falta funcional imputada a Procurador Federal, ou a integrante de órgão jurídico vinculado à Instituição em geral, incumbe ao Procurador-Geral, ou Chefe do Departamento Jurídico respectivo, o qual, logo que ultimados os trabalhos, deve submetê-los ao conhecimento do Advogado-Geral da União.***(Ver art. 11 da Lei no 10.480, de 2002.)**

    *§ 3o O Advogado-Geral da União disporá, em ato próprio e nos termos do § 3° do art. 45 da Lei Complementar n° 73, de 1993, sobre a aplicação deste artigo*.” **(Ver art. 11 da Lei no 10.480, de 2002.)** [↑](#footnote-ref-28)
28. Ver também o Ato Regimental nº 1, de 5.10.2012, que “*Dispõe sobre a aplicação do art. 75 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, para a apuração de falta funcional cometida por Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional, Procuradores Federais e Procuradores do Banco Central do Brasil.”* [↑](#footnote-ref-29)
29. Ver o art. 172 do Decreto-lei nº 200, de 1967:

    “*Art. 172. O Poder Executivo assegurará autonomia administrativa e financeira, no grau conveniente aos serviços, institutos e estabelecimentos incumbidos da execução de atividades de pesquisa ou ensino ou de caráter industrial, comercial ou agrícola, que por suas peculiaridades de organização e funcionamento, exijam tratamento diverso do aplicável aos demais órgãos da administração direta, observada sempre a supervisão ministerial.***(Redação dada pelo Decreto-Lei nº 900, de 1969)**

    *§ 1º Os órgãos a que se refere este artigo terão a denominação genérica de Órgãos Autônomos.***(Renumerado do Parágrafo Único pelo Decreto-Lei nº 900, de 1969)**

    *§ 2º Nos casos de concessão de autonomia financeira, fica o Poder Executivo autorizado a instituir fundos especiais de natureza contábil, a cujo crédito se levarão todos os recursos vinculados às atividades do órgão autônomo, orçamentários e extra-orçamentários, inclusive a receita própria.”***(Incluído pelo Decreto-Lei nº 900, de 1969)** [↑](#footnote-ref-30)
30. Eis as alterações introduzidas:

    "*Art. 9º .................................................................*

    *Parágrafo único. Incumbe à Advocacia-Geral da União a supervisão e ao Advogado-Geral da União a direção superior da Procuradoria-Geral Federal, cabendo a este o poder de avocar e decidir quaisquer assuntos daquela Procuradoria-Geral." (NR)*

    *"Art. 10. .................................................................*

    *§ 1ºNo desempenho das atividades de consultoria e assessoramento, à Procuradoria-Geral Federal aplica-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993, respeitado, quanto ao seu inciso III, o disposto nos arts. 40 a 43 da referida Lei Complementar.*

    *.................................................................*

    *§ 4º Serão instaladas Procuradorias Regionais Federais nas capitais que sejam sede de Tribunal Regional Federal e Procuradorias Federais não especializadas nas demais capitais, cabendo a estas a representação judicial e as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos das entidades de âmbito local.*

    *.................................................................*

    *§ 10. O Advogado-Geral da União indicará as Procuradorias Federais especializadas a que se refere o § 3º deste artigo, podendo, ainda, classificar como especializadas outras procuradorias em razão da matéria e das atividades finalísticas das entidades nas quais instaladas." (NR)*

    *"Art. 12. .................................................................*

    *§ 1º Compete ao Advogado-Geral da União, relativamente à Procuradoria-Geral Federal e seus Membros:*

    *.................................................................*

    *IV - distribuir os cargos e lotar os Membros da Carreira nas Procuradorias-Gerais ou Departamentos Jurídicos de autarquias e fundações federais;*

    *V - disciplinar e efetivar as promoções e remoções dos Membros da Carreira de Procurador Federal;*

    *VI - instaurar sindicâncias e processos administrativos disciplinares contra Membros da Carreira de Procurador Federal, julgar os respectivos processos e aplicar as correspondentes penalidades, na forma da lei;*

    *VII - ceder, ou apresentar quando requisitados, na forma da lei, Procuradores Federais.*

    *§ 2º Até que a Advocacia-Geral da União disponha dos recursos necessários e suficientes para assumir todas as despesas decorrentes da criação da Procuradoria-Geral Federal na sua estrutura, a remuneração dos Membros da Carreira de Procurador Federal incumbe à autarquia ou fundação federal em que o servidor estiver lotado ou em exercício temporário.*

    *.................................................................*

    *§ 5º São criados na Procuradoria-Geral Federal 1 (um) cargo em comissão de Subprocurador-Geral Federal, DAS 101.6, 2 (dois) de Adjunto do Procurador-Geral Federal, DAS 101.5, e 1 (um) de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral Federal, DAS 101.4.*

    *§ 6º O Advogado-Geral da União poderá delegar ao Procurador-Geral Federal as atribuições previstas nos incisos IV a VII do § 1º deste artigo.*

    *§ 7º O Procurador Federal designado para ter exercício em órgão da Advocacia-Geral da União, nos termos do inciso III do § 1º deste artigo, seja em atividades de representação judicial ou de consultoria e assessoramento jurídicos, estará, enquanto durar o exercício, investido dos mesmos poderes e atribuições conferidos aos membros da Instituição integrantes do respectivo órgão*." (NR) [↑](#footnote-ref-31)
31. Rejeitada conforme ato publicado no D.O.U. de 12.12.2002:

    “*ATO DE 11 DE DEZEMBRO DE 2002*

    *O Presidente da Câmara dos Deputados faz saber que, em sessão realizada no dia 11 de dezembro de 2002, o Plenário da Casa rejeitou a Medida Provisória nº 71, de 03 de outubro de 2002, que "Altera disposições das Leis nos 9.028, de 12 de abril de 1995, e 10.480, de 2 de julho de 2002, da Medida Provisória n° 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, dispõe sobre a Secretaria da Receita Federal, e dá outras providências."*

    *Deputado AÉCIO NEVES*

    *Presidente*” [↑](#footnote-ref-32)
32. Ver o art. 131, caput, da Constituição. [↑](#footnote-ref-33)
33. Ver a Portaria n° 785, de 2002. [↑](#footnote-ref-34)
34. Ver a Portaria n° 789, de 2002. [↑](#footnote-ref-35)
35. Ver a Portaria n° 805, de 2002. [↑](#footnote-ref-36)
36. Ver a Portaria n° 806, de 2002. [↑](#footnote-ref-37)
37. Ver a Portaria n° 220, de 2004. [↑](#footnote-ref-38)
38. Ver a Portaria n° 222, de 2004. [↑](#footnote-ref-39)
39. Ver a Portaria n° 483, de 2004. [↑](#footnote-ref-40)
40. Ver a Portaria n° 219, de 2004. [↑](#footnote-ref-41)
41. Ver a Portaria n° 221, de 2004. [↑](#footnote-ref-42)
42. Ver a Portaria nº 77, de 2005. [↑](#footnote-ref-43)
43. Ver a Portaria nº 267, de 2005. [↑](#footnote-ref-44)
44. Ver a Portaria nº 358, de 2005. [↑](#footnote-ref-45)
45. Ver a Portaria nº 683, de 2005. [↑](#footnote-ref-46)
46. Ver a Portaria nº 891, de 2005. [↑](#footnote-ref-47)
47. Ver a Portaria nº 496, de 2006. [↑](#footnote-ref-48)
48. Ver a Portaria nº 826, de 2006. [↑](#footnote-ref-49)
49. Ver a Portaria nº 905, de 2006. [↑](#footnote-ref-50)
50. Ver a Portaria nº 1.103, de 2006. [↑](#footnote-ref-51)
51. Ver a Portaria nº 1.163, de 2006. [↑](#footnote-ref-52)
52. Ver a Portaria nº 1.255, de 2006. [↑](#footnote-ref-53)
53. Ver a Portaria nº 1.271, de 2006. [↑](#footnote-ref-54)
54. Ver a Portaria nº 238, de 2007. [↑](#footnote-ref-55)
55. Ver a Portaria nº 411, de 30.4.2007. [↑](#footnote-ref-56)
56. Ver a Portaria nº 887, de 27.7.2007. [↑](#footnote-ref-57)
57. Ver a Portaria nº 897, de 26.6.2008. [↑](#footnote-ref-58)
58. Ver a Portaria nº 363, de 12.3.2009. [↑](#footnote-ref-59)
59. Ver a Portaria nº 1.791, de 10.12.2009. [↑](#footnote-ref-60)
60. Ver a Portaria nº 1.652, de 7.12.2007. [↑](#footnote-ref-61)
61. Ver a Portaria nº 419, de 31.3.2008. [↑](#footnote-ref-62)
62. Ver a Portaria nº 425, de 1º.4.2008. [↑](#footnote-ref-63)
63. Ver a Portaria nº 764, de 12.6.2008. [↑](#footnote-ref-64)
64. Ver a Portaria nº 1.121, de 5.8.2008. [↑](#footnote-ref-65)
65. Ver a Portaria nº 1.247, de 29.8.2008. [↑](#footnote-ref-66)
66. Ver a Portaria nº 377, de 17.3.2009. [↑](#footnote-ref-67)
67. Ver a Portaria nº 482, de 1º.4.2009. [↑](#footnote-ref-68)
68. Ver a Portaria nº 597, de 27.4.2009. [↑](#footnote-ref-69)
69. Ver a Portaria nº 633, de 11.5.2009. [↑](#footnote-ref-70)
70. Ver a Portaria nº 760, de 10.6.2009. [↑](#footnote-ref-71)
71. Ver a Portaria nº 912, de 8.7.2009. [↑](#footnote-ref-72)
72. Ver a Portaria nº 1.153, de 19.8.2009. [↑](#footnote-ref-73)
73. Ver a Portaria nº 1.222, de 26.8.2009. [↑](#footnote-ref-74)
74. Ver a Portaria nº 1.306, de 16.9.2009. [↑](#footnote-ref-75)
75. Ver a Portaria nº 1.422, de 7.10.2009. [↑](#footnote-ref-76)
76. Ver a Portaria nº 1.512, de 19.10.2009. [↑](#footnote-ref-77)
77. Ver a Portaria nº 1.593, de 28.10.2009. [↑](#footnote-ref-78)
78. Ver a Portaria nº 1.605, de 30.10.2009. [↑](#footnote-ref-79)
79. Ver a Portaria nº 1.606, de 30.10.2009. [↑](#footnote-ref-80)
80. Ver a Portaria nº 1.622, de 13.11.2009. [↑](#footnote-ref-81)
81. Ver a Portaria nº 1.623, de 13.11.2009. [↑](#footnote-ref-82)
82. Ver a Portaria nº 1.624, de 13.11.2009. [↑](#footnote-ref-83)
83. Ver a Portaria nº 1.625, de 13.11.2009. [↑](#footnote-ref-84)
84. Ver a Portaria nº 1.626, de 13.11.2009. [↑](#footnote-ref-85)
85. Ver a Portaria nº 1.658, de 1º. 12.2009. [↑](#footnote-ref-86)
86. Ver a Portaria nº 1.675, de 3.12.2009. [↑](#footnote-ref-87)
87. Ver a Portaria nº 1.827, de 15.12.2009. [↑](#footnote-ref-88)
88. Ver a Portaria nº 732, de 8.6.2010. [↑](#footnote-ref-89)
89. Ver a Portaria nº 804, de 17.6.2010. [↑](#footnote-ref-90)
90. Ver a Portaria nº 1.459, de 28.9.2010. [↑](#footnote-ref-91)
91. Ver a Portaria nº 1.774, de 15.12.2010. [↑](#footnote-ref-92)
92. Ver a Portaria nº 1.775, de 15.12.2010. [↑](#footnote-ref-93)
93. Ver a Portaria nº 13, de 10.1.2011. [↑](#footnote-ref-94)
94. Ver a Portaria nº 86, de 18.2.2011. [↑](#footnote-ref-95)
95. Ver a Portaria nº 302, de 30.6.2011. [↑](#footnote-ref-96)
96. Ver a Portaria nº 439, de 11.10.2011. [↑](#footnote-ref-97)
97. Ver a Portaria nº 440, de 13.10.2011. [↑](#footnote-ref-98)
98. Ver a Portaria nº 448, de 19.10.2011. [↑](#footnote-ref-99)
99. Ver a Portaria nº 559, de 5.12.2011. [↑](#footnote-ref-100)
100. Ver a Portaria nº 571, de 13.12.2011. [↑](#footnote-ref-101)
101. Ver Portaria nº 318, de 2.8.2012. [↑](#footnote-ref-102)
102. A assunção da representação judicial vem ocorrendo de forma gradual, conforme prevê a Lei nº 10.480, de 2002:

     “*Art. 14.*

     *Parágrafo único. A representação judicial exercida pela Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Lei n° 9.028, de 12 de abril de 1993, acrescentados pela Medida Provisória n° 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, poderá ser gradualmente assumida pela Procuradoria-Geral Federal, conforme ato do Advogado-Geral da União, observado o disposto no § 8o do art. 10*”. Ver as Portarias/AGU n° 436 e 450, de 2004; 34, 63, 147 e 608, de 2005; 1.164 e 1.165, de 2006; e 1.436, de 2007. [↑](#footnote-ref-103)
103. Portaria n° 436, de 2004. [↑](#footnote-ref-104)
104. Portaria nº 450, de 2004. [↑](#footnote-ref-105)
105. Portaria nº 34, de 2005. [↑](#footnote-ref-106)
106. Portaria nº 63, de 2005. [↑](#footnote-ref-107)
107. Portaria nº 608, de 2005. [↑](#footnote-ref-108)
108. Portaria nº 1.164, de 2006. [↑](#footnote-ref-109)
109. Portaria nº 1.165, de 2006. [↑](#footnote-ref-110)
110. Portaria nº 147, de 2005. [↑](#footnote-ref-111)
111. Ver a Portarianº 1.436, de 26.10.2007. [↑](#footnote-ref-112)
112. Ver a Portarianº 1.436, de 26.10.2007. [↑](#footnote-ref-113)
113. Ver a Portarianº 1.436, de 26.10.2007. [↑](#footnote-ref-114)
114. Ver a Portarianº 1.436, de 26.10.2007. [↑](#footnote-ref-115)
115. Ver a Portarianº 1.002, de 11.7.2008. [↑](#footnote-ref-116)
116. Ver a Portarianº 1.002, de 11.7.2008.. [↑](#footnote-ref-117)
117. Conversão da Medida Provisória n° 222, de 4 de outubro de 2004. [↑](#footnote-ref-118)
118. Ver o art. 2º da Lei nº 11.098, de 2005. O art. 2º da Lei nº 11.098, de 2005, foi revogado pela Lei nº 11.501, de 11.7.2007 (conversão da Medida Provisória nº 359, de 16.3.2007) [↑](#footnote-ref-119)
119. Ver o art. 16 do Ato Regimental nº 2, de 2007. [↑](#footnote-ref-120)
120. Ver Decreto n° 5.255, de 2004. [↑](#footnote-ref-121)
121. Ver Ato Regimental n° 1, de 2004 (revogado pelo Ato Regimental nº 2, de 2007). [↑](#footnote-ref-122)
122. A Lei nº 11.501, de 11.7.2007, é originária da Medida Provisória nº 359, de 16.3.2007. [↑](#footnote-ref-123)
123. Ver a Portaria/PGFN/PGF nº 433, de 25 de abril de 2007. [↑](#footnote-ref-124)
124. Lei nº 11.457, de 2007:

     *“Art.16.**A partir do 1o (primeiro) dia do 2o (segundo) mês subseqüente ao da publicação desta Lei, o débito original e seus acréscimos legais, além de outras multas previstas em lei, relativos às contribuições de que tratam os arts. 2o e 3o desta Lei, constituem**dívida ativa da União.*

     *§ 1o**A partir do 1o (primeiro) dia do 13o (décimo terceiro) mês subseqüente ao da publicação desta Lei, o disposto no* ***caput*** *deste artigo se estende à dívida ativa do Instituto Nacional do Seguro Social –INSS e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE**decorrente das contribuições a que**se referem os**arts. 2o e 3o desta Lei.*

     *§ 2o**Aplica-se à arrecadação da dívida ativa decorrente das contribuições de qu etrata oart. 2o desta Lei o disposto no § 1o daquele artigo.*

     *§ 3o**CompeteàProcuradoria-GeralFederalrepresentarjudicialeextrajudicialmente:*

     *I-oINSSeoFNDE,emprocessosquetenhamporobjetoacobrançadecontribuiçõesprevidenciárias,inclusivenosquepretendamacontestaçãodocréditotributário,atéadataprevistano§1odesteartigo;*

     *II-aUnião,nosprocessosdaJustiçadoTrabalhorelacionadoscomacobrançadecontribuiçõesprevidenciárias,deimpostoderendaretidonafonteedemultasimpostasaosempregadorespelosórgãosdefiscalizaçãodasrelaçõesdotrabalho,mediantedelegaçãodaProcuradoria-GeraldaFazendaNacional.*

     *§4o**AdelegaçãoreferidanoincisoIIdo§3odesteartigoserácomunicadaaosórgãosjudiciáriosenãoalcançaráacompetênciaprevistanoincisoIIdoart.12daLeiComplementarno73,de10defevereirode1993.*

     *§5o**Recebidaacomunicaçãoaludidano§4odesteartigo,serãodestinadasàProcuradoria-GeralFederalascitações,intimaçõesenotificaçõesefetuadasemprocessosabrangidospeloobjetodadelegação.*

     *§6o**Antesde**efetivaratransferênciadeatribuiçõesdecorrentedodispostono§1odesteartigo,aProcuradoria-GeralFederalconcluiráosatosqueseencontrarempendentes.*

     *§7o**AinscriçãonadívidaativadaUniãodascontribuiçõesdequetrataoart.3odestaLei,naformado* ***caput*** *edo§1odesteartigo,nãoalteraadestinaçãofinaldoprodutodarespectivaarrecadação.”* [↑](#footnote-ref-125)
125. O Ato Regimental nº 1, de 2004, foi revogado pelo Ato Regimental nº 2, de 2007. [↑](#footnote-ref-126)
126. Ver o Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 40, de 21 de novembro de 2005. [↑](#footnote-ref-127)
127. Convertida na Lei nº 11.501, de 11.7.2007. [↑](#footnote-ref-128)
128. Sobre atribuições da Procuradoria-Geral Federal ver também o Ato Regimental nº 2, de 2007. [↑](#footnote-ref-129)
129. Ver o art. 12 da Lei nº 10.480, de 2002. [↑](#footnote-ref-130)
130. Atualmente a distribuição dos cargos de Procurador Federal, por categoria, consta da Portaria/AGU nº 279, de 25.6.2012. A Portaria/AGU nº 279, de 2012, foi revogada pela Portaria/AGU nº 399, de 1º.11.2013. [↑](#footnote-ref-131)
131. Ver o Anexo da Portaria/AGU nº 279, de 25.6.2012, que distribui os cargos de Procurador Federal por categoria. A Portaria/AGU nº 279, de 2012 foi revogada pela Portaria nº 399, de 1º de novembro de 2013. [↑](#footnote-ref-132)
132. Eis o Anexo referido no art. 1º da Lei nº 11.358, de 2006 [conversão da Medida provisória nº 305, de 29 de junho de 2006]:

     ### *“ANEXO I*

     **(Redação dada pela Lei nº 12.775, de 28.12.2012)**

     *TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DA ÁREA JURÍDICA*

     |  |  |  |  |  |
     | --- | --- | --- | --- | --- |
     | *CATEGORIA* | *EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE* | | | |
     |  | *1º JUL 2010* | *1º JAN 2013* | *1º JAN 2014* | *1º JAN 2015* |
     | *ESPECIAL* | *19.451,00* | *20.423,55* | *21.424,30* | *22.516,94* |
     | *PRIMEIRA* | *17.201,90* | *18.062,00* | *18.947,03* | *19.913,33* |
     | *SEGUNDA* | *14.970,60* | *15.719,13* | *16.489,37* | *17.330,33* |

     [↑](#footnote-ref-133)
133. A Medida Provisória nº 71, de 2002, foi rejeitada pelo Ato de 11 de dezembro de 2002, do Presidente da Câmara dos Deputados. [↑](#footnote-ref-134)
134. A Portaria nº 118, de 1º.2.2007, foi revogada pela Portaria nº 1.281, de 27.9.2007. [↑](#footnote-ref-135)
135. Ideia posta na Medida Provisória nº 71, de 2002, rejeitada, por outras razões, pelo Congresso Nacional. [↑](#footnote-ref-136)
136. Ver os arts. 4º, VIII, 17 e 18 do Ato Regimental nº 5, de 2007, que dispõe sobre a competência, a estrutura e o funcionamento da Consultoria-Geral da União. [↑](#footnote-ref-137)
137. Ver o Ato Regimental nº 3, de 21.7.2008. [↑](#footnote-ref-138)
138. Ver o Decreto nº 7.392, de 2010, que incluiu na estrutura da AGU, como órgão de assistência direta e imediata ao Advogado-Geral da União, o Departamento de Gestão Estratégica – DGE, objetivando o planejamento, a modernização e a transformação da gestão da Advocacia-Geral da União (arts. 2º, inciso I, alínea ‘b’, e 4º do Anexo I), e não menciona o NUGE. [↑](#footnote-ref-139)
139. Ver a Portaria Interministerial AGU/MPS nº 10, de 3.6.2008, que “*Dispõe sobre a reestruturação das unidades da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - PFE/INSS”* [↑](#footnote-ref-140)
140. Ver a Portaria/PGF nº 420, de 23.5.2008. [↑](#footnote-ref-141)
141. Ver a Portaria/PGF nº 98, de 26.2.2013, que “*CriaCâmaras Permanentes no âmbito do Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal para tratar de assuntos relacionados a convênios e demais ajustes congêneres e licitações e contratos administrativos*”. [↑](#footnote-ref-142)
142. Ver a Portaria/PGF nº 555, de 2.7.2008. [↑](#footnote-ref-143)
143. Ver a Portaria/PGF nº 755, de 13.8.2008. [↑](#footnote-ref-144)
144. Ver a Portaria/PGF nº 896, de 14.11.2012. [↑](#footnote-ref-145)
145. Ver a Portaria/PGF nº 765, de 14.8.2008. [↑](#footnote-ref-146)
146. Ver a Portaria/PGF nº 267, de 16 de março de 2009. [↑](#footnote-ref-147)
147. A centralização da execução da dívida ativa das autarquias e fundações federais vem sendo realizada com fundamento na Lei nº 10.480 de 2002 (art. 10, §§ 11, 12 e 13) e na Lei nº 11.457, de 16.3.2007. Esta última determinou à PGF a centralização da execução da dívida ativa das referidas entidades até 17 de março de 2009, conforme o seu art. 22. Para dar cumprimento a essa determinação legal, foram editados o Decreto nº 6.119, de 25.5.2007 e o Ato Regimental/AGU nº 2, de 12.6.2007, reestruturando os serviços e seções de cobrança das PRFs, PFEs e PSFs. Sobre esse assunto, antecederam a Portaria/PGF nº 267, de 2009, as Portarias/PGF nos 262, 263, 399 e 400, de 2008. [↑](#footnote-ref-148)
148. O Decreto nº 7.392, de 2010, foi revogado pelo Decreto nº 10.608, de 25 de janeiro de 2021, que atualmente dispõe sobre a estrutura regimental da AGU e da PGF. [↑](#footnote-ref-149)
149. As datas consideradas são as de publicação dos atos no Diário Oficial a União. [↑](#footnote-ref-150)
150. João Ernesto Aragonês Viannafoi também Advogado-Geral da União interino de 28 a 30 de janeiro de 2009. [↑](#footnote-ref-151)
151. Faleceu em 25 de fevereiro de 2008. [↑](#footnote-ref-152)
152. Decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da “MED. CAUT. EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.135-4

     **Decisão**: O Tribunal, por maioria, vencidos os Senhores Ministros Nelson Jobim, Ricardo Lewandowski e Joaquim Barbosa, deferiu parcialmente a medida cautelar parasuspender a eficácia do artigo 39, *caput,* da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, tudo nos termos do voto do relator originário, Ministro Néri da Silveira, esclarecido, nesta assentada, que a decisão - como é próprio das medidas cautelares - terá efeitos *ex nunc*, subsistindo a legislação editada nos termos da emenda declarada suspensa. Votou a Presidente, Ministra Ellen Gracie, que lavrará o acórdão. Não participaram da votação a Senhora Ministra Cármen Lúcia e o Senhor Ministro Gilmar Mendes por sucederem, respectivamente, aos Senhores Ministros Nelson Jobim e Néri da Silveira. Plenário, 02.08.2007.” (As sublinhas não são do original). D. O. de 14.8.2007. [↑](#footnote-ref-153)
153. Ver o art. 2º da **Lei nº 11.281, de 2006:**

     *“Art. 2o  A União cobrará judicial e extrajudicialmente os créditos decorrentes de indenizações pagas, no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação (SCE) e do seguro de investimento no exterior, com recursos do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), bem como os créditos decorrentes de financiamentos não pagos contratados com recursos do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e do extinto Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), por intermédio:* **(Redação dadapela Lei nº 13.292, de 2016)**

     *I - de mandatário designado pelo Ministro de Estado da Fazenda, no caso de créditos decorrentes de indenizações pagas, no âmbito do SCE e do seguro de investimento no exterior, com recursos do FGE; e* **(Incluído pela Lei nº 13.292, de 2016)**

     *II - do Banco do Brasil S.A., ou outro mandatário designado pelo Ministro de Estado da Fazenda, no caso de créditos decorrentes de financiamentos não pagos contratados com recursos do PROEX e do extinto FINEX.*

     *§ 1o Caberá aos mandatários a adoção de providências necessárias aos procedimentos descritos neste artigo, incluindo-se a contratação de instituição habilitada ou advogado de comprovada conduta ilibada, no País ou no exterior, observado, no que couber, o disposto na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.*

     *§ 2o O mandatário de que trata este artigo equipara-se a agente público para fins civis e penais.*

     *§ 3o  Os mandatários poderão promover a contratação direta de serviços de assessoramento jurídico, no exterior, a fim de realizar a cobrança judicial e extrajudicial dos créditos referidos no caput, dispensada licitação, quando o prestador dos serviços já tiver sido engajado na recuperação do crédito por meio de contrato firmado com instituição controlada pela União.* **(Incluído pela Lei nº 12.995, de 2014)**

     *§ 4o  A permissão dada à União no § 3o também é concedida à Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A., na qualidade de agente contratado pela União para realizar todos os serviços relacionados ao SCE, na condição de administradora de fundos garantidores que contem com recursos da União ou ainda na condição de garantidora do crédito em recuperação.* **(Incluído pela Lei nº 12.995, de 2014)**

     *§ 5o  A União estará dispensada da cobrança judicial de créditos cuja recuperação seja considerada inviável, o que não implicará remissão da dívida.***(Incluído pela Lei nº 13.292, de 2016)**

     *§ 6o  Para os fins do disposto no § 5o, a recuperação do crédito pela via judicial será considerada inviável quando for verificado pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda que o custo dos procedimentos necessários à cobrança é superior ao valor a ser recuperado.* **(Incluído pela Lei nº 13.292, de 2016)**

     *§ 7o  A União poderá conceder mandato a agências de crédito à exportação estrangeiras, seguradoras, instituições financeiras e organismos internacionais para efetuar a cobrança judicial e extrajudicial dos créditos decorrentes de indenizações pagas, no âmbito do SCE, com recursos do FGE, na hipótese de operações com compartilhamento de risco com tais instituições.* **(Incluído pela Lei nº 13.292, de 2016)**

     *§ 8o  A União poderá receber mandato de agências de crédito à exportação estrangeiras, seguradoras, instituições financeiras e organismos internacionais para recuperar créditos dessas instituições no âmbito de operações que tenham sido objeto de compartilhamento de risco.* **(Incluído pela Lei nº 13.292, de 2016)**.” [↑](#footnote-ref-154)
154. Segundo o art. 2º, § 4º, do **Decreto nº 5.480, de 30.6.2005, que “***Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, e dá outras providências”*: “*A unidade de correição da Advocacia-Geral da União vincula-se tecnicamente ao Sistema de Correição*”, que tem a Controladoria-Geral da União como Órgão Central do Sistema [art. 2º, I]. [↑](#footnote-ref-155)
155. Ver o art. 5º da Lei nº **11.281, de 2006:**

     “*Art. 5o Os mandatários poderão autorizar a realização de acordos ou transações nas questões em que figurem operações com os seguintes valores e situações:*

     *I - limite de US$ 50.000,00 (cinqüenta mil dólares norte-americanos) para o término de litígios; e*

     *II - limite de US$ 1.000,00 (mil dólares norte-americanos) para a não-propositura de ações, a não-interposicão de recursos, o requerimento de extinção de ações e a desistência de recursos.*

     *Parágrafo único. Quando a cobrança envolver valores superiores aos limites fixados nos incisos I e II do caput deste artigo, o acordo ou transação dependerá de prévia e expressa autorização do Ministro de Estado da Fazenda.*”

     − Ainda sobre o tema, ver também disposições da Lei nº 10.522, de 2002:

     *“Art. 18. Ficam dispensados a constituição de créditos da Fazenda Nacional, a inscrição como Dívida Ativa da União, o ajuizamento da respectiva execução fiscal, bem assim cancelados o lançamento e a inscrição, relativamente:*

     *I - à contribuição de que trata a Lei no 7.689, de 15 de dezembro de 1988, incidente sobre o resultado apurado no período-base encerrado em 31 de dezembro de 1988;*

     *II - ao empréstimo compulsório instituído pelo Decreto-Lei no 2.288, de 23 de julho de 1986, sobre a aquisição de veículos automotores e de combustível;*

     *III - à contribuição ao Fundo de Investimento Social – Finsocial, exigida das empresas exclusivamente vendedoras de mercadorias e mistas, com fundamento no art. 9o da Lei no 7.689, de 1988, na alíquota superior a 0,5% (cinco décimos por cento), conforme Leis nos 7.787, de 30 de junho de 1989, 7.894, de 24 de novembro de 1989, e 8.147, de 28 de dezembro de 1990, acrescida do adicional de 0,1% (um décimo por cento) sobre os fatos geradores relativos ao exercício de 1988, nos termos do art. 22 do Decreto-Lei no 2.397, de 21 de dezembro de 1987;*

     *IV - ao imposto provisório sobre a movimentação ou a transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira – IPMF, instituído pela Lei Complementar no 77, de 13 de julho de 1993, relativo ao ano-base 1993, e às imunidades previstas no art. 150, inciso VI, alíneas "a", "b", "c" e "d", da Constituição;*

     *V - à taxa de licenciamento de importação, exigida nos termos do art. 10 da Lei no 2.145, de 29 de dezembro de 1953, com a redação da Lei no 7.690, de 15 de dezembro de 1988;*

     *VI - à sobretarifa ao Fundo Nacional de Telecomunicações;*

     *VII – ao adicional de tarifa portuária, salvo em se tratando de operações de importação e exportação de mercadorias quando objeto de comércio de navegação de longo curso;*

     *VIII - à parcela da contribuição ao Programa de Integração Social exigida na forma do Decreto-Lei no 2.445, de 29 de junho de 1988, e do Decreto-Lei no 2.449, de 21 de julho de 1988, na parte que exceda o valor devido com fulcro na Lei Complementar no 7, de 7 de setembro de 1970, e alterações posteriores;*

     *IX - à contribuição para o financiamento da seguridade social – Cofins, nos termos do art. 7o da Lei Complementar no 70, de 30 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo art. 1o da Lei Complementar no 85, de 15 de fevereiro de 1996.*

     *X – à Cota de Contribuição revigorada pelo art. 2o do Decreto-Lei no 2.295, de 21 de novembro de 1986.* **(Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004)**

     *§ 1o Ficam cancelados os débitos inscritos em Dívida Ativa da União, de valor consolidado igual ou inferior a R$ 100,00 (cem reais).*

     *§ 2o Os autos das execuções fiscais dos débitos de que trata este artigo serão arquivados mediante despacho do juiz, ciente o Procurador da Fazenda Nacional, salvo a existência de valor remanescente relativo a débitos legalmente exigíveis.*

     *§ 3o O disposto neste artigo não implicará restituição ex officiode quantia paga*

     *Art. 18-A.  Comitê formado de integrantes do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional editará enunciados de súmula da administração tributária federal, conforme o disposto em ato do Ministro de Estado da Economia, que deverão ser observados nos atos administrativos, normativos e decisórios praticados pelos referidos órgãos.***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19. Fica a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional dispensada de contestar, de oferecer contrarrazões e de interpor recursos, e fica autorizada a desistir de recursos já interpostos, desde que inexista outro fundamento relevante, na hipótese em que a ação ou a decisão judicial ou administrativa versar sobre:* **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *I - matérias de que trata o art. 18;*

     *II - tema que seja objeto de parecer, vigente e aprovado, pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional, que conclua no mesmo sentido do pleito do particular;*  **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *III - (VETADO).* **(Incluído pela Lei nº 12.788, de 2013)**

     *IV - tema sobre o qual exista súmula ou parecer do Advogado-Geral da União que conclua no mesmo sentido do pleito do particular;*   **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *V - tema fundado em dispositivo legal que tenha sido declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle difuso e tenha tido sua execução suspensa por resolução do Senado Federal, ou tema sobre o qual exista enunciado de súmula vinculante ou que tenha sido definido pelo Supremo Tribunal Federal em sentido desfavorável à Fazenda Nacional em sede de controle concentrado de constitucionalidade;* **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *VI - tema decidido pelo Supremo Tribunal Federal, em matéria constitucional, ou pelo Superior Tribunal de Justiça, pelo Tribunal Superior do Trabalho, pelo Tribunal Superior Eleitoral ou pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, no âmbito de suas competências, quando:***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *a) for definido em sede de repercussão geral ou recurso     repetitivo; ou* **(Incluída pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *b) não houver viabilidade de reversão da tese firmada em sentido desfavorável à Fazenda Nacional, conforme critérios definidos em ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional; e***(Incluída pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *VII - tema que seja objeto de súmula da administração tributária federal de que trata o art. 18-A desta Lei.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1o  Nas matérias de que trata este artigo, o Procurador da Fazenda Nacional que atuar no feito deverá, expressamente:***(Redação dada pela Lei nº 12.844, de 2013)**

     *I - reconhecer a procedência do pedido, quando citado para apresentar resposta, inclusive em embargos à execução fiscal e exceções de pré-executividade, hipóteses em que não haverá condenação em honorários; ou***(Incluído pela Lei nº 12.844, de 2013)**

     *II - manifestar o seu desinteresse em recorrer, quando intimado da decisão judicial.* **(Incluído pela Lei nº 12.844, de 2013)**

     *§ 2o A sentença, ocorrendo a hipótese do § 1o, não se subordinará ao duplo grau de jurisdição obrigatório.*

     *§ 3º (Revogado);***(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 4o (Revogado);***(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 5º (Revogado);***(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 6o (VETADO).*(**Incluído pela Lei nº 12.788, de 2013)**

     *§7º(Revogado).***(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 8º  O parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que examina a juridicidade de proposições normativas não se enquadra no disposto no inciso II do caput deste artigo.* **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 9º  A dispensa de que tratam os incisos V e VI do caput deste artigo poderá ser estendida a tema não abrangido pelo julgado, quando a ele forem aplicáveis os fundamentos determinantes extraídos do julgamento paradigma ou da jurisprudência consolidada, desde que inexista outro fundamento relevante que justifique a impugnação em juízo.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 10.  O disposto neste artigo estende-se, no que couber, aos demais meios de impugnação às decisões judiciais.***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 11.  O disposto neste artigo aplica-se a todas as causas em que as unidades da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional devam atuar na qualidade de representante judicial ou de autoridade coatora.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 12.  Os órgãos do Poder Judiciário e as unidades da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderão, de comum acordo, realizar mutirões para análise do enquadramento de processos ou de recursos nas hipóteses previstas neste artigo e celebrar negócios processuais com fundamento no disposto no art. 190 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 13.  Sem prejuízo do disposto no § 12 deste artigo, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional regulamentará a celebração de negócios jurídicos processuais em seu âmbito de atuação, inclusive na cobrança administrativa ou judicial da dívida ativa da União.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-A. Os Auditores-Fiscais da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil não constituirão os créditos tributários relativos aos temas de que trata o art. 19 desta Lei, observado:***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *I - o disposto no parecer a que se refere o inciso II do caput do art. 19 desta Lei, que será aprovado na forma do art. 42 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, ou que terá concordância com a sua aplicação pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia;***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *II - o parecer a que se refere o inciso IV do caput do art. 19 desta Lei, que será aprovado na forma do disposto no art. 40 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, ou que, quando não aprovado por despacho do Presidente da República, terá concordância com a sua aplicação pelo Ministro de Estado da Economia; ou***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *III - nas hipóteses de que tratam o inciso VI do caput e o § 9º do art. 19 desta Lei, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional deverá manifestar-se sobre as matérias abrangidas por esses dispositivos.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1º  Os Auditores-Fiscais da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia adotarão, em suas decisões, o entendimento a que estiverem vinculados, inclusive para fins de revisão de ofício do lançamento e de repetição de indébito administrativa.***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 2º  O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, aos responsáveis pela retenção de tributos e, ao emitirem laudos periciais para atestar a existência de condições que gerem isenção de tributos, aos serviços médicos oficiais.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-B.  Os demais órgãos da administração pública que administrem créditos tributários e não tributários passíveis de inscrição e de cobrança pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional encontram-se dispensados de constituir e de promover a cobrança com fundamento nas hipóteses de dispensa de que trata o art. 19 desta Lei.***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Parágrafo único.  A aplicação do disposto no caput deste artigo observará, no que couber, as disposições do art. 19-A desta Lei.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-C.  A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá dispensar a prática de atos processuais, inclusive a desistência de recursos interpostos, quando o benefício patrimonial almejado com o ato não atender aos critérios de racionalidade, de economicidade e de eficiência.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1º  O disposto no caput deste artigo inclui o estabelecimento de parâmetros de valor para a dispensa da prática de atos processuais.***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 2º  A aplicação do disposto neste artigo não implicará o reconhecimento da procedência do pedido formulado pelo autor.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 3º  O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, à atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional no âmbito do contencioso administrativo fiscal.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-D.  À Procuradoria-Geral da União, à Procuradoria-Geral Federal e à Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil aplica-se, no que couber, o disposto nos arts. 19, 19-B e 19-C desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1º  Aos órgãos da administração pública federal direta, representados pela Procuradoria-Geral da União, e às autarquias e fundações públicas, representadas pela Procuradoria-Geral Federal ou pela Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 19-B desta Lei.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 2º  Ato do Advogado-Geral da União disciplinará o disposto neste artigo.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-E. Em caso de empate no julgamento do processo administrativo de determinação e exigência do crédito tributário, não se aplica o voto de qualidade a que se refere o § 9º do art. 25 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, resolvendo-se favoravelmente ao contribuinte.* **(Incluído pela Lei nº 13.988, de 2020)**

     *Art. 20.  Serão arquivados, sem baixa na distribuição, por meio de requerimento do Procurador da Fazenda Nacional, os autos das execuções fiscais de débitos inscritos em dívida ativa da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou por ela cobrados, de valor consolidado igual ou inferior àquele estabelecido em ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional.* **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1o Os autos de execução a que se refere este artigo serão reativados quando os valores dos débitos ultrapassarem os limites indicados.*

     *§ 2o Serão extintas, mediante requerimento do Procurador da Fazenda Nacional, as execuções que versem exclusivamente sobre honorários devidos à Fazenda Nacional de valor igual ou inferior a R$ 1.000,00 (mil reais).* **(Redação dada pela Lei nº 11.033, de 2004)**

     *§ 3o***(Revogado pela Lei nº 13.043, de 2014)**

     *§ 4o No caso de reunião de processos contra o mesmo devedor, na forma do art. 28 da Lei no 6.830, de 22 de setembro de 1980, para os fins de que trata o limite indicado no* ***caput*** *deste artigo, será considerada a soma dos débitos consolidados das inscrições reunidas.* **(Incluído pela Lei nº 11.033, de 2004)**

     *Art. 20-A.  Nos casos de execução contra a Fazenda Nacional, é a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não opor embargos, quando o valor pleiteado pelo exequente for inferior àquele fixado em ato do Ministro da Fazenda.* **(Incluído pela Lei nº 12.649, de 2012)**

     *Art. 20-B. Inscrito o crédito em dívida ativa da União, o devedor será notificado para, em até cinco dias, efetuar o pagamento do valor atualizado monetariamente, acrescido de juros, multa e demais encargos nela indicados.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *§ 1o  A notificação será expedida por via eletrônica ou postal para o endereço do devedor e será considerada entregue depois de decorridos quinze dias da respectiva expedição.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *§ 2o  Presume-se válida a notificação expedida para o endereço informado pelo contribuinte ou responsável à Fazenda Pública.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *§ 3o  Não pago o débito no prazo fixado no* ***caput****deste artigo, a Fazenda Pública poderá:* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *I - comunicar a inscrição em dívida ativa aos órgãos que operam bancos de dados e cadastros relativos a consumidores e aos serviços de proteção ao crédito e congêneres; e* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *II - averbar, inclusive por meio eletrônico, a certidão de dívida ativa nos órgãos de registro de bens e direitos sujeitos a arresto ou penhora, tornando-os indisponíveis.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Art. 20-C.  A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá condicionar o ajuizamento de execuções fiscais à verificação de indícios de bens, direitos ou atividade econômica dos devedores ou corresponsáveis, desde que úteis à satisfação integral ou parcial dos débitos a serem executados.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Parágrafo único. Compete ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional definir os limites, critérios e parâmetros para o ajuizamento da ação de que trata o* ***caput****deste artigo, observados os critérios de racionalidade, economicidade e eficiência.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Art. 20-D.  Sem prejuízo da utilização das medidas judicias para recuperação e acautelamento dos créditos inscritos, se houver indícios da prática de ato ilícito previsto na legislação tributária, civil e empresarial como causa de responsabilidade de terceiros por parte do contribuinte, sócios, administradores, pessoas relacionadas e demais responsáveis, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá, a critério exclusivo da autoridade fazendária:* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *I - notificar as pessoas de que trata o* ***caput*** *deste artigo ou terceiros para prestar depoimentos ou esclarecimentos;* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *II - requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como dos órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *III - instaurar procedimento administrativo para apuração de responsabilidade por débito inscrito em dívida ativa da União, ajuizado ou não, observadas, no que couber, as disposições da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Art. 20-E. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional editará atos complementares para o fiel cumprimento do disposto nos arts. 20-B, 20-C e 20-D desta Lei.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Art. 21. Fica isento do pagamento dos honorários de sucumbência o autor da demanda de natureza tributária, proposta contra a União (Fazenda Nacional), que desistir da ação e renunciar ao direito sobre que ela se funda, desde que:*

     *I - a decisão proferida no processo de conhecimento não tenha transitado em julgado;*

     *II - a renúncia e o pedido de conversão dos depósitos judiciais em renda da União sejam protocolizados até 15 de setembro de 1997.*

     *Art. 22. O pedido poderá ser homologado pelo juiz, pelo relator do recurso, ou pelo presidente do tribunal, ficando extinto o crédito tributário, até o limite dos depósitos convertidos.*

     *§ 1o Na hipótese de a homologação ser da competência do relator ou do presidente do tribunal, incumbirá ao autor peticionar ao juiz de primeiro grau que houver apreciado o feito, informando a homologação da renúncia para que este determine, de imediato, a conversão dos depósitos em renda da União, independentemente do retorno dos autos do processo ou da respectiva ação cautelar à vara de origem.*

     *§ 2o A petição de que trata o § 1o deverá conter o número da conta a que os depósitos estejam vinculados e virá acompanhada de cópia da página do órgão oficial onde tiver sido publicado o ato homologatório.*

     *§ 3o Com a renúncia da ação principal deverão ser extintas todas as ações cautelares a ela vinculadas, nas quais não será devida verba de sucumbência.*

     *Art. 23. O ofício para que o depositário proceda à conversão de depósito em renda deverá ser expedido no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da data do despacho judicial que acolher a petição.*

     *Art. 24. As pessoas jurídicas de direito público são dispensadas de autenticar as cópias reprográficas de quaisquer documentos que apresentem em juízo.*

     *Art. 25.  O termo de inscrição em Dívida Ativa da União, bem como o das autarquias e fundações públicas federais, a Certidão de Dívida Ativa dele extraída e a petição inicial em processo de execução fiscal poderão ser subscritos manualmente, ou por chancela mecânica ou eletrônica, observadas as disposições legais.* **(Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)**

     *Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se, também, à inscrição em Dívida Ativa e à cobrança judicial da contribuição, multas e demais encargos previstos na legislação respectiva, relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.”* [↑](#footnote-ref-156)
156. Segundo o art. 2º, § 4º, do **Decreto nº 5.480, de 30.6.2005, que “***Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, e dá outras providências”*: “*A unidade de correição da Advocacia-Geral da União vincula-se tecnicamente ao Sistema de Correição*”, que tem a Controladoria-Geral da União como Órgão Central do Sistema [art. 2º, I]. [↑](#footnote-ref-157)
157. O Ministério da Fazenda juntamente com os Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e o do Trabalho foram transformados no Ministério da Economia (art. 57, I, da**Lei nº 13.844, de 2019).** Consta do art. 55, III, da **Lei nº 13.844, de 2019,** que não haverá Consultoria Jurídica no Ministério da Economia, assim dispondo os §§ 2º e 3º daquele dispositivo:

     *"§ 2º Para a transferência das atribuições de consultoria e assessoramento das Consultorias Jurídicas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e do Ministério do Trabalho para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ato conjunto do Ministro de Estado da Economia e do Advogado-Geral da União poderá fixar o exercício provisório ou a prestação de colaboração temporária, independentemente da ocupação de cargo em comissão ou de função de confiança, de membros da Advocacia-Geral da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, pelo prazo prorrogável de 12 (doze) meses.*

     *§ 3º Para a transferência gradativa das atividades consultivas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional relacionadas a órgãos assessorados integrantes da estrutura do Ministério da Economia localizados nos Estados, o Procurador-Geral da Fazenda Nacional e o Consultor-Geral da União poderão disciplinar, em ato conjunto, a delegação temporária de atribuições aos órgãos de execução da Consultoria-Geral da União e a forma como se dará a transferência.”* [↑](#footnote-ref-158)
158. Ainda sobre outras atribuições da PGFN, ver na Lei nº 8.844, de 1994:

     “*Art. 2º Compete à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a inscrição em Dívida Ativa dos débitos para com o Fundo de Garantia do Tempo de serviço - FGTS, bem como, diretamente ou por intermédio da Caixa Econômica Federal, mediante convênio, a representação Judicial e extrajudicial do FGTS, para a correspondente cobrança, relativamente à contribuição e às multas e demais encargos previstos na legislação respectiva.* **(Redação dada pela Lei nº 9.467, de 1997)**

     *§ 1º O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço fica isento de custas nos processos judiciais de cobrança de seus créditos.***(Incluído pela Lei nº 9.467, de 1997)**

     *§ 2º As despesas, inclusive as de sucumbência, que vierem a ser incorridas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pela Caixa Econômica Federal, para a realização da inscrição em Dívida Ativa, do ajuizamento e do controle e acompanhamento dos processos judiciais, serão efetuadas a débito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.***(Incluído pela Lei nº 9.467, de 1997)**

     *§ 3º Os créditos relativos ao FGTS gozam dos mesmos privilégios atribuídos aos créditos trabalhistas.***(Incluído pela Lei nº 9.467, de 1997)**

     *§ 4o Na cobrança judicial dos créditos do FGTS, incidirá encargo de 10% (dez por cento), que reverterá para o Fundo, para ressarcimento dos custos por ele incorridos, o qual será reduzido para 5% (cinco por cento), se o pagamento se der antes do ajuizamento da cobrança.”* **(Redação dada pela Lei nº 9.964, de 2000)** [↑](#footnote-ref-159)
159. O parágrafo único acrescentado ao art. 1º da Lei nº 9.492, de 10.9.1997, sujeitou a protesto as certidões de dívida ativa dos entes públicos, da seguinte forma:

     “*Art. 1º Protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida.*

     *Parágrafo único.  Incluem-se entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas*.” **(Incluído pela Lei nº 12.767, de 27.12.2012)** [↑](#footnote-ref-160)
160. O parágrafo único acrescentado ao art. 1º da Lei nº 9.492, de 10.9.1997, sujeitou a protesto as certidões de dívida ativa dos entes públicos, da seguinte forma:

     “*Art. 1º Protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida.*

     *Parágrafo único.  Incluem-se entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas*.” **(Incluído pela Lei nº 12.767, de 27.12.2012)** [↑](#footnote-ref-161)
161. Ver o disposto no art. 30 daLei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009:

     “*Art. 30.  Considera-se prática forense, para fins de ingresso em cargos públicos privativos de Bacharel em Direito, no âmbito do Poder Executivo, o exercício de atividades práticas desempenhadas na vida forense, relacionadas às ciências jurídicas, inclusive as atividades desenvolvidas como estudante de curso de Direito cumprindo estágio regular e supervisionado, como advogado, magistrado, membro do Ministério Público ou da Defensoria Pública, ou servidor do judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública com atividades, ao menos parcialmente, jurídicas*.” [↑](#footnote-ref-162)
162. Ver também o art. 31 da Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009, que contém disposição semelhante em relação às Carreiras de Procurador Federal e do Banco Central do Brasil:

     “*Art. 31.  O ingresso na carreira de Procurador Federal ocorre na categoria inicial, mediante nomeação, em caráter efetivo, de candidatos habilitados em concurso público, de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação, exigindo-se diploma de Bacharel em Direito.*

     *§ 1o  Os concursos serão disciplinados pelo Advogado-Geral da União, presente, nas bancas examinadoras respectivas, a Ordem dos Advogados do Brasil.*

     *§ 2o  O candidato, no momento da inscrição, há de comprovar um mínimo de dois anos de prática forense.*

     *§ 3o  Considera-se título, para o fim previsto neste artigo, além de outros regularmente admitidos em direito, o exercício profissional de consultoria, assessoria e diretoria, bem como o desempenho de cargo, emprego ou função de nível superior, com atividades eminentemente jurídicas.*

     *§ 4o  Aplica-se o disposto neste artigo à Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil.*” [↑](#footnote-ref-163)
163. Ver a Lei nº 11.358, de 19.10.2006, conversão da, Medida Provisória nº 305, de 2006, que fixa o subsídio das carreiras da AGU. [↑](#footnote-ref-164)
164. Ver o art. 20 da Lei nº 11.033, de 21.12.2004:

     *“Art. 20. As intimações e notificações de que tratam os arts. 36 a 38 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993, inclusive aquelas pertinentes a processos administrativos, quando dirigidas a Procuradores da Fazenda Nacional, dar-se-ão pessoalmente mediante a entrega dos autos com vista.”* [↑](#footnote-ref-165)
165. V. o Decreto nº 9.794, de 14.5.2019, que “*Dispõe sobre os atos de nomeação e de designação para cargos em comissão e funções de confiança de competência originária do Presidente da República e institui o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas - Sinc no âmbito da administração pública federal*.” [↑](#footnote-ref-166)
166. V. o art. 18 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001, ainda não aplicado:

     “*Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a republicar leis alteradas por esta Medida Provisória, incorporando aos respectivos textos as alterações nelas introduzidas*.” [↑](#footnote-ref-167)
167. Ver o art. 20 da Lei nº 11.033, de 21.12.2004:

     *“Art. 20. As intimações e notificações de que tratam os arts. 36 a 38 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993, inclusive aquelas pertinentes a processos administrativos, quando dirigidas a Procuradores da Fazenda Nacional, dar-se-ão pessoalmente mediante a entrega dos autos com vista.”* [↑](#footnote-ref-168)
168. Ver a **Lei nº 11.358, de 19.10.2006(Conversão da**Medida Provisória nº 305, de 2006), que fixa o subsídio das carreiras da AGU. [↑](#footnote-ref-169)
169. Ver a **Lei nº 11.358, de 19.10.2006(Conversão da**Medida Provisória nº 305, de 2006), que fixa o subsídio das carreiras da AGU. [↑](#footnote-ref-170)
170. Ver a seguir o art. 36 da **Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, que “***Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências*”:

     *“**Art. 36.Para fins de definição dos limites orçamentários para atender ao pagamento de pensões indenizatórias decorrentes de decisões judiciais e sentenças judiciais de empresas estatais dependentes, os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, por intermédio dos órgãos setoriais de planejamento e orçamento ou equivalentes, encaminharão à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, até 15 de junho de 2018, informações contendo a necessidade de recursos orçamentários para 2019, segregadas por tipo de sentença, unidade orçamentária, grupo de despesa, autor, número do processo, identificação da Vara ou Comarca de trâmite da sentença objeto da ação judicial, situação processual e valor.*

     *§ 1º Para a elaboração das informações requeridas no* ***caput****, deverão ser consideradas exclusivamente:*

     *I - sentenças com trânsito em julgado e em fase de execução, com a apresentação dos documentos comprobatórios; e*

     *II - depósitos recursais necessários à interposição de recursos.*

     *§ 2º A apresentação de documentos comprobatórios para as pensões indenizatórias decorrentes de decisões judiciais somente será necessária quando se tratar da concessão de indenizações ainda não constantes de leis orçamentárias anteriores*.*”* [↑](#footnote-ref-171)
171. Os Anexos do Decreto nº 7.392, de 13.12.2010, não fazem referência aos Núcleos de Assessoramento Jurídico - NAJ nos Estados, mas mencionam “Consultorias Jurídicas nos Estados”, sem definir suas atribuições. Por dedução, as atribuições de tais consultorias seriam as conferidas aos NAJ pelo art. 8º-F. [↑](#footnote-ref-172)
172. O Cargo de Diretor-Geral de Administração (DAS 101.5) e a Diretoria-Geral de Administração, previstos na Lei Complementar nº 73, de 1993, deixaram de existir com o surgimento do cargo de Secretário-Geral de Administração (DAS 101.6) e da Secretaria-Geral de Administração. [↑](#footnote-ref-173)
173. Reclassificado para DAS 101.4 pelo Decreto nº 4.697, de 16.5.2003. [↑](#footnote-ref-174)
174. Reclassificado para DAS 101.3 pelo Decreto nº 4.697, de 16.5.2003. [↑](#footnote-ref-175)
175. V. disposições da Lei nº 10.480, de 2002, sobre a vigência da Gratificação temporária:

     “*Art. 7º  Poderão perceber a Gratificação de Representação de Gabinete ou a Gratificação Temporária, até 4 de dezembro de 2020, os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.***(Redação dada pela Medida Provisória nº 872, de 21.1.2019)**

     *§ 1o  Para os efeitos do disposto neste artigo, são mantidas 670 (seiscentas e setenta) Gratificações Temporárias, sendo 470 (quatrocentas e setenta) do nível GT-I e 200 (duzentas) do nível GT-II, bem como 62 (sessenta e duas) Gratificações de Representação de Gabinete, sendo 5 (cinco) de nível GR-IV, 14 (quatorze) de nível GR-III, 29 (vinte e nove) de nível GR-II e 14 (quatorze) de nível GR-I.* **(Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 11.490, de 2007)**

     *§ 2o  Até o encerramento do prazo referido no caputdeste artigo, o quantitativo referido no § 1o deste artigo será reduzido  proporcionalmente por ato do Advogado-Geral da União, à medida que forem empossados os aprovados em concurso público para provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da AGU não integrantes das Carreiras jurídicas da instituição****.* (Incluído pela Lei nº 11.490, de 2007)**

     *Art. 8~~º~~ Em decorrência do disposto nesta Lei, ficam extintas as Gratificações Temporárias e as Gratificações de Representação de Gabinete, não atribuídas a servidor ou empregado até a data de publicação desta Lei, bem como aquelas atribuídas aos servidores referidos no § 1~~º~~ do art. 1~~º~~ desta Lei, ressalvado o disposto no art. 7~~º~~ desta Lei.* **(Redação dada pela Lei nº 10.907, de 2004)**

     *Parágrafo único.  As gratificações a que se refere o § 1º do art. 7º ficam automaticamente extintas quando cessar o exercício do servidor ou empregado na Advocacia-Geral da União.*”    [↑](#footnote-ref-176)
176. Ver o art. 11 da Lei nº 9.641, de 25.5.1998:

     *“Art. 11. Os servidores ocupantes de cargos efetivos em exercício na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e em suas unidades, no desempenho de atividades de apoio administrativo, farão jus à Gratificação Temporária - GT instituída pelo art. 17 da Lei no 9.028, de 12 de abril de 1995, observado o seguinte:*

     *I - a gratificação será atribuída pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional a, no máximo, novecentos e setenta e dois servidores, e obedecerá aos mesmos critérios e valores previstos para os de mesmo nível em exercício na Advocacia-Geral da União;*

     *II – o pagamento da gratificação será devido até que seja definida e implementada a estrutura de apoio administrativo da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.***(Redação dada pela Lei nº 10.522, de 19.7.2002)**

     *III - não se incluem entre os beneficiários da gratificação os servidores que integram carreiras específicas de órgãos ou entidades do Ministério da Fazenda.”*

     Ver também o art. 11 da Lei nº 9.651, de 27.5.1998:

     *“Art. 12. Estão incluídos entre os beneficiários da Gratificação Temporária instituída pelo art. 17 da Lei no 9.028, de 12 de abril de 1995, os servidores cedidos dos demais Poderes da União e dos Estados, Distrito Federal e Municípios, para terem exercício na Advocacia-Geral da União.*

     *Parágrafo único. A partir de 1o de setembro de 1997, a gratificação de que trata o art. 17 da Lei no 9.028, de 1995, é estendida, no seu nível I, aos ocupantes de cargos efetivos de Advogado da União e de Assistente Jurídico dos quadros da Advocacia-Geral da União.”*

     Com a implantação da remuneração por subsídio – Lei nº **11.358, de 19 de outubro de 2006 –**, essa gratificação deixou de ser paga aos Advogados da União e aos Assistentes Jurídicos da AGU (os cargos de Assistentes Jurídicos da AGU foram transformados em cargos de Advogado da União pelo art. 11 da Lei n° 10.549, de 2002, extinguindo a carreira de Assistente Jurídico). [↑](#footnote-ref-177)
177. V. Decreto nº 1.016, de 22.12.1993. [↑](#footnote-ref-178)
178. V. o art. 26 da Lei nº 9.651, de 1998, c/c o art. 5º da Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001, que só permitiu a designação de representantes judiciais da União para atuarem até 11 de fevereiro de 2002. [↑](#footnote-ref-179)
179. Ver o **Decreto no 2.752, de 26 de agosto de 1998, que *“****estabelece condições para prestação de assistência judicial aos servidores integrantes da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional e aos titulares de cargos de Direção e Assessoramento Superiores, em ações decorrentes do exercício de cargo na Secretaria da Receita Federal.”* [↑](#footnote-ref-180)
180. Ver mais um caso de representação judicial de agente público pela Advocacia-Geral da União previsto na **Lei nº 11.473, de 10.5.2007**:

     “*Art. 5º*

     *§ 11.  Os integrantes da Secretaria Nacional de Segurança Pública, incluídos os da Força Nacional de Segurança Pública, os da Secretaria de Operações Integradas e os do Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que venham a ser investigados ou processados em função do seu emprego nas atividades e nos serviços referidos no art. 3º poderão ser representados pela Advocacia-Geral da União, nos termos do disposto no art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, ou pela Defensoria Pública da União, na hipótese de hipossuficiência ou vulnerabilidade, nos termos da lei*.”  **(Redação dada pelaMedida Provisória nº 872, de 2019, convertida na Lei nº 13.844, de 2019)** [↑](#footnote-ref-181)
181. **Observa-se, quanto ao art. 22 da Lei nº 9.028, de 1995, que permanecem válidas as alterações trazidas pelo art. 50 da Lei nº 9.649, de 27.5.1998, alterado pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31.8.2001, visto que o art. 59 da Lei nº 10.683, de 28.5.2003, revogou apenas as disposições da Lei nº** 9.649, de 27.5.1998, com as alterações introduzidas pela Medida Provisória no 2.216-37, de 2001 que fossemcontrárias à Lei nº 10.683, de 2003 e, como esta última sequer tratou da matéria contida no art. 50 da Lei nº 9.649, de 1998 (art. 22 da Lei nº 9.028, de 1995) não foram revogadas as referidas alterações. Veja-se o inteiro teor do art. 59 da Lei nº 10.683, de 2003:

     *“Art. 59. Revogam-se asdisposições em contrário, especialmente as da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998, com as alterações introduzidas pela Medida Provisória no 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e os §§ 1o e 2o do art. 2o da Lei no 8.442, de 14 de julho de 1992.”* [↑](#footnote-ref-182)
182. Ver a Lei nº 11.358, de 2006, que fixa o subsídio das carreiras jurídicas da AGU. [↑](#footnote-ref-183)
183. Competência para distribuição dos cargos por categoria atribuída ao Advogado-Geral da União e ao Ministro da Economia (Fazenda), conforme a Lei nº 11.457, de 16.3.2007:

     “*Art. 18-A.  Compete ao Advogado-Geral da União e ao Ministro de Estado da Fazenda, mediante ato conjunto, distribuir os cargos de Procurador da Fazenda Nacional pelas 3 (três) categorias da Carreira*.” **(Redação dada pela Lei nº 11.518, de 2007)** [↑](#footnote-ref-184)
184. Atribuições de que trata este artigo foram delegadas pelo Advogado-Geral da União conforme a Portaria/AGU nº Portaria nº 173, de 15.5.2020. [↑](#footnote-ref-185)
185. Parágrafo regulamentado pelo Decreto nº 10.201, de 15.1.2020. [↑](#footnote-ref-186)
186. Artigo regulamentado pelo Decreto nº 10.201, de 15.1.2020. [↑](#footnote-ref-187)
187. Ver disposições da Lei nº 10.522, de 2002:

     *Art. 19. Fica a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional dispensada de contestar, de oferecer contrarrazões e de interpor recursos, e fica autorizada a desistir de recursos já interpostos, desde que inexista outro fundamento relevante, na hipótese em que a ação ou a decisão judicial ou administrativa versar sobre:* **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *I - matérias de que trata o art. 18;*

     *II - tema que seja objeto de parecer, vigente e aprovado, pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional, que conclua no mesmo sentido do pleito do particular;*  **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *III - (VETADO).* **(Incluído pela Lei nº 12.788, de 2013)**

     *IV - tema sobre o qual exista súmula ou parecer do Advogado-Geral da União que conclua no mesmo sentido do pleito do particular;*   **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *V - tema fundado em dispositivo legal que tenha sido declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle difuso e tenha tido sua execução suspensa por resolução do Senado Federal, ou tema sobre o qual exista enunciado de súmula vinculante ou que tenha sido definido pelo Supremo Tribunal Federal em sentido desfavorável à Fazenda Nacional em sede de controle concentrado de constitucionalidade;* **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *VI - tema decidido pelo Supremo Tribunal Federal, em matéria constitucional, ou pelo Superior Tribunal de Justiça, pelo Tribunal Superior do Trabalho, pelo Tribunal Superior Eleitoral ou pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, no âmbito de suas competências, quando:***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *a) for definido em sede de repercussão geral ou recurso     repetitivo; ou* **(Incluída pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *b) não houver viabilidade de reversão da tese firmada em sentido desfavorável à Fazenda Nacional, conforme critérios definidos em ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional; e***(Incluída pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *VII - tema que seja objeto de súmula da administração tributária federal de que trata o art. 18-A desta Lei.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1o Nas matérias de que trata este artigo, o Procurador da Fazenda Nacional que atuar no feito deverá, expressamente:***(Redação dada pela Lei nº 12.844, de 2013)**

     *I - reconhecer a procedência do pedido, quando citado para apresentar resposta, inclusive em embargos à execução fiscal e exceções de pré-executividade, hipóteses em que não haverá condenação em honorários; ou***(Incluído pela Lei nº 12.844, de 2013)**

     *II - manifestar o seu desinteresse em recorrer, quando intimado da decisão judicial.* **(Incluído pela Lei nº 12.844, de 2013)**

     *§ 2o A sentença, ocorrendo a hipótese do § 1o, não se subordinará ao duplo grau de jurisdição obrigatório.*

     *§ 3º (Revogado);***(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 4o (Revogado);***(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 5º (Revogado);***(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 6o (VETADO).*(**Incluído pela Lei nº 12.788, de 2013)**

     *§7º(Revogado).***(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 8º  O parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que examina a juridicidade de proposições normativas não se enquadra no disposto no inciso II do caput deste artigo.* **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 9º  A dispensa de que tratam os incisos V e VI do caput deste artigo poderá ser estendida a tema não abrangido pelo julgado, quando a ele forem aplicáveis os fundamentos determinantes extraídos do julgamento paradigma ou da jurisprudência consolidada, desde que inexista outro fundamento relevante que justifique a impugnação em juízo.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 10.  O disposto neste artigo estende-se, no que couber, aos demais meios de impugnação às decisões judiciais.***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 11.  O disposto neste artigo aplica-se a todas as causas em que as unidades da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional devam atuar na qualidade de representante judicial ou de autoridade coatora.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 12.  Os órgãos do Poder Judiciário e as unidades da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderão, de comum acordo, realizar mutirões para análise do enquadramento de processos ou de recursos nas hipóteses previstas neste artigo e celebrar negócios processuais com fundamento no disposto no art. 190 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 13.  Sem prejuízo do disposto no § 12 deste artigo, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional regulamentará a celebração de negócios jurídicos processuais em seu âmbito de atuação, inclusive na cobrança administrativa ou judicial da dívida ativa da União.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-A. Os Auditores-Fiscais da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil não constituirão os créditos tributários relativos aos temas de que trata o art. 19 desta Lei, observado:***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *I - o disposto no parecer a que se refere o inciso II do caput do art. 19 desta Lei, que será aprovado na forma do art. 42 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, ou que terá concordância com a sua aplicação pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia;***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *II - o parecer a que se refere o inciso IV do caput do art. 19 desta Lei, que será aprovado na forma do disposto no art. 40 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, ou que, quando não aprovado por despacho do Presidente da República, terá concordância com a sua aplicação pelo Ministro de Estado da Economia; ou***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *III - nas hipóteses de que tratam o inciso VI do caput e o § 9º do art. 19 desta Lei, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional deverá manifestar-se sobre as matérias abrangidas por esses dispositivos.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1º  Os Auditores-Fiscais da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia adotarão, em suas decisões, o entendimento a que estiverem vinculados, inclusive para fins de revisão de ofício do lançamento e de repetição de indébito administrativa.***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 2º  O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, aos responsáveis pela retenção de tributos e, ao emitirem laudos periciais para atestar a existência de condições que gerem isenção de tributos, aos serviços médicos oficiais.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-B.  Os demais órgãos da administração pública que administrem créditos tributários e não tributários passíveis de inscrição e de cobrança pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional encontram-se dispensados de constituir e de promover a cobrança com fundamento nas hipóteses de dispensa de que trata o art. 19 desta Lei.***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Parágrafo único.  A aplicação do disposto no caput deste artigo observará, no que couber, as disposições do art. 19-A desta Lei.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-C.  A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá dispensar a prática de atos processuais, inclusive a desistência de recursos interpostos, quando o benefício patrimonial almejado com o ato não atender aos critérios de racionalidade, de economicidade e de eficiência.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1º  O disposto no caput deste artigo inclui o estabelecimento de parâmetros de valor para a dispensa da prática de atos processuais.***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 2º  A aplicação do disposto neste artigo não implicará o reconhecimento da procedência do pedido formulado pelo autor.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 3º  O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, à atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional no âmbito do contencioso administrativo fiscal.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-D.  À Procuradoria-Geral da União, à Procuradoria-Geral Federal e à Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil aplica-se, no que couber, o disposto nos arts. 19, 19-B e 19-C desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1º  Aos órgãos da administração pública federal direta, representados pela Procuradoria-Geral da União, e às autarquias e fundações públicas, representadas pela Procuradoria-Geral Federal ou pela Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 19-B desta Lei.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 2º  Ato do Advogado-Geral da União disciplinará o disposto neste artigo.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-E. Em caso de empate no julgamento do processo administrativo de determinação e exigência do crédito tributário, não se aplica o voto de qualidade a que se refere o § 9º do art. 25 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, resolvendo-se favoravelmente ao contribuinte.* **(Incluído pela Lei nº 13.988, de 2020)**

     *Art. 20.  Serão arquivados, sem baixa na distribuição, por meio de requerimento do Procurador da Fazenda Nacional, os autos das execuções fiscais de débitos inscritos em dívida ativa da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou por ela cobrados, de valor consolidado igual ou inferior àquele estabelecido em ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional.* **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1o Os autos de execução a que se refere este artigo serão reativados quando os valores dos débitos ultrapassarem os limites indicados.*

     *§ 2o Serão extintas, mediante requerimento do Procurador da Fazenda Nacional, as execuções que versem exclusivamente sobre honorários devidos à Fazenda Nacional de valor igual ou inferior a R$ 1.000,00 (mil reais).* **(Redação dada pela Lei nº 11.033, de 2004)**

     *§ 3o***(Revogado pela Lei nº 13.043, de 2014)**

     *§ 4o No caso de reunião de processos contra o mesmo devedor, na forma do art. 28 da Lei no 6.830, de 22 de setembro de 1980, para os fins de que trata o limite indicado no* ***caput*** *deste artigo, será considerada a soma dos débitos consolidados das inscrições reunidas.* **(Incluído pela Lei nº 11.033, de 2004)**

     *Art. 20-A.  Nos casos de execução contra a Fazenda Nacional, é a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não opor embargos, quando o valor pleiteado pelo exequente for inferior àquele fixado em ato do Ministro da Fazenda.* **(Incluído pela Lei nº 12.649, de 2012)**

     *Art. 20-B. Inscrito o crédito em dívida ativa da União, o devedor será notificado para, em até cinco dias, efetuar o pagamento do valor atualizado monetariamente, acrescido de juros, multa e demais encargos nela indicados.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *§ 1o  A notificação será expedida por via eletrônica ou postal para o endereço do devedor e será considerada entregue depois de decorridos quinze dias da respectiva expedição.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *§ 2o  Presume-se válida a notificação expedida para o endereço informado pelo contribuinte ou responsável à Fazenda Pública.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *§ 3o  Não pago o débito no prazo fixado no* ***caput****deste artigo, a Fazenda Pública poderá:* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *I - comunicar a inscrição em dívida ativa aos órgãos que operam bancos de dados e cadastros relativos a consumidores e aos serviços de proteção ao crédito e congêneres; e* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *II - averbar, inclusive por meio eletrônico, a certidão de dívida ativa nos órgãos de registro de bens e direitos sujeitos a arresto ou penhora, tornando-os indisponíveis.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Art. 20-C.  A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá condicionar o ajuizamento de execuções fiscais à verificação de indícios de bens, direitos ou atividade econômica dos devedores ou corresponsáveis, desde que úteis à satisfação integral ou parcial dos débitos a serem executados.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Parágrafo único. Compete ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional definir os limites, critérios e parâmetros para o ajuizamento da ação de que trata o* ***caput****deste artigo, observados os critérios de racionalidade, economicidade e eficiência.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Art. 20-D.  Sem prejuízo da utilização das medidas judicias para recuperação e acautelamento dos créditos inscritos, se houver indícios da prática de ato ilícito previsto na legislação tributária, civil e empresarial como causa de responsabilidade de terceiros por parte do contribuinte, sócios, administradores, pessoas relacionadas e demais responsáveis, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá, a critério exclusivo da autoridade fazendária:* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *I - notificar as pessoas de que trata o* ***caput*** *deste artigo ou terceiros para prestar depoimentos ou esclarecimentos;* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *II - requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como dos órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *III - instaurar procedimento administrativo para apuração de responsabilidade por débito inscrito em dívida ativa da União, ajuizado ou não, observadas, no que couber, as disposições da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Art. 20-E. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional editará atos complementares para o fiel cumprimento do disposto nos arts. 20-B, 20-C e 20-D desta Lei.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Art. 21. Fica isento do pagamento dos honorários de sucumbência o autor da demanda de natureza tributária, proposta contra a União (Fazenda Nacional), que desistir da ação e renunciar ao direito sobre que ela se funda, desde que:*

     *I - a decisão proferida no processo de conhecimento não tenha transitado em julgado;*

     *II - a renúncia e o pedido de conversão dos depósitos judiciais em renda da União sejam protocolizados até 15 de setembro de 1997.*

     *Art. 22. O pedido poderá ser homologado pelo juiz, pelo relator do recurso, ou pelo presidente do tribunal, ficando extinto o crédito tributário, até o limite dos depósitos convertidos.*

     *§ 1o Na hipótese de a homologação ser da competência do relator ou do presidente do tribunal, incumbirá ao autor peticionar ao juiz de primeiro grau que houver apreciado o feito, informando a homologação da renúncia para que este determine, de imediato, a conversão dos depósitos em renda da União, independentemente do retorno dos autos do processo ou da respectiva ação cautelar à vara de origem.*

     *§ 2o A petição de que trata o § 1o deverá conter o número da conta a que os depósitos estejam vinculados e virá acompanhada de cópia da página do órgão oficial onde tiver sido publicado o ato homologatório.*

     *§ 3o Com a renúncia da ação principal deverão ser extintas todas as ações cautelares a ela vinculadas, nas quais não será devida verba de sucumbência.*

     *Art. 23. O ofício para que o depositário proceda à conversão de depósito em renda deverá ser expedido no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da data do despacho judicial que acolher a petição.*

     *Art. 24. As pessoas jurídicas de direito público são dispensadas de autenticar as cópias reprográficas de quaisquer documentos que apresentem em juízo.*

     *Art. 25.  O termo de inscrição em Dívida Ativa da União, bem como o das autarquias e fundações públicas federais, a Certidão de Dívida Ativa dele extraída e a petição inicial em processo de execução fiscal poderão ser subscritos manualmente, ou por chancela mecânica ou eletrônica, observadas as disposições legais.* **(Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)**

     *Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se, também, à inscrição em Dívida Ativa e à cobrança judicial da contribuição, multas e demais encargos previstos na legislação respectiva, relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.”* [↑](#footnote-ref-188)
188. V. decisão STF na Medida Liminar na ADIN nº 2.527-9:

     ***“Decisão Plenária da Liminar***

     *(...)*

     *O Tribunal, por maioria, nos termos do voto da Relatora, Ministra Ellen Gracie (Presidente), deferiu em parte a liminar para suspender o artigo 3º da Medida Provisória nº 2.226, de 4 de setembro de 2001, vencidos parcialmente os Senhores Ministros Nelson Jobim, que a deferia quanto aos artigos 1º e 2º; Maurício Corrêa, que a deferia quanto aos artigos 1º, 2º e parte do 3º, e o Senhor Ministro Marco Aurélio, quanto aos artigos 1º, 2º e 3º. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Não votou o Senhor Ministro Eros Grau por suceder ao Senhor Ministro Maurício Corrêa, que proferiu voto em assentada anterior. A Senhora Ministra Cármen Lúcia votou somente em relação ao artigo 3º, por suceder ao Senhor Ministro Nelson Jobim, que proferira voto quanto aos artigos 1º e 2º.*

     *- Plenário, 16.08.2007.*

     *- Acórdão, DJ 23.11.2007.”* [↑](#footnote-ref-189)
189. Ver o art. 10 da Portaria/AGU nº 173, de 15.5.2020, que confere ao Secretário-Geral de Contencioso, ao Procurador-Geral da União, ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional, ao Procurador-Geral Federal, ao Procurador-Geral do Banco Central do Brasil e ao Consultor-Geral da União competência para regulamentar os procedimentos para a formalização dos acordos e transações judiciais e extrajudiciais no âmbito de suas atribuições. [↑](#footnote-ref-190)
190. Por força do art. 10, § 2º, da Lei nº 10.480, de 2.7.2002, que integrou esses órgãos na Procuradoria-Geral Federal. [↑](#footnote-ref-191)
191. V. o art. 12, § 3º, da Lei nº 10.480, de 2002, que prevê a indicação do Advogado-Geral da União para os dirigentes dos órgãos jurídicos da PGF. V. também o Decreto nº 869, de 13.7.1993, mediante o qual o Presidente da República delegou competência ao Advogado-Geral da União para a prática dos atos de provimento e designação que menciona. Não consta revogação expressa daquele decreto, todavia foi expedido o Decreto nº 9.794, de 14.5.2019, que “*Dispõe sobre os atos de nomeação e de designação para cargos em comissão e funções de confiança de competência originária do Presidente da República e institui o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas - Sinc no âmbito da administração pública federal*.” [↑](#footnote-ref-192)
192. V. o art. 75 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6.9.2001, segundo o qual:

     “*Art. 75.  Os membros da Advocacia-Geral da União, como os integrantes da Carreira de Procurador Federal e de órgãos jurídicos vinculados à Instituição em geral, respondem, na apuração de falta funcional praticada no exercício de suas atribuições específicas, institucionais e legais, exclusivamente perante a Advocacia-Geral da União, e sob as normas, inclusive disciplinares, da Lei Orgânica da Instituição e dos atos legislativos que, no particular, a complementem.*

     *§ 1o  A apuração das faltas funcionais objeto do* ***caput****, no que concerne aos membros da Instituição, incumbe à Corregedoria-Geral da Advocacia da União, observada, a cada caso, a atribuição privativamente deferida ao Advogado-Geral da União pelo inciso XV do art. 4o da Lei Complementar no 73, de 1993.*

     *§ 2o  A apuração de falta funcional imputada a Procurador Federal, ou a integrante de órgão jurídico vinculado à Instituição em geral, incumbe ao Procurador-Geral, ou Chefe do Departamento Jurídico respectivo, o qual, logo que ultimados os trabalhos, deve submetê-los ao conhecimento do Advogado-Geral da União.*

     *§ 3o  O Advogado-Geral da União disporá, em ato próprio e nos termos do § 3o do art. 45 da Lei Complementar no 73, de 1993, sobre a aplicação deste artigo*.”

     Ver também disposições da Lei nº 10.480, de 2.7.2002:

      “*Art. 11.*

     *§ 2o  Compete ao Procurador-Geral Federal:*

     *VI – instaurar sindicâncias e processos administrativos disciplinares contra membros da Carreira de Procurador Federal, julgar os respectivos processos e aplicar as correspondentes penalidades;*”.

     V. também disposições da Lei nº 10.480, de 2.7.2002:

     “*Art. 12. Os cargos, e seus ocupantes, da Carreira de Procurador Federal criada pela Medida Provisória n~~°~~ 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, integram quadro próprio da Procuradoria-Geral Federal.*

     *§ 1~~°~~ Compete ao Advogado-Geral da União, relativamente à Carreira de Procurador Federal e seus Membros:*

     *I - disciplinar, promover e homologar os concursos públicos, de provas e títulos, de ingresso na Carreira de Procurador Federal*

     *II - distribuir os cargos pelas três categorias da Carreira; e*

     *III - determinar o exercício provisório de Procurador Federal em órgãos da Advocacia-Geral da União.*

     *§ 2~~°~~ Até que a Procuradoria-Geral Federal disponha de orçamento próprio, a remuneração dos Membros da Carreira de Procurador Federal incumbe à autarquia ou fundação federal em que o servidor estiver lotado ou em exercício temporário, e à Advocacia-Geral da União quando em exercício temporário em órgãos desta.*

     *§ 3~~°~~ Os dirigentes dos órgãos jurídicos da Procuradoria-Geral Federal serão nomeados por indicação do Advogado-Geral da União.*

     *§ 4~~°~~ O Presidente da República poderá delegar ao Advogado-Geral da União competência para prover, nos termos da lei, os cargos, efetivos e em comissão, da Procuradoria-Geral Federal*.” [↑](#footnote-ref-193)
193. Eis o inteiro teor do art. 45 da Lei n° 11.784, de 2008:

     *“Art. 45.  A partir de 14 de maio de 2008, fica extinta a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária - GDAFA, instituída por intermédio do art. 30 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.*

     *§ 1o  A GDFFA de que trata o art. 5o-A da Lei no 10.883, de 16 de junho de 2004, não pode ser percebida cumulativamente com a GDAFA, instituída por intermédio do art. 30 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.*

     *§ 2o  Observado o disposto no caput e no § 1o deste artigo, os valores eventualmente percebidos pelo servidor a título de GDAFA de 1o de fevereiro de 2008 até 14 de maio de 2008 deverão ser deduzidos ou acrescidos, conforme o caso, da diferença do valor devido ao servidor a título de GDFFA, a partir de 1o de fevereiro de 2008, devendo ser compensados eventuais valores pagos a maior ou a menor..”* [↑](#footnote-ref-194)
194. Ver a Lei nº 10.480, de 2.7.2002, que cria a Procuradoria-Geral Federal (art. 9º) e nela inclui a Carreira de Procurador Federal:

     *"Art. 12. Os cargos, e seus ocupantes, da Carreira de Procurador Federal criada pela Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, integram quadro próprio da Procuradoria-Geral Federal."* [↑](#footnote-ref-195)
195. Sobre o ingresso na Carreira de **Procurador Federal**, do qual tratava este artigo, ver as disposições dos arts 30 e 31 da Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão daMedida Provisória nº 479, de 30.12.2009:

     “*Art. 30.  Considera-se prática forense, para fins de ingresso em cargos públicos privativos de Bacharel em Direito, no âmbito do Poder Executivo, o exercício de atividades práticas desempenhadas na vida forense, relacionadas às ciências jurídicas, inclusive as atividades desenvolvidas como estudante de curso de Direito cumprindo estágio regular e supervisionado, como advogado, magistrado, membro do Ministério Público ou da Defensoria Pública, ou servidor do judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública com atividades, ao menos parcialmente, jurídicas.*

     *Art. 31.  O ingresso na carreira de Procurador Federal ocorre na categoria inicial, mediante nomeação, em caráter efetivo, de candidatos habilitados em concurso público, de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação, exigindo-se diploma de Bacharel em Direito.*

     *§ 1o  Os concursos serão disciplinados pelo Advogado-Geral da União, presente, nas bancas examinadoras respectivas, a Ordem dos Advogados do Brasil.*

     *§ 2o  O candidato, no momento da inscrição, há de comprovar um mínimo de dois anos de prática forense.*

     *§ 3o  Considera-se título, para o fim previsto neste artigo, além de outros regularmente admitidos em direito, o exercício profissional de consultoria, assessoria e diretoria, bem como o desempenho de cargo, emprego ou função de nível superior, com atividades eminentemente jurídicas.*

     *§ 4o  Aplica-se o disposto neste artigo à Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil.”*

     Sobre o ingresso na Carreira **de Procurador do Banco Central do Brasil**, ver também as seguintes disposições da Lei nº 9.650, de 27.5.1998:

     “*Art. 6o O ingresso no quadro de pessoal do Banco Central do Brasil far-se-á mediante concurso público específico, de provas ou de provas e títulos, no padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo.*

     *§ 1o O concurso público a que se refere o* ***caput*** *deste artigo realizar-se-á:***(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

     I - *em etapa única, para o cargo de Técnico do Banco Central do Brasil;***(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

     *II - em 2 (duas) etapas, ambas de caráter eliminatório, compreendendo a primeira o exame de conhecimentos específicos e, a segunda, o curso de formação, para o cargo de Analista do Banco Central do Brasil;***(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

     *III - na forma estabelecida em ato do Advogado-Geral da União, observada a legislação específica, para o cargo de Procurador do Banco Central do Brasil.***(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

     *§ 2o Para os cargos de Analista do Banco Central do Brasil e de Procurador do Banco Central do Brasil, além do exame de conhecimentos específicos, será obrigatória a realização de prova de títulos, de caráter exclusivamente classificatório.***(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

     *§ 3o O Banco Central do Brasil manterá políticas próprias de recrutamento, seleção e treinamento de pessoal, cabendo à sua Diretoria definir normas específicas e os pré-requisitos de formação e titulação especializada a serem exigidos nos concursos de ingresso, observadas as diretrizes do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado*

     *§ 4o  Para o ingresso no cargo de Técnico do Banco Central do Brasil, na área de especialização voltada à execução e à supervisão das atividades de segurança institucional do Banco Central do Brasil, especialmente no que se refere aos serviços do meio circulante e à proteção de autoridades internas do Banco Central do Brasil, haverá prova de aptidão física e avaliação psicológica.***(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

     *§ 5o O Banco Central do Brasil manterá políticas próprias de recrutamento, seleção e treinamento de pessoal, observadas as diretrizes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.***(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)** [↑](#footnote-ref-196)
196. O parágrafo único acrescentado ao art. 1º da Lei nº 9.492, de 10.9.1997, sujeitou a protesto as certidões de dívida ativa dos entes públicos, da seguinte forma:

     “*Art. 1º Protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida.*

     *Parágrafo único.  Incluem-se entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas*.” **(Incluído pela Lei nº 12.767, de 27.12.2012)** [↑](#footnote-ref-197)
197. Ver **o art. 5º e o Anexo II da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004:**

     *“Art. 5º O Procurador-Geral Federal definirá a distribuição de cargos de Procurador Federal nas Procuradorias das Agências Reguladoras, observados os quantitativos estabelecidos no Anexo II desta Lei.*

     *§ 1º É vedada a remoção, a transferência ou a mudança de exercício a pedido, com ou sem mudança de sede, de Procurador Federal designado para ter exercício nas entidades referidas no Anexo I desta Lei, nos primeiros 36 (trinta e seis) meses a contar da data da investidura no cargo.*

     *§ 2º Ficam criados, na Carreira de Procurador Federal de que trata o art. 36 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, regidos pelas leis e normas próprias aplicáveis a ela, 64 (sessenta e quatro) cargos efetivos de Procurador Federal, destinados ao exercício das atribuições estabelecidas no art. 37 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no âmbito das respectivas unidades de exercício.”*

     *“ANEXO II*

     *CARGOS DE PROCURADOR FEDERAL A SEREM DISTRIBUÍDOS ÀS AGÊNCIAS REGULADORAS*

     |  |  |
     | --- | --- |
     | *AUTARQUIA ESPECIAL* | *QUANT.* |
     | *ANA* | *20* |
     | *ANATEL* | *70* |
     | *ANCINE* | *15* |
     | *ANEEL* | *35* |
     | *ANP* | *40* |
     | *ANS* | *40* |
     | *ANTAQ* | *20* |
     | *ANTT* | *55* |
     | *ANVISA* | *40”* |

     A Medida Provisória nº 233, de 30 de dezembro de 2004, que criava 50 cargos de Procurador Federal [art. 24], para provimento por concurso público, teve o seu prazo de vigência esgotado no dia 14 de junho de 2005, conforme o Ato declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 24, de 2005.

     Ver o art. 6º, III, da Lei nº 11.151, de 29 de julho de 2005, que cria 134 cargos efetivos de técnico-administrativo de nível superior no âmbito do Ministério da Educação, para redistribuição à UFRB − Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, entre eles sete cargos de “Advogado”, conforme o seu Anexo II. [↑](#footnote-ref-198)
198. Ver o art. 23 da**Lei no 10.871, de 20 de maio de 2004:**

     ***“****Art. 23. Além dos deveres e das proibições previstos na Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, aplicam-se aos servidores em efetivo exercício nas Agências Reguladoras referidas no Anexo I desta Lei:*

     *I - o dever de manter sigilo sobre as operações ativas e passivas e serviços prestados pelas instituições reguladas de que tiverem conhecimento em razão do cargo ou da função, conforme regulamentação de cada Agência Reguladora;*

     *II - as seguintes proibições:*

     *a) prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada ou fiscalizada pela entidade, salvo os casos de designação específica;*

     *b) firmar ou manter contrato com instituição regulada, bem como com instituições autorizadas a funcionar pela entidade, em condições mais vantajosas que as usualmente ofertadas aos demais clientes;*

     *c) exercer outra atividade profissional, inclusive gestão operacional de empresa, ou direção político-partidária, excetuados os casos admitidos em lei;*

     *d) contrariar súmula, parecer normativo ou orientação técnica, adotados pela Diretoria Colegiada da respectiva entidade de lotação; e*

     *e) exercer suas atribuições em processo administrativo, em que seja parte ou interessado, ou haja atuado como representante de qualquer das partes, ou no qual seja interessado parente consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o 2o (segundo grau), bem como cônjuge ou companheiro, bem como nas hipóteses da legislação, inclusive processual.*

     *§ 1o A não observância ao dever previsto no inciso I do* ***caput*** *deste artigo é considerada falta grave, sujeitando o infrator à pena de demissão ou de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, de que tratam os arts. 132 e 134 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.*

     *§ 2o As infrações das proibições estabelecidas no inciso II do* ***caput*** *deste artigo são punidas com a pena de advertência, de suspensão, de demissão ou de cassação de aposentadoria, de acordo com a gravidade, conforme o disposto nos arts. 129, 130 e seu § 2o, 132 e 134 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.*

     *§ 3o Aplicam-se aos Procuradores Federais em exercício nas entidades referidas no Anexo I desta Lei as disposições deste artigo, exceto o disposto na alínea* ***d*** *do inciso II deste artigo”*

     Ver a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil − ANAC:

     “*Art. 9o A ANAC terá como órgão de deliberação máxima a Diretoria, contando, também, com uma* ***Procuradoria****, uma Corregedoria, um Conselho Consultivo e uma Ouvidoria, além das unidades especializadas*.”

     “*Art. 17. A* ***representação judicial*** *da ANAC, com prerrogativas processuais de Fazenda Pública, será exercida pela* ***Procuradoria***.”

     “*Art. 41. Ficam criados 50 (cinqüenta) cargos de Procurador Federal na ANAC, observado o disposto na legislação específica*.” [↑](#footnote-ref-199)
199. Ver o art. 5º da Lei nº 11.319, de 6.7.2006, segundo o qual:

     *“Art. 5~~º~~  Os titulares dos cargos referidos no art. 3~~º~~  desta Lei não fazem jus, a partir de 1~~º~~ de abril de 2004, à Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ, de que trata o art. 41 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.”* (Os cargos referidos no art. 3º da Lei são os de Juiz-Presidente e Juiz do Tribunal Marítimo). [↑](#footnote-ref-200)
200. Ver o art. 3° e seguintes da Lei n° 10.769, de 19.11.2003, e disposições da Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.890, de 24.12.2008 (arts 154 a 163). [↑](#footnote-ref-201)
201. Sobre a remuneração dos Procuradores do Banco Central do Brasil, ver a Lei nº 11. 358, de 19.10.2006, e a Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.890, de 24.12.2008. [↑](#footnote-ref-202)
202. Sobre o ingresso na Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil, ver também as seguintes disposições da Lei nº 9.650, de 27.5.1998:

     “*Art. 6o O ingresso no quadro de pessoal do Banco Central do Brasil far-se-á mediante concurso público específico, de provas ou de provas e títulos, no padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo.*

     *§ 1o O concurso público a que se refere o* ***caput*** *deste artigo realizar-se-á:***(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

     I - *em etapa única, para o cargo de Técnico do Banco Central do Brasil;***(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

     *II - em 2 (duas) etapas, ambas de caráter eliminatório, compreendendo a primeira o exame de conhecimentos específicos e, a segunda, o curso de formação, para o cargo de Analista do Banco Central do Brasil;***(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

     *III - na forma estabelecida em ato do Advogado-Geral da União, observada a legislação específica, para o cargo de Procurador do Banco Central do Brasil.***(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

     *§ 2o Para os cargos de Analista do Banco Central do Brasil e de Procurador do Banco Central do Brasil, além do exame de conhecimentos específicos, será obrigatória a realização de prova de títulos, de caráter exclusivamente classificatório.***(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

     *§ 3o O Banco Central do Brasil manterá políticas próprias de recrutamento, seleção e treinamento de pessoal, cabendo à sua Diretoria definir normas específicas e os pré-requisitos de formação e titulação especializada a serem exigidos nos concursos de ingresso, observadas as diretrizes do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado*

     *§ 4o  Para o ingresso no cargo de Técnico do Banco Central do Brasil, na área de especialização voltada à execução e à supervisão das atividades de segurança institucional do Banco Central do Brasil, especialmente no que se refere aos serviços do meio circulante e à proteção de autoridades internas do Banco Central do Brasil, haverá prova de aptidão física e avaliação psicológica.***(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

     *§ 5o O Banco Central do Brasil manterá políticas próprias de recrutamento, seleção e treinamento de pessoal, observadas as diretrizes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.***(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)** [↑](#footnote-ref-203)
203. Ver art. 19 da Lei n° 10.677, de 14 de maio de 2003:

     *“Art. 19. A restrição de que trata o § 1o do art.* *58 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 d**e setembro de 2001, feita aos ocupantes de cargos efetivos estruturados em carreiras não se aplica aos servidores abrangidos pela Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001.”* [↑](#footnote-ref-204)
204. Ver art. 20 da Lei n° 10.667, de 14 de maio de 2003:

     *“Art. 20. O período de afastamento do servidor para servir em organismo internacional, de que o Brasil participe ou com o qual coopere, mantido o vínculo com o regime próprio, será considerado para fins do interstício exigido para incorporação aos proventos de aposentadoria ou pensão de vantagem decorrente de gratificações por desempenho ou produtividade, no âmbito da Administração Pública Federal, considerando-se como pontuação do período de afastamento a que vier a ser obtida pelo servidor no primeiro processo de avaliação concluído após seu retorno ao exercício do cargo efetivo.”* [↑](#footnote-ref-205)
205. Ver a seguir o art. 29 da Lei nº 11.094, de 2004:

     *“Art. 29. Fica transformado em vantagem pessoal nominalmente identificada o valor devido em função das disposições do art. 71 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, sujeito exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral de remuneração dos servidores públicos federais*” [↑](#footnote-ref-206)
206. Segundo o art. 2º, § 4º, do **Decreto nº 5.480, de 30.6.2005, que “***Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, e dá outras providências”*: “*A unidade de correição da Advocacia-Geral da União vincula-se tecnicamente ao Sistema de Correição*”, que tem a Controladoria-Geral da União como Órgão Central do Sistema [art. 2º, I]. [↑](#footnote-ref-207)
207. Ver o art. 11 da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que criou cargos no Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União:

     *“CAPÍTULO II*

     *DA CRIAÇÃO DE CARGOS NO QUADRO DE SERVIDORES DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO*

     *Art. 11. Ficam criados no Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União, de que trata a Lei no 10.480, de 2 de julho de 2002, no Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, os cargos efetivos discriminados no Anexo VI desta Lei.*

     *Parágrafo único. O provimento dos cargos a que se refere o* ***caput*** *deste artigo dar-se-á de forma gradual, de acordo com a disponibilidade orçamentária, em consonância com o disposto no § 1o do art. 169 da Constituição Federal.”*

     *“ANEXO VI*

     *CARGOS DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS CRIADOS NO QUADRO DE PESSOAL DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO*

     |  |  |
     | --- | --- |
     | *CARGO* | *QUANTIDADE* |
     | *Administrador* | *300* |
     | *Estatístico* | *20* |
     | *Contador* | *100* |
     | *Economista* | *60* |
     | *Engenheiro* | *20* |

     [↑](#footnote-ref-208)
208. Ver também o art. 27 da Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009:

     *“Art. 27.  Os cargos efetivos vagos de níveis superior e intermediário, redistribuídos para os Quadros de Pessoal dos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal para a recomposição da força de trabalho, poderão integrar os Planos Especiais de Cargos dos órgãos ou entidades para os quais tiverem sido redistribuídos, desde que observadas as seguintes condições:*

     *I - os cargos a que se refere o caput pertençam aos planos de cargos que deram origem ao Plano Especial de Cargos do órgão ou entidade para o qual foi feita a redistribuição;*

     *II - sejam mantidas as denominações, as atribuições e o nível de escolaridade dos cargos.”* [↑](#footnote-ref-209)
209. V. dispositivo vetado e as razões do veto:

     “Art. 1°

     *§ 2~~º~~ Na hipótese da opção mencionada no § 1~~º~~, o servidor poderá permanecer em exercício na AGU, não fazendo jus à percepção da Gratificação Temporária, instituída pela Lei no 9.028, de 12 de abril de 1995, e da Gratificação de Representação de Gabinete*."

     Razões do veto

     "*Essa vedação provocaria uma saída forçada e abrupta dos servidores que hoje estão em exercício na AGU, sem a possibilidade de reposição rápida e eficaz, já que a criação de um plano de carreira específico demandará, ainda, algum tempo de análise e tramitação, gerando deficiência na continuidade do serviço público*." [↑](#footnote-ref-210)
210. A Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008,convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009, que inseriu diversas alterações nesta Lei, traz outras disposições de interesse para os servidores por ela abrangidos, como as seguintes:

     “*CAPÍTULO VI*

     *DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS*

     *Art. 311.  Não são cumulativos os valores eventualmente percebidos, a título de vencimento básico ou gratificações de desempenho ou gratificações de exercício, pelos servidores ativos ou aposentados ou pelos pensionistas com base na legislação vigente em 29 de agosto de 2008 com os valores de parcelas de mesma natureza decorrentes da aplicação desta Lei aos vencimentos ou proventos da aposentadoria ou pensões.*

     *§ 1o  Observado o disposto no caput deste artigo, os valores eventualmente percebidos pelo servidor a título de vencimentos ou proventos da aposentadoria ou pensões, de 1o de julho de 2008 até 29 de agosto de 2008 deverão ser deduzidos dos valores devidos ao servidor a título de vencimentos ou proventos da aposentadoria ou pensões, conforme a Carreira ou Plano de Carreiras e Cargos a que pertença o servidor.*

     *§ 2o  Para fins do disposto no § 1o deste artigo, os vencimentos compreendem a soma do vencimento básico com as vantagens permanentes relativas ao cargo, conforme disposto na Lei no 8.852, de 4 de fevereiro de 1994..*

     *Art. 320.  Aplicam-se aos servidores, órgãos e entidades abrangidos por esta Lei as disposições referentes à sistemática para avaliação de desempenho dos servidores de cargos de provimento efetivo e dos ocupantes dos cargos de provimento em comissão instituída por intermédio do art. 140 da Lei no 11.784, de 22 de setembro de 2008, salvo disposição expressa em legislação específica.*

     *Art. 322.  A implementação dos efeitos financeiros decorrentes da criação de vantagens, das alterações de vencimentos, subsídios e remunerações e das reestruturações de Carreiras ou cargos instituídas por meio de leis ou medidas provisórias até 31 de dezembro de 2008 nos exercícios de 2009, 2010 e 2011 fica condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira para a realização da despesa, conforme estimativa feita nos termos do art. 17 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, no momento do encaminhamento das respectivas proposições legislativas.*

     *§ 1o  A demonstração da existência de disponibilidade orçamentária e financeira de que trata o caput deste artigo caberá aos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda, a ser efetuada por meio do relatório de que trata o art. 52 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, até 60 (sessenta) dias antes do início dos efeitos financeiros referidos no caput deste artigo.*

     *§ 2o  O comportamento da receita corrente líquida e as medidas adotadas para o cumprimento das metas de resultados fiscais no período considerado poderão ensejar a antecipação ou a postergação da data de início dos efeitos financeiros referidos no caput deste artigo, em cada exercício financeiro..”* [↑](#footnote-ref-211)
211. Ver o disposto no art. 25 da Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009):

     “*Art. 25.  O servidor titular de cargo de provimento efetivo, regido pela Lei no 8.112, de 1990, pertencente aos quadros de pessoal de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, enquanto estiver em exercício no âmbito do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS, perceberá as gratificações a que faria jus em virtude da titularidade de seu cargo efetivo, calculada com base nas regras aplicáveis, como se estivesse em efetivo exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação.*

     *Parágrafo único.  A atuação do servidor no ambiente físico de funcionamento das unidades do SIASS não implica mudança de órgão ou entidade de lotação ou de exercício.****”*** [↑](#footnote-ref-212)
212. Ver o disposto no art. 25 da Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009):

     “*Art. 25.  O servidor titular de cargo de provimento efetivo, regido pela Lei no 8.112, de 1990, pertencente aos quadros de pessoal de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, enquanto estiver em exercício no âmbito do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS, perceberá as gratificações a que faria jus em virtude da titularidade de seu cargo efetivo, calculada com base nas regras aplicáveis, como se estivesse em efetivo exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação.*

     *Parágrafo único.  A atuação do servidor no ambiente físico de funcionamento das unidades do SIASS não implica mudança de órgão ou entidade de lotação ou de exercício.****”*** [↑](#footnote-ref-213)
213. Ver o art. 8º da Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011:

     “*Art. 8º As alterações decorrentes do disposto no art. 7º desta Lei produzem efeitos financeiros a contar de 2 de junho de 2011 para os servidores que, em 1º de junho de 2011, se encontravam recebendo a Gratificação de Representação de Gabinete ou a Gratificação Temporária.*

     *Parágrafo único. Os efeitos retroativos de que trata o* ***caput*** *deste artigo somente serão devidos durante o período em que o servidor continuou preenchendo as condições para o recebimento da Gratificação de Representação de Gabinete ou da Gratificação Temporária*.” [↑](#footnote-ref-214)
214. V. dispositivo vetado e as razões do veto:

     "Art. 8o

     *Parágrafo único. Os Procuradores da Fazenda Nacional designados representantes judiciais da União nos termos do art. 69 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993, poderão continuar percebendo a Gratificação Temporária até que seja fixada a nova remuneração da Carreira*."

     Razões do veto

     "*A fixação de nova remuneração para a Carreira já ocorreu com a edição da Medida Provisória n° 43, de 25 de junho de 2002, tornando prejudicado o dispositivo*." [↑](#footnote-ref-215)
215. As Leis Complementares nº 124 e nº 125, de 3 de janeiro de 2007, que criaram, respectivamente, a SUDAM e a SUDENE, autarquias federais de natureza especial (arts. 1º), preveem em suas composições uma “*Procuradoria-Geral, vinculada à Advocacia-Geral da União*” (arts. 7º, III).

     Nas razões de veto aos arts. 12 das referidas Leis Complementares −**Mensagens nºs 1 e 2, de 3 de janeiro de 2007−**consta o seguinte:

     *“Ouvida, também, a Advocacia-Geral da União manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:*

     *Art. 12*

     *“Art. 12.  O Superintendente será o representante da Sudam, em juízo ou fora dele.”*(LC 123, de 2007)

     *“Art. 12.  O Superintendente será o representante da Sudene, em juízo ou fora dele.”* (LC 124, de 2007)

     *Razões do veto*

     *“A Constituição Federal, em seu art. 131, confere à Advocacia-Geral da União a atividade de representação judicial e extrajudicial da União, seja diretamente, seja através de órgão vinculado.*

     *O órgão vinculado a que se refere o art. 131 da Carta Magna é a Procuradoria-Geral Federal, criada pela Lei no 10.480, de 2 de julho de 2002, com a atribuição de representar, judicial e extrajudicialmente, as autarquias federais.*

     *Assim, na análise das normas supramencionadas, conclui-se que à Procuradoria-Geral Federal cabe a representação judicial e extrajudicial das autarquias federais. E essa orientação não é fielmente observada pelo projeto, ao atribuir ao Superintendente a representação em juízo ou fora dele, podendo dar ensejo a questionamentos judiciais se interpretada como forma de delegar a competência atribuída à Advocacia-Geral da União ao dirigente máximo da autarquia.”* [↑](#footnote-ref-216)
216. Ver a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil − ANAC:

     “*Art. 9o A ANAC terá como órgão de deliberação máxima a Diretoria, contando, também, com uma* ***Procuradoria****, uma Corregedoria, um Conselho Consultivo e uma Ouvidoria, além das unidades especializadas*.”

     “*Art. 17. A* ***representação judicial*** *da ANAC, com prerrogativas processuais de Fazenda Pública, será exercida pela* ***Procuradoria***.” [↑](#footnote-ref-217)
217. Ver, a seguir, disposições da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, sobre a Procuradoria Federal Especializada junto ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica):

     *“Art. 15.  Funcionará junto ao Cade Procuradoria Federal Especializada, competindo-lhe:*

     *I - prestar consultoria e assessoramento jurídico ao Cade;*

     *II - representar o Cade judicial e extrajudicialmente;*

     *III - promover a execução judicial das decisões e julgados do Cade;*

     *IV - proceder à apuração da liquidez dos créditos do Cade, inscrevendo-os em dívida ativa para fins de cobrança administrativa ou judicial;*

     *V - tomar as medidas judiciais solicitadas pelo Tribunal ou pela Superintendência-Geral, necessárias à cessação de infrações da ordem econômica ou à obtenção de documentos para a instrução de processos administrativos de qualquer natureza;*

     *VI - promover acordos judiciais nos processos relativos a infrações contra a ordem econômica, mediante autorização do Tribunal;*

     *VII - emitir, sempre que solicitado expressamente por Conselheiro ou pelo Superintendente-Geral, parecer nos processos de competência do Cade, sem que tal determinação implique a suspensão do prazo de análise ou prejuízo à tramitação normal do processo;*

     *VIII - zelar pelo cumprimento desta Lei; e*

     *IX - desincumbir-se das demais tarefas que lhe sejam atribuídas pelo regimento interno.*

     *Parágrafo único.  Compete à Procuradoria Federal junto ao Cade, ao dar execução judicial às decisões da Superintendência-Geral e do Tribunal, manter o Presidente do Tribunal, os Conselheiros e o Superintendente-Geral informados sobre o andamento das ações e medidas judiciais.*

     *Art. 16.  O Procurador-Chefe será nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovado pelo Senado Federal, dentre cidadãos brasileiros com mais de 30 (trinta) anos de idade, de notório conhecimento jurídico e reputação ilibada.*

     *§ 1o  O Procurador-Chefe terá mandato de 2 (dois) anos, permitida sua recondução para um único período.*

     *§ 2o  O Procurador-Chefe poderá participar, sem direito a voto, das reuniões do Tribunal, prestando assistência e esclarecimentos, quando requisitado pelos Conselheiros, na forma do Regimento Interno do Tribunal.*

     *§ 3o  Aplicam-se ao Procurador-Chefe as mesmas normas de impedimento aplicáveis aos Conselheiros do Tribunal, exceto quanto ao comparecimento às sessões.*

     *§ 4o  Nos casos de faltas, afastamento temporário ou impedimento do Procurador-Chefe, o Plenário indicará e o Presidente do Tribunal designará o substituto eventual dentre os integrantes da Procuradoria Federal Especializada.*

     *Art. 113.  Visando a implementar a transição para o sistema de mandatos não coincidentes, as nomeações dos Conselheiros observarão os seguintes critérios de duração dos mandatos, nessa ordem:*

     *I - 2 (dois) anos para os primeiros 2 (dois) mandatos vagos; e*

     *II - 3 (três) anos para o terceiro e o quarto mandatos vagos.*

     *§ 1o  Os mandatos dos membros do Cade e do Procurador-Chefe em vigor na data de promulgação desta Lei serão mantidos e exercidos até o seu término original, devendo as nomeações subsequentes à extinção desses mandatos observar o disposto neste artigo.*

     *§ 2o  Na hipótese do § 1o deste artigo, o Conselheiro que estiver exercendo o seu primeiro mandato no Cade, após o término de seu mandato original, poderá ser novamente nomeado no mesmo cargo, observado o disposto nos incisos I e II do caput deste artigo.*

     *§ 3o  O Conselheiro que estiver exercendo o seu segundo mandato no Cade, após o término de seu mandato original, não poderá ser novamente nomeado para o período subsequente.*

     *§ 4o  Não haverá recondução para o Procurador-Chefe que estiver exercendo mandato no Cade, após o término de seu mandato original, podendo ele ser indicado para permanecer no cargo na forma do art. 16 desta Lei.*

     *Art. 128.  Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.”*  [↑](#footnote-ref-218)
218. Ver **o art. 5º e o Anexo II da Lei nº 10.871, de 2004:**

     *“Art. 5º O Procurador-Geral Federal definirá a distribuição de cargos de Procurador Federal nas Procuradorias das Agências Reguladoras, observados os quantitativos estabelecidos no Anexo II desta Lei.”*

     *“ANEXO II*

     **(Redação dada pela Lei nº 11.292, de 26.4.2006)**

     *CARGOS DE PROCURADOR FEDERAL A SEREM DISTRIBUÍDOS ÀS AGÊNCIAS REGULADORAS*

     |  |  |
     | --- | --- |
     | *AUTARQUIA ESPECIAL* | *QUANTIDADE* |
     | *ANA* | *20* |
     | *ANATEL* | *70* |
     | *ANCINE* | *15* |
     | *ANEEL* | *35* |
     | *ANP* | *40* |
     | *ANS* | *40* |
     | *ANTAQ* | *20* |
     | *ANTT* | *55* |
     | *ANVISA* | *40* |
     | *ANAC* | *50* |

     Ver**o art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.871, de 2004:** [↑](#footnote-ref-219)
219. *“Art. 5º*

     *§ 1º É vedada a remoção, a transferência ou a mudança de exercício a pedido, com ou sem mudança de sede, de Procurador Federal designado para ter exercício nas entidades referidas no Anexo I desta Lei, nos primeiros 36 (trinta e seis) meses a contar da data da investidura no cargo.”*

     Ver **o art. 5º, § 2º, da Lei nº 10.871, de 2004:**

     *“Art. 5º*

     *§ 2º Ficam criados, na Carreira de Procurador Federal de que trata o art. 36 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, regidos pelas leis e normas próprias aplicáveis a ela, 64 (sessenta e quatro) cargos efetivos de Procurador Federal, destinados ao exercício das atribuições estabelecidas no art. 37 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no âmbito das respectivas unidades de exercício.”*

     Ver o art. 41 da Lei nº 11.182, de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil − ANAC: [↑](#footnote-ref-220)
220. Ver o art. 41 da Lei nº 11.182, de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil − ANAC:

     “*Art. 41. Ficam criados 50 (cinqüenta) cargos de Procurador Federal na ANAC, observado o disposto na legislação específica*.” [↑](#footnote-ref-221)
221. Ver as disposições do art. 31 da Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009):

     “*Art. 31.  O ingresso na carreira de Procurador Federal ocorre na categoria inicial, mediante nomeação, em caráter efetivo, de candidatos habilitados em concurso público, de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação, exigindo-se diploma de Bacharel em Direito.*

     *§ 1o  Os concursos serão disciplinados pelo Advogado-Geral da União, presente, nas bancas examinadoras respectivas, a Ordem dos Advogados do Brasil.*

     *§ 2o  O candidato, no momento da inscrição, há de comprovar um mínimo de dois anos de prática forense.*

     *§ 3o  Considera-se título, para o fim previsto neste artigo, além de outros regularmente admitidos em direito, o exercício profissional de consultoria, assessoria e diretoria, bem como o desempenho de cargo, emprego ou função de nível superior, com atividades eminentemente jurídicas.*

     *§ 4o  Aplica-se o disposto neste artigo à Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil*. ” [↑](#footnote-ref-222)
222. V. dispositivos vetados e as razões dos vetos:

     "*Art. 16. A Carreira de Assistente Jurídico, da Advocacia-Geral da União, passa a denominar-se Carreira de Consultor Jurídico Federal.*

     *§ 1~~°~~ Os cargos efetivos da Carreira de que trata o* ***caput****, vagos e ocupados, passam a denominar-se Consultor Jurídico Federal.*

     *§ 2~~°~~ O disposto no § 1~~°~~ não se aplica aos atuais cargos de Assistente Jurídico cuja inclusão em quadro suplementar está prevista no art. 46 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.*

     *§ 3~~°~~ Os atuais cargos em comissão de Consultor Jurídico, existentes nos Ministérios, são transformados em cargos de igual natureza, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS 101.5, de Chefe de Consultoria Jurídica*."

     Razões do veto

     "*Trata-se de medida que restou prejudicada com a edição da Medida Provisória n° 43, de 25 de junho de 2002, cujo art. 11 transforma os cargos de Assistente Jurídico da respectiva carreira da Advocacia-Geral da União em cargos de Advogado da União da Carreira de igual denominação*." [↑](#footnote-ref-223)
223. V. a vigência da Lei **13.326, de 29.8.16:**

     “*Art. 54. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:*

     *I - na data de sua publicação, quanto aos arts. 28 a 48;*

     *II - a partir de 1o de agosto de 2016 ou, se posterior, a partir da data de sua publicação, nas hipóteses em que não estiver especificada outra data nesta Lei ou em seus anexos*.” [↑](#footnote-ref-224)
224. V. o conteúdo do art. 1º e as razões de seu veto:

     "*Art. 1o Esta Lei reestrutura as Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, de Advogado da União, de Procurador Federal, de Procurador do Banco Central do Brasil e de Defensor Público da União, aumentando o vencimento básico e reduzindo os patamares de remuneração dessas carreiras*."

     Razões do veto

     "*Da leitura do presente artigo, presume-se que o legislador pretendeu observar a norma contida no art. 7o da Lei Complementar no 95, de 26 de fevereiro de 1998, que determina que o primeiro artigo da lei indicará o seu objeto e o respectivo âmbito de aplicação.*

     *Entretanto, por força de sua redação, é recomendável o veto ao referido artigo em razão do equívoco que sua parte final poderá causar ao intérprete, no sentido de que o mencionado artigo estaria reduzindo a remuneração das carreiras jurídicas ali declinadas, o que conflita com o § 3o do art. 4o do projeto de lei ora examinado.*

     *Portanto, por não refletir com exatidão as regras fixadas nos demais artigos do projeto de lei, que, na realidade, asseguram aumento de remuneração, sugere-se o veto do citado art. 1o.*" [↑](#footnote-ref-225)
225. Ver a Lei nº 11.358, de 2006, que fixa o subsídio das carreiras da AGU. [↑](#footnote-ref-226)
226. Ver a Lei nº 11.358, de 2006, que fixa o subsídio das carreiras da AGU. [↑](#footnote-ref-227)
227. Ver a Lei nº 11.358, de 2006, que fixa o subsídio das carreiras da AGU. [↑](#footnote-ref-228)
228. V. O ANEXO XXXV DA LEI Nº 13.327, DE 29.7.2016 – TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DA ÁREA JURÍDICA. [↑](#footnote-ref-229)
229. Ver a seguir disposições da Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.890, de 24.12.2008, sobre as carreiras de que trata os incisos I a V deste artigo:

     *“Seção II*

     *Das Carreiras da Área Jurídica*

     *Art. 5o O  Anexo I da Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar na forma do Anexo III  desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.*

     *Art. 6o Os ocupantes dos cargos de que tratam os incisos I a III e V do* ***caput*** *e o § 1º do art. 1º da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, são impedidos de exercer outra atividade, pública ou privada, potencialmente causadora de conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.* **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 29.7.2016)**

     *Parágrafo único.  Na hipótese em que o exercício de outra atividade não configure conflito de interesses, o servidor deverá observar o cumprimento da jornada do cargo, o horário de funcionamento do órgão ou da entidade e o dever de disponibilidade ao serviço público.***(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 29.7.2016)**

     *Art. 7o  Os integrantes das Carreiras e os titulares de cargos a que se referem os incisos I, II, III e V do caput e o § 1o do art. 1o da Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do respectivo órgão de lotação nas seguintes hipóteses:*

     *I - requisição pela Presidência ou Vice-Presidência da República;*

     *II - cessões para o exercício de cargo em comissão de nível CJ-3 ou superior em gabinete de Ministro do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior;*

     *III - cessões para o exercício de cargo em comissão de nível CC-6 ou superior no Gabinete do Procurador-Geral da República;*

     *IV - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou  superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em órgãos do Poder Executivo ou do Poder Legislativo da União, ou de suas autarquias e fundações públicas;*

     *V - exercício de cargo em comissão nos órgãos da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral Federal, da Procuradoria do Banco Central do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;*

     *VI - exercício de cargo, função ou encargo de titular de órgão jurídico da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional;*

     *VII - exercício provisório ou prestação de colaboração temporária, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, em órgãos da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria Geral Federal, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou da Procuradoria do Banco Central do Brasil;*

     *VIII - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal;*

     *IX - exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes;***(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010)**

     *X - no caso de ocupantes dos cargos efetivos de Procurador Federal, para atuar no Conselho de Recursos da Previdência Social; e*

     *XI - no caso de Procurador da Fazenda Nacional, nos seguintes órgãos do Ministério da Fazenda:*

     *a) Gabinete do Ministro de Estado;*

     *b) Secretaria-Executiva;*

     *c) Escola de Administração Fazendária; e*

     *d) Conselho de Contribuintes.*

     *§ 1o Ressalvado o disposto no inciso I do caput deste artigo, não se aplicam as hipóteses de requisição previstas em lei nos casos em que a cessão não esteja autorizada por este artigo.”* **(Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010)**

     *§ 2o Durante o estágio probatório os integrantes das carreiras de que trata este artigo somente poderão ser cedidos para ocupar cargo em comissão de nível DAS-6 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e superiores, ou equivalentes.***” (Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010)** [↑](#footnote-ref-230)
230. Ver a nota referente ao *caput* deste artigo. [↑](#footnote-ref-231)
231. Ver a nota referente ao *caput* deste artigo. [↑](#footnote-ref-232)
232. Ver a nota referente ao *caput* deste artigo. [↑](#footnote-ref-233)
233. Ver a nota referente ao *caput* deste artigo e o art. 8º da Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.890, de 24.12.2008:

     *Art. 8o Os Defensores Públicos da União somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do respectivo órgão de lotação nas seguintes hipóteses:*

     *I - requisição pela Presidência ou Vice-Presidência da República;*

     *II - cessões para o exercício de cargo em comissão de nível CJ-3 ou superior em gabinete de Ministro do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior;*

     *III - cessões para o exercício de cargo em comissão de nível CC-6 ou superior no Gabinete do Procurador-Geral da República;*

     *IV - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;*

     *V - exercício de cargo em comissão ou encargo nos órgãos da Defensoria Pública da União;*

     *VI - exercício provisório ou prestação de colaboração temporária, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, em órgãos da Defensoria Pública da União;*

     *VII - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal;*

     *VIII - exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes;***(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010)**

     *IX - exercício no Gabinete do Ministro de Estado ou na Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça.*

     *Parágrafo único.  Ressalvado o disposto no inciso I do caput deste artigo, não se aplicam as hipóteses de requisição previstas em lei nos casos em que a cessão não esteja autorizada por este artigo.* [↑](#footnote-ref-234)
234. Ver a nota referente ao *caput* deste artigo. [↑](#footnote-ref-235)
235. Ver a nota referente ao *caput* deste artigo. [↑](#footnote-ref-236)
236. V. O ANEXO XXXV DA LEI Nº 13.327, DE 29.7.2016 – TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DA ÁREA JURÍDICA. [↑](#footnote-ref-237)
237. Ver regras de vigência desta Lei:

     “Art.51.EstaLeientraemvigor:

     I-nadatadesuapublicação,paraodispostonosarts.40,41,47,48,49e50destaLei;

     II-noprimeirodiaútildosegundomêssubseqüenteàdatadesuapublicação,emrelaçãoaosdemaisdispositivosdestaLei. [↑](#footnote-ref-238)
238. Regulamentado pelo Decreto nº 6.131, de 21.6.2007. [↑](#footnote-ref-239)
239. Este parágrafo foi regulamentado pelo Decreto nº 6.248, de 25 de outubro de 2007. [↑](#footnote-ref-240)
240. Ver o art. 22 do Decreto nº 6.119, de 25.5.2007:

     “*Art. 2º O Advogado-Geral da União, no prazo de sessenta dias, contado da data de publicação deste Decreto, editará os atos dispondo sobre a competência, a estrutura e o funcionamento da Procuradoria-Geral Federal, no que se refere ao disposto no art. 22 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007*.” [↑](#footnote-ref-241)
241. Ver o art. 12, I, da Lei Complementar nº 73, de 1993, segundo o qual:

     *“Art. 12. À Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, órgão administrativamente subordinado ao titular do Ministério da Fazenda, compete especialmente:*

     *I - apurar a liquidez e certeza da dívida ativa da União de natureza tributária, inscrevendo-a para fins de cobrança, amigável ou judicial.*

     *II - representar privativamente a União, na execução de sua dívida ativa de* ***caráter tributário****”*. [↑](#footnote-ref-242)
242. Ver o disposto no art. 25 da Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009:

     “*Art. 25.  O servidor titular de cargo de provimento efetivo, regido pela Lei no 8.112, de 1990, pertencente aos quadros de pessoal de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, enquanto estiver em exercício no âmbito do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS, perceberá as gratificações a que faria jus em virtude da titularidade de seu cargo efetivo, calculada com base nas regras aplicáveis, como se estivesse em efetivo exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação.*

     *Parágrafo único.  A atuação do servidor no ambiente físico de funcionamento das unidades do SIASS não implica mudança de órgão ou entidade de lotação ou de exercício*.” [↑](#footnote-ref-243)
243. Ver o disposto no art. 25 da Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009:

     *“Art. 25.  O servidor titular de cargo de provimento efetivo, regido pela Lei no 8.112, de 1990, pertencente aos quadros de pessoal de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, enquanto estiver em exercício no âmbito do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS, perceberá as gratificações a que faria jus em virtude da titularidade de seu cargo efetivo, calculada com base nas regras aplicáveis, como se estivesse em efetivo exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação.*

     *Parágrafo único.  A atuação do servidor no ambiente físico de funcionamento das unidades do SIASS não implica mudança de órgão ou entidade de lotação ou de exercício*.” [↑](#footnote-ref-244)
244. A Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009, atribuiu o número ‘V’ a este inciso. Todavia, pela semelhança da redação, supõe-se tratar do inciso ‘IV’. [↑](#footnote-ref-245)
245. Ver o Decreto nº 6.852, de 15.5.2009. [↑](#footnote-ref-246)
246. Ver o Decreto nº 6.852, de 15.5.2009. [↑](#footnote-ref-247)
247. O § 4º do art. 1º e o art. 2º da Lei nº 9.469, de 10.7.1997, foram regulamentados pelo Decreto nº 10.201, de 15.1.2020, que revogou o Capítulo II deste Decreto nº 2.346, de 10.10.1997. [↑](#footnote-ref-248)
248. A Medida Provisória nº 449, de 3.12.2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009, alterou os arts. 1º, 2º e 3º e acrescentou os arts. 1º-A, 1º-B, 1º-C, 7º-A e 10-A da Lei nº 9. 469, de 10 de julho de 1997. [↑](#footnote-ref-249)
249. Ver o art. 1º-B do mesmo Decreto, incluído pelo Decreto nº 8.157, de 18.12.2013, que atribui essa competência exclusivamente ao Advogado-Geral da União em conjunto com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão. [↑](#footnote-ref-250)
250. Ver o § 3º do art. 1º deste Decreto, que faculta ao Presidente da República essa extensão. [↑](#footnote-ref-251)
251. Ver disposições da Lei nº 10.522, de 2002:

     *Art. 19. Fica a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional dispensada de contestar, de oferecer contrarrazões e de interpor recursos, e fica autorizada a desistir de recursos já interpostos, desde que inexista outro fundamento relevante, na hipótese em que a ação ou a decisão judicial ou administrativa versar sobre:* **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *I - matérias de que trata o art. 18;*

     *II - tema que seja objeto de parecer, vigente e aprovado, pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional, que conclua no mesmo sentido do pleito do particular;*  **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *III - (VETADO).* **(Incluído pela Lei nº 12.788, de 2013)**

     *IV - tema sobre o qual exista súmula ou parecer do Advogado-Geral da União que conclua no mesmo sentido do pleito do particular;*   **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *V - tema fundado em dispositivo legal que tenha sido declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle difuso e tenha tido sua execução suspensa por resolução do Senado Federal, ou tema sobre o qual exista enunciado de súmula vinculante ou que tenha sido definido pelo Supremo Tribunal Federal em sentido desfavorável à Fazenda Nacional em sede de controle concentrado de constitucionalidade;* **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *VI - tema decidido pelo Supremo Tribunal Federal, em matéria constitucional, ou pelo Superior Tribunal de Justiça, pelo Tribunal Superior do Trabalho, pelo Tribunal Superior Eleitoral ou pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, no âmbito de suas competências, quando:***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *a) for definido em sede de repercussão geral ou recurso     repetitivo; ou* **(Incluída pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *b) não houver viabilidade de reversão da tese firmada em sentido desfavorável à Fazenda Nacional, conforme critérios definidos em ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional; e***(Incluída pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *VII - tema que seja objeto de súmula da administração tributária federal de que trata o art. 18-A desta Lei.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1o Nas matérias de que trata este artigo, o Procurador da Fazenda Nacional que atuar no feito deverá, expressamente:***(Redação dada pela Lei nº 12.844, de 2013)**

     *I - reconhecer a procedência do pedido, quando citado para apresentar resposta, inclusive em embargos à execução fiscal e exceções de pré-executividade, hipóteses em que não haverá condenação em honorários; ou***(Incluído pela Lei nº 12.844, de 2013)**

     *II - manifestar o seu desinteresse em recorrer, quando intimado da decisão judicial.* **(Incluído pela Lei nº 12.844, de 2013)**

     *§ 2o A sentença, ocorrendo a hipótese do § 1o, não se subordinará ao duplo grau de jurisdição obrigatório.*

     *§ 3º (Revogado);***(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 4o (Revogado);***(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 5º (Revogado);***(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 6o (VETADO).*(**Incluído pela Lei nº 12.788, de 2013)**

     *§7º (Revogado).***(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 8º  O parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que examina a juridicidade de proposições normativas não se enquadra no disposto no inciso II do caput deste artigo.* **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 9º  A dispensa de que tratam os incisos V e VI do caput deste artigo poderá ser estendida a tema não abrangido pelo julgado, quando a ele forem aplicáveis os fundamentos determinantes extraídos do julgamento paradigma ou da jurisprudência consolidada, desde que inexista outro fundamento relevante que justifique a impugnação em juízo.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 10.  O disposto neste artigo estende-se, no que couber, aos demais meios de impugnação às decisões judiciais.***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 11.  O disposto neste artigo aplica-se a todas as causas em que as unidades da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional devam atuar na qualidade de representante judicial ou de autoridade coatora.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 12.  Os órgãos do Poder Judiciário e as unidades da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderão, de comum acordo, realizar mutirões para análise do enquadramento de processos ou de recursos nas hipóteses previstas neste artigo e celebrar negócios processuais com fundamento no disposto no art. 190 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 13.  Sem prejuízo do disposto no § 12 deste artigo, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional regulamentará a celebração de negócios jurídicos processuais em seu âmbito de atuação, inclusive na cobrança administrativa ou judicial da dívida ativa da União.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-A. Os Auditores-Fiscais da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil não constituirão os créditos tributários relativos aos temas de que trata o art. 19 desta Lei, observado:***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *I - o disposto no parecer a que se refere o inciso II do caput do art. 19 desta Lei, que será aprovado na forma do art. 42 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, ou que terá concordância com a sua aplicação pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia;***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *II - o parecer a que se refere o inciso IV do caput do art. 19 desta Lei, que será aprovado na forma do disposto no art. 40 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, ou que, quando não aprovado por despacho do Presidente da República, terá concordância com a sua aplicação pelo Ministro de Estado da Economia; ou***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *III - nas hipóteses de que tratam o inciso VI do caput e o § 9º do art. 19 desta Lei, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional deverá manifestar-se sobre as matérias abrangidas por esses dispositivos.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1º  Os Auditores-Fiscais da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia adotarão, em suas decisões, o entendimento a que estiverem vinculados, inclusive para fins de revisão de ofício do lançamento e de repetição de indébito administrativa.***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 2º  O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, aos responsáveis pela retenção de tributos e, ao emitirem laudos periciais para atestar a existência de condições que gerem isenção de tributos, aos serviços médicos oficiais.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-B.  Os demais órgãos da administração pública que administrem créditos tributários e não tributários passíveis de inscrição e de cobrança pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional encontram-se dispensados de constituir e de promover a cobrança com fundamento nas hipóteses de dispensa de que trata o art. 19 desta Lei.***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Parágrafo único.  A aplicação do disposto no caput deste artigo observará, no que couber, as disposições do art. 19-A desta Lei.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-C.  A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá dispensar a prática de atos processuais, inclusive a desistência de recursos interpostos, quando o benefício patrimonial almejado com o ato não atender aos critérios de racionalidade, de economicidade e de eficiência.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1º  O disposto no caput deste artigo inclui o estabelecimento de parâmetros de valor para a dispensa da prática de atos processuais.***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 2º  A aplicação do disposto neste artigo não implicará o reconhecimento da procedência do pedido formulado pelo autor.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 3º  O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, à atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional no âmbito do contencioso administrativo fiscal.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-D.  À Procuradoria-Geral da União, à Procuradoria-Geral Federal e à Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil aplica-se, no que couber, o disposto nos arts. 19, 19-B e 19-C desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1º  Aos órgãos da administração pública federal direta, representados pela Procuradoria-Geral da União, e às autarquias e fundações públicas, representadas pela Procuradoria-Geral Federal ou pela Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 19-B desta Lei.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 2º  Ato do Advogado-Geral da União disciplinará o disposto neste artigo.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-E. Em caso de empate no julgamento do processo administrativo de determinação e exigência do crédito tributário, não se aplica o voto de qualidade a que se refere o § 9º do art. 25 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, resolvendo-se favoravelmente ao contribuinte.* **(Incluído pela Lei nº 13.988, de 2020)**

     *Art. 20.  Serão arquivados, sem baixa na distribuição, por meio de requerimento do Procurador da Fazenda Nacional, os autos das execuções fiscais de débitos inscritos em dívida ativa da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou por ela cobrados, de valor consolidado igual ou inferior àquele estabelecido em ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional.* **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1o Os autos de execução a que se refere este artigo serão reativados quando os valores dos débitos ultrapassarem os limites indicados.*

     *§ 2o Serão extintas, mediante requerimento do Procurador da Fazenda Nacional, as execuções que versem exclusivamente sobre honorários devidos à Fazenda Nacional de valor igual ou inferior a R$ 1.000,00 (mil reais).* **(Redação dada pela Lei nº 11.033, de 2004)**

     *§ 3o***(Revogado pela Lei nº 13.043, de 2014)**

     *§ 4o No caso de reunião de processos contra o mesmo devedor, na forma do art. 28 da Lei no 6.830, de 22 de setembro de 1980, para os fins de que trata o limite indicado no* ***caput*** *deste artigo, será considerada a soma dos débitos consolidados das inscrições reunidas.* **(Incluído pela Lei nº 11.033, de 2004)**

     *Art. 20-A.  Nos casos de execução contra a Fazenda Nacional, é a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não opor embargos, quando o valor pleiteado pelo exequente for inferior àquele fixado em ato do Ministro da Fazenda.* **(Incluído pela Lei nº 12.649, de 2012)**

     *Art. 20-B. Inscrito o crédito em dívida ativa da União, o devedor será notificado para, em até cinco dias, efetuar o pagamento do valor atualizado monetariamente, acrescido de juros, multa e demais encargos nela indicados.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *§ 1o  A notificação será expedida por via eletrônica ou postal para o endereço do devedor e será considerada entregue depois de decorridos quinze dias da respectiva expedição.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *§ 2o  Presume-se válida a notificação expedida para o endereço informado pelo contribuinte ou responsável à Fazenda Pública.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *§ 3o  Não pago o débito no prazo fixado no* ***caput****deste artigo, a Fazenda Pública poderá:* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *I - comunicar a inscrição em dívida ativa aos órgãos que operam bancos de dados e cadastros relativos a consumidores e aos serviços de proteção ao crédito e congêneres; e* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *II - averbar, inclusive por meio eletrônico, a certidão de dívida ativa nos órgãos de registro de bens e direitos sujeitos a arresto ou penhora, tornando-os indisponíveis.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Art. 20-C.  A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá condicionar o ajuizamento de execuções fiscais à verificação de indícios de bens, direitos ou atividade econômica dos devedores ou corresponsáveis, desde que úteis à satisfação integral ou parcial dos débitos a serem executados.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Parágrafo único. Compete ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional definir os limites, critérios e parâmetros para o ajuizamento da ação de que trata o* ***caput****deste artigo, observados os critérios de racionalidade, economicidade e eficiência.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Art. 20-D.  Sem prejuízo da utilização das medidas judicias para recuperação e acautelamento dos créditos inscritos, se houver indícios da prática de ato ilícito previsto na legislação tributária, civil e empresarial como causa de responsabilidade de terceiros por parte do contribuinte, sócios, administradores, pessoas relacionadas e demais responsáveis, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá, a critério exclusivo da autoridade fazendária:* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *I - notificar as pessoas de que trata o* ***caput*** *deste artigo ou terceiros para prestar depoimentos ou esclarecimentos;* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *II - requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como dos órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *III - instaurar procedimento administrativo para apuração de responsabilidade por débito inscrito em dívida ativa da União, ajuizado ou não, observadas, no que couber, as disposições da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Art. 20-E. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional editará atos complementares para o fiel cumprimento do disposto nos arts. 20-B, 20-C e 20-D desta Lei.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Art. 21. Fica isento do pagamento dos honorários de sucumbência o autor da demanda de natureza tributária, proposta contra a União (Fazenda Nacional), que desistir da ação e renunciar ao direito sobre que ela se funda, desde que:*

     *I - a decisão proferida no processo de conhecimento não tenha transitado em julgado;*

     *II - a renúncia e o pedido de conversão dos depósitos judiciais em renda da União sejam protocolizados até 15 de setembro de 1997.*

     *Art. 22. O pedido poderá ser homologado pelo juiz, pelo relator do recurso, ou pelo presidente do tribunal, ficando extinto o crédito tributário, até o limite dos depósitos convertidos.*

     *§ 1o Na hipótese de a homologação ser da competência do relator ou do presidente do tribunal, incumbirá ao autor peticionar ao juiz de primeiro grau que houver apreciado o feito, informando a homologação da renúncia para que este determine, de imediato, a conversão dos depósitos em renda da União, independentemente do retorno dos autos do processo ou da respectiva ação cautelar à vara de origem.*

     *§ 2o A petição de que trata o § 1o deverá conter o número da conta a que os depósitos estejam vinculados e virá acompanhada de cópia da página do órgão oficial onde tiver sido publicado o ato homologatório.*

     *§ 3o Com a renúncia da ação principal deverão ser extintas todas as ações cautelares a ela vinculadas, nas quais não será devida verba de sucumbência.*

     *Art. 23. O ofício para que o depositário proceda à conversão de depósito em renda deverá ser expedido no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da data do despacho judicial que acolher a petição.*

     *Art. 24. As pessoas jurídicas de direito público são dispensadas de autenticar as cópias reprográficas de quaisquer documentos que apresentem em juízo.*

     *Art. 25.  O termo de inscrição em Dívida Ativa da União, bem como o das autarquias e fundações públicas federais, a Certidão de Dívida Ativa dele extraída e a petição inicial em processo de execução fiscal poderão ser subscritos manualmente, ou por chancela mecânica ou eletrônica, observadas as disposições legais.* **(Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)**

     *Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se, também, à inscrição em Dívida Ativa e à cobrança judicial da contribuição, multas e demais encargos previstos na legislação respectiva, relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.”*

     Ver também dispositivos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, alterados pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009:

     *“Art. 26-A.  No âmbito do processo administrativo fiscal, fica vedado aos órgãos de julgamento afastar a aplicação ou deixar de observar tratado, acordo internacional, lei ou decreto, sob fundamento de inconstitucionalidade.* **(Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

     *§ 1o a 5º* **(Revogados pela Lei nº 11.941. de 2009).**

     *§ 6o  O disposto no caput deste artigo não se aplica aos casos de tratado, acordo internacional, lei ou ato normativo:* **(Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

     *I – que já tenha sido declarado inconstitucional por decisão definitiva plenária do Supremo Tribunal Federal;* **(Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

     *II – que fundamente crédito tributário objeto de:* **(Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

     *a) dispensa legal de constituição ou de ato declaratório do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, na forma dos arts. 18 e 19 da Lei no 10.522, de 19 de julho de 2002;* **(Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

     *b) súmula da Advocacia-Geral da União, na forma do art. 43 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993; ou* **(Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

     *c) pareceres do Advogado-Geral da União aprovados pelo Presidente da República, na forma do art. 40 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993.” (NR)* **(Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)** [↑](#footnote-ref-252)
252. Retificado no DOU de 20.1.2020, para incluir a assinatura de Marcelo Pacheco dos Guaranys. [↑](#footnote-ref-253)
253. Ver a Portaria AGU nº 72, de 2.3.2021 (DOU de 4.3.2021), que procedeu "*a permuta entre o cargo em comissão de Coordenador, código DAS 101.3, da Superintendência de Administração no Distrito Federal, e a função comissionada de Coordenador, código FCPE 101.3, da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, da Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, integrantes da Estrutura Regimental da Advocacia-Geral da União*." [↑](#footnote-ref-254)
254. Ver a Portaria AGU nº 72, de 2.3.2021 (DOU de 4.3.2021), que procedeu "*a permuta entre o cargo em comissão de Coordenador, código DAS 101.3, da Superintendência de Administração no Distrito Federal, e a função comissionada de Coordenador, código FCPE 101.3, da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, da Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, integrantes da Estrutura Regimental da Advocacia-Geral da União*." [↑](#footnote-ref-255)
255. Ver o Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, especialmente o art. 8º:

     **“*Submissão ao Advogado-Geral da União***

     *Art. 8º Sem prejuízo do disposto neste Decreto, as indicações para provimento de cargos de chefes de assessoria jurídica, de consultores jurídicos e de titulares de órgãos jurídicos da Procuradoria-Geral Federal junto às autarquias e às fundações públicas federais deverão ser previamente submetidas ao Advogado-Geral da União, acompanhadas dos documentos e das informações que comprovem que o indicado seja bacharel em Direito de comprovada capacidade e experiência e reconhecida idoneidade*. (NR)” **(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)** [↑](#footnote-ref-256)
256. Ver o inteiro teor da Instrução Normativa nº 1, de 21.2.2014:

     *“****INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014.***

     ***O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO****, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o art. 4º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997,*

     *Tendo em vista o que consta do Processo nº 00405.004418/2012-85, e*

     *Considerando a modificação da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, resolve alterar o art. 1º da Instrução Normativa nº 2/2012, da Advocacia-Geral da União, publicada no Diário Oficial da União de 4 de dezembro de 2012, a ser observado pelos Advogados da União e Procuradores Federais, na representação judicial da União das autarquias e das fundações públicas federais, que passa a vigorar com a seguinte redação:*

     *Art. 1º Fica autorizada a não interposição de recurso das decisões judiciais que reconhecerem o direito ao recebimento da pensão especial de ex-combatente, prevista no art. 53, inciso II, do ADCT, mediante a comprovada participação em missões de vigilância no litoral brasileiro durante a Segunda Grande Guerra Mundial, nos termos do art. 1º da Lei nº 5.315/67*. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 1, de 21.2.2014)**

     *Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.*

     ***LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS****”* [↑](#footnote-ref-257)
257. A Medida Provisória n° 71, de 3.10.2002, que alterava o art. 12 da Lei n° 10.480, de 2.7.2002, na vigência da qual foi expedida esta Portaria, foi rejeitada pela Câmara dos Deputados em 11.12.2002.Permanece válida a delegação de competência apenas para aplicação de penalidade acima de trinta e até noventa dias − art. 141, II, c/c art. 130 da Lei nº 8.112, de 1990. As demais delegações perderam a eficácia com a rejeição da Medida Provisória nº 71, de 2002, retornando ao Procurador-Geral Federal referidas competências. [↑](#footnote-ref-258)
258. A Medida Provisória n° 71, de 3.10.2002, foi rejeitada pela Câmara dos Deputados em 11.12.2002. [↑](#footnote-ref-259)
259. A Medida Provisória n° 71, de 3.10.2002, foi rejeitada pela Câmara dos Deputados em 11.12.2002. [↑](#footnote-ref-260)
260. Transformada na “Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA”, pela Lei nº 11.641, de 11.1.2008. [↑](#footnote-ref-261)
261. Transformada na “Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA”, pela Lei nº 11.641, de 11.1.2008. [↑](#footnote-ref-262)
262. A Medida Provisória n° 71, de 3.10.2002, foi rejeitada pela Câmara dos Deputados em 11.12.2002. [↑](#footnote-ref-263)
263. (Ver art. 47 da Portaria nº 529, de 23.8.2016) [↑](#footnote-ref-264)
264. A Portaria nº 36, de 18.3.2004, referida neste artigo e revogada pelo art. 9º, foi expedida pelo Secretário-Geral da AGU. [↑](#footnote-ref-265)
265. Sobre o tema, ver a Portaria/CGU/AGU nº 9, de 16.6.2009 (D. O. de 17.6.2009): [↑](#footnote-ref-266)
266. A Portaria nº 241, de 13.7.2015, suspendeu este artigo 7º por noventa dias. Suspensão prorrogada, por igual período, pela Portaria nº 441, de 13.10.2015, e, por igual período e nos mesmos termos, o prazo foi novamente prorrogado pela Portaria nº 25, de 14.1.2016. [↑](#footnote-ref-267)
267. **(\*)** Ver disposições da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, sobre a Procuradoria Federal Especializada junto ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica):

     “Art. 15.  Funcionará junto ao Cade Procuradoria Federal Especializada, competindo-lhe:

     I - prestar consultoria e assessoramento jurídico ao Cade;

     II - representar o Cade judicial e extrajudicialmente;

     III - promover a execução judicial das decisões e julgados do Cade;

     IV - proceder à apuração da liquidez dos créditos do Cade, inscrevendo-os em dívida ativa para fins de cobrança administrativa ou judicial;

     V - tomar as medidas judiciais solicitadas pelo Tribunal ou pela Superintendência-Geral, necessárias à cessação de infrações da ordem econômica ou à obtenção de documentos para a instrução de processos administrativos de qualquer natureza;

     VI - promover acordos judiciais nos processos relativos a infrações contra a ordem econômica, mediante autorização do Tribunal;

     VII - emitir, sempre que solicitado expressamente por Conselheiro ou pelo Superintendente-Geral, parecer nos processos de competência do Cade, sem que tal determinação implique a suspensão do prazo de análise ou prejuízo à tramitação normal do processo;

     VIII - zelar pelo cumprimento desta Lei; e

     IX - desincumbir-se das demais tarefas que lhe sejam atribuídas pelo regimento interno.

     Parágrafo único.  Compete à Procuradoria Federal junto ao Cade, ao dar execução judicial às decisões da Superintendência-Geral e do Tribunal, manter o Presidente do Tribunal, os Conselheiros e o Superintendente-Geral informados sobre o andamento das ações e medidas judiciais.

     Art. 16.  O Procurador-Chefe será nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovado pelo Senado Federal, dentre cidadãos brasileiros com mais de 30 (trinta) anos de idade, de notório conhecimento jurídico e reputação ilibada.

     § 1o  O Procurador-Chefe terá mandato de 2 (dois) anos, permitida sua recondução para um único período.

     § 2o  O Procurador-Chefe poderá participar, sem direito a voto, das reuniões do Tribunal, prestando assistência e esclarecimentos, quando requisitado pelos Conselheiros, na forma do Regimento Interno do Tribunal.

     § 3o  Aplicam-se ao Procurador-Chefe as mesmas normas de impedimento aplicáveis aos Conselheiros do Tribunal, exceto quanto ao comparecimento às sessões.

     § 4o  Nos casos de faltas, afastamento temporário ou impedimento do Procurador-Chefe, o Plenário indicará e o Presidente do Tribunal designará o substituto eventual dentre os integrantes da Procuradoria Federal Especializada.

     Art. 113.  Visando a implementar a transição para o sistema de mandatos não coincidentes, as nomeações dos Conselheiros observarão os seguintes critérios de duração dos mandatos, nessa ordem:

     I - 2 (dois) anos para os primeiros 2 (dois) mandatos vagos; e

     II - 3 (três) anos para o terceiro e o quarto mandatos vagos.

     § 1o  Os mandatos dos membros do Cade e do Procurador-Chefe em vigor na data de promulgação desta Lei serão mantidos e exercidos até o seu término original, devendo as nomeações subsequentes à extinção desses mandatos observar o disposto neste artigo.

     § 2o  Na hipótese do § 1o deste artigo, o Conselheiro que estiver exercendo o seu primeiro mandato no Cade, após o término de seu mandato original, poderá ser novamente nomeado no mesmo cargo, observado o disposto nos incisos I e II do caput deste artigo.

     § 3o  O Conselheiro que estiver exercendo o seu segundo mandato no Cade, após o término de seu mandato original, não poderá ser novamente nomeado para o período subsequente.

     § 4o  Não haverá recondução para o Procurador-Chefe que estiver exercendo mandato no Cade, após o término de seu mandato original, podendo ele ser indicado para permanecer no cargo na forma do art. 16 desta Lei.

     Art. 128.  Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.” [↑](#footnote-ref-268)
268. Ver a Portaria/PGF nº 916, de 31.10.2011, que disciplina a aplicação da Portaria/AGU nº 377, de 25.8.2011. [↑](#footnote-ref-269)
269. Ver a Portaria Conjunta AGU/MDA nº 12, de 21 de maio 2014, que “*Regulamenta o procedimento de adjudicação de imóveis rurais em favor do Programa Nacional de Reforma Agrária em execuções propostas pela União ou por Autarquias e Fundações Públicas Federais.”* [↑](#footnote-ref-270)
270. Portaria nº 308, de 25 de julho de 2012, Portaria nº415, de 17 de setembro de 2012, e Portaria nº 27, de 7 de fevereiro de 2014.

     “***PORTARIA Nº 308, DE 25 DE JULHO DE 2012****(D. O. de 26.7.2012)*

     *Altera o disposto no art. 6º da Portaria nº 303, de 16 de julho de 2012.*

     ***O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO****, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, incisos X e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o teor do Ofício nº 260/GAB/PRES-Funai, de 23 de julho de 2012, em que a Fundação Nacional do Índio - FUNAI solicita prazo para a oitiva dos povos indígenas sobre o tema e, conforme a NOTA N.º 24/2012/ DENORCGU, aprovada pelo Despacho Nº 1037 CGU/AGU, resolve:*

     *Art. 1º O art. 6º da Portaria nº 303, de 16 de julho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:*

     *"Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor no dia 24 de setembro de 2012." (NR)*

     *Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.*

     ***LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS***

     ***PORTARIA Nº415, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012****(D. O. de 18.9.2012)*

     *Altera o disposto no art. 6° da Portaria nº 303, de 16 de julho de 2012 e revoga a Portaria nº 308 de 25 de julho de 2012.*

     ***O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO****, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e o art. 4º, incisos X e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e considerando o teor do Aviso nº 1744/2012/MJ, de 14 de setembro de 2012, resolve:*

     *Art. 1º. O art. 6° da Portaria n° 303, de 16 de julho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:*

     *"Art. 6°. Esta Portaria entra em vigor no dia seguinte ao da publicação do acórdão nos embargos declaratórios a ser proferido na Pet 3388-RR que tramita no Supremo Tribunal Federal" (Redação dada pela Portaria nº 415, de 17.9.2012)*

     *Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria n° 308, de 25 de julho de 2012.*

     ***LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS****”* [↑](#footnote-ref-271)
271. Ver o inteiro teor da Portaria nº 27, de 7.2.2014:

     **“*PORTARIA Nº 27, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014.***

     ***O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO****, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos X e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993,*

     *Considerando o disposto na Portaria AGU nº 415, de 17 de setembro de 2012, que alterou o art. 6° da Portaria nº 303, de 16 de julho de 2012, e revogou a Portaria nº 308, de 25 de julho de 2012,*

     *Considerando a publicação em 4 de fevereiro de 2014 do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos embargos de declaração opostos na Petição nº 3388, resolve:*

     *Art. 1º Determinar à Consultoria-Geral da União - CGU e à Secretaria-Geral de Contencioso - SGCT a análise da adequação do conteúdo da Portaria AGU nº 303, de 16 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 17 de fevereiro de 2012, aos termos do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento dos embargos de declaração opostos na Petição nº 3388.*

     *Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.*

     ***LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS*”** [↑](#footnote-ref-272)
272. Ver a Portaria nº 157, de 20 de março de 2013. [↑](#footnote-ref-273)
273. A Portaria nº 534, de 22.12.2015, que alterou a redação do art. 3º, foi revogada pela Portaria nº 487, de 27.7.2016. [↑](#footnote-ref-274)
274. Reproduz-se aqui, para melhor compreensão, o **ANEXO** da Portaria nº 279, de 25 de junho de 2012, que está sendo revogada:

     **ANEXO**

     |  |  |
     | --- | --- |
     | Categoria | N° de Cargos na Categoria |
     | Especial(final) | 1.453 |
     | 1ª (intermediária) | 1.453 |
     | 2ª (inicial) | 1.453 |
     | To t a l | 4.359 |

     [↑](#footnote-ref-275)
275. A matéria foi anteriormente tratada na Portaria nº 395, de 22 de outubro de 2013, do Advogado-Geral da União. [↑](#footnote-ref-276)
276. Ver o art. 3º da Portaria nº 318, de 25.10.2018:

     *“Art. 3º A Portaria nº 40, de 2015, com as alterações de que trata esta Portaria, será republicada no Diário Oficial da União.”* [↑](#footnote-ref-277)
277. Alteração efetuada “Considerando a recomendação do Tribunal de Contas da União contida no item 9.2 do Acórdão nº 1382/2019 - Plenário, relativo à TC 034.554/2018-1”. V. Portaria nº 514, de 2019. [↑](#footnote-ref-278)
278. Conforme o art. 2º da Portaria nº 36, de 25.1.2018:

     “*Art. 2º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os atos necessários para efetivar a alteração de que trata o art. 1º*.” O art. 3º da mesma Portaria convalida os atos anteriormente praticados. [↑](#footnote-ref-279)
279. Segundo o art. 3º da Portaria nº 419, de 21.12.2017:

     “*Art. 3º Cabe ao Procurador-Geral Federal editar e praticar os atos necessários para o funcionamento do órgão transformado*.” [↑](#footnote-ref-280)
280. O Anexo I da Portaria nº 446, de 21.10.2015, foi retificado no Diário Oficial da União de 10.11.2015, para dele excluir a linha referente à “Procuradoria Seccional Federal em Foz do Iguaçu/PR - Em Estruturação”. [↑](#footnote-ref-281)
281. . Passou a denominar-se Procuradoria Seccional Federal do Vale do São Francisco, com sede em Petrolina/PE, conforme a Portaria nº 452, de 13.7.2016 [↑](#footnote-ref-282)
282. Transformação determinada pela Portaria nº 36, de 25.1.2018 [↑](#footnote-ref-283)
283. Transformação determinada pela Portaria nº 116, de 23.3.2017. [↑](#footnote-ref-284)
284. Transformação determinada pela Portaria nº 116, de 23.3.2017, [↑](#footnote-ref-285)
285. Eis o inteiro teor da Lei nº 4.965, de 5 de maio de 1966:

     ***“LEI Nº 4.965, DE 5 DE MAIO DE 1966.***

     *Dispõe sôbre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.*

     ***O PRESIDENTE DA REPÚBLICA****, faço saber que o* ***CONGRESSO NACIONAL*** *decreta e eu sanciono a seguinte Lei:*

     *Art. 1º Os atos relativos a servidores dos órgãos da administração centralizada e das autarquias sòmente terão validade jurídica mediante publicação:*

     *I - no Diário Oficial da União, quanto aos atos de provimento e vacância de cargos ou funções;*

     *II - no Boletim de Serviço ou Boletim de Pessoal, quanto aos atos de concessão de vantagens pecuniárias previstas na legislação em vigor.*

     *Art. 2º Deverá constar, obrigatòriamente, dos processos de pagamento das vantagens pecuniárias de que trata o item II do artigo anterior, o Boletim de Serviço ou Boletim de Pessoal em que foi publicada a respectiva concessão.*

     *Art. 3º Os órgãos da administração centralizada e as autarquias deverão encaminhar ao Departamento do Serviço Público exemplares dos Boletins de Serviço ou Boletins de Pessoal, a que se refere esta Lei, dentro de 10 (dez) dias, contados da data em que forem publicados.*

     *Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

     *Art. 5º Ficam revogados o parágrafo único do art. 23 da Lei número 4.345, de 26 de junho de 1964, e demais disposições em contrário.*

     *Brasília, 5 de maio de 1966; 145º da Independência e 78º da República.*

     *H. Castello Branco*

     |  |  |
     | --- | --- |
     | *Mem de Sá*  *Zilmar de Araripe Macedo*  *Arthur da Costa e Silva*  *Juracy Magalhães*  *Octavio Bulhões*  *Juarez Távora*  *Ney Braga* | *Pedro Aleixo*  *Walter Peracchi Barcellos*  *Eduardo Gomes*  *Mathias Joaquim da Gama e Silva*  *Paulo Egydio Martins*  *Mauro Thibau*  *Roberto Campos*  *Osvaldo Cordeiro de Farias* |

     [↑](#footnote-ref-286)
286. Conforme o art. 2º da Portaria nº 319, de 25.10.2018:

     “*Art. 2º O Núcleo de Governança de Integridade Pública da AGU, no prazo de trinta dias, deverá elaborar o Programa de Integridade da AGU e submetê-lo a aprovação do Advogado-Geral da União.*

     *§ 1º O Programa de Integridade da AGU deve dispor, no mínimo, sobre:*

     *I - promoção da ética e regras de conduta para servidores;*

     *II - transparência ativa e acesso à informação;*

     *III - tratamento de conflitos de interesses e nepotismo;*

     *IV - funcionamento de canais de denúncias;*

     *V - funcionamento de controles internos e cumprimento de recomendações de auditorias; e*

     *VI - procedimentos de responsabilização.*

     *§ 2º O Departamento de Gestão Estratégica dará o apoio técnico e administrativo necessário aos trabalhos do Núcleo de Governança de Integridade Pública da AGU para a elaboração do Programa de Integridade da AGU.*

     *§ 3º Recomenda-se aos órgãos desta Instituição e a seus membros e servidores que prestem, no âmbito das respectivas competências e atribuições, apoio aos trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo de Governança de Integridade Pública da AGU*.” [↑](#footnote-ref-287)
287. Ver a Portaria nº 88, de 25.3.2020, publicada no DOU de 27.3.2020, que prorroga esse prazo por seis meses:

     "*PORTARIA Nº 88, DE 25 DE MARÇO DE 2020*

     *Prorroga a Força-Tarefa da Advocacia-Geral da União em Defesa da Amazônia.*

     *O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, resolve:*

     *Art. 1º Prorrogar a Força-Tarefa instituída pela Portaria nº 469, de 24 de setembro de 2019, por 6 (seis) meses, contados a partir de 24 de março de 2020.*

     *Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, convalidando-se os atos praticados pelos integrantes da Força-Tarefa posteriormente à vigência da Portaria citada no art. 1º.*

     *ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA*" [↑](#footnote-ref-288)
288. Publicada RETIFICAÇÃO no DOU de 8.1.2021 com o seguinte teor:

     “Na Portaria do Advogado-Geral da União nº 5, de 5 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 4, de 7 de janeiro de 2021, Seção 1, página 3,**onde se lê:**"PORTARIA AGU Nº 5, DE 5 DE JANEIRO DE 2021",**leia-se:**"PORTARIA NORMATIVA Nº 2, DE 5 DE JANEIRO DE 2021". [↑](#footnote-ref-289)
289. Todas as outras portarias do Advogado-Geral da União que criavam as comissões temáticas foram revogadas expressamente, permanecendo esta que foi criada por portaria conjunta. [↑](#footnote-ref-290)
290. Eis o inteiro teor do art. 21, **caput**, e do art. 16, § 1º, naquele referido, todos da Lei nº 11.457, de 16.3.2007:

     “*Art.21.**Sem prejuízo do disposto no art. 49 desta Lei e da percepção da remuneração do respectivo cargo, será fixado o exercício na Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional, a partir da data fixada no § 1o do art. 16 desta Lei, dos servidores que se encontrarem em efetivo exercício nas unidades vinculadas ao contencioso fiscal e à cobrança da dívida ativa na Coordenação-Geral de Matéria Tributária da Procuradoria-Geral Federal, na Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, nos respectivos órgãos descentralizados ou nas unidades locais, e forem titulares de cargos integrantes:*

     *I - do Plano de Classificação de Cargos  instituído pela Lei no 5.645, de 10 dezembro de 1970, ou do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo de que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006;* **(Redação dada pela Lei nº 11.501, de 11.7.2007)**

     *II-dasCarreiras:*

     *a) Previdenciária, instituída pela Lei no10.355, de 26 de dezembro de 2001;*

     *b) da Seguridade Social e doTrabalho, instituída pela Lei no 10.483, de 3 de julho de 2002;*

     *c) do Seguro Social, instituída pela Lei no 10.855, de1o de abril de 2004;*

     *d) da Previdência, da Saúde e doTrabalho, instituída pela Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006*.”

     “Art. 16.

     *§1o**A partir do 1o (primeiro) dia do 13o (décimo terceiro) mês subseqüente ao da publicação desta Lei, o disposto no* ***caput*** *deste artigo se estende à dívida ativa do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE**decorrente das contribuições a que**se referem os**arts. 2o e 3o desta Lei*.” [↑](#footnote-ref-291)
291. Ver a propósito do tema a Instrução Normativa nº 94, de 17.12.2018, do INCRA, publicada no Diário Oficial da União de 27 de dezembro de 2018, Seção 1, págs. 27 e seguintes. [↑](#footnote-ref-292)
292. Revogada pelaPortaria nº 428, de 28 de agosto de 2019. [↑](#footnote-ref-293)
293. Eis o teor da Portaria nº 613, de 2007 - (D. O. de 15.8.2007:

     **“*PORTARIA Nº 613, DE 14 DE AGOSTO DE 2007.***

     *Altera o disposto no art. 2º da Portaria nº 493, de 20 de dezembro de 2006.*

     ***O PROCURADOR-GERAL FEDERAL****, no uso da competência de que tratam os incisos V e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, resolve:*

     *Art. 1º O art. 2º da Portaria nº 493, de 20 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:*

     *“Art. 2º Poderão integrar as listas de promoção, por antigüidade ou por merecimento, somente os integrantes da carreira de Procurador Federal que, ao final do período avaliado, já tenham cumprido interstício de 3 anos na categoria imediatamente inferior.”*

     *Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da promoção referente ao período compreendido entre 1º de janeiro de 2007 a 30 de junho de 2007.*

     **JOÃO ERNESTO ARAGONÉS VIANNA**” [↑](#footnote-ref-294)
294. Ver o o inteiro teor da Portaria/PGF nº 548, de 5.9.2013:

     “***PORTARIA Nº 548, DE 5 DE SETEMBRO DE 2013.***

     *Dispõe sobre a oitava revisão do Anexo da Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, para incluir as entidades que especifica.*

     ***O PROCURADOR-GERAL FEDERAL****, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, tendo em vista o contido nas Leis nºs 12.818, 12.824, 12.825 e 12.826, de 5 de junho de 2013, e no Decreto nº 7.560, de 8 de setembro de 2011, resolve:*

     *Art. 1º Promover a oitava revisão do Anexo da Portaria PGF nº 530, de 13 de julho de 2007, para incluir a Universidade Federal do Cariri - UFCA, a Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB, a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, a Universidade Federal do Sul da Bahia - UFESBA e a Autoridade Pública Olímpica - APO.*

     *Parágrafo único. A representação judicial e extrajudicial da Autoridade Pública Olímpica - APO é exercida apenas no âmbito federal, nos termos da Portaria Conjunta nº 74, de 17 de junho de 2013.*

     *Art. 2º O Anexo da Portaria PGF nº 530, de 2007, passa a vigorar com a redação constante no Anexo desta Portaria, que será publicado apenas no Boletim de Serviço nº 36, da Advocacia-Geral da União, de 9 de Setembro de 2013.*

     *Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.*

     *Art. 4º Fica revogada a Portaria PGF nº 866, de 1º de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 6 de novembro de 2012, Seção 1, página 1, e no Boletim de Serviço nº 44 da Advocacia-Geral da União, de 1º de novembro de 2012.*

     ***MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS***” D. O. de 10.9.2013. [↑](#footnote-ref-295)
295. Conforme o parágrafo único do art. 2º da Portaria nº 548, de 5.9.2013:

     *“Art. 1º*

     *Parágrafo único. A representação judicial e extrajudicial da Autoridade Pública Olímpica - APO é exercida apenas no âmbito federal, nos termos da Portaria Conjunta nº 74, de 17 de junho de 2013.”* [↑](#footnote-ref-296)
296. Sobre o Anexo desta Portaria ver a *"Portaria nº 402, de 17 de maio de 2019*

     *Dispõe sobre a décima quinta revisão do Anexo da Portaria PGF nº 720, de 14 de setembro de 2007.*

     *O PROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso da competência de que tratam os incisos I, IV, V, VII e VIII do § 2° do art. 11 da Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o disposto no art. 13 da Portaria PGF n° 720, de 14 de setembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de setembro de 2007, Seção I, pg. 12 a 20, resolve:*

     *Art. 1º O Anexo da Portaria PGF n° 720, de 14 de setembro de 2007, passa a vigorar com a redação constante no Anexo desta Portaria, que será publicado apenas no Suplemento do Boletim de Serviço da Advocacia-Geral da União.*

     *Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.*

     *LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES”* [↑](#footnote-ref-297)
297. Ver a respeito o art. 2º da Portaria nº 1.269, de 11.12.2009:

     “*Art. 2º Para fins de remoção a pedido em virtude de processo seletivo e daquela prevista no art. 7º da Portaria PGF nº 720, de 2007, em relação ao benefício previsto nos dispositivos revogados por esta Portaria, os seus efeitos permanecerão vigentes pelo prazo de dois anos em relação aos Procuradores Federais que, na data de publicação desta Portaria, estejam lotados e em efetivo exercício em localidades definidas como de difícil provimento*.” [↑](#footnote-ref-298)
298. Conforem noticiado no art. 2º da Portaria/PGF nº 47, de 23 de janeiro de 2014,que **“***Dispõe sobre a terceira revisão da Portaria PGF nº 765, de 14 de agosto de 2008, que fixa a competência territorial das Procuradorias Regionais Federais, Procuradorias Federais nos Estados, Procuradorias Seccionais Federais e respectivos Escritórios de Representação*”, os anexos desta portaria estão publicados no Boletim de Serviço nº 05, da Advocacia-Geral da União, de 3 de fevereiro de 2014:

     *“2º Os Anexos I a XXVII da Portaria PGF nº 765, de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2008, Seção 1, página 2, passam a vigorar com a redação constante do Anexo desta Portaria, que será publicado apenas no Boletim de Serviço nº 05, da Advocacia-Geral da União, de 3 de fevereiro de 2014.”* [↑](#footnote-ref-299)
299. A propósito dos §§ 3º e 4º da Portaria nº 267, de 17.3.2009, foram editadas as seguintes Portarias: Portaria Conjunta nº 3, de 31.12.2009 (D. O. de 11.1.2010), e Portaria Conjunta nº 4, de 1º.10.2009 (D.O. de 20.10.2009),do seguinte teor:

     PORTARIA CONJUNTA Nº 3, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2009

     *Dispõe sobre os procedimentos relativos à remessa e à restituição de processos administrativos entre as unidades da Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Aviação Civil - PF-ANAC e as Procuradorias Regionais Federais - PRFs e Procuradorias Federais nos Estados - PFs, e questões afetas à inscrição de créditos em dívida ativa da referida autarquia federal.*

     O COORDENADOR-GERAL DE COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS, A COORDENADORA-GERAL DE PROJETOS E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS E O PROCURADOR-GERAL DA PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 2º da Portaria PGF n.º 267, de 17 de março de 2009, e no artigo 2º da Portaria PGF n.º 914, de 16 de setembro de 2009, resolvem:

     Art. 1º Os processos administrativos relativos a créditos de titularidade da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC deverão, após a conclusão de seu procedimento de constituição, ser remetidos às PRFs/PFs, preferencialmente digitalizados, para fins de análise e inscrição em dívida ativa.

     Parágrafo único. O encaminhamento dos processos físicos será realizado mediante o registro de sua tramitação no Sistema Integrado de Controle das Ações da União - SICAU.

     Art. 2º Recebidos os processos administrativos pela unidade competente para a sua análise, deverão os autos ser distribuídos ao(à) Serviço ou Seção de Cobrança e Recuperação de Créditos, mediante a abertura da tarefa "*FA70 - Analisar para inscrição em Dívida Ativa*" para o Procurador Federal responsável pela apreciação do feito, fixando-se o prazo de 30 (trinta) dias para a efetivação da medida.

     Art. 3º Verificada a legalidade do procedimento de constituição do crédito e procedida a sua inscrição na dívida ativa da autarquia federal no prazo fixado no artigo 2º, a PRF/PF responsável pela realização da medida, restituirá os autos à PF/ANAC-GTDA, para fins de inclusão do nome dos devedores no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, registro dos valores inscritos em dívida ativa no Sistema de Administração Financeira - SIAFI e demais providências a seu cargo.

     Parágrafo único. As PRFs/PFs promoverão o envio dos processos administrativos à PF/ANAC-GTDA mediante o registro da tramitação dos autos no SICAU.

     Art. 4º Os procedimentos de inscrição em dívida ativa serão realizados mediante a utilização do Sistema Integrado de Gestão de Créditos - SIGEC da autarquia federal, cujo acesso será viabilizado às PRFs/PFs pela PF/ANAC-GTDA.

     Parágrafo único. Os Procuradores Federais das PRFs/PFs designados para a utilização do aludido sistema deverão solicitar à PF/ANAC-GTDA a concessão de acesso ao mencionado Sistema.

     Art. 5º Constatada a necessidade de saneamento do processo administrativo pela unidade responsável pela efetivação do controle de legalidade inerente à atividade de inscrição em dívida ativa, os autos deverão ser restituídos à PF/ANAC-GTDA, para fins de adoção das medidas cabíveis, observado o disposto no parágrafo único do artigo 3º.

     Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

     ALBERT CARAVACA

     Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da Procuradoria-Geral Federal

     MARIA BEATRIZ SCARAVAGLIONE

     Coordenadora-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos da Procuradoria-Geral Federal

     GABRIEL DE MELLO GALVÃO

     Procurador-Geral da Procuradoria Federal Junto à Agência Nacional de Aviação Civil(D. O. de 11.1.2010)

     **PORTARIA CONJUNTA Nº 4, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009.**

     *Dispõe sobre as atividades de inscrição em dívida ativa e concessão de parcelamentos extrajudiciais de créditos do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, nos termos em que especifica, e dá outras providências.*

     O COORDENADOR-GERAL DE COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS, O COORDENADOR-GERAL DE PROJETOS E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS SUBSTITUTO E O PROCURADOR-CHEFE NACIONAL DA PROCURADORIA FEDERAL JUNTO AO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 2º da Portaria PGF nº 267, de 17 de março de 2009, e o disposto no art. 9º da Portaria Conjunta CGCOB/CGPAE/PF-INMETRO nº 3, de 20 de julho de 2009, resolvem:

     Art. 1º As Procuradorias Seccionais Federais e os Escritórios de Representação localizados no âmbito das Procuradorias Regionais Federais da 2ª, 3ª e 4ª Regiões e da Procuradoria Federal no Estado do Espírito Santo assumirão, a partir de 5 de outubro de 2009, observadas suas respectivas competências territoriais, as atividades de análise da liquidez e certeza e inscrição em dívida ativa dos créditos do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, bem como a análise dos pedidos de parcelamentos extrajudiciais da autarquia, na forma do artigo 7° da Portaria Conjunta CGCOB/CGPAE/PF-NMETRO nº 3, de 20 de julho de 2009.

     Art. 2º As Procuradorias Seccionais Federais e os Escritórios de Representação localizados no âmbito da Procuradoria Regional Federal da 5ª Região e da Procuradoria Federal no Estado do Ceará assumirão as atividades descritas no artigo anterior, a partir de 19 de outubro de 2009, observadas suas respectivas competências territoriais.

     Art. 3° As Procuradorias Seccionais Federais ou Escritórios de Representação, conforme o caso, localizados no âmbito das Procuradorias Federais nos Estados de Alagoas, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina assumirão, a partir de 19 de outubro de 2009, observadas suas respectivas competências territoriais, as atividades relativas à análise de pedidos de parcelamentos extrajudiciais de créditos do INMETRO.

     Art. 4º A Procuradoria Federal no Estado do Paraná e as respectivas Procuradorias Seccionais Federais e Escritórios de Representação assumirão as atividades de inscrição em dívida ativa e análise de parcelamentos extrajudiciais de créditos do INMETRO, a partir de 26 de outubro de 2009, observadas suas respectivas competências territoriais, e nos termos da Portaria Conjunta CGCOB/CGPAE/PF-INMETRO nº 3, de 2009.

     Art. 5º A aplicação do disposto nesta portaria fica condicionada à efetiva disponibilização do acesso ao Sistema de Gestão Integrado (SGI) aos órgãos de execução mencionados.

     Art. 6° Fica excluído do anexo da Portaria Conjunta CGCOB/CGPAE/PF-INMETRO nº 3, de 2009, o Estado de Rondônia.

     Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

     ALBERT CARAVACA

     Coordenador-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da Procuradoria-Geral Federal

     IGOR CHAGAS DE CARVALHO

     Coordenador-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos da Procuradoria-Geral Federal Substituto

     MARCELO SILVEIRA MARTINS

     Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

     D. O. de 20.10.2009. [↑](#footnote-ref-300)
300. V. inteiro teor da" PORTARIA Nº 684, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017.

     *O* ***SUBPROCURADOR-GERAL FEDERAL****, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII, § 2º, art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerado o que consta no Processo Administrativo nº 00407.078070/2017-57, resolve:*

     *Art. 1º Revogar a Portaria PGF n.º 518, de 25 de maio de 2009, para excluir o §4º do art. 1.º da Portaria PGF n.º 457, de 8 de maio de 2009, tornando sem efeito a colaboração estabelecida entre a Procuradoria Regional Federal da 3ª Região, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFET/SP e a Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP com relação à consultoria e assessoramento jurídicos em licitações e contratos administrativos.*

     *Art. 2º Esta Portaria* entra em vigor na data da publicação.

     *DANIEL DE ANDRADE OLIVEIRA BARRAL"* [↑](#footnote-ref-301)
301. Eis o inteiro teor da portaria do Ministro da Fazenda, publicada no D. O. de 12.9.2011:

     ***“PORTARIA Nº 435, DE 8 DE SETEMBRO DE 2011.***

     *O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, § único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o que dispõem o art. 54 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e os arts. 832, § 7º, e 879, § 5º, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), resolve:*

     *Art. 1º O Órgão Jurídico da União responsável pelo acompanhamento da execução de ofício das contribuições previdenciárias perante a Justiça do Trabalho poderá deixar de se manifestar quando o valor das contribuições previdenciárias devidas no processo judicial for igual ou inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais).*

     *Parágrafo único. O disposto nesse artigo se aplica também aos processos em trâmite nos Tribunais do Trabalho.*

     *Art. 2º Verificado decréscimo na arrecadação das contribuições previdenciárias perante da Justiça do Trabalho, fica delegada ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional e ao Procurador-Geral Federal a competência para reduzir, em ato conjunto, o piso de atuação previsto no art. 1º para o equivalente ao valor máximo de salário-de-contribuição previsto no art. 2º da Portaria Interministerial MPS/MF nº 568, de 31 de dezembro de 2010.*

     *Parágrafo único. A redução prevista no caput poderá ter efeitos nacionais, regionais, locais ou, ainda, limitar-se a varas determinadas.*

     *Art. 3º O disposto nesta Portaria se aplica aos processos em curso.*

     *Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria MF nº 176, de 19 de fevereiro de 2010.*

     ***GUIDO MANTEGA”*** [↑](#footnote-ref-302)
302. A Portaria/PGF nº 276, de 19.3.2019, que deu nova redação ao art. 2º e seu § 3º da Portaria nº 916, de 31.10.2011, trouxe o seguinte preâmbulo:

     “O PROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e VIII, do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, tendo em vista o disposto no art. 12 e art. 3º-A, da Portaria AGU nº 377, de 25 de agosto de 2011, e considerando o entendimento consignado nos autos dos processos administrativos nº 00407.021461/2017-08 e nº 00407.009297/2016-71, resolve:” [↑](#footnote-ref-303)
303. Os efeitos desta Portaria/PGF nº 134, de 17.2.2014, cessarão em 21.12.2020, por força da Portaria/PGF/AGU nº 630, de 17.11.2020. [↑](#footnote-ref-304)
304. O Escritório de Representação em Juazeiro/BA foi extinto pela Portaria nº 121, de 8 de fevereiro de 2019. [↑](#footnote-ref-305)
305. O Escritório Avançado em Pouso Alegre/MG foi extinto pela Portaria nº 120, de 08 de fevereiro de 2019 [↑](#footnote-ref-306)
306. O Escritório Avançado em Unaí/MG foi extinto pela Portaria nº 168, de 19.2.2019. [↑](#footnote-ref-307)
307. O Escritório Avançado em Altamira/PA foi extinto pela Portaria nº 115, de 8 de fevereiro de 2019. [↑](#footnote-ref-308)
308. O Escritório Avançado em Picos/PI foi extinto pela Portaria nº 169, de 19.2.2019. [↑](#footnote-ref-309)
309. O Escritório de Representação em Americana/SP foi extinto pela Portaria nº 360, de 9 de julho de 2020. [↑](#footnote-ref-310)
310. OEscritório de Representação em Bebedouro/SP foi extinto pela Portaria nº 176, de 20.2.2019. [↑](#footnote-ref-311)
311. O Escritório de Representação em Mogi-Guaçu/SP foi extinto pela Portaria nº 187, de 20.2.2019. [↑](#footnote-ref-312)
312. O Escritório de Representação em Pirassununga/SP foi extinto pela Portaria nº 254, de 21.3.2019. [↑](#footnote-ref-313)
313. O Escritório de Representação em Toledo/PR foi extinto pela Portaria nº 240, de 12.3.2019. [↑](#footnote-ref-314)
314. O Escritório Avançado de Representação em Tubarão/SC foi extinto pela Portaria nº 249, de 12.3.2019. [↑](#footnote-ref-315)
315. O Escritório de Representação da PF/SC em Jaraguá do Sul/SC foi extinto pela Portaria nº 517, de 5 de junho de 2019. [↑](#footnote-ref-316)
316. Conforme o art. 9º da Portaria nº 270, de 13.4.2018, "*O anexo I da Portaria n. 850, de 28 de outubro de 2015, passa a vigorar nos termos do anexo a esta Portaria, o qual será publicado exclusivamente em Boletim de Serviço da Advocacia-Geral da União*." [↑](#footnote-ref-317)
317. Ver a inclusão de outros Estados no Projeto e a prorrogação do prazo inicial nas Portarias abaixo:

     *Portaria nº 317, de 04 de maio de 2016*

     *Inclui os Estados do Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio Grande do Sul e Santa Catarina no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, de que trata a Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015.*

     *O PROCURADOR­GERAL FEDERAL, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII, § 2º, art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto no Processo Administrativo nº 00407.009940/2015­86, resolve:*

     *Art. 1º Incluir os Estados do Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio Grande do Sul e Santa Catarina no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015.*

     *Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.*

     *RENATO RODRIGUES VIEIRA*

     *Portaria nº 880, de 19 de dezembro de 2016*

     *Inclui o Distrito Federal e os Estados da Bahia e do Mato Grosso no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015, e dá outras providências.*

     *O PROCURADOR­GERAL FEDERAL, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do*

     *§ 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, observado o disposto na Portaria nº 978, de 24 de dezembro de 2015, e o que consta no processo administrativo nº 00407.009940/2015­86, resolve:*

     *Art. 1º Incluir o Distrito Federal e os Estados do Amapá, Bahia, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015, e excluir o Estado da Paraíba.*

     *Parágrafo único. O Distrito Federal e os Estado do Amapá, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins comporão uma única Equipe de Trabalho Remoto, sob a supervisão da Procuradoria Regional Federal da 1º Região.*

     *Art. 2º Fica prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2017 o projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto – Benefícios por Incapacidade já em execução nos Estados do Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, de que trata a Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015, nos Estados do Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, de que trata a Portaria nº 317, de 4 de maio de 2016, e nos Estados da Bahia e do Mato Grosso, de que trata o art. 1º desta portaria.*

     *Art. 3º A Coordenação­Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos deverá apresentar relatório conclusivo e proposta de institucionalização das ETR­BI, inclusive de sua eventual regionalização, até o dia 31 de outubro de 2017, sem prejuízo da continuidade dos pilotos até o prazo de que trata o art. 2º, ficando suspensas a inclusão de novas unidades no projeto piloto.*

     *Art.4º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.*

     *CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO*

     *PORTARIA Nº 238, DE 20 DE ABRIL DE 2017.*

     *Reinclui o Estado da Paraíba no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, de que trata a Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015.*

     *O PROCURADOR­GERAL FEDERAL, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII, § 2º, art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto nas Portarias nº 979, de 24 de dezembro de 2015, nº 317, de 4 de maio de 2016, e nº 880, de 19 de dezembro de 2016, e no processo nº 00429.012159/2017­01, resolve:*

     *Art. 1º Reincluir o Estado da Paraíba no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, de que tratam as Portarias nº 979, de 24 de dezembro de 2015, nº 317, de 4 de maio de 2016, e nº 880, de 19 de dezembro de 2016.*

     *Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.*

     *CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO*

     *Procurador­Geral Federal*

     *Portaria nº 338, de 14 de junho de 2017.*

     *Inclui o Estado de Goiás no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, de que trata a Portaria nº 979,de 24 de dezembro de 2015.*

     *O PROCURADOR­GERAL FEDERAL, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII, § 2º, art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto no Processo Administrativo nº 00407.009940/2015­86, resolve:*

     *Art. 1º Incluir o Estado de Goiás no projeto piloto das Equipes deTrabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, sob a supervisão da Procuradoria Regional Federal da 1ª Região, nos termos das Portarias nº 979, de 24 de dezembro de 2015 e nº 880, de 19 de dezembro de 2016.*

     *Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação*

     *CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO*

     *Portaria nº 801, de 26 de dezembro de 2017*

     *Prorroga o projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos das Portarias nº 979, de 24 de dezembro de 2015, nº 317, de 04 de maio de 2016, nº 880, de 19 de dezembro de 20116, e dá outras providências.*

     *O PROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, observado o disposto na Portaria nº 978, de 24 de dezembro de 2015, e o que consta no processo administrativo nº 00407.009940/2015-86, resolve:*

     *Art. 1º Prorrogar até o dia 30 de junho de 2018 o projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto – Benefícios por Incapacidade de que tratam as Portarias nº 979, de 24 de dezembro de 2015, nº 317, de 04 de maio de 2016, e nº 880, de 19 de dezembro de 2016.*

     *Art. 2º Fica autorizada a criação de novas Equipes de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade, desde que observados critérios que preservem e ampliem as forças identificadas no relatório conclusivo constante do processo administrativo nº 00407.009940/2015-86 (Seq. 114).*

     *Art. 3º Compete à Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos estabelecer o padrão de edital a ser observado nas futuras seleções dos integrantes das Equipes de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade.*

     *Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.*

     *CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO*

     *Portaria n. 0930/2018/PGF/AGU, de 13 de dezembro de 201.8*

     *Convalida atos e prorroga o projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos das Portarias n. 979, de 24 de dezembro de 2015, n. 317, de 04 de maio de 2016, n. 880, de 19 de dezembro de 2016, e n. 801, de 26 de dezembro de 2017.*

     *O PROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do artigo 11 da Lei n. 10.480, de 2 de julho de 2002, observado o disposto na Portaria n. 978, de 24 de dezembro de 2015, e o que consta no processo administrativo n. 00407.009940/2015-86, resolve:*

     *Art. 1º Convalidar os atos praticados de 01 de julho de 2018 até a presente data pelos Procuradores Federais atuantes nas Equipes de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade de que tratam as Portarias n. 979, de 24 de dezembro de 2015, n. 317, de 04 de maio de 2016, n. 880, de 19 de dezembro de 2016, e n. 801, de 26 de dezembro de 2017.*

     *Art. 2º Fica prorrogado até o dia 30 de junho de 2019\* o projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade de que tratam as Portarias n. 979, de 24 de dezembro de 2015, n. 317, de 04 de maio de 2016, n. 880, de 19 de dezembro de 2016, e n. 801, de 26 de dezembro de 2017.*

     *Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.*

     *LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES*

     \*Projeto Piloto das Equipes de Trabalho Remoto – Benefícios por Incapacidade foi prorrogado até 1º .3.2021, pela Portaria nº 462, de 1º.9.2020.

     *Portaria nº 471, de 20 de maio de 2019.*

     *Inclui o Estado de Minas Gerais no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015, e dá outras providências.*

     *O PROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, observado o disposto na Portaria nº 978, de 24 de dezembro de 2015, e o que consta no processo administrativo nº 00417.024724/2019-75, resolve:*

     *Art. 1º Incluir o Estado de Minas Gerais no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015.*

     *Parágrafo único. A Equipe de Trabalho Remoto em Benefícios por Incapacidade no Estado de Minas Gerais terá como objeto a atuação e o acompanhamento concentrado e especializado, em âmbito estadual, dos processos eletrônicos que tramitam nos Juizados Especiais Federais, nas Varas Federais e nas Comarcas Estaduais, que tratem da concessão ou restabelecimento de benefícios previdenciários por incapacidade previstos na Lei nº 8.213, de 1991.*

     *Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.*

     *LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES*

     *Portaria nº 119, de 03 de março de 2020*

     *Inclui os Estados do Sergipe e de Alagoas no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015.*

     *O PROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, observado o disposto na Portaria nº 978, de 24 de dezembro de 2015, e o que consta no processo administrativo nº 00424.008180/2017-43, resolve:*

     *Art. 1º Incluir os Estados do Sergipe e de Alagoas no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015.*

     *Parágrafo único. Os Estados de Pernambuco, Sergipe e Alagoas comporão uma única Equipe de Trabalho Remoto, sob a supervisão da Procuradoria Regional Federal da 5º Região.*

     *Art. 2º A atuação do Estado de Sergipe sob a sistemática de projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade terá início no dia 06/04/2020.*

     *Art. 3º A atuação do Estado de Alagoas sob a sistemática de projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade terá início no dia 01/06/2020.*

     *Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.*

     *LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES* [↑](#footnote-ref-318)
318. Projeto Piloto das Equipes de Trabalho Remoto – Benefícios por Incapacidade foi prorrogado até 1º.3.2021 pela Portaria nº 462, de 1º.9.2020:

     *PORTARIA Nº 462, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020.*

     *Prorroga o projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade.*

     *O PROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso das competências de que tratam os incisos I e VIII do § 2º do artigo 11 da Lei n. 10.480, de 2 de julho de 2002, considerando o disposto na Portaria n. 978, de 24 de dezembro de 2015, e o que consta no processo administrativo n. 00407.009940/2015-86, resolve:*

     *Art. 1º Fica prorrogado até o dia 1° de março de 2021 o projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto - Benefícios por Incapacidade de que tratam as Portarias n. 979, de 24 de dezembro de 2015; n. 317, de 04 de maio de 2016; n. 880, de 19 de dezembro de 2016; n. 238, de 20 de abril de 2017; n. 338, de 14 de junho de 2017; n. 801, de 26 de dezembro de 2017; n. 229, de 04 de abril de 2018; n. 930, de 13 de dezembro de 2018; n. 258, de 14 de março de 2019; n. 471, de 20 de maio de 2019; n. 667, de 19 de setembro de 2019; e n. 108 de 26 de fevereiro de 2020.*

     *Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.*

     *LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES* [↑](#footnote-ref-319)
319. Produção de efeitos nos termos do art. 20, conforme o art. 2º da Portaria nº 987, de 27.12.2018. [↑](#footnote-ref-320)
320. Projeto Piloto das Equipes de Trabalho Remoto – Benefícios por Incapacidade foi prorrogado até 1º.3.2021 pela Portaria nº 462, de 1º.9.2020. [↑](#footnote-ref-321)
321. O art. 36 havia sido revogado pelo art. 2º, inciso V, da Portaria nº 518, de 5 de junho de 2019. [↑](#footnote-ref-322)
322. A redação alterada e consolidada da Portaria nº 558, de 11.8.2016, foi publicada como ANEXO da Portaria nº 107, de 5.2.2019, BS nº 6, de 11.2.2019. [↑](#footnote-ref-323)
323. A Procuradoria Seccional Federal em Osasco/SP, foi excluída da ENAC pela Portaria nº 879, de 30.11.2018. [↑](#footnote-ref-324)
324. A redação consolidada desta Portaria foi publicada como ANEXO da Portaria nº 936, de 18.12.2018, no DOU de 31.12.2018. [↑](#footnote-ref-325)
325. Projeto Piloto das Equipes de Trabalho Remoto – Benefícios por Incapacidade foi prorrogado até 1º .3.2021 pela Portaria nº 462, de 1º.9.2020. [↑](#footnote-ref-326)
326. Ver a Portaria nº 119, de 3.3.2020, que "*Inclui os Estados do Sergipe e de Alagoas no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, nos termos da Portaria nº 979, de 24 de dezembro de 2015."* [↑](#footnote-ref-327)
327. Ver a Portaria nº 338, de 14.6.2017, que "*Inclui o Estado de Goiás no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, de que trata a Portaria nº 979,de 24 de dezembro de 2015*." [↑](#footnote-ref-328)
328. Ver a Portaria nº 238, de 20.4.2017, que reincluiu o Estado da Paraíba no projeto piloto das Equipes de Trabalho Remoto para atuação em processos judiciais que tratem de benefícios por incapacidade, de que tratam as Portarias nº 979, de 24 de dezembro de 2015, nº 317, de 4 de maio de 2016, e nº 880, de 19 de dezembro de 2016. [↑](#footnote-ref-329)
329. Projeto Piloto das Equipes de Trabalho Remoto – Benefícios por Incapacidade foi prorrogado até 1º .3.2021 pela Portaria nº 462, de 1º.9.2020. [↑](#footnote-ref-330)
330. O anexo I da Portaria n. 850, de 28.10.2015, alterado pela Portaria nº 270, de 13.4.2018, foi publicado no Boletim de Serviço da AGU. [↑](#footnote-ref-331)
331. Projeto Piloto das Equipes de Trabalho Remoto – Benefícios por Incapacidade foi prorrogado até 1º .3.2021 pela Portaria nº 462, de 1º.9.2020. [↑](#footnote-ref-332)
332. A Medida Provisória nº 780, de 2017, foi convertida na Lei nº 13.494, de 24 de outubro de 2017, razão pela qual foi expedida a Portaria PGF nº 691 de 08 de novembro de 2017, que "Dispõe sobre as alterações na Portaria nº 400, de 13 de julho de 2017, advindas da conversão da Medida Provisória n° 780, de 19 de maio de 2017, na Lei nº 13.494, de 24 de outubro de 2017, que prevê o Programa de Regularização de Débitos – PRD quanto aos créditos não tributários das autarquias e fundações públicas federais administrados pela Procuradoria-Geral Federal." [↑](#footnote-ref-333)
333. A Medida Provisória nº 780, de 2017, foi convertida na Lei nº 13.494, de 24 de outubro de 2017. [↑](#footnote-ref-334)
334. A Medida Provisória nº 780, de 2017, foi convertida na Lei nº 13.494, de 24 de outubro de 2017. [↑](#footnote-ref-335)
335. A Medida Provisória nº 780, de 2017, foi convertida na Lei nº 13.494, de 24 de outubro de 2017. [↑](#footnote-ref-336)
336. A Medida Provisória nº 780, de 2017, foi convertida na Lei nº 13.494, de 24 de outubro de 2017. [↑](#footnote-ref-337)
337. A Medida Provisória nº 780, de 2017, foi convertida na Lei nº 13.494, de 24 de outubro de 2017. [↑](#footnote-ref-338)
338. A Medida Provisória nº 780, de 2017, foi convertida na Lei nº 13.494, de 24 de outubro de 2017. [↑](#footnote-ref-339)
339. A Medida Provisória nº 780, de 2017, foi convertida na Lei nº 13.494, de 24 de outubro de 2017. [↑](#footnote-ref-340)
340. A Medida Provisória nº 780, de 2017, foi convertida na Lei nº 13.494, de 24 de outubro de 2017. [↑](#footnote-ref-341)
341. O Manual de Gerenciamento de Contencioso de Massa em Matéria de Cobrança está publicado no Suplemento A do BSE 38, de 20.9.2017. [↑](#footnote-ref-342)
342. A Agência Nacional de Mineração – ANM foi instalada com a expedição do Decreto nº 9.587, de 27.11.2018. [↑](#footnote-ref-343)
343. Anexo publicado no Suplemento A do BSE 49, de 6.12.2017 (Retificado no BS 52, de 26.12.2017). [↑](#footnote-ref-344)
344. Projeto Piloto das Equipes de Trabalho Remoto – Benefícios por Incapacidade foi prorrogado até 1º.3.2021 pela Portaria nº 462, de 1º.9.2020. [↑](#footnote-ref-345)
345. Já revogada pela Portaria nº 679, de 22.9.2016 (art. 19). [↑](#footnote-ref-346)
346. Projeto Piloto das Equipes de Trabalho Remoto – Benefícios por Incapacidade foi prorrogado até 1º.3.2021 pela Portaria nº 462, de 1º.9.2020. [↑](#footnote-ref-347)
347. A Portaria nº 296, de 24 de abril de 2018, que tratava do mesmo tema, foi tornada sem efeito pela Portaria nº 331, de 10 de maio de 2018. [↑](#footnote-ref-348)
348. A vaga destinada a PSF/Osasco-SP foi excluída pela Portaria nº 879, de 30.11.2018:

     *"PORTARIA Nº 879, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2018*

     *O* ***PROCURADOR-GERAL FEDERAL****, no uso das competências de que tratam o §12° do art. 10 e os incisos I e VIII do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, tendo em vista o disposto no processo administrativo 00407.047924/2016-72, e*

     *Considerando a necessidade de correção de erro material existente no Anexo I da Portaria PGF nº 829, de 08 de novembro de 2018 e no Anexo da Portaria PGF nº 834, de 09 de novembro de 2018, resolve:.*

     *Art. 1º Fica excluída da Equipe Nacional de Cobrança (ENAC) a vaga correspondente a Procuradoria Seccional Federal em Osasco/SP.*

     *Art. 2º Tornar sem efeito a designação para integrar a ENAC da Procuradora Federal Marina Brito Battilani Bolzan, Matrícula SIAPE nº 1950403, com lotação e exercício na Procuradoria Seccional Federal em Osasco/SP.*

     ***LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES"*** [↑](#footnote-ref-349)
349. Ver a Retificação publicada no DOU de 12.12.2018:

     "RETIFICAÇÃO

     Na Portaria nº 911, de 10 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 11 de dezembro de 2018, Seção 1**,** pg. 48, **onde se lê**: “seja exercida em regime de colaboração como Departamento de Consultoria da PGF – DEPCONSU”, **leia-se**: “seja exercida em regime de colaboração com o Departamento de Consultoria da PGF – DEPCONSU”; **e onde se lê**: “autorizando o cesso ao processo pelo titular do órgão da PGF competente”, **leia-se**: “autorizando o acesso ao processo pelo titular do órgão da PGF competente”. [↑](#footnote-ref-350)
350. Projeto Piloto das Equipes de Trabalho Remoto – Benefícios por Incapacidade foi prorrogado até 1º.3.2021 pela Portaria nº 462, de 1º.9.2020. [↑](#footnote-ref-351)
351. Projeto Piloto das Equipes de Trabalho Remoto – Benefícios por Incapacidade foi prorrogado até 1º.3.2021 pela Portaria nº 462, de 1º.9.2020. [↑](#footnote-ref-352)
352. O prazo estabelecido no art. 1º da Portaria nº 158, de 2020, foi prorrogado por sessenta dias pela Portaria nº 325, de 30.6.2020, e mais trinta dias pela Portaria nº 451, de 28.8.2020:

     ***“PORTARIA Nº 451, DE 28 DE AGOSTO DE 2020.***

     *Prorroga o prazo previsto na Portaria PGF nº 158, de 27 de março de 2020, que estabelece medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo do Novo Coronavírus (COVID-19) relacionadas à cobrança da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais, considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), alterada pela Portaria PGF nº 325, de 30 de junho de 2020.*

     *O* ***PROCURADOR-GERAL FEDERAL****, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 10, da Lei n. 10.480, 2 de julho de 2002, e o art. 5º,capute parágrafo único, do Decreto n. 9.194, de 7 de novembro de 2017, e considerando o disposto no processo administrativo 00407.006769/2020-11, resolve:*

     *Art. 1º Prorrogar pelo período de 30 (trinta) dias o prazo estabelecido no artigo 1º da PORTARIA PGF Nº 158, de 27 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 01 de abril de 2020, alterada pela PORTARIA PGF Nº 325, de 30 de junho de 2020, publicada no no Diário Oficial da União, de 03 de julho de 2020.*

     *Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.*

     ***LEONARDO SILVA LIMA FERNANDES”*** [↑](#footnote-ref-353)
353. A Portaria/PGF nº 122, de 2.3.2021 (BS nº 10, de 8.3.2021), prorrogou o projeto piloto da Equipe Nacional de Cálculos Agrários - ENCA até 1º de agosto de 2021, e convalidou "... os eventuais atos praticados posteriormente à vigência do prazo de seis meses do projeto piloto." [↑](#footnote-ref-354)